

X CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

sociedades desiguais
e paradigmas em confronto



Volume II

Ciências sociais, tecnologia e comunicação:
Trabalho e organizações

Manuel Carlos Silva et al. (orgs)
Centro de Investigação em Ciências Sociais (ed)
Instituto de Ciências Sociais
Universidade do Minho

Ciências Sociais, tecnologia e comunicação:

Trabalho e organizações

Índice

Ciências Sociais, teorias e metodologias	1
Qualidade de vida e risco na teoria social latino-americana: algumas considerações sobre o caso brasileiro	1
A pesquisa participativa enquanto método de estudo e intervenção não-invasiva na agricultura familiar	7
Comunicação e cooperação lusófonas: um caso.....	17
Metodologias emancipatórias e empoderamento: a experiência do Projeto Quilombolas de Minas Gerais – Brasil	20
Patrimônio Cultural da Saúde na Bahia: 150 Anos de História.....	27
Música à vontade: o You tube, o desejo e a experiência social na escuta on line	35
O velho no novo: os novos instrumentos tecnológicos e a violência simbólica entre estabelecidos e outsiders	39
A epistemologia feminista nas ciências econômicas: limites e possibilidades	45
Os percalços para a consecução de uma teoria social do meio ambiente	52
O uso (e abuso) de conceitos das ciências naturais pelas ciências sociais.....	57
Etnografia: a educação do olhar e seus usos na pesquisa educacional	61
Universidade, Pesquisa e Racionalidades das Ciências Sociais: Elementos para uma Reflexão Sociológica do Caso Angolano.....	69
Pesquisa, colaboração e docência online: uma tessitura por meios pedagógicos/ comunicacionais.....	76
Memórias de Infância e Violência Escolar. Estudo Biográfico em Contexto Prisional.....	86
Sobre a sociogênese da sociedade e do indivíduo como questões: Um ensaio sobre a crítica à dicotomia sociedade/indivíduo	90
A Escola de Francforte: teoria crítica social.....	103
Experiência estética como experiência formadora	108
A cultura das disciplinas: a organização do conhecimento nas universidades brasileiras	116
Repensar o tema da barbárie a partir da pessoa e do diálogo	133
Pobreza e a preservação dos direitos da juventude brasileira: aparatos legais e sócio-políticos.....	142
Modelo Integrativo de Explicação do Sentimento de Insegurança.....	148
Antropologia e História: modos de relação	155
As Regras do Método Sociológico:A Contribuição Crucial de Durkheim Para a Fundação de uma “Ciência da Moral”	161
Ciência, tecnologia e comunicação	172
Realidade, ficção e participação: o caso das nanotecnologias.....	172
A Nanotecnologia na representação do futuro: breve análise sobre a representação da nanotecnologia na imprensa.....	180
Ciência e tecnologia e inovação – uma análise da política de financiamento da pesquisa no Brasil.....	191
Ciência, Tecnologia e Risco no Parlamento Português	199
Empreendedorismo científico – Paradigmas e realidades	208
A presença feminina na imprensa regional: o caso do Correio do Minho e do Diário do Minho.....	210
As representações sociais de gênero nas notícias televisivas	222
Afinidades e Diferenças: a Comunicação e a Convivência com as Desigualdades	227
Gênero e Tecnologias da informação e comunicação - O estado da arte política na união europeia em Portugal.....	232
Ambientes sociais em rede.....	242
Um olhar para Aveiro a partir da mídia digital	254
Janelas Videográficas - as imagens e as megametrópoles contemporâneas	260
Conflitos de significação e alternativas de comunicação: notas sobre a experiência da radiofonia comunitária no Brasil.....	263
TV Educativa e regulação: peculiaridades das emissoras catarinenses	272
Dilemas e impasses da inclusão digital	278
Os recursos audiovisuais no método Paulo Freire: o computador como ferramenta cognitiva para alfabetizar	284
TV digital e educação: promovendo uma aprendizagem alfabetizadora, o caso TV mímica	290
A utilização do computador como recurso audiovisual e interativo no método Paulo Freire de alfabetização	296
Trabalho, profissões e organizações.....	300
Saberes profissionais e escola	300
O Modelo de Competências: entre o pragmatismo e o tecnicismo.....	306

Cultura Profissional: a construção de um objecto interdisciplinar a partir de um estudo sobre a clínica veterinária	318
Reconstrução de identidades profissionais em contexto de mudança institucional: uma contribuição psicossociológica	325
A incubadora tecnológica de cooperativas populares (ITCP/FURB) - consolidando a economia solidária em Blumenau e região	332
Feira livre: organização, trabalho e sociabilidade	340
Propostas e significados do ensino do empreendedorismo: Explorando tendências recentes do mercado de trabalho e da formação profissional	347
Trabalho imaterial, controle afectivo e desigualdade	359
Um modelo de análise de relações luso-africanas em contextos organizacionais moçambicanos – contributos para uma reflexão	369
Maior dominação e uma nova configuração de poder na escola	381
Formas e Importância Económica e Social da Aprendizagem Organizacional	394
Os Direitos Humanos e o Trabalho na Perspectiva da Economia Solidária no Brasil	407
Das fontes de satisfação no trabalho à satisfação organizacional	416
Precarização do trabalho docente nas universidades públicas federais brasileiras	431
Diversidade étnica e os negros nas organizações: um estudo em Betim	439
Reestruturação das telecomunicações no Brasil, trabalho e a constituição de competências industriosa	451
A relação trabalho e educação no contexto empresarial	462
O desemprego e as políticas de emprego e renda do governo federal no período recente: uma análise da gestão Fernando Henrique Cardoso	469
Trabalho, contrabando e clandestinidade: as transformações das práticas sociais na fronteira do Brasil com o Paraguai	478
Indiscernibilidade do trabalho e acumulação capitalista: o estudo de caso de 700 mil revendedoras de cosméticos	485
Trabalho e nova precariedade salarial no Brasil da década de 2000	497
Os mecanismos e processos de adaptação às mudanças ambientais como meio de sobrevivência e crescimento das organizações: Um estudo de caso em Angola	510
Percepção sobre a Gestão de RH dos trabalhadores de supermercados de Belém, Pará, Brasil	518
Artes, trabalho e precarização: músicos da OSTP e atores do Grupo de Teatro Cuíra	528
Organizações e Trabalho: Uma nova visão do Empreendedorismo Social	532
Frutos em rede: estrutura e dinâmica da Pêra Rocha do Oeste	543
A divisão sexual do trabalho: um estudo das teleoperadoras no Brasil	553
Formação e desenvolvimento de recursos humanos numa rede de empresas	559
Competências, Formação, Mudança, Competição: Conflito ou Complemento?	574
Considerações sobre a responsabilidade social das empresas em contextos de desigualdade e exclusão	580
Apreciações sobre o conservadorismo no Serviço Social	586
O Orientador Educacional na Política Nacional de Educação – Um Estudo de Caso na Rede Municipal de Ensino de Pelotas – RS/ Brasil	589
Trabalho e profissão: Notas sobre o perfil do Serviço Social no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro	599
A advocacia como profissão no Brasil imperial	612
Cotejos e análises sobre o protagonismo profissional e a qualidade em saúde no setor público	625
Níveis de emprego na Zona Franca de Manaus: tendências e desafios contemporâneos	633
Os assistentes sociais o saber que mobilizam e a construção da autonomia nos processos de interação social	640
A Reforma da Carreira Docente: Uma Análise da Conflitualidade Sindical e Profissional	652
Juventude, Educação e Trabalho: debates contemporâneos no Brasil	669
Inserção do Jovem no mercado de trabalho pernambucano: Programa "Emprego Jovem"	673
População em Idade Activa, Trabalho e Qualificações	684
Ações e Saberes mobilizados por professores da educação profissional técnica	701
A Área de Recursos HUMANOS E Sua Ligação com Sistemas de Suporte de Apoio à Decisão: Caminhos para o Futuro	707
O movimento de inclusão nas organizações: relações entre educação e inclusão no trabalho	717
Conexão entre Desenvolvimento Regional e Empreendimentos Populares	731
A Democracia dialógica: uma análise das iniciativas de economia solidária no Brasil	739
Trabalho e Mulheres: Organização e estratégias de geração de renda	750
Cooperativismo: Uma alternativa organizacional do trabalho	760

Relações de Trabalho no Mundo Globalizado	764
As Novas Configurações da Informalidade e da Precarização: o caso dos trabalhadores de moto-táxi em Campina Grande – PB.....	768
Modalidades de Inserção Profissional, Espaços de Atuação e Percepções do Jornalismo no Brasil	778
Apreciações sobre o conservadorismo no serviço social.....	790
As tradicionais técnicas de construção naval artesanal maranhense e o conceito de bem cultural imaterial	793
Intersecções entre capital e trabalho: a indústria do calçado de Franca (Brasil).....	805
Rolo compressor e água da fonte: jovens, reprodução e técnicas de subjetivação capitalísticas contemporâneas	813
Incubadora de economia solidária e potencialização do desenvolvimento sustentável e da autonomia das experiências de geração de trabalho e renda em São Borja e na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.....	817
As funcionárias terceirizadas da Universidade de Brasília e seus filhos no trabalho: conseqüências da falta de escolas públicas de tempo integral.	827
O bom-senso como competência política dos profissionais de recursos humanos	830
Educação, formação para o trabalho e hegemonia	835
Gestão da Formação e Estratégias Empresariais no Sector de Componentes para Automóvel	844
Trabalho e Sociabilidade na Construção Civil	857
Condições de trabalho e Acidentes Laborais em Portugal. Entre regulação e competitividade económica	860
Plano Simplificado da Previdência Social: é a solução para inclusão previdenciária brasileira?	871
Trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro.	876
A violência visível e invisível dos acidentes de trabalho na polícia militar do Rio Grande do Sul/Brasil	885
O trabalho do agente comunitário de saúde e a política de atenção básica em São Paulo/Brasil	898
Mudanças no trabalho e perspectivas para jovens portadores de necessidades especiais.....	907
Abandono aprendido: da investigação às propostas de acção	915
Interfere entre modernização e precariedade: trabalhadores rurais no semi-árido brasileiro	928
Estudo sobre o assédio moral nas relações de trabalho em agências bancárias na cidade de Astorga, no estado do Paraná.	939
Da vida das ruas para a associação coletiva: confiança interpessoal e a necessidade da re-significação conceitual na Economia Solidária	949
Um estudo luso brasileiro acerca das estratégias de disciplinarização nos espaços sociais das Feiras do Norte de Portugal e do Nordeste do Brasil.....	961
Identidade e trabalho na economia solidária	967
A contribuição da política/programa de economia solidária para a viabilidade das experiências de geração de renda	971

Ciências Sociais, teorias e metodologias

Qualidade de vida e risco na teoria social latino-americana: algumas considerações sobre o caso brasileiro

Sônia Regina da Cal Seixas Barbosa¹

Resumo: Neste artigo propõe-se analisar a noção da temática qualidade de vida e risco na teoria social latino-americana, tendo como referência o banco de dados especialmente organizado para o Projeto Temático FAPESP (processo n. 05/52317-1): *A Questão Ambiental, Interdisciplinaridade, Teoria Social e Produção Intelectual na América Latina* (Ferreira, Barbosa & Höeffel, 2005). Tanto o conceito de qualidade de vida quanto o de risco tem trajetórias específicas, e abordagens múltiplas na teoria social e ambiental. Em trabalho anteriormente realizado (Barbosa & Cintra, 2008) apresentou-se uma análise preliminar quantitativa a partir do referido banco de dados, no sentido de caracterizar a presença da temática qualidade de vida e risco na teoria social latino-americana. A partir desta referência o interesse será realizar uma análise preliminar, ainda com caráter eminentemente quantitativo do material inserido no banco sobre o tema, averiguando como a temática tem se apresentado na teoria social latino americana, tratando especificamente o caso brasileiro, tendo como referências possíveis a construção de categorias analíticas e sistematizadoras especialmente elaboradas para esse artigo, e num outro momento, à proposta teórico-metodológica de Barbosa (1996 e 1998) para o conceito de qualidade de vida, sem desconsiderar o conceito de risco que estará sendo observado em sua relação com o de qualidade de vida, na medida em que assim foi sistematizado no banco de dados. Embora se deva destacar que tanto o conceito de qualidade de vida quanto o de risco tem trajetórias específicas, e abordagens múltiplas na teoria social e ambiental, procurar-se-á neste artigo refletir sobre sua magnitude, considerando suas implicações, trajetórias e abordagens. Palavras-chave: Qualidade de Vida; Risco Social; Interdisciplinaridade; Teoria Social; América Latina.

Introdução

Neste artigo propõe-se analisar a noção da temática qualidade de vida e risco na teoria social latino-americana, tendo como referência o banco de dados especialmente organizado para o Projeto Temático FAPESP (processo n. 05/52317-1): *A Questão Ambiental, Interdisciplinaridade, Teoria Social e Produção Intelectual na América Latina* (Ferreira, et al, 2005). Em trabalho anterior (Barbosa & Cintra, 2008) realizou-se análise preliminar com enfoque quantitativo, no sentido de caracterizar a presença da temática qualidade de vida e risco na teoria social latino-americana, priorizando-se consulta ao banco de dados até 08 de novembro de 2007. A partir desta referência o interesse será averiguar como a temática tem se apresentado na teoria social latino americana, tratando especificamente o caso brasileiro, tendo como referências possíveis a construção de categorias analíticas e sistematizadoras especialmente elaboradas para esse artigo e apresentadas a seguir, e num outro momento, à proposta teórico-metodológica de Barbosa (1996 e 1998) para o conceito de qualidade de vida, sem desconsiderar o conceito de risco que estará sendo observado em sua relação com o de qualidade de vida, na medida em que assim foi sistematizado no banco de dados.

Embora se deva destacar que tanto o conceito de qualidade de vida quanto o de risco tem trajetórias específicas, e abordagens múltiplas na teoria social e ambiental, muitas outras abordagens não serão aqui ressaltadas, o que não deve ser interpretado como indicativo de sua não-relevância, mas, paradoxalmente, como um indicador da magnitude, abrangência e complexidade da problemática em questão. Pois tanto o conceito de qualidade de vida, quanto o de risco representam temáticas extremamente complexa, tanto do ponto de vista das singularidades dos dois conceitos, como da busca que está sendo empreendida neste trabalho em associá-los numa temática única, pois representa uma inquietação, tanto do ponto de vista teórico quanto político, e coloca necessariamente toda a discussão como permanentemente inacabada, e em processo (Barbosa & Cintra, 2008).

Algumas considerações sobre o caso brasileiro

Com relação à produção já cadastrada no banco de dados verifica-se que a palavra chave qualidade de vida e risco apresenta-se de forma predominante na produção nacional se comparada aos demais países da América Latina estudados no projeto Temático. Pois como pode ser evidenciado no quadro 01 79% da produção do tema é nacional, e apenas 21% refere-se à produção dos demais países da América Latina. No quadro 02 pode-se observar a distribuição da mesma pelos diferentes países objeto do estudo. Dos países analisados, após o Brasil (79%), 12,6% encontra-se no Chile, seguidos de México e Uruguai, ambos com 2,6%.

¹ Doutora em Ciências Sociais, Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais, da Universidade Estadual de Campinas, Docente do Doutorado Ambiente & Sociedade, NEPAM-IFCH-UNICAMP. srcal@unicamp.br

Quadro 01 - Distribuição por origem da produção

Origem da Produção	Nº	%
Brasileiras	121	79
Demais países da América Latina	32	21
Total	153	100

Fonte: elaboração própria a partir da consulta ao acervo do Banco de dados.

Quadro 02 – Distribuição da Produção por País

País	Nº	%
Brasil	121	79
Chile	19	12,6
México	4	2,6
Uruguai	4	2,6
Argentina	2	1,3
Colombia	2	1,3
Equador	1	0,65
Total	153	100

Fonte: elaboração própria a partir da consulta ao acervo do Banco de dados.

No quadro 03 é possível observar a distribuição da produção em qualidade de vida e risco através das Instituições nacionais que fazem parte da análise. Nesse sentido observa-se que o tema está predominantemente distribuído nos IIº e IIIº Encontros Nacionais da Associação de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), nos anos de 2004 e 2006, e na Revista Ambiente e Sociedade, respectivamente 33% e 11,7%, demonstrando com isso que existe uma distribuição nacional significativa do tema. A terceira maior presença da produção encontra-se na ANPOCS, 9,8% e UNICAMP (considerando a soma entre o Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais e os demais Centros da Universidade Estadual de Campinas), 9,2% e NAEA/UFPA, 8,5%.

Quadro 03– Distribuição da Produção por Instituição brasileiras

Instituição	Nº de Produções	%
ANPPAS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (Anais/ANPPAS)	51	33
VÁRIAS INSTITUIÇÕES – Revista Ambiente e Sociedade (quadro nº 3.1)	18	11,7
ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais/Brasil	15	9,8
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas (Todos os Centros)/Brasil	15	9,2
NAEA/UFPA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará/Brasil	13	8,5
Sem indicação de Instituição	6	3,9
CDS / UNB – Centro de Desenvolvimento Sustentável/UNB	1	0,7
UFPR – Universidade Federal do Paraná/Brasil	1	0,7
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos/Brasil	1	0,7
Total	121	100

Fonte: elaboração própria a partir da consulta ao acervo do Banco de dados.

Observa-se no quadro 04 que a Revista Ambiente e Sociedade, no período de 10 anos (1997 – 2007), publicou 18 artigos científicos que abordam o tema qualidade de vida e risco de pesquisadores vinculados a 11 instituições brasileiras, distribuídas em diversas regiões do país, com destaque para o sudeste e o sul do Brasil, o que demonstra, desta forma, a importância do tema nos estudos ambientais nacionais.

Quadro 04. - instituições representadas na Revista Ambiente & Sociedade

Instituição	Nº	%
Universidade de Brasília – UNB, Brasília	3	16,7
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, São Paulo	3	16,7
Universidade de São Paulo – USP, São Paulo	2	11
Universidade Federal do Pará – UFPA, Pará	2	11
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Santa Catarina	2	11
Universidade Federal Fluminense – UFF, Rio de Janeiro	1	5,6
Universidade Federal do Paraná – UFPR,	1	5,6

Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, RS	1	5,6
Instituto de Ensino e Pesquisa Objetivo - IEPO, Palmas, Tocantis/ Centro Luterano de Palmas - Tocantis	1	5,6
Universidade Tuiuti do Paraná	1	5,6
Instituto de Economia Agrícola - IEA, São Paulo	1	5,6
Total	18	100

Fonte: elaboração própria a partir da consulta ao acervo do Banco de dados.

No quadro 05 encontra-se a distribuição dos artigos com palavras chave qualidade de vida e risco nos atuais grupos de trabalhos dos Encontros Nacionais da Associação de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), no período de 2002 a 2006. Observa-se que o termo analisado está presente em 13 grupos de trabalho em funcionamento, o que evidencia a presença de estudos ambientais nesta temática e suas inter-relações em diversas áreas do conhecimento da mesma forma que o observado no quadro 06 – Publicações por palavras chaves. Os grupos mais representativos são **Modernidade, riscos e meio ambiente** com 23,5%, e **Saúde e Ambiente** com 19,7%.

Quadro 05 – Artigos por Grupo de Trabalho dos Encontros Nacionais da ANPPAS, 2002 – 2006

Artigos por Grupo de Trabalho (GT) da ANPPAS	Nº de Produções	%
Modernidade, riscos e meio ambiente	12	23,5
Saúde e ambiente	10	19,7
Meio ambiente construído	5	9,8
Meio ambiente, sociedade e educação	4	7,8
Recursos hídricos: atores sociais, gestão e territorialidade	4	7,8
Agricultura, riscos e conflitos ambientais	3	5,9
Energia e meio Ambiente	3	5,9
Justiça ambiental, conflito social e desigualdade	3	5,9
Cidade e sustentabilidade	2	3,9
Natureza, técnica e violência	2	3,9
História, sociedade e meio ambiente no Brasil	1	1,9
Manejo comunitário de recursos naturais	1	1,9
Relações internacionais e ambiente	1	1,9
Total	51	100

Fonte: elaboração própria a partir da consulta ao acervo do Banco de dados.

No quadro 06 verificam-se as diferentes associações entre a palavra chave qualidade de vida e risco e as outras palavras chaves utilizadas. Para a consulta ao banco de dados é possível utilizar a busca por três palavras chaves, considerando a posição em que aparece no texto (por primeira, segunda ou terceira opção), ou pelo cruzamento das mesmas. Para a inclusão no banco de dados, optou-se por seguir o critério adotado pelo autor da obra, considerando-se apenas as três primeiras palavras chaves no caso de existir número superior a esse. Na sistematização dos dados por ordem de sua ocorrência em cada uma das produções analisadas, partindo da primeira até a terceira, encontrou-se que qualidade de vida e risco figura em 41,2%, e uma ampla capacidade de combinação com as demais. Em seguida estão presentes temas urbanos, com 10,46%; ambientalismo e discurso ecológico, com 5,9% e saúde pública com 5,2%. Observa-se que o termo apresenta uma ampla diversidade de cruzamentos o que é uma característica do conceito.

Quadro 06 – Produções por palavras chaves

Palavra(s) Chave(s)	Nº de Produções	%
Qualidade de vida e risco	63	41,2
Temas urbanos	16	10,46
Ambientalismo e discurso ecológico	9	5,9
Saúde pública	8	5,2
Políticas e projetos ambientais	6	3,9
Recursos hídricos	6	3,9
Políticas públicas	5	3,2
Participação popular	4	2,6
Temas amazônicos	4	2,6
Ciência e tecnologia	3	1,9
Conflitos sociais	3	1,9
Economia ambiental	3	1,9
Estudos teóricos / conceituais	3	1,9

Sustentabilidade	3	1,9
Educação ambiental	2	1,3
Estudos de representações sociais	2	1,3
Mudanças ambientais globais	2	1,3
Mundo do trabalho	2	1,3
Processos migratórios	2	1,3
Temas agrários / agrícolas	1	1,3
Tratados e relações internacionais	1	1,3
Comunicação e meio ambiente	1	0,65
Democracia	1	0,65
Globalização	1	0,65
Populações tradicionais	1	0,65
Recursos naturais	1	0,65
Total	153	100

Fonte: elaboração própria a partir da consulta ao acervo do Banco de dados.

O percurso da temática qualidade de vida e risco em seu processo de construção teórico-metodológico

As abordagens teóricas utilizadas por cada autor em seus trabalhos sobre qualidade de vida e risco estão sendo aprofundados tendo como referência possível as concepções de Herculano (2000), Ferreira (2006) e Ferreira, Barbosa & Hoeffel (2006), sendo definidas inicialmente 10 abordagens teóricas, a saber: enfoques interdisciplinar; materialista Durkheimiano; materialista marxista, pós-materialista; construtivista ou construcionista; antropológico (etnográfico); teórico metodológico; quantitativo descritivo; sistêmico e reflexão filosófica. No âmbito da análise deste artigo foram identificadas 8 abordagens teóricas²; conforme expresso no quadro 07. As abordagens teóricas identificadas foram: enfoques interdisciplinar; materialista Durkheimiano; materialista marxista, pós-materialista; construtivista ou construcionista; teórico metodológico; modernização reflexiva e quali-quantitativo descritivo (empírico), ressaltando-se que em função das características dos artigos analisados foi acrescentado o enfoque da modernização reflexiva e o enfoque quantitativo descritivo, foi renomeado como quali-quantitativo descritivo (empírico), que serão definidos a seguir.

Buscando uma definição apropriada a cada um dos enfoques e abordagens, pode-se destacar com relação ao **enfoque interdisciplinar** que a discussão sobre interdisciplinaridade é objeto de constantes controvérsias, não havendo consenso sobre a mesma. O que se pode dizer sobre este debate é que existem, grosso modo, duas visões diferenciadas: a primeira delas aproxima o diálogo entre disciplinas científicas, no intuito de ampliar a explicação dos objetos do conhecimento disciplinares como no caso da sociologia ambiental, onde se busca interagir teoricamente em alguns campos de convergência; a segunda visão sobre a construção interdisciplinar restringe-se ao campo da pesquisa temática, opondo-se à visão das assimilações progressivas entre disciplinas. Esta visão reconhece a especificidade disciplinar, mas adota uma espécie de colaboração deliberada dos saberes disciplinares sobre temas previamente definidos (Floriani, 2004). Para as diferentes concepções da interdisciplinaridade se utilizará a princípio as discussões presentes em Leff (2000); Phillippi & Hogan (2000); Floriani (2004); Burstyn (2004); Ferreira (2005); Bateson (1987); Morin (2001) e Novo (2002). Já para o **enfoque materialista Durkheimiano**, ou seja, realista (Catton & Dunlap, 1978a, 1978b, 1980; e Dunlap & Catton, 1994) pode-se afirmar que Catton & Dunlap criticavam o antropocentrismo do pensamento sociológico, que se teria dissociado da variável ambiental, ignorando que esta constrange e interage com as demais variáveis contempladas pela Sociologia. A proposta era que se pudesse sair de um paradigma da excepcionalidade e da supremacia humanas, do seu descolamento e independência da natureza, e que se incluísse o ambiente físico como uma das variáveis do sistema social, propiciando assim um enfoque mais adequado para estudos sobre a escassez, o declínio da qualidade de vida e o aumento dos custos ambientais. Assim o ser humano é visto apenas como uma espécie dentre as demais e, considerando o mundo finito, com limites físicos e biológicos. Catton & Dunlap, em suas confluentes abordagens, buscavam manter-se dentro do legado de Durkheim, isto é, explicando o social pelo social, sem cair em reducionismos psicológicos ou físicos, nem no determinismo biológico. O **enfoque materialista marxista** pode ser exemplificado nos trabalhos de Schnaiberg & Gould (2000) e O'Connor (1994). Para Schnaiberg & Gould, há uma dialética e uma contradição entre o ecossistema (o ambiente) e a sociedade humana, que têm diferentes dinâmicas: de um lado, o moinho da produção e sua expansão econômica, as relações de produção intensivas de capital deslocando o trabalho, as multinacionais pressionando por infraestrutura, os sindicatos pressionando por trabalho e por normatização das relações; do outro, a disrupção ambiental que resulta destes imperativos contraditórios mal enfrentados pelo Estado e que levam a uma síntese de escassez planejada. Schnaiberg aplica os conceitos da Sociologia e da Economia Política marxistas ao entendimento das questões ambientais. De acordo com este enfoque, a proposta das chamadas tecnologias apropriadas (tecnologias limpas) seria apenas uma nova utopia. Outros esforços de base marxista são citados por Buttel (1987) para ligar causalmente o desenvolvimento capitalista aos fenômenos de degradação ambiental e explicar o

² Esses oito enfoques foram definidos e analisados por João L M Hoeffel e Sônia Regina da C S Barbosa, a partir das análises de Herculano (2000); Ferreira (2006) e Ferreira, Barbosa & Hoeffel (2006).

surgimento e importância dos movimentos ambientalistas, como por exemplo, a análise de Gorz (1980) sobre o capitalismo pós-industrial, no qual novos movimentos sociais teriam tomado o lugar da classe trabalhadora.

Com relação ao enfoque **pós-materialista**, Inglehart (1997) analisa que a abundância de bens materiais na sociedade contemporânea os torna menos valiosos do que as satisfações intelectuais, morais e estéticas, razão pela qual, questões como paz, feminismo, direitos humanos, e qualidade de vida, se juntam à questão ambiental como elementos que seriam mais prementes do que a questão do conflito de classes. No campo das esquerdas anarquistas, os ensaios de Bookchin (1988) e de Guattari (1990) também enfatizam uma análise anticapitalista: Guattari com lampejos pós-materialistas, na medida em que recomenda uma ecosofia (ecologia do visível, das formações sociais e da subjetividade), e vislumbra a junção entre a ecologia ambiental, a ecologia social e a ecologia mental. A ecosofia reinventaria a subjetividade operária através de novas práticas sindicais e políticas e de novas alianças do movimento operário com o movimento feminista e ecológico.

O **enfoque construtivista ou construcionista**, ao clamar pelo espaço das múltiplas realidades, invoca e defende o direito legítimo de que outras interpretações e saberes de outros atores sociais também sejam levados em consideração. Assim, a percepção dos riscos provocou o questionamento da ciência e da tecnologia, trazendo o olhar construtivista, presente tanto em pesquisas sobre as comunidades vulneráveis que são vizinhas de áreas de despejo de resíduos (Bullard & Wright, 1991), quanto em pesquisas sobre a construção do direito de comunidades recusarem obras impactantes, como por exemplo, rodovias (Bunningham, 1993). A visão construtivista também se apresenta no estudo das formulações científicas que embasam escolhas políticas (Hannigan, 2006). Esta abordagem segundo Ferreira (2005), centra-se nos processos sociais, políticos e culturais através dos quais as condições ambientais são definidas como sendo inaceitavelmente arriscadas (Hannigan, 2006; Yearley, 1996). No que diz respeito à **abordagem da modernização reflexiva**, pode-se afirmar que se apresenta em duas vertentes: a sociedade de risco (Beck, 1999) e a modernização ecológica. Apesar das divergências entre estas duas vertentes quanto à aplicação do conceito de modernização reflexiva, pelo menos duas premissas são compartilhadas por elas: os problemas ambientais não estão determinados estruturalmente (seja pelo capitalismo, seja pelo industrialismo), e a modernização progressiva das sociedades pode solucionar os problemas ambientais (Mol, Spaargaren & Buttel, 2000). Como podemos observar, entretanto, a adesão às perspectivas da modernização reflexiva na reversão da crise ambiental será diferente para a modernização ecológica e para a modernização reflexiva. A modernização ecológica enfatiza o aumento da importância da dinâmica da economia e do mercado na reforma ecológica e a função de inovadores, empreendedores e outros agentes econômicos como condutores sociais da reestruturação ecológica (em adição ao Estado e aos novos movimentos sociais). No que diz respeito aos movimentos sociais, com a conversão para a reestruturação ambiental do Estado, da ciência, da tecnologia e do mercado, os movimentos sociais deveriam abandonar seu papel de críticos externos ao desenvolvimento almejado pela modernização ecológica. Sua maior contribuição estaria na habilidade e poder para gerar idéias alternativas e inovadoras, mobilizar consumidores e organizar o apoio ou a desaprovação a iniciativas públicas e privadas, cooperando com os atores comprometidos com a reforma ambiental. Por fim as abordagens **teórico-metodológicas** dizem respeito a análises que, partindo de diferentes abordagens teóricas, busca promover novos referenciais teórico-metodológicos para analisar qualidade de vida e risco e **quali-quantitativa descritiva (empírica)**, trata de artigos com enfoques quali-quantitativos descritivos (empíricos) que partem de problemas e questões observadas a partir de pesquisas empíricas (estudos de caso), que não apresentam uma preocupação específica com modelos e definições teóricas rígidas, mas que têm como objetivo promover utilizações práticas para os conceitos, com possíveis contribuições a políticas públicas, por exemplo.

Acredita-se que esse olhar analítico para a produção possibilitará um recorte importante sobre a temática em questão. Assim, apesar da análise realizada ter um caráter preliminar e quantitativo, evidencia-se com bastante clareza que o problema da temática qualidade de vida e risco insere-se em questionamentos e discussões extremamente atuais e essenciais que vão desde a necessidade de reconstrução da sociedade contemporânea às reflexões sobre a própria dimensão humana, seus valores e necessidades para assegurar sua possibilidade de existência em uma sociedade sustentável futura.

Cabe ressaltar que além das abordagens citadas em momento posterior os trabalhos também serão analisados tendo como referencia os três eixos principais para qualidade de vida, com a incorporação do conceito de risco, já mencionados anteriormente, e que tratam da 1) satisfação e o acesso a bens básicos; 2) acesso aos bens fundamentais para complementação da vida dos indivíduos e 3) acesso bens ético-político, que tratam das informações e ação social dos indivíduos (Barbosa, 1996 e 1998 e Barbosa & Cintra, 2008).

Os 121 textos brasileiros inclusos no banco de dados, no período consultado, apresentam uma multiplicidade de abordagens e vinculações teóricas, conforme já previamente definidos no item anterior e apresentados no quadro 07. Nesse sentido nota-se uma distribuição de toda a produção brasileira, presentes no banco de dados, entre as 8 abordagens teóricas definidas, sendo que as mais significativas são quali-quantitativa descritiva (empírica), 24%; construtivista ou construcionista, 19%; pós-materialista, 14% e modernização reflexiva, 12,4%.

Quadro 07: Produções brasileiras em Qualidade de vida e risco por abordagem teórica

ABORDAGEM	Nº de Produções	%
Quali-quantitativa descritiva (empírica)	29	24
Construtivista ou construcionista	23	19
Pós-materialista	17	14

Modernização reflexiva	15	12,4
Materialista marxista	9	7,3
Teórico-metodológico	8	6,5
Materialista durkeiminiano – realista	6	5,4
Interdisciplinar	2	1,6
Textos indisponíveis	12	9,8
TOTAL	121	100

Fonte: elaboração própria a partir da consulta ao acervo do Banco de dados.

Com relação aos resultados apresentados no quadro 07 é importante destacar que a presença da maior parte dos textos na abordagem quali-quantitativa descritiva (empírica) demonstra o interesse dos autores brasileiros pelo tema – qualidade de vida e risco – na realização de pesquisas empíricas. Pela análise preliminar do material, pode-se afirmar que esse interesse está diretamente associado à possibilidade que o tema oferece em contribuir não só para o entendimento das realidades sociais pesquisadas, mas que de alguma forma possam colaborar com políticas públicas. Por outro lado, o fato da segunda e da terceira abordagem, ser respectivamente a construtivista ou construcionista e a pós-materialista, demonstram que o tema possui uma forte multiplicidade de possibilidades e vinculações teóricas.

Algumas considerações

A análise das várias abordagens sobre a temática qualidade de vida e risco teve por objetivo ampliar o conhecimento sobre o tema, e não o de proceder a uma listagem que exaurisse todos os desdobramentos e possibilidades que a temática potencia.

Muitas outras abordagens não foram ressaltadas, o que não deve ser interpretado como indicativo de sua não-relevância, mas, paradoxalmente, como um indicador da magnitude, abrangência e complexidade da problemática em questão. Pois como se tentou evidenciar neste artigo, o tema qualidade de vida e risco representa uma temática extremamente complexa, tanto do ponto de vista das singularidades dos dois conceitos, como da busca que está sendo empreendida em associá-los numa temática única, pois na medida em que representa a inquietação, tanto do ponto de vista teórico quanto político, coloca necessariamente toda a discussão como permanentemente inacabada, e em processo.

Outro aspecto importante a se ressaltar é que o banco de dados enquanto ferramenta de pesquisa mostrou-se extremamente importante, embora necessite de monitoramento e aprimoramento constantes. Espera-se na continuidade deste trabalho corrigir eventuais falhas e limitações, bem como ampliar à análise qualitativa aqui iniciada, através do aprofundamento do estudo das abordagens teóricas utilizadas pelos autores na elaboração de seus trabalhos e que possibilite uma detalhada investigação de caráter quanti e qualitativo. E é com essa premissa, que esse trabalho irá se desdobrar posteriormente numa análise qualitativa do material inserido no banco sobre o tema qualidade de vida e risco, considerando num primeiro momento a produção brasileira, aqui iniciada, e, posteriormente, a produção dos demais países da América Latina, tendo como uma das referências possíveis às abordagens teóricas definidas no presente artigo e a proposta teórico-metodológica de Barbosa (1996 e 1998), através dos três eixos principais analíticos mencionados anteriormente.

Assim, apesar da análise realizada ter um caráter preliminar, frente aos próprios objetivos do texto, evidenciou-se que o problema da temática qualidade de vida e risco se insere em questionamentos e discussões extremamente atuais e essenciais que vão desde a necessidade de reconstrução da sociedade contemporânea às reflexões sobre a própria dimensão humana, seus valores e necessidades para assegurar sua possibilidade de existência em uma sociedade sustentável futura.

Referências bibliográficas

- Barbosa, S R da C S. (1996). *Qualidade de vida e suas metáforas. Uma reflexão sócio-ambiental*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- Barbosa, S R da C S. (1998). Qualidade de vida e ambiente: uma abordagem em construção. In: Barbosa, S R da C S. (org). *A Temática Ambiental e a Pluralidade do Ciclo de Seminários do NEPAM*. Campinas: UNICAMP, (pp. 401 – 425).
- Barbosa, S R da C. S & Cintra, S. B. (2008). O percurso da temática qualidade de vida e risco na teoria social latino-americana: uma abordagem Preliminar. Brasília: *IV Encontro Nacional da Anppas*, 1.
- Bateson, G. (1978). *Steps to an Ecology of Mind*. New York: Ballantine.
- Beck, U. (1999). *The Reinvention of Politics*. Polity Press. Cambridge: Oxford.
- Bookchin, M. (1988). Social Ecology vs. Deep Ecology. *Socialist Review*, 18 (3), 9-29.
- Bullard, R. D. & Wright, B. (1991). The quest for Environmental Equity: mobilizing the African-American Community for social change. Dunlap, R. E. & Mertig, A. G. *American Environmentalism: the U.S. Environmental Movement (1970 - 1990)*. New York: Taylor & Francis Inc, (pp 39 – 49).
- Burningham, K. (1993). Us and them: the construction and maintenance or divisions in a planning dispute. Samson & South (eds.). *Conflict + consensus in Social Policy: health, citizenship and environmental issues*. New York: Macmillan.

- Bursztyn, M (2004). Meio Ambiente e Interdisciplinaridade: Desafios ao Meio Acadêmico. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 10. Curitiba: UFPR.
- Buttel, F (1987). New directions in environmental sociology. *Annual review Sociology*, 13, (465-488).
- Catton, W. R. Jr. & Dunlap, R. E. (1978a). Environmental Sociology: a new paradigm. *The American Sociologist*, 13, 41 – 49.
- Catton, W. R. Jr. & Dunlap, R. E. (1978b). Paradigms, Theories and the Primacy of the HEP-NEO distinction. *The American Sociologist* 13, 256 – 259.
- Catton, W. R. Jr. & Dunlap, R. E. (1980). A New Ecological Paradigm for Post-exuberant Sociology. *American Behavioral Scientist*, 24, 15 – 47.
- Dunlap, R. E. & Catton Jr, W. R. (1994). Struggling with human exemptionalism: the rise, decline and revitalization of environmental sociology. *The American Sociologist- Spring*, 5 – 30.
- Ferreira, L. C. (2005). A centralidade da interdisciplinaridade nos estudos sobre ambiente e sociedade. *Política & Sociedade. Revista de Sociologia Política*, 4 (7). Florianópolis: Cidade Futura.
- Ferreira, L C (2006). *Idéias para uma sociologia da questão ambiental no Brasil*. São Paulo: Annablumme.
- Ferreira, L.; Barbosa, S. R. C. S & Höeffel, J. L. (2006). Environmental issues, interdisciplinarity, social theory and intellectual production in Latin America (preliminary analysis). Proceedings - *The International Sociological Association/ ISA World Congress - Durban*. Bethesda: CSA Sociological Abstracts, 1.
- Ferreira, L.; Barbosa, S. R. C. S & Höeffel, J. L. (2005). A Questão Ambiental, Interdisciplinaridade, Teoria Social e Produção Intelectual na América Latina. *Projeto Temático FAPESP* (processo n. 05/52317-1).
- Floriani, D. (2004). *Conhecimento, Meio Ambiente & Globalização*. Curitiba: Juruá.
- Gorz, A. (1980). *Ecology as politics*. Black Rose Books. Montreal.
- Guattari, F. (1990). *As Três Ecologias*. Campinas: Papyrus.
- Hannigan, J. (2006). *Environmental Sociology. Second edition*. New York: Routledge.
- Herculano, S (2000). Sociologia Ambiental: origens, enfoques metodológicos e objetos. *Revista Mundo e Vida: alternativas em estudos ambientais*, I (1). Niterói, Rio de Janeiro: UFF/PGCA-Riocor, 45 – 55.
- Inglehart, R. (1997). *Modernization and Postmodernization*. New Jersey: Princeton University Press.
- Leff, E. (2000). Complexidade, Interdisciplinaridade e Saber Ambiental. In: Philippi, A & Hogan, D. (org.). (2000). *Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais*. Brasília: PADCT/ MCT.PNUMA e Signus.
- Mol, A. E.; Spaargaren, G & Buttel, F. (2000). *Environment and Global Modernity*. Sage Publications. London: Thousands Oaks.
- Morin, E. (2001). *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Novo, M. (2002) Higher environmental education in the XXI Century: towards a new interpretative paradigm. In: LEAL, W F°. *Teaching sustainability at universities*. Bern: Peter Lang, (pp. 429-458).
- O'Connor, J. (1994). Is sustainable capitalism possible? In: O'Connor, M. (ed.) (1994). *Is Capitalism sustainable?*. New York: Guilford, (pp 152 – 175).
- Philippi, A & Hogan, D. (org.). (2000). *Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais*. Brasília: PADCT/ MCT. PNUMA e Signus.
- Schnaiberg, A. & Gould, K. A. (2000). *Environment and society*. New York: Blackburn.
- Yearley, S.(1996). *Sociology, Environmentalism and Globalization*. Sage. London.

A pesquisa participativa enquanto método de estudo e intervenção não-invasiva na agricultura familiar

Julio Roberto Costa
 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa
julio@cnps.embrapa.br

José Ronaldo Macedo
 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa
jrmacedo@cnps.embrapa.br

Elizabeth Santos Brandão
 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa
bethbrandao@cnps.embrapa.br

Fabio Zamberlan
 Universidade Federal do Rio de Janeiro
fabio@pep.ufrj.br

Resumo: Em um estudo envolvendo comunidades rurais de agricultura familiar no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, denominado Gestão Participativa da Microbacia do Rio São Domingos (GEPAR – MBH), realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, utilizou-se a metodologia de Pesquisa Participativa no trabalho com cinco vilas do Município de São José de Ubá. Almejava-se o desenvolvimento social e ambiental de forma não-invasiva, respeitando-se as tradições locais. Os bons resultados comprovaram a eficácia da metodologia, e o contato entre os pesquisadores e agricultores possibilitou um aprofundamento teórico-metodológico respaldado por intenso trabalho de campo. Nesse processo, observou-se a pertinência da sociologia compreensiva de Max Weber, da sociologia do conhecimento de Peter Berger e Thomas Luckmann, dos conceitos de comunidade e sociedade de Ferdinand Tönnies, além de outros autores da sociologia. Somaram-se a esses fundamentos as idéias do educador brasileiro Paulo Freire, principalmente seu conceito de “ser mais”, que sumariza a busca do sujeito por uma melhor inserção social e qualidade de vida de forma conjunta com a busca de justiça social pela comunidade. No decorrer do trabalho nas vilas, buscou-se reforçar a sociabilidade cooperativa entre os diversos atores, criando-se estruturas organizacionais que propiciassem o associativismo e o empoderamento das comunidades, como o “Grupo Gestor”, formado por agricultores. Sem negar os conflitos existentes em quaisquer grupos sociais, a pesquisa participativa demonstrou ser uma ferramenta de gestão das divergências em prol da busca do bem comum e do desenvolvimento comunitário.

1. Introdução

Frequentemente, quando se trata de agricultura familiar, a ajuda aos agricultores é apenas entendida como ajuda para a produção ou ajuda para a comercialização. Esquece-se que o agricultor, na plenitude de sua condição de ser humano, possui também outras necessidades onde também precisa ser ouvido.

Durante e após a chamada Revolução Verde, a pesquisa e a extensão rural ofertavam pacotes tecnológicos que tinham de ser aceitos sem questionamento, de forma que podemos denominar de “invasiva”, pois traduziam a visão científico-tecnocrática aceita pelos detentores de uma razão que não era neutra, mas instrumentalizada pelos detentores do status quo político. Isso foi verdadeiro especialmente na América Latina, onde nas décadas de 60 e 70 se instalaram diversos regimes de natureza autoritária.

No contexto atual, valoriza-se a pesquisa participativa e o empoderamento das comunidades, que têm a importância de um resgate de valores relativos à pessoa do agricultor em sua vida comunitária, dentro da qual ele produz riquezas. Valoriza-se o exercício da sociabilidade cooperativa e os valores de seu pertencimento à comunidade, elementos que fornecem respaldo à percepção de seu valor intrínseco dentro do sempre renovado convívio social.

Em relação à ênfase na sociabilidade cooperativa, deve-se compreender que não se está fugindo da questão do dissenso, dos conflitos sociais ou das contradições de classe. Abordar a sociabilidade cooperativa significa colocar o foco no consenso possível, onde a paz pode ser entendida como a gestão não-violenta do conflito (Signates, 2008, p. 4), e onde se procura superar toda a coerção no convívio social em busca de uma ação comunicativa, em um cenário onde os atores possam aceitar a força do melhor argumento como a única relação de força legítima (Pinent, 2004, p. 4 e 5). Igualmente não se procura ocultar o dissenso, mas compreendê-lo dentro de um contexto amplo, admitindo-se que uma situação de consenso surge a partir de um dissenso anterior, ao mesmo tempo em que o consenso atingido será problematizado em uma etapa posterior, tornando-se dissenso.

Neste estudo sobre os fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa participativa estarão presentes contribuições significativas do educador brasileiro Paulo Freire, e o termo por ele usado em diversos de seus livros, o “ser mais”. A sua compreensão profundamente humanista das necessidades do trabalhador será a base para a agregação de conceitos sociológicos que ajudam a fundamentar e ampliar a percepção sobre o que podemos chamar de “intervenção não-invasiva”, e o modo por meio do qual a pesquisa participativa apresenta maior efetividade principalmente no trabalho com os produtores de base familiar.

2. Compreendendo-se o agricultor no processo participativo

Um processo de pesquisa aplicada, envolvendo a construção participativa do conhecimento junto com os agricultores, possui em sua base o desenvolvimento experimental da inovação tecnológica junto às unidades produtivas. No âmbito da pesquisa participativa, é enfatizada a construção participativa do conhecimento dentro do mundo de vivência (lebenswelt) do agricultor. Aqui pode-se dizer que o conceito fenomenológico de mundo de vivência, também traduzido por mundo da vida, torna-se importante por ser uma categoria relacionada à vida cotidiana do agricultor, que permite a compreensão de que essa vida cotidiana possui uma racionalidade interna em seus próprios termos, que não pode ser desqualificada ou sofrer uma ação invasiva, pois isso seria um fator de destruição dos elementos culturais do agricultor. A construção coletiva do conhecimento, imprescindível na pesquisa participativa, almeja somar valores ao agricultor e sua coletividade, e não desqualificá-los ou destruí-los.

Está subjacente a esta visão o fato de que a pessoa do agricultor deve ser tomada em consideração para além do papel de um maximizador de utilidade que adota a inovação tecnológica. Em sua condição integral de pessoa, ele está para além de ser apenas um instrumento do processo de inovação. O agricultor deve ser considerado o beneficiário da inovação, notando-se que o processo “pesquisa básica – pesquisa aplicada – desenvolvimento experimental – inovação” apenas deve ser considerado completo quando impacta os seus beneficiários, e portanto a inovação tecnológica – com foco nos atores sociais – deve ser considerada como uma apropriação social do conhecimento (Ávila et al, 2006, p. 62).

Coloca-se então a ênfase da pesquisa na pessoa do agricultor, e como ele interiorizará esse conhecimento para seu mundo de vivência quotidiana. Faz-se necessário que se enfatize a importância do mundo de vivência, dos grupos primários e das relações face a face que aí se processam.

3. Contextualizando a interação social nos pequenos grupos

Na linha de se manter o foco na pessoa do agricultor, precisa-se entender e valorizar as interações quotidianas dos processos sociais onde ele está envolvido. O referencial teórico pertinente pode ser encontrado em diversos autores, onde pode-se citar os conceitos de grupos primários e secundários, as relações face a face colocadas pela sociologia do conhecimento de Peter Berger e Thomas Luckmann, o conceito de mundo de vivência, entre outras contribuições que serão explanadas adiante. Pode-se por meio dos conceitos que problematizam essas interações entender a fundamentação da compreensibilidade mútua, que reveste os acontecimentos sociais da vida quotidiana de uma importância básica.

Tais acontecimentos da vida quotidiana, considerados banais em uma visão acrítica, assumem um aspecto fundador para a interação social. Portanto, para se valorizar o que acontece na vida quotidiana, esta precisa ser problematizada:

“A realidade da vida quotidiana é admitida como sendo a realidade. Não requer maior verificação, que se estenda além de sua simples presença. Está simplesmente aí, como facticidade evidente por si mesma e compulsória. Sei que é real. Embora seja capaz de empenhar-me em dúvida a respeito da realidade dela, sou obrigado a suspender essa dúvida ao existir rotineiramente na vida quotidiana. Esta suspensão da dúvida é tão firme que para abandoná-la, como poderia desejar fazer, por exemplo, na contemplação teórica ou religiosa, tenho de realizar uma extrema transição.” (Berger e Luckmann, 1985, p. 41).

Pode-se considerar a relação face a face como típica dos grupos primários, em seu caráter de comunicação direta e não mediatizada entre indivíduos:

“Na situação face a face o outro é apreendido por mim num vívido presente partilhado por nós dois. Sei que no mesmo vívido presente sou apreendido por ele. Meu “aqui e agora” e o dele colidem continuamente um com o outro enquanto dura a situação face a face. Como resultado, há um intercâmbio contínuo entre a minha expressividade e a dele.” (Berger & Luckmann, 1985, p. 47).

O mundo de vivência, ou mundo da vida, compreende aquele mundo que é imediatamente familiar à pessoa, anterior a qualquer sistematização intelectual, onde o agricultor, enquanto pessoa, atua em relações cujo sentido lhe é bem conhecido; em outros termos, é “aquilo que se aceita, que se toma como dado, como pressuposto, constituindo nossa experiência quotidiana. Trata-se do real em seu sentido pré-teórico, pré-reflexivo.” (Japiassú & Marcondes, 2001, p. 190).

A abordagem participativa deve considerar essas construções sociais como legítimas e necessárias dentro da vivência do agricultor. O processo de pesquisa, como interação social consciente, deve somar valores à essa vida quotidiana, sem desqualificá-la ou desqualificar o saber tradicional do agricultor que está inserido nesse contexto.

4. Contextualizando o conceito de comunidade

O conceito de comunidade não apresenta um consenso dentro das ciências humanas. Normalmente os textos sobre o assunto seguem a dualidade proposta por Ferdinand Tönnies, entre a comunidade e a sociedade (respectivamente *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*). O cerne dessa divisão é que a comunidade implica relações espontâneas e de sociabilidade cooperativa, enquanto a sociedade implica relações artificiais, calculistas e de competição entre os indivíduos. O próprio Tönnies teria se fundamentado no que observou em sua época (segunda metade do século XIX) do contraste rural/urbano:

“Como membro de uma sociedade rural tradicional, em Schleswig-Holstein, Tönnies descobre ao seu redor dois tipos de mundo: de um lado, um mundo agrário, enraizado em antigas tradições medievais, solidamente ligado à terra, e o outro, o mundo do comércio, dos centros urbanos, em constante mudança, um mundo cuja principal preocupação é o lucro.” (Buber, 1987, p. 15).

Considera-se que Tönnies, mesmo sendo fiel ao rigor científico em seu livro “Comunidade e Sociedade” (*Gemeinschaft und Gesellschaft*) de 1887, impôs uma conotação por demais idealizada à comunidade, considerando-a por excelência o lugar de vivência dos valores humanos de solidariedade, colaboração, união etc., enquanto que na “sociedade” ou “associação” existe a formalidade das relações impessoais, com pouca relação intersubjetiva e muita objetivação da pessoa como instrumento do “social”. Esse modelo de categorização é freqüente até os dias de hoje. Berger e Luckmann, por exemplo, fornecem dele um exemplo bastante empírico e simples, ao comentar os conceitos afins de grupos primários e secundários: “É preciso amar a mãe, mas não a professora” (Berger e Luckmann, 1985, p. 54).

Nos desenvolvimentos contemporâneos ou logo posteriores a Tönnies, ponderou-se que a “sociedade” não seria necessariamente um lugar de negação da individualidade. Émile Durkheim considerava que a formalização da sociedade contribuía para construir o indivíduo moderno, e o indivíduo seria tanto mais livre quanto mais fosse desenvolvido o Estado, porque, paradoxalmente, a impessoalidade da lei protegeria contra os constrangimentos comportamentais provenientes dos costumes da comunidade. Nessa visão, o indivíduo em sociedade pode fazer tudo o que a lei não proíbe, em oposição ao fato de que, na comunidade, é obrigado a fazer o que a tradição manda, sob pena de se tornar um pária daquela comunidade

(Durkheim, 1983, p. 51 e seguintes). Inicialmente, o indivíduo estaria em segundo plano frente à comunidade, e teria pouco valor:

“Absorvido pela sociedade [significando aqui comunidade], seguia-lhe docilmente os impulsos, e subordinava o destino próprio aos destinos do ser coletivo; e o sacrifício não lhe custava, pois seu destino não tinha, a seus olhos, o sentido e a alta importância que hoje lhe atribuímos” (Durkheim, op. cit., p. 52).

Durkheim enfatiza que o meio comunitário não favorecia o aparecimento de aspirações individuais:

“Menos ainda pretendo dizer que [esse controle] tenha o que quer que seja de insuportável: muito ao contrário, o indivíduo não o sente, tal como não sentimos a atmosfera que nos pesa sobre os ombros. Desde que o indivíduo foi criado, educado, pela coletividade, dessa forma, quer naturalmente o que ela quer, e aceita sem dificuldade o estado de sujeição ao qual está reduzido. Para ter consciência disso, e resistir, cumpre apareçam aspirações individuais, e essas aspirações não podem aparecer em semelhantes condições”. (Durkheim, idem, p. 56).

Em um estágio posterior, o Estado surge como uma coletividade mais abrangente que todas as outras coletividades, e sendo assim não possui compromisso específico com os costumes de nenhuma delas em particular – portanto, fornece suporte para o desenvolvimento independente do indivíduo:

“Foi ele [o Estado] que subtraiu a criança à dependência patriarcal, à tirania doméstica; foi ele que libertou o cidadão dos grupos feudais, mais tarde comunais; foi ele que libertou o operário e o patrão da tirania corporativa (...)”. (Durkheim, ibidem, p. 59).

Max Weber, em relação às questões levantadas por Tönnies, aprimorou os referenciais teóricos com suas categorias da sociologia compreensiva, pondo em destaque o sentido subjetivo da ação, a partir do qual ela pode ser compreendida e interpretada:

“Uma relação social denomina-se “relação comunitária” quando e na medida em que a atitude na ação social (...) repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer (afetiva ou tradicionalmente), ao mesmo grupo. (...) Uma relação social denomina-se “relação associativa” quando e na medida em que a atitude na ação social repousa num ajuste ou numa união de interesses racionalmente motivados (com referência a valores ou fins).” (Weber, 2004, p. 25).

5. O respeito aos valores no processo de pesquisa participativa

Ao se mencionar o respeito aos saberes tradicionais, e, portanto, aos valores culturais, deve estar claro que o exercício da ciência é alheio ao estabelecimento de juízos de valor, porém, o sociólogo Max Weber ressaltou que, embora os valores sejam uma escolha do sujeito fundamentada em seu foro íntimo, as relações com os valores são um fato social, e assim podem ser compreendidas a partir do que os diversos atores e grupos sociais consideram como importante, urgente, pertinente etc., dentro das relações sociais que estabelecem entre si.

Frente à questão do respeito pela pessoa do agricultor, que precisa ser levada em conta na abordagem participativa, tem-se a questão da subjetividade desses atores sociais. Muitas vezes a subjetividade é simplesmente considerada como não sendo do alcance da ciência, e o agir que leva em conta a subjetividade é descartado. Porém, a subjetividade se manifesta no comportamento observável em relação aos processos sociais; portanto, considerar a subjetividade dentro do escopo da pesquisa significa simplesmente aceitar como um dado da realidade as relações com os valores que os grupos e indivíduos manifestam na vida social. Pode-se abordá-la de modo muito produtivo no escopo das tomadas de posição dos atores.

A tomada de posição decorre da própria existência do ator, seja indivíduo ou grupo, e do fato de que ele precisa fazer considerações daquilo que é preferível em sua interação social, com base nas relações com os valores estabelecidas em sua comunidade. Em relação à tomada de posição, podemos citar a seguinte passagem de Weber:

“A premissa transcendental de qualquer ciência da cultura reside, não no fato de considerarmos valiosa uma “cultura” determinada ou qualquer, mas sim na circunstância de sermos homens de cultura, dotados da capacidade e da vontade de assumirmos uma posição consciente face ao mundo, e de lhe conferirmos um sentido. Qualquer que seja esse sentido, influirá para que, no decurso de nossa vida, extraíamos dele nossas avaliações de determinados fenômenos da convivência humana e assumamos perante eles, considerados significativos, uma posição (positiva ou negativa). Qualquer que seja o núcleo dessa tomada de posição, estes fenômenos possuem para nós uma significação cultural, que constitui a base única de seu interesse científico.” (Weber citado por Cohn, 1982, p. 97).

Deve-se compreender que Max Weber evitou adentrar o terreno da filosofia, onde ele teria de lidar com o problema do “ser” do fenômeno humano, construindo uma antropologia filosófica. De modo bastante operacional, o conceito de tomada de posição considera que o agente social assume uma posição consciente face ao mundo, e lhe confere um sentido com o qual orienta a sua ação. Essa abordagem valoriza a interação em seus aspectos de um convívio cotidiano com os outros e com a natureza, e onde o sujeito pode potencializar a sua interação em comunidade, rumo à sua construção contínua enquanto ator social.

O fato de o saber científico ser alheio ao juízo de valor não invalida a pesquisa das relações com os valores, as quais estão orientando as tomadas de posição dos atores sociais. Pode-se compreender o comportamento social, principalmente nos pequenos grupos, interpretando-os em sua correspondência com os valores a que os atores sociais atribuem maior significação. Estes valores normalmente estão associados à sua segurança em seu mundo de vivência, tanto em uma base individual como coletiva – manter a si, à sua família, e seus grupos de convívio com as necessidades satisfeitas, tanto a curto prazo quanto dentro de uma visão de futuro.

Deve-se entender que os valores aqui relacionados se fazem presentes por uma orientação bastante prática: aquilo que se considera como fator de melhora da qualidade de vida é valorizado, seja uma tecnologia, seja uma simbologia cultural expressa no saber tradicional.

A partir de todos esses elementos que, de um modo ou de outro, valorizam a sociabilidade cooperativa e as relações que lhe são correlatas, torna-se possível afirmar que o desenvolvimento do produtor, enquanto agente social plenamente viável na sua capacidade de interação humana, depende diretamente do respeito aos valores de sua cultura, de seu mundo de vivência, da percepção de seu próprio valor dentro da comunidade, e da permanência dos comportamentos compartilhados por sua família, seu grupo e sua tradição. Tais elementos serão respeitados na pesquisa participativa.

6. O “ser mais” da pessoa humana: a contribuição de Paulo Freire

As idéias de Paulo Freire são muito apropriadas para esta via de compreensão da pesquisa, com foco na pessoa do agricultor e de caráter participativo. Nele observamos a concepção instauradora de todo este processo, que é a valorização do sujeito.

Em uma situação de exclusão social, notadamente comum no cenário da América Latina, deve-se considerar o indivíduo como freqüentemente alienado em relação ao seu mundo de vivência, pois ele pensa e age segundo os padrões do mundo de vivência do dominador. Sua consciência está submetida a uma relação de violência, que é a violência da subjugação de sua consciência pela consciência do dominador. Porém, a própria relação violenta o impede de perceber esse fato. Nas ocasiões em que o sujeito oprimido é violento com seus iguais, revela-se a presença dessa situação inicial de violência, que o oprimido não sabe de onde vem, mas que está presente nele, e ele a expressa contra quem está mais perto de si, normalmente aqueles que, como ele, são oprimidos:

“Raros são os camponeses que, ao serem “promovidos” a capatazes, não se tornam mais duros opressores de seus antigos companheiros que o patrão mesmo. Poder-se-á dizer – e com razão – que isto se deve ao fato de que a situação concreta, vigente, de opressão, não foi transformada. E que, nesta hipótese, o capataz, para assegurar seu posto, tem de encarnar, com mais dureza ainda, a dureza do patrão. Tal afirmação não nega a nossa – a de que, nestas circunstâncias, os oprimidos têm no opressor o seu testemunho de “homem”.” (Freire, 2006, p. 36).

A alienação em relação ao mundo de vivência confunde-se com uma alienação em relação a si próprio e aos conteúdos que seriam os conteúdos legítimos de sua consciência, condizentes com a realidade de sua vida cotidiana.

O processo de libertação se inicia com a experiência profunda do diálogo. É no diálogo com o outro que a consciência verdadeira de cada um se descobre. Isso porque a consciência não se produz no isolamento, mas no contato intersubjetivo, ou seja, entre subjetividades.

Historicamente, o processo de humanização está vinculado à experiência do diálogo e do encontro. Nesse processo, o ser humano se distancia do mundo, torna-o objeto de sua consciência, e, por meio de sua prática – como ser que elabora sua experiência – oferece novos significados ao mundo e historiciza sua experiência nesse mundo, ou seja, em vez de apenas se adaptar ao mundo, humaniza o mundo. Fazer história é instaurar o significado humano nos acontecimentos do mundo.

Porém, esse ato de humanizar precisa ser feito em sintonia com outras consciências, que apreendem o mesmo mundo. Humanizando o mundo pelo ato de se conscientizar, e partilhando essa experiência, as diversas subjetividades humanizam-se mais e mais, e nesse processo vão construindo sua experiência histórica no mundo.

A expressão coletiva dessa tarefa se dá porque essa conscientização não pode se dar na exclusividade ou no isolamento. As subjetividades das diversas pessoas se relacionam a uma única realidade exterior a elas, em um esforço conjunto de compreensão, humanização e historicização do mesmo mundo. Trata-se então das subjetividades humanas intencionadas à compreensão da mesma realidade. Por se tratar da compreensão de uma única realidade por várias subjetividades, tanto essa compreensão quanto sua decorrente humanização necessitam do diálogo entre as subjetividades, e nesse processo os indivíduos se socializam. Assim, quanto mais existir diálogo, mais há apreensão do mundo, mais há humanização e historicização desse mundo e mais há socialização.

A história e a realidade social objetiva existem como produto da ação dos homens. Em relação à situação de opressão, o oprimido precisa saber atuar na história de uma forma crítica, o que implica “dizer a sua palavra”, recuperar para si o entendimento da realidade em seus próprios termos, o que o possibilita tornar-se construtor de sua história, bem como ser o próprio autor de sua socialização, no uso do diálogo livre, responsável e informado com os outros seres humanos.

Esse processo de libertação deve ser feito em comunidade e no diálogo, pois o isolamento implica em menor socialização, e conseqüentemente menor humanização. Nesse contexto Paulo Freire coloca que seguir o caminho do opressor, em sua busca do ter mais, é uma forma de ser menos. Buscar o diálogo com os oprimidos e nesse diálogo, socializar-se, humanizar-se, e se tornar sujeito de sua história (no oposto da alienação proposta pelos opressores), é o ser mais.

O conceito de “ser mais” traduz a “vocalização humanizadora” do ser humano em seu ato de ser sujeito da história, em se perceber inconcluso e fazer de si uma questão para si próprio: “Ao se instalarem na quase, senão trágica, descoberta do seu pouco saber de si, se fazem problemas a eles mesmos. Indagam. Respondem, e suas respostas os levam a novas perguntas” (Freire, 2006, p.31). Porém, essa “vocalização humanizadora” é contraditada pela desumanização, que deve ser reconhecida como realidade histórica imposta, e não um produto inelutável da natureza:

“Vocalização negada na injustiça, na exploração, na opressão, na violência dos opressores. Mas afirmada no anseio de liberdade, de justiça, de luta dos oprimidos, pela recuperação de sua humanidade roubada.”

“A desumanização, que não se verifica apenas nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do ser mais. É distorção possível na história, mas não vocação histórica. Na verdade, se admitíssemos que a desumanização é vocação histórica dos homens, nada mais teríamos que fazer, a não ser adotar uma atitude cínica ou de total desespero. A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como seres para si, não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, destino dado, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera a violência dos opressores, e esta, o ser menos”. (Freire, 2006, p. 32).

Existe em Paulo Freire grande valorização dos processos subjetivos que são legítimos e necessários para a humanização, socialização e historicização, construindo a realidade social onde o indivíduo interage com seus semelhantes, o que se coaduna com a sociologia do conhecimento de Berger e Luckmann e com a sociologia compreensiva de Max Weber, não se confundindo, porém, com o subjetivismo ou o psicologismo:

“Não se pode pensar em objetividade sem subjetividade. Não há uma sem a outra, que não podem ser dicotomizadas.”

“A objetividade dicotomizada da subjetividade, a negação desta na análise da realidade ou na ação sobre ela, é objetivismo. Da mesma forma, a negação da objetividade, na análise como na ação, conduzindo ao subjetivismo que se alonga em posições solipsistas, nega a ação mesma, por negar a realidade objetiva, desde que esta passa a ser criação da consciência. Nem objetivismo, nem subjetivismo ou psicologismo, mas objetividade e subjetividade em permanente dialeticidade.” (Freire, 2006, p. 41).

7. O “ser mais” em contraposição aos cenários de dominação e exclusão social

Para se pensar a abordagem participativa, deve-se em conjunto pensar o desenvolvimento comunitário em sintonia com a inovação tecnológica, aonde a inovação se traduz em uma apropriação social do conhecimento. Torna-se necessário um tipo de intervenção que faça uma ruptura com processos de dominação patrimonialistas ou clientelistas, pois neles se pode afirmar que não há desenvolvimento: pelo contrário, historicamente os efeitos desses cenários se mostraram deletérios, tanto em termos sociais, quanto ambientais e econômicos.

O paradigma de desenvolvimento comunitário que se faz necessário, no que está relacionado à interação humana, depende diretamente da construção do ambiente cultural dos valores, visões de mundo e comportamentos compartilhados, procurando-se maior humanização e socialização, em prol da superação da fragilidade da pessoa isolada, e da ameaça das estruturas sociais excludentes. O “ser mais” se conjuga harmoniosamente com o objetivo da interação social consciente da pesquisa participativa:

“A educação, portanto, implica em uma busca realizada por um sujeito que é o homem. (...) Por outro lado, a busca deve ser algo e deve traduzir-se em ser mais: é uma busca permanente de “si-mesmo” (...) Sem dúvida, ninguém pode buscar na exclusividade, individualmente. Esta busca solitária poderia traduzir-se em um ter mais, que é uma forma de ser menos. Esta busca deve ser feita com outros seres que também procuram ser mais e em comunhão com outras consciências (...)” (Freire, 1984, p. 28).

Paulo Freire coloca com bastante precisão a questão do empoderamento e do “desempoderamento”, dentro de relações sociais de opressão:

“Por isto mesmo é que, qualquer que seja a situação em que alguns homens proibam aos outros que sejam sujeitos de sua busca, se instaura como situação violenta. Não importam os meios usados para esta proibição. Fazê-los objetos é aliená-los de suas decisões, que são transferidas a outro ou outros”.

“Este movimento de busca, porém, só se justifica na medida em que se dirige ao ser mais, à humanização dos homens. E esta (...) é sua vocação histórica, contra-ditada pela desumanização (...)”.

“Esta busca do ser mais, porém, não pode realizar-se no isolamento, no individualismo, mas na comunhão, na solidariedade dos existires, daí que seja impossível dar-se nas relações antagônicas entre opressores e oprimidos”. (Freire, 2006, p. 86).

Historicamente, o cenário mais típico no meio rural brasileiro tem se constituído de ações de exploração econômica com forte característica invasiva e opressora. A difusão da inovação freqüentemente foi feita de forma que não considerava como dignos de respeito e atenção os dados da cultura das populações locais, tendo forte efeito desestruturador:

“As gerações vitimadas por uma sociologia a serviço da difusão de inovações, cuja prioridade era a própria inovação, ainda estão aí, legando aos filhos que chegam à idade adulta os efeitos de uma demolição cultural que nem sempre foi substituída por valores sociais includentes, emancipadores e libertadores: ou legando aos filhos o débito social do desenraizamento e da migração para as cidades ou para as vilas pobres próximas das grandes fazendas de onde saíram, deslocados que foram para cenários de pouca oportunidade e nenhuma qualidade de vida”. (Martins, 2001, p. 31).

Em seu livro “Extensão ou Comunicação?” Paulo Freire aborda o que se pode considerar a “invisibilidade” das aspirações locais frente à urgência de projetos de desenvolvimento que se impunham unilateralmente a partir do exterior:

“Neste tipo de relações estruturais, rígidas e verticais, não há lugar realmente para o diálogo. E é nestas relações rígidas e verticais que se vem constituindo historicamente a consciência camponesa, como consciência oprimida. Nenhuma experiência dialógica. Nenhuma experiência de participação. Em grande parte inseguros de si mesmos. Sem o direito de dizer sua palavra, e apenas com o dever de escutar e obedecer.” (Freire, 2001, p. 48-49).

As posições da pesquisa participativa assumem um caráter humanista, justamente porque levando-se em conta o ser humano em relação, que procura cada vez mais se humanizar e se socializar, as interações concernentes às atividades de pesquisa e extensão assumem um aspecto de maior diálogo, e a construção participativa do conhecimento entre os técnicos e as populações rurais se torna mais produtiva. Paulo Freire instaurou esse humanismo como um ato pró-ativo de intervenção na realidade, que é científico pelo seu caráter crítico, chegando a denominá-lo de “um otimismo com esperança crítica”:

“Humanismo que, recusando tanto o desespero quanto o otimismo ingênuo, é, por isso, esperançosamente crítico. E sua esperança crítica repousa numa crença também crítica: a crença em que os homens podem fazer e refazer as coisas; podem transformar o mundo. Crença em que, fazendo e refazendo as coisas e transformando o mundo, os homens podem superar a situação em que estão sendo um quase não ser e passar a ser um estar sendo em busca do ser mais”. (Freire, 2001, p. 74).

O “ser mais” se relaciona com a questão do empoderamento das comunidades, que é visto como necessário para que a inovação tecnológica agropecuária seja incorporada ao mundo de vivência dos produtores. O empoderamento é conceituado como um maior controle do indivíduo ou da população sobre suas próprias vidas, principalmente em relação a situações de opressão social.

Rappaport e Zimmerman trabalham a questão do empoderamento como se caracterizando enquanto um conceito que relaciona capacidades e competências individuais em função de comportamentos pró-ativos concernentes a políticas sociais e mudança social. Segundo os autores, o empoderamento se constituiria em um processo pelo qual os indivíduos obtêm independência e controle sobre suas próprias vidas e uma maior participação democrática na vida de sua comunidade (Rappaport e Zimmerman, 1988, p. 725 – 749).

O empoderamento é um conceito que se apresenta em múltiplos níveis, de forma que pode ser aplicado tanto à formulação de políticas, a organizações com diversos graus de formalidade, a comunidades e indivíduos. No nível político, observa-se que para os que se destacam enquanto ativistas políticos, o empoderamento inclui especialmente atributos de auto-estima, eficácia socialmente percebida, e um sentido de importância causal. Em nível social, as ações de empoderamento trazem à tona questões de cidadania, de afirmação dos próprios valores, de sociabilidade cooperativa, e de auto-estima das comunidades. Todos esses fatores não decorrem de uma atitude voluntarista, pelo contrário, são vivenciados pelos pesquisadores e extensionistas como parte integrante da pesquisa dentro da interação participativa com as populações locais.

8. O agricultor como um ser cultural e relacional

A interação do agricultor com os pesquisadores e extensionistas é, antes de tudo, uma interação humana. Como uma das premissas da pesquisa participativa, essa interação deve ser respeitada em todos os aspectos que a tornam possível. Trata-se de um relacionamento sujeito-sujeito, e não sujeito-objeto. As características de sujeito do agricultor lhe propiciam, segundo Paulo Freire, o “direito de dizer a sua palavra”, que deve ser considerada como uma palavra tão válida quanto outra palavra de outro ator social.

Os aspectos “humanistas” da abordagem participativa não são colocados por um voluntarismo do pesquisador, nem por qualquer consideração moral que possa ser relativizada como uma escolha arbitrária. O respeito integral à pessoa do produtor possui bases que atestam sua necessidade. Essa necessidade está ligada à segurança que o ator social precisa auferir a partir da sociabilidade cooperativa, em relação à sua humanização, à sua socialização e à capacidade de ser o sujeito de sua história. É neste ponto que a pesquisa se diferencia, podendo optar pela integridade do ser humano na interação social ou considerá-lo apenas como um maximizador de utilidade no teste de uma nova tecnologia. Os processos de socialização ligados à cultura tradicional são muito importantes para a constituição do sujeito, não podendo ser minimizados:

“Uma sociedade, basicamente, é um sistema prático de interação ajustado de forma a explorar o meio ambiente de forma que seus membros possam sobreviver. (...) As instituições da sociedade são convenções às quais os membros seguem de forma que o trabalho necessário possa ser feito. (...) A sociedade precisa proteger suas pessoas em seu ponto mais vulnerável: a frágil auto-estima de todos e de cada um de seus componentes. No encontro social cada membro expõe para o julgamento público, e para o possível enfraquecimento intolerável, aquilo que ele mais necessita: a auto-valorização positiva que ele moldou laboriosamente. Com uma recompensa dessa magnitude não pode haver nada simplesmente banal acerca da vida social.” (Becker, 1962, p. 94).

A cultura comunitária se torna o grande manancial dos simbolismos de pertencimento, aceitação, reconhecimento, apoio, e tudo o que permita o “ser mais”. Esse projeto diz respeito a fortalecer a pessoa enquanto uma instância básica de valor inserida em um mundo preenchido por significados:

“Na cultura encontramos um tratamento destinado a conferir a tais fenômenos (...) um sentido e um valor, suscetíveis de satisfazer o desejo mais constitutivo do homem, isto é, o desejo de ser reconhecido, o que significa ser aceito, estimado, adotado ao longo da vida e além dela”. (Hernández, 1986, p. 49).

Com essa observação das necessidades da simbologia cultural para suprir a humanização, a socialização e a consequente historicização, pode-se dizer que o agricultor possui um patrimônio intangível no bojo de seu saber tradicional, com o qual deve-se saber lidar para a interação social consciente que é a própria pesquisa.

No ambiente das interações humanas, atua-se de forma a potencializar e incrementar as possibilidades de superação de todos os elementos que poderiam levar ao “ser menos”, em prol da superação da fragilidade da pessoa isolada, e

igualmente contra as estruturas sociais que a fragilizam e excluem. Frente a essas ameaças, o ser humano possui então a tomada de posição rumo ao ser mais em seu meio social, a partir de seu mundo de vivência.

Esse enriquecimento dos valores da pessoa e da interação humana construtiva se traduzirá em uma capitalização intangível de todos os seus atributos como ator social, que poderá interagir com os outros de forma cada vez mais participante, democrática e cidadã, em um projeto de ser mais coletivo que prossegue indefinidamente.

Essa capitalização intangível pode ser entendida como resultante de um direcionamento de ações práticas que fornece cidadania ao produtor, e conseqüentemente favorece sua auto-estima, sendo o contrário do “ser menos”, que é ligado à angústia das diversas formas de perda, que não são apenas perdas materiais, mas perdas de valores de socialização e convívio com outros seres humanos, relacionadas ao patrimônio intangível que faz parte dos aspectos culturais. O direcionamento de ser mais retira o receio de descapitalização subjetiva do produtor, ou seja, a perda de suas “riquezas interiores” que fazem parte de sua tradição, de sua humanização, de sua capacidade de socialização, de seus valores, de sua história e de sua capacidade de união e pertencimento, que sob esse ponto de vista afigura-se, sem dúvida, como um patrimônio.

Estes elementos, vistos como diversas formas de apoio à pessoa (ser mais), desde o retorno financeiro que ela recebe até as manifestações de amizade de seus pares, desde o material até o subjetivo, têm como lugar de expressão o símbolo, que é um fato social, convencionalizado socialmente, porém legítimo e eficaz para a pessoa:

“É na cultura que o homem pode apoiar-se e deste modo firmar-se para enfrentar a angústia que lhe causa sua finitude (...) O homem, engrenado em um ambiente simbólico, permanentemente respira através das histórias, canções, ritos e crenças que o seu meio cultural lhe provê”. (Hernández, 1986, p. 47-48).

9. A abordagem da racionalidade substantiva e os valores da subjetividade do ator

Como uma contribuição do sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, inserida na tradição weberiana, têm-se os conceitos de racionalidade substantiva e racionalidade instrumental. Por meio desses conceitos pode-se entender melhor a problemática da pesquisa e extensão junto aos agricultores, e a proposta inovadora da abordagem participativa.

A visão de Guerreiro Ramos é altamente crítica. Ela questiona o que denomina de “instrumentalização” de toda a vida social. Essa instrumentalização ampla seria o equivalente a considerar toda a sociedade como uma extensão do mercado, ou derivada unicamente da existência e da lógica do mercado. Se fosse assim, a ciência não estaria levando em consideração diversas necessidades da vida humana que não se explicam pelo mercado.

Em relação a essas necessidades, Ernest Becker as coloca como referentes à socialização, ou seja, à capacidade do indivíduo de interagir em sociedade e de aprender suas normas. Tais normas deixam claro, por exemplo, o que se espera do indivíduo e o que ele pode esperar ou mesmo exigir dos outros. Se esse aprendizado não for eficaz, nada funcionará no convívio social. Por via da socialização, cada indivíduo aprende que sua condição de pessoa é uma instância básica de valor relacionada a um mundo preenchido por significados. Esse é o fundamento do valor da pessoa, da auto-estima, do respeito aos outros e dos saberes tradicionais que fazem parte da cultura de uma comunidade. É o fundamento de todo patrimônio intangível. Portanto, deve-se compreender que a pesquisa participativa, ao respeitar os elementos culturais de uma população, não faz isso por motivos voluntaristas, arbitrários ou não-científicos, como seria, por exemplo, se considerasse determinados valores como “moralmente nobres”, a partir do julgamento subjetivo dos técnicos. Pelo contrário, a manutenção dos padrões culturais responde a uma necessidade intrínseca da vida em sociedade, que Becker exemplifica na frase “vamos nos proteger uns aos outros de forma que possamos prosseguir com a tarefa de viver” (Becker, 1962, p. 99). Nessa “proteção de uns aos outros” está implícita a proteção da auto-estima individual, que tão facilmente pode ser destruída pelas abordagens invasivas de pesquisa.

Neste contexto, são pertinentes os conceitos elaborados por Guerreiro Ramos. Segundo ele, o ser humano atua de forma multidimensional de modo a atender diversas demandas que provêm do meio e de si próprio enquanto ser social. Pode-se dizer que ele atua na dimensão biológica, na dimensão social e na dimensão política. Nessas diversas instâncias são diferentes as demandas bem como são diferentes as gratificações decorrentes do comportamento em conformidade com cada uma delas. Quanto mais a gratificação se referir ao patrimônio intangível, na linha do ser mais, tal como a auto-estima, mais recompensadora será para o indivíduo. Aquelas demandas que exigem apenas a obediência a regras pré-estabelecidas, quanto menos exigem a criação de significados por parte do indivíduo, menos são gratificantes. Deve-se enfatizar que é como criador de significados que o indivíduo se capacita continuamente como sujeito, ou seja, se humaniza e se socializa, reforçando sua condição enquanto uma instância básica de valor relacionada a um mundo preenchido por significados. As atividades que podem ser denominadas como puramente “operativas” não são gratificantes porque pouco ou nada acrescentam ao patrimônio intangível do indivíduo.

Guerreiro Ramos denomina a razão humana em seu aspecto sadio e completo como razão lúcida. A razão lúcida é composta harmoniosamente de razão instrumental e razão substantiva. A razão instrumental, relativa a como se atingir determinados fins, tem afinidade com o aspecto operativo. A razão substantiva está relacionada à esfera das relações com os valores e com o patrimônio intangível. Em outras palavras, a razão instrumental lida com o “como”, e a razão substantiva lida com o “porquê”. Esses dois aspectos da razão são indispensáveis para a vida do indivíduo. Porém, Ramos coloca que, desde o começo da revolução industrial, a razão instrumental foi supervalorizada, e, conseqüentemente, a ação meramente operativa foi considerada como sendo o comportamento mais racional do indivíduo, tornando-se o comportamento desejável. Nisso,

empobreceu-se o domínio do patrimônio intangível e dos símbolos compartilhados pela cultura, resultando numa perda da auto-estima e numa redução das características singulares do indivíduo em direção à homogeneidade despersonalizante da massa trabalhadora. Enquanto massa, o indivíduo é alienado dos atributos de construção simbólica que o constituíam enquanto pessoa, perdendo seu aspecto como o lugar básico do valor, tendo de aceitar um papel menor enquanto maximizador de utilidade. Trata-se de uma situação de alienação. Segundo Maurício Custódio Serafim:

“O homem operacional se caracteriza por buscar apenas sua subsistência em termos de necessidades básicas, tanto as de natureza primária como as sociais mais elementares. Ele tem sido considerado um recurso organizacional a ser maximizado em termos de produto físico mensurável”. (Serafim, 2001, p. 8-9).

Karl Marx, em seu clássico conceito de alienação, deixou clara a situação do trabalhador frente ao seu trabalho, na medida em que, por meio do trabalho, ele fornece valor a objetos inanimados, ao mesmo tempo em que se exaure e empobrece sua vida interior:

“Todas estas conseqüências derivam do fato de que o trabalhador se relaciona com o produto do seu trabalho como a um objeto estranho. Com base neste pressuposto, é claro que quanto mais o trabalhador se esgota a si mesmo, mais poderoso se torna o mundo dos objetos, que ele cria diante de si próprio, mais pobre ele fica na sua vida interior, menos pertence a si próprio. (...) A alienação do trabalhador no seu produto significa não só que o trabalho se transforma em objeto, assume uma existência externa, mas que existe independentemente, fora dele e a ele estranho, e se torna um poder autônomo em oposição a ele; que a vida que deu ao objeto se torna uma força hostil e antagonista”. (Marx, 2003, p. 112).

Nesse momento, já se perdeu o balanceamento sadio da razão lúcida. O indivíduo passa a ser visto e avaliado em função de sua posição no mercado. Por seu lado, a sociedade aparenta ser nada mais que uma extensão da economia, e restringem-se os espaços de colaboração e sociabilidade cooperativa:

“Para que o ser humano possa assumir um estilo de vida solidário, é necessário que ele possa exercer e exercitar sua razão lúcida. Contudo, o espaço de produção, sob a égide da compulsão e do controle, permite predominantemente o exercício de apenas uma das dimensões da razão. Neste sentido, o ser humano se desintegra, se reduz a um maximizador da utilidade, ficando sob a égide de um espaço sobrepujado pela racionalidade funcional reducionista. Reducionista porque incompleto, sem abarcar todas as dimensões humanas. Impossibilitada de ser exercida nesse espaço, a dimensão substantiva da razão deve ser de alguma forma dominada ou anestesiada para que a pessoa se sinta menos violentada em sua humanidade. Destarte, a capacidade de ser solidário fica comprometida, pois a capacidade de elaboração e o julgamento de valores associados à vida – faculdade associada à racionalidade substantiva – se encontra em estado letárgico pelas características desse espaço.” (Serafim, 2001, p.11-12).

Em contraposição a esse cenário, que é tão bem retratado pela sociedade atual, Guerreiro Ramos propõe a noção de homem parentético, como o modelo do homem sadio. O homem parentético, frente aos constrangimentos e coações despersonalizantes, é capaz de se colocar “entre parênteses”, e a partir daí, com o uso de sua razão lúcida e capacidade crítica, é capaz de agir de modo livre, informado e responsável, em prol de sua construção como pessoa, buscando, dessa forma, o ser mais para si e para os grupos de que faz parte, contribuindo de forma ativa para o bem comum.

A questão que Guerreiro Ramos coloca para a pesquisa é justamente se o agricultor é considerado apenas como um maximizador de utilidade, em função da inovação tecnológica que se tenciona implantar. Sendo esse o caso, seria uma visão que reduziria o ser humano da condição de ser multidimensional à dimensão única da produção. Esse reducionismo, por empobrecer as características da pessoa, seria um fator de desagregação para as comunidades. Pode-se conceber que o caráter nefasto dessa redução é percebido intuitivamente, ou seja, não como um pensamento verbalmente elaborado, mas como o sentimento difuso de que alguma coisa está errada. Portanto, a abordagem participativa deve levar em conta a cultura comunitária e como se elabora o direcionamento de ser mais nessa cultura, dessa forma garantindo-se, de modo sistêmico, o respeito à pessoa do produtor.

10. A experiência empírica de pesquisa participativa no Município de São José de Ubá, Rio de Janeiro, Brasil

As noções de pesquisa participativa contempladas neste trabalho puderam ser avaliadas na prática, por meio do projeto Gestão Participativa da Sub-Bacia do Rio São Domingos – GEPAR – MBH, Edital CT-Hidro/GBH: FINEP 02/2002, por meio do Fundo Setorial de Recursos Hídricos, de caráter transdisciplinar e inter-institucional. As atividades reuniram técnicos e pesquisadores da Embrapa, de seu Centro Nacional de Pesquisa de Solos (Embrapa Solos), Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro – COPPE/UFRJ, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro – EMATER – RJ, Superintendência de Microbacias Hidrográficas/Secretaria de Agricultura e Abastecimento – SMH – SEA, Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, e Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior – SEAAPI/MBH. Os recursos foram provenientes da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, sendo a instituição gestora a Fundação Arthur Bernardes – FUNARBE. A idéia de ser um projeto que estivesse fundamentado em metodologias participativas se fez refletir em seu próprio nome e sigla, tendo a Embrapa Solos como instituição coordenadora e principal instituição executora.

As ações de pesquisa, sendo centradas na vida cotidiana do agricultor, tiveram de se inserir plenamente em seu mundo de vivência e realidade socioambiental e econômica. No contexto local, o tomate é a principal cultura do município, que porém enfrenta dificuldades devido ao fato de que a região pode ser considerada como um novo semi-árido, com a

devastação da Mata Atlântica original pelos sucessivos ciclos de monocultura. No início de 2004 iniciou-se introdução de sistemas de produção conservacionistas de forma participativa junto aos produtores das comunidades. Com essa finalidade, foram estabelecidas “Unidades de Pesquisa Participativa e Demonstrativa – UPEPADEs”. Esse termo foi concebido em projetos anteriores desenvolvidos no Estado do Rio de Janeiro, onde foram realizados diversos trabalhos de pesquisa envolvendo atividades nas áreas dos produtores participantes. A UPEPADE corresponde a uma área física onde se desenvolvem os trabalhos técnico-científicos com a participação direta do produtor, seja agricultor ou pecuarista, que passa a ser um difusor das tecnologias adaptadas no processo de desenvolvimento e, finalmente, é onde são realizados os eventos de difusão tecnológica.

Foram feitos registros dos trabalhos realizados no ano de 2004 em uma UPEPADE instalada na vila de Barro Branco, em São José de Ubá, à luz dos mais atualizados conhecimentos agrônômicos, possibilitando um menor custo de produção e uma maior produtividade. Para a safra de 2005, foram implantadas novas UPEPADEs para comprovação dos resultados obtidos na primeira experiência. Devido a esses bons resultados, muitos produtores se apresentaram como interessados em participar com uma UPEPADE no projeto, e essa demonstração de interesse ofereceu maior credibilidade ao sistema de produção proposto, tendo portanto efeito multiplicador.

Foram realizadas diversas ações de educação ambiental em sintonia com dinâmicas de grupo que enfatizavam a necessidade de cooperação entre todos (enfocando-se a sociabilidade cooperativa), igualmente proporcionando que o produtor rural que se vinculasse ao sistema conservacionista de produção do tomate estivesse conscientizado quanto à preservação ambiental, reforçado nessa atitude pelo ganho na produtividade de sua lavoura. Os sistemas de manejo de solo e água, pesquisados como sendo os mais adequados em relação às condições de São José de Ubá, deveriam assegurar esse diferencial na produtividade. Em contrapartida, e também como exercício de sua cidadania, o produtor deveria se comprometer com as técnicas conservacionistas, engajando-se nas ações de reflorestamento na sub-bacia do rio São Domingos, que percorre São José de Ubá.

Foram realizadas reuniões periódicas para a sensibilização inicial das comunidades e seu engajamento. Foi o momento de se fazer diversas dinâmicas de grupo que traziam à tona o aspecto do protagonismo, significando o indivíduo assumir todos os atributos de sua condição de sujeito de sua história e, inevitavelmente, de sua condição de cidadão, e se sentir interiormente capaz de gerir a sua própria vida na interação com os outros e com as instituições sociais.

Como efeito das dinâmicas de grupo e das ações de sensibilização, conseguiu-se motivar as pessoas a comparecerem em reuniões posteriores, e tornou-se mais efetiva a percepção de um sentido de pertencimento à comunidade, que estava bastante precário.

Dentro do processo de incentivo do protagonismo social, formou-se o denominado “grupo de mobilização”, com vistas a dar origem ao Grupo Gestor, a ser formado por agricultores locais. Com a confiança dos agricultores no que estava se desenvolvendo, as lideranças consolidaram seu comparecimento às reuniões, e as comunidades decidiram sobre quais seriam os seus melhores representantes. A partir da formação inicial do Grupo Gestor, houve mudanças em seu quadro, porém o mais importante foi o fato de que a pesquisa participativa obteve o surgimento de um novo ator social – o Grupo Gestor – a partir dos trabalhos de sensibilização, conscientização e motivação do protagonismo.

Ao longo do andamento da pesquisa, observou-se o quanto os membros do Grupo Gestor, antes receosos de verbalizar suas necessidades nas reuniões, se sentiam encorajados a conversar com o prefeito e demais autoridades, expondo as demandas de suas comunidades, como agentes dos debates sobre o que era melhor para o município de São José de Ubá. Os produtores se interessavam e se tornavam agentes ativos para a viabilização do manejo conservacionista do tomate, em busca de um futuro melhor para si e suas famílias.

A partir do êxito dessas ações, é possível afirmar que a conscientização das comunidades pode ser potencializada, sem a desqualificação da cultura local. As atividades do Projeto GEPAR – MBH foram realizadas em comunhão com os atores sociais locais, e desse modo sua cultura, enquanto experiência simbólica compartilhada, foi acrescida de elementos que a enriqueciam, porém não a desqualificavam, caracterizando a intervenção não invasiva.

11. Conclusões

Existe na sociedade atual uma ânsia pelo ressurgir da pessoa humana em sua forma plena – uma urgência de emersão do sujeito, contra todas as forças despersonalizadoras que almejam transformar o sujeito em um objeto a ser utilizado e descartado. Esse ressurgir traz de volta à cena a verdadeira liberdade da pessoa em construir-se como um agente social em seus próprios termos, ou seja, em busca daquilo que legitimamente a constrói dentro de seu espaço social. Na linha do pensamento de Paulo Freire, pode-se dizer que o agricultor, enquanto sujeito, se constrói na interação, onde está sempre em processo de “ser mais”. Esse é um projeto de duração indefinida, mas sempre atuante. A pesquisa participativa deve ser considerada como uma das ferramentas de humanização, socialização e historicização, ao afirmar que o agricultor só se realiza enquanto sujeito na qualidade de um ser pessoal, em um ambiente de seres pessoais – com outros sujeitos, que se humanizam, se socializam e pelas suas ações constroem sua história.

Em um ambiente que possui um histórico de autoritarismo, como o meio rural brasileiro, onde a escravidão fincou profundos traços culturais de servidão, o “ser mais” do sujeito significa igualmente um resgate de sua dignidade. Ao aceitar intervenções invasivas, a pessoa tende a sentir-se diminuída em sua dignidade e auto-estima, o que é um passo para se desqualificar também a demanda por dignidade e auto-estima de seu semelhante, em favor de uma posição servil em relação

aos que estão no papel de “senhor”. A pesquisa, ao ser participativa, traz a esse cenário um caráter inovador, onde cada sujeito pode clamar para si atributos de respeitabilidade, empoderamento e cidadania.

Para que este marco fosse estabelecido, foi necessária uma revisão de vários tópicos que, dentro do saber sociológico, fornecem respaldo ao “ser mais” da pessoa, para além do próprio humanismo pedagógico de Paulo Freire. Admitindo-se que a questão da pesquisa da agricultura familiar vai mais além da produção e da comercialização, em busca da valorização do agricultor em todos os seus atributos de pessoa humana, tornou-se necessário percorrer o mundo de vivência, a situação face a face, a comunidade, o sentimento de pertencer, os valores que estão implícitos nesse pertencer, a cultura comunitária, a racionalidade substantiva e a condição de pessoa como instância básica do valor. Junto a populações tão historicamente exploradas, espera-se que a pesquisa participativa, ao valorizar todos esses atributos, seja um instrumento não apenas de ciência, mas de ciência aliada à democracia e à cidadania.

Referências

- Ávila, A. F. D. & Rodrigues, G. S. & Vedovoto, G. L. (2006). Avaliação dos Impactos de Tecnologias Geradas pela Embrapa: metodologia de referência. Brasília: Embrapa.
- Becker, E. (1962). The birth and death of meaning. New York: The Free Press of Glencoe.
- Berger, P. L. & Luckmann T. (1985). A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Editora Vozes.
- Buber, M. (1987). Sobre Comunidade. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Cohn, G. (1982). Weber. São Paulo: Editora Ática.
- Durkheim, E. (1975). A ciência social e a ação. Lisboa: Editora Bertrand.
- Freire, P. (1984). Educação e mudança. São Paulo: Editora Paz e Terra, 8ª edição.
- Freire, P. (2001). Extensão ou comunicação? São Paulo: Editora Paz e Terra, 11ª edição.
- Freire, P. (2006). Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 44ª edição.
- Hernández, C. J. (1986). O lugar do sagrado na terapia. São Paulo: Nascente Livraria e Editora Ltda.
- Japiassú, M. & Marcondes, D. (2001). Dicionário básico de filosofia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Martins, J. S. (2001). O Futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. Estudos Avançados 43, 31-36.
- Marx, K. (2003) Manuscritos Econômico-Filosóficos. São Paulo: Editora Martin Claret.
- Pinent, C. E. C., Sobre os mundos de Habermas e sua ação comunicativa. (2004). <http://www.adppucrs.com.br/informativo/Habermas.pdf> (consultado na Internet em 15 de abril de 2008).
- Serafim, M. C. Considerações acerca da solidariedade no espaço de produção para uma efetiva concretização de alternativas. <http://www.urutagua.uem.br//03serafim.htm> (consultado na Internet em 17 de abril de 2008).
- Signates, L. Comunicação e paz. (2000). <http://www.robertexto.com/archivo4/paz.htm> (consultado na Internet em 17 de abril de 2008).
- Weber, M. (2004). Economia e Sociedade. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2 vol.
- Zimmerman, M. A. & Rappaport, J. (1988). Citizen Participation, Perceived Control, and Psychological Empowerment. American Journal of Community Psychology, Vol. 16, Nº. 5, 725 – 749.

Comunicação e cooperação lusófonas: um caso.

Anibal ALVES
Universidade do Minho
anibal@ics.uminho.pt

Resumo: Esta comunicação pretende realçar a relevância e função da comunicação entre as associações científicas dos povos luso-afro-brasileiros, particularmente, no campo específico das associações de ciências da comunicação. Para tanto, procede-se à evocação e análise de algumas fases históricas reveladoras de cooperação positiva e de bloqueamento, ao longo do período da década que ora se completa, da criação, desenvolvimento e actualidade da LUSOCOM, federação das Associações de Ciências da Comunicação dos Países Lusófonos.

Resumo: Esta comunicação pretende realçar a relevância e função da comunicação entre as associações científicas dos povos luso-afro-brasileiros, particularmente, no campo específico das associações de ciências da comunicação. Para tanto, procede-se à evocação e análise de algumas fases históricas reveladoras de cooperação positiva e de seu bloqueamento, ao longo do período da década que ora se completa, da criação, desenvolvimento e actualidade da LUSOCOM, federação das Associações de Ciências da Comunicação dos Países Lusófonos.

1. Introdução: Relevância do tópico no tema geral da Sessão temática.

O título geral da nossa mesa temática “Ciência, Tecnologia e Comunicação” ofereceu-me um acolhimento, quicá um tanto oblíquo, na medida em que, não abordando directamente, nem a Ciência, nem a Tecnologia, nem tão pouca a Ciência ou a Tecnologia da Comunicação, optei por debruçar-me sobre a Comunicação como meio. Invoco a comunicação-meio, não apenas no sentido de mediação instrumental, mas também e principalmente aqui, no sentido de meio ambiente, necessário para a relação fundamental que inspira o nosso Congresso Luso-Afro-Brasileiro, ou seja a relação viva dos povos e pessoas que somos, nesta realidade original transcendente que nos apela e responsabiliza.

Coloco esta reflexão sob a herança conceitual de Kurt Lewin que julgo se mantém poderosa e fecunda na compreensão e desenvolvimento das relações humanas, particularmente, no contexto da cooperação requerida por tarefas colectivas. Em conformidade com a teoria e experiência desenvolvidas pelo Autor e seus discípulos, a comunicação adequada (e autêntica, acentuava) entre os membros da equipa de pesquisa é condição sine qua non para a criatividade da equipa.

O cientista que tanto privilegiou a teoria como a experiência, sabia do que falava, particularmente em contexto de equipas de trabalho científico¹. Fica apenas a referência para o relevante papel da comunicação no que concerne as relações dos nossos Povos e Sociedades ao nível da Ciência e da Tecnologia (mais explicitadas na mesa temática em que estamos).

A experiência foi a terra prometida dos ambiciosos projectos de Kurt Lewin. A “pesquisa-acção”, como modo de criação de ciência tem a sua marca. Também hoje, de algum modo, tomaremos essa orientação para o nosso assunto. Faremos da experiência vivida numa fase da história da nossa jovem Associação de Ciências da Comunicação em relação com a Sociedade Brasileira de Ciências da Comunicação no quadro da relação da LUSOCOM, Federação das Associações de Comunicação dos Países Lusófonos. Com efeito aí pretendemos ver um caso paradigmático das virtualidades da comunicação, enquanto condição da cooperação fecunda no âmbito da comunidade luso-afro-brasileira.

Evocarei aquela experiência, num primeiro ponto e abordarei, num segundo, os ensinamentos que dela podemos tirar.

2. Relação comunicativa: Entre efeito catalisador e efeito de bloqueio (um caso paradigmático)

O Caso a considerar, de modo tipificado, consiste numa dimensão específica, observada e documentada, do processo histórico da criação e desenvolvimento da SOPCOM (1988-2008), e sua conjunção com o (quase simultâneo) processo da criação e desenvolvimento da LUSOCOM.

Os pontos a contrastar são, resumidamente os seguintes:

2.1. Relação comunicativa: Efeito catalisador.

O nascimento da Sopcom é por assim dizer assistido, no próprio parto, pela presença estimulante de uma representação significativa da INTERCOM, no quadro do I Encontro Lusófono de Comunicação, na Universidade Lusófona em Abril de 1997. A relação de cooperação, longe de se reduzir a este momento de grande impacte, revelou-se de imediato com grande capacidade de inspiração e de acção, vindo a concretizar-se, durante um período muito curto de tempo, em notável intensidade e quantidade de acções de cooperação em forma conjunta ou de intercâmbio, designadamente, nos Encontros e Congressos nos subseqüentes anos de 1998, 1999 e 2000, quer em Portugal, quer no Brasil.²

2.2. Relação comunicativa: O efeito bloqueador

O espectacular crescimento da SOPCOM, em Portugal, e o aprofundamento da comunicação e cooperação com a INTERCOM, no Brasil, e de ambas as associações com a participação de colegas de Angola e Moçambique, pareciam ter alcançado um sólido nível que fazia prever um salto de grande significado na realização do IV LUSOCOM, em ambiente da calorosa solenidade histórica, qual era a celebração do Achatamento do Brasil em 1500, na cidade de S. Vicente.

Mas, o perigo sempre espreita, diz o povo sábio, e foi no quadro da festividade do nascimento da grande Terra do Brasil que a crise da comunicação e da cooperação da LUSOCOM estalou, com frémito e dor. Não vamos agora colocar o acento nos meandros dos acontecimentos históricos e suas várias interpretações. Limitaremos a nossa consideração, selectivamente, à eclosão do conflito, num momento intempestivo e unilateral, e à crise por ela aberta. Atente-se de partida que as partes revelaram capacidade bastante para evitar efeitos irremediavelmente destruidores. A nossa hipótese na presente reflexão é que uma maior competência para lidar com semelhante e normal ocorrência de conflitos nos torne mais competentes para evitar e ultrapassar os seus efeitos nefastos, tornando-os, antes, em ocasiões propiciadoras de maior aprofundamento e adequação da comunicação e relação nas várias formas de nossas associações. Tal poderia ser o específico contributo da Lusocom para o desenvolvimento progressivo e permanente da real comunidade dos povos lusófonos.

Um resumo, necessariamente simplificador, do caso, pode ser evocado a partir da declaração, do então Presidente da Lusocom, no decurso do Congresso de S. Vicente, da sua imediata cessação de funções. Concluída que entendia a sua missão, assumia esta atitude na sequência da grande insatisfação sentida com as posições e atitudes da direcção da Sopcom ocorridas na preparação do Congresso. Refira-se que a real ocorrência daquelas posições de discordância, desentendimento e equívoco, não deixou de ser ultrapassada, a favor da efectiva preparação e realização do grande evento e jubilosa celebração

¹ Cf. sobre este assunto Mailhiot, B. (1968). *Dynamique et Génèse des Groupes. Actualité des découvertes de Kurt Lewin*. Paris. Éditions de l'Épi.

² Alves, A. (2000) "Investigação em Comunicação no projecto da LUSOCOM". *Comunicação e Sociedade*, 2, *Cadernos do Nordeste*, Série Comunicação, Vol.14 (1-2), 2000, 25-33.

do achamento da terra de Vera Cruz. Mas o bloqueamento da comunicação fluente e da relação confiante conduziu à explosão da ameaçadora ruptura!

No imediato, as partes presentes, que não coincidiam com os órgãos da Intercom e da Sopcom, reuniram empenho e arte bastantes para evitar ruptura e vazios, tendo conseguido a elaboração de um “pronunciamento” positivo que permitiu o acordo de abertura imediata do processo de revisão e formulação do Protocolo fundador da Lusocom. Este facto foi demonstrativo da capacidade das partes que mostraram valor e honraram o anterior percurso de cooperação e alto interesse mútuo. Mas não podemos negar os efeitos nefastos da crise vivida e de suas inevitáveis sequelas.

Também a este respeito ficaremos apenas em sintomática indicação: esta é visível no grau de intensidade do intercâmbio entre as Associações de Comunicação de Brasil e Portugal nos períodos imediatamente antes e depois de S. Vicente (2000). De 1997 a 2000 realizaram-se quatro encontros; no período seguinte, decorrerão quatro anos até à relativa normalização da cooperação. Com efeito, primeiramente, demorámo-nos em lentas consultas sobre o protocolo “denunciado”; desenvolveu-se, entretanto, sem real concertação das partes, o projecto do “V Congresso Internacional de Ciências da Comunicação dos Países de Língua Portuguesa”, efectivamente realizado em Maputo, Moçambique, em 2002. O espírito de concórdia prevaleceu na participação das partes neste Congresso, que, em boa verdade só a posteriori recebeu, a designação de “Lusocom”. O V Lusocom, oficialmente convocado, viria a celebrar-se na Universidade da Beira Interior, cidade da Covilhã, em Portugal, em 2004. A este respeito, não deixa de ser sintomática, a total ausência de informação da crise e dificuldade aqui evocadas, nos textos dos sítios da Lusocom e Sopcom³. Queremos crer que tal não corresponda a menor grau de clarificação nem assumida adequação da nossas relações e comunicações, que desejamos inquestionavelmente “autênticas”, para usar a bela designação proposta por K. Lewin. É, com efeito e tal como o mestre do Grupo de treino ensinou e demonstrou, no meio-ambiente que estas promovem e asseguram, que a cooperação criativa e fecunda emerge e perdura.

Por assim o pensarmos é que decidimos retomar o caso, apreciando e reconhecendo a positividade que juntos conseguimos dar ao sucedido, sem deixarmos de reconhecer que, com maior competência poderíamos ter evitado os prejuízos e conseguido maiores progressos. E, saltando para uma generalização permitida, é isso mesmo que ousamos prever para a cooperação geral, nas mais diversas formas, entre as comunidades, organizações, instituições e pessoas da grande Comunidade lusófona. É, de todo o modo, nessa perspectiva que se inspira a nossa presente reflexão e proposta.

3. Os conflitos, inerentes à condição humana potenciam o seu desenvolvimento.

3.1. Aprofundamento conceitual e espiritual da questão.

Importa, de modo geral, adquirir conhecimento apurado da natureza, modalidades e dinâmica da ocorrência dos conflitos, bem como dos métodos para os tratar com competência, êxito e vantagem. Nesse sentido se perfilam acções como aquelas que vamos recordar.

- O estudo e aprofundada compreensão dos conflitos documentados à luz da História, no passado longínquo e recente, como na actualidade, têm sido objecto de importantes tratados, pesquisas e intervenções, a partir das diferentes disciplinas científicas e entidades políticas, administrativas, religiosas e culturais. Não são o exemplo e o testemunho, argumentos poderosos e estimuladores para novas e certas estratégias e escolhas de acção? Não nos pode iluminar e mover, por exemplo, o grandioso ideal em continuada realização, que é a obra ímpar da Organização das Nações Unidas? Admirável invenção, cuja grandeza iguala a humildade com que na paciência vai cuidando das feridas, enganos e erros dos povos, que, mesmo desajeitadamente, prosseguem o sentido transcendente da humana fraternidade.

- Um instrumento pedagógico para a sensibilização à indispensável convivência com a nossa condição de conflituosidade é-nos oferecido pelo exercício experimental do “Dilema do Prisioneiro”⁴. A situação pode resumir-se assim: 1) duas pessoas são presas sob suspeita de grave crime; 2) depois de separadas e sem possibilidade de comunicação entre si, cada qual deverá optar entre confessar o crime ou ficar em silêncio, sabendo o seguinte: a) se uma confessar e a outra não, aquela sairá em liberdade e a outra (silenciosa) terá 20 anos de prisão; b) se as duas confessarem ficam 5 anos na prisão; c) se ambas se calarem, ficam presas por um ano, por delito menor; 3) não podendo comunicar entre si, cada qual enfrenta um dilema.

Um estudo sobre realização experimental do exercício em larga escala indica que a maior parte os jogadores escolhe a opção menos cooperativa, ou seja, escolhe a hipótese do maior ganho individual possível, sem consideração da sua inevitável conexão com a possível escolha da outra.

- O estudo, a experiência, o imenso espólio da tradição dos povos oferecem-nos sábios e experimentados ensinamentos sobre a arte da política, da negociação, da prevenção, sobre a paz e a guerra, sobre a cooperação, a concórdia e aperfeiçoamento humano ao nível pessoal e colectivo, nas mais diferentes dimensões. Em tempos mais recentes do desenvolvimento histórico, a crescente intensificação da interacção social nas organizações de toda a ordem e nas mais variadas dimensões da acção social e individual, de natureza institucional, política, económica, religiosa e outras, suscitou e

³ Ver LUSOCOM – Federação das Associações Lusófonas de Ciências da Comunicação, <http://www.lusocom.info> (consultado em 28/11/2006). SOPCOM, <http://www.sopcom.pt/index.html> (consultado em 30/11/2008); <http://sopcom2009.ulusofuna.pt> (consultado em 30/11/2008).

⁴ Littlejohn, St. W. (1978), *Theories of Human Communication*, Tr. De Aloísio Trinta, *Fundamentos Teóricos da Comunicação Humana*. Rio de Janeiro: Zahar Editor. 1982, p. 246.

mereceu grandes esforços e empreendimentos de aprendizagem e treino de novos saberes e competências específicos das novas condições sociais. São exemplo os trabalhos pioneiros de K. Lewin e as grandes correntes de pesquisa e formação continuamente desenvolvidas em Psicologia Social, Sociologia Política, Administração e Gestão, Comunicação, entre outras e mais especificamente dedicadas ao tratamento dos conflitos e relações humanas.

- São também de referir a título de referência, os importantes movimentos e tradições de ordem religiosa, espiritual, cultural e política, com destaque para os ensinamentos de Grandes Mestres Espirituais, que valorizaram os sentimentos, atitudes, e virtudes de compreensão, de tolerância, de empatia e de amor fraterno nas relações e interações humanas. O mandamento do amor ao próximo, de Jesus Cristo, suscita no meu contexto, inevitável referência.

3.2. Desenvolver o conhecimento crítico das relações entre pessoas e instituições do mundo lusófono.

- O que referimos como perspectiva e atitude em relação aos conflitos na vida colectiva tem aplicação específica e de grande necessidade nas tarefas de criação e permanente desenvolvimento da comunidade lusófona, nas suas múltiplas formas de realização concreta.

Nesse sentido sobressai a determinação e exigência críticas sobre as nossas próprias organizações e programas. Será que os nossos eventos, congressos, protocolos, sem dúvida importantes em si, são suficientemente pautados por critérios de relevância, em seus objectivos diferenciados, seus modos de avaliação e consequente melhoria de resultados? Não faremos somatório de muitas coisas e muito ruído, sem alcançar real crescimento ao nível concreto de pessoas, situações, estruturas, das cidades, das organizações, nas parcelas vivas de nossa comunidade? Ou seja, buscamos o novo ou “mais do mesmo”, contrariando o conselho dos Antigos, “não devem criar-se entidades para além da necessidade”?

3.3. O diálogo como modelo e método.

- O ideal da comunidade lusófona contém uma dimensão clara de transcendência. Mas longe de qualquer idealismo etéreo, ele é uma realidade encarnada no barro humano da nossa fala comum, no discurso e rede dos nossos laços e teias sociais, na rede das nossas vidas e pessoas de corpo e sangue. É no trabalho insano de valorização desse modo de sermos comunicantes de um mundo próprio, que a Lusocom ganha um papel de extraordinária relevância e urgência. Ela poderá levar a lusofonia a um grau de comunicação tal que por ele se catalisem em nova qualidade, os fluxos, relações e interações entre toda e qualquer das partes da nossa grande comunidade, afinal em permanente construção.

4. Conclusão e prospectiva

O nosso desígnio é claro, digno e justo. Vamos prosseguir-lo na consciência do património relacional existente e do seu incomensurável valor. Iremos prosseguir-lo intensificando as nossas relações de cooperação efectiva, na atitude determinada e constante de, saindo cada um mais de Si favorecer mais o Nós, tornando-nos assim, efectiva e paradoxalmente, mais.

Metodologias emancipatórias e empoderamento: a experiência do Projeto Quilombolas de Minas Gerais – Brasil

Carlos Roberto Horta
Universidade de Minas Gerais
atroh@uol.com.br

Anderson Xavier de Souza
Universidade de Minas Gerais
junglejazz@yahoo.com.br

Alexandre Duarte
Universidade de Minas Gerais
aw.duarte@yahoo.com.br

Resumo: Partindo dos princípios teóricos e epistemológicos da pesquisa-ação, mais especificamente na formulação de HERNANDEZ (2005), busca-se discutir diferentes experiências de implementação de metodologias emancipatórias focadas no empoderamento e na participação ativa dos sujeitos no processo.

A materialização desses postulados se vê no projeto Quilombolas de Minas Gerais - Resgatando Raízes, colocado em prática nos anos de 2007 e 2008, que consiste na elaboração e implementação de metodologia para análise socioeconômica e cultural de comunidades remanescentes de quilombos em Minas Gerais (Brasil), bem como a aplicação da tecnologia social produzida na orientação de políticas públicas específicas para estes grupos. Objetiva-se, também, a construção compartilhada de conhecimento na identificação de demandas e potencialidades e, ainda, através da formação de intelectuais orgânicos, no sentido gramsciano do termo, a efetivação de ações

amplificadoras das vozes dos quilombolas enquanto sujeitos políticos coletivos na reivindicação de direitos e promoção da cidadania. Nesse processo participam diversos atores políticos - poder público, sociedade civil e comunidade - visando a horizontalização das relações de poder e a desconstrução de hegemonias, a validação das informações produzidas, a produção de enunciados coletivos e o estabelecimento de compromissos entre as partes envolvidas.

Para alcançar os resultados esperados foram desenvolvidos cinco passos metodológicos que conjugam elementos da pesquisa quantitativa e qualitativa (observação de campo, realização de entrevistas, aplicação de questionários), e culminam na realização da “micro arena participativa”, na qual são envolvidos diferentes esferas do poder público, local e nacional, comunidade e universidade na busca de soluções para as necessidades apontadas pela pesquisa.

Palavras-chave: pesquisa-ação; metodologias emancipatórias; políticas públicas; tecnologia social; comunidades quilombolas.

Introdução

Este trabalho é fruto do acúmulo de experiências e iniciativas do Núcleo de Estudos Sobre o Trabalho Humano da UFMG (NESTH) que, desde 1984, desenvolve atividades de pesquisa (Observatório do Trabalho) e extensão (Laboratório de Tecnologia Social) que buscam a produção compartilhada de conhecimento associado com as realidades investigadas e, ao mesmo tempo, comprometido com a aplicação do mesmo em prol da dignidade e cidadania de trabalhadores e demais grupos excluídos socialmente¹.

Tendo em vista a tradição de pesquisa-ação do NESTH, sobretudo na pesquisa e implementação de metodologias emancipatórias, recebemos a encomenda da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do estado de Minas Gerais (SEDESE) para realizar, a princípio (2007), apenas um projeto piloto de elaboração de instrumentos metodológicos para que o governo pudesse conhecer a realidade socioeconômica e cultural das comunidades quilombolas do estado. Devido ao êxito da proposta apresentada, o ano seguinte, 2008, seria dedicado à implementação da referida metodologia.

Antes de tecermos considerações sobre a metodologia empregada, fazem-se necessárias algumas linhas sobre o contexto da realização da pesquisa, que está em sintonia com a discussão sobre o reconhecimento, a valorização e o empoderamento das comunidades quilombolas no Brasil, no âmbito da diminuição das desigualdades raciais que caracterizam a sociedade brasileira.

Neste artigo, apresentaremos alguns elementos do processo de pesquisa-ação, ainda em andamento. Por isso, nele serão tecidas apenas considerações iniciais sobre algumas questões que surgiram a partir do desenvolvimento do referido projeto e que se relacionam à temática das metodologias emancipatórias e empoderamento / território, empoderamento e construção de subjetividades coletivas (na perspectiva gramsciana) em comunidades quilombolas. Assim, inicialmente mostraremos o percurso trilhado pela pesquisa-ação, explicitando seus propósitos, pressupostos e as bases teórico-epistemológicas que nortearam as ações, bem como os cinco instrumentos metodológicos que possibilitaram o trabalho. Por fim, faremos breves considerações sobre algumas questões relativas às tentativas de empoderamento das comunidades quilombolas de Minas Gerais em um contexto marcado pela opressão à população negra.

A discussão em torno do conceito de “Comunidades Quilombolas” e o Decreto 4.887/03

Sob o prisma político e jurídico, o Decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003 representa um importante marco na discussão sobre comunidades quilombolas no Brasil. Com o fim do regime escravocrata no país, 388 anos depois de seu surgimento, as comunidades negras, reconhecidas como uma forma de resistência política explícita dos escravos ao regime de servidão (Mendonça & Guimarães, 1997), se tornaram “invisíveis” socialmente, principalmente aos olhos do Estado brasileiro, que sequer se atentou para este grupo em sua política oficial de terras. Este processo de “invisibilização” está diretamente relacionado às políticas de embranquecimento da população, em um primeiro momento, e, também, ao mito da democracia racial que ainda hoje exerce grande influência nas relações étnico-raciais no país (Telles, 2003).

Contudo, a discussão sobre o reconhecimento e a institucionalização legal das comunidades quilombolas toma um novo rumo a partir da Constituição Federal de 1988 que diz: “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

Este precedente aberto às comunidades quilombolas no documento máximo da república colocou em discussão a definição de grupos como “comunidades quilombolas”. Por estar na Constituição, o direito possuía uma limitação dada pela jurisprudência que irá se estabelecer no sentido de procurar entender quem seriam os remanescentes de quilombos. Neste sentido, então, o debate deságua no campo antropológico com fim de garantir o gozo dos direitos constitucionais de forma que a conceituação não se tornasse uma “camisa de força” para tanto. Portanto, em encontro realizado em outubro de 1994 e patrocinado pela Aba (Associação Brasileira de Antropologia/RJ), caracterizou-se em termos contemporâneos o conceito de quilombo:

“(…) o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre

¹ Como exemplo, o NESTH se dedica ao fortalecimento do associativismo social e econômico por meio da incubação de cooperativas populares em vilas e comunidades caracterizadas por carências educacionais, financeiras e psico-sociais.

foram constituídos a partir de uma referência histórica comum, construída a partir de vivências e valores partilhados. Neste sentido, constituem grupos étnicos conceitualmente definidos pela Antropologia como um tipo organizacional que confere pertencimento através de normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão. No que diz respeito à territorialidade desses grupos, a ocupação da terra não é feita em termos de lotes individuais, predominando seu uso comum. A utilização dessas áreas obedece à sazonalidade das atividades, sejam agrícolas, extrativistas e outras, caracterizando diferentes formas de uso e ocupação do espaço, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade”.

Destarte, o Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, encerra, até então, um ciclo de debates sobre a conceituação e garante direitos às comunidades quilombolas no tocante à políticas públicas e reconhecimento territorial. Seu texto reza que:

“Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de recursos territoriais específicos, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante auto-definição da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

§3º Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental.”

Os critérios para a titulação da terra estão no art. 17 do Decreto 4.887, o qual dispõe que:

“A titulação prevista neste Decreto será reconhecida e registrada mediante outorga de título coletivo e pró-indiviso às comunidades a que se refere o art. 2º, caput, com obrigatória inserção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade.

Parágrafo único. As comunidades serão representadas por suas associações legalmente constituídas”.

Mais que garantias jurídicas e políticas, o Decreto 4.887 apresenta-se como um definidor para um grupo que, historicamente, sempre foi mantido distante dos mecanismos de garantias de seus direitos e de cidadania.

A experiência do Projeto Quilombolas de Minas Gerais

Nos últimos anos, temos observado um marcante avanço das políticas públicas afirmativas da identidade étnico-racial. Seus pressupostos são a intervenção ativa do estado sobre desigualdades sociais decorrentes do histórico de exploração de índios e negros no Brasil, uma vez que a presença da isonomia racial já na primeira constituição republicana não garantiu per si a inclusão dessa parcela da população, mantida à margem do ‘processo modernizante’ que introduziu a mão de obra assalariada no país.

No que se refere à pesquisa que desenvolvemos, é preciso afirmar, inicialmente, a realidade contraditória e problemática que foi encontrada ao se buscar produzir uma metodologia, necessariamente interdisciplinar, diante da multiplicidade e diversidade que a discussão sobre a questão quilombola apresenta no campo acadêmico. Ademais, se acrescem os objetivos concretos e imperativos de realização de políticas públicas, face às demandas urgentes decorrentes do quadro social das comunidades quilombolas do estado de Minas Gerais, marcados pelos déficits educacionais, altas taxas de desemprego, acesso deficitário à saúde, precariedade das condições de moradia, além da migração, precária infra-estrutura de saneamento básico, saúde, etc.

Os objetivos

O estado de Minas Gerais possui mais de 400 comunidades quilombolas² com características diferenciadas, sendo necessário investir no conhecimento científico, com vistas à elaboração de políticas públicas adequadas a esta parcela populacional marcadamente excluída. Nesse sentido, além da relevância acadêmica deste estudo, o Projeto Quilombolas, de um modo geral, representa o passo inicial para o desenvolvimento do Plano Estadual de Promoção da Igualdade Étnico-Racial em Minas Gerais, gerando informações importantes que servirão como subsídio para a elaboração de políticas públicas, bem como a adequação das poucas já existentes.

No Projeto Quilombolas objetiva-se, de um modo geral, a elaboração e implementação de metodologia para análise socioeconômica de comunidades remanescentes de quilombos de Minas Gerais, com vistas a apontar diretrizes para políticas públicas necessárias à construção da cidadania em comunidades quilombolas mineiras. Como objetivos específicos busca-se

² Segundo o Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva – CEDEFES, este número chega a 436 comunidades identificadas e pré-identificadas em 2008 (www.cedefes.org.br).

a identificação e análise de informações sobre o histórico de ocupação do território pela comunidade e, ainda, aspectos religiosos relevantes, como locais sagrados e de rituais. Ademais, é preocupação da pesquisa fazer o levantamento demográfico e estudar a distribuição espacial da comunidade, considerando a organização sócio-econômico-política, as atividades culturais e econômicas, as condições educacionais, de saúde, bem como levantar informações gerais sobre o sistema econômico de produção, distribuição e consumo da comunidade, com foco especial na utilização econômica do espaço pela comunidade, incluindo áreas de caça, de pesca, de coleta, de agricultura e outras atividades produtivas e, igualmente, para atitudes e critérios ecológicos da comunidade em relação à preservação do meio-ambiente.

Além disso, atenta-se para a observação das formas de uso comum e combinação de domínios privados e públicos; identificação e descrição dos limites da área das terras utilizadas e ocupadas pela comunidade, considerando a distribuição espacial, seus usos e costumes, as terras imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem estar; além de avaliar o relacionamento da comunidade com o município.

Para alcançar tais resultados, busca-se que todo processo se baseie na construção compartilhada de conhecimento na identificação de demandas e potencialidades e, ainda, a efetivação de ações amplificadoras das vozes dos quilombolas na reivindicação de direitos e promoção da cidadania. Nesse sentido, um dos objetivos da pesquisa é, igualmente, a criação de mecanismos, situações e práticas de amplificação das vozes dos quilombolas na reivindicação de direitos e promoção da cidadania através da formação dos próprios intelectuais - no sentido gramsciano do termo. Assim, ao contar, necessariamente, com a participação das comunidades no fazer da pesquisa, o projeto fomenta a interatividade e a perspectiva emancipatória, pressupostos da cidadania, que são condições importantes para que as políticas públicas sejam de fato assumidas pela comunidade. Como exemplo de ações voltadas para a constituição de intelectuais orgânicos, temos a atenção especial dada à sensibilização das comunidades para participação em dispositivos de controle social, como os conselhos setoriais municipais (de saúde, educação, segurança pública, etc.) e estaduais, nos quais atualmente a presença de representantes quilombolas é quase nula.

A contribuição gramsciana na construção de subjetividades coletivas nas comunidades quilombolas

A construção de metodologias, no Projeto Quilombolas, atende a uma proposta que articula diferentes vertentes de construção-produção de conhecimento, envolvendo a estratégia da transformação do sujeito, visando à sua autoconstrução, rumo à sua autonomia ou emancipação. Enquanto participantes do processo de produção do conhecimento, associado à construção do intelectual orgânico, os membros da comunidade envolvidos vêm se consolidando como atuantes sistemáticos nas questões da comunidade. Daí, o objetivo passa a ser partir para a consolidação do sujeito político coletivo, por meio do fortalecimento da identidade étnico-racial e dos mecanismos de representação. Esse trabalho visa o fortalecimento político da comunidade no processo de construção de cidadania. A idéia é resultar numa relação entre comunidade e poder público de igual para igual, elevando a luta, de uma relação de exclusão ao que Gramsci chamou de “guerra de posições”, agora no contexto das ações do aparelho de estado, na medida em que este é local e objeto de luta, também na teoria gramsciana. É, na verdade, o campo de construção/desconstrução de hegemonias que está em questão aqui.

Na construção do intelectual orgânico quilombola, observa-se uma literal continuidade entre teoria e prática, significando, na lógica da ação gramsciana, a própria construção da praxis no contexto da desalienação do sujeito-excluído (condição de lumpen-proletariado agravada pelo processo de radicalização neoliberal do capital). É possível que, numa perspectiva dialética, a situação de exclusão, perda de território, processos de desarticulação de identidade, entre outros, tenham viabilizado uma passagem mais ágil para variados níveis de desalienação na população quilombola. Ou a soma da identidade afro-descendente, consciência da discriminação racial, com a situação de excluído possa contribuir para o salto qualitativo que leva ao militante quilombola. Nessa perspectiva, estariam quase completas as condições para que os próprios membros da comunidade, numa perspectiva auto-organizadora, passassem à autonomia integradora, que é condição, elemento central da construção social de uma “ética emancipatória dirigida aos objetivos do desenvolvimento humano em liberdade, solidariedade e dignidade, para a realização da justiça social, o progresso e a elevação da qualidade de vida” (Hernandez, 2005:131).

As condições para a autoconstrução do intelectual orgânico quilombola estariam dadas, a partir da realidade das próprias comunidades e do desenvolvimento de sua inserção histórica nas relações com a sociedade marcada pela propriedade privada e excludente. No contexto da abolição da escravidão, a propriedade, representada pelo Estado brasileiro, deixou sem terras os ex-escravos e propiciou terras aos emigrantes europeus e asiáticos. Por um lado, as estruturas que favorecem a produção de conhecimento estratégico para uma elite conservadora se manter no poder estavam asseguradas pela propriedade dos meios de produção de mercadorias, dos meios de produção de conhecimento e dos regimes de produção da verdade hegemônica no senso comum. Mas, por outro, a exclusão é capaz de constituir a referência para que outras identidades se consolidem e se fortaleçam como resistência. Esta, segundo foi possível identificar, tem sido outra via de acesso a uma autoconstrução que as comunidades quilombolas valorizam como algo seu.

Segundo Antonio Gramsci (1982:12-23), existe o intelectual de tipo urbano e rural. O urbano seria aquele que cresce no meio industrial e não possui iniciativa autônoma, sendo mais um articulador da massa instrumental com o empresário; o rural possui vínculos/origens camponesas/pequeno-burguesas. Este último é também chamado de “tradicional” e seria uma categoria que exerce grande influência no comportamento da massa camponesa. No caso de pequenos centros urbanos este intelectual seria representado por padres, advogados, médicos, tabeliães, chefes de polícia que, para Gramsci,

seria um modelo social na aspiração do camponês sair de sua condição e de melhorá-la. “... todo desenvolvimento orgânico das massas camponesas, até um certo ponto, está ligado aos movimentos dos intelectuais e dele depende” (idem: 13). No caso da América Latina, na conjuntura da década de 1930, Gramsci acredita que “inexiste uma ampla categoria de intelectuais tradicionais”, pois seriam sociedades caracterizadas pela influência do clero e do militarismo (no caso das antigas colônias espanholas e portuguesas). Sociedades com pouca base industrial e caracterizadas pelo latifúndio. Ao mesmo tempo, Gramsci vê estas sociedades como um campo de luta cultural (“Kultur Kampf”) cuja hegemonia burguesa não tinha firmado raízes. Análise que confirmamos em estudos como o de Nunes Leal (1975) sobre o Coronelismo.

Os municípios que fazem parte do nosso objeto de pesquisa, não se encaixam exatamente nos modelos gramscianos, mas, a partir destes referenciais e das características moderno/conservadora da elite mineira, podemos discutir qual o perfil das cidades que possuem comunidades quilombolas. Vivemos outros tempos que nos mostram fronteiras tênues entre os possíveis territórios de intelectuais urbanos e rurais (“tradicionais”). A questão da terra ainda é importante dependendo da importância econômica da região; houve uma ampliação dos direitos cidadãos e da consciência destes direitos por uma, cada vez maior, parcela da população. Além disto, tem mudado o perfil do gestor público, do comerciante, do empresário/industrial que opta por um município do interior. Mudanças que proporcionam mais espaço para o diálogo com comunidades tradicionais como os quilombos.

O perfil moderno/conservador que verificamos na elite econômica mineira do século XX está presente nas ações e mentalidades nos municípios nos quais existem comunidades remanescentes de quilombo. Hoje, temos a manutenção da vocação agrícola, do pequeno comércio varejista, eventualmente algum tipo de indústria/mineração de maior porte e, recentemente, tem surgido também como alternativa de desenvolvimento econômico a exploração do Turismo, nas suas variadas atividades (histórico, cultural, aventura, rural, ecológico). Esse novo contexto é também responsável por transformações nas estruturas e dinâmicas da formação dos interesses nas próprias comunidades quilombolas. É possível que, nas condições de mudança acelerada que atingem os municípios que abrigam comunidades quilombolas, as intervenções que surgem das mineradoras, dos empreendimentos imobiliários, da agroindústria, possam desencadear processos de mudança acelerada também na identidade e nas condições de existência dessas pessoas. Na visão do projeto, essas mudanças, em processo de aceleração, participam da construção do quadro de contradições que abre mais espaço para o fortalecimento da cidadania das comunidades.

Sobre a metodologia

A metodologia que explicitaremos adiante foi construída a partir do pressuposto de que a construção de políticas públicas com vistas a atender às necessidades de uma determinada comunidade somente se consolidará se puder contar, desde o início, com o envolvimento e a participação daquela comunidade. Logo, fez-se necessário elaborar um planejamento que contemplasse as diferentes áreas de conhecimento, dentro do quadro geral de interesse de produção de políticas públicas que pudessem ir realmente de encontro à realidade de cada comunidade. Do ponto de vista metodológico, trata-se de gerar um conjunto de abordagens que cerque os pontos de interesse definidos a partir dessa perspectiva.

A equipe interdisciplinar, que envolve antropólogos, sociólogos, historiadores, psicólogos e cientistas políticos, além dos próprios quilombolas, se inspirou nos princípios teórico-epistemológicos da pesquisa-ação, especialmente nas contribuições de Thiollent (1980) e Hernandez (2005). Assim, orientados pela dinâmica da investigação-ação-participativa, que inclui a validação e a devolução do conhecimento produzido pela comunidade, em interação com os pesquisadores, foram desenvolvidos os cinco “instrumentos” ou passos metodológicos que conjugam, de forma complementar, elementos da pesquisa quantitativa e qualitativa, e culminam na realização das micro arenas participativas, nas quais são envolvidos poder local, comunidade e universidade na busca de soluções para as necessidades identificadas pela pesquisa.

De acordo com esses propósitos e pressupostos, foram adotados os seguintes passos:

- Instrumento 1 - Abordagem Etnográfica

A antropologia tem desenvolvido uma tradição metodológica e um tipo de abordagem científica em relação ao “outro”, que exerce um papel fundamental sempre que qualquer trabalho envolva um universo com características particulares, como é o caso das comunidades quilombolas. No primeiro momento de busca de informações, é fundamental a participação da comunidade, no que se refere às questões concernentes à história da ocupação do território, à organização social, aos aspectos culturais e religiosos, das relações étnico-raciais e seus eventuais conflitos, do relacionamento do grupo com a realidade circundante, questões identitárias, entre outras. Assim, o primeiro passo da pesquisa de campo foi com a abordagem etnográfica, constituindo-se aí o primeiro movimento de aproximação afetiva com a comunidade. Trata-se da “escuta à beira do fogão de lenha.”, do “assuntar”, do “café com um dedinho de prosa” típico nas comunidades rurais mineiras. Nesse momento, ocorre a observação de campo e, também, com o aporte da história oral, são feitas entrevistas qualitativas com os “guardiões das tradições”, isto é, os indivíduos da comunidade que conhecem as histórias mais antigas sobre o processo de povoamento da região, práticas culturais e religiosas, etc. Além disso, são feitas observações de reuniões de associações comunitárias (quando existem), festas religiosas e confraternizações que, em geral, mobilizam a grande maioria dos membros da comunidade.

- Instrumento 2 - Entrevistas semi-estruturadas dirigida às lideranças comunitárias

Destinado àqueles informantes privilegiados como, por exemplo, agente comunitário de saúde, professores e, também, às lideranças, isto é, às pessoas que atuam como referências e às vezes porta-vozes, e que costumam fazer a mediação entre a comunidade e o poder público. Essas entrevistas buscam levantar informações e percepções gerais sobre as relações da comunidade com o seu entorno (fazendeiros, mineradoras) e com o poder público local, as condições ambientais, caracterização das moradias, entre outras.

- Instrumento 3 - Survey

Esse é o momento eminentemente quantitativo do trabalho, no qual foi produzido e aplicado um questionário dirigido ao grupo familiar, respondido pelo chefe do grupo doméstico. Ele busca caracterizar as condições sócioeconômicas de vida do conjunto de famílias que fazem parte da comunidade. Nele, buscam-se informações sobre educação, saúde, atividades econômicas, renda, infra-estrutura, associativismo, etc. Trata-se de instrumento de vital importância para a construção de um banco de dados sobre comunidades quilombolas em Minas Gerais, que possibilitará uma série de estudos e inferências futuras sobre os dados coletados.

- Instrumento 4 - Entrevista semi-estruturada com a sociedade civil e o poder público

Aplicado aos representantes do poder local, tanto na esfera pública (prefeito, vereadores, escola, polícia, Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA) quanto na sociedade civil - comerciantes, fazendeiros, representantes de sindicatos rurais, entre outros; este instrumento enfoca as relações entre sociedade civil-poder público-comunidade quilombola, para implementar políticas públicas que atendam as demandas levantadas pelas comunidades quilombolas, é importante sabermos quais são os olhares da sociedade envolvente desta comunidade. Neste sentido, o instrumento 4 visa identificar as representações que se organizam em torno das comunidades quilombolas, conhecendo um pouco mais sobre as mentalidades dos diversos atores locais, suas posições político-ideológicas a respeito das ações afirmativas de valorização da identidade étnico-racial, captando opiniões influentes no senso comum e na produção de políticas no município.

Além disso, elas avaliam as possibilidades de parcerias que podem ser construídas para o encaminhamento e realização de políticas públicas. Assim, a partir de um diagnóstico da estrutura política e social da cidade podemos chegar a uma caracterização sobre os setores que se mostram favoráveis às políticas específicas para as comunidades quilombolas e quais demonstram algum tipo de ressalva ou resistência. Desse modo, é possível a definição de estratégias para efetivação dessas políticas a partir da identificação dos entraves estruturais de cada município.

- Instrumento 5 - Encontro Local ou Micro arena participativa

Em suma, trata-se do encontro mediado pela universidade e realizado em espaços de referência das próprias comunidades (escolas, igrejas, etc.) no qual participam diferentes atores locais - poder público, sociedade civil e comunidade - buscando a validação das informações colhidas pelos instrumentos anteriores, a produção de enunciados coletivos que expressam as demandas identificadas e o estabelecimento de compromissos entre as partes envolvidas.

A construção de metodologias, no Projeto Quilombolas, atende a uma proposta que articula diferentes vertentes de construção-produção de conhecimento, envolvendo a estratégia da transformação do sujeito, visando sua autoconstrução rumo à autonomia ou emancipação. Enquanto participantes do processo de produção do conhecimento, associado à construção do intelectual orgânico, os membros da comunidade envolvidos vêm se consolidando como atuantes sistemáticos nas questões da comunidade. Esse trabalho visa o fortalecimento político da comunidade no processo de construção de cidadania. A idéia é resultar numa relação entre comunidade e poder público de igual para igual, elevando a luta de uma relação de exclusão ao que Gramsci chamou de guerra de posições. É, na verdade, o campo de construção/desconstrução de hegemonias.

A Micro-Arena Participativa foi introduzida como recurso para explorar os limites e potencialidades que se apresentaram a partir da aplicação dos instrumentos anteriores. As limitações das técnicas de pesquisa que orientaram a aplicação dos instrumentos 2 e 3 são assinaladas em referência a um “desnível” ou “desigualdade das trocas” (Thiollent, 1980:9) entre investigadores e entrevistados. A superação da clássica concepção da neutralidade axiológica exige o questionamento da “não iniciativa das pessoas e grupos pesquisados”, já que “Tal ausência de iniciativa não é condição sine qua non de cientificidade.” (idem 8-9).

Embora a pesquisa, desde a observação de campo, tenha se orientado pela “participação estrutural dos atores envolvidos desde o início mesmo da gestação do processo” (Hernandez, 2005:21), evoluindo a partir de uma “compreensão dos processos instituintes das práticas cotidianas e da subjetividade social” (idem:10), as micro-arenas locais destacam-se dos instrumentos anteriores pelo protagonismo conferido ao coletivo quilombola na produção do conhecimento, de modo que possam “legitimá-lo enquanto valor político e recurso estratégico” (Horta,1986:96). Sob este escopo, a micro arena configura-se como momento da pesquisa onde relevo especial é conferido ao grupo, apresentado inicialmente como “estrutura básica de interação. O que converte de fato em unidade de trabalho e investigação”. (Pichon-Rivière, 1972:173). Todavia, os avanços se deparam com a problemática da continuidade, pois concebidas em nível micro-político como

projetos, as políticas públicas introduzem na encomenda de pesquisas a dimensão temporal, limitando a experimentação de metodologias ancoradas no cotidiano, onde:

“sejam quais forem os objetivos propostos no grupo (diagnóstico institucional, aprendizagem, criação artística ou planificação, etc.) tem por finalidade que seus integrantes aprendam a pensar em uma co-participação do objeto de conhecimento, entendendo-se que pensamento e conhecimento, não são fatos individuais, mas produções coletivas”. (Pichon-Rivière, 1972:173)

Assim, subjacente ao instrumento 5, sinalizamos uma concepção de grupo-dispositivo (Deleuze, 1988:83) distinto de uma estrutura-unidade-todo. O dispositivo grupal da pesquisa constitui um processo animado por uma pluralidade de forças, cujo traço fundamental é o de estarem em constante luta, umas agindo sobre as outras. Essa multiplicidade de forças em luta gera efeitos os mais diversos, pois a predominância de algumas sobre as outras promove, a cada momento, diferentes configurações e formas de organização e convivência, de conflito e de participação, sempre provisórias e abertas a reconfigurações.

Portanto, a convocação de atores sociais e representantes institucionais, cuja atuação circunscreve efeitos na comunidade pesquisada, é justificada a partir do instrumento 4, onde anotamos que, nos estudos de comunidades quilombolas, ênfase especial deve ser conferida a seu entorno, uma vez que o contexto local materializa dificuldades para a execução de políticas públicas afirmativas da identidade étnico-racial, considerando hegemonias que organizam posições sobre o tema. Sob este prisma, as micro-arenas locais apresentam-se também como espaços privilegiados para “costura” de cenários e composição de arranjos “consenso/dissenso social” (Hernandez, 2005:87), indicando alianças e estratégias de luta distribuídas no curto, médio e longo prazo, para o encaminhamento das demandas ou tratamento de impasses, dirigidos para a perspectiva da autogestão generalizada socialmente como:

“(…) forma de balanço dos poderes centrais e locais, individuais, grupais, institucionais, como compensação, diversificação e agregação de emergências criativas aos poderes centrais do Estado, nos âmbitos social, econômico, jurídico e de participação política”. (idem: 86)

Incrementando o exercício da autotransformação social que:

(…) supõe trabalhar ativamente com os sujeitos sociais que, por seu posicionamento nos setores potenciais de desenvolvimento das instituições sociais, tem a possibilidade de empoderar-se para o redimensionamento de sua função de crítica social profunda em relação aos programas, plataformas e visões dos diferentes setores sociais. (idem: 86-87)

O que nos possibilita compreender o dispositivo grupal nas micro-arenas para além da simples tarefa de legitimação da pesquisa, pois:

“O empoderamento dos atores constituiu a via formativa, desde o nível micro, para os fins de desempenho autogestivo, tanto que os espaços sociais devem propiciá-lo a partir da descentralização e da flexibilidade de participação e posicionamento reflexivo dos próprios atores, ou seja, através da concessão de poder das instituições e representações do Estado aos sujeitos ativos, autônomos e responsáveis da coletividade social”. (idem: 87)

Sintetizando, o encontro local, sempre realizado em espaços de referência das próprias comunidades (escola, igrejas, etc.), objetiva a validação das informações colhidas pelos instrumentos anteriores, a produção de enunciados coletivos que expressem as demandas das comunidades pesquisadas, e o estabelecimento de compromissos entre as partes envolvidas.

Alguns dos resultados alcançados pela pesquisa-ação

Do ponto de vista da construção de subjetividade coletiva nos quilombos, destaca-se o fortalecimento das redes sociais quilombolas. Assim, a partir da participação quilombola na pesquisa-ação, nota-se o incremento, e em alguns casos, o início de diálogo entre as diversas comunidades e suas lideranças envolvidas direta ou indiretamente na pesquisa e, por conseguinte, a criação de laços e intercâmbio entre elas, bem como o fortalecimento de entidades representativas.

Em uma outra vertente de resultados, encontramos o direcionamento da atenção do poder público para as comunidades quilombolas, ainda que muito timidamente frente às enormes necessidades. Nesse sentido, encontramos o atendimento a algumas das demandas identificadas pelas comunidades na área de infra-estrutura e educação. Por fim, a abertura e disponibilização de todo o acervo da pesquisa - entrevistas em áudio e transcritas, relatórios, o banco de dados quantitativos, documentos e o banco de imagens, com as fotos e vídeos produzidos - se configura como uma outra forma relevante de retorno do projeto aos sujeitos da pesquisa e, conseqüentemente, de contribuir para o empoderamento das comunidades quilombolas nas suas lutas por reconhecimento e ampliação de direitos.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988.
_____. Presidência da República, Casa Civil. Decreto Lei no 4887, de 20 de novembro de 2003.

- CEDEFES. (2008). Comunidades quilombolas de Minas Gerais no séc. XXI: História e resistência. Belo Horizonte: Autêntica.
- DELEUZE, G.(1988). Foucault. São Paulo: Brasiliense.
- GRAMSCI, A.(1982). Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GUATTARI, F. (1985). Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Brasiliense.
- HERNANDEZ, Ovídio S. Dângelo. (2005). Autonomia Integradora e Transformação Social: O Desafio Ético Emancipatório da Complexidade. Havana: Ed, Centro Félix Varela.
- HORTA, C. R. (1986). "Conhecimento, Política e Classe Operária". In: Revista do Departamento de História da UFMG, Belo Horizonte, 1(2): 96-101.
- HORTA, C. R., SOUZA, A. X., & DUARTE, A. W. B. (2008). "Projeto Quilombolas de Minas Gerais: território, empoderamento e construção de subjetividade coletiva". Texto da comunicação oral apresentada no IX Congresso da ALADAAB, UCAM, Rio de Janeiro (RJ).
- LEAL, V. N. Coronelismo, Enxada e Voto, São Paulo: Alfa e Ômega, 1975.
- LEITE, I. B. "Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas". Textos e Debates, NUER, n.º 7, Santa Catarina: UFSC, 2000.
- NESTH-UFMG, Relatório final Projeto Quilombolas de Minas Gerais - Resgatando Raízes. UFMG, Belo Horizonte, 2007.
- PICHON-RIVIÈRE, E. "Contribuições à Didática da Psicologia Social(1972)". In: O processo Grupal. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- TELLES, Edward. Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- THIOLLENT, M. J.M. Crítica Metodológica e Enquete Social Operária. São Paulo: Pólis, 1980.

Patrimônio Cultural da Saúde na Bahia: 150 Anos de História

Christiane Maria Cruz de Souza
Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia
christianacruz@hotmail.com

Maria Renilda Nery Barreto
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
renildabarreto@hotmail.com

Resumo: O trabalho que apresentaremos faz parte da pesquisa desenvolvida pela FIOCRUZ, em parceria com o CEFET-BA, em 2007 – Rede Brasil: Inventário Nacional do Patrimônio Cultural da Saúde –, com o objetivo analisar o acervo arquitetônico, histórico e iconográfico das instituições de saúde sediadas em Salvador, Bahia, edificadas entre 1808 e 1958. Através dessa comunicação, pretendemos discutir a metodologia adotada para coletar informações em arquivos públicos, privados e institucionais; bem como em centros de memória e bibliotecas; no intuito de analisar exemplares do patrimônio arquitetônico da saúde na Bahia como espaços historicamente construídos, portanto, reveladores das especificidades históricas, políticas, econômicas, sociais e culturais da sociedade baiana.

Esta comunicação tem por objetivo apresentar a metodologia, o desenvolvimento e os resultados preliminares do projeto de pesquisa Patrimônio cultural da saúde na Bahia: 150 anos de história, desenvolvido pela Casa de Oswaldo Cruz /Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) em parceria com o Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET-BA), iniciada em julho de 2007. Trata-se de um desdobramento da Rede Brasil: Inventário Nacional do Patrimônio Cultural da Saúde, projeto-matriz que visa realizar um estudo amplo do patrimônio arquitetônico-histórico das instituições de assistência à saúde sediadas nas capitais de alguns estados do Brasil, dentre esses a Bahia.

A Rede Brasil, por sua vez, insere-se em um conjunto de ações prioritárias definidas no âmbito da Rede Latino-Americana de História e Patrimônio Cultural da Saúde, criada em 2005, durante o 70 Congresso Regional de Informação em Ciências da Saúde e a 4ª Reunião de Coordenação Regional da Biblioteca Virtual de Saúde; iniciativa coordenada pelos Ministérios da Saúde do Brasil e do Chile, Casa de Oswaldo Cruz/ FIOCRUZ e BIREME-OPAS, e que congrega países das Américas e do mundo ibérico.

O projeto Patrimônio cultural da saúde na Bahia: 150 anos de história teve como objetivo principal estudar o acervo arquitetônico, histórico e iconográfico das instituições de saúde sediadas em Salvador, capital do estado da Bahia, fundadas entre 1808 e 1958, e a partir desses registros e bens constitutivos, elaborar textos analíticos e informativos que serão disponibilizados na WEB, através de uma Biblioteca Virtual em Saúde - BVS. Espera-se que a criação de instrumentos que contribuam para a equidade de acesso à informação pode estimular o desenvolvimento de ações cooperativas para a formulação e implantação de políticas de identificação, recuperação, conservação e valorização do Patrimônio Cultural da Saúde.

Além da BVS, o grupo de pesquisadores envolvidos no projeto se propõe a discutir o trabalho em eventos acadêmicos e divulgá-lo através de artigos publicados em periódicos especializados. Esta é uma das propostas da equipe que vem se materializando. A publicação de um livro, com análises mais densas, ainda é uma meta a ser alcançada pela coordenação do projeto.

A equipe que participou do projeto na Bahia foi coordenada pelas professoras e pesquisadoras Maria Renilda Nery Barreto e Christiane Ma Cruz de Souza, historiadoras com doutorado em História das Ciências e da Saúde. Integraram o grupo Virilene Cardoso Moreira, como assistente de pesquisa, e as pesquisadoras Lidiane Monteiro Ribeiro, Estefane Evelin Gaspar da Silva e Viviane França de Medeiros. No decorrer da investigação, outros colaboradores se associaram ao projeto, a exemplo dos historiadores Venézia Durando Braga Rios, da Universidade Católica de Salvador (UCSAL) e Marivaldo do Amaral, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e do arquiteto Kleber do Nascimento Saba (CEFET-BA).

A metodologia e o desenvolvimento do processo de investigação

A primeira tarefa da equipe de pesquisadores foi identificar e localizar as instituições de saúde, de caráter público e privado, existentes em Salvador entre 1808 e 1958. O recorte cronológico estabelecido tinha como marco inicial o ano de 1808, data da chegada da Corte portuguesa à Bahia, que teve como consequência a criação da Escola de Cirurgia, por D. João, transformada, em 1815, em Academia Médico-Cirúrgica e, finalmente, em Faculdade de Medicina, em 1832. O marco final, situa-se em uma década de desenvolvimento institucional nos campos da medicina e da saúde pública no Brasil, com a criação, em 1953, do Ministério da Saúde, um projeto acalentado pelos médicos desde o início daquele século. Na esteira das ações no âmbito nacional, foi criada na Bahia, em fevereiro de 1951, a Secretaria de Saúde Pública e Assistência Social, fruto do desmembramento da Secretaria de Educação e Saúde.

Dentro do recorte espacial e cronológico estabelecido, foram identificadas 45 instituições relacionadas à promoção da saúde, tais como os hospitais; institutos e associações prestadoras de serviços de assistência à saúde; faculdade e associações médicas de divulgação científica; conforme se pode observar no quadro abaixo:

No	INSTITUIÇÃO	CATEGORIA	TOMBAMENTO
1	Abrigo D. Pedro II (1826)	pública/ municipal	IPHAN
2	Academia Baiana de Medicina	divulgação científica	IPHAN (prédio da Faculdade de Medicina)
3	Antigo Lazareto / Hospital São Cristóvão dos Lázaros (1762)	caridade (Sta. Casa) e pública/estadual (1912)	IPAC
4	Asilo Conde Pereira Marinho (1895)	documentação não encontrada	
5	Asilo dos Expostos/Pupileira /Roda dos Expostos (1734)	caridade (Sta. Casa)	IPAC
6	Asilo Ernestina Guimarães (1950)	documentação não encontrada	
7	Asilo Santa Izabel (1860)	caridade (Sta. Casa) – documentação não encontrada	IPAC
8	Assistência Pública do Estado da Bahia (1916)	pública/estadual	
9	Dispensário Ramiro Azevedo	documentação não encontrada	
10	Escola de Enfermagem Rosa Gattorno (1928)	caridade (Sta. Casa)	IPAC
11	Faculdade de Medicina da Bahia (1832)	pública/federal	IPHAN
12	Fundação Maternidade do Salvador (1943)	documentação não encontrada	
13	Hospício de Nossa Senhora da Boa Viagem (1712)	documentação não encontrada	
14	Hospital Alfredo Magalhães (1923)	filantrópica prédio destruído e instituição fechada	
15	Hospital Ana Nery / Hospital do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transporte e Cargas (1938)	pública/ estadual	
16	Hospital Aristides Maltez (1952)	filantrópica (Liga Baiana Contra o Câncer)	
17	Hospital Colônia Dom Rodrigues de Menezes (1787)	pública/estadual	

18	Hospital Couto Maia / Hospital Isolamento (1856)	pública/estadual	
19	Hospital da Sagrada Família (1943)	filantrópica	
20	Hospital do Carmo	documentação não encontrada	
21	Hospital Espanhol (1925)	filantrópica	
22	Hospital Evangélico da Bahia (1960)	filantrópica (até 1995)/ privada	
23	Hospital Geral da Polícia Militar do Estado da Bahia (1825)	pública/estadual	
24	Hospital Getúlio Vargas /Hospital Geral do Estado (1916)	pública/estadual	
25	Hospital Juliano Moreira /São João de Deus (1874)	caridade (Sta. Casa até 1912)/estadual	IPHAN
26	Hospital Manoel Vitorino	documentação não encontrada	
27	Hospital Martagão Gesteira /Liga Álvaro Bahia contra a Mortalidade Infantil (1923)	filantrópica	
28	Hospital Naval de Salvador (Marinha) 1945	pública/federal	
29	Hospital Octávio Mangabeira / Hospital Santa Terezinha (1942)	filantrópica e pública/estadual (a partir de 1984)	
30	Hospital Português (1866)	filantrópica	IPAC
31	Hospital Real Militar da Bahia (1799) / Hospital Geral de Salvador	pública/federal	
32	Hospital Santa Isabel (1893)	filantrópica (Sta. Casa)	IPHAN
33	Hospital Santa Luzia / Fundação Colombo Spínola (1940)	filantrópica	
34	Hospital Santo Antônio /Hospital Irmã Dulce (1949)	filantrópica	
35	Hospital São Cristóvão – Sta. Casa da Misericórdia (1549)	caridade (Sta. Casa)	IPHAN
36	Hospital Universitário Edgard Santos /Hospital das Clínicas (1949)	pública/federal	
37	Instituto Bacteriológico, Anti-Rábico e Vacinogênico/ Centro de Pesquisa Gonçalo Moniz/ FIOCRUZ-BA	pública/estadual (até 1915); pública/federal (1957)	
38	Instituto Baiano de História da Medicina e Ciências Afins (1946)	divulgação científica	IPHAN (prédio da Faculdade de Medicina)
39	Instituto de Medicina Legal Nina Rodrigues (1906)	pública/estadual	
40	Instituto de Proteção e Assistência à Infância (1903)	filantrópica	
41	Maternidade Climério de Oliveira (1910)	pública/federal	
42	Maternidade Tsylla Balbino (1959)	pública/estadual	
43	Pró Matre da Bahia (1938)	filantrópica documentação não encontrada	
44	Sanatório Bahia (1944)	documentação não encontrada	
45	Serviço de Transfusão de Sangue (1947)	privada	

Quadro no 1: Relação das instituições existentes em Salvador ou criadas entre 1808 e 1958.

A equipe que conduziu a pesquisa estabeleceu balizas físicas e simbólicas, representativas das transformações ocorridas no processo de formação de uma rede de assistência à saúde na Bahia. A princípio, resolvemos eliminar as instituições cuja documentação não fora localizada e aquelas cujo edifício não fora identificado ou preservado. Assim, dentre as 45 instituições identificadas, escolhemos estudar as instituições ainda em funcionamento e aquelas com acervo documental

e/ou bens edificados. Resolvemos incluir entre as instituições pesquisadas o Hospital Evangélico, inaugurado em 1960, por este ter sido projetado em finais da década de 1950, por iniciativa de um grupo de filantropos pertencentes a uma congregação evangélica.

Estabelecido o universo da pesquisa, contatamos os gestores para solicitar autorização para realizar o trabalho de investigação, fotografar as instalações e caracterizar os acervos que as instituições abrigavam. Em paralelo à pesquisa realizada nas instituições de saúde, iniciamos a identificação e a análise das fontes encontradas nas bibliotecas, fundações, institutos de preservação do patrimônio, centros de memória, arquivos públicos, acervos privados e institucionais, conforme ilustra o quadro a seguir:

No	INSTITUIÇÃO	CATEGORIA
1	Academia Nacional de Medicina	nacional
2	Acervo da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição	privado
3	Acervo da família de Alfredo Magalhães	privado
4	Acervo do Hospital Aristides Maltez	privado
5	Acervo da Fundação Colombo Spínola	privado
6	Acervo da Maternidade Climério de Oliveira	nacional
7	Acervo da Maternidade Tsyla Balbino	estadual
8	Acervo do Hospital da Polícia Militar do Estado da Bahia	estadual
9	Acervo das Obras Sociais Irmã Dulce	privado
10	Acervo do Jornal A Tarde	privado
11	Acervo do Serviço de Transfusão de Sangue	privado
12	Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia da Bahia	privado
13	Arquivo Histórico Municipal de Salvador	municipal
14	Arquivo Nacional	nacional
15	Arquivo Público do Estado da Bahia	estadual
16	Biblioteca Nacional	nacional
17	Biblioteca Pública do Estado da Bahia	estadual
18	Centro de Memória em Arquitetura e Biblioteca do Hospital Espanhol	privado
19	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (FGV)	privado
20	Fundação Clemente Mariani	privado
21	Instituto do Patrimônio Artístico Cultural	estadual
22	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	nacional
23	Instituto Geográfico e Histórico da Bahia	estadual
24	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	nacional
25	Memorial da Faculdade de Medicina da Bahia - Universidade Federal da Bahia	nacional
26	Memorial Professor Álvaro Pontes Bahia	privado
27	Serviço de Arquivo Médico e Estatística (SAME) do Hospital Português da Bahia	privado
28	Serviço de Documentação da Marinha (SDM)	nacional

Quadro 2: Acervos pesquisados.

Na condução do processo de investigação e sistematização das informações, adotamos uma abordagem interdisciplinar e procuramos estabelecer uma interseção entre as informações colhidas nos acervos e o patrimônio edificado. Coletamos e analisamos variada gama de fontes – orais, iconográficas, midiáticas, museológicas e escritas –, em grande parte, primárias. Fotografias e notícias publicadas em revistas e em jornais em circulação no intervalo de tempo estudado; discursos dos presidentes da província e mensagens dos governadores do estado; artigos, teses e livros publicados no período; depoimentos de gestores, médicos, funcionários e beneficiários das instituições; projetos e plantas arquitetônicas; assim como toda documentação produzida pelos hospitais e instituições voltadas para a promoção da saúde na Bahia, são exemplos de fontes consultadas pela equipe. A literatura recente sobre a história da saúde, da arte e da arquitetura na Bahia, bem como a historiografia que descortina o contexto em que estas instituições foram criadas e atuaram, também foram consultadas.

Os dados coletados pelos pesquisadores foram sistematizados pela coordenação e, em seguida, redistribuídos entre os responsáveis por elaborar os textos informativos que seriam veiculados na BVS. Os verbetes deveriam trazer as seguintes informações sobre as instituições pesquisadas: localização/ endereço, denominação, ano de construção, proprietário, autor do projeto/construtor, histórico do hospital, descrição arquitetônica, imagens e plantas das edificações. Esses textos integrarão a Rede de Latino-americana de História e Patrimônio Cultural da Saúde.

Breves reflexões sobre o Patrimônio Cultural da Saúde na Bahia

O estudo do patrimônio arquitetônico da saúde na Bahia revelou as especificidades históricas, políticas, econômicas, sociais e culturais da sociedade baiana, materializadas nos seus documentos/monumentos. No que diz respeito à oferta de serviços de assistência à saúde e bem-estar, durante o longo intervalo de tempo que vai da Colônia ao Império, podemos observar a presença dominante das confrarias, com destaque à Irmandade da Misericórdia, encarregada da assistência às crianças, aos presos, aos estrangeiros e àqueles que não estivessem amparados por outras confrarias ou sociedades beneficentes.



Figura 1 - O Hospital Santa Isabel (Santa Casa da Misericórdia).

Fonte: Bahia Illustrada, Rio de Janeiro, anno 2, n. 4, p. 29, mar. 1918.



Figura 2 - Hospital Português

Fonte: Bahia Illustrada, Rio de Janeiro, anno 2, n.5, p.11, abr. 1918.

Entretanto, a criação da Escola de Cirurgia, por D. João, após a chegada da corte ao Brasil, foi um importante fator de transformação no cenário da saúde na Bahia. Na década de 1830, percebe-se um crescente movimento dos médicos formados pela Faculdade de Medicina da Bahia no sentido de conquistar uma posição de autoridade na sociedade, buscando

atuar como consultores especializados, capazes de gerir ações de saúde pública e privada. Tal predisposição se fortalecia pari passu às conquistas obtidas no campo do ensino médico. A partir da terceira década do Oitocentos houve progressiva melhoria nas condições de ensino e instalações da Faculdade de Medicina da Bahia (FMB). Concomitante à expansão do ensino médico foram criadas associações científicas e periódicos especializados.

Os surtos epidêmicos ocorridos em meados do século XIX, motivaram a criação do Hospital de Isolamento em 1853. Apesar da intenção de ser um espaço permanente de isolamento dos acometidos pela febre amarela, o hospital fechava suas portas toda vez que a epidemia se extinguiu. O estado precário da edificação gerava insatisfação entre os estrangeiros que necessitavam de internamento e motivava a inspeção e queixas dos cônsules aos presidentes da província. Essa situação só foi resolvida nos anos vinte do século passado, quando foram construídas as novas instalações do Hospital de Isolamento de Monte Serrat (1920), especializado no atendimento de portadores de doenças transmissíveis.

Durante a Primeira República (1889-1930), o estado criou algumas instituições e passou a gerir outras, que até então estavam sob o controle da Misericórdia, ao tempo em que apoiou e estimulou a criação de entidades filantrópicas. Tais ações se inseriram no processo de construção da rede estadual de assistência pública à saúde e vão culminar na promulgação do novo Código Sanitário para o estado e na criação da Secretaria de Estado da Educação, Saúde e Assistência Pública em 1925.

Nas duas primeiras décadas do século XX, foi criado o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, IPAI-BA (1903), e um novo prédio foi projetado pelo arquiteto Victor Dubugras (1905-1909) para abrigar a Faculdade de Medicina da Bahia, erigida pelos engenheiros Teodoro Fernandes Sampaio e João Navarro de Andrade. Nesse período, o Instituto de Medicina Legal Nina Rodrigues (1906) foi organizado; foram construídas a Maternidade Climério de Oliveira (1910), projetada pelos engenheiros Teodoro Fernandes Sampaio, João Navarro de Andrade; e o Instituto Bacteriológico, Anti-Rábico e Vacinogênico (1915), voltado para as pesquisas bacteriológicas, microbiológicas e parasitológicas e para a produção das vacinas antivariólica e anti-rábica. Ainda nesse período, foi criado o serviço de Assistência Pública do Estado da Bahia (1916).

Figura 3: Hospital de Isolamento de Monte Serrat, em 1928.

Fonte: Revista A Luva, ano 3, nº 68-67, 1928, s/p.

Durante o período conhecido como “Era Vargas” (1930-1950) observa-se maior participação da União na construção e manutenção de hospitais e em programas de assistência materno-infantil. Os Departamentos Estaduais da Criança tiveram importância crucial na implantação das diretrizes nacionais emanadas do Departamento Nacional da Criança (DNCr). Na Bahia, esse órgão apoiou as instituições voltadas ao binômio infância/maternidade, através das seguintes ações: planejamento, construção, aparelhamento e manutenção de maternidades; postos de puericultura, gotas de leite e lactários; creches; parques e hospitais infantis e educandários, dentre outras. Tais programas pautavam-se ideologicamente em princípios eugênicos e nacionalistas. Entre 1939 e 1949, o DNCr investiu 18 milhões de cruzeiros nas instituições de proteção à maternidade, à infância e à adolescência em 42 municípios, dentre eles Salvador.

Cabe chamar atenção para o papel autônomo do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, criado por Alfredo Magalhães em 1903, e da Liga Baiana Contra a Mortalidade Infantil, criada em 1923 pelo médico Álvaro Pontes Bahia. Essas instituições não nasceram subordinadas a um projeto nacional, mas foram incorporadas ao Estado durante a Era Vargas. Percebe-se que, nesse período, algumas ações e instituições fundadas por iniciativa de particulares passaram para tutela da União. Na Bahia, os Institutos de Aposentadoria e Pensões – autarquias supervisionadas pelo Ministério do Trabalho Indústria e Comércio – construíram apenas um hospital, o que nos leva a crer que as várias categorias profissionais eram assistidas pela rede hospitalar existente.

Na década de 1930, período em que as políticas sociais foram elementos importantes de penetração do poder público no território nacional, a Bahia possuía 49 instituições – 3 eram mantidas com recursos da União, 14 pelo estado, 4 pelo município e 28 eram instituições particulares – várias, dentre estas últimas, filantrópicas. Esse quadro demonstra que as ações de assistência à saúde foram implementadas em grande parte pelo estado e pela iniciativa de particulares, mobilizando para tanto o governo do estado, políticos, médicos, comerciantes, industriais, fazendeiros, a imprensa e as mulheres de elite.

Considerações finais

Durante a pesquisa, percebemos que a rotina das instituições de saúde sobrepõe-se à necessidade de preservação do acervo. Contudo, alguns dos hospitais desenvolvem projetos de preservação da memória e possuem acervos relativamente organizados e abertos à consulta do pesquisador. Outras instituições, a exemplo da Maternidade Climério de Oliveira, do Hospital Santa Luzia e do Hospital Português, manifestaram o desejo de organizarem seu memorial. Observa-se entre os gestores crescente sensibilidade a respeito da preservação da história institucional, materializadas em livros como os publicados pelo Hospital Português e pela Santa Casa da Misericórdia da Bahia.

Quanto às edificações das instituições pesquisadas, duas tiveram o prédio destruído, outros sete foram tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e quatro pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural, perfazendo um total 11 prédios tombados. O avanço tecnológico e as transformações nas concepções e teorias médicas motivam intervenções, por vezes radicais, no edifício, alterando suas características originais.

Os resultados da pesquisa e o acervo documental arrolado estão a subsidiar, até então, quatro trabalhos acadêmicos. Cabe ainda ressaltar que o Hospital Alfredo Magalhães e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI-BA), instituições não mais existentes, porém, de grande importância no cenário da história da saúde no Brasil, tiveram suas histórias recuperadas graças à família do médico Alfredo Magalhães, que colocou à disposição da equipe o acervo privado

Referências:

- BARRETO, Maria Renilda N. (2005). A medicina luso-brasileira. Instituições, médicos e populações enfermas em Salvador e Lisboa (1808–1851). 2005. Tese (Doutorado em História das Ciências da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, Rio de Janeiro.
- EDLER, Flávio Coelho (1999). A constituição da medicina tropical no Brasil oitocentista: da climatologia à parasitologia médica. 1999. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- REIS, João José (1991). A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras.
- SOUZA, Christiane Ma Cruz de (2007). A gripe espanhola na Bahia: saúde, política e medicina em tempos de epidemia. 2007. 387 f. Tese (Doutorado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, Rio de Janeiro.

Música à vontade: o You tube, o desejo e a experiência social na escuta on line

Rodrigo Rodrigues
Universidade Fumec
rfonseca@fumec.br

Resumo: Este artigo trata de abordar problemas da escuta contemporânea, da imagem do desejo e de forças coletivas imbricadas aos fluxos enunciativos e de simulação que permeiam os hábitos de freqüentação à internet. A nossa especulação se propõe a problematizar as intersecções entre sociabilidade, cultura musical e uma vontade imanente que se implicariam na escuta online. Trata-se, portanto, de saber como a experiência paradoxal da escuta – simultaneamente como realidade de sensações e de práticas culturais - pode ser afetada ou se diferenciar a partir de recursos de busca e de performances audiovisuais do site You Tube. Supondo que haja uma multiplicidade de ritmos desejantes que nos compõem e dos quais somos co-participantes, acreditamos que as conexões entre a escuta e a internet podem promover modalidades de resistência criativa face aos cadenciamentos, seja pela comunicação midiática, seja pela lógica da simulação algorítmica, da dinâmica do desejo. A escuta musical poderia, neste contato com arquiteturas informáticas, ser impulsionada a uma gama de experimentações e a se singularizar, exercitando-se como uma nova e contagiante atividade de socialização da música.

I

Qualquer especulação do pensamento da comunicação que se dedique a problemas da escuta musical contemporânea quando esta se implica às conexões informáticas, requer que se imaginem forças sequer enunciáveis que permeiam os hábitos de freqüentação à internet. Desde já, vale ressaltar que não importa qual circunstância ligada à música: por entre semioses e percepções recobrem-se paradoxalmente infinitas vontades e ritmos que não chegam a ressoar, mas que se acoplam virtualmente para compor a realidade sensível, atual, da escuta. Que imagem de pensamento, entretanto, poderia dar conta de problematizar uma experiência movida pela música e que nos afeta com tamanho poder, excedendo as circunstâncias estritamente musicais? Para tal interrogação, necessita-se saltar por sobre questões estritamente sociológicas, estéticas, semióticas, psicológicas, antropológicas ou etnoculturais. E, supondo que isto seja possível, perguntamos: por que razão conceber a escuta como uma experiência coletiva e, simultaneamente, como o gérmen de uma vontade individuada? Este duplo escopo nos leva instantaneamente a uma outra pergunta: seria possível pensar a realidade da escuta musical recrutando idéias que se ocupam tanto do repertório coletivo de imagens, nos regimes de valores e de significações, quanto do desejo singularizado por alguém que se diz: “eu”? Ou, ao inverso: como pensar a “realidade desejante” que move e renova a escuta a partir do que nela atua sob o nome de cultura musical?

A partir destas inquietações, algumas outras questões passam a se vislumbrar neste horizonte metodológico que se desenha: o que quer a escuta, ou o que quer o querer quando este é afetado pela música? Mas o quê de desejo se manifesta como sensação musical? É possível desdobrar um pouco mais esta indagação, perguntando: quem deseja o quê e para quê? Haveria uma sociabilidade no desejo? Se sim, como se daria tal objetivação da vontade na realidade da escuta? O que há de efetivamente cultural no desejo ligado à prática social da música? E quais as prerrogativas da máquina da comunicação midiática sobre o desejo na escuta musical? Os pontos de partida da cultura, da sociabilidade, da razão comunicacional podem mesmo dizer algo da real potencialidade da música? O que se diferencia entre as transiências do desejo e a escuta online? Por fim, em que aspecto mídias que propiciam outros modos de contato com a música, como é o exemplo do You tube, podem afetar a vontade criativa da escuta?

Vamos aqui tentar elucidar, nas conexões entre o desejo e o eu, entre a sensação e a comunicação, memórias e percepções, imaginário e imaginação, as cadências que os enunciados e simulacros midiáticos interpõem nas filigranas virtuais da escuta. É preciso definir, portanto, a imagem conceitual de cada termo que adotamos para abordar estas questões. Qualquer aproximação do pensamento que se presta a perscrutar a natureza do desejo a partir da música, ou mesmo que se propõe a pensar a escuta para daí tentar apreender o desejo, precisa tratar de saber o que estes conceitos podem nos ajudar na problematização da força da música, da singularidade da sensação que se realiza na escuta “plugada” e o que esta tem a ver com o que denominamos desejo.

O que a escuta deseja na música é um problema que necessita, primeiramente, desarmar falsos-problemas ou, no dizer de H. Bergson, “mistos mal analisados”. Para tanto, não é o caso de tomar a escuta apenas como um ato subjetivo, porque o desejo também não nasce de um sujeito perseguindo um objeto. É fácil, todavia, concordar com a idéia de que vamos criando “cinematografias mentais” pelas quais projetamos imagens – as afecções – que, movidos culturalmente, abstraímos como representações personalizadas. Essas imagens, por sua vez, já chegam repletas de imagens previamente fixadas por nossos rastros mnemônicos de afecções (o imaginário), às quais reverberam-se e nos afetam sem parar. No rol destas imagens interiorizadas também estão aquelas que são repertoriadas pela cultura e, contemporaneamente, as imagens enunciadas pelas mídias e as simulações algorítmicas.

A história é, com efeito, plena de exemplos de orquestração da vontade, da indução de nossa avidez anônima aos desejos estereotipados, impregnados de discursos e de coerções sutis das forças culturais. Basta pensarmos na implementação do poder do Estado, pelo qual o desejo, diante dos limites da vida em comum, desenha uma determinação coletiva da conduta

política. A religião também nos ilustra o quanto o desejo de fugir à inexistência, ao vazio pós-morte, ganha uma orientação rumo à promessa de uma vida eterna.

O medo, a ansiedade, a nostalgia, a alegria, o gáudio são igualmente alguns dos muitos modos sensíveis de manifestação das virtualidades mudas do desejo, da vontade que é nua, inominável, da qual participamos e que se catalisa em nosso corpo. E quantas vezes a nossa escuta é guiada para se instalar em estados repertoriados e em sentimentos catalogados! Será inevitável estabelecer, de ora em diante, um questionamento crítico sobre os modos discursivos ligados aos valores musicais, sejam oriundos do senso comum, sejam do ofício midiático ou sejam do empenho teórico, que não garantem nenhuma singularidade na escuta, que não nos dizem qual é o real poder da música, o que ela “pode” em nós.

II

À título de rememoração, voltemo-nos para certas imagens conceituais do desejo historicamente fixadas no pensamento ocidental. O desejo, para a concepção grega, seria uma vontade movendo a maior parcela das ações humanas. O conceito socrático, por exemplo, se assenta na premissa de que a vontade humana, em si mesma racional, tem um sentido que é o de alcançar o fim ideal e autêntico da vida: o “bem”. Este fim de conservação e de edificação do homem é simbolicamente figurado como o ponto final onde vão dar todos os caminhos. Na busca de entender o princípio de regulação interna das forças do homem em sua relação com outras forças externas, os gregos inventaram a idéia de sujeito. É neste ponto que a concepção de cultura deverá se tornar uma aspiração de ordenação filosófica consciente da vida e que se propõe a cumprir um suposto destino espiritual e moral.

Schopenhauer, muitos séculos depois, à propósito da música, nos deu uma imagem revolucionária do desejo, ao dizer que a vontade, não sendo representável, era sempre impessoal, não possuindo tampouco um predicado. O desejo não se curvaria ao intelecto, não reconheceria a consciência nem procuraria uma relação de possessão. A potência desejante seria uma força sem nenhuma finalidade preexistente, sem nenhum destino programável.

Desde então muitos pensadores começam a clamar por questões que problematizem a vida ela-mesma, no seio das forças, concebidas de maneira não biológica, não fisicalista e sem valores transcendentais ou metafísicos. Quando F. Nietzsche (apud DELEUZE: 1998) retoma o problema da vontade como elemento genealógico da força, esta se vê pensada como um querer interno que ressoa por entre a intimidade de todas as coisas. Isto pode mudar a própria imagem do pensar, porque assumir uma vontade imanente à vida faz com que o intelecto não mais desenhe o princípio problematizador do pensamento como um contraponto de temas ou de sintomas, mas sim como um corpo-a-corpo de forças, pensando-as em si mesmas. Em vez de perguntarmos o que é uma coisa, dizia Nietzsche, precisamos indagar quais são as forças que dela se apoderam, qual é a vontade que a possui, quem é que se exprime, se manifesta e mesmo se esconde dela.

Parece ter sido mesmo Nietzsche quem deu a esta imagem conceitual da vontade schopenhauriana o caráter de uma potência explosiva do real, de uma força inexpressa, mas imensa que se impõe ao caos e que opera em cada ínfimo movimento. Para o pensamento nietzscheano, a vontade assume um niilismo que, paradoxalmente, é afirmativo: uma vontade “de nada”, especificamente, mas somente uma potência de perseverar a sua força. Então, o que quer a vontade? Apenas continuar querendo. Nietzsche também traz a idéia de que qualquer relação de forças constitui um corpo, que vive como um produto contingente da pluralidade de forças irreduzíveis que o compõem: a sua suposta unidade é a de um acontecimento múltiplo. O filósofo faz adiante uma interessante distinção entre as forças: ativas e reativas. As primeiras dizem respeito às virtualidades do real, não orgânicas, alheias ao homem. As segundas concernem aos modos corpóreos resolver o problema dessa vontade imanente (ativa) sobre a nossa vida desejante. Memória e hábito, nutrição, reprodução, conservação, adaptação já seriam funções reativas, expressões de tais ou tais forças reativas. Seguindo esta idéia, Nietzsche afirma que é sempre mais difícil caracterizar as forças ativas, porque, por sua natureza supra-humana, elas escapam à consciência. Disto se auffera que a grande atividade principal da vontade é inconsciente. A consciência é essencialmente reativa e é por isso que não sabemos o que pode um corpo, de que atividade ele é capaz.

O autor contemporâneo José Gil concorda com Schopenhauer e com Nietzsche, ao dizer que experienciamos o nosso corpo na presença imediata do seu sentido. Ele simplesmente vive-se e não se pensa, pois um corpo, a priori, não visa a um objeto. O desejo é a plenitude de uma energia e de um ethos de invenção. E, como ele é imanente a si, não tem alvo nem outro fim que não seja o seu prolongamento, o seu próprio estiramento indefinido e o desenvolvimento de sua energia interna. Esta idéia nos permite parafrasear, com certa licença, Fernando Pessoa (1999): não sou eu que desejo, mas sim “deseja-se em mim”.

É importante reiterar que um estado vivido e recortado pela representação, ao qual usualmente chamamos de “desejante”, é atravessado por infinitas potências, insondáveis vontades, mas todas com um único fim: o de aumentar a sua força de querer, o de diferenciar-se sem parar, ganhando assim energia e impulso de vida. Parece um tanto distante o exemplo a seguir, mas ele não deixa de nos ajudar na apreensão do desejo que defendemos aqui. O pássaro canta porque há um desejo que atua nele. Mas não é um desejo de cantar com fins objetivados, claro, porque no passarinho move uma vontade inelutável de procriação. Para resolver este problema ele deve atrair uma pretendente com quem, mesmo sem o saber, possa se acasalar. O canto é aprendido com o seu pai, mas o curioso é que o pássaro sempre recria o que ele aprende. À medida que o filhote vai repetindo os movimentos iniciais do gorjeio, o problema do seu aprendizado migra para o problema, por assim dizer, genético da cópula. É surpreendente, contudo, observar que ele insere aos poucos novos volteios ao canto aprendido, vai inovando ludicamente o cantar, a despeito da função “original” do seu canto. São, destarte, infinitas forças desejantes que

atuam, que se atenuam ou se intensificam, mas tendo sempre em vista resolver um problema posto pela sua realidade. E um problema, quando se resolve, sempre muda de natureza ou se disfarça em novos problemas. Tal é o caso do ouvido, de todo o aparato da escuta que se faz como uma vontade de resolver o problema do som, ou como o do olho, que resolve o problema da luz.

As anedóticas motivações que levaram tal ou tal compositor a criar são sempre narrativas a posteriori - e a literatura jornalística está repleta de comentários exemplares – são circunstâncias importantíssimas para o discurso midiático, mas que não dizem respeito à força da arte e da vontade criativa. A instauração de um gênero musical, a observação de uma cena cultural ou a catalogação de técnicas e de misturas estilísticas etc. podem ocupar o rol de preocupações opinativas, midiáticas ou até mesmo teóricas, mas não é o que realmente interessa ao mundo das sensações, não é o que realmente nos afeta pela escuta, não é o real poder da música. Isto quer dizer que quando escutamos música também somos tocados por um mundo que é primordialmente vibratório, um mundo feito de ritmos sequer sonoros. E tais ritmos puramente intensivos nos "trabalham" muito antes de nos darmos conta deles. Nos tempos imperceptíveis da escuta captamos certas vibrações intensivas e, antes de o percebermos, compomos com elas muitos ritmos singulares de sensação. Muitos desses tempos escapam às durações vividas, isto é, percebidas, tais como hiatos dos sentidos que a "educação" da memória vai habilmente preenchendo. Por tal razão, antes de se perguntar "o que é que eu escuto?" ou "o que existe na escuta?", é preciso se voltar primeiro para "o que subsiste – ou insiste- na escuta?".

Coexistem na escuta velocidades e ritmos intensivos, incorporais, em nada semelhantes aos sons, mas que se consolidam numa realidade extensiva, semiósica, fenomenal, psicológica, emocional etc. Escutar, enfim, é algo como amalgamar um fluxo paradoxal de ritmos heterogêneos que co-existem e co-insistem: melodias, pulsações, harmonizações, idéias, paisagens, afecções que são trespassadas por velocidades puras, acelerações e desacelerações, ritmos incorporais, modulações de intensidade, afetos, sensações, virtualidades. A partir da concepção da vontade imanente, não representável, será possível re-imaginar uma outra realidade da escuta, silenciosa, intensiva, rítmica, heterogênea, uma realidade insistente movendo a existência sensorial da música. A questão é, afinal, a de ouvir não apenas o som, nem somente o que está no som, mas sim as potências que nos afetam e que nos co-movem pela escuta.

Repensar a imagem do desejo, do eu e das forças coletivas que se inserem nos fluxos da escuta musical on line pode nos levar a questões como o que significa desejar pela escuta, desejar a escuta ou desejar na escuta. Se levarmos adiante estas afirmações, precisamos aceitar que a música requer, antes de tudo, uma mudança de estatuto conceitual em nosso pensamento. Em vez de ser tomada na qualidade de uma peça, uma obra, uma individualidade materializada em termos de som e de idéia, ela seria apenas o nome que damos a uma maquinação de forças não sonoras, mas que se sintetizam como sensação e se realizam como sonoridades. Implicam-se no acontecimento da escuta forças da quais somos co-partícipes, cujo fim é unicamente musicar o querer e potencializar a vida.

III

A música é um produto especialmente privilegiado na indústria cultural e, por tal razão, também possui como emblemática uma sistematização do controle do desejo, de uma espécie de "totalitarismo do querer" – enunciados e imagens que se reiteram - endereçado a todos os aspectos de nossa vida, especialmente os nossos ritmos afetivos.

O hábito de dizer "eu quero", "eu gosto" limitam à partida os devires e as virtualidades assubjetivas das quais participamos. O desejo, quando é compreendido como um mero estado subjetivo, como uma experiência desejante, é apenas uma apreensão abstrata que a linguagem criou para tentar capturar, por uma via redutora e antropocêntrica, algo da multiplicidade fluente de ritmos desejantes que nos compõem. A mídia como um regime ultra-sofisticado de enunciação e de simulação opera por aparatos tecnológicos de comunicação instantânea e universal. Mas o sistema comunicacional que sustenta a indústria fonográfica é, por princípio, incapaz de captar os acontecimentos que nos atravessam e dos quais co-participamos pela escuta musical.

Habita aqui uma questão ligada ao ambiente informacional e ao poder que este exerce sobre a nossa realidade sensível e semiósica. Este problema concerne à natureza do desejo. É que, obstinadamente realimentados pelas sobrecodificações hegemônicas de sentido, sob a égide numérica de relações e de mobilidades pré-coordenáveis, corremos o risco de atrofiarmos a liberdade da vontade criativa, confinando-a em clichês simplistas. Em virtude desses mecanismos de controle de enunciados e de simulações digitais, pode-se reduzir drasticamente a força de experimentação do desejo, orientando-a para uma simples divisão dualista preestabelecida.

O desejo, como uma potência livre que faz a vida, vai sendo conduzido a jogos pré-determinados que o padronizam como uma performance de projeções de um suposto sujeito desejante sobre objetos desejáveis. Somos assim instigados à convivência com objetos e a projeção de um desejo de possuí-los. Envolto por essa condição de consumidores das tecnologias multimidiáticas, somos desmotivados a potencializar o desejo tal como ele poderia ser: uma avidez afirmativa da existência.

Jean Baudrillard (2002) se mostra cético quanto à ostensivamente alardeada "cultura da interatividade", porque uma atmosfera de interfaces entre máquinas e "usuários" que nelas investem desejos pré-codificados não garantem por si só, nenhuma singularidade na experiência. A despeito das laureadas promessas de heterogeneidade que habitaria a frequência da internet, uma vez sob a rubrica do controle gerencial binarizante, não seríamos, segundo o autor, estimulados a experimentá-la criativamente, o que acaba por inibir o seu enorme potencial de abertura e de imprevisibilidade. De fato, as

máquinas técnicas informáticas, sob a rubrica dos enclaves tecnocráticos, ao investirem na convergência dos seus interesses, instauram estrategicamente escolhas de escolhas, controlando "virtualmente" as forças desejantes para os fins de consumo. No limite, o próprio desejo se objetiva como produto a se consumir. Significa que os fluxos produzidos pelos dispositivos técnicos penetram nos tempos imperceptíveis do nosso corpo, extrapolando muitas de nossas relações psicomotoras naturais. A simulação ultra-realista trata de reduzir nossas performances imaginativas a um imaginário repertoriado. Um sistema penetrante e sutil de controle pode, deste modo, imprimir ritmos estereotipados sobre o corpo e a sua habilidade imaginadora. A simulação bem sucedida é a inibição mesma da imaginação que, sendo por natureza criativa, se tornaria simplesmente um repertório regrado de produção de imagens, fixando o consumo de dinâmicas estereotipadas do desejo. Por fim, condicionadas pelos chaveamentos binários e envoltas por um logos técnico de simulação, vêm-se padronizadas, sorrateiramente, as potências criativas do desejo.

Afirmamos, em contrapartida, que há sim um potencial de experimentação na frequência à internet, porque ela abriga gestos de invenção que podem disparar imprevisíveis conexões de afetos, justamente a partir de um regime de contatos circunstanciais. Tais práticas vão se consolidando, a despeito de qualquer ato comunicativo, como ações contagiantes. São, destarte, nas trivialidades dos hábitos de convívio em rede, que certas experimentações inventivas acabam por assumir um poder de nos contagiar e quicá de nos levar a agir criativamente. Neste universo exponencial de conexões, um ouvinte pode reavivar a experiência social da música ao compartilhar o que está ouvindo e catalisar em alguém outras performances de escuta. O impulso por partilhar o que escutamos pode partir de um desejo impessoal de simplesmente intensificar potências rítmicas de vida, contagiando, por desejos incomunicáveis, muitas outras vontades criativas. Mas o desejo talvez seja aqui o de afetar e de ser afetado. A resistência criativa da escuta tem, por princípio, uma subversão às práticas axiomáticas da enunciação. São as forças criativas da vontade como potência afirmativa da existência, marcadas por criações de vacúolos de não-comunicação nos sistemas comunicacionais.

Ainda nos surpreendemos com a vastidão inesgotável de registros musicais, parcela diminuta em meio a uma constelação crescente de generalidades. Entre clips, concertos, trechos de musicais cinematográficos, fragmentos de documentários, entrevistas, artes do audiovisual e homenagens de artistas amadores a seus ídolos contidos no You Tube, muitos dos quais, desafortunadamente, jamais teremos tempo de assisti-los. Realimenta-se continuamente um acervo musical e imagético cuja espantosa mobilidade atordoa qualquer aporte teórico que se detenha para defini-la. No entanto, é preciso explicar, mesmo que de modo muito de modo breve, acerca das performances e das potencialidades do You Tube para a gama de experimentações que a realidade criativa da escuta pode assumir.

Num ensaio descompromissado, acessei o site. Ao digitar a palavra music escolhi, dentre diversos clips que apareceram, um do Royksopp, "Remind me": a partir de imagens diagramáticas de animação, o vídeo apresentava todo um fluxo de mapas longitudinais, gráficos urbanos, tabulações sociométricas, porcentagens demográficas, registros nutricionais de embalagens de cereais etc. a se conduzirem como representações irônicas do cotidiano físico e imaginário regrado das casas, bairros, estações e cidades, não reforçando, mas sim recriando toda a idéia musical. Na lógica do You Tube, que é a de mostrar ao lado os arquivos relacionados, fui ao próximo, também do mesmo artista. Mais uma bela surpresa, um videoclip, "Eple", primoroso em sua idéia, criado a partir de uma peça instrumental eletrônica. São imagens de fotografias que remetem a cenas de lembranças de viagens desdobrando-se em paisagens e turistas, num jogo de câmera insólito, como se as fotografias entrassem e saíssem da zona recém percorrida. Difícil de descrever o quanto me senti grato por ter encontrado, fortuitamente, este clip. Neste aspecto, o You Tube suscita um papel metamórfico para o videoclip: o apelo de uma peça que normalmente se produz posteriormente e com finalidades promocionais de uma dada composição vinculada ao circuito industrial fonográfico (por exemplo, este videoclip de Royksopp faz parte do pacote de divulgação da Virgin Records) ganha, além de um novo modo de exposição, uma outra autonomia expressiva. À composição musical se aliam outros princípios de criação, especialmente ligados à animações que potencializam simbioticamente as sensações audiovisuais.

Por diversão, digitei a palavra "Nietzsche". Não devia, mas eu me espantei com a quantidade de arquivos que chegaram: imagens filmográficas do filósofo recostado, numa varanda, em 1899, além de várias vídeo-montagens biográficas, homenagens audiovisuais, às vezes utilizando como trilha sonora alguma composição musical do próprio filósofo, bem como clips mesclando ironicamente seus aforismos à paisagens idílicas etc. Digitei então "José Gil" e apareceu um vídeo-texto sonorizado chamado O corpo paradoxal, sobre o espaço do corpo na dança e criado a partir de escritos do autor. Outros nomes de artistas foram digitados, remetendo, por aproximação, sempre a outros artistas: Brian Eno, John Cale, David Sylvian, Robert Fripp e assim por diante. E o que se deu foi um misto de surpresas, às vezes de nostalgia, de risos e, por que não, às vezes, de enfado, nos levando a afirmar que não há similar dinamismo na experiência da escuta face a nenhuma outra mídia, seja ela televisiva, seja fonográfica. Obviamente não se trata de comparações valorativas, apenas diferenciais. No fluxo do You Tube experiências trespassadas por outras experiências vão pedindo por novos desdobramentos, imprevisíveis e virtualmente infinitos.

Investimentos imaginativos, experimentais na internet são potencializados por iniciativas como as do You Tube, bem como as do Soulseek, site-programa p2p (person-to-person) que possibilita trocas de arquivos entre membros que respeitam regras específicas; ou do Myspace, site hospedeiro de artistas, organizado e criterioso, que funciona como um portal qualificado de trabalhos musicais e audiovisuais, entre muitas atividades artísticas. O encontro com a criatividade expressa tecnologicamente talvez também tenha o poder de despir a escuta das imagens estereotipadas da cultura musical. Subtraindo-se à homogeneização da enunciação e da percepção pela lógica comunicacional e do simulacro, a escuta musical

criativa persegue, antes de qualquer elemento sônico ou de qualquer paradigma tecnológico, tornar sensíveis as forças desejanças das quais ela pode ser uma ativa coadjuvante.

Referências:

- BAUDRILLARD, Jean (2000) The ecstasy of communication. in: FOSTER, Hal (org.) The Anti-Aesthetic: essays on postmodern culture. New York: The NY Press.
- DELEUZE, Gilles (1998) Nietzsche e a filosofia. Lisboa: Rés-Editora Ltda.
- DIAS, Souza (1995) Lógica do acontecimento: Deleuze e a filosofia. Porto: Ed. Afrontamentos.
- FERRAZ, Sílvio (2005) Livro das sonoridades. Notas dispersas sobre composição. Rio de Janeiro: Ed. 7 Letras.
- GIL, José (1997) Metamorfoses do corpo. Lisboa: Relógio D'água Editores.
- JAEGER, W. (1989) Paidéia. A formação do homem grego. São Paulo: Martins Fontes.
- LEVY, Tatiana Salem (2003) A Experiência do fora. Blanchot, Foucault e Deleuze. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- MENGUE, Philippe (1994) Gilles Deleuze ou le système du multiple. Paris: Ed. Kimé..
- PESSOA, Fernando (1999) Livro do desassossego. São Paulo: Cia das Letras.
- SIBILIA, Paula (2002) O homem pós-orgânico. Corpo, subjetividade e tecnologias digitais. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

O velho no novo: os novos instrumentos tecnológicos e a violência simbólica entre estabelecidos e outsiders

Marco Antônio de Oliveira Tessorotto
Universidade Federal da Paraíba
ma.tessorotto@uol.com.br

Tereza Correia da Nóbrega Queiroz
Universidade Federal da Paraíba
terezac@uol.com.br

Resumo: O presente artigo pretende verificar como as novas ferramentas tecnológicas, a exemplo do programa Youtube.com – Broadcast Yourself, da Rede Mundial de Computadores, são utilizadas para reproduzir formas tradicionais de violência simbólica mediante as quais a sub-cidadania referida à sociedade brasileira é realimentada, extrapolando o espaço doméstico onde é gestada, para o ciberespaço globalizado. Observou-se em alguns vídeos divulgados a reprodução do estigma secularmente associado à condição do trabalhador doméstico com pouca escolaridade e, atualmente, com pouca familiaridade com o universo da informática. Os recursos utilizados são a exposição ao ridículo e a construção de uma imagem da subalternidade.

Palavras-chaves: internet, estigmatização, subcidadania, violência simbólica

1. INTRODUÇÃO

Este artigo pretende analisar como os velhos mecanismos estratégicos de estigmatização e de exclusão social permanecem atrelados às novas dinâmicas e dimensões dos mecanismos tecnológicos pós-modernos. O objeto desta análise são alguns vídeos divulgados pelo portal Youtube.com – Broadcast Yourself (www.youtube.com). Os vídeos aqui selecionados foram produzidos por brasileiros, retratando trabalhadores domésticos em situações constrangedoras. Nosso objetivo é analisar os preconceitos e formas de depreciações aí veiculadas buscando entender como atuam velhos mecanismos de dominação e exclusão a partir do uso de novas linguagens midiáticas. A inspiração teórica inicial deste trabalho veio dos estudos de Norbert Elias¹, sobre as relações de poder entre estabelecidos e outsiders (Elias, 2000). Embora este trabalho seja referido a uma pesquisa empírica realizada em uma comunidade inglesa, composta por trabalhadores de mesmo nível sócio-econômico, o modelo por ele elaborado de relações entre estabelecidos x outsiders, pode ser aplicado a outras situações sociais como o próprio Elias argumentou. Ele identificou uma desigualdade entre os dois grupos que compunham a comunidade, implicando relações de poder e dominação de uns sobre os outros, e complexos processos de manutenção da desigualdade, de controle dos cargos de poder e de continuidade das formas de poder simbólico historicamente construídos, que, em sua maioria implicavam formas de interação direta. Outro autor que fundamenta a análise é Pierre Bourdieu (1992), que elaborou o conceito de violência simbólica. Para ele:

¹ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L (2000): Os estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade, Rio de Janeiro, Zahar, pp. 26-27

“Todo poder de violencia simbólica, o sea, todo poder que logra imponer significaciones e imponerlas como legítimas disimulando las relaciones de fuerza en que se funda su propia fuerza, añade su fuerza propia, es decir, propiamente simbólica, a esas relaciones de fuerza” (Bourdieu, P. En: Bourdieu, Pierre y Passeron, Jean-Claude. 2001. pp. 15-85).

Inspirados nesses autores, aos quais acrescentamos Jessé Souza (2003) passamos a discutir a construção social do processo de subcidadania que analisa os mecanismos de construção e reprodução da desigualdade social no Brasil. Nossa hipótese principal é que, no caso do ciber espaço, mais especificamente, no programa Youtube, a violência simbólica ganha dimensões globais e os conflitos antes restritos aos micros-espacos sociais no âmbito privado, agora assumem dimensões públicas e globais. Como afirma Boaventura Santos (2002, pp. 41):

(...) as telecomunicações são cada vez mais a infraestrutura física de um tempo-espaco electrónico, o ciber-espaco ou tempo-espaco instantâneo. Este novo tempo-espaco torna-se-á gradualmente o tempo-espaco privilegiado dos poderes globais.

Com base nos autores citados vamos analisar os vídeos selecionados na perspectiva de compreender os mecanismos atuais de construção da subalternidade. No estudo de Elias e Scotson (2000, p. 26), “o centro de suas discussões estavam as relações de poder e de status no interior de uma comunidade. A investigação os levou a buscar explicar o porquê das diferenças de status e poder” e como os espacos de diálogo são ocultados pelas vozes dos que detêm o poder institucional e intelectual.

As teorias de Elias (2000) em conjunto com as idéias de Bourdieu (1992) podem inspirar a colocação de novas indagações sobre as relações sociais no interior da Rede Mundial de Computadores. Indo além dos ganhos evidentes em termos de democratização da informação, como se colocam as relações de poder em seu interior? É possível pensar este espaco como um novo campo conflituoso das relações de poder entre estabelecidos (aqui, internautas da classe A e B com acesso a banda larga e celulares modernos) e outsiders (que são os excluídos digitalmente ou os que fazem uso de lan house)?

Em Pierre Bourdieu², a violência simbólica é uma forma de construção social voltada para a manutenção e perpetuação dos valores simbólicos da classe dominante através da interiorização da cultura considerada “superior”. A violência simbólica é exercida por diversas instituições (a exemplo da escola) podendo se verificar em outros tipos de relações sociais a exemplo das que ocorrem através da internet.

A internet integra o fenômeno da globalização e da sociedade em rede e atualmente inexistente legislação específica capaz de coibir possíveis abusos de seus usuários. O site YouTube foi criado em fevereiro de 2005 por dois jovens de uma empresa de tecnologia preocupados com o aperfeiçoamento do envio de grande quantidade dados ou vídeos através de e-mails. A idéia de Chad Hurley e Steve Chen era a criação de um plug-in que compactasse boa parte dos dados, ou seja, um vídeo com o tamanho original de 50MB que após o processo de compactação fica com 10MB, utilizando para isto, um formato de vídeo flash ou .FLV. Um ano após o sucesso do site de compartilhamento de vídeos, o grupo Google fez a oferta de US\$ 1,65 bilhões de dólares e adquiriu a empresa em 13 de novembro de 2006³. Até o momento, a Constituição Brasileira ainda não contempla os problemas e abusos acarretados pelo uso das novas tecnologias, a exemplo do site Youtube.com.

2. CONSTRUÇÃO DO ESTIGMA A

No passado, o estigma era entendido como o sinal que um determinado indivíduo, portador de uma marca (cicatrizes, tatuagens, sinais de deficiência) era uma ameaça a estabilidade e a ordem social. Estes sinais (corporais e subjetivos) foram e ainda são utilizadas em diversos contextos histórico-sociais visando à estratificação social de indivíduos, àqueles que serão ou não reconhecidos pelos outros.

Para Goffman (1975) “o termo estigma (...) será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo” cuja significação porém depende das relações que os indivíduos estabelecem em sociedade. Os estigmas atuam de acordo com a posição social e podem representar ora o prestígio, ora a exclusão.

Nosso interesse aqui é discutir a construção do estigma de analfabeto, ou analfabeto digital, a partir de alguns vídeos selecionados do Youtube para entender as formas de reprodução do estigma associado aos mais pobres no Brasil.

Melo⁴ explica que:

(...) quanto mais discrepante for a diferença entre as duas identidades, mais acentuado o estigma; quanto mais visual, quanto mais acentuada e recortada a diferença, mais estigmatizante; quanto mais visível a diferença entre o real e os atributos determinantes do social, mais se acentua a problemática do sujeito regido pela força do controle social (...). (MELO, 2005, pp.2)

Os vídeos do Youtube apresentam a exibição de pessoas de origem popular em situação constrangedora, no caso, a dificuldade de pronunciar palavras em inglês, palavras consideradas de uso corrente para aqueles familiarizados com a internet.

²Op. Cit.

³Youtube.com (2008). <http://en.wikipedia.org/wiki/YouTube> (consultado na Internet em 30 Julho 2008)

⁴ MELO, Zélia Maria de (2005). Os estigmas: a deterioração da identidade social. UNICAP. <http://www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/anaispdf/estigmas.pdf> (consultado na Internet em 18 julho 2008)

Trata-se aqui da atualização de uma prática secular da sociedade brasileira, cujas hierarquias sociais são bem demarcadas, valorizando-se os que detêm os símbolos de status associados às posições de riqueza e poder entre os quais se incluem o domínio da norma linguística culta e o acesso a bens culturais estrangeiros.

Ao longo da história o saber e a educação foram constantemente associados aos grupos que detêm o poder, e esses conhecimentos foram utilizados na manutenção de situações privilegiadas.

Se em sociedades mais democráticas a educação pública de qualidade contribuiu para a diminuição das desigualdades sociais e para a construção de uma cidadania efetiva para todos, no Brasil, ela não se generalizou mantendo-se até hoje uma clivagem entre os que tem acesso a um ensino de qualidade e os que tem acesso apenas a escola pública. Este fato compromete a qualidade de nossa cidadania, que continua a ser excludente, não completando-se a igualdade prometida pelas sociedades democráticas.

A esse quadro se acrescentam as desigualdades provenientes da situação ocupada no mercado de trabalho onde também não se afirmaram práticas de extensão igualitárias de direitos. Algumas ocupações são consideradas subalternas implicando em desprestígio para seus ocupantes, além de não terem obtido reconhecimento integral de direitos tal como em outras profissões. É o caso do empregado doméstico, cujos direitos sociais não se equiparam ainda aos de outros trabalhadores do mercado formal.

Assim, trabalhadores na condição de empregados domésticos são estigmatizados pela sua própria condição, além das marcas de origem social que exibem como a fala inculta e a pouca familiaridade com palavras de línguas estrangeiras. A exibição da suposta condição de inferioridade torna-se assim um mecanismo de manutenção da desigualdade, pois exhibe para o público as marcas da inferioridade do trabalhador bem como as da “superioridade” do empregador, do patrão, contribuindo para inculcar no primeiro a idéia de sua “inferioridade”. Como afirma Elias, “um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído” (Elias, 2000). E acrescenta “afixar o rótulo de “valor humano inferior” a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder como meio de manter sua superioridade social. Nessa situação, o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na auto-imagem deste último e, com isso, enfraquecê-lo e desarmá-lo” (Idem, p. 24).

Outro aspecto a ser analisado nos vídeos do Youtube, é o da aparente harmonia entre o patrão e a empregada. Historicamente no Brasil, na situação do emprego doméstico a violência da dominação é escamoteada com o estabelecimento de relações afetivas e aparentemente cordiais entre os envolvidos na situação, remetendo à idéia da violência simbólica.

3. A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NOS VÍDEOS DO YOUTUBE: DO PRIVADO AO PÚBLICO

Os vídeos foram extraídos entre os meses de abril e maio de 2008 e se deteve em seis casos amplamente difundidos e assistidos pelos internautas usuários do site “www.youtube.com”, estamos falando de vídeos que foram mais de trinta mil vezes visualizados por diversos usuários no Brasil e no mundo.

O primeiro vídeo-caso com uma duração de um minuto e vinte e um segundos e disponível em: <http://br.youtube.com/watch?v=4y-i058kxvY&NR=1>, é o da empregada doméstica de nome Sônia que é obrigada a falar corretamente o endereço do site www.youtube.com. No perfil de um dos distribuidores do vídeo, Rafael Bahia apresenta o filme como “tentando ensinar uma empregada doméstica a falar "Youtube", revelando assim, o poder de controle do saber e sua vontade de “adestrar” a doméstica na maneira correta de se pronunciar algo que não pertence ao seu mundo. Em um determinado momento, Sônia fala no vídeo: “Olha Miro, a “Marica” está chorando, está rindo” e o editor e produtor do vídeo (Micael Lima) replica: “não tem problema”. A falta de um olhar crítico apurado por parte da vítima torna-a suscetível a estas formas de deboche social. As imagens insistem em mostrar o constrangimento de Sônia, sua dificuldade com a pronúncia das palavras solicitadas, seu choro/riso que aponta para sua interiorização do valor do outro, dificultando uma reação à violência da humilhação.

O segundo vídeo-caso de duração aproximada de dois minutos e dezoito segundos, disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=tUcTW0dyXL0>. O sucesso do primeiro vídeo-caso da Sônia veiculado na internet já desperta o interesse de diversos sites, a exemplo do site Kibe Loco (www.kibeloco.com.br). Neste segundo vídeo o método de abordagem é o mesmo, acrescenta-se apenas novos dizeres que visam dar visibilidade e mercado a um site: “www.kibeloco.com.br, a verdade é acida e o kibe é cru”. A personagem novamente encontra dificuldade na pronúncia das palavras e o responsável pela gravação ri constantemente. Diante deste fato, Sônia inquire seu algoz: “É, né, você está rindo, né, Miro?”. Ironicamente o mesmo responde: “Eu não, é você que está engraçada.” Este vídeo evidenciou o sucesso do anterior indicando a presença de uma cultura profundamente autoritária que considera risível a exposição da humilhação do outro, de suas marcas de classe que são a razão do estigma.

No último vídeo da série “Sônia” com duração de três minutos e dois segundos, disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=2nUeW89zdNo>. O autor dos vídeos da Sônia se apresenta, mas em outro formato, aqui o recurso de uma entrevista vem agregar ao deboche anterior um novo produto. Da brincadeira que virou febre no Orkut e inclusive o fez produzir um site pessoal: <http://www.falasonia.com.br>, o Micael faz uso deste fenômeno de audiência como uma nova forma de angariar recursos através da propaganda ou marketing direto de produtos e serviços.

Neste vídeo, ele (Micael) e Sônia aparecem lado a lado, ambos com uma camiseta que ostenta o nome de uma empresa. O mesmo inicia: “Oi pessoal, aqui é o Micael da Megaomni Internacional e nós fizemos um vídeo da Sônia daqui

do escritório e foi uma coisa bem bacana que a gente colocou no site Youtube e “bombou” o vídeo” com muitas visitas e o pessoal tá elogiando”. Seguindo o padrão dos vídeos anteriores, as chacotas e o bizarro continuam. Desta vez, o Micael instiga a Sônia a falar de um caso com que ela se deparou nas ruas após o sucesso do vídeo, Micael pergunta: “Sim, Sônia me conte a história do moço que queria ((...))”, a vítima Sônia se engasga com a palavra “seqüestrar” e o narrador trata de interpelar: “seqüestrar, seqüestrar, isso mesmo!”. E em seguida coroa a situação com o seguinte pedido: “Você canta também, é um maior sucesso, cante um pedacinho pra gente”, neste trecho o narrador aparece com um ar de deboche na face, sabendo que a Sônia cantaria o hit “My Heart Will Go On” da Celine Dion, mas na versão coloquial a qual a Sônia e seu mundo simbólico conseguiu captar e assimilar.

No quarto vídeo-caso, uma segunda “Sônia” surge na internet, mas a proposta dos autores é a mesma, difundir o ridículo. O modelo de exposição do estigma do outro está fazendo escola. Neste vídeo de três minutos e trinta e três segundos, disponível em: http://br.youtube.com/watch?v=KFEs_UWJc3E, a mais nova vítima de demonstra inicialmente não querer participar da “brincadeira” proposta pelos padrões, mas é sabiamente coagida pelos autores do vídeo.

Ainda no vídeo, Ruth, a patroa, trata de estabelecer a condição de subalternidade da Sônia: “No final você fala: eu amo minha patroa”. No perfil do editor do vídeo, encontra-se uma explicação ao inexplicável: “Obs : Esse filme foi gravado com a permissão da sonia, ela é uma pessoa muito querida por todos da família, em nenhum momento a filmagem foi feita com intenção de denegrir a imagem dela, apenas com intuitos de risadas assim como ela mesma deu nas filmagem e ao ver o vídeo!”. Nesta justificativa, o autor revela o não domínio na norma padrão da escrita quando escreve: (permissão) ou (família), aqui o saber não atuou como forma de controle, mas a relação de poder entre subalterno e patrão visando a risada, a chacota, ou uma nova forma de entretenimento doméstico?

Os dois últimos vídeos-casos ressaltam como a exposição ao ridículo na internet, de pessoas de origem popular, atinge até mesmo o chefe do Executivo, o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, nordestino, detentor de uma simbologia única, pois consegue unir ao seu discurso do culto ao coloquial, expressões de uso e domínio popular.

Os vídeos se abordam aspectos distintos, o primeiro de pouco mais de três minutos e disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=mOj_gOsGeNM evidenciou que a cultura, o usos de costumes do presidente são incompatíveis com o “padrão” de um presidente da república. No caso, o deboche se exercita em cima do uso da cachaça, bebida alcoólica de consumo popular.

A cachaça há tempos é vinculada a imagem do vagabundo, do alcoólatra, do sem ética, enfim do pobre. O vídeo-foto montagem possui frases de ordem e há alusões a um possível processo de impeachment do presidente, pois segundo a visão do autor, trata-se de um burro (conforme imagens).

O último vídeo-montagem com um minuto e meio, acessível em: <http://www.youtube.com/watch?v=8iA0I6m6dFk>. Neste vídeo em particular, são utilizadas as mesmas técnicas de edição que o fizeram perder a eleição no ano de 19895 são novamente postas, mas desta vez à serviço do deboche e do ridículo.

Nos casos tomados na presente análise é explícita como na internet, as antigas formas de dominação e violência estão articuladas a uma nova forma de entretenimento doméstico da classe média, a ridicularização dos mais pobres. Os vídeos apresentam uma reelaboração do preconceito de classe, sendo alguns já articulados a estratégias racionais objetivas, a exemplo do fenômeno Sônia, que utiliza o sucesso do vídeo para fazer propaganda de uma empresa. Neste mundo de construção simbólica violenta, a sociabilidade entre patrão e empregada é expressa como um espetáculo circense, recordando os antigos mecanismos, a exemplo de uma política de “pão e circo” a uma classe média, sendo que agora a “diversão” é promovida por jovens de classe média familiarizados com a tecnologia dos meios audiovisuais e da internet.

A perpetuação das formas tradicionais de dominação é assim realimentada, tendo como pano de fundo a exclusão de parcela significativa da sociedade de uma educação de qualidade. A educação ou a falta de, acentua este quadro. Os números da evasão escolar no ensino público encontram respaldo quando muitas destas “crianças estigmatizadas” abandonam o sistema regular de ensino, pois o ambiente escolar é violento, é o mundo simbólico do dominante reproduzido, e o mesmo é estranho, incompreensível, distante de sua realidade.

No estudo de Elias todos que pertenciam naquela comunidade (Winston Parva) faziam parte do mesmo grupo étnico e nacional, falantes de uma língua comum sendo o estigma resultado dos estilos de vida diferenciais. No caso dos vídeos apresentados, trata-se de preconceito de classe, que se manifesta através da ridicularização e exposição do sujeito que não consegue dominar a língua culta.

4. A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E A CONSTRUÇÃO DA SUBCIDADANIA

Em comentário sobre a sociologia de Pierre Bourdieu, afirma Drosila: “através do uso da noção de violência simbólica ele (Bourdieu) tenta desvendar o mecanismo que faz com que os indivíduos vejam como “natural” as representações ou as idéias sociais dominantes. A violência simbólica é desenvolvida pelas instituições e pelos agentes que as animam e sobre a qual se apóia o exercício da autoridade. Bourdieu considera que a transmissão pela escola da cultura escolar (conteúdos, programas, métodos de trabalho e de avaliação, relações pedagógicas, práticas linguísticas), própria à classe dominante, revela uma violência simbólica exercida sobre os alunos de classes populares” (Vasconcellos, 2002).

³O processo de manipulação noticiosa foi revelada pelo documentário: “Muito Além do Cidadão Kane” produzido no ano de 1992 pelo Canal 4 inglês, proibido e censurado ainda nos dias atuais.

A afirmação da autora citada é pertinente para analisar a situação apresentada nos vídeos selecionados. Mais além da violência da exposição ao ridículo chama a atenção a condição de submissão das pessoas expostas. As “Sônias” dos vídeos aceitam serem filmadas e expostas na internet, e assumem o discurso dos patrões que revestem a violência da discriminação com a capa das relações afetuosos, tecidas no âmbito da vida privada. Tudo indica tratar-se aqui de uma interiorização dos valores dos patrões, que “naturalizam” o autoritarismo de sua posição de poder ao mesmo tempo que os empregados “naturalizam” sua condição de subalternidade. Ao que parece, nenhum processo foi impetrado pelas pessoas expostas ao ridículo, pelo contrário, há uma reafirmação dos laços de afetividade em vídeo posterior, talvez em resposta a algum comentário que reclamava do desrespeito aos trabalhadores em questão.

A violência está implícita também na perpetuação de um sistema público inadequado aos objetivos da igualdade social e democracia, e ela se verifica tanto ao nível de sua incapacidade de equalizar os diferentes a partir de uma base cultural comum, como também pela sua incapacidade de absorver padrões e valores das classes populares, estigmatizando os que são de origem popular no interior do próprio processo educativo.

A construção da educação violenta e determinista é um “ato de consciência suscetível de ser compreendido na lógica do constrangimento ou na lógica do consentimento” (Bourdieu, 2002, pp. 231). Os quadros expositivos sobre a violência simbólica segundo João Teixeira Lopes⁶ deverá ser extinto no momento em que a democracia cultural e suas especificidades possam ser aceitas e compreendidas entre os indivíduos e as instituições democraticamente constituídas para a promoção da cidadania.

Marcos Bagno⁷, autor da obra *Preconceito Lingüístico: o que é, como se faz* fala dos setes mitos que envolvem o preconceito lingüístico. Em um destes preconceitos abordados na obra é a sobrevalorização da norma culta em detrimento da coloquial.

O conceito de unidade da língua materna atua como partilha e estabilidade social, mas a mesma pode estabelecer um nível de separação entre os “estabelecidos e outsiders” no acesso ao ensino e as formas de poder. No meio escolar, incluindo o universitário é comum a associação de poder ou autoridade pelo domínio da cultura ou sabedoria.

É somente através de uma educação universal e sem restrições é que o indivíduo será capaz de distinguir quando está sendo mais uma vítima da violência simbólica, tornando-se um ator reflexivo e crítico contra esta legitimação.

No Brasil, a construção e difusão da violência simbólica atingem outras dimensões. O ridículo em um país de enormes contrastes sociais e de renda ganha status de espetáculo, onde estratégias de propaganda se auto-aderem este discurso de grande aceitação.

A desigualdade expressa no sistema educacional brasileiro é a ponta do iceberg de um condição cultural mais complexa. Jessé Souza (2003) na obra *A construção Social da Subcidadania: para uma Sociologia Política da Modernidade Periférica* apresenta um estudo completo que acompanha o processo de modernização das sociedades periféricas ou de terceiro mundo, explicitando a construção da cidadania e da ética nos países subdesenvolvidos e periféricos, que conflui para a idéia de construção social da subcidadania, que considera um conceito mais adequado à explicação da persistente desigualdade social do país.

Em sua construção teórica da subcidadania, Jessé fundamenta seu raciocínio em Charles Taylor e Pierre Bourdieu, a partir dos quais faz uma releitura dos intérpretes da sociedade brasileira, propondo novas chaves de leitura.

Para ele, é necessário avançar no campo conceitual para dar conta da especificidade de nossa formação social:

“é no âmbito das sociedades periféricas que a desigualdade social em todas as suas dimensões assume proporções e formas particularmente virulentas. Especialmente na dimensão que estamos chamando de “habitus primário”, esfera onde o reconhecimento social dos papéis sociais de produtor e cidadão são, como vimos, definidos. Enquanto a generalização de um “habitus precário” nas sociedades avançadas é um fenômeno circunscrito e limitado, a sua generalização como fenômeno de massas em sociedades periféricas, como a brasileira, é suficiente para condenar um terço de uma população de 170 milhões de pessoas a uma vida marginal nas dimensões existencial, econômica e política”. (SOUZA, 2003, pp. 178)

O conceito de “habitus precário” é uma reelaboração do conceito de habitus primário concebido por Bourdieu. Neste último, o habitus primário consiste em esquemas avaliativos compartilhados objetivamente, ainda que irrefletidos e inconscientes que comandam nosso agir no mundo. Assim, se “(...) se o habitus primário implica um conjunto de predisposições psicossociais refletindo, na esfera da personalidade, a presença da economia emocional e das precondições cognitivas para um desempenho adequado ao atendimento das demandas (variáveis no tempo e no espaço) do papel de produtor, com reflexos diretos no papel de cidadão, sob condições capitalistas modernas, a ausência dessas precondições em alguma medida significativa, implica na constituição de um habitus marcado pela precariedade”. (Idem, 2003, pp. 170).

Um dos efeitos do chamado habitus precário seria “a aceitação da situação de precariedade como legítima e até merecida e justa, fechando o círculo do que gostaria de chamar de “naturalização da desigualdade”, mesmo de uma desigualdade abissal como a da sociedade brasileira”. (Idem, 2003, pp. 179).

Jessé sugere como solução a esta problemática é a “inegável necessidade de se desenvolver o reconhecimento da dignidade como valor fundamental” Souza (2003, pp.7).

⁶LOPES, João Teixeira (2005). Reflexões sobre o arbitrário cultural e a violência simbólica: os novos manuais de civilidade no campo cultural. *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 49.

⁷BAGNO, Marcos (1999). *Preconceito Lingüístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola, 2aed, pp.15-20

O processo de modernização ao longo da história atualizou e perpetuou relações sociais precárias do tempo da colônia, onde “a violência seria uma componente fundamental do processo de relação social entre e interclasses, entre os gêneros e as gerações” Souza (2003, pp. 9), aqui o senhor ou o patrão alimenta a violência simbólica como um antigo sadismo remanescentes daquelas relações da casa grande e da senzala.

Compreendendo o processo de formação da subcidadania no Brasil, Jessé de Souza apóia-se também em algumas idéias de Werneck Vianna quando analisa que certas “(...) transformações realizadas pelo alto, de forma conservadora, garantiram a manutenção de um sistema desigual, politicamente autoritário e economicamente concentrador de renda”. Tal sistema descrito por Vianna era e continua viável, pois amplas parcelas da população continuam a exercer funções que os colocam à margem do exercício da cidadania normatizada e regulada pelas instituições do Estado.

É possível verificar neste modelo analítico que aqueles dotados de racionalidade (domínios das técnicas do sistema) são vistos como possuidores de dignidade (cidadania) e por isso eles são merecedores do mérito (qualificação, posição e salário). E os que não lograram a aquisição deste habitus adquirem o chamado habitus precário, entendido como:

(...) aquele tipo de personalidade e de disposições de comportamento que não atendem às demandas objetivas para que, seja um indivíduo, seja um grupo social, possa ser considerado produtivo e útil em uma sociedade de tipo moderno e competitivo, podendo gozar de reconhecimento social, com todas as suas dramáticas conseqüências existenciais e políticas (...) (SOUZA, 2003, pp.10)

A representação do modelo analítico da subcidadania é, em seu primórdio, exercida no momento em que o indivíduo estigmatizado não consegue adquirir a racionalidade necessária para a efetivação de sua cidadania e conseqüentes direitos civis, pois:

(...) sua condição de subcidadanização é afirmada de forma objetiva pelo sistema social, reconhecida a partir de diferentes práticas sociais pelos incluídos (com prestígio) na lógica produtiva dominante e reforçada pelo processo de culpabilização subjetiva incorporado pelos dominados (...) (SOUZA, 2003, pp. 11)

Nos vídeos selecionados as relações apresentadas entre patrões e empregados são expressivas da atualidade do processo de construção social da subcidadania. O contraste se dá entre os que adquirem o habitus primário (postura superior, poder sobre o outro, exibição de signos de classe, inconsciência da crueldade das práticas de ridicularização e os possuidores do habitus precário (aceitação da condição subalterna, reconhecimento do poder do outro e naturalização da dominação). Os vídeos remetem à existência de um consenso em torno do valor desigual da vida e da dignidade humana.

É nesta perspectiva que se faz necessária a inclusão urgente de políticas sociais de inclusão, a exemplo das cotas, capacitando no sistema produtivo de mercado uma parcela dos estigmatizados da modernidade (negros, quilombolas, indígenas, comunidades rurais e áreas periféricas). A partir desses processos, poderá ser superado a constituição do habitus precário, o que levará ao rompimento das lógicas seculares de reprodução da desigualdade.

A persistência da condição de subcidadania no Brasil é confirmada pela análise do Relatório Situação Mundial da Infância 2008 que revelou os tristes números do ensino público, onde 57,1% ou 237,8 mil crianças entre 0 e 6 anos estão fora da pré-escola, vítimas estas, do 30 Estado do Brasil cujos pais tem menos de 4 anos de estudo. Na adolescência, os números ainda são preocupantes, na pesquisa do Pnad/IBGE de 2007 aponta para 51,4% ou 375 mil dos jovens entre 15 a 24 anos de baixa renda em todo o Estado estão fora de qualquer sistema de ensino, seja ele médio ou superior.

Quanto aos demais 48,6% dos jovens que conseguem concluir o ensino médio na rede pública, outra barreira se impõe e a mesma é intitulada de Processo Seletivo Seriado (PSS). No ano de 2003 no site da UFPB, o antigo reitor Jader Nunes falou dos números discrepantes do acesso ao ensino superior nos anos de 2000, 2001, 2002 e 2003, os números das escolas particulares cujos alunos são exitosos no processo são acima de 50% das inscrições, enquanto da rede pública não supera os 36% dos inscritos.

Os números da evasão escolar no ensino público encontram respaldo quando muitas destas “crianças estigmatizadas” abandonam o sistema regular de ensino, pois o ambiente escolar é violento, é o mundo simbólico do dominante reproduzido, e o mesmo é estranho, incompreensível, distante de sua realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se pretendeu neste esboço foi analisar como se estabelecem as inter-relações de poder entre “estabelecidos” e “outsiders” a partir de vídeos disponíveis na internet.

A violência simbólica age de modo dissimulado e imperceptível ao senso comum, e se exerce sobre os mais pobres. Nos vídeos disponibilizados pelo Youtube é possível observar a condição de não cidadania destes personagens que são expostos sem nenhum respeito pela sua dignidade pessoal.

A internet em seus primórdios (ARPAnet) se propunha à troca de informações, pesquisas técnicas e científicas entre diversos órgãos e instituições. Com a expansão das redes de comunicação, dos satélites, dos cabos de transmissão e compressão de dados, a internet tornou-se realidade em grande parte dos lares no país (são 34 milhões de usuários domésticos em 2007, segundo relatório da ONU). Mas não se trata de fenômeno que possa ser compreendido isoladamente, pois nela se refletem os valores e as relações de poder existentes no mundo real.

Nos vídeos analisados constatou-se a vigência de práticas que produzem a subcidadania no Brasil, que se revelam na violência com que os mais pobres são ridicularizados pelas suas marcas de classe. Sendo que agora ela sai do mundo familiar, privado e, com os recursos tecnológicos da internet, toma uma dimensão pública, reproduzindo e reforçando as práticas de desigualdade social.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos (1999). Preconceito Lingüístico: o que é, como se faz. São Paulo: Edições Loyola, 2aed. pp.15-20
- BOURDIEU, Pierre (1992). O poder simbólico. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- DINIZ, Ariosvaldo da Silva & BRASILEIRO, Maria Dilma Simões & LATIESA, Margarita (2005). Cartografia das novas investigações em Sociologia. João Pessoa: EDU-UFPB/Manufatura. pp. 86; 89
- ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L (2000). Os estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade, Rio de Janeiro, Zahar, pp. 26-27
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2002). A Globalização e as Ciências Sociais. São Paulo, 2ª Ed, Cortez, pp. 41; 326

INTERNET

- BELAS, José Luiz (1992). Ensaio. <http://www.jlbelas.psc.br/texto04.htm> (consultado na Internet em 08 de Fevereiro de 2008)
- LENT, Michel (2007). Brasil é o 6º no mundo em usuários de internet. [http://www.viuisso.com.br/2007/11/04/brasil-e-o-6%C2%BA-no-mundo-em-usuarios-de-internet/\(consultaod](http://www.viuisso.com.br/2007/11/04/brasil-e-o-6%C2%BA-no-mundo-em-usuarios-de-internet/(consultaod) na Internet em 19 de Julho de 2008)
- MELO, Zélia Maria de (2005). Os estigmas: a deterioração da identidade social. UNICAP. <http://www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/anaispdf/estigmas.pdf> (consultado na Internet em 18 de Julho de 2008)
- SALLAS, Ana Luiza Fayet (2005). ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. 2000. Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de Poder de uma Pequena Comunidade. <http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/campos/article/viewFile/1561/1309> (consultado na Internet em 07 de Fevereiro de 2008)
- L'APICCIRELLA, Nadime (2003). O Papel da Educação na Legitimação da Violência Simbólica. UFSCar. http://www.cdcc.sc.usp.br/ciencia/artigos/art_20/violenciasimbolo.html (consultado na Internet em 03 de Março de 2008)
- Youtube (2008). Wikipedia – free encyclopedia. <http://en.wikipedia.org/wiki/YouTube> (consultado na Internet em 30 de Agosto de 2008)

JORNAL

- SANTIAGO, Henrieta (2008). Educação na Primeira Infância: 237, 8 mil estão fora da pré-escola na Paraíba. Correio da Paraíba, caderno Cidades, seção B1. Edição: domingo, 24 de fevereiro de 2008

FILME

- HARTOG, Simon (1992). Muito Além do Cidadão Kane. VHS, canal 4 (BBC), 93 min.

A epistemologia feminista nas ciências econômicas: limites e possibilidades

Brena Paula Magno Fernandez
Universidade Federal de Santa Catarina
brenafernandez@hotmail.com

Resumo: A Economia Feminista é um dos mais recentes programas de pesquisa em ciência econômica. Desde a publicação de Beyond Economic Man, organizado por Ferber e Nelson (1993), ele vem se desenvolvendo com crescente força, sobretudo nos Estados Unidos. Entretanto, a pesquisa feminista, em geral, e a economia feminista, em particular, são frequentemente consideradas como menos objetivas do que as pesquisas tradicionais, e isto porque estas últimas seriam livres de valores, enquanto que as primeiras não. Na primeira parte do trabalho, traçamos algumas definições centrais da Economia Feminista. A partir daí, nosso intuito será explicitar que as características dominantes herdadas da ciência moderna positivista – racionalidade, objetividade, abstração, análise quantitativa e neutralidade axiológica – têm sido culturalmente associadas ao rigor e à masculinidade. Enquanto isso, outras formas ou abordagens do conhecimento, que têm sido sistematicamente alijadas da instância oficialmente considerada como ‘científica’, carregam um viés para a cooperação, as análises qualitativas e verbais, a concretude e o comprometimento explícito com valores. Estas propostas têm sido associadas à vagueza, à imprecisão teórica e à feminilidade. A crítica feminista à Economia que apresentamos nesse trabalho pretende reconceitualizar determinadas categorias com as quais se define, se mede e se estuda o fenômeno econômico na teoria padrão, colocando em questão a suposta objetividade que o

modelo tradicional reclama possuir. Além disso, ela também se propõe a desenvolver novas perspectivas e novas formas de ver o mundo social e econômico que permitam tornar visível o que tradicionalmente a disciplina mantém como oculto.
Palavras-chave: Epistemologia Feminista, Economia Feminista, Neutralidade, Objetividade Científica.

Introdução

De acordo com teoria feminista, a escassa participação das mulheres nas ciências, em geral, denota não apenas os preconceitos de uma sociedade que combina diferentes tipos de discriminação – sejam elas sociais, culturais, econômicas, raciais ou de gênero –, como também, e fundamentalmente, sugere que os parâmetros mais caros ao conhecimento científico refletem um viés androcêntrico. Se, como propõe Helen Longino (1993a, p.264), a filosofia da ciência feminista deve ser entendida como “novas e mais apropriadas maneiras de entender o mundo”, então colocar a descoberto o gênero (to reveal gender) significa revelar uma relação assimétrica de poder que suprime a atividade independente daqueles indivíduos do gênero feminino. Essa relação assimétrica é sustentada seja por instituições sociais, seja por práticas simbólicas arraigadas, e feita invisível enquanto relação de poder através da ‘naturalização’ das diferenças de gênero nos modelos tradicionais das ciências da vida, do comportamento e das sociedades.

No âmbito sócio-econômico, é justamente a essa tarefa que se propõe a Economia Feminista: revelar esses efeitos perversos e essas relações desiguais de poder. Ou seja, a crítica feminista à Economia que discutiremos nesse trabalho pretende reconceitualizar aquelas categorias nada neutras com as quais se define, se mede e se estuda o fenômeno econômico na teoria neoclássica, colocando em questão a suposta objetividade que o modelo tradicional reclama possuir. Além disso, ela também se propõe a desenvolver novas perspectivas e novas formas de ver o mundo social e econômico que permitam tornar visível o que tradicionalmente a disciplina mantém como oculto.

1. O que é a Economia Feminista?

A Economia Feminista é um dos mais recentes programas de pesquisa em ciência econômica. Surge em 1990, quando a Conferência Anual da American Economic Association pela primeira vez inclui um painel relacionado especificamente às perspectivas feministas na Economia. Uma seleção dos artigos então apresentados é posteriormente publicada por Marianne Ferber e Julie Nelson, numa coletânea intitulada *Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics* (1993). Desde então, o processo de consolidação dessa abordagem vem se desenvolvendo, particularmente após a criação, nos Estados Unidos, da International Association For Feminist Economics (IAFFE): espaço de debate dos diversos enfoques possíveis da Economia Feminista, e que passa a publicar a primeira revista desta natureza – *Feminist Economics* –, em 1995. No Brasil, no entanto, essa corrente teórica ainda é extremamente incipiente, mesmo entre as abordagens ditas heterodoxas, que se contrapõem ao domínio neoclássico. Mas, afinal, o que constitui o programa de pesquisa em Economia Feminista? Qual o escopo de sua pesquisa e quais são suas características epistemológicas e metodológicas distintivas em relação aos outros programas heterodoxos de pesquisa em Economia, como a corrente histórica, a neo-keynesiana, a ecológica, a evolucionista e a do antigo institucionalismo, por exemplo?

A despeito do fato de a Economia Feminista dificilmente poder ser classificada como um bloco monolítico de pensamento¹, podemos dizer que, em que pese suas divergências internas, a característica comum que permite seu tratamento como uma corrente teórica é a introdução do gênero como categoria analítica também na Economia.

‘Gênero’, tal como o termo é definido por muitas feministas, “é o significado social atribuído às diferenças biológicas entre os sexos” (Ferber & Nelson, 1993, p. 9). Refere-se, portanto, a construções culturais e não a dados biológicos. É uma reivindicação recorrente da crítica feminista que características tradicionalmente atribuídas tanto a homens quanto a mulheres como ‘naturais’ (no sentido de biológicas) sejam características, em última instância, comuns a toda espécie humana, sendo sua identificação como tipicamente ‘masculinas’ ou ‘femininas’ uma questão histórica e cultural.

A predominância e o privilégio de traços tradicionalmente considerados como tipicamente masculinos na moderna cultura ocidental promoveram – de acordo com a visão feminista – uma injusta e nefasta subjugação dos aspectos e características entendidos como predominantemente femininos – considerados inferiores e marginais. Isso posto, com o intuito de organizar a discussão que segue, podemos dizer que a introdução do gênero pela crítica feminista na Economia atua em dois níveis, possuindo dois sentidos inter-relacionados.

1.1 Gênero – lado pragmático da crítica

Num primeiro sentido, mais literal e pragmático, o uso do gênero como categoria analítica permite às economistas feministas teorizar sobre desigualdades persistentes entre homens e mulheres, que emergem desses diferentes papéis sociais e de suas respectivas relações desiguais de poder.

¹ Economistas feministas provêm de múltiplas escolas da Economia – desde a neoclássica, passando pela institucionalista e chegando até a marxista. Simultaneamente, elas ainda vinculam-se a diferentes vertentes políticas do movimento feminista (liberal, radical, marxista ou separatista). Por esse motivo, não é casual que tanto seus objetos teóricos quanto suas estratégias de investigação sejam, da mesma forma, extremamente variados e suas conclusões, por vezes, conflitantes. A esse respeito, ver Strober (1994: p. 144). Essa diversidade de interesses, de inclinações políticas e de perspectivas teóricas reflete-se, obviamente, na escolha das abordagens metodológicas e epistemológicas que cada autor(a) privilegiará. É necessário que fique claro, portanto, que o presente trabalho está voltado para a exploração das possibilidades de uma dessas perspectivas epistemológicas – como o título já antecipa –, que possui propostas muito próprias, como se terá ocasião de verificar, especialmente a partir do item 4.

Nesse primeiro sentido, a introdução do gênero visa a reivindicar a inclusão de problemas que são típicos daqueles indivíduos do gênero feminino como questões relevantes do ponto de vista econômico. Algumas de suas preocupações mais evidentes possuem, portanto, um caráter eminentemente prático, como, por exemplo: propor a discussão – e o posterior equacionamento – da questão do trabalho doméstico (não remunerado), dos diferentes aspectos da participação e da discriminação das mulheres no mercado de trabalho (como o problema dos salários desiguais para trabalhos iguais), bem como da ‘invisibilidade’ de parte significativa do trabalho feminino na produção da riqueza nacional.

Um exemplo conspícuo da ‘invisibilidade econômica’ do trabalho feminino não remunerado, e de como isso repercute negativamente no sentido de perpetuar desigualdades econômicas (e sociais) arraigadas é o caso do cálculo do produto nacional. Segundo a crítica da Economia Feminista, pela metodologia atualmente vigente os verdadeiros índices de produção são grosseiramente subestimados. Em outras palavras: a estimativa da produção nacional, se entendida como uma medida da atividade produtiva total, é distorcida, e as políticas sociais implementadas tomando por base estes dados são igualmente insatisfatórias para uma parcela significativa da população. O problema da metodologia nos cálculos destes índices está atrelado à incapacidade do paradigma econômico vigente de captar tudo aquilo que não for quantificável (voltaremos a tratar desta questão mais detalhadamente abaixo).

Mais recentemente, a Economia Feminista vem desenvolvendo ainda diversas outras linhas de pesquisa que exploram questões contemporâneas. Uma delas está relacionada aos efeitos perversos específicos derivados da aplicação de políticas macroeconômicas de inspiração neoliberal sobre a vida e o trabalho das mulheres. As políticas de ajuste produzem como efeito imediato, por um lado, a precarização do mercado de trabalho (desemprego, aumento no número de trabalhadores informais). Por outro, acarretam ainda uma drástica redução dos benefícios sociais, o que se traduz – desta vez indiretamente – na intensificação do trabalho familiar/doméstico realizado pelas mulheres, que procuram a todo custo compensar as perdas reais de renda e garantir um mínimo de estabilidade familiar. Nos países industrializados, esta situação se configura numa piora das condições de vida particularmente das mulheres e dos jovens nos grupos de baixa renda – fenômeno que vem se tornando conhecido como a ‘feminização da pobreza’. Nos países periféricos, é dispensável recordar, mas a situação é ainda mais grave, tendo em vista que engendra um círculo vicioso que perpetua cenários de desigualdade e pobreza. Por um lado, as mulheres ganham menos no mercado de trabalho e são as primeiras a sofrerem as consequências das políticas macroeconômicas de ajuste – seja o desemprego, seja a necessidade de aceitação de sub-empregos – em decorrência de suas responsabilidades em casa, ou seja, porque historicamente especializaram-se no trabalho doméstico. Por outro lado, particularmente nas camadas sociais mais baixas, especializam-se cada vez mais no trabalho doméstico, uma vez que suas expectativas de inserção no mercado formal de trabalho são cada vez piores, e os retornos financeiros esperados, cada vez menores.

Estas pesquisas têm se generalizado sob a forma de estudos denominados ‘gênero e desenvolvimento’ (Barber & Kuiper, 2003; Carrasco, 1999; Robeyns, 2001) e o tipo de análise proposta coloca em questão a suposta neutralidade dos modelos macroeconômicos, no nível de suas repercussões pragmáticas: já que os enormes custos dos ajustes estruturais afetam de forma diferenciada (para pior) a uma camada específica da população, estes modelos possuem, de acordo com esse enfoque crítico, um viés de gênero, classe, e raça.

O projeto da Economia Feminista, entretanto, não pretende reduzir-se a esses aspectos pragmáticos da crítica, ou seja, apenas à inclusão de tópicos e questões marcadamente ‘femininos’ na ciência, mas sim apontar também para uma reconfiguração de toda constelação científica em seu fulcro teórico. Isto porque estes problemas práticos estão – argumentam – diretamente vinculados a uma inadequação teórico-metodológica.

1.2 Gênero – lado metodológico e epistemológico da crítica

Nesse momento entra em cena o segundo sentido que a introdução da análise do gênero na Economia assume. Este possui um caráter mais metafórico e situa-se no nível da crítica metodológico-epistemológica da ciência tradicional. A alegação central das epistemologias feministas é que as características dominantes herdadas da ciência moderna positivista – racionalidade, objetividade, abstração, análise quantitativa e neutralidade axiológica – têm sido culturalmente associadas ao rigor e à masculinidade. Ou seja, supõem valores sexistas androcêntricos.

Inversa e simultaneamente, outras formas ou abordagens do conhecimento, que têm sido sistematicamente alijadas da instância oficialmente considerada como ‘científica’, carregam um viés para a cooperação, as análises qualitativas e verbais, a concretude e o comprometimento explícito com valores. Estas propostas têm sido associadas à vagueza, à imprecisão teórica e à feminilidade.

Estas metáforas são assimétricas, na medida em que o dualismo masculino/feminino é hierárquico: atividades, valores e métodos associados ao gênero masculino seriam ‘objetivos’, e conseqüentemente universalizáveis, ao passo que seus correlatos vinculados ao gênero feminino seriam ‘subjetivos’ e, portanto, deveriam restringir-se ao âmbito do particular e do específico. Assim, triunfa o rigor (hardness) da ciência masculina sobre a imprecisão e a vagueza (softness) das abordagens, métodos e valores alternativos – ‘femininos’. Note-se que, nesse nível metafórico, as críticas que a introdução do gênero suscitam são comuns àquelas das demais correntes que se contrapõem à Economia neoclássica. Prova disso são as

diversas tentativas que têm sido empreendidas no sentido de explicitar as convergências entre as propostas teórico-metodológicas da Economia feminista e de outras linhas heterodoxas².

Um outro objetivo crucial da abordagem feminista, que perpassa tanto os aspectos pragmáticos da crítica quanto suas propostas metodológicas refere-se a um outro conceito: o exercício da ação (agency). Este conceito remete à identificação das possibilidades abertas à ação humana, às condições de sua expansão ou restrição e à descoberta de meios para que sejam ampliadas as condições dessa expansão. O movimento feminista endossa a possibilidade de se expandir o exercício da ação onde este foi diminuído ou restringido. Esta possibilidade dependerá, primeiramente, da identificação e depois da eliminação das causas que levaram à restrição da ação. Assim, expandir o exercício da ação torna-se um objetivo central tanto do movimento político feminista, quanto de seu respectivo projeto teórico. Com relação ao enfoque metodológico, algumas questões centrais seriam: “que tipo de abordagem da ciência pode servir a esse objetivo (de expandir o exercício da ação)?”, ou “que tipo de práticas científicas incorporam a preocupação da liberação das mulheres e da igualdade social e política de todas as pessoas?”, ou ainda: “que tipo de práticas científicas pode revelar o gênero?” (Lacey, 1999, p. 202). Existe uma incapacidade congênita do paradigma econômico dominante para tratar questões como estas. Essa dificuldade surge, em primeiro lugar, da própria definição de seu objeto de investigação. A discussão deste problema necessita de um exame mais detido sobre alguns pressupostos centrais da abordagem neoclássica, que passamos a desenvolver a seguir.

2. O que é a Economia segundo a visão neoclássica?

A Escola Neoclássica surge como teoria econômica elaborada simultânea e independentemente por três autores, no final do século XIX: Carl Menger (*Die Grundsätze der Volkswirtschaftslehre*, de 1871), William Jevons (*The Theory of Political Economy*, 1871) e Léon Walras (*Éléments d'Économie Politique Pure*, de 1874). Essa teoria define o valor dos bens (e conseqüentemente seus preços) a partir de um elemento subjetivo – a utilidade –, ou a capacidade que os bens, as mercadorias e os serviços possuem para satisfazer as necessidades humanas.

Essa foi uma tentativa de resolução do problema da determinação dos preços através da teoria do valor-trabalho, de seus antecessores (a Escola Clássica de Adam Smith, David Ricardo, John Stuart Mill e Karl Marx). Para os clássicos, estava claro que o valor era criado no âmbito da produção pelo trabalho humano, com todas as contradições sociais envolvidas (de um lado o caráter social da produção e da geração do excedente econômico – o lucro –, e de outro, o caráter privado da apropriação dos resultados do trabalho humano). Já segundo a Economia neoclássica, através do mecanismo de formação de preços no mercado, o trabalho humano não mais é considerado como o elemento criador do valor. O sujeito humano desaparece do processo (enquanto agente que cria valor), assim como desaparecem também todos os paradoxos inerentes ao sistema capitalista (explicitados na crítica marxista), e a formação dos preços torna-se um fenômeno objetivo e a-histórico, passível, portanto, de ser analisado a partir do modelo científico.

Se por um lado os neoclássicos conseguiram escapar da determinação dos preços através da teoria do valor-trabalho, problema que gerou intermináveis contendas teóricas que até hoje não foram levadas a bom termo, por outro reduziram o problema econômico a uma questão linear de alocação ótima de recursos escassos por agentes racionais. De fato, mais recentemente é bastante comum que se encontre na literatura referências à teoria neoclássica justamente como a ‘teoria da escolha racional’.

A definição neoclássica de Economia como a teoria da escolha racional necessita de uma série de suposições sobre a natureza dos agentes nas interações econômicas, que podem ser esquematicamente apresentadas da seguinte forma: (a) cada indivíduo dispõe de um lista de preferências, que são conhecidas, bem definidas e comparáveis entre si, (b) as preferências são exógenas (i.e., formadas fora do âmbito econômico) e permanecem inalteradas durante o processo de trocas, (c) existe informação perfeita no contexto econômico para ambas as partes: tanto em relação às informações relevantes para os consumidores, quanto em relação aos produtores, (d) os indivíduos agem movidos fundamentalmente pelo egoísmo: são orientados pela racionalidade meios-fins com o objetivo de satisfazer seus interesses pessoais e desprezando outros aspectos, considerados irrelevantes no processo, e finalmente (e) indivíduos são seres “maximizadores”, que escolhem sempre a melhor alternativa ao menor custo possível. Esse conjunto de pressupostos sobre o agir econômico é mais comumente conhecido sob a formulação sintética do constructo *Homo economicus*, sem o qual, como veremos melhor adiante, os resultados da teoria não se sustentam.

A síntese neoclássica descreve o funcionamento da Economia através da noção de livre mercado. Segundo essa abordagem, o sistema de preços forneceria todas informações relevantes aos agentes, a fim de garantir uma situação ótima. Os preços indicariam o que (e em qual quantidade) os proprietários de recursos deveriam produzir auferindo o maior lucro possível, e também o que (e quanto, dadas suas preferências) os consumidores deveriam consumir, pagando o menor preço possível. Na distribuição da produção total, a ‘utilidade total líquida’ de todos os agentes econômicos seria, deste modo, alcançada. Em outras palavras: o comportamento interesseiro-maximizador de cada um conduziria ao ‘bem-comum’.

² Para uma análise dos paralelos entre as abordagens da Economia Feminista e a do Antigo Institucionalismo, da Economia Evolucionista, da Economia Ecológica e da Pós-Keynesiana, ver, respectivamente: Jennings, Ann (1993): “Public or private? Institutional economics and feminism”, Nelson, Julie (2003): “Confronting the science/value split: notes on feminist economics, institutionalism, pragmatism and process thought”, Himmelweit, Susan (2003): “An evolutionary approach to feminist economics. Two different models of caring”, Nelson, Julie (1997): “Feminism, ecology and the philosophy of economics”, Lavoï, Marc (2002): “The tight links between post-keynesian and feminist economics”.

Tendo em vista que, segundo os preceitos da teoria neoclássica, os preços se formam no mercado e a dinâmica de alocação de recursos tende a ocorrer de forma ótima – através da lei da oferta e demanda e da tendência ao equilíbrio geral dos mercados –, a ação do Estado na Economia deve ser a menor possível. Estavam então lançadas as bases teóricas de sustentação tanto do liberalismo econômico, quanto do futuro projeto político do neoliberalismo, no século XX.

3. Alguns problemas graves apontados pela crítica feminista

As críticas feministas ao modelo neoclássico são múltiplas e referem-se aos mais diferentes aspectos³. Para nossos propósitos aqui vamos nos restringir pontualmente àquelas que serão pertinentes para o desenvolvimento ulterior da argumentação.

Em primeiro lugar, o modelo tradicional presume que o uso do método formal matemático garanta a objetividade dos resultados alcançados pela pureza lógica de suas provas e através de sua generalidade, supostamente livre de valores. Todavia, uma crítica recorrente (também por parte de outras correntes heterodoxas) é a de que, em sua busca pela objetividade, a teoria limita o domínio da investigação apenas àqueles aspectos que são passíveis de serem formalmente modelados, de modo que são as possibilidades da metodologia que definem o objeto a ser estudado, e não o contrário, como seria de se esperar. Esta definição de Economia, que se dá, portanto, preferencialmente através de um método restritivo, ao invés de se pautar pela especificação de seu objeto de investigação tem causado alguns atropelos, sendo talvez o mais grave deles a total perda de interesse pela resolução teórica dos problemas econômicos (práticos) mais candentes que afligem a humanidade⁴ (como os efeitos perversos da globalização e do livre trânsito de capitais, o desemprego, a pobreza, a fome, a inflação, o virtual esgotamento dos recursos naturais e, naturalmente, as questões de gênero).

Por outro lado, o reducionismo científico tem funcionado como uma estratégia eficiente para impedir o desenvolvimento de abordagens alternativas. Ao buscar assegurar as credenciais epistêmicas da Economia através de sua adesão ao método científico tradicional, a corrente teórica hegemônica passou a apresentar-se como a única forma possível de conhecimento racional, no limite interditando o avanço de correntes teóricas alternativas para a explicação do fenômeno econômico. Essa exclusão concretiza-se, em primeiro lugar, através da eliminação de cadeiras de história do pensamento econômico (onde o pensamento dominante poderia ser confrontado com outras alternativas teóricas, tanto do passado, quanto atuais) do currículo mínimo para a formação de economistas nas instituições de maior prestígio mundial. E depois sob a forma de dificuldades na obtenção de financiamentos para pesquisas, assim como nos problemas encontrados para a publicação, em bons periódicos, dos trabalhos cujos focos de interesses não se coadunam com o arcabouço analítico – métodos, axiomas e conceitos – do mainstream⁵.

A contra-proposta apresentada pela Economia Feminista insiste, de início, que se invertam os termos, e o objeto de estudo da Economia seja claramente definido antes da deliberação sobre qual (ou quais) método(s) adotar. Depois, propõe uma redefinição do próprio objeto: ao invés da definição baseada no princípio das trocas e na maximização de ganhos individuais, que a Economia passe a ser definida como o estudo da provisão social (social provisioning). (Nelson, 1993; Power, 2004). Implícita nessa definição de Economia como provisão social está a idéia de que a atividade econômica é, antes de tudo, a maneira através da qual os indivíduos se organizam coletivamente, produzem e distribuem os meios necessários para a sua sobrevivência. O foco aqui recai sobre a produção e a geração de bens, mercadorias e serviços necessários para a manutenção da vida humana.

Está claro que parte da definição de ‘provisão social’ inclui a sobrevivência física dos indivíduos – os bens e serviços materiais que são para tanto necessários. Mas a crítica feminista demanda que se inclua ainda no conceito de ‘provisão social’ uma parte significativa de ‘serviços’ que é intangível (os serviços e cuidados não materiais que se iniciam na infância, mas que amiúde se estendem ao longo de toda a vida adulta), como a criação e a educação dos filhos, a transmissão de valores e de habilidades, o tratamento e o suporte aos familiares nos períodos de doença ou necessidade, etc. A partir dessa redefinição de Economia, a reivindicação feminista de inclusão do trabalho não remunerado das mulheres como economicamente relevante estaria contemplada.

Vejamos: em primeiro lugar, a Economia entendida como provisão social enfatiza uma análise das atividades econômicas enquanto um processo social interdependente. Enquanto processo, a Economia está sujeita a contínuas transformações, e não existe nenhum indício de que tenda a algum tipo de ‘equilíbrio’ (mesmo dinâmico). Depois, como está imbricada no contexto social, cultural e político de determinado período histórico, a Economia é afetada pela dinâmica de classes e gênero da sociedade na qual se insere, e afetará essa dinâmica em contrapartida. Entender a atividade econômica sob esse prisma teórico ilumina a maneira como a sociedade produz, se reproduz e se auto-organiza. Essa organização é fruto

³ Os artigos que compõem as duas coletâneas organizadas por Marianne Ferber e Julie Nelson (1993, 2003) oferecem uma boa amostra dessa diversidade.

⁴ Esse distanciamento da realidade chegou a tal ponto, que deu margem, em 2001, a um movimento que identifica a Economia contemporânea ao autismo – patologia caracterizada pelo desligamento do indivíduo por ela acometido do mundo exterior, e pela criação mental de um mundo próprio. A reivindicação desse movimento, que congrega as mais diversas linhas heterodoxas, é, obviamente, uma situação em que a Economia novamente se re-vincule à realidade – uma Economia pós-autista (post-autistic economics) –, com todas as implicações metodológicas e epistemológicas que a tarefa exige. Todo seu histórico, bem como os artigos da revista então criada (post-autistic economics review) podem ser acessados através do link www.paecon.net. Para uma contribuição feminista à crítica pós-autista, ver Nelson, Julie (2001a): “Why the PAE movement needs feminism?” In: http://www.btinternet.com/~pae_news/review/issue9.htm.

⁵ O leitor não familiarizado com o mainstream em Economia pode verificar esse fato folheando alguns de seus mais prestigiosos periódicos (como, por exemplo, o American Economic Review, o Econometrica e o Journal of Political Economy). Nestas revistas, o grau de concordância sobre o núcleo teórico duro da disciplina pode surpreender outros cientistas sociais. Ademais, escolas rivais jamais são sequer mencionadas.

de um conjunto de ações sociais, e não do simples somatório de escolhas individuais independentes. Quanto à repartição de seus resultados materiais, ela é produto de divisão social, e não da maximização da ‘utilidade total líquida’.

A redefinição do objeto de estudo da Economia, entretanto, é apenas a primeira parte do projeto. A segunda levanta questões vitais em relação à metodologia tradicional que é usada para explicar o mundo econômico.

Diversos trabalhos têm – direta ou indiretamente – abordado a questão da parcialidade da teoria neoclássica da escolha racional. Segundo Longino (1993b: p. 167-168), modelos podem ser parciais de pelo menos três formas distintas: deixando de fora atores de um processo, deixando de fora interações de um processo, ou ainda modelando apenas uma dentre as diversas alternativas possíveis de explicação do fenômeno. Desafortunadamente, a teoria neoclássica consegue ser parcial de todas essas maneiras.

O cálculo da produção nacional baseado numa metodologia que contabiliza apenas bens e serviços monetariamente trocados no mercado formal deixa de fora o trabalho doméstico (assim como todo o trabalho informal). Deste modo, exclui uma classe de atores, que é composta predominantemente por mulheres.

Assente nos pressupostos (a) – (e) acima referidos, a teoria restringe a esfera econômica apenas àquele tipo de ação que reflete preferências fixas e a maximização de suas respectivas utilidades, que devem ser independentes daquelas do grupo. Essa simplificação deixa de fora toda sorte de comportamento não egoísta e auto-interessado, tornando invisíveis todas as interações norteadas predominantemente pela cooperação, pela solidariedade ou pelo vínculo a algum valor ético (interações essas que existem mesmo dentro do mercado constituído).

Já a terceira forma de parcialidade – a representação de apenas uma dentre as múltiplas configurações possíveis que o fenômeno econômico pode assumir – pode ser ainda mais viciosa. Se a Economia dedica-se a descrever as características do comportamento racional, e se coloca como a melhor – i.e, a única rigorosa e ‘objetiva’ dentre as alternativas teóricas concorrentes – ela simultaneamente produz o efeito de guia para o agir racional, nos termos acima descritos. O indivíduo, seguindo o comportamento que a teoria dominante apresenta como sendo o correto, acabaria por legitimar a própria teoria, num excelente exemplo de ‘profecia auto-realizadora’.⁶

Importante a ressaltar aqui é que os resultados alcançados por uma teoria se distinguem do conceito de ‘totalidade’: é possível apresentar-se parte da verdade, de modo que se obtenha um certo significado dos fatos segundo uma determinada configuração. As teorias organizam os fenômenos investigados em padrões mais ou menos representativos, a fim de responder a alguma pergunta ou satisfazer a alguma demanda explicativa. O erro principal em não reconhecer o caráter condicionado das alegações cognitivas consiste em proclamar como uma verdade total e absoluta aquilo que só é – e que só pode ser – uma verdade parcial.

À Economia Feminista interessa tornar visível o maior número possível de formas de conhecimento, inclusive aqueles não quantificáveis, que não são passíveis de representações formais, e nem refletem leis subjacentes. Isto porque presume-se que os conhecimentos desse tipo sejam de especial importância para os problemas suscitados pela introdução da discussão de gênero, seja na Economia, seja nas ciências naturais. Como então transcender a situação de múltiplas parcialidades e tornar acessível o conhecimento numa amplitude (e plenitude) cada vez maior?

4. Epistemologia feminista como exemplo de estratégia alternativa

A estratégia feminista é um exemplo vivo no sentido de concretização das alternativas à pesquisa científica tradicional: ela encoraja a pesquisa baseada em modelos de comportamento conflitantes com o modelo ortodoxo. Esses modelos alternativos, por sua vez, devem ser suficientemente complexos de modo a serem consistentes com a intencionalidade da ação. Essas suposições tendem a direcionar as teorias rumo à “complexidade, à heterogeneidade ontológica, à interação e, conseqüentemente, ao não-reducionismo”.

Em poucas palavras, portanto, o argumento fundamental para a defesa da tese de que a pluralidade de teorias e de programas de pesquisa deva ser aceita como uma característica desejável para a prática científica é o seguinte: enquanto os diferentes programas de pesquisa estiverem obtendo êxito empírico que não for conseguido por outros, haverá boas razões para considerar que os valores extracientíficos que os inspiram estão funcionando como recursos epistêmicos, que auxiliam tanto na descoberta quanto no entendimento de novos aspectos da realidade, e não como obstáculos para a busca do conhecimento, como alega a epistemologia tradicional. (Lacey, 1999; Longino, 2002).

No caso específico da teoria feminista, o “êxito empírico” consiste, naturalmente, na resolução de algumas questões centrais à emancipação das mulheres:⁷ “que tipo de abordagem da ciência pode servir a esse objetivo (de expandir o exercício da ação)?”, ou “que tipo de práticas científicas incorporam a preocupação da liberação das mulheres e da igualdade social e política de todas as pessoas?”, ou ainda: “que tipo de práticas científicas pode revelar o gênero?” (Lacey, 1999, p. 202). A resolução dessas questões – na melhor das hipóteses – ou ao menos a possibilidade de sua investigação – na pior delas – propiciaria, no limite, um avanço no processo de emancipação humana, em geral, e das mulheres, em particular. Assim, a coexistência de várias ‘ciências’ desse tipo – ‘não-neutras’ –, nas mais diversas áreas de investigação, seria um pré-

⁶ Frank et al (1993) reportam os resultados de experiências que confirmariam justamente essa hipótese: em uma delas, estudantes dos mais diversos cursos – inclusive economia – foram colocados diante da clássica situação da teoria dos jogos (o dilema do prisioneiro). O resultado foi que, dentre todos os cursos, os estudantes de economia eram os mais predispostos a apresentar comportamento egoísta. Isso, antes de provar a validade dos pressupostos do Homo economicus, sugere fortemente justamente o contrário: que o egoísmo do agente econômico constitui um produto da própria aprendizagem do dogma neoclássico.

⁷ Cf. item 1.1, acima.

requisito necessário para a realização do antigo ideário iluminista de construção de uma relação realmente virtuosa entre ciência e sociedade. Nesse tecido cultural alternativo – onde deve prevalecer o pluralismo –, o interesse fundamental da coexistência de múltiplos valores sociais incorporados nas diferentes estratégias de pesquisa passa a ser o fomento ao desenvolvimento do ser humano – independente de gênero, raça, ou classe social.

5. Considerações finais

Sob múltiplos aspectos – sendo o econômico apenas um deles –, a questão da mulher na atualidade está ainda muito longe de ser resolvida. Não é novidade alguma a afirmação que sua entrada massiva no mercado de trabalho na grande maioria dos casos não foi acompanhada por uma correspondente e equitativa divisão do trabalho doméstico, da criação dos filhos e, quando necessário, dos cuidados com os doentes e idosos da família (o chamado *caring labor*).

Esta sobrecarga foi, não sem esforço, gradualmente incorporada ao dia-a-dia, já que a esfera doméstica é (secular e) ‘naturalmente’, associada à mulher – mãe, esposa, dona-de-casa. É a conhecida dupla jornada, que todos – mulheres e homens – conhecemos, por experiência ou por ouvir falar. Se uma dessas jornadas é invisível do ponto de vista econômico e se essa invisibilidade reforça e retroalimenta uma situação de subjugação e desigualdade para 50 por cento da humanidade, este, por si só, já deveria ser um motivo suficiente para que a crítica feminista da Economia fosse considerada merecedora de uma atenção teórica maior. Nesse sentido, em que pesem todas as conquistas já alcançadas pelo movimento feminista (como o direito ao voto e a inserção no mercado de trabalho, por exemplo), ainda há um longo caminho a ser trilhado.

Acredito que a Epistemologia tenha muito a contribuir na construção desse percurso, em especial o tipo de Epistemologia engajada, que privilegiamos nesse trabalho. Se for possível demonstrar que existe a viabilidade de que teorias alternativas sejam, a um tempo, cientificamente legítimas – i.e. objetivas (no sentido de salvaguardarem a imparcialidade) – e autenticamente neutras (incorporando uma pluralidade de valores sociais que correspondam ao leque de valores existentes em uma sociedade), então podem estar lançadas as bases para a fundamentação metodológica e epistemológica de projetos econômicos (e políticos) com objetivos antagônicos ao atual modelo neoliberal, o que repercutiria sobre o próprio sentido das políticas de governo. Foi a esse objetivo que o presente trabalho, através da apresentação da proposta teórica da Economia Feminista, pretendeu prestar uma contribuição.

Do ponto de vista das críticas feministas ao arcabouço metodológico do mainstream da Economia, suas demandas são, como assinalamos ao longo do texto, convergentes com um tipo de questionamento que já vem sendo feito há algum tempo por outras abordagens heterodoxas não feministas. Penso que este fato possa contar como um ponto a favor do movimento, e não contra ele. Se uma crítica pode ser defensável a partir de diferentes pontos de partida, isso deveria denotar a robustez de suas reivindicações comuns, mais do que uma eventual fraqueza decorrente de algumas outras divergências ou de particularidades de cada eixo teórico, que necessitam ainda ser discutidas. Nesse sentido, é bastante oportuna uma observação de Julie Nelson (1995, p. 146), uma das economistas feministas mais atuantes deste a década de 1990:

Vários leitores podem ter descoberto que já estão fazendo ‘economia feminista’ de alguma forma, muito embora prefiram pensar em si mesmos como fazendo apenas ‘boa economia’. Se alguém sente a necessidade de defender seu trabalho da descrição ‘feminista’, poderia ser esclarecedor se perguntar sobre a fonte deste desconforto. Talvez essa defensiva reflita crenças culturais sobre masculinidade e feminilidade e superioridade e inferioridade, que poderiam merecer algum exame.

Um (difícil, porém frutífero) caminho seria estabelecer uma cooperação mais próxima entre as outras linhas teóricas críticas à tradição neoclássica e aprofundar a discussão de posições conjuntas. Acredito que o trabalho teórico de articulação pode contribuir – e muito – para o avanço do movimento de promoção das alternativas. Este não foi diretamente o propósito desse texto, porém se coloca como um desdobramento esperável, a partir da alternativa epistemológica pluralista aqui defendida.

6. Referências bibliográficas

- Barker, D. & Kuiper, E. (2003) *Toward a feminist philosophy of economics*. London: Routledge.
- Carrasco, C. (1999) *Hacia una economía feminista*. In: CARRASCO, C. (Org.) *Mujeres y economía*. Nuevas perspectivas para viejos e novos problemas. Icaria Editions: Barcelona, (pp. 1-14).
- England, P. & Folbre, N. (2003) *Contracting for care*. In: Ferber, M. & Nelson, J. (Org.) *Feminist economics today: Beyond economic man*. Chicago: University of Chicago Press, (pp. 61-79).
- Ferber, M. & Nelson, J. (Org.) (1993) *Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics*. Chicago: University of Chicago Press.
- Ferber, M. & Nelson, J. (Org.) (2003) *Feminist Economics Today: Beyond Economic Man*. Chicago: University of Chicago Press.
- Frank, R. & Gilovich, T. (1993) *Does studying economics inhibit cooperation?* *The Journal of Economic Perspective*, 2 (7), 159-171.
- Himmelweit, S. (2003). *An evolutionary approach to feminist economics. Two different models of caring*. In: Barker, D. & Kuiper, E. (Org.) *Toward a feminist philosophy of economics*. London: Routledge, (pp. 247-265).

- Jennings, A. (1993) Public or private? Institutional economics and feminism. In: Ferber, M. & Nelson, J. (Org.) Beyond economic man: feminist theory and economics. Chicago: University of Chicago Press, (pp. 111-129).
- Lavoie, M. (2002) The tight links between post-keynesian and feminist economics, Post-autistic economics newsletter, 2 (11). In: http://www.btinternet.com/~pae_news/review/issue11.htm.
- Longino, H. (1990) Science as social knowledge: values and objectivity in scientific inquiry. New Jersey: Princeton University Press.
- Longino, H. (1993a) Subjects, power and knowledge: descriptions and prescriptions in feminist philosophies of science. In: Keller, E. & Longino, H. (Org.) Feminism and Science. Oxford: Oxford University Press, (pp. 264-279).
- Longino, H. (1993b) Economics for whom? In: Ferber, M. & Nelson, J. (Org.) Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics. Chicago: University of Chicago Press, (pp. 158-168).
- Longino, H. (2002) The fate of knowledge. Princeton: Princeton University Press.
- Nelson, J. (1993) The study of choice or the study of provisioning? Gender and the definition of economics. In: Ferber, M. & Nelson, J. (Org.) Beyond economic man: feminist theory and economics. Chicago: University of Chicago Press, (pp. 23-36).
- Nelson, J. (1995) Feminism and economics. The Journal of Economic Perspectives, 2(9), 131-148.
- Nelson, J. (1997) Feminism, ecology and the philosophy of economics. Ecological Economics, v. 20, 155-162.
- Nelson, J. (2001a) Why the PAE Movement Needs Feminism? Post-autistic economics newsletter, 1(9). In: http://www.btinternet.com/~pae_news/review/issue9.htm.
- Nelson, J. (2001b) Economic methodology and feminist critiques. Journal of Economic Methodology, 1(8), 93-97.
- Nelson, J. (2003) Confronting the science/value split: notes on feminist economics, institutionalism, pragmatism and process thought. Cambridge Journal of Economics, 1(27), 49-64.
- Power, M. (2004) Social provisioning as a starting point for feminist economics. Feminist Economics, 3(10), 3-19.
- Robeyns, I. (2001) Existe uma metodologia economica feminista? In: Di Cori, P. & Barazetti, D., Gli studi della donna in Italia. Una guida crítica. Roma: Carrocci, (pp. 119-145).
- Seiz, J. (1995) Epistemology and the tasks of feminist economics. Feminist Economics, 13(1), 110-118.
- Strober, M. (1994) Rethinking economics through a feminist lens. The American Economic Review, 2(84), 143-147.

Os percalços para a consecução de uma teoria social do meio ambiente

João Vicente Ribeiro Barroso da Costa Lima
 Universidade Federal de Santa Maria
jvcostalima@gmail.com

Resumo: O presente paper pretende problematizar como as teorias sociológicas informativas de processos de racionalização, motivação e simbolização, desenvolvidas por Anthony Giddens (Estruturação), e José Maurício Domingues (Subjetividade Coletiva), problematizam aspectos pertinentes à consecução de uma teoria social do meio ambiente. O início da teorização sociológica ambiental nos anos de 1970 apostava em uma perspectiva mais holística que conceituava os processos sociais dentro do contexto da biosfera (Dunlap). Nos anos de 1980, nos EUA floresceu a teoria construtivista que propunha “que o meio ambiente (e nossas relações com ele) é uma construção puramente social” no sentido de que “é simplesmente um produto da linguagem, do discurso e dos jogos de poder”, minimizando a importância da natureza como um objeto externo à experiência humana. O presente estudo supõe que a cena ambiental localiza-se em uma sociedade política, articulada em cursos de ação segundo sistemas simbólicos de referência. Os autores escolhidos nesse estudo buscam novas aderências teóricas relativamente à conexão entre as ações individuais instrumentais e normativas, as estruturas e processos que formam nos indivíduos disposições para agir nos níveis institucionais mais complexos. Há inovações na forma como cada um visualiza a abrangência da ação e de suas dinâmicas frente às estruturas, vista também como uma categoria com ricas nuances. Estas teorias serão testadas quanto à capacidade analítica para compreender as interações entre o meio ambiente e a sociedade, em meio às consequências construtivistas e/ou holísticas a balizar essa reflexão.

Introdução

Os anos de 1960 e 1970 marcam o início das investigações da relação entre sociedade e meio ambiente, principalmente na Europa e nos EUA. Contudo, não havia nenhuma teoria sistemática capaz de dar conta desses novos desafios. Das sociologias clássica e contemporânea, grandes investimentos levaram a uma sofisticação sem precedentes que, todavia, minimizava a dimensão ambiental comparativamente à análise da ação e da estrutura social. Por outro lado, a discussão ambiental já se servia de experiências marcadas por um determinismo geográfico e biológico amplamente criticado.

Dunlap e Catton (1993) já ponderavam, nos anos de 1970, como a sociologia estabelecida concebia as sociedades humanas como livres de determinações ambientais que, sabia-se, governava outras espécies. Sublinhava-se a capacidade humana para reorganizar o mundo sustentada em visões de crescimento e progressos ilimitados através da continuidade do desenvolvimento científico e técnico. Nesse tempo, o mundo se dividia, e era teoricamente compreendido, entre os países que

viviam uma modernização econômica, social e política e, os países outros (como do Terceiro Mundo) e seus descaminhos dos conflitos étnicos, tribalismo e instituições instáveis e pouco funcionais.

Catton e Dunlap propuseram um modelo que fosse menos “antropocêntrico” e mais “ecocêntrico”, supondo aqui um estatuto humano que recuperasse a condição primeira de pender mais para a categorização de ser uma espécie, no contexto da biosfera. Este empreendimento teórico formidável está longe de ter alcançado todas as suas pretensões, mas gerou um estímulo importantíssimo para o debate que se seguiu, que alternava ora abordagens no campo disciplinar estrito — e daí as pertinentes leituras institucionalistas refinando o olhar sobre os riscos ambientais resultantes dos projetos institucionais e racionais — e, ora as visões ambiciosas com inspiração interdisciplinar buscando situar os motivos e ações humanas como parte de um substrato de realidade entre o biológico e o social.

De todo modo, as atitudes humanas em relação ao ambiente — motivadas por valores, desde o campo do agir cotidiano ao plano político, com conseqüências na estruturação de um mundo humano e natureza em condição de risco — deram direção aos estudos voltados à consecução de uma sociologia ambiental, procurando situar estes fenômenos em um e outro estatuto epistemológico e teórico. Essas abordagens tentavam qualificar a relação entre a estrutura social e a mudança social com o ambiente biofisiológico e suas dinâmicas.

As imagens do real proliferaram: a cidade artificial podia ser explicada como parte da “ecologia humana” pelas lentes de Robert Park da Escola de Chicago dos anos de 1920. O autor aceitava que a ecologia humana diferia da ecologia da fauna e da flora em diferentes aspectos, porque os humanos não eram tão imediatamente dependentes do ambiente físico, pelas vantagens adaptativas da divisão do trabalho e da tecnologia. A despeito das influências de Darwin, Park não reconhecia que a estrutura das comunidades humanas não era resultado dos determinantes biológicos, mas que era governada por fatores culturais. Essa equação natureza-sociedade centra-se sobre as características — inventiva e técnica — excepcionais do Homem em vez de determinantes ambientais e biofísicas. Finalmente, minimizava as limitações impostas pela natureza, através da celebração da capacidade humana para dominar.

As primeiras abordagens sociais do meio ambiente, a despeito de seus méritos, não esgotaram todas as possibilidades de compreensão dos fenômenos socioambientais. Este trabalho pretende explorar uma corrente em especial que informa uma nova tentativa que está situada no intervalo epistemológico e teórico que vai das abordagens ecocêntrica e antropocêntrica, com forte inclinação para a segunda vertente, e que basicamente teoriza de forma genérica sobre a “importância analítica dos processos sociais, políticos e culturais através dos quais as condições ambientais são definidas” (Hannigan, 1995). São as chamadas abordagens construcionistas dos riscos ambientais que, ainda que não mirem fundamentalmente nos processos ecológicos, não ignoram os fenômenos biofísicos como realidade objetiva em termos causais, apenas que enfatizam a dimensão do ordenamento no plano dos interesses e coletividades humanas na constituição do fenômeno socioambiental, segundo a problematização dos atores sociais em bases que, muitas vezes, nem sempre corresponde diretamente à necessidade real. Isto reflete a natureza política do estabelecimento da agenda. A análise percorre o campo das formulações políticas e sociais relativamente aos problemas ambientais.

Hannigan postula a importância da formulação pública dos problemas ambientais e do peso que, em um debate direta e indiretamente erigido, conta com alguns especialistas com maior e menor poder de interferência no debate público (cientistas e engenheiros, advogados, médicos, funcionários governamentais, gestores associados, operadores políticos) relativamente ao público amplo. Mas não se podem ignorar os processos públicos e difusos e, por isso mesmo, rico no estabelecimento de agendas e de políticas em geral. Uma abordagem da formulação social, pelo contrário, reconhece até que ponto os problemas e soluções ambientais são produtos finais de uma cadeia mais ou menos articulada de fenômenos geradores de definição social, legitimação e negociação dinâmica nas esferas públicas e privadas.

Os problemas sociais (incluindo os problemas ambientais) são conjuntos de eventos que se desenvolvem com base nas definições coletivas. Os problemas sociais são visualizados como processos de criação de exigências pelo público e a análise preocupa-se é com a forma como as pessoas determinam o significado do seu mundo.

Enquanto ferramenta analítica, os construcionistas ressaltaram três aspectos para tornar viáveis os estudos na perspectiva construcionista, a saber: as próprias exigências (a retórica da criação das exigências e como é que as exigências são apresentadas de maneira a persuadir o seu público); os formuladores das exigências e o processo de criação das exigências. Assim, ganha importância a análise do conteúdo das exigências dos problemas sociais.

A discussão originalmente proposta explora os limites teóricos que levam a uma sociologia ambiental de tendências construcionistas, pela ênfase no detalhamento dos aspectos constitutivos da ação/estrutura, remediando os limites de uma discussão sobre este duplo e expandindo novas fronteiras que acomodem as relações entre a criatividade do agir individual em meio às vicissitudes de um mundo social pré-organizado. Pondera-se que os pensamentos de Anthony Giddens e José Maurício Domingues podem lançar boas perguntas que estimulem o debate e a reflexão a respeito.

O ambientalismo como reconstrução de solidariedades danificadas (Anthony Giddens)

Serge Moscovici (2007) recupera algumas memórias da sensibilização com as questões ambientais na década de 1960. Tratava-se de um movimento de paixão que as pessoas tinham esquecido num tempo remoto. Numa frase essa paixão implicava em “viver e sobreviver e reencantamento do mundo”. Era uma resposta tímida e descoordenada de sua geração aos fenômenos formadores de outra magnitude: eram aqueles que nasceram entre as destruições da guerra, que viu proliferar uma cultura da morte, dos campos de concentração, que viram com algum grau de naturalização, as rotinas de genocídios e

etnocídios. Paradoxalmente, Moscovici fala de uma incapacidade para pensar sobre estas questões. Ao mesmo tempo, um aprendizado acontecia: “eu compreendi que toda a destruição da natureza é acompanhada por uma destruição da cultura, todo ecocídio é, por certos aspectos, um etnocídio”. A década de 1980 e 1990, de que fala Giddens relativamente à necessidade de reforma das instituições políticas, parecem informar a recuperação de certo grau de dinamicidade e espontaneidade políticas.

Giddens circunscreve os fenômenos ambientais às novas dinâmicas de estruturação da esfera pública e suas conseqüências incongruentes — o mundo, sob controle humano, mostra-se instável, e, a despeito dos poderes de intervenção em razão dos recursos tecnológicos, o dado da imprevisibilidade e risco se acentua. As intervenções humanas geraram incertezas artificiais com direta conexão com os processos políticos (discussão, deliberação, resolução de problemas e impasses).

A isso conecta os processos de constituição da ação humana em meio aos novos estímulos macro-sociológicos. As influências sistêmicas esvaziam os contextos locais de ação, que, por sua vez, são reordenados reflexivamente pelos indivíduos em suas respostas cotidianas às estruturas sociais. Os indivíduos têm mais margens de liberdade para experimentarem novos processos de descoberta e construção de suas identidades.

Os temas caros ao ambientalismo radical, quando reivindica o retorno à “natureza” que não existe mais são recusados por Giddens: “nossa relação com a natureza — ou aquilo que não é mais natureza — é uma das grandes dimensões institucionais da modernidade”. Todavia, o autor rediscute os termos possíveis de uma reinvenção institucional capaz de restaurar as solidariedades danificadas, que radicalize o projeto de autonomização dos indivíduos em bases de reciprocidade e interdependência, em todos os domínios da vida. As relações de oposição Estado/Sociedade e Estado/Mercado precisam ser redimensionadas, como parte da equação de reconstrução das identidades e como parte de uma nova formulação humana das questões ecológicas, que, não podem ser entendidas como relacionadas apenas ao meio ambiente, uma vez que envolvem a situação ampla de se rediscutir o projeto de progresso em toda a sua ambigüidade.

A democratização da democracia ganha proeminência na categorização de democracia dialógica; que será mais que o realismo da representação de interesses e de disputas controversas, para materializar-se em contextos diversos da vida social, como nas relações entre pais e filhos, entre os sexos e nas amizades, baseada na confiança ativa e diálogo não em planos discursivos ideais. Esses caminhos levam Giddens a ver como possível à retomada de um programa de política radical, firmado no pluralismo de valores universais e capazes de lidar com os contextos locais e seus modos de vida, tolerando-os. São valores universais compartilhados como o da santidade da vida humana, os direitos humanos universais, a preservação das espécies, dentre outros. Agora no plano normativo, requiere-se uma ética de responsabilidade coletiva e individual, que (como afirmação de valores) são capazes de passar por cima das divisões de interesses, em bases na fundamentação de motivos.

Um ponto de vista qualificadíssimo sobre a construção do problema ambiental é o de Moscovici que, nos idos dos anos de 1960, indagava como fazer que a história das sociedades não seja vista como independente da “história de suas relações com a natureza”. As idéias e artefatos humanos são parte de uma história da natureza e esse aspecto cria uma idéia política poderosa e inovadora: “Nós despertamos nossa sociedade anestesiada para recordá-la da natureza”. A reflexão de Giddens parece gerar um contraponto e ao mesmo tempo parece complementar a pergunta fundadora de Moscovici, sem cair em reificações sociológicas.

As questões ecológicas, para Giddens, devem ser entendidas como parte da dinâmica da modernização reflexiva, relativamente à indagação de “como viveremos?” A categoria convencional de “natureza” esvaziou-se porque denotava um significado de “natural” como um dado preexistente à história humana, consagrando uma visão de natureza como externalidade, fazendo da variável humana entidade negativa.

“A ecologia privilegia os sistemas que ocorrem naturalmente em relação aos outros, mas isso é um erro. Sem dúvida, existe uma série de situações nas quais a humanidade deveria tentar se afastar das intervenções que afetam o meio ambiente, ou tentar eliminar os efeitos colaterais. Entretanto, a maioria dos modos de vida com os quais temos de lidar são sistemas ecossociais: eles dizem respeito ao meio ambiente socialmente organizado. (...). Na maioria das áreas ambientais, não poderíamos começar a desenredar o que é natural do que é social — mais importante ainda, procurar fazer isso é geralmente irrelevante para os esforços a fim de elaborar programas de ação. Isso nos livra da tarefa impossível de ter de afirmar que Los Angeles é (...) menos natural do que um vilarejo inglês ...”. (Id: p. 239)

A subjetividade coletiva ambiental (José Maurício Domingues)

A pesquisa de José Maurício Domingues não tem nas questões socioambientais o seu azimute fundamental. Preocupado com questões teóricas mais duras, tem produzido um arsenal criativo de conceitos passíveis de serem testados em diversos campos das pesquisas contemporâneas, incluindo aí a temática socioambiental.

Seu diagnóstico inicial aponta para a negligência da teorização clássica e contemporânea para com as questões da subjetividade coletiva. O caminho inicial reflexivo do autor discute a questão do descentramento do sujeito, como noção-chave para a elucidação da noção de subjetividade coletiva. Por este caminho Domingues espera reenquadra a compreensão do que são os grupos sociais, organizações, classes e movimentos sociais, entre outros sistemas sociais.

A teoria sociológica de Domingues não fugirá dos limites impostos pelas teorizações até aqui feitas: supõe o poder da ação enquanto causalidade ativa, que manifesta a capacidade do indivíduo de atuar no mundo e de imprimir sua marca nele, de lutar por realizar seus desejos e levar à frente seus projetos, de maneira a causar permanência ou mudança na vida

social através da ação. Visualiza como estas noções foram articuladas no pensamento clássico e contemporâneo. Assim, ligada à causalidade ativa está o conceito de reflexividade — nos termos do indivíduo hobbesiano ativo na criação da ordem política e da visão kantiana do indivíduo moral e racional. Mas, as dinâmicas societárias não estão previamente decodificadas no plano consciente dos agentes. Daí a importância das componentes não intencionais da ação.

Domingues vem na esteira dos que valorizam a noção de sistema social, pretendendo dar-lhe maior abertura e amplitude por meio da noção de subjetividade coletiva. Inclui uma nova noção de causalidade e o aspecto relacional da vida social. Há que se buscar um meio termo entre a auto-suficiência do sujeito da Ilustração e as descobertas reveladoras das limitações dessa auto-suficiência, nas formas diversas de descentramento. O autor sustenta que “deve-se investigar a estruturação interna das subjetividades e articulá-las às relações sociais em seu espectro mais amplo, às variadas teias interativas em que se acham imersos os agentes”. São estes dois aspectos do descentramento do sujeito que se precisa considerar ao se construir um conceito de subjetividade coletiva. É possível assim teorizar sobre o caráter contingente e o grau variado de seu centramento, bem como o caráter necessariamente relacional de sua constituição. A questão da causalidade coletiva deve ser articulada a esses dois aspectos.

Um ponto a ser considerado para Domingues é a discussão de Giddens sobre “estrutura” e “sistemas sociais”. Estruturas para o segundo conferem os padrões de estruturação e continuidade aos sistemas sociais e tem propriedades específicas. Domingues acha que esse conceito de estrutura guarda certo realismo que redundava em reificação. Para Domingues somente os sistemas sociais tem propriedades e existência real. Estruturas são modelos descritivos idealizados das relações sociais que constituem o sistema, sendo construídas pelo próprio investigador. A causalidade coletiva de sistemas sociais deve ser vista dentro dessas coordenadas e consiste em uma propriedade dos sistemas sociais que não pode ser reduzida ao mero efeito agregado da causalidade ativa de atores individuais, nem é “coisa” no sentido durkheimiano. Ela se refere diretamente às relações sociais que constituem os sistemas de interação de que é feita a vida social.

Há que se pontuar ainda a propriedade e impacto dos efeitos não intencionais da causalidade coletiva; de que a maior parte dos sistemas sociais tem seu impacto social parcialmente manifesto. De forma complementar, Domingues defende que se deve pensar o centramento das subjetividades como dependendo do potencial intrínseco e específico de cada sistema social e que, além disso, esse centramento não é automático e necessário — ao contrário, é contingente e sua realização é alcançada ou não de acordo com inúmeros fatores, a começar pelo sistema interativo em que aquelas coletividades se inserem.

Um sistema pode se tornar consciente, sabido por seus membros (ou não). Sua fragmentação é possível dependendo do sistema em questão. É o sistema social concreto que estabelece os limites de possibilidade desse reconhecimento, o qual pode se consumir ou não, de fragmentação ou centramento. Assim, é introduzida a noção de níveis de centramento da subjetividade coletiva, variável em cada sistema social e em diferentes momentos, em função do maior ou menor centramento da coletividade.

Um sistema social pode ser e pode não ser bem definido e fechado; pode ter e pode não ter identidade clara; pode ser e pode não ser dirigido por núcleos decisórios estáveis. Seu nível de centramento depende dessas variáveis e, derivado dele, seu nível de intencionalidade coletiva. Conflitos, fontes múltiplas de dispersão, conhecimento limitado das condições da ação e das intenções de outros agentes, são variáveis que contribuem para aumentar ou reduzir os níveis de centramento e intencionalidade do sistema. Se no curto prazo é verdadeiro que níveis baixos de centramento e intencionalidade apresentem baixo impacto sobre o sistema social, no longo prazo é comum que coletividades de baixo nível de centramento garantam a continuidade de padrões de relacionamento social ou operem transformações que outras coletivas mais centradas teriam dificuldades de realizar.

Há todo um conjunto de elementos que contribuem para que o nível de centramento seja mais ou menos elevado — símbolos, normas e regras, relações de poder e força, interesses, disposições e emoções. Tem-se assim o modelo causal de Domingues, com duas variáveis independentes e duas variáveis dependentes. Identidade expressa a autopercepção e consciência, bem como a delimitação relativa dos sistemas sociais, ou seja, na medida em que eles são “cientes” de si e demarcados em relação a outros sistemas. Organização expressa a articulação dos sistemas sociais, que pode ser mais ou menos espontânea ou contar com centros decisórios de maior ou menor poder. Os níveis de centramento e intencionalidade variam de acordo com o que se passa com a identidade e a organização de seus sistemas sociais, os quais podem ser colocados em um continuum de acordo com as variáveis aqui dispostas e sua evolução.

Dentro de cada um desses tipos, deve-se observar o comportamento de cada uma das quatro variáveis de nosso modelo causal. Agora é possível pensar em termos de uma tipologia ação/estrutura para elucidar os fenômenos socioambientais, na perspectiva da sociabilidade e institucionalidade humanas:

As teias: com baixo nível de centramento e delimitação em face de outros sistemas, suas unidades, indivíduos e coletividades convergem sem a intenção de produzir um impacto causal preciso e direto no mundo. Teias incluem mercados, largos círculos de amizade e largas correntes intelectuais, entre outros sistemas. A ação interessada de um ponto de vista ambiental guardaria os traços de pertencimento às teias e baixa organização.

As categorias, dentro das quais forças centrífugas e centrípetas operam, podem atingir razoável nível de centramento. Estas podem alcançar mesmo grande identidade e subgrupos (sindicatos, movimentos, etc.) que trabalhem para sua organização poder surgir. Sua heterogeneidade tende, contudo, a prevenir maior nível de centramento. Classes, gêneros e raças devem ser incluídos nesse tipo de sistema. Outro tipo organizacional de motivações socioambiental pode ganhar forma à luz dessa conceituação.

Os grupos, cujo potencial de centramento é, a princípio, alto: sua identidade é virtualmente dada, facilitando sua organização e impacto intencional. Amizades estreitas e famílias devem ser subsumidas nesse tipo. Os motivos socioambientais estariam mais ligados às situações de socialização para o agir ecológico em grupos primários.

Os encontros: tem caráter totalmente variável. Eles podem manter-se dispersos ou evoluir na direção de um comportamento coletivo centrado, quando, por exemplo, um grupo de pessoas contingentemente reunidas se encontra diante do mesmo problema. Os movimentos sociais: de maior ou menor nível de centramento, frequentemente próximos a uma teia, sua identidade e núcleo decisório tendem a aumentar seu centramento e impacto intencional. Diversos projetos coletivos de ação políticas no âmbito ecológico têm seu desenho nesse nível de causalidade coletiva. As organizações: são os sistemas sociais capazes de atingir o mais alto nível de centramento, em função de sua precisa delimitação, clara identidade e fortes núcleos decisórios. Nesse campo já se configura um amplo campo de experiências de empresas no tocante ao que se convencionou chamar de responsabilidade socioambiental de empresas, por exemplo. Este ponto coaduna-se com um posicionamento de Moscovici que refutava a tese da incompatibilidade entre ecologia e economia.

As sociedades (estados-nação, cidades, civilizações): embora mais complexas que grupos, a elas pode-se atribuir o mesmo status em termos de níveis de centramento. Um cenário da sociedade ampla apresenta todas essas possibilidades de entendimento e ação nos diversos níveis de realidade socioambiental. Torna-se imperioso apreender o aspecto interativo da constituição das subjetividades coletivas, em níveis maiores e menores de organização e centramento.

Algumas considerações finais

As teorizações de Giddens e Domingues permitem recuperar a variável humana em uma equação ecológica, em que os tipos humanos e suas motivações e interesses geram as formas institucionais complexas — Mercado, Democracia, Justiça, etc. Os autores perscrutam as bases racionais e não-racionais da ação. De um agir complexo orientado pelas determinações do Mercado até plano cotidiano de sociabilidades. Aqui se pode destacar o papel decisivo que as variáveis da política ganham porque é parte da esfera da vida crucial para o redimensionamento dos projetos humanos, incluindo os projetos de intervenção e de interação com a natureza. O agir com responsabilidade e em uma atitude dinâmica de construção de valores depende do desenvolvimento político, com suas conseqüências institucionais e programáticas. Mesmo considerando os limites da racionalidade humana para conhecer plenamente os eventos da realidade em seus inúmeros desdobramentos, é parte fundamental, na construção de uma nova ordem global e local de eventos.

Assim, os autores discorrem sobre um estatuto da natureza humana baseada na ação instrumental e auto-interessada, cooperativa e ética mesmo nos assuntos mundanos da economia e da política. A questão ambiental é vista como parte de processos dinâmicos de desconstrução e reconstrução de das subjetividades coletivas. A despeito dos problemas que emergem da aplicabilidade da noção de dominação e colonialismo, os modelos de Giddens e Domingues podem ser aplicados para entender partes de história humana sistêmica, tal como se pode problematizar as cenas ricas descritas e hipotetizadas por Guha:

“Missionários verdes” como os biólogos da conservação e os que os apóiam são possivelmente mais perigosos, e certamente mais hipócritas, que seus equivalentes econômicos e religiosos. A publicidade globalizante e o banqueiro trabalham para um mundo em que cada um de nós, independentemente da classe social, cor ou gênero, é, no sentido econômico, um norte-americano, dirigindo um carro, bebendo Pepsi e possuindo uma geladeira e uma máquina de lavar. Os missionários cristãos, tendo descoberto Cristo para eles mesmos, querem que todos os pagãos compartilhem com eles essa descoberta. O conservacionista, no entanto, quer proteger o tigre e a baleia para a posteridade, esperando que outros povos façam o sacrifício no lugar deles.” (GUHA, 2000).

“Ainda mais, os processos envolvidos nesse imperialismo verde são praticamente irreversíveis. O consumidor, tentado provar o frango frito Kentucky pode sempre dizer: “uma vez é o suficiente”. Ou o hindu convertido pelo batismo ao Cristianismo, pode decidir depois voltar à sua fé original. Mas os povos tribais, expulsos de suas casas pela propaganda conservacionista estão condenados à vida de refugiados ecológicos; um destino que para muitos povos tradicionais se aproxima somente da morte”. (Idem).

Bibliografia

- DIEGUES, Antônio C. (Org.). (2000). Etnoconservação. Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Editora HUCITEC.
- DOMINGUES, José Maurício. (2004). Ensaios de Sociologia: teoria e pesquisa. Belo Horizonte: UFMG.
- DUNLAP, R. E. e CATTON, W. R. J. (1993). Environmental sociology. Annual Review of Sociology, 5: p. 243-73.
- GIDDENS, Anthony. (1984). A Constituição da Sociedade. São Paulo: Martins Fontes Editora.
- GIDDENS, Anthony. (1996). Para Além da Esquerda e da Direita. São Paulo: Editora UNESP.
- HANNIGAN, John A. (1995). Sociologia Ambiental. A formação de uma perspectiva social. Lisboa: Instituto Piaget.
- LEIS, Hector. (1995) Ambientalismo: um projeto realista-utópico para a política mundial. In VIOLA, E. J., LEIS, H. R., et al Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais. Florianópolis: Editora da UFSC.
- HERCULANO, Selene C. (1998). A qualidade de vida e seus indicadores. Ambiente e Sociedade, nº 2: p. 77-100.
- MOSCOVICI, Serge. (2007). Natureza. Para pensar a ecologia. Rio de Janeiro: Mauad X: Instituto Gaia.

- NUSSBAUM, Martha C. (1999). *Los Limites del Patriotismo. Identidad, pertenencia y "ciudadanía mundial"*. Buenos Aires: Editorial Paidós.
- RANDAL, A. (1987). *Resource economics: an economic approach to natural resource and environmental policy*. New York: John Wiley & Sons.
- SEN, Amartya. (2000) *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Editora Companhia das Letras.
- _____. (1999) *Sobre Ética e Economia*. São Paulo: Editora companhia das Letras.
- _____. (2001) *Desigualdade Reexaminada*. Rio de Janeiro: Record.
- NUSSBAUM, M. & SEN, Amartya. (1995). *The Quality of Life*. Clariton Paperbacks.
- _____. (2004). Por que é necessário preservar a coruja-pintada. Folha de São Paulo, 14 mar, Caderno Mais, p. 16.

O uso (e abuso) de conceitos das ciências naturais pelas ciências sociais.

Claudia Lucia B. Soares
Universidade Federal de Santa Catarina
clbsoares@gmail.com

Resumo: A realização desse ensaio tem como objetivo abordar as conseqüências do uso excessivo da transposição de conceitos das ciências naturais para as ciências sociais (e vice-versa), partindo-se da noção de que só a diferença de escala temporal em que esses dois escopos teóricos trabalham já justifica a escolha do tema. O que se pretende ressaltar aqui é que o tempo cosmológico e o da sociedade humana operam em grandezas muito distintas, do mesmo modo que os espaços associados a ambos os eventos também o fazem. Trabalhando com extremos, por exemplo, na perspectiva cosmológica (das ciências naturais), o tempo e o espaço chegam a compor uma mesma dimensão, enquanto que para a escala social (ciências sociais) tal situação não se coloca. Após uma abordagem geral sobre o problema, optou-se por concentrar a atenção sobre um estudo de caso: a apropriação dos princípios da termodinâmica pela ciência econômica. A conclusão foi no sentido de que a crítica fundamental talvez nem seja sobre a forma equivocada como essa transferência se dá (necessariamente, na maioria dos casos), mas pelo fato dela ser completamente desnecessária e acabar resultando num desserviço para o avanço das ciências sociais sobre pernas próprias.

Palavras-chave: metodologia, ciências sociais, entropia

Introdução

Não é de hoje que o uso excessivo da transposição de conceitos das ciências naturais para as ciências sociais e vice-versa me desperta desconforto intelectual, e a realização desse ensaio, com o objetivo de abordar esse tipo de procedimento, se colocou como uma oportunidade de aprofundar minhas inquietações.

De certa forma depreendo que, colocar atenção apenas sobre as diferenças de escala de temporalidade que esses dois escopos teóricos trabalham já justificaria a escolha do tema. Mas creio que há mais razões como, por exemplo, a relação com o espaço; que da mesma maneira parece ser trabalhado em escala diferente pela abordagem natural e pela social, acrescentando ainda mais dificuldade a passagem de conceitos de uma para outra área.

O que pretendo ressaltar aqui é que o tempo da natureza universal (cosmológico) e o da sociedade humana terrena (social) operam em grandezas muito distintas, do mesmo modo que os espaços associados a ambos os eventos também o fazem. Trabalhando com extremos; na perspectiva cosmológica (pela parte das ciências naturais), o tempo e o espaço chegam a ter a mesma natureza, enquanto que para a escala social (ciências sociais) tal situação não se coloca.

A metodologia de apresentação das idéias consistiu em, após uma abordagem geral e crítica do tema geral, passar por concentrar à atenção sobre um caso exemplar: a apropriação dos princípios da termodinâmica pela ciência econômica, explicitando assim os elementos de crítica analisados na primeira parte.

A guisa de conclusão, minha censura fundamental talvez nem seja sobre a forma equivocada como essa transferência se dá na maioria dos casos, mas do fato dela ser completamente desnecessária, e de na maioria das vezes resultar em um desserviço para o avanço das ciências sociais sobre pernas próprias.

1. O uso de conceitos das ciências naturais nas ciências sociais

Seguindo a argumentação de Sokal e Bricmont (1999) o uso de conceitos das ciências naturais nas ciências sociais resulta freqüentemente em abuso de conceitos e terminologias, da matemática, da física e de outras ciências naturais pelos cientistas sociais, e pode geralmente ser percebido por comportamentos que revelam tendências:

ao uso de terminologia científica sem se preocupar com o que ela realmente significa,

a importação de conceitos das ciências naturais para as ciências sociais sem uma justificativa conceitual ou empírica, por vezes extrapolando conceitos científicos para além de sua área de abrangência,

ao recurso a analogia sem realizar uma contextualização bastante precisa, trabalhando-se com termos técnicos em contextos por vezes completamente desconectados com a situação original e

a utilização como metáfora, ou seja, para esclarecer um conceito pouco conhecido relacionando-o com outro mais familiar.

Entretanto, ainda segundo esses autores, normalmente os cientistas sociais se referem abundantemente a teorias científicas sobre as quais têm uma idéia incompleta e confusa, o que gera conseqüências associadas aos respectivos comportamentos anteriormente assinalados, como:

confusão de conteúdos e da filosofia das ciências naturais,

aparência de mera ostentação de erudição,

um uso equivocado dos conceitos e

geração de maior confusão, pois os outros cientistas sociais (àqueles a quem, em geral, o texto se direciona) têm mais familiaridade com conceitos sociais que com os naturais.

Descortinando-se um cenário para a prática do cientista social onde:

sente-se um clima de falsa erudição, pois os equívocos acabam vindo à baila,

parece haver uma certa incapacidade de criar uma conceituação e teorização própria do campo,

o recurso à analogia serve para o ocultar a fragilidade da teoria mais vaga (a social) e

Procura-se dar um ar de dureza, de cientificidade a argumentações que ainda não estão maduras em termos teóricos.

É por isso que quando se transferem os conceitos entre áreas de saber, as justificativas devem ser esclarecedoras da pertinência. No caso da matemática, "(...)como os conceitos matemáticos têm significado preciso, a matemática é útil principalmente quando aplicada a campos nos quais os conceitos têm igualmente significado mais ou menos preciso."(Sokal e Bricmont,1999:23). Com referência aos termos, como algumas das ciências não produzem textos, fica impossível captar das teorias científicas alguns conceitos isoladamente e trabalhá-los posteriormente como palavras.

2. A utilização de conceitos da termodinâmica pela ciência econômica

Num primeiro momento, a analogia com a termodinâmica parece estar bem contextualizada na sua utilização pela economia: o tempo irreversível (da entropia) em relação ao tempo histórico (da economia) contemplando a mesma racionalidade/método para todos os aspectos das ciências. Entretanto, onde está o espaço para a especificidade do elemento vivo (biologia) e para a intencionalidade da ação humana, já que a vida é em si um resultado do esforço negaentrópico, de certa forma opondo a tendência à estabilidade do equilíbrio físico em relação ao equilíbrio dinâmico/evolucionário da vida?

As leis da termodinâmica e a entropia

A aplicação da mecânica newtoniana ao estudo dos fenômenos térmicos levou os físicos do séc. XIX à formulação da termodinâmica, uma nova ciência que se refere aos aspectos da conservação, transformação e dissipação da energia e cujo feito inicial foi a descoberta da lei de conservação da energia, também chamada de primeira lei da termodinâmica. Ela se refere ao fato de que a energia total envolvida em um processo (isto é, num sistema fechado) ser sempre conservada, podendo mudar de forma e se transformar em diferentes tipos de energia, mas sem alterar sua quantidade (Theis, 1996).

A segunda lei da termodinâmica se refere à qualidade dessa energia em relação a sua capacidade de produzir trabalho (num sentido humano), de ser utilizada. Ela é também conhecida como a lei da dissipação da energia, pois demonstra que apesar do valor total de energia de um sistema fechado ser sempre constante, a quantidade de energia útil diminui, dissipando-se em calor, fricção e etc. Ou seja, ela trás para a física a noção de "flecha do tempo", de irreversibilidade dos processos que caminham em uma direção da ordem para a desordem.

Foi Rudolf Clausius quem introduziu essa nova quantidade, a "entropia" (que ele chamou assim, combinando "energia" e "tropos", palavra grega para transformação ou evolução) que mede o grau de evolução de um sistema físico. De acordo com a segunda lei, a entropia em um sistema físico isolado continuará permanentemente aumentando, acompanhada de uma crescente desordem, de tal forma que a entropia pode ser percebida como uma medida de desordem. De acordo com a física newtoniana o universo caminha para um estado de máxima entropia, onde os processos de troca de energia irão se reduzindo paulatinamente até que cessem por completo (Capra, 1982).

Portanto, para a física, a evolução passou a significar um movimento no sentido da desordem crescente, enquanto na biologia, a partir do século XIX, a idéia de evolução (de mudança, crescimento, e desenvolvimento) das espécies, se dirigiu para um movimento no sentido da ordem e complexidade crescente.

Com as descobertas no campo da física no século XX, as noções de tempo e espaço absolutos e partículas sólidas elementares entre outras foram postos em causa, chegando mesmo a exigir uma nova forma de ver o mundo por parte dos físicos; mais complexa e próxima da situação que os biólogos já se encontravam, com a atuação simultânea de ordem e caos. Mas a nova física tem uma característica peculiar, admite uma gama de diferentes interpretações para uma mesma formalização, dando uma sensação aos físicos atuais que, segundo Clemente de La Torre (1992:18), "Seguramente estamos fazendo algo bem, mas que não se sabe o que é".

Com toda essa história passada, e com a ausência de uma interpretação hegemônica na física moderna, creio que de certa forma se desasfizionaram as ciências "exatas" e também as "não exatas", pois se revestiram de cientificidade quaisquer teorias relativistas; ou mesmo se propiciou o esquecimento das eternas e significativas questões epistemológicas e

metodológicas que legitimam a produção de conhecimento (promovendo uma falsa aparência continuidade e gradação de relatividade entre as ciências físicas, biológicas e sociais).

2.2 Algumas utilizações dos conceitos da termodinâmica pela economia

O expediente à termodinâmica tem sido realizado pelos economistas basicamente com duas funções; para justificar certos caminhos teóricos ou proposições de política econômica e também para lhes permitir um receituário, que embora, carregado de “moralidade”, aparece travestido de “cientificidade”.

Tal recurso aos princípios da termodinâmica, e mais especificamente a segunda lei, foi marcado pelos trabalhos de Georgescu-Roegen (1906-1994)¹. Sua obra é considerada o principal fundamento da crítica ecológica à teoria econômica convencional, dando origem a uma nova escola, a economia ecológica. (Martinez-Alier, 1998).

Procurando retratar a diferença entre essa nova escola e a anterior, e mais ainda, justificando os seus princípios, Martinez-Alier reitera a necessidade da teoria econômica levar em conta determinados princípios físicos

“Os economistas neoclássicos se despreocuparam totalmente com o marco biofísico em que necessariamente se inscreve a economia humana, e, de fato, pode-se ser um competente economista e ignorar a Segunda Lei da Termodinâmica. Ao contrário, a atual economia ecológica (diferentemente da economia neoclássica) vê a economia humana imersa em um ecossistema mais amplo. A economia ecológica estuda (de um enfoque reprodutivo) as condições (sociais ou de distribuição dos patrimônios e rendas, temporais, espaciais) para que a economia (que absorve recursos e expõe resíduos) se encaixe nos ecossistemas, estudando também (de um enfoque alocativo) a valoração dos serviços prestados pelo ecossistema ao subsistema econômico. (1998:53 e 54).”

Ou ainda:

“Soddy, um dos precursores desconhecidos de Georgescu-Roegen, havia insistido na impossibilidade do crescimento exponencial da economia devido à existência da lei da entropia, assinalando também que a substituição de recursos naturais pelo que os economistas chamam “capital” tinha limites, porque para a produção de e operação de capital fazem falta recursos naturais. (idem:56)”

Não entrando no mérito da celeuma teórica levantada pelo autor, é de se assinalar que a crítica realizada não ganhou argumento algum com a inclusão do conceito entropia, ou com a referência à segunda lei. Tal teoria se inscreve em uma escala cósmica de raciocínio, (segundo Prigogine (1996) podemos pensar em termos de quatro níveis ou escalas – cosmológica, geológica, biológica e social) e a sua utilização e dos conceitos dela derivados, geraram um aumento no grau de confusão entre os economistas, com a inclusão de grandezas de ordem tão distinta das tratadas no mundo econômico (da escala social - para a qual os tempos biológicos e geológicos já são suficientemente difíceis de serem assimilados por seus mecanismos, tais a dificuldade do mercado ou o direito levar em conta as necessidades e direitos das gerações futuras).

Por outro lado o subsistema terra é tanto na escala social, biológica ou geológica um sistema aberto, onde seu saldo na relação de produção de ordem (ex. produção de energia solar) e desordem (ex. queima de combustíveis fósseis) depende do tipo de tecnologia empregada pela produção humana e pela natureza (ex. fotossíntese e desenvolvimento das plantas, respectivamente). Ou seja, potencialmente o planeta pode ser uma ilha de negaentropia, formando ao seu redor um oceano de entropia, e mesmo assim, na escala cósmica, o saldo continua a caminhar para a entropia. Lembrando que na escala cosmológica nos referimos a um sistema fechado, tendência para desordem e equilíbrio estático; enquanto na escala biológica e social falamos de sistemas abertos (estruturas dissipativas, como chama Prigogine), tendência para ordem e permanência longe do equilíbrio ou em estado de equilíbrio dinâmico (evolução biológica) e maior complexidade.

Mas será que toda essa análise cosmológica acrescenta algo de novo à teoria econômica, se na própria escala social já temos indicadores suficientes que a produção humana já excedeu a capacidade de absorção do planeta (pelo menos em termos de rejeito² - mantidas condições tecnológicas próximas das atuais)? Mas essa me parece uma questão ética e não científica, no sentido em que o método científico tanto pode ser empregado para explicar e justificar prosseguirmos nesse caminho, como para provar que a inflexão é a única possibilidade para a sobrevivência da espécie no médio prazo.

O argumento que estou tecendo não é no sentido de negar a pertinência das questões que Georgescu-Roegen e Martinez-Alier levantaram, buscando reancorar a economia no mundo material, mas destacar que a opção pela argumentação sobre uma teoria física transposta para o mundo social, revela um certo sentimento de fraqueza na teoria original (econômica) buscando sustentação em argumentos de teorias já estabelecidas.

Já em outras situações, como algumas que Altvater (1995) baseado em Gellner provoca, percebe-se mais um uso no segundo sentido, onde a idéia de entropia social induz um viés moralista e normativo, com verniz de conhecimento científico e, por conseguinte, inquestionável³. De forma que as

¹ Georgescu-Roegen era romeno, fez seus estudos em matemática e se doutorou em estatística. Apenas a partir de uma estada em Harvard (de 1934 a 1937) onde estudou economia, começou a publicar artigos sobre economia e era protegido por Schumpeter. Em 1949 voltou para os Estados Unidos, como professor do Departamento de Economia da Universidade de Vanderbilt.

² Estou me referindo, por exemplo, ao lixo atômico, que levará bilhões de anos para ser naturalmente neutralizado e que está sendo armazenado em recipientes com uma vida útil muitíssimo inferior (que sequer atingem a cifra de milhões de anos), à espera da redenção tecnológica.

³ Subentendendo-se a posição epistemológica de verdade como fortemente correlacionada com o tipo de conhecimento produzido com recurso ao método científico e, quando possível, ao axiomático.

“sociedades industriais (capitalistas) são organizações sociais aptas a compensar seu entropismo social mediante a apropriação e rejeição material e energética de sintropia. Este desempenho tornou esta ordem social historicamente tão hegemônica e atraente. Por isso, o modo de regulação da sociedade industrial inevitavelmente é limitado quando o aproveitamento da sintropia e o rejeito da entropia se tornam difíceis ou impossíveis em decorrência de um agravamento excessivo dos recursos naturais. A ordem social transforma-se então em uma desordem social. (1995:58)”.

Seguindo-se da conclusão que:

“A questão central, embora ainda genérica, para conceitos e estratégias de desenvolvimento, é em que medida estão em condições de criar estruturas sociais e econômicas coerentes se, portanto, criar ordem. A discussão dos conceitos de entropia e sintropia permitem concluir, entre outras coisas, que, justamente em face do entropismo social das modernas sociedades industriais (Gellner, 1991), a produção e a conservação de coerência só pode ser possível mediante o fornecimento de energia, e que processos dissipativos produzem caos ou desordem. (idem:63)” e que “A ordem no espaço nacional não pode ser explicada pelo seu lado social, político e econômico. Gellner atribui à transição de uma sociedade agrária a uma sociedade industrial “uma espécie de qualidade entrópica”(Gellner, 1991:98)(idem:66).

As passagens acima citadas além de exibirem uma extrapolação de conceitos físicos para além de seu campo sem a devida contextualização, exportam uma certa confusão entre conceitos e filosofia das ciências naturais para as sociais na tentativa, ao meu ver, de criar um clima de dedução lógica e natural para as conclusões do autor, visando criar condições favoráveis para a sua aceitação, em detrimento da opção pela construção de uma teoria social mais forte e/ou de sua filiação explícita com uma determinada concepção de mundo.

E, no entanto, o uso da tecnologia já desenvolvida pelo homem pode causar a pulverização do planeta terra ou apenas sua auto-eliminação e a contabilidade cosmológica de entropia manterá sua direção, sendo insignificamente afetada, mediante a grandeza que opera. Já para os membros da humanidade, qualquer expansão nesse sentido pode significar a perda das condições de sua existência e reprodução e, por tanto, o fim da escala em que opera (social).

3. Conseqüências para a teoria econômica

Em termos econômicos, o que parece saltar aos olhos é que, para se caminhar no esclarecimento da relação produção/subprodutos e esgotamento de recursos e outras questões ligadas ao desenvolvimento humano, a transposição de conceitos (talvez na busca de uma linguagem científica comum) não tem ajudado muito e que talvez o necessário seja a retomada explícita das questões reveladas à luz da filosofia (além do incremento das próprias teorias econômicas e sociais).

Nos casos aqui retratados também tem parecido ser de utilidade duvidosa, mesmo enquanto argumento para trazer a prática do empresário e do consumidor, enfim, do mercado, para o caminho conservacionista proposto. Nesse caso, mais uma vez a distância analítica, intuitivamente percebida, tem determinado uma relação de desconfiança com a teoria econômica, que também tem se mostrado como teoricamente mais fraca, necessitando de se apoiar em conceitos externos.

Esse tipo de comportamento também tem gerado confusão entre os próprios economistas, suscitando por exemplo, a importação das problemáticas dos países desenvolvidos para os subdesenvolvidos; refletindo uma crença em um evolucionismo social linear - ora conotado com o bem, ora com o mal - pois também não tem sido devidamente fundamentado e analisado, uma vez que aparece como uma lei da física, que se impõe ao mundo social.

É certo que é preciso recolocar o homem na análise econômica. Entretanto não adianta fazê-lo de forma equivocada ou pseudo-científica através, simplesmente, da inclusão da natureza. Até porque, acreditando que assim se vai trabalhar (mesmo que indiretamente) com uma ética mais completa; acaba-se apenas não discutindo qual padrão está sendo tomado em conta, uma vez que, a ciência moderna se propõe aética e a natureza também não costuma se pronunciar, por exemplo, sobre o direito de um ser viver ou não.

4. Buscando conclusões

Ao longo desse ensaio tenho procurado mostrar algumas situações em que o recurso aos conceitos das ciências naturais pelas ciências sociais tem sido bastardo, principalmente na medida em que tem sido usado para relacionar linearmente escalas analíticas distintas.

Buscar nas construções externas soluções para os problemas sociais vem revelando uma tendência a uma teleologia, que de qualquer forma, parece ter sua compreensão inatingível pelos cientistas sociais uma vez que a ordenação divina nos é revelada através das leis das ciências naturais.

Então, porque não procurar explicar os novos conceitos econômicos com base em conceitos já familiares aos cientistas sociais e aos próprios economistas, em vez de se recorrer a analogias, que mesmo se fossem corretas, dificilmente facilitarão a compreensão dos que desconhecem os princípios da física termodinâmica?

Historicamente as ciências sociais têm desenvolvido seus próprios problemas e métodos, não tendo porque acompanhar cada mudança de paradigma na física ou na biologia como se do seu escopo se tratasse. Mesmo antes dos últimos acontecimentos da história da física já era bastante razoável supor que, no campo social, o observador afeta o observado, independente das novas descobertas no campo sub-atômico.

Os desdobramentos mais recentes dessa prática apontam para o uso (e abuso) da

“teoria do caos - que é bem desenvolvida matematicamente – e é freqüentemente confundida com as teorias, ainda emergentes, da complexidade e auto-organização(...) Não se para de ouvir discursos sobre a teoria do caos “aplicada” à história ou à sociedade. Todavia, as sociedades humanas constituem sistemas complicados envolvendo um enorme número de variáveis, sobre os quais nos mostramos incapazes (pelo menos até o presente) de pôr no papel qualquer equação sensata. Falar do caos para esses sistema não nos leva muito mais longe que a intuição já contida na sabedoria popular” (Sokal e Bricmont,1999: 145 e 146).

É provável que nesse texto eu também tenha incidido em incorreções ao tratar de fenômenos físicos. Entretanto a função dele foi chamar atenção sobre a necessidade de um cuidado muito grande para se tratar com as referidas importações conceituais, de forma a terem seu uso restrito a quando são de fato pertinentes e, de qualquer modo, bastante contextualizadas.

Referências Bibliográficas

- Altwater, E.(1995). O preço da riqueza. São Paulo:Editora da Universidade Estadual de São Paulo.
- Capra, F. (1982). O ponto de mutação. SãoPaulo: Editora Cultrix.
- Clemente de La Torre, A. (1992). Física cuántica para filo-sofos. Buenos Aires:Fundo de Cultura Económica.
- Georgescu-Roegen, N. (1981). Alguns problemas de orientação em economia Parte I in Edições Multiplic:Uma colaboração para a EPGE. Vol.1, Nº 4, junho de 1981.
- Georgescu-Roegen, N. (1981). Alguns problemas de orientação em economia Parte II in Edições Multiplic:Uma colaboração para a EPGE. Vol.1, Nº 5, agosto de 1981.
- Martinez-Alier, J. (1998). Da economia ecológica ao ecologismo popular. Blumenau:Ed. da FURB.
- Prigogine, I. (1996). O fim das certezas. Lisboa:Gradiva.
- Sokal, A. e Bricmont, J. (1999). Imposturas intelectuais. Rio de Janeiro:Ed. Record. 316p.
- Theis, I. (1996). Limites energéticos do desenvolvimento. Blumenau:Ed. da FURB. 77 p.

Etnografia: a educação do olhar e seus usos na pesquisa educacional

Sandra Pereira Tosta
PUC Minas
sandra@pucminas.br

Resumo: O artigo trata de resultados de pesquisa realizada entre os anos de 2006 e 2007 na qual se analisou em três programas de pós-graduação em Educação no país, UFMG, UFRJ e USP, entre os anos de 1990 e 2005 um conjunto de dissertações e teses. Nestas investigações procurou-se compreender se existe e como ocorre a articulação teórica entre Educação e Antropologia na pesquisa de problemas educacionais, tendo como referenciais a etnografia clássica em Malinowski e a etnografia contemporânea em Geertz. Como nestes e outros autores, a Etnografia foi entendida como uma dimensão constituinte da ciência antropológica, e não como um conjunto de técnicas qualitativas na aproximação e investigação de problemas sociais. A metodologia usada foi a pesquisa bibliográfica de natureza exploratória, tendo como fonte de coleta de dados o portal da CAPES. Foram analisados os resumos de 59 dissertações e 26 teses, que declararam ter feito “pesquisa etnográfica”. E analisadas, na íntegra, 06 dissertações e 02 teses da UFMG, 01 tese e 01 dissertação da UFRJ e 06 dissertações e 02 teses da USP, selecionadas por intervalos de cinco e três anos, respectivamente, as quais conseguimos acessar. Os resultados da pesquisa mostraram uma larga receptividade de referenciais da antropologia pela pesquisa em educação, como também evidenciou a realização de investigações que: não mostram claramente como essa transposição foi feita, ausência de base teórica e duvidosa apropriação metodológica.

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta os resultados da pesquisa desenvolvida no ano de 2006 que procurou identificar, mapear e analisar os modos como o campo da educação vem incorporando a Etnografia na investigação de problemas educacionais. Tomamos como pressuposto que a etnografia é uma dimensão constituinte da ciência antropológica em seu percurso histórico e de demarcação de estatuto teórico, não podendo ser entendida meramente como um conjunto de técnicas qualitativas e empregada descolada dessa sua origem epistemológica.

Tal proposição não se fez sem razão, pois, já é de conhecimento e vem sendo bastante debatido em fóruns de especialistas, não só da Antropologia, como da Sociologia, História e da própria Educação, iniciativas que resultam de um “certo modismo” que contagia estudiosos e instituições de pesquisa no uso da etnografia fora de seu campo de origem (VALENTE 1996). Também já é de certo modo comum a divulgação de pesquisas nomeadas de etnográficas em diversas áreas não só das ciências humanas. A da saúde é um exemplo, com estudos sobre corpo, comportamento físico, doença, dor, etc. No campo da educação, é expressiva a quantidade de pesquisas que são realizadas tomando como metodologia a etnografia. Quando verificamos, por exemplo, os anais do congresso anual da área, as reuniões da ANPED, Associação Nacional de Pesquisa e Pós- graduação em Educação, não é difícil encontrar tais produções.

Se tais evidências indicam, à primeira vista, uma larga receptividade e aceitação de referenciais epistemológicos clássicos da Antropologia por outros pesquisadores, também revelam um certo “contrabando de idéias” no campo da produção do conhecimento, fato que é salutar se concorrer para o necessário e atual debate sobre inter e transdisciplinaridade.

Por tudo isso e na intenção de contribuir com este debate, me pus a indagar como e porque essa transposição entre campos distintos de saberes está ocorrendo e quais os resultados desse suposto diálogo. Seja em termos dos próprios desafios de se pensar no avanço de construções teóricas e metodológicas, seja nos termos das possibilidades de avançar no conhecimento para a compreensão dos problemas sociais, especificamente os relativos à educação.

Educação e Antropologia: interfaces teóricas e metodológicas

Se a educação se define por um conjunto de especificidades, e, ao mesmo tempo, por elementos que dizem respeito a interface com diversos outros campos na tarefa de dar conta de desvendar e organizar a realidade educacional, pode-se dizer que esta é uma ciência que, por um lado, busca a identificação de elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que se tornem humanos; e por outro, e ao mesmo tempo, busca descobrir formas adequadas para atingir esse objetivo.

Historiadores da pesquisa educacional dão conta de que o ano de 1954, teria sido o ponto de viragem que marca a introdução da pesquisa qualitativa na educação, ainda que ela tenha sido reconhecida só mais tarde, já nos anos 70 (TRAVERS, 1978 TYLER, 1976 em BOGDAN, 1994).

Situando essas mudanças no contexto histórico mais geral, é possível afirmar, ainda, segundo os autores citados, algumas características já presentes na sociedade norte-americana e europeia no século XIX, como resultantes dos processos de urbanização e do impacto da imigração, que deram origem a diversos problemas sociais: saúde pública, bem estar, educação, habitação, entre tantos outros. A origem da pesquisa qualitativa na educação já se encontra “convincentemente documentada” e remonta, pelos estudos de Robert (1976), ao alemão Franz Boas, considerado o primeiro antropólogo a residir nos contextos de origem de seus sujeitos, ainda que em curtos períodos de tempo. E aos estudos conhecidos como a “Sociologia de Chicago”, sob forte influência da pesquisa etnográfica de Robert Redfield, que prosseguiram e perseguiram a tradição antropológica do trabalho de campo – o que incidiu principalmente na “observação participante” (1971).

A Sociologia de Chicago teve em Albion Small seu fundador, no Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago (EUA), em 1892, e tornou-se mundialmente conhecida como “Escola de Chicago”- denominação aplicada a um grupo de docentes e discentes do referido Departamento, que, entre os anos 20 e 30 do século passado, muito contribuiu para o desenvolvimento dos métodos qualitativos no âmbito da sociologia norte-americana. Para se entender a pesquisa educacional algumas características herdadas desta Escola são importantes: Os sociólogos baseavam - se em dados recolhidos em primeira mão, introduzindo novos elementos na investigação e novas técnicas não afetas a investigação empírica tradicional. A ênfase na vida urbana centrada nos célebres trabalhos sobre comunidades (Becker, 1970), em que se buscava, na interseção entre o contexto social e a biografia de indivíduos ou de grupos, entender determinados comportamentos considerando-se a situação no qual surgiram. A abordagem interacionista, enfatizando a natureza social e interativa da realidade, a exemplo de Park que, “na sua introdução à metodologia de um estudo sobre as relações raciais entre orientais e ocidentais na Califórnia, sugeriu que ele era importante pelo reconhecimento que fazia de que todas as ‘ opiniões públicas ou privadas são um produto social” (BOGARDUS, 1926 em BOGDAN, 1994.)

No campo da Educação essas influências não ocorreram ao mesmo tempo que na Sociologia, em que já se observava o uso da pesquisa qualitativa na investigação de problemas educacionais. Um dos trabalhos mais importante é o de Howard Becker, no Departamento de Sociologia de Chicago, que entrevistou professores objetivando compreender com maior clareza características de suas carreiras e perspectivas relativas à atividade docente. Outro trabalho a ser destacado é um estudo de educação médica – Boys in White (BECKER et al., 1961), que traçava um retrato da cultura estudantil médica da época. Por volta dos anos 60 investigadores educacionais começam a manifestar preocupação e interesse acadêmico pela pesquisa qualitativa com o apoio de financiamentos públicos.

Em 1968 já existia um grupo mais formalizado, especificamente nas abordagens antropológicas aplicadas à educação, materializado no Council on Anthropology (BOGDAN ,1994). Período que é emblemático de mudanças sociais envolvendo movimentos de minorias, reivindicações de políticas de identidade, de tratamento diferenciado de questões educacionais, religiosas, étnicas, e a atenção dos educadores não pode desviar-se dessa conjuntura. As investigações começam a se voltar, então, para a população pobre buscando - se saber como ocorria e o que significava a experiência escolar para suas crianças, jovens e adultos. Neste esforço de compreensão da realidade social, destaca-se o Project True, desenvolvido em 1967, no Hunter College, cujo objetivo principal foi conhecer e compreender os diferentes aspectos da vida nas salas de aula urbanas. Neste empreendimento, os pesquisadores - sociólogos e antropólogos, utilizaram de entrevistas não diretivas envolvendo membros da escola e da comunidade para avaliar os processos de integração escola- comunidade, entrevistas em profundidade para analisar as experiências de novos professores em escolas urbanas e a observação participante para avaliar experiências individuais em sala de aula.

Experiências de pesquisa qualitativa em educação como esta cresce nos anos posteriores e algumas razões podem explicar esse fato: os movimentos sociais da época indicavam claramente que pouco se sabia sobre como alunos, professores e famílias experimentavam a escola e significavam essa experiência; os métodos qualitativos ganham popularidade devido ao reconhecimento que emprestavam às perspectivas de lutas dos grupos desfavorecidos e excluídos social e culturalmente; o

debate na academia sinalizava por mudanças na Antropologia e na Sociologia como campos científicos: enquanto a primeira voltava-se para o estudo das populações urbanas na sua própria cultura, frente a um certo “esgotamento” de pesquisas junto aos grupos considerados mais simples, a Sociologia começa a reangular suas reflexões para as teses fenomenologistas, após cerca de vinte anos de predomínio das teorias estrutural- funcionalistas.

Neste período, abordagens do cotidiano, das diferenças culturais e desigualdades sociais serão largamente tematizadas com relação à educação e aos processos de escolarização. Já nos anos de 1970, a explosão da diversidade social como fenômeno de reconhecida relevância sociopolítica e cultural apontaria de modo mais contundente para um certo esgotamento dos estudos quantitativos, abrindo um espaço maior ainda para a discussão e usos dos métodos qualitativos e para sua conjugação aos métodos quantitativos.

Finalmente, não se pode deixar de anotar a discussão da vertente social pós- moderna que acena para investigações mais experimentais e abertas- provisórias, na qual se põe em debate o conceito de verdade e se afirma que todo conhecimento o é, na adoção de uma perspectiva ou de escolhas interessadas, rompendo de vez com a premissa positivista da neutralidade científica e de um certo projeto de ciência moderna (SOUZA SANTOS, 1989).

Aspectos históricos da Pesquisa Qualitativa no Brasil e na Educação

No Brasil, mesmo que tardiamente, a pesquisa qualitativa também encontrará forte receptividade por parte dos cientistas e, na década de 1980, observam-se indicadores de um movimento que vai gradativamente interpelando a predominância dos métodos de mensuração na pesquisa educacional. Situada no campo das ciências humanas, a educação não poderia passar imune ao desenvolvimento e inflexões ocorridas nesta grande área. O fenômeno educacional fora investigado por longo tempo na perspectiva das análises das ciências físicas e naturais, buscando-se isolar, como nestas, variáveis que pudessem dizer da composição do fenômeno. Dito de outro modo acreditava-se que a mensuração quantitativa de variáveis básicas do fenômeno educativo seria suficiente para a explicação de sua totalidade.

Contudo, o desenvolvimento de estudos em campos afins e no próprio campo educacional, mostrou que poucos são os problemas que poderiam ser esgotados pela pesquisa quantitativa, dado que, em sua maior parte, pensar sobre a educação requer entende-la como fenômeno dinâmico, complexo e mutável, além de datado historicamente.

É evidente que não se tira com isto o valor da pesquisa quantitativa e os indicadores estatísticos sobre a sociedade estão aí amplamente divulgados e são indispensáveis para a compreensão dos problemas da educação e, inclusive, há que se reconhece-los, sempre, como fontes geradoras de questões a serem investigadas e aprofundadas.

Fato é que, enquanto procedimento predominante na pesquisa educacional até meados dos anos de 1980, a orientação quantitativa começa a gerar um certo incômodo em estudiosos com os métodos e com os dados obtidos. Por exemplo, os recorrentes resultados sobre déficit de aprendizagem, evasão e repetência junto a determinados setores da população, além de serem evidenciados, necessitavam de esclarecimentos que a pesquisa quantitativa, pelas suas características, não poderia responder. Sobre tal abordagem do tipo experimental, Giroux emitiu o seguinte parecer: a pesquisa e seus resultados deveriam ser vistos não somente pelos “princípios que governam as questões que propõe, mas também pelos temas que ignora e pelas questões que não propõe” (GIROUX, 1983, p. 63).

Era necessário, então, que se articulassem novas propostas de abordagem com alternativas metodológicas também distintas para se superar, senão no todo, pelo menos parcialmente, limitações percebidas na pesquisa quantitativa. Deste conjunto de dúvidas e inquietações vai se adotando na investigação educacional pesquisas do tipo participantes, pesquisa - ação, estudo de caso e a pesquisa do “tipo etnográfica” (ANDRÉ e LUDKE, 1986). Esta última, trazendo em seu nome, um eufemismo que, na verdade, não esclarece e nem realiza efetivamente pressupostos teórico metodológicos da etnografia. Fato é que, o que se constata no campo da pesquisa educacional, desde meados da penúltima década do final do século passado, é uma certa profusão de investigações que revelam, senão a conjugação de métodos quantitativos e qualitativos, posto que este é um debate mais recente, a predominância da pesquisa qualitativa. Basta percorrer as centenas de trabalhos apresentados nas reuniões anuais da ANPED, nos anos de 1990 em diante, para se ter uma idéia da larga apropriação de métodos como a História Oral, as Representações Sociais, a Etnometodologia, além da Etnografia, ancorados nos estudos de caso.

Etnografia: a Antropologia em ato

Como afirma Peirano, no contexto da história da antropologia a boa e consistente etnografia não é apenas uma metodologia ou uma prática de pesquisa, mas a própria teoria vivida. Uma referência teórica é indispensável e não apenas informa a pesquisa, mas é o par inseparável da etnografia. É o diálogo íntimo entre ambas, teoria e etnografia, que cria as condições indispensáveis para a renovação e sofisticação da disciplina - a ‘eterna juventude de que falou Weber (PEIRANO, 2008)

Fazer etnografia implica, assim, a teoria em constante diálogo com os dados que o campo pode nos propiciar. Peirano (2008) vai adiante, ao chamar a atenção para o fato de que,

a união da etnografia e da teoria não se manifesta apenas no exercício monográfico. Ela está presente no dia-a-dia acadêmico, em sala de aula, nas trocas entre professor e aluno, nos debates com colegas e pares, e, especialmente, na transformação em ‘fatos etnográficos’ de eventos dos quais participamos ou que observamos.

Concordamos com a pesquisadora que conclui: “desta perspectiva, etnografia não é apenas um método, mas uma forma de ver e ouvir, uma maneira de interpretar, uma perspectiva analítica, a própria teoria em ação”.

Assim, ao falar de etnografia, nos referimos às primeiras monografias clássicas que estão na base do ofício etnográfico o qual permanece como o objetivo ideal do antropólogo. Construídas, inicialmente, como um retrato de um momento específico- o recorte sincrônico na observação de um determinado grupo social, elas constituíram-se, na verdade, em valiosos documentos de um horizonte histórico para as culturas analisadas, e, do mesmo modo, documentos de um horizonte histórico para as sociedades dos etnógrafos que as produziram.

A atualidade destes documentos, de acordo com Peirano, indica, entre outras coisas, a busca, na prática, dos “fatos sociais totais” como conceitos elaborados por Mauss, buscando unir os diversos domínios que o pensamento ocidental separou - a política, o parentesco, a economia, a religião, a educação sempre articulados, tanto nos grupos estudados, quanto nas sociedades do pesquisador.

Tais monografias revelam o diálogo continuamente presente entre as perspectivas teóricas dominantes, inclusive no senso comum acadêmico, e os dados novos que o pesquisador presenciou, possibilitando, com isso questionamentos que puderam levar à crítica e a avaliação e reelaboração de perspectivas teóricas iniciais. Deste modo, diz Peirano, é que podemos dizer que,

Malinowski confrontou a teoria econômica da época; Evans-Pritchard revisitou a bruxaria; Mary Douglas introduziu a noção de pureza; Leach questionou a idéia de que sociedade e cultura se sobrepõem necessariamente - e, a partir do trabalho de todos esses autores, nosso conhecimento e compreensão sobre esses temas ampliaram-se. Agitar, fazer pulsar as teorias reconhecidas por meio de dados novos, essa é a tradição da antropologia (PEIRANO, 2008).

Inquietação permanente que o etnógrafo experimenta no trabalho de campo, o que faz com que seja possível, como sabemos, fazer pesquisa etnográfica em lugares distantes, como em lugares próximos - com as mesmas força e densidade. Como sinalizou Malinowski: existem “mistérios etnográficos” ocultos sob o aspecto trivial de tudo que se vê e o etnógrafo fica à espreita de fatos significativos. Fato é que o legado da etnografia é de fundamental importância para a Antropologia em sua construção teórica como tarefa permanente e em permanente diálogo com o campo. Seja com Malinowski, seja com Geertz, ou com os antropólogos orientados pela crítica pós- moderna. E todos evidenciam que fazer etnografia é observar e interpretar culturas e esse empreendimento exige observação ampla e prolongada da cultura na vida social que não é dada: crenças, sentimentos, normas legais e costumeiras. E fazer antropologia não é apenas descrever mundo, seja ele trobriandês ou balinês, ou qualquer outro; é uma questão de método e de dar conta da totalidade da cultura, pois, é graças a esta apreensão, que se apreende seu sentido para os pesquisados. (TOSTA, 2005).

Por tudo que a antropologia já elaborou, não é difícil deduzir que fazer etnografia seja na sua versão clássica, seja na versão moderna, demanda algumas condições que se tornam imprescindíveis à pesquisa de campo. A primeira delas é de ordem teórica, na medida em que fazer etnografia exige não apenas o treino na pesquisa qualitativa, mas o entendimento conceitual implicado neste tipo de pesquisa. A segunda condição é o tempo prolongado de inserção do pesquisador no campo - o que requer não apenas disponibilidade do pesquisador, como a existência de um tempo longo para a investigação pouco permitido ou possível, considerando, entre outros fatores, as exigências da CAPES para titulação nos programas de pós-graduação.

Portanto, é desta perspectiva teórica e metodológica que buscamos, nessa investigação, inventariar, descrever e analisar o que se faz na pesquisa educacional quando se nomeia a etnografia como uso no processo da investigação. Ou dito de outro modo, o que se faz com a Etnografia na pesquisa educacional. Assim, a eficiência da análise proposta neste projeto só poderia ocorrer após a passagem por, pelo menos, três etapas que dizem respeito aos modos como se construiu o problema de pesquisa e a metodologia foi selecionada. Pois,

Levar a sério a proposição na pesquisa etnográfica a não se pode limitar a descrição de fenômenos (conhecimento da forma), mas aos modos como ele é vivido e representado pelos sujeitos envolvidos no processo;

A busca de informação, de dados, qualitativos ou quantitativos, não importa, deve ser permanentemente monitorada pelo referencial teórico que incorpora questões da “cultura” e do “cotidiano”. Neste caso, a passagem por um rigoroso balanço crítico da produção de referência é fundamental;

É necessário que tais conceitos, como tantos outros já conhecidos enquanto categorias de análise na Antropologia - tradição, civilização, identidade, alteridade, diversidade, diferença e já assumidos teoricamente se manifestem na prática cotidiana da pesquisa. O que significa não perder de vista o referencial teórico constituído (BOURDIEU, 1988, 1999).

Foram selecionados, então, três programas de pós-graduação em educação no Brasil e mapeamos as dissertações e teses, apresentadas entre os anos de 1990 e 2005 inclusive. Os programas foram escolhidos por apresentarem em sua área de concentração ou linhas de pesquisa a clara preocupação com a problemática da relação entre culturas/educação/ escola.

DESENVOLVIMENTO

Resultados do levantamento junto ao Portal da CAPES

A metodologia de pesquisa documental foi realizada através da leitura dos resumos encontrados junto ao Portal da CAPES, elaboração de uma ficha de leitura e análise dos trabalhos selecionados para leitura na íntegra. Desse modo, além de trazer os dados bibliográficos de referência, conforme apostos na CAPES, transcrevemos os resumos das dissertações e teses e o título dos mesmos. Na leitura integral das pesquisas, também procuramos identificar e transcrever qual era o problema/tema definido para a investigação, a relação estabelecida entre esse problema e a cultura, os principais aportes teóricos de sustentação da pesquisa, especialmente os autores em que o pesquisador se referenciou para discutir a questão da cultura e a metodologia, identificando citações diretas nas referidas teses e dissertações.

A busca tomou como descritores: etnografia, antropologia, educação, escola, pesquisa qualitativa, estudos culturais. O levantamento indicou um número significativo de pesquisas denominadas como “etnográficas” dentre os programas pesquisados. Encontramos até o final desta investigação (dezembro de 2006), um total de 59 dissertações e 26 teses. As pesquisas foram catalogadas de acordo com as instituições, programa, ano de conclusão da mesma, área de conhecimento ou linha de pesquisa, denominação dada à metodologia, autor e orientador. Após a conclusão dessa primeira etapa, foram selecionadas teses e dissertações nos três programas para leitura na íntegra dos textos. Os critérios previstos seriam: a cada intervalo de quatro anos, selecionaríamos uma tese de doutorado e a cada dois anos, selecionaríamos dissertações de mestrado. Posto que são esses os prazos previstos para conclusão dos trabalhos pela própria CAPES.

Quadro 1

DISSERTAÇÕES/UFGM (06)		
ANO	TÍTULO DA PESQUISA	AUTOR (A)
1991	Potencial educativo da organização do trabalho escolar na formação do professor das series iniciais do primeiro grau	Terezinha Maria Cardoso
1992	As disciplinas dos indisciplinados – códigos de normas e valores de jovens favelados numa área industrial.	Suzana Lanna Burnier Coelho
1999	A televisão sob o olhar da criança que brinca: a presença da televisão nas brincadeiras de crianças de uma creche comunitária	Rogério Correia da Silva
2002	Um estudo sobre um processo de construção do letramento na educação de jovens e adultos	Marina Lúcia De Carvalho Pereira
2003	Quando a renda passa pela escola: as fronteiras entre a economia e a educação no programa bolsa-escola	Breyner Ricardo De Oliveira
2004	Educação física no ensino médio: intervenção pedagógica de um professor em uma escola estadual de Minas Gerais	Guilherme Carvalho Franco da Silveira
TESES/UFGM		
ANO	TÍTULO DA PESQUISA	AUTOR (A)
2004	Cara professora: prática de escrita de um grupo de docente	Maria Emília Lins e Silva

Quadro 2

DISSERTAÇÕES/UFRJ		
ANO	TÍTULO DA PESQUISA	AUTOR (A)
2000	A formação do educador de pessoas jovens e adultas numa perspectiva multicultural critica	Ana Paula Ribeiro Bastos Arbache
TESES/UFRJ		
ANO	TÍTULO DA PESQUISA	AUTOR (A)
2002	Avaliação na escola de ensino fundamental: Continuidade de padrões e tendências	Zacarias Jaegger Garna

Quadro 3

DISSERTAÇÕES/USP		
ANO	TÍTULO DA PESQUISA	AUTOR (A)
1996	Estágio: Da pratica pedagógica cotidiana à prática pensada – um estudo exploratório	Nilce da Silva Ramirez
1998	Espaços lúdicos ao ar livre na educação infantil	Isabel Porto Figueira
2001	Imagens sociais e culturais em brincadeiras de construção na educação infantil.	Claudia Ximenez Alves Martinez Veiga
2002	Embuste? Ficção? Utopia? O ensino de língua inglesa na escola publica: mistérios que o complicam, caminhos que viabilizam.	Ana Lúcia de Mello Lemos Carriel

TESES /USP		
ANO	TITULO DA PESQUISA	AUTOR (A)
1998	Professor, professora: um olhar sobre práticas docentes nas séries iniciais do ensino fundamental.	Marília Pinto de Carvalho
2001	O que se pode esperar de uma escola de qualidade? As expectativas dos pais dos alunos matriculados na 1ª. Série do ensino fundamental numa escola da rede	Denise Medeiros Furtado Romero
2004	Meninas e meninos no recreio: gênero, sociabilidade e conflito.	Tânia Mara Cruz

Em uma leitura preliminar desse conjunto de dados coletados um primeiro aspecto a ser destacado é a diversidade de definições da metodologia atribuída pelos autores das pesquisas, conforme demonstrado nos quadros abaixo:

Quadro 4

DENOMINAÇÃO DAS TESES	
Etnografia	6
Tipo etnográfico	3
Cunho etnográfico	3
Característica etnográfica aliada à etnologia	1
Moldes etnográficos e outros complementares	1
Perspectiva etnográfica	1
Características de autobiografia e da etnografia	1
Pesquisa e / estudo etnográfico	4
Abordagem etnográfica	2
Uso instrumental da etnografia	2
Cave de enfoque etnográfico	1
Descrição/ Narração etnográfica	1
TOTAL	26

Fonte: Pesquisa no portal da CAPES

Quadro 5

DENOMINAÇÃO DAS DISSERTAÇÕES	
Pesquisa / estudo / trabalho e investigação etnográfica	18
Cunho etnográfico	3
Caráter etnográfico	1
Tipo etnográfico	7
Estudo de caso com abordagem etnográfica	4
Estudo de caso com orientação ou perspectiva etnográfica	3
Estudo de caso de cunho etnográfico	1
Abordagem comparativa etnográfica	1
Estudo de caso da pesquisa etnográfica e da coleta de depoimentos	1
Não informou	1
Intervenção etnográfica	1
Observação etnográfica	3
Qualitativa e parte etnográfica	1
Estudos de escala reduzida- micro- história e etnografia	1
Levantamento etnográfico	1
Abordagem etnográfica	3
Enfoque etnográfico	1
Busca a compreensão da etnografia para a etnologia	1
Referencial etnográfico	1
Perfil etnográfico	1
Momentos etnográficos	2
Modelo qualitativo (etnográfico)	1
Perspectiva etnográfica	2
TOTAL	59

Fonte: pesquisa no Portal da CAPES

De acordo com os quadros apresentados, o Programa de pós-graduação da USP é o que mais diversifica as denominações atribuídas às metodologias usadas nas pesquisas. Observando o quadro geral das 15 investigações lidas e analisadas na íntegra, pelo menos oito delas se referenciam a duas professoras e autoras da publicação de dois textos. Das 15 pesquisas analisadas na íntegra, 8 se baseiam em duas autoras especificamente (ANDRÉ e LUDKE, 1986) para justificar a escolha da metodologia. E a análise dessas 8 investigações nos permite inferir que a chamada “prática etnográfica” na pesquisa educacional, conforme apresentado pelas autoras acima citadas, abriga sentidos alargados e imprecisos. Imprecisão essa que pode ser identificada na leitura atenta feita das referidas obras e que vem sendo reproduzidas nas pesquisas. Sugerindo, por exemplo, essa variação de nomes que pouco ou quase nada dizem a respeito da metodologia empregada nas pesquisas.

Todavia e de modo controverso, André (1997) reconhece que, na década de 1980, a Etnografia ganhou muita força nos estudos educacionais, fato que ela classificou como “quase que um modismo”. Porém esse modismo não só permanece como é inspirado na própria autora.

Exemplo dessa apropriação por parte de pesquisadores da educação foi encontrado em nossa pesquisa:

Os resultados indicam que os espaços lúdicos ao ar livre das EMEIs apresentam brinquedos de concepção obsoleta com problemas de manutenção; as professoras, via de regra, restringem sua participação a aspectos de segurança e disciplina, embora valorizem a brincadeira para o desenvolvimento social, motor e afetivo; a apropriação do espaço pelas crianças mostra a busca de desafios e a integração da motricidade ao imaginário e as interações sociais. Ao final, O trabalho propõe intervenções práticas a fim de enriquecer a brincadeira infantil no espaço do parque das escolas de educação infantil, acrescentando recursos de baixo custo e transformando limitações e recursos virtuais em recursos reais. (FIGUEIRAS, 1998, pg. 01).

Daí ser possível compreender, porque muitos pesquisadores, ao elegerem Etnografia como metodologias de trabalho, acabam trilhando por caminhos que não o da Etnografia propriamente. Pois, na falta de referências consistentes e adequadas ficam sem o suporte necessário para fazerem a devida transposição de conhecimento gerados em outras áreas para a educação. Com isso, várias pesquisas tendem a demonstrar que a etnografia na educação tem sido entendida por parte de muitos pesquisadores, como um conjunto de técnicas qualitativas que melhor atende a aproximação da realidade observada. E tão somente isso.

LENDO AS PESQUISAS

De acordo com o exposto identificamos elementos com os quais a etnografia foi tratada nas pesquisas, tais como:

Etnografia como técnica para se aproximar da realidade e não descrever interpretar e compreender, ou buscar as lógicas impressas na cultura do outro nos modos como esse outro pensa na cultura; [...], uma vez que, parafraseando André (1995:32), tal estudo me permitiria retratar situações vivas do dia – a – dia da educação física escolar, sem prejuízo da compreensão de sua complexidade e de sua dinâmica natural. (SILVEIRA, 2004 p. 12).

Em algumas pesquisas os autores, além de influenciarem no ambiente pesquisado, ainda propuseram intervenções para a modificação do mesmo. Como estas:

Ao final, O trabalho propõe intervenções práticas a fim de enriquecer a brincadeira infantil no espaço do parque das escolas de educação infantil, acrescentando recursos de baixo custo e transformando limitações e recursos virtuais em recursos reais. (FIGUEIRAS, 1998, pg. 01).

Trata-se de um trabalho desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica e de dois estudos de campo realizados numa escola pública do Ensino Médio que objetivou investigar duas salas de aula de língua inglesa procurando identificar os fatores que complicam o ensino e a aprendizagem do idioma. Através de um estudo etnográfico e de uma proposta de colaborativa com a professora, foram experimentadas estratégias específicas visando a uma movimentação no sentido da transformação de representações da docente, de seus alunos e, ainda que imprevista, da pesquisadora. (CARRIEL, 2002, pág.10)

Ausência de aprofundamento teórico do que seja Etnografia como parte que constitui e institui empiricamente a Antropologia;

Para melhor compreensão destes enfoques, recorri à literatura pedagógica e nela escolhi autores que considero representam significativa contribuição às questões que pretendo pesquisar, Tais como Hall e Canclini, segundo Canclini (1999 a, b), aquela visão unificada que tanto as etnografias clássicas, quanto os museus nacionais organizados por antropólogos consagram, é pouco capaz de captar situações de interculturalidade. (ARBACHE, 2004. p.10 – 11)

Com exceção de uma das pesquisas, encontramos a falta de compreensão da própria Antropologia, do antropólogo e suas proposições em termos históricos do que fazem, como fazem e para que fazem.

¹ Em relação a essa “transposição” outras pesquisas indicam a procedimentos semelhantes quando se toma a história oral e as representações sociais para estudos na área da educação.

Quanto á dimensão ética na pesquisa e no fazer antropológico especificamente; apenas um dos trabalhos analisados contemplava essas dimensões como:

Ter cuidado e sigilo e privacidade tanto entre crianças quanto entre estas e os adultos; solicitar permissão à escola; esclarecer ao conjunto dos sujeitos sobre a minha finalidade de pesquisa; evitar ir além do que os sujeitos de pesquisa estão dispostos a discutir, já que as questões de gênero envolvem valores da vida privada de modo mais característico; e por fim fornecer o retorno dos dados pesquisados. (CARVALHO, 2004)

[...] Crianças como objetos de pesquisa, a segunda a concebe como crianças sujeitos de pesquisa, a terceira como atores sociais; e ainda uma recente abordagem derivada desta última que vê as crianças como participantes coopesquisadoras (CARVALHO, 2004).

Os registros são fragmentários e desarticulados de um referencial teórico que pretendesse realizar Etnografia;

A abordagem dos conteúdos organizada por Pedro no jogo de vôlei com as regras originais, na discussão dos aspectos fisiológicos da atividade física e da caminhada, a exemplo da pesquisa do jogos e brincadeiras, do jogo e da encenação do futebol, realizados no primeiro trimestre, reforçam a idéia de Valter Bracht de que “diferentemente do saber conceitual, o saber de que trata a Educação Física (e a Educação Artística) encerra uma ambigüidade ou um duplo caráter a) Ser um saber que traduz num saber fazer, num realizar corporal; b) um saber sobre este realizar corporal. (BRACHT, 1997:18) (grifo meu) (SILVEIRA, 2004, p.96).

Ausência de discussões teóricas e de diálogo com a própria etnografia; em outros termos, ausência do necessário e permanente diálogo entre teoria e empiria.

[...] a despeito da relevância desses enfoques, a abordagem que será aqui privilegiada tem caráter sociológico. [...] e me pareceu mais promissor para compreensão do que me diziam e faziam o professor e as professoras primárias que entrevistei e observei. (CARVALHO, 1998, p. 28)

Ausência de requisitos mínimos e imprescindíveis para interpretar culturas: estada “prolongada” no campo, observação participante como técnica privilegiada da Etnografia, dar voz aos sujeitos – polissemia, descrição densa, a interpretação das culturas locais pelos diversos códigos disponíveis, tensões e contradições, desconstrução do real para reconstruí-lo como uma sistematização do antropólogo, na dinâmica do “por dentro” e “de perto”.

Foram ao todo 95 horas de observações na escola, entre as quais 45 em sala de aula, e 16 horas de entrevistas gravadas e transcritas. As observações duraram até abril de 1997. Em geral eu comparecia uma ou duas vezes por semana às aula de dois professores alternadamente, ao longo de dois meses, ficando em classe por períodos em torno de uma hora e meia a duas horas (CARVALHO, 1998, Pág. 121).

[...] as observações foram interrompidas para que eu tivesse tempo de fazer as primeiras análises dos dados produzidos nos primeiros cinco meses de pesquisa de campo. Os acontecimentos desse período, em que não realizei observações foram reconstruídos nas conversas com Pedro quando reiniciei as observações em Outubro. (SILVEIRA, 2004.p.21)

A deliberação da equipe de pesquisadoras em emitir pareceres somente ao final da Ficha de Leitura foi coerente com propósitos de compreender que usos são feitos da Etnografia na pesquisa educacional e, ao se fazer tal uso, como se compreende e se explicita um empreendimento intelectual. Assim sendo, foi muito importante trazer para o leitor a transcrição direta de partes dos trabalhos lidos, procurando, na análise, não perder de vista o texto integral. Isto é, ao registrar falas, citações, proposições, objetivos, autores e resultados, tentamos, ao máximo não descola - los do contexto geral e de desenvolvimento das pesquisas analisadas.

CONCLUSÕES GERAIS:

Ao final da pesquisa foi possível tecer algumas conclusões para responder aos objetivos de nossa investigação. Constatamos que a Etnografia na área educacional ainda se apresenta bastante problemática. Do total de tese e dissertações analisadas, apenas três trabalhos atenderam aos critérios necessários para realização de uma Etnografia conforme discutido nesta pesquisa. A maioria dos textos de investigação analisados evidencia a falta de entendimento por parte dos autores quanto aos princípios básicos da metodologia em questão. Em vários trabalhos sequer foi identificado como problemática central e fundamental numa pesquisa Etnográfica: a discussão da cultura, da alteridade e da identidade, da diferença, tendo como perspectiva a abordagem e leitura do problema de pesquisa em questão como um “fenômeno social total”. Se a educação era a grande área nos quais os objetos e sujeitos da pesquisa estavam alocados, notou-se a ausência do diálogo interdisciplinar que permitiria, não só à pesquisa de campo, como a interpretação dos dados, a articulação interdisciplinas. Ou seja, observar e analisar o fenômeno a partir de categorias que configuram o pensamento e o ofício do antropólogo.

Igualmente, como anunciamos, tomar a etnografia como a educação e reeducação do olhar que se faz nas relações que estabelece com seu campo de investigação, sempre balizado pela necessária clareza conceitual e exercício da alteridade, também não se realizou pelo que pudemos ler no conjunto de dissertações e teses analisadas.

De modo semelhante o cotidiano como tempo e espaço imprescindível à realização da Etnografia, não foi problematizado. “cotidianos” são apresentados através de uma descrição de acontecimentos e falas, mesmo naqueles trabalhos que transparece uma longa estada do pesquisador no campo. Outras pesquisas revelam análises realizadas em curtos

períodos de tempo que não garantem ao pesquisador a tão necessária inserção na realidade pesquisada, de maneira a apreender os significados de cada ação e entre estas e o contexto mais amplo, ali desenvolvida.

Outro aspecto identificado foi um certo “egocentrismo científico”, ou a auto suficiência da maioria dos pesquisadores. Uma vez que não recorreram às fontes antropológicas clássicas e contemporâneas para argumentarem e fundamentarem suas escolhas e análises. Sobre esse fato, é oportuno recorrer à escrita de uma pesquisa em que uma autora “escora-se” em Nestor Garcia Canclini, para criticar o fazer etnográfico, sem ter indicado uma leitura das fontes do conhecimento antropológico:

Para melhor compreensão destes enfoques, recorri à literatura pedagógica e nela escolhi autores que considero representam significativa contribuição às questões que pretendo pesquisar. Tais como Hall e Canclini [...] segundo Canclini (1999 a, b), aquela visão unificada que tanto as etnografias clássicas, quanto os museus nacionais organizados por antropólogos consagram, é pouco capaz de captar situações de interculturalidade. (ARBACHE, 2004. p.10 – 11)

Finalmente, podemos afirmar que os resultados dessa investigação, ainda que não pretenda conclusivo, aponta para o fato de que os ensaios de interdisciplinaridade revelam tensões permanentes que não podem ser desconsideradas, diluídas. Tensões na interface educação e antropologia, educação e suas implicações histórico-conceituais; que trazem como consequência uma apropriação que destitui a Etnografia de sua constituição científica, das categorias que fundamentam seu fazer. O resultado é uma articulação teórica em que a educação pouco se desloca de seu campo e faz uso instrumental da antropologia. E há sempre que se destacar que técnicas que não carregam teorias, esquecem-nas.

REFERENCIAS:

- BECKER, Howard S. Métodos de pesquisa em ciências sociais. (1997) 3 ed. São Paulo: Hucitec.
- BOGDAN, Robert e BIKLEN, Sari. (1994). Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora.
- BOURDIEU, Pierre et al. El oficio de sociólogo. (1988) 11ª. Ed. Madrid, Espanha: Siglo Vientiuno,
- BOURDIEU, Pierre O poder simbólico. (1989) Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil.
- GIROUX, H. Pedagogia radical. (1983). Subsídios. São Paulo: Cortez.
- LUDKE, Menga. ANDRÉ, Marli E. D. (1986). A. pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. (1996). O trabalho do antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. Revista de Antropologia. São Paulo: USP, v. 39, nº 1
- PEIRANO, Marisa. Enografia: a teoria vivida. (2008) Ponto Urbe- Revista do Núcleo de antropologia Urbana da USP. Ano 2, Versão 2.0, fevereiro.
- SANTOS, Boaventura de Souza. (1989) Introdução a uma ciência pós moderna. Rio de Janeiro: Graal.
- TOSTA, Sandra de F. Pereira. (2005) Projeto de Pesquisa Os usos da Etnografia na Pesquisa Educacional. Belo Horizonte: FIP/PUC- Minas.
- VALENTE, Ana Lúcia (1996). Usos e abusos da antropologia na pesquisa educacional. Pro-Posições. Vol. 7, n. 2 [20], 54-64, julho de.

Universidade, Pesquisa e Racionalidades das Ciências Sociais: Elementos para uma Reflexão Sociológica do Caso Angolano¹

Adérito Manuel
Universidade Agostinho Neto
Aderito27@yahoo.com.br

Resumo: Este texto é uma reflexão sobre a relação que se pode estabelecer entre a universidade, a pesquisa e as racionalidades que predominam nas ciências sociais no contexto angolano. Numa análise breve, fazemos uma abordagem sobre as condições institucionais que favoreçam a investigação. Tentamos, concomitantemente, reflectir sobre a prática científica olhando também nas acções dos próprios cientistas sociais. Assim, consideramos até que ponto a pouca investigação científica está a afectar as racionalidades que predominam a nível das ciências sociais.

Palavras-chaves: universidade, pesquisa, ciências sociais, racionalidades e endogeneidade

0. Introdução

¹ A primeira versão deste texto foi apresentada na 1ª Conferência Internacional “Angola- Ensino, Investigação e Desenvolvimento” realizada entre 15 e 17 de Maio do ano corrente na Universidade do Minho, em Portugal.

As sociedades de informação serão marcadas pela valorização do conhecimento. Nestas, as instituições que mais promovem a produção do conhecimento são as do ensino superior. Segundo Augusto S. e Silva & José Madureira Pinto [2005: 11], reflectir as condições institucionais e organizacionais da universidade em matéria de pesquisa é analisar o impacto que estas têm na prática científica. A pesquisa por si feita tem a sua influência nas racionalidades que a dominam.

Nesta ocasião, vamos tentar mergulhar sobre as ciências sociais². Apenas apresentamos alguns pressupostos que podem nos ajudar a formular uma reflexão sociológica sobre a realidade angolana.

Apesar de pretendermos fazer uma abordagem que seja mais geral possível da situação em Angola, concentramo-nos, sobretudo, naquilo que vamos observando na única universidade pública e outras pares de capital privado emergentes que se situam em Luanda. Não são incluídas as instituições que têm realizado cursos à distância a partir do estrangeiro.

1. Universidade e ciências sociais

1.1. A universidade

A universidade surge na Idade Média em escolas monacais que se tornam mais abertas ao universo das ciências, de cursos e de problemas, num clima de conflitos ideológicos e religiosos [Domingos 2003: 82-83]. As funções tradicionais da universidade são o ensino, a investigação e a extensão. Inclui nas suas estruturas, variando contextualmente, um conjunto de faculdades, institutos, centros de pesquisas e cursos que concedem graus de bacharelato, licenciatura, pós-graduação profissional, mestrado, doutoramento e pós-doutoramento.

A universidade em Angola foi fundada entre 1962. Desde o seu surgimento, tem sido condicionada por interesses políticos no seu percurso. A descolonização conturbada de Angola e as divergências entre os três movimentos de libertação (Movimento Popular de Libertação de Angola - MPLA, Frente Nacional de Libertação de Angola - FNLA e União Nacional para a Independência Total de Angola - UNITA) fizeram com que se proclamasse a independência política gerando, praticamente, dois sistemas de partido único: um reconhecido oficialmente pela comunidade internacional como Governo e outro tido como um sistema político-militar rebelde. Os dois protagonizaram guerrilha e guerra civil que, com alguns interregnos, perdurou até o ano de 2002. Apenas na parte controlada pelo Governo existiu ensino superior. Herdou-se o sistema universitário da época colonial.

A universidade, sobretudo nos países centrais, vive uma crise de hegemonia, de legitimidade e institucional [Santos 1994: 163-196]. A crise de hegemonia tem a ver com o facto de o Estado e outros grupos sociais deixarem em muitos aspectos de considerar a universidade numa instituição única, exclusiva e necessária e têm procurado meios alternativos para a produção de conhecimentos. Há crise de legitimidade a medida que se começou a questionar o carácter elitista desta instituição e a reivindicar o acesso das várias categorias sociais com o objectivo de promover a sua ascensão social. A crise institucional despoletou na medida em que se questionou a sua capacidade organizativa e se lhe impôs modelos que vigoram noutras instituições tidas como mais eficientes.

As universidades africanas têm muita dificuldade de se afirmarem devido a factores como deficientes políticas governamentais para a universidade, problemas éticos e académicos entre os actores que intervêm directa e indirectamente nestes processos, desorganização institucional e estrutural, entre outros [Kajibanga 2001: 7-9]. O mesmo autor [2001: 3-5] propõe a existência em África de dois tipos de formação universitária: primeiro é um ensino superior “tradicional” (as aspas são nossas) ou não formal que visa formar pessoas em “medicina tradicional”, literatura oral e outras áreas, o segundo é o ensino superior formal que tem especialidades reconhecidas pelo Estado. Defende ainda a existência de pessoas formadas em universidades criadas pelos estados coloniais e as pessoas formadas em universidades criadas pelos estados que surgiram com as independências políticas. Para Mkandawire [cit. Kajibanga 2001: 6] existe ainda, neste caso, pessoas que fizeram toda a sua formação num país estrangeiro, outros que o fizeram apenas num curso de pós – graduação e aqueles que fizeram toda a sua formação nas universidades nacionais.

A universidade pública em Angola, na 1ª República, tinha grande influência do MPLA no processo de admissão de estudantes e docentes, definição dos programas, currícuales, cursos, criação e extinção de faculdades bem como na nomeação dos seus gestores. A militância e a lealdade partidárias eram dos requisitos fundamentais de acesso e organização na universidade. Neste período, é uma instituição excessivamente vinculada ao campo político. A criatividade científica, a produção intelectual, a liberdade de discussão e o espírito crítico são, assim, limitados, dando lugar a reprodução de racionalidades importadas. Por conseguinte, é uma instituição popular-partidária (não classista e nem elitista) porque permitiu o acesso e formação de indivíduos provenientes das mais variadas categorias sociais e tem sido uma das principais promotoras da ascensão social de muitos actores.

A partir de 1992 aos nossos dias, houve transformações nos domínios políticos, económicos, culturais e sociais. Angola tornou-se um Estado democrático e de Direito, de economia de mercado, com questões sociais como a explosão escolar, o regresso de alguns quadros superiores que foram formados no exterior país, entre outras. Promoveu-se alguma abertura no sistema de educação e ensino e criaram-se condições para reformulação e criação de currícuales, cursos e faculdades na única instituição de ensino superior pública e tem crescido o número de instituições do género com capital

² Consideramos apenas a antropologia, sociologia e ciência política por serem as áreas que, consensualmente, se identificam e são identificadas como tal.

privado. Ano após ano, o número de pessoas interessadas em frequentar uma licenciatura tem vindo a aumentar o que vem confirmar os resultados de uma pesquisa de Paulo de Carvalho [2002: 145-146] junto de 28 alunos do Pré-universitário de Luanda em que apenas dois não aspiravam seguir os seus estudos superiores.

Em 1995 foi aprovado pelo Conselho de Ministro, através do Decreto nº 02/95 de 24 de Março, um novo Estatuto Orgânico para a Universidade Agostinho Neto que conferiu a instituição maior autonomia administrativa e financeira.

Se atendermos que as funções tradicionais da universidade é o ensino, a investigação e a extensão, ainda não podemos falar de uma crise de universidade. Temos sim, ainda, uma universidade que está a construir, não sabemos se chegará ao fim, a hegemonia, a legitimidade e a institucionalizar-se. Precisa de ter maior reconhecimento do Estado, da sociedade civil e das empresas como uma entidade única, específica que não visando necessariamente o imediato, o material, o lucro, forma quadros superiores devidamente qualificados que podem contribuir para o progresso humano. A lógica dos números, o quantitativo, em termos de acesso e de saídas, tem de estar mais vinculada a um processo de selecção rigorosa, elitista claro, dos mais aptos a frequentarem os diferentes cursos. Temos muitos casos de turmas abarrotadas que tornam difícil o trabalho docente e se reflecte, pois, na qualidade dos quadros formados. Não podemos tornar a universidade, com a excessiva massificação que está a ocorrer, numa “fábrica de diplomas” que pode resultar, inversamente, na desvalorização e banalização dos seus títulos académicos.

Durante o período pós-independência, têm sido criadas algumas estruturas e documentos que incentivam a investigação científica a nível da universidade mas que ineficiência e ineficácia têm marcado a sua existência. As faculdades da UAN estão provincianas em departamentos de ensino e investigação, em que o primeiro (o ensino) domina praticamente a acção dos responsáveis destas estruturas. Outrossim, a promoção na carreira docente não dependeu, na maior parte dos casos, da produção científica. Até recentemente, a nível da universidade pública, a Faculdade de Direito e o Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda vinham publicando, com alguma regularidade, textos académicos. Há um esforço que está a ser feito, neste sentido, pelo Centro Universitário de Cabinda.

Em relação as universidades com gestão privada, na sua maioria, parecem-nos mais serem instituições com vocação económica, portanto visam sobretudo o lucro, e estão pouco preocupadas com a formação íntegra dos seus estudantes (saber ser, saber fazer e saber estar). Na maioria dos casos não têm sido dirigidas por pessoas com formação nas áreas de administração e gestão universitárias. A prioridade tem sido o ensino porque neste momento parece ser a função tradicional mais procurada pelos candidatos. A investigação científica, para a maioria dos casos, é algo equiparável a “fabricação de naves especiais em Angola”. Uma nota especial para Universidade Católica de Angola que tem um centro de estudos e investigação científica que tem se notabilizado³.

A maioria está a construir ainda a sua estrutura física, não têm aceitáveis laboratórios, bibliotecas, editoras, docentes e investigadores entre outros componentes mínimos para uma investigação científica.

1.2. O subcampo das ciências sociais

No Relatório da Comissão Gulbenkian sobre a Reestruturação das Ciências Sociais (adiante RCGRCS) [2002: 17], constata-se que desde finais do Sec. XVIII e princípios do Sec. XX, no Ocidente, a universidade torna-se a instituição privilegiada para a produção de conhecimentos. Mas foi somente no Sec. XIX que a racionalidade moderna-ocidental atinge as ciências sociais então emergentes [Santos 1989: 10]. A França, as Alemanhas, Grã-bretanha, as Itália e os Estados Unidos foram os principais centros de desenvolvimento das ciências sociais [RCGRCS 2002: 31]. A universidade tem sido uma, senão mesmo a principal, parceira para o progresso das ciências sociais, sobretudo na sua fase de institucionalização, legitimação e profissionalização⁴ em vários contextos. As ciências sociais progrediram com o crescimento do número de estudantes inscritos e interessados nos seus cursos e linhas de pesquisa que formaram tradições em universidades.

Merton [cit. Santos 1989: 126], por seu lado, alvitra 4 princípios para a ciência que são o universalismo (impessoalidade do conhecimento científico), o comunitarismo (os produtos da ciência têm uma colaboração social e é uma propriedade de todos), desinteresse (a investigação científica não é institucionalmente particularizada, está sujeita a avaliação de todos), o cepticismo organizado (questionamento das ideias dominantes num determinado contexto). Santos [1989: 126-127] adverte que estes princípios são normativos do ponto de vista moral e técnico e pouco têm a ver com a realidade da prática científica. Os 4 princípios de Merton são difíceis de ser analisados porque são muito poucas as obras publicadas no domínio das ciências sociais. O cepticismo organizado é visível na maior parte das obras publicadas a medida que se nota um certo questionamento do status quo. Da etnicidade do poder político às desigualdades sociais, ao magistério universitário, alguns cientistas sociais em Angola vêm introduzindo reflexões que não eram feitas, pelo menos publicamente, contra as práticas dos grupos dominantes.

Num balanço feito por F. Pacheco e Joaquim M. da Silva constataram que os principais obstáculos a investigação científica eram o esvaziamento de quadros, a falta generalizada de recursos destinados a esta actividade, a falta de política nacional de investigação [Pacheco 1997: 46]. Apesar de ter havido um aumento de número de quadro nas variadas áreas, haver um fundo que, a nível da universidade pública fosse destinado à investigação, ter se criado um Ministério da Ciência e

³ Desde 2004, o referido Centro tem publicado regularmente a revista académica Lucere, está neste momento a liderar cientificamente o Projecto de localização da Palanca Negra Gigante e publicou recentemente um relatório sobre a Economia angolana

⁴ Veja, por exemplo, Guin e Gresle (1994), RCGRCS (2002), Chenntouf (2006), Ndongo e Santos (2006), Admassie e Yntiso (2006), Adésina (2006) e Hendricks (2006)

Tecnologia com várias áreas destinadas a investigação, por conseguinte, na prática, não se conhecem grandes avanços em termos de investigação e publicação de trabalhos científicos.

A maioria dos trabalhos académicos publicados na área das ciências sociais foi feita por esforço individual, como produto de obrigações académicas a nível de mestrados e doutoramentos ou sob patrocínio de organizações não governamentais nacionais angolanas. De igual modo, académicos angolanos, com competência científica mais que comprovadas, têm sido chamados a exercer outras actividades profissionais, mais rentáveis e remuneráveis do ponto de vista financeiro, deixando o magistério e a investigação científica para as “horas vagas”. Outros, para sobreviverem e ascenderem socialmente, se tornaram “turbodocentes”⁵. Assim, nestas condições, será difícil um cientista social dedicar-se a pesquisa fundamental e aplicada. Muitos estão mais preocupados em resolver os seus problemas diários e não dedicam muito tempo a pesquisa [Lukombo Nzatzola 2006: 101]. Os critérios de validade científica e competência profissional parecem menos importante que a lealdade política.

Contudo, os cientistas sociais angolanos estão muito individualizados, em termos de pesquisa, embora isto não implique, necessariamente, que num ou noutro caso, trabalhem em determinados projectos em equipa de duas, três (ou pouco mais disso) pessoas. É necessário que na pesquisa sociológica, segundo Morin [1998: 39-40] se tenha uma perspectiva dialógica⁶, embora admita que em ciências sociais, a inovação tem sido resultado de investigadores isolados. A individualização por nós referida diz respeito à pesquisas científicas publicadas. Na maioria das publicações de autores angolanos disponíveis é difícil ver uma discussão entre o autor e outros pesquisadores angolanos que tenham posição diferenciada, quantas vezes opostas, sobre uma temática. Até mesmo a submissão de textos a outros autores e fazer reconhecimento público, dá-se num ou noutro caso. Não nos parece que a nível dos cientistas sociais haja partilha e discussão teórica, metodológica e epistemológica de seus trabalhos. Khunn [2005: 20] coloca a possibilidade da ciência não progredir muito pela acumulação de descobertas individuais. Lucien Goldmann [cit. Morin 1998: 19] postula que uma das tarefas mais importantes do investigador consiste em submeter o seu trabalho a avaliação de outros, de forma a torná-lo mais objectivo e permita que outros que trabalhem no mesmo assunto o façam de forma mais avançada.

Uma ciência para se tornar num paradigma precisa que um grupo de cientista partilhe metodologias, leis e teorias que se tornam modelos (abertos) e formam tradições coerentes e específicas de pesquisa [Khunn 2005: 29-42]. Individualizados e fechados sobre si, os cientistas angolanos correm o risco de não formarem uma tradição coerente de investigadores, ainda que isto implique a existência de várias correntes. Segundo ainda o mesmo autor [id: 68-69], isto não significa que todos os membros reproduzam este modelo puro e simplesmente “ (...) podem concordar na identificação de um paradigma, sem entretanto entrar num acordo (ou mesmo tentar obtê-lo) quanto a uma interpretação ou racionalização completa a respeito daquele”. Para Augusto S. Silva & José Pinto [2005: 18-19] todas ciências durante a sua evolução tendem a produzir vários paradigmas, concorrentes entre si e, nalguns casos antagónicos mas não sendo completamente incompatíveis. Assim, as ciências sociais tendem a ser pluri-paradigmáticas. O receio de submeter seus trabalhos a avaliação pela comunidade académica pode representar uma certa insegurança, falta de humildade e incapacidade de muitos cientistas sociais em submetê-los a prova.

Difícilmente se pode considerar que as ciências sociais são um subcampo científico na realidade angolana. Bourdieu [2004: 52-121] faz uma abordagem da ciência fundamentalmente partindo dos conceitos de campo, capital e habitus. O campo científico é uma estrutura de relações objectivas entre laboratórios e investigadores que orientam as práticas mas também é um espaço de conflitos entre aqueles que apoiam a sua manutenção e os que pretendem modificá-lo. Este campo tem duas características essenciais: o fechamento sobre si mesmo (cada investigador tem tendência a ser receptivo, a compreender, criticar, refutar e desmentir outros investigadores) e a apreensão ou arbitragem do «real». As relações de força neste campo visam melhorar a argumentação. Este campo tem uma espécie de capital simbólico que se baseia no conhecimento e reconhecimento (dos cientistas que fazem parte do próprio campo e de autoridades que têm influência sobre o mundo científico) que determinam o posicionamento dos seus agentes na estrutura do campo. Os investigadores unem-se em função dos conflitos e das alianças que estabelecem, embora isto não impeça que os cientistas funcionem como uma comunidade que partilhe metodologias, hipóteses e problemas a serem investigados. A construção de uma disciplina científica depende das suas associações, reuniões, revistas, medalhas, representantes e a delimitação de uma profissão. O habitus científico parte do princípio que o cientista age de acordo com as intenções, métodos e programas conscientemente elaborados e toda produção é assim, diferenciada em função do género, origem social e outros factores. Os produtos de um mesmo habitus tendem a ter uniformidade de estilo.

Muitos cientistas deste ramo continuam a vincular os seus interesses e propósitos dos benefícios que podem advir, sobretudo, das prestações e das apreciações que são feitas pelo campo político. Um dos capitais simbólicos que prevalece no campo científico é feito pela aceitação que se tem no interior deste campo através de citações, referências, publicações de textos em revistas nacionais e internacionais, entre outros. São poucos os cientistas sociais angolanos que parecem ter esta preocupação. Talvez esta situação deve-se a uma formação que dependeu mais do acaso do que de uma vocação, em função da política coerciva e colectiva de formação que prevaleceu na 1ª República. Não queremos dizer que um agente que pertença

⁵ O termo “turbodocente” é utilizado para se referir a situação que, devido aos baixos salários na Universidade Pública e falta de outras condições de trabalho, os docentes dividiam as suas actividades com outras universidades privadas, como modo de sobrevivência, chegando a se dedicarem mais a estas últimas, sem, muitas das vezes terem tempo para prepararem convenientemente as suas lições, realizarem investigação, participarem em conferências e outras obrigações académicas.

⁶ para Morin dialógica consiste na concorrência e antagonismos de teses para explicar o mesmo fenómeno sem que contudo haja intenção de esmagar a corrente oposta ou de exaltação das proponentes mas sim de verificação e refutação de seus postulados.

ao subcampo das ciências sociais não se deva preocupar em adquirir capital fora do seu campo. Este, nesta lógica, devia ser apenas uma consequência dos resultados do seu trabalho no subcampo das ciências sociais que podem ser transmitidos ao outro e podem resultar em recompensa económicas, prestígio e poder. É o que sucede quando, por exemplo, um cientista publica em livro o resultado da sua investigação. Mas o importante na aceitação do trabalho de um cientista social angolano, tem de ser feita dentro da comunidade de especialidade que está, provavelmente, em melhores condições de avaliar um dos seus agentes. Muitas das vezes, tem acontecido que a visibilidade pública de um cientista social fique a se dever mais a sua lealdade político-partidária ou em outros grupos e movimento sociais.

A reproduzir a racionalidade moderna-ocidental, o ensino superior está destinado a produzir mais tecnocratas, quadros mal formados e um reduzido número de intelectuais e eruditos.

As ciências sociais, dada a sua especificidade, não têm, em muitos aspectos, aplicabilidade universal. Do ponto de vista teórico e metodológico, temos necessidade de reflectir sobre a racionalidade dominante na prática científica destas disciplinas.

2. Da racionalidade moderna-ocidental à endogeneização da racionalidade das ciências sociais

Com o colonialismo⁷ a modernidade ocidental se impôs cada vez mais, sobretudo nas actuais grandes cidades de Angola. Hoje vivemos numa situação pós-guerra, as dimensões da modernidade têm terreno fértil para melhor serem implementadas⁸. Esta transformação social faz emergir problemas sociais, alguns se assemelham a situações já vividas pelo Ocidente, entre os Sec. XVI e XIX, e outros cuja natureza corresponde a especificidade da sociedade angolana na sua historicidade. Por outro lado, o avanço das tecnologias de informação e comunicação, que são das principais promotoras da globalização hegemónica e contra-hegemónica, acelerara o contacto entre várias culturas (seus problemas, propostas e soluções) que até mesmo racionalidade moderna-ocidental não parece ter as devidas respostas [Santos 1989]. Ou seja, entre o tradicional, o moderno e o pós-moderno se colocam desafios às ciências sociais em Angola.

Segundo Victor Kajibanga, Mário Pinto de Andrade (crítico ao Lusotropicalismo de Gilbrete Freyre) e Mário António Fernandes de Oliveira (apologista do referido Lusotropicalismo) fundaram as duas tradições do pensamento social angolano: a do saber endógeno e o da criouliidade, respectivamente, que têm estado a influenciar metodológica, teórica e epistemologicamente reflexões sobre a realidade angolana em várias disciplinas⁹

Por conseguinte, a universidade angolana é, em termos de ciências sociais, praticamente dominada pelo modelo de racionalidade moderna-ocidental [Costa 1997: 71]. Isto deve-se, entre outros factores, ao deficit de investigação científica fundamental¹⁰ e aplicada.

Segundo Costa [1997: 88-93], durante a 1ª República, a racionalidade, neste caso, passa a ser moderna-ocidental com um pendor ideológico marxista-leninista, portanto exógeno, afectando a institucionalização dos cursos, seus currículos, programas e conteúdos. A universidade, no domínio das ciências sociais torna-se praticamente reprodutora de conhecimentos que pouco ou quase nada tinham a ver com realidade sócio-cultural angolana.

As reformas que têm sido feitas, a partir de 1992, retiraram, em certa medida, o pendor ideológico marxista-leninista na racionalidade moderna-ocidental. Actualmente, é necessário a publicação de trabalhos que caracterizem em termos teórico, metodológico e epistemológico esta racionalidade moderna-ocidental que domina às ciências sociais. Na verdade, pensamos que se deve em primeiro lugar compreender bem esta racionalidade e verificar até que ponto se adapta a nossa realidade. Em segundo lugar, onde houver deficiências, temos de inventar propostas teóricas e metodológicas que se adaptem e reflectam à realidade, tal como a proposta de endogeneidade de Mário Pinto de Andrade e indignização de Akiwowa, Magubane e outros. Para tal, ainda precisamos de conhecimentos mais aprofundados sobre teorias e metodologias das ciências sociais¹¹. Na qualidade de docente, temos constatado haver dificuldades, até mesmo a nível de dissertação dos trabalhos de licenciatura a este respeito. Esta superação que deve ser antecedida por estudos aprofundados sobre os enfoques teóricos e metodológicos para que não possamos ignorar o já inventado e não termos receio de formular o que ainda não está inventado. Para Khunn [apud Bourdieu 2004: 31] qualquer revolução que alguém queira fazer numa ciência implica que se tenha grande conhecimento da sua tradição.

Na perspectiva do Prof. Kizerbo [apud Keita 2006: 14] o endógeno é um conceito identitário e progressista que tem um significado estratégico à medida que a maioria das sociedades, e logo as suas racionalidades, têm elementos universais e aquilo que lhe configuram as suas especificidades. Na perspectiva de Tiyambe Zeleza [apud Adésina 2006: 138] esta endogeneização pode obedecer uma racionalidade pós-colonial de duas formas: pela tradução (que tem a ver com a articulação entre os princípios da cultura africana e as ideias dos termos académicos ocidentais) e pela formulação (refere-se

⁷ Aqui entendemos o colonialismo ao período posterior a conferência de Berlim e consequente ocupação de todo o território angolano pelos portugueses.

⁸ Hoje é discutido sobretudo por Boaventura Sousa e Santos o facto do capitalismo, que é uma das dimensões da modernidade, tornar-se o modo de produção hegemónico que promove, sobretudo, as desigualdades sociais e a exclusão.

⁹ Para maior discussão e aprofundamento sobre a questão ver Kajibanga (2000 e 1999)

¹⁰ Segundo Anabela Leitão (2007: 38) a investigação fundamental ou básica é aquela que tem por objectivo conhecer o mundo físico independentemente deste conhecimento ter prática ou não imediata. Durkheim, na aula inaugural do Curso de Ciências Sociais na Universidade de Bourdeaux, em 1887, dizia que “a ciência não caminha tão rápido, é necessário tempo, muito tempo, sobretudo para poder ser aplicada”¹⁰.

¹¹ Na maior parte dos textos a que tenho tido contacto de cientistas sociais que realizam as suas pesquisas são poucos que fazem uma reflexão sobre as teorias e metodologias. As excepções são os textos académicos de Victor Kajibanga (teorias) e de Luiz M. Costa (metodologia)

ao facto dos intelectuais africanos formularem suas próprias teorias, interpretações e críticas. Parece-nos que no caso angolano, a maioria dos textos dos cientistas sociais estão mais direccionados, neste âmbito, para a tradução.

As ciências sociais, nesta perspectiva, não deverão abandonar algumas figuras canônicas que produziram conceitos com aplicabilidade universal como por exemplo Durkheim, Marx e Weber. Todavia Mafeje [apud Adésina 2006: 134] adverte que embora sejam clássicos da sociologia, foi a partir de seus contextos nacionais que foram reflectindo nos seus textos. Tal como afirma Ngoenha [1993: 15] para se pensar o universal, cada homem, como ser singular, parte duma especificidade vinculada a um grupo situado no tempo-espaço.

Os integrantes do RCGRCS [2002: 84-86] referem que o próprio Ocidente já concluiu que o modelo aristotélico-tomista-hegeliano não é o único caminho para a verdade, as ciências sociais tinham de ser descolonizadas. “(...) pode dizer-se que não há, necessariamente, uma oposição entre universalismo e particularismo”. Para Luís costa [1997: 111-116], os modelos teóricos e metodológicos dos países centrais têm virtudes mas limites em função das especificidades das nossas sociedades. Estes limites tinham de ser superados através da investigação empírica e da teorização, propondo as vias para a reestruturação do aparelho conceptual que consistem na avaliação crítica do aparelho conceptual e reorganização do campo epistemológico (reestruturação e não rejeição das teorias sociais); na investigação da realidade nacional e individualização do contexto social; na autonomia científica ou desenvolvimento de modelos interpretativos adequados e apropriados ao contexto e na inter e multidisciplinaridade.

Assim, este desenvolvimento endógeno não deverá representar um certo revanchismo, reprodução cega mas também não deve cair na obsessão de superação de tudo o que foi produzido no Ocidente, embora saibamos que este último, tem praticado o silenciamento de outras formas de conhecimentos produzidas por outras culturas e civilizações [Santos 2006: 98-124]. Trata-se, pois, de uma operacionalização adaptável e superável, em função do contexto em que o sujeito responde as condições que o meio lhe oferece e, em função da sua natureza humana, tem elementos antropológicos, económicos, sociológicos, económicos universais e específicos. Quando se concluir que em Angola, os cientistas sociais, com uma racionalidade endógena, podem explicar melhor a realidade deste espaço territorial, estabelecendo rupturas com as teorias produzidas pelo racionalidade hegemónica, estaremos em condições de constatar que estamos, nestas disciplinas, perante paradigma (s) angolano (s)¹².

3. CONCLUSÃO

Em termos de pesquisa aplicada, ou seja, aquelas que se destinam a solução de determinados problemas concretos, devem ser criados institutos concretos pelo Estado e a sociedade civil. Sabe-se que na época colonial foram criadas instituições como os Estudos ultramarinos, a Sociedade Geográfica de Lisboa que, embora estivessem ao serviço da colonização, realizaram pesquisas com um certo conteúdo científico. Na Europa, por exemplo, Gresle e Cuin [1994] consideram o período entre 1945 e 1968 o das “grandes ambições” porque governos, empresas, fundações e outras organizações criaram e incentivaram a criação de institutos de pesquisas que visavam responder a vários problemas e desafios dum continente no pós-guerra. Este é certamente um desafio que se nos coloca.

Segundo Anabela Leitão [2007: 138] a pesquisa aplicada é aquela em que a investigação científica é realizada com a finalidade de apresentar soluções para problemas práticos colocados por uma colectividade. Claro que numa ou outra situação, os cientistas sociais poderão dedicar-se à pesquisas aplicadas mas a universidade, dada a sua vocação, deve priorizar a fundamental. A investigação aplicada, em certos casos, acaba por estar comprometida e condicionada a financiamentos, programas, metodologias, prazos rigorosos, interesses imediatos de grupos de interesse que pouco ou nada têm a ver com a realidade empírica e a evolução da prática científica.

Somente com uma pesquisa sobre a realidade angolana e sua especificidade produzir-se-a conhecimentos suficientes para tornarem o ensino, a investigação e a extensão universitárias com racionalidades endógenas no domínio das ciências sociais.

Referências bibliográficas

ADÉSINA, Olújímí

2006: “Sociology, Endogeneity and the Challenge of Transformation” in African Sociological Review, Dakar, vol. 10 (2), pp.133-150

BOURDIEU, Pierre

2004: Para uma Sociologia da Ciência, Lisboa, Edições 70

CARVALHO, Paulo

2005: “Métodos de Investigação em Ciências Sociais”, Luanda, conferência proferida no dia 29 de Julho junto dos estudantes da Faculdade de letras e Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto

CARVALHO, Paulo

¹² Para Khunn (2005: 44) os paradigmas adquirem seu status (o sublinhado é nosso) quando são mais bem sucedidos que seus rivais na resolução de determinados problemas que um grupo de cientistas considera ser graves.

2003: “Angola: Estrutura Social da Sociedade Colonial” in Kulonga-Revista de Estudos Multidisciplinares do Instituto Superior de Ciências da Educação- ISCED de Luanda, 2, pp. 73-92

CARVALHO, Paulo

2002: “Valores e Aspirações de Duas Turmas de Jovens do Ensino Médio de Luanda” in Paulo de Carvalho Angola: Quanto Tempo Falta para Amanhã?, Oeiras, Celta Editora, pp. 141-151

CASTRO, Ana Maria & Edmundo Fernandes DIAS (orgs.)

1992: Emile Durkheim, Max Weber, Karl Marx e Talcott Parsons: Introdução ao Pensamento Sociológico, colectânea de textos, S. Paulo, 9ª edição, Editora Moraes

COSTA, Luiz J. Manuel

1997: “A Sociologia em Angola: Posições e Proposições”, in Ngola – Revista de Estudos Sociais, pp. 71-126

COMISSÃO GULBENKIAN para REESTRUTURAÇÃO das CIÊNCIAS SOCIAIS 2002: Para Abrir as Ciências Sociais, Lisboa, Pub. Europa-América

DOMINGOS, Frei João

2003: “O Papel da Universidade Hoje ou a Universidade que Angola Precisa” in Orações de Sapiência, Dossier do Instituto superior de Ciências da Educação, 2, Edições Kulonga, pp. 77-89

GONÇALVES, José

1992: “As Ciências Sociais em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe” in Ciências Sociais em África. Alguns Projectos de Investigação, Dakar, CODESRIA, pp.11-61

GUIN, Charles Henry & François GRESLE

1994: História da Sociologia, S. Paulo, Editora Ensaio

HENDRICKS, Fred

2006: “The Rise and Fall of South African Sociology” in African Sociological Review, Dakar, vol. 10 (1), pp. 86-97

KAJIBANGA, Víctor

2004: “Teorias Sociológicas Contemporâneas. Escolas, Doutrinas, Paradigmas e Tendência”, conferência académica apresentada no Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED) de Luanda aos estudantes do 2º ano de Sociologia na disciplina de História do Pensamento Sociológico II

KAJIBANGA, Víctor

2001: “Ensino Superior e Dimensão Cultural de Desenvolvimento. Reflexões sobre o Papel do ensino Superior em África, palestra proferida no Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda no dia 17 de Novembro por ocasião dia Internacional do Estudante

KAJIBANGA, Víctor

2000: A Alma Sociológica na Ensaística de Mário Pinto de Andrade. Uma Introdução a Vida e Obra do Primeiro Sociólogo Angolano, Luanda, INIC

KAJIBANGA, Víctor

1999: “Crise da Racionalidade Lusotropicalista e do paradigma da «Criulidade». O Caso da Antropossociologia de Angola”, Lisboa, Comunicação apresentada ao Colóquio « O Lusotropicalismo Revisitado» realizado pela Sociedade de Geografia de Lisboa de 11 à 12 de Fevereiro

KEITA, Boubacar Namory

2007: “As Individualidades de Excepção: a Figura Política e a Liderança na construção e Afirmação do Estado e das nações em África” in Revista Estudo e Opiniões, Gabinete de Coordenação de Estudos e Análise do MPLA, 0, Luanda, pp. 11 – 21

KHUNN, Thomas

2005: A Estrutura das Revoluções Científicas, S. Paulo, Perspectiva

LEITÃO, Anabela

2007: “Investigação Fundamental em Angola” in Revista Estudo e opiniões, Gabinete de Coordenação de estudos e Análise do MPLA, 0, Luanda, pp135 – 143

LUKOMBO NZATUZOLA, João Baptista

2006: “The State of Sociology in Angola” in African Sociological Review, Dakar, vol. 10 (1), pp. 98-101

MORIN, Edgar

1998: Sociologia, Mira – Sintra – Mem Martins, Pub. Europa – América

NGOENHA, Severino Elias

1993: Das Independências às Liberdades, Maputo, Edições Paulistas-África

PACHECO, Fernando

1997: “As Ciências Sociais em Angola: Ponto de Situação” in Ngola – Revista de estudos Sociais, pp. 33-70

SILVA, Augusto S. & José M. Pinto

2005: “Uma Visão Global sobre as Ciências Sociais” in ASS & JMP (orgs.) Metodologia das Ciências Sociais, Porto, Edições Afrontamento, pp. 9-27

SANTOS, Boaventura de Sousa

2006: “Uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências” in Boaventura de Sousa e Santos Gramática do Tempo: para uma Nova Cultura Política, Porto, Edições Afrontamento

SANTOS, Boaventura de Sousa

2003: Um Discurso sobre as Ciências, Porto, 14ª edição, Edições Afrontamento

SANTOS, Boaventura de Sousa

1994: “Da Ideia de Universidade à Universidade das Ideias” in Boaventura de Sousa e Santos Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade, Porto, Edições Afrontamento, pp. 163-196

SANTOS, Boaventura de Sousa

1989: Introdução a uma Ciência Pós-Moderna, Rio de Janeiro, 4ª edição, Graal

Pesquisa, colaboração e docência online: uma tessitura por meios pedagógicos/comunicacionais

Maria Ângela Sena Gomes Teixeira

SENAC

angeltex@uol.com.br

Maria da Conceição Alves Ferreira

UESB, UFRN, SENAC

consinha@terra.com.br

Resumo: Este artigo apresenta um estudo sobre as possibilidades de pesquisa em colaboração através de meios interativos digitais. Aborda o processo de formação identitária dos professores por meio de princípios pedagógicos/comunicacionais a partir da docência online e enfoca o modo como é possível contribuir/modificar outras formas de docência. Analisa, também, o blog como interface pedagógica/comunicacional significativa para a pesquisa em colaboração. Os referenciais teóricos dialogam com aparatos conceituais que tematizam a educação online, interatividade, docência, identidade, etnopesquisa-formação e princípios da pesquisa colaborativa. Conclui-se que a docência online, além de ser/constituir-se por um conjunto de ações de ensino/aprendizagem realizadas pelos envolvidos na prática educativa, é uma pedagogia fundamentada em princípios educacionais diferenciados que abrigam um conjunto de ações por meios telemáticos, o que permite/favorece a participação-intervenção, a bidirecionalidade-hibridação e a permutabilidade, considerados pressupostos da pedagogia comunicacional-interativa, base teórico-conceitual deste trabalho.

Palavras-chave: Docência online – Comunicação interativa – Formação identitária – Educação online.

Apresentação

As pesquisas científicas e educacionais desenvolvidas nas últimas décadas constataam que estamos envolvidos com uma diversidade de projetos educativos e de concepções de educacionais e que o contexto contemporâneo não mais sustenta um paradigma educacional amparado apenas na transmissão de conhecimento, alicerçado em verdades prontas e acabadas.

Atualmente, vivemos momentos de muitas incertezas e que se traduzem de maneiras diversificadas na vida humana, em geral e, em particular, nas instituições educacionais. São tempos de transformações muito rápidas, as quais vêm deixando marcas em cada um de nós, pois o movimento da globalização traz um lastro de desigualdades sociais e processos de exclusão social cada vez mais ditados pelas leis do mercado, afetando profundamente a educação.

Para a comunicação, a ausência das fronteiras entre as nações abre espaço para uma nova organização do mundo, principalmente no que se refere ao saber, pois a presença de incontáveis redes de comunicação impõe ao homem um conhecimento interdisciplinar distinto do velho padrão linear. Preconizada por McLuhan, na década de 60, a sociedade da globalização — definida pela globalização dos mercados, dos circuitos financeiros, das empresas e do conjunto de intercâmbios imateriais — impôs-se, na década de 80. Essa transformação vem permitindo o desenvolvimento das redes tecnológicas e dos grupos multimídia, além de influenciar mudanças na natureza da própria comunicação, notadamente o multiplicar de seus campos de competências e atividades.

O espaço que antes era quase que estritamente local conquista a dimensão nacional e internacional entre povos, em tempo real. Integração é a palavra de ordem dessa nova lógica, que não se restringe ao plano da comunicação pura e simples, porque abrange também as empresas e o mercado. Conforme Mattelart (1996), “Essa palavra nos remete a uma visão holística, ou ainda cibernética da organização do mundo em grandes unidades econômicas”.

A partir desse contexto, percebe-se que os sujeitos vivem momentos tensivos no que diz respeito à formação profissional, empregabilidade, valorização política e salarial, minimização dos direitos profissionais e, uma vez mais, exploração de sua força de trabalho.

A formação política do profissional da educação, por exemplo, na maioria das vezes, vem impregnada de discursos que ora evidenciam um tecnicismo exacerbado, ora um discurso de “Professor prático reflexivo”. Segundo Shön (2000), para

pensar na ação e sobre a ação do processo de ensino/aprendizagem, é necessário refletir sobre as condições concretas de trabalho educacional, principalmente na esfera do aviltamento salarial e proletarização¹ do trabalho docente.

Os níveis de exigência sobre o trabalho docente têm se ampliado, implicando em que, para manter-se atualizada nos dias atuais, a formação docente deve incluir obrigatoriamente as tecnologias da informação e da comunicação nos seus currículos, posto que o mercado educacional disponibiliza, em escalas progressivas, cursos com utilização de ferramentas do mundo cibernético.

Reportamo-nos, neste artigo, à docência em Educação a Distância — EAD —, quando são incluídas as experiências em educação online que, para além de constituir-se de um conjunto de ações de ensino/aprendizagem realizadas pelos envolvidos na prática da EAD, é também uma pedagogia fundamentada nos princípios da educação online.

Entende-se esta prática como um conjunto de ações voltadas ao ensino/aprendizagem, desenvolvidas por meios impressos e ainda telemáticos, como a internet, a videoconferência e a teleconferência, as quais permitem a participação-intervenção, a bidirecionalidade-hibridação e permutabilidade, constituindo-se, assim, nos pressupostos da pedagogia comunicacional interativa.

Nas experiências em EAD, despertou-nos a atenção a estrutura organizacional curricular por meio de eixos articuladores, seminários temáticos e avaliação interdisciplinar, diversidade de profissionais envolvidos, concepção pedagógica dos cursos que visam, a priori, uma perspectiva sócio-interacionista com uso de dinâmica de encontros presenciais e desenvolvimento dos cursos em ambiente virtual de aprendizagem.

Especificamente, deve-se refletir a respeito da experiência realizada no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, desenvolvida no estado da Bahia, cuja proposta de curso conta com procedimentos didáticos e metodológicos como: material impresso, encontros presenciais e ambiente virtual de aprendizagem, videoconferência, vídeo-aula e uma estrutura organizacional composta de professor especialista, professor orientador, aluno e coordenação local e geral, os cursos oferecidos funcionam em rede de colaboração com envolvimento de vinte (20) estados brasileiros.

O conjunto dessas vivências formativas instigou-nos a uma incursão científica que deu origem à proposta que ora apresentamos em forma de artigo, com resultados das observações vivenciadas e refletidas no processo de trabalho.

Tal inquietação partiu da constatação de que as experiências em cursos no formato EAD deixavam lacunas no que diz respeito à clareza quanto às concepções de educação e dos saberes pedagógicos da docência online e como estas estão orientando as práticas dos professores nesse campo de atuação profissional, visto serem saberes resultantes da interface educação e comunicação.

Questiona-se então: como os saberes pedagógicos/comunicacionais da docência online apresentam/orientam a formação de novos paradigmas educacionais? De que forma as novas tecnologias comunicacionais e interativas influenciam em mudanças no modelo presencial e força a busca de atualização e mudanças nos currículos de formação de professores e educadores em geral?

Para contextualizar, é importante saber que o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC é uma instituição sem fins lucrativos, criada e organizada pela Confederação Nacional do Comércio – CNC, de acordo com o disposto no artigo 2º, do Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, com o fim de organizar e administrar, no território nacional, escolas de aprendizagem comercial.

Com a Lei Federal nº 9.394/96, atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDB, a educação e o trabalho são reconhecidos como direito do cidadão, o que representa a “[...] superação do enfoque assistencialista e do preconceito social que desvalorizava a educação profissional”. A partir das novas concepções de educação trazidas pela LDB, em 1996, um grupo de trabalho redefiniu a missão do SENAC, que passa a ter uma dimensão mais sólida e abrangente.

Nesse contexto, o Departamento Nacional criou um espaço destinado exclusivamente à EAD – o Centro Nacional de Educação a Distância — CEDE. Instituído em 1995, o Centro tem como atribuição responder pelo acompanhamento sistemático das programações em andamento, bem como ampliá-las e diversificá-las, além de implementar projetos que incorporem novas tecnologias.²

Sobre esta experiência, analisa-se como os saberes pedagógicos/comunicacionais se articulam e como os recursos contribuem com esta articulação, envolvendo os sujeitos nos seus cursos, buscando compreender os percursos, olhares e sentidos dos participantes no que tange à sua relação com o ensino/aprendizagem. Do ponto de vista profissional e social, o estudo apresenta alternativas de formação continuada no interior das instituições e indicativos para a gestão de contextos educacionais, a partir da compreensão dos contextos pedagógicos e itinerantes dos sujeitos envolvidos.

Considerações sobre a Etnopesquisa crítica/formação e princípios da pesquisa colaborativa

A partir de uma abordagem etnometodológica, alicerçada na Etnopesquisa crítica/formação, que requer não apenas uma oposição ao positivismo, mas também uma possibilidade de construção do foco da pesquisa por meio da relação pesquisador/objeto/contexto/pesquisado, busca-se que, ao longo do processo, este se constitua em interações e negociações entre os envolvidos.

¹ Termo utilizado por Júlio Pereira Diniz para expressar o acelerado processo de baixa qualificação dos profissionais de educação devido à má remuneração e engajamento sindical.

² Id. Regimento do Departamento Nacional. Rio de Janeiro, 1995.

Nessa perspectiva, pela própria natureza do estudo, a opção de pesquisa formação se configura uma parceria investigativa e reflexiva com os sujeitos (atores e co-autores), não numa perspectiva de estar restrito a porta-voz desses sujeitos, mas com eles instituir uma compreensão sobre os processos itinerantes de aprendiz que contribuam para a docência online. A Etnopesquisa Crítica é apontada por Macedo (1999) como dispositivo de busca à descrição, compreensão do feixe semiótico interno realizado pelos atores sociais (professores e professoras).

Na formação de alunos/pesquisadores, professores/pesquisadores, a Etnopesquisa Crítica é de fundamental importância, pois proporciona:

formação contínua

formação de professores reflexivos-na-ação e sobre a ação (conceito desenvolvido por Shön (2000)

contribuição da formação de professores para a pesquisa em educação

formação do processo cognitivo a fim de compreender, interpretar, desvelar o que está oculto nas relações – os etnométodos (GARFINKEL apud COULON, 1995): “[...] são os procedimentos que os membros de uma forma social utilizam para produzir e reconhecer seu mundo, para o tornar familiar, ao mesmo tempo que o vão construindo” (p. 113), a partir das práticas cotidianas.

Na Etnopesquisa Crítica os professores se tornam pesquisadores reflexivos e desenvolvem olhares emancipatórios mais amplos que os contextos específicos de ensino, contrariamente às perspectivas cartesianas-newtonianas em que, para se estudar um determinado fenômeno, é preciso isolá-lo do seu ambiente natural.

Uma das formas de realizar o trabalho nessa perspectiva é desenvolvendo a “escuta sensível”, expressão instituída por Barbier (1985), que supõe um trabalho do pesquisador sobre si mesmo, sobre o outro, considerada sempre a relação com a realidade.

Então, utilizando a Etnopesquisa Crítica como linha de investigação aprendemos a brincar, (LAPASSADE In: BURNHAM, 1998) denominou de “bricolagem” metodológica a improvisação criativa no campo do método, partindo de articulações teóricas e metodológicas, para que possamos nos autorizar a fazer ciência de forma contrária à tradição positivista, para que o dado não seja apenas um dado e sim uma construção social.

Segundo Sacramento (2000), na Etnopesquisa Crítica a realidade é um todo integrado e não uma coleção de partes dissociadas e fragmentadas. Como afirma Pascal (apud MORIN, 1998), “[...] considero impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, como conhecer o todo sem conhecer particularmente as partes” (p. 225). A realidade é fractal, pois dialeticamente compreendem-se os paradoxos e as ambivalências, possibilitando ver de dentro e não como mero observador distanciando do objeto.

Por isso, utilizamos, enquanto abordagem teórica do social, a etnometodologia. A sua originalidade reside em ser uma concepção teórica dos fenômenos sociais em que o ator social é um produtor de sentidos e significados, como diz Garfinkel (apud COULON, 1995). Segundo ele, a etnometodologia é definida, como a ciência dos “etnométodos”, isto é, dos procedimentos que constituem aquilo que chama de “o raciocínio sociológico” que todo indivíduo apresenta (Garfinkel apud COULON, 1995).

Complementando o entendimento, Coulon (1995, p. 17) diz que a etnometodologia tem como objetivo “[...] a busca empírica dos métodos que os indivíduos utilizam para dar sentido e, ao mesmo tempo, construir suas ações cotidianas: comunicar, tomar decisões, raciocinar”. Dessa forma, a questão é saber como estes produzem seus mundos, quais as regras que os engendram e governam seu julgamento” (p. 18).

Em consequência disso, faz-se necessário que o pesquisador, enquanto ator social e se reconheça como membro do grupo a qual pertence. No sentido etnometodológico: “[...] é chamado de membro todo aquele que possui o ‘domínio da linguagem natural’” (GARFINKEL apud COULON, 1995, p. 112). Ou seja, fala-se em pesquisa/formação para/pelos práticos, no sentido de o ator deixar de ser concebido como se agisse exclusivamente segundo um sistema de normas. Sua ação é igualmente definida pelas relações que estabelece com os outros. As ações deixam de ter uma significação estável: no decorrer das interações, devem ser reinterpretadas.

Na busca de apreender o objeto de pesquisa, é necessário um movimento contínuo de colaboração voltado à investigação-ação, e isto se tem configurado em uma atitude fertilizadora para as pesquisas cujo enfoque é colaborar com os processos de construção identitária dos professores, visto que o exercício da docência não se reduz à aplicação de modelos pré-estabelecidos, ao contrário, são construídos na prática cotidiana dos professores historicamente situados. Dessa forma, um processo/formativo nessa perspectiva poderá mobilizar os saberes pedagógicos dos professores num processo contínuo de construção de novos saberes.

Sobre este assunto específico, pode-se inferir que a formação passa sempre pela mobilização de conhecimentos de uma prática reflexiva de diversos saberes, os quais podem ser: saberes profissionais, pedagógicos, experienciais, disciplinares e/ou curriculares. Para Zeichner (2002), tal perspectiva de investigação significa mais do que tratar de práticas pedagógicas ou do desenvolvimento curricular; ela ultrapassa essa dimensão no momento em que os profissionais estão também voltados à luta por processos emancipatórios.

No entendimento de Carr e Kemmis (1988, p. 199), um processo de investigação-ação passa a “[...] estabelecer comunidades autocríticas de educadores-investigadores que desenvolvem sistematicamente um saber educacional que justifica suas práticas, assim como as situações educativas construídas através dessas práticas”. Os momentos da investigação-ação (planejamento, ação, observação, reflexão) apontados por Carr e Kemmis, em forma de espiral, são fundamentais ao processo de elaboração do conhecimento.

Nesse sentido, destacam-se princípios fundamentais para o desenvolvimento da investigação – ação colaborativa apontados por Carr e Kemmis (1988), Zeichner (2002; 1998), Elliott (1998; 1990), Ibiapina ((2008), entre outros. Estes teóricos têm insistido nesse tipo de pesquisa pelo fato de envolver os sujeitos do contexto prático da docência e da universidade no processo de transformação das práticas pedagógicas e da realidade em que atuam. Esse tipo de pesquisa é desenvolvido colaborativamente com todos os participantes do processo. Em seu desenvolvimento, apresenta princípios como: dialogicidade, colaboração, problematização, participação, reflexividade, contextualização e negociação.

Para Guedes (2006), envolve o princípio da participação porque reúne pessoas que buscam participar conforme o conhecimento de que dispõe, considerada a necessidade de refletir criticamente sobre a sua prática.

É colaborativa porque busca a negociação e a participação no desenvolvimento de uma atividade reflexiva na qual todos trabalham visando um objetivo de interesse do grupo.

É dialógica porque exige um pensar junto com os professores e não sobre os professores. Uma proposta nesse sentido ampara-se em pressupostos comunicacionais dialógicos, pois o que caracteriza a comunicação como diálogo é o ato comunicativo, de comunicar comunicando-se.

Para Freire (2002) “O sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a co-participação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto” (p. 66).

Assim, a educação é comunicação, diálogo, na medida em que não é transmissão de saber. Segundo Freire (2002) “[...] é um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (p. 69).

É reflexiva porque busca auxiliar os participantes a investigarem a realidade com a intenção de transformá-la. A relevância da reflexão do professor acerca de sua prática converge para o que diz Carr e Kemmis (1998, p. 199), quando propõem a necessidade de superação da limitada autonomia profissional do professor, dizendo que:

[...] os professores devem ser usuários críticos e reflexivos do saber elaborado por outros investigadores e estabeleçam comunidades autocríticas de docentes investigadores que desenvolvem sistematicamente um saber que justifique suas práticas educativas.

Dessa forma, a formação do professor reflexivo vai além de refletir-se na ação e sobre a ação, como indica Schön (2000), ao discutir a perspectiva do profissional reflexivo. O professor-pesquisador também é aquele capaz, individual e coletivamente, de sistematizar, teorizar, produzir, publicar, divulgar conhecimentos, saberes.

Assim, consideramos os princípios da pesquisa colaborativa imprescindíveis para a compreensão dos saberes da docência e para o delineamento de processos identitários docentes numa vertente pedagógica/comunicacional, ou seja, que se situa na interface entre Educação e Comunicação, visto que esses saberes não estão totalmente nos limiares da Pedagogia e nem totalmente no campo da Comunicação, mas estão sendo elaborados e re-elaborados no intermédio.

Itinerários metodológicos desenvolvidos na pesquisa

O estudo é de cunho qualitativo e encontra-se alicerçado em autores como Fazenda (1991) Haguette (2001), Magalhães (2004), Ibiapina (2008), Ibiapina e Ferreira (2005) e outros. Haguette (2001) assinala como especificidade dessa abordagem o seu caráter de análise do fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser.

Distinguimos a prática da elaboração da narrativa e do diário como possibilidades de reflexão dos professores/colaboradores sobre a sua própria prática. Recorre-se a Zabalza (1994, p. 19) no sentido de que o uso do diário fundamenta-se

[...] de uma tarefa de trabalho conjunto com os professores implicados na investigação e dirigida explicitamente ao desenvolvimento pessoal: postulados de negociação e de complementação de perspectivas.

Para tanto, é de fundamental importância que o aprendiz tenha esse espaço coletivo para narrar suas histórias de vida pessoal/profissional e dialogar reflexivamente com os outros colaboradores sobre o seu processo de produção/difusão dos saberes da docência, observando que o diário vai além de ser apenas um dispositivo que agrega dados empíricos, mas que poderá ser utilizado para integrar novas referências teóricas sobre o assunto em foco.

No entanto, os pressupostos metodológicos no que tange aos instrumentos/procedimentos a serem utilizados referem-se a: entrevistas, observação colaborativa, sessões de grupos dialogais, análise documental, escrita de história de vida considerando como documento

[...] qualquer registro escrito que possa ser usado como fonte de informação” (ALVES; MAZZOTRI; GEWANDSZNAJDER, 1999, p. 169), ressaltando que outros procedimentos e instrumentos metodológicos poderão ser envolvidos ao longo do processo de construção do estudo.

Sobre as sessões dialogais, inscrito no bojo da pesquisa qualitativa, constituem-se em uma estratégia para o trabalho investigativo, alicerçado num conjunto de técnicas (entrevistas livres, semi-estruturadas) que segundo Domingues (2006) se assemelha em alguns aspectos ao grupo de opinião, principalmente pela oportunidade dada aos entrevistados-colaboradores para dividirem suas idéias, discutirem e trazerem à tona fatores críticos.

No entanto, Domingues (2006) inova com a inserção ativa do pesquisador (a) assumindo o papel de coordenação, ao mesmo tempo em que participa das discussões, e também pela sobreposição do espaço institucional de encontro de grupos

(o lugar de formação e o local de debate e da pesquisa). Essa configuração diferenciada, segundo a autora, levou à opção por denominá-la de grupo dialogal, pois tais aspectos podem influir na natureza dos dados produzidos.

Nesse processo de observação, registraremos conhecimentos, saberes e experiências construídos no processo formativo por meio da atividade — História de Aprendiz — através de fóruns e num blog, ambos em ambientes virtuais de aprendizagem; estes entendidos como instrumentos capazes de sistematizar impressões, histórias de vida, falas, significados, produzidos e explicitados pelos colaboradores desse estudo.

A História de Aprendiz como uma possibilidade de reflexão e interatividade em ambientes online

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC iniciou em 2005 a oferta de cursos de pós-graduação a distância, fornecendo diretrizes gerais aos departamentos regionais que executam as políticas da instituição, mas que têm preservadas autonomias no que concerne às escolhas dos docentes e ao comportamento pedagógico das equipes. Dessa forma, o departamento da Bahia, através da coordenação de cursos, entre várias propostas criou uma atividade para possibilitar maior interatividade entre os estudantes e entre estes e os docentes, ampliando o simples perfil depositado no ambiente virtual de aprendizagem para trocas mais significativas através de histórias contadas pelos próprios alunos a respeito de suas vidas/experiências de aprendizes.

Através da tarefa História de Aprendiz e de um fórum com o mesmo nome, os estudantes postam no ambiente de aprendizagem a história em quatro laudas e uma síntese com os elementos mais importantes das suas trajetórias, tornando possível uma troca de conhecimentos entre colegas e entre alunos e docentes, aproximando, de forma significativa, a distância espacial existente neste tipo de modalidade de ensino.

A orientação disponibilizada para a elaboração da História de Aprendiz apóia-se no seguinte: solicita-se dos alunos que relate os momentos mais importantes da vida dele, as expressões da criatividade, sentimentos, intuições e percepções sobre o processo de ensino/aprendizagem; que busque lembrar-se dos locais em que viveu emoções, descobertas; sucessos e insucessos que marcaram a trajetória como aprendiz; que relate as adaptações e modificações que fez na trajetória de estudante; que reflita sobre os vários momentos da trajetória e expresse a forma como vem ocorrendo a construção da identidade profissional. Este texto deve ser escrito em duas a quatro laudas utilizando-se um roteiro pré-determinado, mas com a necessária flexibilidade quanto à escrita da história, respeitando a maneira de ser do sujeito em si e compreendendo que a educação não é apenas aquela que se realiza na escola e que efetivamente as pessoas aprendem ultrapassando os limites do tempo e do espaço escolar, dando lugar ao que é aprendido durante toda uma vida, compreendendo-se que, como dizem Davel e Vergara (2001):

Seres humanos não podem ser entendidos, se a busca desse entendimento não estiver alimentada por um pensamento filosófico, ético, político e cultural. Considerar a subjetividade nas organizações significa que as pessoas estão em ação e em permanente interação, dotadas de vida interior e que expressam sua subjetividade por meio da palavra e de comportamentos não verbais. A linguagem controla e estrutura as possibilidades de ação das pessoas. Se a linguagem é o veículo privilegiado da subjetividade, a vida psíquica é seu fundamento. O ser humano, ser de desejo e de pulsão, como define a psicanálise, é dotado de uma vida interior, fruto de sua história pessoal e social.

Os alunos percebem a importância da atividade e a realizam com entusiasmo, como:

Refletir sobre o nosso próprio modo de vida.

É interessante a maneira como o que deveria ser uma simples atividade didática, de um curso de especialização, tem o poder de revolver o nosso subconsciente despertando lembranças até então plenamente adormecidas, levando-nos a refletir sobre o nosso próprio modo de vida, trazendo a tona recordações e lembranças que pareciam não mais fazer parte de nosso ser. E como é difícil ordenar os pensamentos, filtrar as idéias e registrá-las em um simples papel, papel eletrônico, diga-se de passagem. (Aluno A, EA, 2005).

Ser aprendiz não é fácil.

Ser aprendiz não é fácil. Requer disciplina, organização e interesse no aprendizado. Quando era estudante, não tinha paciência para estudar certas matérias, mas, hoje, percebo que poderia ter sido um melhor aprendiz àquela época... E, como as coisas eram mais fáceis! Não tinha preocupação com nada, a não ser com a prova da semana que vem. Era mais fácil errar e corrigir o erro, porque, certamente, estava ali para isso e porque não havia experimentado a dureza da realidade da vida, que nos impede, às vezes, de errar. O tempo se coloca como nosso inimigo. Na medida em que os anos foram passando, eu fui tomando gosto por esta ou aquela matéria, porém, sempre muito tímida e insegura no ato de opinar. Como era difícil posicionar-me frente aos colegas, em sala de aula, e aos professores, na prova escrita. (Aluno B, EA, 2005).

A importância da História de Vida em ambientes de aprendizagem online

Entende-se que a aprendizagem ocorre com maior facilidade se houver participação ativa dos indivíduos na construção e organização do conhecimento, principalmente se houver proposta de caminhos que movimentem a inteligência

emocional e conseqüentemente as experiências armazenadas nos patamares mais recônditos da memória. Vasculhar de forma criativa estas informações é recuperar o saber para trazer à tona o conhecimento.

A modalidade de ensino online, o surgimento das tecnologias da comunicação e da informação são recentes e têm se constituído em desafio as rápidas transformações que provocam os sistemas educacionais, estabelecendo novas áreas de estudo na busca de elementos que ajudem na motivação dos alunos, assegurem sua permanência, possibilitem a interatividade e proporcionem a aprendizagem.

Este novo paradigma de ensino leva alunos e professores a assumirem novas formas de ensinar e de aprender e dos quais decorrem mudanças significativas nas responsabilidades. O professor tem que conhecer melhor o aluno para planejar seus cursos, além disso, os cursos a distância são programados em uma riqueza de detalhes que os presenciais geralmente não o são; e o aluno precisa conhecer melhor a si mesmo para traçar seus próprios caminhos de aprendiz, uma vez que o aprender a aprender se revela fortalecido pelas novas nuances.

A interatividade e a colaboração são modos de condução de processos de ensino/aprendizagem online que devem ser vistos quase como obrigatórios aos ambientes virtuais de aprendizagem porque são eles que proporcionam a criação de comunidades em rede mais eficazes nas trocas, contribuindo assim para a maior satisfação e presença dos alunos. Essas trocas promovem o reconhecimento entre os participantes, além de mais afetividade, dando uma idéia mais efetiva dos progressos através dos feedbacks proporcionados. Os feedbacks mais autênticos ocorrem em ambientes de confiança, de cuidado com o outro e as histórias de aprendizes contribuem com a criação de um clima de confiança entre os sujeitos e no curso em questão.

Silva (2006) salienta que, para uma experiência de cursos de formação num sistema de ambiente virtual de aprendizagem, faz-se necessário que essa modalidade de formação apresente uma dinâmica consubstanciada em três C's: compreensão desta nova abordagem de formação com incidência numa maior confiança para a sua utilização, reconhecendo as vantagens nomeadamente na complementaridade de outras modalidades e experiências de formação.

Fragmentos das Histórias de Aprendiz

Impossível trazer todas as histórias e as suas completudes, mas os fragmentos retirados das mesmas revelam o quanto é preciosa a narrativa de cada pessoa. As reações dos alunos às atividades são de ânimo e atenção. Escrever sua própria história é um desafio que poucos se detiveram a fazer durante o percurso da vida. Talvez por isto, a proposta do falar de si mesmo empolga a maioria dos participantes dos cursos na modalidade a distância. Em geral, essas práticas ocorrem em ambientes de psicoterapia e, mesmo assim, são relatos orais e motivados por questões psicológicas.

O entendimento sobre o ser aprendiz está relacionado à atitude reflexiva e, como não determinamos um foco, propositadamente, os alunos se vêm frente às aprendizagens múltiplas e necessitam fazer escolhas, focar, para que o relato seja preciso. É um relato que surpreende, leva a encontros com o passado, rememora afetos e antipatias. Mexe com a leitura de si e das relações que são estabelecidas na vida.

Para refletir sobre o modo como os alunos interagem com a atividade, apresentam-se fragmentos de relatos:

Descobri como irritar os professores

Foi no científico que comecei a ter amigos na escola, fazer trabalhos em grupo e a participar de atividades nem sempre aceitas pelos professores. Foi nesse período também que descobri como irritar os professores e a minha forma preferida era não levar caderno para a escola e não anotar nada do que era passado por eles. Já tinha aprendido a pesquisar em casa, tinha livros, tinha vontade de mostrar que podia "me virar" sozinha e tinha orientação de minha mãe para tirar dúvidas e de meu irmão mais velho, que nessa época já ensinava e era muito estudioso, ou seja, meu sonho era provar que não precisava da atenção dos professores (Aluno C, EA, 2005).

Descobri o mundo dos livros

Cresci numa família de professoras. Minha avó professora de história e geografia. Minha mãe psicóloga e psicopedagoga, dona de uma escola primária juntamente com minhas tias. Eu era super estimulada por todas elas! Este estímulo fez com que eu me apaixonasse pelo mundo dos livros, que desde o momento em que comecei a ler, com cinco anos, se tornaram meus companheiros, cúmplices, amigos.

(Aluno D, EAD, 2005)

Defini a escolha profissional

Minhas vivências, ainda quando criança, definiram a minha escolha profissional, visto que no primário fui estudar em Escola que passava o dia com atividades ora teóricas e práticas, ora culturais ou desportivas. A área da escola era bastante grande e arborizada, propiciando um constante contato com a natureza. Paralelo a isto me interessava pelo cultivo de plantas em vasos, de uma forma bastante rudimentar e lúdica, cultivadas no parapeito do apartamento que morávamos. Neste mesmo

período fazia visitas a familiares que residiam em casa com quintal e jardins, onde eu praticava a arte de plantar e colher frutas, flores e hortaliça. (Aluno E, EAD, 2005).

Sobre as influências dos docentes nas escolhas

Não tem um dia sequer que não me lembre da minha mãe me ensinando as primeiras letras, da minha professora Sara, do meu instrutor de vôlei, que me fez jogadora da seleção da cidade e disputar torneios intermunicipais. Lembro-me com carinho e admiração das Professoras Ivya, Lizir, Lícia e Tereza, que entregou em minhas mãos o diploma mais desejado do mundo. (Aluno F, EAD, 2005)

Comentário de colega sobre a história acima:

Só sei que me identifiquei muito com sua história

Meu Deus!!!!!! Você era muito dinâmica e ao mesmo tempo travessa. Eu quando pequena não gostava de freiras, até hoje não entendo porquê. Mas quando via uma, fazia coisas similares a que você fez com a sua professora (risos). Já dei língua pra elas, banana com os braços. Era um terror.

Acho que as histórias que se passam no interior são bem parecidas com histórias que se passam na periferia das grandes cidades, as crianças passam por dificuldades na hora de estudar, mas acabam sendo privilegiadas ao desfrutar das coisas simples e belas da vida (Aluno G, EAD, 2005).

Decidi ser professora de Matemática

Foi neste mesmo ano (1995) que decidi ser professora de Matemática. Aconteceu no dia em que meu professor precisou se afastar do trabalho por alguns dias, o que foi excelente pra todos, pois um substituto foi chamado. O nome dele é Roberto, ou melhor, Betão, e até hoje tenho um carinho enorme por ele e sei que ele tem por mim também. O que aconteceu foi que Betão foi ensinar à turma um assunto que é um pouco complicado, chamado Matriz. Mas ele mostrou uma técnica que ele conhecia, chamada Técnica da Borboleta. À medida que a Matriz ia sendo resolvida, os riscos feitos iam desenhando as asas de uma borboleta, o que facilitava o aprendizado e dava um charme especial ao assunto. Vendo aquilo, eu tive uma vontade enorme de ser como ele, de mostrar aos outros como a Matemática é linda e perfeita. Pois é, agradeço a Betão por essa “luz”. (Aluno H, EAD, 2005).

Comentário de colega sobre a história acima:

As pessoas que se dedicam a ensinar para que o aluno realmente aprenda, seduzem através das técnicas que desenvolvem em prol do aprender.

E com certeza Betão fazia tudo isso de maneira amistosa!

Amei sua experiência, mas tive raros Betões em minha vida (Aluno I, EAD, 2005).

Aprendi amarelinha, pique - esconde, boca-de-forno, esconde-esconde, brincadeira de roda.

Minha mãe era empregada doméstica depois passou a ser uma pequena comerciante de mingau, posteriormente de produtos de mercearia. Tanto ela quanto meu pai apenas cursaram até a 4ª. série do ensino fundamental, todavia os mesmos sempre demonstraram uma grande disposição ao aprendizado e em superar-se para auxiliar a mim e aos meus irmãos nos estudos. Desde as primeiras letras até no ensino médio. Eles sem dúvidas são meus maiores referenciais de aprendizado em meio à adversidade. Tive uma infância feliz, no interior, mas precisamente em Itamaraju, vizinha a cidade que nasci. Aprendi amarelinha, pique - esconde, boca-de-forno, esconde-esconde, brincadeira de roda. Subi em árvores, provei seus frutos, adentrei os brejos, pesquei, machuquei-me, adoeci, tive medo, criei coragem. Quantos aprendizados! (Aluno J, EAD, 2005)

Sobre a influência familiar:

Quando iniciei na escola, acredito que os meus pais, professores de Língua Portuguesa, pensaram e quiseram o melhor pra mim, como todos os pais querem e pensam para os seus filhos, acredito eu. Lembro que antes de ir para a escola, meus genitores já se preocupavam com a minha construção de conhecimento e sempre foi assim. Eles não eram e nunca foram somente pais, participavam continuamente. Levavam-nos (eu e minha irmã) para os teatros, de peças infantis; cinemas, de filmes infantis; parques; praias; feiras de livros; circos e ainda compravam todas aquelas coleções musicais, de clássicos como Os Saltimbancos, Os Três Porquinhos, Chapeuzinho Vermelho, Cinderela, vendidas, de porta em porta, por pessoas diversas. Além disso, conheci a enciclopédia Mirador, a Barsa e, assim, fui crescendo e registrando na memória, coisas como o filme E.T, todos dos Trapalhães; livros, como D. Centopéia e seus sapatinhos, Festa no céu, Negrinho do pastoreio, Mula sem cabeça e toda coleção Vaga-lume e todas as histórias de Monteiro Lobato, ressaltando O Sítio do Pica-Pau Amarelo, televisado, inicialmente pela TVE. Dentre os livros, gostaria de destacar Os óculos de Luzia (livro que aborda o cuidado e a

dificuldade no uso de óculos por uma menina chamada Luzia), título de muito apreço, por ter servido de referência pra mim, pois uso óculos desde dois anos (Aluno L., EAD, 2005).

Outros comentários gerais:

Relendo os parágrafos de sua História de aprendiz, me identifiquei com o seu pensamento quando você diz que essa inovação tecnológica tem transformado o seu pensar pedagógico e profissional.

Transpus a idéia para minha prática no ensino presencial. Quantos alunos no presencial somente estão presentes fisicamente? Um número considerável obriga o professor a se esforçar para conquistar a atenção e participação.

Sintetizo: a presença do aluno na EAD é efetiva, ativa e reflexiva. No presencial é, muitas vezes, sem compromisso (Comentário Geral 1).

Não podemos ser pessimistas. Cada pessoa tem seus valores que são passados principalmente pela família. Acredito que precisamos apenas de tempo para conhecer as pessoas, pois com a pressa do dia-a-dia acabamos nem percebendo nem a nós próprios (Comentário Geral 2).

Eu sou de Santo Amaro e na minha época de quinze anos fiquei num convento durante uma semana para poder fazer a crisma, foi uma loucura, as freiras quase que nos colocava para fora, dizíamos às pessoas que passavam pela rua que estávamos presas, corríamos pelos corredores, não conseguíamos dormir só para ficar observando o que as freiras faziam, tiramos todas as laranjas que elas tinham no quintal, enfim nos crismamos, mas vocês precisavam ver a cara delas no dia da cerimônia, era uma misto de alívio com missão cumprida que só (Comentário Geral 3).

Muitos e diversificados foram os caminhos percorridos até aqui.

A maturidade, obtida através da vida, talvez tenha nos dado recursos que nos fortaleceram, ainda que não tenhamos esquecido dos medos, dos sustos, dos traumas...

O importante, é que chegamos em uma estrada onde podemos estar mudando. Mudando as nossas vidas e a vida daqueles que como nós um dia, estiveram paralisados e perdidos.

Caminhemos juntos, em prol de um mundo melhor! (Comentário Geral 4).

Você foi um privilegiado de encontrar computadores no início de 70. A maioria das pessoas só veio a conhecê-lo em meados de 80 e início de 90.

Pense que como engenheiro, e com acesso fácil à tecnologia, você está se adaptando a ela. Imagine professores que descobriram os avanços tecnológicos há pouco (depois dos 30 ou 40 anos) e precisam tratar com as crianças e adolescentes que nasceram com o mouse na mão... é um choque cultural muito grande e uma realidade que as escolas precisam enfrentar.

Outra questão que você levanta é a triagem das informações. Encontramos muita coisa ruim na net, e nem sempre podemos estar acompanhando nossos jovens, portanto a educação, os parâmetros construídos no processo fazem a diferença. Tudo começa em casa (Comentário geral 5).

Achei bastante pertinente a sua colocação sobre a resistência dos professores à Internet. Muitos deles limitam-se sempre em dizer que os alunos só vão imprimir textos ou consultar sites que não tem nenhuma relação com a escola. Nós que estamos trabalhando em escolas públicas, sentimos o quanto esta atitude é prejudicial aos nossos alunos e, por isso, devemos estar sempre alertando os nossos professores sobre a necessidade da escola experimentar e compartilhar todas as novas tecnologias de comunicação (Comentário geral 6).

Como deve ter sido difícil a sua adaptação em tantas escolas. Esse "troca troca" não cria raízes... não saberia conviver com isso, que, ao contrário da sua escola estudei do maternal ao 3º ano do 2º grau na mesma escola (Comentário geral 7).

Acredito que nossas mães desempenharam um papel muito importante em nossas vidas. A minha, também, me colocou em contato com a leitura antes que eu fosse a escola. É um importante legado que ela está deixando para mim, pois isso estimulou minha sede por conhecimento. Agora estou aprendendo algo novo com este curso a distância (Comentário geral 8).

Sinto ao ler sua história uma certa nostalgia e a mistura bem interessante de uns momentos agradáveis e outros mais difíceis.

Ao escrever minha história e ao ler as histórias de vocês lembro também de coisas que não sabia existirem em mim (Comentário geral 9).

Lendo o seu texto pude refletir a respeito da mudança que ocorreu no ensino brasileiro, de opressor e carrasco a humanista e universal. Todavia ainda há muito a melhorar, e, com certeza, acredito que irá (Comentário geral 10).

O que se percebe nestes fragmentos dos relatos é a compreensão de que ser aprendiz ultrapassa a escola, são espaços expandidos que vão além do universo escolar, mas que estão permeando a prática educativa durante todo o tempo.

Os saberes de aprendizes são saberes plurais que emergem no social, desde a relação comunal na família, no cotidiano da cultura familiar, histórias contadas, gestos significativos, leitura e disponibilidade de livros fazem com que esses princípios possam tecer uma aprendizagem significativa nas experiências futuras.

A interação entre colegas, após a exposição das histórias de aprendiz no fórum, é real e estimula a criação de vínculos de amizades e de aprendizagens.

O uso da história pelos docentes

As histórias de aprendiz têm contribuído com o docente na compreensão do aluno. Claro que esta interatividade pode ser usada em ambientes virtuais e presenciais, mas em ambientes virtuais ela tem um sentido mais peculiar, visto que os alunos estão distantes fisicamente e aproveitam-se todas as oportunidades de conhecimento dos mesmos. Assim é que, ao escrever as histórias de aprendiz, é possível perceber de que maneira somos diferentes e quais são as melhores formas de aprendermos. O caminho que o aluno traça ao escrever sua história de aprendiz vai trazendo à tona as dificuldades, sucessos e insucessos, presenças e ausências, mostrando os momentos e os tipos de atividades que colaboraram com esses resultados.

As tecnologias usadas em ambientes virtuais de aprendizagem são mais diversificadas do que as que normalmente são utilizadas em ambientes presenciais e desta forma os docentes podem oferecer estratégias que abrangem os vários caracteres de aprendizagem.

Em geral, os cursos são programados sem que conheçamos os alunos com a antecedência necessária. As histórias de aprendiz favorecem o conhecimento das características dos participantes, contribuindo para que os docentes compreendam as formas como seus alunos aprendem melhor, ajudando assim na seleção mais clara da oferta dos recursos e ferramentas, contando com um leque de tal forma diversificado que apresenta uma margem mais ampla de escolha aos alunos, ajustando-se mais adequadamente aos estilos tanto dos indivíduos quanto do grupo aos objetivos do curso.

Como as histórias trazem os perfis individuais e eles são divulgados na turma, pode o professor colocar em discussão os estilos individuais e as maiores freqüência do grupo. Isto facilita a composição das equipes, por exemplo.

Os blogs como possibilidades de reflexão e leituras de si na pesquisa

Os blogs atualmente se constituem em interfaces de fácil acesso e apropriação no ciberespaço. Santos (2006) ressalta que muitas ações individuais e sociais vêm se transformando por conta do diarismo online, pois muitos sujeitos estão contemporaneamente publicizando suas identidades no ciberespaço; o que antes era restrito ao espaço anatômico dos diários pessoais é hoje socializado para o mundo inteiro por meio de interfaces como os blogs.

Por meio dos blogs, os sujeitos podem editar suas histórias de vida, disponibilizar sites, agregar outros blogs, atualizar mensagens e momentos vividos, além de disponibilizar, imagens, vídeos, textos, criar hiperlinks para dar acesso a outros links e outras possibilidades.

Como educadoras e pesquisadoras, disponibilizamos um blog para registrar a tessitura da pesquisa formação, cujo objetivo prima por investigação e formação de alguns sujeitos egressos de cursos de especialização do SENAC/CETE/Bahia.

O blog <http://docenciaonline.saberpedagogicos.blogspot.com/> foi criado como possibilidade de interação social entre os sujeitos colaboradores do estudo, e tem se configurado como uma experiência ímpar, pois se apresenta como um poderoso instrumento de expressão pessoal e de escrita colaborativa, seja de forma individual, seja de forma coletiva, criado por vários autores ao mesmo tempo.

Considerações Finais

Ao concluir este artigo, observamos que estamos apenas iniciando a reflexão sobre a temática da pesquisa/formação, colaboração, docência online e ainda sobre os meios pedagógicos comunicacionais.

A abertura para o uso da EAD no Brasil se deu mais fortemente nas últimas duas décadas, após a concepção das leis que a regulamentam formalmente, sendo que as experiências demonstram que adotá-la nas instituições educacionais traz muitos desafios e reflexões sobre a forma possível para alcançar os melhores resultados.

As reflexões iniciais apontam algumas considerações importantes, como a que nos desafia permanentemente, tendo em vista as escolhas profissionais feitas, de ser um docente de educação a distância e de utilizar estratégias e recursos do mundo cibernético, viver no universo online. Como educadoras ainda temos muito a percorrer neste universo, pois é fecundo e complexo, apresenta tendências, práticas, saberes diversos e experiências diferenciadas.

Imediatamente antes da Internet, a educação a distância utilizava apenas tecnologias de comunicação lineares, como rádio, impressos, televisão, em que as trocas eram mais escassas ou realizadas sem o foco na interatividade entre os participantes. A Internet possibilitou que a comunicação se desse através de uma interação muito mais ampla, contribuindo para a formação de uma quantidade inimaginável de redes, o que possibilita a discussão de idéias e a busca de soluções de problemas de forma coletiva e interativa.

É fato que a educação a distância muda o entendimento que tínhamos até então a respeito do que é a educação. Há muitas críticas e ainda faz parte da maioria, professores e alunos que não acreditam poder haver ensino/aprendizagens se não se der de forma presencial, em sala de aula, nas escolas. O principal preconceito é porque há dificuldade em entender essa nova forma de interação entre os humanos. O tempo vem demonstrando a impossibilidade de continuarmos trabalhando apenas presencialmente e o desafio é: como interagir na rede? É preciso ser cuidadoso senão perderemos "o fio da meada" e as inovações não poderão ser instaladas prescindindo-se da história, do patrimônio que levaram milênios para serem construídos. Os caminhos das aprendizagens são outros, traçados agora em convergência com padrões de comportamentos muito diferentes porque lidamos com a rapidez e a superficialidade dos elementos da comunicação. Não vamos dar ênfase à

idéia de que comunicar é educar, porque entendemos a educação como ato de reflexão, no entanto, acreditamos que é a comunicação que dá o novo tom à educação.

Com isto queremos dizer que a educação a distância não é uma nova ciência, é uma modalidade que, com base em tecnologias das mais avançadas, e seguindo caminhos não padronizados, abre possibilidades objetivas de criação de novos interesses, interações as mais diversas e necessárias.

Ser aluno e professor a distância quase que significa dizer: ser aluno e professor online, tal o grau de ligação criado entre as propostas educacionais e a Internet.

Do ponto de vista da efetividade, é importante ressaltar que as tecnologias educacionais a distância, notadamente as que utilizam mídias digitais e a web, se bem aplicadas, facilitam o processo ensino/aprendizagem.

Consideramos que é verdadeira a idéia de que ao mobilizarmos recursos tecnológicos devemos ter muito clara a compreensão a respeito da sua funcionalidade e de qual será o benefício que trará aos participantes da rede colaborativa de aprendizagem.

Acreditamos que o uso de tecnologias digitais nos coloca novamente no turbilhão das discussões sobre o nosso papel de aprendiz, ou seja, atuando simultaneamente como aluno e como professor na construção/ gestão do conhecimento, mas sempre na perspectiva da reflexão sobre nossa prática.

É sabido que algumas experiências apresentam um discurso e práticas hegemônicas ainda pautadas em idéias behavioristas e mecanicistas do processo de aprendizagem, remando contra as propostas interacionistas que conhecemos, nas quais as questões do ser precedem o fazer.

Compreendemos que precisamos ficar atentos aos saberes pedagógicos/comunicacionais que estão sendo constituídos na interface: pedagogia e informática. Estes não são totalmente da pedagogia nem da informática, estão nesse intermédio, na brecha/interface.

Assim, em tempos de cibercultura, inaugura-se uma necessidade fecunda de trabalho em equipe, o qual um pensar sozinho não dá conta da complexidade da produção e difusão do conhecimento.

Bibliografia

- ALVES, Mazzoti A. Y.; GEWANDSZNADJER, Fnome. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo, Thompson, 199. p. 129-178.
- BARBIER, René. A pesquisa-ação. Brasília: Líber Livro Editora, 2004.
- BOGDAN, Robert; BICKLEN, Sari. Investigação qualitativa em educação. Porto: s/e, 1994.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.
- _____. MEC - Ministério de Educação. Decreto 8.621/ 01/46.
- _____. MEC - Ministério de Educação. Decreto 2.494/ 02/98.
- _____. MEC - Ministério de Educação. Decreto nº 2.561/06/98.
- _____. MEC. Ministério de Educação. Relatório da Comissão Assessora para Educação Superior a Distância, agosto, 2002.
- BURNHAM, Teresinha Frões. Complexidade. Complexidade, multirreferencialidade, subjetividade: três referências polêmicas para a compreensão do currículo escolar. In: BARBOSA, Joaquim (Org.). Reflexões em torno da abordagem multirreferencial. São Carlos: Edufscar, 1998, p. 35-55.
- CARR, Wilfred; KEMMIS, Stephen. Teoria crítica de la enseñanza: la investigación-acción en la formación del profesorado. Barcelona: Martínez Roca, 1988.
- _____. Produção de conhecimentos na/sobre a escola: por uma aliança entre trabalho pedagógico, pesquisa e formação docente. Espaço Pedagógico, v. 10, n. 2, Passo Fundo, jul./dez., 2003. p. 48-56.
- COULON, Alain. Etnometodologia e educação. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1995.
- DAVEL, Eduardo; VERGARA, Sylvia C. Gestão com pessoas, subjetividade e objetividade nas organizações. Gestão com pessoas e subjetividade. São Paulo: Ed. Atlas, 2001. p. 31.
- DOMINGUES, Isaneide. Grupos dialogais: compreendendo os limites entre pesquisa e formação. In: PIMENTA, Selma G. et al. Pesquisa em Educação: Alternativas investigativas com objetos complexos. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- ELLIOTT, John. A investigação-ação em educação. Madrid: Morata, 1990.
- FAZENDA, Ivani (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991.
- _____. A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 1997.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 35. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- _____. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- _____. Educação como prática da liberdade. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GAUTHIER, Clermont et. al. Por uma teoria da pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2006.
- GUEDES, Neide. O (s) saberes e o (s) fazer (es) do professor formador: reflexões sobre a prática docente. 2006, Tese (doutorado) – UFRN, Natal, RN.
- HAGUETTE, Teresa M. F. Metodologias qualitativas na sociologia. Petrópolis: Vozes, 1987.

- IBIAPINA, Ivana M. L. de M. FERREIRA, Maria S. A pesquisa colaborativa na perspectiva sócio-histórica. *Linguagens, Educação e Sociedade*, Teresina, n.12, jan./jun., 2005. , p. 26-38.
- IBIAPINA, Ivana M. L. de Melo. *Pesquisa colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimentos*. Brasília: Liber Livro, 2008.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- MACEDO, Roberto Sidnei. *A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação*. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2004.
- MACEDO, Roberto S.. *A raiz e a flor: a gestão dos saberes para o desenvolvimento humano: inflexões multirreferenciais em currículo*. NOESIS: Revista do Núcleo de Currículo, Comunicação e Cultura, Salvador, v. 1, 2000. p. 29-47.
- _____. Por uma epistemologia complexa e multirreferencial nos meios educacionais. *Revista da FAEEBA*, v. 5, n. 6, 1998. , p. 24-49.
- _____. Hermes Re-conhecido: etnopesquisa crítica, currículo e formação docente. *Revista da FAGED*, .v. 2, n. 2, julho, 1999. p. 32-45.
- MAGALHÃES, Maria Cecília C. (Org.). *A formação do professor como um profissional crítico: linguagem e reflexão*. São Paulo: Mercado das Letras, 2004.
- MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- NÓVOA, Antônio (Org.). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 2002.
- PIMENTA, Selma G.; ANASTASIOU, Lea das G. C. *Docência no ensino superior*. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____; GHEDIN, Evandro (Orgs.). *Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito*. São Paulo: Cortez, 2002.
- SACRAMENTO, Maria da Conceição A. F. do. *A teoria dos fractais e etnopesquisa/formação de professores: uma articulação possível?* *Revista da FAEEBA*, Salvador, ano 9, n. 14 , jul/dez, 2000. p. 99-104.
- SCHÖN, Donald. *Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- SANTOS, Edméa O. *Formação de professores e cibercultura: novas práticas curriculares na educação presencial e a distância*. *Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 11, n. 17, jan/jun, 2002. p. 113-122.
- _____. *EDUCAÇÃO ONLINE: Cibercultura e Pesquisa-Formação na Prática Docente*. 354f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- SILVA, Marco. *Sala de aula interativa*. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.
- _____. *Educação na cibercultura: o desafio comunicacional do professor presencial e online*. *Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 12, n. 20, jul/dez, 2003a. p. 261-271.
- SILVA, Bento; Gomes, Maria João & Silva, Ana Maria (2006). *Dinâmica dos três C's' na avaliação de cursos em e-learning: compreensão, confiança, complementaridade*. In Marco Silva & Edméa Santos (orgs.). *Avaliação da aprendizagem em educação on-line*. São Paulo: Edições Loyola, (pp. 227-243).
- _____. (Org.). *Educação online*. São Paulo: Loyola: 2003b.
- _____. *Criar e professorar um curso online: relato de experiência*. In: _____. (Org.). *Educação online*. São Paulo: Loyola: 2003c. p.51-73.
- _____. *Formar professores como profissionais reflexivos*. In: NÓVOA, Antônio (Org.). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1992. p. 78-91.
- TARDIF, Maurice. *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- _____. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- ZABALZA, M. A. *Diários de aula: contributo para o estudo dos dilemas práticos dos professores*. Portugal: Porto, 1994.
- ZEICHNER, Kenneth. *Formando professores reflexivos para uma educação centrada no aprendiz: possibilidades e contradições*. In: ESTEBAN, Maria Tereza; ZACCUR, Edwiges (Org.). *Professora-pesquisadora: uma práxis em construção*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p.25-54.
- _____. *Para além da divisão entre professor-pesquisador e pesquisador acadêmico*. In: GERALDI, Corinta M. G; FIORENTINI, Dario; PEREIRA, Elisabete M. de A. (Org.). *Cartografias do trabalho docente: professor (a)-pesquisador (a)*. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 207-236.
- _____. *A formação reflexiva de professores: idéias e práticas*. Lisboa: Educa, 1993.

Memórias de Infância e Violência Escolar. Estudo Biográfico em Contexto Prisional

Ana Beatriz Saraiva
 Universidade do Minho
abeatriz_saraiva@hotmail.com

Beatriz Oliveira Pereira
Universidade do Minho
beatriz@iec.uminho.pt

Judite Maria Zamith-Cruz
Universidade do Minho
juditez@iec.uminho.pt

Resumo: O projecto de investigação¹ incide nos relatos autobiográficos sobre comportamentos de agressividade, violência e vitimação em meio escolar de um universo de reclusos, relacionando fenómenos de bullying durante o percurso desenvolvimental e a passagem à criminalidade adulta. Numa abordagem biográfica, a metodologia qualitativa e interpretativa envolve 15 indivíduos entre os 19 e os 35 anos. A técnica de recolha de dados centra-se numa entrevista individual semi-directiva onde se destacam experiências subjectivas, significados, processos de bullying e a caracterização dos percursos escolares e criminais. A transcrição das entrevistas e a análise de conteúdo constituem a metodologia de tratamento e de análise de dados. Pretende-se obter um modelo compreensivo da configuração das relações entre fenómenos de agressão, violência e vitimação entre pares na escola e o desenvolvimento de um quadro comportamental desviante. Palavras-chave: bullying, delinquência, criminalidade, esquemas cognitivos, estudo biográfico.

Descrição

O fenómeno de bullying insere-se na categoria de comportamentos agressivos que, por seu turno, se enquadram na categoria denominada de comportamentos anti-sociais (Baldry & Farrington, 2000). A delinquência caracteriza-se por uma série de comportamentos anti-sociais tipificados pela lei como crime. Com base nas abordagens dos comportamentos de bullying (Olweus, 1995; Smith & Sharp, 1994; Rigby, 2003; Pereira, 2001) e da delinquência (Tremblay et. al., 1992; Baldry & Farrington, 2000), partimos da provável relação sequencial entre bullying e delinquência (Tremblay et. al., 1992; Baldry & Farrington, 2000), considerando o bullying uma fase inicial de um processo de desenvolvimento atípico que conduz à delinquência. Põe-se então a questão de saber se o bullying e a delinquência são (ou não) fenómenos comportamentais convergentes do mesmo constructo/processo desenvolvimental, constatação que poderá ter implicações evidentes no domínio da prevenção geral da criminalidade.

O comportamento desviante conceptualiza-se pelo seu cariz polideterminado, através dos diversos factores interrelacionais que influenciam, desde muito cedo, o global desenvolvimento pessoal-social. Neste processo, a permanente interacção com o outro condiciona o desenvolvimento a nível cognitivo e interpessoal e reflecte-se na personalidade e na conduta. É neste contexto que as variáveis de natureza cognitiva desempenham um papel central na relação entre experiência e desenvolvimento de um estilo comportamental anti-social. A forma específica de processamento de informação social, ou seja, o modo como se percebe e se atribui significado a eventos de natureza social, remete para um conjunto de crenças ou esquemas cognitivos através dos quais o indivíduo se rege, de forma nem sempre consciente (Beck, 1993; Young et al., 2003). Oito crenças nucleares poderão estar subjacentes ao comportamento desviante: abandono/instabilidade, desconfiança/abuso, privação emocional, defeito/vergonha, indesejabilidade/isolamento social, fracasso, limites indefinidos/grandiosidade e auto-disciplina e auto-controlo insuficientes (Rijo & Sousa, 2004). Desta forma, o estudo baseia-se ainda em delineamentos do modelo cognitivo, tal como foi formulado, inicialmente, por A. Beck e inovado por J. Young e J. Safran, para a avaliação e intervenção ao nível da psicopatologia da personalidade.

Assim a Terapia Cognitiva de Beck, os Esquemas Precoces Mal-Adaptativos desenvolvidos por Young e seus processos associados, os Ciclos Cognitivo-Interpessoais definidos por Safran & Seagal (1990), as histórias de vida (Josso, 2002; Finger, 1989; Dominicé, 1982) e o conceito de bullying tal como descrito por Baldry & Farrington (2000) e Olweus (1995), constituem o referencial teórico e conceptual subjacente à presente investigação.

Objectivos

Objectivo global:

Caracterizar a configuração das relações entre bullying, delinquência e criminalidade adulta.

Pretende-se destacar nos relatos autobiográficos os comportamentos de agressividade, violência e vitimação ocorridos na escola e a percepção e atribuição de significado destes eventos relacionando com a trajetória criminal do grupo objecto de estudo.

De acordo com o objectivo principal, definimos como objectivos específicos:

Explorar auto-relatos de experiências de bullying em meio escolar, significados e processos, associados a condutas desviantes ao longo do ciclo de vida.

Caracterizar momentos de ruptura escolar associados ao comportamento anti-social e ao insucesso escolar.

¹ O projecto de investigação, a decorrer desde 2008, enquadra-se no Doutoramento em Estudos da Criança na área de especialização de Psicologia do Desenvolvimento e Educação, Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho.

Analisar/interpretar o auto-relato do percurso escolar.

Analisar/interpretar o auto-relato da trajetória criminal, com ênfase nas crenças, desejos, motivos explicitados e expectativas presentes e futuras de vida.

Grupo de estudo

Total de 15 indivíduos, do sexo masculino, reclusos no Estabelecimento Prisional Regional de Angra do Heroísmo e na Cadeia de Apoio da Horta, estruturas situadas, respectivamente, na Ilha Terceira e na Ilha do Faial da Região Autónoma dos Açores. Adoptou-se como critérios de constituição do grupo objecto de estudo a situação jurídico-penal definida (condenação), limite de idade até aos 35 anos, competência expressiva e comunicativa, frequência escolar básica e a colaboração voluntária.

Metodologia de recolha de dados

Partimos de um setting de entrevista individual semi-directiva com recurso a guião e gravação audio do relato autobiográfico, de forma a recolher dados sobre o percurso escolar; explorar os factores subjectivos de risco e de crise desenvolvimental e/ou acidental que conduziram à ruptura escolar; caracterizar a ocorrência de comportamentos de agressividade, violência e vitimação na relação entre pares no espaço escolar – nomeadamente bullying – e explorar experiências subjectivas e significados daquelas dinâmicas; reservando-se, uma fase final, à descrição da trajetória criminal.

O recurso a um único entrevistador visa a maior homogeneidade nas entrevistas, sendo que a recolha de dados a este nível obedece aos princípios de diversidade e de saturação da informação de forma a garantir a representatividade social da pesquisa.

Instrumentos

Guião de entrevista:

Na entrevista semi-directiva, o guião de perguntas serve apenas de referência, privilegiando-se o discurso livre do entrevistado de forma a apreender a lógica e racionalidade próprias. Deste modo, o recurso ao guião serve apenas o objectivo de orientar de forma menos directiva possível para a temática em estudo. Em função do referencial teórico, a entrevista poderá revelar-se mais aberta no início, com fecho progressivo em torno das questões centrais.

Metodologia de tratamento e análise de dados

No que concerne a metodologia de tratamento dos relatos gravados, a transcrição realiza-se de acordo com as categorias-base do guião de entrevista (Tabela 1.) e unicamente quando relevante para as dimensões de análise. Na fase posterior de análise de dados, prevê-se o uso do método de análise de conteúdo, através da análise categorial e estrutural do discurso com vista aos objectivos propostos. No quadro da abordagem qualitativa, compete-nos ainda propor e organizar “hipóteses explicativas” das relações entre as dimensões estudadas, por intermédio da interpretação transversal dos resultados, cruzando assim a diversidade dos elementos recolhidos. Deste modo, a descrição de processos e dinâmicas interrelacionais específicos do bullying vai permitir a elaboração de propostas de interpretação do sentido daquelas mesmas dinâmicas. O objectivo final visa a construção de um modelo compreensivo da configuração das relações entre fenómenos de agressão, violência e vitimação entre pares na escola e o desenvolvimento de um quadro comportamental desviante.

CATEGORIAS	sub-categorias
Percurso escolar	Experiência subjectiva da escola Espaço recreio/intervalos Caracterização percurso escolar
Ruptura escolar	Reacção da escola Caracterização ruptura escolar
Violência na escola	Experiência de violência na escola Formas mais frequentes de agressão Linha base do comportamento
<i>Bullying</i> na escola	Descrição de um episódio marcante Identificação de papéis Atribuição geral da passagem ao acto Sentido e função do acto Atitude face ao bullying (coping)
Família e outros significantes	Caracterização familiar Dinâmica familiar e regularidade de contactos Suporte emocional à criança Qualidade e estilo educativo Linha base família/escola Atitude parental perante o <i>bullying</i> /abandono escolar
Vinculação social	Socialização secundária Caracterização dos pares Adultos significantes no percurso de vida
Percurso criminal	Delinquência juvenil Trajectória criminal adulta Motivos explicitados Crenças e desejos Expectativas presentes e futuras de vida
<i>Bullying</i> no presente	Percepção retrospectiva global Diferenciação comportamento criança/adulto Influência no presente

Referências bibliográficas

- Baldry, A. C. & Farrington, D. P. (2000). Bullies e delinquentes: características pessoais e estilos parentais. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 1, 2 e 3, 195-221.
- Beck, A.T. (1993). Cognitive therapy. Past, present and future. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 61 (2), 194-198.
- Dominicé, P. (1982). A biografia educativa: instrumento de investigação para a educação de adultos. In A. Nóvoa e M. Finger (Eds.), *O Método (Auto)biográfico e a Formação*. Lisboa: Ministério da Saúde, *Cadernos de Formação* 1, 101-106.
- Finger M. (1989). L'approche biographique face aux sciences sociales : le problème du sujet dans la recherche sociale, *Revue Européenne des Sciences Sociales*, tome 27, 83, 217-246.

- Josso, M-C. (2002). *Experiências de vida e formação*. Lisboa: Educa
- Olweus, D. (1995). Bullying or peer abuse at school: facts and intervention. *Psychological Science*, 4, 6, 196-200.
- Pereira, B. (2001). A violência na escola – Formas de prevenção. In Beatriz Pereira e Adelina Paula Pinto (coords.). *A escola e a criança em risco: intervir para prevenir*, Porto, Asa, 17-30.
- Rigby, K. (2003). Consequences of bullying in schools. *The Canadian Journal of Psychiatry*, 48, 9, 583-590.
- Rijo, D. & Sousa, M. (2004). Gerar percursos sociais (GPS), um programa de prevenção e reabilitação para jovens com comportamento desviante – bases conceptuais, estrutura e conteúdos. *Infância e Juventude*, n.º2, Abril-Junho, 33-74. Lisboa: Instituto de Reinserção Social.
- Safran, J.D. & Segal, Z.V. (1990). *Interpersonal Process in Cognitive Therapy*. New York: Basic Books.
- Seale, C. (1999). Quality in qualitative research. *Qualitative Inquiry*, 5(4), 465-478.
- Smith, P. K. & Sharp, S. (1994). *School bullying: insights and perspectives*. London: Routledge.
- Tremblay, R. E., Masse, B., Perron, D., LeBlanc, M., Schwartzman, A. E., & Ledingham, J. E. (1992). Early disruptive behavior, poor school achievement, delinquent behavior, and delinquent personality: Longitudinal analyses. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 60, 64-72.
- Young, J.E., Klosko, J.S., & Weishaar, M.E. (2003). *Schema Therapy. A practitioner's guide*. New York: The Guilford Press.

Sobre a sociogênese da sociedade e do indivíduo como questões: Um ensaio sobre a crítica à dicotomia sociedade/indivíduo

Mariana Côrtes
Universidade Estadual de Campinas
mariana@prove.ufu.br

Resumo: Discute-se hoje a obsolescência do conceito de sociedade, ora defendendo-se argumentos para sua manutenção, ora para sua supressão. O que nos sugere este debate? De um lado, ele indica, como propõe Strathern, que o conceito de sociedade está em vias de exaustão e que não é mais capaz de organizar o mundo. De outro, pode sugerir que o potencial heurístico do conceito continua vivo e o esforço em provar sua pertinência ou inoperância atesta que a questão que ele implica se mantém atual. Sem tomar partido, propõe-se analisar o próprio debate, retomando o contexto histórico em que o sentido sociológico do conceito de sociedade é forjado, e empreender uma tentativa de construção da gênese social da sociedade como questão, isto é, da sociedade como um problema a ser investigado. Feito isso, pretende-se indagar se as perguntas que foram levantadas naquele momento foram respondidas ou nos encontramos apanhados pelos mesmos dilemas, ainda prementes de soluções. Inspirando nas análises de Elias sobre a sociogênese dos conceitos, pretende-se também, considerando os deslocamentos de sentido que o conceito de sociedade sofre ao longo da sua consolidação, impactado pelas mudanças das figurações sociais que ele descreve, fazer um esforço de contextualizar o debate sobre sua obsolescência na configuração contemporânea. Por último, indaga-se como a problematização do conceito de sociedade sugere uma problematização do conceito de indivíduo, mostrando que seu surgimento está ligado ao nascimento da episteme moderna e sua divisão sujeito/objeto. Nesse tópico, discute-se as críticas a esse modelo epistemológico feitas por Castro e Latour.

Introdução

Discute-se hoje, nos circuitos acadêmicos, a obsolescência do conceito de sociedade. Organizam-se debates, propõem-se moções favoráveis ou contrárias, estudiosos divergem entre si em polêmicas acaloradas, ora defendendo argumentos para a manutenção do conceito, ora para a sua supressão¹. Podemos perguntar: o que sugerem essas discussões? O que denuncia este investimento discursivo em torno da obsolescência do conceito de sociedade? Duas hipóteses opostas podem ser formuladas. De um lado, o debate indica, como propõe Marilyn Strathern (1996), que o conceito de sociedade está em vias de exaustão, que aparece agora, em retrospecto, como um conjunto de truques de analogias e metáforas, e a incongruência de seus pressupostos apresenta-se mais visível quando nos damos conta de que ele não é mais capaz de organizar o mundo, ou, pelo menos, nosso mundo. De outro, pode sugerir o contrário, a disposição de sociólogos e antropólogos em gastar seu tempo e ocupar sua agenda com esta discussão mostra que o potencial heurístico do conceito continua vivo e o esforço em provar sua pertinência ou inoperância atesta que a questão que ele implica se mantém em sua atualidade.

Antes de tomar partido por uma ou outra posição, seria interessante analisar o próprio debate, retomando o contexto histórico em que o sentido sociológico do conceito de sociedade é forjado, e empreender uma tentativa preliminar de construção da gênese social da sociedade como questão, isto é, da sociedade como um problema a ser explicado, investigado

¹ Um exemplo recente desse debate foi o organizado por Tim InGold, que ao propor a pergunta “o conceito de sociedade é teoricamente obsoleto?”, media as posições a favor, de Marilyn Strathern e Cristina Toren, e as contra, de John Peel e Jonathan Spencer. Cf. InGold, T. (1996). *Key debates in Anthropology*. London and New York: Routledge. Ver também o balanço que Eduardo Viveiros de Castro faz em relação a crise contemporânea do conceito antropológico de sociedade. Cf. (2002). “O conceito de sociedade em antropologia”. In: *Inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac & Naify.

e/ou compreendido. Feito isso, pode-se indagar se as perguntas que foram levantadas naquele momento foram respondidas ou nos encontramos até hoje apanhados pelos mesmos dilemas, ainda prementes de soluções. Esta indagação ajudará a fazer uma genealogia histórica dos termos em que se coloca a discussão atual. E inspirando nas análises do sociólogo Norbert Elias sobre a sociogênese das disciplinas científicas² e dos conceitos³, seria interessante também, tendo em vista os deslocamentos de sentido que o conceito de sociedade sofre ao longo da consolidação das ciências sociais, impactado em seu campo semântico pelas mudanças históricas das figurações sociais que ele descreve, fazer um esforço de contextualizar o próprio debate sobre sua obsolescência na configuração social contemporânea. Partindo da premissa que os conceitos se modificam à medida que as figurações sociais se transformam, sendo revistos, reelaborados e até mesmos descartados, pode-se perguntar o que a polêmica sobre a manutenção ou não do conceito de sociedade na teoria social nos diz sobre o momento presente. O que ela revela, o que esconde. Por último, veremos como a problematização do conceito de sociedade sugere também uma problematização do conceito de indivíduo, mostrando que o seu surgimento está estreitamente ligado com o nascimento da episteme moderna e sua divisão sujeito/objeto. Nesse tópico, discutiremos também as críticas a esse modelo epistemológico, feitas por Eduardo Viveiros de Castro e Bruno Latour. Para discutir essas questões, vejamos primeiro o contexto histórico em que a “sociedade” aparece como um problema e como os clássicos da sociologia responderam ao desafio de sua formulação.

Sociogênese da sociedade como questão

Em seu texto “Sociogênese da economia e da sociologia”, Norbert Elias faz uma análise sobre a gênese social da economia e da sociologia como disciplinas científicas no século XIX, mostrando que as duas ciências nascentes guardavam, em seu início, afinidades importantes, pois tinham uma percepção do mercado, no primeiro caso, e da sociedade, no segundo, como conjuntos auto-regulados e dotados de funcionamento autônomo. Os primeiros sociólogos, ainda que não exercessem grande influência mútua, apresentam em seus estudos “similaridades fundamentais”, porque estavam impactados pelas mesmas questões e, quando buscavam respondê-las, “todos conceituavam as mesmas experiências como ‘sociedade’” (Elias, 2006: 185). Algo cuja lógica e dinâmica não podiam ser deduzidas da operação de governo algum. Esta visão só pôde ser formulada porque, a partir do século XIX, o termo sociedade foi sendo gradativamente desvinculado do termo Estado, noções que para os filósofos políticos do século XVIII eram praticamente impossíveis de serem pensadas separadamente. Para os contratualistas, é o Estado que funda a sociedade. É o Estado constitucional e territorial que permite que os seres humanos, por adesão consensual e decisão racional, e através da mediação de um contrato deliberado por todos, instituem o “estado de sociedade”, superando, de forma definitiva, o “estado de natureza”. No século XVIII, os filósofos políticos, como Hobbes, Locke, Montesquieu e Voltaire, ao pensarem sobre as questões sociais – que, naquele momento, só podiam ser percebidas como questões políticas – dirigiam suas reflexões para os membros do governo, buscando influenciá-los em suas decisões e estratégias. Pensar a sociedade era pensar a política, e especificamente os planos, os objetivos e os interesses dos grupos ou facções que assumiam posições de liderança no governo. Ao longo do século XIX, após a Revolução Francesa e com a Revolução Industrial largamente consolidada, foi se tornando cada vez mais difícil se ater a estas explicações, porque as mudanças sociais apresentavam uma radicalidade tão grande que não parecia mais possível entendê-las recorrendo às reviravoltas, artimanhas e caprichos de indivíduos particulares que se encontravam no poder. A sociedade aparecia então aos primeiros sociólogos como um enigma, porque havia uma disjunção entre as intenções dos agentes, principalmente daqueles pertencentes aos quadros políticos, e as consequências dessas mesmas intenções, que tomavam, quase sempre, um curso imprevisto por quem originalmente as formulou. O Estado, originalmente o fundador da sociedade, parecia ter perdido o controle sobre sua criação; esta, rebelde e ingovernável, sugeria suas próprias vontades, “determinada por forças anônimas, e não por pessoas conhecidas” (Elias, 2006: 188). Inatingível pelos desejos das políticas de governo, a sociedade assemelhava-se à natureza, cujas forças eram difíceis de controlar e prever, e não podiam ser inferidas das ações dos indivíduos particulares. Diante dessa aparente desordem, os primeiros sociólogos pretendiam encontrar alguma ordem, pois intuía que, tal como a natureza, haveria algum tipo de curso próprio, auto-regulado, que movia a sociedade em uma determinada direção e não em outra. Daí a preocupação da sociologia nascente em encontrar essa direção, a fé inabalável que pensadores como Comte, Spencer, Marx e Hobhouse tinham num certo desenvolvimento e progresso da humanidade, apoiada numa “visão firme do destino dos homens, uma concepção que representava ao mesmo tempo o que desejavam que a sociedade fosse, o que moralmente julgavam que a sociedade deveria ser e o que profeticamente acreditavam que a sociedade realmente seria” (Elias, 2006: 189,190).

Percebemos, pela análise de Elias, que enquanto a sociedade se encontrava nos quadros cognitivos de reflexão política do século XVIII, ela não tinha uma existência própria. Não possuía um valor heurístico em si mesma, sendo derivada do ato fundador da constituição do Estado e tratada como um “aglomerado de pessoas e ações” (Elias, 2006: 189) cujos destinos eram em grande parte regidos pelas pretensões dos líderes. Não tinha sido, portanto, problematizada como uma entidade separada e independente, dotada de uma lógica imanente, porém desconhecida. É somente quando, no século XIX, a sociedade é percebida como algo indeterminado que ela passa a ser formulada como uma questão. Foi a consciência

² Sobre isso, ver seu texto “Sobre a sociogênese da economia e da sociologia”. In: (2006). Escritos & ensaios, 1: Estado, processo, opinião pública. Neiburg, F. e Waizbort, L. (org. e apresentação). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

³ Sobre isso, ver suas conhecidas análises sobre a sociogênese dos conceitos de civilização e cultura. In: (1994). O processo civilizador, vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Em relação ao conceito de cultura e seus usos, ver as contribuições do antropólogo Adam Kuper. In: (2002). Cultura: a visão dos antropólogos. Bauru, SP: Edusc.

crescente da sua dimensão autônoma e o desafio de superar seu caráter não cognoscível que permitiram a fundação de uma disciplina científica que a tivesse como objeto.

Essa percepção foi acompanhada também das inquietações dos teóricos perante o impacto da emergência da modernidade. Como interpretar os novas contradições, tensões e impasses das sociedades industriais européias para os quais não haviam referenciais precedentes nas sociedades pré-modernas? Não é a sociedade em abstrato que surge como questão, mas são as sociedades modernas, com sua configuração social particular e seu contexto histórico localizado. Assim, investigar a sociogênese do conceito sociológico de sociedade nos ajuda a situar o debate que discute hoje sua obsolescência, chamando a atenção, como veremos mais adiante, que talvez não é o conceito abstrato de sociedade que está em questão, mas o conceito como um instrumental analítico que tem sua origem na tarefa de descrever e apreender as sociedades modernas, e, portanto, nasce atado em seu campo semântico a esta figuração social específica.

Os três grandes fundadores da sociologia, Marx, Durkheim e Weber, lidaram, cada qual ao seu modo, com os dramas da modernidade, respondendo, de maneiras diferentes, a mesma questão: o que é esta nova ordem que surge a partir da experiência do fim das sociedades feudais? Os três forjaram então grandes narrativas que procuravam dar conta da passagem das sociedades pré-modernas para as sociedades modernas, oferecendo arcabouços teóricos que tentavam investigá-la, explicá-la e compreendê-la. Parece-me, portanto, que o sentido sociológico do conceito de sociedade está, em seu surgimento, irremediavelmente marcado pelo impacto dessa passagem, e pela tentativa de dar um sentido para a experiência social, inaugurada com a explosão e radicalização da modernidade no século XIX, de um novo estar-no-mundo, interrogando-se sobre quais eram seus horizontes e perspectivas. A esta experiência deu-se o nome de “sociedade”. E o seu sentido moderno provém, em larga medida, da sua oposição à comunidade, noção que passa a designar um passado mítico que a modernidade destruiu, e que se firma a partir da reação conservadora ao desenraizamento e individualismo crescentes das sociedades industriais européias. Tanto Marx, Durkheim como Weber tematizaram, de uma maneira ou de outra, o fim da “comunidade” (ainda que pudessem não usar o termo) e o surgimento da “sociedade”. E os três, de modos diferentes, impactados pelas extensas e intensas transformações do século XIX, narraram a destruição da “comunidade” e a emergência da “sociedade”, mostrando como essa ruptura expôs, talvez como nunca antes na história da humanidade, a arbitrariedade da condição humana.

Talvez uma das imagens em que isto aparece de forma mais clara encontra-se na célebre frase de Marx & Engels (1999) no ‘Manifesto comunista’, extremamente expressiva da tragédia moderna: “Tudo o que é sólido desmancha no ar, tudo o que é sagrado é profanado, e os homens são finalmente levados a enfrentar com sentidos mais sóbrios suas reais condições de vida e suas relações com outros homens”. O que Marx está querendo dizer? A condição humana foi arrancada do véu naturalizado das representações místicas e religiosas que a havia encoberto durante séculos, que ordenava os seres humanos, os animais, os vegetais e as coisas numa cadeia hierárquica do ser, imóvel e auto-reprodutora. Sua nudez foi exposta. O homem nu e desacomodado viu-se obrigado a olhar no espelho, em sua fragilidade e história em aberto. Despido das máscaras sociais e mentiras gentis, os homens obrigaram-se também a olhar uns para os outros, e perguntarem-se que rumos dariam para suas vidas e a qual destino conduziriam seu curso em conjunto. Essa decisão haveria de ser tomada sem o confortável apego às imagens de mundo religiosas e morais conhecidas, porque a compulsão fástica da sociedade burguesa em varrer as antigas comunidades fechadas e auto-referentes da sociedade feudal havia colocado abaixo tudo que era durável e confiável, e usurpado tudo que era valorado e dotado de halo. Com a aura de santidade ausente, não se pode mais compreender o mundo do ponto de vista teológico, e os homens, reféns em seu corte de relação com os deuses, são obrigados a confrontar-se com essa ausência, e perceberem-se como homens “sem véus” relacionando-se com outros homens, igualmente “sem véus”, nas condições objetivas e subjetivas do processo de “fazer o mundo”.

Não é também isso que diz, de outro maneira, Weber, quando tematiza o “desencantamento do mundo”? Como Flávio Pierucci (2003) recentemente mostrou, o sintagma “desencantamento do mundo” ganha ao longo da obra de Weber dois sentidos, distintos mas complementares. No primeiro sentido, tem-se o desencantamento do mundo promovido pela religião, principalmente em suas variantes monoteístas, quando ela desmágifica o mundo, isto é, despoeva a natureza e as relações humanas da possessão de propriedades, seres ou espíritos mágicos, dessacralizando-as e tornando-as mundanas, com isso desvalorizando o mundo como lugar da aparência e do sofrimento e remetendo a sacralidade para um outro mundo, extra-mundano, divinizado, transcendente e inacessível aos seres humanos. Deste, emite-se, na figura de um deus único e pessoal, uma narrativa metafísico-religiosa de explicação para o mundo, e determina-se as leis e os deveres morais, exigindo dos fiéis devoção e obediência, expressas na regularidade da conduta ética cotidiana. No segundo sentido, que se tornou mais popularizado entre os leitores e divulgadores da obra de Weber, tem-se o desencantamento do mundo promovido pela ciência, quando esta transforma o mundo num mecanismo causal, explicável, previsível e passível de intervenções, retirando do mundo e da experiência humana qualquer possibilidade ou mesmo relevância de se buscar um sentido unitário, capaz de oferecer os fundamentos valorativos para a auto-justificação das condutas e das escolhas. Nesse sentido, a ciência retira da religião o posto de grande fornecedora de sentido para o mundo, e ao não propor nenhum sentido no lugar e até mesmo afirmar a impossibilidade deste, torna os indivíduos desprovidos de narrativas capazes de tornarem inteligíveis, e em alguma medida eticamente compensatórias, suas existências nesse mundo. Sem grandes teodicéias⁴ que expliquem o porquê da

⁴ Teodicéia, para Weber, são as explicações racionalmente coerentes, oferecidas pela religião, para a “distribuição desigual da felicidade individual no mundo”. Cf. Weber, M. (1982). Rejeições religiosas do mundo e suas direções. In: Ensaio de Sociologia. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S. A., p. 404. Sobre **Esta nota continua na página seguinte**

existência de sofrimento, numa tentativa de minorar, ainda que seja impossível eliminar, o sentimento do absurdo do mundo, os indivíduos se vêem, para usar as metáforas de Marx, nus e desacomodados, como estivessem ao léu, sem rumo, sem sentido, sem porquê.

Enquanto Marx diz “tudo que é sagrado é profanado”, Weber proclama “o mundo tornou-se desencantado”. Não quero aqui desconsiderar as profundas divergências teóricas e metodológicas⁵ que o corpus heurístico desses dois pensadores tem, mas mostrar que tanto um como outro estavam impactados pela mesma experiência social e pela mesma questão: a “sociedade” moderna. A consolidação do modo de produção capitalista, a radicalização das contradições sociais expressas nas lutas de classe da sociedade burguesa, a descartabilidade das interações humanas e a inversão dos valores⁶ promovida pela mercantilização das relações sociais, em Marx, e a intensificação do processo de racionalização do mundo, o fortalecimento da dimensão cognitivo-instrumental em detrimento da prático-moral⁷, a autonomização das esferas culturais que disputam o interesse dos indivíduos na luta entre os seus valores últimos, em Weber, oferecem, cada qual ao seu modo, macro-narrativas de explicação das sociedades industriais européias, que surgem motivadas pela mesma inquietação: o fim da “comunidade” (Weber diria “relação comunitária”, Marx talvez preferisse “idiotia rural”) e a conseqüente exposição da arbitrariedade da condição humana na roda viva, repleta de turbilhões e vertigens, da “sociedade” moderna.

Em Durkheim, a mesma questão aparecerá de outra maneira. Em sua sociologia, também há a tensão entre uma ordem que estava em ruínas e outra que estava emergindo mas cujas instituições e lógica de funcionamento ainda não se apresentavam de maneira clara. O processo histórico de destruição das comunidades e de emergência das sociedades modernas estão diretamente conectados, em sua teoria, com a passagem da solidariedade mecânica para a solidariedade orgânica, processo desencadeado pela complexificação da divisão social do trabalho. Em Durkheim, como em Marx e Weber, há uma tensão permanente na avaliação dos horizontes da sociedade moderna. Se em Marx, há uma pulsação dialética entre as potencialidades ao mesmo tempo desumanizadoras e emancipatórias dos processos históricos; em Weber, uma oscilação entre um sentimento de angústia em relação às conseqüências do “desencantamento do mundo” e uma sensação de fatalidade diante dele; em Durkheim (1983) há uma tensão quanto as possibilidades ou não de se construir um novo “cimento social” capaz de ligar os indivíduos nas sociedades industriais européias. De um lado, ele acreditava que as sociedades modernas haviam criado um novo tipo de “cimento social”, não mais aquele fornecido pela “solidariedade mecânica”, próprio das organizações sociais simples, baseado no compartilhamento de traços similares dos indivíduos com os demais membros de seu grupo, mas uma “liga social” fundamentada numa “solidariedade orgânica”, isto é, no vínculo que os indivíduos estabeleciam uns com os outros apoiado na interdependência funcional que os entrelaçava, não por serem dotados dos mesmos atributos, mas porque tinham desenvolvidos habilidades específicas e individualizadas. De outro, inquietava-o o perigo sempre à espreita de que uma ordem social baseada no elogio do indivíduo poderia desmoronar na afirmação dos desejos, vontades e caprichos particulares, redundando num estado de anomia, isto é, na inexistência ou enfraquecimento de freios morais que limitassem a auto-afirmação individual. Essa tensão aparece em sua maneira de tratar teoricamente o individualismo⁸.

De um lado, trata-se do individualismo moral, que tem suas origens no pensamento iluminista do século XVIII, fundado na idéia de uma natureza humana universal e no princípio de que todos os indivíduos têm o direito e as potencialidades de escrever de forma autônoma sua própria biografia e escolher aquilo que vão se tornar. Sua esfera de legitimação é o Estado. De outro, trata-se do individualismo egoísta e anônimo, que tornou-se possível nas sociedades industriais, quando estas prometeram, numa cultura de consumo nascente, possibilidades ilimitadas de fruição e prazer, transformando os interesses individuais em pulsões desregradadas. Sua esfera de legitimação é o mercado. Esse conflito entre dois tipos de individualismo, o moral e o egoísta, desdobrado na oposição entre duas esferas institucionais, o Estado e o mercado, expressa o grande dilema da sociologia durkheiminiana: integração social versus desintegração social, regulação normativa versus anomia, ordem versus desordem. Veremos adiante como essa oposição é recolocado no contexto histórico-social atual quando se discute a obsolescência do conceito de sociedade. Por hora, basta nos atermos para o fato de que, como Marx e Weber, Durkheim só poderia ter se colocado essa questão quando, através do turbilhão de acontecimentos e eventos surgidos a partir da revolução moderna, se expôs, como nunca antes, o quão arbitrária e, em certa medida, fragilizada era a condição humana. Foi a conscientização crescente a respeito dessa fragilidade constitutiva da humanidade que tornou Durkheim particularmente obcecado com a questão da ordem. Foi, dizendo de outra maneira, a ameaça da desordem que fez surgir nele o problema da ordem, central em sua teoria.

o conceito de teodicéia, ver também o capítulo 5 do livro ‘Economia e Sociedade’, vol. 1, intitulado ‘Sociologia da religião (tipos de relações comunitárias religiosas)’. Cf. (2000). Economia e Sociedade. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

⁵ Essas divergências aparecem de forma clara no próprio exemplo dado acima. Enquanto para Marx a profanação do sagrado tem como principal agente e motor a sociedade burguesa e seu ímpeto fáustico, para Weber o desencantamento do mundo tem como resultado um processo histórico-cultural longuíssimo de racionalização do mundo, primeiro pela religião, depois pela ciência, e que tem sua origem no judaísmo antigo e na cultura helênica.

⁶ Sobre isso, ver os comentários de Marshall Berman. Cf. (1986). Tudo o que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras.

⁷ Sobre isso, ver o conhecido texto ‘Ciência como vocação’ e o texto que foi traduzido na versão brasileira como ‘Rejeições religiosas do mundo e suas direções’. Cf. Weber, M. (1982). Ensaio de Sociologia. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S. A.

⁸ Em seu texto “Durkheim e a questão do individualismo”, Anthony Giddens mostra como Durkheim resolve o paradoxo entre sua rejeição ao individualismo como abordagem metodológica para a vida social, de um lado, e o reconhecimento do individualismo como fenômeno social das sociedades modernas, de outro. Para Giddens, Durkheim o resolve dizendo que não há contradição nisso porque o individualismo é uma criação da sociedade e, se existe, é por determinação dela. “Esta última forma, a que Durkheim se referia como “culto do indivíduo”, foi criada pela sociedade: e exatamente esse fato demonstrava a inadequação do utilitarismo com teoria social, porque o que ele tomava como premissa era, na verdade, o resultado de um longo processo de desenvolvimento social”. Cf. Giddens, A. (1998). Política, sociologia e teoria social. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, p. 148.

A forma como isso aparece em Durkheim é particularmente interessante. Nele, a sociedade é um destino inescapável. Não há outra opção para os indivíduos. Se forem entregues a si mesmos, não terão em quem se apoiar. Ao invés de vivenciarem uma liberdade compensatória, irão experimentar uma impotência paralisante, não saberão para onde ir, como agir, nem como significar e apreender os acontecimentos ao seu redor. Não podem nem dar-se o luxo de rejeitar a sociedade, pois essa escolha nem pode ser colocada. Sem ela, não haveria nem mesmo os indivíduos, sua criação, e a possibilidade de sua negação nem poderia ser formulada. A coerção social não é, na sua visão, a força que escraviza os indivíduos, mas a força que os salva de uma “libertação” incapacitante:

O indivíduo se submete à sociedade e essa submissão é a condição de sua libertação. Para o homem a liberdade consiste em não estar sujeito às forças físicas cegas; ele chega a isso opondo-lhe a grande e inteligente força da sociedade, sob cuja proteção se abriga. Ao colocar-se sobre as asas da sociedade, ele se torna, até certo ponto, dependente dela. Mas é uma dependência libertadora; não há nisso contradição (Durkheim, citado por Bauman, 2001: p. 27).

Ou seja, na luta entre sociedade e indivíduos, ordem e desordem, norma e pulsões, os primeiros termos sempre vencem, ou deveriam. E para Durkheim, isso não implica em perda para os segundos, mas ganho. Como ele poderia formular a premência da sociedade se, assim como Marx e Weber, não estivesse impactado com os problemas colocados pelo fim da “comunidade”? Como afirmaria a urgência da ordem se não estivesse inquietado pela ameaça, em todos os sentidos moderna, de sua antítese, a desordem? Como nos alertaria sobre a necessidade peremptória da sociedade se não tivesse intuído as conseqüências perversas da radicalização do individualismo egoísta?

Em Durkheim, como também em Weber, menos talvez em Marx, o conflito sociedade-indivíduo é central. Constitutivo das ciências sociais, percorrendo os debates epistemológicos, teóricos e metodológicos ao longo de sua consolidação no século XX, continua atormentando os ânimos das discussões atuais, incluindo aquelas que polemizam sobre a obsolescência do conceito de sociedade, como veremos.

Em um texto intitulado “O conceito de sociedade em antropologia”, Eduardo Viveiros de Castro (2002) mostra que duas antinomias centrais atravessam o conceito de sociedade nas ciências humanas: natureza versus cultura e/ou sociedade e indivíduo versus sociedade. Nas duas antinomias, trata-se de decidir se a relação é de continuidade ou descontinuidade. No caso da segunda, interessa saber se a sociedade é o prolongamento lógico das ações e interações entre os indivíduos que a compõe (individualismo metodológico, ex. Weber) ou se ela transcende os indivíduos numa realidade supra-individual que os ultrapassa (coletivismo metodológico, ex. Durkheim). Essas duas concepções remetem, em sua origem, as duas imagens que perseguem nossas representações sobre a sociedade desde então. Segundo Castro, trata-se das visões “individualista” e “holista” do social, em outros termos, da *societas* e da *universitas*, ou, da clássica definição de Fernand Tönnies que viemos usando até agora, sociedade (*Gesellschaft*) e comunidade (*Gemeinschaft*). A primeira, para Castro, “se funda na idéia de contrato entre átomos individuais ontologicamente independentes: a sociedade é um artifício resultante da adesão consensual dos indivíduos, guiados racionalmente pelo interesse, a um conjunto de normas convencionais; a vida social está em descontinuidade radical com um estado de natureza, que ela nega e transcende” (2002: 300). Nessa visão, de “inspiração universalista e formalista” (2000: 300), os indivíduos chegam num consenso que é preciso a declaração de um contrato social para que possam viver em conjunto, em oposição a um estado de natureza, que ora era malévolo, ora havia sido perdido. A segunda “se funda na idéia de um todo orgânico preexistente empírica ou moralmente a seus membros, que dele emanam e retiram sua substância: a sociedade é uma unidade corporada orientada por um valor transcendente; ela é um universal concreto onde a natureza humana se realiza” (2002: 300). Essa visão, de “inspiração particularista e substantivista” (2000: 300)⁹ se constitui como rejeição romântica ao Iluminismo, e nega a premissa central da doutrina individualista de que os indivíduos devem se desenraizar de suas pertencas locais e comunitárias, tornando-se livres para afirmar sua individualidade.

A oposição entre estas duas imagens de sociedade nada mais é, me parece, do que a representação, em nível filosófico, sociológico e heurístico, de um conflito que, segundo as argumentações de Zygmunt Bauman, é constitutivo das sociedades modernas: a tensão insolúvel entre comunidade e individualidade, segurança e liberdade. Com o dismantelamento das redes de dependência, lealdade e obrigação que ligavam os indivíduos em laços duráveis nas antigas comunidades da sociedade feudal, prometeu-se que a perda da segurança seria compensada com o ganho da liberdade. Isto é, despregados dos seus antigos pertencimentos identitários, emancipados das rígidas prescrições que os ligavam às suas comunidades de origem em arranjos biográficos “do tipo do berço ao túmulo” (Redfield, citado por Bauman, 2003: 17), os indivíduos poderiam finalmente fazer sua escolhas por sua própria conta e resto, traçando sozinhos os caminhos a seguir e os rumos a tomar. O problema, diz Bauman (2003), é que a promessa moderna da liberdade não foi efetivada para todos, restando uma grande massa de indivíduos expropriados da rede de solidariedade comunitária e reféns da nova ordem competitiva, que não os deixava muita opção a não ser se submeter à rotina monótona e vigiada do trabalho fabril. Estes, não só não alcançaram a liberdade como perderam a segurança¹⁰. Para Bauman (2003), há uma impossibilidade imanente de conciliar segurança e liberdade. Quando acredita ter-se conquistado uma, perde-se a outra. Adquire-se liberdade às custas da segurança, e só se

⁹ Segundo Castro, o modelo holista e organicista da *universitas* fundamentou as bases para o desenvolvimento da antropologia cultural americana, cujo conceito central é a noção de cultura, deitando “suas raízes no Romantismo alemão, nas escolas histórico-etnológicas da primeira metade do século XIX, e diretamente da obra de Boas”. Por sua vez, o modelo individualista e contratualista da *societas* influenciou a antropologia social inglesa, que deriva sua noção de sociedade da sociedade civil dos jusnaturalistas. Cf. (2002). “O conceito de sociedade em antropologia”. In: *Inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac & Naify, p. 301.

¹⁰ Esse drama moderno foi também tematizado pelos clássicos. Em Weber, pela separação entre o negócio e o lar e o predomínio da racionalidade instrumental, isto é, da “ação racional relativa a fins” em detrimento da “ação racional relativa a valores”. Em Marx, como radicalização dos processos de alienação, estranhamento e desumanização.

experimenta a segurança renunciando à liberdade. Isto fica claro na ambivalência constitutiva do individualismo moderno: ora aparece como produtor da emancipação dos indivíduos e da possibilidade de realização da prometida autonomia, ora é visto com temor, porque traz em seu bojo um vetor de “insegurança crescente, fazendo com que todos sejam responsáveis pelo futuro e obrigados a dar à vida um sentido não mais predeterminado a partir de fora” (Fitoussi & Rosanvallon, citado por Bauman, 2003: 25-26). Mas, de outro lado, se os indivíduos rejeitam a promessa da liberdade, eles se vêem obrigados a submeter suas condutas e decisões às prescrições recomendáveis pela moralidade grupal da comunidade. De novo a impossibilidade de ter o melhor dos dois mundos: ganha-se segurança, mas perde-se liberdade. É por isso que, na concepção de Bauman, a melhor metáfora para o curso da história não é a da escada em que se galga degraus, mas a de um movimento pendular que nunca se decide, ora volta-se para a segurança, ora para a liberdade, mas quando pende para um lado, é obrigado a deixar o outro para trás. “Essas duas qualidades são, ao mesmo tempo, complementares e incompatíveis; a chance de entrarem em conflito sempre foi e sempre será tão grande quanto a necessidade de sua conciliação” (2003: 24).

Foi este conflito, próprio da modernidade, que parece ter fomentado as duas concepções de sociedade que vimos acima. Quando os teóricos, na origem de seus pressupostos, conscientes ou irrefletidos, compraram a aposta da promessa da liberdade e da afirmação da individualidade, tenderam a ter uma visão “individualista” da sociedade, acreditando que os indivíduos eram ontologicamente pré-existentes à sociedade e a fundaram conforme seus interesses. Quando, ao contrário, os teóricos desconfiaram da liberdade e da supremacia do indivíduo, intuindo que trariam mais tormentos do que bênçãos, rejeitaram-nas como premissas e postaram-se do lado de uma visão “holista” da sociedade, depositando suas apostas na força maior da sociedade, concebida como a entidade que continha em si as fontes da moralidade coletiva e da “segurança ontológica”, para usar uma expressão de Anthony Giddens, ou, em outros termos, aquela que seria capaz de restaurar a homogeneidade perdida com o fim da comunidade. Oferecendo aos indivíduos, como dirá Durkheim, “uma dependência libertadora”, isto é, uma libertação da insegurança que a experimentação da liberdade traz, a sociedade, na radicalidade da posição durkheiminiana, torna possível o que de outra maneira só poderia ser encarada como uma contradição nos termos: libertar os indivíduos da liberdade!

Partindo da premissa de que as idéias não brotam do nada e seguindo a esteira de Nobert Elias no esforço de identificar a sociogênese dos conceitos e das preocupações teóricas, acredito que o movimento pendular do curso da história que Bauman descreve, irremediavelmente indeciso no conflito insolúvel entre liberdade e segurança, próprio da experiência social das sociedades modernas, é o que, no fundo, fornece a sociogênese para o também persistente impasse constitutivo do corpus epistemológico, teórico e metodológico das ciências sociais, expresso na dicotomia indivíduo/sociedade. Assim, cientistas sociais ora se posicionam de um dos lados do pêndulo teórico, ora empreendem tentativas de compor sínteses entre um pólo e outro. Mas, como observa Viveiros de Castro a respeito dos mais recentes esforços de conciliação dos pólos:

Recordando que cada teoria social já vinda à luz acreditou um dia deter a chave da síntese entre os pólos das antinomias da razão sociológica ocidental, apenas para ser mais tarde acusada de favorecer escandalosamente um destes pólos, resta ver se as neopragmáticas contemporâneas terão de fato escapado de serem mais um mero momento de oscilação perene entre o nominalismo subjetivista da sociedades e o realismo objetivista da universitas (Castro, 2002: 315)

Viveiros de Castro, desconfiando das possibilidades de se escapar da “oscilação perene” entre a sociedade e o indivíduo, o objetivismo e o subjetivismo, a estrutura e ação, nos mostra que os esforços nesse sentido tendem a se mostrar quase sempre inúteis, acusando-se mais para frente a tentativa de síntese de ter caído na afirmação de um dos pólos. Por que esta inescapabilidade da antinomia? Simplesmente porque, até o momento, ainda temos nos mostrado incompetentes em articular os pólos, mas se nos esforçarmos mais, conseguiremos atingir a sonhada síntese? Ou talvez porque o conflito que se dá no plano teórico reflete a tensão que se processa na experiência histórico-social, a inconciliável e difícil oposição que várias das utopias modernas tentaram em vão superar: o divórcio permanente entre a segurança e a liberdade? Se aceitarmos a segunda opção, teremos que admitir que as idéias não têm a autonomia que às vezes gostaríamos que tivessem, e que nosso pensamento, ainda que tendemos a acreditar que surja exclusivamente da nossa cabeça, está quase sempre impactado (e limitado) pelos dilemas e impasses da experiência social em que somos ao mesmo tempo agentes e pacientes. É com essa perspectiva que pretendo, no próximo tópico, fazer um esforço de situar histórica e socialmente o debate que discute hoje a obsolescência do conceito de sociedade, obrigando as idéias a plantar firmemente seus pés no chão, no nosso chão, no nosso presente, na nossa experiência de mundo atual, tal qual a vivemos e sentimos. Para isso, seria interessante trazer uma limitada contribuição para a formulação da sociogênese do debate sobre a obsolescência do conceito de sociedade.

Sociogênese do debate sobre a obsolescência do conceito de sociedade

No tópico anterior, vimos uma pequena tentativa de empreender uma sociogênese da sociedade como questão, isto é, de investigar quais foram as transformações históricas que permitiram que surgisse uma disciplina científica que se interrogasse sobre a sociedade, inquieta que estava pela exposição de sua dimensão indeterminada, arbitrária e permanentemente em aberto. Vimos também que a oposição entre sociedade e indivíduos tem também uma sociogênese, que se localiza na luta sem trégua entre segurança e liberdade, própria do pathos moderno que ora flerta com uma, ora com outra. Em debates mais recentes, discute-se sobre a possibilidade de dispersarmos teoricamente o conceito de sociedade, se, enfim, não seríamos capazes de pensar o “social” sem recorrer à “sociedade”. Não cabe aqui, nos limites deste trabalho, retomar

todos os argumentos que os autores apresentam, ora para fundamentar sua posição a favor da obsolescência, ora para afirmar sua posição contra¹¹. Deterei-me nos argumentos apresentados por Marilyn Strathern (1996) favoráveis à obsolescência do conceito, propondo em seu lugar uma perspectiva mais relacional, viabilizada pelo uso da noção de socialidade, e na retomada que Bruno Latour empreende de um dos fundadores da sociologia que foi gradativamente esquecido ao longo da consolidação das ciências sociais no século XX, o sociólogo Gabriel Tarde, que em sua “monadologia”, argumenta contra a operatividade do conceito de sociedade.

Para Strathern (1996), um dos principais problemas com o conceito de sociedade são os outros conceitos que surgiram como seus corolários, como, segundo ela, o de indivíduo. Para ela, ambos são problemáticos, porque são pensados como entidades autônomas, ontologicamente independentes. Ora, conforme para que lado o pêndulo recai, como vimos, a ênfase é na sociedade como entidade abstrata que pré-existe ontologicamente aos indivíduos, fundadora de uma ordem que os transcende (visão holista), ora a ênfase são nos indivíduos que, como seres auto-referentes, são anteriores, em sua substância e em seu ser, às relações sociais que só posteriormente contrairão com os outros indivíduos, construindo assim o que se chama sociedade (visão individualista). Sua objeção aos dois conceitos parte da observação de que quando concebidos como entidades separadas e conflitantes, torna-se impossível pensar, tanto numa visão como na outra, as relações sociais, porque se o que existe primariamente é a “sociedade-coisa” ou os “indivíduos-coisa”, as relações são mera derivação destas duas substâncias, não tendo em si mesmas nenhum valor heurístico. Assim, ao se opor ao conceito de sociedade, em sua pretensão abstrata e transcendente, Strathern não quer propor, como contrapeso, os indivíduos, fazendo de novo o pêndulo tornar a pender para o lado oposto e retroalimentando a recalcitrante dicotomia. Tentando evitar o balanço permanente do pêndulo, e afirmando que ele se tornou contraprodutivo, Strathern aposta na noção de socialidade, que não deposita sua força motriz nem na sociedade nem nos indivíduos, mas nas relações sociais. No limite, na sua concepção, não existe sociedade nem indivíduos, mas relações sociais.

Mas segundo Strathern, para além de uma crítica meramente teórica, o grande problema com o conceito de sociedade foi o uso político perverso que seu caráter reificante e abstrato tornou possível. Trata-se do súbito desaparecimento da sociedade anunciado pela primeira-ministra britânica Margaret Thatcher, que condensou e sintetizou numa única frase o clima dominante do nosso tempo: “There is no such thing as society. There are individual men and women and there are families” (“Não existe essa coisa de sociedade. O que há são homens e mulheres individuais e suas famílias”). Para Strathern, Margaret Thatcher, a embaixatriz do neoliberalismo, só poderia ter formulado esta frase porque o conceito de sociedade tornou-se tão distante das relações e interações sociais concretas, que ficou fácil descartá-la como coisa impalpável e, portanto, sem qualquer realidade. Assim, o nosso longo investimento histórico no conceito de sociedade como entidade supra-individual acabou tendo como resultado o desastre político que agora presenciamos, que ela descreve e enumera nas seguintes seqüências centrais: 1) “as motivações individuais aparecem como a única realidade”; 2) estamos submetidos a “um regime político que tenta varrer as coletividades que mediavam a relação entre o estado e os cidadãos, e as organizações que promoviam interesses específicos”; 3) “vivemos num regime que quer tornar invisível qualquer forma de relacionamento social que não pode ser modelado como interações entre indivíduos” (1996: 65). Ao descartar a sociedade como algo irreal e sem corpo, ficou fácil afirmar o indivíduo, a única realidade existente: corpos que consomem. Em suma: o neoliberalismo é o resultado direto do conceito abstrato de sociedade. Veremos adiante os problemas desse argumento.

Bruno Latour, em seu texto “Gabriel Tarde and the end of social” (2001), recupera um autor, segundo ele, negligenciado em sua posição como um dos fundadores da sociologia, Gabriel Tarde. E afirmando-se como um descendente direto de sua teoria, apresenta, como Strathern, uma crítica à dicotomia sociedade/indivíduo, usando como inspiração a proposição teórica de Tarde, estranha à primeira vista: a “monadologia”. Segundo Tarde, um pouco prenunciando Strathern, não existem sociedades nem indivíduos. Existem mônadas. Entidades que apesar de não serem materiais, palpáveis, concretas, são dotadas de uma dimensão materialista, ou seja, são anti-idealistas. Ele explica: não são materiais, porque se movem segundo forças não materiais, mais precisamente por “fé” e “desejo”, mas são ao mesmo tempo materialistas, porque o que as impulsiona não é uma entidade abstrata e transcendente, como o ‘Espírito Absoluto’ de Hegel ou a Razão Universal iluminista. “Não são guiadas por nenhum objetivo superior, nenhum grande plano, nenhum telos” (Latour, 2001: 3). E, na ausência de uma potência que as ultrapassa, lutam entre si pela imposição de seu próprio objetivo vislumbrado e privado. Para Tarde, a dicotomia macro/micro não faz sentido, porque a chave para se entender o macro é o micro, como se este contivesse aquele – cada mônada contendo em si mesma tudo que existe. Assim, não se precisa procurar fora o que existe dentro: na multi-versalidade de cada mônada. Com essa noção, Tarde recusa-se a trabalhar com a idéia de indivíduo, posto que ele não existe como uma entidade auto-referente: “um cérebro, uma mente, uma alma, o corpo são em si mesmos compostos por uma miríade de ‘pequenas pessoas’ ou agências, cada uma delas dotada de fé e desejo, e promovendo ativamente sua própria e total versão do mundo” (Latour, 2001: 4). As lutas e concorrências que vemos na esfera macro, aparentemente de fora da nossa própria existência, existem dentro da esfera micro, porque no interior de cada mônada, forças antagônicas rivalizam entre si, cada qual colocando suas vontades frente à outra. Assim, mais do que combater o social, Tarde o torna irrelevante. Se o micro contém o macro, é desnecessário ir até ele, basta observar o primeiro. Não só irrelevante, como empobrecido. Para Tarde, as entidades menores são mais complexas, ricas e diferenciadas que as maiores, e

¹¹ Para ver uma discussão em detalhes, consultar o debate organizado por Tim InGold, em que ele media as posições favoráveis à obsolescência, de Marilyn Strathern e Cristina Toren, e as posições contrárias, de John Peel e Jonathan Spencer. Cf. (1996). Key debates in Anthropology. London and New York: Routledge.

quando se pula das primeiras para as segundas, o que se tem não é ganho, mas perda. As leis de Estado, as regras gramaticais da língua, as convenções sociais são apenas versões mais simples, estandardizadas, homogeneizadas dos objetivos privados que uma ou mais mônadas obtiveram sucesso em impor sobre as demais. Mas mesmo quando outras mônadas admitem a manutenção desses interesses privatizados, elas só o fazem por um curto espaço de tempo, pois consente com eles por meio de apenas um dos seus lados: seus outros lados se mantêm impertinentes e subversivos, permanentemente dispostos a virar as regras do jogo e embaralhar as cartas de novo. Não guardando lealdade à “totalidade”, podem, com relativa facilidade, “escapar do mundo que elas contribuem para constituir” (Latour, 2001: 6). Como cedem ao conjunto apenas uma pequena parte de sua natureza, as mônadas, heterogêneas e multi-versais, dotadas de potências ainda não ativadas, podem lutar contra o poder coletivo – um ser artificial desprovido de uma realidade própria, contando para existir com um consentimento temporário e parcial. Segundo Latour, Tarde nos apresenta uma “imagem extraordinária de uma ordem social constantemente ameaçada pela iminente decomposição porque nenhum dos seus componentes é parte completa dela” (2001: 6). Vemos então o quão distante está a visão tardiana da durkheiminiana. A “grande e inteligente força da sociedade” de Durkheim aparece aqui frágil, caindo aos pedaços, como um monstro mal costurado, com linhas soltas, um Frankenstein composto de pedaços e partes de outros corpos, outros seres, em frangalhos, custando para se manter em pé e superar em vão a fatalidade de sua aparência espicaçada.

Podemos, encabulados, perguntar: como duas versões tão díspares sobre o social, a de Tarde e a de Durkheim, surgiram na mesma época? Não há contradição nisso, porque as duas posições refletem a ambivalência do próprio contexto histórico da modernidade, problematizada através da tensão insolúvel entre liberdade e segurança. De um lado, em Durkheim, a sociedade é a potência superior que salva os indivíduos da indeterminação paralisante da liberdade sem direcionamento; de outro, em Tarde, ela é desvelada em sua fragilidade, em sua precariedade imanente, podendo desmoronar a qualquer momento, despedaçando em suas partes, despregadas pelas suas costuras corroídas, e são as entidades menores, as mônadas, que desfilam sua exuberante liberdade, sua incontida multi-versalidade. O primeiro recusa a “liberdade” e agarra com unhas e dentes a “segurança”, o segundo despreza a “segurança” e aventura-se no desafio da “liberdade”. Ambos estão impactados pela mesma questão, mas suas respostas foram opostas. O problema da arbitrariedade da condição humana foi encarado por cada um de maneira diferente. Enquanto Durkheim a rejeitou e procurou superá-la recorrendo à ordem da sociedade, esta “segunda natureza”, em sua aceitação; Tarde, ao contrário, abraçou-a, e ao invés de fugir da ambigüidade das coisas, as admitiu como constitutivas das mesmas.

Apesar de estarem envolvidos com o mesmo problema, sabemos que uma das versões ganhou mais legitimidade do que a outra. Segundo Latour, “Durkheim tornou-se o principal representante da disciplina científica sociologia enquanto Tarde foi relegado a posição prestigiosa mas irrelevante de precursor – e nem considerado um muito bom, uma vez que ele ficou para sempre marcado com o pecado do “psicologismo” e do “espiritualismo”” (2001: 1).

Latour propõe então um esforço de imaginar como o campo das ciências sociais teria se constituído ao longo do século XX se as idéias de Tarde e não as de Durkheim tivessem sido tomadas como os pressupostos teóricos da emergente sociologia. Mas acaba argumentando que talvez isto não tivesse sido mesmo viável, e é provável que um contexto histórico completamente diferente do seu próprio precisasse se configurar para que Tarde fosse finalmente entendido. O que mudou de lá para cá para que as idéias de Tarde recebessem um novo interesse? Por que elas fazem mais sentido agora, como sugere Latour, do que na época em que rivalizava com Durkheim? Essas questões nos remetem de novo ao problema da sociogênese das idéias e das preocupações teóricas. É provável que uma elaboração teórica que propunha a não delimitação das fronteiras (não há divisões entre a natureza e a sociedade, entre os indivíduos e a sociedade), tivesse dificuldades de ser aceita numa época em que a sociologia precisava se afirmar como ciência em contraposição com as outras disciplinas em vias de consolidação, como a biologia e a psicologia. Mas além dessa dificuldade de ordem institucional, havia um problema de ordem social e política. No contexto histórico em que Durkheim e Tarde escrevem, a sociedade e o Estados modernos nascentes estavam diante do desafio de afirmar sua institucionalidade e sua permanência contra a sociedade anterior, cujos traços precisavam ser definitivamente transformados em ruínas, era preciso “destruir os sólidos” para construir novos “sólidos”, mais firmes, mais eficientes e preferivelmente feitos para durarem para sempre. Era imperativo ordenar a sociedade, nada poderia ser deixado ao acaso, nada poderia seguir seu fluxo espontâneo e não-governável. Havia de se lutar permanentemente contra o curso irracional e desmedido da condição humana; era necessário se antecipar a ele; planejar o futuro! – não deixá-lo à mercê das coisas humanas. As palavras do dia eram: controle, projeto, manipulação, administração, planejamento (Bauman, 2001). Diante desse imperativo, como legitimar um postulado teórico que anunciava a possibilidade sempre presente do desmoronamento da ordem social pela ameaça constante da rebeldia de mônadas insurgentes? Como aceitar uma sociologia que não delimitava fronteiras entre a natureza e a sociedade, que afirmava que todas as coisas do mundo, incluindo os seres humanos, eram dotadas de potências imponderáveis, movidos por nada mais do que “faith” e “desire” (fé e desejo), seguindo direções imprevisíveis e múltiplas, sem nenhum “superior goal” (objetivo superior), “grand design” (grande plano) ou telos? Como admitir essa visão sociológica se naquele momento a sociedade moderna estava tentando impor para si mesma justamente o contrário: um objetivo superior, um grande plano e um telos a seguir?

Se hoje, diferentemente, as idéias de Tarde ressoam nos nossos ouvidos com mais empatia, resta nos perguntar: o que mudou? Acompanhando ainda as sugestões de Nobert Elias sobre os deslocamentos de sentido que as idéias sofrem em seu campo semântico à medida que as figurações sociais mudam, responderíamos: o contexto. Não parece ter sido justamente ele que se transformou quando Margaret Thatcher recentemente pôde declarar, impune e sem culpa: “não existe essa coisa de sociedade”? A pergunta que interessa então é: como esta frase tornou-se possível, até mesmo proferível? Para Strathern,

como vimos, isso ocorreu porque a abstração da noção de sociedade permitiu que esta fosse jogada fora como algo irreal e sem fundamento. Mas daí, podemos questionar, se o problema fosse apenas o caráter abstrato e reificante do conceito de sociedade, postulado desde o século XIX, por que esta frase não foi proferida antes, em outro contexto, por outra figura eminente do cenário político mundial?

Não foi porque durante muito tempo, ao longo da consolidação da modernidade no século XIX e XX, a noção de sociedade fazia todo o sentido para os fundadores e gerentes da nova ordem moderna. Afinal, eles a estavam planejando na prancheta, convocando militares, cientistas, artistas, médicos, engenheiros, arquitetos, e discutindo em suas salas de reunião como ela deveria ser e o que deveriam fazer para concretizar a sua visão. Não só fazia sentido, como se batia no peito para falar em seu nome! Em nome da sociedade! E a sociedade que se pensava era a imagem de um grande universitas, isto é, um todo orgânico e supra-individual, responsável por unir a trajetória biográfica dos indivíduos, nomeados nesse momento como cidadãos, aos projetos e planos da construção da nação¹², conectando “as políticas de vida conduzidas individualmente” às “ações políticas de coletividades humanas” (Bauman, 2001: 12).

É justamente essa conexão que foi interrompida em tempos atuais. E isto Strathern descreve com clareza quando argumenta que “vivemos sob um regime político que tenta varrer as coletividades que mediavam a relação entre o estado e os cidadãos” (1996: 65). De fato, do tempo em que a sociedade era um projeto coletivo e um objeto de intensas e acaloradas discussões pelos engenheiros e planejadores da ordem social moderna, para os dias de hoje, muita coisa mudou. Segundo Bauman (2001), duas transformações centrais ocorreram: 1) “a primeira é o colapso gradual e o rápido declínio da antiga ilusão moderna: da crença de que há um fim do caminho em que andamos, um telos alcançável da mudança histórica, um Estado de perfeição a ser atingido amanhã, no próximo ano ou no próximo milênio, algum tipo de sociedade boa, de sociedade justa e sem conflitos em todos ou alguns de seus aspectos postulados” (2001: 37); 2) a segunda é a privatização das “tarefas modernizantes” (2001: 38), isto é, os deveres outrora públicos foram gradativamente desvinculando-se da competência do Estado-nação e de seus aparelhos de intervenção e garantia de direitos, e transferindo-se para os ombros agora pesados e aflitos dos indivíduos. Estes, abandonados à própria sorte e órfãos da “sociedade protetora”, foram obrigados a depositar suas apostas em si mesmos, contando com seus próprios recursos e assumindo sozinhos a responsabilidade dos seus sucessos e fracassos.

Estes processos sociais foram em parte também enumerados por Strathern. No entanto, sua argumentação tem um problema, pois ela localiza a culpa de toda esta transformação social, política e econômica – que poderíamos chamar, se quiséssemos usar estes termos, de radicalização do projeto neoliberal e declínio do modelo “sólido” de sociedade do Estado do Bem-Estar – na abstração do conceito de sociedade. Esse argumento nos conduz a uma supervalorização das idéias e do poder que elas têm, porque supor que a construção heurística do conceito de sociedade, que nos levou a depositar nele um caráter excessivamente reificado e transcendente, foi o responsável pelo surgimento do neoliberalismo, é superestimar o alcance dos debates acadêmicos e o impacto que os conceitos teóricos adquirem na configuração social mais ampla. Antes, pode-se dizer, foi o contrário que se deu. Foram as mudanças recentes na figuração social, concretizadas a partir da implantação da política econômica neoliberal, responsável por desarticular as atribuições antes públicas e individualizar problemas sociais, é que fomentaram as discussões teóricas atuais sobre a impropriedade do conceito de sociedade. Foi a percepção do esvaziamento da noção coletivista de sociedade e seu desmoronamento atual nos processos sociais que priorizam a auto-afirmação dos indivíduos, suas necessidades e aspirações, em detrimento da afirmação de um sentido público, que forneceu a sociogênese do debate teórico que postula a inoperância do conceito de sociedade. Talvez, então, só poderíamos falar em fim do conceito de sociedade porque experimentamos na nossa vida diária e na observação do mundo ao redor o fim de um modelo particular de sociedade, que por muito tempo nos pareceu firme e durável, com os pés bem plantados no chão. Este, agora em frangalhos, como o “monstro” societário de Tarde, está descosturando suas emendas e esfacelando os pedaços que precariamente antes o botavam em pé, e a sua figura vai perdendo a nitidez; em sua imagem, não conseguimos mais vislumbrar qualquer forma, e o que vemos, aos poucos, em sua crescente desfiguração, são as partes soltas e despregadas, ainda um pouco assustadas com sua nova condição, mas ao mesmo tempo alimentando a esperança de respirar novos ares, na aventura e na insegurança acrescida de serem apenas partes.

Partes, não todo. Indivíduos, não sociedade. É como diz Bauman, “no mundo dos indivíduos há apenas outros indivíduos” (2001: 39). Não é à toa, portanto, que a imagem do social de Tarde reaparece hoje com sentido renovado. Que melhor metáfora para o mundo atual do que a de mônadas que, na ausência de um “superior goal”, um “grand design” e um telos a ser alcançado, lutam, ávidas em sua concorrência, por impor umas às outras seus “objetivos privadamente visionados” e sua “própria e total versão do mundo”?

Com isso, tendo a considerar que os debates sobre a obsolescência do conceito de sociedade atualizam, para o mundo contemporâneo, o dilema permanente das ciências sociais, que desde a sua constituição se expressa pela tensão insolúvel entre segurança e liberdade, no plano concreto das relações sociais, e pela oposição entre as visões holista e individualista, no plano conceitual. A dissolução do sentido do social, e a perda da segurança fornecida pela “grande e inteligente força da sociedade”, na ênfase de Durkheim, sugerem que se tornou impertinente falar “a sociedade”, que esta dissipou-se definitivamente nas lutas privadas dos indivíduos, num ressurgimento inesperado do darwinismo social¹³. Esta

¹² Eduardo Viveiros de Castro mostra, em seu texto “O conceito de sociedade em antropologia”, que a visão holista da universitas tem como “problema típico” “o da integração cultural de um povo enquanto Nação”. Cf. (2002). A inconstância da alma selvagem. São Paulo: Cosac & Naify, p. 300.

¹³ Sobre isso, ver Pierre Bourdieu. Cf. (1998). Contra fogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

palavra, cujo sentido era tão forte na época dos planos megalomaniacos de construção da ordem moderna, soa agora esmaecida. No entanto – e talvez seja isto que não devemos perder de vista – os conceitos nas ciências sociais são quase sempre ambivalentes. Pulsam, em suas tentativas de significar o mundo, as tensões que são próprias do mundo. Assim, o conceito sociológico de sociedade, quando surge, tendo à sua frente o desafio de narrar o fim da comunidade e a emergência da modernidade, ele já aparece com esta ambigüidade constitutiva: ora a sociedade é uma entidade supra-individual e todopoderosa que salva os indivíduos da contingência da condição humana (Durkheim), ora é uma espécie de “boneca de pano”, composta por retalhos, mas cuja aparente realidade só pode ser sustentada se os indivíduos investirem nela suas forças e interesses (Tarde). Os deslocamentos de sentido que o conceito sofreu, ora enfatizando um aspecto, ora outro, inextricavelmente interligados, parece-me que expressam as mudanças que ocorreram nas figurações sociais, que ora afirmaram o impulso totalitário, homogeneizante e uniformizante da “ordem social” sobre a “liberdade individual”¹⁴, ora afirmaram o indivíduo, suas pulsões e desejos, em detrimento da busca por qualquer ordem durável, estável e segura.

Com isso, não pretendo dizer que estamos condenados a reproduzir eternamente os mesmos dilemas e dualismos, sem nada acrescentar. Ao pensarmos sobre os mesmos, o fazemos de uma nova perspectiva. Como sugere Eduardo Viveiros de Castro, em sua crítica aos “dós-de-peito dos antropólogos pós-estruturalistas, quando anunciam a superação miraculosa de qualquer vestígio de dualismo em seus próprios discursos¹⁵” (2002: 17), os dualismos parecem ser mesmo inescapáveis. Mas isso não quer dizer que devemos desistir de superá-los, porque sempre que tentamos, ainda que em vão, nós, ao menos, os fazemos mudar de lugar. É o que dizem Deleuze & Gattari, citados por Viveiros de Castro (2002: 18):

Não invocamos um dualismo senão para recusar um outro. (...) A cada momento, são necessários corretores cerebrais que desfaçam os dualismos que não quisemos fazer, e pelos quais passamos. Chegar, assim, à fórmula mágica que buscamos todos: PLURALISMO = MONISMO, passando por todos os dualismos que são o inimigo, mas o inimigo absolutamente necessário, aquele móvel que não cessamos de mudar de lugar (Deleuze & Guattari, 1980: 31).

As discussões em torno da obsolescência do conceito de sociedade, ainda que remetam aos dilemas constitutivos das ciências sociais, mexeram na casa e trocaram a posição dos móveis, “mudando de lugar” e recolocando, em outros termos, a dicotomia indivíduo/sociedade. Ao discutirem a impropriedade teórica da noção “sociedade”, também deslocaram e arrastaram do seu lugar heurístico habitual a noção “indivíduo”. A sociedade como questão, como vimos no primeiro tópico, tem uma gênese social. O mesmo se dá com o indivíduo como questão. E pensar a sociogênese do indivíduo é indagar também sobre a sociogênese da separação entre o sujeito e o objeto. A elucidação sobre essa conexão ajuda a entender como esta separação deitou raízes fundas e difíceis de serem arrancadas na maneira como concebemos o mundo. Vejamos a seguir essas questões, e como Viveiros de Castro e Bruno Latour sugerem uma crítica à dicotomia indivíduo/sociedade ao problematizá-las, cada qual ao seu modo, os fundamentos epistemológicos da razão ocidental, expressos na divisão sujeito/objeto.

Crítica à distinção sujeito/objeto como crítica à dicotomia indivíduo/sociedade

Em um texto intitulado com o sugestivo nome “As estátuas pensantes”, Nobeit Elias (1994a) se indaga sobre a relação entre a sociogênese do indivíduo como uma entidade distinta, independente e até mesmo oposta do seu grupo e a sociogênese da epistemologia moderna que separa o sujeito cognoscente dos objetos cognoscíveis. Para Elias, esta separação, formulada de forma paradigmática por Descartes na famosa frase “Penso, logo existo”, só foi possível porque no plano das relações sociais concretas, vinha ocorrendo um processo histórico de longa duração, estudado por ele como o “processo civilizador”¹⁶, que desde os séculos XV, XVI e XVII promovia na Europa um “avanço mais generalizado da individualização” (1994a: 85). Este processo impôs gradativamente uma modificação nos estilos de vida social, fazendo com que o controle externo das autoridades estatais, religiosas e morais passasse a ser cada vez mais internalizado como autocontrole, como restrição à exposição espontânea das emoções e contenção das pulsões, obrigando os indivíduos – por meio do exercício do sentido do olhar mais do que do cheirar, tocar, pegar – a pensar antes de agir. “O desprendimento no ato de observar os outros e se observar consolidou-se numa atitude permanente e, assim cristalizado, gerou no observador uma idéia de si como um ser desprendido, despregado, que existia independentemente de todos os demais” (1994a: 91). Nascia assim o indivíduo. Este afastamento, que se referia inicialmente ao circuito de relações imediatas, consolidou-se como um “desprendimento universal do indivíduo” (1994a: 81). E o ato de observar/pensar foi deixando de ser apreendido como uma ação e passando a ser apreendido como uma substância, isto é, um componente constitutivo do ser humano, “semelhante ao coração, ao estômago ou ao cérebro, uma espécie de substância insubstancial” (1994a: 81). Tornando-se de tal forma imanente que foi retirado da sua relação com o mundo de fora, e concebido como uma propriedade que existia de forma independente no mundo de dentro, no interior da cabeça dos seres humanos. Daí a idéia de uma “inteligência”, de “uma razão”. Esse apartamento do mundo permitiu que Descartes creditasse a sua existência como ser humano ao ato de pensar, necessitando, para tanto, apenas de si próprio, sozinho e ensimesmado na sua apreensão do mundo, tornando irrelevante a partir daí considerar os outros e as relações como fundantes da definição do eu e do ser. O nascimento do indivíduo

¹⁴ Cujo exemplo limite são os regimes totalitários, como o nazismo, fascismo, stalinismo.

¹⁵ Sobre isso, ver o manifesto de Donna Haraway contra os dualismos. Cf. (1994). Um manifesto para os cyborgs: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80. In: Holanda, H. B. (org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco.

¹⁶ Sobre o processo civilizador, ver seus livros “O processo civilizador”, vol. 1 e 2. Cf. (1994b). O processo civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2 vol.

possibilitou a criação da epistemologia moderna, fundada na separação radical entre o sujeito que conhece e um mundo objetificado a ser conhecido. Elias oferece uma imagem particularmente impactante disso na parábola das “estátuas pensantes”, que nos revela que por trás da nossa pretensão megalomaniaca de conhecer a realidade, esconde o ridículo e o patético da nossa condição: o “abismo” “intransponível” entre nós e o mundo, cuja distância é preenchida pela ausência volumosa de uma profunda solidão e impotência. Vale a pena transcrever o trecho:

À margem de um largo rio, ou talvez na encosta íngreme de uma montanha elevada, encontra-se uma fileira de estátuas. Elas não conseguem movimentar seus membros. Mas têm olhos e podem enxergar. Talvez ouvidos, também, capazes de ouvir. E sabem pensar. São dotadas de “entendimento”. Podemos presumir que não vejam umas às outras, embora saibam perfeitamente que existem outras. Cada uma está isolada. Cada estátua em isolamento percebe que há algo acontecendo do outro lado do rio e do vale. (...) Tudo o que sabe provém de sua própria experiência. Ela sempre foi tal como é agora. Não se modifica. Enxerga. Observa. Há algo acontecendo do outro lado. Ela medita nisso. Mas continua em aberto a questão de se o que ela pensa corresponde ao que lá está sucedendo. Ela não tem meio de se convencer. É imóvel. E está só. O abismo é profundo demais. O golfo é intransponível (Elias, 1994a, 97).

Somos feitos de matéria inflexível, parece dizer Elias. Somos de mármore. Estamos presos. Não por uma força externa que impediu nosso movimento, mas por nós mesmos. Encerramo-nos nos grilhões mais difíceis de quebrar, a “ossatura” dura da nossa “inteligência”¹⁷. Somos de mármore.

De outro material, diz perplexo o padre Antônio Vieira, no Sermão do Espírito Santo, em 1657, citado por Viveiros de Castro (2001), parecem ser feitos os índios da América. Antônio Vieira, fazendo uso também da estátua como parábola, mas para provar outro ponto, explica que existem dois tipos muito diferentes de estátuas, umas de mármore, umas de murta:

A estátua de mármore custa muito a fazer, pela dureza e resistência da matéria; mas, depois de feita uma vez, não é necessário que lhe ponham mais a mão: sempre conserva e sustenta a mesma figura; a estátua de murta é mais fácil de formar, pela facilidade com que se dobram os ramos, mas é necessário andar sempre reformando e trabalhando nela, para que se conserve. Se deixa o jardineiro de assistir, em quatro dias sai um ramo que lhe atravessa os olhos, sai outro que lhe descompõe as orelhas, saem dois que de cinco dedos lhe fazem sete, e o que pouco antes era homem, já é uma confusão verde de murtas (Antônio Vieira, citado por Viveiros de Castro, 2002: p. 184).

Antônio Vieira diz então – explicando as diferenças de recepção da palavra evangélica pelos povos – que tem nações que são como o mármore, “duras, tenazes, constantes”, apresentam grande resistência à recepção da fé, mas depois de muita dificuldade, rendem-se a ela, e “ficam firmes e constantes, como estátuas de mármore: não é necessário trabalhar mais com elas”. Há outras, prega Vieira, que são como a murta:

Há outras nações, pelo contrário – e estas são as do Brasil – que recebem tudo o que lhes ensinam com grande docilidade e facilidade, sem argumentar, sem replicar, sem duvidar, sem resistir; mas são estátuas de murta que, em levantando a mão e a tesoura o jardineiro, logo perdem a nova figura, e tornam à dureza antiga e natural, e a ser mato como dantes eram (Antônio Vieira, citado por Viveiros de Castro, 2002: p. 184).

Essa parábola expressa, de maneira excepcional, um tema recorrente da literatura jesuítica sobre os ameríndios: a inconstância da alma selvagem. Como pode uma gente ouvir com diligência e alegria a palavra de Deus num minuto, mostrando-se interessados e receptivos, como se fossem tomar aquilo como a nova direção de suas vidas, e no outro, esquecer de tudo e voltar displicentemente para seus “costumes bárbaros”, “dando ouvidos às fábulas dos antepassados” e acreditando na palavra do pajé como certa. Os jesuítas se viam de um grande problema: como converter essa gente que “depois de crer, são incrédulos” (Vieira, 1657)? Hoje a pergunta é recolocada: como compreender uma alma inconstante, uma alma feita de murta, e não de mármore, como as nossas? Para Viveiros de Castro, concordando com Vieira, trata-se mesmo de uma diferença radical. E ela incide na maneira como europeus e ameríndios concebiam sua relação com o outro. Segundo ele, enquanto para os europeus a diferença dos ameríndios era insuportável, restando apenas duas soluções no trato com eles, o extermínio físico ou a assimilação cultural, tendo, um ou outro, como resultado a destruição da diferença. Os ameríndios, ao contrário, desejavam os europeus justamente por serem uma “alteridade plena”, uma possibilidade renovada de “autotransfiguração”, de tornar-se o outro, não eliminá-lo, alargando assim as potencialidades da condição humana, ou até mesmo, como dirá Viveiros de Castro, ultrapassando-a. Essa enigmática “abertura para o outro”, tão distante da nossa disposição com a alteridade, só pode se tornar compreensível se entendemos que, nas sociedades ameríndias, o valor a ser afirmado não é o da “identidade substancial” mas o da “afinidade relacional”. No encontro com o outro, não se trata de afirmar compulsivamente a própria identidade, a própria substância, a própria natureza, aquilo de que somos feito, mas “transformar a identidade”, alterar a substância, modificar a natureza. Ao invés de se considerar completos e plenos, como as “estátuas pensantes” de Elias, auto-centradas e indiferentes à existência de outras como elas, os ameríndios afirmavam-se constitutivamente incompletos, cuja incompletude só podia ser superada na relação com a alteridade, na socialidade com os outros. “Trava-se, em suma, de uma ordem onde o interior e identidade estavam hierarquicamente subordinados à exterioridade e à diferença, onde o devir e a relação prevaleciam sobre o ser e a substância” (Viveiros de Castro, 2002: 221). É essa diferença fundamental que demarca para Viveiros de Castro porque nós somos feitos de mármore, e os ameríndios, de murta. Como vimos, a epistemologia moderna funda-se, com Descartes, na crença que a definição de si não precisa ser mediada pela relação com o outro. Na frase “Penso, logo existo”, não há outros, só o eu. A substância vem antes de qualquer

¹⁷ Para usar um termo de Durkheim. Cf. (1983). As formas elementares da vida religiosa (Introdução e Conclusão). In: Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural.

relação. Primeiro existe a substância, que está dada, depois as relações podem, se for o caso, serem “construídas e adicionadas pelo sujeito, em sua função cognoscente” (2005: 5). Ao contrário, na cosmologia ameríndia, “a relação vem antes de qualquer substância, e portanto, os sujeitos e os objetos são antes de mais nada efeitos das relações em que estão localizados e assim se definem, redefinem, se produzem e se destroem na medida em que as relações que os constituem mudam” (2005: 5). Assim, gente pode ser bicho, e bicho pode ser gente, homem pode ser deus, e deus pode ser homem. Ou seja, é a relação que se constrói com o outro que define – apenas provisoriamente, é bom lembrar, como perceberam bem os jesuítas – a substância e o ser. Nessa imagem de mundo, a fórmula “Penso, logo existo” não faz o menor sentido. Ela poderia ser mais bem substituída pela fórmula: “Relaciono, logo existo”.

A cosmologia ameríndia nos faz olhar com olhos diferentes a nossa própria cosmologia, a ocidental, “mudando de lugar os móveis” que fundaram a divisão sujeito/objeto, nos fazendo perceber que longe de fazer parte da Natureza humana, da Razão Universal, este modo de apreender o mundo e as coisas, e a nossa relação com eles, é resultado de um processo histórico particular, cuja sociogênese coincide, como argumenta Elias, com o surgimento da figura do indivíduo.

Essa mesma problematização faz, de outro modo, Bruno Latour, quando propõe uma nova epistemologia, que supere a divisão sujeito/objeto. Essa separação, segundo ele, criou a grande maioria dos impasses que os epistemólogos se vêem envolvidos até hoje, séculos depois que Descartes formulou sua célebre frase e fundou os pressupostos fundamentais da razão ocidental. Vejamos de novo a parábola das “estátuas pensantes” de Elias. Ela propõe um paradoxo inquietante. Para poder transformar o mundo num conjunto de objetos cognoscíveis, o homem teve que se distanciar dele, pensando a si mesmo como uma entidade separada e isolada, tal qual uma “estátua pensante”, imobilizada e ensimesmada em seu próprio pensamento. Mas, a partir da pressuposição da distância, novos problemas epistemológicos surgiram: como superá-la, como acessar as coisas agora, como ter certeza que as coisas que nos chegam de fora por meio dos nossos sentidos e órgãos sensoriais são tais como são, como confirmar se não foram distorcidas pela “res cogitans” dentro de nós, como afirmar, com garantia, que sequer exista algo “lá fora”. A epistemologia tem aí que encontrar soluções para um problema que ela mesma criou.

Bruno Latour, em seu texto “How to talk about the body? The normative dimension of science studies” (2004), mostra que este problema epistemológico provém da ilusão de que existem “substâncias primárias” e que elas podem ser apreendidas desde que possamos acessá-las por meio de uma declaração fidedigna à realidade, que adêquie as palavras ao mundo, tornando as primeiras correspondente ao segundo, dizendo a verdade sobre as coisas. No entanto, um dilema é criado: como acessá-las se entre o sujeito que conhece e os objetos a serem conhecidos há um “abismo intransponível”? Para Latour, a divisão sujeito-objeto é dotada de uma contradição imanente, porque se partirmos dela só podemos chegar em duas conclusões, divida em duas posições distintas, igualmente insatisfatórias: 1) posição fenomenológica: o mundo é inapreensível e as coisas são inteiramente incaptáveis, tudo o que podemos dizer sobre o mundo então provém exclusivamente da nossa subjetividade, do nosso self; 2) posição naturalista: o mundo é apreensível e as coisas são inteiramente captáveis, a natureza imanente das coisas podem ser desveladas tal qual é, e o pensamento e a realidade se unem na afirmação da verdade. Segundo Latour, as duas posições são equivocadas. A primeira porque ela pressupõe que a linguagem apenas flutua arbitrariamente sobre a superfície das coisas, sem nunca as tocar totalmente, e portanto não podendo afirmar coisa alguma sobre o mundo. A segunda porque a busca da verdade é uma busca de “soma zero”, não há vantagem em dizer o que as coisas realmente são, repetindo o original num modelo, porque afirmar isto é apenas confirmar o que já se sabia por suposto, e não aprenderíamos nada de novo na jornada. É o que diz também Nietzsche, com sua ironia fina, percebendo, como Latour, a tautologia constitutiva da busca por adequação empírica: “Quando alguém esconde uma coisa atrás de um arbusto, vai procurá-la ali mesmo e a encontra, não há muito o que gabar nesse procurar e encontrar: e é assim que se passa com o procurar e encontrar da “verdade” no interior do distrito da razão” (2000: 58).

Portanto, o modelo sujeito/objeto nos levará sempre a dois caminhos. Ambos, igualmente, conduzindo-nos a uma angústia inescapável: ou o fosso entre nós e o mundo é insuperável, e só podemos construir essa ponte subjetivamente, e somos infelizes; ou acreditamos que o fosso pode ser transposto, mas o constante esforço leva redundantemente ao fracasso porque não desvelamos nada de novo sobre as coisas que já não estava previamente dado no modelo, e somos infelizes de novo. Segundo Latour, há um modo possível de superar essa dicotomia, sem cair em posições subjetivistas ou objetivistas, fenomenológicas ou naturalistas. Basta partirmos do princípio de que não existem essências pré-determinadas, não existe nem o sujeito ontologicamente e logicamente anterior aos objetos, como também estes não existem como “substâncias primárias”, como “coisas em si”, esperando por serem desveladas em sua essência. Tanto os sujeitos e os objetos, os homens e as coisas, modificam sua substância e seus seres à medida que contraem novas relações, à medida que são crescentemente afetados por novas variáveis e diferenças. Nesse sentido, Latour está chamando a atenção para uma nova maneira de encarar a relação entre os homens e as coisas que, no limite, estava presente na cosmologia ameríndia, como nos mostrou Viveiros de Castro. Está convidando os ocidentais a quebrarem o mármore de que são feitos e aprenderem a perceber o mundo por meio de uma relação mais maleável e flexível, à maneira da murta. Ele nos sugere isso a partir da imagem dos seres humanos como corpos aprendendo a ser afetados, “learning to be affected”, corpos que, na relação que estabelecem com outras entidades, humanas e inumanas, expandem sua percepção, inflam seus sentidos, enxergam as diferenças. E nesse processo, modificam-se. E como os Tupi de Viveiros de Castro, alargam a condição humana.

Com esse pressuposto, Latour propõe uma nova epistemologia¹⁸. Mas adverte, toda epistemologia é política. E se assim é, podemos acrescentar: para torná-la concreta, não basta uma mudança apenas no plano das idéias, mas uma transformação das relações sociais concretas. Fazer uma crítica ao modelo epistemológico sujeito/objeto significa problematizar todo o aparato cognitivo, conceitual e heurístico em que se fundou a ordem social moderna, e que tornou possível a formulação de seus sonhos megalomaniacos de domesticar a natureza e conhecer, prever e planejar tudo que era humano. Significa questionar a nossa crença renitente de que existem indivíduos, de um lado, e a sociedade, de outro. É duvidar da nossa imagem de homem como uma entidade auto-centrada e auto-referente, como “estátuas pensantes”, cuja substância não é definida pela mediação com o outro, mas que existe como “coisa em si”, anterior a qualquer relação, tomando esta última irrelevante e supérflua. Seria preciso assim que priorizássemos, como quer Strathern, as relações sociais, e não a suposição da existência de substâncias pré-determinadas.

Latour, como Viveiros de Castro, mudou os móveis de lugar e cutucou nossos dualismos. Mas superá-los em definitivo na formulação de uma nova epistemologia talvez exija uma nova política e um novo modelo de convívio humano. Quebrar mármore, como bem sabemos, não é tarefa fácil.

Referências bibliográficas citadas

- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- _____. (2003). *Comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Berman, M. (1986). *Tudo o que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Bourdieu, P. (1998). *Contra fogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Deleuze, G. & Guatarri, F. (1997). *Mil Platôs*. São Paulo: Ed. 34.
- Durkheim, É. (1970). *Sociologia e filosofia*. São Paulo: Editora Forense.
- _____. (1983). *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural.
- Elias, N. (1994). *As estátuas pensantes*. In: *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- _____. (1994). *O processo civilizador*, vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- _____. (2006). *Escritos & ensaios, 1: Estado, processo, opinião pública*. Neiburg, F. & Waizbort, L. (organização e apresentação). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Giddens, A. (1998). *Política, sociologia e teoria social*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp.
- Haraway, D. (1994). *Um manifesto para os cyborgs: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80*. In: Holanda, H. B. (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco.
- InGold, Tim (1996). *Introduction*. In: *Key debates in Anthropology*. London and New York: Routledge.
- Kuper, A. (2002). *Cultura: a visão dos antropólogos*. Bauru, SP: Edusc.
- Latour, B. (2001). “Gabriel Tarde and the End of the Social”. In: Joyce, P. (org.). *The Social and its Problems*/ London: Routledge.
- _____. (2004). “How to talk about the body? The normative dimension of science studies”. In: *Body and Society*, vol . 10, número 2/3, pp. 205-229.
- Marx, K. & Engels, F. (1999). *O Manifesto Comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Nietzsche, F. (2000). *Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral (1873)*. In: *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Editora Nova Cultural.
- Pierucci, F. (2003). *O desencantamento do mundo: Todos os passos do conceito em Max Weber*. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34.
- Strathern, M. (1996). *For the motion (1)*. In: InGold, Tim (org.). *Key debates in Anthropology*. London and New York: Routledge.
- Tarde, G. (2007). *Monadologia e sociologia e outros ensaios*. São Paulo: Cosac & Naify.
- Viveiros de Castro, E. (2002). *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac & Naify.
- _____. (2005). *A filosofia canibal*. Entrevista dada a Folha de São Paulo, Caderno Mais!
- Weber, M. (1982). *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S. A.
- _____. (2000). *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

¹⁸ Para a definição das premissas centrais dessa epistemologia, Latour baseia-se nos princípios elaborados por Isabelle Stengers e Vinciane Despret. Sobre isso, ver o texto já citado. Cf. *How to talk about the body? The normative dimension of science studies*.

A Escola de Francforte: teoria crítica social

Júlia Tomás
Université Paul Valéry, Montpellier 3
sa.pinto.tomas@gmail.com

Resumo: Discute-se hoje a obsolescência do conceito de sociedade, ora defendendo-se argumentos para sua manutenção, ora para sua supressão. O que nos sugere este debate? De um lado, ele indica, como propõe Strathern, que o conceito de sociedade está em vias de exaustão e que não é mais capaz de organizar o mundo. De outro, pode sugerir que o potencial heurístico do conceito continua vivo e o esforço em provar sua pertinência ou inoperância atesta que a questão que ele implica se mantém atual. Sem tomar partido, propõe-se analisar o próprio debate, retomando o contexto histórico em que o sentido sociológico do conceito de sociedade é forjado, e empreender uma tentativa de construção da gênese social da sociedade como questão, isto é, da sociedade como um problema a ser investigado. Feito isso, pretende-se indagar se as perguntas que foram levantadas naquele momento foram respondidas ou nos encontramos apanhados pelos mesmos dilemas, ainda prementes de soluções. Inspirando nas análises de Elias sobre a sociogênese dos conceitos, pretende-se também, considerando os deslocamentos de sentido que o conceito de sociedade sofre ao longo da sua consolidação, impactado pelas mudanças das figurações sociais que ele descreve, fazer um esforço de contextualizar o debate sobre sua obsolescência na configuração contemporânea. Por último, indaga-se como a problematização do conceito de sociedade sugere uma problematização do conceito de indivíduo, mostrando que seu surgimento está ligado ao nascimento da episteme moderna e sua divisão sujeito/objeto. Nesse tópico, discute-se as críticas a esse modelo epistemológico feitas por Castro e Latour.

Este artigo apresenta a gênese do movimento intelectual conhecido em geral por “Escola de Frankfurt”. Se bem que o Institut für Sozialforschung ainda exista e tenha como director o admirável sociólogo Axel Honneth, o verdadeiro movimento em si perdeu alguma influência. O presente estudo tem por objectivo relembrar que as grandes teorias do passado fazem parte do nosso património intelectual. A escolha da delimitação temporal é voluntária. Primeiro, porque uma reconstrução completa do movimento daria origem a um livro. Segundo, porque foi esta primeira geração que elaborou todas as bases da teoria crítica. A ameaça existencial directamente ligada ao anti-semitismo da Alemanha fascista dos anos trinta foi a condição de possibilidade de uma inteligência crítica.

“Quando veio o tempo da morte administrada na Europa para milhares de infelizes que não compreendiam nada (Max Weber receava apenas o mundo administrado, como Adorno o dirá mais tarde), sobreviveram por acaso, por privilégio ou por eleição, alguns homens aos quais foi delegado, no lugar de todos os outros reduzidos ao silêncio das cinzas, a tarefa – e a coragem – de pensar o porquê desse impensável.”¹

A nova crise económica é um factor importante para o desenvolvimento da teoria crítica contemporânea. São os momentos de crise que conduzem o homem a evoluir para poder ultrapassar os momentos históricos particularmente difíceis.

Uma breve introdução histórica

As circunstâncias históricas são uma condição sine qua non da fecundidade intelectual da Escola de Frankfurt e do seu espírito crítico. Os trabalhos dos membros da Escola só seriam amplamente reconhecidos mais tarde, nos anos cinquenta, e só ficariam famosos nas duas décadas seguintes. No entanto, para compreender a profundidade da teoria crítica (como ela própria a defende) é necessário mergulhar nos anos obscuros da subida ao poder do nazismo, para reconhecer a importância histórica de uma geração extraordinária.

A Escola de Frankfurt nasceu em Fevereiro de 1923 sob o seu nome oficial Institut für Sozialforschung (Instituto de Pesquisa Social). Esta fundação foi criada depois de terem sido organizadas algumas reuniões e conferências sobre o marxismo pelos jovens intelectuais de Frankfurt. É necessário ter em conta que, nas décadas entre as duas guerras mundiais, os intelectuais alemães sofriam uma desorientação política total, e precisavam sobretudo de uma reorientação teórica². A história alemã durante estes anos divide-se em três momentos importantes. Primeiro, o revés da revolução socialista de 1919-1920 que deu origem à República de Weimar sob o controle do partido social-democrata. Esta revolução mostrou que o futuro não estava nas mãos do proletariado, para além de se ter passado a uma violência sangrenta na qual todos os revolucionários e muitos membros da oposição de esquerda foram assassinados. O segundo momento histórico, que não se passou na Alemanha mas teve repercussões importantes neste país, foi a vitória da revolução russa e a consequente instauração de uma burocracia assustadora. E, finalmente, o terceiro momento, a ascensão do fascismo. É fácil imaginar a instabilidade social dessa época em crise.

A emergência da Escola está implicada num movimento histórico no qual o marxismo é o motor e a inspiração. Os membros observam um drama do qual eles fazem parte integrante. As primeiras preocupações do Instituto são a união da

¹ Giard, L. (1978) Le moment politique de la pensée. Esprit, 5, p. 45.

² Spurk, J. (2001) Critique de la raison sociale. L'école de Frankfurt et sa théorie de la société. Paris: Éditions Syllepse, p. 13.

filosofia e da análise social, um método dialéctico e as possibilidades de transformação da ordem social pela praxis³. Na realidade social alemã depois da Primeira Guerra Mundial, o capitalismo estava a dar origem aos monopólios industriais, o Estado intervinha cada vez mais na vida económica e, pior ainda, o proletariado estava a ser integrado. Consequentemente, o Instituto, e a teoria crítica que propõe, demonstra já nessa altura alguns dos seus traços notáveis como a importância do individualismo, o pessimismo, a vontade de ultrapassar as contradições sociais pela praxis, o marxismo filosófico (e não dogmático) e o interesse da psicologia individual para a compreensão da História.

Max Horkheimer (1885-1973), Theodor Adorno (1903-1969), Herbert Marcuse (1898-1978), Walter Benjamin (1892-1940), Erich Fromm (1900-1980) e Friedrich Pollock (1894-1970) fazem parte do círculo mais íntimo de intelectuais importantes ligados ao Instituto. Todos são judeus, filhos de famílias burguesas (comerciantes e médicos), o que explica o interesse deste grupo pela decadência da burguesia liberal, pelo anti-semitismo e pela revolução. Os membros do Instituto seguiam os acontecimentos históricos e sociais de perto e a discriminação crescente contra os judeus fez com que Horkheimer (director do Instituto desde 1931) mudasse as finanças do Instituto para a Holanda. Com a ideia permanente de um possível exílio foi criado um anexo em Genebra. Efectivamente, menos de um mês depois da subida ao poder de Hitler, em Janeiro de 1933, o Instituto foi fechado por “tendências hostis ao Estado”. Todas as obras da biblioteca foram confiscadas e Horkheimer é oficialmente banido da Universidade de Frankfurt. Nesta altura, já todos os membros estão em Genebra e o Instituto muda o nome alemão para o título francês de Société Internationale de Recherches Sociales, com departamentos em Paris e em Londres.

A situação de opressão étnica foi vivida intensamente e o Instituto tentou sempre ajudar os intelectuais a sair da Alemanha obtendo vistos, mantendo contactos com a associação de exílio e oferecendo bolsas. Em 1934 o medo do fascismo chega à Suíça e o centro administrativo do Instituto exila-se em Nova York. Todos conseguiram escapar para os Estados Unidos graças aos fundos do Instituto. Todos menos Walter Benjamin. Partindo demasiado tarde de Paris, acabou por ser apanhado na fronteira franco-espanhola onde se suicidou sob a ameaça de ser entregue à Gestapo. As cartas de Benjamin revelam miséria, medo e profundo reconhecimento por aqueles que tudo fizeram para o tirar da Europa. Karl August Wittfogel (1896-1988), um membro do Instituto, especialista da China para o Komintern e militante activo contra o nazismo, foi internado num campo de concentração em 1933. Liberto graças a uma campanha de apoio internacional, o historiador chegou aos Estados Unidos em 1934.

A imagem e o sentimento de pertencer a um grupo “unido pelos objectivos e pelos destinos”⁴ engloba a história da Escola de Frankfurt. A solidariedade evidente e a identidade colectiva são sentidas profundamente. Uma revista, *Zeitschrift für Sozialforschung*, que era publicada em Frankfurt até ser proibida pelo regime nazi, continuou a sua existência em Paris até à Segunda Guerra Mundial. Esta revista foi a única possibilidade para os membros do Instituto de serem lidos durante o exílio.

O nazismo é para Horkheimer e Adorno – a teoria crítica foi estabelecida quase exclusivamente por estes dois filósofos – a negação radical de uma sociedade melhor: desumanização, estigmatização das diferenças, reificação da vida pela exterminação. A ironia do destino é que apesar do passado revolucionário e marxista, o Instituto consegue instalar-se na capital do capitalismo liberal. Se o fascismo marcou a primeira fase da teoria crítica, o capitalismo americano marcou a segunda. Aliás, para Horkheimer e Adorno são duas experiências negativas da razão. Em ambos os países, os intelectuais observam uma sociedade de massa onde a dominação se transmite na socialização, o que os leva a desenvolver o conceito de “indústria cultural”⁵, na qual a cultura se transforma em ideologia e se reduz à distração das massas.

“...Os cartazes e néons publicitários transformaram-se em monumentos. O que eles dizem é irrisório. Dirigem-se aos transeuntes como se estes fossem adultos idiotas, crianças ou animais, num vocabulário infantil e enganador.”⁶

O Institut für Sozialforschung só voltará a Frankfurt em 1950. Os anos cinquenta marcam a restauração da Alemanha num ambiente apático. Desde a submissão ao totalitarismo fascista, os alemães viram a atomização do movimento trabalhador, a exterminação dos judeus e dos oponentes, a shoah⁷, o fim da guerra pelos Aliados e não pelo próprio povo alemão, a “culpabilidade do povo alemão” declarada pelo tribunal de Nuremberga e, finalmente, uma reconstrução económica relativamente rápida e eficaz. Neste ambiente foi possível pensar a possibilidade de superação. Esta época marcou a institucionalização da sociologia como um curso superior em si, com um diploma oficial. Adorno e os seus colegas contribuíram intensamente para o desenvolvimento da sociologia crítica alemã como crítica da sociedade. A teoria crítica chega à sua maturidade com *A dialéctica do esclarecimento* (1944) de Adorno e Horkheimer, *Minima moralia* (1951) de Theodor Adorno e *Teoria tradicional e teoria crítica* (1970) de Max Horkheimer.

Teoria crítica : a dialéctica materialista

³ Praxis: a relação dialéctica que a teoria social tem de ter com a prática.

⁴ Jay, M. (1977) *L'imagination dialectique. Histoire de l'école de Francfort (1923-1950)*. Paris: Payot, p. 48.

⁵ Horkheimer, M. & Adorno, T. (1983) *La production industrielle de biens culturels. La Dialectique de la raison*. Traduzido do alemão para o francês por Éliane Kaufholz. Paris: Gallimard, (pp. 129-176).

⁶ Horkheimer, M. (1978) *Pourquoi le fascisme?* *Esprit*, 5, p. 64. Texto original publicado em 1939 na *Zeitschrift für Sozialforschung*.

⁷ Shoah : a “solução final ao problema judeu” de Adolf Hitler, o holocausto.

O Instituto assumiu desde os seus primeiros passos uma posição crítica baseada no marxismo e na psicanálise. Esta união pode parecer à primeira vista incompatível. É porém necessário ter em conta que o marxismo da Escola de Frankfurt é um método e uma filosofia social e não um dogma. Aliás, esta união é uma prova suplementar da vontade de ultrapassar a ortodoxia marxista. O marxismo oferece em primeiro lugar uma análise económico-social do mundo ocidental, ou seja, pode servir de grelha de inteligibilidade do social. Em segundo lugar, o valor científico incontestável do materialismo histórico permite o desenvolvimento da ideia de consciência colectiva. A psicanálise vai precisamente ajudar a compreender o presente com as experiências do passado.

Horkheimer propõe uma teoria materialista da sociedade baseada no tema da dominação da natureza pelo homem. O verdadeiro materialismo é dialéctico porque implica um processo interactivo entre o sujeito e o objecto. O homem, como uma parte da natureza, tem tendência a querer ver além do visível, a explorar infinitamente. Este é o ponto de partida da razão. Todavia é também fonte de “des-razão”, ou seja, onde há um desvio da razão. O terceiro elemento da dialéctica entre a natureza e o homem é o sujeito cujo objectivo único é a sua própria conservação. Todavia, “a história dos esforços do homem para dominar a natureza é igualmente a história da servidão do homem pelo homem”⁸. O combate entre a razão e a natureza marca toda a história da humanidade. Porém, a razão desenvolveu-se para ser implacavelmente racional. O desvio total da razão é evidente nos actos de dominação organizada e na servidão voluntária generalizada⁹.

O conceito de *Aufklärung*¹⁰ é central para a teoria crítica. Na tradição filósofa alemã, o pensamento humano iluminou-se no Século das Luzes, e o homem, ao libertar-se do mundo da magia, penetrou enfim na Época moderna. A *Aufklärung*, ou iluminação-esclarecimento, propôs destruir os mitos e trazer à imaginação o apoio do saber. A compreensão triunfa sobre a superstição. A razão é, nestes termos, a radicalização do terror mítico da morte e do tempo. Ora saber é poder. Poder sobre a natureza, poder sobre o homem. Todavia, segundo Adorno e Horkheimer, os mitos, vítimas da *Aufklärung*, foram eles próprios produzidos pela razão e pela vontade de dominar a natureza. A vontade de medir o incomensurável acaba por objectivar a natureza numa simples classificação antropomórfica. O mundo homérico, no fundo, é um dos primeiros esforços ocidentais para organizar a natureza a fim de a poder subjugar.

Nota-se assim, na dialéctica da razão, uma repetição mimética, na qual as leis que supostamente libertam o indivíduo o aprisionam progressivamente. A “matematização” do mundo conduziu à sua reificação, “onde a alma se transformou numa coisa”¹¹. O progresso leva à auto-destruição da razão. Para Horkheimer e Adorno a seguinte asserção é um facto de evidência: o mito é já razão e a razão transforma-se em mito¹². A razão transforma-se assim num instrumento de dominação. Esta é a “razão instrumental”¹³, a qual formula a teoria tradicional.

O paralismo com o pensamento de Max Weber é imediato. Com efeito, o fundador da sociologia alemã influenciou esta teoria de uma forma directa. Para ele também, a racionalização levou ao desencantamento do mundo. Um mundo desmistificado. A racionalização da autoridade é uma tese desenvolvida no seu livro *Economia e Sociedade* (publicado em alemão desde 1921). Para ele, a autoridade legítima divide-se em três tipos: carismática, tradicional e racional-legal. A sociedade ocidental experimenta o último tipo de dominação, o qual é aplicado através de um sistema administrativo burocrático calculado, impessoal e eficaz¹⁴. Esta racionalidade burocrática é um problema para a Escola de Frankfurt porque está reduzida ao seu aspecto puramente instrumental. A Escola vai defender um “racionalismo concreto” que revela um laço entre a racionalidade em relação ao objectivo e a racionalidade em relação aos valores, e este laço é somente possível na lógica socialista¹⁵. Portanto, a lógica weberiana que defende que o capitalismo é a forma mais desenvolvida da racionalidade socioeconómica é rejeitada. Horkheimer e os seus colegas vêem o capitalismo como uma economia não planificada e, por isso, irracional.

A diferença entre a teoria tradicional e a teoria crítica é explícita num dos textos fundadores de Max Horkheimer em 1937¹⁶. A primeira é o reflexo directo do positivismo. O positivismo é considerado pela maior parte dos membros do Instituto num sentido largo e nunca claramente definido. Para eles, a tradição empirista está presente no pensamento desde a época da filosofia moderna. Esta tendência pode resumir-se, sob a luz crítica, como a formalização cartesiana dos processos de lógica, ou seja, como um trabalho de construção matemática. A pesquisa sociológica tradicional desenrola-se segundo esta lógica: a primeira etapa é a observação dos fenómenos; a segunda etapa é a comparação aprofundada; e finalmente a constituição de conceitos gerais. A teoria tradicional tem uma função social positiva, querendo isto dizer que permite julgar a realidade dada através de um sistema conceptual e lógico transmitido pela tradição.

A teoria crítica recusa precisamente todo este tipo de fetichismo do saber. Como Horkheimer explica, os homens são uma resultante da história, a maneira de agir do indivíduo tem de ser inserida na época que lhe é contemporânea. A forma de pensar é definitivamente marcada pelo carácter histórico-social. Os laços sociais são constituídos e não “naturais” como os indivíduos o podem pensar. Para mudar a tradição é necessário não só a praxis, como também rupturas irreparáveis. A teoria

⁸ Horkheimer, M. (2004) *The revolt of nature. Eclipse of reason*. Londres: Continuum International Publishing Group, (pp. 63-86). Texto original publicado em 1947.

⁹ A ideia de “servidão voluntária” vem de La Boétie (1576) *Discours de la servitude volontaire*.

¹⁰ Horkheimer, M. & Adorno, T. (1983) *Le concept d’ “Aufklärung”*. *La dialectique de la raison*. Op. cit. (pp. 21-128). Este termo foi traduzido em português por “esclarecimento”, ou seja o “progresso do pensamento” (p.21).

¹¹ *Ibid.*, p.44.

¹² *Ibid.*, p.18.

¹³ *Ibid.*, p.52.

¹⁴ Weber, M. (1995) *Économie et société*. Volume 1. Paris: Plon, pp. 285-390.

¹⁵ Jay, L’*imagination dialectique*. *Histoire de l’école de Francfort (1923-1950)*. Op. cit. p. 47.

¹⁶ Horkheimer, M. (1974) *Théorie traditionnelle et théorie critique*. Paris: Gallimard. Artigo original de 1937.

crítica quer ultrapassar o pensar tradicional propondo desta forma uma nova Aufklärung. “Ultrapassar” é a palavra-chave da atitude crítica. Compreender e ultrapassar as contradições sociais (como por exemplo, liberdade individual/mundo colectivo; autonomia/heteronomia) numa orientação negativa (contra todos os dogmas positivistas). A teoria crítica não trabalha com definições mas com noções, porque uma definição não tem contradição. Ora a realidade é contraditória.

Seguindo esta lógica, a sociologia crítica propõe o método seguinte¹⁷:

Perceber o fenómeno observado na sua época;

Reconstruir o discurso científico e o discurso do bom senso ligados ao fenómeno analisado;

Esclarecer a ideologia escondida no fenómeno porque é a ideologia que ilustra a união entre a sociedade e os actores.

Os trabalhos sobre a autoridade

Nos seus primeiros tempos, a Sozialforschung era compreendida como sociologia económica, o que entra perfeitamente na sua situação histórica. Relembramos que na Alemanha, com Marx e Weber, bem como em França, com Durkheim, a sociologia científica era um projecto conseguido mas ainda jovem. No momento da constituição da Alemanha social-democrata, o marxismo era visto como o modelo privilegiado das ciências sociais. O Instituto oferecia por isso uma metodologia empírica que se dedicava sobretudo a reunir toda a documentação nacional e internacional sobre o movimento dos trabalhadores. Sob a direcção de Horkheimer (1931-1958) aparece uma nova concepção epistemológica: a filosofia social. No seu discurso inaugural, o novo director propõe um tema de trabalho sobre a mentalidade social dos trabalhadores qualificados e dos empregados na Alemanha, sob a República de Weimar. Este é o primeiro esforço para aplicar a teoria crítica a um problema concreto permitindo assim uma verificação empírica.

Para apreender esta questão, o Instituto propõe num primeiro momento, a exploração de estatísticas e de relatórios das organizações atinentes. Em seguida, a literatura sócio-psicológica sobre a questão é examinada. Num terceiro tempo é elaborado um questionário. Mais de três mil questionários são distribuídos. Baseado numa tipologia freudiana modificada, as questões resumiam-se em quatro temas principais: a educação das crianças, a racionalização da indústria, as possibilidades de se evitar uma nova guerra e o lugar do verdadeiro poder no Estado.

Os resultados deste inquérito são claros mas revelam-se uma desilusão para a esquerda intelectual e política. Segundo as análises dos questionários, existem cada vez mais dominados e cada vez menos dominantes. A miséria material e a pauperização cultural dos dominados é evidente. No entanto, estes querem parecer-se como os dominantes, que admiram e veneram. Na realidade, é a classe burguesa que lhes serve de ideal. A classe operária adapta-se rapidamente ao capitalismo, o que faz do movimento revolucionário de trabalhadores uma utopia total. Pior ainda, a notável ambivalência da maioria poderia abrir a porta à extrema direita. Note-se também que os métodos de análise de inquéritos ainda não estavam suficientemente desenvolvidos. Todos os questionários foram preenchidos e em seguida quantificados à mão. Os membros do Instituto renderam-se à evidência que a pesquisa empírica não é suficientemente eficaz para satisfazer a ambição da teoria crítica.

O segundo trabalho da Escola de Frankfurt foi feito no exílio, sobretudo em Paris, e tem como objecto sócio-crítico a Autoridade. Para Max Horkheimer, este fenómeno designa “a atitude, consciente ou inconsciente, de se integrar ou de se submeter, a faculdade de aprovar a situação presente, em pensamento ou em acção, de viver dependente de ordens impostas e de vontades estrangeiras”¹⁸.

No momento desta pesquisa, a Escola de Frankfurt sofria profundamente os efeitos da crise social que queria precisamente analisar. Podemos assim dizer que a história se encarregou de actualizar o problema crítico da legitimação da dominação. No exílio, o ponto de partida deste trabalho não foi a análise de um acontecimento, mas a observação de um processo de totalização social. Este trabalho foi dividido em três partes, como o primeiro, mas numa ordem diferente. Primeiro, foi construída uma base teórica por Horkheimer (filosofia), Fromm (psicologia social) e Marcuse (política da história intelectual). Em seguida foi constituída uma tipologia psicológica ternária (autoritário – revolucionário – ambivalente) e um questionário. A terceira parte inclui várias monografias.

As conclusões vêm reforçar os resultados do primeiro trabalho. A maioria sempre foi explorada por uma minoria e não é a violência imediata que permite a instauração da ordem, mas sim a sua passiva aceitação pelos próprios homens. Para Horkheimer, é evidente que o sujeito é determinado pelas relações de dominação que caracterizam a sociedade de uma certa época. A obediência e a submissão sempre tiveram um lugar central na educação da criança. A educação autoritária faz parte da socialização. Segundo o sociólogo: “Os indivíduos não emitem um juízo pessoal a cada instante. Pelo contrário, submetem-se em geral a um pensamento superior, para cujo nascimento puderam aliás contribuir.”¹⁹

Na dimensão sócio-psicológica, Fromm quer compreender o comportamento motivado pelo inconsciente baseado na relação entre o efeito da infra-estrutura sócioeconómica com as pulsões psíquicas fundamentais. A importância do Pai como figura de autoridade põe em evidência uma ética repressiva. O psicanalista explica como o indivíduo absorve esta

¹⁷ Spurk, J. (2001) Critique de la raison sociale. L'école de Frankfort et sa théorie de la société. Op. cit. p. 21.

¹⁸ Assoun, P.-L. (1987) L'École de Francfort. Paris: PUF, p. 52.

¹⁹ Horkheimer, M. (1974) Autorité et famille. Théorie traditionnelle et théorie critique. Op. cit. p. 256. Artigo original de 1936.

posição de dominação conduzindo à vontade de evasão em direcção às autoridades colectivas. A autoridade individual (na educação parental), ao tornar-se colectiva, transforma-se numa negação da autonomia.²⁰

Marcuse conclui, no que respeita a autoridade política, que para que exista uma democracia (que ele e Horkheimer vêem como a polis grega sem a escravatura), a sociedade tem de ser racionalmente organizada. Existe por isso um tipo de autoridade legítima: a autoridade da razão. No entanto, a autoridade política que domina o homem moderno parece cada vez mais irracional.²¹

Estes primeiros trabalhos são relativamente primitivos do ponto de vista metodológico. No entanto, do ponto de vista das interrogações os inquéritos são inventivos. Mais importante, estes trabalhos servirão de inspiração para os trabalhos críticos posteriores. Depois da eliminação da esperança revolucionária, Horkheimer e Adorno assumem uma posição verdadeiramente pessimista, a qual toma a forma de uma concepção desiludida da história insistindo sobre o preço que a humanidade tem de pagar em nome do progresso. A teoria crítica é inseparável da crise de identidade do indivíduo e dos valores culturais que provêm do liberalismo.

Conclusão

Dois comentários devem ser feitos. O primeiro é que a metodologia utilizada foi suficientemente codificada para poder servir de modelo para outras pesquisas. É, aliás, por esta razão que se começou a fazer referência à “Escola de Frankfurt”. O segundo comentário diz respeito ao facto de que a Escola foi muito bem acolhida pela Escola Sociológica Francesa, o que deu origem à formação de uma sociologia crítica europeia. Isto põe em evidência um aspecto particularmente interessante na história da humanidade: a cooperação intelectual entre duas nações em guerra.

A pertinência contemporânea da teoria crítica reside na sua atitude crítica com o propósito de transformar, ou de tornar possível uma metamorfose social. O paradigma marxista continua a ser um “esquema de inteligibilidade”²² do mundo social porque efectivamente continuamos a viver numa cultura industrial que promove um pensar colectivo unidimensional orientado para o mercado e para o valor de compra. A teoria crítica, baseada na contradição dialéctica, estabelece uma relação entre a negatividade e a não-identidade, abrindo assim uma nova porta de estudos possíveis sobre o Outro, o não-eu. A força histórica das palavras obrigam a uma crítica imanente à linguagem. Sem dúvida, seguindo a lógica crítica, o sociólogo pode esclarecer as ideias sobre um fenómeno social sem cair na armadilha da reificação.

NB. Os termos e citações são traduzidos pela autora.

Bibliografia

- Assoun, P.-L. (1987) *L'École de Francfort*. Paris: PUF.
- Berthelot, J.-M. (1990) *L'Intelligence du social. Le pluralisme explicatif en sociologie*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Fromm, E. (1963) *La Peur de la liberté*. Paris: Buchet-Chastel.
- Giard, L. (1978) *Le moment politique de la pensée*. *Esprit*, 5, pp. 44-57.
- Horkheimer, M. (1974) *Théorie traditionnelle et théorie critique*. Paris: Gallimard.
- Horkheimer, M. (1978) *Pourquoi le fascisme?* *Esprit*, 5, pp. 62-78.
- Horkheimer, M. & Adorno, T. (1983) *La Dialectique de la raison*. Paris: Gallimard.
- Horkheimer, M. (2004) *Eclipse of reason*. Londres: Continuum International Publishing Group.
- Jay, M. (1977) *L'imagination dialectique. Histoire de l'école de Francfort (1923-1950)*. Paris: Payot.
- La Boétie E. (1995) *Discours de la servitude volontaire*. Paris: Éditions Mille et Une Nuits.
- Marcuse, H. (1970) *Culture et société*. Paris: Éditions de Minuit.
- Spurk, J. (2001) *Critique de la raison sociale. L'école de Frankfort et sa théorie de la société*. Paris: Éditions Syllepse.
- Weber, M. (1995) *Économie et société*. Volume 1. Paris: Plon.

²⁰ Fromm, E. (1963) *Peur de la liberté*. Paris: Buchet-Chastel, p. 174.

²¹ Marcuse, H. (1970) *Culture et société*. Paris: Éditions de Minuit, p. 39.

²² Berthelot, J.-M. (1990) *L'Intelligence du social. Le pluralisme explicatif en sociologie*. Paris: Presses Universitaires de France.

Experiência estética como experiência formadora

Rita Márcia Magalhães Furtado
Universidade Federal de Goiás / Universidade Católica de Goiás
rmmfurtado@uol.com.br

Resumo: Este trabalho, enquanto pesquisa teórica, busca uma aproximação da estética fenomenológica com a educação. O texto pauta-se no seguinte problema: É possível pensarmos a inter-relação da educação com a estética mediadas pela filosofia, especificamente em sua vertente fenomenológica? Pensamos que a fenomenologia, associando-se diretamente ao processo educativo, é bastante pertinente enquanto método que propõe uma descrição da essência, sua compreensão enquanto tal e sua interpretação pelo viés da existência. Abrir-se para o mundo, para as experiências novas, é um ato engendrado na dinâmica estesiológica e ontológica, revigorada na experiência especificamente estética. O comprometimento com o mundo, a abertura a uma participação mais efetiva, que não recusa o novo é um ato fundamental para o sujeito, assumindo em sua humanidade as composições do mundo, fazendo dessa abertura uma irrupção de percursos nômades. Então, para que ocorra a experiência estética, mundo e sujeito não se polarizam, mas se invertem, se interagem e se complementam. Essa experiência, síntese do entrecruzamento da reflexão com o sentimento é para a experiência educativa uma nova mediação. Há na capacidade de apreensão do sensível a possibilidade de enriquecimento da prática pedagógica, fertilizando a discussão que ultrapassa a arte e perpassa por todas as possibilidades de conhecimento. Então, a educação em seu encontro com a estética e na reciprocidade entre a experiência e a consciência assume, na perspectiva fenomenológica, uma importância vital para o acontecimento da atitude estética diante do mundo e das coisas do mundo.

O problema da educação apóia-se numa estrutura de conhecimento que reflete numa contínua tensão entre o olhar sensível e o olhar inteligível, que não é homogênea, uniforme, unívoca, mas que estando diante do mundo abre-se para os acontecimentos deste e permite – pela curiosidade inerente àquele que quer conhecer – fazer opções, tomar caminhos, experienciar uma consciência autoformadora.

Aí está, a nosso ver, a importância de se trabalhar criticamente com as representações imagéticas advindas das artes, ainda que muitas vezes pareça algo utópico, na medida em que analisá-las perpassa pela atuação valorativa, pela liberdade, pela alteridade, pelo entendimento da dupla dimensão da arte enquanto processo solitário, intuitivo, sensível, e coletivo, racional, repleto de sentidos subjetivados. Essa reflexão, que julgamos crucial no processo pedagógico pois supõe a conjugação da estética e da educação, busca ressignificar a perspectiva estética da experiência humana como uma das possibilidades de produção de sentidos, inclusive de caráter emancipatório.

A familiaridade com as cores, as idéias, as linhas, as formas, as noções de densidade e de volume, contribuem para o alargamento desse olhar crítico, criador e sensível às coisas do mundo, o que nos permite identificar nas linguagens artísticas um dos elementos culturais capazes de recuperar a expressão perdida nos equívocos do ensino predominantemente racionalista.

A intenção primeira deste texto é a de buscar na teoria estética de Mikel Dufrenne¹ itens pontuais que, vinculados aos aspectos que constituem o campo da educação, nos apresentem caminhos possíveis no exercício de pensarmos o processo formador como “abertura para o mundo”. Além do que, os problemas pensados por Dufrenne ainda mantêm acesa, na contemporaneidade, a chama da inquietação e da interrogação instigante que nos convida a pensar a estética e a associá-la aos problemas educacionais.

Primeiramente, desenvolveremos a questão relativa à experiência, para nos aproximarmos de uma caracterização da experiência estética como experiência formadora. Em seguida, enfocaremos a obra *Fenomenologia da experiência estética*, de Mikel Dufrenne, que é a principal referência da estética contemporânea enquanto produção isolada sobre o tema. A experiência estética é enfatizada a partir do espectador numa tentativa de desvelamento da diferenciação entre objeto estético e obra de arte. Para Dufrenne a obra de arte é constituída por três elementos: o trato com a matéria, a temática e a expressão. Tal estrutura remete por sua vez, à percepção de outros elementos que compõem a percepção estética: a presença, a

¹ Dufrenne nasceu em Clermont, França, em 1910. Entre 1926 e 1929, estudou no liceu Henri IV em Paris e foi aluno de Alain, citado posteriormente por ele como sendo o principal responsável por sua escolha pela filosofia. Daí passa para a École Normale Supérieure. Leciona nos liceus de Thionville, Vesoul e Sens, de 1933 a 1939. Em 1940 é capturado pelos alemães e fica cinco anos como prisioneiro e um dos seus companheiros de cativeiro é Paul Ricoeur. Nesse período eles se dedicam ao estudo da obra de Karl Jaspers e escrevem a quatro mãos “Karl Jaspers et la philosophie de l’existence”, publicado em 1947. Em liberdade, retorna ao trabalho e de 1945 a 1947 ensina nos liceus Jacques-Decour e Louis-le-Grand, em Paris e é também um dos redatores da revista *Cahiers Internationaux de Sociologie*, fundada e dirigida por Georges Gurwitsch. O contato com Gurwitsch terá influência direta na obra de Dufrenne, sobretudo no estudo da fenomenologia e no conceito de experiência posteriormente desenvolvido na obra *Fenomenologia da Experiência Estética*. No período de 1947 a 1955 Dufrenne torna-se assistente de Sociologia na Sorbonne, ministrando cursos de estética. Pode-se afirmar que é a partir dessa experiência que Dufrenne irá centrar seu interesse, antes dedicado à filosofia em geral, nos estudos de estética. Em 1953, Dufrenne conclui o doutorado em Letras na Sorbonne, com a tese principal intitulada *Phénoménologie de la expérience esthétique*, e a tese complementar *La personnalité de base*, ambas publicadas no mesmo ano. Em 1964 torna-se professor na recém-criada Université de Nanterre, sendo também um dos quatro fundadores do departamento de Filosofia. Dufrenne se aposenta em 1974 e passa a fazer conferências em vários países abordando a temática da estética. Ao longo de sua carreira acadêmica presidiu a *Société Française d’Esthétique* de 1971 a 1994. Escreveu e publicou inúmeros artigos em diversas revistas, dentre elas *Esprit*, *Revue d’Esthétique*, *Revue de Métaphysique* et de *Morale*, *Les Études Philosophiques* e *Revue Internationale de Philosophie*. Seu acervo pessoal de escritos foi doado ainda em vida para a biblioteca de Filosofia da Universidade Paris X-Nanterre. Dufrenne morre em junho de 1995, deixando uma vasta obra, e, sobretudo, uma imensa contribuição para o pensamento estético contemporâneo.

representação e a reflexão. No entanto, a característica primordial do processo de apreensão e de percepção é o que deriva deste: o sentimento. Dufrenne trabalha o conceito de a priori afetivo como qualidade afetiva que povoa o mundo tanto do objeto quanto do sujeito. Esse a priori é o diferencial no processo de conhecimento, pois permite a transição de seu caráter lógico para o caráter ontológico. O sentimento, vinculado à reflexão, num processo que não é anterior nem posterior, não se fecha sobre si mesmo, revela algo do objeto presente no sujeito, é formador. A experiência estético-pedagógica como abertura para o mundo é o tema da última abordagem que intenta contribuir para a área educacional. Se considerarmos que a arte constitui-se num processo formador, então uma referência teórica que não abandona o conceito de experiência é crucial.

Nesse sentido, a compreensão do modo como se dá, segundo Dufrenne, a percepção estética, é fundante para o entendimento do a priori afetivo como forma de complementação do processo que inclui a presença, a representação e a reflexão.

A experiência formadora

Em todo processo de conhecimento há um “deparar-se com” do sujeito frente ao objeto, interligados numa correlação que é, na sua essência, diferente, desigual, pois para o sujeito só é possível captar as propriedades do objeto quando sai de si, transcende, apreende o objeto em sua essência e isso só se dá com o retorno a si pela consciência e pela “consciência de” algo. Assim, o objeto permanece imutável em sua essência, pois este é sempre para o sujeito, ou seja, aquele que está diante deste, o que é exterior.

A relação do fenômeno com a consciência perceptiva evidencia a experiência vivida pelos sentidos percebidos como tais, com a suspensão de todo conhecimento anterior, desprovido das certezas da ciência, preconcebido com um olhar neófito, inaugural do fenômeno. É a interrogação intermitente que permite se atingir com rigor fenomenológico, as movimentações que indicam a ordem criadora do ser. A encarnação de sentido, buscando as múltiplas possibilidades de manifestação do fenômeno, no mundo vivido, apresenta-se como uma atividade contínua, exigindo que todas as coisas “façam sentido” através da reflexão, cerne do pensar fenomenológico.

Síntese da relação entre a estrutura e a gênese, o exterior e o interior, a experiência representa um “sair de si”, em busca de novas experiências, viver, conhecer e compreender o mundo em sua gratuidade, na comunicação originária com o objeto, e retornar a si.

Chauí caracteriza a experiência do seguinte modo:

A palavra experiência parece opor-se à palavra iniciação. De fato, a primeira, composta pelo prefixo latino ex-para fora, em direção a – e pela palavra grega peras – limite, demarcação, fronteira –, significa um sair de si rumo ao exterior, viagem e aventura fora de si, inspeção da exterioridade. A segunda, porém, é composta pelo prefixo latino in – em, para dentro, em direção ao interior – e pelo verbo latino eo, na forma composta ineo – ir para dentro de, ir em – da qual se deriva initium – começo, origem. Iniciação pertence ao vocabulário religioso de interpretação dos auspícios divinos no começo de uma cerimônia religiosa, donde significar: ir para dentro de um mistério, dirigir-se para o interior de um mistério. Ora, se o sair de si e o entrar em si definem o espírito, se o mundo é carne ou interioridade e a consciência está originariamente encarnada, não há como opor experientia e initiatio. A experiência já não pode ser o que era para o empirismo, isto é, passividade receptiva e resposta a estímulos sensoriais externos, mosaico de sensações que se associam mecanicamente para formar percepções, imagens e idéias; nem pode ser o que era para o intelectualismo, isto é, atividade de inspeção intelectual do mundo. Percebida, doravante, como nosso modo de ser e de existir no mundo, a experiência será aquilo que ela sempre foi: iniciação aos mistérios do mundo. (2002a, p.161)

E Larrosa por sua vez, assim a define:

A palavra experiência vem do latim experiri, provar. A experiência é, em primeiro lugar, um encontro ou uma relação com algo que se experimenta, que se prova. O radical é periri, que se encontra também em periculum, perigo. A raiz indo-européia é per, com a qual se relaciona antes de tudo a idéia de travessia e, secundariamente, a idéia de prova. Em grego há numerosos derivados dessa raiz que marcam a travessia, o percurso, a passagem: peirô, atravessar; pera, mais além; peraô, passar através; perainô, ir até o fim; peras, limite. Em nossas línguas há uma bela palavra que tem esse per grego de travessia: a palavra peiratês, pirata. (...) Em alemão, experiência é Erfahrung, que contém o fahren de viajar. E do antigo alto-alemão fara também deriva Gefahr, perigo, e gefahrden, pôr em perigo. (2004, p.161-162)

Tomando por base a caracterização etimológica apresentada por Chauí e por Larrosa, mais do que um porto seguro, a experiência é a instabilidade que engloba muitas dimensões além daquela da repetição como forma de refinar uma atitude, de não cometer o mesmo erro, mas de lançar-se no vazio, abrir-se, arriscar-se e reconhecer-se cada vez mais inexperiente apesar de todas as experiências vividas no intuito de decifrar os enigmas do mundo.

A experiência torna-se assim, um modo de experimentar o mundo em suas várias possibilidades, de ser-no-mundo e de estar-no-mundo, sendo atravessado pelos acontecimentos ao mesmo tempo em que se os atravessa. A passividade receptiva do empirismo como disse Chauí, não é totalmente excluída, posto que é um dos processos constitutivos dessa experiência, que ao se converter em atividade, que por sua vez inconclusa, retoma à abertura necessária ao receber.

Essa dinamicidade da experiência evoca dois processos distintos e complementares: abrir-se para o mundo e sair de si para experienciar o mundo. Oscilação contínua, movimento necessário para, nas palavras de Fontes Filho, “compôr alotropicamente um mundo.” (2006, p.75).

Na concepção de Dufrenne, o mundo do sujeito, para além de seu estatuto cosmológico, é uma relação existencial de identidade com esse mundo e, ao mesmo tempo, de estranhamento com as coisas que habitam o mundo. Essa atitude de abrir-se para o mundo, manifesta a capacidade de mudança, de criação, de transformação do ser humano, num movimento constante de, a partir desses processos interiores, se atirar para o exterior.

O comprometimento com o mundo, a abertura a uma participação efetiva, que não recusa o novo é, como enfaticamente se posiciona Dufrenne, “um ato fundamental pelo qual, como vimos, o sujeito se constitui como unidade de percepção em frente a um objeto” (1992, p.467), assumindo em nossa humanidade as composições do mundo, fazendo dessa abertura uma irrupção de percursos nômades.

Como nos diz Aranha, “a percepção nascente se oferece com as tensões e sentidos da experiência vivida num panorama decodificado. Não é o mundo que se nos apresenta. São nossas interrogações de mundo que constroem essa possibilidade”. (Aranha, 2000, p.16). Assim, a experiência estética que supõe a relação do objeto com a percepção estética é extremamente rica e é essa percepção, com seus três aspectos constitutivos – presença, representação e reflexão –, que imerge o ser no mundo. Para que ocorra a experiência – e esta é, para Dufrenne, como um elo que liga o homem ao mundo –, mundo e sujeito não se polarizam, mas se invertem, se interagem e se complementam. Então, mundo é

a resposta a uma certa atitude, o correlato da subjetividade que se manifesta na qualidade afetiva; e que não se manifestaria em um pensamento a menos que este pensamento o impregnara completamente, em cujo caso seria precisamente sentimento. (Dufrenne, 1992, p.557)

Desse modo, a partir do conceito de experiência como abertura para o mundo, chegamos à experiência estética. Nesse sentido, as referências conceituais da obra *Fenomenologia da Experiência Estética*² se apresentam aqui como pontuais para compreendermos essa questão.

Os níveis da percepção estética

A discussão estética dufrenniana foca-se na percepção estética, destacando suas características e confrontando-a com a percepção estética ordinária. No entanto, se utiliza da distinção dos três momentos da teoria geral da percepção – presença, representação e reflexão – para estabelecer um paralelo com os três elementos presentes na análise do objeto estético: o sensível, o elemento representado e o mundo expressado. Essa analogia ocasionará posteriormente na caracterização da percepção estética como presença, representação e reflexão.

Para uma compreensão do primeiro momento da percepção, Dufrenne coloca-a no plano existencial no qual se realiza sua presença no mundo:

Perceber não é registrar passivamente algumas aparências em si mesmas insignificantes; é conhecer, ou seja, descobrir, no interior ou para além das aparências, um sentido que só dão a quem sabe decifrá-las, e é também retirar desse conhecimento as conseqüências que nos convêm, segundo a intenção que preside nosso comportamento. (1992, p.421)

Em decorrência desse percurso do conhecimento, da descoberta do sentido, é preciso reconhecer, no entanto, que o primeiro contato com o objeto se dá no plano pré-reflexivo, pois, “o objeto é significativo por si mesmo” (1992, p.422), traz consigo um sentido antes que seja estabelecida uma relação de significação em sua interação com o sujeito e com o mundo. E aí, a presença da concepção merleau-pontiana de percepção se apresenta de modo mais pontual: “O objeto existe antes para meu corpo que para o meu pensamento” (1992, p.423) e esse revelar-se é registrado pelo corpo “animado por uma alma capaz de experimentar o mundo”, corpo³ que se liga às coisas porque está aberto a elas, e porque ligado a elas, registra sua presença ou sua ausência no mundo: “no plano da presença, tudo está dado, nada é conhecido”. (1992, p.424)

O corpo, aberto ao sensível, é o condutor da significação a partir de sua interação com o mundo. No que se refere ao objeto estético, este “se anuncia” ao corpo, se antecipa à necessidade deste corpo para satisfazer suas exigências

² O livro *Fenomenologia da Experiência Estética*, de Mikel Dufrenne, publicado em dois volumes, em 1953, na França, traz no primeiro deles um estudo da fenomenologia do objeto estético e a análise da obra de arte. Na primeira parte, o foco incide sobre o objeto estético. Os capítulos iniciais abordam o objeto estético e a obra de arte, diferenciando-os e enfatizando o processo de execução da obra, bem como sua relação com o espectador. Posteriormente, Dufrenne caracteriza o objeto estético e também diferencia-o dos outros objetos, situando-o como “ser no mundo”. Esta tendência predominantemente objetivista é reforçada na segunda parte quando o autor, analisando as artes temporais e espaciais, situa a temática como um dos três elementos constitutivos da obra de arte, juntamente com a matéria e a expressão. No segundo volume, há também duas partes: fenomenologia da experiência estética e a crítica da experiência estética. Na primeira parte está o que talvez seja a síntese da teoria estética dufrenneana: a presença, a representação, a reflexão e o sentimento como elementos constituintes da percepção na experiência estética. Na segunda parte, quando postula a crítica da experiência estética, Dufrenne retoma o conceito kantiano de a priori, reafirmando sua importância. No entanto, o classifica como sendo um a priori afetivo enquanto imbuído de sentido, considerando as categorias da presença e da representação para sua instauração.

³ O corpo é para Merleau-Ponty, uma síntese do paradoxo, da antinomia, do enigma que envolve e que constitui a relação desse corpo com as outras coisas do mundo, no mundo. Priorizamos algumas citações que resumem sua concepção de corpo, presentes em *O olho e o espírito*, seu último escrito, e que esclarecem a posição e a opção de Dufrenne por essa vertente: “Digo de uma coisa que ela é movida, mas o meu corpo, ele, move-se, o meu movimento desdobra-se. Ele não está na ignorância de si, não é cego para si, resplandece de um em si... O enigma consiste em que o meu corpo é ao mesmo tempo vidente e visível. Ele, que mira todas as coisas, pode também olhar-se, e reconhecer então naquilo que vê o “outro lado” do seu poder vidente. Ele vê-se vendo, toca-se tocando, é visível e sensível para si mesmo. É um si, não por transparência, como o pensamento, que não pensa o que quer que seja sem o assimilar, constituindo-o, transformando-o em pensamento – mas um si por confusão, narcisismo, inerência daquele que vê em relação aquilo que vê, daquele que toca em relação aquilo que toca, do que sente ao que é sentido – um si, portanto, que compreende no meio de coisas, que tem um verso e um reverso, um passado e um futuro...” (p.21) “Um corpo humano está aí quando, entre vidente e visível, entre aquele que toca e o que é tocado, entre um olho e o outro, entre a mão e a mão acontece uma espécie de cruzamento, quando se acende a faísca do que sente-sentido, quando se atea esse fogo que não mais cessará de arder, até que determinado acidente do corpo desfaça o que nenhum acidente teria podido fazer...(p.23).

existenciais. Visto que todo o sentido do objeto estético é dado no sensível, os esquemas que organizam o sensível asseguram o brilho e o poder do objeto para o convencimento do corpo. O plano da presença explicita a unidade objeto-sujeito na qual ambos são “indiscerníveis”. Esse momento avança primeiro para o plano da representação: “da compreensão vivida pelo corpo à intelecção consciente.” (Dufrenne, 1992, p.425)

Para Dufrenne o objeto estético é “a apoteose do sensível”, carregado de sentido. E quando se transpõe essa caracterização para o objeto da percepção estética, isso se aplica com maior intensidade posto que o corpo que interage com ele é “um sistema funcional de equivalência e de transposições intersensoriais.” (1992, p.426).

O objeto estético exerce uma sedução sobre o corpo pelo prazer proporcionado. O prazer estético possui características diferenciadas do prazer físico, pois “nos devolve a inocência” (1992, p.427). Assim, “a presença do corpo no objeto estético é, pois necessária. O sentido mesmo, porque é imanente ao sensível, deve passar pelo corpo: só pode ser interpretado pelo sentimento ou comentado pela reflexão se previamente é acolhido e experimentado pelo corpo, se o corpo é primeiramente inteligente.” (Dufrenne, 1992, p.428).

É na cumplicidade corporal com a obra que Dufrenne confere à relação do autor com o espectador uma intensidade ímpar. O prazer proporcionado pela interação com o objeto estético é mais refinado, mais discreto do que o prazer que satisfaz apenas as necessidades orgânicas, de modo que o corpo é o instrumento para revelar a presença do objeto estético no mundo e ao conhecimento que, por sua vez, atribui sentido ao mundo, convém estabelecer limites para evitar os extremismos tanto no caso de restringir as ações corporais ao prazer e excitação das emoções tanto no extremo oposto de tentar isolá-las: “O corpo, diante do objeto estético, deve ser, ao mesmo tempo, equipado com certos hábitos e capacidades de discernimento.” (1992, p.429). A percepção estética reside na “gratuidade” do corpo, no prazer da percepção desinteressada do primeiro contato.

Avançando para o segundo aspecto constitutivo da percepção, Dufrenne supõe a remoção do nível pré-reflexivo da presença para o nível da representação, que engloba o que é pensado. Esse avanço do vivido ao percebido, do nível irreflexivo ao reflexivo, representa também a adoção de um novo transcendental, necessário pela utilização contínua do cogito reflexivo. Anteriormente, o transcendental era assumido pelo corpo, pelo “ser com”. Agora, no nível da representação, o transcendental, sem abandonar a importância no corpo nesse processo, possui o poder de ver, assumido pela imaginação.

Segundo Casey, “Dufrenne tenta reservar à imaginação em sua epistemologia, um lugar próprio que proíbe considerá-la como um simples aspecto da presença ou do entendimento. (...)” (1975, p.100). A imagem torna-se então “um metaxu entre a presença bruta em que o objeto é sentido e o pensamento no qual ele converte em idéia, permite ao objeto aparecer, ou seja, estar presente enquanto objeto representado.” (Dufrenne, 1992, p.432). Para melhor compreendermos essa passagem à representação, Dufrenne propõe a distinção entre os aspectos transcendental e empírico da imaginação. Assim,

Transcendentalmente, a imaginação deve ser a possibilidade de um olhar cujo correlato seja o espetáculo, o que supõe ao mesmo tempo uma abertura e um recuo. Um recuo porque é necessário que se rompa a totalidade formada pelo objeto e o sujeito e que se realize o movimento, característico de um para-si e constitutivo de uma intencionalidade, pela qual uma consciência se opõe a um objeto. Uma abertura, posto que essa ruptura abre um vazio, que é o a priori da sensibilidade, no qual o objeto poderia tomar forma. O recuo é uma abertura, o movimento é uma luz. (1992, p.433)

E o que permite esse movimento trasladar, o que efetiva essa ruptura é a temporalidade. É ela que nos permite perceber o passado e o futuro, já que o presente não pode ser percebido, mas somente feito, e nesse movimento a contemplação torna-se imprescindível: “contemplar é regressar ao passado para descobrir o futuro” (1992, p.434)

Juntamente com a temporalidade, a espacialidade é outro elemento constitutivo da ruptura que instaura a representação: é graças ao espaço que o ato de ver se torna possível, pois “toda imagem existe sobre um fundo espacial.” (1992, p.434). No entanto, é a imaginação empírica que faz com que a aparência se converta em objeto. Essa imaginação não pode se originar do nada, mas se constitui a partir da experiência vivida, recorre aos saberes adquiridos e os converte em saberes visíveis que se originam da presença sensível. Possui como que um modo latente de conhecimento que está por se revelar justamente no aspecto do transcendental que abre caminho para o entendimento.

Sendo uma faculdade intermediária, a imaginação, como capacidade de visibilidade, não é conceito nem percepto, mas um estado anterior, próximo ao da representação: “o saber se converte numa presença abstrata e, no entanto, real, do sensível que se anuncia sem revelar-se.” (1992, p.437). Não sendo a instância última da percepção, a imaginação não é conceitual nem sensível, mas uma presença abstrata, e, no entanto, real, do sensível. Assim, Dufrenne indaga: A imaginação possui o mesmo grau de importância quando transpomos seu acontecimento da percepção ordinária para a percepção estética? Para ele, a imaginação tem sua importância minimizada na percepção estética, pois sua função transcendental atua mais diretamente no processo perceptivo. Dufrenne recorre à distinção de sentido à distância e sentido de contato, feita por Pradines para detectar que a imaginação necessita de um distanciamento espacial e temporal, para que um para si consiga mesclar sujeito e objeto para manifestar a natureza ambivalente dessa imaginação que “está no corpo e é mais que corpo”. (1992, p.447). É nesse distanciamento que a imaginação manifesta, na percepção estética, seu poder transcendental. O mesmo não ocorre com a imaginação empírica, tão essencial à percepção ordinária, já que suscita a percepção usual e remete a vários outros objetos exteriores. Na percepção estética, “o objeto representado pela arte não remete a nada exterior a ele: não está em um mundo, constitui um mundo, e este mundo é exterior a ele.” (1992, p.449).

A percepção exerce um papel secundário, desorganizacional, mais de enriquecimento do que de alargamento do campo de significações do objeto estético. A função da imaginação na percepção estética é “captar esse objeto na aparência,

mas sem que o substitua um objeto imaginário mais verdadeiro, o único verdadeiro, do que ela seria o analogon.” (1992, p.458). Por conta disso, o objeto estético não pode ser um pretexto ou um convite à imaginação, pois suas faltas, excessos e deformações são constitutivos da própria essência do objeto, diferentemente do objeto usual ao qual recorreremos mais intensamente à imaginação pois quando há nele elementos desarmônicos, estes convidam à ação de reparação do sujeito ante ao objeto.

No terceiro elemento constitutivo da percepção, a reflexão, Dufrenne destaca a importância do entendimento para que esse processo avance. Sua função é a de corrigir a imaginação, controlá-la, exercer seu juízo sobre ela.

Se a imaginação é a mediação entre a presença e a representação, o entendimento é a mediação entre a representação e a reflexão. Refletir sobre a percepção é superar a aparência primeira por meio de uma observação depurada e descobrir novas significações, “reprimir, ao menos provisoriamente, a imaginação que está no princípio do vivido e afrouxar as amarras que estabelece entre o mundo e eu, mediante o qual se descobre um originário lógico e não vivido.” (1992, p.462)

No plano transcendental, para que ocorra o entendimento, é preciso que a imaginação “promova um mundo”, numa síntese do signo e do significado, o que, para Dufrenne não ocorre numa seqüência imaginação-entendimento. Ambas ocorrem concomitantemente numa relação “de si para si”. Essa relação

constitui o sujeito como unidade da percepção: por este recobrar-se, o sujeito escapa à dispersão do vivido no qual ele não é mais que reflexo e não reflexão, eco e não palavra. E o objeto, por sua vez, só é objeto como correlato dessa unidade do sujeito, é preciso que ele mesmo de alguma maneira, seja uno, sendo a diversidade sempre diversidade dentro da unidade (...) O entendimento é o órgão da unidade da percepção, imprime ao fluxo das aparências o selo da necessidade, convertido em unidade necessária à unidade contingente das associações sugeridas pela experiência vivida. (1992, p.463-464)

Como ocorre então o refinamento da percepção? É necessária utilização da experiência da presença e a “disciplina da imaginação”, já que essa é susceptível de equívocos. O entendimento dá novas significações às aparências captadas. Dufrenne, no entanto, adverte que o entendimento, por si só, não representa a reflexão e, justifica sua afirmação, recorrendo aos conceitos kantianos de juízo determinante e juízo reflexionante. Juízo determinante “é a atividade intelectual mediante a qual as categorias assumem sua função na percepção mais ordinária” (1992, p.465). No juízo reflexionante, a reflexão implica a “consciência de si” e isso implica, por sua vez, um compromisso com essa reflexão. Esse compromisso se manifesta na abertura ao mundo, pois “abrir-se é o ato fundamental pelo qual, como vimos, um sujeito se constitui como unidade de percepção em presença de um objeto” (1992, p.467), estabelecendo uma relação mais íntima do sujeito e do objeto do que no juízo determinante. A relação estética sintetiza assim, um tipo de comunhão entre o objeto e o sujeito, uma “via de acesso” ao sentimento.

A percepção estética requer a cooperação da imaginação e do entendimento e o resultado dessa cooperação resulta no que Dufrenne chama de “sentimento”, entendido não como emoção, mas um tipo de conhecimento já que “revela um mundo”, se faz reação a “um mundo já dado”. Este sentimento se apresenta em vários graus e é uma resposta do ser inteiro e sua experiência acumulada para o objeto: a profundidade do objeto estético fala para a profundidade do ser. A experiência estética se situa então na intersecção do sentimento com a reflexão. Na passagem da atitude crítica para o sentimento,

a reflexão prepara o sentimento, e logo o ilumina, e inversamente, o sentimento apela inicialmente à reflexão, e logo a dirige. A alternância da reflexão e do sentimento desenha um progresso dialeticamente rumo a uma compreensão cada vez mais plena do objeto estético. (1992, p.524)

O processo perceptivo vai além da conversão do dado em inteligível feito pela representação e pela retenção desse pelo entendimento. A percepção atinge uma dimensão metafísica quando se volta sobre essa experiência do conhecimento eliminando o dualismo do “ser” e do “ter” com relação ao dado. Essa “comunhão” que experimenta o contato com as coisas, abre espaço para a imaginação e efetiva a filtragem do entendimento, desembocando no sentimento, e este, por sua vez, não é o simples retorno à presença, mas uma nova relação com o imediato

O sentimento é, pois, conhecimento. E conhecimento que não é reflexivo, pois acolhe o afetivo, mas que representa um compromisso com relação ao mundo, que é sentido e não mais pensado. Assim, “o sentimento tem uma função noética: revela um mundo, ao passo que a emoção interpreta um mundo já dado.” (1992, p.472). A expressão se revela no sujeito, representa poder de exteriorizar, “cria um interior constituindo um exterior.” (Dufrenne, 1992, p.474)

A atitude estética é, então, “uma espécie de oscilação perpétua entre o que poderíamos chamar a atitude crítica e a atitude sentimental.” (1992, p.514). Se o sentimento pode, num primeiro momento, apresentar-se confuso, desconcertado, a reflexão dá a clareza ao sentimento que está no corpo e na inteligência.

Empreender uma reflexão sobre a obra requer compreender sua expressividade, captar no seu interior uma ordenação da aparência que sintetize todas as suas possibilidades, revelar, na cumplicidade com o sujeito, seu estatuto de quase-sujeito. E então, “o objeto já não é uma presença obscura, mas uma realidade articulada, cuja expressão se sente tanto melhor quanto mais se reconhece os elementos que dele emana.” (1992, p.525).

O a priori afetivo

Na quarta parte do livro, intitulada “Crítica da experiência estética”, Dufrenne institui o conceito de “a priori afetivo”, como uma qualidade afetiva que institui a verdade do objeto estético que atua no nível do real. Parte do conceito

kantiano de que o a priori é “o caráter de um conhecimento que é lógica e não psicologicamente anterior à experiência, e que se reconhece como tal pelas características lógicas de necessidade e de universalidade” (1992, p.544), bem como do conceito de a priori de Scheler como “caráter de um conhecimento, mas de um conhecimento intuitivo, cujo conteúdo é um ‘fenômeno’, ou seja, onde o dado e o apontado convergem absolutamente” (1992, p.545). Dufrenne aponta para o caráter constituinte do a priori que é determinado com base no modo de relação estabelecido entre o sujeito e o objeto, da “solidariedade estrutural do objeto e do sujeito” (1992, p.676), e se constitui nos níveis da presença, da representação e do sentimento.

O a priori afetivo é singular e se constitui de uma qualidade afetiva presente nos mundos do objeto estético e do sujeito que abarcam uma pluralidade de a priori cognitivo, vital, existencial etc. e, qualificando a ambos, caracteriza-se pela profundidade de um pensamento que “está no estado de sentimento e se comunica ao sentimento”. (Dufrenne, 1992, p.556). No entanto, reforça Dufrenne, esse a priori refere-se ao objeto do conhecimento, pois seu sentido lógico converte-se em ontológico, de condição a propriedade do ser. Mesmo expressando uma “essência singular”, traz consigo uma “essência humana”. Assim, “o saber não é, pois, posterior ao sentimento; não se trata de uma reflexão sobre o sentimento pelo qual este passaria de estado de cegueira a um certo estado de inteligência, de uma participação a uma compreensão.” (1992, p.578). Ou seja, o sentimento já possui um saber latente – e que, no entanto, não é reflexivo – que é reanimado quando no contato com o objeto estético. Como nos disse Fischer: “os nossos sentimentos impelem-nos para um esforço máximo de raciocínio e a nossa razão depura-nos os próprios sentimentos.” (Fischer, 1963, p.13). Já para Figurelli, em Dufrenne “o sentimento, ponto culminante da percepção estética, é despertado pelo objeto estético e nele descobre certa qualidade afetiva como princípio de um mundo. Ou seja, esta qualidade é um a priori afetivo.” (1975, p.137).

O a priori afetivo converte-se na reciprocidade do sentimento do sujeito e do objeto, pois quando o espectador penetra no mundo do objeto estético, encontra as condições para manifestar um saber anterior a essa experiência, na interação com o a priori afetivo do objeto. O a priori, como objeto do conhecimento, é imanente ao sentimento, pois as categorias afetivas aí já estão presentes. Assim, “o que sinto, o que expressa o objeto estético, tem um sentido, e pode ser identificado graças a este eco que desperta em mim. E é preciso dizer que este é um eco de um a priori, posto que não é o resultado de uma reflexão” (1992, p.579), mas do reconhecimento de uma singularidade, de uma espécie de gosto, de hábito que reanima o a priori. O a priori afetivo então, ao mesmo tempo em que antecipa, prepara a experiência estética

A estreita relação entre o objeto e a percepção fica evidenciada na experiência estética, sobretudo porque essa conduz ao sentimento, que é, para Dufrenne, o ápice de todo o processo perceptivo. No entanto, não se pode prescindir da reflexão, necessária, mas que por si só não dá conta dessa experiência. Concordamos com Pita ao enfatizar a concepção de experiência estética de mundo em Dufrenne:

Há uma experiência possível da profundidade do mundo como mundo – experiência de que nos cortamos cada vez que não exercitamos a capacidade perceptiva relativamente ao profundo dos elementos do mundo (...) [pois] a experiência estética é uma experiência do sentir. (Pita, 1999, p.226; 227)

o corpo, embora necessário, não é suficiente: a sua cumplicidade com o objecto pode significar unicamente a sua dissolução, isto é a sua perda, tal como a imaginação por si só pode desregular-se, e por isso também perder-se. É imprescindível que a relação irreflexiva do corpo com o objecto seja mediada por uma reflexão que, embora comece por ser uma violência feita sobre a participação espontânea do corpo no objecto, vai desembocar numa relação na qual a imediatidade da percepção estética deixa de assentar na irreflexividade para fundar-se numa operação do entendimento. (Pita, 1999, p.116)

A experiência estético-pedagógica como abertura para o mundo

Abrir-se para o mundo, para as experiências novas, é um ato engendrado na dinâmica estesiológica e ontológica, revigorada na experiência especificamente estética. Por conta disso, pensamos que a fenomenologia, associando-se diretamente ao processo educativo, é bastante pertinente enquanto método que propõe uma descrição da essência, sua compreensão enquanto tal e sua interpretação pelo viés da existência. Segundo Rezende,

(...) o método da fenomenologia é afinal um método de aprendizagem, diretamente relacionado com a experiência cultural, e em essência atento ao problema do sentido da existência. Todos nós somos aprendizes, em relação a ele, constantemente desafiados a tornarmo-nos mais plenamente sujeitos de nossa própria história, sujeitos de nosso próprio discurso cultural. (1990, p.32)

A educação pensada sob o prisma da fenomenologia suscita elementos constitutivos de uma vertente bastante significativa. Em Coêlho encontramos uma caracterização da fenomenologia como forma de superar qualquer reducionismo:

Filosofia da essência, ela apreende os aspectos fundamentais da educação sem omitir ou privilegiar nenhum deles nem acrescentar outros sem razão. Ensina-nos a distinguir o que, na vida pessoal, na existência social e na educação, é de fato significativo. Recupera a natureza e a identidade do real, do psíquico, da existência e do fazer humanos, da educação, da escola, das teorias e da prática, do saber, do ensinar, do aprender, do tempo próprio da pesquisa, do ensino e da aprendizagem, “des-velando” seu verdadeiro sentido. (...)

Filosofia do sentido, ela reconhece e propõe-se apreender e expressar a riqueza, a complexidade e a polissemia do homem, da prática, da educação, da escola, do ensinar e do aprender, envolvendo uma diversidade de ângulos, aspectos e

sentidos em que cada um remete aos outros. Daí a importância de buscar na educação o sentido de tudo isso, questionar as formas alienadas de existência e, perseguindo a evidência, não dissimular a complexidade e a ambigüidade do mundo, em especial da realidade humana e, portanto, da ação, do psíquico e da educação. (1999, p.90-91)

Considerando tal caracterização, é possível pensarmos a inter-relação da educação e da estética, mediadas pela fenomenologia? O que a experiência estética teria a acrescentar à educação?

Quando o ser penetra no mundo que foi aberto pela experiência estética, pensamos poder extrair dessa experiência uma sistematização para a correlação entre estética e educação, pois, apreendendo as qualidades formais do aparecer da obra de arte, manifesta-se na ordem do sentimento, o processo racional que constrói a qualidade formal das aparências, construindo um efetivo intercâmbio do conhecimento teórico produzido pela academia e as práticas sociais e culturais que atravessam nosso cotidiano. E aí convém, como sugere Isabel Dias, “aprender ou reaprender a ver, desaprender o se que aprendeu, fazer uma epoché do olhar ou da visão já feita e petrificada pelos pré-julgamentos ou pelas lentes da cultura, que o próprio olhar porta sem o saber. (1998, p.202).

Pensamos ainda que a experiência estética possa acrescentar muito à educação na medida em que promove o aguçamento da percepção, por uma observação mais atenta que permite descobrir todos os detalhes da obra, e ainda na medida em que se aprende a captar o conjunto de suas aparências para enfim, apreender a realidade como um todo, além de desenvolver a imaginação e a capacidade de análise em todos os campos, promovendo um enriquecimento e alargamento do saber.

O movimento que a obra nos impõe é um movimento espiritual, que desloca a percepção de uma obra de arte para sua essência. Para isso é preciso, segundo Dufrenne, “penetrar na intimidade da obra”, nos deixarmos “assombrar pela cor”, utilizando-nos dos recursos cognitivos, permitindo que nosso olhar trabalhe sempre mais para que a obra apareça como um todo, em sua unicidade, em sua luminosidade, em seu prazer transcendente.

A educação em seu encontro com a estética e na reciprocidade entre a experiência e a consciência assume, na perspectiva fenomenológica, uma importância vital para o acontecimento da atitude estética diante do mundo e das coisas do mundo, invocando no olhar comunicante do sujeito, a abertura ao mundo da obra na formação da consciência.

Tomar a estética como referência para se pensar outros saberes não supõe o equívoco de se pensar uma apologia da beleza frente à fealdade do mundo, mas em ter uma percepção estética que culmine na interação com o mundo em todas as suas possibilidades e não tomá-lo apenas por uma de suas partes. Em vez de reduzir o estético ao artístico, é preciso olhar para o mundo para ver as coisas do mundo com olhares que buscam o que ainda está a descobrir, a desvelar. Assim, será possível a aproximação com a estética e, em especial, com a estética tal qual Dufrenne a concebeu, com os objetos plenos de sentido e que abrem espaço para a busca de sua especificidade.

Longe de atribuir à arte uma verve pragmática, instrumental, para a “excelência em educação”, a educação estética propõe uma amplitude outorgada no âmbito do psicológico, do econômico, do político, do social, do cultural e do pedagógico, promovendo o ato de relacionar, de acrescentar e de fundamentar um sentimento estético vinculado ao mundo.

O contato com a obra se dá de maneira surpreendente, do “estar diante de” não apenas para fruição, o deleite, o gozo, mas também para penetrar no que a obra tem de visceral, de pungente, de assombroso, de misterioso. Deste modo,

o mundo, ou, o que outrora se reduzia a panorama torna-se, no ateliê moderno, mundo tocado de perto, tornado espessura viscosa, pastosa... solo. Não mais interlocutor do olhar, o mundo se dá à mão que experimenta suas resistências e ligaduras. (Fontes Filho, 2006, p.75)

O que implicaria tal postura estética no processo educativo? A harmoniosa relação dos conhecimentos que se complementam e que podem ser tomados sob os auspícios da ciência, como fragmentos a serem “encaixados” quando necessário, descartados quando conveniente ou uma educação como “abertura para o mundo”, conceito utilizado por Dufrenne, referindo-se à experiência estética – e que utilizo aqui para a experiência educativa –, na qual a ambigüidade se apresenta?

O processo criador pautado na transgressão, na inquietude, na riqueza e na diversidade do real tem muito a ensinar à educação. A abolição dos limites instaurados pela preocupação obsessiva com uma educação para o futuro permite pensarmos a educação do presente, com seus problemas e possibilidades cotidianos, como uma área de conhecimento que se diferencia justamente pelo “espírito aberto”.

Por conta disso, torna-se imprescindível pensarmos a educação contemporânea como aquela que trabalha contra si⁴, desenvolvendo possibilidades de superação das impossibilidades apresentadas cotidianamente, criando idéias e propostas que também não se esgotem no presente, mas, inconclusas, se interrogem a si mesmas bem como as concepções educativas anteriormente formuladas bem como dos anseios postos a cada momento.

Dufrenne, apesar de não possuir muitos escritos que relacionem diretamente a estética à questão educacional, apresenta alguns apontamentos que sugerem, direta ou indiretamente, sua crença na dimensão pedagógica da arte:

⁴ Aqui me posiciono em relação ao questionamento explicitado por Reboul diante dessa antinomia: “Educar é formar adultos, isto é, seres livres, responsáveis por si mesmos; a educação deve, pois, excluir todo o constrangimento do educador sobre o educando. Mas uma educação sem constrangimento, longe de libertar a criança, entrega-a a todas as influências e deixa-a desarmada perante as suas pulsões. Será então preciso admitir que o adulto se forma não pela educação que recebe, mas contra ela?” (2000, p.51).

E não procede assim todo ensinamento estético? (...) Mediante esses exercícios, que devemos chamar escolares, de análise que aprendemos a captar o objeto estético. (1992, p.519)

Como pode a arte antecipar o real? Como é possível sua verdade, preceder o real, ao invés de ser consequência sua? Como o real se deixa iluminar por essa luz? Poderíamos intentar dar aqui uma resposta empírica, sempre a partir de uma perspectiva antropológica, desenvolvendo sobre esses dois pontos a idéia de uma função propedêutica da arte. (1992, p.662)

A experiência estética supõe também uma ascese: uma educação que refine o gosto e deixe o terreno livre fazendo desaparecer todo preconceito. (1992, p.529)

Numa formação eivada de “pré-conceitos”, o exercício do juízo de valor trabalhado pela estética, aproxima-nos da beleza e revigora o “desejo” e o “pensamento”, instituindo a autonomia, que é fruto dessa busca. Sua necessidade é assim justificada por Dufrenne:

Se o homem na experiência estética, não realiza necessariamente sua condição: essa experiência revela sua relação mais profunda e mais estreita com o mundo. Se ele tem necessidade do belo é na medida em que precisa se sentir no mundo. Estar no mundo não é ser uma coisa entre as coisas, é sentir-se em casa entre as coisas, mesmo as mais surpreendentes e as mais terríveis, porque elas são expressivas (Dufrenne, 1998, p.25).

Essa renúncia ao real é, de certa maneira, um comprometimento do artista com a causa da liberdade, que assume diferentes modos de libertação, tornando-se referência para o espectador na luta pela liberdade social, individual, psíquica e outras.

O gosto, bem como o prazer dele derivado, se insere no campo axiológico porque “o prazer que suscita, por mais espontâneo e ingênuo que pareça, manifesta um gosto que é sempre mais ou menos educado e que se formou num campo cultural determinado” (Dufrenne, 1982, p.100)

O juízo estético tem, sobretudo com a arte contemporânea, a chance de, ao invés de subjugar-se ao gosto – de certa forma, impositivo que prioriza determinadas obras, estilos, ou conceito de beleza –, libertar o espectador do dogmatismo estético.

A educação estética pode contribuir ainda na construção textual comparativa e/ou analítica a partir das imagens da obra de arte, na pesquisa e na seleção de imagens referentes a um determinado tema na emissão de juízos de valor. Este enfoque axiológico, no entanto, não atinge o próprio objeto, mas é consequência dele. Somos nós que atribuímos a este o caráter de autonomia, de liberdade, de alteridade. Segundo Dufrenne,

(...) o pecado da cultura, diz Dubuffet, é “considerar a obra como coisa para ver, e não coisa para viver ou fazer.” A arte só nos liberta se for nossa e a missão que certos artistas se atribuem é atrair nossa criatividade, não tanto oferecendo-nos, um modelo a imitar, como o mestre ao discípulo, mas dando-nos o exemplo de uma liberdade a viver. (Dufrenne, 1975, p.87)

Há na capacidade de apreensão do sensível a possibilidade da junção formalismo estético e formalismo lógico e esta pode possibilitar a habilitação do acréscimo de elementos que enriqueçam a experiência pedagógica, fertilizando a discussão que ultrapassa a arte, mas perpassa por todas as possibilidades de conhecimento.

A educação é receptiva de todas as formas de conhecimento e envolve elementos advindos de leituras sociais, culturais, políticas, históricas e estéticas. Tratada assim, como receptiva dos múltiplos saberes, a educação acolhe e reelabora os elementos trazidos por estas áreas, promovendo o pensamento mais aberto à formação dos valores que norteiam a prática cotidiana. Portanto, a educação estética é uma das vertentes deste processo de formação cultural.

É desse exercício de pensamento que precisamos para reverter a aridez do terreno educativo tão arraigado na fragmentação dos saberes como forma de dar conta de uma forma de ver o mundo que cada vez mais coíbe o tempo do pensar. Além disso, ir além do imediato é o grande desafio da educação hoje e que recai com maior ênfase na filosofia como área do saber que é essencialmente abstração.

Desse modo, o processo formador centrado numa concepção humanista contrapõe-se à vertente da velocidade técnica, já que tal vertente tem como resultado, segundo Virilio, “a desapareção da consciência enquanto percepção direta dos fenômenos que nos informam sobre nossa própria existência.” (Virilio, 1994, p.120). A filosofia como dúvida, certeza da incerteza, contesta dogmas e suscita questionamentos que transcendem o conhecimento imperativo do mundo tecnológico. É um exercício rigoroso, embora lento – se comparado ao tempo tecnológico –, de articulação dos elementos que emergem, de um pensar que busca a raiz das questões suscitadas e lhes exige clareza.

Em seu ensaio “A filosofia e suas discretas esperanças”, Matos afirma:

Que se considere que as obras de pensamento são experiências do pensar e representam partes inteiras de uma vida e de toda uma existência constituídas de paradoxos, enganos e liberdades. É preciso gerações para recebê-las e interpretá-las – para decifrar a serenidade de Sócrates no momento de sua morte, os êxtases de Plotino, as noites atormentadas das Meditações Metafísicas de Descartes. Uma vida examinada nas obras de cultura requer tempo – à distância do dia industrial e do taylorismo do espírito. (1997, p.62)

Assim, a educação norteada para o imaginar, o criar, reflete a necessidade de um tempo que ultrapassa a limitação curricular e disciplinar da transmissão mecânica, mas envolve a experiência do pensamento na qual o tempo não é nem pode

ser, medido na mesma proporção da memorização, exigindo a percepção como forma de apreensão e articulação do pensamento com o fato real. Roberto Misrahi enfatiza a importância dessa educação alicerçada na formação artística e filosófica, pois, segundo ele, “só esta permite que a consciência se liberte dos interesses materiais e alimente tanto o desejo quanto o pensamento.” (Misrahi, 1993, p.15). Como consequência da apologia da informação em detrimento do conhecimento, que demanda mais tempo, o desejo e o pensamento a que se referia Misrahi, ficam comprometidos, pois no caso do primeiro, este converte-se em instantâneo e do segundo, fragmenta-se em produto estéril do processo do pensar que em sua essência é seminal, demanda tempo, reflexão, o voltar atrás, o retorno, a reelaboração que incita a imaginação e o entendimento.

A percepção estética, com seus níveis de presença, representação e reflexão, tem no a priori afetivo sua síntese como processo formador. A experiência estética, síntese do entrecruzamento da reflexão com o sentimento é para a experiência educativa uma nova mediação que pode ocasionar outros sentimentos e outras reflexões.

Concluimos que, mais do que uma filosofia da ambigüidade, a perspectiva na qual a construção teórica de Mikel Dufrenne se apresenta é a da reciprocidade. As afirmações de que, na experiência estética, há uma “solidariedade estrutural do objeto e do sujeito” (Dufrenne, 1992, p.676) e “uma espécie de comunhão entre o objeto e eu.”, revelam-nos uma relação de reciprocidade do objeto com o sujeito, do sujeito com outros sujeitos e com o mundo. Essa reciprocidade se manifesta como pressuposto necessário para a manifestação do estético no campo pedagógico.

Referências bibliográficas

- ARANHA, C. S. G. (2000). Exercícios do olhar: uma fenomenologia do conhecimento visual. São Paulo: USP. Tese de Livre-Docência.
- CASEY, E. (1975) L'imagination comme intermédiaire. In: V.V.A.A. Vers une esthétique sans entrave. Paris: UGE, (pp. 93-113).
- CHAUÍ, M. (2002). Experiência do pensamento: ensaios sobre a obra de Merleau-Ponty. São Paulo: Martins Fontes.
- COELHO, I. M. (1999). Fenomenologia e educação. In: BICUDO, M. A. V., CAPPELLETTI, I. F. (Orgs.). Fenomenologia, uma visão abrangente da educação. São Paulo: Olho d'Água, (pp. 53-104).
- DIAS, I. M. A. (1998). La tâche visionnaire de la philosophie et de la peinture chez Merleau-Ponty. In: ESCOUBAS, E. et al. Phénoménologie et esthétique. Paris: Encre Marine, (pp.193-209).
- DUFRENNE, M. (1975). Arte no ocidente. In: CIRICI, A. (Sel.). As três faces da arte. Rio de Janeiro: Ed.FGV, (pp. 65-88).
- DUFRENNE, M. (1992). Phénoménologie de l'expérience esthétique. Paris: PUF.
- DUFRENNE, M. (1982). Os problemas do valor estético. In: DUFRENNE, M. (Org.). A estética e as ciências da arte. Lisboa: Bertrand, (pp.86-102).
- DUFRENNE, M. (1998). Estética e filosofia. São Paulo: Perspectiva.
- FIGURELLI, R. (1975). La notion d'a priori chez Mikel Dufrenne. In: V.V. A. A. Vers une esthétique sans entrave: Mélanges Mikel Dufrenne. Paris: U.G.E., (pp.133-141).
- FISCHER, E. (1963). A necessidade da arte. Lisboa: Ulisseia.
- FONTES FILHO, O. (2006). A matéria em obra ou a filosofia em manchas de tinta. ArtCultura, 8(12).71-83.
- LARROSA, J. (2004). Experiência e paixão. In: Linguagem e educação depois de Babel. Belo Horizonte: Autêntica, (pp. 151-165).
- MATOS, O. (1997). A filosofia e suas discretas esperanças. In: CATANI, D. et al. (orgs.). Docência, memória e gênero. São Paulo: Escrituras, (pp. 51-62).
- MERLEAU-PONTY, M. (1997) O olho e o espírito. 2.ed. Lisboa: Vega.
- MISRAHI, R. (1993). Educar para a alegria, não para o trabalho!. In: KECHIKIAN, A. Os filósofos e a educação. Lisboa: Edições Colibri.
- PITA, A. P. (1999). A experiência estética como experiência do mundo: a estética segundo Mikel Dufrenne. Porto: Campo das Letras.
- REZENDE, A. M. (1990). Concepção fenomenológica da educação. São Paulo: Cortez/Autores Associados.
- REBOUL, O. (2000). A filosofia da educação. Lisboa: Edições 70.
- VIRILIO, P. (1994). Estética de la desaparición. Barcelona: Editorial Anagrama.

A cultura das disciplinas: a organização do conhecimento nas universidades brasileiras

Glícia Gripp
Universidade Federal de Ouro Preto
glicia@ichs.ufop.br

Resumo: A questão da estrutura acadêmica da organização do conhecimento é criticamente importante tanto para o estudo do conhecimento que é produzido nas universidades, quanto para o estudo do ensino que nelas é ministrado. O mundo acadêmico contemporâneo não é um corpo unitário, mas sim um conjunto inter-relacionado de diferentes disciplinas que têm suas especificidades. As disciplinas compreendem um corpo de idéias e um corpo de pessoas dedicadas ou ao avanço do conhecimento e/ou à divulgação do conhecimento existente. A relação entre fatores cognitivos e fatores sociais e organizacionais dá origem a uma rica variedade de características. Trabalhos anteriores tendem a indicar que as disciplinas intelectuais não diferem apenas por seus domínios de conhecimento, mas também pelas regras e meios de aquisição do conhecimento, pela legitimação deste, pela sua divulgação para as novas gerações, no estabelecimento de normas da carreira acadêmica, como também por questões práticas, e também por comportamento eleitoral, por crenças diversas e crenças religiosas, por hábitos acadêmicos e sociais. A natureza e a extensão dessas diferenças nos levam a considerar as várias disciplinas acadêmicas como culturas distintas. Esta comunicação tem por objetivo a discussão de dados qualitativos preliminares de uma pesquisa em curso sobre duas disciplinas ou “tribos acadêmicas” – a filosofia e a história –, juntamente com a discussão do material bibliográfico disponível da área (bastante restrito no Brasil), que sugerem que as características principais de uma cultura disciplinar podem ser consideradas como uma ordem moral que define crenças básicas, valores e normas.

A cultura das disciplinas

Seguindo o raciocínio de Wallerstein (1998), podemos dizer que dividimos e limitamos o conhecimento em três maneiras diferentes: intelectualmente como disciplinas, organizacionalmente como estruturas corporativas e culturalmente como comunidade de eruditos ou estudiosos (scholars) partilhando algumas premissas elementares.

Podemos pensar uma disciplina como um construto intelectual, uma espécie de conselho heurístico. Elas constituem um modo de posicionar uma demanda em um denominado campo de estudos, com seu domínio particular, seus métodos apropriados e conseqüentemente, seus limites. É uma disciplina no sentido de que procura disciplinar o intelecto. Uma disciplina define não apenas o que pensar sobre e como pensar sobre, mas também o que está fora de sua competência. Para dizer que determinado objeto ou sujeito é uma disciplina é dizer não apenas o que ele é, mas também o que não é.

A institucionalização de uma disciplina seria uma forma de preservar e reproduzir sua prática. Representa a criação de uma rede humana com fronteiras, uma rede que toma a forma de estruturas corporativas que têm requisitos para a entrada e códigos para o desenvolvimento da mobilidade dentro da carreira. Organizações eruditas ou de estudiosos (investigadores, pesquisadores) procuram disciplinar não o intelecto, mas a prática.

O que Wallerstein denomina de “cultura” é um conjunto de premissas e práticas, partilhadas não por todos os membros da comunidade em todos os tempos, mas pela maioria dos membros a maior parte do tempo; partilhadas abertamente, mas o que é mais importante, partilhadas de maneira inconsciente. Cada conjunto de premissas deve necessariamente ser muito simples, e mesmo banal. À medida que as asserções são mais sofisticadas, sutis, aprendidas, elas podem não ser partilhadas por um número suficiente de pessoas e podem não ser capazes de criar uma comunidade ampla de eruditos. Em segundo lugar, essas premissas partilhadas são reveladas – e não definidas – por aqueles que são apresentados como os pensadores formativos.

Essa descrição de Wallerstein se torna mais complexa quando observamos que o campo acadêmico e as disciplinas não existem isolados em um mundo ideal. As disciplinas se encontram desafiadas por outros campos sociais – as profissões, mas também outros campos como o político, o da mídia, etc. Um exemplo basta para termos consciência desse fato: no caso da História, esta se encontra desafiada por publicações em sua área, realizadas por jornalistas.

Assim, a cultura da disciplina parece se configurar em um amálgama de atores sociais que se dedicam à publicação e à divulgação de conhecimentos do campo específico, muito diversificado, tradicionais e “progressistas”, incluindo aqueles que não pertencem nem ao campo institucional nem ao campo acadêmico e aqueles que circulam entre dois campos – acadêmico e jornalístico ou acadêmico e político ou acadêmico e profissional (neste último caso temos os médicos, os advogados, os engenheiros).

Com o crescimento da especialização no último século, as disciplinas têm se tornado, por todo o lado, uma força que se impõe, senão que domina a vida profissional da vasta maioria dos professores do ensino superior. A pesquisa sobre as disciplinas tem atraído um interesse crescente nos estudos sobre educação superior recentemente, principalmente no Reino Unido e nos Estados Unidos. No Brasil, exceto pelos estudos sobre história de disciplinas específicas, faltam estudos sobre a cultura disciplinar.

Clark (1987) nos mostra que, organizadas em torno de objetos individuais, as disciplinas têm suas próprias histórias e trajetórias, seus próprios hábitos e práticas. Elas promovem divisões em grupos nacionais e internacionais de pesquisadores e especialistas, incentiva filiações que atravessam instituições, gera credibilidade de objetos de estudo, legitima e dignifica determinados assuntos e práticas. Vista da perspectiva cultural, a universidade não forma uma voz homogênea, mas uma entidade heterogênea com muitos diferentes “pequenos mundos” (Clark, 1987).

A pesquisa sobre a vida interna da universidade tem mostrado que as disciplinas diferem entre si tanto cognitivamente quanto socialmente. As disciplinas têm sua própria tradição e categorias de pensamento que dão aos membros pertencentes ao campo do conhecimento em questão, conceitos, teorias, métodos, técnicas e problemas partilhados. Além desse viés cognitivo, as disciplinas têm suas próprias características sociais e culturais: normas, valores, modos de interação, estilo de vida, códigos pedagógicos e éticos, etc. (Becher, 1994, Biglan, 1973, Clark, 1986, Huber, 1992, Moses, 1990).

As diferenças disciplinares também têm sido enfatizadas também nos estudos de sociologia da ciência, na vertente cultural. Karin Knorr-Cetina (1997) afirma que investigações detalhadas das diferentes ciências naturais revelam diferentes

culturas epistêmicas – diferentes estratégias de criar, justificar e certificar o conhecimento. Isto implica que as ciências compreendem diferentemente aquilo que eles denominam de experimento e medida, por exemplo. Da mesma forma, o conceito de verdade tem diferentes significados em diferentes campos (Bauer, 1990).

A ênfase nas diferenças entre as disciplinas acaba por obscurecer um fato fundamental, facilmente detectável empiricamente: o fato de que as disciplinas não existem no vazio, no vácuo, independentemente umas das outras. Existindo dentro das instituições de ensino superior, especialmente as públicas, e especialmente no Brasil, onde a pesquisa se insere nessas instituições preferencialmente, elas fazem parte do campo acadêmico.

Além desse enfoque culturalista, podemos recortar pelo menos mais três outros enfoques no estudo das disciplinas: a vertente epistemológica (que se interessa pelos mecanismos de estruturação das ciências e pelas relações entre as disciplinas); o enfoque por contingência (que se preocupa com as relações, por um lado, da universidade e seus componentes e, por outro lado, o meio externo); e o enfoque estrutural funcionalista (cuja proposta é compreender como se estruturam as posições ocupadas pelos atores sociais no seio do mundo universitário);

Cada uma dessas vertentes lança uma luz diferente sobre características diversas desse fenômeno atual que denominamos de disciplina, mas, ao mesmo tempo, deixa de tratar de alguma característica importante das disciplinas: seja a questão propriamente do conhecimento e de critérios de demarcação da disciplina no conjunto das disciplinas; seja o fato de que cada disciplina se encontra inserida em um campo acadêmico ou universitário, no qual ela é desafiada; ou as relações entre as disciplinas e o meio social mais amplo, como por exemplo, o campo político e o campo profissional mais amplo, ou ainda, as relações de poder existentes internamente a cada disciplina, que estruturam o campo disciplinar. Assim, esta comunicação leva em conta a cultura das disciplinas, mas também a estrutura do campo científico, assim como o fato de que as disciplinas não existem no vácuo, mas sim em inter-relação com outras disciplinas, com o mundo do trabalho, com o campo político.

A construção do objeto de pesquisa

A motivação que levou à pesquisa sobre disciplinas, da qual este trabalho faz parte, foram algumas constatações de uma pesquisa anterior sobre a prática do professor do ensino superior, mais especificamente, que esta prática tem um enraizamento disciplinar, ou seja, o campo disciplinar determina uma boa parte do trabalho do professor, exercendo constrangimento sobre ele, em relação ao que ensinar, ao como ensinar, ao quando ensinar e ao que deve ser aprendido, além da forma dos produtos acadêmicos e até da postura corporal. Em qualquer universidade pública brasileira, distinguimos os professores e estudantes, por exemplo, dos cursos de medicina daqueles das engenharias ou dos estudantes de filosofia, apenas pela forma de se portar, pelo estilo das vestimentas, corte dos cabelos, etc. Mas, ao mesmo tempo, descobrimos que as práticas docentes, em sala de aula, se assemelham muito, assim como as reclamações dos professores em relação à aprendizagem dos alunos. Ou seja, há diferenças entre as diversas disciplinas, mas há algo que é comum a todas elas e que se refere, principalmente, a esquemas cognitivos. Esse fato causa estranheza, já que as disciplinas se diferenciam – e essa é a sua origem – pela questão própria do conhecimento e da cognição. Como nos mostra Fuller (1985), uma disciplina é “limitada” por seus procedimentos a respeito do acordo sobre a busca da verdade. Esses procedimentos, ainda segundo o mesmo autor, consistem de um formato de argumentação que restringe o uso das palavras, permitindo o empréstimo de outras disciplinas, e do contexto apropriado de justificação e descoberta (algumas demandas são fundamentadas na razão apenas, outras independentemente da percepção, algumas com a ajuda técnica da percepção, etc.). Além disso, na prática acadêmica, observamos diversos projetos e relatórios de pesquisa de diversas áreas (especialmente das ciências humanas e sociais), freqüentamos encontros denominados científicos e tem-se a impressão de que a palavra “ciência” refere-se a qualquer coisa, desde trabalhos de extensão (que por sua vez se assemelham cada vez mais a assistência social e à filantropia), até crenças e ideologias políticas diversas. Essas questões levaram, assim, à pesquisa sobre as disciplinas no campo acadêmico brasileiro, cujo objetivo principal é o estudo exploratório dessas questões em quatro disciplinas diferentes (duas da área de ciências humanas e sociais, uma da área de ciências exatas e outra da área de ciências biológicas). Não nos interessa – na pesquisa e neste trabalho – estabelecer critérios de demarcação, já que não nos colocamos no campo da epistemologia. Nem nos interessa, também e principalmente, fazer uma descrição das disciplinas e, por uma mágica qualquer, se faz da regularidade de uma prática – ou de características – isto é, do que se produz com uma certa freqüência estatisticamente mensurável, o produto do regulamento conscientemente editado e conscientemente respeitado (o que supõe que expliquemos a gênese e a eficácia), ou da regulação inconsciente de uma misteriosa mecânica cerebral e/ou social é escorregar do modelo da realidade para a realidade do modelo (Bourdieu, 1983:59).

Este trabalho tratará inicialmente, e brevemente, das características e das relações entre elas (as variáveis e as suas relações) daquilo que denominaremos de “disciplina”, tentando construir um modelo teórico que colocaremos à prova, na seção seguinte, quando trataremos do estudo de duas disciplinas, a filosofia e a história, antes de concluirmos provisoriamente. É uma comunicação a partir de dados iniciais de uma pesquisa em andamento, mas que pode servir como pontos de um programa mais amplo de pesquisa.

Como compreender e explicar o funcionamento de uma disciplina?

A base sociológica desse trabalho parte de algumas idéias fundamentais da sociologia contemporânea: a idéia de relação social em substituição à idéia de “sociedade”, ou seja, o sociólogo deve localizar os atores sociais em relação a outros atores sociais. Os atores sociais não são isolados, não constituem uma “massa” homogênea. Em segundo lugar, a localização dos atores no espaço social não é algo dado, algo anterior à ação, dado ou por funções ou por alguma regra do sistema, mas, antes, surge no processo da vida social, e, em particular, no processo de relação com outros atores. E, por último, a idéia de que existem unidades ou coleções de posições sociais que devem ser consideradas como macro estruturas ou campos (Bourdieu) ou ecologias (Abbott) e os processos de conflito e competição são cruciais à compreensão da evolução interna dessas coleções de posições sociais. Essas tendências afastam o perigo do essencialismo: tomar como realidade aquilo que é uma representação simbólica construída pelos agentes na ação social. A partir dessa base, passaremos a construir o nosso objeto: as disciplinas.

1. Os limites disciplinares

Fuller (1991) propõe o estudo das fronteiras disciplinares já que a “disciplina” é uma das poucas unidades de análise que requer a cooperação de dois enfoques rivais nos estudos das ciências, o enfoque interno, devotado a traçar o crescimento do conhecimento em termos da extensão de métodos racionais a um domínio maior de objetos, e o enfoque externo, devotado a traçar a adaptabilidade do conhecimento aos arranjos sociais sempre mutantes. As disciplinas marcam o ponto no qual métodos são institucionalizados. Estudar as fronteiras disciplinares, para o autor, sua construção, manutenção e desconstrução, ajuda a analisar uma nova dimensão ao papel de “interface” já assumido pelas disciplinas. Os limites das disciplinas provêm a estrutura necessária para uma variedade de funções, que vão desde a alocação da autoridade cognitiva e recursos materiais ao estabelecimento do acesso seguro a alguma realidade extra-social.

Para detectar os limites que definem os territórios das disciplinas, Fuller (1985), estabelece três técnicas. Em primeiro lugar está o exame da base da verdade do conhecimento estabelecida pela disciplina. O exemplo dado pelo autor é a filosofia, cujo formato de argumentação é muito diferente dos formatos das outras disciplinas (lingüística, psicologia, sociologia e mesmo a física). Deixar de levar em conta esse fato leva à falha na análise. Em segundo lugar está o exame da metaciência implícita no formato de argumentação da disciplina. Quando as bases de verdade de uma disciplina está em conflito com aquela de outra disciplina, qual disciplina concede autoridade cognitiva à outra? A resposta revela a balança de poder cognitivo entre duas disciplinas que deve se transformar ao longo do tempo. Quando os recursos cognitivos de uma disciplina são insuficientes para resolver seus próprios problemas, qual outra disciplina externa a seus limites é solicitada para ajudar? Quando a validade das bases de verdade de uma disciplina é desafiada, a validade das bases de quais outras disciplinas é também ameaçada? Não apenas as respostas a essas questões mudam no tempo, mas também elas são assimétricas. Por último, está o exame das estratégias utilizadas para sintetizar a pesquisa de duas disciplinas. Frequentemente uma metalinguagem é construída para reduzir as bases de verdade de duas disciplinas a alguma “base comum”, a qual na maior parte leva em consideração a audiência pretendida dos sintetizadores.

2. Os conflitos jurisdicionais – a sociologia das profissões de Abbott

No Brasil, a pesquisa divide os espaços departamentais das universidades com a preparação profissional para o mercado de trabalho. Assim, o campo profissional está intimamente em relação com o campo da produção científica. Um mesmo e único departamento, por exemplo, de biologia, forma pesquisadores, professores e profissionais para as empresas em geral. Assim, os estudos sobre profissões podem lançar alguma luz na compreensão das disciplinas.

Segundo Abbott (1988:8), as profissões “são grupos ocupacionais exclusivos, que aplicam conhecimento, em algum grau abstrato, a casos particulares”. Não há nenhum sentido em analisar uma profissão isoladamente, pois sua existência pressupõe a existência de outras profissões. A questão do conhecimento é central, pois as inter-relações entre os grupos são determinadas pelo modo como eles conseguem controlar o saber e a qualificação. Distinguindo entre técnica, em torno da qual se organizariam os ofícios, e conhecimento abstrato, base da organização profissional, o autor elige este último como fundamento da existência de um sistema de profissões distinto de outros grupos de ocupações. Assim, a formação para uma determinada profissão está intimamente relacionada ao campo universitário. Assim, o campo universitário, local de formação dos docentes do ensino médio, sofre influências do campo profissional. É o conhecimento, abstrato, segundo Abbott, que é a moeda na competição entre profissões.

Abbott lança mão de uma noção importante: a jurisdição. Jurisdição é o laço entre o grupo profissional e a área de conhecimento sob seu controle. É um vínculo conceitual mais social que técnico dentro do sistema profissional. Esta noção nos dá possibilidades de entendimento do processo conflituoso pela monopolização dos espaços profissionais. Jurisdição é a ligação entre profissão e trabalho. Assim, analisar o desenvolvimento profissional é analisar como esta ligação é criada no trabalho, como está ancorada na estrutura social formal e informal e como a interação de ligações jurisdicionais entre profissões determina a própria história das profissões individuais. Esse conflito jurisdicional é, em primeiro lugar, um conflito de áreas de conhecimento. Assim, podemos supor que podemos encontrar esse tipo de conflito na estrutura acadêmica, entre os diferentes departamentos.

Um departamento é uma estrutura organizacional que cria um ambiente, variável entre diversas áreas do conhecimento e entre as diferentes instituições aos quais os departamentos pertencem. Esse ambiente compreende práticas tais como o interesse dos professores e seu envolvimento na docência, objetivos, estratégias de ensino, estrutura da matéria a

ser lecionada, código educacional do currículo, sistema e procedimentos de avaliação, relação entre professores e alunos e entre colegas, densidade de contato.

Há conflitos de jurisdição dentro de cada área profissional, entre as subdivisões de cada profissão. Em uma obra mais recente (2001), Abbott analisa as relações entre disciplinas acadêmicas e nos mostra que a posição de determinada disciplina dentro de uma área de formação é função muito mais de hegemonia disciplinar do que do conhecimento específico da disciplina. Assim, podemos inferir primeiro, que há uma competição entre disciplinas diversas em um curso ou um departamento de uma instituição de ensino superior e, segundo, que esta competição leva a hierarquizações baseadas na distribuição de poder e de recursos entre os diversos grupos e não no conhecimento específico em si.

3. O “ofício” acadêmico: as práticas científicas

As práticas científicas remetem à idéia de “ofício”, mais do que a um princípio de uma consciência cognitiva que age de acordo com as normas explícitas da lógica e do método experimental (Bourdieu, 2001:59). Ofício se refere a um sentido prático dos problemas a tratar, das maneiras adaptadas para os tratar, etc. Bourdieu se apóia nos trabalhos da filosofia da ciência, especialmente os de Michel Polany, para mostrar que os critérios de avaliação dos trabalhos científicos não podem ser completamente explicitados, pois há sempre uma dimensão implícita, tácita, um conhecimento convencional envolvida na avaliação dos trabalhos científicos. Esse domínio prático só pode ser comunicado através de exemplos, sem explicitar os critérios utilizados, e não por preceitos. Recorre também aos trabalhos da nova sociologia da ciência que mostram que há diferenças entre o que se diz da prática científica nos livros (de lógica, de epistemologia, de metodologia) ou nos relatórios pelos quais os cientistas prestam contas do que fazem e aquilo que se faz realmente no cotidiano da pesquisa. Como bem mostra Bourdieu (2001), a prática científica tem, como subproduto, a criação de uma “ficção”. Quando os cientistas e pesquisadores tentam explicar o que entendem por procedimento correto, invocam apenas a experiência anterior. Ao mesmo tempo em que uma prática científica possui todas as características das atividades práticas, mas ao mesmo tempo é a forma suprema da inteligência teórica.

O princípio das práticas científicas é um sistema de disposições, em grande parte inconscientes, transponíveis, que tendem a generalizar-se. Bourdieu denomina esse sistema de disposições de habitus, que assume formas específicas de acordo com as especialidades. Esses sistemas de disposições variam também conforme princípios secundários como os trajetos escolares e sociais. Os habitus seriam princípios de produção de práticas diferenciadas de acordo com as variáveis de gênero, origem social, nação (formação escolar). Assim, há habitus disciplinares (que são comuns a todos os produtos do mesmo modo de geração, ligados à formação escolar) e habitus particulares ligados à trajetória (fora do campo, origem social e escolar, e no campo) e à posição.

Por outro lado, Bourdieu, sem negar as diferenças entre as disciplinas, afirma que estas partilham um conjunto de estruturas cognitivas relacionadas às experiências propriamente escolares e que é em grande parte comum a todos os produtos de um mesmo sistema escolar (nacional). Bourdieu (2000) o denomina de “inconsciente escolar”. É isto que faz, além das diferenças ligadas especificamente às disciplinas, e as concorrências, com que os produtos de um mesmo sistema escolar nacional apresentem um conjunto de disposições comuns. Este inconsciente escolar é um arbitrário histórico que, do fato de ter sido incorporado e, assim, naturalizado, escapa às tomadas de consciência, principalmente porque são apreendidos como naturais às estruturas das quais eles são produto.

Esse conjunto - identificado pelo autor como a doxa, crença que não se conhece como tal - seria mais difícil de desenraizar que todos os dogmas e, seria constituído por evidências e pressupostos inconscientes. Essas estruturas cognitivas são produto do trabalho de inculcação explícita que acompanha o sistema de ensino, mas também de inculcação estrutural sem intenção nem sujeito, que se opera através da imersão em um ambiente estruturado. Assim, pode-se supor que a estrutura escolar tem um efeito na inculcação de estruturas cognitivas.

Ou seja, a escola proporcionaria aos indivíduos um corpo comum de categorias de pensamento que torna possível a comunicação. O produto mais específico de um sistema de ensino seria o indivíduo “programado”, ou seja, dotado de um programa homogêneo de percepção, de pensamento e de ação. Os homens formados em um determinado sistema de ensino ou em uma escola partilham um certo “espírito”, literário ou científico. Como foram modelados de acordo com um mesmo modelo, as pessoas assim formadas, encontram-se predispostas a manter com seus pares uma relação de cumplicidade e comunicação. Possuem em comum as mesmas admirações, os mesmos modelos, as mesmas regras, os mesmos exemplos, metáforas, imagens, palavras, em suma, uma mesma linguagem.

Utilizando a expressão “força formadora de hábitos” para a escola, o autor mostra que esta propicia aos que se encontram direta ou indiretamente submetidos à sua influência, não tanto esquemas de pensamento particulares e particularizados, mas uma disposição geral de esquemas particulares capazes de serem aplicados em campos diferentes do pensamento e da ação. Isto pode explicar porque o ato de ensinar – e sua consequência, a aprendizagem – é o mesmo a despeito das diferentes “práticas de ensino”, específicas para cada área do conhecimento que os professores cursam em sua formação.

Neste trabalho, optamos por mapear brevemente cada um dos dois campos disciplinares, a filosofia e a história, e, posteriormente, faremos uma análise comparativa preliminar.

Supõe-se tacitamente que os membros de uma mesma “comunidade intelectual” têm em comum problemas ligados a uma situação comum e que se “influenciam mutuamente”. Se se sabe que cada campo tem sua história autônoma, que

determina suas regras e suas apostas específicas, vê-se que a interpretação por referência à história própria da disciplina é a condição prévia da interpretação com relação ao contexto contemporâneo. A questão fundamental torna-se, então, saber se os efeitos sociais da contemporaneidade cronológica, ou mesmo a unidade espacial, como o fato de partilhar os mesmos lugares de encontros específicos, cafés literários, revistas, associações culturais, salões, etc., ou de estar expostos às mesmas mensagens culturais, obras de referência comuns, questões obrigatórias, acontecimentos marcantes, etc., são suficientemente poderosos para determinar, para além da autonomia dos diferentes campos, uma problemática comum, entendida não como um *Zeitgeist*, uma comunidade de espírito ou de estilo de vida, mas como um espaço de possibilidades, sistema de tomadas de posição diferentes com relação ao qual cada um deve definir-se. O que leva a colocar em termos claros a questão das tradições nacionais ligadas às estruturas estatais (especialmente escolares) capazes de favorecer mais ou menos a preeminência de um lugar cultural central, de um capital cultural, e de encorajar mais ou menos a especialização (em gênero, disciplinas, etc.) ou, ao contrário, a interação entre os membros de diferentes campos, ou de consagrar uma configuração particular da estrutura hierárquica das artes ou das disciplinas científicas. (Bourdieu, 1996, p.227-228). São essas questões que analisaremos a seguir, neste trabalho.

A pesquisa sobre as disciplinas

1. A Filosofia

Há, atualmente no Brasil¹, segundo os dados do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas em Educação Anísio Teixeira -, órgão público encarregado do censo do ensino superior, 208 cursos de filosofia no país e, segundo dados da Capes – Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior -, 48 programas de pós-graduação stricto sensu (35 cursos de mestrado e 13 cursos de doutorado).

Atualmente, o campo da filosofia se encontra dividido em duas grandes áreas em disputa: a filosofia analítica e a filosofia continental. Três pontos inter-relacionados foram percebidos em nosso trabalho de campo: a divisão em duas grandes áreas, que é motivo de disputa (o que é filosofia), a ausência de produção intelectual e de debate; e a tensão entre bacharelado e licenciatura.

Segundo o depoimento de um filósofo, o campo da filosofia no Brasil é influenciado por uma cultura acadêmica francesa, que é muito diferente de uma cultura acadêmica anglo-saxônica. Há uma concepção de filosofia mais como cultura geral e o ambiente acadêmico de um professor de filosofia é muito mais de um generalista do que propriamente de um filósofo. Nos departamentos de filosofia brasileiros, há uma imensa preponderância de colegas com uma formação exclusivamente em história da filosofia do que em filosofia e também uma larga porcentagem de colegas com uma formação literária, que fizeram doutorado em letras ou cuja formação inicial é em letras e depois então é que fizeram doutorado em filosofia. Esse fato, de acordo com o filósofo, muda muito o ambiente acadêmico na área da filosofia. Essa mesma avaliação do campo filosófico brasileiro encontra-se em Osvaldo Porchat (1998). Assim, no campo da filosofia, tem-se a luta pela imposição da definição do próprio campo, ou seja, o que é filosofia.

Palacios (2003) se alinha a essa análise e preocupação com o campo filosófico brasileiro:

“A minha preocupação de a formação filosófica brasileira estar exclusivamente orientada a formar historiadores da filosofia e não filósofos não vem de hoje. Quem chega de fora percebe em pouco tempo que é essa a tendência dos departamentos de filosofia espalhados pelo Brasil. Constatei isso na minha primeira participação num congresso da Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia em 1992. (Mas já em 1986 tinha percebido essa concepção do que deve ser um departamento de filosofia.) A maioria das conferências tinham um viés historiográfico e não filosófico. E não era difícil ver que praticamente todas as publicações e conferências sobre filosofia, escritas e lidas aqui no Brasil, mostravam um interesse quase que exclusivamente historiográfico – mas não sabia exatamente por quê” (Palacios, 2003)

Murcho (2008) analisa o ensino de filosofia:

“O estudante que entra numa universidade convencido de que vai poder tornar-se um filósofo e ter o mesmo tipo de atividade que têm os filósofos descobre gradualmente que afinal não é assim. Dele não se espera realmente que filosofe, nem lhe são fornecidos os instrumentos para isso. Dele espera-se apenas que compreenda as idéias dos filósofos do passado; ou que reinterprete os seus escritos; ou que se torne um especialista e defensor incondicional do seu filósofo de eleição; ou que faça qualquer outra coisa. O que não se espera dele é que tente resolver a questão de saber se há universais, por exemplo; ou se Deus existe; ou o que é a arte; ou se na ética só as intenções contam. A sua atividade acadêmica consistirá quase exclusivamente em relatórios sobre o que os filósofos pensam. Não consistirá em tentativas progressivamente mais sofisticadas para filosofar. Tal pretensão pode até ser vista como ridícula”.

Essa questão filosófica é uma questão interna ao campo da filosofia e é uma consequência dos desenvolvimentos recentes da filosofia, especialmente da filosofia analítica. Mas parece ser também uma questão social. Margutti nos ajuda a compreender essa questão social, no campo da filosofia, e ressalta um outro ponto: o foro de debate filosófico no Brasil tem como característica básica a “desconversa”. O autor denomina o filósofo brasileiro de “filósofo cordial”:

¹ http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/lista_cursos.asp, consultado em 12/01/2009

“No plano filosófico, o homem cordial torna-se o filósofo cordial. Este último parte duma intuição “mística” de base (religiosa ou não), mas, como é desprovido de espírito especulativo, não a sistematiza adequadamente. Ele prefere buscar um líder espiritual que seja suficientemente carismático para dar-lhe a sensação de paz espiritual. O líder vale mais pelo carisma do que pela competência como pensador. O filósofo cordial evita o debate, pois este significa possibilidade de confronto. Como personaliza as suas relações, ele transforma aqueles que o criticam em inimigos mortais. Ora, ele acha preferível ter um amigo distante do que um inimigo próximo. Daí sua tendência a deslocar o verdadeiro debate para a intriga de bastidores. Nestas, a condenação sem direito de defesa constitui a regra. No domínio público, o debate se reduz a intervenções mais ou menos teatrais depois de alguma conferência, em que a força das objeções é cuidadosamente medida, para evitar o perigo de o confronto tornar-se pessoal” (Margutti, 2001)

O autor vai além e mostra que no campo filosófico brasileiro tem-se comentadores, e não há produção filosófica real:

“O filósofo cordial pensa que seus interlocutores devem ser buscados entre os grandes pensadores estrangeiros, estes sim autênticos filósofos. Eles são buscados, porém, em virtude de sua liderança carismática. Isto condena o filósofo cordial a ser um mero comentador dos filósofos europeus ou americanos. Ele não recorre à filosofia para pensar a sua realidade e isto faz com que busque satisfação intelectual nas idéias dos outros. E, em virtude de seu espírito prático e de sua ênfase no emocional, ele prefere comentar sistemas que enfatizem estas dimensões da existência (ceticismo, idealismo alemão, marxismo, positivismo, ecletismo, evolucionismo, pragmatismo, psicanálise, teoria crítica). Seu fascínio ou preferência por filósofos contemporâneos que caminham neste sentido de um modo ou de outro é notório (Heidegger, Wittgenstein, Nietzsche, Adorno, Apel, Habermas etc.)” (Margutti, 2001).

O terceiro ponto observado diz respeito à tensão entre bacharelado e licenciatura. Conversamos com alguns estudantes de filosofia de três universidades públicas brasileiras e eles foram unânimes em dizer que preferiam fazer bacharelado a licenciatura. Um professor de filosofia afirmou que não há necessidade de licenciatura, pois se aprende a lecionar observando os professores.

O primeiro curso de Filosofia no Brasil, iniciou-se em 1908, na Faculdade São Bento, dirigida inicialmente pelo Monsenhor Charles Sentroul, recém-chegado da Bélgica. Este pronunciou a aula inaugural, em 15 de julho, com o título "Qu'est-ce que la Philosophie?", em francês. Antes das aulas começarem, em 22 de julho, a faculdade promoveu mais duas conferências públicas, em 19 e 21 de julho, pronunciadas pelo Dr. Emílio Vlieberg, sociólogo e professor da Universidade de Louvain.

"Diffícil seria apurar os motivos por que não há, no Brasil, escolas de philosophia. Não andar, ainda nisto, o ascendente de certos principios philosophicos, tanto é certo ser a philosophia a regra da vida? Sim, porque é para uma philosophia que se appella ao reclamar a eliminação de qualquer philosophia. Pouco importa, aliás, perscrutar as causas da situação que aqui reina: nós a assignalamos, repetindo que a julgamos defeituosa e singular, em se tratando de um povo de tanta receptividade intellectual, qual é o brasileiro. Tal a idéia e o sentimento que inspiraram ao Exmo. e Revmo. D. Miguel Kruse, Abbade de S. Bento, em São Paulo, a iniciativa de fundar nessa cidade uma Faculdade Livre de Philosophia e Lettras."²

Afora programas de Lógica ministrados para o sexto ano ginásial e de Filosofia do Direito nas Faculdades de Direito, não havia no Brasil cursos de Filosofia. A edição de 10 de julho de 1908 do jornal Comercio de S. Paulo expressa o desejo de que a nova Faculdade venha a ser uma alternativa para a "incurável praga de mediocridade"³ saudando-a em um artigo intitulado "Boa Esperança". Um estudo sobre o ensino superior no Brasil, da autoria de Manuel Alvarenga, publicado em 1909, constata que os jovens brasileiros só podem escolher entre três cursos superiores - Direito, Medicina e Engenharia - , pelos quais buscam ou a carreira política ou a profissionalização como forma de sustento; e afirma que, embora sejam estes objetivos válidos, a exclusividade dos fins utilitários e profissionais é geradora de lacunas e até mesmo de uma certa visão distorcida da própria ciência: "Cumprer reagir contra esse abandono de principios, contra essa tendencia a converter os factos em criterio exclusivo da certeza, rejeitando-se a priori tudo quanto não pode ser verificado pelo methodo experimental"⁴

E reclama o autor:

"Entretanto, em torno deste assumpto reina um silencio desanimador: nem uma palavra na imprensa, nem uma voz no Congresso e muito menos um movimento qualquer, senão para a reorganização completa do ensino superior, ao menos para a fundação de novos cursos officiaes ou livres que venham supprir a deficiencia da organização actual"⁵.

O primeiro programa de estudos compreendia as seguintes disciplinas:

"1) Logica, chamada também Logica formal; 2) Criteriologia, ou tratado da certeza; 3) Psychologia, ou tratado da alma humana, podendo-se agregar-lhe o tratado do bello; 4) Cosmologia, ou explicação philosophica das sciencias naturaes; 5) Theodicea, ou theoria racional de Deus, com abstracção daquillo que se sabe pela fê revelada; 6) Metaphysica, ou

² Anuario - Faculdade Livre de Philosophia e Lettras, 1º Anno, 1908, pág. 7, apud Muchail (1992).

³ Anuario - Faculdade Livre de Philosophia e Lettras, 1º Anno, 1908, pág. 22, apud Muchail (1992).

⁴ Anuario - Faculdade Livre de Philosophia e Lettras, 1º Anno, 1908, pág. 8, apud Muchail (1992).

⁵ Anuario - Faculdade Livre de Philosophia e Lettras, 1º Anno, 1908, pág. 11-22, apud Muchail (1992).

exposição dos princípios mais gerais do saber; 7) *Philosophia moral* (individual, familiar ou social); 8) *Historia da Philosophia*⁶

Nas primeiras redações dos estatutos lê-se que o ensino é gratuito para todos os alunos, sendo os cursos mantidos com os recursos do Mosteiro de São Bento; que podem matricular-se os alunos das Faculdades de Direito, Medicina e Engenharia, assim como os professores públicos diplomados e os que se habilitarem mediante exame de suficiência; que são admitidos alunos ouvintes e que podem assistir às aulas todas as pessoas a quem o professor consentir; que o curso tem duração de três anos, com pelo menos cinco horas de trabalho semanais⁷.

Em 1911 a Faculdade funda uma sociedade denominada "Centro de *Philosophia e Letras*" cujos estatutos são elaborados prioritariamente pelos estudantes, com o propósito de promover estudos, conferências, debates sobre temas variados. Coube ao bacharelado Alexandre Correia a apresentação do primeiro tema que versou sobre Dante Alighieri. Ainda em 1911 forma-se a primeira turma, de sete bacharéis (observando-se que, em 1908, inscreveram-se mais de 180 alunos, dos quais cerca de 30 perseveraram até o final do primeiro ano).

Mas a institucionalização do ensino de filosofia no Brasil iniciou-se na década de 30, com a formação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, em 1934. Em 1930, o curso de Filosofia teve início na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro.

Em Minas Gerais, com uma conferência sobre Tommaso Campanella proferida pelo prof. Arthur Versiani Velloso, foi fundada, no dia 21 de maio de 1939, a Faculdade de Filosofia, que depois se incorporou à Universidade de Minas Gerais. Desta faculdade fazia parte o curso de Filosofia e diversos outros cursos dedicados às ciências básicas, às letras e à educação:

“A inauguração em Belo Horizonte de um ensino superior para além do já tradicional trio Engenharia, Medicina e Direito, ou seja, de um lugar para o estudo de disciplinas básicas, foi fruto do sonho de alguns visionários. O professor Velloso, além de fundador da Faculdade, foi por muito tempo a alma do curso de Filosofia, formando os primeiros alunos que depois se tornaram mestres (entre outros, José Henrique Santos e Luiz de Carvalho Bicalho), e colocando não só o curso de Filosofia, mas toda a Faculdade sob os auspícios de Kant, na admiração do céu estrelado acima de nós e da lei moral dentro de nós (...) Alguns professores, hoje já falecidos, contribuíram de forma marcante para a constituição do perfil do curso e para a formação de outros professores: o prof. Pe. Henrique de Lima Vaz (1921-2002), que consolidou o estudo do idealismo alemão como área forte de pesquisa; o Prof. Sylvio Barata Vianna (1913-1998), o primeiro a atuar na área de Filosofia Grega; o Prof. Luiz de Carvalho Bicalho (1920-1994), que aliou indagação filosófica e prática política; a Profa. Sônia Viegas (1944-1989), que soube como poucos fazer filosofia numa linguagem inteligível para não especialistas, e o Prof. Moacyr Laterza (1928-2004), um dos animadores (no sentido próprio, de dar alma a algo) da área de Estética”⁸.

O currículo atual dos cursos de filosofia é construído por cada instituição a partir das diretrizes curriculares nacionais, discutidas e aprovadas em 1999, por uma comissão de especialistas do Ministério da Educação. Os cursos têm duração de 04 anos, e formam bacharéis e licenciados. O bacharelado caracteriza-se principalmente pela pesquisa, em geral direcionada aos programas de pós-graduação em filosofia. a licenciatura se orienta sobretudo para o ensino de filosofia no nível médio. Uma parte essencial da formação do filósofo, seja no bacharelado, seja na licenciatura, é constituída pelos núcleos temáticos tradicionais, constituídos pelas disciplinas mencionadas nos documentos oficiais de 1962. Segundo as diretrizes, bacharelado e licenciatura diferenciam-se antes pelas suas finalidades, sendo que do licenciado se espera uma vocação pedagógica que o habilite para enfrentar com sucesso os desafios e as dificuldades inerentes à tarefa de despertar os jovens para a reflexão filosófica, bem como transmitir aos alunos do Ensino Médio o legado da tradição e o gosto pelo pensamento inovador, crítico e independente. O licenciado não deve ser simplesmente um bacharel que adicionou disciplinas pedagógicas ao seu currículo. Por sua vez, a formação do bacharel o credencia preferencialmente para a pesquisa acadêmica e eventualmente para a reflexão transdisciplinar (neste caso, adicionando à sua formação habilitações suplementares), pois há a convicção de que os egressos podem contribuir profissionalmente também em outras áreas, no debate interdisciplinar, nas assessorias culturais, etc. O elenco tradicional das cinco disciplinas básicas (História da Filosofia, Teoria do Conhecimento, Ética, Lógica, Filosofia Geral: Problemas Metafísicos, - além de duas matérias científicas) regulamentada pela Resolução do CFE, de 20 de outubro de 1962, que se seguiu ao Parecer 277/62, permanecem, já que a avaliação da comissão de elaboração das diretrizes considerou que tal elenco vem permitindo aos melhores cursos do país um ensino flexível e adequado da Filosofia. Não se considerou conveniente, em 1999, por ocasião das discussões sobre as diretrizes curriculares criar novas listagens de disciplinas obrigatórias ou um novo currículo mínimo. Segundo as diretrizes, não se pode negligenciar a inclusão de novas disciplinas, tendo em vista o desenvolvimento da Filosofia nas últimas décadas: Filosofia Política, Filosofia da Ciência (ou Epistemologia), Estética, Filosofia da Linguagem e Filosofia da Mente. É recomendável que os Cursos ofereçam tais disciplinas ao menos como optativas, dentro daquela margem de escolhas que cabe a cada instituição, consideradas as particularidades regionais e as características do corpo docente de cada uma.

2. A História

⁶ Anuario - Faculdade Livre de *Philosophia e Letras*, 1º Anno, 1908, pág. 32, apud Muchail (1992).

⁷ Cf. Anuario, 2º anno, 1909; Anuario, 1911; Anuario, 1912, apud Muchail (1992).

⁸ http://www.fafich.ufmg.br/fil/dep_historico.htm, consultado em 28/11/2008

⁹ Diretrizes dos cursos de graduação em filosofia. MEC – Comissão de Especialistas de Ensino da Filosofia. <http://www.fafich.ufmg.br/~cgradfil/direcurr.html>. Consultado em 12/01/2009.

Segundo dados do INEP, há 66110 cursos de graduação em História no Brasil, em universidades públicas e instituições de ensino superior privadas. Há 53 programas de pós-graduação stricto sensu (52 cursos de mestrado e 24 cursos de doutorado).

A formação em história é uma questão ainda em discussão entre o MEC e a Anpuh – Associação Nacional de História. Esta entidade propôs ao MEC um documento contendo as diretrizes para a formação na área. As Diretrizes Curriculares Nacionais foram publicadas no Parecer n. 492/2001 do Conselho Nacional de Educação e aprovado em 03 de abril de 2001. A proposta da ANPUH foi acatada¹¹, contudo, separaram-se as Competências e Habilidades em gerais e específicas para licenciatura, contradizendo todo documento que se referia à necessidade de uma formação única para o profissional de História.

Chartier (1994) nos mostra que a história hoje passa por uma crise, exatamente em um momento em que há uma vitalidade invejável no movimento editorial. Para o autor, o ponto central da crise é a grande mutação que representa para a história o desaparecimento dos modelos de compreensão, dos princípios de inteligibilidade que foram de modo geral aceitos pelos historiadores (ou ao menos pela maior parte deles) a partir dos anos 60. A aplicação do paradigma estruturalista era então dominante. Com esse paradigma, a história afastou-se do simples inventário de casos e fatos singulares. A história retoma a ambição que havia fundado no início do século XX a ciência social: identificar estruturas e regularidades, formular relações gerais. Nos últimos dez anos, segundo o autor, essas certezas amplamente partilhadas foram abaladas. Por um lado, por influência das novas abordagens antropológicas e sociológicas, os historiadores restauram o papel dos indivíduos na construção dos laços sociais.

Deslocam-se das estruturas para as redes, dos sistemas de posições para as situações vividas, das normas coletivas para as estratégias singulares. Segundo o mesmo autor, uma segunda razão abalou as certezas antigas: a conscientização dos historiadores de que seu discurso, qualquer que seja a sua forma, é sempre uma narrativa, através de reflexões de Michel de Certeau, de Paul Ricoeur e de Jacques Rancière.

Essa crise, vinda parcialmente de fora do campo da história, de desenvolvimentos teóricos de outras ciências sociais e humanas, levou ao surgimento de um novo campo de pesquisa, o estudo da historiografia, que, parece, pelos nossos dados iniciais, ser o campo de mais prestígio atualmente nas universidades brasileiras. Em nossos dados, há, no campo da história uma hierarquia social dos saberes, na qual os estudos da historiografia estão na escala mais alta, de forma intermediária, os estudos da micro-história, e, por último, os estruturalistas.

A história no Brasil tem um percurso um pouco mais longo e sua origem independente da institucionalização da universidade. Reis (1999) aponta Varnhagen (1816-78) como o “Heródoto brasileiro”, apesar de outros antes dele terem publicado livros sobre História no Brasil (Pero de Magalhães Gândavo, em 1576; frei Vicente do Salvador, em 1627; Sebastião da Rocha Pita, em 1730; Robert Southey, em 1810). Com Varnhagen surge a obra mais completa, confiável, documentada, crítica, com posições explícitas.

A fundação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi de importância capital para a constituição da história brasileira. Até 1931-1933, ainda de acordo com Reis (1999), este instituto exercerá uma grande influência e será o único centro de estudos históricos do Brasil. Tomou como modelo o Institut Historique de Paris, fundado em 1834, e procurou os franceses como referência intelectual. Será o lugar privilegiado da produção histórica durante o século XIX, lugar que condicionou, de acordo com Reis (1999), as reconstruções históricas, as interpretações, as visões do Brasil e da questão nacional. Nesse instituto trabalharam e publicaram obras importantes na época Von Martius (botânico e viajante alemão), Varnhagen (filho de um oficial alemão). Desde a sua inauguração o IHGB contou com a proteção de D. Pedro II, expressa por uma ajuda financeira que a cada ano significava uma parcela maior do orçamento do Instituto. Mas foi somente a partir de 1840 que o Imperador, além de participar freqüentemente de suas sessões, tornou-se o grande incentivador da Instituição. Demonstrando seu interesse pessoal pelo Instituto, o Imperador, entre os anos de 1849 e 1889 chegou a presidir cerca de 506 sessões, ausentando-se somente por motivo de viagem.

Dos 27 fundadores, 14 eram políticos nomeados. Alguns haviam iniciado a carreira por ocasião da Independência, outros ascenderam ao aparato de governo após a Abdicação. No primeiro caso, além das figuras emblemáticas do cônego Januário da Cunha Barbosa e de José Clemente Pereira, encontravam-se os marechais Cunha Matos e Francisco Cordeiro da Silva Torres Alvim, que já vinham prestando serviços à Casa de Bragança desde o tempo de dom João VI. A essas personalidades, deve-se acrescentar um conjunto de parlamentares que iniciaram a vida pública na Assembléia Constituinte de 1823: Caetano Maria Lopes Gama, Cândido José de Araújo Viana, o visconde de São Leopoldo, Francisco Gê de Acaiaba e Montezuma, José Antônio da Silva Maia e José Antônio Lisboa. No segundo grupo, registram-se os nomes de Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, Bento da Silva Lisboa, Joaquim Francisco Viana e Rodrigo de Sousa da Silva Pontes. Esses vultos orientaram a realização de todas as atividades da agremiação. A começar pela opção deliberada pela memória, em detrimento da história, o que significou dotar o país, carente de unidade e recém-saído da condição de colônia, de um passado comum. Encoberta pelo escudo do discurso da pretensa imparcialidade do historiador, a primeira geração de sócios do Instituto Histórico e seus sucessores teceram a memória nacional tendo como fio condutor a idéia de continuidade (Guimarães, 1997).

¹⁰ http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/lista_cursos.asp, consultado em 12 de janeiro de 2008

¹¹ Ver Oliveira (s/d). <http://www.anpuh.uepg.br/historia-hoje/vol1n4/licenciado.htm>, consultado em 12 de janeiro de 2008.

Aos domingos, membros da elite brasileira, literatos e intelectuais, comprometidos com o processo da consolidação da Monarquia, se encontravam para debater como seria escrita a nossa História, objetivo maior da Instituição. O IHGB desejava criar a História do Brasil destacando suas grandes personagens e heróis, trazendo "à luz o verdadeiro caráter da Nação brasileira". A necessidade de se estruturar a História da Pátria pode ser observada nas palavras de um de seus sócios, Carlos Frederico de Martins, em 1844: "A História é mestra, não somente no futuro como também no presente. Ela pode difundir entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos... sobre o patriotismo"¹². Criar uma historiografia para o Brasil significava, portanto, a própria fundação da nacionalidade, a construção da identidade do povo brasileiro.

Foram inaugurados três cursos nos anos de 1930: dois no Rio de Janeiro e um em São Paulo. O primeiro foi o da Universidade de São Paulo, criado em 1934. O segundo foi o da Universidade do Distrito Federal, criado em 1935, e o terceiro o da Universidade do Brasil, criado em 1939. Sobre esse ponto a experiência de fundação de cursos de Geografia e História no setor privado foi esparsa.

Distribuição das disciplinas do curso de Geografia e História da USP, em 1934, segundo os anos.

Ano	1°	2°	3°
Disciplinas	Geografia	Geografia	Geografia
	História da civilização	História da civilização	História da civilização brasileira
	Etnologia brasileira e noções de tupi-guarani (sic)	Tupi-guarani	História da civilização
		História da Civilização Americana (inclusive pré-história).	tupi-guarani

Fonte: Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1934-1935, 1937, apud Muchail, 1992.

As disciplinas do curso de Geografia e História constituíam-se no primeiro ano em: Geografia, História da Civilização, Etnologia brasileira e noções de tupi-guarani. Ainda não havia distinção entre Geografia Física e Humana, e ambas eram ministradas por um professor. A disciplina era obrigatória e ministrada nos três anos do curso. Nela o professor discorria tanto aspectos políticos e econômicos, como geológicos e climáticos, referindo-se a formação conjunta da Europa, América e Brasil. História da Civilização foi outra disciplina ministrada nos três anos do curso e se desdobrava em Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea, oferecida por um único professor. Nela mostrava-se todo conjunto do processo histórico mundial. O ensino de Geografia e História da Civilização tinha um caráter rotativo e era distribuído de acordo com a divisão das matérias, sendo móvel conforme a sucessão de turmas de alunos. Em Geografia via-se no primeiro ano 'Relevo e População', no segundo 'Clima e Vegetação' e 'Geografia da circulação' e no terceiro ano 'Hidrografia econômica', 'Geografia da energia', 'Os grandes produtos'; nestes cursos constavam excursões e a elaboração de trabalhos práticos. Em História da Civilização via-se no primeiro ano 'História Antiga e Moderna', no segundo 'História Moderna e Medieval' e no terceiro 'História Antiga e Medieval'. Etnologia brasileira e noções de tupi-guarani eram oferecidas no primeiro ano do curso como uma introdução à formação lingüística e cultural brasileira, seguindo-se nos outros dois anos em análises pormenorizadas da língua 'Tupi-guarani'. A cadeira de Etnologia Brasileira e Tupi-Guarani foi criada em 1934, logo quando iniciou o primeiro ano letivo do curso de Geografia e História.

Quadro nº 3: Distribuição das disciplinas do curso de Geografia e História, a partir da reforma curricular de 1942.

Ano	1°	2°	3°	4°
Disciplinas	Geografia Física	Geografia Física	Geografia do Brasil	Didática Geral
	Geografia Humana	Geografia Humana	História da Civilização Contemporânea	Didática Especial
	Antropologia	História da Civilização Moderna	História da Civilização Brasileira	Psicologia Educacional
	História da Civilização Antiga e Medieval	História da Civilização Brasileira	História da Civilização Americana	Administração Escolar e Educação Comparada
	Elementos de	Etnografia	Etnografia do	Fundamentos

¹² <http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/ighb.html>. Consultado em 27/11/2008.

	Geologia		Brasil e Língua Tupi-guarani	Biológicos da Educação
				Fundamentos Sociológicos da Educação

Fonte: Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1939-1949, 1953, apud Muchail, 1992.

A lei federal nº 2. 594 de 8 de setembro de 1955 viria a desdobrar o curso em áreas independentes. Esta lei federal foi incorporada pelo decreto estadual nº 25. 701 de 4 de abril de 1956, que regulamentava a aplicação daquela lei na FFCL\USP. Essa mudança foi promovida dentro de um contexto social de mudanças na sociedade brasileira, em termos demográficos (aumento populacional, êxodo rural e crescimento das cidades), sociais (favorecimento da alfabetização escolar em outros estratos sociais), econômicos (diversificação do comércio e do mercado de trabalho) e culturais (seria o Brasil um país ‘novo’? Entrar-se-ia para o ‘primeiro mundo’?). Além disso, pensava-se que o país poderia se modernizar. Acreditava-se num avanço significativo para todos os níveis da aprendizagem escolar.

Com a separação do curso de Geografia e História, verifica-se uma maior incorporação de disciplinas históricas na grade curricular de Geografia, limitando-se no curso de História a apenas uma disciplina geral sobre o ‘conhecimento geográfico’. Entre 1956 e 1958, houve um funcionamento ainda paralelo entre os cursos, porque a última turma inscrita no curso de Geografia e História formava-se em 1958 (ficando apenas alguns remanescentes), e naqueles anos iniciais, ambos os cursos passavam por um momento de reorganização.

Parece que desde então, entrecruzam-se as principais problemáticas de pesquisa – originadas, obviamente, por questionamentos enfrentados pelos profissionais do ofício ao longo do século XX – presentes, tanto nos dispositivos legais, quanto nos usos que foram feitos dessas prescrições: história para quê? Para formar o homem culto e o estadista? Para formar o historiador? Para equipar o cidadão médio, via magistério secundário? Da mesma forma, é também nos estudos sobre o ensino superior que se digladiam historiadores e profissionais da educação em busca de um formato de curso de graduação coerente com suas diferentes concepções de sociedade e de educação. Conflito esse que, em linhas gerais, vem resultando na concentração do interesse dos primeiros sobre as disciplinas “de método” e de “conteúdo”, e dos últimos em torno das disciplinas de “conteúdo” e “pedagógicas”.

A tensão presente no campo da história – ensino/pesquisa, ilustração/crítica social, metodologia histórica/utensílio pedagógico, licenciatura/ bacharelado – pode ser bastante compensador, posto que os principais estudos sobre o ensino de história encontram-se estabelecidos em campos disciplinares já consolidados – em disciplinas, grupos e linhas de pesquisa, programas de pós-graduação e periódicos especializados – o que dá uma certa nitidez ao estado da arte que se busca.

De acordo com as diretrizes curriculares nacionais vigentes, os conteúdos básicos e complementares da área de História se organizam em torno de:

1. Conteúdos histórico/historiográficos e práticas de pesquisa que, sob diferentes matizes e concepções teórico-metodológicas, problematizem os grandes recortes espaço-temporais, preservando as especialidades constitutivas do saber histórico e estimulando, simultaneamente, a produção e a difusão do conhecimento. Corresponde a 50% da grade curricular.

2. Conteúdos que permitam tratamento especializado e maior verticalidade na abordagem dos temas, resguardadas as especificidades de cada instituição e dos profissionais que nelas atuam. As instituições devem assegurar que o graduando possa cursar disciplinas optativas em áreas correlatas de modo a consolidar a interlocução com outras áreas de conhecimento.

3. Conteúdos complementares que forneçam instrumentação mínima, permitindo o atendimento de demandas sociais dos profissionais da área, tais como: disciplinas pedagógicas, fundamentos de arquivologia, de museologia, gerenciamento de patrimônio histórico etc., necessariamente acompanhadas de estágio. Vê-se uma grande transformação na formação no campo da história entre os primeiros currículos e as novas diretrizes curriculares.

Há uma outra tensão no campo da história que está explicitada em documentos da Anpuh – Associação Nacional de História. Essa tensão diz respeito ao direito de exercer as atividades do graduado em História, tanto na área da historiografia quanto na área educacional. Assim, Oliveira (s/d) nos diz que a profissão de historiador existe na prática e é exercida por

graduados em História, mas também por outros profissionais. Há um projeto de profissionalização, feito pela Anpuh e que é justificado por Oliveira (s/d) da seguinte forma:

“A regulamentação da profissão de historiador poderia abrir novos espaços ou talvez, sendo mais exata, tal arcabouço jurídico venha sendo requerido para que se garanta a presença desse profissional em atuações que vêm sendo geradas e também são geradoras por/de novos espaços que poderiam ser um ponto de mudança em nossa profissão. É notório como o conhecimento histórico tem ocupado espaços na publicidade, nas produções televisivas, cinematográficas, jornalísticas, como empresas privadas e públicas têm se preocupado com organizações de memoriais etc.”

No mesmo texto, a autora nos mostra que também na docência em história, há problemas de delimitação do campo:

“Em relação ao exercício da docência em História, esta é exercida por profissionais não só formados em História. Nas escolas de ensino fundamental e médio isso tem levado a questionamentos, sobretudo porque são questões muito sérias sobre professores de quaisquer outras áreas de conhecimento que assumem turmas de História para complementação de carga horária ou da falta de profissionais de História que são substituídos pelo que se consideram “formações próximas” como graduandos em Direito ou licenciados em Geografia. No ensino superior, às vezes, colegas provenientes seja da Sociologia, Arquitetura entre outras, com pós-graduação em História ou com trabalhos nessa área têm assumido disciplinas em nosso curso”.

Assim, parece que a crise dos modelos científicos dos anos 60-70, levou o campo da História à reflexão de sua prática interna, com uma redefinição da forma de resolver as ambivalências, no sentido de Fuller. Ao mesmo tempo, a partir dos anos 60 com a criação da Associação Nacional de História, entidade que trazia na sua fundação a aspiração da profissionalização do ensino e da pesquisa na área de história, opondo-se de certa forma à tradição de uma historiografia não-acadêmica e autodidata ainda amplamente majoritária à época. Essa aspiração levou a um projeto de profissionalização que está ainda em debate, que tenta delimitar o campo da história em relação a outros campos, como o direito, a geografia, a sociologia.

Discussão dos dados

Ao compararmos as matrizes curriculares dos primeiros cursos e as matrizes atuais, observamos, em ambas as áreas, que cada uma delas se tornou muito mais complexa. O número de disciplinas a ser cursada pelo ingressante no campo aumentou. Além disso, vimos o aumento do número de cursos, em cada uma delas. Isso mostra que o campo ficou mais complexo também, com muito mais pessoas disputando as posições dentro do campo, o que torna a luta simbólica mais acirrada.

O campo da história parece mais homogêneo que o campo da filosofia. Parece que os historiadores assimilaram mais rapidamente os desenvolvimentos da disciplina, adequando-se aos novos métodos, às novas formas de se fazer história, aos novos objetos. O campo da filosofia brasileiro parece refletir mais a tradição da área, reflete mais as características de origem.

O campo da história parece ter se beneficiado de um interesse pela história demonstrado pela mídia e esta estratégia de se aliar à mídia, de interpretar a história, de ir à televisão. A história, e a história do Brasil, estão na ordem do dia, em todas as livrarias, em programas de televisão, nos jornais televisivos. A história também se beneficiou com o aumento do turismo, ampliando seu campo de trabalho e abrindo frentes nas renovações e criações de museus, por exemplo.

Há uma produção historiográfica brasileira, que tem uma longa tradição e que se beneficiou, desde sua origem, com a proximidade ao poder. Além disso, o campo de atuação do historiador é muito mais amplo: ensino na educação básica, museus, arquivos públicos, etc.

A filosofia só muito recentemente se torna objeto de ensino na educação básica. O campo de trabalho restringiu-se, por muito tempo, ao ensino na educação superior. Uma aura de nobreza nesse campo parece afastá-lo da população e das outras áreas, o que faz com que o campo se feche em si mesmo. Como o mercado de trabalho é restrito, no Brasil, parece que há um certo mecanismo de defesa do campo, no qual não se permite debates e no qual há uma especialização relacionada à filiações a grandes nomes estrangeiros da filosofia.

A questão da tensão bacharelado versus licenciatura

Nos departamentos de determinadas áreas, convivem bacharelado e licenciatura. Entre as funções da universidade estão a pesquisa e a produção e divulgação de conhecimento. Sabemos que o sistema de mérito universitário privilegia tais funções em detrimento do ensino. Assim, os professores inseridos nos diversos departamentos têm, por obrigação legal, a necessidade de se envolver com a pesquisa e com a publicação¹³ de papers, artigos e livros, além da docência. Os chefes de departamento e presidentes ou coordenadores dos colegiados de cursos pertencem, geralmente, ao campo específico de conhecimento e não têm relação com os cursos de licenciatura, pela sua própria formação. Para lecionar nos cursos superiores

¹³ A publicação não se vincula necessariamente à pesquisa.

não é necessário ter feito uma licenciatura, e, geralmente, esses professores vieram de bacharelados, que facilitam a formação posterior em cursos de pós-graduação lato sensu, mestrados e doutorados (estes voltados para a pesquisa na área), pré-requisitos para ocuparem tais cargos. Assim, os cargos de gerenciamento acadêmico e administrativo de tais licenciaturas são ocupados, em geral, por pessoas sem formação e sem conhecimento da área educacional.

Os professores das disciplinas educacionais, obrigatórias nas licenciaturas, pertencem ou a uma faculdade de educação ou a um departamento de educação ou a um instituto de educação, dependendo do tipo de instituição ao qual pertencem. De qualquer forma, a lei prevê uma faculdade, um instituto ou um departamento, específico da área educacional, que tenha um projeto educacional para todas as licenciaturas. Mas, esse projeto se refere normalmente apenas às disciplinas educacionais. As outras disciplinas relacionam-se aos departamentos específicos de cada área. Os colegiados devem conter pelo menos um membro da área educacional, para ter um funcionamento mínimo democrático. Assim, nas licenciaturas parece haver dois grupos profissionais distintos encarregados da formação dos estudantes e, assim, podemos supor a existência de conflitos jurisdicionais entre esses dois grupos.

O sistema de formação em cada área específica do conhecimento é criado pelos grupos profissionais da área. As disciplinas educacionais se encaixam, ao sabor do projeto político-pedagógico elaborado pelos experts da área. Mesmo que na elaboração desse projeto esteja presente um representante da área educacional, sabemos que a distribuição de recursos e de poder entre os diversos grupos sociais é desigual e que alguns grupos têm mais recursos e poder que outros e são assim capazes de desviar os esforços em benefício de seus interesses.

Portanto, são os experts em áreas específicas, que constroem o currículo – e definem quais conhecimentos são os conhecimentos válidos de ser aprendidos pelos alunos das licenciaturas – e estes tomam suas decisões baseados apenas naquilo que Etzioni (1971) denomina de “conhecimento popular” e que geralmente conhecemos como “senso comum”. Esse conhecimento popular é o processo através do qual adquirimos conhecimento em transações cotidianas de nossas vidas, nas relações familiares, com os amigos, com o grupo de pares, etc. Em contraste, o conhecimento científico é composto por “constantes revisões de imagens do mundo sob o impacto de observações e testes refinados” (Etzioni, 1971:35). As decisões sobre a “parte” educacional do currículo das licenciaturas não levam em consideração os avanços na área educacional¹⁴. A questão não é que esses decisores misturam as decisões com julgamento de valores; isto é natural e inevitável. A questão é que o conhecimento possuído e às vezes produzido dentro do sistema educacional não é levado em consideração. Eles tendem a tomar as decisões baseados no conhecimento popular. Essas informações são relevantes, mas são formas de conhecimento inferiores ao conhecimento científico e à reflexão filosófica, porque carregadas de crenças e ideologias.

Assim, os currículos das licenciaturas são desenhados com base nos conhecimentos científicos da área e na competição de seus sub-grupos e as disciplinas educacionais são “encaixadas” ou justapostas de acordo com a legislação. Geralmente, as faculdades de educação, os departamentos de educação e os institutos de educação são “prestadores de serviço”, sem um vínculo maior com os cursos como um todo. Os professores das disciplinas “específicas” não levam em consideração que estão formando professores para a educação básica, mas ensinam cálculo para matemáticos, ensinam História Oral ou História da Idade Média para historiadores. O que está em jogo aqui não é se o aluno de licenciatura precisa ou não destes conhecimentos, mas sim que o enfoque que o professor adota é aquele que valoriza¹⁵ a prática de produção de conhecimento, seja ela pesquisa empírica, seja ela investigação filosófica. Já foi dito da importância do conhecimento, da forma como se conhece em cada disciplina pelo aluno da licenciatura, mas aqui trata-se da valorização profissional específica e da desvalorização da prática docente.

A referência do aluno de licenciatura são os professores, mestres e doutores, da área específica, que o departamento – ou faculdade – a que ele pertence valoriza. São esses professores que estão em contato mais próximo aos alunos. O sistema de mérito acadêmico não leva em conta a docência. Ele tem por fundamento a pesquisa e a produção de conhecimento, principalmente. Pesquisar e publicar têm um valor social mais elevado do que lecionar.

Outra questão importante nas licenciaturas é que, como o professor do ensino médio não tem a necessidade legal de estar em contato com a produção e a transformação do conhecimento na área como o professor do ensino superior, pois o sistema de mérito na educação básica não envolve este tipo de conhecimento, esta formação não prevê um contato com as atividades de pesquisa¹⁶.

Mais além, não é o professor quem determina o que vai ensinar. Esse conteúdo é determinado, em primeiro lugar, pelo conteúdo dos exames de acesso às universidades – os vestibulares -, em segundo lugar pela legislação de ensino (atualmente os PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais) e, em terceiro lugar, pelo livro didático. O professor do ensino médio não possui a exclusividade do conhecimento que ensina por causa de seu ofício de ensiná-lo. Em sua formação, ele não tem a obrigação de fazer pesquisa, mas sim de fazer estágio em escolas. Assim, ele depende de um outro grupo profissional – os pesquisadores da área – para obter os conhecimentos que ensinará. Por outro lado, para ser professor, ele

¹⁴ Esses avanços se referem, mais especificamente, aos avanços do conhecimento sociológico sobre a educação e a escola, do conhecimento da psicologia da educação, da psicologia da aprendizagem e da psicologia social, da reflexão contemporânea da filosofia da educação, da ciência política e mais especificamente da análise de políticas públicas, da antropologia voltada ao estudo da escola, e da história da educação.

¹⁵ Esta frase se refere a valores e poder simbólicos e não à prática dos professores: não é que eles ensinem como é realizado o conhecimento em suas disciplinas, mas é o tipo de prática - a prática científica - que é valorizada.

¹⁶ Ao contrário, os bacharelados exigem as monografias ou trabalhos de conclusão de curso que estão próximos das atividades de pesquisa. Além disso, esses mesmos bacharelados têm em sua matriz curricular, a disciplina Metodologia Científica, o que não acontece com as licenciaturas.

também não tem obrigação de aprender como se faz pesquisa em educação. Ele não domina o modo como funciona a investigação na área específica e nem domina o modo como funciona a investigação na área educacional.

A cultura das disciplinas

O que percebemos no ensino superior e que Feynman e Lévi-Strauss apontam – é que a estrutura do sistema educacional brasileiro se limita à terceira forma que tomam as disciplinas, a cultura da disciplina. Como a cultura das disciplinas forma um campo de lutas e de competição entre a academia e outros grupos externos, não se torna muito claro o que é importante e o que não é importante de ser ensinado. Assim, os autores tornam-se mais importantes do que aquilo que eles afirmam. Os temas jornalísticos se tornam problemas dignos de serem tratados em sala de aula. Ou, pior, confunde-se ciência com serviço social e com política social.

Mas, esta escolha pela cultura da disciplina e não pela atividade científica da área não é recente. Lévi-Strauss (2000: 98) descreve o campo acadêmico brasileiro dos anos 30¹⁷:

“Partilhar uma teoria conhecida com outros equivalia a usar um vestido já visto; expunham-se a um vexame. Em compensação, praticavam uma concorrência ferrenha às custas de muitas revistas de vulgarização, periódicos sensacionalistas e compêndios, para conseguir a exclusividade do modelo mais recente”.

Mas, além da cultura própria de cada disciplina, o conjunto de disciplinas partilha um conjunto de estruturas cognitivas relacionadas às experiências propriamente escolares e que é em grande parte comum a todos os produtos de um mesmo sistema escolar (nacional). Bourdieu (2000) o denomina de “inconsciente escolar”. É isto que faz, além das diferenças ligadas especificamente às disciplinas, e as concorrências, com que os produtos de um mesmo sistema escolar nacional apresentem um conjunto de disposições comuns. Este inconsciente escolar é um arbitrário histórico que, do fato de ter sido incorporado e, assim, naturalizado, escapa às tomadas de consciência, principalmente porque são apreendidos como naturais às estruturas das quais eles são produto.

Esse conjunto - identificado pelo autor como a doxa, crença que não se conhece como tal - é mais difícil de desenraizar que todos os dogmas e, é constituído por evidências e pressupostos inconscientes. Essas estruturas cognitivas são produto do trabalho de inculcação explícita que acompanha o sistema de ensino, mas também de inculcação estrutural sem intenção nem sujeito, que se opera através da imersão em um ambiente estruturado. Assim, pode-se supor que a estrutura escolar tem um efeito na inculcação de estruturas cognitivas.

Pode-se assim supor que as grandes divisões e hierarquias escolares, em disciplinas, em formas de exercícios (aulas expositivas versus seminários, por exemplo) tendem a se reproduzir em seus princípios de visão e de divisão específicas, eles mesmas desenvolvidos em princípios mais gerais que os sustentam (a oposição entre duas disciplinas, a história e a geografia, a sociologia e a história, ou entre duas especialidades, a metafísica e a história da filosofia ou a filosofia da ciência, podendo recobrir a oposição entre o brilhante e o sério).

Indo mais além, as deficiências de ensino apontadas pelos psicólogos atualmente, e pelos professores do ensino superior – o conhecimento frágil, o conhecimento inerte e o conhecimento ingênuo – estão enraizadas nas práticas de ensino que, por sua vez, fazem parte dessa doxa, desse conjunto de estruturas cognitivas inculcadas pela estrutura do sistema educacional. Não dizem respeito às especificidades das disciplinas¹⁸, mas da própria estrutura educacional.

Bourdieu (1992) nos mostra que a escola proporciona aos indivíduos um corpo comum de categorias de pensamento que tornam possível a comunicação. O produto mais específico de um sistema de ensino é o indivíduo “programado”, ou seja, dotado de um programa homogêneo de percepção, de pensamento e de ação. Os homens formados em um determinado sistema de ensino ou em uma escola partilham um certo “espírito”, literário ou científico. Como foram modelados de acordo com um mesmo modelo, as pessoas assim formadas encontram-se predispostas a manter com seus pares uma relação de cumplicidade e comunicação. Possuem em comum as mesmas admirações, os mesmos modelos, as mesmas regras, os mesmos exemplos, metáforas, imagens, palavras, em suma, uma mesma linguagem.

Utilizando a expressão “força formadora de hábitos” para a escola, o autor mostra que esta propicia aos que se encontram direta ou indiretamente submetidos à sua influência, não tanto esquemas de pensamento particulares e particularizados, mas uma disposição geral de esquemas particulares capazes de serem aplicados em campos diferentes do pensamento e da ação¹⁹. Isto pode explicar porque o ato de ensinar – e sua consequência, a aprendizagem - é o mesmo a despeito das diferentes “práticas de ensino”, específicas para cada área do conhecimento que os professores cursam em sua formação. As próprias disciplinas “práticas de ensino” reproduzem esses mesmos esquemas gerais que vimos descrevendo desde o início deste trabalho.

Assim, pode-se inferir de tudo o que foi mostrado até agora que a estrutura do sistema educacional brasileiro e, especificamente, a estrutura acadêmica e as suas dinâmicas, assim como a cultura de cada disciplina, fazem um trabalho

¹⁷ Ver o artigo de Monique de Saint-Martin (1998) sobre um encontro acadêmico brasileiro. Neste artigo, a autora mostra as relações entre o campo acadêmico e o campo político, no Brasil, além de algo a que já se fez alusão neste trabalho: a desvalorização da área voltada à educação em relação às outras áreas.

¹⁸ O problema não é do ensino de matemática ou do ensino da física ou da filosofia, mas sim do ensino tal como ele é modelado pelas relações sociais do sistema educacional. Por isso tantas reformas no ensino da matemática, por exemplo, não levam a uma melhor aprendizagem, pois o problema é, antes, estrutural, do que técnico. Diz respeito ao tipo de conhecimento valorizado por essas estruturas.

¹⁹ Por exemplo, as deficiências no ensino da filosofia, apontadas por Murcho, se repetem no ensino de sociologia e de outras disciplinas.

sistemático de inculcação de disposições e práticas de ensino e aprendizagem, que são refratárias a mudanças conscientes. Os estudantes das licenciaturas estão submetidos a essas estruturas cognitivas desde que entram no sistema educacional, e terminam por reproduzi-las. Os alunos apreendem determinadas disposições, em parte de forma implícita, em parte de forma explícita. O programa homogêneo de percepção, pensamento e de ação que o sistema escolar brasileiro inculca em seus estudantes parece estar ancorado nas estruturas escolares, principalmente, na estrutura acadêmica das universidades, instituições formadoras dos professores do ensino médio.

O inconsciente escolar que atravessa os campos da filosofia e da história

A institucionalização da formação para o campo filosófico e para o campo histórico têm a mesma origem: a criação da USP e a missão francesa. A Universidade de São Paulo foi um projeto da elite cultural paulista, para a formação da elite, e a influência do Jornal O Estado de São Paulo foi decisiva, através de um amplo debate público empreendido por ele, e seu proprietário Júlio de Mesquita, animava as idéias de progresso cultural. O Estado de São Paulo era um pequeno seminário de debates sobre a vida social, política, literária e científica. Lá se reuniam, como num clube de leitura, professores de escolas superiores, profissionais liberais, em geral colaboradores do jornal (Limongi, 1989).

Para a criação da USP, veio ao Brasil o que se denominou de “missão francesa”. A primeira leva de professores²⁰ chegou em 1934 e era composta por titulares das universidades que vieram inaugurar as cadeiras do setor de ciências humanas e letras, ficando um curto período de tempo, de seis meses a um ano. Estiveram na USP, nesta fase, o geógrafo Pierre Deffontaines, o filósofo Étienne Borne, o historiador Émile Coornaert, e o professor de sociologia Paul-Arbousse Bastide, o único a permanecer um tempo maior. Em um segundo momento, contratou-se jovens professores, em geral professores de liceus, com pouca ou nenhuma experiência em ensino superior. Em 1935 chegam ao Brasil, Claude Lévi-Strauss, como professor de sociologia, Fernando Braudel, para a cadeira de história, Pierre Monbeig, para a geografia, e, ocupando a cadeira de filosofia, Jean Maugué. Desse grupo, tiveram o contrato renovado apenas Monbeig e Maugué. Os outros dois foram substituídos: Braudel por Jean Gagé e Lévi-Strauss por Roger Bastide.

Jean Maugué, filósofo, tinha uma forte influência marxista, de acordo com Antônio Cândido, seu aluno: “Em 1939 entrei na Faculdade de Filosofia, onde o professor Jean Maugué, de forte influência marxista, recomendava a leitura das obras de Marx na Edição Costes” (Cândido, 1988). Este último, em uma outra entrevista, fala do antigo professor:

“A faculdade favoreceu uma atmosfera de crítica social que acabou sendo um avanço sobre o que era o ambiente dos professores universitários. Mas pró-socialista, não. Havia professores conservadores e outros simpáticos à frente das esquerdas, que predominou em certo momento na França dos anos 30. Mas creio que os toques ideológicos só apareciam no ensino e sobretudo nas conversas do professor que mais influiu em nosso grupo. Chamava-se Jean Maugué e morreu no ano atrasado na França com 86 anos. Era um espírito inconformado que não fez carreira, foi oficial combatente em 1944-45 nas tropas da França Livre, virou diplomata depois da guerra, saiu da diplomacia e voltou ao ensino como simples professor de liceu. Ele nos dava história da filosofia, e era o que se pode chamar um marxista aberto, que puxava tudo para o lado do social: idéias, cinema, arte, literatura. Foi um grande professor, dos maiores que conheci, e nos inspirou de maneira profunda” (Cândido, 1993).

O depoimento de Lévi-Strauss, em seu livro de memórias *Tristes Trópicos* nos dá uma idéia importante do ambiente na universidade brasileira nos anos 30:

“Protegida dessa fauna de pedra, a elite paulista, tal como as suas orquídeas prediletas, formava uma flora indolente e mais exótica do que imaginava. Os botânicos ensinam que as espécies tropicais incluem variedades mais numerosas que as das zonas temperadas, embora, em contraste, cada uma seja formada por um número às vezes muito pequeno de indivíduos. O ‘grã-fino’ local levava ao extremo essa especialização” (Lévi-Strauss, 2000:95).

É importante lembrar que a universidade foi criada por uma elite para a formação dessa elite, e que havia o costume dos salões, das conversas “intelectuais” informais, em reuniões mundanas. Continua Lévi-Strauss:

“Uma sociedade restrita distribuía os papéis entre si. Todas as atividades, os gostos, as curiosidades dignas da civilização contemporânea ali se encontravam, mas cada uma encarnada por um único representante. Nossos amigos não eram propriamente pessoas, eram mais funções cuja importância intrínseca, menos que sua disponibilidade, parecia haver determinado a lista. Assim, havia o católico, o liberal, o legitimista, o comunista; ou, em outro plano, o gastrônomo, o bibliófilo, o amador de cães (ou de cavalos) de raça, de pintura antiga, de pintura moderna; e nenhuma verdadeira preocupação em aprofundar um campo do conhecimento estava na origem dessas vocações; se dois indivíduos, após uma manobra em falso ou por ciúmes, viam-se ocupando o mesmo terreno ou terrenos distintos mas demasiado próximos, tinham uma única idéia: destruírem-se mutuamente, e nisso demonstravam uma persistência e uma ferocidade admiráveis. Em compensação, entre feudos vizinhos havia visitas intelectuais, faziam-se reverências: cada um estava interessado não só em defender seu papel, mas também em aperfeiçoar esse minueto sociológico em cuja execução a sociedade paulista parecia encontrar inesgotável deleite” (Lévi-Strauss, 2000: 95).

Essa “especialização de assuntos” parece ter continuidade atualmente, o que veremos posteriormente. Mas é interessante marcar aqui esta questão: os temas se tornam propriedade de determinadas pessoas. Continua Lévi-Strauss:

²⁰ Ver Peixoto (2000)

“Nesse Brasil que conheceu certos êxitos individuais brilhantes, mas raros – Euclides da Cunha, Oswaldo Cruz, Chagas, Villa-Lobos -, a cultura permaneceu, até época recente, um brinquedo para os ricos. E era porque essa oligarquia precisava de uma opinião pública de inspiração civil e laica, para fazer frente à influência tradicional da Igreja e do exército, assim como ao poder pessoal, que, ao criar a Universidade de São Paulo, ela se propôs a levar a cultura a uma clientela mais vasta” (Lévi-Strauss, 2000:97)

“Cada um de nós media sua influência pela importância da pequena corte que se organizava em torno de si. Essas clientelas travavam uma guerra de prestígio da qual os queridos professores eram os símbolos, os beneficiários ou as vítimas. Isso se traduzia pelas ‘homenagens’, quer dizer, pelas manifestações em homenagem ao mestre, almoços ou chás oferecidos graças a esforços tanto mais comoventes quanto supunham autênticas privações. As pessoas e as disciplinas flutuavam durante essas festas como títulos da bolsa de valores, em razão do prestígio do estabelecimento, do número de participantes, da categoria das personalidades mundanas ou oficiais que aceitavam comparecer. E como cada grande nação tinha em São Paulo sua embaixada em forma de loja: o Chá Inglês, a Confeitaria Vienense, ou Parisiense, a Cervejaria Alemã, intenções tortuosas expressavam-se também segundo esta ou aquela que fosse escolhida” (Lévi-Strauss, 2000:99)

Esse clima festivo, descrito por Lévi-Strauss, aparece em depoimento de Décio de Almeida Prado:

“Tínhamos a nosso dispor, no entanto, como prêmio à nossa juventude, uma rua inteira, é verdade que pequena, a Barão de Itapetininga. De tarde, especialmente em dias de aulas de filosofia, dadas por Jean Maugué, nosso mentor intelectual, passávamos pela faculdade, situada na Praça da República. De noite, aparecíamos com frequência no Teatro Municipal, que recebia, além de espetáculos de música e de ópera, inúmeras companhias européias, de teatro e de balé, desviadas pela Segunda Grande Guerra para longas temporadas na América do Sul. Abusando um pouco da imaginação poética, sem a qual não saberíamos viver, eu diria que numa extremidade da nossa rua aspirávamos saber e na outra extremidade respirávamos arte. Entre as duas, na própria Barão de Itapetininga, desfrutávamos as nossas horas de lazer na Confeitaria Vienense, com muito chá, muito chocolate, muita conversa e muita risada. Cantávamos também em coro, de vez em quando. Carlos Vergueiro, que ocasionalmente sentava-se conosco, contaria mais tarde que a novidade presenciada por ele é que as moças do grupo sempre pagavam as suas despesas, em pé de igualdade com os rapazes. Talvez fosse a nossa maneira de acolher a onda feminista que já se aproximava, com a ocupação em massa, pelas mulheres, das escolas superiores” (Prado, 1988).

Os dados da pesquisa obtidos até agora nos leva a inferir que essa cultura acadêmica descrita por Lévi-Strauss, por Prado e por Cândido, instaurada na institucionalização desses dois cursos ainda pode ser encontrada nas universidades brasileiras. Parece, também, que ela está mais enraizada no campo filosófico que no histórico, por causa da cultura própria de cada um dos campos e das estratégias dos atores específicos ao longo da trajetória do campo e do capital obtido na luta pela imposição de cada um dos campos.

O interesse político (do campo político) no campo da história, aliado a uma maior inserção do graduado em história no mercado de trabalho, a origem da produção historiográfica fora dos muros da universidade, e a maior abertura do campo a camadas sociais com capital cultural menos elevado, levou o campo a um maior desenvolvimento, apesar das crises teórico-metodológicas recentes, e a uma visibilidade social maior, o que significa uma valorização social de seus produtos. Além disso, o campo da história empenhou-se na divulgação dos resultados de seu trabalho para além das fronteiras do campo.

O campo filosófico, ao contrário, manteve-se mais fechado em si mesmo e expulsa de seu campo as pessoas que lá ingressam com baixo capital cultural. Nas entrevistas realizadas com alunos de cursos de filosofia, foi unânime a análise de um certo “pedantismo” dos professores de filosofia das universidades. Os alunos comentavam que os professores escrevem palavras em grego antigo no quadro, em alemão, que os alunos não conhecem, e já no primeiro período do curso. Os alunos entrevistados, já nos últimos períodos do curso, não viam sentido nessa atitude dos professores.

Conclusão

As lutas pela definição (ou de classificação) têm como aposta as fronteiras (entre as disciplinas) e, com isso, hierarquias. Definir as fronteiras, defendê-las, controlá-las, é defender a ordem estabelecida no campo. O aumento da população em cada um dos campos estudados é uma das mediações principais através das quais as mudanças externas afetam as relações de força no seio do campo: as grandes alterações nascem da irrupção de recém-chegados que, apenas como resultado de seu número e da sua qualidade social, introduzem inovações em matéria de produtos ou de técnicas e tendem a impor ou pretendem impor em um campo um novo modo de avaliação dos produtos.

Esse aumento da população verificado pelos números nos dois campos ameaçaram a ordem estabelecida. Parece que no campo da história, os recém-chegados conseguiram impor uma nova ordem, uma nova avaliação, a partir de seu alinhamento aos novos objetos de estudo e às novas técnicas de pesquisa. O campo da história, através da organização dos profissionais e da criação de uma associação, tem uma luta política para impor ao sistema nacional de educação, do campo político, a sua visão tanto de conteúdos para a formação quanto do perfil profissional. A história tem um projeto político de profissionalização. Por outro lado, a filosofia defende-se contra a ameaça contida na redefinição do direito de entrada no campo, combatendo aqueles que pretendem excluir. A defesa da filosofia foi se apegar à tradição do campo, ao habitus original, ao sistema de disposição original. O campo da filosofia ainda não conseguiu resolver os conflitos internos minimamente.

Pela sua própria história e pelo habitus adquirido na origem da institucionalização da filosofia, este campo se tornou, no Brasil, com fronteiras fluidas, pouco codificadas, facilmente ultrapassadas por outros campos, como o campo da antropologia, da sociologia e mesmo da história. Parece haver pouca produção filosófica no Brasil, mas apenas, como vimos, história da filosofia. O que os indivíduos que pertencem ao campo fazem, pode ser feito em qualquer outro campo: ler e resenhar. De nossos dados iniciais, pudemos observar que os profissionais desse campo filosófico vêm o problema interno como um problema da sociedade e não como um problema do próprio campo. Para ilustrar, vale a pena transcrever aqui o depoimento de um professor de filosofia de uma universidade pública brasileira:

“O conhecimento filosófico já foi um bem muito valioso, institucionalmente, politicamente, espiritualmente, já foi alicerce de um certo modo de vida. A gente ainda, bem ou mal, se inscreve nessa tradição, pertencemos ao mundo ocidental porque filosofia está lá na raiz, da nossa percepção das coisas, das nossas avaliações, etc e tal. Como existe uma crise de civilização, o conhecimento filosófico está, submetido hoje em dia a uma crise, crítica, e crise e crítica tem a mesma raiz, então ele está submetido a uma crítica que implica na sua desvalorização”.

Mais à frente, o professor se refere ao problema da filosofia, mais uma vez, como um problema externo ao campo filosófico:

“A impressão que eu tenho é que, a percepção que o público tem em relação a filosofia, é muito depreciativa. Filosofia hoje em dia parece uma coisa um tanto quanto ornamental, um tanto quanto superficial. Existe uma tendência a desenraizar a filosofia da forma de vida da qual ela corresponde e isso na prática pedagógica, na nossa prática formativa tem um impacto complicado, porque quem nos procura para estudar filosofia não são os espíritos mais altos, são pessoas preocupadas em ganhar dinheiro, obter sucesso, etc e tal”.

E, mais à frente:

“Em relação ao campo de trabalho, mais uma vez tem um descompasso muito grande entre o nosso entusiasmo e a colocação profissional dos caras que estudam conosco., no seguinte sentido: como a sociedade não valoriza a reflexão filosófica, os caras que saem daqui, eles recebem um dom, vamos dizer e o desempenho deste dom por ai, é muito pouco apreciado, mais uma vez”.

Parece haver pouca percepção dos problemas internos ao campo, de sua jurisdição, de sua forma de conhecimento, das características específicas desse conhecimento. A culpa da crise do campo filosófico é externa, é a sociedade que não valoriza.

Já a história, embora influenciada pelo ethos acadêmico, tem em sua origem uma necessidade de produção histórica, e com isso consegue se adaptar melhor às novas ameaças. Há uma melhor definição dos postos que oferecem e dos princípios de legitimidade.

Referências bibliográficas

- Abbott, Andrew (2001). *The chaos of disciplines*. Chicago: Chicago University Press.
- Abbott, Andrew (1981). "Status and Status Strain in the Professions." *American Journal of Sociology* 86:819-35.
- BAUER, H.H. "Barriers against interdisciplinarity: Implications for studies of science, technology, and society (STS)", *Science, Technology, & Human Values* 15(1), 1990, p.105-119.
- Becher, T. "The significance of disciplinary differences", *Studies in Higher Education*, 19(2), 333-346, 1994.
- BECHER, T. *Academic Tribes and Territories - intellectual enquiry and the cultures of the disciplines*. Milton Keynes, Open University Press, 1989.
- Biglan, A. (1973). "The characteristics of subject matter in different academic areas", *Journal of Applied Psychology* 57(2), 195-203.
- Biglan, A.. "Relationship between subject matter characteristics and the structure and output of university departments", *Journal of Applied Psychology*, 57(3), 204-213, 1973.
- BOURDIEU, Pierre. *Les usages sociaux de la science*. Paris: INRA Editions, 1997.
- BOURDIEU, Pierre (1996). *As regras da arte*. São Paulo : Companhia das Letras.
- Bourdieu, Pierre (2000). *L'inconscient d'école*. *Actes de la recherche en sciences sociales*. Volume 135. Numero 1, p. 3-5.
- Bourdieu, Pierre (1992). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
- BOURDIEU, Pierre (2004). *Para uma sociologia da ciência*. Lisboa: Ed. 70, 2004.
- CÂNDIDO, Antônio (1988). "Memória: Entrevista com Antonio Candido - A militância por consciência". *Teoria & Debate*, n. 2. <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=314> (consultado em 28 de novembro de 2008).
- CÂNDIDO, Antônio (1993). Entrevista concedida a Gilberto Velho e Yonne Leite (Museu Nacional, UFRJ). <http://www.canalciencia.ibict.br/notaveis/txt.php?id=15>, consultado em 27 de novembro de 2008.
- Clark, B.R. *The Academic Life*. Princeton: The Carnegie Foundation for the Advancement of Teaching, 1987.
- Etzioni, Amitai (1971). *School as a 'guidable' system*. In: Haubrich, Vernon F. (org.). *Freedom, Burocracy & Schooling*. Washington: Association for Supervision and Curriculum Development.
- Freitas, Itamar. *Histórias do ensino de história no Brasil (1890-1945)*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006

- FULLER, Steve (1985). "Disciplinary Boundaries: A Critical Synthesis". *4S Review*, Vol. 3, No. 1, pp. 2-15.
- FULLER, Steve (1991). "Disciplinary Boundaries and the Rhetoric of the Social Sciences". *Poetics Today*, Vol. 12, No. 2, *Disciplinarity*, pp. 301-325.
- Goodson, Ivor. "Becoming an Academic Subject: Patterns of Explanation and Evolution". *British Journal of Sociology of Education*, Vol. 2, No. 2, 1981, pp. 163-180.
- Guimarães, Lucia Maria Paschoal (1997). "Um Olhar sobre o Continente: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional de História da América". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 20.
- Huber, Ludwig. "Disciplinary Cultures and Social Reproduction". *European Journal of Education*, Vol. 25, No. 3, *Disciplinary Cultures*. (1990), pp. 241-261.
- Knorr-Cetina, Karen. "What scientists do", in Ibbiiez, T. and iriiguez, L. (eds.), *Critical Social Psychology*. London: Sage Publications, 1997.
- Kuhn, Philip A. (1984). "Area Studies and the Disciplines". *Bulletin of the American Academy of Arts and Sciences*, Vol. 37, No. 4, Jan., pp. 5-8.
- LÉVI-STRAUSS, Claude (2000). *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MARGUTTI PINTO, Paulo Roberto (2001). "O filósofo cordial como educador e autor". *Linha Direta*, de Belo Horizonte, 01 nov. 2001. p. 14-16.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MUCHAIL, Salma Tannus (org.) (1992). "Um passado revisitado: 80 anos do Curso de Filosofia da PUC-SP". In: *Um passado revisitado: 80 anos do Curso de Filosofia da PUC-SP*. São Paulo, EDUC. <http://www.pucsp.br/~filopuc/memorial.htm>, consultado em 25 de novembro de 2008.
- MURCHO, Desidério (2008). "A natureza da filosofia e seu ensino". *Crítica*. <http://criticanarede.com/naturfilosofia.html>. Consultado em 25 de novembro de 2008.
- OLIVEIRA, Margarida M. D. (s/d). "Licenciado em História, bacharel em História, historiador: desafios e perspectivas em torno de um profissional". <http://www.anpuh.uepg.br/historia-hoje/vol1n4/licenciado.htm>. Acessado em 12/01/2009.
- Palacios, Gonzalo Armijos (2003). "Ensino da filosofia no Brasil". III Fórum do Centro Oeste de Ensino de Filosofia. 20 a 22 de novembro de 2003. Faculdade de Educação. UNB, Brasília.
- PEIXOTO, Fernanda Arêas (2000). *Diálogos brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide*. São Paulo: EDUSP.
- PRADO, Décio de Almeida (1988). "O clima de uma época". *Teoria & Debate*, n. 39. http://www.fundacaoperseuabramo.org.br/td/td39/td39_cultura.htm (consultado em 28 de novembro de 2008).
- REIS, José Carlos (1999). *As identidades do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora a FGV.
- ROIZ, Diogo da S. (2007). "A institucionalização do ensino universitário de geografia e história na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo entre 1934 e 1956". *Agora*, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 65-104.
- Saint-Martin. Monique (1988). A propos d'un rencontre entre chercheurs. *Actes de la recherche en sciences sociales*. Volume 71, Numéro 1, pp 129-134.
- Wallerstein, Immanuel (1998, July 26). *The Heritage of Sociology, The Promise of Social Science*. Presidential Address, XIVth World Congress of Sociology, Montreal. <http://www.binghamton.edu/fbc/iwpradfp.htm> (consultado em 21/02/2008).

Repensar o tema da barbárie a partir da pessoa e do diálogo

Katia Mendonça
 Universidade Federal do Pará
veredas@amazon.com.br

Resumo: O objetivo é discutir as perspectivas do conceito de barbárie em especial no século XX e mostrar os limites que o conceito tem em autores como Theodor Adorno, Max Horkheimer e George Steiner. Importa destacar que o conceito adquire uma conotação ética, ao invés de étnica, em particular a partir da experiência de Auschwitz, mas ainda preso aos limites da razão instrumental nos autores acima citados. A partir disso, apontar como podemos construir novas perspectivas teóricas a partir de um diálogo com Paul Ricoeur, Martin Buber e Emmanuel Mounier. Em que medida os olhares a partir dessas filosofias podem contribuir para uma discussão no campo das ciências sociais, em especial no da sociologia ética como desenvolvido por Paul Ladrière, para mudanças na abordagem sociológica de outros temas como a violência e a educação. Como repensá-lo a partir de uma perspectiva dialógica é a nossa proposta.

O conceito de barbárie na contemporaneidade: do étnico ao ético.

Originalmente o conceito de barbárie adotarà uma conotação de caráter étnico: do latim *Balbus*, aquele que balbucia, que não fala a língua do grego, do romano e depois do europeu, aquele que tartamudeia, o rude, o não-grego, o

estrangeiro, o que está fora do logos dominante que domina e explica o mundo, o que é considerado como marginal, portador de uma simples doxa, de uma opinião sem consistência, como comentado por Leopoldo Zea (Zea, 2005: 57).

Embora Schiller já indicasse sua presença como constitutiva do entendimento humano (vide Mattei, 2002:19), será em especial após Auschwitz que o termo sofrerá um giro de 180° que o faz sair do sentido étnico em direção a um conteúdo ético: sentido que tem por fundo as questões da responsabilidade e liberdade humanas. Deste modo a barbárie passa a ser compreendida seja como característica do comportamento ético coletivo de um tempo e de um processo, como a modernidade, seja como uma característica ontológica, no sentido de barbárie interior, como Mattei a descreve, seja como produto justamente da negação do caráter ontológico transcendente e dialógico do homem .

No primeiro caso, como produto de um processo cultural resultado do avanço da razão instrumental temos autores como George Steiner , Adorno e Horkheimer. Estes dois últimos nos falariam de um progresso vinculado à barbárie nas relações sociais na modernidade, definidas estas pelo ofuscamento, caracterizado pelo olhar que extingue o sujeito, que não o vê como dotado de humanidade. Irreflexão, ofuscamento são a oposição à reflexão e ao esclarecimento cuja crítica Adorno e Horkheimer empreendem em uma espécie de fenomenologia dos sentidos do homem moderno com sua vida danificada pela razão instrumental.

Para nós os conceitos de ofuscamento e de regressão da audição em Adorno e Horkheimer, assim como o de choque em Walter Benjamin, são, antes de tudo, de caráter ético. São conceitos a nosso ver que dão conta de uma regressão dos sentidos do homem - seja no seu olhar, seja na sua audição- que irá corresponder a uma regressão em sua eticidade (Mendonça,2003): o homem que não vê nem ouve ao outro, individualista, anti-solidário, anti-comunitário, anômico. Ou seja, acreditamos que à regressão física dos sentidos irá corresponder a regressão ética de uma sociedade marcada pelo cárcere de ferro, para usar a expressão de Max Weber imposto pela razão instrumental. Aí se encontra, sob o viés de uma sociologia da ética, a base da violência. Ou, com diz Adorno: “a cegueira alcança tudo, porque nada compreende.” (Adorno & Horkheimer, 1991:160). Ainda aqui é o olhar que expressa o caráter da ausência de eticidade entre os homens. É sob esse prisma que a leitura adorniana e benjaminiana da dualidade progresso-barbárie indicam uma subversão do conceito de que étnico passa a ser ético:

“Entendo por barbárie algo muito simples, ou seja, que, estando na civilização do mais alto desenvolvimento tecnológico, as pessoas se encontrem atrasadas de um modo peculiarmente disforme em relação à própria civilização – e não apenas por não terem em sua arrasadora maioria experimentado a formação nos termos correspondentes ao conceito de civilização, mas também por se encontrarem tomadas por uma agressividade primitiva, um ódio primitivo ou, na terminologia culta, um impulso de destruição, que contribui para aumentar ainda mais o perigo de que toda esta civilização venha a explodir, aliás, uma tendência imanente que a caracteriza.” (Adorno, 1995:155).

É certo que a história da subversão do conceito de barbárie se inicia com Bartolomeu de Las Casas que dirá “julgamos bárbaros aqueles que não têm escrita ou língua culta. Mas a gente das Índias poderia nos considerar barbaríssimos, porque não compreendemos a sua língua”. A visão de Las Casas está, porém, ainda presa a uma espécie de relativismo étnico mais tarde compartilhado por Montaigne e por Lévi-Strauss. Adorno certamente nos permite novas leituras, ou releituras, da dualidade civilizado-bárbaro:

A barbárie em Adorno irá revelar-se tanto em uma percepção micrológica quanto em uma visão macro dos processos políticos e sociais. Ao lado do pogrom e de Auschwitz, teremos também o mundo em que “as grandes injustiças estão nos pequenos detalhes”; a miséria, o inferno e o mal presentes no particular.

Neste caminho da frieza como o designamos, os detalhes serão fundamentais. O demônio de Adorno e Horkheimer estará na ocupação fria e metodicamente instrumental do espaço, do tempo e de todas as ações humanas, apropriados pelo cálculo que subordina o sentimento até a sua eliminação total. Max Weber, anteriormente, indicaria que este processo atingiu sua conclusão lógica na ética protestante que subordina a emoção, tornando-se esta também instrumental. A caridade do protestantismo ascético, despida de emoções e pautada em uma relação impessoal com o Outro, perde a doçura cristã do Novo Testamento subordinada à rigidez do Antigo:

“O amor ao próximo – desde que só podia ser praticado para a glória de Deus e não em benefício da carne – é expresso, em primeiro lugar, no cumprimento das tarefas diárias dadas pela *lex naturae*, assumindo então um caráter peculiarmente objetivo e impessoal – aquele de serviço em prol da organização racional de nosso ambiente social” (Weber, 1987:75).

Neste sentido, o processo de desencantamento do mundo irá obedecer aos imperativos da “frieza que a tudo penetra” segundo Adorno, ou daquilo que ele chamaria de “adoecimento de contato” expresso nas relações marcadas pelo formalismo burocrático, pelos papéis e pela frieza.

“A reconciliação da civilização com a natureza, que o cristianismo queria obter prematuramente através da doutrina do deus crucificado, permaneceu tão estranha ao judaísmo quanto o rigorismo do esclarecimento. Moisés e Kant não pregaram o sentimento, sua lei fria não conhece nem amor nem a fogueira.” (Adorno & Horkheimer, 1991: 108).

Recentemente o tema da barbárie foi retomado por George Steiner em um viés próximo de Adorno:

“Por que, efetivamente, como você acaba de dizer, é possível tocar Schubert pela noite e marchar de manhã para cumprir com suas obrigações no campo de concentração? Nem a grande literatura, nem a música, nem a arte, puderam impedir a barbárie total. Chegaram mesmo a ser ornamento dessa barbárie, para dizer tudo. Com frequência proporcionaram uma decoração, uma floritura, uma formosa moldura para o horror. O senhor Giesecking tocou Debussy – de maneira

incomparável, parece – enquanto se ouviam os gritos dos que passavam pelas estações de Munique rumo a Dachau”. (Steiner, 1999:58).

Como diante do mais alto nível de avanço tecnológico jamais alcançado pela humanidade podemos explicar a banalidade do mal, para usar os termos de Hannah Arendt? Steiner aponta que

“o problema são as alianças inquietantes entre a mais alta filosofia e o despotismo (...) É a fascinação que a tirania e o inumano exercem sobre a alta abstração (...) Não tenho explicação para o problema desta afetividade. As afinidades eletivas, título de Goethe: entre o mais alto pensamento e a abjeção (...). Eu o sinto, não tenho explicações.(Steiner, 1999:85-87).

Jean-François Mattei irá abordar o fenômeno por outro viés, não mais histórico, mas metafísico, como uma “atitude consubstancial a todo estado de civilização(...)que define um dos dois pólos em relação aos quais o homem encontra sua orientação.”(Mattei, 2002:19)

Deste modo vemos que a compreensão acerca da barbárie no mundo moderno ao final irá oscilar entre dois eixos: por um lado os que de certo modo não conseguem ver saídas, seja por não superar as aporias da razão por buscarem dentro da mesma razão cujo desvaio criticam a explicação para os males dela decorrentes, como são Adorno, Horkheimer e Steiner, ou por verem na barbárie um a condição ontológica do homem, como Mattei. Por outro lado há pensadores ancorados em uma percepção que privilegia e pessoa, o diálogo e a transcendência do homem, como o foram Martin Buber, Emmanuel Mounier, Paul Ricoeur e Gabriel Marcel, entre outros, irão buscar a superação desse dilema em algo que ao final, mesmo sem segurança alguma, como dizia Buber, remete à esperança e à possibilidade de encontrar uma luz ao final do túnel.

Fragmentos sobre a barbárie

A literatura também será um campo no qual nós podemos a partir de uma hermenêutica sobre o tema da barbárie, nos aproximar de uma compreensão sociológica acerca do tema.

Ora, em meio ao avanço da barbárie no mundo moderno encontramos entre aqueles que a diagnosticaram fragmentos, aqui e ali, de origens diferentes, de línguas diferentes, de filosofias, diferentes, ainda assim apontam para um único lugar, para algo, acima e além de nós, algo que nunca compreenderemos totalmente, mas que deixa sinais, sinais perdidos em meio ao mundo. Um desses fragmentos, no final do século XIX nos foi deixado por aquele que ficou conhecido com o Chefe Seattle. Na famosa carta dirigida ao Presidente dos EUA que na época pressionava pela compra das terras indígenas. Resquícios de um mundo onde o Sentido ainda era percebido pelos homens, essas palavras são uma verdadeira crítica aos rumos da razão na modernidade, cuja magnitude o pensamento civilizado ocidental não conseguiu alcançar.

Minhas palavras são como as estrelas: elas não se escondem. Como se pode comprar ou vender o céu, o calor da terra? É uma idéia estranha para nós. Até hoje, nós não somos donos do frescor do ar, nem da pureza da água.

Como podem vocês comprá-los?

Nas cidades dos homens brancos não há lugar tranquilo. Nenhum lugar onde se possa ouvir o desabrochar de folhas na primavera ou o bater de asas de um inseto. Mas, talvez porque eu seja um selvagem e não compreenda...O homem branco deve tratar os animais desta terra como irmãos.

Eu sou selvagem e não compreendo outro modo de agir.

Vi milhares de búfalos apodrecendo na planície, abandonados pelo branco que passava com o trem e os matava.

Sou um selvagem e não compreendo como o cavalo de ferro que solta fumaça pode ser mais importante do que os búfalos, que nós matamos apenas para sobreviver.

Quando todos os búfalos forem exterminados, todos os cavalos selvagens adestrados,

Onde estará o arvoredo? Terá desaparecido. Onde estará a águia? Terá desaparecido.

Nós sabemos, porém, uma coisa que um dia o homem branco poderá descobrir: nosso Deus é o mesmo Deus! Você poderá pensar que é o dono dele, assim como deseja ser dono de nossa Terra. Mas, você não pode. Ele é o Deus do ser humano e sua compaixão é a mesma para o homem branco e para o homem vermelho. (Cano,2003:24)

Essa percepção de um sentido da vida antípoda à Barbárie, à época em que este documento foi escrito já tinha desaparecido entre europeus como Weber, Marx e Durkheim que, espectadores da modernidade, tentaram explicar e diagnosticar uma situação em que o homem se lança nos braços de uma condição existencial marcada pelo desencantamento do mundo, pela alienação e pela anomia. Esses três conceitos, depois clássicos nas ciências sociais, foram as tentativas de diagnóstico da condição ética e social do homem na modernidade. A uni-los a angústia de espectadores do avanço da razão instrumental, na qual meios e fins se separam e desaparecem os valores a orientar a humanidade. O desencantamento do mundo que levaria à perda de sentido da vida, segundo Weber, em Durkheim corresponderia à elisão dos laços sociais, à anomia, ao esfacelamento da relação com o Outro, impossível esta em uma sociedade marcada pela alienação, pelo estranhamento do homem não apenas em relação ao produto de seu trabalho, mas em relação aos outros homens e a si mesmo, como tinha identificado o jovem Marx.

Deste modo, o mundo do chefe Seattle e o do homem moderno são dois mundos diferentes e que, em especial no século XX, entraram em rota de colisão. Esta desintegração do homem em favor da matéria, do espírito em favor dos sentidos, já encontrara algumas reações a partir do século XVIII. O romantismo do jovem Werther descrito por Goethe é um exemplo disso. No caminho do Iluminismo a melancolia romântica é uma resistência à dureza da razão:

É caso para enlouquecer, Guilherme, ver essas criaturas que vagueiam pelo mundo sem sentir coisa alguma do que a outras faz palpar o coração. (Goethe,1965:110).

Mais tarde, no século XIX, Baudelaire, por sua vez irá apontar uma outra reação a essa petrificação do Eu na modernidade: o spleen, algo entre o tédio e a melancolia, de um homem que apenas caminha pelas ruas da bela Paris. O flaneur de Baudelaire já está ele totalmente mergulhado na falta de sentido do mundo. A Paris que encanta somente preserva seus muros e suas pedras. Na beleza arquitetônica, nas avenidas de Hausmann, nada mais restará do que um vazio espiritual, ou melhor um silêncio espiritual de homens que perderam a capacidade de escutar e perceber o Sentido.

Neste mundo estreito, mas tão cheio de tédio, apenas um objeto conhecido me sorri: o frasco de láudano; um velho e terrível amigo; como todos os amigos, ai de mim! Fecundo em carícias e traições.(BAUDELAIRE,1991:19)

Entretanto, com a Segunda Guerra Mundial a percepção desse vazio se torna mais aguda e estamos diante da melancolia do absurdo. Tantos serão seus apóstolos que o mundo ficará encharcado de uma consciência de vazio e de ausência de sentido da qual será difícil escapar e que absorverá todas as esferas da vida humana. O Godot de Samuel Beckett é o Deus surdo e ausente aos clamores do homem.

POZZO: Pensavam que eu era o Godot.

ESTRAGON: Não senhor, nunca nos passou pela cabeça

POZZO: Quem é que ele é?

VLADIMIR: Bom, é um... é uma espécie de conhecido.

ESTRAGON: Não é nada, mal o conhecemos.

VLADIMIR: Claro... não o conhecemos lá muito bem... mas de qualquer das formas...

ESTRAGON: Eu se o visse nem sequer o reconhecia" (Beckett,1976)

Beckett aponta para a desesperança, não propriamente o desespero, mas a ausência de esperança. Essa a melancolia do Ab-surdo que nada mais é do que à surdez ao Absoluto (ab-surdus, contrário à verdade). Decisivo nesses tempos será Auschwitz que deixará a impressão de um vazio de difícil transposição.As pilhas de cadáveres, assim como as pilhas de sapatos gritam em meio ao silêncio de Deus, como em Eu vi uma Montanha, do poeta iídiche Moses Schulstein.

Nós somos os sapatos, Nós somos as últimas testemunhas

Nós somos os sapatos dos netos e dos avôs.

De Praga, de Paris e de Amsterdã

E porque nós só somos feitos de tecido e couro

E não de sangue e de carne,

Cada um de nós evitou o fogo do inferno. (s/d).

Orientado pelo mesmo sentimento Eli Wiesel, rompendo com qualquer acordo e enfrentando Deus, O julgará:

Os juizes eram três grandes mestres judeus. As testemunhas foram ouvidas, juntaram-se os indícios. O julgamento durou várias noites. Finalmente os três juizes emitiram o seu veredicto:

- O Senhor Deus todo-poderoso, Criador do Céu e da terra, foi considerado culpado de crimes contra a criação e a humanidade.

Após uma eternidade de silêncio, os mestres judeus olharam para o céu e disseram:

- É hora da oração vespertina.

Então os membros do tribunal recitaram o maariv, a oração vespertina (cf. Marcus, 1999:76-77)

Enveredando pelo absurdo, mas tentando escapar ao niilismo, Camus não logra êxito, pois perde ele também a perspectiva do sentido. O Dr. Rieux de A peste irá dizer:

Já que a ordem do mundo é regulada pela morte, talvez convenha a Deus que não acreditemos nele e que lutemos com todas nossas forças contra a morte, sem erguer os olhos para o céu, onde Ele se cala (Camus s/d: 118)

O estrangeiro de Camus caminha pelo vazio ético, como chamaria mais tarde Hans Jonas, onde não há nada adiante, acima ou atrás do homem.

Mas num universo repentinamente privado de ilusões e de luzes, pelo contrário, o homem se sente estrangeiro. É um exílio sem solução, porque está privado das lembranças de uma pátria perdida ou da esperança de uma terra prometida. Esse divórcio entre o homem e sua vida, o ator e seu cenário é propriamente o sentimento do absurdo(Camus,2004:20).

O absurdo em Camus se caracteriza pela estranheza em relação ao mundo, mas se a estranheza é condição necessária à compreensão e ao diálogo, como diria Gadamer, o não conseguir sair de si mesmo, o solipsismo do absurdo se apresenta como antípoda à dialogia.

O mundo nos escapa porque volta a ser ele mesmo. Aqueles cenários disfarçados pelo hábito voltam a ser o que são. Afastam-se de nós. Assim como há dias em que, sob um rosto familiar, de repente vemos como uma estranha aquela mulher que amamos durante meses ou anos, talvez cheguemos mesmo a desejar aquilo que subitamente nos deixa tão sós. Mas ainda não é o momento. Uma coisa apenas: essa densidade e essa estranheza do mundo, isto é o absurdo(Camus,2004:29).

No mundo da barbárie reinará a indiferença entre homens como Mersault, o personagem de O Estrangeiro que, após ter praticado o assassinato, simples e mecanicamente nos diz: “matei porque fazia calor”. Deste modo o homem moderno, preso à frieza e à razão instrumental foi erguendo muros à sua volta, sem poder compreender, escutar ou ver a possibilidade de diálogo com o Sentido. Fragmentado perdeu a noção de unidade com o cosmo, com um Todo universal, restou-lhe apenas o lamento de Konstantinos Kaváfis, que na poesia irá expressar a barbárie.

Sem cuidado nenhum, sem respeito nem pesar,
Ergueram à minha volta altos muros de pedra.
E agora aqui estou, em desespero, sem pensar
Noutra coisas: o infortúnio a mente me depreda.
E eu que tinha tanta coisa por fazer lá fora!
Quando os ergueram, mal notei
esses muros.(Kaváfis,1982:105)

Para o homem contemporâneo restou apenas o vazio, o sentimento de impotência diante da falta de sentido. Essa ausência de esperança não tem a ver com desespero, pois nela o homem reconhece sua impotência e condição, mas ao mesmo tempo, se em Kierkegaard o desespero é um estado de pecado em que o homem se afasta de Deus, em Camus “o absurdo é o pecado sem Deus”. A vida do absurdo limita-se à constatação da ausência de significado.

A saída encontrada por Camus para afundar em uma desesperança sem desespero, a única saída capaz de manter o homem na terra é a revolta que “não é aspiração porque não tem esperança. Essa revolta é apenas a certeza de um destino esmagador, sem a resignação que deveria acompanhá-la” (Camus,2004:66). A ética daí resultante repousa em uma responsabilidade fundada na liberdade de existir diante de um destino inexorável e não em uma liberdade concedida por Deus, pois este, para Camus, não existe,

tal privação de esperança e de futuro significa um crescimento na disponibilidade do homem (...) Pensar no amanhã, determinar uma meta, ter preferências, tudo isso supõe acreditar na liberdade, mesmo que se assegure, às vezes, não ter essa crença. Mas nesse momento sei perfeitamente que não existe tal liberdade superior, a liberdade de existir que é a única que pode fundar a verdade.(Camus,2004:69) .

A disponibilidade para o agir ético funda-se, deste modo, em Camus, no reconhecimento do absurdo. Paradoxalmente uma possibilidade de responsabilidade ética fundada no suposto silêncio de Deus, na não-percepção do Sentido. O homem revoltado de Camus aponta para uma eticidade na qual o compromisso com o Outro se funda em uma liberdade que existe justamente por reconhecer que “não há um amanhã”, pois “o absurdo não liberta, amarra,. Não autoriza todos os atos. Tudo é permitido não significa que nada é proibido.”(Camus,2004:80)

Daí que o personagem de O Estrangeiro caminha sobre as areias do deserto, na verdade como um deserto ético no qual culminou a caminhada do homem ocidental em seu apego à razão instrumental salvadora, em seu assassinato de Deus, em seu entorpecimento espiritual, um mundo, enfim, onde não há mais lugar para um chefe Seattle, mas somente pela barbárie profetizada pela poesia de Yeats.

Rodando em giro cada vez mais largo,
O falcão não escuta o falcoeiro;
Tudo esboroa; o centro não segura;
Mera anarquia avança sobre o mundo,
Maré escura de sangue avança e afoga
Os ritos da inocência em toda parte;
Os melhores vacilam, e os piores
Andam cheios de irada intensidade. (Yeats, 1992:93).

Pensar a barbárie a partir do diálogo e da pessoa: Marcel,Buber,Mounier e Ricoeur

No seio de uma perspectiva onde a barbárie se revela como a ruptura do caráter ontológico transcendente do homem, vamos localizar o pensamento de Gabriel Marcel, Martin Buber,Emmanuel Mounier e Paul Ricoeur.

A conexão entre barbárie e conhecimento, seria também um dos temas fundamentais em Gabriel Marcel a partir de uma crítica ao princípio de abstração que envolve a cultura moderna, fazendo o homem perder a perspectiva do mistério, da transcendência e “dos compromissos e expectativas dos seres humanos de carne e osso” perspectiva cristã:

Não existe uma razão válida para que um cientista, não importa de que especialidade, não seja, no que essencialmente se refere, um ser, diria, eu, de uma indignidade quase absoluta, talvez entregue à ambição e à cobiça, ou o que é todavia mais grave, desprovido de todo amor, de toda a caridade.(Marcel,2001:126).

No cerne dessa perversa aliança a crise de valores da sociedade moderna. Sua crítica a Jean-Paul Sartre caminha no sentido de que este relativiza os valores como passíveis de eleição, fazendo-os depender de uma escolha, de uma liberdade do indivíduo. Ora, valores não são algo que se eleja ou que se reifiquem, segundo Marcel, mas tem uma referência concreta à vida do homem:

E nos entretamos em pensar aqui no bem em si, na verdade em si – apenas me agrada esse platonismo; mas sim esses mesmos valores devem ser tomados em seu alcance referencial, ou seja, enquanto conferem à existência humana sua dignidade, a dignidade própria de toda a existência humana (Marcel, 2001:59).

O horizonte dessa crítica é a percepção cristã de uma transcendência:

“If death is the ultimate reality, value is annihilated in mere scandal, reality is pierced to the heart. . . . Value can only be thought of as reality . . . if it is related to the consciousness of an immortal destiny. . . . In a world of scandal where absurdity had gained the upper hand, that is to say, where what is best and highest was at the mercy of blind forces . . . there would not perhaps be a single value which was not in danger of appearing ludicrous and suspect...” (Marcel,1951:152-153)

Transcendência à qual os valores se referem embora não tenham eles para Marcel a feição platônica de entidades abstratas, mas existindo apenas como referidos a uma situação concreta. Aliás a própria reflexão sobre valores é ela sintoma da crise existente no mundo moderno.

“Só se fala de valor ali onde se assiste uma desvalorização prévia; quero com isto dizer que o temos ‘valor’ possui, no fundo, uma função compensatória que se utiliza onde uma realidade substantiva se perdeu verdadeiramente. (...) Pessoalmente, me parece que a filosofia dos valores é uma tentativa, verdadeiramente abortada para recuperar em palavras o que se perdeu nos espíritos. (...) é como o signo de uma espécie de desvalorização fundamental que afeta a realidade mesma. (...) O que está envilecido é a noção mesma de vida, e o mais vem por acréscimo.”(Marcel.2001:129).

Para Marcel os valores são universais que garantindo a existência humana enquanto tal, têm caráter ontológico. Não fazem parte de um universo demonstrável através de provas objetivas, porém garantem a nossa existência.

É justamente no desaparecimento do mistério, da percepção do transcendente e da capacidade de maravilhar-se do homem moderno submergido no mundo do problema, ou das ilusões da objetividade, que reside a semente da barbárie. A partir desta perspectiva podemos pensar em um outro conteúdo para a noção de barbárie, desta feita enfatizando o fato de que a condição de barbárie reside na perda de percepção do transcendente, processo esse estreitamente vinculado ao avanço da razão instrumental que faz da barbárie aquele processo que elimina o outro ou não o percebe em sua humanidade. Processo que torna o homem indisponível para o Encontro ético.

O que é preciso saber é que o homem da técnica, ao ter perdido o sentido mais profundo da consciência de si mesmo, ou seja, das regulações transcendentais que lhe permitem orientar sua conduta e identificar suas intenções, se acha cada vez mais inerte ante as potências destruidoras desencadeadas em torno de si e diante das cumplicidades que estas encontram no fundo dele mesmo. (Marcel, 2001:64).

Não se trata aqui de uma proclamação vazia do transcendente, espetacular, em nome da qual se exclui, mata, aliena e destrói o outro,. Trata-se antes da constatação de que a inexistência em nosso tempo de um diálogo com o transcendente, que confira sentido e rumo à existência do homem, conduz à ausência de responsabilidade para com o outro.

O domínio da razão instrumental com a separação entre meios e fins irá compor o que Gabriel Marcel chamou de técnicas de envilecimento, um processo social voltado para a frieza, despersonalização, inumanidade que envolverá todas as esferas da vida do homem atual. (Marcel,2001:59).

“Entendo por técnicas de envilecimento o conjunto de procedimentos levados a cabo deliberadamente para atacar e destruir, em indivíduos que pertencem a uma categoria determinada, o respeito que a si mesmos podem ter e, isso a fim de transformá-los pouco a pouco em um refugio e que ao final das contas, não lhe resta senão desesperar de si mesmo, não só intelectualmente, mas sim vitalmente. (...) Deste modo, partimos do que há de mais deliberado e de mais sistemático nas técnicas de envilecimento, do objeto destas técnicas: envilecer uma categoria de seres – e isto, aos olhos destes mesmos seres. É fácil ver que o recurso a semelhantes técnicas só é possível em um mundo em que os valores universais são sistematicamente pisoteados. (Marcel,2001:59).

O grande perigo reside, segundo Marcel, em considerarmos o envilecimento da humanidade como algo demoníaco e historicamente datado, restrito à Segunda Guerra Mundial, em vez de se constatar que as ocorrências daquele momento foram

“as expressões prematuras, mas no fundo rigorosamente lógicas de uma mentalidade que diante de nossos olhos se generaliza, e tudo isto em países na maioria dos quais parecia que se podia supor que haviam saído indenes desta loucura, que como Chesterton já havia visto, não é senão uma racionalidade fora de seus eixos”.(Marcel,2001:136 e 137)”.

A mesma racionalidade destruidora ancorada na separação entre meios e fins e na crença que estes justificam aqueles, será tematizada por Martin Buber.

“Que conhecimento pode ser de maior importância para o homem de nossa era, e para as várias comunidades de nosso tempo”, escreveu Buber em 1947, “senão que o uso da incorreção como um meio para um fim correto, transforma o fim em si mesmo em algo incorreto?” A pessoa ou comunidade que busca usar o mal para a causa do bem destrói sua própria alma no processo”. (Buber apud Friedman, 1955:120)

Nesta discussão que dar-se-ia sob as sombras de Auschwitz, se Adorno afirmaria que é impossível escrever poesias após Auschwitz, Buber ainda buscaria um sentido para a esperança. Ressalte-se que o moderno pensamento judaico do século XX sofreu uma cisão após a Segunda Guerra Mundial. Buber se inscreve entre aqueles que continuam, de certo modo, o diálogo com a Bíblia, embora longe esteja de subestimar o sofrimento e o mal, não obstante seus críticos.

Em Diálogo entre o Céu e a Terra é que a questão de Auschwitz será diretamente apontada por Buber :

Neste nosso tempo, pergunta-se novamente: como uma vida judaica é possível após Auschwitz? Eu gostaria de enquadrar mais corretamente esta questão: como uma vida com Deus é possível em um tempo em que há um Auschwitz? O

estranhamento tornou-se tão cruel, tão escondido, tão profundo. Pode-se continuar a ‘acreditar’ em um Deus que deixou aquelas coisas acontecerem, pode-se ainda continuar a falar com Ele? Pode-se ainda ouvir Sua palavra? Pode-se ainda como indivíduos e como povo entrar em uma relação dialógica com Ele? Pode-se ainda chamar por Ele? Ousamos nós recomendar aos sobreviventes de Auschwitz, os Jós das câmaras de gás: ‘Dêem graças ao Senhor, pois ele é bom, pois sua misericórdia perdura para sempre?’”(Buber, 1973:21)

Apesar de não oferecer soluções, Buber indica “como uma pessoa pode manter a fé enquanto espera o fim do eclipse de Deus” (Friedman 2006:216). A Bíblia Hebraica nestes tempos continuará sendo a fonte de esperança e de consolação, pois o fato de Deus se ocultar não significa que não exista, o eclipse do sol não significa sua inexistência. A barbárie não significa a ausência Dele. Buber mantém a esperança na busca de um sentido em um mundo marcado pelo eclipse de Deus, por um eclipse moral e espiritual no seio da humanidade.

Na perspectiva buberiana este é grande drama dos tempos atuais, a ausência de valores e referências capazes de reconstruir os laços sociais em muitos lugares do mundo marcados pela anomia. Somente a retomada em um sentido perdido, o reatar o diálogo com o Criador. Diálogo verdadeiro, que não passa pelos fundamentalismos, nem pela intolerância religiosa, mas pela recuperação do sentido da vida, poderá contribuir para salvar esta geração marcada pela violência e pela dor.

Quando todas “as direções” falham lá surge na escuridão em cima do abismo a verdadeira direção do homem para o Espírito criativo, para o Espírito de Deus meditando diante das águas, para Ele de quem nós não sabemos de onde vem e nem para onde vai. (...) O homem, a criatura que forma e transforma a criação, não pode criar. Mas ele, cada homem, pode expor-se e aos outros para o Espírito criativo. E ele pode chamar o Criador para salvar e aperfeiçoar a Sua imagem. (Buber, 2002:122).

Há um princípio dialogal entre o homem e Deus. A palavra primordial é de Deus, mas a resposta (ou não) é do homem condicionado por sua liberdade. Deus não se deixa conjurar, mas tampouco obrigará, diz Buber. Ele é por si mesmo e permite que o que existe seja por si mesmo. O homem nesta relação de espontaneidade pode aceder ou negar o diálogo, tendo como resposta a relação ou o ocultamento do divino. É deste modo na relação ética que se dá a manifestação de Deus:

Sempre houve guardadas no coração do homem, as “imagens do Absoluto”. Estas entram em decadência de maneira que “a pupila espiritual já não pode perceber sequer um flash da aparição do Absoluto”(Buber,1993:155) . É da ruptura do diálogo e sobrevém o império de Moloch, ou da barbárie:

No domínio de Moloch, os honestos mentem e os compassivos torturam. E cremos real e sinceramente que o fratricídio preparará o caminho para a irmandade. Parece não haver escapatória para a mais infeliz de todas as idolatrias”(Buber,1993:155).

De uma perspectiva cristã, Paul Ricoeur, influenciado por Emmanuel Mounier e falando das relações entre caridade e justiça diria que a caridade diz respeito à relação com o próximo e a justiça, por seu turno, à relação com o socius, o terceiro desconhecido. Porém, o socius e o próximo são “duas dimensões da mesma história, duas faces da mesma caridade. É do mesmo movimento que eu amo meus filhos e que eu me ocupo da infância delinqüente: o primeiro amor é íntimo, subjetivo, mais exclusivo; o segundo é abstrato, porém, mais vasto”(Ricoeur: 1955, 104). Nesse sentido, a caridade diz respeito à relação com a pessoa precedendo estruturas impessoais enquanto que a justiça seria “um outro caminho do amor de Deus dentro da instituição”(Ricoeur:1955:104). Porém, é a caridade que “governa a relação do socius e a relação do próximo, dando-lhes uma intenção comum”(Ricoeur:1955:105). O que importa destacar é que neste debate temos uma percepção da pessoa e de responsabilidade e liberdade éticas como elemento de tensão em qualquer relação social. Esta é, antes de tudo, a questão crucial presente no exercício do poder, para além de questões institucionais que não esgotam, só elas, a dimensão ética dos negócios públicos quando então emerge a questão crucial da Justiça, ou nas palavras de Paul Ricoeur:

“A ética me concerne, mas ela implica também o outro, bem dito, dois tipos de outro. Um outro que possui um rosto no sentido que lhe dá Lévinas, e um outro que não o possui- os outros – onde se encontra a justiça.” (Ricoeur, 1994:15)

Nessa tensão entre socius e pessoa residirá também o problema da barbárie, entendida como mal por Ricoeur.

O mal é insondável, segundo Ricoeur, seja em sua dimensão pessoal, interpessoal, ou política (esta mais visível já que ligada ao poder na esfera pública). (Ricoeur,1994:29). De qualquer modo “uma causa principal do sofrimento é a violência exercida sobre o homem pelo homem”(Ricoeur, 1988:24). No ponto de intersecção entre o mal sofrido e o mal cometido, vemos que reside “o grito de lamentação mais agudo, quando o homem se sente vítima da maldade do homem”.(Ricoeur, 1988:25). Diante do mistério da origem do mal resta-nos apenas responder “que posso eu fazer contra o mal?” (Ricoeur,1994:29).

Mounier também enfatizará a irredutibilidade da pessoa a sistemas políticos e econômicos, insistindo no seu valor e em seus vínculos de solidariedade e comunitários como importantes para construí-la como ser humano. A ele se deve a ênfase sobre a responsabilidade pessoal diante da história e da idéia de que a primazia do amor cristão deveria sair do limbo e se inserir nos processos históricos e aqui a política também deve se revestir de uma ética que insiste no valor absoluto da pessoa e em seus vínculos de solidariedade com as outras. Solidariedade essa que passa pelo diálogo que recusa a mentira e estabelece relações reais. Como para Buber, para Mounier a pessoa se realiza em comunidade. Para ele também a barbárie se radica na profunda “crise espiritual” do mundo moderno, no qual o homem marcado pela busca de lucro e mergulhado nas relações de ordem material perdeu a noção de pessoa, o sentido de transcendência: “Mounier afirma peremptoriamente não só a valorização do espiritual, sobretudo coloca que não há civilização e cultura humanas que não sejam metafisicamente orientadas”(Abreu, 2008:158).

Só um trabalho que vise para além do esforço e da produção, uma ciência que vise para além da utilidade, uma arte que vise para além do deleite e, finalmente, uma vida pessoal em que cada um se dedique a uma realidade espiritual que o transporte acima de si mesmo, são capazes de sacudir o peso de um passado morto e de criar uma ordem verdadeiramente nova”(Mounier,1967:15).

A pessoa – entendida como integração de corpo e alma, ou “como atividade vivida de autocriação, de comunicação e de adesão, que se apreende e conhece a si mesma em seu próprio ato, como movimento de personalização”. Daí a ação coletiva não poder ser concebida unicamente através de instituições políticas ou de estruturas econômicas.

Sob esse prisma falar-se em uma crise permanente como hoje presente nas sociedades modernas exige antes de tudo se pensar como Mounier que “a crise é por sua vez uma crise econômica e uma crise espiritual, uma crise de estruturas e uma crise do homem”(cf. Mounier , 1967:45).

A partir de um diálogo com as obras de Marcel, Buber, Mounier e Ricoeur podemos conceber a barbárie como um processo que vai das relações do plano do interpessoal ao plano do social e que tem como condição prévia a negação e a ruptura da raiz ontológica do homem vinculada ao mistério e ao transcendente. Isso se expressará na sujeição do Outro (homem, natureza, mundo ou Transcendente) à violência - qualquer que seja a expressão desta: física, psicológica ou simbólica.

Sob este viés, a violência em seu âmago mais profundo está ancorada em uma ausência de percepção da sacralidade e da transcendência do outro, transformado em meio, adequado a fins, portanto necessariamente instrumento, necessariamente marcado pela distância, pela não-dialogia, pela frieza. Necessariamente desprovido de sentido. Esta a marca e a contradição destes tempos cujo signo hoje seria uma sutilmente, porém não menos cruel, Auschwitz , desta feita sem arames farpados.

Possibilidades de uma sociologia da ética.

Em Buber, Marcel, Ricoeur e Mounier, em oposição à dialogia encontraremos o germe da violência e da barbárie. Embora um fenômeno do campo do inter-humano, a presença da dialogia (ou a sua ausência) para cada um deles terá seu desdobramento para o campo das relações sociais e políticas. Ingressamos deste modo nos domínios do que Paul Ladrière designou por sociologia da ética. Neste campo interconectados estão pessoa, espaço público e responsabilidade, dando conta das posições éticas existentes em fenômenos sociais, ou como diria Ladrière “fazer uma ‘sociologia da ética’, poderá ser, no limite, tentar reconstruir a sociologia inteira. Não nos esqueçamos que se trata para nós de um centro de perspectiva e não de um setor. Nós veremos que toda a relação social, toda ação no campo coletivo pode ser considerada como ‘ética’ em níveis diversos”. (Ladrière et alii,1978:326)

O escopo da sociologia da ética é influenciado pelas análises de Durkheim e da posição central que adquire em sua sociologia o fato moral como fato social por excelência. O legado de Durkheim quanto ao conceito de anomia (Isambert,1990)se torna central e remete à noção de sociedade como fundamento da unidade moral. Como para Buber, também para Durkheim é pela coletividade que o indivíduo torna-se pessoa (Ladrière, 1990)

Posteriormente Gurvitch irá construir uma “Bibliografia da sociologia da vida moral” (ver Gurvitch, 1937,1938 e 1963), para “implantar o fato moral no coração mesmo da sociologia” (Ladrière et alii, 1978:323). Mais tarde o avanço na discussão sobre a sociologia da ética deu-se na França nos anos 70 quando Ladrière, Isambert e Terrenoire (Ladrière et alii,1978) mergulham no tema indicando os problemas epistemológicos e de legitimidade da palavra moral e de seu descrédito diante da sociologia(Ladrière et alii,1978:326). Faz-se então a opção de se falar em ética ao invés de moral, com apoio na argumentação das ambigüidades que esta última e suas conotações moralizantes possui. Em diálogo com Weber irá encontrar-se um uso epistemologicamente mais aceitável de ética, mas sempre tendo por viés que “o conjunto da vida social é irrigado por esta corrente circular que vai dos valores às normas e reciprocamente”(Ladrière et alii,1978:325).

Herdeira da uma tradição legada pela sociologia moral e pela ciência dos costumes, a sociologia da ética tem como ferramentas: costumes, normas e valores, que se articulam entre si. O domínio da ética é neste sentido estruturante e estruturado, ocorrendo dentro da ordem da ação. O papel do sociólogo é “no mínimo levar a sério e compreender, como na religião o é a pesquisa das ‘realidades últimas’, este recurso aos princípios últimos da ação”.(Ladrière et alii,1978.:328). Diante dele estão, entre outros, os temas do assédio moral nas organizações,da prostituição infantil, violência sexual contra a criança, da violência nas escolas, da violência urbana e do papel da mídia, entre outros, apenas para citar os mais prementes em regiões do mundo como a Amazônia, por exemplo. “Enfim, uma sociologia da ética deve colocar em evidência a ética lá onde ela nivelando tudo permanece oculta”.(Ladrière et alii,1978.:338).

Partindo das bases aristotélica e kantiana da idéia de uma razão prática orientando os fatos sociais e da dimensão moral dos mesmos, como diagnosticado por Durkheim, Ladrière mais recentemente irá ampliar seu horizonte hermenêutico desta feita estabelecendo um diálogo com Lévinas, com Habermas, Hans Jonas e outros (Ladrière,2001) apontando três conceitos necessários à elaboração de uma sociologia da ética: as categorias de pessoa, de espaço público e de responsabilidade. Categorias que envolvem uma conexão entre o inter-humano e o social. Em se referindo ao campo econômico formulará uma questão que consideramos válida para as demais dimensões da ação social: “cada maneira de conceber a ação no domínio econômico implica uma concepção da sociedade e toda concepção da sociedade implica uma tomada de posição vis-à-vis da ética”. (Ladrière,2001:276)

A sociologia da ética pode ser um valioso viés de investigação para uma compreensão da barbárie enquanto um processo social. Aqui nós adotamos o seu viés analítico, inspirados em Ladière, empreendendo, porém, um alargamento do seu escopo e abrindo vertentes em direção à fenomenologia, à filosofia do diálogo, à hermenêutica e ao que Lévinas nomeou de “filosofias da coexistência”, perfeitamente possíveis dentro da perspectiva epistemológica aberta por Ladière. Deste modo aqui pretendemos iniciar a análise das dimensões sociais da barbárie, a partir de uma interface envolvendo relações no campo do inter-humano e do social no diálogo com as obras de Buber, Marcel, Mounier e Ricoeur.

Em resumo, a barbárie entendida como um comportamento social é orientada por valores coletivos que reenviam a relações éticas entre pessoas. Nosso objetivo aqui foi contribuir para analisar essas relações.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Verônica do C.(2008). A contribuição do pensamento de Emmanuel Mounier para uma reflexão ético-cristã-personalista da pessoa na contemporaneidade. Tese de Doutorado da Universidade Federal do Pará (texto policopiado).
- ADORNO,Theodor.(1995). Educação e Emancipação.Rio de Janeiro:Paz e Terra.
- ADORNO, T. & HORKHEIMER, M.(1991). .Dialética do Esclarecimento. Rio de Janeiro: Zahar.
- BAUDELAIRE, Charles. (1991).O Spleen de Paris. Lisboa: Relógio d'Água.
- BECKETT, Samuel.(1976). Esperando Godot. São Paulo: Abril Cultural.
- BUBER, Martin.(1973). Judaísmo y Civilización. México: Editorial Tribuna.
- BUBER, Martin.(1993). Eclipse de Dios. México: FCE.
- BUBER, Martin (2002). Between Man and Man. London: Routledge.
- CAMUS, Albert.(2004). O Mito de Sísifo. Rio de Janeiro:Record.
- CAMUS, Albert. (s/d).O Estrangeiro. Rio de Janeiro:Record.
- CAMUS, Albert. (s/d). A Peste. Rio de Janeiro:Record.
- CANO. Betuel. (2003).Ética: a arte de viver.São Paulo:Paulinas.
- FRIEDMAN .Maurice. (1991.)Encounter on the Narrow Ridge: A Life of Martin Buber. New York: Paragon Press.
- FRIEDMAN.Maurice (1955). Martin Buber: The Life of Dialogue. Chicago:University of Chicago Press.
- FREIDMAN, Maurice et alii.(2006). Lévinas y Buber:diálogo y diferencias.Buenos Aires:Ediciones Lilmod.
- GOETHE, Wolfgang von.(1965). Os sofrimentos do jovem Werther. São Paulo:Edições de Ouro.
- GURVITCH. G. (1937). Morale théorique et science des moeurs.Paris:PUF.
- GURVITCH, G.(1938). .Essais de sociologie.Paris:Sirey.
- GURVITCH.G.(1963). La vocation actuelle de la sociologie.Paris:PUF.
- ISAMBERT. François-A. (1990). Durkheim:une science de la morale pour une morale laïque. Archives de Sciences Sociales des Religions, ,vol.69.n.1,p.129-146.
- KAVÁFIS, Konstantinos. (1982).Poemas.Riode Janeiro:Nova Fronteira.
- LADRIÈRE.Paul et alii. (1978).Pour une Sociologie de l'éthique. Revue Francaise de Sociologie,Vol.19,N.3,p.323-339.
- LADRIÈRE.Paul.(2001).Pour une Sociologie de l'éthique. Paris:PUF.
- LADRIÈREPaul.(1990). Durkheim et le retour de l'individualisme. Archives de Sciences Sociales des Religion,vol.69.n.1, p.147-150.
- MARCEL.Gabriel.(2001). Los hombres contra lo humano. Madrid: Caparrós Editores.
- MARCEL,Gabriel.(1967). I and Thou. In: Schilpp.Paul A. & Friedman.Maurice. The Philosophy of Martin Buber. La Salle, IL: Open Court Publishing., p.41-48.
- MARCEL, Gabriel.(1951). Homo Viator. Chicago: Regency.
- MARCUS, Joel. (1999). Jesus e o Holocausto.São Paulo:Paulinas.
- MATTÉI. Jean-François.(2002) A barbárie interior. São Paulo:UNESP.
- MENDONÇA, Kátia.(2003). Deus e Diabo nos detalhes: a ética em Buber e Adorno. Lua Nova: Revista de Cultura e Política. , v.60, p.117 - 130.
- MOUNIER, Emmanuel. (1967). Manifesto ao serviço do personalismo.São Paulo:Livraria Moraes Editora.
- RICOEUR, Paul.(1955). Histoire et Verité. Paris: Seuil.
- RICOEUR, Paul. (1994). Éthique et responsabilité. Boudry-Neuchâtel(Suisse): Editions de la Baconnière.
- RICOEUR,Paul.(1985). O Mal.Campinas: Papyrus.
- SCHULSTEIN, Moses.(s/d) I Saw a Mountain. (consultado em 28.Out.2008,disponível em <http://www.ccjaustralia.org/en/?item=32>)
- STEINER. George. (1999). La barbarie de la ignorancia. Madrid: Taller de Mario Muchnik
- WEBER.Max.(1987) A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. São Paulo: Pioneira.
- YEATS.W.B. (1992).Poemas.São Paulo:Companhia das Letras.
- ZEA. Leopoldo. (2005).Discurso desde a marginalização e a barbárie. Rio de Janeiro: Garamond.

Pobreza e a preservação dos direitos da juventude brasileira: aparatos legais e sócio-políticos

Neide Aparecida de Souza Lehfeld Lehfeld
Universidade Paulista Júlio de Mesquita filho - Unesp Campus de Franca -SP
nlehfeld@unaerp.br

Lucas de Souza Lehfeld Lehfeld
Unversidade de Ribeirão Preto - Unaerp
lehfeldrp@gmail.com

Mirella Brito Brito
Universidade de Ribeirão Preto - Unaerp
mirellabrito@hotmail.com

Resumo: Estudar o fenômeno da pobreza no País e no mundo não é tarefa simples, várias abordagens já foram feitas a essa temática, seja em nível quantitativo, empírico, em que se procuram traçar linhas de pobreza e de indigência, principalmente nos estudos realizados pelo Banco Mundial, ou seja, ao tratamento da pobreza como raiz da questão social.

Longas análises já foram travadas em torno do atendimento desse pobre que não consegue acesso a serviços sociais em geral. Enfocamos a pobreza situada na contradição capital/trabalho, produzida pelo sistema capitalista que se torna uma questão social plantada no coração da sociedade. Assim, são justificáveis os vários esforços e compromissos políticos em torno do atendimento dos direitos humanos e sociais por meio da garantia de um sistema de proteção social. Isto nos remete à formação do Estado Social pós-revolução industrial ou o compromisso, em pleno século XX em torno do estado de bem-estar. Em termos de recursos, POCHMANN (2002) afirma que apesar do Brasil possuir uma carga tributária muito alta, próxima de 600 bilhões de reais (36% do PIB), não existem condições suficientes para a ampliação da inclusão social.

Há no Brasil uma geografia da pobreza, podendo-se determinar indicadores sociais e uma comparação social e política das desigualdades regionais. Essa realidade condiciona as famílias em situação de vulnerabilidade social a colocar seus filhos como trabalhadores informais retirando-os da escola. Constata-se a premência de implantação de políticas e programas sociais pautados na busca dos direitos e cidadania.

INTRODUÇÃO

O número de pessoas e famílias em situação de pobreza, indigência ou miséria, sua distribuição por todas as regiões e estados do País, em áreas urbanas e rurais, o distanciamento entre os mais pobres e os mais ricos e a multiplicidade de forma que a pobreza assume hoje, não encontram parâmetros históricos.

Os estudos mais conhecidos a respeito definem como pobres aqueles que recebem abaixo de um valor. Como já afirmamos a mensuração da pobreza pela renda traz consigo uma visão reducionista dessa complexa questão social que envolve uma série de outros fatores e variáveis. Fatores como a redução do tamanho das famílias e a incorporação de um número crescente de familiares no mercado de trabalho, além da crescente participação dos idosos que ainda contam com benefícios previdenciários, contribuindo para o aumento da renda familiar, não têm sido levados em conta nas mensurações de uma suposta redução da pobreza, a qual se refere à definição do valor da linha de pobreza que separa os pobres dos não pobres. Essa linha de pobreza é o aspecto mais controvertido na mensuração da pobreza absoluta.

Numa abordagem mais qualitativa, são sintetizadas algumas características das famílias pobres:

- as famílias pobres tendem a ser mais numerosas;
- as rendas das famílias pobres dependem mais dos ganhos dos chefes de famílias;
- os chefes de famílias pobres são relativamente mais jovens;
- entre os pobres, a proporção das famílias chefiadas por mulheres é maior;
- os chefes de famílias que se declaram de cor negra (ou parda) são proporcionalmente mais numerosos entre os pobres;
- os chefes das famílias pobres estão mais submetidos a relações informais de trabalho, ou exercem proporcionalmente mais atividades por conta própria;
- as atividades econômicas dos chefes de famílias pobres tendem a concentrar-se nos setores de baixa produtividades e
- os níveis educacionais dos chefes de família são muito baixos.

O Banco Mundial divulgou recentemente um estudo, apresentando um perfil detalhado dos pobres, ou seja, conclui-se que pessoa pobre é definida como alguém que vive num domicílio com renda per capita menor que R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) por mês. Foi verificado que há maior concentração de pobres na região Nordeste e em áreas urbanas; a pobreza da cidade grande pode ser muito pior, devido a privações associadas à aglomeração populacional.

Sempre reafirmando, a pobreza está intimamente ligada a outras formas de privações: os pobres têm menos acesso a serviços públicos, saneamento, coleta de lixo e de esgoto e eletricidade. Os indicadores de saúde são significativos. Há elevados índices de problemas de saúde entre os mais pobres bem como o crime e a violência os afetam mais severamente.

A maioria dos pobres trabalha no mercado informal. A localização de moradia em uma área pobre, baixa escolaridade e grande número de pessoas morando conjuntamente em uma mesma residência são fatores mais associados. Em relação à escolaridade, quase 50% dos chefes de família têm quatro anos de estudo ou menos.

1 ANÁLISE DA SITUAÇÃO DA JUVENTUDE BRASILEIRA

1.1 Conceito de juventude

Segundo a Unesco os jovens constituem um grupo etário entre 15 e 24 anos, o que significa um quinto da população brasileira, cerca de 34 milhões de cidadãos, representando um importante fenômeno social, pois é grande a parcela da população que está passando por esse momento de indeterminação.

Apesar desse limite etário pré-definido, a juventude não pode ser considerada com início e fim rígidos, pois há variação de país para país e, mesmo no caso do Brasil, de região para região. A passagem da adolescência para a vida adulta é diferente hoje do que era há trinta anos, quando a expectativa de vida era de quarenta anos, essa transição (adolescência, vida adulta, formação de família, independência financeira, trabalho, aposentadoria...) era limitada. Hoje, com o aumento da expectativa de vida, as perspectivas quanto às possibilidades exigem novas definições de faixas etárias. Para aqueles que não têm infância, a juventude começa mais cedo, porém o aumento da expectativa de vida e as mudanças do mercado de trabalho prolongam a juventude até os 29 anos. Independentemente dessa faixa etária, os jovens com mesma idade viverão juventudes diferentes.

Por ser juventude um conceito construído historicamente e culturalmente, as definições de sobre o que é ser jovem, quem e até quando se é jovem vêm mudando. Atualmente, a juventude é vista como um certo ideal social, onde há a idéia de liberdade pessoal, cada vez mais associada à mocidade, corpo bem cuidado, saúde, liberdade de relacionamentos afetivos e profissionais.

A definição de juventude em determinado momento histórico baseado no recorte etário é, talvez, a maneira mais simples de tentar definir sujeitos em permanentes construções sociais, biológicas, psíquicas, culturais, políticas, econômicas etc, cujas experiências se caracterizam por serem distintas. Pode-se utilizar então a expressão juventudes como forma de enfatizar que se deve reconhecer que os jovens formam uma realidade multifacetada, como na definição do relatório sobre juventude brasileira do Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (2005):

Ainda que a simples utilização dessa expressão não garanta, por si só, a percepção da complexidade das realidades vividas pelos jovens, denota certo cuidado contra as generalizações que simplificam ao unificar o diverso e o desigual. O plural na referência à juventude é o reconhecimento do peso específico de jovens que se distinguem e se identificam em suas muitas dimensões, tais como as de gênero, cor da pele, classe, local de moradia, cotidiano e projetos de futuro.

A juventude pode ser ainda definida como o período da vida de transição entre a infância e dependência dos pais e os processos que configurarão na vida adulta e suas responsabilidades, como partida da família de origem, definição e início da carreira profissional, formação de outra família, paternidade. Segundo o psicólogo M. Rosa (apud Rezende) a adolescência é um conjunto psicossocial que:

...representa uma fase crítica no processo evolutivo em que o indivíduo é chamado a fazer importantes ajustamentos de ordem pessoal e social. Entre esses ajustamentos temos a luta pela independência financeira e emocional, a escolha de uma vocação e a própria identidade sexual. Como conceito psicossocial, a adolescência não está necessariamente limitada aos fatores cronológicos. O que, de fato, marca o fim da adolescência, são os ajustamentos normais do indivíduo aos padrões de expectativa da sociedade, com relação às populações adultas"(ROSA, M.:1985).

Os jovens passam por uma sucessão de experiências psíquicas durante seu desenvolvimento, que, num processo de separação e individualização termina na aquisição da consciência da identidade, estabelecendo novas relações com a família, amigos e consigo mesmo.

Muito autores afirmam que:

A juventude seria então, no conceito geracionais, o grupo etário responsável por determinar, de forma mais veemente, o ritmo da história. Os jovens se motivam em participar de reivindicações em movimentos sociais.

No Brasil, ao longo dos anos os jovens se fizeram presente na luta contra o fascismo e o governo ditatorial de Getúlio Vargas; iniciaram campanhas em defesa do patrimônio territorial e econômico do país, exigiram mudanças no sistema educacional; rebelou-se contra a universidade que lhes parecia um instrumento das elites, cujo objetivo principal era manutenção da ordem social então existente. Se a característica da juventude de contestação fez com que os jovens fossem sempre muito importantes na construção da democracia, no Brasil, foi na década de 60 do século passado, através das entidades estudantis, lideradas pela União Nacional dos Estudantes - Une -, que eles tiveram sua atuação mais marcante. A juventude pedia a construção de habitações populares e exigia a democratização do poder público. Por ocasião da renúncia do presidente Jânio Quadros, quando aconteceu a tentativa de impedir a posse do vice-presidente João Goulart, mobilizou-se através de seus órgãos de classe, convocando greves nacionais e enfrentando nas ruas a polícia fortemente armada, gerando um grande impacto junto à sociedade. O golpe de 1964 levou as mais importantes lideranças jovens à clandestinidade, porque

o fato de ter pertencido a certas associações bastava para suspender grande número de estudantes, por até um ano, prejudicando-os, visto que a muitos se tornou impossível a continuação dos estudos.

2. A JUVENTUDE COMO UM FENÔMENO.

A juventude forma um fenômeno cultural nas sociedades modernas, desempenhando seu papel, simbolizando diferentes grupos etários e influenciando toda uma geração, pois o conteúdo que ela simboliza, atua como elemento de distinção das demais gerações.

Apesar de usualmente serem utilizados como equivalentes, o entendimento pleno dos grupos de idade e sua diferença com a definição de geração é essencial para a compreensão do papel da juventude nas sociedades "pós-modernas".

O conjunto dos indivíduos das mais diversas idades, em um determinado período, constituiria a base para a compreensão da diferença entre geração e grupo etário. O que distinguiria uma geração de outra não seria meramente a faixa etária que as delimita, mas principalmente o conteúdo que ela simboliza, que atua como elemento de distinção das demais gerações.

Em cada geração, teríamos, então, um sentido próprio oriundo das vontades dos indivíduos e das tendências de natureza política, econômica e cultural. As atividades de cada geração e as mudanças de conteúdo seriam os "sintomas" e apontariam para as mudanças de sentidos de uma geração para outra.

Algumas análises a respeito da juventude, até incorporadas ao senso comum, caracterizam os jovens dos anos de 1960 pela sua rebeldia, os da década seguinte, segundo o estereótipo da recusa do trabalho, enquanto os jovens dos anos de 1980 são definidos pelo seu individualismo e conformismo. Algumas pesquisas recentes têm procurado traçar o perfil do jovem dos anos de 1990 e, no que se refere à juventude da Europa, duas tendências parecem evidentes: o prolongamento da idade juvenil e um novo significado de ser jovem, bem como o crescimento das expectativas com relação ao trabalho, principalmente em decorrência do aumento do nível de instrução, que os leva à recusa de trabalhos com pouco prestígio social.

3. DETERMINANTES DO TRABALHO JUVENIL

Visto que a juventude é marcada por processos que culminarão na vida adulta e que para alguns a juventude começa mais cedo e para outros mais tarde, o trabalho juvenil pode ser determinado por diferentes necessidades.

O emprego é buscado primeiramente para suprir necessidades básicas, mas sabe-se que as pessoas trabalham porque através do trabalho os indivíduos são vistos e percebidos como honestos, responsáveis e merecedores de respeito. Essa visão de trabalho é passada a todos nós desde muito cedo.

Em nossa sociedade o trabalho tem um importante valor: é essencial à sobrevivência e ao consumo, além de possibilitar a socialização, aprendizagem e construção da identidade pessoal e grupal, sendo espaço de inclusão social. No imaginário popular, a condição de trabalhador distingue o cidadão do marginal. Portanto, o trabalho não se faz necessário unicamente para atenuar a pobreza ou diminuir a marginalidade e a exclusão, mas o trabalho é essencialmente formador de um jovem como indivíduo e cidadão.

Esse entendimento de trabalho permite compreender o que este significa principalmente para os jovens de camadas populares, onde além de aprendizado, socialização e afirmação da identidade, o trabalho representa liberdade e independência, ou ainda sobrevivência, pois muitas vezes os baixos níveis de renda e de capacidade para o consumo os levam a procurar o trabalho, saindo do que deveria ser o senso comum universal, onde o jovem está desvinculado do trabalho para se dedicar aos estudos.

No entanto, no caso de crianças e adolescentes a decisão de ingresso no mercado de trabalho não se dá como no caso de adultos - é uma decisão muitas vezes tomada pela família e não pelo indivíduo. A decisão de inseri-los no mercado de trabalho se dá num contexto em que a sobrevivência da família está ameaçada. Assim, principalmente a pobreza, seguida do nível educacional dos pais, da baixa atratividade da escola, de componentes culturais e outros aspectos como o tamanho da família, aparecem como os principais determinantes do trabalho infanto-juvenil.

Há jovens com filhos, casados ou em outras situações conjugais que precisam trabalhar, devido à necessidade de se inserir no mundo do trabalho para suprir as novas responsabilidades frente à constituição da própria família.

Outra questão é onde os jovens irão trabalhar, onde conseguirão trabalho (postos com pouca ou nenhuma possibilidade de progredir profissionalmente), pois sofrem exclusão e preconceito numa sociedade em que tantos jovens se encontram em processos de exclusão econômica e social, precariedade na situação de trabalho, que atinge mais intensamente os mais pobres, os negros, os de menor faixa etária e os menos escolarizados.

Os determinantes do trabalho dos jovens geralmente são vistos da questão da pobreza e da exclusão social, visto que sofrem discriminações pela falta de capacitação apropriada e de experiência, pela aparência, racismo e questões de gênero. As moças de diferentes classes sociais quando comparadas a rapazes que ocupam os mesmos empregos, ganham menos. A boa aparência como requisito exclui os jovens mais pobres, principalmente negros e negras. Faz diferença ser pobre, mulher e negra ou pobre, homem e branco. a exclusão dos jovens dos postos de trabalho.

O endereço também é critério de diferenciação. Atualmente, o endereço não indica somente diferenças econômicas ou de estratificação social; alguns endereços de áreas urbanas são sinônimos de violência e tráfico, causando no empregador desconfiança e medo em contratar jovens que residem nestas regiões.

4. A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E ESCOLARIDADE

Muitas vezes, a idéia da exclusão do jovem, desemprego e baixos salários esta relacionada a carências educacionais.

De acordo com pesquisas, recentemente realizadas na área urbana, quanto maior a idade e a educação (medida em anos de estudo completos) do pai e da mãe, menor é a chance de meninos e meninas estarem trabalhando. Já para os meninos e meninas da área rural, quanto mais educados o pai e a mãe, menor é a probabilidade de trabalhar, mas quanto mais velha é a mãe essa probabilidade torna-se maior, sendo que a idade do pai não se mostrou significativa.

Apesar da educação no Brasil sempre ter sido para poucos, hoje os jovens estão muito mais escolarizados do que há poucas décadas. Quando consideramos o problema como de escolaridade esquecemos do problema da cultura e questões econômicas. Por exemplo, em pesquisas em que o objetivo principal foi medir o impacto de programas como o Bolsa-escola sobre o trabalho de crianças e adolescentes, não foram encontradas evidências de que este diminuísse a taxa de participação das crianças no mercado de trabalho, embora aumentasse o engajamento escolar.

A redução na proporção dos adolescentes que trabalham vem acompanhada do aumento no engajamento escolar. Considerando meninos e meninas que só trabalham, que estudam e trabalham e que só estudam, observa-se a redução da proporção dos que só trabalham, com o aumento da proporção dos que só estudam e dos que estudam e trabalham. Reforça-se assim o fato de que meninas geralmente estudam mais do que os meninos, enquanto eles trabalham mais.

Nos países mais desenvolvidos, o ingresso no mercado de trabalho é mais tardio, pois os jovens estudam mais para alcançarem melhores condições de ingresso no mercado de trabalho. Na França, a cada dez jovens, apenas dois estão no mercado. Já no Brasil ocorre o inverso, a cada dez jovens, sete estão no mercado de trabalho. Isso ocorre pela inexistência de um processo de transferência de renda que garanta condições favoráveis para o estudo, visto que a desigualdade mais evidente entre os jovens é a de classe social, especificamente na relação escola e trabalho, em questões como: como e quando o jovem começa a trabalhar e a estudar e como e quando ele pára de trabalhar ou estudar.

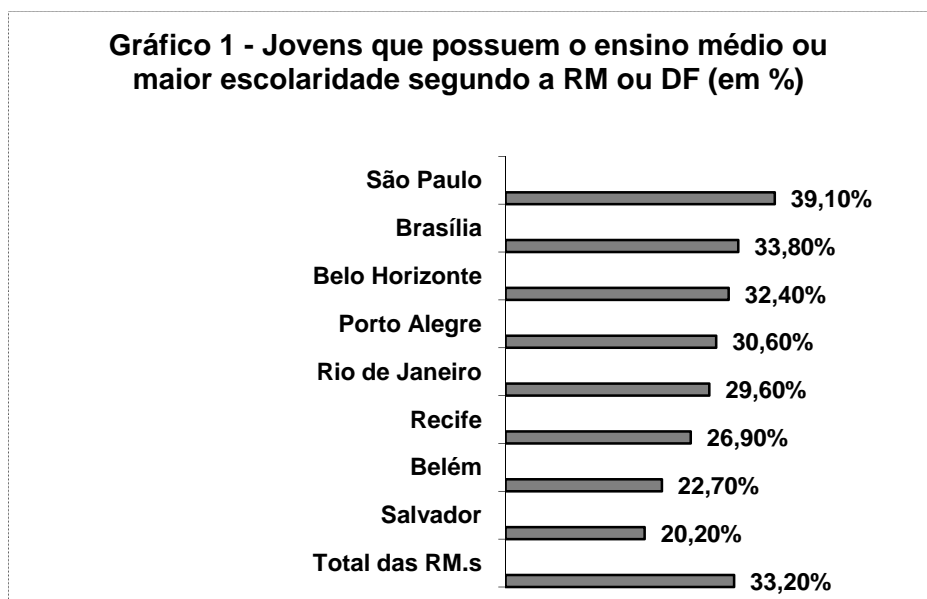


Tabela: 01

Fonte: IBASE/Polis, Pesquisa de Opinião Juventude Brasileira e Democracia: Participação, esferas e políticas públicas, 2005.

Muitos jovens dizem se arrepender de não terem passado mais tempo na escola, que referem-se como espaço para fazer amizades e de sociabilidade. Assim, não estar na escola é uma marca de exclusão social. Dados mostram que os jovens mais pobres não se iludem a escola seja garantia de quanto a garantia que a escolaridade poderia dar para obtenção do emprego formal.

Os jovens que freqüentam uma escola particular e cursam uma série mais avançada referem maior expectativa de concluir o segundo grau e de se pensar como estudante universitário, de ter um emprego que garanta boa qualidade de vida, e de possuir casa própria. Para os que estudam numa escola para jovens carentes e/ou em situação de rua, as expectativas

quanto ao futuro são, como no presente, sem esperanças, suas perspectivas de futuro quanto às oportunidades para crescimento educacional e profissional são fortemente marcadas por suas vivências educacionais e pelo contexto cultural.

A comparação entre os padrões de acesso ou oportunidades diferenciadas para jovens pobres e ricos é claramente identificada: para os jovens pobres a inacessibilidade ao curso superior (não é qualquer uma, mas sim a da universidade pública) torna-se um grande entrave ao início ou crescimento profissional e a todas as garantias que imaginam estarem associadas ao trabalho.

Como alternativa para a demanda por qualificação profissional os jovens fazem referência direta aos cursos profissionalizantes, sendo a formação um diferencial na disputa para entrar no escasso e disputado mercado de trabalho.

O acesso e a permanência nas escolas públicas, no nosso país, são difíceis por uma gama de determinantes como: péssima infra-estrutura, baixos salários dos profissionais, aulas pouco atrativas, escassez de atividades extracurriculares, violência no entorno da escola, falta freqüente de professores.

No entender dos jovens, com as melhorias alcançadas na educação, também será possível melhorias relacionadas ao trabalho e à cultura/ lazer. Os jovens também querem que as escolas os formem para inserção no mundo do trabalho, havendo uma relação direta entre cultura/ lazer, educação e trabalho: se o jovem não tem acesso a uma escola de qualidade, não consegue um bom trabalho, e se for bem remunerado, não pode ter acesso à cultura e ao lazer. Apesar de reconhecerem que a escolaridade por si só não garante um futuro mais estável, valoriza uma educação, sobretudo a escolar como fator de mobilidade social.

5.O MERCADO DE TRABALHO

As altas taxas de participação precoce da juventude no mercado de trabalho revelam que na medida em que a situação econômica se deteriorou e a inflação subiu, as famílias passaram a depender cada vez mais do salário de cada um de seus membros. A pobreza acabou levando a população jovem a ingressar mais cedo no mercado, com baixo grau de escolarização ou sem qualquer escolaridade, já que a maioria dos jovens acaba abandonando os estudos em busca de um emprego.

Também devemos considerar que além do capitalismo ser uma máquina de exclusão social, nas duas décadas de recessão econômica, o país não cresceu, não houve aumento na produção (já concentrada na mão de poucos) e muitos recursos da produção foram desviados para atividades financeiras e especulativas, contribuindo para a exclusão social dos jovens.

As possibilidades de mobilidade são fundamentais para os jovens projetarem seu futuro, mas poucos países possibilitam que as novas gerações se reproduzam em melhores condições de vida e de trabalho. No Brasil, isso foi possível entre 1930 e 1980. O filho do pobre acabava por ter melhores condições de vida do que os pais. O filho do rico ficava muito mais rico que os pais; as dificuldades se aprofundaram, mas havia mobilidade.

Até recentemente, o capital cultural das famílias de classe média era o suficiente para adentrar no mercado de trabalho, pois essa cadeia de relações pessoais das famílias permitia o ingresso dos jovens no estágio, no trabalho, enfim, iniciar uma carreira. Porém, esse capital cultural vem diminuindo como conseqüência do aumento de desemprego dessa classe.

A análise da participação precoce dos jovens no mercado de trabalho revela o nível de elite ficava mais rico que seus pais. Nas economias mais desenvolvidas o número de crianças e adolescentes no mercado de trabalho é mínimo. No Brasil, no entanto, o trabalho de jovens de menos idade é uma prática comum.

Os dados revelam, também, que os homens entram mais precocemente no mercado de trabalho do que as mulheres, confirmando, assim, uma tendência internacional.

De acordo com pesquisas, no Brasil, a mais alta taxa de participação na força de trabalho está na região sul, onde oito em cada dez jovens do sexo masculino entre 15 e 19 anos trabalham. Em relação às mulheres, sua participação é diretamente proporcional a qualidade de urbanização e desenvolvimento da região. Dessa forma, as taxas de atividade econômica masculina são geralmente mais elevadas nas zonas rurais do que nas áreas urbanas, enquanto que a situação é inversa na questão feminina. As regiões sul e sudeste apresentam os números mais elevados de meninas de 15 a 19 anos de idade, aproximadamente metade delas, integrando a força de trabalho.

6. A FORÇA DO TRABALHO

O declínio do trabalho na agricultura e o aumento da freqüência escolar foram os responsáveis pela queda, durante as décadas de 1960 e 1970, na participação dos jovens homens, de menor idade, na força de trabalho. Já entre as jovens, também devido à redução do trabalho agrícola, ao aumento do nível de emprego nos setores da indústria e da prestação de serviços, e ao aumento da freqüência escolar, a principal tendência tem sido o afastamento do trabalho familiar não-remunerado em direção ao trabalho remunerado, pois houve melhoras no nível educacional das mulheres mais qualificadas para ingressar na força de trabalho não-manual e no setor de serviços, em expansão, especialmente nas áreas urbanas.

Toda essa argumentação nos induz facilmente a concluir que no mundo atual não há mais trabalho para todos os trabalhadores. Mudanças no mercado não garantem ao trabalhador a certeza de sua sobrevivência, ou a construção de sua identidade a partir do trabalho e atinge principalmente os desempregados, pelas dificuldades de reinserção no mercado de

trabalho, e os jovens, pela falta de espaço ou requisitos para se colocar no mercado. É necessário refletir sobre as perspectivas que existem para os jovens e para toda a população que depende do trabalho para sobreviver.

Na atual conjuntura, não é possível acreditar que o mercado de trabalho proporcionará fundamentalmente a inclusão dos indivíduos, pois o trabalho está pesando cada vez menos tomando tempo na vida das pessoas. No Brasil, o tempo de trabalho representa hoje 40% do tempo de vida de cada cidadão. Portanto, não é a principal parte da vida, necessitando então de uma cidadania que não seja baseada somente no trabalho, mas nas implicações positivas que este proporciona à vida cotidiana, como dignidade, possibilidades de suprir suas necessidades básicas (e também consumir) além do caráter de respeitabilidade e seriedade impresso no ser trabalhador.

7. OPORTUNIDADES ATUAIS AOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO

Os jovens quando questionados sobre os maiores problemas do país respondem: violência, desemprego e corrupção de políticos. Entre os medos, são citados em destaque o medo da morte (expressa insegurança da vida urbana atual) e do futuro (sentimentos relacionados a um mercado de trabalho restritivo, competitivo e mutante).

Considerando o aumento da exclusão social desse segmento populacional e da limitada oferta de oportunidades, o desemprego entre os jovens brasileiros é significativamente superior ao do restante da população, pois mesmo com o aumento das médias de escolarização dos jovens, não houve aumento proporcional na oferta de empregos.

O medo do futuro é sinônimo de medo de “sobrar” no mundo de trabalho; medo de não estudar e não conseguir emprego, ou de estudar e ainda assim não conseguir emprego, conseguir o emprego, mas não conseguir mantê-lo, ou ficar desempregado. Os jovens de diferentes classes sociais temem o futuro apesar da diferença de expectativas. Ter estudado não é garantia de trabalho e ter trabalho não garante que se continuará trabalhando pela vida toda.

O que mais preocupa os jovens em relação ao trabalho é sua restrição por ser jovem; conseguir o primeiro emprego, enfrentar preconceitos por serem jovens e inexperientes - a incoerência do mercado que cobra experiência profissional daqueles que estão justamente a procura de sua primeira oportunidade de emprego, além do preconceito ligado à questão racial.

A diferença de níveis salariais, tanto geracional, quanto de sexo e de etnia, é facilmente constatada. Portanto, a busca pelo trabalho e especialmente pelos jovens de famílias mais pobres é incerta. O jovem acaba por ocupar ofertas percarizadas de trabalho.

A parceria entre empresas e universidades está atualizando a formação acadêmica recebida nos cursos de nível superior. Esta parceria está se tornando cada vez mais fundamental para a efetivação da qualidade total da formação profissional, garantindo trabalhadores que saibam conjugar aptidão técnica com especulação teórica. Precisa-se entender melhor a importância do estágio. É ele que traz o estudante para uma série de novos desafios a serem vencidos por meio da rearticulação da sua base teórica, sendo uma peça importante no programa de qualidade total da formação profissional. Prevalece entre os alunos do ensino médio a aspiração por cursos técnicos e profissionalizantes. Esses cursos figuram como uma das demandas apresentadas pelas camadas populares para tentar garantir sua inserção no mercado de trabalho.

Identificada a necessidade de ampliação da oferta de trabalho e formação profissional tem-se como possíveis alternativas para ampliar o número de vagas no mercado de trabalho o estabelecimento de convênios com empresas e a garantia de um incentivo fiscal aos empregadores que abrissem novas vagas para jovens, além dos estágios remunerados.

Para o empresariado, a recente Lei de Estágio de Estudantes (Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008) pode prejudicar a contratação de estagiários, por motivo de redução da carga horária máxima de estágio de oito para seis horas, acompanhada do aumento de custos com benefícios obrigatórios do vale-transporte e recesso remunerado. No entanto, a redução do tempo máximo de estágio de dois anos pode enfraquecer a utilização do estagiário como mão-de-obra barata e devolver seu sentido original de complementação da formação profissional.

Muitas vezes o estágio perde esse sentido por ser uma estratégia de sobrevivência imediata, na tentativa de superar as exigências do mercado de trabalho, enquanto o primeiro emprego não chega e poder inclusive arcar com os custos da educação superior em instituições particulares. Nesse nível encontramos o trabalho voluntário ou comunitário.

CONCLUSÃO

Faz-se necessário abandonar as dicotomias vigentes na formulação das políticas sociais, marcadas por antinomias – pobreza versus desigualdade e Estado versus mercado / sociedade. A respeito da pobreza e desigualdade no Brasil, atribui-se à desigualdade social o fator determinante dos altos índices de pobreza, como também o fator educação / escolaridade enquanto elemento principal para a superação da situação de pobreza.

Isso implica adequar políticas sociais compensatórias, que se restringem ao universo da naturalização da pobreza enquanto fenômeno social, as políticas sociais emancipatórias que visem à inserção social dos segmentos socialmente excluídos por insuficiência de recursos.

Faz-se necessário também, o enfrentamento da questão social, não por suas conseqüências inerentes ao próprio mercado (desigualdade de renda, por exemplo), mas pelo seu início: como tornar eficientes e eficazes as políticas econômicas e as políticas sociais, em uma nova relação entre Estado e sociedade, onde a esfera pública se conduza pelo bem comum.

Trata-se de articular políticas econômicas de caráter estrutural que visem promover a autonomia dos indivíduos, a garantia de renda de forma sustentada e de redefinir sua qualidade na relação Estado / sociedade, que fortaleça a esfera pública, democratize o Estado e permita o exercício da cidadania.

A atenção aos critérios de seleção dos beneficiários e também sua publicização recupera a credibilidade do Estado ante a herança clientelista e corporativista das políticas sociais no Brasil.

O grande desafio é reconhecer as especificidades das identidades sociais dos distintos segmentos, sem que isso se traduza também em uma segmentação das políticas sociais.

REFERÊNCIAS

- Cadernos CENPEC – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação – Educação, cultura e ação comunitária Nº3. Primeiro semestre 2007. Avaliação em educação. São Paulo. Isa Maria F. Rosa Guará (organização e coordenação).
- E. K. Hunt; SHERMAN, J. Howard. História do pensamento econômico. Editora Vozes, Petrópolis. 2001, 20ª edição.
- FERRO, Andrea Rodrigues; KASSOUF, Ana Lúcia. Efeitos do aumento da idade mínima legal no trabalho dos brasileiros de 14 e 15 anos. Rev. Econ. Sociol. Rural., Brasília, v. 43, n. 2, 2005.
- FISCHER, Frida Marina ET AL. O trabalho na vida dos adolescentes: alguns fatores determinantes para o trabalho precoce. Disponível em <www.scielo.br>. Acesso em 16 de abril de 2008.
- FREITAS, Maria Virgínia de, PAPA, Fernanda de Carvalho (organizadoras). Políticas públicas: juventude em pauta. São Paulo: Cortez: 2003.
- GUNTHER, Isolda de Araújo; GUNTHER, Hartmut. Brasília pobres, Brasília ricas: perspectivas de futuro entre adolescentes. Psicol. Reflex. Crit., v. 11, n. 2, Porto Alegre: 1998.
- JÚNIOR, Eliseu de Oliveira Chaves. Políticas de juventude: evolução histórica e definição. Disponível em <www.adolec.br>. Acesso em 22 de junho de 2008.
- Juventude Brasileira e Democracia – participação, esferas e políticas públicas. Relatório final, Publicação Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas e Polis – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, 2005.
- LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Metodologia de avaliação qualitativa de programas sociais. Res bater no magalha-es Já deu pa peceberNAKANO, Marilena; ALMEIDA, Elmir de. Reflexões acerca da busca de uma nova qualidade da educação: relações entre juventude, educação e trabalho. Disponível em <www.scielo.br>. Acesso em 16 de abril de 2008.
- NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (organizadores). Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- PERALVA, Angelina. Violência e democracia: o paradoxo brasileiro. Editora Paz e Terra S/A, São Paulo, 2000.
- POCHMANN, M. (et al). Atlas da exclusão social no Brasil. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- POCHMANN, M. (Org.). Desenvolvimento, trabalho e solidariedade. São Paulo: Cortez/Fundação Perseu Abramo, 2002.
- REZENDE, Flávio. Políticas de Juventude na América Latina: evolução e desenho da juventude brasileira – um estudo preliminar. Disponível em <www.cintefor.org.uy>. Acesso em 22 de junho de 2008.
- RIFKIN, Jeremy. O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. Tradução Ruth Gabriela Bahr, São Paulo: Makron Books, 1995.
- UNESCO. Políticas públicas de para com Juventudes. Brasília, 2004.

Modelo Integrativo de Explicação do Sentimento de Insegurança

Miguel Valério
Instituto Superior Politécnico Gaya
mvalerio@ispgaya.pt

Resumo: Embora a literatura nos apresente diversos estudos sobre o sentimento de insegurança, os mesmos apenas começaram a evidenciar alguma preocupação com o suporte teórico recentemente, visto que “muitos dos estudos sobre o medo do crime [sentimento de insegurança] foram realizados sem qualquer expectativas teóricas” (Beek, 2004, pp. 2-3), visto que usavam dados secundários de inquiridos nacionais, reanalisando-os. Numa análise que realizamos recentemente (Valério, 2007), verificamos que os artigos que abordam directamente diferentes modelos teóricos sobre o sentimento de insegurança apresentam dezassete nomenclaturas diferentes para os referidos modelos, embora se constate que em alguns casos, a única alteração é a da nomenclatura do modelo teórico e que, em outros, o que se verifica é a agregação ou desagregação de modelos abordados por outros autores. Nesta sequência, o trabalho que aqui apresentamos propõe um “novo” modelo, que designamos por global, visto termos verificado que embora todos os modelos analisados apresentem aspectos diferentes do sentimento de insegurança, abordam ao mesmo tempo aspectos comuns, sendo possível de encontrar uma relação entre todos esses modelos, sugerindo assim que estas diferentes perspectivas fazem parte de um modelo geral e global de explicação do sentimento de insegurança.

1. Introdução

A criminologia (e consequentes especialistas), enquanto ciência que estuda todos os fenómenos associados ao crime, ou como refere Cusson, ciência que procura “tornar inteligíveis [...] comportamentos e instituições; descrever, compreender e explicar de que é feito o fenómeno criminal” (2006, p. 13) tem-se debruçado desde há vários anos sobre a questão do sentimento de insegurança¹, sendo actualmente um dos tópicos mais investigados na criminologia contemporânea (Farrall, Bannister, Ditton, & Gilchrist, 2000; Snedker, no prelo).

Desta forma, e como apresentaremos de seguida, são diversos os estudos e artigos publicados que se centram na avaliação e frequência do sentimento de insegurança, apresentados sobre diferentes e diversas perspectivas. É investigado junto da população global de diferentes zonas geográficas, procuram-se diferenças entre géneros, classes sociais, escalões etários, tipologias de crimes, abrangendo ainda (entre outros tópicos de investigação) a influência que as forças policiais, o tipo de policiamento realizado e as políticas criminais.

Existe actualmente uma tendência para que os estudos sobre esta temática abranjam diferentes sub-grupos populacionais e mesmo profissionais, procurando encontrar diferenças entre os mesmos de forma a permitir uma intervenção mais realista, adequada e direccionada (Bayley & Andersen, 2006; Zani, Cicognani, & Albanesi, 2001). Contudo, verificamos que a investigação do sentimento de insegurança junto de um dos sub-grupos populacionais e profissionais que lidam mais directamente e frequentemente com o crime (os profissionais das forças de segurança) é ainda um tema virgem na literatura internacional, sendo que será sobre esta temática que a presente investigação se irá debruçar.

2. O Sentimento de Insegurança

Seria lógico assumir que a importância dada ao estudo do sentimento de insegurança estivesse relacionada com o aumento do crime nas sociedades actuais². Contudo, este é apenas um dos motivos, visto que (Evans & Fletcher, 2000; Zani et al., 2001) o sentimento de insegurança é um problema muito maior que o problema específico da criminalidade, tendo em conta que afecta um universo muito maior de pessoas. Assim, o sentimento de insegurança tem assumido, na sociedade actual, uma relevância cada vez maior, devido a aspectos como o aumento do crime, a atenção cada vez maior que é dada à vítima (Boutellier, 2001), a utilização política e no âmbito das políticas de protecção por parte dos governos internacionais (Sá, 2000), ao discurso social (Machado, 2004), a um sentimento de perda de controlo, no caso de ser vitimado(a) e correspondentes consequências (Cusson, 2006)

Actualmente, este conceito vai muito além do inicialmente defendido por Garofalo, que o defendia como sendo “uma reacção emocional caracterizada por uma sensação de perigo e de ansiedade [...] devido a ameaças de danos existentes no meio envolvente e que de alguma forma estão associadas ao crime” (Magro, 2001, p. 99), sendo apresentado (Zani et al., 2001) como um conceito multifacetado que inclui, não apenas pela reacção emocional defendida por Garofalo, mas também com componentes cognitivas e comportamentais. Estas duas últimas componentes são entendidas como a probabilidade de vitimação e como comportamentos concretos dos indivíduos para evitar a possibilidade da ocorrência de um crime (McCrea, Shyy, Western, & Stimson, 2005).

Para além destes aspectos, o conceito de sentimento de insegurança apresenta variáveis que “[...] para além de estarem relacionados com o crime, tem também a ver com uma série de fenómenos³ que caracterizam a sociedade actual” (Sá, 2000, p. 3). Assim, mais que a interpretação do fenómeno criminal por parte dos indivíduos, o sentimento de insegurança remete-nos para uma representação social do contexto onde os indivíduos [enquanto pessoas singulares ou pertencentes a um grupo ou comunidade] estão inseridos (Frias, 2004).

A importância do estudo do sentimento de insegurança, revela-se também na necessidade de conhecer uma situação que põe em causa o bem-estar da população, visto que populações com maior nível de sentimento de insegurança promovem comportamentos protectores que muitas vezes resultam num isolamento social, que por seu lado também promove o aumento deste sentimento (Amerio & Roccatto, 2005; Briceño-León & Zubillaga, 2002; Jackson, 2006).

2.1. Modelos Explicativos do Sentimento de Insegurança

O estudo do sentimento de insegurança na criminologia é uma temática bastante presente na literatura internacional. Contudo os estudos nesta área apenas começaram a evidenciar alguma preocupação com o suporte teórico recentemente. Como refere Beek (2004, pp. 2-3) “muitos dos estudos sobre o medo do crime [sentimento de insegurança] foram realizados sem qualquer expectativas teóricas”, visto que usavam dados secundários de inquéritos nacionais, reanalizando-os.

Da análise que fizemos dos artigos que abordam os diferentes modelos teóricos sobre o sentimento de insegurança (Beek, 2004; Bissler, 2003; Farrall et al., 2000; Katz, Webb, & Armstrong, 2003; McCrea et al., 2005) dezassete (17) nomenclaturas diferentes para os referidos modelos. Contudo, e após a análise dos mesmos, constatamos que em diferentes

¹ Como verificaremos ao longo deste artigo, a utilização da expressão “sentimento de insegurança, é usualmente substituída por outras, como “medo do crime” ou mais recentemente “preocupação face ao crime” (Beck & Robertson, 2003). Neste estudo, utilizaremos o conceito de “sentimento de insegurança”, visto que o consideramos mais completo e exaustivo, desde logo porque, não se refere apenas a aspectos concretos sobre crime, abordando variáveis mais globais e que vão além da ideia de crime (Sá, 2000).

² Podendo o mesmo assumir um carácter “concreto” ou “difuso” de acordo com a situação específica em que o mesmo é sentido (Esteves, 1999; Gabriel & Greve, 2003; Magro, 2001)

³ Uma explicação mais exaustiva destes fenómenos será apresentada mais à frente neste artigo, quando abordarmos os diferentes modelos teóricos explicativos do sentimento de insegurança.

casos, a única alteração é a da nomenclatura do modelo teórico e que, em outros, o que se verifica é a agregação ou desagregação de modelos abordados por outros autores.

Resolvemos, portanto, fazer uma análise dos mesmos, sendo que sugerimos a sua classificação em três (3) grandes grupos de modelos teóricos⁴: perspectiva criminal, Perspectiva das Incivildades e perspectiva de desorganização social.

2.1.1 Perspectiva Criminal

Esta perspectiva (a mais estudada na literatura internacional) explica o sentimento de insegurança com base num conjunto de conceitos relacionados com vulnerabilidade face a situações de crime, vitimação pessoal ou vitimação vicariante, sendo as suas principais premissas que (McCrea et al., 2005):

aqueles que se vejam como vulneráveis;

os que foram vítimas de crime; e

aqueles que estão mais próximos de vítimas de crime (vitimação vicariante) têm um sentimento de insegurança maior.

Dissecando as ideias apresentadas, e no que respeita à questão da vulnerabilidade, esta perspectiva defende que as pessoas mais vulneráveis são aquelas que têm uma maior exposição ao crime, falta de defesas efectivas, falta de medidas de protecção ou possibilidades de fuga, e que antecipam as consequências de uma possível ameaça (Beek, 2004). Devido a esta falta de recursos (pessoais e sociais) para lidar com situações de crime, estes indivíduos têm um maior sentimento de insegurança. Nesta base, as limitações físicas e ecológicas de determinados indivíduos é entendida como uma vulnerabilidade (Bissler, 2003; Katz et al., 2003). Verificamos assim que o sentimento de insegurança está relacionado com a percepção do risco (McCrea et al., 2005).

Neste âmbito, os principais resultados que comprovam este modelo são os chamados paradoxos do sentimento de insegurança, ou seja o facto de os extractos populacionais menos afectados pelo fenómeno do crime serem exactamente os mesmos com um sentimento de insegurança maior. Estamos a falar do género feminino (Acierno, Rheingold, Resnick, & Kilpatrick, 2004; Amerio & Roccató, 2005; Bayley & Andersen, 2006; Beek, 2004; Bissler, 2003; Evans & Fletcher, 2000; Frias, 2004; Katz et al., 2003; Macmillian, 2001; Manita & Machado, 2000; McCrea et al., 2005; Pain & Townshend, 2002; Pantazis, 2000; Reid & Konrad, 2004; Snedker, no prelo; Sutton & Farrall, 2005; Whitley & Prince, 2005) e dos idosos (Acierno et al., 2004; Amerio & Roccató, 2005; Beek, 2004; Bissler, 2003; Evans & Fletcher, 2000; Frias, 2004; Katz et al., 2003; Macmillian, 2001; McCrea et al., 2005; Pantazis, 2000; Reid & Konrad, 2004; Snedker, no prelo; Whitley & Prince, 2005; Ziegler & Mitchell, 2003), que demonstram ter um elevado sentimento de insegurança, não consentâneo com a probabilidade de virem a ser vítimas de crimes.

No caso dos idosos, mesmo nos estudos onde não fica demonstrado a existência de um sentimento de insegurança maior, verifica-se a percepção de os mesmos formarem um grupo extremamente vulnerável (Manita & Machado, 2000).

Esta é, aliás, uma das principais explicações para estes paradoxos do sentimento de insegurança, quer no caso dos indivíduos do género feminino, quer no caso dos idosos, ou seja, o facto de percepcionarem que são mais vulneráveis do que o resto da população (Acierno et al., 2004; Evans & Fletcher, 2000; McCrea et al., 2005; Whitley & Prince, 2005).

Existem também outras explicações para este fenómeno. No caso do género feminino diversos autores apontam para a posição social deste grupo na sociedade (Katz et al., 2003; Pantazis, 2000; Reid & Konrad, 2004; Whitley & Prince, 2005)

Contudo, dois estudos publicados recentemente parecem contrariar a ideia de que o género feminino tem um sentimento de insegurança maior. Sutton & Farrall (2005) confirmam a indicação de Frias (2004) ao verificarem (através da aplicação de uma lie scale) que a apresentação de um menor sentimento de insegurança por parte do género masculino poderá estar relacionado, não com os aspectos anteriormente evidenciados, mas com respostas socialmente correctas, devido aos estereótipos de género ainda presentes nas sociedades.

Também a classe social tem sido estudada como factor que fomenta o sentimento de insegurança, no sentido de quanto maior for a classe social dos indivíduos, menor é o sentimento de insegurança dos mesmos, motivado pela capacidade de terem mais formas de protecção (Frias, 2004; Manita & Machado, 2000; McCrea et al., 2005; Pantazis, 2000; Wilsem, Witterbrood, & Graf, 2006).

A relação entre o estado civil (ou o facto de morar sozinho) e o sentimento de insegurança tem sido pouco estudado, mas os estudos existentes apontam para a não existência de relação entre as mesmas (Evans & Fletcher, 2000; Frias, 2004), evidenciando o facto de tal poder ser explicado pela heterogeneidade de características destes indivíduos (Frias, 2004).

Variáveis como a saúde (Chandola, 2001), saúde mental (Whitley & Prince, 2005), o sentimento de insegurança pelos outros (Snedker, no prelo), o facto de estar desempregado (Evans & Fletcher, 2000) a sazonalidade (Semmens, Dillane, & Ditton, 2002) e os gangs (Katz et al., 2003), têm sido estudadas na sua relação com o sentimento de insegurança, mas por não estarem enquadradas neste estudo ficam apenas como referência.

⁴ Numa classificação relativamente similar a McCrea (2005).

Esta perspectiva defende também que os indivíduos que foram vítimas de algum tipo de crime têm um sentimento de insegurança superior aos que não o foram. Contudo, os estudos existentes sobre a relação directa entre vitimação e sentimento de insegurança não são conclusivos.

Verifica-se a existência de estudos que apontam para a existência de uma relação (Frias, 2004), mas outros estudos apontam o caminho contrário, ou seja, a não existência (ou estatisticamente não significativa) dessa relação (Evans & Fletcher, 2000; Manita & Machado, 2000), embora assumam comportamentos defensivos e desenvolvam estratégias de coping para lidar com essa situação (Frias, 2004; Katz et al., 2003; Magro, 2001)

Devido a estes dados inconclusivos, a investigação começou a abordar também a vitimação indirecta (ou vicariante). Alguns estudos demonstram que a relação acima abordada (vitimação directa vs sentimento de insegurança) é inferior à relação entre o sentimento de insegurança e a vitimação indirecta, que apresentamos como vitimação vicariante (Hale, 1996, ref. por Katz et al., 2003, Esteves, 1999, Snedker, no prelo).

Alguns autores (Hale, 1996, ref. por Beek, 2004) sugerem que este facto se deve a que ao não terem sido vítimas a suposição/imaginação do que poderá acontecer aumenta, ou que esses indivíduos realizam comparações entre as características (pessoais e sociais) das vítimas e as suas, reforçando a sua vulnerabilidade (Winkel, 1998, ref. por Beek, 2004).

Também dentro desta perspectiva, e no âmbito da vitimação indirecta, podemos encontrar a influência dos média no sentimento de insegurança dos indivíduos (Holbert, Shah, & Kwak, 2004; Huddy, 2004).

Os estudos defendem que os média dedicam uma elevada percentagem do tempo a notícias sobre crimes (excedendo a realidade) sendo que promovem o sentimento de insegurança junto das populações, devido ao sensacionalismo das peças noticiosas (Koomen, Visser & Stapel, 2000) e às semelhanças nas características pessoais (Chiricos, Padgett & Gertz, 2000) e sociais (Lane & Meeker, 2003) da audiência (ref. por Amerio & Rocco, 2005).

No seguimento e conjugação dos aspectos acima referenciados sobre as premissas desta perspectiva, Farrall (2000, pp. 400-401), analisa a proposta teórica de Van der Wurff e apresenta quatro (4) componentes psicossociais aos quais o sentimento de insegurança está relacionado:

atractividade – a forma como os indivíduos se interpretam a si mesmos enquanto alvo atractivo de um crime;

intenção perversa⁵ – a forma como uma pessoa atribui intenções criminais a outro indivíduo ou grupo;

poder – diz respeito ao grau de auto-confiança e sentimento de controlo de um indivíduo em relação a uma possível ameaça ou vitimação; e

espaço criminalizador – enfatiza as características do lugar, na hora e na presença de outros indivíduos e a forma como estas características podem potencializar uma situação de crime.

2.1.2 Perspectiva das Incivildades

Esta perspectiva surge com a necessidade de explicar a existência do sentimento de insegurança, nos locais onde o risco de vitimação é baixo e inclui aspectos identificados como perturbações sociais e perturbações físicas. A primeira diz respeito a aspectos como a existência de sem-abrigos, toxicodependentes, ruído sonoro ou crianças mal-comportadas, enquanto que a segunda refere-se a actos de vandalismo, carros e casas abandonadas, graffitiis ou lixo (Bissler, 2003; McCrea et al., 2005).

Os autores que estão na base desta perspectiva (Wilson & Kelling, 1982, 1989) sugerem que caso as perturbações acima referidas não sejam resolvidas, os habitantes desenvolvem um sentimento de que o controlo social informal terminou e que os mesmos não se preocupam como o local onde vivem, evidenciado que “algumas vezes, arranjar janelas quebradas⁶ faz mais para reduzir o crime que o convencional policiamento orientado para os incidentes” (Wilson & Kelling, 1989, p. 46).

Neste pressuposto, as incivildades são um sinal de perigo antecipado e pode provocar um aumento no sentimento de insegurança dos indivíduos que habitam nesses locais (Bissler, 2003), não sendo necessário a existência e o conhecimento de situações reais e concretas de crime.

Numa consequência desta situação (também comum aos restantes modelos explicativos), a percepção de perigo, faz com que as pessoas tomem medidas preventivas (como não sair de casa, mudar de local de habitação, entre outros) que levam a uma diminuição da coesão e estabilidade do local onde habitam, provocando consequentemente um sentimento de insegurança ainda maior (Katz et al., 2003; Robinson, Lawton, Taylor, & Perkins, 2003).

2.1.3 Perspectiva de Desorganização Social

Os estudos no âmbito desta perspectiva defendem que a inexistência (ou existência em baixo nível) de processos sociais num local, como a reciprocidade entre vizinhos, o sentido de comunidade e o controlo social informal faz aumentar o crime e, consequentemente, o sentimento de insegurança das populações desses locais (McCrea et al., 2005), ou seja, está assente nas percepções das dinâmicas das comunidades (Katz et al., 2003).

⁵ “evil intent” no original inglês.

⁶ “Broken Windows” no original inglês. Este termo dá nome ao modelo teórico desenvolvido pelos autores (Wilson & Kelling, 1982), sendo um modelo explicativo não do sentimento de insegurança, mas do crime em geral.

A principal diferença entre esta perspectiva e a anterior é que, enquanto a primeira é centrada em aspectos individuais das comunidades e a forma como determinada pessoa entende determinadas situações, esta perspectiva assenta no entendimento da estrutura dessa mesma comunidade, na existência (ou não) de redes sociais informais.

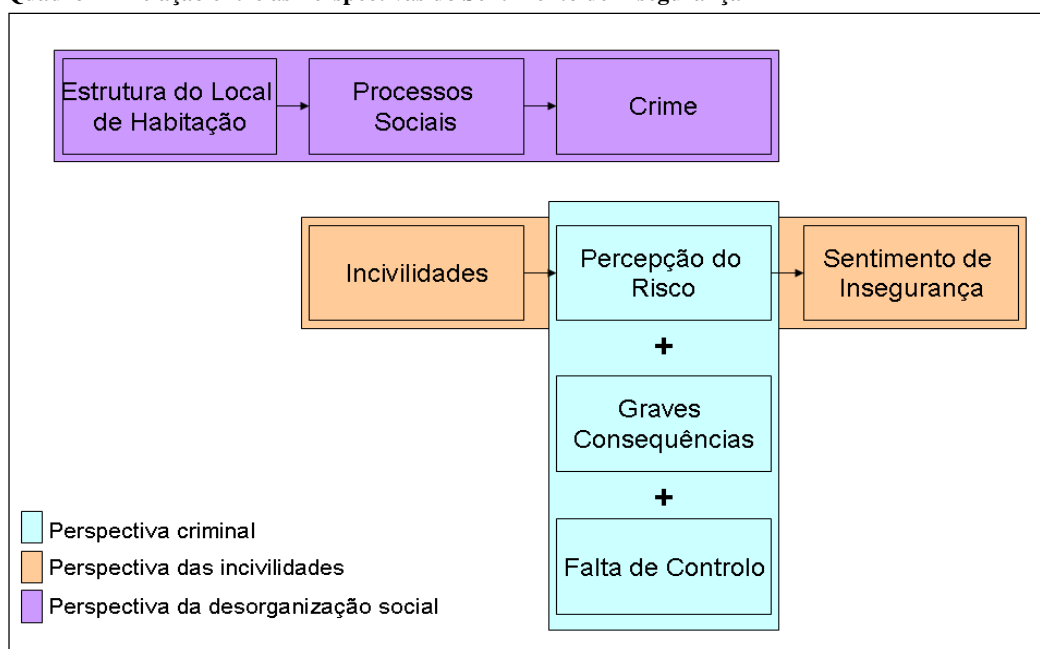
Contudo, os estudos existentes neste âmbito são contraditórios, visto que se por um lado a existência destas redes, e consequente coesão da comunidade pode levar a uma diminuição do sentimento de insegurança (Bissler, 2003; Katz et al., 2003; Ross & Jang, 2000; Wilsem et al., 2006), por outro lado estas mesmas redes são uma fonte de informação sobre crime e vitimação, o que provoca um aumento do sentimento de insegurança (como defendido pela perspectiva criminal) (Bissler, 2003).

Uma outra premissa existente nesta perspectiva é a de que indivíduos que habitem em comunidades com pessoas de diferentes backgrounds culturais têm um sentimento de insegurança mais elevado, visto que como os valores, atitudes e comportamentos desses indivíduos são diferentes (logo mais difíceis de compreender e interpretar), a incerteza e a falta de confiança é maior, levando consequentemente a um aumento do sentimento de insegurança (Beek, 2004; Katz et al., 2003).

2.1.4 Conjugação das Diferentes Perspectivas

Uma das dificuldades que pode estar na origem da existência de diversos modelos teóricos de interpretação do sentimento de insegurança (como acima referimos, na pesquisa realizada e centrado-nos apenas nos cinco estudos que mais directamente abordam os modelos, encontramos dezassete diferentes nomenclaturas), pode estar o facto de todas estas perspectivas se cruzarem, visto estudarem aspectos diferentes do sentimento de insegurança, mas abordam (ao mesmo tempo) aspectos comuns.

Quadro 1 - Relação entre as Perspectivas do Sentimento de Insegurança



Adaptado de: McCrea et al., 2005, p.11

Resumindo os pressupostos apresentados, o sentimento de insegurança pode surgir: através da associação entre a falta de controlo, percepção das consequências e percepção do risco (perspectiva criminal);

visto que a existência de incivilidades proporciona uma percepção do risco, que pode ter na sua origem processos sociais ou a existência de situações de crime, embora estes factores não sejam necessários (Perspectiva das Incivilidades); e a estrutura da sociedade e consequentes processos sociais podem levar a situações de crime que explicam o sentimento de insegurança da população.

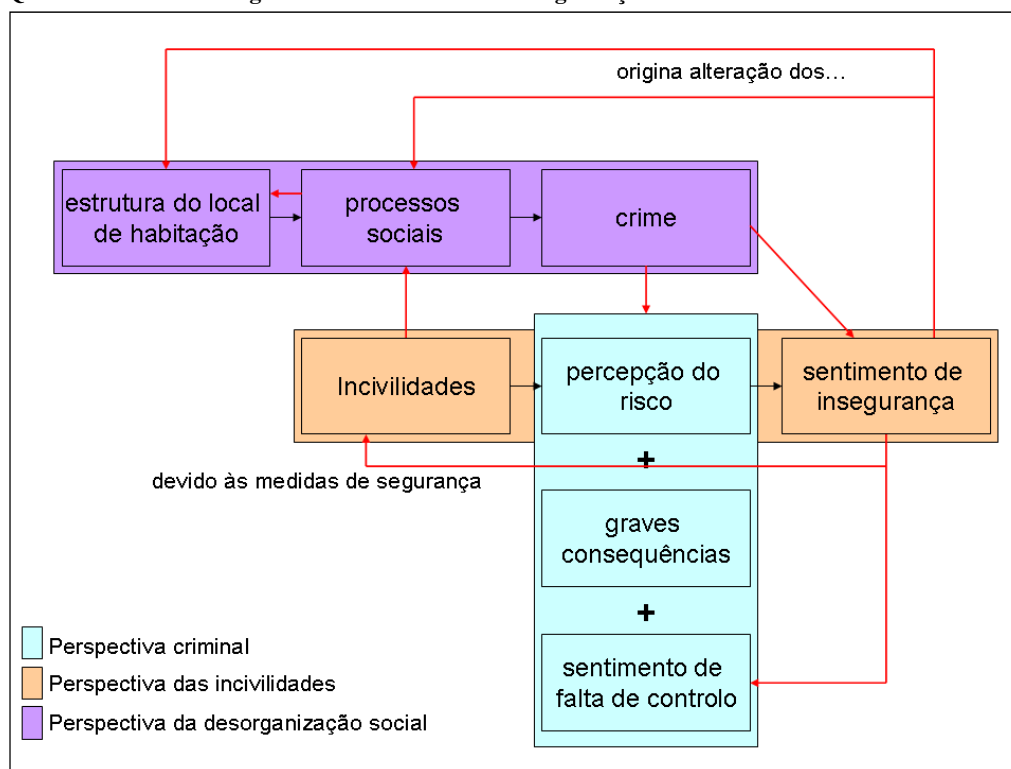
Embora o quadro acima apresentado represente as principais relações existentes entre as perspectivas do sentimento de insegurança, consideramos que não evidência de forma clara todas as relações existentes entre as diferentes perspectivas.

Assim, e como forma de ultrapassar essa lacuna, apresentamos de seguida um novo modelo de interpretação das diferentes perspectivas teóricas do sentimento de insegurança, com a identificação das inter-relações que consideramos existir e que apresentam como fundamentais para uma explicação coerente e clara do mesmo.

3. Um Modelo Integrativo do Sentimento de Insegurança

Como referíamos e como podemos verificar no quadro seguinte (quadro 2), existem um conjunto de influências que não estavam presentes no quadro anterior e que consideramos fundamentais para uma clara e correcta interpretação do sentimento de insegurança. Este novo quadro assente nas perspectivas anteriormente abordadas, pressupõe a possibilidade de pensarmos o sentimento de insegurança duma forma integrativa.

Quadro 2 - Modelo Integrativo do Sentimento de Insegurança



Assim, e para além das relação já existentes e acima explicadas, pensamos ser fundamental considerar neste modelo a influência que o surgimento do sentimento de insegurança tem nos processos sociais e na estrutura do local de habitação (perspectiva da desorganização social), no sentimento de falta de controlo (perspectiva criminal) e, de acordo com o modelo das janelas quebradas (Wilson & Kelling, 1989), no aumento das incivildades num determinado local, devido também às estratégias de segurança pessoal que cada indivíduo desenvolve. Estas ligações, para além de apresentarem a estrutura de círculo vicioso, que anteriormente falamos, alargam essa mesma ideia a todas as outras perspectivas.

Para além desse aspecto, não podemos esquecer a influência que a existência de comportamentos criminais pode ter na perspectiva criminal, e a interferência da existência de incivildades na perspectiva da desorganização social. Por fim, consideramos ser ainda importante evidenciar que, se a estrutura do local influencia os processos sociais existentes nesses locais, essa ligação acontece nos dois sentidos, sendo que os processos sociais existentes também influenciam os moldes de organização do respectivo local.

Como referimos, consideramos estar na presença, não de três diferentes perspectivas, mas de um modelo que, embora possamos subdividir em diferentes componentes explicativas, encontram-se intimamente relacionadas entre si, exercendo influências mútuas que condicionam a manutenção e/ou a alteração do grau do sentimento de insegurança existente.

4. Bibliografia

- Acierno, R., Rheingold, A. A., Resnick, H. S., & Kilpatrick, D. G. (2004). Predictors of Fear of Crime in Older Adults. *Anxiety Disorders*(18), pp. 385-396.
- Alferes, V. R. (2002). Tamanho da Amostra em Função do Intervalo de Confiança. Consultado na World Wide Web
- Amerio, P., & Roccato, M. (2005). A Predictive Model for Psychological Reactions to Crime in Italy: An Analysis of Fear of Crime and Concern about Crime as a Social Problem. *Journal of Community & Applied Social Psychology*(15), pp. 17-28.
- Baer, J., & Chambliss, W. J. (1997, 2006). Generating Fear: The Politics of Crime Reporting. *Crime, Law & Social Change*(27), pp. 87-107.
- Bayley, B. K., & Andersen, J. D. (2006). Fear of Crime Among Urban American Youth. *Journal of Family and Consumer Sciences*, 98(2), pp. 26-32.

- Beck, A., & Robertson, A. (2003). Crime in Russia: Exploring the Link Between Victimization and Concern About Crime. *Crime Prevention and Community Safety: An International Journal*, pp. 27-46.
- Beek, G. V. (2004). Fear of Crime: Feeling (un)safe and (in)secure in the Risk Society. Tese de Mestrado, Katholieke Universiteit Leuven, Leuven.
- Bissler, D. L. (2003). Fear of Crime and Social Networks: A Community Study of two Local Public Housing Complexes. Tese de Doutorado, North Carolina State University, Raleigh.
- Boutellier, H. (2001). The Convergence of Social Policy and Criminal Justice. *European Journal on Criminal Policy and Research*, 9(4), pp. 360-381.
- Briceño-León, R., & Zubillaga, V. (2002). Violence and Globalization in Latin America. *Current Sociology*, 50(1), pp. 19-37.
- Brown, B., & Benedict, W. R. (2002). Perceptions of the Police: Past Findings, Methodological Issues, Conceptual Issues and Policy Implications. *Policing*, 25(3), pp. 543-580.
- Carmo, H., & Ferreira, M. (1998). *Metodologia de Investigação: Guia para a Auto-Aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Chandola, T. (2001). The Fear of Crime and Area Differences in Health. *Health & Place*(7), pp. 105-116.
- Cusson, M. (2006). *Criminologia*. Lisboa: Casa das Letras.
- Esteves, A. (1999). A Criminalidade na Cidade de Lisboa: Uma Geografia de Insegurança. Lisboa: Edições Colibri.
- Evans, D. J., & Fletcher, M. (2000). Fear of Crime: Testing Alternative Hypotheses. *Applied Geography*(20), pp. 395-411.
- Farrall, S., Bannister, J., Ditton, J., & Gilchrist, E. (1997). Questioning the Measurement of the Fear of Crime. *British Journal of Criminology*, 37(4), pp. 658-679.
- Farrall, S., Bannister, J., Ditton, J., & Gilchrist, E. (2000). Social Psychology and the Fear of Crime: Re-Examining a Speculative Model. *British Journal of Criminology*, 40(3), pp. 399-413.
- Frias, G. (2004). A Construção Social do Sentimento de Insegurança em Portugal na Actualidade. Comunicação Apresentada no VIII Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra.
- Gabriel, U., & Greve, W. (2003). The Psychology of Fear of Crime: Conceptual and Methodological Perspectives. *British Journal of Criminology*, 43(3), pp. 600-614.
- Greenberg, M. S., & Beach, S. R. (2004). Property Crime Victims' Decision to Notify the Police: Social, Cognitive, and Affective Determinants. *Law and Human Behavior*, 28(2), pp. 177-186.
- Hauber, A. R., & Zandbergen, A. (1999). Victimized in Amsterdam: The Organized Reaction. *Crime, Law and Social Change*(31), pp. 127-144.
- Holbert, R. L., Shah, D. V., & Kwak, N. (2004). Fear, Authority and Justice: Crime-related TV Viewing and Endorsements of Capital Punishment and Gun Ownership. *Journalism and Mass Communication Quarterly*, 81(2), pp. 343-363.
- Huddy, L. (2004). Fear and How it Works: Science and the Social Sciences. *Social Research*, 71(4), pp. 801-808.
- Jackson, J. (2006). Introducing Fear of Crime to Risk Research. *Risk Analysis*, 26(1), pp. 253-264.
- Katz, C. M., Webb, V. J., & Armstrong, T. A. (2003). Fear of Gangs: A Test of Alternative Theoretical Models. *Justice Quarterly*, 20(1), pp.95-130.
- Machado, C. (2004). *Crime e Insegurança: Discursos do Medo, Imagens do Outro*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Macmillian, R. (2001). Violence and the Life Course. *Annual Review of Sociology*(27), pp. 1-22.
- Magro, C. S. (2001). Vitimação, Percepção de Invulnerabilidade e Medo do Crime. *Subjudece*(22/23), pp.99-105.
- Manita, C., & Machado, C. (2000). Sentimento de Insegurança na Cidade do Porto: Resultados de uma Investigação. *OlhareSeguros*, 2(1), pp. 6-7.
- McCrea, R., Shyy, T.-K., Western, J., & Stimson, R. J. (2005). Fear of crime in Brisbane: Individual, social and neighbourhood factors in perspective. *Journal of Sociology*, 41(1), pp. 7-27.
- Medina, J. (2003). Inseguridad Ciudadana, Miedo al Delito y Policía en España. *Revista Electrónica de Ciencia Penal Y Criminologia*, 5(3), pp. 3-23.
- Nayak, A. (2003). Through Children's Eyes': Childhood, Place and the Fear of Crime. *Geoforum*(34), pp. 303-315.
- Oberwittler, D. (2003). The Development of Crime and the Fear of Crime in Germany - Consequences for Crime Prevention. *Deutsche Zeitschrift für Kommunalwissenschaften*, 42(1).
- Pain, R., & Townshend, T. (2002). A Safer City Center for All? Senses of "Community Safety" Newcastle upon Tyne. *Geoforum*(33), pp. 105-119.
- Pantazis, C. (2000). Fear of Crime, Vulnerability and Poverty: Evidence from the British Crime Survey. *British Journal of Criminology*, 40(3), pp. 414-436.
- Pestana, M. H., & Gageiro, J. N. (2000). *Análise de Dados para Ciências Sociais: A Complementariedade do SPSS (2ª ed.)*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Reid, L. W., & Konrad, M. (2004). The Gender Gap in Fear: Assessing the Interactive Effects of Gender and Perceived Risk on Fear of Crime. *Sociological Spectrum*(24), pp. 399-425.
- Robinson, J. B., Lawton, B. A., Taylor, R. B., & Perkins, D. D. (2003). Multilevel Longitudinal Impacts of Incivilities: Fear of Crime, Expected Safety, and Block Satisfaction. *Journal of Quantitative Criminology*, 19(3), pp. 237-274.
- Ross, C. E., & Jang, S. J. (2000). Neighborhood Disorder, Fear, and Mistrust: The Buffering Role of Social Ties with Neighbors. *American Journal of Community Psychology*, 28(4), pp. 401-420.

- Sá, T. V. (2000). Segurança e o seu Sentimento na Cidade. Comunicação Apresentada no IV Congresso Português de Sociologia, Coimbra.
- Salmi, S., Grönroos, M., & Keskinen, E. (2004). The role of Police Visibility in Fear of Crime in Finland. *Policing*, 27(4), pp. 573-590.
- Semmens, N., Dillane, J., & Ditton, J. (2002). Preliminary Findings on Seasonality and the Fear of Crime. *British Journal of Criminology*, 42(4), pp. 798-806.
- Skogan, W. G., & Meares, T. L. (2004). Lawful Policing. *Annals of the American Academy*(593), pp. 66-83.
- Snedker, K. A. (no prelo). Altruistic and Vicarious Fear of Crime: Fear for Others and Gendered Social Roles. *Sociological Forum*.
- Sutton, R. M., & Farrall, S. (2005). Gender, Socially Desirable Responding and the Fear of Crime. *British Journal of Criminology*, 45(2), pp. 212-224.
- Wachholz, S., & Miedema, B. (2000). Risk, Fear, Harm: Immigrant Women's Perceptions of the "Policing Solution" to Woman Abuse. *Crime, Law & Social Change*(34), pp.301-317.
- Weisburd, D., & Eck, J. E. (2004). What Can Police Do to Reduce Crime, Disorder, and Fear? *The Annals of The American Academy*(593), pp. 42-65.
- Whitley, R., & Prince, M. (2005). Fear of Crime, Mobility and Mental Health in Inner-City London, UK. *Social Science & Medicine*(61), pp. 1678-1688.
- Wilsem, J. V., Witterbrood, K., & Graf, N. D. D. (2006). Socioeconomical Dynamics of Neighborhoods and the Risk of Crime Victimization: A Multilevel Study of Improving, Declining, and Stable Areas in the Netherlands. *Social Problems*, 53(2), pp. 226-247.
- Wilson, J. Q., & Kelling, G. L. (1982). Broken Windows. *The Atlantic Monthly*, pp. 29-38.
- Wilson, J. Q., & Kelling, G. L. (1989). Making Neighborhoods Safe. *Atlantic Monthly*, pp. 46-52.
- Zani, B., Cicognani, E., & Albanesi, C. (2001). Adolescent's Sense of Community and Felling of Unsafety in the Urban Environment. *Journal of Community and Applied Social Psychology*(11), pp. 475-489.
- Ziegler, R., & Mitchell, D. B. (2003). Aging and Fear of Crime: An Experimental Approach to an Aparent Paradox. *Experimental Aging Research*(29), pp. 173-187.

Antropologia e História: modos de relação

Sónia Ferreira

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas; CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia
sonia.ferreira@fesh.unl.pt

Sónia Almeida

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (UNL); Bolseira FCT (BPD/37456/2007); CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia
sonia.almeida@fesh.unl.pt

Tiago Silva

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas; CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia
tiagomatossilva@fesh.unl.pt

Resumo: Na actualidade a Antropologia confronta-se com a proliferação de novos tópicos etnográficos, anexa campos de investigação empírica diversificados (Descola, 2005:65) e reposiciona-se metodologicamente. A Antropologia incorpora a necessidade de diálogo com outras disciplinas, nomeadamente com a História, trânsito disciplinar que tem vindo a ser protagonizado por diferentes gerações de antropólogos, ao qual Yelvington (2002:243) atribui a designação de “historical turn”. A partir de três investigações de doutoramento em Antropologia - a resistência operária feminina, em Almada no período do Estado Novo, as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (1974-1975) e o corpo autónomo dos Comandos na Guerra Colonial portuguesa - procurar-se-á confrontar práticas etnográficas que se deparam com a dificuldade de adaptação metodológica a uma ciência ainda tendencialmente presentista.

I.

A presente comunicação é fruto de uma reflexão que temos vindo a desenvolver sobre a relação da Antropologia com a História cuja versão completa será publicada num artigo de homenagem ao Professor Jorge Crespo, inserido numa obra a publicar brevemente. Tendo em atenção as temáticas que norteavam as investigações produzidas no seio do centro de investigação por ele coordenado, CEEP (Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa) nessa publicação outros artigos reflectem preocupações em torno da temática aqui abordada.

Neste texto, a partir de três investigações de doutoramento em Antropologia - a resistência operária feminina, em Almada no período do Estado Novo, o corpo autónomo dos Comandos na Guerra Colonial portuguesa e as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (1974-1975) - procuramos confrontar práticas etnográficas que se deparam com a dificuldade de adaptação metodológica a uma ciência ainda tendencialmente presentista.

Na nossa contemporaneidade, a Antropologia confronta-se com a proliferação de novos tópicos etnográficos, anexa campos de investigação empírica diversificados (Descola, 2005:65) e reposiciona-se metodologicamente. Neste sentido, consideramos que trabalhar a densidade histórica dos fenómenos sociais, através da combinação entre a diacronia e a sincronia, constituiu uma das potencialidades a desenvolver pela Antropologia contemporânea. Para tal a Antropologia incorpora a necessidade de diálogo com outras disciplinas, nomeadamente com a História, trânsito disciplinar que tem vindo a ser protagonizado por diferentes gerações de antropólogos, ao qual Yelvington (2002:243) atribui a designação de “historical turn”.

Com características congéneres, as etnografias que desenvolvemos no quadro das nossas investigações de doutoramento reflectem esta conjuntura. Apesar das especificidades inerentes às diferentes temáticas e da variação cronológica das épocas que temos vindo a trabalhar - a resistência formal e quotidiana entre o operariado feminino da margem sul do Tejo durante os anos trinta e quarenta¹, a formação e acção dos Comandos durante o conflito colonial português durante a década de sessenta e primeira metade dos anos setenta², e a realização das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do Movimento das Forças Armadas no pós 25 de Abril de 1974 - existem pontos de convergência entre os nossos trabalhos que procuraremos sublinhar ao longo deste texto.

Assim, e apesar de uma variação de mais de quarenta anos entre as nossas pesquisas, partilhámos a possibilidade de trabalhar não só a partir de fontes escritas, mas também (e nalguns casos, sobretudo) com os agentes vivos das épocas centrais aos nossos trabalhos. Este factor, que obviamente constitui um valor adicional em relação à tradicional historiografia exclusivamente construída a partir do escrito (seja este escrito o dos arquivos, de publicações historiográficas ou literatura mais ou menos memorial), obrigou-nos, contudo, à resolução de questões metodológicas que, inexplicavelmente a nosso ver, não parecem afectar com a mesma insistência a utilização exclusiva de fontes escritas.

Rios de tinta já correram, e provavelmente ver-se-ão obrigados a continuar a correr, sobre as limitações e “perigos” da construção de uma narrativa histórica a partir das declarações dos próprios actores de um dado momento ou acontecimento. O argumento tradicional, que revolve em torno da “temperatura” das fontes, ou seja da força subjectividade dos informantes, para além de um atrozmente ultrapassado positivismo, parece recorrentemente obnubilar o óbvio facto de, por detrás de cada fonte escrita, estar um agente tão vivo e subjectivo como os nossos informantes, como se a quietude e pó dos arquivos retirasse as possíveis intenções manipuladoras aos produtores dessas mesmas futuras fontes.

Partilhamos a convicção que é o enfoque não na tipologia das fontes, mas sim na discussão crítica das mesmas que nos permite a sua utilização independentemente do seu suporte, assumindo assim a utilização da Memória como fonte primeira nos nossos trabalhos. Vemo-la, antes de mais, como um meio de dar voz aos silenciados e alumiar as sombras de uma História hegemonicamente construída a partir dos registos oficiais emanados dos diferentes poderes de cada época trabalhada.

Se para a construção de uma História da resistência operária feminina portuguesa temos como fontes escritas os registos do aparelho repressivo do regime, os relatos de uma imprensa amordaçada pela Censura e de outra (clandestina) produzida e controlada quase exclusivamente por homens a quem interessava mais a elegia dos momentos de levantamento colectivo do que a valorização de uma resistência sub-reptícia, como fazer a História das práticas de resistência quotidiana se não indo directamente aos agentes da mesma?

Como seria possível analisar as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA perante os silêncios da história oficial que as secundarizou na sua agenda? Como lidar com a dispersão ou mesmo inacessibilidade das diferentes

¹ Esta investigação visa analisar um contexto de resistência operária feminina, em Almada, uma zona reconhecida como de grande concentração de operariado. Os sectores industriais em análise, principalmente a cortiça mas também as conservas e a feitura de redes de pesca, encontram-se hoje praticamente extintos. No entanto, encontravam-se no seu apogeu no período cronológico em análise, as décadas de 30 e 40 do século XX, ou seja, o período de construção e consolidação do Estado Novo e do regime corporativo. Relativamente à questão da resistência, procurou-se analisar essencialmente dois tipos de fenómenos que embora se diferenciem, não se excluem, antes se complementam, que são a “resistência quotidiana” e os “momentos épicos de revolta e confronto público”. Inscrevendo-se num cruzamento disciplinar entre as questões de Género e os Movimentos Sociais, procurar-se-á entender a forma como estas mulheres accionam diferentes gramáticas de acção reivindicativa em múltiplos momentos de protesto inscrevendo as suas práticas numa “cultura de resistência” mais lata em termos de subordinação de classe e de género. Ver Ferreira 2005, 2006, 2007.

² Este trabalho tem como objectivo central a análise da criação, instrução e participação do corpo autónomo dos Comandos no conflito que, entre 1961 e 1975 [e se dizemos 1975 é porque a última acção militar portuguesa é em Vila Alice (Angola) a 27 de Julho desse ano], opôs o Estado português e os diversos movimentos independentistas de Angola, Guiné (a partir de 1963) e Moçambique (a partir de 1964). Entre outras, têm-se privilegiado na pesquisa a questão da criação e manutenção das relações inter-pessoais internas às Companhias (cruzada com a análise do discurso de Género sobre a masculinidade, tanto o hegemónico da altura, como o específico desenvolvido durante a instrução dos Comandos); e a questão do Trauma (no que concerne não apenas ao chamado “stress de guerra” directamente relacionado com as situações de combate, mas também o exclusivamente resultante do processo de incorporação e instrução militar e o proveniente do regresso à vida civil e à paz); e finalmente a questão da Derrota. Ver Silva 2007.

³ A investigação desenvolvida procurou interrogar a construção da ruralidade no contexto da transição política iniciada no dia 25 de Abril de 1974, tomando como corpo empírico as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do Movimento das Forças Armadas (1974-1975). Privilegiou duas perspectivas de abordagem procurando relacionar a dimensão nacional da revolução com a sua dimensão local. Por um lado, através da análise desta iniciativa as construções discursivas sobre a sociedade rural portuguesa foram interpeladas como versões de uma realidade social específica que se procurou colocar em circulação na legitimação do projecto revolucionário. Por outro, através de um trabalho de terreno extensivo, procurou-se privilegiar o estudo da memória desta experiência em algumas das localidades palmilhadas por militares e civis, nomeadamente no período subsequente ao 11 de Março de 1975, interrogando a forma como as Campanhas foram recebidas e interpretadas pelas populações. Ver Almeida 2002a, 2002b, 2007a, 2007b.

fontes disponíveis para o estudo da conjuntura em causa. Ou, ainda, numa outra perspectiva, se para o mapeamento do modo como esta iniciativa foi acolhida pelas populações a quem era destinada, apenas recorrêssemos às fontes escritas que os próprios “dinamizadores” produziram, e não escutássemos os “dinamizados”?

E finalmente o caso mais extremo, como esboçar o que foi viver a instrução específica de um corpo militar de elite e o sobreviver a uma frente de combate (por vezes tão à frente que se situava por detrás das hipotéticas linhas do inimigo) a partir das lacónicas, quando não inacessíveis (por ainda estarem debaixo da capa protectora do segredo militar), fontes arquivísticas das Forças Armadas, especialmente quando sabemos que, logo à partida, estas fontes não são totalmente reveladoras do que acontecia “no mato”?

Assim, é ancorados antes de mais na necessidade e na possibilidade (necessidade pela insuficiência das fontes escritas e possibilidade pelo facto dos agentes ainda se encontrarem entre nós, passíveis e prontos a responder às nossas questões) que recorremos a fontes orais para a construção dos nossos respectivos trabalhos.

Na construção do corpo empírico que sustenta as nossas investigações confrontámo-nos com as tensões inerentes às especificidades de um objecto de estudo que, na expressão de Gruénais, não “era como os outros” (1997:89). A sua singularidade decorria não só do facto de trabalharmos sobre um tempo passado, mas também de serem as construções discursivas produzidos no presente etnográfico por aqueles que foram agentes das iniciativas em análise o objecto de estudo, e não as suas vivências quotidianas. Desenvolvemos, assim, uma “etnografia por recuo” (Almeida, 2007b) pautada pela articulação dos métodos da Antropologia e da História.

2.

Nas nossas investigações, começámos da forma mais tradicional possível, por delimitar e construir um objecto de estudo materializado numa realidade empírica e historicamente situada. Herdeiros de uma Antropologia que exalta as perspectivas emic e explorando as potencialidades que o método etnográfico nos proporcionava, decidimos, como propõe Geschiere (2001: 36) fugir à História dos grandes homens.

A nossa reflexão metodológica procurou vários domínios disciplinares e seleccionou um conjunto de ferramentas múltiplas, dessas destacar-se-ão as que surgem por imposição de um objecto construído num tempo ubíquo entre presente e passado e passado e presente. Assim, recorremos em grande medida à recolha de depoimentos orais, no formato de entrevistas em profundidade⁴ (Olabuénaga, 1996:166), junto de um grupo de indivíduos que preenchiam um conjunto de atributos seleccionados durante o estudo exploratório. Como a temática das investigações se prendia com acontecimentos e acções decorridos num tempo anterior, a maior parte das entrevistas centraram-se na memória de experiências vividas e quotidianos passados, assumindo um carácter retrospectivo (Thompson, 1993 [1983]).

A construção de objectos de estudo baseados, entre outros, em narrações sobre o passado produzidos no presente conduziu necessariamente a uma reflexão sobre o papel da memória na construção dessas mesmas narrações que constituíram posteriormente uma parte substancial do material empírico a analisar. Foi nossa preocupação enquadrar o contexto em que o próprio processo de rememoração discursiva se dava, pois se este muitas vezes faz parte do quotidiano das comunidades e grupos em estudo, de forma mais ou menos patrimonializada, existem situações em que o próprio investigador funciona como catalizador do processo. Halbwachs, no início de *La Mémoire Collective* (1950), refere algo já presente em *Les Cadres Sociaux de la Mémoire* (1925) que é a existência de uma “memória-diálogo”, onde os outros são responsabilizados por nos incitarem frequentemente à recordação através das suas perguntas. Estes outros são os membros da comunidade mas também qualquer indivíduo que se associe ao processo. E quando este acto de incitamento à memória é menos comum no seio do grupo, ou mesmo menos valorizado, isso reflecte-se na forma como os entrevistados se surpreendem pelo interesse inusitado do antropólogo.

Esta questão remete, por um lado, para o interesse do investigador por determinada temática, por outro para a existência, ou não, de uma agenda por parte do entrevistado que pretende contar a sua História, partilhar a sua visão dos factos ou legitimar a sua versão dos acontecimentos. Alguns autores consideram por isso que qualquer relato da História ou experiência de vida de alguém se constitui em certo sentido como uma mitologia pessoal, como um relato que resulta de um processo de auto-justificação e de construção de coerência interna (Samuel e Thompson, 1990: 10), onde podemos encontrar conteúdos reveladores de sentidos estruturais do contexto social em causa.

Uma outra questão que se levanta quando trabalhamos materiais dotados desta especificidade prende-se com o ultrapassar do dogma da “verdade histórica”, no qual a divisão entre o factual e o mito assume lugar de destaque. Em grande parte estas discussões continuam em aberto, no entanto a utilização da história oral e do método biográfico, enquanto estratégias metodológicas, têm ultrapassado de forma eficaz e crítica esta tema da “verdade” e do “mito”.

Conscientes das mais-valias mas igualmente das fragilidades das nossas opções metodológicas, foram em última análise as características e especificidades dos nossos objectos de estudo que nortearam as decisões no terreno. Os nossos objectos possuíam características de invisibilidade ou não legitimação por parte da História oficial e dos registos formais o que nos conduziu a uma opção metodológica próxima da tradicional forma como os antropólogos recolhiam informações junto de comunidades sem escrita ou com registos formais menos perenes.

⁴ Um dos autores (Ferreira, 2007) procedeu também, numa primeira fase, à recolha de Histórias de Vida para perceber questões geracionais ligadas a uma “cultura de resistência” assim como perceber de que forma os entrevistados posicionavam determinados acontecimentos na narração biográfica.

Por outro lado, nunca deixou de estar presente que esta opção, que obriga a uma constante ubiquidade do investigador e dos entrevistados entre o passado e o presente, representa igualmente um constante redefinir de todo um conjunto de valores sociais e culturais que entre uma dimensão temporal e outra se alteram. Ou seja, não podemos ultrapassar levemente a questão da mudança social e o próprio posicionamento do entrevistado nesse processo. Em suma, existe um número considerável de factores que condicionam, por um lado, mas ampliam por outro as potencialidades desta metodologia principalmente porque esta permite o acesso à diversidade infundável que constitui a experiência humana. A inexistência de um terreno antropológico clássico também não nos afastou de recolhas etnográficas intensivas, pois consideramos, tal como Hastrup e Fog Olwig (1997), que esta continua a ser uma abordagem pertinente e relevante para a análise antropológica.

Restringindo-se a nossa análise a uma micro-escala, que seleccionando casos de estudo concretos não cobre na totalidade o que será toda a realidade social a estes subjacente nem produzirá resultados de grande escala para efeitos comparativos, não se deixou de inscrever, sempre que possível, as práticas analisadas no conjunto complexo das variáveis sociais, políticas e económicas que as envolvem, embora se tenha consciência que não se encontrarão as estruturas duradouras e os efeitos de longo prazo. Estabelecidas as suas limitações resta salientar que a perspectiva escolhida permite aferir o detalhe da prática muito para além do registo formal e que apesar de ser retirada do seu contexto “próprio e inteiro” alimenta “esse exercício de recorte e definição que serve a longo prazo uma Antropologia que contempla a necessidade de articulação complementar com outros argumentos, outros contextos e outras temáticas.” (Cardeira da Silva, 1999: 172).

Procurou-se essencialmente trabalhar discursos produzidos por memórias individuais já que a ausência de presente etnográfico amputava ao investigador uma parte essencial da tradicional triologia: práticas, discursos e representações. Recorremos assim, a partir de uma visão emic, às construções discursivas como “teorias nativas” (Neiburg, 1997), isto é, interrogando-as como interpretações sobre a uma realidade social específica, num contexto histórico e político determinado, aproximando-nos da consagrada formulação metodológica de Malinowsky em *Argonauts of the Western Pacific*: “(...) to grasp the native’s point of view, his relation to life, to realise his vision of his world” (1984 [1922]:25). Neste sentido, as nossas investigações partiram de discursos, de formas de representação do mundo que procuram ser eficazes no seu “campo de produção” (Bourdieu, 1989), seguindo as propostas de Bourdieu (1998 [1982]) e de Foucault (1971) que destacaram a dimensão do poder nas “práticas discursivas”.

Apesar de cumprir muitas das regras que regem uma investigação antropológica comum, estas investigações não obedecem ao “ritual de passagem” clássico da disciplina em torno do exílio espacial e cultural obrigatório do antropólogo, onde este “fica socializado pelos povos que estuda e pode produzir uma monografia acerca da cultura “deles” (Burgess, 2001: 11). Dois pressupostos, contudo, mantêm-se. O primeiro é o da “estranheza”, pois apesar de se ter estudado um contexto cultural próximo em termos de pertença, sentimo-nos estranhos não pelo distanciamento espacial mas pelo distanciamento temporal. Mesmo partindo de evocações do presente, existiu um mundo e uma conjuntura social e política que os entrevistados viveram e observaram e os investigadores não. Nesse sentido, estes tiveram de legitimar o seu interesse e credibilizar os conhecimentos que possuíam sobre este “mundo passado”. Tal como o antropólogo que aprende a língua e os costumes nativos também aqui foi necessário apreender uma série de sentidos e signos – dados históricos, jargão profissional, vocabulário em desuso, referentes sociais.

De facto, uma das variáveis que devemos ter em consideração, prende-se com as representações que o entrevistado cria acerca do investigador e do tipo de relação que estes podem ou devem manter. No terreno isso é visível quando, por exemplo, nos deparamos com o que os entrevistados esperam ou não que saibamos sobre o tema em estudo, quando nos testam, quando demonstram espanto pelo que já sabemos ou despeito pelo que ignoramos. Igualmente o nosso contexto e enquadramento socio-cultural pode potenciar ou dificultar a relação. Os problemas de décalage cultural tão importantes para a Antropologia tradicional colocam-se nos presentes casos em termos de décalage temporal, explícita nos discursos através da enunciação de um tempo apenas vivido pelos entrevistados. E é este que marca nestas investigações o grau de adaptabilidade dos métodos por não se poder “ter em consideração a forma de aplicar aquelas técnicas que são centrais na perspectiva antropológica” tal como notou Burgess relativamente ao estudo do mundo urbano (Idem:15). Encontrámo-nos perante um desafio metodológico que se designará por “etnografia retrospectiva” (Almeida, 2007b) na medida em que tal como adverte Godinho, seguindo Halbwachs (1994 [1925] e 1968 [1950]), “é a partir das vivências actuais que os acontecimentos do passado são enquadrados, e por outro lado, as cicatrizes do tempo ido emergem do olhar lançado retrospectivamente da actualidade” (Godinho, 2001: 22).

Muitas das questões enunciadas em cima evidenciam uma regularidade na escolha dos nossos objectos de estudo que se prende com a questão da subordinação. Esta pode ser de classe, de género ou experiencial, no sentido de se colocar em desigualdade as memórias ou mesmo o posicionamento de indivíduos que partilharam uma experiência comum que se pretende silenciar e apagar, pois a história tradicionalmente constrói-se de forma hierárquica e muitos grupos ficam excluídos ou silenciados neste processo. Em termos metodológicos, Connerton chama a atenção para a geração de historiadores, nomeadamente de pendor socialista, que recorreram à história oral como forma de “salvarem do silêncio a História e a cultura dos grupos subordinados”; por outro lado, o autor critica a metodologia em causa questionando o próprio conceito de história de vida que considera ser já “abordar a matéria com um quadro mental prévio e, assim, sucede que, por vezes, a linha de inquirição adoptada pelos historiadores orais estorva a concretização dos seus intuitos” (Connerton, 1993: 23). Um exemplo mencionado por Connerton é o da hesitação e do silêncio por parte do entrevistado perante um historiador que pretende que este narre a sua história de vida a partir de uma forma narrativa cronológica exógena, o que provoca um padrão de recordação estranho ao indivíduo na medida em que “ao fazer tal sugestão o entrevistador está a ajustar inconscientemente a história de

vida do entrevistado a um modelo preconcebido e alheio. Esse modelo tem a sua origem na cultura do grupo dirigente” (Ibidem). Este autor defende assim que o modelo de produção de histórias de vida será diferente conforme o grupo social a que o indivíduo pertença. Os grupos subordinados não possuem as referências formais que irão conferir à sua trajetória uma linearidade que correrá em paralelo com a História institucional, considerada objectiva.

A percepção de que estávamos a lidar com grupos subordinados surge em diferentes momentos. Para alguns era apriorístico (Ferreira, 2007), para outros foi-se formando no confronto com a realidade da pesquisa em situações como a perplexidade pela quase inexistência de bibliografia sobre a temática eleita. Isto pode parecer paradoxal quando se tratava de estudar uma iniciativa que na época em que decorre é objecto de uma cobertura mediática intensa e que surgia no presente etnográfico da investigação como uma experiência fragilizada, silenciada e pouco reconhecida, ou seja, um não acontecimento (Almeida, 2007). As entrevistas constituíram, assim, um momento de valorização “vinda de fora”, um momento que conferia legitimidade a uma memória subordinada e marginal que circulava entre um grupo restrito de indivíduos.

2.1.

As etnografias aqui em diálogo não foram o resultado exclusivo da recolha oral. Todo um conjunto de fontes de ordem documental, maioritariamente em registo escrito, foi igualmente convocado. Esta opção levantou, contudo, discussões de vária ordem, sendo a que mais se destaca a da relação entre a Antropologia e o arquivo.

Passível de ser concebido sob diferentes formas e classificações – pela posse (privado/público), pela escala (nacional/distrital), pelo conteúdo, e tendo, ao longo da história ocidental, sido alvo de diferentes posicionamentos e orientações políticas, sociais e ideológicas, um dos entendimentos de senso comum mais difundido sobre o arquivo entende-o como “instituição que canoniza, cristaliza e classifica o conhecimento de que o Estado necessita, tornando-o acessível às gerações futuras sob a forma cultural de um repositório do passado neutro” (Dirks, 2001).

Afirmar a neutralidade de um arquivo é desconhecer, de forma inconsciente ou deliberada, uma parte importante da construção da nossa identidade colectiva e da nossa história a partir de discursos legitimadores da ordem imposta, pois todo um trabalho de selecção, hierarquização e até mesmo destruição se impõe no arquivo construindo-se uma cadeia de intermediários entre nós e o passado.

Esta tensão colocou-nos, assim, no trilho da produção bibliográfica sobre esta temática produzida na área disciplinar da Antropologia que nos últimos anos, face às abordagens dos contextos coloniais e pós-coloniais, começa a espelhar alguma preocupação em torno desta questão⁵ na medida em que o arquivo passou a ser um dos espaços de investigação dos antropólogos, como é observável no trabalho de Mary Des Chenes (1997) e de Olívia Cunha e Celso Castro (2005).

2.2.

Quando trabalhamos "o passado", a questão do estatuto das imagens produzidas na época assume especial relevância no processo de construção das etnografias. Neste sentido, e numa continuidade com o que foi referido nos parágrafos anteriores, pretendemos antes de tudo dar conta do diálogo que as nossas investigações estabeleceram com este tipo de fontes, o que sublinha, mais uma vez a diversidade de materiais com que nos fomos confrontando ao longo da investigação. Note-se que esta relação terá que ser colocada no quadro da designada “pictorial turn” (Mitchell cit in Burke 2001:12) das Ciências Sociais que teve início com a historiografia anglo-saxónica e francesa nos anos 60 e 70 do século XX, na qual a imagem começa a ser considerada como fonte (Burke, 2001). Apesar de Burke continuar a sublinhar a “invisibilidade do visual” (2001:9) na historiografia contemporânea que, apesar de algumas excepções, continua a privilegiar as fontes tradicionais, nomeadamente os documentos oficiais preservados em arquivos talvez porque, na linha de Raphael Samuel (cit in Burke 2001:10), os historiadores são “visual illiterates”⁶, pois foram sobretudo treinados para ler textos.

Com uma relação diferente com a imagem - reflexo da sua própria trajetória biográfica - a Antropologia perspectivou-a, através do sub-campo designado de Antropologia Visual (Hockings, 1974; Banks e Morphy, 1997), por um lado como uma ferramenta para documentar a realidade e por outro como um instrumento de análise sobre a estruturação do mundo visível e o estudo das propriedades dos sistemas visuais. Ou seja, de como as coisas são vistas e de como o que é visto é entendido, onde se inclui tanto as propriedades do sistema de representação dos próprios antropólogos como as dos sistemas visuais por estes estudados⁷. No caso específico das nossas investigações a imagem foi problematizada a partir desta última perspectiva, isto é, como testemunho de um determinado sistema visual e dos processos sociais e políticos a este adjacentes. No entanto, para nós a sua importância enquanto corpus empírico não foi definida a priori. As fontes visuais foram sendo incorporadas ao longo do processo de recolha de informação através da observação e análise de fotografias⁸, na

⁵ Na actualidade o crescente interesse em torno do arquivo estende-se igualmente à área das artes plásticas. Sobre este assunto ver textos reunidos em Merewether (2006).

⁶ Raphael Samuel utiliza esta expressão em *Theatres of Memory I*, num ensaio em que descreve a sua descoberta de um núcleo de fotografias vitorianas.

⁷ A antropologia visual pauta-se por uma natureza dual que marca indelevelmente os debates sobre a sua definição enquanto área de trabalho. Por um lado, debruça-se sobre as potencialidades da utilização de material visual na pesquisa antropológica, como forma de disseminação do conhecimento por esta produzido. Por outro lado, mais recentemente, estuda os sistemas visuais e a cultura visível, procurando analisar e determinar as propriedades dos sistemas visuais, as suas condições de interpretação e relacioná-los com a complexidade dos processos sociais e políticos dos quais fazem parte.

⁸ Para reflexão em torno da utilização da fotografia em Antropologia ver textos reunidos em Naranjo (2006).

maioria dos casos de pertença pessoal dos entrevistados, da iconografia e dos filmes e documentários produzidos na e sobre a época.

No que diz respeito às fontes literárias, no caso particular da guerra, e mais especificamente no do Combate, nem a produção institucional das Forças Armadas nem a historiografia tradicional se constituem como verdadeiros veículos de acesso a uma descrição densa dos acontecimentos do terreno. Esta abordagem, não sendo óbvia para a História tradicional, e sendo algo a que se foge permanentemente dentro das Forças Armadas, aliás como atestam os esforços em “higienizar” a própria linguagem utilizada, de modo a aliviar emocionalmente a descrição de situações que naturalmente chocam as consciências⁹; obriga-nos a procurar noutros lugares o eco das vozes de quem combateu. E este eco vamos-lo encontrar, fora as autobiografias, antes de mais na ficção e poesia produzida por veteranos¹⁰¹¹.

Conclusão

Ao longo deste texto procurámos reflectir sobre práticas etnográficas que na sua análise do passado recorreram às ferramentas metodológicas da Antropologia e da História. Seguindo Appadurai (1981) e Olwig (1999), defendemos que não devemos olhar o passado como uma fonte inesgotável e totalmente manipulável de recursos sem atender às regras que, em cada sociedade, regem e constroem o acesso a esta dimensão crucial de construção do presente. Mesmo no domínio das diferentes abordagens disciplinares podemos encontrar uma História da memória e do passado, ou seja, a forma como estes foram entendidos e utilizados no âmbito da ciência nos contextos ocidentais. Confino considera que um dos passos mais importantes na actualidade será precisamente o de escrever a História da própria memória, historicizá-la: “We have to distinguish between memory as a heuristic device and memory as part of the mental equipment of a society, of an age.” (Confino, 1997: 1403). Neste sentido, é necessário destrinçar a memória por um lado enquanto ferramenta metodológica e por outro enquanto metáfora social de entendimento e análise do passado, pois a partir da II Guerra Mundial o termo “memória” passou a ocupar uma posição de liderança na forma como os indivíduos entendiam o tempo passado, quer este fosse de carácter privado ou público, individual ou colectivo.

Procurámos nesta comunicação, partido do diálogo entre as nossas investigações, enfatizar a importância da viragem paradigmática da Antropologia para a densidade histórica dos fenómenos sociais, a partir da inclusão da Memória e da História no seio do objecto antropológico. Na contemporaneidade encontramos, contudo, leituras que criticam o que designam por hegemonia da memória ou sobrevalorização das micro-políticas do quotidiano. Conscientes destas críticas, consideramos no entanto que, pelo menos no contexto nacional, a abordagem aqui apresentada continua a oferecer possibilidades de análise válidas e eficazes para a constituição de uma Antropologia que se quer actual e contemporânea no seu modo de olhar o mundo.

Bibliografia

- Almeida, S. V. (2002a). «Dinamização Cultural – Muito Prazer em conhecer Vocelências». História. 44, XXIV (III Série), 50-55.
- (2002b), Novos Olhares sobre o terreno. Etnografia das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do Movimento das Forças Armadas. Arquivos da Memória. 12/13, Lisboa: CEEP/Colibri, 25-42.
- (2007a), «A Caminhada até às aldeias». A ruralidade na transição para a democracia em Portugal (1974-1975). Etnográfica. 10 (1), CEAS, 115-139.
- (2007b), Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA: uma etnografia retrospectiva. Arquivos da Memória. 2 (nova série), CEEP, 47-65, [http://ceep.fcsh.unl.pt/ArtPDF/04_Sonia_V_Almeida\[1\].pdf](http://ceep.fcsh.unl.pt/ArtPDF/04_Sonia_V_Almeida[1].pdf).
- Appadurai, A. (1981). The Past as a Scarce Resource. Man, New Series, 16 (2), 201-219.
- (2003), «Archive Inspiration». Brouwer, J. & Mulder, A. (eds) Information is Alive. Rotterdam, V2 Publishing/NAI Publishers, 14 -25, http://www.appadurai.com/pdf/arch_esp.pdf.
- Banks, M. & Morphy, H. (eds) (1999) (1997). Rethinking Visual Anthropology. New Haven/London,: Yale University Press.
- Bourdieu, P. (1998) (1982). O que Falar Quer Dizer, A Economia das Trocas Linguísticas. Lisboa: Difel.
- Burguess, R. (2001) (1997). A Pesquisa de Terreno. Uma Introdução. Oeiras : Celta.
- Burke, P. (2001). Eyewitnessing. The Uses of Images as Historical Evidence. London: Reaktion Books.

⁹ Sobre este assunto ver Cohn (2005[2004]).

¹⁰ Não precisaríamos de mais do que as obras de Siegfried Sassoon, de Wilfred Owen, de Richard Aldington, do *Private 19022* (pseudónimo literário de Frederic Manning) ou de Jaroslav Hašek para impor a inevitabilidade duma análise aprofundada da poesia e prosa ficcional para estudar o contexto da Primeira Guerra Mundial. Do mesmo modo, quão diferente seria a visão que temos da Segunda Guerra Mundial se Norman Mailer, Konstantin Simonov ou Joseph Heller não tivessem, no regresso das respectivas comissões de serviço, escrito o que escreveram? Finalmente, quantos manuais de História vale o conjunto das obras ficcionais de Tim O'Brien, Bao Ninh, Gustav Hasford, e Philip Caputo se pretendermos estudar a intervenção americana no Vietname? Do mesmo modo, parecemos um pecado maior trabalhar o contexto do conflito que opôs o Exército Português e os diferentes movimentos de libertação de Angola, Guiné e Moçambique, sem passar por uma interessada (e interesseira, se quisermos) leitura da prosa e poesia produzida pelos veteranos das Campanhas de África, tornando assim obrigatória uma incursão, ainda que com um mero objectivo contextualizador (embora cada vez mais, este *corpus* literário, clame por uma análise mais exclusiva) às prosas de António Lobo Antunes e Carlos Vale Ferraz, ou à poesia de António Calvino, Carmo Vicente, Gabriel Raimundo ou Manuel Geraldo.

- Cardeira da Silva, M. (1999). *Um Islão Prático. O Quotidiano Feminino em Meio Popular Muçulmano*. Oeiras: Celta.
- Cohn, C. (2005 (2004), *Sex and Death in the Rational World of Defense Intellectuals*. In M. Oxford & Carlton. *Violence in War and Peace*. Blackwell Publishing, (pp. 354-362).
- Confino, A. (1997). *Collective Memory and Cultural History: Problems of Method*. *The American Historical Review*, 102 (5), 1386-1403.
- Connerton, P. (1993) (1989). *Como as Sociedades Recordam*. Oeiras: Celta.
- Corbin, J. (1995). *Truth and Myth in History: An Example from the Spanish Civil War*. *Journal of Interdisciplinary History*. XXV (4), Spring, 609-625.
- Cunha, O. M. G. (2004). *Tempo Imperfeito: Uma Etnografia do Arquivo*. *Mana*. 10 (2), 287-322.
- Cunha, O. M. G. & Castro, C. (2005). *Quando o campo é arquivo*. *Estudos Históricos*. 36, Julho-Dezembro, Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, 3-5.
- Derrida, J. (1995). *Mal d'Archive*. Paris: Éditions Galilée.
- Des Chene, M. (1997). *Locating the Past*. In A. Gupta & J. Ferguson (eds.), *Anthropological Locations, Boundaries and Grounds of a Field Science*. Londres: University of California Press, (pp. 66-85).
- Descola, P. (2005). *On anthropological knowledge*. *Social Anthropology*. 13 (1), United Kingdom, 65-73.
- Dirks, N. (2001). *Caste of Mind: colonialism and the Making of Modern India*. Princeton: Princeton University Press.
- Ferreira, S. (2005). *A Fome Saiu à Rua: as greves de 1943 vividas pelas operárias de Almada*. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*. 18, 249-272.
- (2006). *Entre a casa e a fábrica: memórias do trabalho operário no feminino*. *Revista de Antropologia Iberoamericana*. AIBR (Antropólogos Iberoamericanos em Red), 1 (3), 13-21 <http://www.aibr.org/antropologia/01v03/>.
- (2007). *Mulheres: um "objecto" nas entrelinhas da história*. *Arquivos da Memória*. 1 (Nova Série), CEEP, 5-21, <http://localhost/CEEP/ArquivosdaMemorianovaserie1.php>.
- Foucault, M. (1969). *L'Archeologie du Savoir*. Paris: Gallimard.
- (1971). *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard
- Geschiere, P. (2001). *Historical Anthropology. Questions of Time, Method and Scale*. *Interventions*. 3(1), 31-39.
- Godinho, P. (2001). *Memórias da resistência Rural no Sul. Couço (1958-1962)*. Oeiras: Celta Editora.
- Gruénais, M.-É. (1997). *Incertitudes ethnographiques. À propos d'une recherche sur le sida*. In M. Agier (ed), *Anthropologues en Dangers. L'Engagement sur le Terrain*. Paris: Jean Michel Place, (pp. 89-98).
- Halbwachs, M. (1994) (1925). *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*. Paris: Albin Michel.
- (1968) (1950). *La Mémoire Collective*. Paris: Albin Michel.
- Hastrup, K. & Fog Olwig, K. (1997). *Introduction*. In K. Hastrup & K. Fog Olwig (eds), *Siting Culture: the shifting of anthropological object*. London: Routledge, (pp. 1-14).
- Hockings, P. (ed) (2003) (1974). *Principles of Visual Anthropology*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- Malinowsky, B. (1984) (1922). *Argonauts of the Western Pacific*. EUA: Waveland Press.
- Merewether, C. (ed) (2006). *The Archive*. London/Cambridge/Massachusetts Whitechapel: The MIT Press.
- Naranjo, J. (ed) (2006) *Fotografia, antropología y colonialismo (1845-2006)*. Barcelona : Editorial Gustavo Gili.
- Neiburg, F. (1997). *Os Intelectuais e a Invenção do Peronismo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Olwig, K. F. (1999). *The Burden of Heritage: Claiming a Place for West Indian Culture*. *American Ethnologist*, 26 (2), 370-388.
- O'Neill, B. & Brito, J. P. (eds.) (1991). *Lugares de Aqui*. Actas do Seminário "Terrenos Portugueses". Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Samuel, R. & Thompson, P. (1990). *The Myths We Live By*. London/New York: Routledge.
- Silva, T. M. (2007). *Exilados em Casa – Os veteranos da Guerra Colonial e os limites da «Nação»*. *Arquivos da Memória*, 1 (nova série), CEEP, 32-40, <http://localhost/CEEP/ArquivosdaMemorianovaserie1.php>.
- Yelvington, K. A. (2002). *History, Memory and Identity: A programmatic prolegomenon*. *Critique of Anthropology*. 22 (3), London/Thousand Oaks, CA/New Delhi: Sage, 227-256.

As Regras do Método Sociológico: A Contribuição Crucial de Durkheim Para a Fundação de uma “Ciência da Moral”¹

Raquel Weiss
 Universidade de São Paulo - USP
kel_weiss@hotmail.com

¹ Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, o auxílio financeiro que permitiu a realização da pesquisa cujos resultados são divulgados no presente texto.

Resumo: Neste texto, proponho investigar a relação entre os cânones científicos defendidos por Durkheim em "As Regras do Método Sociológico" e seus principais trabalhos no campo da Ciência da Moral. A Ciência da Moral foi concebida como parte estrutural de sua Sociologia, portanto, submetida ao princípio da indução. Ao seguir suas regras do método, Durkheim acabou por formular uma nova concepção de moralidade, definida enquanto um fenômeno passível de ser investigado cientificamente, e constituído por uma dualidade irreduzível, qual seja, o dever e o bem.

Introdução

Meu principal objetivo neste texto consiste em discutir de que maneira o envolvimento de Durkheim com o processo de criação da Ciência da Moral o levou a um debate propriamente metodológico, cujo resultado foi a proposição de um conjunto de procedimentos a serem seguidos no processo de investigação da moral. Essa teria sido – eis a tese aqui defendida – a contribuição peculiar a esse empreendimento, que vinha sendo perseguido há pelo menos um século pelos precursores da Sociologia, como Saint Simon, Comte e Spencer, e pelos filósofos que idealizavam a possibilidade de uma Ciência da Moral, como Charles Renouvier.

Indubitavelmente, na obra dos “precursores” já estava prefigurada uma “ontologia moral” mais ou menos sociológica, na medida em que procuravam explicá-la sem referência a qualquer tipo de entidade metafísica, apontando para sua origem social. Não obstante, Durkheim considerava muito pouco científico o procedimento seguido por esses autores. Isso porque apesar do desejo de procederem cientificamente, eles tomavam suas idéias, e não os fatos, como objeto de suas análises. Para Durkheim, uma investigação realmente científica deveria tomar o caminho contrário, debruçando-se sobre os fatos.

Portanto, foi a partir da constatação da insuficiência inerente ao procedimento desses autores que ele se lançou à tarefa de estabelecer o “passo-a-passo” da investigação sociológica, não apenas colmando as lacunas deixadas pelos precursores mas, sobretudo, conduzindo a pesquisa empírica e a reflexão por uma nova trilha, coerente com os postulados daquilo a que chamava de “racionalismo científico”. Esse algoritmo foi exposto de maneira sistemática em suas Regras do Método Sociológico, que deveria tornar-se – esta era sua aspiração –, o vade mecum dos futuros sociólogos e, também, um guia destinado a orientar seu próprio trabalho de pesquisa. Nesse contexto, deve-se observar que todas as regras aplicadas ao estudo dos fatos sociais em geral são passíveis de aplicação aos fatos propriamente morais, que são os fatos sociais por excelência. Afinal, nas palavras do próprio Durkheim (1975b [1909a], p. 303), “avec la morale, nous sommes au cour même de la collectivité”.

Tendo em vista essas considerações, meu objetivo específico consiste em recuperar as principais proposições metodológicas expostas em suas “Regras” e apontar de que modo se utilizou delas em alguns de seus textos cruciais sobre a moral, seja na determinação do conceito de moral, seja em sua investigação empírica do fenômeno. Contudo, é preciso advertir desde já, que não há aqui qualquer intenção de apresentar os aspectos de sua obra metodológica de maneira ecfástica, o que não seria mesmo possível em um espaço tão limitado; tampouco isso consistiria em um empreendimento desejável, uma vez que não atenderia às demandas específicas da lógica inerente às questões que intento discutir². Em verdade, o objetivo da presente discussão limita-se a tentar alinhar a pontos largos as questões consideradas cruciais para corroborar a tese de que, com a criação de seu método, Durkheim fez avançar substancialmente o projeto da Ciência da Moral, na medida em que delimitou os cânones da investigação científica do fenômeno em questão, que ele próprio procurou aplicar.

Com tal consideração sob foco, a discussão aqui realizada é dividida em três tópicos. No primeiro, apresento as objeções dirigidas contra os precursores, de forma a evidenciar quais espaços procurou preencher e quais obstáculos tentou superar. No tópico seguinte, discuto de maneira resumida os principais elementos de suas Regras do Método Sociológico, assumindo a premissa de que, assim como afirmou Berthelot (1995, p. 10), trata-se de “un texte de rupture, cherchant à dégager la sociologie naissante de sa gangue idéologique et rhétorique et à l’inscrire dans la rigueur du rationalisme expérimental”. Finalmente, no terceiro tópico, abordo as conseqüências da aplicação do método às questões propriamente morais, o que será feito tomando como referência para análise os dois principais textos legados pelo autor, em que pretendeu realizar um trabalho de Ciência da Moral, quais sejam, o livro *Da Divisão do Trabalho Social* (1999b) e o manuscrito das aulas sobre a Física dos Costumes e do Direito, publicado postumamente com o título de *Lições de Sociologia* (2002).

I. Os Limites Teóricos e Operacionais dos Precursores da Sociologia

O envolvimento de Durkheim com as questões morais e seu interesse em estudá-las cientificamente inscreve-o em uma tradição teórica que remonta ao início do século XVIII, quando alguns autores começaram a pensar o vínculo existente entre a moralidade e a realidade social e, em certa medida, procuraram lidar com essas questões de maneira menos

² Há na literatura sobre Durkheim um vasto número de autores que se debruçaram de maneira minuciosa sobre os aspectos metodológicos de sua obra, e que fornecem um quadro bastante interessante de seus detalhes e apontam as limitações de seu método experimental. Em particular, destaco os seguintes trabalhos: de Berthelot (1995), que discutiu cada um dos capítulos de *As Regras do Método*, procurando apontar a singularidade de cada uma das etapas do método, bem como a unidade do texto, e destacar a validade contemporânea de seu projeto científico; de Florestan Fernandes (1980), que discutiu as condições epistemológicas implicadas no modelo de sociologia durkheimiano; de Massella (1996, 2002), que avançou na discussão da relação entre a metodologia de Durkheim e aquela anteriormente proposta por Stuart Mill, bem como trouxe para o debate algumas das principais implicações do naturalismo metodológico do sociólogo para o conjunto de sua obra.

metafísica, distanciando-se em alguns aspectos da tradição da Ética. Na verdade, por isso tem sido freqüente denominar de “Filosofia Social” esse tipo de reflexão, distinguindo-a da “Filosofia Moral” propriamente dita, o que não quer dizer, contudo, que não tenham a moral como ponto central de suas discussões.

Alguns desses autores são considerados por Durkheim como precursores da Sociologia, tais como Rousseau, Montesquieu, Condorcet, Saint Simon, Comte, Spencer e mesmo Gabriel Tarde (Cf. Durkheim: 1975a [1900]; 1975a [1915]; 2002b; 1999a). Em um texto sobre o surgimento da Sociologia, por exemplo, Durkheim (1975a [1915], p.109) afirma a importância dos enciclopedistas como Montesquieu e Condorcet, que teriam preconizado a tese fundamental do naturalismo metodológico, que postula que a ciência é uma porque o mundo é uno, abrindo caminho para investigação científica da realidade social nos moldes das ciências naturais.

Nesse mesmo texto, observou que “cependant, si ces penseurs frayèrent la voie à la sociologie, ils n’avaient encore qu’une idée assez flottante de ce que sont les lois de la vie sociale”, afinal, “c’est seulement au début du XIXe siècle que la conception nouvelle s’affermit définitivement” (ibid., 110). Dentre os autores do século XIX cuja colaboração foi crucial ao surgimento da Sociologia aponta, inicialmente, Saint-Simon, que teria sido o primeiro a declarar que as sociedades humanas possuem diferenças em relação ao restante da natureza, mas que é submetida ao mesmo determinismo e propõe que, para estudá-las, se deveria seguir um método essencialmente histórico. No entanto, embora tenha esboçado todo um projeto dessa nova ciência, Saint-Simon não havia chegado a executar seus primeiros passos.

Nesse caminho do projeto sociológico, Auguste Comte surge como figura importante, uma vez que, tal como argumentava Durkheim, foi com ele que o projeto de Saint Simon começou a tomar corpo. Afinal, como é sabido, Comte procurou utilizar o método positivo para apreender e demonstrar as leis da evolução humana, o que implicou o desenvolvimento e na aplicação dos cânones esboçados por Saint-Simon, motivo pelo qual Durkheim (ibid., 111) não hesita em conceder-lhe o título de fundador da sociologia, afinal “Saint Simon en avait été comme l’annonciateur; mais c’est Comte qui en est la pére; c’est par lui qu’elle reçut un commencement d’existence”.

Essa “existência inicial” começou a tomar novo fôlego a partir dos anos de 1870, com a obra de Herbert Spencer, que seguindo Comte em alguns de seus postulados mais importantes, procurou avançar um pouco mais na demonstração da possibilidade da aplicação de um método científico à realidade moral. O principal legado desse intelectual inglês para a constituição da Sociologia teria sido, segundo Durkheim, sua tentativa de estabelecer que as sociedades são “seres naturais”, com o que procurou demonstrar que as leis da evolução das instituições sociais não seriam mais do que formas particulares da lei da evolução cósmica. Sem entrar no mérito da validade de suas demonstrações, o que importa considerar aqui é que esse autor influenciou toda uma geração de intelectuais, contribuindo para consolidar, na França³, a tese acerca da homogeneidade essencial entre fenômenos sociais e fenômenos naturais, que permaneceu como uma idéia central também para a Sociologia durkheimiana.

Contudo, se Durkheim concedia a esses autores o título de precursores da Sociologia e reconhecesse o mérito de terem preparado o terreno para uma “Ciência da Sociedade” e, da mesma forma, de uma “Ciência da Moral”, considerava que suas obras ainda não haviam entrado por completo no domínio da ciência⁴. A primeira formulação mais sistemática de sua divergência em relação a esses autores encontra-se já nas Regras do Método, cuja publicação integral ocorreu em 1895. A crítica aos precursores perpassa as diversas páginas do livro, em que aponta as insuficiências da proposta metodológica de diversos autores, especialmente Comte, Spencer e Stuart Mill.

O primeiro ponto em relação ao qual marca seu afastamento diz respeito à constatação de que esses autores, por mais que defendessem o caráter objetivo da realidade social, continuavam a investigar idéias, e não coisas, como se esperaria em uma análise científica. Trata-se daquilo a que chamou de “caráter ideológico”⁵ da Sociologia, que consistiria em verdadeiro impedimento a uma abordagem mais fiel da realidade social, fazendo com que o investigador permanecesse preso a conceitos gerais, que dizem muito pouco a respeito daquilo que a moral realmente é. Mesmo que houvessem contribuído para explicitar o caráter natural e objetivo da realidade social, esses autores não souberam lidar com ela de maneira adequada,

³Herbert Spencer foi um autor muito influente na França, em diversos domínios intelectuais. Sua Psicologia foi bastante difundida por Taine e Ribot, enquanto sua Sociologia foi divulgada por Fouillée. Na verdade, o auge do impacto da obra de Spencer na França se deu entre 1875 e 1885 e, conforme argumenta Mucchielli (1998: 85), “on peut dire en synthèse que, vers 1875-1885, Spencer est la philosophie la plus populaire, la plus lue et la plus discutée en France”. Note-se que esse período abrange inclusive os anos de formação de Durkheim na École Normale Supérieure. Definitivamente, isso contribuiu para que alguns elementos da Ciência Social spenceriana se fizessem presente na Sociologia durkheimiana, que viria a florescer alguns anos mais tarde. No entanto, se alguns “genes” da teoria de Spencer chegaram a deixar sua marca na obra de Durkheim, é preciso ressaltar que isso concerne, sobretudo, ao domínio do método, ou seja, à consideração da importância dos fatos empíricos e ao recurso explicativo que propõe compreender a sociedade como organismo vivo, permitindo importar instrumentais heurísticos da própria Biologia. A mesma aceitação não aconteceu com a concepção spenceriana sobre a moral, em virtude de três aspectos. O primeiro deles refere-se ao fato de que, para o autor inglês, a moral seria a expressão de um código moral já dado, e não uma construção racional ou social; e Spencer afirmava isso justamente em um momento em que de todo lado surgiam críticas às explicações naturalistas da ação (Cf. Mucchielli, 1998). O segundo ponto era a dimensão propriamente normativa de seu pensamento, que consistia na defesa do individualismo. Aos olhos dos filósofos franceses, isso representaria grave equívoco, pois seria absolutamente contrário aos princípios da solidariedade social. Finalmente, como procurei apontar no primeiro capítulo, Durkheim rejeitava a ontologia spenceriana sobre a moral, baseada sobre a premissa de que a ação moral é sempre motivada por um auto-interesse.

⁴ Para uma análise mais detida acerca da relação de apropriação e crítica de Durkheim em relação aos precursores, alguns trabalhos são particularmente importantes, na medida em que discutem qual o peso que cada um desses autores exerceu em seu pensamento, bem como procuram refletir acerca de como Durkheim procurou responder às questões que considerava em aberto. Para tanto, conferir os seguintes textos: Corning, 1982; Nisbet, 1943; Marjolin, 1937; Mucchielli, 1998; Massela, 1996.

⁵ É importante precisar aqui em que sentido Durkheim utiliza o termo “análise ideológica”, para evitar confusões com o registro marxista e explicitar a referência a certa linha de pesquisa que toma as idéias como objeto de pesquisa. No seguinte trecho, Berthelot (1995: 26) precisa com clareza o que Durkheim tentou exprimir com essa expressão: “L’analyse idéologique dont parle Durkheim n’a ici rien à voir avec ce que la tradition marxiste a introduite sous ce terme. Il s’agit d’une analyse qui se donne comme objet des idées et qui, par là même, adopte la logique des rapports entre idées, c’est à dire la logique de la contradiction et de la déduction. Prendre les choses pour des idées c’est croire que par une simple inspection de nous contenus mentaux nous pouvons parvenir à connaître le réel”.

isto é, aquilo que prescreveram não encontrou correspondência em suas pesquisas. No trecho a seguir, extraído do primeiro capítulo d'As Regras do Método, Durkheim (1999a: 20) aponta em que sentido percebe as insuficiências inerentes à obra comteana:

Comte, é verdade, proclamou que os fenômenos sociais são fatos naturais, submissos a leis naturais. Deste modo, ele implicitamente reconheceu seu caráter de coisas, pois na natureza só existem coisas. Mas, quando, saindo dessas generalidades filosóficas, ele tenta aplicar seu princípio e extrair a ciência nele contida, são idéias que ele toma por objeto de estudo.

Aquilo que Comte propõe como objeto primordial a ser conhecido pela Sociologia é a evolução do gênero humano, mas, ressalva Durkheim, a evolução do gênero humano até sua completa realização é uma idéia, uma vez que tal realização é algo que não ocorreu, portanto, não possui o estatuto de um fato, de uma “coisa” que passível de observação. Desse modo, Comte teria se afastado largamente dos propósitos que deveriam ser inerentes a uma ciência da sociedade, aproximando-se muito mais das vertentes filosóficas que intentara combater com a proposição do positivismo. No caso de Spencer, as coisas não se passaram de maneira muito diversa.

É bem verdade que Durkheim admite que Spencer deu um passo além de Comte, rejeitando o conceito – tão caro à teoria comteana - de humanidade, na medida em que propôs as sociedades concretas como objeto da Sociologia. Contudo, ressalva que também este autor cometeu o mesmo erro que seu predecessor, pois, ao falar de sociedade, ele “oferece uma definição que faz desaparecer a coisa de que fala para colocar no lugar a pré-noção que possui dela”. Portanto, nada se ganha em termos de objetividade, porque “o que é assim definido não é a sociedade, mas a idéia que dela faz o Sr. Spencer. E, se ele não tem o menor escrúpulo em proceder desse modo, é que, também para ele, a sociedade não é e não pode ser senão a realização de uma idéia, isto é, dessa idéia mesma de cooperação pela qual a define” (Durkheim, 1999a: 21-22). Com isso, Durkheim reitera a tese de que a Sociologia ainda permanecia presa a um procedimento filosófico, que se sustenta sobre um tipo específico de racionalismo, qual seja, o racionalismo lógico, e não do racionalismo experimental, único, segundo o autor, passível de conciliação como os princípios científicos.

No sistema desses autores, a lógica dedutiva continuaria a ser a nota que dava o tom em suas investigações e em suas conclusões. Isso porque toda a explicação a respeito de um fenômeno social consistia na aplicação de uma idéia geral sobre o desenvolvimento humano ou sobre a sociedade, a casos particulares. Os fatos, a referência à experiência, não seriam o ponto chave de seu procedimento, mas operariam tão somente como evidência da validade de seus postulados. Esse problema não seria uma particularidade da obra desses dois autores, mas uma característica recorrente especialmente nos estudos sobre a moral, uma vez que, segundo Durkheim (1999a, 23), “pode-se dizer que não há um único sistema em que ela não seja apresentada como o simples desenvolvimento de uma idéia inicial que a conteria por inteiro em potência”. Enfim, os problemas inerentes à “análise ideológica” foram um obstáculo que os precursores jamais lograram transpor, por mais que tivessem defendido com ardor a necessidade de um procedimento empírico no domínio das ciências sociais.

Na opinião de Durkheim, isso seria um sério problema, porque teria feito com que esses autores falhassem logo na primeira etapa da investigação científica, qual seja, aquela relativa à observação dos fatos sociais. Como não lidaram com fatos, mas com idéias, seu procedimento não poderia oferecer um material fecundo para a análise, minando qualquer possibilidade de chegar ao ponto crucial de um empreendimento científico, o momento da “prova” que, como veremos, foi a última etapa da investigação sociológica tematizada por Durkheim em As regras do Método. Dito de outra forma, a partir do momento em que esses autores abriram mão de tomar os fatos como ponto de partida, a validade científica de qualquer uma de suas explicações ficou comprometida, uma vez que seus argumentos não foram resultantes de experimentos e, portanto, não poderiam ser controlados ou submetidos à “lógica da prova”.

Na verdade, essa necessidade de superar os precursores é algo recorrente em sua obra, pois, desde os primórdios de sua carreira até seus últimos escritos, Durkheim deixou claro seu ponto de vista a respeito desses autores. Em um texto de 1915, a que me referi acima, reiterou a mesma afirmação sustentada no livro de 1895, argumentando, que “jusqu'à ce moment, la sociologie n'était pas encore sortie des generalites philosophiques”, precisamente porque “ils auteurs dont il vient d'être parlé la redusaient même à un seul et unique problème: il s'agit de savoir quelle est la loi qui domine l'évolution sociale en général (Comte) ou si la loi de l'évolution universelle s'applique aux sociétés (Spencer)” (1975a [1915], 113). Para Durkheim a ciência não se faz pelo estudo e descoberta de uma única lei, mas pela investigação cuidadosa das inúmeras realidades a que se refere, de modo que sua tarefa não é jamais concluída, uma vez que a extensão do real tende quase ao infinito.

A Sociologia deveria se preocupar com casos concretos, e não com generalidades abstratas; os fatos é que deveriam constituir seu objeto, não idéias. Ao superar essas limitações inerentes à obra dos precursores, Durkheim pretendeu levar a Sociologia a ultrapassar definitivamente a linha demarcatória entre filosofia e ciência, colocando os dois pés do lado da ciência. Como, concretamente, procurou fazê-lo, é o que será discutido de maneira bastante breve no tópico que se segue.

II. A Formulação de Uma Metodologia Para a Ciência da Moral

Na discussão realizada até o momento, procurou-se percorrer o caminho seguido por Durkheim em sua tentativa de tornar viável o projeto, há muito perseguido por diversos autores, de realizar uma Ciência da Moral. Além do debate ontológico e epistemológico travado com as principais vertentes de Filosofia Moral, o autor considerou importante dar um passo adiante em relação aos próprios precursores da Sociologia, que já haviam aberto caminho para considerar a moral

como algo social, mas que não teriam superado a etapa seguinte, relativa à proposição de um método cientificamente válido para abordar os fenômenos sociais e, portanto, também os fenômenos morais.

Não é à toa que Durkheim (1999a, XXXIII) abre a discussão de As Regras do Método exatamente com esta constatação, ao afirmar que “até o presente, os sociólogos pouco se preocuparam em caracterizar e definir o método que aplicam ao estudo dos fenômenos sociais”. Foi isso o que tentou fazer com a redação desse livro, em que estabeleceu o passo-a-passo de uma análise sociológica. Ainda na introdução, definiu da seguinte maneira suas pretensões em relação ao livro, afirmando que “assim, fomos levados pela força mesma das coisas, a elaborar um método que julgamos mais definido, mais exatamente adaptado à natureza particular dos fenômenos sociais” (idem).

Sem dúvida, esse é um dos textos mais conhecidos e mais analisados do sociólogo francês, a começar pelo fato de que ali se trata de estabelecer de forma explícita os cânones de sua sociologia. Por isso mesmo, tratar do conteúdo desse livro pode parecer um esforço desnecessário; no entanto, as pretensões com relação a isso são bastante pontuais: serão considerados apenas os argumentos cruciais para delinear o perfil que uma análise científica dos fenômenos sociais deveria ter. Como as regras válidas para os fatos sociais são aplicadas também ao estudo da realidade moral, elas servem ao mesmo tempo para definir em que deveria consistir, afinal de contas, a Ciência da Moral.

Conforme observa Berthelot (1995, p.20), essa notoriedade do texto é também causa de interpretações parciais e apressadas, que resultam geralmente em uma apreciação bastante negativa, afinal, “de référence obligé positive, Les Règles, malgré une révérence apparente, peuvent tendre d’autant plus facilement à devenir une référence négative, qu’on se donne moins la peine de les lire”. Quanto a isso, é preciso explicitar que o viés interpretativo aqui adotado segue, em linhas gerais, o mesmo espírito proposto por Berthelot que, em relação às interpretações críticas mais apressadas afirmou que

à l’opposé, nous défendrons l’idée centrale que le texte de Durkheim pose un principe incontournable de scientificité et en propose simultanément une modalité décisive de réalisation. Ce principe, de nature épistémologique et non théorique, portant d’abord sur la sociologie comme entreprise de pensée, est l’exigence de la preuve, et sa modalité de mise en ouvre le raisonnement expérimental.

De fato, partindo dessa mesma perspectiva, é possível tomar As regras do Método enquanto um marco no empreendimento que objetivava trazer a realidade social e, portanto, também a moral, para o domínio da ciência. Por isso mesmo, não há a pretensão de remontar as inúmeras críticas – boa parte delas muito bem fundamentada e não desprovidas de razão - dirigidas aos problemas implicados em seus postulados metodológicos, o que poderia levar simplesmente à constatação de sua ineficácia técnica ou de sua inadequação teórica, dada a concepção contemporânea de ciência. O objetivo central, muito ao contrário, consiste em evidenciar que Durkheim logrou fincar as raízes da Sociologia em um terreno científico e não o fez apenas com uma discussão epistemológica – sem dúvida imprescindível -, mas também metodológica, à medida que esboçou as linhas gerais do procedimento a ser seguido pelos sociólogos, tendo como eixo central o esforço em preencher a condição da “exigência da prova”.

Há, sem dúvida, certa dificuldade na consideração das Regras nesses termos: a “exigência da prova”, a que Durkheim se refere reiteradamente, é com frequência entendida como a aplicação de uma determinada técnica de pesquisa. No entanto, talvez seja mais fecundo atentar para aquilo que representa sua verdadeira importância: a resposta a uma exigência crucial do pensamento científico de qualquer área: da Física, da Biologia, da Psicologia ou da Sociologia (Cf. Berthelot, 1995: 22). O que é variável, portanto, não é a preocupação em atender à exigência da prova, mas o modo de satisfazer essa exigência, isto é, como os pensadores dos diferentes campos e de diferentes épocas adotam uma estratégia específica para apreender e explicar de maneira cientificamente convincente os fatos que lhes concernem, enquanto objetos de estudo.

No caso que aqui interessa, importa considerar que boa parte do esforço de Durkheim foi destinado a encontrar uma “técnica” apropriada - o que aconteceu num momento em que o método experimental havia sido consagrado como o melhor procedimento para responder à “exigência da prova” e em que, por outro lado, a indução era a única justificativa lógica aceita. Nesse contexto, a “exigência da prova” demandou de Durkheim a utilização de tal método, não de maneira direta, dada a impossibilidade de fazê-lo com os fatos sociais, mas indireta, o que seria possível mediante utilização de um “raciocínio experimental”.

A proposição de uma experimentação indireta já implicou, ela própria, uma ruptura com os princípios vigentes à época, e foi condição sine qua non para adaptar a lógica experimental às demandas desse objeto de natureza tão peculiar. Aliás, a esse respeito, Florestan Fernandes (1980: 71) escreveu que “se sua obra possui alguma originalidade mais forte, que transcende, inclusive, os limites da teoria da investigação sociológica, isso se deve ao fato de ter sabido encontrar uma solução própria às questões contraditórias que se punham inevitavelmente no campo da filosofia das ciências”.

Contudo, é bastante compreensível que pouco tempo depois suas regras tenham sido consideradas anacrônicas, exatamente porque os postulados sobre os quais se apoiava, relativos ao paradigma naturalista (que implica a analogia biológica e a lógica indutiva), foram logo subvertidos pelas transformações e descobertas da Física do século XX. No entanto, nesse fato não se deve entrever um demérito da proposta durkheimiana; pois, o que há de essencial em sua proposta

é a preocupação com a exigência fundamental da prova –isso sim permaneceu uma constante na história do pensamento científico - à qual o autor procurou responder da melhor maneira possível, dadas as convicções intelectuais de seu tempo.

Antes de tocar a questão relativa à explicação e à administração da prova, que compõe as duas últimas partes de seu livro, é preciso começar por discutir o primeiro passo enunciado em suas Regras, que se refere à definição do “objeto” da Sociologia, qual seja, os fatos sociais. Com relação a isso, importa, sobretudo, trazer aqui a definição de Durkheim (1999a, p. 13), em que identifica como fato social, “toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, toda maneira de fazer o que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria, independente de suas manifestações individuais”. Aplicada essa definição aos fatos morais, decorre que também estes devem ter como uma de suas características a ação coercitiva sobre os indivíduos – o que nos remete à definição essencial da moral como um dever, como algo que se impõe à vontade dos indivíduos -, e de serem dotados de existência objetiva, independente de qualquer determinação da vontade individual.

Enfim, definidos os fatos sociais como o objeto da Sociologia, Durkheim segue para o segundo momento, um dos mais importantes e polêmicos, em que discute todo um conjunto de regras relativas à observação dos fatos sociais. Com relação a esse ponto, discute qual a postura do sociólogo diante de seu objeto, de modo a garantir a objetividade de sua análise. É exatamente nesse contexto que expõe a crítica à análise ideológica, mencionada anteriormente, e afirma de forma direta que “a primeira regra e a mais fundamental é considerar os fatos como coisas”. Conforme o próprio autor observou no prefácio à segunda edição do livro em questão, essa afirmação foi a que mais se prestou a mal-entendidos, motivo pelo qual considerou necessário explicar o sentido dessa proposição, explicar o que quis dizer ao afirmar que os fatos sociais devem ser considerados como coisas.

Inicialmente, deve-se observar a referência crítica à filosofia kantiana, para a qual a realidade moral poderia ser conhecida de maneira inteiramente a priori, ao contrário, por exemplo, dos objetos da física. Trata-se também de uma divergência em relação ao procedimento da psicologia introspectiva, calcado sobre a tese de que o sujeito do conhecimento, olhando para dentro de si mesmo, seria capaz de apreender a realidade moral. Dessa forma, ao propor os fatos sociais como “coisas”, Durkheim insistiu sobre a tese de que estes possuem uma existência externa ao indivíduo, e que, portanto, só podem ser conhecidos mediante observação, o que justifica a seguinte definição:

É coisa todo objeto do conhecimento que não é naturalmente penetrável à inteligência, tudo aquilo de que não podemos fazer uma noção adequada por um simples procedimento de análise mental, tudo o que o espírito não pode chegar a compreender a menos que saia de si mesmo por meio de observações e experimentações, passando progressivamente dos caracteres mais exteriores e mais imediatamente acessíveis aos menos visíveis e mais profundos. (1999a, p. XVII)

Aplicada à realidade moral, essa afirmação reitera o argumento de que uma explicação sociológica desse fenômeno pressupõe que se trate de algo que não existe apenas em cada uma das consciências individuais, de modo que não basta olhar para si para descobrir do que se trata e, tampouco, consiste na emanção de uma vontade divina, que se nos daria a conhecer pela revelação. Enquanto coisa, ou melhor, como “coisa-em-si”, a moral é algo cuja essência mesma nos escapa, que só pode ser conhecida inicialmente, a partir de suas características mais exteriores. Aquilo que se revela pouco a pouco com a investigação cujo curso transcorre paulatinamente não pode revelar o que é a “moral-em-si”, mas somente o que é para o pesquisador, que busca entender sua causa, seu funcionamento e sua função. Isso, em certa medida, é o que permanece implícito na afirmação de Durkheim, e que fica mais evidente com a proposição das etapas e com os objetivos inerentes à investigação científica, e, afinal, restringe suas pretensões explicativas ao estabelecimento de relações causais entre os fenômenos.

Ainda com relação a isso, é preciso ressaltar que a expressão “tratar os fatos como coisas” deve ser entendida menos como definição acerca do estatuto ontológico da moral, e mais como recomendação de caráter metodológico, enquanto concerne à postura requerida do pesquisador diante de seu objeto, uma vez que “tratar os fatos de uma certa ordem como coisas não é, portanto, classificá-los nesta ou naquela categoria do real; é observar diante deles uma certa atitude mental. É abordar seu estudo tomando por princípio que se ignora absolutamente o que eles são e que suas propriedades características, bem como as causas desconhecidas de que estas dependem, não podem ser descobertas pela introspecção, mesmo a mais atenta” (1999a, p.XVIII).

Com o reconhecimento do caráter de “coisa” dos fenômenos morais, Durkheim pretendia, antes de tudo, possibilitar o afastamento das pré-noções. Postulou como absolutamente necessário que o pesquisador começasse por questionar as definições correntes do fenômeno estudado, pelo motivo primeiro de que tais noções vulgares, se servem para orientar o indivíduo em seu cotidiano, não são apropriadas à ciência; elas são vagas e imprecisas, consideram sob um mesmo signo lingüístico fenômenos diferentes, e excluem desse grupo outros fenômenos que dele deveriam fazer parte. Não é o caso de insistir longamente nessa regra, que todos aprendemos logo no primeiro ano do curso de Ciências Sociais, e que é tão ligada à Sociologia de Durkheim que é difícil ouvir falar seu nome sem que isso nos venha à mente, seja de forma positiva, seja de forma negativa.

⁶ A seguinte afirmação de Florestan Fernandes vem precisamente ao encontro dessa idéia uma vez que aponta para aquilo que deve permanecer como traço constitutivo da Sociologia, mas cujo método propriamente dito, varia de acordo com a necessidade e as novas reflexões a respeito de suas próprias limitações: “a sociologia é uma ciência empírico-indutiva no sentido de que suas interpretações se baseiam em dados de fato e seu progresso científico depende da possibilidade de conseguir-se um método capaz de superar as dificuldades atuais na manipulação dos dois tipos de inferência indutiva (qualitativa e quantitativa)” (Fernandes, 1980: 55).

Importa, contudo, notar que esse procedimento esteve sempre presente nos estudos do autor sobre a moral e justifica seu debate com os moralistas que, em sua opinião, não faziam muito mais do que representar de forma abstrata e em linhas muito gerais o que era considerado moral em uma sociedade. Assim como Descartes, propôs que em uma investigação científica se lance mão apenas de conceitos elaborados de acordo com o método definido, e que seu significado deve ser muito bem delimitado, de forma a abranger todo o fenômeno que se quer conhecer e explicar. Como será discutido no tópico seguinte, é a essa regra que o autor procura manter-se fiel em seus estudos sobre a moral, toda vez que expõe os critérios tomados para definir o objeto preciso a que esse conceito corresponde.

As pré-noções devem, portanto, ser substituídas por uma definição conceitual mais precisa, formulada de acordo com certos critérios, que consistem em um segundo corolário da regra geral de observação. A definição é um procedimento clássico da lógica; no entanto, ao postular que só se conhece uma dada realidade depois de observá-la, Durkheim viu-se diante de uma aparente contradição: como é possível definir a priori uma realidade ainda não investigada? O autor procura escapar dessa aporia afirmando que, no início do processo da ciência, deve-se partir de uma definição provisória dos fenômenos, não com a intenção de exprimir sua essência, mas tão somente para organizar a investigação. O sentido dessa definição consiste em poder determinar com precisão qual o objeto a ser submetido à lógica da prova.

Entretanto, persiste a questão de caráter mais pragmático, que se refere ao procedimento a ser adotado para obter essa definição. A sugestão operacional do autor foi a de que o critério dessa definição sempre deve ser dado pelas características mais exteriores do fato em questão, que precisam ser suficientemente gerais para implicar todos os fenômenos entendidos como sendo o objeto da investigação. Desse modo, importaria determinar qual definição de moral dá conta de todos os fatos considerados morais. Para encontrar critérios objetivos, sem apelar a nenhuma teoria pré-existente, seria preciso fazer apelo à “sensação” e à “combinação”. Nesse caso, a sensação não se refere a uma tomada de posição filosófica, mas diz respeito à natureza do próprio dado, enquanto algo existente, distinto das simples intuições subjetivas:

Ora, no momento em que a pesquisa vai apenas começar, quando os fatos não estão ainda submetidos a nenhuma elaboração, os únicos desses caracteres que podem ser atingidos são os que se mostram suficientemente exteriores para serem imediatamente visíveis. Os que estão situados mais profundamente são, por certo, mais essenciais; seu valor explicativo é maior, mas nessa fase da ciência eles são desconhecidos e só podem ser antecipados se substituirmos a realidade por alguma concepção do espírito. Assim, é entre os primeiros que deve ser buscada a matéria dessa definição fundamental. (Durkheim: 1999a, p. 36)

Assim, ficou estabelecido que em seu estudo da moral o sociólogo deveria partir da consideração de fatos objetivos, como sistemas jurídicos, provérbios populares, etc., ou seja, de tudo que consiste em certa expressão da moral existente, para, então, verificar as características comuns mais evidentes, de modo a encontrar uma definição que seja suficientemente abrangente, que compreenda todos os fenômenos que pretende estudar. Esse procedimento é bastante importante; dependendo da maneira como se define inicialmente o objeto, este terá ou não o caráter de uma coisa, o que só ocorre com uma definição objetiva, que exprima as propriedades inerentes aos fenômenos e – novamente – não as idéias que deles se faz.

Uma vez realizada a definição, segue-se a etapa de classificação, de segmentação e ordenação das diversas espécies de fatos observados que implica, por exemplo, não tanto a definição geral de moral, mas os tipos de moral abrangidos: doméstica, profissional, cívica. Isso permite ao pesquisador identificar as diversas ordens de um fenômeno de uma mesma espécie, apontar as diferenças e o que possuem em comum, (por exemplo, o que permite que esses diversos tipos sejam todos considerados como moral). Assim, a classificação introduz um grau a mais de complexidade na etapa de observação, e fornece um quadro mais preciso da realidade investigada.

Depois de resolvidos os problemas relativos à observação dos fatos, Durkheim se preocupou em definir o que é possível ao sociólogo fazer com esses dados, como se poderia explicá-los. Quanto a esse ponto o autor introduz logo de início a tese de que em Sociologia não seria fecundo que o pesquisador se lançasse na busca de uma explicação finalista do fenômeno, tal como o fizeram os precursores, precisamente porque considera que os fenômenos sociais não surgem porque os homens (únicos seres capazes de determinar uma finalidade) sentiram de maneira consciente a necessidade de tal ou qual fato. Dessa perspectiva, não é por desejo de alguém que os fatos são criados, mas por uma “força”, por uma “causa eficiente”. Nesse contexto, a “função” de um determinado fato social deveria ser buscada apenas em um segundo momento, dado que Durkheim a considera apenas como fator de “seleção” dos fatos existentes, e não aquilo que os faz surgir.

Rejeitando as teorias que pretenderam buscar na própria natureza humana a explicação para a gênese dos fatos sociais, que a seu ver fracassaram em expor as razões do caráter coercitivo que lhes é inerente, Durkheim propõe a sociedade como o locus em que se deveriam garimpar as suas possíveis causas, as forças que lhe deram origem. Afinal, segundo o autor, “descartado o indivíduo, resta apenas a sociedade; é portanto na natureza da própria sociedade que se deve buscar a explicação da vida social. Como ela supera infinitamente o indivíduo tanto no tempo como no espaço, concebe-se, com efeito, que seja capaz de impor-lhe as maneiras de agir e de pensar que consagrou por sua autoridade” (Durkheim, 1999a: p.104).

Em suma, é isso o que fundamenta a regra da “explicação”, com qual o autor prescreve que um fato social deve ter sua causa buscada em outro fato social anterior a ele, e o mesmo vale para sua função, que deve ser sempre social. Tendo postulado a moral como um fato social, tem-se como corolário que também no que se refere à moral, esta deve ter sua causa e sua função explicadas socialmente, leia-se, em relação a outro fato social.

Finalmente, no último capítulo do livro, Durkheim discute o tema que concerne diretamente ao problema da prova e demonstra como estabelecer relações constantes entre fenômenos, que podem ser chamadas de “leis”. Como dito

anteriormente, o método científico aceito à época era o método experimental; assim, tornando possível a experimentação em Sociologia, esta poderia responder satisfatoriamente à “exigência da prova”. Contudo, como a experimentação direta não é possível, dada a natureza singular dos fenômenos sociais, o autor propôs o recurso ao que chamou de “raciocínio experimental”.

Grosso modo, a proposição é a de que esse raciocínio experimental ocorre mediante a comparação das variações concomitantes entre os fenômenos investigados e apóia-se sobre a premissa de que a um mesmo efeito corresponde sempre uma mesma causa. Para o autor, esse seria o procedimento mais adequado às exigências das Ciências Sociais, à medida que garantiria resultados suficientemente seguros, mesmo com a análise de uma quantidade pequenas de fatos, pois, “tão logo se prova que, em um certo número de casos, dois fenômenos variam um de acordo com o outro, podemos ter a certeza de estar na presença de uma lei” (1999a: 136)⁷.

III. Da Teoria à Operacionalização: A Aplicação do Método Sociológico aos Fatos Morais

A determinação de Durkheim em dedicar-se ao estudo científico da moral é algo evidente desde o princípio de sua carreira. De fato, foi com esse espírito que redigiu sua tese de doutorado *De la Division du Travail Social*, defendida no ano de 1893, e reconheceu essa motivação no prefácio à primeira publicação do texto, quando escreveu que “este livro é, antes e mais nada, um esforço para tratar os fatos da vida moral a partir do método das ciências positivas”. Afinal de contas, considerava a própria divisão do trabalho como um fenômeno moral.

Para poder vislumbrar com maior precisão de que maneira as diversas etapas do seu procedimento metodológico estão presentes, é importante começar pela parte inicial da introdução ao livro que, como mencionei anteriormente, consta apenas da primeira edição. Nesse texto, Durkheim tem como objetivo maior apresentar uma definição do que considera como fato moral, o que equivale ao primeiro passo necessário para a análise do fenômeno que lhe interessa. Conforme discutido no primeiro capítulo, nessa mesma introdução, o autor inicia com uma crítica ao procedimento usualmente seguido pelos moralistas, que partiam sempre da definição de um princípio geral da moral para, a partir dele, deduzir todas as máximas de um sistema moral. Tomando um caminho contrário, afirma que no início da ciência não há quaisquer condições de descobrir tal princípio, tampouco de afirmar com certeza sua existência; portanto, a definição que buscou não era uma definição “essencialista” mas, seguindo os parâmetros metodológicos defendidos pouco depois em suas Regras, procurou estabelecer uma definição que servisse unicamente para delimitar, a partir dos caracteres mais exteriores, aquilo que seria considerado como “moral”, isto é, quais dentre os fatos pertencentes ao domínio da realidade mereceriam esse título e, portanto, poderiam ser objeto da investigação empírica proposta.

Tendo debatido com os autores da Filosofia Moral e demonstrado a inadequação de seus procedimentos, na terceira parte desse texto, Durkheim introduz o problema da “definição inicial” que deveria orientar a pesquisa. Isso equivale a estabelecer como é possível reconhecer os fatos morais, o que deveria ser possível a partir da observação de um sinal exterior e visível, e não com uma fórmula que pretenda exprimir sua essência: a primeira característica de todo fato moral é a de que se trata de uma regra de conduta; não obstante, ressalva o autor, esse não é um traço exclusivo da moral, uma vez que há inúmeras regras que não são morais: regras de higiene, regras técnicas, etc. Portanto, deve-se ainda buscar outros elementos, igualmente exteriores, mas que lhes sejam peculiares.

Durkheim dá continuidade ao processo de “definição do conceito” com uma argumentação logicamente estruturada, que se apóia em fatos previamente observados. A primeira constatação que traz para discussão é a de que o que há em comum em toda regra moral é o fato de que todo ato contrário a sua prescrição provoca sempre uma reação punitiva por parte da sociedade, o que não acontece com as demais regras. Essa “reação” ocorreria de uma maneira necessária, e, de acordo com cada infração, sempre é previsível qual será o tipo de reação; afinal, “tout le monde sait par avance ce qui se passe si ce acte est reconnu comme contraire à la règle soit par les tribunaux, soit par l’opinion publique” (1975b[1893], p.273). Essa reação necessária e predeterminada é denominada “sanção”, doravante um elemento definidor do fato moral, na medida em que afirma de início que todo fato moral consiste em uma regra de conduta sancionada. Trata-se na verdade, da característica mais exterior que revela o caráter obrigatório da moral, é o símbolo mesmo da obrigação.

Segundo Durkheim, esse procedimento evitaria interpretações subjetivas, que poderiam considerar obrigatórias coisas que não o são e vice-versa. Quando se recorre à sanção, esse risco é evitado, uma vez que se trata de um elemento que emana da própria regra e se manifesta exteriormente, garantindo maior grau de objetividade na seleção dos fenômenos desse tipo. Embora considere as regras contempladas pelo direito como parte da moral, em um sentido mais amplo, afirma ser possível definir a moral em sentido mais estrito, para diferenciá-la do campo do direito; o que as define e denota toda sua peculiaridade é que essas regras sempre que violadas são reprovadas pela opinião pública, que censura o agente transgressor. A maior diferença entre esse tipo de pena e a pena legal é que, no primeiro caso, a pena é imputada por toda a comunidade, de maneira dispersa, enquanto na segunda é organizada e administrada por um corpo de profissionais. É verdade, observa Durkheim, que a censura pública pode ser acompanhada de uma pena legal; entretanto, considera que apenas as regras às quais corresponde uma sanção repressiva difusa é que podem ser consideradas morais, no sentido mais usual do termo.

⁷ Essa parte consiste no aspecto mais fortemente datado de sua metodologia. Para uma discussão mais abrangente acerca de todas as implicações relativas ao sexto capítulo de *As Regras* isso é, sobre a lógica da prova, ver Berthelot, 1995 e, especialmente, Massela, 1996 e 2002.

Feitas essas considerações o autor examina alguns exemplos, com a intenção de verificar se sua definição abrange tudo aquilo que considera moral e, ao mesmo tempo, se não inclui nenhum fenômeno que não seja desse tipo. Confirmada a validade de sua definição, acrescenta ainda que a sanção difusa a ser considerada é aquela ligada à “média” das sociedades de um mesmo tipo, o que estabelece um critério para que o pesquisador possa verificar o que é moral para cada sociedade, evitando que julgue como moral elementos que nada tem de moral em determinado contexto. Portanto, essa definição inicial de moral é inteiramente formal. Portanto, antes de iniciar seu estudo sobre a divisão do trabalho, Durkheim (1975b [1893], p.287) conclui essa parte mais teórica e geral de sua introdução, apresentando a seguinte definição de fato moral, que será a referência na condução de sua análise subsequente:

On appelle fait moral normal pour une espèce sociale donnée, considérée à une phase déterminée de son développement, toute règle de conduite à laquelle une sanction répressive diffuse est attachée dans la moyenne des sociétés de cette espèce, considérées à la même période de leur évolution; secondairement, la même qualification convient à toute règle qui, sans présenter nettement ce critère, est pourtant analogue à certaines des règles précédentes, c'est-à-dire sert aux mêmes fins et dépend des mêmes causes.

Continuando em sua introdução, na parte publicada em todas as edições posteriores, esforça-se em apresentar as razões pelas quais a divisão do trabalho preenche todas essas características podendo ser considerada como um fato moral, o que justificaria que se tratasse de um objeto atinente à Ciência da Moral. Resolvida essa questão, lança-se à minuciosa tarefa de analisar dos resultados de sua pesquisa, dividida em três partes: explicar a função da divisão do trabalho, expor suas causas e, finalmente, expor e classificar as formas anormais desse fenômeno.

Não interessa aqui remontar e discutir cada etapa desse importante trabalho – seria necessária uma outra tese para que tal tarefa fosse possível!- mas tão somente apontar em que medida essa análise pode ser vista como um primeiro exemplo de aplicação do método científico ao estudo de um fenômeno moral. Pelo estudo da função, Durkheim introduziu o problema da solidariedade social, afirmando que a divisão do trabalho tem como finalidade garantir a coesão entre os indivíduos de uma sociedade complexa, o que o levou à tese sobre a divisão das sociedades entre os tipos que possuem solidariedade mecânica e aquelas em que se produziu solidariedade orgânica.

Em relação às causas da divisão do trabalho, procurou buscá-las mediante referência ao aumento da densidade populacional, que teria gerado certas necessidades específicas; portanto, procurou seguir a regra, explicitada posteriormente no livro de 1895, de que um fato social (divisão do trabalho) só poderia ter como causa um outro fato social, nesse caso, o aumento da densidade populacional.

Nisso há um aspecto que interessa particularmente a esse estudo, e que se refere ao fato de que a partir de uma definição bastante geral da regra moral, a discussão da divisão do trabalho possibilitou o contato com regras concretas, reais, que lhe permitiriam, após certo tempo de estudo, avançar alguns passos a mais em seu conhecimento a respeito dessa realidade. Conforme o próprio autor observou em sua conclusão (Durkheim: 1999b, 419), “as necessidades de nosso tema obrigaram-nos a classificar as regras morais e passar em revista suas espécies principais”, com isso, julgou que “estamos, assim, em melhores condições do que no início para perceber, ou pelo menos para fazer conjecturas sobre, não mais apenas o signo exterior, mas o caráter interno que é comum a todas elas e que pode servir para defini-las”. Como principal avanço no conhecimento a respeito das regras morais, apontou inicialmente sua divisão em dois “tipos gerais”, aquelas caracterizadas por uma “sanção repressiva” e aquelas identificadas por “sanção restitutiva”, sendo que a primeira existe em correlação com a solidariedade do tipo mecânico, enquanto a segunda é vinculada à solidariedade orgânica. Como resultante dessa primeira análise, chegou a uma conclusão mais genérica, que permitiu a seguinte definição a respeito do direito e da moral, a qual, de certa forma, pode ser lida como a expressão de uma “lei”, como algo característico de toda e qualquer regra moral:

Podemos dizer, pois, de maneira geral, que a característica das regras morais é que elas enunciam as condições gerais da solidariedade social (...). É moral, pode-se dizer, tudo o que é fonte de solidariedade, tudo o que força o homem a contar com outrem, a reger seus movimentos com base em outra coisa que não os impulsos de seu egoísmo, e a moralidade é tanto mais sólida quanto mais numerosos e mais fortes são esses vínculos. (Durkheim, 1999b: p.420)

Essa definição, mais ampla que a definição inicial, também não tem a pretensão de ser exaustiva, tampouco exprimir a essência única da moralidade. Trata-se apenas, segundo Durkheim, de uma formulação que diz algo mais sobre a natureza da moral, e que será incorporada e ampliada em seus estudos posteriores sobre o problema. Isso é algo que pode ser constatado com a leitura de suas aulas sobre a Física dos Costumes e do Direito, publicadas em livro com o título de Lições de Sociologia, em que estão presentes vários dos argumentos já apresentados em Da Divisão do Trabalho e em que, ao mesmo tempo, são introduzidos novos níveis de análise e novas conclusões, possivelmente resultantes do estudo de outras dimensões da realidade moral.

Essa obra é particularmente importante para o presente trabalho, especialmente em virtude da preponderância que Durkheim lhe atribuiu no plano geral do livro que pretendia escrever, *Morale*, síntese de sua concepção sobre esse problema e expressão do que supunha dever ser um estudo de Ciência da Moral. Essa inferência é possível graças ao registro que Mauss (1920) nos deixou a respeito da estrutura que Durkheim havia esboçado para o livro, bem como as lições das quais extrairia o conteúdo dos capítulos. Em uma nota à publicação da introdução ao livro que, como já mencionei, foi a única parte integralmente redigida por Durkheim, Mauss (1975b: 313) afirmou que “le manuscrit était sur la table de Durkheim, classé dans un dossier avec un certain nombre de résumés de leçons dont, évidemment, il avait l'intention de se servir. Quelques-unes seulement sont étrangères au sujet. Mais la plupart datent d'un Cours de morale professé à la Sorbonne avant

la guerre. Il allait y puiser, dans un ordre déjà établi, éprouvé, les idées des chapitres suivants.” Esse “Cours de Morale” a que Mauss se refere mantinha basicamente a mesma estrutura do curso Physique des Mœurs et du Droit, sobre o qual irei me deter brevemente, com o intuito de refletir de que modo essas lições podem ser consideradas como exemplo paradigmático de um trabalho de Ciência da Moral, tal como Durkheim a imaginava.

Nesse texto (2002a), Durkheim principia a discussão definindo o seu objeto, os fatos morais e jurídicos, entendidos como regras de conduta sancionadas, e precisando o escopo de sua investigação ao postular que tal ciência deveria preocupar-se em investigar dois tipos de problema. O primeiro deles se refere à genealogia e à finalidade, isto é, ao problema da causa e da função, que implica determinar “como essas regras se constituíram historicamente, ou seja, quais são as causas que a suscitaram e os fins úteis que elas preenchem” (2002a, 1). O segundo problema questiona sobre seu funcionamento, ou seja, sobre “a maneira pela qual elas funcionam na sociedade, ou seja, pela qual são aplicadas pelos indivíduos” (idem).

Antes de prosseguir na análise propriamente dita, o autor tece algumas considerações relativas à definição apresentada de moral, especificando aquilo que entende ao afirmar que a moral é um tipo de regra sancionada. Retomando questões já apresentadas em *De la Division du Travail Social*, o autor insiste sobre sua concepção de “sanção”. Afirmando tratar-se de algo que não está ligado à natureza intrínseca do ato em si, sustenta que depende inteiramente da natureza da relação com a regra que proíbe o ato, ou seja, é a consequência que resulta do ato, mas não de forma imediata. Trata-se de uma consequência mediada pela entidade que criou a regra, a sociedade e é precisamente pela presença da sanção que se pode ter a certeza de estar diante de uma regra moral ou jurídica.

A sanção é, portanto, o sinal mais exterior da regra, o que justifica que se principie por seu estudo, antes de chegar à regra mesma. Segundo a afirmação do autor, a primeira parte desse mesmo curso havia sido dedicada ao estudo das sanções, quando “distinguímos os diferentes tipos de sanções: penais, morais, civis – buscamos saber qual sua origem comum e como, a partir dessa origem, elas foram determinadas a se diferenciar” (Durkheim: 2002a, p.3). O conteúdo relativo a essa primeira parte do curso, não foi publicado em *Lições de Sociologia*, que compreende apenas as lições relativas à segunda etapa, o estudo das regras mesmas, que “é o que constitui a parte essencial e central da ciência”. Contudo, com o quadro apresentado por Alpert (1945, p.78), em que há um resumo de todos os cursos ministrados por Durkheim, é possível inferir que essa primeira parte do curso *Physique des Mœurs et du Droit* contemplava basicamente a discussão sobre as sanções que está presente no livro *De la Division du Travail*.

O que decorre disso é que a análise exposta na segunda parte do curso, e que deveria integrar o livro *Morale*, é entendida por Durkheim como um momento mais avançado de seus estudos sobre o tema, precisamente porque foi possível adentrar na investigação das próprias regras. Seguindo seus cânones metodológicos, antes de passar para a etapa da explicação do conjunto das regras observadas, procurou apresentar uma classificação. Inicialmente, divide a regra moral em dois tipos, quais sejam, a moral “universal” cujas regras seriam aplicadas indistintamente a todos os homens, e a moral “particular”, cujas regras não se referem à qualidade de homem em geral, mas às suas características específicas.

Entre as regras do primeiro grupo, há ainda uma segunda divisão, entre as que prescrevem as relações de cada um consigo mesmo, referentes a uma moral individual, e aquelas que regulamentam a conduta em relação aos outros homens, configurando aquilo que se poderia chamar de “moral relacional”. São duas partes da moral, que se referem ao homem enquanto tal; contudo situam-se em extremos opostos da ética. A moral universal individual tem apenas como função “fixar na consciência moral do indivíduo as bases fundamentais e gerais de toda a moral”, afinal, “é sobre essas bases que repousa todo o resto” (2002a, p. 5). Por outro lado, a moral relacional é considerada como a parte mais sublime, culminante da ética, conquanto “determina os deveres que os homens têm uns para com os outros, pelo simples fato de serem homens” (idem).

As regras do primeiro tipo não nos são dadas a conhecer neste livro, porque foram abordadas na primeira parte do curso⁸, enquanto as regras do segundo tipo são abordadas na parte final, em que discute as regras que proíbem o homicídio e as que regulam o direito de propriedade. Note-se bem que essa parte da moral é considerada “universal” não porque Durkheim as considere universalmente válidas, mas porque, segundo demonstram os fatos, são regras que as sociedades observadas aplicam a todos os homens, significando que são concebidas sobre premissas que levam em conta atributos do homem em geral, independentemente da classe social, da profissão, da idade, do gênero etc.

Entre a “moral universal individual” e a “moral universal relacional”, estariam as regras da “moral particular”, que se divide em três tipos: a “moral doméstica”⁹, que delimita diferentes obrigações em função do sexo, da idade, do papel ocupado na hierarquia familiar, cuja combinação é particular a cada tipo de sociedade; a “moral cívica”, que concerne à relação do homem com o Estado, que determina os deveres do cidadão, imensamente variável, dependendo do tipo de governo adotado; finalmente, a “moral profissional”, que comporta as regras mais específicas e menos genéricas. Assim, em cada uma das lições, o autor dedica-se a um estudo minucioso desses diversos tipos de moral, com intuito de apreender a

⁸ Infelizmente, não há nenhum texto mais sistemático em que Durkheim aborde essa parte da moral; é provável que essa parte de seu manuscrito tenha se perdido junto com alguns documentos do autor, destruídos em um incêndio durante a Segunda Guerra. Entretanto, o quadro das disciplinas ministradas por Durkheim, apresentado por Alpert (1945, 78) no ano de 1937, permite ter uma idéia do conteúdo dessa parte do curso, que deveria abordar a “a obrigação moral subjetiva enquanto experimentada pelo sujeito”, a responsabilidade, a consciência moral, o mérito etc.” Além, disso, na nota à publicação de “introduction à la Morale”, Mauss (1920), referindo-se às anotações de Durkheim que deveria indicar o conteúdo do livro, afirmou que a primeira parte do livro deveria se alimentar, dentre outras, das seguintes lições: 1. Jugement de valeur et idéal (publicado em *Sociologia e Filosofia*), *La Conscience Morale Individuelle et la Morale Objectif* (*Morale et Conscience Morale*), que não foi publicado.

⁹ Assim como no caso da moral individual, as lições sobre a moral doméstica compunham a primeira parte do curso, e nunca chegaram a ser publicadas. A idéia mais geral sobre essa dimensão da moral pode ser apreendida em alguns artigos escritos em circunstâncias diversas, sobre o tema da família, da vida conjugal, do divórcio, etc. Esses artigos estão reunidos na primeira parte da coletânea *Textes*, terceiro volume, organizada por Victor Karady (CF. Durkheim: 1975c).

origem de cada uma, a sua função nas sociedades investigadas, suas transformações ao longo da história, o seu funcionamento, isto é, como os homens cumprem as diferentes regras, e como isso explica as variações entre sociedades de um mesmo tipo.

Para o escopo do presente estudo, não convém entrar em detalhe nas explicações oferecidas por Durkheim nem, tampouco, questionar a validade das leis que acabou por estabelecer; contudo, importa observar que, com isso, o autor procurou indicar o possível caminho a ser seguido pelo estudo científico da moral, e oferecer a seus alunos (e, futuramente, a seus leitores) aquilo que considerava como os resultados iniciais da Ciência da Moral. Na *Introduction* ao livro *Morale* deixou explícito que seu objetivo não era apresentar um “sistema” completo que explicasse a moral em sua totalidade, mas tão somente compartilhar os primeiros passos dessa ciência:

L'ouvrage dont nous donnons aujourd'hui le premier volume a pour but d'exposer, dans son ensemble, l'état dans lequel se trouve cette science, de décrire, par conséquent, et d'expliquer, dans la mesure où le permettent nos connaissances, les principaux faits de la vie morale, et de dégager de ces études théoriques les conclusions pratiques qu'elles impliquent.” (Durkheim: 1975b [1920], p. 331)

Não nos é dado, pois, olvidar a concepção mais fundamental implicada na concepção de moral de Durkheim, que a via não como uma lei geral que poderia ser apreendida em um único átimo, por uma revelação da razão. Antes, para ele, trata-se de um conjunto de regras particulares, tão vasto quanto as situações nas quais o homem se encontra em seu cotidiano. Portanto, a profundidade do conhecimento sobre a realidade moral se ampliaria na medida em que a ciência também pudesse avançar, com técnicas sempre mais precisas, e com uma quantidade e uma variedade sempre maior de fatos observados.

Bibliografia

- ALPERT, Harry. (1945) Durkheim. México, Fondo de Cultura Económica.
- BERTHELOT, Jean Michel. (1995). 1895 – L'Avènement de la Sociologie Scientifique. Toulouse, Presses Universitaires du Mirail.
- COMTE, Auguste. (1972). Opúsculos de Filosofia Social. Porto Alegre/São Paulo, Globo/Edusp.
- CORNING, Peter. (1982). “Durkheim and Spencer”. *The British Journal of Sociology*, 1982, Vol. 3, 33, pp. 359-82.
- DURKHEIM, Émile (1975a). *Textes – vol 1. Eléments d'une Théorie Sociale*. Paris: Les Éditions de Minuit, Collection: Le sens commun. Organizado por Victor Karady.
- [1895] “Lo Stato Attuale degli Studi Sociologici in Francia”, *La Riforma Sociale*, 2, vol. 3, fasc. 8, pp. 607-622, e 9 pp. 691-707.
- [1900]. “La Sociologia e il suo Dominio Scientifico”, *Rivista Italiana di Sociologia*, 4, pp. 127-148 [(1975 a).
- [1909]. “Apports de la Sociologie a la Psychologie et a la Philosophie”, extraído de “Sociologie Religieuse et Théorie de la Connaissance”, *Revue de Métaphysique et Morale*, 17.
- [1915]. “La Sociologie”, in: *La Science Française*. Paris, Larousse et Ministère de L'instruction Publique et des Beaux-Arts, vol. 1. [(1975a) Paris, Les Éditions de Minuit].
- _____ (1975b). *Textes – vol. 2. Religion, Morale, Anomie*. Paris: Les Éditions de Minuit, Collection: Le sens commun. Organizado por Victor Karady.
- [1887] “La Philosophie dans les universités allemandes.” *Revue internationale de l'enseignement* 13: 313-38, 423-40.
- [1893] “Définition du fait moral” Extrait de la “ introduction” de l'ouvrage *De la division du travail social*, Alcan, 1893, pp. 4 à 39.
- [1899]. “Remarque sur la Nature de la Religiosité”. Fragment d'une lettre adressé le 11 mai de 1899 a Gaston Richard.
- [1905]. “Remarque sur l'enseignement rationnel de la morale”; contribution à “La Moral sans dieu, essai de solution collective”, *La Revue*, 59, pp. 396-308
- [1906]. “Morale, Religion et Société”. Version française extrait de *Philosophical Review*, New York, 15, pp. 255-257. Résumé par André Lalande d'une conférence de Durkheim à l'École des Hautes Études Sociales pendant l'année scolaire de 1905-1906.
- _____ (1975c). *Textes – vol. 3. Fonctions Sociales et Institutions*. Paris: Les Éditions de Minuit, Collection: Le sens commun. Organizado por Victor Karady.
- _____ (1978). *Educação e Sociologia*. São Paulo, Melhoramentos.
- _____ (1992). “L'Enseignement de la Morale à l'École Primaire”, *Revue Française de Sociologie*, XXXIII, pp. 1609-1623.
- _____ (1994). *Sociologia e Filosofia*. São Paulo, Ícone. ([1924]. *Sociologie et philosophie*. Paris: Alcan. Preface by C. Bouglé)
- _____ (1995). *A Evolução Pedagógica*. Porto Alegre, Artes Médicas. ([1938]. *L'Évolution pédagogique en France*. Volume I: Des origines à la renaissance. Volume II: De la renaissance à nos jours. Paris: Alcan.)
- _____ (1999a). *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo, Martins Fontes. ([1893]. *De la division du travail social: étude sur l'organisation des sociétés supérieures*. Paris: Alcan.)

- _____ (1999b). A Divisão do Trabalho Social. Martins Fontes, São Paulo. ([1895]. Les Règles de la méthode sociologique. Paris: Alcan)
- _____ (2000). Pragmatismo e Filosofia. Porto, Rés. ([1955] Pragmatisme et sociologie. Paris: Vrin. Cours inédit prononcé à la Sorbonne en 1913-14 et restitué d'après des notes d'étudiants et avec Préface par A. Cuvillier).
- _____ (2001) "Educação Moral". In: Educação Sociologia e Moral. Lisboa, Res. ([1925]. L'Éducation morale. Paris: Alcan).
- _____ (2002). Lições de Sociologia. São Paulo, Martins Fontes. ([1950]. Leçons de sociologie: physique des moeurs et du droit. Istanbul: L'Université d'Istanbul. "Publications de l'Université de la Faculté de Droit," no. 3; and Paris: Presses Universitaires de France).
- FERNANDES, Florestan. (1980). Fundamentos da Explicação Sociológica. São Paulo, T.A Queiroz.
- FERREIRA, Oliveiros. (2002). "Introdução à Edição Brasileira" In: DURKHEIM, Émile. Lições de Sociologia. São Paulo, Martins Fontes.
- GIANNOTTI, José Arthur. (1980). Exercícios de Filosofia. São Paulo, TA Queiroz
- GIDDENS, Anthony. (1972). "Introduction: Durkheim's Writings in Sociology and Philosophy", In: DURKHEIM, Émile. Selected Writings. New York, Cambridge University Press.
- _____ (1973). Capitalismo e Moderna Teoria Social, Lisboa, Editora Presença, 1972.
- _____ (1981). As Idéias de Durkheim, Rio de Janeiro, Cultrix.
- _____ (1996). As Conseqüências da Modernidade. São Paulo, Unesp.
- LUKES, Steven (1984). Émile Durkheim: su Vida y su Obra. Siglo Ventiuno de España Editores, Madrid.
- MAC KENSIE, J.S. (1925). L'Éducation Morale d'Émile Durkheim, "Litteris", pp. 185-96.
- MASSELLA, Alexandre Braga. (1996), Stuart Mill, Durkheim, e a Prova das Relações Causais e Sociologia. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP.
- _____ (2002). O Naturalismo Metodológico de Émile Durkheim. Tese de Doutorado, FFLCH-USP.
- MAUSS, Mauss. (1928). "Introduction". DURKHEIM, Émile. Le Socialisme. Paris, Felix Alcan.
- MUCCHIELLI, Laurent. (1998). La Découverte du Social. Paris, Éditions la Découverte.
- _____ (2001). "O Nascimento da Sociologia na Universidade Francesa (1880-1914)". Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, nº 41, pp. 35-54.
- PARSONS, Talcott. (1937). The Structure of Social Action. Glencoe, The Free Press.

Ciência, tecnologia e comunicação

Realidade, ficção e participação: o caso das nanotecnologias

João Arriscado Nunes
Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
jan@ces.uc.pt

António Paiva de Carvalho
Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
amcarvalho@ces.uc.pt

Ângela Marques Filipe
Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
amf@ces.uc.pt

Marisa Matias
Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
marisa@ces.uc.pt

Resumo: O projecto europeu DEEPEN tem como objectivo a promoção do envolvimento e participação de cidadãos no debate sobre as implicações éticas levantadas pelo desenvolvimento das nanotecnologias. A equipa portuguesa visou a organização de grupos de discussão e de um evento deliberativo envolvendo cidadãos no debate e na produção de recomendações para os decisores políticos europeus. As grandes dificuldades da organização de exercícios de tipo participativo em tecnologias emergentes reportam-se ao facto de lidarmos com representações exploratórias, dado que os processos de desenvolvimento e investigação estão ainda em curso, promovendo interessantes

mesclas entre o real e o ficcional. Esta aparente dificuldade pode, no entanto, transformar-se na possibilidade de os exercícios terem um carácter vinculativo e material, influenciando esses mesmos processos de I&D em Ciência e Tecnologia. Uma segunda fragilidade, comum à maior parte dos exercícios designados como tecnologias participativas, e que foram amplamente realizados no âmbito por exemplo de aplicações em biotecnologia, prende-se com uma definição relativamente “fechada” do que pode contar como deliberação e argumentação racional, enclausurando a capacidade de participação dos cidadãos.

Através do recurso a algumas inovações, inspiradas em visões emancipatórias do teatro e da performance, procurou-se quebrar esta tendência hegemónica, o que surtiu efeitos interessantes ao nível dos objectos que foram sendo construídos.

Através da presente comunicação, reflectiremos acerca da performatividade da metodologia utilizada e de que forma é que esta abordagem inovadora recriou as próprias aptidões dos participantes para a participação em temáticas de C&T, nomeadamente no que concerne às tecnologias emergentes.

1. Introdução

Apesar de ser difícil encontrar uma definição universalmente aceite para as nanotecnologias, conceptualmente elas podem ser definidas como “a habilidade para controlar a composição de moléculas e átomos, na magnitude de 100 nm até 1.0 nm” (Wood, Jones, & Geldart, 2003 apud Bowman, Diana; Hodge; Graeme 2007: 2).

Apesar de, actualmente, existirem aproximadamente 500 produtos a incorporarem nanotecnologia, são as aplicações futuras que apontam eventuais benefícios sociais, incluindo melhorias no tratamento e diagnóstico médicos, fontes de energéticas mais eficazes e produtos electrónicos mais leves, rápidos e baratos (ibid.). A perplexidade causada pelo desconhecimento em relação aos efeitos da introdução de uma tecnologia ainda bastante exploratória motivou a realização de exercícios em que os cidadãos são chamados para se pronunciarem em relação às suas possíveis implicações éticas.

Em Portugal, no âmbito do projecto de investigação DEEPEN, financiado pela Comissão Europeia, procedeu-se à realização de grupos de discussão que foram posteriormente transformados em oficinas de construção partilhada do conhecimento.

À preocupação em chamar os cidadãos para o processo de desenvolvimento das nanotecnologias juntou-se a necessidade de aplicar uma metodologia que possibilitasse aquilo que Freire designava de transitividade, a partilha do conhecimento no processo educativo e a possibilidade de troca de papéis entre o educador e o educando, para que o processo de aprendizagem não se assemelhe a uma colonização (produzindo um conhecimento de tipo “bancário” ou “nutricional”, em que o educando se resume a um mero repositório de conhecimento). Para responder a esse desafio, decidiu-se implementar a técnica do “Teatro do Oprimido”, de Augusto Boal, inspirada na pedagogia de Paulo Freire.

Através deste texto iremos esclarecer a metodologia utilizada para a preparação dos grupos de discussão, referindo-nos ao Teatro Fórum de Augusto Boal, à forma que os participantes encontraram para constituir as suas preocupações, transformando-as num Sketch ou numa pequena peça, assim como à performatividade associada ao processo – assumindo a impossibilidade de uma metodologia neutra, constata-se que o objecto de pesquisa é co-produzido entre investigador e investigado. Nesse sentido, a preocupação patente reporta-se à política ontológica (Law, 2002; Mol, 1999) – por que tipo de metodologia devemos optar quando sabemos que ela vai condicionar e constituir a realidade que observamos/criamos, ainda para mais quando se trata, neste caso específico, da co-construção de representações sobre uma tecnologia emergente?

Na secção final deste artigo iremos estabelecer uma reflexão acerca da “tentativa” de introdução deste tipo de metodologia “participativa” e “transitiva” e dos outputs criados, explorando a noção de que houve a atribuição de um carácter teatral ou ficcional àquilo que era uma resolução eminentemente “ética” e política.

2. A organização dos grupos de discussão

Os grupos de discussão foram elaborados da seguinte forma: dois conjuntos de sessões foram organizados, cada um deles composto por duas sessões separadas. Para cada sessão, os participantes eram seleccionados com base num critério específico. Uma terceira sessão envolvendo ambos os grupos que participaram em cada uma das sessões individuais foi posteriormente organizada, e cada grupo de participantes foi incentivado a preparar e realizar uma performance onde as suas preocupações, questões e propostas de resposta eram disponibilizadas para o outro grupo. Isto foi seguido por uma discussão, condicionada pelo desenho performativo proposto por cada grupo.

Quatro grupos de participantes foram constituídos com base no seu comprometimento com preocupações específicas que se esperava como relevantes para as suas posições em torno das nanotecnologias. Cada par de grupos incluiu um grupo “preocupado” (concerned) e um grupo estranho (stranger). O grupo “preocupado” era constituído por participantes ligados a associações, organizações ou movimentos com algum peso em assuntos potencialmente afectados em diversas formas por desenvolvimentos nas nanociências e nanotecnologias (como organizações de pacientes, de ambiente, de direitos do consumidor, direitos humanos e de justiça social). O grupo “estranho” era composto por participantes que não tinham ligações permanentes ou comprometimentos com organizações ou movimentos, estando envolvidos no exercício apenas como cidadãos individuais associados a actividades ou práticas possivelmente afectadas pelas nanotecnologias.

As sessões, envolvendo cada um dos grupos em separado, começaram com uma introdução geral ao projecto DEEPEN e aos seus objectivos. Os participantes foram depois convidados a apresentarem-se, assim como as razões que pensavam estarem por detrás do convite para a sua participação. Depois desta introdução geral, três slides foram projectados: a) definições e conceitos de nanotecnologia b) a nanotecnologia hoje em dia c) para onde vai a nanotecnologia? Isto foi

seguido por uma discussão de cada slide que foi depois transformada numa discussão geral onde os participantes eram encorajados, em função das suas experiências, a pensarem os problemas e potencialidades associados à nanotecnologia. Esta primeira sessão decorreu num dia da semana. Antes da sessão, os participantes receberam alguma informação sobre nanotecnologia. Ao longo da sessão, um membro da equipa foi tomando notas do debate para poder recolher alguns dos argumentos, enunciados e ideias que se iam destacando na discussão. Depois da discussão, estas notas (highlights) foram utilizadas como recursos para um exercício colectivo de mapeamento dos principais tópicos para a organização dos exercícios de performance a serem levados a cabo na sessão conjunta dos grupos. Uma versão impressa dos slides, a lista dos highlights e uma lista de sites sobre nanotecnologias foram providenciados como ferramentas para a preparação dos participantes no âmbito das suas performances. As sessões foram gravadas via áudio, documentadas visualmente através de fotografias e as performances foram também recolhidas em vídeo.

As sessões reservadas para as performances foram levadas a cabo durante o fim-de-semana. Depois de uma breve revisão do encontro, os participantes foram convidados a discutirem o que se julgava serem os temas chave que tinham emergido da discussão de há alguns dias atrás. Eles deveriam posteriormente escolher um ou mais tópicos para serem apresentados ao outro grupo na forma de uma performance. Neste ponto, os participantes eram deixados sozinhos para desenvolverem os seus guiões ou cenários para as performances, tentando chegar aos seus ‘temas geradores’ (Freire, 1970). Este exercício foi inspirado nas técnicas do Teatro Fórum, que iremos posteriormente analisar. Aos participantes era pedido que desenhassem uma história ou um guião e que o desenvolvessem na forma de uma apresentação que acabou por assumir várias formas, desde um Sketch, o contar de uma história, a simulação de um programa em directo de Televisão ou uma reunião de um painel de peritos. As performances eram para ser desenhadas seguindo o desenho do Teatro Fórum, onde os ‘actores’ pudessem ser desafiados por membros do outro grupo, eventualmente tomando o papel original das personagens do Sketch, história ou simulação. As apresentações / performances foram seguidas por uma discussão geral, que incluiu sugestões acerca de como providenciar feedback sobre os resultados do projecto para os participantes.

Na primeira semana, as sessões envolveram um grupo de membros de organizações de pacientes/ saúde (com a presença de dois médicos) e um grupo de praticantes de actividades associadas à promoção do corpo natural e de um estilo de vida saudável. As organizações de pacientes têm grandes preocupações que intersectam tópicos sob discussão em relação à nanotecnologia. Pesquisa anterior, realizada pelo CES (nomeadamente no âmbito do Projecto de Investigação Europeu Meduse) veio demonstrar que os membros da maior parte das organizações de pacientes tendem a ser confiantes nas potencialidades da ciência e tecnologia e nos efeitos positivos de cooperação ou redes com a indústria. De facto, notou-se a expectativa que a sua condição de pacientes e o seu bem-estar pudessem ser melhorados através de aplicações nanotecnológicas para a medicina (como em relação aos diabéticos e aos pacientes oncológicos). As mesmas expectativas emergiram em relação a problemas coronários, devido aos avanços potenciados pela nanotecnologia na medicina reconstrutiva. O segundo grupo focou-se mais nos possíveis problemas que poderiam emergir da progressiva artificialização da natureza e dos seres humanos.

Na segunda semana os grupos eram maiores. O grupo concerned incluiu participantes do ambiente, justiça social e grupos de acção local. O grupo stranger combinou na realidade dois subgrupos, um associado a noções de autonomia e agência e outro compreendendo ‘utilizadores confiantes’ (confident believers). Considera-se que os grupos mais proeminentes e activos associados com o ambiente, justiça social e cidadania são associações nacionais e as suas filiais locais ou regionais ou então entidades baseadas localmente. Estas causas convergem em torno de reivindicações mais alargadas em termos de justiça e direitos humanos e habitualmente estão direccionadas para questões de governação e regulação. Os participantes identificados como confident believers ou caracterizados como ‘autonomia e agência’ foram reunidos conjuntamente como um grupo. Experiência anterior em investigação, nomeadamente com biotecnologia, mostrou que a condição de utilizador confiante pode ser selectiva dependendo das tecnologias específicas e das aplicações em causa. A crença dos cidadãos nos benefícios de aplicações médicas pode coabitar com a desconfiança em relação a outras aplicações ou com a crítica a falta de regulação apropriada. Logo, é difícil estabelecer uma clara divisão entre os dois grupos.

No dia 28 de Janeiro, conduzimos uma sessão com o concerned group, composto por representantes de uma associação portuguesa de consumidores, uma ONG de saúde pública, uma associação cívica local, o grupo de voluntários do hospital pediátrico local, uma associação nacional de cegos e amblíopes, uma associação nacional de protecção da natureza, um grupo ambiental activista e um grupo local de justiça e de acção para a paz. Estes grupos associam-se a preocupações acerca do impacto da tecnologia na natureza, em pessoas distantes e na justiça social e tendem a fundir-se parcialmente com conjuntos mobilizados em torno de tópicos de cidadania local, justiça social e consumo.

No dia seguinte, o stranger group reuniu, com oito participantes. Quatro foram seleccionados pelas suas visões confiantes e genericamente optimistas acerca de ciência e tecnologia. O recrutamento para este grupo foi efectuado através de e-mail e telefone através da adaptação de um critério utilizado para demarcar confident believers num inquérito recente do Wellcome Trust sobre ciência e sociedade. Os participantes que se enquadravam nesta ‘categoria’ deveriam demonstrar um interesse geral pela ciência, subscrever as suas noções de progresso e manifestar confiança em que ela poderá cumprir as promessas de melhoria ambiental, potenciando uma governação segura. Os outros quatro participantes foram seleccionados através da identificação de actores relevantes que, por virtude da sua posição ou ocupação relacionada com campos como a educação, saúde ou ambiente se esperava poderem desenvolver visões críticas acerca de tecnologias emergentes e suas aplicações.

3. A questão da performatividade

A preocupação, por parte dos investigadores, em recorrerem a uma metodologia como o Teatro do Oprimido, prende-se com a consciência de que a realidade investigada é co-constituída através dos processos de pesquisa. Diferentes metodologias produzem diferentes realidades; logo, coloca-se a questão de sabermos que tipo de realidade pretendemos designar quando nos envolvemos num processo de investigação. A questão metodológica é uma questão política e ética e parte da constatação de que a ideia de uma representação “pura” do mundo e dos objectos é questionável:

(...) nenhum conhecimento está para além da crítica. Outro método pode levar-nos a diferentes conclusões (...) o conhecimento não deve ser entendido como uma imagem espelhada de objectos à espera de serem referidos. Os métodos não são uma forma de abrir uma janela para o mundo, mas uma forma de interferir com ele. Eles actuam, eles estabelecem uma mediação entre um objecto e as suas representações” (Mol; 2002, 155, tradução nossa).

Autores como John Law e Anne-Marie Mol salientam que a aplicação de uma determinada metodologia implica consigo uma carga especial, a da constituição da realidade. Apesar de, inicialmente, esta ideia poder arrastar uma certa romantização da figura do investigador, do cientista, ou de quem de uma forma ou de outra “inicia” ou “activa” uma tecnologia, o que é certo é que a dimensão “ética” ou “política” deixa de estar separada dos processos de pesquisa, emergindo a questão de sabermos que tipo de realidade desejamos constituir através das nossas investidas:

“(o método) é performativo. Ele ajuda a produzir realidades. (...) A consequência é que o método não é, e nunca pode ser, inocente ou puramente técnico. (...) A questão torna-se a de saber como fazer as coisas de maneira diferente, e o que fazer” (Law, 2004: 143, tradução nossa).

No âmbito da discussão e preparação de performances em torno de temáticas associadas às nanotecnologias, o que estava em causa era a aplicação de um método responsável pela constituição de sujeitos. Era no fundo tentar chegar à figura do “cidadão preocupado”, consciente dos impactos da nanotecnologia na sua vida, através do recurso a uma série de informação (na fase de indução) e posteriormente chegar a alguns temas “chave” (quase que lhes podemos chamar temas geradores, como em Freire, 1970) que deveriam ser “encenados”.

Seguindo a teoria performativa de Judith Butler em relação à questão do género, podemos referir alguns exemplos de formas de constituição performativa dos “sujeitos preocupados” com as nanotecnologias (a preocupação era performada para chegarmos a enunciados éticos), nomeadamente: a utilização de informação relativamente sensacionalista, em alguns dos slides, acerca de aplicações da nanotecnologia (nomadamente aplicações de ordem militar e ao nível da saúde, que se reportam a cenários distópicos); a interpelação directa por parte dos investigadores aos participantes nas sessões, tentando recolher reacções a possíveis impactos das nanotecnologias na vida quotidiana de cada indivíduo/conjunto específico; a explicação pormenorizada dos objectivos dos grupos de discussão e da técnica do Teatro do Oprimido que “deveria” ser utilizada.

Estas preocupações reportam-se aos dois aspectos que Butler considera como constitutivos de uma visão performativa da constituição do género:

“numa primeira instância (...) a forma como esta antecipação da essência do género produz aquilo que coloca como fora de si. Em segundo lugar, a performatividade não é um acto singular, mas uma repetição e um ritual, que alcança os seus efeitos através da sua naturalização no contexto de um corpo, entendido, em parte, como uma duração temporal sustentada culturalmente.” (Butler, 1990: xv)

A figura do cidadão preocupado com os impactos éticos da tecnologia é constituída através da antecipação das “figuras de preocupação”, do despertar da reacção em relação à distopia, à aplicação “indesejável”. Esta figura mantém-se unida através de uma constante remissão às problemáticas em causa, orientando a discussão, introduzindo nova informação, procurando manter “unidas” múltiplas representações sobre o objecto nanotecnologia, atribuindo-lhes um significado, enriquecido por noções como responsabilidade, autonomia, preocupação, projecção do futuro ou previsão.

Depois de constituído o sujeito (nas sessões de brainstorming e indução), ele é, de certa forma, “abandonado” à sua sorte. Os participantes são deixados sozinhos para desenvolverem o modelo da sua apresentação. Com uma condição: devem fazê-lo preferencialmente de forma a que noções associadas ao Teatro Fórum possam ser implementadas. A presença anterior dos investigadores serve para que a fórmula seja explicitada e apreendida, e os participantes são deixados a braços com as suas preocupações e com noções básicas da metodologia a adoptar. E esta não é uma metodologia qualquer, é um tipo de dispositivo que parte do princípio da modificação dos indivíduos a ele submetidos. É, poderíamos chamar-lhe, uma tecnologia que tem em vista os próprios sujeitos e a sua progressiva transformação.

Partindo da noção foucauldiana de tecnologias do sujeito (Foucault, 2006), podemos considerar a técnica do Teatro do Oprimido e a própria noção de educação em Freire como metodologias que envolvem, em certo grau, a definição de como deve ser constituído o sujeito para que ele possa aceder à verdade e de quais as suas dimensões que devem ser transformadas para que seja fomentado esse mesmo acesso (Foucault, 2006: 29).

Não será este o espaço para discutirmos, aprofundadamente, de que forma as fundamentações teóricas e as aplicações das metodologias de Boal e Freire visam uma transformação deliberada do ser dos sujeitos (em Freire as noções de conscientização e consciência transitiva crítica reflectem isso mesmo). O que é interessante é que uma certa performatividade, alcançada através de outra técnica, iria “modelar” a realidade de outra forma. O que tornou tão

interessante a realização destes grupos de discussão foi o facto do próprio método utilizado ter em si (e de forma explícita no aparato “teórico” que o sustenta, nomeadamente a obra de Freire e de Boal) um alcance performativo, assumindo-se como uma tecnologia que visa a redefinição do sujeito na sociedade e, ultimamente, a transformação dessa mesma sociedade.

Iremos, nas próximas páginas, explicitar as linhas gerais do modelo que sugerimos aos participantes para a organização das suas performances.

4. O teatro do Oprimido

Podemos caracterizar o Teatro do Oprimido como um conjunto de metodologias, (conjunto designado por Arsenal) que visa facilitar a identificação e a resolução de um problema de índole social (apesar do conjunto de técnicas presentes no “Arco-íris do Desejo se reportar a aplicações de ordem da terapêutica), fomentando processos de transformação.

Iremos explicar o método que aplicámos no âmbito da discussão sobre nanotecnologia, o Teatro Fórum, uma das várias ramificações do TO. Segundo Boal, o procedimento deve iniciar-se com os participantes a contarem uma história em torno de um problema social ou político de solução difícil, seguido de uma encenação de dez ou quinze minutos ilustrando o problema e uma possível solução (que habitualmente reproduz o estado de opressão (Boal, 1979: 23)). Em relação à dramaturgia, Boal salienta 3 aspectos a “respeitar” – 1) o texto deve fazer com que facilmente os espect-actores (espectadores que depois assumem o papel de actores) reconheçam a ideologia de cada personagem; 2) as soluções apresentadas pelos protagonistas devem conter erros políticos ou sociais a serem analisados, na medida em que não resolvem a opressão inicial; 3) o género da peça pode ser um qualquer, desde que permita a discussão de situações concretas (Boal, 2002: 242). Outro aspecto fundamental é a possibilidade da encenação possibilitar uma generalização, isto é, as situações que estão a ser encenadas devem permitir um processo de identificação pelos espectadores, para que a opressão representada tenha uma dimensão material. No que concerne à encenação, considera-se que é necessário que haja uma actuação “física” que articule a ideologia, o trabalho e a função social da personagem e que de facto se “façam coisas”, para evitar que a audiência se prive da participação; os espectáculos devem assumir uma forma de expressão adequada ao tema que está a ser apresentado; as personagens devem ser facilmente identificáveis, de forma visual, independentemente do guião, o que exige uma adaptação do vestuário (ibid.: 243)

No final da apresentação, os participantes são questionados se concordam com a solução apresentada – a resposta negativa irá potenciar uma reencenação exactamente igual à inicial, criando um choque entre duas visões do mundo – a dos actores e a dos espect-actores, que querem uma solução alternativa, “mostrando que novas soluções são possíveis e válidas”. Deve também ser promovido um choque entre os espect-actores para que haja a urgência de modificação da peça, entendida como modificação do mundo – a transformação do mundo actual do palco que permite o desenho de um mundo possível (ibid.: 242-243).

Boal refere que o papel inicial da audiência é substituir o papel do protagonista assim que este cometa um “erro”, providenciando-se uma solução melhor. Para que tal aconteça, eles devem gritar “Stop!”, ao que os actores param imediatamente tudo o que estavam a fazer - o espect-actor que interrompeu a peça deve indicar a partir de que momento deseja substituir o protagonista, sendo a peça re-encenada a partir desse ponto, agora com o espect-actor em palco. Boal também refere que o actor substituído não deve sair imediatamente do palco, deve antes manter uma proximidade para ir “estimulando” os espect-actores. (ibid.: 244).

Quando ocorre a substituição, é também crucial que os outros actores “originais” intensifiquem a sua opressão para ilustrar quão difícil é alterar a realidade. A tensão cria-se agora entre actores e espect-actores, entre a vontade de mudar o mundo e a aceitação dele tal como ele é. Aqui a dimensão de “engajamento” com a realidade é clara através das palavras de Boal – “Os espect-actores, actuando as suas ideias, treinam para a acção na “vida real”; e os actores e a audiência, igualmente, através da actuação, aprendem as consequências possíveis das suas acções” (ibid.).

No caso do espect-actor desistir, saindo do “jogo”, o papel é tomado de novo pelo actor que o desempenhava e repete-se a solução apresentada no início. Porém, outro espect-actor pode gritar “Stop”, dizendo a partir de que fase pretende substituir o actor e propondo outra solução (ibid.).

Posteriormente, também as outras personagens (para além do protagonista) poderão ser substituídas, caso se consiga ultrapassar a opressão imposta pelos actores. Os espect-actores ao substituírem o actor em causa, podem ir elucidando acerca de novas formas de opressão. Agora as formas de opressão e de resistência são desempenhadas pelos espect-actores da audiência, enquanto os actores, fora do palco, devem encorajar os espect-actores. (ibid.).

Um desses actores, ou alguém de fora, pode assumir-se como o Joker, como o líder. As funções do Joker (ou Coringa, no original) consistem em: explicar as regras do jogo; corrigir erros cometidos e encorajar os grupos, elucidando que o Fórum deve servir quase como um espelho de um mundo a ser transformado. Este Joker “não é o presidente de uma conferência (...) nem o dono da verdade; o trabalho do Joker é simplesmente tentar assegurar que aqueles que sabem um pouco mais têm a oportunidade de o explicar, e aqueles que ousam um pouco, ousam um pouco mais e mostram aquilo que são capazes de fazer. (ibi.: 245).”

O Fórum deve terminar com a apresentação, por parte dos espect-actores, de um “modelo de acção para o futuro” (ibid.), aproximando-se da vida e do quotidiano. O palco não é o local da catarse, é o local do impulso para a acção e para a transformação permanente da realidade.

Desta forma, a ficção assume-se como uma projecção de uma realidade plástica e moldável; o palco, como espaço sagrado, assiste à ruptura das barreiras entre actores e espectadores e, dessa forma, o mundo da vida invade-o. O palco assume a função de dispersar, de reenviar para o real uma proposta de transformação, incorporada pelos que “ousaram” participar e abrir-se à possibilidade da mudança. O teatro não é encarado como uma prática confinada e relativamente restrita mas como um dispositivo performativo, que visa a reconfiguração da realidade dos sujeitos.

As explicações dadas aos participantes, ao longo dos grupos de discussão, salientaram uma série de pontos que constituem as características do Teatro do Oprimido. Veremos, no próximo capítulo, de que forma é que essas características foram incorporadas nas performances pelas quais os vários grupos optaram. Na conclusão iremos fornecer algumas linhas para compreender aquilo que, numa primeira leitura, se poderia assumir como o não cumprimento das linhas metodológicas sugeridas.

5. As performances

5.1 Grupo I

A apresentação por este grupo consistiu numa simulação de uma Comissão de Ética. A estrutura foi basicamente a seguinte: depois de uma breve apresentação do formato (Uma Comissão de Ética do Centro Virtual de Medicina Avançada dos Hospitais da Universidade de Coimbra) por um participante, foi realizada uma breve introdução, explicando a dificuldade associada ao tratamento do cancro do colo do recto, a diminuta esperança de vida a ele associada e os efeitos secundários dos tratamentos disponíveis. Posteriormente, foi anunciado que eles (a Comissão de Ética) tinham a possibilidade de experimentar um novo tratamento, que iria consistir na aplicação de quimioterapia apenas onde ela fosse necessária, não lesionando tecidos e órgãos saudáveis. Isto seria possível através da nanotecnologia, utilizando citotóxicos tendo como alvo as células malignas. Tendo em conta o carácter inovador da terapia, a Comissão de Ética assumia-se como responsável pela discussão das questões emergentes e problemas de ordem ética. Depois desta apresentação inicial, foi a vez de outro membro tomar a palavra, desempenhando o papel de alguém que elogiava a terapia e as suas vantagens em relação à quimioterapia convencional, sugerindo que não deveria haver especial regulação para controlar a pesquisa no seio da nova terapia. Os mecanismos regulatórios existentes, actualmente utilizados para ensaios clínicos, eram considerados perfeitamente aceitáveis. O interveniente adiantou também que todas as fases da pesquisa até ao teste em animais tinham sido concluídas, pelo que estava aberta a possibilidade de testar a terapia em sujeitos humanos.

Posteriormente foi a vez de outro elemento do grupo I intervir, desta vez adoptando a posição contrária, anunciando que estava contra a introdução imediata da terapia baseada na nanotecnologia. O participante utilizou uma série de argumentos, como o desconhecimento dos efeitos a longo prazo, a falta de informação, questionando também se os modelos animais usados eram adequados para extrapolar os resultados para os humanos. Referiu a ausência de controlos efectivos e adiantou que as organizações de pacientes não integravam os mecanismos de controlo. Também aludiu a possíveis problemas com a poluição e até com terrorismo, dado que os terroristas podiam utilizar a nanotecnologia para controlar outros humanos.

A última intervenção foi levada a cabo pelo Presidente da Comissão de Ética, o membro mais velho e respeitado do grupo. Ao invés de optar pela “incorporação” de uma personagem, agindo como Presidente, expressou a sua opinião pessoal, de certa forma providenciando um enriquecedor sumário dos seus pontos de vista em sessões anteriores. Dado que a sua posição sempre se assumiu como consensual, ele integrou de forma natural o papel de Presidente. Concordando com a ideia de que a nanotecnologia é absolutamente revolucionária, aludiu que tal poderia implicar uma melhoria mas também a destruição da espécie humana. A sua grande preocupação foi a possibilidade de usos menos benéficos, pelo que a solução seria agir com bom senso. Deve-se notar que a sua intervenção final não fez nenhuma referência à inovação específica sob discussão. O cenário seleccionado providenciou um esquema familiar a todos os participantes do grupo, que ou eram médicos ou membros de comissões de ética das respectivas associações de pacientes.

5.2 Grupo II

O grupo II decidiu apresentar um Sketch, onde uma criança/cientista (desempenhado por um Terapeuta do Riso) que tinha descoberto a nanotecnologia a iria oferecer a diferentes pessoas, representado vários domínios. A nanotecnologia foi apresentada numa caixa (um novo brinquedo) com muitos brinquedos no seu interior – a caixa era entendida como a Nanotecnologia e os brinquedos no interior como benefícios emergindo da nanotecnologia ou aplicações nanotecnológicas. Cada um dos participantes desempenhava um diferente papel - o praticante de Reiki era uma criança que queria ser um super-homem, a vegetariana representava os consumidores e o professor de yoga “incorporava” a medicina personalizada num médico famoso. Depois de uma explicação inicial pelo Terapeuta do Riso, este abandonou a sala e voltou novamente, agora trazendo com ele a caixa.

Primeiro foram apresentados os benefícios da nanotecnologia, como o fim das guerras, da fome, das doenças, do sofrimento e, dando alguns exemplos de benefícios para o consumidor, nomeadamente em relação à alimentação (como a possibilidade de crescerem morangos no deserto do Sahara). Posteriormente, tirou um pouco de fita-cola da caixa e entregou-a à vegetariana. Incorporando aquilo que se designa como “hype”, acabou a sua intervenção com um sonoro Yeah!

A vegetariana/consumidora levantou-se e enumerou aspectos negativos da nanotecnologia – a comida não seria natural, o sabor e nutrientes seriam alterados, logo não seria saudável. O terapeuta do riso retirou-lhe a fita-cola, perguntou-lhe quanta Nanotecnologia ela desejava e cortou um pouco.

Depois disto, a criança/cientista virou-se para o praticante de Reiki, atestando que a nanotecnologia poderia trazer-lhe uma série de benefícios, dado que ele estava a ter problemas na escola devido a algumas lutas com colegas. Graças à nanotecnologia, esta criança poderia tornar-se um super-herói, aumentando a sua força física e consequentemente ganhando qualquer batalha contra as outras crianças. Depois evocou as aplicações militares da nanotecnologia, como botas à prova de bala e a capacidade de ler a mente do inimigo. Nesta altura, o artefacto que saiu da caixa foi um chupa-nano, uma arma para defender a humanidade, a família, o país e até a Terra (contra extra-terrestres). A criança que queria ser um super herói, para se defender contra outras crianças na escola, tornou-se a incorporação das aplicações militares da nanotecnologia.

O praticante de Reiki enunciou os seus medos de que a nanotecnologia poderia cair nas mãos erradas e a dificuldade em a controlar. Dado que o Chupa-Nano era considerado um brinquedo muito perigoso, ele colocou-o de novo na caixa.

A última prenda foi para o famoso médico. A criança cientista enumerou alguns benefícios da nanotecnologia para a medicina – Manipulação de DNA para criar crianças perfeitas; redução ou eliminação de doenças existentes; criação de órgãos a partir do zero; possibilidade do corpo humano se adaptar à poluição. O professor de Yoga, ao invés de apresentar o outro lado da moeda, enunciou que importantes avanços podiam ser alcançados, como eliminar bactérias indesejáveis ou respirar melhor. Ele adiantou, no entanto, que dado que a tecnologia podia nem sempre estar disponível e até eventualmente criar alguma dependência, o ideal seria optar por uma abordagem diferente, convidando todos os participantes a envolverem-se num exercício de respiração, que tinha realizado na manhã para o Grupo II. Todos se envolveram em tal prática, sendo explicado que o objectivo era ilustrar a existência de formas não convencionais de sentir e lidar com o corpo, referindo-se também que para o Yoga a respiração ocupa um papel central.

Na parte final da apresentação, a terapeuta do riso apresentou quatro recomendações concebidas como princípios de precaução: i) um programa global de educação e treino em nanotecnologia para as crianças, baseando-se em diferentes recursos, nomeadamente artísticos; ii) um programa global para a criação de centros para a conservação da vida (bancos de DNA) antes das transformações operadas pelas nanotecnologias iii) um projecto de participação e cidadania permitindo a cidadãos controlarem a forma como o seu dinheiro dos impostos é aplicado; iv) um projecto para desenvolver uma consciência intercultural para nanoenactors e decisores na área.

5.3 Grupo III

O grupo III decidiu apresentar uma paródia a um conhecido programa televisivo. O formato da apresentação era um debate sobre um tópico polémico, opondo dois grupos de oradores convidados, com intervenções por parte da plateia presente no estúdio. Para a apresentação, quatro membros do grupo desempenharam os papéis de oradores do painel, um representou o moderador e três actuaram como membros hostis da audiência. O painel de oradores foi designado com nomes que aludiam ao seu papel específico e também à dimensão da nanotecnologia. Por exemplo, o general que discursava acerca das aplicações militares da nanotecnologias tinha como apelido Bombinha. Já o representante da associação de médicos era o Doutor Viva Mais e o membro do gabinete do Comissário Europeu para o Ambiente era o Engenheiro Partícula.

Depois de uma introdução do moderador, que perguntou se a nanotecnologia podia salvar a humanidade, o General Bombinha apresentou os seus argumentos para a promoção dos usos militares da nanotecnologia: existem inimigos da democracia; é necessário ter programas de defesa efectivos para proteger a população assim como serviços de inteligência. Lembrou que as armas nucleares eram responsáveis por 60 anos de paz mundial e que as aplicações militares eram benéficas para as populações. Durante o seu discurso, foi interrompido por membros da audiência que objectaram os seus argumentos, receando pela segurança dos cidadãos e pela interferência dos serviços de inteligência na vida do cidadão comum.

O Doutor Viva Mais referiu-se depois aos benefícios da nanotecnologia para a saúde. Mencionou a possibilidade de se obterem diagnósticos mais rápidos e melhores, dispositivos mais pequenos para diagnosticar pacientes e tratamentos mais baratos, dando o exemplo do diagnóstico e tratamento do cancro (à imagem do grupo I). Os membros da audiência focaram as suas preocupações na questão do acesso (Quem poderá usar a tecnologia? Estará ela disponível para todos os cidadãos do mundo?) e também alguns receios em relação ao carácter invasivo destas tecnologias (como a introdução de nano cápsulas no interior do corpo humano).

A representante do Instituto Ibérico de Nanotecnologia reportou-se às preocupações da audiência e enunciou que as pessoas deviam confiar na ciência; que a nanotecnologia iria beneficiar a humanidade, melhorando a qualidade de vida; que seria barata e os nanorobots estariam ao alcance da maioria das pessoas. A audiência estava preocupada principalmente com desigualdades sociais e com a possibilidade das pessoas serem substituídas por máquinas.

O orador final foi o Engenheiro Partícula, que advogou a nanotecnologia como benéfica para o ambiente, referindo que problemas ambientais iriam desaparecer; haveria água fresca para todos e acabariam as guerras para o controle desse recurso; o lixo seria reduzido assim como seria eliminada a exploração de recursos, prevenindo consequências negativas para o ambiente. O consumo de energia seria também reduzido. A visão optimista do orador não evitou que os membros da audiência expressassem as suas preocupações, nomeadamente acerca de quão limpas seriam estas novas tecnologias e se iriam produzir lixo de características reactivas. Ao invés de apresentar um conjunto formal de recomendações, o grupo

guardou uma parte da sua apresentação para lançar algumas questões para a audiência. A audiência era supostamente representativa do “público”, já os oradores representavam o status quo, aqueles com a capacidade de tomar decisões.

O principal assunto focado nesta fase final foi a questão da informação. Como é que a informação sobre nanotecnologia estaria disponível para todos? O membro do Gabinete do Comissário Europeu para o Ambiente prometeu que haveria campanhas para a disseminação, eventualmente com a criação de task forces para assegurar que a divulgação cobriria a totalidade do espaço europeu. O general Bombinha anunciou que o Estado tornaria disponíveis os produtos e informações resultantes dos avanços em nanotecnologia.

A apresentação terminou com a moderadora apelando os participantes em casa (dado o formato em que decorria a discussão) para votarem e decidirem se eram contra ou a favor da nanotecnologia.

5.4 Grupo IV

A apresentação pelo grupo IV foi caracterizada, em primeiro lugar, por uma elaborada ocupação do espaço disponível. Um dos membros do grupo não estava envolvido na apresentação, estava sentado junto da audiência, ao lado de um membro invisível do grupo III, descrevendo-lhe o que se ia passando. Os membros do grupo estavam posicionados de formas estratégicas: o elemento que fazia de narrador estava na parte esquerda da sala; quatro elementos, entre os quais o que fazia de Prometeu, separados por um placard da participante que representava Pandora. Os outros dois elementos do grupo estavam no lado direito da sala, virados de costas para a audiência.

O narrador começou por ler um texto preparado pelo grupo, contando a história de Prometeu e de como ele roubou o fogo dos Deuses do Olimpo para o dar aos humanos. O fogo era um conhecimento guardado, restrito e inacessível. Roubá-lo significou que a humanidade passou a ter acesso ao fogo/conhecimento.

Isto foi seguido pela leitura, por parte do participante que desempenhava Prometeu, de pedaços verdes de papéis com questões como: “E se tivéssemos a vida eterna?”, “E se não houvesse mais fome no mundo?”. Posteriormente, este elemento entregou os papéis à audiência, segurando uma tocha (representando o fogo/conhecimento). Prosseguindo a leitura, deu depois à audiência um novo conjunto de pedaços de papéis enunciando os alegados benefícios associados à nanotecnologia, como “aumento da produtividade” e “melhoria do diagnóstico”.

Depois de referir-se a Prometeu, o narrador começou a abordar o mito de Pandora, interpretando-o como uma vingança dos deuses, que a apresentaram como uma malfadada caixa cheia de males e de riscos. Neste momento, os três membros do grupo, que estavam de costas para a audiência, viraram-se e ficaram de face para o público. Assim que o narrador se referia à abertura da caixa misteriosa no mito, dois membros do grupo IV abriram-na, cheia daquilo que o narrador designava de “todos os perigos que nos perseguem”, como a fome, a doença, a morte ou o desastre ambiental. Pandora começou a retirar pedaços de papel vermelho da caixa, lendo-os de seguida – “E se for usado fora do controlo?”, “Eu não sei...tenho medo”, “Armas Letais”, “Novas formas de poluição”, “Abusos de vigilância”, “Desumanização”, e entregou-os à audiência.

Depois de remover todos os papéis da Caixa, Pandora mostrou o que tinha restado, uma palavra escrita no fundo “Anti-Esperança”, uma pista para a intervenção seguinte do narrador:

“Vivemos hoje, ainda, entre Prometeu e Pandora, entre a audácia, a sede de conhecimento, a vontade de saber por um lado e a ameaça do desastre, o medo da catástrofe, o receio do aniquilamento, enfim, a desconfiança relativamente à ciência. Mas, de todos os males da caixa de Pandora, um e só um ficou. E não foi disperso pela terra. O que iria destruir a esperança”.

Neste ponto, o placard separando os dois grupos (o grupo de Prometeu e o grupo de Pandora) foi removido, representando a remoção da barreira não só entre riscos e benefícios mas também entre cientistas e leigos, ilustrando como estas dimensões estão interligadas. Depois, um membro do grupo IV, enunciando que a esperança era tudo o que lhes restava, apresentou algumas recomendações, nomeadamente a criação de um fórum de discussão onde decisores, cientistas e stakeholders deveriam estar presentes para derrubar as várias barreiras existentes.

6. Conclusão

A aplicação de uma metodologia inovadora co-produziu a figura do cidadão “preocupado” com as nanotecnologias. Ao invés de, devido às influências metodológicas, termos assistido à emergência de sujeitos oprimidos, registámos, contrariamente, a ascensão de cidadãos dotados de um extenso rol de argumentos que lhes permite avaliar criticamente a actual e futura influência das nanotecnologias nas suas vidas.

A antecipação e a repetição foram duas formas que contribuíram para a continuidade desse mesmo sujeito, cuja manifestação atingiu a plenitude através da realização de uma performance. Uma análise detalhada de cada uma das performances irá elucidar que o modelo do Teatro do Oprimido nunca foi implementado de uma forma particularmente rígida. Esta não “imposição” de um modelo “obrigatório” a ser seguido não deve ser encarada negativamente, mas sim como a concretização da noção de discência (para além de uma mera “docência”) de que falava Paulo Freire. Os sujeitos não foram “colonizados” com o conhecimento dos investigadores ou com a sua metodologia; pelo contrário: encarando a possibilidade de desenvolverem as suas ideias e concepções sob a forma de uma performance, recorreram às suas aptidões pessoais, aos seus interesses, promovendo uma troca de conhecimento que se traduziu na transformação dos exercícios naquilo que podemos designar como uma oficina de construção partilhada de conhecimento.

O processo de exercício de violência simbólica por parte dos pesquisadores, responsáveis pela compilação, reunião, organização, síntese e explicação foi, em última análise, substituído por um evento onde os participantes puderam criar os próprios outputs da investigação. Se, ao longo deste artigo, “fugimos” à enunciação das preocupações éticas que emergiram nas fases iniciais dos Grupos de Discussão, podemos entender a “subversão” do processo como uma metáfora para a relação entre os cidadãos e a tecnologia, ambicionada pela esmagadora maioria dos participantes: o questionamento da relação entre leigos e peritos – por um lado a existência de um grupo de “cientistas” e nanoenactors que desenham a tecnologia e que a “oferecem” ou “disseminam” e, por outro lado, um conjunto de cidadãos que apenas se podem reportar de uma forma reactiva à difusão das nanotecnologias emergentes, recorrendo à ética. O que aconteceu foi que a plasticidade do real, associada a uma maleabilidade estética das performances, acabou por reflectir uma vontade, por parte dos participantes, em serem vozes activas no desenvolvimento, implementação e regulação das nanotecnologias. Podemos afirmar, para concluir, que os humanos de cada um dos quatro grupos foram os verdadeiros protagonistas num interessantíssimo processo colectivo de política ontológica.

7. *Bibliografia*

- Boal, A. (1979). *Theatre of the Oppressed*. London: Pluto Press. London.
- Boal, A. (2006). *The Aesthetics of the Oppressed*. New York: Routledge.
- Boal, A. (1992). *Games for Actors and Non-Actors*. New York: Routledge.
- Bowman, D. M., Hodge, G. A. (2007), *Nanotechnology and Public Interest Dialogue: Some International Observations*. *Bulletin of Science Technology Society*. 27, 118.
- Butler, J. (1990). *Gender Trouble*. New York: Routledge.
- Foucault, M. (2006). *The hermeneutics of the subject – lectures at the collège de France 1981-1982*. New York: Picador.
- Freire, P. (1970). *A pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Law, J. (2002). *Aircraft Stories: Decentering the Object in Technoscience*. Durham: Duke University Press.
- Mol, A.-M. (1999). *Ontological Politics. A Word and Some Questions* In Law, J. & Hassard, J. (Org.), *Actor Network Theory and After*. Oxford: Blackwell Publishers, (pp. 74-90).

A Nanotecnologia na representação do futuro: breve análise sobre a representação da nanotecnologia na imprensa¹

Rui Cruz²

Resumo: O desenvolvimento tecnológico e científico é considerado o principal eixo de transformação e mudança social, nomeadamente no que respeita ao surgimento de novas formas de governação que ultrapassam o sistema tradicional, baseado nos Estados-Nação. Embora aparentemente o sejam, não é claro que os actores “políticos”, isto é, com poder de controlo e direcção, nos diversos Estados, dominem o alcance temporal dos efeitos sócio-económicos e éticos do desenvolvimento tecnológico ou o tipo de ligações e redes que se definem na sua concretização. A nanotecnologia constitui uma área em expansão à qual se ligam várias projecções sobre a construção de uma “nova” sociedade, pois os seus desenvolvimentos manifestam-se em diversas áreas da acção humana e social. Esta comunicação tem em conta algumas das principais conclusões acerca do desenvolvimento da nanotecnologia no contexto Europeu, assim como o lugar de Portugal nas redes de desenvolvimento e investigação relacionadas com os avanços nesta área. Incorpora igualmente, os conceitos de globalização, dependência e representação do futuro. A nível empírico versa sobre as primeiras conclusões sobre três dimensões de análise: a) processos de legitimação da nanotecnologia como fonte e desenvolvimento sócio-económico em Portugal e b) representação do futuro da pesquisa e desenvolvimento da nanotecnologia em Portugal e sua posição relativa, no contexto europeu e c) alcance do conceito “nova sociedade”, tendo em consideração o leque de aplicações da nanotecnologia, muito particularmente no campo energético. Para a exposição, usam-se dados provenientes da pesquisa bibliográfica sobre o tema, assim como da análise de informações oficiais e outras constantes nos media acerca da nanotecnologia em Portugal. Inclui-se, ainda, uma análise dos resultados obtidos através da técnica Delphi.

Introdução

O desenvolvimento tecnológico e científico é considerado o principal eixo de transformação e mudança social, nomeadamente no que respeita ao surgimento de novas formas de governação que ultrapassam o sistema tradicional, baseado nos Estados-Nação³. Embora aparentemente o sejam, não é claro que os actores “políticos”, isto é, com poder de controlo e

¹ Este texto decorre dos trabalhos de tese de mestrado intitulada “Desenhos do Futuro: uma análise sociológica sobre nanotecnologia” realizada na Universidade do Minho, departamento de Sociologia, sob orientação de Emília Araújo (Universidade do Minho)

² Mestrando de Sociologia, Universidade do Minho. E-mail: rmvcruz@gmail.com

³ O Estado-Nação, criado aquando da Época da Luzes e emergente da modernidade capitalista, pressupõe, no seu carácter definitório, uma relação triangular entre o Estado (elemento político), a Nação (elemento cultural) e o indivíduo, formando a ideia de unidade dentro de um determinado espaço territorial. Neste texto assumimos que a realidade dos Estados-Nação, suas formas de governação e alcance espácio-temporal está alterada hoje em dia, daí derivando a dificuldade de identificar os actores com poder de interferência directa sobre a vida política e social dos cidadãos.

direcção, nos diversos Estados, dominem o alcance temporal dos efeitos sócio-económicos e éticos do desenvolvimento tecnológico ou o tipo de ligações e redes que se definem na sua concretização. A nanotecnologia constitui uma área em expansão à qual se ligam várias projecções sobre a construção de uma "nova" sociedade, pois os seus desenvolvimentos manifestam-se em diversas áreas da acção humana e social. Esta comunicação tem em conta algumas das principais conclusões acerca do desenvolvimento da nanotecnologia no contexto Europeu, assim como o lugar de Portugal nas redes de desenvolvimento e investigação relacionadas com os avanços nesta área.

O objectivo central deste texto é enquadrar o tema da nanotecnologia e a sua relação com a produção energética elucidando o leitor sobre algumas problemáticas existentes e preponderantes para o debate nas ciências sociais. Portanto, noções como risco, ética, governação e as possibilidades/ impactos na construção sobre a sociedade são temáticas elucidadas ao longo da comunicação. O texto explora, do ponto de vista empírico e em particular, as representações da nanotecnologia na imprensa escrita portuguesa.

Assim, a presente comunicação divide-se em cinco partes. Após a apresentação do método abordamos a questão da criação e formação da nanotecnologia, os seus impactos nas questões da governação, as implicações éticas e os riscos, os impactos nas formas de produção energética. Finalmente apresentamos os principais dados relativos à representação da nanotecnologia nos media.

Metodologia

Esta comunicação deriva de uma pesquisa de mestrado na qual se busca perceber como a nanotecnologia afecta as variadas formas de produção energética assim como as suas implicações ao nível da governação, do risco e da ética, considerando em especial, a identificação e o controlo do risco e as posturas éticas idealmente a adoptar. Além da revisão bibliográfica, realizámos uma pesquisa dos modos de representação da nanotecnologia na imprensa, procurando identificar principalmente o teor das mensagens destinadas ao público em geral. Atendendo ao facto da nanotecnologia ser uma temática recente procurou-se analisar a evolução que a sua representação tem tido na imprensa (número de artigos, extensão e organização destes), assim como áreas temáticas mais frequentemente mencionadas e linguagem utilizada. Foram analisados três jornais diários com públicos diferenciados: O Jornal de Notícias (jornal nacional generalista), o Diário de Notícias (jornal nacional generalista) e o Correio do Minho (jornal regional). Foi possível verificar a quase inexistência de trabalhos jornalísticos nos jornais analisados relativos à nanotecnologia antes de 2004, por isso, decidimos compilar apenas os números dos jornais a partir desse ano e até ao 3º trimestre de 2008. A pesquisa, sendo electrónica, permitiu localizar as palavras seguintes: nanotecnologia, nanotecnológico, nanotubos e nano. Contabilizamos 100 textos organizados segundo a temática e a data de publicação, a fim de analisar a evolução do tema na imprensa. Seguiu-se para uma divisão conceptual baseada numa organização em períodos trimestrais, enquadrada entre o 1º trimestre de 2004 até ao 3º trimestre de 2008, de modo a perceber qual a evolução do número e do conteúdo das notícias relativamente à nanotecnologia na imprensa. A escolha destas datas deveu-se à criação e implementação progressiva de uma estratégia nacional para a nanotecnologia que culminou na criação do International Iberian Nanotechnology Laboratory (INL).

Definição de nanotecnologia

A nanotecnologia⁴ designa a investigação e o design de materiais ou aparelhos ao nível molecular e atómico. A título de exemplo um nanometro corresponde a um bilião de um metro, também definido usualmente como correspondendo a cerca de 10 átomos. A definição de nanotecnologia não é, ao tempo presente, algo de claro, sendo tomadas diversas posições relativas à definição de nanotecnologia. Vários são os grupos de cientistas que defendem que a nanotecnologia é a ciência que trabalha com objectos mais pequenos que um micron (1000 nanómetros) enquanto que outros referem que a medida que a define reside entre 1 a 100 nanómetros). Do mesmo modo, o debate científico envolve outros parâmetros que vão para além da escala das medidas de trabalho. Há autores que se perguntam sobre se as nanopartículas que existem na natureza, como o carbono, podem ser consideradas como englobando as nanotecnologias (Wiley, 2005). Por fim, uma outra facção define nanotecnologia como sendo unicamente os objectos (materiais, mecanismos e sistemas) construídos com precisão atómica e que envolvam nanomateriais.

A definição mais frequentemente utilizada é a defendida pela National Science Foundation que a designa como sendo: “research and technology development at the atomic, molecular or macromolecular levels, in the length scale of approximately 1– 100 nanometer range, to provide a fundamental understanding of phenomena and materials at the nanoscale and to create and use structures, devices and systems that have novel properties and functions because of their small and/or intermediate size” (Wiley, 2005: 14).

A nanociência aparece distinguida da nanotecnologia. A nanociência é definida como o estudo dos princípios fundamentais de moléculas e estruturas com uma dimensão entre 1 a 100 nm (nanómetros). A nanotecnologia, por sua vez, corresponde à organização das moléculas e nanoestruturas em dispositivos nanométricos (Martins e Braga, 2007).

⁴ O termo *nano* (na palavra nanotecnologia) deriva da palavra grega “**nanos**” que significa “anão”.

Relativamente às formas técnicas de produção nanotecnológica, constata-se que as criações de nanoestruturas são variadas e afectam directamente a produção desde a qualidade, até à velocidade de produção passando pelos custos. Estas técnicas são conhecidas por bottom-up (de baixo para cima) e top down (de cima para baixo) e cada vez mais se tem caminhado para uma convergência na utilização de ambas as técnicas. A técnica bottom up (Martins, 2008: 2) permite a construção de estruturas átomo por átomo em três métodos diferentes: chemical synthesis (síntese química) geralmente usada para produzir matérias-primas onde são utilizadas nanopartículas; self assembly (auto-organização) que permite que os átomos ou moléculas se organizem de forma autónoma através de interacções físicas ou químicas facilitando a construção de nanoestruturas ordenadas e positional assembly (organização determinada), processo através do qual se dá a manipulação dos átomos, um a um, para serem colocados numa determinada ordem. Em suma, a técnica bottom up permite construir objectos numa maior escala do que o original. Por sua vez, a técnica top-down tem como objectivo construir algo em menor escala do que o original e com mais capacidade de processamento de informação usando para isso outras duas técnicas: a engenharia de precisão e a litografia (Martins, 2008: 3).

O nascimento da nanotecnologia

A popularização do conceito de nanotecnologia remonta à década 80 do século XX quando Eric Drexler exprimiu o desejo de construir sistemas electrónicos, como motores, robots e até computadores de tamanho inferior a uma célula. Mas já anteriormente, em 1959, Richard Feynman na sua obra “There’s Plenty Room at the Bottom” tinha colocado a hipótese de os materiais serem manipulados como blocos de construção, expondo o desejo de inserir todos os 24 volumes da Enciclopédia Britânica na cabeça de um alfinete. O termo de “nanotecnologia”, no entanto, é criado em 1974 por Norio Taniguchi (Inovação, 2005) para descrever a manufactura precisa de materiais à escala nanométrica. Por sua vez, a primeira proof-of-principle realiza-se em 1989 quando cientistas da IBM manipularam 35 átomos de xénon para desenhar as letras IBM.

A nanotecnologia diverge de outras áreas do conhecimento, uma vez que se apresenta como uma ciência transversal, ou seja, demonstra aplicabilidade dentro de vários ramos do conhecimento. Este facto faz com que as possíveis utilizações da nanotecnologia sejam imensas: desde a produção e armazenamento de energia até à produção e armazenamento agrícola; tecnologias de informação; ciência dos materiais; medicina, saúde e produção de fármacos passando pela exploração espacial entre outros. Como refere Martins (2008:3) “será difícil encontrar um sector económico que, no futuro próximo, permaneça alheio aos avanços nanotecnológicos”. Aliás, no mesmo seguimento, Drexler (2004) e Smalley afirmam que o grande desenvolvimento tecnológico, os impactos sociais em grande escala e o bom senso económico conferem ao sonho da nanotecnologia a capacidade de inspirar os jovens para a ciência, como já não acontecia desde o lançamento do Sputnik. A evolução da nanociência mostra como o investimento realizado na investigação fundamental em muito pouco tempo pode gerar enormes inovações na investigação aplicada (Instituto Inovação, 2005).

Nanotecnologia: Revolução ou Continuidade?

Existem três as grandes teses realizadas sobre a nanotecnologia e os seus efeitos sobre a sociedade: I) a tese de que é uma tecnologia inovadora, revolucionária capaz de se tornar o motor e propulsor de uma segunda Revolução Industrial; II) a tese com justificação assente no conceito de “destruição criadora”⁵ desenvolvido por Schumpeter (1961), segundo a qual se trata de uma forma tecnológica inovadora e portanto “substitutiva” das formas e modelos tecnológicos anteriores e III) uma terceira que conjuga, embora não totalmente as duas primeiras, mas concentrando-se no processo através do qual a nanotecnologia é encarada pelo público.

A primeira tese inclui as teorias que encaram a nanotecnologia enquanto revolucionária acreditando que a sua aplicação comportará inúmeras mudanças não só na técnica e na tecnologia, mas também no sector económico, político e social, entre outros. Neste grupo incluem-se quer as teses que a concebem como algo que trará inúmeros benefícios para a humanidade, quer as que se concentram nos riscos e nas implicações éticas que o seu desenvolvimento acarreta. Podem ser aqui incluídos autores tão diversos como Drexler (1990, 1991, 2004) e Smalley. Mesmo Martins (2008:4) sustenta que a nanotecnologia ocorre enquanto uma “Revolução Invisível” e, no mesmo sentido, o ETC Group (2005) e Neto (2007) retratam-na enquanto uma segunda Revolução Industrial principalmente pelo facto de fazerem uso da convergência das tecnologias BANG⁶ que comportam a capacidade de alterar os sistemas produtivos, sobretudo agrícolas, energéticos e também a concepção de “Humano”.

A segunda tese afirma que a nanotecnologia está a desempenhar o papel que já outras tecnologias no passado desempenharam. Na visão de Treder (2004), uma das poucas diferenças da nanotecnologia reside na necessidade quase obrigatória de uma resposta colectiva, que originará uma rede de novos líderes seja nos mercados empresariais, governos, académicos e ONG’s. Contudo, esta inovação é apenas mais uma decorrente do mercado capitalista que levará à destruição de determinadas indústrias tradicionais e postos de trabalho, agravando os conflitos geopolíticos entre o Norte e o Sul. Para

⁵ O conceito de destruição criadora (*creative destruction*) utilizado por Joseph Schumpeter (1961) incorpora a ideia, nos mercados capitalistas, certos fenómenos (produtos, métodos, técnicas) têm de desaparecer, ou tornar-se obsoletos, para que outros novos possam surgir. Como causalidade circular que é, também o aparecimento de inovações leva a que outros fenómenos se tornem obsoletos.

⁶ A sigla BANG representa a convergência de várias técnicas: *Bits, Atomic, Neuro e Genetics*

Jones (2007) os mercados, sobretudo os do Sul, ficarão mais expostos uma vez que as suas grandes fontes de receita dependem da exportação de elementos como o cobre, a platina, elementos estes que estão a ser progressivamente substituídos, por exemplo, pelos nanotubos de carbono. Para Treder (2004) excluindo as respostas políticas que a nanotecnologia levanta nada aparece enquanto novo ou revolucionário.

A terceira tese concentra-se então não propriamente nas implicações nem nos produtos da nanotecnologia mas nos processos a ela subjacente. Kulinowski (2004) constata que todas as novas formas de tecnologia passam por duas fases ao longo do seu processo de desenvolvimento: a *wow*; e a *yuck*. A primeira fase traduz-se no espanto (quer dos cientistas, dos políticos e dos públicos), nomeadamente sobre a abertura de novas possibilidades criadas ao nível científico e social⁷. À medida que se vão conhecendo as implicações reais e se vão definindo quais os grandes investimentos a realizar, o espanto inicial acaba por dar origem a uma certa hostilidade para com as tecnologias produzidas, como tem acontecido com algumas das aplicações da biotecnologia, principalmente os organismos geneticamente modificados na Europa. Esta terceira visão concentra-se bastante mais na relação da nanotecnologia e as suas redes, com os públicos.

Novas formas de organização social: governabilidade e governancia

A nanotecnologia, como a tecnologia e a ciência, levanta o problema maior de saber quem detém o controlo e o poder sobre a sua produção e processo. O desenvolvimento da nanotecnologia à escala global dá-se, sobretudo, em três blocos regionais – União Europeia, Estados Unidos e Japão – sendo que estes são responsáveis por cerca de 91% dos capitais privados investidos e 86% dos capitais públicos (Martins e Braga 2008). Ao nível da diferenciação no investimento constata-se que a Europa enfatiza o investimento público enquanto os Estados Unidos dão uma maior primazia ao investimento privado. O Japão apresenta menor disparidade, embora dê maior ênfase à iniciativa privada (Martins, 2008). Ao nível das desigualdades sociais torna-se importante referir que o Norte, num sentido geopolítico mundial, tem realizado um grande número de patentes na nanotecnologia. Isso revela a delicada posição do Sul no desenvolvimento tecnológico mundial. Aliás, esta corrida que se está a verificar às patentes nas invenções nanotecnológicas podem levar a uma *arms race*⁸ comportando uma litigação no desenvolvimento nanotecnológico (Groves, 2008). A possibilidade da criação e da propagação de painéis solares mais baratos, de novos métodos para a obtenção de água potável e uma melhoria no diagnóstico de doenças tornando-o mais rápido e barato permite uma estratégia concertada em cinco dos oito objectivos do Milénio das Nações Unidas (Inverzini, 2007). Todavia, a concentração do registo de patentes nos Estados Unidos, União Europeia e Japão mostra a monopolização das possibilidades de investigação e desenvolvimento, e o facto de grande parte do investimento estar concentrado no sector privado revela a consequente concentração de lucros por parte das multinacionais. Aliás, a aposta em novos métodos de fabrico especialmente de borracha e nos nanotubos de carbono, faz com que as exportações de borracha, platina e cobre (as grandes exportações dos países do Sul) sejam fortemente afectadas (Inverzinni, 2007). A este fenómeno junta-se a construção de infra-estruturas de trabalho e produção de materiais nanotecnológicos. Para MacLurcan (2005) o custo económico de instalação de um laboratório nanotecnológico nos países do hemisfério Sul é bastante superior aos custos apresentados em qualquer um dos países centrais da economia mundial. No entender de alguns autores, o facto de a aposta da nanotecnologia não se verificar nos sectores que seriam prioritários para os países mais pobres, e as aplicações práticas não se estenderem à resolução dos seus problemas, em particular à produção alimentar e a saúde pública, pode originar um *apartheid científico* (Serageldin, 2008) entre os países ricos e os países pobres.

Por estas razões, no entender de alguns autores o desenvolvimento da nanotecnologia está a cavar ainda mais o hiato de desenvolvimento geopolítico entre o Norte e Sul. Groves (2006) argumenta mesmo que o crescente empenho no desenvolvimento tecnológico origina um dos problemas principais na governação da nanotecnologia que reside na capacidade de perceber os seus efeitos e impactos, pois acontece no mundo global não ser mais possível detectar as causas de determinados efeitos para além de um efeito poder ser simultaneamente causa também as causas podem ser efeitos, não sendo exequível precisar quais comportarão maiores riscos para a Humanidade.

A nanotecnologia, sendo uma ciência transversal promove a convergência de diversas formas de tecnologia (e de áreas do saber). Por definição, a nanotecnologia, enquanto modo de fabricação, não produz em si, um produto específico, mas manifesta-se através de diversas áreas da acção humana e social (por exemplo, no sector energético, alimentar, saúde, militar, entre outros). Ora, se seguirmos a óptica de Dupuy (2007), constatamos a dificuldade em regulamentar o processo da sua criação precisamente porque no entender deste autor as questões éticas e de regulação não devem residir nas técnicas, mas sim no resultado da produção, um resultado identificável e único que é impossível isolar no caso da nanotecnologia

Apesar destas dificuldades a existência de um código jurídico ou de regulamentação para toda a produção nanotecnológica (e porque tem diversas aplicações práticas em diversos campos) torna-se um objectivo de extrema dificuldade de execução. Na visão de Fukuyama (2002) a regulação efectuada por um organismo transnacional acaba por uniformizar regras e procedimentos, criando imperativos morais e éticos. Todavia, mesmo a aplicação dessa regulamentação

⁷ A título de exemplo, a criação dos organismos geneticamente modificados prometia acabar com o problema da fome mundial, mas tal não aconteceu, levantando-se inclusive inúmeros problemas/obstáculos ao seu consumo. Também na nanotecnologia a produção de materiais mais rapidamente e a um custo mais reduzido promete dinamizar a indústria mundial, criando também inúmeros problemas quanto às relações laborais. Ao nível da saúde promete a cura para certas doenças, mas levantando novas questões ligadas à saúde como a emissão das nanotoxinas para a atmosfera.

⁸ Compreende-se aqui o conceito lato de *arms race* (tal como defendido por Groves, 2008) como a corrida que os vários países mundiais estão a realizar para obterem a supremacia e o controlo sobre a nanotecnologia e as suas aplicações.

por organismos transnacionais, como sugere Fukuyama (2002), encara-se como algo de difícil uma vez que todos os países têm a sua própria regulamentação e constituição podendo permitir ou proibir determinadas acções. Com efeito, as mesmas organizações transnacionais tendem a criar uma base limitada nas suas imposições, uma vez que necessitam de um mútuo acordo entre os vários Estados e agentes envolvidos no processo.

Tendo em conta a dificuldade de implementação de uma norma jurídica para a nanotecnologia, a solução poderá passar pela regulação estatal. Segundo Calster a necessidade de regulamentação está cada vez mais presente nos Estados e nos públicos, existindo sociedades propensas ao risco (risk-prone) e outras adversas ao risco (risk-averse), dependendo simultaneamente da confiança que os eleitores/cidadãos detêm nos seus governos e instituições (Calster, 2008). Ora, este ponto é extremamente importante, uma vez que os cidadãos não conferem aos Estados ou aos agentes reguladores um cheque em branco (Einsiedel, 2005), que lhes permita definir qual o modelo de regulação e os sectores de investimento sem a participação dos públicos. O facto de haver sociedades que, do ponto de vista cultural, revelam estar mais dispostas a arriscar, ou o seu inverso, cria, como já foi dito, algumas dificuldades à acção de um organismo transnacional regulador forte numa tecnologia onde os seus outputs já possuem agentes reguladores transnacionais como por exemplo a existência da IAEA (International Atomic Energy Agency) no caso da energia (nuclear). Na óptica de Calster (2008) pode-se, assim, regular as técnicas nacionalmente e as aplicações finais transnacionalmente. Mas novos problemas estão a surgir tal como refere Martins (2007: 123) pois “Ao permitir que os humanos manipulem o mundo numa dimensão sem precedente, as nanomáquinas abrem uma nova fronteira em que não há regulamentação para tornar segura e produtiva esta atividade. Nanites apresentam qualidades e propriedades distintas que irão gerar novas questões de responsabilidade e controle. Estas estarão ligadas a três itens. – O primeiro deles é a invisibilidade. Embora seja diretamente ligada à nanotecnologia, a invisibilidade estará ligada à primeira construção complexa e engenheirada de forma intencional, tornando-se, portanto um cúmplice dos propósitos humanos para uma série de atividades para as quais foram produzidas. - O segundo item é a locomoção. Embora seja menos inerente à nanotecnologia do que a invisibilidade, terá um efeito intenso nas questões das barreiras, a locomoção de partículas, já que as nanopartículas poderão ultrapassar cercas, muros, pele humana, células, etc. - E a terceira coisa é a auto-replicação. Isto não é uma propriedade inerente a nanomáquinas. A criação de nanites auto-replicáveis será a prova mais difícil da revolução da nanotecnologia.”

Riscos e questões éticas da nanotecnologia

Sandler (2009) afirma existirem três concepções erradas sobre nanotecnologia: 1) é demasiado cedo para sabermos quais os perigos comportados pelas nanotecnologias; 2) a revolução nanotecnológica é inevitavelmente boa; 3) as concepções éticas servem para assegurar os públicos, ou seja, que o medo dos públicos acerca das nanotecnologias reside no seu desconhecimento. Embora não conheçamos todos os perigos gerados pela nanotecnologia, já são conhecidos alguns destes riscos, tais como os associados aos direitos de propriedade intelectual, alguns impactos económicos no desenvolvimento dos países, problemas no controlo da privacidade e, ambientais (pela emissão de nanopartículas tóxicas para o ambiente) e a segurança dos trabalhadores que estão em contacto directo com as nanosubstâncias. Por isso este autor (Sandler, 2009) elaborou uma tipologia sobre esta questão ética baseada nas cinco grandes questões éticas⁹ levantadas pela nanotecnologia: contexto social, contexto de contestação moral, contexto tecnocultural, contexto das formas de vida e transformacional. Os temas ligados ao contexto social abordam questões associadas ao modo como a nanotecnologia tem afectado e é afectada pelo acesso desigual à educação, à tecnologia, às condições de saúde, às políticas de segurança e à privacidade. As temáticas ligadas à contestação moral abordam questões, práticas e actividades que, por norma, os públicos/cidadãos consideram proibitivas, tais como a construção de organismos artificiais, a pesquisa de células estaminais e a alteração/modificação genética de seres humanos. Por sua vez, o contexto tecnocultural problematiza qual o papel da tecnologia nos sistemas sociais e nas estruturas nas quais as nanotecnologias emergiram, assim como as alterações que comportam. Neste caso as preocupações dirigem-se a questões relativas à capacidade de previsão e controlo por parte dos seres humanos, à relação com a natureza e à gestão dos efeitos para os quais as nanotecnologias poderão ser solução. A problemática ligada às formas de vida analisa as relações das estruturas e instituições sociais com as aplicações práticas da nanotecnologia. Se, por exemplo, a nanotecnologia permitir ao nível das questões de saúde um aumento da esperança média de vida em cerca de 10 anos, esta acção obriga a ponderar quais as alterações que terão de ser realizadas para manter um bom funcionamento das estruturas e instituições, tais como a segurança social, hospitais, seguradoras etc. Berne (2003) argumentando que os problemas trazidos pela nanotecnologia são intergeracionais, sugere a necessidade de uma aprendizagem ética intergeracional que faria com que os cientistas, promotores e defensores de uma determinada tecnologia, no caso particular a nanotecnologia, pudessem compreender alguns dos medos, riscos e receios não-tecnológicos dos públicos, ou seja, apurar consequências políticas, económicas e sociais desta. Por fim, as questões transformacionais dirigem-se, sobretudo, para o potencial de modificação da concepção do Humano, a nossa relação com a natureza e com a consciencialização dos perigos e benefícios da inteligência artificial. Esta aplicação da tecnologia no Humano permite-lhe transcender limitações físicas e mentais representando a derradeira liberdade (ultimate freedom) (Berne, 2003).

⁹No original de Sandler (2009:21): “Social context issues; Contested Moral Issues; Technoculture issues; Life Form Issues; Transformational issues”

Todas estas considerações mostram que o seu potencial de produção além de alargado sob o ponto de vista industrial, também conte inúmeros desafios ao nível ético e riscos ao nível das suas formas de produção, nomeadamente na sua afectação entre as relações sociais de produção e a diferenciação entre humanos, “trans-humanos” e “híbridos” (Joy, 2004) a qual está intimamente ligado a uma nova concepção de sociedade¹⁰.

Transversalidade da nanotecnologia

Uma ideia fundamental a reter é a de que a nanotecnologia se pode entender como uma ciência transversal, uma supraciência, logo abrangendo várias áreas do conhecimento. Segundo Singer (2007) existem dez (10) áreas de grande aposta na nanotecnologia, sobretudo para os países subdesenvolvidos e países em vias de desenvolvimento. São elas o armazenamento, produção e conversão de energia; incremento da produtividade da agricultura; tratamento de água e tratamento ambiental; diagnóstico e detecção (screening) de doenças; sistemas de “entregas de drogas” (drug delivery); processamento e armazenamento de alimentos; poluição do ar e tratamento; construção; monitorização de saúde; vectores, detecção e controlo de pragas.

Nanotecnologia e formas de produção energética – energias não renováveis, energias renováveis e energias limpas

No que concerne à produção energética diremos que a era dos combustíveis fósseis, nomeadamente do petróleo, a preços reduzidos acabou. Já tinha terminado bem antes do século XXI, aquando a crise da OPEP em 1973, e posteriormente em 78/79 acabando por colocar em causa todo o regime keynesiano/fordista, dando azo ao reaparecimento e fortalecimento do sistema neo-liberal (Mishra, 1995). A escalada do preço do petróleo verificada entre 2004 e 2008 conduziu a uma maior aposta na nanotecnologia para a obtenção de um maior índice de eficiência, quer na extracção petrolífera, quer no próprio aproveitamento produtivo (Schmidt, 2007). A ausência de planos nacionais, eficazes e eficientes, para a produção e para o consumo energético levou a que a situação de dependência do petróleo (e de outras formas não renováveis) no sector industrial e no sector dos transportes não tivesse sofrido grande alteração desde a primeira crise petrolífera. Mas não é na área das energias não-renováveis que tem sido realizada a grande aposta nas nanotecnologias, mas sim nas fontes de cariz renovável e nas energias limpas.

Prevê-se que a aplicação das nanotecnologias nas várias formas de produção energética leve a uma redução da produção/emissão de dióxido de carbono para a atmosfera estimado em 8 mil toneladas. Assim, a grande aposta da nanotecnologia está a ser realizada ao nível da melhoria da eficiência energética, mas também em vários outros sectores. Na indústria dos transportes a introdução dos nanotubos de carbono na fabricação de componentes para os automóveis – nomeadamente na substituição das peças de aço/metal por estes nanotubos (6 vezes mais leves que o aço e aguentam pesos 40 vezes mais pesados) tem gerado carros menos pesados, aumentando a eficiência dos motores, o que reduz o consumo de combustíveis. Ainda no sector automóvel a introdução de platina à nanoescala tem levado a uma purificação dos gases da exaustão. Também a química tem beneficiado da nanotecnologia pelo facto de que os trabalhos realizados a esta escala permitirem a criação/realização de novas reacções químicas.

Sobre o armazenamento de energia novas descobertas têm sido realizadas ao nível das baterias, aumentando a sua capacidade de armazenamento, de segurança e de tempo de vida. Com efeito, a introdução de materiais nanotecnológicos tem permitido uma descarga de eléctrodos mais rápida e eficiente que gera melhoria da eficiência e da condutividade. Este fenómeno tem levado à construção mais segura e viável (economicamente) de veículos eléctricos, ou de veículos híbridos.

A aposta na energia solar tem sido também um dos pilares da nanotecnologia uma vez que só o Sol, emite bastante mais energia para o planeta do que aquela que é consumida mundialmente¹¹. Deste modo, a aposta nos painéis fotovoltaicos tem crescido em prol da conversão e armazenamento de energia, uma vez que a taxa de aproveitamento actualmente reside em cerca de 10%-12% (Schmidt, 2007). Outras inovações têm sido realizadas neste campo nomeadamente a criação de uma “solar paint” (tinta solar) que possui uma nano-solução fotosensitiva que pode ser aplicada em paredes, automóveis, barcos... Basicamente permite converter a luz do sol em energia em níveis muito superiores (30%) aos verificados em painéis fotovoltaicos (Woodrow, 2008)

Uma das grandes apostas energéticas da nanotecnologia tem-se realizado no campo da energia nuclear, nomeadamente na transição do paradigma da fissão (cisão) nuclear para o paradigma de fusão nuclear. Durante anos pensou-

¹⁰ As mudanças comportadas pela nanotecnologia vão trazer sérias modificações ao modo de como encaramos a noção de humano, remetendo-se mesmo para a noção de pós-humano. Neste sentido, são várias as possibilidades de existência do pós-humano. A regra geral (trabalhada por Joy, 2004) é a inculcação/inserção de dispositivos electrónicos que melhoram a capacidade física e mental do ser humano sem, no entanto, significarem o fim do humano. Todavia, autores como Thompson (2008) referem a possibilidade da realização de um download da consciência humana para dispositivos electrónicos com os benefícios destes poderem estar espacialmente dispersos, mas interligados, e da inteligência estar dispersa por vários cérebros (e capacidade computacionais) controlando individualmente cada dispositivo aumentando a sua capacidade física assim como a resistência a ameaças externas. É assim aqui constituído um espaço híbrido com dois grandes campos de acção: ou a transformação do corpo é dado pela fusão com sistemas electrónicos ou a consciência humana é inserida em sistema electrónicos. Segundo Fidalgo (2004: 4) “robots, mutantes, andróides, *cyborgs*, são a nova face do avanço tecnológico que, no fim do segundo milénio, associa mais do que nunca o terreno ficcional e o imaginário social às conquistas da ciência, cada vez mais pródiga nas suas próprias criações artificiais”. Simultaneamente Tucherman (1999: 101) questiona “até que grau de deformação (ou estranheza) permanecemos humanos?” colocando a questão na relação entre o humano e a sua identidade ou seja, aquilo que o torna, ou não, humano.

¹¹ O Sol emite cerca de 3850 zettajoules (3,85 milhões de trilhões de joules) enquanto que o consumo mundial em 2004, foi de 0,471 zettajoules, o que representa cerca de 0,01 por cento da energia solar a que temos acesso na Terra.

se que o átomo seria a menor porção de matéria existente. Veio-se a constatar que o átomo é constituído por partículas menores, ou sub-atómicas, nas quais se encontram o núcleo (onde se situa a massa do átomo) e partículas que giram em seu redor denominados de electrões (partículas de carga negativa). O núcleo, por sua vez, é composto por partículas de cargas positivas, prótons, e de partículas com o mesmo tamanho, mas sem carga, neutrões. Os prótons têm a tendência para se repelirem porque possuem carga positiva e, ao estarem juntos no núcleo, realizam um trabalho (despendendo energia) para manter a estrutura. Em suma, a energia que mantém os prótons e os neutrões juntos no núcleo é a energia nuclear. Após esta constatação foi preciso descobrir como utilizá-la. Criou-se, assim, a possibilidade de dividir¹² o núcleo de um átomo pelo que a energia seria libertada em forma de calor, ou energia térmica. Assim surgiu a fissão nuclear. Em cada relação de fissão nuclear resultam dois a três neutrões como consequência da absorção do neutrão que gerou a fissão. Torna-se então possível que esses neutrões atinjam outros núcleos de urânio-235¹³ libertando calor. A este processo é chamado reacção de fissão em cadeia.

Perante a reacção de fissão em cadeia tornou-se necessário saber como controlar e parar o material fissil (aquele que sofre a fissão nuclear), em suma, o urânio-235. Por isso foram criados os reactores nucleares que através da introdução de elementos que absorvem os neutrões, como o caso do boro sob a forma de ácido bórico e do cádmio. Um reactor¹⁴ nuclear é, na verdade, uma central térmica, que utiliza o urânio-235, em vez de carvão ou óleo combustível, podendo considerar-se uma central térmica nuclear¹⁵.

Ao nível das reservas de urânio verifica-se uma distribuição relativamente equitativa pelos diversos países mundiais ao contrário das outras formas de energia: “o petróleo encontra-se concentrado no Médio-Oriente onde existem cerca de dois terços das reservas mundiais com os mais baixos custos de produção... e com 39 anos de reservas/production (R/P). Quanto ao gás natural encontra-se um pouco melhor distribuído com 70% das reservas ao redor da Europa, com incidência na Rússia, Médio Oriente e Norte de África, com 61 anos de R/P. O carvão está muito melhor distribuído e tem cerca de 200 anos R/P, mas o seu impacto no ambiente coloca graves problemas à sua utilização (Nunes, 2006: 58)

Por sua vez, o processo de fusão¹⁶ nuclear baseia-se na aproximação de dois núcleos (que por terem ambos carga positiva tendem a repelir-se) através da reacção a temperaturas elevadas, o que leva a que os electrões se separem dos núcleos fazendo com que a matéria fique no estado de plasma. Este factor torna a fusão produtiva, mas por si só não a torna rentável. Desta forma é necessário que “a energia produzida pelas reacções de fusão exceda largamente as perdas térmicas do plasma” (Manso, 2006: 68). Mas, sendo um processo tão difícil de conseguir, o que o torna tão desejável? As vantagens da fusão nuclear¹⁷ são inúmeras: é uma fonte potencial de energia limpa (não emite dióxido de carbono e não contribui para a poluição atmosférica), segura, praticamente inesgotável, economicamente atractiva, mas comparativamente ao processo de fissão nuclear é o facto de não existir a reacção em cadeia, logo os problemas verificados em Three Mile Island e Chernobyl não poderão acontecer.

A representação da nanotecnologia nos media

Até aqui analisamos, em traços gerais, as principais questões postas pela nanotecnologia no contexto das ciências sócias, sendo notado que a nanotecnologia constitui-se como área de interesse e de discussões alargadas. Tal como dissemos na introdução importa-nos, com base nesta prévia separação de categorias e temas, perceber como a nanotecnologia é comunicada ao público, muito e em particular em imprensa generalista (isto é, não implicando revistas de foro informacional segmentado para a ciência).

Com efeito, os media têm tido grande importância no desenvolvimento do capitalismo e, sobretudo, no próprio processo de globalização. Tradicionalmente concebe-se que a ciência tem como objectivo obter uma percepção da realidade enquanto que o jornalismo procura traduzir a realidade para o público. Obviamente essa tradução não é neutra dependendo muito do conhecimento que o próprio jornalista tem sobre a área do conhecimento (neste caso a nanotecnologia) e a visão que tem sobre a realidade. Consideremos como Kim (2008) a imprensa é das formas comuns dos media aquela pela qual o individuo é capaz mais facilmente de reter a informação recebida, em comparação com a televisão ou a rádio.

¹² Divisão de um átomo pesado, por exemplo o urânio-235, com muitos prótons e neutrões em dois núcleos menores, através de um impacto de um neutrão.

¹³ O urânio-235 é um elemento químico que possui 92 prótons e 143 neutrões no núcleo, sendo a sua massa de $92+143=235$ (neutrão lento); existem também o urânio-238 ($92+146$) só que a fissão despende uma elevada energia cinética (neutrão rápido).

¹⁴ Tipos de reactor: reactor a água pressurizada (pwr); reactor a água ebuliente (bwr); reactores a água pesada (phwr); reactor arrefecido a CO₂ (AGR-MAGNOX); reactor RBMK; reactor regenerador. Para ver a evolução da tecnologia na construção de reactores consultar Nunes, 2006.

¹⁵ A grande vantagem das Centrais Térmicas Nucleares é o facto de gerar um elevado nível de potência em pouco material utilizado: para produzir 1 MW de energia eléctrica durante um ano é necessário 25 kg de urânio enriquecido o que equivale a 2500t de carvão, 1500t de fuelóleo ou 700t de gás natural (Nunes, 2006).

¹⁶ Processo de produção de energia que consiste na fusão de núcleos de átomos leves, como o hidrogénio, o hélio, o deutério ou o trítio. A reacção mais fácil de obter envolve o deutério e o trítio, sendo obtidos na água e no lítio, respectivamente.

¹⁷ Os combustíveis são abundantes e distribuídos por todo o planeta; não há transporte de combustíveis nucleares; o sistema de produção pode ser parado a qualquer momento; o lixo radioactivo perde a sua radioactividade em menos de 100 anos enquanto que no processo de fissão são necessários milhares de anos; em caso de acidente “grave” e como medida de segurança evacuar-se-ão as populações para um perímetro de 50km sem consequências assinaláveis para o ambiente ou para as populações; em caso de atentado terrorista não comporta consequências nefastas, sendo a título comparativo mais prejudicial um atentado numa central hidroeléctrica do que numa de produção de fusão nuclear.

Tendo em conta o esquema criado por Singer¹⁸ (2007) para analisar os avanços e as áreas de investimento da nanotecnologia procurou-se colocar cada um dos artigos numa dessas áreas. No entanto, com a abertura prevista do INL (International Iberian Nanotechnology Laboratory) em Braga foi também necessária a criação de uma nova categoria que se referisse aos artigos relativos a esta temática. Após a análise dos documentos constituíram-se as seguintes categorias: Nanotecnologia; INL; Nanotecnologia, Ambiente e Produção Energética; Nanotecnologia e Produção Industrial; Nanotecnologia e Aplicações Militares; e Nanotecnologia e Saúde.

Na tabela seguinte encontramos a disposição das temáticas e a sua descrição:

Tabela I – Classes criadas e respectiva descrição

Temática	Descrição
Nanotecnologia	Artigos relativos à nanotecnologia que não especificam uma utilização prática em concreto
INL	Artigos relacionados com o International Iberian Nanotechnology Laboratory
Nanotecnologia, Ambiente e Produção Energética	Artigos relacionados com o Ambiente e as variadas formas de produzir energia
Nanotecnologia e Produção Industrial	Artigos relacionados com os impactos da nanotecnologia na produção industrial
Nanotecnologia e Aplicações Militares	Artigos relacionados com a nanotecnologia e os seus impactos na indústria militar
Nanotecnologia e Saúde	Artigos relativos aos impactos da nanotecnologia no sector da Saúde

A categoria “Nanotecnologia” engloba todos os artigos que se referem à nanotecnologia, mas sem incluírem nenhuma aplicação em particular. O “INL” diz directamente respeito a todos artigos que focam e centralizam a importância do INL. A “Nanotecnologia, Ambiente e Produção energética”, inclui todos os artigos que focam a relação entre os desenvolvimentos técnicos e tecnológicos na nanotecnologia e as aplicações ambientais e ao nível da produção energética. A classificação “Nanotecnologia e Produção Industrial” dá conta de todas as aplicações industriais resultantes da aplicação nanotecnológica. A designação “Nanotecnologia e Aplicações Militares” diz respeito aos artigos que englobam as novas formas de organização militar, assim como as novas aplicações militares fruto das aplicações nanotecnológicas. A “Nanotecnologia e Saúde” engloba todos os artigos em que a nanotecnologia tem contribuído ao nível da saúde, sejam novas aplicações técnicas, medicamentos ou formas de organização na saúde. Em relação à divisão proposta por Singer (2007) foram excluídos alguns pontos, uma vez que não se encontraram artigos relativos a essas temáticas.

Discussão de resultados exploratórios

Dos jornais analisados, o Jornal de Notícias privilegiou a temática da nanotecnologia com 80% dos artigos a pertencerem a este jornal, tendo o Diário de Notícias e o Correio do Minho 10% respectivamente. Em cada um dos jornais analisados o INL foi o assunto mais debatido, correspondendo a 36,3% do total de artigos do JN e a 30% do DN. De notar que a exclusividade dos artigos do Correio do Minho reportam-se unicamente ao INL (100%).

A maioria dos artigos diz respeito ao INL representando 42% do total de artigos analisados. A categoria “Nanotecnologia” representa 24% e a categoria “Nanotecnologia e Saúde” representa 11%, sendo estas as 3 temáticas às quais a imprensa deu um maior destaque (ver tabela II). As categorias “Nanotecnologia, Ambiente e Produção Energética”, “Nanotecnologia e Produção Industrial” e “Nanotecnologia e Aplicações Militares” representam 10%, 9% e 4% do total, respectivamente.

Numa divisão entre os vários jornais verificamos que o maior destaque aparece em relação ao INL o qual representa 36,3% dos artigos do Jornal de Notícias, 100% dos artigos do Correio do Minho e 30% dos artigos do Diário de Notícias. É também de notar a ausência de artigos do Diário de Notícias sobre a área temática Nanotecnologia, ambiente e Produção Energética, embora seja actualmente uma das maiores áreas de investimentos na nanotecnologia e fulcral, segundo Singer (2007), para a valorização sócio-económica dos vários Estados mundiais.

Tabela II - Temáticas dos artigos na imprensa analisada

Tipo de artigo	Frequência%
Nanotecnologia	24
INL	42
Nanotecnologia, Ambiente e Produção Energética	10

¹⁸ Armazenamento, produção e conversão de energia; incremento da produtividade da agricultura; tratamento de água e remediação ambiental; diagnóstico e *screening* de doenças; sistemas de “entregas de drogas” (drug delivery: processo de administração de fármacos farmacêuticos com a finalidade um efeito terapêutico em homens ou animais); processamento e armazenamento de alimentos; poluição do ar e remediação; construção; monitorização de saúde; vectores, detecção e controlo de pragas (Singer, 2007)

Nanotecnologia e Produção Industrial	9
Nanotecnologia e Aplicações Militares	4
Nanotecnologia e Saúde	11
Total	100

Quando analisadas as datas de publicação dos artigos constatou-se uma predominância do 1º trimestre de 2008 (15%), do 4º trimestre de 2006 (14%) e do 4º trimestre de 2007 (13%) coincidindo com as datas de publicação de um maior número de artigos sobre o INL.

Verifica-se que 51% tiveram uma abordagem incisiva ou seja, ilustraram meramente a relação entre a nanotecnologia e uma única aplicação, ao invés de 49% dos artigos que nos quais foi visível uma abordagem transversal. Tal sugere que a imprensa não conseguiu até à data definir um modo de analisar os fenómenos recorrentes da nanotecnologia.

Relativamente aos vários impactos da nanotecnologia constata-se que 86% dos artigos transmitem unicamente uma visão positiva sobre a nanotecnologia, verificando-se uma total ausência de artigos que abordem unicamente as questões do risco/desvantagens da nanotecnologia. Por sua vez, somente 2% dos artigos fazem qualquer tipo de referência aos riscos mas dando também uma relação das vantagens das apostas nanotecnológicas. É também de referir que 12% dos artigos não evidenciam, nem os benefícios, nem os riscos do investimento nanotecnológico.

A representação de “sociedade do futuro” e o tipo de influência que a nanotecnologia está a gerar na construção de futuro surgem manifestos em 76% dos artigos onde mostram o carácter de ruptura, ou seja o cariz revolucionário desta forma tecnológica. Constatou-se também que 20% dos artigos não revela nem o carácter revolucionário da nanotecnologia nem a sua continuidade com o modelo vigente. Mais detalhadamente, é de destacar que 90% dos artigos do Diário de Notícias demonstram a vertente de ruptura (o cariz revolucionário) da nanotecnologia, contrastando com os 73,8% do Jornal de Notícias e 80% do Correio do Minho.

Para além dos fenómenos tecnológicos gerados pelo investimento na nanotecnologia também é fulcral saber quais os actores, ou melhor quais as redes de actores directamente ligadas à sua promoção. Verificou-se que os actores dominantes foram os políticos e os cientistas representando 31% e 29%, respectivamente. De facto, 21% dos artigos relacionam os políticos e os cientistas, aparecendo ambos na notícia. Por sua vez, o espaço destinado às organizações e ao público em geral representam 10% e 9%, respectivamente. Relacionando com os interesses manifestados, as finalidades políticas representam 46% do total. Os fins científicos (ligadas também à noção do conhecimento) revelam 40% da amostra. Os fins organizacionais representam 11% enquanto que o público em geral representa somente 3%. É, assim, notório que o perfil de actores associados à nanotecnologia não traduz, por si só, o tipo de interesse manifestado, ou seja o actor político pode não ter uma finalidade política na sua acção na nanotecnologia.

Tabela III – Intervenientes principais descritos na imprensa

Interveniente principal no artigo	Frequência %
Político	31
Cientista	29
Organizações	10
Público em geral	9
Políticos e Cientistas	21
Total	100

Tabela IV – Interesses manifestados pelos intervenientes na imprensa

Interesses manifestados	Frequência %
Fins políticos	46
Fins científicos	40
Fins organizacionais	11
Público em geral	3
Total	100

As vantagens identificadas são bastante díspares: enquanto 48% dos artigos diz respeito às parcerias políticas (em particular destaque entre Portugal e Espanha), 39% diz directamente respeito aos benefícios dos avanços científicos. Relativamente às parcerias empresarias e aos benefícios directos para o público em geral somente 10% e 3%, respectivamente, dão primazia a estes tópicos.

Temáticas ausentes

Embora seja relevante analisar as temáticas analisadas na imprensa também é importante elucidar quais as que foram ignoradas. Destaca-se a ausência de temas relacionando a nanotecnologia e a produção agrícola, mesmo quando os assuntos debatidos são, por exemplo, os organismos geneticamente modificados.

A reacção dos públicos às inovações científicas tem-se baseado não só numa relação racional vantagens/desvantagens, mas também na percepção através da cultura popular e no imaginário social (Nerlich, 2005). Num trabalho realizado por Amorim (2008) constata-se que na imprensa brasileira, por vezes a nanotecnologia era retratada no plano do imaginário, nomeadamente, a possibilidade de cair nas mãos erradas e proceder-se, assim, à construção de nanorobots malignos capazes de atacar, como parasitas, a Humanidade, ou mesmo, a possibilidade de nanorobots autoreplicantes cobrirem a Terra como gosma cinza¹⁹.

Questões éticas e ambientais como a invasão da privacidade, os danos que os nanotubos de carbono podem fazer à saúde humana e a possibilidade de reacções químicas não controláveis, uma vez que o trabalho realizado à escala nano permite um número substancialmente maior de possíveis reacções químicas, constituem todas possíveis focos de imaginário, superstição e mistificação. Também nos trabalhos realizados por Nerlich (2005) encontram-se afirmações que remetem para o imaginário social como os nanosubmarinos, os nanobots, os cyborgs, os nanobarcos, o nautilus, o que revela, de modo particular, a tendência para os próprios media enfatizarem esta vertente do imaginário, em prejuízo de traduções mais fidedignas da nanotecnologia na realidade quotidiana das suas vidas.

Todavia, nem estas vertentes estão presentes na imprensa que analisámos. Ao contrário do constatado nos trabalhos (Kim, 2008; Amorim, 2008, Nerlich, 2005; Einsiedel, 2005) em vários países europeus, assim como no Brasil, os Estados Unidos, Canadá, no nosso estudo aparece como evidente a primazia dada à acção do governo e do seu programa político no que diz respeito à promoção da nanotecnologia e às potencialidades. Nem mesmo os riscos da mesma são sequer elucidados ou trabalhados em debate. A presença do actor político e a sua vinculação a uma acção concreta e mudança e de construção do futuro baseada na (nano)tecnologia impera na mensagem transmitida ao público.

Conclusões

Após a análise pode-se definir as notícias da imprensa como uma mediação já mediada, uma vez que, se tivermos em conta o esquema relacional de Weber entre o cientista e o político ou o esquema de Soon Kim entre o cientista, os mediadores (por exemplo os políticos e os media) e o público em geral, verifica-se que a imprensa analisada, ao dar um grande destaque aos políticos, à relação entre políticos e cientistas e às finalidades políticas acaba por fazer uma tradução, ou se quisermos uma mediação, daquilo que já foi traduzido ou mediado pelos políticos, sem relevar grande interesse na tradução das vantagens e dos riscos directamente nas fontes, ou seja, os cientistas e os produtos finais derivados da produção nanotecnológica. Esta atitude faz com que certas questões, como os riscos (por exemplo: os problemas da propriedade intelectual, das desigualdades sociais, o direito à privacidade, riscos ambientais, segurança no contacto com as nanopartículas) não sejam mencionadas o que (directa ou indirectamente) acaba por facilitar o processo de legitimação da nanotecnologia e das suas aplicações práticas. Do mesmo modo, certas grandes inovações nanotecnológicas (como as aplicações do grafeno, as vantagens energéticas...) não são mencionados porque não são conceitos que os políticos dominem particularmente pelo que terão extrema dificuldade em traduzi-los para o seu público. Esta atitude por parte da imprensa leva a que, no seguimento de Rattner (2006: 2) possamos dizer que: “a opinião pública está sendo alimentada com o mito do “efeito de filtração” (trickle-down effect), de quanto mais pesquisa, melhor para a prosperidade económica e o bem-estar social”.

Bibliografia

- AMORIM, Tade-Ane, (2008) Nanotecnologia na imprensa: análise de conteúdo do Jornal Folha de São Paulo, Revista Electrónica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, vol. 4 Nº 2
- BERNE, Rosalyn (2003) Ethics, Technology and the Future: An Intergerational Experience in Engineering Education, Bulletin of Science, Technology & Society Vol. 23 Nº 2 pp.88-94
- BOWMAN, Diana & HODGE, Graeme (2007) Nanotechnology and Public Interest Dialogue: Some International Observations, Bulletin of Science, Technology & Society, Vol. 27 Nº2 pp. 118-132
- CALSTER, Geert van (2008) Risk regulation, EU Law and Emerging Technologies: Smother or Smoth?, Nanoethics 2, Springer, pp. 61-71
- DREXLER, K. Eric, (1990), Engines of Creation, The coming era of nanotechnology, New York, Anchor Books
- DREXLER, K. Eric & PETERSON, Chris (1991), Unbounding the Future, the Nanotechnology Revolution, New York, E-spaces
- DREXLER, K. Eric (2004) From Feynman to Funding, Bulletin of Science, Technology & Society, Vol. 24 Nº 1 pp. 21-27
- DUPUY, Jean-Pierre (2007) Os desafios éticos da nanotecnologia, Les Cahiers du MURS

¹⁹Entende-se por gosma cinza o *grey goo scenario* que refere Eric Drexler (1990) na publicação Engines of Creation: nanobots com a capacidade/função de autoreplicação e que acabariam por eventualmente cobrir o planeta

EINSIEDEL, Edna (2005), In the Public Eye: The Early Landscape of Nanotechnology among Canadian and U.S. Publics, *Azójono* Volume 1 December pp.1:10

ETC GROUP (2005) Manual de Bolso das Tecnologias de Nanoescala... e a teoria do “Little Bang”

FEYNMAN, Richard (1959) There’s Plenty of Room at the Bottom
http://media.wiley.com/product_data/excerpt/53/07803108/0780310853.pdf

FIDALGO, António, Moura Catarina (2004) Devir (In) Orgânico: entre a Humanização do Objecto e a Desumanização do Sujeito, *Revista de Comunicação e Linguagem*

FUKYUAMA, F. (2002) *Our Posthuman Future: Consequences of the Biotechnology Revolution*, London, Profile Books

GROVES, Chris (2006) Taking Responsibility for the Future: Care and Value Conflicts, *Conflict and Identity: on Conflict Resolution*, Workshop Aarhus University, Denmark

GROVES, Chris (2008) Whose Nanotechnology?, *The Centre for Business Relationships, Accountability, Sustainability and Society*

GROVES, Chris & Elen Stokes & Robert Lee, & Lori Frater & Taiwo Oriola (2008) *Nanotechnology and the Regulatory Environment*, Working Paper nº 48, *The Centre for Business Relationships, Accountability, Sustainability and Society*

INSTITUTO INOVAÇÃO (2005) Nanotecnologia
<http://www.institutoinovacao.com.br/internas/artigo/idioma/1/31>

INVERNIZZI, Noela, FOLADORI, Guillermo, MACLURCAN, Donald (2007), The Role of Nanotechnologies in Development and Poverty Alleviation: a Matter of Controversy, *AZójono* Volume 3: 1-14

JONES, Richard (2007) Are Natural Resources a Curse? *Global Theme on Poverty and Human Development*, *Nature Nanotechnology* Vol 2

JOY, Bill (2004), Why the Future doesn’t Need Us, *Wired*

KIM, H-S, (2007) A New Model for Communicative Effectiveness in Science, *Science Communication*, Vol. 28, Nº3 pp-287-313

KULINOWSKI, Kristen (2004) Nanotechnology: From "Wow" to "Yuck"? *Bulletin of Science, Technology & Society*; vol. 24: pp. 13 - 20.

MACLURCAN, Donald C. (2005) *Nanotechnology and Developing Countries*, *AZójono*, Volume 1 October: 1-19

MANSO, M.E, VARANDAS (2006) Fusão Nuclear, uma opção energética para o futuro, *Gazeta da Física* Vol. 29 Fascículo 1-2

MARCHANT, Gary E., SYLVESTER, Douglas J., ABBOTT, Keneth W. (2008), *Risk Management Principles for Nanotechnology*, *Nanoethics* 2: 43-60

MARTINS, Paulo Roberto, BRAGA, Rui (2007), *Nanotecnologia: Promessas e dilemas da Revolução Invisível*

MARTINS, Paulo Roberto (2007), *Nanotecnologia, uma introdução, Novas Tecnologias na Genética Humana – Avanços e Impactos para a Saúde*

MARTINS, Paulo Roberto (2008), *Nanotecnologia*

MISHRA, Ramesh (1995), *O Estado-Providência na sociedade capitalista: estudo comparativo das políticas públicas na Europa, América do Norte e Austrália*, Oeiras, Celta Editora

NERLICH, B. (2005) From Nautilus to Nanobo(a)ts: The Visual Construction of Nanoscience, *AZójono*, Vol.1

NETO, Sebastião Lopes (2007) *Nanotecnologia e os Trabalhadores*, ETC Group

NUNES, Pedro Sampaio (2006) *Novas Formas de Cisão Nuclear*, *Gazeta da Física* vol.29 fascículo 1-2

POEL, Ibo van de (2008), How Should We Do Nanoethics? A Network Approach for Discerning Ethical Issues in Nanotechnology, *Nanoethics* 2: 25-38

RATTNER, Henrique (2006), *De Megaprojetos e Inovações Tecnológicas à Nanotecnologias: Custos Sociais “Ocultos”*

SANDLER, Robert (2009) *Nanotechnology: the Social and Ethical Issues*, *Project on Emerging Nanotechnology*, PEN16

SCHMIDT, Karen (2007), *Nanofrontiers: Vision for the Future of Nanotechnology*, *Project on Emerging Nanotechnologies* (PEN) PEN6

SCHUMPETER, Joseph A. (1961) *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro

SERAGELDIN (2008) *World Risks “Scientific Apartheid”*
<http://www.scidev.net/en/news/world-risks-scientific-apartheid-says-top-african-.html>

SINGER, Peter (2007), *Tackling Global Poverty*, Council of Science Editors, *Global Theme on Poverty and Human Development*
<http://www.nature.com/nnano/journal/v2/n11/full/nnano.2007.349.html>

SINGER, Peter, & SALAMANCA-BUENTELLO, Fabio, & PERSAD, Deepa L., & COURT, Erin B., MARTIN, & Douglas K., & DAAR, Abdallah S. (2005), *Nanotechnology and the Developing World*, *PLoS Medicine* Volume 2 Issue 5 pp.383-386

THOMPSON, Paul (2008) The Opposite of Human Enhancement: Nanotechnology and the Blind Chicken Problem, *Nanoethics*, Vol. 2 pp. 305-316

TREDER, Mike (2004) *Bridges to Safety, and Bridges to Progress*, Center for Responsible Nanotechnology

TUCHERMAN, Ieda (1999) *Breve História do Corpo e de Seus Monstros*, Lisboa, Vega

VARANDAS, Carlos, & ALMEIDA, Aníbal Traça, & FERNANDES, Eduardo Oliveira, & PEREIRA, Manuel Collares, & COELHO, Pedro (2006) *As Energias do Presente e do Futuro* in *Gazeta da Física* nº29 fasc. 1-2

WILEY, & MILLER, John, & SERRATO, Ruben, & REPRESAS-CARDENAS, Jose, & KUNDAHL, Griffith (2005) The Handbook of Nanotechnology, Business, Policy and Intellectual Property Law, John Wiley&Sons, New Jersey
WOODROW WILSON INTERNATIONAL CENTRE FOR SCHOLARS (2008), Nanofrontiers, Energizing the Future
<http://www.nanotechproject.org/process/assets/files/7045/nanofrontiers3energy.pdf>

Ciência e tecnologia e inovação – uma análise da política de financiamento da pesquisa no Brasil

Vera Lúcia Jacob Chaves
Universidade Federal do Pará
vjacob@uol.com.br

Resumo: Esta comunicação tem como objetivo central apresentar os resultados da pesquisa realizada com a finalidade de analisar os efeitos da política de financiamento da pesquisa adotada no Brasil sobre a produção do conhecimento científico, no período de 2000 a 2006. Compreendendo que tal análise precisa situar-se no âmbito global das políticas públicas adotadas no país, é feita a relação entre a reforma do Estado brasileiro e a política de Ciência, Tecnologia e Inovação implementada. Utilizamos como recurso metodológico a pesquisa bibliográfica e documental, trabalhando com o máximo possível de informações disponíveis, tanto de natureza quantitativa como qualitativa. Nos resultados desse estudo são apresentados dados acerca do financiamento da pesquisa no Brasil e sua relação com o Produto Interno Bruto (PIB) do país e são tecidas algumas considerações que indicam o rumo que a adoção da política de “ajuste fiscal” empreendida pelo governo federal, poderá assumir, cujas conseqüências imediatas têm se manifestado na adoção de uma política nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação que tem contribuído para a manutenção do país numa situação de dependência econômica externa, inserindo-se na economia capitalista mundial na condição de consumidor de tecnologia, acentuando a exclusão social da maioria da população brasileira.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo central apresentar os resultados da pesquisa realizada com a finalidade de analisar os efeitos da adoção da Política de Ciência e Tecnologia (C&T) no financiamento da pesquisa no Brasil, no período de 2000 a 2006.

Adotamos como referência de análise a reforma implementada no Estado brasileiro, a partir da década de 1990 e início da atual, que traduziram as demandas postas pela lógica do capital com vistas à saída da crise iniciada na economia capitalista na década de 1970 e que perdura até os dias atuais. Essa reforma fundamenta-se no argumento neoliberal da ineficácia dos serviços públicos e da necessidade da redução do papel do Estado no financiamento das políticas sociais atingindo diretamente a política da Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I). É importante ressaltar que a adoção dessa política nos países da América Latina atende às exigências emanadas dos organismos internacionais que apontam como único caminho para a superação da crise do capitalismo a adoção de políticas de “ajuste fiscal” do Estado, com vistas a aumentar o superávit primário e, com isso, possibilitar o pagamento dos serviços da dívida interna.

No desenvolvimento da pesquisa utilizamos como recurso metodológico a pesquisa bibliográfica e documental, trabalhando com o máximo possível de informações disponíveis, tanto de natureza quantitativa como qualitativa.

Os resultados desse estudo serão expostos em duas partes. Na primeira parte, centramos nossos esforços no marco teórico que elegemos sobre a adoção das políticas de ajuste neoliberais empreendidas pelo Estado brasileiro e seus reflexos no financiamento da pesquisa no Brasil. A reforma na política de Ciência e Tecnologia do país e, o financiamento dessa política, se configurou no centro de nossas investigações.

Na segunda parte do texto, apresentaremos alguns dados levantados sobre o financiamento da pesquisa no Brasil, no período de 2000 a 2006, objetivando responder às seguintes questões: Qual o montante das despesas da União na função Ciência e Tecnologia e sua relação com as receitas correntes? Qual o montante de recursos destinados pela União ao desenvolvimento da C&T nos últimos anos e o que representa em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)? Qual o impacto dos recursos dos “fundos setoriais” aplicados em pesquisa no Brasil? Como esses recursos são distribuídos no país?

Nas conclusões são tecidas algumas considerações que indicam o rumo que, a adoção da política de “ajuste fiscal” empreendida pelo governo federal poderá assumir, cujas conseqüências imediatas têm se manifestado na política nacional de C,T&I e contribuído para a manutenção do país numa situação de dependência econômica externa, inserindo-se na economia capitalista mundial na condição de consumidor de tecnologia.

Política de Ciência & Tecnologia (C&T) e Reforma do Estado no Brasil

A crise do petróleo em 1979 e o saturamento dos mercados mundiais deram início a mudanças significativas no desenvolvimento do sistema capitalista mundial, com reflexos diretos para o Brasil. Essa crise aprofundou-se com o crescimento desmesurado dos serviços da dívida, provocado pela elevação da taxa de juros da dívida externa, aliada à queda nos preços dos produtos de exportação dos países periféricos e à desregulamentação financeira. Como conseqüência, são

impostos a esses países (dentre eles o Brasil), programas de ajuste com a finalidade de reduzir o déficit público e garantir o pagamento da dívida. Para tanto, dentre outras conseqüências do ajuste estrutural, foram efetuados: a) cortes no gasto público, especialmente os direcionados às políticas sociais, acompanhados pela transferência de recursos públicos para o capital especulativo; b) redução de salários reais e aumento do desemprego; c) crescimento da dívida pública interna e externalização da dívida pública, mediante venda de papéis no exterior. (Campos, 2001, p.287-288).

Com a justificativa de reformular as estruturas sociais, as novas tecnologias e formas de gestão, e contratação de força de trabalho, e implantar a chamada “modernização sistêmica” (Rodrigues, 2006), foram necessárias mudanças no sistema capitalista em âmbito mundial, as quais, no seu conjunto, foram chamadas de Reforma do Estado.

No caso brasileiro, a Reforma do Estado foi elaborada pelo então Ministro da Administração e Reforma do Estado (MARE), Bresser Pereira, denominada de Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE,1995). De acordo com esse Plano, a crise brasileira da última década foi também uma crise do Estado e diante de uma reação imediata à crise faziam-se inadiáveis: (1) o ajustamento fiscal duradouro; (2) reformas econômicas orientadas para o mercado, que, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica, garantam a concorrência interna e criem as condições para o enfrentamento da competição internacional; (3) a reforma da previdência social; (4) a inovação dos instrumentos de política social, proporcionando maior abrangência e promovendo melhor qualidade para os serviços sociais; e (5) a reforma do aparelho do Estado, com vistas a aumentar sua "governança", ou seja, sua capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas.

A Reforma do Estado brasileiro atingiu todos os setores da economia e das políticas sociais, dentre as quais destacamos nesse estudo as mudanças efetivadas na política de Ciência e Tecnologia (C&T). De acordo com essa Reforma o Estado deixaria de ser provedor dos direitos sociais passando a assumir o papel de redistribuidor/fornecedor dos bens sociais. Como conseqüência, a reconfiguração das esferas pública e privada assume centralidade nessa Reforma sendo, a partir de então, criado um novo conceito, “o público não-estatal”, caracterizado pela parceria entre Estado e sociedade, onde segundo o PDRE (1995, p 43) é “constituído pelas organizações sem fins lucrativos, que não são propriedade de nenhum indivíduo ou grupo e estão orientadas diretamente para o atendimento do interesse público”.

É nesse contexto de Reforma que foi rediscutido o papel da Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento econômico do país uma vez que, até então, a participação estatal no financiamento das pesquisas era quase exclusiva. Assim, foi elaborado um novo projeto político de desenvolvimento científico e tecnológico com vistas à inserção do Brasil na “sociedade do conhecimento”¹. Com base no discurso de desenvolver cientificamente o país, aplicando seus resultados na solução dos problemas, e estimulada por organismos internacionais, tais como Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), a política de C,T&I ganhou o espaço necessário para a redefinição de seu papel. O principal mecanismo institucional promotor da reforma no setor de pesquisa no Brasil foi a criação do Conselho Nacional para Ciência e Tecnologia (CCT)², por meio da Lei nº 9.257, de 9/1/1996 que passou a “coordenar a política nacional de C&T, incluindo a distribuição de instrumentos e recursos”(Oliveira, 2002, p.73).

O ponto de partida para a consolidação do plano estratégico para o desenvolvimento tecnológico no Brasil está no documento “Ciência, tecnologia e inovação: desafios para a sociedade brasileira”, que foi batizado como “Livro verde” (publicado em 2000), e que subsidiou os debates da 1ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, realizada em setembro de 2001 pelo Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (Silva & Melo, 2001). Este documento incentiva a participação empresarial no processo, como é evidenciado no trecho a seguir destacado:

Na sociedade da informação, o cenário econômico transforma-se de tal modo que inovar e converter conhecimento em vantagem competitiva passam a constituir importantes diferenciais. Da rapidez na geração e difusão de inovações, decorrem a drástica diminuição da vida útil dos produtos e a necessidade de modernização contínua da produção e da comercialização de bens e serviços. O processo inovador supõe, cada vez mais, a produção e aplicação de informações conhecimentos e a sua gestão, nos moldes do que hoje se denomina inteligência coletiva, empresarial e organizacional (Brasil, 2001, p. 06)

Para atrair o setor produtivo para o financiamento das pesquisas foi necessário incorporar o termo Inovação, o que demarca uma nova etapa na política de Ciência e Tecnologia a ser desenvolvida no país. A centralidade das pesquisas deve estar voltada para a inovação tecnológica com aplicabilidade imediata, que possibilite aumentar o lucro dos financiadores (empresários), a ser comercializada no mercado capitalista. Inovar, portanto, passa a ser um atrativo para que o setor empresarial aplique algum recurso no desenvolvimento de novas pesquisas, de preferência voltadas para a aplicação de novas tecnologias. Conforme afirma Oliveira (2002, p. 76), “O conceito inovação, portanto, refere-se ao uso adequado da tecnologia, à capacidade de transformar recursos técnicos em riquezas econômicas e benefícios sociais”. Esta política foi consolidada no “Livro Branco” que subsidiou os debates realizados durante a 2ª Conferência Nacional de C,T&I, cuja centralidade das discussões voltou-se para as parcerias público-privadas conforme se observa na fala do então Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg:

¹ Sobre o conceito de “sociedade do conhecimento” ver: Rouanet (2002).

² O CCT foi criado como órgão acessório do Executivo e é formado por ministros de várias áreas e sete representantes dos setores empresariais que utilizam tecnologia intensiva.

Ao pôr em curso um projeto nacional de desenvolvimento em C&T, o Governo acelerou a modernização da infra-estrutura de pesquisa; construiu consensos por meio do diálogo com as esferas pública e privada; criou mecanismos de apoio e promoção de transformações no campo científico, tecnológico, econômico e cultural, em plena integração com indústrias, empresas, centros de pesquisa e universidades. (Livro Branco, 2002, p IX)

Fica claro, no discurso acima, que o “Projeto Nacional de Desenvolvimento em C&T” a que se refere o Ministro, está pautado nas parcerias público-privadas, ou seja, a produção do conhecimento no país tem que se adequar às demandas da indústria e das empresas. Para tanto, é necessário o estabelecimento de parcerias do setor privado com as Universidades e Centros de Pesquisa, que são responsáveis pela pesquisa brasileira.

Assim, o sistema brasileiro de produção científica e tecnológica passou por uma profunda transformação, cuja reorientação central foi a promoção de parcerias entre as instituições públicas e o setor privado. O Estado concentraria investimentos públicos em áreas de alta relevância econômica e a prioridade seria a de “alocar recursos às instituições públicas que tivessem projetos elaborados em parceria com as empresas privadas e fossem voltadas para aplicações comerciais” (Oliveira, 2002, p.73).

Dentre as ações com vistas à execução da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (PNCT&I), implementada no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, destaca-se a Lei de Inovação Tecnológica³ que tem como objetivo central acelerar a produção do conhecimento no país. Esta lei prevê o direcionamento dos recursos públicos e não-reembolsáveis para empresas, dando prioridade às pequenas e micro-empresas e à política industrial, tecnológica e de comércio exterior. A lei é baseada em três eixos, a saber:

a constituição de ambiente propício a parcerias estratégicas entre as universidades, institutos tecnológicos e empresas; o estímulo à participação de instituições de ciência e tecnologia no processo de inovação; e o incentivo à inovação na empresa (Coggiola, Oliveira & Paiva 2006, p. 10).

As mudanças que vêm ocorrendo na realização de pesquisas manifestam-se, especialmente, pela ênfase na inovação tecnológica, de custos reduzidos e aplicabilidade imediata. Esta política visa estimular as empresas ao financiamento de pesquisas, o que, segundo Cruz (2003), não poderá substituir a necessária destinação de recursos públicos para a maioria das pesquisas a serem realizadas no país, pois

A experiência mundial nos mostra que a parcela do governo no financiamento à pesquisa na Universidade deve ser a principal e é insubstituível – essa é a palavra. A participação de empresas em certos projetos não pode justificar a suposição de que a Universidade consiga apoio financeiro do setor privado para a maior parte de suas atividades. As funções singulares da Universidade – educação e avanço do conhecimento – trazem benefícios sociais, dificilmente apreendidos privadamente; por isso, o financiamento majoritariamente público é insubstituível. (Cruz, 2003, p. 4)

O incentivo à participação de empresas no fomento à C,T&I foi reforçado por meio da “Lei do Bem”, aprovada em 21/11/2005 que, entre outras medidas, permite a redução de 50% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre equipamentos importados para Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e, assegura a dedução do Imposto de Renda (IR) em valor equivalente ao dobro do investido pela empresa em P&D.

As parcerias entre o setor público, representado pelas agências estatais de fomento de pesquisas e as Universidades públicas, e o setor privado, por meio da constituição de fundos privados, passou a ser central na definição da Política Nacional para a Ciência, Tecnologia e Inovação do país. A criação dos “fundos setoriais”⁴ em 1999, constituiu-se no marco inicial da adoção da política de parceria público-privada. Segundo Oliveira, esses fundos:

são fontes não orçamentárias formados por contribuições diversas, tais como: royalties, parcela da receita das empresas beneficiárias de incentivos fiscais, compensação financeira, licenças e autorizações, além de doações e empréstimos [...] os setores privilegiados para os fundos seriam os de petróleo, energia, recursos hídricos, telecomunicações, transporte e mineração (2002, p.77).

Nesse contexto de reforma, e decorridos quase dez anos de adoção dessa política, consideramos relevante investigar seus resultados, em especial na aplicação dos recursos em C&T no Brasil, no período de 2000 a 2006, analisando, ainda, quais as consequências para o desenvolvimento da produção científica.

Para melhor compreensão do fenômeno estudado, apresentaremos, a seguir, os dados estatísticos levantados sobre os investimentos em Ciência e Tecnologia no Brasil, considerando: as despesas da União em Ciência e Tecnologia e o que

³ A Lei de Inovação Tecnológica aprovada com o nº 10.973 em 02 de dezembro de 2004, dispõe sobre incentivos à inovação e a pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo. Essa Lei estabelece os pressupostos de flexibilização das relações entre pesquisadores, instituições de pesquisa e empresas privadas. As condições estabelecidas por essa Lei oferecem atrativos para que o pesquisador abra uma empresa tecnológica, licenciando-se da universidade (por até 3 anos, renováveis por igual período) para dedicar-se à constituição de empresa “com a finalidade de desenvolver atividade empresarial relativa à inovação” (Art.15).

⁴ Atualmente existem 16 fundos setoriais, distribuídos como segue: Fundo para o Setor de Transporte Aquaviário e Construção Naval (CT- Aquaviário); Fundo de petróleo e gás natural (CT-PETRO); Fundo setorial de biotecnologia (CT – BIOTEC); Fundo setorial de agronegócio (CT – AGRO); Fundo setorial para o desenvolvimento da área de engenharia aeronáutica, eletrônica e mecânica (CT – AERO); Fundo de energia elétrica (CT – ENERG); Fundo setorial para o desenvolvimento da Amazônia (CT – AMAZÔNIA); Fundo setorial para o desenvolvimento de tecnologia espacial (CT – ESPACIAL); Fundo setorial de recursos hídricos (CT – HIDRO); Fundo setorial para o desenvolvimento da Informática (CT – INFO); Fundo setorial mineral (CT – MINERAL); Fundo setorial de saúde (CT – SAÚDE); Fundo setorial de transportes terrestres (CT – TRANSPORTES); Fundo Setorial para o desenvolvimento tecnológico das telecomunicações (CT – FUNTTEL); Fundo verde e amarelo de estímulo à Interação Universidade – Empresa (CT – VERDE-AMARELO), Fundo para modernização e ampliação da infra-estrutura e dos serviços de apoio à pesquisa desenvolvida em IES públicas e de pesquisas brasileiras (CT-INFRA). Disponível em: www.finep.gov.br/fundossetoriais. Acesso em: 05 out. 2007.

representam em relação à receita corrente do país e sua relação ao PIB; os recursos dos fundos setoriais aplicados em pesquisa e como são distribuídos no país por regiões.

Financiamento da Ciência e Tecnologia no Brasil – o que os dados revelam

A política de “ajuste fiscal” adotada no Brasil se materializa por meio de cortes no financiamento das políticas sociais e, ao mesmo tempo no estímulo à parcerias com o setor privado. Essa política é evidenciada com a adoção da Desvinculação de Recursos da União - DRU (onde são subtraído 20% das receitas tributárias), iniciada no governo de Cardoso (1995-2002) e mantida no atual governo de Lula da Silva, que retira, por ano, cerca de cinco bilhões da educação.

Em relação às despesas totais da União em Ciência e Tecnologia, no período de 2000 a 2007, observa-se que os anos de 2002 e 2007 foram os que apresentaram menor volume de recursos. Analisando o período de 2000 a 2002, referente ao governo de Fernando Henrique Cardoso, constata-se que o gasto em C&T sofreu uma redução significativa no último ano de seu mandato (2002), de 16,61%, em relação ao ano anterior.

A Tabela 1 demonstra, ainda, um crescimento substancial nas despesas em C&T efetuadas durante o primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), em especial nos dois primeiros anos de governo (2003 e 2004), com acréscimo de 7,74%, em 2003, em relação ao ano anterior, e de 19,56%, em 2004. Observa-se, no entanto, que nos anos subsequentes (2005 e 2006), mesmo que em valores nominais tenha havido um crescimento das despesas, é evidente que, em termos dos valores atualizados os percentuais foram menores, a cada ano. Ao enfocarmos o primeiro ano do segundo mandato do presidente Lula da Silva (2007), observa-se uma drástica redução nos investimentos em C&T, chegando a um corte de -17,59% nos valores, comparativamente ao ano anterior.

TABELA 1 - Despesas da União na função Ciência e Tecnologia – 2000 a 2007

CIENCIA E TECNOLOGIA	DESPESAS LÍQUIDAS ²		CRESCIMENTO
	VALOR NOMINAL	VALOR ATUALIZADO ¹	%
ANO			
2000	1.244.858.670,84	2.669.405.063,75	-
2001	1.591.800.135,82	3.092.766.567,30	15,86
2002	1.506.710.314,42	2.579.056.577,21	-16,61
2003	1.993.196.405,88	2.778.642.429,24	7,74
2004	2.607.080.738,18	3.322.206.554,27	19,56
2005	3.274.462.389,70	3.937.697.734,48	18,53
2006	3.703.455.223,63	4.377.835.386,74	11,18
2007	3.207.497.263,47	3.607.889.202,24	-17,59

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Nota: Excluídas as operações intra-orçamentárias

¹ Valor atualizado com base no IGP-DI de 2007 de 1,12483001726353

² Excetuados os valores referentes ao refinanciamento da Dívida Pública

É importante registrar, ainda, que o governo vem adotando uma política de contingenciamento de recursos, ao longo de cada ano, concentrando a execução dos programas e ações no final do ano, com a finalidade de garantir o superávit primário, fazendo reserva para assegurar o pagamento de parcela dos serviços da dívida pública, sinalizando aos credores as boas intenções do governo em economizar. Desde o primeiro ano de mandato, em 2003, o índice previsto, de 3,75% de superávit primário em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), foi aumentado para 4,25%. As Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs) dos anos subsequentes previam este mesmo patamar, no entanto, o governo superou, a cada ano, essa meta: em 2004, a taxa foi de 4,59%; em 2005 passou para 4,83%, e, em 2006, ficou um pouco mais baixa, 4,32%, mas, ainda, superior ao previsto na LDO (INESC, 2006).

É inegável, no entanto, que, apesar do governo de Luiz Inácio ter dado continuidade à política econômica de “ajuste fiscal” do governo anterior, visando à produção de superávit primário, houve um maior investimento na produção do conhecimento no país, no período de 2003 a 2006. Entretanto, a redução das despesas em Ciência e Tecnologia no ano de 2007, evidencia que, no primeiro ano do segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, houve um recuo de quase 18% em relação ao investimento em C&T, do ano anterior, retomando, possivelmente, as oscilações do governo de FHC.

Observa-se, por outro lado (Tabela 2), que a receita corrente do país continuou crescendo a cada ano. Atualizados os valores constantes da tabela, verifica-se que, no período de 2003 a 2007, a receita do país cresceu 38,4%, em termos reais. Para avaliar corretamente a prioridade conferida à área, é necessário que analisemos o dispêndio de recursos com a função Ciência e Tecnologia, em relação à receita corrente do país. Observa-se que o ano de 2002, ainda no governo FHC, apresentou o pior índice percentual do período de 2000 a 2007, com 0,44%. É importante ressaltar, entretanto, que, em 2007,

após alguns anos de crescimento, no primeiro ano do segundo mandato do atual presidente, o governo voltou a gastar na função C&T apenas 0,49% do total de sua receita, o mesmo percentual, baixo, investido no ano de 2000.

TABELA 2 – Relação das receitas correntes da união e as despesas com a função Ciência e Tecnologia
2000 – 2007 - Valores nominais

R\$ milhares				
ANO	Receita Corrente	Varição (%)	Despesas da União na Função C&T	Despesas/Receita (%)
2000	252.518.504	-	1.244.858	0,49
2001	289.410.918	14,61	1.591.800	0,55
2002	343.074.988	18,54	1.506.710	0,44
2003	384.447.011	12,06	1.993.196	0,52
2004	450.589.981	17,20	2.607.080	0,58
2005	527.324.578	17,03	3.274.462	0,62
2006	584.067.471	10,76	3.703.455	0,63
2007	659.158.017	12,86	3.207.497	0,49

Fonte: SIAFI_STN / CCONT / GEINC, acesso em: 19 abr. 2008.

Ao analisarmos o valor global dos investimentos nacionais em Ciência e Tecnologia (Tabela 3), incluindo todos os recursos públicos, oriundos de fontes federais e estaduais, e, ainda, os recursos empresariais, seja de estatais ou empresas privadas, observa-se que houve crescimento, tanto de investimentos públicos como empresariais, no período de 2000 a 2006. Evidencia-se, no entanto, um resultado favorável em relação aos investimentos do setor empresarial que, em valores nominais, cresceram, no período, em 177,7%, enquanto o setor público, também em valores nominais, apresentou um crescimento de 81,8%. Ou seja, a política de C,T&I adotada no país com vistas a estimular o setor empresarial ao investimento em pesquisas, por meio das parcerias público-privadas, obteve êxito, no período analisado. Ressalta-se, entretanto, que o aumento da participação de empresas privadas no fomento à C,T&I deu-se nos anos de 2005 e 2006, como resultado da política de incentivo do governo, com redução de 50% do IPI (incidente sobre equipamentos importados para P&D) e a dedução do Imposto de Renda, em valor equivalente ao dobro do investido pela empresa em P&D (“Lei do Bem”).

TABELA 3 - Brasil: Investimentos nacionais em ciência e tecnologia (C&T)(1)

Ano	PIB (em milhões de R\$ correntes)	Investimentos em C&T (em milhões de R\$ correntes) (1)							% em relação ao total		% em relação ao PIB		
		Públicos			Empresariais			Total	Públicos	Empresariais	Públicos	Empresariais	Total
		Federais (2)	Estaduais (3)	Total	Estatais (4)	Privados (5)	Total						
2000	1.179.482	5.795,4	2.855,8	8.651,3	1.183,2	4.515,9	5.699,1	14.350,4	60,29	39,71	0,73	0,48	1,22
2001	1.302.136	6.266,0	3.287,1	9.553,1	1.650,8	5.018,7	6.669,5	16.222,6	58,89	41,11	0,73	0,51	1,25
2002	1.477.822	6.522,1	3.473,3	9.995,4	2.593,1	5.548,3	8.141,4	18.136,8	55,11	44,89	0,68	0,55	1,23
2003	1.699.948	7.392,5	3.705,7	11.098,2	2.960,3	6.094,5	9.054,8	20.153,1	55,07	44,93	0,65	0,53	1,19
2004	1.941.498	8.688,2	3.895,5	12.583,7	3.510,2	6.600,1	10.110,4	22.694,1	55,45	44,55	0,65	0,52	1,17
2005	2.147.944,0	9.570,1	3.981,5	13.551,6	3.463,0	10.216,6	13.679,6	27.231,2	49,76	50,24	0,63	0,64	1,27
2006	2.322.818,0	11.476,6	4.248,6	15.725,1	3.487,1	12.285,4	15.772,4	31.497,6	49,92	50,08	0,68	0,68	1,36

Fonte(s): PIB: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;
 Dispendios federais: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). Extração especial realizada pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro;
 Dispendios estaduais: Balanços Gerais dos Estados;
 Dispendios empresariais: Pesquisa de Inovação Tecnológica - 2000, 2003 e 2005 - Pintec/IBGE e levantamento realizado pelas empresas estatais federais.

Elaboração: Coordenação-Geral de Indicadores - ASCAV/SEXEC - Ministério da Ciência e Tecnologia.

Notas: (1) ciência e tecnologia (C&T) = pesquisa e desenvolvimento (P&D) + atividades científicas e técnicas correlatas (ACTC);
 (2) foram utilizados os valores de empenhos liquidados; não estão computadas as despesas com juros e

amortização de dívidas (interna e externa), cumprimento de sentenças judiciais e despesas previdenciárias com inativos e pensionistas; estão computados os recursos do tesouro e de outras fontes dos orçamentos fiscal e de seguridade social; inclui estimativas dos dispêndios das instituições federais com cursos de pós-graduação reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, do Ministério da Educação - MEC;

(3) foram utilizados os valores empenhados, excluindo-se, quando o balanço o permite, as despesas com juros e amortização de dívidas, cumprimento de sentenças judiciais e despesas previdenciárias com inativos e pensionistas; estão computados os recursos do tesouro e de outras fontes dos orçamentos fiscal e de seguridade social; inclui estimativas dos dispêndios das instituições estaduais com cursos de pós-graduação reconhecidos pela Capes/MEC;

(4) computados os valores de pesquisa e desenvolvimento (P&D) das empresas estatais federais não abrangidas nos levantamentos da Pintec e de atividades científicas e técnicas correlatas (ACTC) das empresas estatais federais levantadas;

(5) em 2000, 2003 e 2005, foram computados os valores apurados pela Pintec com "Atividades internas de P&D" e "Aquisição externa de P&D", em 2001, 2002 e 2004 os valores estão estimados pela média aritmética da variação entre 2000 e 2003; em 2006 os valores estão estimados pela média aritmética da variação entre 2003 e 2005; inclui estimativas dos dispêndios das instituições privadas com cursos de pós-graduação reconhecidos pela Capes/MEC. Em 2005, apesar de terem sido levantados os serviços de alta intensidade tecnológica (telecomunicações, informática e pesquisa e desenvolvimento), estão sendo considerados somente os dados das indústrias extrativas e de transformação, por questões de compatibilidade.

É possível, ainda, avaliar a prioridade que o país confere à área de Ciência e Tecnologia ao se referenciar o investimento ao PIB. Considerando o Produto Interno Bruto (PIB) do país (de acordo com a nova série do Sistema Nacional de Contas, referência 2000), constatamos que os recursos ainda são extremamente irrisórios para a necessária inserção do país no mundo globalizado. Enquanto, em países como o Japão, os EUA, a França e a Alemanha, os gastos em C&T têm excedido os 2,5% do PIB⁵, no Brasil, o total de investimentos destinados à C&T, no período de 2000 a 2006, tem ficado em 1,2%, em média. É possível observar (Tabela 3) ainda, que até 2004, a maior parte dos recursos aplicados nesta área foram oriundos do setor público, que representou 0,65% em média do PIB, enquanto o setor empresarial investiu em média 0,53% do PIB. A partir de 2005 começou a ocorrer uma inversão, evidenciando um maior investimento do setor empresarial, que correspondeu a 0,68% do PIB, igualando-se aos recursos aplicados pelo setor público.

É importante ressaltar que os dados referentes aos investimentos públicos federais e estaduais, expostos na Tabela 3 acima, incluem os recursos das Universidades públicas (federais e estaduais) em cursos de pós-graduação⁶, que parecem super-estimados, correspondendo, pela comparação dos valores contidos nas tabelas 3 e 2 a mais de dois terços dos investimentos em C&T públicos.

Os dados demonstram ainda que, apesar do governo de Luiz Inácio Lula da Silva ter aplicado um volume maior de recursos em C,T&I do que o governo anterior, estes não foram suficientes para alterar o quadro caótico do país em relação ao investimento para a pesquisa, mantendo um percentual extremamente baixo em relação ao PIB. Verifica-se, assim, que no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, os investimentos públicos totais em Ciência e Tecnologia, incluindo as despesas com pós-graduação, mantiveram-se, em 0,7% do PIB, enquanto o superávit primário ficou acima de 4%, ou seja, fica mais do que evidenciando que a prioridade do governo, tem sido o ajuste fiscal do Estado, em detrimento do investimento em produção do conhecimento.

A situação é agravada na medida em que, a cada ano, o governo aplica uma sistemática política de contingenciamento de recursos do Orçamento Geral da União que atinge quase todos os órgãos governamentais, em especial os responsáveis pela produção de C,T&I do país. Só no ano de 2004, mais de R\$ 2 bilhões, relativos aos fundos setoriais, permaneceram contingenciados para ampliação de um superávit primário que chegou a 4,61%, ou seja, R\$ 81 bilhões⁷. Somente para o pagamento dos serviços da dívida interna foram destinados R\$139 bilhões em 2005, enquanto o financiamento de todas as políticas sociais totalizou um montante de apenas R\$ 99 bilhões⁸.

As parcerias público-privadas via “Fundos Setoriais”

Criados, a partir de 1999, com a finalidade estimular as empresas a investirem em C&T no país, os “fundos setoriais” tiveram seus recursos alocados, a partir de 2000, num único fundo, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). O site da FINEP, no -entanto, disponibiliza os dados referentes aos recursos dos Fundos Setoriais somente a partir do ano de 2003 até o ano de 2005.

⁵ Fonte: Clarín, Buenos Aires, 22 de fevereiro de 1997.

⁶ Esses dados são questionáveis uma vez que os critérios adotados para calcular o montante de recursos das IFES destinados à pós-graduação não foram explicitados.

⁷ No final do ano de 2003, o superávit primário foi maior do que o acordado com o Fundo Monetário Internacional: 4,3% do PIB. Nos anos de 2004 e 2005, o governo manteve a meta de superávit primário de 4,25% do PIB. www.stn.fazenda.gov.br. (Consultado na Internet em 08 de março de 2007).

⁸ Disponível em <http://www.dividua-auditoriacada.org.br/>. (Consultado na Internet 16 de abril de 2008).

Os recursos aplicados em Ciência e Tecnologia no Brasil, oriundos dos fundos setoriais, apresentaram um crescimento nominal de 92,7%, no período de 2003 a 2005. Os dados da Tabela 4, evidenciam, ainda, que o ano de 2004, atingiu o maior percentual de crescimento dos fundos setoriais, com 55,29% a mais de recursos do que o ano anterior, no Brasil. Observa-se, também, que, no ano de 2005, o ritmo de crescimento dos recursos dos fundos setoriais para a pesquisa no Brasil apresentou uma queda em relação ao ano anterior, crescendo apenas 24,15%.

TABELA 4 - Recursos dos Fundos Setoriais aplicados em Ciência e Tecnologia, Brasil, de 2003 a 2005 – Valores nominais

ANO	BRASIL	Evolução dos investimentos em %
2003	398.804.768,47	
2004	619.300.787,43	55,3
2005	768.397.460,31	24,1

Fonte: http://www.finep.gov.br/numeros_finep/fundos_setoriais/liberacoes

Comparando os dados da Tabela 4 com os da Tabela 1, observa-se que, no ano de 2003, apenas 17,0% das despesas da União aplicadas em Ciência e Tecnologia foram provenientes dos recursos dos Fundos Setoriais, apresentando um pequeno acréscimo nos anos seguintes, com 22,1%, em 2004 e 23,1% em 2005, ou seja, os recursos captados por meio dos fundos setoriais cobrem menos de um quarto das despesas da União para com o financiamento da pesquisa no país.

É importante destacar, ainda, que o montante de recursos dos “fundos setoriais” representaram, em 2005, apenas 0,036% do Produto Interno Bruto (PIB). Ressalta-se que quase todo o volume dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) é representado pelos fundos setoriais. Isto significa, a contínua insuficiência de recursos para o financiamento de áreas importantes do conhecimento no país.

Outra característica da política de C&T é que o financiamento da pesquisa no Brasil tem sido marcado por assimetrias regionais na distribuição dos recursos como pode ser observado (Tabela 5), na aplicação dos recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), uma das principais agências estatais de fomento à pesquisa do país.

TABELA 5 - CNPq - Fomento à pesquisa: investimentos realizados segundo região, 2000/2006

R\$1.000,00

Regiões/UF (1) Ano	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
2000-	1.583	1,69	12.964	13,84	54.252	57,91	16.523	17,64	8.354	8,92
2001	6.855	5,02	22.031	16,13	71.802	52,57	25.351	18,56	10.551	7,72
2002	4.550	4,19	14.196	13,08	58.822	54,20	19.886	18,32	11.074	10,20
2003	6.567	4,95	17.460	13,17	72.977	55,04	24.904	18,78	10.671	8,05
2004	15.234	6,99	43.045	19,75	102.245	46,91	35.559	16,31	21.888	10,04
2005	11.630	4,84	41.475	17,25	127.884	53,18	37.587	15,63	21.913	9,11
2006	22.095	9,78	39.828	17,62	116.820	51,69	29.888	13,22	17.370	7,69

Fonte: CNPq/AEI. (1.5-UF_9606_\$). <http://www.cnpq.br/estatisticas/indicadores.htm>

Notas: Inclui recursos dos fundos setoriais; Inclui as bolsas de curta duração; Não inclui os recursos do convênio CNPq/Ministério da Saúde (Programa de Interiorização do Trabalho em Saúde), vigente de 2001 a 2004.

(1) UF da instituição de destino;

(2) Pode incluir parcela de investimentos relativos a algumas instituições multiestaduais ou multi-regionais, como Embrapa, por exemplo, cujos dados da unidade institucional não foram informados.

Como vemos, a Região Norte, juntamente com o Nordeste apesar de nos últimos 7 (sete) anos terem tido um aumento no percentual de participação no fomento a pesquisa, ainda assim não chegou perto, do que é investido na Região

Sudeste (apesar da mesma ter sofrido pequenas variações nesse mesmo período). Observamos também que a Região Centro-Oeste, possui a menor participação do CNPq, em relação às outras regiões para o fomento de suas pesquisas e que essa participação sofreu diminuições ao longo do período analisado. Evidencia-se, assim, um grave processo de assimetria regional no Brasil, cuja consequência se reproduz no desenvolvimento do país que concentra a riqueza e o desenvolvimento na região sudeste que sozinha recebe mais de 50% dos recursos em C&T e, conseqüentemente, onde se realiza grande parte das pesquisas e possui a maioria dos intelectuais do país. As demais regiões (em especial a Norte, Nordeste e Centro-Oeste) sofrem um processo de dependência em relação a região sudeste, no que se refere a produção do conhecimento, com reflexos diretos na situação econômica.

Considerações Finais

As políticas de ajuste fiscal adotadas no Brasil pelos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva promoveram o gradativo afastamento do Estado do financiamento da pesquisa no país. A intenção tem sido a de estimular as Universidades públicas e os Institutos de Pesquisas a captarem recursos no mercado por meio do estabelecimento de “parcerias” com o setor privado, aproximando estas instituições do modelo de empresas prestadoras de serviços, que conduz a novas formas de organização e gestão.

No Brasil, os baixos investimentos em C&T, apresentados no estudo em tela, contribuíram para que sua inserção na economia capitalista mundial se dê na condição de consumidor de tecnologia, justamente no momento em que o conhecimento científico e tecnológico passou a se constituir no maior instrumento político de promoção da soberania na atual configuração da divisão internacional do trabalho.

É inegável que, no último ano do primeiro mandato, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva apresentou o maior índice de execução orçamentária, tanto em relação ao crescimento das receitas correntes como nas despesas em Ciência e Tecnologia. O estudo demonstrou, ainda, que esse crescimento, mesmo assim, foi incipiente, quando é analisada a evolução percentual dos recursos aplicados nesta área, em relação à receita corrente da União. Ficou, ainda, evidente que, no primeiro ano do segundo mandato do presidente Luiz Inácio, ocorreu uma redução drástica nas despesas da União em Ciência e Tecnologia, quando foi gasto apenas 0,49% do total da receita, o mesmo percentual investido no ano de 2000, ou seja, as despesas nessa área sofreram um corte de 17,54% em relação ao ano anterior, o que indica uma retração do governo federal no setor. Outro dado evidenciado neste estudo foi o de que, apesar do aumento de recursos provenientes dos “fundos setoriais”, eles têm sido insuficientes para a necessidade do país, uma vez que representam menos de um quarto das despesas da União com C&T.

Quando se relacionam os investimentos em C&T com o pagamento dos serviços da dívida brasileira, observa-se a gravidade da situação do país, na medida em que o governo tem comprometido com estes, em média, 40% das despesas anuais da União. Somente no ano de 2007, o governo destinou R\$237 bilhões para o pagamento dos serviços das dívidas interna e externa, enquanto para a função Ciência e Tecnologia foram destinados apenas R\$3,2 bilhões.

É importante ressaltar, ainda, que a política de “ajuste fiscal” do governo foi marcada pelo contingenciamento de recursos, ao longo de cada ano, para fazer reserva e garantir o superávit primário, acima do índice previsto nas Leis de Diretrizes Orçamentárias - LDOs. Esta política visa garantir a remessa do excedente econômico, produzido pelos trabalhadores brasileiros, para o pagamento dos “serviços da dívida”, fortalecendo o capital internacional e impulsionando a privatização do conhecimento no país. Como resultado desta política, o investimento brasileiro em Ciência e Tecnologia manteve-se abaixo dos 1,3% do PIB durante o governo de Lula da Silva, enquanto o superávit primário ficou acima de 4,5%, ou seja, fica mais do que evidente que a prioridade do governo tem sido o ajuste fiscal do Estado em detrimento do investimento em políticas sociais.

O estudo constatou, também, que a política de financiamento em C&T tem acentuado as assimetrias regionais com a concentração dos recursos, pesquisas e intelectuais na região sudeste estabelecendo uma relação de dependência das demais regiões em relação a essa.

Em síntese, podemos afirmar que a política de C,T&I executada pelo governo federal caracteriza-se pela ênfase na inovação tecnológica, de custos reduzidos e aplicabilidade imediata, e pelas parcerias entre o setor público e o setor empresarial, por meio da constituição de fundos privados. É evidenciada, ainda, a insuficiência de recursos públicos destinados ao financiamento da Ciência e Tecnologia, no país, numa conjuntura em que a produção do conhecimento é fundamental para a soberania da nação.

É necessário que esse quadro seja urgentemente alterado, para que o crescimento econômico do país seja direcionado ao atendimento das necessidades da sociedade. Somente com a aplicação significativa de recursos públicos no desenvolvimento da C&T no Brasil é que poderemos reverter o atual quadro de dependência econômica, cuja consequência tem sido o agravamento da exclusão social da maioria da população.

Referências

Auditoria Cidadã da Dívida. (2008). Cartilha ABC da dívida. 3ª. edição revista e atualizada. Rede Jubileu Sul Brasil. <http://www.divida-auditoriacidadada.org.br>. (Consultado na Internet em 16 de abril de 2008).

Brasil. (2004). Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e a pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo. D.O.U. de 03.12.2004.

Brasil. (1996). Lei nº 9.257, de 9 de janeiro de 1996. Cria o Conselho Nacional para Ciência e Tecnologia. D.O.U. de 10.01.1996.

Brasil. (1995). Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PLANDII.HTM. (Consultado na Internet em 20 de novembro de 2007).

Brasil. (1998). MCT. Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PADCT III. <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ci000124.pdf> (Consultado na Internet em 18 de junho de 2007).

Brasil. (2001). Livro Branco: Ciência, Tecnologia e Inovação. <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/18765.html> (Consultado na Internet em 18 de abril de 2007).

Brasil. (2001) Livro Verde: Sociedade da Informação no Brasil. <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/18970.html>. (Consultado na Internet em 18 de abril de 2007).

BRASIL. (1988). Constituição Federal de 05 de outubro de 1988. Brasília, 2006. Disponível em www.senadofederal.gov.br. (Consultado na Internet em 10 de maio de 2007).

Campos, L. (2001). A Crise completa. A Economia política do não. São Paulo: BOITEMPO.

Coggiola, O. & Oliveira, M. & Paiva, J. (2006). O veto à regulamentação do fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico – FNDCT e os fundos setoriais – FS. Circular nº 149/06. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. http://www.andes.org.br/secretaria/arquivo/default_circulares_2004.asp?pageno=33. (Consultado na Internet em 23 de agosto de 2007).

Cruz, C. H. B. (2003). A produção científica brasileira. São Paulo: Unicamp.

Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq (2008). <http://www.cnpq.br/estatisticas/indicadores.htm>. (Consultado na Internet em 01 de março de 2008).

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP. (2008). Fundos Setoriais. www.finep.gov.br/fundossetoriais. (Consultado na Internet em 18 de novembro de 2007).

Instituto de Estudos Sócio Econômicos – INESC. (2006). Nota Técnica n.118. Disputa no Orçamento 2007 – entre o social e o ajuste fiscal. <http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/notas-tecnicas/NT.%20118%20-%20AJUSTE%20FISCAL.pdf>. (Consultado na Internet em 11 de outubro de 2007).

Oliveira, M. M. (2002). Política Governamental de Ciência e Tecnologia: da C&T à CT&I. In: Neves, L. M. W. (org.). O empresariamento da educação: novos contornos no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã VM Editora, (pp. 77-98)

Rodrigues, J. (2006). Os Empresários do Ensino e a Reforma da Educação Superior do Governo Lula da Silva. <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT09-2023--Int.pdf>. (Consultado na Internet em 26 de agosto de 2007)

Rouanet, S. P. (2002). Fato, ideologia, utopia. Folha de São Paulo. Caderno Mais. 24 de março de 2002. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2403200208.htm>. (Consultado na Internet em 10 de fevereiro de 2007)

Silva, C. G. & Melo, L. C. P. (2001). Ciência, tecnologia e inovação: desafio para a sociedade brasileira – Livro Verde. Distrito Federal: Ministério da Ciência e Tecnologia & Academia Brasileira de Ciências.

Ciência, Tecnologia e Risco no Parlamento Português

Tiago Santos Pereira
 Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
tsp@ces.uc.pt

António Paiva de Carvalho
 Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
amcarvalho@ces.uc.pt

António Farinhas Rodrigues
 Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
afarinhas@ces.uc.pt

João Arriscado Nunes
 Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
jan@ces.uc.pt

Resumo: A questão do risco tem emergido como um tema pertinente nas sociedades contemporâneas e na literatura sociológica actual. A emergência de novos riscos (Beck, 1986) como catástrofes ambientais, urgências sanitárias e acidentes industriais, suscitou o envolvimento dos cidadãos num processo reflexivo de deliberação. Este exercício colectivo deve ter a capacidade de transformar os “leigos” em actores e

participantes das decisões em matérias de C&T, promovendo uma modernização reflexiva. Algumas formações para estes exercícios participativos incluem a avaliação participativa de tecnologias; exercícios de previsão e de prospectiva, o desenvolvimento participativo de tecnologias e também a associação de procedimentos participativos ao debate e produção de políticas públicas.

Os parlamentos nacionais, enquanto órgãos representativos e legislativos por excelência, reflectem e contribuem para a construção das intrincadas teias entre ciência, tecnologia e sociedade, espelhando acerca das formas como se manifesta o risco e a sua percepção.

O objectivo desta comunicação passa por apresentar algumas conclusões recolhidas no âmbito do projecto de investigação “Ciência no parlamento: um estudo sobre as fronteiras entre ciência e política” que analisou em primeiro lugar a forma como os deputados parlamentares integram informação de ordem científica e técnica no âmbito das suas intervenções em plenário e em segundo lugar a forma como a questão do risco emerge nos debates da Assembleia da República.

Mediante a análise efectuada iremos apresentar as ramificações do discurso sobre o risco em diversas temáticas suscitadas pelo debate político e também reflectir acerca da sua presença em debates sobre controvérsias sócio-técnicas.

1. Introdução

Os debates contemporâneos em torno dos impactos dos desenvolvimentos da ciência e da tecnologia na sociedade estão fortemente dominados pelo conceito de ‘risco’, e pela noção da ‘sociedade de risco’, proposta por Ulrich Beck (1992). Deste modo, de uma forma global, uma análise da utilização do conceito de ‘risco’ nos debates parlamentares proporciona uma janela sobre o modo como os potenciais impactos das questões técnicas são tratadas em ambiente parlamentar, e de como os riscos, de uma forma genérica são discutidos pelos deputados. O conceito de risco é aliás central a um dos principais instrumentos políticos na área do ambiente, o princípio da precaução. Mas é também uma noção que transborda as fronteiras do ambiente, assumindo diversos contornos e diversas utilizações, que aqui procuramos ilustrar, para melhor compreender a diferenciação entre formas de risco e atitudes dos deputados face a diferentes riscos que permeiam a acção política.

No âmbito do projecto de investigação “Ciência no parlamento – um estudo sobre as fronteiras entre a ciência e a política”¹, procedeu-se à análise da relação entre conhecimento científico e processos de deliberação política no seio do parlamento português, atribuindo especial relevo às sessões plenárias. Para além do trabalho desenvolvido sobre dois estudos de caso, relativos a debates em torno da Procriação Medicamente Assistida e Energia Nuclear, e tendo em conta a pertinência da noção de risco para os debates sociológicos contemporâneos, desenvolvemos um estudo de caso intensivo, e não longitudinal, sobre o conceito de ‘risco’, nos debates parlamentares. Centrando-nos apenas numa legislatura, neste caso a 9ª, a última anterior à legislatura em curso, pretendemos aqui não caracterizar uma evolução dos usos e atitudes face ao risco em termos históricos, mas antes caracterizar a diversidade dos seus usos através de uma análise mais intensiva, ao longo de toda uma legislatura, procurando assim elucidar acerca dos vários tipos de risco que se fazem notar nas estratégias retóricas dos deputados.

Na primeira secção, começaremos por fazer uma contextualização da noção de risco (e de outras noções que, como iremos ver, lhe estão intimamente associadas) no pensamento ocidental.

2. Enquadramento Teórico da questão do Risco

No seio da teoria sociológica contemporânea, a noção de risco tem assumido um papel de destaque. O texto seminal de Beck (1986/1992) formulou que a contemporaneidade poderia ser caracterizada sob a égide da sociedade de risco. No entanto, será correcto afirmar que o risco apenas surge como algo próprio e associado às sociedades contemporâneas? Até como a sua característica fundamental?

Segundo Giddens (1999), o risco teria as suas raízes etimológicas no seio das línguas portuguesas ou espanhola (castelhana), utilizado para designar as perigosas investidas, realizadas nos séculos XV e XVI, pelos navegadores daquelas regiões para mares nunca dantes navegados. Risco estaria directamente associado ao “arriscar”, acção nunca distante de uma relação custo/benefício, dos proveitos alcançáveis pela demanda e dos malefícios que dela poderiam advir.

Há até autores que defendem que esta noção de risco ou, mais especificamente, de governo de risco, surgiu muito mais cedo, associando-a ao código de Hammurabi, no século XVIII antes de Cristo, na antiga Babilónia (Dietz, Frey e Rosa, 1999 apud Jaeger et al, 2001).

Porém, e no que diz respeito à modernidade ocidental, não podemos esquecer que o risco, enquanto associado ou a um cálculo ou a um possível perigo para os humanos, esteve sempre ligado à vida e à protecção da vida. Em relação a isso, é fundamental a filosofia política neoestóica, com especial relevo para Hobbes (1995). O tratado político “O Leviatã” é a defesa da delegação do poder, de forma totalitária, num soberano, que seria o equivalente de Deus na terra. Esse processo de delegação iria impedir a continuidade do estado de guerra civil permanente, derivado da “menoridade” ou “animalidade” da espécie humana. O Leviatã é, como ditador, o protector da comunidade dos homens. Também para John Locke (1998), a principal função do soberano deve ser a protecção do cidadão e da sua vida.

É com base na emergência do pensamento político neoestóico moderno que Michel Foucault (Foucault, 1994: 140-147) avança com as ideias de biopolítica. Michel Foucault identifica, a partir do século XVII, um novo poder, cujo “papel principal é garantir, sustentar, reforçar, multiplicar a vida e regulamentá-la”. Os suplícios, as punições, as execuções foram

¹ Projecto POCI/ESC/59332/2004, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, Portugal.

progressivamente ultrapassados por um poder que se desenvolveu segundo dois vértices distintos: por um lado as disciplinas que encaram o corpo como uma máquina e que lhe aplicam técnicas de adestramento, crescimento de aptidões, extorsão das suas forças, crescimento da sua utilidade e docilidade e integração de sistemas de controlo eficazes e económicos; por outro lado uma biopolítica da população que, através de toda uma série de intervenções de controlos reguladores que surgiram em meados do século XVIII, abarca o suporte dos processos biológicos da proliferação, nascimentos, mortalidade, nível de saúde, duração de vida e longevidade. O poder do Estado já não é mais o de matar, é sim o de investir, controlar, manipular e introduzir-se na vida e em tudo o que dela está implicado sob a matriz anatômico-biológica. A matriz disciplinar incide sobre as instituições da escola e do exército; a matriz da regulação da população incide sobre a demografia, a estimativa da relação entre recursos e habitantes, a contabilização das riquezas e a sua circulação. O poder começa a exercer-se ao nível da própria vida, e o objecto político passa a ser um ser vivo, sobre o qual se exercem técnicas que o procuram dominar e gerir: “aquilo a que se poderia chamar o «limiar de modernidade biológica» de uma sociedade situa-se no momento em que a espécie entra como sendo o que está em jogo nas suas próprias estratégias políticas”. O poder da lei deixa de ser o da aplicação da morte e torna-se no da aplicação de uma função normalizadora, reguladora através de uma “tecnologia de poder centrada na vida” que supervisiona aparelhos de ordem médica e administrativa. A própria emancipação parece acompanhar este processo, no sentido em que “o que é reivindicado e serve de objectivo é a vida, entendida como necessidade fundamental, essência concreta do homem, realização das suas virtualidades, plenitude do possível”. A luta política é agora a luta pelo direito à vida, à saúde, ao corpo, à felicidade, aspectos que dependem claramente da forma como as tecnologias institucionais são desenhadas, aplicadas e optimizadas.

No século XX, a emergência da noção de risco esteve intimamente relacionada com as finanças e os mercados financeiros. Porém, o que será pertinente para o seguinte estudo é a sua associação com a dimensão técnico-científica. Segundo Giddens (1994), sempre existiu risco desde que há memória de humanidade. Tremores de terra, cheias, dilúvios, incêndios, toda uma série de catástrofes naturais ocorriam de uma forma inesperada, colocando em causa a normalidade da vida. O que surge como novo, a partir principalmente do século XX, e seguindo uma linha progressiva que se inicia com a revolução industrial, é o facto de agora os riscos não serem totalmente exteriores. A natureza, anteriormente imaculada e inalterada pelo facto dos mecanismos de manipulação serem rudimentares, pouco “eficazes”, mescla-se agora com a sociedade². Natureza e sociedade unem-se através de emissão de resíduos e gases poluentes, do desenho natural através da biotecnologia, depois difundida por toda a cadeia alimentar, da destruição de barreiras de protecção natural das costas (como as dunas, as florestas)...os exemplos seriam infindáveis para ilustrar a forma como, actualmente, poucas são as zonas que não foram afectadas pelo exercício humano através da esfera da ciência e da técnica. Os desastres sucedem-se e parecem, ao invés de evidenciar um aumento do domínio sobre a natureza, desnudar esse cada vez maior descontrolo dos efeitos da industrialização e procedente vulnerabilidade da espécie humana.

Quais são os efeitos, ao nível da política, deste panorama? A literatura em relação a isto é bastante extensa. Ulrich Beck (1992), o promotor da noção de “sociedade de risco”, fala numa modernidade reflexiva que deveria assentar na formação de espaços subpolíticos para se promover uma reflexão acerca das consequências da industrialização.

Sheila Jasanoff (2004) avança com a noção de tecnologias de humildade, que devem opor-se à hubris de dominação e exploração da natureza. Propõe, acima de tudo, o olhar para o passado como forma de prevenir a política do presente e do futuro.

Para Bruno Latour (2004), a proposta é diferente da de Ulrich Beck. Ao invés de apostar nas subpolíticas, as instituições democráticas devem ser reformuladas, devem passar a integrar a voz da natureza (ou do complexo social-natural). As instituições de excelência da legislação nos países democráticos e constitucionais, os parlamentos nacionais, devem adaptar-se para que se transformem num verdadeiro parlamento das coisas, incluindo “representantes” humanos das coisas, os actantes não humanos. Esses representantes, em caso de controvérsias socio-técnicas, teriam papéis distintos, consoante a sua situação de políticos, administradores, cientistas, economistas ou moralistas. A presença destes “especialistas” permitiria a contínua construção de um quasi-objecto que, através de processos de deliberação, ambicionaria a possibilidade do conflito se manifestar na contínua produção e avaliação de enunciados.

O parlamento português parece estar bastante afastado deste projecto. A inexistência de um órgão de assessoria (organização de interface ou de fronteira) obriga os deputados a desempenharem, na medida dos possíveis, cada uma das funções do parlamento das coisas. O que acontece, e como já temos vindo elaborar no âmbito do projecto de investigação a que se refere esta comunicação, é que há uma clara distinção entre políticos leigos e políticos cientistas/peritos.

Iremos, de seguida, proceder à explicitação de como, na IX Legislatura (2002-2005), a noção de risco emerge nos debates parlamentares.

Através de uma análise baseada na leitura, interpretação e comentário das transcrições dos debates parlamentares, facultadas pelo site do Parlamento (www.parlamento.pt) iremos tentar, numa primeira fase, evidenciar de que forma emerge o risco nos debates parlamentares. Posteriormente, iremos estabelecer algumas reflexões para, posteriormente, propormos algumas reflexões que sugerem também próximos passos de investigação.

² Esta concepção é discutível, no sentido em que se presume uma linearidade da evolução da ciência e da técnica, directamente associada a um discurso teleológico que se colocou em causa principalmente a partir do século XX

3. O risco no Parlamento Português: a 9ª Legislatura

3.1 A prospecção inicial

Mediante uma pesquisa no já referido website, verificou-se que na 9ª Legislatura existem 406 páginas de 175 diários com referência à elocução “riscos”. As referências incluem registos tão diversos como: riscos de natureza civilizacional (riscos que podem colocar em causa o curso “normal” da civilização ocidental); riscos ambientais (riscos que podem afectar o ambiente); riscos económicos (riscos que podem colocar em causa a normal evolução da situação económica); riscos sociais (riscos que podem prejudicar a organização social, trazendo consequências para os cidadãos, em especial os mais vulneráveis); novos riscos (aqui uma referência clara não só aos novos riscos socio-técnicos produzidos pela ciência e tecnologia como também riscos associados à ameaça terrorista); risco como cálculo (em alguns debates o risco é assumido como uma “gestão” ou uma forma sistemática de abordar uma situação, equacionando aspectos positivos e indesejados); riscos políticos (aqui existem muitas referências à entrada de novos países na União Europeia, e os riscos que tal pode acarretar para a coesão política da União); riscos de saúde (sem dúvida uma das ocorrências mais frequentes, aqui referem-se os riscos que determinada entidade ou medida podem trazer para a saúde dos humanos); riscos como consequência (como indica, aqui os riscos são entendidos ao nível dos efeitos de determinada acção); riscos recessivos (risco de recessão, provocado por uma opção de ordem política, aqui a dimensão económica está bastante patente); riscos derivados de artefactos técnico-científicos (aqui o enfoque não é tanto ao nível das consequências mas sim da origem, e neste caso podemos dizer que a grande maioria do que designamos por riscos ambientais e de saúde estão relacionados com este aspecto); riscos p/ segurança de prédios devolutos (aqui o que está em causa é precisamente o risco de desabamento ou incêndio em prédios devolutos como também a sua ocupação para fins menos desejáveis, como o consumo de estupefacientes); riscos naturais/ florestais (como indica o próprio nome, são aqueles riscos que têm um enfoque claro na natureza ou, mais especificamente, na floresta); riscos geológicos/ sísmicos (riscos de ocorrência de sismos); riscos financeiros (aqui está presente a noção de risco para o sistema financeiro, nomeadamente para os mercados); riscos culturais (aqui tanto se incluem os problemas que determinada decisão pode trazer para a produção ou universo cultural português como também se pode referir ao choque cultural e civilizacional); risco de morte (podes surgir como risco de vida); capital de risco (aqui uma referência mais específica a um tipo de risco financeiro); risco de seguradoras (o risco que correm as seguradoras); riscos Vs oportunidades (riscos encarados como perigos em relação a oportunidades, nomeadamente oportunidades de negócio); riscos Vs benefícios; riscos laborais (riscos que podem ser contraídos no exercício da profissão); riscos pessoais inerentes à prática desportiva (aqui uma referência aos desportistas profissionais, que correm riscos específicos do decorrer da sua actividade); riscos da automedicação (riscos para a saúde provocados por uma medicação não prescrita pelas autoridades médicas); riscos de agressão (nomeadamente em seio familiar); riscos agrícolas (ao nível de corte de subsídios e de desastres naturais que colocam em causa o sector agrícola); riscos como consequências; riscos de desemprego; riscos e danos (associação de riscos a danos, a algo indesejado); riscos financeiros (aqui pode incluir-se o capital de risco e eventuais consequências de uma medida para as finanças públicas); riscos militares (riscos que emergem devido a escaladas em conflitos militares ou associados ao terrorismo); riscos para a integridade psicológica (aqui um aspecto mais específico das consequências dos riscos para a saúde); prevenção de riscos (tentativa de evitar consequências indesejadas de determinada aplicação/medida legislativa); riscos biotecnológicos (a referência a riscos biotecnológicos surge frequentemente no âmbito da discussão em torno dos OGM’s); riscos biológicos (riscos biológicos insere-se em discussões sobre controvérsias sociotécnicas e é uma forma de evidenciar riscos para a saúde ou para o ambiente); riscos comerciais (uma variação de riscos económicos); riscos de segurança (o conceito de segurança é bastante vasto, tanto se pode referir à segurança humana e dos corpos individuais como a questões relacionadas com a fuga de informações); riscos históricos (a problemática do revisionismo); riscos legais (a tomada de uma determinada opção legal poder abrir determinados precedentes); riscos de privacidade (aqui ela está associada a temáticas da ordem da informática e também da segurança e securitização); riscos de extinção (associada ao risco ambiental); riscos de vida; riscos de terrorismo; riscos de incêndio (associada à questão ambiental, natural e das florestas); riscos do nuclear (riscos ao nível da saúde e ambiente que podem ser provocados por esta tecnologia); riscos químicos (aqui uma especificação do tipo de agentes que podem ser responsáveis por consequências indesejadas ao nível da saúde e do ambiente); riscos fronteiriços (relacionados com a questão da imigração); riscos para a humanidade (riscos civilizacionais em sentido lato); riscos empresariais (uma vertente do risco económico, a existência de possíveis riscos para empresas); riscos éticos (associados à introdução de novas tecnologias).

Para a presente análise, iremos centrar-nos na análise dos seguintes tipos de riscos: ambientais, de saúde, económicos, sociais e políticos. Atentaremos na forma como o conceito de risco é introduzido no debate. Posteriormente, iremos ver quais as principais entidades ou tópicos que suscitam a noção de risco. No final do documento iremos providenciar uma breve reflexão acerca do papel do risco nos debates na Assembleia da República.

3.2 Risco Ambiental

No que diz respeito ao risco ambiental, ele surge no âmbito de discussões que dizem respeito tanto a eventuais controvérsias sociotécnicas (como o debate sobre tecnologias ou desastres ocorridos relacionados com a sociedade pós-industrial) como no âmbito da discussão de desastres naturais como incêndios florestais, cheias, derrocadas, erosão... enfim, toda a excepção à normalidade que envolva efeitos perniciosos sobre a natureza de ordem antropogénica ou não. Exemplos

de entidades que promovem este risco ambiental são por exemplo a energia nuclear, a extracção de areias em meio hídrico, a má acção florestal, a poluição (causada, eventualmente, por substâncias perigosas, por derramamentos de crude com consequências nefastas para a costa portuguesa), os acidentes marítimos, riscos que ameaçam o planeta (como o perigo de uma guerra nuclear), o deficiente sistema de licenciamento de empresas, os efeitos dos OGM's e da sua regulação, a agentes bióticos e abióticos, alterações climáticas, as incineradoras e suas localizações, biotecnologias e a forma como são realizados os estudos de impacte ambiental. Na maior parte dos casos, as entidades, as medidas ou as opções acima enunciadas contribuem para uma "ruptura" no curso normal do Ambiente, encarados como uma influência nefasta que depois pode produzir outcomes indesejados. A grande diferença entre riscos naturais e riscos antropogénicos (ou decorrentes de ineficiências técnico-científicas) é ao nível da agência. No âmbito dos riscos antropogénicos, a natureza é considerada estática, passiva, sujeita aos "desvarios" dos humanos. No caso dos "perigos" naturais, ela é considerada como o agente e força por detrás da "ruptura" ou quebra na normalidade. A figura das alterações climáticas parece então surgir como justificação de que os desastres "naturais" são no fundo uma manifestação de ordem antropogénica, o que acaba por voltar a remeter a natureza e o ambiente para a passividade. Como podemos então entender o surgimento da elocução riscos ambientais em âmbito de debate? Esta expressão surge precisamente quando, discutindo um assunto paralelo (não necessariamente de ordem imediatamente ambiental) este remete para a dimensão do ambiente, aludindo a consequências gravosas. O ambiente é um factor a ter em conta na discussão e formulação de políticas e, dependendo das susceptibilidades político/partidárias, é um aspecto central a pesar na decisão.

3.3 Riscos de Saúde

Quanto aos riscos de saúde, arriscamos afirmar que eles desempenham um papel de destaque e verdadeiramente fundacional em relação ao debate sobre riscos. Se poderíamos considerar o risco de saúde como uma outra formulação do risco ambiental, ele assume um papel icónico na medida em que, como vimos na secção de enquadramento teórico, a questão do risco não está desligada da questão biopolítica, do governo da vida. A saúde, no debate sobre o risco, é entendida como associada a uma política de preservação da vida e da normalidade, é encarada como a principal justificação ou arma para elucidar acerca dos riscos de determinada situação ou política. A variedade de temas que suscitam o risco de saúde ilustra a omnipresença deste imperativo, da quase proibição de colocar em causa a estabilidade psicofísica dos humanos.

A questão do risco de saúde surge então dependente dos seguintes temas: a presença de amianto em edifícios ou o próprio processo de remoção dessa mesma substância; a perigosidade da exposição a aparelhos eléctricos; a perigosidade da exposição a campos provocados por linhas de alta e muito alta tensão; os novos riscos para a saúde provocados por novos químicos e também campos electromagnéticos; as antenas de telemóveis; o consumo de estupefacientes e a toxicoddependência; a co-incineração; os riscos para a saúde do consumo de carne proveniente das touradas (devido à décalage entre a o momento tourada e o abate do animal), os riscos para a saúde no âmbito do desenvolvimento humano (em debate da cimeira de Joanesburgo); a questão do risco associado aos seguros de saúde; os riscos decorrentes de legislação com potencial para aumentar o preço dos medicamentos; os riscos associados à vida prisional; os problemas associados ao belicismo; aspectos de regulação no âmbito da Agência para a Qualidade e Segurança Alimentar; os perigos associados ao consumo de OGM's; os riscos para a saúde corridos pelos ex-combatentes; riscos para a integridade psicológica dos estudantes causados pelas praxes; a poluição do ar interior dos edifícios, associada ao "síndrome dos edifícios doentes"; a deposição de resíduos junto de áreas habitadas; os riscos associados a doenças sexualmente transmissíveis; riscos que podem advir de desenvolvimentos na biologia e genética e biotecnologia; riscos decorrentes da subida da temperatura média. Notam-se também momentos do debate em que se recrutam múltiplos factores indesejáveis de ordem ambiental que podem ter efeitos nefastos para a saúde humana, como podemos ver pela intervenção de um deputado, verdadeiramente clarificadora no âmbito da nossa reflexão:

São inúmeros os exemplos que poderíamos citar dos riscos a que estamos sujeitos: exposição crónica a poluentes atmosféricos em áreas industriais; a ingestão de produtos alimentares contaminados devido à aplicação e manuseamento inadequado de produtos tóxicos; a ingestão de água de fraca qualidade microbiológica ou contendo substâncias que, mesmo em doses muito baixas, podem comprometer a saúde das crianças e a capacidade reprodutiva dos homens e mulheres, além das consequências directas e indirectas das alterações climáticas entretanto despoletadas. O desconhecimento, a falta de atenção e o alheamento por parte das autoridades, face aos efeitos na comunidade das alterações ambientais, traduzem graus variáveis de displicência com que são respeitados o direito à saúde dos cidadãos, os quais interpretam como natural muitas das suas maleitas e morte de familiares, mas que, no fundo, são em muitos casos, de origem ambiental. (IX-II-XVI - 23-10-2002, pp. 8183).

Outros riscos de saúde são aqueles que podem advir de ambientes profissionais poluídos; riscos para a saúde decorrentes da forma como são tratadas as mulheres que desejam interromper voluntariamente a gravidez, devido à ilegalidade (à altura) da prática de tal acto; riscos para a saúde decorrentes também do Orçamento de Estado, devido ao facto de recair sobre os doentes o peso de uma alta factura de parcerias público/privadas.

Estes riscos de saúde estão presentes em muitos temas discutidos em sessões plenárias. A sua alusão corresponde a um processo de justificação de determinada medida, no âmbito de uma política que se sustenta discursivamente como estando

³ 9ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa, 16º Diário, data da sessão – 23-10-2002, página 818

ao serviço dos cidadãos, sendo que a defesa dos interesses dos cidadãos e da integridade física parece ser o argumento mais valorizado no decurso dos debates.

3.4 Riscos Económicos

Quanto ao risco económico, ele suscita a possibilidade de uma ruptura ou uma interrupção no curso habitual da actividade económica. É, como nas duas dimensões analisadas anteriormente, uma noção de risco como irregularidade, como a fuga ao curso normal das coisas. Estes riscos económicos podem subdividir-se numa série de ramificações: riscos de recessão para a economia; riscos de crise para um sector específico de actividade; risco financeiro (como é que uma determinada opção ou acontecimento pode interferir com os mercados financeiros ou com as instituições bancárias), risco para a balança de pagamentos; perigos para o comércio, etc. Iremos ver de que forma é que estas várias aplicações se manifestam nos debates.

Este risco económico surge no âmbito de uma série de discussões que não poderemos elencar na totalidade. Poderíamos dividi-lo não só por risco macroeconómico e microeconómico como também pelas dimensões estatal, empresarial e financeira tout court, com diferentes acepções. No que diz respeito à dimensão estatal, assumem especial relevo o Pacto de Estabilidade e o Orçamento de Estado e questões como a balança de pagamentos, o deficit, a dívida externa e os acordos comerciais com países externos. No que diz respeito à vertente empresarial, o aspecto comercial é mais claro. Aqui encontram-se referências a perigos para a indústria portuguesa, discriminada por sectores de actividade, e a forma como determinada acção ou medida os podem potenciar ou minimizar. No que diz respeito ao risco financeiro, se de certa forma ele também está presente na dimensão estatal, na forma das finanças públicas, a vertente que assinalamos como financeira reporta-se à questão das instituições financeiras e à forma como companhias de seguros, bancos e agentes de valores lidam com a questão do risco financeiro, que ocupa um “espaço” importante no âmbito da sociedade de risco e também nos debates anteriores sobre risco. Outro aspecto a salientar neste debate é a forma como é realizada a assessoria. Aqui destacamos claramente a figura do Governador do Banco de Portugal como a entidade que é mais habitualmente recrutada para justificar argumentos no âmbito de discussões de teor económico/financeiro onde emerge a noção do risco, o que indica também a importância central da perspectiva financeira na 9ª legislatura.

3.5 Riscos Sociais

Estes riscos, de ordem social, estão relacionados com novas formatações da família e com a sua dissolução, o que por vezes acarreta situações de complicada resolução e surgem no seguinte âmbito: a partilha da solidariedade e dos riscos habitualmente associados às famílias, Estado e outras instituições; o facto de o nível de vida dos portugueses não ser equiparável à média europeia; riscos associados a situações de velhice, invalidez, reforma e doença; riscos associados a pensões vinculadas a certos fundos, devido à variação das cotações bolsistas; a possibilidade da continuidade / não continuidade do paradigma do Estado Providência; baixos níveis de protecção nas pensões; a discussão de Lei de bases da segurança social; o arrendamento jovem; riscos que podem afectar as famílias; riscos sociais associados à criminalidade e à instabilidade social. O peso político dos riscos sociais, na sua proximidade, leva também a que outros países e regiões sejam invocados, como podemos constatar na seguinte intervenção:

Actualmente, é na África e na América Latina que os cidadãos estão à mercê da criminalidade mais violenta, de assassinatos, de raptos, de intimidação e insegurança permanentes, de conflitualidade social, de pilhagens, de riscos de insurreição, de guerras civis ou de fenómenos de marginalização e de pobreza extrema, cuja constatação nos levou mesmo a avançar um sistema ainda embrionário de pequenos subsídios. (IX-II-LXXVII, 22-0-2003, pp. 3233)

Entre outros riscos, contam-se os de desemprego; riscos de emprego para trabalhadores; riscos de acumulação de pobreza; riscos ligados à justiça social e igualdade de oportunidades; risco de selectividade de doentes em unidades de saúde devido a critérios economicistas, o que desencadearia desigualdades sociais no acesso à saúde; protecção social em caso de doença; riscos sociais associados à insegurança dos cidadãos; riscos de concentração dos meios de comunicação social, o que colocaria em causa a liberdade de imprensa e o conseqüente acesso democrático dos cidadãos à informação.

Estes riscos de ordem social parecem acompanhar uma série de outras dimensões, estando interligados com outras esferas de risco. Não iremos, para já, desenvolver a ideia da interconexão das várias dimensões do risco, deixaremos tal tarefa para o final. Aquilo que podemos adiantar é que aspectos como a estabilidade e igualdade social, o emprego, a criminalidade, o acesso a bens e serviços facultados pelo “Estado Providência” suscitam a questão do risco social, da quebra na regularidade e normalidade facultada por um paradigma social que, em princípio, suporta o cidadão em casos de doença e velhice e contribui para um igual acesso a todos a determinados benefícios, como à saúde, pensões, subsídios, etc. O risco social é invocado quando determinado evento ou medida suscita ou sugere um corte, uma quebra nessa normalidade ou quando parece prevenir um alargamento ou uma expansão do raio de acção desse mesmo “Estado Providência”.

3.6 Riscos Políticos

O último caso do discurso sobre o risco que vamos analisar diz respeito ao risco político. Por risco político podemos entender uma série de aspectos. O risco político prende-se com perigos para a democracia, para a estabilidade política nacional e internacional.

Se até aqui fomos sempre encarando a presença do conceito de risco como uma ruptura ou uma fuga da normalidade, como o fazer também em relação aos riscos políticos? A crise tanto poderia surgir internamente como uma afronta à democracia ou, no plano europeu, como um distanciamento ou a possibilidade de rescisão com os princípios e estruturas europeus. Vamos então atentar seguidamente como se processa o recurso à noção de riscos políticos na discussão em plenário da IX legislatura.

A referência a riscos políticos surge por exemplo quando se debatem questões ligadas sistema eleitoral (o duplo voto como potenciador de risco político, podendo “potenciar a eleição de mais candidatos de círculos uninominais do que a quota de mandatos do respectivo partido” (IX-I-VIII, 08-05-2002, pp. 273); caracterizando a diferença entre “grandes” e “pequenos” partidos políticos no grau de risco que podem, ou têm, de considerar para alcançar bons resultados eleitorais; mas essencialmente riscos associados a decisões políticas tomadas, como a seguinte intervenção claramente exemplifica:

Sr. Presidente, Sr^a Ministra de Estado e das Finanças, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Srs. Deputados: Gostaria de começar por saudar o Governo e, em especial, a Sr^a Ministra das Finanças por mais uma importante reforma que avançam, numa clara demonstração da vontade e da capacidade do Governo para tomar decisões em áreas de grande sensibilidade política, revelando coragem para enfrentar os riscos inerentes a estas decisões e movido pelo propósito fundamental de dotar a economia do País de novas regras de enquadramento, estimulando a criação de riqueza e a sua mais justa repartição.” (IX-I-CIX, 9-04-2003, pp. 4587).

Outros riscos que vão surgindo no debate são por exemplo os riscos associados ao alargamento geográfico da União Europeia, decorrentes de uma decisão política de “expansão”; consequências nefastas de negociações realizadas internacionalmente para Portugal na área da agricultura, desenvolvimento rural e pescas; riscos de perda de fundos estruturais (também estes financeiros).

Podemos então ver os principais tópicos que suscitam o debate sobre o risco político. Estão presentes aspectos tanto da forma como se processa a governação nacional como a governação internacional. No âmbito da governação nacional, estão presentes preocupações que colocam em causa o sistema democrático nacional. No âmbito internacional, parece clara a ligação com a União Europeia – a preocupação centra-se não só no alargamento da União Europeia para Leste e as eventuais consequências políticas desse alargamento como também na possibilidade de fecho da torneira dos fundos estruturais, que, apesar de ser uma questão política, de governação, traria evidentes consequências de teor económico.

3.7 A multiplicidade dos Riscos

Como pudemos ver ao longo desta análise, a noção de risco atravessa um extenso repertório de temas e não se limita aos riscos resultantes da intervenção técnica. Este aspecto é de particular importância para o enquadramento da questão dos riscos na sociedade contemporânea. Esta multiplicidade enquadra por um lado uma visão de que tendencialmente os riscos também não são apenas científico-técnicos, ou apenas sociais, mas que existem diversos modos de riscos na sociedade contemporânea. Por outro lado, a análise que aqui é feita neste trabalho, sendo que foca sobre matérias de base científico-técnica, tem implicações mais alargadas para potenciais debates em torno de processos de decisão relacionados com outras formas de risco.

A divisão que aqui estabelecemos pelas cinco categorias de risco foi servindo para conseguirmos oferecer uma visão mais clara e ordenada da forma como ele emerge e é suscitado nos debates. A abordagem que realizámos centrou-se numa possível caracterização das temáticas em jogo, inspirada numa grelha de análise que utilizámos para esquematizar os debates parlamentares sobre os dois outros estudos de caso e que aqui não poderemos explicitar. Uma abordagem distinta produziria objectos distintos. Uma análise distinta seria, ao invés de uma separação entre diferentes dimensões (cada uma com os seus objectos mais ou menos bem definidos), o elenco das principais temáticas que envolvem a discussão do risco (associada à emergência da elocução riscos) e a explicitação do que estaria em questão, evidenciando-se (ou aludindo-se ao que está implícito) a indissociabilidade entre as várias dimensões de análise.

Esta seria uma aproximação diferente ao tema, com ênfase nas temáticas específicas ao invés de uma separação a priori das categorias. Esta diferente aproximação, inicialmente não mediada, faria com que “chegássemos” àqueles tópicos que, mais frequentemente, colocam em causa o debate sobre o risco, em formas multidimensionais. Esses tópicos poderiam vir a ser, por exemplo, os organismos geneticamente modificados; a droga e a toxicodependência ou a energia nuclear. A interdimensionalidade destes tópicos seria evidenciada através da desconstrução do tema em diversos aspectos. No que diz respeito aos Organismos Geneticamente Modificados, a parte política diria respeito à forma como é desenhada e aplicada a legislação; a parte ambiental referir-se-ia às consequências para o ambiente; a parte de saúde diria respeito à forma como estes organismos interferem na saúde humana; a parte económica referir-se-ia aos custos associados ao desenvolvimento destes organismos e às consequências para o preço e acesso a sementes; socialmente, poder-se-ia falar da resolução do problema da fome mundial. Todas estas são diferentes narrativas associadas a diferentes concepções, e ênfases, dos tipos de risco acima enunciados.

Quanto à droga e à toxicodependência, um dos registos com maior ocorrência na 9^a legislatura, no que concerne a temática do risco, do ponto de vista da saúde as implicações parecem óbvias, nomeadamente quando o que está em causa são as chamadas ‘drogas duras’. Do ponto de vista social, nota-se a referência à expressão ‘flagelo social’, estando em causa uma grande parte da população que sucumbiria ao vício do produto tóxico e depois as consequências do ponto de vista da produtividade e da segurança. A parte política relaciona-se com a forma de acção e de definição da ilegalidade ou legalidade

de certos tipos de substâncias (a distinção entre drogas leves e drogas duras pode produzir um debate para a legalização das drogas leves) e com a forma como são encarados os diferentes intervenientes, e em particular os consumidores: como criminosos ou como doentes. Na parte económica, está em causa o dinheiro gasto com a prevenção e tratamento, bem como o desvio de recursos familiares, ou em termos absolutos o volume de negócio produzido pelo mercado negro de tráfico de estupefacientes.

No que diz respeito à energia nuclear um caso de estudo anteriormente analisado no âmbito do projecto que originou este artigo, é já um claro exemplo desta multiplicidade de riscos. A dimensão política adquire contornos internacionais, nomeadamente quando se coloca em causa o perigo das centrais nucleares espanholas junto à fronteira portuguesa. Obviamente, a decisão política é central, numa tomada de posição em relação à construção ou não das centrais, contendo os seus ‘riscos’ específicos. Quanto aos aspectos de saúde e ambiente, os riscos evidenciam-se pelas consequências para os humanos e natureza.

A definição e caracterização dos riscos é fruto de um processo dialógico e de deliberação no seio das sessões plenárias na Assembleia da República. O que se passa é que os riscos acabam por ser construídos através do diálogo político; não só o risco é fruto de debate como também o são as próprias formas de o controlar ou de gerir, nomeadamente órgãos associados ao paradigma da dupla delegação. É disso exemplo um debate em torno do Conselho Nacional de Biossegurança, como podemos ver através das seguintes afirmações:

Dissemos, e mantemos, que a criação de um conselho nacional de biossegurança “duplicaria funções que cabem à Administração desempenhar ou que já se encontram atribuídas a outras estruturas similares, criando um embaraço contraproducente aos objectivos que visa prosseguir”. De facto, Sr.as e Srs. Deputados, o conselho proposto não faz qualquer sentido enquanto entidade para avaliação científica de riscos nem se vê como, com a sua composição, o Conselho pudesse reunir competências para fazê-lo. O projecto, aliás, revela um enorme desconhecimento dos temas em análise e da natureza os problemas em causa. Repetindo-o, pela segunda vez, Os Verdes demonstram que o seu único objectivo é “poluir” a opinião pública. (IX-II-XCIII, 27-04-2004, pp. 5120)

Esta dimensão do debate emerge também numa intervenção de outro deputado:

Sr. Presidente, Sr. Deputado António Nazaré Pereira, a urgência e a premência da criação no nosso país de um organismo que permita avaliar o impacto relativamente à saúde humana e à segurança ambiental, o seu respeito e salvaguarda, e a separação clara, dos interesses económicos é fundamental porque ela, neste momento, não está garantida. A presença efectiva da comunidade científica e de organizações dos cidadãos seriam um apporto importantíssimo nesta maneira e não uma manobra para “poluir” a atmosfera política ou a criação de mais uma qualquer comissão como o Sr. Deputado há pouco referiu. Todos sabemos que as potencialidades da biotecnologia, hoje em dia e a falta de uma segurança total nesta área e o perigo da importação para o nosso país, sem a adequada avaliação para a saúde humana, de novas tecnologias são aspectos que não são inquestionáveis apesar da existência de directivas comunitárias e da legislação que existe no nosso país. Agora, Sr. Deputado, o problema que urge resolver não tem tanto a ver com os aspectos éticos ou até administrativos com que, obviamente, este projecto de lei de Os Verdes pode conflitar, porque pode haver competências duplicadas; tem mais a ver com a avaliação dos riscos biológicos, ambientais, e em outras áreas, que poderão não estar cobertos, este momento, pela actual legislação para a possibilidade de tomadas de posição seguras e fundamentadas, no nosso país. (IX-II-XCIII, 27-04-2004, pp. 5122)

Como podemos constatar, os próprios processos que depois levam à constituição de novas redes de dupla delegação⁴ estão dependentes do diálogo sobre os riscos, da definição daquilo que pode ou não contar como risco e de quem deve fazer parte deste processo e do tipo de assessoria desejada.

3.8 O lugar do risco nos processos argumentativos

Como afirma Giddens (1999), o risco só poderia surgir nas sociedades modernas, assumindo-se como um planeamento ou colonização do futuro através da definição de linhas de actuação. Para autores como Mircea Eliade (1999), só as sociedades modernas se libertaram, de certa forma, do passado. O eterno retorno é característico das sociedades tradicionais voltadas para acontecimentos “originais” e genesíacos. No que diz respeito ao risco, o que está em causa é o futuro. O passado é suscitado apenas para ilustrar ou exemplificar situações em que o tempo não foi correctamente gerido, em que a previsão e a actuação falharam. O risco está virado para o futuro e o argumento do risco visa uma projecção e uma colonização de ordem temporal, pelo que a definição de risco em Ulrich Beck acaba por fazer todo o sentido: “Risco pode ser definido como uma forma sistemática de lidar com perigos (hazards) e inseguranças induzidas e introduzidas pela própria modernização” (Beck, 1992: 21, tradução nossa). Esta forma sistemática constitui-se como uma rede de controlo do futuro.

Em praticamente todas as dimensões de análise, todas as dimensões de risco, é precisamente o que se passa. Numa acepção que também identificámos na pesquisa, a de risco histórico (que poderia rebater esta nossa ideia, voltando o risco para o passado), o que está em causa é um risco de “excepção” com uma forte componente política. Ou seja, a noção de risco, voltada para o futuro, é contextualizada com base em experiências passadas:

Numa análise competente e detalhada, o Conselho Económico e Social, cumprindo a sua obrigação legal, arrasa o programa de trabalho que o Governo lhe apresentou para 2004. Na base desse parecer tudo indica que teremos “mais

⁴ Consultar Callon, Michel; Lascoumes, Pierre; Barthe, Yannick (2001), *Agir dans un monde incertain – essai sur la démocratie technique*. Paris : Éditions du seuil.

do mesmo”, e é isto que é profundamente preocupante. Todo o documento é um alerta para os riscos históricos que colectivamente estamos a correr. Mas centremo-nos no essencial, e passo a citar o Conselho Económico e Social: “A evolução económica do país em 2003, nomeadamente a quebra do PIB e o crescimento do desemprego, exigiria que em 2004 o Governo adoptasse uma política económica mais propícia a um crescimento mais elevado do PIB e do emprego, mas esta preocupação não parece reflectir-se nas GOP”. (...) (IX-II-XII, 15-10-2003, pp. 591).

Outra forma de compreender o risco histórico seria a hipótese do revisionismo, em que a acção do presente reescrevia o passado, alterando-o para as gerações futuras.

O risco está então associado ao controle do futuro. Porém, está também ligado a uma dimensão de incerteza. Isto é, os perigos que são anunciados na complexa equação do risco são muitas vezes desconhecidos ou de difícil definição, e isso passa-se habitualmente no âmbito de inovações recentes (a ‘incerteza’ tem sido central ao debate em torno dos OGM’s). A inexistência de estudos a longo prazo, a ignorância em relação às consequências nefastas sobre a saúde e o ambiente levam a que muitas vezes se invoque um princípio de precaução em que a enunciação do risco é no fundo a alusão a perigos desconhecidos. A projecção para o futuro é também aqui clara, com referências por parte dos deputados às gerações vindouras, à herança nefasta que elas terão de suportar, ao futuro da humanidade. Esta incerteza, partindo muitas vezes da assunção do desconhecimento em relação a uma determinada aplicação, fica clara quando se debatem aspectos de ordem técnico-científica, manifestando-se de uma forma mais robusta nas dimensões de risco ambiental e de saúde.

Outro aspecto, que também devemos salientar, é o recrutamento de informação especializada para a justificação dos enunciados utilizados quando se utilizam argumentos de risco. Como temos vindo a analisar no Projecto, a insuficiência de assessoria técnica cria uma distinção entre políticos leigos e políticos peritos. Um deficit cognitivo acaba por implicar um deficit democrático, condicionando a participação em plenário quando o assunto em questão envolve informação especializada. Podemos considerar que esta situação pode ser encarada como esperada. Cada deputado, por via da sua formação, interesse e percurso, tem determinadas áreas onde pretende ser mais activo, e em que depende de menores recursos externos de conhecimento para definir e justificar a sua posição, permitindo-lhe intervenções comparativamente mais eficazes. Não será assim de surpreender que intervenções que referem determinados riscos sejam apanágio de deputados que com proximidade própria às informações e questões em debate.

Porém, devemos ter em conta que, dadas as distintas dimensões que contempla o risco no Parlamento Português, não existe de forma alguma um perfil ou um reportório de deputado que se assuma como o principal interveniente, monopolizando as intervenções sobre risco. Tal apenas acontece se nos referirmos a cada uma das cinco dimensões que analisámos.

4. Conclusão

Nesta comunicação analisámos a forma como diferentes formas de risco foram consideradas em debates parlamentares no Parlamento português. A definição do estudo de caso e a selecção de uma legislatura recente fez com que os debates analisados se revistam de grande actualidade. Não estava aqui em causa a análise de divergências político-partidárias no que diz respeito às definições dos riscos, porém podemos afirmar, nesta nota conclusiva, que são os riscos enunciados que atribuem às práticas retóricas uma dimensão do sagrado que posteriormente condiciona a forma como é defendida a posição a adoptar. Dois princípios fundamentais estão em jogo: a defesa da vida e a planificação do futuro. O governo de risco é a preparação da defesa da vida futura. E noções como manutenção, normalidade, estabilidade e ecologia são subprodutos da dimensão biopolítica do risco, como tentámos evidenciar com a referência, relativamente extensa, a Michel Foucault.

Chegámos também à conclusão que a análise em torno do risco, e a identificação da sua multiplicidade, reflecte também o que os anteriores casos de estudo já tinham identificado no que se refere à diversidade de fontes e escassez de assessoria técnica e científica específica. As implicações para o debate democrático, em torno de um eventual deficit democrático, são importantes, e sugerem a necessidade de se ultrapassar dicotomias baseadas na capacidade, prévia, de acesso ao conhecimento.

Também ficou claro, ao longo do texto, que é grande a proliferação de “imagens” de risco, de “narrativas” de risco. Esta multiplicidade de narrativas acaba por se concretizar no desenho de uma realidade, na constituição de um cenário que depois é utilizado como justificação para o planeamento do futuro, para a acção política. Neste sentido, e tendo em conta a performatividade do risco (no sentido em que ele é co-construído) podemos afirmar que tanto o catastrofismo como a prevenção ou a descrição são no fundo formas de políticas ontológicas, em que o discurso político sobre a realidade acaba por produzir essa mesma realidade, esperando poder influenciá-la através da atribuição do carácter vinculativo àquilo que, inicialmente, não supera o simbólico-deliberativo.

5. Bibliografia

- Beck, U. (1992). *Risk Society – towards a new modernity*. London: Sage Publications.
- Beck, U., Giddens, A., & Lash, S. (1994). *Reflexive Modernization – Politics, Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order*. Oxford: Polity Press.

- Bouder, F., Slavin, D. & Lofstedt, R. E. (2007). *The Tolerability of Risk – A New Framework for Risk Management*. London: Earthscan.
- Foucault, M. (1994). *História da Sexualidade – I. A vontade de saber*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Giddens, A. (1999). *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Editorial Presença.
- Hobbes, Thomas (1995), *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Jaeger, C. C., Renn, O., Rosa, E. A., & Webler, T. (2001). *Risk, Uncertainty, and Rational Action*. London: Earthscan Publications.
- Jasanoff, S. (2006). *Risk in Hindsight – Towards a Politics of Reflection*. in Richter, I. K., Berking, S., & Muller-Schmid, R. (Org.), *Risk Society and the Culture of Precaution*. New York: Palgrave, (pp. 28-46).
- Latour, B. (2004), *Politics of Nature*. Cambridge: Harvard University Press.
- Law, John (2002), *Aircraft Stories: Decentering the Object in Technoscience*. Durham: Duke University Press.
- Locke, J. (1998), *Dois tratados sobre o governo*. São Paulo: Martins Fontes.
- Mol, A.-M. (1999), “Ontological Politics. A Word and Some Questions” in Law, John & Hassard, John (orgs), *Actor Network Theory and After*. Oxford: Blackwell Publishers, (pp. 74-90).
- Richter, I. K., Berking, S. & Muller-Schmid, R. (Org.) (2006). *Risk Society and the Culture of Precaution*. New York: Palgrave.

Empreendedorismo científico – Paradigmas e realidades

Rita Correia

ritacorreiamail@yahoo.com

Resumo: Os governos têm vindo a demonstrar uma orientação favorável à transferência, para a indústria, de conhecimento científico e tecnológico gerado por entidades de investigação e universidades públicas. Esta orientação tem sido também adoptada por parte de vários sectores das áreas académicas, dando lugar à realidade da “universidade empreendedora” como uma nova missão do ensino superior. O modelo da tripla hélice, de Henry Etzkowitz, representa uma plataforma de criação de novas formas organizacionais de promoção da inovação. Este modelo assenta na interacção entre três eixos (governo, indústria e universidade), contudo, a força motriz que cada um deles desempenha no processo de inovação apresenta-se de forma desigual. Por outro lado, apesar de cada um dos três eixos continuar a desempenhar as suas missões tradicionais, neste novo contexto de interacção as instituições sofrem profundas transformações internas que as conduzem, em determinadas situações, a “desempenhar o papel do outro”. Assim, as universidades passaram a acumular com as suas funções outras preocupações de ordem económica e política; a indústria passou a fazer também investigação; e o governo passou a fornecer incentivos para a criação de empresas. Todas estas mutações configuram uma nova realidade institucional e social que urge analisar.

O relacionamento entre a universidade e o mercado, e entre a investigação básica e a aplicação tecnológica, tem vindo a sofrer profundas alterações, particularmente após o final da Segunda Grande Guerra com o estreitar das relações existentes entre ciência, indústria, mercado e política.

Vários têm sido os autores a debruçarem-se sobre esta questão. O modelo da tripla hélice, de Henry Etzkowitz (2004 e 2008), representa uma plataforma de criação de novas formas organizacionais de promoção da inovação. Apesar deste modelo assentar na relação e interacção entre três eixos (governo, indústria e universidade), a força motriz que cada um deles desempenha no processo de inovação é desigual. Etzkowitz distingue, desde logo, dois regimes: o *laissez-faire*, no qual a indústria desempenha o papel preponderante, e o estatal onde é o governo que assume a liderança. A universidade apresenta-se com um papel menos impulsionador em cada um destes regimes. Contudo, é nesta instituição que reside a raiz do capital intelectual e dos movimentos de incubação que são desenvolvidos, posteriormente, com o apoio da indústria e do governo.

Apesar de cada um dos três eixos continuar a desempenhar as suas missões tradicionais, neste novo contexto de interacção as instituições sofrem profundas transformações internas que as conduzem, em determinadas situações, a “desempenhar o papel do outro” (Etzkowitz, 2008: 8). Assim, as universidades passaram a acumular com as suas funções outras preocupações de ordem económica e política; a indústria passou a fazer também investigação; e o governo passou a fornecer incentivos para a criação de empresas.

Vejamos os novos traços de cada uma das entidades-chave das mudanças actuais.

A universidade (Etzkowitz, 2002) passou a acumular com as suas funções tradicionais (preservação e produção de conhecimento, educação da juventude e disseminação da pesquisa) novos objectivos de cariz económico, nomeadamente a busca do auto financiamento e o apoio à formação de empresas através das suas actividades. Este auto financiamento, total ou parcial, resulta do licenciamento de patentes e de outros acordos de uso industrial das inovações desenvolvidas nas universidades. Mas, se alguns académicos consideram que, sendo o principal papel da universidade a educação, o segredo inerente ao licenciamento das patentes é contraproducente, outros há que vêem na “universidade empreendedora” um meio

mais adequado de treino dos estudantes, ao permitir um maior conhecimento prático e um maior grau de experimentação, e uma forma de identificação de novas necessidades.

À medida que as universidades passam a estar mais envolvidas no desenvolvimento económico, através da crescente importância dada ao capital intelectual, a sua posição social ascende à primeira linha, transformando-se num pilar fundamental da sociedade. A “empresarialização” das universidades funciona, assim, igualmente como um meio de legitimação da própria instituição.

No que se refere à indústria, outra actividade fulcral das mudanças presentes, Peter Drucker (2003), considerado o pai da gestão moderna, refere que vivemos numa sociedade pós-capitalista caracterizada fundamentalmente pela substituição do capital, recursos naturais e trabalho, como recurso económico básico, pelo conhecimento. Neste contexto, o meio de diferenciação, e conseqüentemente factor crítico de sucesso das empresas, passa a ser não a mera força produtiva, mas a capacidade de inovação como base de desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços. É o que habitualmente se designa pela passagem de uma sociedade industrial para uma “sociedade do conhecimento”.

O mercado caracteriza-se por uma procura cada vez mais exigente e um ânsia de inovação constante. Com ciclos de vida cada vez mais curtos, os produtos, para poderem corresponder aos requisitos do mercado, necessitam de se apresentar perante os consumidores como estando em constante evolução (Cozzi, 2008). Este aspecto implica, por parte da empresa, uma atitude de busca constante de novas informações, conhecimentos, tecnologias e inovações, preferencialmente em carácter de exclusividade para poder conservar a posição de vantagem relativamente à concorrência por mais tempo. Assim, existe um profundo interesse, por parte da indústria, em integrar projectos envolvendo estruturas de investigação e pesquisa que lhes permitam estar a par do que de mais avançado existe em determinada área disciplinar. Esta atitude de permanente busca pode também derivar da preocupação do empreendedor em estar próximo dos seus clientes, em fornecer-lhes produtos cada vez mais específicos e adequados às suas necessidades, ao mesmo tempo que consolida a sua vantagem competitiva face à concorrência (Farrell, 1993). De referir que, por vezes, esta utilização dos conteúdos da investigação académica por parte das empresas constitui a única forma de tornar acessível, ao consumidor, determinadas descobertas científicas antes que estas se tornem ultrapassadas.

No que concerne à terceira entidade-chave, o governo, este tem assumido um papel preponderante no incentivo das actividades de spin-off. Alistair Brett, David Gibson e Raymond Smilor (1991) referem que algumas das razões apontadas para esta tendência se prendem com a promoção da diversidade económica do estado, o desenvolvimento económico e a criação de emprego local, o reforço da qualidade e atractividade do meio universitário, a responsabilidade social na transformação das ideias e inovações em produtos/serviços úteis e também na rentabilização dos investimentos. O estreitamento das relações entre universidade e empresas, ao ser patrocinado pelo governo, constitui um importante meio de reconhecimento político nacional e internacional, ao mesmo tempo que permite uma redistribuição dos recursos financeiros anteriormente canalizados para as actividades universitárias que passaram a ser financiadas por capitais privados. Todavia, tendo o governo como missão fundamental ser o garante supremo das regras do jogo social (Etzkowitz, 2008: 9), deverá assegurar que a prossecução dos interesses públicos não é, de forma alguma, subordinada aos interesses privados. Um autor como Simon Schwartzman (2007) realça que o estado deve assumir um papel fundamental no desenvolvimento científico e tecnológico, abandonando a postura de mero financiador e passando a adoptar uma atitude mais activa de utilizador e requerente de avanços concretos.

Talvez se possa acrescentar uma quarta vertente de análise. Com efeito, é aos indivíduos cientistas que, em última instância, cabe a decisão de conferir um maior ou menor grau de importância, determinismo e flexibilidade do seu ofício perante os dilemas resultantes do confronto entre o ethos científico tradicional e a lógica da sociedade e da economia do conhecimento. Para David Audretsch (2007), as gerações mais jovens, contrariamente aos seus antecessores para quem o trabalho era apenas uma forma de ganhar de dinheiro, privilegiam nas suas escolhas profissionais os aspectos referentes à satisfação e desenvolvimento pessoais. Para este autor, esta é uma característica da sociedade contemporânea que, de alguma forma, conduz os profissionais da ciência a procurar nas empresas os recursos, desafios e reconhecimento que ambicionam. José Luís Garcia e Hermínio Martins (2008) salientam o facto de os cientistas tenderem a encarar a aplicação industrial como um fim elevado pelo grau de maturidade da investigação que isso representa. Mas, num contexto em que as tradicionais lógicas económicas baseadas na produção em larga escala começam a declinar, em que começam a surgir as repercussões de uma globalização, competitividade e desemprego crescentes e em que as próprias universidades se vêm enredadas em tremendos constrangimentos financeiros, não serão a inovação tecnológica e o empreendedorismo vistos como um meio de sobrevivência profissional?

Baseados num estudo de quatro anos realizado em França junto de 41 cientistas-empresendedores, Terry Shinn e Erwan Lamy (2006) chegam à conclusão de que existe uma realidade multifacetada com três perfis diferentes de investigadores na senda do conhecimento que visa ter uma dimensão comercial: académicos, pioneiros e Janus. As principais diferenças verificadas entre eles residem no grau de sinergia universidade-empresa, grau de tensão universidade-negócio, grau de autonomia relativa do campo científico e grau de coordenação das actividades universidade-empresa. Estes autores salientam a complexidade das interacções entre a universidade e o meio empresarial protagonizadas pelos cientistas, a autonomia relativa do campo científico e a possível permeabilidade das fronteiras.

No actual contexto mundial globalizado, a lógica comercial assume uma importância vital nos sistemas económicos. Os interesses das empresas estão sempre salvaguardados, o próprio mercado se encarrega de os garantir. Mas,

num contexto de hélice tripla, quem salvaguarda o interesse público da pesquisa científica? O Estado? O Mercado? As próprias Universidades? Em que pressupostos? E quais serão as prioridades?

Bibliografia

- Audretsch, David B. (2007). *The entrepreneurial society*. New York: Oxford University Press.
- Brett, Alistair M., Gibson, David V. e Smilor, Raymond W. (1991). *University spin-off companies: economic development, faculty entrepreneurs, and technology transfer*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers.
- Cozzi, Afonso Org. (2008). *Empreendedorismo de base tecnológica*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Drucker, Peter F. (2003). *Sociedade Pós Capitalista*. Lisboa: Actual Editora.
- Etzkowitz, Henry (2002). *MIT and the Rise of Entrepreneurial Science*. New York: Routledge.
- Etzkowitz, H. (2004). The evolution of the entrepreneurial university. *International Journal of Technology and Globalisation*, Vol. 1, No. 1, pp. 64-77.
- Etzkowitz, Henry (2008). *The triple helix: university-industry-government innovation*. New York: Routledge.
- Farrell, Larry C. (1993). *Entrepreneurship*. S. Paulo: Editora Atlas.
- Garcia, José Luís (2007). O novo ethos científico e a biotecnologia. *Revista de Comunicação e Linguagens*, Lisboa, No. 38, 207-219.
- Garcia, José Luís e Martins, Hermínio (2008). “O ethos da ciência e as suas transformações contemporâneas, com especial atenção sobre a biotecnologia”, in Cabral, Manuel Villaverde et al. (org.) *Itinerários: a investigação nos 25 anos do ICS*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, (pp. 397-417).
- Murteira, Mário (2004). *Economia do Conhecimento*. Lisboa: Quimera Editores.
- Ortega y Gasset, José (2003). *Missão da Universidade*. Coimbra: Angelus Novus.
- Pestre, Dominique (2002). The Evolution of Knowledge Domains. *Interdisciplinarity and Core Knowledge*. Scientific Council of the Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), <http://www.interdisciplines.org/interdisciplinarity/papers/8> (consultado na Internet em 3 de Setembro de 2008).
- Schwartzman, Simon (2007). Simon Schwartzman – O crítico da ciência. *Entrevista, Pesquisa FAPESP*, No. 140, 12-17.
- Sedas Nunes, Adérito (1970). *O problema político da universidade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Shinn, Terry e Lamy, Erwan (2006). Caminhos do conhecimento comercial: formas e consequências da sinergia universidade-empresa nas incubadoras tecnológicas. *SCIENTIÆ Studia*, São Paulo, Vol. 4, No. 3, 485-508.
- Shiva, Vandana (2000). *Biopirataria – A pilhagem da natureza e do conhecimento*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Simmel, Georg (1908). *As metrópoles e a vida mental*. In Simmel, Georg (2004), *Fidelidade e Gratidão e Outros Textos*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Thornton, Patricia H. (1999). The Sociology of Entrepreneurship. *Annual Review of Sociology*, Vol. 25, 19-46.

A presença feminina na imprensa regional: o caso do Correio do Minho e do Diário do Minho

Carla Cerqueira
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
carlaprec3@gmail.com

Luísa Ribeiro
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
luisateresaribeiro@gmail.com

Rosa Cabecinhas
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
cabecinhas@ics.uminho.pt

Resumo: Vários estudos indicam que os media dão menos espaço às vozes femininas do que às masculinas. Para além disso, quando as mulheres aparecem, são representadas de forma estereotipada e pouco representativa dos papéis que desempenham na sociedade. A cobertura noticiosa regional, à semelhança do que se verifica nos restantes meios de comunicação social, não reproduz a realidade em todas as suas manifestações. Este é, contudo, um sector que desempenha um “papel altamente relevante”, como reconhece o Estatuto da Imprensa Regional (Decreto-Lei n.º 106/88 de 31 de Março). A importância atribuída a este tipo de imprensa tem-se consubstanciado na concessão ao longo dos anos de apoios directos e indirectos por parte do erário público. Os sucessivos estudos de audiência mostram que cerca de metade da população portuguesa costuma ler ou folhear jornais regionais. Tendo em conta a relevância social e científica desta problemática, pretendemos estudar a presença feminina nos dois diários regionais com sede em Braga: *Correio do Minho* e *Diário do Minho*. O estudo

consiste na análise de conteúdo das primeiras páginas destas publicações, durante um mês. A hipótese que colocamos é que as mulheres estão pouco presentes nas notícias da primeira página, consideradas as mais importantes.
Palavras-chave: Mulheres, Imprensa Regional, Cidadania

A presença feminina na imprensa

Os meios de comunicação assumem um papel crucial enquanto formadores da opinião pública, isto é, enquanto mediadores entre os cidadãos e a realidade social. Importa salientar que os media não são meros espelhos da realidade, uma vez que têm o “trabalho activo de seleccionar e apresentar, de estruturar e moldar; não se refere a transmitir meramente o significado já existente, mas ao trabalho mais activo de fazer com que as coisas tenham significado” (Stuart Hall, 1982: 64). Nesta acepção, existe sempre uma reconstrução do acontecimento, que deve ser a mais aproximada possível da verdade (Traquina, 2004).

Os jornalistas têm acesso a uma multiplicidade de acontecimentos que ocorrem diariamente e, por isso, cabe-lhes o papel de seleccionar aqueles que estão dentro dos critérios definidos pela cultura jornalística. Portanto, eles usam “os seus óculos particulares através dos quais vêem certas coisas e não outras; e vêem de uma certa maneira as coisas que vêem” (Bourdieu, 1997: 12). Sendo assim, eles seleccionam e constroem o que definem como noticiável. Recorrem, portanto, aos valores-notícia que, segundo Nelson Traquina (2004: 119), são um “elemento básico da cultura jornalística que os membros desta comunidade interpretativa partilham”. Importa ainda mencionar que “a acção mediadora do jornalismo exerce-se no contexto de diversos factores constitutivos de uma rede complexa de condicionalismos e constrangimentos que, no termo do processo, fazem com que as notícias tenham um determinado conteúdo, uma determinada forma e assumam, globalmente, um determinado ou determinados modelos” (Correia, 1997a: 18).

As informações de primeira página são as que o leitor vê primeiro e às quais atribui maior importância (Fontecuberta, 1999). Contudo, e apesar de todas as semelhanças inerentes ao processo de selecção das notícias, os media diferenciam-se quando relatam o mesmo assunto. O posicionamento editorial leva a que a selecção das fontes de informação e a escolha dos aspectos gráficos sejam apontados como factores para justificar a especificidade de cada órgão de informação (Fontecuberta, 1999).

Neste campo torna-se relevante abordar a temática das fontes de informação, uma vez que elas são fulcrais no processo noticioso. Fontecuberta (1999: 46) sustenta que “o poder informativo do jornal evidencia-se, então, pelo número, qualidade e pluralismo das suas fontes de informação”. Por um lado, as fontes são pessoas (mesmo que representem grupos ou instituições) com diferentes modos de vida, conhecimentos e formas de agir e, por outro, o jornalista enquanto entidade abstracta não existe (Bourdieu, 1997). Os profissionais do campo mediático são pessoas individuais, com conhecimentos, experiências de vida, sexo e idade específica. Simultaneamente, diferentes indivíduos fornecem dados diferentes, mediante o seu ponto de vista e os seus interesses.

Quem são os actores sociais que realizam uma mediação entre o acontecimento e o público? Nas notícias há espaço para que vozes? Os teóricos do jornalismo afirmam que existe uma simbiose entre jornalistas e fontes institucionalizadas (Lippman, 1922; Meditsch & Segala, 2006). O cidadão comum só tem espaço quando surpreende os jornalistas com acções inusitadas (Kunczik, citado por Meditsch & Segala, 2006). No entanto, as fontes também podem ser classificadas quanto ao sexo e, nesse aspecto, os estudos mostram que os homens dominam a palavra. Por exemplo, Jorge Pedro Sousa (1998) concluiu que as citações masculinas são predominantes nos diários portugueses em relação às citações femininas (75 a 95% são vozes de homens). Também Carla Cerqueira (2008a) analisou as fontes presentes nas peças noticiosas de primeira página do Público e do Correio da Manhã e verificou o domínio das fontes masculinas nestas informações que são consideradas as mais relevantes.

As peças jornalísticas contêm representações de discursos de várias pessoas, mas estas vozes estão hierarquizadas, ou seja, algumas são destacadas e outras são marginalizadas (Fairclough, 1995). Basta ver que nem todas as fontes são citadas, sendo algumas apenas mencionadas pelos jornalistas. Assim, de acordo com vários estudos nacionais e internacionais (Barreno, 1976; Monteiro & Policarpo, 2002; Silveirinha, 2004 e 2006; Lopes, 2006; Cerqueira, 2008a e b; Gallagher, 1981 e 1995; Lakoff, 1982; van Zonnen, 1994; Farré et al, 1998; Tuchman, 2004; Díez, 2005), é possível dizer que a distribuição das vozes no discurso jornalístico é desigual. Existe uma ausência notória das vozes femininas, bem como a exclusão dos pontos de vista das mulheres nas notícias, sobretudo nas chamadas *hard news*, isto é, nas notícias sobre assuntos ‘sérios’, como política e economia (Tuchman, 1978).

Neste domínio é de realçar que as peças jornalísticas são compostas por textos e imagens, daí que não se possa descurar a representação visual das mulheres. Mota-Ribeiro e Pinto-Coelho (2005) analisaram as imagens de mulheres publicadas em três jornais durante um dia e chegaram à conclusão que “as imagens fotográficas do feminino na imprensa diária portuguesa de referência são diminuidoras e irrealistas face às mulheres”.

Os estudos que abordam as duas vertentes (texto e imagem) são escassos. No nosso entender, uma análise que apenas contemple um dos discursos torna-se redutora, uma vez que as peças jornalísticas veiculam ideologias, as quais são transmitidas pelas mensagens verbais e visuais. Como menciona Maria João Silveirinha (2004: 9), “os meios de comunicação de massa são, sem dúvida, um dos lugares sociais e políticos de construção de identidades. Por eles perpassam e constroem-se ideologias de diferentes grupos etários, étnicos, de classe, de cultura e de sexo”. Em paralelo, é preciso perceber que as representações das mulheres ou de outros grupos “têm que ser encaradas como plurais pelo facto de os significados

codificados nos textos mediáticos [acrescentamos, nas imagens mediáticas] não serem uniformes e serem mesmo contraditórios” (Silveirinha, 2006: 7).

Quando abordamos a questão da representação das mulheres nos meios de comunicação temos que pensar também em quem produz os conteúdos informativos, isto é, nos produtores do discurso que é veiculado. Dados recentes sobre a realidade portuguesa mostram que a maioria dos cargos de direcção no campo mediático continua a ser ocupada por homens (80% dos lugares de chefia são ocupados por elementos do sexo masculino). No entanto, cada vez mais se fala de uma ‘feminização’ do sector, onde os homens e as mulheres são iguais no tratamento e na distribuição dos temas da agenda noticiosa. “Se a profissão de jornalista em Portugal continua dominada pelos homens, a proporção de mulheres não cessa de aumentar” – segundo os dados da Comissão da Carteira, de 2002 a 2006, ingressaram 58,2% de mulheres na profissão –, sendo que elas predominam nas faixas etárias mais jovens, as quais possuem habilitações escolares superiores: os homens são muito mais numerosos dos 35 anos para cima e as mulheres são mais numerosas dos 20 aos 35 (Salim, 2008).

Os dados referentes ao contexto português são semelhantes ao que se passa a nível mundial, quer em relação à representação das mulheres, quer no que diz respeito aos produtores do discurso. A World Association for Christian Communication (WACC), uma organização internacional que promove a comunicação como factor de transformação social, realiza desde 1995 um projecto global de monitorização dos media. Apelidado de Who Makes the News, surgiu com o objectivo de mapear a representação de mulheres e homens nos meios de comunicação tradicionais. Pretende medir tendências (é realizado de cinco em cinco anos) no discurso dos meios de comunicação, ou seja, visa compreender se os veículos de informação contribuem para a igualdade de género ou para o reforço dos estereótipos. O relatório mais recente, que data de 2005¹, revela que as visões e as vozes femininas continuam a ser marginalizadas, ou melhor, as mulheres são quase invisíveis no mundo da informação. Este estudo empírico confirma que elas continuam a ser “simbolicamente aniquiladas” (Tuchman, 2004). Elas aparecem em apenas 21% das notícias, embora constituam 52% da população mundial. Isto significa que em 10 anos a presença de mulheres nas notícias cresceu apenas 3%, demonstrando que, apesar de todas as políticas criadas a nível internacional para fomentar a igualdade de género em todas as esferas da sociedade, elas permanecem quase sem voz nos meios de comunicação social.

Neste estudo importa evidenciar o facto de o ponto de vista feminino continuar a ser marginalizado pelos media. As mulheres enquanto porta-vozes ou peritos convidados continuam em minoria, sendo as mais escolhidas como testemunhas de um caso ou opinião popular (vox populis). As fontes femininas são quase inexistentes nas chamadas hard news (Política/Governo e Economia) (Tuchman, 1978). Aliás, na análise efectuada em 2005 só 10% das notícias têm uma mulher como protagonista e a categoria de vítima é o único estatuto em que elas têm uma presença maior. Em termos da produção noticiosa, as mulheres apenas aparecem como autoras de 29% dos textos de imprensa, sendo que a apresentação dos telejornais é a única função em que predominam.

Esta investigação faz referência a dados obtidos a nível mundial, onde são incluídos os meios de comunicação portugueses. A única diferença verificada no contexto nacional refere-se aos produtores do discurso jornalístico, em que 57% das notícias difundidas foram produzidas por mulheres. De resto, a categoria Governo e Política é a mais abordada pelos media nacionais e nesse espaço as mulheres constituem apenas 10% das vozes. Em paralelo, elas continuam a ser identificadas como esposas, filhas ou mães, ou seja, pela sua relação familiar e não pela sua condição individual, reforçando o estereótipo das mulheres enquanto prestadoras de cuidados e não enquanto pessoas com capacidades e interesses diferenciados.

A forma como as mulheres são representadas pelos meios de comunicação social parece que não está a sofrer alterações muito significativas. Os estereótipos de género continuam a dominar a agenda mediática, embora estes sejam apresentados de forma cada vez mais subtil, veiculando, assim, um “sexismo inibido” (Rojo & Gallego, 1997:313) ou um “sexismo paternalista” (Formiga et al., 2002). Além disso, “a elite jornalística continua a ser predominantemente masculina, o que significa que ao ingresso das mulheres na profissão não tem correspondido idêntico acesso a lugares de relevo. No jornalismo, as mulheres encontram-se, na sua esmagadora maioria, a desempenhar funções de execução. À visibilidade crescente não corresponde o poder nas redacções” (Subtil, 2000: 1). Isto significa que o aumento da escolarização não tem correspondência com as posições que elas ocupam no seio das redacções. Além disso, verifica-se cada vez mais o trabalho a tempo parcial, o qual domina o panorama do emprego feminino (Bocchini & Reimão, s.d.). Elas têm que combater os estereótipos que estão enraizados, para tal têm que desempenhar as funções tão bem ou melhor do que os homens para serem “levadas a sério” e, mesmo assim, recebem, em média, uma remuneração inferior (Gallagher, 1995).

A realidade mostra que o número de mulheres aumentou fortemente no campo jornalístico, mas até que ponto poderá ser correcto falar-se de ‘feminização’? Gallagher (1995) afirma que existe um desfazamento entre as percepções e a realidade, ou seja, o número de mulheres ainda é limitado, mas na maioria dos países elas aparecem como apresentadoras ou repórteres e têm bastante visibilidade. Esta perspectiva aponta para a necessidade de uma maior participação nos lugares de chefia, de forma a criar novas representações de género. Trata-se de uma questão premente, uma vez que as mulheres enquanto meras trabalhadoras do sector mediático limitam-se na maior parte das vezes a internalizar e reproduzir a ideologia dominante, contribuindo para a manutenção da visão masculina da realidade, a qual se assume como hegemónica

¹ Este é o maior estudo realizado a nível mundial nesta área. O levantamento dos dados foi efectuada durante um dia (16 de Fevereiro) em 76 países, onde analisaram cerca de 13 mil notícias publicadas na imprensa e veiculadas pela televisão e pela rádio. Nestas peças noticiosas foram ouvidas ou citadas 25.671 fontes por 14.273 jornalistas ou apresentadores.

(Marshment, 1993). Isto significa que “as mulheres que aceitam as ideias e os valores daquilo a que as feministas definem como ideologia patriarcal terão mais tendência para a reproduzir no seu trabalho do que para a contestar” (Marshment, 1993). Neste âmbito, Gallagher (1981; 1995) refere que a presença de mais elementos do sexo feminino nos cargos com poder de decisão poderia trazer novas perspectivas, que se reflectiriam em imagens e mensagens das mulheres mais diversificadas.

Na linha do que já referimos, Maria João Silveirinha (2006: 7) sustenta que “a ligação entre o conteúdo mediático e os indivíduos que o produzem é fortemente afectado por um sem número de factores que vão desde as políticas institucionais, aos valores, normas e rotinas profissionais; à necessidade de atrair audiências, à direcção neo-liberal de propriedade dos media e ao entendimento dos seus produtos simbólicos como «mercadorias», ou ainda ao perfil dos anunciantes”. Também Gallagher (2006: 22) afirma que “as representações nos media e os discursos de género ganham forma no seio de contextos socioeconómicos que têm que ser eles mesmos analisados e compreendidos”. Concordamos com esta perspectiva que aponta para os factores sociológicos e organizacionais como causadores da desigualdade de género. Não sabemos até que ponto um maior número de mulheres nos lugares de chefia pode significar mudanças nas práticas discursivas (Lavi & Leman-Wilzig, 2003). Contudo, consideramos que a igualdade entre homens e mulheres nos cargos de decisão é fulcral numa sociedade democrática. Em paralelo, pensamos que os jornalistas e outros agentes da esfera mediática devem assumir uma perspectiva de género na construção dos conteúdos (Menéndez, 2007), pois só dessa forma garantem o pluralismo de vozes e dão uma visão mais equilibrada da realidade social.

A imprensa local e regional

A representação das mulheres na imprensa local e regional está insuficientemente estudada, apesar da importância que estes meios de comunicação social desempenham. Tal como refere Aníbal Alves (1990: 236), este sector participa “no trabalho de definição das concepções, das normas e dos valores, bem como no da formulação e legitimação dos objectivos e das políticas sociais”.

A relevância destas publicações foi reconhecida com a aprovação, em 1988, do Estatuto da Imprensa Regional. Neste âmbito incluem-se “todas as publicações periódicas, de informação geral, conformes à Lei de Imprensa, que se destinem predominantemente às respectivas comunidades regionais e locais, que dediquem, de forma regular, mais de metade da sua superfície redactorial a factos ou assuntos de ordem cultural, social, religiosa, económica e política a elas respeitantes e não estejam dependentes, directamente ou por interposta pessoa, de qualquer poder político, inclusive autárquico” (Decreto-Lei n.º 106/88 de 31 de Março). Onze anos depois, a Lei de Imprensa (Lei n.º 2/99, de 13 de Janeiro) considera as publicações deste âmbito como as que “pelo seu conteúdo e distribuição se destinem predominantemente às comunidades regionais e locais”².

As definições acerca desta área remetem para a questão do território e da relação que estabelece com os leitores. Carlos Camponez (2002: 20) sublinha que o seu carácter distintivo está “na forma como trabalha, como procura e constrói essa relação de proximidade e de identificação com os seus públicos”. Este autor considera que “a especificidade da imprensa regional resulta do seu compromisso específico, do seu pacto comunicacional com um território que não pode deixar de representar um recorte parcial de um espaço mais vasto. Trata-se, portanto, de um jornalismo de proximidade, fundamentalmente comprometido com a sua região e com as suas gentes” (Camponez, 2002: 273).

Tal como referem Xosé López García e Juan Maciá Mercadé (2007: 19), “o ‘local’ não existe apenas graças ao território, mas o território, físico ou não, permanece como um elemento essencial nos processos de comunicação de locais”. Não obstante, no terceiro milénio, na sociedade da informação, o ‘local’ “já não pode ser exclusivamente determinado pela sua difusão territorial, mas também pelo âmbito local dos seus conteúdos, assim como pelos problemas das pessoas que sendo daquele lugar estejam a viver temporária ou definitivamente fora de tal espaço” (Cebrián, in García & Mercadé, 2007: 15).

O Estatuto da Imprensa Regional reconhece que este sector “desempenha um papel altamente relevante, não só no âmbito territorial a que naturalmente mais diz respeito, mas também na informação e contributo para a manutenção de laços de autêntica familiaridade entre as gentes locais e as comunidades de emigrantes dispersas pelas partes mais longínquas do mundo. Muitas vezes ela é, com efeito, o único veículo de publicitação das aspirações a que a imprensa de expansão nacional dificilmente é sensível; e constitui, por outro lado, um autêntico veículo de difusão, junto daqueles que se encontram fora do país, daquilo que se passa com os que não os quiseram ou não puderam acompanhar”.

Num mundo em que o ponto mais longínquo está à distância de um simples clique, a imprensa local e regional pode ser encarada como um elo que pode assegurar a manutenção dos traços de identidade das diferentes comunidades e garantir a audição de vozes cada vez mais dispersas, ao mesmo tempo que se apresenta como uma eventual alternativa para a participação cívica de pessoas, que correm o risco de ser vergadas pelo peso da homogeneização cultural.

Como salienta Xosé López García (2000: 1), nesta sociedade cada vez mais global, tem-se assistido a “uma revalorização e um recrudescimento do local. Nesta actualidade, global e local constituem as duas faces da mesma moeda,

² Feliciano Barreiras Duarte (2005: 45) chama a atenção para o facto de a definição de “imprensa de proximidade” ser tão vasta – nos termos da Lei de Imprensa – que nela pode “caber quase tudo”. O antigo secretário de Estado argumenta que nas nove centenas de títulos regionais então registados no Instituto da Comunicação Social se incluíam publicações sobre “temas de saúde, contabilidade, cultura, entre outros, o que tem consequências em relação ao regime do porte pago”.

que simboliza o hiper-sector da comunicação. E, enquanto avança a globalização ou se multiplicam as redes que facilitam a intercomunicação em tempo real, também aumenta o valor social de informação de proximidade. O novo panorama mediático está marcado pela sombra do global e do local, que alguns autores denominam de ‘glocal’: global e local ao mesmo tempo”.

Denis McQuail (in Faustino, 2005: 43) considera que os media regionais “podem tornar-se mais fortes com um aprofundamento do fenómeno da globalização”, embora possam ter de “ultrapassar obstáculos relacionados com questões económicas, como por exemplo o interesse menor da publicidade e dos anunciantes”. Na sua opinião, “a globalização não pisa os campos dos media regionais e não satisfaz as necessidades de notícias localizadas e detalhadas que estes sustentam”. O autor lembra que “alguns estudos recentes sobre a ‘world wide web’ nos EUA revelam que há uma tendência forte para que os media da ‘web’ dêem mais espaço às notícias regionais, permitindo aos leitores de jornais nacionais obterem fontes de informação localizada e detalhada” (McQuail in Faustino, 2005: 43). O designado ‘jornalismo hiperlocal’ surgiu, aliás, como reacção à fraca cobertura que os media mainstream tradicionalmente dedicam a determinadas áreas geográficas (Shaw, 2007). Mark Deuze (2008, 12 de Dezembro) aponta a aposta no ‘hiperlocal’ – que “desenvolve notícias para uma comunidade muito específica ou, por vezes, é a própria comunidade que gera essas notícias” – como uma das novas tendências do jornalismo.

O trabalho de proximidade traz, contudo, desafios acrescidos, obrigando mesmo a um autêntico “trabalho de malabarista, com o jornalista à procura de delicados equilíbrios em que seja possível não hostilizar as fontes – sob pena destas ‘secarem’ – sem deixar de noticiar os factos” (Carvalho, 1996: 5). As fontes oficiais acabam, muitas vezes, por se destacar em relação aos outros actores (e.g. Correia, 1997b; Carvalho, 2000; Camponez, 2002; Coelho, 2003; Costa, 2004; Costa, 2005; Amaral, 2006; Ribeiro, 2006).

Feliciano Barreiras Duarte (2005: 15), que foi secretário de Estado com a tutela do sector, define a imprensa regional portuguesa como “frágil a nível empresarial, desigual a nível da qualidade dos produtos apresentados, com alguns interesses instalados, mas, por outro lado, também com profissionais de excelência e potencial de crescimento assinalável”.

Este sector luta, em Portugal, na maior parte dos casos, com dificuldades materiais e humanas, apesar dos apoios estatais que ao longo dos anos lhe têm sido concedidos. Alguns estudos levados a cabo (e.g. Faustino 1999, 2002a, 2002b e 2004; Duarte, 2005; Costa, 2005) apontam, na linha do que diz Barreiras Duarte, para algumas fragilidades decorrentes em grande medida das débeis estruturas empresariais e dos escassos quadros de pessoal especializado. Fernando Correia (1997a: 64) salienta, na esteira de Paquete de Oliveira, que “desde muito cedo a imprensa portuguesa adquiriu características a que se poderão chamar endémicas, reveladoras de uma certa modalidade de mendicidade crónica, a que também a sua génese de imprensa doutrinadora, em ideologia política e religiosa, decerto não é alheia: débil organização estrutural, grande pulverização de títulos, baixo índice de consumo/leitura”.

O Gabinete para os Meios de Comunicação Social admite que “é complexo quantificar a imprensa regional” (<http://www.gmcs.pt/index.php?op=cont&cid=78&sid=1234>). Os dados que têm sido sucessivamente usados para caracterizar este sector, relativos a 2000, apontam para a existência de 900 publicações periódicas regionais entre as 4.291 reconhecidas pelo Instituto para a Comunicação Social, embora o número de jornais diários não ultrapasse os 30. O conjunto das tiragens médias rondará os 4.000 exemplares, sendo que metade dos jornais com porte pago em 2005 não irá além de uma tiragem de 2.500 exemplares e só 8% dos jornais terão tiragens acima dos 10 mil exemplares (Duarte, 2005: 45; Ferreira, 2005: 158; Amaral, 2005). Em relação à periodicidade, a mais frequente era a mensal (43%), seguida da semanal (30%) e da quinzenal (23%).

Estes valores devem, no entanto, ser tomados como indicadores e não como correspondendo inteiramente à realidade. António Jacinto Costa (2005: 9-10) destaca que “a qualidade das listagens que o Estado possui, nomeadamente sobre os títulos registados no Instituto de Comunicação Social [agora designado Gabinete para os Meios de Comunicação Social], tem incoerências graves. Há títulos mal registados e com dados incompletos: muitos títulos não têm periodicidade, contactos ou nome do proprietário”.

O investigador diz que “a falta de dados concretos transparece nas declarações dos políticos responsáveis. Por diversas ocasiões, e aquando da apresentação da nova vaga legislativa, por diversas vezes o responsável pela pasta, à altura Feliciano Barreiras Duarte, referia o número exacto de rádios, ao passo que o número de títulos regionais era sempre apontado precedido com um ‘cerca de’” (Costa, 2005a: 10). Tentando suprir esta lacuna, António Jacinto Costa (2005, 37-38) fez um levantamento junto do Instituto de Comunicação Social e chegou à conclusão que “existiam, em 2004, 486 títulos de imprensa regional activos (classificados como imprensa regional e beneficiários do porte pago)”, o que significa que a imprensa regional representava 10% do universo de títulos registados.

Esta multiplicação de títulos traduziu-se em tiragens reduzidas, que na maior parte dos casos eram enviadas pelo correio, graças ao porte pago (a partir da legislação de 2007, este apoio passou a designar-se incentivo de apoio à leitura da imprensa regional). Segundo o cenário traçado por Feliciano Barreiras Duarte (2005: 53), a regra era a imprensa regional “quase não ser comercializada nas bancas”: um estudo com uma amostra de 196 jornais revelava que 82% dos jornais por assinatura eram regionais/locais.

Apesar destas limitações, os sucessivos estudos de audiência realizados pela Markttest a este sector (Bareme Imprensa Regional) mostram que cerca de metade da população costuma ler ou folhear jornais regionais.

Tabela I: Periodicidade dos jornais que costuma ler (em percentagens)

	2004	2005	2006	2007
Costumam ler Jornais Regionais	51,4	54,3	48,0	47,3
Diários	7,1	9,1	7,7	7,1
Trisemanais	0,6	0,8	0,4	0,5
Bisemanais	1,5	1,7	1,7	1,4
Semanais	33,7	36,1	31,6	31,7
Trimensais	0,7	0,5	0,2	0,4
Quinzenais/Bimensais	9,8	9,8	9,0	7,8
Mensais	5,3	6,4	4,7	4,1
Outra periodicidade	0,2	0,2	0,1	-
Não sabem/não respondem	0,4	-	-	-
Base (000)	8311	8311	8311	8311

Base: Indivíduos com 15 e mais anos, residentes em Portugal Continental - 8 311 409.

Fonte: Bareme Imprensa Regional (2008)

O erário público tem investido nesta área, através de apoios directos e indirectos, numa tradução monetária da importância que lhe é atribuída. Somando estes dois tipos de incentivos, segundo os valores disponibilizados pelo Gabinete para os Meios de Comunicação Social (<http://www.gmcs.pt/index.php?op=cont&cid=80&sid=901>), em 2007 foram atribuídos apoios na ordem de 8,5 milhões de euros, em 2006 de 12,4 milhões de euros, em 2005 de 12,3 milhões de euros, em 2004 de 14,8 milhões de euros, em 2003 de 16 milhões de euros, em 2002 de 16,4 milhões de euros, em 2001 de 3,6 milhões de contos, em 2000 de 3,9 milhões de contos e em 1999 de 3,7 milhões de contos.

O porte pago tem sido um dos apoios emblemáticos à imprensa regional, pelo que as progressivas reduções – a partir de 1 de Janeiro de 2009 o apoio cifra-se em 40% – têm sido mal recebidas pelo sector. Feliciano Barreiras Duarte (2005: 193) afirma mesmo que a alteração do porte pago é a medida mais polémica nesta área, uma vez que se está a mexer na “vaca sagrada” da imprensa regional. Já no I Congresso da Imprensa, em 1998, António Malheiro dizia que esta matéria era dos temas recorrentes em todos os encontros do sector. “Em todos os congressos a que tenho assistido é sempre a mesma história. É um congresso do PP – do porte pago” (Malheiro in Faustino (org.), 1999: 41).

Segundo o Gabinete para os Meios de Comunicação Social, o incentivo à leitura foi atribuído a 274 publicações em 2008 e a 343 em 2007, sendo que nesse ano o custo ascendeu a 7,6 milhões de euros. Por seu turno, o porte pago foi atribuído a 434 publicações em 2006 com um custo de 11,6 milhões de euros, a 532 publicações em 2005 (11,7 milhões de euros), a 537 publicações em 2004 (12,8 milhões de euros), a 518 publicações em 2003 (13,2 milhões de euros), a 570 publicações em 2002 (13,6 milhões de euros), a 554 publicações em (2,7 milhões de contos), a 717 em 2000 (3,3 milhões de contos) e a 668 publicações em 1999 (3,3 milhões de contos).

Opções metodológicas

Com esta análise pretendemos perceber quem são as mulheres que aparecem nas notícias de primeira página e de que falam quando são escolhidas como fontes de informação destas notícias, que são consideradas as mais relevantes. Assim, o nosso corpus de análise é composto pelos dois jornais diários sediados em Braga – Correio do Minho e Diário do Minho –, que têm como âmbito de actuação o espaço regional. A hipótese que colocamos é que as mulheres estão pouco presentes nas notícias da primeira página, que são consideradas as mais importantes de cada edição.

A amostra é composta pelas peças noticiosas de primeira página dos dois jornais durante 32 dias, de 1 de Maio a 1 de Junho de 2005. Das 313 chamadas, 175 são do Diário do Minho (55,9%) e 138 (44,1%) do Correio do Minho, a que correspondem, respectivamente, 461 e 363 fontes. Fazendo a média das fontes que cada um usou, verifica-se que o Diário do Minho e o Correio do Minho recorreram ao mesmo número de fontes para cada chamada (2,6).

Realizámos uma análise sincrónica, de forma a conhecer quem são as vozes femininas em cada jornal e de que falam, com o objectivo de traçarmos uma comparação entre os dois meios impressos. Convém referir que não temos a pretensão de extrapolar os dados obtidos neste mês para a totalidade desse ano. O nosso intuito passa por ter uma amostra indicativa ou ilustrativa da realidade destes órgãos de informação.

Como método optámos pela análise de conteúdo, que cruza uma dimensão quantitativa com uma vertente qualitativa, uma vez que nos permite a descrição, mas também a interpretação “enquanto atribuição de sentido às características do material” (Vala, 1986: 104) que é analisado. Isto significa que este tipo de análise possibilita a inferência de conhecimentos relativos à produção do discurso jornalístico (Bardin, 2000).

A caracterização do corpo redactorial dos dois jornais, foi feita a partir de um questionário aplicado à totalidade dos jornalistas que surgiam identificados nas fichas técnicas dos dois jornais – 17 no Diário do Minho e 19 no Correio do Minho –, tendo sido preenchidos 23 questionários, o que significa 63,88% do universo em análise³.

A escolha destas duas publicações prendeu-se com o facto de terem características que as tornam analiticamente interessantes: têm percursos, estruturas empresariais e linhas editoriais diferentes, mas têm em comum o facto de terem redacções profissionais, o que nem sempre é uma realidade ao nível da imprensa dita de proximidade. Para além disso, apesar de terem a sede na mesma cidade e o mesmo alcance geográfico, conseguem ter tiragens que rondam o dobro da média da imprensa regional⁴.

O Correio do Minho surgiu a 3 de Janeiro de 1902, como bissemanário e órgão do Partido Progressista⁵. Este órgão de comunicação deixou de existir em 1907, tendo reaparecido em 1926 como diário, na sequência de desentendimentos no seio do Diário do Minho. Em 1930 foi adquirido pela União Nacional, o partido único do Estado Novo. O jornal foi suspenso no dia imediato ao 25 de Abril, tendo voltado às bancas no dia 3 de Maio de 1974, como órgão do Movimento Democrático do Distrito de Braga (Oliveira, 1976: 68-70). Na década seguinte, o Governo assinou um contrato de cessão de exploração do título à Câmara Municipal de Braga, por um período de 30 anos, depois de o jornal ter “batido no fundo” devido à falta de matérias-primas e ao não pagamento dos salários (Guimarães, s.d.). A Câmara Municipal de Braga decidiu, entretanto, avançar com a sua privatização. A nova fase do jornal começou, portanto, em Abril de 1999, com a entrega à cooperativa Arcada Nova – Comunicação, Marketing e Publicidade. Em Fevereiro de 2006, o jornal ‘deu as mãos’ com a Rádio Antena Minho e com o semanário Maria da Fonte (Póvoa de Lanhoso), continuando a contar com a colaboração da empresa de publicidade Vértice (Guimarães, 2005, 1 de Fevereiro: 2; Sequeira, 2005, 23 de Fevereiro: 2).

Por seu turno, o aparecimento do Diário do Minho remonta ao dia 15 de Abril de 1919. Tinha havido antes um outro jornal com o mesmo nome, mas com o qual não existe qualquer ligação. O actual Diário do Minho apareceu como continuador do Echos do Minho, jornal que o padre José Joaquim Pereira Vilela publicou duas vezes por semana a partir de 7 de Janeiro de 1911, passando depois a trissemanário e a diário em 1 de Março de 1914 – como ‘diário da manhã’. Este Echos do Minho veio a desaparecer em 13 de Fevereiro de 1919, tendo sido seu administrador Joaquim António Pereira Vilela, irmão do director. A sua compra e consequente formação da Empresa Minho Gráfico, propriedade do periódico, obedeceu a uma resolução tomada no Congresso Católico de Dezembro de 1920 (Araújo, 1994, 15 de Abril, Diário do Minho: 65-85 e Oliveira, 1976: 75-81). A actual empresa Diário do Minho, Lda. pertence ao Seminário Conciliar (75%) e à Diocese de Braga (25%) integrando o jornal e uma gráfica, ao que acresce uma empresa ‘filha’ – a Diminho –, agência de meios e publicidade.

Para este estudo também interessa perceber o perfil dos leitores destes jornais, uma vez que os próprios meios se assumem como distintos. Em relação à caracterização do sexo e idade da audiência média de cada um dos jornais, em relação a 2007, o Bareme Imprensa Regional aponta o seguinte:

Tabela II: Caracterização da audiência (sexo e idade)

	Total	Sexo		Idade					
		Masculino	Feminino	15-24 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-54 anos	55-64 anos	+64 anos
Costumam ler Jornais Regionais	425 100,0%	231 54,5%	193 45,5%	88 20,8%	100 23,5%	92 21,6%	66 15,5%	40 9,4%	39 9,2%
Diário do Minho	67 100,0%	33 48,5%	34 51,5%	13 18,9%	17 24,9%	13 19,9%	11 15,7%	8 11,4%	6 9,1%
Correio do Minho	44 100,0%	25 56,5%	19 43,5%	9 21,0%	11 25,0%	12 28,1%	7 15,8%	3 7,2%	1 3,0%

Base: Indivíduos com 15 e mais anos, residentes em Portugal Continental - 8 311 409.

Fonte: Bareme Imprensa Regional (2008)

No tocante à ocupação da audiência média, os dados do Bareme Imprensa Regional são os seguintes:

³ O questionário foi aplicado em Dezembro de 2005. Foi pedido aos profissionais que preenchessem o questionário e que o entregassem na recepção do respectivo jornal até 15 de Janeiro de 2006. Este prazo acabou por ser prolongado até 17 de Fevereiro. Uma vez que a investigadora integra o quadro do Diário do Minho, não preencheu o questionário.

⁴ Na ficha técnica, actualmente, o Correio do Minho apresenta uma tiragem de 8 mil exemplares. Por seu turno, o Diário do Minho tem uma tiragem de 9 mil exemplares, auditada pela Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação.

⁵ A questão da propriedade dos meios de comunicação social é importante para perceber as suas características específicas. Como refere Fernando Correia (1997a: 53), “torna-se impossível compreender o processo de informação e o papel dos seus protagonistas – em primeiro lugar os jornalistas, nomeadamente no que se refere ao grau de autonomia da sua acção – sem ter em conta uma perspectiva económica dos media, particularmente quanto à natureza da sua propriedade. O mesmo autor socorre-se das palavras de Enrique Bustamante (1982, in Correia, 1997a: 54) para sublinhar a importância do estudo das empresas proprietárias dos media e dos seus titulares, uma vez que são eles que, no fundo, “dêtem o verdadeiro domínio da ‘barragem’ da informação e comandam a abertura e o fecho das suas ‘comportas’”.

Tabela III: Caracterização da audiência (ocupação)

	Ocupação							
	Quadros médios e superiores	Técnicos especializados/proprietários	Trabalhadores dos serviços / comércio/ Administrativos	Trabalhadores qualificados/ especialistas	Trabalhadores não qualificados/ não especialistas	Reformados Pensionistas Desempregados	Estudantes	Domésticas
Costumam ler Jornais Regionais	40 9,5%	37 8,8%	47 11,1%	117 27,7%	32 7,6%	85 20,0%	49 11,6%	16 3,7
DM	7 10,0%	7 11,2%	10 14,2%	16 24,4%	4 6,4%	14 20,9%	7 10,5%	2 2,4
CM	6 13,4%	3 7,7%	9 21,3%	11 23,8%	1 3,3%	6 14,1%	7 14,9%	1 1,5

Base: Indivíduos com 15 e mais anos, residentes em Portugal Continental - 8 311 409.

Fonte: Bareme Imprensa Regional (2008)

Para além destes dados relativos às audiências, há um conhecimento de cariz mais académico sobre estas publicações, que permitem perceber o processo de produção jornalística e enquadrar a questão das vozes femininas (Carvalho, 2002; Costa, 2002; Madaíl, 2002; Ribeiro 2003).

Cláudia Costa estudou o impacto das câmaras municipais na informação que estes dois jornais difundem. A investigação mostra que “houve uma evolução nas estruturas municipais que contactam com a comunicação social, o que indicia, por parte dos municípios, um reconhecimento da importância atribuída à comunicação social em geral e à imprensa regional em particular” (Costa, 2004: 114). Através de entrevistas a todos os municípios do Minho e aos directores dos dois jornais e de um inquérito aos jornalistas, a investigadora chegou à conclusão que “o trabalho desenvolvido pelas estruturas comunicacionais das câmaras municipais influencia o dia-a-dia do Correio do Minho e do Diário do Minho, bem como o conteúdo e a apresentação do produto jornalístico por parte dos dois jornais” (Costa, 2004: 116).

Luísa Ribeiro (2006 e 2007) analisou posteriormente as condições de produção jornalística nos dois periódicos, para perceber de que forma é que os meios materiais e humanos do Correio do Minho e do Diário do Minho influenciam a informação que é apresentada. Através da análise de conteúdo das primeiras páginas dos dois diários do mês de Maio de 2005, de um inquérito aos jornalistas e de entrevistas aos directores, a autora sustentou que as limitações materiais e humanas são importantes para explicar a predominância de iniciativas ‘agendadas’ pelas fontes e o domínio das fontes oficiais. No entanto, ressalva que a gestão dos recursos humanos e o contexto social são factores que também podem justificar o facto de a agenda ser ‘dominada’ por terceiros.

O Diário do Minho fez parte de um estudo de Maíra Ribeiro (2008) acerca da representação dos imigrantes brasileiros nas notícias publicadas durante o ano de 2007, que também incluiu o italiano L'Adige. A investigação inicial mostrou uma acentuada assimetria de género, o que levou a autora a aprofundar a análise sob este aspecto. A investigadora observou que os jornais analisados, em relação ao tratamento informativo da imigrante brasileira, trabalham na mesma linha dos jornais de âmbito nacional e, mesmo que em escala inferior, continuam a representar estas mulheres com um baixo estatuto, associadas a temas e comportamentos socialmente conotados com a marginalidade. De salientar que as imigrantes brasileiras que têm visibilidade nas peças noticiosas dos dois jornais são geralmente associadas com a prostituição, clandestinidade, crime e exploração.

Análise dos dados

Uma vez que a análise dos produtores da informação é importante para perceber o produto final que é apresentado, procurámos caracterizar sucintamente o corpo redactorial dos dois jornais. Os dados obtidos através do inquérito aos jornalistas indicam que, dos 23 questionários preenchidos, 8 (34,78%) foram respondidos por mulheres e 15 (65,21%) por homens. A nível das habilitações literárias, entre as mulheres, uma (12,5%) tem bacharelato, quatro (50%) licenciatura, duas (25%) pós-graduação e uma (12,5%) mestrado. Os homens, quatro (26,6%) têm o 12.º ano, dez (66,66%) licenciatura e um (6,66%) mestrado.

No tocante à remuneração ilíquida, seis (75%) jornalistas do sexo feminino ganham entre 500 e 749 euros e dois (25%) entre 750 e 999 euros. Cinco (33,33%) jornalistas do sexo masculino recebem entre 500 e 749 euros, oito (53,33%) entre 750 e 999 euros e dois (13,33%) entre 1000 e 1249 euros.

Quando questionados sobre há quanto tempo trabalham no jornal onde estão actualmente, quatro (50%) mulheres referem menos de 5 anos e quatro (50%) entre 5 e 9 anos. Entre os jornalistas do sexo masculino, quatro (26,66%) dizem menos de 5 anos, sete (46,66%) entre 5 e 9 anos, dois (13,33%) entre 10 e 14 anos e dois (13,33%) há mais de 20 anos.

Olhando para as fichas técnicas dos dois jornais no período em análise, verifica-se que o Diário do Minho tem uma mulher num lugar de chefia (coordenação de redacção). Há, contudo, que ter em conta as redacções das duas publicações não estão estruturadas da mesma forma (Ribeiro). Embora em Maio de 2005 não viesse explícito na ficha técnica, no Correio do Minho havia editores para as várias secções, sendo alguns desses cargos desempenhados por mulheres. No Diário do Minho, apenas o Desporto aparecia com uma coordenação identificada.

Em relação à presença de mulheres nas notícias apresentadas nas 32 edições dos dois jornais, verificámos que nos 313 títulos estudados, foram detectados 31 com referência a mulheres em cada um dos jornais, sendo que aqui foram incluídos os artigos em que os elementos do sexo feminino eram citados ou apenas referenciados sem que lhe fosse dada a palavra. No Correio do Minho, há 62 referências a mulheres, o que representa 17% do total das fontes, incluindo 43 citadas (11,8% do total das fontes) e 19 mencionadas (5,2%). No Diário do Minho, há 42 referências a mulheres (9,1% do total de fontes), 34 citadas (7,37%) e 8 mencionadas (1,73%).

Em relação ao total das fontes de informação⁶, o que exclui aqueles a quem é feita referência no artigo mas que não contribuíram com informação, constata-se que as que têm mais expressão numérica no Correio do Minho são os cidadãos comuns (58 fontes), seguindo-se os treinadores (42 fontes), os jornalistas (40 fontes), o poder local (31 fontes), o sistema judicial (21 fontes), os atletas (14 fontes) e os dirigentes desportivos (13 fontes). Em relação ao Diário do Minho, nas fontes referenciadas nos artigos das primeiras páginas, verifica-se o predomínio do poder local (72 fontes), seguido pelas confissões religiosas (48 fontes), jornalistas (45 fontes), treinadores (43 fontes), Administração Pública (37 fontes), Governo (20 fontes) e os cidadãos comuns (18 fontes).

Olhando para as áreas, no Correio do Minho, há 22 (35,48%) referências a mulheres que dizem respeito ao ensino, incluindo professoras e alunas do ensino superior. Estes valores existem porque o jornal dedicou especial atenção ao ‘Enterro da Gata’ – a designação dada na Universidade do Minho à ‘queima das fitas’ –, com várias páginas diárias e um jornalista a acompanhar a ‘par e passo’ o desenrolar da semana académica, multiplicando nessa altura os contactos com estudantes, o que inflacionou conjunturalmente esta categoria. A isto há a acrescentar mais 4 referências, que não sendo agentes ligados à educação, foram inquiridos no âmbito desta iniciativa (tais como grupos musicais ou uma espectadora), o que eleva esta área para 41,9%.

Em segundo lugar surge a justiça/casos do dia, com 21 (33,8%) referências, havendo 15 (71,24%) detidas, arguidas, vítimas ou testemunhas de processos judiciais, sendo que muitas são as protagonistas, mas não são ouvidas nem lhes é dada voz na primeira pessoa ou são tratadas como um grupo homogéneo (por exemplo “dez prostitutas detidas”), 4 (19%) juízas e 2 (9,5%) advogadas.

O jornal tem um título que representa a única referência a mulheres no campo do desporto (ténis). O Correio do Minho tem, no período em análise, uma rubrica na qual apresenta jovens candidatas a modelo, uma iniciativa que chega mesmo a ter chamada à primeira página, com texto e fotografia. Este facto poder-se-á justificar por estar em causa uma iniciativa do jornal, mas não deixa de ser significativo que, tendo em conta o reduzido número de mulheres na primeira página, o destaque seja dado a jovens desconhecidas do grande público, mas com uma imagem física atractiva.

No Diário do Minho, a área da saúde surge em primeiro lugar, com 11 (26%) referências, incluindo mulheres em cargos de direcção clínica, médicas, enfermeiras e uma utente. Segue-se com 8 (19%) referências na área da Educação (desde a ministra da Educação, directora regional de Educação do Norte, professoras a uma representante de associação) e o poder local - uma presidente de Câmara, (25%) quatro vereadoras (62,5%) e uma chefe de divisão (12,5%).

Em relação às fotografias da primeira página, o Correio do Minho apresenta 85 imagens, 19 (22,35%) com presenças femininas, sendo que 8 são manchete (29,9% das 25 manchetes que têm fotografia). No Diário do Minho, há 75 fotos, 19 (25,33%) com mulheres, sendo que 7 são manchete (25,9% das 27 manchetes que têm fotografia). Olhando para as imagens verifica-se que as mulheres assumem maior protagonismo no Correio do Minho, que dedica fotografias da manchete à directora de um museu, entrevistada no âmbito de uma iniciativa do jornal, a um grupo de jovens finalistas universitárias que posam para a câmara fotográfica ou a um grupo musical feminino. No Diário do Minho, as mulheres que surgem nas manchetes aparecem enquadradas num acontecimento, como a missa de finalistas ou a mesa de uma conferência, o que significa que têm menos destaque nas fotografias.

Considerações finais

Através desta análise constatámos que o discurso jornalístico contribui para a invisibilidade das mulheres, ou seja, as vozes femininas continuam a ser secundarizadas ou excluídas da esfera mediática. As mulheres que aparecem como fontes das notícias de primeira página são muitas vezes representadas como um grupo homogéneo, daí que não se mostre a diversidade de papéis e de posições sociais que elas assumem na sociedade.

⁶ Fontes de informação são “pessoas, são grupos, são instituições sociais ou são vestígios – falas, documentos, dados – por aqueles preparados, construídos, deixados” (Pinto, 2000: 278).

Existem diferenças marcantes entre os dois jornais, as quais advêm do posicionamento editorial, ao qual não será alheia a questão da propriedade dos títulos. Enquanto o Correio do Minho privilegia o desporto e os crimes/casos do dia, o Diário do Minho dá mais destaque à religião e a “estórias” de sociedade⁷. Uma diferença substancial entre os dois jornais tem a ver com a facilidade de acesso que os desconhecidos têm à primeira página. O Correio do Minho está mais aberto a apresentar na sua página principal pessoas desconhecidas do grande público, como sejam jovens candidatas à carreira de modelo ou um homem que memoriza matrículas de automóveis. No Diário do Minho, os cidadãos são referenciados na primeira página quando apresentam reivindicações com impacto público, como os pais que reclamam da falta de condições sanitárias de uma escola ou quando as pessoas se queixam do subaproveitamento e ausência de limpeza na Estação de Braga da CP, um edifício novo que foi feito com dinheiro saído do erário público.

Contudo, é importante frisar que o Correio do Minho e o Diário do Minho estão sensivelmente no mesmo patamar numérico no que se refere à voz que é dada às mulheres nas notícias que são apresentadas na primeira página, que reúne os artigos que os jornais consideram ser as mais relevantes da edição. Confirma-se, assim, a hipótese de trabalho, segundo a qual as vozes femininas estão pouco presentes nas primeiras páginas das duas publicações.

Verificámos que em muitos casos as mulheres são escolhidas enquanto cidadãos comuns, ou seja, como testemunhas de um determinado acontecimento. Nestes casos não existe uma personalização da fonte, pois em algumas situações nem sequer se refere o nome da pessoa. Além disso, as mulheres aparecem como fontes quando são detentoras de determinado cargo. Isto quer dizer que são escolhidas porque têm uma legitimidade que lhe é reconhecida pela sociedade para representar uma instituição. É de referir ainda que o segmento institucional continua a ser maioritário nas notícias da imprensa regional, tal como acontece nos outros meios de comunicação. Quando se procuram especialistas, os homens dominam as páginas dos jornais, sendo que elas aparecem maioritariamente associadas a funções tradicionalmente conotadas com a esfera feminina, como a Educação (no período em análise as notícias têm um leque diversificado de agentes desta área, que vão desde a ministra da Educação, a directora regional de Educação do Norte, passando por professores e estudantes) ou a Cultura (as vereadoras citadas estão ligadas à Cultura e ao Turismo). A grande excepção passa pela área da Justiça, em que já aparece um número considerável de mulheres em cargos de poder, tais como juízas e magistradas. Porém, há que frisar o elevado número de mulheres que surgem como protagonistas de situações associadas à criminalidade (exemplos das prostitutas que estão ilegais no País), apresentando aquilo que pode, segundo Maria João Silveirinha (2004), ser apelidado de “narrativa do coitadinho”.

Os estereótipos mais flagrantes estão contidos nas mensagens visuais, o que nos remete para o facto de os meios de comunicação social terem uma preocupação cada vez maior em apresentar textos factuais, até devido ao enquadramento legal. A objectificação do corpo feminino parece ser uma realidade no Correio do Minho, não apenas pela rubrica existente no período em análise, na qual são apresentadas jovens candidatas a modelo, mas pela forma como destaca a imagem feminina noutras “estórias”. Esta questão tem de ser enquadrada no âmbito geral do jornal, que na última página apresenta diariamente imagens de corpos femininos desnudos, sobretudo de vedetas do mundo da moda, do cinema e da televisão. Estas fotografias de grande dimensão são acompanhadas por pequenos textos, o que mostra a valorização da imagem feminina em detrimento do conteúdo informativo.

O Correio do Minho foca, portanto, mais a sua atenção numa linguagem imagética. Porém, há que referir que os estereótipos mantêm-se implícitos nas mensagens veiculadas (verbais e icónicas), que enfatizam as mulheres/corpo/objecto. Algumas mulheres são representadas como ‘objecto/corpo/vedeta’, as quais são reduzidas ao aspecto estético. Esta situação é semelhante à que se verifica noutros jornais, onde as modelos, actrizes e cantoras dominam as páginas da secção ‘Pessoas’, que se refere aos assuntos sentimentais e factos insólitos, onde se enfatiza a imagem visual. Além disso, em alguns casos as mulheres são representadas pela sua relação familiar e não pela sua condição individual e aparecem como protagonistas quando são as autoras de situações insólitas (Cerqueira, 2008b).

Podemos, assim, concluir que em alguns casos parece não existir o reconhecimento da singularidade do outro, ou seja, verifica-se uma homogeneização do grupo das mulheres. A título de exemplo, no caso das imigrantes há uma invisibilidade delas enquanto pessoas, mas muita visibilidade enquanto grupo (Amâncio, 2003; Cabecinhas, 2008).

Estas problemáticas suscitadas pela análise colocam em causa o pluralismo, que é um dos pilares do jornalismo. Esta questão tem, aliás, merecido a atenção da UNESCO, tem criado políticas para alertar o mundo para a discriminação em função do género. Este actor político global apresenta um leque de recomendações, declarações, programas, estudos e prémios para fomentar o pluralismo no campo mediático. Nos últimos anos, o número de iniciativas deste organismo tem sido crescente, marcando a agenda internacional. A “Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural”, aprovada na 31.^a reunião da Conferência Geral de 2001, teve também, de forma mais indirecta, impacto em termos de políticas para a igualdade de género nos media. Aborda a questão da identidade, diversidade e pluralismo, a qual implica que os meios de comunicação tenham conteúdos diversificados para todos os públicos e não representem ninguém de forma

⁷ A importância atribuída ao desporto é visível no facto de 11 das manchetes serem desta área. Para além das manchetes, há cinco primeiros títulos e 27 títulos com um destaque menor da área do desporto. Em segundo lugar, ficam as manchetes relacionadas com crimes, sejam casos do dia ou julgamentos, com nove títulos, a que há a somar um sobre uma Polícia Municipal e 16 títulos com menor destaque. A Religião tem cinco títulos, um dos quais manchete, embora relacionado com uma intervenção mais de cariz patrimonial e cultural do que de âmbito estritamente religioso. No caso do Diário do Minho, entre os dias 1 de Maio e 1 de Junho de 2005, sete das manchetes foram de religião, predominando títulos relativos a iniciativas da Arquidiocese de Braga, designadamente homilias do Arcebispo ou dos bispos auxiliares. A este valor há a juntar ainda um primeiro título e 19 títulos com destaques mais reduzidos. Em segundo lugar surgem as manchetes protagonizadas por membros do Governo, com seis títulos, a que se juntam os relativos à aquisição pelo Estado de um edifício classificado, a nomeação dos vogais para a Administração Regional de Saúde do Norte e uma reunião do Governador Civil com a União de Sindicatos de Braga.

discriminatória (UNESCO, 2002). Esta matéria também tem merecido a atenção de outros organismos internacionais, como o Conselho da Europa (2007).

A dimensão desta análise impede-nos de aprofundar muitas questões que, no nosso entender, são fulcrais para perceber a problemática da representação das mulheres nos media. Consideramos de extrema importância fazer uma análise do discurso de algumas destas notícias, de forma a perceber as estruturas semânticas existentes. O discurso veicula ideologias e daí que seja necessário desconstruir os textos para compreender qual a visão da realidade que é transmitida. Em simultâneo, não importa apenas constatar que existem mais mulheres enquanto fontes de informação, pois interessa saber de que falam e de que forma é que o fazem quando têm acesso à palavra. Um maior número de fontes não se traduz necessariamente numa maior diversidade informativa, ou seja, podem persistir os estereótipos, mesmo que muitas vezes sejam dissimulados.

Convém ainda fazer um estudo de recepção para perceber como é que a audiência de ambos os sexos, sobretudo as mulheres, interpreta as mensagens verbais e visuais que são transmitidas pelos meios de comunicação. Qual a margem de aceitação das imagens veiculadas? Até que ponto a audiência se apercebe da desigualdade de género patente nas notícias de primeira página? Será que o impacto que estes meios de comunicação têm na população é reconhecido? Neste caso é realmente importante, pois trata-se de jornais de proximidade, que, num tempo de globalização e de desterritorialização, cumprem as funções informativa e utilitária, ao veicular informações que acabam por criar vínculos entre os que nela se envolvem; de produção simbólica comunitária, contribuindo para a integração, socialização e aculturação dos seus membros; de ser veículo de petição e representação de sectores da comunidade ou desta perante terceiros, sobretudo quando envolve um jornalismo de causas; e de ser um espaço simbólico onde se desenvolvem competições, principalmente entre os detentores do poder político local (Sousa, 2002: 5-6).

Em suma, o discurso jornalístico reproduz ideologias que legitimam a dominação masculina, bem patente nos actores sociais que são ouvidos e naqueles que são invisíveis. As mulheres têm uma presença social desigual no discurso informativo e, portanto, a linguagem continua a ser, como perspectiva Van Dijk (1997), um dos recursos mais poderosos do sistema patriarcal. As vozes femininas continuam a ser secundarizadas, daí que seja necessário que os profissionais da área da informação integrem uma perspectiva de género. Nas palavras de Kovach & Rosenstiel (2004: 111), os jornalistas precisam de “transmitir uma visão mais rica e mais completa do mundo”, pois só dessa forma poderão informar correctamente o público e contribuir para a formação de representações de género mais diversas e plurais.

Referências bibliográficas

- Amâncio, L. (2003). Género e assimetria simbólica. O lugar da história na psicologia social. In Lima, M. L., Castro, P. & Garrido, M. (eds). *Temas e debates em psicologia social*. Lisboa: Livros Horizonte, (pp. 111-124).
- Alves, A. (1990). *Imprensa local e desenvolvimento*. Braga: Cadernos do Noroeste, volume 3 (1-2), 235-244.
- Amaral, V. (2005). *Imprensa regional e políticas da comunicação: situação geral no quadriénio 1999-2002*. Braga: Comunicação e Sociedade, volume 7, 181-194.
- Amaral, V. (2006). *Temas e fontes na imprensa regional da cidade da Guarda*. Dissertação de mestrado. Braga: Universidade do Minho.
- Araújo, D. S. (1994, 15 de Abril). *Apontamentos para a história do jornal Diário do Minho*. Revista comemorativa do 75.º aniversário do Diário do Minho. Braga: Diário do Minho.
- Bardin, L. (2000). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bareme Imprensa Regional - Estudos da Markttest Bareme Imprensa Regional (2003, 2004, 2005, 2006, 2008).
- Barreno, M. I. (1976). *A imagem da mulher na imprensa*. Lisboa: Comissão da Condição Feminina.
- Bocchini, M. & Reimão, S. (s.d.). *Participação da mulher na mídia*. [Em linha] URL: http://www2.metodista.br/unesco/agora/pmc_agora_entender_eixos_otilia_sandra-pdf (consultado na Internet em 10 de Junho de 2007).
- Bourdieu, P. (1997). *Sobre a televisão*. Oeiras: Celta Editora.
- Cabecinhas, R. (2008). *Racismo e xenofobia: A actualidade de uma velha questão*. *Comunicación e Ciudadanía*. Revista Internacional de Jornalismo Social, 6. [Em linha] URL: <http://www.observatoriodosmedios.org/foros/viewforum.php?f=8>.
- Camponez, C. (2002). *Jornalismo de proximidade*. Coimbra: MinervaCoimbra.
- Carvalho, J. R. (1996). *Os media e os poderes locais*. [Em linha] URL: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/carvalho-ricardo-Media-poder.pdf>.
- Carvalho, E. (2002). *Protagonistas da imprensa regional. O caso do Diário do Minho*. Trabalho de mestrado. Braga: Universidade do Minho.
- Cerqueira, C. (2008a). *A imprensa e a perspectiva de género: As vozes femininas nas notícias de primeira página do Público e do Correio da Manhã*, Actas das III Jornadas Internacionais de Jornalismo. Porto: Universidade Fernando Pessoa. [Em linha]. URL: <https://bdigital.ufp.pt/dspace/bitstream/10284/325/1/Actas%20das%20Jornadas%202008.pdf>.
- Cerqueira, C. (2008b). *O Dia Internacional da Mulher na imprensa portuguesa: uma análise comparativa*. In Actas do Congresso Internacional “Nuevas y Viejas cuestiones de las Investigaciones de las Mujeres y del Género”, Sessão Temática de Ciencia y Women's Studies, Universidade de Santiago de Compostela. [No prelo].
- Coelho, P. (2003). *A TV de proximidade e os novos desafios do espaço público*. Dissertação de mestrado. Lisboa: Universidade Nova.

- Correia, F. (1997a). Os jornalistas e as notícias. Lisboa: Caminho.
- Correia, J. C. (1997b). O espaço público e a indústria jornalística: comunicação regional, acção social e interacção. Dissertação de mestrado. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Conselho da Europa (2007). ‘Recommendation CM/Rec(2007)2 of the Committee of Ministers to member states on media pluralism and diversity of media content’. [Em linha]. URL: <https://wcd.coe.int/ViewDoc.jsp?id=1089699&BackColorInternet=9999CC&BackColorIntranet=FFBB55&BackColorLogged=FFAC75>.
- Costa, C. (2002). Análise das manchetes do Diário do Minho de Novembro de 1991 e de Novembro de 2001. Trabalho de mestrado. Braga: Universidade do Minho.
- Costa, C. (2004). O impacto das câmaras municipais na imprensa regional – um olhar sobre os dois jornais diários da cidade de Braga. Dissertação de mestrado. Braga: Universidade do Minho.
- Costa, A. J. (2005). Imprensa regional: estado da arte e presença web. Dissertação de mestrado. Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- Deuze, M. (2008). Journalism and new media: talent not technology. Videoconferência. [Em linha] URL: <http://blogciber.wordpress.com/2008/12/12/mark-deuze-videoconferencia-%E2%80%9Cjournalism-and-new-media-talent-not-technology%E2%80%9D/> (consultado na Internet em 29 de Dezembro de 2008).
- Díez, P. (2005). Representación de género en los informativos de rádio y televisión: Segundo informe. Madrid: Instituto Oficial de Rádio y Televisión. [Em linha] URL: www.rtve.es/oficial/iortv/SegundoInforme.pdf.
- Duarte, F. B. (2005). Informação de proximidade. Lisboa: Âncora Editora.
- Estatuto da Imprensa Regional, Decreto-Lei n.º 106/88 de 31 de Março. [Em linha] URL: <http://www.gmcs.pt/index.php?op=fs&cid=93>.
- Fairclough, N. (1995). Media discourse. London: Arnold.
- Farré, J. et al. (1998). Telediario y género: la presencia de la mujer en los telediarios. Barcelona: Institut Català de la Dona. [Em linha] URL: http://www.iaa.upf.es/formats/formats2/far_e.htm.
- Faustino, P. (org) (1999). A imprensa primeiro – contributos para a liderança da imprensa em Portugal. Lisboa: Associação da Imprensa Não Diária.
- Faustino, P. (2002a). A imprensa regional em Portugal: o estado da arte e práticas de gestão. [Em linha] URL: www.obercom.pt/03/revista/observatorio01/10.htm.
- Faustino, P. (2002b). Lógicas e necessidades de apoio às empresas jornalísticas. [Em linha] URL: www.aind.pt/meios2002/rev_maio/empresas.html.
- Faustino, P. (2004). A imprensa em Portugal – transformações e tendências. Lisboa: Media XXI.
- Faustino, P. (2005). A lei de McQuail. Media XXI, Ano X, n.º 84, 42-46.
- Ferreira, P. (2005). O custo das não-decisões na imprensa regional local e regional em Portugal. Braga: Comunicação e Sociedade, volume 7, 153-180.
- Fontecuberta, M. de (1999). A notícia – pistas para compreender o mundo. Lisboa: Editorial Notícias.
- Formiga, N. et al. (2002). Inventário do Sexismo Ambivalente: sua adaptação e relação com o género, Psicologia em Estudo, 7: 103-111. [Em linha] URL: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v7n1/v7n1a11.pdf> (consultado na Internet em 02 de Abril de 2007).
- Gallagher, M. (1981). Unequal opportunities: the case of women and the media. Paris: UNESCO.
- Gallagher, M. (1995). An unfinished story: gender patterns in media employment. Paris: UNESCO.
- Gallagher, M. (2006). Perspectivas feministas sobre os media. In Silveirinha, M. J. (eds.) Representações Mediáticas de Mulheres, Ex Aequo, 14.
- García, X. L. (2000). La comunicación del futuro se escribe con L de local. Revista Latina de Comunicación Social, número 34, Outubro de 2000, La Laguna (Tenerife) <http://www.ull.es/publicaciones/latina/aa2000kjl/w34oc/41xose.htm> (consultado na Internet em Junho de 2005).
- García, X. L. & Mercadé, J. M. (2007). Periodismo de proximidad. Madrid: Síntesis.
- Hall, S. (1982). The Rediscovery of Ideology: Return of the repressed in media studies, Culture – society and the media. Londres: Methuen.
- Guimarães, A. da C. (s.d.). Correio do Minho em “corpo inteiro”.
- Guimarães, C. (2006, 8 de Fevereiro). “Valorizar”. Correio do Minho, pp. 2.
- Kovach, B. & Rosenstiel, T. (2004). Os elementos do jornalismo – O que os profissionais devem saber e o que o público deve exigir. Porto: Porto Editora.
- Lakoff, R. (1982). Language and woman’s place, Language in Society, 2: 45-80.
- Lavie, A. & Leman-Wilzig, S. (2003). Whose News? Does gender determine the editorial product?, European Journal of Communication, 18,5. [Em linha] URL: <http://ejc.sagepub.com/cgi/content/abstract/18/1/5> [Acedido em 15-06-2007].
- Lei de Imprensa, Lei n.º 2/99, de 13 de Janeiro. [Em linha] URL: <http://www.gmcs.pt/index.php?op=fs&cid=88>.
- Lippman, W. (1922). Public Opinion. New York: MacMillan.
- Lopes, F. (2006). Homens públicos, mulheres privadas – A presença da mulher na informação televisiva. Actas do IX Congresso Ibercom. Sevilha – Cádiz [Em linha] URL: www.hapaxmedia.net/ibercom/pdf/LopesFelisbela.pdf.
- Madaíl, E. (2002). Muita parra, pouca uva. Trabalho de mestrado. Braga: Universidade do Minho.

- Marshment, M. (1993). The picture in political: representation of women in contemporary popular culture. In Richardson, D. Robinson, V. (eds) (1993). *Introducing women's studies*. Londres: Macmillan Press, (pp. 123-150).
- Meditsch, E. & Segala, M. (2006). *Vozes do povo e vozes do poder: uma análise dos atores das notícias do principal telejornal brasileiro*. [Em linha] URL: http://prisma.cetac.up.pt/artigospdf/vozes_do_povo_e_vozes_do_poder.pdf (consultado na Internet em 12 de Junho de 2007).
- Menéndez, M. I. (2007). Claves prácticas para la elaboración y revisión de textos periodísticos desde la perspectiva de género. In Plaza, J. & Delgado, C. (eds.) *Género y comunicación*. Madrid: Editorial Fundamentos, (pp. 149-168).
- Monteiro, T. & Policarpo, V. (2002). *As mulheres nos media portugueses: um estudo exploratório*. [Em linha]: URL www.labcom.ubi.pt/agoranet.
- Mota-Ribeiro, S. & Pinto-Coelho, Z. (2005). *Imagens de mulheres na imprensa portuguesa*, Actas do IV Congresso da SOPCOM. Aveiro: Universidade de Aveiro. [Em linha] URL: <http://hdl.handle.net/1822/5308> (consultado na Internet em 03 de Novembro de 2006).
- Oliveira, A. L. (1976). *A imprensa bracarense*. Braga: Editora Pax.
- Pinto, M. (2000). Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo, *Comunicação e Sociedade*, 2: 277-294.
- Ribeiro, L. (2003). *A relação entre as fontes e os jornalistas – o caso do Diário do Minho*. Tese de licenciatura. Braga: Universidade do Minho.
- Ribeiro, L. (2006). *O poder dos meios – Análise das condições de produção jornalística no Correio do Minho e Diário do Minho*. Dissertação de mestrado. Braga: Universidade do Minho.
- Ribeiro, L. (2007). *O poder dos meios – Análise das condições de produção jornalística no Correio do Minho e Diário do Minho*. [Em linha] URL: <http://lasics.uminho.pt/ojs/index.php/5sopcom/article/view/43/44>.
- Ribeiro, M. (2008). *As representações do imigrante brasileiro no jornalismo impresso local - estudo de caso comparado entre o Diário do Minho (Braga - Portugal) e L'Adige (Trento - Itália)*. Dissertação de mestrado. Braga: Universidade do Minho.
- Rojo, L. & Gallego, J. (1997). Argumentação e inibição: o sexismo no discurso dos executivos espanhóis. In Pedro, E. (eds.) (1997) *Análise Crítica do Discurso – Uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, (pp. 313-352).
- Salim, I. (2008). A feminização do jornalismo em Portugal, *Trajectos. Revista de Comunicação, Cultura e Educação. Os Jornalistas Portugueses. Expectativas e Frustrações. Encantos e Desencantos numa profissão cada vez mais jovem, mais feminina e mais qualificada*, 12, 117-124.
- Sequeira, Rui (2005, 23 de Fevereiro). “Proximidade”. *Correio do Minho*, pp. 2.
- Shaw, D. (2007). Really Local. *American Journalism Review*. April/May. [Em linha] <http://www.ajr.org/Article.asp?id=4308>.
- Silveirinha, M. J. (2004). Representadas e representantes: as mulheres e os media, *Media & Jornalismo*, 5: 9-30.
- Silveirinha, M. J. (2006). Representações Mediáticas de Mulheres, *Ex Aequo*, 14: 5-9.
- Sousa, J. P. (1998). *Diários portugueses: que espaço para o cidadão comum?* [Em linha] URL: http://www.bocc.ubi.pt/pag/_texto.php?html2=sousa-jorge-pedro-diarios-portugueses1.html.
- Sousa, J. P. (2002). *Comunicação regional e local na Europa Ocidental – Situação geral e os casos português e galego*. [Em linha] URL: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-comunicacao-regional-na-europa-ocidental.pdf>.
- Subtil, F. (2000). *As mulheres jornalistas*. [Em linha] URL: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/subtil-filipa-mulheres-jornalistas.pdf>.
- Traquina, N. (2004). *A Tribo Jornalística – uma comunidade transnacional*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Tuchman, G. (1978). *Making News. A Study in the construction of reality*. New York: Free Press.
- Tuchman, G. (2004). *A Aniquilação Simbólica das Mulheres*. In Silveirinha, M.J. (eds.) (2004) *Os Media e as Mulheres*. Lisboa: Livros Horizonte.
- UNESCO (2002). *UNESCO Universal Declaration on Cultural Diversity*. Paris: UNESCO.
- World Association for Christian Communication (WACC). [Em linha] URL: <http://wacc.org.uk> (consultado na Internet em 23 de Maio de 2007).
- Vala, J. (1986). A análise de conteúdo. In Silva, A. S. & Pinto, J. M. (eds) (1986) *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Van Dijk, T. (1997). Semântica do Discurso e Ideologia. In Pedro, E. (eds.) (1997) *Análise Crítica do Discurso – Uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, pp. 105-168.
- Van Zoonen, L. (1994). *Feminist Media Studies*. London: Sage Publications.

As representações sociais de género nas notícias televisivas.

Paula Lobo
Universidade do Minho
paulaalobo@gmail.com

Rosa Cabecinhas

Resumo: O trabalho de investigação aqui proposto terá como objectivo analisar as representações sociais de género nas notícias difundidas pelos telejornais nacionais.

Estudos recentes revelam que a perspectiva feminina é praticamente invisível no universo das notícias e que a presença das mulheres nos noticiários é escassa e está frequentemente associada a estereótipos de género. Sabemos que as notícias transmitidas pelos telejornais são uma importante fonte de informação, através da qual os telespectadores, situados em contextos sociais concretos, se vão apercebendo dos seus papéis e responsabilidades em sociedade. Assim sendo, consideramos que a representação equilibrada de mulheres e homens nas notícias é uma condição incontornável quando procuramos produzir jornalismo de qualidade.

Deste modo, a partir da análise das representações sociais de género nas notícias televisivas nacionais, pretendemos contribuir para o estudo dos média, nomeadamente, para a construção de uma perspectiva crítica de género sobre as estruturas e conteúdos mediáticos.

Palavras-chave: género, representações sociais, telejornal, média

Introdução

Uma análise da cobertura noticiosa televisiva tendo em conta uma perspectiva de género pode contribuir para a compreensão e crítica de práticas e rotinas jornalísticas reforçadoras de estereótipos associados aos sexos feminino e masculino. Nesse sentido, nesta investigação, propomos uma análise das desigualdades de género nos média que vá além da análise das mensagens mediáticas procurando incluir uma abordagem numa perspectiva da esfera pública e das questões políticas e sociais que estão por detrás dessas desigualdades, considerando a relação entre o consumidor e as instituições e produtos mediáticos.

De acordo com Silveirinha (2001), a investigação feminista pode ser dividida em duas vertentes principais: os estudos feministas dos média e a investigação sobre a esfera pública.

De acordo com a autora, os primeiros abordam frequentemente temáticas como o emprego e a feminização da profissão de jornalista, as práticas e narrativas mediáticas, análise de audiências, as formas de propriedade e controlo, entre outras, procurando questionar as relações de género e a organização social e o sistema de valores em que estas relações assentam. Algumas das vertentes seguidas por esta linha de investigação incluem a sociologia da notícia, o estudo das media frames – esquemas organizadores do discurso que fazem parte do quotidiano dos profissionais dos média e que são vulgarmente considerados como de senso comum, ou a análise das audiências numa perspectiva das práticas sociais femininas de consumo dos conteúdos mediáticos.

Por sua vez, os estudos feministas sobre a esfera pública têm-se debruçado sobre a construção social da identidade feminina e a crítica da esfera pública habermasiana como conceito responsável pela exclusão das mulheres e das minorias. De acordo com esta linha de investigação, Habermas, ao sugerir uma esfera pública constituída por uma massa de cidadãos homogénea, marginaliza as mulheres sob o modelo masculino dominador. Em oposição, as feministas propõem uma esfera pública que reconhece e valoriza as diferenças e, por isso, mais adequada aos valores da democracia (Silveirinha, 2001).

No estudo que apresentamos tivemos em conta que as desigualdades de género verificadas nas práticas e conteúdos mediáticos devem ser sempre enquadradas no contexto mais vasto do longo processo de discriminação e exclusão das mulheres nas mais diversas áreas da sociedade.

Também concordamos com Gallagher (1995) quando nos diz que, apesar de os meios de comunicação serem acusados de retirar poder às mulheres, eles têm igualmente potencial para lhes proporcionar esse mesmo poder. É de notar que as redes e associações de média femininas têm vindo a crescer de uma forma estável e têm desempenhado um papel importante na luta por um sistema mediático mais diverso e democrático (Gallagher, 1995). Na opinião de Silveirinha (2001) esta luta poderá passar pela criação de um contra-público, capaz de fazer um uso público da razão.

“Mais do que simples lugares de representação, os media constituem-se como práticas significantes e sistemas simbólicos públicos pelos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeitos, criando novas possibilidades do que somos e do que podemos vir a ser.”

(Silveirinha, 2001:2)

Neste contexto, acreditamos que a inclusão de uma perspectiva de género nas notícias deve ser um critério jornalístico como qualquer outro e que isso passará por pensar as notícias considerando, em cada assunto abordado, quais os sujeitos implicados, quem deve ser incluído, como deve ser caracterizado e com que propósito.

Por outro lado, ao pretendermos proporcionar uma visão crítica de género da cobertura noticiosa dos telejornais portugueses estaremos também, num sentido mais lato, a aceitar o desafio de Lisa McLaughlin (1993) contribuindo para o desenvolvimento de uma teoria feminista dos média numa perspectiva da esfera pública.

Estudos feministas dos média

A análise de questões de género nos conteúdos mediáticos e as representações das mulheres nos meios de comunicação social estiveram sempre entre as preocupações dos movimentos feministas.

A partir dos anos 50 os estudos nesta área incidiam essencialmente sobre as imagens das mulheres e a sua associação ao papel de dona de casa ou “fada do lar” sobretudo na publicidade na época.

Nos anos 70, Tuchman (1978) introduz o conceito de “aniquiação simbólica das mulheres” a propósito do tipo de representações do sexo feminino tendencialmente associadas à passividade, à dependência, ao romantismo e à esfera doméstica, o que leva a uma trivialização do papel das mulheres.

Na década de 80, os estudos feministas dos média dão particular importância à relação entre textos e audiências e desenvolvem alguma pesquisa sobre as atitudes das audiências face aos conteúdos e a forma como negociam ou descodificam as mensagens ou, ainda, sobre os hábitos de consumo mediáticos em família (Silveirinha, 2004). Mais recentemente, o trabalho de investigação coordenado por Isabel Ferin também incluiu estudos sobre a recepção a partir da confrontação de mulheres provenientes de determinados grupos sociais com gravações de telejornais, spots de publicidade e outros programas (Ferin, 2006).

Outro tipo de abordagens optaram por estudar a feminização da profissão de jornalista ou a presença das profissionais dos média nos órgãos de comunicação social. Apesar do crescente número de mulheres nesta área, muitos desses trabalhos alertam para o facto de “quantidade” não ser, necessariamente, sinónimo de “qualidade” na medida em que os dados analisados mostraram que as mulheres continuam sub-representadas nos cargos de poder o que sugere a presença de formas de discriminação vertical nas empresas mediáticas. Por outro lado, verificou-se que o aumento da presença das mulheres nas redacções não implica um maior equilíbrio de género nos ângulos de análise adoptados nos conteúdos mediáticos. De acordo com o último relatório Global Media Monitoring Project (GMMP), o aumento de mulheres na profissão de jornalistas deve ser celebrado de forma cautelosa:

“It would be a mistake to believe that this imbalance reflects a recent influx of young women journalists, and that it will be corrected in time. On the contrary, research shows that women leave the profession earlier, and in greater numbers than men. (...) Although women have made great strides in the media over the past couple of decades, in many countries they still face an uphill struggle to achieve equal treatment with their male counterparts. Age discrimination is just one example. General social stereotypes – that men are rational, and women emotional; that for men career is paramount, while for women a career is secondary to family life – also influence the directions into which male and female professionals are channeled within media organizations, and the kinds of story they cover.”

(Media Watch, 2005:63)

Em Portugal foram realizados alguns estudos sobre os conteúdos de género nos média. Recentemente, os trabalhos de Pinto Coelho e Mota Ribeiro (2005) abordaram a questão do acesso das mulheres ao discurso da imprensa portuguesa, tendo analisado a centralidade do papel das mulheres nas peças jornalísticas e a sua distribuição por temas. De acordo com as autoras, as mulheres nas notícias analisadas desempenham um papel activo, nomeadamente como fontes de informação. Contudo, foram identificados temas em que as mulheres são referidas mais genericamente e identificadas através de relações de parentesco.

As mesmas autoras também analisaram imagens de mulheres na imprensa portuguesa e os resultados mostraram que as mulheres raramente aparecem como protagonistas, surgem muitas vezes isoladas e em imagens que sugerem “inactividade e passividade” (Mota Ribeiro e Pinto Coelho, 2005: 9).

No estudo de Lopes (2005) sobre os programas de informação semanal dos canais generalistas foi igualmente possível detectar assimetrias de género que reportam à velha questão da divisão homem público/mulher privada. A autora identifica uma sub-representação das mulheres nos cargos de poder nos canais televisivos e um padrão de diferenciação qualitativa em que a visibilidade mediática das mulheres parece depender da sua associação a temas sociais e ao discurso das emoções, enquanto que os homens aparecem mais no contexto do debate político.

Também o último relatório do GMMP concluiu que a visibilidade das mulheres nas notícias é muito reduzida e que estas parecem estar tendencialmente associadas a determinadas áreas e retratadas de acordo com algumas especificidades. Os pontos de vista femininos são raramente apresentados nos tópicos que dominam as agendas noticiosas e mesmo em temas que afectam profundamente as vidas das mulheres (como a violência de género) é a voz masculina que prevalece (Media Watch, 2005).

Este relatório foi elaborado com base num projecto que tem vindo fazer a monitorização da cobertura noticiosa nos média (rádio, imprensa e televisão), numa perspectiva de género, em diferentes países por todo o mundo. Portugal colaborou no projecto de monitorização mais recente, realizado em Fevereiro de 2005 e os resultados mostraram que, no caso português, a mulher é o foco da notícia em apenas 20% dos temas, apesar de a população portuguesa contar com um número cada vez maior de mulheres jornalistas (Media Watch, 2005).

Por outro lado, as conclusões deste estudo revelaram que a maioria das mulheres que surgem nas notícias são vítimas de algo, apresentadas no âmbito de uma relação de parentesco (mães, filhas, esposas) e raramente aparecem como peritas num determinado tema mas mais como testemunhas de um evento ou como personalidades do mundo do espectáculo ou da alta sociedade. A imagem da mulher é muitas vezes utilizada para provocar a emotividade nas audiências e as perspectivas femininas são praticamente invisíveis em áreas como a economia ou a política. A idade das mulheres jornalistas na televisão surge como um critério determinante: enquanto que os homens fazem notícias até depois dos 50 anos, as

mulheres acima desta idade quase não aparecem. Além disso, o estudo em causa refere que a aparência das jornalistas parece ser mais valorizada do que a sua experiência profissional.

No que respeita ao seu papel dentro das peças, as mulheres são raramente centrais nos principais temas da agenda noticiosa e mesmo em temas naturalmente associados ao sexo feminino desempenham frequentemente um papel secundário.

Contudo, é conveniente salientar que este estudo resultou da monitorização de alguns órgãos da comunicação social de vários países em todo o mundo durante apenas um dia por ano, o que é apontado pelos próprios responsáveis como insuficiente para a realização de um diagnóstico fiável das desigualdades de género na cobertura noticiosa. Por exemplo, na monitorização mais recente, o dia escolhido foi em Fevereiro, na época das eleições presidenciais em Portugal, o que naturalmente terá influenciado os resultados obtidos.

Com base nesta revisão da investigação dos estudos feministas dos média, constatámos que as assimetrias de género nos meios de comunicação ultrapassa a questão da mera presença numérica das mulheres e manifesta-se na forma como a própria agenda noticiosa é organizada, nos conteúdos e mesmo nos papéis desempenhados por cada indivíduo no contexto mediático. Mais do que olhar para os números, é necessário estudar o género nos processos de reprodução da informação.

Procedimentos metodológicos

Actualmente, a forma como as pessoas são retratadas nos meios noticiosos e quem ou o quê constituem objecto de notícia reveste-se de uma grande importância em termos do acesso ao discurso e ao poder ou da organização das relações sociais, nomeadamente de género.

No seguimento do último relatório do Global Media Monitoring Project propomos desenvolver uma análise continuada no tempo que nos permita a obtenção de um outro tipo de resultados, procurando contornar algumas especificidades que possam surgir das tendências mais ou menos circunstanciais da agenda noticiosa.

Neste sentido a metodologia a ser aplicada foi desenvolvida sob o princípio da triangulação metodológica, com base na confrontação de dados qualitativos – através da realização de grupos focais, e quantitativos – a partir de uma grelha de análise televisiva (Lobo & Cabecinhas, 2007).

Para a recolha de dados quantitativos foi desenvolvida uma grelha de análise a aplicar a um conjunto de gravações dos telegjornais das 20h00 dos três canais generalistas (RTP1, SIC e TVI), pelo período de um ano, 2008, com dias da semana por amostragem.

Neste contexto, e numa primeira fase desta investigação, foi desenvolvida uma grelha de análise exploratória que teve como ponto de partida a grelha utilizada no GMMP de 2005 (Media Watch, 2005), mais concretamente a grelha destinada à análise das notícias televisivas (uma vez que o relatório incluiu também a análise de notícias na imprensa e na rádio). Foram incluídas algumas das categorias que tinham sido testadas ao longo dos três estudos realizados mundialmente pela World Association for Christian Communication (WACC), sendo que foram realizadas algumas modificações nas categorias existentes, assim como incluídas novas categorias com vista a uma melhor adequação da grelha aos objectivos desta primeira etapa da investigação.

Na elaboração desta grelha procurámos criar categorias capazes de fazer uma avaliação crítica das representações de género nos conteúdos noticiosos; identificar representações sociais sobre as mulheres e a forma como são caracterizadas no que respeita aos seus papéis na sociedade e às suas relações com o poder; medir a representatividade do sexo feminino; e identificar e comparar a presença de estereótipos de género, evidentes ou dissimulados, nas notícias televisivas. Num âmbito mais lato esperamos com os resultados obtidos compreender a forma como as práticas, rotinas e opções jornalísticas se relacionam com padrões específicos que possam reflectir assimetrias de género.

Os resultados aqui apresentados decorreram da aplicação de uma primeira grelha concebida a título experimental a uma amostra de dois telegjornais nacionais das 20h00 difundidos pela RTP1, um respectivo ao ano de 2006 e outro ao ano de 2007, num total de 59 notícias.

Como já foi referido, a grelha de análise utilizada teve como base a metodologia do GMMP (Media Watch, 2005) na medida em que foram aproveitadas algumas das categorias já testadas em estudos anteriores e que tinham como objectivo aferir informação semelhante àquela que se procura obter neste estudo. Paralelamente, foram desenvolvidas outras categorias de análise mais específicas com o objectivo de recolher dados mais subtis, susceptíveis de refinar a nossa análise e abrir outras possibilidades de investigação.

Assim, numa primeira parte, a grelha de análise desenvolvida inclui a identificação do telegjornal, nomeadamente, o número de pivots existentes e também o número de pivots do sexo feminino.

Na segunda parte da grelha cada peça é codificada no que respeita à sua valência, âmbito e conteúdo temático. O âmbito da peça permite-nos analisar a distribuição de género nas notícias locais, nacionais e internacionais e a valência dá-nos o “tom” da peça que, em alguns casos, pode ser um factor condicionante para a interpretação dos resultados.

No que respeita à codificação dos conteúdos noticiosos foi desenvolvida uma lista pormenorizada de categorias temáticas que, uma vez mais, partiram da grelha do GMMP tendo sido adaptadas em termos da sua relevância ou abrangência à realidade nacional e à orientação específica deste projecto. Com esta dimensão pretendemos captar um primeiro cenário de distribuição de género pelos temas da agenda noticiosa nacional.

A terceira parte da grelha de análise diz respeito ao interveniente. É aqui que serão codificadas as informações relativas ao sexo, idade, ocupação profissional, estatuto social e papel desempenhado na peça. Estudos anteriores demonstraram que as mulheres se encontram mais representadas nas categorias ocupacionais de doméstica, estudante, profissional da saúde ou da educação e, ao contrário dos homens, é frequente que as mulheres não sejam identificadas em função da sua profissão mas de outras informações como as relações de parentesco (Media Watch, 2005). A ocupação profissional é uma categoria particularmente importante visto que é um dos factores mais comuns de avaliação do estatuto social.

O papel que os intervenientes desempenham nas notícias é relevante para uma análise que ultrapasse a questão da representatividade numérica e que leve em conta as diferenças no protagonismo dado a homens e mulheres nas peças jornalísticas. A título de exemplo, o facto de as mulheres aparecerem em maior número do que os homens em notícias na área da educação não significa necessariamente que elas apareçam em papéis de relevo ou de especialistas. É possível que as mulheres sejam maioritariamente convidadas a testemunhar acerca de uma alteração no sistema de ensino ou acerca do desempenho dos alunos num determinado exame mas é importante analisar a quem é dado o protagonismo na peça, já que foi verificado anteriormente que, mesmo em áreas tradicionalmente associadas ao sexo feminino (como a educação ou a violência doméstica), é frequente que os principais oradores ou autoridades chamadas a intervir no âmbito da notícia sejam, na sua maioria, do sexo masculino (Media Watch, 2005).

Ainda dentro desta parte da grelha acrescentamos uma secção que tem como propósito recolher informação sobre os elementos da imagem, mais concretamente o ângulo utilizado ou o ambiente de fundo em que é filmada a peça. A ideia é verificar se existe uma relação entre o sexo do interveniente e o formato da imagem ou o ambiente a que é associado.

No seguimento desta dimensão de análise e tendo em conta estudos que sugeriram que as mulheres são normalmente associadas à emotividade e à passividade e que, muitas vezes, a sua presença nos telejornais é utilizada para apelar à comoção das audiências, foi criada uma categoria chamada “expressividade e emoções” que tem como função registar, sempre que se considere relevante, o grau e a natureza das emoções transmitidas pelos intervenientes.

A quarta parte inclui informações relacionadas com os jornalistas na peça com vista a identificar padrões de distribuição de género entre os profissionais dos média no telejornal. Aqui será codificada informação sobre a função do jornalista na peça (pivot, repórter, comentador) e a faixa etária em que se enquadra. Uma das hipóteses lançadas no relatório do GMMP é que as mulheres jornalistas a partir dos 35 anos tendem a desaparecer do ecrã, contrariamente aos homens que continuam a fazer notícias até depois dos 50. Também é incluída uma outra categoria que diz respeito ao tema da peça em que o jornalista participa com vista a procurar identificar assimetrias de género na dispersão dos jornalistas pelas diferentes categorias temáticas.

Paralelamente a estes quatro grupos de análise foram introduzidas algumas categorias de carácter mais experimental direccionadas para a “captação” de outras hipóteses de investigação que possam complementar este trabalho. Neste sentido serão sinalizadas as peças que se debrucem sobre questões relacionados com as (des)igualdades de género ou que incluam vocabulário relevante sobre as mulheres na peça.

Por fim, foi criada uma categoria onde deverá ser indicado se a peça em questão tem interesse para, mais tarde, ser objecto de uma análise mais aprofundada. Apesar do carácter essencialmente quantitativo deste instrumento de análise, consideramos útil registar algumas peças mais representativas de situações-tipo ou particularmente relevantes pela sua visibilidade mediática para submeter a uma análise qualitativa capaz de nos fornecer dados menos perceptíveis acerca dos processos de construção e manutenção de estereótipos, sejam eles flagrantes ou subtis.

Análise e discussão de resultados

Dentro dos resultados obtidos a partir deste estudo experimental passaremos a descrever aqueles que se revelaram mais significativos na análise estatística efectuada.

Na categoria Sexo dos Intervenientes verificou-se que 77,2% dos intervenientes nos telejornais analisados eram do sexo masculino contra apenas 22,8% do sexo feminino.

A categoria Estatuto Social Inferido incluiu as sub-categorias: Estatuto Social Baixo, Estatuto Social Médio e Estatuto Social Elevado, e revelou diferenças mínimas entre sexos nas duas primeiras. Já a Estatuto Social Elevado produziu resultados bastante significativos: 87,7% dos intervenientes aqui considerados eram do sexo masculino contra, apenas, 12,3% do sexo feminino.

No que respeita aos temas, a grelha desenvolvida procurou abranger uma lista bastante extensa de sub-categorias temáticas que foram já operacionalizadas nesta amostra. De entre essas sub-categorias, as que exprimiram resultados mais relevantes foram Política e Governo sendo que 12,5% dos homens e 2,5% das mulheres intervenientes na amostra foram aqui codificados; e Desporto, Artes e Celebidades, onde a participação de homens intervenientes, 22,5%, também foi superior à das mulheres, 5%.

Por sua vez, os resultados da análise da Faixa Etária não contrariaram as conclusões do Relatório GMMP na medida em que a sub-categoria A Partir dos 50 anos contou com 36,6% dos intervenientes do sexo masculino e apenas 8,9% do sexo feminino.

Outros dados interessantes estão relacionados com a categoria Ambiente que dividimos em Ambiente Profissional, Ambiente Doméstico, Ambiente de Lazer e Multidão/Grupo. Esta análise permitiu-nos constatar que 43,6% dos

intervenientes homens foi apresentado no contexto de um Ambiente Profissional, sendo que a mesma categoria incluiu apenas 5,9% dos intervenientes femininos. Em conformidade com este resultado, a categoria Expressividade de Emoções revelou que 50,5% dos homens intervieram nas notícias analisadas no âmbito de um Discurso Profissional ou Solene, sub-categoria que abrangeu apenas 9,9% das mulheres intervenientes.

Relativamente aos jornalistas analisados, verificou-se um número praticamente equivalente de homens e mulheres, sendo que o pivot (neste caso da RTP1, no telejornal das 20h00) era do sexo masculino. Já a distribuição dos jornalistas pelas diferentes áreas temáticas revelou uma diferença significativa na sub-categoria Desporto, Artes e Celebridades onde intervieram 8,5% das mulheres jornalistas e 23,4% dos homens jornalistas.

Estes dados vieram reforçar algumas das hipóteses lançadas na literatura anteriormente referida. De acordo com os resultados produzidos neste pré-teste, apesar de o número de homens e mulheres jornalistas nas notícias ser quase equivalente, os homens são mais chamados a intervir e a dar voz aos factos noticiosos. Por outro lado, se há um equilíbrio numérico entre os sexos no jornalismo é de realçar o facto de o único pivot ser do sexo masculino.

A hipótese de as mulheres desaparecerem do ecrã a partir da meia-idade é reforçada pelos resultados respeitantes aos intervenientes, já que a presença de homens a partir dos 50 anos é bastante superior à das mulheres. Além disso, a larga maioria dos homens surge num estatuto social elevado, prestígio que coube a apenas uma minoria de mulheres intervenientes, e quase metade dos homens aparece a usar de um discurso profissional ou solene, um tipo de discurso que abrangeu uma pequena percentagem das mulheres consideradas.

Consideramos que estes resultados foram estimulantes para o prosseguimento desta investigação e da aplicação sistemática desta grelha a um conjunto mais vasto de notícias televisivas ao longo do ano de 2008.

A partir destas diferentes dimensões de género e da análise dos eventuais enviesamentos nos conteúdos difundidos pelos telejornais nacionais, esperamos desenvolver uma perspectiva crítica sobre a produção noticiosa e, simultaneamente, estudar junto do público-alvo os efeitos deste tipo de informação e o seu impacto no âmbito mais vasto na esfera pública.

Referências bibliográficas

- Ferin, I. (2006). *A Televisão das Mulheres: ensaios sobre a recepção*. Lisboa: Quimera/Bond.
- Gallagher, M. (1995). O imperialismo de baton e a nova ordem mundial: as mulheres e os media no fim do séc. XX. In M. J. Silveirinha (Ed.) (2004), *As Mulheres e os Media*. Lisboa: Livros Horizonte, pp.69-96.
- Lobo, P., & Cabecinhas, R. (2007). As mulheres nas notícias televisivas: metodologia para uma análise crítica das representações sociais de género. In Actas do V Congresso da SOPCOM, “Comunicação e Cidadania”, 6-8 de Setembro de 2007. Universidade do Minho.
- Lopes, F. (2005). *Uma década de TV em Portugal (1993-2003) - Estudo dos programas de informação semanal dos canais generalistas*. Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação. Braga: Universidade do Minho.
- McLaughlin, L. (1993). Feminism, the public sphere media and democracy. *Media, Culture and Society*, 15, 599-620.
- McLaughlin, L. (1999). Para além das «esferas separadas»: O Feminismo e o debate dos Estudos Culturais/Economia Política. In M.J. Silveirinha (Ed.) (2004), *As Mulheres e os Media*. Lisboa: Livros Horizonte, pp.97-122.
- Media Watch (2005). *Women’s Participation in the News: Global Media Monitoring Project 2005*. http://www.whomakesthenews.org/about_us/what_is_gmmp (consultado na Internet em 13 de Janeiro de 2009).
- Pinto Coelho, Z., & Mota Ribeiro, S. (2005). O acesso das mulheres ao discurso da imprensa portuguesa. In Actas do IV Congresso da SOPCOM, “Repensar os Media: Novos Contextos da Comunicação e Informação”, 20-21 de Outubro, Universidade de Aveiro.
- Mota Ribeiro, S. & Pinto Coelho, Z. (2005). Imagens de mulheres na imprensa portuguesa. In Actas do IV Congresso da SOPCOM, “Repensar os Media: Novos Contextos da Comunicação e Informação”, 20-21 de Outubro, Universidade de Aveiro.
- Silveirinha, M.J. (2001). O Feminismo e o Estudo dos Media: em busca da ligação necessária. *Revista Faces de Eva*, 6, 65-84.
- Silveirinha, M.J. (2004). “Representadas e representantes: as mulheres e os media”. *Media e Jornalismo*, 5, 9-30.
- Tuchman, G. (1978). O aniquilamento simbólico das mulheres pelos meios de comunicação de massas. In M. J. Silveirinha (Ed.) (2004), *As Mulheres e os Media*. Lisboa: Livros Horizonte, pp.140-153.

Afinidades e Diferenças: a Comunicação e a Convivência com as Desigualdades

Luiz Carlos IASBECK
Universidade Católica de Brasília
iasbeck@uol.com.br

Resumo: Comunicação é um processo inerente aos seres vivos. Entretanto, uma série de dificuldades, problemas e obstáculos impedem que esse processo realize seu objetivo primordial, o de tornar comum o incomum, de proporcionar o compartilhamento e a convivência entre os seres vivos, desiguais por natureza. Isso, porque, independentemente dos altares que erguemos para mediar nossas relações, a comunicação é estabelecida a partir de uma predisposição interna para acordos e, paradoxalmente, de uma incompetência para conviver com diferenças. O desenvolvimento de sofisticadas tecnologias de comunicação não tem garantido a qualidade do processo, tampouco o adensamento das afinidades que geram vínculos. O que nos põe em rede não é senão os vínculos que conseguimos estreitar entre corpos e mentes que se mediam tecnologicamente. Esses vínculos insistem em se manter precários e cada vez mais tênues na mesma medida em que se tornam mais sofisticadas e exuberantes as tecnologias mediadoras, as mídias.

A comunicação é um fenômeno semiótico. Antes de se configurar como processo de estímulo e resposta, antes mesmo de assimilar tantos e tantos aparatos capazes de sofisticar as linguagens, armazenar informações, estocar lembranças e memórias, disponibilizar recursos de transporte e recuperação, a comunicação segue sendo um fenômeno bastante simples de constatar e intensamente complexo de se administrar. Segundo Pross, essa complexidade está no fato de a comunicação ser o lugar de “dar e receber signos”.

Porém, são muitas as maneiras de se definir comunicação e todas elas passam pela interatividade, pela necessidade da presença de um estímulo e uma resposta, da troca, do diálogo, do inter-relacionamento. Tanto entre homens como entre fenômenos, animais e objetos.

Quando nos referimos à ciência da comunicação, entretanto, estamos tratando de “um campo delimitado dos estudos dos processos comunicativos, assim como a investigação das estruturas e funções dos sistemas sociais de comunicação” (Pross e Beth, 1987:13)

Comunicar, em latim significa compartilhar. Mas para que haja compartilhamento é imprescindível que uma informação qualquer saia de um emissor para um receptor e que este seja capaz de recebê-la, interpretá-la e respondê-la. Entre os homens, diz Pross, essa prática não é possível sem a intermediação dos signos. A capacidade de dar e receber signos é caracteriza a comunicação humana, diferenciando-a da prática comunicativa dos demais seres vivos.

Ao “tornarem comuns” experiências, necessidades, sonhos e projetos, as relações comunicativas criam entre os seus interactores¹ um vínculo de afinidade, unindo, ligando ou religando diferenças. O que move o homem para a prática da comunicação é, segundo Medina Rodrigues (1994) a realização de um sonho ancestral do homem, o sonho de unificar o mundo em detrimento das diferenças que o tornam desigual, complexo e antagonico. Ao proporcionar vínculos seriados, a comunicação cria redes de afinidades em torno de identificações grupais, atando seus atores em nós conectivos, na forma de um grande texto ou de um “hipertexto”, como quer Pierre Lévy, um entusiasta das possibilidades de compartilhamento abertas pelas novas tecnologias da comunicação.

Antes, porém, de adentrarmos em algumas reflexões sobre a competência comunicativa do ser humano, vejamo-la como prática comum a todos os seres vivos, tal como nos ensinam um sem número de estudiosos da área, desde os comportamentalistas (S. Stevens, C. Hovland, W. Schramm, C. Cherry, P. Watzlawick) aos cognitivistas (Shannon e Weaver, G. Steiner, F. Fearing).

A Comunicação Essencial

Trocar informações parece-nos vital, uma atividade essencial à vida e, portanto, comum a todos os seres vivos. As plantas trocam informações com o meio-ambiente, recebem energia, calor e respondem à natureza oxigenando o ar, proporcionando ciclos de composição e recomposição do solo e do clima. Os minerais também comunicam, recebem, estocam e distribuem informação, compõem o cenário interativo dos ambientes naturais, os relevos e depressões, expondo a quem quiser e puder ver as marcas do tempo e das intempéries. Fora de seu habitat, os seres vivos perdem competência de suprir seus organismos daqueles elementos de que necessitam, perecendo por falta, carência ou solidão.

Nesses ambientes, o processo comunicativo é mecânico, padronizado e corresponde a uma troca “programada” sem a qual o ciclo de perpetuação do ambiente fica comprometido.

Para os estudiosos da semiótica, os animais se comunicam de maneira codificada, ou seja, utilizam linguagens bastante eficientes para resolverem seus problemas de perpetuação da vida. Organizam-se em torno de objetivos comuns, colaboram entre si, distribuem funções e respondem solidariamente pelos projetos grupais. Não são poucos os etólogos que se debruçam a estudar a competência comunicativa de espécimes cuja precisão e objetividade só não os aproximam dos humanos como também os levam a superá-los em termos de eficácia.

Porém, os humanos desenvolveram habilidades metalingüísticas que os separaram das práticas meramente racionais e animais, levando-os à especulação, à idealização, à abstração. A competência de “pensar o pensamento”, como diz Norval Baitello Jr. abre ao humano condições de sofrer intensamente, preocupar-se, mentir, iludir-se, decepcionar-se e superar problemas comuns de sua vida biológica e social.

A comunicação humana não é apenas um processo de troca de informações, mas um espaço de compartilhamento de sentimentos complexos e necessidades imprecisas. Parece-nos muito pouco pensar esse fenômeno como atividade

¹ - termo criado por Arlindo Machado (pronunciamento na Conferência Brasileira de Semiótica, em agosto de 2002) para designar os participantes de um processo interativo.

mecânica de emissão - recepção - emissão, ainda que seja necessário entender que esse processo, funcional como uma engrenagem, é o motor do evento comunicativo. E vai permanecer, em essência, como tal até ser perturbado pelas sofisticadas tecnologias da comunicação do mundo atual, como veremos mais adiante.

Humildade e Tolerância

Tradicionalmente, a comunicação tem sido estudada como a ciência que se dedica a investigar esse processo de emissão e recepção de informações, o que nos parece um conceito demasiado simples para dar conta de tamanha complexidade.

Felizmente, para entender comunicação não é preciso sequer saber defini-la. É preciso saber utilizá-la de maneira eficaz. É na dimensão pragmática que ela melhor diz de si mesma. Lucien Sfez, em sua obra *A Crítica da Comunicação* nos chama a atenção para a etimologia que nos remete à ação de colocar algo em comum ou compartilhar.

Refletindo sobre a necessidade de comunicar, alguns filósofos como Paul Watzlawick – que organizou o imprescindível *A Pragmática da Comunicação Humana* - e Eric Fromm, em *A Arte de Amar*, dentre outros, nos lembram de que esse tipo de comportamento humano tem a sua origem junto com a origem do homem ... e que a necessidade de comunicar se torna drástica a partir do nascimento. Para eles, o homem se comunica para espantar a solidão.

A solidão, o sentimento de estar só, desamparado e sem ter onde se segurar é o mais terrível, o primeiro e o último grande evento negativo que o ser humano enfrenta, uma vez que não tem como evitá-lo ao nascer e ao morrer. Entre o nascimento e a morte existe a vida. E a vida só pode ser vivida se desenvolvermos mecanismos eficazes para espantar esse sentimento extremo e liminar que é a solidão.

Para superar simbolicamente esse problema, recorreremos às criações culturais, somente possíveis no território daquilo que Bystrina denomina segunda realidade. Os textos que produzimos nessa dimensão nos confortam, apaziguam as incompreensíveis contradições da primeira realidade e só se tornam possíveis porque na realidade da cultura não podemos prescindir do outro: nossa sobrevivência psíquica passa pelo acionamento de mecanismos que ultrapassem o egoísmo biológico e o oportunismo solidário da dimensão social, necessários a nossa sobrevivência física.

Comunicar é, portanto, compartilhar sentimentos, temores, humores, angústias e surpresas, é estar junto, pertencer, vincular, estar afetado e em afeto com quem nos cerca. Não é por outro motivo que os mais intensos núcleos sociais de comunicação são aqueles dos quais participamos com maior assiduidade e intensidade: a família, o trabalho, os grupos de interesse profissional, os amigos, etc. São esses grupos que nos encorajam a superar a solidão originária e nos proporcionam sensações de segurança, conforto e amparo. Pertencer a um grupo, estar vinculado a uma Empresa, compartilhar idéias, estar casado (ou estar aliado, em aliança) com alguém são formas de consolação (conforme afirma Umberto Eco em um pequeno texto publicado no livro *Socialismo y Consolación*, de 1970) absolutamente imprescindíveis para que possamos viver em harmonia, sem os temores da solidão.

Tornamo-nos, então, solidários para deixarmos de ser solitários. Mais do que uma decisão pessoal, esta é uma questão de sobrevivência física e psíquica que assegura a vida humana.

Assim, quando estudamos o fenômeno da comunicação, não podemos deixar de lado as ligações afetivas e suas efetivações rituais que consagram uniões, aproximações, asseguram empatias e decretam vinculação, adesão, pertencimento. Não há como dissociar das intenções do emissor – aquele que tem a iniciativa do processo de comunicação – a sua íntima e vital necessidade de obter reconhecimento, compreensão e segurança.

A intensidade desses sentimentos e necessidades é talvez a maior responsável pelo sucessivo insucesso da comunicação entre pessoas, nações e organizações. Obter entendimento, compreensão e, conseqüentemente, apoio a qualquer custo é o que desejam todos aqueles que investem na comunicação, que não têm como deixar de ir à procura do outro para compartilhar seus interesses. Sabemos que quanto maior é a ansiedade que impulsiona esse desejo, mais complexa é a obtenção do que se almeja. Ir ao encontro do outro significa, também, estar disposto a respeitar outro tempo, outro ritmo, necessidades e interesses alheios. Além disso, a procura do outro só é possível a quem reconhece, sinceramente seu próprio estado de carência, sua condição existencial de falta e de incompletude. Essa atitude, essencial para que aconteça o processo da comunicação, exige do emissor uma certa dose de humildade, paciência e desprendimento.

Na apresentação à edição brasileira do primeiro volume de *A Sociedade do Protesto*, de Harry Pross (Annablume, 1997), Norval Baitello Júnior nos relata que na abertura do décimo e último Kornhaus-Seminar, Pross declarou lapidarmente: “aprendemos em dez anos que, para a comunicação, nenhuma lei é mais importante do que a tolerância”. Junto à humildade, a tolerância é imprescindível. Se necessitamos de humildade para ir ao encontro do outro, necessitamos, também, de uma boa dose de tolerância para entendermos que o outro não é exatamente aquilo que gostaríamos que ele fosse, que ele não reage como gostaríamos ou necessitaríamos.

Afinidades e Diferenças

Afinidades e diferenças. Essas parecem ser as forças que movimentam não apenas a comunicação entre seres humanos, mas entre tudo o que existe no universo. Medina Rodrigues, num texto informal preparado para uma aula no curso de comunicação e semiótica na PUC de São Paulo, precisamente se manifestou sobre essa questão, destacando a relação

paradoxal instaurada por tais forças. Medina entende que o sentido unificador do mundo está inscrito na própria ordem natural do mundo físico :

“O mundo tem um sentido unificador e edificante, um movimento fisicamente determinado, um telos na ordem natural dos eventos que não se atropelam... a dinâmica do mundo físico não dá saltos e se algum salto existe na natureza, este é um salto previsto pela própria natureza”

Esse salto corresponde a uma diferença a uma mudança repentina de tempo e espaços e que, apesar de atropelar a ordem esperada, está prevista no próprio curso da natureza. A afinidade e a diferença fazem parte, assim de uma certa previsibilidade constituindo dois movimentos aparentemente paradoxais mas essencialmente necessários ao equilíbrio das relações físicas.

O fato de encontrarmos diferenças quando procuramos afinidades não constitui nenhum desastre irreversível na ordem do mundo natural e também, acrescentemos, nas vicissitudes da comunicação humana. Ao contrário, as diferenças nos levam a valorizar ainda mais as afinidades, além de nos abrir caminhos para a absorção de outras possibilidades de relacionamento não previstas inicialmente em nossas expectativas.

Não há dúvidas também sobre o fato de que há muito mais diferenças que afinidades no mundo físico e no mundo da comunicação humana. As identidades não se afirmam apenas pela afinidade que mantêm com suas oposições, mas sobretudo pelas diferenças que as individualizam e lhes dão contornos próprios e definidos.

Conforme tivemos oportunidade de demonstrar em nossa tese de doutorado (Lasbeck, 1997), o conceito de identidade supõe tanto a presença de afinidades quanto de diferenças:

... não há como constatar oposição excludente entre afinidades e diferenças. A idéia aristotélica precisa da diferença para confirmar-se (o ser é; o não ser não é); a concepção de Leibniz integra a diferença na essência do ser (diverso e múltiplo) que se identifica por critério de substituição; o estabelecimento de paradigmas, preconizado por Waismann é realizado como critério de afinidade entre diferenças (Lasbeck 1997:175).

Dessa forma, podemos assumir a hipótese de que a comunicação estabelece vínculos não apenas entre afinidades como também entre diferenças. Nesses casos, o vínculo que advém e proporciona identificação (Waismann) e identidade (Aristóteles) se dá naqueles aspectos que não encontram afinidade senão fora de si mesmos, pela interveniência de uma mediação ou de uma triangulação. O elemento intermediário estabelece pontes, elos e suportes capazes de reunir pólos dissociados ou criar polaridades paralelas, porém intercomunicativas, estabelecendo uma espécie de afinidade entre diferenças.

As modernas tecnologias da comunicação parecem cumprir rigorosamente esse mandato natural: aproximar o que está distante, facilitar contatos, reunir fragmentos dispersos ou dispersar incongruências que não se afinam. Porém, ao proporcionar ferramentas para a comunicação, essas tecnologias expandem, para além do delimitado espaço de nossas ordenações individuais, possibilidades de acordos e promessas de encontros não realizadas, criando, assim, novos e inusitados problemas de comunicação ou, como querem alguns, problemas por incomunicação.

Em muitos casos, entretanto, as tecnologias carregam para si mesmas as finalidades comunicativas, deixando de promover os elos necessários entre diferenças que precisam se encontrar. Evidentemente, elas também trabalham no sentido de estreitar afinidades e proporcionar manutenção a relacionamentos estáveis, até que se tornem perturbadores. Nesses casos – e até eclodirem os conflitos - as tecnologias da comunicação funcionam como meios rituais de celebração de acordos e preservação de interesses já contratados. Se não trazem novidades, pelo menos evitam que as forças de aproximação se dispersem em proveito de ousadas estranhas ou caminhos desconhecidos. A manutenção se dá pelo circuito de redundâncias forjadas no calendário ou nos espaços míticos construídos para lembrar o percurso circular do cotidiano.

Identidades e Indiferenças

Foi Norval Baitello Júnior, numa conferência realizada em outubro de 2000, na Universidade de Brasília, para os integrantes da Associação Brasileira de Semiótica que se referiu às novas tecnologias da comunicação como “altares” mediadores. Desse modo, Norval (re)liga o conceito de mídia ao conceito de mito, lembrando-nos de que ambos funcionam como lugares ritualizados de passagem, de transposição de um ambiente de cultura a outro, pouco conhecido ou mesmo desconhecido, o espaço de uma possível não-cultura.

Admitir que a não-cultura – tal como definida pelos semioticistas eslavos nas teses para uma semiótica da cultura² - tenha uma existência provável, identitária e operativa para uma dada cultura, da qual se é observador externo, se não constitui um avanço no sentido de arejar os espaços da cultura é, pelo menos, a aceitação da possibilidade de que “fora” deve existir algo e, portanto, como bem explica Pross, não há “o” nada.

É esse o princípio que justifica a existência do signo e que faz do “texto” a unidade básica da semiótica da cultura. O texto como conjunto sígnico com sentido integral, estrutura, expressão próprias e fronteiras delimitadas, ou o signo entendido como parte do texto e também um texto que comporta outros signos que o interpretam, necessita escorar-se em conjuntos de linguagem, desde os mais arcaicos até os mais sofisticados, aqueles que estão na base das tecnologias digitais.

² - Lotman, Iuri et alli (1979) – “Tesi per un analisi semiotica della cultura”, in *La Semiótica nei Paesi Slavi*. Milano: Feltrinelli. A cura di Carlo Prevignano. Pp 944-1020.

Em nosso modo de ver, os diálogos com a não-cultura estreitam-se significativamente com as tecnologias que proporcionam comunicação em rede. A não-cultura (aqui e nas teses eslavas) é entendida em oposição a uma dada cultura (identidade) e, em relação a esta, como um lugar de indiferença, até que algum tipo de provocação, instigamento ou curiosidade derrube ou danifique os muros que as separam. O filósofo tcheco Vilém Flusser afirmava que o “incomparável é inconcebível”, evidenciando a dificuldade que cada cultura particular tem de dialogar com a sua correspondente não-cultura, sem apropriar-se de conhecimentos estranhos (estrangeiros) mediante analogias, traduções, miscigenações. Medina Rodrigues (1994) concorda com essa idéia ao afirmar que “o ser humano possui categorias apriorísticas que medeiam e condicionam seu conhecimento da natureza (...) de forma que ele só pode conhecer algo novo pela intermediação de uma consciência que conhece”.

O trânsito cultura - não-cultura - cultura não apenas proporciona arejamento e crescimento do acervo de uma da cultura como também a instrumentaliza a flexibilizar-se em mecanismos adaptativos abertos à novidade, aos estranhamentos ou aos perigos da adversidade. Aprende-se, dessa forma a explorar aquilo que Medina denomina o “universo da indiferença”:

O universo da indiferença é o que domina a usura em surdina das coisas; ele é praticamente o contrário do universo da afinidade (...) porém saber que ele existe já é um saber sobre a indiferença, já é ter consciência de uma ignorância e, portanto, ter consciência de alguma coisa fora do ambiente do conhecimento estabelecido. (Medina, 1994:4)

Essa competência não depende das tecnologias porque ela se estabelece, primariamente, no desejo de cada um, de cada grupo, de cada integrante de um texto cultural. A curiosidade em relação ao desconhecido pode, entretanto, ser sobremaneira estimulada quando os caminhos são encurtados, quando o acesso é facilitado, a despeito de eventuais riscos e temores.

Desde a década de 80, quando a rede mundial de computadores, a Internet começou a se popularizar, espaços e ritmos que até então caracterizavam culturas, começaram a se modificar, mobilizando-se aceleradamente e, aparentemente, fora de compasso, ao sabor das novidades que tomavam corpo. Peter Druker referiu-se a esse período como Segunda Revolução da Informação, comparando-a com a primeira grande ruptura na linearidade de um desenvolvimento cadenciado que aconteceu pela primeira vez com a invenção da imprensa por Gutenberg.

A introdução do computador promoveu mudanças substantivas e sem precedentes na história da humanidade. Hoje, milhões de pessoas podem trocar informações, estabelecendo vínculos instantâneos e efêmeros que não têm compromisso de permanência, muito menos de fidelidade. A vida digital, conseqüência de um crescimento exponencial das possibilidades de produção, distribuição, armazenamento e recuperação de informações com base no código binário, proporcionou processos comunicativos instantâneos e não lineares, atropelando a seqüência natural do clássico esquema tricotômico de Aristóteles (emissor, mensagem, receptor).

Como conseqüência das tecnologias que aceleraram o processamento das informações, foi possível realizar um antigo sonho de relacionar em simultaneidade paradigmática idéias que se interpõe, sobrepõe e que não podem localizar-se em sintagmas justapostos. O hipertexto, termo cunhado por Theodor Holm “Ted” Nelson em 1965 em um artigo científico, tornou possível a escrita não seqüencial que, por sua vez, concretizou a comunicação em rede, em tempo real.

O alastramento lateral do pensamento semiótico em rede privilegia as relações que multiplicam sentidos, sem perda de profundidade ou especificidade. A velocidade de processamento das informações, obtidas à custa do aperfeiçoamento de processadores cada vez mais compactos e potentes, abreviou o tempo de espera das respostas, preservando a linearidade dos sintagmas, na presença das interposições de sentido.

Vínculos Fáceis, Vínculos Frágeis

Dentre as facilidades que a tecnologia digital nos trouxe, a instantaneidade dos contatos e a fugacidade dos encontros talvez sejam as contribuições mais significativas para a construção de uma nova forma de relação entre as pessoas.

A motivação para estar em rede, atado em nós com uma coletividade virtual ainda segue sendo aquela mesma que levou o homem, desde os primórdios, a buscar na companhia do outro consolo para a solidão originária e final. A tecnologia apenas cumpre o papel de mediar esse encontro entre corpos e mentes que, agora, dispensam a mobilidade e o momento oportuno. Precários ou consistentes tais vínculos se estabelecem, se mantêm ou se rompem na exata medida das possibilidades que o meio oferece. O que observamos é que a oferta de possibilidades de contato cresceu assustadoramente, animando ligações pouco comprometidas, relações não tão responsáveis e compromissos frouxos.

Se por um lado, os vínculos demonstram enfraquecimento nas relações comunicativas em rede, por outro eles se multiplicam tentativamente, encorajando a exploração do território da indiferença, da não-cultura, ainda que de forma episódica. E tudo indica que essa tendência irá se recrudescer enquanto o avanço e a sofisticação das modernas tecnologias não encontrar um ponto de equilíbrio que as leve a procurar meios capazes de possibilitar o adensamento qualitativo das múltiplas possibilidades de contato.

De qualquer forma, não é a tecnologia que vai melhorar a qualidade das relações humanas. Segue sendo o homem em sua relação consigo mesmo, com suas competências expressivas e impressivas que vai determinar a densidade e a consistência dos textos que tecem a malha de uma rede maior de desejos de interatividade e necessidades de complementaridade.

Tecnicamente, o hipertexto é um conjunto de nós atados por conexões. Esses nós podem ser ideologias, palavras, imagens, sonhos, gráficos, diagramas, contratos ou afetos gratuitos, compromissados apenas com o prazer que o afastamento da solidão nos traz. As conexões, entretanto, constroem um texto, um tecido no qual cada nó em particular tem um compromisso particular e uma responsabilidade global.

Nesse formato, que não é novo, os sentidos se cruzam em densas malhas. A complexidade resultante das novas relações - estimuladas pelas tecnologias da comunicação - fortalece em nós a esperança em conexões mais consistentes, ao tempo em que acirra a desconfiança e o temor de um iminente esgarçamento de alguns tecidos que não se estabelecem competentemente nesse panorama.

O espírito do nosso tempo é conturbado, inquieto e não se sujeita a ideologias que detenham o curso dessa instável e, por vezes, desorientada evolução. Entretanto, nas brechas abertas pelo esquecimento ou pelas tentativas frustradas de conexões consistentes, novas relações podem ensejar a construção de textos não previstos pelas estratégias hipertextuais.

De novo, é a transgressão, a desobediência, a criatividade e a imaginação que podem criar, transversalmente, ramificações nas quais as conexões se façam também multiplanarmente, abrindo possibilidades textuais responsáveis e conseqüentes (com estrutura, expressão e delimitação), a despeito da irresistível diversão com que as novas tecnologias nos seduzem.

Referências Bibliográficas

- Alava, Seraphin et alii (2002). *Ciberespaço e Formações Abertas*. Porto Alegre: Artmed Editora..
- Bairon, S. (1995). *Multimídia*. São Paulo: Global..
- Baitello Júnior, Norval (1997). *O Animal que Parou os Relógios*. São Paulo: Annablume
- Baitello Júnior, Norval (1997). *Protesto, Comunicação e Tolerância – in, A Sociedade do Protesto*, introdução à obra de Harry Pross. São Paulo: Ed. Annablume.
- Bystrina, Ivan (1995). *Tópicos de Semiótica da Cultura* (pre-print). São Paulo: CISC/PUC-SP.
- Eco, U. et alii (1970). *Socialismo y Consolacion*. Barcelona: Tusquets Editor.
- Iasbeck, L.C. A. (1997). *A Administração da Identidade – tese de doutorado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da PUC de São Paulo*. Orientador: Norval Baitello Júnior.
- Fromm, Erich (1995). *A Arte de Amar*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia.
- Fromm, Erich (1965). *O Coração do Homem*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Levy, Pierre (1993). *As Tecnologias da Inteligência*. Rio e Janeiro: Edições 34.
- Medina Rodrigues, Antonio (1994). *Afinidade e Indiferença*. Texto produzido para curso de semiótica na PUC/SP, segundo semestre de 1994.
- Lotman, Iuri et alii (1979) – *Tesi per un analisi semiotica della cultura*, in “La Semiótica nei Paesi Slavi”, a cura di Carlo Prevignano. Milano: Feltrinelli.
- Melo, Cristóvão (2002). *A Racionalidade do Hipertexto*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Orientador: Luiz Carlos A. Iasbeck.
- Pross, Harry (1980). *Estructura Simbólica Del Poder*. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli.
- Pross, Harry (1989). *La Violência de los Símbolos Sociales*. Barcelona: Anthropos.
- Pross, Harry e Beth, Hanno. (1987) *Introducción à la Ciencia de la Comunicación*. Barcelona: Ed. Anthropos.
- Sfez, Lucien (1994). *Crítica da Comunicação*. São Paulo: Edições Loyola.
- Watzlawick et alii (1993). *Pragmática da Comunicação Humana*. São Paulo: Cultrix.

Gênero e Tecnologias da informação e comunicação - O estado da arte política na união europeia em Portugal

Maria Custódia Rocha
Universidade do Minho
mcrocha@iep.uminho.pt

Resumo: Pese embora a existência de muitas orientações políticas comunitárias para o âmbito da igualdade de género em TIC, existem muitas evidências empíricas que demonstram a escassa participação das mulheres no âmbito das Tecnologias da Informação e Comunicação. Também são poucos os projectos de investigação que abordam a situação das mulheres neste mesmo domínio. Neste texto, propomo-nos fazer uma análise crítica sobre algumas das omissões e contradições políticas que em nada contribuem para a diluição do fosso existente entre homens e mulheres no âmbito das TIC, tanto em contextos de educação/formação como em contextos de trabalho. Para a efectivação desta análise, teremos em conta documentos de índole legislativa, e outros, assim como faremos alusão aos grupos de trabalho e aos projectos (não)existentes que trabalham o problema Género/TIC, na União Europeia e em Portugal. Ver-se-á aqui como a falta de acesso às novas tecnologias por parte de grande número de mulheres estão a criar cada vez mais novas formas de diferenciação hierárquica entre homens e mulheres e, conseqüentemente, a reafirmar novas formas de desigualdade através da exclusão digital.

As mulheres estão sub-representadas na educação formal (ensino secundário e superior), na formação profissional, nas iniciativas de educação ao longo da vida e no mercado de trabalho em TIC. Uma análise crítica sobre algumas das orientações políticas que a este propósito se têm produzido na União Europeia e em Portugal permite-nos delinear o estado da arte política nos dois contextos de análise e permite-nos, simultaneamente, proceder a uma reflexão sobre o conteúdo discursivo das mesmas, conteúdo esse que aponta para a existência de lógicas políticas dominantes nem sempre favorecedoras de um maior empowerment pessoal, educativo e profissional das jovens raparigas e das mulheres.

É nos finais dos anos oitenta que, por parte da União Europeia, se começa a advertir para a necessidade de se prestar especial atenção ao acesso às TIC por parte das mulheres como forma de, através da educação e da formação, se poder resolver os problemas ligados ao mercado de trabalho.

Na Recomendação sobre Formação Profissional de Mulheres (1987), a Comissão das Comunidades Europeias:

“Considerando que a necessidade de medidas de formação profissional bem orientadas aumentou devido à crise estrutural do mercado de emprego e à introdução das novas tecnologias que afectaram gravemente as perspectivas do emprego e considerando que a evolução demográfica e as mudanças económicas e sociais exigem que as qualificações dos trabalhadores estejam mais intimamente de acordo com os requisitos profissionais [...]”,

recomenda que os Estados-membros introduzam, prossigam ou incentivem medidas activas destinadas a, entre outros aspectos, “[...] Incentivar a participação das raparigas no ensino superior, especialmente nos domínios técnico e tecnológico”, para isso:

“procurando orientar as raparigas para áreas-chave das novas tecnologias; Incentivar uma maior participação das raparigas nos vários sistemas de formação profissional inicial fora do sistema de ensino, nomeadamente de aprendizagem, diferentes dos que prepararam para certas profissões ditas «femininas», e adaptar ou suprimir, se for necessário, tipos de formação para mulheres que não ofereçam qualificações profissionais reais ou levem a profissões superlotadas”.

Postas estas recomendações, não se percebe muito bem o porquê de no Action Plan Europe’s way to the information society (1994) não se mencionar qualquer preocupação com a necessidade de prestar atenção às mulheres no quadro da sua participação na sociedade da informação e do conhecimento, sendo esta preocupação adiada e reconsiderada na Communication to the Council, the European Parliament, the Economic and Social Committee and the Committee of the Regions on “The Implications of the Information Society for European Policies. Preparing the next steps” (1996) na qual, e ainda que muito genericamente, se refere:

“The European information society also needs to reflect the shared values which form the basis of the European social model, including democracy and individual rights, equality of opportunity and social welfare and solidarity. In our rapidly changing world, it is important to ensure that the information society reinforces, rather than undermines these values. Emphasis must also be given to the specific needs of women, of older and disabled people, of less educated workers as well as of minorities. Against this background, the Commission has initiated a number of actions with the general objective of placing European men and women at the center of the European Union information society strategy [...]”.

O Livro Branco Crescimento, Competitividade e Emprego. Os Desafios e as Pistas para entrar no Século XXI (1993) é apontado como o documento de referência para o lançamento de uma política geral no domínio da sociedade da informação na União Europeia. Contudo, apesar de o designado “gender divide”, especificamente no que respeita a sub-representação das raparigas e das mulheres no âmbito das TIC, tanto em contextos de educação/formação como em contextos de trabalho, já estar detectado em meados dos anos oitenta, nada consta neste livro Branco a este propósito, o que na nossa perspectiva constitui uma omissão de base do discurso político comunitário sobre a dita sociedade da informação.

A ênfase política sobre a relação deficitária Género/TIC é acentuada a meados dos anos noventa e esta ênfase em muito se deve aos propósitos constantes no Livro Verde – Viver e Trabalhar na Sociedade da Informação: Prioridade à Dimensão Humana (1996) no qual se explicita:

“En ce qui concerne l'égalité des chances entre les femmes et les hommes, les TIC peuvent améliorer l'équilibre entre vie de famille et vie professionnelle. Cependant, l'évolution s'opère sur un marché de l'emploi caractérisé par une forte ségrégation. A cela s'ajoute que les TIC ont un impact très différent sur les femmes et les hommes. Pour y répondre efficacement, il importe de tenir compte de cette différence d'impact dans des domaines aussi divers que l'éducation, la formation, le droit du travail, les méthodes de travail et les structures des qualifications [...]”.

A partir de então, a União Europeia começou a instar os seus organismos e os sistemas educativos dos estados-membros a dispensarem especial atenção ao acesso às TIC, em contextos de educação/formação, por parte das jovens raparigas e das mulheres, nomeadamente através de projectos-piloto e de medidas de e-inclusão, genericamente formuladas, e ao abrigo dos Fundos Estruturais, em especial o Fundo Social Europeu. Atenda-se, por exemplo, ao constante na Resolução Aprender na sociedade da informação: Plano de acção para uma iniciativa europeia na educação (1996), na qual o Parlamento Europeu irá considerar que:

“É necessária a introdução de novas tecnologias nos estabelecimentos de ensino, de forma planeada, em função de objectivos pedagógicos e sociais, e não meramente tecnológicos, e que é necessário, em particular, encorajar as jovens e as mulheres a familiarizarem-se com estas novas tecnologias e a utilizá-las, podendo esse objectivo ser alvo de um projecto-piloto”.

De salientar que esta atenção especial que é dada ao acesso às TIC, em contextos de educação/formação, por parte das jovens raparigas e das mulheres, apresenta-se, a meados dos anos noventa, sempre em correlação com as implicações nefastas que uma ausência de atenção nestes domínios pode ter nos âmbitos do trabalho e, sobretudo, no âmbito do crescimento e da competitividade económica, conceitos que a partir de então se encontrarão cada vez mais aliados aos conceitos de flexibilidade, trabalho a tempo parcial, contratos de duração determinada...

Na Resolução sobre A Europa e a Sociedade Global da Informação – Recomendações ao Conselho Europeu e sobre a comunicação da Comissão das Comunidades Europeias – A Via Europeia para a Sociedade da Informação - Plano de Acção (1996), o Parlamento Europeu:

“Solicita à Comissão que oriente as suas campanhas de informação e as suas actividades de esclarecimento para ambos os sexos, e que lance uma campanha adicional especificamente orientada para as mulheres” [e] “insta a uma maior utilização dos fundos estruturais em prol da formação profissional apoiada na tecnologia da informação, quer para melhorar as possibilidades de carreira das mulheres com poucas qualificações, quer para incrementar a influência das mulheres de categorias profissionais superiores, assim como a participação na vida política e social”.

No Relatório Construir a Sociedade Europeia da Informação para todos (1997) refere-se explicitamente que:

“As configurações de flexibilidade do trabalho, como o trabalho a tempo parcial, o trabalho no domicílio, o trabalho independente, os contratos de duração determinada e o trabalho temporário, a subcontratação, a realocação do trabalho no estrangeiro e os contratos de emprego flexíveis, ganham cada vez mais importância na transição para a sociedade da informação [...]”.

Em meados dos anos noventa encontram-se, então, bem realçadas as agendas relativas às novas configurações do trabalho e ao impacto que se prevê que as mesmas tenham no contexto de uma economia em mutação. Esta última estratégia política de teor economicista adquire tais proporções que os propósitos políticos de construção da dita sociedade da informação para todos, através da educação/formação e, sobretudo os propósitos de inserção de mais mulheres no âmbito das TIC são completamente esquecidos, em 1999, quando a Comissão Europeia lançou a eEurope Initiative consolidada na Communication on a Commission Initiative for the Special European Council of Lisbon, 23 and 24 March 2000 – An Information Society for All (1999) onde, num documento de tal importância, sem se aludir ao problema Género/TIC, se clarifica contudo que:

“eEurope is a political initiative to ensure the European Union fully benefits for generations to come from the changes the Information Society is bringing. These changes, the most significant since the Industrial Revolution, are far-reaching and global. They are not just about technology. They will affect everyone, everywhere. Bringing communities, both rural and urban, closer together, creating wealth, sharing knowledge, they have huge potential to enrich everyone’s lives. Managing this transformation represents the central economic and social challenge for the Union. It will impact profoundly on European employment, growth and productivity for the next five years and for decades afterwards. eEurope is intended to accelerate positive change in the Union. It aims at ensuring this change towards the Information Society is cohesive, not divisive. Integrating, not fragmenting. An opportunity not a threat. In essence, eEurope aims at bringing the benefits of the Information Society to the reach of all Europeans”.

Os propósitos economicistas das novas configurações do trabalho no contexto de uma economia em mutação constam em vários documentos provindos da União Europeia mas adquirem o seu maior auge no Conselho Europeu Extraordinário de Lisboa (2000), e com a designada Estratégia de Lisboa, com a qual, e graças ao previsto impacto das TIC, a União Europeia se atribuiu um

“novo objectivo estratégico para a próxima década: tornar-se na economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social [...]”.

A partir do ano 2000, reforçam-se as orientações políticas comunitárias que vão no sentido de encarar a educação/formação em TIC como factor prioritário para o incremento da competitividade da economia europeia e para o desenvolvimento económico sustentável, facto que pode ser elucidado se tivermos em conta, por exemplo, o constante nas Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Nice (2000) nas quais se alude à necessidade de promover a igualdade entre homens e mulheres e se reitera que:

“É fundamental melhorar as qualificações e aumentar as possibilidades de aprendizagem ao longo da vida, conferindo um papel essencial aos parceiros sociais. Com efeito, o desenvolvimento e a evolução das competências são indispensáveis para melhorar a capacidade de adaptação e a competitividade e para lutar contra a exclusão social. Serão necessárias alterações na organização do trabalho a fim de aproveitar plenamente o potencial das tecnologias da informação e da comunicação. Há que combinar flexibilidade e segurança no contexto de uma economia em mutação”.

Na Resolução sobre a e-Inclusão - Explorando as potencialidades da Sociedade da Informação para a inclusão social (2001), o conselho da União Europeia recorda que:

“um dos objectivos-chave do "Plano de acção eEuropa 2002", subscrito pelo Conselho Europeu da Feira em 19 e 20 de Junho de 2000, é obter a participação de todos na economia baseada no conhecimento e, em especial, uma coordenação mais eficaz a nível da Europa das políticas de prevenção da info-exclusão”.

Com a Declaração Emprego e Política Social (2002), o Conselho Europeu, em Barcelona, assinala que “Os Estados-Membros deverão proceder à eliminação dos obstáculos e desincentivos à participação da mulher no mercado de trabalho [...]”. Com esta Declaração pretende-se também:

“garantir que todos os cidadãos disponham de boas qualificações básicas, especialmente as relacionadas com as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), e em particular determinados grupos como sejam as mulheres desempregadas [...]”.

Assim, de entre os objectivos delineados nesta Declaração encontra-se um objectivo de base:

“objectivo 1 – Aumentar a qualidade dos sistemas de educação e formação – A educação e a formação constituem um meio privilegiado de coesão social e cultural, bem como uma vantagem económica considerável, para o reforço da competitividade e do dinamismo na Europa [...]”.

Na Resolução sobre a igualdade de acesso e de participação das mulheres e dos homens na sociedade do conhecimento para o crescimento e a inovação (2003); o conselho da União Europeia reconhece:

“O importante papel que a igualdade dos géneros pode desempenhar no contexto da estratégia de Lisboa quanto a contribuir para que a União Europeia se torne na economia baseada no conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e maior coesão social [...]”.

Esta necessidade política de melhorar as qualificações das mulheres na sociedade da informação para se obter uma economia baseada no conhecimento é estrategicamente pensada para se aproveitar plenamente o potencial das tecnologias da informação e da comunicação e das mulheres quando nelas inseridas e impõe-se devido aos dados que nos são apresentados, por exemplo, no Relatório *Strategies for Jobs in Information Society* (2000):

“Currently, far more men than women are attracted to Information Society professions. There is a need to encourage women to enter these occupations. Universities need to forge new partnerships with industry to ensure that courses deliver the skills needed in industry. An important initiative in this area involving some of the leading ICT players in Europe is aimed at a better (generic) description of skill requirements of the ICT industry”.

Também no Relatório da Comissão – *Os Objectivos Futuros Concretos dos Sistemas Educativos* (2001) se menciona que:

“[...] As discussões levadas a efeito pelos ministros confirmaram a penúria actual de jovens nos sectores da Matemática e das Ciências Naturais no ensino secundário e na universidade. Regista-se em particular que o número de raparigas e de mulheres que estudam estas disciplinas é inferior àquilo que a sua percentagem populacional faria prever. Dada a importância destas disciplinas na economia do futuro, é primordial compreender as razões que estão na origem destas tendências e tomar medidas para incitar os jovens a prosseguirem os seus estudos nestas matérias”.

É, contudo, na Proposta de Resolução do Parlamento Europeu sobre o relatório da Comissão sobre as mulheres na nova sociedade da informação (2003) que mais dados nos são fornecidos sobre o fosso Género/TIC e é também neste documento político que mais advertências são efectuadas às práticas relacionadas com o problema género/TIC. Vejamos:

“[...] Em comparação com os homens, uma proporção substancialmente maior de mulheres participa em programas mais práticos, orientados para o emprego, em lugar de programas mais teóricos ou de investigação que dão acesso a profissões que exigem habilitações mais elevadas. A formação em matéria de redes de TI e de programação de computadores é dominada por homens. As mulheres estão limitadas aos programas de tratamento de texto que as preparam para funções de secretariado [...]. Na maior parte dos países europeus os sistemas de educação e de formação profissional tendem para uma abordagem preconceituosa e estereotipada das profissões e da indústria de TIC, de que resulta que a percentagem de estudantes do sexo feminino neste sector seja inferior a 20% e a percentagem de mulheres que criam a sua própria empresa ou que ocupam cargos de responsabilidade ou criativos neste sector seja ainda menor [...], a sub-representação das mulheres nos sectores da ciência e das TIC impede a realização dos objectivos estabelecidos em Lisboa [...]”.

Postos estes dados e advertências, posteriormente, com a Resolução sobre o Futuro da Estratégia de Lisboa, na Perspectiva do Género (2004), o Parlamento Europeu

“solicita aos Estados-Membros que promovam uma orientação escolar focalizada na diversificação das escolhas profissionais das jovens, de modo a assegurar-lhes melhores oportunidades no mercado de trabalho [...], sublinha a necessidade de intensificar a formação profissional das mulheres no domínio das novas tecnologias e a sua participação em programas de investigação e de tecnologia, permitindo-lhes tornarem-se mais competitivas no mercado de trabalho e colmatarem parcialmente o fosso existente actualmente entre os sexos no plano da qualificação tecnológica e científica [...]”.

É também a partir dos primeiríssimos anos do século XXI que as políticas de género começam a ser invadidas pela “cultura da avaliação”. Face aos dados e à confirmação da existência de um gender divide em TIC, pela primeira vez, os Estados-membros começaram, num primeiro momento, a estabelecer desafios para que, através da educação/formação, se pudesse, tal como no-lo é dito no Plano de Acção eEurope 2002 (2000):

“aumentar a taxa de emprego para um valor tão próximo quanto possível de 70% em 2010. Tal implica medidas destinadas a melhorar as perspectivas de emprego dos grupos que tenham baixas taxas de emprego, especialmente mulheres e trabalhadores idosos. É possível tornar o trabalho mais atraente e acessível através de regimes flexíveis de trabalho, como o teletrabalho. Serão necessários esforços especiais para atrair as mulheres para as profissões das tecnologias da informação, onde se encontram largamente sub-representadas, pois representam um recurso pouco ou nada aproveitado em muitos países”.

E, num segundo momento, os Estados-membros começaram mesmo a adoptar “parâmetros de referência europeus”. A Comunicação sobre parâmetros de referência europeus para a educação e a formação: seguimento do Conselho Europeu de Lisboa (2002)

“fornece um resumo geral dos resultados atingidos até agora nos diferentes Estados-Membros e convida o Conselho a adoptar os seguintes parâmetros de referência europeus”,

entre os quais:

“Até 2010, todos os Estados-Membros deverão reduzir, no mínimo, para metade os níveis de desigualdade entre homens e mulheres diplomados nas áreas da Matemática, Ciências e Tecnologias, e assegurar um aumento significativo do número total de diplomados em relação ao ano 2000 [...]”. O conjunto dos sistemas educativos deverá programar acções para incitar, em especial, as jovens a escolherem matérias científicas/tecnológicas no ensino primário, secundário e superior [...]”.

Nas Conclusões do Conselho sobre os níveis de referência dos resultados médios na educação e formação (“benchmarks”) (2003),

“retomando os parâmetros de referência (benchmarks) europeus para a educação e a formação, definidos pela Comunicação da Comissão de 20 de Novembro de 2002, o Conselho fixa os objectivos a atingir nestas áreas até 2010, de forma a, entre outros,

Aumentar em, pelo menos, 15 % o número total de licenciados em Matemática, Ciências e Tecnologias, reduzindo simultaneamente o desequilíbrio homens-mulheres [...]”.

Na Resolução do Conselho sobre o capital social e humano — Formar o capital social e humano na sociedade do conhecimento: aprendizagem, trabalho, coesão social e igualdade dos sexos (2003), o Conselho da União Europeia recomenda que se faça uma

“[...] análise das condições de trabalho das mulheres na sociedade do conhecimento e promoção das melhorias necessárias; exploração do potencial proporcionado pelas TIC na criação de novas oportunidades de emprego, especialmente através do teletrabalho [...];

e que se proceda ao

“ destaque das consequências das diferentes escolhas feitas em função do sexo no que se refere a temas educacionais e aos subsequentes efeitos na vida profissional e social, e especial incentivo de mais mulheres a prosseguir estudos superiores sobre temas ligados à sociedade da informação; garantia de recolha de dados desagregados por sexo na utilização das TIC a fim de desenvolver indicadores relevantes”.

Postas todas recomendações, acompanhadas de desafios, de estabelecimento de parâmetros de referência, estamos, segundo cremos, nos últimos anos do século XXI, num terceiro momento de afirmação das políticas comunitárias em torno do problema género/TIC que consiste na aferição de indicadores que possibilitem a construção de quadros estatísticos para se averiguar o que, até ao momento, se foi obtendo com as recomendações feitas durante os anos noventa e primeiríssimos anos do século XXI. É assim que, por exemplo, no Guia Equal sobre a Integração da Perspectiva do Género (2004) da Comissão Europeia se faz “uma descrição passo-a-passo para as parcerias de desenvolvimento” com o intuito de se poder fazer uma “análise do impacto em função do género” sendo que este guia se destina a “analisar o acesso aos recursos”, exclusivamente no mercado de trabalho, em termos de, entre outros, no que respeito o acesso às TIC e, particularmente no:

“acesso à Internet, formação nos programas informáticos de base, percentagem de mulheres e de homens em empresas que utilizam a informática e impacto destas tecnologias nas actividades e profissões tradicionalmente masculinas ou femininas”.

No Programa de Trabalho – e-Inclusion revisited: The Local Dimension of the Information Society (2005) o Grupo de Alto Nível para o Emprego e a Dimensão Social da Sociedade da Informação (EDSSI), a partir de um Relatório EuroBarometre (de Junho de 2003), aponta os desvios de género na utilização da Internet na União Europeia:

“In all countries, men use the Internet more frequently than women”.

Estes dados, a par de outros, reaparecem no Programa de Trabalho – Health and Ageing in the Knowledge Society: Employment, social cohesion and e-health potential (2006), onde o EDSSI informa:

“According to a recent Eurobarometer survey (2005) European people using a personal computer at work (or at home for work) appreciate the positive effects of ICT in the workplace: ICT users are of the opinion that they carry out their job more effectively (87% agree), they have more skills in their job (85%) and experience more job satisfaction (63%). A slight majority also feels that ICT make it easier to combine work and personal life: 55% overall agree, but only 51% of women. A majority of employees does not see any benefit of ICT use for their career prospects: only 36% of women believe ICT improves their chances of being rewarded or promoted. Even though men seem to be in general more positive about the impact of ICT on their work, only 43% of male employees see a positive impact on their career. When asked whether ICT use at work reduces stress in their jobs, 59% disagree and only 38% agree with this statement”.

Um estudo publicado pelo Eurostat – Gender differences in the use of computers and the Internet (2007) sublinha que em todos os países da União Europeia e em todos os grupos etários:

“Men use computers more often than women; Men also use the internet more than women; More men than women have basic computer skills Relatively many more men than women are employed in computing jobs”.

Na Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Iniciativa Europeia i2010 sobre Info-Inclusão Participar na Sociedade da Informação (2007) apresentam-se propostas para a diminuição da info-inclusão relativas a uma maior utilização da Internet com esta utilização se pretendendo:

“reduzir para metade as disparidades entre o grosso da população da UE e os idosos, pessoas com deficiência, mulheres, grupos com baixo nível de formação, desempregados e regiões menos desenvolvidas”.

Em Portugal, as disparidades de género no âmbito da educação/formação em tecnologias da informação e da comunicação, entre outras áreas, estão detectadas em alguns (muito poucos) estudos sobre a problemática e aparecem vagamente expressas em documentos de índole política e mesmo nas iniciativas de base, tal como a que foi lançada com o Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal (1997), onde simplesmente, e em termos genéricos, se refere:

“Áreas de preocupação na sociedade como o equilíbrio inter-geracional, igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, igualdade de acesso independente da categoria sócio-económica da família, e redução ou eliminação dos obstáculos na integração dos cidadãos com deficiências físicas ou mentais, requerem medidas concretas para que a sociedade da informação seja uma sociedade para todos e não apenas para um subconjunto de privilegiados com base na origem económica ou na capacidade intelectual”.

No Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2001-2003 (2001) apresentam-se como prioridades:

“Promover a formação generalizada de competências básicas em tecnologias da informação, numa estratégia de combate à info-exclusão; Promover a integração curricular das novas tecnologias de informação e comunicação nas escolas e a generalização do recurso à Internet nos processos escolares de aprendizagem; Promover a integração de conteúdos relacionados com novas tecnologias de informação e comunicação nas acções de formação profissional, em particular na formação contínua; Desenvolver produtos e metodologias que garantam a utilização das tecnologias de informação e comunicação como recurso pedagógico obrigatório em todas as acções de formação profissional especial para pessoas com deficiência ou pertencentes a outros grupos desfavorecidos; Promover a disseminação e utilização das tecnologias de informação e comunicação como suporte para o desenvolvimento da formação, nomeadamente junto das entidades formadoras e profissionais de formação; Considerar a perspectiva de género no quadro das medidas referidas, incluindo as maiorções que permitam facilitar a participação das mulheres na sociedade da informação [...]”.

As metas deste Plano Nacional de Acção são:

“Ligar à Internet todos os equipamentos sociais da rede solidária e pública; Criar montras digitais no âmbito do Programa Cidades Digitais; Multiplicar, pelo menos por dez em cada ano, os conteúdos portugueses na Internet nos próximos 3 anos; Ligar à Internet todas as escolas; Atingir em 2003 o rácio de 1 computador por 20 alunos e em 2006 o rácio de 1 computador por 10 alunos, nas escolas com o 3º ciclo do ensino básico; Incentivar a produção e apoiar a aquisição pelas escolas de conteúdos educativos multimédia de qualidade a introduzir nas disciplinas dos ensino básico e secundário de modo a atingir 200 produtos certificados em 2006; Assegurar a formação técnica e pedagógica dos professores do ensino básico e secundário, na utilização, em contexto pedagógico, do equipamento informático em uso nas escolas; Incluir conteúdos nos domínios das TIC em 50% das acções de formação contínua, com um mínimo de 20 horas e com um peso na duração das acções de pelo menos 10%, nas quais importa promover a participação equilibrada de homens e mulheres; Certificar, até 2006, com o diploma de competências básicas em TIC, 2 milhões de pessoas; Intensificar a introdução de produtos multimédia nos cursos do Sistema de Aprendizagem [...]”.

Se, como dissemos, no nosso país, as disparidades de género no âmbito da educação/formação em tecnologias da informação e da comunicação, aparecem vagamente expressas em documentos de índole política e mesmo em algumas iniciativas de base, em outras ditas grandes iniciativas este problema nem sequer é tido em consideração.

Assim acontece no Programa Ligar Portugal. Um programa de Acção Integrado no Plano Tecnológico do XVII Governo: Mobilizar a Sociedade da Informação e do Conhecimento (2005); no Programa de Apoio à Política de Tecnologias de Informação e Comunicação (2007-2013) da UMIC (Agência para a Sociedade do Conhecimento/ Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior) que “tem o objectivo de acelerar o desenvolvimento sustentável de uma sociedade da informação competitiva, inovadora e inclusiva” e mesmo no recente Plano Tecnológico da Educação (2007), no qual o XVII Governo Constitucional apresenta um “programa de modernização tecnológica da escola portuguesa” com o qual se “inicia uma viragem decisiva de encontro ao que realmente importa na Escola: ensinar e aprender”. E, mesmo que neste Plano nada conste sobre a forma como se poderá diluir o fosso no acesso e no sucesso em TIC entre rapazes e raparigas, entre mulheres e homens nos sistemas de educação/formação e, consequentemente, nas novas configurações do trabalho, o Governo português considera que este Plano:

“tornará a Escola num espaço de interactividade e de partilha de conhecimento sem barreiras, certificará as competências TIC de professores, alunos e funcionários e preparará as nossas crianças e jovens para a sociedade do conhecimento. A ambição do PTE é a de colocar Portugal entre os cinco países europeus mais avançados em matéria de modernização tecnológica das escolas até 2010”.

Em Portugal, no entanto têm surgido dados e (tímidas) recomendações a propósito da necessidade de igualdade de género em TIC. Veja-se o II Plano Nacional para a Igualdade 2003-2006, no qual se admite, entre outros aspectos, que:

“Não obstante o acesso à educação ser hoje igual para ambos os sexos, continuam a verificar-se elevados níveis de participação masculina e feminina nos sectores profissionais mais tradicionais. Em áreas fundamentais e transversais para a modernização do país, como a das tecnologias de informação, persiste um défice de participação feminina. A sensibilização e a formação constituem factores estratégicos para a alteração dos comportamentos [...]”.

Vejam-se, também, os objectivos estratégicos que constam no III Plano Nacional para a Igualdade - Cidadania e Género (2007-2010), de entre os quais:

“Promover o Associativismo Empresarial de Mulheres, nomeadamente através do desenvolvimento de redes de produtos e serviços, utilizando as novas tecnologias como forma de criação de parcerias nacionais e internacionais, divulgação de práticas promissoras na área do empreendedorismo e divulgação de apoios [...]; Reforçar a realização de

acções de formação ao longo da vida, nomeadamente em tecnologias de informação e comunicação (TIC's), para uma maior capacitação das mulheres face às condições do mercado de trabalho”.

As recomendações e objectivos estratégicos que constam nos dois últimos Planos atrás mencionados em nada são descabidos se atendermos aos dados que um estudo apresentado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior Oferta e Procura de Formação em TIC no Ensino Superior [1997-1998 a 2006-2007] (2008) nos expõe:

Evolução da distribuição percentual do número de inscritos (1.ª vez) por ano lectivo e género

Género	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07
Feminino	57,9%	57,8%	60,2%	61,5%	61,5%	60,5%	59,6%	58,1%	57,6%	53,8%
Masculino	42,1%	42,2%	39,8%	38,5%	38,5%	39,5%	40,4%	41,9%	42,4%	46,2%

Evolução da distribuição percentual do número de inscritos (1.ª vez) em TIC por ano lectivo e género

Género	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07
Feminino	20,0%	19,0%	16,9%	17,6%	17,3%	16,7%	16,5%	16,2%	17,7%	15,6%
Masculino	80,0%	81,0%	83,1%	82,4%	82,7%	83,3%	83,5%	83,8%	82,3%	84,4%

Evolução de Diplomados em TIC por ano lectivo e género

Género	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06
Feminino	742	667	728	655	770	738	884	931	961
Masculino	1810	1875	2072	2075	2519	2660	3018	3215	3263

Pese embora a gravidade da situação, em Portugal, e na União Europeia, e em maior ou menor grau nos países que a integram, os desafios da Sociedade de Informação europeia para a educação, formação e o emprego, podemos dizê-lo, estão agora concentrados no que ficou acordado na Declaração de Riga – Internet for all: EU ministers commit to an inclusive and barrier-free information society (2006) na qual os ministros da União Europeia se comprometeram a fixar metas claras, nomeadamente diminuir para metade o fosso existente na utilização da Internet e na literacia digital e tornar os sítios Web públicos 100% acessíveis em 2010, até porque “estas metas poderão produzir benefícios de 35 a 85 mil milhões de euros em cinco anos”, independentemente de as mulheres, como se sabe, não estarem ainda em igualdade de circunstâncias em relação aos homens no acesso à informação - e às redes - na sociedade do conhecimento que é mediado pelas TIC.

A estratégia economicista que predomina nas últimas orientações políticas para “a igualdade de género em TIC” e a exigência de “prestação de contas”, mesmo que estas recaiam simplesmente sobre o uso generalizado da Internet e sobre o apetrechamento das organizações em termos de equipamento informático e não sobre a efectiva diluição do fosso existente entre homens e mulheres no acesso e no sucesso no âmbito das TIC, permite-nos reafirmar que nas políticas de género para a e-Inclusion tem-se vindo a considerar a problemática do género como se ela fosse neutra no âmbito das TIC, sobretudo nos últimos tempos, e como se as recomendações feitas durante os anos noventa e primeiríssimos anos do século XXI já tivessem surtido os seus efeitos. Isto não quer dizer que as políticas relativas à e-inclusão, na União Europeia, tivessem sido sempre políticas coerentes e que nesse contexto de análise se não tenham verificado omissões e a ausência de recomendações e de orientações políticas para a igualdade de género em TIC em documentos onde elas deveriam constar.

De facto, essas omissões podem ser detectadas, por exemplo, no Relatório da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu Pensar o futuro da educação - Promover a inovação através das novas tecnologias (2000); no Plano de Acção eEurope 2005: uma sociedade da informação para todos (2002); no Relatório da Comissão Europeia: Para uma Europa do Conhecimento – A União Europeia e a Sociedade da Informação (2003); no Programa eLearning para a integração efectiva das tecnologias da informação e comunicação (TIC) nos sistemas europeus de educação e formação 2004-2006 (2003); na Comunicação da Comissão Relativa à Agenda Social (2005) que se prolonga até 2010 e que tem como lema “Uma Europa social na economia global: empregos e oportunidades para todos”; na Comunicação da Comissão ao Conselho, Parlamento Europeu, Comité Económico e Social Europeu e Comité das Regiões – Desafios da Sociedade da Informação Europeia pós-2005 (2004) com a qual “a Comissão pretende lançar um grande debate político sobre a estratégia da UE para além de 2005 no domínio da sociedade da informação”; na Comunicação i2010 - Uma sociedade da informação europeia para o crescimento e o emprego (2005) e até no Pacto Europeu para a Igualdade de Género (2006). É igualmente preocupante que até nos relatórios especificamente relacionados com a problemática do género não se explicitem os desvios de género no sector das TIC. Assim acontece no Relatório sobre a igualdade entre as mulheres e os homens – 2007 da Comissão Europeia e no Relatório sobre a igualdade entre as mulheres e os homens – 2008, também ele da Comissão Europeia, entre outros.

Esta constatação da (recente) ausência de orientações políticas e de recomendações (nomeadamente para a concepção, gestão e avaliação de projectos em Género/TIC), sendo de aplicação válida para o contexto da União Europeia, adquire ainda maior pertinência quando nos lembramos que, em Portugal, não houve, até agora, a preocupação de definir um quadro político de análise coerente de “diagnóstico da situação” sobre a necessidade de se dispensar especial atenção ao acesso às TIC, por parte das jovens raparigas e das mulheres, em contextos de educação, de formação e de trabalho e não houve sequer, muitas vezes, a preocupação de se traduzir para português, e de se fazer a devida divulgação, de algumas importantes orientações políticas comunitárias.

Em Portugal, e como a análise de diversos documentos políticos no-lo permite afirmar, não houve um primeiro momento de estabelecimento de desafios para que, através da educação/formação, se pudesse, atrair as mulheres para as

profissões das tecnologias da informação, onde se encontram largamente sub-representadas, não houve um segundo momento de adopção de “parâmetros de referência” para “reduzir os níveis de desigualdade entre homens e mulheres diplomados em TIC” e, mesmo que se tenham apresentado prioridades e metas para a aquisição de competências básicas em tecnologias da informação, a omissão das disparidades de género no âmbito da educação/formação em TIC são graves. Veja-se que no Parecer do Conselho Nacional de Educação – Os objectivos futuros concretos dos sistemas educativos (2002) simplesmente se mencionou que se deve “Actualizar a definição das competências básicas para a sociedade do conhecimento, nomeadamente integrando as competências em tecnologias de informação e comunicação (TIC), concedendo maior importância às aptidões pessoais e procurando remediar o deficit de determinadas competências”, sem sequer se aludir, repetimos, à relação deficitária género/TIC.

Em Portugal, olvidadas que foram os momentos de estabelecimento de desafios e de adopção de “parâmetros de referência”, passou-se directamente para o momento actual de aferição de indicadores e de níveis de referência que possibilitem a construção de quadros estatísticos que permitam dar visibilidade e legitimidade à acção política governamental e que permitam garantir, tal como se faz no Plano Tecnológico da Educação (2007), que:

“Em 2007: Existe um computador com ligação à Internet para cada 13 alunos. Em 2010: Existirá um computador com ligação à Internet para cada 2 alunos”.

E, quanto ao fosso entre raparigas e rapazes no âmbito das TIC? Em Portugal, a e-inclusão significa, essencialmente, apetrechar as escolas de equipamento informático, ligar todas as escolas à Internet, em suma, significa equipamentos, recursos, aferição de competências, medição, estatística, competitividade...

Ora, para que se proceda a toda esta dinâmica instrumental não é de facto necessário que se tenha a preocupação de conceber, gerir e avaliar projectos educativos que tenham como finalidade a integração de mais raparigas e mulheres no sector das TIC. Na verdade, pese embora todas as recomendações, entrecortadas por omissões e contradições, existem poucos projectos que visem a diluição das desigualdades de género e a eliminação de concepções estereotipadas dos papéis sociais femininos e masculinos no âmbito das TIC. E, a escassez de projectos de investigação no âmbito da relação género/TIC é tanto mais preocupante se nos ativermos ao facto de estes projectos, e os orçamentos que os deveriam sustentar, não estarem explicitamente previstos, e sobretudo claramente recomendados, nos diversos programas-quadro da Comunidade Europeia em matéria de investigação e desenvolvimento tecnológico. Veja-se que se começa agora a recomendar, por exemplo no Programa «Aprendizagem ao longo da vida» – Convite geral à apresentação de candidaturas para 2008-2010. Actualização de 2009 – Prioridades Estratégicas, a apresentação de projectos que privilegiem actividades de investigação relacionadas com “as mulheres no domínio da tecnologia” até porque “estas actividades ajudarão os Estados-Membros a atingir os valores de referência definidos para a participação na educação e formação até 2010”.

Nesta reflexão, procurou mostrar-se como nas políticas de género para o sector das TIC no âmbito da educação/formação/trabalho se tem privilegiado uma lógica de orientação geral imbuída de enunciados valorativos como os da flexibilização, desenvolvimento, progresso, crescimento, competitividade em detrimento de uma lógica de acção baseada no diagnóstico das efectivas necessidades de formação das raparigas e das mulheres no âmbito das TIC, o que constitui uma estratégia política que se inscreve numa lógica imediata e instrumental de resposta às exigências económicas e que minoriza os discursos e as práticas das tão proclamada ideia: Aprender, Viver e Trabalhar na Sociedade da Informação: Prioridade à Dimensão Humana.

Referências documentais

ACTION PLAN – EUROPE’S WAY TO THE INFORMATION SOCIETY (1994). aei.pitt.edu/947/ (consultado na Internet em 23 de Fevereiro de 2008).

COMUNICAÇÃO SOBRE PARÂMETROS DE REFERÊNCIA EUROPEUS PARA A EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO: SEGUIMENTO DO CONSELHO EUROPEU DE LISBOA (2002). europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11064.htm (consultado na Internet em 14 de Março de 2008).

COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO, PARLAMENTO EUROPEU, COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E COMITÉ DAS REGIÕES – DESAFIOS DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO EUROPEIA PÓS-2005 (2004). europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l24262.htm (consultado na Internet em 28 de Abril de 2008).

COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO RELATIVA À AGENDA SOCIAL (2005). infoeuropa.eu/ocid.pt/opac/?func=service-media-exec&doc_library=CIE01&doc_number=000033981&me... (consultado na Internet em 08 de Maio de 2008).

COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO, PARLAMENTO EUROPEU, COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E COMITÉ DAS REGIÕES – i2010 UMA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO EUROPEIA PARA O CRESCIMENTO E O EMPREGO (2005). europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11328.htm (consultado na Internet em 28 de Abril de 2008).

COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES – INICIATIVA EUROPEIA I2010 SOBRE INFO-INCLUSÃO PARTICIPAR NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (2007). www.inr.pt/uploads/docs/programaseprojectos/InclDigitalNovembro2007.txt (Consultado na Internet em 09 de Maio de 2008).

COMMUNICATION TO THE COUNCIL, THE EUROPEAN PARLIAMENT, THE ECONOMIC AND SOCIAL COMMITTEE AND THE COMMITTEE OF THE REGIONS ON “THE IMPLICATIONS OF THE INFORMATION SOCIETY FOR EUROPEAN POLICIES. PREPARING THE NEXT STEPS” (1996). www.epractice.eu/document/2895 (consultado na Internet em 24 de Abril de 2008).

COMMUNICATION ON A COMMISSION INITIATIVE FOR THE SPECIAL EUROPEAN COUNCIL OF LISBON, 23 AND 24 MARCH 2000 – AN INFORMATION SOCIETY FOR ALL (1999). ec.europa.eu/information_society/eeurope/2002/index_en.htm (consultado na Internet em 24 de Abril de 2008).

CONCLUSÕES DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO EUROPEU DE NICE (2000). www.consiliu.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/00400-r1.%20ann.p0.htm (consultado na Internet em 14 de Março de 2008).

CONCLUSÕES DO CONSELHO SOBRE OS NÍVEIS DE REFERÊNCIA DOS RESULTADOS MÉDIOS NA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO (“BENCHMARKS”) (2003). europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11064.htm (consultado na Internet em 14 de Março de 2008).

CONSELHO EUROPEU EXTRAORDINÁRIO DE LISBOA (2000). europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c10241.htm (consultado na Internet em 14 de Março de 2008).

DECLARAÇÃO EMPREGO E POLÍTICA SOCIAL (2002). www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+TA+P5-TA-2002-0079+0+DOC+XML+V0//PT (consultado na Internet em 19 de Maio de 2008).

DECLARAÇÃO DE RIGA – INTERNET FOR ALL: EU MINISTERS COMMIT TO AN INCLUSIVE AND BARRIER-FREE INFORMATION SOCIETY (2006). v1.dpi.org/lang-en/resources/topics_detail?page=647 (consultado na Internet em 09 de Maio de 2008).

EUROSTAT – GENDER DIFFERENCES IN THE USE OF COMPUTERS AND THE INTERNET (2007). www.igov.org/index.php?id=114&parent=50&pagina=7 (Consultado na Internet em 09 de Maio de 2008).

GUIA EQUAL SOBRE A INTEGRAÇÃO DA PERSPECTIVA DO GÉNERO (2004). ec.europa.eu/employment_social/equal/data/document/gendermain_pt.pdf (consultado na Internet em 28 de Abril de 2008).

LIVRO BRANCO – CRESCIMENTO, COMPETITIVIDADE E EMPREGO. OS DESAFIOS E AS PISTAS PARA ENTRAR NO SÉCULO XXI (1993). aei.pitt.edu/view/year/1993.html (consultado na Internet em 19 de Junho de 2008).

LIVRO VERDE – VIVER E TRABALHAR NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: PRIORIDADE À DIMENSÃO HUMANA (1996). europa.eu/bulletin/pt/9607/p103230.htm (consultado na Internet em 19 de Junho de 2008).

LIVRO VERDE PARA A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO EM PORTUGAL (1997). www.posc.mctes.pt/documentos/pdf/LivroVerde.pdf (consultado na Internet em 08 de Abril de 2008).

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR (2008). OFERTA E PROCURA DE FORMAÇÃO EM TIC NO ENSINO SUPERIOR [1997-1998 a 2006-2007] www.oces.mctes.pt/ (consultado na Internet em 08 de Abril de 2008).

PACTO EUROPEU PARA A IGUALDADE DE GÉNERO (2006). www.retepariopportunita.it/Rete_Pari_Opportunita/UserFiles/Gruppo_Alto_Livello/3_INC_european_pact.pdf (consultado na Internet em 18 de Maio de 2008).

PARECER DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – OS OBJECTIVOS FUTUROS CONCRETOS DOS SISTEMAS EDUCATIVOS (2002). www.cnedu.pt/files/1176995175_Parecer_2.2002.pdf (consultado na Internet em 08 de Maio de 2008).

PLANO DE ACÇÃO EEUROPE 2002 (2000). europa.eu/information_society/eeurope/2002/action_plan/pdf/actionplan_pt.pdf (consultado na Internet em 01 de Maio de 2008).

PLANO DE ACÇÃO EEUROPE 2005: UMA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO PARA TODOS (2002). europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l24226.htm (consultado na Internet em 28 de Maio de 2008).

PLANO NACIONAL DE ACÇÃO PARA A INCLUSÃO - PORTUGAL 2001-2003 (2001). ec.europa.eu/employment_social/news/2001/jun/pt_nap_2003_pt.pdf (consultado na Internet em 01 de Maio de 2008).

PLANO TECNOLÓGICO DA EDUCAÇÃO (2007). www.escola.gov.pt/ (consultado na Internet em 02 de Dezembro de 2008).

II PLANO NACIONAL PARA A IGUALDADE 2003-2006 (2003). www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/69549241-24C4-4699-ACDA-96B7DA660658/0/IIPNIgualdade.pdf (consultado na Internet em 08 de Abril de 2008).

III PLANO NACIONAL PARA A IGUALDADE - CIDADANIA E GÉNERO 2007-2010 (2007). www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/65AEBEF6-5C48-4C07-A792-60D289FD7FDF/0/III_PNI.pdf (consultado na Internet em 08 de Abril de 2008).

PROGRAMA ELEARNING PARA A INTEGRAÇÃO EFECTIVA DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NOS SISTEMAS EUROPEUS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO (2004-2006) (2003). europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11073.htm (consultado na Internet em 28 de Abril de 2008).

PROGRAMA LIGAR PORTUGAL. UM PROGRAMA DE ACÇÃO INTEGRADO NO PLANO TECNOLÓGICO DO XVII GOVERNO: MOBILIZAR A SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO (2005). www.ligarportugal.pt/pdf/ligarportugal.pdf (Consultado na Internet em 30 de Abril de 2008).

PROGRAMA DE APOIO À POLÍTICA DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (2007-2013). www.umic.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=2804&Itemid=236 (consultado na internet em 10 de Novembro de 2008).

PROGRAMA DE TRABALHO – E-INCLUSION REVISITED: THE LOCAL DIMENSION OF THE INFORMATION SOCIETY (2005). ec.europa.eu/employment_social/news/2005/feb/einllocal_en.pdf (consultado na Internet em 18 de Junho de 2008).

PROGRAMA DE TRABALHO – HEALTH AND AGEING IN THE KNOWLEDGE SOCIETY: EMPLOYMENT, SOCIAL COHESION AND E-HEALTH POTENTIAL (2006). www.ifap.ru/library/book150.pdf (consultado na Internet em 18 de Junho de 2008).

PROGRAMA «APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA» CONVITE GERAL À APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS PARA 2008-2010 ACTUALIZAÇÃO DE 2009 - PRIORIDADES ESTRATÉGICAS. ec.europa.eu/education/llp/doc/call09/prior_pt.pdf (consultado na Internet em 10 de Novembro de 2008).

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU SOBRE O RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE AS MULHERES NA NOVA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (2003). www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A5-2003-0279+0+DOC+XML+V0//PT (consultado na Internet em 02 de Abril de 2008).

RECOMENDAÇÃO SOBRE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE MULHERES (1987). europa.eu/.../sga_doc?smartapi!celexapi!prod!CELEXnumdoc&lg=PT&numdoc=31987H0567&model=guichett (consultado na Internet em 18 de Junho de 2008).

RELATÓRIO CONSTRUIR A SOCIEDADE EUROPEIA DA INFORMAÇÃO PARA TODOS (1997). ec.europa.eu/employment_social/knowledge_society/library_fr.htm (consultado na Internet em 28 de Maio de 2008).

RELATÓRIO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU PENSAR O FUTURO DA EDUCAÇÃO - PROMOVER A INOVAÇÃO ATRAVÉS DAS NOVAS TECNOLOGIAS (2000). ec.europa.eu/education/archive/elearning/rappt.pdf (consultado na Internet em 28 de Abril de 2008).

RELATÓRIO DA COMISSÃO EUROPEIA PARA UMA EUROPA DO CONHECIMENTO – A UNIÃO EUROPEIA E A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (2003). ec.europa.eu/publications/booklets/move/36/pt.pdf (consultado na Internet em 28 de Abril de 2008).

RELATÓRIO STRATEGIES FOR JOBS IN INFORMATION SOCIETY (2000). ec.europa.eu/employment_social/knowledge_society/strategies_en.pdf (consultado em 09 de Maio de 2008).

RELATÓRIO DO CONSELHO EDUCAÇÃO AO CONSELHO EUROPEU SOBRE OS OBJECTIVOS FUTUROS CONCRETOS DOS SISTEMAS EDUCATIVOS (2001) europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11049.htm (consultado na Internet em 02 de Abril de 2008).

RELATÓRIO SOBRE A IGUALDADE ENTRE AS MULHERES E OS HOMENS (2007). www.cite.gov.pt/imgs/instrumcomunit/Relat_igualdade_entre_homens_e_mulheres2007.pdf (consultado na Internet em 14 de Março de 2008).

RELATÓRIO SOBRE A IGUALDADE ENTRE AS MULHERES E OS HOMENS (2008). www.cite.gov.pt/cite/destaques/Noticia11.htm (consultado na Internet em 14 de Março de 2008).

RESOLUÇÃO APRENDER NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: PLANO DE ACÇÃO PARA UMA INICIATIVA EUROPEIA NA EDUCAÇÃO (1996). www.europarl.europa.eu/pv2/pv2?PRG=CALDOC&FILE=970626&LANGUE=PT (consultado na Internet em 14 de Março de 2008).

RESOLUÇÃO SOBRE A EUROPA E A SOCIEDADE GLOBAL DA INFORMAÇÃO – RECOMENDAÇÕES AO CONSELHO EUROPEU E SOBRE A COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – A VIA EUROPEIA PARA A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - PLANO DE ACÇÃO (1996). www.europarl.europa.eu/pv2/pv2?PRG=CALDOC&TPV=DEF&FILE=960919&TXTLST=1&POS=1&LASTCHAP (consultado na Internet em 14 de Março de 2008).

RESOLUÇÃO SOBRE A E-INCLUSÃO - EXPLORANDO AS POTENCIALIDADES DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO PARA A INCLUSÃO SOCIAL (2001). [europa.eu.int/smartapi/cgi/sga_doc?smartapi!celexplus!prod!CELEXnumdoc&lg=PT&numdoc=32001G1018\(01\)](http://europa.eu.int/smartapi/cgi/sga_doc?smartapi!celexplus!prod!CELEXnumdoc&lg=PT&numdoc=32001G1018(01)) (consultado na Internet em 28 de Abril de 2008).

RESOLUÇÃO DO CONSELHO SOBRE O CAPITAL SOCIAL E HUMANO — FORMAR O CAPITAL SOCIAL E HUMANO NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO: APRENDIZAGEM, TRABALHO, COESÃO SOCIAL E IGUALDADE DOS SEXOS (2003). www.cite.gov.pt/imgs/resolucs/20Resol.pdf (consultado na Internet em 08 de Maio de 2008).

RESOLUÇÃO SOBRE A IGUALDADE DE ACESSO E DE PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES E DOS HOMENS NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO PARA O CRESCIMENTO E A INOVAÇÃO (2003). [europa.eu/smartapi/cgi/sga_doc?smartapi!celexapi!prod!CELEXnumdoc&lg=PT&numdoc=32003G1230\(01\)...](http://europa.eu/smartapi/cgi/sga_doc?smartapi!celexapi!prod!CELEXnumdoc&lg=PT&numdoc=32003G1230(01)...) (consultado na Internet em 08 de Maio de 2008).

RESOLUÇÃO SOBRE O FUTURO DA ESTRATÉGIA DE LISBOA, NA PERSPECTIVA DO GÉNERO (2004). www.cite.gov.pt/imgs/resolucs/22Resol.pdf (consultado na internet em 14 de Março de 2008).

Ambientes sociais em rede

Inês Amaral (inesamaral@gmail.com)

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho) e Instituto Superior Miguel Torga

Helena Sousa (helena@ics.uminho.pt)

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade – Departamento de Ciências de Comunicação da Universidade do Minho

Resumo: O presente trabalho assume como contexto teórico a mudança de paradigma social e comunicacional imposta pela web e tem como objectivo principal aferir se com as redes sociais na Web se constrói uma realidade social própria e se as práticas desenvolvidas pelos actores no contexto da rede são acções sociais ou individuais. Numa primeira fase, discute-se o tema das redes sociais, mapeando conceitos como paradigmas comunicativos, contexto dos social media, reinvenção do conceito de comunidade e noção de rede social na Internet. Num segundo momento apresentamos um trabalho empírico de caracterização da sociabilidade de comunidades em sites de social networking, que tem como objecto a dimensão social de duas micro-redes e pretende contribuir para o debate das redes sociais em ambientes online.

Palavras-chave: Paradigmas comunicativos, redes sociais, interacção social

As redes sociais na Internet são um fenómeno que se traduz numa nova forma de cultura e que implica uma (re)configuração do espaço social. Considerando que a Internet veio introduzir a metamorfose do conceito de território, parece-nos evidente que as redes sociais operam a desterritorialização da sociedade. Assumindo a mudança de paradigma social e comunicacional imposta pela web como contexto teórico, defendemos ser da máxima importância compreender as redes sociais na Web enquanto fenómeno de sociabilidade e inteligência colectiva.

Mundo offline e mundo online

A distinção que operamos entre mundos online e offline remete para o facto de que «o processo contemporâneo de desmaterialização do espaço e de instantaneidade temporal está associado ao conceito de ciberespaço» (Amaral, 2008a).

Pierre Lévy (2001) aborda o fenómeno da virtualização à luz da relação entre a comunicação virtual e as características da sociedade contemporânea. A reflexão centra-se numa tripla abordagem (definida por Lévy como o triplo interesse do livro): filosófica (o conceito de virtual e o movimento da virtualização), antropológica (o processo de hominização que nasce com a virtualização) e sociopolítica (a mutação contemporânea que nos torna actores de uma realidade acelerada).

No que concerne ao processo de virtualização, a hipótese equacionada pelo autor é contrária às ideias de «desaparecimento universal» e «ameaça de um apocalipse cultural», vaticinadas por Jean Baudrillard e Paul Virilio respectivamente (Lévy, 2001, p. 11). É a defesa de que a virtualização não opera uma «desrealização geral» mas uma «procura da hominização» (Id, Ibid). Nesta perspectiva, «a proposta de Lévy centra-se na comunicação virtual enquanto elemento de um processo que abrange toda a vida social, sublinhando aspectos como a diferenciação entre o virtual e o real, a dimensão económica da comunicação, a desterritorialização e a problemática da temporalidade associada ao movimento de virtualização» (Amaral, 2008a).

A distinção entre os dois mundos (online e offline) centra-se então na questão da presença e no sentido temporal. O novo contexto espaço-temporal em que se verifica a “compressão” (ou supressão?) do tempo e do espaço remete para a não-presença física e uma relatividade tempo, mas o virtual não é sinónimo de ausência de existência. «De acordo com a tese de Lévy, o virtual não tem um território espacio-temporal, mas produz efeitos. Senão vejamos: onde se localiza uma conversa telefónica? Onde se situa uma transmissão televisiva? Podemos dizer exactamente onde estamos durante uma viagem aérea? Surge a premissa da desterritorialização, que remete para a inexistência ou relatividade do lugar. Neste sentido, a virtualização é uma espécie de “êxodo”» (Id, Ibid).

Pensar o virtual enquanto uma metáfora de presença, na sua condição espacio-temporal, remete para a ideia de desterritorialização. Verifica-se uma deslocação e uma desapropriação do tempo e do espaço tradicionais, sendo que a conexão e a sincronização substituem estas unidades. A propósito desta temática, Silva (1999) desenvolveu a ideia da Internet enquanto lugar antropológico: «este novo espaço com áreas de privacidade - um novo mundo virtual ou mundo mediatizado - é um suporte aos processos cognitivos, sociais e afectivos, os quais efectuem a transmutação da rede de tecnologia electrónica e telecomunicações em espaço social povoado por seres que (re)constróem as suas identidades e os seus laços sociais nesse novo contexto comunicacional. Geram uma teia de novas sociabilidades que suscitam novos valores. Estes novos valores, por sua vez, reforçam as novas sociabilidades. Esta dialéctica é geradora de novas práticas culturais».

Os lugares e não-lugares são uma nota dominante do espaço social, seja no contexto do mundo virtual ou do mundo físico (Augé, 1994 apud Silva, 1999). «Existe na Internet a dimensão de espaço antropológico construído pela transferência simbólica e relacional, através da virtualização, ou seja, os símbolos e os processos relacionais constituintes do espaço social são transferidos para o espaço de fluxos infocomunicacionais, a que se tem vindo a dar o nome de espaço virtual» (Id, Ibid). Nesta perspectiva, entendem-se os não-lugares na rede como espaços de passagem (um motor de busca, por exemplo) para

lugares com potencial social orgânico, onde se verificam laços sociais. Ainda que distintas da estrutura tradicional, estabelecem-se relações sociais e laços, tal como se evidencia o capital social de grupos associados em interações mediadas por computador.

Efectivamente, a Internet criou uma ideia metamórfica da territorialidade. Neste contexto, o conceito de espaço é fruto da construção de sistemas de representação partilhados e simbólicos de dinâmicas sociais. São estes elementos que permitem criar identidades conjuntas e o sentido de grupo. Silva (1999) caracteriza a nova espacialidade como «inteiramente abstracta, que é reforçada pelas metáforas de navegação e de site (lugar). Gera-se uma proximidade que nada tem a ver com a proximidade geográfica, mas sim com a proximidade representacional que promove a ideia de comunidade». Daqui decorre que o ciberespaço é a desterritorialização da sociabilidade.

Sociabilidade na rede

Um dos pressupostos deste trabalho é o de que com a Internet surgem novas formas de sociabilidade, directamente associadas à (r)evolução técnica que permite a interacção social, mediada por computador, sem limitações geográficas. Importa neste ponto definir o conceito de sociabilidade, no contexto tradicional, para que seja possível transpô-lo para a dimensão virtual.

O conceito de sociabilidade em Baechler (1995, p. 57 apud Marcelo, 2001) surge como «a capacidade humana de estabelecer redes através das quais as unidades de actividades, individuais ou colectivas, fazem circular as informações que exprimem os seus interesses, gostos, paixões, opiniões». Ferréol (2007, p. 97) sublinha que «quando se raciocina em termos de redes (...) o vocábulo mais adequado é o de sociabilidade». O mesmo autor considera que «o estudo dos fenómenos de mobilização inscreve-se nesse quadro e integra estruturas de controlo e estratégias de troca. As primeiras são de natureza normativa (interiorização), coercitiva (submissão), institucional (delegação de poder) ou “accional” (participação); as segundas respondem a diversas finalidades (inclusivas ou exclusivas)». Entende-se então por sociabilidade a capacidade para construir redes suportadas na relação social entre vários indivíduos.

Marcelo (2001), assumindo como suporte a teoria de Thompson (1995), elenca as formas tradicionais de sociabilidade e distingue a «interacção face a face» (em contexto de co-presença), «interacção mediada» (via dispositivos técnicos, como o telefone), «interacção quasi mediada» (o processo de relação social estabelecido através dos meios de comunicação de massas).

Goffman defendeu a ideia de que as formas de interacção social de co-presença só podem ser analisadas à luz da concepção de grupo e encontro. Como nota Marcelo (2001), «o conceito de encontro adquire contornos muito específicos, na medida em que a interacção só ocorre quando as partes envolvidas estão fisicamente na presença uma da outra. Pelo contrário, o conceito de grupo mantêm-se ainda que os seus membros não estejam juntos, ou seja, ainda que os seus elementos não estejam fisicamente presentes». Goffman trabalhou nesta perspectiva a noção de interacção face a face. Nesta perspectiva, Giddens (Marcelo, 2001) considerou que as relações sociais que são estabelecidas em contexto presencial se centram no corpo e se situam no tempo e no espaço. A este propósito atente-se em Marcelo: «o “aqui” do corpo refere-se não às coordenadas de espaço, mas a uma situação activa do corpo orientado para um conjunto de fins que pretende alcançar, naquele momento específico». Fazendo uma analogia com o espaço virtual, consideramos evidente que as interacções sociais mediadas por computador ampliam e reconfiguram o conceito de sociabilidade e de relação social.

Miller (1995 apud Marcelo, 2001) estabeleceu uma comparação entre os estudos de Goffman e a realidade do mundo virtual: «apesar da interacção estabelecida através da comunicação electrónica não poder ser analisada, strictu sensu, na perspectiva de Goffman, isto não impede que as “personal homepages” se considerem «new kinds of personal presentation» (1995, p. 4) de um novo medium, o que implica que o “eu” apresentado através das web pages não seja muito diferente do “eu” apresentado em outras formas de interacção» (Marcelo, 2001). No entanto, parece-nos evidente que a questão do contexto da interacção e do novo conceito espaço-temporal influenciam as formas de relação social. É nesta medida que defendemos a evolução de paradigma sócio-comunicacional.

A mudança de paradigma sócio-comunicativo

As novas tecnologias trazem ao Homem um novo desafio: o de reequacionar a realidade e reelaborar a imagem do “eu” e do que o rodeia. A comunicação enquanto processo de interacção e vice-versa é uma ideia central na análise das tecnologias multimédia. Este fenómeno estabeleceu novos conceitos de espaço e tempo na interacção social – dos quais emergem novas e diferenciadas formas de sociabilidade.

Não se pode pensar a tecnologia num contexto diferente do da sociedade, como um elemento isolado. Pierre Lévy (1994) propõe o conceito de «tecnologia intelectual» para estudar a forma como a técnica afecta a nossa memória social e colectiva – as formas de sociabilidade. O autor enumera três tecnologias intelectuais que se sucederam: a oralidade, a escrita e a informática, sublinhando que cada uma influenciou a sua era.

A emergência das novas tecnologias origina uma mudança no imaginário humano, na medida em que transforma a natureza das relações dos homens com a tecnologia e entre si. Lévy (1994, 2001) defende uma relação directa entre subjectividade e tecnologia. De acordo com o autor, a técnica influencia o humano de forma determinante, já que fornece referenciais que moldam a nossa representação do mundo e de com ele interagir. Neste sentido, o conceito de tecnologia

intelectual remete para a premissa de que as noções de tempo e espaço das sociedades humanas são alteradas pelo dispositivo técnico. Enquanto a oralidade originou a noção de tempo circular e a escrita gerou o tempo linear, o “aqui” e o “agora” são o tempo criado pela informática. Lévy (1994) chama-lhe «tempo pontual».

O autor considera que as tecnologias intelectuais originam mudanças no imaginário – alterações na forma como as pessoas se relacionam entre si e com a própria tecnologia – e fazem surgir novos meios de sociabilidade (diferentes, mas estruturalmente semelhantes). Na perspectiva de Lévy, as tecnologias intelectuais relacionadas com a informática estão a reavivar uma modalidade de pensamento eminentemente imagético e desterritorializado – características geralmente associadas à tecnologia intelectual da oralidade.

Efectivamente, as tecnologias intelectuais fazem parte da vida do Homem e da sua História. O nosso funcionamento intelectual remete para diferentes línguas e linguagens, sistemas lógicos e de significação que se desenvolveram com as comunidades que nos precederam, constituindo uma verdadeira «inteligência colectiva» (Lévy, 2001). A base fundamental deste conceito remete para um reconhecimento mútuo dos seres humanos enquanto constituintes de uma sociedade, considerando a multiplicidade da sua História, os seus conhecimentos e as suas capacidades. A «inteligência colectiva» cria a perspectiva de um laço social construtivo e cooperativo, onde cada um pode colaborar. A mudança de paradigma já começou.

Kerckhove (1997) defende a ideia de que se opera uma mudança de paradigma social e comunicativo que está directamente relacionada com a tecnologia: «a mudança de controlo do produtor/emissor para o consumidor/utilizador transformará uma minoria de utilizadores nos seus próprios produtores, ou “prosumidores”» (1997, p. 95).

Este contexto de mudança que Kerckhove postula centra-se numa reformulação do tradicional processo de comunicação motivado por alterações nos vectores tecnológicos e ideológicos. Note-se que as transformações no campo técnico se reflectem nas mentalidades e vice-versa. Nesta perspectiva consideramos que se vive «o início do paradigma da individualização, com o progressivo processo de informatização geral da sociedade. Este paradigma traduz-se na possibilidade do receptor ser também emissor, assumindo-se assim como um modelo de personalização. A transição da massificação para a individualização da comunicação permite a materialização da metáfora da «aldeia global», postulada por Marshall McLuhan, e reafirma o processo de comunicação como interacção e vice-versa» (Amaral, 2008a).

A transição de paradigma da comunicação interfere directamente na dimensão social. Por outro lado, a passagem da Cultura de Massas para a era da Cibercultura não sintetiza um processo de exclusão. Não defendemos que um novo paradigma implique a anulação do anterior, mas antes que traduz uma adaptação. «Essencialmente no decorrer da última década, os vectores de mudança remeteram para uma transição da massificação para a individualização, permitindo uma progressiva transformação da era da informação em era da pós-informação» (Amaral, 2008a).

O ciberespaço permite um dispositivo de «comunicação todos-todos», por oposição aos media tradicionais/clássicos – «relação um-todos» (Idem, pp. 108, 109). A comunicação recíproca é possível no telefone («relação um-um» (Id, Ibid)), mas não permite a construção de um contexto comum, «nem uma visão global do que se passa no conjunto da rede» (Id, Ibid). O ciberespaço, onde o indivíduo é potencial receptor e emissor, permite a exploração de um espaço de comunicação que remete para uma rede de significações, que «está entregue à partilha e à reinterpretação dos participantes em dispositivos de “comunicação todos-todos”» (Id, Ibid). É neste sentido que o ciberespaço é um operador de inteligência colectiva, que implica um sujeito colectivo.

Na perspectiva de Kerckhove, «a nossa relação de sentido único, frontal, com o ecrã do televisor trouxe a cultura de massas. O ecrã de computador, ao introduzir modalidades de interactividade bidireccional, aumentou a velocidade. O efeito dos hipérmedia integrados será a imersão total. Estamos à beira de uma nova cultura profunda que está a tomar forma durante os anos noventa. De todas as vezes que a ênfase dada a um determinado meio muda, toda a cultura se move» (1997, pp. 175-176).

Estamos na era dos novos media (a difusão da mensagem dos meios de comunicação profissionais através da rede) e dos self media (a informação não profissionalizada produzida pelo utilizador comum) e numa fase em que a individualização é uma evidência. O receptor foi agora convertido em utilizador, com possibilidade de personalizar e mediar a comunicação num contexto colectivo que se assume como um novo universo de interacção e sociabilização: o ciberespaço.

O paradigma da individualização da comunicação (traduzindo a personalização) é, do ponto de vista social, equivalente a um novo paradigma colectivo que nasce com os social media.

Social media: ferramentas ao serviço do colectivo

O paradigma da individualização/personalização e do colectivo traduz a ideia de «inteligência colectiva» de Lévy (2001) e remete para o contexto de comunidade, muito em voga com a vertente Web 2.0 – que Tim O’Reilly (2005) definiu como uma nova geração de aplicações e serviços de Internet centrados no utilizador, promovendo os “prosumidores”.

O cenário da Web 2.0 é hoje a materialização do hipérmedia frenético que Kerckhove (1997) postulava, remetendo para uma nova geração de Internet em que o utilizador é efectivamente pró-activo, com ferramentas que permitem a partilha de conteúdo, a difusão à escala mundial e a associação de utilizadores em contexto de redes de interesses. Os social media são as ferramentas que impulsionaram a mudança. São softwares sociais, ou seja, que potenciam a interacção social. Facebook, YouTube, Wikipedia, Second Life... independentemente da plataforma, permitem ao utilizador em simultâneo a

capacidade de individualização (no sentido da personalização) da comunicação e a vertente de dimensão colectiva (em estruturas de pertença).

Monty Metzger afirmou em 2007, numa conferência sobre media, que «o mundo está a ficar mais próximo». Numa clara alusão à metáfora “We the Media” que Dan Gillmor postulou em 2005, Metzger considera que os social media assumem a responsabilidade da Web se ter sociabilizado. Com a Web 2.0 nasceu a Geração C (User Content Generation) ou o Consumer 2.0 que resume um conjunto de elementos (todos interligados): «conteúdos, conversação, comunidade, controlo, co-autoria, ligação, comunicação, canal, criatividade» (Amaral, 2008b). Os social media são então plataformas que permitem propiciar ambientes sociais, de partilha, e ultrapassam as primeiras ferramentas de auto-edição no sentido em que conciliam a personalização com o colectivo. Consideramos que se assumem como ferramentas que propiciam a emergência de redes sociais.

Nesta perspectiva da Internet como uma esfera tecnosocial, Cavanagh (2007) apresentou o conceito de comunidade na era digital como estando posicionado num ponto de intersecção entre geografia, comunicação e cultura. Do ponto de vista sociológico, a autora considera que existem duas questões em debate: a relação entre a Internet com a vida offline e as comunidades offline; e a intersecção entre o físico e o espaço electrónico. Cavanagh afirma que o novo cenário digital enuncia duas perspectivas de estudo: a natureza das comunidades online e como é que estas podem representar o mesmo papel integrativo/integrante das comunidades tradicionais¹; a representação dos lugares físicos (onde vivemos) e a análise de como é que os conceitos de fluxos e de espaços, que Castells (2003) postulou, se (inter) relacionam.

De facto, o conceito de comunidade é actualmente central no estudo dos espaços que proliferam pela rede. Johnson (2001) defendeu a ideia de inteligência emergente para abordar o fenómeno das comunidades virtuais. Numa perspectiva similar, Surowiecki (2004) conceptualizou a sabedoria das multidões e caracterizou a inteligência colectiva no ciberespaço recorrendo a vários elementos: «diversidade de opiniões entre os indivíduos que formam o grupo, independência de critério, certo grau de descentralização que permite a existência de sub-grupos dentro do colectivo, e a existência de algum mecanismo de inclusão dos juízos individuais numa decisão colectiva» (Amaral, 2008b).

Internet e a reinvenção do conceito de comunidade

A noção de comunidade foi evoluindo ao longo dos tempos, como notou Ferdinand Tönnies (1985 apud Recuero, 2003). O autor distinguiu comunidade do conceito de sociedade, que considerou ter sido criado pela vida moderna. Para Tönnies a comunidade (Gemeinschaft) resumia o passado e era orgânica, implicando interacções sociais. Já a sociedade (Gesellschaft) era mecânica, sendo fruto da modernidade e traduzindo a sua frieza e egoísmo.

Em Weber (apud Recuero, 2003) o conceito de comunidade está directamente relacionado com a orientação à acção social. Nesta perspectiva, verifica-se que na comunidade há ligações, sejam elas emocionais, afectivas ou tradicionais (Amaral, 2007).

Considerado o pai das comunidades virtuais, Howard Rheingold (1996) justifica o aparecimento destes agregados pela expansão das novas tecnologias e devido ao progressivo desaparecimento dos espaços de interacção no mundo offline. A propósito desta questão, Oldenburg (1997 apud Hamman, 1999) equaciona o progressivo fim das comunidades tradicionais devido ao desaparecimento dos great good places: «os terceiros lugares na vida quotidiana, a par do lar e do trabalho, onde os laços sociais que sustentam as comunidades seriam formados. A decadência dos chamados “terceiros lugares” deve-se à industrialização, por assim dizer, da vida quotidiana» (Amaral, 2007, p. 15).

A comunidade virtual nasce da evolução natural do conceito e da sua adequação ao contexto do ciberespaço. Identidade, sociabilidade e a noção de consciência colectiva são três aspectos que as comunidades virtuais reconfiguram da noção tradicional e que se assumem como o pilar dos grupos online.

Recuero (2003) apresentou comunidade virtual como a definição para «os agrupamentos humanos que surgem no ciberespaço, através da comunicação mediada por computador». A questão geográfica esbate-se e a construção social partilhada torna-se um elemento de destaque. Serão então as comunidades virtuais sinónimo de redes sociais na Internet? Adoptando a perspectiva de Recuero (2006), consideramos que as comunidades virtuais são antes tipos de redes sociais. Mas antes de conceptualizar ideias sobre redes sociais na web importa contextualizar a temática.

Redes sociais e Web

«A cooperação é o processo formador das estruturas sociais», defende Recuero (2006). Decorrendo desta premissa, compreendemos redes sociais como redes de comunicação que interligam indivíduos com laços comuns e potenciam uma estrutura dinâmica de relações interpessoais, sem que todos os indivíduos estejam directamente ligados mas antes em rede. Nesta perspectiva, «a organização de uma rede social compreenderia a totalidade de relações de determinado grupo» (Recuero, 2005b). Logo, as redes sociais nascem directamente de interacções sociais entre membros do mesmo grupo ou de grupos diferentes. É neste sentido que entendemos a diferença entre rede social e comunidades.

¹ Cavanagh defende que esta abordagem tende para uma perspectiva de divisão entre o virtual e o real, com o propósito de procurar compreender os impactos entre/em ambos os “mundos”.

Castells (2003, p. 607) afirma que «as redes são estruturas abertas, capazes de se expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar dentro da rede, nomeadamente, desde que partilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objectivos de desempenho)».

Thacker (2004, p.5 apud Recuero, *Ibid*) considera que a natureza das redes sociais se baseia em três princípios: conectividade (a ideia de que tudo está ligado e nada acontece de forma isolada), ubiquidade (as ligações acontecem permanentemente), universalidade (as redes são universais e justificam muito fenómenos). A estrutura, a organização e a dinâmica são os três elementos que permitem analisar estes princípios, atendendo a questões de representação espacial, hierarquia social e do factor tempo.

Para Garton et al (1997 apud Recuero, 2005) o estudo das redes sociais foca principalmente as relações entre pessoas e os padrões dessas relações. Watzlavick, Beavin e Jackson (2000 apud Recuero, 2008) destacam que a interacção social é uma manifestação de carácter comunicativo com reflexo social.

Watts (2003 apud Recuero, 2005) considera que a análise de redes sociais parte de duas visões possíveis do objecto de estudo: «whole networks» e «ego-centered networks». A primeira centra-se no estudo baseado na relação estrutural da rede com o grupo social; a segunda procura entender o papel social do indivíduo através das posições que ele tem na rede.

As ligações entre dois actores de uma rede social traduzem-se nos laços sociais: «a estrutura de uma rede social compreende aquilo que ela possui de mais permanente, ou ainda, o resultado de interações repetidas. Trata-se de uma sedimentação dessas trocas que pode ser observada através dos laços sociais e do capital social» (Id, *Ibid*).

Segundo Pierre Bourdieu (apud Recuero, *Ibid*), o capital social é gerado pelas relações sociais entre indivíduos. Bertolini e Bravo (2004) contextualizam a noção de capital social a dois níveis: relações individuais e relações colectivas. A partir desta ideia as autoras desenvolvem uma perspectiva multidimensional que assenta em cinco dimensões: capital social relacional (relações que se estabelecem entre indivíduos); capital social cognitivo (relação com a transmissão e aquisição de conhecimentos); capital social normativo (regras que devem ser seguidas por um determinado grupo social); capital social de confiança no ambiente social (o nível de confiança que o indivíduo deposita num determinado ambiente social); capital social institucional (a instituição em que o grupo está inserido) (Bertolini e Bravo, 2004; Recuero, 2006).

Na nossa perspectiva, a noção de capital social está directamente associada a um conceito de cultura de redes, estabelecido através dos laços que ligam indivíduos. De acordo com Recuero (2008, p. 66), «um laço é composto por relações sociais que, por sua vez, são constituídos por interações sociais». A este propósito, Granovetter (1973, p. 1361 apud Recuero, *Ibid*) distingue laços sociais fortes de laços sociais fracos pela proximidade. Note-se que o estabelecimento de laços implica dinamismo na rede, ou seja, implica que exista a noção de tempo.

A evolução dos estudos sobre redes sociais está directamente relacionada com a progressão tecnológica. Recuero (2005) afirma que «a novidade das novas abordagens sobre redes e sua possível contribuição para o estudo das redes sociais está no facto de perceber não como determinada e determinante, mas como mutante no tempo e no espaço».

A Internet assume-se actualmente como um novo espaço de sociabilização. Castells (2003) referiu a ideia da web como «um espaço de espaços». Daqui se infere que as redes sociais na web nascem da interacção mediada por computador e a nova sociabilidade compreende-se na medida em que através de ambientes espaço-temporais distintos, é possível gerar laços sociais. No entanto, as relações sociais que se geram entre os actores sociais são claramente diferenciadas, na medida em que o espaço da nova sociabilidade, das interações mediadas por computador, é o «território virtual» (Recuero, 2008, p. 69).

Gabriela Zago (2008) considera que no contexto da Web, a importância do capital social se desenha com base numa estrutura tripla: construção da reputação online, difusão de informações e criação e manutenção de laços sociais. A questão da visibilidade social online está directamente associada a uma ideia de status/reputação, que se centra na partilha e nas ligações com o outro. Neste contexto, Recuero propõe um estudo que passe «pela análise dos laços sociais construídos entre os actores sociais da rede, pelas interações que constituem esses laços e pelo capital social produto do mesmo» (2008, p. 66).

As ferramentas de interacção social na web melhoram a produtividade mas, sobretudo, a conectividade social. A inteligência colectiva numa perspectiva de rede traduz-se «o conhecimento conjunto que resulta de escolhas descentralizadas e considerações de grupos de participantes independentes» (Tapscott e Williams, 2007, p. 50).

Caracterização de Sociabilidade em micro-redes

Nesta secção apresentamos um trabalho empírico de caracterização da sociabilidade de comunidades em sites de social networking. Trata-se de um estudo exploratório que visa contribuir para o debate das redes sociais em ambientes online e que se enquadra no contexto de um projecto de doutoramento em curso.

O objecto de estudo é a dimensão social de duas micro-redes (redes temáticas que fazem parte de uma escala macro – conceito que definimos com base na plataforma tecnológica). Adoptamos neste trabalho a perspectiva de Beavin e Jackson (2000 apud Recuero, 2008), considerando que a interacção social traduz uma manifestação de carácter comunicativo com reflexo social. Neste sentido, a dimensão social das micro-redes resume interações sócio-comunicativas.

O objectivo deste estudo exploratório é aferir se nestes espaços se constrói uma realidade social própria e se as práticas desenvolvidas pelos actores no contexto da rede são acções sociais ou individuais. As micro-redes em análise são um grupo do Flickr subordinado à temática dos crafts (“Superzíper”²) e o fórum português do Bookcrossing³.

1). Características das macro-redes

Bookcrossing

O Bookcrossing⁴ foi criado pelo norte-americano Ron Hombaker, em Março de 2001. Este site tem como objectivo incentivar as pessoas a libertarem os seus livros pelo mundo. Hombaker é dono de uma empresa de software e criou esta plataforma para fazer do mundo uma biblioteca. Esta comunidade de leitura e de partilha tem por base uma plataforma que permite aos utilizadores e gerirem uma estante de livros.

O lema do Bookcrossing é “read, registre and release”. A ideia de ler e libertar faz com os livros registados pelos membros desta comunidade andem em viagem permanente. Seja porque são libertados nalgum sítio, ou porque fazem parte de bookrings (livro emprestado a um conjunto de pessoas, mas que depois regressa ao seu dono), bookboxes (caixas onde inicialmente é colocado um determinado número de livros e é enviada por correio a um conjunto de utilizadores que se inscrevem; cada membro desta cadeia pode retirar da caixa os livros que entender, desde que reponha o mesmo número), booktrays (livro que é emprestado e que vai seguindo viagem continuamente, sem nunca mais regressar ao dono) ou são dados num acto de RABCK (“Random Act of BookCrossing Kindness”). Esta plataforma disponibiliza ainda aos seus utilizadores fóruns, serviço de mensagens privadas, recomendações e críticas de livros, diversas listagens (dos livros mais viajados, dos preferidos dos membros, dos que foram libertados recentemente, dos membros geograficamente divididos...). Para além de ser “libertados” em qualquer espaço do mundo offline, as viagens dos livros registados no Bookcrossing são possíveis através do envio pelo correio.

Os primeiros meses de existência do Bookcrossing registavam uma média de trocas de cerca de 100 livros por mês. Entretanto, os media tradicionais descobriram o fenómeno e deram-lhe o impulso necessário. Actualmente, o site regista 726,375 membros e 5,233,482 livros registados⁵. A comunidade Bookcrossing divide-se ainda em tribos geográficas e de interesses, tendo estas como base os fóruns⁶ do site. Os bookcrossers portugueses têm como ponto de encontro o fórum em português⁷ e, ocasional e geograficamente, promovem encontros no mundo offline. A comunidade portuguesa regista 10466 membros⁸.

1.2). Flickr

A plataforma Flickr⁹ é um serviço de partilha de imagens e vídeos que permite aos utilizadores criar fotoblogs (weblog cujo conteúdo principal são fotografias) e videoblogs (amplia o conceito de fotoblog ao vídeo), apresentando algumas ferramentas de edição das imagens, sistema de comentários, apontamento de notas directamente nas imagens, categorização de fotografias e vídeos, tagging das imagens e vídeos, estatísticas, grupos de discussão. Em Agosto de 2005 este software social foi comprado pelo Yahoo¹⁰.

A possibilidade de partilha de imagens e vídeos tem sido alargada pelos grupos de discussão. Os utilizadores podem ter contas gratuitas ou pagas, diferindo o volume de upload mensal possível. É possível ter álbuns e colecções de álbuns, enviar fotografias e vídeos para grupos, colocar imagens e vídeos no corpo das mensagens nos grupos, comentar nos conteúdos de outros utilizadores e nos próprios, classificar geograficamente o conteúdo, adicionar conteúdos aos favoritos, colocar notas nas imagens, adicionar outros como contacto (sendo possível personalizar o contacto: simples, amigo e família), e consultar estatísticas. É ainda possível classificar o conteúdo consoante várias licenças disponíveis.

Não há informação do número de utilizadores registados no Flickr.

2). Características das micro-redes

2.1). Fórum português no Bookcrossing

O acesso ao fórum português no Bookcrossing é livre, no entanto o registo de mensagens ou a resposta a tópicos activos implica um registo no site. A estrutura é a de um fórum normal, apresentando as mensagens pelo título com a indicação do autor, números de respostas e data do último registo a ter sido inserido. Os tópicos são apresentados do actualizado mais recentemente para o último.

Cada página do fórum regista um total de 50 tópicos (cada um com o seu número de respostas), sendo que estão disponíveis seis páginas. Não existe arquivo visível para além das últimas 300 mensagens actualizadas. No entanto, é

² Endereço na web: <http://www.flickr.com/groups/superziper/>

³ Endereço na web: <http://bookcrossing.com/forum/19>

⁴ Endereço na web: <http://www.bookcrossing.com>

⁵ Estatística registada a 22 de Novembro de 2008.

⁶ Acesso a cada fórum no endereço: <http://www.bookcrossing.com/forum>

⁷ Disponível no endereço: <http://bookcrossing.com/forum/19>

⁸ Estatística registada a 22 de Novembro de 2008.

⁹ Endereço na web: <http://www.flickr.com>

¹⁰ Endereço na web: <http://www.yahoo.com>

possível realizar uma pesquisa (por nome de utilizador ou conteúdo) e ordená-la por relevância ou data. Também na página pessoal de cada utilizador há um registo de quantas mensagens foram inseridas nos fóruns. Esse número é apresentado sob a forma de hipertexto, pelo que é possível aceder a uma área de inventário das mensagens por fórum, título, data e respostas obtidas.

O Bookcrossing não disponibiliza estatísticas de quantos utilizadores já participaram no fórum nem tão pouco de quantas mensagens foram inseridas.

Paralelamente à actividade do fórum, está disponível na web um site¹¹ criado por utilizadores portugueses para apoio aos bookcrossers lusos. Na nossa perspectiva, este espaço serve como suporte a alguns dos assuntos discutidos no fórum assim como à utilização do fórum por parte de novos utilizadores.

2.2). Grupo “Superzíper” no Flickr

O grupo Superzíper, alojado na plataforma Flickr, é apresentado como «Um grupo para se discutir os temas que já foram post no superziper.com¹²» Trata-se de um grupo sobre artesanato urbano (crafts) de língua portuguesa, que associa utilizadores de nacionalidade brasileira e portuguesa, e baseia-se no blog no qual as duas administradoras publicam entradas relacionadas com a temática geral do grupo.

O acesso ao grupo é livre mas a participação (adicionar imagens e/ou vídeos e publicar mensagens) implica ter uma conta no Flickr e ainda adicionar-se ao grupo (para tal basta aceitar as regras do grupo).

Actualmente estão registados 1251 utilizadores¹³, contabilizando-se 87614 itens na pool (galeria) do grupo e 60715 tópicos. A lógica da área de discussão é idêntica à dos fóruns normais, sendo que na primeira página são apresentados os últimos tópicos a terem sido actualizados. Existe um link que permite ver mensagens na página inteira e cada uma apresenta 20 tópicos. É ainda possível percorrer todas as páginas de mensagens e fazer pesquisa numa caixa própria.

A estrutura da galeria do grupo é semelhante ao fórum: na primeira página são apresentados os últimos 12 conteúdos adicionados (imagens e/ou vídeo); em cada página são registados 30 conteúdos; é possível navegar por todas as páginas da galeria. Existe ainda um link para adicionar conteúdos (tal como existe a possibilidade de adicionar tópicos na área de discussão). Está visível na área da galeria os cinco utilizadores que têm mais fotografias no grupo e as cinco tags mais utilizadas para classificar o conteúdo. Também é possível aceder à listagem das tags que categorizam todo o conteúdo disponível na galeria.

O grupo tem ainda as funcionalidades, à semelhança dos restantes espaços de discussão no Flickr, de ver todo o conteúdo da galeria em formato de slideshow e de recomendar o espaço por email.

3). Método

O propósito deste estudo exploratório é verificar se nestes espaços se constrói uma realidade social própria e também se as práticas desenvolvidas pelos actores no contexto da rede são acções sociais ou individuais. Atendendo a este objectivo, o nosso trabalho centra-se na identificação, tipificação e avaliação das interacções sociais através da comunicação mediada por computador estabelecida em contexto dos fóruns de discussão.

A metodologia utilizada foi a análise semântica de mensagens com vista a compreender o significado das mensagens, interacções sociais e o seu conteúdo. Optámos por implementar uma grelha de análise. O instrumento de observação desenhado assenta nos seguintes elementos:

- a). relações de cooperação: processo de interacção/diálogo que evidencie colaboração entre membros da rede;
- b). relações de conflito: processo de interacção/diálogo que evidencie diferenças/choque de ideias;
- c). mensagens off-topic direccionadas a acções sociais: criação de mensagens fora do contexto da temática geral do espaço e do tópico para discutir assuntos que promovam acções sociais (conjuntas);
- d). mensagens off-topic direccionadas a acções individuais: criação de mensagens fora do contexto da temática geral do espaço e do tópico para discutir assuntos que promovam acções do próprio indivíduo;
- e). sentimento de pertença ao grupo: referência ao grupo como território simbólico;
- f). reconhecimento de reputação social próprio: referência a status social do próprio utilizador;
- g). reconhecimento de reputação social do outro: referência a status social de outros utilizadores;

3.1) Amostra

Foi realizada uma selecção aleatória de cinco tópicos (e respectivas respostas) em cada fórum.

¹¹ Endereço na web: <http://www.bookcrossing-portugal.com/>

¹² Endereço na web: <http://superziper.blogspot.com/>

¹³ Estatística registada a 22 de Novembro de 2008.

¹⁴ Estatística registada a 22 de Novembro de 2008.

¹⁵ Estatística registada a 22 de Novembro de 2008.

Código do tópico	Título do tópico	Número de respostas	Data do tópico	Data da última resposta
a1	Handmade Nation Movie ¹⁶	12	05 de Outubro de 2008	16 de Novembro de 2008
a2	Vocês costuram à máquina ¹⁷	72	20 de Junho de 2007	23 de Agosto de 2007
a3	Alguém vai? ¹⁸	4	19 de Novembro de 2008	21 de Novembro de 2008
a4	Amazon Japan ¹⁹	19	29 de Agosto de 2008	23 de Setembro de 2008
a5	Máquina de costura portátil ²⁰	8	14 de Julho de 2008	26 de Outubro de 2008

Tabela nº 1 - Amostra seleccionada no grupo “Superzíper”

Código do tópico	Título do tópico	Número de respostas	Data do tópico	Data da última resposta
b1	[OT] - desanimada? Isso já passou à história, com tantos mails de incentivo... ²¹	44	15 de Novembro de 2008	20 de Novembro de 2008
b2	Ring - Baunilha e Chocolate - Sveva Modignani ²²	29	06 de Janeiro de 2007	20 de Novembro de 2008
b3	É Natal, É Natal, É Natal Artesanal... ²³	42	28 de Outubro de 2008	19 de Novembro de 2008
b4	[OT] O divã do BC'er (serviço gratuito) ²⁴	19	13 de Novembro de 2005	19 de Novembro de 2008
b5	(O.T.) A. Lobo Antunes por ele próprio ²⁵	3	03 de Novembro de 2008	14 de Novembro de 2008

Tabela nº 2 – Amostra seleccionada no fórum português do Bookcrossing

4). Apresentação e discussão dos resultados

A implementação do instrumento de observação (grelha de análise) apresentado na secção anterior implicou uma análise semântica da amostra em que se estudou o significado das mensagens e as interações sociais nos processos de diálogo. Registámos sempre que se verificou a ocorrência dos elementos em análise, a sua frequência (número de mensagens que expressem o objecto de análise) e destacámos exemplos. As respostas nos tópicos foram analisadas no que concerne a cada ponto do instrumento de observação e de forma a que fosse estabelecida uma correlação entre si.

¹⁶ Disponível no endereço: <http://www.flickr.com/groups/superziper/discuss/72157607742229519/>

¹⁷ Disponível no endereço: <http://www.flickr.com/groups/superziper/discuss/72157600413492680/>

¹⁸ Disponível no endereço: <http://www.flickr.com/groups/superziper/discuss/72157609457614268/>

¹⁹ Disponível no endereço: <http://www.flickr.com/groups/superziper/discuss/72157607001978700/>

²⁰ Disponível no endereço: <http://www.flickr.com/groups/superziper/discuss/72157606169429525/>

²¹ Disponível no endereço: <http://bookcrossing.com/forum/19/5838265/44>

²² Disponível no endereço: <http://bookcrossing.com/forum/19/4448816/29>

²³ Disponível no endereço: <http://bookcrossing.com/forum/19/5793871>

²⁴ Disponível no endereço: <http://bookcrossing.com/forum/19/5847625/19>

²⁵ Disponível no endereço: <http://bookcrossing.com/forum/19/5808504/>

Código do tópico	Ocorrência	Frequência	Exemplos
a1	x	-	
a2	v	13	«comprei por catálogo, na la redoute e com um desconto de 40% muito bom mesmo, mas eu sou de Portugal...» [resposta a outro membro] «Dos livros? Do grande livro para costura eu creio que é 5,50 euros. Do outro livro da Singer, eu nao sei, pq eu ganhei de presente, mas no site da Amazon eles dizem o preco do frete para o Brasil» [resposta a outro membro] «Se você for na sessão de costura tem mais um monte de dicas de onde achar os moldes.» [resposta a outro membro]
a3	x	3	« os detalhes no site do brasil artesao um dos maiores sites do genero: www.brasilartesao.com.br/pagina.htm » [resposta a outro membro]
a4	x	15	« A todas: livros, revistas E jornais não pagam imposto.» «Eu nunca tive problemas com a Amazon,com, como são a mesma empresa, acredito que não vai haver problemas.» [resposta a outro membro] «No site yesasia.com, acima deU\$ 100 em compras, o frete sai de graça!»
a5	x	9	« Acho que nesse caso, para roupa de boneca, vale mais um bom ponto feito a mão. :)» [resposta a outro membro – pergunta colocada no tópico] «ganhei uma dessa um tempo atraz, ela não atende a necessidade de uma costura, só serve para fazer bainha em roupas.»
b1	v	14	«Se não respondi... desculpa... mas como (agora) sabes não posso mesmo ir» «Subscrevo inteiramente o post da Fantasma. Inteiramente.»
b2	v	27	« Gostava de ler este livrito mas de preferencia em 3ºlugar.....» «Já está tudo inscrito!» « Vou já pedir para te contactarem.»
b3	v	33	« Mais uma para a lista. Obrigada!» « O sorteio ja foi feito, estou a enviar durante esta tarde os mails»
b4	x	-	
b5	v	2	« E hj ele vai cá tar no Casino pra fazer o lançamento a nível nacional:))))))»

Tabela nº 3 - Relações de cooperação

Na amostra analisada verificou-se que a maioria dos tópicos (e respectivas mensagens) evidencia relações de cooperação. Ou seja, denota-se que o processo de interação/diálogo demonstra colaboração entre os membros da rede. Consideramos que este facto está directamente relacionado com a ferramenta técnica que interliga os utilizadores. Os fóruns são, por excelência, espaços de colaboração e debate de ideias. E as suas especificidades técnicas estão adequadas a essas funções. Os tópicos analisados das duas comunidades, cujos pontos de encontro são fóruns, confirma esta premissa.

Código do tópico	Ocorrência	Frequência	Exemplos
a1	x	-	
a2	x	-	
a3	x	-	
a4	x	-	
a5	x	-	
b1	v	17	«Eu não sei se estou na tua lista ou não, mas não acho bem começarmos a separar as pessoas por "lista".» «Nunca ninguém se queixou do que estás a queixar-te. A ver se nos entendemos.» «Só gostava de saber quem se julgam vocês para despoletar tamanha

			"Guerra", quando eu apenas comentei que gostava de reunir o máximo de pessoas no jantar?»
b2	x	-	
b3	x	-	
b4	x	-	
b5	x	-	

Tabela nº 4 - Relações de conflito

Apenas se registou um tópico que evidencia relações de conflito. Nenhum dos outros tópicos analisado sugeriu diferenças ou choque de ideias no processo de interacção. Uma das conclusões a sublinhar é a de que os membros das redes participam nas discussões referindo a sua opinião e, na maioria das vezes, evitam aludir ao que é exposto pelos outros utilizadores quando discordam dessas ideias. Por outro lado, a maioria dos tópicos da amostra suscitava troca de ideias e conhecimentos, pelo que as relações de conflito não faziam parte do cenário. A destacar ainda o facto de se terem registado processos de interacção conflituosos a partir de uma mensagem considerada “off-topic”, em que um membro da rede demonstrava a sua decepção por os restantes utilizadores não terem aderido a um repto que havia lançado. Ao contrário dos restantes tópicos, neste verificou-se uma troca de acusações do domínio pessoal.

Código do tópico	Ocorrência	Frequência	Exemplos
a1	x	-	
a2	x	-	
a3	x	-	
a4	x	-	
a5	x	-	
b1	x	-	
b2	x	-	
b3	x	-	
b4	x	-	
b5	x	-	

Tabela nº 5 – Mensagens off-topic direccionadas a acções sociais

Em nenhum tópico se encontraram mensagens off-topic direccionadas a acções sociais. Consideramos que este facto se prende com a limitação das mensagens às temáticas das redes ou a partilha de conhecimento. Por outro lado, dois dos tópicos analisados (b1 e b3) são off-topic mas dirigem-se a acções sociais conjuntas. No entanto, não se registaram off-topics das temáticas gerais dos espaços e, em simultâneo, dentro de tópicos.

Código do tópico	Ocorrência	Frequência	Exemplos
a1	x	-	
a2	x	-	
a3	x	-	
a4	x	-	
a5	x	-	
b1	x	-	
b2	x	-	
b3	x	-	
b4	x	-	
b5	x	-	

Tabela nº 6 – Mensagens off-topic direccionadas a acções individuais

À semelhança das mensagens off-topic direccionadas a acções sociais, também as dirigidas a acções individuais não se verificaram na amostra analisada. Uma das conclusões a salientar desta análise é o facto de a maioria das mensagens partirem do particular para o geral (do individual para o social), anulando geralmente a imagem do “eu” e assumindo o “nós”, como entidade de partilha.

Código do tópico	Ocorrência	Frequência	Exemplos
a1	v	3	«Será que vai rolar um superziper movie session?»
a2	v	1	«você sabem a minha história»
a3	x	-	
a4	x	-	
a5	x	-	
b1	v	1	«hostilizar uma comunidade inteira»
b2	x	-	
b3	v	1	«Sou um pouco contra esta thread do Ano passado porque...»
b4	v	1	«assumimos a nossa condição de deuses»
b5	x	-	

Tabela nº 7 – Sentimento de pertença ao grupo

A análise semântica permitiu aferir uma incidência de 50% no sentimento de pertença ao grupo. No entanto, parece-nos que para além da semântica, há outros aspectos que evidenciam a assumpção do grupo como território simbólico. Desde logo o respeito pelas temáticas ou a referência a off-topic, quando não se enquadram. Por outro lado, o vocabulário (a utilização de determinadas terminologias) e a abordagem directa de outros membros da rede demonstram uma integração no grupo.

Código do tópico	Ocorrência	Frequência	Exemplos
a1	v	1	«se realmente não vier o superziper pode tentar mexer os pauzinhos e arrumar um jeito de trazer ;» [mensagem de uma administradora do grupo]
a2	x	-	
a3	x	-	
a4	x	-	
a5	x	-	
b1	v	1	«É que sinceramente, em jeito de desabafo, nem sei como me lembrei desta ideia, mas que foi genial, foi.»
b2	x	-	
b3	x	-	
b4	x	-	
b5	x	-	

Tabela nº 8 – Reconhecimento de reputação social próprio

Apenas em duas mensagens (em tópicos diferentes) se verificou o reconhecimento social por parte do próprio utilizador. No tópico a1 denotou-se um tom de gracejo. Já a ocorrência verificada no tópico b1 está directamente relacionada com a situação de diálogo conflituoso registada. A ausência do reconhecimento do próprio status na maioria dos tópicos analisados leva-nos à inferência de que as temáticas em causa não propiciam a construção de reputação online.

Código do tópico	Ocorrência	Frequência	Exemplos
a1	v	1	«A dona Andrea é cheia de contatos... quero morrer seu amigo!»
a2	v	1	«Sigo muito as dicas das meninas do Superziper»
a3	x	-	
a4	x	-	
a5	x	-	
b1	x	-	
b2	x	-	
b3	x	-	
b4	x	-	
b5	x	-	

Tabela nº 9 – Reconhecimento de reputação social do outro

À semelhança da reputação social própria, também o reconhecimento do status do outro não é recorrente nos tópicos analisados. Parece-nos que tal facto está directamente relacionado com as temáticas que, conforme referimos, não potenciam a criação de reputação.

Conclusões

O ponto de partida deste trabalho foi a mudança de paradigma social e comunicacional imposta pela web, que consideramos alterar a interacção de forma substancial. A introdução das tecnologias na vida privada e social transformou a relação do indivíduo consigo próprio e com o outro. Decorrente desta evolução, a reinvenção do conceito de comunidade e o aparecimento dos social media propiciaram o aparecimento das redes sociais na web.

A construção de uma realidade social própria nas redes sociais parece-nos uma evidência. A análise desenvolvida permitiu compreender que existem interacções sistemáticas, que ultrapassam os tópicos analisados, e que sustentam o desenvolvimento de laços sociais. Daqui decorre que se verifica o sentido da presença do tempo, pelo que as micro-redes são dinâmicas.

O desenvolvimento de uma nova forma de sociabilidade parece estar em curso, potenciado pela técnica e pelas apropriações geradas pelos indivíduos. As duas micro-redes enquanto espaços de socialização denotam relações sociais diferenciadas entre os membros, o conhecimento como centro da mensagem e da interacção social, e dinâmicas de cooperação (Recuero, 2006).

As práticas desenvolvidas pelos actores no contexto das micro-redes são acções sociais que partem de acções individuais. As interacções sociais analisadas a partir da comunicação revelam a cooperação como elemento formador da estrutura da rede como um todo. Demonstram ainda o interesse pela temática e na partilha de conhecimento por parte dos membros da rede, que procuram interagir com vista à dinâmica de grupo.

Consideramos ainda que as temáticas gerais das redes analisadas se encaixam numa estrutura de partilha de ideias e geram capital social através das interacções mediadas por computador. Recuperando as dimensões de Bertolini e Bravo (2004), as duas micro-redes evidenciam capital social cognitivo – relação com a transmissão e aquisição de conhecimentos, e capital social de confiança no ambiente social – nível de confiança que o indivíduo deposita no espaço de socialização. Por outro lado, o sentimento de pertença ao grupo está essencialmente evidente no respeito pelas regras e na sua absorção. Neste sentido, defendemos que nas redes analisadas existe capital social normativo (Bertolini e Bravo, 2004).

Não pretendíamos com este trabalho encontrar conclusões finais mas antes desenvolver um estudo exploratório e contribuir para o debate das redes sociais em ambientes online. Centrando o foco de atenção na realidade social dos ambientes das redes online a assumindo as conclusões deste estudo como novo ponto de partida, deixamos algumas questões à consideração: - as relações entre utilizadores nas redes partem do princípio de “scale free network”?; - existem hierarquizações sociais nas redes?; - o determinismo geográfico intervém na dimensão da rede? Na nossa perspectiva, estas são algumas das questões que o estudo dos fenómenos de mobilização online implica do ponto de vista sócio-comunicacional.

Bibliografia

- Amaral, I. (2007). Ciberespaço: a reinvenção do conceito de comunidade. Caderno de Estudos Mediáticos, 5ª edição, 13-21.
- Amaral, I. (2008a). A @migração para o Ciberespaço: a Dimensão Social dos Mundos Virtuais. Observatorio (OBS*) Journal, Vol 2, No 2., 325-344.
- Amaral, I. (2008b). Web 2.0 e o novo paradigma sócio-comunicacional. Comunicação apresentada no Encontro Sobre Web 2.0, Universidade do Minho, Braga, 10 de Outubro de 2008.
- Bertolini, S. & Bravo, G. (2004), Social Capital, a Multidimensional Concept, <http://www.ex.ac.uk/shipss/politics/research/socialcapital/other/bertolini.pdf> (consultado na Internet a 15 de Outubro de 2008)
- Castells, M. (2003). A era da informação: economia, sociedade e cultura. A sociedade em rede. Volume I, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cavanagh, A. (2007). Sociology in the age of the Internet. UK: Open University Press
- Ferréol, G. (2007), Sociologia: Léxico das Ciências Sociais. Porto: Porto Editora.
- Garton, L.; Haythornthwaite, C. & Wellman, B. (1997), Studying Online Social Networks, <http://jcmc.indiana.edu/vol13/issue1/garton.html> (consultado na Internet a 18 de Setembro de 2008)
- Gillmor, D. (2005). Nós os Media. Lisboa: Editorial Presença.
- Hamman, R. B. (1999), Computer networks linking network communities: effects of AOL use upon pre-existing communities, <http://www.socio.demon.co.uk/cybersociety> (consultado na Internet em 10 de Outubro de 2008)
- Johnson, S. (2001). Emergence. The connected lives of ants, brains, cities and software. London: Penguin Books
- Kerckhove, D. (1997), A Pele da Cultura. Lisboa: Relógio d'Água.
- Lévy, P. (1994). As tecnologias da inteligência. O futuro do pensamento na era informática. Lisboa: Instituto Piaget.

- Lévy, Pierre (2001), O que é o virtual?. Coimbra: Quarteto.
- Marcelo, A. (2001), Internet e novas formas de sociabilidade. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/marcelo-ana-sofia-internet-sociabilidade.pdf> (consultado na Internet a 10 de Setembro de 2008)
- Metzger, M. (2007). The Power of Social Media. Conferência “Medien Meeting Mannheim”. Hamburgo, 09 de Maio de 2007.
- O’Reilly, T. (2005), What Is Web 2.0? Design Patterns and Business Models for the Next Generation of Software, <http://www.oreillynet.com/pub/a/oreilly/tim/news/2005/09/30/what-is-web-20.html> (consultado na Internet a 10 de Setembro de 2008)
- Recuero, R. (2003). Weblogs, webrings e comunidades virtuais, <http://bocc.ubi.pt/pag/recuero-raquel-weblogs-webrings-comunidades-virtuais.pdf> (consultado na Internet a 15 de Setembro de 2008)
- Recuero, R. (2005a), Redes Sociais na Internet: Considerações Iniciais. Comunicação apresentada no XXVIII INTERCOM, Rio de Janeiro, Setembro.
- Recuero, R. (2005b), Comunidades em Redes Sociais na Internet: Um estudo de uma rede pró-ana e pró-mia. Revista F@ro, Ano 1, Número 2.
- Recuero, R. (2006), Dinâmicas de Redes Sociais no Orkut e Capital Social. Razón y Palabra, v. 52, 1-15.
- Recuero, R. (2008), Comunidades em redes sociais na internet: um estudo de caso dos fotologs brasileiros. Liinc em Revista, v. 4, 63-83.
- Rheingold, H. (1996). A comunidade virtual. Lisboa: Gradiva.
- Silva, L. O. (1999), Comunicação: A Internet – a geração de um novo espaço antropológico, http://bocc.ubi.pt/pag/_texto.php3?html2=silva-lidia-oliveira-Internet-espaco-antropologico.html (consultado na Internet a 10 de Setembro de 2008)
- Surowiecki, J. (2005). The Wisdom of Crowds. New York: Anchor.
- Tapscott, D. & Williams, A. (2007), Wikinomics: a nova economia das multidões inteligentes. Lisboa: QUIDNOVI
- Zago, G (2008), A influência do capital social nos usos do Twitter, <http://gabrielaz.googlepages.com/capitalsocial-twitter.pdf> (consultado na Internet a 10 de Novembro de 2008)

Um olhar para Aveiro a partir da mídia digital

Ricardo Furtado Rodrigues
Universidade de Aveiro
ricardo.rio@gmail.com

Resumo: Atualmente o processo de comunicação na sociedade vem passando por várias transformações influenciadas pelo avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), e uma delas é forma como os produtos são apresentados pela mídia digital nas Redes de Alcance Mundial (Web). O uso dessas mídias digitais como a imagem fotográfica e produção de vídeos tem provocado mudanças na prática de divulgação do turismo em várias regiões. Além do mais, verifica-se que a própria mídia é interessada em divulgar os atrativos da região, e o uso das imagens e vídeos tem um caráter essencial em apresentar informações provocando diferentes emoções no público em geral e despertar o interesse em conhecer a região. Nesse contexto, o trabalho teve como objetivo compreender de que forma a mídia digital através de imagens e vídeos está sendo usada como ferramenta de comunicação e divulgação de produtos turísticos na web, no sentido de potencializar e divulgar o turismo local. Para o estudo de caso foi escolhido o site da Câmara Municipal de Aveiro, considerado o principal site de informações da cidade. A idéia de fazer um trabalho empírico ilustrado com um estudo de caso foi justamente oferecer fundamentação e maior credibilidade as argumentações apresentadas com a revisão bibliográfica.

1. Introdução

Atualmente é difícil entender o funcionamento das economias capitalistas sem considerar o progresso técnico e o novo papel das instituições públicas e privadas no novo contexto da economia criativa. Portanto, torna-se imprescindível rever os modelos de gestão da inovação e da comunicação nas organizações, nas cidades e principalmente no turismo.

Atualmente o processo de comunicação na sociedade vem passando por várias transformações influenciadas pelo avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), e uma delas é a forma como os produtos são apresentados pela mídia digital nas Redes de Alcance Mundial (Web).

Desde meados do século XVIII, até os dias de hoje, a fotografia tem produzido notáveis ramificações, desde o cinema e a televisão, até a ultra-sonografia e comunicação alternativa. Meio a estas transformações relacionadas a fotografia, uma outra revolução quem vem acontecendo é o uso da mídia digital através de imagens e vídeos na web.

Nessa perspectiva, esta pesquisa teve como objetivo compreender de que forma a mídia digital através de imagens e vídeos está sendo usada como ferramenta de comunicação e divulgação de produtos turísticos na web, no sentido de potencializar e divulgar o turismo local.

Na primeira parte do trabalho foi realizado um estudo bibliográfico, onde os principais temas abordados são a mídia digital, informação, TIC, e turismo, fazendo referência aos principais autores. A idéia foi construir um arcabouço teórico que fundamentasse a importância das TIC a partir das mídias digitais para a promoção e divulgação do Turismo.

A pesquisa apresenta ainda algumas experiências de sites na região de Aveiro em relação ao uso das mídias digitais na web como meio de comunicação e divulgação do turismo da região, e para preservar o anonimato dos sites pesquisados o estudo apresentará os mesmos com letras do alfabeto.

2. A mídia digital no contexto das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)

A mídia digital, em especial a imagem fotográfica e produção de vídeos tem o papel de fazer com que os usuários das TIC possam olhar a paisagem ou qualquer destino turístico além da máquina. A imagem digital pode ser entendida como uma fonte infinita de dados, fatos e informações, transformando-se por isso, em um poderoso instrumento de "materialização" dos lugares, despertando assim diferentes emoções ao usuário/turista que busca informações sobre determinada região.

De acordo com Oliveira Jr. (1999) se soubermos explorar corretamente a mídia digital, teremos nas mãos um poderoso instrumento que, "na impossibilidade de ir a todos lugares" até mesmo dentro da própria comunidade onde moramos, podemos eternizá-los através da imagem fotográfica por exemplo.

A mídia digital representa o surgimento de novas experiências textuais e narrativas, e diferentes gêneros e caminhos de representação do mundo, que segundo Lister et al (2003), vão desde da interatividade à realidade virtual, de novas relações de uso e recepção dos meios, de novas relações entre o sujeito e sua comunidade, e de novas formas de organização e produção.

Mas é claro que destaca-se nessa atividade vários aspectos, dentre eles, um processo de percepção onde a cena é definida em função do um ponto de vista de onde é observada, ou seja, do ponto de vista do fotógrafo e outro, que diz respeito a um aspecto cognitivo, sendo esse um processo mental pelo qual os indivíduos (usuários/turistas) a partir de seus interesses e necessidades, estruturam e organizam sua interface com o real e o mundo, "selecionando as informações percebidas, armazenando-as e conferindo-lhes significados" (Machado,1998).

A informação quando é retirada do mundo real e transportada para o mundo digital ela pode ser facilmente modificada e manipulada de quase todas as maneiras em que se deseja fazer. É seguindo essa lógica que Feldman (1997) considera a mídia digital como facilmente manipulável no ponto da transmissão porque a mesma sugere nada menos que um novo e sem precedente paradigma para a edição e distribuição na mídia. O fato é que as mídias digitais serem manipuláveis no momento da transmissão significa algo realmente extraordinário para o autor, pois os usuários da mídia podem dar forma a sua própria prática. Ou seja, significa que informação manipulável pode ser informação interativa (Feldman, 1997).

Nesse contexto, a mídia digital através da fotografia e do vídeo firma um novo papel no processo de informação e comunicação de uma nova relação usuário/turista e seu destino turístico. Na verdade as TIC permitem implementar iniciativas cada vez mais criativas no âmbito da informação e comunicação.

Para Dalla Zen (2000), a imagem fotográfica enquanto referência visual que dá significado aos dados coletados facilita novas produções de sentido e sugere olhares específicos. Por isso a fotografia impõe-se também como uma importante manifestação da poética visual contemporânea.

É nesse sentido que as imagens e vídeos visam uma perspectiva de produção de conhecimento, reconhecimento e crítica do usuário/turista em relação ao destino turístico, cujos resultados podem servir de fonte de identificação, análise e interpretação dos elementos que constituem o seu universo.

3. Os impactos da mídia digital no turismo

Segundo Mattozo (2002), a crescente influência da mídia na economia, no turismo e na cultura emana do acelerado desenvolvimento tecnológico que tem por características, entre outros fatores, a elevada interação entre segmentos como telecomunicações, informática, e mídia eletrônica.

Além do mais, percebe-se que a mídia em geral tem um grande interesse em divulgar os produtos turísticos, no entanto possui um perfil sensacionalista em vender informações através de uma provocação de emoções no público consumidor. (Eichler & Pino, 2002).

Atualmente em meio a tantas revoluções tecnológicas, os meios eletrônicos e de comunicação tendem a alterar substancialmente o processo de difusão do conhecimento e, portanto, a forma de atuação e concepção dos canais de comunicação. De acordo com Targino (1999), cada inovação tem o seu próprio espaço, o seu próprio tempo, e o seu próprio público.

As novas tecnologias de informação e comunicação têm se constituído em um novo canal de intervenção pública e de comércio principalmente no turismo, sobretudo por sua capacidade de tornar mais ágeis os processos comunicativos. (Santos, 2007).

De acordo com Moreira (2003) o uso contínuo de computadores em praticamente todos os sistemas de comunicação e informação fez aumentar a velocidade e a qualidade em todas as fases do processo, além de permitir redução de custo e aumento de lucros para as empresas do segmento turístico. A revolução digital na transmissão de dados e

informações forneceu o substrato material para o advento do que Manuel Castells chamou de a sociedade de fluxos ou a sociedade da informação (Moreira, 2003).

Ao adotar o termo “sociedade em redes” Castells na verdade aponta a convergência e a interação entre um novo paradigma tecnológico e uma nova lógica organizacional que surge em contextos culturais múltiplos (Silva e Claro, 2007). A sociedade em rede citada por Castells influencia todas as nações e possibilita que cada uma delas apodere-se de referências multiculturais e multidirecionais, fato que se origina essencialmente da internet, considerada pelo autor como “o tecido de nossas vidas neste momento” e “um meio para tudo, que interage com o conjunto da sociedade” (Castells, 2003 apud Silva e Claro, 2007)

Nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, essa revolução que aconteceu na área da comunicação, teve um destaque para a produção de imagens. Na verdade trata-se do surgimento das novas tecnologias digitais de captura e manipulação de imagens, ou seja, a fusão da fotografia com outras mídias e a mágica da imagem como representação compartilhada da realidade (Burmester, 2006).

Em outras palavras, o advento da Internet foi um grande estímulo ao compartilhamento de fotografias entre as pessoas fazendo com que, repentinamente, esta relação de trocas se acentuasse. Para o autor a força desse pressuposto, é o fato de que o desenvolvimento tecnológico é fator preponderante na compreensão e desenvolvimento de uma cultura da imagem através das mídias digitais.

Nesse contexto, é fácil perceber que o advento das mídias digitais no turismo vem efetivamente transformando o mundo da imagem e da comunicação, vem modificando a relação entre as pessoas e delas com a realidade e com suas formas de representação e quem vendo sendo usado cada vez mais em websites de turismo.

Por outro lado, de acordo com Buitoni (2008) as representações visuais e respectivas linguagens – fotografia, cinema e vídeo e seus elementos de áudio - vêm sendo modificados a cada nova transformação tecnológica, sem que as antigas formas tivessem sido esgotadas ao máximo de suas possibilidades de significação e expressão dentro do turismo. Passa-se a novos suportes quando ainda muitas potencialidades nem sequer foram experimentadas nos websites de turismo: esta é uma característica de nossa era de multiplicação de mídias e de suportes, com alterações cada vez mais rápidas de nossas formas de comunicação e de disseminação de conhecimento.

4. O uso da Web como ferramenta de divulgação do turismo em Aveiro

De acordo com Terra (2006), o papel da internet é funcionar como uma vitrine virtual de exposição institucional das organizações, e em função disso é fácil de encontrarmos grandes corporações na rede. Os websites ou chamados sites institucionais são criados pelas instituições em função da crescente necessidade de exposição e relacionamento com os públicos e da forte competitividade do mercado.

No caso do turismo não é diferente, este segmento da economia necessita cada vez mais de meios alternativos de comunicação, os quais, por sua vez, necessitam de credibilidade, e uma das alternativas seria expandir a informação através de mídia digital. Para Penderis (2008) a expressão “meios alternativos” se refere à diversidade de veículos novos disponíveis, aos blogueiros e usuários munidos de filmadoras digitais e celulares com câmeras reconhecidos como uma força em crescimento.

Para o turismo a comunicação tem um papel fundamental na democratização da informação e na formação de ‘nichos’ ou comunidades eletrônicas que se agrupam por diferentes interesses na área turística ou por afinidades. E a mídia digital através de imagens, sons e vídeos permite inúmeras possibilidades ao comunicador trabalhar a informação junto a seus públicos de interesse.

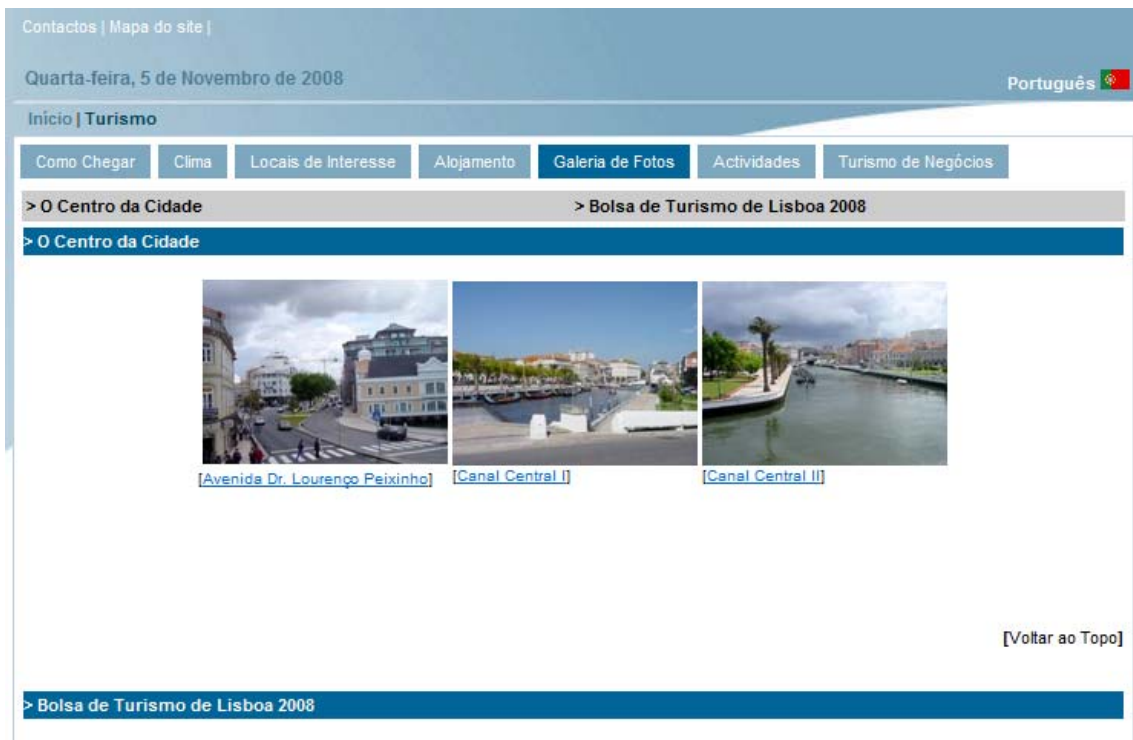
No caso da região de Aveiro foram analisados três websites de turismo, sendo um deles um site ligado ao governo (A), um site comercial (B), e outro particular (C). Para ilustrar os casos foram recortados apenas partes dos websites para manter o anonimato.

O site A como é um site governamental e que tem uma relação mais direta com a sociedade em função de mantê-la informada, deixou a desejar no aspecto do turismo. E o uso da mídia digital como forma de promover e divulgar o turismo local praticamente é inexistente.

Na página inicial existe apenas uma imagem fotográfica e para se ter acesso as informações turísticas é necessário ir ao canto inferior esquerdo da página e clicar no link “turismo”. Já a página seguinte não dispõe de nenhuma imagem ou vídeo relacionados a cidade ou a prática do turismo, no entanto existe vários links com informações em formas de texto.

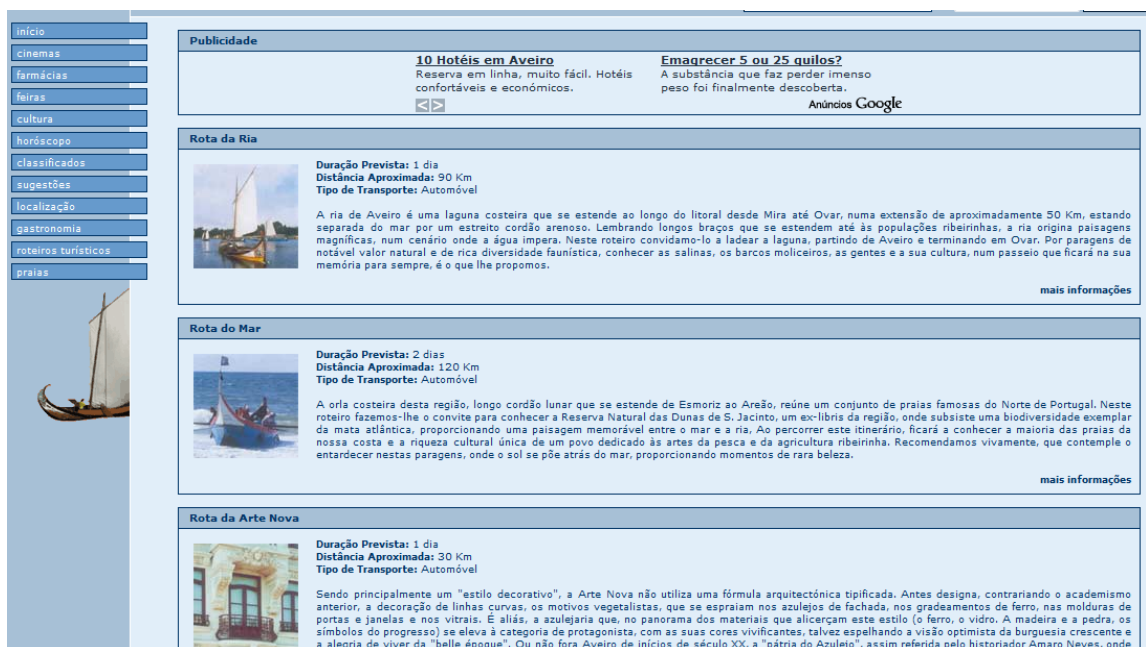
Dando seqüência a análise do site A, ao clicar no link “galeria de fotos” é possível visualizar apenas três fotos da cidade de Aveiro (ver figura 1) e nenhum vídeo ou uma distribuição mais adequada de fotos por produtos turísticos. Como o ponto do estudo é justamente verificar o uso da mídia digital na web como estratégia para o turismo percebeu-se a ineficiências deste recurso de informação e comunicação em um dos principais sites da região de Aveiro.

Figura 1: Site A



O site B, como é um site comercial acabou por utilizar um aspecto mais comercial e publicitário do que divulgação da própria região e sem um uso de qualquer imagem fotográfica ou vídeo na página inicial. No entanto, existem dois links relacionados a roteiros turísticos e praias que ao ser selecionado dá origem a uma página com fotos e informações referentes as imagens publicadas (ver figura 2). Mas é importante ressaltar que as imagens têm um tamanho pequeno e baixa qualidade, o que aos olhos do receptor pode não agradar tanto.

Figura 2: Site B



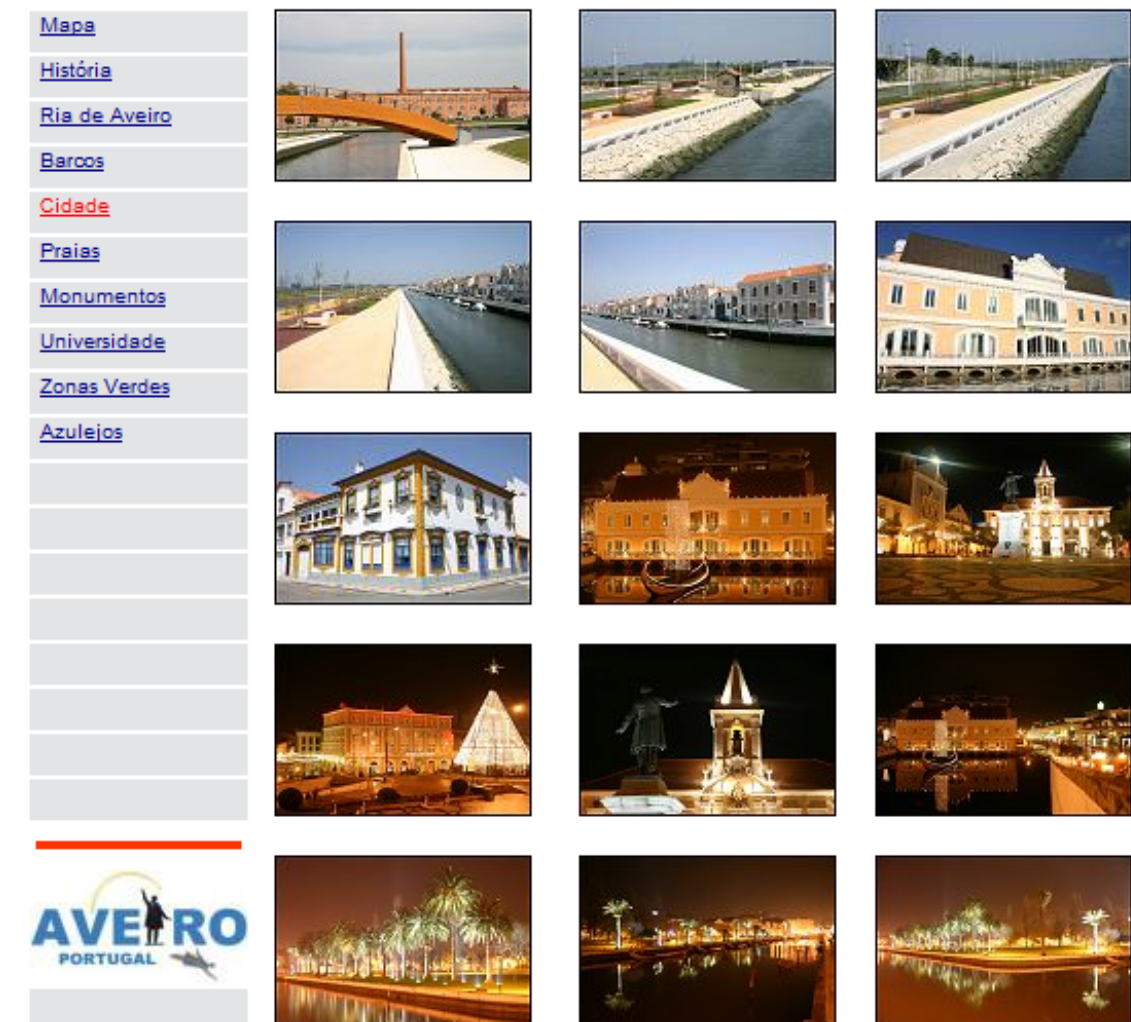
Em termos de informações turísticas e culturais o site B está bem estruturado com textos, mas com pouco uso da mídia digital.

Já o site C, considerado particular por ser uma pessoa física que o mantém, já faz mais uso da mídia digital através de várias imagens fotográficas e até vídeos. A página inicial consta com doze fotos e um quadro ao lado esquerdo com links

relacionados ao turismo da região, e no lado direito da página é possível visualizar dois vídeos produzidos pelo próprio mantenedor da página.

Ainda no site C, ao clicar em qualquer um dos links de turismo uma nova página repleta de imagens fotográficas é aberta (ver figura 3). Todas as demais páginas que são abertas possuem varias fotografias com alta resolução o que desperta maior interesse pelo visitante.

Figura 3: Site C



Apesar de terem sido analisados apenas três sites percebeu-se na pesquisa um número muito limitado de sites que relacionam o turismo da região, ou seja, os produtos turísticos dessa região são poucos divulgados e o uso da mídia digital ainda é bem incipiente nos sites existentes.

Os profissionais da Tecnologia da Comunicação e Informação (TIC) diante deste novo cenário do turismo devem trabalhar de forma multimídia tanto na forma de captação, quanto na apresentação e transmissão de dados e informações turísticas.

Esses profissionais que trabalham com multimídia têm o poder de transitar de forma simultânea em todas as plataformas de informação, principalmente no meio eletrônico ou internet. De acordo com Mattos (2002) o avanço das TIC proporciona uma verdadeira revolução informativa, e o uso das imagens podem contribuir para a promoção e divulgação dos produtos turísticos de qualquer região.

5. Conclusão

Com este estudo pode-se verificar que as mudanças técnico-científicas em direção à sociedade da informação nos países industrializados e com potencial para o turismo, constituem uma tendência dominante e definem um novo paradigma, o da tecnologia da informação e das comunicações, que expressa essência da presente transformação tecnológica em suas relações com a economia e a sociedade (Werthein, 2000).

Neste contexto, a informação, sob o impacto da utilização de tecnologia de informação tem uma influência cada vez maior nas organizações do futuro. A introdução de novas tecnologias de informação nas organizações ampliou as potencialidades da informação como recurso estratégico, a velocidade com que a interação entre gestão e informação ocorre e a qualidade desta ligação. Estes avanços tecnológicos modificam as relações entre tempo e espaço. Como enfatiza Giddens (1991), as distâncias temporais e espaciais cobertas pelas novas tecnologias tornam o passo de vida cada vez mais rápido. É como se o mundo encolhesse ou fosse uma “vila global”.

Posto isso, a comunicação e a informação através da mídia digital tendem a permear as atividades e o processo de decisão nas diferentes esferas da sociedade, incluindo a superestrutura política, os governos federal, estaduais e municipais, a cultura e as artes, a ciência e a tecnologia, a educação, a indústria e o turismo etc. (Galvão & Borges, 2000). A sociedade passa progressivamente a funcionar em rede a partir do uso das tecnologias da informação e comunicação e as pessoas se interessam cada vez mais pela mídia digital em função da imagem e movimentos dos vídeos que conforme foi demonstrado no estudo pode causar diferentes emoções nas pessoas.

Portanto este trabalho servirá como um marco para que a comunidade da região de Aveiro e os responsáveis pelo desenvolvimento turístico da região, juntamente com o governo e instituições relacionados ao turismo, busquem formas alternativas para consolidar o desenvolvimento do uso da mídia digital, em especial fotos e vídeos para despertar o interesse das pessoas em conhecer a região de Aveiro. E, através dessa estratégia de promoção e divulgação dos atrativos turísticos por meio das mídias digitais, contribuir para o desenvolvimento do turismo na região “Turismo Centro de Portugal”, bem como, colocar em destaque Aveiro no turismo mundial.

6. Referências Bibliográficas:

- BUITONI, D. H. S. Fotografia e Documentário: a inovação pode estar no passado. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Natal, RN – 2 a 6 de setembro de 2008.
- BURMESTER, C. F. Fotografia – do analógico para o digital – um estudo das transformações no campo da produção de imagens fotográficas. São Paulo: Universidade de São Paulo – Escola de Comunicação e Artes, 2006. (Dissertação apresentada para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação).
- DALLA ZEN, Ana Maria. A Voz dos Ausentes na Terra do Nada. São Paulo: ECA-USP (Tese de Doutorado em Ciências da Comunicação), 2002.
- EICHLER, M. & PINO, J. C. D. Popularização da ciência e mídia digital no ensino de química. In: Educação em química e multimídia. USP, nr. 15, Maio, 2002, São Paulo.
- FELDMAN, Tony. Introduction to digital media. New York : Routledge, 1997.
- GALVÃO, Maria C. B. & BORGES, Paulo C. R. Ciência da informação: ciência recursiva no contexto da sociedade da informação. Brasília: IBICT, 2000.
- GIDDENS, A. Modernity and selfidentity: self and society in the late modern age. Stanford: Stanford Univ., 1991. 256p.
- LISTER, Martin, et al. New media: a critical introduction. Routledge Editions, 2003, Inglaterra.
- MACHADO, Lucy Marion C. P. Paisagem, Ação, Percepção e Cognição. In: 3º ENCONTRO INTERDISCIPLINAR SOBRE O ESTUDO DA PAISAGEM. Cadernos paisagem Paisagens. Rio Claro, 1998, p. 01-4.
- MATTOS, Sérgio. Multimídia: uma nova revolução da informação. In: PERUZZO, Círcia M. K. e Almeida, Fernando Ferreira de. A mídia impressa, o livro e as novas tecnologias. Coleção Intercom de Comunicação, n. 15. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2002. p. 39-54.
- MATTOZO, Vânia Aparecida. Mídia digital de informação científica e tecnológica sobre energia. Dissertação de mestrado. UFSC. Florianópolis, 2002.
- MOREIRA, A. S. Cultura midiática e educação infantil. Educ. Soc., Campinas, vol. 24, n. 85, p. 1203-1235, dezembro 2003.
- OLIVEIRA Jr, Wenceslão Machado de. Turismo e Fotografia: continuidades existentes na construção da imagem de uma cidade. In: 5º ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA. Anais do 5º ENPEG. Belo Horizonte, 1999, p. 223-227.
- PENDERIS, Marina. Comunicações: os meios alternativos como uma necessidade. Disponível em <http://www.comunique-se.com.br>. Acesso em 30/10/2008.
- SANTOS, H. Interação social, novas mídias e cidadania: apontamentos para a análise da recomposição de identidades ameaçadas. Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 7, n. 2, jul.-dez. 2007.
- SILVA, M. & CLARO, T. A docência online e a pedagogia da transmissão. B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof., Rio de Janeiro, v. 33, n.2, maio/ago. 2007.
- TARGINO, M.G. Comunicação científica na sociedade tecnológica: periódicos eletrônicos em discussão. Comunicação & Sociedade, n. 31, p. 71-98, 1999.
- TERRA, Carolina Frazon. Comunicação corporativa digital: o futuro das relações públicas na rede. Dissertação de mestrado. USP. São Paulo, 2006.
- WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. In: Ciência da Informação, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago.2000.

Janelas Videográficas - as imagens e as megametrópoles contemporâneas

Sylvia Beatriz Bezerra Furtado
Universidade Federal do Ceará - Instituto de Cultura e Arte.
beatrizfurtado@hotmail.com

Resumo: Diversos pensadores indicam a crise da esfera pública que teria como consequência a expansão do privado como principal característica das transformações ocorridas nas sociedades contemporâneas, identificadas aqui, principalmente, por seu caráter tecnológico. Tomamos a sociedade contemporânea a partir das transformações que se dão com a disseminação das novas tecnologias eletrônicas que fazem parte do cotidiano das megametrópoles contemporâneas, tendo como objeto de investigação as telas eletrônicas (televisões, monitores de vídeo e de computadores, centrais de controle eletrônico, etc.).
Palavra-chave: Tecnologias eletrônicas. Cidades. Esfera Pública.

1. As telas eletrônicas e as sociedades tecnológicas

O urbanista Paul Virilio (1989:134-140) afirma que uma das grandes transformações que ocorreram nas metrópoles contemporâneas é que entramos na era da urbanização em tempo real, das trocas instantâneas. Trata-se não mais de urbanizar o espaço, mas o tempo. O que Virilio afirma é uma preponderância do que ele chama de uma geometria do tempo que ocorre em função da criação de uma cidade da instantaneidade, onde tudo se localiza no mesmo lugar. Essa discussão levantada por Virilio pode ser compreendida desde os processos das tecnologias eletrônicas do tempo real – informática, telecomunicações, sistemas inteligentes – que permitem acesso a diferentes espaços de forma simultânea.

Esse registro temporal do instantâneo – do tempo curto ou ultracurto como conceitua Virilio – cria para a arquitetura uma nova problemática que surge com a edificação desse tempo real, como se pode observar, por exemplo, com as novas janelas nas quais se constituem, por exemplo, os monitores de vídeo: as telas eletrônicas que funcionam como verdadeiros sistemas de controle e vigilância e que reproduzem as imagens das entradas de prédios, ruas, lugares de circulação nos condomínios e casas residenciais, etc.

As janelas tradicionais, as não eletrônicas, explica Virilio, foram uma conquista da pacificação das cidades, uma vez que elas puderam se desenvolver primeiro como estreitas aberturas nos locais sagrados, com o claustro (a luz é associada ao divino que penetra o espaço), para em seguida tornar-se mais larga nos castelos, que podiam se deixar abrir em função da proteção das muralhas fortificadas. Apenas nas cidades apaziguadas é que essas janelas vão poder fazer parte das fachadas, um espaço arquitetônico que vai ser cultuado como lugar de exibição das mulheres, de flores e de lençóis e bandeiras nas festas políticas e religiosas.

As janelas tradicionais tiveram importância fundamental para fazer a ligação entre o dentro e o fora, para trazer luz para os espaços das interioridades do homem burguês, além de ser um lugar para olhar a cidade: abrir a janela e ver o que acontece na rua.

O sociólogo Renato Ortiz (1994) também ressalta o papel dos meios eletrônicos nas sociedades contemporâneas, tomando não apenas esses monitores que exibem as imagens de vigilância na relação entre o dentro e o fora, mas todas as interfaces eletrônicas. Diz que o século XIX trouxe com ele um novo tipo de organização social, integrando os diversos segmentos sociais no interior da totalidade nacional. E, assim como o trem revolucionou a concepção de espaço e de tempo, ao devorar o espaço por um artifício da aceleração temporal, de forma semelhante, as telas eletrônicas alteram relações sociais e de percepção do mundo ao se integrarem ao cotidiano das cidades dessa sociedade, criando interfaces - por computador, televisor, painéis- que para ele, são as novas janelas de acesso dialógico entre o sujeito e o mundo.

É nesse sentido que as janelas, as portas, as escadas, ou seja, as tecnologias arquitetônicas que permitem o trânsito entre os espaços, cada vez mais estão sendo substituídas pelas tecnologias eletrônicas. As novas janelas são as telas dos monitores de vídeo (imagens eletrônicas ou de síntese – vídeo, TV de alta definição, realidade virtual, etc.) espalhadas pelos espaços públicos e privados como forma de controle para garantir a segurança. São as telas de recepção das transmissões televisivas, capazes de trazer para dentro das casas a experiência mediatizada do mundo que se passa lá fora, em qualquer parte do que nos é exterior.

Nessa perspectiva, as passagens entre o dentro e fora são elos das experiências que vamos perdendo em função das mediações tecnológicas da televisão e do computador, que nos faz acessar o mundo de dentro do âmbito do privado. Do mesmo modo que vamos perdendo a experiência da passagem do alto e do baixo com as novas estruturas arquitetônicas que substituem as escadas por elevadores. Assim como também se dá a perda da experiência das paisagens com as tecnologias de transportes que transformam o hábito do passeio a pé pelas ruas – tão própria da relação moderna do flaneur com a cidade - pelo trânsito em automóveis e metrô velozes, onde as próprias ruas são transformadas em autopistas - dimensão não mais do passeio, mas das velocidades.

As sociedades contemporâneas vêm sendo impedidas das experiências que vieram com as cidades apaziguadas. Nossos espaços urbanos são cada vez mais construídos pelas engenharias eletrônicas, como ressalta Virilio, pela criação de espaços onde predominam o tempo real. Circuitos eletrônicos, abertos e fechados, que formam a paisagem de um tempo

concentrado no agora, no simultâneo, na dimensão do presente. A arquitetura que, como diz Virilio, sempre esteve ligada ao tempo longo, a durabilidade (a pirâmide, as catedrais). “Toda a arquitetura tradicional, inclusive a arquitetura contemporânea do cimento armado e da estrutura metálica, fundamenta-se na ideologia do tempo longo enquanto tempo forte da estética arquitetural” (134:1989). No entanto, cada vez mais as sociedades contemporâneas prescindem desse modelo de arquitetura substituído que tem sido pelas materialidades de imagens precárias.

Voltamos a habitar em cidades fortificadas, fracas nas relações de sociabilidade que permitiam uma relação mais próxima entre o dentro e o fora. São cidades extremamente bunkernizadas, divididas, separadas, apartadas. Portas, escadas, janelas, ruas, praças, deixam de ser elos de ligação e passam a ser lugar de encontros extremamente perigosos, e fundamentalmente, excluídos dos novos processos tecnológicos. Voltamos a lógica das fortalezas criadas contra a agressão dos inimigos, entramos em um eterno estado de vigilância eletrônico, onde a arquitetura dá lugar às engenharias eletroeletrônicas do tempo real.

A nova cidade - a megametrópole contemporânea- incorpora essa arquitetura eletrônica e seus ambientes interativos. Uma arquitetura que é virtual por suas características de interfaces mediadas por máquinas inteligentes. Cidades em que os habitantes são usuários de ambientes que passam por mudanças espaciais traduzidas por computadores. Como explica Duarte, os meios eletrônicos são capazes de construir uma arquitetura de muitas funções, sensações e sensibilidades”(1999:135). É assim no prédio do Instituto do Mundo Árabe, de Paris, onde as janelas se compõem de diafragmas metálicos fotosensíveis, assim como a fachada, que capta a luz por sistemas eletrônicos que abrem ou fecham recriando constantemente figuras. Uma incorporação dos processos tecnológicos eletrônicos que faz um resgate temporal de ancestrais mosaicos que se transformam continuamente em função das condições de iluminação, onde o passado e o futuro são presente(s) de diálogos eletrônicos.

Desse modo, as cidades contemporâneas são o cenário do diálogo com as confluências temporais do registro eletrônico, assim como a cidade da Bauhaus-Desseau foi conduzida ao limite sua relação de exercício rigoroso com o mundo industrializado

As câmeras de vídeo, os televisores, as telas de computadores são as novas janelas do mundo, um espaço virtual que faz o trânsito entre o dentro e o fora. É nessa tela que nos debruçamos não apenas para saber da rua e do seu movimento, mas para encontrar o mundo que nos espera como experiência contemporânea, feito de paisagens em trânsito, da vertigem da mídia. Como explica Guattari, o homem contemporâneo é fundamentalmente um ser desterritorializado. Seus territórios existenciais originais - o corpo, espaço doméstico, clã, culto - não são mais plantados em solo estável, mais se integram, desde agora, em um mundo de representações precárias e em constante movimento.

A intermediação técnica possibilitada pelas novas máquinas midiáticas aparta o homem do contato direto com seu outro e com os territórios tradicionais: as praças, as ruas, as esquinas. O mundo se virtualiza, desmaterializa-se por entre os pontos eletrônicos das telas dos computadores, das portarias e dos painéis eletrônicos, das câmaras de vigilância de metrô, bancos, estacionamentos, aeroportos ou hospitais; a ida ao supermercado se transforma em acessos aos teclados de computadores, em telas pontilhadas de um novo tipo de realidade, um novo mundo, agora mediatizado, virtual.

2. O público e o privado e as janelas eletrônicas

2.1.A Casa

A casa sempre foi o âmbito privilegiado da vida privada. No entanto, as mídias eletrônicas vêm revolucionando essa relação. Tudo que se passa hoje no âmbito público tem por finalidade atingir a esfera privada, domiciliar, principalmente devido aos meios eletrônicos que constituem as televisões e a Internet. Essa ascensão do privado sobre o espaço público é descrito por muitos pensadores como característica das megametrópoles contemporâneas, ainda que possamos afirmar que essa imposição do privado já correspondia ao desenvolvimento das sociedades industriais modernas e que esse fenômeno encontra-se articulado às mudanças do capitalismo no final do século XX, que alguns autores identificam como pós-industrial.

Há, porém, uma reconfiguração das formas como as sociedades contemporâneas entendem suas relações com o espaço público e o espaço privado, principalmente, pelas novas formas de sociabilidade que se estabelece com as grandes transformações que ocorrem com as novas tecnologias da eletrônica. Como pensar então as relações entre público e privado a partir das relações que as tecnologias eletrônicas imprimem à experiência contemporânea?

Um estudo dessa questão realizado por Maria Cristina Ferraz, desde uma perspectiva das teorias apresentadas por Sennet e Foucault, aponta aspectos importantes desse processo de tecnologização das sociedades contemporâneas. Através da análise de uma exposição de projetos arquitetônicos de moradias, apresentada de julho a outubro de 1999, no MOMA de Nova York, intitulada “A casa não-privada”, a autora explica como ocorre a derrocada da distinção entre “dentro” e “fora”, entre “público” e “privado”, que define a sociedade contemporânea, por uma lógica das revoluções tecnológicas.

Sua análise desses projetos arquitetônicos de moradia expostos no MOMA evidenciam uma falência da dialética público-privado, ainda que possam ser considerados projetos de uma elite, encomendados que foram pelas classes mais ricas de países como o Japão e Estados Unidos, não deixam de ser relevantes, como ela própria acentua: “Não deixam de ser significativos, sobretudo se, inspirados em Foucault, pensarmos as casas como dispositivos arquitetônicos que funcionam tanto como efeito quanto como instrumento de produção de novos modos de subjetivação” (2000, inédito).

Trata-se, portanto, de pensar as relações efetivas de poder nas sociedades capitalistas modernas segundo Foucault, que privilegiou o projeto arquitetônico panóptico criado por Jeremy Bentham - que de fato se disseminou pelas mais variadas instituições disciplinares -, para compreender esses projetos apresentados na exposição como forma de evidenciar um tipo de subjetividade e de forma de sociabilidade que tendem a se constituir no contexto das sociedades capitalistas altamente desenvolvidas.

No texto da exposição intitulado “A casa não-privada”, o curador Terence Riley, diz Maria Cristina Ferraz, explica que a casa privada, que constituía a família mononuclear burguesa separava o mundo do trabalho e da vida, ideais de domesticidade e de privacidade face ao público, vem se transformando, dentre outros aspectos, em função de que cada vez mais as moradias são habitadas por uma só pessoa. Se os prognósticos de que em poucas décadas este será o modelo de viver se revelarem verdadeiros, estamos diante de uma mudança radical dos espaços públicos e privados, fato que os projetos da exposição apenas certificam¹.

Tais alterações se dão na não diferenciação entre o público e o privado que se deve, por exemplo, à reintrodução do trabalho no espaço privado, que se traduzem em espaços contíguos entre o dentro e o fora, a exemplo dos Lofts com suas estruturas abertas. Tornam-se ainda mais evidentes no projeto de apartamento com um escritório que invade a casa toda com telas digitais e suas luzes intermitentes, que devem poder ser vistas de diversas áreas com a recepção ininterrupta de uma multiplicidade de informações simultâneas em tempo real, uma estrutura virtual, permeável, para receber e transmitir imagens, sons e textos – informações – que transformam o interior e o exterior em um fluxo contínuo.

2.2. As telas: o fim da separação entre o público e o privado.

Dentre os projetos apresentados na exposição do MOMA, narrados por Maria Cristina Ferraz, um deles traduz com muita clareza a questão que nos interessa. Trata-se de apontar, através da análise das tecnologias da informação eletrônica nas sociedades contemporâneas, que para além da tese levantada por Sennett de que o declínio do homem público teria como consequência a tirania da intimidade, o que nos parecer ser necessário ressaltar é, principalmente, uma manifesta indistinção (não diferenciação) das esferas do público e do privado, tal como se entendeu nas sociedades burguesas, modernas e industriais. Nas sociedades contemporâneas-tecnológicas, dentro e fora passam a ser categorias que não se prestam muito bem para pensar as tecnologias do tempo real (como fizemos ver através de Virilio), que negam essa separação.

Podemos, nesse sentido, entender que mais que uma tirania da intimidade- esta é nossa contribuição neste trabalho para pensar o público e o privado desde da tese de Sennett - o que essa sociedade tecnológica nos apresenta é a negação dessa distinção entre as esferas públicas e privadas, tal como ela surge no mundo moderno burguês.

Esta questão que levantamos está informada pelas próprias análises de Sennett, quando, ao refletir sobre o papel dos meios de comunicação eletrônicos, afirma que eles criaram o paradoxo da visibilidade e do isolamento². Desde nossa perspectiva, neste momento, ainda que a partir de outro contexto, Sennett nos faz compreender que esse paradoxo criado pelos meios de comunicação é ferramenta fundamental para pensarmos a questão do público e do privado nas sociedades tecnológicas. Pois, vale ressaltar, esse paradoxo é justamente o que melhor caracteriza uma ruptura entre as noções de público e privado burguês-industrial. Mas não porque não exista interatividade (entendida aqui pelos aspectos das possibilidades técnicas de diálogo ou interferências), uma vez que as ferramentas da Internet e das tecnologias eletrônicas cada vez mais se caracterizam por essa relação. Mas, sobretudo, porque são tecnologias do tempo real, e, como bem explicou Virilio, essas tecnologias apresentam todos os espaços em um mesmo espaço. Queremos enfatizar: são tecnologias da visibilidade³ que rompem qualquer noção de dentro e fora, público e privado. Que tornam os espaços uma sobreposição de mundos visibilizados.

Podemos observar essa sobreposição de espaços desde um outro projeto de moradia explicado pelo curador da exposição do MOMA e narrado por Maria Cristina Ferraz. Trata-se de um projeto onde a parte detrás da casa, que oferece uma vista para a baía, é totalmente envidraçada.

“Como significativamente descrevem os arquitetos, ela foi “concebida como um aparelho para produzir vista. Simplesmente, a casa é uma porta que leva até uma janela, uma entrada física para uma partida ótica”. Uma câmera de vídeo, instalada acima da casa, captura a paisagem e a transmite para um monitor suspenso diante da janela envidraçada, podendo, desse modo, duplicar digitalmente a vista “natural” da água, o que permite que sua imagem seja retransmitida sempre que se desejar. Segundo os arquitetos, “a vista pode ser gravada e diferida [...], o dia repassado à noite, o tempo bom retransmitido quando estiver fazendo tempo ruim. A vista é também portátil, podendo ser transmitida para diferentes locais na casa ou mesmo para a residência principal, na cidade”.(2002, inédito).

Essa janela de tela de vídeo é exemplar da forma como essas mediações do olhar realizadas pela sociedade tecnológica criam uma outra experiência de exterior-interior, fora-dentro e tem como consequência a indiferenciação entre o público e do privado, no sentido mesmo em que analisou Sennett: em sua perspectiva moderna. Desse modo, compreendemos que já não é suficiente identificar o presente apenas pela sua diferença com o passado romano. Ou seja, entendendo que o

¹ Ver análise dos projetos em “Reconfigurações do público e do privado: mutações da sociedade tecnológica contemporânea, de Maria Cristina Franco Ferraz, professora Titular de Teoria da Comunicação/Universidade Federal Fluminense.

² Sobre essa questão ver nas páginas 344-350, de O Declínio do Homem Público, quando Sennett afirma que os meios eletrônicos criaram uma lógica da passividade, onde a pessoa vê, mas interage menos.

³ Analisamos o papel dessas tecnologias eletrônicas no espaço urbano em *Imagens Eletrônicas e Paisagens Urbanas*, Rio de Janeiro, 2002, Relume-Dumará.

princípio privado baseado na transcendência religiosa do mundo romano foi transformado modernamente em uma reflexão sobre o que são as psiques, mas também e, fundamentalmente, é preciso tomar o público e o privado, no presente, como categorias de uma realidade digitalizada que as novas tecnologias produzem.

A imagem eletrônica, passível de ser manipulada e deslocada, é cada vez mais a janela que configura os modelos perceptivos da contemporaneidade. Desde nossa perspectiva, mas que da tirania da intimidade, a sociedade tecnológica se revela pelo preceito da mais absoluta tirania da visibilidade. Fato que pode também ser entendido pela concordância de dona Alzira, uma senhora de 67 anos entrevista pela Folha de São Paulo (Caderno Cotidiano, 17.08.2003), com a compra de 4 câmeras, uma ilha edição e 12 televisões pela Igreja Nossa Senhora Aparecida, em São Paulo, que foram distribuídas ao longo da igreja em um circuito fechado para transmissão ao vivo das missas: “Eu gosto porque, antes, quem sentava longe não conseguia ver o altar. As colunas também atrapalhavam. Agora dá para ver tudo”.

Trata-se então de pensar essas tecnologias tal nos ensinou Simmel, que recorreu às figuras da porta, da ponte e da janela para desenhar os vínculos e as separações que produz o homem em suas relações com os espaços públicos e privados. Cremos que a videoesfera, ou seja, os sistemas de vigilância dispostos no sistema de transportes, nos grandes painéis eletrônicos da publicidade nas vias públicas, os monitores de vídeo nas lojas, a televisão, os painéis de grande dimensão que servem de cenário em espetáculos políticos e culturais, promove uma profunda transformação na experiência do público e do privado.

As janelas, que desde os primórdios da pintura, foram um dispositivos do olhar e a partir de onde foi traçada perspectiva como modelo organizador do espaço, são, contemporaneamente, esses espaços virtualizados, paisagem digital, interfaces eletrônicas, que reconfiguram a esferas públicas e privadas através da tirania – no sentido que Sennett se refere à intimidade - da visibilidade. Como bem explica Virilio:

A estética, a lógica da desapareição do arquitetônico, viveremos todos em todas as partes, como animais de vídeo-zoo, presentes apenas com sua imagem em uma tela, imagens registradas aqui e ali, ontem e antes de ontem, em lugares sem importância, periférias desmedidas de uma desrealização filmica onde a velocidade audiovisual será finalmente, para a arquitetura de nossas moradias, o que a velocidade do automóvel era para a arquitetura da cidade, para o plano de desenvolvimento de todo o território (1990:43).

BIBLIOGRAFIA

- Brissac-Peixoto, Nelson. (1989). América, livro de depoimentos (Paul Virilio, págs.134-140), São Paulo, Cia.das Letras.
- Duarte, Fábio. (1999). Arquitetura e Tecnologias de Informação – Da Revolução Industrial à Revolução Digital, São Paulo, Fapesp-Editora da Unicamp.
- Ferraz, Maria Cristina. (2002). Reconfigurações do público e do privado: mutações da sociedade tecnológica contemporânea, inédito.
- Furtado, Beatriz. (2002). Imagens Eletrônicas e Paisagens Urbanas, Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- Guattari, Felix, Caosmose. (1992). Rio de Janeiro, Editora 34.
- Práticas Ecosóficas e Restauração da Cidade Subjetiva. In: Homem, Cidade, Natureza (1992). Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro
- Ortiz, Renato, Mundialização da Cultura. (1994) São Paulo, Brasiliense.
- Sennett, Richard. (2001). O Declínio do Homem Público – Tirantias da Intimidade, São Paulo, Cia. das Letras.
- Virilio, Paul. (1990). El último Vehículo, in: videocriaturas de fin de siglo, Madrid, Cátedra.

Outras publicações

Folha de São Paulo, 17 de agosto de 2003.

Conflitos de significação e alternativas de comunicação: notas sobre a experiência da radiofonia comunitária no Brasil¹

Teresa Cristina Furtado Matos
Universidade Federal da Paraíba
crisfurtado@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho discute as disputas em torno da significação das práticas e imagens que buscam definir o campo da radiofonia comunitária no Brasil. A partir da noção de auto-imagem, entendida como uma construção relacional se discute a formulação da imagem

¹ Este texto é um fragmento de minha tese de doutorado, defendida em 2006, sob o título Sintonia dissonante: Conflito e auto-imagem no campo das rádios comunitárias, junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará-UFC, Brasil.

dessas emissoras, considerando sua relação com diversos segmentos e interesses sociais. Centrada principalmente no universo de emissoras comunitárias da cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará, busca compreender o ambiente de disputas aproximando-o da trajetória de desenvolvimento dos meios de comunicação no país, tendo como fio condutor os processos de disputa entre rádios, imprensa e Estado.

A regulamentação da radiodifusão comunitária no Brasil tem dez anos. Não é seu aparecimento que institui as primeiras experiências de comunicação comunitária, mas sua criação significa um novo momento da radiodifusão no país, na medida em que nela insere um novo sujeito, a “comunidade”, e lhe reconhece o acesso a um canal de comunicação. Entretanto, o processo não desenvolve seu curso de modo tranqüilo, antes em meio a uma turbulenta redefinição de posições e poderes. Afinal, quem é a comunidade? A própria questão do reconhecimento do direito e a definição de quais grupos devem ou não ter acesso a este veículo de comunicação, e ainda que perfil deve ter uma emissora comunitária passam a compor a pauta dos debates desde então.

As pressões econômicas e políticas que delinearão os vínculos entre Estado, grupos econômicos e políticos marcam o sistema de concessões de canais de rádio e televisão no Brasil e respondem por um dos elementos do conflito: a escassez de acesso aos meios de comunicação (DEL BIANCO, 1999; NUNES, 2003). A emergência de um novo personagem nessa narrativa supõe a partilha de um espaço antes exclusivamente loteado pelos grupos acima citados.

Quando em fevereiro de 1998 o Estado brasileiro reconhece e regulamenta a existência das rádios comunitárias (radiocom) através da Lei 9612/98 que institui o “Serviço de Radiodifusão Comunitária”, o reconhecimento aparece como esperança de ruptura com o modelo de exclusão do acesso aos meios de difusão. Os grupos que pleiteiam um destes canais têm de ser identificados através da classificação comunidade/comunitária. Todavia, o próprio processo de formulação da legislação é marcado por uma série de confrontos entre representantes das emissoras comerciais e das rádios comunitárias, e entre os representantes das radiocom e o Estado, agente de controle e regulação da política de comunicações no país.

Os personagens dessa história representam interesses antagônicos. Por um lado, as emissoras comerciais, desde o processo de negociação do texto da Lei no Congresso Nacional (Coelho Neto, 2002) e com a finalidade de manterem sua posição de referência e domínio da radiofonia nacional, defendem a limitação do número de radiocom e lhes impõe restrições de funcionamento. Por outro lado os representantes das radiocom querem o reconhecimento legal das emissoras comunitárias, o que as colocaria em outra posição que não a de infratoras da legislação de telecomunicações do país, concedendo-lhes o direito de transmissão antes inexistente.

Este conflito envolve ainda a relação da comunicação comunitária com o mercado, representado pelas rádios comerciais e seu modelo de fazer rádio; a relação com o Estado e seus mecanismos de controle; e ainda a relação com os ouvintes, que passam a ser disputados com as tradicionais rádios comerciais.

Atualmente, o espaço desta radiofonia institui uma outra instância de disputas, que não opõe apenas rádios comunitárias a rádios comerciais, mas comunitárias a comunitárias. No centro da oposição está o reconhecimento como uma radiocom. O prêmio dessa disputa é a possibilidade de poder ou não fazer rádio legalmente, bem como a própria construção da legitimidade da radiofonia comunitária. Aqui as questões do que significa ser uma emissora comunitária, qual o seu papel social, para quem ela deve falar, como ela deve falar, que tipo de organização deve ter passam a ser fundamentais, pois desempenham funções de reconhecimento e legitimação.

Grande parte destas questões passa pela construção da imagem das rádios comunitárias. Os investimentos na elaboração de uma definição, o que implica a aceitação de distinções e singularidades das rádios comunitárias frente às rádios comerciais, e cujos parâmetros não são consensuais, são parte importante da dinâmica do conflito que essa pesquisa analisa. A construção da auto-imagem (Elias & Scotson, 2000) das radiocom articula diferentes níveis: da relação com o mercado, da relação com o Estado e da autodefinição das emissoras. Nestas funções a auto-imagem é um dos elementos postos em cena na defesa de posições e tem papel importante nos processos de publicização das rádios e de seu trabalho junto aos lugares onde se localizam.

E é no debate público que esta auto-imagem acaba por desempenhar um papel político dentro do jogo de forças de transformação ou manutenção do espaço da comunicação social no Brasil. Além do que, os conflitos são processos que, em grande medida, operam a contraposição e negociação de sentidos cuja dinâmica se torna perceptível a partir da noção de auto-imagem.

1.1 A “auto-imagem” e a imagem do outro: o conflito no campo da radiofonia comunitária.

É durante a década de 1970 que o rádio brasileiro começa a operar em frequência modulada (FM). O uso dessa frequência se associa a uma série de fatores tecnológicos, econômicos e políticos. Entre os fatores políticos figuram os interesses do regime militar pela penetração da radiodifusão em âmbito nacional, plano que incorpora o desejo de maior controle dos meios de comunicação, dado o papel estratégico das telecomunicações para os militares (Sorj, 2003), e que acabará por influenciar o desenho da propriedade destes meios no país, na medida em que, como já ocorria com as rádios que transmitiam em amplitude modulada, as AMs, a difusão de emissoras FM será feita através de concessões controladas pelo governo federal.

A existência de regiões não cobertas ainda pela radiodifusão contribui para a interiorização, que passará a ser feita com uso da frequência modulada, permitindo cobrir regiões do país aonde as AMs não chegavam (Del Bianco, 1999). Como afirma Ortiz (1995, p.153): “entre nós é o Estado militar quem promove o capitalismo em seu estado avançado”. O que terá

repercussão na constituição e consolidação de um mercado de bens simbólicos que se desenvolve sobretudo nos anos 1970 e 1980.

Analisando esse mercado nos anos de 1970, Ortiz (1995) observa, dentro do processo de consolidação da indústria cultural no país, uma tendência à nacionalização e a “standartização” da produção cultural. O que se evidencia pela formação de redes de televisão e de rádio que transmitem para todo o país uma mesma programação, quase que anulando a produção antes localizada, e respondendo às funções de integração nacional proposta pelos militares.

No que concerne ao rádio, algumas mudanças passam a ser percebidas a partir desse momento. Se de um lado a tendência à nacionalização e “standartização” se afirmam, com o uso de satélites para transmissão em rede, a segmentação também passa a ser verificada (Del Bianco, 1999). Além disto, o novo momento irá conviver com a popularização de tecnologias que se tornam cada vez mais baratas, como os transmissores, permitindo a emergência de rádios de pequeno porte que podem operar com custos reduzidos, como é o caso das radiocom. Rádios que antes funcionavam com alto-falantes ou com transmissores caseiros poderão “colocar a emissora no dial” com maior qualidade. Passa, então, a ser tecnicamente possível a uma pessoa, um grupo ou comunidade ter uma emissora de rádio.

Mudanças na orientação dos movimentos sociais também são sentidas e terão implicações para a trajetória das radiocom. Glória Gohn (2002, p. 301) percebe na trajetória dos movimentos sociais um processo de valorização de sentidos e categorias que se relacionam as idéias comunitárias. A valorização do sentido das relações comunitárias e da comunidade vai ser decisiva nos anos 1990 também como parte das críticas aos processos de globalização dos mercados e à incapacidade das nações e da comunidade internacional de agir e de dar respostas aos problemas locais. E vai caminhar lado a lado com as questões relacionadas à comunicação.

No que concerne aos meios de comunicação ligados aos movimentos sociais, essas mudanças serão percebidas dentro de um processo que defino como de “autonomização”: um processo que converte paulatinamente a comunicação produzida dentro dos movimentos sociais em um valor em si e não apenas um instrumento de divulgação dos movimentos e de suas demandas.

O fato de a comunicação comunitária ter se tornado objeto de um debate jurídico sobre a liberdade de expressão e o direito de comunicar (Coelho Neto, 2002) tem vínculos estreitos com esse movimento que transforma a comunicação em uma demanda específica. O atual conflito no campo das emissoras comunitárias pode ser entendido também como parte dessa mudança. A demanda por um canal comunitário sai do espaço exclusivo dos movimentos sociais e se torna uma demanda de outros segmentos sem tradição de organização popular, como por exemplo, as igrejas evangélicas.

É nesse cenário que a construção das imagens (e das auto-imagens) aparecem como formas de identificação e legitimação das demandas por canais de comunicação.

1.2 Relação entre conflito e “auto-imagem”

A auto-imagem aparece como conceito central na explicação dos processos de estigmatização em “Os estabelecidos e os outsiders” (Elias & Scotson, 2000). Nessa obra seus autores elaboram um modelo operacional de leitura dos conflitos, a figuração “estabelecidos e ‘outsiders’”, tendo como matéria-prima um trabalho etnográfico. No povoado de “Winston Parva” a questão do conflito é entendida através da distinção de “status” construída pela “auto-imagem” dos grupos em processo conflituoso. A marca da distinção se situa num plano análogo àquele que constrói a imagem da civilização: a crença na superioridade de um dos grupos.

Os estabelecidos defendem suas posições a partir da auto-imagem que constroem de si e da que impõem aos “outsiders”. No caso analisado pelos autores os móveis do conflito entre dois grupos de trabalhadores não eram econômicos. A distinção e a crença nesta distinção opunham os dois grupos. De um lado os “estabelecidos”, beneficiários da imagem de fundadores do pequeno povoado e guardiões do melhor de seus costumes e tradições. De outro lado os “outsiders”, moradores “comuns”, mal-vistos apenas por serem os mais recentes habitantes do lugar, sem direito às benesses da tradição e da imagem de quem há mais tempo se estabeleceu. O lucro simbólico na crença das diferenças acaba por criar “status” e poderes desiguais entre eles.

A auto-imagem torna compreensível o terreno sobre o qual as disputas irão se dar. Ela cristaliza a visão que um grupo tem de si e de suas possibilidades sociais. Parte do processo posto em movimento pela figuração “estabelecidos e outsiders”, é o que Elias e Scotson chamam de “sociodinâmica da estigmatização”. Estigmatizar torna-se um expediente eficaz na medida em que manipula representações positivas e negativas de ambos os grupos nas relações mútuas que estabelecem. A manipulação tem como alvo a auto-imagem do grupo a ser atingido, cuja crença na própria inferioridade pode ser decisiva na aceitação de um diferencial de poder negativo e de uma posição social de subordinação.

Ainda que no caso das radiocom a auto-imagem não possa ser tomada nos mesmos termos de uma relação de vizinhança, como acontece em “Winston Parva”, a construção de uma determinada imagem das rádios e de seu movimento se torna fundamental na disputa de poder, de legitimação e de território que as rádios vivenciam.

O processo de elaboração de uma imagem é realizado não apenas pelas radiocom, mas também pelas diversas instâncias que com elas se relacionam: rádios comerciais, entidades representativas dessas emissoras, em nível local e nacional, órgãos de governo e meios de comunicação de massa. A formulação da auto-imagem, bem como sua aceitação ou negação, ocorre de modo relacional, e opera um jogo de forças onde a prevalência de uma percepção positiva ou negativa sobre as radiocom traz conseqüências para o seu reconhecimento social, o que acontece antes e depois da aprovação da Lei

9.612. Por isso, a estigmatização aparece como dado importante do processo, legitimando ou deslegitimando socialmente a presença das radiocom junto à opinião pública.

A idéia de que as radiocom operam pondo em risco o funcionamento de diferentes sistemas de segurança, como o dos aeroportos e da polícia, através das interferências em seus aparelhos de comunicação, é uma das imagens difundidas pelas emissoras comerciais que acaba por afetar negativamente a leitura que a sociedade faz delas. Ao tratar o problema da concorrência entre rádios comerciais e rádios comunitárias como um problema de segurança pública, as emissoras comerciais transformaram-no em uma questão que extrapola o campo da radiodifusão e invade outras instâncias sociais, ampliando o interesse da opinião pública e manipulando-o a seu favor através da idéia de perigo. É o que se pode ver na análise da cobertura sobre essas rádios na imprensa.

1.3 “Um exagero de democratização”: As rádios comunitárias na imprensa cearense

Desde os anos 1980 as radiocom estão presentes nos principais jornais diários de Fortaleza: O Povo e Diário do Nordeste. A visibilidade que recebem se relaciona à ação institucional da Prefeitura de Fortaleza e da Universidade Federal do Ceará que dinamiza a criação de rádios naquele momento. Entretanto, também contribui para este fato a própria visibilidade que estas emissoras passam a ter nos bairros onde se instalam.

Encontrei nos arquivos do jornal Diário do Nordeste, em uma edição de 1983 a primeira matéria sobre uma rádio não outorgada, sob o título “Informação pirata: sucesso de uma rádio FM na Aerolândia”. Embora o tom da matéria seja positivo e interessado, o medo das instâncias de controle do Estado, representada pela fiscalização, está presente.

Quatro anos depois, em 1987, uma outra notícia dá conta da existência de outra emissora não comercial: “Jardim Iracema inaugura hoje a sua emissora: ‘A voz da união’”. Em 1988 outra matéria apresenta as rádios comunitárias como uma alternativa de comunicação para comunidades carentes. O título reportagem é exatamente “Rádio comunitária é alternativa”.

Nesse momento as rádios são serviços móveis que se deslocam por alguns bairros da cidade, a matéria explica seu funcionamento: “Bruno afirmou que a Rádio Comunitária funciona numa Kombi cedida pela Superintendência Municipal de Obras e Viação (SUMOV), conhecida também como Unidade Móvel. ‘O sistema é simples, são alto-falantes e um microfone. O mais importante são as propostas levantadas pelos moradores’”.

Nesse momento inicial da cobertura das emissoras não comerciais pela imprensa as matérias são apenas informativas. Há um tom positivo que perpassa as notícias sobre a existência de uma emissora e sua relação com o bairro, ainda que essa relação nem sempre seja amistosa, como é o caso da “Rádio Voz do Pirambu”, fechada pela polícia a pedido da própria comunidade que, através de um abaixo-assinado pede um controle da poluição sonora.

O processo de cobertura das rádios pela imprensa se faz acompanhar de um simultâneo procedimento de qualificação e classificação. Assim, em seis anos de cobertura, diferentes denominações são usadas no tratamento dado as rádios: “pirata”, “alternativa”, “comunitária”. Essas denominações revelam diferentes concepções e avaliações sobre o lugar e papel dessas emissoras. No início da década de 1990, o tom informativo continua e as rádios passam a ser chamadas de “populares” ou “comunitárias”.

A prevalência dessas denominações na cobertura jornalística pode estar relacionada com uma nova percepção de seu papel. A década de noventa se pauta pela discussão sobre o local e o global, construindo um ambiente de forte valorização da idéia de comunidade e das relações sociais que parecem só serem possíveis nesse espaço (Baumam, 2003). As emissoras deixam de ser identificadas exclusivamente com as lutas populares, se autonomizando, e buscando outra âncora de significação presente na idéia de comunidade, que parece evocar simultaneamente a referência ao local e a determinadas relações, sem a necessária referência a um universo de lutas políticas.

No trajeto do tratamento conferido as radiocom é possível perceber também que o espaço que ocupam vai se convertendo gradativamente na criação de um campo com problemas próprios. A relação com as localidades, com o Departamento Nacional de Telecomunicações, a Polícia Federal; as dificuldades financeiras, a problemática da legalidade, a relação com a política partidária, a relação com as emissoras comerciais, entre outros aspectos estão presentes na cobertura que a imprensa lhes dá. Até 1996 as rádios aparecem retratadas através destes temas, como é possível ver no quadro abaixo:

Quadro 1: Matérias publicadas no Jornal O Povo e Diário do Nordeste entre 1990-1995 sobre rádios populares e comunitárias

Jornal	Data	Matéria
DN	12/06/90	"Comerciante ajuda rádio popular para ter a torre"
DN	25/08/91	"Rádio Comunitária instalada no Edson Queiroz presta serviço"
DN	08/12/94	"A voz do Pirambu está calada"
O Povo	05/12/94	"Delegada do 7o DP manda retirar do ar rádio comunitária Voz do Pirambu"
DN	02/05/94	"Uma barulhenta útil"
DN	25/02/94	"Irradiadoras voltam a fazer sucesso nos bairros de Fortaleza. A comemoração se deu com o aluguel de uma rádio de Maracanaú (Pitaguary) que transmitiu dois programas da emissora"
O Povo	28/01/95	"Emissora clandestina é autorizada a funcionar"
DN	07/07/95	"Rádios Comunitárias criam Associação"

Logo em seguida, já a partir de 1996, as radiocom passam a ser retratadas como agentes de disputa. Esse momento coincide com o processo de organização do “movimentos de emissoras livres e comunitárias” com vistas à provação da lei de radiodifusão comunitária. Nesse período já se registram em todo o Brasil a existência rádios comunitárias operando em frequência modulada. Antes operando através de alto-falantes as rádios não causam incômodo. Entretanto, uma vez disputando o espaço da radiodifusão comercial na frequência modulada a discussão sobre a regulação e o controle crescem, culminando com a lei que regularia iniciativas como estas.

Mas o que se disputa? As matérias assinalam a busca de espaço e de legitimidades, principalmente no plano legal. A visibilidade do conflito também é um elemento importante a considerar, já que o espaço da imprensa começará a ser usado tanto pelas radiocom quanto pelos grupos de radiodifusão comercial para influenciar a opinião pública no debate sobre a legalização da radiodifusão comunitária, que se torna premente com a discussão pelo Congresso Nacional de uma lei de radiodifusão comunitária. Observe o quadro:

Quadro 2: Matérias publicadas nos Jornais O Povo e Diário do Nordeste em 1996 sobre rádios comunitárias

Jornal	Data	Matéria
O Povo	15/12/96	"Rádios Comunitárias de Fortaleza querem maior alcance e criticam projeto para regulamentação"
DN	18/05/96	"Relator apresenta parecer sobre radiodifusão de pequeno porte"
DN	14/06/96	"Rádio Comunitária em debate na audiência pública do dia 17"
DN	28/07/96	"Começa disputa pela legalização das rádios comunitárias"
DN	07/11/96	"Rádios Comunitárias podem funcionar dentro das normas"

Neste momento as reportagens dão menos ênfase ao trabalho das emissoras nos seus bairros e comunidades, como aconteceu numa primeira fase, para centrar-se na articulação e no embate que protagonizam emissoras comunitárias e comerciais nos espaços públicos pelo reconhecimento e pela legalização. A busca por “maior alcance, a crítica ao projeto de regulamentação”, a aberta discussão sobre a “legalização” e a possibilidade de funcionar desde que “dentro das normas”, dão outro tom ao olhar sobre as rádios comunitárias. Para além de suas comunidades, isoladamente, as rádios são vistas como um movimento, com organização e ação política definidos e reconhecidos, embora alvos de ataque.

A partir daí é através da idéia de legalidade que elas passarão a ser observadas pela imprensa. Há uma série de termos associados a esta conjuntura: “questionadas”, “debatidas”, “interditadas”. As expressões revelam a situação de negação das rádios, ao mesmo tempo em que evidenciam os processos de confronto dessa negação. Expressões que se notabilizarão nos anos seguintes ganham seus primeiros registros nesse período, como por exemplo “rádio pirata”. Assim, em 1997 os temas destacados pela cobertura são: a expansão das radiocom para o interior do Estado; a interdição de emissoras; bem como as audiências e debates sobre as radiocom. Observe:

Quadro 3: Matérias publicadas nos Jornais O Povo e Diário do Nordeste em 1997 sobre rádios comunitárias.

Jornal	Data	Matéria
DN	21/02/97	"Rádio Pirata Titan FM é interdita"
O Povo	22/05/97	"Rádios Comunitárias são abertas no Sertão Central"
O Povo	14/06/97	"Engenheiro critica excesso de rádios comunitárias"
DN	13/12/97	"Audiência debate Rádios Comunitárias"

Entre estas matérias uma merece destaque. Publicada pelo O Povo de 14/06/1997, ela cobre a 3ª Convenção Anual da Associação Cearense de Emissoras de Rádio e Televisão (ACERT)² e sua chamada é “Engenheiro critica excesso de rádios comunitárias”. Nela ganha destaque a fala do engenheiro Cláudio Young, diretor de uma empresa de telecomunicações, que afirma: “Não há espaço no espectro (radiofônico e comercial) para as ditas rádios comunitárias”. A matéria segue apresentando detalhadamente o ponto de vista do engenheiro que, sob a prevalência dos argumentos técnicos, defende um maior controle sobre o número radiocom:

Cláudio Young alega que a explosão de rádios comunitárias está interferindo na transmissão das rádios comerciais. Ele explica que isso ocorre porque há um limite que o espectro radiofônico pode suportar. O engenheiro estima entre 20 e 25 emissoras como o máximo para uma mesma cidade. (...)Young destaca ainda que a explosão do número das emissoras [comunitárias] põe em risco a sobrevivência financeira dos veículos comerciais. Não adianta ter 30 emissoras em Fortaleza, todas falidas porque nenhuma consegue receita suficiente para se manter’ (grifos meus).³

² A ACERT é associada a Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão, a ABERT, que representa os interesses das emissoras comerciais.

³ A fala expressa claramente uma representação corrente fundada nos interesses do mercado contra a amplificação das rádios comunitárias.

Percebe-se que o debate sobre o reconhecimento e a legalização se transfere do campo político para o campo técnico. Não se nega a existência das radiocom⁴, desde que dentro de certas regras (apresentadas como condições técnicas) que claramente privilegiam a existência das emissoras comerciais.

Regulamentar para limitar passa a ser uma questão de ordem para a Associação Brasileira de Rádio e Televisão (ABERT) e a ACERT, o que se expressa no tom das matérias a partir de então.

Em 1998, ano da aprovação da Lei de Radiodifusão Comunitária, a questão da legalidade passa a ser central no tratamento dado as radiocom pela imprensa cearense. Este é o ano em que elas mais aparecem nos jornais: foram registradas 22 reportagens. Com base num parâmetro legal claramente definido, a nova Lei de Radiodifusão Comunitária, elas são avaliadas. Termos como “clandestina” e “pirata” passam a ser usados com mais constância.

Intensifica-se também o uso de termos como “apreensão”, “combate” e “fiscalização”. Classificar, vigiar e principalmente punir passam a ser os enfoques dados a estas emissoras. Ao privilegiar os aspectos relacionados a legalidade das radiocom quase nenhum espaço sobra para o trabalho que realizam essas emissoras, como ocorria com as primeiras matérias. É como se a existência efetiva perdesse espaço para o reconhecimento legal ou ilegal da rádio.

E se nos primeiros meses do ano de 1998 a cobertura se centra no processo de aprovação da Lei de Radiodifusão, ao longo do ano ela se desloca para o processo de enquadramento e repressão às emissoras. Como vimos, termos como “clandestina”, “pirata”, “apreensão”, “combate” e “fiscalização” são dominantes na descrição das radiocom e no tratamento dado a elas. Órgãos de regulação e fiscalização, como a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e a Polícia Federal passam a ser relacionados e cobrados quanto ao controle das emissoras.

Quadro 4: Matérias publicadas nos Jornais O Povo e Diário do Nordeste entre 1998-1999 sobre rádios comunitárias.

Jornal	Data	Matéria
DN	21/01/98	“Comissão adia votação sobre rádio comunitária”
O Povo	27/01/98	"Projeto sobre rádios clandestinas reduz número de emissoras"
DN	28/01/98	"Aprovado funcionamento das rádios comunitárias"
DN	21/02/98	“Mais uma rádio pirata fechada no interior"
DN	26/02/98	"Senado aprova projeto que permite a operação livre"
DN	05/05/98	"Polícia Federal vai intensificar o combate ao funcionamento de 'rádios-piratas'".
O Povo	05/05/98	"ACERT quer rigor na fiscalização de rádio-pirata"
DN	15/05/98	"Polícia Federal irá apreender material de rádios piratas: maior preocupação da ACERT é a veiculação da propaganda eleitoral ilícita."
DN	21/05/98	"Rádios Comunitárias temem repressão: superintendente da Polícia Federal garante que apreenderá equipamentos de acordo com a lei"
O Povo	24/05/98	"Dial sem trégua"
O Povo	02/07/98	Jovens são treinados para atuar em rádios comunitárias nas escolas"
O Povo	01/08/98	"Católicos usam rádios comunitárias como instrumento de evangelização"
DN	27/08/98	"Corregedoria aperta o cerco às rádios piratas"
DN	05/09/98	"UFC nega espaço para a festa da Arcos"
DN	17/09/98	"MP pede apreensão de material de rádios piratas"
DN	22/09/98	"PF deve receber hoje mandatos de apreensão"
DN	22/09/98	"Pedido de busca tem efeito pedagógico"
DN	23/09/98	"Apreensão dos equipamentos das rádios"
DN	29/07/98	"Campanha contra a pirataria: ACERT vai investir contra as rádios clandestinas"
O Povo	26/10/98	"A voz da Comunidade"
DN	28/11/98	"ABERT denuncia de emissoras por todo o país"
DN	05/12/98	"Agência de telecomunicações preocupa setor da radiodifusão"
DN	10/02/99	“Anatel continua fiscalização sobre rádios piratas”
O Povo	28/03/99	“3.373 emissoras de rádios FM serão criadas no país”
DN	12/04/99	“1º Fórum de radiodifusão do Sertão Central”
O Povo	28/07/99	“FHC [Presidente da República] pede instalação de 70 rádios comunitárias”
O Povo	14/08/99	“Uso de rádios comunitárias divide opinião em evento”
DN	28/10/99	“ACERT reforça fiscalização contra rádios piratas”
DN	30/10/99	“ACERT quer o fim das rádios piratas no Estado”
DN	04/12/99	“ACERT intensifica combate às rádios piratas no Ceará”

Notícias sobre o número de emissoras a serem criadas também revelam a movimentação do campo das radiocom, bem como uma tendência de expansão do campo. Matérias como “FHC pede instalação de 70 rádios comunitárias”, “3.373

⁴Existência já é fato, embora não tenha reconhecimento de direito.

emissoras de rádios FM serão criadas no país” tratam da expansão legal desse universo, enquanto que chamadas como “Anatel continua fiscalização sobre rádios piratas”, “Corregedoria aperta o cerco às rádios piratas” e “Polícia Federal vai intensificar o combate ao funcionamento de 'rádios-piratas'” indicam o grau de medo e intolerância em relação ao crescimento das emissoras comunitárias.

Essa divisão, que ganha destaque na imprensa, já refletia uma tendência que começava a ser decisiva no movimento: de um lado a quantidade sendo vista de modo positivo, na medida em funcionaria como mecanismo de pressão sobre o governo, de outro lado, numa visão mais crítica do crescimento vertiginoso de emissoras, entendido como uma possibilidade de descaracterização do movimento e da própria imagem das radiocom.

Durante os últimos quatro anos a construção da imagem de pirataria e de perigo que as radiocom representariam continua a ser alimentada. A forma como a questão da “interferência nas frequências” é apresentada torna as rádios comerciais vítimas das rádios sem autorização, enquanto toda a sociedade é transformada em vítima potencial das emissoras comunitárias. Além disso, ganha enorme destaque as ações de fechamento e lacre de emissoras. Na matéria “Rádios oficiais sofrem interferência das piratas”, a oposição oficial-pirata dá o tom da valoração dos dois tipos de emissoras, tornando àquelas, as oficiais, vítimas da “pirataria”.

Muito presente ainda na cobertura das radiocom é o processo de repressão às emissoras, representado por 11 das 25 matérias encontradas sobre o tema entre 2000 e 2004. O termo pirata se institui como o mais usual no tratamento das emissoras. Vedete deste momento da cobertura é todo o aparato estatal representado pela Polícia Federal, procuradoria, juízes, Anatel, Assembléia Legislativa, que aparecem nas chamadas “Polícia Federal inicia caça as rádios piratas, Federal e Anatel fecham rádios piratas no interior”; “Justiça proíbe liminares para rádios ilegais” e “Procuradoria investe contra rádios pirata”, entre outras.

Também se verifica a presença de notícias sobre o processo de concessão de concessões para o funcionamento de radiocom, o que passa a acontecer a partir de 2000. Além disto, a discussão sobre a democratização se faz presente a partir do ponto de vista das emissoras comerciais.

Assim, em um dos congressos da ACERT, realizado em dezembro de 2003, um dos temas de discussão foi a comunicação comunitária, mais particularmente as rádios comunitárias. A cobertura sobre o debate feita pelo jornal Diário do Nordeste (de 05 de dezembro de 2003) estampou como chamada uma das frases proferidas durante as discussões: “Democratização sem exagero”. Aqui o tema da legalidade ganha contornos dramáticos, na medida em que o direito de expressão, princípio norteador da idéia liberal de democracia, é discutido como um exagero democrático.

Do lado das radiocom, a necessidade de respaldar constantemente o movimento em torno da imagem de democratização e da ação comunitária, se choca com as constantes denúncias por parte da imprensa de emissoras que funcionam como rádios comerciais de baixa potência ou são colonizadas por interesses políticos e religiosos. Torna-se necessário ainda, para as radiocom, retorguir a representação de ilegalidade, clandestinidade, pirataria, oportunismo e perigo a elas imposta pelas emissoras comerciais e suas entidades representativas⁵.

Os processos de formulação de uma valoração positiva e do orgulho que a auto-imagem pode carregar permitem compreender o que acontece com as radiocom; ainda que neste caso aspectos afetivos da percepção de um grupo humano não sejam a questão central. Em relação às radiocom a auto-imagem torna perceptível o processo de construção, ou não, do reconhecimento e da legitimação das emissoras sem outorga que se definem como comunitárias. Um dos mecanismos de legitimação se processa pelo uso da idéia de comunidade, e dos valores imanentes a estas, que são vistos de modo positivo, e por vezes idealizado, e se fariam presentes na programação, na organização e na relação das emissoras com os ouvintes e o lugar onde se estabelecem.

Exemplo da elaboração desse tipo de auto-imagem pode ser percebido no Jornal “ABRAÇO no Ar”⁶, que detalharemos a seguir. Neste informativo as radiocom aparecem como portadoras de uma utopia revolucionária: são agentes do aperfeiçoamento social, da democratização, do fortalecimento identitário e da solidariedade. Noções legitimadoras que se opõem a idéias como pirataria, perigo, clandestinidade e crime, associadas às emissoras:

Agora é a vez das rádios comunitárias assumirem a responsabilidade da continuidade no aperfeiçoamento de nossa sociedade, da democratização das informações, da cultura e das formas de se relacionar das comunidades em todos os rincões brasileiros, promovendo uma verdadeira revolução com o fortalecimento da identidade cultural local, estimulando a solidariedade entre os cidadãos e provocando a auto-estima nas pessoas (...)

Em outro trecho do jornal tem-se o reforço à imagem transformadora das radiocom, quando elas são apresentadas como “novidade revolucionária”, meio possível de controle coletivo e realização da cidadania, que não podem existir fora delas:

Uma rádio comunitária é algo novo. Com ela se pretende uma revolução política, social e cultural do país – a partir da tribo, da vila do povoado, do grande coração brasileiro. A rádio comunitária é o último meio de comunicação que a população pode de fato possuir e controlar neste final de século. (...) Fora das comunitárias o que vale é o dinheiro. O cidadão não existe, a comunidade não existe (...).

⁵ Já em 1997, mesmo antes da promulgação da Lei 9612, a ABERT lançou campanha nacional, em diversas mídias, inclusive o rádio, afirmando o perigo das “emissoras piratas” (Matos, 2000).

⁶ Jornal da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (ABRAÇO).

Por tudo isso uma rádio comunitária não pode copiar uma comercial (...). A dificuldade é, como fazer uma rádio que não siga este modelo que aí está?

O jornal afirma a positividade e a legitimidade dos valores locais, representados pelas radiocom, contra a globalização, apresentada como excludente e centralizadora.

Dessa forma, tem-se que a idéia de revolução e o papel social a ser desempenhado pela comunicação comunitária se afirmam na noção de comunidade e nas diversas interpretações favoráveis de seu papel: fortalecimento da cultura e da identidade locais, valorização da solidariedade, oposição à globalização “centralizadora e excludente”, “revolução a partir da tribo, da vila, do povoado, do grande coração brasileiro”.

No “ABRAÇO no Ar”, a idéia “rádio comunitária” é usada para explicar as potencialidades da comunicação voltada para a comunidade. Do ponto de vista da disputa política entre radiocom e rádios comerciais, essa interpretação é uma das ferramentas usadas no jogo de legitimação, através da formação de uma imagem com forte conotação transformadora e libertária.

Numa situação de conflito essas imputações positivas se opõem a um leque de sentidos negativos usados pelos seus opositores, como “piratas”, “ilegais”, “clandestinas” ou “perigosas”, que lhes nega a caracterização de veículo legítimo de comunicação de uma localidade.

Em relação ao campo da radiofonia brasileira, a dinâmica do conflito evidencia uma busca por visibilidade através da apropriação de um veículo de comunicação. Os diversos formatos de radiocom indicam que ela pode se pautar por interesses religiosos, político-partidários, mercadológicos ou ainda na tradição dos movimentos sociais na área de comunicação. Assim, diferentes discursos se organizam e representam segmentos da sociedade em busca de visibilidade: seja ela política, social, comercial ou cultural.

As possibilidades de trabalho, de venda de equipamentos, de atração de pequenos anunciantes, entre outros aspectos, sugerem essa leitura. A visibilidade que acabam por produzir nas áreas onde se instalam, onde a menção aos nomes das ruas, aos pontos comerciais, às praças e às atividades de seus moradores produz o reconhecimento do lugar e de sua vida social⁷, oferecendo uma primeira experiência de espaço público algumas localidades, sejam elas bairros periféricos de grandes cidades, ou cidadezinhas do interior, e que nunca interessaram comercialmente aos grandes grupos de comunicação. Num movimento análogo ao processo de construção do espaço público vivido no início da modernidade, as rádios comunitárias dinamizam e tematizam a vida local.

Entre as radiocom a produção cultural é também território de tensões entre o estabelecido, “representado pela cultura comercial popular” e o devir, representado pela “cultura alternativa”. Como identifica Oliveira (2002, p. 14), “no caso das radiadoras comunitárias da década de 80, era idealizada a veiculação de Música Popular Brasileira e canções engajadas, priorizando a transmissão de debates e mensagens com intenções socioeducativas”.

Essa idealização, que deveria ser realizada no cotidiano das radiocom com a construção de uma perspectiva alternativa à produção massiva, também toma parte no processo de composição da auto-imagem dessas emissoras e no processo de sua legitimação.

Todas as rádios pesquisadas, por exemplo, mantêm em sua programação a oferta de um repertório musical consagrado pela indústria cultural e apreciado pela audiência, entre eles “o brega”, e “o forró”. Na Rádio Favela⁸, de Belo Horizonte, a tensão entre os dois universos se apresenta em programas como o “Só Lixo”, cujo título expressa a avaliação feita sobre a música veiculada, sem, no entanto, impedir que ela vá ao ar.

Longe da idealidade das definições que tratam da qualidade da música e de outros produtos culturais a serem difundidos pelas rádios comunitárias e consumidos por seus ouvintes, tais como a “música de raiz” ou “música boa” (Luz, 1999), a realidade complexa da dinâmica de oferta e de consumo de bens culturais gera uma enorme pressão sobre as radiocom e põe em questão o exercício de uma proposta mais “pura” de programação comunitária. A religiosidade popular católica, a expansão dos grupos evangélicos, o interesse por gêneros musicais menos legitimados tomam espaço no “dial” e reelaboram o discurso tradicional dos movimentos sociais sobre a democratização das comunicações, bem como sobre o controle social das radiocom.

A introdução de um repertório consagrado pela comunicação de massa começa a ser vista não como alienação ou capitulação da proposta política inicial das emissoras, como nos anos 1980, mas como uma forma de trazer para dentro das radiocom a pluralidade social existente fora delas (Oliveira, 2002). Se a leitura tradicional das radiocom e seu papel político não constituem um repertório em desuso, elas não são mais exclusivas e dividem terreno com todas essas novas apropriações.

O trabalho mostrou ainda que a comunicação comunitária é um exercício recente, um aprendizado da relação das rádios com os ouvintes e com a vida do lugar onde se inserem, o bairro. Esse espaço público desprezado em sua

⁷ Durante a audição de uma emissora comunitária localizada em um bairro onde morei por muitos anos, percebi, surpresa e comovida, a importância da publicação, através da rádio, da vida cotidiana do bairro. A menção aos mercados onde se compra diariamente, os eventos que reúnem seus moradores, a vida cultural das escolas, os recados que os moradores se enviam durante os programas, tudo isso compõe um mapa da vida social do lugar. Eles atribuem valor simbólico positivo à vida comum, tornam o que era antes imperceptível, a dinâmica cotidiana do lugar, em elemento para ser ouvido, discutido e reconhecido, o que vai além das funções de simplesmente informar ou entreter através de uma programação musical. Naquele momento da audição, moradora que fui, senti uma emoção estranha, a de ter sido parte daquele universo que a rádio irradiava.

⁸ Embora hoje funcione com licença de emissora educativa, essa rádio passou grande parte de sua história como emissora clandestina aos olhos do Estado e se converteu, ao longo de sua trajetória, em uma referência para as rádios comunitárias em todo o Brasil. Em 2001 foi tema do filme “Uma onda no Ar”, do cineasta Helvécio Rattón, chamando a atenção para a questão das radiocom e a democratização das comunicações

singularidade durante muito tempo pelas emissoras comerciais, começa a ser objeto de interesse pela ação das rádios comunitárias. Aquilo que antes passava como dado menor da vida desses bairros agora ganha visibilidade. Talvez não da forma idealizada como inicialmente se pensa o papel dessas emissoras, e muito mais por uma relação concorrencial de mercado que elas estabelecem entre as emissoras comerciais e entre elas próprias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Canclini, N. G. (1999). Consumidores e cidadãos: conflitos, multiculturais da globalização. 4ª edição, Rio de Janeiro, Ed. UFRJ.
- Capelato, M. H. R. (1998). Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: _____. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas, São Paulo: Papyrus. (pp. 63-97).
- Coelho Neto, A. (2002). Rádio comunitária não é crime. O direito de antena: o espectro eletromagnético como um bem difuso. São Paulo: Ícone.
- Cogo, D. 1998. No ar ... uma rádio comunitária. São Paulo: Edições Paulinas.
- Costa Jr., A. de O. (1999) Da clandestinidade à legalidade: o discurso social sobre as rádios comunitárias. Dissertação de Mestrado, ECO, UFRJ. Mimeo.
- Della Cava, R. & Montero, P. (1991). E o verbo se faz imagem: Igreja Católica e os meios de comunicação no Brasil: 1962-1989. Petrópolis, Vozes.
- Del Bianco, N. R. ; MOREIRA, S. V. (1999). Rádio no Brasil: tendências e perspectivas. Rio de Janeiro, EDUERJ; Brasília. D.F., UNB.
- Doimo, A. M. 1995. 'A vez e a voz do popular': substrato comum e linguagem. In: _____. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará-Anpocs. p.123-150.
- Elias, N. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, (1994).
- Elias, N. & SCOTSON, J. (2000). Os estabelecidos e os "outsiders". Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Fuser, B.n (2002) Rádios Comunitárias em Campinas: a perda de espaço da alternativa popular. Anais do XXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. <http://www.intercom.org.br/papers/2002/np12/np12fuser.pdf> (consultado na internet em 22 Agosto de 2003)
- GOHN, M. da G. (1997). Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 3a edição. São Paulo: Edições Loyola.
- Habermas, J.. (1984). Mudança estrutural na esfera pública: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Hall, S. (2003). Notas sobre a desconstrução do popular. In: _____. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. belo horizonte: editora ufmg; Brasília: unesco, p. 248-264.
- Harvey, D. 1996. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 6ª edição. São Paulo: Ed. Loyola.
- Lopes, C. A. (1999) Política pública de radiodifusão comunitária no Brasil – exclusão como estratégia de contra-reforma. Dissertação de Mestrado, UNB. <http://fndc.org.br/arquivos/radcomfinal.pdf>. (consultado na internet em 03 de Novembro de 2005).
- Luz, D. 2001. Trilha apaixonada e bem-humorada do que é e de como fazer rádios comunitárias, na intenção de mudar o mundo. S/E.
- Martin-Barbero, J. 2001. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. 2a ed. Rio de Janeiro.
- Matos, Teresa C. F. 2000. Memória e dádiva em uma rádio comunitária. Dissertação de Mestrado, UFPB, mimeo.
- Nunes, M. V. (2000) Rádios comunitárias nas eleições 98: exercício da cidadania ou instrumentalização da participação popular? Anais do XXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2000. <http://intercom.org.br/papers/2000/np06/gt06NUNES.pdf>. (consultado na internet em 22 de Agosto de 2003).
- _____. As rádios comunitárias nas campanhas eleitorais: exercício da cidadania ou instrumentalização (1998-2000). Anais do XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Belo Horizonte 2003. Texto completo disponível em CD ROOM.
- Oliveira, C. T. F. (2002). Escuta sonora: educação não-formal, recepção e cultura popular nas ondas das rádios comunitárias. Tese de doutorado, Faculdade de Educação, Unicamp, mimeo, 2002.
- Ortiz, R. (1995). A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural. 5a edição. São Paulo: Brasiliense.
- Sorj, Bernardo. (2003). *brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; Brasília, D.F.: UNESCO.
- _____. (2001). Novas tendências do conflito social: entre a juridificação e a judicialização. In: _____. *A nova sociedade brasileira*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Tavares, R. C. (1999). Histórias que o rádio não contou: do galena ao digital, radiodifusão no Brasil e no mundo. 2a edição, São Paulo: Harbra.
- Thompson, J. B. (1998). A mídia e o desenvolvimento da sociedade moderna. In: _____. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. 4ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes. (pp. 47-76)

TV Educativa e regulação: peculiaridades das emissoras catarinenses

Ivonete Lopes
Universidade Federal Fluminense
netelopes@hotmail.com

Resumo: Neste artigo vamos apresentar como foram distribuídas as concessões das emissoras de televisão educativas em Santa Catarina (SC) depois da mudança ocorrida, na década de 1990, na legislação que regula a radiodifusão brasileira. Essa mudança ampliou as funções dessas estações, que de retransmissoras de programação foram autorizadas a operar com totalidade de programação local, aumentando o interesse de políticos, empresários e religiosos pelas concessões. O Estado catarinense possuía apenas uma televisão educativa, mas depois das alterações o número aumentou para nove.

1. Introdução

No presente artigo vamos descrever o perfil das televisões educativas (TVEs) localizadas no Estado de Santa Catarina. Essas emissoras são concedidas sem licitação, fato que nos leva a levantar a hipótese de que para a obtenção de uma emissora educativa é preciso ter muito capital social (Cf. Bourdieu apud Nogueira e Catani)¹. Os primeiros decretos das décadas de 1960 e 1970 que regulavam o funcionamento das TVs educativas não permitiam que essas emissoras pudessem gerar programação local. A geração de conteúdo local só foi permitida muito recentemente no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Primeiro por meio do decreto 1.720/1995, no qual as TVs educativas foram autorizadas a inserir até 15% de programas próprios. Os 85% restantes da programação dessas TVs eram retransmissão das programações das TV Cultura de São Paulo e TV Educativa do Rio de Janeiro. Porém, no final da década de 1990 novamente foram feitas novas mudanças na legislação que regula a radiodifusão brasileira, por meio do decreto 3.541/1998. Essas mudanças ampliaram mais ainda as funções das TVs educativas. Esse decreto permitiu que as retransmissoras da TV Cultura de São Paulo e TV Educativa do Rio de Janeiro pudessem gerar até 100% de programação local, e não apenas retransmitir a programação. Essa mudança na legislação que regula a radiodifusão brasileira aumentou sobremaneira o interesse pelas TVs educativas por parte de políticos, religiosos, entre outros grupos sociais.

Com essa alteração na regulamentação, associada a uma política governamental de promover aceleradamente a distribuição das outorgas, o mapa de distribuição das TVEs sofreu profunda transformação, bem como surgiram “novos” interessados em ser concessionários das mesmas. O número de emissoras, entre 1997 e 2007, teve aumento de 735% no Brasil. Se nas três primeiras décadas de televisão educativa existiram apenas 20 emissoras em todo o território nacional, no final de 2007 já eram 167 (Cf. Folha de S. Paulo, de 18 de junho de 2006). Em Santa Catarina o crescimento foi bem superior se compararmos com a expansão nacional, uma vez que nesse estado houve um aumento de 800% do número das TVEs, visto que em 1994 havia apenas uma TV educativa, a TV Cultura Santa Catarina, e em 2007 subiu para nove. Portanto, é sobre o perfil das televisões educativas (TVE) localizadas neste Estado, a partir do final da década de 1990, que trata o presente artigo. Antes de apresentarmos as características das emissoras faremos um breve histórico da televisão educativa no Brasil.

2. O surgimento da TV Educativa

A televisão educativa foi implantada durante o regime ditatorial militar, período no qual houve grande investimento na infra-estrutura das telecomunicações; organização do setor com a criação do Ministério das Comunicações, da Radiobrás e Telebrás; barateamento do custo do aparelho receptor – tornando possível a um maior número de brasileiros terem acesso a esse meio. Época também que a educação passou a ser vista como fundamental para o desenvolvimento do país e como consequência natural para melhorar a distribuição de renda entre os brasileiros. Nesse contexto desenvolvimentista entra no ar em 1967 a primeira emissora educativa do Brasil, a TV Universitária de Pernambuco, vinculada ao Ministério da Educação.

O interesse dos militares pela comunicação ficou explícito com a implantação de medidas para a organização e a exploração do sistema, ratificando a concentração da distribuição das outorgas à União e a criação da Telebrás, Radiobrás e Embratel, como vimos acima. O primeiro órgão criado foi o Ministério das Comunicações, em 1967, pelo presidente-general Humberto Alencar Castello Branco. No mesmo ano, por meio do Decreto-lei 236, que complementa e modifica o Código

¹ Capital social é o conjunto ou rede de relações sociais (que inclui amigos, contatos profissionais, contatos políticos, entre outros) que um indivíduo tem ou mantém.

Brasileiro de Telecomunicações, impondo regras à liberdade de expressão², estabelece no artigo 13 a criação da televisão educativa. À emissora cabia a divulgação de programas educacionais³, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates; não podia veicular publicidade e poderiam executar os serviços de radiodifusão educativa a União, os Estados, os municípios, as universidades brasileiras e as fundações constituídas no Brasil. O decreto ainda mencionava que as universidades e as fundações deveriam comprovar que possuíam recursos próprios para o empreendimento, bem como a União não precisava publicar editais para as outorgas dessas estações.

Para contextualizar mais um pouco a implantação da TV Educativa é necessário destacar que essa medida foi tomada no período da expansão da televisão comercial. Além do investimento do regime autoritário na infra-estrutura das comunicações outros fatores são citados por Sodré (1984) como condicionantes para o aumento da demanda da programação televisiva, entre eles: a industrialização brasileira; o aumento dos níveis de renda e o conseqüente surgimento de novas camadas de consumidores; urbanização e modernização das cidades; mais pessoas habitando as cidades e, portanto, a existência de falta de lazer à população de baixa renda e queda no preço dos aparelhos receptores – com a nacionalização da produção. Outro fator preponderante é que neste mesmo período o regime ditatorial expandiu o ensino superior. “O programa estratégico de Desenvolvimento (1968/70), tido como o mais avançado em programação educacional, previa um enorme elenco de medidas destinadas a elevar a produtividade do sistema de ensino em geral” (SODRÉ, 1984, p.108)

Nesse cenário de urbanização, industrialização e da educação tida como um valor para a modernização por meio da qual acreditavam ser possível melhorar a distribuição de renda entre os brasileiros, foi implantada a primeira emissora de televisão educativa, a TV Universitária de Pernambuco – vinculada ao Ministério da Educação. Até a metade da década de 1970 foram implantadas mais oito emissoras, das quais duas também ficaram ligadas ao MEC: a TVE do Rio de Janeiro e TVU do Rio Grande do Norte. As TVE do Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Rio Grande do Sul e São Paulo ficaram vinculadas aos seus respectivos estados. Essas emissoras foram muito importantes para divulgar a política educacional dos governos militares, bem como a sua ideologia. Segundo Pieranti,

Em 1971, as emissoras educativas, segundo dados oficiais, atingiam 94% da população brasileira. No ano seguinte, o Ministério da Educação reforçou a importância das emissoras ao criar o Programa Nacional de Teleeducação (Prontel), ao qual caberia coordenar as atividades de educação televisiva no país. Seriam essas emissoras as responsáveis por difundir a política educacional dos governos militares e por divulgar, na prática, o ideário do regime. (PIERANTI,2007, p.64)

Alexandre Frandkin (2008) problematiza o surgimento da televisão educativa por ter ocorrido sem planejamento e sem uma política pública setorial da União. Algumas foram implantadas por interesses políticos e poucas com objetivos definidos. Vale enfatizar que a legislação permitia, desde o início, que essas emissoras fossem mantidas pelo governo federal, estados, municípios e por instituições privadas sem fins lucrativos. No entanto, as primeiras emissoras eram públicas e atuavam independentemente, sem integrar uma rede ou sistema educativo de televisão.

Em 1978 houve uma tentativa de criação de rede de transmissão de programas educativos, em um encontro promovido pela iniciativa da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa e do Prontel. “A tentativa não vingou, servindo apenas para a formação de uma “redinha” para a transmissão de jogos da Copa do Mundo de 1978, na Argentina, em virtude da TV Cultura de São Paulo deter os direitos para aquela transmissão”. (FRANDKIN, 2008, p.57)

No ano seguinte, com a substituição do Prontel pela Secretaria de Aplicações Tecnológicas (SEAT), finalmente se conseguiu organizar as emissoras no Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (Sinted). A sua regulamentação veio apenas em 1982, por meio da portaria MEC/Minicom nº 162. O intuito naquela época era fazer com que todas as emissoras educativas trabalhassem integradas com a veiculação de programas uma das outras, sugestão para que tivessem uma postura diferente em relação às emissoras comerciais, que retransmitiam em todo o país programas das cabeças-de-rede do eixo Rio-São Paulo.

A proposta de descentralização ou intercâmbio da programação não teve muito sucesso. Acabamos tendo duas redes de televisão educativa: a TV Cultura de São Paulo - mantida pela Fundação Padre Anchieta entidade ligada ao governo daquele estado e a TVE do Rio de Janeiro – mantida pela Fundação Roquete Pinto (antiga Funtevê) e vinculada ao governo federal⁴. “As duas emissoras sempre trilharam caminhos paralelos, buscando atingir a liderança entre as televisões educativas do país. Foi assim que, nos últimos 15 anos, formaram as suas próprias redes, abastecendo com a sua programação as estações congêneres de todos os estados. (PRIOLLI, 1999).

² Decreto-lei nº236 de 1967, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del0236.htm>, entre as mudanças impostas pela modificação do CBT, vide o artigo Art. 53. Segundo este “A definição de abuso, no exercício de liberdade da radiodifusão, o emprego desse meio de comunicação para a prática de crime ou contravenção previstos na legislação em vigor no país, inclusive: a) incitar a desobediência às leis ou decisões judiciais; b) divulgar segredos de Estado ou assuntos que prejudiquem a defesa nacional; c) ultrajar a honra nacional; d) fazer propaganda de guerra ou de processos de subversão da ordem política e social; e) promover campanha discriminatória de classe, cor, raça ou religião; f) insuflar a rebeldia ou a indisciplina nas forças armadas ou nas organizações de segurança pública; g) comprometer as relações internacionais do País; h) ofender a moral familiar pública, ou os bons costumes; i) caluniar, injuriar ou difamar os Poderes Legislativos, Executivo ou Judiciário ou os respectivos membros; j) veicular notícias falsas, com perigo para ordem pública, econômica e social; l) colaborar na prática de rebeldia, desordens ou manifestações proibidas”.

³ Desde a primeira legislação brasileira com o Decreto-Lei nº 20.047 de 1931, fica instituída a educação como princípio da radiodifusão, denominada à época de radiocomunicações. A finalidade educativa também foi inserida no Código Brasileiro de Telecomunicações, “os serviços de informação, divertimento, propaganda e publicidade das empresas de radiodifusão estão subordinados às finalidades educativas e culturais inerentes à radiodifusão, visando aos superiores interesses do País”. Na Constituição de 1988, no artigo 221, estabelece que a programação atenderão aos princípios educativos, culturais, artísticas e informativas.

⁴ A TVE do Rio de Janeiro foi substituída em 2007 pela TV Brasil, criada pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC) para gerir as emissoras públicas..

Com duas redes educativas, cada emissora era obrigada a fazer a opção por uma dessas duas cabeças-de-rede. As muitas restrições para os canais educativos em relação à programação e, principalmente, para viabilizar a manutenção financeira das emissoras, a rede Educativa permaneceu bastante restrita até metade da década de 90. Segundo Bolaño (2007), o fracasso do Sistema Educativo e das emissoras locais ocorreu essencialmente devido ao fato de operarem como retransmissoras da TV Cultura e da TVE e também por causa da proibição de publicidade, norma defendida pelos concessionários das emissoras comerciais.

3. TVs Educativas do Estado de Santa Catarina

No ano de 1980 o governo federal já tinha outorgada uma licença para um canal educativo para Florianópolis, capital catarinense. O Instituto de Educação tentou sem sucesso implementar a emissora. Em 1992, o então presidente da Telesc (Telecomunicações de Santa Catarina), Douglas de Macedo Mesquita, instalou a TV Caracol, a primeira tevê educativa deste Estado.

Mesquita era presidente da Telesc na época, comprou equipamento, construiu prédio, mas não conseguiu deixar a TV no ar. Foi acusado de montar a TV Caracol com verbas da Telesc. As outras TVs comerciais da cidade denunciaram o uso comercial que Mesquita foi fazendo de um canal educativo. Finalizou assim a primeira etapa de instalação de um canal educativo em Florianópolis, com duas experiências frustradas. (MONTERO, 2004, p.73)

Depois de duas experiências fracassadas, os reitores das duas universidades públicas de Santa Catarina conseguiram a concessão da extinta TV Caracol. Em 1994 foi outorgada a permissão à Fundação Catarinense de Difusão Educativa e Cultural Jerônimo, entidade criada pelas Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Estadual de Santa Catarina (Udesc) para gerir a TV Cultura SC. De 1994 até 1997, a emissora era a única tevê educativa do Estado.

Depois de ampliadas as funções das TVEs, por meio do decreto 3.541/1998, o número de canais que formalmente têm caráter educativo aumentou para nove. As oito novas emissoras foram todas outorgadas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), na gestão do então Ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga. A distribuição das concessões das TVs Educativas para Santa Catarina coincide com o período em que houve maior concentração de outorgas dessas emissoras em todo o Brasil. Isso ocorreu durante os três anos em que o deputado federal Pimenta da Veiga (PSDB-MG) (que foi coordenador da campanha à presidência da República, em 2002, do então senador José Serra (PSDB-SP)) esteve à frente do Ministério das Comunicações, entre janeiro de 1999 e abril de 2002. Pelos cálculos do ex-ministro foram autorizadas a operar, durante a sua gestão nesse ministério, cerca de cem TVs Educativas. Pelo menos vinte e três delas foram concedidas a políticos. Pimenta da Veiga (PSDB-MG) privilegiou o seu estado, Minas Gerais, ao distribuir emissoras de TVs educativas, mas também fez concessões para outros estados. Segundo Lima, “a maioria dos casos [de concessão de TVs] detectados pela Folha [de S. Paulo] está situada em Minas Gerais, base eleitoral de Pimenta da Veiga, mas há também em São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Maranhão, Roraima e Mato Grosso do Sul”. (LIMA, 2008, p.13).

O Estado de Santa Catarina também obteve algumas concessões, conforme afirmamos na introdução deste artigo. Concessões que ficaram acima da média nacional. Conforme pode ser observado no quadro síntese abaixo, algumas fundações que obtiveram concessões para operar TVs educativas, conseguiram também concessões para operar estações de rádio, como, por exemplo, a TV Panorama e a TV Brasil Esperança. No quadro abaixo não estamos considerando as licenças para a ampliação da cobertura das TVs, por meio de retransmissoras, e no caso da Fundação Cultural e Educacional de Itajaí, mantenedora das TVEs de Itajaí e de Joinville, contabilizamos o total de concessões na cidade de Itajaí onde é a sede da fundação e da primeira emissora do grupo.

Quadro síntese das TVs educativas do Estado de Santa Catarina

Emissora	Cidade/Município	Vínculo/ grupo de identitário	Total de concessões de TV Rad		Programação Local/Total	Programação Terceirizada	Programação Cabeça-de-rede
TV Cultura SC	Florianópolis	Educativa Educacional	1	-	1h	-	TV Cultura e TV Brasil
Unisul TV	Tubarão	Educativa Educacional	1	-	6h	-	TV Cultura
FURB TV	Blumenau	Educativa Educacional	1	1	2h30m	-	Futura
*TV Criciúma	Criciúma	Político			11h	Sim	Cultura
TV Panorama	Balneário Camboriú	Político	1	1	3h30min	2h55min por dia	TV Cultura
TV Brasil	Itajaí	Religioso	2	1	12h	2h por dia	TVE, Senado,

Esperança							Escola e Sesc
TV Brasil Esperança	Joinville	Religioso			12h	2h por dia	TVE, Senado, Escola e Sesc
ARTV	Araranguá	Empresarial	1	-	2h30	-	TV Cultura
TV Bela Aliança	Rio do Sul	Empresarial	1	2	11	2h por semana	Sesc

*Não conseguimos informações se esta Fundação possui outras concessões e sobre a quantidade de horas terceirizadas da programação.

Contudo, ao verificarmos o perfil de cada uma das TVs educativas existentes em Santa Catarina, percebemos que eles, os perfis, são muito diferentes no que se refere à programação das TVs educativas. Tal fato se deve principalmente ao tipo de grupo social que controla e, conseqüentemente, orienta a programação das TVs educativas do Estado de Santa Catarina. Ou seja, o vínculo institucional (grupo de pertencimento ou identitário) ao qual pertence o grupo que controla a emissora condiciona sobremaneira, para não dizer determina, a programação dessas TVs. Vínculo este que caracterizamos (acima) de acordo com o grupo que criou a fundação para requer e receber a concessão para operar uma TV educativa.

Assim, classificamos as TVs educativas do Estado de Santa Catarina em quatro diferentes blocos, ou seja, construindo uma tipologia dessas TVs, uma vez que, os integrantes de cada um desses blocos têm interesses bastante parecidos entre si no que diz respeito à programação, procedendo de forma semelhante no gerenciamento da emissora, e, de outro lado, têm interesses diferentes quando comparado aos outros grupos ou blocos. Porém, esta classificação é mais didática do que uma divisão de grupos puros. Isto é, uma ou algumas características de um grupo pode estar presente em outro grupo, embora não seja a predominante. É a característica predominante que tipifica o grupo. Dessa forma elaboramos a seguinte tipologia das TVs educativas do Estado de Santa Catarina:

TV Educativa Educacional – A denominação deste grupo pode até parecer pleonasma, mas as TVEs podem ter na prática caráter diverso do seu objetivo, ou seja, caráter não apenas educacional ou cultural conforme estabelece a sua regulamentação. Neste grupo as TVs educativas são caracterizadas de Educativas Educacionais porque estão vinculadas a universidades e de fato buscam cumprir o que estabelece a sua regulamentação, qual seja, destinar a radiodifusão educativa exclusivamente à divulgação de programação de caráter educativo-cultural e não ter finalidades lucrativas, políticas ou religiosas, entre outras. Das atuais nove emissoras localizadas em Santa Catarina, três podem ser classificadas como Educativas Educacionais uma vez que estão ligadas a instituições de ensino superior e destinam a radiodifusão educativa exclusivamente à divulgação de programação de caráter educativo-cultural. Podemos ainda estabelecer uma divisão interna aqui, fazendo uma subdivisão entre Educacional Pública e Educacional Privada. Na primeira subdivisão se enquadra a TV Cultura SC, que foi a primeira TV educativa de Santa Catarina. Essa emissora foi outorgada em 1994 à Fundação Catarinense de Difusão Educativa e Cultural Jerônimo Coelho, entidade criada pelas Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Estadual de Santa Catarina (Udesc) para gerir a estação. Na subdivisão Educacional Privada encontramos duas emissoras: a FURB TV, da Fundação da Universidade Regional de Blumenau (FURB), com sede no município de Blumenau, e a UnisulTV, mantida pela Fundação da Universidade do Sul de Santa Catarina, localizada no município de Tubarão. Ambas tiveram permissão para operar em 1999 e 2002, respectivamente.

TV Educativa Política – O que nos permite caracterizá-las dessa maneira, isto é, tipificar esse grupo, é fato de essas TVs serem controladas por políticos de carreira, ou seja, políticos filiados a partidos políticos, que utilizam essas emissoras com fins também político-partidários e/ou eleitorais, característica que fica evidente em períodos eleitorais. Incluímos duas emissoras neste grupo. A primeira é a TV Panorama, que é mantida pela Fundação Rodesindo Pavan, com sede no município de Balneário Camboriú. Neste caso, o vínculo político fica explícito no site⁵ dessa TV, inclusive com a citação do partido político do ex-senador. A Fundação já tem garantida a outorga para instalação de uma rádio educativa na mesma cidade.⁶ A segunda emissora é a TV Criciúma, mantida pela Sociedade Educativa Criciúma de Televisão. Esta TV educativa tem como sócio Fábio Brizola, integrante da direção municipal do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Embora essa emissora possua permissão apenas para retransmitir a programação educativa, ela também tem gerado conteúdo, ou seja, produzido programação local.

TV Educativa Empresarial – Essas são caracterizadas dessa maneira porque estão vinculadas a empreendedores; ou seja, as TVs educativas classificadas nesse grupo são geridas como empresas com fins lucrativos. Neste grupo incluímos duas emissoras educativas do Estado de Santa Catarina. A primeira delas é a RBA (Rede Bela Aliança), da Fundação Osny José Gonçalves, localizada em Rio do Sul. Além da TV educativa, conseguida em 2000, a organização da família Gonçalves mantém há 64 anos a terceira rádio mais antiga de Santa Catarina, a Mirador AM. Em 1979 esta família conseguiu também a concessão para a rádio 93 FM. A segunda emissora que incluímos no grupo empresarial, localiza-se no município de Araranguá. É a ARTV – Ângelo Redivo TV, da Fundação que recebe o mesmo nome, que foi autorizada a operar em 2002. O

⁵ A primeira emissora em canal aberto (11) da cidade é mantida pela Fundação de Radiodifusão Rodesindo Pavan, em homenagem ao pai, já falecido, do atual vice-governador do Estado de Santa Catarina, Leonel Pavan (PSDB) (<http://www.panorama.tv.br/site/anossatv.php>)

⁶ Informação confirmada, em entrevista concedida à autora deste artigo, pelo tesoureiro da Fundação Rodesindo Pavan, Carlos Alberto Moretão, que também afirma terem solicitado ao Ministério das Comunicações autorização para instalar uma retransmissora na cidade de Itajaí.

idealizador da emissora, Ataides Redivo, resolveu empreender no setor da comunicação depois de trabalhar como cinegrafista numa empresa de filmagens de casamento.

TV Educativa Religiosa – Embora seus dirigentes também tenham buscado se eleger politicamente, o que define este grupo é o forte vínculo dos seus proprietários com as religiões cristãs, especialmente com as evangélicas. Ou seja, o que caracteriza fortemente este grupo é a predominância do caráter religioso sobre o político e o educativo. Aqui há duas emissoras educativas: as TVs Brasil Esperança de Itajaí e de Joinville, ambas concedidas à Fundação Cultural e Educacional de Itajaí (FCEI), nos anos de 1999 e 2001, respectivamente. Essa fundação foi implantada pelos dirigentes do Centro Evangelístico Integrado, igreja de denominação neopentecostal. Além das duas emissoras, a fundação possui uma rádio educativa (103 FM – Itajaí) e possui permissão para implantar duas retransmissoras nos municípios de Jaraguá do Sul e de Brusque. Nas eleições de 2004 (municipais) e 2006 (estaduais) os dirigentes FCEI participaram como candidatos a vereador e a deputado estadual pelo PTB.

Os grupos Político, Empresarial e Religioso assemelham-se, visto que todos eles terceirizam parte da programação; a exceção é a emissora ARTV de Araranguá, que produz os seus próprios programas e/ou retransmite os programas da TV Cultura de São Paulo. A dificuldade apontada pelos gestores desses três grupos para manutenção financeira das emissoras, em virtude da legislação proibir a veiculação de publicidade, os levam a buscar alternativas para administrá-las, como, por exemplos, a venda de espaços na grade de programação e a oferta de serviços como, por exemplo, a produção de audiovisuais para diversas empresas. A terceirização não é adotada pelo grupo Educativo Educacional, seja ele privado ou público, por considerarem que os concessionários das TVEs devem arcar com parte do custo dessas emissoras, bem como essas TVs devem ter caráter educativo e não visarem lucros.⁷

A visão de negócio é percebida na quantidade de programação local inserida, pois como emissoras locais com cobertura em cidades de pequeno e médio porte, a programação da cidade ou região ajuda a conseguir/comercializar os apoios culturais. Enquanto no grupo Educativo Educacional a programação local varia de 1 a 6 horas, nos outros três grupos encontramos duas estações que veiculam 2h30 e 3h30, enquanto as quatro restantes ficam entre 10 e 12 horas.

Em relação à programação, nos grupos Educativo Político, Religioso e Empresarial, ela é muito mais diversificada em razão do tempo de inserção de programação local e pela necessidade de garantir a manutenção financeiramente às emissoras. São veiculados desde cultos evangélicos, a programas com fins estritamente comerciais, como venda de automóveis e do tipo “shop time”, coluna social e culinária. Também verifica-se que o telejornalismo é priorizado. A emissora com menor tempo diário de telejornalismo é a TV Panorama com 35 minutos, enquanto a média nos três grupos passa de 1 hora diária de telejornal. No grupo Educacional a TV Cultura SC não tem jornalismo, enquanto a UnisulTV possui 1h30 e a Furb TV 30 minutos por dia.

Sobre a retransmissão de cabeça-de-rede não há unidade entre as tevês educativas catarinenses. No grupo Educativo Educacional a Furb TV retransmite o Canal Futura, a TV Cultura SC tem parceria com TV Brasil, enquanto a UnisulTV também tem parceria com a TV Cultura de São Paulo. As duas estações religiosas dividem as 12 horas de retransmissão entre as TVs Senado, Sesc, Escola e Brasil; as Empresarias ARTV retransmite a TV Cultura e a RBA a TV Sesc; no grupo Político: a TV Panorama e TV Criciúma estão retransmitindo a TV Cultura.⁸

Tanto no grupo religioso, político e empresarial ou os concessionários possuem ou já solicitaram permissão para implantar outra emissora, seja para geradora em outra cidade ou retransmissora para ampliar a área de cobertura da tevê educativa já existente. Vamos detalhar começando pelo grupo Educativo Religioso. A Fundação Cultural e Educacional de Itajaí possui um total de três emissoras educativas já implantadas: duas concessões de TVE para Itajaí e Joinville, além de uma rádio educativa também em Itajaí. O grupo já consta no plano básico da Anatel para instalar retransmissora nos municípios de Brusque e Jaraguá do Sul.

No grupo Educativo Empresarial o maior concessionário é a Rede Bela Aliança, mantida pela Fundação Osny José Gonçalves. A Fundação familiar tem concessão de uma rádio AM, FM, e retransmissora da TVE em Mirim-Doce para melhor cobrir a região de Rio do Sul; a ARTV (Fundação Ângelo Redivo) já solicitou permissão para uma rádio educativa em Araranguá.

No grupo Educativo Político, a Fundação Rodesindo Pavan mantenedora da TV Panorama já conseguiu concessão para uma rádio educativa, também para o município de Balneário Camboriú, e aguarda autorização para retransmitir a programação da TVE ao município vizinho de Itajaí. No grupo Educativo Educacional a UnisulTV e a TV Cultura SC possuem, por enquanto apenas uma concessão, embora a primeira emissora já tenha solicitado uma rádio e uma retransmissora. A FURB TV é a única desse grupo que possui outra concessão, a de uma rádio educativa.

3. Considerações finais

O aumento no número de emissoras de televisão educativas (TVE) pode de alguma forma ter contribuído para a democratização da comunicação, principalmente, num cenário de concentração da televisão aberta e até dos meios impressos. Em Santa Catarina, a Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS), afiliada da Rede Globo, controla todos os jornais de circulação estadual, bem como é hegemônica na transmissão televisiva. Em segundo lugar no ranking de liderança e

⁷ Informações obtidas por meio de entrevista semi-estruturadas realizadas com os coordenadores das emissoras pela autora deste artigo.

⁸ Algumas das emissoras não possuem contrato, ou seja, autorização para retransmitir a programação das cabeças-de-rede.

audiência nesse estado está a RIC (Rede Independência de Comunicação), que transmite a programação nacional da Rede Record. Esses dois grandes grupos de comunicação, RBS e Rede Record, estão instalados nas maiores cidades catarinenses, como, por exemplo, Florianópolis e Joinville, não tendo cada um deles mais de quatro retransmissoras regionais. Ante a esse fato, os acontecimentos ocorridos e/ou a vida cotidiana nas pequenas cidades do Estado de Santa Catarina raramente apareciam nos noticiários televisivos, aparecendo somente em casos de grandes tragédias ou fatos extraordinários – comportamento que começa a mudar com a instalação das TVEs nos municípios pequenos desse estado, uma vez que as emissoras educativas vêm se tornando importantes meios de informação e entretenimento para a população dessas regiões.

Um indicativo da possibilidade da democratização da comunicação por meio das TVs educativas por ser constatado quando observa-se que um terço das TVs educativas do Estado de Santa Catarina são as únicas geradoras de programação nas suas cidades ou nas microrregiões onde estão localizadas. A exemplo de Tubarão, cidade de 90 mil habitantes, que pela primeira terá transmissão do horário eleitoral gratuito nesta eleição municipal.

A proposta deste artigo, discussão inicial da pesquisa sobre as tevês educativas de Santa Catarina, foi descrever algumas características das TVEs de Santa Catarina visando descobrir pistas no sentido de verificar se a expansão das emissoras ou a diversificação da televisão aberta, por meio das TVEs, vem contribuindo para democratizar a comunicação catarinense.

A expansão do Sistema Educativo de Televisão a partir de 1998 indica que pode haver um processo de democratização da comunicação. Contudo, as mudanças que levaram à expansão das TVEs abriram brechas para a continuidade da velha prática política de utilização das concessões públicas para beneficiar grupos políticos e, agora, também religiosos. O que pode não viabilizar o processo de democratização dessas TVs.

Referências

- ABTU – Associação Brasileira de Televisão Universitária. Portaria Legislação. Disponível em: http://www.abtu.org.br/legislacao_portaria_ministerial.asp. Acesso em: 17 jun.2007
- BOLAÑO, C.R.S. Qual a lógica das políticas de comunicação no Brasil? São Paulo.Ed. Paulus, 2007
- BRASIL. Decreto-lei nº236, de 28 de fevereiro de 1967. Complemente e modifica a Lei nº 4.117, de 28 de agosto de 1962. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del0236.htm>. Acesso em 22 jun.2008
- CBT http://www.wisetel.com.br/acoes_de_governo/leis_e_decretos_lei/lei_4117.htm#cap1
- CABRAL, O; LOBATO, E. Governo deve criar 180 emissoras de TV. Disponível em <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/qtv18072000.htm>. Acesso em 20 jan.2007
- CANELA, G. Censura versus regulação de conteúdo: em busca de uma definição conceitual. In:SARAIVA,E; MARTINS,P.E.M; PIERANTI,O.P. Democracia e regulação dos meios de comunicação de massa. Rio de Janeiro:Ed.FGV,2008, P.143-161
- CARMONA,B; MORAIS, F. O desafio da Tv Pública: uma reflexão sobre sustentabilidade e qualidade. Rio de Janeiro. TVE RJ, 2008
- CASTRO, M.C.P.S; EKECRANTZ, J.; MAIA, R.C.M; Modernidades, mídia e transição política – reflexões sobre os processos no Brasil e na Rússia,Niterói/RJ, Ed.UFF, 2003, p.7-45.
- COSTA,S.; BRENER, J. Coronelismo eletrônico: o governo de Fernando Henrique Cardoso e o novo capítulo de uma velha história. Comunicação & Política. v IV, n.2, NS, p.29-53, maio-agosto 1997.
- FNDC (1999) <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/qtv201199.htm> TV pública é o canal. Gabriel Priolli
- FORT, M.C. Televisão Educativa: A responsabilidade pública e as preferências do espectador. São Paulo, SP. Annablume, 2005.
- JAMBEIRO, O. A re-configuração do ambiente regulador das comunicações na sociedade da informação. In: RAMOS, Murilo César e SANTOS, Suzy (orgs). Políticas de comunicação: buscas teóricas e práticas. São Paulo: Editora Paulus, 2007. p.99-125
- LIMA, V. As “brechas” legais do coronelismo eletrônico. Revista Aurora (PUC-SP). Disponível em: http://www.pucsp.br/revistaaurora/download/venicio_a_lima.pdf. Acesso em: 02 abr.2008
- LOBATO, E. Governo Lula distribui Tvs e rádios educativas a políticos. Folha de São Paulo, São Paulo, 2006. capa, p.A4 - A7
- MARTINS, M. A. O Histórico legal das comunicações no Brasil e a tramitação do Código Brasileiro de Telecomunicações. In: RAMOS, Murilo César e SANTOS, Suzy (orgs). Políticas de comunicação: buscas teóricas e práticas. São Paulo: Ed.Paulus, 2007. p.305-330.
- MONTERO,A.C.G. Antena Pública: As possibilidades educativas da TV Cultura de SC. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, Florianópolis, 2004.
- NOGUEIRA, Maria Alice Nogueira; Catani, Afrânio. (Orgs.). Pierre Bourdieu. Escritos em Educação. Petrópolis: Vozes, 1998.
- OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. TV Educativa: Requião multado por uso eleitoral. <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=401TVQ003>

PIERANTI, O.P. Políticas públicas para radiodifusão e imprensa. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2007.
POSSEBON, S. O mercado de comunicações – um retrato até 2006. In: RAMOS, Murilo César e SANTOS, Suzy (orgs). Políticas de comunicação: buscas teóricas e práticas. São Paulo: Ed. Paulus, 2007. p.277-303
PRIOLLI, G. TV Pública é o canal, 1999. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/qtv201199.htm>
RAMOS, M.C. Às margens da estrada do futuro Comunicações, políticas e tecnologia. Murilo César Ramos – Brasília, coleção FAC – editora eletrônica, 2000.
SODRÉ, M. O monopólio da fala; função e linguagem da televisão no Brasil. Rio de Janeiro. Ed. Vozes, 1987. p.84-114
TV PANORAMA. Histórico. Disponível no site da TV Panorama Disponível em: (<http://www.panorama.tv.br/site/anossatv.php>). Acesso em: 20 mai.2007

Dilemas e impasses da inclusão digital

João Batista Bittencourt
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
jbmbittencourt@yahoo.com.br

Resumo: O presente artigo versa sobre a temática da Inclusão Digital enquanto estratégia política que visa a diminuição da fronteira entre pobres e ricos, mediante a difusão da internet nas regiões periféricas do mundo todo. A proposta é fazer com que os indivíduos das camadas mais pauperizadas da população tenham acesso a essa ferramenta comunicacional, que ainda é percebida como privilégio de poucos. Nossa reflexão tem como objetivo tentar desconstruir uma noção mitificada de “inclusão”, mostrando que o discurso que é saudado por alguns setores da sociedade civil, pode também se configurar como estratégia de dominação mercadológica, uma vez que os indivíduos estejam apenas sendo adestrados para operar softwares privados. Dessa forma, entendemos que só é possível falar de “inclusão digital”, caso seja estimulada a produção e a utilização do software livre.

Com o avanço da tecnologia, impulsionado pelo grande investimento nos setores da informática e da comunicação, podemos perceber mudanças significativas nas mais diversas instâncias da vida em sociedade, alterando profundamente nossa relação com o tempo e o espaço. Muitos estudiosos têm se preocupado com esse fenômeno, principalmente cientistas sociais inquietos com o desaparecimento daquilo que era tido como o objeto maior de seus interesses: a sociedade nacional. Se analisarmos a maior parte dos conceitos, categorias e leis formuladas pela mesma, veremos que suas bases - e isso inclui as suas teorias - estão ligadas a particularidades da sociedade nacional. De repente nos vemos diante de um novo paradigma, a sociedade global, que segundo Octávio Ianni (1996) se constituiu na época da eletrônica, impulsionada pelos recursos da informática. O despertar da “era da informação” teve início nos anos 70 e 80, mas ela ganhou força somente nos anos 90 com o advento da internet. Não podemos deixar de falar dos avanços no campo da comunicação sem nos remetermos a esse veículo, que foi o principal responsável por essa importante ruptura histórica. A rede mundial de computadores teve seu embrião lançado em meio à guerra fria, quando a União das Republicas Socialistas Soviéticas, hoje atual Rússia, surpreendeu todo o mundo com o lançamento do Sputnik, o primeiro satélite espacial. Temendo a superioridade tecnológica soviética, o então presidente norte americano Dwight Eisenhower cria no mesmo ano a ARPA (Advanced Research Project Agency), seu objetivo principal era resgatar a vanguarda tecnológica americana. Juntamente com a empresa de defesa RAND Corporation iniciam um projeto que tem por objetivo principal a distribuição de informações por meio de uma rede de computadores, evitando dessa forma a existência de um centro único de informação, e dificultando possíveis ataques do “inimigo vermelho”. Surgia então a ARPANET (que designa de ARPA Network e que mais tarde viria a ser reconhecida no mundo todo como Internet), que em 1969 interliga quatro importantes centros universitários dos Estados Unidos. Antes de ser distribuída no mundo todo passou por varias outras fases e sua expansão só veio se concretizar na década de 90. Os Estados Unidos são os detentores do maior número de usuários conectados a internet, dessa forma não é de se estranhar que a maior parte do conteúdo encontrado atualmente em rede venha desse país.

[...]A internet não é imagem e semelhança de um mercado livre, sem controle ou sensível apenas à manipulação individual. Ao contrário é um meio altamente institucionalizado passando pela estruturação em redes de diversos centros de computação. Apesar de que devêssemos explorar a idéia de um controle descentralizado, ou de uma descentralização centralizada, pode-se argumentar que a rede é controlada por uma “hierarquia de conexões”, cujos pontos mais alto localizam-se no Estado norte-americano, na National Science Foundation ou em agencias de segurança e em corporações privadas que, em caso de necessidade, podem sempre exercer seu poder eletrônico (RIBEIRO, 1996:12).

Enquanto muitos encontravam-se eufóricos com a invenção - principalmente os segmentos mais abastados da população mundial - uma outra parcela, que representava logicamente a maior parte, nunca sequer havia visto de perto um computador. Começava dessa maneira a se desenhar o mais novo problema, a exclusão digital. Para uma pessoa se conectar a rede faz-se necessário três elementos básicos: o computador, o provedor de acesso e a linha telefônica, o que se torna completamente inviável em muitos países da América Latina ou do continente africano, onde grande parte da população se encontra abaixo da linha de pobreza. As novas tecnologias tendem a distanciar ainda mais ricos e pobres, e isso é sentido com

mais força nos países ditos periféricos, onde as desigualdades sociais são ainda mais gritantes. O contato com essas ferramentas permite as pessoas uma espécie de ampliação da capacidade cognitiva, ao contrário das duas revoluções tecnológicas anteriores que estavam diretamente ligadas à capacidade física. Fosso Digital, Brecha Digital, Apartheid digital, muitas são as definições para esse fenômeno que veio somar aos inúmeros problemas sociais já sofridos pelos pobres do mundo todo. Enquanto a população das camadas mais abastada tem acesso ao ciberespaço e suas fontes informacionais, as camadas mais pauperizadas são privadas de tais recursos.

Afinal de contas, o que é exclusão digital?

O termo “Digital Divide” apareceu pela primeira vez nos Estados Unidos através da publicação de um artigo de Jonathan Webber e Amy Harmon no Jornal Los Angeles Time em 1995. Na ocasião comentaram que a expressão havia sido utilizada por Bill Clinton e Al Gore, em um discurso realizado em Knoxville, Tennessee, em uma espécie de alerta, mostrando a preocupação do governo em relação ao problema que começava a se desenhar. Era necessária a inserção das camadas pauperizadas da população norte-americana nos benefícios propiciados pelo contato com as novas tecnologias da informática e comunicação. Mais adiante foi destaque no discurso dos membros do Banco Mundial e também repercutiu na agenda do Fórum econômico mundial em Davos que acontece na Suíça. O conceito de exclusão digital possui várias definições, mais basicamente todos tem um ponto em comum, no que se refere a privação por motivos econômicos de três elementos básicos para uma conexão: computador, provedor de acesso e linha telefônica. De acordo com a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) a exclusão digital compreende a distância entre indivíduos, famílias, empresas e regiões geográficas em diferentes níveis sócio-econômicos no que diz respeito às suas oportunidades de acesso às tecnologias da informática e comunicação. Porém a idéia de exclusão digital não limita-se exclusivamente a impossibilidade do acesso a internet por uma questão econômica, sendo considerado excluído, também aquele que não possui contato com essa ferramenta por outros motivos, como opção de uso ou repulsa (Lenhart, 2000). A questão geracional como pensa Tapscot (1999), também é um fator de grande importância no processo que define o excluído/incluído. A absorção das novas tecnologias tem maior incidência nas populações mais jovens se comparadas àquelas de mais idade. Outro elemento apontado pela OCDE (2001) como impossibilitador do acesso a internet, está relacionado a educação escolar, onde não ter conhecimento sobre inglês básico pode impedir a utilização de muitos comandos que permitem a navegação. Se levarmos em consideração o “não acesso” por fatores extrínsecos a causa econômica como elemento definitivo desse fenômeno, teremos um outro tipo de “excluído digital”. A questão que se coloca é a seguinte: com que autoridade classificamos essas pessoas como excluídas, já que as mesmas não se reconhecem enquanto tais? Dessa forma, concluímos que existe uma definição de exclusão digital que visa se estender por todos os segmentos da população, independente da condição sócio-econômica, impondo dessa forma uma espécie de estigma, que diferente daquele conceituado por Goffman (1988), não tem como alvo apenas setores “inassimiláveis” da população. Um novo processo civilizador foi instaurado com o desenvolvimento das novas tecnologias da informática e comunicação, e aqueles que se negarem a fazer parte desse “mundo encantado”, logo serão reconhecidos como outsiders, por recusarem a graça que lhes foi ofertada. Além das campanhas difundidas por setores governamentais, existem também os “apologistas do espaço virtual”, ou seja, estudiosos que colaboram com manutenção da “boa imagem” dessa ferramenta comunicativa, divulgando em seus textos os inúmeros benefícios decorrentes do contato com a mesma. Entre aqueles que apresentam uma visão exageradamente positiva da internet, destacamos o filósofo Pierre Levy. Para esse pensador, o ciberespaço¹ se configura como um ideal de inteligência coletiva, que implica a valorização técnica, econômica e acima de tudo, humana. Dessa forma, computadores interligados em redes mundiais favorecem ao surgimento do que ele define como inteligência coletiva².

[...]O papel da informática e das técnicas de comunicação com base digital não seria “substituir o homem”, nem aproximar-se de uma hipotética “inteligência artificial”, mas promover a construção de coletivos inteligentes, nos quais as potencialidades sociais e cognitivas de cada um poderão desenvolver-se e ampliar-se de maneira recíproca (LEVY, P. 1998:25).

A problemática da exclusão digital só se tornou um “problema” com a popularização da internet, que atualmente é considerado o principal veículo informacional do mundo contemporâneo. Estar fora da rede de acordo com alguns estudiosos do assunto, significa amargar o isolamento e a lentidão comunicativa. Na esteira de Pierre Levy, o sociólogo brasileiro Sérgio Amadeu da Silveira também tem uma visão bastante pessimista sobre aqueles que não vierem a fazer uso dessa ferramenta comunicacional

“Para a pessoa incluída na rede, a navegação estimula a criatividade, permite realizar pesquisas sobre inúmeros temas e encontrar com maior velocidade o resultado de suas busca. Quem está desconectado desconhece o oceano

¹ Por ciberespaço designa-se habitualmente o conjunto das redes de computadores interligadas, e de todas a atividade aí existente. O termo ciberespaço (cyberspace) apareceu pela primeira vez no livro Neuromancer (1984) - considerado até hoje a mais importante novela cyberpunk - do escritor norte-americano William Gibson, como definição de um espaço não físico ou territorial ligado por uma rede de computadores na qual circulam informações diversas.

² Como inteligência coletiva, Pierre Levy descreve um tipo específico de pensamento sustentado através do compartilhamento de saberes entre os povos, que só se torna viável através do acesso a rede mundial de informação. O uso da interatividade de acordo com o filósofo é fundamental para a construção de coletivos inteligentes que agora podem desfrutar do acesso a informação democratizada.

informativa, ficando impossibilitado de encontrar uma informação básica, de descobrir novos temas, de despertar novos interesses” (SILVEIRA, 2001:73).

Cada vez mais o mundo se baseia em uma economia simbólica. Os átomos de outrora vem perdendo espaço para os bits, e a rede se torna o maior mercado do mundo, seja de bens econômicos ou culturais. O avanço no campo das tecnologias da informática e comunicação acabou por gerar uma espécie de “elite digital”, pois para muitas pessoas, o contato com essas ferramentas ainda é uma realidade distante. O que era para ser um veículo de interações entre os povos, acabou se tornando mais uma forma de exclusão. Os agentes sociais agora disputam no ciberespaço o monopólio da informação, numa espécie de corrida contra o relógio pelo mais valioso bem simbólico da modernidade. O controle do conhecimento é uma velha estratégia utilizada pelas “elites” para subjugar aqueles considerados “menos esclarecidos”, e o processo de disseminação de idéias sempre esteve ligado aos processos de alteração de poder. De acordo com o sociólogo Manuel Castels (1999), os grupos sociais em disputa tentam usar o poder da tecnologia para servir a “tecnologia do poder”.

“A rede global de comunicação aclamada como a porta da nova e inaudita liberdade, e, sobretudo como fundamento tecnológico da imaneente igualdade, é claramente usada com muita seletividade. Trata-se de uma estreita fenda na parede, não um portal. Poucas (e cada vez menos) pessoas têm autorização para passar” (BAUMAN, Zygmunt. 1999:79)

Inclusão Digital: A Esperança dos “desplugados”

A Inclusão digital foi uma proposta encabeçada por líderes governamentais dos países mais ricos do mundo. Uma espécie de acordo tácito entre as nações para combater, ou pelo menos diminuir, a enorme “brecha digital” que se instalou na famigerada “Era do acesso” (Rifkin, 2000). É também a esperança de inúmeros indivíduos provenientes das camadas mais pauperizadas da sociedade entrarem na corrida pelo monopólio da informação. Partindo do pressuposto de que o contato com essas novas tecnologias amplia as oportunidades de cidadania e reduz a distância social entre pobres e ricos, vemos cada vez mais, ONG’S, setores universitários, instituições multilaterais, darem sua parcela de contribuição esquentando assim o debate mundial. Em países como o Brasil, que possui inúmeras outras carências, a discussão ainda é mais forte. O tema da inclusão digital acabou se transformando uma espécie de “modismo”, apresentando um discurso instituído sobre a necessidade da inclusão que é aceita sem nenhum questionamento. O sociólogo e professor da UFBA André Lemos, em artigo escrito para o Correio Braziliense de 13 de dezembro de 2003, comenta sobre aquilo que seria os possíveis dogmas da Inclusão Digital:

[...]Incluir significa, na maioria dos casos, através de uma visão tecnocrática, oferecer condições materiais de acesso às novas tecnologias da informática e comunicação. Trata-se, não de reforçar processos cognitivos questionadores, mas de adaptar procedimentos a técnicas correntes...”.

Talvez a maior crítica feita a essa suposta democratização da informática, seja pelo fato de cada vez mais observarmos o “adestramento” de pessoas para a utilização de programas estrangeiros e na sua maioria, norte americanos, reforçando dessa forma, o domínio dos países produtores dessa tecnologia. Fazendo a felicidade de empresas como a Microsoft, só para citar. Grande parcela da sociedade concorda que a inclusão digital é uma das formas de inclusão social, seja na maior possibilidade de desenvolvimento econômico, seja pela inserção na “sociedade do conhecimento”. Porém, um ponto que é sempre colocado em discussão é a importância de um projeto como esse em um país que convive com a fome, que possui inúmeras crianças fora da escola, que possui taxa de desemprego alarmante, entre outras inúmeras necessidades. Segundo Sérgio Amadeu da Silveira (2001), a miséria não poderá ser combatida com a distribuição de cestas básicas, mas com a formação de coletivos inteligentes. Mesmo concordando com a afirmação de Silveira, não podemos deixar de levar em consideração o fato de que para muitos, a internet se configura como uma regalia destinada as camadas mais abastadas. A satisfação das necessidades básicas ainda é prioridade para os menos favorecidos economicamente, e se faz presente na maneira como cada um organiza suas práticas cotidianas. Aqui podemos nos reportar ao texto Gosto de classe e estilos de vida de Pierre Bourdieu [1994-(1976)] e indicar que “as diferentes posições no espaço social correspondem estilos de vida, sistemas de desvios diferenciais que são a retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência” (Pg.82). Certamente, isso não significa dizer que membros das camadas pauperizadas não se interessam pela internet ou não possuem conhecimento sobre o potencial transformador dessa ferramenta, mas sim mostrar que dentro das preocupações apontadas por essa população, a inclusão digital ainda é secundária. Busca-se o conhecimento sobre as novas tecnologias mais como uma necessidade do ponto de vista profissional, do que como oportunidade de expansão da capacidade reflexiva. Sem querer construir afirmações a respeito do que seria um “bom uso” ou “mau uso” dessa ferramenta, acreditamos que a idéia de formação de “coletivos inteligentes” como pensam Levy e Silveira não se refletem na maneira como os jovens utilizam-na freqüentemente. É importante termos em mente que a informação é apenas um dado bruto, que precisa ser lapidado mediante capacidade reflexiva. Dessa forma não podemos falar de “inteligência coletiva” se a maior parte deles passa horas diante do computador ocupados com videojogos ou sites de relacionamentos. Não se trata de conservadorismo, mas sim de mantermos cautela diante da euforia com que recebemos essas novas tecnologias. Como podemos observar a discussão sobre a questão da inclusão digital ganha os mais diferentes pontos de vistas. Há aqueles bastante otimistas em relação às transformações decorrentes do contato com esse mecanismo revolucionário, e outros que questionam a forma como essa idéia é disseminada. Dentre os chamados “não-otimistas da rede”, ou seja, estudiosos que possuem inúmeras críticas sobre o impacto das novas tecnologias da informática e comunicação sobre a sociedade,

destacaremos o arquiteto e urbanista francês Paul Virilio. Não é de se espantar o fato de Virilio se opor ao discurso que saúda a internet como uma invenção que só trouxe benefícios a humanidade, uma vez que suas críticas recaem de forma mais incisiva sobre a velocidade e a maneira como esse movimento vem devorando o espaço. Em seu livro *O Espaço Crítico* (1993), o pensador francês ataca justamente aquilo que é considerado pelos “otimistas da rede” como a maior dádiva que a internet ofereceu aos seres humanos: a capacidade de poder “voar” sem sair do lugar. Wertheim (1997), analisando a maneira como o ciberespaço se relaciona com a história, conclui que o desejo de libertação do “EU” das limitações físicas não é uma característica dos modernos, uma vez que os cristãos primitivos também vislumbravam no paraíso celeste a possibilidade de liberação da alma das fraquezas humanas. Assim, o ciberespaço passa a ser percebido como a versão tecnológica do espaço cristão que se projeta no céu. Podendo vislumbrar uma outra vida no ciberespaço, semelhante ao que hoje em dia acontece no *Second Life*³, os adeptos do mundo virtual acabam se esquecendo que a moeda é composta por dois lados, não levando em consideração que a “virtualidade” também pode trazer conseqüências desastrosas. Virilio nos fornece os meios adequados para refletirmos sobre o lado sombrio das tecnologias, mostrando que o progresso caminha lado a lado com a destruição. Ao refletir sobre o falso-dia eletrônico, Virilio (Ibid) aponta para uma transformação tecnológica do espaço e do tempo virtuais que alteraram profundamente nossa percepção do real que incidia sobre essas duas instâncias. Não seria preciso dizermos que desde a aurora dos tempos, o homem vem modificando sua relação com a natureza, e conseqüentemente com o tempo e o espaço. Alguns estudiosos costumam fazer uma leitura superficial da obra de Virilio, indicando que o autor não percebe a conexão sutil que existe entre a descoberta do fogo e a invenção da internet, e que por isso seus argumentos sobre uma suposta “des-realização do mundo” não seriam convincentes. Entendemos que a maior contribuição do pensador francês é mostrar que com o surgimento das novas tecnologias, a importância dada ao tempo duradouro e as experiências suscitadas pelo mesmo, sofreu um desgaste considerável. Outra mudança significativa apontada por Virilio como resultante dessa ruptura tempo/espaço é o fato de que o espaço urbano está perdendo sua realidade geopolítica em detrimento do que define como sistemas instantâneos de deportação. Dessa forma, o autor indica que está acontecendo um “remanejamento da produção, do face a face humano, do contato urbano, para a interface homem/máquina”. É claro que não há uma captura completa do ser humano pelas máquinas, semelhante a maneira como foi apresentada no filme *Matrix*, contudo, é inegável o fato de que há uma espécie de “tecnologização” da vida sob vários aspectos. Zygmunt Bauman (2004) seguindo os mesmos passos de Virilio, indica que surgimento da interação mediada pelo computador, alterou a dinâmica da vida social, promovendo o distanciamento dos indivíduos dos problemas da cidade. A imagem oferecida por Bauman é a de dois mundos segregados e distintos, onde os vencedores se apresentam como uma “elite global”, que apesar de possuírem um território fixo, mantém suas preocupações a quilômetros de distâncias. Já os “perdedores”, aqueles que estão desconectados da rede mundial de comunicação, amargam a condição de permanecerem “locais”, fadados a imobilidade, travando a batalha pela sobrevivência dentro da cidade. Essa divisão entre populações com preocupações distintas aparece na análise de Virilio [1996-(1977)] como resultante do progresso “dromológico”, que ao minar a pluralidade da humanidade instituiu uma cisão entre povos esperançosos - aqueles que é dado o direito de pensar no futuro, pois são detentores do monopólio da velocidade - e os povos desesperançosos - os que se manterão imobilizados por não terem acesso a veículos tecnológicos sofisticados. A desterritorialização provocada pela migração dos fluxos comunicacionais para a rede mundial de informação é também uma das grandes preocupações de Virilio. O que consideramos mais importante em suas análises não são as críticas feitas às novas tecnologias propriamente ditas, mas sim a possibilidade que ele nos oferece de fazermos uma outra leitura do presente. Ele contradiz a afirmação de muitos estudiosos da chamada pós-modernidade, que insistem em afirmar que o progresso, enquanto ideal moderno, teve sua morte decretada. É impossível não perceber que seu eco ainda reverbera pelos quatro cantos do mundo. A sociedade de uma maneira geral está sempre a espera da mais nova invenção, para por no lugar daquela, que no dia seguinte já se tornará obsoleta. Foi justamente essa corrida por mais tecnologia e por mais velocidade, que transformou em necessidade a idéia de inclusão digital, pois se o mundo caminha para o progresso, é preciso que as pessoas acompanhem o seu ritmo acelerado. Uma população sem conhecimento especializado sobre essas ferramentas tecnológicas pode apresentar um sério obstáculo aos interesses das grandes corporações que fornecem esses produtos. Não é a tã que as grandes empresas de software e hardware patrocinam esses projetos no mundo todo, pois uma vez popularizada a informática, seus lucros estarão garantidos. O que eles não esperavam é que a popularização desse conhecimento, acabaria gerando um movimento contrário, que ameaçaria o bom funcionamento da ordem tecno-mercantil. Focos dissidentes que fazem do conhecimento compartilhado, uma forma de resistência ao capitalismo.

[...]É através da imaginação que os cidadãos são disciplinados e controlados pelos Estados, mercados, e outros interesses dominantes, mas é também da imaginação que os cidadãos desenvolvem sistemas coletivos de dissidência e novos grafismos da vida coletiva (SOUSA SANTOS, B. 2002:46).

Resistência em rede: software livre como máquina de guerra nômade

Refletindo sobre a resistência na contemporaneidade, Antônio Negri (2003) comenta que a tática subversiva em nossos tempos consiste em subverter os esquemas de poder com as mesmas armas fornecidas pelo “inimigo”. Na ocasião, o

³ Trata-se de um simulador eletrônico que reproduz no mundo virtual uma vida “semelhante” aquela que levamos no mundo real, porém dotadas de acontecimentos fantásticos.

pensador italiano parafraseia um célebre trecho de O Manifesto Comunista: “Mas a burguesia não forjou apenas as armas que lhe trarão a morte; produziu também os homens que empunharão essas armas – os proletários” (Marx e Engels, pg. 51)”. Para Negri, esse trecho, apesar de estar relacionado com um modelo de revolução que acompanhou todo o século XIX, sintetiza perfeitamente as estratégias encabeçadas por novos agentes políticos, que diferente dos proletários, não se agarram a uma identidade fixa ou possuem um modelo pré-concebido de transformação social. Trata-se de subjetividades insurgentes, que não se deixam territorializar pelo poder do império⁴, confirmando dessa maneira a máxima foucaultiana: onde há poder, há resistência. Sem querer discutir a “legitimidade” dos argumentos de Negri, entendemos que ele oferece pistas importantes para pensarmos os novos modelos de oposição ao poder que se desenham em nossos dias. Depois de abordarmos o impacto destruidor da internet sobre a vida humana, através do pensamento de Virilio, buscaremos mostrar que é possível utilizá-la como arma na luta contra a monopolização do conhecimento implementada pelas grandes empresas de informática. Contrariando os anseios neo-luditas de colocar fim a internet mediante um boicote mundial a rede, ou mesmo através da destruição das máquinas que supostamente nos escravizariam, o movimento software livre não adota a estratégia da guerra por oposição. Trata-se da construção de linhas de fuga que favoreçam a difusão do pensamento em rede, compondo dessa forma um espaço liso transitável por todos. É possível dizer que o Movimento Software livre nasceu no início de 1984, através de um grito de resistência à cooptação do pensamento, proferido por Richard Stallman, que na época, era membro do MIT (Massachusetts Institute of Technology). A proibição do acesso a um código fonte de um software, fez com que Stallman desenvolvesse um conjunto de ferramentas e programas que desembocaria mais tarde num sistema operacional. Nascia ali a Free Software Foundation e com ela o projeto GNU (Gnu not Unix), uma verdadeira revolução em prol do conhecimento compartilhado. Para evitar que o trabalho fosse patenteado e utilizado indevidamente, a Free Software Foundation criou uma licença pública geral conhecida como Copyleft em contraposição a Copyright, ela garante que ninguém se aproprie dos esforços coletivos. “Executar”, “Estudar”, “Redistribuir” e “Melhorar”, são essas as quatro palavras que encabeçam a filosofia GNU. O software livre é um programa de computador com código-fonte aberto, que possibilita de antemão que qualquer técnico possa estudá-lo, alterá-lo, adequá-lo as suas necessidades e redistribuí-lo sem nenhuma restrição. Opõe-se ao software privado que possui código fechado e é patenteado por uma empresa, que cobra pelo direito de propriedade intelectual. Quem duplica e distribui esse tipo de programa sem pagar royalties comete o crime de pirataria, podendo até mesmo sem preso e condenado dependendo da legislação do país. O combate ao monopólio é a principal luta daqueles que aderiram ao movimento “Software Livre”. Para termos uma dimensão do que isso realmente representa basta observarmos os seguintes dados: o Windows, que é o sistema operacional da Microsoft está instalado em 97% dos computadores do planeta e o Microsoft Office, pacote de programas para escritório, está em 93% das máquinas, podemos perceber a importância qualitativa desses dados, quando atentamos para o fato de que o valor de mercado dessa empresa em 1998, era de 216 bilhões de dólares, quase um terço do PIB brasileiro. O monopólio e o condicionamento de usuários para a utilização desses programas são os principais motivos apontados para que houvesse necessidade de um compartilhamento de saberes mais justo, rompendo dessa forma, com o domínio exclusivo de uma única multinacional.

Levando em consideração o caráter inovador e, porque não dizer transgressor, do movimento software livre, entendemos que é possível compreender essa estratégia a partir daquilo que Deleuze & Guattari (1997) definem como máquina de guerra nômade, ou seja, uma potência criativa que mesmo sobre pressão do poder, consegue construir linhas de fuga, dando vazão ao pensamento nômade. A máquina de guerra é um agenciamento que age sobre os espaços de criação imanentes, e não se confunde com o aparelho do estado, pois trata-se de uma força exterior ao mesmo. Essa mesma máquina de guerra, que pode ser utilizada em prol do pensamento criativo, também pode servir ao aparelho de captura do Estado, se configurando como máquina de destruição e de morte. Dessa forma, concluímos que a internet é uma ferramenta que pode servir tanto para a destruição, como para a subversão desse mesmo poder destrutivo. A migração da resistência para a rede tem sido também uma estratégia crucial para os inúmeros focos de dissidência espalhados no mundo todo. Com o “fechamento do mapa”, ou seja a inexistência de espaços geográficos que ainda não foram cooptados pelo Estado, a resistência em terra passou a ser presa fácil para o controle policial. A alternativa estava na criação de espaços que poderiam ser destruídos com a mesma velocidade que fossem criados, tornando a resistência dispersa, impossível de ser decodificada. A resistência em rede pode ser apresentada através da criação de espaços que Hakin Bey (2001) define como Zonas Autônomas Temporárias (TAZ), ou seja “uma forma de insurreição localizada fora do Estado, que tem a velocidade e a metamorfose como características e cujo grande triunfo é a invisibilidade”. Como podemos perceber, é impossível ficarmos alheios as potencialidades dessa ferramenta comunicacional.

Considerações finais

Conforme havíamos salientado no início do texto, nosso maior objetivo foi desconstruir uma idéia mitificada de “inclusão digital”, partindo do pressuposto que uma “inclusão”(se é que podemos utilizar essa expressão) dessa natureza só pode se consolidar, caso seja estimulado a produção e utilização do software livre. Entendemos que esta seria a condição que

⁴ Diferente do poder disciplinar, que caracterizou toda a modernidade, Negri, indica que atualmente estamos diante de novas modalidades de controle que incidem sobre corpos e mentes através de mecanismos cada vez mais difusos (sistemas de comunicação, redes de informação, etc.). O poder imperial não é aquele exercido por um único país sobre as outras nações, e que tem por objetivo explorar o potencial de cada uma para fins exclusivos, definição usual utilizada como referência aos Estados Unidos. O império representado por Negri é uma potência biopolítica, que se apoderou da vida sobre todos os aspectos, vida essa que não pode ser mais compreendida dentro de uma concepção biológica.

possibilitaria os indivíduos desenvolverem sua criatividade, podendo utilizar a internet em prol do compartilhamento do saber, e não simplesmente em prol da adequação de suas práticas a procedimentos recorrentes. O discurso apresentado para a sociedade sobre a Inclusão Digital possui um caráter exclusivamente unilateral, ou seja, é construído e formatado sobre uma visão romântica das “maravilhas” proporcionadas pelo progresso tecnológico e com o aval de especialistas e técnicos, o que garante a esse discurso um status de verdade. A dominação aqui não se dá simplesmente por meio de uma relação tradicional no sentido weberiano, pois não se trata apenas de obediência a um conjunto de regras institucionalizadas, vai bem mais além. O dominado percebe o dominante dentro das categorias que a própria relação de dominação produziu (Bourdieu, 1999). A maior parte das publicações que destacam a problemática da Inclusão Digital não leva em consideração aquilo que a Antropologia chama de “o ponto de vista do nativo”, que trazendo para nosso estudo seria “o ponto de vista do incluído”, ou seja, saber como esse indivíduo caracterizado como excluído ou incluído, percebe sua condição. Dessa forma, percebemos que o fenômeno da exclusão digital é bem mais complexo do que imaginamos, pois também sofre uma influência significativa de um discurso de poder que taxonomiza e segrega. Muito tem se falado da importância da inclusão digital enquanto mecanismo de inserção fundamental nessa nova sociedade que muitos rotulam de “sociedade da informação”, e também do veto cognitivo sofrido pelas pessoas que não tem acesso a essa tecnologia, o que observamos como uma visão reducionista da problemática. Os impactos são sempre observados numa perspectiva dicotômica “benefícios e malefícios”, “positivo e negativo”, “bom e mau”, sempre partindo de uma classificação onde o que é levado em conta é o ponto de vista do burocrata. Aqueles que detém o monopólio da informação são considerados “vencedores”, e em contraposição os que são destituídos de tal capital social, precisam a todo custo se inserir, ou então terão que conviver com o peso psicológico de serem reconhecidos como “excluídos”. O que podemos observar, é que essa classificação entre “incluído” e “excluído” partiu de uma relação de cumplicidade simultânea, mediante uma incorporação de classificações assim naturalizadas (Bourdieu, *Ibid*). Condição essa reforçada pelos discursos de técnicos, políticos, e engenheiros sociais preocupados com a popularização da informática enquanto via de desenvolvimento econômico. A indústria da informática é a que mais cresceu nos últimos tempos e para isso fez-se necessário uma ampliação maciça no quadro de consumidores. O projeto de inclusão digital antes de ser pensado como uma dádiva dos países mais ricos do mundo para os chamados países periféricos, precisa ser percebido como uma troca desigual entre esses dois setores. Basta atentarmos para o fato de que a Microsoft, parceira do projeto, oferece seu produto de forma barateada e em troca recebe direito exclusivo, ou seja, todos os usuários serão “treinados” mesmo que de maneira forçosa, a operar seus programas. O que nos deixa mais aliviados, é saber que já existem experiências no mundo todo, que vem mudando esse quadro depreciativo. Coletivos empenhados não somente em diminuir o “apartheid digital”, mas também em repensar o conceito de inclusão que foi difundido.

Bibliografia

- BAUMAN, Zygmunt. (1999). *Globalização: As conseqüências humanas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora
- _____. (2004). *Amor Líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- BEY, Hakim. (2001). *ZAT – Zona Autônoma Temporária*. São Paulo: Conrad Editora.
- BOURDIEU, Pierre. (1989). *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel/Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil.
- _____. (1994). *Gostos de classe e estilos de vida*. In: ORTIZ, Renato (org.) *Pierre Bourdieu – Coleção Grandes Cientistas Sociais*. Editora Ática.
- CASSINO, João e SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. (2003) *Software Livre e Inclusão Digital*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil.
- CASTELLS, Manuel. (1999). *A sociedade em rede (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1)*. São Paulo: Paz e Terra.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. (1997). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*, São Paulo: Editora.34, Volume 5.
- GIDDENS, Antony. (1991). *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp.
- GOFFMAN, Erving. (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, Rio de Janeiro, Zahar Editora.
- IANNI, Octávio. (1996). *A Era do Globalismo*. Rio de Janeiro: 2ª edição, Editora Civilização Brasileira.
- LEMOS, André. (2003) *Dogmas da Inclusão Digital: Correio Braziliense*.
- LENHART, Amanda. (2000) *Who’s not online: 57% of those without Internet access say they do not plan to log on*. Washington: Pew Internet & American Life Project.
- LEVY, Pierre. (1998). *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo: Editora Loyola.
- MARX, K. & ENGELS, F. (2003). *O Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret.
- NEGRI, Antônio. (2003). *5 Lições sobre o império*. Rio de Janeiro: Editora DP&A.
- NEGROPONTE, Nicolas. (1995). *A Vida Digital*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras.
- OCDE. (2001). *Understanding the digital divide*. Paris: OCDE publications.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. (1996). *A internet e a comunidade transnacional imaginada-virtual in: Série Antropologia – 198*, Brasília.
- RIFKIN, Jeremy. (2001) *A era do acesso: transição de mercados convencionais para networks e o nascimento de uma nova economia*. São Paulo, Makron Books
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. (2001). *Exclusão Digital: A miséria na Era da Informação*, São Paulo: Editora Fund. Perseu Abramo, 1ªed.

- SOUZA SANTOS, B. (2002). A Globalização e as Ciências Sociais. São Paulo: Editora Cortez.
- TAPSCOTT, Don. (1999). A crescente e irreversível ascensão da geração net. São Paulo: Makron.
- VIRILIO, Paul. (1993). O espaço crítico e as perspectivas do tempo real. Tradução de Paulo Roberto Pires. Rio de Janeiro: Editora 34.
- _____. (1996). Velocidade e Política. São Paulo: Estação Liberdade.
- WERTHEIM, Margaret. (1997). Uma História do Ciberespaço de Dante à Internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Os recursos audiovisuais no método Paulo Freire: o computador como ferramenta cognitiva para alfabetizar

Patrícia Gallo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
patiprof@yahoo.com.br

Resumo: Alguns métodos de alfabetização utilizam recursos audiovisuais com o propósito de agilizar o processo de aquisição da leitura e escrita quanto ao tempo do aprendizado, bem como proporcionar, através de som e imagem estática ou em movimento, a representação de situações ou sentenças cotidianas, através de vídeoaulas (TV e vídeo-cassete) e slides (projetores). O Método “Paulo Freire” de alfabetização de adultos, aplicado na experiência de Angicos, no Rio Grande do Norte, em 1963, utilizou-se de alguns desses recursos. O presente artigo, baseando-se na metodologia de alfabetização de adultos, criada por Paulo Freire, experiência esta que ficou conhecida como “as 40 horas de Angicos”, sugere a utilização do computador como recurso multi e hipermídia no processo de alfabetização de alunos do ensino fundamental, matriculados em séries avançadas. O propósito com a utilização do computador é o de gerar estímulo e proporcionar a interação do aluno com os materiais audiovisuais, visando a otimização de tempo e eficácia do aprendizado. O aluno deixa de ser apenas um espectador dos recursos, tornando-se um indivíduo ativo no processo.

Palavras – chave: Alfabetização. Audiovisual. Ferramenta cognitiva. Computador. Método Paulo Freire.

Introdução

Entre os anos de 1996 e 2006, o analfabetismo no Brasil teve uma queda de 29,1%, mas mesmo com essa queda o índice de 11,1% de analfabetos é alto se comparado a outros países. Segundo dados divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2007, o Brasil ocupava o penúltimo lugar no ranking de alfabetização da América do Sul, acima somente da Bolívia.

Para complementar esta informação, o IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística) em parceria com o Instituto Paulo Montenegro e a ONG Ação Educativa, através do INAF (Indicador de Alfabetismo Funcional) vem fazendo, desde 2001, a apuração anual do analfabetismo da população brasileira de 15 a 64 anos e, divulgou em 2007, os resultados da 6ª edição, fazendo um comparativo com os anos anteriores.

Em 2001, a apuração trouxe a taxa de 39% de analfabetos funcionais e, em 2007, com a queda de 5%, a taxa apurada foi de 32%. Os dados mostraram que quanto maior o nível de escolaridade, maior a chance do indivíduo em atingir bons níveis de alfabetismo. Ou seja, o índice de analfabetos matriculados de 1ª a 4ª série é de 73%, de 5ª a 8ª série de 12% e no ensino médio de 1%.

O relatório mostra que a maioria dos brasileiros (64%) entre 15 e 64 anos que estudaram até a 4ª série atinge, no máximo, o grau rudimentar de alfabetismo, ou seja, localiza somente informações explícitas em textos curtos e efetua operações matemáticas simples, mas não compreende textos mais longos nem define estratégias de cálculo para resolução de problemas e que 12% destas pessoas podem ser consideradas analfabetas absolutas em termos de leitura/escrita, não conseguindo codificar palavras e frases, mesmo que simples, além de terem dificuldade em lidar com números em situações do dia-a-dia.

Mesmo com a crescente escolarização da população brasileira, por meio do acesso e permanência na escola, o índice de alunos analfabetos matriculados em séries do ensino fundamental é preocupante. Partindo desta constatação, contando com a universalização escolar entre crianças e adolescentes de 7 a 14 anos e a informatização das escolas públicas brasileiras, este artigo pretende buscar uma alternativa eficaz para reduzir o analfabetismo entre os alunos matriculados em séries avançadas, utilizando o computador como recurso audiovisual, gerador de práticas educativas no processo de alfabetização. O ponto de partida para elencar as possibilidades pedagógicas com a utilização do computador no processo de alfabetização, é a análise do Método “Paulo Freire” de alfabetização de adultos, observando algumas práticas e procedimentos adotados na experiência piloto de Angicos, no Rio Grande do Norte, em 1963.

1. O Método “Paulo Freire” de Alfabetização e os recursos audiovisuais

Quando o assunto de investigação é a alfabetização, um dos principais pontos a se discutir é o método a ser adotado no processo, tendo como objetivo atingir o mais elevado grau de aprendizado do aluno quanto à leitura e à escrita.

Os métodos foram surgindo e se transformando ao longo da história. Araújo (apud Mendonça, 2007, p.19), divide a história da alfabetização em três períodos: Antiguidade e Idade Média, em que predominou o método da soletração; entre os séculos XVI e XVIII estendendo-se até a década de 1960, com os métodos sintético e analítico; a partir de 1986, com a divulgação da teoria da Psicogênese da língua escrita, desenvolvida por Emília Ferreira e Ana Teberosky.

Independentemente da escolha do método, os alfabetizadores podem dispor com alguns recursos como a televisão, o rádio e outros, para auxiliar o aprendizado dos alunos. Algumas experiências adotam esses recursos como estimuladores, motivadores ou mediadores do aprendizado, dando ênfase a práticas que somente são possíveis com a utilização de tais recursos durante o processo de alfabetização, como observado no Nordeste do Brasil, no início da década de 60, na proposta pedagógica de Paulo Freire.

O Método “Paulo Freire” de alfabetização de adultos observado no Rio Grande do Norte, em 1963, como a grande esperança de erradicar o analfabetismo no Brasil, partindo da afirmação de que é possível alfabetizar uma pessoa em apenas 40 horas.

O início da década de 60 no Brasil refletia um clima de entusiasmo e esperança, trazidos pela industrialização e modernização do país e, é neste contexto histórico que se inicia a promissora experiência de alfabetização de Paulo Freire. Uma proposta pedagógica ativa, dialógica, crítica e criticizadora.

A cidade escolhida para a experiência piloto foi Angicos, por coincidência ou não, terra do governador do Rio Grande do Norte à época, Aluizio Alves. Cidade com as piores condições, todas necessárias para a aplicação do método. Como descreve Calazans e Terra:

Os índices de mortalidade infantil, em Angicos, atingiam seiscentas crianças em mil, em 1960, caindo para 292 em mil, em 1961. A população era, de maneira geral, constantemente contaminada pela verminose, disenteria, tifo, tuberculose e hepatite aguda. O município possuía, na época, um médico, um farmacêutico, dois grupos escolares, uma escola isolada e quatro escolas particulares. Entre a população de mais de 14 anos, 75% eram analfabetos ou semi-analfabetos. (CALAZANS E TERRA, 1994, p. 147-148.)

Se a experiência obtivesse sucesso em Angicos, em qualquer outro lugar do país aconteceria o mesmo. Escolhida a cidade, quinze jovens universitários trocaram o descanso das férias acadêmicas por uma experiência que mudaria a história de vida de todos os que estavam envolvidos.

As casas mais espaçosas de Angicos abrigaram os Círculos de Cultura (nome dado às escolas) e, após a chegada do material didático, tinha início em 28 de janeiro de 1993, com recursos do programa norte-americano Aliança para o Progresso¹, sob o patrocínio da USAID², a experiência que validou e popularizou o Método “Paulo Freire” no Brasil e em outros países.

O Método “Paulo Freire” de alfabetização contemplava em sua proposta inicial o uso de materiais audiovisuais, como os projetores de slides que exibem os desenhos produzidos especialmente para cada grupo a ser alfabetizado. Os desenhos coloridos eram confeccionados para representar palavras geradoras, colhidas a partir de uma pesquisa prévia acerca do universo vocabular do grupo.

O número de palavras geradoras deveria ser entre 10 e 15, e estas deveriam conter todas as letras do alfabeto e todas as combinações necessárias quanto aos fonemas fundamentais. A pesquisa poderia levantar também sentenças (frases e expressões) do convívio da comunidade para serem introduzidas nas aulas.

Cada palavra geradora tinha um desenho gerador produzido em slide e que consistia em apresentar uma situação do cotidiano do grupo e não simplesmente o desenho da palavra em si. Ou seja, era apresentado aos alunos o desenho de uma situação contextualizada do seu cotidiano, que promovia debates entre eles. Os debates tinham como objetivo politizar os alunos, despertando sua consciência política.

Fazendo uso desses recursos, o método dispensava o uso tradicional de cartilhas.

Em Angicos, a pesquisa levantou 400 palavras do universo vocabular e 27 sentenças do convívio econômico e social da população local. As palavras geradoras escolhidas para as aulas nos Círculos de Cultura foram: belota, voto, sapato, chibanca, milho, expresso, xique-xique, salina, goleiro, cozinha (ti[j]ela³, jarra, fogão), bilro e almofada, feira.

A primeira hora era destinada à aula de Cultura com o intuito de os alunos fazerem a distinção entre natureza e cultura. Carlos Lyra detalha os objetivos desta aula:

Através da dedução (nove dispositivos)⁴, levar ao analfabeto o conceito antropológico de cultura, fazendo distinção entre os dois mundos: o da natureza e o da cultura. A cultura como acréscimo que o homem faz ao mundo que ele não criou. A cultura como resultado de seu trabalho e de seu esforço criador e recriador. O homem, afinal, no mundo e com o mundo, como sujeito e não como objeto. (LYRA, 1996, p.23).

O fascínio exercido pela projeção dos slides nos alunos e na população em geral é o fator principal da escolha deste método como base experimental para a inserção do computador como recurso audiovisual no processo de alfabetização. Lyra (1996, p. 24) descreve que “[...] no momento em que é iniciada a projeção, cessam os ruídos. Todos se concentram

¹ Programa de ajuda econômica e social dos Estados Unidos da América para a América Latina entre 1961 e 1970.

² Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.

³ A ficha Cozinha tinha a palavra tigela escrita erradamente com J.

⁴ Fichas de A a I com situações contextualizadas sobre natureza e cultura para ilustrar a aula.

totalmente na imagem projetada”. Além, dos próprios alunos matriculados nos Círculos de Cultura, crianças fascinadas pela magia das projeções, debruçavam-se sobre as janelas para ver os desenhos projetados. Esta era a mais próxima vivência da sétima arte⁵ que tinham.

Da segunda hora em diante, a alfabetização politizada era prioridade. Terra descreve que a partir da projeção do slide, os professores provocavam os alunos dizendo “O que nós vemos nessa ficha?” (CALAZANS E TERRA, 1994, p. 177), em seguida apresentavam as famílias silábicas de cada palavra, promovendo então a formação de novas palavras com as sílabas estudadas. Terra detalha que “a leitura das palavras era visual, sendo necessário começar com unidades significativas para o aprendiz. O método era denominado de ideovisual” (CALAZANS E TERRA, 1994, p. 177).

A proposta pedagógica de Paulo Freire adotou o método de alfabetização analítico-sintético por estabelecer uma associação entre eles. Analítico por valorizar o conteúdo sociológico do objeto-imagem, a visão global escrita da palavra, estabelecendo a relação entre o visual e a escrita e, sintético pela análise dos fonemas e relação com grafemas.

Algumas palavras geradoras, além do desenho gerador, eram acompanhadas de filmetes que representavam cenas reais da vida cotidiana, destacando o agir, a ação do sujeito.

Lyra (1996, p. 154) destaca a importância das projeções para o método de alfabetização afirmando: “É a melhor maneira de fazer gravar uma palavra, principalmente quando a projeção é feita no escuro. Se escrevermos uma palavra no quadro negro e projetamos outra, a projetada será gravada pelo aluno em um terço do tempo necessário para gravar a outra”.

No documentário “As 100 horas de Angicos”⁶, a aluna Eneide de Araújo, que foi alfabetizada pelo Método “Paulo Freire” lembra alguns filmetes que eram exibidos, como por exemplo o da palavra geradora TIJOJO. O filmete exibiu um homem construindo uma parede, um muro. Ele coloca o cimento com a pá sobre alguns tijolos e, em seguida encaixa mais um tijolo.

Como a experiência de Angicos se tratava de uma experiência piloto, muitas ocorrências durante as 40 horas não foram previstas e, à medida que aconteciam, os coordenadores dos Círculos de Cultura se reuniam para discutir e estabelecer soluções viáveis para o momento.

Dentre elas, quatro ocorrências se destacam pela proposta deste artigo. A primeira foi a decisão de deixar os projetores ligados ao longo de toda aula, mesmo que não estivessem sendo usados para projeção de algum slide, ficando disponíveis para os alunos quando precisassem das informações expostas e também para as pessoas que observavam de fora do Círculo de Cultura. A segunda ocorrência partiu de Carlos Lyra, quando percebeu que poderia utilizar o papel vegetal, por sua transparência, para projetar a escrita dos alunos. Esta descoberta deu novo ânimo e despertou maior interesse dos alunos quando reconheciam seus nomes ou as palavras que haviam escrito. A terceira ocorrência destacada aqui acontece quando Carlos Lyra, já supervisor da experiência de Angicos, solicitou aos alunos que escrevessem cartas e bilhetes sobre que tipo de filme gostariam de assistir. Esta iniciativa motivou os alunos a escreverem textos, indo além de palavras isoladas. Para finalizar, a quarta ocorrência foi a produção do jornal “O Pau-de-arara”, reproduzindo em papel mimeografado, as frases criadas pelos próprios alunos. O jornal incentivou a leitura e o debate também para fora do Círculo de Cultura.

A quadragésima hora ou a última aula, aconteceu em uma terça-feira, dia 02 de abril de 1963. Na cerimônia oficial, o Presidente da República, João Goulart, ministrou a última aula com seu discurso de encerramento.

A solenidade foi marcada também pela presença de muitas autoridades como o governador do Rio Grande do Norte, Aluizio Alves; de Sergipe, Seixas Dória; do Ceará, Virgílio Távora; o superintendente da Sudene, Celso Furtado; o general Castelo Branco; o ministro da Casa Civil da Presidência, Sílvio Pedroza e o secretário de educação do Rio Grande do Norte, Calazans Fernandes.

O primeiro a falar foi o governador Aluizio Alves. Quebrando o protocolo um dos alfabetizados Sr. Antônio Ferreira pediu a palavra e, em seguida o professor Paulo Freire falou sobre o método de alfabetização:

Quebramos uma série de tabus metodológicos. Superamos a escola pelo que nós chamamos Círculo de Cultura; o aluno pelo participante de debates; a aula pelo diálogo; o programa acadêmico por situações sociológicas desafiadoras, que nós fomos diante dos grupos com quem debatemos e de quem arrancamos uma sabedoria que existe e que é, esta sabedoria, opinativa e existencial do povo. (LYRA, 1996, p.116).

Paulo Freire, anunciou o que o Método trazia de diferente dos métodos tradicionais e ressaltou porque era especial para a educação de jovens e adultos.

O último pronunciamento, finalizando a solenidade, foi o do Presidente da República, João Goulart, encerrando a experiência de Angicos e, conseqüentemente, a quadragésima hora.

Em 1964, o golpe militar mudou o rumo desses acontecimentos. A Campanha Nacional de Alfabetização, com o objetivo de implantar no país mais de sessenta mil Círculos de Cultura, alfabetizando quase dois milhões de pessoas, de 9 a 45 anos, foi extinta pelo governo militar e seus idealizadores, caçados.

2. O computador como ferramenta cognitiva

⁵ Cinema

⁶ Documentário de Henrique José. ZooN Fotografia, 2007.

Na época em que o Método “Paulo Freire” foi aplicado pela primeira vez, o projetor a querosene era considerado um recurso avançado, promovendo novas práticas educacionais. Hoje, considerando os recursos tecnológicos de que a escola dispõe, o computador é considerado um recurso avançado, promovendo, mais uma vez, novas práticas pedagógicas.

Nessa transformação tecnológica, uma pergunta se faz necessária: “Como fazer do computador uma ferramenta cognitiva?”. Para Jonassen (2000, p.15), ferramentas cognitivas “são aplicações informáticas que exigem que os alunos pensem de forma significativa de modo a usarem a aplicação para representar o que sabem”. Em outras palavras, propiciam a construção do conhecimento do aluno acerca de reflexões, soluções e manipulações, partindo do que sabem e não apenas repetindo o que dizem para saberem.

Apenas a inclusão do computador na escola ou na prática educativa não o valida como uma ferramenta cognitiva. Para que isso aconteça, deve haver um planejamento da prática pedagógica, uma análise sobre as atividades que serão desenvolvidas e, principalmente, quais competências os alunos poderão atingir e quais habilidades serão promovidas. Deve haver, pelo professor, o cuidado com o pensamento significativo acerca do uso do computador e não apenas como ferramenta de cliques, estimulando somente as mãos e os dedos, já que esta é uma prática constante em boa parte das escolas.

Jonassen, Peck e Wilson (apud JONASSEN, 2000) defendem que as ferramentas cognitivas promovem a aprendizagem significada como sendo ativa, construtiva, intencional, autêntica e cooperativa. Essas dimensões se aproximam da proposta pedagógica de Paulo Freire.

Ativa na manipulação e interação com o ambiente ou com objetos pertencentes a este ambiente. Os alunos observam suas próprias ações e intervenções e constroem suas próprias interpretações e dão soluções. Participam ativamente do processo;

Construtiva na elaboração de novos conceitos e interpretações a partir de conhecimentos prévios do mundo. Os alunos constroem modelos mentais para explicar e justificar os fenômenos observados;

Intencional em relação aos objetivos a serem atingidos. O que os alunos querem realizar, como fazem? Que decisão tomam e quais resultados encontram?;

Autêntica em situações contextualizadas, vindas do mundo real, significativas e próximas do educando. Simulações que baseadas em situações problemas ou casos também podem ser estimuladas.

Cooperativa na interação com outras pessoas, outros grupos. Os alunos se expressam, se articulam, negociam um ponto em comum, debatem.

Posicionando o computador como uma ferramenta cognitiva, por contemplar essas características, seria este um novo estímulo para apoiar a construção de significados para os alunos, a fim de refletir novo ânimo quanto ao desempenho escolar e até a frequência nas aulas. Moran ressalta que a educação:

tem de surpreender, cativar, conquistar os estudantes a todo momento. A educação precisa encantar, entusiasmar, seduzir, apontar possibilidades e realizar novos conhecimentos e práticas. O conhecimento se constrói com base em constantes desafios, atividades significativas que excitam a curiosidade, a imaginação e a criatividade. (MORAN, 2007, p.167).

Esses aspectos são observados na experiência de Angicos e também promovidos na proposta de Paulo Freire. Desta forma, a tecnologia deve ser vista como parceira no processo educativo, como estimuladora de práticas pedagógicas e de intervenções por parte dos alunos.

Posicionar o computador como parceiro e estimulador da prática pedagógica, cria um campo favorável para a construção do conhecimento do aluno quanto a sua investigação e descobertas. Assim, a construção de significados, apoiada pelo computador, pode acontecer quando os alunos se posicionam à frente de situações de exploração, de aprendizagem pela prática, pela conversação e pela reflexão.

É importante ressaltar que os alunos são alfabetizados quanto à fala, se expressam, se comunicam e possuem autonomia quanto a algumas situações. Esse princípio autônomo contribui para a apropriação tecnológica, ou seja, a fase inicial da inclusão digital. Mesmo não alfabetizados os alunos se apropriam da ferramenta, quanto ao manuseio de alguns recursos tão logo se sentam à frente do computador. A rapidez dessa apropriação deve-se em parte ao vídeo game e ao aparelho de DVD que possuem em suas casas ou utilizam na casa de vizinhos e colegas.

Uma especificidade das crianças e jovens a ser destacada é o comportamento em relação à tecnologia, pois estes não apresentam medo ou receio em manipular os equipamentos. Já os adultos, na maioria das vezes, acreditam que suas ações podem quebrar ou danificar o equipamento, dependendo então de uma pessoa ao seu lado que o oriente até se sentir seguro para utilizar o equipamento sozinho.

3. O computador como recurso multimídia e hipermídia no processo de alfabetização

Já é possível observar o posicionamento do computador dentro da prática pedagógica por suas características cognitivas, mas o computador conta também com uma característica que se destaca quando inserido na escola ou em outras áreas que é a convergência de mídias, ou seja, em um mesmo recurso, uma única ferramenta, se obtém mídias de outros recursos, como por exemplo, o desenho de um slide, o áudio do rádio, a animação da televisão, o filme do vídeo-cassete, o vídeo do DVD, etc. Desta forma, o computador se tornou um recurso multimídia e a partir do surgimento da internet, com a utilização do hipertexto, um recurso hipermídia.

Como seria a utilização do computador no processo de alfabetização dos alunos? O que é possível fazer ao utilizá-lo como recurso multimídia e hipermídia?

Antes de responder a esses questionamentos se faz necessário conceituar multimídia e hipermídia.

Jonassen (2000), define multimídia como a integração de mais do que um meio numa qualquer forma de comunicação. Fluckiger (apud Ribeiro, 2007), apresenta diferentes contextos em que se utiliza a palavra multimídia como adjetivo, permitindo contextualizar sua utilização e definir termologias como Dispositivo de Armazenamento Multimídia que é o suporte informático para o armazenamento da informação digital como disquetes, CD, DVD, etc.; Tecnologia Multimídia que refere-se a áreas tecnológicas específicas que desenvolvem serviços multimídia como áudio, vídeo e imagem; Aplicação Multimídia que é um programa que apresenta a informação ao utilizador utilizando-se de serviços multimídia como um jogo com cenários gráficos, imagens, sons e que permita a interação do jogador com seus conteúdos, etc. Para Nuno Ribeiro (2007), o termo multimídia designa uma forma de comunicação que engloba vários meios para transmitir uma mensagem.

Assim, o termo multimídia significa vários intermédios entre as fontes e o destino da informação. Para a proposta deste artigo, o conceito de multimídia a ser adotado refere-se à geração e manipulação da informação por computador, como definido por Nuno Ribeiro como Multimídia Digital:

Multimídia digital é a área relacionada com a combinação, controlada por computador, de texto, gráficos, imagens paradas e em movimento, animações, sons e qualquer outro meio pelo qual a informação possa ser representada, armazenada, transmitida e processada sob a forma digital. (RIBEIRO, 2007, p. 6.)

O recurso multimídia é hoje um dos mais eficazes recursos para garantir a percepção e o acúmulo de conhecimento. Isso acontece devido ao estímulo de mais de um sentido do ser humano, aumentando consideravelmente o armazenamento das informações.

Com o surgimento da internet, novos recursos se aliam à multimídia, como o hipertexto, dando origem à hipermídia, que é simplesmente o casamento do multimídia com o hipertexto.

O hipertexto “[...]refere-se a um método não seqüencial e não linear de organização e apresentação de texto” ou da informação. O hipertexto é a expansão do texto normal, é o que está além, “[...]foi concebido para possibilitar aos leitores acessarem à informação contida num texto, na forma mais significativa para cada um” (Nelson apud JONASSEN, 2000, p. 231).

A partir destas definições, hipermídia para a proposta deste artigo consiste na navegação, geração e manipulação de informações digitais, dispostas em interfaces não seqüenciais e não lineares, controladas por computadores.

Partindo da premissa de que os recursos multimídia e hipermídia disponíveis pelo computador aguçam os sentidos humanos, reforçam o processo cognitivo e o armazenamento das informações no cérebro, podendo atingir uma eficiência de 84% pela comunicação áudio-visual, ou seja, a memória visual e auditiva simultaneamente, cria-se então uma alternativa de estímulo e construção de conhecimentos acerca da alfabetização de crianças e jovens, matriculados em séries avançadas nas escolas públicas brasileiras.

O Método “Paulo Freire” de alfabetização é definido aqui “como modelo a ser seguido acerca da utilização de recursos audiovisuais como estimuladores da prática pedagógica.

As orientações quanto à Psicogênese da língua escrita, desenvolvida por Emília Ferreiro e Ana Teberosky, servem de base teórica a ser seguida, pois acredita que o sujeito é quem se alfabetiza, formulando suas hipóteses, testando-as, criando sua gramática, construindo e re-construindo a linguagem socialmente em uso.

Apresento algumas possibilidades quanto à utilização do computador como ferramenta cognitiva no processo de alfabetização de crianças e jovens entre 9 e 14 anos. É importante ressaltar que o professor é parte fundamental no processo de alfabetização, pois é o mediador, o facilitador, o orientador e o provocador, como observado no Método “Paulo Freire”. A tecnologia deve ser parceira no processo educativo. A junção de forças é que a torna uma ferramenta cognitiva e ativa quanto ao ensino-aprendizagem.

Com os recursos multimídia e hipermídia do computador, o professor pode planejar atividades que utilizam as mídias texto, gráfico, desenho, imagem, som, vídeo, animação e a internet para representar idéias, comparar visões de mundo, identificar elementos, buscar soluções, simular situações e problemas, contar histórias, produzir histórias, registrar sentimentos, refletir sobre as descobertas, debater assuntos e perspectivas, etc.

O professor pode planejar atividades por meio da exibição de imagens ou desenhos e debater sobre o que foi exibido; pela exibição de vídeo ou animação e debater sobre o que foi exibido; pela criação de um desenho utilizando um programa de pintura e fazê-los (os alunos) descrever a composição; pela digitação de palavras e frases criadas por eles em um programa de texto; pela criação de uma história em quadrinhos em um programa de desenho contendo título e personagens falando por balões; pela observação de cores em um programa de desenho relacionando-as com o que também tem as mesmas cores; pela audição de sons de animais e fazê-los identificar cada um; fazê-los escrever ou procurar numa lista o nome dos animais; pela gravação de suas falas (palavras ou frases) e fazê-los escutar e depois escrever o que ouviram.

Inserindo a internet, o professor pode planejar atividades que priorizam a ação do aluno e a resposta que ele pode obter, a partir de sua tomada de decisão e escolha. As atividades podem abranger a navegação em sites infanto-juvenis de jogos interativos ou enciclopédias ilustradas; a visualização de imagens, partindo da sequência estabelecida pelo próprio aluno; a investigação e debate de temas geradores, a partir da observação de animações, clips musicais, vídeos, mapas e imagens geradas por satélite, observando o seu estado, cidade ou bairro e também outros lugares do planeta e do espaço; com

a ajuda do professor, a digitação de textos através da conversação com outras pessoas que estão fisicamente distantes, em blog⁷, fotolog⁸, etc.

Todas as atividades sugeridas podem ser consideradas atividades cognitivas se elaboradas focando o pensamento de forma significativa, fazendo com que os alunos representem o que sabem. A proposta defendida aqui é a de posicionar o aluno como o sujeito do seu próprio aprendizado, interagindo com as mídias de forma ativa, construindo e re-construindo suas hipóteses quanto a leitura e escrita.

4. Considerações finais

Utilizar o computador como gerador de práticas educativas no processo de alfabetização de crianças e jovens, entre 9 e 14 anos, é desafiador. As dificuldades acerca desse tema são inúmeras, as políticas públicas de inclusão digital deixam a desejar, porém o propósito deste artigo é inserir o computador como ferramenta cognitiva, validando suas características, através dos recursos multimídia e hipermídia no processo de alfabetização desses alunos. Pretende-se também identificar possibilidades reais quanto à elaboração de atividades que sejam cognitivas e serão propostas aos alunos.

O computador e a internet geram um mundo de informações e possibilidades para o professor e para o aluno por meio de imagens, vídeos, sons, animações, sites, jogos educativos, rádios, softwares educativos, mapas virtuais, imagens por satélite, músicas, etc. Esses elementos podem ser integradores e geradores de práticas no processo de alfabetização, sempre contextualizados para a realidade do aluno, dando sentido e significado à aprendizagem, promovendo o diálogo, como proposto pelo Método “Paulo Freire”. Ou seja, mostrar à criança que aprender a ler e escrever é necessário e relevante para a vida em sociedade da informação e do conhecimento.

O computador está presente em praticamente todas as cidades do país através de lan houses⁹ e telecentros¹⁰. A população passou a ter a facilidade de acesso a essa ferramenta. Em alguns lugares o valor cobrado por hora de utilização é simbólico. Os jovens então criam seus e-mails, cadastram-se em sites de relacionamento, se comunicam, trocam mensagens, mesmo sem apropriação tecnológica.

Utilizar o computador no processo de alfabetização valida a extensão da aula na escola para além de seus muros, pois os alunos podem dar continuidade ao aprendizado nos espaços externos onde o computador está disponível.

A utilização do computador na prática educativa não é uma novidade, muitas experiências de sucesso já foram divulgadas. Porém, ainda poucos estudos adotam o computador como ferramenta cognitiva e estimuladora do aprendizado para a alfabetização. Algumas justificativas são relevantes quando à não utilização do computador, pois primeiro o professor deve ter apropriação tecnológica para pensar em atividades mediadas pelo computador, em seguida o aluno deve apropriar-se, visto que na escola pública muitos alunos nunca manusearam um mouse ou teclado, para só depois, iniciar efetivamente o processo de alfabetização.

Os obstáculos e dificuldades existem e não podem ser ignorados, mas a desenvoltura dos alunos frente ao computador, o encantamento explícito no olhar frente ao monitor e o semblante repleto de esperança de um dia conseguir ler e escrever trazem novo ânimo como pesquisadora desta área, renovando meu otimismo em ver o Brasil como um país que erradicou o analfabetismo.

Nos últimos 10 anos, avançamos quanto aos índices e podemos avançar ainda mais com políticas públicas sérias e comprometidas com a educação das crianças e jovens desse país.

Referências bibliográficas

- Borges, R. C. M., & Souza, H. S. V. (2002). Memória do ser-humano. Comunicação homem-máquina. Porto Alegre: UFRGS, (cap. 3, pp. 40-49).
- Brandão, C. R. (2005). Paulo Freire, educar para transformar: fotobiografia. São Paulo: Mercado Cultural.
- Calazans, F., & Terra, A. (1994) 40 horas de esperança. O método Paulo Freire: política e pedagogia na experiência de Angicos. São Paulo: Ática.
- Freire, P. (2002). Pedagogia do Oprimido. 41. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Instituto Paulo Freire & Fundação Banco do Brasil. (2005). Paulo Freire: Projeto Memória.. São Paulo: Fundação Banco do Brasil. 1 CD-ROM (20 min), color.
- Instituto Paulo Montenegro. (2008). Relatório INAF - Indicador de Alfabetismo Funcional – Leitura, Escrita e Matemática 2007. http://www.ipm.org.br/ipmb_pagina.php?mpg=4.02.01.00.00&ver=por (consultado em 02 agosto de 2008).
- Jonassen, D. H. (2000). Computadores, ferramentas cognitivas: desenvolver o pensamento crítico nas escolas. Portugal: Porto Editora.
- José, H. (2007). As 100 horas de Angicos. Natal: ZooN Fotografia. 1 CD-ROM (13:34 min.), color.
- Lyra, C. (1996). As quarenta horas de Angicos: uma experiência pioneira de educação. São Paulo: Cortez.

⁷ Diário on line de fácil utilização, onde se pode publicar na internet o que pensa e interagir com as pessoas.

⁸ Diário on line para publicação de fotos na internet.

⁹ Estabelecimento comercial onde as pessoas podem pagar para utilizar um computador com acesso à internet.

¹⁰ Espaço público onde pessoas podem utilizar microcomputadores, a Internet e outras tecnologias digitais.

Lobo, L. (1993). As 40 horas de Angicos. Natal: SECERN. 1 CD-ROM (15:54 min), PB.
Mendonça, O. S., & Mendonça, O. C. (2007). Alfabetização: método sociolingüístico: consciência social, silábica e alfabética em Paulo Freire. São Paulo: Cortez.
Moran, J. M. (2007). A educação que desejamos: Novos desafios e como chegar lá. São Paulo: Papirus.
Ribeiro, N. (2007). Multimídia e tecnologias interativas. 2. ed. Lisboa: FCA.
UOL Educação. Brasil tem segundo maior índice de analfabetismo da América do Sul. <http://noticias.uol.com.br/educacao/ultnot/ult105u5900.jhtm>. (consultado na internet em 02 agosto de 2008).

TV digital e educação: promovendo uma aprendizagem alfabetizadora, o caso TV mímica.

Aquiles Burlamaqui
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
aquilesburlamaqui@gmail.com

Akynara Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
akynara@gmail.com

Igor Rosberg
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
igorosberg@hotmail.com

Diogo Bezerra
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
diogohenrique77@yahoo.com.br

Resumo: TV Digital abre novas perspectivas para o ensino no Brasil. A possibilidade de interação imediata com o conteúdo pode tornar a TV digital uma ferramenta pedagógica capaz de auxiliar no processo de ensino aprendizagem. Procurando explorar o potencial que a TV Digital nos oferece, desenvolvemos a TV Mímica, um programa televisivo de caráter educativo, baseado em aprendizagem t-learning (Educação através da TV). Seu ambiente nos remete uma atmosfera lúdica, desta forma, o telespectador-aprendiz poderá aprender o conteúdo sugerido de forma descontraída. Trata-se de uma aplicação para TV Digital a priori desenvolvida em duas versões, a TV-Mímica NCLUA e a TV-Mímica JAVA, explorando o que há de melhor em cada abordagem. O projeto TV Mímica objetiva a criação de um ambiente de aprendizagem voltado para auxiliar docentes no processo de alfabetização de seus alunos. As atividades propostas são desenvolvidas em etapas, as quais evoluem em nível de complexidade mediante o sucesso do telespectador-aprendiz na resolução dos problemas sugeridos. Por meio do jogo educativo, os alunos terão a possibilidade de reforçar conhecimentos gramaticais e de leitura, associando a mímica realizada por um artista, às imagens, palavras e frases, além de trabalhar o raciocínio lógico e poder imagético. Desta maneira, lançam-se as primeiras bases para experiências educacionais envolvendo a TV Digital como recurso didático tecnológico, os resultados advindos desta experiência mostram avanços significativos para uma aprendizagem alfabetizadora e nos sugerem novas idéias para reelaboração do projeto.

O espaço educacional vem sendo bombardeado por fortes mudanças procedentes de transformações sociais. Alterações estas, decorrentes principalmente do processo de globalização e avanços tecnológicos, acarretando, assim, a modificação dos valores culturais de um país. Hoje estamos inseridos em uma sociedade onde a cultura material cede espaço para uma cultura da informação e conhecimento, Castells (1999) corrobora afirmando que vivenciamos um intervalo histórico, no qual a principal característica é a transformação da nossa cultura material pelos mecanismos do novo paradigma tecnologia da informação. Como causa dessa mudança paradigmática do social, temos uma incorporação cada vez mais acelerada e qualitativa das tecnologias em vários âmbitos da vida social, refletindo desta forma, na educação.

Quando falamos em tecnologias no contexto educativo, com maior evidência o de nível público, vemos que mesmo com a incorporação de determinadas tecnologias em sala de aula, percebe-se que na realidade tais ferramentas na maioria das vezes são mal empregadas. Vários são os fatores que causam essa má utilização dos recursos tecnológicos, porém enfatiza-se, sobretudo a resistência à aceitação do "novo" (conhecimento) por parte de um alto número de docentes, podemos citar também a falta de preparação da categoria para o uso desses equipamentos, sobretudo devido a falta de importância das próprias agências formadoras em incluir em seu currículos de forma obrigatória cursos em que enfatize-se o estudo dos meios de comunicação e suas linguagens, incluindo aqui os de suporte tecnológico, como exemplo a informática e suas possibilidades. Outro aspecto que pode ser observado na realidade educacional brasileira, o qual contribui para o uso inepto das ferramentas didáticas de suporte tecnológico na escola, se refere ao fato de não haver, na maioria das instituições públicas, uma estrutura física adequada para abrigar determinadas tecnologias. Acrescenta-se ainda a inexistência de técnicos especializados que auxiliam na manutenção dos equipamentos.

Os casos apresentados anteriormente, dentre outros, contribuem significativamente para o mau êxito na incorporação e uso dos recursos tecnológicos em sala de aula. Contudo não podemos tomá-los como “via de regra” para todas as instituições. Entendemos que tais aspectos são determinantes.

No Brasil, especificamente, a inclusão de tecnologias educacionais nas instituições escolares é escassa e lenta, por isso surge a necessidade urgente de produção e incorporação de ferramentas alternativas que visam incentivar o processo de inclusão digital, dando suporte didático-pedagógico as instituições escolares.

O avanço tecnológico, principalmente no que se refere ao trato de imagens, vídeos e áudios vem possibilitar a criação de sistemas multimídias cada vez mais atrativos e eficientes, quando bem utilizados, capazes de auxiliar no processo de ensino aprendizagem. A televisão constitui um dos recursos decorrentes dessa evolução científica e tecnológica que a cada dia ocupa mais lugares nos lares e demais instituições da sociedade, inclusive nas instituições educativas. Junqueira Filho (2001) soma, expondo que nos dias de hoje a televisão tem sido a companhia freqüente na vida de nossas crianças, ocupando muitas vezes o lugar da companhia do pai e da mãe, seja com o consentimento, com a negligência ou a falta de recursos das próprias famílias.

Pensar a televisão de hoje como ferramenta alternativa de produção de conhecimento poderá gerar implicações quanto ao seu uso, uma vez que caracteriza-se como um meio de “mão única”, Andrade (2003) esclarece tal perspectiva quando diz que a televisão, como única janela, mal deixa a luz passar, e o espectador, na escuridão da não comunicação e da não informação, ignora a fonte, os critérios de credibilidade, as condições de produção do conteúdo e a diversidade de pontos de vistas.

Portanto, a TV da forma como é vista e sentida hoje nos remete a existência, na maioria das vezes, da "passividade" do telespectador, fato este que carrega consigo conseqüências sociais, visto que a televisão é tida como uma poderosa máquina influenciadora e produtora de sentidos, corroborando com Fischer (2008), quando afirma que ela é parte integrante e fundamental de complexos processos de veiculação e de produção de significações, de sentidos, os quais por sua vez estão relacionados a modos de ser, a modos de pensar, a modos de conhecer o mundo, de se relacionar com a vida.

Ao considerar a televisão como instrumento para auxílio na formação do indivíduo, podemos tirar proveito das características deste instrumento, como seu longo alcance, no que se refere ao aspecto geográfico e sua ampla abrangência quando considerado um utensílio doméstico presente na maioria dos lares brasileiros, para auxílio à educação. Contudo, as televisões de caráter analógico carregam a característica da passividade, como mencionado anteriormente, onde os sujeitos que dela usufruem não tem a oportunidade de comunicação simultânea, de interação telespectador(a) – meio televisivo. Hoje essa realidade sofre alterações que pouco a pouco estão mudando “a cara” da TV dos brasileiros.

O século XX traz consigo uma gama de possibilidades de uso das mais diversas tecnologias no meio pedagógico, contudo, uma delas esta ganhando destaque, por reunir toda a atratividade e poderes da mídia televisiva com a diversidade e possibilidades de uso de softwares, juntamente com a comunicação interativa e/ou simultânea proporcionada pela rede mundial de computadores, a internet. Estamos agora frente à TV Digital Interativa. Há alguns anos a TV Digital Interativa era apenas uma aspiração para os brasileiros e atualmente esta se tornando uma realidade, trazendo consigo uma gama de novas oportunidades para a qualidade de vida no país, como fácil acesso a informação, pois oferece um modelo no qual o usuário não apenas recebe informação, mas sim interage com aplicações, à exemplo da Internet, o que possibilita ao telespectador acessar a informação desejada a qualquer hora e local via controle remoto ou celular, além da melhor qualidade da imagem em que os programas passam a ser exibidos. Agrega-se o fato que a popularidade do atual modelo de televisão, que conta com aproximadamente 96% da população como telespectadores, será herdada pelo novo modelo de TV Digital, popularidade esta que, devido a fatores sócio-econômicos faz com que a TV torne-se objeto de desejo da sociedade em geral, acontecimento este não visto ainda em relação ao uso e apropriação da internet por parte da maioria da população.

Na tentativa de juntar a popularidade da televisão às possibilidades advindas com o surgimento do modelo digital da televisão interativa, integrando a isto uma função educacional é que a TV Mímica surge, um programa voltado para TV digital interativa, o qual tem como objetivos, a realização de experimentos de inserção digital envolvendo a TV Digital Interativa em escolas, “a priori” públicas, reforçar conhecimentos gramaticais, fazer associações (imagem/palavra/frase) e trabalhar o raciocínio lógico, auxiliando assim, no processo de alfabetização, promover interação sujeito x TV, explorar as potencialidades da tecnologia como forma de auxiliar no trabalho realizado pelas professoras da instituição e por fim minimizar a questão da exclusão digital.

Trabalhos Relacionados:

Embora o a TV Digital Interativa só tenha realmente chegado ao Brasil no final do ano de 2007, os estudos a respeito de sua aplicações já vinham ocorrendo, inclusive no seu uso voltado para educação, t-learning (Nores 2006), (Paivi 2005). Apresentamos agora alguns trabalhos de t-learning desenvolvidos no Brasil e no mundo.

Nos Estados Unidos existe um projeto em andamento, o WISH TV (WorldGate Internet School to Home). Envolvendo escolas, residências, pais, professores e alunos conectados via cabo, utilizando os recursos educativos da TV Digital e da internet banda larga, ela provê acesso à Internet para estudantes e professores na escola e nas residências, através do sistema a cabo e set top boxes instalados. Os pais podem participar ativamente de aulas especiais acompanhando o desenvolvimento e aprendizado de seus filhos. Na Inglaterra temos vários exemplos de projetos em andamento, como o Teachers TV, que é voltado para a capacitação de professores. O SOS Teacher (SOS Professor). disponibilizado pela KIT –

Kingston Interactive Television, se trata de um canal piloto que provê um serviço envolvendo professores locais onde estudantes têm a opção ao acessar serviços disponíveis pela KIT podendo enviar uma pergunta a um professor real através do envio de um e-mail através do set-top-box. Em cerca de trinta minutos um grupo de professores responde o questionamento via TVDI. As perguntas também são armazenadas possibilitando aos estudantes acessá-las pelo serviço de vídeo sob demanda no horário que desejarem.

O canal de TVDI a cabo inglês NTL disponibiliza acesso a uma seção de procura através de palavras ou sentenças fornecidas no serviço de notícias na BBC, o BBC Newsround, além de pesquisa na Enciclopédia Educacional Hutchinson e também na Enciclopédia de Oxford.

Assinantes da Kingston Interactive Television têm a possibilidade de acessar o programa sob demanda “Walking With Beasts” (Andando com as feras), podendo acessar elementos interativos, comentários extras e informações textuais, com a possibilidade de parar, iniciar, repetir, avançar e retroceder os vídeos recebidos.

No Brasil também já contamos com projetos sendo desenvolvidos: o TV Escola Digital Interativa (TVEDI), Silva (2004) foi lançada em fevereiro de 2004 pelo Ministério da Educação e pela Secretaria de Educação à Distância como uma evolução do TV Escola tradicional. Com o objetivo de transmitir áudio, vídeo e dados para as escolas da rede pública, que também poderão armazenar as informações que recebem e enviar opiniões, perguntas e sugestões, ver Figura 1.



Figura 1 – Telas do TVEDI

Na região Amazônica está em desenvolvimento o projeto Amazonas Interativo, Waisman (2005). Com o objetivo de levar interação a uma região com uma enorme dimensão geográfica e grande isolamento de comunidades, o estado do Amazonas, em particular, é privilegiado por possuir um canal de TVD via satélite utilizado hoje pela Universidade Estadual do Amazonas, UEA, para veiculação do programa Pró - formar. Além disso, a Rede Amazônica utiliza o satélite Amazon Sat, podendo oferecer este serviço para educação ou outra finalidade.

Outra iniciativa é o ITVRoom, Souza (2007), que consiste em um programa interativo contendo funcionalidades como EPG, Exercícios, Conteúdo extra e Chat (ver Figura 2) para demonstração de interatividade. Devido a escalabilidade do sistema ser um requisito imprescindível para esse domínio de aplicações, pois elas são criadas para atender um grande número de usuários ao mesmo tempo, no projeto do ITVROOM utiliza-se uma arquitetura diferente da tradicional arquitetura cliente-servidor, foi adotado uma arquitetura cliente-servidor hierárquico para gerenciar as trocas de mensagens (Canal de Retorno) entre os usuários do sistema sala de aula interativa.



Figura 2 – Telas ITV Room

Todos os trabalhos aqui citados configuram-se em programas t-learning, porém com focos diferenciados. Nenhum deles foca no universo lúdico para facilitar a alfabetização e o letramento de crianças da educação básica. Como elucidado por Carvalho (2005), o lúdico é uma ferramenta poderosa no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que a criança recria a realidade usando seu sistema simbólico, representacional.

2. Caso de Estudo – O TV Mímica:

Durante o processo de especificação do sistema brasileiro de TVDI cogitou-se a adoção de sistemas já existentes. Porém, os sistemas Americano, Europeu e Japonês de TVDI não atendiam as necessidades requeridas pelo governo brasileiro. O sistema americano tinha o foco em vídeo de alta qualidade, o europeu focava em multi-programação e o Japonês adicionou mobilidade ao sistema. Dentre as exigências do governo brasileiro estavam o foco na interatividade e o baixo custo para a população. Nenhuma dos sistemas cobria todos os requisitos exigidos pelo governo brasileiro. Além disso, escolha por um desses sistemas implicaria no pagamento de royalties, o que encareceria o produto final. Diante disso, ficou decidido investir no desenvolvimento do Sistema Brasileiro de TV Digital Interativa(SBTVD).

O sistema de TV Digital Interativa Brasileiro foi implantado no final do ano de 2007 e para esse ano de 2008 teremos as primeiras implementações do middleware Ginga (2008), componente do sistema brasileiro responsável pela interatividade. O Ginga possui dois subsistemas responsáveis pela implementação das aplicações interativas, são eles o Ginga-NCL(2008) e o Ginga-J(2008). O Ginga-NCL utiliza uma linguagem procedural baseada em xml chamada NCL(Nested Context Language) para a especificação de aspectos de interatividade, sincronismo espaço-temporal entre objetos de mídia, adaptabilidade e suporte a múltiplos dispositivos, já o Ginga-J utiliza a linguagem Java para a construção das aplicações.

Procurando explorar o potencial que a TV Digital nos oferece, criamos uma aplicação para TV-Digital a qual recebeu o nome de TV Mímica, uma aplicação para TV Digital Interativa voltada para educação. Fizemos duas implementações de nossa solução, tanto em Ginga-NCL quanto em Ginga-J, explorando o que há de melhor em cada abordagem.

O TV Mímica constitui-se em um programa educativo voltado para alfabetização infantil, por meio da imitação. A imitação como artifício de desenvolvimento humano busca a apropriação de aspectos que envolvem o meio social, por meio dela podemos apreender sons, imagens, palavras, gestos, etc. Com base em tais circunstâncias, acreditamos que o uso da mímica em contexto educativo poderá gerar benefícios para uma aprendizagem de ordem alfabetizadora, por trazer possibilidades de expressão e comunicação, aliados a apropriação do código lingüístico (Prado, 2008).

Para o desenvolvimento da TV mímica procuramos tomar por base a teoria de Piaget, acerca de jogos educativos, podemos perceber que suas idéias convergem para a criação de classificações genéticas baseadas em evolução das estruturas cognitivas, desta forma, o indivíduo estará pronto para aprender de acordo com seu nível maturacional. Considerando o exposto, podemos enquadrar o TV Mímica em um jogo simbólico e de regras, seguindo a visão piagetiana (FARIA, 1995), a criança poderá interagir com o jogo educativo seguindo suas capacidades maturacionais. Entretanto em uma fase sensório-motora, entre 0 e 2 anos de idade, a criança não está apta a interagir com jogos que introduzam noções de regras, como no caso da TV Mímica. Nesta fase as crianças elegem brincadeiras em que possam exercer sua função simbólica livremente e sozinha, sem interação com outras crianças. Já na fase pré-operatória, entre 2 e 6 anos de idade, as crianças já adquirem a noção de existência de regras e se iniciam nas brincadeiras por meio do “faz –de- conta”, elas reproduzem nos jogos as relações que se estabelecem no seu meio ambiente e desta maneira apreendem a realidade, auto expressando-se. É a partir desta fase cognitiva que o TV Mímica pode ser inserido na educação das crianças, estendendo-se até sua fase de operações concretas, em que as crianças já apreendem regras de jogos, visto que a estruturação do jogo na TV Mímica é composto por regras e conteúdos que evoluem de acordo com fases existentes no programa educativo, direcionados ao letramento.

Desta forma, desenvolvemos um ambiente que nos remete uma atmosfera lúdica, como uma brincadeira de criança, assim o telespectador-aprendiz poderá aprender o conteúdo sugerido de forma descontraída e divertida, por meio de adivinhações das mímicas propostas A intenção foi criar um espaço ensino capaz de auxiliar no processo de alfabetização dos alunos, ajudando na aprendizagem da leitura e escrita, proporcionando assim a fixação e o melhoramento do aprendizado do conteúdo aplicado à Educação.

O programa é organizado por meio de um jogo. São exibidos vídeos de um artista realizando mímicas de objetos, animais, personagens famosos, dentre outros, bem como também são exibidas várias imagens ou lacunas a serem preenchidas com texto, dentre as quais uma está relacionada à mímica do vídeo. A criança deve associar a mímica à sua imagem ou texto para poder prosseguir no jogo.

Os professores/apresentadores do programa contam histórias e no meio destas são inseridas adivinhações, através de mímicas o apresentador dá dicas para que as crianças possam desvendá-las. Um fator importante para o sucesso de tal método está na atenção que os alunos dão ao apresentador, desse modo itens que tornem a história que eles estão contando divertidas, chamando a atenção da criança, são essenciais. Alguns desses itens são: boa articulação das palavras, tom de voz do narrador e até a respiração (expirar / inspirar) que agem no imaginário da criança criando o clima da narrativa e se transformando em imagens.

O jogo foi desenvolvido por nível de complexidade, a sequência seria: decifração de imagens, concluindo este nível passamos para letras, as quais serão feitas mímicas por meio de leitura labial, posteriormente a esta etapa virá a decifração de palavras. Por fim, terminamos com um nível mais complexo, o qual seria a adivinhação das frases, tudo através da mímica. Quanto aos níveis de complexidade discutidos anteriormente, as quais são escolhidos no início da interação, iremos especificá-los e caracterizá-los abaixo, expondo as telas correspondentes, seus objetos específicos e benefícios para a aprendizagem. Temos os seguintes níveis de aprendizado: nível 1: Mímicas e Figuras, nível 2: Mímicas e Letras, nível 3: Mímicas e Palavras e nível 4: Mímicas e Frases.

2.1. Mímicas e Figuras:

Nesta primeira etapa o telespectador será convidado a adivinhar a mímica que corresponde a uma das figuras que estão dispostas na tela, Figura 3(A). Abordando temas diversos, os alunos - telespectadores aprendem brincando, alfabetizando-se pela associação de imagens, mobilizando seu potencial imagético, criativo e poder de percepção, utilizando e aprimorando seus conhecimentos prévios acerca da temática abordada, as quais convergem com o objetivo de tornar o aprendizado alfabetizador dentro de uma perspectiva de letramento, ou seja, ensinar a comunicação no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita. Portanto, ao adivinhar a imagem associada a figura o telespectador - aluno estará mobilizando e aprimorando diversas competências.

2.2. Mímicas e Letras:

Neste nível, passamos a realizar a mímica por meio da linguagem labial, Figura 3(B). O aluno/telespectador tentará adivinhar por meio da mímica, neste caso, a mímica estará relacionada a leitura labial, a letra correspondente. Nesta etapa, o aluno estará mobilizando competências e conhecimentos relacionados como a associação, fonética, memória auditiva e visual e conhecimento inicial acerca do nosso código lingüístico. Esse nível, também poderá gerar forte contribuição para a aprendizagem de alunos portadores de necessidades especiais, neste caso, contemplamos a deficiência auditiva, visto que, com a realização da atividade proposta o aluno terá a possibilidade de conhecer as letras do alfabeto mediante a pronúncia das letras.

2.3. Mímicas e Palavras:

Esta etapa corresponde a mímica de palavras. Tomamos uma palavra como mímica e o aluno-telespectador tentará adivinhá-la, Figura 4(A). As palavras variam de acordo com a quantidade de letras, nesse sentido, buscamos aumentar o repertório de letras, de palavras e de significados, fazendo uso da associação, mobilizando conhecimentos relacionados a fonética e ortografia, fazendo uso também dos conhecimentos prévios do alunado, proporcionando a interpretação das situações apresentadas.

2.4. Mímicas e Frases:

Por fim, chegamos ao último nível. Nesta etapa propomos a adivinhação por meio da mímica de frases, Figura 4(B). Optamos por associar as frases aos ditados e expressões populares, pois além de estarmos proporcionando o aumento do repertório de significados e palavras, trabalharemos a interpretação, fazendo uso de frases e expressões, as quais se mantêm imutáveis através de anos, constituindo uma parte importante da cultura de um povo. Continuamos a mobilizar conhecimentos relacionados a ortografia, assimilação, interpretação e fonética. Não se esquecendo de abordar sempre os conhecimentos prévios dos alunos-telespectadores.



Figura 3 – Imagens(A) e Vogais(B)

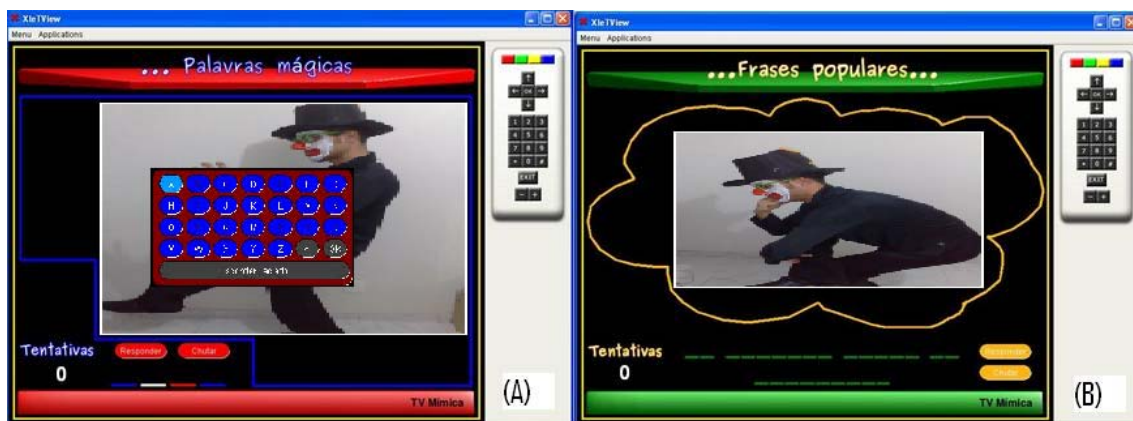


Figura 4 – Palavras(A) e Frases(B)

Como mencionado anteriormente, na implementação de um programa interativo no Sistema Brasileiro de TV Digital podemos optar por duas abordagens, utilizar o Ginga-NCL ou o Ginga-J. Decidimos então criar duas versões do TV Mímica, uma em NCL(Ginga-NCL) e outra em Java(Ginga-J), com o objetivo de treinar pessoal em ambas as tecnologias assim como para podermos compará-las.

Embora a linguagem NCL seja uma linguagem mais direta quando falamos em aplicações simples, a mesma se torna burocrática para programas mais complexos. Por isso, foi utilizado a linguagem de script lua, prevista no Ginga-NCL, para suprir as deficiências do NCL. Para os testes dessa versão foi utilizado o Ginga-NCL Virtual STB: Máquina virtual Linux para VMWare(Ginga-NCL, 2008), como emulador.

Para os testes da versão Java foi utilizado o uma versão modificada do xletview, a alteração foi feita para permitir o uso de formatos de vídeo como mpeg-4(formato utilizado no SBTVD). As APIs mhp e havi foram utilizadas no seu desenvolvimento.

O novo modelo de comunicação propiciado pela TV Digital Interativa cria novas possibilidades para a educação a distância, possibilitando a comunicação em massa com elementos interativos. O presente trabalho apresentou o TV Mímica, um programa interativo voltado para a alfabetização de crianças do fundamental I, o qual associa mímicas e sons a imagens, letras, palavras e frases.

Foram feitas duas implementações do programa, usando o Ginga-NCL e Ginga-J. Embora ambas possuam as mesmas funcionalidades e tenham consumido praticamente o mesmo tempo de desenvolvimento, a versão Ginga-NCL já encontrasse pronta para entrar no ar em um ambiente real de TVDI, o que não acontece com a versão Ginga-J, devido a indefinições quanto aos royalties associados ao uso do Java no SBTVD

O referido trabalho está sendo aplicado em escola da rede pública no município de Macaíba, Rio Grande do Norte, escolhido por apresentar baixos resultados na Prova Brasil organizada pelo MEC no ano de 2007.

Tendo em vista a gama de oportunidades educativas que a TV Mímica propõe, auxiliando docentes de instituições educacionais, neste primeiro momento em Macaíba (RN) no desenvolvimento de atividades alfabetizadoras, geramos as primeiras bases para experiências educacionais envolvendo a mímica e TV Digital como recurso didático pedagógico. Os resultados advindos desta experiência mostram avanços significativos para uma aprendizagem alfabetizadora e nos sugerem novas idéias para novos projetos. Desta feita, esperamos que a TV Mímica, juntamente com o trabalho pedagógico docente possa gerar mais qualidade à educação básica do nosso estado e país.

3. Agradecimentos:

Ao PIBIC-UERN pelo apoio financeiro ao projeto “Desenvolvimento de aplicações para TV digital interativa”.

REFERENCIAS:

- ANDRADE, A. A. M.(2003). Fragmentação e Integração dos Meios. In: Marly Amarilha. (Org.). Trajetória de Sentidos. Natal: Editora da UFPB, v., p. 301-312.
- CARVALHO, A. M. ; ALVES, M. M. F. & GOMES, P. de L. D. (2005). Brincar e educação: concepções e possibilidades: Psicologia em Estudo. Print ISSN 1413-7372Psicol. estud. vol.10 no.2 Maringá May/Aug. 2005; doi: 10.1590/S1413-73722005000200008
- CASTELLS, Manuel. (1999). A sociedade em rede: A era da informação: economia, sociedade e cultura; Volume 01, São Paulo: Editora Paz e Terra, 2a. Ed.
- FARIA, A. R. de. (1995). O desenvolvimento da criança e do adolescente segundo Piaget. Ed. Ática, 3º edição.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. (2008). O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. In: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v28n1/11662.pdf> (Consultado na internet em 20 de outubro de 2008).

GINGA (2008). TV Interativa se faz com GINGA. <http://www.ginga.org.br> (Consultado na internet em 30 de outubro de 2008).

GOMES, Fábio de J. L.; LIMA, José V. & NEVADO, Rosane A. (2006). The Paper as Interface in T-learning: ICALT'06.

JUNQUEIRA FILHO, G. de A. (2001). Conversando, lendo e escrevendo com as crianças na educação infantil. In CRAIDY, C. M^a. & KAERCHER, G. E. P. da S. (Org). Educação infantil: pra que te quero? Porto Alegre: UFRGS, (pp. 135-152).

LIMA, Cleunice Orlandi (2008). Site sobre o método Professora de Papel. <http://www.professoradepapel.com.br/> (Consultado na internet em 27 de outubro de 2008).

NCL, (2008). Site oficial da Linguagem NCL. <http://www.ncl.org.br/> (Consultado no internet em 30 de outubro de 2008).

NORES, M. L.; ARIAS, J. J. P.; DUQUE, J. G.; FERNANDEZ, Y. B. & SOLLA, A. G., (2006). A Core of Standards to Support T-learning: ICALT'06.

PAIVI, Aarreniemi-Jokipielto (2005). T-learning Model for Learning via Digital TV: EAEIE.

PRADO, Fernando (2008). A utilização da Mímica como recurso psicopedagógico. <http://www.portalensinando.com.br/ensinando/principal/conteudo.asp?id=4315> Consultado na internet em 30 de outubro de 2008).

SILVA, F. P. R.; MOURA, T. J. M.; SANTOS, A. de S.; RIBEIRO, M. de B.; FILHO, G. L. de S. & BRENNAND, E. G. de G. (2004). TV Escola Interativa: Uma proposta educativa para TV Digital. <http://www.niee.ufrgs.br/ribie2004/Trabalhos/Comunicacoes/com670-679.pdf> Consultado na internet em 05 de outubro de 2008).

SOUZA, A. S. (2007). ITVROOM: Uma Aplicação de TV Digital para Educação à Distância. Natal, 47f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Desenvolvimento de Software) – Gerência Educacional de Tecnologia da Informação, Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte, Natal-RN.

TESOL, (1996). New Ways in Teaching Young Children: TESOL Series II.

WAISMAN, T. (2005). AMAZONAS INTERATIVO: TV digital e educação interativa na Amazônia. http://www.abed.org.br/congresso2005/por/pd_f/160tcc5.pdf (Consultado na internet em 16 de setembro de 2008).

A utilização do computador como recurso audiovisual e interativo no método Paulo Freire de alfabetização

Patrícia Gallo
Instituto Convocação para Cidadania - INCA
patiprof@yahoo.com.br

Resumo: Alguns métodos de alfabetização utilizam recursos audiovisuais com o propósito de agilizar o processo de aquisição da leitura e escrita quanto ao tempo do aprendizado, bem como proporcionar, através de som e imagem estática ou em movimento, a representação de situações ou sentenças cotidianas, através de videoaulas (TV e vídeo-cassete) e slides (projetores). O método Paulo Freire de alfabetização de adultos, aplicado na experiência de Angicos, no Rio Grande do Norte, em 1963 utilizou-se de alguns desses recursos. O presente artigo, baseando-se na metodologia de alfabetização de adultos, criada por Paulo Freire, experiência esta que ficou conhecida como "as 40 horas de Angicos", sugere a utilização do computador como recurso audiovisual no processo de alfabetização de alunos do ensino fundamental, matriculados em séries avançadas. O propósito com a utilização do computador é proporcionar a interação do aluno com os materiais audiovisuais, visando a otimização de tempo do aprendizado e a intervenção do aluno, deixando de ser apenas um espectador dos recursos, tornando-se um indivíduo ativo no processo.

Palavra – chave: alfabetização; audiovisual; interatividade; computador; Paulo Freire.

Introdução

Na era do conhecimento, distribuir conhecimentos é distribuir renda. Não há desenvolvimento sem inovação tecnológica e não há inovação sem pesquisa, sem educação, sem escola.

Moacir Gadotti

A escola é um dos espaços privilegiados de elaboração de projetos de conhecimento, de intervenção social e de vida. A sociedade está caminhando para ser uma sociedade que aprende de novas maneiras, por novos caminhos, com novos participantes, de forma contínua e também a distância. A educação escolar precisa, cada vez mais, ajudar todos a aprender de forma mais integral, humana, afetiva e ética, integrando o individual e o social, os diversos ritmos, métodos, tecnologias, para construir cidadãos plenos em todas as dimensões.

O computador já é uma realidade nas escolas públicas e ele traz benefícios para a aprendizagem que devem ser levados em conta, pois facilita certas operações de pensamento, ajudando a criança a aprender e tomar decisões mais rapidamente. A utilização do computador no dia-a-dia de alunos e professores abre portas e janelas para um horizonte mais

dinâmico e promissor. Assim, a inclusão digital torna-se necessária para o indivíduo que vive em sociedade e obter apropriação tecnológica seja em caixas eletrônicas, caixa de supermercado ou até para receber benefícios do governo como através do cartão bolsa família, é fundamental.

Incluir digitalmente não é apenas “alfabetizar” a pessoa em informática, mas também melhorar os quadros sociais a partir do manuseio dos computadores e é neste aspecto que o nos referimos a um horizonte promissor. Segundo Castells (1999), três pilares formam um tripé fundamental para que a inclusão digital aconteça: Tecnologias de informação e comunicação (TIC), renda (economia) e a educação (cultura).

Neste sentido, pensando na melhoria do quadro social do aluno, iniciamos o projeto piloto “Saber Interativo: tecnologia construindo o conhecimento”, na escola municipal Raimunda Maria da Conceição, localizada no bairro Pium, município de Parnamirim. A iniciativa inaugura o uso do laboratório de informática da escola e posiciona a tecnologia como parceira no processo educativo.

1. O Projeto

O objetivo geral do projeto “Saber Interativo: tecnologia construindo o conhecimento” consiste na utilização de objetos virtuais de aprendizagem (OVA), atuando como mediadores cognitivos acerca da alfabetização, melhoria do rendimento escolar e recuperação pedagógica dos alunos do ensino fundamental.

Os objetivos específicos consistem na familiarização ferramental dos alunos com o computador, ou seja obter autonomia quanto ao uso do mouse e teclado, bem como na manipulação dos OVA. Na colaboração e cooperação entre os alunos durante o período da aula no laboratório de informática e em sala de aula. No desenvolvimento cognitivo, afetivo e ético dos alunos, e destes com seus familiares e seus professores. No pensamento analítico e crítico quanto aos temas abordados no projeto. Na construção e re-construção de saberes com a mediação dos professores e do computador. Na identificação das condições adversas na relação aluno-professor/ tarefa/ máquina considerando as necessidades dos educadores e as habilidades e limitações dos usuários.

2. Princípios norteadores

Os objetos virtuais de aprendizagem desenvolvidos para o Projeto Piloto nortearam-se por princípios apresentados nas teorias de Vygotsky, acerca do conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal, ou seja, apresenta a inter-relação entre aprendizado e desenvolvimento. Para Vygotsky (1998), o aprendizado desperta processos internos de desenvolvimento que são capazes de operar somente quando a criança interage em seu ambiente e em cooperação com seus companheiros. Assim, a utilização dos computadores em duplas e a dinâmica de manipulação dos OVA promovem tanto a interação com o ambiente quanto a cooperação na soluções dos desafios propostos.

Os princípios de Paulo Freire, especialmente quando se refere à dialogicidade, remete à essência da educação como prática da liberdade e à verdadeira práxis da Ação e Reflexão.

Os temas e conteúdos abordados nos OVA permitem o diálogo entre os professores, desde sua elaboração, e também entre os alunos quando os utilizam, em seguida, em um processo que a partir da práxis torna o diálogo contínuo entre professores e alunos.

Para Paulo Freire (1975), o diálogo começa na busca do conteúdo programático – O que vamos dialogar hoje? - É a devolução organizada e sistematizada aos alunos, acrescentada dos elementos que os mesmos entregaram aos professores de forma desestruturada.

A síntese cultural, a vivência e história da comunidade, o tema anual da escola, assuntos do cotidiano, o senso comum e o imaginário podem ser representados e dialogados, por meio dos aplicativos, pela flexibilidade em sua elaboração.

A alfabetização, inicialmente, não seria um tema dos OVA, porém em conversa com os professores este foi o tema mais requisitado. Assim, o inserimos. Por anos, a alfabetização definiu-se como a capacidade de dominar os códigos formais da leitura e da escrita. Entretanto, educadores como Paulo Freire, orientam que a alfabetização deve ser vista de forma contextualizada e se tornar um exercício de inclusão política, em que o conteúdo do aprendizado faz sentido na realidade do aluno, que é também o sujeito de sua aprendizagem. O domínio da leitura deixa de ser apenas uma habilidade funcional e torna-se uma ferramenta de intervenção a transformação de destinos.

3. Metodologia

O projeto teve início, no dia 16 de abril de 2007, com a apresentação à comunidade escolar da metodologia de trabalho e da equipe de informática que atuaria na escola. Em seguida, os professores e gestores responderam um questionário onde puderam descrever suas necessidades quanto ao processo ensino aprendizagem.

Elaboramos três avaliações que foram aplicadas aos alunos de acordo com sua série, com o objetivo de diagnosticar o desenvolvimento real, ou seja, aquilo que o aluno já consegue fazer sozinho, sem o auxílio de outras pessoas. Antes da aplicação aos alunos, os professores foram consultados quanto ao tipo de questão e o grau de dificuldade, cabendo a eles a aprovação final das avaliações. Esta primeira avaliação serviria de ponto de partida para a elaboração dos aplicativos, já que

apontaria a dificuldade dos alunos, e também para mensurar o desenvolvimento dos alunos na finalização do projeto (antes/depois).

Todos os alunos da escola municipal Raimunda Maria da Conceição, dos períodos manhã e tarde, participaram do projeto desde a avaliação inicial até a avaliação final.

De todas as turmas, destacamos o 3º ano da manhã, em virtude do grande número de alunos com dificuldades de leitura e escrita, muitos destes não conhecem e não identificam letras e números.

Os temas sugeridos pelos professores foram confeccionados em formato de OVA e a aplicação com os alunos seguiu a divisão de horários abaixo, sendo que cada turma foi dividida em 2 partes e cada parte permanecia por 30 minutos no laboratório de informática. Cada aula foi utilizada pelos alunos, no mínimo duas vezes por semana, assim pudemos reforçar cada tema e observar melhor o desenvolvimento cognitivo.

Desenvolvemos 14 aplicativos, com colaboração da equipe de professores. Todos, foram antes testados pelos professores e funcionários que acompanhavam o laboratório, desta maneira pudemos ajustá-los quanto à usabilidade (manuseio), textos, narração, dinâmica da atividade e também consistência dos conteúdos abordados para aplicação com os alunos.

Disponibilizamos mais 3 aulas para a escola após a finalização do Projeto Piloto, para que o encerramento não fosse repentino para os alunos. Desta forma os alunos puderam utilizar as aulas durante o período de montagem do diagnóstico.

O projeto foi finalizado com a aplicação das avaliações para os alunos, utilizando os mesmos exercícios e questões da primeira avaliação (antes) para, desta forma, compararmos as respostas referentes ao desenvolvimento real (aluno consegue fazer sozinho).

Os professores também receberam um questionário onde puderam diagnosticar o processo como um todo, dando sugestões de melhoria e analisando cada etapa.

4. Os Resultados

“Não há docência sem discência.”

Paulo Freire

As diretrizes de Paulo Freire quanto à Pedagogia da Autonomia sintetizam os resultados obtidos no projeto piloto “Saber Interativo: tecnologia construindo o conhecimento”.

Professores e alunos puderam ensinar e aprender, pois sendo este um projeto inovador para ambos, puderam vivenciar experiências semelhantes quanto ao manuseio dos computadores e sua utilização como mediador do processo cognitivo.

Como dito anteriormente, os professores tiveram acesso aos aplicativos antes dos alunos, desta forma pudemos incluí-los digitalmente no processo e estes a partir da vivência em sala de aula buscaram, com sugestões, adequar os aplicativos quanto as facilidades e dificuldades dos alunos. Este procedimento de usabilidade garantiu maior eficácia na aplicação final dos aplicativos com os alunos.

Vale ressaltar que o projeto teve a duração de aproximadamente 4 meses, já que se destina ao período de um projeto piloto, porém o ideal é que este processo seja continuado com aulas no laboratório de informática durante todo o ano letivo.

Três fatores devem ser levados em consideração quanto aos resultados obtidos: o primeiro é a adequação quanto à faixa etária e série dos alunos, o segundo o espaço físico e acústica do laboratório de informática e o terceiro, o mediador (pessoa que acompanha os alunos durante a aula de informática).

Desenvolvemos aplicativos específicos para cada série da educação básica, ou seja, uma aula de matemática para o 1º ano, outra para o 2º ano e assim por diante, de acordo com os temas sugeridos pelos professores ou coordenadores. Neste projeto desenvolvemos os aplicativos para serem usados por todos os alunos do pré ao 5º ano, já que os temas escolhidos permitiam tal procedimento, porém o ideal é o desenvolvimento para uma ou duas séries próximas (2º e 3º anos ou 3º e 4º ano), que se assemelham em competências e habilidades dos alunos.

O laboratório de informática ocupa o mesmo espaço que a biblioteca, sala dos professores, almoxarifado e banheiro, assim, neste espaço há a necessidade de circulação dos funcionários durante as aulas e na maioria das vezes, este movimento dispersa os alunos e os desconcentram. Uma solução prática, neste caso pode ser o uso, pelos alunos, de fones de ouvido, pois estes não escutariam as vozes das pessoas que ali trabalham e assim não perceberiam a circulação. Os fones de ouvido resolveriam também a acústica quanto ao som que sai de cada computador e interfere nos que estão ao lado, já que as aulas possuem narração e outros sons.

Por fim, não menos importante, o acompanhamento dos alunos no laboratório não pode ser feito pelos professores, pois estes ficaram em sala de aula com a outra metade da turma. O comprometimento e exclusividade do instrutor/professor de informática nesta função é fundamental para o processo de ensino aprendizagem. Neste projeto, além dos pesquisadores, mais 2 profissionais da escola acompanharam os alunos no laboratório, um para o período da manhã e outro para tarde, porém os mesmos tinham outras funções e afazeres.

5. A Conclusão

Como observado durante o projeto, os alunos apresentaram melhora quanto a leitura, escrita e compreensão dos temas abordados. Algumas turmas mais acentuadas e outras com resultados discretos, mas vale salientar que a parceria com o professor foi destaque nos resultados mais significativos. Pois, nestes casos pudemos perceber que estes professores complementavam em sala de aula as dinâmicas abordadas nos aplicativos. Em anexo, demonstramos alguns exemplos.

O entusiasmo dos alunos contagiou a todos, pais, professores e equipe de desenvolvedores, tanto que sempre perguntavam quando iriam para as aulas de informática novamente e esse dia se tornou mais atrativo e com menos ausência dos alunos.

O Pré e o 1º ano mantiveram os dados iniciais, variando em alguns pontos percentuais para cima ou para baixo. Esses alunos estão na fase real de alfabetização para a faixa etária e o resultado constatado representa o próprio desenvolvimento do aprendizado.

O 2º ano obteve melhor resultado na avaliação inicial por ter recebido ajuda do professor durante a aplicação. Na segunda avaliação acompanhamos a aplicação e após a leitura da prova, os alunos responderam sozinhos o que sabiam. Assim, obtivemos um resultado quanto aos acertos, de 48% para 31%, resultado este adequado considerando as circunstâncias.

O 3º ano, foi uma turma que seguimos passo-a-passo, pois na aplicação da primeira avaliação constatamos que haviam muitos alunos que não conheciam as letras, portanto não liam ou escreviam nada. Os aplicativos com a junção de recursos áudio e visuais reforçaram tanto na memória visual quanto auditiva os temas abordados e isso foi fundamental para os resultados de 33% para 37% quanto aos acertos.

Vale destacar que alunos que não responderam as questões na primeira prova, passaram a responder (escrever) de forma quase correta, por exemplo CACHA ou CAXA. Com a continuação das aulas os alunos de acordo com o processo de maturação do desenvolvimento da linguagem escrita, passarão a escrever corretamente.

O 4º ano obteve ótimos resultados, este é um dos exemplo onde houve a parceria do professor em sala de aula com a informática, passando de 38% para 79% de acertos. Houve também uma intensificação quanto ao uso para os alunos do 4º e 5º anos às sextas-feiras, reservadas para o reforço.

O 5º ano também obteve um ótimo rendimento, passando de 76% para 86%. Como dito anteriormente, os dias de reforço foram utilizados.

Um aspecto importante foi a cooperação de alunos que lêem com os alunos que apresentam dificuldades de leitura e escrita. Em muitas aulas montamos duplas onde propositadamente um ajudava o outro.

Pudemos anotar o nome dos alunos que apresentavam maior dificuldade e em alguns dias pudemos coloca-los individualmente nos computadores. Desta forma os responsáveis que acompanhavam as aulas puderam com mais atenção mediar esses alunos.

Um fator também muito importante para o resultado obtido foi a acolhida dos pesquisadores pela escola. Nos sentimos como parte do quadro regular de funcionários.

Houve um comprometimento de forma geral, todos da comunidade escolar contribuíram durante o processo e se dispuseram quando necessário.

No início, a elaboração dos aplicativos ficou a cargo dos pesquisadores, com o tempo houve a necessidade de incluir os professores neste processo e a partir das sugestões, os aplicativos também se aprimoraram, já que são eles que acompanham o rendimento do aluno diretamente.

Infelizmente, o projeto foi descontinuado. A secretaria de educação do município não o adotou para uma nova edição. Assim, os pesquisadores não puderam mais arcar com a execução do projeto. Sem bolsa ou qualquer incentivo financeiro, os pesquisadores voluntários decidiram encerrar o desenvolvimento dos OVA.

Hoje, o laboratório da escola está parado. De qualquer forma, esta foi uma vivência marcante para os alunos e para a comunidade.

Referências Bibliográficas

- Freire, P. (2005). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Jönassen, D. H. (2000). *Computadores, ferramentas cognitivas: desenvolver o pensamento crítico nas escolas*. Portugal: Porto Editora.
- Moran, J. M. (2007). *A educação que desejamos: Novos desafios e como chegar lá*. Campinas, SP: Papirus.
- Morin, E. (2000). *Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2000.
- Oliveira, M. K. (1995). *Vygotsky Aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico*. São Paulo: Scipione.
- Primo, A. (2007). *Interação mediada por computador: comunicação, cibercultura, cognição*. Porto Alegre: Sulina.
- Vygotski, L. S. (1998). *A formação social da mente*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- _____. (1998). *Pensamento e Linguagem*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Trabalho, profissões e organizações

Saberes profissionais e escola

Naira Lisboa Franzoi
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
nairalf@yahoo.com.br

Resumo: O trabalho ora apresentado inscreve-se na continuidade de meus estudos de doutoramento. A partir da conclusão da tese, que discute trajetórias e identidades profissionais de trabalhadores com baixa escolaridade, coloca-se a questão sobre o corpus de saberes que embasam as diferentes profissões, e como estes saberes se produzem. É com esta grande interrogação que empreendo esta pesquisa, que tem por objetivo estudar as conexões entre os saberes profissionais de um grupo específico – pescadores – e escola. Como referencial teórico, utilizam-se autores que problematizam, ou contribuem indiretamente para pensar-se sobre a implicação do sujeito trabalhador em diferentes situações de trabalho e as relações entre o saber produzido nestas situações e aqueles produzidos na escola. O campo empírico é uma escola para jovens filhos de pescadores na região sul do Brasil. Estando a escola inserida em uma comunidade específica, trata-se de compreender os diálogos que se estabelecem entre escola e economia e cultura locais. Dentre os objetivos da escola, está o de estimular políticas para o setor da pesca, bem como o de valorizar a comunidade pesqueira e seu trabalho.

Foram realizadas entrevistas em profundidade com alunos, professores e gestores da escola, bem como observações de campo, além de pesquisa documental sobre a escola. Chama atenção no depoimento dos alunos, por exemplo, o fato de que muitos deles abandonam outras escolas para passar a frequentar a escola. Ao contrário desta, as escolas que frequentavam, como referem, faziam-nos se sentir incapazes e desenvolviam nos mesmos uma relação de distanciamento e desinteresse frente a um conhecimento que, em grande parte, faz parte de seu dia-a-dia. À profissão de pescador é atribuído novo significado pelo simples fato de ser criada uma escola para pescadores na comunidade.

Tais constatações nos remetem às contribuições teóricas de Bernard Charlot, Gerard Malglaive, Acácia Kuenzer dentre outros. Têm-se aí importantes indicativos para se refletir sobre a inteligibilidade dos conhecimentos que a escola propõe, a relação dos sujeitos com o saber, os sentidos que os alunos atribuem aos mesmos, os recursos que mobilizam para esta aprendizagem, e a relação entre teoria e prática. Embora nesta fase da pesquisa sejam apenas levantadas algumas hipóteses, tais elementos são discutidos.

INTRODUÇÃO

O reordenamento das relações de trabalho, a que se assiste nas últimas décadas no mundo inteiro, vem agravar, no Brasil, uma situação histórica de precariedade dessas relações. O desemprego atinge níveis alarmantes e a forma precária do trabalho passa a ser regra, muito mais do que exceção: para cerca de 60% da população, essa é a única forma de se vincularem ao mundo do trabalho. As conseqüências desse quadro dizem respeito a todas as esferas da vida humana. Tal fenômeno coloca para as políticas sociais duas ordens de questão. A primeira diz respeito a alternativas na esfera econômica que propiciem a inclusão das populações mais atingidas, sem perder de vista um projeto de nação que aponte para uma inserção autônoma e soberana do país na economia mundial.

O Poder Público vem, em alguma medida, investindo em tais alternativas, através de uma política de fortalecimento das pequenas economias locais, como a política de incentivo à agricultura familiar e aos assentamentos de agricultores, desenvolvido no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e às formas associativas e de economia solidária como atesta o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, criado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que “promove o fortalecimento e a divulgação da Economia Solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário”. (BRASIL/MTE, 2006) Mesmo assim, as políticas vêm se mostrando insuficientes para dar conta dos que ficam nas franjas da economia de ponta da nação.

A segunda diz respeito à oferta de educação pública e de qualidade, dentro dessa perspectiva. O papel que a escola (em sentido lato) pode e/ou poderia desempenhar no desenvolvimento de projetos econômicos locais e, mais especificamente, no que se refere à formação para e no trabalho, está fortemente atravessada pela vinculação entre trabalho, ciência e cultura. Esta vinculação vem se constituindo em um desafio para educadores e vem sofrendo constantes ataques à sua consolidação no espaço escolar. Embora tenha havido um grande incremento do acesso da população à educação escolar, nas últimas décadas, o Brasil ainda enfrenta sérios deficits educacionais. A má distribuição de renda no país obriga muitos jovens a trabalharem precocemente, fazendo coincidir exclusão social e exclusão da escola.

Dados do IBGE (DIEESE, 2006) mostram que cerca de 40% da População Economicamente Ativa (PEA) possui apenas os quatro primeiros anos de educação escolar, incluindo aí elevado índice de analfabetismo. Segundo dados do DIEESE (2006), cerca de um terço dos jovens de 16 a 24 anos, ocupados nas regiões metropolitanas do país, não chegaram ao ensino médio, subindo este percentual para cerca de 40% na região nordeste do país. Nesta faixa etária, cerca de um terço trabalha ou procura trabalho ao mesmo tempo em que estuda, o que é feito no geral em cursos noturnos e em condições precárias de frequência à escola, levando a sucessivas repetências ou ao abandono. A Educação de Jovens e Adultos, por sua vez, destinada aos que não tiveram acesso à educação na idade correspondente, não vem tendo o esperado sucesso na incorporação dessas populações, conforme demonstram dados sobre evasão e repetência nessa modalidade de ensino.

Diante de tal realidade, muitas foram as experiências surgidas no âmbito dos movimentos sociais que buscaram conciliar elevação de escolaridade com qualificação profissional, fortemente demandada por essas populações, na tentativa de

ingresso no mercado de trabalho. Tais experiências ganharam impulso a partir da implantação do Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR) pelo Ministério do Trabalho, destinado a populações com diferentes situações de exclusão social, e que descentralizava a execução de suas ações através da sociedade civil. Isto se deu na medida em que estas organizações apresentaram suas propostas e obtiveram recursos do PLANFOR para executá-las.

Algumas dessas experiências passaram por um processo de escolarização, ou inspiraram propostas de escolas e, em seu conjunto, tiveram influência significativa nas políticas do governo Lula, eleito com forte base nos movimentos sociais. Verifica-se tal influência em especial na formatação do Programa de Ensino Médio Integrado à Profissionalização na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), instituído pelo Decreto 5.840 de 2006.

O trabalho ora apresentado originou-se de pesquisa demandada pelo Ministério da Educação, no período que se seguiu à posse do governo Lula, para subsidiar suas políticas de inclusão de jovens e adultos na escola e expandir a matrícula no Ensino Médio, visando sua progressiva universalização preconizada pela LDB.

A pesquisa, realizada entre os anos de 2003 e 2004, teve como objetivo mapear e registrar essas experiências e conhecer algumas delas em profundidade. Nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, foram mapeadas trinta experiências. Três delas foram escolhidas para um estudo em profundidade por serem altamente inovadoras, em especial no que diz respeito à inclusão da categoria trabalho como eixo articulador de suas propostas pedagógicas. O trabalho enfoca uma delas, a Casa Familiar Rural Santo Isidoro, conhecida como CASA FAMILIAR DO MAR (CFM), uma escola para filhos de pescadores, no Município de São Francisco do Sul, litoral norte de Santa Catarina.

Este artigo constitui-se de uma reflexão da pesquisa de campo à luz do referencial teórico-analítico que, na já consolidada área trabalho e educação, problematiza as relações entre os saberes produzidos por grupos profissionais, diretamente no trabalho, e a produção de conceitos, bem como as relações entre os sujeitos produtores desses saberes e os espaços institucionais onde são identificados, legitimados e formalizados. Está em jogo o papel da escola na consolidação e na legitimação do corpo de saberes próprio aos pescadores, avaliando-lhes o estatuto de profissionais¹. Entra-se aqui na esfera da vinculação entre escola e desenvolvimento local, e este é outro aspecto de interesse no estudo.

Esse aspecto será aprofundado em etapa posterior da pesquisa através de investigação junto a pais de alunos, a representantes da comunidade e a gestores das políticas em tela, com o envolvimento de pesquisadores de outras áreas. O papel da escola no desenvolvimento local é aqui apresentado nos limites possibilitados por esta etapa da pesquisa.

Apresenta-se inicialmente uma descrição da escola, seu envolvimento com a comunidade e sua proposta pedagógica. A seguir procura-se apontar uma possível articulação ente escola, saberes profissionais da comunidade e desenvolvimento local.

A CASA FAMILIAR DO MAR²

De iniciativa da (ARCAFAR-SUL)³, as casas familiares rurais de Santa Catarina surgiram ao final da década de 80, inspiradas nas casas familiares rurais surgidas na França em 1937. Distingue-se das Escolas Famílias Agrícolas (EFA) existentes em outros estados do país, que tiveram sua origem na experiência italiana, trazida anteriormente, por padres oriundos daquele país.

Lançada a idéia das Casas Familiares Rurais (CFR), a direção da ARCAFAR e as secretarias de agricultura e da educação do Estado de Santa Catarina empenharam-se em também criar uma casa voltada para os pescadores. Foram dois anos de divulgação e discussão com a comunidade. A CFM foi criada em 1998 e é uma das duas únicas casas familiares rurais voltadas para a formação de pescadores, sendo chamadas Casas do Mar. Santa Catarina foi o primeiro estado a ter a regulamentação de suas casas familiares rurais, para o ensino fundamental, pelo Conselho Estadual de Educação, ainda no final de 1998 e, em 1999, foi firmado um convênio entre a Secretaria de Educação e a ARCAFAR, envolvendo todas as casas.

Os objetivos da instituição seguem os originais da experiência francesa e das demais casas familiares rurais – o “de buscar um ensino adequado e dirigido à realidade agrícola” (folheto de divulgação: 2), no caso da Casa do Mar, à realidade do setor pesqueiro .

Este objetivo, para a CFM, se traduz no incentivo a uma política governamental para o setor através da atuação da ARCAFAR, que faz a articulação com as diferentes secretarias e também e com as colônias de pescadores na valorização do trabalho do pescador e de sua comunidade, junto à sociedade em geral. A escola também trabalha no resgate da auto-estima dos pescadores e de seus filhos – em relação ao valor de seu trabalho – através do desenvolvimento das aprendizagens relativas ao meio e ao trabalho do pescador. Para tanto a Instituição oferece as 6^a, 7^a e 8^a séries do ensino fundamental articuladas a uma proposta de profissionalização, para filhos de pescadores e cursos afins à maricultura – como defumação e congelamento de alimentos do mar – para mães dos alunos, abertos a outras mulheres da comunidade.

¹ A discussão acerca de profissão e saberes profissionais encontra-se em outro trabalho (FRANZOI, 2006).

² As descrições feitas aqui são resultado de pesquisa de campo que envolveu consultas a documentos, visitas à Casa, observações e entrevistas abertas, a partir de roteiro semi-estruturado, com gestores, professores e alunos. A Metodologia pode ser encontrada, de forma mais detalhada, no relatório de pesquisa (FRANZOI et al., 2005). Prepara-se uma publicação sobre o estudo em profundidade das três experiências mencionadas, dentre outras.

³ A Associação das Casas familiares Rurais da Região Sul – ARCAFAR-SUL – congrega 67 Casas Familiares Rurais (CFR) espalhadas pela Região Sul, sendo 36 no Paraná, 27 em Santa Catarina e quatro no Rio Grande do Sul. A ARCAFAR-SUL tem uma coordenação em cada um dos estados.

A escola atende à população de cinco municípios vizinhos⁴, que totaliza 87.869 habitantes⁵ e está voltada para filhos de pescadores. No entanto, a casa tem sido vista como uma oportunidade de recuperação, para jovens com problemas de conduta, que são encaminhados para a escola pelo Conselho Tutelar da região. Este é um dos embates da Escola no momento, pois acreditam os gestores que a casa não deve suprir lacunas de outras políticas. Parte dos alunos não é constituída de filhos de pescadores, mas há por parte da equipe diretiva um conceito amplo de pescador, que engloba toda a população moradora à beira do mar.

Um dos requisitos para ingresso na escola é que o aluno tenha no mínimo 15 anos e cursado até a quarta série e/ou saiba ler e escrever, pois a escola oferece as últimas séries do ensino fundamental.

À época da pesquisa, freqüentavam a escola, entre as três etapas, 57 alunos. Embora houvesse demanda por parte de meninas, a casa só recebia jovens do sexo masculino, por problema de infra-estrutura. Atualmente a casa já recebe meninas⁶.

Envolvimento com a comunidade

A comunidade é totalmente envolvida na gestão da Instituição e definição da proposta pedagógica: em primeiro lugar, a escola é dirigida por uma Associação de Pais (aqui entendido como pais e mães), cuja diretoria é eleita em assembléia. A diretoria é indicada e pode ser trocada também em assembléia. Um dos requisitos para ser eleito é ter passado pelos cursos de formação oferecidos pela ARCAFAR, sobre a proposta da escola e as políticas para a área da pesca. A participação dos pais na Associação também é considerada como parte da proposta pedagógica. Os pais são levados a todos os encontros entre as Casas, ou atividades de formação para diretores, para que cresçam com esse processo. Assim os pais acompanham e ajudam os jovens no seu crescimento.

A assembléia dos pais interfere também nos aspectos pedagógicos da escola: sugere os temas geradores a serem trabalhados pela Escola⁷, avaliam o plano pedagógico e tipo de cursos oferecidos. O envolvimento das mães, em especial, se dá através de cursos de extensão, já mencionados. Os alunos não têm representação na gestão da escola, mas além de serem instados a avaliar e dar sugestões, continuamente, têm espaços formais para essas avaliações e sugestões, que são as reuniões de sexta-feira do final da semana que permanecem na escola. As normas da casa foram elaboradas pelos primeiros alunos que participaram da experiência e discutidas com os pais. Os alunos que freqüentam a escola acatam este regulamento, procedimento que, segundo os alunos entrevistados é o mais correto. Ainda assim esse regulamento é revisado naturalmente em discussões freqüentes. A escola não conta com pessoal para limpeza, tarefa que é realizada pelos alunos. Às segundas-feiras, na semana em que retornam à escola, discutem a escala de tarefas e dão sugestões quanto a mudanças na mesma.

Os pais, quando fazem visitas à escola, têm a oportunidade de avaliar as regras e, segundo a equipe diretiva, costumam ser bem mais exigentes do que os gestores e professores em relação aos aspectos comportamentais.

Os pais envolvem-se também atuando, junto aos alunos, trazendo seus conhecimentos sobre a pesca. Há uma preocupação da equipe diretiva para que esses pais sejam remunerados. A escola já fez uma solicitação à Secretaria da Pesca, nesse sentido. Além do envolvimento dos pais, a escola se articula com toda a comunidade: profissionais de diferentes áreas - médicos, psicólogos, empresários e outros - são chamados para ministrar palestras aos alunos.

A escola se mantém graças a parcerias firmadas e uma rede de sustentação do projeto que, além de fazer sua divulgação e a socialização dos saberes acumulados na construção do projeto, busca recursos no emaranhado daqueles disponibilizados pelos órgãos governamentais.

As prefeituras dos cinco municípios que atende se responsabilizam pela manutenção da escola e pelos quatro monitores lotados na escola. Através de convênio firmado entre a ARCAFAR e a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto para todas as CFR do estado de Santa Catarina, professores da Rede Estadual são lotados na Escola. A escola ainda recebe apoio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, e da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural e Santa Catarina (EPAGRI). Recebe também alguns recursos federais: a casa foi equipada com recursos do PRONAF, alguns recursos, muito poucos, do FAT através da EPAGRI, que ofereceu cursos incorporados ao currículo da casa, e da Secretaria da Pesca do Governo Federal.

Além do apoio desses órgãos governamentais, a Escola recebe também apoio de entidades privadas. Como exemplo, a empresa Vega do Sul – fabricante de bobinas de motores – tem dado bolsas para os alunos, para que eles ajudem no reflorestamento – um dos projetos desenvolvidos pela empresa –, na semana em que eles estão liberados da escola. À época da pesquisa, a Vega do Sul mantinha 15 alunos com bolsas. Além da bolsa aos alunos, a empresa fornece alimentação para a Casa. Anteriormente, além dos bolsistas dessa empresa, dois alunos faziam estágio no Museu do Mar, e a Casa estava em negociação para recuperá-los.

As prefeituras – através da Secretaria de Educação em alguns municípios e da Secretaria de Agricultura em outros – se encarregam, ainda, da divulgação e da inscrição; a seleção também é feita pelas prefeituras, com a ajuda da Escola e a matrícula é feita pela Escola. No início era necessário um esforço muito maior de divulgação e de convencimento da comunidade acerca da importância daquela escola. Atualmente a divulgação é feita pelos próprios alunos da casa, que a

⁴ São Francisco do Sul, Barra Velha, Araquari, Itapoá e Balneário Barra do Sul.

⁵ Segundo dados do IBGE de 2003.

⁶ Informação obtida junto ao diretor da escola em março de 2007.

⁷ De inspiração freireana, os temas geradores, são aqueles que surgem da realidade dos sujeitos e geram o currículo.

indicam para seus conhecidos, e os candidatos já se inscrevem com seis meses de antecedência. No ano em que foi feita a pesquisa entraram 27 alunos e ficaram 20 na lista de espera.

Proposta pedagógica: concepção e prática

A escola oferece ensino profissionalizante associado ao ensino fundamental. O curso se desenvolve em três anos. A proposta pedagógica fundamenta-se na chamada “Pedagogia da Alternância”: em cada ano os alunos participam de 14 semanas na escola, em que têm aulas nos três turnos, totalizando 10 horas diárias de segunda a quinta e no turno da manhã na sexta-feira. Essas semanas, em que os alunos permanecem na Casa em regime de internato, são intercaladas com semanas em que os alunos voltam para a comunidade, com tarefas a serem realizadas: o regime de alternância desenvolve-se então entre uma semana na casa e duas semanas na comunidade. É nessa alternância entre vida escolar e vida na família e na comunidade que a escola procura trabalhar com os conhecimentos dos alunos. Metade da carga horária é destinada às disciplinas de conhecimento geral – português, matemática, história, geografia, artes, inglês, educação física, ensino religioso e computação. A outra metade é destinada à parte técnica, que compreende cursos de pesca e maricultura, bem como trabalho com carpintaria naval e com agricultura.

A proposta pedagógica, de inspiração freireana, baseia-se em complexos temáticos, desenvolvidos de forma interdisciplinar, trabalhados com a participação dos alunos e de seus pais, e interpretados pelos professores, tendo como ponto de partida os conteúdos técnicos. São escolhidos 42 temas geradores, para serem desenvolvidos nas 42 semanas de duração total do curso. Após a escolha dos temas geradores, os coordenadores pedagógicos, todos os professores e monitores discutem como esses podem ser trabalhados nas diferentes áreas destes temas geradores.

O plano pedagógico foi montado para três anos, assim distribuído: o primeiro ano, chamado momento ou etapa é dedicado ao conceito de propriedade: os alunos estudam sua comunidade, o mar e o eco-sistema; o segundo momento é dedicado ao conceito de meios de produção, durante o qual tiveram oportunidade de construir redes e canoas; o terceiro momento é dedicado ao projeto de vida, no qual os alunos devem demonstrar como pretendem pôr em prática o que aprenderam durante o curso, visando a sua inserção no mercado de trabalho. Para tanto aprendem sobre cooperativismo, legislação e montagem de um projeto.

A forma interdisciplinar de trabalho se reflete não só na fala da equipe diretiva, mas na fala das professoras, dos alunos entrevistados e também nos trabalhos expostos em sala de aula. Durante a entrevista com os alunos, feita em sala de aula eles explicam os trabalhos: mapas do bairro construídos a partir de saídas de campo, muitos desenhos e material escrito. Os alunos entrevistados demonstram um grande envolvimento com a proposta pedagógica e satisfação com a escola, que parece vir ao encontro de suas necessidades. Seus depoimentos enfatizam a relação de respeito entre colegas e entre alunos e professores/equipe diretiva e o gosto pelo aprender que desenvolvem na escola. Os municípios atendidos pela escola contam com outras de ensino fundamental e também com uma escola técnica que oferece cursos de maricultura em nível pós-médio. Por isso, a princípio a proposta foi pensada para adolescentes que estavam fora da escola, e este era um requisito para o ingresso, mas, conforme os gestores e os próprios alunos, eles saem das escolas em que estão, para frequentar a Casa do Mar, da qual ouvem falar através de amigos ou parentes que já a frequentavam. Contam que, nas escolas anteriores, não se sentiam à vontade para se expressar, pois os outros colegas criticavam os erros de português e os professores não tinham paciência para ensinar. Na Casa do Mar, ao contrário, seus saberes valorizados e estabelece-se entre professores e alunos um ambiente de respeito.

Uma das professoras entrevistadas, há cinco anos na escola, demonstra muito entusiasmo pela proposta pedagógica. Afirma que o que há de mais importante nas diretrizes é o trabalho por projetos, que obriga o professor a trabalhar com o dia-a-dia dos alunos. Estende-se em exemplos: conta como trabalhou a área e o volume dos tanques de criação que os alunos foram conhecer em saída de campo. Segundo ela, pelo menos 50% dos alunos perdem a aversão que traziam pela matemática. As saídas de campo são importantes momentos de planejamento dos professores para que as diferentes áreas de conhecimento se articulem, de forma interdisciplinar, aos dados da realidade estudada.

A pedagogia da alternância prevê que os conteúdos sejam trabalhados a partir das indagações que o aluno traz de sua realidade. Para tanto, todas as sextas-feiras alunos e professores discutem os questionamentos que os primeiros devem levar para casa para desenvolver o tema gerador da próxima semana. Os alunos é que decidem o que querem saber. As duas semanas que passam em casa é um tempo de pesquisa. Na segunda-feira da semana em que retornam, trazem o que aprenderam e as dúvidas e a Escola tenta sistematizar esses conhecimentos. Depois, voltam e levam aos pais o que aprenderam na escola. Assim os pais participam de todo o processo indiretamente. Exemplo disso são os gráficos construídos pelos alunos, expostos na parede da sala de aula, por ocasião da visita, que dão visibilidade ao movimento das marés, conhecimento esse adquirido junto aos pais. Os gráficos, posteriormente levados às casas, portam esse conhecimento, agora sistematizado.

Segundo a equipe diretiva, este ir e vir “não é milagre”. Há dificuldades como com qualquer população adolescente: alguns não trazem a pesquisa feita ou deixam para fazer na última hora.

Os “projetos de vida”, desenvolvidos durante o terceiro ano, ao término do curso são defendidos publicamente, perante uma banca examinadora, com a presença de pais e representantes da comunidade. Os gestores pretendem estender o convite a representantes de órgãos federais responsáveis pelas políticas governamentais para a área, bem como ampliar a presença de representantes de empresas, para que conheçam e possam financiar os projetos. Segundo o assessor pedagógico,

a linha francesa dá muita ênfase ao projeto de vida dos educandos, talvez uma das diferenças da linha italiana adotada nas Escolas Famílias Agrícolas, implantadas nos demais estados do país.

Um dos aspectos importantes da proposta pedagógica é a formação dos profissionais da escola e sua participação na elaboração da proposta pedagógica. A escola conta hoje com um oceanógrafo, uma zootécnica e um agrônomo, para desenvolver os conteúdos da parte técnica. Esses profissionais são lotados pelas respectivas prefeituras dos cinco municípios atendidos, pois a escola funciona como um consórcio das mesmas.

A equipe diretiva foi primeiramente, convidada pela ARCAFAR, e passou a convidar novos profissionais para integrarem a equipe. A escola conta hoje com um oceanógrafo, uma zootécnica e um agrônomo, para desenvolver os conteúdos da parte técnica. Esses profissionais são lotados pelas respectivas prefeituras dos cinco municípios atendidos, pois a escola funciona como um consórcio das mesmas. Estas cinco prefeituras. Trabalham 40h semanais e cada um faz ainda uma noite de plantão, em que pernoita na Casa.

Além desses profissionais, a escola conta ainda com uma monitora voluntária, que desenvolve carpintaria naval, outro componente curricular. O diretor da escola – oceanógrafo – também acumula a função de monitor mas, segundo ele próprio, não sobra muito tempo para essa função. O papel do especialista no monitoramento dos alunos extrapola sua área de conhecimento, pois este monitoramento abrange as diferentes áreas da parte técnica. Assim, quando o monitor não tem conhecimento do que deve ser ensinado, busca subsídios junto a um pescador ou a outro técnico da escola ou da comunidade.

Os professores da parte geral são da rede estadual, lotados pela Secretaria Estadual da Educação. A seleção leva em conta a experiência do professor junto à proposta: existe um número bem grande de professores que já passaram pela casa e querem continuar. No entanto, como seu salário no estado é menor em relação ao município, necessitam melhorá-lo trabalhando em outras escolas. Além disso, a Secretaria aloca os professores de acordo com o número de alunos, que na casa não é muito grande. A reivindicação de todas as casas é de aumentar a carga horária dos professores. Todos têm contrato temporário e 10 horas de trabalho na Escola, um dos principais limites para o desenvolvimento do trabalho pois, embora todos estejam comprometidos com a proposta pedagógica, falta tempo para planejar as atividades. A Secretaria fornece ainda para a casa duas cozinheiras, chamadas governantas.

Os professores recebem orientação da coordenadora pedagógica da Secretaria Estadual, lotada na escola, dos SEJA de Joinville e a ARCAFAR se encarrega da socialização das experiências entre e as diferentes Casas Familiares Rurais. Mas pela peculiaridade da proposta, a equipe de professores e coordenadores teve papel fundamental no desenvolvimento da experiência: “tudo que se faz aqui foi inovação nossa. Todo dia está mudando, melhorando”. Segundo a professora, “na prática a gente consegue ir colocando; a dificuldade é produzir material, pois nada está pronto”.

Todas as quintas-feiras o Conselho Pedagógico – diretor, coordenadora e assessor pedagógico, professores e monitores – se reúne para a discussão pedagógica. A partir dessa discussão, o assessor pedagógico elabora um Plano tentando articular todas as disciplinas com o tema gerador da semana. Como os alunos se renovam e também os seus pais, a cada ano há uma reunião com os pais, para que reavaliem a proposta, os temas escolhidos e os cursos oferecidos para os três anos de curso.

A ARCAFAR propicia a formação dos monitores através de encontros que enfatizam o trabalho com a comunidade e o papel do monitor. A formação se dá em cinco a seis etapas em alternância, também aberta a professores. A ARCAFAR se encarrega também da socialização, sistematização e incorporação das metodologias e experiências criadas por cada uma das casas através de reuniões entre elas, para troca de experiências. É unânime para a equipe diretiva e professores a importância dessas trocas, apesar da peculiaridade da Casa do Mar, “pelo menos para saber que suas dificuldades não são diferentes das vividas pelas demais”.

A coordenadora pedagógica, integrante do quadro da Secretaria de Educação também leva a experiência para o âmbito da Secretaria. A professora entrevistada também procura levar para a outra escola em que dá aula, as experiências vividas e a metodologia desenvolvida na casa. Mas segundo ela, uma proposta dessas é essencialmente coletiva: “o trabalho com projetos é um trabalho em que todos têm que pegar juntos, mas é difícil fazer com que as pessoas mudem”. As governantas também recebem formação da Secretaria Estadual de Educação.

PARA UM ESBOÇO DE ARTICULAÇÃO ENTRE ESCOLA E SABERES PROFISSIONAIS

Certamente a proposta apresenta limites de todos os tipos. A evasão é bastante elevada – em torno de 50% –, em parte atribuída a condições externas à Casa. Segundo o assessor pedagógico, o grande problema é conciliar a alternância com a necessidade de os alunos trabalharem.

Mas o que interessa aqui é deter-se naqueles permanecem na escola e perceber os significados que acabam por atribuir a ela. A fala do diretor da escola é bastante reveladora. “Antes era necessário o tempo todo explicar aos alunos que apesar de o método ser diferente do da escola tradicional [a qual haviam freqüentado], eles estavam aprendendo”. Segundo o diretor, eles comparavam o que aprendiam com o que os amigos que já freqüentavam o ensino médio estavam aprendendo e não se sentiam em condições de acompanhar tais conteúdos, com aquilo que vinham aprendendo na escola. Era preciso dizer-lhes: “aqui é ensino fundamental, o que é do ensino médio vocês vão aprender depois”. Porém, os que ingressaram no ensino médio, mesmo aqueles que se mostravam mais críticos em relação à proposta, que diziam não estar aprendendo, estão se destacando junto aos colegas: estão acompanhando com facilidade os conhecimentos e demonstram mais consciência crítica do que os demais.

As avaliações quanto à mudança de postura dos alunos, após passarem pela escola, chegam informalmente à escola. Os gestores entrevistados citam, por exemplo, o depoimento de uma professora da escola, que ao reencontrá-los na escola de ensino médio onde também leciona, nota-os mais desenvolvidos e participativos. A coordenadora pedagógica cita o fato de que em visita às casas, os pais referem a mudança de comportamento dos filhos, para melhor, depois de passarem a frequentar a Casa.

Essas mudanças podem ser atribuídas ao fato de que nessa experiência, a realidade do educando, e, em especial, o eixo trabalho, articula os componentes curriculares, tornando-os vivos, o que, via de regra, não acontece na escola. A interdisciplinaridade, outro ponto forte da experiência, dá sentido aos conteúdos aprendidos. A metodologia e o relacionamento educador/educando, o resgate da auto-estima, com a valorização dos saberes construídos nas experiências de vida e trabalho, e do exercício da e para a cidadania foram, por isso mesmo, pontos destacados por educadores e educandos, nas entrevistas realizadas.

Esses fatores favorecem que os alunos, que em geral têm uma relação fracassada com a escola, reaproximem-se dela. Não é de estranhar que muitos deles abandonem outras escolas para passar a frequentar a Casa do Mar. As escolas que frequentavam, como referem, faziam-nos sentir-se incapazes e desenvolviam nos mesmos uma relação de distanciamento e desinteresse frente a um conhecimento que, muitas vezes, faz parte de seu dia-a-dia. Ao contrário, na Casa do Mar, redescobrem a proximidade, a curiosidade e o encanto no ato de aprender. E, por isso mesmo, redescobrem-se capazes.

Ponto alto da experiência é o “projeto de vida” dos alunos formandos, defendidos em banca pública por ocasião do término do curso, o qual consiste em um projeto de inclusão no mercado de trabalho. Através do mesmo, o aluno demonstra como pretende pôr em prática os conhecimentos adquiridos durante o curso.

Embora a proposta pedagógica esteja voltada para o resgate da identidade do aluno como pescador, a escola oportuniza diferentes visões, desenvolvendo a idéia de cidadania, procurando propiciar uma noção ampla de trabalho, para que os alunos possam fazer e seguir as suas escolhas. Ou seja, a relação desses jovens com a pesca, antes tida como destino inexorável e pouco promissor, coloca-se como uma opção de vida viável, resignificada porque aponta para a possibilidade de novas relações de trabalho.

Nas entrevistas, essas contradições se evidenciam: dos sete entrevistados, três querem ser pescadores e os demais estão buscando outras coisas; dizem não querer seguir a profissão do pai, por quererem para si “coisa melhor”. Segundo a coordenadora pedagógica, em muitos casos, esta “coisa melhor” significa melhores condições de trabalho. Por outro lado, segundo a coordenadora pedagógica os alunos expressam desejo de permanecer na comunidade, mesmo que em outras atividades, o que os próprios alunos confirmam quando entrevistados. Os gestores e professores avaliam que dos 30 alunos que já frequentam a casa, 15 vão permanecer no ramo. Alguns exemplos nesse sentido são citados pelo coordenador pedagógico, como um dos meninos que, mal terminado o curso, empregou-se como mestre em uma embarcação de pesca.

No que diz respeito aos pais, seu crescimento, conforme depoimento do diretor, é outro impacto da escola na vida da comunidade. Prova disso são aqueles que não conseguiam se expressar e depois assumem cargos diretivos no Conselho de Pais ou em outros espaços da comunidade. Outra forma de envolvimento da Associação dos pais é seu papel de negociar com as prefeituras os recursos de que necessita.

Todos os aspectos destacados demonstram que os impactos da escola sobre a comunidade não se dão só pela proposta pedagógica junto aos alunos. O projeto de vida dos alunos é expressão dessa proposta mais ampla, que articula ações internas e externas à escola, envolvendo familiares e toda a comunidade. Tais aspectos repercutem diretamente na revalorização da pesca como profissão por parte dos alunos, dos pais e da comunidade em geral. Dessa forma a escola dialoga de forma estreita com os saberes profissionais dos pescadores e joga importante papel no desenvolvimento local.

O desenvolvimento econômico local apresenta-se como um campo do qual emergem raros consensos. A economia local pode abrigar desde experiências tradicionais que não representam uma ruptura com os padrões correntes de produção e de relações sociais estabelecidos, até experimentações que visam à melhoria da qualidade de vida dos envolvidos e privilegiam o desenvolvimento de relações democráticas, constituindo-se em uma alternativa à hegemonia neoliberal. Nesta última posição encontra-se Santos (2002)

Por outro lado, o local igualmente se constrói com espaço de conflito e de negociação de interesses, não podendo ser tomado como sinônimo de consenso e de harmonização. Conforme adverte Oliveira (2001),

Está-se elaborando um discurso sobre o desenvolvimento local como paradigma alternativo à sociedade plagada de conflitos por todos os lados; desenvolvimento local é apresentado como um emplastro (do romance de Machado de Assis, Memórias Póstumas de Brás Cubas) capaz de curar as mazelas de uma sociedade pervertida, colocando-se no lugar bucólicas e harmônicas comunidades. Pensado dessa forma, o desenvolvimento local tende a fechar-se para a complexidade da sociedade moderna e passa a buscar o idêntico, o mesmo, entrando, sem querer, perigosamente, na mesma tendência midiática da sociedade complexa (OLIVEIRA, 2001, p. 14).

Não é essa a perspectiva aqui adotada. Ao contrário, entende-se, como o autor, que “o desafio do desenvolvimento local é o de dar conta dessa complexidade, e não voltar as costas para ela” (OLIVEIRA, 2001:14).

Entende-se também, como Milton Santos, o local como “funcionalização do mundo”:

“(…) no âmbito geográfico de uma região ou de um lugar, as escalas superiores de ação estão freqüentemente enviando vetores. Esses vetores de diferentes níveis hierárquicos se combinam para solidariamente constituir uma área comum de ocorrência, que é a sua escala de realização”. (SANTOS, 2004: 153).

Ou ainda, entende-se o local como “configuração a um só tempo territorial, social, cultural, produtiva”, como o faz Xavier Sobrinho (2005: 59) ao discutir o conceito de distritos industriais de Michael Piore e Charles Sabel.

Assim proposta a problemática do desenvolvimento local, a escola ganha aí importante papel. Se pensarmos que a produção local de conhecimento é fundamental na construção de um projeto de desenvolvimento – quer em nível nacional, regional ou local –, a articulação da educação básica com uma profissionalização, resultante da articulação dos saberes escolares com o corpo de saberes produzidos pela comunidade – neste caso, a pesqueira –, é ainda mais evidente esse papel.

Evidentemente essa é uma tarefa muito grande, da qual a escola não pode dar conta sozinha. Depende de políticas públicas afirmativas de desenvolvimento setoriais, como é o caso da pesca. Mas não se pode ignorar o papel importante da educação nesta matéria, e que o conjunto das políticas deveria estar articulado à sua valorização.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006 – institui o PROEJA; <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/legisla03.pdf> (consultado na Internet em 05 de agosto de 2006)
- BRASIL/MTE. Programa Economia Solidária em Desenvolvimento. <http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/default.asp>. (consultado na Internet em 25 de julho de 2006)
- CHARLOT, B.. Da relação com o saber: elementos para uma teoria. Porto Alegre: ARTMED, 2000.
- DIEESE. Anuário dos trabalhadores 2005. São Paulo: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, 2005
- FRANZOI, N. L.. Entre a formação e o trabalho: trajetórias e identidades profissionais. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.
- GUIMARÃES, N & HIRATA, H. (orgs.). Desemprego: trajetórias, identidades e mobilizações. São Paulo: Ed. SENAC, 2006.
- MALGLAIVE, G.. Ensinar adultos. Porto: Porto Editora. 1995
- OLIVEIRA, F.. Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo: Instituto Pólis, Programa Gestão Pública e Cidadania da FGV-EAESP, 2001.
- SANTOS, B. S. (org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SANTOS, M.. A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- SCHWARTZ, Y.. Trabalho e saber. Trabalho & Educação. Vol.12,n.1- jan/jun, 2003
- XAVIER SOBRINHO, G.. Mercado de trabalho e região: a articulação de duas problemáticas na perspectiva de um estudo de caso. Relatório de Qualificação ao Doutorado em Sociologia, USP: São Paulo, 2005 – digitado

O Modelo de Competências: entre o pragmatismo e o tecnicismo

Marise Ramos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
ramosmn@gmail.com

Resumo: Analisada em sua configuração contemporânea, os fundamentos teóricos da “pedagogia das competências” apóia-se numa epistemologia para a qual as aprendizagens significativas são aquelas que o indivíduo realiza por si mesmo, dirigidas por seus próprios interesses e necessidades. Incorporando a idéia da construtividade do conhecimento, as competências seriam essas estruturas ou os esquemas mentais responsáveis pela interação dinâmica entre os saberes prévios do indivíduo – construídos mediante as experiências – e os saberes formalizados. Nesse sentido, é mais importante que o estudante desenvolva um método de aquisição, elaboração, descoberta, construção de conhecimentos, do que venha a aprender os conhecimentos descobertos e elaborados por outras pessoas. Sendo este o seu fundamento teórico, identificamos, no campo empírico, uma incoerência, posto que esse modelo, quando convertido em política e prática pedagógica, especialmente na educação profissional, manifesta-se como um novo tecnicismo educacional. Isto devido à descrição de atividades de trabalho que pressupõem uma estabilidade do processo produtivo, tanto em seu desenvolvimento factual – nenhuma ocorrência de eventos – quanto na perspectiva de evolução ou alterações tecnológicas e organizacionais. Este texto aborda os fundamentos teórico-empíricos da pedagogia das competências e apresenta os resultados de uma pesquisa que procurou investigar as referências epistemológicas e pedagógicas que orientam concepções e práticas as escolas técnicas do sistema único de saúde do Brasil baseadas em competências, buscando identificar a pertinência da hipótese que compreende a pedagogia das competências como uma atualização do escolanovismo, cuja base epistemológica é o pragmatismo, com novas problemáticas postas pelo (neo)pragmatismo, resultando, entretanto, no plano empírico, em um (neo)tecnicismo.

Introdução

Os desafios que a educação formal tem enfrentado no mundo contemporâneo, marcado por novos paradigmas produtivos e científicos, têm levado ao questionamento de suas referências modernas, baseadas, do lado da produção, no modelo taylorista-fordista e, do lado da ciência, na epistemologia racionalista. Por tais referências, os processos educativos visariam à transmissão de conhecimentos a serem aplicados em processos de trabalho planejados e previsíveis, aos quais a ação dos sujeitos se subsumem.

A flexibilidade que caracteriza a produção contemporaneamente – produção de coisas, de símbolos e valores, e da própria existência – coloca para o sujeito um outro sentido de suas ações. Este precisa menos aplicar conhecimentos considerados adequados a objetivos determinados independentemente de sua avaliação e julgamento, e mais mobilizar competências cognitivas e sociais para as quais os conhecimentos constituem insumos. Dessa relação se configuram saberes subjetivos que não se determinam exclusivamente pela objetividade do desempenho profissional ou pelo crivo científico sobre a validade de seus conhecimentos.

Nesse contexto de incertezas, a educação formal é desafiada a centrar-se no desenvolvimento de competências ao invés de transmitir conteúdos, enquanto a educação não formal procura evidenciar competências mobilizadas pelos sujeitos frente a situações imprevisíveis, a partir das quais outras se desenvolvem. Desses desafios nascem modelos educacionais e de gestão profissional baseados em competências.

Analisada em sua configuração contemporânea, a chamada “pedagogia das competências” apóia-se em uma epistemologia (neo)pragmática, para a qual as aprendizagens significativas são aquelas que o indivíduo realiza por si mesmo e devem ser dirigidas por seus próprios interesses e necessidades. Incorporando a idéia da construtividade do conhecimento, as competências seriam essas estruturas ou os esquemas mentais responsáveis pela interação dinâmica entre os saberes prévios do indivíduo – construídos mediante as experiências – e os saberes formalizados. Nesse sentido, é mais importante que o estudante desenvolva um método de aquisição, elaboração, descoberta, construção de conhecimentos, do que venha a aprender os conhecimentos descobertos e elaborados por outras pessoas.

Não sendo possível, neste momento, elaborar uma análise crítica sobre tal perspectiva epistemológica, interessamos, por ora, discutir uma incoerência que se manifesta no processo empírico da pedagogia das competências, posto que esse modelo, quando convertido em política e prática pedagógica, especialmente na educação profissional, manifesta-se como um novo tecnicismo educacional.

Diretrizes curriculares da educação profissional apresentam as competências que se espera serem desenvolvidas pelos estudantes como o resultado de análises do processo de trabalho das respectivas áreas profissionais. Três matrizes analíticas são normalmente utilizadas, a saber: a) condutivista, que buscam as competências que definem os desempenhos mais elevados no desenvolvimento de tarefas; b) funcionalista, uma ampliação da primeira matriz, por integrar à análise as funções desempenhadas pelos trabalhadores no âmbito de um sistema; c) construtivista, pela qual as competências são deduzidas pelos próprios trabalhadores num processo de interação entre eles. Estudos têm demonstrado a hegemonia das duas primeiras matrizes, cujos resultados, ainda que sejam denominados como competências, apresentam, na verdade, atividades ou desempenhos. Transpostos para as orientações curriculares, elas se transformam em objetivos operacionais.

Desta forma, o modelo de competências aplicado à educação profissional tende a adequar-se mais aos princípios tayloristas-fordistas de trabalho do que ao trabalho flexível. Isto porque, primeiramente, a descrição de atividades de trabalho pressupõe uma estabilidade do processo produtivo, tanto em seu desenvolvimento factual – nenhuma ocorrência de eventos – quanto na perspectiva de evolução ou alterações tecnológicas e organizacionais. Em segundo lugar, ao se enunciar competências por meio da locução “ser capaz de”, nada se diz do conteúdo da suposta capacidade enunciada. Permanece a questão de se saber o que devem ter adquirido os estudantes para serem capazes de fazer o que se espera que eles façam e como esses mobilizam tais aquisições. Ou seja, permanece a questão sobre a relação entre a atividade do sujeito e a aprendizagem de conceitos.

Em síntese, temos por hipótese que as políticas pedagógicas baseadas em competências se apóiam, epistemologicamente, no (neo)pragmatismo, mas se implementam como um (neo)tecnicismo. Neste último caso, vê-se que elas: a) reduzem as chamadas competências profissionais aos desempenhos observáveis; b) reduzem a natureza do conhecimento ao desempenho que ele pode desencadear; c) consideram a atividade profissional competente como uma justaposição de comportamentos elementares cuja aquisição obedeceria a um processo cumulativo; d) não coloca a efetiva questão sobre os processos de aprendizagem, que subjazem aos comportamentos e desempenhos: os conteúdos e as estruturas da capacidade que sustentam os saberes profissionais.

Os fundamentos teóricos-empíricos da pedagogia das competências nos permitem comprovar tais hipóteses. A esses fundamentos nos dedicaremos a seguir.

1. O pragmatismo como filosofia e a experiência confrontada à práxis

O pragmatismo surge no final do século XIX, sob a tensão entre a filosofia e a ciência moderna, acirrada, no contexto de consolidação da sociedade americana após a guerra civil, pela separação entre a Igreja e o Estado e pela instauração de uma nova cultura fundada na ciência, na tecnologia e no desenvolvimento. Os principais temas tratados pelos pragmatistas foram o combate às filosofias especulativas; a abordagem da realidade do ponto de vista do pensamento, ou

seja, do sujeito; a superação da filosofia contemplativa pela racionalidade científica e a formulação de uma nova concepção de verdade.

As concepções pragmatistas têm seus fundamentos epistemológicos centrados na questão lógico-metodológica da relação sujeito-objeto no processo de apreensão do real. Por isso os temas nucleados pelos pragmatistas foram o conceito de verdade e o método para construção desse conceito a partir da experiência.

Assim, a experiência foi considerada como uma noção capaz de superar dualidades tais como pensamento e matéria, alma e corpo, ideal e real, liberdade e necessidade, história e natureza. Pela ótica de Charles S. Peirce, filósofo norte-americano da ciência e linguagem, o critério de verdade (não a verdade em si), deveria ser dado pelo experimento crescente e sucessivo, elaborado, acompanhado e avaliado por um grupo ideal de especialistas. William James, psicólogo e filósofo também norte-americano, por outro lado, considerava que o critério de verdade teria como base a experiência em um sentido amplo (de um homem, de um povo, de uma vida, etc.), sendo a verdade aquilo que nos brinda com o consenso.

John Dewey (1989) sintetizou ambas as tendências ao considerar a experiência controlada ou semi-controlada – o experimento –, mas também a experiência em um sentido amplo: individual-psíquica, histórico-psíquica, comportamental; além daquela completamente livre e ao acaso (como as vivências). Neste caso, ele buscou especialmente em James o significado pragmático do termo experiência, compreendida como a forma como os homens agem e sofrem a ação, não admitindo divisão entre ato e matéria, sujeito e objeto.

Se ele recorreu a James para explicar o sentido do termo experiência; com base em Pierce ele empregou o método empírico como procedimento científico necessário à filosofia. Para ele, o método empírico é o único que toma a unidade entre sujeito e objeto como ponto de partida. Essa relação de mútua determinação entre sujeito-objeto, pensamento-ação no processo de investigação, tem sua matriz na dialética hegeliana, mas dela se afasta quando Dewey propõe o “idealismo prático”, que submete a dialética das formas lógicas às situações empíricas, em oposição ao “idealismo absoluto” de Hegel. Razão e experiência, teoria e prática são unificadas nesta concepção. A possibilidade dessa unidade reside na experiência ou na experimentação científica, que ele considerava negligenciada pelos filósofos metafísicos.

A experiência, para Dewey, se concretiza na continuidade entre os fenômenos naturais, os acontecimentos sociais e a experiência humana, em oposição à compreensão idealista de dualidade corpo-espírito. A verdade, para ele, equivalia ao resultado último sobre avaliações de experiências. Nesses termos, a verdade devia ser entendida os significados intelectuais seriam entendidos como hipóteses de solução de problemas os quais, sendo eficientes experimental ou cognitivamente, comprovariam sua utilidade social e moral.

Constatar que a compreensão dialética da realidade de Dewey ultrapassa o idealismo hegeliano, não significa dizer que ele tenha alcançado o materialismo dialético marxista. Desta última concepção Dewey se distancia epistemologicamente – sua idéia de continuidade é oposta à idéia marxista de ruptura – e politicamente, pois enquanto Dewey pressupõe a adaptação para o desenvolvimento, Marx pressupõe o conflito para a transformação. Por outro lado, a atividade sensível que medeia a relação sujeito-objeto, em Marx definida como “trabalho e práxis”¹ e nos pragmatistas, como “experiência” possuem significados filosóficos distintos, especialmente pelo tipo de pensamento que sustenta a atividade.

Na filosofia histórico-dialética, a mediação sujeito-objeto é, necessariamente, produtiva, que se processa pela coexistência ontológica de teleologia (projeto) e causalidade (ação). É também histórica, o que define a existência humana como produzida pelo ser, que (re)produz seu corpo tanto orgânico (o próprio homem) e seu corpo inorgânico (a natureza transformada por ele). A mediação é também entre os homens, formando as relações sociais de produção que são tão históricas como o processo de produção da existência em sua generalidade. Disto se conclui que a práxis humana, nesta filosofia, não é adaptativa, mas transformadora.

Portanto, a práxis é compreendida como uma “atividade material, transformadora e ajustada a objetivos”. Por outro lado, “não há práxis como atividade puramente material, isto é, sem a produção de finalidades e conhecimentos que caracterizam a atividade teórica” (VÁZQUEZ, 1977, p. 208). Assim, se por um lado a prática é o fundamento da teoria, por outro a teoria não tem como função justificar a prática e sim servi-lhe de guia, muitas vezes estabelecendo relativa autonomia em relação à primeira e até se antecipando a ela. Sendo, portanto, a práxis uma atividade teórico-prática, resulta daí ser tão unilateral reduzir a prática ao elemento teórico, e falar inclusive de uma práxis teórica, como reduzi-la a seu lado material, vendo nela uma atividade exclusivamente material. Pois bem, da mesma maneira que a atividade teórica, subjetiva, por si só, não é práxis, também não o é a atividade material do indivíduo, ainda que possa desembocar na produção de um objeto – como é o caso do ninho feito pelo pássaro – quando lhe falta o momento subjetivo, teórico, representado pelo lado consciente dessa atividade”. (VÁZQUEZ, 1977, p. 241)

Na perspectiva histórico-dialética, então, a pura atividade do pensamento não é teleologia e só tem existência subjetiva – sensações, percepções – ou ideal – conceitos, teorias, hipóteses. Os pragmatistas, por seu turno, consideram essa experiência subjetiva como mediação sujeito-objeto. Assim como a “causalidade espontânea” (Lukács, 1981), ou seja, a ação não orientada pela teleologia também é admitida como mediação sujeito-objeto.

De fato, Ghiraldelli Jr. (2002) nos diz que mesmo que a idéia de experiência no pragmatismo se aproxime da noção marxista de práxis, em Marx há uma férrea teleologia encravada na noção de práxis, nos pragmatistas pioneiros não há qualquer teleologia na noção de experiência (GHIRALDELLI JR., 2002). Com isto suprime-se a característica fundamental

¹ Relembramos a análise da relação entre esses conceitos no item deste texto.

que define o homem como ser histórico-social: a capacidade de definir e orientar as finalidades de suas ações e, portanto, de ser sujeito na produção de sua própria existência.

O terceiro aspecto dessa distinção está no conceito de verdade. Para o pragmatismo, o critério de verdade teria como base a experiência, enquanto para o pensamento histórico-dialético a questão de saber se uma proposta teórica corresponde à verdade objetiva não é resolvida no movimento do conhecimento sensível ao conhecimento racional, mas a partir do conhecimento racional, regressa-se à prática social e verifica-se se ela pode conduzir ao objetivo fixado (TSÉ-TUNG, 2004). A diferença fundamental de ambas as teorias é que a primeira associa o prático ao utilitário. Dentro desse raciocínio, o conhecimento só seria verdadeiro na medida em que fosse útil (VÁZQUEZ, 1977). No entanto, o que se defende é exatamente o inverso, ou seja, o conhecimento é útil na medida em que é verdadeiro, e o critério de verdade é dado pela prática social.

Marx (1991) afirma que a aparência empírica da sociedade, assim como a da natureza, é superficial e contraditória pelo caráter de sua realidade subjacente. As aparências reais, mas superficiais, ao serem registradas como idéias espontâneas dos indivíduos, são conceitualizadas na linguagem ordinária. A função real da teoria científica é penetrar a superfície empírica da realidade e captar as relações que geram as formas fenomênicas da realidade, sua aparência, ou sua forma sensível. Assim, os conceitos teóricos da ciência não são redutíveis a conceitos observáveis. Os conceitos científicos procuram descrever os aspectos não observáveis da realidade, que se manifestam de forma contraditória.

Portanto, o processo de conhecimento é movido por uma dimensão ontológica, admitindo-se que a realidade existe objetivamente, isto é, independentemente das formas naturais e relativamente independente das formas sociais. Essa dimensão articula-se com a modificação prática da natureza e a constituição da vida social. Por outro lado, pelo fato de a realidade concreta manifestar-se como fenômeno, enquanto o pensamento busca captar sua essência, o conhecimento é um produto histórico construído pela práxis social, que se constitui no próprio processo de formação humana.

Com efeito, no processo de sua atividade prática, os homens não vêem, ao começo, senão o aspecto exterior dos diferentes fenômenos encontrados ao longo desse processo. Esse grau do processo de conhecimento é a percepção sensível, isto é, o grau das sensações e das representações: tal é o primeiro grau de conhecimento. A continuação da prática social implica a múltipla repetição de fenômenos, que suscitam sensações e representações no homem. É então que se produz na consciência humana um salto no processo de conhecimento: o aparecimento dos conceitos. O conceito já não reflete mais os aspectos exteriores dos fenômenos; ele capta a essência dos fenômenos, os fenômenos no seu conjunto, a ligação interna dos fenômenos. Esse é o segundo grau de conhecimento. A verdadeira tarefa do conhecimento, portanto, consiste em se elevar da sensação ao pensamento, em se elevar até a elucidação progressiva das contradições internas nos fenômenos que existem objetivamente, até a elucidação das suas leis, da ligação interna dos diferentes processos.

Os pragmatistas, ao considerarem que todos os conhecimentos autênticos resultam da experiência direta, elidem o fato de que o homem não pode ter uma experiência direta de tudo, razão pela qual a maior parte dos nossos conhecimentos é, na realidade, o produto de uma experiência indireta. A realidade objetivada pelo homem é historicamente apropriada por outros homens com o sentido de reproduzir continuamente as funções humanas. Isto constitui a práxis humana – relação entre objetivação e apropriação no processo de produção da existência humana mediada pelo trabalho – e nisto está o fundamento histórico do conhecimento, como motivação e resultado do agir humano de forma consciente e planejada (teleológica) e não somente adaptativa.

2. O viés psicológico do pragmatismo e a emergência do (neo)pragmatismo

Para compreendermos o viés psicológico do pragmatismo é preciso recorrer ao construtivismo piagetiano, particularmente na teoria da equilibração.² Segundo esta teoria, ocorre um desequilíbrio estruturalmente perturbador quando o sujeito se defronta com situações desconhecidas ou desafiadoras, diante das quais ele reorganiza seu pensamento em um nível mais elevado do que o previamente atingido, em um processo recursivo que conduz a um crescimento indefinido dos conhecimentos, quer no plano quantitativo, quer no plano qualitativo. As competências seriam as estruturas ou os esquemas mentais responsáveis pela interação dinâmica entre os saberes prévios do indivíduo – construídos mediante as experiências – e os saberes formalizados.

Neste ponto, vamos perceber que Piaget compreende a aprendizagem como processo de adaptação à realidade, promovida pela coordenação das ações com os objetos e da construção das estruturas mentais como assimilação e acomodação dessas ações (cf. DUARTE, 2000). Estruturas mentais essas que seriam as próprias competências. A adaptação é uma categoria própria da concepção naturalista de homem, como pressuposto biológico que explicaria os processos de socialização. De acordo com essa concepção, a socialização do indivíduo é um processo de interação, de adaptação, de busca de equilíbrio com o meio físico e social. Desta forma, o desenvolvimento psicológico dos indivíduos equivaleria ao

² De acordo com Piaget, o desenvolvimento cognitivo é um processo de sucessivas mudanças qualitativas e quantitativas das estruturas cognitivas derivando cada estrutura de estruturas precedentes. Ou seja, o indivíduo constrói e reconstrói continuamente as estruturas que o tornam cada vez mais apto ao equilíbrio. Essas construções seguem um padrão definido por Piaget como estágios relativos a idades mais ou menos determinadas. Pela teoria de Piaget, a construção do conhecimento ocorre quando acontecem ações físicas ou mentais sobre objetos que, provocando o desequilíbrio, resultam na construção de esquemas ou conhecimentos. Os esquemas podem ser compreendidos como estruturas que se modificam com o desenvolvimento mental e que se tornam cada vez mais refinadas à medida que a criança torna-se mais apta a generalizar os estímulos. Por este motivo, os esquemas cognitivos do adulto são derivados dos esquemas sensorio-motores da criança e os processos responsáveis por essas mudanças nas estruturas cognitivas são assimilação e acomodação (MALGLAIVE, 1995).

desenvolvimento de mecanismos adaptativos do comportamento humano ao meio material e social – as competências cognitivas, sócio-afetivas e psicomotoras – por meio das quais os indivíduos constroem seu conhecimento. Esses princípios fazem convergir o construtivismo piagetiano como teoria pedagógica ao pragmatismo como filosofia da educação.

Autores como Doll Jr. (1997) e Von Glaserfeld (1998), também sustentam a idéia de que, para Piaget, o conhecimento seria um instrumento mental empregado no processo de adaptação do indivíduo ao meio. A interação do sujeito com o mundo material e com os outros homens permitiria a construção de representações extraídas de seu mundo experiencial, que teriam validade somente diante de circunstâncias em que se mostram viáveis para o próprio sujeito. Assim, o conhecimento ficaria limitado aos modelos viáveis de interação com o meio, sendo a sua validade julgada não pelo potencial explicativo da realidade, mas por sua viabilidade ou utilidade.

Neste sentido, como diria Coll (1994, apud DUARTE, 2000), a finalidade da intervenção pedagógica seria contribuir para que o aluno desenvolva a capacidade de realizar aprendizagens significativas por si mesmo, numa ampla gama de situações. Este é o significado do lema aprender a aprender, que nasce já com o pragmatismo. Esta pedagogia apóia-se, portanto, em alguns valores do pragmatismo a que nos referimos anteriormente, quais sejam: a aprendizagens significativas são aquelas que o indivíduo realiza por si mesmo e devem ser dirigidas pelos interesses e necessidades do próprio estudante; é mais importante que o aluno desenvolva um método de aquisição, elaboração, descoberta, construção de conhecimentos, do que aprender os conhecimentos descobertos e elaborados por outras pessoas.

Carvalho (2001), com base em Toulmin (1971), explica que, em Piaget, a concepção de conhecimento como resultante das atividades ou das experiências de um sujeito individual que constrói interna ou privadamente seus conceitos e suas representações sobre a realidade em interação com o meio, restringe o conceito de conhecimento ao âmbito mental e de adequação das representações interiores do indivíduo às suas experiências. Piaget seria então, herdeiro do pensamento de Kant e de Descartes. Para este último, a mente do sujeito, isolada em sua individualidade, obtém um conhecimento seguro a partir da primeira certeza interna – o cogito –, gradativamente ampliada por uma cadeia dedutiva de verdades. Assim concebido, o problema do conhecimento objetivo está ligado ao da confiabilidade das representações mentais de um indivíduo, e não à criação e ao uso coletivos de conceitos e procedimentos de linguagens públicas.

A crítica que Carvalho (2001) faz a esta concepção está no fato de esta centrar-se nos aspectos internos ou psicológicos da representação mental do sujeito, desprezando o fato primordial e decisivo de que o conhecimento é necessariamente formulado em uma linguagem pública e compartilhável. Ou seja, mais do que “traduzir” representações e imagens mentais individuais, essa linguagem pública e comum é a própria condição para se desenvolver instrumentos intelectuais que tragam a possibilidade de uma significação compartilhável às experiências. Somente em relação a esses sentidos comuns e compartilháveis – cujos critérios de uso, significação e avaliação têm caráter intersubjetivo e participam de modos de vida supra-individuais – seria possível, por exemplo, falar em verdade, erro, adequação e toda uma série de outras noções relativas ao conhecimento. Sua compreensão só poderia, portanto, ser obtida tendo como referência o caráter coletivo e social desses usos e das normas que os regulam, ou seja, dos significados e da gramática dessas linguagens públicas.

O autor critica o pensamento piagetiano, com base em Putnam (1983), para o qual o conhecimento é necessariamente formulado em uma linguagem pública e compartilhável. Em outras palavras, só se poderia dizer que alguém domina um conceito quando é capaz de operar com os simbolismos de uma linguagem pública, à qual recorre para formular perguntas, estabelecer critérios de avaliação de respostas, ou mesmo identificar um problema como relevante ou significativo. Não se trata, porém, de uma linguagem que traduz um conceito mentalmente formulado, em abstração de todo o quadro de referências simbólicas compartilhadas, mas do fato de que a própria possibilidade e o significado da formulação desse conceito pressupõem toda uma iniciação no domínio específico dessa linguagem pública e nos quadros de referência que conferem operacionalidade, inteligibilidade e significação aos conceitos, procedimentos e critérios.

Sob essa perspectiva se desenvolve o construtivismo radical (VON GLASERSFELD, 1998)³, de caráter (neo)pragmático, para o qual o problema do conhecimento desloca o foco de atenção do âmbito mental e da adequação das representações interiores do indivíduo para o do uso comum, público e coletivo dos conceitos e procedimentos que o caracterizam como um empreendimento coletivo, social e histórico. Von Glasersfeld (1998) considera que o conceito de representação sequer sustenta a epistemologia de Piaget. Este conceito seria, na verdade, substituído pelo de adaptação, de modo que a validade do conhecimento, no mundo de nossas experiências, não seria a mesmo que “verdade, no sentido ontológico ou absoluto dos filósofos” (1998, p. 20). Para ele, o conceito de adaptação, de Piaget, indica um relacionamento específico entre organismos vivos, ou espécies, e seu ambiente. Assim, dizer que eles são adaptados significa dizer que eles demonstraram ser viáveis em seu ambiente, através do conjunto da adequação de suas ações e operações conceituais com seu ambiente.

O conhecimento, então, não deveria ser tratado “como uma representação mais ou menos acurada de coisas, situações e eventos externos, mas sim como o mapeamento das ações e operações conceituais que provaram ser viáveis na experiência do sujeito conhecedor” (1998, p. 20). Desta forma, não seria possível extrair conclusões sobre o caráter do mundo real, posto que o conhecimento surgiria de ações e da reflexão das pessoas sobre suas próprias atividades perceptivas, que ocorrem em um ambiente, dirigidas a objetos que constituem seu mundo experiencial. Este ambiente e esses objetos não

³ Este autor é considerado o pai do construtivismo radical (Fosnot, 1998). Duarte (2000) constrói densamente a crítica à posição deste autor, com base no materialismo dialético, discutindo sobre a incompatibilidade dessa perspectiva e a teoria de Vygostsky, frente às tentativas de alguns leitores do psicólogo russo em compatibilizar suas idéias com as de Piaget.

teriam existência independente das pessoas, tal como normalmente pensamos em nosso senso comum, ou seja, como algo previamente existente, quer nós, por acaso, estejamos nele, ou não. Em síntese, o conhecimento não existiria fora das mentes das pessoas, mas somente como ações e operações conceituais mentais que comprovam ser viáveis experiencialmente.

Concluimos que, de acordo com essa perspectiva, o conhecimento não resultaria de um esforço de compreensão da realidade objetiva, mas das percepções e concepções subjetivas que os indivíduos extraem do mundo experiencial. A validade do conhecimento assim compreendido é julgada por sua viabilidade ou por sua utilidade exclusivamente neste âmbito e, muito além de ser considerado histórico, é tido como contingente. Ou seja, não existiria qualquer critério de objetividade, de totalidade ou de universalidade para se julgar se um conhecimento, ou um modelo representacional é válido, viável ou útil.

Com isto, o caráter ontológico do conhecimento é substituído pelo experiencial. As categorias objetivo e subjetivo fundem-se indistintamente no processo de interação, superando proposições de certeza e de universalidade em benefício da particularidade, da indeterminação e da contingência do conhecimento. Em outras palavras, o sentido e o valor de qualquer representação do real depende do ponto a partir do qual se vê o real – relativismo – e de quem o vê – subjetivismo. Negando-se a objetividade do conhecimento e a possibilidade de explicações totalizantes da realidade, uma epistemologia adaptativa acaba por admitir que a realidade não é explicável, salvo por percepções particulares do sujeito cognoscente, isto é, como apreensões subjetivas. É o próprio conceito de verdade que é questionado.

Encontramos esses princípios na pedagogia das competências, para a qual os saberes são construídos pela ação, quando as estruturas mentais são desequilibradas diante de uma situação desafiadora, mobilizando a inteligência prática.⁴ Incorporando a idéia da construtividade do conhecimento, as competências seriam essas estruturas ou os esquemas mentais responsáveis pela interação dinâmica entre os saberes prévios do indivíduo – construídos mediante as experiências – e os saberes formalizados.

2.1. A pedagogia das competências e o (neo)pragmatismo

Em um caminho coerente com o neopragmatismo, Doll Jr. realiza uma releitura do pensamento de Dewey (1958) resgatando a idéia do pensamento reflexivo. A reflexão seria responsável por relacionar a experiência primariamente prática com a experiência secundária da “investigação reflexiva contínua e regulada”(Dewey, 1958, apud Doll Jr., 1997, p. 155). Em outras palavras, a reflexão relaciona pensamento teórico e prático, ou conhecimento formal e cotidiano, uma vez que toma a experiência e a examina criticamente, conectando as experiências de uns com os outros “construindo uma rede de experiências em que o passado, o presente e o futuro estão inter-relacionados. A reflexão recua e examina as experiências passadas à luz de outras associações e alternativas” (Doll Jr., 1997, p. 157).

Tomando-se a curiosidade casual dos indivíduos como ponto de partida, e orientado pelo princípio da reflexão crítica, pública e comunal, o papel do currículo, então, não seria predeterminar experiências, e sim o de transformar as experiências vividas. Assim, as salas de aula seriam lugares em que as experiências “vividas” seriam abertamente analisadas e transformadas por alunos e professores explorando alternativas, consequências e suposições.

Ghiraldelli Jr., entretanto, compreende a teoria educacional de Dewey, ainda como uma construção moderna⁵ cuja validade pós-moderna mantém-se particularmente pelo elemento-chave que orientou toda a sua teoria educacional: a democracia nos processos educativos. Mas as suas famosas cinco etapas de pensamento e resolução de problemas⁶ ainda se sustentam nos princípios de representação e de verificação, posto que a aprendizagem é considerada significativa quando o estudante confirma a hipótese construída por processos experimentais, formulando uma tese, ou chega a uma conclusão através de uma heurística. Como essa aprendizagem é pragmática, a tese e/ou a conclusão constituem-se em representações subjetivas, cujo critério de verdade é dado por sua validade em relação ao problema investigado; qualquer nível de generalização é possível somente por se considerar a sentença explicativa (a tese e/ou a conclusão) contingentemente compartilhada na forma de uma linguagem comum. Destaque-se, ainda, que o pragmatismo como referência epistemológica para o processo de ensino-aprendizagem faz com que o mais importante seja aprender os procedimentos para se chegar à tese e/ou à conclusão do que propriamente essas últimas. Na verdade, o que importa é apreender o procedimento científico para a resolução de problemas ou, em síntese, “aprender a aprender”.⁷

O currículo neopragmatista, este sim considerado pós-moderno, teria como princípio a auto-organização, com uma matriz não-linear e não-sequencial, sem início nem fim, somente com fronteiras e pontos de interseção ou focos, que se interseccionam e uma rede relacionada de significados. O movimento didático desse currículo constitui-se, segundo Ghiraldelli Jr, em: 1) apresentar problemas na forma de narrativas; 2) propor ao estudante que se assuma como personagem

⁴ Essa expressão é utilizada, por exemplo, por Malgave (1995) ao discutir a estrutura dinâmica das capacidades e por Donald Schön (2000), ao propor a formação do profissional reflexivo.

⁵ Lembremos que a transição do pragmatismo para o neopragmatismo processa-se pela superação da idéia de existência prévia de um esquema conceitual e, portanto, da permanência da dicotomia entre o sujeito que conhece e o objeto a ser conhecido. Parece-nos, portanto, coerente, considerar o pensamento de Dewey ainda moderno, posto que, mesmo tentando superar esta dicotomia pela categoria da experiência, ainda há o pressuposto sobre a existência do conhecimento teórico e do conhecimento prático, que se sintetizam pela reflexão, admitindo-se, assim, o esquema conceitual prévio.

⁶ Doll Jr. (1997, p. 155) assim resume esses cinco passos. 1) sentir o problema, 2) definir o problema, 3) hipóteses para a solução do problema, 4) raciocínio lógico sobre o problema e métodos de solução, 5) testar a hipótese desenvolvida pela ação. Ghiraldelli Jr. (2001, p. 159) organiza esses passos em termos didáticos da seguinte forma: 1) atividade e pesquisa, 2) problemas, 3) coleta de dados; 4) hipóteses e/ou heurística; 5) experimentação e/ou julgamento.

⁷ É importantíssima a leitura de Duarte (2000) pela crítica que faz ao lema “aprender a aprender”, largamente difundido pelas políticas educacionais atuais, numa perspectiva neoliberal e pós-moderna. O autor constata que no Brasil este lema, entendido como emblema dos ideais pedagógicos escolanovistas, manteve-se presente nos e forte no ideário pedagógico, inclusive pela maciça difusão da epistemologia genética de Piaget, por meio do movimento construtivista, difundindo uma série de princípios que, como já dissemos, esvaziam o papel da escola como transmissora e difusora dos saberes científicos socialmente e historicamente construídos.

dessa narrativa; 3) propor ao estudante que redescreva as narrativas originais por meio de outras narrativas, sem hierarquia epistemológica, posto que não haveria narrativa que apreende a “realidade como ele é”, mas haveria, em cada uma, jogos de linguagem distintos que estariam aptos, pragmaticamente, para situações distintas. A distinção, a validade ou a adequação dos vocabulários dar-se-ia pela utilização lingüística que se faria deles; 4) proposição pelo estudante de suas narrativas de redescricao, discutindo sua pertinência com colegas, professores, livros e outros meios, sendo este o momento da criação, de imaginação e, portanto, o auge do processo de criação de metáforas; 5) seleção de metáforas para a condução intelectual, moral e estéticas no campo cultural, social e político de cada um.

2.2. A pedagogia das competências e o tecnicismo

A ênfase que a pedagogia nova, teoria pedagógica de John Dewey, colocou sobre os métodos acabou levando ao desenvolvimento do tecnicismo, ambas com um aporte psicológico importante. À pedagogia nova podemos relacionar o construtivismo piagetiano, enquanto o tecnicismo valeu-se da teoria condutivista de Skynner e Bloom. Analisamos acima a relação entre a pedagogia das competências e o (neo)pragmatismo. Não obstante, quando convertidos em política pedagógica, especialmente na educação profissional, identificamos uma relação não desprezível entre esta e o tecnicismo educacional.

Diretrizes curriculares da educação profissional elaboradas no Brasil ao início dos anos 2000 apresentam as competências que se espera serem desenvolvidas pelos estudantes como o resultado de análises do processo de trabalho das respectivas áreas profissionais. Três matrizes analíticas são normalmente utilizadas, a saber: a) condutivista, que buscam as competências que definem os desempenhos mais elevados no desenvolvimento de tarefas; b) funcionalista, uma ampliação da primeira matriz, por integrar à análise as funções desempenhadas pelos trabalhadores no âmbito de um sistema; c) construtivista, pela qual as competências são deduzidas pelos próprios trabalhadores num processo de interação entre eles. Estudos⁸ têm demonstrado a hegemonia das duas primeiras matrizes, cujos resultados, ainda que sejam denominados como competências apresentam, na verdade, atividades ou desempenhos. Transpostos para as orientações curriculares, elas se transformam em objetivos operacionais.

Vimos, assim, que o modelo de competências aplicado à educação profissional adequa-se plenamente aos princípios tayloristas-fordistas de trabalho. Isto porque a descrição de atividades de trabalho pressupõe uma estabilidade do processo produtivo, tanto em seu desenvolvimento factual – nenhuma ocorrência de eventos – quanto na perspectiva de evolução ou alterações tecnológicas e organizacionais.

Segundo, ao se enunciar competências por meio da locução “ser capaz de”, nada se diz do conteúdo da suposta capacidade enunciada. Permanece a questão de se saber o que devem ter adquirido os estudantes para serem capazes de fazer o que se espera que eles façam. Ou seja, permanece a questão sobre a relação entre a atividade do sujeito e a aprendizagem de conceitos.

Por fim, os métodos assumem papel muito relevante nessas orientações, exigindo-se atenção prioritária no planejamento do currículo, representado este por um conjunto contextualizado de situações-meio, voltado para a geração de competências supostamente requeridas pelo processo produtivo. Em síntese, podemos concluir que as políticas pedagógicas baseadas em competências, por um lado, despertam um (neo)pragmatismo, por outro, um (neo)tecnicismo. Neste último caso, vê-se que elas: a) reduzem as chamadas competências profissionais aos desempenhos observáveis; b) reduzem a natureza do conhecimento ao desempenho que ele pode desencadear; c) consideram a atividade profissional competente como uma justaposição de comportamentos elementares cuja aquisição obedeceria a um processo cumulativo; d) não coloca a efetiva questão sobre os processos de aprendizagem, que subjazem aos comportamentos e desempenhos: os conteúdos da capacidade.

3. O pensamento de Philippe Perrenoud na pedagogia das competências

Perrenoud expõe seu pensamento sobre a pedagogia das competências em uma obra em que discute a construção de competências desde a escola (Perrenoud, 1999). Ainda que considere que o desenvolvimento mais metódico de competências desde a escola possa ser uma via para sair da crise do sistema educacional – lembremos que ele fala dos países europeus – ele chama a atenção, corretamente, para o fato de que esse conceito e o problema não são novos. Argumenta que, na escola, tratou-se sempre de desenvolver as “faculdades gerais” ou o “pensamento”, além da assimilação dos conhecimentos. A abordagem dita “por competências”, então, não faria mais que acentuar essa orientação.

Ele ressalta, ainda, que a abordagem por competências não rejeita nem os conteúdos, nem as disciplinas, mas sim acentua sua implementação. A abordagem por competências seria uma questão de continuidade – pois a escola jamais pretendeu querer outra coisa – e de mudança, de ruptura até – pois as rotinas pedagógicas e didáticas, as compartimentações disciplinares, a segmentação do currículo, o peso da avaliação e da seleção, as imposições da organização escolar, a necessidade de tornar rotineiros o ofício de professor e o ofício de aluno têm levado a pedagogias e didáticas que, às vezes, não contribuem muito para construir competências, mas apenas para obter aprovação em exames.

⁸ Assim demonstramos em Ramos (2001 e 2003).

A mudança fundamental se dá em relação ao referencial a partir do qual se selecionariam os conteúdos, ou seja, não mais a partir das ciências mas da prática ou das condutas esperadas⁹. Como diz o próprio, a inovação consistiria não em fazer emergir a idéia de competência na escola, mas sim em aceitar “todo programa orientado pelo desenvolvimento de competências, as quais têm um poder de gerenciamento sobre os conhecimentos disciplinares”. (TARDIF, 1996, apud PERRENOUD, 1999, p. 15)

Perrenoud analisa a relação entre competências, objetivos e desempenhos. Para ele, os objetivos são simplesmente as metas explícitas e comunicáveis aos estudantes, cuja realização deve ser avaliada. Sendo assim, diz ele, “falar a respeito de competência, porém, não acrescenta muita coisa à idéia de objetivo. Pode-se, aliás, ensinar e avaliar por objetivos sem preocupar-se com a transferência dos conhecimentos e, menos ainda, com sua mobilização diante de situações complexas”. (PERRENOUD, 1999, p. 19)

O desempenho observado, por sua vez, seria um indicador mais ou menos confiável de uma competência, supostamente mais estável, que é medido indiretamente. Mas, afirma ele que, o fato de que a competência, invisível, só possa ser abordada através de desempenhos observáveis, não acaba com a questão de sua conceitualização, ainda que se reconheça ser possível descrever um conjunto de ações que remetesse para a competência subjacente sem perguntar como ela funciona. É o que ocorre quando se enuncia uma lista de competências.

Para enfrentar essa questão, Perrenoud sugere que se faça um inventário dos recursos mobilizados e de um modelo teórico da mobilização, a fim de se formar uma idéia do que ocorre na caixa-preta das operações mentais. É coerente com esta idéia também a afirmação de que as competências sejam aquisições, aprendizados construídos e não virtualidades da espécie, como interpreta a lingüística.

A abordagem de Perrenoud é fortemente cognitiva, entendendo que a competência orquestraria um conjunto de esquemas mentais, tais como percepção, avaliação, ação, etc. A aprendizagem ocorreria por meio do “pensamento reflexivo”, que se instaura quando o sujeito desenvolve respostas originais e eficazes para problemas novos. O pensamento reflexivo seria a tomada de consciência, ao mesmo tempo, do obstáculo e dos limites dos conhecimentos e dos esquemas disponíveis, diante de uma situação que não pode ser enfrentada com a simples acomodação dos esquemas constituídos.

O autor considera que a escola se baseia na transferência de conhecimentos, enquanto que sua transferência e a construção de competências é delegada à prática (profissional e/ou social). Ao contrário disto, pode-se deduzir que a implementação de uma formação deveria primeiro identificar as situações de referências – práticas sociais, situações problemáticas, de trabalho, etc. – para detectar competências e seleção de conhecimentos, ao que ele designa como princípio de transposição didática¹⁰. A escolha de competências transversais (de caráter geral) a serem desenvolvidas dependeria da resposta à pergunta sobre que tipo de seres humanos a escola quer formar, com vista a que práticas familiares, sexuais, políticas, sindicais, artísticas, esportivas, associativas, etc.

Perrenoud não nega as disciplinas escolares, considerando que as mesmas devem se combinar com a resolução de problemas complexos. Ele aceita que as disciplinas organizam parcialmente tanto o mundo do trabalho como a pesquisa. Assim, a preocupação com o desenvolvimento de competência nada teria a ver com uma dissolução das disciplinas em uma confusa “sopa transversal”, ainda que isto não nos exime de interrogar os limites e as intersecções das mesmas.

Os conhecimentos, entretanto, adquirem um sentido intimamente relacionado às competências que se pretende desenvolver. O autor pergunta: “deve-se enunciar os conhecimentos por si, conforme programas nocionais, ou organizá-los ‘estrela’, em torno de competências que os mobilizam e justificam sua assimilação naquele momento do currículo?” Ao optar pela segunda lógica, o autor consolida a idéia de que uma abordagem por competências determina o lugar dos conhecimentos na ação, qual seja, se são recursos, freqüentemente determinantes, para identificar e resolver problemas, para preparar e para tomar decisões. Assim, os conhecimentos só valem quando disponíveis no momento certo e quando conseguem “entrar em sintonia” com a situação.

Os métodos de ensino, para este autor, devem confrontar o aluno, de forma regular e intensamente, com problemas numerosos, complexos e realistas, que mobilizem diversos tipos de recursos cognitivos. Ao professor cabe negociar e conduzir projetos com os alunos, propondo situações-problemas e negociando-as para que se tornem significativas e mobilizadoras para os alunos. O professor deve identificar e ajudar o aluno a identificar o obstáculo e torná-lo o ponto nodal da ação pedagógica. Os percursos de formação deveriam ser individualizados, levando à ruptura com a segmentação do currículo em programas anuais.

O desenvolvimento cognitivo deve levar o aluno à capacidade geral de adaptação e discernimento, pela assimilação de conhecimentos, que se constituem em recursos que, juntamente com esquemas, conceitos (valores?) e atitudes, produtos de experiências anteriores, utilizamos para abordar as situações da vida. Ou seja, a aprendizagem é o próprio desenvolvimento de competências, enquanto o conhecimento é o saber que permite operar sobre o real e, portanto, sobre o próprio indivíduo, sobre seu corpo e espírito. Assimilações utilizáveis em diversos contextos.

Perrenoud (1999) é menos enfático sobre a possível superação da problemática relativa à definição dos objetivos. Ele não considera que as abordagens advindas da “tradição” da pedagogia do domínio estejam em absoluto superadas, mas sim que seus excessos – behaviorismo sumário, taxonomias intermináveis, excessivo fracionamento dos objetivos, organização do ensino por objetivo, dentre outros – foram controlados. Tanto que, admite o autor, fala-se, às vezes, em

⁹ Discutiremos esse aspecto no item em que faremos um confronto entre as perspectivas pedagógicas aqui apresentadas.

¹⁰ Para discutir esse princípio, recomendamos a leitura de Chevallard e de Martinand (1986)

competências apenas para insistir na necessidade de expressar os objetivos de um ensino em termos de condutas e práticas observáveis.

Sendo assim, continua ele, falar a respeito de competência pode não acrescentar muita coisa à idéia de objetivo, pois é possível ensinar e avaliar por objetivos sem se preocupar com a transferência dos conhecimentos e, menos ainda, com sua mobilização diante de situações complexas. Nesse caso, tal como os objetivos comportamentais se confundiam com o próprio domínio do conhecimento, a associação de uma competência a um simples objetivo de aprendizado sugere, erradamente, que cada aquisição escolar verificável é uma competência, quando na verdade a pedagogia por objetivos é perfeitamente compatível com um ensino centrado exclusivamente nos conhecimentos. (Ramos, 2001)

Vemos, em Phillipe Perrenoud, a tentativa de sistematizar a pedagogia das competências como uma corrente pedagógica. Em suas considerações observamos uma aproximação significativa com o pragmatismo e com o construtivismo piagetiano, ainda que nos atente, indiretamente, para as armadilhas do tecnicismo e do condutivismo. Nesses termos, dadas as suas afiliações filosóficas e epistemológicas, a pedagogia das competências é a síntese, hoje, das correntes pedagógicas não críticas que se apóiam nas filosofias da existência.

4. Concepções e práticas nas Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde do Brasil (ET-SUS): um contexto empírico da perspectiva pragmática e tecnicista da pedagogia das competências

A pesquisa empírica sobre concepções e práticas nas escolas técnicas do sistema único de saúde do Brasil nos levou a uma unidade constituída em torno do pragmatismo como a epistemologia que embasa o escolanovismo e a pedagogia das competências adotados nessas instituições. O princípio da integração ensino-serviço é o eixo estável dessa unidade. Para compreendermos, a partir das próprias Escolas Técnicas e de seus intelectuais, os elementos que caracterizam suas concepções e práticas apresentaremos as conclusões preliminares da pesquisa, com foco especialmente no processo de ensino-aprendizagem desenvolvido pelas escolas.

4.1. Indicações da pesquisa empírica sobre o processo de ensino-aprendizagem nas ET-SUS

Textos acadêmicos que versavam sobre a educação profissional em saúde, produzidos no período dos anos de 1980 aos anos de 2000 constituíram-se em fontes de pesquisa¹¹, bem como entrevistas realizadas em dez escolas, tendo-se realizado a análise de conteúdo (BARDIN, 2007) das informações obtidas. Em vários textos identificamos como finalidade da educação dos trabalhadores em saúde, possibilitar o conhecimento dos princípios que norteiam a prática profissional, em contraposição à formação tecnicista, assim como uma defesa da formação da consciência crítica dos trabalhadores e o processo pedagógico como um espaço em que se pode reconhecer a condição de exploração, inclusive dada a centralidade do aluno como sujeito da aprendizagem. Entretanto, uma vez que o conhecimento parece adquirir uma função utilitária, posto que sua seleção deve ser orientada pela prática profissional, o desenvolvimento intelectual é tido como orientador de procedimentos adequados à realidade.

A finalidade política da formação, então, não está fundada no sentido dos conhecimentos como mediação para a compreensão e transformação da realidade – o que exigiria uma abordagem em totalidade na perspectiva histórico-dialética –, mas aparece como uma intencionalidade a parte, desvinculada da formação técnico-científica. A concepção do processo de ensino-aprendizagem aparece sempre vinculada à experiência concreta dos estudantes e sendo organizada com base no que é chamado de problematização. Identificam-se os cinco passos didáticos propostos por Dewey. Assim, a prática profissional é tomada como um conjunto de procedimentos para os quais os alunos devem ser instrumentalizados a partir dos conteúdos de ensino

Nota-se, por essas duas considerações – o papel do professor e o significado da prática – o fenômeno que ocorre na transição do pensamento escolanovista ao tecnicismo, qual seja: a ênfase nos métodos pedagógicos dada pelo escolanovismo acabou desembocando numa eficiência instrumental que deu suporte ao tecnicismo, com a diferença, porém, quanto ao papel de professores e alunos. Se no primeiro professores e alunos decidem sobre a utilização de determinados meios, no segundo esses são definidos a sua revelia; o que explica a ênfase nos materiais instrucionais e o deslocamento para um segundo plano tanto do professor quanto do aluno.

Análises elaboradas no contexto atual de difusão da pedagogia das competências, vinculam a finalidade da educação às exigências do regime de produção flexível, enquanto os conteúdos de ensino são definidos frente a competências as quais, por sua vez, se manifestam como objetivos operacionais nos termos do tecnicismo.

Nossos estudos teóricos nos levaram a concluir que Pedagogia Nova e Pedagogia das Competências têm a mesma raiz epistemológica, qual seja o pragmatismo. Por outro lado, assim como na Pedagogia Nova ocorreu uma exacerbação metodológica que levou ao tecnicismo, a conversão das supostas competências em desempenhos, cujo desenvolvimento dependeria do uso de metodologias adequadas, levou a pedagogia das competências a se aproximar do tecnicismo.

A evidência desses fenômenos nos permite compreender que o fato de textos acadêmicos sobre a educação dos trabalhadores em saúde, no contexto de transformação tecnológica, basear-se na pedagogia das competências e apresentar também elementos do tecnicismo não é uma contradição nem um sincretismo pedagógico. Ao contrário, é uma expressão

¹¹ A fim de preservar os autores dos respectivos textos, esses serão indicados por número e data de publicação, vindo a constar somente das referências bibliográficas.

singular do fundamento que unifica a Educação Profissional em Saúde sob o princípio da integração ensino-serviço: uma pedagogia em que a teoria se subsume à prática.

Essa perspectiva foi confirmada pelas entrevistas realizadas com coordenadores pedagógicos e professores de dez escolas. Identificamos que o processo de ensino-aprendizagem centra-se na problematização do cotidiano e da experiência prática do aluno, especialmente a de trabalho, buscando-se estabelecer uma relação entre seu conhecimento cotidiano e o conhecimento científico. Esses seriam os pólos da relação entre prática e teoria. Pela problematização, visa-se à reconstrução dos conhecimentos dos alunos, tendo a avaliação como um importante momento dessa reconstrução, mediante uma relação dialógica e horizontal com o professor. Entende-se que o modelo de competências contribui para uma maior integração entre os conteúdos.

Os conteúdos são selecionados com base no perfil profissional elaborado por competências que expressam em desempenhos e relacionados às experiências e práticas problematizadas. As avaliações são realizadas por competências, às quais, além dos desempenhos, associam-se também a mobilização de conhecimentos. O conhecimento científico é abordado de acordo com o que é suscitado pelos alunos em discussões de grupo, pesquisas e problemas identificados no cotidiano de trabalho

Apesar de preconizar um trabalho calcado na dialogicidade, a transmissão dos conteúdos normalmente se apóia em guias curriculares com orientações metodológicas prescritas e com pouco espaço para o desenvolvimento da autonomia, do diálogo, e da problematização da realidade.

As análises realizadas nos permitem concluir o que se segue. Primeiramente, pode-se afirmar que as Escolas Técnicas de Saúde nomeiam o referencial pedagógico por eles adotado como “Pedagogia das Problematização”. Porém, a problematização não é propriamente uma pedagogia propriamente, mas sim como um dos passos didáticos presentes no escolanovismo mas também em outras perspectivas pedagógicas não tradicionais. O que difere o sentido desse passo didático em cada uma das correntes, entretanto, vem a ser o objeto a ser problematizado. No escolanovismo e na pedagogia das competências, esse vem a ser as situações cotidianas às quais os sujeitos precisam se adaptar, o que será feito desenvolvendo-se esquemas mentais de comparação, análise, interpretação e compreensão – as competências – mediante o pensamento reflexivo.

Ao designarem um passo didático como sua pedagogia, pode-se inferir que as Escolas construíram suas concepções e práticas mediante uma forte crença no método de ensino-aprendizagem. Além disto, o fato de terem como objeto da problematização o cotidiano do trabalho em saúde, nos demonstra a aproximação com o pensamento escolanovista, em que o sentido da teoria é justificar a prática.

Por outro lado, notamos também, em algumas escolas, a afirmação de que seu referencial pedagógico é a pedagogia das competências, sendo a problematização a sua metodologia. Tem-se, nesses casos, uma atualização do discurso de forma coerente com um pensamento pedagógico mais estruturado. Permanecendo o cotidiano do trabalho em saúde como o objeto da problematização, continua válida a conclusão acima, posto ser esta uma característica histórica da educação profissional em saúde, que foi atualizada pela pedagogia das competências, de mesma raiz epistemológica do escolanovismo.

Essa conclusão se consolida quando vemos que, mesmo sob a designação como pedagogia “da problematização” e não “das competências”, as competências, hoje, são a base para o desenvolvimento dessa pedagogia, pois essas determinam o significado dos conteúdos de ensino; sua seleção; e a avaliação da aprendizagem. Ressalte-se, porém, que essas não são elaboradas como esquemas mentais, o que seria mais coerente com a idéia de pensamento reflexivo de Dewey e com a abordagem cognitiva de Perrenoud, ambos tendo Piaget como a referência psicopedagógica; mas sim, como desempenhos os quais o uso adequado da metodologia poderia lograr. Traduz-se, aqui, a influência tecnicista e condutivista da pedagogia das competências.

Outro aspecto relevante do processo de ensino-aprendizagem identificado nessas escolas refere-se à dinâmica da problematização. Primeiramente, parte-se sempre dos problemas identificados pelos alunos na sua prática de trabalho, busca-se fazê-los apresentar seus conhecimentos sobre aquela prática – frequentemente designado pelos entrevistados como conhecimentos cotidianos – e a esses se relacionam os conhecimentos científicos. Vêm-se, aqui, novamente, elementos do pensamento reflexivo de Dewey e de Perrenoud, pois a validade dos conhecimentos está na sua capacidade de resolver os problemas. Em outras palavras, a instrumentalidade dos conteúdos de ensino em relação à prática insiste em nos remeter aos fundamentos do escolanovismo, enquanto a objetivação das competências na forma de desempenho, ao condutivismo, esses podendo se desdobrar no tecnicismo pela ênfase conferida aos métodos.

A pesquisa nos mostrou que tais concepções não encontram-se livres de contradições, sendo que sua elucidação nos levaria a aprofundar as questões como as que apresentamos a seguir.

Em que medida se recorre aos conhecimentos científicos exclusivamente para prover instrumentos de resolução desses problemas (sentido dado aos conteúdos nas concepções pragmáticas dos autores acima referidos), restritos ao processo de trabalho; ou se busca a apropriação dos instrumentos teóricos e práticos necessários ao equacionamento dos problemas, não só de trabalho, mas os que envolvem a prática social mais amplamente (sentido dado aos conteúdos pela pedagogia histórico-crítica)?

Até que ponto os conhecimentos científicos são abordados exclusivamente como recursos válidos para a resolução de problemas (perspectiva pragmática); ou são compreendidos e abordados como produções sociais preservadas historicamente (perspectiva histórico-crítica)?

A apropriação desses conhecimentos pelos estudantes é esperada ocorrer por um construtivismo subjetivo (assim defendido pelos autores do pragmatismo); ou sua apropriação pelos estudantes está na dependência de sua transmissão direta ou indireta por parte do professor, considerando que esses se encontram em níveis diferentes de compreensão (conhecimento e experiência) da prática social em relação aos primeiros (como entende a pedagogia histórico-crítica)?

Tais conhecimentos são apropriados pelos estudantes no limite das necessidades postas pelos problemas da prática de trabalho (considerados suficientes na visão pragmática); ou se poderia falar de uma apropriação catártica, dada a efetiva incorporação dos instrumentos culturais, transformados em elementos ativos de transformação social (assim defendido pela pedagogia histórico-crítica)?

Finalmente, esses conhecimentos se reverterem para a transformação exclusiva das práticas de trabalho em saúde (escopo delimitado pelo sentido particular da educação profissional em saúde); ou se estende seu potencial para a efetiva transformação da prática social, considerando as relações sociais de produção que configuram a condição de classe desses trabalhadores (universalidade visada pela educação da classe trabalhadora, em que a educação profissional é uma mediação estratégica)?

A resposta a essas questões precisaria ser elaborada mediante algumas principais contradições do processo de ensino-aprendizagem dessas escolas que identificamos com a pesquisa. A primeira, diz respeito à clara afiliação pragmatista das concepções e práticas das Escolas baseadas na pedagogia das competências, atravessada pela intenção de formação crítica e política de seus estudantes. A segunda trata-se de referências a perspectivas de formação em totalidade e a uma visão histórica dos processos e relações de trabalho, assim como dos conhecimentos científicos, que convivem com uma compreensão do significado e da seleção dos conteúdos de ensino delimitada pelos desempenhos esperados no exercício das práticas profissionais.

Por fim, está a valorização dos trabalhadores em saúde como sujeitos de transformações sociais e uma perspectiva pedagógica que não somente reconhece seus saberes cotidianos, mas, por vezes, tende a considerá-los como mais significativos do que os saberes formais, podendo redundar na negação do direito ao acesso e apropriação do patrimônio científico e cultural da humanidade, os quais potencializam esses trabalhadores a se tornarem dirigentes e que, por isto mesmo, estiveram historicamente restritos às elites.

Duas características fortes do pensamento das ET-SUS as impedem de se apresentar como expressões do pensamento escolanovista e tecnicista tout court; ou, melhor dizendo, tais características se manifestam como contradições que, se compreendidas, potencializariam projetos educacionais de base histórico-crítica. A primeira refere-se à forte preocupação com a formação política, influenciada pelo pensamento freireano, que acaba fazendo-as sinalizarem uma atuação mais contrahegemônica em relação à história do pensamento educacional brasileiro do que de adequação a este. Ressaltamos, entretanto, que a separação entre formação política e formação científica é um limite na direção de uma concepção contrahegemônica organicamente construída de natureza histórico-crítica. Porém, não se pode negar essa marca como um germen potencialmente criador de novas concepções.

A este propósito temos que destacar que a vinculação da formação com o Sistema Único de Saúde (SUS) e seus princípios é onde se encontra a maior potencialidade para o desenvolvimento da educação profissional sob uma concepção histórico-crítica. Poderíamos dizer que o pressuposto da vinculação entre educação e prática social aparece nessas escolas técnicas como a vinculação entre a educação profissional em saúde e o SUS. Nesse sentido, o conceito ampliado de saúde¹² que a define como um direito e preside o princípio de acesso universal ao sistema de saúde, é o eixo que sustentaria uma formação na perspectiva da totalidade centrada na integração entre trabalho, ciência e cultura. Ou seja, a compreensão do SUS como parte de uma totalidade sócio-econômica mais ampla, na qual as relações sociais de produção geram a contradição entre saúde como direito e como mercadoria, justificaria uma formação na qual a categoria “modo de produção” fosse central, tal como aborda a pedagogia histórico-crítica.

Percebemos que essa idéia atravessa a reflexão dos representantes das escolas, mas não conseguimos vê-la de forma elaborada e consciente. É como esse sentido estivesse auto-evidente na afirmação de que a finalidade da educação é formar profissionais para o SUS. Também não se percebe uma elaboração, salvo em algumas entrevistas, entre a natureza econômico-social e política do SUS e tais determinações na relação entre trabalho e educação do técnico em saúde. Se esta consciência existe, não se pode vê-la como fundamento explícito de uma concepção epistemológica, ético-política e pedagógica das escolas. A explicitação e o aprofundamento dessa compreensão provavelmente levaria à crítica da epistemologia pragmática e da hegemonia da referência na micro-política, abrindo caminhos para que a concepção de formação politécnica e omnilateral desse direção às práticas das ET-SUS.

Atualmente, porém, quando entrevistados, os representantes das escolas não se manifestam sobre o que entendem por concepção de educação politécnica, na maioria das vezes nos solicitando explicações sobre o tema. Ocorreu, ainda, de se tomar “concepção de educação politécnica” por “concepção da escola politécnica”, o que demonstra o desconhecimento dessas idéias pelas escolas investigadas.

Em algumas situações, quando explicávamos que a educação politécnica seria aquela que proporciona aos trabalhadores a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais dos processos e das

¹² O conceito ampliado de saúde supera a idéia da saúde como ausência de doenças e a vincula à garantia de condições necessárias à qualidade de vida.

relações sociais de produção, os entrevistados afirmavam que, então, a concepção de sua escola se aproximaria desta, pois, tendo o SUS com a referência formativa, assim não poderia deixar de ser. Ainda que reconheçamos existir, de fato, tal potencialidade nas escolas, nosso questionamento a essa concordância está na diferença entre os princípios políticos e pedagógicos que orientam a politecnia e aqueles do escolanovismo, os quais já demonstramos se manifestar nas concepções e práticas das ET-SUS.

Por fim, no que se refere à concepção de Educação Permanente, as respostas tendem a indicá-la como convergente com o que já fazem. Como política, a Educação Permanente, porém levaria as escolas a uma maior interlocução com os gestores e à busca de estratégias para sua participação regular na discussão de seus projetos político-pedagógicos e na elaboração dos planos de curso.

Considerações Finais

A conclusão da pesquisa nos permitiu concluir que a educação profissional em saúde no Brasil, tentando superar a pedagogia tradicional, desenvolveu-se com base na epistemologia pragmatista, cuja expressão pedagógica em nosso país foi o escolanovismo, hoje atualizado como pedagogia das competências. Esta, apóia-se teoricamente no (neo)pragmatismo e se concretiza como um (neo)tecnicismo. De todo modo, nota-se que, conceitualmente, foram tomados do pragmatismo os seguintes princípios: a) a finalidade da educação é, essencialmente, o aprimoramento da prática mediante o pensamento reflexivo; b) a perspectiva metodológica de ensino centra-se na problematização da prática, esta sinônimo de cotidiano; c) na relação professor-aluno, o primeiro caracteriza-se como mediador/facilitador, enquanto é a atividade do segundo a referência do processo de ensino-aprendizagem; d) a relação teoria-prática caracteriza-se pela função da teoria como justificativa da prática; e) os conteúdos são selecionados a partir dos desempenhos esperados na prática e sua finalidade, então, é a estruturação desses desempenhos, que passam a ser designados como competências; f) as mudanças dos desempenhos proporcionadas pelo pensamento reflexivo são também o foco das avaliações. Esses são os fundamentos que explicam a adoção da Pedagogia das Competências como referência para as concepções e práticas das instituições analisadas por esta pesquisa. Como vimos, Pedagogia Nova, Tecnicismo, e Pedagogia das Competências têm a mesma raiz filosófica, o existencialismo e o empirismo; e epistemológica, o pragmatismo.

Referências Bibliográficas

- BARDIN, L. (2007). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- CARVALHO, José S. F. (2001). *Construtivismo: uma pedagogia esquecida da escola*. Porto Alegre: ArtMed
- DEWEY, J. (1989). *Cómo Pensámos*. Buenos Aires: Paidós.
- _____. (1959). *Experience and nature*. New York, Dover Publications.
- _____. (1950). *Lógica: teoría de la investigación*. México: Fondo de Cultura.
- DOLL Jr., W. (1997). *Curriculo: uma perspectiva pós-moderna*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- DUARTE, N. (2000). *Vygotsky e o “aprender a aprender”*. Crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. São Paulo: Editora Autores Associados.
- GHIRALDELLI JR., Paulo. (2001). *Neopragmatismo, escola de Frankfurt e marxismo*. Rio de Janeiro: DP&A Editora.
- LUKÁCS, G. (1981). *Per uma Ontologia dell’Essere Sociale*. Roma: Editori Riuniti.
- MALGLAIVE, Gérard. 1995. *Ensinar Adultos*. Porto: Porto Editora.
- MARX, K. (1988). *O Capital*. Livro I. Volume I. São Paulo: Edições Abril.
- _____. *A Ideologia Alemã*. 1991. 8. ed. São Paulo: Hucitec.
- RAMOS, M. (2001). *A Pedagogia das Competências: Autonomia ou Adaptação?*. 1. ed. São Paulo: Cortez.
- _____. (2002). *A educação profissional pela Pedagogia das Competências: para além da superfície dos documentos oficiais*. *Educação e Sociedade*, 23 (80), 405-427.
- _____. (2003). *É possível uma Pedagogia das Competências contra-hegemônica? Relações entre pedagogia das competências, construtivismo e neopragmatismo*. *Trabalho, Educação e Saúde*, 1 (1), 93-114.
- SCHÖN, D.. (2000). *Educando o Profissional Reflexivo*. Porto Alegre, ArtMed.
- TOULMIN, S. J. (1971) *La comprensión humana. El uso colectivo y la evolución de los conceptos*. Madrid: Alianza.
- TSÉ-TUNG, M. (2004). *Sobre a Prática e sobre a contradição*. São Paulo: Expressão Popular.
- PERRENOUD, Philippe. (1999). *Construir as Competências desde a Escola*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- VÁZQUEZ, A. S. (1977). *Filosofia da Práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FOSNOT, C. T. (1998). *Construtivismo. Teoria, perspectivas e prática pedagógica*. Porto Alegre, ArtMed.
- VON GLASERFELD, Ernst. (1998). *Construtivismo: aspectos introdutórios*. In: FOSNOT, Catherine Twomey. *Construtivismo. Teoria, perspectivas e prática pedagógica*. Porto Alegre, ArtMed.

Cultura Profissional: a construção de um objecto interdisciplinar a partir de um estudo sobre a clínica veterinária

Telmo H. Caria
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
tcaria@utad.pt

Resumo: A polissemia das noções de cultura e profissão e as múltiplas tradições das CS que trataram estes dois conceitos obrigam a um especial cuidado e rigor teórico-metodológico para que o objecto “cultura profissional” sirva o propósito de ser âncora de uma problemática que pretende tratar as relações entre educação, trabalho e conhecimento em grupos profissionais com elevado capital escolar. Esta problemática tem vindo a ser desenvolvida por um grupo/linha de investigação, sediado no norte de Portugal (grupo aspti:) cujos estudos se pretendem divulgar através desta comunicação.

1. Linha de investigação ASPTI

Desde 1999 que se desenvolve uma linha de investigação no Norte de Portugal sobre o trabalho e o conhecimento em grupos profissionais, com a participação de investigadores de várias origens institucionais e disciplinares: (1) investigadores com formação diversificadas em sociologia, ciências da educação, e em ciências do desenvolvimento e em áreas profissionais que fazem uso das ciências sociais (enfermagem, extensão agrária e serviço social); (2) investigadores com origem na Universidade do Porto, na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, no pólo de Braga da Universidade Católica Portuguesa, no Instituto Politécnico de Bragança e nas Escolas Superiores de Saúde e de Serviço Social do Porto.

Esta linha de investigação tem-se designado de grupo ASPTI. A sigla ASPTI sintetiza a temática com abrangência maior a que nos dedicámos até 2004: Análise Social das Profissões em Trabalho Técnico-Intelectual. A partir de 2005, quando nos tornámos os animadores desta rede de investigadores (rede GP_etc) e deste colóquio anual, passámos a ter um objecto de investigação mais delimitado, descrevendo-o como uma Análise Social do Saber Profissional em Trabalho Técnico-Intelectual. Em consequência desta orientação, desde 2007 que o núcleo central desta linha de investigação está sediado no Centro de Investigação e Intervenção Educativas da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade Porto, como grupo autónomo de investigação dedicado à temática das “etnografias do conhecimento profissional”. Para se poder fazer uma ideia do caminho que temos desenvolvido será de consultar a nossa página Web e o documento em anexo que junto a esta comunicação.

2. Contornos gerais do objecto Cultura Profissional

O conceito de cultura profissional transformou-se ao longo tempo no centro da nossa problemática. Não irei aqui desenvolvê-lo do ponto de vista teórico: isso já tem sido objecto de outros trabalhos (Caria, 2008; 2005a; 2001). O meu objectivo, nesta comunicação, será o de indicar os seus contornos gerais e dimensões analíticas mais relevantes e procurar ilustrar algumas das nossas hipóteses através de dados extraídos de um dos nossos trabalhos empíricos relativo à actividade clínica de médicos veterinários. A comunicação que a colega Berta Granja fará a seguir nesta sessão, relativa aos assistentes sociais, será também um bom exemplo das pesquisas que temos conduzido neste grupo de investigação.

Num primeiro contorno geral, poderemos dizer que o conceito de cultura profissional visa servir de mediador e tradutor de sentido entre as lógicas de investigação ligadas às ciências da educação e às ciências do trabalho e das profissões - de tradição macro e de cunho histórico-estrutural - e as lógicas de investigação ligadas à ergonomia, à análise organizacional e às ciências cognitivas - de tradição micro e de cunho fenomenológico. Fruto desta orientação procuramos evitar as excessivas delimitações institucionais da Sociologia, da Antropologia Social e da Psicologia Cognitiva quando separam as explicações dos processos colectivos de trabalho dos processos educativos e cognitivos.

A comunicação do colega Gonçalo Praça - nosso convidado nesta sessão - pretende ser um exemplo daquilo que podem ser as confluências e as intercepções entre a nossa problemática – a da cultura profissional - e alguns dos trabalhos que hoje se desenvolvem em Sociologia da Ciência nos quais é questionado o etnocentrismo técnico-científico e questionadas as relações de poder que os técnicos mais qualificados desenvolvem com os cidadãos no quotidiano.

Neste âmbito, podemos explicitar o segundo contorno geral do conceito de Cultura Profissional. Ele pretende dar conta de dois tipos de fenómenos sociais, relativos ao modo como os actores sociais em geral e, mais especificamente, os profissionais com elevados capitais escolares, vivem as organizações e as instituições sociais nas sociedades capitalistas pós-industriais (Beck, 1998; Bell, 2004; Boltansky e Chiapello, 1999; Castells, 2000) e como se desenvolve a cultura e a reflexividade nas sociedades pós-modernas (Bauman, 2007, Giddens, 1992, Miranda, 2002; Alexander, 2000). Estes dois fenómenos são: (1) a relação entre o papel institucional ocupado pelos grupos profissionais mais qualificados e os processos colectivos de construção identitária, face à dupla dificuldade, nos dias de hoje, em definir e legitimar o profissionalismo institucionalizado e em enquadrá-lo em organizações burocráticas e empresariais (Dubet, 2002; Marinez et al., 2003; Freidson, 2001); (2) a necessidade de mobilização de diferentes tipos de conhecimentos em contexto de trabalho profissional,

face a constrangimentos organizacionais e tecnológicos e a contextos relacionais e ambientais que supõem uma procura social acrescida de eficácia diferenciada e especificidade contextual, inovação e avaliação para a intervenção profissional, a par de um acréscimo da incerteza no diagnóstico/interpretação das formas de organização e das situações que carecem da acção de profissionais (Gadrey & Zarifian, 2002, Nowotny et al., 2003; Leicht & Fennel, 1997).

Fruto desta orientação, centramos a análise do profissionalismo à escala micro, procurando ver o impacto dos processos de institucionalização e legitimação das profissões nas formas de organização da interacção social e na reflexividade profissional. Para este efeito privilegiamos as metodologias compreensivas e as estratégias etnográficas de investigação, de forma a mais facilmente poder interceptar à análise contextual do trabalho profissional com os processos de socialização e com a mobilização e uso de conhecimento abstracto e experiencial na interacção social. Concretizarei estas orientações na descrição que farei de seguida sobre o trabalho clínico-veterinário.

3. Cultura profissional (1): da prática à actividade em clínica veterinária

Em primeiro lugar, a clínica veterinária, como parte de uma cultura profissional, é concebida como uma prática social. Prática, no sentido em que Bourdieu dá a este conceito: um improviso social automático e inconsciente determinado por uma estrutura social incorporada gerada pela trajectória social de cada agente e regulada simbolicamente por uma matriz de (im)possibilidades (ou sistema de disposições) de percepção, de antecipação e de apreciação social (habitus) que inscreve a prática num campo de relações sociais de poder desigual (Bourdieu, 1972: 157-200; com Wacquant, 1992:71-115). Deste ponto de vista, contra o objectivismo e estruturalismo e contra o subjectivismo e cognitivismo, as estruturas sociais de poder e as representações simbólicas são parte integrante do sentido prático dos agentes, quando estes têm que improvisar usando as suas competências em situação (Pharo et al. 2003, Giddens, 1989; DiMaggio, 1997; Myles, 2004).

Para obter informação sobre as práticas da clínica veterinária - e na falta de possibilidades para desenvolver uma estratégia etnográfica de investigação como fizemos com outros grupos profissionais (Loureiro, 2008; Granja, 2008; Pereira, 2008; Caria, 2000) - construímos um dispositivo de investigação-formação que colocou numa relação de entrevista veterinários experientes a relatarem a jovens veterinários os seus processos de integração na via profissional clínica, relativa à protecção da saúde dos animais para produção pecuária e leiteira - para provir a alimentação humana - e dos animais domésticos de companhia (Caria & Granja, 2008; Caria, 2006; Caria, 2005b:199-201).

O dispositivo inspirou-se numa leitura pragmática e compreensiva da etnometodologia e do interaccionismo simbólico (Quéré, 1987; Quéré & Pharo, 1990; Dodier, 1993; Breton, 2004; Queiroz & Ziotkowi, 1997). Visou comparar a organização das práticas simbólicas quotidianas de diagnóstico clínico no campo profissional com aquelas que tinham sido aprendidas na socialização no campo universitário e que tinham por base a descrição e a observação de patologias em situações experimentais, simplificadas ou simuladas. Deste modo, pretendeu-se compreender as formas de organização da acção profissional que tornavam inteligíveis e explicitáveis, na interacção social entre pares, a consciência prática de fazer e de pensar a clínica veterinária ao longo da uma carreira.

As descrições comparadas dos clínicos experientes transmitiram-nos a existência de múltiplas perturbações e quebras de sentido entre o que era assumido como uma atitude natural no campo universitário e na sua socialização técnico-científica e aquilo que, posteriormente, era necessário a uma prática competente no campo profissional¹.

[No início da carreira temos] também aquela sensação de que a formação prática que temos, quando estamos a estudar, falha um bocado. Aquela prática não é a que nos aparece todos os dias.”

“Lembro-me que a minha principal dificuldade foi em assumir a responsabilidade perante a situação. Já tinha visto casos daqueles montes de vezes e aquelas situações também. Quando estava com o orientador, eu pensava: ‘outra vez uma vaca com a mesma coisa’, nem ligávamos! Pensava que quando fosse eu, já sabia o que fazer. E depois na altura é completamente diferente. Nós temos a responsabilidade e temos que saber se estamos ou não preparados para a situação. [...]”

“Temos uma boa bagagem de elementos teóricos [...], mas é tanta matéria que é natural que a informação não esteja completamente definida. E eu acho que esse foi o problema maior quando comecei a trabalhar. [No início] era necessário abstrair de todo aquele potencial de informação que tínhamos adquirido [para tudo resolver e] focar só na clínica, [...] e agora só íamos trabalhar com uma ou duas coisas. No início resolvia os casos, mas, ao mesmo tempo, ia fazendo revisões sobre a matéria: fazia restrições, voltava a estudar, voltava a programar, voltava a fazer os mesmos resumos. Procurava ficar a perceber o que era mais importante e o que era secundário, conforme os casos me iam surgindo.”

“Hoje [passados 6 anos de prática profissional], mudou principalmente a maneira de abordar os casos. Ou seja, no início nós temos uma tendência um pouco atabalhoada de fazer o diagnóstico ou de procurar os indícios clínicos da doença. Não sabemos muito bem, apesar de nos terem ensinado, não sabemos muito bem qual a importância a dar a cada sinal. Com o tempo aprende-se a determinar o que é realmente importante e o que não é.”

Repare-se que estamos perante um curso com elevado cunho profissionalizante: há formação prática, há ensino da prática e há observação directa de situações. De facto, neste curso existem prescrições muito explícitas e detalhadas sobre os

¹ Todos os sublinhados apresentados nas transcrições dos relatos pretendem destacar as expressões que nos parecem ter maior pertinência analítica,

modos de pensar e agir face às situações e aos casos clínicos, e, apesar disso, os dados apresentados, retirados dos relatos sobre a organização das formas de diagnóstico clínico, parecem falar-nos de um curso sem finalidades profissionais que supostamente não teria investigação aplicada que o servisse directamente. Assim, os dados evidenciam que a prática no campo profissional é pensada e descrita como tendo uma outra lógica, ou epistemologia, porque apesar de depender da socialização no campo universitário a transferência do seu sentido prático não é automática para o campo profissional:

a prática de diagnóstico profissional, que permite intervir junto do animal, não é exactamente aquela que permite ver e explicar as mesmas patologias animais no campo universitário;

a importância relativa dos sinais patológicas não é coincidente nos dois campos;

a organização da informação disponível não é equivalente nos dois campos.

Em síntese, o valor teórico-analítico do conhecimento científico é reconfigurado e redescrito de forma a adquirir um valor interpretativo-hermenêutico no campo profissional-prático (Theureau, 2004). passando o diagnóstico a ser uma parte da interacção na situação clínica, e não um fim em si mesmo como parece ocorrer no campo universitário.

Esta conclusão nada tem de original. Ela vai ao encontro de outros trabalhos sobre a relação entre processos educativos formais e informais (Barbier, 1996; Schon, 1983; Courtois & Pineau, 1991) e sobre as características da acção e da cognição em situação (Lave & Wenger, 1991; Schuman, 1987; Vera & Simon, 1993): as práticas simbólicas que têm propósitos de concepção, de abstracção e generalização do conhecimento, por muito prescritivas e detalhadas que sejam sobre a prática, estão sempre aquém da cognição e do improviso em situação, porque têm uma organização hierárquica e linear, simplificadora e controladora do processo de pensamento e acção, não adequada, portanto, ao desenvolvimento do saber experiencial dos profissionais-práticos.

Acrescentarei a estas considerações teóricas duas outras:

a existência de uma relação de poder entre a dimensão simbólica do diagnóstico no campo universitário – organizada por referência à comunidade científica, a práticas tipificadas e a formações discursivas - e a dimensão prática que improvisa no campo profissional, poderá ser conceptualizada através do conceito de Basil Berstein (1998) de recontextualização, embora nesta recontextualização profissional não pressuponhamos que este processo, ao nível micro e sociocognitivo, seja absolutamente determinado pela estrutura de poder simbólico existente².

o improviso profissional em situação para se desenvolver como cultura profissional necessita ser actualizado e explicitado pelos mais velhos para ser aprendido como adequado e competente pelos mais novos, isto é, necessita dos relatos do ocorrido que tornam inteligível para os pares - pela consciência prática que desenvolvem na interacção em grupo³ - a existência de um sentido prático partilhado ou de formas comuns de organização e coordenação da acção.

Mas o sentido prático da profissão pode ser tanto mais relatado e descrito quanto mais se estiver perante uma conjuntura onde ocorra um significativo desfazamento histórico - segundo Bourdieu (1979:109-248; 1998:137-144) uma histerese da prática ou um envelhecimento do habitus - entre a estrutura social incorporada pelo agente e as relações de poder existentes num dado campo social (Caria, 2008). No caso em análise, o desfazamento conjuntural evidenciado ocorre no plano biográfico e origina – seguindo de perto os trabalhos de Dubar (1991) sobre a socialização profissional – origina, dizia, um desencaixe entre os estruturas de socialização herdadas e reconstruídas pela autonomia do self e os processos de socialização que têm por referência o “outro” ou os discursos existentes no campo profissional sobre o profissionalismo.

Face a esta “conjuntura de desencaixe biográfico”, poderemos dizer que a prática carece - para se adequar à situação e para o agente ver reconhecida a sua competência - carece, dizia, de ser subjectivada pela interacção social e socializada na comparação entre situações e formas comuns de organização da acção. O conceito de actividade, utilizado pela tradição ergonómica e francófona de investigação (Schwartz, 2007; Clot & Faïta, 2000; Champy-Remoussenard, 2005). mostra-se neste caso útil, porque, sem pôr em causa as orientações que enunciámos atrás relativas ao conceito de prática, permite dar conta da subjectivação colectiva do trabalho e da especificidade das conjunturas de socialização e desenvolvimento profissionais (Clot, 2004).

4. Cultura profissional(2): da actividade à institucionalização da clínica veterinária

A cultura profissional contém uma segunda dimensão de análise: a construção identitária. Esta está associada, geralmente, a formas identitárias de tipo comunitário e/ou de tipo estatutário-institucional (Dubar, 2000). Ela permite delimitar um território prático e simbólico que define relações de pertença/exclusão ao grupo ou referência/mobilidade para o grupo, isto é, a produção de um sentido local para a actividade (Appadurai, 2004:237-281).

Para o caso de uma forma identitária comunitária será necessário que exista um colectivo de trabalho entre pares da mesma profissão, em que os mais velhos e os mais novos actualizam em co-presença o habitus herdado, fazendo o encaixe entre a identidade passada (expressão de uma estrutura social incorporada) e a identidade projectada no presente (fruto de relações multiculturais e novas conjunturas de poder) (Lahire, 2003). Numa anterior investigação etnográfica sobre

² Convirá assinalar que nesta forma de analisar as transferências de sentido entre diversos campos sociais, que passam pela consciência prática dos actores sociais, distanciamos-nos da abordagem de Bruno Latour e Michael Callon que descrevem e analisam os processos sociocognitivos como uma tradução de linguagens em rede (Fornel, 1990; Grossetti, 2007).

³ Deste modo, o papel regulador do habitus na produção de improviso social no trabalho profissional é deslocado para a interacção social (Caria, 2004; King, 2000).

professores do ensino básico pudemos descrever e analisar uma cultura profissional que se desenvolvia nesta modalidade de construção identitária (Caria, 2000; 2007).

Para o caso de uma forma identitária estatutário-institucional será necessário que a legitimidade do poder no sistema institucional vigente seja suficientemente sistemática e coerente para conceder estabilidade e previsibilidade às relações sociais: fazer corresponder posições a tomadas de posição e permitir a conversão fácil de capitais e poderes entre campos sociais diversos. Deste modo, o sistema institucional terá a capacidade de desenvolver a socialização funcional e individualizada dos profissionais mais novos num sistema de papeis e estatutos sociais consistente e de desencadear as rotinas de acção necessárias à ampliação da acção e da cognição situadas em sistemas institucionais mais vastos (Giddens, 1989).

No dispositivo de investigação que desenvolvemos para o trabalho clínico veterinário não tivemos oportunidade, como já disse, de desenvolver qualquer estratégia etnográfica de investigação, nem tivemos possibilidade de, por via da relação de entrevista, encontrar relatos sobre as interacções em colectivos de trabalho. Assim, a interrogação sobre a identificação da cultura profissional na clínica veterinária foi circunscrita à forma estatutário-institucional, utilizando para o efeito dados relativos a duas dimensões de análise: a interpretação interactiva do papel profissional; a construção de rotinas de interacção.

No que se refere à interpretação do papel profissional, os dados evidenciam que a recontextualização da actividade clínica não ocorre apenas na dimensão prático-cognitiva. O início da carreira exige que a recontextualização da actividade veterinária se verifique também no plano identitário-relacional, porque ocorre uma importante ambiguidade de poder: a autoridade profissional nos primeiros anos da carreira carece de ser validada pelo “outro”, ainda que este seja um leigo, porque o profissional entende que a sua condição de principiante obriga a que o cliente participe num juízo sobre a sua competência. Os sentimentos de insegurança desenvolvem-se até ao momento em que o jovem veterinário percebe, na reciprocidade da interacção com o cliente, que o seu estatuto social é reconhecido e está estabilizado. Assim, a relação com o cliente passa institucionalizada na interacção e, portanto, o jovem veterinário deixa de sentir a sua identificação profissional ameaçada.

“O medo de falhar é uma das grandes dificuldades iniciais. É o medo de uma pessoa fazer mal ou não fazer tão bem nos actos clínicos... isso não devido ao facto de uma pessoa não saber o que está a fazer mas há falta de à-vontade com que qualquer profissional se depara quando começa a vida prática. E o outro grande problema, que faz com que haja dificuldades na nossa atitude inicial, é sentirmos uma certa falta de confiança por parte do cliente... pensando que ele está a achar que somos... somos muito novinhos e que se calhar não sabemos o que estamos a fazer.”

“No início é principalmente uma questão de auto-confiança de principiante e mais que tudo na conversação com os clientes, nem tanto na parte veterinária. Tive algumas dificuldades óbvias no início da carreira, mas mais que tudo na maneira de abordar o cliente. [...] O à-vontade... o à-vontade nas consultas mudou muito; e é isso que nos dá auto-confiança.”

Em consequência, existe um reconhecimento interactivo da autoridade profissional que vai gerar uma rotinização da actividade clínica.

“[...] reforça-se a autoconfiança ao longo do tempo. Mas a clínica é depois um pouco rotineira. Os casos no dia-a-dia repetem-se muitas vezes e nós começamos a conseguir dominá-los totalmente, embora haja sempre um ou outro que exija maior estudo.”

“Nós deparamo-nos com algumas situações típicas que nos levam sempre a suspeitar. Quando nos aparecem aquelas evidências, levam-nos sempre a suspeitar de um determinado diagnóstico. Se calhar, muitas vezes, se a gente fosse mais além, éramos capazes de encontrar ... encontrar outras evidências, que nos levasse a outro tipo de diagnóstico. Mas, ficamos pelos principais sintomas, os mais rotinizados.”

“Eu antigamente era capaz de estar dez minutos na conversa com eles, antes de ver qualquer coisa lá na vaca (...) Actualmente incluo muito mais essa conversa durante o exame clínico: estou a fazer o exame clínico e pergunto-lhe, então e isto, então e aquilo, e então mais aquilo, e mais aquele outro... Ou seja, para não perder muito tempo e para enquadrar tudo junto, enquanto faço exame clínico vou-lhe perguntando: então não come há quantos dias; então e o que é que come e o que é que não come; está a dar leite ou não está; baixou a produção ou não baixou [...]. Enquanto estás a ver a febre, estás a ver os movimentos respiratórios; enquanto vês tudo, as mucosas e essa coisa toda, pões a vaca de patas para o ar e vais-lhe perguntando mais isto, mais aquilo. E assim é muito mais fácil.”

As descrições das rotinas da actividade falam-nos de casos típicos e de um domínio prático das situações clínicas e, em consequência, as várias componentes da actividade - diagnóstico, intervenção terapêutica e comunicação com o cliente - deixam de ser destacadas e isoladas como problemas. A prática e a cognição na situação, o envolvimento relacional com os vários interlocutores e a tipicidade da actividade, passam a constituir um todo organizado que permite a cada profissional delimitar a sua identidade colectiva e por essa via saber quem e como excluir ou manter à distância do grupo.

5. Cultura profissional (3): da institucionalização à incerteza em clínica veterinária

Mas a cultura profissional dos médicos veterinários assume dimensões de maior complexidade. A recontextualização do conhecimento científico na prática profissional e a rotinação da interacção na construção da identidade colectiva não são suficientes para descrever esta cultura profissional, porque, tanto no plano social como cognitivo, nem

sempre o sistema institucionalizado de relações sociais e de conhecimento profissional é descrito como suficientemente estável e previsível: existe, portanto, incerteza na actividade clínica.

“As incertezas nunca são ultrapassadas porque há sempre doenças e medicamentos novos. Ficamos com dúvidas, se não teríamos uma resposta mais rápida se tivéssemos aplicado outro tratamento. Às vezes fazemos os mesmos tratamentos e uma vaca não reage. Cada animal é um animal, cada organismo é um organismo diferente, pelo que não podemos dizer que para tratar uma mamite [...] se faz sempre de uma certa maneira. Nem todos [os animais] reagem da mesma maneira ao mesmo medicamento.”

“[...] já depois de termos feito o exame clínico e de termos conseguido recolher alguma coisa da parte do proprietário, passamos à fase dos diagnósticos diferenciais. Aí voltam as incertezas, porque existem muitas causas para um ou dois sintomas. E nós, às vezes, também nos questionamos se realmente não haverá outro diagnóstico, alguma coisa que nos esteja a falhar e que nós não estamos a pensar. Acaba por ser o conhecimento que nos faz ter muitas incertezas: o facto de estarmos alertados para muitas possibilidades [que] não controlamos.”

Assim, os dados recolhidos evidenciam que para os médicos veterinários a incerteza clínica deriva de se actuar sobre sistemas biológicos: as doenças mudam, o mesmo quadro de sinais pode ter diferentes diagnósticos; a eficácia dos medicamentos muda; cada animal pode ser um caso singular, porque pode reagir às terapias indicadas de um modo muito diferenciado; o conhecimento científico que se desenvolve sobre as doenças pode colocar dúvidas onde antes se julgava ter certezas. Assim, a cultura profissional tem de ser capaz de gerir os riscos que resultam de alguma falta de controlo sobre a validade dos diagnósticos e os efeitos das terapias. De salientar o facto dos sistemas biológicos em causa estarem inscritos e dependerem de enquadramentos humanos e sociais que contribuem para aumentar ainda mais a incerteza clínica.

Mas a percepção que se actua no quadro de um sistema institucionalizado de relações e conhecimentos incertos não é consensual, gerando-se por isso alguma “má consciência”, se não mesmo uma representação individualista da actividade clínica em algumas fracções do grupo: a incerteza clínica é imputada ao erro individual, aos vícios e às tentações de cada veterinário para simplificar, para rotinizar em excesso e para estudar pouco e, portanto, a incerteza não é reconhecida como causa mas antes uma consequência do facto de cada veterinário não se dedicar o suficiente à profissão.

“[...] como eu estava a dizer, a clínica é um pouco rotineira. Muitas vezes nós estamos na secretária, enquanto o dono está a falar, e já fizemos o diagnóstico. Caímos na tentação de nem nos levantarmos da secretária para olhar para o animal e às vezes podemos cair em erro”.

“Às vezes nós trabalhamos todos os dias, vemos animais todos os dias, e ganhamos certos vícios em certas terapêuticas. E muitas vezes também nos falta tempo para estudar, para lermos artigos novos. E eu falo por mim, não quero cair no erro de daqui por cinco anos estar a trabalhar exactamente da mesma maneira que estou a trabalhar agora, como muitos que conheço fazem. Mas tenho a sensação que é isso que pode acontecer, mesmo que não queira.”

O trabalho exploratório que realizámos permitiu colocar a hipótese de que esta desigual percepção da incerteza clínica é consequência de uma reconfiguração do posicionamento da profissão no campo da saúde animal: os mais velhos na profissão - em média com 14 anos de carreira na amostra seleccionada - desenvolveram uma identidade na profissão por relação a um mercado de criadores de animais, com capitais escolares baixos, que viviam em meio rural, na qual a legitimidade e a autoridade da profissão instituída era inquestionável; os mais novos - na nossa amostra, em média, com 8 anos de carreira (mas sempre com mais do que 3 anos) e formados nos últimos dez anos - parecem evidenciar uma identidade menos autoritária e mais atenta à necessidade de desenvolver uma reflexividade sobre a complexidade das situações, levando a uma mais fácil integração dos clientes nos processos de decisão e informação clínica, em virtude de terem como principal mercado de trabalho os animais domésticos de companhia, localizados em meio urbano e mais exposto a uma maior diversidade de espécies biológicas, com donos que possuem capitais culturais médios e elevados.

No caso da fracção mais velha a trabalhar em meio rural - e no que se refere à relação com os clientes - ressurgiu a representação social individualista da actividade associada também a representações naturalistas. Na visão desta fracção do grupo a incerteza clínica é superada pelo “olho clínico”, isto é, pela “intuição” de uma vocação inata que descobre o que mais ninguém viu ou pela “fé” de que a primeira ideia de diagnóstico vai resolver tudo no final. E ao mesmo tempo faz-se crer ao cliente, através de um “comportamento de fachada”, que nenhuma dúvida clínica existe.

“Eu acho que há pessoas que nascem já com olho clínico. Há coisas que passam despercebidas, mas há alguém que tem este chamado "olho clínico", ou vocação ou intuição, que nasce consigo, e que é natural nas pessoas que quiseram ser médicos veterinários. Acho que isso está presente no início e que nunca morre. E é isso que nos resolve as incertezas [...]. As pessoas talvez possam relaxar mais um bocadinho e deixar-se levar pela rotina de trabalho e por aquilo a que estão habituadas a fazer. E afinal, não é, porque há qualquer coisa que é diferente e a pessoa, na altura não notou, relaxou um bocadinho, mas o seu olho clínico, se o tiver, fá-la despertar, não cometer o erro ou mesmo encontrar o caminho certo dentro das dúvidas que tem”.

“[...] é um bocadinho complicado estar a dizer às pessoas que não se percebe um caso. Ou seja, muitas das vezes tem que ser "peito para a frente e fé em Deus" porque normalmente é assim que a coisa corre bem. De contrário, se a gente vai para ali um bocadinho indeciso, a mostrar dúvidas, se as coisas correm bem as pessoas dizem que foi obra do acaso, se a coisa corre mal é porque o doutor não sabia o que fazia. De modo que um indivíduo tem que entrar com uma certa confiança, a mostrar que sabe, senão corre o risco do seu trabalho ser posto em causa.”

No segundo caso, de veterinários mais novos a trabalhar em meio urbano junto de pequenos animais domésticos de companhia, a incerteza é gerida em situação com o cliente, sem deixar, no entanto, de vincar a sua autoridade profissional: as

dúvidas clínicas são expostas e são explicadas, referindo as bases científicas que as justificam e levando o cliente a ser parte do processo de superação local das dúvidas clínicas.

“Eu explico tudo, as causas todas, tudo o que pode ser, os diferentes diagnósticos que podem ser feitos, e quando não sei digo, mesmo, que não sei. Não vale a pena andar a inventar e a enganar ninguém. Acho que desta forma é meio caminho andado para ganhar a confiança do cliente, porque se começamos a inventar a pessoa percebe. Se se está seguro daquilo que se está a dizer, as pessoas também percebem que sabemos do que falamos.”

“Geralmente, o que se costuma fazer para ter a participação do proprietário e para lhe dar a noção da minha situação naquela patologia, é expor as incertezas que existem. É quase do género: “ele está com diarreia, mas ele tem esta idade, por isso pode ser “isto, isto e aquilo”. Ele come ossos, por isso pode ser “aquilo, aquilo e aquilo”; ele mudou de alimentação, etc. Quer dizer: mostrar que tens incertezas, mas que essas incertezas são fundadas numa forma técnica [de agir]. Acho que quando mostramos incertezas... segundo a minha forma de ver, se eu mostro incertezas tenho sempre que mostrar que as minhas incertezas são as de alguém que tem conhecimentos científicos, porque as outras incertezas o cliente também as tem.”

6. Discussão: reflexividades discursivas e cultura profissional

Em ambos os casos, a cultura profissional é evidenciada numa nova dimensão de análise: uma reflexividade discursiva que se expressa em representações sociais e em significações sobre o sistema institucionalizado de relações e conhecimentos que enquadram a prática e a identidade profissionais. Utilizando os temas de Pierre Bourdieu, tratam-se de tomadas de posição no campo profissional que parecem participar num conflito de legitimidade sobre o “bem pensar” da profissão.

Mas há também uma outra diferença muito significativa entre o discurso do grupo de veterinários mais velhos e o dos mais novos na carreira. No primeiro caso, as representações sociais individualistas e naturalistas desenvolvem-se no quadro de um sistema de significações onde se busca um controlo aparente sobre o sistema institucionalizado de relações, apresentando-o como regulado por factores não sociais ou pela manipulação do cliente. Trata-se, portanto, de um conjunto de significações que têm o efeito de desqualificar a reflexividade do profissional e do cliente e de desenvolver um discurso que torna a interacção social entre ambos como irrelevante para a gestão dos riscos existentes. Pelo contrário, no caso do segundo grupo, o dos mais novos, as significações têm o efeito inverso: promovem a reflexividade do profissional e do cliente, porque direccionam os discursos para potenciar a acção consciente, colocando a gestão dos riscos no centro da interacção social.

Assim, poderemos dizer que a reflexividade discursiva dos mais velhos torna-se um obstáculo ao desenvolvimento da cultura profissional porque descontextualiza as representações das formas sociais de organização da acção no local. No segundo caso, a reflexividade discursiva potencia o desenvolvimento da cultura profissional, porque as representações convocam os agentes sociais a usar a reflexividade para melhor saberem descrever e explicitar o que fazem e o que pensam de diferente quando percebem a ocorrência da contingência na situação.

A conclusão final é a de que o desenvolvimento da cultura profissional supõe sempre uma contextualização da reflexividade discursiva em saberes capazes de organizar a prática e a identidade em condições de incerteza institucional. Assim, os discursos que, pelo contrário, descontextualizam a reflexividade dos profissionais não poderão ser consideradas como parte do objecto cultura profissional.

Referências bibliográficas

- Alexander, Jeffrey C. (2000). Sociologia cultural. Barcelona: Anthropos.
- Appadurai, Arjun (2004, 1996). Dimensões culturais da globalização: a modernidade sem peias. Lisboa, Teorema.
- Barbier, Jean-Marie (org.) (1996). Savoirs théoriques et savoirs d’action. Paris: Puf.
- Bauman, Zygmunt (2007, 1991). Modernidade e Ambivalência. Lisboa: Relógio D’Água.
- Beck, Ulrich (1998, 1986). La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad. Barcelona: Paidós.
- Bell, Daniel (2004, 1976). Las Contradicciones Culturales del Capitalismo. Madrid: Alianza Editorial.
- Bernstein, Basil (1998, 1996). Pedagogía, control simbólico e identidad – teoría, investigación y crítica. Madrid: Morata.
- Boltanski, Luc & Chiapello, Ève (1999). Le Nouvel Esprit du Capitalisme. Paris: Gallimard.
- Bourdieu, Pierre (1972). Esquisse d’une theorie de la pratique. Paris: Dunod.
- Bourdieu, Pierre (1979). La distinction — critique social du jugement. Paris, Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1998, 1997). Meditações pascalianas. Oeiras: Celta Editora.
- Bourdieu, Pierre & Wacquant, Loic (1992). Réponses: pour une anthropologie réflexive. Paris: Seuil.
- Breton, David (Le) (2004). L’interactionnisme symbolique. Paris: Puf
- Caria, Telmo H. (2000). A Cultura Profissional dos Professores. O uso do conhecimento em contexto de trabalho na conjuntura da reforma educativa dos anos 90. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Caria, Telmo H. (2001) “O conceito de cultura aplicado à análise dos grupos profissionais - interrogações e comentário”. Educação, Sociedade e Culturas, nº15, 199-204.
- Caria, Telmo H. (2004) "O conceito de prática em Bourdieu e a pesquisa em educação", Educação & Realidade [Brasil], XXVIII (1). pp. 31-48.
- Caria, Telmo H. (2005a) “Trabalho e conhecimento profissional-técnico: autonomia, subjectividade e mudança social”, in Telmo H Caria, (org.). Saber profissional. Coimbra, Almedina, 17-42.

- Caria, Telmo H. (2005b) "Uso do conhecimento, incerteza e interação no trabalho clínico dos veterinários!", in Telmo H. Caria, (org.). *Saber profissional*. Coimbra, Almedina, 197-231.
- Caria, Telmo H. (2006). "Reflexões teórico-metodológicas na análise e descrição das culturas profissionais" in Ana Paula Marques e Telmo H. Caria (orgs.). *Trabalho, educação e culturas profissionais - Actas dos Encontros em Sociologia III*. Núcleo de Estudos em Sociologia da Universidade do Minho. Braga, 91-102.
- Caria, Telmo H. (2007). "A Cultura Profissional do professor de ensino básico em Portugal: uma linha de investigação a desenvolver?", *Sísifo*. Revista de Ciências da Educação, nº03. URL-<http://sisifo.fpce.ul.pt>.
- Caria, Telmo H. (2008). "O uso do conceito de cultura na análise das profissões", *Análise Social*, nº189 [no prelo].
- Caria, Telmo H. e Granja, Berta (2008). "Quelle méthode utiliser pour capter une culture professionnelle? Réflexions méthodologiques d'une équipe de recherche (ASPTI) du nord du Portugal". Comunicação apresentada no XVIIIème Congrès de L'Association Internationale des Sociologues de Langue Française (AISLF). Istanbul (policopiado).
- Champy-Remoussenard, Patricia (2005). "Les théories de l'activité entre travail et formation", *Savoirs*, nº 8, 11-50.
- Clot, Yves (2004). "Le travail entre fonctionnement et développement", *Bulletin de Psychologie*, 57(1), 5-12.
- Clot, Yves, & Faïta, Daniel (2000). "Genres et styles en analyse du travail. Concepts et méthodes." *Travailler*, nº4, 7-42.
- Castells, Manuel (2000, 1996). *A sociedade em rede*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Courtois, B. & Pineau, G (org.) (1991). *La formation expérientielles des adultes*. Paris: La Documentation Française.
- DiMaggio, Paul (1997). "Culture and cognition", *Annual Review of Sociology*, nº23, pp.263-287.
- Dodier, Nicolas (1993). "Les appuis conventionnels de l'action : éléments de pragmatique sociologique", *Réseux*, 11(62). pp.63-85.
- Dubar, Claude (2000). *La crise des identités: l'interprétation d'une mutation*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Dubar, Claude (1991). *La socialisation — construction des identités sociales e professionnelles*. Paris: Armand Colin.
- Dubet, François (2002). *Le déclin de l'institution*. Paris: Seuil.
- Fornel, Michel (de) (1990). "Qu'est-ce qu'un expert ? Connaissances procédurale et declarative dans l'interaction médicale", *Réseaux*, 8(43). pp.59-80.
- Freidson, Eliot (2001). *Professionalism: the third logic*. Cambridge: Polity Press.
- Gadrey, Jean & Zarifian, Philippe (2002). *L'émergence d'un modèle du service: enjeux et réalités*. Paris: Editions Liaisons.
- Giddens, Anthony (1989, 1984). *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Giddens, Anthony (1992, 1990). *As consequências da modernização*. Oeiras: Celta.
- Granja, Berta (2008). *Identidade e saber dos Assistentes Sociais*. Porto: Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade do Porto (tese de doutoramento em Serviço Social).
- Grossetti, Michel (2007). "Les limites de la symétrie", *SociologieS*, <http://sociologies.revues.org/document712.html> (consultado na Internet em 22 de Outubro de 2008)
- King, Anthony (2000). "Thinking with Bourdieu against Bourdieu: a 'practical' critique of the habitus", *Sociological Theory*, 18(3). 417-433.
- Lahire, Bernard (2003, 2001). *O homem plural*. Lisboa, Instituto Piaget.
- Lave, Jane & Wenger, Etienne (1991). *Situated Learning: Legitimate Peripheral Participation*, New York: Cambridge University Press.
- Loureiro, Armando (2008, 2006). *O trabalho técnico-intelectual em educação de adultos: contribuição etnossociológica para a compreensão de uma ocupação educativa*. Cascais, Sururu [no prelo].
- Leicht, Kevin & Fennel, Mary (1997) "The changing organizational context of professional work", *Annual Review of Sociology*, nº23, 213-231.
- Martínez, Mariano, Sánchez, Juan, Sáez, Carreras & Lennart Svensson (orgs.) (2003). *Sociología de la Profesiones. Pasado, Presente y Futuro*. Merced: Diego Marín.
- Miranda, José Bragança (2002). *Teoria da cultura*. Lisboa: Século XXI.
- Myles, Jonh (2004) "From doxa to experience- issus in Bourdieu's adoption of Husserlian phenomenology", *Theory, Culture and Society*, 21(2). 91-107.
- Nowotny, Helga; Scott, Peter & Gibbons, Michael (2003, 2001). *Repenser la science: savoir et société à l'ère de l'incertitude*. Paris: Belin.
- Pharo, Patrick; Borzeix, Anni & Bouvier, Alban (orgs.) (2003). *Sociologie et connaissance: nouvelles approches cognitives*. Paris: CNRS Éditions.
- Pereira, Fernando (2008, 2004). *Identidades e saberes profissionais no trabalho técnico em contextos associativos agrários de Trás-os-Montes e Alto Douro*. Cascais, Sururu.
- Queiroz, Jean Manuel & Ziotkowski, Marek (1997). *L'interactionisme symbolique*. Rennes, Presse Universitaires de Rennes.
- Quéré, Louis (1987). "L'argument sociologique", *Réseux*, 5(27). 97-136.
- Quéré, Louis & Patrick Pharo (orgs.) (1990). *Raisons pratiques. Les formas de l'action*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- Schön, Donald (1983). *The Reflective Practitioner. How Professionals Think in Action*. USA: BasicBooks.
- Schwartz, Yves (2007). "En bref aperçu de l'histoire culturelle du concept d'activité", *@ctivités*, 4(2). 122-133.
- Suchman, Lucy (1987). *Plans and situated actions: the problem of human/machine communication*. Cambridge: Cambridge University Press.

Theureau, Jaques (2004). “L’hypothèse de la cognition (ou action) situé et la tradition d’analyse du travail de l’ergonomie de langue française”, *@ctivités*, 1(2). 11-25.

Vera, A.H. & Simon, H.A. (1993). “Situating action: a symbolic interpretation”. *Cognitive Science*, nº17, 7-48.

Reconstrução de identidades profissionais em contexto de mudança institucional: uma contribuição psicossociológica

Amélia Lopes
Universidade do Porto
amelia@fpce.up.pt

Resumo: Em tempos que continuam a ser de mudança acelerada, de cruzamento de culturas, de questionamento de legitimidades antes “naturais” e de alterações profundas nas formas de ser e conviver, e passadas quase duas décadas de uso intenso do termo identidade para dar nome a problemas e soluções, é ainda importante falar dela, esclarecer os seus contributos, perceber o seu carácter apelativo.

Nesta comunicação, integrada na mesa “Saberes, competências e identidades em educação formal e não formal de grupos profissionais”, tentaremos explicitar o contributo dos estudos sobre a identidade para os grupos profissionais. A docência, profissão em que os saberes e as relações humanas ocupam um lugar central, servir-nos-á de pretexto e às vezes de texto.

Começaremos por cartografar as principais linhas que desenham hoje o campo dos estudos sobre a identidade, com o objectivo de situarmos, no mapa traçado, o nosso ponto de vista, o qual será posteriormente exposto.

Com o objectivo de explicitar os contributos centrais dos estudos da identidade para os grupos profissionais, analisaremos, então, as peripécias a que tem estado sujeita a (re)construção das identidades profissionais dos professores nas duas últimas décadas, dando conta do modo como os estudos sobre a(s) identidade(s) dos professores se têm desenvolvido com essas e nessas peripécias, nomeadamente aproximando-se dos estudos sobre o profissionalismo e a profissionalização.

Finalizaremos, expondo sobre as relações a estabelecer entre: saberes, competências e construção de identidades; construção de identidades e profissionalização; educação formal e não formal e construção de identidades.

Em tempos que continuam a ser de mudança acelerada, de cruzamento de culturas, de questionamento de legitimidades antes “naturais” e de alterações profundas nas formas de ser e conviver, e passadas quase duas décadas de uso intenso do termo identidade para dar nome a problemas e soluções, é ainda importante falar dela, esclarecer os seus contributos, perceber o seu carácter apelativo.

Neste texto, tentaremos explicitar o contributo dos estudos sobre a identidade para os grupos profissionais. A docência, profissão em que os saberes e as relações humanas ocupam um lugar central, servir-nos-á de pretexto e às vezes de texto.

Começaremos por cartografar as principais linhas que desenham hoje o campo dos estudos sobre a identidade, com o objectivo de situarmos, no mapa traçado, o nosso ponto de vista, o qual será posteriormente exposto.

Com o objectivo de explicitar os contributos centrais dos estudos da identidade para os grupos profissionais, analisaremos, então, as peripécias a que tem estado sujeita a (re)construção das identidades profissionais dos professores nas duas últimas décadas, dando conta do modo como os estudos sobre a(s) identidade(s) dos professores se têm desenvolvido com essas e nessas peripécias, nomeadamente aproximando-se dos estudos sobre o profissionalismo e a profissionalização.

Finalizaremos, expondo sobre as relações a estabelecer entre: saberes, competências e construção de identidades; construção de identidades e profissionalização; educação formal e não formal e construção de identidades.

Há pelo menos vinte anos que o termo “identidade” começou a ser intensamente utilizado a propósito dos mais diversos assuntos e por parte das mais diversas instâncias e populações, como se nesses dizeres se procurasse insistentemente, parafraseando um verso de Natália Correia, dar forma à alma que o procura. A comunidade científica, sobretudo das ciências sociais e humanas e das ciências da educação, apaixonou-se literalmente pelo conceito, perseguindo a realização da promessa (e menos da profecia) que a sua emergência como assunto central de indagação parecia transportar.

Hoje, e apesar de essa promessa não estar ainda cumprida, pressente-se que se corre o risco de acontecer com o estudo da identidade, o mesmo que acontece com todos os fenómenos de moda, em que o uso obedece a uma adesão profunda e extensa que não se pronuncia e que, por isso, depois de muito exposta, se abandona sem que se tenham retirado dela todas as consequências.

É com esta preocupação - e considerando que o estudo da identidade traz consigo (embora de forma não inevitável) a proposta de novas formas, mais humanas, de ser e de viver - que pretendo, neste texto, explicitar os contributos do estudo da identidade para pensarmos a humanidade das mulheres e dos homens no mundo contemporâneo. A investigação que temos desenvolvido sobre as identidades profissionais e a identidade docente em particular é aqui assumida como pretexto, no sentido de texto prévio ou, se quisermos, de um já dito que se disponibiliza para outros dizeres que ainda não se disseram. Porque o conhecimento em educação é parte integrante do conhecimento em ciências sociais e humanas, mas também porque a escola e os professores são parte fundamental das promessas da identidade.

O sentido da atracção pela identidade nas ciências sociais e humanas: o interaccionismo simbólico como fonte de inspiração

A localização no tempo, as abordagens e os conteúdos ligados à emergência da identidade como conceito profundamente atractivo são, em si mesmos, indicativos do problema a que essa emergência pretende responder.

Quando, em 1990, Camilleri, Kastersztein, Lipiansky, Malewska-Peyre, Taboada-Leonetti, & Vasquez publicam o livro “Stratégies Identitaires”¹, fazem notar, por um lado, que o conceito de identidade passara de estritamente psicológico (através dos trabalhos fundadores de Erik Erikson) a lugar de convergência de todas as ciências sociais e humanas e, por outro lado, que a extensão do seu uso se acompanhava da sua própria reconceptualização.

Para os autores (Camilleri et al., 1990) são os seguintes os princípios que orientam na época os estudos da identidade:

- perspectiva dinâmica na abordagem – a identidade é um processo que se desenvolve ao longo de toda a vida e, por isso, devem enfatizar-se os contextos de socialização e abandonar-se a ideia de períodos reificados (como a adolescência, por exemplo) para a sua elaboração;

- interacção na génese e na dinâmica – é no seio de interacções que o indivíduo emerge e se constrói, através de auto-definições e do reconhecimento dos outros;

- carácter multidimensional e estruturado – tal como são diversas as situações da pessoa, também as suas identidades o são; no entanto, elas não se sobrepõem simplesmente, antes são integradas num todo integrado;

- unidade diacrónica de um processo evolutivo - apesar da diversidade e mutabilidade das situações, o indivíduo guarda um sentimento de unidade e continuidade que lhe permite reconhecer-se e ser reconhecido como ele mesmo;

- ultrapassagem da oposição estabilidade/mudança – a identidade tem duas funções: uma adaptativa, que permite a adaptação a situações diversas, a identidade sincrética profundamente plástica; e outra integradora, a identidade sintética, que preserva a unidade do Eu, perseguida na busca de unidade quando ameaçada por sentimentos de desintegração e incoerência.

Estes novos princípios orientadores abrem os estudos da identidade aos grupos sociais e às instituições enquanto lugares de interacções dinâmicas entre pessoas e as pessoas e os seus contextos actuais e históricos.

Na produção científica anglófona, sensivelmente na mesma altura, a identidade é também um conceito que suscita uma grande efervescência². Em 1987, no livro “Self and Identity - psychosocial perspectives”, Keneth Gergen afirma claramente que é a perda de base do conceito de conhecimento que servira até ao momento para definir o saber e as pessoas que está em causa no carácter substancial, penetrante e perseverante das preocupações com a identidade.

Na verdade, a emergência da identidade como conceito síntese das ciências sociais (como dizem Camilleri et al., 1990) traz consigo uma mudança epistemológica profunda. E sendo a epistemologia também, como diz Santos (1995), uma psicologia e uma antropologia, então, são as definições de pessoa e das suas relações com o mundo objectivo e subjectivo que essa emergência pretende realizar. Conhecimento, identidade e cultura estão agora efectivamente juntos.

O interaccionismo simbólico e o construcionismo social (Gergen, 1985) - também ele tendo por base o interaccionismo - são as metateorias que estruturam os novos dizeres para novos afazeres, o primeiro afirmando que os termos em que o mundo é conhecido são artefactos sociais construídos pelas pessoas em relação e o segundo sublinhando o carácter simbólico das interacções sociais e o sujeito activo, criativo e em cooperação como construtor de novos mundos. Nos dois casos, pressente-se que é à dignidade epistemológica e social das relações humanas concretas, construtivas e constitutivamente sociais, que a identidade enquanto promessa pretende dar forma.

Crise da modernidade e a identidade como contraponto à relação social moderna

Dizer que das relações concretas entre os actores sociais, da experiência concreta, pode nascer vida comum e conhecimento é desvalorizar (tirar valor) e desautorizar (tirar autoridade) as hierarquias, territórios e poderes que se criaram a partir da anulação dessa possibilidade e ao mesmo tempo “oferecê-las” - as relações concretas e a experiência concreta - como recurso possível para um mundo em crise.

Com efeito, a identidade como atracção é uma forma de resposta à crise da modernidade que, como diz Giddens (1994, p. 11), afecta as práticas sociais e os modos de comportamento; na mesma linha, chamando-lhe crise da normalidade, Zoll (1992) diz, tal como Santos (1995), corresponder-lhe uma mutação sócio-cultural. As propostas/promessas da identidade surgem assim como modos alternativos de compreender e realizar as relações humanas ou, dito de outro modo, como alternativas à “relação social moderna”, abstracta por definição.

A relação social moderna foi a resposta encontrada para resolver a contradição-chave da modernidade que Dubet enuncia da seguinte forma (2002, p. 372-3):

¹ Em França, são de destacar os trabalhos anteriores de Pierre Tap.

² Na segunda metade da década de 1980, e depois da publicação em 1978 do livro *Identities and interactions - an examination of human association in everyday life*, de McCall & Simmons, são diversas as publicações, sobretudo norte-americanas, que fazem da identidade, enquanto conceito em mudança, o seu foco de interesse. Keneth Gergen é uma referência central nesse contexto.

por um lado, a modernidade era concebida como o desenvolvimento contínuo da racionalidade, da divisão do trabalho, do mercado, da criação de um mundo objectivo e frio... Por outro lado, essa modernidade repousava também [...] sobre a emergência contínua de um indivíduo autónomo, livre, moral e pai de si mesmo [...]. Por um lado, a sociedade moderna aparecia como a integração crescente de um sistema em torno de funções complementares e de valores universais e racionais, por outro, ela parecia composta de indivíduos cada vez mais «livres» e desvinculados dos condicionamentos e dos estatutos que os inseriam totalmente no mundo da tradição.

A ligação desta “dupla natureza da modernidade” foi assegurada por um modo de socialização que Dubet, na sua obra de 1994, *La sociologie de l’expérience*, faz corresponder à socialização em Durkheim, uma socialização precoce que resulta na interiorização do dever por constrangimento, ou seja, na colocação do sistema dentro do actor, o que leva Dubet a afirmar que “o actor é o sistema”. (Auto)controlados por entidades supremas e abstractas (Deus, Soberano ou Razão) -, a que aprenderam a obedecer - como se fosse o seu querer (dever moral) -, por interiorização, na socialização precoce, os actores actuam cognitivamente em função do sistema.

A relação social moderna, portanto, não existe enquanto tal. Ao referir-se a deveres em relação a entidades abstractas, precocemente interiorizados por socialização, o moderno não sabe relacionar-se com os outros para além das normas e dos regulamentos e do seu sentimento de dever interiorizado. A crise é, assim, a crise desta relação social (interiorizada e regulamentada), que combina sistema e mundo da vida, sociedade e comunidade tradicional, os indivíduos e os seus colectivos, sem exigir deles um relacionamento concreto entre si.

Escola e construção da relação social moderna

À educação, e nomeadamente à escola, à escola primária - como fica patente no texto de Durkheim publicado na *Revue Française de Sociologie* em 1992, com o título *L’enseignement de la morale à l’école primaire* - caberá essa tarefa central de criar o cidadão personagem social, em que as categorias de descrição da experiência coincidem com as categorias de descrição social.

A escolarização, que como sabemos se traduziu na escola primária obrigatória ou “escola de massas”, foi necessária à adesão ao projecto burguês e à formação dos estados-nação, através da transformação das massas em cidadãos nacionais. Andy Green (1990, in Araújo, 2003)) afirma mesmo que a um nível primário a educação era sobretudo um instrumento de conformidade social.

Mas a fabricação deste cidadão nacional não se realizou tanto na relação concreta do professor (ou da professora) com os seus meninos e meninas, mas sobretudo através da organização da escola e do seu modo de trabalho pedagógico típico de que a relação entre o professor e os/as alunos/as é parte. Dubet (2002) chama “programa institucional” a um modo de socialização que actua por si mesmo independentemente das relações concretas estabelecidas. A escola teria sido aliás o lugar de “confeção” do programa institucional através da sua organização pelo princípio da uniformização (escolas todas iguais, com classes todas iguais, com alunos tendencialmente todos iguais e, por isso, reduzidos a um só), gerando práticas que haviam de se generalizar a outras formas de organização social. Como diz Frihoff (1983, citado por Barroso, 1995, p. 9)

o modelo uniforme da organização da duração, da disciplina de trabalho e da economia do tempo, o modelo escolar disciplinado e ritmado, com a sua estrutura de emulação interpessoal, converter-se-á em modelo universal de comportamento social. A longo prazo a sua generalização afectaria as próprias formas de organização social.

A relação entre a uniformização na escola e o processo de homogeneização cultural, que Santos (1995) considera ter sido o modo de gestão central da contradição-chave da modernidade, é também sublinhado por Nóvoa (1995, p. XX).

Desta participação da escola na construção da sociedade moderna interessa realçar duas ideias. A primeira é a de que a escola não foi apenas uma instituição entre outras na construção da primeira modernidade, mas antes a sua instituição fundadora; com efeito a escola guarda mais que qualquer outra instituição o “mapa genético” da modernidade tal como se realizou na sua primeira fase, e talvez por isso tenha mais dificuldade em “largar o pé” de tão pesada herança. Por outro lado, e de forma relacionada, a escola foi lugar de construção da relação social abstracta, e talvez por isso sendo hoje um espaço relacional de alta intensidade, teime no “olhar que não quer ver” (Tura, 2000)).

Construção de identidades para a mudança social real

Fazer da qualidade das relações com o outro um critério e uma questão importantes da dinâmica das identidades é para Dubar (1995) uma condição imprescindível à construção de novas identidades para a mudança social real, aquela em que as mudanças instrumentais se associam a mudanças comunicacionais no sentido de transformação das estruturas de poder e dominação. Em termos estritamente identitários, trata-se de fazer do reconhecimento mútuo o protótipo de uma nova relação social.

A relação social moderna é, para além de abstracta, uma relação hierárquica e excludente. O outro é sempre um estranho ou um oposto que nos subordina ou que subordinamos e, por isso, o reconhecimento é sempre o reconhecimento de uns em função do desconhecimento dos outros.

Na relação social desenhada pelo reconhecimento mútuo, a identidade é um ponto de chegada apenas possível graças ao outro que me reconhece. A diferença do outro não provoca separação, empobrecimento ou ameaça, antes é fonte do meu próprio conhecimento e, por isso, em simultâneo, fonte de identidade própria e de identidade comum. Estas resultam de um processo de negociação em que a resistência do outro às minhas tentativas de o desconhecer ou de o negar é a demonstração da sua existência e portanto da sua identidade. Tornando-nos sensíveis à resistência do outro integramos no nosso conhecimento a existência do outro que não se opõe a nós, mas nos complementa.

A noção de construção de identidades para a mudança social real em Dubar, para além de basear a mudança social no reconhecimento mútuo, funciona por dupla transacção, uma articulação entre uma transacção subjectiva entre o que fui e tenho sido e quero ser (a identidade é um sentimento de unidade) e uma transacção objectiva entre o que quero ser e o que me é dado para poder ser (a identidade é um sentimento de unidade). À construção de identidade para a mudança social real corresponde uma negociação verdadeira, diz Dubar, entre os que pedem identidade em situação de abertura e os que oferecem identidade em situação de incerteza.

São também duas as implicações a destacar desta perspectiva: por um lado, assim, não são apenas as relações humanas que se configuram de outra forma, também o conhecimento é algo inseparável da construção de uma relação; por outro lado, o princípio da diversidade substitui o princípio da homogeneidade como modo eleito de regulação.

Dificuldades de construção de novas identidades: o caso da crise da identidade docente

Como se faz, se pode e se está a fazer, a passagem de um mundo a outro? Se a escola foi a instituição fundadora da relação social moderna, tem sentido perscrutarmos as peripécias da identidade anunciada no mundo escolar, como modo de compreensão mais geral das questões da identidade no mundo contemporâneo.

As escolas são hoje lugares de sofrimento identitário. A crise da modernidade ou da relação social moderna traduziu-se na escola numa crise de identidade dos professores especialmente aguda.

Na versão tradicional da identidade docente nem a pessoa do professor nem as relações entre professores jogam qualquer papel. A identidade individual dos professores coincide com a sua identidade colectiva que a organização da escola, coincidente com a organização do sistema, representa (Lopes, 2001). No entanto, esta, enquanto programa institucional, actua exactamente através da sua própria invisibilidade.

Por isso, quando a crise da identidade se mostra, mostra-se como uma crise das pessoas (Turner, 1987) - que não podem mais pensar o seu papel da mesma forma e querem até fazê-lo diferente - e não como uma crise da relação entre as pessoas na escola. O individualismo antes ocultado pelo colectivismo organizacional fica agora explícito. Desconhecedores da importância do colectivo e das suas relações na definição da sua identidade, mas também do carácter sistémico do contexto do trabalho que desenvolvem, os professores vêem os seus problemas como irresolúveis e sentem-se genericamente incapazes.

O sentimento de desvalorização ou se torna patológico ou gera defesas que são sempre uma procura de reconhecimento mínimo. Os outros surgem então, mas enquanto iguais ou opostos. A competição identitária (Tajfel, 1982) é o modo de relação possível num contexto que desconhece as relações humanas concretas como fonte de construção de sociedade, de vida comum e de conhecimento comum. Subjectivamente (nos quotidianos, nas relações, nos modos de as pessoas se pensarem como pessoas), a escola mantém-se moderna.

Podemos, assim, dizer que a crise é uma crise do afecto, das interacções, mas sobretudo uma crise da representação (ou da cognição), do repensar a escola na sociedade e o papel dos professores na escola, principalmente no que diz respeito às relações a estabelecerem entre si e com a sociedade para construir identidades colectivas não colectivistas nem individualistas. Isto porque se representar não é agir é, pelo menos, encenar uma acção.

Investir em novas cidadanias cognitivas, nomeadamente através da formação de professores, é por isso uma estratégia importante para a passagem de um mundo a outro, mas as novas cidadanias cognitivas necessárias à construção de novas identidades docentes não implicam apenas os professores, implicam também formadores, políticos, mídia e sociedade em geral.

Possibilidades de construção de novas identidades: o caso da crise da identidade docente

A “reforma dos standards” (Bolívar, 2007) é hoje o principal e mais perigoso obstáculo à reconstrução identitária dos professores no sentido prometido pela emergência atractiva da identidade nos discursos. Todas as propostas de identidade que façam a economia das relações de si a si e de si com os outros devem ser activamente rejeitadas, pois a identidade individualista é apenas uma das máscaras da incompetência fatal do moderno para se relacionar com os outros. O managerialismo (Sachs, 2001) que subjaz à “reforma dos standards” é um contra-ataque perigoso à capacidade que os professores vinham progressivamente demonstrando de construir a sua própria profissão.

A construção de identidades (de novas relações) para a mudança social real implica autonomia, um atestado de confiança, um espaço de experimentação, uma moratória, enfim, espaços e tempos de exposição, de tomada de risco, de negociação, de relação onde se produzam novos seres e novos conhecimentos.

O cruzamento de pesquisa teórica e empírica permite-nos propor um modelo para a construção de identidades profissionais docentes – que funciona como modelo cognitivo o integrador e inspirador de acções – no qual todos os níveis do sistema ecológico são convocados enquanto lugares dessa construção. O cerne da construção da identidade tem traduções diferentes a cada um dos níveis, níveis que se encontram em interacção, o que quer dizer que embora cada nível tenha a sua especificidade, a cada nível todas as forças e fraquezas dos outros se fazem sentir.

Ao nível individual, persegue-se uma identidade/agência (Levine, 2005) capaz de se expor, de confrontar o conflito, de cooperar e de, por discussão e vontade, construir novos consensos. A esta identidade, de alto nível, acede-se através de uma dupla transacção que se estabelece de si a si, como um outro. A identidade narrativa em Ricoeur (1990) é uma forma de expressão da própria identidade, o lugar de emergência do «sujeito ético» (Dubet, 1994) e, em si, uma nova forma de relação social. Como afirma Bolívar, "[...] as narrativas vividas são uma forma de relações sociais que contribuem (...) para a formação do que somos" (Bolívar, 2006, p. 37).

Usando a terminologia de Schutz (Thierry Blin, 1995), se o nível individual é o lugar da "compreensão pela interpretação", que tem por modo de construção a reflexão, fonte de novos entendimentos, mas também de novas intencionalidades, o nível inter-individual, ou de pequeno grupo, é o lugar eleito da "experiência significante", pois o outro só tem significado quando próximo e a identidade individual só se identifica na compreensão do outro, com quem partilhamos espaços, tempos, projectos e ansiedades. Para a construção de novas identidades, o pequeno grupo funciona como "casulo protector", fonte de estrutura, reconhecimento e troca. Nesse contexto, as subjectividades podem expor-se (incluindo o sofrimento) e discutir-se sem correr riscos de negação do reconhecimento; exposição sincera, de um lado, e suporte afectivo e desafio cognitivo, pelo outro, articulação entre identidade querida e identidade oferecida, compõem a dupla transacção que lhe corresponde, que tem como forma electiva a discussão comunicativa (Habermas, 1987), que integra o pathos (o sofrimento, em Dejours, 1995), articulando expressividade individual e construção de uma comunidade.

Ao nível organizacional, o objectivo é chegar a novas normas e a novas descrições do trabalho, nas palavras de Derouet (1996), a uma nova "justiça", que é também uma oferta de estrutura cognitiva global que, na escola, é representada pelo projecto educativo, construído por todos, sensato, e que dá a todos um lugar, um espaço de reconhecimento. A nova "justiça" deve corresponder, por isso, ainda nas palavras de Derouet (ibid.), uma nova "justeza" (novas formas organizativas). Este acordo nas palavras e nos actos, possível também por discussão comunicativa que integra o pathos (Dejours, 1995), necessita, por um lado, de uma liderança que permita que o projecto o seja efectivamente, e portanto que ele funcione como estrutura estruturante e integradora, mas também que os diferentes grupos e indivíduos participem na sua construção e implementação inspirados por esse ideal comunicacional, para o que assumem relevância o princípio da diversidade e a consequente complementaridade (e não oposição) entre grupos e pessoas. Porque o nível organizacional não assegura a proximidade da mesma maneira que o pequeno grupo, esse modo de acesso à comunidade precisa de ser acompanhado pelo que Shotter (1996) chama "partilha de sentimentos" – que une para além das palavras – ou fase "muda" da construção de identidades colectivas, que reportámos (Lopes, 1999; 2001) à convivialidade ou à "ética da estética" em Maffesoli (1990).

Dados os problemas emergentes quando se decide abandonar os regulamentos e as seguranças, como alerta Pagès (1982), este modelo inclui a elaboração da relação de formação que os deve monitorizar e acompanhar, gerindo conflitos grupais, tipificações tradicionais do saber e comparações sociais, que tudo podem comprometer, de que é protótipo a investigação-acção emancipatória, tal como proposta em Elliott (1992, 1993).

Mas a construção de novas identidades docentes implica o ««novo paradigma» da política e do trabalho inovador com as escolas» (Bolívar, 2007, p. 21). Referindo-se às políticas top-down e bottom-up, Bolívar (2007) sugere que as alternativas dualistas, «um ou outro», sejam substituídas pelo "princípio de «um e outro»" (p. 17, referindo Beck e Lau, 2005). O «novo paradigma» baseia-se na articulação entre "as dinâmicas endógenas da escola" e as "forças exógenas [...] que as possam activar e sustentar" (p. 21). Para o autor "um factor crítico do êxito é a adequada combinação de sérias exigências externas com dispositivos que desenvolvem a capacidade interna" (ibid., p. 26). Esta deve ser regulada pelo "princípio da reciprocidade" (Elmore, 2003) na prestação de contas, pelo qual "as exigências de consecução de standards têm reciprocamente (quid pro quo) que corresponder-se com a capacitação para os alcançar" (ibid.).

Ao sublinhar o modo como este paradigma se centra no "bom fazer dos professores na sala de aula", Bolívar torna patente o carácter transaccional do novo paradigma, dizendo que esse «bom fazer» "não se mantém sem uma coerência horizontal [...] na escola, e esta sem uma política que a incite e apoie". E com base em Fullan, completa: "O que acontece internamente (isto é, o inside, os que trabalham na escola) precisa de sair para fora (inside/out) e, ao mesmo tempo, as pressões de fora devem potenciar o de dentro (outside/in)" (p. 16)³.

³ A presença central da dupla transacção identitária inerente a uma negociação verdadeira neste novo paradigma é também evidente na afirmação de Antonio Bolívar (2007) de que é necessário o desenvolvimento de uma "fenomenologia da mudança educativa" a que competirá "compreender os processos de reconstrução, redefinição e filtragem que uma inovação sofre até ser posta em prática, num processo de «adaptação mútua» e de mediação entre duas culturas" (p. 21).

Construção de identidades para a mudança social real e profissionalismo

Como afirmámos no início do tópico anterior, a “reforma dos standards” (Bolívar, 2007) é hoje o principal e mais perigoso obstáculo à reconstrução identitária dos professores no sentido prometido pela emergência atractiva da identidade nos discursos. Com efeito, quando universidades e escolas estavam já a desenvolver parcerias promissoras e sustentáveis, percorrendo progressivamente o caminho para a autonomia profissional, os discursos e práticas da « reforma dos standards » apresentam-se valorizando como nunca o individualismo profissional e o objectivismo das competências (curiosamente, sobretudo em profissões de organização colectiva e de conteúdo subjectivo, como a educação e a saúde). Em consequência, dizem os próprios profissionais, a crescente burocratização e o declínio da qualidade dos serviços resultam numa forte crise de identidade profissional.

A « reforma dos standards » em educação é, na verdade, parte de um movimento mais geral e abrangente denominado “managerialismo” (managerialism). Evetts (2006) faz-lhe corresponder o « profissionalismo organizacional » (organization professionalism), presente, sobretudo, no « sector de trabalho de serviços, baseado no conhecimento » (p. 140), como o são a educação e a saúde, modelizando (sujeitando) as subjectividades à maneira moderna; este discurso está em competição com o “profissionalismo ocupacional” nas suas formas mais tradicionais e históricas, ou seja, enquanto sistema de valores que preside a uma acção profissional e que tem por referência o grupo profissional.

Sachs (1999) afirma que, em educação, o managerialismo “tem um impacto significativo no trabalho dos directores de escola e dos professores” (p. 3); quando o Estado promove “a delegação e a descentralização [ao mesmo tempo] baseia-se fortemente nas estruturas de gestão para assegurar a implementação e a cumplicidade de uma profissão frequentemente resistente” (ibidem). Esta estratégia, diz Sachs (1999), tem um grande e perigoso impacto no ensino e nos professores: “as reformas recentes particularmente as que dizem respeito à delegação e mercantilização fizeram surgir um conjunto de paradoxos sobre a natureza do ensino como profissão e sobre a identidade profissional e o desenvolvimento profissional dos professores” (p. 2) de que emerge um novo modelo de identidade profissional: “o profissional empreendedor que deverá identificar identidade com uma versão de serviço tal como promulgada, baseada na eficiência, na responsabilidade e na prestação de contas” (ibidem, p. 6).

Tal como Evetts (2006) nos fala na existência de competição entre o “profissionalismo organizacional” e o “profissionalismo ocupacional”, Sachs (2001, 1999) fala-nos da existência de competição no campo educacional, entre “profissionalismo managerialista” e “profissionalismo democrático”, que define nos seguintes termos:

O núcleo do profissionalismo democrático é uma ênfase na acção colaborativa e cooperativa entre professores e outras entidades educativas. Preston (1995) defende que esta abordagem é uma estratégia para o desenvolvimento colectivo, de competências e do trabalho organizacional. De acordo com Brennan (1996) ela sugere que o professor tenha uma responsabilidade mais alargada do que a classe e inclua contribuir para a escola, o sistema, outros estudantes, a comunidade mais lata, e responsabilidades colectivas dos próprios professores como grupo e da profissão mais alargada (Sachs, 1999, p. 2-3).

Sachs (1999) apela, assim, a uma identidade docente que “mude a base do reconhecimento colectivo e da relação” (p. 4). As identidades alternativas “são desenvolvidas por movimentos sociais e estão empenhadas na conversão através do seu compromisso com a actividade económica e política para prover o desenvolvimento do seu novo potencial” (ibidem). A questão central é a acção colectiva que é “industriosa” (actividades sindicais e condições de trabalho) e “profissional” (actividades de desenvolvimento profissional contínuo).

Construção de identidades, profissionalização e saberes profissionais

A articulação entre os estudos da identidade e os estudos do profissionalismo teria então a vantagem de explicitar que a transformação das profissões gerida pelas próprias profissões teria que se realizar em duas vertentes em interacção: uma investindo no interior do grupo profissional nos seus contextos de trabalho e outra investindo na acção para o exterior, alimentada quer pela vertente interior, quer pela acção desenvolvida pelo grupo profissional enquanto tal através das suas associações representativas, nomeadamente científicas, profissionais e sindicais.

Esta é a ideia de Evetts (2003) quando defende que entre o esforço interno de produção de uma mestria própria e a capacidade externa de demonstrar valor, especificidade, diferenciação e importância social não há necessariamente oposição; pelo contrário, entre o profissionalismo “de dentro” (from within) e o profissionalismo “de cima” (from above) - termos que Evetts (2003, p. 398) retoma de McClelland (1990) - podem existir relações diversas que, acrescenta a autora, resultam na profissionalização da actividade.

É nesta perspectiva que Tardif, Lessard e Gauthier (s/d, p. 13) se referem à “problemática sócio-epistemológica” da profissionalização dos professores, que definem como a possibilidade de o grupo profissional encetar por si mesmo um processo de profissionalização, processo que, embora necessite de concessões externas, se baseia em grande parte na capacidade do grupo para se afirmar como detentor de um conhecimento próprio.

De facto, a capacitação dos professores, individual e colectiva, sobretudo através da definição e da configuração do saber profissional docente, dos modos de lhe aceder e de o construir e divulgar é, em qualquer caso, a base de qualquer

possibilidade da construção de identidades profissionais docentes com vista à profissionalização da docência. Com base nesta consideração a formação de professores tem sido, desde os anos 80 do séc. XX, a dimensão da profissionalização dos professores em que mais se tem investido, em termos políticos e de conceptualização. Esse esforço deu origem a um “modelo de formação profissional” dos professores (Tardif, Lessard e Gauthier, s/d), “modelo profissional” ou “modelo emergente da formação” (Ramalho, Nuñez e Gauthier, 2004, p. 21).

Neste modelo, o ensino é visto como actividade de um grupo profissional capaz de discernir e decidir com justeza e justiça sobre os grandes princípios da profissão e da sua organização, princípios relativos à natureza e à gestão do conhecimento e à ética profissional que nele se inclui. O modelo visa a formação de profissionais do ensino capazes de demonstrarem competência, mas também conscientes de participarem num grupo profissional mais lato com uma imagem a ser construída e defendida e com um papel a realizar na sociedade, com vista ao progresso social.

Se a dimensão colectiva da acção competente (parte integrante da competência profissional que, entretanto, vai para além dela) tem por lugar a escola ou o agrupamento, a dimensão colectiva da acção profissional tem por lugares o grupo profissional, suas associações e a sociedade. Só esta visão alargada do profissional nos permite distanciar-nos de uma profissionalidade romântica, quase pré-moderna e sem poder, a que têm levado os apelos ao profissional reflexivo tout court, que não têm conseguido diminuir a distância entre os discursos inovadores e as práticas conservadoras.

O objectivo agora é a mudança da relação social da escola e na escola, objectivo que se repercute a vários níveis. Como afirmam Ramalho, Nuñez e Gauthier (2004), os professores e as suas práticas não estão à margem dos grandes conflitos ideológicos e de valores que marcam as perspectivas económicas, políticas e culturais; pelo contrário a profissionalidade inerente a um novo profissionalismo faz da tomada de posição social e política o fundamento da acção docente. Não se trata apenas de o professor “compreender e explicar os processos educativos dos quais participa, [mas também de] contribuir [para a] transformação da realidade educacional no âmbito de seus projectos pessoais e colectivos” (p. 23). O modelo profissional baseia-se na necessidade de o professor “participar na construção de sua profissão e no desenvolvimento da inovação educativa” (ibidem), o que exige a análise das condições sociais e históricas da educação e da actividade profissional para as reproblematicar e redimensionar, com vista a gerar as possibilidades de os professores se interpretarem “dentro das formas de dominação a que se encontram submetidos e buscar acções que possibilitem a sua emancipação” (Ramalho Nuñez e Gauthier, 2004, p. 35). Como frisam os mesmos autores, a definição de professor profissional, e portanto de uma profissionalização da formação, não sobrevive sem “mecanismos institucionais que facilitem a mudança da estrutura escolar” (ibid., 37), ou seja, sem mudanças profundas nas hierarquias de poder, e suas respectivas cristalizações, que preenchem e enquadram as escolas.

Como noutras ocupações de cariz colectivo, não há competência individual que não se insira num colectivo de trabalho dotado de um certo nível de competências colectivas. Por isso, na linha do que explanámos anteriormente, a organização é o lugar de constituição efectiva das competências (Le Boterf, 1998), através da criação de espaços de reflexão (Wittorski, 1998) a traduzirem-se no operador colectivo. O trabalho em equipa ou colectivo, efectivamente autónomo, deve permitir gerir os afectos (caring), mas também construir as novas estruturas colectivas de trabalho, o que exige a localização da decisão educativa. É frisando a importância da reconstrução das estruturas colectivas de trabalho que Nóvoa (1992, p. 28) afirma: “a mudança educacional depende dos professores e da sua formação. Depende também da transformação das práticas pedagógicas na sala de aula. Mas hoje em dia nenhuma inovação pode passar ao lado de uma mudança ao nível das organizações escolares e do seu funcionamento”. Esta mudança do colectivo de trabalho, como se torna patente em trabalhos posteriores de António Nóvoa (2002) implica trabalho nesse colectivo e na comunidade. E, dada a dependência da organização das escolas do antiquíssimo processo de escolarização (sempre a tomar novas formas), este empowerment colectivo obriga a decisões políticas que permitam efectivamente alterar as relações de poder nas organizações escolares, ou seja, a relação social da escola e na escola.

A resistência à sujeição imposta pela “reforma dos standards” é, então, possível e urgente. Como afirmam Tardif e Lessard (2005) “longe de ser uma ocupação secundária ou periférica em relação à hegemonia do trabalho material, o trabalho docente constitui uma das chaves para a compreensão das transformações actuais das sociedades de trabalho” (p.17); a terceirização e a “sociedade cognitiva” fazem do trabalho interactivo, como é o trabalho docente, um dos principais factores da transformação da organização sócio-económica das sociedades modernas avançadas.

Referências

- Araújo, H. (1993). *The construction of primary teaching as women’s work in Portugal (1870-1933)*. Milton, Keynes: Open University, Vols I e II.
- Blin, T. (1995). *Phénoménologie et sociologie compréhensive*. Paris: L’Harmattan.
- Bolívar, A. (2006). *La identidad profesional del profesorado de secundaria: crisis y reconstrucción*. Málaga: Ediciones Aljibe.
- Bolívar, A. (2007). Um olhar actual sobre a mudança educativa: onde situar os esforços de melhoria? In C. Leite, & A. Lopes, (Orgs.), *Escola, currículo e formação de identidade*. Porto: Edições Asa, (pp.13-50).
- Camilleri, C., Kastarsztein, J., Lipiansky, E. M., Malewska-Peyre, H., Taboada-Leonetti, I., & Vasquez, A. (1990). *Stratégies identitaires*. Paris: Presses Universitaires de France.

- Dejours, C. (1995). Analyse psychodynamique des situations de travail et sociologie du langage. In J. Boutet (Ed.), *Paroles au travail*. Paris: L'Harmattan, (pp. 181-224).
- Dubar, C. (1995). *La socialisation - construction des identités sociales et professionnelles*. Paris: Armand Colin.
- Dubet, F. (1994). *Sociologie de l'expérience*. Paris: Seuil.
- Durkheim, E. (1992). L'enseignement de la morale à l'école primaire. *Revue Française de Sociologie*, 4, 609-623.
- Elliott, J. (1990). *La investigación-acción en educación*. Madrid: Morata.
- Elliott, J. (1993). Three perspectives on coherence and continuity in teacher education. In J. Elliott (Ed.). *Reconstructing teacher education*. London: Falmer Press, (pp. 15-19).
- Evetts, J. (2003). The sociological analysis of professionalism – occupational change in the modern world. *International Sociology*, 18(2), 395-415.
- Evetts, J. (2006). Short Note: the sociology of professional groups – new directions. *Current Sociology*, vol. 54(1), 133-143.
- Gergen, K.J. (1985). The social constructionist movement in modern psychology. *American Psychologist*, 3, 266-275.
- Gergen, K.J. (1987). Toward self as relationship. In K. Yardley, & T. Honess (Eds.). *Self and identity: psychosocial perspectives* (pp. 53-63). Chichester: John Wiley and Sons.
- Giddens, A. (1994). *Modernidade e identidade pessoal*. Oeiras: Celta Editora.
- Habermas, J. (1987). *Théorie de l'agir communicationnel*. Paris: Fayard. (Vols. I e II)
- Le Boterf, G. (1998). Évaluer les compétences. Quels jugements? Quels critères? quelles instances?. *Éducation Permanente*, 135, 143-151.
- Levine, C. (2005). What happened to agency? Some observations concerning the postmodern perspective on identity. *Identity: An International Journal of Theory and Research*, 5(2), 175-185.
- Lopes, A. (1999). *Libertar o desejo, resgatar a inovação – a construção de identidades profissionais em docentes do 1º CEB*. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. [Tese de doutoramento]
- Lopes, A. (2001). *Libertar o desejo, resgatar a inovação – a construção de identidades profissionais docentes*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- McCall, G., & Simmons, J.L. (1978). *Identities and interactions - an examination of human association in everyday life*. London: Free Press.
- Nóvoa, A. (1992). Formação de professores e profissão docente. In A. Nóvoa (Coord.), *Os professores e a sua formação* Lisboa: Publicações Dom Quixote, (pp. 13-33).
- Nóvoa, A. (1995). Prefácio. In J. Barroso, *Os liceus - organização pedagógica e administrativa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- Nóvoa, A. (2002). *Formação de professores e trabalho pedagógico*. Lisboa: Educa.
- Ricoeur, P. (1990). *Soi-même comme un autre*. Paris: Seuil.
- Sachs, J. (1999). Teacher professional identity: competing discourses, competing outcomes. Paper presented at AARE Conference Melbourne, November. <http://www.aare.edu.au/99pap/sac99611.htm>. (consultado na Internet em 12 de Julho de 2008).
- Sachs, J. (2001). Teacher professional identity: competing discourses, competing outcomes. *Journal of Education Policy*, 16(2), 149-161.
- Santos, B. S. (1995). *Toward a new common sense - law, science and politics in the paradigmatic transition*. London, New York: Routledge.
- Shotter, J. (1986). A sense of place: Vico and the social production of social identities. *British Journal of Social Psychology*, 25, 199-211.
- Tajfel, H. (1982). Comportamento intergrupo e psicologia social da mudança. In *Mudança Social e psicologia social*. Lisboa, Livros Horizonte, (pp. 13-24).
- Tardif, M., & Lessard, C. (2005). *O trabalho docente – elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. São Paulo: Editora Vozes.
- Tardif, M., Lessard, C., & Gauthier, C. (s/d). *Formação dos professores e contextos sociais – perspectivas internacionais*. Porto: Rés-Editora.
- Tura, M. L. (2000). *O olhar que não quer ver – histórias da escola*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Turner, R. (1987). Articulating self and social structure. In K. Yardley & T. Honess (Eds.), *Self and identity: psychosocial perspectives*. Chichester: John Wiley and Sons, (pp. 119-132).
- Wittorski, R. (1998). De la fabrication des compétences. *Éducation Permanente*, 135, 57-69.
- Zoll, R. (1992). *Nouvel individualisme et solidarité quotidienne – essai sur les mutations socio-culturelles*. Paris: Éditions Kimé.

A incubadora tecnológica de cooperativas populares (ITCP/FURB) - consolidando a economia solidária em Blumenau e região

Edinara Terezinha de Andrade
Universidade Regional de Blumenau - FURB
Edinara@furb.br

Lorena de Fátima Prim
Universidade Regional de Blumenau - FURB
lprim@uol.com.br

Nazareno Loffi Schmoeller
Universidade Regional de Blumenau - FURB
nazareno@furb.br

Lucinéia Sanches
Universidade Regional de Blumenau - FURB
lucineiasanches@furb.br

Carina soares
Universidade Regional de Blumenau - FURB
carinasib@yahoo.com.br

Janine Lourenço Grigolo
Universidade Regional de Blumenau – FURB
ninidim@hotmail.com

Resumo: A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/FURB) é um programa vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão da Universidade Regional de Blumenau e lotado no Instituto de Pesquisa Súcias (IPS). Constituída em 19 de novembro de 1999 como uma linha de extensão universitária que disponibiliza um núcleo básico interdisciplinar formado por quadro docente, discente e técnico. Procura socializar o conhecimento da academia junto aos setores populares, para que consigam não só uma melhor inserção social no plano de trabalho como avançar na conquista da cidadania plena. Tem como objetivo central implementar, por meio da metodologia de incubação, Empreendimentos de Economia Solidária (EES), que buscam ações de geração de trabalho e renda para desempregados, trabalhadores informais e em risco de desemprego, com base nos princípios da Economia Solidária. A metodologia de trabalho busca aproximar a universidade e o conhecimento nela produzido, da sociedade em geral e de trabalhadores em particular, que vêm na organização associativa, uma alternativa de trabalho e de geração de renda. Atuando através de equipes de trabalho têm em sua estrutura as equipes de: mobilização, capacitação, organização e gestão e viabilidade econômica. A ITCP/FURB integra a Rede Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, atua como membro fundador do Fórum Catarinense de Economia Solidária, apóia e participa do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e neste, do Grupo de Trabalho de Formação em Economia Solidária.

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) é um programa de extensão universitária do Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade Regional de Blumenau, Santa Catarina, criado para implementar ações alternativas de geração de trabalho e renda na perspectiva da Economia Solidária. Constitui-se em uma linha de extensão universitária que disponibiliza um núcleo básico interdisciplinar formado por quadro: docente, discente e técnico. Procura socializar o conhecimento da academia junto aos setores populares, para que consigam não só uma melhor inserção social no plano de trabalho como avançar na conquista da cidadania plena. Tem como objetivo central prestar serviços necessários para o início, desenvolvimento e/ou reciclagem de cooperativas ou grupos de trabalho associativo, denominados de Empreendimentos de Economia Solidária (EES).

A Economia Solidária (ES) compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, empresas autogestionárias, redes de cooperação, complexos cooperativos, entre outros, que realizam atividades de produção de bens de consumo, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Esse setor vem se desenvolvendo no Brasil desde os últimos anos do século passado, constituindo uma resposta de parte da sociedade civil à crise das relações de trabalho e ao aumento da exclusão social.

Objetivando compreender melhor a categoria ES, podemos pontuar o conceito elaborado no Documento Final da Conferência Nacional de ES desenvolvido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE):

A Economia Solidária se caracteriza por concepções e práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano na sua integralidade ética e lúdica e como sujeito e finalidade da atividade econômica, ambientalmente sustentável e socialmente justa, ao invés da acumulação privada do capital. Esta prática de produção, comercialização, finanças e consumo privilegia a autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano, a satisfação das necessidades humanas, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia, acesso igualitário à informação, ao conhecimento e à segurança alimentar, preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futura, construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos. (DOCUMENTO FINAL, 2006, p. 2).

Reforçando a análise deste conceito, no Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005 (2006, p. 11) a Economia Solidária é compreendida como: “o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária.”

A economia solidária tem sido apontada como uma alternativa eficaz de criação de postos de trabalho, geração de renda e combate à pobreza, sendo que nos EES os participantes têm direitos e oportunidades iguais, preconiza-se a democratização das relações de produção, de comercialização, de gestão e pessoais, se diferenciando da relação capitalista do mundo atual.

As práticas da Economia Solidária vêm se desenvolvendo e proliferando significativamente ao longo da história do Brasil, principalmente após a década de 90, como pode ser visualizado na Figura 01.

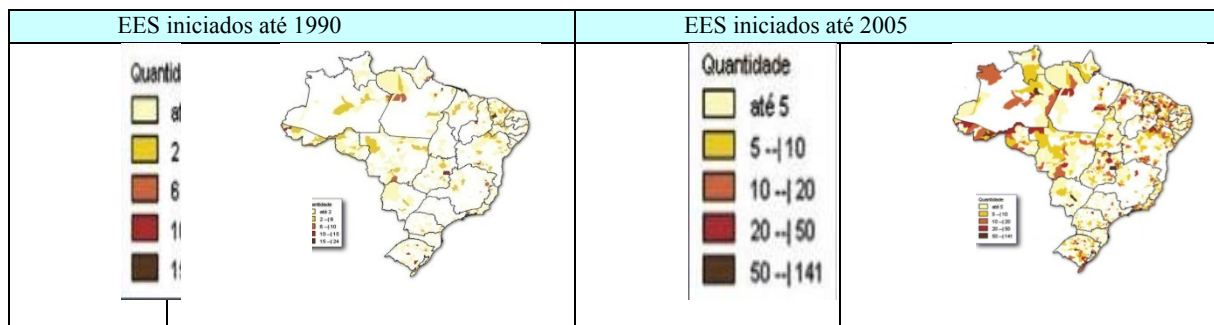


FIGURA 01: A TRAJETÓRIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL
 FONTE: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. P. 25. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

Articulando o consumo solidário com a produção, a comercialização e as finanças, de modo orgânico e dinâmico, do nível local até o global, a ES amplia as oportunidades de trabalho e intercâmbio para cada agente, sem afastar a atividade econômica da sua finalidade inicial que é a de responder às necessidades produtivas e reprodutivas da sociedade e dos próprios agentes econômicos. Ela permite articular solidariamente os diversos elos de cada cadeia produtiva, em redes de agentes que se apoiam e se complementam.

No Brasil, a economia solidária iniciou como um movimento social e atualmente, faz parte da agenda do Estado que a viabiliza por meio da implantação de políticas governamentais, municipais, estaduais e nacionais voltadas ao seu desenvolvimento. Neste sentido, o governo federal criou, em junho de 2003, na esfera do Ministério do Trabalho e Emprego, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Resultado da proposta apresentada ao Presidente Lula pelo movimento da sociedade civil, organizado em torno do Grupo de Trabalho da Economia Solidária, simultaneamente à SENAES, foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Nas universidades, o referido tema tem sido trabalhado desde o final do século XX com a criação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), sendo que, em maio de 1995, foi criada a primeira Incubadora - denominada de ITCP/COOPE - na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Na Universidade Regional de Blumenau, a ITCP foi criada em 19 de novembro de 1999.

A ITCP/FURB, desde a sua criação até o presente, vem respondendo às lacunas existentes no que concerne à busca de alternativas de geração de trabalho e renda para um público alvo constituído de um contingente de trabalhadores, desempregados ou vinculados ao plano da economia informal, que pode conquistar requisitos básicos de cidadania a partir da organização do trabalho.

A FURB em seu Estatuto, Artigo 16 – Parágrafo Único explicita sua missão como sendo:

Fundamentada no princípio inalienável da liberdade de pensamento e de crítica, a Universidade é uma instituição integrada à comunidade, agente de transformações sociais e terá como missão básica a promoção do desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural, com vista ao bem estar e à valorização da pessoa humana.

Neste sentido, a ITCP está concretizando este propósito da Universidade, pois por meio de uma metodologia específica, vem desencadeando o processo de organização de novas cooperativas e outros empreendimentos econômicos associativos.

O impacto da atuação das ITCPs no Brasil fica evidenciado por Bocayuva (2001, p: 01):

O impacto dessa novidade difunde-se num sistema complexo de parcerias, estrutura-se em redes semelhantes dentro da universidade e articula-se em alianças com outros atores sociais nacionais. Num momento de reestruturação econômica que acentua a precarização do mercado de trabalho, a experiência da ITCP faz parte de um processo ora organizado, ora espontâneo, dos setores da classe trabalhadora, nas comunidades excluídas do espaço social e produtivo do capital.

Além disso, a Incubadora disponibiliza aos trabalhadores dos EES existentes na região do Vale do Itajaí, formação técnica e de cidadania, além de assessoria para a sustentabilidade de uma rede solidária própria que se denomina Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí (RESVI), capaz de fortalecer e ampliar a viabilidade dos mesmos.

Metodologia

A ITCP/FURB atua com cinco projetos de trabalho: 1) Incubagem de Empreendimentos; 2) Cursos de Capacitação; 3) Rede de Economia Solidária; 4) Assessoria a Gestores Públicos e; 5) Consultoria e Assessoria ao Instituto Consulado da Mulher. Além dos projetos mencionados, a ITCP/FURB integra duas redes universitárias: Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Mundo do Trabalho (UNITRABALHO) e Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs). Atua como membro fundador do Fórum Catarinense de Economia Solidária de Santa Catarina e já desenvolveu pesquisas financiadas pela Fundação de Apoio Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (FAPESC) e pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

O desenvolvimento dos projetos e atividades mencionados é concretizado por uma equipe interdisciplinar formada por profissionais das áreas de: Ciências Sociais, Contabilidade, Direito, Economia, Moda, Psicologia e Serviço Social. Também constituem a equipe alunos de graduação e pós-graduação de diversas áreas do conhecimento.

A atuação da equipe é direcionada para a intervenção na complexidade do dia-a-dia dos trabalhadores junto aos empreendimentos, levando em consideração os aspectos sociais, políticos, econômicos e educacionais. Além disso, desenvolvendo uma metodologia de trabalho coletivo, busca, constantemente, intensificar a troca de experiências nas perspectivas da economia solidária e de uma produção coletiva do conhecimento.

A equipe de profissionais atua em quatro eixos principais simultaneamente e complementarmente para a consecução dos objetivos de incubação:

Mobilização: sensibilização e motivação do público-alvo, estudando os contextos sociais, econômicos e culturais do mesmo, com avaliação de demandas e desencadeamento de processos participativos.

Capacitação: desenvolvimento de todas as atividades relacionadas ao processo de educação continuada que, por sua vez, compreende a qualificação técnica, profissional, política e autogestão do grupo, bem como de seus componentes individualmente.

Sustentabilidade (Viabilidade Econômica): definição dos produtos e serviços, identificação das fontes de financiamento, estudo e caracterização do mercado de atuação, na elaboração de um sistema de custos para a formação dos preços e definição de ponto de equilíbrio, na sistematização de documentos/registros internos para controle contábil, e na assessoria ao desenvolvimento tecnológico da produção.

Organização e Gestão: assessoria nas áreas de planejamento, jurídico, contábil e administrativo e orientação para assegurar a autogestão.

Para que os quatro eixos básicos de ação possam ser implementados foram definidas as seguintes fases e procedimentos para a incubação.

Fase 1. Com previsão de um a dois meses, compreende os seguintes procedimentos:

mobilização da equipe para identificar e sensibilizar os grupos para o processo de incubação;

cadastro do grupo interessado – o grupo interessado na incubação deverá formalizar um pedido à Incubadora onde deverá identificar suas necessidades, características das pessoas participantes (perfil sócio-econômico), as principais idéias ou produtos que querem desenvolver, etc.;

incorporação (associação) do empreendimento à Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí – RESVI;

avaliação do grupo – com base na demanda do grupo a equipe da ITCP definirá a estratégia da incubação (plano de ação/trabalho) para este futuro empreendimento. O plano de ação preverá todos os passos do grupo até a sua desincubação.

apresentação do trabalho desenvolvido pela ITCP ao novo grupo – objetivos, metodologias, acompanhamentos, plano de trabalho, equipe, etc;

assinatura de termo de compromisso (ou termo de parceria) do grupo e ITCP. No termo de compromisso deverão constar quais serão as responsabilidades de ambas as partes, tanto da ITCP, quanto do grupo. Com isto cria-se um compromisso formal entre as partes para que o plano de trabalho seja executado.

Fase 2. Abrange os eixos Capacitação, Sustentabilidade e Organização e Gestão.

Curso sobre cooperativismo, associativismo e auto-gestão, com carga horária total de 68 (sessenta e oito) horas, e os seguintes módulos: Transformações no mundo do Trabalho; Relações de Gênero; Processo de Tomada de Decisão Coletiva; Gestão Coletiva; Relações Interpessoais; Perspectiva de Gênero; Organização Contábil; Visitas a empreendimentos consolidados; Autogestão, Cooperativismo e Segmentos Cooperativistas; Autogestão, Associativismo e parcerias; Viabilidade Econômica para Empreendimentos de Economia Solidária; O aparato jurídico em Cooperativas; O aparato jurídico das associações; Planejamento Estratégico para a sustentabilidade do empreendimento; Captação de recursos.

Formulação de indicadores de desempenho para o empreendimento. O acompanhamento dos indicadores estabelecidos no Plano de Ação se dá pela ITCP/FURB de forma coletiva com os EES, norteada pelos princípios da educação popular;

Planejamento do acompanhamento e definição da periodicidade do acompanhamento (mensal bimestral ou trimestral) a ser efetuado pela ITCP/FURB. O acompanhamento do planejamento permite reprogramar ações ou desencadear novas atividades formativas, visando à sustentabilidade e a autonomia do EES.

Assessoria e acompanhamento ao EES, desenvolvida em reuniões semanais do grupo incubado com as diversas equipes de trabalho da ITCP, conforme o Plano de Trabalho desenvolvido na fase 1 (item d). Compreende cerca de 200 horas de assessoria. São trabalhados os seguintes aspectos:

- organização administrativa e financeira – organograma, funções e documentos;
- definições de produtos e/ou serviços;
- definição dos custos e dos preços de venda;
- formas de remuneração;
- formas de atuação;
- apresentação sobre características dos mercados, preparação dos produtos;
- preparação do espaço para o desenvolvimento do empreendimento;
- materiais e equipamentos necessários;
- preparação de materiais de divulgação – folder, cartão, e-mail, site;
- estratégias de vendas;
- solução de conflitos internos;
- reforço constante dos princípios da economia solidária;

definição da natureza jurídica do empreendimento, relacionada à formalização jurídica do grupo (associação ou cooperativa). Esta definição se dará somente após o curso e depois de certo tempo de assessoria, variável de 3 meses a um ano, conforme a condição de sustentabilidade do grupo. A formalização implica em custos de implantação e em custos fixos de manutenção da atividade, recursos que a grande maioria dos grupos não dispõe.

Nesta Fase, todas as ações (encontros, visitas, feiras, etc.) do grupo são registradas em uma “Ficha de acompanhamento do empreendimento”. Nesta ficha constam: data, hora, local do encontro (reunião), participantes, itens (ações) apresentadas, encaminhamentos cabíveis à ITCP/FURB e ao Empreendimento indicando as pessoas responsáveis e os prazos de execução para cada ação. O tempo previsto para esta fase é de 1 a 3 anos.

Fase 3: Corresponde ao período de preparação para a desincubação. Envolve a análise do empreendimento e a definição de procedimentos que serão adotados deste período em diante pode se estender a 1 (um) ano de duração.

Na análise do empreendimento para proceder a desincubação são levados em conta o número de horas de treinamento, número de horas de assessoria, produtos/serviços gerados, número de pessoas incorporadas, rendimentos das pessoas, receitas e despesas, espaço no mercado, fortalecimento da marca/produtos, número de clientes e tipos, etc.

Caso os indicadores não sejam favoráveis uma nova estratégia será desenvolvida para a continuação do processo de incubação. Por sua vez, caso os EES apresentem indicadores favoráveis inicia-se o processo de desincubação por meio de:

Seminário avaliativo do processo e da condição do EES;

Planejamento estratégico com os EES para o processo de desincubação;

Realização de ato público junto a Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí – RESVI, implicando na finalização do Termo de Compromisso com a ITCP e a inclusão definitiva do EES na RESVI;

Monitoramento quadrimestral do EES por um período de 2 (dois) anos, quando se encerra esse processo, desde que confirmada sua consolidação por meio da regularidade do desempenho econômico-financeiro. Após esse processo, a ITCP prestará assessoria sob demanda aos EES graduados.

Os grupos que obtiverem sucesso após a desincubação poderão contribuir com um fundo para a manutenção da incubação de outros empreendimentos, de forma que o próprio processo de incubação possa ter sustentabilidade própria. Desta forma assim estaria formada a REDE completa, auto-sustentável. Os ex-incubados possibilitando a incubação dos novos.

Resultados

Com relação ao primeiro projeto - Incubagem de Empreendimentos -, a ITCP/FURB já efetivou seis incubagens de Empreendimentos de Economia Solidária: COOPERCRISTAL (produção), COOPERMÚSICA (serviços), UNIFRETE (transportes de cargas), COOPERVIAGENS (viagens turísticas), COOPERBLU (serviços) e ESTRELA AZUL (confeção). Acompanha, ainda, seis empreendimentos cuja abordagem volta-se para o enfrentamento de dificuldades referentes à viabilidade econômica dos mesmos e àquelas decorrentes do processo coletivo de organização. Os Empreendimentos Incubados são apresentados no quadro abaixo.

Atualmente assessora sistematicamente 6 (seis) EES que são estão apresentados no quadro a seguir:

Quadro 1 – Demonstrativo dos EES assessorados sistematicamente pela ITCP/FURB

EES	Área de atuação	Nº.
-----	-----------------	-----

		de Pessoas
Nutricoper	Produção de pães, doces e salgados.	20
Coopertran	Terraplanagem, pavimentação e transporte.	210
Artesãos Alternativos de Blumenau e Região	Confeccionam chinelos, brincos, pulseiras, etc. Matérias-primas mais utilizadas: couro, metal e sementes	36
Associação Participativa Recicle Indaial (APRI)	Reciclagem e comercialização de materiais recicláveis.	16
Fino Toque Têxtil Cooperativa	Produção e comercialização têxtil.	20
Associação Verbo Tecer	Produção artesanal no tear manual e comercialização de panos de prato, trilhos de mesa, jogos americanos, etc.	12

Análise dos Grupos dos Incubados:

NUTRICOOPER – É uma cooperativa de alimentos criada a partir de um processo de discussão sobre o mundo do trabalho, desenvolvido por coordenadores dos grupos de reflexão da Igreja Católica – Comunidade Santa Cruz no bairro da Velha Central em Blumenau, motivados pela Campanha da Fraternidade em 1999. Muitos foram os debates, porém não tinham certeza sobre qual seria a alternativa. No entanto, esses mesmo grupos, através da militância nos movimentos populares da cidade e pastorais sociais, souberam da possibilidade de um curso de formação em cooperativismo e autogestão, através da Professora Dalila Maria Pedrini, então coordenadora da ITCP/FURB. Na certeza de que o curso traria subsídios e os instrumentalizaria na busca de alternativas organizaram um grupo de 20 trabalhadores da região. Atualmente a cooperativa passa por dificuldades, mas continua sendo assessorada pela ITCP, sendo o principal desafio aumentar o número de cooperados.

COOPERTRAM - Cooperativa com 160 cooperados que atua com transportes ou fretamento rodoviário de produtos sólidos com caminhões coletivos e executa terraplanagem com maquinários próprios. Metas: fortalecer a gestão contábil e jurídica.

Associação de Artesãos Alternativos - Composta por 22 sócios que produzem artefatos com fios, sementes, couro e madeira, bem como produtos reciclados, e os comercializam em espaços públicos, praças ou calçadas. Prioridades: qualificar os produtos e ampliar a comercialização, obter um espaço fixo para a produção, garantir a capacitação continuada em análise de mercado e aprovar uma lei municipal de feiras alternativas.

Associação Participativa Recicle Indaial (APRI) - Associação que agrega 18 famílias atuando com a coleta e reciclagem de resíduos sólidos no município de Indaial. Desenvolve um projeto de reciclagem junto ao poder público municipal. Tem como prioridades emergentes: ampliar sua relação com outros; desenvolver tecnologia para atuar com resíduos molhados; reduzir sua comercialização com os atravessadores, garantindo, assim, maior lucratividade.

Fino Toque - Empreendimento coletivo que surgiu no setor têxtil e atua com confecção de produtos para área de esporte e malhas. Conta com a associação de 12 mulheres, sendo duas na produção e dez na comercialização personalizada na residência do consumidor. Suas maiores dificuldades, enquanto organização coletiva, são: comercialização; superação e diferencial do produto para atender ao mercado; incorporação do conceito de autonomia nas relações de trabalho; redução da subordinação nas relações; carteira de produtos; ergonomia do processo de produção; e capital de giro.

Associação Blumenauense de Tecelagem – Verbo Tecer – A Associação das Tecelãs do Vale do Itajaí (Verbo Tecer) teve início em 2004 com o objetivo de se trabalhar em um grupo organizado, pois havia necessidade de valorizar a mão de obra qualificada, divulgando e promovendo a comercialização dos produtos de tear. A idéia de criação da Associação já havia surgido em 2002, mais somente em 2004 o grupo procurou a ITCP/FURB buscando orientação e capacitação, visto que o grupo já trabalhava em forma solidária quando da sua participação em exposição e venda dos trabalhos do grupo, participando de feiras, exposições e amostras. Em agosto de 2004 a ITCP/FURB começou o processo de Incubagem da associação Verbo Tecer, este processo teve início com a realização do Curso de Cooperativismo e Autogestão, sendo que hoje associação esta em processo de legalização. As associadas do Verbo Tecer, formado por 12 mulheres na qual são alunas e ex-alunas da Oficina de Tecelagem da Fundação Cultural de Blumenau, têm participado das reuniões da Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí (RESVI), de feiras e demais eventos relevantes a Economia Solidária.

A ITCP/FURB atualmente esta incubando três novos EES e desenvolvendo ações para fortalecer a economia solidária na região de Blumenau, via Rede de Economia Solidária do vale do Itajaí (RESVI), como por exemplo, o apoio ao Centro de Comercialização de Produtos e Serviços dos EES.

O segundo projeto - Cursos de Capacitação - já contabiliza cinquenta e nove cursos entre os anos de 1999 e 2006. Tais cursos são dirigidos para a formação de trabalhadores em cooperativismo e associativismo, bem como em gestão de empresas autogestionárias e políticas públicas nas áreas de trabalho e renda.

Aprofundar conceitualmente as interfaces da gestão como apropriação autônoma das implicações da mesma no resultado da produção coletiva é tarefa árdua no período da incubagem, trazendo, por isso, vários “nós” teóricos e pragmáticos. Entre eles, está o processo de partilha dos saberes e poderes construídos com o grupo que pratica a metodologia coletiva na capacitação continuada. A formação inicial oportunizada pelo curso de cooperativismo desencadeia uma rede de demandas contínuas e suas fragilidades cotidianas são sanadas no processo de formação continuada. Entende-se que a formação constrói o próprio processo de incubagem no qual estão disponíveis os recursos técnicos universitários aos empreendimentos solidários. Porém, a linguagem dos integrantes do grupo pode ser um instrumento de barreira na reelaboração do conhecimento. Compreende-se esta barreira como a ruptura da educação formal em alguma fase de suas vidas em função do trabalho tarefeiro e subordinado.

No que diz respeito ao terceiro projeto - Rede de Economia Solidária (RESVI) -, o mesmo recebe, desde a sua criação em março de 2000, assessoria da ITCP/FURB com o objetivo de definir estratégias de articulação a partir do princípio de que a Economia Solidária se constitui em rede. A RESVI pode ser compreendida como um movimento em rede por se constituir de ações coletivas desenvolvidas por organizações populares na perspectiva de retroalimentar o movimento dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES) na garantia de cidadania e acessibilidade aos direitos sociais. A metodologia de ação da RESVI caracteriza-se por reuniões mensais, coordenadas por uma comissão executiva que fica responsável pela RESVI durante um mês. Essa comissão é formada, em cada reunião mensal, por integrantes dos grupos e EES participantes da Rede e tem como atribuição coordenar e planejar a reunião mensal, bem como todas as atividades que competem à RESVI durante aquele mês. Até o momento, já foram realizadas cinquenta (84) reuniões mensais da RESVI.

Segue no quadro a seguir a apresentação dos EES assessorados pontualmente pela ITCP/FURB.

Quadro 2 – Demonstrativo dos EES assessorados pontualmente, via RESVI, pela ITCP/FURB

Área de atuação do EES	Nome do EES	Municípios
Prestação de Serviço	COOPERTUR	Blumenau
	COOPERTTRAN	Blumenau
	UNIFRETE	Blumenau
Alimentação	4 AS	Indaial
	NUTRICOOPER	Blumenau
	BLUMEM-APIS	Blumenau
Artesanato	ARTESÃOS ALTERNATIVOS	Blumenau
	ABART	Blumenau
	AFAES	Blumenau
	ART'MANOS	Blumenau
	COARTE	Itajaí
	OFICINA DE TECELAGEM	Blumenau
	PROJETO CASA NA ÁRVORE	Blumenau
	COOPERGIP's	Blumenau
Têxtil	FINO TOQUE	Blumenau
	FIO NOBRE	Itajaí
	BRUSCOR	Brusque
Reciclagem	APRI	Indaial
	RECIBLU	Blumenau
	GASCOR	Gaspar

Uma das mais importantes conquistas desse movimento é a construção da cidadania ativa dos trabalhadores que se transformam em sujeitos de processos políticos participativos e conquistam o direito a uma vida mais digna permeada por interações de cooperação. Outra importante conquista foi o debate estabelecido sobre o papel do poder público municipal na construção de políticas de geração de trabalho e renda, com eixo na economia solidária, que desencadeou ações favoráveis à mesma. Destaca-se como indicadores do processo de empoderamento da RESVI, as seguintes ações: a) participação no 1º Encontro Catarinense de Empreendimentos de Economia Solidária, no 1º Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária e na 5ª edição do Fórum Social Mundial; b) representação de membros da RESVI no Fórum Catarinense de Economia Solidária a partir de agosto de 2004 e no Fórum Brasileiro de Economia Solidária a partir abril de 2006; apresentação da RESVI em sessão ordinária na Câmara de Vereadores de Blumenau; c) participação em programas de TV e Rádio; d) participação como membro efetivo na comissão de interlocução do Fórum Catarinense de Economia Solidária com o Governo do Estado, o qual tem o objetivo de discutir e propor uma política de economia solidária para o estado de Santa Catarina; e) participação em Feiras de Economia Solidária em âmbitos local, estadual e nacional; f) audiências públicas com representantes dos governos municipal, estadual e federal para tratar de assuntos relativos à Economia Solidária; g)

realização da Conferência Regional de Economia Solidária em 2006 e participação nas Conferências Estadual e Nacional de Economia Solidária em 2008.

O quarto projeto de atuação da ITCP/FURB é a Assessoria a Gestores Públicos. Esse projeto se efetiva por meio de convênios com prefeituras da região para a constituição de Incubadoras de Cooperativas Populares (uma no município de Gaspar) e atua junto aos próprios empreendimentos de economia solidária e a equipes técnicas dos municípios para os quais oferece cursos de capacitação e assessoria jurídica na elaboração de legislações pertinentes à economia solidária. Até o momento, já foram realizados convênios com as prefeituras de Blumenau, Gaspar e Indaial.

O quinto projeto foi desenvolvido na cidade de Joinville, Santa Catarina, com o Instituto Consulado da Mulher e teve como produto a incubação de uma incubadora de projetos sociais e geração de trabalho e renda. Na consultoria e assessoria ao Instituto Consulado da Mulher, foi desenvolvida uma proposta metodológica de incubagem de incubadoras que atuam com a responsabilidade social de organizações privadas. Neste contexto, iniciou-se como projeto-piloto incubando o Consulado da Mulher que é um espaço voltado para o desenvolvimento de atividades que estimulam a cidadania da mulher. Esta iniciativa desenvolve ações que melhoram a qualidade de vida das comunidades de sua cidade, tais como: centros de informática - acesso à informação e conhecimento; projetos de geração de trabalho e renda; oficinas que estimulem novas maneiras de organização do trabalho; oficinas de arte e cultura - pela beleza, harmonia e a qualidade de ser. A coordenação do Consulado da Mulher, por meio de um levantamento, chegou à conclusão de que, para mediar a condição das mulheres na sociedade local, seria necessário ampliar as possibilidades de geração de trabalho e renda para as mesmas e suas famílias. Diante disso, foi feita a opção por uma consultoria da ITCP, implementando sua metodologia de incubagem coletiva para com as demandas do consulado. Há registro dos avanços e conquistas obtidos, bem como de casos de referência que adotam os recursos da responsabilidade social da empresa mantenedora do Instituto para políticas de implementação de trabalho e renda coletivos atuado com três cooperativas de produção cooperando 50 famílias.

Ainda em relação a este Projeto, está em curso um convênio com a Caixa Econômica Federal, intitulado “Projeto Mulheres em Ação – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”. O referido convênio iniciou em 16/11/06 com uma proposta para um ano de duração, mas, após avaliações positivas o mesmo foi renovado para mais um ano, tendo seu encerramento previsto para dezembro de 2008.

Conclusões

Há um extenso campo de atuação das universidades no que se refere à Economia Solidária, mas inúmeros são os desafios a serem enfrentados, sendo um dos principais a necessidade de direcionamento de recursos públicos para o desenvolvimento dos EES. As demandas têm sido crescentes em relação aos(as) trabalhadores(as), tanto na criação de novos empreendimentos coletivos, como na qualificação continuada dos já existentes. Em decorrência disso, a ampliação e a capacitação da equipe também se têm mostrado uma necessidade. Na agenda de discussões das Incubadoras que conformam a Rede Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares Universitárias, está o aprofundamento da sua metodologia. Para tanto, estão sendo realizados vários seminários regionais e nacionais com o intuito de sistematizar as metodologias e construir uma produção coletiva de conhecimento que culminará com a publicação de um livro.

Referências Bibliográficas

- Ministério da Educação. (2005). Um olhar sobre a Educação de Jovens e Adultos. Brasília.
- Ministério do Trabalho e Emprego. (2004). Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES, Termo de Referência, Brasília.
- OLIVEIRA, A. L. e ROSSI, F. (2004). Sistematização da atuação metodológica da ITCP/FURB. In, MARCHI, R. C. Trabalho e trabalhadores no vale do Itajaí: uma leitura crítica. Blumenau, Cultura em Movimento.
- OLIVEIRA, A. L. e PEDRINI, D. M. (2004). Muitas mãos tecendo juntas: a rede de economia solidária do Vale do Itajaí. In, CADERÓN, Adolfo Ignacio (org.). Ação comunitária: uma outra face do ensino superior brasileiro. São Paulo: Olho d'Água.
- PIERIZ, V. L. H. (2004). O empoderamento da rede de economia solidária do vale do Itajaí – RESVI: a esfera pública em construção. Blumenau, Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, FURB.
- SINGER, P. (2003). Economia Solidária. In: Cattani, A. (org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores.
- UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU, Núcleo Local da UNITRABALHO, Instituto de Pesquisas Sociais – IPS, Pró-Reitoria de Extensão e Relações Comunitárias. (2000). Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. Blumenau. (Projeto de Extensão aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE, parecer nº 247/2000, sob a Coordenação da Dra. Dalila Maria Pedrini).
- UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU (2000). Relatório de sistematização da metodologia da ITCP/FURB elaborado para o Projeto Incubadoras de Cooperativa Populares – ICCO/UNITRABALHO. Blumenau, 2000.

Feira livre: organização, trabalho e sociabilidade.

Leny Sato Sato
Universidade de São Paulo
lenysato@usp.br

Resumo: Essa apresentação descreverá os processos cotidianos que organizam o trabalho na feira livre. O estudo empírico valeu-se de documentos, entrevistas e fotografias obtidos em prolongada convivência numa feira da cidade de São Paulo (Brasil).

Em São Paulo, a feira livre existe desde o início do século XX. Atualmente instalam-se mais de cem feiras livres por dia. Esse trabalho gera renda para aproximadamente quarenta mil pessoas.

A feira é espaço de trabalho, estético e de lazer. Por ser um comércio itinerante, obriga o feirante a situar-se em diferentes contextos (econômico, social, cultural e organizativo) a cada dia. Para organizar o trabalho, o feirante considera dois âmbitos organizativos: o da feira (conjunto de bancas) e o da própria banca (a unidade produtiva. A multiplicidade de formas adotadas para organizar a banca vincula-se às diferentes combinações de sentidos de tempo (da natureza, o social e “do relógio”).

A organização da feira dá-se: por redes de relações sustentadas na cooperação e na competição; na construção de regras tácitas e em micro-acordos; por meio de arranjos, combinações e permutações nas formas de realizar o trabalho; por vínculos de trabalho misturados aos de vizinhança, familiares e de amizade. Essa forma de organização facilita adaptações contínuas ao ambiente.

Além dos feirantes, a feira acolhe ampla gama de trabalhadores pobres: ambulantes, carregadores, vendedores de insumos aos feirantes, vendedores de café e de rifa, fornecedores de dinheiro trocado e catadores de papelão.

O objetivo dessa apresentação é descrever algumas feições dos processos cotidianos que organizam o trabalho na feira livre. Para tanto, apresento a um breve histórico da feira livre, o método empregado, a leitura que orienta a compreensão dos processos organizativos, a descrição dos processos cotidianos que organizam a feira livre e as considerações finais.

I - a feira livre na vida da metrópole

A origem da feira livre remonta o século IX na Europa: os mercados locais organizados com vistas a suprir a população local com os gêneros de primeira necessidade (Pirenne, 1936).

No nosso caso, em São Paulo, a oferta de produtos alimentícios experimentou diversos tipos de comércio varejista em diferentes momentos de sua história: as quitandas, os mercados, os vendedores ambulantes (Guimarães, 1969; Kozłowski, 1976). A feira livre é oficializada em 1914, tendo sido uma reivindicação do movimento grevista de 1917, conforme depoimento de Edgard Leuenroth, importante líder anarquista desse movimento¹, como meio de baratear a oferta de gêneros de primeira necessidade (Pinheiro & Hall, 1979).

Atualmente a cidade de São Paulo abriga cerca de novecentas feiras livres semanais, de terça-feira a domingo. São instaladas nos diversos bairros da cidade, situando-se em locais com características econômicas e sócio-culturais diferentes. Como mercado de trabalho, estima-se que gere renda para aproximadamente quarenta mil pessoas. O número de comerciantes por feira livre é variável, mas há feiras que acolhem mais de cem unidades produtivas (bancas de propriedade do feirante titular), além dos feirantes ambulantes e muitos trabalhadores que vivem da oferta de pequenos serviços (carregadores, vendedores de lanches e refrigerantes, vendedores de rifa, trocadores de dinheiro para os feirantes etc.).

Passado mais de um século desde a sua criação, a posição da feira livre no comércio varejista de alimentos in natura mudou significativamente com a crescente instalação de super e hipermercados. A década de 60 do século que passou testemunhou a expansão dos supermercados (Jesus, 1991). Esse crescimento acompanhou mudanças importantes no processo de urbanização da cidade de São Paulo. A Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS) estima que atualmente cerca de 40% do abastecimento de produtos hortícolas é realizado por supermercados, porcentagem que conta com a distribuição de cinco grandes redes de supermercados (Souza, De Rezende e Prado, 2001).

Para compreender a posição da feira livre no espaço da metrópole, recorro à teoria de Milton Santos (2004) sobre o processo de urbanização dos países subdesenvolvidos, a qual toma os diversos tipos de atividade econômica e ocupacional para compreendê-lo. Para o autor, esse processo caracteriza-se pela divisão do espaço urbano em dois circuitos econômicos. O “circuito superior” engloba as atividades econômicas ditas “modernas”, voltadas para a acumulação de capital, como os grandes conglomerados orientados pela economia global; incorpora tecnologia de ponta, emprega trabalhadores com nível de escolarização/qualificação mais elevado; as atividades de comércio voltam-se para segmentos das classes média e alta. Por sua vez, o “circuito inferior” orienta sua atividade para a população e economia locais; é trabalho-intensivo utilizando tecnologia pouco sofisticada; os vínculos de trabalho são precários em termos de proteção social; a atividade comercial dirige-se, prioritariamente, para as camadas médias e populares e visa, também prioritariamente, garantir a sobrevivência. Por ser hegemônico, o “circuito superior” da economia orienta as regras para o funcionamento do “circuito inferior” também, o que pode ser sentido como uma convivência tensa.

¹ Comunicação pessoal de Paul Singer.

No caso específico, a tensão entre o comércio da feira livre e o das grandes redes de super e hipermercados² — exemplares do comércio varejista de alimentos alocados no “circuito superior” — é constantemente relatada pelos feirantes. Não é à toa que os feirantes trazem, espontaneamente, o tema da extinção da feira livre. As ameaças sentidas vêm de longa data. A pulverização dos supermercados frequentemente é considerada a causa da queda de movimento das feiras livres³.

Muito embora haja distinções significativas entre os dois circuitos, suas atividades convivem e se influenciam mutuamente. A feira livre — característica de atividade situada no “circuito inferior” — escoar produtos oferecidos por importadores (grandes atacadistas) e tem como fregueses pessoas dos estratos sociais médios e altos. Além disso, observa-se que os supermercados buscam reproduzir a estética da feira livre e, em alguns casos, também o atendimento personalizado, característico da feira livre.

O espaço urbano é permeado pelo trânsito entre as atividades dos dois circuitos da economia.

Esses aspectos possibilitam situar os processos que cotidianamente organizam e fazem a feira livre.

II – para conhecer a feira livre

Muitas são as concepções sobre o que é “organização”. Morgan (1986) emprega diversas metáforas para apresentá-las: máquina (taylorismo-fordismo), cérebro (cibernética), prisões psíquicas (psicanálise) e sistemas de governo (política) são algumas delas.

A concepção aqui adotada é devedora de leitura que toma as pessoas em interação simbólica como as construtoras dos processos organizativos. Não são, entretanto, construtoras que têm diante de si a liberdade incondicional para fazer o que e como quiserem. São pessoas situadas em lugares, defrontando-se com regras, valores, projetos e metas definidos de modo autônomo ou heterônomo; são pessoas posicionadas em degraus hierárquicos diferentes ou não; com maior ou menor amplitude de poder para definir os rumos do que se pretende organizar, os objetivos da empreitada bem como os caminhos adotados. Vale lembrar, ainda, que são interações simbólicas desenroladas tendo-se em vista a dimensão técnica à disposição (equipamentos, máquinas, procedimentos etc.) e o ambiente sócio-econômico e cultural no qual se insere⁴.

Assim, compreendo “organização” como “fluxos de ações e significados” (Spink, 1991). Parte-se do pressuposto que tais processos encontram a sua racionalidade interna e singular nos métodos práticos, criados, apropriados e partilhados pelas pessoas envolvidas, fazendo das feiras livres, no caso, realidades “organizadas” (Garfinkel, 1990; Tedesco, 1999; Sato, 2002). A leitura focaliza os fazeres cotidianos, as interações simbólicas nos pequenos agrupamentos e o burburinho que desdobra frutos e os avoluma para além da relação dual; privilegia as interações simbólicas que se sustentam na cultura, nos costumes e nos acordos possíveis e não a estrutura técnico-funcional (Lanzara, 1985).

“Projetar e construir uma casa, por exemplo, pode ser um processo puramente técnico ou pode ser um processo em grande parte ritual: a estrutura de planejamento nos dois casos é completamente diferente, os elementos componentes são diferentes, os critérios de seleção são diferentes, as regras para a composição dos elementos e os significados atribuídos às regras e às ações são diferentes (...) O resultado do planejamento — a casa — pode ser visto como o produto de um processo sustentado por uma estrutura decisional, ou como fruto de uma análise funcional, ou como um universo de elementos simbólicos evocados e produzidos, compatíveis mediante um cerimonial conduzido coletivamente” (Lanzara, 1985, p. 60 e 61).

Descrever tais processos, portanto, requer a construção dos significados que sustentam as atividades observadas, não se restringindo à descrição dos fenômenos que se encontram na superfície de suas manifestações. Trata-se de construir uma descrição densa (Geertz, 1989).

Alinhado a essa concepção, o método adotado deve ser capaz de apreender os fazeres que se dão no dia-a-dia, na relação dual, nos pequenos encontros, nos comentários pontuais e restritos, e nas conversas alongadas e públicas (Sato & Souza, 2001). Para tanto, realizei estudo etnográfico: convivência prolongada numa feira livre da cidade de São Paulo (SP), valendo-me de dados secundários e de entrevistas. O recurso à fotografia também foi adotado e minha presença com a câmera e o oferecimento de fotografias relevadas foram importante instrumento para lograr maior proximidade com os feirantes, freguesas e hábitos da feira livre.

A feira livre estudada situa-se no bairro Vila Mariana, de classe média, na zona sul da cidade de São Paulo. Instalada às sextas-feiras, a “feira da Caixa D’Água”, como é conhecida pelos feirantes — porque situa-se próximo a uma caixa d’água da companhia de saneamento do estado —, congrega cerca de cento e cinquenta bancas, em torno de quatrocentos e sessenta feirantes, com aproximadamente setecentos metros quadrados de banca. Em termos metodológicos, qualquer feira livre poderia ser adotada para aprofundar o conhecimento sobre o seu cotidiano. Feiras diferentes em diferentes bairros exibirão feições também diferentes, pois elas se fazem com as características do lugar, adjetivando seus processos organizativos; porém suas feições substantivas podem ser apreendidas em qualquer uma delas e assim compreendendo, escolhi uma feira, ainda que incursões esporádicas a outras fossem feitas.

² Os sacolões e varejões também são uma presença incômoda para os feirantes, mas é incomparável com as redes de super e hipermercados.

³ Jesus (1991) aponta que em 1989, cerca de 78,2% do volume de alimentos comercializados no varejo, no Brasil, era feito pelos supermercados.

⁴ Aqui a Escola Sociotécnica (Kelly, 1978; Spink, 1979) é uma referência importante no sentido de estabelecer que os processos organizativos estão sustentados em duas dimensões: a social e a técnica. A técnica, decerto, não é imutável e é um produto humano. A teoria de campo de Kurt Lewin (1963 e 1973) é uma importante referência na qual pessoa e ambiente devem ser tomados simultaneamente para a compreensão dos processos interacionais. Note-se que por ambiente entende-se aquele socialmente construído também, estando aí incluídas, portanto, as dimensões políticas e econômicas.

III - organização, trabalho e sociabilidade

Para se compreender os processos que cotidianamente são conduzidos para organizar a feira livre é importante identificar as regras gerais de seu funcionamento.

Está a cargo da Secretaria Municipal de Abastecimento (SEMAB) da Prefeitura de São Paulo a definição de normas e a fiscalização das feiras livres. Regulamentos definem o conjunto de regras referentes à instalação, tipos e grupos de mercadorias que podem ser comercializados, regras de higiene, dentre outras⁵. A autorização para trabalhar como feirante é concedida pela SEMAB que define o rol de feiras livres nas quais o feirante titular (detentor de autorização) pode trabalhar, de terça-feira a domingo. Característica estrutural importante é o fato de as feiras instalarem-se no espaço público e serem itinerantes.

rede como forma organizativa

Marcos define a feira livre como uma “bagunça organizada”, expressão que compatibiliza duas formas organizativas aparentemente antagônicas em que a anarquia (capacidade organizativa autônoma) convive com uma suposta padronização centralmente definida.

As regras bastante genéricas emanadas pela SEMAB deixam um campo aberto para que os feirantes organizem a convivência e construam seus fazeres. Ademais, o nomadismo estrutural faz com que o feirante tenha que “montar uma loja todo dia” (Dinorah). E isso quer dizer muito mais que estar submetido ao trabalho fisicamente pesado de transporte, carregamento, montagem, arrumação e desmontagem da “loja”. O nomadismo requer que os feirantes se situem e convivam em ambientes sociais, econômicos e culturais diferentes, garantidos pelos perfis da freguesia e pela convivência com feirantes diferentes em cada lugar. A cada dia o feirante situa-se em um campo social diferente (Lewin, 1963 e 1973).

A característica desse comércio é justamente possibilitar um número infinito, e sempre renovado, de acordos construídos a cada hora, a cada circunstância e a cada problema que se apresente em cada “loja”. É um processo organizativo que se caracteriza como um “fenômeno reticular”, como afirma Elias (1994b)⁶. Isto porque no decorrer desse processo,

“cada um dos interlocutores forma idéias que não existiam antes e leva adiante idéias que já estavam presentes. Mas a idéia e a ordem seguidas por essa formação e transformação das idéias não são explicáveis unicamente pela estrutura de um ou outro parceiro, e sim pela relação entre os dois. E é justamente esse fato de as pessoas mudarem em relação umas às outras e através de sua relação mútua, de se estarem continuamente moldando e remoldando em relação umas às outras, que caracteriza o fenômeno reticular em geral” (Elias, 1994b, p. 29).

Ao mesmo tempo, a depender da feira onde se instala, a banca de um mesmo feirante poderá portar feições bastante distintas, que fazem o observador duvidar que seja o mesmo feirante. Se essa não é a regra geral, ela informa a amplitude das possibilidades desse trabalho itinerante, o qual, para ser compreendido, demanda a adoção de uma leitura relacional (Lewin, 1963 e 1973).

Aprender a rede de relações sociais que configura a feira livre demandou seguir os fios e identificar os “nós” que tecem sua organização. Desenhar essa organização implicou em apreender os acontecimentos que envolviam conversas reservadas, o burburinho e os debates mais amplos. Muito embora localizados, os diversos acontecimentos davam notícias sobre os fenômenos considerados “normais” na feira livre. Nos dizeres de Marc Augé:

“o sentido social não se identifica com a soma que uma cosmologia representa ou com a teoria social, com o conjunto de normas do jogo social cuja lista um informante habilmente solicitado pode reconstituir e fornecer. Esse senso só se atualiza nos enunciados particulares que especificam as relações entre parceiros diferentes da vida social. São enunciados circunstanciais que fazem alusão aos relacionamentos normais (quer dizer culturalmente simbolizados e admitidos) entre um pai e seu filho mais velho, um irmão e uma irmã, um marido e uma esposa, uma tia materna e um sobrinho uterino, etc. Esta ‘normalidade’ não se limita às relações de parentesco e se esperam da parte dos parceiros da vida social, econômica, política, comportamentos globalmente conformes com os tipos de conduta simbolizados e instituídos na e pela sua sociedade” (Augé, 1999, p. 43, grifos meus).

Nessa rede, os fluxos de interação simbólica não estão norteados por um centro a partir do qual emanam as informações, os motes das conversas e as decisões. Os “fios” que ligam as pessoas entre si estendem-se em diversas direções. A estrutura da rede de relações sociais e de significados pôde ser apreendida, mas a posteriori (Mayer, 1987).

A rede abriga e é construída pela presença de várias lógicas que se encontram em um lugar, em um dia da semana e se espalham em várias outras feiras livres nos outros dias e em outros lugares. Em pequenos espaços e num determinado tempo há maior densidade de encontros que dão substância a essa organização, construindo, questionando e repondo continuamente as regras, os valores e a cultura. Baseia-se na troca de idéias, de pontos de vista, de argumentos e de experiências. A feira livre deve ser compreendida, então, como um contínuo organizar, baseado em acordos e negociações, em cooperação e competição e na execução de regras tácitas. Isso garante a agilidade, a extrema adaptabilidade e a criatividade de formas de se fazer a feira livre.

⁵ Está em vigor o decreto número 41.918 de 2002, que “Dispõe sobre o funcionamento das feiras livres no Município de São Paulo e dá outras providências” (São Paulo, 2002).

⁶ Norbert Elias (1994b) busca ultrapassar a dicotomia indivíduo-sociedade e, para isso põe ênfase nas relações pessoais que se dão no dia a dia. As noções de fenômeno reticular e de rede são importantes em seu projeto teórico. Elias denomina de rede “a totalidade da relação entre indivíduo e sociedade” (p. 30).

As relações de trabalho mesclam-se com relações familiares, de amizade e de vizinhança no bairro de moradia. As relações interpessoais na feira livre são norteadas por diversas gramáticas (DaMatta, 1985). Regras de convivência familiar se fazem presentes no espaço de trabalho, tanto no sentido de garantir a proteção contra a aplicação fria e impessoal da “letra de lei”, o código da rua (DaMatta, 1985), como no de exigir a manutenção do respeito à hierarquia familiar no contexto de trabalho. Vizinhos no bairro de moradia podem experimentar posições de ajudante e patrão e amigos podem trabalhar como ajudantes na mesma banca. Vê-se, entre os ajudantes, intensa rotatividade pelas diversas bancas. Um ajudante pode trabalhar para várias “firmas” no decorrer da semana. A feira livre é notória por abrigar vínculos precários de trabalho em termos de proteção social (Guimarães, 1969; Santos, 2004).

Por ser tecida por essa diversidade de vínculos, a rede de relações pessoais encontra outros espaços para formar os seus “nós”: a casa, o bairro e os diversos centros atacadistas. Acompanhando Marcos a um desses centros, ele diz: “se você quiser encontrar feirante, vem aqui na segunda-feira”, evidenciando que os acordos que organizam a feira livre também são feitos em outros lugares. Ao mesmo tempo, alude à potência dessa rede no que se refere à agilidade para espriar informações e para orientar as tomadas de decisão.

“Feira livre tem que ter feirante”, diz Celso, feirante há mais de 20 anos. A ausência episódica de alguns feirantes e o abandono de outros é motivo de preocupação pois pode indicar que o próprio negócio está em risco. Além disso, essa frase, aparentemente óbvia, conduz ao universo de significados sobre a convivência coletiva de vários micro-empresários (feirantes titulares) e seus ajudantes, os feirantes ambulantes e um sem número de trabalhadores que vivem da feira livre. Ela remete à necessidade de convivência entre diversas pessoas com livre-iniciativa, à possibilidade de construção de acordos e à manutenção de um ténue equilíbrio entre relações cooperativas e competitivas.

A proximidade geográfica possibilita o estabelecimento de acordos entre vizinhos de banca. Entre si constroem regras de convivência específica, em geral válidas apenas para os feirantes que as definem, sendo impraticável qualquer tentativa de generalização. Elas englobam desde a definição de horários de montagem e desmontagem das bancas até a faixa de preços praticados.

Relações de cooperação e de competição com os feirantes de uma mesma feira são observadas e podem mesmo ocorrer em momentos contíguos. Para servir a “sua” freguesa, eventualmente Dona Jurema socorre-se na banca de Zico tomando-lhe a mercadoria que lhe falta; mas, no momento seguinte, pode dirigir-lhe comentários que apontem o quão reprovável foi a sua decisão de praticar preços tão baixos — “marretar”, segundo o vocabulário dos feirantes —, pois os demais feirantes não podem acompanhá-lo. Mas, se a presença do concorrente pode ser incômoda, aos olhos de alguns, ela é necessária. “Eu preciso que na feira tenha outros feirantes que comercializem a mesma mercadoria que eu ... a freguesa compara os preços; aquele feirante lá embaixo, vende a mercadoria mais cara que eu, pode até ser que ele venda mais do que eu, mas se só tivesse eu aqui que vendesse ovo, a freguesa não saberia se eu tô vendendo caro ou barato” (Juca). A ausência episódica de um feirante vizinho foi sentida por Juca, que explicava seu “ar desanimado”. Essa falta explica o menor fluxo de freguesas nesse segmento da feira. E dizia: “quando tem essa banca aqui na frente, as freguesas passam aqui e a gente só dá uma chamadinha, elas olham e se aproximam; quando não tem, é chato gritar, a freguesa tá lá do outro lado, ela não vem do lado de cá só pra ver a minha banca”.

Muitos acordos e desentendimentos na feira livre acontecem explicitamente a partir das conversas, das discussões e dos chamamentos em voz alta, mas a manutenção da rotina depende do conhecimento e do compartilhamento do significado do discurso social que se entranha no reino do não-dito. São as regras que apenas se expressam quando são executadas.

Para ser feirante é necessário adquirir qualificações de natureza técnica, digamos assim, que dizem respeito à capacidade de conduzir economicamente o “negócio”; mas é também, ou acima de tudo, compreender o texto social que o tempo todo está impresso nos pequenos fazeres, mas que não se oferece com um guia de interpretação. Para os que estão imersos no métier, nem sempre é possível explicitá-lo verbalmente pois está tão próximo deles mesmos como a pele do corpo que não se destaca e nem sequer percebem que os constitui. Para os que estão imersos na rede de significados, “ser” é ser assim, condição que não se presta facilmente ao distanciamento, ao estranhamento e ao questionamento. Como aponta Garfinkel (1994), as regras tácitas são explicitadas quando o fluxo normal dos acontecimentos sofre uma ruptura.

Estar imerso no métier significa compreender o que se passa à sua volta. Assim:

“... ‘compreender’ o significado das ações e comunicações dos outros como uma prática qualificada, constitui um elemento integrante das capacidades de rotina de atores sociais competentes, e é essa competência que os fazem ser membros. A hermenêutica não é apenas um recurso privilegiado do investigador social profissional, mas é praticada por todos; o domínio dessa prática é a única via pela qual tanto cientistas sociais profissionais quanto os próprios atores leigos se tornam capazes de elaborar descrições da vida social a que recorrem em suas análises” (Giddens, 1998, p. 291).

É esse o desafio vivido por Juca. Embora há cerca de dois anos trabalhando como feirante, considera-se um novato. Diferentemente da maioria dos colegas, ele não descende de uma família de feirantes e não havia trabalhado anteriormente no ramo. O aprendizado das regras e dos “segredos” da profissão tem ocorrido no dia-a-dia, por tentativa e erro, sem contar com a ajuda de qualquer preceptor. Alcançar a condição de membro no universo da feira livre é um longo e sofrido processo pois não é incomum que o estrangeiro só as conheça no momento mesmo em que as regras são executadas.

“É duro de aprender, o pessoal não dá um toque” (Juca). E relata um exemplo dessas regras não ditas, mas executadas. Era o seu primeiro dia de trabalho na “feira da Caixa D’Água”. Ao final da feira trouxe sua Kombi para perto do local em que monta a sua banca para guarda-la. Já desmontada, Juca, calmamente, recolhe seus pertences. E relata seu desespero: “Aí eu vejo aquele caminhão chegando e eu tendo que guardar as coisas rapidinho; só que você vê o espaço

que tem aqui [que permite a passagem apertada de um caminhão por entre as bancas] e eu desesperado, carregando a Kombi. Só que pra mim sair, eu tive que andar de ré uns 300 metros. Foi o maior sufoco! E o pessoal olhando”. Hoje, relatando esse episódio, ele ri. “Na outra semana, o pessoal, me chamava: aí, porteira!”, pois fechara o caminho para que os caminhões adentrassem o espaço. Aqui percebeu-se enredado e concluiu que sua agenda pessoal tinha que ser coordenada à dos outros. No entanto, raros foram os dias em que fossem presenciadas conversas para definir os ajustes necessários por ter havido descompasso nesse ritmo. Comumente, os feirantes recebem sinalizações importantes por meio do movimento das outras bancas, dos feirantes, dos caminhões e das kombis. E basta isso para sinalizar o que podem ou o que devem fazer.

Incluídas nessas regras estão as referentes à ética do trabalho. Rafael aponta uma gafe cometida por Neide. Ao ver um de seus fregueses aproximando-se da banca de seu vizinho, também fruteiro, Neide chama o freguês pelo nome enquanto adentra o espaço da banca vizinha. Com um abacaxi e uma faca em mãos, como se trabalhasse na banca de seu vizinho, Neide “dá prova” do abacaxi ao freguês. O feirante, dono dessa banca, ao seu lado, parecendo surpreso, não reage, apenas observa a situação. Rafael, que trabalha na mesma banca de Neide, vendo o comportamento da colega, brincando, fala alto para o feirante: “dá um tapa na orelha dela!”. E continuando a conversar comigo, ele explica: “Isso que a Neide fez, não se faz”. Havia, aqui, a necessidade de Rafael dar mostras ao vizinho de que reconhecia que aquele era um procedimento por ele reprovado pois conhece a ética que rege o *métier*.

A rede faz-se do acompanhamento dos acontecimentos por todos e o olhar é um importante sentido. Saber-se olhado é um mínimo de contra-controle que os feirantes podem ter, pois a própria arquitetura das bancas reserva pouco espaço para a área vedada a olhos alheios. Não há paredes, embora haja bastidor. Alguns feirantes falam sobre a necessidade de ter uma visão de trezentos e sessenta graus. Olhar de “rabo de olho” é um expediente adotado; outros indicam que alguém olhou por eles, dando notícias de acontecimentos que não presenciaram. A visão panorâmica não é um privilégio de ninguém: olhar e ser olhado é condição à qual todos estão submetidos e dela podem fazer uso.

As regras e os acordos que fazem a rede de relações sociais permitem que as circunstâncias ofereçam a ocasião para a adoção de táticas, mostrando que uma feira pode ganhar diferentes feições, algo corriqueiro e perfeitamente possível. Seu Frederico é um feirante antigo e já idoso. Montava sua pequena banca no setor de verduras e frutas. Após algum tempo, ele estava com sua pequena banca montada em outro local, defronte aos pescados, uma boa localização para ele, que vende limão. Foi possível mudar a posição de sua banca em função de o feirante para o qual aquele local é destinado, ter abandonado a feira. Passadas algumas semanas, ele dividia espaço com outra banca que vendia tomates, verduras etc. A depender da circunstância, três locais diferentes podem abrigar a banca de Seu Frederico.

Feirantes que estão posicionados em locais considerados não muito movimentados da feira aproveitam os espaços deixados por feirantes que excepcionalmente faltam em determinadas ocasiões: próximo ao carnaval ou outros feriados prolongados. Surpresa por ver Eli, um ajudante de banca de frutas, em outro lugar, pergunto-lhe se ele havia mudado de banca. “Não. É que hoje o fruteiro que monta aqui não veio e a gente montou a nossa aqui. Esse japonês [o feirante faltoso] é o que tem as melhores frutas e a melhor freguesia nessa feira. Ele é careiro... Aí a gente montou aqui pra ver se pega um pouco da freguesia dele...”.

Essas mudanças encontram justificativa que repousa no fato de posicionarem-se em locais de maior movimento, mas, além dessa, muitos alegam que é muito ruim deixar “buraco” na feira pois a “feira fica feia”. E um “buraco” interfere no movimento daquele segmento da feira, pois “a freguesia só vai até ali e volta, não vem até o fim da feira”.

IV – “Para ser feirante tem que ter coragem!”

Essa frase de Alberto, mostra que o feirante tem muito trabalho: significa que tem que ter força física para carregar e descarregar mercadorias, montar e arrumar as bancas todos os dias; tem que ter a habilidade para planejar cada passo do trabalho; tem que saber lidar com os imprevistos, com os prejuízos etc. Por isso ele diz: “tem uma hora que o feirante não agüenta mais fazer isso.

Para “montar uma loja todo dia” muito trabalho é feito antes, durante e depois da feira livre.

É um trabalho complexo, pois a cada dia da semana os feirantes têm que ter em mente os outros dias de trabalho. O dia de hoje tem que prever o trabalho de amanhã e levar em conta o dia de ontem. Preparação, compras, montagem e desmontagem da banca fazem parte das etapas de trabalho dos feirantes. Essas etapas de trabalho podem se misturar de acordo com a necessidade: no momento da compra pode-se iniciar a preparação da mercadoria, no horário de montagem pode-se dar continuidade à preparação e, mesmo no momento de comercialização pode-se começar a organizar a desmontagem das bancas.

Aqui a diversidade é grande devido à particularidade das mercadorias, ao número de feiras durante a semana etc. Há mercadorias que têm que ser compradas praticamente todo dia, outras podem ser compradas em períodos mais espaçados. Há bancas em que a variedade de produtos oferecidos é maior, enquanto há outras que comercializam um só tipo de produto. Há produtos que exigem mais trabalho de preparação, enquanto outros não.

Desmontagem de hoje-montagem de amanhã

Fim de feira é o momento de concluir uma etapa do ciclo semanal. Avaliam-se os ganhos do dia; atende-se a freguesia retardatária; guardam-se os pertences, as mercadorias, os instrumentos de trabalho e a banca.

É momento de reavaliação do andar da semana. Se perdeu, se ganhou, se está dentro da faixa de ganhos esperados ou não. É o momento de desmontar a banca e dar início à montagem do dia seguinte, ainda que em pensamento e em algumas pequenas atividades que dêem conta da preparação das mercadorias. É também um momento para relaxar, justo porque os feirantes encontram-se na transição entre o momento do trabalho em público e o no bastidor.

Dona Dirce guarda os pertences, guarda a mercadoria que retornará para casa e separa os equipamentos nos caixotes. E o dia seguinte está presente:

—“Aqui eu já guardo o que eu vou precisar pra amanhã. Só a caçarolinha e as escumadeiras é que eu tenho que lavar, mas isso aqui já tá no jeito... Amanhã eu tenho que cuidar da minha banca, que é de batata e de cebola, e do meu filho, que é essa aqui minha hoje. Ele foi de férias, mas tem uma freguesa dele que chega às 7 horas e já quer levar côco ralado. E côco, eu tenho que ralar no dia. Não dá pra fazer antes. Então eu já deixo assim. Hoje eu já deixo a tapioca de molho e amanhã de madrugada eu tenho que coar... E ainda tem a minha banquinha de frutas lá em casa...”

O corpo estava aqui, mas a mente e as preocupações estavam longe.

—“Ah, minha filha, se a gente não ajudar o lado da gente, quem vai ajudar?”

E o dia seguinte, fortemente presente:

—“E tem um moço que entra com o caminhão depois de mim, eu tenho que esperar ele pra depois eu montar a minha. Mas eu já falei pra ele que eu não posso ficar esperando ele chegar na hora que ele quer 345ra depois montar a minha. Eu tenho que montar duas bancas!”

Antes de encontrar com o tal feirante no dia seguinte, ela já o havia encontrado várias vezes no dia de hoje, em pensamento.

O importante é o fato de que, independentemente dessa grande variedade, cada feirante tem seu “sistema de trabalho” e sua construí-lo requer habilidades para “dar conta” de diversas exigências, como se fosse um malabarista. Tem que considerar o horário de funcionamento da feira livre, o horário de funcionamento dos centros atacadistas, o tempo de durabilidade das mercadorias, conseguir preservar minimamente o tempo de descanso, sono e de diversão. Por isso, digo que os feirantes têm que conseguir fazer uma combinação extremamente complexa de diversos “sensos de tempo”: o tempo socialmente definido (do horário da feira e dos centros atacadistas, o horário de escola, quando estudam), o tempo da natureza (de durabilidade das mercadorias) e o tempo de cada um (para descansar, conviver com a família).

A tecnologia empregada na feira livre é simples. Há poucas máquinas e o trabalho é, em geral, manual, artesanal e artístico, que se repete dia após dia. Os instrumentos e equipamentos de trabalho são saquinhos plásticos, bacias, papéis, bandejas de isopor, caixotes, folha de embira que fará o amarelo etc. Observei que os feirantes constroem instrumentos e equipamentos, e muitos deles são reutilização de outras coisas: o balde e o caixote servem de banquinho, o engradado dotado de um pedaço de cabo de vassoura serve de suporte para o rolo de papel-filme que embalará as mercadorias e assim por diante.

O trabalho na feira livre é uma cooperação simples, ou seja, vários trabalhadores numa mesma banca se ajudam mutuamente, e isso requer que eles “se combinem”. Cada um faz um tipo de atividade, há feirantes que “olham” determinado segmento da banca, mas se for preciso, todos podem fazer de tudo. Com o tempo de convivência entre eles não é nem preciso falar, só de ver o que está acontecendo na banca, o colega ou o ajudante podem vir em auxílio; com o tempo adquire-se essa coordenação. É assim que fazem para dar conta de tanto trabalho. Há bancas em que os ajudantes se revezam para ir ao centro atacadista, de modo a não sobrecarregar tanto as pessoas, há outros em que todos vão ao centro atacadista todos os dias em que se tem feira.

As formas de cooperação, o tipo de mercadoria, as estratégias e as táticas de venda constituem o “sistema de trabalho” de cada feirante.

O cansaço se faz notar como algo esperado de quem trabalha mais de doze horas por dia.

um tempo

Por volta das catorze horas e trinta, Alberto, em processo de encerramento das vendas do dia, traz seu caminhão para a frente de sua banca. Prepara-se para guardar as mercadorias, desmontar a banca e carregar o caminhão. Após estacionar, mantém-se dentro do caminhão, senta-se no lugar reservado ao passageiro, tira seu avental, tira os óculos e relaxa, descansando a cabeça no encosto do banco e bebendo sua coca-cola na latinha que acabara de comprar do ambulante. Olha para o nada, respira fundo, e ali se mantém por alguns minutos, saboreando sua coca-cola e o seu isolamento, parecendo fazer um balanço da feira do dia e reunindo forças para retomar o trabalho que ainda o espera: desmontar a banca e “fazer a catação” nas doze chácaras no cinturão verde para o dia seguinte.

V – um primeiro fechamento

A feira livre como espaço de trabalho faz-se da beleza, da brincadeira e move-se num mundo ritual, o que faz sobressair sua dimensão como espaço de convivência social.

Valendo-se da prerrogativa de ser uma atividade itinerante e de acontecer no espaço público, a feira livre caracteriza-se por estruturar-se numa ampla rede de relações sociais que mescla diversas gramáticas sociais e vale-se de

regras tácitas. A dinâmica dá-se por meio de relações de cooperação e de competição. A amplitude dessa rede alarga-se para diversos lugares além daqueles nas quais as feiras livres se instalam e se corporifica no chão do cotidiano por meio de conversas entre vizinhos de banca, no burburinho e nos debates mais amplos.

O livre arbítrio de cada um é moldado e depende da existência dos outros. As possibilidades de organização da feira livre dão-se de acordo com cada situação, cada lugar e cada circunstância.

A rede como forma organizativa garante agilidade na transmissão de informações e uma notável adaptabilidade em seu funcionamento. Um mesmo feirante pode ter sua banca com feições bastante diferentes nas diversas feiras que faz e uma mesma feira também pode ser bastante diferente a depender das circunstâncias. A auto-regulação é garantida pelos próprios feirantes à luz do ambiente social, cultural e econômico no qual a feira é instalada. Tal dinâmica recusou a proposta da secretária do Sindicato dos Feirantes de São Paulo, de alçar um dos feirantes à posição de gerente da feira livre.

É na trama da rede de relações sociais que os feirantes constroem seus respectivos “sistemas de trabalho” (Alberto), forjando a organização do processo de trabalho de cada unidade produtiva, âmbito que foge aos propósitos desse artigo.

A sociedade em rede é tema presente, discutido, sobretudo, no contexto do atual desenvolvimento tecnológico informacional que agiliza a transmissão de informações e a tomada de decisões na sociedade globalizada mediante relacionamentos virtuais (Castells, 2002). No caso da feira livre, a rede também mostra a sua potência, mas ela reside na conservação de sua singularidade, na qual são as relações face a face, as conversas e os encontros diários prescindem de mediações tecnológicas sofisticadas para acontecerem.

Referências bibliográficas

- Augé, M. (1999). O sentido dos outros – atualidade da antropologia. Petrópolis: Vozes. (Original publicado em 1994)
- Castells, M. (2002). A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- DaMatta, R. (1985). A casa e a rua – espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo: Brasiliense.
- DaMatta, R. (1990). Carnavais, malandros e heróis – para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- Elias, N. (1994a). O processo civilizatório. Volume 1: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores. (Original publicado em 1939)
- Elias, N. (1994b). A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores. (Original publicado em 1987)
- Garfinkel, H. (1994). Studies in Ethnomethodology. Cambridge: Polity Press. (Original publicado em 1967)
- Geertz, C. (1989). A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTr.
- Giddens, A. (1998). Política, sociologia e teoria social. Encontros com o pensamento social clássico contemporâneo. São Paulo: Fundação Editora da Unesp.
- Guimarães, O. (1969). O papel das feiras livres no abastecimento da cidade de São Paulo. Dissertação de mestrado não-publicada, Instituto de Geografia, Universidade de São Paulo.
- Jesus, G. M. (1991). O lugar da feira livre na grande cidade capitalista: conflito, mudança e persistência (Rio de Janeiro: 1964 – 1988). Dissertação de mestrado não-publicada. Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Kelly, J.E. (1978). A reappraisal of sociotechnical systems theory. Human Relations, 31(12), 1069-1099.
- Kozłowski, I. (1976). O significado da feira livre no espaço urbano de São Paulo. TGI. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- Lanzara, G.F. (1985). La progettazione: da analisi funzionale ad attività dialogica-discursiva. Em: C.Ciborra & G.F. Lanzara (Cur.). Progettazione delle nuove tecnologie e qualità del lavoro. (pp. 35-78). Milano: Franco Angeli.
- Lewin, K. (1973). Princípios de Psicologia Topológica. São Paulo: Cultrix. (Original publicado em 1936)
- Lewin, K. (1963). Definição de “campo num determinado momento”. Em: D. Cartwright (Org.), Teoria de campo em ciência social. (pp. 69-98). São Paulo: Livraria Editora Pioneira. (Original publicado em 1943)
- Mayer, A.C. (1987). A importância dos “quase grupos” no estudo das sociedades complexas. In: B. Feldman-Bianco (Org.) – Antropologia das sociedades contemporâneas – métodos (pp. 127-193). São Paulo: Global Editora. (Original publicado em 1966)
- Morgan, G. (1986). Images of organization. USA: Sage.
- Pinheiro, P.S. e Hall, M.N. (1979). A classe operária no Brasil – 1889-1930. Documentos. São Paulo: Editora Alfa-Omega.
- Pirenne, H. (1936). Economic and Social History of Medieval Europe. New York: A Harvest Book.
- Santos, M. (2004). O espaço dividido - Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp. (Original publicado em 1979)
- São Paulo (2002). Decreto número 41.918 - Dispõe sobre o funcionamento das feiras livres no Município de São Paulo e dá outras providências”. Diário Oficial do Município de São Paulo, ano 47, número 72, de 18/04/2002.
- Sato, L. (2002). Prevenção de agravos à saúde do trabalhador: replanejando o trabalho através das negociações cotidianas. Cadernos de Saúde Pública, 18(5), 1147-1166.
- Sato, L. & Souza, M.P.R. (2001) – Contribuindo para desvelar a complexidade da vida cotidiana através da investigação etnográfica em psicologia. Psicologia USP, 12 (2), 29-47.

- Souza, R. A. M.; De Resende, J.V. & Prado, T. A. (2001). Fornecedores paulistas organizam-se para negociar com o varejo. Instituto de Economia Agrícola, Banco de textos, Políticas Públicas, 2pp. (acessado em 9/8/2005 no site – <http://www.iesa.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=533>)
- Spink, P. (1979). Teoria e prática no planejamento do trabalho: reflexões acerca de uma área de confusão. Ensaio apresentado no II Seminário Internacional de Produtividade e Humanização do Trabalho. São Paulo, mimeo, 31 pp.
- Spink, P. (1991). O resgate da parte. Revista de Administração. 26 (2), 22-31.
- Tedesco, J.C. (1999). Paradigmas do cotidiano – introdução à constituição de um campo de análise social. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- Thompson, E.P. (1998). Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. Em: E.P. Thompson - Costumes em comum – estudos sobre a cultura popular tradicional (pp. 267-304). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1967)
- Vedana, V. (2004). “Fazer a feira” – estudo etnográfico das “artes de fazer” de feirantes e fregueses da Feira Livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre. Dissertação de mestrado não-publicada, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Propostas e significados do ensino do empreendedorismo: Explorando tendências recentes do mercado de trabalho e da formação profissional

Antonia de Lourdes Colbari
Universidade Federal do Espírito Santo
alcolbari@terra.com.br

Resumo: As recentes mudanças na dinâmica do mercado de trabalho e no perfil dos trabalhadores, em curso na sociedade brasileira, têm alimentado o discurso que enfatiza a importância da educação empreendedora a ser implantada em diversas modalidades do ensino — básico, superior e profissionalizante — e em ações e programas de qualificação e de treinamento profissional. Partindo da constatação de que o Brasil apresenta uma alta propensão a empreender, este estudo problematiza alguns aspectos da proposta de ensinar empreendedorismo, no intuito de contribuir para a compreensão das razões de sua propagação, no decorrer das últimas décadas, bem como explicitar seus fundamentos teóricos e valorativos, nos quais se destaca uma modalidade específica de apropriação do ideário pedagógico construtivista. A pesquisa valeu-se de fontes bibliográficas e documentais e de dados secundários obtidos em instituições como o Global Entrepreneurship Monitor (GEM), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). O texto estrutura-se em três seções: a primeira aborda alguns aspectos do perfil do empreendedor brasileiro; a segunda resgata elementos associados à imagem do empreendedor, sobretudo no discurso normativo-prescritivo que alimenta os debates sobre o assunto nos meios de comunicação e na literatura dirigida à gestão das empresas; e a terceira analisa aspectos históricos e pedagógicos do ensino do empreendedorismo, assim como discute o sentido desta proposta de ensino, no contexto de novas referências valorativas e ideológicas que acompanham as mudanças na dinâmica das organizações, do mercado de trabalho e dos modelos de desenvolvimento.

Palavras-chave: educação para o trabalho; empreendedorismo; qualificação profissional

Introdução

Nas duas últimas décadas, a qualificação profissional se tornou um dos temas mais relevantes na agenda dos governos, empresários e liderança sindicais, bem como na produção acadêmica voltada para o entendimento das mudanças na dinâmica do mercado de trabalho e no perfil dos trabalhadores, derivadas das inovações tecnológicas e organizacionais incorporadas ao universo produtivo. Neste contexto, chama atenção a importância atribuída à educação empreendedora, defendida por organismos públicos e instituições empresariais como matéria curricular no sistema formal de ensino, em todas as fases da formação escolar, portanto, independente do público alvo estar ou não inserido no mundo dos negócios. Mesmo no terreno da educação corporativa, focada em saberes técnico-científicos e na expertise dos profissionais e especialistas, o imperativo crescente da inovação repõe o ethos empreendedor no universo produtivo — no chão da fábrica, nas equipes e mesmo nos departamentos de pesquisa e desenvolvimento.

Desta forma, observa-se que o ensino do empreendedorismo abrange uma diversidade de ações embutidas tanto nos programas de formação e treinamento implantados pelas empresas quanto naqueles com foco mais preciso na preparação das pessoas para o desenvolvimento de oportunidades de negócio. Com o escopo de atuação ampliado, abrangendo inclusive a atuação em projetos comunitários, culturais e de gestão pública, esse tipo de formação apresenta-se como ferramenta de capacitação social, pois vai além daquela formação técnica e moral circunscrita às demandas do mundo dos negócios e ao mercado de trabalho. Seu ideário integra um referencial ético-político que contribui para legitimar novos arranjos ocupacionais, assalariados ou não, formais e informais, e um conjunto de ações implantadas tanto pela iniciativa privada quanto pelas organizações não-governamentais e órgãos públicos. (COLBARI, 2007)

As avaliações realizadas pelo Global Entrepreneurship Monitor (GEM) indicam uma forte dinâmica empreendedora na sociedade brasileira, apesar da carência de um modelo de educação e de capacitação voltado para a inovação e criação, sobretudo no que tange à criação e gerenciamento de negócios. A expansão quantitativa do sistema

educacional brasileiro, nas últimas décadas, não avançou satisfatoriamente no sentido de “gerar um corpo de trabalhadores e empreendedores melhor qualificados” bem como de formar e atrair jovens criativos e talentosos. Esta timidez no desenvolvimento das capacidades de iniciativa e inovação, assim como na percepção de novas oportunidades de negócios ou de diferentes modalidades de inserção profissional, tem sido responsável pela predominância do empreendedor tradicional que adentra no mundo dos negócios, desprovido das informações necessárias. A maioria não se vale da orientação de agência especializada, tampouco consegue superar os hábitos culturais pouco compatíveis com a dinâmica do mercado globalizado. (GEM, 2008)

Outro recorte não menos relevante neste debate indaga sobre a possibilidade de se ensinar empreendedorismo, considerando-se as divergências quanto aos fatores individuais e/ou socioculturais que facilitam ou dificultam a ação de empreender. O dinamismo empreendedor é um fenômeno complexo condicionado por fatores culturais, políticos, institucionais, os quais podem ser englobados em quatro variáveis estreitamente relacionadas: as características institucionais (o desenvolvimento das instituições em geral e os mecanismos regulatórios) e demográficas (perfil etário da população e os níveis de migração interna e imigração); o grau de bem-estar econômico que interfere no padrão e nas alternativas de emprego e no estado de desenvolvimento tecnológico; e, por fim, a cultura e a mentalidade empreendedora. (GEM, 2008)

Quanto às aptidões e talentos individuais que favorecem a capacidade de empreender, para alguns autores trata-se de algo nato, para outros eles podem ser aprendidos e desenvolvidos. A despeito desta polarização entre o peso das variáveis individuais e o das sociais, entre o inato e o adquirido, não parece haver dúvidas de que se trata de um fenômeno sujeito ao constrangimento dos valores dominantes, nos diversos contextos culturais.

Se as contribuições analíticas sobre o assunto tendem a convergir no que diz respeito à importância dos processos socializadores no desencadeamento de comportamentos e dinâmicas empreendedoras, a discussão sobre “como ensinar” empreendedorismo ainda carece de fundamentos teóricos e metodológicos mais precisos e consistentes. E mais: em um país, como o Brasil, em que há alta a propensão para empreender, qual é o sentido da propagação desta modalidade de ensino, no contexto de novas referências valorativas e ideológicas que acompanham as mudanças na dinâmica das organizações, do mercado de trabalho e dos modelos de desenvolvimento? Tendo como eixo esta questão, a construção deste ensaio se valeu de fontes bibliográficas e documentais e de dados secundários obtidos em instituições como o Global Entrepreneurship Monitor (GEM), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)

O texto estrutura-se em três seções: a primeira aborda alguns aspectos do perfil do empreendedor brasileiro; a segunda resgata elementos associados à imagem do empreendedor, sobretudo no discurso normativo-prescritivo que alimenta os debates sobre o assunto nos meios de comunicação e na literatura dirigida à gestão das empresas; e a terceira analisa aspectos históricos e pedagógicos do ensino do empreendedorismo, nos quais se destaca uma modalidade específica de apropriação do ideário pedagógico construtivista.

O perfil do empreendedor brasileiro

As pesquisas do Global Entrepreneurship Monitor (GEM), realizadas em diferentes países, têm destacado a relevância da dinâmica empreendedora da sociedade brasileira, considerando-se como ato de empreender “qualquer tentativa de criação de um novo negócio ou novo empreendimento, como por exemplo, uma atividade autônoma, uma nova empresa, ou a expansão de um empreendimento existente, por um indivíduo, grupos de indivíduos ou por empresas já estabelecidas”. (GEM, 2004:5) No Brasil, no período de 2001 a 2007, a taxa total da atividade empreendedora (TEA) — a “porcentagem da força de trabalho que está efetivamente iniciando novos empreendimentos ou é proprietária/gerente de empreendimentos com menos de 42 meses” (GEM, 2004:10) — oscilou sempre acima de 10%: 14,2 em 2001; em torno de 13 %, no período de 2002 a 2004; pouco mais de 11% em 2005 e 2006; e 12,7% em 2007. Em suma: situado entre os dez primeiros no ranking dos países mais empreendedores, a média brasileira nos últimos sete anos foi de 12,8%, bem acima da média mundial de 6,8% (GEM, 2008).

Se, historicamente, o empreendedorismo tem sido exaltado como a força matriz da sociedade ocidental, as elevadas taxas de empreendedorismo, motivadas muito mais pela necessidade de sobrevivência (o empreendedor involuntário de Fillion, 1999) do que pela percepção de oportunidades, caracterizam os países cujo padrão de crescimento econômico e de bem-estar da população ainda não atingiu o patamar considerado satisfatório e sustentável. O caso brasileiro ilustra essa tendência: em 2001, 55% dos que empreenderam o fizeram em busca de alternativas de sobrevivência ou de complementação da renda familiar e não porque identificaram promissoras oportunidades de negócio atraente; no ano de 2003, verificou-se a inversão dessa tendência com o registro de 53% de empreendedores motivados pelas oportunidades de negócios, número que atinge 54%, em 2004, e 57%, em 2007. (GEM, 2002; 2004; 2005; 2008) Todavia, o refinamento analítico destes dados, com base nas “razões principais que levam o empreendedor a buscar uma oportunidade”, mostra um quadro menos otimista, pois o tipo mais próximo do empreendedor schumpeteriano — aquele voluntária e “genuinamente motivado por oportunidade” em busca da maior independência e liberdade e/ou do aumento de renda pessoal — representa 39% da proporção de empreendedores por oportunidade. (GEM, 2008).

Certamente, empreender por necessidade e empreender por oportunidade aparecem mais como construções típicas que não reproduzem fielmente as motivações presentes nas situações reais, em que ambas podem ser acionadas no impulso para uma atividade no mundo dos negócios. E não faltam argumentos, na literatura especializada, sobre o peso do

desemprego como “variável propulsora e catalisadora do processo empreendedor”, uma vez que provoca mudanças nas vidas das pessoas (OLIVEIRA, et. al. 2006) e as leva a mobilizar as suas capacidades em busca de novas oportunidades de ocupação e renda. Trata-se de um processo identificado também nas organizações que, em situações de crise, são motivadas a adotar uma “configuração empreendedora”, sob a direção de “líder forte” capaz de mobilizar o coletivo pela “salvação da empresa”. (MINTZBERG, 2000 apud CORDEIRO, 2006).

Pode-se ainda argumentar que a diferenciação entre empreendedorismo tradicional, movido pela necessidade de gerar emprego e renda sem agregar nenhuma inovação ao negócio em curso, e o empreendedorismo motivado pela inovação invoca uma construção exemplar. É como se a motivação pela necessidade constituísse um desvio da concepção clássica (no sentido conceitual e normativo), uma linhagem “desvirtuada” que denuncia a carência das condições sociais e institucionais e da capacitação individual para sustentar a dinâmica empreendedora fundada na inovação, na “destruição criativa” e na mudança. Nesta clivagem, fica explícito o tributo a Weber (1967) e a Schumpeter (1982): o empreendedor se apresenta na forma de uma construção típica, em que a racionalidade dos fins e dos valores não anula as motivações passionais, manifestas no desejo de mudança — a destruição da “velha ordem” e a conquista do novo.

Se, na análise tipológica, pioneirismo e inovação são as qualidades por excelência dos empreendedores, as situações reais são mais complexas. Reconhecer a necessidade e não o impulso inovador como motivação predominante do empreendedorismo brasileiro não significa negar a possibilidade de necessidade e oportunidade atuarem simultaneamente na definição de uma carreira no mundo dos negócios, sendo isto mais freqüente entre os segmentos portadores de capital e de conhecimento, sobretudo quando direcionado aos setores de tecnologia de ponta. Neste caso, a motivação pela necessidade também pode gerar empreendedores “autênticos” e mesmo o desenvolvimento de capacidades empreendedoras. Contudo, não é esta a tendência dominante: a maior parte dos empreendimentos mantém-se voltada para produtos e serviços tradicionais sem agregar nenhuma inovação e com nenhum ou pequeno potencial de expansão de mercado, enquanto nos países mais ricos, são significativos os empreendimentos expressivos em termos de mercado e tecnologia, e com impactos na geração de emprego e no comércio internacional. (GEM, 2004 e 2008)

Outra face dessa realidade é a alta mortalidade no segmento dos pequenos negócios, em geral atribuída às tendências do mercado, juros e tributos elevados, dificuldades de acesso ao crédito, ou então ao “despreparo e/ou inexperiência gerencial” dos proprietários. (OLIVEIRA et al., 2006) Pouco se discute se estes empreendedores são portadores das características comportamentais essenciais ao êxito, como a capacidade para inovar, assumir e persistir. Também não se menciona outros elementos propulsores do empreendedorismo, como o capital social — a origem familiar e a rede de relações — e não se avalia a eficácia das políticas públicas dirigidas ao setor.

Este cenário torna-se mais complexo a partir dos resultados da pesquisa realizada pelo IBGE (IBGE/ECINF/2003) sobre a economia informal no país. Algumas características do universo das micro empresas reforçam a tese de que a constituição de um micro empreendimento apresenta-se como alternativa de geração de trabalho e renda — uma forma de enfrentar o crescimento econômico insuficiente, o desemprego e a queda dos rendimentos do trabalho. Entre os 2,7 milhões de proprietários de micro empreendimentos com até cinco anos de atividade no Brasil (27% do total), 43% decidiram empreender, movidos pela dispensa no emprego anterior ou pela impossibilidade de sobreviver com os baixos rendimentos auferidos. Outros fatores responsáveis pelo ingresso na economia informal foram o desejo de independência e de complementação de renda. E mais: trata-se de um contingente que, na maior parte, começou a trabalhar antes dos 15 anos de idade e desenvolveu habilidades básicas e específicas muito mais no decorrer da experiência prática do que por meio de uma formação profissional sistemática em cursos regulares. (POCHMANN, 2005)

O quadro abaixo apresenta uma breve síntese dos dados referentes ao perfil atual do empreendedor brasileiro desenhado a partir do Relatório GEM, no período de 2001 a 2007 e o perfil dos empreendimentos informais, construído a partir da pesquisa do IBGE (2003).

Perfil Atual do Empreendedor Brasileiro - 2002 a 2007 (GEM, 2008)
43% não completaram o ensino fundamental; e 42,6% têm de 5 a 11 anos de estudo;
56% são do sexo masculino; mas o crescimento na taxa de evolução empreendedorismo é maior no universo feminino;
20% estão na faixa etária de 18 a 24 anos e 35% na de 25 a 34 anos;
64,97% eram empreendedores nascentes e 35,03% estavam há mais de 3 meses no negócio (2001); em 2007, esta proporção se inverteu: 33,73% e 68,55%, respectivamente;
57% se declaram empreendedores por oportunidade;
37% da TEA, em 2007, apresentam-se como desempregados, empregados sem carteira assinada e dona de casa;

<p>34,6% esperam gerar nenhum emprego nos próximos 5 anos e 42,9% esperam gerar de 1 a 5 emprego;</p> <p>87% não esperam exportar;</p> <p>48% recebem menos de três salários mínimos; e 26% de “três a seis salários”;</p> <p>56,6% dedicam tempo integral ao negócio;</p> <p>46,7% dos empreendedores estabelecidos estão no setor de serviços orientados para os consumidores; 39,1% no setor de transformação; e apenas 14,8% no setor de serviços orientados para as empresas.</p>
<p>Perfil do Empreendimento Informal (Pesquisa IBGE/ECINF/2003)</p>
<p>10,3 milhões de empreendimentos estavam na economia informal e absorviam 13,9 milhões de ocupados: 9,5 milhões por conta própria; 1,4 milhões empregadores; 2,2 milhões empregados (36,4% com e 63,4% sem carteira assinada); e 707 mil trabalhadores não remunerados.</p> <p>75% dos negócios possuem até três anos de existência;</p> <p>45% dos micro-empreendimentos tinham receita média mensal de até 2,3 salários mínimos;</p> <p>o rendimento médio dos ocupados na economia informal equivalia a 55% do rendimento médio do total dos ocupados do país;</p> <p>predomina a faixa etária de 35 a 59 anos de idade; a presença de homens; e a escolaridade de ensino básico;</p> <p>1/3 do total dos ocupados dos micro empreendimentos da economia informal está no setor de comércio, seguido da indústria e da construção civil;</p> <p>a participação relativa de trabalhadores por conta própria é maior nos setores da construção civil, serviços pessoais e de transporte, armazenagem e comunicação; e a dos empregadores é maior nos setores do comércio, de alimentação e alojamento, de serviços sociais e imobiliários prestados às empresas</p>

Se o perfil dos empreendedores brasileiros não é alvissareiro, também não são as perspectivas de rendimento e de sustentabilidade para os seus negócios, em geral circunscritos às atividades de baixa densidade tecnológica e de baixo valor agregado. Segundo a avaliação do Banco Mundial (2007, p. 10 apud GEM, 2008), 87% das microempresas brasileiras são individuais ou familiares sem nenhum trabalhador assalariado, dispõem de um número reduzido de clientes e se mantêm na informalidade. Neste universo de informalidade, as unidades de micro empreendimento se distribuem em “um amplo e complexo universo de atividades extremamente heterogêneas” que inclui a absorção de desempregados com chances reduzidas de ingresso no mercado de trabalho, artesãos e “iniciativas pré-capitalistas com potencial de expansão” (IBGE/ENCIF/2003, POCHMANN, 2005).

Tem sido freqüente o apelo aos fatores psicossociais na explicação das disposições empreendedoras, um tributo ao modelo analítico formulado por David McClelland (1982). Neste sentido, costumam ser destacados supostos atributos da população brasileira, como a criatividade, inventividade, flexibilidade e capacidade de adaptação, que são acionados na luta pela sobrevivência, no enfrentamento das adversidades impostas pelas dificuldades econômicas, principalmente pelo desemprego. Para alguns autores, essa bagagem nem sempre é canalizada para as iniciativas empresariais, o que se atribui a fatores institucionais e à atuação de barreiras culturais, como a fraca defesa da livre iniciativa e a valorização do emprego formal nas repartições públicas ou nas grandes organizações privadas. (GEM, 2004; DOLABELA, 2000).

Apesar disto, registra-se uma representação social positiva da iniciativa empreendedora na sociedade brasileira (opção de carreira e de obtenção de status e reconhecimento), bem como da valorização das qualidades empreendedoras (autoconfiança em relação à capacidade de perceber as oportunidades de negócios, de gerenciar e de assumir riscos). (GEM, 2006; 2008) Estas supostas qualidades, por sua vez, na opinião de Izoton (2005), podem ter desdobramentos negativos: a excessiva postura de autoconfiança na própria criatividade e na capacidade de improvisar e de persuadir faz com que a grande maioria dos empreendedores brasileiros seja negligente em aspectos como o planejamento, uma das razões do insucesso nos negócios e da mortalidade precoce das empresas.

A ênfase nos obstáculos de ordem cultural ao desenvolvimento empreendedor encontra respaldo em uma vertente interpretativa acerca da trajetória brasileira no percurso de inserção na ordem capitalista de base urbano-industrial. Neste processo, autores como Holanda (1995), Souza (1999) e DaMatta (1983), entre outros, exploraram o peso da herança ibérica na modelagem de uma ideologia do atraso que explicava a dificuldade de constituição de estruturas econômicas tipicamente

capitalista e estruturas políticas democráticas. Uma constelação de fatores impedia este avanço, entre eles: o patrimonialismo, a falta de nitidez na demarcação de fronteiras entre a esfera da vida pública e da vida privada, o princípio do “jeitinho” e a síndrome do “homem cordial”. Porém, o peso da bagagem histórico-cultural desfavorável na definição de padrões de comportamento empreendedor precisa ser relativizado e problematizado. O Brasil se tornou, no decorrer das últimas décadas, uma nação tipicamente capitalista, ostentando uma das maiores de taxas de crescimento econômico no século XX (GEM, 2005), e muitos dos traços culturais identificados com a herança ibérica são também associados à sociabilidade favorável ao empreendedorismo, como mostra a pesquisa de Correia et. al. (2006). Da mesma forma, deve-se atentar para as ambigüidades embutidas na definição do empreendedor, ora centrada no indivíduo — o “herói solitário guiado e ‘energizado’ por sua grande força de vontade” — ora associada a um fenômeno social, cuja compreensão reporta também a contextos socioculturais e a configurações políticas e institucionais específicas. (JOHANNISSON, 1998 apud CORDEIRO, 2006; SWEDBERG, 2000)

Este quadro repõe a indagação norteadora deste ensaio: qual o sentido de se ensinar algo já largamente praticado, pois o Brasil ostenta uma das mais elevadas taxas de empreendedorismo — uma alta “propensão” para empreender. Pode-se argumentar que a inclusão do assunto como matéria curricular nas diversas modalidades de ensino teria como alvo capacitar as pessoas para as oportunidades de negócios atraentes, o que poderia elevar a proporção do empreendedorismo de oportunidade — típico de países desenvolvidos — em detrimento do empreendedorismo de necessidade — típico de países mais pobres.

E mais: independente desta diferenciação, do ponto de vista dos resultados, não seria insensato considerar os potenciais efeitos benéficos da prática empreendedora sobre a crise do emprego assalariado, alimentando a armação de um círculo virtuoso: o impulso para empreender se tornaria uma alternativa ao emprego assalariado gerando novas ocupações e, assim, reduziria o desemprego; esta redução, por sua vez, desencorajaria o empreender por necessidade e, ao aumentar a renda da população, poderia também estimular as oportunidades de negócios atraentes.

As características dos empreendedores

Não se pretende resgatar a contribuição de diversos autores no esforço de definir e caracterizar o empreendedorismo, pois foram muitos os trabalhos acadêmicos que abordaram o assunto sob diversas vertentes analíticas, no terreno de diferentes campos disciplinares — da Economia, Sociologia, Ciência da Gestão e Psicologia, ora enfatizando os condicionantes estruturais e conjunturais ora as características comportamentais dos sujeitos. São muitas as sínteses dos saberes e das formas de ser e de agir do empreendedor. (TIMMONS, 1999; MCNEIL et al., 2004; FINDES/IEL, 2006). Não há espaço, nos limites deste ensaio, para a retomada desta discussão conceitual, porém, cabe destacar os traços da imagem de empreendedor difundida pelos meios de comunicação e pela literatura de caráter prescritivo-normativo, ambos decisivos para disseminar o discurso do empreendedorismo e, dessa forma, modelar uma opinião pública favorável ao tema.

Tem sido fartamente difundido o que seriam os “dez mandamentos” ou as dez características do empreendedor de sucesso, uma ilustração de como as explicações emblemáticas sobre empreendedorismo são traduzidas em um guia prático para a inserção e sobrevivência no mundo dos negócios ou do auto-emprego. Estas prescrições/qualidades podem ser agrupadas em três conjuntos de comportamentos: “realização” (busca de oportunidade e iniciativa; correr riscos calculados; exigir qualidade e eficiência; persistência e comprometimento); “planejamento” (busca de informação; estabelecimento de metas; planejamento e monitoramento sistemático); e “poder” (persuasão e redes de contato; independência e autoconfiança). (Programa Empretec, www.sebrae.com.br.)

Apesar da constante repetição destes conteúdos, o teor das construções discursivas apresenta variações, ora se enfatiza o caráter de “prescrições” (o que se deve fazer) alinhadas à racionalidade estratégica — cálculo estratégico, ações e posturas capazes de maximizarem as possibilidades de êxito; ora os atributos necessários (o como ser) ao sucesso empreendedor, mas ambos também estão presentes na definição do perfil de trabalhadores assalariados e são cultivados na formação de agentes sociais para atuação em territórios não submetidos à lógica empresarial. São qualidades e saberes que, para alguns autores, contribuem para demolir alguns mitos: os empreendedores não são indivíduos que já nascem predestinados ao sucesso, nem jogadores que assumem riscos altíssimos e nem são “lobos solitários”. Pelo contrário, priorizam a ação estratégica, pautada na racionalidade dos fins e dos meios, e são portadores de habilidades comunicativas e interativas que favorecem a capacidade de liderança e de trabalho em equipe. (COLBARI, 2007)

Os “mandamentos” e as “qualidades” expressam racionalizações embutidas em um esquema de categorização produzido pelos estudos sobre o fenômeno empreendedor. O desafio para os processos formativos e de socialização para as atividades produtivas é como desenvolver essas qualidades nos indivíduos, sem as quais não é possível interiorizar o ethos do empreendedor. Se a racionalidade instrumental permeia a caracterização do perfil do empreendedor, a discussão a respeito do ensino do empreendedorismo, sobretudo em autores emblemáticos na sua propagação, recupera conteúdos essenciais da concepção schumpeteriana. Aciona componentes alheios aos interesses estritamente materiais, como a liberdade, o sonho, a criatividade, a liberação de energias criadoras, o impulso para lutar, a ruptura com práticas e posturas rotinizadas, a alegria de criar, a capacidade do indivíduo de traçar o seu próprio destino. Para Dornelas (2003), os empreendedores são visionários, tem perspectiva de futuro para os negócios e para a vida, além de serem otimistas e apaixonados pelo que fazem, portanto mais próximos do tipo aventureiro, tal como caracterizado por Holanda (1995). Este suposto “visionário”, louvado como um

“herói moderno” não se enquadra adequadamente no perfil delineado a partir das características do empreendedor de sucesso, mais próximas das virtudes do trabalhador dedicado e do empresário calculista. (COLBARI, 2007)

Neste contexto discursivo em que se entrelaçam motivações materiais (a sobrevivência ou o enriquecimento) e motivações simbólicas relacionadas à vaidade, necessidade de reconhecimento e desejo de status e de poder, cabe a reflexão sobre como ensinar os “princípios” (interiorizar os “mandamentos”) ou desenvolver as qualidades necessárias à constituição do empreendedor. Até que ponto os conteúdos veiculados nas disciplinas curriculares e as diversas metodologias de ensino são eficientes para motivar e desenvolver habilidades comportamentais necessárias à formação de pessoas sonhadoras, impulsivas, ávidas pelo novo, mas ao mesmo tempo racionais, pragmáticas, autodisciplinadas e calculistas?

O ensino do empreendedorismo: notas históricas e aspectos pedagógicos

A formação de empreendedores, em suas várias modalidades, insere-se no contexto de mudanças tecnológicas, econômicas e culturais que, em conjunto, contribuem para elevar a importância do conhecimento e da educação no interior das organizações e no conjunto da sociedade. Segundo Johnston & Morrison (1997), a recente difusão do ensino do empreendedorismo deve-se antes à atuação dos imperativos econômicos e políticos do que à presença de um ethos educacional, embora não se possa negar a sua sintonia com o amplo movimento em favor da elevação da escolaridade básica e da educação profissional contínua – a base de sustentação para vários processos pontuais de treinamento e para estimular o desenvolvimento intelectual e das competências necessárias em um universo produtivo pautado pela multiplicidade e instabilidade de situações.

As primeiras ações efetivas de formação empreendedora, com a criação de cursos voltados para a gestão de pequenas empresas, ocorreram na década de 40, na Harvard Business School (LUCAS, 2001:245, apud CARVALHO et al., 2004), mas, somente nas duas últimas décadas do século passado, as mudanças nos processos produtivos e organizativos revelam a necessidade de cursos e programas destinados ao ensino e/ou desenvolvimento das capacidades empreendedoras – uma resposta aos imperativos de mudança, criatividade e a inovação que desafiam as corporações, mas também uma decorrência da tendência de crescimento do número de pequenas empresas e de outras modalidades de inserção nas atividades econômicas fora do assalariamento.

No Brasil, a presença de uma postura institucional com vistas ao ensino e ao fomento do empreendedorismo é um fenômeno recente, sendo pioneira neste campo, a Escola de Administração, da Fundação Getúlio Vargas que, em 1981, introduz em seus cursos a disciplina Novos Negócios. Em 1998, a Instituto Evaldo Lodi e a Confederação Nacional das Indústrias, em parceria com o Sebrae, implementaram o Projeto de Ensino Universitário do Empreendedorismo (PEUE) e introduziram uma disciplina específica na grade curricular do ensino superior, com objetivo de desenvolver ações de difusão da cultura empreendedora. No período de 1998 a 2003, a disciplina foi implantada em vários estados da federação e atingiu diversas unidades de ensino, públicas e privadas, que a introduziram em cursos de graduação, extensão e especialização, sobretudo nas áreas de Administração, Engenharias e Ciências da Computação e Informação. Entre as atividades desenvolvidas destacam-se: a integração do ensino do empreendedorismo com programas de incubação de empresas, empresas juniores, iniciação científica e desenvolvimento tecnológico; palestras, oficinas e seminários; e apoio e assessoria aos alunos que desejem iniciar um empreendimento. (SOUZA et. al. 2005; SOUSA e GUIMARÃES, 2005)

Os programas de incubação de empresas atuam como suporte ao desenvolvimento de projetos de criação de empreendimentos (CARVALHO et al., 2004; SILVA e DUTRA, 2004), e têm se estendido para projetos sociais e culturais destinados à comunidade, ilustrando uma nova modalidade do empreendedorismo — o solidário. A Anprotec (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores) tem registrado o crescimento do número de incubadoras e de parques tecnológicos, um êxito creditado justamente à integração dessas experiências com os centros de pesquisa — a grande maioria das incubadoras mantém vínculos com universidades. (DOLABELA, 2000)

No âmbito da educação profissional, ministrada no ensino médio, algumas unidades dos CEFETs (Centro Federal de Educação Tecnológica) incentivam os núcleos de incubação tecnológica, cujo objetivo é “incentivar a formação do empreendedorismo, apoiando o surgimento de empresas de serviços e/ou produtos que constituam uma inovação tecnológica”. (PAIVA, 2003) A outra face dessa estratégia de ensino aparece nas parcerias com as empresas locais, por meio de prestação de serviços e estágios curriculares supervisionados. (FRIEDRICH (2003)

No conjunto, os programas e experiências vinculados às instituições de ensino e centro tecnológicos constituem uma vertente mais seletiva na promoção do empreendedorismo. Na vertente massificadora, cabe destacar a atuação do Sebrae, entidade de extensa capilaridade na sociedade brasileira e com espaço garantido na discussão e na elaboração de políticas públicas destinadas à geração de emprego e renda e aos processos de qualificação dos agentes econômicos. Desde a sua reformulação ocorrida em 1990, tem se destacado como o principal disseminador da prática e da cultura do empreendedorismo. Dentre os programas que executa o mais conhecido é o Empretec, lançado em 1988 pela ONU, implantado no Brasil, em 1990. Inspirado, teórica e metodologicamente em David McClelland que, nos anos 60, identificou a “motivação da realização” ou “impulso de melhorar” como traços típicos dos empreendedores bem sucedidos, o Empretec consiste em um workshop com duração de 80 horas, durante o qual são trabalhadas as CCE’s (Características de Comportamento Empreendedor) — atitudes e comportamentos identificados entre os empreendedores de sucesso. (Programa Empretec; www.sebrae.com.br.)

Não cabe, neste ensaio, uma análise mais consistente dos componentes ideológicos presentes no discurso que ressalta a importância do ensino do empreendedorismo, um significativo indício da modelagem de uma cultura do trabalho cada vez mais nutrida de referências que não se limitam ao universo do assalariamento. Se, neste discurso, é forte a associação entre educação e conhecimento — os “pilares críticos” e determinantes para o aumento da capacidade de inovação e de competitividade das empresas —, não menos importante é a ênfase no desenvolvimento de competências dinâmicas e mutáveis que demandam estratégias educativas articuladas e flexíveis, justificando o fato de o Sebrae definir a educação continuada e a disseminação da cultura empreendedora como os eixos estruturadores de suas ações educacionais. (SEBRAE, 2001) Além disso, tais ações são também apresentadas como ferramentas de intervenção social, capazes de alterar a qualidade de vida da população, pois induzem o fortalecimento das potencialidades econômicas e das culturas regionais: geram emprego e renda e fomentam o desenvolvimento local (PAIVA e CORDEIRO, 2006; PAIVA JR. et. al. 2006; PAIVA, 2004). A postura de indivíduos empreendedores pode estimular atitudes coletivas de proatividade e de inovação, e suas articulações com entidades e personalidades públicas podem gerar conexões virtuosas para a exploração das potencialidades locais.

Ensino do Empreendedorismo: aspectos pedagógicos e culturais

A concepção alargada do empreendedorismo, carregada de significados oriundos de repertório não circunscrito ao mundo dos negócios, permeia a elaboração do que seria a “Pedagogia Empreendedora”. Tendo como uma de suas referências o Relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI (UNESCO, 2006), parte da idéia de que o empreendedor é alguém capaz de gerar novos conhecimentos a partir da base de “saberes” acumulados no decorrer de sua história pessoal. É o “indivíduo que possui uma atitude de inquietação, ousadia e proatividade na relação com o mundo. Essa postura, condicionada por características pessoais, pela cultura e pelo ambiente, favorece a interferência criativa e realizadora no meio, resultando em ganhos econômicos e sociais.” (SEBRAE, 2001:9) O empreendedorismo é, portanto, um fenômeno social que articula indivíduos, empresas e ambiente a partir de uma plataforma de interesses materiais e de valores e crenças morais oriundos de contextos econômicos e culturais específicos. Não desabrocharia independente do desenvolvimento total da pessoa — espírito e corpo; inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal e social, respeito aos valores culturais e cívicos.

Ainda no terreno discursivo, a “pedagogia empreendedora” inclui a construção dos “quatro saberes” (saber conhecer, saber fazer, saber conviver, saber ser) que, por sua vez, se inspiram nos “quatro pilares da educação” propostos nos documentos da UNESCO (2006): aprender a conhecer (aquisição de saberes codificados, mas também domínio dos instrumentos do conhecimento; construção de conhecimento reflexivo, sistêmico e crítico no lugar do conhecimento fragmentado e mecanicista); aprender a ser (construção da identidade individual e valorização do ser humano como cidadão; desenvolvimento total da pessoa, ênfase na imaginação, criatividade e liberdade); aprender a fazer (o fazer, a prática, a aplicação da teoria; a aquisição de competências relacionadas ao fazer); e aprender a conviver (descoberta e reconhecimento da diversidade humana; “construção do ser social” que interage em sociedade, “expressa os saberes aprendidos com os outros e os transforma em sua prática”). (FRIEDRICH, 2003; DOLABELA, 2003; SEBRAE, 2001)

O espírito empreendedor seria um componente do capital humano, relacionado ao desenvolvimento das potencialidades humanas, o que, no presente, significa capacidade de gerar conhecimento, de inovar, de transformar conhecimento em riqueza, de desenvolver a cooperação e de cultivar os ideais e as práticas democráticas. O empreendedor não pode ser construído, mas ele pode e deve ser motivado a construir-se por meio da interiorização de novos padrões de comportamento e atitude. Nessa construção a emoção se sobrepõe à razão, pois não se aprende de forma cognitiva aquilo que é um fenômeno cultural. Por sua vez, a emoção é suporte da racionalidade, é a força “que estimula e desencadeia a inteligência e no processo criativo reside a grande fonte de mudanças de nosso tempo.” (DOLABELA, 2003:61) Nesta subversão do racionalismo cartesiano que preside as pedagogias tradicionais, a emoção é o combustível para desencadear comportamentos como é o caso da busca da realização de um sonho.

Subjacente à pedagogia empreendedora está um sistema de idéias e de valores que tem um dos seus importantes pilares na crença nos indivíduos que têm ambições, projetos; “fazem” sua oportunidade e não se submetem à passividade geral que delega às macropolíticas e aos governos, a tarefa exclusiva de criar oportunidades. O indivíduo é portador de um “sonho estruturante” (aspirações, percepção de futuro) que delimita os objetivos para a ação e conduzem à auto-realização. (Idem) Se o sonho é o propulsor do empreendimento tanto individual quanto coletivo, isto significa que outras motivações oriundas de estados emocionais intensos, incompatíveis com as rotinas, são acionadas. Por sua vez, os sonhos estão delimitados pelo sistema de valores, normas e papéis sociais, inscrevendo-se em estruturas coletivas, como “elemento de construção e consolidação dos valores éticos da comunidade”. (DOLABELA, 2005)

Ao argumento de que as oportunidades não dependem apenas da vontade, do preparo individual e da sabedoria em cavá-las, o autor contrapõe que a capacidade de empreender pode levar o indivíduo a superar os constrangimentos estruturais e culturais, como a segmentação social no campo da educação que reserva aos mais carentes modalidades de ensino socialmente menos valorizadas na distribuição das posições de renda e de status. O autoconhecimento e a auto-estima são fundamentais para a construção da pulsão empreendedora, logo o saber útil para desenvolver esses sentimentos vai além da interação técnica com o objeto de trabalho e envolve as relações com a realidade, a capacidade de representar a realidade de

forma diferente e “ao grau de congruência entre seu próprio eu e a realidade individualmente construída”. (DOLABELA, 2003:29)

Um aspecto consensual nos discursos de teor analítico e/ou prescritivo/normativo a respeito da educação corporativa e da educação empreendedora recai justamente na crítica ao modelo pedagógico tradicional avesso à inovação e aos riscos, apegado aos conteúdos pré-fixados e à rigidez nos processos e nos resultados. A proposta é substituí-los por outros capazes de unir a base teórica e a vivência da prática, o aprendizado e seu contexto de aplicação, motivando os indivíduos para mobilizarem suas forças criativas e seu potencial de agir em situações problemáticas. A operacionalização deste modelo depende da existência de um ambiente propício, incluindo a difusão e implantação de uma cultura empreendedora — “um conjunto de valores, normas e características” direcionados à geração e distribuição de riquezas, independência, inovação, criatividade, auto-sustentação, liberdade e desenvolvimento econômico. (MORRISON & JOHNSTON, 1998; PAIVA, 2003; FILION; 2000; GEM, 2003; DOLABELA, 2000; SEBRAE, 2001) Apesar de alguns sinais de mudança emitidos nos últimos anos, em linhas gerais, as propostas pedagógicas tradicionais permaneceriam distantes da formação de competências e habilidades empreendedoras.

Nesta perspectiva, cabe indagar sobre o papel específico reservado às instituições de ensino na disseminação da cultura empreendedora, no intuito de direcionar o processo de aprendizagem para o desenvolvimento da criatividade, da imaginação e da inovação, o que requer mudanças nas metodologias, nos valores organizacionais, e nas atitudes dos professores, bem como estreitar as relações dessas instituições com a sociedade, principalmente com o setor produtivo. (SOUSA, 2001: 40, apud SILVA e DUTRA, 2004). A inflexão no plano do ensino é vista como necessária para disseminar uma cultura de aprendizagem que estimule o espírito criativo, a independência de ação, a capacidade reflexiva, as novas maneiras de pensar e de entender o mundo e de se relacionar com ele, contribuindo assim para romper as posturas de apatia, de acomodação e de rotinização burocrática. (GEM, 2003; DOLABELA, 2003; SEBRAE, 2001)

Segundo Dolabela (2003:53-54), a escola é “um espaço sociocultural”, comprometido com a “recriação permanente da visão de mundo da coletividade em que se situa”. Cabe a ela fornecer as condições “de suporte à construção e desenvolvimento dos sonhos coletivos”, sobretudo porque “educar significa construir valores éticos, políticos e estéticos”. A realização destes propósitos exige, por um lado, o distanciamento em relação às posturas tecnicistas de educação e, por outro, a ênfase no desenvolvimento de atitudes, na interação, na mudança dos modelos mentais e na visão de mundo. O alvo não é apenas a preparação para o emprego, para a ocupação funcional, e sim para a vida em suas múltiplas dimensões. Se a escola pode ser um veículo de ensino do empreendedorismo, a questão a ser discutida é como fazê-lo: por meio da introdução de conteúdos em disciplinas não vinculadas ao universo dos negócios (HYNES, 1996) ou se por meio de disciplina específica que contemple conhecimentos, habilidades e atitudes empreendedoras?

Neste ponto, cabe lembrar uma das recomendações incluídas no Relatório UNESCO (2006): não se trata de acrescentar novas disciplinas aos currículos escolares já sobrecarregados, ou novos cursos aos já existentes, mas de “reorganizar os ensinamentos” no sentido de conectar a experiência da vida e os processos formais de ensino que, em geral, ao privilegiarem o desenvolvimento do pensamento abstrato desqualificam outras qualidades humanas, tais como a imaginação, as habilidades manuais e artísticas e as aptidões interativas e afetivas.

Na visão pragmática de Paiva (2003), a escola pode ser uma importante fonte de disseminação do empreendedorismo, desde que seja possível discutir, no ambiente escolar, questões relativas à criação do próprio negócio. O foco do ensino empreendedor deve estar na maneira de ensinar, priorizando-se mecanismos e procedimentos pedagógicos que estimulam o “desenvolvimento de competências e habilidades básicas e empreendedoras”, um processo que requer uma nova postura do educador, possibilidades de aproximar o ensino tecnológico à aplicação prática e formar profissionais em consonância com as demandas do mercado.

No contexto da educação profissional, Moura (2003) sublinha a necessidade do docente “incorporar à sua prática as atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável e em um ambiente de constante interação com o mundo do trabalho e com a sociedade”, além de ter que assumir funções de orientador pedagógico e profissional. Para outros, mais do que repassar informações, deve-se priorizar o “aprender fazendo”, por meio de técnicas como oficinas, modelagem, estudos de caso, metáforas e dinâmicas. Cabe ao professor se valer de recursos de ensino e aprendizagem que evitem as respostas prontas e propiciem ao aluno condições de questionar, refletir, investigar e mudar a sua visão de mundo. (PESSOA; GONÇALVES, 2004) Para isto deve se aprimorar nas áreas didático-pedagógicas, visando adquirir uma nova postura de ensino e uma relação mais real com o aluno (PAIVA, 2003) e agir como sensibilizador e motivador; facilitador e orientador (AZEVEDO, 2004). Todavia, o apego aos modelos convencionais de ensino, muitas vezes, dificulta a mudança de postura e de papel, no sentido de que o professor seja menos fonte do saber para se tornar um “provedor de uma ambiência favorável à aprendizagem autônoma e coletiva”. (SILVA e DUTRA, 2004).

Ainda no âmbito do ensino empreendedor, Paiva (2003) destaca as três reflexões de Filion (1991), também apontadas nos estudos de Garavan & O’Cinneide (1994b), sobre a relação educador/educando: o educador deve absorver a lógica do empreendedor seja pelo contato direto com o mundo real ou por meio dos testemunhos e das histórias de vida de empreendedores, ou ainda mediante experiências empreendedoras fora do campo dos negócios, contribuindo assim para a “formação dos modelos de referência” (PESSOA; GONÇALVES, 2004) ou de “estruturas de plausibilidade” (BERGER & LUCKMANN, 1978) que tornam estas experiências possíveis e compreensíveis; a maneira de ensinar é mais importante do que o assunto ensinado quando o objetivo principal é desenvolver atitudes, estimular o auto-conhecimento e a auto-estima; e, por último, formar pessoas autônomas e criativas preparadas para inovar.

O processo pedagógico voltado para a cultura empreendedora deve ter como base os princípios: aprender a aprender, comunicação e colaboração, raciocínio criativo, domínio pessoal, pensamento sistêmico e liderança. (CARVALHO et al., 2004) São necessárias metodologias específicas, calcadas em uma abordagem reflexiva e vivencial que valoriza a auto-educação focada na aprendizagem prática e motiva os alunos a buscarem aprender cada vez mais, construindo os seus próprios conhecimentos a partir da realidade vivida. O foco nos problemas e oportunidades relativos ao mundo dos negócios facilita o desenvolvimento das potencialidades e das iniciativas empreendedoras dos alunos. (PESSOA e GONÇALVES, 2004; AZEVEDO, 2004) As parcerias educativas firmadas entre diversos atores sociais externos ao ambiente escolar favorecem a identificação de aptidões e de conhecimentos tácitos. (UNESCO, 2006)

Em síntese, os objetivos da pedagogia empreendedora são abrangentes e ambiciosos, pois a ela cabe “promover a mudança cultural, por meio do fortalecimento dos valores empreendedores da sociedade”. Revelam, assim, os contornos de uma construção ética para o ato de empreender bem como de uma utopia social em que o ideário pedagógico deve, por um lado, se alinhar com “a agenda nacional de desenvolvimento sem, no entanto, se descolar da “realidade social da comunidade”, de suas raízes culturais e visão de mundo — o espaço dos valores comuns que fundamentam a “solidariedade intelectual e moral da humanidade” (UNESCO, 2006); e, por outro, contribuir para “desenvolvimento humano e social e para a “eliminação da pobreza e da exclusão social”, convertendo-se em “instrumento de geração e distribuição de riqueza, renda, conhecimento e poder”. Ao “investir na formação de capital social, por meio do fortalecimento da cooperação” deve envolver toda a comunidade na “criação do novo conhecimento social, da nova cultura, em que o principal aprendizado é a auto-estima coletiva”. (DOLABELA, 2003; SEBRAE, 2001)

O alvo, portanto, da educação empreendedora não se distancia dos objetivos da educação em geral desenhado pelas concepções pedagógicas consideradas inovadoras: estimular a compreensão da complexidade do mundo e a capacidade de julgar e avaliar, preparando os indivíduos para uma postura reflexiva, questionadora e transformadora da realidade social. No caso particular do Brasil, o desafio é construir novos saberes e novas práticas em uma sociedade heterogênea, marcada positivamente pela diversidade cultural e negativamente pela desigual distribuição de riqueza, poder e conhecimento. Segundo Dolabela (2003:129-136; 2005), faz parte deste desafio estimular a presença dos “elementos constituintes do ambiente empreendedor” — a cooperação e a participação (uma fórmula que, segundo o Relatório UNESCO, permite transformar a interdependência em solidariedade). Trata-se de um aprendizado que pode favorecer a “articulação de caráter empreendedor”, na qual uma “rede de indivíduos, movimentos e/ou organizações” aciona tanto as heranças culturais quanto os arranjos político-institucionais, tendo com alvo mobilizar recursos para viabilizar projetos de desenvolvimento local. (SELA et al, 2006; PAIVA e CORDEIRO, 2002; UNESCO, 2006)

No campo de atuação dos agentes indutores do fortalecimento das economias locais, o empreendedorismo adquire uma acepção mais ampla e normativa: abrange todas as atividades humanas e não apenas a empresarial, incorpora o investimento da sustentabilidade social, uma “missão” de todos os agentes sociais, nos diversos setores da sociedade. O espaço da formação profissional é decisivo neste esforço, desde que esteja acoplado às necessidades locais, às especificidades das regiões em que será desenvolvida. (FRIEDRICH, 2003). Apesar dos riscos de uma visão ufanista do local, expressa nos apelos à valorização da economia e da cultura regional, não se pode menosprezar, nesta retórica, a influência do multiculturalismo, dos juízos positivos acerca da diversidade cultural.

A breve e seletiva revisão de estudos sobre o ensino do empreendedorismo evidenciou uma construção discursiva fundamentada em concepções e diretrizes educacionais que incorporam a contribuição do pensamento crítico formulado na área pedagógica. Admite-se que o empreendedor é alguém capaz de gerar novos conhecimentos a partir de uma dada plataforma, constituída por “saberes” acumulados no decorrer de sua história pessoal. Seus propósitos incluem a construção dos “quatro saberes” (saber conhecer, saber fazer, saber conviver, saber ser) que, por sua vez, se inspiram nos “quatro pilares da educação” propostos nos documentos da UNESCO (2006): aprender a conhecer (aquisição de saberes codificados, mas também domínio dos instrumentos do conhecimento; construção de conhecimento reflexivo, sistêmico e crítico no lugar do conhecimento fragmentado e mecanicista); aprender a ser (construção da identidade individual e valorização do ser humano como cidadão; desenvolvimento pleno da pessoa, ênfase na imaginação, criatividade e liberdade); aprender a fazer (o fazer, a prática, a aplicação da teoria; a aquisição de competências relacionadas ao fazer); e aprender a conviver (descoberta e reconhecimento da diversidade humana; “construção do ser social” que interage em sociedade, “expressa os saberes aprendidos com os outros e os transforma em sua prática”). (FRIEDRICH, 2003; DOLABELA, 2003; SEBRAE, 2001)

Os alicerces destes “pilares” fundamentam-se no aporte teórico das três principais teorias da aprendizagem — “cognitivista, humanista e sociocrítica” —, cujos focos recaem, respectivamente, nos princípios norteadores dos processos cognitivos (pensar reflexivo e crítico); nos princípios da aprendizagem significativa e do autoconhecimento e do desenvolvimento da criatividade (pensar criativo), e na visão do conhecimento como processo sócio-econômico e político fundado em valores e direcionado para a transformação social. Em suma: não fundamentam apenas a aquisição de um repertório de saberes construídos, mas devem “contemplar a construção crítica do conhecimento, a reflexão sobre o autoconceito e sobre os processos envolvidos no conviver, a mudança ou consolidação da prática e a busca de soluções criativas nas ações empresariais, sociais e pessoais”. (SEBRAE, 2001:19)

A influência do ideário pedagógico considerado inovador é clara: à educação cabe fornecer os mapas de um mundo complexo e em constante mudança, valorizando-se a aprendizagem significativa, o aprofundamento do autoconhecimento, o desenvolvimento do potencial criativo, a contextualização dos conhecimentos e a valorização da interação no contexto escolar em detrimento das relações mais verticalizadas. (UNESCO, 2006) Nesta confluência de artefatos oriundos de diversas

concepções pedagógicas, o “aprender a aprender”, no sentido de Piaget (1978:225) — “aprender a se desenvolver e aprender a continuar a se desenvolver depois da escola” — se tornou emblemático, marcando incisivamente a influência das idéias do autor, sobretudo nas críticas dirigidas ao modelo de educação escolar tradicional, com sua ênfase no verbalismo e intelectualismo, no acúmulo de informações e no destaque do papel do professor e do ensino em detrimento do educando e da aprendizagem.

Em outros momentos, a construção discursiva referente ao ensino do empreendedorismo sinaliza a influência mais direta de concepções pedagógicas inspiradas em Dewey (1980), sobretudo a crença de que as atividades instintivas e impulsivas estão na base das práticas educativas. Por sua vez, os processos educativos não ocorrem imersos em um vácuo ou caos moral, na contramão da cultura e dos valores sociais; e nem são espontâneos, carentes de direção, pois a eles cabe a “organização” dos impulsos provenientes de várias fontes: a imaginação, as representações internas e as emoções. A educação para a inovação e criação não dispensaria a presença da autoridade e disciplina, certamente muito mais aquela gerada pelos mecanismos internos do indivíduo: o autocontrole das emoções e a autodisciplina. (DEWEY, 1980; ELIAS, 1993) Se o controle das emoções pode inibir a criatividade, isto pode ser mais problemático no terreno da produção artística, pois, no plano das relações econômicas e sociais, a criatividade é disciplinada ou canalizada para os imperativos da sobrevivência e/ou da sustentabilidade dos negócios.

As propostas de ensino do empreendedorismo em um país de alta propensão a empreender adquirem sentido à luz da proposição de Dewey (1980:116) de que a educação é o “processo de reconstrução e organização da experiência, pelo qual lhe percebemos mais agudamente o sentido, e com isso nos habilitamos a melhor dirigir o curso de nossas experiências futuras”. Não se trata, portanto, de um resultado externo da experiência, mas da própria experiência reconstruída, reorganizada mentalmente no curso de sua elaboração. Esta concepção de educação como “contínua reconstrução da experiência”, portanto não descolada do interesse do aluno, exige conteúdos e metodologias conectadas com a vida social em geral, como o trabalho e com as instituições em geral, econômicas, políticas, jurídicas e culturais. Sob este enquadramento, as disciplinas e os programas voltados para o ensino do empreendedorismo podem firmar conexões virtuosas como as experiências vividas. E mais: a influência do referido autor na construção de uma “pedagogia empreendedora” se explicita também quando se define o objetivo da educação como desenvolvimento da capacidade de compreender, projetar, experimentar e conferir resultados (avaliar), fases indispensáveis ao próprio ato de empreender.

Este tributo da “pedagogia empreendedora” às concepções pedagógicas consideradas inovadoras não elimina as ambigüidades na sua construção discursiva, principalmente na discussão de seus aspectos processuais. Muitos autores têm apontado a dificuldade de se romper com os métodos pedagógicos tradicionais que tendem a priorizar a disseminação de conhecimentos e informações que facilitam a inserção e/ou permanência nos mundo dos negócios, como empresário ou como trabalhador autônomo.

A indagação que cabe, neste momento, é até que ponto escapariam do rótulo de tradicional certas práticas bem aceitas, como a exploração de casos edificantes, de histórias de sucesso, o contato direto com empreendedores reconhecidos, que são convidados para palestras ou se colocam na condição de anfitrião de aprendizes eleitos para acompanhá-los em uma jornada de trabalho. Trata-se de estratégias de forte apelo motivador, exortativas e encorajadoras, que, sem dúvida, têm o mérito da conexão com a realidade por meio da incorporação de experiências reais e vivências ao processo de aprendizagem. Neste sentido, reafirma a crença de um equilíbrio entre educação tácita e não formal e a educação formal das escolas; integra a aprendizagem obtida por meio de uma experiência específica (a escola) e a aprendizagem absorvida nas experiências sociais (vida). Reforça a concepção da educação como processo social contínuo de compartilhamento de uma experiência comum que supõe o “processo de contínua reorganização, reconstrução e transformação da vida”. (DEWEY, 1980:126)

Por outro lado, essas estratégias apresentam incômodas ambigüidades quando confrontadas com os pressupostos das concepções pedagógicas modernas: estão mais próximas da imitação, da repetição, de uma postura servil, e, desta forma, mais distantes da vocação pela descoberta e pela criação, assim como da visão do conhecimento como um mapa interpretativo e não como receituário.

Não parece simples conciliar uma receita de sucesso com as práticas que visam estimular o pensamento criativo, crítico e reflexivo — as indagações sobre o próprio universo do empreendedorismo. A pedagogia da exemplaridade pode se acomodar bem ao learning by doing, mas não ao aprender a aprender, ambos os lemas emblemáticos nas modernas correntes pedagógicas.

Comentários finais

Para finalizar este ensaio, alguns aspectos referentes fenômeno empreendedor merecem ser destacados. O primeiro remete às próprias lacunas embutidas nos modelos conceituais que sustentam o material analítico utilizado. De um lado, opera-se cada vez mais com a definição alargada do empreendedorismo que o associa a uma postura diante da vida e da sociedade, na qual são decisivos os processos socializadores, responsáveis pela formação da personalidade, dos padrões de comportamento e das representações sociais e visão de mundo. Assim sendo, são esses processos a matriz da motivação empreendedora, sobretudo aqueles desencadeados por meio de ações de ensino/aprendizagem, o que atribui sentido às expressões como “carreira de empreendedor”, “profissionalização de empreendedores”. Mas, como a socialização é sempre inserida em um contexto social e cultural, a formação de empreendedores nutre-se do repertório de significados construído

socialmente e disseminados pelas instituições sociais. A capacidade empreendedora da sociedade depende, entre outros fatores, da existência de uma cultura empreendedora que modele as ações individuais e sociais.

O segundo aspecto refere-se ao fato de que a formação empreendedora delimita o foco de ensino/aprendizagem a partir de estudos dos comportamentos e atitudes que conduzem à inovação, à capacidade de transformação do mundo, à geração de riquezas, em diversos contextos. Todavia, como disciplina de conhecimento, o empreendedorismo ainda carece de base teórica autônoma, e a polissemia decorrente da elasticidade de sua acepção contemporânea compromete o seu status de um conceito fundamentado em uma base teórica, científica, consistente. Afirma-se mais como saber prático que remete a comportamentos, posturas e atitudes, desenvolvimento de aptidões técnicas e emocionais e não a uma base cognitiva disciplinar específica. Sua base seria interdisciplinar ou multidisciplinar e seu objetivo é conhecimento por meio de ações, e pela motivação.

Algumas críticas são identificadas nos estudos que abordam esta modalidade de ensino. O mapeamento dos programas voltados para o ensino do empreendedorismo, grosso modo, revela que a chamada pedagogia empreendedora permanece direcionada para a disseminação de conhecimentos e informações que facilitem a inserção e/ou permanência nos mundo dos negócios, como empresário ou como trabalhador autônomo. Observa-se o predomínio da abordagem teórica que focaliza a elaboração de planos de negócios, quando o foco do ensino dever recair na dimensão comportamental e organizacional, que são fatores decisivos no processo de empreender. Em suma: a fundamentação cognitiva supera a comportamental. Uma situação paradoxal, pois quando se destacam as qualidades necessárias ao empreendedor verifica-se o seu atrelamento ao desenvolvimento de posturas, atitudes e comportamentos, com menos peso na base cognitiva. Trata-se de uma prática ainda distante de um modelo de ensino cuja ênfase esteja na dimensão aplicada dos conhecimentos; no desenvolvimento pessoal dos indivíduos; na descoberta e no cultivo dos talentos e das competências; e no estímulo da criatividade, da inovação e do trabalho em equipe. (MCNEIL et al., 2004)

Por fim, o ensino do empreendedorismo situa-se na confluência de dois eixos significativos da vida social: o sistema escolar e o sistema produtivo. Trata-se de uma modalidade de ensino que demanda o desenvolvimento de competências para o mundo do trabalho e para o mundo dos negócios, portanto aciona diretamente o sistema de crenças e valores do mundo dos negócios. No entanto, esta vocação particular não se realiza independente do contexto mais universal, no qual é imperiosa a necessidade de formar indivíduos cidadãos, competentes para o sucesso empresarial e também para atuarem em instituições e comunidades.

Referências

- Azevedo, S. C. (2004). Estratégias de ensino do empreendedorismo: contribuição para a formação de administradores do curso de graduação tradicional. Anais da III CIPEAL - Conferência Internacional de Pesquisa em Empreendedorismo na América Latina, Rio de Janeiro, 11 a 13 de novembro de 2004.
- Berger, P. e Luckmann, T. (1978). A construção social da realidade. 4ª ed. Petrópolis, Vozes.
- Carvalho, D.; Silva, A. M. M.; Almeida, G. de O. (2004). A influência do ensino de empreendedorismo na habilidade social, locus de controle, autoconceito e estresse de universitários. Anais da III CIPEAL - Conferência Internacional de Pesquisa em Empreendedorismo na América Latina, Rio de Janeiro, 11 a 13 de novembro de 2004.
- Colbari, A. (2007). A retórica do empreendedorismo e a formação para o trabalho na sociedade brasileira. SINAIS. Revista Eletrônica, Vitória (ES), v. 1, p. 1-28.
- Cordeiro, A. T. e Mello, S. B. (2006). Rupturas, Permanências e Resignificações na Estrutura Discursiva do Empreendedorismo. ENANPAD. 2006.
- Corrêa, M. I. S.; Paiva Jr, F. G; Oliveira, M. A. F. (2006). A Ação Empreendedora e os Modos de Sociabilidade Constitutivos da Cultura Brasileira: um estudo de caso. Enanpad, 2006.
- DaMatta, R. (1993). Carnavais, malandros e heróis. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Dewey, J (1980). Vida e Educação. In: Dewey. São Paulo: Abril Cultural. (coleção Os Pensadores)
- Dolabela, F. (2000). O Ensino de Empreendedorismo: panorama brasileiro. Empreendedorismo: ciência, técnica e arte, Brasília, IEL.
- Dolabela, F. (2005). Ensino de Empreendedorismo na Educação Básica como instrumento do desenvolvimento local sustentável. (extraído de www.dolabela.com.br em 05/12/2005)
- Dolabela, F. (2003). Pedagogia Empreendedora. São Paulo: Editora da Cultura.
- Dornelas, J. C. A. (2003). Empreendedorismo Corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar em sua empresa. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Elias, N. (1993). A Sociedade dos Indivíduos, Lisboa, Dom Quixote.
- Filion, L. J. (1999). Empreendedorismo: Empreendedores e Proprietários-gerentes de Pequenos Negócios. RAUSP, São Paulo, v. 32, nº 2, p. 5-28, abril/julho.
- FINDES/IEL. (2006). Programa ESempreendedor. Desenvolvimento e Qualidade de Vida, Projeto Empreendedorismo na Sociedade. (www.findes.org.br, acessado em 31/01/2006).
- Filion, L. J. (2000). O Empreendedorismo como tema de estudos superiores. Empreendedorismo: ciência, técnica e arte, Brasília, IEL.

Filion, L. J. (1991). O planejamento de seu sistema de aprendizagem empresarial: Identifique uma visão e avalie o seu sistema de relações. *Revista de Administração de Empresas*, FGV, 31 (3), São Paulo, julho/setembro.

Friedrich, M. P. (2003). A educação profissional articulada com a sustentabilidade social. In: *Profissionalização: alternativas para o desenvolvimento e a cidadania*. (<http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2003/pdc/tetxt4.htm> , 2003)

Garavan & O’Cinneide. B. (1994a). Entrepreneurship Education and Training Programmes: A Review and Evaluation – Part 1. *Journal of European Industrial Training*, Vol. 18 No. 8, pp. 3-12

Garavan, T. N. & O’Cinneide, B. (1994b). Entrepreneurship Education and Training Programmes: A Review and Evaluation Part 2. *Journal of European Industrial Training*, Vol. 18 No. 11, pp. 13-21

GEM. Empreendedorismo no Brasil 2001, Curitiba: IBQP, 2002. (disponível em www.sebrae.com.br)

GEM. Empreendedorismo no Brasil.2002. Curitiba: IBQP, 2003. (disponível em www.sebrae.com.br)

GEM. Empreendedorismo no Brasil.2003. Curitiba: IBQP, 2004. (disponível em www.sebrae.com.br)

GEM. Empreendedorismo no Brasil.2004. Curitiba: IBQP, 2005. (disponível em www.sebrae.com.br)

GEM. Empreendedorismo no Brasil 2005. Curitiba: IBQP, 2006. (disponível em www.sebrae.com.br)

GEM. Empreendedorismo no Brasil.2006. Curitiba: IBQP, 2007. (disponível em www.sebrae.com.br)

GEM. Empreendedorismo no Brasil 2007 Curitiba: IBQP, 2008. (disponível em www.sebrae.com.br)

Holanda, S. B. (1995). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 26a. edição, 1995.

Hynes, B. (1996). Entrepreneurship education and training –introducing entrepreneurship into non-business disciplines. *Journal of European Industrial Training*, vol. 20, nº 8, p.10–17.

IEL. (2000). *Empreendedorismo: ciência, técnica e arte*. Brasília: IEL.

Izoton, L. (2005). O Brasil dos Meus sonhos. In: *O futuro da indústria: Empreendedorismo - Coletânea de artigos*. (www.sistemafindes.com.br; acessado em 13/11/2005).

Johnston, B. & Morrison, A. (1997). Developing Undergraduate Creative Thinking for Entrepreneurship: A Pilot Class, paper presented at the International Journal of Entrepreneurial Behaviour’s Enterprise and Learning Conference, University of Paisley, UK, September.

McClelland, D. (1972). *A sociedade competitiva: realização e progresso social*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.

McNeil, S; Fullerton, D; Murphy, L. (2004) L’environnement universitaire de l’ Entrepreneurship au Canada Atlantique. Première Partie. Comprendre les entrepreneurs: un examen de la documentation, (Le Consortium sur l’ entrepreneurship des universités du Canadá Atlantique). (www.acsbe.acadiu.ca; acessado em 06/12/2005)

Morrison, A. & Johnston, B. (1998). Personal creativity for entrepreneurship. Teaching and learning strategies University of Strathclyde, UK, MORRISON, A. , ed. *Entrepreneurship: An International Perspective*. Oxford: Butterworth-Heinemann.

Moura, D. H. (2003). Educação profissional: desafios e perspectivas. In: *Profissionalização: alternativas para o desenvolvimento e a cidadania*. Disponível em <<http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2003/pdc/tetxt1.htm>>. Acessado em maio/2005.

Ogbor, J. (2000). Mythicizing and reification in entrepreneurial discourse: ideology-critique of entrepreneurial studies. *Journal of Management Studies* 37:5, p. 605-35.

Oliveira, D. C.; Guimarães, L. O. (2006). Perfil Empreendedor e Ações de Apoio ao Empreendedorismo: o NAE/SEBRAE em questão. Enampad, 2006.

Paiva Jr., F. G.; Correia. M. I. S.; Souza, A. C. R. (2006). *A Identidade Cultural e a Articulação de Caráter Empreendedor na Busca por um Desenvolvimento Local*, Enampad, 2006.

Paiva, F. H. D. (2003). A formação empreendedora na Educação Profissional. In: *Profissionalização: alternativas para o desenvolvimento e a cidadania*. (<http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2003/pdc/tetxt3.htm>)

Pessoa, E.; Gonçalves, S. M. G. (2004). Ensino de Empreendedorismo – Uma Abordagem Tridimensional. Anais da III CIPEAL - Conferência Internacional de Pesquisa em Empreendedorismo na América Latina, Rio de Janeiro, 11 a 13 de novembro de 2004.

Pochmann, M. (2005). *Economia do Microempreendimento Informal no Brasil*, SEBRAE. Texto para Discussão nº 2, Brasília, agosto de 2005. (www.sebrae.com.br)

Schumpeter, J. A. (1982). *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Abril Cultural.

SEBRAE. (2001) Referenciais para uma Nova Práxis Educacional. Série Documentos, Brasília, Edições Sebrae, 2ª ed.

SEBRAE/ CNI/ IPEA . Relatório Final. Projeto de Pesquisa Trabalhadores Descartáveis. Estratégias de Sobrevivência de Ex-empregados de Setores Industriais em Reestruturação Produtiva: Casos de Três Regiões do País. Brasília, agosto de 2004. (www.sebrae.com.br)

Sela, V. M; Sela, F. E. R; Franzini, D. Q. (2006). Ensino do Empreendedorismo na Educação Básica, voltado para o Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável: um estudo sobre a metodologia “Pedagogia Empreendedora” de Fernando Dolabela. Enampad, 2006.

Silva, H. E.; Dutra, M. L. da S. (2004). Talento Empreendedor Brasileiro: uma proposta de aprendizagem para os cursos de administração. Anais da III CIPEAL - Conferência Internacional de Pesquisa em Empreendedorismo na América Latina, Rio de Janeiro, 11 a 13 de novembro de 2004.

Sousa Neto, B. (2003) Contribuição e elementos para um metamodelo empreendedor brasileiro: o empreendedorismo de necessidade do “virador”, Tese de Doutorado COPPE/UFRJ.

- Sousa, E.C.L et al. (2005). Métodos, Técnicas e Recursos Didáticos de Ensino do Empreendedorismo em IES Brasileiras. In: Sousa, E.C.L. e Guimarães, T. A.(org) Empreendedorismo Além do Plano de Negócios, São Paulo:Atlas.
- Souza, E. C. L. (2005). Empreendedorismo: da gênese à contemporaneidade. In: Souza, E. C. L. e Guimarães, T. A. (org) Empreendedorismo Além do Plano de Negócios, São Paulo: Atlas.
- Souza, J. (1999). A Ética Protestante e a Ideologia do Atraso Brasileiro. In: Souza, J. (org.) O malandro e o protestante. Brasília: Editora da UNB.
- Piaget, J. (1978). Problemas de Psicologia Genética. In: Jean Piaget. São Paulo: Abril Cultural. (coleção Os Pensadores).
- Swedberg, R. (2000). The social science view of entrepreneurship: introduction and practical applications. In: Swedberg, R.(org.) Entrepreneurship: the social science view. New York: The Oxford University Press.
- Timmons, J. A. (1999) New Venture Creation: Entrepreneurship for the 21st Century, 5th ed.. Boston Massachusetts: Irwin McGraw-Hill.
- Timmons, J. (1978) Characteristics and role demands of entrepreneurship. American Journal of Small Business, nº 3, p. 5-19.
- UNESCO. (2006). Educação: um tesouro a descobrir. (Relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. 10ª Ed. São Paulo: Cortez, Brasília: MEC: UNESCO.
- Weber, M. (1967). A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo, São Paulo: Pioneira.

Trabalho imaterial, controle afetivo e desigualdade

Daniel Andrade

Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Universidade de São Paulo (USP)

daniel.andrade@fgv.br

Resumo: O trabalho imaterial caracteriza-se por não possuir um conteúdo definido e envolver qualidades inseparáveis do trabalhador e obtidas fora do ambiente do trabalho (capacidades comunicacionais, relacionais, afetivas, criativas etc.). Tal trabalho é capaz de criar, além de produtos materiais, produtos intangíveis como sentimentos de confiança, segurança, conforto e cooperação. Seu alvo pode ser tanto os clientes, numa relação de produção-consumo, como os parceiros corporativos, no caso do trabalho em equipe ou em rede. Devido a suas características intrínsecas, o controle dessa forma de trabalho não pode se dar pelo poder disciplinar, mais apropriado a formas mais fixas de atividade, com conteúdo mais definido e menor autonomia de decisão. Por depender sobretudo do engajamento subjetivo de quem o executa, o trabalho imaterial recorre a novas formas de controle, entre elas o controle emocional. O controle emocional operacionaliza situações sensoriais e afetivas com o objetivo de incentivar e fidelizar clientes e motivar funcionários. Trata-se de uma técnica de poder que busca, por meio da administração do corpo vivido, desencadear formas de comportamento econômico no trabalho e no consumo. São exemplos de formas de controle emocional as técnicas de motivação, a cultura organizacional, a customização de serviços e produtos, as estratégias de relacionamento com clientes, os cursos de formação de competências atitudinais e comportamentais, entre outros. O aumento de demanda por performances emocionais já começa a objetivar a maior ou menor capacidade de modulação afetiva dos trabalhadores em escalas de inteligência emocional, desqualificando profissionalmente os menos aptos e criando novas formas de desigualdade.

Referindo-se ao ideal da administração burocrática, Max Weber o descrevia no início do século XX da seguinte forma: “proceder sine ira et studio, ou seja, sem a menor influência de motivos pessoais e sem influências sentimentais de espécie alguma [...]” (WEBER, 1979: 129). A exclusão dos sentimentos e preferências pessoais, assim como de toda espontaneidade e iniciativa pessoal nos procedimentos burocráticos pode ser bem resumida pela anedota de Zygmunt Bauman sobre as fábricas fordistas, na qual escreve que “as identidades e laços pessoais eram pendurados no cabide da porta da entrada junto com os chapéus, guarda-chuvas e capotes” (2001: 34).

Pouco menos de um século depois da apresentação weberiana do tipo ideal da burocracia, diversos estudiosos do novo mundo corporativo apontam as emoções como um elemento essencial para as organizações obterem vantagens competitivas e ainda afirmam que as emoções constituem o diferencial capaz de definir o sucesso ou o fracasso de uma carreira profissional (cf. SINGH, 2007).

No relativamente curto espaço de tempo do século XX, as emoções deixaram de ser excluídas dos modelos de administração para conquistar um espaço de destaque nas técnicas de gestão e promover uma explosão bibliográfica sobre o tema, tanto por parte de acadêmicos quanto de managers e gurus entusiastas. O tema das emoções é central em discussões atuais como a da cultura organizacional, do clima organizacional, da inteligência emocional, do trabalho emocional, das técnicas de gestão de clientes, da motivação de funcionários, dos comportamentos de grupo, dos treinamentos de equipes, do marketing de experiência, entre outros. De forma geral, a emoção se torna ponto crucial da gestão estratégica de pessoas e de clientes.

A importância das emoções para as corporações tornou-se consenso na economia contemporânea. Resta saber, porém, se essa reinserção e expansão das emoções no ambiente de trabalho representam uma libertação ou se constituem um rearranjo do poder das organizações sobre a subjetividade, estabelecendo novas formas de dominação. Essa é a questão que, do ponto de vista de uma teoria crítica das ciências sociais, importa mais fundamentalmente.

Para compreender qual a posição estratégica das emoções no mundo corporativo, é preciso reconstituir as transformações pelas quais as próprias corporações passaram e como as novas formas de organização redefiniram os

processos de trabalho, dando origem ao chamado trabalho imaterial. É a relação entre as emoções e o controle sobre o trabalho imaterial que interessa mais particularmente a este artigo.

Reorganização produtiva e capitalismo flexível

Até meados da década de 1970, pode-se dizer que o modelo de organização dominante (ainda que não o único existente) era a estrutura verticalizada e sistêmica da fábrica fordista e da burocracia (BAUMAN, 2001: 33-34; HARVEY, 2005: 121-135). Caracterizada por uma rígida separação entre o planejamento da produção e a execução das tarefas, entre trabalho intelectual e trabalho físico, a fábrica fordista possuía uma pesada estrutura constituída como uma pirâmide com múltiplos níveis hierárquicos, em que cada nível dava ou repassava ordens aos inferiores e era responsável por vigiar e controlar a execução dos comandos. As tarefas a serem executadas eram específicas e precisas, definidas pela detalhada divisão técnica e social do trabalho desenhada nos níveis hierárquicos mais altos da administração burocrática. Ao trabalhador cabia a execução automática de tarefas fragmentadas e repetitivas de acordo com os comandos recebidos, sem possuir controle sobre o projeto, ritmo ou organização do trabalho. Essa forma de organização permitia ganhos de produtividade obtidos por economias de escala em um processo mecanizado de produção padronizada com base em linhas de montagem. Tal modelo de produção em massa encontrava demanda graças à intervenção do Estado na economia por meio de políticas keynesianas de geração de emprego e renda e de bem-estar social.

A ligação e adaptação dos trabalhadores a esse sistema de trabalho rotinizado, inexpressivo e degradado realizava-se pelas técnicas disciplinares descritas por Michel Foucault (2001: 103-126; 1999: 117-161). Segundo Foucault, há, desde o século XIX, “um conjunto de técnicas políticas, técnicas de poder, pelo qual o homem se encontra ligado a algo como o trabalho, um conjunto de técnicas pelo qual o corpo e o tempo dos homens se tornam tempo de trabalho e força de trabalho e podem ser efetivamente utilizados para se transformar em sobre-lucro. Mas para haver sobre-lucro é preciso haver sub-poder. É preciso que, ao nível mesmo da existência do homem, uma trama de poder político microscópico, capilar, se tenha estabelecido fixando os homens ao aparelho de produção, fazendo deles agentes de produção, trabalhadores. A ligação do homem ao trabalho é sintética, política; é uma ligação operada pelo poder” (FOUCAULT, 2001: 125).

As técnicas disciplinares operam de modo detalhista e ininterrupto sobre os processos de atividade, codificando e esquadrihando ao máximo os corpos, o tempo e o espaço, desarticulando-os e recompondo-os de modo a aumentar as forças e as sujeições. Elas visam os corpos como organismos dotados de capacidades e agem concentrando-os pelo confinamento, distribuindo-os no espaço, ordenando-os no tempo e compondo-os no tempo-espaço de modo a obter uma força produtiva cujo efeito deve ser superior à soma das forças elementares. Para obter os resultados que almejam, lançam mão de artifícios como a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame. Com isto, o indivíduo é constituído como efeito e objeto de poder e efeito e objeto de saber. As disciplinas constroem os trabalhadores de modo que se tornem economicamente úteis e politicamente dóceis ao mesmo tempo, homogeneizando-os em conformidade com a norma e individualizando-os a partir de seus desvios.

O modelo fordista e burocrático, no entanto, começou a entrar em crise e a ceder espaço para novas formas de organização quando na década de 1970 o Estado perdeu sua capacidade de promover o crescimento indefinido da demanda. Com o final da reconstrução da Europa Ocidental e do Japão após a Segunda Guerra Mundial, a saturação dos mercados internos dos países desenvolvidos e as políticas de substituição das importações em muitos países do Terceiro Mundo, ocorreu um enfraquecimento da demanda efetiva, o que impedia as políticas keynesianas de garantir o consumo da imensa massa de produtos que as grandes corporações colocavam no mercado. Com a imprevisibilidade da demanda e a conseqüente queda de lucratividade e produtividade, as grandes corporações passaram a repensar a sua rígida estrutura que implicava investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes (HARVEY, 1989: 135). Diversas empresas que mantiveram a organização fordista, devido ao fato de ainda possuírem uma produção padronizada, migraram para áreas onde o contrato social com o trabalho era fracamente respeitado ou inexistente, enquanto que as demais empresas que sobreviveram à crise passaram por diversas reestruturações (HARVEY, 1989: 146). Iniciou-se assim um período que alterou drasticamente o mundo corporativo.

Como resposta ao aumento da capacidade excedente inutilizável e à intensificação da competição, as corporações adotaram como estratégia a busca da flexibilidade caracterizada por permanentes inovações tecnológicas, organizacionais, comerciais e administrativas. Em termos tecnológicos, surgiu um novo paradigma baseado nas tecnologias de informação (microeletrônica, telecomunicações, optoeletrônica e computadores), caracterizado por utilizar a informação como matéria prima, pela penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias em toda atividade humana, pela lógica de redes em qualquer sistema ou conjunto de relações, pela flexibilidade e capacidade de reconfiguração e pela crescente convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado (CASTELLS, 2007: 107-113).

Ao lado dessa revolução tecnológica, que amadureceu na década de 1990, muitas empresas promoveram uma reestruturação organizacional que está relacionada muito estreitamente com (mas que não depende inteiramente de) novas tecnologias da informação. O objetivo principal dessas transformações em suas variadas formas era lidar com a incerteza causada pelo ritmo veloz das mudanças no ambiente econômico, institucional e tecnológico das empresas, aumentando a flexibilidade da produção, gerenciamento e marketing e reduzindo custos de mão-de-obra mediante a automação de

trabalhos, eliminação de tarefas e supressão de camadas administrativas (CASTELLS, 2007: 211). Essa flexibilidade foi buscada tanto interna quanto externamente pelas empresas.

Externamente, a flexibilidade organizacional foi alcançada por meio da terceirização e da formação de redes entre empresas, cuja conexão pode se dar entre várias empresas de pequeno e médio porte, pela subcontratação de pequenas empresas sob o comando das grandes ou por alianças estratégicas entre grandes corporações. A subcontratação e o conseqüente deslocamento de atividades antes internalizadas nas firmas manufatureiras para empresas separadas levaram ao surgimento e multiplicação de pequenas empresas prestadoras de serviços, ocorrendo um surto empreendedor que, juntamente com a expansão do ramo de finanças, consultoria, assistência, cuidados pessoais, seguros, imóveis, saúde e educação, ampliaram enormemente os empregos no setor de serviços (CASTELLS, 2007: 209-225; HARVEY, 1989: 147-149).

Internamente, além da adoção de diversas formas de trabalho precário, muitas empresas se organizaram em torno de processos em permanente transformação, e não mais de tarefas fixas, e adotaram estruturas mais horizontalizadas, com poucas distinções hierárquicas e símbolos de status, instituindo o trabalho em equipe e a remuneração de acordo com o seu desempenho, promovendo o treinamento e a reciclagem contínua, capacitando os trabalhadores profissionais não para tarefas específicas, mas para tornarem-se multifuncionais, aumentando a autonomia, a iniciativa descentralizada e o poder de decisão em todos os níveis, maximizando os contatos com os fornecedores e clientes, ampliando as comunicações internas tanto no sentido horizontal como no vertical (de cima para baixo e de baixo para cima) e compartilhando conhecimentos. Além desses, outros elementos para reduzir as incertezas foram introduzidos pelo toyotismo, como o sistema de fornecimento *kanban* (*just-in-time*), o controle de qualidade total, a cooperação entre gerentes e trabalhadores e a criação de condições para que os conhecimentos tácitos dos funcionários se convertam em conhecimentos explícitos da empresa. Diversas empresas passaram a se compor como uma rede interna, cujas unidades operacionais descentralizadas e autônomas compartilham informações integradas por meio de tecnologias de informação (CASTELLS, 2007: 209-225).

Tanto no caso da flexibilidade interna quanto no da externa, o modelo de organização promove uma desintegração das burocracias racionais verticais, típicas da grande empresa sob condições de produção padronizada em massa e mercados oligopolistas. Em seu lugar, surgem as diversas formas de organização em rede (interna ou externa), cuja unidade produtiva real passa a ser o projeto por ela viabilizado, e não as empresas individuais ou agrupamentos formais de empresas. Sua produção se desloca da produção padronizada em larga escala, típica do fordismo, para novos paradigmas de flexibilidade do produto e/ou do processo, como as produções personalizadas baseadas em um padrão de arte industrial ou programas de produção personalizada em larga escala de fácil reprogramação (que podem atender às variações do mercado ou às transformações tecnológicas), ou ainda, produção de produtos padronizados em pequenos lotes, variando conforme a demanda pelo produto (cf. CASTELLS, 2007: 209-225; HARVEY, 1989: 148).

Do ponto de vista comercial, a nova situação de concorrência acirrada fez com que as empresas passassem a explorar nichos de mercado altamente especializados e de pequena escala, investindo cada vez mais na inovação e customização dos produtos. O tempo de giro dos produtos foi reduzido drasticamente, o que se conseguiu, pelo lado da produção, por meio da automação e do gerenciamento de estoque *just-in-time* e, pelo lado do consumo, pela redução da vida útil dos produtos e pela multiplicação de mercadorias de consumo imediato, como a prestação de serviços e os variados produtos da indústria cultural (HARVEY, 1989: 148-149).

O produto deixou de ser o único ponto de contato com os consumidores, em uma relação muda, e a empresa passou a investir em formas mais intensas de relacionamento com o cliente. Com isso, ocorreu uma transformação, repetidamente formulada nos meios empresariais, que se caracteriza pela passagem da época em que o foco era no produto para uma nova era em que o foco é no cliente, com a conseqüente transferência da “alma” da empresa da produção para o marketing. Ou seja, parte-se primeiro do conhecimento e controle do consumidor, em seguida define-se o produto sob medida e, por fim, organiza-se a produção ou o serviço conforme essa demanda específica (o que só é possível pela enorme flexibilidade de produtos e processos das empresas).

A definição do cliente como o foco da empresa acarretou mudanças significativas no modo como o consumidor é visto e nas estratégias de negócios. Não se busca mais apenas vender um único produto ao maior número de pessoas, procura-se criar uma relação de longo prazo com o consumidor e vender a um único cliente o máximo de produtos, serviços e experiências possíveis em todo o seu ciclo de vida. O objetivo é transformá-lo de um comprador eventual em um usuário permanente dos diversos bens e serviços da empresa, passando de um modelo baseado na transferência de propriedade no mercado para outro baseado no acesso às redes (cf. RIFKIN, 2001: 3-6). Para fidelizar o cliente, é preciso controlar e obter uma enorme quantidade de informações sobre ele (quase sempre sem que ele saiba ou autorize), de modo a antecipar e disponibilizar praticamente todos os serviços que ele possa consumir, inclusive os mais pessoais. Passa-se assim a cultivar um relacionamento mais próximo e mesmo mais íntimo com o cliente e a conceber todo o contato como uma oportunidade de obter informações, as quais são armazenadas em bancos de dados incessantemente atualizados e interpretados. Além disso, laços de feedback eletrônicos e os códigos de barra permitem que as empresas recebam informações atualizadas continuamente sobre as compras, desenhando perfis detalhados sobre o estilo de vida dos clientes (RIFKIN, 2001: 81-83).

Nesse modelo, mesmo as indústrias produtoras de bens adotam a lógica da prestação de serviços, na medida em que não apenas oferecem atendimento personalizado e soluções customizadas permanentemente, mas também porque os próprios bens convertem-se em plataformas por meio das quais se dá a prestação de um serviço. Os bens passam a ser vistos como uma forma de atingir os consumidores, uma estratégia de marketing, sendo em muitos casos oferecido gratuitamente,

cobrando-se apenas o serviço que aquele bem suporta. Com isto, a lógica dos serviços ultrapassa os limites do setor terciário, estendendo-se para todos os setores econômicos, inclusive o industrial, convertendo-se na lógica dominante da nova economia (RIFKIN, 2001: 61-78; HARDT, 1999).

A radicalização desse processo e a busca por novas formas de diferenciação e superação dos concorrentes levaram as empresas a criarem uma nova modalidade de consumo, indo além dos bens e serviços: o consumo de experiências (cf. RIFKIN, 2001; LIPOVETSKY, 2007; PINE e GILMORE, 1999). As empresas oferecem acesso a emoções e sensações extra-cotidianas através da gestão dos estímulos ambientais do seu usuário, moldando cenários ou relações interpessoais de modo que, mesmo sendo uma encenação, pareça verossímil. A comercialização do acesso a experiências ou o marketing de experiências procura “encantar” o cliente, de modo que ele vincule a marca ou o produto a vivências e lembranças agradáveis e inesquecíveis e nunca mais abandone a empresa e nem sequer a compare com seus concorrentes (nem mesmo com o preço ou a qualidade oferecidos, como os divulgadores dessa estratégia fazem questão de frisar). Além disso, a experiência, sendo algo experimentado subjetivamente pelo cliente, é algo único e intransferível, que não pode ser copiado.

As empresas passam assim a investir sobre a totalidade da vida dos consumidores, vigiando-os e controlando-os incessantemente, constituindo um conhecimento minucioso ao seu respeito e procurando gerenciar todas as suas experiências vividas, convertendo-as em ganhos econômicos.

Por fim, as formas de gestão também foram largamente modificadas para corresponder a este novo cenário. O modelo clássico baseado no planejamento centralizado da divisão técnica e social do trabalho e nas técnicas disciplinares é cada vez mais deslocado pela gestão de pessoas, relacionamentos, redes e processos. O objetivo passa a ser estimular a inovação, a criatividade e a aplicação de conhecimentos para aumentar o valor agregado dos produtos e serviços. Três vias principais são adotadas: desenvolvimento de capital humano (focando nas competências individuais não apenas em termos de acréscimo de formação, mas também de atitudes como autonomia, responsabilidade e liberdade, indispensáveis às ações criativas); desenvolvimento de capital estrutural (focando em estruturas e relacionamentos que facilitem a aprendizagem coletiva pela difusão interna de conhecimentos que se traduzam em respostas rápidas e ações práticas); e desenvolvimento de capital relacional (focando em relacionamentos múltiplos que proporcionem a permuta de informações e conhecimentos com o exterior) (SANTOS, 2004: 144-145). Essas novas formas de gestão, contudo, restringem-se aos trabalhadores do núcleo estratégico da empresa, aqueles que são difíceis de substituir e agregam alto valor no processo. Quanto aos demais trabalhadores fáceis de substituir e/ou que agregam baixo valor, eles tendem a ser geridos de forma tradicional (SANTOS, 2004: 153-155).

Trabalho imaterial

As inovações tecnológicas, organizacionais, comerciais e administrativas e a estreita integração entre elas nas organizações alteraram profundamente a forma como o trabalho é realizado. A automação fez diversas tarefas rotineiras e repetitivas desaparecerem, relegando muitas vezes a linha de montagem taylorista para a história. A difusão da tecnologia da informação em fábricas e escritórios criou a necessidade de trabalhadores instruídos e autônomos, capazes e dispostos a programar e decidir seqüências inteiras de trabalho. Essas tecnologias exigem maior liberdade para trabalhadores mais esclarecidos atingirem o pleno potencial de sua produtividade (CASTELLS, 2007: 306). As novas formas de estrutura organizacional requerem trabalhadores multifuncionais e adaptáveis a contextos infinitamente variados, também promovem a autonomia e capacidade de tomada de decisão e sobretudo multiplicam as interfaces pela troca de informações e pelos contatos entre o indivíduo e sua equipe, entre as diversas equipes, entre os departamentos ou unidades das empresas, entre as empresas e os clientes e fornecedores e entre as diversas redes de empresas. O foco no cliente amplia e aprofunda o relacionamento com o consumidor, intensifica a produção, organização e interpretação de informações sobre ele e incentiva a criatividade para criar soluções sob medida. As novas formas de gestão vão se direcionar justamente para promover e facilitar o desenvolvimento de pessoas, de relacionamentos e de conhecimentos.

O paradigma do trabalho, portanto, altera-se radicalmente. Não é mais o trabalho disciplinar, que constrói trabalhadores ao mesmo tempo economicamente úteis e politicamente dóceis, similares a máquinas. É preciso agora novas competências, como as propaladas pró-atividade, criatividade, motivação, autonomia, liberdade, responsabilidade, capacidade de lidar com o imprevisto e a incerteza, capacidade de análise de informações e situações, capacidade de tomada de decisão e habilidades interpessoais como a comunicação, o senso de cooperação, a liderança, a sensibilidade, a empatia e a afetividade.

Este novo paradigma é descrito pelo conceito de trabalho imaterial. O trabalho imaterial é aquele “que produz o conteúdo informacional e cultural [e emocional] da mercadoria” (LAZZARATO, 1992). O conteúdo informacional da mercadoria diz respeito às tarefas de trabalho que são cada vez mais subordinadas à capacidade de tratamento da informação e de comunicação horizontal e vertical, enquanto o conteúdo cultural faz alusão a atividades de definição de normas culturais e artísticas, de modas, gostos, padrões de consumo e da opinião pública. O trabalho imaterial produz também o conteúdo emocional da mercadoria, constituído sobretudo na relação com o consumidor, gerando cuidado, conforto, tranquilidade, segurança, sentimento de bem-estar, excitação, diversão, gozo, sensações diversas, mas também nas interações entre os parceiros corporativos, provendo cooperação, confiança, motivação etc. O trabalho imaterial, nesse sentido, torna-se produtivo porque transforma os consumidores e os parceiros corporativos naquilo que diz respeito aos seus modos de pensar, agir e sentir, aos seus estilos de vida (GRISCI, 2008). Se agora as empresas geram valor e conquistam seu lucro não mais (ou

cada vez menos) por meio de bens materiais, mas por meio de bens intangíveis e de consumo imediato, como é o caso dos serviços, do entretenimento, das experiências, do conhecimento, das informações e da comunicação, então o trabalho imaterial se torna a forma de trabalho central dessa nova economia (HARDT, 1999).

Do ponto de vista da forma, o trabalho imaterial é apreendido pela implicação da subjetividade e da cooperação produtiva do trabalhador coletivo – duas faces da mesma moeda, já que o desenvolvimento subjetivo é pré-condição e resultado da intensificação da cooperação e coordenação do trabalho. As suas tarefas de trabalho não são definidas e codificadas de antemão, mas prescritas na continuidade do fluxo do processo. O trabalhador deixa de ser um apêndice da máquina para tornar-se um ponto de comunicação na integração equipe/sistema e produção/consumo. Este trabalho pode então ser definido como “a capacidade de ativar e gerar a cooperação produtiva [e também a relação produção/consumo]. O trabalhador deve tornar-se o ‘sujeito ativo’ da coordenação de diferentes funções da produção [e da relação produção/consumo] no lugar de assumi-la como simples comando” (LAZZARATO, 1992). E assim a aprendizagem coletiva torna-se o coração da produtividade, pois não se trata mais de compor diferentemente ou de organizar competências já codificadas, mas de criar novas.

Essa nova forma de trabalho implica, portanto, uma mobilização da subjetividade e a utilização de competências inseparáveis do trabalhador, que criam uma nova unidade entre este e o trabalho. As competências comunicacionais, relacionais, afetivas, criativas, intelectuais e corporais, incluindo nelas a capacidade de julgamento e discernimento, a abertura de espírito e a aptidão de assimilar novos conhecimentos, competências atualmente valorizadas e demandadas como condição indispensável da produção, não são inteiramente construídas pela empresa da mesma forma como antes se modelava as tarefas e técnicas dos trabalhadores na fábrica fordista. Tais capacidades são obtidas pelos trabalhadores já antes de ingressarem nas empresas e são produzidas pelos processos de socialização, fazendo parte daquilo que Pierre Bourdieu chamou de *habitus*.

O *habitus* pode ser compreendido como um sistema de disposições (ou seja, inclinações para perceber, sentir, fazer e pensar) duradouras, incorporadas pelo sujeito a partir da sua socialização e condições objetivas de existência, que passam a funcionar como princípios inconscientes geradores e organizadores de ações, percepções e representações. A interiorização pelo *habitus* constitui um mecanismo essencial da socialização, na medida em que os comportamentos e valores adquiridos são considerados como óbvios, como naturais, quase instintivos. A interiorização permite agir sem ser obrigado a lembrar-se explicitamente das regras que é preciso observar. O *habitus* diz respeito tanto a princípios e valores em estado prático, a forma interiorizada e não-consciente da moral, quanto a elementos corporais, correspondentes às posturas, disposições do corpo e relações ao corpo também interiorizadas inconscientemente pelo indivíduo ao longo de sua história, sobretudo (mas não exclusivamente) na infância. O *habitus*, enfim, é a grade de leitura pela qual percebemos e julgamos a realidade e o produtor de nossas práticas (BOURDIEU, 1980; BONNEWITZ, 2003: 75-80).

O que conta no trabalho imaterial, portanto, não é tanto os conhecimentos formalizados e objetivados, mas as qualidades comportamentais, expressivas e imaginativas e o envolvimento pessoal com a tarefa. Como as tarefas não são mais definidas de maneira objetiva, como o trabalho não é mais mensurável segundo padrões e normas pré-estabelecidos, o modo de realizá-lo não pode ser prescrito. E as qualidades requeridas são produzidas pelas formas de socialização e pelo próprio trabalhador a partir do *habitus* herdado dessa socialização. A empresa busca, portanto, no exterior, no nível da vida cotidiana, as competências e capacidades de que necessita.

Aparece assim a importância da concepção de capital humano – o recurso fundamental da empresa é inseparável dos trabalhadores e é um recurso gratuito, produzido pela socialização e atualizado pelo sujeito na produção de si mesmo que realiza por intermédio do uso que faz da linguagem, do gestual, dos esquemas de interpretação e de comportamento herdados da cultura e da sociedade (cf. GORZ, 2005: 18-20). Do ponto de vista do trabalhador, a noção de capital humano reverte-se na concepção de que “a pessoa deve, para si mesma, tornar-se uma empresa; ela deve se tornar, como força de trabalho, um capital fixo que exige ser continuamente reproduzido, modernizado, alargado, valorizado” (GORZ, 2005: 23). O sujeito, como uma empresa, deve ser seu próprio produtor, empregador, vendedor, tornando-se responsável por sua viabilidade e competitividade. Ele mesmo deve gerir seu capital humano ao longo da vida, sendo um empreendedor de si mesmo, garantindo assim a sua empregabilidade e passando por diversos projetos.

Concebendo-se a si mesmo como uma empresa, tornando-se responsável pelo seu próprio capital humano, aparentemente diminuindo a alienação, diluindo as fronteiras e meios de confinamento típicos das técnicas disciplinares por meio das novas tecnologias da informação, ressaltando características como iniciativa, inteligência, cooperação, domínio do processo, tomada de decisão, envolvimento afetivo e diálogo com clientes, o trabalho imaterial parece anunciar liberdades ampliadas (GRISCI, 2008). No entanto, é preciso compreender quais as formas de controle que incidem sobre ele, qual o conjunto de técnicas de poder que ligam os seres humanos de forma sintética ao trabalho e os vinculam a esta nova modalidade de produção, para falar como Foucault.

Engajamento subjetivo e produção de si

No trabalho imaterial, é preciso uma entrega contínua do trabalhador à gestão de fluxo e o seu desempenho repousa sobre a implicação subjetiva, chamada no jargão administrativo de motivação. O que é prescrito, portanto, é a subjetividade (GORZ, 2005: 18). Mas, segundo Aspe e Combe (2004) e Gorz (2005: 19-20), a adesão subjetiva “de um indivíduo ao seu trabalho, à sua empresa, às suas funções, etc. não deve ser descrita como um processo de interiorização de valores

primeiramente exteriores (aqueles que o sistema ‘importa’) [...] Não são os indivíduos que interiorizam a cultura da ‘empresa’; mais que isso é a empresa que vai de agora em diante buscar no ‘exterior’, ou seja, no nível mesmo da vida cotidiana de cada um, as competências e as capacidades de que ela necessita”. Há assim um desaparecimento dos limites que definem o dentro e o fora do trabalho, já que não é o sujeito que adere ao trabalho, mas o trabalho que adere ao sujeito. Se são os trabalhadores, e, segundo esses autores, somente os próprios trabalhadores, que podem produzir a si mesmos na/para a realização do trabalho imaterial, então surge uma nova servidão voluntária. A servidão voluntária seria obtida pelo fato de que o trabalho imaterial engaja e realiza a potência mental e afetiva dos indivíduos, sua virtuosidade. Assim, por mais desprezível que seja o objetivo da atividade, ela mobiliza aquilo que define o valor do indivíduo perante seus próprios olhos, tornando impossível a sabotagem do trabalho sem se expor ao desprezo de si e dos outros. “A questão, desde logo, ‘é saber como não investir sua própria dignidade numa atividade indigna’” (GORZ, 2005: 22; ASPE e COMBES, 2004). Tal servidão voluntária conduz a uma “mobilização total” das suas capacidades e disposições por toda a vida (e não somente no tempo em que estão na empresa), reforçada pela idéia de capital humano e de auto-empresendedor, que transformam em trabalho e reduzem a um valor a vida toda e a pessoa inteira. O tempo total de vida fica submetido ao cálculo econômico e as relações com os outros e consigo mesmo passam a ser concebidas segundo a lógica comercial.

O argumento desses autores é muito pertinente, especialmente por revelar como a mobilização da subjetividade para a realização do trabalho imaterial ultrapassa e borra os limites do trabalho, convertendo toda a vida em business. Contudo, por mais importante que seja a produção de si pelo trabalhador na efetuação de tais atividades, Aspe, Combes e Gors subestimam a capacidade das empresas moldarem a subjetividade dos trabalhadores. As empresas, no entanto, desenvolveram nos últimos anos uma série de novas técnicas de poder visando justamente a construção dos trabalhadores e sua ligação, adaptação e controle na nova estrutura produtiva. Além disso, essas novas técnicas de poder procuram colonizar incessantemente a relação de si para consigo do trabalhador, mobilizando assim a sua produção de si. Ignorar essas novas técnicas de poder é conferir uma autonomia à produção de si que pode ser confundida, como muitas vezes o é, com práticas de liberdade, ou ainda, que pode reduzir a dominação simplesmente ao autocontrole. Com isso, criam a falsa expectativa de que basta abandonar o autocontrole para se passar do poder à liberdade, impedindo a formulação de novas táticas de resistência que respondam às invenções do poder.

Dentre as novas formas de poder, a ênfase tem recaído sobre as novas tecnologias, o panóptico eletrônico e o controle do acesso às redes (GRISCI, 2008; RIFKIN, 2001; DELEUZE, 1999; LYON, 1995; SOUZA, 2006). Mas o que interessa mais diretamente a este artigo é a introdução das emoções em diversas formas inovadoras de gestão surgidas principalmente a partir da década de 1980. É a gestão das emoções pelas empresas que parece jogar papel central na mobilização das subjetividades.

Emoções no trabalho

O tema da afetividade no trabalho não é exatamente novo. De fato, as emoções sempre estiveram presentes no local de trabalho, já que os trabalhadores nunca deixaram de experimentar sentimentos diversos durante suas jornadas. O que ocorria, no entanto, era a imposição de uma dissociação entre os sentimentos vividos e as ações realizadas no trabalho burocrático ou fordista. Mas logo se percebeu que esta organização desumanizadora e alienante gerava sofrimento e, como sua consequência, a queda de produtividade. A famosa experiência de Hawthorn da Western Electric Company deixou claro que “praticamente toda atenção dada aos trabalhadores como seres humanos sensíveis melhorava sua produtividade” (SENNETT, 2004: 46). Assim emergiu pela primeira vez na década de 1930 o tema das emoções no trabalho. Problematizado principalmente por psicólogos industriais, ele surge reduzido neste momento à questão da satisfação no trabalho (BRIEF e WEISS, 2000 e 2002). Os psicólogos industriais, como Elton Mayo, exortaram os administradores a mostrar maior interesse pelos empregados e adaptaram práticas psiquiátricas de consultoria ao local de trabalho. Desenvolveram, assim, técnicas de motivação dos trabalhadores, sustentadas por diversas teorias comportamentais da administração (teoria das necessidades hierárquicas de Maslow, teoria das necessidades socialmente adquiridas de MacClelland, teoria da motivação-higiene de Herzberg etc.). Contudo, sabiam que a mobilização das emoções nesse caso era apenas um paliativo para as mazelas do trabalho repetitivo, rotineiro, inexpressivo e degradante. (SENNETT, 2004: 46).

Essa abordagem se estendeu por meio século, até que no meio da década de 1980, devido às transformações por que passava o mundo corporativo, houve uma nova emergência do tema das emoções no mundo do trabalho. A partir de então, a questão da vida afetiva reaparece ligada a novos temas como o trabalho emocional, a cultura e o clima organizacionais, a inteligência emocional, o marketing de experiências, a gestão de relacionamentos com os clientes. Além disso, o tema tradicional da satisfação no trabalho, acompanhado da motivação, da liderança e do comportamento de grupo, é reproblematicado, ganhando nova importância a partir de uma abordagem qualitativamente diferente e menos reducionista das emoções e humores. Passa-se a dar maior ênfase aos aspectos propriamente afetivos e não tanto aos cognitivos nas escalas de medição, leva-se em consideração a diversidade das emoções, discute-se o papel que cada emoção específica desempenha no trabalho e tomam-se os estados afetivos não só como indicadores, mas também como causas da satisfação e dos comportamentos organizacionais (BRIEF e WEISS, 2002: 282-284).

As emoções vão se tornar, nesta nova fase, um dos focos centrais das técnicas de gestão de pessoas, mas também vão compor o próprio conteúdo do trabalho. A expansão dos empregos no setor de serviços e as inovações comerciais já descritas promoveram uma ampliação dos trabalhos que lidam diretamente com pessoas, não com coisas, e, com isto,

colocaram em destaque um subtipo¹ de trabalho imaterial que não apenas é diretamente produtivo do capital mas que está no cume da hierarquia das formas de trabalho: o trabalho emocional (emotional labor, HOCHSCHILD, 1983) ou trabalho afetivo (affective labor, HARDT, 1999). O trabalho emocional é caracterizado quando o estilo emocional de oferecer o serviço faz parte do próprio serviço. Ele pode ser definido como “a administração do sentimento para criar uma manifestação facial e corporal publicamente observável; ele é vendido por um salário e, portanto, tem valor de troca. [...] O trabalho emocional requer que se induza ou suprima um sentimento para manter um semblante externo que produza o próprio estado mental em outros” (HOCHSCHILD, 1983: 7). Esse trabalho, portanto, dedica-se à criação e manipulação de afetos a partir do contato humano, seja ele direto ou virtual (como na indústria cultural). A novidade aqui não é o seu surgimento, já que essa modalidade há muito existe, mas que ele tenha se tornado diretamente produtor de capital e que tenha se generalizado por diversos setores da economia. Diversos trabalhos podem ser assim classificados, como é o caso dos serviços de saúde e cuidados pessoais, da indústria de entretenimento e cultural, dos vendedores de um modo geral, dos atendentes de voo, de telemarketing, de banco, de fast food etc.

Para incitar certa predisposição positiva no interlocutor e cativar o seu “coração”, o trabalhador precisa antes realizar um trabalho sobre si mesmo, de modo a simular ou a auto-induzir um determinado estado emocional. Para tanto, ele pode desenvolver dois tipos de relação de si para consigo: pode ser uma atuação superficial, procurando alterar como aparece externamente, administrando sua linguagem corporal; ou pode ser uma ação profunda, sendo a manifestação exterior o resultado espontâneo de um sentimento auto-induzido. Em ambos os casos, não se trata do livre curso de um sentimento espontâneo, mas de uma mediação das emoções realizada pelo trabalho do sujeito sobre si próprio. No primeiro caso, trata-se de uma dissociação entre o sentimento e sua expressão corporal, realizada justamente pela contenção da manifestação exterior espontânea e por sua substituição por uma gesticulação controlada do rosto e da postura corporal, simulando a expressão de outro sentimento conscientemente desejado diferente daquele de fato sentido. Tal atuação é experimentada como “fingida” ou “encenada”. No segundo caso, há um trabalho mental consciente para invocar o sentimento como de fato fazendo parte de si mesmo. Para tanto, pode-se exortar diretamente um sentimento, incitando a si próprio a experimentá-lo, ou pode-se valer de técnicas indiretas como a imaginação ou lembrança de uma situação que despertaria de fato o sentimento que se pretende induzir (HOCHSCHILD, 1983: 35-42).

Tanto as disposições afetivas quanto essas relações consigo mesmo de gestão das próprias emoções estão presentes também na vida privada das pessoas e são definidas desde cedo por meio da socialização e interiorizadas pelo habitus, o que as torna mais fáceis para uns do que para outros. Contudo, não se trata apenas de uma relação de si para consigo que o trabalhador realiza de modo independente e autônomo. Como o estado emocional do funcionário em última instância representa a disposição da empresa ou da marca que a representa, a empresa, no esforço de construir e gerir sua própria imagem no mercado, intervém sistematicamente nessa produção emocional de si dos funcionários. A administração da empresa age por meio de aconselhamentos, exemplos, manuais, comunicação interna, treinamentos comportamentais e atitudinais, prescrições, definindo regras de manifestação das emoções, padrões de etiqueta, disposições corporais como postura, sorriso, tom de voz, maneira de cumprimentar e se dirigir aos clientes, falas ensaiadas, etc. A empresa muitas vezes estabelece uma rigorosa e minuciosa definição dos comportamentos emocionais exteriores e chega mesmo a exigir que o funcionário de fato sinta de acordo com a emoção prescrita para a situação, impondo, de maneira paradoxal, a naturalidade e espontaneidade das manifestações pré-definidas. O papel emocional deve ser representado inclusive fora da empresa, no caso de se encontrar inesperadamente um cliente em outro ambiente social (GRISCI, 2008).

A empresa, em última instância, é quem define o papel emocional que deve ser adotado, definindo assim o telos do trabalho sobre si mesmo que os funcionários devem realizar. Por vezes, o treinamento da empresa pode mesmo definir as técnicas que o trabalhador deve utilizar nesse trabalho sobre si. Hochschild (1983: 24) cita o exemplo dos treinamentos das atendentes de voo pelas companhias aéreas, onde não somente se prescreve uma atuação exterior, mas também se ensina como se deve evitar sentimentos indesejáveis como a raiva. Neste caso, o instrutor não foca no que teria causado irritação no trabalhador, mas na sua resposta e nos modos de prevenir uma reação agressiva. A técnica proposta é pensar que o passageiro que reclama demasiadamente sem razão passou por alguma situação traumática, como, por exemplo, a perda de um parente próximo, colocando-se no seu lugar de maneira empática e compassiva, desviando a atenção da própria frustração.

O poder emocional sobre o trabalho imaterial, no contexto do trabalho emocional, combina-se com o poder disciplinar, devido ao fato de estabelecer normas e procedimentos planejados e definidos por outros e ser sistemática e rigorosamente vigiada na sua execução (como é caso dos operadores de telemarketing). A relação de si para consigo do trabalhador na produção de suas emoções é inteiramente colonizada por essa combinação entre o poder disciplinar e o poder emocional.

Porém, na medida em que as novas formas de organização promovem múltiplos contatos pela multiplicação das interfaces e que nesse trabalho interativo os parceiros corporativos precisam produzir uns sobre os outros incessantemente

¹ Segundo Hardt (1999), há três subtipos de trabalho imaterial: “Em resumo, podemos distinguir três tipos de trabalho imaterial que levam o setor de serviços ao topo da economia informacional. O primeiro está envolvido na produção industrial que foi informatizada e que incorporou tecnologias de informação de um modo que transforma o próprio processo de produção industrial. A produção manufatureira é vista como um serviço e o trabalho material de produção de bens duráveis se mistura com e tende para o trabalho imaterial. O segundo é o trabalho imaterial de tarefas analíticas e simbólicas, que se divide entre a produção criativa e inteligente por um lado e tarefas simbólicas rotineiras por outro. Finalmente, um terceiro tipo de trabalho imaterial envolve a produção e manipulação de afetos e requer o contato e a proximidade (virtual ou atual) humana. Estes são os três tipos de trabalho que guiam a pós-modernização ou informacionalização da economia global”.

estados emocionais como cooperação, confiança e motivação, é possível dizer que praticamente todo trabalho imaterial converte-se em alguma medida em um trabalho emocional. Além disso, tendo-se em vista que o trabalho imaterial requer a mobilização total da subjetividade, torna-se essencial envolver afetivamente o funcionário com a atividade a realizar, buscando garantir com isso que, mesmo em sua autonomia, ele se dedique ao máximo aos objetivos corporativos. Aqui, tal como nos trabalhos emocionais que lidam diretamente com os consumidores na prestação de serviços ou experiências, a empresa também intervém, mas utilizando-se de outras técnicas de gestão emocional.

Na década de 1980, emergiu uma nova problematização entre acadêmicos e executivos do mundo corporativo denominada “cultura organizacional”. Essa temática se difundiu acompanhando não casualmente o sucesso do toyotismo. A competitividade do modelo japonês foi objeto de diversos estudos que atribuíram à cultura nacional boa parte de seu sucesso. Valores como obediência, subordinação do indivíduo ao grupo, valorização do trabalho em equipe, compartilhamento de idéias e sugestões, respeito aos mais velhos e à tradição, processo decisório participativo e a filosofia da empresa foram considerados os responsáveis pelos bons resultados. Constituiu-se assim um tratamento teórico-prático do assunto que oferecia lições a serem seguidas por outras empresas sobre como desenvolver uma cultura de sucesso, quais mudanças mestras mereciam atenção e ajustamento para uma cultura forte, o papel inspirador dos grandes líderes e a definição dos valores que irradiavam da vida interna das companhias. Por meio dessa abordagem cultural, adentrou-se o lado soft das organizações e os significados subjetivos e emocionais passaram a ser considerados aspectos importantes de análise nos níveis individual, grupal, organizacional e institucional. (FREITAS, 2007: 1-10).

A idéia é que indivíduos e grupos desenvolvem compromissos e envolvimento mais fortes quando aderem e se ligam ao projeto organizacional e a sobrevivência desses afetos não pode ser sustentada por relações puramente racionais e econômicas. A vida organizacional, ainda que fundada em uma racionalidade instrumental, precisa do tempero que a irracionalidade e o simbolismo aportam, pois são estes que geram o envolvimento, a dedicação, a lealdade e a paixão tão necessários a uma dinâmica organizacional marcada pela competição extrema em um ambiente turbulento (FREITAS, 2007: 50). Procura-se assim construir um simbolismo organizacional evidenciado em hinos de empresas, ginásticas nos pátios e estacionamentos, rituais coletivos de culto à organização, bandeiras, slogans, celebrações grandiosas, missões e visões etc. A idéia é promover a coesão interna e o orgulho coletivo, sem menosprezar o talento individual. A ênfase em idéias, comportamentos e valores comuns produz integração social via consenso e solidariedade entre os membros da organização, legitimando a ordem existente e reduzindo conflitos (FREITAS, 2007: 1-10).

O aporte teórico fundamental desses estudos é a antropologia cultural, especialmente a de inspiração durkheimiana no seu clássico estudo *As formas elementares da vida religiosa* (1989). Em última instância, o que se busca é promover o que Durkheim chamou de “efervescência coletiva”, ou seja, a erupção emocional desencadeada pela intensificação dos contatos sociais em ocasiões rituais e cerimoniais, e a vinculação dessa efervescência a símbolos e valores que representam e fazem reviver a excitação experimental. Esse estado emocional extraordinário desperta a sensação do sagrado nos seus componentes, que é projetada nos símbolos e valores, obtendo-se assim a conformidade moral de seus membros, o seu sentimento de dever, a sua ligação solidária ao grupo e o seu sacrifício pessoal a ele. No caso da cultura organizacional, é a empresa que se torna “sagrada”, guiando os olhares de todos os seus membros para os mesmos objetivos corporativos e levando-os a compartilhar da mesma missão e filosofia empresariais (RAY, 1986: 290-291).

Não por acaso, portanto, os elementos a serem observados e administrados pelos gestores da cúpula da empresa que querem promover uma determinada cultura são os valores, as crenças e pressupostos, os ritos, rituais e cerimônias, as sagas e os heróis, as histórias e as normas corporativas (FREITAS, 2007: 15-30). Para moldá-los, eles recorrem à influência das lideranças empresariais, ao departamento de recursos humanos e suas técnicas de seleção e recrutamento, programas de treinamento e desenvolvimento, sistemas de recompensas e status, “recuperação” de desviantes, elaboração de rituais e solenidades, reconhecimento de comportamentos exemplares, reconstituição de histórias organizacionais e definição e elaboração de mensagens adequadas pela comunicação interna e externa e, finalmente, pela integração e coerência da cultura às estratégias empresariais (FREITAS, 2007: 46-61).

Ao lado da cultura organizacional, outra temática tem ganhado destaque nas últimas décadas: o clima organizacional. Há diversas abordagens do conceito (estrutural, perceptual, interativa e cultural), o que dificulta uma definição precisa em relação à sua extensão e limites. É possível afirmar, de um modo geral, que o clima organizacional é definido pelas percepções afetivas individuais ou pelas percepções afetivas coletivamente compartilhadas dos eventos que ocorrem no âmbito organizacional, sendo o clima o resultado de processos de percepção carregados de significados cognitivamente construídos e psicologicamente importantes para o(s) sujeito(s) (abordagem perceptual). Essa percepção é socialmente construída pelos processos de interação, tanto entre os indivíduos que compõem a organização como entre questões objetivas e subjetivas dos membros e do cenário organizacional em que se encontram inseridos. O significado é atribuído a partir do valor ou da importância que determinados aspectos organizacionais têm para o grupo de indivíduos que compõem a organização, tendo as relações interpessoais papel fundamental na definição desse reconhecimento significativo (abordagem interativa). A cultura organizacional também joga importante papel na definição dessa percepção, já que ela constitui o contexto que orienta a interpretação de um sistema ordenado de significados no qual as interações sociais acontecem (abordagem cultural) (PUENTE-PALACIOS, 2002: 96-98). Cultura organizacional e clima organizacional não são a mesma coisa, apesar das semelhanças. A cultura da organização é um conjunto de normas, crenças, valores e mitos mais ou menos estável que define o padrão do comportamento esperado dos membros que a ela pertencem e são utilizados como modelos de comparação e julgamento. A importância da cultura organizacional está dada pelo fato de nortear o

comportamento e o desempenho dos seus membros. O clima organizacional refere-se, por sua vez, às representações compartilhadas das percepções dos membros sobre o agir da organização, construídas com base na cultura e de estabilidade menor (PUENTE-PALACIOS, 2002: 98-99). É possível dizer que enquanto a cultura é a “personalidade” da empresa, sendo estabelecida desde seu início e perdurando por longo prazo, sendo mais difícil de mudar, o clima organizacional é o seu humor, sendo mais fácil de ser alterado e mais dinâmico, variando em períodos menores de tempo, mas mantendo certa estabilidade.

O estudo do clima organizacional serve para medir a variação do humor dos “colaboradores” em relação à empresa em um determinado momento ou em períodos de tempo pré-determinados (um ou dois anos) ou ainda após mudanças ou ações corporativas significativas. Ele tem a função também de diagnosticar elementos estressores e identificar as variáveis constitutivas da habilidade da organização de mobilizar sua força de trabalho de modo a atingir os seus objetivos e maximizar seu desempenho. Portanto, os surveys de clima organizacional aplicados aos funcionários permitem à gestão de pessoas identificar os estados emocionais dos funcionários em relação à empresa (como, por exemplo, excitação, depressão, raiva, medo, otimismo, ansiedade etc.), definir o que precisa ser alterado e ainda avaliar o impacto causado por suas estratégias. No entanto, também não há consenso sobre quais as variáveis que devem ser levadas em consideração para medir o clima organizacional. O que se percebe é que existem elementos de relações interpessoais que se sobressaem, ligados aos pares, supervisores, chefias e equipes de trabalho. Desse modo, os processos sociais podem ser considerados como o elemento básico a partir do qual as percepções são orientadas e o clima social é construído (PUENTE-PALACIOS, 2002: 99). A partir dessa constatação, Koys & DeCotiis (apud PUENTE-PALACIOS, 2002: 101), após uma ampla revisão bibliográfica, definiram oito fatores ou dimensões estruturantes do universo do clima organizacional, validadas posteriormente por meios estatísticos: a percepção afetiva da autonomia, da coesão, da confiança, da pressão, do suporte, do reconhecimento, da justiça e da inovação. Já James & James (apud PUENTE-PALACIOS, 2002: 102) afirmam que o clima organizacional é composto por apenas quatro fatores estruturados em modelo de relações que exige o reconhecimento da presença de um fator geral, latente, que exerce influência sobre eles. O primeiro, denominado estresse do papel e falta de harmonia, engloba tanto o estresse decorrente da ambigüidade, ou da falta de clareza na definição das responsabilidades atreladas ao papel, quanto a falta de harmonia entre os interesses pessoais e organizacionais. O segundo fator, denominado tarefas desafiadoras e autonomia, refere-se à percepção das características das tarefas e do trabalho, em termos de desafio, variedade, autonomia e importância. O terceiro fator, liderança e suporte, aborda questões relativas à percepção do papel e do desempenho do líder. Finalmente, o quarto fator, cooperação do grupo de trabalho e relações de amizade, refere-se à percepção que o funcionário tem sobre o relacionamento interpessoal e o desempenho no seu grupo de trabalho. O elemento comum que perpassa os quatro fatores, denominado fator de segunda ordem, é o elemento emocional latente à estruturação do mapa cognitivo que é utilizado como padrão de avaliação do acontecer organizacional.

Pode-se afirmar, assim, que o clima organizacional é outro mecanismo gerencial de controle das emoções no trabalho, mas baseado em pesquisas sobre a percepção afetiva dos funcionários especialmente sobre as relações interpessoais, o que capacita o departamento de gestão de pessoas ou os líderes empresariais a agir sobre o humor coletivo por meio do manejo dessas mesmas relações. Ele é um instrumento de gestão afetiva que visa as alterações de humor dos trabalhadores em um período de tempo mais curto e que apresenta mobilidade maior do que a cultura organizacional, ainda que tenha vínculos estreitos com esta. O seu objetivo é, por meio do conhecimento das percepções dos colaboradores e da administração das relações internas, criar um clima organizacional positivo, no qual o envolvimento afetivo dos trabalhadores leve a uma maior mobilização e a uma conseqüente melhora de desempenho e aumento de produtividade, facilitando o alcance dos objetivos corporativos.

As diversas técnicas de motivação foram retomadas com novo fôlego após o surgimento dessas temáticas e do trabalho imaterial. As palestras motivacionais, baseadas em depoimentos de pessoas publicamente conhecidas que expõem os obstáculos encontrados e superados na vida para atingir o sucesso, tornaram-se uma febre nos últimos anos. As “olimpíadas empresariais”, que promovem a competição entre equipes para atingirem as metas corporativas e ganharem prêmios, também foram largamente adotadas. Entre os prêmios, além das comissões em espécie, as viagens, jantares, encontros com celebridades e outras “experiências” passaram a compor o menu de recompensas em função de constituírem vivências marcantes e agradáveis que associam a memória afetiva permanentemente à empresa. A própria arquitetura das empresas foi transformada, proporcionando maior comunicação entre os trabalhadores (como é o caso da substituição de salas fechadas por divisórias de pé-direito reduzido, que permitem a visualização e contato entre as pessoas) e um ambiente descontraído (a arquitetura da Google, por exemplo, simula o espaço de lanchonetes, estações de Sky, salas de jogos eletrônicos etc.) ou intimista (como é o caso de escritórios que simulam um ambiente doméstico sofisticado, fazendo os funcionários sentirem-se “em casa”, ou ainda das diversas formas de iluminação indireta e/ou de luz quente, que, ao simularem o pôr-do-sol, deixam o ambiente mais aconchegante), visando despertar determinadas emoções, bem-estar e já enviando a mensagem sobre qual o comportamento organizacional esperado naquele local de trabalho. Além disso, eventos sociais como festas, comemorações de aniversário ou de metas atingidas passaram a fazer parte dos calendários da maior parte das empresas. O treinamento de equipes, visando sua integração afetiva e a superação de seus limites emocionais, tornou-se uma das maiores preocupações dos gestores, que utilizaram desde métodos pedagógicos elementares, como cursos e palestras, até gincanas variadas, que chegam a simular situações de treinamento militar e de guerra como forma de estímulo. Por fim, a valorização da liderança dentro das empresas, que não se reduz simplesmente à formalidade do cargo de chefia, mas sobretudo à capacidade de

influência pessoal e de gestão das pessoas, colocou em destaque a empatia e habilidade de manipulação afetiva dos novos líderes organizacionais, ou seja, sua “inteligência emocional”.

Três conseqüências advêm dessas técnicas corporativas de manipulação emocional. Em primeiro lugar, percebe-se que as empresas desenvolveram uma nova forma de poder para controlar o trabalho imaterial: o poder emocional, uma nova modalidade do biopoder que age sobre o corpo individual ou coletivo enquanto corpo dotado de percepções, sentimentos e emoções, controlando a experiência vivida das pessoas. Essa nova modalidade de poder age em um nível diferente do corpo que o poder disciplinar, podendo substituí-lo ou compor-se com ele. Observa-se, desse modo, que o controle sobre o trabalho imaterial não se reduz apenas a um autocontrole do trabalhador e também que nem todas as capacidades afetivas, comunicacionais e criativas dos trabalhadores advêm de sua socialização realizada fora da empresa. O habitus, como afirma Bourdieu, precisa de situações que permitam a sua atualização, caso contrário, ele pode ser transformado. O que as empresas fazem, justamente, é, ao moldar relações, construir um novo contexto que remodele o habitus emocional de seus funcionários de modo a vinculá-lo a objetivos organizacionais, obtendo com isso a mobilização de sua subjetividade, tão necessária ao trabalho imaterial. As diversas técnicas e treinamentos afetivos, além disso, não somente procuram moldar, por meio das relações, a maneira como os “colaboradores” realmente sentem. Ao deixar claro que aquela é, por exemplo, uma técnica motivacional, a empresa já “ensina” como os funcionários devem se sentir quando inseridos naquela relação. Desse modo, mesmo que o funcionário não se sinta motivado, ele deve parecer motivado dentro daquela situação, sob pena de ser considerado alguém não-cooperativo ou desmotivado – talvez os piores adjetivos que um funcionário possa carregar hoje dentro de uma empresa. Em segundo lugar, como bem observou Sennett (2004: 117-140), as metáforas esportivas, a ênfase na cooperação entre as equipes e a imagem do líder como alguém que está do lado do grupo como um facilitador e mediador do trabalho impedem qualquer reivindicação dos trabalhadores por direitos ou qualquer manifestação de descontentamento, já que tais atitudes podem ser vistas como falta de cooperação, egoísmo e injustiça para com o líder. Em terceiro lugar, por fim, essa demanda corporativa por performances emocionais passou a constituir uma nova forma de desigualdade: a desigualdade baseada na “inteligência emocional”. Essa nova temática surgida nos meios empresariais e acadêmicos, popularizada pelo best seller homônimo de Daniel Goleman (2007), colocou a capacidade de se emocionar, de reconhecer as próprias emoções e as emoções dos outros, de controlar as manifestações sentimentais e de manipular as emoções alheias como a fórmula do sucesso no mundo contemporâneo. Baseado nessa tese, escalas para medir a inteligência emocional das pessoas foram desenvolvidas e largamente aplicadas na seleção de pessoas e treinamentos organizacionais pelos departamentos de recursos humanos. Em última instância, o que essas escalas medem e o que esses treinamentos procuram desenvolver é a capacidade de modulação emocional das pessoas e a capacidade das pessoas de manipularem emocionalmente os outros. Com a generalização do poder emocional, a inteligência emocional tornou-se a base de uma nova forma de desigualdade no mundo do trabalho.

BIBLIOGRAFIA

- Aspe, B. e Combes, M. (2004). Revenu garanti et biopolitique. <http://multitudes.samizdat.net/Revenu-garanti-et-biopolitique> (consultado na internet em 24 de novembro de 2008).
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Bonnewitz, P. (2003). *Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu*. Petrópolis: Vozes.
- Bourdieu, P. (1980). *Les sens pratiques*. Paris: Les editions de minuit.
- Brief, A. & Weiss, H. (2000). Organizational behavior: affect in the workplace. *Annual Review of Psychology*, 53, 279-307.
- _____. (2002). Affect at work: an historical perspective. In R. L. Payne & C. L. Cooper Chichester. *Emotions at Work: Theory, Research and Application in Management*, UK: Wiley.
- Castells, M. (2007). *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- Deleuze, G. (1999). Post-scriptum. Sobre a sociedade de controle. In _____. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, (pp. 219-226).
- Durkheim, E. (1989). *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico da Austrália*. São Paulo: Ed. Paulinas.
- Foucault, M. (1999). *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (2001). *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora.
- Freitas, M. E. (2007). *Cultura organizacional: evolução e crítica*. São Paulo: Thomson Learning.
- Goleman, D. (2007). *Inteligência emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Gorz, A. (2005). *O Imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.
- Grisci, C. (2008). Trabalho imaterial, controle rizomático e subjetividade no novo paradigma tecnológico. <http://www.rae.com.br/redirect.cfm?ID=4200> (consultado na internet em 26 de março de 2008).
- Hardt, M. (1999). Affective labor. *Boundary 2*, 26 (2), 89-100.
- Harvey, D. (2005). *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola.
- Hochschild, A. (1983). *The managed heart: commercialization of human feeling*. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press.
- Lazzarato, M. (1992). Le concept de travail immatériel: la grande entreprise. http://www.multitude.samizdat.net/rubrique.php3?id_rubrique=225 (consultado na internet em 08 de novembro de 2004).

- Lipovetsky, G. (2007). A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras.
- Lyon, D. (1995). El ojo electrónico: el auge de la sociedad de la vigilancia. Madrid: Alianza Editorial.
- Pine, J. & Gilmore, J. (1999). The experience economy: work is a theatre & every business a stage: goods & services is no longer enough. Boston: Harvard Business School Press.
- Puente-Palacios, K. E. (2002). Abordagens teóricas e dimensões empíricas do conceito de clima organizacional. *Revista de Administração*, 37 (3), 96-104.
- Ray, C. A. (1986). Corporate culture: the last frontier of control? *Journal of the management studies*, 23(3), 287-297.
- Rifkin, J. (2001). A era do acesso. São Paulo: Makron Books.
- Santos, M. J. (2004). Gestão de recursos humanos: teorias e práticas. *Sociologias*, 12, 142-158.
- Sennett, R. (2004). A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record.
- Singh, S. K. (2007). Competing through leadership: the role of Emotional Intelligence. *International Journal of Work Organization and Emotion*, 2(2), 173-185.
- Souza, L. (2006). Paradoxos da modernidade vigiada: Michel Foucault e as reflexões sobre a sociedade de controle. In L. Scavone, M. C. Alvarez & R. Miskolci (Orgs.) *O legado de Foucault*. São Paulo: Ed. Unesp (pp. 241-259)
- Weber, M. (1979). Os três tipos puros de dominação legítima. In G. Cohn (Org.), *Max Weber: sociologia*. São Paulo: Ática, (pp. 128-141).

Um modelo de análise de relações luso-africanas em contextos organizacionais moçambicanos – contributos para uma reflexão

João Feijó

ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

joaofeijo@hotmail.com

Resumo: Num momento em que se assiste, em Angola e Moçambique, a um renovado interesse de empresários estrangeiros, urge problematizar novos modelos de análise da realidade intercultural. A comunicação parte do pressuposto que a construção de um modelo teórico de conhecimento de África, deverá ter em consideração os pressupostos epistemológicos seguidos pelos investigadores. Por outro lado, um modelo de análise do relacionamento intercultural em contextos africanos deverá ser adaptado a contextos marcados pela existência de diferentes orientações culturais dos actores sociais e por fortes assimetrias ao nível da distribuição de recursos de poder. Desta forma, pretende-se operacionalizar um conjunto de três conceitos, estruturados em torno das diferenças culturais, dos recursos de poder disponíveis pelos actores sociais e das estratégias de relacionamento definidas em contexto organizacional. Trata-se de propor um esquema metodológico que permita conhecer a forma como as orientações culturais e a distribuição dos recursos de poder interferem no relacionamento entre funcionários e chefias, em empresas geridas por cidadãos moçambicanos e de descendência europeia.

1. O investimento em África (mudar sub-título)

Após a assinatura dos Acordos de Paz e com a liberalização da economia, Moçambique conheceu um aumento do investimento estrangeiro. De acordo com dados da United Nations Conference on Trade and Development e do World Investment Report 2002 (referido pelo ICEP, 2003), entre 1997 e 2001, o investimento externo em Moçambique registou uma tendência crescente, tendo atingido uma média anual de 215 milhões de dólares. Este valor incluiu um investimento médio de capitais portugueses de cerca de 55 milhões de Euros (Banco de Portugal, ICEP, 2003), o que representou na época mais de um quarto de todo o investimento estrangeiro. Este surto de investimento foi acompanhado pela imigração de populações, maioritariamente da África do Sul e de Portugal. De acordo com o II recenseamento geral da população e habitação, no ano de 1997 existiam cerca de 71.256 cidadãos estrangeiros no país (representando 0,5% da população moçambicana), sendo 43,4% sul-africanos, 12,7% zimbabueanos e 9,8% portugueses. Os interesses portugueses em Moçambique têm-se orientado para diversos sectores, entre os quais o sector bancário, a construção civil, as obras públicas, a hotelaria e a restauração.

Em situação de debilidade financeira e temendo uma concorrência desigual, o empresariado moçambicano tende a representar o investimento externo com a devida desconfiança. Em análises anteriores aos discursos emitidos na imprensa moçambicana sobre o investimento estrangeiro constatou-se que os portugueses e os sul-africanos constituíram os grupos mais vezes referidos, quase sempre pela negativa (Feijó, 2006). De facto, considerou-se que entram em grande número no território moçambicano, sem a existência de um enquadramento jurídico protector (ou, inclusive, com o aval das autoridades governamentais) e mediatizaram-se episódios em que se praticaram comportamentos impróprios e desrespeitosos para com os funcionários moçambicanos. Ainda que diversos discursos salientassem a importância do investimento estrangeiro para o desenvolvimento do país, a maioria das referências representaram-no como uma ameaça, considerando-o responsável pela reprodução de relações de dependência e de desigualdades sociais.

Os discursos referidos (sobre portugueses ou sul-africanos) foram emitidos por grupos sociais específicos, urbanizados, escolarizados e relativamente próximos dos centros de poder. Tratam-se de elementos portadores de uma cultura política mais participativa ou que detêm maiores expectativas de acesso aos centros de decisão. Estes grupos sentem com mais intensidade a ameaça do estrangeiro¹, sobretudo quando este traz consigo uma série de vantagens financeiras, de apoios dos governos de origem ou de know how específico. Se as atitudes em relação ao assunto em análise são bastante difundidas por um conjunto de opinion makers, tanto na blogosfera como na imprensa do país, um facto é que existem poucos registos e análises das representações sobre o estrangeiro emitidas pelas populações menos escolarizadas. De facto, constituem excepções as investigações sobre a gestão de recursos humanos e relações interculturais em empresas portuguesas ou luso-moçambicanas em Moçambique (Gomes, 1997; 2004), sobre as representações sociais de grupos minoritários, entre os quais os estrangeiros e moçambicanos de descendência europeia (Serra, 2000), do período colonial e da Democracia (Ribeiro, 1999), ou sobre as imagens dos portugueses em discursos rurais moçambicanos (Teixeira, 2003). As investigações disponíveis constataam a existência de relacionamentos, em contexto organizacional, estruturados sob um misto de interesse e afectividade, traduzindo-se em complexas situações de lealdade (Gomes, 2004) ou de conflitualidade surda (Gomes, 1997). Não obstante a carência de análises científicas sobre relações entre trabalhadores moçambicanos e chefias estrangeiras, assume-se que se circunscrevem, maioritariamente, a contextos laborais e profissionalmente formalizados. Fora da empresa, por não existir igualdade de oportunidade no acesso ao consumo (entre chefias e subordinados), admite-se a existência de práticas sociais específicas de cada nacionalidade, estruturadas em espaços distintos.

Contrariamente a uma visão homogénea e essencialista das sociedades africanas assume-se que, no seio das mesmas, se estruturam igualmente hierarquias (assentes em critérios económicos, de status ou de género, etc.) e mecanismos de reprodução de desigualdades sociais. Como demonstra Mithá Ribeiro (1999: 61), os moçambicanos menos escolarizados (e pertencentes a níveis etários mais velhos) são orientados por atitudes de respeito (que assumem até a forma de medo) para com a autoridade. Numa sociedade muito hierarquizada com défices de participação política (como o é a moçambicana), a cultura paroquial ou de súbdito² que lhe é inerente problematiza, em especial, uma relação espontânea e igualitária entre trabalhadores e chefias, sejam elas moçambicanas, portuguesas ou de outra nacionalidade.

2. Da possibilidade de um modelo de análise afrocêntrico

Na análise do conhecimento de África têm surgido uma série de perspectivas que enaltecem um ponto de vista das culturas africanas. Trata-se de um posição epistemológica vulgarmente designada de afrocêntrismo que, de acordo com a definição de Molefi Asante (2001: 72), significa literalmente “placing African ideals and behaviors in the center of any discourse that involves Africans”. Sob este ponto de vista afrocêntrico, procura-se explorar uma especificidade africana, salientando-se a importância do mundo simbólico (Taylor and Nwosu, 2001: 301), dos valores metafísicos e espirituais, ou da singularidade africana ao nível da relação com o tempo, com o trabalho ou com as pessoas (Obeng-Quaidoo, 1986 cf Taylor and Nwosu, 2001: 304). A perspectiva afrocêntrica parte do pressuposto que a forma como os africanos foram socializados condiciona a forma como conceptualizam os fenómenos sociais (Asante, 1989).

O movimento afrocêntrista pretende também contribuir com uma discussão dos procedimentos empíricos, de observação e de medição. Taylor e Nwosu (2001: 300) alertam para o perigo dos métodos de pesquisa que aliciam as opiniões dos respondentes acerca de atitudes, crenças e comportamentos, em contextos africanos onde a expressão de opiniões pessoais não constitui uma característica pacífica no processo de comunicação. As opiniões são grandemente influenciadas pelas normas do grupo, pelo género ou pelo estatuto social. Os autores sintetizam outros problemas, incluindo as dificuldades ao nível das traduções de entrevistas e questionários num continente que conhece elevadas índices de iliteracia nas línguas europeias. Os autores referem também dificuldades no questionamento de assuntos sensíveis, a inexistência de dados e de fontes a partir dos quais se possam constituir amostras relevantes; bem como as dificuldades de aplicação de questionários de escolha forçada, que obrigam os actores sociais a pensarem em termos dicotómicos. Ao nível da interpretação dos resultados, contesta-se a rigidez de orientações e defende-se a integração de dimensões de uma cultura africana – incluindo o relacionamento com o mundo metafísico e espiritual ou com os grupos de pertença (Taylor and

¹ Dadas as assimetrias salariais existentes entre estrangeiros (“brancos”) e moçambicanos (“negros”), a criação de bodes expiatórios torna-se inevitável. É neste contexto que grupos “raciais” minoritários, mas com grande visibilidade social e económica, pode ser considerados responsáveis pelos males sociais do país. Estas representações traduzem não só um sentimento de exclusão vivido no presente, como ainda uma memória de discriminação e de assimetria social do passado, durante o período colonial ou durante a ameaça do sistema de apartheid. Foi neste sentido que se levantaram vozes de alerta em torno daquilo que se designou de recolonização dos centros de poder económico em Moçambique, que se tornam cada vez mais propriedade de “brancos” e de estrangeiros, conceitos estes utilizados, muitas vezes, na explanação dos mesmos fenómenos. Está-se, de facto, perante uma forte associação dos conceitos de racismo e de distribuição da riqueza. A institucionalização de um sistema capitalista neo-liberal, e o acentuar de fenómenos de assimetria e de exclusão social, tem como consequências o apelo à diferenciação cultural, como estratégia de afirmação e sobrevivência. Trata-se de estratégias de compensação assentes num apelo à prioridade de uma “maioria racial”. Estas representações sociais do estrangeiro constituem não só uma denúncia à visibilidade da riqueza das minorias não negras em Moçambique, como reflectem um conflito intergrupalo pelo acesso privilegiado a recursos económicos e de poder escassos.

² Gabriel Almond e Sidney Verba (1963) definiram três tipos de culturas ao nível da participação política, que designaram de paroquial, de súbdito e de participativa. A cultura paroquial desenrola-se em estruturas de poder tradicional, politicamente descentralizadas e marcadas pela fraca visibilidade do Estado no dia-a-dia das populações. Os indivíduos não se envolvem no processo político-administrativo. A cultura de súbdito desenvolve-se no contexto de uma estrutura política autoritária e fortemente centralizada. Os sujeitos têm consciência do quadro normativo imposto pelo Estado, mas não se envolvem nos processos de tomada de decisão nem têm expectativas de participação. Ao invés, na cultura de súbdito, os indivíduos adoptam atitudes passivas e obedientes perante as leis. A cultura participativa é característica dos sistemas democráticos, onde os indivíduos são politicamente mais activos e participantes. Os cidadãos reconhecem os seus direitos de cidadania e o dever do Estado de se sujeitar à vontade geral. Os autores assinalam que a realidade não é estanque e que os indivíduos agem segundo traços destas três culturas políticas.

Nwosu, 2001: 303) – que geralmente influenciam o discurso e as dinâmicas sociais em África. O que se designa de empirismo afrocentrista constitui, no fundo, uma metodologia qualitativa de investigação, que valoriza a observação e a construção de significados a partir dos saberes e dos valores dos participantes locais. Trata-se de um método de análise próximo da grounded theory (Glaser and Strauss, 1967), que se pretende constantemente adaptável e condicionado pelo exercício da observação, enfatizando a descoberta ao invés da validação do conhecimento existente (Taylor and Nwosu, 2001: 308). O afrocentrismo constitui, assim, uma tentativa de alargamento das possibilidades epistemológicas, onde África passa a constituir o sujeito e não apenas o objecto de conhecimento (Asante, 2001: 71).

Este processo de recriação e valorização de pensamentos e experiências africanas, muito em voga nas sociedades pós-coloniais³, enquadra-se naquilo que Boaventura de Sousa Santos designa de Epistemologias do Sul. Tratam-se de tendências de inclusão de novas experiências de conhecimento do Mundo, que não deixam de incluir, depois de reconfiguradas, as experiências de conhecimento de um Norte global⁴. Denominado de “sociologia das ausências” (Santos, 2006: 87-126), este processo de recuperação de saberes parte da ideia que a racionalidade que subjaz ao pensamento ocidental (produzido num Norte global) não reconhece, ignora e desperdiça muita da experiência social disponível ou possível no mundo. Para a captar seria necessária a reinvenção de uma racionalidade mais ampla, disponível para absorver uma emergente experiência social. Esta visão afrocêntrica não deixa, contudo, de merecer uma série de observações.

Um primeiro conjunto relaciona-se com a própria definição de conceitos africanos, da sua distinção relativamente a conceitos “europeus” ou “asiáticos”, da configuração de conceitos híbridos ou do tipo de relacionamento possível entre estes diferentes conhecimentos. A partir desta questão importa analisar até que ponto é que uma epistemologia africana parte de pressupostos essencialistas sobre a cultura africana. Não obstante as inerentes problemáticas políticas e sociais e as especificidades de cada região, um facto é que as sociedades africanas nunca deixaram de estar envolvidas em processos dinâmicos de transformação, em muitos aspectos comuns às restantes regiões do globo. Quando se procura formular um modelo de análise com base numa “experiência africana”, está-se a esquecer da existência de inúmeras experiências africanas.

Uma segunda questão que merece ser colocada prende-se com os traços e com os valores que são seleccionados na caracterização das populações africanas. De facto constata-se uma sobrevalorização de dimensões como a harmonia, o respeito, a verdade ou a justiça⁵, não se conferindo destaque ao conflito e à competição, processos esses subjacentes ao fenómeno de socialização (Simmel, 1950). A procura de modelos de análise afrocêntricos não deixa de perpassar uma imagem idílica das sociedades africanas, colectivistas, harmoniosas e funcionais, ecológicas, congeladas na tradição e livres do conflito, da anomia e da injustiça social.

Uma terceira questão prende-se com os factores subjectivos inerentes ao próprio processo de construção do conhecimento. Em inúmeros aspectos – não só nos pressupostos epistemológicos em análise, mas também no etnoturismo africano ou na vulgarização de expressões como “mãe-África” – constatam-se diversas atitudes emotivas, nacionalistas e maniqueístas (nomeadamente da tradição). A ideia que perpassa é que África está envolta numa ideia de hiper-identidade, imagem essa que é produzida no interior do continente, não deixando de ser alimentada do seu exterior. Trata-se de uma atitude que valoriza a procura de uma especificidade africana, ignorando o carácter dinâmico e contraditório das culturas, a que não é alheia a realidade africana.

3. Um modelo de análise sobre o relacionamento intercultural

O modelo de análise que se propõe construir nasceu da preocupação de conhecer a forma como se estruturam, em contexto organizacional, num quadro de incentivo ao investimento estrangeiro⁶ e de elevadas desigualdades sociais, as relações entre chefias e os respectivos trabalhadores. A pergunta de partida é portanto a seguinte: De que forma é que, em Moçambique, as orientações culturais e a distribuição dos recursos de poder interferem no relacionamento entre funcionários e chefias, em empresas geridas por cidadãos moçambicanos e portugueses? Em termos específicos pretende-se responder a três conjuntos de questões:

Um primeiro grupo de questões prende-se com as orientações culturais dos actores sociais. De que forma estes estruturam as suas atitudes relativamente a questões como a distância hierárquica, o individualismo, a performance ou a legalidade? Que diferenças existem de acordo com a nacionalidade e o estatuto profissional dos actores sociais? Que imagens constroem os trabalhadores sobre si próprios e sobre os Outros na organização?

³ Pela forma distinta como se têm desenvolvido importa realçar o carácter plural do conceito de realidades pós-coloniais. A diversidade na América do Sul é distinta da que ocorre no continente africano ou nos contextos europeus e, dentro de cada um destes macrocosmos, existe uma infinidade de microcosmos, infinitamente distintos entre si. Se esta diversidade apela para a diferença dentro do Sul, um facto é que uma experiência colonial comum permite a constituição de um Sul global, onde essa condição pós-colonial adquire destaque na compreensão das especificidades políticas, económicas e sociais.

⁴ Como analisa Boaventura de Sousa Santos (2007), o projecto imperial do colonialismo e do capitalismo global desencadeou uma divisão abissal entre o que hoje é designado de “Norte global” e de “Sul global”, divisão que se transformou, ela própria, numa condição epistemológica.

⁵ Destaque-se que estes valores estão presentes nos textos judaico-cristãos e não foi por isso que, nos últimos 200 anos, as grandes potências europeias não foram promotoras de uma intensiva colonização do continente africano, de duas guerras mundiais e de sanguinários conflitos étnicos e raciais. Do mesmo modo, o continente africano foi, no pós-independência, marcado por violentas guerras civis e catástrofes humanitárias, por processos de corrupção e de aumento de desigualdades sociais. Em África ou na Europa, o discurso moral da justiça ou da solidariedade é acompanhado por um outro processo de competição pela posse de recursos de poder.

⁶ Esse quadro de incentivo ao investimento não invalida a existência de uma legislação laboral proteccionista que restringe a contratação de pessoal estrangeiro.

Um segundo conjunto de questões relaciona-se com a forma como são distribuídos os recursos de poder nas empresas analisadas. Em que empresas se privilegiam as recompensas económicas? Que organizações praticam recompensas não económicas? Em que empresas se registam maiores assimetrias ao nível da distribuição dos recursos de poder?

Um terceiro conjunto de questões relaciona-se com a forma como se estrutura o relacionamento intercultural nas organizações em questão. Que características assume? De que forma as orientações culturais dos indivíduos interferem no relacionamento interpessoal? Qual é o impacto da forma como estão distribuídos os recursos de poder?

Na prossecução dos objectivos definidos adquire destaque um conjunto de três conceitos que importa operacionalizar: as orientações culturais dos actores sociais; a distribuição dos recursos de poder na organização; e a forma como se processam, em contexto organizacional, as relações entre os actores sociais. Desta forma, cultura, poder e relacionamento constituem os três grandes eixos estruturadores do modelo de análise.

3.1. Orientações culturais dos actores sociais

O primeiro eixo de análise prende-se com as orientações culturais dos trabalhadores da organização: as chefias e os subordinados. As abordagens culturalistas das organizações assumem que estas não constituem unicamente um espaço de produção e de relações económicas, mas inclusivamente um espaço de troca e de formação de valores e de modelos de conduta. De acordo com este paradigma de análise, nas organizações (co-)existem um conjunto de códigos e de atitudes, socialmente apreendidas e colectivamente partilhadas (ou contestadas), que não só conferem especificidade aos grupos intervenientes, como problematizam o relacionamento entre os actores sociais. Sainsaulieu (1977) destacou a existência de diversas sub-culturas dentro das organizações, partilhadas por sectores ou categorias profissionais (Lopes e Reto, 1990), consoante o género ou de acordo com origens culturais (Hofstede, 1980; 1991). O local de trabalho constitui, por isso, um espaço de aprendizagem e de (re-)definição de identidades⁷, de acordo com as percepções das diferenças entre os indivíduos e os grupos sociais. É nesta perspectiva que Hofstede (1991: 4) preconiza a existência de mapas mentais (software of the mind): modelos e formas de pensar, sentir e agir, apreendidos ao longo da vida por intermédio dos processos de socialização. Assim, por orientações culturais assume-se que se tratam de um conjunto de atitudes e predisposições para agir, que se apresentam em complexa interacção com as estratégias e os comportamentos dos actores sociais (Adler, 1991: 15), neste caso em contexto organizacional. A análise das orientações culturais processar-se-á em torno de 4 grandes eixos dimensionais: distância e proximidade hierárquica; individualismo e colectivismo; performance e bem-estar; e legal e patrimonial.

3.1.1. A distância hierárquica

De acordo com o sociólogo alemão Robert Michels (2001), a formação de elites, mais ou menos poderosas, bem como a estruturação de relações hierárquicas entre os indivíduos constitui um processo inevitável em todas as organizações, inclusive nas mais democráticas⁸. À luz dos pressupostos weberianos (1983: 98-99), o exercício da autoridade implica a existência de alguém que obedeça e que a reconhece como legítima. Assim, a (des)igualdade ao nível da distribuição de recursos de poder (políticos, económicos, sociais ou meramente simbólicos), expressa-se em relações sociais mais ou menos assimétricas, de acordo não só com as (as)simetrias de distribuição do poder, mas também com as atitudes (de tolerância ou de contestação) dos indivíduos em relação à (as)assimetria. É precisamente a partir desta questão que Hofstede (1980: 70-71) utiliza o conceito de Power Distance, que procura exprimir, precisamente, as predisposições para agir dos actores sociais relativamente às (des)igualdades existentes na sociedade. Culturalmente construída, a distância hierárquica reflecte-se em inúmeros aspectos sociais, económicos e políticos de um país (Hofstede, 1980: 65), neste caso nas atitudes dos actores em contexto organizacional.

Nesta perspectiva, uma elevada aceitação da distância hierárquica traduz-se em atitudes de obediência, de conformidade e de respeito para com a autoridade⁹. Os actores sociais aceitam a desigualdade e preferem inclusivamente um tipo de liderança dirigista (super-visão apertada), autoritário ou paternalista¹⁰. As chefias tendem a utilizar estratégias de gestão coercivas (ordens, castigos, gritos ou insultos), que não deixam de ser reconhecidas, por parte dos subordinados, como mecanismos (relativamente) legítimos. Os indivíduos preferem relações formais e o poder tende a ser manifesto por

⁷ É da constatação desta heterogeneidade que emergem as perspectivas diferenciadoras nos estudos sobre a cultura organizacional, que sublinham que o consenso na organização não se constrói ao nível organizacional, mas ao nível dos grupos que compõe a organização (Sainsaulieu, 1977). Identificam-se assim diversas sub-culturas, estruturadas nos departamentos das empresas (marketing, produção, recursos humanos, finanças, etc.) ou nas diferenciações hierárquicas. Destaque-se ainda a existência de uma perspectiva fragmentada, assente na ideia de ambiguidade e de falta de clareza das culturas na organização. Nesta perspectiva, assume-se que os indivíduos podem mudar os seus pontos de vista de acordo com a informação disponível no momento, ou com a relevância assumida por uma determinada tarefa. As pertenças grupais podem não dar lugar a sub-culturas estáveis, existindo sempre alguma margem de liberdade para a adopção, circunstanciada, de entendimentos e acções diversas em torno de assuntos específicos (Martin, 1992: 153).

⁸ Ainda que o pensamento de Michels (2001) tivesse sido estruturado no âmbito da sociologia dos partidos políticos, assume-se que possa ser estendido para a todas as organizações.

⁹ De acordo com Ana Gomes (2004), nas representações feitas pelas chefias portuguesas que trabalham em Maputo sobre os seus funcionários moçambicanos destaca-se um conjunto de características relacionadas com a submissão, com o respeito pela autoridade, com a excessiva reserva e com o carácter pouco participativo.

¹⁰ O termo paternalismo é utilizado como metáfora para compreender as relações entre empregadores e empregados através das relações entre pais e filhos e procura demonstrar a transformação das relações de autoridade e de exploração, orientadas sob o imperativo do regulamento e do lucro, em relações éticas e afectivas, onde predomina o sentimento de dever para com um protector. No mundo ocidental, este conceito adquiriu uma concepção claramente pejorativa, criticando-se o facto de não promover a emancipação e a autonomia dos colaboradores, perpetuando assim relações de dependência. Para o sociólogo Henri Vacquin (cf Hernandez, 2000: 98): "Le paternalisme, ça ressemble à ça: c'est du despotisme avec la vaseline". Maricourt (1996) distingue, no entanto, o modelo paternalista adoptado no mundo ocidental – que classifica de "père abusif" –, daquele que emergiu em contextos colectivistas asiáticos (caracterizados pela maior importância da família e do grupo), que classifica de "père protecteur".

intermédio de posturas autoritárias ou da ostentação de símbolos estatutários (bons automóveis, roupa de marca, objectos de luxo, etc.)¹¹.

Por sua vez, uma reduzida distância hierárquica traduz-se numa maior emancipação dos actores sociais. As chefias tendem a manifestar o poder e a autoridade de forma mais discreta e reservada. As suas decisões são tomadas após a consulta dos colaboradores, que tendem a demonstrar maior vontade para discordar com os superiores ou para contestar as desigualdades sociais. Orientados para a autonomia e para a participação, os colaboradores tendem a preferir uma liderança mais democrática, consultiva e informal. As chefias adoptam, por isso, estratégias menos coercivas e com base em recompensas.

3.1.2. Individualismo e colectivismo

A segunda dimensão estrutura-se em torno do eixo individualismo-colectivismo, que procura representar o grau de identificação dos actores sociais relativamente aos grupos de pertença, bem como a respectiva interferência na estruturação de decisões e de estratégias sociais. Trata-se da predisposição para a autonomia ou para a conformidade relativamente às normas, aos valores e à influência da comunidade local, nomeadamente das redes de parentesco e de vizinhança. Na linha de Durkheim (1980), o individualismo expressa-se num afrouxamento dos laços que se estabelecem entre os sujeitos de uma determinada estrutura social. Pelo contrário, o colectivismo estrutura-se em contextos de fortes laços sociais, no âmbito dos quais os indivíduos podem esperar uma lealdade e solidariedade inquestionáveis.

Um elevado índice de individualismo confere elevada importância ao sucesso individual, existindo por isso um envolvimento interesseiro e calculista em relação aos grupos de pertença. Na descrição conceptual desta dimensão cultural, Hofstede (1980: 166) enfatiza a prevalência dos direitos sobre as obrigações, a preocupação com a própria pessoa e a família imediata, a autonomia pessoal e a auto-realização. A identidade pessoal tem como ponto de partida os méritos, os atributos e as realizações pessoais. Os empregadores assumem uma atitude independente relativamente aos trabalhadores, considerando que a empresa só tem que responder por aquilo que é legalmente contratualizado e exigível.

Por sua vez, uma orientação colectivista tende a conferir uma maior importância à comunidade envolvente, nomeadamente à família (incluindo os antepassados), às redes de vizinhança e de entajuda, às confissões religiosas ou, inclusivamente, à empresa. As sociedades colectivistas são caracterizadas por obrigações mútuas e difusas e as relações que os indivíduos estabelecem com os grupos são estáveis. Nestas situações, regista-se um maior envolvimento emocional¹² e um sentido de dever e de lealdade para com o grupo esperando-se, por parte dos trabalhadores, uma maior protecção social da empresa¹³. Essa responsabilidade tende a ser assumida por parte dos empregadores.

3.1.3. Performance e bem-estar

A orientação para a performance ou para o bem-estar está, em grande parte, estruturada em torno dos conceitos de Douglas McGregor (1960) de teoria X e de Teoria Y¹⁴, de masculinity e femininity¹⁵ de Hofstede (1991: 81-82) ou das dicotomias *past versus future oriented* e *doing versus being oriented* de Nancy Adler (1991: 28-32).

A orientação para a performance seria herdeira de uma austeridade calvinista¹⁶ e está fortemente associada àquilo que nas sociedades meritocráticas se define por competências de empregabilidade. Trata-se do empenho no desenvolvimento de conhecimentos e de competências que melhorem o desempenho profissional. Uma atitude dirigida para a performance traduz-se numa orientação para a tarefa, onde os indivíduos valorizam a eficácia, o esforço, o brio profissional ou a

¹¹ Tanto nos estudos de Carlos Serra (2000) como de Ana Gomes (2004), nas representações que os moçambicanos constroem das suas chefias e classes empresariais destacam-se, precisamente, as associações à ostentação e à necessidade de reconhecimento social.

¹² A partir do estudo da resistência à monetarização em contextos rurais tanzanianos e do papel e importância das redes sociais nos assuntos económicos, o politólogo sueco Goran Hyden (1985) utilizou inclusivamente o conceito de *affective economy*. A economia do afecto reporta-se não às emoções e à afeição entre os indivíduos, mas à função das relações domésticas (definidas pelo parentesco ou não) e de vizinhança (como a troca de força de trabalho durante as colheitas), das comunidades religiosas e de outras redes de apoio na subsistência e sobrevivência dos indivíduos. O conceito procura exprimir essa lógica de solidariedade recíproca, promotora de uma comunidade providência, nomeadamente em contextos onde a acção social do Estado é muito pouco visível. O conceito de economia do afecto foi recuperado na análise de Ana Gomes (2004) sobre a gestão de recursos humanos nas empresas portuguesas em Moçambique.

¹³ Para Émile Hernandez (2000: 104-105) as práticas de gestão de recursos humanos em contextos colectivistas – como no sector informal africano – colmatam as inúmeras carências do Estado ao nível da protecção social dos cidadãos ou da respectiva formação profissional. Esse estilo paternalista de gestão transforma as empresas em verdadeiras comunidades sociais e não apenas em simples tecidos de relações contratuais.

¹⁴ Douglas Macgregor sintetizou duas concepções opostas da natureza humana que designou de teoria X e de Teoria Z. Na teoria X, as organizações partem do pressuposto que as pessoas têm aversão ao trabalho e à responsabilidade, preferindo ser dirigidas e, por isso, devem ser controladas e motivadas pela coacção, pela punição, pelo dinheiro ou pelos elogios. Estes pressupostos correspondem a uma concepção mecanicista dos trabalhadores, utilizada pela Escola Clássica, que levam as organizações a procurar estratégias de motivação com base em recompensas meramente económicas. Por sua vez, a teoria Y enfatiza o lado criativo e participativo dos trabalhadores, que procuram uma realização no trabalho, da mesma forma como o fazem nas diversas esferas da vida privada. Esta teoria preconiza, por isso, uma organização descentralizada, onde se apela à participação e à criatividade dos trabalhadores, e onde se proporcionam condições para o seu desenvolvimento pessoal.

¹⁵ Hofstede (1991: 81-82) define masculinity a partir da importância conferida à superação de desafios, pessoais ou profissionais, bem como à aquisição de valores materiais e consequente reconhecimento social. Ao invés, o conceito de femininity traduz a ênfase no relacionamento interpessoal, na preocupação com os outros, na cooperação ou na qualidade de vida.

¹⁶ Analisando a ética de conduta protestante, Max Weber (1996: 123-140) observou que o fiel se julgava constantemente vigiado por Deus, e que a vida terrestre daquele era um sacrifício (por meio de obras), para uma futura recompensa no além. A relação entre o praticante e o seu Deus assumia por isso uma dimensão jurídica, de inferior para superior. De forma a se tornar um eleito por Deus, o praticante via-se obrigado a disciplinar os seus comportamentos, o que o colocava num alerta e numa ansiedade permanente. De acordo com Weber, foi neste contexto que se desenvolveu uma filosofia da avareza, de orientação ascética, que se tornou conduta obrigatória para todo o fiel. Nesta nova moral não havia lugar para o ócio, para o prazer ou para a inacção, mas antes para a aquisição e para a realização de obras materiais. Promulgando o trabalho como valor irrefutável, esta conduta facilmente se compatibilizou com o espírito do capitalismo e com os ideais burgueses de então. De acordo com esta teoria estavam criadas as condições mentais (ética do trabalho) para a orientação da economia para o lucro, para o constante investimento produtivo e para o progresso industrial.

capacidade inventiva. Expressa na máxima tempo é dinheiro, registam-se atitudes de insatisfação constante, geradoras de uma maior pontualidade e stress laboral. As estratégias de motivação preferidas tendem por isso a ser as monetárias ou materiais. As tarefas tendem a ser cuidadosamente previstas e planeadas com vista à maximização dos resultados em termos temporais e os actores sociais apresentam uma elevada preocupação em relação ao futuro, que procuram precaver. As pessoas conferem menor atenção ao passado, aos costumes e às tradições e justificam a inovação e a mudança através dos ganhos económicos que daí possam resultar.

Por sua vez, uma orientação para o bem-estar traduz-se numa inclinação para a relação interpessoal e para um bom ambiente de trabalho¹⁷. Os indivíduos valorizam preferencialmente a qualidade de vida e o clima organizacional, pelo que as dimensões relacionais (ex.: eventos festivos, etc.) podem constituir um importante mecanismo de motivação. Regista-se, por isso, uma orientação em relação ao presente, que se procura usufruir de forma hedonista. Os indivíduos consideram que a inovação e a mudança devem respeitar os costumes e as tradições. A pontualidade tem aqui uma menor importância. As tarefas não são planeadas com tanto rigor, pois a sua realização está condicionada pelo tempo que demora, que não se pretende contrariar. Nesta perspectiva tendem-se a executar as tarefas de forma passiva¹⁸.

3.1.4. Legal e patrimonial

Uma última dimensão das orientações culturais estrutura-se em torno dos conceitos weberianos (1983: 110-135) de legal e de patrimonial. Na análise das formas de dominação, o sociólogo alemão distinguiu a dominação de carácter racional e a de cariz tradicional¹⁹. A dominação racional assenta no estabelecimento de directivas e na crença na legalidade dos regulamentos, a que se devem submeter todos aqueles que são chamados (por via desse regulamentos) ao exercício da dominação. Por intermédio da subjugação ao legal, o detentor do cargo (de poder) fica vinculado a um conjunto de normas previamente definidas para a sua função, pelo que não existe qualquer apropriação do posto para fins pessoais. A sua remuneração é fixa e obedece aos princípios estatutários. A formação e a detenção de competências técnicas constituem os imperativos legais para a execução das tarefas, pelo que os critérios de selecção assentam nas competências dos trabalhadores. As estratégias de recrutamento obedecem às necessidades do mercado. O exercício da função adquire um carácter burocrático (com tendência para a obrigatoriedade do registo escrito), impessoal e formalista, de forma a assegurar um trabalho puramente objectivo e independente. O funcionário desempenha a função “sem consideração pela pessoa” (Weber, 1983: 119) evitando, assim, a arbitrariedade dos procedimentos.

Por sua vez, assentando no direito próprio e absoluto do senhor, a dominação tradicional assume um carácter patrimonial. Este fenómeno acontece quando os recursos organizacionais e os cargos administrativos (e por conseguinte as oportunidades de lucro criadas pela ocupação de tais postos) são transformados em património privado, sob a égide de grupos dominantes. Essa apropriação do património público para fins privados não invalida, no entanto, que estes sejam qualitativamente distinguidos. A atitude patrimonial não obedece a critérios objectivos e racionais mas, pelo contrário, à esfera do livre arbítrio. Nesta perspectiva, entre o senhorio e os servidores desenvolvem-se relações ambivalentes. O poder patrimonial do senhor apoia-se nos seus súbditos e é por força desse poder que aquele alarga a extensão do seu arbítrio. Por sua vez, o servidor patrimonial pode retirar dividendos da proximidade do senhor, apropriando-se de oportunidades e de receitas oriundas do património. Os critérios de selecção não assentam apenas nas competências dos trabalhadores mas, sobretudo, na capitalização de interesses e de influências, tanto na comunidade local como no sector político²⁰. Os empregadores tendem, por isso, a recrutar os trabalhadores por entre os seus círculos de dependentes²¹.

Uma orientação para o legal ou para o patrimonial diz respeito à atitude relativamente ao usufruto e à gestão dos recursos das organizações. A primeira orientação traduz-se na defesa de princípios como a integridade, o civismo ou o bem público, ou na apologia do cumprimento das normas, admitindo-se inclusive a denúncia do infractor. Por sua vez, expressa no

¹⁷ Émile Hernandez (2000: 103) considera que no continente africano não se registou uma ruptura entre a relação de trabalho e a relação social. O mercado de trabalho constitui, simultaneamente, um espaço e um mercado de relações sociais. Por este motivo, as relações de trabalho são aqui menos estandardizadas e as obrigações e os direitos dos trabalhadores não são definidos de forma contratual, pelo menos por comparação com os padrões ocidentais. Neste contexto, e face à utilização de um elevado número de quadros – recrutados muitas vezes de acordo com as lógicas comunitárias – proporciona-se uma grande confusão entre período de trabalho e período doméstico. Para o autor, os acontecimentos familiares e os constrangimentos da vida pessoal ou das actividades domésticas e agrícolas podem ser reconhecidos pela comunidade como justificações plausíveis para o absentismo ou para a fraca pontualidade. A fronteira entre actividade e inactividade é pouco nítida, pelo menos no contexto do sector informal da economia. Refira-se que, quanto a este aspecto, se verifica uma continuidade com as representações europeias do tempo para os africanos durante o período colonial. Sobre as leituras europeias dos tempos africanos leia-se, por exemplo, Isabel Castro Henriques (2003), *O Pássaro do Mel – Estudos de História Africana*, Lisboa: Edições Colibri, pp. 123-139.

¹⁸ De acordo com Ana Gomes (2004: 251-258), nos discursos sobre as chefias portuguesas que trabalham em Maputo sobre os seus funcionários moçambicanos, a ideia de passividade, de passividade e até de preguiça foi várias vezes repetida. A este respeito considera-se, inclusive, que os trabalhadores moçambicanos fazem poucas perguntas, muitas vezes dominados pelo medo. Os trabalhadores foram também associados à irresponsabilidade e à ausência de brio profissional. A capacidade inventiva, o espírito de desenrasca e a vontade de aprender constituíram, no campo da performance os principais aspectos referidos. De si mesmos, os moçambicanos transmitiram uma imagem coincidente.

¹⁹ Weber considera a existência de um terceiro tipo de dominação legítima, assente no carácter carismático do detentor da autoridade.

²⁰ Para José Fialho Feliciano (1996: 40) ou Pascal Labazée (2000: 97), o período pós-colonial modificou radicalmente as relações dos empresários em África com os poderes políticos. O sucesso de uma empresa tornou-se crescentemente condicionado pela existência de contactos e de relações pessoais com o aparelho de Estado ou da administração local, convertendo estes órgãos (na pessoa do funcionário) em entidades de controlo dos processos de acumulação.

²¹ Para além das redes de parentesco, Labazée (2000: 95) refere a existência, em África, de outros círculos de dependentes que têm origem nas confissões religiosas de pertença dos empregadores, bem como nos campos político e associativo. Refira-se que por entre os trabalhadores moçambicanos perpassa a ideia que o recrutamento e selecção de funcionários em empresas portuguesas assentam em critérios declaradamente raciais, considerando-se que se opta pela contratação de expatriados, em prejuízo da mão-de-obra moçambicana (Gomes, 2004: 222).

aforismo «o cabrito come onde está amarrado»²² ou naquilo que Jean-François Bayart (1989) designou de “politique du ventre”²³, numa orientação patrimonial encontra-se uma atitude permissiva para com o engrandecimento oportunista. Trata-se da aceitação social do contorno das leis e do sistema em vigor para benefício próprio, de familiares e amigos, por parte de indivíduos que atinjam posições de autoridade e de influência²⁴.

3.2. Recursos de poder na organização

Na sua teoria dos campos, Pierre Bourdieu (1979) subdivide o Real a partir de um conjunto de domínios (campo social, económico, cultural, etc.) cada um dos quais valorizador de capitais específicos desse campo. No seu paradigma de análise, os diversos capitais podem não só ser convertíveis entre si (ex.: capital cultural em capital económico ou capital económico em status), como inclusivamente acumuláveis, reproduzíveis ou transmissíveis. Através de um processo dinâmico e mais ou menos inconsciente, é em função das estruturas objectivas de existência (quantidade de capital disponível em cada campo), que os vários actores sociais estruturam estratégias, com vista à sobrevivência e à progressão na hierarquia social. Uma vez que os campos são caracterizados pela posse desigual de recursos, os campos constituem espaços de disputa e de conflito pela aquisição de capital. Neste contexto, os actores com menos recursos estão, à partida, condicionados na elaboração das suas estratégias, o que tende a conduzir à reprodução das estruturas de classes e de poder na sociedade. O facto desta reprodução existir não invalida a ocorrência de mudanças de classes na estrutura social, mas esta está dependente da maleabilidade possível pela aquisição de capital.

Incorporado nos sistemas objectivos de existência dos actores sociais, Bourdieu introduziu o conceito habitus, que traduz o complexo sistema de disposições e de atitudes, que se integram nas experiências passadas dos indivíduos. Socialmente construído e transmissível, o habitus é gerador e estruturador de pensamentos, de práticas e das percepções próprias de um grupo social.

Nesta investigação pretende-se transpor a teoria dos campos de Pierre Bourdieu para o contexto organizacional. Como demonstram Crozier e Friedberg (1977) ou Pfeffer (1981), as organizações constituem palcos de conflito, pela posse de recursos de poder. Nesta perspectiva, os actores sociais gerem os seus próprios recursos de poder (salário, autonomia, formação, status, etc.), de forma a atingir os seus próprios objectivos, em contextos sociais caracterizados pela incerteza, pela assimetria, pela negociação e pelo conflito. Realce-se que, nas relações de trabalho, os actores em questão podem também assumir um carácter colectivo, complexo e estruturado em associações de interesses (Freire, 2006: 162).

De qualquer das formas, é em torno das noções de assimetria de distribuição de capitais entre os actores sociais que se pretende estruturar o conceito de recursos de poder, existentes nas empresas portuguesas, chinesas e moçambicanas. Trata-se, precisamente, da forma como os diversos capitais disponíveis na organização (económico, social, simbólico) são distribuídos pelos trabalhadores, bem como das expectativas e estratégias definidas (conscientemente ou não) pelos actores sociais, nos seus processos de cooperação e conflito. O conceito de recursos de poder está associado à detenção de recompensas fornecidas na organização, sendo subdividido em torno de recompensas económicas e de recompensas não económicas.

3.2.1. Recompensas económicas

As recompensas económicas constituem retribuições com valor económico disponibilizadas pela empresa aos colaboradores em troca da sua força de trabalho.

Entre as recompensas económicas destacam-se em primeiro lugar os salários, nomeadamente a quantia mensal paga em dinheiro pelo empregador ao empregado, em contrapartida do cumprimento de determinadas tarefas profissionais desempenhadas pelo segundo, sob a autoridade do primeiro (Freire, 2006: 195). No salário inclui-se o eventual pagamento de horas extraordinárias, de prestação de trabalho nocturno, em condições anormais de trabalho ou por outras condições excepcionais. Estes extras são incluídos no salário, uma vez que são pagos em dinheiro e são calculados, por lei²⁵, em função do valor do salário-base do trabalhador. Em torno desta quantia monetária importa analisar um conjunto de questões relacionadas com a equidade (entre os diversos colaboradores da empresa), com a segurança económica que proporciona (em termos de satisfação das necessidades dos funcionários), enquanto factor de motivação dos funcionários, bem como a

²² Na perspectiva deste aforismo africano, assim como as cabras acorrentadas comem o habitat natural, também o Homem dizima os recursos económicos das instituições onde está inserido, passando por cima de princípios como a lei ou a eficácia administrativa e governamental. Refira-se a existência de um aforismo português cuja orientação não é muito diferente: “quem parte e reparte e não fica com a melhor parte ou é porque é burro ou no partir não tem arte”.

²³ Em *L'État en Afrique – La politique du ventre*, Jean-François Bayart realiza uma análise socio-política do processo de governação e de luta pelo poder, nos Estados pós-coloniais da África a sul do Sahara. A cultura do estômago traduz, de forma caricatural, a teoria patrimonialista de Weber, na compreensão dos fenómenos de apropriação e exploração das riquezas, por parte dos grupos dirigentes africanos.

²⁴ Refira-se que na maioria dos países africanos o papel da família tem maior tradição do que o Estado, na facilitação de providência aos cidadãos. Como refere Tiébilé Dramé (citado por Venâncio 2000: 90), Ministro dos Negócios Estrangeiros do Mali, os líderes africanos enfrentam uma forte pressão social, para alinharem num sistema de personalização do poder. Familiares, amigos e membros do partido (ou da etnia) que exerce o poder assim o exigem – “People who have access to high-ranking state functions are expected to enrich themselves; if they fail to do so, they become the object of sarcasm, criticism, and pressure from the people around them”.

²⁵ Estas prestações adicionais ao salário base estão previstas no código do trabalho de Moçambique (artigo 109 nº2 a) da Lei nº 23/2007 de 1 de Agosto do Diário da República). De acordo com o disposto no artigo 115, nº1, “o trabalho extraordinário deve ser pago com uma importância correspondente ao trabalho normal, acrescida de cinquenta por cento, se prestado até às vinte horas, e de cem por cento, para além das vinte horas até à hora de início do período normal de trabalho do dia seguinte”. No número 3 do mesmo artigo estipula-se que “o trabalho nocturno deve ser retribuído com um acréscimo de vinte e cinco por cento relativamente à remuneração do trabalho correspondente prestado durante o dia”.

capacidade de federar os colaboradores à empresa²⁶. Constituinte uma importante (senão a mais importante) fonte de rendimento auferida pelo trabalhador, o salário possibilita não só a subsistência dos actores sociais como a diferenciação de práticas de consumo, representando por isso um poderoso factor de estratificação e de identificação social. A diferenciais de remuneração e de rendimento económico corresponderão normalmente diferenciadas posições dos indivíduos nas escalas de prestígio e de reconhecimento sociais, além de meios de mobilidade e de reprodução igualmente diferenciados.

Em segundo lugar, indexados a um conjunto de resultados e a objectivos previamente definidos (e portanto a uma avaliação de desempenho), os incentivos constituem recompensas (monetárias ou não) destinadas a encorajar os trabalhadores que evidenciam um desempenho acima da média²⁷. Trata-se de uma prática de remuneração aplicável a postos de trabalho, cujo rendimento produtivo esteja directamente dependente do esforço psicomotor do trabalhador, podendo ser simultaneamente contabilizado em avaliação de desempenho. Ainda que possam adquirir um carácter exclusivo²⁸, os incentivos não invalidam a existência de um salário-base garantido (embora fixado a um nível claramente insuficiente, em relação ao mercado), que é acrescido de um prémio variável, calculado não em função do salário, mas com base no rendimento profissional do trabalhador. Estes prémios podem apresentar também a forma de participação nos lucros e o objectivo essencial relaciona-se sempre com o estímulo da capacidade produtiva. A atribuição de incentivos pode ser individual – a cada trabalhador em função do seu desempenho – ou colectiva – a uma secção, a uma equipa de trabalho ou a todos os trabalhadores da empresa, de acordo com o seu desempenho em grupo²⁹.

Em terceiro lugar, os benefícios sociais constituem compensações concedidas aos trabalhadores (por vezes em dinheiro e por vezes em espécie), normalmente (mas não necessariamente) para fazerem face a despesas relacionadas com a actividade profissional³⁰. Estes benefícios podem incluir, entre muitos outros, subsídios de refeição ou inclusivamente refeições e bens alimentares, vestuário, transporte próprio ou colectivo³¹, (senhas de) gasolina, telemóvel, (subsídios para) habitação, seguro de vida e de acidentes pessoais, cursos de formação ou quotas de pertença a associações ou clubes.

Constituindo a revelação das recompensas económicas um assunto particularmente incómodo e constrangedor, a análise terá em consideração os sinais exteriores de riqueza dos indivíduos: zonas residenciais, meios de transporte, características do vestuário, estilos de vida e espaços de lazer frequentados, escolas frequentadas pelos filhos, etc.

3.2.2. Recompensas não económicas

As recompensas não económicas referem-se a aspectos de cariz mais simbólico, relacionados com o reconhecimento do indivíduo no seio organizacional e com o estatuto daí inerente. Trata-se de um conjunto de dimensões sociais cuja análise sofreu um forte impulso a partir da década de 1920, sobretudo pela acção de um movimento que na sociologia das organizações se designa de escola das “relações humanas” (Freire, 2006: 81). As investigações de Elton Mayo, mas também de Maslow, Herzberg e McGregor³², foram particularmente inovadoras por se terem debruçado sobre aspectos como a cultura organizacional e as relações interpessoais, a participação e o enriquecimento de tarefas, bem como factores afectivos relacionados com o reconhecimento e a realização profissional dos trabalhadores. Já na segunda metade do século XX, as abordagens sistémicas³³ e posteriormente o chamado programa de democracia industrial trouxeram novos enfoques, relacionados com a inter-dependência entre a tecnologia e a cultura organizacional, fornecendo um importante contributo na análise da comunicação e da participação nas organizações.

²⁶ Os índices salariais dos funcionários das empresas informais africanas são na maioria dos casos marcados pela precariedade, podendo inclusive sofrer variações constantes, de uma forma desconhecida no mundo ocidental (Hernandez, 1998: 54). Alain Morice (cf Hernandez, 1998: 54) acrescenta que a remuneração nestas organizações oferece um conjunto de particularidades relacionadas com a arbitrariedade (dependente da boa vontade do empregador ao longo do exercício profissional) e com a instantaneidade (em função do sucesso dos negócios a cada momento, da oscilação e da disponibilidade financeira). Recrutados em torno de redes clientelistas (Henry, 1991; Hernandez, 1998: 52-55; Labazée, 2000: 87-91), os colaboradores e membros da comunidade demonstram compreensão e solidariedade para com o empregador nos momentos de crise. Esta prática remuneratória constitui um trunfo importante para a empresa nos períodos difíceis, conferindo ao empregador uma grande flexibilidade na gestão, evitando a redução dos postos de trabalho e consequente desemprego da comunidade local.

²⁷ Os incentivos são vulgarmente designados de inúmeras formas, entre as quais “prémios”, “extras” ou “comissões”. No artigo 109 do código do trabalho de Moçambique (Lei 23/2007 de 1 de Agosto) é utilizada a expressão “bónus”.

²⁸ Esta prática remuneratória é então designada de “salário ao rendimento” (Freire, 2006: 197). O salário ao rendimento está previsto no artigo 111 do código do trabalho de Moçambique (Lei nº23/2007 de 1 de Agosto), aparecendo designado de “remuneração por rendimento”.

²⁹ As chefias entrevistadas por Ana Gomes (2004: 303) referem-se com entusiasmo a estas iniciativas, pelo impacto verificado ao nível da produtividade, da pontualidade ou da assiduidade. Em algumas empresas experimentaram-se políticas de incentivo (não a indivíduos) mas a equipas de trabalho, com vista a adaptar as práticas de gestão às culturas locais de cariz colectivista (Gomes, 2004: 317).

³⁰ No nº2 do artigo 109 do código do trabalho de Moçambique (Lei nº23/2007 de 1 de Agosto), definem-se como prestações adicionais ao salário-base as “importâncias recebidas a título de ajudas de custo, despesas de transporte, de instalação por transferência do trabalhador e outras equivalentes”, bem como “abonos para faldas e subsídios de refeição”.

³¹ Hernandez (1998; 2000) constata, em contextos formais africanos, práticas remuneratórias assentes em reduzidos índices salariais, compensados pela disponibilização de benefícios sociais (relacionados por exemplo com refeições e bens alimentares, presentes e outros benefícios). De acordo com o autor, este modelo adapta-se com facilidade a contextos sociais de cariz colectivista, marcados pela maior importância da família e do grupo e pela debilidade ou ausência do Estado Providência. A empresa emerge como um espaço protector dos cidadãos, capaz de proporcionar o mínimo de segurança e de compensar um contexto socialmente precário. Ana Gomes (2004: 302) confirma, em contexto moçambicano, a valorização destes complementos extra-salariais por parte das chefias das empresas portuguesas. De acordo com as mesmas, tratam-se de benefícios concretos e imediatos (transporte, alimentação) que garantem a assiduidade e a produtividade. Por outro lado, ao proporcionarem a associação da empresa a uma instituição protectora de índole familiar, estes benefícios sociais exercem uma acção emocional sobre os funcionários. A maioria destas regalias, suportadas pelas empresas, destinam-se a assegurar a sobrevivência física do trabalhador e a reprodução da sua capacidade de trabalho e mobilidade mínima.

³² Pela centragem nos comportamentos individuais e nas relações inter-individuais, João Freire (2006: 88) designa as investigações de Maslow, McGregor e Herzberg de “teorias comportamentais”. De qualquer das formas estes autores tiveram como base directa de inspiração e de partida as propostas formuladas pela escola das relações humanas.

³³ As abordagens sistémicas têm tido vários prolongamentos nas suas aplicações às organizações. Um dos mais conhecidos foi o desenvolvido por vários autores ingleses, geralmente ligados ao Tavistock Institute of Human Relations e que ficou conhecido por análise sócio-técnica. De acordo com esta perspectiva, as organizações devem ser analisadas como sistemas, compostos por dois subsistemas fundamentais e em complexa interacção: o social e o técnico.

As recompensas não económicas aqui definidas incluem, em primeiro lugar, as promoções. Trata-se do processo de mobilidade vertical dos indivíduos através da hierarquia organizacional. As promoções constituem um mecanismo por excelência de reconhecimento do trabalhador pelo seu desempenho e, por inerência, um importante factor de motivação³⁴. Ainda que se traduzam normalmente num aumento salarial, as promoções expressam uma avaliação social do sucesso profissional, traduzindo a dinâmica da relação entre a organização e o trabalhador (Arthur e Lawrence, 1984 cf Passos, 2002: 424). Nesta dimensão importa analisar as expectativas de promoção por parte dos actores sociais, as perspectivas e experiências de mobilidade ascendente ou descendente, bem como o número de níveis hierárquicos existentes na organização (expressos em organograma).

A autonomia representa o poder conferido aos funcionários para tomarem decisões e gerirem as suas tarefas e horários e tempos de trabalho, traduzindo por isso a confiança depositada pelas chefias nos seus trabalhadores em termos de conhecimentos, competências e responsabilidade. A concessão de autonomia aos trabalhadores não deixa de constituir uma recompensa não económica, pela independência e emancipação que proporciona aos seus trabalhadores.

Em terceiro lugar, a possibilidade de participação nos processos de tomada de decisão constitui também um mecanismo de reconhecimento dos actores sociais por parte das chefias, contribuindo para aumentar o seu poder em contexto organizacional. Neste campo engloba-se o enriquecimento das tarefas, a rotação por várias funções, a participação em círculos de qualidade, a convocatória para reuniões de trabalho e respectivo tempo de palavra concedido, ou a facilidade de acesso às chefias hierárquicas.

As recompensas não económicas podem ainda incluir a possibilidade de aprendizagem profissional, quer no âmbito de contextos de formação formal quer informal. Para além de constituir uma fonte de auto-realização, o desenvolvimento de conhecimentos e competências representa um trunfo particularmente importante, num quadro de carência de quadros qualificados, de deficiências do sistema de ensino e de forte concorrência no mercado de trabalho (particularmente nos postos de chefia e de gestão de empresas). Trata-se de um investimento em capital cultural que permite o acesso futuro a melhores postos de trabalho e consequente reconversão em capital económico.

Por fim, as recompensas não económicas podem simplesmente constituir atitudes de reforço positivo. O reforço positivo engloba os elogios, as críticas construtivas e os comentários motivadores realizados por parte das chefias, que exercem particular impacto (sobretudo numa sociedade hierarquizada como a moçambicana) sobre a auto-estima e o reconhecimento dos trabalhadores³⁵.

3.3. O relacionamento intercultural

Um terceiro conceito que importa operacionalizar prende-se com o relacionamento existente entre os actores sociais nas empresas moçambicanas, portuguesas e chinesas. Enquanto que as orientações culturais dizem respeito às atitudes e às predisposições para agir, o relacionamento intercultural refere-se ao comportamento e à forma como se estrutura a interacção dos actores sociais. Os conceitos de relacionamento e de comunicação intercultural têm sido utilizados na análise de diversas questões sociais, relacionadas com o uso e o domínio da língua dominante por parte de minorias étnicas, com a integração social de grupos minoritários (a nível escolar e residencial), com a análise de competências de comunicação intercultural ou com a cooperação em contexto empresarial³⁶, entre outras. A maioria destes intercultural ou cross-cultural studies³⁷ incide sobre as relações entre europeus (ou no continente europeu), norte e latino americanos ou de populações do sudeste asiático, constatando-se um défice de análises das relações entre africanos e europeus ou entre africanos e chineses, e respectivos descendentes, em especial na África lusófona.

O conceito de relacionamento intercultural pressupõe o contacto entre indivíduos de diferentes culturas, mutuamente entendidas por diferentes. É neste contexto que culturalistas norte-americanos (Gudykunst, 1995: 10; Kim, 1995: 174) recorrem com relativa frequência ao conceito de estrangeiro de Georg Simmel (1950: 402). Para o sociólogo alemão, o estrangeiro representa a detenção simultânea de duas características contraditórias, relacionadas com a proximidade (no sentido em que se encontra fisicamente presente) e com o afastamento de um determinado grupo (pelo facto de deter diferentes valores e modelos comportamentais). O relacionamento intercultural traduz as estruturas e os processos de

³⁴ Uma vez que podem ser materializadas num aumento salarial, as promoções não deixam de constituir, simultaneamente, uma recompensa económica. De qualquer das formas, uma vez que representam uma fonte de estatuto e de prestígio do trabalhador, optou-se por classificar as promoções como recompensas não económicas.

³⁵ Ana Gomes (2004: 309) salienta a enorme importância da relação afectiva entre as chefias e os subordinados nas organizações moçambicanas, inseridas que estão num contexto cultural colectivista, onde a comunicação e as relações pessoais assumem uma importância primordial.

³⁶ Nos Estados Unidos, a consciencialização que os fenómenos culturais problematizam o processo de comunicação entre indivíduos de diferentes nacionalidades acompanhou a expansão económica da década de 1950 e foi gerada pela internacionalização de inúmeras empresas. Problemas relacionados com a gestão de filiais, com a estrutura organizacional, com a liderança, com métodos de recompensa ou com a formação dos recursos humanos expatriados motivaram a produção de diversas análises ao nível do comparative management ou dos cross-cultural studies (Ronen, 1986). Hofstede (1988), D'Iribarne (1998), Bosche (1993), Adler (1991) e outros mostraram como o contacto entre diferentes culturas nacionais e regionais, em contexto organizacional, interfere no processo de recreação identitário e cultural dos grupos em presença. Os colaboradores podem ser detentores de diferentes culturas nacionais (particularmente em multinacionais e joint ventures), geradoras de incidentes e responsáveis por desentendimentos, preconceitos e situações de conflito intergrupais.

³⁷ Os termos "cross-cultural" e "intercultural" studies expressam duas formas culturais distintas de encarar este fenómeno social. Enquanto que a tradição norte americana explora a noção de justaposição de culturas (através da expressão inglesa cross-cultural) o termo intercultural, usado pelos investigadores de língua francesa, traduz por sua vez uma certa tendência integracionista.

comunicação existentes entre os membros de um grupo e aqueles que, comunicando com o grupo, a ele não pertencem³⁸, dado que não partilham de um conjunto de características próprias dos que compõe o grupo³⁹.

Nesta investigação assume-se que não se podem analisar as relações intergrupais sem se estudarem as dinâmicas de relacionamento dos actores no seio do próprio grupo. Desta forma, o comportamento social dos actores envolvidos será interpretado a partir dos jogos de ligações que estes estabelecem enquanto membros de grupos diferentes, mas enquadrados na complexa trama de condicionantes, por vezes contraditórias, que atravessam ambos os grupos – estruturadas em torno de questões etárias, de género, de escolaridade ou de estatuto (profissional). É neste contexto que Gluckman's (1967: 19-20, cf Weimann, 1989) utiliza o termo *multiplex ties* para se referir à multiplicidade das características que os laços sociais podem assumir. Ao invés de se analisar o relacionamento intercultural a partir de um único pólo de contradição – assente em binómios culturais, raciais ou classicistas – procurar-se-á explorar a complexidade das redes sociais⁴⁰ a partir da assunção de antagonismos no seio de cada (sub-)grupo⁴¹.

O conceito de relacionamento intercultural prevê a análise das redes de relacionamento estruturadas dentro e fora da organização, o que prevê não só o estudo dos contactos realizados entre os actores sociais, mas inclusivamente as características que assumem, em termos de força, de intimidade e de intensidade emocional. Trata-se de saber quanto (frequência de contactos), quando (duração dos contactos), onde (espaços de relacionamento), o quê (assuntos de conversação) e como (processo de (des)adaptação) se estrutura o relacionamento intercultural.

Em primeiro lugar, importa analisar a frequência dos contactos estabelecidos entre os actores sociais. Trata-se de aferir a (des)continuidade no tempo do relacionamento entre as chefias e os seus colaboradores, bem como a quantidade de vezes que esses contactos se desenrolam, não só em contexto organizacional, como fora da empresa e do horário de trabalho.

Em segundo lugar, a duração do relacionamento diz respeito ao tempo disponibilizado para esse contactos. Pretende-se, assim, aferir a durabilidade dos contactos (breves, regulares ou demorados) entre as chefias e os colaboradores (bem como no seio de cada um destes grupos), quer em contexto organizacional, quer fora do local e de período de trabalho.

Em terceiro lugar, a análise dos espaços de relacionamento – através da distinção de locais de encontro dentro e fora da empresa – permite descortinar a formalidade da relação entre os actores sociais. Dentro da organização importa distinguir locais de interacção como os gabinetes, as salas de reuniões ou os estaleiros, de outros espaços como refeitórios e cafetarias⁴². Fora da empresa importa averiguar a visita a espaços domésticos⁴³ ou a frequência conjunta de restaurantes, estabelecimentos de alimentação e bebidas e de outros espaços de lazer.

Os assuntos de conversação constituem uma dimensão que permite aferir a intensidade emocional das relações entre os indivíduos. Trata-se de analisar, por um lado, quem são os elementos da organização com quem se escolhem assuntos formais de conversa, marcados pela seriedade ou relacionados com o exercício da profissão (realização de tarefas, negócios, etc.). Por outro lado pretende-se distinguir os actores sociais com quem se abordam assuntos mais informais, relacionados com a vida pessoal e familiar ou onde predomine o humor.

Uma última dimensão é aqui designada de adaptação intercultural. A este respeito, os culturalistas norte-americanos distinguem o ajustamento de trabalhadores temporários (*sojourner adjustment*) da adaptação prolongada de trabalhadores imigrantes (*cross cultural adaptation*). De acordo com Jeffrey Ady (1995: 93) o conceito de *sojourner adjustment* traduz um processo psicológico de ajuste, com vista a facilitar a comunicação intercultural, por parte de um estrangeiro que não tem como finalidade o estabelecimento permanente⁴⁴ em determinado grupo ou local. Um indivíduo está ajustado quando adopta um comportamento socialmente aceitável e eficaz no relacionamento pessoal. Por sua vez, o conceito de *cross cultural adaptation* distingue-se por sugerir uma mais permanente integração, aculturação ou assimilação à cultura de acolhimento. Esta *cross-cultural adaptation* envolve por isso um conjunto de fenómenos relacionados, entre outros, com a receptividade do grupo de acolhimento, com a coesão do grupo estrangeiro, com a predisposição dos elementos (de ambos os grupos) para a mudança ou com o desenvolvimento de competências inter-culturais (Kim, 1995: 181-188). Nesta investigação, traduzindo o processo de integração dos actores sociais no(s) grupo(s) onde estão inserido(s), a adaptação intercultural procura traduzir a vertente dinâmica da relação intercultural. Trata-se, portanto, da forma como os actores sociais ultrapassam as barreiras linguísticas – relacionadas com o facto de se falarem vários idiomas dentro da organização – e problemas de iliteracia (por

³⁸ Young Kim (1995: 175) delimita o conceito de estrangeiro em torno de 3 requisitos: O estrangeiro teve uma socialização primária numa (sub)cultura, de onde se deslocou posteriormente para uma (sub)cultura diferente; b) encontra-se minimamente dependente da sociedade de acolhimento para satisfazer as suas necessidades; c) e está envolvido em processos de comunicação com a cultura de acolhimento.

³⁹ Para William Gudykunst (1995) e Young Kim (1995), a comunicação intercultural é apresentada como um processo angustiante, marcado pela incerteza e pela ansiedade, geradora por isso de obstáculos no relacionamento entre os actores sociais.

⁴⁰ Numa análise de redes sociais inter-étnicas em Israel, Weimann (1983 cf 1989: 196-197) revela a existência simultânea de "gatekeepers" – que constroem o fluxo de informação com os membros de outros grupos –, bem como de outros actores que agem como pontes de contacto intergrupais.

⁴¹ De acordo com a perspectiva de Gudykunst (1995: 10), os estrangeiros constituem pessoas diferentes por pertencerem a um outro grupo. Contudo, como acrescenta, uma vez que os actores sociais não partilham, na totalidade, os seus valores e atitudes com todos os elementos do grupo, todos os elementos não deixam de constituir potenciais estrangeiros. A esta perspectiva importa acrescentar uma outra de cariz estratégico (Crozier et Friedberg, 1977), relacionada com os interesses, com a competição e com os conflitos entre os actores sociais de cada grupo, neste caso em contexto organizacional.

⁴² Não obstante poder ser marcada por silêncios, tensões ou conflitos, como demonstra Edward Hall (1994: 94-96) a prática de comensalidade traduz uma familiaridade na relação entre os indivíduos, contrariamente às relações que potencialmente se estabelecem nas áreas de trabalho da empresa (como as salas de reuniões ou os estaleiros), marcadas pela maior formalidade.

⁴³ No caso de a relacionamento entre os actores se prolongar para além do espaço e do tempo de trabalho, importa analisar se esse convívio é extensível às respectivas famílias.

⁴⁴ Um *sojourner* constitui, precisamente, um indivíduo que tem como objectivo a permanência passageira num novo ambiente social. Contudo, enquanto que Gudykunst (1984: 404) classifica o *sojourner* como um mero viajante ou visitante, Ady (1995: 93) admite a possibilidade de estadias mais prolongadas, como as que caracterizam estudantes internacionais ou empregados de companhias estrangeiras e multinacionais.

intermédio da aprendizagem da língua local ou da realização de traduções). A adaptação intercultural diz também respeito à mudança nos hábitos e costumes de trabalho, à adaptação às necessidades da comunidade⁴⁵, bem como a tentativas de aproximação interpessoal – conhecimento do nome dos trabalhadores e respectivos (problemas) familiares ou evitamento de excessos de autoridade⁴⁶. Importa identificar (antigos) conflitos intergrupais manifestos em torno de greves, pequenos furtos ou boicotes.

Conclusão

Ainda que esteja por concretizar no terreno, a futura investigação assume, como hipótese a existência de uma relativa convergência cultural entre chefias e subordinados, independentemente da nacionalidade das primeiras. Parte-se do pressuposto que, na sua socialização diária, os actores sociais tenderão a adoptar comportamentos na organização, de acordo com aquilo que julgam constituir as expectativas e as exigências dos seus superiores, mas também, de certa forma, dos seus subordinados. Numa segunda hipótese de trabalho assume-se que se verificam fortes assimetrias ao nível da distribuição dos recursos de poder, tanto nas empresas moçambicanas, portuguesas como chinesas. Em resultado do pressuposto anterior, uma terceira hipótese parte da premissa que as relações entre os actores sociais são estruturadas pela detenção ou privação de recursos de poder, e menos por diferenças de ordem cultural.

Uma vez que se pretende extrair o geral a partir do particular, destacando os traços que lhe são específicos, mas enquadrando o objecto nas dinâmicas socioeconómicas extra-locais, bem como nos processos e nas estruturas sociais que atravessam as organizações, o modelo de análise proposto enquadra-se naquilo que Michael Burawoy⁴⁷ (1998: 4-33) designou de *extended case method*. Trata-se de um modelo de análise que privilegia a utilização de metodologias qualitativas. Ainda que seja inevitável a aplicação de entrevistas (ou até de um inquérito por questionário), a prossecução da investigação está claramente dependente da observação participante. Num contexto marcado por atitudes de receio, silêncio e conflitualidade surda, grande parte das dinâmicas sociais que se pretendem analisar não são directamente perceptíveis por intermédio da formulação directa de perguntas⁴⁸. A observação *in loco* das dinâmicas sociais em análise requer a existência de uma estratégia de integração na organização. A partir da interacção diária entre o observador e os actores sociais poderão emergir todo um conjunto de informações da máxima relevância para a investigação.

Ainda que seja construída com base em observações previamente realizadas no terreno, tanto em Portugal como em Moçambique, um facto é que a operacionalização dos conceitos abordados resulta, em grande parte, de um conjunto de análises na área dos *cross-cultural studies*, efectuadas em contextos ocidentais ou entre populações ocidentais e do sudeste asiático. De facto, grande parte das investigações são realizadas em contextos onde existe uma distribuição de recursos de poder bem menos assimétrica do que nas grandes cidades da África sub-sahariana. É por esse motivo que, longe de se preconizar um modelo estanque, pretende-se fazer a apologia de uma reconstrução das dimensões de análise, ao longo do relacionamento do investigador com o objecto de estudo. Um pouco a partir da metodologia *grounded theory*, o modelo teórico pretende-se constantemente adaptável e condicionado pelo exercício da observação, de forma a ser fundamentado e sustentado nos dados e observações recolhidas no terreno. Nesta perspectiva, um modelo teórico deverá constituir, em parte, aquilo que o investigador vai encerrar com o seu trabalho e não tanto com o que o principia.

Bibliografia:

- ADLER, N. (1991), *International Dimensions of Organizational Behaviour*. Belmont: McGill University.
- ADY, J. (1995) “Toward a Differential Demand Model of Sojourner Adjustment” in Richard Wiseman (ed) *Intercultural Communication Theory*. Thousands Oaks: Sage Publications, (pp. 92-114).
- ALMOND, G. & VERBA, S. (1963), *The civic culture*. New Jersey: Princeton University Press.
- ASANTE, M. (1989) *Afrocentricity*. New Jersey: Africa World Press.

⁴⁵ Ana Gomes (2004) detectou um conjunto de práticas inovadoras em empresas portuguesas existentes em Moçambique, que iam da tomada de decisões com base na consulta dos trabalhadores mais velhos (vulgo “anciãos”), à exploração do papel tradicional da família; ou do investimento numa forma de relacionamento paternalista (concedendo adiantamentos e empréstimos e gerindo o salário dos trabalhadores, conferindo apoio médico ou alimentar) com os trabalhadores, no sentido de prevenir a existência de roubos na empresa. O referido apoio médico ou alimentar distingue-se dos benefícios sociais no sentido que não constitui uma política da empresa, mas simplesmente uma iniciativa de funcionários orientados por motivações mais altruístas, ainda que envoltas em interesses e em estratégia pessoais.

⁴⁶ Em estadias anteriores em Maputo relacionadas com projectos de formação e consultoria diagnosticaram-se estilos de liderança tendencialmente autoritários. As chefias tendiam a realizar instruções de trabalho demasiado dirigistas (com ênfase na ordem e em alguns casos na ameaça, subvalorizando-se os pedidos e consultas de opinião). Estas atitudes eram comentadas entre os colaboradores e, inclusivamente com o formador, a quem foi confessado franco desagrado.

⁴⁷ Michael Burawoy tornou-se conhecido a partir dos múltiplos estudos que realizou com base no método de observação participante sobre as relações laborais e o mundo fabril. O *extended case method* foi por ele teorizado e aplicado à análise de empresas industriais, destacando-se aqui o estudo realizado no sector mineiro zambiano nos inícios da década de 1970 (Burawoy, 1972; 1998).

⁴⁸ A título ilustrativo, Jeffrey Ady (1995: 101-104) chama a atenção para o facto da análise da adaptação intercultural resultar muitas vezes de auto-avaliações de sujeitos sobre as suas inter-acções sociais, o que levanta dois problemas sérios: por um lado não existe uma relação linear entre interacção social e adaptação. O facto de os sujeitos interagirem com estrangeiro não significa que se processe uma adaptação intercultural. Por outro lado, o conceito de adaptação tem significados distintos para as diferentes culturas, tanto por parte dos sujeitos de investigação, como por parte dos investigadores. O estabelecimento de conteúdos válidos é por isso fulcral na realização de um estudo intercultural. Por esse motivo, a análise das percepções dos actores sociais será sempre conjugada com observações no terreno.

- ASANTE, M. (2001) "Transcultural Realities and Different Ways of Knowing" in V. Milhouse, M. Asante & P. Nwosu, *Transcultural Realities – Interdisciplinary Perspectives on Cross-Cultural Relations*. Thousand Oaks: Sage Publications, (pp. 71-81).
- BAYART, J.-F. (1989), *L'État en Afrique – La politique du ventre*. Paris : Librairie Arthème Fayard.
- BOSCHE, M. (1993), *Le management interculturel*. Paris: Nathan.
- BOURDIEU, P. (1979), *La Distinction, critique sociale du jugement*. Paris: Les éditions de Minit.
- BURAWOY, M. (1972) *The colour of class: From African Advancement to Zambianization*: Manchester University Press for Institute for Social Research, University of Zambia.
- BURAWOY, M. (1998) "The Extended Case Method" in *Sociological Theory*, 16, 4-33.
- CROZIER, M. & FRIEDBERG, E. (1977), *L'acteur et le système. Les Contraintes de l'action collective*. Paris: Éditions du Seuil.
- D'IRIBARNE, P. (1998), *Culture et mondialisation. Gérer par-delà les frontières*. Paris: Seuil.
- DURKHEIM, É. (1980) *As Regras do Método Sociológico*. Lisboa: Presença.
- FEIJÓ, J. (2006), *Nós os Outros e a História – o semanário Savana nas celebrações da independência de Moçambique (1998-2003)*, Dissertação de mestrado em Relações Interculturais. Porto: Universidade Aberta.
- FELICIANO, J. F. (1996) "Empresários e memória social: percursos em Moçambique 1983/93" in *Economia Global e Gestão*, 2(96), 23-44.
- FREIRE, J. (2006) *Sociologia do Trabalho – uma introdução*. Porto: Afrontamento.
- GLASER, B. & STRAUSS, A. (1967) *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*. New York: Aldine Publishing Company.
- GOMES, A. (1997), *A memória da submissão. Estudo das relações interculturais numa empresa mista em Moçambique*, Dissertação de mestrado Estudos Africanos. Lisboa: ISCTE.
- GOMES, A. (2004) *A lógica do afecto – discussão em torno das linhas de força da gestão de recursos humanos nas empresas portuguesas em Moçambique*, tese de doutoramento em Gestão de Recursos Humanos. Lisboa: ISCTE.
- GUDYKUNST, W. (1984) "Toward a Typology of stranger-host relationships" in *International Journal of Intercultural Relations*, 7, 401-413.
- GUDYKUNST, W. (1995) "Anxiety/Uncertainty Management (AUM) Theory" in R. Wiseman (Org), *Intercultural Communication Theory, International and Intercultural Communication Annual – Vol. XIX*. Thousand Oaks: Sage, (pp. 2-58).
- HALL, E. (1993) *A linguagem silenciosa*. Lisboa: Relógio D'Água.
- HENRIQUES, I. (2003), *O Pássaro do Mel – Estudos de História Africana*, Lisboa: Edições Colibri.
- HENRY, A. (1991) "Vers un modèle du management africain", *Cahiers d'études africaines*, 31, 124(4), 447-473.
- HERNANDEZ, É.-M. (1998), "La gestion des ressources humaines dans l'entreprise informelle africaine" in *Revue française de gestion*, 119, 49-57.
- HERNANDEZ, É.-M. (2000), "Afrique: L'actualité du modele paternaliste" in *Revue française de gestion*, 128, 98-106.
- HOFSTEDE, G. (1980), *Culture Consequences*. London: Sage.
- HOFSTEDE, G. (1991), *Culture and Organizations – Software of the mind*. London: Harper Collins Business.
- HYDEN, G. (1983) *No Shortcuts to Progress: African Development Management in Perspective*. Berkeley / Los Angeles: University of California Press.
- KIM, Y. (1995), "Cross-Cultural Adaptation – An Integrative Theory" in R. Wiseman (Ed.) *Intercultural Communication Theory*. Thousand Oaks: Sage, (pp. 170-193).
- LABAZÉE, P. (2000), "Empresas, Promotores e Relações comunitárias: as lógicas económicas da gestão dos laços sociais" in Stephen Ellis & Yves-A. Fauré, *Empresas e Empresários Africanos*. Lisboa: Vulgata, pp.85-99.
- LOPES, A. & RETO, L. (1990), *Identidade da empresa e gestão pela cultura*. Lisboa: Silabo.
- MARICOURT, R. (1996), "Paternalisme au Japon et en Occident" in *Etudes*, 384 (2), pp. 161-171
- MCGREGOR, D. (1960), *The Human Side of Enterprise*. New York: McGraw Hill.
- MICHELS, R. (2001), *Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna: investigação sobre as tendências oligárquicas da vida dos agrupamentos políticos*. Lisboa: Antígona.
- PASSOS, A. (2002) "Gestão e Desenvolvimento da Carreira Profissional" in A. Caetano e J. Vala (Org.) *Gestão de Recursos Humanos – Contextos, Processos e Técnicas*. Lisboa: RH Editora, (pp. 423-463).
- PFEFFER, J. (1981) *Power in Organizations*. Marshfield: Pitman.
- RIBEIRO, G. (1999), *As representações sociais dos moçambicanos: do passado colonial à democratização. Esboço de uma cultura política*, Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Económico e Social em África. Lisboa: Centro de Estudos Africanos, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- RONEN, S. (1986), *Comparative and multinational management*. New York: John Wiley and Sons.
- SAINSAULIEU, R. (1977), *L'identité au travail. Les effets culturels de l'organisation*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- SANTOS, B. S. (2008) "A filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal" in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, 11-43
- SANTOS, B. S. (2008) *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. Porto: Edições Afrontamento.

- SERRA, C. (2000), Racismo, etnicidade e poder. Maputo: Livraria Universitária.
- SIMMEL, G. (1950). "The Stranger" in K. Wolff (Ed. and Trans.) The sociology of Georg Simmel. New York: Free Press, (pp. 402-408).
- TAYLOR, D. & NWOSU, P. (2001), "Afrocentric Empiricism – a model for communication Research in Africa" in V. Milhouse, M. Asante & P. Nwosu, Transcultural Realities – Interdisciplinary Perspectives on Cross-Cultural Relations. Thousand Oaks: Sage Publications, (pp. 299-311).
- TEIXEIRA, J. P. (2003), Ma-tuga no mato: imagens sobre os portugueses em discursos rurais moçambicanos, texto apresentado no Portuguese/African Encounters: an Interdisciplinary Congress, na Universidade de Brown, entre 26 e 29 de Abril de 2002, policopiado.
- VENÂNCIO, J. C. (2000), O facto africano – elementos para uma sociologia de África. Lisboa. Vega Universidade.
- WEBER, M. (1983), Fundamentos de sociologia. Porto: Rés Editora.
- WEBER, M. (1996), A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. Lisboa: Editorial Presença.
- WEIMANN, G. (1989), "Social Networks and Communication" in M. Asante & W. Gudykunst, Handbook of International and Intercultural Communication. Newbury Park, California: Sage, (pp. 186: 203).

Maior dominação e uma nova configuração de poder na escola

Geraldo Dias Ramos Ramos
ISCAP-IPP
gramos@iscap.ipp.pt

Resumo: As organizações de trabalho profissional têm-se estruturado na autonomia, na autoridade e no poder profissional. Por sua vez, a lógica dos profissionais é para a monopolização e o fechamento aos grupos de interesses externos.

Foi dominante a premissa profissional de que os "públicos" seriam incompetentes para julgar, avaliar e controlar a qualidade dos serviços: tal premissa, socialmente legitimada, promoveu a autoridade e o poder profissional. Agora, surgem os "públicos" a definirem as suas necessidades e a entrarem na gestão da organização; os grupos de interesses externos entram na coligação do poder organizacional.

O predomínio da autoridade profissional favorece a igualdade em vez da hierarquia. Na escola pública, acrescenta-se a impessoalidade e igualdade burocráticas. A modalidade consensual de progressão cônica—não gerando incertezas, interdependências, nem escassez de recursos organizacionais—manteve padrões de baixa conflitualidade interna: uma cultura igualitária gregária, uma forte identidade, uma elevada coesão e o poder colectivo.

Julgamos estar em processo de instalação um aparato de poder visando efeitos económicos (racionalização, eficiência e eficácia) e políticos (neutralizar os contra-poderes) assente na produção e circulação de informação, na visibilidade e na calculabilidade—poder disciplinar—facilitando o exercício do poder de recompensar e de punir.

As mudanças introduzem (1) maior centralização do poder na organização; (2) maior escrutínio e avaliação (interna e externa); (3) linhas concorrenciais que estimulam as lutas pelo poder, a competição, a diferenciação, a individualização e a selecção. Consequentemente, há condições para a diminuição da autonomia e do poder profissional e sindical.

Nos últimos três anos assistimos a forte turbulência no espaço da educação básica e secundária. Como em qualquer mudança e incerteza, os diversos actores desenvolvem comportamentos políticos defensivos e ofensivos para influenciarem o processo de decisão e a nova configuração de poder. Mas se em outros sectores da Administração Pública, igualmente alvos de reformas, as respostas colectivas são fracas, inconsequentes e sem mediatização, já neste sector tem havido elevada resistência e dramatismo. Se muitos se resignam ou aceitam as reformas no sistema de carreiras e de avaliação, outros sentem-se desrespeitados e tratados sem a dignidade e elevação proporcional ao seu estatuto. Se muitos permanecem incógnitos e impotentes, ou talvez felizes por não as pensarem, pois assim dita o seu habitus de classe e as condições de trabalho, outros têm impacto mediático, causam crises nos governos e dividem a opinião pública. Nos diversos palcos sociais defrontam-se actores com diferentes racionalidades, capitais e saberes-poderes e poderes-saberes¹. O poder que faz a diferença!

O sistema educativo continua um lugar de confrontação. A mudança possível é definida pelas condições de possibilidade fixadas pelas contingentes correlações de forças e enquadramentos ideológicos. Interessa-nos conhecer as mudanças—quase à escala global—que afectam a escola e os professores, particularmente o reforço do poder da «coligação externa», a aplicação de múltiplos poderes e a provável erosão da autonomia e do poder profissional.

Abordamos algumas das reformas através do olhar do «paradigma do poder». Damos relevo ao modelo mecanicista do poder soberano descendente, às formas de poder disciplinares objectivadas e ao controlo do mercado em detrimento da perspectiva do sistema de acção concreto, ou dos micropoderes ascendentes. Estamos cientes da estreiteza da nossa orientação teórica e analítica, pois o fenómeno em análise tem causas múltiplas e múltiplas interpretações.

¹ No momento em que escrevemos o processo está em marcha. Houve mais uma manifestação de professores (08.11.2008), e há notícias de escolas que cancelaram o sistema de avaliação. Face às manifestações de força, qual a resposta do Ministério da Educação? Cederá? Vem cedendo, remendando e confirmando a tese do poder profissional dos professores na forma colectiva inorgânica e sindical.

Muitas das pesquisas relativas ao sistema educativo são inspiradas em modelos ideológicos bem delimitados e sem esforço revelado de contrariar esses enviesamentos, os erros das conclusões preliminares, das conclusões contidas nas premissas ideológicas. Assim se desrespeita o clássico dilema weberiano que opunha o político e o cientista, a ética das convicções e a ética da responsabilidade (Weber, 1968). Desejamos manter o distanciamento valorativo possível, sem julgamentos sobre boas e más práticas, bons e maus poderes.

1. Os profissionais e a organização do trabalho profissional

1.1. O ideal-tipo de representação da profissão

Emile Durkheim (Durkheim, 1977:7) realçou o papel que os agrupamentos profissionais, como organismos intermédios, estavam destinados a desempenhar na resolução do problema da anomia. Talcott Parsons enalteceu o altruísmo da ética profissional, a orientação para o serviço, para o bem da comunidade e a aversão a fins comerciais em contraste com a orientação egoísta da esfera dos negócios: a orientação colectiva, não a auto-orientação (Parsons, 1976: 542; Parsons, 1984:322). A sociedade garantiria aos profissionais recompensas materiais e simbólicas uma vez que a sua competência responde às necessidades e valores centrais do sistema social, e porque são mais devotados ao serviço público do que aos seus próprios interesses materiais. Assim, “na perspectiva funcionalista a explicação do fenómeno das profissões repousa sobre critérios de legitimidade social” (Rodrigues, 1997:47)

A corrente funcionalista—em sintonia com o conceito sociológico de «profissão» que a reduz às ocupações com predomínio do “trabalho mental” de maior prestígio, status e poder—elabora uma lista de atributos distintivos das “profissões”, sobretudo as mais clássicas, ou as mais recentes, que se organizam em «ordens» profissionais: (1) um saber de especialista esotérico aliado a práticas específicas que o profissional precisa de dominar, adquiridas através de longa formação profissional; (2) uma orientação de serviço (motivos altruístas): o ideal de serviço universal, trabalhar para o bem da humanidade; (3) um código deontológico regulador das suas actividades e elaborado pela própria profissão; (4) uma associação profissional cujo objectivo seria, entre outros, velar pela adopção de padrões estabelecidos entre os membros (Araújo, 1985:88).

Descrevemos um ideal-tipo de profissão organizada em termos autónomos e autocéfalos (Weber, 1978:49) e constituído por actores «desinteressados», concepção que resiste mal ao confronto com processos de mercado, à lógica de eficiência na gestão pública e privada, ao assalariamento e às orientações particularistas de muitos profissionais.

1.2. Autonomia e autoridade profissional

Às condições anteriores acrescentamos a autonomia e a autoridade, duas condições fortemente estruturantes da condição dos profissionais e, mais especificamente, da organização do trabalho profissional:

(1) Autoridade profissional—é o direito exclusivo dos profissionais em supervisionar e avaliar a competência dos colegas na execução das tarefas profissionais reflectido na quantidade de autoridade que têm para participar na tomada de decisão e na avaliação dos pares nas organizações. Um direito exclusivo de tomar decisões envolvendo a contratação, a avaliação do trabalho e a promoção na carreira de acordo com padrões profissionais colegialmente produzidos.

(2) Autonomia—refere-se ao direito dos membros individuais à discricção, ao julgamento, a tomar decisões independentes relativas aos procedimentos adequados para as tarefas das suas funções (Wallace, 1995).

Amitai (Amitai, 1964) contrapõe a autoridade profissional à autoridade hierárquica² e defende a superioridade daquela em todas as organizações profissionais. Ainda a respeito da independência face a autoridades externas não profissionais, Freidson refere: “é possível reservar o termo profissão para as formas de ocupação organizacional que adquiriram um monopólio no trabalho e um lugar na divisão do trabalho; que estão livres da autoridade dos outros sobre o seu trabalho (...); quando a ocupação ganha organização efectiva pode levantar poderosas barreiras contra o processo de racionalização” (Freidson, 1977, in, Reed, 1992:149). É precisamente o aspecto irredutível da profissão aos processos de racionalização que Crozier salienta na profissão e nos profissionais: “a profissão é um valor tradicional de resistência à organização no sentido da racionalização e da standardização” (Crozier, 1994:44).

O facto dos profissionais serem os proprietários do capital pedagógico, científico, técnico e cultural, não a organização e as suas tecnoestruturas, tem inevitáveis implicações no seu julgamento e discricção, na sua autonomia e autoridade, no seu auto-governo e auto-controlo, e na resistência à autoridade hierárquica e à racionalização.

Concluindo, os profissionais retiram legitimidade à autoridade formal hierárquica, transformando-a em mero poder, um poder ilegítimo. Também resistem a formas de racionalização: à decomposição, cálculo, medida e controlo do seu saber, das suas práticas e dos seus desempenhos.

1.3. O poder profissional

A concepção de fechamento social de Max Weber tem merecido grande interesse na identificação e crítica do poder das profissões. Uma relação é “fechada”, contra os de fora, quando a participação de certas pessoas é excluída, limitada ou

² As duas autoridades foram fundidas numa só por Max Weber. A autoridade racional-legal tem uma base racional de conhecimento especializado.

submetida a certas condições (Weber,1978:43-45). O relacionamento aberto ou fechado pode ser determinado por razões de tradição, afectivas ou racionais; por evocação de valores ou de conveniência; por causas éticas ou materiais. O acesso é restringido por razões racionais quando se deseja preservar, ou melhorar, a posição detida garantindo vantagens monopolistas para as partes. Como motivo principal do fechamento relacional identifica a manutenção da qualidade—tal como hoje—o qual era muitas vezes combinado com o interesse no prestígio e nas oportunidades de fruir de honra e ganhos materiais. Pelo contrário, as relações abertas de mercado rompem com a racionalidade monopolista do fechamento e os privilégios instituídos.

Na abordagem crítica do poder profissional destacam-se Johnson, Freidson e Larson³ (Rodrigues,1977:47). Em vez da autoridade profissional abordam o poder, no sentido da sua menor legitimidade social e das estratégias políticas desenvolvidas para o alcançar: estratégias ilegítimas para alcançar fins ilegítimos. Eles articulam diversas condições omnipresentes nas relações de poder em geral adaptando-as às especificidades profissionais. A complexidade, a incerteza e a indeterminação das suas tarefas—requerem saberes especializados mais ou menos esotéricos—criam relações de dependência social e económica, e de distância social. Às condições potenciais de produção de poder, acrescentam as estratégias profissionais de manutenção de situações de autonomia e de monopólio (dominação de mercado) que provocam escassez na oferta, reduzem as alternativas e impossibilitam a sua substituição, condições essenciais para a conquista privilégios e de poder.

Para Freidson (Freidson,1994; in Rodrigues, 1997) as fontes do poder profissional estão no controlo sobre o mercado de trabalho (mercado protegido), no monopólio do conhecimento e, o mais fundamental, na autonomia ou controlo sobre o próprio trabalho.

Larson evidencia que as comunidades profissionais são, para além de subculturas e lugares de aprendizagem, elementos de controlo no acesso à profissão (controlo do sistema de ensino) e de protecção do mercado (sistema de licenças) (Larson,1977,in,Rodrigues,1997:55). A profissionalização seria um processo de fechamento social de inclusão e exclusão social, pelo qual os grupos procuram maximizar o valor dos seus recursos. A vontade de obter a escassez de oferta explicaria a tendência para o fechamento, condição indispensável para a dominação de mercado—dominação que não se baseia em autoridade.

Algumas das condições enunciadas por estes autores têm pouco valor heurístico no âmbito da nossa abordagem, pois são exclusivas, por exemplo, da profissão médica e dos advogados e até dos professores universitários, mas não dos professores do Ensino Básico e Secundário. Entretanto, há uma interrogação obrigatória: quais as fontes distintivas do poder destes professores? De entre outras assinalamos que as suas funções têm a enorme responsabilidade de resolver uma das incertezas/indeterminações mais críticas para as empresas, para a economia, para os pais, para os alunos e para a sociedade: a aquisição de qualificações e de competências científicas, técnicas, culturais e sociais. Estas são condições objectivas que abrem oportunidades para a sua exploração estratégica; para activarem comportamentos políticos defensivos e ofensivos.

1.4. Colegialidade e igualitarismo

A colegialidade integra os traços dos profissionais. Ela baseia-se na premissa que «uma vez qualificados segundo um conjunto de padrões profissionais, todos os praticantes são iguais». Julgamos relevante considerar esta modalidade de decisão e organização no momento em que os profissionais resistem, não só à concentração de maior poder na figura do director e o abandono das formas mais colegiais de decisão, como também, e mais empenhadamente, à sua diferenciação interna.

Max Weber aborda a colegialidade ao nível do exercício da autoridade opondo o tipo “monocrático” ao “colegial: a aplicação do processo colegial aos níveis mais elevados da hierarquia enfraqueceria a dominação (Weber,1978: 247). Por diversas razões, não se revelou entusiasta da colegialidade. Ela seria pouco eficiente e pouco eficaz envolvendo inevitáveis obstáculos a decisões precisas, claras e, sobretudo, rápidas (Weber,1978:277). A necessidade do Estado e outras organizações tomarem decisões rápidas⁴, concentrou as responsabilidades e respectiva autoridade numa base mais monocrática. Refutando a ilusão aparente, considerou que a colegialidade não era necessariamente democrática; era apenas democrática para os grupos privilegiados a quem garantia protecção.

Para Blau e Scott o profissionalismo expressa um alto grau de colegialidade entre os membros da profissão, qualidade que facilita a resolução das incertezas no trabalho (Blau e Scott, 1962:336). O forte espírito de colegialidade tem claras implicações no sentido de comunidade e de solidariedade, dimensões essenciais na subcultura profissional e na lealdade à profissão.

Entre os professores foi identificada a norma do «igualitarismo»: a censura de acções diferenciadas que diferenciasses, distinguisses; a recusa de acentuadas desigualdades de poder e autoridade no interior da profissão; a condenação da procura activa da posição de liderança na escola: classificada de imprópria e oportunista; a exigência que os membros da equipa dirigente actuem como colegas (Caria, 1999; Lima, 2005,117). Em nossa opinião, o enquadramento burocrático das escolas públicas ao incluir a impessoalidade, o universalismo e o próprio igualitarismo, a intensifica a citada norma que refuta a diferença, a desigualdade e as excepções.

⁴ Lembra que mesmo em movimentos de cariz ideológicos e revolucionários, na condução da nacionalização da indústria a ditadura do proletariado teve uma «ditador» com a confiança das massas.

Tudo indica que esta colegialidade igualitarista esteja em risco face a «certa» desburocratização, à concentração do poder organizacional, ao imperativo do mercado e dos quase-mercados e às novas tecnologias de poder que produzem escassez, interdependência, competição, diferenciação e individualização. Retomando o postulado weberiano: «menor colegialidade igual a maior dominação».

1.5. Organização profissional «tipo»: a burocracia profissional

Escolhemos a Burocracia Profissional como organização-tipo do trabalho profissional. Ela recruta especialistas já formados e socializados—os profissionais—para o seu centro operacional e deixa-lhes uma latitude considerável no controlo do seu próprio trabalho”; o poder está no centro operacional (Mintzberg, 1981:310). Praticamente não existe tecnoestrutura e o poder no vértice estratégico é fraco. Tem a aparência de uma estrutura democrática, pelo menos para os profissionais: estes controlam o seu próprio trabalho e procuram um controlo colectivo sobre as decisões administrativas que os afectam. Por exemplo, recrutar os colegas, decidir sobre as promoções e a afectação de recursos. Uma parte do trabalho administrativo é realizada pelos próprios profissionais.

Uma vez que o poder é dos operadores, as Burocracias Profissionais são, por vezes, chamadas de «organizações colegiais», ou «pirâmides invertidas» onde os profissionais estão no topo e os quadros administrativos ficam reduzidos meros responsáveis pelas actividades secundárias: eles administram os meios colocados à disposição da actividade principal dos experts, os que tomam a decisão final (Amitai, 1964:52). H. Mintzberg depois de acentuar as vantagens desta configuração dedica-se ao diagnóstico dos problemas que residiriam na sua democracia e autonomia, bem como na quase ausência de controlo externo (Mintzberg, 1981: 328)—organização estruturalmente perversa? O julgamento autónomo não escrutinado era apropriado para os profissionais competentes e responsáveis, pois fora da profissão praticamente não existe controlo sobre o seu trabalho, algum meio de o monitorar, o avaliar e controlar.

Mas nem todos seriam competentes e responsáveis. A autonomia permitiria a certos profissionais ignorarem, quer as necessidades dos clientes, quer as necessidades da organização; pouca lealdade, pouco compromisso com a organização. Para muitos deles, a organização seria um mero espaço cómodo para exercer a profissão e fazer carreira, estando pouco disponíveis para colaborar em actividades administrativas, comissões e grupos de trabalho. Outra dificuldade seria a pouca aptidão para a inovação e a mudança. Lógicas corporativas e tendências «balkanizantes» completam as potenciais disfunções.

Para os administradores não profissionais, os clientes, a opinião pública e o governo a solução seria o controlo sobre os profissionais. Tal decisão conduzindo ao reforço da centralização e da tecnoestrutura governamental para programar e controlar o trabalho docente, aproximaria a configuração Burocracia Profissional da Burocracia Mecânica (Mintzberg, 1981:410-11). O director do estabelecimento ficaria emparedado e impotente entre uma tecnoestrutura governamental ávida de controlo e um centro operacional que se agarra à sua autoridade, autonomia e poder.

Em outra obra de referência, Mintzberg mostra que a configuração de poder «Meritocrática» se transforma em «Instrumento» quando, entre outras condições, há forte poder externo (coligação externa dominada), uma autoridade forte no exterior da coligação interna e uma racionalização das competências especializadas (Mintzberg, 1983: 607-609). Estes requisitos da configuração Instrumento, bem como os da Burocracia Mecânica estão, e continuarão estando, longe de se concretizarem. Mas, num contexto de maior abertura ao meio externo surgirá uma forma «híbrida» de organização mais aberta, mais porosa ao ambiente, mais influenciada e controlada por ele.

2. O paradigma do poder

Há uma vontade generalizada de maior exigência, rigor, intensificação e controlo do trabalho em todos os domínios de actividade, condição necessária e inevitável imposta pelas incertezas, as ameaças externas, a batalha da produtividade e da competitividade. Para a execução desta vontade é necessário poder. Às escolas estão a ser aplicadas modalidades de gestão e de poder já existentes no universo das empresas.

O poder é exercido para obter resultados e comportamentos apropriados que, na sua ausência, não se alcançam. Fazendo uso de uma rara intuição analítica, Ailon (Ailon,2006: 773) parte da célebre definição de poder de Robert Dahl « “A” tem poder sobre “B” na extensão em que ele pode obter que “B” faça qualquer coisa que de outro modo não faria», e formula a questão: «o que B de outro modo faria?». Para certas correntes «faria coisas negativas». Para o “A” Ministério, associações empresariais, associações de pais, comunicação social e opinião pública em geral, e para os autores críticos do poder profissional, o “B” (professores) de outro modo faria (ou faz) «coisas negativas»:

O “B” age oportunisticamente segundo os seus interesses egoístas; age corporativamente; (2) tem fraca lealdade à organização; (3) tem elevado absentismo e baixos desempenhos; (4) subalterniza os interesses dos utentes/clientes; (5) age ideologicamente enganado; (6) age cognitivamente enganado; (7) forma fortes sindicatos que influenciam as decisões e práticas no sistema educativo; (8) impõe formas burocráticas colectivistas, igualitaristas e impessoais de remuneração e de progressão na carreira; (9) impossibilita a competição e diferenciação interna; (10) opõe-se à lógica do mercado; (11) resiste à mudança.

O “A” tem vindo a desenvolver tecnologias de poder que introduzem a competição, que diferenciam, individualizam e enfraquecem as lógicas colegiais colectivas, que subordinam os profissionais e a organização à coligação externa e ao mercado. Esta é a nossa linha de orientação na interpretação das decisões e mudanças em curso.

O “B” tem resistido. Há um conceito muito heurístico que nos auxilia a compreensão da forte conflitualidade no sistema educativo. Afirmar Simon “um indivíduo aceita as ordens e outras exigências desde que estas se enquadrem na sua «zona de aceitação» (Simon,1997:145), o que as torna legítimas. A «zona de indiferença» ou «zona de aceitação» contribui para a percepção do poder como legítimo (autoridade) ou ilegítimo. Uma das características dos profissionais, e dos trabalhadores muito qualificados, é possuírem estreitas «zonas de aceitação» resistindo a qualquer tentativa de supervisão e racionalização. Outros trabalhadores têm uma larga «zona de aceitação-indiferença» produzida pelas suas baixas qualificações, baixo estatuto profissional e social, habitus, leis do trabalho, insegurança, medo, melhor dizendo, pelo seu reduzido poder.

2.1. O conceito de poder

As concepções de poder podem ser divididas em duas grandes correntes (Lukes, 1980:826): (1) as assimétricas, de soma tendencialmente nula, que envolvem a resistência e os conflitos reais ou potenciais— «poder sobre»; (2) as que não implicam que uns ganhem a expensas dos outros, mas sim onde todos podem ganhar: soma crescente. Esta última olha preferencialmente o poder como capacidade de alcançar os resultados pretendidos ou de realização colectiva—«poder de». As duas concepções são bem identificáveis nos discursos dos actores em luta.

Max Weber inspira os modelos mecanicistas do poder assentes em vontades individuais. Nele, o poder é “a probabilidade que um actor no interior de uma relação social esteja em posição de levar a cabo a sua vontade a despeito de resistência, independentemente da base em que esta probabilidade se apoia” (Weber,1978: 53)—«poder sobre». Para H. Mintzberg, o poder é “a capacidade em produzir ou modificar os resultados, ou efeitos organizacionais”(Mintzberg,1986:39)—«poder de». Estas definições servem para testar o poder, quer do Ministério, quer dos restantes actores: a respectiva capacidade de obter os efeitos pretendidos; o balanço entre ganhos e perdas, avanços e recuos.

Bacharach e Lawler abordam os aspectos de forma e de conteúdo do conceito «poder». A forma inclui os parâmetros no interior dos quais a interacção ocorre (Bacharach & Lawler, 1982, 15). Assim, virtualmente todos os conceitos de poder incluem sanções (positivas e negativas), bem como a dependência ou interdependência e assentam numa relação. Por seu lado, o conteúdo contempla a autoridade e a influência. Todas as bases de poder são garantidas pela fonte estrutural de poder: a coerciva, a remunerativa, a normativa e o conhecimento; o poder referente e o de expert estão na pessoa.

Na tradição weberiana, o controlo, a dependência e a desigualdade representam as três principais maneiras de conceptualizar o poder como relação assimétrica (Lukes, 1980:829). Contudo, Steven Lukes (Lukes,1983: 27) afasta-se daquela tradição ao introduzir, obrigatoriamente, a existência do conflito de interesses: “A exerce poder sobre B, quando A afecta B de modo contrário aos seus interesses”. Ressuscita o problema dos interesses objectivos e subjectivos no qual não desejamos entrar.

Julgamos que as modificações operadas no sistema educativo conduzem a um evidente reforço dos critérios formais do poder de Bacharach, bem como os descritos por Lukes. Assim, entre “A” (o Ministério e, por delegação, directores, avaliadores) e B (profissionais em geral) acentua-se a relação, aumenta a dependência de B, aumenta a capacidade de sanção de “A” (recompensas e punições), bem como as condições estruturais de conflito. Simultaneamente, B fica com menor independência e autonomia. Num contexto tradicionalmente colegial, igualitarista e simétrico, produzem-se dependências e assimetrias: dependência/obediência. Formalmente falando, A tem mais condições de realizar a sua vontade, mesmo que existam resistências.

2.2. O poder despersonalizado e objectivado

Dado o tamanho e dispersão do sistema educativo e a natureza do trabalho profissional—autonomia e autoridade—o poder na forma directiva personalizada é inadequado. A opção recai em modalidades de poder exercidas à distância, mais impessoais e objectivados, mais contínuas e entranhadas nas estruturas e práticas, ou mais nos resultados e menos nos processos, mas sempre menos no poder personalizado e episódico. É, com as devidas cautelas e ajustamentos, a transferência de algumas características existentes nas grandes organizações empresariais. Um governo sem ordens baseado em princípios interiorizados, regras e outras práticas objectivadas, que faz uma aparente «economia do poder»; o distante criador das regras (Ministério) não tem necessidade de participar no jogo, de influenciar directamente os participantes, ou de dar ordens para exercer o poder (Pagés, Bonetti, Gaulejac,1992,53-70): mas está lá!

2.2.1. Max Weber: a racionalização e a dominação burocrática

O sistema educativo é muito pressionado para incrementar a desconcentração, a descentralização e a delegação do que não é estratégico, em resposta às necessidades de flexibilidade, adaptabilidade local, eficiência e eficácia. Contudo, simultaneamente, há o reforço do poder e controlo central na forma burocrática: racionalização, universalização e uniformização: a velha fórmula do Estado Hobbesiano como centro de racionalização. Com efeito, surpreendentemente, os professores queixam-se do aumento burocracia que os asfixia, esmaga e paralisa: o «olhar» do Ministério.

Segundo Weber, o conceito de poder, tal como o define, seria sociologicamente amorfo, pois contempla todas as qualidades imagináveis de uma pessoa e qualquer situação que o coloquem em posição de impor a sua vontade. Já o conceito sociológico de dominação é mais preciso, designando “a probabilidade que uma ordem com um conteúdo específico seja obedecido por um dado grupo de pessoas” (Weber,1978:53): autoridade. Como se depreende, a dominação seria a condição de existência de qualquer organização formal.

Segundo ele, o desenvolvimento do capitalismo criou a necessidade de uma administração estável, rigorosa e calculável. Mas não seria diferente o sistema económico ser capitalista ou socialista, pois caso o socialismo deseje um comparável nível de eficiência técnica, tem necessidade de um tremendo incremento dos burocratas profissionais⁵ (Weber,1978: 224). Inserida num avanço civilizacional, a racionalização significa que a ciência, o cálculo, as regras e sistemas instrumentais são utilizados para governar as sociedades e organizações substituindo as paixões, a subjectividade, a discricção e o despotismo individual. Mas o processo de racionalização é, em si mesmo, dominação; não há separação entre si (Morgan,1986:278). De facto, “a burocracia administrativa significa fundamentalmente a dominação através do conhecimento, o traço que a torna racional” (Weber,1986, 224). Resumindo, a burocracia construída numa base técnica e racional seria a solução eficaz para o problema do controlo nas sociedades modernas, garantindo o controlo à distância.

De entre as características burocráticas salientamos: (1) o modo impessoal, rígido, igualitarista e colectivista das remunerações e progressões na carreira: as promoções estão fortemente correlacionadas com a impessoal antiguidade na organização; (2) as garantias e protecções contra o poder arbitrário das direcções e chefias, com a consequente impotência dos dirigentes limitados à sua estreita autoridade formal. O escasso poder da direcção e da organização sobre os funcionários é um dos motivos para a «propaganda» desburocratização e reforço do poder dirigente, caso da Nova Gestão Pública (NGP).

2.2.2. O poder objectivado dos números

Friedberg escreveu que quanto maior for a autonomia, mais os actores funcionam sem «princípios da realidade» que não sejam meras considerações de poder, de influência e dos interesses próprios (Friedberg, 1993:135). Em nossa opinião, estas considerações são mais ajustadas às organizações horizontais de trabalho profissional—organizações vagamente acopladas. No entanto, têm-se produzido diversificados «princípios da realidade» na forma da fixação de objectivos quantificados, das estatísticas, dos rankings, dos «números», do controlo de resultados. Estas tecnologias de poder asseguram que as actividades incertas e complexas desenvolvidas por trabalhadores muito qualificados sejam descentralizadas e posteriormente avaliadas e submetidas à dita accountability—uma autonomia controlada. Estas tecnologias de poder gozam de forte legitimação em técnicos muito qualificados e/ou que ocupam posições de poder—integram a cultura tecnocrática—e na opinião pública. É um poder que recorre ao saber e que expressa a imagem de racionalidade, transparência, equidade e operacionalidade.

Na modernidade industrial desenvolveu-se uma elevada confiança nos números, associados a rigor, imparcialidade, clareza e justiça. A quantificação foi fazendo parte de uma estratégia de intervenção e gestão das pessoas, não meramente de descrição e comunicação (Porter, 1996:43). Os números são instrumentos para agir sobre as pessoas transformando-as em objectos quantificados, comparados e manipulados. Com os números, o poder não é exercido ruidosamente; em lugar disso, actua despersonalizado, sem rosto, insidiosamente. As estatísticas criam uma linguagem opressiva da normalidade e anormalidade; os que falham são estigmatizados. Ou, ainda, tendo internalizado o seu valor vivem a tragédia da autoculpabilização.

Para Foucault, Bentham (arquitecto do Panopticon) desejou uma sociedade transparente, onde não haja zonas obscuras, zonas reguladas por privilégios e pelo poder dos indivíduos (Foucault, 2007:215). Quer a produção, quer a existência de números sobre cada indivíduo ou unidade social proporciona uma espécie de Panopticon: uma transparência e visibilidade, uma vigilância à distância. Cada vez mais o escrutínio e a visibilidade exercem um constrangimento brutal sobre indivíduos, grupos e organizações. Para a produção dos números desenvolve-se a vigilância e um registo contínuo de informação: uma recolha de saber que produz poder.

2.2.3. Poder: carreira, diferenciação, individualização e consentimento

Toda a grande organização é sempre um meio de selecção (logo de exclusão), de classificação (logo de sanção) e de dominação (de controlo) (Courpasson,2000). Porém, a intensidade deste processo aumentou abruptamente com as novas tecnologias de informação e de gestão, que são verdadeiras tecnologias de poder. Diz Courpasson, que os modos de gestão das carreiras, das recompensas e dos desempenhos individualizam-se e repousam sobre uma lógica de diferenciação, de concorrência e de competição entre os membros da empresa (Courpasson, 2000:16-19). As tecnologias de gestão—apoiadas na ideologia de que tudo deve ser avaliável, comparável e classificável para facilitar a sanção positiva e negativa—tornam os indivíduos conhecidos, calculáveis e governáveis. Estas tecnologias são um poder disciplinar que individualiza, compara, objectiva e normaliza.

A individualização fundamenta-se numa prática ideológica meritocrática que consiste, por um lado, em conceber o indivíduo como ser livre—livre de determinações ou constrangimentos sociais—e decisor racional que escolhe o seu esforço e desempenho para alcançar os seus fins; por outro lado, na glorificação do êxito individual. A contingente progressão na carreira é a consagração do mérito individual e da justa política de reconhecimento da organização que conduzem ao isolamento, separação e confinamento dos indivíduos a projectos de sucesso individual e a relacionamentos selectivos.

⁵ Muitos cientistas sociais desenvolvem ataques à racionalização e à dominação burocrática como se fossem um produto exclusivo do actual poder. A racionalização taylorista ou burocrática tem sido um instrumento ao serviço de diferentes sistemas ideológicos e de poder; um instrumento de produção de «poder de» e «poder sobre».

A carreira poderá oferecer uma participação real no poder da organização. Mas, mesmo que seja ilusória⁶, ela é real nas consequências simbólicas—autoestima, imagem, valor, reputação, distinção. E, muito importante, “dar poder significa, em última análise, desarmar” (Santos,2000: 246-7), a tal «eficácia política». As medidas em curso estabelecem critérios de avaliação, quotas e dois tipos de categorias de professores com os titulares a terem maior autoridade e a participarem na avaliação dos não titulares—a participarem no poder. Nos que venham a participar na distribuição formal do novo poder organizacional, a probabilidade de aceitação das reformas deverá ser inquestionavelmente maior, bem como uma menor propensão para ações de resistência e contrapoder.

Poder: a eficácia produtiva

Nos termos de Michel Foucault, o poder deixa de ter simplesmente uma função repressiva que reprime e anula, mas qualquer coisa produtiva que produz indivíduos, subjectividades: ele possui eficácia produtiva. Tem ao mesmo tempo um objectivo económico e político (Foucault, 1980, 136): (1) económico que consiste no aumento do efeito do seu trabalho, ie, tornar os homens força de trabalho dando-lhes uma utilidade económica máxima; (2) política, enquanto diminuição da capacidade de revolta, de resistência de luta, de insurreição contra as ordens do poder—neutraliza, ou amolece os potenciais contrapoderes.

Em nossa opinião, esta eficácia produtiva expressa bem o sentido, o propósito da nova configuração de poder e das novas práticas de poder.

3. As mudanças em curso no sistema educativo

3.1. Ambiente global; imperativos externos: nova gestão pública (NGP)

Os dirigentes das organizações estão confrontados com a incerteza e a guerra impiedosa pela competitividade. Tudo seria inevitável sem lugar para a escolha política: tudo é assim porque não pode ser de outro modo. Entretanto, as teses positivistas das organizações ganham força: as organizações que têm sucesso adaptam semelhantes estruturas e formas de gestão. Tal determinismo contextual tem fornecido aos decisores centrais e locais o «poder paradoxal da não-escolha» (Courpasson,2000:19). Perante as exigências externas incontornáveis, eles são obrigados a agir violentamente e com urgência; são estrangidos a constranger. Porém, paradoxalmente, esta impotência externa torna-os internamente todopoderosos e com legitimidade para exigir, para impor. Assim parece ser no domínio da educação: um poder em rede sem centro, desterritorializado (Aguiar;Aurélio;Cabral;Tribolet,1998), uma espécie de rede de não-decisões em que ninguém decide apenas se adapta a imperativos externos; ou então, uma agregação de múltiplas micro-decisões. Em qualquer dos casos, transformam-se em «leis de ferro» que poucas alternativas deixam. Uma espécie de encadeamento causal concatenado e reforçado de impotência-potência que vai atravessando sucessivamente as empresas, as famílias, o Ministério e os dirigentes das escolas. No fim da cadeia, os professores só sofrem a impotência: perdem parte significativa da potência de agir, a sua autonomia, autoridade e poder.

Os diversos especialistas falam de uma «agenda globalmente estruturada para a educação» (Afonso,2001) que monitoriza, avalia e normaliza. As organizações internacionais como o Banco Mundial, a OCDE, o FMI e a Comissão Europeia contribuem para transformar as estatísticas, as avaliações e comparações em outras tantas ocasiões de fabricar um «discurso de verdade», de verdade global, e de normalização com expressão planetária.

Norrie e Goodson (Norrie e Goodson,2005:8) mencionam uma reestruturação global associada aos discurso do Neoliberalismo, do Banco Mundial, do FMI e com os processos de descentralização, desregulação, consumismo, privatizações, «mercadorização», auditoria e NGP. A erosão da natureza “especial” das profissões é parte deste processo global de avaliação estandardizada das escolas e dos alunos. Estas organizações internacionais, dado o seu poder financeiro, jogam um papel de centralização política e de normalização simbólica (Laval, 2004).

A Rede EURYDICE foi criada em 1980 por iniciativa da Comississão Europeia, integrando o programa Sócrates desde 1995 (GEPE, 2007). Ela contribui para a cooperação em educação, quer através do intercâmbio de informação sobre as políticas dos sistemas educativos, quer pela realização de estudos sobre assuntos de interesse comum. Entre os seus estudos consta a análise comparativa da forma como a autonomia das escolas está a ser posta em prática nos 30 países da Rede. Querem obter informação detalhada, seja relativamente aos processos que conduziram à transferência de poder de decisão para as escolas, seja sobre a forma como as «escolas prestam contas» das suas responsabilidades perante as autoridades superiores de educação. Enunciam uma multiplicidade de modelos de responsabilização das escolas e de critérios normalizados para as avaliar. Em Portugal, desde 1999, o sistema de inspecção adoptou um modelo de “avaliação integrada” que cobre as áreas da organização e gestão da escola, do ambiente escolar e do desempenho dos alunos (GEPE, 2007:39).

Num número cada vez maior de países, as escolas têm que «prestar contas» a diversos organismos. Neste processo o Reino Unido parece estar à frente. A descentralização proporcionou considerável liberdade que é acompanhada por uma complexa rede de responsabilidades. As escolas respondem perante o poder central (inspecções), perante a respectiva autarquia e perante o conselho geral da escola que inclui representantes dos pais e da comunidade local. Há também um

⁶ Afirmam Pagés et al., “A carreira oferece uma ilusão de participação no poder e de poder, uma vez que o essencial do poder está na engrenagem, não nos cargos, e escapa ao promovido; ela ao mesmo tempo subjuga e submete à lógica do poder (Pagés et al., 1992:154).

sistema de informação sobre o desempenho escolar que é fornecido aos pais para conscientemente escolherem a escola que desejam para os filhos.

Esta reestruturação é também interpretada como processo de democratização e de orientação para o consumidor (ProfKnow, 2007: 12). Por um lado, porque garante que todos os cidadãos recebam igual tratamento e qualidade de serviço. Por outro lado, os consumidores e os cidadãos devem ser ouvidos sobre as questões directamente ligadas aos seus interesses.

O efeito deste movimento global será a tendência para uma relativa uniformização. Almerindo Afonso afirma: “os estudos de sociologia da educação comparada têm vindo a demonstrar que diferentes países, independentemente do seu lugar no sistema mundial, estão a percorrer caminhos bastante semelhantes no desenvolvimento de políticas de avaliação” (Afonso, in Lima, Afonso, 2002:111).

3.2. A nova gestão pública (NGP)

Acompanhando as reformas do Estado e da Administração Pública, sobressai no sistema educativo a tensão entre a «lógica de mercado» e a «lógica de serviço público» na oferta educativa e a redistribuição de poderes entre o centro e a periferia, às vezes em formas híbridas de descentralização—autonomia local—e recentralização administrativa (Barroso,1996:9). Este movimento integra o paradigma da NGP com origem nos países anglo-saxónicos e que vem sendo revisto e adoptado em muitos outros.

Na luta contra os desperdícios, a ineficácia e a ineficiência da burocracia os métodos de gestão privados emergem como «modelo certo» para a gestão pública: (1) colocar o cliente no centro das actividades do Estado, alterando gradualmente as mentalidades do sector público; (2) descentralizar as responsabilidades até ao nível mais próximo do campo de acção; (3) tornar os funcionários públicos responsáveis perante a comunidade; (4) aumentar a qualidade dos serviços e a eficiência dos organismos públicos; (5) substituir os tradicionais procedimentos de controlo pela avaliação dos resultados (Hood, 2001; GEPE, 2007:10).

Segundo Ferlie et al. (Ferlie, et al., 1996) no Reino Unido as funções de política social não privatizadas que permaneceram no sector público foram submetidas a um processo de desburocratização através do «gerencialismo» e da lógicas de mercado ou «quase-mercado». Destacamos:

a. Criação de “quase-mercados” dentro do sector público; a anterior organização de linha desagrega-se entre compradores e prestadores, com as relações entre eles a serem governados pelo contrato em vez da hierarquia.

b. O financiamento destes quase-mercados permanece público, mas um crescente número de prestadores independentes podem competir pelos contratos.

c. Os quase-mercados têm maior sensibilidade aos consumidores/utilizadores encorajando o seu «empowering»—por exemplo, proporcionando aos pais informação e poder de escolha da escola.

d. Reforço do poder da gestão de topo, agora menos burocrática e mais empresarial, mas com apertada accountability exigida de cima; um núcleo forte, que pratica a gestão pela hierarquia na base do comando e do controlo, estabelece uma clara fixação de metas e a monitorização dos desempenhos.

e. Os desempenhos relativos são abertamente verificados e sujeitos a apertada monitorização central. Insiste-se em métodos mais transparentes para a verificação dos desempenhos: modelos estandardizados e bench-marking; uso de protocolos para a verificação dos desempenhos profissionais;

f. Deslocamento do poder dos profissionais para a gestão; redução do poder de auto-regulação dos profissionais;

g. Deslocamento do poder para o vértice estratégico da organização. Novas formas de governo das organizações com a marginalização dos representantes eleitos e dos sindicatos.

Uma das premissas das reformas do Estado, que obtém elevado consenso, é a autonomia pelo abandono do controlo pelos processos (burocracia) a favor do controlo pelos resultados (mercado). Este caminho dá os primeiros passos embora de forma tímida e ambivalente. A orientação para os utentes/consumidores e a intensificação do seu controlo; o reforço do poder dos dirigentes; a produção e divulgação de informação sobre os desempenhos; a divisão e a avaliação dos profissionais e a redução do poder sindical são temas da agenda da NGP que passamos a desenvolver.

3.3. O poder dos utentes/consumidores e o poder profissional

Qual foi no passado o lugar do cliente na relação com os profissionais? Amitai, Blau e Scott, analisaram esse contexto. Segundo Amitai (Amitai,1964:94), a economia privada sendo dirigida para as necessidades e desejos dos consumidores, está submetida ao seu poder de controlo—comprar ou não. Contudo, nos serviços públicos (escolas, universidades, hospitais, serviços sociais) financiados pelo Estado existia uma acentuada separação entre consumo e controlo. Esta separação apoiava-se na ideologia segundo a qual os que administravam e produziam os serviços estavam em melhor posição para julgar e decidir sobre o que é melhor para o cliente/consumidor do que o próprio cliente/consumidor. Mas, uma vez o controlo afastado do consumidor, surge a propensão dos burocratas e profissionais para, perversamente, alargarem o seu controlo e deslocarem os objectivos iniciais: deslocamento de objectivos.

Peter Blau e Richard Scott utilizam um critério tão simples quanto inquietante: quem é o «Principal Beneficiado»? Se nas organizações utilitárias é o patrão (ou os accionistas), nas voluntárias os seus membros, já na organização dos serviços são os seus clientes directos (pacientes, alunos) e não os seus profissionais (Blau e Scott,1992:66-7). No entanto, geralmente

o cliente não sabe o que é melhor para os seus próprios interesses ficando vulnerável e dependente da integridade do profissional. Se esta não existir, os profissionais transformam-se nos «Principais Beneficiados».

Freidson reconhece que o controlo profissional sobre o trabalho requer algum controlo sobre os clientes (Freidson, 1987:218). Isto pressupõe que os profissionais, não os clientes ou o empregador, determinem uma boa parte do trabalho que deve ser feito e como deve ser feito. Ele aborda, quer a variação de poder dos profissionais em função do conhecimento, organização e poder dos respectivos clientes, quer a crescente pressão vinda da comunicação social e da opinião pública sobre as organizações e os profissionais.

Em Portugal, as opiniões vindas da direita do espectro partidário e dos analistas políticos e jornalistas situados no liberalismo insistem no dever do Ministério da Educação prestar contas aos seus accionistas, os portugueses. Opõem-se à forma como ele dirige homogeneamente, de forma burocrática, as escolas do Estado e censuram a apropriação do poder sobre a educação pelos burocratas, sindicalistas e professores. Defendem escolas independentes de iniciativa privada em que os alunos receberiam do Estado o montante das propinas equivalente ao custo médio de cada aluno numa escola do Estado. Ao mesmo tempo, o financiamento das escolas passaria a depender estritamente do número de alunos que elas conseguissem captar no mercado. A exigência e o rigor vinham por acréscimo, pois todas as escolas, e respectivos profissionais, estariam em estreita competição melhorando os seus desempenhos. O controlo pertenceria aos pais—racionalis, competentes, bem informados—que escolheriam a escola. É um modelo de mercado, muito defendido por Milton Friedman (Friedman, 1980:217-18), que mina as bases do poder profissional.

Maria de Lurdes Rodrigues anotou a emergência de actores/consumidores menos passivos, com maiores expectativas de participação, escolarização generalizada e com melhores níveis educativos e de informação (Rodrigues, 1997:69-70). Porém, a agora Ministra fiel à sua ideologia e à produção sociológica dominante, teme que a escolha da escola reproduza e agrave a desigualdade de oportunidades. Em lugar da escolha defende a melhoria da escola pública⁷.

Concluindo, o poder dos profissionais tem assentado numa profunda assimetria de qualificações e de competências que colocaram o receptor dos serviços em situação de dependência e subordinação. Esta assimetria está a diminuir; os novos clientes/consumidores estendem as fronteiras da organização para fora dela e têm mais poder sobre quem lhes presta os serviços e sobre a natureza destes. Na sala de aula, a crise geral da autoridade tradicional, hierárquica e profissional não deixará de provocar dano restando ao professor «conquistar autoridade» afirmando o seu poder pessoal, sobretudo o referente e o de perito.

3.4. O controlo dos Rankings

Para Gilles Deleuze (Deleuze, 2005), a sociedade do controlo, caracterizada pela comunicação instantânea e o controlo contínuo, não apresenta limites: não há confinamentos a espaços.

Os rankings convertem-se em tentativas de instituir uma lógica de «mercado educativo»; eles deverão ser a fonte de informação privilegiada para a escolha da escola. Maria Benedita concluiu que entre os opinion makers há a ideia que os piores resultados escolares se devem aos professores e às escolas, aos maus professores (Melo, 2008: 11), não às razões enunciadas por muitos sociólogos e outros cientistas da educação. As entidades internacionais, particularmente anglo-saxónicas, que salientam o atraso do sistema educativo português relativamente à UE, defendem um mercado escolar instituído com base na preferência dos consumidores, no direito à escolha da escola e nos rankings escolares.

Em nome da promoção da qualidade do sistema educativo nacional, a avaliação das aprendizagens dos estudantes do Ensino Secundário—exames nacionais—e a avaliação da eficácia da acção dos professores são apresentadas como medidas fundamentais para resolver a crise da educação. A divulgação dos rankings não só permitiria ao Estado e à população portuguesa aferirem as escolas que proporcionam um ensino com mais rigor, exigência e qualidade, como desafiaria as restantes a seguirem o seu exemplo. Esta ideia foi assim interpretada por Sérgio Grácio: “ (...) as famílias teriam em mãos os meios para efectuarem as boas escolhas e seria até de esperar que para além de sanções simbólicas outras acabariam por recair nos supostos bons ou maus desempenhos das escolas” (Grácio, 1998:133).

As pesquisas na Inglaterra revelam que as tabelas (rankings) influenciaram as decisões e comportamentos das escolas: as direcções esforçaram-se, através de prospectos e dias abertos, por identificar os méritos particulares dos seus estabelecimentos (Ferlie, e tal., 1996:179). Reconhece-se a visibilidade que constrange, que pressiona, que recompensa e pune, que reforça ou altera as práticas dos diversos actores—um exercício de poder.

3.5. O paradigma da educação «contábil»

A avaliação transformou-se num pré-requisito para a implementação de mecanismos de controlo, de responsabilização, de prestar contas que, por sua vez, impõem a prévia definição de objectivos e indicadores que meçam as «performances» dos sistemas educativos. As tendências globais nas políticas sociais de educação apontam para o que Licínio Lima designa de paradigma da educação contábil (Lima; Lima & Afonso, 2002:90) Este paradigma refere-se ao ensino superior mas que é passível, em nossa opinião, de aplicação às tendências verificadas no ensino secundário. Ele destaca o mercado educacional e as políticas de livre escolha, a avaliação institucional, o controlo da qualidade e a aferição da eficácia das organizações educativas; a criação de dimensões mensuráveis, comparativas e avaliativas dos resultados da educação

⁷ Maria de Lurdes Rodrigues, entrevista à TVI, 06.05.2008

subordinados aos valores da eficácia e eficiência. A educação contábil centra-se no cálculo e mensuração dos resultados estimulando a standardização (em prejuízo da diversidade), as regras burocráticas, a «mercadorização», a prestação de contas (accountability) e a competição entre escolas.

3.6. A nova gestão nas escolas

O Decreto-Lei nº 75/2008 de 22 de Abril, na sua doutrina, expressa a vontade de reforçar a participação das famílias e comunidades na direcção estratégica dos estabelecimentos de ensino: promover a abertura das escolas ao exterior e a sua integração nas comunidades locais; promover a prestação de contas da escola àqueles que serve e uma liderança forte. Para o cumprimento de tal desígnio são instituídos dois órgãos nucleares:

Conselho geral—órgão colegial de direcção composto por representantes do pessoal docente e não docente, dos pais e encarregados de educação, dos alunos, do município e da comunidade local. O número de representantes do pessoal docente e não docente não pode ser superior a 50%. De entre outras funções cabe-lhe o direito de eleger e destituir o director, tendo este que lhe prestar contas. Ou seja, o director já não é eleito exclusivamente pelos seus pares.

Director—pretende reforçar as lideranças das escolas, pois o anterior enquadramento legal não o fazia. Assim, criam-se condições para a afirmação de lideranças boas e eficazes, para que exista um rosto em cada escola, um primeiro responsável dotado da autoridade necessária para desenvolver o projecto educativo e executar localmente as medidas de política educativa: a ele são assacadas as responsabilidades. O cargo do director, embora coadjuvado por um subdirector e um pequeno número de adjuntos, constitui um «órgão unipessoal» e «não colegial»: concentração de poderes na figura do director. Esta nova estrutura de poder vai, no nosso entendimento, ao encontro da distinção elaborada entre (1) autonomia das escolas enquanto governação e (2) autonomia das escolas enquanto gestão que se traduz em dois tipos de agentes (GEPE, 2007, 9-10):

- a. Agentes de governação—encarregados de educação, representantes da comunidade educativa.
- b. Agentes de gestão—docentes e não docentes; os participantes ligados à vida interna da escola.

As escolas abrem-se às envolventes locais garantindo aos actores das comunidades educativas a sua representação no centro do processo de decisão. Mas tal como em outras mudanças, esta nova estrutura de gestão desencadeou violenta oposição. Já a reforma Sotto Mayor Cardia, ao fazer uma lei de gestão (DL nº769-A/76 de 23 de Outubro) onde os conselhos directivos eram maioritariamente compostos por professores, e não por funcionários e alunos, foi acusada de restaurar o «fascismo» nas escolas!

A decisão de estabelecer a figura do director não é nova. Em 1991, no DL nº 172/91 de 10 de Maio, lia-se no seu preâmbulo: “a experiência acumulada de 15 anos de gestão democrática recomenda algumas alterações no modelo vigente, de modo a conciliar o intransigente requisito de democraticidade com as necessárias exigências de estabilidade, eficiência e responsabilidade”. Criava-se o “director-executivo”, um gestor profissional (nomeado pelo conselho da escola) que deveria substituir a anterior equipa de liderança. Esta reforma foi compreendida por professores e sindicatos como um ataque ao governo democrático das escolas, até aí assunto exclusivo dos professores.

Algo de muito semelhante foi dito sobre a participação dos pais na gestão. As pesquisas detectaram uma profunda resistência dos professores à sua participação bem expressas nas afirmações seguintes: A participação dos pais “desafiava o estatuto dos professores reduzindo o seu controlo sobre o sistema de decisão” (Mota,1996: 316); a participação dos pais «é uma tentativa de redução de direitos adquiridos, da autoridade e poder dos profissionais, de privá-los do direito exclusivo de governarem a escola». (Alves, 1999; Lima, 2005:116). Diz Maria Mota: “os professores desejam conservar a sua autonomia tradicionalmente intocável” (Mota,1996: 323).

3.7. Avaliação-progressão nas carreiras

Devido à avalanche de reformas ainda mal digeridas, aos complexos e penosos processos burocráticos, às relações de poder envolvidas e pelas implicações no êxito na carreira, o processo de avaliação tem sofrido a contestação maior, talvez como nenhuma outra reforma. Pensamos que a questão central não reside tanto na forma mas na substância: a diferenciação na carreira, as quotas e a avaliação. Nunca nenhuma classe profissional trocou uma carreira sem riscos e incertezas pelos riscos e incertezas.

O novo estatuto da carreira docente (DL nº 15/2007, de 19 de Janeiro) estabelece a divisão da carreira em duas categorias hierarquizadas e um novo regime de avaliação do desempenho estreitamente conectado com a progressão naquela. A nova categoria—os professores titulares—passa a exercer funções de coordenação, de supervisão e de avaliação. O novo enquadramento da carreira estipula que apenas um terço dos professores de cada agrupamento de escolas poderá aceder à categoria: dois terços não chegarão ao topo da carreira. A independência é substituída pela interdependência.

O Ministério da Educação no “No Boletim dos Professores”⁸ explica e justifica o novo sistema de avaliação, peça fundamental para melhorar cada um, a organização e os resultados escolares. Permitiria reconhecer o mérito dos melhores professores, servindo de exemplo e de incentivo para que todos procurassem melhorar o seu desempenho. A avaliação seria

⁸ O Boletim dos Professores, Nº10, Abril 2008, Ministério da Educação

igualmente um direito e uma vantagem para os professores ao reconhecer o seu mérito, desenvolver as suas competências, melhorar o seu desempenho e facilitar a sua progressão na carreira.

Enfatiza-se, com ironia, que no anterior sistema a quase totalidade dos professores era classificada com Satisfaz, mas sem qualquer consequência uma vez que todos os professores, mesmo os que não faziam relatórios ou não davam aulas, progrediam na carreira e chegavam ao topo. Era um sistema sem selectividade, que «não distinguia»! Acrescentamos, era uma cultura do satisfaz, do igualitarismo que não produzia excepções! Como diria Nietzsche (Nietzsch,2007), uma cultura dos fracos e não dos fortes, dos vencedores.

O processo de avaliação inicia-se com a definição de objectivos (entre o professor avaliador e avaliado) e inclui o preenchimento de uma ficha de auto-avaliação, a observação das aulas, a análise de documentação e culmina com o preenchimento das fichas de avaliação pelos avaliadores, realização de entrevista individual dos avaliadores com respectivo avaliado e a realização da reunião dos avaliadores para atribuição de nota final. Pais e encarregados de educação só participam na avaliação se os professores o aceitarem.

Os objectivos incluem⁹: (1) a melhoria dos resultados escolares dos alunos (pesa 6.5% na avaliação); (2) a redução do abandono escolar; (3) o apoio prestado à aprendizagem dos alunos, incluindo aqueles com dificuldades de aprendizagem; (4) a participação nas estruturas de orientação educativa e nos órgãos de gestão do agrupamento, ou escola não agrupada; (5) a relação com a comunidade; (6) a formação contínua realizada; (7) e a dinamização de projectos e actividades curriculares e extracurriculares.

A observação das aulas é justificada: “os relatórios internacionais do PISA, há muito identificavam a necessidade de implantar no nosso sistema esta prática de observação e supervisão das aulas, essencial para a melhoria da qualidade do ensino”¹⁰. Por sua vez, as quotas¹¹ são sustentadas e legitimadas na má experiência passada. A sua ausência resultou na indiferenciação e em menor capacidade de reconhecer o mérito. Agora, elas introduzem um critério de exigência, pois em nenhuma situação todos são excelentes.

Segundo uma página da Fenprof,¹² “o modelo de avaliação é burocrático, assenta numa perspectiva punitiva e numa organização hierarquizada (...). A avaliação não seria inter-pares: os titulares avaliam os professores, os inspectores avaliam os titulares; o director avaliará toda a gente dentro da escola”. Ainda na página da Fenprof podia ler-se¹³: “o estabelecimento de quotas na avaliação e a criação de duas categorias em que dois terços não chegam ao topo da carreira destina-se a institucionalizar uma cadeia hierárquica dentro da escola”

Acreditamos que no futuro nem todos os professores estarão insatisfeitos. Este regime de carreiras e de avaliação— a ser consumado (!)—vai responder às expectativas dos que se percebem mais apetrechados, mais competentes, mais aptos a vencer. Como em qualquer campo social—mesmo entre os empresários (Valente, 1993: 6)—são os mais fortes, não os fracos, que preferem a desregulamentação liberal, que são adeptos do pragmatismo, da «performance», do sucesso, do mérito pois detectam oportunidades de realização das suas aspirações. Os beneficiados do sistema, e que acabam por partilhar o poder, contribuem para a sua legitimação.

Em coerência com a nossa grelha teórica e analítica, a divisão na carreira e o instrumento de avaliação têm enormes consequências na desconstrução do anterior sistema colegial e igualitarista dos professores, e no fortalecimento do poder da organização sobre os seus profissionais. Provavelmente, da (alguma) indiferença com a organização, da lealdade maior à profissão caminhar-se-á para maior disponibilidade (pelo menos física, ou calculista) para com as funções e tarefas organizativas e burocráticas. Se o anterior sistema de avaliação não diferenciava, este agora discrimina, diferencia, individualiza e hierarquiza. Se anteriormente havia escasso poder de sanção, agora há instrumentos de selectividade para, de modo contingente, sancionar positiva e negativamente. Mas outros poderes acontecem.

Em primeiro lugar, todo o acto de avaliação assenta numa vontade de julgar, premiar e condenar; em alguma espécie de direito ou superioridade (ética, moral, religiosa, cognitiva, autoridade, classe social, ou outra), em alguma espécie de desigualdade real ou percebida, em alguma legitimidade: é um acto de poder. Em segundo lugar, a observação nas aulas é uma intromissão num território antes da exclusiva autoridade do docente. Em certo grau, uma regressão à supervisão directa: um poder com rosto. Em terceiro lugar, o sistema de avaliação transporta consigo a cultura ou ideologia meritocrática: esta uma vez interiorizada funciona como poder imaterial, o poder condicionado (Galbraith, 1983), ou poder normativo (Amitai,1964): a obediência assenta em dimensões simbólicas, na partilha das crenças, valores e normas. Cada um se submete e faz o seu melhor porque acredita, partilha valores. Em quarto lugar, este processo «deliberadamente» isola, separa, distingue, ordena e classifica: uma espécie de poder disciplinar e de poder simbólico. Finalmente, por um lado, a organização reforça o seu poder sobre os profissionais; por outro lado, os beneficiados pelas novas oportunidades organizacionais terão propensões para maior identificação com a organização e menos com a profissão.

⁹ O Conselho de Ministros de 20.11.2008, para o presente ano lectivo, suspendeu os dois primeiros pontos

¹⁰ O Boletim dos Professores, N°10, Abril 2008, Ministério da Educação, p. 10

¹¹ Obedecendo ao SIADAP, o Despacho n° 20131/2008 (Diário da República, 2ª série, N°146, 30 de Julho de 2008) fixa as percentagens máximas para as classificações de mérito. A menção qualitativa de excelente varia entre os 5% e 10%; a menção qualitativa de Muito Bom varia entre os 20% e 25%. Seguem-se as classificações de Bom, Regular e Insuficiente. Os valores dependem da avaliação externa.

¹² <http://www.fenprof.pt/?aba=27&cat=266&doc=3604&mid=115,29.09.2008>

¹³ <http://www.fenprof.pt/?aba=27&cat=266&doc=364&mid=115,08.10.2008>

Há indícios, ainda pouco consistentes, que as aulas de substituição estarão a baixar as taxas de absentismo de 10% para 6%¹⁴. Uma hipótese explicativa: o poder normativo-social dos pares sobre cada indivíduo substitui a intervenção dos poderes formais; a falta de um é sobrecarga de outro!

3.8. Comportamentos políticos e deslocamento dos conflitos

A organização do trabalho e das carreiras dos professores tem sido de baixa escassez e baixa interdependência: progressão na carreira cilíndrica e não piramidal. Esta condição estrutural, foi estruturante da colegialidade e das amplas solidariedades e militância contra o adversário comum: os sucessivos Ministros. A diferenciação entre professores titulares e não titulares e a criação de quotas na avaliação claramente introduzem factores de escassez e de interdependência e, inevitavelmente, a competição, a diferenciação, o deslocamento da conflitualidade e a intensificação dos comportamentos políticos. Jeffrey Pfeffer (Pfeffer,1981:69), na identificação das fontes de conflito e do uso do poder (política para o autor), atribui enorme relevo à escassez. Esta potencia as interdependências uma vez que, se A alcança o que deseja, poderá impossibilitar que B o faça. O próprio Hobbes escreveu: “se dois homens desejam a mesma coisa ao mesmo tempo que é impossível de ser gozada por ambos, eles tornam-se inimigos” (Hobbes, 2002:110-111). Também viu na competição, na desconfiança e na glória as causas principais da discórdia. A escassez nas quotas e nos lugares de titulares aumenta a interdependência e o conflito: se A obtém um Excelente, B e C não; se A passa a Titular, B e C não.

Seguimos a definição de comportamentos políticos enquanto tentativas de influenciar decisões em benefício próprio, mesmo com dano para os outros e a organização. Seriam acções informais, clandestinas e ilegítimas. Muitas vezes passam pelo recurso a meios ilegítimos (por exemplo sonegar informação, não cooperar, desenvolver acções de charme...) para fins ilegítimos (satisfação do interesse próprio).

A cultura burocrática (impessoal, universalista, igualitarista) e profissional (colegial) concertiza conhecerá um processo de erosão, de decomposição. Os efeitos nefastos do individualismo competitivo no espírito de equipa e na solidariedade grupal estão bem documentados. Citamos: “à medida que os modos de gestão de carreiras, das recompensas e dos desempenhos se individualizam e repousam sobre uma lógica de diferenciação associada à concorrência e competição entre os membros da empresa, desenvolve-se um discurso sobre a solidariedade de todos face às ameaças da envolvente” (Coupasson, 200: 18-19), o que, no mínimo, é contraditório.

Michel Crozier (1994:82) relata as contradições e dificuldades provocadas pela fixação de objectivos individuais junto dos quadros: (1) a direcção encorajava simultaneamente o espírito de grupo, «agir em conjunto», e a concorrência interna; (2) os interesses individuais colidiam com o desempenho grupal; (3) havia elevada probabilidade de rompimento das relações de amizade e de solidariedade; (4) as actividades interdependentes que exigiam cooperação eram afectadas.

O que acontecerá à solidariedade e ao poder colectivo? “ (...) O poder dos profissionais depende da solidariedade real entre eles e de se comprometem a não revelarem erros e fracassos. A sua força depende do nível de confiança interpessoal no seio do grupo, e do facto da organização não os colocar em competição entre si” (Coupasson,2000:152). A competição entre os elementos de um grupo é inimiga da sua cooperação, solidariedade, coesão e poder colectivo.

Haverá deslocamento dos conflitos? Felie, et al., (Ferlie, et al.,1996:178) focaram o impacto do mercado na competição interna entre os profissionais: médicos por pacientes e professores pelos alunos. Mas a competição passa para o seio da própria escola. No passado, embora existisse a diferenciação das especializações e consequentes subculturas com quadros mentais singulares, alguns «paroquialismos, pequenos poderes e recursos disputados de moderada importância (horários, instalações...), admitimos que era pouco consequente na conflitualidade interna dada a baixa escassez e interdependência. Era uma conflitualidade de baixa intensidade facilmente coberta pela Escola das Relações Humanas: falhas na organização, dificuldades de comunicação e meros desentendimentos interpessoais, tudo resolvido pelo diálogo. Sumariando, eram reduzidas as condições estruturais geradoras de potenciais conflitos. Agora, criam-se condições estruturais de conflito, agora deslocado para o interior dos professores: por exemplo, a relação titulares/não titulares. Tem-se constatado, quer na ausência de competição e de mobilidade ascendente, (situações de bloqueamento à progressão na carreira), quer em progressões cilíndricas e burocráticas, que os conflitos tendem a opor os trabalhadores às chefias, à direcção ou à organização. Por sua vez, existindo competição em torno de recursos escassos, mobilidade na carreira e no poder, os conflitos deslocam-se para o interior dos grupos de trabalho: uma espécie de guerra civil entre os trabalhadores—logo, baixa coesão.

3.9 Efeitos no sindicalismo

Embora com rigor duvidoso, pois não existem registos seguros, apresentamos alguns indicadores:

a. Número de professores e de professores sindicalizados¹⁵: (1) 136 mil professores; (2) 106 mil sindicalizados; (3) 70 mil na Fenprof.

b. Sindicalistas profissionais—segundo a página do Diário de Notícias, em 2004/2005 havia cerca de 1200 professores que podiam exercer actividade sindical a tempo inteiro, sem horário de aulas¹⁶. Em Junho de 2005, o Primeiro-Ministro revelou na Assembleia da República a intenção de reduzir o número de professores dispensados da actividade

¹⁴ <http://diário.iol.pt/noticia.html?id=772603&div-id=4071>, 14-08.2008

¹⁵ fonte: Mário Nogueira, Antena1, 19.04.2008

¹⁶ <http://dn.sapo.pt/2006/03/25,25-08-2008>

docente de 1327 para 450. Foram reduzidos para 450 (180, para a Fenprof; 180 para a FNE; 90 para os independentes) na perspectiva de baixar para 300.

c. Dirigentes da Fenprof e da FNE nas últimas décadas e respectiva filiação partidária—Manuela Teixeira (PSD); João Dias da Silva (PSD); Paulo Sucena (PCP); Mário Nogueira (PCP).

Os dados sugerem: (1) uma elevada taxa de sindicalização; (2) até 2005, o surpreendente e desproporcionado número de sindicalistas profissionais dispensados da função docente, manifesta o muito poder detido e exercido pelos sindicatos no sistema educativo; eles detinham lugares, privilégios para distribuir pelos filiados; (3) a existência de uma lei de ferro da oligarquia: poucos que se profissionalizam e reproduzem à frente da organização, permanecendo dez, quinze, vinte anos sem actividade docente; (4) A cumplicidade entre os dirigentes sindicais e os aparelhos e dirigentes partidários. Serão estes indicados, ou aprovados pelos respectivos dirigentes partidários? Haverá tutela partidária?

Mário Nogueira tem sido um dos homens mais mediáticos e com maior poder do país e a Fenprof um contrapoder que desgasta qualquer poder. E, no futuro? A redução do número de sindicalistas profissionais foi o primeiro sinal de mudança. Também os primeiros passos de alguma descentralização para as autarquias (gestão do pessoal auxiliar) e desburocratização são sinais de alarme. Os sindicatos têm mais poder com lógicas centralizadas, verticais e burocráticas. Liasse na página da Fenprof: “A Fenprof rejeita em absoluto a transferência de qualquer competência para os municípios relativa ao pessoal docente, isto é, sobre o recrutamento, salários, carreiras, avaliação do desempenho, o exercício da acção disciplinar, ou qualquer outra tutela”¹⁷. Este posicionamento diverge da vontade de Fernando Ruas, o Presidente da Associação Nacional dos Municípios: ele pretende a descentralização da gestão, nomeadamente a colocação dos professores pelas autarquias¹⁸.

As tendências da NGP e da gestão das escolas apontam para o controlo pelo mercado, para lideranças fortes e para o enfraquecimento e marginalização dos sindicatos e dos representantes eleitos: impedir as formas de obstrução corporativa. Todas as mudanças estruturais e processuais assinaladas, ao desprofissionalizarem, ao dividirem e desintegrarem a natureza colegial, igualitarista e burocrática destes profissionais, vão no futuro, muito provavelmente, enfraquecer o poder dos sindicatos do sector.

Conclusão

Há fortes indicações relativamente à vontade de intensificar o «poder sobre» os profissionais para, como é professado, obter o «poder de»: melhorar os resultados do sistema educativo. Fruto de decisões deficientes e da oposição vigorosa o processo vem sendo remendado. Haverá poder para o prosseguir?

Bibliografia

- Afonso, J., A., (2001). A Redefinição do Papel do Estado e as Políticas Educativas: Elementos para Pensar a Transição, *Sociologia Problemas e Práticas*, 37, 33-41.
- Aguilar, J., & Aurélio D., & Cabral, & M., Tribolet, J. (1998). *Saber e Poder*. Lisboa: Livros e Leituras.
- Amitai, E. (1964). *Modern organizations*, Columbia university, Prentice-Hall.
- Araújo, H., C., G. (1985). Profissionalismo e Ensino, *Caderno de Ciências Sociais*, 3, 85-103.
- Ailon, G. (2006). What B Would Otherwise Do: A Critique of Conceptualization of “Power” in Organization Theory, *Organization*, Vol. 13, vol. 13, N°6.
- Afonso J., A. (2002). Políticas contemporâneas e Avaliação Educacional, In Lima, L. C., & Afonso, A., J. *Reformas da Educação Pública, Democratização, Modernização, Neoliberalismo*. Porto: Afrontamento.
- Barroso, J. (1996). *O Estudo da Escola*. Porto: Porto Editora
- Bacharach, B., S., & Lawler, J. E., *Power and Politics in Organizations*, Books on Demand, UMI.
- Blau, P., M., & Scott, W., R. (1992). *Organizações Formais*. New York: Ed. Atlas.
- Crozier, M. (1994). *A Empresa À Escuta*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Deleuze, G. (2005). *Foucault*. Lisboa: Edições 70
- Durkheim, E. (1977). *A Divisão do Trabalho Social*. Lisboa: Ed. Presença, (vol. I).
- Ferlie, E., & Ashburn, L., & Fitzgerald, L., & Petigrew. (1996) A., *The New Public Management in Action*. New York: Oxford, University Press.
- Foucault, M. (2007). *Microfísica do Poder*. S. Paulo: Edições Graal.
- Freidson, E. (1987). *Professional Powers, A Study of the Institutionalization of Formal Knowledge*, Chicago Press.
- Friedberg, G. E. (1993). *Le Pouvoir et la Règle: Dynamique de l' Action Organisée*. Paris : Seuil.
- Friedman, M. R., (1980). *Liberdade Para Escolher*. Lisboa: Publicações Eutopa-América.
- GEPE. (2007). *Gabinete de Estatísticas e Planeamento da Educação, Ministério da Educação, Autonomia das Escolas na Europa*, EURYDICE

¹⁷ <http://fenprof.pt/?aba=27&cat=226&doc=3603&mid=15>, 17-09-2008

¹⁸ <http://dn.sapo.pt/2007/02/23/>, 25-08-2008

- Galbraith, J. K (1983). *Anatomia do Poder*. Lisboa: Difel.
- Grácio, S. (1998) *Ensino Privado em Portugal*. Contributos para uma Discussão, *Sociologia Problemas e Práticas*, 27, 129-153.
- Hobbes, T., (2002). *Leviatã*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Laval, C. (2004). *L'école n'est pas une entreprise: Le néo-libéralisme à l'assaut de l'enseignement public*. Paris : Éditions La Découvert.
- Lima, J.Á. (2005). *State Educational Policy and Teachers' Work in Portugal (1960-2004) : A Review of the Research Literature*. A Literature Review of Welfare State Restructuring in Education and Health Care in Europe Contexts: Implications for the Teaching and Nursing Professionals and their Professional Knowledge. *Profknow*. Goodson I., & Norrie, C., October, 99-137.
- Lukes, S.(1974). *Power: A Radical View*. Londres:The, MACMILLAN PRESS LTD, Londres
- Lukes, S. (1980). *Poder e Autoridade*, in Bottomore, T., & Nisbet, R., *História da Análise Sociológica*, Rio de Janeiro: Zahar, Editores.(pp.823-880)
- Melo, M. B. Portugal (2008). *Representação dos Professores do Ensino Secundário a Propósito dos Rankings Escolares*, *VÍRUS*, 3, 2-19.
- Mintzberg, H. (1991). *Structure & Dynamique des Organisations*. Paris : Les Editions D'Organisation
- Mintzberg, H. (1986). *Le Pouvoir Dans Les Organisations*. Paris : Les Éditions D'Organisation
- Gareth (1986). *Images of Organization*. London : Sage Publications
- Mota, M. C. C. M. (1996). *Os Professores e a Participação dos Pais na Administração das Escolas*, *INOVAÇÃO*, 9 (3), 313-332.
- Norrie, C., & Goodson I. (2005). *A Literature Review of Welfare State Restructuring in Education and Health Care in Europe Contexts: Implications for the Teaching and Nursing Professionals and their Professional Knowledge*. *ProfKnow*. Editors: Goodson I., & Norrie, C., October.
- Pagés M., & Bonetti, M., & Gaulejac, V., & Descendre (1992). D., *L'Emprise de L'Organisation*. Paris : Économie en Liberté, PUF.
- Parsons, T. (1976). *Profesiones Liberales*, in David L. Sills, *Enciclopedia Internacional de las Ciencias Sociales*. Madrid: Aguilar ediciones, (538-546).
- Parsons, Talcott, (1984). *El sistema social*. Madrid: Alianza Universidad.
- Pfeffer, Jeffrey (1981). *Power in Organizations*, Marshfield, MA: Pitman.
- Porter, Theodore M. (1996). *Trust in Numbers*, Princeton University Press.
- ProfKnow (2007). *Professional Knowledge. Professional Expertise Under Retructuring: Comparative Studies of Education and Health Care; The Survey Study*, Sohlberg, P. & Czaplicka, M., & Lindblad S., & (...), December.
- Reed, M. I. (1992). *The Sociology of Organizations, Themes, Perspectives and Prospects*. London: Harvester Wheatsheaf.
- Rodrigues, M., L. (1997). *Sociologia das Profissões*. Oeiras: editora CELTA.
- Santos, B. S. (2000). *A crítica da razão indolente*. Porto: Edições Afrontamento.
- Simon, A., H. (1997). *Administrative Behaviour*. New York: The Free Press.
- VALENTE, J. (1993). *A representação liberal no mundo da gestão*, *Caderno de Ciências Sociais*, 12/13, 5-24.
- Wallace, J., E. (1995). *Organizational and Professional Commitment in Professional and Nonprofessional Organizations*, *Administrative Science Quarterly*, 40 (2)
- Weber, M. (1968). *Ciência e Política: Duas Vocações*. S. Paulo: Cultrix.
- Weber, M., (1978). *Economy and Society*. University of California Press (Vol. IeII).
- Consulta Internet
- <http://www.fenprof.pt/?aba=27&cat=266&doc=3604&mid=115,29.09.2008>
- <http://www.fenprof.pt/?aba=27&cat=266&doc=364&mid=115,08.10.2008>
- <http://dn.sapo.pt/2006/03/25,25-08-2008>
- <http://.fenprof.pt/?aba=27&cat=226&doc=3603&mid=15,17-09-2008>
- <http://dn.sapo.pt/2007/02/23/,25-08-2008>

Formas e Importância Económica e Social da Aprendizagem Organizacional

Orlando Petiz Pereira
 Universidade do Minho
 orlandop@eeg.uminho.pt

Maria João Assoreira Raposo
 Universidade do Porto
 mrp@isep.ipp.pt

Resumo: Na presente economia do conhecimento, o acesso e a utilização eficiente da informação é uma condição necessária para o sucesso das organizações. Estas, já dão sinais de sensibilidade para os diferentes processos de aprendizagem, nomeadamente para a organizacional, porque ela é um processo complexo e interactivo de acesso, utilização, difusão e produção de conhecimento, cujos efeitos extravasam as organizações e invadem as sociedades. Mas, o sucesso de tal processo depende, entre outras, da aprendizagem para se trabalhar em grupo, da aprendizagem da motivação e da aprendizagem para uma comunicação aberta, assertiva e objectiva, cujas aquisição, distribuição e implementação do conhecimento, são três importantes fases do processo da aprendizagem organizacional.

Baseados no pressuposto de que a aprendizagem organizacional influencia positivamente o ambiente inovador e que estes têm efeitos positivos sobre o desempenho individual, grupal e organizacional, o presente trabalho debruça-se sobre a análise de casos de empresas fornecedoras de produtos intensivos em conhecimento. Por recurso à informação primária, resultante de um inquérito próprio e que está em circulação desde Maio de 2008, o seu objectivo é identificar as suas formas de aprendizagem organizacional, medir o seu valor e identificar os seus efeitos sobre o desenvolvimento económico-social.

O trabalho apresenta a seguinte estrutura metodológica: no primeiro capítulo fazemos um enquadramento teórico sobre a aprendizagem organizacional; no segundo capítulo fazemos o tratamento dos dados, com o suporte estatístico SPSS e apresentamos os principais resultados. Por fim, com base na produção das principais conclusões, apresentaremos pistas de reflexão futura.

Palavras-chave: Aprendizagem organizacional, conhecimento, informação, capital intangível

1. Introdução, objectivos e metodologia

O desenvolvimento das tecnologias e a sua difusão alterou, de forma radical, as relações laborais e os modos de produção. A dilatação das invenções e consequentes inovações têm surgido a uma velocidade que cresce a taxas crescentes. Tal realidade relaciona-se com a capacidade de utilizar e de interpretar a informação, quer esta se apresente no seu estado científico ou tácito. Por tal facto, o desenvolvimento das organizações empresariais está na dependência directa da cognição e da intelectualidade que, por sua vez, é facilitado quando o cérebro humano está conectado com o cérebro das tecnologias da informação e da comunicação.

Tendo por pano de fundo a filosofia e os objectivos das learning organizations, a nossa reflexão debruça-se sobre duas organizações portuguesas, sediadas na grande Lisboa, intensivas em conhecimento e que oferecem serviços de alto valor acrescentado, no domínio dos cuidados médico-sanitários. O nosso objectivo central consiste em averiguar se, de acordo com o sentimento dos colaboradores, as Organizações respiram um ambiente de learning organization. A identificação destas organizações prende-se com as características e importâncias das learning organizations na sociedade da informação e na economia baseada em conhecimento. Isto porque, quando este tipo de organizações são animadas pelo combustível de cidadania e de responsabilidade social, transformam-se em instrumento de capital importância para a edificação e coesão social e económica. Também garantem a longevidade, com independência, das suas organizações e a atractividade aos diferentes stakeholders. Globalmente, pretendemos confrontar o velho com o novo paradigma do cenário organizacional e queremos averiguar se a tendência destas organizações é para apostar na continuidade da sua tradicional filosofia de vida ou, pelo contrário, se aposta na mudança como forma de reagir às imposições dos mercados e à proliferação das diferentes tecnologias.

Para a prossecução daqueles objectivos, o trabalho está estruturado da seguinte forma: na secção 2 fazemos um enquadramento do tema e exploramos os conceitos subordinados ao seu desenvolvimento; na secção 3 reflectimos sobre a era do conhecimento e contrastamos os paradigmas da era Industrial com os da era do Conhecimento; na secção 4 fazemos uma aplicação empírica, através do estudo da “Análise de Casos”. Aqui traçamos um referencial de comportamento para as organizações e lançamos pistas para possível reflexão futura, para o desenvolvimento da mesma temática.

2. A era do conhecimento

No futuro próximo serão esbatidas as diferenças existentes entre os (i) trabalhadores de colarinho branco e os trabalhadores de colarinho azul, (ii) os trabalhadores do conhecimento e os restantes trabalhadores e entre (iii) organizações empresariais baseadas no conhecimento e as restantes. Neste sentido, urge uma acção eficiente sobre os recursos disponíveis, nomeadamente, os oriundos das ciências da inteligência artificial, de forma a evitar que as organizações sejam neutralizadas pelas suas emergentes homólogas, dado que estas nascem conscientes da necessidade de um irrequieto espírito, de forma a responder à actual turbulência económica, social e empresarial. Por tal facto, presentemente, uma das fortes questões organizacionais prende-se com a difusão do conhecimento que, sua vez, está na dependência da comunicação organizacional interna. Mas, tal como advogam Koivuaho and Laihonem (2006), a comunicação é essencial à transferência da informação para a pessoa e/ou para a organização que dela necessita. Neste sentido, para se difundir a informação e o conhecimento, impõe-se uma interacção obstinada e a existência de conhecimento previamente acumulada no interior da organização. Este facto releva a importância da aprendizagem colectiva e organizacional. Simultaneamente, a difusão da informação e do conhecimento promove a socialização dos trabalhadores, pelo que a aprendizagem organizacional passa pelo cruzamento dos diferentes tipos de conhecimento tácito e explícito para sustentar a vantagem competitiva. É nesta base que a interacção e a acção, cuja base de apoio está na cultura organizacional, permite aperfeiçoar a aprendizagem colectiva. Neste sentido, Serabia and Sarabia (2005) consideram que as capacidades das pessoas são essenciais para a utilização e dinamização do conhecimento. De forma idêntica, Bourhis, Dubé and Jacob (2005) consideram que, as novas habilidades e competências são

a essência da performance das organizações e para a difusão do conhecimento, questão corroborada por Cohen and Levinthal (1990).

Mas, a era do conhecimento, fruto do progresso acumulado, não se compadece com as limitações dos tradicionais paradigmas organizacionais. Neste âmbito, o ambiente cultural organizacional deverá substituir a abordagem pela imposição, pela abordagem pelo estímulo. Por tal facto, Kluge et al. (2002: 33) afirmam que é urgente derrubar as barreiras individuais que impedem a progressão do conhecimento e consideram que estas se relacionam com a motivação. Entendem que os colaboradores motivados criam e partilham o conhecimento mas, acrescentam, que as técnicas impositivas os desmotivam. Para tal, a cooperação e a aproximação entre os colaboradores e a criação de equipas multidisciplinares, assim como reuniões formais e informais de trabalho, deverão ser implementadas e encorajadas, porque são formas de dilatar o conhecimento nas organizações. Mas, a importância do conhecimento é tanto mais visível, quanto maior for a importância que se dá aos talentos, às capacidades, ao capital intelectual, aos activos intangíveis, ao treino, à aprendizagem ao longo da vida e à organização como laboratório de aprendizagem. Em função desta realidade, parafraseando Serrano & Fialho (2005: 3), na era do conhecimento procura-se o “homem global”, o homem integrado, porque nesta perspectiva, ele envolve-se com o trabalho e procura desenvolver processos criativos, por oposição à especialização das tarefas. Como na sociedade da informação, o trabalhador se comporta de forma diferente, comparativamente ao trabalhador especializado, porque possui experiência, ideias, saberes e conhecimento diferentes, o novo perfil do trabalhador diferencia o trabalhador multifuncional do trabalhador multiquificado (Serrano & Fialho (2005: 29) porque: enquanto que o primeiro está apto a operar com mais do que uma máquina com características semelhantes, o segundo desenvolve e incorpora diferentes habilidades e competências. Por tal facto, o trabalhador multifuncional está inserido numa perspectiva aditiva, enquanto que o multiquificado está inserido numa perspectiva integrativa. Desta forma, as competências distinguem os paradigmas da era industrial, ou os paradigmas pró era industrial e o paradigma da era do conhecimento.

Existem diferenças significativas entre os dois paradigmas. O da Era Industrial é mais previsível, hierárquico, burocrático, resistente à mudança, individual, centralizado, dirigido e controlado de cima para baixo. Baseia-se na especialização, nas estruturas rígidas e focaliza-se nos activos tangíveis. Por seu turno, o paradigma da Era do Conhecimento assenta em valores que divergem significativamente do paradigma da Era Industrial. Assim, a certeza e a previsibilidade do paradigma da Era Industrial dá lugar à turbulência, à incerteza e à imprevisibilidade no novo paradigma. De igual forma, o carácter individual do trabalho, da criatividade e da motivação, dá lugar ao trabalho de grupo e à criação de redes e estimula-se a interacção e a partilha entre os diferentes membros da organização. No novo paradigma, também se incute e se incute a necessidade de uma aprendizagem ao longo da vida, contrariamente à aprendizagem para toda a vida. Por tal facto, o apoio e a colaboração entre a organização e os seus diferentes membros é privilegiada, como forma de catapultar os níveis de conhecimento. Neste sentido, Nonaka (1991) vê no conhecimento a essência para a organização actuar eficazmente. Mas, para que tal aconteça, a organização deverá conjugar a vertente estratégica com a vertente visionária, porque enquanto que a primeira tem um alcance de longo prazo e é estrutural, a segunda é conjuntural e traduz-se nas respostas às solicitações quotidianas. Desta forma, as pessoas, num contexto de liberdade responsável, sentem-se desinibidas, partilham e participam espontaneamente e sem receio de serem punidas. Por isso, de acordo com McGhill and Slocum (1993:76) as organizações, nomeadamente as designadas por learning organization devem, em primeiro lugar, aprender a aprender para motivar e encorajar continuamente à experiência, à cooperação e à interacção entre os diferentes colaboradores, o que implica a mudança de paradigma organizacional. Neste mesmo sentido, Lundvall and Borrás (1997), chamam a atenção para as aptidões dos indivíduos, das organizações empresariais, das regiões e dos países para a aprendizagem ao longo da vida, dadas as suas externalidades positivas sobre a performance organizacional. Por tal facto, o saber porquê está a dar primazia ao saber como, o que requer uma aprendizagem constante e a mudança de filosofia das organizações. Por isso, a emergência das learning organizations e seu desenvolvimento (Mayo and Lank, 2000; Mumford, 1997; Nieminen, 2005). Aqui está subjacente o conhecimento, quer na vertente explícita, quer na vertente tácita. O primeiro é passível de ser estruturado e documentado, enquanto que o segundo está relacionado com os sentidos e com a experiência. Contudo, como o conhecimento tem a sua origem na cabeça das pessoas, uma grande parte do mesmo nunca chega a ser codificado. Por isso, na ausência da sua partilha perde-se parte do seu conteúdo. Aqui, com o intuito de se evitar tal ineficiência, a nova filosofia organizacional das learning organizations assume um papel decisivo e estratégico.

3. Análise empírica

3.1. Introdução, objectivos e metodologia

Em função dos nossos propósitos, estrategicamente, optámos pela informação primária. Para tal elaborámos um questionário que foi aplicado entre Maio e Outubro de 2008. Trata-se de um questionário que se destinou a todos os colaboradores das organizações objecto de análise neste trabalho. Inicialmente, o questionário foi apresentado em suporte de papel. Dada a baixa taxa de resposta, numa segunda fase lançámos o inquérito on-line, com o intuito de facilitar e de garantir o anonimato e confidencialidade. Contudo, apesar dos esforços, apenas recebemos um total de 290 inquéritos, o que representa 15% dos colaboradores das duas organizações.

O questionário é constituído, apenas, por questões fechadas. Pretendia-se, dessa forma, que o colaborador se pronunciasse sobre o seu sentimento relativamente às questões colocadas. Contudo, para esta primeira abordagem, seleccionamos, somente, quatro questões que serão tratadas por faixa etária, habilitação literária, escalão profissional e níveis

de rendimento. A adopção desta metodologia prende-se com a necessidade de se evitar possíveis enviesamentos nas respostas, dado que, por vezes, os colaboradores reagem mais com o coração do que com a razão, atendendo a desencantamentos com que se defrontam, tanto ao nível da faixa etária como ao nível do escalão habilitacional, profissional e salarial a que pertencem.

Dado que pretendemos ver, in loco, as learning organizations, fazemos o tratamento dos dados em conjunto, por se trata de organizações com o mesmo perfil, objectivos e missão. Dos 290 questionários recebidos, 45 respondentes não indicam o género, 76 são homens e 169 são mulheres.

3.2. Caracterização das organizações

Dos 290 questionários recebidos pode-se constatar a importância das habilitações literárias dos colaboradores, dado que 78,4% dos inquiridos apresentam um grau académico Universitário. Inclusive, registamos o elevado número de colaboradores habilitados com grau académico superior à Licenciatura, porque o seu valor ultrapassa os 17% dos que responderam validamente ao questionário, conforme quadro nº 1:

Quadro nº 1: Distribuição dos colaboradores segundo as habilitações literárias

Habilitações literárias	Freq. Absol. (n)	Freq. Rel. (%)	Freq. Acum. (%)
1º Ciclo do Ensino Básico (4º ano)	3	1,0	1,0
2º Ciclo do Ensino Básico (6º ano)	9	3,1	4,1
3º Ciclo do Ensino Básico (9º ano)	34	11,7	15,9
Estudos Complementares (12º ano)	45	15,5	31,4
Bacharelato	21	7,2	38,6
Licenciatura	128	44,1	82,8
M.B.A./Mestrado/Doutoramento	50	17,2	100,0
Total	290	100,0	

Fonte: Elaboração própria

Também registamos o facto de, apenas, 15,9 dos respondentes apresentarem uma habilitação literária inferior ao 3º Ciclo do Ensino Básico (9 anos de escolaridade), o que corresponde ao actual ensino obrigatório. Entendemos que o elevado número de Bachareis, Licenciados, Mestres e Doutores não será de estranhar, tendo em conta os objectivos e missão destas Organizações. Em princípio, esta realidade e comportamento organizacional será o garante de uma difusão fluida do conhecimento intra organização, nomeadamente ao nível do conhecimento tácito. Simultaneamente, permite uma utilização mais eficiente do conhecimento tangível existente na organização, o que se traduz em redução da subutilização dos valores patrimoniais e, dessa forma, em potencial aumento da sua competitividade organizacional.

Relativamente à maturidade física dos colaboradores, conforme quadro nº 2, podemos constatar que 78% da população tem menos de 45 anos de idade.

Quadro nº 2: Distribuição dos colaboradores segundo a faixa etária

Idade	Freq. Abs. (n)	Freq. Rel. (%)	Freq. Rel. Válida (%)	Freq. Rel. Acum. (%)
Até 25 anos	34	11,7	12,5	12,5
De 26 a 35 anos	100	34,5	36,6	49,1
De 36 a 45 anos	79	27,2	28,9	78,0
De 46 a 55 anos	48	16,6	17,6	95,6
De 56 a 60 anos	8	2,8	2,9	98,5
Mais de 60 anos	4	1,4	1,5	100,0
Total (sub)	273	94,1	100,0	
Não responde	17	5,9		
Total	290	100,0		

Fonte: Elaboração própria

Parece-nos que esta realidade é um indicador relevante sobre a jovialidade dos colaboradores das organizações. Esta constatação é reforçada pelos 22% da população que apresenta uma idade igual ou superior a 46 anos de idade. Desta forma, consideramos que a existência de potenciais freios à mudança organizacional e à implementação de novas práticas, valores e comportamentos organizacionais, assim como à implementação das novas tecnologias da informação e comunicação, não poderão ser imputados à elevada maturidade física dos colaboradores, como parece ser apanágio no quotidiano das organizações menos ganhadoras.

Para além da relevante jovialidade física e do elevado grau de habilitações académicas dos colaboradores, pode-se verificar que 46,3% dos colaboradores estão ao serviço das organizações há mais de 10 anos. Por seu lado, apenas cerca de 30% da população é que está ao serviço das organizações há menos de 5 anos, conforme quadro nº 3.

Quadro nº 3: Admissão dos colaboradores por ano civil

Ano de admissão	Freq. Abs	Freq. Rel	Freq.Rel.Válida	Freq.Rel.Acum.	Anos de serviço na Organização
1962	1	,3	,4	,4	46
1966	1	,3	,4	,7	42
1970	1	,3	,4	1,1	38
1971	1	,3	,4	1,4	37
1974	1	,3	,4	1,8	34
1976	2	,7	,7	2,5	32
1978	2	,7	,7	3,2	30
1980	5	1,7	1,8	4,9	28
1981	1	,3	,4	5,3	27
1982	1	,3	,4	5,7	26
1983	2	,7	,7	6,4	25
1984	3	1,0	1,1	7,4	24
1985	2	,7	,7	8,1	23
1986	1	,3	,4	8,5	22
1987	2	,7	,7	9,2	21
1988	4	1,4	1,4	10,6	20
1989	3	1,0	1,1	11,7	19
1990	2	,7	,7	12,4	18
1991	2	,7	,7	13,1	17
1992	1	,3	,4	13,4	16
1993	2	,7	,7	14,1	15
1994	2	,7	,7	14,8	14
1995	15	5,2	5,3	20,1	13
1996	41	14,1	14,5	34,6	12
1997	14	4,8	4,9	39,6	11
1998	19	6,6	6,7	46,3	10
1999	13	4,5	4,6	50,9	9
2000	21	7,2	7,4	58,3	8
2001	10	3,4	3,5	61,8	7
2002	10	3,4	3,5	65,4	6
2003	12	4,1	4,2	69,6	5
2004	26	9,0	9,2	78,8	4
2005	21	7,2	7,4	86,2	3
2006	13	4,5	4,6	90,8	2
2007	17	5,9	6,0	96,8	1

2008	9	3,1	3,2	100,0	0
Total -Sub.	283	97,6	100,0		
Não resp.	7	2,4			
Total	290	100,0			

Fonte: Elaboração própria

Estes, para nós, são indicadores de estabilidade interna organizacional e reveladores de experiência acumulada, quer individual quer organizacional. Contudo, para além dos anos de experiência profissional nas organizações, é de salientar que 53% dos colaboradores já desempenham a mesma função há, pelo menos, 5 anos e que, 72,8% dos colaboradores, pelo menos, têm três anos de desempenho na função actual, conforme quadro nº 4.

Quadro nº 4: Ano de entrada do colaborador na actual função

Ano de entrada na função	Freq. Abs	Freq. Rel.	Freq. Rel Válida	Freq. Acum	Rel.	Número de anos na função
1970	1	,3	,4	,4		38
1978	1	,3	,4	,7		30
1979	1	,3	,4	1,1		29
1980	3	1,0	1,1	2,1		28
1985	1	,3	,4	2,5		23
1986	1	,3	,4	2,8		22
1987	1	,3	,4	3,2		21
1988	2	,7	,7	3,9		20
1989	2	,7	,7	4,6		19
1991	1	,3	,4	4,9		17
1992	1	,3	,4	5,3		16
1993	1	,3	,4	5,7		15
1994	1	,3	,4	6,0		14
1995	8	2,8	2,8	8,8		13
1996	29	10,0	10,2	19,1		12
1997	7	2,4	2,5	21,6		11
1998	20	6,9	7,1	28,6		10
1999	11	3,8	3,9	32,5		9
2000	22	7,6	7,8	40,3		8
2001	8	2,8	2,8	43,1		7
2002	10	3,4	3,5	46,6		6
2003	18	6,2	6,4	53,0		5
2004	27	9,3	9,5	62,5		4
2005	29	10,0	10,2	72,8		3
2006	22	7,6	7,8	80,6		2
2007	33	11,4	11,7	92,2		1
2008	22	7,6	7,8	100,0		0
Total - SUB	283	97,6	100,0			
Não responde	7	2,4				
Total	290	100,0				

Fonte: Elaboração própria

Face a tais indicadores, se as organizações forem sensíveis e adeptas da filosofia das learning organizations, elas dispõem no seu interior de capital humano com elevado conhecimento tácito que poderá ser posto em movimento e a favor de todos os stakeholders.

As organizações em análise são de grande dimensão, tomando apenas como referencial o número de colaboradores. São intensivas em capital e apostam, dada a sua actividade, em investimentos intangíveis e de elevada cognição. A maioria dos seus colaboradores possui um nível académico igual ou superior à licenciatura e as funções profissionais mais relevantes são: Quadro de Pessoal Dirigente, Quadro de Pessoal Médico, Quadro de Enfermagem, Quadro Técnico Superior de Saúde, Quadro Técnico de Diagnóstico e Terapêutica, Quadro Técnico Superior, Quadro de Pessoal Docente, Quadro Técnico Profissional, Quadro Técnico, Quadro Administrativo, Quadro de Serviços Gerais, Quadro de Pessoal Auxiliar, conforme quadro nº 5

Quadro nº 5: Distribuição dos Colaboradores por quadro profissional

Quadro a que pertence	Freq. Abs	Freq. Rel.	Freq.Rel Válida	Freq. Rel. Acum
Quadro de Pessoal Dirigente	12	4,1	4,2	4,2
Quadro de Pessoal Médico	26	9,0	9,0	13,1
Quadro de Enfermagem	70	24,1	24,2	37,4
Quadro Técnico Superior de Saúde	16	5,5	5,5	42,9
Quadro Técnico de Diagnóstico e Terapêutica	18	6,2	6,2	49,1
Quadro Técnico Superior	17	5,9	5,9	55,0
Quadro Pessoal Docente	9	3,1	3,1	58,1
Quadro Técnico Profissional	1	,3	,3	58,5
Quadro Técnico	2	,7	,7	59,2
Quadro Administrativo	29	10,0	10,0	69,2
Quadro de Serviços Gerais	3	1,0	1,0	70,2
Quadro de Pessoal Auxiliar	60	20,7	20,8	91,0
Outro	26	9,0	9,0	100,0
Total - Sub	289	99,7	100,0	
Não responde	1	,3		
total	290	100,0		

Fonte: Elaboração própria

Relativamente aos ganhos salariais mensais líquidos, verifica-se que 119 colaboradores, isto é, cerca de 41% da população, usufrui um rendimento salarial líquido inferior a 1000 euros. Por seu turno, apenas 17,5% dos colaboradores apresentam ganhos salariais líquidos superiores a 2000 euros, conforme quadro nº 6.

Quadro nº 6: Distribuição dos Colaboradores por escalão de rendimento salarial

Rendimento salarial mensal líquido	Freq. Abs	Freq. Rel.	Freq.Rel Válida	Freq. Rel. Acum
até 500 euros	35	12,1	12,2	12,2
de 500 a 1000 euros	84	29,0	29,4	41,6
de 1001 a 1500 euros	89	30,7	31,1	72,7
de 1501 a 2000 euros	28	9,7	9,8	82,5
de 2001 a 2500 euros	28	9,7	9,8	92,3
Mais de 2500 euros	22	7,6	7,7	100,0
Total - SUB	286	98,6	100,0	
Não responde	4	1,4		
Total	290	100,0		

Fonte: Elaboração própria

3.3. Questões do questionário

Para este trabalho, para além de auscultação dos colaboradores para os valores como o estado de ansiedade, contentamento, partilha e satisfação com a organização, apenas seleccionámos as seguintes questões:

- A organização valoriza a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal.
- A organização oferece meios de auto-desenvolvimento aos colaboradores.
- A organização valoriza o rendimento individual de cada colaborador.
- O sistema de avaliação na organização promove a aprendizagem.

A selecção daquelas questões prende-se com a sua relevância para a auscultação da opinião dos trabalhadores sobre o sentimento interno existente nas organizações. Ora, se as learning organizations estão vocacionadas para a implementação de comportamentos éticos, para o respeito integral da pessoa, para a valorização da aprendizagem e desenvolvimento pessoal, para o apoio e incentivo à interacção, à partilha e ao trabalho de grupo, foi nosso objectivo verificar se, nas organizações em análise, tais valores se verificam no quotidiano. Assim, com a questão número um pretendíamos ver se no interior da organização existia a preocupação em valorizar o desenvolvimento pessoal e a aprendizagem, como suporte dos ganhos de produtividade e competitividade. Entendemos que esta questão é relevante porque quando é vivida transforma-se numa forma de congregação dos diferentes elementos e de os conduzir para as metas comuns. Também facilita a socialização interna e permite melhorar a eficiência na utilização do conhecimento, nomeadamente o tácito, já que a verbalização e outras formas de comunicação difunde-o no seio do grupo e da organização e faz capitalizar os valores patrimoniais organizacionais. A segunda questão - A organização oferece meios de auto-desenvolvimento aos colaboradores – pretende dar continuidade à questão anterior e ver se a prática quotidiana organizacional converge para os princípios das organizações aprendentes e em aprendizagem. Com a questão número três lançámos um olhar sobre a possibilidade dos colaboradores serem criativos e cooperantes no seu posto de trabalho e se a organização apostava no rendimento colectivo. Isto porque, muitas vezes, a cultura organizacional ainda se apresenta estática e os seus responsáveis insistem em pensar que a inovação é um traço de personalidade que nasce com as pessoas. Dentro desse ambiente, preocupam-se mais com o indivíduo do que com o grupo, fazendo abortar o trabalho de grupo, o diálogo, a interacção e a partilha. Com a questão número quatro pretendíamos ver se as organizações implementavam instrumentos de incentivo à aprendizagem, como é o caso do sistema de avaliação existente.

3.4. Tratamento dos dados

A análise dos dados sugere-nos grandes curiosidades, dado que as organizações mostram alguma sensibilidade para a implementação da filosofia das learning organizations, embora, os seus traços ainda não sejam evidentes face ao comportamento dos colaboradores, à sua liberdade criativa e decisional e ao fomento para a vivência plena do trabalho em grupo e para a interacção entre as equipas. De qualquer forma, em termos globais, existe sensibilidade, preocupação e motivação para a implementação de uma aprendizagem contínua com o objectivo de melhorar a eficiência na utilização do conhecimento. Também, as práticas quotidianas orientam-se para a evidência do conhecimento tácito, como forma de rentabilizar o conhecimento científico, independentemente da sua preocupação em codificar e/ou socializar o conhecimento tácito. Contudo, constatamos que os colaboradores, de forma expressiva, manifestam-se negativamente às questões colocadas porque respondem, em conjunto, ao tipo de discordo e concordo pouco em percentagem muito elevadas. Assim:

Relativamente à primeira questão, verificamos que em todas as faixas etárias os colaboradores consideram, em percentagens que ultrapassam os 40%, que as organizações não valorizam a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal, tomando como pressuposto de posições desfavoráveis as respostas ao tipo “discordo” e “concordo pouco” (ver anexo I). Quando tal acontece, o sentimento dos colaboradores no interior da organização é de divergência, com efeitos nefastos sobre a sua produtividade. Se tivermos em atenção as respostas por habilitações literárias, excluindo os habilitados com o 1º e o 2º Ciclo do Ensino Básico que representam apenas 4% da população respondente, constatamos que as respostas são francamente desfavoráveis, já que ascendem aos 44%, 38%, 42% e 34%, para os habilitados com o 3º Ciclo do Ensino Básico, Estudos Complementares, Licenciatura e M.B.A/Mestrado ou Doutoramento, respectivamente, o que representa 88,6% da população respondente. Entendemos que esta postura dos colaboradores traduz um sentimento de inquietação e de desconforto e não facilita a sua entrega aos objectivos das learning organizations. Resultados idênticos surgem para a análise segundo o escalão do rendimento salarial líquido mensal já que 81,4% dos respondentes - população com rendimentos entre os 500 e os 2500 euros - manifestam-se negativamente com taxas que oscilam entre os 40% e os 53,6%.

O sentimento que reina no interior dos colaboradores poderá ser confirmado pelo elevado grau de descontentamento dos colaboradores, já que 34,2% e 39,1%, dos homens e das mulheres, respectivamente, afirmam a existência de descontentamento no interior das organizações, conforme quadro nº7.

Quadro nº 7 : Existência de descontentamento entre os colaboradores na organização

Género	Resposta		Frequência (N)	Freq. (%)	Freq. válida	Freq. Acum.
Não indica	Válidas	Concordo muito	2	4,4	4,5	4,5
		Concordo	20	44,4	45,5	50,0
		Concordo pouco	10	22,2	22,7	72,7
		Discordo	12	26,7	27,3	100,0
		Total	44	97,8	100,0	

	Não responde		1	2,2			
	Total		45	100,0			
Masculino	Válidas	Concordo muito	3	3,9	4,1	4,1	
		Concordo	23	30,3	31,1	35,1	
		Concordo pouco	29	38,2	39,2	74,3	
		Discordo	19	25,0	25,7	100,0	
		Total	74	97,4	100,0		
		Não responde		2	2,6		
		Total		76	100,0		
Feminino	Válidas	Concordo muito	16	9,5	9,5	9,5	
		Concordo	50	29,6	29,8	39,3	
		Concordo pouco	66	39,1	39,3	78,6	
		Discordo	36	21,3	21,4	100,0	
		Total	168	99,4	100,0		
		Não responde		1	,6		
		Total		169	100,0		

Fonte: Elaboração própria

Também, poderá ser verificado através do estado de ansiedade que se vive nos colaboradores, porque 50,0% dos homens e 55,1% das mulheres referem a existência de tal sentimento, conforme quadro nº 8.

Quadro nº 8: Estado de ansiedade no interior da organização

Género	Respostas	Frequência (N)	Freq. (%)	Freq. Acum.
Não indica	Concordo muito	8	17,8	17,8
	Concordo	21	46,7	64,4
	Concordo pouco	13	28,9	93,3
	Discordo	3	6,7	100,0
	Total	45	100,0	
Masculino	Concordo muito	12	15,8	15,8
	Concordo	26	34,2	50,0
	Concordo pouco	35	46,1	96,1
	Discordo	3	3,9	100,0
	Total	76	100,0	
Feminino	Concordo muito	27	16,0	16,0
	Concordo	66	39,1	55,0
	Concordo pouco	58	34,3	89,3
	Discordo	18	10,7	100,0
	Total	169	100,0	

Fonte: Elaboração própria

A existência destes sentimentos, que dão corpo aos valores demolidores das organizações, dificultam a interacção e a entrega voluntária e incondicional às tarefas e aos objectivos comuns da organização e são obstáculos à comunicação e à criatividade. Assim, globalmente, consideramos que se pode constatar a existência de um ambiente menos propício à valorização da aprendizagem e do desenvolvimento pessoal. Parece-nos que no interior das organizações não se vive, de forma expressiva, o sentimento de incentivo à aprendizagem e ao desenvolvimento pessoal. Esta realidade terá, naturalmente, efeitos directos sobre a vivência, a atitude e o comportamento do colaborador, com externalidades negativas sobre a sua produtividade. Também, face aos valores encontrados, entendemos que a fluxo de informação surge da hierarquia e não através das redes de trabalho. Assim, o Novo Paradigma da Era do Conhecimento, para estas organizações, ainda não é muito expressivo, não obstante o esforço que se pode verificar.

Quanto às restantes questões, em termos de sentimento dos colaboradores, a tendência das respostas é tão negativa quanto a da primeira. As taxas de discordância são altas, independentemente da faixa etária, habilitações académicas, habilitações profissionais e rendimentos auferidos, conforme anexos nºs I a III. Inclusive, salientamos o facto dos respondentes com idade compreendida entre os 36 e os 45 anos, o que representa 27,3% da população, afirmarem que as organizações valorizam o rendimento individual de cada colaborador. Este valor conduz a um estado de satisfação pouco amistoso com a organização, conforme traduz os 42,1% e os 46,8% dos homens e das mulheres, respectivamente, conforme quadro nº 9. Esta realidade faz com que o colaborador se feche hermeticamente aos princípios dos novos paradigmas organizacionais.

Quadro nº 9: Estado de satisfação do colaborador

Género	Resposta		Freq. (N)	Freq. (%)	Freq. válida	Freq. Acum.
Não indica	Válidas	Concordo muito	9	20,0	20,5	20,5
		Concordo	18	40,0	40,9	61,4
		Concordo pouco	17	37,8	38,6	100,0
		Total	44	97,8	100,0	
		Não responde	1	2,2		
		Total	45	100,0		
Masculino	Válidas	Concordo muito	5	6,6	6,7	6,7
		Concordo	38	50,0	50,7	57,3
		Concordo pouco	28	36,8	37,3	94,7
		Discordo	4	5,3	5,3	100,0
		Total	75	98,7	100,0	
		Não responde	1	1,3		
		Total	76	100,0		
Feminino	Válidas	Concordo muito	17	10,1	10,1	10,1
		Concordo	73	43,2	43,2	53,3
		Concordo pouco	66	39,1	39,1	92,3
		Discordo	13	7,7	7,7	100,0
		Total	169	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria

Neste sentido, a produção de uma identidade colectiva e a vivência da interactividade, partilha e diálogo é difícil e os seus resultados são condicionados. Neste ambiente, a difusão do conhecimento, nomeadamente o tácito, debate-se com enormes freios. Assim, face às elevadas percentagens de sentimento negativo, parece-nos que o trabalho nas organizações ainda é pouco criativo, o que se traduz numa aprendizagem organizacional ténue. O tipo de resposta diz que a motivação dos colaboradores é reduzida, o que contrasta com a motivação alargada e assente em competências e em profissionalismo, como é o caso da filosofia das learning organizations. Neste sentido, parece-nos que a nova cultura organizacional vocacionada e disponível para a mudança e para a aprendizagem contínua, não está a ser cultivada, facto que contraria a orientação da filosofia da nova cultura organizacional e do sentimento das learning organizations. Pelos resultados dos questionários não se verifica que, nas organizações, exista muita preocupação em implementar a aprendizagem, o que não vai ao encontro da necessidade de implementar um ambiente cooperante, actuante e dialogante, como um patamar para a difusão do conhecimento. Desta forma, as redes de trabalho, as parcerias, o trabalho em equipa e as multitarefas, associado à necessidade de criar novos activos, nova responsabilização no indivíduo, novo tipo de flexibilidade, polivalência e empowerment, são factores fulcrais mas que não parecem existir na vivência democrática das organizações. Através das diferentes respostas, verificamos que o sentimento entre os colaboradores é negativo, com expressividade para os escalões mais estratégicos nas organizações, isto é, para aqueles que têm maiores habilitações literárias, para os que usufruem maiores salários e para os que exibem mais experiência e mais conhecimento tácito acumulado.

Face a tais constatações, existe a necessidade de, cirurgicamente, actuar ao nível das políticas motivacionais, visando a implementação de estratégias vocacionadas para o acolhimento dos objectivos das learning organizations.

4. Conclusão

O desenvolvimento do tecido organizacional, económico e social, depende dos níveis de cognição e de conhecimento acumulado. Também depende da filosofia, dos objectivos e da missão de cada organização, independentemente dos seus objectivos serem mais de vocação social ou lucrativa. Contudo, no contexto concorrencial actual, todas as organizações debatem-se com ambientes turbulentos e onde a incerteza é a sua única certeza. Daí a importância da aprendizagem organizacional, como forma de socialização e convergência, mas também como forma de se melhorar o desempenho individual, grupal e organizacional e, simultaneamente, de contribuir para uma melhor afectação dos recursos patrimoniais disponíveis. Contudo, a análise às Organizações em contexto, revela aspectos menos consistentes com o imperativo da filosofia das organizações em aprendizagem porque: não se verifica um clima solidificado de vivência em grupo, de partilha e de interacção, dado que se valoriza mais o rendimento individual do que o colectivo. Também, o incentivo à aprendizagem é mais singular do que plural e assenta, sobretudo, no incentivo e na valorização do rendimento individual de cada colaborador. Desta forma, consideramos que a aprendizagem organizacional é parcial e que as ineficiências poderão ser significativas. Por tal facto, a comunicação no interior das organizações enfrenta obstáculos e os seus ruídos contribuem para a não qualidade dos produtos. Inclusive, o seu contributo negativo é significativo ao nível da personalidade e da notoriedade futura das organizações. Neste pressuposto, as Organizações parecem considerar que o seu rendimento é igual à soma dos rendimentos individuais. Isto traduz que o conhecimento tácito é pouco valorizado e, dessa forma, que as organizações insistem na subutilização dos seus valores patrimoniais. Para além dos efeitos negativos directos que isso produz nos rendimentos das organizações, ignoram-se as suas externalidades negativas sobre os diferentes stakeholders e sobre a sua coesão social.

5. Referências Bibliográficas

- Bourhis, A. & Dubé, L. & Jacob, R. (2005). The Success of Virtual Communities of Practice: The Leadership Factor, The Electronic Journal of Knowledge Management, Vol. 3, Issue 1, (pp 23-34), available online at www.ejkm.com, ISSN 1479-4411.
- Cohen, W. & Levinthal, D. (1990), Absorptive capacity: a new perspective on learning and innovation, Administrative Science Quarterly, Vol. 35, Issue 1 (pp. 128-152).
- Kluge, J. & Stein, W. & Licht, T. (2002). Gestão do conhecimento. Cascais, Principia.
- Koivuaho, M. & Laihonon, H. (2006). A Complexity Theory Approach to Knowledge Management – Towards a Better Understanding of Communication and Knowledge Flows in Software Development, The Electronic Journal of Knowledge Management, Vol. 4, Issue 1, (pp 49-58), available online at www.ejkm.com, ISSN 1479-4411.
- Lundvall, B.Å. & Borrás, S. (1997). The globalising learning economy: implications for innovation policy. Luxemburgo: EUR-OP.
- Mayo, A. & Lank, E. (2000). Las Organizaciones que Aprenden (The Power of Learning). Barcelona: Gestión 2000.
- McGill, M. E. & Slocum, J. W. (1993). Unlearning the Organization. Organization Dynamics, 22(2), Fall, (pp. 67-79).
- Mumford, A. (1997). Management Development Strategies for Action, 3rd ed. London: IPD.
- Nieminen, H. (2005), Organizational Receptivity – Understanding the Inter-Organizational Learning Ability, The Electronic Journal of Knowledge Management, Vol. 3, Issue 2, (pp 107-118), available online at www.ejkm.com, ISSN 1479-4411
- Nonaka, I. (1991). The knowledge-creating company. Harvard Business Review, November-December, (pp. 96-104).
- Serabia, M. & Serabia, J. (2005), TREEOR Model: An Approach to the Valuation of Intellectual Capital, The Electronic Journal of Knowledge Management, Vol. 3, Issue 2, (pp 119-128), available online at www.ejkm.com, ISSN 1479-4411.
- Serrano, A. & Fialho, C. (2005). Gestão do Conhecimento. O novo paradigma das organizações. 2ª Edição Aumentada. Lisboa. FCA- Editora de Informática.

ANEXOS

Anexo I: A organização valoriza a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal

Idade	Resposta	Freq. Abs	Freq. Rel.	Freq. Rel Acum.
Não indica	Concordo muito	4	23,5	23,5
	Concordo	8	47,1	70,6
	Concordo pouco	5	29,4	100,0
	Total	17	100,0	
Até 25 anos	Concordo muito	7	20,6	20,6
	Concordo	12	35,3	55,9
	Concordo pouco	12	35,3	91,2
	Discordo	3	8,8	100,0
	Total	34	100,0	

De 26 a 35 anos	Concordo muito	18	18,0	18,0
	Concordo	43	43,0	61,0
	Concordo pouco	33	33,0	94,0
	Discordo	6	6,0	100,0
	Total	100	100,0	
De 36 a 45 anos	Concordo muito	18	22,8	22,8
	Concordo	32	40,5	63,3
	Concordo pouco	25	31,6	94,9
	Discordo	4	5,1	100,0
	Total	79	100,0	
de 46 a 55 anos	Concordo muito	7	14,6	14,9
	Concordo	22	45,8	61,7
	Concordo pouco	13	27,1	89,4
	Discordo	5	10,4	100,0
	Total-Sub	47	97,9	
	Não responde	1	2,1	
	total	48	100,0	
De 56 a 60 anos	Concordo muito	3	37,5	37,5
	Concordo	2	25,0	62,5
	Concordo pouco	2	25,0	87,5
	Discordo	1	12,5	100,0
	Total	8	100,0	
Mais de 60 anos	Concordo muito	1	25,0	25,0
	Concordo	2	50,0	75,0
	Discordo	1	25,0	100,0
	Total	4	100,0	

Fonte: Elaboração própria

ANEXO II: A organização oferece meios de auto-desenvolvimento aos colaboradores

Habilitações literárias	Resposta	Freq. Abs	Freq. Rel.	Freq. Rel Válida	Freq. Rel. Acum
1º Ciclo do Ensino Básico (4º ano)	Concordo	2	66,7	66,7	66,7
	Concordo pouco	1	33,3	33,3	100,0
	Total	3	100,0	100,0	
2º Ciclo do Ensino Básico (6º ano)	Concordo muito	3	33,3	33,3	33,3
	Concordo	4	44,4	44,4	77,8
	Concordo pouco	2	22,2	22,2	100,0
	Total	9	100,0	100,0	
3º Ciclo do Ensino Básico (9º ano)	Concordo muito	5	14,7	14,7	14,7
	Concordo	15	44,1	44,1	58,8
	Concordo pouco	13	38,2	38,2	97,1
	Discordo	1	2,9	2,9	100,0
	Total	34	100,0	100,0	
Estudos Complementares (12º ano)	Concordo muito	6	13,3	13,3	13,3
	Concordo	21	46,7	46,7	60,0
	Concordo pouco	16	35,6	35,6	95,6
	Discordo	2	4,4	4,4	100,0
	Total	45	100,0	100,0	

Bacharelato	Concordo muito	3	14,3	14,3	14,3
	Concordo	9	42,9	42,9	57,1
	Concordo pouco	8	38,1	38,1	95,2
	Discordo	1	4,8	4,8	100,0
	Total	21	100,0	100,0	
Licenciatura	Concordo muito	10	7,8	7,9	7,9
	Concordo	58	45,3	45,7	53,5
	Concordo pouco	48	37,5	37,8	91,3
	Discordo	11	8,6	8,7	100,0
	Total - Sub	127	99,2	100,0	
	Não responde	1	,8		
	total	128	100,0		
M.B.A./Mestrado/ /Doutoramento	Concordo muito	10	20,0	20,0	20,0
	Concordo	23	46,0	46,0	66,0
	Concordo pouco	13	26,0	26,0	92,0
	Discordo	4	8,0	8,0	100,0
	Total	50	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria

ANEXO III: O sistema de avaliação na Organização promove a aprendizagem

Rendimento salarial mensal líquido	Resposta	Freq. Abs	Freq. Rel.	Freq. Rel Válida	Freq. Rel. Acum
Não indica	Concordo	4	100,0	100,0	100,0
até 500 euros	Concordo muito	11	31,4	31,4	31,4
	Concordo	16	45,7	45,7	77,1
	Concordo pouco	7	20,0	20,0	97,1
	Discordo	1	2,9	2,9	100,0
	Total	35	100,0	100,0	
de 500 a 1000 euros	Concordo muito	17	20,2	20,2	20,2
	Concordo	33	39,3	39,3	59,5
	Concordo pouco	28	33,3	33,3	92,9
	Discordo	6	7,1	7,1	100,0
	Total	84	100,0	100,0	
de 1001 a 1500 euros	Concordo muito	18	20,2	20,5	20,5
	Concordo	38	42,7	43,2	63,6
	Concordo pouco	25	28,1	28,4	92,0
	Discordo	7	7,9	8,0	100,0
	Total - Sub	88	98,9	100,0	
	Não responde	1	1,1		
	total	89	100,0		
de 1501 a 2000 euros	Concordo muito	6	21,4	21,4	21,4
	Concordo	5	17,9	17,9	39,3
	Concordo pouco	10	35,7	35,7	75,0
	Discordo	7	25,0	25,0	100,0
	Total	28	100,0	100,0	
de 2001 a 2500 euros	Concordo muito	1	3,6	3,6	3,6

	Concordo	13	46,4	46,4	50,0
	Concordo pouco	9	32,1	32,1	82,1
	Discordo	5	17,9	17,9	100,0
	Total	28	100,0	100,0	
Mais de 2500 euros	Concordo muito	3	13,6	13,6	13,6
	Concordo	10	45,5	45,5	59,1
	Concordo pouco	5	22,7	22,7	81,8
	Discordo	4	18,2	18,2	100,0
	Total	22	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria

Os Direitos Humanos e o Trabalho na Perspectiva da Economia Solidária no Brasil

Cristiano Lima
 Univercidade de Coimbra
 cristiano.fralima@gmail.com

Resumo: Este artigo busca, em síntese, contribuir com a análise da emergência da ampliação e revisão dos direitos humanos relacionados com o trabalho. Com a preocupação de desvendar a aceção de trabalho expressa na Declaração Universal dos Direitos Humanos e no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que se encontra ancorada num determinado paradigma de produção forjado no contexto da industrialização, toma-se como ponto de partida a formação da sociedade salarial, para se perceber o contexto em que se esboçou a configuração dos direitos humanos e, em especial, o direito do trabalho. Na seqüência, analisa-se o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, em especial os artigos 6º ao 10º, para se indicar em que medida este Pacto equaciona intrinsecamente o trabalho com a esfera econômica, deixando de considerar outras dimensões do desenvolvimento social e humano que aquele tem a si atribuído. À luz das experiências de outras formas de trabalho promovidas pela economia solidária no Brasil, constata-se a necessidade de ampliação da concepção de trabalho nos direitos humanos, para que estes possam vir a constituir um novo sistema de regulação social que implique o reconhecimento de outras relações sócio-econômicas distintas da relação capital/trabalho, como portadoras de uma cidadania ativa.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Direito do Trabalho, Trabalho-Emprego, Economia Solidária

Introdução¹

Falar de direitos humanos e trabalho, tendo como pano de fundo a realidade sócio-econômica brasileira, implica ter em consideração toda a complexidade, diversidade e dinâmica das relações sociais e econômicas que se forjam no seio daquela realidade, aleadas às conseqüências da globalização neoliberal e da intervenção dos movimentos sociais. Há muito que se apregoa a universalidade, indivisibilidade e exigibilidade dos direitos humanos, mas, face ao contexto histórico brasileiro, em que a maioria da população sempre viveu fora do chamado mercado de trabalho formal e das relações assalariadas em sentido estrito, parece-me importante problematizar o alcance daqueles direitos no que se refere à realidade de trabalho.

Neste sentido, parece-me acertado, numa visão sobre o trabalho enquanto categoria sociológica, interrogar qual a noção de trabalho que perpassa pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e quais os pactos e resoluções dela derivados, para discernir os avanços e limites destes direitos nas sociedades hodiernas.

Parto, para tal interrogação, da percepção da realidade laboral como heterogênea, em especial no caso brasileiro, ou seja, um campo no qual coexistem vários paradigmas de trabalho (o trabalho assalariado, o trabalho associativo, o trabalho familiar, o trabalho informal, o trabalho realizado nas comunidades quilombolas e indígenas, etc.), cada qual com sua própria dinâmica e organização da vida societal.

Nesta perspectiva, o trabalho-emprego, aquele estabelecido pelo processo massivo de assalariamento da sociedade, não é o único trabalho existente, mas parte de todo o ato laboral realizado na sociedade, em particular a brasileira.² Aquele trabalho constitui-se como uma modalidade hegemônica, como uma condição fundamental para a ocupação de todos numa

¹ Por falta de nomenclatura adequada que levasse em consideração a questão de gênero (homem e mulher), sempre que as denominações “trabalhador” e “trabalhadores” forem usadas no decorrer deste artigo, pretende-se referir as trabalhadoras e trabalhadores pertencentes aos dois gêneros.

² No dicionário do Pensamento Social do Século XX encontra-se a seguinte definição para emprego: é a relação, estável, e mais ou menos duradoura, que existe entre quem organiza o trabalho e quem realiza o trabalho. É uma espécie de contrato, no qual o possuidor dos meios de produção paga pelo trabalho de outros, que não são possuidores dos meios de produção. Cf. Outhwaite et al, 1996:262.

produção em massa, inerente a grandes organizações industriais. A noção de trabalho concatena-se à noção de mercado e produtividade. O trabalho torna-se parcelado e mecanizado, passando a ser considerado enquanto força motriz capaz de gerar riquezas e progresso. Toda atividade realizada fora do âmbito dessa noção é considerada como secundária e residual.

É importante ter em conta que o trabalho, ao longo da história da humanidade e da formação das sociedades, foi (e continua sendo) algo de determinante, tanto para a manutenção da vida individual, quanto da coletiva, estando sempre imbuído de representações e sentidos que lhe foram atribuídos pela humanidade, e em consonância com a cultura e com o modo das sociedades se relacionarem e compreenderem o mundo. Assim, os seus conceitos e as suas modalidades são sempre situados numa temporalidade, propiciando-lhe características singulares, concretas e históricas.

Não sendo abstrato ou desprovido de localização histórica, constitui uma categoria organizada e gerida pela sociedade, à medida que esta desenvolve as suas próprias formas de divisão e organização dos modos de produção, moldando regimes de regulamentação laboral e de relações entre os trabalhadores. Com base neste expediente formula-se o direito do trabalho como um elemento regulador da relação capital/trabalho que almeja proteger os trabalhadores.

Vale ressaltar que nesta relação capital/trabalho concretiza-se a demarcação dos papéis que os indivíduos cumprem na sociedade capitalista.

A noção de direito do trabalho coaduna-se, portanto, com as idéias predominantes no período da industrialização da produção (idéias fundadas pelo cientificismo balizado pelo ideal positivista).

Ao se considerarem os problemas e as demandas surgidas da realidade laboral no Brasil, apenas à luz do paradigma hegemônico de trabalho, incorre-se no risco de não se levar em conta a rede de relações que não se inicia e, tampouco, termina neste paradigma, mas que se coaduna com a diversidade de formas de produção da vida estabelecida no interior da sociedade. Além disso, corre-se o risco de se negligenciar o fato que o direito do trabalho está a ser posto em causa pelas transformações sócio-econômicas que se têm processado no seio da sociedade.

Na perspectiva da análise aqui elaborada, formulam-se algumas questões pertinentes quanto ao fato como o desenvolvimento dos direitos humanos, em particular, dos direitos humanos econômicos, sociais e culturais, diz respeito ao direito do trabalho no cenário brasileiro: é possível falar-se de direitos humanos numa conjuntura em que as relações de trabalho não permeiam processos e condições democratizantes e que incentivem uma cidadania ativa? Em que medida os direitos humanos reconhecem os vários meios de reprodução desenvolvidos pela parcela da população que se encontra à margem do processo hegemônico de produção? A que realidade se encontra vinculada a aceção de trabalho veiculada pelas normas internacionais de direitos humanos?

É a partir da percepção do trabalho, enquanto fator de integração e inserção social, e da sua relação com os direitos humanos, que me interessa saber qual a concepção de trabalho que se encontra consagrada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em especial no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, como também na literatura sobre estes direitos, uma vez que, como afirma Piovesan (2004:21), citando Hannah Arendt, “os direitos humanos não são um dado, mas um constructo, uma invenção humana, em constante processo de construção e reconstrução”.

Examinarei esta questão à luz das experiências coletivas de produção que adotam a autogestão como forma de organização e de gestão (Seneas, 2005), problematizando a aceção do trabalho que consta nas normas internacionais de direitos humanos e na literatura sobre os direitos humanos e o trabalho no Brasil. Aquelas experiências desenvolvidas por trabalhadores, que constituem o movimento da Economia Solidária, apresentam-se como formulações de um novo modelo de organização e gestão do trabalho fundadas noutros princípios e valores alheios ao modelo capitalista, classificando-se como não-capitalistas, ou seja, em busca de outras funções sócio-econômicas.

A aceção de trabalho nos direitos humanos

Entende-se a idéia de direitos humanos como um produto histórico e cultural³ que não é concebível como algo atemporal e que transcende um determinado momento histórico. Os direitos humanos fundamentam-se em geral na sua universalidade e indivisibilidade, compondo-se por uma racionalidade de resistência, à medida que engendram processos e espaços de luta pela dignidade humana (Herrera Flores, 2004). Assim, partindo do princípio da dignidade humana, “a compreensão dos direitos humanos como direitos de todos está intrinsecamente relacionada ao princípio da igualdade”.⁴ Mas isto não implica afirmar, do meu ponto de vista, que o(s) seu(s) conteúdo(s) não possa(m) ser ampliado(s) nas sociedades hodiernas, uma vez que, como denota Lima Júnior (2001), a realização daqueles direitos quanto ao(s) seu(s) conteúdo(s) são construções sociais. É importante salientar que a sociedade evolui muito mais depressa do que os direitos enunciados em leis nacionais, pactos e convenções internacionais, e até mesmo na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Neste sentido, debruçando-me sobre a bibliografia que trata da história da configuração dos direitos humanos, percebe-se que estes coincidem com o surgimento da industrialização da produção, a qual trouxe grandes mudanças para a vida societal. A fábrica moderna e os seus corolários tornam-se o contexto estruturante da sociedade. Naquela, o trabalho

³ Segundo Eros Grau, o Direito é produto cultural. Cf. Grau (1998).

⁴ Extraído do Texto-base da 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, a ocorrer entre 15 a 18 de Dezembro do corrente, na cidade de Brasília. <http://www.11conferenciadh.com.br/documentos/documentos.php>

passa a ser organizado e gerido mediante uma racionalidade econômica.⁵ Em suma, a industrialização da produção institui uma nova forma de trabalho, a que denomino de trabalho-emprego.

Com a industrialização, berço da sociedade salarial, pode-se conjecturar que se configura na sociedade uma cristalização das relações laborais. Segundo Castel (1998), a partir dessa cristalização tem lugar uma nova dimensão da relação salarial, que o autor caracteriza pela “racionalização máxima do processo de trabalho, o encadeamento sincronizado das tarefas, uma separação estrita entre tempo de trabalho e tempo de não-trabalho”, acrescentando ainda, “o modo de organização do trabalho comandado pela busca de uma produtividade máxima a partir do controle rigoroso das operações” (1998:428).

Dessa forma, formula-se a condição salarial que preconiza um princípio de distinção entre aqueles “cujos salários e cuja posição na estrutura social dependeriam exclusivamente de seu emprego” (Castel, 1998:468). Por isso, Castel refere-se à sociedade salarial como aquela que constituiu um mercado de trabalho, e que, além de engendrar a generalização do assalariamento, estruturou canais de participação política por meio de organizações sociais (sindicatos, partidos, etc.) e de toda uma infra-estrutura institucional-jurídica que reconhece a condição do trabalhador assalariado.

Com base na generalização do assalariamento e da infra-estrutura institucional-jurídica produzida, a sociedade salarial faz emergir o conflito existente entre capital e trabalho, desvendando a diversidade dos trabalhadores assalariados que coexistem numa mesma sociedade. Nesta perspectiva formula-se a centralidade do direito do trabalho enquanto uma subdivisão do direito que surge associada à revolução industrial, à relação entre o capital e o trabalho e à questão social, tendo em mente, dessa forma, a regulação da nova ordem econômica, social e política emergente (Ferreira, 2003).

Nesta plataforma, o trabalho-emprego torna-se a ordem geral pela qual toda a sociedade passa a ser subjugada. A adesão àquele trabalho integra uma ordem social vigente, levando a uma total desconsideração de todas as atividades que não sejam exercidas em troca de um salário (Langer, 2004).

Nestes expedientes, os direitos humanos configuram-se numa época de grande expansão industrial, principalmente nos países até então chamados de Terceiro Mundo. O que, na perspectiva dessa análise, suscita a idéia que o processo de formulação daqueles direitos esteve sempre aliado às relações e situações de trabalho vivenciadas pela classe trabalhadora.⁶ Assim sendo, é importante observar o contexto histórico em que os conceitos e as idéias acerca dos direitos humanos, em particular os referentes ao direito do trabalho, se formularam, já que, como denota Vieira, “[a]s gerações de trabalhadores nascidas sob a égide do sistema fabril já não possuíam a mesma noção de direitos que embasava as heróicas lutas de suas antecessoras” (2005:35).

É importante abrir parênteses para explicitar, segundo Biavaschi, que o surgimento do positivismo, enquanto uma filosofia histórica, precipitou as ciências e a industrialização como “alavancas imprescindíveis ao progresso das sociedades e à constituição de uma ordem integradora” (2005:33). Neste sentido, foi atribuído ao direito e, principalmente ao direito do trabalho, um “reconhecimento como um instrumento fundamental de integração da classe trabalhadora a uma sociedade organizada” (Biavaschi, 2005:33). O direito do trabalho, em linhas gerais, teve como base a busca da harmonização da relação capital/trabalho, empenhando-se num processo de democratização na esfera do capitalismo.

Ao efetuar-se uma breve análise dos estudos e críticas de alguns autores que abordam os direitos humanos em relação a outras temáticas, tais como o desenvolvimento (Shetty, 2005; Azzam, 2005), a democracia (Ribeiro, 2008) e os movimentos sociais (Rifiotis, 2008), entre outros, constato a necessidade de os mesmos considerarem o contexto histórico – acima descrita de forma bastante sucinta – em que os direitos humanos foram formulados.

Para Vieira (2005), a racionalidade economicista, que moldou a organização laboral naquela época (período da industrialização), contribuiu para a formatação do movimento operário com base numa lógica de afastamento de sua origem política – o processo de autodeclaração dos próprios trabalhadores enquanto participantes políticos. É esta a idéia, de acordo com o autor em causa, que em função de vários fatores ao longo da história, se foi perdendo.

Mas a concepção de direitos humanos tem vindo a alterar-se. Como salientam Piovesan et al (2004), a definição daqueles direitos transmite uma pluralidade de significados. É neste sentido que os autores indicam uma concepção contemporânea de direitos humanos elaborada a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.⁷ Mas esta concepção ainda se encontra ancorada em princípios e valores forjados no contexto histórico constituinte do paradigma social capitalista.

É importante salientar que, segundo Piovesan et al (2004), aquela Declaração foi inovadora, sobretudo por consagrar a universalidade, indivisibilidade e interrelacionalidade dos direitos humanos. Neste mesmo processo, logrou desmontar o discurso liberal da cidadania, propiciando a concatenação dos direitos civis e políticos aos direitos econômicos, sociais e culturais.⁸

⁵ Segundo Gorz, a racionalidade econômica jamais pôde expressar-se plenamente antes do capitalismo: ela só existia, anteriormente, como enclave, presa e vilipendiada pelo grande comércio e pela usura. A contabilidade era errática e aleatória, o cálculo uma arte misteriosa, a busca do lucro um pecado, e a concorrência um delito. O capitalismo foi a expressão da racionalidade econômica, enfim liberta de qualquer entrave (cf. Gorz, 2003:123).

⁶ Para um tratamento pormenorizado dessa questão, cf. Vieira (2005:31-38). No que se refere à situação de precariedade das condições de vida da classe trabalhadora, propiciada pelo processo de industrialização, que suscitou a criação de leis que protegessem aquela classe, vide Castel (1998).

⁷ Esta concepção surge do processo recente de internacionalização dos direitos humanos no pós-guerra, como resposta às atrocidades e aos horrores demandados pelo nazismo. Cf. Piovesan, 2004.

⁸ Em muitos estudos, a historicidade dos direitos humanos passa pela análise sociológica de Thomas Marshall, que estabeleceu uma tipologia dos direitos de cidadania em três categorias: direitos civis conquistados no século XVIII, direitos políticos alcançados no século XIX (ambos denominados direitos de primeira geração) e os direitos sociais e econômicos conquistados no século XX (considerados como direitos de segunda geração). Cf. Marshall, 1967. Existem

Esta nota continua na página seguinte

É importante sublinhar que, apesar dos autores Cançado Trindade (1991), Piovesan (2004), Benvenuto (2001) adotarem a tese da indivisibilidade dos direitos políticos, civis, econômicos, sociais e culturais, assumindo uma análise crítica da concepção liberal dos direitos humanos, não logram ir além de uma concepção limitada, liberal e individualista do ‘trabalho’, ou seja, permanecem atados a uma visão do trabalho que subjaz à racionalidade econômica capitalista, pois apenas considera as relações existentes entre capital e trabalho. Na perspectiva da análise aqui elaborada, resalto a interrogação de se, ao longo do processo de configuração dos direitos humanos e de elaboração dos seus acordos internacionais, os direitos relacionados com o trabalho contemplaram outras formas laborais que coexistissem com a forma hegemônica adotada pela industrialização, uma vez que, como supra referido, este modelo deixou à margem outros paradigmas de reprodução da vida que não se circunscreviam à racionalidade econômica capitalista.

Nas últimas duas décadas, um conjunto dessas outras formas laborais foi-se constituindo na chamada economia solidária, que “é uma forma de organização econômica, que tem, contudo, ‘bases diferenciadas’ de relacionamento, focada na pessoa que no capital” (Anteag, 2007:26).⁹ Esta questão será aprofundada mais à frente.

No entanto, não se pode deixar de considerar, num estudo sobre os direitos humanos e o trabalho – este enquanto categoria sociológica –, que a noção de direito do trabalho consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos poderá estar intrinsecamente ancorada a um contexto histórico e não ser suficientemente ampla para contemplar outras relações sócio-econômicas.

Ao percebermos os arts. 23º e 24º da Declaração Universal dos Direitos Humanos¹⁰ observa-se que aqueles tratam explicitamente do trabalho-emprego e, conseqüentemente, de todo o conjunto institucional-jurídico proveniente deste tipo de trabalho: proteção ao desemprego, seguridade social, remuneração, sindicatos, etc.

O mesmo se observa no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais em seus artigos arts. 6º a 10º, que destacam o direito à determinação de um salário mínimo, o estabelecimento de uma duração máxima para o trabalho, o amparo concedido ao desempregado, a concessão de aposentadoria, o direito a formar sindicatos, de liberdade sindical, o direito à greve, entre outros.

Desde o artigo 1º do Pacto supra mencionado (e na própria Declaração Universal), o trabalho emergiu reconhecidamente como um direito humano inalienável a todos os cidadãos: “[e]m caso algum poderá um povo ser privado de seus próprios meios de subsistência”. A meu ver, nestes artigos verifica-se uma simplificação do trabalho enquanto um fenômeno economicista que se encontra relacionado com o aspecto da subsistência material da vida. Isto é, os direitos consagrados, seja no Pacto ou na Declaração Universal, apoiam-se num determinado paradigma de produção historicamente constituído por uma lógica hegemônica capitalista.

Olhando para a realidade brasileira, veremos o quanto foi negligenciada a diversidade de produção e reprodução da vida que ultrapassa a mera lógica economicista, ou seja, a subsistência material da vida. Podem-se apresentar como exemplos os trabalhos informais, a produção agrícola familiar, os trabalhos associados, os trabalhos realizados em comunidades indígenas e quilombolas, entre tantos outros. Os quais não contemplam apenas a esfera econômica, ou seja, possuem outras dimensões do desenvolvimento humano e social. Aqueles trabalhos, segundo Santos (1979), principalmente nos países periféricos, conformam um circuito inferiorizado da economia, alimentado por lógicas e padrões não convencionais do capitalismo que vigora nas sociedades contemporâneas.

Esses outros modelos laborais são alheios ao circuito da macro-economia, não lhes sendo reconhecidos direitos constitucionais trabalhistas, tais como férias, abonos salariais, salário-maternidade, seguro-desemprego, etc. Logo, é pertinente questionar em que medida os direitos consagrados, seja no PIDESC¹¹ ou na Declaração Universal dos Direitos Humanos, reconhecem e protegem os trabalhadores que não fazem parte daquele circuito.

Neste mesmo raciocínio, é pertinente problematizar o fato de os autores, tais como Piovesan (2004), Biavaschi (2005), Abramovich (2005), Benvenuto (2001), entre outros, que contestam a visão liberal dos direitos humanos, não questionarem a aceção de trabalho que serve como plataforma para os direitos do trabalho consagrados nas normas daqueles direitos, restringindo a percepção da realidade laboral à relação capital/trabalho.

Poder-se-á argumentar que a concepção dos trabalhadores inseridos na modalidade do trabalho-emprego tem gerado um amplo leque de pessoas que não se encontram abrangidas pela proteção social proveniente desse paradigma. Assim, à primeira vista, a solução residiria no fato de todos os trabalhadores serem contemplados nesse paradigma laboral. Mas o problema central consiste no fato do não reconhecimento dos outros tipos de trabalho que coexistem na esfera pública, o que causa a ausência de garantias do exercício pleno da cidadania.

Neste sentido, esta análise não pode deixar de levar em consideração o fato de, na sociedade brasileira, o reconhecimento dos direitos humanos ainda se inserir num processo muito embrionário, visto que, desde a sua formação,

também alguns estudiosos que indicam que os direitos de terceira geração constituem os direitos coletivos e direitos difusos e os direitos de quarta geração, com o surgimento da tecnologia relacionadas à informação e à biotecnologia. É de salientar que, a meu ver, esta divisão geracional dos direitos é uma visão liberal e conservadora.

⁹ Grifos do próprio autor.

¹⁰ Artigo XXIII: § 1. Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego; § 2. Toda pessoa, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho; §3. Toda pessoa que trabalhe tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social; §4. Toda pessoa tem direito a organizar sindicatos e neles ingressar para proteção de seus interesses. Artigo XXIV: Toda pessoa tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas. Cf. Declaração Universal dos Direitos Humanos, http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm

¹¹ A partir de agora, me referirei ao Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais pela sigla PIDESC.

aquela sociedade se encontra implicada em relações sociais excludentes, repletas de desigualdades sociais e econômicas. O Brasil, apesar de se situar entre os países que exibem uma renda per capita média, é historicamente conhecido pela sua extrema desigualdade social. Esta desigualdade social consiste na coexistência de uma pequena parcela da população que usufrui de padrões de bem-estar equiparáveis aos dos países centrais, e de uma grande maioria da população que sobrevive abaixo de padrões sociais mínimos toleráveis (Barros et al, 2000). Isso leva-nos a afirmar que o Brasil não é um país pobre, mas um país de muitos pobres.

Assim sendo, ao analisar o caso brasileiro, no que diz respeito aos direitos humanos e à realidade laboral, deparamo-nos com questões ligadas ao desenvolvimento econômico e à exclusão social, já que aquela realidade, estando sintonizada com as tendências mundiais contemporâneas, pode ampliar os padrões de pobreza e desigualdade (Comin & Guimarães, 2002).¹²

Em suma, as normais internacionais de direitos humanos, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, ligadas a uma lógica capitalista das relações sociais e enviesadas por idéias positivistas predominantes no período de sua gênese, regulamentam apenas as relações hegemônicas no marco do sistema capitalista, sem questionarem todo o processo de negação e/ou negligência de outras relações sociais estabelecidas no seio das sociedades contemporâneas, e sem problematizarem a relação existente entre capital e trabalho.

O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais: por uma emergência de outras dimensões do trabalho

O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, adotado pela ONU em 1966, e ratificado pelo Brasil em 24 de Janeiro de 1992,¹³ aproveitando a responsabilidade internacional quanto aos direitos que enuncia, instituiu obrigações legais para os Estados-membros (Piovesan et al, 2004),¹⁴ o que o distingue do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, o qual, por sua vez, designa direitos para os indivíduos daqueles Estados. Segundo Mayer-Feitosa (2006), estes dois pactos emergem da representação da divisão bipolar do mundo entre capitalismo e socialismo.¹⁵

Partindo da premissa de que a noção moderna de trabalho é balizada por valores implícitos ao individualismo e à mercantilização do trabalhador, os dois autores em causa, a meu ver, não questionam o fato de os direitos humanos se ampararem no Estado moderno, o qual, no sistema de produção capitalista, atua ora como agente político (propiciando mecanismos repressivos e apaziguadores da ordem vigente), ora como agente econômico (criando a estrutura e os meios para o bom funcionamento do sistema econômico hegemônico). Este Estado garante, portanto, a manutenção das relações sociais fundadas na divisão entre o capital e o trabalho, ou por outras palavras, na divisão de classes sociais.

O artigo 6º §2 do PIDESC sublinha o importante papel desempenhado pelos Estados no processo de garantia do direito do trabalho, por via da inclusão de uma

[...] orientação e a formação técnica e profissional, a elaboração de programas, normas técnicas apropriadas para assegurar um desenvolvimento econômico, social e cultural constante e o pleno emprego produtivo em condições que salvaguarda aos indivíduos o gozo das liberdades políticas e econômicas fundamentais.

Mas de que pleno emprego trata este inciso? De quais pressupostos parte para definir em que consiste o emprego produtivo?

O uso do termo “produtivo” denota o quanto é restrita a noção de trabalho expressa no PIDESC. Em primeiro plano, explicita uma lógica dicotômica das relações laborais, balizadas, portanto, pela divisão do trabalho em produtivo/improdutivo, intelectual/manual, formal/informal, qualificado/não-qualificado (divisão que é inerente às relações sociais fundamentadas na divisão das classes sociais). Estas dicotomias encontram-se circunscritas ao modelo de produção industrial. É importante salientar que o trabalho produtivo, historicamente, é determinado pela produção de mercadorias, isto é, pela criação de um produto fabricado. Logo, reafirma-se o que já foi exposto no item anterior: a hegemonia de uma aceção de trabalho ancorada no cientificismo.

Não podemos deixar de observar que, nas sociedades contemporâneas, este tipo de trabalho, considerado ‘produtivo’, acarreta em si um caráter vinculativo ao conceito de cidadania, ou seja, ao acesso a direitos civis e laborais, pois todas as atividades exercidas à margem desse modelo laboral não fruem do mesmo reconhecimento concedido àquele modelo.

¹² Para uma maior compreensão da relação entre o desenvolvimento dos direitos humanos e as relações sociais de desigualdade, entre outras, vide Texto-base da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, em <http://www.11conferenciadh.com.br/documentos/documentos.php>

¹³ Entrou em vigor a 3 de Janeiro de 1976, em conformidade com o artigo 27º, nº I. Cf. Carta Internacional dos Direitos Humanos.

¹⁴ Os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais são considerados como direitos com um caráter de obrigatoriedade positiva, ou seja, que demandam para a sua exigibilidade recursos do erário público. Tal caracterização, por conta dos escassos recursos públicos, origina dificuldades de desenvolvimento daqueles direitos. Pelo contrário, os Direitos Civis e Políticos, possuem características de obrigação negativa, ou seja, constituem direitos que requerem uma limitação da atividade do Estado, a fim de não se interferir na liberdade dos cidadãos. Portanto, o conjunto desses direitos é de mais fácil implementação. Contradizendo esta caracterização, Abramovich demonstra que, tanto os direitos civis e políticos, quanto os econômicos, sociais e culturais constituem um complexo de obrigações positivas e negativas. Para um maior aprofundamento dessa questão, vide Abramovich, 2005:189-223.

¹⁵ Os direitos civis e políticos estabelecidos no espaço geográfico capitalista enquanto direitos econômicos, sociais e culturais, no espaço socialista.

É importante sublinhar que, a meu ver, um dos fatores que impedem o desenvolvimento de práticas e exercícios de uma participação ativa e democrática dos trabalhadores na organização do trabalho surge ligado ao aspecto condicionante deste último enquanto meio de sobrevivência, cuja condição, inserida numa ótica de mercado, constitui praticamente um fim em si mesmo (este constitui um elemento importante que os estudiosos dos direitos humanos devem ter em conta). Dessa forma, segundo Arruda, porque se encontra “privado dos seus direitos básicos e forçado a vender sua força de trabalho em troca de um salário, ou marginalizado da economia formal, o trabalhador está efetivamente alienado dos seus direitos integrais de cidadania” (2000:59).

Este aspecto, além de afetar o desenvolvimento da cidadania no seio ou à margem do espaço laboral, esboça o contorno de uma contradição fundamental, no que tange à ampliação da noção de cidadania: os cidadãos não usufruem do direito ao trabalho, tendo antes a obrigação de trabalhar, já que sem o mesmo se vêem excluídos de proteção social, expostos a todas as conseqüências sociais, políticas, econômicas e psicológicas causadas pelo fato de não serem abrangidos pelas regras que gerem o trabalho-emprego. Desta maneira, não se criam possibilidades para a construção de uma noção e prática de cidadania que norteie, não apenas os processos de bem-estar e qualidade de vida, mas também a conformação de indivíduos autônomos, críticos e reflexivos, diferentes dos indivíduos em massa que proliferam nas sociedades contemporâneas (Oliveira, 2001).

Diante do que até agora foi analisado, parece acertada a afirmação de que o direito do trabalho surgiu como forma de absorver os conflitos sociais configurados no contexto das tensões entre capital e trabalho que foram geradas pela industrialização, conformando as relações laborais no quadro normativo e/ou jurídico, sem problematizar os pilares das mesmas. É esta acepção de direito do trabalho que foi assimilada pelos direitos humanos e pelo PIDESC. Segundo Reis de Paula, “o Direito do Trabalho surgiu para proteger o trabalhador, já que pela simples regra do mercado o trabalho se converte em mera mercadoria” (2004:17).

É, justamente, o questionamento acerca do direito do trabalho enquanto mera ‘proteção do trabalhador’ contra as conseqüências geradas pela relação capital/trabalho, que se encontra ausente das críticas dos autores (aqui citados) que estudam e criticam os direitos humanos. Segundo Wallerstein (2002), os direitos humanos são parte constitutiva da geocultura do atual sistema internacional – no que concerne ao âmago dessa análise, a divisão social do trabalho – legitimando, dessa maneira, a perpetuação de uma dinâmica social e econômica contraditória. Desta forma, é necessário incluir no debate e nos estudos acerca dos direitos humanos, os limites de que padece a noção de trabalho, consagrada naqueles, e que a impedem de promover uma mudança do paradigma das relações sociais. Não se pode deixar de ter em conta o fato de o trabalho, nas sociedades contemporâneas, além de constituir um fator de riqueza, também consistir num elemento constituinte de cidadania.

Os nexos entre cidadania¹⁶ e direito do trabalho possibilitam, a partir das relações emergentes no cotidiano dos trabalhadores, identificar outras dimensões que a concepção de trabalho-emprego não tem considerado, as quais consistem de: dimensão identitária, dimensão educativa, dimensão comunitária e dimensão política. A dimensão identitária trata-se de uma construção da identidade coletiva, por via do trabalho, que considere os aspectos culturais; a dimensão educativa relaciona-se com o reconhecimento de saberes e conhecimentos acumulados pelos trabalhadores e pelas comunidades; a dimensão comunitária remete-se à participação popular sobre os modos e meios laborais no seu território e, por fim, a dimensão política coaduna-se com o processo de democratização no local de trabalho, o qual se expande para a vida societal.¹⁷

Como é possível observar, a exarcebação da dimensão economicista do trabalho, aliada ao processo de formação da sociedade salarial, reduz o exercício laboral ao mero caráter de subsistência dos trabalhadores. Neste sentido, o trabalhador é valorizado apenas pela sua utilidade exterior, ou seja, o trabalhador é associado à imagem do homo oeconomicus, a qual atribui àquele uma intencionalidade pura de maximização da utilidade, ou seja, da propensão do homem para barganhar, permutar e trocar uma coisa pela outra. Vale ressaltar que os autores aqui mencionados, que tratam dos direitos humanos, não logram distanciar-se dessa dimensão economicista.

Mas, por via das profundas transformações ocorridas nas nossas sociedades, seja por conta da globalização e de seus arcabouços, ou devido à atuação dos diversos movimentos sociais, novas relações sócio-econômicas estão sendo (re)configuradas no cotidiano social. Será que estas transformações põem em causa os pilares dos direitos humanos e problematizam a acepção de direito do trabalho – consagrada naqueles direitos – ancorada na relação capital/trabalho?

Partindo do pressuposto de que as mudanças manifestas no seio das sociedades hodiernas, em especial na sociedade brasileira, não são só oriundas da globalização e de seus efeitos (crise do capital, reestruturação produtiva, etc.), mas também das lutas e organizações da classe trabalhadora e dos diversos segmentos populares, aquelas põem em causa a atual noção de direito do trabalho fundada na caracterização economicista das relações capitalistas. É, precisamente, esta perspectiva de análise acerca dos direitos humanos e de suas normas internacionais, que se encontra ausente dos estudos dos autores que são questionados neste artigo.

As experiências de trabalho vivenciadas pelos próprios trabalhadores no interior da economia solidária ultrapassam a prática e a noção do trabalho-emprego e os seus instrumentos normativos e sociais, pois não assentam na relação

¹⁶ Para um tratamento pormenorizado da relação existente entre cidadania e direitos humanos, cf. Bertaso (2004).

¹⁷ As reflexões acerca dessas dimensões ainda encontram-se incipientes, visto que estou a desenvolvê-las na minha pesquisa de doutoramento em curso.

capital/trabalho. Ultrapassando a mera busca pela subsistência, entrelaçam outras dimensões de desenvolvimento humano e social.

Nesta linha de raciocínio, encontrar-se-á um fator de aproximação dos DHESC¹⁸ à economia solidária, já que “[a] compreensão dos direitos econômicos, sociais e culturais demanda ainda que se recorra [a]o direito ao desenvolvimento” (Piovesan, 2004:27).

Se olharmos para as periferias dos grandes centros urbanos brasileiros, e até mesmo para o seio destes, perceberemos que sempre foram inventadas e reinventadas outras formas de trabalho, as quais, em certa medida, não se reduzem apenas à garantia da sobrevivência, mas configuram novas identidades e novos laços sociais.

Mas não se trata aqui apenas de se promover o reconhecimento dessas outras formas de trabalho no espaço público, pois, conforme salienta Sousa Santos, “o reconhecimento dos diferentes tipos de trabalho só é democrático na medida em que cria em cada um deles um patamar mínimo de inclusão” (2006:352). Este é um dos elementos que enseja a possibilidade de se perceber o quanto os DHESC podem enriquecer-se com as experiências da economia solidária, e vice-versa, uma vez que a economia solidária, vista como um movimento social, cumpre um papel fundamental para a promoção e o desenvolvimento de instrumentos normativos e a conformação e ampliação do conteúdo dos direitos humanos, aos quais se remete o direito do trabalho. “Isso porque a realização dos direitos humanos é um processo histórico, assim como é histórico o seu conteúdo” (CERIS, 2007:20).

Economia solidária e direitos humanos: um diálogo na redefinição da acepção do trabalho

Com a crise 'estrutural' do trabalho-emprego, têm vindo a ganhar visibilidade no interior da sociedade brasileira outras formas laborais que sempre estiveram relegadas aos nichos da macro-economia gerida pela ordem capitalista. Desde a década de 1980, tem-se verificado o (re)surgimento de práticas associativas e autogestionárias de trabalho, balizadas por lógicas distintas daquelas adotadas pelo sistema capitalista.

A presença destas experiências associativas e autogestionárias, orientadas por princípios de equidade e participação, tem constituído um traço indelével no atual cenário econômico e social brasileiro. Segundo Singer, estas experiências que constituem a chamada economia solidária surgem no Brasil enquanto respostas à grande crise dos anos de 1980 e 1990: “quando milhões de postos de trabalho foram perdidos, acarretando desemprego em massa e acentuada exclusão social” (2002:87).

No Brasil, a economia solidária corresponde a um conjunto de atividades econômicas que abrange as cadeias de produção, distribuição, finanças, trocas, comércio, consumo, poupança e crédito.¹⁹ Estas são organizadas sob a forma de autogestão, ou seja, pela propriedade coletiva dos meios de produção de bens e serviços e pela participação democrática nas decisões tomadas pelos membros dos empreendimentos. É de salientar que, ao longo do processo de constituição dessas atividades, a economia solidária tem constituído um ambiente fértil para as experiências de organização coletiva, não se limitando apenas à esfera laboral, mas estendendo-se progressivamente para outras esferas da vida societal.²⁰

É justamente neste aspecto que surgem outras dimensões do trabalho que não se reduzem à dimensão economicista, ou seja, à objetividade da condição de prover e repor os meios de vida dos trabalhadores. A noção e o próprio exercício do ato laboral na economia solidária ampliam-se para a subjetividade da vida humana. As dimensões identitária, educativa, comunitária e política encontram-se imbricadas nas relações cotidianas do trabalho.

Tal afirmação pode ser constatada nas várias experiências desenvolvidas por todo o Brasil. Um dos exemplos consiste no caso da Usina Catende,²¹ localizada na região Nordeste, na qual, após a sua mobilização e organização, os 2.300 trabalhadores demitidos no início de 1993, devido à decadência da usina, criaram em parceria com credores da empresa, a Companhia Agrícola Harmonia, que assumiu a operação da usina a partir de 1997, configurando-se numa empresa de autogestão. Além de recuperarem os canais de mais de 6.000 hectares, os açudes e parte dos canais de irrigação e de rendimento industrial, garantindo 1.400 postos de trabalho, promoveram atividades de promoção da capacidade de ler e escrever, por parte dos trabalhadores rurais, reduzindo o analfabetismo na população adulta e, entre outras ações, estimulando a formação do sentido de cidadania na comunidade local, por consistirem as suas ações um processo de transformação, não apenas econômica, mas também cultural, social e política.

Um outro exemplo consiste na experiência do Banco Palmas, que é desenvolvida na periferia da capital cearense, vinculada à Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCOMP). Esta iniciativa já financiou, por meio de micro-crédito, centenas de empreendimentos no bairro (atingindo cerca de 30 mil moradores). Contribuiu, também, para a organização das costureiras do próprio bairro, criando uma grife de roupas (a PalmaFashion), bem como promovendo a realização semanal da feira com produtos localmente produzidos.

¹⁸ Sigla dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais.

¹⁹ Segundo o primeiro Mapeamento Nacional realizado em 2006, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária e pelo Governo Federal, os empreendimentos de economia solidária já somam mais de 15 mil, envolvendo uma população estimada de 1,2 milhão pessoas, em todos os Estados brasileiros. Cf. <http://www.sies.mte.gov.br>

²⁰ Para uma maior compreensão da gênese e da configuração da economia solidária no Brasil, vide Singer, 2000;2004.

²¹ A Usina Catende localiza-se no município de mesmo nome e cobre cinco municípios em Pernambuco, e nela trabalham aproximadamente 3.200 famílias. Iniciou as suas atividades em 1982. Para um maior conhecimento, vide Kleiman, 2008.

Assim, o trabalho encontra-se intrinsecamente relacionado com um processo de transformações econômicas e de relações sociais, culturais e políticas. A sua aceção estende-se aos saberes e conhecimentos acumulados pelos trabalhadores e pela comunidade local.

Um exemplo emblemático da constituição de uma dimensão identitária por via do trabalho associativo consiste no caso do trabalho dos catadores de material reciclável. Através das acções levadas a cabo por cooperativas de coleta seletiva e reciclagem, e da própria organização coletiva dos catadores em torno do reconhecimento do papel social do seu trabalho, esta experiência decorrida por todo o país tem contribuído para formar a identidade coletiva dos catadores, circunscrita à possibilidade da configuração de uma outra cultura: a de seleção e reaproveitamento do material reciclável, e de formação de uma consciência ambiental.

A compreensão da dimensão económica, tanto quanto as dimensões identitária, educativa, comunitária e política, que permeiam as práticas da economia solidária, é aprofundada por uma outra racionalidade sócio-económica, na qual o capital é empregue pelo trabalho, ao contrário da lógica capitalista em que este é subordinado àquele. Logo, verifica-se uma inversão na centralidade dessas categorias nas relações laborais. O ato de trabalho assume outras características, motivações e outros sentidos que não perpassam pela acumulação, competitividade e individualidade.

Cabe sublinhar que grande parte dessas experiências, a priori, é oriunda da busca pela sobrevivência material imposta pela dinâmica da lógica da mercantilização das relações sociais. Mas o próprio processo de autogestão gradualmente propicia a (re)significação do trabalho e de suas relações no seio das comunidades locais, a qual se amplia para acolher as outras dimensões supra mencionadas. Portanto, destacam-se, neste itinerário, os aspectos éticos das relações sociais balizadas pela solidariedade e participação; o aspecto da reterritorialização dos modos de vida das comunidades, ou seja, o resgate da cultura popular; o aspecto da democratização do espaço público e político, por engendrar no cenário político novos atores sociais; e o aspecto da (re)educação da participação ativa, seja dentro ou fora do espaço laboral. Logo, o sentido de trabalho nestas experiências não se reduz apenas à mera subsistência.²²

Nesta ordem de ideias, por meio dessas experiências, pode-se conjecturar a emergência da ampliação das esferas dos direitos humanos, e consequentemente, do direito do trabalho.

A organização das práticas laborais na economia solidária não abrange elementos institucionais, tais como o salário, a jornada de trabalho estabelecida por lei, a relação hierárquica patrão/empregado, etc. A ausência desses fatores são fontes de críticas por parte de alguns estudiosos que argumentam que os modelos de trabalho associativo ou cooperativo constituem formas de precarização das relações laborais, uma vez que não são legalmente regulamentadas.

Não se pode negar que hoje, no Brasil, existem as chamadas 'coopergratos', que são falsas cooperativas criadas por empresários, que em nada aplicam os princípios e valores apreçados pela economia solidária, servindo-se da nomenclatura de cooperativas na intenção de se evadirem à tributação fiscal e trabalhista.

Olhar, porém, para as experiências da economia solidária tendo em conta a dinâmica, complexidade e multipluralidade das relações sócio-económicas atuais, exige novas e/ou outras categorias, novos e/ou outros instrumentos analíticos para a compreensão dos movimentos e dinâmicas dessas práticas de trabalho forjadas pela classe trabalhadora. Caso contrário, ao analisá-las a partir de categorias 'velhas' incorre-se no risco de perder de vista as potencialidades e as possibilidades nelas emergentes.

Assim sendo, as experiências da economia solidária dialogam com o marco dos direitos humanos, em especial com o direito do trabalho, no sentido em que se centram na dignidade humana do trabalhador, constituindo este o cerne das relações económica, social, cultural e política estabelecidas no interior daquelas experiências. Mas, na medida em que a dignidade humana constitui um ponto de aproximação, questiona-se a presença efetiva da mesma, enquanto princípio basilar dos direitos humanos, por esta se encontrar circunscrita e/ou firmada aos padrões e termos da democratização estabelecidos pelas relações capitalistas. Uma vez que aqueles direitos, enquanto instrumentos normativos e jurídicos, são fundamentais nas atuais sociedades orquestradas pelo mercado – impondo limites ao processo de apropriação da força de trabalho e dos seus resultados (materiais e/ou não-materiais) pela classe dominante – paralelamente funcionam como elementos estabilizadores da ordem vigente, não questionando os seus pilares.

Em suma, a aproximação das práticas da economia solidária aos direitos humanos pode prestar um contributo para a ampliação da aceção do marco teórico-prático dos direitos humanos na realidade laboral, à medida que aquelas práticas propiciam a (re)significação do trabalho no seio da sociedade brasileira. Por outro lado, a ampliação dos marcos normativos e teóricos dos direitos humanos pode vir a promover a constituição de um novo sistema de regulação social, capaz de ordenar dinamicamente as regras arbitradas pela lei da economia, de modo a reconhecer a diversidade de paradigmas de trabalho coexistentes na sociedade.

Conclusão

No cenário de transformações sócio-económicas que têm vindo a ocorrer no seio da sociedade brasileira, novos paradigmas da reprodução da vida se reconfiguram constantemente, seja por conseqüências das políticas internacionais da globalização, seja pela emergência de novos atores sociais, criando outros e/ou novos dilemas e problemas para a vida

²² Vale salientar que as experiências aqui mencionadas, apesar de fazerem parte do movimento da economia solidária, não estão passíveis de conflitos e contradições, já que estão inseridas numa sociedade balizada por valores e princípios regidos pela ordem capitalista.

societal. Neste aspecto, o direito do trabalho consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e no PIDESC – forjado num determinado contexto histórico no qual a fábrica moderna e os seus corolários se tornaram no contexto estruturante da sociedade – é insuficiente para responder a todas as problemáticas e demandas suscitadas pela heterogeneidade da realidade do trabalho no Brasil.

Em primeiro lugar, o caráter economicista do direito do trabalho constitui um elemento limitador do alcance e da ampliação dos direitos humanos. Aquele é tratado apenas na perspectiva da subsistência do trabalhador, propiciando condições adequadas para a regulação da relação deste com o capital. Apesar dos direitos humanos assentarem na valorização da dignidade humana, esta encontra-se circunscrita aos padrões impostos pela ordem capitalista.

Em segundo lugar, outras dimensões do trabalho, tais como a identitária, a educativa, a comunitária e a política, não surgem explicitadas na aceção de trabalho veiculada quer pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, quer pelo PIDESC. Este fato impede que o direito do trabalho, expresso neste Pacto e naquela Declaração, contemple toda a diversidade existente de trabalhadores e de relações de trabalho, uma vez que a relação capital/trabalho não é a única que foi estabelecida na sociedade.

Na perspectiva das práticas de trabalho associativo e cooperativo desenvolvidas no seio da economia solidária, os direitos humanos referentes à esfera do trabalho precisam de ser ampliados e revistos, para que possam atender às novas demandas e questões que emergem das atuais realidades de trabalho. À medida que os trabalhadores da economia solidária vão (re)significando a concepção de trabalho, propiciam uma redefinição do(s) conteúdo(s) dos direitos do trabalho.

Neste sentido, a análise das práticas da economia solidária no contexto brasileiro, a partir da perspectiva da centralidade da dignidade humana nas relações econômicas, sociais, políticas e culturais, pode atribuir relevância, no estudo dos direitos humanos, em especial do direito do trabalho, a uma revisão e/ou ampliação das esferas destes direitos, criando possibilidades de um novo sistema de regulação social que promova o reconhecimento de todas as relações sócio-econômicas como portadoras de uma cidadania ativa.

A reconceptualização mais ampla do trabalho nas normas internacionais de direitos humanos, pode propiciar ‘respostas’ às seguintes questões: de que maneira é possível tornar os tratados sobre os direitos humanos eficazes diante de relações laborais permeadas por dinâmicas de exploração, alienação e indignidade da pessoa humana? De que forma, a universalidade e a indivisibilidade dos direitos humanos encontram consonância em condições de pobreza e desigualdades sociais, geradas por relações desumanas de trabalho?

O reconhecimento jurídico de outros modelos de trabalho na sociedade, por possibilitar, em primeiro plano, que se ordenem dinamicamente as regras arbitradas pela lei da economia, proporciona a garantia da proteção social e de constituição da cidadania, de modo a que esta não surjam estritamente ligados a um determinado tipo de paradigma de produção. Esse fato contribui para a noção e o exercício de uma cidadania ampliada, evidenciando a falácia dos paradigmas impostos como hegemônicos pelo modo de produção capitalista e baseados em pressupostos positivistas e liberais.

Em segundo plano, como consequência do primeiro, esse reconhecimento jurídico propicia a constituição, no seio da sociedade brasileira, de espaços de diálogo e debate, e até mesmo de práticas alternativas para a efetivação dos direitos humanos, considerando outras dimensões das relações sociais, além da econômica.

Referências Bibliográficas

- Abramovich, Víctor (2005). Linhas de trabalho em direitos econômicos, sociais e culturais: instrumentos e aliados, *Revista Internacional de Direitos Humanos*, 2(2), 189-223.
- Arruda, Marcos (2000). Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa. In Arruda, M.; Boff, L. (2000), *Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos*. Petrópolis: Vozes, (pp. 49-102).
- Anteag (2007). *Autogestão e Economia Solidária: uma nova metodologia*, Brasília: SPPE.
- Azzam, Fateh (2005). Os direitos humanos na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, *Revista Internacional de Direitos Humanos*, 2(2), 23-35.
- Barros, R.P., Henrique, R. & Mendonça, R. (2000). A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In Henrique, R. (Org.), *Desigualdade e Pobreza no Brasil*, Rio de Janeiro:IPEA, (pp.21-.47).
- Benvenuto Lima Jr., Jayme (2001). *Os Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais*. Rio de Janeiro: Renovar.
- Bertaso, João Martins (2005). *Cidadania e Direitos Humanos: um trânsito para a solidariedade*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Biavaschi, Magda Barros (2005). *O direito do trabalho no Brasil – 1930/1942: a construção do sujeito de direitos trabalhistas*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico. Universidade Estadual de Campinas-Instituto de Economia.
- Cândido Trindade, António Augusto (1991). *A proteção internacional dos direitos humanos: fundamentos jurídicos e instrumentos básicos*. São Paulo:Saraiva.
- Castel, Robert (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- CERIS (2007). *Relatório Direitos Humanos no Brasil 2: Diagnóstico e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Mauad Editora.
- Comin, Alvaro Augusto & Guimarães, Nadya Araújo (2002). Vicissitudes do trabalho no Brasil nos anos 90: mobilidade setorial, diversidades de gênero e acesso ao seguro-desemprego, *Revista Série Políticas Sociais*, 2(60), 11-32.

- Ferreira, António Casimiro (2003). Trabalho procura justiça. Tese de Doutoramento. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Grau, Eros (1998). O direito posto e o direito pressuposto. São Paulo: Malheiros.
- Herrera Flores, Joaquín (2004). Direitos Humanos, Interculturalidade e Racionalidade de Resistência. In Direitos Humanos e filosofia jurídica na América Latina, Rio de Janeiro: Lumen Júris.
- Langer, André (2004). Pelo êxodo da sociedade salarial. A evolução do conceito de trabalho em André Gorz. http://vinculando.org/brasil/conceito_trabalho/index.html18 (consultado na Internet em 18 de Fevereiro de 2007).
- Kleiman, Fernando (2008). Lições de Catende: a construção de uma autogestão em Pernambuco. São Paulo: Annablume.
- Mayer-Feitosa, & Maria Luiza Pereira de (2006). Direitos humanos, econômicos, sociais e culturais, Revista da Pós-Graduação em Ciências Jurídicas, 5 (8), 36-46.
- Marshall, Thomas H. (1967). Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar
- Oliveira, Francisco de (2001). Aproximação ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?, <http://www.polis.org.br/tematicas5.asp> (consultado na Internet em 22 de Outubro de 2007).
- Outhwaite, W., Bottomore, T. Gellner, E. & Touraine, A. (1996). Dicionário do Pensamento Social do Século XX. São Paulo: Jorge Zahar.
- Piovesan, Flávia (2004). Direitos Sociais, Econômicos e Culturais e Direitos Civis e Políticos. Revista Internacional de Direitos Humanos, 1(1), 21-47.
- Piovesan, F., Gotti, A. P. & Martins, J. S. (2004), La Protección Internacional de Los Derechos Económicos, Sociales y Culturales. In Lima Junior, Jayme Benvenuto [Org.] (2004). Derechos Económicos, Sociales y Culturales. Recife: Editora Bagaço, (pp.43-62).
- Reis de Paula, Carlos Alberto (2004). Prefácio. In Cunha, Carlos Roberto (2004). Flexibilização de direitos trabalhistas à luz da Constituição Federal. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor.
- Ribeiro, Renato Janine (2008). Os direitos do homem poderão ameaçar a democracia?. In Rifiotis, T. & Rodrigues, Thiago Hyra [Orgs.] (2008), Educação em Direitos Humanos: discursos críticos e temas contemporâneos. Florianópolis: UFSC, (pp. 21-37).
- Rifiotis, Theophilos (2008). Direitos Humanos e outros direitos: aporias sobre processos de judicialização e institucionalização de movimentos sociais. In Rifiotis, T. & Rodrigues, Thiago Hyra [Orgs.] (2008). Educação em Direitos Humanos: discursos críticos e temas contemporâneos. Florianópolis: UFSC, (pp. 39-58).
- Santos, Milton (1979). Espaço e Sociedade. São Paulo: Vozes.
- Shetty, Salil (2005). Declaração e Objetivos de Desenvolvimento do Milénio: oportunidade para os direitos humanos, Revista Internacional de Direitos Humanos, 2(2), 7-21.
- Singer, Paul (2000). Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In Singer, P. & Souza, A. (Orgs), A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego, São Paulo: Contexto.
- Singer, Paul (2004). Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Perseu Abramo.
- Sousa Santos, Boaventura de (2006). A gramática do tempo: para uma nova cultura política. Porto: Afrontamento.
- Wallerstein, I. M. (2002). Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo. Petrópolis: Vozes.

Das fontes de satisfação no trabalho à satisfação organizacional

Laureano Freixo
Universidade Fernando Pessoa
lafreixo@clix.pt

Nelson Lima-Santos
Universidade Fernando Pessoa
limasant@ufp.edu.pt

Resumo: Assumindo-se o trabalho como o modo crucial do agir humano (Lima Santos, 1995) e como a actividade nuclear da vida dos indivíduos (Lima Santos & Pina Neves, 2001; Silva, 2007), daí poderá resultar o modo como se organizam, o espaço onde se movimentam e a forma como ocupam o seu tempo (Lima Santos & Pina Neves, 2001).

Tendo ainda em consideração variáveis individuais, laborais e sócio-organizacionais, a forma como é percebido o esforço e o investimento pessoal, as características e o reconhecimento do trabalho/trabalhador, remetem-nos para uma dimensão psicossocial que compreende as fontes mais importantes que fundam a satisfação organizacional (Freixo & Lima Santos, 2006b).

Então, e no seguimento de trabalhos anteriores, realizamos, numa empresa metalúrgica do norte do país, com uma amostra de 309 trabalhadores, um estudo com os seguintes objectivos: (i) adaptação e validação de uma nova Escala de Satisfação Organizacional (Freixo & Lima Santos, 2006a), com a inclusão de novos itens, que procuraram operacionalizar aspectos considerados relevantes da empresa-alvo; (ii) realização de estudos diferenciais para avaliar a satisfação dos trabalhadores, constatando-se a existência de diferenças nas variáveis idade, escolaridade, antiguidade, função na empresa, nível de qualificação, tipo de contrato, local de trabalho, tipo de chefia, variedade da tarefa e autonomia; (iii) investigação, em função do grau de satisfação global, das fontes de satisfação mais relevantes para os 25% dos trabalhadores

mais e menos satisfeitos, tendo-se concluído pela maior importância da “segurança de emprego” para os trabalhadores mais satisfeitos e da “remuneração” para os menos satisfeitos.

Introdução

O trabalho representa para a maioria das pessoas o elemento que estrutura as suas vidas, pelo que se constitui como “o modo crucial do agir humano” (Lima Santos, 1995, p. 23). Mas, nas últimas décadas, perante o processo acelerado da inovação tecnológica, a desenfreada competitividade e globalização dos mercados e o efeito boomerang da natureza, decorrente de uma intervenção humana nem sempre atenta às consequências da sua acção, o trabalho tem vindo a sofrer alterações ao nível da sua organização e das exigências de maiores qualificações, competências e, também, de uma crescente responsabilização ecológica e social dos seus actores.

Assim, o estudo das condições físicas e psicossociais em que o trabalho ocorre, as consequências que derivam do seu exercício, para os seus intervenientes e para o meio que o envolve (logo, as respostas dadas pela organização) e, também, a importância que o mesmo representa para a maioria das pessoas, parece ter subjacente que o trabalho, enquanto actividade com utilidade social, deve ser uma preocupação permanente da/na investigação social.

Com efeito, com as alterações que se têm vindo a verificar na natureza do próprio trabalho (Lima Santos & Pina Neves, 2001), e no seu contexto, principalmente no mundo industrializado, mas também nas economias emergentes, onde o nível de análise tem que ponderar outras variáveis que decorrem da necessidade de leitura das condições objectivas em que o mesmo ocorre, nomeadamente, a análise do “dumping social” em que se sustentam (quicá comum a algumas realidades existentes na nossa sociedade), a selecção e actualização das variáveis que o envolvem deve merecer, também, um cuidado particular na investigação.

Ora, o trabalho representa para a maioria das pessoas a actividade central (i.e., o nível de importância relativa atribuído) na sua vida (Super, 1974, 1982, 1984a e, 1990, in Lima Santos & Pina Neves, op. cit.), mas, ainda de acordo com Lima Santos e Pina Neves (op.cit.), o significado do trabalho depende da valorização (entendida como um processo de atribuição de importância) dada por cada um, pelo que para as pessoas orientadas para o trabalho a valorização pode ser intrínseca ou extrínseca, tendo como significado um fim central para os primeiros e, um meio, central ou não, para os segundos. Se as pessoas não estão orientadas para o trabalho não o valorizam e quando desempenhado não é central, significando apenas um meio facilitador da realização de outras actividades. Então, a centralidade do trabalho dependerá da percepção que se tem deste ser capaz de permitir realizar os valores profissionais mais significativos ou, será não central, como acontece nas pessoas cujos valores não são profissionais, ou quando, através do trabalho, não lhes é possível alcançar os valores profissionais. No entanto, “a não centralidade da actividade profissional não implica necessariamente a sua não valorização, e a valorização da actividade profissional não é inversa à valorização das outras actividades, já que estas não estão representadas num pólo oposto à actividade profissional, mas sim numa escala paralela” (Lima Santos & Pina Neves, op.cit. p. 219).

De acordo com Mannheim, Baruch e Tal (1997), a perspectiva desenvolvida pelos modelos teóricos alternativos da Psicologia Social, com relevância para a centralidade do trabalho, defende a função do trabalho como “uma das sub-identidades individuais nas quais as pessoas investem energia mental e afectiva, e por isso fortemente relacionada com a sua auto-estima” (Mannheim et al., op. cit., p. 1537), e, ainda decorrente desta centralidade do trabalho, e de acordo com a conclusão de um estudo com trabalhadores “High-Tech”, embora com a ressalva da particularidade da amostra, “...os indivíduos centrados no trabalho têm uma alta necessidade de realização, estão mais satisfeitos com o seu trabalho, estão mais comprometidos com a sua organização, e esperam salários altos. A sua performance tende a ser alta, particularmente quando há uma alta necessidade de realização” (Mannheim et al., op. cit. p. 1556), pelo que essa centralidade acaba por condicionar a forma como o indivíduo se organiza, como ocupa o seu tempo e o espaço em que se movimenta (Lima Santos & Pina Neves, op. cit.), constituindo-se, também como factor “... estrutural e estruturante das sociedades” (Silva, 2007, p. 88).

Numa outra perspectiva, a centralidade do trabalho “resulta do facto de em seu redor se gerar uma divisão de classes que, em conjunto com a divisão sexual e a divisão étnica, constitui um dos grandes factores de desigualdade social e de conflito social contemporâneos” (Santos, 1994, in Ferreira & Costa, 1999, p. 143), não deixando os autores de realçar o facto de que as relações laborais incorporaram “uma dimensão relacional que envolve actores individuais ou colectivos numa actividade de trabalho ou com ele relacionada, segundo diferentes níveis de análise: global, societal organizacional, grupal, interaccional e individual” (Ferreira & Costa, op. cit., p. 145).

Contrariamente a algumas posições que defendem a menor importância do trabalho e, independentemente do tipo de valorização ou do significado que possa ter para os indivíduos (Lima Santos & Pina Neves, op. cit.), o refluxo da pós-modernidade (como, por exemplo, a precariedade do trabalho e a mobilidade do tempo e do espaço em que este ocorre), acaba por reforçar a sua centralidade nos nossos dias, não obstante se poder constatar uma “descentração” dos elementos estruturais que o caracterizaram ao longo do período industrial. Podemos, assim, afirmar que “o trabalho [...] tende hoje a subordinar toda a existência do indivíduo e a transformá-la ao seu ritmo [...]. [Assiste-se] [...] a uma difusão dos constrangimentos do trabalho na vida do cidadão, constrangimentos que tomam agora uma forma mais universal” (Rolle, 1996, in Silva, 2007, p. 85).

Deste modo, e de acordo com Lévy-Leboyer (1987), o trabalho é caracterizado pelo esforço e orientação e, também, por um efeito constrangedor ao qual estão associadas repercussões de ordem psicossocial e a obrigação moral de trabalhar. Esta obrigação moral constitui a componente ética do trabalho e representa uma resposta ideológica cuja vaga de fundo se ancora na dimensão política e religiosa vigente: “o trabalho, deste ponto de vista, não é somente uma actividade, não é somente uma das modalidades da vida social, é igualmente um valor amplamente aceite que lhe confere um carácter de obrigação e de constrangimento partilhado” Lévy-Leboyer, op. cit., p. 21).

Mais ainda, para Weiss e Kahn (1959, in Friedlander, 1963, p. 246), “...o trabalho é algo que é imposto, não entendido como prazer, e mais negativo do que uma coisa livre, produtiva e positiva...[salientando-se, também, que] Argyles (1957) e McGregor (1960) lamentam a não realização das necessidades básicas e de auto-realização como elemento importante para o trabalhador no contexto industrial cuja gestão se saturou com as condições físicas e de segurança oferecidas”, constatação esta que, decorrido cerca de meio século, em muitas realidades se mantém actual.

Diferentes escolas e sensibilidades procuram encontrar uma definição de trabalho, na qual os seus elementos conceptuais estejam consignados pelo que pode ser entendido como “uma actividade deliberadamente concebida pelo Homem, consistindo na produção de um bem material, na prestação de um serviço ou no exercício de uma função, com vista à obtenção de resultados que possuam simultaneamente utilidade social e valor económico, através de dois tipos de mediações necessárias, uma técnica e outra organizacional” (Freire, 1997, p. 27), mas também como “um comportamento adquirido por aprendizagem e que deve adaptar-se às exigências de uma tarefa” (Ombredane & Faverge, 1995, in Leplat & Cuny, 1983, p. 29). No entanto, é de referir que, para Richarson (in Breda, 1997), o trabalho e a profissão não têm que estar necessariamente relacionados, nem tão pouco aquele tem que estar integrado numa estrutura formal.

Para Marx (1971, p. 25), “o trabalho só é fonte de riqueza e de cultura como trabalho social”. Na perspectiva marxista, uma mercadoria só é entendida como tal se tiver, para além de um valor, cuja expressão é tão variada quanto a sua relação de valor com outras mercadorias, um valor-de-uso, ou seja, constituir-se como algo de útil e com valor para os outros e que necessariamente incorpora, sempre, uma fatia relevante de trabalho dispendido pelo Homem, logo, “o trabalho enquanto produtor de valores de uso, enquanto trabalho útil, é, independentemente das formas de sociedade, condição da existência do homem, uma necessidade eterna, o mediador da circulação material entre a natureza e o homem [isto é, da vida humana]” (Marx, 1974, pp. 60-61).

Nesta linha de pensamento, e de acordo com Reich (1976), a única força criadora de valor é a força de trabalho humana, sendo que o trabalho é intrínseco ao próprio homem, dele resultando pulsões de prazer. Então, dessa actividade exercida como satisfação biológica, decorreria uma satisfação geral consigo mesmo e com a vida, não fosse o facto do trabalho ser realizado como obrigação e entendido como constrangimento imposto, nomeadamente, pelo facto do trabalhador, na lógica dos pressupostos em que assenta a economia de mercado, se ver não só desligado do produto que realiza, mas também do resultado da distribuição desse produto. Assim, Reich (op. cit., pp. 278-279) propõe que uma democracia do trabalho deve “...saber se o trabalho poderá sofrer uma alteração tão radical que, de dever fastidioso, se converta em agradável satisfação de uma necessidade”, o que seria conseguido pela humanização e harmonização das “...condições e formas de trabalho com a necessidade de trabalhar e a satisfação no trabalho, isto é, em suprimir o antagonismo entre o trabalho e o prazer da vida”.

Numa outra leitura, os métodos de organização do trabalho devem acompanhar o desenvolvimento tecnológico para que, numa perspectiva sociotécnica, seja possível minimizar a dificuldade de execução da tarefa ou de eventuais resultados nefastos que possam emergir do seu fraccionamento ou do seu carácter repetitivo, procurando-se aumentar o grau de qualificação do trabalho e, por inêrência, o seu interesse e a iniciativa e responsabilidade de cada um (Leplat & Cuny, 1983): ou seja, este enriquecimento da tarefa, isto é, a busca da “adaptação do trabalho [função] ao homem” (Leplat & Cuny, op. cit., p. 83), implica a alteração do comportamento e modificações das condições de trabalho, entendidas estas como o “conjunto de factores que determinam o comportamento do trabalhador” (Leplat & Cuny, op. cit., p. 59).

Assim, pensamos que decorrente da importância atribuída ao trabalho é relevante sabermos como é que os trabalhadores se revêm no mesmo, da sua maior ou menor disponibilidade para uma intervenção activa e disponível, pelo que entendemos que identificar as fontes de satisfação no trabalho por si valorizadas e o nível de satisfação organizacional é um caminho que obrigatoriamente a organização do trabalho tem que percorrer, até para se poder modificar e melhor adequar.

Com efeito, remonta à segunda década do século passado a primeira constatação da importância da dimensão humana em contexto organizacional. De acordo com Robbins (1998), os estudos realizados na Hawthorne Works da Western Electric Company, com posterior colaboração de Elton Mayo, concluíram que os comportamentos e sentimentos se relacionam e estão próximos, que o comportamento individual é afectado significativamente pela influência do grupo, e que o dinheiro, comparativamente com os padrões e sentimentos de grupo e de segurança, tinha menor importância para a realização da produção. Não obstante as críticas aos procedimentos, análises e conclusões do estudo, este acabou por dar origem a uma nova forma de entender o trabalho e de valorizar variáveis que nem sempre estão visíveis, de tal modo que este movimento se designou de Escola das Relações Humanas.

Melhor dizendo, de acordo com Staw (1984, in Lima, Vala & Monteiro, 1994), e Lease (1998), o interesse que esta variável despertou transformou a satisfação no trabalho na principal linha de estudo da Psicologia no âmbito das organizações.

Ora, a satisfação no trabalho pode ser definida como o estado emocional positivo ou de prazer que deriva da percepção individual das experiências de trabalho (Locke, 1976), como resultado da relação psíquica indivíduo vs. situação de trabalho (Ripon, 1987), ou, ainda, como consequência da avaliação que o trabalhador faz no contexto do seu ambiente de trabalho (Davis & Lofquist, 1984, in Lease, 1998).

Assim, esta variável tem sido estudada como satisfação global no trabalho ou como satisfação nas diferentes facetas do trabalho, como por exemplo a remuneração ou as oportunidades de promoção (Lease, 1998), pelo que para Bravo, Peiró e Rodríguez (2002), podem ser classificadas como abordagens unidimensionais ou globais (a satisfação é vista como uma atitude em relação ao trabalho em geral) ou como abordagens multidimensionais (a satisfação resulta de um conjunto de factores entendidos como relevantes no contexto de trabalho).

Deste modo, na perspectiva multidimensional, e de acordo com Locke (1976, in Bravo, Peiró & Rodríguez, 2002), podemos identificar como fontes de satisfação as condições ou eventos como “o próprio trabalho”, o “salário”, as “promoções”, o “reconhecimento”, os “benefícios” e as “condições de trabalho” e, como agentes da satisfação no trabalho, a “chefia”, os “colegas de trabalho” e a “organização/direcção”. Já para Ferreira, Neves, Abreu e Caetano (1996), as fontes com maior impacto na satisfação serão: “o trabalho desafiante”, “a equidade na recompensa”, “as condições físicas e ambientais de trabalho”, “o relacionamento interpessoal” e “o grau de adequação entre a personalidade e as características do trabalho”. Por sua vez, para Lima Santos e Freixo (2003), as dez fontes de satisfação no trabalho, consideradas como as mais importantes, tendo como referência uma revisão da literatura, são: (1) as características do trabalho; (2) a forma de ser e de trabalhar do chefe; (3) o sentimento de realização pessoal e profissional; (4) as oportunidades de formação e de aprendizagem; (5) as perspectivas de carreira profissional; (6) o reconhecimento pelos outros do trabalho realizado; (7) o relacionamento com os colegas; (8) as condições de trabalho proporcionadas pela empresa; (9) a segurança de emprego nesta empresa; e (10) a remuneração.

Mais ainda, segundo Friedlander (1963, p. 246), temos teorias que consideram que “apesar dos factores intrínsecos e extrínsecos não estarem empiricamente estabelecidos como estruturas factoriais independentes, nem tão pouco como elementos do interior do contexto de trabalho ou como dois tipos diferentes de motivação, vários investigadores usam essa dicotomia para relacionar elementos do trabalho com atitudes de trabalho”.

Com efeito, Herzberg, Mausner e Snyderman (1993) identificaram como factores intrínsecos ao próprio trabalho a “realização”, o “reconhecimento”, o “trabalho em si”, a “responsabilidade” e o “progresso” e, não estando, de uma forma geral, associados à insatisfação, funcionam apenas como factores operantes de satisfação no trabalho, pelo que os designam como motivadores ou de conteúdo. Os factores como a “política e gestão da empresa”, a “supervisão”, a “relação com o superior, colegas e subordinados”, as “condições de trabalho”, o “salário”, a “vida pessoal”, o “estatuto” e a “segurança”, dizem respeito à situação de trabalho e são designados como de contexto ou higiénicos. Ora, de acordo com Herzberg e colaboradores (1993, in Lima Santos & Freixo, 2006, p. 982), “estes factores podem gerar insatisfação quando ausentes, mas não geram, por si só, satisfação quando presentes”, isto é, apenas são notados quando não estão presentes e, como suporte dos pressupostos desta teoria, Lima Santos & Freixo (2006) concluíram, com base nos resultados de um estudo realizado em contexto industrial que, os “trabalhadores mais satisfeitos” não relevam as fontes de satisfação com significado extrínseco, referindo preocupações com as de nível intrínseco ou motivacional, enquanto os “trabalhadores menos satisfeitos” consideram como fontes mais importantes as de significado extrínseco ou higiénico.

Na investigação realizada por Friedlander (1963), que tinha como um dos objectivos analisar os elementos que integram o ambiente de trabalho, com vista a obter a validação do construto fontes de satisfação, foram identificados, em resultado da análise factorial, três factores que designou como: Factor I – ambiente social e técnico; Factor II – aspectos intrínsecos do trabalho – auto-realização e Factor III – reconhecimento e promoção. O primeiro factor integra, na sua generalidade, elementos de ordem interpessoal, enquanto o segundo factor aponta para aspectos intrapessoais. O terceiro factor apresenta os itens que parecem ser mais de natureza impessoal mas, de acordo com o autor, cada vez mais importantes no interior das organizações.

Este resultado é idêntico ao de Gunzberg, Ginsburg, Axelrad e Herma (1951, in Friedlander, 1963), uma vez que os três factores obtidos remetem para distintos tipos de satisfação como derivados do trabalho: (i) o retorno na forma de recompensa monetária e de prestígio; (ii) a satisfação intrínseca ou de prazer na actividade específica e no acompanhamento dos fins específicos, e (iii) as que derivam do trabalho, particularmente o ambiente físico ou o grupo.

Por sua vez, em estudos anteriormente realizados pelos autores do presente trabalho (Freixo & Lima Santos, 2006b; Freixo & Lima Santos, 2008b; Lima Santos & Freixo, 2006), conclui-se que as fontes de satisfação mais importantes para os inquiridos em contexto industrial, no ramo da actividade metalúrgica, são: o “sentimento de realização pessoal e profissional”, a “remuneração”, as “características do trabalho”, o “reconhecimento do trabalho realizado”, a “competência e forma de ser e de trabalhar do chefe” e a “segurança de emprego”. Todavia, quando solicitados a indicarem um outro factor que considerassem como importante para a sua satisfação no trabalho, a “Igualdade de tratamento e de oportunidades”, o “Horário de trabalho”, a “Localização da empresa”, a “Competência dos responsáveis e chefias da empresa” e a “Organização do trabalho” (Freixo & Lima Santos, 2008b), foram os mais referidos, pelo que podemos destacar a dicotomia intrínseco vs. extrínseco associada a esses factores.

No entanto, consideramos que esta variável não pode ser estudada sem termos como pano de fundo a dimensão cultural, enquanto matriz estruturante, tanto para os valores que nos orientam como para as decisões e as atitudes que tomamos. Quando num contexto globalizado estudamos o trabalho e as relações que no mesmo se estabelecem torna-se

imperativo não perdermos de vista o que mais nos caracteriza. E se para uns a nossa capacidade de improvisação e de concretização não tem paralelo, para outros, a sociedade portuguesa é caracterizada, com tudo o que isso implica, e de acordo com Santos (1996), como estando imbuída de uma cultura deficitária, que a remete para uma zona de fronteira, identificada como tendo forma mas não conteúdo e que se concretiza na “dificuldade de diferenciação face ao exterior e numa dificuldade de identificação no interior de si mesma [e cuja raiz pode ser localizada na ideia de que] ... no nosso trajecto histórico cultural da modernidade fomos tanto o europeu como o selvagem, tanto o colonizador como o selvagem” (Santos, op. cit., pp. 133 - 134). Como resultado dessa cultura sem identidade, somos pouco visíveis para as culturas com fortes centros e, como outra face da mesma moeda e, ainda, como causa e efeito do seu “acentrismo”, resulta “...um universalismo sem universo feito da multiplicação infinita de localismos” (Santos, op. cit., p. 134).

Logo, porque este não é de todo um aspecto que deva ser escamoteado, deve o mesmo ser entendido como uma variável a evidenciar quando estudamos o trabalho e as suas organizações, nomeadamente em Portugal. Aliás, foi neste sentido que Freixo e Lima Santos (2008a) procuraram, num contexto geral de técnicos, chefias intermédias e quadros superiores, validar as qualidades psicométricas de uma escala de satisfação organizacional uma vez que “os quadros das empresas têm sido vistos na literatura organizacional como partilhando normas sociais de autonomia, de empenhamento individual e de diferenciação pessoal” (Sainsaulieu, 1977, in Lima, Vala & Monteiro, op. cit., p. 120).

Então, partindo das fontes de satisfação no trabalho consideradas como mais importantes e, através de variáveis consideradas significativas na empresa em estudo, nomeadamente, o nível etário, a antiguidade, a escolaridade, a actividade profissional, o nível de qualificação, o local de trabalho, bem como o tipo de chefia e a variedade e o tipo de tarefas, que se constituem, também, como subculturas organizacionais e que estruturam a forma como é percebido o esforço, o investimento pessoal e a percepção de características e reconhecimento do trabalho de cada um, ser-nos-á possível concluir sobre a satisfação organizacional actual na empresa-alvo.

Neste estudo, após validação das qualidades psicométricas de uma nova escala de satisfação organizacional, serão realizados um conjunto de estudos diferenciais dos itens de satisfação organizacional em função das variáveis independentes consideradas relevantes no domínio, o que nos permitirá, igualmente, validar empiricamente a escala. Por fim, identificaremos as fontes de satisfação mais importantes para os trabalhadores, através do registo das frequências e das pontuações obtidas. Posteriormente, e através da Satisfação Global, operacionalizaremos uma variável de tipo psicossocial, designada de “Grau de Satisfação Organizacional”, obtida da selecção dos “25% dos trabalhadores mais satisfeitos” e os “25% dos trabalhadores menos satisfeitos” com vista a estudar o significado das fontes de satisfação indicadas para os referidos grupos.

Assim, neste estudo propomo-nos:

Avaliar as qualidades psicométricas de uma nova Escala de Satisfação Organizacional adaptada de Freixo e Lima Santos (2006a);

Realizar estudos diferenciais para avaliar a satisfação dos trabalhadores, numa amostra de 309 sujeitos, em função de variáveis de tipo individual (idade e escolaridade), de tipo sócio-organizacional (actividade profissional, antiguidade, nível de qualificação, tipo de contrato e local de trabalho) e de tipo laboral (tipo de chefia, variedade das tarefas e tipo de tarefa).

Investigar, em função do grau de satisfação global, as fontes de satisfação mais relevantes para os 25% de trabalhadores mais e menos satisfeitos.

Método

Participantes

A amostra do presente estudo representa 38,4% da população disponível de uma empresa pública metalúrgica do norte do país e que corresponde a 309 participantes (Quadro 1), que responderam ao inquérito no prazo de um mês.

Quadro 1 - Distribuição da amostra em função das variáveis sócio-demográficas

Variável	Característica	n	% Válid a	Variável	Característica	n	% Válid a
Idade	Até 30 anos	66	22,9	Escola- ridade	Até 9º ano	165	53,6
	De 31 a 50 anos	118	41,0		12º ano	83	26,9
	Mais de 50 anos	104	36,1		Bacharel./Licenc.	60	19,5
	Total	288	100,0		Total	308	100,0
	Omissões	21			Omissões	1	
Antigui- dade	Até 15 anos	108	36,2	Actividade Profis- sional	Executantes	144	47,1
	+ de 15 até 30 anos	87	29,2		Técnicos, Chefes e		
	+ 30 anos	103	34,6		Directores	162	52,9
	Total	298	100,0		Total	306	100,0
	Omissões	11			Omissões	3	
	Sem Termo	268	86,7	Tipo de	Autoritário/Rígido	67	22,4

Tipo de Contrato	A Termo	41	13,3	Chefia	Flexível/Participativo	232	77,6
	Total	309	100,0		Total	299	100,0
	Omissões	0			Omissões	10	
Tipo de Tarefa	Faço o que me mandam	141	45,6	Local de trabalho	Interior Edif. Técnico	126	41,0
	Faço o meu trabalho recebendo directrizes gerais/Sou autónomo	168	54,6		Oficinas/Unidades em Construção	181	59,0
	Total	309	100,0		Total	307	100,0
	Omissões	0			Omissões	2	
Nível de Qualificação	Praticante, Semi-Qualificado e Qualificado	79	25,9	Variedade da Tarefa	Faço sempre/quase sempre a mesma coisa	92	29,8
	Profissional Altamente Qualificado	94	30,8		Alterno entre fazer sempre a mesma coisa e fazer diferente	123	39,8
	Quadros (Intermédios, Médios, Superiores)	132	43,3		Faço sempre ou quase sempre coisas diferentes	94	30,4
	Total	305	100,0		Total	309	100,0
	Omissões	4			Omissões	0	

Instrumentos

Os instrumentos utilizados incluem um Questionário Sócio-Demográfico, com 10 itens, que avaliam características sócio-demográficas dos colaboradores e o Questionário de Satisfação Organizacional, adaptado de Freixo e Lima Santos (2006a). Este questionário é composto por um item que avalia a satisfação geral (“Tudo somado, e considerando todos os aspectos do seu trabalho...”) e por 15 itens que se referem a aspectos específicos do trabalho, onde se incluem quatro novos itens considerados relevantes no novo contexto organizacional, a saber: “Benefícios sociais e regalias complementares”; “Reconhecimento do trabalho que realiza por parte dos superiores hierárquicos”; “Políticas e estratégias da actual Direcção/Administração da Empresa”; e “Pertencer ao grupo de colaboradores desta empresa”. Estes novos itens passar-se-ão a designar como: “Benefícios sociais”; “Reconhecimento do trabalho realizado”; “Políticas e estratégias da Direcção”; e “Pertencer à empresa”.

Mantivemos a escala de resposta de tipo Likert com seis pontos (de 1 – “Extremamente Insatisfeito” a 6 – “Extremamente Satisfeito”), para evitar o viés de tendência central.

Procedimento

Foi enviada à Administração da empresa-alvo uma carta onde eram expostos os objectivos do presente estudo e pedida autorização para a respectiva realização. Após a sua concordância, e para estudarmos em conjunto as condições em que o mesmo deveria ocorrer, fomos remetidos para o Director de Recursos Humanos. Considerando a dimensão da empresa, número de trabalhadores ao serviço, bem como a extensa área que ocupa, foi-nos proposto que a Comissão de Trabalhadores (CT) fosse o interlocutor entre os autores do estudo e os destinatários dos questionários, com quem reunimos posteriormente para sensibilização e colocação de eventuais dúvidas sobre os mesmos.

Entretanto, junto do Responsável do Departamento de Recursos Humanos para quem fomos remetidos com vista a adequarmos algumas das variáveis do Questionário Sócio-Demográfico à realidade da empresa, bem como para a definição de como fazer chegar os questionários a cada um dos trabalhadores da empresa, foi acordado que seria elaborada uma nota interna a informar todos os trabalhadores dos objectivos deste estudo, bem como da forma de proceder. Foi-nos proposta a sua distribuição por correio interno, como forma de garantir que os mesmos chegassem a cada um dos destinatários, sendo, depois, devolvidos a esse mesmo Departamento. Os questionários seguiram em envelope aberto com a informação de que os mesmos deveriam ser preenchidos e remetidos novamente no interior desse mesmo envelope, fechado, e de forma anónima.

Qualidades Psicométricas do Questionário de Satisfação Organizacional (QSO)

a) Validade factorial

Na análise da validade factorial foi excluído o item que avalia o sentimento global, pois, “a dimensão global, porque estabelece relações com todas as outras, nunca se apresentará como uma dimensão totalmente diferenciada” (Faria & Fontaine, 1995, p.328).

Consideradas satisfeitas as condições para a realização da análise factorial (coeficiente de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) de 0,89 e teste de esfericidade de Bartlett com um nível de significância inferior a 0,05, que denuncia a existência de correlações entre as variáveis), os itens podem ser submetidos a rotação ortogonal, através do método varimax (Pestana &

Gageiro, 2000). Da análise factorial em componentes principais, com rotação varimax (Quadro 2), extraíram-se três factores com valores próprios superiores a 1, que explicam conjuntamente 53,8% da variância total dos resultados.

O primeiro factor, com um valor próprio de 5,5 e explicando 36,5% da variância total, encontra-se saturado por 7 itens, tendo sido designado “Carreira, Reconhecimento, Oportunidades de Desenvolvimento Profissional e Remuneração”.

O segundo factor, com um valor próprio de 1,4 e explicando 9,3% da variância total, encontra-se saturado por 3 itens, tendo sido designado “Segurança no emprego e no trabalho e Benefícios sociais”.

O terceiro factor, com um valor próprio de 1,2 e explicando 8,0% da variância total, encontra-se saturado por 5 itens, tendo sido designado “Relações interpessoais, Trabalho e Competências”.

Os itens que integram o primeiro factor representam diferentes dimensões teóricas da satisfação organizacional: de facto, os itens 1, 7 e 13 (motivacionais) e os itens 2, 4, 8 e 14 (higiénicos) dificilmente poderão ter uma interpretação unívoca. Mas, do ponto de vista psico-sócio-laboral e à luz das conclusões de Freixo e Lima Santos (2006a, 2008a), parecem fazer sentido, pelo que se renova a intenção dos mesmos poderem vir a ser explorados no futuro. O segundo factor remete-nos para a segurança psicossocial e segurança física, enquanto o terceiro factor corporiza o trabalho que se realiza e as relações interpessoais e competências dos actores organizacionais.

Quadro 2 - Análise factorial em componentes principais, após rotação varimax

N.º	Itens	F 1	F 2	F 3	h2
1	Perspectivas de carreira	0,757			0,587
2	Organização do sector	0,684			0,628
13	Reconhecimento trabalho realizado	0,680			0,581
7	Oportunidade de aprendizagem	0,620			0,439
14	Políticas e Estratégias da Direcção	0,603			0,533
4	Remuneração	0,585			0,442
8	Melhoria condições de trabalho	0,559			0,536
9	Segurança de emprego		0,808		0,689
12	Benefícios sociais		0,749		0,642
11	Empresa cumpre NHSST*		0,671		0,588
3	Relacionamento com colegas			0,724	0,550
10	Competência colegas/subordinados			0,694	0,590
6	Trabalho que realiza			0,610	0,390
5	Competência superior imediato			0,545	0,576
15	Pertencer à empresa			0,444	0,296
	Valores Próprios	5,5	1,4	1,2	
	% de Variância Total Explicada	36,5%	9,3%	8,0%	∑ = 53,8%
	Alpha	0,83	0,75	0,67	Alpha Total 0,88

*Normas de Higiene Segurança e Saúde no Trabalho

b) Consistência interna

Podemos afirmar que o instrumento apresenta boa consistência interna, uma vez que se obteve um alpha de Cronbach de 0,88 para a escala total. Considerando os resultados da análise factorial, o alpha para o Factor 1 “Carreira, Reconhecimento, Oportunidades de Desenvolvimento Profissional e Remuneração” é de 0,83, para o Factor 2 “Segurança no emprego e no trabalho e Benefícios sociais,” é de 0,75 e para o Factor 3 “Relações interpessoais, Trabalho e Competências” é de 0,67.

c) Sensibilidade e poder discriminativo

No estudo da sensibilidade dos itens (Quadro 3) analisamos a média e a mediana (medidas de tendência central), o desvio-padrão e os valores mínimos e máximos (medidas de dispersão) e os coeficientes de assimetria e de curtose (medidas de distribuição).

Quadro 3 - Sensibilidade dos itens do QSO

Itens	M	Md	DP	Min.	Máx.	Assim.	Curtose
Perspectiva de carreira	2,9	3	1,25	1	6	0,112	-0,585
Organização do sector	3,1	3	1,16	1	6	0,081	-0,440
Relacionamento com colegas	4,3	4	1,07	1	6	-0,753	0,592
Remuneração	2,7	3	1,18	1	6	0,197	-0,794
Competência do superior imediato	3,8	4	1,24	1	6	-0,281	-0,551
Trabalho que realiza	4,3	4	1,05	1	6	-0,470	-0,059
Oportunidades de aprendizagem	3,3	3	1,30	1	6	-0,057	-0,685

Melhoria condições de trabalho	2,9	3	1,01	1	6	0,108	-0,192
Segurança de emprego	3,7	4	1,23	1	6	-0,407	-0,359
Competência colegas/subordinados	3,9	4	0,93	1	6	-0,248	0,066
Empresa cumpre NHSST*	3,3	3	1,23	1	6	-0,173	-0,621
Benefícios sociais	4,1	4	1,18	1	6	-0,478	-0,058
Reconhecimento do trabalho	3,4	4	1,27	1	6	-0,214	-0,724
Políticas e estratégias da Direcção	2,4	2	1,09	1	6	0,362	-0,516
Pertencer à empresa	3,7	4	1,14	1	6	0,010	-0,347
Grau de satisfação geral	3,6	4	1,00	1	6	-0,140	0,011

*Normas de Higiene Segurança e Saúde no Trabalho

Verificamos que, na generalidade, os valores da média e da mediana estão próximos, que os valores mínimos e máximos percorrem os valores extremos da escala, contudo, verificamos que alguns dos coeficientes de assimetria e de curtose apresentam valores relativamente afastados de zero o que nos aconselha a alguns cuidados na interpretação dos resultados diferenciais, não impedindo, todavia, de se poderem considerar sensíveis na discriminação dos sujeitos.

Para Faria e Simões (2002) quando tomamos por base as percentagens de escolha das diferentes alternativas de resposta pelos sujeitos, que nesta escala variam entre “extremamente insatisfeito” e “extremamente satisfeito”, podemos ter informação sobre o poder discriminativo dos itens e as eventuais tendências ou viés nas respostas obtidas.

Ora, da análise do poder discriminativo (Quadro 4), conclui-se que:

a escala discrimina satisfatoriamente os sujeitos, pois as escolhas repartem-se equitativamente pelos totais das três opções de insatisfação vs. totais das três opções de satisfação;

os itens “Reconhecimento do trabalho” (49% vs. 51%), “Oportunidades de aprendizagem” (54% vs. 46%), “Empresa cumpre NHSST” (54% vs. 46%) e “Pertencer à empresa” (46% vs. 54%), têm os melhores poderes discriminativos;

os sujeitos escolhem com maior intensidade as alternativas 3 e 4 da escala, isto é, repartem-se entre o “insatisfeito” (27%) e o “satisfeito” (28%), sendo, no entanto, de registar percentagens significativas de insatisfação extrema nos itens “Políticas e estratégias da Direcção”, “Remuneração” e “Perspectiva de carreira”, não sendo contudo de destacar percentagens significativas de satisfação extrema;

verifica-se, no entanto, que apenas 4% das escolhas recaem na alternativa “extremamente satisfeito” e 7,9% na alternativa “extremamente insatisfeito”;

predominam as escolhas de satisfação para os itens “Relacionamento com colegas de trabalho”, “Trabalho que realiza”, “Benefícios sociais”, “Competência de colegas e subordinados” e “Segurança de emprego”. Ao invés, predominam as escolhas de insatisfação para os itens “Políticas e estratégias da Direcção”, “Melhoria das condições de trabalho”, “Remuneração” e “Perspectivas de carreira”.

os novos itens por nós incorporados na escala, isto é, “Reconhecimento do trabalho” (49% vs. 51%) e “Pertencer ao grupo desta empresa” (46% vs. 54%), apresentam bom poder discriminativo ao invés dos itens “Políticas e estratégias da Administração” (82% vs. 18%) e “Benefícios sociais” (30% vs. 70%).

Quadro 4 - Poder discriminativo dos itens do QSO (%)

Itens	1	2	3	1+2+3	4	5	6	4+5+6
Perspectiva de carreira	17	18	34	69	21	8	2	31
Organização do sector	9	21	35	65	23	10	2	35
Relacionamento com colegas.	2	4	12	18	32	40	10	82
Remuneração	19	26	28	73	20	6	1	27
Competência do superior imediato	5	11	26	42	26	27	5	58
Trabalho que realiza	1	5	16	22	33	36	9	78
Oportunidades de aprendizagem	10	17	27	54	27	15	4	46
Melhoria condições de trabalho	8	25	41	74	20	5	1	26
Segurança de Emprego	5	11	22	38	33	24	5	62
Competência colegas/subordinados	1	5	27	33	42	22	3	67
Empresa cumpre NHSST*	9	16	29	54	28	16	2	46
Benefícios sociais	3	6	21	30	31	30	9	70
Reconhecimento trabalho realizado	9	17	23	49	31	18	2	51
Políticas e estratégias da Direcção	23	31	28	82	15	2	1	18
Pertencer à empresa	3	10	33	46	29	19	6	54
Grau satisfação geral	2	10	33	45	38	15	2	55

* Normas de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho

Legenda: 1 - Extremamente insatisfeito; 2 - Muito insatisfeito; 3 - Insatisfeito;

4- Satisfeito; 5 - Muito satisfeito; 6 - Extremamente satisfeito; 1+2+3 – Total de Insatisfação; 4+5+6 - Total de Satisfação.

Estudos diferenciados

Com base no estudo da análise de variância procuraremos identificar as fontes que se constituem como diferenciadores da satisfação no trabalho, tendo por base variáveis independentes consideradas relevantes no domínio.

Assim, quando estudada a análise de variância em função da idade (Quadro 5), o grupo dos indivíduos com mais de 50 anos (G3) estão sempre mais satisfeitos do que os indivíduos dos restantes grupos. Quando considerados os itens: “Segurança de emprego”, “Benefícios sociais” e “Reconhecimento do trabalho”, os indivíduos do G3 estão mais satisfeitos do que os indivíduos com idade até 30 anos (G1) e mais satisfeitos do que os indivíduos com idade superior a 30 anos e até 50 anos (G2) nos itens “Organização do sector”, “Remuneração” e “Competência de colegas e subordinados”. A satisfação dos indivíduos do G3 é superior à dos G1 e G2 nos itens “Políticas e estratégias da Direcção”, “Pertencer à empresa” e “Grau de satisfação geral”.

Na variável escolaridade (Quadro 5), os indivíduos com habilitações até ao 9º ano (G1), no item “Trabalho que realiza”, estão mais satisfeitos do que os indivíduos do grupo 2 (com o 12º ano) e os do grupo 3 (indivíduos com habilitações académicas do ensino superior). No item “Políticas e estratégias da Direcção” os indivíduos do grupo 3 estão mais satisfeitos do que os dos restantes grupos (G1 e G2).

A variável antiguidade (Quadro 5), apresenta diferenças significativas entre grupos nos itens: “Perspectivas de carreira” e “Organização do sector” em que os indivíduos com mais de 30 anos de antiguidade (G3) estão mais satisfeitos do que os indivíduos do G1 (até 15 anos de antiguidade); “Cumprimento NHHST”, os indivíduos com mais de 15 anos e até 30 anos de antiguidade (G2) estão menos satisfeitos do que os do G3; “Remuneração”, “Segurança de emprego”, “Benefícios sociais”, “Políticas e estratégias da Direcção”, “Pertencer à empresa” e “Grau de satisfação geral”, os sujeitos com maior antiguidade (G3) estão mais satisfeitos do que os dos restantes grupos, (G1) e (G2); e “Trabalho que realiza” e “Reconhecimento do trabalho”, os indivíduos do G1 estão menos satisfeitos do que os do G3 e G2.

Quadro 5 – Análises de variância em função das variáveis independentes

	G1		G2		G3		gl	F	p	Teste post-hoc LSD
	M	DP	M	DP	M	DP				
Idade (1):	n=66		n=118		n=104					
Organização Sector	3,	1,0	2,	1,1	3,	1,2	2	4,96	0,008*	G3>G2
Remuneração	1	6	9	6	3	1	2	5	0,039*	G3>G2
Segurança de emprego	2,	1,2	2,	1,2	2,	1,1	2	3,27	0,005*	G3>G1
Competência colegas/subordinados	6	2	5	1	9	1	2	5	0,030*	G3>G2
Benefícios sociais	3,	1,2	3,	1,2	4,	1,2	2	5,50	0,014*	G3>G1
Reconhecimento do trabalho	3	7	7	1	0	3	2	4	0,021*	G3>G1
Políticas e estratégias da Direcção	3,	0,8	3,	1,0	4,	0,9	2	3,55	0,008*	G3>G1,G2
Pertencer à empresa	7	7	8	2	1	0	2	8	0,004*	G3>G1,G2
Grau Satisfação Geral	3,	1,1	4,	1,1	4,	1,2	2	4,32	0,003*	G3>G1,G2
	7	4	0	2	2	5	2	6		
	3,	1,2	3,	1,2	3,	1,3	2	3,92		
	2	3	2	7	7	0	2	7		
	2,	1,0	2,	1,0	2,	1,2	2	4,88		
	2	2	3	0	7	4	2	5		
	3,	1,0	3,	1,2	4,	0,9	2	5,74		
	5	8	6	5	0	9	2	7		
	3,	1,0	3,	1,0	3,	0,9	2	5,89		
	5	1,0	4	2	8	1	2	6		
Escolaridade (2)	n=165		n=83		n=60					
Trabalho que realiza	4,	1,0	4,	1,0	4,	1,0	2	7,13	0,001*	G1>G2,G3
Políticas e estratégias da Direcção	5	1	2	4	0	4	2	8	*	
	2,	1,0	2,	1,0	2,	1,0	2	3,80	0,023*	G3>G1,G2
	4	8	3	9	8	6	2	6		
Antiguidade (3)	n=108		n=87		n=103					
Perspectiva de Carreira	2,	1,1	2,	1,1	3,	1,3	2	4,53	0,011*	G3>G1
Organização do Sector	6	4	9	9	2	3	2	8	0,021*	G3>G1
Remuneração	2,	1,1	3,	1,1	3,	1,1	2	3,91	0,004*	G3>G1,G2
Trabalho que realiza	9	0	0	4	3	8	2	9	0,000*	G3,G2>G1
	2,	1,1	2,	1,2	3,	1,1	2	5,61		
	5	4	5	3	0	4	2	2		
	4,	1,0	4,	1,0	4,	0,9	2	7,91		
	0	8	4	5	5	7	2	3		

Segurança de emprego	3, 5	1,2 6	3, 5	1,1 7	4, 1	1,1 9	2	7,88 0	0,000* *	G3>G1,G2
Cumprir as NHHST	3, 2	1,2 2	3, 1	1,0 9	3, 5	1,3 3	2	3,13 4	0,045*	G3>G2
Benefícios sociais	3, 8	1,1 3	3, 9	1,0 7	4, 4	1,2 6	2	7,93 3	0,000* *	G3>G1,G2
Reconhecimento do trabalho	3, 0	1,2 6	3, 5	1,1 8	3, 6	1,2 7	2	6,37 9	0,002*	G2,G3>G1
Políticas e estratégias da Direcção	2, 2	0,9 5	2, 3	1,0 8	2, 7	1,1 7	2	6,66 7	0,001* *	G3>G1,G2
Pertencer à empresa	3, 5	1,1 4	3, 5	1,0 8	4, 1	1,1 4	2	8,88 1	0,000* *	G3>G1,G2
Grau Satisfação Geral	3, 3	0,9 7	3, 5	0,9 1	3, 9	1,0 0	2	10,5 36	0,000* *	G3>G1,G2

** p ≤ 0,001; *p ≤ 0,05.

Legenda (1): G1: Até 30 anos; G2: + de 30 a 50 anos; G3: + 50 anos. (2): G1: Até 9º ano; G2: 12º ano; G3: Formação superior. (3): G1: Até 15 anos; G2: + 15 a 30 anos; G3: + 30 anos.

Na variável nível de qualificação (Quadro 6), os indivíduos do grupo 3 (quadros intermédios, médios e superiores) estão geralmente mais satisfeitos do que os dos restantes grupos. Assim, nos itens “Perspectiva de carreira”, “Organização do sector”, “Remuneração”, “Benefícios sociais”, “Reconhecimento do trabalho realizado”, “Políticas e estratégias da Direcção”, “Pertencer à empresa” e “Grau de satisfação geral”, os indivíduos do grupo 3 (quadros intermédios, médios e superiores) estão mais satisfeitos do que os do grupo 1 (praticantes, não qualificados, semi-qualificados e qualificados) e mais satisfeitos do que os do grupo 2 (altamente qualificados). No item “Competência de colegas e subordinados”, os indivíduos do grupo 3 estão mais satisfeitos do que os do grupo 1 e no item “Cumprir NHHST”, os indivíduos do grupo 3 estão mais satisfeitos do que os do grupo 2. Quando considerado o item “Melhoria das condições de trabalho”, os indivíduos do grupo 2 estão mais insatisfeitos do que os dos grupos 1 e 3. No item “Segurança de emprego”, os indivíduos do grupo 1 estão mais insatisfeitos do que os dos grupos 1 e 2. No entanto, os indivíduos do grupo 2 estão menos satisfeitos do que os do grupo 3.

Quando considerada a variável variedade da tarefa, nos itens “Remuneração” e “Trabalho que realiza”, aqueles que fazem sempre ou quase sempre a mesma coisa, consideram o trabalho monótono e estão menos satisfeitos com a remuneração do que os restantes grupos.

Quadro 6 – Análises de variância em função do Nível de qualificação e da Variedade da Tarefa

	G1		G2		G3		gl	F	p	Teste post hoc LSD
	M	DP	M	DP	M	DP				
Nível de qualificação (1)	n=79		n=94		n=132					
Perspectiva de Carreira	2, 5	1,2 5	2, 7	1,1 7	3, 3	1,2 1	2	12,395	0,000* *	G3>G1,G2
Organização do Sector	2, 9	1,1 5	2, 9	1,1 3	3, 3	1,1 3	2	6,723	0,001* *	G3>G1,G2
Remuneração	2, 3	1,2 5	2, 6	1,1 8	3, 0	1,0 8	2	8,086	0,000* *	G3>G1,G2
Melhoria condições de trabalho	2, 9	1,0 4	2, 6	0,9 4	3, 1	0,9 8	2	8,957	0,000* *	G1,G3>G2
Segurança de emprego	3, 3	1,3 4	3, 7	1,2 3	4, 1	1,0 4	2	11,590	0,000* *	G3>G2>G1
Competência colegas subordinados	3, 7	1,0 0	3, 8	0,8 9	4, 0	0,9 1	2	3,613	0,028*	G3>G1
Cumprir NHHST	3, 4	1,3 2	3, 0	1,0 8	3, 5	1,2 4	2	4,166	0,016*	G3>G2
Benefícios sociais	3, 7	1,3 5	3, 9	0,9 8	4, 4	1,1 4	2	9,545	0,000* *	G3>G1,G2
Reconhecimento do trabalho	3, 1	1,2 7	3, 2	1,2 3	3, 7	1,2 4	2	7,678	0,001* *	G3>G1,G2
Políticas e estratégias da Direcção	2, 3	1,0 8	2, 2	1,0 2	2, 7	1,0 8	2	7,983	0,000* *	G3>G1,G2
Pertencer à empresa	3, 4	1,1 6	3, 6	1,1 9	4, 0	1,0 4	2	7,571	0,001* *	G3>G1,G2

Grau de Satisfação Geral	3,3	1,09	3,3	0,87	3,9	0,92	2	16,991	0,000*	G3>G1,G2
Variedade da tarefa (2)	n=92		n=123		n=94					
Remuneração	2,4	1,18	2,8	1,17	2,8	1,18	2	3,324	0,037*	G2,G3>G1
Trabalho que realiza	4,0	1,11	4,3	0,97	4,4	1,02	2	6,017	0,003*	G2,G3>G1

** p ≤ 0,001; *p ≤ 0,05.

Legenda ; (1): G1: Praticantes, Semi-Qualificados e Qualificados; G2: Altamente qualificados; G3: Quadros intermédios, médios e superiores; (2): G1: Faço sempre ou quase sempre a mesma coisa; G2: Alternar entre fazer a mesma coisa e fazer coisas diferentes; G3: Faço sempre ou quase sempre coisas diferentes.

Na variável tipo de actividade (Quadro 7), os executantes (grupo 1) estão mais insatisfeitos do que os técnicos, chefias e directores (grupo 2) nos itens: “Perspectiva de carreira”, “Organização do sector”, “Remuneração”, “Competência superior imediato”, “Oportunidades de aprendizagem”, “Melhoria das condições de trabalho”, “Segurança de emprego”, “Competência de colegas e subordinados”, “Empresa cumpre NHSST”, “Benefícios sociais”, “Reconhecimento do trabalho realizado”, “Políticas e estratégias da Direcção”, “Pertencer à empresa” e “Grau de satisfação geral”.

Na variável tipo de contrato (Quadro 7), os indivíduos do grupo 1 (contratos sem termo) estão mais satisfeitos do que os indivíduos do grupo 2 (contratos a termo) nos itens “Segurança de emprego” e “Benefícios sociais”.

Quanto à variável local de trabalho (Quadro 7), os indivíduos que trabalham no interior do edifício técnico (G1), estão mais satisfeitos do que os que trabalham nas oficinas ou nas unidades em construção (G2), nos itens “Remuneração”, “Competência do superior imediato”, “Segurança de emprego”, “Competência de colegas e subordinados” e “Empresa cumpre NHSST”. Pelo contrário, no item “Trabalho que realiza” são os indivíduos do grupo 2 que estão mais satisfeitos do que os do grupo 1.

Quando analisamos a variável tipo de chefia (Quadro 7), verificamos que os trabalhadores que percebem a chefia como “Flexível/Participativo” (G2) estão mais satisfeitos do que aqueles que a entendem como “Autoritária/Rígida” (G1) nos itens: “Perspectiva de carreira”, “Organização do sector”, “Relacionamento com colegas”, “Remuneração”, “Competência do superior imediato”, “Oportunidades de aprendizagem”, “Melhoria das condições de trabalho”, “Competência de colegas e subordinados”, “Reconhecimento do trabalho”, “Políticas e estratégias da Direcção”, “Pertencer à empresa” e “Grau de satisfação geral”.

Quadro 7 – Test t de Student em função das variáveis independentes

Itens	G1		G2		gl	t	p
	M	DP	M	DP			
Tipo de Actividade (1)	n=144		n=162				
Perspectiva de carreira	2,7	1,28	3,1	1,17	304	-3,272	0,001**
Organização do sector	2,8	1,16	3,3	1,08	304	-4,403	0,000**
Remuneração	2,4	1,17	2,9	1,13	304	-3,723	0,000**
Competência superior imediato	3,4	1,27	4,1	1,12	304	-4,867	0,000**
Oportunidades de aprendizagem	3,1	1,34	3,5	1,23	304	-2,796	0,006*
Melhoria condições de trabalho	2,6	0,97	3,1	0,98	304	-4,626	0,000**
Segurança de Emprego	3,4	1,29	4,0	1,11	304	-4,411	0,000**
Competência colegas/subordinados	3,5	0,96	4,1	0,82	304	-5,957	0,000**
Empresa cumpre NHSST	3,1	1,19	3,5	1,23	304	-3,193	0,002*
Benefícios sociais	3,8	1,20	4,3	1,12	304	-3,766	0,000**
Reconhecimento do trabalho	3,1	1,32	3,6	1,18	304	-3,222	0,001**
Políticas e estratégias da Direcção	2,2	1,03	2,6	1,11	304	-3,270	0,001**
Pertencer à empresa	3,5	1,28	3,8	0,99	304	-2,282	0,023*
Grau satisfação geral	3,4	1,1	3,8	0,89	304	-3,666	0,000**
Tipo de Contrato de Trabalho (2)	n=268		n=41				
Segurança de Emprego	3,8	1,18	3,1	1,36	307	3,908	0,000**
Benefícios sociais	4,1	1,14	3,6	1,34	307	2,475	0,014*
Local de Trabalho (3)	n=126		n=181				
Remuneração	2,9	1,14	2,5	1,19	305	2,681	0,008*
Competência superior imediato	4,0	1,08	3,6	1,31	305	2,709	0,007*
Trabalho que realiza	4,1	1,02	4,4	1,05	305	-2,599	0,010*

Segurança de Emprego	3,9	1,10	3,6	1,28	305	2,613	0,009*
Competência colegas/subordinados	4,1	0,82	3,7	0,99	305	3,154	0,002*
Empresa cumpre NHTST	3,5	1,15	3,1	1,24	305	2,893	0,004*
Tipo de chefia (4)	n=67		n=232				
Perspectiva de carreira	2,4	1,23	3,1	1,21	297	-4,119	0,000**
Organização do sector	2,5	0,96	3,3	1,14	297	-5,108	0,000**
Relacionamento com colegas	4,0	1,32	4,5	0,95	297	-3,432	0,001**
Remuneração	2,4	1,03	2,8	1,21	297	-2,470	0,014*
Competência superior imediato	2,7	1,18	4,1	1,09	297	-8,783	0,000**
Oportunidades de aprendizagem	2,8	1,28	3,5	1,29	297	-3,692	0,000**
Melhoria condições de trabalho	2,6	0,86	3,0	1,02	297	-3,219	0,001**
Competência colegas/subordinados	3,5	0,96	4,0	0,89	297	-3,655	0,000**
Reconhecimento do trabalho	2,7	1,18	3,6	1,21	297	-5,291	0,000**
Políticas e estratégias da Direcção	2,1	0,94	2,5	1,12	297	-2,623	0,009*
Pertencer à empresa	3,4	1,21	3,8	1,10	297	-3,028	0,003*
Grau satisfação geral	3,2	1,12	3,7	0,92	297	-3,910	0,000**

** p ≤ 0,001; *p ≤ 0,05.

Legenda : (1): G1: Executantes; G2: Técnicos, chefias e directores. (2): G1: Sem Termo; G2: A Termo. (3): G1: Interior edifício técnico; G2: Oficinas e unidades em construção. (4): G1: Autoritário/Rígido; G2: Flexível/Participativo.

Por fim, quando analisada a variável autonomia e responsabilidade (Quadro 8), os indivíduos do grupo 2 (Faço o meu trabalho recebendo directrizes gerais ou sou autónomo e responsável pelo meu trabalho) estão mais satisfeitos do que os indivíduos do grupo 1 (Faço o que me mandam) nos itens: “Trabalho que realizo”, “Oportunidades de aprendizagem”, “Melhoria das condições de trabalho”, “Segurança de emprego”, “Benefícios sociais”, “Reconhecimento do trabalho” e “Pertencer à empresa”.

Quadro 8 – Test t de Student em função da Autonomia e Responsabilidade

Itens	G1		G2		gl	t	p
	M	DP	M	DP			
Autonomia e Responsabilidade	n=141		n=168				
Trabalho que realiza	4,1	1,03	4,4	1,05	307	-2,073	0,039*
Oportunidades de aprendizagem	3,1	1,29	3,5	1,29	307	-2,644	0,009*
Melhoria condições de trabalho	2,7	0,96	3,1	1,03	307	-2,952	0,003*
Segurança de Emprego	3,5	1,25	4,0	1,17	307	-3,614	0,000*
Benefícios sociais	3,9	1,14	4,2	1,20	307	-2,219	0,027*
Reconhecimento do trabalho	3,2	1,29	3,6	1,22	307	-2,671	0,008*
Pertencer à empresa	3,5	1,17	3,9	1,09	307	-2,721	0,007*

*p ≤ 0,05.

Legenda: G1: Faço apenas o que me mandam e como me mandam ou faço apenas o que me mandam definindo eu próprio como e quando o faço; G2: Faço o meu trabalho recebendo directrizes gerais/Sou autónomo

Fontes de satisfação no trabalho

A análise do registo de frequências das fontes de satisfação mencionadas pelos inquiridos (Quadro 9), permite concluir o seguinte:

(i) A fonte de satisfação mais vezes mencionada foi o “Sentimento de realização pessoal e profissional” com 18,0% dos registos, seguida da “Remuneração”, com 17,5%. O “Reconhecimento do trabalho realizado”, as “Perspectivas de carreira” e as “Características do trabalho”, respectivamente com 10,8%, 10,5% e 9,3%, são as fontes que se seguem com maior número de registos;

(ii) Na classificação “muitíssimo importante”, a fonte de satisfação mais mencionada foi o “Sentimento de realização pessoal e profissional”, com 32,3% dos registos, seguido da “Remuneração” e das “Características do trabalho”, com 16,7% e 10,7%, dos registos, respectivamente;

(iii) Se for considerada a análise das fontes por pontuação atribuída, o “Sentimento de realização pessoal e profissional” e a “Remuneração” são as fontes mais cotadas, com 21,8% e 16,9% da pontuação, seguidas do “Reconhecimento do trabalho realizado”, “Perspectivas de carreira” e “Características do trabalho”, com 10,1%, 10,0% e 9,4%, respectivamente;

Quadro 9 - Análise das frequências e da pontuação atribuída aos factores seleccionados

Factores	A		B		C		A+B+C		Pontuação	
	f	%	f	%	f	%	f	%	Pontos	%
Sentim. realização pessoal/profiss.	28	9,6	35	11,8	97	32,3	160	18,0	389	21,8
Remuneração	60	20,5	46	15,5	50	16,7	156	17,5	302	16,9
Reconhecimento do trabalho realiz.	33	11,3	42	14,2	21	7,0	96	10,8	180	10,1
Perspectivas de carreira	28	9,6	45	15,2	20	6,7	93	10,5	178	10,0
Características do trabalho	30	10,2	21	7,1	32	10,7	83	9,3	168	9,4
Forma de ser/trabalhar do chefe	14	4,8	19	6,4	30	10,0	63	7,1	142	8,0
Segurança de emprego na empresa	26	8,9	24	8,1	20	6,7	70	7,9	134	7,5
Relacionamento com os colegas	39	13,3	25	8,4	10	3,3	74	8,3	119	6,7
Condições trabalho na empresa	21	7,2	25	8,4	15	5,0	71	6,9	116	6,5
Oportunidades formação/aprendizag	14	4,8	14	4,7	5	1,7	33	3,7	57	3,2

Legenda: A – Importante (1 ponto); B – Muito importante (2 pontos); C – Muitíssimo importante (3 pontos).

Por fim, conclui-se que as fontes de satisfação mais pontuadas (“Sentimento de realização pessoal e profissional” e “Remuneração”) diferem entre si na forma como foram valorizadas pelos sujeitos. Enquanto que a fonte de satisfação “Sentimento de realização pessoal e profissional” é apontada como a fonte de satisfação “muitíssimo importante” numa percentagem superior de registos (32,3%) e com percentagens de 11,8% e 9,6% nas restantes hipóteses, o que lhe confere uma posição de destaque na ordenação das fontes de satisfação apresentadas, a segunda, (Remuneração), foi valorizada de forma mais homogénea nas 3 hipóteses: 20,5% na escolha “A”, 15,5% na escolha “B” e 16,7% na “C”, resultando numa percentagem de frequências muito próxima da fonte mais vezes referida.

Considerando a variável de tipo psicossocial “Grau de Satisfação Organizacional”, operacionalizada no grupo constituído por “25% dos Trabalhadores Mais Satisfeitos” vs. no grupo constituído por “25% dos Trabalhadores Menos Satisfeitos”, tivemos como objectivo identificar as fontes de satisfação mais significativas para cada um dos grupos, verificando-se a existência de diferenças entre os dois grupos quando se considera a “Segurança de emprego” e a “Remuneração” (Quadro 10). Enquanto o grupo de “Trabalhadores Mais Satisfeitos” apresenta como fonte de satisfação mais importante a “Segurança de emprego”, o grupo dos “Trabalhadores Menos Satisfeitos” apresenta como mais importante a “Remuneração”. Esta constatação, de que os “Trabalhadores Menos Satisfeitos” consideram como mais importante a “Remuneração” para a sua satisfação, mantém-se inalterável nos estudos por nós realizados, o que consolida a posição de que esta, enquanto fonte de satisfação, é um factor importante, nomeadamente, para aqueles que apresentam menor satisfação com o trabalho.

Quadro 10 – Teste t de Student em função do Grau de Satisfação Organizacional

Fontes de Satisfação	G1			G2			gl	t	p
	n	M	DP	n	M	DP			
Segurança de emprego	14	1,4	0,63	20	1,9	0,79	32	-2,136	0,040*
Remuneração	40	2,1	0,87	30	1,6	0,81	68	2,286	0,025*

* $p \leq 0,05$.

Legenda: G1 – 25% Trabalhadores Menos Satisfeitos; G2 – 25% Trabalhadores Mais Satisfeitos.

Análise e discussão dos resultados

Quando estudadas as diferenças entre grupos através da análise de variância, verificamos que na variável idade o grupo dos trabalhadores com mais de 50 anos estão, sempre, mais satisfeitos, aliás, o mesmo acontecendo com os trabalhadores com mais de 30 anos de casa. E, se entre estas duas variáveis pode haver alguma sobreposição na amostra, é de sublinhar que os indivíduos do grupo 3 (com mais de 50 anos) estão mais satisfeitos do que os que têm mais de 30 anos e menos de 50 (grupo 2) quando considerado o item “Competência de colegas e subordinados”. No entanto, na variável antiguidade, o grupo de indivíduos com mais de 30 anos estão mais satisfeitos do que os que têm até 15 anos de “casa” (grupo 1), no item “Perspectiva de carreira”. Este grupo mostra maior insatisfação relativamente aos indivíduos dos restantes grupos no item “Trabalho que realiza”. No item “Cumprimento das NHSST” os indivíduos do grupo 2, estão mais insatisfeitos do que o grupo dos mais antigos;

na variável escolaridade, os indivíduos com escolaridade não superior ao 9º ano, estão mais satisfeitos do que aqueles que têm escolaridade superior no item “Trabalho que realiza”, enquanto no item “Políticas e estratégias da Direcção” são os indivíduos com maior escolaridade (G3) que estão mais satisfeitos do que os dos grupos 1 e 2.

na variável nível de qualificação, nos itens onde se verificam diferenças, os indivíduos do grupo 3 (Quadros intermédios, médios, superiores e directores) estão, sempre, mais satisfeitos à excepção do item “Melhoria das condições de trabalho” onde a este grupo se juntam, nessa maior satisfação, os indivíduos do grupo 1 (Praticantes, semi-qualificados e qualificados) relativamente ao grupo dos trabalhadores altamente qualificados;

no estudo da variável variedade da tarefa verificamos que nos itens “Remuneração” e “Trabalho que realiza” o grupo dos indivíduos que consideram o seu trabalho como monótono (G1) estão menos satisfeitos do que os indivíduos dos restantes grupos;

na variável tipo de actividade, verificam-se diferenças significativas em 14 dos 16 itens da escala apresentando sempre o grupo 2 (Técnicos, chefias e directores) maior satisfação do que o grupo dos executantes (G1);

no tipo de contrato, os indivíduos do grupo 1 (Com contrato sem termo) apresentam valores superiores de satisfação nos itens “Segurança de emprego” e “Benefícios sociais”;

os indivíduos que trabalham no edifício técnico (G1), estão sempre mais satisfeitos do que os indivíduos que trabalham nas unidades em construção ou nas oficinas (G2), nos itens “Remuneração”, “Competência superior imediato”, “Segurança de emprego” e “Competência de colegas e subordinados”. No entanto, no item “Trabalho que realiza”, são os indivíduos do grupo 2 que, relativamente aos do grupo 1, estão mais satisfeitos;

quando estudada a variável tipo de chefia, verificamos que em 12 dos 16 itens da escala, os indivíduos que percebem o tipo de chefia como “Flexível/Participativa” estão sempre mais satisfeitos do que o grupo que a entende como “Autoritária/Rígida”;

na variável autonomia e responsabilidade, os indivíduos que dizem que “Faço o que me mandam” (G1), estão mais insatisfeitos do que os que dizem que “Faço o meu trabalho recebendo directrizes gerais/Sou autónomo” (G2) nos itens “Trabalho que realizo”, “Oportunidades de aprendizagem”, “Melhoria das condições de trabalho”, “Segurança de emprego”, “Benefícios sociais”, “Reconhecimento do trabalho” e “Pertencer à empresa”;

as fontes “Sentimento de realização pessoal e profissional” e “Remuneração” são indicadas como as mais valorizadas pelos inquiridos, sendo que a primeira apresenta um valor de respostas de 32,3% como “muitíssimo importante”;

os 25% de trabalhadores mais satisfeitos valorizam de forma estatisticamente significativa a “Segurança de emprego” enquanto os 25% menos satisfeitos consideravam, igualmente, de forma estatisticamente significativa, como mais importante a “Remuneração”, corroborando os resultados de estudos anteriores.

Conclusão

Em suma, os resultados deste estudo revelam o que a generalidade da literatura mais evidencia quando se estuda a satisfação no trabalho. Com efeito, e de acordo com Lévy-Leboyer (1990, p. 115), para a maioria das pessoas “...a satisfação obtida da actividade profissional está para além do salário e das vantagens materiais; está sobretudo ligada ao conteúdo de trabalho, à autonomia que têm e à qualidade das relações humanas. Pelo contrário...[para uma minoria]...o trabalho é sobretudo o salário... [sendo]... evidente que os que encontramos em maior número neste último grupo são os que ocupam os empregos menos qualificados, mais repetitivos e monótonos, e os mais estreitamente dependentes das ordens dadas pela hierarquia”.

Concretizando, e na senda da intervenção, considerando que a “Remuneração” se mantém como a fonte referida como mais importante para o grupo dos trabalhadores menos satisfeitos, quando comparados com o grupo dos mais satisfeitos, qualquer intervenção que procure promover a motivação daquele grupo de trabalhadores, na perspectiva de Herzberg, tem que começar por privilegiar esta dimensão, como pressuposto para a garantia do sucesso de outras medidas que busquem o envolvimento e a motivação dos seus colaboradores.

Fazendo o balanço dos objectivos deste trabalho e reflectindo sobre os seus resultados, podemos afirmar que, na generalidade, as fontes de satisfação no trabalho aqui evidenciadas se manifestam como importantes na determinação da satisfação organizacional, nomeadamente num contexto organizacional caracterizado por uma cultura industrial do ramo metalúrgico.

Mais ainda, em futuros estudos seria importante investigar se a centralidade do trabalho, em função da orientação pessoal ou não para o trabalho, se constitui como uma variável que influi na satisfação organizacional. Assim, podemos eleger esta variável e testar se as fontes de satisfação no trabalho, que mais frequentemente nos foram referidas pelos inquiridos, são efectivamente relevantes para o estudo da satisfação organizacional: na verdade, talvez só uma rede mais complexa – que melhor perspective o Homem e o Trabalho no actual contexto de vida – venha a ser capaz de dar sentido pleno à Satisfação no e pelo trabalho.

Referências bibliográficas

- Bravo, M. J. P., Peiró, J. M., & Rodríguez, I. (2002). Satisfacción laboral. In J. M. Peiró & F. Prieto (Eds.), *Tratado de psicología del trabajo. Vol.I: La actividad laboral en su contexto*. Madrid: Editorial Síntesis (Reimpresão).
- Breda, M. S. J. C. (1997). Vocação e autonomia: análise metapsicológica do trabalho. *Psychologica*, 18, 79-105.
- Faria, L. & Fontaine, A. M. (1995). Reflexões sobre a adaptação de um instrumento de auto-conceito a crianças e pré-adolescentes: Self-Perception Profile for Children (SPPC) de Harter. In L. Almeida & I. Ribeiro, (Orgs.), *Avaliação Psicológica: Formas e Contextos*. (Vol. III, pp. 323 - 330). Braga: APPORT.
- Faria, L. & Simões, L. (2002). Auto-eficácia em contexto educativo. *Psychologica*, 31, 177-196.
- Ferreira, A. C. & Costa, H. A. (1999). Para uma sociologia das relações laborais em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, 141-171. <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/052/052.php>. (consultado na Internet em 13 de Outubro de 2008).
- Ferreira, J. M. C., Neves, J., Abreu, P. N., & Caetano, A. (1996). *Psicossociologia das organizações*. Alfragide: McGraw-Hill.
- Freire, J. (1997). *Variações sobre o tema trabalho*. Porto: Afrontamento.
- Freixo, L. A. & Lima Santos, N. (2006a). Estudo das qualidades psicométricas de uma escala de satisfação organizacional. In C. Machado, L. Almeida, M. A. Guisande, M. Gonçalves & V. Ramalho, (Coords.), *Actas da XI Conferência Internacional de Avaliação Psicológica: Formas e Contextos*. Braga: Psiquilíbrios.
- Freixo, L. A. & Lima Santos, N. (2006b). Satisfação organizacional e fontes de satisfação no trabalho: estudo exploratório numa empresa metalúrgica do norte do país. In N. R. Santos, M. L. Lima, M. M. Melo, A. A. Candeias, M. L. Grácio & A. A. Calado (Orgs.), *Actas do VI Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia* (Vol. 18, pp. 13-33, disponível em CD-ROM). Évora: Associação Portuguesa de Psicologia.
- Freixo, L. A. & Lima Santos, N. (2008a). Adaptação e estudo das qualidades psicométricas de uma nova escala de satisfação organizacional. In A. P. Noronha, C. Machado, L. S. Almeida, M. Gonçalves, S. Martins, & V. Ramalho (Coords.), *Actas da XIII Conferência Internacional de Avaliação Psicológica: Formas e Contextos*. Braga: Psiquilíbrios. Disponível em CD-ROM.
- Freixo, L. A. & Lima Santos, N. (2008b). Fontes de satisfação organizacional: novo estudo em contexto industrial. In *Actas da XIII Conferência Internacional de Avaliação Psicológica: Formas e Contextos*. Braga: Psiquilíbrios. Disponível em CD-ROM.
- Friedlander, F. (1963). Underlying sources of job satisfaction. *Journal of Applied Psychology*, 47 (12), 246-250.
- Herzberg, F., Mausner, B., & Snyderman, B. B. (1993). *The motivation to work*. New Jersey: Transaction Publishers.

- Lease, S. H. (1998). Annual review. 1993 – 1997: Work attitudes and outcomes. *Journal of Vocational Behavior*, 53, 154-183.
- Leplat, J. & Cuny, X. (1983). *Introdução à psicologia do trabalho*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lévy-Leboyer, C. (1987). Le travail comme activité et comme valeur. In C. Lévy-Leboyer & J.- C. Sperandio (Orgs.), *Traité de psychologie du travail* (pp. 19-35). Paris : PUF.
- Lévy-Leboyer, C. (1990). *La crise des motivations*. Paris : PUF.
- Lima, M. L., Vala, J., & Monteiro, M. B. (1994). A satisfação organizacional - confronto de modelos. In J. Vala, M. B. Monteiro, L. Lima & A. Caetano, (Eds.), *Psicologia social das organizações - Estudos em empresas portuguesas*. Oeiras: Celta Editora.
- Lima Santos, N. (1995). Gestão de recursos humanos: Novas tecnologias e competitividade. *Revista da Associação Portuguesa de Fundição*, 200, 23-26.
- Lima Santos, N. & Freixo, L. A. (2003). Questionário de Fontes de Satisfação no Trabalho (Versão para investigação não publicada). Porto: UFP.
- Lima Santos, N. & Freixo, L. A. (2006). Avaliação do impacto de fontes de satisfação organizacional. In C. Machado, L. Almeida, M. A. Guisande, M. Gonçalves & V. Ramalho, (Coords.), *Actas da XI Conferência Internacional de Avaliação Psicológica: Formas e Contextos*. Braga: Psiquilíbrios Editores.
- Lima Santos, N. & Pina Neves, S. (2001). Da valorização e centralidade do trabalho à emergência de novos perfis de valores profissionais. *Revista da UFP*, 6, 215-226.
- Locke, E. A. (1976). The nature and causes of job satisfaction. In M. D. Dunnette (Ed.), *Handbook of Industrial and Organizational Psychology* (pp. 1297-1349). Chicago: Rand McNally.
- Mannheim, B., Baruch, Y., & Tal, J. (1997). Alternative models for antecedentes and outcomes of work centrality and job satisfaction of high-tech personnel. *Human Relations*, 50, (12), 1537-1562.
- Marx, K. (1971). *Crítica ao programa de Gotha*. (Tradução e edição de José Manuel Mendes). Vila da Feira: Textos Nosso Tempo.
- Marx, K. (1974). *O Capital*. Livro I, (1º Vol). Coimbra: Centelha.
- Pestana M. H. & Gageiro, J. N. (2000). *Análise de dados para ciências sociais - A complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Reich, W. (1976). *Psicologia de massas do fascismo*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Ripon, A. (1987). Satisfaction et implication dans le travail. In C. Lévy-Leboyer & J.-C. Sperandio (Orgs.), *Traité de Psychologie du Travail* (pp. 421-434). Paris: PUF.
- Robbins, S. P. (1998). *Comportamento organizacional*. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos editora, S.A.
- Santos, B. S. (1996). *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Edições Afrontamento.
- Silva, M. C. (2007). *Trabalho e sindicalismo em tempo de globalização. Reflexão e propostas*. Mafra: Circulo de leitores e Temas e debates.

Precarização do trabalho docente nas universidades públicas federais brasileiras

Vera Lúcia Jacob Chaves
 Universidade Federal do Pará
 vjacob@uol.com.br

Resumo: Esta comunicação objetiva apresentar uma análise sobre o processo de precarização do trabalho docente nas Instituições Federais de Ensino Superior e sua relação com a política de expansão da educação superior pública, com ênfase em duas ações governamentais adotadas no Brasil: a instituição da Gratificação de Estímulo à Docência, no governo de Fernando Henrique Cardoso e a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais e do Banco de Professores Equivalentes, no governo de Luis Inácio Lula da Silva. Compreendemos que a contra-reforma da educação superior brasileira em curso é parte da reforma administrativo-gerencial do Estado e tem por finalidade ajustar suas ações para adequá-lo à nova ordem internacional do capital cuja centralidade fundamenta-se na redução orçamentária para a implementação das políticas sociais. Concluímos que a política de expansão adotada no Brasil, instituiu um novo modelo de organização e gestão nas universidades públicas fundamentado no paradigma gerencialista de administração via contratos de gestão, com vistas a ajustar essas instituições à lógica produtivista de privatização e mercantilização de bens e serviços acadêmicos. Princípios como flexibilidade, racionalidade, produtividade e competitividade foram adotados no interior das universidades públicas com vistas à contenção dos gastos públicos transformando sua função social mediante a quebra da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão e, ao mesmo tempo, tem criado as condições objetivas para a intensificação e precarização do trabalho docente tanto pela submissão a critérios de produtividade, como pelas formas de contratação e aumento da relação aluno-professor na sala de aula.

Introduzindo a temática de estudo

Este trabalho tem como objetivo central analisar o processo de precarização do trabalho docente nas Universidades Federais de Ensino Superior Brasileiras e sua relação com a política de expansão da educação superior pública, com ênfase em duas ações governamentais adotadas no Brasil: a instituição da Gratificação de Estímulo à Docência, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais e do Banco de Professores Equivalentes, no governo de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2008).

Partimos da compreensão de que a contra-reforma da educação superior brasileira em curso é parte da reforma administrativo-gerencial do Estado e tem por finalidade ajustar as ações do Estado para adequá-lo à nova ordem internacional do capital cuja centralidade fundamenta-se na redução orçamentária para a implementação das políticas sociais.

Nesse texto, iniciamos com uma breve exposição focalizando as bases da reforma do Estado brasileiro e sua relação com a contra-reforma da educação superior brasileira, no contexto de universalização do capitalismo, que têm nas agências multilaterais, as principais agentes das reformas implantadas. As diretrizes emanadas por essas agências, em especial o Banco Mundial e a UNESCO, para a educação superior têm como eixo central a ampliação da oferta desse nível de ensino por meio da redução de seu custo, da intensificação do processo de privatização, da flexibilização das instituições e do aumento da intensificação e precarização do trabalho docente.

Em seguida, analisamos a política de expansão do ensino superior pública mediante a precarização do trabalho docente, com ênfase em duas ações governamentais adotadas para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES): a instituição da Gratificação de Estímulo à Docência (GED), no governo de Fernando Henrique Cardoso e a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e do Banco de Professor-Equivalente, no governo de Luis Inácio Lula da Silva.

Reforma do Estado e da Educação Superior brasileira

O processo de reforma do Estado deve ser compreendido no contexto das transformações mais profundas vivenciadas pelo mundo capitalista a partir da década de 1970. Essas reformas têm sido conduzidas por meio de medidas reguladoras, destinadas a aumentar a concentração do capital, maximizar os lucros e desonerar o capital. Para tanto, o financiamento do Estado passou a ser transferido quase totalmente para o trabalhador. A alegação é de que, para solucionar a crise do Estado, é necessário reduzir o déficit causado por excessivos gastos públicos com pessoal e políticas sociais. Como consequência, a privatização vem sendo utilizada com a finalidade de reduzir a presença do Estado, tanto na área produtiva quanto na área social.

O argumento principal dessa política é o de que o processo fundamental da história humana deve ser conduzido pelas forças da própria sociedade civil, reduzindo a ação do Estado e transferindo os direitos sociais para o setor de serviços definidos pelo mercado. Nessa concepção, a sociedade civil passaria a assumir responsabilidades financeiras e não a definição de políticas.

Dessa forma, começou a ocorrer, principalmente nos países latinoamericanos, um movimento “estimulado” pelo Banco Mundial, para “criar e garantir um mercado”. As políticas estatais passaram a direcionar suas ações com vistas a criar as condições necessárias à privatização, por meio, fundamentalmente, do corte no gasto com políticas sociais públicas. Como consequência, os serviços oferecidos pelo setor público passaram a ser vistos como insuficientes e/ou de má qualidade e, ao mesmo tempo, “são geradas formas estáveis de financiamento para dar suporte ao alto custo dos benefícios ou serviços privados”. (Soares, 2001, p.45).

Os pressupostos básicos da reforma do Estado no Brasil estão especificados no Plano diretor da reforma do aparelho do Estado, publicado em novembro de 1995, que fixa objetivos e estabelece diretrizes para a reforma da administração pública brasileira. Nesse plano, são definidas as atividades que devem ficar sob a responsabilidade direta do Estado, as que deve coordenar e/ou supervisionar e as que deve entregar para a iniciativa privada. De acordo com esse Plano, o Estado brasileiro deverá ser reestruturado em quatro setores: 1) O núcleo estratégico do Estado; 2) as atividades exclusivas do Estado; 3) os serviços não exclusivos ou competitivos; 4) a produção de bens e serviços para o mercado.

Na União os serviços não exclusivos de Estado mais relevantes são as universidades, as escolas técnicas, os centros de pesquisa, os hospitais e os museus. A reforma proposta é a de transformá-los em um tipo especial de entidade não-estatal, as organizações sociais. A idéia é transformá-los em “organizações sociais”, ou seja, em entidades que celebrem um contrato de gestão com o Poder Executivo e contem com a autorização do parlamento para participar do orçamento público (Bresser Pereira, 1998, 186).

A razão principal apresentada pelo governo para reformar o Estado brasileiro foi o de que era a alternativa necessária para a inserção internacional do país e para a superação da administração pública patrimonial, burocrática e ineficiente. Para tanto, era preciso instituir o modelo de gestão gerencial como forma de superação da crise fiscal. Tal modelo, segue o paradigma da administração gerencial de resultados com ênfase para flexibilização, diversificação e produtividade medida por meio da quantidade de processos e produtos.

No caso das universidades públicas federais, passam a ser concebidas como serviços ou bem público não exclusivos do Estado. Ou seja, a universidade, de instituição social que cria, inventa, produz, transforma e socializa conhecimentos de forma autônoma em relação a governos e/ou credo religiosos deve ser transformada em organização social,

reprodutora de conhecimentos e prestadora de serviços, lançando-se ao mercado competitivo, subordinando sua produção acadêmica às demandas e necessidades do capital e do mercado, impostas pelos agentes financiadores (Chauí, 2003).

Essa reforma atende às pressões externas dos organismos internacionais que defendem a inserção da educação pública no campo das atividades comercializáveis. O “Consenso de Washington” tem sido considerado como o marco decisivo na elaboração e definição das reformas estruturais da economia capitalista. O referido Consenso foi estabelecido numa reunião, realizada em Washington no ano de 1989, por funcionários do governo americano e do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). As medidas de consenso estabelecidas nessa reunião foram:

disciplina fiscal; reordenamento nas prioridades dos gastos públicos; reforma tributária; liberalização do setor financeiro; manutenção das taxas de juros competitivas; liberalização comercial; atração de investimentos diretos estrangeiros; privatização das empresas estatais; desregulamentação da economia e proteção aos direitos autorais. (Silva, 2002, p.26).

Desde então, foram realizadas várias Conferências internacionais que objetivaram redefinir as políticas educacionais dos países capitalistas tendo como base a implantação do modelo de gestão gerencial. Assim, realizou-se em Jomtien, na Tailândia, em 1990, a Conferência Mundial sobre Educação para Todos. Em 1993, realizou-se a Conferência de Cúpula de Nova Dehli. Em Paris, no ano de 1998 foi realizada a Conferência Mundial sobre Ensino Superior e, em 2003, a Conferência Mundial de Educação Superior +5 realizada também em Paris.

A centralidade das discussões realizadas nesses eventos internacionais e expressa nos documentos gerados, diz respeito à gestão e financiamento da educação. Em relação à educação superior é explicitada a necessidade de ser reestruturada com vistas a implantar o modelo de gestão gerencial, diversificando as formas de financiamento e instituindo instrumentos de avaliação pautados nos resultados quantitativos. Isto é, sob o discurso da lógica gerencialista, os organismos internacionais buscam novos mercados para a venda de produtos e serviços pressionando os governos latino-americanos para a liberalização da exploração comercial do ensino.

Nesse sentido, o Banco Mundial apresentou as diretrizes para a educação superior na América Latina, no documento: “La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia” (1995). Tais diretrizes fundamentaram-se no binômio: diferenciação e diversificação das fontes. Sobre a diferenciação de instituições o Banco Mundial, recomenda:

A introdução de uma maior diferenciação no ensino superior, ou seja, a criação de instituições não universitárias e o aumento de instituições privadas, podem contribuir para satisfazer a demanda cada vez maior de educação superior e fazer com que os sistemas de ensino melhor se adequem às necessidades do mercado de trabalho. (Banco Mundial, 1995, p. 31).

A tese defendida pelo Banco Mundial é a de que a crise da educação superior deriva do modelo de universidade de pesquisa (modelo humboldtiano) adotado nos países latino-americanos que seria excessivamente unificado e caro. Nesse sentido, a defesa da indissociabilidade entre ensino-pesquisa e extensão é inviável teórica e financeiramente. Daí a necessidade de estabelecer a dualidade institucional: Universidades de Pesquisa e Universidades de Ensino.

Outra proposta do Banco Mundial para a reforma na educação superior, refere-se a redução dos gastos e a defesa da diversificação das fontes de financiamento, como se evidencia no relatório:

(...) maior autonomia institucional é a chave para o êxito da reforma do ensino público superior, especialmente a fim de diversificar e utilizar os recursos mais eficientemente (...) A experiência demonstra que se quer que as instituições estatais melhorem sua qualidade e eficiência, os governos deverão efetuar reformas importantes no financiamento a fim de mobilizar mais recursos privados para o ensino superior em instituições estatais (...) de várias maneiras: mediante a participação dos estudantes nos gastos; arrecadação de recursos de ex-alunos; utilização de fontes externas; realização de outras atividades que gerem receitas. (grifos nossos). (Banco Mundial, 1995, p. 44 e 69).

O argumento é o de que o conhecimento propiciado pelo ensino superior deve ser visto como um investimento produtivo (pois garante ganhos), um bem privado ou uma mercadoria de interesse individual negociado no mercado de trocas. Daí a defesa de que o Estado se afaste da manutenção desse nível de ensino decorrendo a tese de que a educação superior é um serviço público não exclusivo do Estado e competitivo.

Como resultado desse processo, a educação superior brasileira vem sendo reformada em conformidade com as determinações dos organismos internacionais, em especial o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Esses organismos pressionam o governo brasileiro por meio da inclusão das cláusulas sociais nos acordos econômicos firmados.

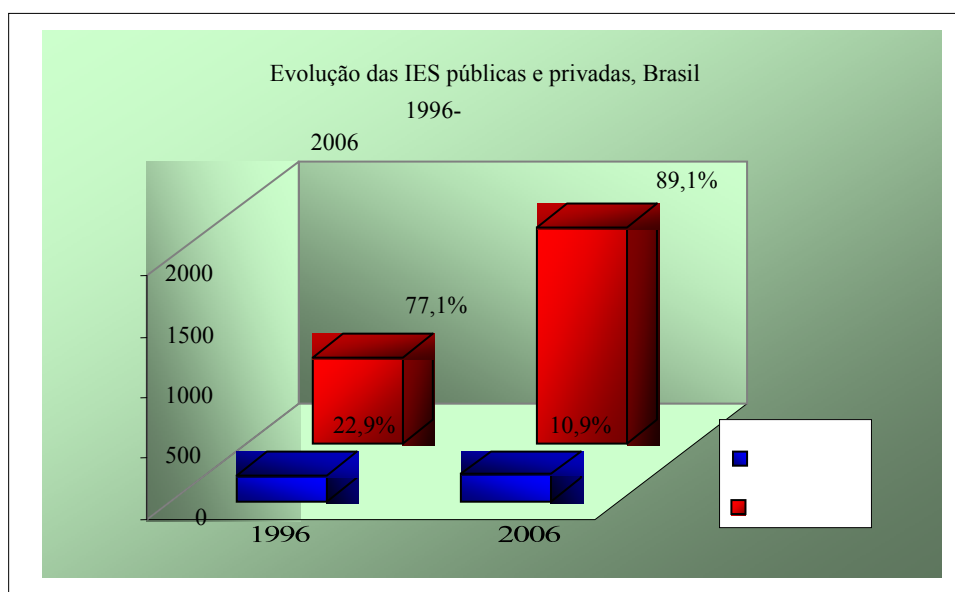
Dessa forma, a privatização da educação torna-se parte essencial da reforma do Estado para a educação superior brasileira. Para implementar essa reforma, o governo federal passou a defender o afastamento do Estado da manutenção plena da educação superior pública (o que ficou explícito nos vetos ao Plano Nacional de Educação)¹, incentivando a livre competição mercadológica entre as suas instituições. A política para a educação superior foi reduzida a uma política de

¹ Dos sete vetos do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Plano Nacional de Educação e mantidos pelo governo Lula da Silva (2003-2006), a maioria se refere ao financiamento da educação superior pública.

gastos, à abertura ao mercado e ao culto do econômico, com vistas a aproximar a universidade do modelo de empresas prestadoras de serviços, com novas formas de organização e gestão.

O Estado, entretanto, afastou-se apenas dos gastos, mantendo a gestão total do sistema, por meio de mecanismos de controle das instituições de ensino superior, principalmente da imposição de instrumentos normativos (leis, decretos, portarias etc.), que definiram a organização geral do sistema (diretrizes, escolhas de dirigentes, credenciamento e recredenciamento) e da avaliação. Ao lado disso, desenvolveu uma política expansionista de cunho estritamente privado, materializada, principalmente, pelo estímulo à criação de estabelecimentos isolados de ensino superior, favorecendo o crescimento desse setor, transformando, paralelamente, os espaços públicos democráticos de direitos em espaços privados, submetidos à lógica capitalista.

Ao analisarmos a expansão do ensino superior no país considerando as IES públicas e privadas, os dados do Censo da Educação Superior demonstram que o setor privado expandiu de forma mais acentuada que o setor público evidenciando o aprofundamento da política privatista adotada pelos governos brasileiros no período pós-LDB. Das 922 IES existentes no Brasil em 1996, 211 eram públicas (22,9%) e 711 eram privadas (77,1%). No ano de 2006, eram 2.270 IES no país, sendo 248 (10,9%) públicas e 2.022 (89,1%) privadas. O crescimento das IES no período foi de 146,2%, sendo que as públicas cresceram 17,5% e as privadas 184,4%. O Gráfico a seguir mostra a evolução das IES públicas e privadas pós-LDB.



Fonte: MEC/Inep/Deaes

Pode-se afirmar que a política de expansão das IES privadas reflete de um lado, a omissão dos governos em relação à expansão das instituições públicas criando uma reserva de mercado para o setor privado. Por outro lado, é recorrente a liberalização e desregulamentação desse setor que tem encontrado facilidades para expandir, por meio da adoção pelo Estado brasileiro de uma série de mecanismos, tais como: a liberalização dos serviços educacionais, isenções tributárias, isenção da contribuição previdenciária das filantrópicas, isenção do salário educação, bolsas de estudo para alunos carentes via programa do Crédito Educativo hoje transformado no FIES, empréstimos financeiros a juros baixos por instituições bancárias oficiais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES, o Programa Universidade para Todos – PROUNI², dentre outras formas de estímulo.

No caso das universidades públicas federais, o governo brasileiro adotou o paradigma da administração gerencial de resultados em sua reforma. Assim, vem estabelecendo com essas universidades, contratos de gestão formalizados por meio dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) nos quais exige o cumprimento de metas e índices de produtividade para que possam fazer jus às verbas necessárias à sua manutenção. Por outro lado, o governo tem promovido uma série de cortes orçamentários reduzindo os aportes financeiros necessários à manutenção das atividades fins dessas instituições.

Como resultado dessa política, baseada em ajuste fiscal e cortes nos gastos sociais, as universidades têm sido induzidas à busca de captação de recursos no mercado. Observa-se, no entanto, que apesar da política de redução orçamentária para as IFES, ocorreu, no período em estudo, uma expansão desse setor evidenciada tanto no crescimento das Instituições como nas matrículas dos alunos. Dessa forma, nos interessou investigar quem de fato financiou essa expansão? Quais as implicações da política de expansão adotada nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva para o trabalho docente?

². O “Programa Universidade para Todos” – PROUNI, foi instituído pela Lei Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 e estende os benefícios fiscais para todas as IES privadas, em “troca” de preenchimento das “vagas ociosas” por alunos “carentes”, afrodescendentes, portadores de necessidades especiais, indígenas, ex-presidiários.

Política de expansão do ensino superior público via precarização do trabalho docente – da GED ao REUNI

Ao analisarmos a política de expansão do ensino superior pública, em especial das IFES, identificamos duas ações governamentais adotadas nessas Instituições que afetam diretamente o trabalho docente: a instituição da Gratificação de Estímulo à Docência (GED), no governo de Fernando Henrique Cardoso e a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), no governo de Luis Inácio Lula da Silva.

Os dados do Censo do Ensino Superior, a seguir destacados evidenciam que a política de expansão adotada pelo governo federal para as IFES está relacionada diretamente a intensificação do trabalho docente. Observa-se na Tabela 1 a seguir, que o aumento de 57,75% de matrículas efetivadas no período de 1996 a 2006 foi superior ao crescimento das funções docentes que ficou em 21,2%. Merece destaque ainda o ano de 1998, quando ocorreu uma redução significativa das funções docentes em -11,45% enquanto as matrículas aumentaram apenas 0,77%, apresentando a menor taxa de crescimento do período. Dentre os fatores que podem ter contribuído para a ocorrência da redução de docentes nas IFES, destacamos a Reforma da Previdência efetivada no ano de 1998, por meio da Emenda Constitucional nº 20/1998, que alterou as regras de aposentadoria contribuindo para pressionar a categoria docente a acelerar suas aposentadorias.

Diante da corrida dos docentes pela aposentadoria e para evitar aumento de gasto nas despesas com pessoal e, ao mesmo tempo, expandir as matrículas nas IFES, o MEC/governo FHC instituiu nesse ano (1998), alteração nas regras de remuneração por meio da criação de uma gratificação por produção chamada de Gratificação de Estímulo à Docência (GED) provocando mudanças significativas no universo das relações acadêmicas. A Gratificação de Estímulo à Docência (GED) foi instituída pela Lei nº 9.678/1998 e regulamentada pelo Decreto nº. 2.668, de 13 de julho de 1998, para todos os docentes das Instituições Federais de Ensino Superior do país. Consistia no pagamento de uma gratificação, cujos valores resultam da atribuição de pontuação às atividades desenvolvidas pelos docentes, de acordo com o regime de trabalho e a titulação.

Como resultado dessa política o crescimento de Funções Docentes no período de vigência da GED, com o caráter de gratificação produtivista (1998-2004), foi de 17,7%. Nesse mesmo período as matrículas cresceram 44,1% nas IFES o que indica claramente que essa expansão deu-se com base na intensificação do trabalho docente que foi obrigado a aumentar sua carga de trabalho nas atividades de ensino para fazer jus a reajuste no salário final uma vez que a maior parte da pontuação privilegiava a atividade de ensino por meio de maior pontuação da hora-aula semanal (10 pontos por hora aula) em detrimento das demais atividades desenvolvidas na pesquisa e na extensão. Cada docente poderia perfazer um total de até 140 pontos, desses, 120 podiam resultar de suas atividades de ensino.

Na prática essa gratificação significou uma estrondosa intensificação do trabalho docente facilmente visualizada no aumento do número de alunos em relação aos docentes que passou de 7,6 em 1997 (ano anterior a implantação da GED), para 11,4 aluno por cada professor em 2004, devido ao fato de que, com a GED, também foi aumentada a quantidade de aulas para cada professor. É possível observar também que mesmo com a significativa redução das funções docentes em 1998 (-11,45%), ocorreu um aumento na relação aluno/professor nesse mesmo ano, passando de 7,6 (1997) para 8,6 (1998). Observa-se, ainda, na Tabela 1 a seguir, que após a extinção do caráter produtivista da GED, nos anos de 2005 e 2006 ocorreu uma redução dessa relação de 11,4 em 2004, para 10,8 alunos por docente em 2006.

TABELA 1 - Evolução das Matrículas e Funções Docentes (em exercício e afastados) nas IFES de 1998 a 2006

ANO	MATRÍCULAS	%	DOCENTES	%	Mat. x Doc
1996	373.880	-	47.921	-	7,8
1997	395.833	5,87	52.217	8,96	7,6
1998	398.873	0,77	46.237	-11,45	8,6
1999	442.562	10,95	46.687	0,97	9,5
2000	482.750	9,08	50.165	7,45	11,0
2001	502.960	4,19	51.765	3,19	11,2
2002	531.634	5,70	51.020	-1,44	11,6
2003	567.101	6,67	52.106	2,13	11,9
2004	574.584	1,32	54.439	4,48	11,4
2005	579.587	0,87	56.565	3,91	10,9
2006	589.821	1,77	58.078	2,67	10,8
1996-2006 Δ %	-	57,75	-	21,20%	-

Fonte: INEP- Censo da Educação Superior – 1998 a 2006.

Com a implementação dessa gratificação produtivista, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, função básica da universidade garantida constitucionalmente ficou prejudicada, na medida em que o docente foi forçado (financeiramente) a concentrar suas atividades no ensino. Esse sistema de gratificação por desempenho, em vigor no período

de 1998 a 2004, produziu efeitos nefastos no interior da academia adequando, controlando e uniformizando o trabalho docente segundo a lógica da produtividade.

Como consequência, a GED introduziu no universo acadêmico um modelo racional de organização em que o professor perde o controle sobre o seu próprio processo de trabalho, na medida em que ocorre uma ingerência da administração do Estado sobre o mesmo, o que traz como consequência a perda da autonomia e a desqualificação, aliadas ao baixo assalariamento dessa categoria. Dessa forma, é possível afirmar que a GED contribuiu decisivamente para a intensificação da precarização do professor universitário, além de impor às universidades federais “uma organização acadêmica baseada em finalidades econômicas, impulsionando a lógica da reforma da educação superior que procura, dentre outros aspectos, diminuir o controle do trabalho docente sobre seu próprio processo de trabalho.” (CATANI e OLIVEIRA, 1999, p.69)

Acrescenta-se ainda que, mesmo após a transformação da GED em gratificação fixa no ano de 2004 (após uma greve dos docentes das IFES), esse modelo de “avaliação” pela via de atribuição de pontos ao trabalho docente foi mantido nas IFES por meio de outros mecanismos adotados no interior dessas instituições, como o da concessão de bolsistas de iniciação científica para pesquisadores; a progressão funcional na carreira docente; dentre outros.

A pressão exercida para aumentar a quantidade de trabalho dentro da jornada de trabalho se concretiza também alicerçada na idéia de que os docentes deveriam ser “mais produtivos”, correspondendo à “produção” a quantidade de “produtos” relacionados ao mercado (aulas, orientações, publicações, projetos, patentes, etc.) desenvolvidos pelo docente. Essa pressão pela “produtividade” docente vem sendo feita por meio de mecanismos de avaliação estabelecidos pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) para credenciamento de cursos de pós-graduação “scrito sensu” e pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) para o financiamento de pesquisas e concessão de bolsas de produtividade.

Ressalta-se ainda que, não havendo contrapartida na forma de concursos públicos para a contratação de docentes efetivos, o aumento dos contratos temporários tornou-se regra. Em alguns departamentos registrou-se casos em que mais da metade do corpo docente compunha-se de professores substitutos o que caracteriza a flexibilidade registrada nos regimes de trabalho. A Tabela 2 a seguir, apresenta os números de docentes efetivos e substitutos contratados no período de 2000 a 2006. Observa-se que a cada ano as IFES têm contratado um número significativo de professores temporários, muito superior ao número de docentes efetivos.

TABELA 2 - Contratação de Professores nas IFES – 2000 a 2006

ANO	EFETIVOS	SUBSTITUTOS
2000	601	5.205
2001	127	4.524
2002	6	472
2003	472	3.833
2004	2.287	6.038
2005	2.153	6.038
2006	4.011	6.742

Fonte: ANDES-SN

É importante destacar que a remuneração desses trabalhadores temporários é extremamente inferior a dos efetivos uma vez que não recebem a GED (que representa o maior valor da composição salarial dos docentes efetivos) além de não poderem exercer cargos de coordenação de pesquisas, chefias de departamentos, nem orientar bolsistas de iniciação científica, dentre outras atividades que integram a natureza da função docente nas Universidades federais.

Além do aumento na contratação de professores com regime de trabalho temporário, os denominados professores substitutos, cujos contratos variam de seis meses até dois anos, a flexibilização vem sendo acentuada por meio do emprego da força de trabalho de alunos de pós-graduação nas IES públicas por meio da política de estágio de docência instituída pela CAPES aos bolsistas.

A precarização do trabalho docente nas IES públicas, no entanto, não reside apenas nos “novos” empregos e nas “novas” formas de contratação criadas. Ao lado da presença da “informalidade” no trabalho docente foram introduzidas muitas mudanças na rotina das atividades de ensino, pesquisa e extensão, desde o governo de Collor de Melo. Do ponto de vista do capital trata-se de aumentar o trabalho docente em extensão, intensidade e qualidade. É o que pode ser evidenciado na instituição da atual política de expansão adotada pelo Governo de Luiz Inácio Lula da Silva denominada de Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.

Criado por meio do Decreto 6.096 de 24/04/07, o REUNI objetiva “criar condições para ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível superior” utilizando-se do “melhor aproveitamento da estrutura física e dos

recursos humanos atualmente existentes” (art.1º). Para tanto, “incentiva” as IFES a firmarem contratos de gestão³ por meio do estabelecimento de Termo de Compromisso, denominado de “Acordo de Metas”, condicionando-as a receberem verbas públicas mediante o cumprimento de metas. Tal “acordo” segue a lógica gerencial da transformação da gestão pública na lógica empresarial/gerencial da administração por resultados, para cumprimento de metas, dentro de prazos estabelecidos, por meio de indicadores quantitativos, ou seja vincula o repasse de recursos orçamentários ao cumprimento de metas a serem cumpridas por etapas.

Com a pretensão de promover um aumento substancial no número de ingressantes no sistema público federal de ensino superior (com a ampliação de até 200% das matrículas em algumas universidades), esse Plano tem como metas principais, a elevação da taxa de conclusão dos alunos dos atuais 60% em média (segundo dados do Censo do INEP, em 2005) para 90% e no aumento da relação aluno/professor para 18 alunos para cada docente.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2006 (INEP) a razão aluno/professor era de 10,8. É necessário considerar que nessa relação não está incluída as atividades despendidas pelos docentes com pesquisa, pós-graduação, coordenação e direção de cursos e unidades acadêmicas, orientação de alunos, extensão, atendimento nas clínicas, ambulatórios, participação em comissões de avaliação e outras. Ressalta-se, também que esses valores são muito próximos ao que se verifica “em países que têm organização acadêmica semelhante a do Brasil como os países nórdicos da Europa, Alemanha e o Japão” (ANDES, 2007, p. 24).

Por outro lado, a meta de 90% é deslocada da realidade educacional do mundo. Somente o Japão possui esse patamar (91%), mas num contexto educacional e econômico diverso do nosso. Ressalta-se que nos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a taxa média de conclusão é de 70%. Outros países apresentam taxas muito inferiores tais como: Austrália (67%); Alemanha (73%) ; Áustria (65%); México (53%); Portugal (68%); Espanha (74%); Suécia (60%); Estados Unidos (54%)⁴.

De acordo com dados oficiais divulgados no site do MEC, o governo pretende com a implantação do REUNI “dobrar o número de vagas em toda a rede pública federal e, até 2011 matricular 30% dos jovens de 18 a 24 anos na universidade, como prevê o Plano Nacional de Educação (PNE)”⁵. Tal expansão, no entanto, deve ser feita com acréscimo de, no máximo, 20% de recursos, condicionados a verbas orçamentárias do MEC. Ou seja, o governo pretende um acréscimo de cerca de 318 mil novos alunos dispendo para custeio dessas novas matrículas de 2,07 bilhões de reais até 2012, altamente insuficiente para o tamanho do projeto. Destaca-se que nem estes valores estão garantidos, pois dependem do cumprimento estrito das metas parciais acordadas e de disponibilidade no orçamento anual do MEC (parágrafo 3º do Art.3º e Art. 7º do Decreto nº 6.096/07) além do que a maior parte dos recursos previstos (mais de 50%) será disponibilizada apenas nos dois últimos anos (2011 e 2012) da implementação do Plano (após o término do atual governo). Considerando, ainda, a política de contingenciamento de recursos adotada pelo governo a cada ano que, para fazer caixa para o superávit primário, só no início de 2008, já efetuou corte de 1,61 bilhões de reais no orçamento do MEC para 2008, dificilmente o governo cumprirá sua parte no “acordo de metas” firmado com as IFES.

Isso significará que a expansão do sistema se dará por meio da lógica produtivista com racionalidade de recursos e aumento da intensificação do trabalho docente uma vez que haverá aumento substancial de número de alunos nas salas de aula sem que haja estrutura física, recursos humanos e financeiros suficientes para atender, com qualidade, essa expansão, reafirmando a lógica da expansão por meio da precarização do trabalho docente.

Como estratégia para implementar essa política o governo baixou as Portarias Interministeriais número 22 e 224/07 (Brasil, MEC/MPOG, 2007) criando o Banco de professores-equivalentes que consiste num “instrumento de gestão administrativa de pessoal (Art.1º)”. Na prática o banco de professores-equivalentes corresponde ao total de professores efetivos e substitutos em exercício na Universidade, expresso na “unidade professor-equivalente”. Para calcular essa unidade o governo atribuiu um peso diferenciado a cada docente segundo seu regime de trabalho e salário. Assim, um docente em regime de Dedicção Exclusiva (DE) vale 1,55; o professor em regime de 40h vale 1,0 e o professor em regime de 20h vale 0,5 pontos.

Considerando a necessidade do cumprimento das metas de expansão definidas no Decreto e os limites orçamentários explicitados anteriormente, certamente que as universidades federais priorizarão a contratação de professores substitutos. Ou seja, com o discurso de conceder autonomia às IFES para contratar docentes, o governo as compele a priorizar a contratação de professores substitutos uma vez que esses desenvolvem suas atividades exclusivamente na sala de aula no ensino da graduação. Ou seja, para atender a demanda de crescimento e cumprir as metas de expansão estabelecidas no “Acordo de Metas” que exigem o aumento do número de alunos e de cursos por meio do aumento da relação aluno/professor, a Universidade deverá optar por contratar três substitutos 20h que equivalem a mesma pontuação de um docente efetivo em regime de DE e poderiam atender em média até 9 disciplinas por semestre. É a lógica racionalizadora que adentra o universo acadêmico e institucionaliza a precarização do trabalho docente via contratação de professores para desenvolverem quase exclusivamente atividades de ensino.

É importante considerar, ainda, que no “Acordo de Metas”, estabelecido entre o governo/MEC e as IFES e assinado no dia 13 de março de 2008, na presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os reitores se comprometeram a cumprir

³ Os contratos de gestão são fundamentais para a implantação da Reforma do Estado preconizada por Bresser Pereira (1996).

⁴ Dados da OCDE, Education at a Glance, 2005 apud ANDES-SN, 2007.

⁵ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=8646. Acesso em 10.05.2008.

metas estabelecidas na cláusula quarta, nas quais o aumento de cursos, vagas e matrículas varia de 60% a 200% enquanto o aumento na contratação de docentes varia de 15% a 30%. Fica evidente que a expansão do ensino superior nas IFES se dará mediante o aprofundamento do trabalho docente, como afirma Lima (2008, p. 75):

Na aparência, o Programa REUNI fortalece a universidade pública, especialmente as universidades federais, viabilizando a ampliação do acesso à educação superior. Em sua essência, o REUNI cria as condições objetivas para a precarização do trabalho docente, tanto dos substitutos como dos professores em regime integral e dedicação exclusiva.

A precarização do trabalho docente se manifesta, ainda, pelo congelamento salarial imposto pelo governo, que desde 2006, não concede nenhum reajuste no salário, além de manter a política de gratificações na composição salarial que representa em média 75% da remuneração total dos docentes das IFES.

Para possibilitar que as IFES cumpram as metas estabelecidas sem precisarem contratar um número de docentes compatível com a expansão pretendida, o que implicaria em aumento de recursos, o governo baixou no dia 14 de maio de 2008 a Portaria No. 582 que regulamenta a concessão de “Bolsas Reuni de Assistência ao Ensino” para alunos de pós-graduação “desenvolver atividades acadêmicas de graduação através de auxílio à docência” (art.1º §3º). Com isso, o governo dá seqüência à política de racionalizar recursos na contratação de pessoal docente qualificado. Essa medida se configura como mais uma forma de aprofundamento da precarização do trabalho docente pois, alunos de pós-graduação passarão a se constituírem numa nova categoria de docentes-alunos “flutuantes”, uma vez que poderão atuar por tempo determinado (até 2 anos para mestrando e até 3 anos para doutorando), desqualificando tanto a formação profissional como o trabalho docente.

Considerações finais

Concluimos que a política de expansão do ensino superior público por meio da racionalização de recursos e intensificação/precarização do trabalho docente é parte da contra-reforma universitária posta em prática pelos governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva. Essa contra-reforma se fundamenta na instituição de um novo modelo de organização e gestão nas universidades públicas fundamentado no paradigma gerencialista de administração via contratos de gestão, com vistas a ajustar essas instituições à lógica produtivista de privatização e mercantilização de bens e serviços acadêmicos.

Esse processo tem promovido a expansão desse nível de ensino com a transformação da função social das universidades públicas mediante a quebra da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão e, ao mesmo tempo, criado as condições objetivas para o aumento da precarização do trabalho docente tanto pela submissão a critérios de produtividade (GED), como pelas formas de contratação (Banco de Professor Equivalente) e aumento da relação aluno-professor na sala de aula (REUNI).

O estudo apontou que a política de expansão, adotada nos governos de FHC e Lula da Silva, fundamenta-se na lógica produtivista com racionalidade de recursos e aumento da intensificação do trabalho docente. Constatou-se que: a) a implantação da GED possibilitou o aumento de alunos matriculados nas IFES no governo de FHC via intensificação do trabalho docente; b) com a efetivação do REUNI haverá aumento substancial de número de alunos nas salas de aula sem que haja estrutura física, recursos humanos e financeiros suficientes para atender, com qualidade, essa expansão; c) o aumento do contrato de professores substitutos e a criação da categoria docente-aluno bolsista REUNI nas IFES é outra marca da flexibilização e precarização do trabalho docente.

Em síntese, pode-se afirmar que a transformação das Instituições Federais de Ensino Superior em organizações sociais e os contratos de gestão via “acordo de metas” do REUNI traduzem a proposta do Plano Diretor da Reforma do Estado preconizada por Bresser Pereira. Trata-se, de fato, da implantação de um Estado economicista e empresarial-gerencialista onde a satisfação das demandas do mercado e de sua lógica da competição ocupam lugar de destaque. Como consequência dessa política de expansão via intensificação/precarização do trabalho docente, o conjunto de IFES será transformado em escolas de terceiro grau de caráter mercantil.

Referências Bibliográficas

- Andes/Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (2007). As novas faces da reforma universitária do governo Lula e os impactos do PDE para a educação superior. Caderno ANDES n° 25. Brasília: ANDES-SN.
- Bird/Banco Mundial. (1995) La Ensanñanza Superior: Las lecciones derivadas de la experiencia. (El Desarrollo en la práctica) Washington, D.C: BIRD/BANCO MUNDIAL.
- Brasil. Mec/Inep. (2006). Censo da Educação Superior. INEP, 1996 a 2006. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/>. (Consultado na internet no dia 10 de março de 2008).
- Brasil. Ministério da Educação. (2008). Portaria n. 582, de 14 de maio de 2008. Institui critérios para concessão de bolsas de pós-graduação previstas no REUNI. Disponível em: <http://www.editoramagister.com/integra.asp?id=5407&tipo=6>. (Consultado na internet no dia 18 de maio de 2008).

- Brasil. Ministério da Educação e Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (2007). Portarias Interministeriais n. 22 e 224. Constitui em cada universidade federal um banco de professor-equivalente. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/professor_equivalente.pdf. (Consultado na internet no dia 07 de maio de 2008).
- Brasil. Presidência da República (1998). Lei nº 9.678, de 3 de julho de 1998. Institui a Gratificação de Estímulo à Docência no Magistério Superior. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9678.htm. (Consultado na internet no dia 10 de março de 2005).
- Brasil. Presidência da República (2001). Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Institui o Plano Nacional de Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. (Consultado na internet no dia 10 de março de 2008).
- Brasil. Presidência da República (2001). Mensagem nº 9, de 09 de janeiro de 2001. Institui vetos parciais a Lei nº 10.172 – Plano Nacional de Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/Mensagem_Veto/2001/Mv0009-01.htm. (Consultado na internet no dia 10 de março de 2008).
- Brasil. Presidência da República (2005). Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que instituiu o Programa Universidade para Todos – PROUNI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm. (Consultado na internet no dia 05 de abril de 2008).
- Brasil. Presidência da República (2007). Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. MEC. Lei nº. 9394 de 20/12/96. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. (Consultado na internet no dia 05 de maio de 2008).
- Bresser Pereira, L. C & Spink, P. (Orgs.) (1998). Reforma do Estado e administração pública. Rio de Janeiro: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas.
- Catani, A. & Oliveira, J. (1999) A Gratificação de Estímulo à Docência (GED). In: Dourado, L. F. & Catani, A. (orgs.) Universidade pública. Campinas, SP: Autores Associados. (Coleção polêmicas de nosso tempo, v.70)
- Chauí, M. (2003). A Universidade pública sob nova perspectiva. Revista Brasileira de Educação. Campinas, n. 24, p. 5-15, set/out/nov/dez.
- Silva, K. (2008). REUNI e Banco de Professor Equivalente: novas ofensivas da contra-reforma da educação superior brasileira no governo Lula da Silva. Universidade e Sociedade. Brasília: ANDES-SN, ano XVII, nº41, p. 69-77.
- Silva, M. A. (2002). Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial. Campinas: Autores Associados; São Paulo: FAPESP.
- Soares, L. T. R (2001). Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina. Petrópolis, RJ: Vozes.

Diversidade étnica e os negros nas organizações: um estudo em Betim

Juliana Gertrudes Borges
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/ MG
ju_gertrudes@yahoo.com.br

Ronaldo André Rodrigues da Silva
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/ MG
raros@pucminas.br

Maria de Fátima Pereira Rossi
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/ MG
mariarossi@pucminas.br

Resumo: O objetivo neste artigo consiste em identificar, analisar e mapear as trajetórias e expectativas dos negros em relação às atividades profissionais e do trabalho nas organizações do município de Betim/MG. Procura, com isso, contribuir para com o debate sobre questões como a diversidade nas organizações, as oportunidades de trabalho, as expectativas e a inserção dos negros no mercado de trabalho. Pelas estatísticas oficiais os negros (pretos e pardos) representam 47% da população total brasileira (IBGE, 1991). Uma compreensão da complexidade da inserção, permanência e promoção do negro no mercado de trabalho brasileiro deve ser realizada e levar em conta aspectos históricos, sociais, econômicos e culturais que os afro-descendentes desempenham ao longo da história do País. Com base em uma metodologia qualitativa-descritiva, foram pesquisados documentos oficiais e entrevistados responsáveis pelas áreas de Recursos Humanos e trabalhadores negros em cargos diretivos. Os resultados encontrados deixam evidente que existe espaço para os negros em cargos diretivos por parte das organizações industriais de Betim. Considerando que ainda são poucas as pesquisas sobre o tema, e, sobretudo na região, espera-se que este trabalho contribua com informações importantes para novos questionamentos e pesquisas na área.

1.Introdução

A desigualdade nas sociedades humanas pode ser considerada a partir de práticas sociais e econômicas nas quais as diferenças existentes entre indivíduos apresentam-se correlacionados com favorecimentos ou prejuízos a um ou outro grupo. Assim, a formação de classes e castas sociais e os diferentes fatores que envolvem as relações humanas levam a considerar, dentre as variáveis, a cor da pele ou etnia, a opção sexual ou religiosa, o gênero, a origem social ou quaisquer outras “marcas” que se impõem aos indivíduos. Uma das esferas da vida na qual se torna possível mensurar os fatos da desigualdade está no mercado de trabalho, no contexto das relações estabelecidas no âmbito das organizações e mais especificamente na inclusão do negro no mercado de trabalho brasileiro.

O ponto de vista histórico, a partir da hipótese de quinhentos anos do Brasil, pode-se orientar a partir de quase quatrocentos anos que foram construídos basicamente pela mão-de-obra escrava. Ou seja, para cada cinco anos de existência, quatro se devem à construção de uma imagem histórica do trabalho a partir da escravidão, desde a economia colonial ao final do século XIX. O Estado brasileiro nasceu com o trabalho escravo e sua riqueza acumulada beneficiou-se, direta ou indiretamente, do trabalho dos afro-descendentes.

A evidência construída pela escravidão cristalizou-se na cultura brasileira como representação negativa do negro trabalhador atuando ainda como fator discriminatório no mercado de trabalho que, sendo parte integrante do sistema capitalista, emergiu politicamente com a ascensão da burguesia e se consolidou como modo de produção. A desigualdade existente no mercado de trabalho brasileiro que para os negros apresenta maiores níveis de desemprego e maior presença em postos de trabalho desqualificados, além de menores níveis de proteção e maiores graus de vulnerabilidade no ambiente e no mercado de trabalho. Tal situação é apresentada por dados de pesquisas, de órgãos governamentais e privados, e mostram que os negros têm uma presença inferior nas empresas brasileiras quando comparada a dos brancos, e as oportunidades de ascensão profissional são reconhecidamente em menor número para os profissionais negros.

Ao longo da história moderna e contemporânea, as formas de inserção no mercado estabeleceram-se de maneira diferenciada, especialmente no que se refere às questões de gênero, de faixa etária e raça. A reflexão sobre a ordem da diversidade étnica procura concatenar uma série de idéias que partem do pressuposto de que a meta a ser atingida consiste em uma sociedade sustentável, caracterizada modo como não-capitalista, em que a questão étnica é entendida como um fator de restrição às atividades econômicas.

Para delimitar a análise, a pesquisa de campo concentrou-se na cidade de Betim/MG, município que apresenta uma participação significativa na arrecadação para o Estado.

Pode-se considerar, ainda, que a importância em conhecer tal mercado de trabalho e as organizações de Betim consiste em uma tentativa de identificar a participação do negro no mundo do trabalho, nas estruturas organizacionais e também o papel profissional desempenhado por ele nas organizações. Como apoio às análises serão utilizadas as bases de dados estatísticos de instituições diversas, buscando-se traçar um paralelo entre a realidade local e a nacional, apesar da escassez de informações e estudos sobre o mercado de trabalho em Betim.

2 Sociedade Brasileira e Multiétnicidade

2.1 Raça, Classe e Etnia... E o Contexto Brasileiro

A utilização do termo raça nos estudos acadêmicos é objeto de discussões e pouco consenso entre autores das Ciências Sociais. Inicialmente, a discussão sobre essa temática aconteceu em torno da existência ou não de raças humanas. Para os biólogos, não se justifica a utilização do termo raça, visto que não existem raças humanas. Assim, diferenças fenotípicas, intelectuais, morais e culturais entre indivíduos ocorrem em virtude de construções socioculturais, fora do campo biológico. Ou seja, os fenótipos ganham significado a partir de crenças e valores (Souza e Teodósio, 2005).

Em 1951 a UNESCO publicou uma declaração buscando definir o conceito de raça. Considerou então que os critérios de classificação podem legitimamente variar de acordo com "o objetivo científico" que se tem em vista.

Para Azeredo (1991) tal conceito se destaca e continua a ser utilizado como forma privilegiada de diferenciar culturas, línguas, crenças e grupos, os quais, na maioria das vezes, têm também interesses econômicos fundamentalmente diferentes. Outra discussão presente no debate das relações étnicas compreende a substituição do termo raça por etnia.

Entende-se por etnicidade as diferenças culturais observada entre os indivíduos. Ao contrário da raça, a etnia é socialmente capaz de alterar comportamentos (Eriksen, 1983).

Entretanto, o que torna o termo preocupante, para Sodré (1999), consiste em caracterizar as etnicidades como fatores de controle das demandas e contradições sociais por parte dos grupos dirigentes, tratando-se assim de uma pluralidade de mão única na qual os diversos grupos teriam o papel de cumpridores de normas e executores de modelos. Ainda segundo Santos (1997), a idéia de raça perde cada vez mais força no campo das ciências e a idéia de etnia deverá prevalecer sobre ela. Um grupo étnico possui sentido de união e pertinência, pois compartilha a mesma cultura, história e valores.

Se considerar o Brasil Colonial, tem-se em seu contexto a condição de escravo estreitamente ligada à cor dos indivíduos. Passando à Itapetininga do fim dos anos 1940, Nogueira (1998) observa como muitos dos mulatos e dos pardos em posições de destaque na estrutura social da cidade eram descendentes de, ou eram eles mesmos, filhos da elite branca, o que lhes franqueou de algum modo à ascensão, a despeito da cor. A comunidade reconhecia-se dividida em três classes: alta, média e baixa – e, como nos demais estudos, os pretos e os pardos encontravam-se sobre representados na classe baixa. Isso era um sinal de que a cor era fator importante na determinação do status e das oportunidades de ascensão social.

Deve-se destacar, ainda, que no Brasil o ex-escravo é transformado em negro, racial e biologicamente definido como inferior aos brancos, depois da abolição, quando o termo passa a ser usado na literatura especializada ao invés de preto. Uma visão diferente daquela em que a categoria negro passa a ser mais empregada na segunda metade do século XIX para designar o escravo rebelde, fujão (Schwarcz, 1987).

Outras discussões estão em torno da cor, que surgem a partir das análises acerca de levantamentos de dados sobre cor/raça/etnia da população. Torna-se importante registrar que a metodologia atual do IBGE utiliza a autoclassificação – branca, preta, parda, amarela, indígena – à pergunta que se refere à cor ou raça. Tal processo, ainda que com críticas, geralmente é considerado aceito devendo-se avançar no debate acerca das políticas públicas e, por exemplo, no campo da discussão das ações afirmativas.

Para o presente trabalho, utiliza-se o termo negro para caracterizar a parcela da população que é de cor preta e também para fazer alusão ao grande número de mestiços que, dependendo do contexto, podem ser “tanto pretos quanto brancos”. Quanto aos aspectos genéricos da população brasileira, falar-se-á em negros, contemplando assim as pessoas de cor preta e parda.

2.2 O Mito da Democracia Racial

A busca do ideal da igualdade, sem, entretanto, o reconhecimento do óbice que representam as desigualdades estruturadas, acarreta a reprodução das diferenças, que se “naturalizam”, e o deslocamento da culpa da desvantagem para os ombros das vítimas, individualizando os resultados de processos macrosociais que se encontram fora da esfera de ação dos atores. Tratar os desiguais como se iguais¹ fossem perpetua as diferenças, pois declarar a igualdade não é suficiente para reverter à orientação das estruturas sociais que produzem desigualdades (Osório, 2006).

O tema da igualdade social, e se utilizado o termo democracia racial, constitui-se em fator especialmente problemático no Brasil, país “multirracial e miscigenado”, em que se tem uma “sociedade altamente hierarquizada desde a colonização... e uma profunda desigualdade [que] fundamenta o sistema em relação aos negros, principalmente no mercado de trabalho” (Carneiro, 2000). Caracteriza, ainda, uma resistência social e de discussão em torno ao tema se considerar que a questão racial no Brasil pode ser atribuída em parte ao racismo que permeia as interações sociais brasileiras.

Tal fato teria produzido o problema de baixa auto-estima das pessoas negras, que tem de ser enfrentado, através de interações via políticas públicas, meios de comunicação e uma revisão profunda no nosso sistema de educação. Por outro lado, Correa (2002) argumenta que é necessário prestar atenção à complexidade da questão étnica, pois para uma análise a considerar tal variável deve-se levar em conta as transformações sociais, as relações sociais e as contribuições sociais que afetam as interpretações acerca dos indivíduos e a respectiva “classificação ética” ou classificação social.

O trabalho de Foucault (1979), que busca entender as relações que possibilitem lutar contra a “submissão da subjetividade”, propõe uma visão do sujeito que abre caminhos para pensarmos sobre possibilidades de mudança. Abre novas perspectivas para se entender a noção de posicionamento, que se pode ser como instrumento para mudança do negro no mercado de trabalho.

Portanto, o espaço do político, segundo Costa (1998), torna-se “frágil e sua existência e permanência dependem de nossa ação e de nossos discursos” (p.151-79).

Uma das grandes dificuldades para o enfrentamento das práticas discriminatórias no trabalho refere-se ao fato de estas práticas não serem assumidas culturalmente pela sociedade brasileira.

Buarque de Holanda (1994) afirma que o brasileiro está distante de ter uma noção ritualista da vida, sendo cordial e colocando sempre o privado acima do coletivo, mas adverte que “seria engano supor que essas virtudes possam significar ‘boas maneiras’, civilidade” (p.107)... “a palavra ‘cordial’ há de ser tomada, neste caso, em seu sentido exato e estritamente etimológico” (p.106). Essa cordialidade “equivale a um disfarce que permitirá a cada qual preservar intactas suas sensibilidades e suas emoções”.

Ao se perceber a questão étnica sob as perspectivas de reconhecimento de igualdades ou desigualdades sociais, de resistência ou luta social, de construção de espaços sociais, profissionais ou políticos ou ainda de construção de culturas tem-se uma amplitude de variáveis a se considerar que tornam o tema complexo e interrogante. Entretanto, a tendência, às vezes premente, em se negar a existência do racismo, torna-se fator insustentável, principalmente ao se observar sua efetivação segundo fatos e ocorrências a partir de acontecimentos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) designou em 2001 como o Ano Internacional Contra o Racismo, visando mobilizar as nações para se prepararem e se comprometerem com os objetivos da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, realizada na África do Sul, de 31/08 a 07/09 de 2001.

2.3 A Sociedade Brasileira, as Organizações e os Negros

Ao se considerar o Brasil um país multirracial e miscigenado que durante mais de três séculos, a partir da colonização, estima-se “importou” cerca de quatro milhões de negros que foram trazidos e vendidos como mercadorias para a execução do trabalho pesado, predominantemente na agricultura e mineração. Após chegarem, viviam em média sete anos, devido às condições precárias de vida e saúde às quais eram submetidos. A abolição dos escravos ocorrida em 1888 sem que

¹ “... os direitos iguais quando a diferença inferioriza. Direito de ser diferente quando a igualdade descaracteriza”. (SANTOS, Boaventura. A Construção multicultural de igualdade e da diferença. VII Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro, 1995).

houvesse uma construção social, econômica, política e de estrutura do trabalho para enfrentar o mercado laboral acarretou, em grande escala, desemprego e marginalidade da população negra. Segundo Ianni (1978), a abolição constituiu-se em um ato da população branca como forma de “superar a imensa organização da repressão”. Com a abolição resolveu-se um problema dos brancos, sem um projeto de integração dos negros na sociedade.

Sendo assim, a cor preta sempre foi associada à posição inferior – social, econômica, intelectual – pois significa nascer em famílias de baixa posição social. Hansebalg (1979) mostra que, após mais de três séculos de escravidão, na época da Abolição, a grande maioria da população negra estava fora da região onde uma sociedade urbana e industrial se formava. O autor considera o elemento negro marginal à sociedade “branca” e, para se integrar a ela, buscou realizar o “ideal do branqueamento”, ou seja, assemelhar-se ao branco ou ir perdendo sua cor, transformando o grupo de origem em um grupo de referência negativa.

Tal fato refletiu-se na sociedade brasileira ao ocorrer a decisão econômica por etnia, em que predominavam sujeitos brancos como proprietários e/ou administradores e os negros como trabalhadores essencialmente rurais. Assim, o trabalho qualificado, intelectual, era exercido pela minoria branca, o negro se ocupava do trabalho não-qualificado, braçal. O setor intermediário de trabalhadores especializados, artesão etc. foi sendo ocupado pelos pardos, que, em muitos casos, tinham sido escravos e, por causa da alforria, conseguiam estes empregos pela maior proximidade e tolerância de seus patrões brancos no que diz respeito à cor. Apesar de o sistema escravocrata ter sido abolido oficialmente cento e vinte anos, esta divisão entre o trabalho manual e intelectual ainda persiste em nossos dias de forma significativa atingindo, sobretudo, os negros (Moura 1988).

Segundo os dados levantados pelo PNUD pelo sociólogo Rafael Guerreiro Osório, do Centro Internacional de Pobreza, tal diferença tem raízes no mercado de trabalho no qual, em média, os trabalhadores brancos ganham 3,8 salários mínimos por mês e os negros recebem pouco mais que a metade, aproximadamente 2 salários mínimos por mês. Essa discrepância salarial, que na média fica em 90%, varia bastante de Estado para Estado. Na Bahia, por exemplo, os rendimentos da população branca são 124% maiores que a da negra, enquanto que em Roraima a distância é de 8,7%.

Apesar de as taxas de desemprego oscilarem bastante entre 1992 e 2003, os índices desagregados por cor/etnia e gênero sempre estiveram na mesma ordem, com as mulheres negras sendo as mais afetadas — grupo em que o percentual de desempregadas só ficou abaixo de dois dígitos de 1992 a 1995. Em contrapartida, os menos prejudicados pela falta de postos de trabalho são os homens brancos — cujo indicador nunca superou 8%. No período analisado a taxa de desemprego para a população negra foi, em média, 23% superior à da população branca, segundo o relatório do PNUD.

Este fato pode ser interpretado a partir das escassas oportunidades em que os negros atingem o topo da estrutura hierárquica das organizações. Além disso, eles demoraram mais tempo para consegui-lo que os executivos de outras etnias. O Instituto Ethos também solicitou, em pesquisas, que o presidente opinasse acerca da situação dos negros em cada nível hierárquico das respectivas empresas. Em 74% delas não há negros no quadro executivo (primeiro escalão) e 4% não têm essa informação. Observa-se também um alto índice de empresários que declaram não haver negros em nível de gerência (42%, segundo escalão); e 1% deles admitiu que não há negros nem mesmo no quadro funcional.

As análises realizadas sobre o mercado de trabalho têm sinalizado para um aspecto discriminatório para a população negra com relação à escolaridade, demonstra que somente a escolaridade superior é capaz de igualar as oportunidades de negros e brancos de inserir-se no mercado de trabalho em igualdade de condições, o que evidencia o quanto a universidade é um espaço estratégico para a inserção do jovem negro no mercado de trabalho (Santos, 2000).

Sob o ponto de vista dos teóricos da modernização, Fernandes (2002) afirma que a expansão educacional seria apenas uma resposta às exigências da modernidade, mas teria como consequência uma elevação nos níveis de qualificação, transformando o processo educacional em uma competição estritamente meritocrática. O desenvolvimento gradual da educação contribuiria para selecionar sempre os mais aptos, a partir de uma seleção “social” natural. Este tipo de conclusão é fortemente influenciado pelo processo atual de aumento da oferta do ensino médio e fundamental ocorrido, principalmente, nas últimas décadas no Brasil.

2.4 Responsabilidade Social Empresarial e a Diversidade

A futura competitividade de um país pode ser entendida a partir de uma imersão voltada para um processo de construção de uma sociedade sustentável que está diretamente relacionado ao grau de radicalização da cidadania. Em última instância, significa a construção de uma nova sociabilidade, caracterizada por relações sociais mais igualitárias. Certamente, outra característica dessa sociedade consiste na redistribuição dos recursos e da produção tanto entre a geração atual como entre esta e as seguintes, pois se sabe que tanto a concentração de riqueza como a pobreza generalizada destroem o desenvolvimento social (Viana e Diniz, 2001).

Com relação ao mercado de trabalho tem-se a presença de uma população ativa diversificada em termos de seus traços constitutivos, valores e modos de vida; em relação às aspirações e à concepção de mundo. As políticas de diversidade, neste contexto, têm por objeto adotar iniciativas, medidas e ações que compreendam, diferenciem e proporcionem a construção de valores positivos. Devem-se buscar processos de integração social aliados ao desenvolvimento das comunidades, das empresas e das pessoas, além da igualdade de oportunidades, tanto pessoais como profissionais e a democratização do mercado de trabalho (Alexim, 1999).

O combate à discriminação e a redução da desigualdade são duas das justificativas citadas pelas empresas por lançarem iniciativas de diversidade. Tais processos podem ser divididos em duas categorias: a ética e a vantagem

competitiva, ou seja, há uma possibilidade de se pensar na promoção de diversidade a serviço de interesses econômicos e sociais. Essas duas dimensões – uma baseada nos valores da cidadania e outra na estratégia empresarial – são um reflexo do fato de que as empresas constituem-se tanto em instituições econômicas como instituições sociais que têm um impacto profundo nas comunidades onde estão inseridas. O ambiente de trabalho, seus projetos, suas relações e suas políticas de contratação oferecem oportunidades únicas para se tratar de temas como a diversidade e a inclusão; as inúmeras vantagens e sinergias que um ambiente diversificado traz para o desempenho da empresa e da sociedade são praticamente inexploradas (Carneiro, 2000).

A promoção da diversidade faz parte de responsabilidade social empresarial. Segundo o Instituto Ethos (2000), a responsabilidade social empresarial constitui-se em uma forma de conduzir os negócios de tal maneira que as empresas tornam-se parceiras e co-responsáveis pelo desenvolvimento social. A responsabilidade social visa a uma sociedade mais próspera e justa e envolve ações das empresas contra a pobreza e a desigualdade na própria realização dos negócios, sendo que a ética compreende uma das bases da responsabilidade social e se expressa por meio dos princípios e valores adotados pela organização que passam pelo respeito às pessoas e ao indivíduo.

3. Estratégia Metodológica

Entende-se que trata de uma abordagem limitada por se concentrar no levantamento de dados em organizações indústrias de Betim, constituindo, assim, um estudo de caso. A pesquisa baseada em estudo de caso consiste em uma investigação detalhada, por meio da coleta de dados durante um período de tempo, de um ou mais organizações ou grupos de organizações (Hartley, 1994). Desta maneira, para a proposta de pesquisa, o estudo de caso mostra-se uma alternativa metodológica bastante apropriada e por ser uma estratégia de pesquisa que abrange a lógica de planejamento, evidenciando a coleta e a análise de dados, caracterizando-se como um processo global e não como sendo uma tática para coleta de dados.

A partir dos dados gerais da população economicamente ativa (PEA) no município de Betim, o universo da pesquisa foi definido em 53.628 pessoas, que constitui o número de trabalhadores negros betinenses formais e informais. Pretendia-se identificar a localização dos trabalhadores negros betinenses nas atividades setoriais através de dados estatísticos, mas como ainda não existem tais levantamentos na região, não foi possível. Contudo, foi escolhida a atividade da indústria de transformação, pelo fato do município ser considerado um dos principais pólos de concentração industrial do Estado de Minas Gerais, e pela importância do negro na origem da indústria em Minas Gerais, em que o escravo constituiu a principal força de trabalho.

A origem da indústria em Minas Gerais remota ao século XIX. Num primeiro momento, a atividade concentrava-se na região central da Província, onde situavam-se as minas auríferas. Nesta região, destacaram-se três setores: a mineração aurífera subterrânea, a siderurgia e a indústria têxtil. Os três setores industriais se desenvolveram a partir e somente para o regime escravista (Affonso de Paula, 2001). As primeiras fundições de ferro em Minas Gerais, deveu-se aos conhecimentos metalúrgicos do escravo africano. Dos três ramos da atividade industrial mineira dos oitocentos, a siderurgia é que se mostrou ser a mais dependente do trabalho manufatureiro (Libby, 1988). O escravo era o elemento mais importante nessas industriais, seja como mão-de-obra como os casos da siderurgia e a mineração, seja como “consumidor” como o caso da indústria têxtil, que tinha no “pano grosso”, a principal vestimenta do município (Affonso de Paula, 2001).

Percebe-se a importância em conhecer o setor industrial devido suas raízes históricas no Estado e em Betim desenvolveu-se, pelo número de postos de trabalho gerados em 2007 que superou os índices de Minas e do Brasil e sua representatividade de empresas regulares no município, conforme a tabela 1, abaixo, obteve-se o seguinte universo considerado.

Tabela 1: Número de empresas regulares instaladas no município de Betim

Natureza Econômica	Anterior	2004		2005		2006		2007	
	31/12/2003	Novas	Total	Novas	Total	Novas	Total	Novas	Total
Prest. Serviços	3218	200	3418	1120	4538	209	4747	227	4974
Comércio	3145	96	3241	139	3380	115	3495	166	3661
Indústria	439	19	458	55	513	27	540	26	566
Total	6802	315	7117	1314	8431	351	8782	419	9201

Fonte: Sistema Tributário - Módulo de Cadastro Relatório de Contribuintes Ativos da Secretaria Adjunto da Fazenda

Nota: Posição em 31/12/2007

A amostra foi constituída por empresas apontadas entre uma relação das principais fábricas, sua atividade e o número de trabalhadores que empregam da base metalúrgica de Betim, indicadas pelo Sindicato Metalúrgico de Betim, Igarapé e São Joaquim de Bicas. Os contatos com as empresas foram feitos por telefone, por e-mail e visitas in loco, logrando-se êxito em seis empresas. A seleção final baseou-se na amostragem por acessibilidade (Gil, 1999) - sem perder de vista os critérios antes citados, dada à necessidade de contar com a abertura de informações sobre a organização e a indicação dos profissionais a serem entrevistados.

A despeito da dificuldade posta à disposição das organizações, verificou-se um grande entrave, representado pelo incômodo de não terem levantamentos da proporção de trabalhadores negros nas organizações e, tão logo, no preenchimento do RAIS no quesito pertencimento étnico.

A etapa de coleta de dados desenvolveu-se nas seguintes fases: análise documental/relatório organizacional (RAIS - Relatório Anual de Informações Sociais) com levantamento da proporção de trabalhadores negros, entrevistas semi-estruturadas com os representantes da área de Recursos Humanos das empresas desenvolvida de forma a identificar os trabalhadores negros em cargos diretivos e logo a entrevista não-estruturada com os trabalhadores negros em cargos diretivos com a identificação das trajetórias e expectativas.

As entrevistas foram gravadas e em uma empresa somente foi possível anotar as palavras chaves ou mesmo algumas frases. Os depoimentos são transcritos integralmente, sem correções quanto aos erros cometidos, mantendo a fidedignidade dos dados. Foram coletados dados das empresas, além do roteiro de entrevista, a fim de ampliar a compreensão sobre as organizações.

No entanto, apesar de conhecer as restrições dos critérios de auto-identificação na coleta de informações quanto ao pertencimento étnico utilizados pelo IBGE (preto, branco, amarelo, indígena), foi utilizada tal escala por restringir as opções de respostas disponíveis a apenas três categorias (brancos negros e amarelos).

Para a definição dos cargos diretivos a serem pesquisados, buscou-se entrevistar trabalhadores negros que se encontram nos três níveis hierárquicos: quadro executivo; gerência; supervisão, chefia ou coordenação.

A pesquisa de campo foi conduzida entre os meses de agosto e dezembro de 2007, nas empresas industriais selecionadas, para responder à questão de pesquisa foram entrevistados seis representantes da área de Recursos Humanos (um em cada empresa selecionada) de perfil variado.

As características das empresas industriais pesquisadas chegou-se a identificação do número total de funcionários por empresa; de duzentos e vinte e sete de trabalhadores negros na participação total da amostra, podendo ser representados por 14% dos funcionários nas empresas selecionadas, sendo somente uma empresa não identificou trabalhadores negros; de treze trabalhadores negros em cargos diretivos. Dessa forma percebe-se menor participação do negro nas organizações pesquisadas, conforme quadro 1, a seguir:

Quadro 1: Características das empresas industriais pesquisadas

Empresas	Nº. de Funcionários	Nº. de Funcionários negros	Nº. de Funcionários negros em cargos diretivos
Empresa A	52	35	2
Empresa B	390	52	5
Empresa C	426	40	3
Empresa D	253	70	2
Empresa E	110	Não identificados	Não identificados
Empresa F	178	30	1

Fonte: Pesquisa Primária

De forma a preservar a identidade e imagem das organizações e os profissionais objetos de estudo desta pesquisa, seus nomes foram identificados da seguinte estrutura, no quadro 2, a seguir:

Quadro 2: Identidade das empresas industriais pesquisadas

Empresas	Responsáveis pela área de Recursos Humanos (RH)	Profissionais negros em cargos diretivos
Empresa A	RH A	PA
Empresa B	RH B	PB
Empresa C	RH C	PC
Empresa D	RH D	PD
Empresa E	RH E	PE
Empresa F	RH F	PF

Fonte: Pesquisa Primária

Dos treze trabalhadores negros em cargos diretivos identificados, sendo sete entrevistados. Dessas sete pessoas, quatro ocupavam o cargo de supervisão, chefia ou coordenação e três em cargo de gerência. Sendo assim, também a identificação desse trabalhadores por idade, sexo, escolaridade, cargo e tempo de empresa.

Não foi possível fazer entrevista com todos os trabalhadores negros em cargos diretivos, identificados pelo Profissional de Recursos Humanos, por questões de indisponibilidade dos profissionais e por esse motivo, o Profissional de Recursos Humanos da Empresa F repassou as informações necessárias para a pesquisa.

A entrevista não-estruturada, com os trabalhadores negros em cargos diretivos era composta por duas partes; em um primeiro momento, pedia-se ao profissional para relatar a sua trajetória e em seguida eram solicitadas as suas expectativas.

4. Descrição e análise dos dados

4.1 Mercado de trabalho, as organizações e os negros em Betim

Ao se buscar analisar a situação dos negros no mercado de trabalho, de maneira mais focalizada à região de Betim, tem-se que a situação apresenta-se equivalente com a mineira. Hoje, tal cidade considerada industrial e moderna, guarda também, em suas origens, a exploração da força de trabalho negra no período escravocrata. Entretanto, a origem histórica da cidade de Betim associa-se ao ciclo do ouro da Região das Minas Gerais no início do século XVIII. Nesse momento histórico, ocorreu uma disputa pelo domínio dos negros africanos, personagens da exploração mineral que se implantou na referida região. Mas a história econômica da cidade passou por muitas fases distintas (Pinto, 1996).

O Município fica a 30 km da capital mineira e pode ser considerado um dos principais pólos de concentração industrial do Estado de Minas Gerais. Segundo dados do IBGE (2002), a população do município de Betim tem crescido em média 7,85% ao ano – taxa muito superior à da população da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH (2,09%) e de Minas Gerais (1,15%). A cidade tem importância econômica visto que a arrecadação e a participação do município no PIB, em 2002, atingiu valores de R\$ 11.052.646.000,00. A tabela 2, abaixo, demonstra a caracterização da população do município de Betim, com sua população economicamente ativa (PEA) de 142.954.

Tabela 2: Caracterização da população pesquisada

Região Metropolitana - Betim	Composição do Universo		
	Mulheres	Homens	Total
População Economicamente Ativa	86.011	56.943	142.954
PEA Desocupada	16.863	16.517	33.380
PEA Ocupada	69.148	40.426	109.574
De 16 a 24 anos	16.772	10.407	27.179
Rendimentos Médio (em R\$)	530	325	454

Fonte: CENSO/2000

A partir dos dados gerais da população economicamente ativa (PEA) no município de Betim, demonstra 53.628 pessoas, que constitui o número de trabalhadores negros betinenses formais e informais, representando aproximadamente 58% do total dos trabalhadores formais e informais do município, 41% brancos e 1% amarelos, conforme tabela 3, a seguir:

Tabela 3: Trabalhadores por raça e por trabalho formal e informal da população pesquisada - Betim

	Branco			Negro			Amarelo		
	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total
Homens	16.432	9.333	25.765	25.324	13.520	38.844	214	98	312
Mulheres	8.293	4.891	13.184	9.304	5.480	14.784	73	83	156
Total			38.949			53.628			468

Fonte: Elaboração nossa baseada no CENSO/2000 - IBGE. Elaboração MTE

Nota: Compreende os empregados com carteira, militares e estatutários e os empregados sem carteira e os conta-própria.

Dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), conforme tabela 3, a seguir, apontam que Betim, teve um crescimento de mais de 100% no número de empregos formais gerados em relação a 2006, atingindo a marca de 10.166 novos postos de trabalho criados apenas em 2007. No ano anterior, foram gerados 4.604 empregos no município.

Tabela 3: Saldos por ocupações e salários na população pesquisada

Ocupações com maiores saldos	Adm.	Desl.	Saldo	Salário Médio de Admissão
CBO 725505 Montador de veículos (linha de montagem)	3.484	469	3.015	782,82
CBO 784205 Alimentador de linha de produção	2.619	1.352	1.267	539,37
CBO 725205 Montador de máquinas	715	233	482	793,17
CBO 414110 Armazenista	595	160	435	544,26
CBO 911305 Mecânica de manutenção de máquinas em geral	851	523	328	711,77

Ocupações com menores saldos	Adm.	Desl.	Saldo	Salário Médio de Admissão
CBO 371410 Recreador	25	171	-146	596,29
CBO 732120 Instalador de linhas elétricas de alta e baixa tensão (rede aérea e subterrânea)	7	137	-130	724,14
CBO 721215 Operador de máquinas ferramenta convencionais	158	232	-74	791,53
CBO 715210 Pedreiro	724	782	-58	644,05
CBO 731125 Montador de equipamentos elétricos (centrais elétricos)	1	48	-47	390,00

Fonte: Elaboração nossa baseado CAGED/MTE

Nota: No total estão incluídos os "Ignorados". Referente à Jan. até Dez/ 2007.

A partir destes recortes, pretende-se considerar que a questão étnica se manifesta com veemência nas relações de trabalho e define-se de maneira considerável na estruturação das hierarquias organizacionais.

Durante o processo de coleta de dados, observou-se que não existe, no meio empresarial pesquisado, a preocupação sobre levantamentos de dados de pertencimento étnico. Por se tratar do assunto, etnia, considerado como um tabu, auto-identificação ou até mesmo delicado para alguns, onde se incluiu grande parte do meio empresarial, os conceitos são confundidos ou distorcidos. Isso pode ser percebido nas entrevistas com os responsáveis da área de Recursos Humanos, há uma dificuldade nas respostas dando conta da existência de negros, mesmo verificados nos relatórios organizacionais (RAIS).

É o grande o percentual de empresas que caracterizam os negros por aparência, por classe, por cor entre outras posturas semelhantes. Pode-se atualmente, no Brasil, considerar a cor da pele como apenas um dos elementos indicadores do grupo de afro-descendentes, já que a histórica miscigenação brasileira confere afro-descendência até aos que não mais apresentam a cor negra ou parda (Souza e Teodósio, 2005).

Entretanto, Silva (2001) afirma que a classificação de cor revela questões importantes para as relações étnicas no Brasil. Evidencia que, no país, a autodefinição pode apresentar significados diferentes, desde uma forma de falar sobre a identidade e a cultura, ao de marcar diferenças ou escondê-las, além de definir um tipo de classificação e construção social.

De acordo com o levantamento através do relatório organizacional (RAIS) a proporção de negros nas empresas pesquisadas, representa 14%. Dessa forma percebe-se menor participação do negro nas organizações pesquisadas. A RH E aponta que a dificuldade do negro no mercado de trabalho vem desde a raiz de nossa história, da dificuldade vivida para inserir a sociedade brasileira após a escravidão, sem nenhuma política estrutural para sustentar e assegurá-los a ter uma vida cidadã, com dignidade, libertando-os da pobreza e do desemprego. Acreditando que essa mudança no mercado de trabalho ira se igualar com o tempo. E que os negros estão nas piores ocupações.

Deve-se deslocar o tratamento das desigualdades sociais do âmbito político para a administração de recursos humanos das empresas. Segundo, um bom gerenciamento da diversidade de pessoas nas organizações conduziria à criação de vantagem competitiva, o que, em tese, elevaria o desempenho da organização no mercado, tendo em vista a influência positiva de um ambiente interno multicultural, com membros de distintas experiências e habilidades (Alves, 2004).

Mas dentre os critérios estabelecidos pelas empresas, não estão do pertencimento étnico para contratação dos funcionários. Porém, dentre vários quesitos, a preparação profissional mostrou ser o critério decisivo na inserção para o mercado de trabalho.

Os relatos pesquisados, dos responsáveis de Recursos Humanos, acabam por reforçar a idéia da existência de um discurso formal que preconiza a importância dos recursos humanos para as organizações, mas cujas práticas pouco refletem um encaminhamento nessa direção. Conforme assinala Aktouf (1996) as mudanças no mundo do trabalho e as novas formas de organizá-lo escondem o fato de que continuam a tratar o ser humano como "custo" e como "recurso".

Os principais obstáculos apontados estão o ceticismo dos próprios funcionários das empresas em relação aos programas e sua efetividade; uma atitude preconceituosa em relação a colegas ou chefes que são beneficiários desses programas; e as dificuldades em modificar rotinas de administração de recursos humanos para incluir a questão da diversidade.

Mas, que é possível superar, como identificado pelo profissional RH D, que é o caso do trabalhador negro no cargo diretivo dessa empresa. E percebe-se, elogio representada pela permanência de uma mulher negra no cargo diretivo, pelo RH F.

Esse multiculturalismo parece estar subjacente ao senso comum, de forma a minimizar as demandas de estudos nessa área. O Brasil ainda não apresenta uma tradição em pesquisa sobre diversidade da força de trabalho. Embora o capitalismo não distinga as identidades de consumidores e trabalhadores, a não-discriminação é contrária à prática capitalista. Os mecanismos de recrutamento e seleção representam à face visível da contradição da ação afirmativa com a lógica de mercado, pois é mais custoso recrutar as pessoas discriminadas do que apenas buscar os trabalhadores disponíveis no mercado.

Esse contexto, portanto, que abrange transformações externas e seus impactos internos nas organizações, serve como "pano de fundo" para a análise dessas organizações quanto aos negros nas organizações, com a identificação em nos cargos diretivos, utilizando como forma de levantar considerações que surgem sobre a diversidade.

Nas empresas pesquisadas, apresentaram treze profissionais negros em cargos diretos, sendo entrevistados somente sete. A participação dos negros em cargos diretos representam 4% da amostra pesquisada.

Algumas pessoas, afirmam não haver negros no quadro executivo e uma empresa nem sequer tem essa informação. Também duas empresas afirmam não haver em nível de gerência.

A seguir, serão apresentadas as trajetórias dos sete entrevistados, assim como as suas expectativas profissionais, identificadas por meio da entrevista não-estruturada, ficando somente a Empresa E, sem esses dados, por não ter levantamento sobre pertencimento étnico na empresa.

Torna-se importante registrar que o termo negro usado, desde que as pessoas assim também se identificasse.

4.2. As trajetórias e expectativas dos profissionais negros em cargos diretos

Profissional – PA. 1

O entrevistado é encarregado de produção há 8 anos na empresa A. Relata que antes desta, já passou por outras empresas, tendo passado pelas ocupações de: trocador de ônibus, operador de empilhadeira, soldador, almoxarifado, rebarbador e fundidor de peça. Informa que o seu primeiro emprego foi de pedreiro. Sobre toda esta trajetória, relata que sente que foi subindo o degrau da hierarquia organizacional, e como expectativa pretende alcançar o topo nesta ou em outra organização que se encaixar. Porém aponta que para se ascender profissionalmente, os negros são alvos de preconceito.

Profissional – PB. 1

Graduando em Direito PB.1, é Supervisor de Pessoal, com 33 anos de idade. Atua nesta área há quase 17 anos, passou por empresas americanas, duas menores do que esta e outras privadas. Nesta atual tem 4 anos de empresa. Declarou que passou por dificuldades para ter uma formação escolar e pelo tempo de trabalho na parte pessoal diz não ter visto discriminação, em relação aos negros e, ou pardos, e cita como exemplo, o Ministro do Supremo Tribunal Federal/ STF, como um dos mais importantes cargos do país ocupado por um negro. Entre as expectativas está a de finalizar a graduação e logo, buscar novas oportunidades fora da empresa atual, a fim de exercer a advocacia. A expectativa declarada, não somente dele, mas para a população negra, acreditar no potencial e buscar e vencer por seus esforços. Tem essa percepção como profissional experiente na área pessoal e como negro.

Profissional – PC. 1

Graduando em Engenharia Industrial, o PC.1 teve formação inicial com técnico em mecânica, e descreve a sua trajetória inicial como projetista, e logo atuou como tecnólogo e atualmente nessa empresa como Coordenador de Engenharia, com 12 anos de tempo de empresa. Hoje está com 53 anos de idade.

Sobre as expectativas aponta e reconhece a dificuldade em manter o emprego, mas acredita que é o normal, e para a inserção no mercado de trabalho é através dos esforços e comprometimento das pessoas. Acredita que o conhecimento é independente da etnia e também as possibilidades de oportunidades. Afirma que o fato de ser negro não foi uma barreira para ele, sempre foi reconhecido pelas empresas pelas quais passou nesses 33 anos de trabalho, e com esta experiência, a sua perspectiva mais próxima é a aposentadoria para assim poder realizar o sonho de ter o próprio negócio.

Profissional – PC. 2

O entrevistado tem 18 anos de metalúrgica com 40 anos de idade e experiência em outras atividades: ourives, marmoraria, vigilante e operador de operação. Realizou vários cursos fora e interno as empresas. Atualmente é Supervisor de Operações e 10 anos na empresa atual. Com formação no segundo grau. Conta que sua caminhada profissional foi fácil. Mas acredita que no mercado de trabalho em cargo público é mais seguro, por causa da estabilidade e que em empresa privada tem se o risco de demissão ao chegar a três ou quatro anos de trabalho. No seu relato, observa-se que há receio sobre a caminhada profissional, mas que para ele foi fácil.

Profissional – PC. 3

Formado no curso técnico em administração, o entrevistado atualmente é líder de laboratório, já passou por outras atividades: ajudante de expedição, conferente e expedidor na empresa C. Aperfeiçou-se com cursos internos das empresas onde trabalhou. Atualmente, lidera de 15 a 20 pessoas. Sobre os negros no mercado de trabalho, observa que a dificuldade de encontrar negros em cargo diretivo, por ter o peso do racismo e preconceito dentro das empresas. Mas, percebe as mudanças no mercado de trabalho, em as chances de inserção nos negros e ascensão profissional se dá pela educação.

O entrevistado aponta que também depende de cada um para construção profissional, e logo afirma que sua trajetória profissional em relação a sua idade que é de 32 anos. Aponta a questão de cotas que deve ser por merecimento, ou seja, que o profissional deve atualizar os conhecimentos.

Profissional – PD. 1

O entrevistado iniciou sua carreira trabalhando como metalúrgico por muito tempo. Foi estudando, e se especializando e passou a ser operador, e assim para preparador e logo para líder. Hoje sua formação é de segundo grau. Afirma que a partir daí foi subindo de nível hierárquico, até chegar, atualmente como Gerente de Logística, nos seus 42 anos de idade. Relata que seu trajeto não foi cansativo porque foi de muito trabalho. Nesta empresa está há 10 anos. Afirma que

dedicação, a clareza, identificação e auto-conhecimento, torna-se fácil a trajetória profissional e pessoal, ao contrário, torna um pouco difícil, até mesmo atingindo as expectativas. E ainda aponta que nas expectativas, cada um deve lutar pelo seu objetivo e se diverge quando se refere seu conceito sobre as cotas, pois relata que não há necessidade de cotas mas ao mesmo afirma que sem elas torna-se mais difícil a inserção ao mercado de trabalho. O entrevistado revela que a cota seria um mecanismo facilitador para os negros, mas que também ela é antagônica: exclui e inclui independente se for branco, negro, amarelo.

Profissional – PE

Na empresa E não foi identificado negros em cargos diretivos.

Profissional – PF. 1

A entrevistada é formada recentemente em Ciências Contábeis, e atualmente está cursando pós-graduação em Controladoria. Entrou na empresa como auxiliar. Na empresa F, a entrevistada é reconhecida como uma mulher que está em tal nível hierárquico por seu merecimento, e esforços profissionais. Atualmente com cargo de Coordenadora Geral e responsável por toda parte administrativa da filial de Betim e de outra empresa do grupo, aos 30 anos de idade. Sua expectativa atual é finalizar a pós-graduação.

5. Considerações das trajetórias e expectativas

Nas sete trajetórias e expectativas pesquisadas - ilustrativas da vida profissional dos negros em Betim – algumas categorias se sobressaem e por isto, merecem ser tratadas separadamente. Estas categorias são: educação, trabalho, identificação e etnia.

A categoria educação, torna-se uma batalha e acaba perdendo para a luta pela sobrevivência, agravada pela falta de recursos financeiros para inserção a uma educação elevada, marcada pelo entrevistado PB. 1. Os que não têm acesso a educação ou mesmo com um certo atraso, já entram no mercado de trabalho em visível desvantagem.

Entre as pessoas entrevistadas, temos, portanto: uma mulher e três homens com terceiro grau, quatro homens com segundo grau. Alguns relatam ter origem pobre e que ao possuírem uma escolaridade elevada, tornou-se possível a sua ascensão social e profissional.

Durante a pesquisa, o grau de escolaridade foi apontado pelos entrevistados como o maior diferenciador entre as pessoas, estando ou não associado à ascensão profissional. Para eles, a educação inclui, porém, por mais conhecimento ou nível de escolaridade que seja, seus discursos: “ os negros devem se adaptar ”.

Outros apontados pelos entrevistados, e que interfere a vida educacional dos negros, e são exemplares de algumas tendências como a necessidade de ampliação das competências e a valorização da aquisição de conhecimentos técnicos, mas associada a busca do desenvolvimento pessoal.

Referente à categoria trabalho, os entrevistados estão no mercado de trabalho em uma média aproximada de 14 anos. Ao decorrer de suas trajetórias, observa-se que passaram por ocupações das mais variadas, podendo listar: PB. 1 (auxiliar de pessoal); PC.1 (técnico em mecânica, projetista, tecnólogo); PC.2 (ourives, marmoraria, vigilante, operador de operação); PC.3 (ajudante de expedição, conferente, expedidor); PD.1 (metalúrgico, preparador, líder) e PF.1 (auxiliar administrativo). E refletem a busca comum por o espaço no mercado de trabalho, principalmente no cargo diretivo, as pessoas percebem uma grande necessidade de desenvolver várias frentes de trabalho, o que poderá compensar com a chegada ao nível hierárquico alcançado em estudo.

Nenhum deles soube me informar quanto ganhavam nestas atividades, exceto que, alguns casos, o dinheiro apenas era suficiente para suas finalidades: comprar necessidades cotidianas e ajudar nas despesas familiares. Eram, portanto, atividades mal-remuneradas.

Isso demonstra como foi o trajeto para chegar ao cargo diretivo atual: PB.1 (supervisor de pessoal); PC.1 (coordenador de engenharia); PC.2 (supervisão de operações); PC.3 (líder de laboratório); PD.1 (gerente de logística) e PF.1 (coordenadora administrativa). Alguns entrevistados estudados, revelaram um perfil consciente da dificuldade de oportunidades de negros alcançarem cargos diretivos nas empresas.

Nos sete entrevistados, vemos a participação somente de uma mulher negra, em que podemos verificar de acordo com Teresita de Barbieri (1991), o conceito de relações de gênero conforme a categoria caracteriza por ela como heurístico de gênero, que é a gramática sexual que rege as relações sociais entre os sexos. Neste nível, o peso maior é dado à divisão social do trabalho como produtor das desigualdades, principalmente quando esbarra com a questão étnica, tratando-se de mulher negra.

A categoria raça veio a se desdobrar em identidade racial, situações de discriminação e questionamentos da situação dos negros.

A identificação com a negritude trouxe lembranças de um processo nem sempre tranquilo ou positivo. Saber-se negros pode ser vivido como uma experiência dolorosa, como confirmado no relato do PB.1, em que o próprio negro deve-se mais que competente, ser melhor que as opções “brancas”, ou seja braquer ao “limite” para um ascensão profissional, coloca o branco como a referencia primordial, podemos citar tal frase “quem não é maior tem que ser o melhor”.

A referencia primeira é o branco, o que faz com que muitos sujeitos negros neguem a sua cor, através de tentativas de branquear ou de ferir a sua auto-estima. Logo, o sucesso profissional é associado constantemente ao medo do fracasso e ao sentimento de culpa.

A situação de discriminação mostra a dificuldade de questionar e de resistir a tal situação no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo que diz que a discriminação étnica não a afetava, quando pergunto se ela lembrava de algum episódio ocorrido e logo a introjeção do ideal branco e outros mecanismos servem de escape. Ignorar a situação parece ser a estratégia de enfrentamento mais utilizado pelos entrevistados diante de episódios de discriminação. Mas alguns relatam claramente da discriminação no mercado de trabalho, principalmente em se tratar de cargos diretivos em empresas.

As trajetórias e expectativas estudadas confirmam a tendência atual em que mostram as dificuldades da ascensão profissional do negro resultam por reforçar a sua história de exclusão em níveis elevados da hierarquia, seja porque o impedem de ter acesso a oportunidade no mercado de trabalho, graus mais elevados de escolarização ou seja por comprometer o processo de constituição da sua identidade. As expectativas, refere-se de novas perspectivas para se entender a noção de posicionamento dos negros no mercado de trabalho.

6. Conclusões

Sem oportunidades torna-se difícil a promoção da igualdade racial no que se refere ao acesso às oportunidades sociais. No caso da sociedade brasileira, as desigualdades sociais são perpetuadas como resultado das relações de raça e se refletem nas questões pessoais e profissionais, desde a desigualdade de oportunidades para o nível superior do sistema educacional às de gestão e gerência nas organizações (Fernandes, 2002).

É importante ressaltar, como essa metodologia possibilitou a manifestação dos entrevistados de seus sentimentos e aspirações, assim permitindo o repensar de suas escolhas e trajetórias profissionais de uma forma livre. As expectativas encontradas possibilitaram aos entrevistados a expressão do que esperam na vida profissional e pessoal.

Os sete entrevistados para este trabalho ilustram bem o que é ser negro no Brasil e alcançar ascensão profissional. Suas vidas profissionais são marcadas por barreiras, ou seja, pela dificuldade da escolarização, pelo processo de permanecer no mercado de trabalho, num país cada vez mergulhado em crise econômica, que agride, sem reservas, os cidadãos formadores da base de nossa pirâmide social, os negros, que estão mais presente na classe mais pobre, e que muito cedo entram no mercado de trabalho; aliás, esta entrada geralmente para as piores ocupações e salários, para dar lugar à luta pela sobrevivência.

O fato de ser negra a grande maioria da população pobre do Brasil pode, num primeiro momento, fazer crer que a questão racial é apenas uma questão de classe social. É comum ouvirmos as pessoas associarem o racismo à situação econômica da vítima. Isto é uma simplificação, que visa tornar opacas as relações entre negros e brancos neste país.

Durante o processo de coleta de dados, observou-se que existe no setor empresarial pesquisado a não preocupação sobre levantamentos de dados de pertencimento étnico. Por se tratar do assunto etnia, considerado como um tabu, auto-identificação e até mesmo delicado para alguns, ou mesmo os conceitos são confundidos ou distorcidos.

Pelos depoimentos, vê-se que situações de discriminação são vividas na ascensão profissional, situações que são percebidas especialmente por aqueles que estão com os olhos e os ouvidos atentos para o problema, podemos destacar os responsáveis pela área de Recursos Humanos. A percepção do problema, no entanto, não tem significado necessariamente o seu enfrentamento, na medida em que criam estratégias cujo efeito é o silenciar sobre o tema. Vemos a negação do problema, o abandono da discussão, a compra da consciência dos outros, os sentimentos de inferioridade e de culpa.

A partir de uma análise em relação às empresas, o relatório do Instituto Ethos revela, para cada ano de estudo a mais, os brancos têm sua renda elevada em 1,25 salário mínimo, enquanto para os negros essa elevação é de 0,53 salário mínimo. Tem-se ainda que a maioria dos negros dos quadros executivos das organizações (53,8%) tem mais de quinze anos de empresa; somente 37,4% dos executivos brancos e 29,7% dos amarelos estão nessa mesma condição. Este fato pode ser interpretado a partir das escassas oportunidades em que os negros atingem o topo da estrutura hierárquica das organizações (ETHOS, 2005).

É necessário que sejam criadas condições e encontradas alternativas para dar aos negros o bem-estar a que todo cidadão tem direito. Bem-estar é aqui compreendido com a possibilidade de desde aos bens e serviços que viabilizam o conforto social e logo oportunidades de igualdade de trabalho, principalmente em ocupações como menores baixas, como em cargos diretivos. Há uma forma de enfrentar o problema que se apresenta sob a forma de gestão da diversidade no mercado de trabalho.

Quando a população negra puder disputar em condições de igualdade com os outros o acesso às universidades, funções públicas e cargos diretivos, este cenário em que coloca em oposição brancos e negros, poderá ser modificado. Aos negros cabe, ao invés da alienação no espelho branco e no desejo do outro, a construção de uma imagem individual e coletiva que proporcione uma melhor integração da pessoa à sua imagem e semelhança. Pelo fato de a discriminação étnica não se dirigir apenas ao individuo mas sobretudo ao grupo a que este pertence, a construção de uma auto-imagem mais positiva poderia ser conseguida com as ações afirmativas.

Os resultados destas iniciativas, no curto e médio prazo, as ações afirmativas podem aumentar a diversidade e a representatividade dos grupos minoritários em diversos setores e níveis hierárquicos, no entanto, só produziram resultados em longo prazo.

Pelos resultados encontrados, fica patente que existe espaço para negros em cargos diretivos por parte das organizações industriais de Betim. Deixa como proposta estabelecimentos de programas de metas para ampliar a participação de negros em cargos de direção, opção incluída em 2007 pelo Instituto ETHOS como promoção da equidade, envolvendo a divulgação dos benefícios que as organizações poderão auferir ao se envolverem em projetos de cunho social.

Sobretudo em se tratando de um meio populacional nitidamente minoritário, onde a responsabilidade pelo fim da desigualdade, no entanto, não é exclusiva do Estado. É preciso que as organizações não-governamentais e a iniciativa privada se envolvam, assim como os meios de comunicação se envolverem.

Finalizando, é fundamental reconhecer a dificuldade inerente à síntese de resultados empíricos, que impõem limites à pesquisa científica, sobretudo quando há diversidade de realidades, amostra reduzida, e poucos trabalhos sobre o tema, e, sobretudo na região. Porém, fica aqui registrado, um esforço de contribuição com informações para novos questionamentos e pesquisa na área e um perfil mínimo sobre a participação dos negros nas organizações inseridas na cidade de Betim e é, mais uma, que flagra a diversidade do país em que se insere diversidade esta que desafia a cognição dos atores sociais e a criatividade das políticas públicas. É a diversidade que permite uma ética da diferença, um sistema de integração.

7. Referências Bibliográficas

- Alexim, J. (1999). *As Questões de Diversidade e o Papel da Educação Profissional*. Brasília: Ed. Projeto OIT/MTB/CERT/DIV.
- Alves, M.A.; Galeão-Silva, L.G.(2004) A crítica da gestão da diversidade nas organizações. *Revista de Administração de Empresas – RAE*. São Paulo: v.44, nº. 3.
- Aktouf, O.(1996). *A administração entre a tradição e a renovação*. São Paulo: Atlas.
- Azeredo, S.(1991).A questão racial na pesquisa. In: AZEREDO, Sandra; STOLCKE; Verena (Coords.). *Direitos reprodutivos*. São Paulo: FCC; PRODIR.
- Buarque de Holanda, S. (1994). *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Jose Olympio.
- Carneiro, S. (2000). Entrevista. IN: *Revista Caros Amigos*, nº. 35, ano III.
- Costa, J. (1989). *Narcisismo em templos sombrios*.IN :BIRMAN, Joel (coord.) *Psicanálise e contexto cultural: imaginário psicanalítico, grupos e psicoterapias*. Rio de Janeiro: Campus.
- Correa, M. (2002). (org.). *Gênero e Cidadania*. Campinas: R. Vieira Gráfica e Editora.
- Eriksen, T. H. (1983). *Etnicity and nacionalism: anthropological perspectives*.London: Pluot , p.12.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Fernandes, F. (1965). *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- Hanselbalg, C. A. (1979). *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal.
- Ianni, O. (1978). *Escravidão e racismo*. São Paulo: HUCITEC.
- IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (1992). *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 52. Disponível em www.ibge.gov.br em “Estatísticas do século XX”, tema “Educação”, consultado na internet em 08 de Agosto de 2006.
- ETHOS. Instituto Ethos. (2005). *Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e Suas Ações Afirmativas*. São Paulo.
- IPEA. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. (2005).*Desigualdade racial fica intacta há 25 anos*. Brasília, 2005. Disponível no site www.ibge.gov.br , consultado na internet em 08 de Agosto de 2006.
- Moura, C. (1988). *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática.
- Organização Internacional do Trabalho. OIT. (2005). *Manual de capacitação e informação sobre gênero, raça, pobreza e emprego: guia para o leitor*. Brasília.
- Osório, R. G. (2003) *Mobilidade social sob a perspectiva da distribuição de renda*.
- Pinto, T. de A. (1996). *A história da construção de Betim – Espaço Geográfico construído por gente*.
- PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2005). *Relatório de Desenvolvimento Humano Brasileiro – racismo, pobreza e violência*. São Paulo.
- Santos, H. (1997). *Discriminação racial no Brasil*. In: SABÓIA, Gilberto (org.) *Anais dos Seminários regionais preparatórios para a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenobia e Intolerância Correlata*.
- Santos, J. A. F. (2000). *Efeitos de classe na desigualdade racial no Brasil*. IN: *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 48, nº. 1, pp. 21-65.
- Schwarcz, L. M. (1987). *Retrato em branco e negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Cia. Das Letras.
- Sodré, M. (1999). *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes.
- Souza, A. A.; Teodósio, A.S. (2005). *A inserção do afro-descendente no mercado de trabalho brasileiro: desafios e dilemas para a construção de políticas étnicas nas organizações*. IN: ALMEIDA, Patrícia Ashley (coord.) *Ética e responsabilidade social nos negócios*. São Paulo: Saraiva.
- Viana, G.; Silva, M.; Diniz, N. (2001). (orgs). *O desafio da Sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. Coleção Pensamento Petista.
- Unesco.(1951). *The Concept of Race*. Paris.

Reestruturação das telecomunicações no Brasil, trabalho e a constituição de competências industriosa

José Eutáquio de Brito
Universidade Federal de Minas Gerais
jeustbrito@uol.com.br

Resumo: Fundamentado na abordagem ergológica da atividade de trabalho, o texto analisa o processo de formação de competência industriosa de operadores que desenvolvem suas atividades na prestação de serviços a usuários da telefonia fixa de uma empresa de telecomunicações brasileira. Aborda a transição do regime de propriedade do setor de telecomunicações decorrente da privatização ocorrida no final da década de 1990 e focaliza as opções de estratégia de gestão que resultaram na adoção da terceirização como uma norma a presidir as relações de trabalho em vários segmentos da empresa. Partindo de uma compreensão abrangente acerca do fenômeno da competência, o texto problematiza a política de certificação de competências praticada pela empresa, apontando seus principais limites. Por essa razão, busca responder as seguintes questões: Quais são as formas de reconhecimento e validação social dos saberes constituídos no cotidiano das situações de trabalho vivenciadas por engenheiros, técnicos e operadores a partir da interação com o meio de trabalho? Que estratégias são desenvolvidas pelos trabalhadores para transformar suas competências industriosas em formas de pressão social, política e econômica visando à transformação das normas que incidem sobre suas atividades de trabalho? O texto conclui que, não obstante o conjunto de restrições impostas pela empresa, os trabalhadores recriam o meio de trabalho e suas normas mediante a construção de uma linguagem de um novo gênero sobre o trabalho, condição para o desenvolvimento de uma ação política transformadora.

Técnica e política na trajetória recente do setor de telecomunicações brasileiro

A partir da segunda metade do século XX, a sociedade industrial protagonizou um movimento de aceleradas transformações em sua base técnica, que culminaria, no final do século passado, com a emergência do chamado “meio técnico-científico-informacional”, como o teoriza o geógrafo Milton Santos (2000). Os avanços da ciência foram responsáveis pela produção de um sistema de técnicas que possui em sua base as tecnologias de informação e comunicação (TIC) que, por sua vez, passaram a exercer um papel de elo entre as demais técnicas, unindo-as e assegurando ao novo sistema técnico uma presença planetária sob a égide da globalização dos mercados.

A expansão vertiginosa dessas técnicas transformaria processos produtivos em vários setores, interpondo-se como condição necessária a assegurar a reconfiguração dos meios de trabalho, contribuindo, assim, para a criação de um novo patamar normativo a presidir a interação dos homens com os meios de trabalho e abrindo novas possibilidades para o exercício das atividades humanas de trabalho. No Brasil, de acordo com Santos, a evolução dos serviços proporcionada pela dinâmica do setor de telecomunicações “foi um marco no processo de reticulação do território”, que contribuiria para a transformação das atividades humanas:

Do telégrafo ao telefone e ao telex, do fax e do computador ao satélite, à fibra óptica e à internet, o desenvolvimento das telecomunicações participou vigorosamente do jogo entre separação material das atividades e unificação organizacional dos comandos (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 73).

O setor de telecomunicações tem sido considerado por diversos analistas como vital para o desenvolvimento econômico e social na atualidade à medida que se apresenta como símbolo da sociedade informacional¹. As transformações que incidem sobre o setor de telecomunicações no Brasil têm se constituído em objeto de estudos que abordam diferentes perspectivas em que a comparação com a experiência internacional se faz necessária para o debate sobre as tendências nacionais, sejam no campo da regulação do setor, no desenvolvimento de novas tecnologias, ou na manifestação de novas relações de trabalho no cenário pós-privatização das empresas estatais (TÁPIA & RALLET, 1999).

A implantação e subsequente expansão do setor de telecomunicações no país, de acordo com a análise empreendida por Santos & Silveira (2001), é parte integrante da criação das “condições de fluidez do território”, orientadas pelas iniciativas de remodelação dos espaços nacionais que teriam sido impulsionadas a partir da Segunda Guerra Mundial, capitaneadas pela ideologia do consumo, do crescimento econômico e do planejamento, que seriam os instrumentos políticos e os grandes provedores dessas iniciativas. Adotando a periodização sugerida por Dias (1989), os autores procuram demarcar os principais momentos que evidenciaram significativas transformações na base técnica do setor de telecomunicações no Brasil para analisar, na seqüência de sua exposição, as repercussões operadas por esses momentos na dinâmica de configuração do território brasileiro:

¹ Cf. CASTELLS, 1999.

À revolução dos transportes, testemunhada no Brasil nas décadas de 1950 e 1960, segue-se, nos anos 70, uma revolução das telecomunicações, para a qual Leila Dias propõe uma periodização: até 1969, os meios técnicos do sistema de telecomunicações eram apenas as ondas curtas e os cabos submarinos de baixa capacidade de transmissão; entre 1969 e 1973 instala-se um sistema nacional de telecomunicações por rede hertziana; de 1974 a 1984 incorpora-se ao sistema o satélite INTELSAT (International Telecommunications Satellite Consortium) e por fim, entre 1985 e 1988, há o desenvolvimento dos satélites brasileiros Brasilsat I e II (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p. 49).

Decorrido pouco mais de um século do início da difusão dos serviços de telecomunicações no Brasil, os indicadores do setor expõem um quadro que se destaca pela expansão vertiginosa dos serviços oferecidos, presentes em todo o território nacional, para além das regiões mais dinâmicas do ponto de vista econômico-social. De acordo com informações coletadas junto ao órgão regulador do setor – Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) – referentes ao ano de 2006, no Brasil havia 138,7 milhões de telefones instalados, dentre os quais 42 milhões correspondem aos acessos fixos, 1,1 milhões de telefones públicos e cerca de 84,9 milhões de acessos móvel celular², sendo que essa última modalidade de serviço encontra-se em franca expansão. Os dados apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em sua Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que investigou o acesso à Internet e a posse de telefone móvel celular para uso pessoal³, captaram essa tendência acima apontada. Atualmente, 34.664 localidades encontram-se atendidas pelo serviço de telefonia fixa comutada, cuja taxa de digitalização da rede está praticamente integralizada (99,9%), correspondendo a uma densidade de 22,21 telefones por grupo de 100 habitantes.

Articulada a outros investimentos, a construção de uma infra-estrutura de telecomunicações, num primeiro momento, esteve a cargo de capitais privados. A criação da empresa holding estatal Telecomunicações Brasileiras (TELEBRÁS), em 1972, representou um marco na história das telecomunicações brasileiras por se constituir num instrumento de política governamental para a exploração de serviços telefônicos, telegráficos, de transmissão de dados e outros serviços públicos essenciais de telecomunicações. A formação do sistema de telecomunicações ao longo da década de 1970, tendo em sua coordenação a holding TELEBRÁS, demandou a colocação em prática de um conjunto de esforços objetivando a construir a eficiência de um sistema nacionalmente integrado. Fora constituída uma empresa nacional – a Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL) – responsável pela ligação entre os Estados Federados, além de conexões internacionais, serviços de telex e de transmissão de dados.

A privatização das empresas estatais de telecomunicações⁴, concluída no final da década de 1990, alterou profundamente a arquitetura até então vigente⁵. De acordo com Wohlers (2007), a efetivação da privatização integra um processo mais amplo e articulado, que abrange a reforma do Estado, a transformação produtiva em curso a partir da emergência das tecnologias da informação e comunicação, o aprofundamento da internacionalização da economia e a reestruturação internacional das telecomunicações.

A considerar a configuração da prestação de serviços no segmento da telefonia fixa, que emerge da reestruturação iniciada na década passada, nota-se a existência de um movimento de forças em plena acomodação, dados os vetores que atuam sobre esse novo desenho. Um retrato do serviço de telefonia fixa nesse momento revela que, das empresas operadoras estaduais e locais então existentes na fase anterior à privatização, derivaram três grandes empresas regionais – Telemar Norte Leste S.A⁶, Telesp e Brasil Telecom S.A – uma empresa nacional, a Embratel, que faz sua entrada no segmento da telefonia fixa, e uma empresa regional CTBC Telecom, atuando em alguns municípios de Minas Gerais, Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro.

Estudos sobre a reestruturação em curso do setor de telecomunicações no Brasil vêm discutindo as conseqüências desse processo no campo das relações de trabalho, dadas as alterações verificadas no volume de emprego das empresas e no perfil dos trabalhadores direta e indiretamente vinculados a essas empresas⁷. As alterações no perfil dos trabalhadores

² Dados compilados a partir de informações contidas no site da ANATEL – www.anatel.gov.br relativos aos indicadores do setor de telecomunicações correspondentes ao período de 2002 a 2006.

³ Na parte do estudo que analise os resultados da pesquisa, destacamos a seguinte proposição: “O telefone móvel celular, além de ser um meio de comunicação mais versátil que a linha fixa para fins particulares, tornou-se uma ferramenta importante de suporte para o trabalho desenvolvido por determinados profissionais e em vários segmentos da economia. Esse é mais um fator que contribuiu para a diferenciada concentração de pessoas com esse bem nas diversas formas de inserção no mercado de trabalho” (IBGE, 2005, p. 66).

⁴ A política de privatização de empresas estatais vinculadas a distintas esferas de governo foi alvo de aguçadas críticas por parte de vários autores por ter se revelado lesiva ao patrimônio público. Biondi (1999) por exemplo, faz um balanço dessa política e, ao analisar o caso da privatização das empresas de telecomunicações, assim se expressa: “...o caso mais escandaloso de investimentos para enriquecer os compradores foi o do Sistema TELEBRÁS. Em 1996, o governo duplicou os investimentos nas teles, alcançando 7,5 bilhões de reais, chegou aos 8,5 bilhões de reais em 1997 e investiu mais 5 bilhões de reais no primeiro semestre de 1998, totalizando, portanto, 21 bilhões de reais de investimentos em dois anos e meio”, ou seja, “o governo ampliou as redes, instalações, estações, cabos, toda a infra-estrutura do sistema telefônico, deixando tudo pronto para as telefônicas chegarem, puxarem as linhas até a casa do freguês e começarem a faturar para seus próprios cofres”.

⁵ O leilão de privatização das empresas do Sistema TELEBRÁS ocorreu em julho de 1998. No entanto, o processo de transformações tivera início com a mudança da Constituição Federal e prosseguira com a promulgação da chamada Lei Mínima e da Lei Geral de Telecomunicações, que criava e implementava a Agência Nacional de Telecomunicações e aprovava o Plano Geral de Outorgas, o Plano Geral de Metas e a reestruturação do Sistema TELEBRÁS e a posterior venda de licenças da chamada banda B de telefonia celular. Cf. Neves (2002).

⁶ Numa recente transação, essa empresa adquiriu os ativos da empresa Brasil Telecom S.A. Entretanto, até o presente momento, a operação não fora concluída em virtude de demandar mudanças nos instrumentos jurídicos que regulamentam a atividade do setor de telecomunicações. Nos próximos parágrafos, me concentrarei na descrição da estratégia implementada pela Telemar por ser essa a empresa foco dessa investigação. Até o momento, além do estado de Minas Gerais, a Telemar disponibiliza seus serviços para os seguintes estados da federação: Região Norte: Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; Região Nordeste: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia; Região Sudeste: Rio de Janeiro e Espírito Santo.

⁷ Cf. Laranjeira, 2003.

estariam apontando para uma perda relativa de importância dos técnicos em telecomunicações diretamente empregados pelas empresas em função das estratégias de racionalização implementadas, sobretudo após a privatização do Sistema Telebrás. Embora a reestruturação em curso tenha significado a perda do vínculo empregatício para vários segmentos e esteja contribuindo para a redefinição dos novos requisitos de formação e qualificação profissional, constata-se nas empresas a presença de distintas gerações de trabalhadores formados em diferentes estágios do desenvolvimento tecnológico e regidos por distintos regimes de contratação.

Uma característica revelada pelo estágio de organização e funcionamento das empresas do setor após a privatização diz respeito à redução do quadro de trabalhadores diretamente empregados por essas empresas. Os dados abaixo apresentam a evolução do número de empregados diretos da empresa Telemar Norte Leste S.A e expressam com vigor a política de redução do quadro de empregados diretos:

Evolução do Número de Empregados Diretos da Telemar no Período de 2000 a 2006⁸

Ano	Número de Empregados
2000 (1)	21.090
2001 (2)	15.490
2002 (3)	10.287
2003 (4)	9.658
2004 (5)	9.181
2005 (6)	7.566
2006 (7)	7.098

Fonte: TELEMAR⁹

Todavia, dado o crescimento da planta instalada no período em questão¹⁰, pode-se inferir que a contrapartida da redução do número de empregados diretamente vinculados à empresa é o aumento da rede de subcontratação e terceirização, tendo a empresa Telemar optado por externalizar algumas funções até então exercidas por trabalhadores de seu próprio quadro e implementar uma política de gestão da qualidade dos serviços prestados a partir do monitoramento contínuo de indicadores e da implementação de uma política de gestão de competências. Essa hipótese pode ser validada a considerar as conclusões formuladas por Garcia (2004) em seu estudo sobre a reestruturação da Companhia Riograndense de Telecomunicações, antiga estatal vinculada ao governo do estado do Rio Grande do Sul:

Tal reestruturação vem indicando como tendência a redução do emprego do setor. Há indicações de que novos postos de trabalho vêm sendo criados, em razão da entrada de novas empresas (liberalização / competição) e da transferência de postos de trabalho dos tradicionais monopólios (antes caracterizados por estabilidade, oportunidades de treinamento e qualificação, salários elevados, alta sindicalização) para empresas terceiras / fornecedores. O problema está na qualidade dos postos criados em substituição ao emprego reduzido nos tradicionais monopólios reestruturados (GARCIA, 2004, p. 18)

No caso da empresa Telemar, de acordo com depoimentos de seus gestores, a fase da reestruturação da empresa consistiu no desenvolvimento de ações visando à desconstrução das estruturas presentes nos estados quando da privatização das empresas estaduais de telecomunicações que originaram esse conglomerado. Paralelamente, desenvolveu-se um conjunto de iniciativas que objetivaram à organização de uma nova empresa flexível e integrada. Esse processo, ainda em curso, vem aos poucos se consolidando a partir de uma arquitetura organizacional caracterizada pela centralização de sua gestão na sede da empresa, no estado do Rio de Janeiro, e pela presença nos estados de um número reduzido de empregados diretamente vinculados à empresa, circundados por um grupo heterogêneo e pluriprofissional de trabalhadores terceirizados a prestar serviços à Telemar.

Após a privatização, a Telemar definiu como uma de suas principais metas integrar cultural, operacional e administrativamente o grupo de 16 operadoras que deu origem a ela. Para tanto, os sistemas foram integrados e as áreas foram centralizadas. O foco na redução de custos fez com que a empresa terceirizasse ou extinguisse muitas atividades. Na área de tecnologia, por exemplo, foi criado um conceito de fábrica de software, e todas as atividades de codificação foram terceirizadas. Hoje, essa área apenas identifica as necessidades das áreas de negócios e passa isso para as empresas

⁸ De acordo com dados coletados junto ao Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de Minas Gerais (SINTTEL-MG), no estado de Minas Gerais, o número de empregados diretos passou de 7.850, em setembro de 1998, para 1.360 em setembro de 2006, configurando, assim, uma redução de 83% no número de empregados diretamente vinculados à empresa. Essa opção pela redução do quadro de empregados diretos incrementa os dados sobre a melhoria da performance da empresa se levarmos em conta o indicador apresentado pela empresa em seus balanços patrimoniais, que revela o número de linhas por empregados diretos.

⁹ A partir do Relatório Anual de 2006, a TELEMAR passou a divulgar o número de trabalhadores terceirizados atuando na empresa. Conforme os dados dos relatórios de 2006 e 2007, a empresa registrava em seus quadros, respectivamente, 32.652 e 37.176 trabalhadores terceirizados

¹⁰ De acordo com os dados divulgados pela TELEMAR aos seus investidores, no ano de 2000 havia 11.819 mil linhas telefônicas fixas instaladas em sua área de cobertura; no ano de 2006, esse indicador subiu para 14.388 mil, ou seja, houve um aumento de cerca de 22% no total de linhas fixas instaladas.

terceirizadas de acordo com a tecnologia que será utilizada. As terceirizadas desenvolvem o produto que, quando pronto, é testado e implementado pela área de tecnologia da TELEMAR. Esse processo de terceirização se repetiu na maioria das áreas (TEIXEIRA, 2006, p. 77)¹¹.

Dessa forma, o movimento de terceirização dos serviços de instalação e manutenção de linhas telefônicas fixas, que já se manifestara de forma residual na fase anterior à privatização, se impõe como parte da estrutura organizacional da empresa. Essa opção vai resultar numa racionalização do perfil das empresas fornecedoras desses serviços com a conseqüente redução do número de contratos. Outro argumento arrolado pelos gestores para justificar as medidas de terceirização diz respeito à possibilidade da obtenção de redução dos custos vinculados a essas atividades. Sobre esse ponto presente na estratégia de racionalização da empresa, um executivo da empresa assim se expressa:

Eu transformei custo fixo em variável. Com essa turma aqui dentro, eu tinha custo fixo; produzindo ou não produzindo e, hoje, eu trabalho por demanda com os meus parceiros. Se tiver uma demanda, ele me precifica e eu pago. Se não tem,...” (Depoimento de um gerente da TELEMAR registrado por TEIXEIRA 2006, p. 91).

Entretanto, as iniciativas de terceirização de atividades fins da Telemar encontram um forte questionamento por parte da entidade sindical representativa dos trabalhadores em telecomunicações no estado de Minas Gerais. Não obstante a disseminação dessa prática, tanto entre empresas privadas quanto em esferas do setor público e empresas estatais, o questionamento a essa prática tem encontrado respaldo nos tribunais da Justiça do Trabalho por meio de ações judiciais que reivindicam, principalmente, o reconhecimento de vínculo empregatício dos trabalhadores das empresas terceiras às empresas contratantes, bem como a equiparação salarial entre os trabalhadores enquadrados nas mesmas funções mas com contratos de trabalho distintos.¹² Com isso, destaca-se que os processos em curso visando à racionalização das estruturas empresariais se inserem num quadro de amplos embates e não podem ser vistos apenas a partir do ângulo das medidas impulsionadas pelas empresas.

A terceirização na Telemar encontra-se assentada num conjunto de iniciativas que resultaram na redefinição parcial dos processos de trabalho presentes na empresa, bem como nas medidas em curso para formalizar e disseminar internamente os procedimentos considerados paradigmáticos em cada um de seus âmbitos. Os processos e os procedimentos correlatos tendem a ser disseminados pela empresa e tal propósito justificou a criação da Universidade Corporativa Telemar (UNITE), uma estrutura vinculada ao setor de recursos humanos que desenvolve ações de capacitação e certificação de competências, tanto dos empregados diretamente vinculados à Telemar quanto dos empregados pertencentes à rede de empresas terceiras que prestam serviços em atividades fins da empresa. Integra a estrutura da Universidade Corporativa o Centro de Exame de Qualificação Profissional (CEQUAL), órgão concebido para ser o responsável pela “certificação de competências” e “aferição de conhecimentos” dos profissionais que prestam serviços junto aos clientes da Telemar.

As medidas de reestruturação postas em prática na Telemar, sustentadas no mapeamento e racionalização de seus processos e no redimensionamento de sua rede de empresas subcontratadas e prestadoras de serviços em atividades fins, evidenciam a necessidade do estabelecimento de novas formas de controle do exercício das operações assumidas por essas empresas a partir de demandas apresentadas pela Telemar. Para além do desenvolvimento de mecanismos internos de gestão de contratos e das operações cotidianas dessas empresas, a Telemar implementa o projeto de educação corporativa denominado a Universidade Telemar¹³ Essa iniciativa visa a desenvolver novos valores corporativos de modo a transformar a cultura organizacional, e tem nas políticas de educação continuada e na gestão do conhecimento os seus principais pilares de sustentação. Como parte da estrutura de sua universidade corporativa, a Telemar criou o Centro de Exame de Qualificação Profissional (CEQUAL), que tem por missão “certificar o profissional através da aferição do conhecimento e habilidades com o objetivo de assegurar a excelência na prestação de serviços e a boa imagem da Telemar no mercado”.¹⁴ Esse setor desenvolve processos de avaliação e certificação de competências dos profissionais vinculados à rede de empresas terceiras que prestam serviços diretamente aos usuários dos serviços oferecidos pela empresa. De acordo com dados publicados pela Telemar, desde o ano 2000, o CEQUAL teria certificado mais de 16.400 profissionais que atuam em vários segmentos da empresa como, por exemplo, na instalação e reparo de linhas telefônicas fixas e na comunicação de dados e instalação de internet de alta velocidade.

¹¹ Nessa fase em que nos encontramos na realização da pesquisa ainda não conseguimos obter informações confiáveis sobre a presença de ex-empregados da TELEMAR nas empresas terceirizadas que prestam serviços na área de tecnologia. Para a obtenção desses dados, seria necessário o acesso ao cadastro de fornecedores da empresa. Quanto às empresas que prestam serviços na área de instalação e manutenção de linhas telefônicas apuramos que há um inquérito civil público aberto pelo Ministério Público do Trabalho que investiga as práticas de terceirização da empresa no estado de Minas Gerais.

¹² Encontramos um exemplo dessa atitude de questionamento à terceirização implementada pela TELEMAR no jornal do SINTTEL-MG onde se lê a seguinte notícia: “Um técnico que prestava serviços à TELEMAR foi vitorioso em uma ação de vínculo empregatício contra a empresa. Com auxílio do departamento jurídico do SINTTEL-MG, ele recebeu em agosto deste ano o valor de R\$26.149,79 como adiantamento da indenização. O técnico trabalhava através da prestadora de serviços Setor Construções Brasileiras, mas recebia um salário inferior comparado aos trabalhadores da TELEMAR que exerciam a mesma função. O juiz entendeu que neste caso a empresa seria obrigada a igualar a diferença salarial e deu ganho de causa ao trabalhador” (Bodim, Belo Horizonte, 20 de setembro de 2007, p. 02).

¹³ Segundo consta nos registros da empresa, a Telemar foi uma das primeiras corporações no Brasil a implementar um projeto de Universidade Corporativa. Outras empresas que desenvolveram projetos semelhantes são: Petrobrás – Universidade Petrobrás; Caixa Econômica Federal – Universidade da Caixa; Accor – Academia Universidade de Serviços e Mc Donald’s – Hambúrguer University. Para maiores informações sobre essa iniciativa, consulte www.telemar.com.br.

¹⁴ Cf. TELEMAR. Sobre o CEQUAL. Disponível em <<http://www.oi.com.br/sobreOi/empresa/cequal>>. Acesso em 23 set. 2007.

De acordo com profissionais que atuam no CEQUAL, o processo de certificação de competências encontra-se estruturado de modo a atender às exigências formuladas pelo Programa Nacional de Qualificação e Certificação (PNQC) em suas diretrizes básicas. O processo de certificação tem início com a pré-qualificação dos candidatos, sob a responsabilidade das empresas terceiras, e consiste na identificação dos profissionais que possuem experiência na atividade mas não têm orientação adequada, de acordo com os parâmetros definidos pela Telemar. Identificada a demanda, os candidatos são submetidos a exames escritos e práticos nas dependências do CEQUAL que, para a parte prática dos exames conta com um laboratório onde são simuladas algumas das situações de trabalho encontradas pelos profissionais no cotidiano de suas atividades. Os testes teóricos são elaborados por um conjunto de profissionais das áreas correlatas – técnicos, engenheiros e profissionais da área de educação – e contam também com a assessoria do corpo de instrutores do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e de outros centros de formação de profissionais para o setor de telecomunicações.

A terceira etapa consiste na entrega dos resultados aferidos pelos testes cujo objetivo é apontar os pontos fortes e fracos dos candidatos¹⁵. Aqueles que são aprovados recebem a certificação da Telemar, válida por dois anos, para o exercício de suas atividades. Ao fim desse prazo, os profissionais certificados devem ser submetidos a novos exames para “revalidação de sua carteira”. Os candidatos reprovados nos exames são encaminhados para receberem treinamentos específicos de acordo com o grau de dificuldades verificado nos testes a fim de se prepararem para a realização de novos exames.

Com a implementação desses procedimentos, os gestores da política de certificação acreditam que estão preparando profissionais com um perfil diferenciado para enfrentar a dinâmica do mercado de trabalho, porque passam a exigir desse profissional um maior nível de conhecimento teórico para o desenvolvimento das atividades. Além disso, a Telemar tem incentivado a busca da elevação da escolaridade dos profissionais vinculados às empresas terceiras¹⁶, mesmo que, na prática, sejam oferecidas poucas oportunidades para que esse resultado se efetive, dadas as condições de trabalho precárias a que são submetidos esses profissionais terceirizados.

Os dados que refletem a evolução do número de empregados vinculados diretamente à Telemar ao longo dos últimos anos não deixam dúvidas sobre a política de redução de pessoal posta em prática pela empresa visando, em última instância, à “conversão de custos fixos em custos variáveis”, como explicitado por um de seus gestores. Ao longo desse período, pode-se também constatar que a empresa tem conhecido uma ampliação de suas receitas operacionais, dado esse que reflete no aumento da produtividade e na eficiência da organização.

Por sua vez, o redesenho dos processos de provimento dos serviços provocou na empresa um amplo e contínuo movimento de deslocamentos de trabalhadores, seja para ocuparem novos espaços na estrutura interna e cobrirem novos espaços geográficos racionalizados, seja para responderem ao desemprego inevitável. Dessa forma, muitos trabalhadores foram praticamente compelidos a estabelecerem vínculos com empresas terceiras que prestam serviços à Telemar. A partir de observações em campo e conversas com interlocutores, nota-se que alguns empregados até então vinculados ao setor de rede externa, e que possuíam formação em nível técnico, foram alocados para desempenharem funções de fiscalização e controle das atividades desenvolvidas pelos empregados terceirizados. Outros passaram a desenvolver suas atividades a partir de vínculos estabelecidos com empresas terceiras, ao lado de trabalhadores menos experientes e sob a fiscalização de antigos companheiros de trabalho na Telemar. Ao tomarem essas iniciativas, os gestores da empresa procuraram também apresentar à sociedade a estrutura de uma empresa moderna, composta por empregados capacitados, detentores de um nível de formação escolar superior à média encontrada no mercado de trabalho.

Dessa forma, percebe-se que as medidas de racionalização adotadas pela Telemar impulsionaram também a externalização de vários saberes investidos¹⁷ pelos trabalhadores ao longo de suas experiências no cotidiano de trabalho. A presença do CEQUAL como parte da estrutura da empresa visa a apresentar uma alternativa restrita ao problema da constituição das competências necessárias ao exercício das atividades, à medida que trata o problema das competências como sendo a manifestação de um saber codificado, resultado de um processo de formalização que prescinde das experiências dos sujeitos por ser exterior à atividade de trabalho, e que apresenta o ponto de vista da empresa acerca da melhor forma de desenvolvimento de um processo.

A abordagem ergológica reivindicada na pesquisa propõe um conjunto de conceitos visando à compreensão das transformações incidentes sobre os mundos do trabalho na contemporaneidade e, nesse movimento, evidencia que, subjacente às medidas de racionalização das estruturas empresárias a partir da conformação do desenho das empresas em rede, desenham-se coletivos de trabalho caracterizados pela provisoriabilidade e fluidez que Schwartz (2000) designará pelo conceito de Entidades Coletivas Relativamente Pertinentes (ECRP). A partir do entendimento do caráter enigmático da atividade de trabalho, essas entidades põem em circulação um conjunto de ingredientes inerentes aos processos de constituição e transmissão de competências industriais que vão garantir a realização das atividades. Para cada trabalhador,

¹⁵ Numa conversa não gravada com um interlocutor me foi revelado que a maioria dos candidatos que busca a certificação para as atividades de instalação e reparo de linhas telefônicas tem um desempenho melhor na parte prática do exame e apresenta um grau maior de dificuldade para a resolução da parte teórica. Por isso, uma das medidas em estudo no CEQUAL seria a alteração dos critérios para a aprovação dos candidatos, de modo a alterar o peso proporcional das duas partes em questão.

¹⁶ A partir de uma parceria estabelecida com os Sindicatos dos Trabalhadores em Telecomunicações dos estados de Pernambuco e Rio de Janeiro, o Instituto TELEMAR desenvolve o programa “Vivendo e Aprendendo”, de elevação de escolaridade. O ensino médio completo é um pré-requisito para a certificação dos Operadores de Serviços ao Cliente mas, desde o ano de 2004, a Telemar flexibilizou esse critério e admitiu aceitar a candidatura dos profissionais que tenham ensino fundamental completo desde que estejam participando de curso para elevação da escolaridade.

¹⁷ Trata-se de um conceito importante na abordagem ergológica que faz referência ao conjunto de saberes adquiridos pelos trabalhadores que têm como fonte a experiência de trabalho e que, de acordo com essa abordagem, não devem ser tratados como sendo epistemologicamente inferiores se comparados aos saberes formalizados presentes nas atividades.

individualmente, e para todos de maneira geral, colocam-se questões relativas ao imperativo de transmitir conhecimentos disciplinares, valores e referências incorporados na arquitetura provisória e mutável dos coletivos de trabalho.

A abordagem ergológica acerca da formação da competência industriosa

A afirmação da perspectiva ergológica como referencial teórico de nossa investigação demanda que, num primeiro momento, seja desenvolvido um conjunto de argumentos capazes de justificar essa escolha como sendo pertinente à compreensão do problema da constituição da competência industriosa no segmento da operação aos usuários da telefonia fixa no interior de uma empresa reestruturada. O desenvolvimento desses argumentos pressupõe uma exposição em torno das indagações que originaram e continuam a sedimentar as experiências de pesquisa e formação desenvolvidas pela equipe vinculada ao Departamento de Ergologia da Universidade de Provence, situada no sul da França.

A abordagem ergológica que reivindicamos em nossa investigação¹⁸ tem suas origens na experiência pluridisciplinar e pluriprofissional iniciada nessa universidade no final da década de 1970, com a criação de um dispositivo denominado Análise Pluridisciplinar das Situações de Trabalho (APST), tendo como seu principal mentor o filósofo e professor Yves Schwartz. Naquele contexto, configurava-se um desafio político-epistemológico buscar responder aos questionamentos feitos pelos operários franceses ao modelo taylorista-fordista de organização do trabalho e gestão da produção. Outra demanda apresentada ao mundo acadêmico dizia respeito ao envolvimento das instituições de ensino superior francesas com a formação profissional continuada de trabalhadores, o que também contribuiu para impulsionar a formação dessa equipe.

Em torno dessas demandas reuniram-se, no âmbito daquela universidade, pesquisadores de vários campos disciplinares: Filosofia, Linguística, Sociologia, Ergonomia, Economia, em estreita colaboração com trabalhadores assalariados, que se defrontavam, nos planos profissional, social e político, com os problemas propostos pelas novas estratégias de racionalização do trabalho e pelas mudanças em curso nos meios de trabalho, sobretudo com a incorporação de novas tecnologias de base microeletrônica a potencializar as iniciativas de automação de processos produtivos. Um questionamento apresentado nessa ocasião por uma operária da indústria de confecção, recolhido pelo ergonomista Jacques Duraffourg, expressa com acuidade a perplexidade dos trabalhadores diante dessas transformações:

Estamos em negociação com os patrões sobre as classificações das operárias no que se refere à aprovação de suas qualificações e à determinação de seus salários. Automatizaram a costura e, assim, pretendem rebaixar as classificações alegando que as operárias só precisam agora guiar o tecido. Mas, o que significa guiar o tecido? (DURAFFOURG, 1998, p. 124).

Se as transformações em curso no momento da emergência da abordagem ergológica provocaram nos trabalhadores um sentimento de perplexidade, considerando o quadro a partir da perspectiva dos “profissionais do conceito”, Schwartz nos descreve uma situação por ele denominada de “desconforto intelectual”¹⁹: os conceitos até então elaborados no interior das disciplinas particulares revelaram-se insuficientes para conferir inteligibilidade às transformações incidentes sobre o mundo do trabalho. No prefácio da obra coletiva *Reconnaissances du travail: pour une approche ergologique*, esse autor assim se expressa:

Das restrições a pensar as mudanças, pudemos fazer, durante estes quinze anos, uma experiência indiscutível. O pano de fundo foi a passagem de uma problemática das “mutações” a uma situação cada vez mais crítica em que o trabalho assombra o não trabalho e vice-versa. (...) Mudanças reais, dizíamos, persistentes, que não podemos localizar por palavras, estruturas, mudanças evidentes de paisagens técnicas e organizacionais nos meios de atividade; e ao mesmo tempo mudanças que, ao nosso sentido, não introduziam nunca rupturas ou incomensurabilidade entre épocas do trabalho humano. O estoque conceitual aparece precioso, inicia posturas de pensamento, e simultaneamente a realidade toma-o sempre insuficiente, em flagrante delito de generalização abusiva, ele não pode ser o passaporte que enquadra a inteligibilidade das mudanças reais (SCHWARTZ, 1997, p. 8).²⁰

¹⁸ De acordo com o sociólogo francês François Vatin, o termo Ergologia foi cunhado pela primeira vez pelo naturalista alemão Ernest Haeckel (1834 – 1919) e designava “a parte da fisiologia que estuda o trabalho do organismo à medida que esses se reduzem a processos relevantes das leis físicas e químicas”. O autor nos dirá, entretanto, que o termo Ergologia será empregado na literatura mais recente a partir do filósofo Gilles-Gaston Granger que, em 1968 apresenta a ideia de uma “ergologia transcendental” em referência ao trabalho do conhecimento. De acordo com o sociólogo, essa ideia será uma das inspirações do também filósofo Yves Schwartz para o desenvolvimento de uma “filosofia do trabalho engajada na ação ergonômica”. Entretanto, o termo aparece pela primeira vez para designar esse sentido na obra coletiva *Reconnaissances du travail: pour une approche ergologique*, organizada por Schwartz e publicada em 1997. Cf. Vatin (2006).

¹⁹ O desconforto intelectual, de acordo com Schwartz & Durrive “é uma postura própria à Ergologia, que tira as consequências do conceito de atividade humana: desarranjar metodicamente nossos saberes constituídos e nossas experiências de trabalho para progredir sem cessar sobre esses dois pontos”. Cf. SCHWARTZ, Y. De l'inconfort intellectuel ou : comment penser les activités humaines ? In : SCHWARTZ, 2000, p. 585 – 633.

²⁰ No original francês : «Des contraintes à penser les changements, nous avons pu en faire, durant ces quinze années, l'expérience indiscutable. En toile de fond le passage d'une problématique des "mutations" à celle d'une situation de plus en plus critique où le travail hante le non-travail et vice versa. (...) Des changements réels, disions-nous, percutants, que l'on peut repérer par des mots, des structures, des changements évidents de paysages techniques et organisationnels dans les milieux d'activité; et en même temps changements qui, à notre sens, n'introduisent jamais de ruptures ou d'incommensurabilité entre des époques du travail humain. L'outillage conceptuel apparaît précieux, initie des postures de pensée, et simultanément la réalité le prend toujours en défaut, en flagrant délit de généralisation abusive, il ne peut être le passeport cadrant l'intelligibilité des changements réels. »

As reflexões acima atualizam a necessidade de construção de referenciais teóricos mais abrangentes, capazes de promover a interação com os saberes constituídos e legitimados ao longo da história das disciplinas particulares, de modo a envolvê-los numa lógica capaz de superar a fragmentação em que hoje se encontram os conhecimentos sobre os fatos humanos. Apresentava-se aos pesquisadores, em efetiva colaboração com os trabalhadores, o desafio de refletir sobre as transformações em curso nos meios de trabalho, bem como sobre suas permanências manifestadas a partir de uma perspectiva de temporalidade longa.

Não se tratava de negar as contribuições dos saberes específicos para a compreensão das transformações das atividades de trabalho, mas de enfrentar a contradição, apontada pelo filósofo Ivan Domingues, que atravessa a divisão do trabalho intelectual:

De um lado, a crescente e impactante superespecialização do conhecimento, gerando uma infinidade de disciplinas e especialidades, que em fins do século XX atingem o limite do insondável (ninguém sabe hoje ao certo quantas elas são, estando longe de estar terminado o processo de divisão e multiplicação). De outro, as primeiras e vacilantes tentativas de reaproximação e fusão das diferentes áreas do conhecimento, para além das especialidades e disciplinas, pautadas por programas de pesquisa de interfaces variadas e compartilhadas coletivamente (DOMINGUES, 2001, p. 7)²¹.

Ao se apresentar como uma “disciplina de pensamento”, de acordo com a expressão cunhada por Schwartz, a ergologia pretende promover um diálogo transdisciplinar com vistas a compreender o caráter enigmático das atividades humanas, sobretudo das atividades de trabalho. Repercute em seu projeto o desafio apontado por Max Weber (1864 – 1920) que, ao explicitar os conceitos sociológicos fundamentais na primeira parte de sua obra intitulada *Economia e Sociedade*, exemplifica a noção de “compreensão” fazendo referência ao ato do homem que corta lenha. Domingues (2004) irá refletir sobre esse exemplo, explicitando as visões do fisiólogo, do economista e do sociólogo, de modo a demarcar as especificidades do olhar disciplinar voltado à compreensão de tal ato:

(...) o fisiólogo reteria (e trataria de descrever) as operações de pegar o machado, os golpes de força e o movimento de baixar e levantar o braço. Poderia, além do mais, descrever o suor e até mesmo medir o dispêndio de energia (trabalho). (...) O economista, por sua vez, reteria do ato o valor de uso obtido (o feixe de lenha, para alimentar o fogo) e eventualmente o valor de troca, ao se destinar ao mercado, seja ao cambiar-se diretamente com outros produtos do trabalho, seja em troca de uma determinada quantidade de dinheiro. Já o sociólogo (...) perguntaria pelo sentido social da ação. Para tanto, na impossibilidade de nos fornecer uma descrição direta das intenções, dos valores e dos fins que acompanham a ação (o ato) de cortar lenha, deverá limitar-se a imputar-lhe um sentido e a operá-lo indiretamente a fim de capturá-lo, voltando-se para fora, mediante a análise de suas formas de objetivação no mundo das coisas e nas instituições sociais. Deverá também esforçar-se em reconduzir essas formas para dentro, visando ao que se passa na mente dos indivíduos, aos motivos que os impulsionam e aos fins que eles perseguem (DOMINGUES, 2004, p. 92)²².

Diante do exposto, a abordagem ergológica se desenvolve com o intuito de fazer convergir esses múltiplos objetos demarcados pelos saberes específicos visando à construção de uma inteligibilidade ampliada do trabalho humano a partir do revigoramento do conceito de atividade. Que paradigma seria capaz de promover esse encontro transdisciplinar? Que modelo vem sendo construído pela démarche ergológica com vistas a conduzir as pesquisas sobre a atividade de trabalho? Ao formular essas questões, admite-se que elas se inserem no campo das investigações epistemológicas acerca das pretensões de cientificidade das disciplinas. Entretanto, a ergologia, como a concebe o Departamento de Ergologia da Universidade de Provence, não se apresenta reivindicando pretensões de cientificidade. Na expressão de Vatin (2006), trata-se de uma “filosofia do trabalho engajada na ação ergonômica” ou, de acordo com Schwartz (2000a), a ergologia

não é uma disciplina no sentido de um novo domínio do saber mas, sobretudo, uma disciplina de pensamento. Essa disciplina ergológica é própria às atividades humanas e distinta da disciplina epistêmica que, para produzir saber e conceito no campo das ciências experimentais deve, ao contrário, neutralizar os aspectos históricos. A démarche ergológica, mesmo tendo como objetivo construir conceitos rigorosos, deve indicar nestes conceitos como e onde se situa o espaço das (re)singularizações parciais, inerentes às atividades de trabalho (SCHWARTZ, 2000a, p. 45 -46).

²¹ O autor destaca que, a partir da década de 1950, algumas iniciativas irão propor a aproximação de disciplinas e campos do conhecimento, gerando as abordagens multi, inter e transdisciplinares. O elemento comum a essas três abordagens é a tentativa de encontrar seu objeto – antes dos recortes disciplinares – nos chamados programas de pesquisa, capazes de abarcar as mais variadas áreas do conhecimento, em vista de um produto ou objetivo específico. Cf. Domingues (2005).

²² Fazendo referência a essas várias possibilidades de abordagem sobre o trabalho a partir dos recortes disciplinares, Guérin (2001) assim se expressa: “(...) há uma multiplicidade de ciências do trabalho, e ninguém pode pretender abordar só com a sua competência uma realidade tão complexa. Portanto, é necessário certo recorte do campo de conhecimento e de ação. Cada um se coloca em função desse recorte, sem ignorar contudo que a dimensão do trabalho pela qual ele se interessa não é independente das outras. Mas não é difícil demonstrar a existência de uma nítida separação, não raro estanque, entre as diferentes preocupações”. A abordagem ergológica, entretanto, ao discutir o conceito de atividade, o conceberá como potencialmente capaz de conformar um campo transdisciplinar para a reflexão acerca do trabalho humano. Cf. Schwartz (2005).

Ao demarcar em sua exposição duas vias possíveis de construção de conhecimentos – a disciplina epistêmica e a disciplina ergológica –, o autor assinala que a dinâmica adquirida por essa última encontra-se presente nos espaços de (re)singularizações onde se pode constatar um vivo debate, presente em toda atividade humana, entre o que ele denomina “normas antecedentes” e “renormalizações parciais”. Embora o escopo da abordagem ergológica não se restrinja à atividade de trabalho, o autor consagra boa parte de suas análises a essa forma objetivada das atividades humanas. Essa escolha, justificada pelo contexto de surgimento da experiência de pesquisa e formação da equipe de pesquisadores vinculados à Universidade de Provence, encontra um de seus pilares na distinção entre “trabalho real” e “trabalho prescrito” postulada pela Ergonomia, que nos apresenta a impossibilidade da padronização exaustiva das atividades de trabalho, como o pretendeu a Organização Científica do Trabalho a partir de seus esforços para a constituição de um ciência do trabalho.

Essa consideração acerca da ergologia aproxima de uma epistemologia das ciências humanas voltada à compreensão das atividades humanas, sobretudo à atividade de trabalho. Por não reivindicar espaço no rol das ciências humanas, encontramos nos textos expressões como *approche ergologique*, *processus ergologique*, *paradigme ergologique*, *démarche ergologique* para evocar essa atitude filosófica distinta das pretensões de cientificidade das disciplinas epistêmicas.

O conceito de atividade apresentado pela abordagem ergológica postula a contradição potencial no campo normativo entre “normas antecedentes” e o trabalho necessário de “renormalização parcial” a que os indivíduos encontram-se permanentemente convocados a realizar em situações de trabalho as mais diversas, instaurando, de acordo com Schwartz (2003a), uma “dramática do uso de si”. O alcance da noção de normas antecedentes²³ compreende o sentido conferido pela distinção proposta pela Ergonomia entre trabalho real e trabalho prescrito. Essas normas antecedentes dizem respeito a um conjunto de pressupostos que vão interagir na conformação de uma determinada situação de trabalho, tais como: os conhecimentos acionados, os sistemas produtivos, as tecnologias utilizadas nas atividades industriais, as formas de organização, os procedimentos escolhidos, os valores de uso selecionados e, por detrás, as relações sociais que se entrelaçam e opõem os homens entre si.

Para Schwartz, esse conjunto de saberes e normas não será capaz de determinar, por si só, o que vai se passar na atividade de trabalho. Essa parece ser uma dimensão importante para que se discuta, a partir da perspectiva ergológica, o desafio da constituição da competência industrial num contexto marcado pelo aprofundamento das inovações técnicas e organizacionais que hoje caracterizam os meios de trabalho reestruturados. Ao considerar o caráter necessário e restrito das normas antecedentes na sua relação com a gestão do trabalho, a perspectiva ergológica propugna que essas, transformadas em disciplinas epistêmicas, revelam a dimensão histórica do trabalho da ciência sendo, portanto, susceptível a uma abordagem sob o ponto de vista ergológico. Ou seja, as disciplinas epistêmicas, que têm por foco a abordagem dos objetos científicos, que por definição não possuem história, se configurariam a partir do ponto de vista ergológico:

A implantação da disciplina epistêmica é, portanto, um trabalho, uma atividade e, como toda atividade, ela se confronta com variabilidades, escolhas a serem feitas, valores iminentes e retratados, dramáticas de uso de si. Ela se desenvolve num meio histórico cuja lei ela não domina (SCHWARTZ, 2002, p. 141).

As questões apontadas nos remetem, mais uma vez, ao contexto histórico que presenciou a criação do dispositivo da Análise Pluridisciplinar das Situações de Trabalho na França no final da década de 1970: a reforma da educação profissional propunha a implantação da pedagogia da alternância, em que os estudantes deveriam combinar períodos educativos na escola e de trabalho nas empresas. De acordo com Schwartz (2000a, p. 38), “tratava-se de um problema ao mesmo tempo pedagógico, social e filosófico, que parecia proveniente de uma dificuldade de articulação entre estes dois universos.” Essa referência evidencia elementos do debate que a sociedade brasileira vem sendo convocada a fazer em torno dos projetos em disputa no campo da educação profissional, que demanda, de início, uma compreensão mais aprofundada acerca do sentido que hoje adquire a formação dos trabalhadores.

A investigação ergológica busca identificar os elementos presentes numa determinada situação de trabalho que subjazem à conformação da competência industrial localmente constituída. Com isso, desloca-se o foco em relação à catalogação, descrição e análise do conjunto de competências identificáveis e requeridas nas atividades de trabalho para refletir sobre os elementos em constante interação na conformação da competência industrial a partir da percepção de que a atividade de trabalho resulta de uma constante circulação entre saberes conceitualizáveis apropriados pelos sujeitos, as dimensões históricas apreendidas na situação de trabalho e os debates de valores a que todo indivíduo se vê convocado num meio de trabalho particular.

Sendo a atividade de trabalho composta pelos elementos acima explicitados, deve-se admitir, então, que a competência industrial emerge como uma “combinatória problemática de ingredientes heterogêneos que não podem ser todos avaliados nos mesmos moldes” (SCHWARTZ, 1998, p. 108). Dessa forma, o autor reconhece que o primeiro ingrediente a considerar na conformação da competência industrial diz respeito ao grau de apropriação de saberes conceitualizáveis que, à semelhança de um protocolo experimental que se faz presente na prática científica, busca antecipar seqüências e neutralizar, até certo ponto, a dimensão do conjuntural da situação de trabalho.

²³ A noção de normas antecedentes também foi abordada pelo geógrafo Milton Santos, a propósito de sua interpretação acerca da instalação de uma grande empresa no território: “A grande empresa se instala e chega com suas normas. E todas elas são extremamente rígidas porque as técnicas também são normas. Cada técnica propõe uma maneira particular de comportamento. Cada técnica envolve normas, regulamentações e, por conseguinte, traz para os lugares novos tipos de norma, incluindo as normas políticas da empresa que são suas formas de relacionamento com outras empresas, alterando, destarte, as condições de relacionamento dentro de cada comunidade” (SANTOS, 1997, p. 18).

Entretanto, como a atividade de trabalho não se restringe à colocação em prática de uma seqüência operatória previamente concebida – normalmente de forma heterônoma e externa à situação de trabalho – e expressa em protocolo, pois a atividade é sempre, em parte, “experiência ou encontro” com situações singulares, manifesta-se, então, o segundo ingrediente da competência industriosa. “Não existe situação de atividade que não seja afetada pela infiltração do histórico no protocolo”, nos dirá Schwartz, para em seguida tirar as conseqüências desse postulado:

Isso requer, portanto, uma forma de competência ajustada ao tratamento dessa infiltração, tratamento por definição jamais padronizado e que, por isso mesmo, reforça a contingência da situação (...). “Saber”, “saber-fazer”, “conhecimento”? Essas distinções não nos parecem aqui muito relevantes. Mais pertinente nos parece ser a capacidade para tomar decisões, para arbitrar, levando essas conjunturas em conta (SCHWARTZ, 1998, p. 113).

O reconhecimento de que os dois primeiros ingredientes da competência industriosa situam-se em polaridades distintas – de um lado o protocolo, o poder antecipatório do saber disciplinar; de outro o conjuntural e histórico, o aqui e agora da situação – mas que se encontram em constante interação num determinado meio trabalho, revela a necessidade de postular o terceiro ingrediente da competência. Esse é definido por Schwartz (1998) como sendo

a capacidade e propensão variáveis para estabelecer uma dialética ou uma consonância entre os dois primeiros; trata-se de uma disposição mais ou menos aguda para identificar, de modo contínuo, uma situação como atualização circunstanciada e, portanto, requerendo um tratamento ajustado a ser criado, de uma configuração genérica permitindo em teoria uma programação sequencial de operações (SCHWARTZ, 1998, p. 119).²⁴

Sendo esse terceiro ingrediente expressão da capacidade de estabelecer uma dialética entre os dois primeiros, deve-se considerar também a possibilidade dessa competência em ato operar transformações nesses dois primeiros ingredientes, possibilidade essa que se expressa no Dispositivo Dinâmico a Três Pólos por intermédio das setas de retorno às disciplinas e aos saberes investidos. Para a abordagem ergológica, a depender das condições oferecidas pelo meio de trabalho, esse retrabalho dos conceitos e da experiência podem ficar “armazenados sob a forma de um patrimônio” e ser transmitido nas configurações plásticas que interagem na atividade, pois são percebidos como saberes e valores compartilhados pelas Entidades Coletivas Relativamente Pertinentes. Entra em cena, então, o quarto ingrediente da competência industriosa, que Schwartz (1998) identifica como sendo a capacidade de “transmissão de heranças, de ajuda mútua influenciando diretamente sobre o exercício da competência” (SCHWARTZ, 1998, p. 123).

A identificação desse quarto ingrediente constituiu-se em nosso ponto de partida para investigar as formas de transmissão de saberes entre trabalhadores do setor de telecomunicações regidos por distintos contratos de trabalho e vivenciando experiências distintas de precarização das condições de emprego. À medida que nos colocamos a interrogar os trabalhadores sobre o exercício de suas atividades e sobre as estratégias desenvolvidas por eles para a constituição de saberes sobre suas atividades, pouco a pouco foi se efetivando um deslocamento em relação a esse foco para que se evidenciassem os processos históricos de constituição da competência industriosa naquela entidade provisória responsável pelas operações de serviços aos usuários da telefonia fixa. Assim, concebe-se a atividade de transmitir saberes sobre a atividade de trabalho como parte constitutiva da competência industriosa, como já explicitado ao ser apresentado o rol de ingredientes da competência.

De acordo com Schwartz (1998), a presença desse quarto ingrediente, a promover a formação de um patrimônio presente na base do esforço a ser feito no sentido de transmitir heranças aportadas nos meios de trabalho, introduz uma dimensão nova em relação aos ingredientes anteriormente mencionados. Assim, da tensão dialética exercida por ele sobre os dois primeiros ingredientes, emergiria aquilo que o autor vai identificar como o quinto ingrediente da competência industriosa. Esse quinto ingrediente se manifesta, por exemplo, quando numa determinada situação de trabalho, percebe-se que os indivíduos estão imbuídos de uma cultura histórica e imersos na sua rede e nos seus sinais que adquiriram para ele um valor patrimonial como campo pertinente de sua atividade e de sua vida. De exterior aos indivíduos, o meio de trabalho passa a ser visto como parte de seu meio de vida. Da mesma forma, esse ingrediente se faz presente quando o meio de trabalho é capaz de provocar no indivíduo questões da ordem da relação ao saber, de modo a impulsioná-lo a se apropriar das ferramentas teóricas e conceituais, dos saberes codificados pelas mais diversas ciências, presentes em seu meio de trabalho. O autor, no entanto, lança-nos um alerta em relação a esse quinto ingrediente:

Essas modalidades de armazenamento na forma de patrimônio não criam do nada potencialidades em indivíduos supostos todos iguais. As pessoas chegam até seu campo de atividades industriosas já carregadas de história, de possíveis, de limites. O fato é que ninguém conseguiria circunscrever a priori esse potencial que pode ser avaliado apenas quando

²⁴ Sobre a importância desse terceiro ingrediente, principalmente considerando a dinâmica do setor de serviços, o autor assim se expressa: “Deve ficar bem claro que entre o tratamento mecânico e a instauração de uma dialética inteligente existe todo um leque de possíveis; e que os ingredientes 1 e 2 são necessários mas não bastam, pois instaurar essa dialética é um verdadeiro trabalho, um exigente uso de si por si, um reajustamento indefinido, uma vigilância sensorial, relacional e intelectual que não tem mais outro termo a não ser a própria história; essa história que modifica as normas, as regras e os procedimentos, aprofunda os saberes e oferece de volta indivíduos sempre ressingularizados pela vida (SCHWARTZ, 1998, p. 122).

contextualizado. Entre os possíveis e as imposições oferecidas pelos espaços de trabalho e esse potencial pessoal cujas condições aos limites não poderiam ser determinadas a priori, existe uma dialética permanente, em que muitas características remetem às normas de governo do trabalho, a seus critérios de performance, a suas escolhas gestonárias (SCHWARTZ, 1998, p. 129 – 130).

O sexto e último ingrediente da competência industriosa expressa a “combinação fecunda de espectros diferentes de ingredientes que conseguem cooperar localmente, cada qual completando as lacunas do outro” (SCHWARTZ, 1998, p. 130). De acordo com o autor, esse ingrediente tem sido denominado de “competência coletiva”, expressão essa que ele não ratificará por fazer referência unicamente ao efeito do processo, ao grau de êxito alcançado. Para enfatizar o caráter processual dessa dimensão da competência, ele vai denominá-la de “qualidade sinérgica” ou “construção sinérgica”, que indicaria melhor o problema da colocação em síntese de espectros ergológicos diferentes.

Para concluir essas reflexões sobre a abordagem ergológica, destaca-se que essa démarche se assenta no revigoramento da noção de atividade concebida a partir do fazer industrioso. Por essa razão, percorre-se aqui o breve itinerário feito em torno do sentido que esse conceito vem adquirindo por meio de sua atualização pelo campo da Ergonomia da Atividade ao postular a dialética trabalho prescrito – trabalho real, e as conseqüências extraídas no plano político-filosófico da consideração às virtualidades apresentadas pelo alcance de sua emergência ao centro do debate sobre a gestão do trabalho no contexto da reestruturação produtiva incidente nas últimas décadas.

Conclusão

Ao propor essa reflexão a partir do conceito de atividade, depara-se com uma formulação original acerca do estabelecimento da competência industriosa e da pluralidade e heterogeneidade dos ingredientes que se encontram em sua base. Esse esforço, entretanto, se orienta no sentido de indagar acerca da constituição da competência industriosa num segmento do setor de telecomunicações responsável pelas operações de serviços aos usuários, notadamente na instalação e manutenção de linhas telefônicas fixas dos clientes da empresa Telemar.

As entrevistas realizadas com os operadores foram pautadas pela necessidade de, inicialmente, buscar compreender as transformações incidentes em seus meios de trabalho que repercutiram no exercício de suas atividades, considerando-se como ponto de inflexão a reestruturação do setor de telecomunicações a partir da privatização das empresas estatais. Um segundo aspecto demarcado pela pesquisa de campo procurou identificar elementos da experiência dos operadores que remeteriam aos ingredientes da competência industriosa, como postulados pela perspectiva ergológica.

Tomando por base o encadeamento de atividade – saberes – valores, as referências feitas pelos operadores à situação atual do setor de telecomunicações apontaram para o crescente grau de constrangimentos por eles enfrentados tendo em vista o desempenho de suas atividades. A prática da terceirização, que é objeto de críticas por parte de alguns dos saberes organizados como, por exemplo, o direito do trabalho, encontrou nos testemunhos dos operadores argumentos que vinculam essa prática ao comprometimento da constituição da competência industriosa nos diversos segmentos em que ela se transformou em norma a configurar o meio de trabalho.

Outro aspecto a ser ressaltado diz respeito ao sentido que adquire para os operadores o postulado de agir em competência em seu cotidiano de trabalho. Não obstante o conjunto de restrições encontradas para o exercício de suas atividades, a dimensão dos valores é convocada e se faz presente como elemento a definir os critérios a serem observados no cotidiano de trabalho. O debate de normas se instaura como parte de suas atividades e se expressa, por exemplo, na observância dos requisitos impostos pela empresa como normas antecedentes – por exemplo, o valor nominal do auxílio alimentação fornecido aos trabalhadores terceirizados abaixo do valor daquele fornecido aos trabalhadores regulares – e as renormalizações pautadas pela vivência da solidariedade entre os trabalhadores – as iniciativas empreendidas de se constituir um espaço para a refeição da equipe que seja acessível a todos e que assegure a qualidade nutricional.

No decorrer da investigação tornaram-se evidentes os limites encontrados para a inserção na atividade de trabalho pelo fato de não ter sido possível desenvolver a pesquisa a partir da análise da atividade de trabalho. Entretanto, as formas de acesso à atividade construídas ao longo do processo contribuíram para mitigar essa lacuna à medida que converteram as entrevistas em testemunhos que traduziram a experiência dos operadores sobre as suas atividades.

Ao analisar as práticas languageiras sobre o trabalho, articuladas a partir de um ponto de vista de engajamento mútuo entre os “protagonistas do trabalho” e o pesquisador, pode-se avaliar que elas cumpriram a função de presentificar a atividade dos operadores tanto nas situações de entrevista quanto nos momentos em que tivemos a oportunidade de percorrer, em surdina, algumas dependências da empresa. Nesse sentido, adquiriu relevância a rememoração da atividade empreendida pelos operadores, sobretudo quando esses buscavam apontar as transformações no curso de suas atividades, considerando-se os contextos pré e pós privatização da empresa de telecomunicações.

Dado o caráter complexo da atividade de trabalho vista sob o ponto de vista da abordagem ergológica, admite-se que se constitui um desafio para operadores e pesquisador a prerrogativa de expressar em palavras as dimensões que interagem no curso da atividade. Entretanto, percebe-se que, nos interstícios dessa “linguagem sobre o trabalho”, que foi se articulando no curso da pesquisa, apresentaram-se os ingredientes da competência industriosa dos operadores por meio da descrição feita das atividades simultaneamente à sua realização, assim como a partir da atividade rememorada, em que a ênfase recaía nas transformações que incidiram ao longo do tempo em suas atividades de trabalho. A memória revelou-se

uma dimensão do corpo-si à medida que possibilitou evidenciar o complexo de saberes e valores subjacentes à atividade de trabalho. Ao considerar a atividade como experiência de um encontro, sempre singular e marcada pela historicidade, as interlocuções foram nutridas pelas lembranças que emergiram a partir do re-encontro tanto dos operadores quanto do pesquisador com suas experiências, transformando a situação de entrevista em oportunidade para se construir uma “linguagem sobre o trabalho de um novo gênero”. Essa linguagem se caracteriza, antes de tudo, pela sua capacidade de efetuar a abstração das experiências ao operar o distanciamento em relação ao aqui e agora da atividade, ao mesmo tempo que exprime, nessa ação, o engajamento dos interlocutores com a transformação da situação de trabalho referida.

Dessa forma, mesmo que essa pesquisa não tenha sido conduzida no âmbito de um coletivo, a exemplo de outras experiências empreendidas por pesquisadores que partilham dos referenciais teóricos aqui arrolados, aponta-se a possibilidade de se desenvolver ações orientadas a intervir no quadro problemático aqui revelado. Sinaliza na direção dessa constatação o interesse do sindicato dos trabalhadores em telecomunicações de buscar influenciar a política de certificação de competências implementada pela empresa, apontando os limites da “ilusão cientificista” contida no ideário dos gestores da empresa em suas iniciativas de padronização de procedimentos operacionais. Outro elemento a ser considerado diz respeito à disposição manifestada pelos interlocutores da pesquisa de contribuir para o desencadeamento de ações com vistas a ampliar o sentido dado à noção de competência. Quanto ao alcance desse programa de trabalho, que se propõe a intervir na vida dos outros, espera-se que esteja fundado na compreensão de que as micro-gestões feitas cotidianamente pelos operadores no desenvolvimento de suas atividades posam ser interpretadas como elementos constitutivos de uma história sempre aberta à intervenção humana.

Referências

- BIONDI, A.(1999). O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo.
- CASTELLS, M. (1999). A sociedade em rede: a era da informação – economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra.
- DIAS, L. C. (1989). Les enjeux sócio-spatiaux du développement des réseaux de télécommunications au Brésil : Document de Recherche du CREDAL. 204(15). 28 – 41.
- DOMINGUES, I. (2004). Epistemologia das ciências humanas. Tomo 1: Positivismo e Hermenêutica – Durkheim e Weber. São Paulo: Loyola.
- DOMINGUES, I. (2001). Conhecimento e transdisciplinaridade. Belo Horizonte: Editora UFMG; IEAT.
- DURAFFOURG, J. (1998). Um robô, o trabalho e os queijos: algumas reflexões sobre o ponto de vista do trabalho. In: DIEESE. Emprego e desenvolvimento tecnológico: o Brasil e o contexto internacional. São Paulo: Editora da UNICAMP, (pp. 123-144).
- DURRIVE, L. & SCHWARTZ, Y. (2001). Proposition de “vocabulaire ergologique”, 2001. Disponível em : <http://www.up.univ-mrs.fr/ergolog/html/vocabulaire.php>.
- GARCIA, S. (2004) Privatização e emprego no setor de telecomunicações: novas oportunidades ou degradação do trabalho? O caso do Rio Grande do Sul, Brasil. Scripta Nova – Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, 170(12). Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-170-12.htm>.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (2005). Acesso à internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal. Rio de Janeiro, 2005. 247 p.
- LARANGEIRA, S. M. G (2003). A reestruturação das telecomunicações e os sindicatos. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 18(52), (pp. 81-106).
- NEVES, M. (2002). O setor de telecomunicações. BNDES. BNDES 50 anos: histórias setoriais. São Paulo: DBA Artes Gráficas.
- RUDUIT, S. & SILVA, P (2003). Terceirização nas telecomunicações: formas de ocupação e condições de trabalho. In: SANTOS, J.V. T. et al. (org.). Transformações no trabalho no século XXI. Pelotas: Educat., (pp. 107 – 134).
- SANTOS, M. (2000). Por uma outra globalização. Rio de Janeiro: Record.
- SANTOS, M. (1997). Da política do estado à política das empresas. Cadernos da Escola do Legislativo de Minas Gerais, 3(6), ALMG, (pp. 9 – 23).
- SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. (2001). O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record.
- SCHWARTZ, Y. (2005). Transmissão e ensino: do mecânico ao pedagógico. In: Pro-posições - Revista quadrimestral da Faculdade de Educação. UNICAMP, 3(48), Campinas: UNICAMP.
- SCHWARTZ, Y. (2003). Trabalho e saber. Revista Trabalho e Educação. 12 (1).
- SCHWARTZ, Y. (2002). Disciplina epistêmica disciplina ergológica: paidéia e politéia. Pro-posições – Revista quadrimestral da Faculdade de Educação. UNICAMP, 1(37), (pp. 126-149).
- SCHWARTZ, Y. (2000a). A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes. Belo Horizonte: Trabalho e Educação. Revista do NETE/UFMG, (07). 38-46.
- SCHWARTZ, Y. (2000b). Le paradigme ergologique ou un métier de Philosophe. Toulouse: Octarès.
- SCHWARTZ, Y. (1998). Os ingredientes da competência : um exercício necessário para uma questão insolúvel. In : Educação e Sociedade, 19(65). 101-139.

- SCHWARTZ, Y. (1997) (org.). Reconnaissances du travail: pour une approche ergologique. Paris : Presses Universitaires de France.
- SCHWARTZ, Y. & DURRIVE, L. (dir.) (2003). Travail et Ergologie: entretiens sur l'activité humaine. Toulouse: Octarès Editions.
- TÁPIA, J.R.B. & RALLET, A. (org.) (1999). Telecomunicações, desregulamentação e convergência tecnológica: uma análise comparada. Campinas: UNICAMP. I.E.
- TEIXEIRA, A. S. (2006). Estruturas e formatos organizacionais: escolhas e articulação estratégica na Telemar Norte Leste S/A: um estudo de caso no período de 1998 a 2004. Dissertação (mestrado). UFMG. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração.
- VATIN, F. (2006). Origines historiques de l'ergonomie et de l'ergologie. Disponível em <http://www.up.univ-mrs.fr/ergolog/html/historique.php>.
- WOHLERS, M. (2007). Reestruturação e competitividade na telefonia. Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación. 9(2). Disponível em <http://www.eptic.com.br>

A relação trabalho e educação no contexto empresarial

Marta Regina Farinelli Farinelli
Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos -SP
mrfarinelli@uol.com.br

Resumo: A presente investigação visa conhecer o processo que se efetiva na relação entre o trabalho e a educação nas indústrias de calçados de Franca - São Paulo – Brasil. Considerou-se para o estudo o momento histórico, político e econômico atual. A proposta ensejou consultas sobre o mundo do trabalho e a educação do trabalhador, cuja finalidade foi apreender como as relações de produção educam o trabalhador para o trabalho, destacando a influência dos valores e interesses da classe dominante nesse processo. Para maior compreensão da relação estabelecida entre trabalho e educação fez-se necessário resgatar a história da organização dos trabalhadores e sua vinculação com o processo educativo, desde suas origens até o momento atual, ressaltando a concepção da sociedade sobre a educação do trabalhador, inserindo Franca neste contexto. A análise dos dados levantados, aliada à prática profissional da pesquisadora desenvolvida nessas indústrias, possibilitou a compreensão da trajetória do trabalhador e as formas como este foi se definindo e redefinindo dentro da organização. Permitiu, ainda, constatar que o olhar sobre o trabalhador e deste sobre si mesmo ao longo do processo histórico assume várias dimensões, estabelecendo contornos mais favoráveis ao seu desenvolvimento pessoal e social. A investigação indica caminhos aos educadores que atuam na área organizacional e se deparam com novos desafios em sua jornada profissional visando contribuir com o trabalhador enquanto ator político e sujeito principal do processo de construção da sociedade.

Introdução:

O presente estudo apresenta algumas reflexões realizadas na defesa da dissertação de Mestrado: A Relação entre Trabalho e Educação nas Indústrias de Calçados de Franca – SP. Nesta ocasião objetiva contribuir para o debate da formação teórica e prática dos profissionais, que atuam em organizações empresariais.

A pesquisa teve como finalidade conhecer como se processa a relação entre o trabalho e a educação nas indústrias de calçados de Franca- São Paulo – Brasil, considerando principalmente o momento histórico atual, de grandes mudanças decorrentes do novo modelo de organização do trabalho e da reestruturação produtiva, ou seja, de 1980 aos dias de hoje.

As referidas organizações, no cenário mundial, vivenciam crescentes preocupações estimuladas pela globalização, num processo excludente e desigual, que estimula a incorporação de novas culturas, conceitos e valores objetivando a elevação dos padrões de qualidade, produtividade e rentabilidade do capital. Esses aspectos têm contribuído para um embotamento industrial como também para a ausência de política de defesa do emprego, trazendo como consequência um retrocesso na luta dos trabalhadores.

Essa realidade, sutilmente, vai sendo introjetada pela grande massa operária, que se imobiliza diante das transformações sociais.

Por seu lado, as empresas estão preocupadas em se modernizar, englobando nesse processo o modo de produção, instrumentos de trabalho e relações sociais entre empregados e empregadores. O objetivo é tornar-se mais competitiva e sobreviver no mercado global.

Nesse contexto, novas técnicas e métodos de trabalho estão sendo implementados, em sua maioria importado de outros países, não considerando as peculiaridades e características da realidade brasileira. A voz ouvida pelos meios de comunicação suscita as empresas às mudanças organizacionais rápidas visando lucros imediatos.

Para que essas mudanças ocorram conforme as expectativas e necessidades exigidas pelo terceiro milênio, faz-se necessário contribuir para que o trabalhador tenha novos horizontes visto que, em sua maioria, iniciaram a vida profissional precocemente, interrompendo seu processo educacional, seja em nível formal ou profissionalizante. Via de regra, os trabalhadores possuem o saber prático apreendido na execução das atividades profissionais, atividades essas tidas como desqualificadas, desenvolvidas de forma monótona e cansativa – características resultantes da divisão do trabalho.

A divisão do trabalho como forma de organização do processo produtivo criou gerações de trabalhadores insatisfeitos, desmotivados e alienados, sem identificação com o trabalho. Kuenzer (2002) destaca que na medida em que o capital desqualifica o trabalhador visando atender suas necessidades, permitindo-se controlá-lo, discipliná-lo e dominá-lo, é fundamental que o mesmo resgate sua história e recupere sua qualificação, entendida como o domínio do conteúdo do seu trabalho.

As indústrias, preocupadas com o rumo da história, estão introduzindo em seu mundo comunitário diferentes formas de educação do trabalhador, favorecendo o aprendizado de várias tarefas (multifuncionalidade) e uma qualificação mais ampla, tornando-o mais versátil e flexível. Porém, essa educação ainda é limitada visto que o trabalhador dispõe das informações dentro do universo organizacional, sendo restrito seu acesso ao conhecimento de forma mais ampla e integral.

As relações educativas na empresa refletem-se na forma como o operário dispõe do seu tempo livre, organizando sua vida e utilizando seu potencial criativo segundo as necessidades do processo produtivo. Aprende que o exercício dos seus direitos subordina-se à execução de tarefas, incorporando valores e comportamentos convenientes aos interesses da classe dominante, desenvolvendo um modelo estereotipado em relação à sua condição de classe.

Frente a essas colocações, a prática profissional junto às indústrias de calçados de Franca revelou-se um espaço de reflexões e questionamentos sobre o papel da educação no fazer-pensar dos trabalhadores, bem como no desenvolvimento histórico da relação trabalho e educação. O trabalhador tem as suas potencialidades e poder criativo coibido, estendendo-se essas restrições às suas emoções, sem espaço de expressão.

Ao longo da jornada profissional nas indústrias calçadistas de porte médio e grande essas inquietações aguçaram o interesse em pesquisar e aprofundar os conhecimentos sobre a forma como está estruturada a relação trabalho e educação dentro da perspectiva dos segmentos envolvidos nesse processo: operários, profissionais dos departamentos de gestão de pessoas e o empregador.

A investigação permitiu avançar na compreensão das relações entre o trabalho e a educação, destacando valores e interesses presentes nessa relação considerando os novos paradigmas organizacionais estabelecidos a partir da reestruturação produtiva.

Para tanto, foi necessário rever a trajetória histórica das relações de trabalho, detendo-se na evolução industrial capitalista em suas diferentes fases. Essa visão histórica possibilitou conhecer a distinção dos acontecimentos em nível nacional e internacional, propiciando a análise da realidade brasileira e a inserção da realidade local nesse contexto.

Considerando que toda e qualquer educação é educação para o trabalho e que o processo educativo não é privilégio da escola formal, ocorrendo, de modo geral, no seio das relações sociais e, de modo específico, nas diversas instituições (escola, sindicatos, indústrias, partidos políticos), elaborou-se uma retrospectiva histórica da educação, destacando o comprometimento das propostas pedagógicas da escola formal e profissionalizante com os interesses da classe dominante, resultando em uma educação estreita e limitada, despida de compreensão, análise e crítica.

Analisou-se, ainda, a trajetória de organização dos trabalhadores, destacando as lutas coletivas para ampliar seu acesso à dimensão política presente na relação trabalho-educação.

Os resultados da pesquisa mostraram-se relevantes na compreensão das relações de produção e do significado da educação para o trabalho nas indústrias de calçados e, ao mesmo tempo, contribuir na sedimentação de uma nova concepção de educação para o trabalho, transformadora, coerente e afinada com as necessidades do cidadão trabalhador.

Abordagem Metodológica:

A pesquisa caracteriza-se basicamente como quanti-qualitativa uma vez que utilizou os métodos quantitativos e estatísticos, bem como de estudos dos fatos e fenômenos presentes na prática profissional da pesquisadora, analisados de forma dinâmica. As análises qualitativas e quantitativas não são vistas de forma estanque e definitiva:

[...] a pesquisa quantitativa não deve ser oposta à pesquisa qualitativa, mas ambas sinergicamente devem convergir na complementaridade mútua, sem confinar os processos e questões metodológicas a limites que contribuam os métodos quantitativos exclusivamente ao positivismo e os métodos qualitativos, ao pensamento interpretativo. (CHIZZOTTI, 2003, p. 34)

Demo (1989, p.96), aborda em seus estudos a questão da análise das condições subjetivas na pesquisa em ciências sociais que não se pode deixar de considerar:

[...] a distinção entre condições objetivas alcança aproximar-se da dimensão quantitativa e qualitativa da realidade social, como componentes de um mesmo todo. No campo das quantidades situam-se mais facilmente condições objetivas historicamente dadas, também mais acessíveis à captação científica porque mais adaptáveis a formalizações. A dimensão qualitativa também é algo objetivo, porque é um dado histórico, mas é o reino mais próprio da conquista humana [...].

O universo da investigação foi as empresas que fabricam e comercializam calçados e componentes na cidade de Franca-SP - Brasil, campo que favoreceu a investigação. A delimitação do universo considerou a lista completa das empresas

associadas ao Sindicato da Indústria de Calçados de Franca, que registra 104 empresas cadastradas, conforme mostra o Gráfico 1.

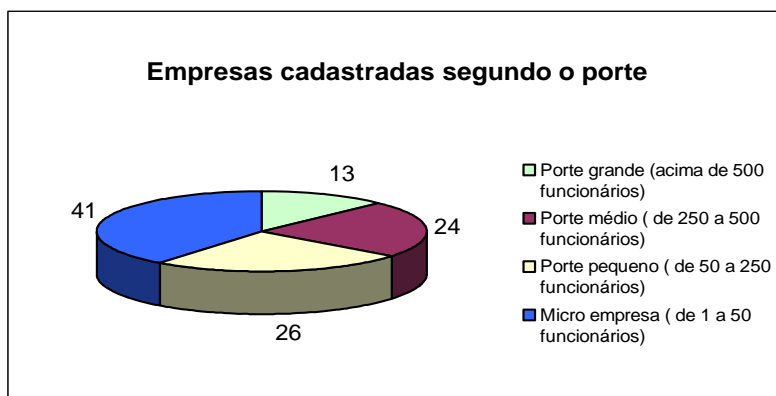


Gráfico 1: Empresas cadastradas segundo o porte
Fonte: Sindicato da Indústria de Calçados de Franca/SP

Deste universo priorizaram-se as empresas de médio e grande porte por consistirem no espaço de realização das atividades profissionais da pesquisadora na área de desenvolvimento humano. Em tais empresas foi registrada preocupação com a construção do saber dos trabalhadores nos seus aspectos sócio-profissionais.

Assim, após orientação de profissional da área de estatística selecionou-se uma amostra aleatória (através de sorteio) de 20% do total desse universo, percentual considerado representativo para os objetivos da pesquisa, ou seja, 8 (oito) empresas, sendo 3 (três) de porte grande e 5 (cinco) de porte médio. Dessas empresas calçadistas, 7 (sete) exportam seus produtos para os Estados Unidos e Mercosul, operando também com vendas no mercado interno e 1 (uma), de porte médio, atua apenas no mercado interno, com a venda de seus produtos (calçados masculinos e femininos) para todo território nacional. São empresas tradicionais na cidade, com aproximadamente 30 anos de existência e forte presença no mercado calçadista brasileiro. As empresas pesquisadas apresentavam 2.860 trabalhadores, sendo que 80% - 2.298 – concentravam-se na área produtiva conforme ilustra o Gráfico 2.

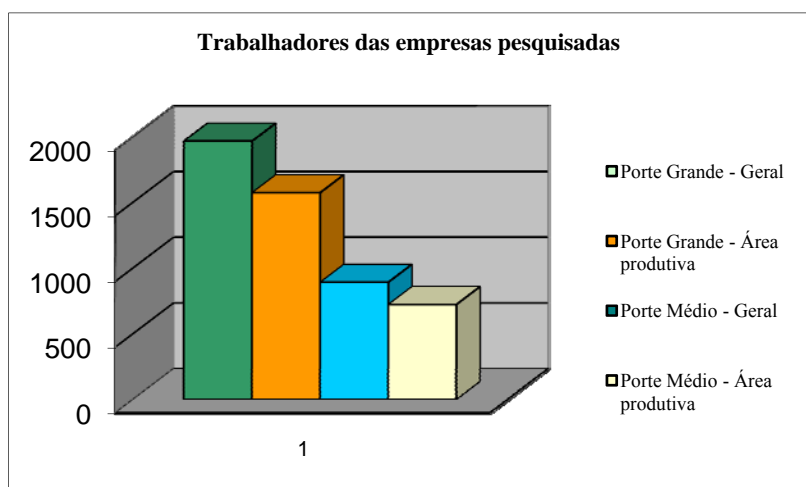


Gráfico 2 Trabalhadores das empresas pesquisadas
Fonte: Sindicato da Indústria de Calçados de Franca

É importante salientar que embora sejam consideradas empresas de médio porte pelos critérios do sindicato da indústria, observou-se uma oscilação grande no número de trabalhadores existentes nessas empresas quando da realização da pesquisa.

Questionou-se as razões das reduções observadas nesse aspecto aos representantes das empresas com os quais se manteve contato para a realização da pesquisa. Estes relataram que parte do trabalho de produção encontra-se terceirizado e a composição do quadro efetivo de trabalhadores da área produtiva oscila em demasia em função do mercado

A escolha da pesquisadora pela área produtiva fundou-se na constatação em sua prática profissional de que os trabalhadores da classe operária, das indústrias de calçados, são os que apresentam maior necessidade de adaptação à nova estrutura organizacional, às exigências de novos conhecimentos e às novas relações de trabalho e poder advindas do momento histórico determinado pela reestruturação produtiva.

Os trabalhadores foram selecionados de forma aleatória (por sorteio), compreendendo 10% do total pesquisado, ou seja, 224 trabalhadores da área produtiva, independente da função desempenhada ou o grau de escolaridade. Por precaução, foram selecionados vários setores visando garantir a representatividade de toda área produtiva, a saber: corte preparação, chanfração, pesponto, montagem, moldação, acabamento e planejamento.

Considerando que a educação para o trabalho ocorre no processo produtivo, mas não exclusivamente no interior da indústria, investigou-se outras instituições presentes na vida profissional do trabalhador como o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Calçados de Franca a escola SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), escola profissionalizante com presença marcante na cidade na área calçadista.

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados que permitiu a compreensão das situações apresentadas pelos sujeitos selecionados foram: as observações e percepções da pesquisadora em sua prática profissional, que possibilitou a apreensão das dimensões contraditórias do processo educativo e de trabalho; entrevista e questionários aplicados a diretores, encarregados dos departamentos de gestão de pessoas e aos trabalhadores objetivando realizar um cruzamento de dados e apreender a realidade das duas categorias, trabalhadores e empresários, contexto em que se estabelece o conflito de classes sociais e das relações capital-trabalho.

Na elaboração dos questionários destinados aos trabalhadores, compostos de questões abertas e semiabertas, teve-se o cuidado de organizá-lo considerando o tipo de perguntas, a ordem de colocação, o agrupamento conforme o tema e sua formulação clara e objetiva, sendo estruturado em três momentos: caracterização do trabalhador, o trabalhador e sua profissão e o trabalhador e a empresa. Nesse último aspecto introduziu-se um espaço para registro livre da palavra objetivando captar outras impressões não previstas no questionário e enriquecer o conteúdo a ser interpretado.

Para os profissionais do departamento de gestão de pessoas elaborou-se um questionário com perguntas abertas, estruturado de forma a obter informações sobre a cultura organizacional e política de recursos humanos, além de captar suas impressões sobre o mundo do trabalho e educação do trabalhador.

E, finalmente, o questionário para os empresários consistiu em perguntas abertas envolvendo a cultura organizacional, o mundo do trabalho e a educação dos trabalhadores.

Após a elaboração, os questionários foram testados, aplicando-os a uma pequena população escolhida (15 pessoas, trabalhadores, empresários e encarregado da área de gestão de pessoas), em uma empresa em que a pesquisadora realizava assessoria na área de desenvolvimento humano. Para a escolha dos trabalhadores, teve-se o cuidado de manter os critérios apontados anteriormente: que exerciam funções em vários setores da área produtiva e grau de escolaridade diferenciado.

Posteriormente realizou-se reunião com essas pessoas objetivando o levantamento de dificuldades e dúvidas, subsidiando as correções e reformulação dos questionários.

A aplicação definitiva dos questionários aos trabalhadores da área produtiva resultou nos dados e informações prestadas por 203 pessoas, sendo 61 de empresas de porte médio e 142 de empresas de porte grande. O material coletado foi analisado e interpretado, utilizando-se fichas, tabulações, gráficos, quadros, tabelas e outros visando instrumentalizar o material coletado e favorecer a apresentação do resultado da pesquisa.

No processo de coleta de dados realizou-se a investigação bibliográfica, procurando autores que estudam e/ou trabalham o conceito de trabalho e educação, permitindo um aprofundamento dos acontecimentos a nível nacional e possibilitando um balanço crítico da situação brasileira. Investigou-se também o acervo das bibliotecas da cidade de Franca e pesquisas realizadas em áreas afins objetivando uma leitura da realidade local.

Paralelamente buscou-se dados no Sindicato dos Trabalhadores e no Sindicato da Indústria de Calçados de Franca, na Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Delegacia de Ensino de Franca, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), entre outros, para subsidiar a questão da forma de inserção dos operários no mundo do trabalho e suas lutas individuais e coletivas visando à manutenção do emprego.

É importante ressaltar no processo de coleta de dados duas empresas se recusaram a participar da investigação alegando que a pesquisa poderia gerar expectativas nos trabalhadores e posteriormente, a empresa não teria condições de satisfazê-las. Diante desse entrave, foram sorteadas duas outras organizações completando o quadro a ser investigado, ou seja, oito indústrias conforme os critérios registrados anteriormente para a seleção da amostra, das quais em sete delas a pesquisadora já desenvolveu atividades na área de desenvolvimento humano.

A pesquisadora estabeleceu contato pessoal com cada uma dessas empresas, explicando aos diretores da área produtiva e aos encarregados dos departamentos de gestão de pessoas os motivos e importância dessa investigação, objetivando compreender o processo educativo dos trabalhadores na indústria de calçados de Franca.

Assim, solicitou-se a colaboração e participação nesse processo, bem como a permissão para, após o sorteio dos sujeitos, aplicar o questionário na medida da disponibilidade dos trabalhadores visando garantir o retorno dos mesmos com as informações necessárias.

Não foi possível o contato pessoal com os trabalhadores de todas as empresas para a aplicação dos questionários, quando então solicitamos aos colaboradores desse processo, empregados da própria empresa, que:

explicasse de forma breve e clara os objetivos da pesquisa de modo a despertar no trabalhador o interesse em responder o questionário;

informasse aos pesquisados que os dados registrados seriam mantidos em sigilo evitando o receio dos mesmos de serem identificados posteriormente;

deixasse o trabalhador pesquisado à vontade para responder o questionário, na empresa ou em sua residência, registrando a necessidade do retorno das informações, no máximo, após sete dias da entrega do mesmo.

O contato pessoal da pesquisadora com os trabalhadores aliado ao conhecimento e bom vínculo com a maioria dos operários favoreceram o retorno dos questionários devidamente preenchidos. Nas empresas de porte grande, 91% dos questionários foram respondidos, representando 70% da amostra. E nas empresas de porte médio registrou-se o retorno de 61 questionários, representando 30% da amostra, conforme ilustra o Gráfico 3.

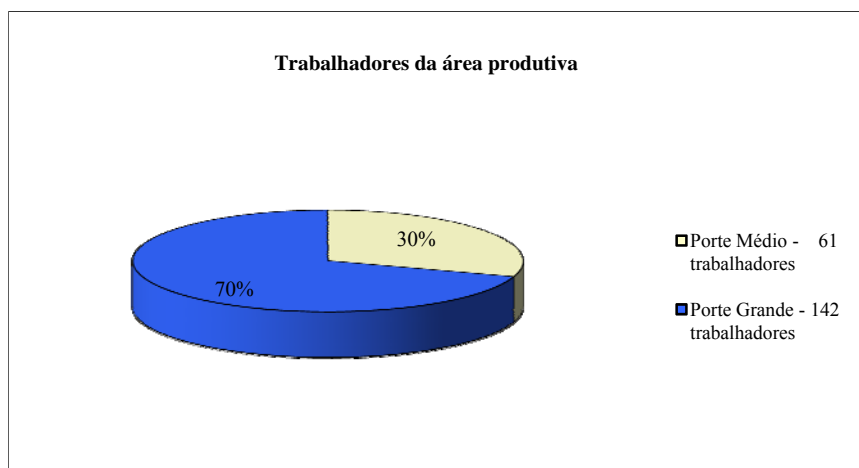


Gráfico 3 Trabalhadores entrevistados da área produtiva
Fonte: Produzido pela pesquisadora

Dos diretores e encarregados do departamento de gestão de pessoas obteve-se adesão de 100%, salientando que alguns entrevistados optaram por responder ao questionário sem intermediação da pesquisadora.

É importante relatar que foi preservado o nome das empresas pesquisadas garantindo as mesmas sigilo quanto à identificação realizando para isso o termo de consentimento livre e esclarecido.

Para esse grupo de entrevistados aplicou-se a mesma dinâmica de esclarecimentos sobre o objetivo da pesquisa e o instrumento de coleta de dados, dirimindo dúvidas em relação às questões formuladas visando sua compreensão clara e a garantia das informações.

A organização e análise dos dados realizaram-se por tabulação, seguindo o critério de agrupamento de respostas semelhantes para as questões abertas, cuidando para que os dados e informações coletados fossem tratados de forma a não alterar o seu sentido. Assim, todos os dados foram agrupados em tabelas e quadros com número de ocorrências e porcentagem ou apenas a porcentagem, em números absolutos ou médias percentuais.

Os dados e informações coletados junto aos diretores e encarregados dos departamentos de gestão de pessoas serão agregados à visão dos trabalhadores, permitindo uma análise mais rica e esclarecedora. Os dados obtidos junto aos operários pesquisados foram trabalhados sob a ótica do trabalhador enquanto sujeito da sua história.

A distinção entre empresa de porte médio ou grande objetivou registrar possíveis diferenças no processo educativo e de trabalho dos pesquisados nessas realidades. A análise dos dados e informações não foram estanques e fragmentadas, mas resguardadas as possíveis diferenças, o processo de interpretação e análise ampliou-se no sentido de retratar a realidade dos trabalhadores francanos nas indústrias de calçados.

Os módulos ficaram identificados da seguinte forma:

Caracterização sócio-econômica e cultural: apresentou as características dos trabalhadores pesquisados nesses aspectos, situando-os em um contexto micro – a comunidade de Franca e macro – a realidade do país;

O Trabalho e o trabalhador: buscou apreender as relações de trabalho no interior das indústrias de calçados, a cultura organizacional e suas implicações no mundo do trabalho do operário francano.

A Educação e o trabalhador: estabeleceu o processo educativo e o que este representa para os trabalhadores e também a forma como as relações educacionais são gestadas na empresa.

A Relação entre Trabalho e Educação

Frente à realidade pesquisada foi possível constatar na presente investigação que se mudaram mais os discursos do que as relações produtivas e educativas. Verificou-se que o trabalhador será tão mais eficaz em sua prática revolucionária, enquanto classe oprimida, quanto mais fizer uma leitura e compreensão do presente a partir da história de como a relação de produção e educação foi sendo gestada de forma fragmentada e desigual. Assim, através de seu passado e da sua vivência presente poderão construir um futuro enquanto cidadão trabalhador, ator e sujeito de sua história.

Para tanto, os desafios são grandes considerando que as condições objetivas preconizadas pelo discurso capitalista são democráticas e favoráveis, escondendo a velha dominação sob nova roupagem, exercidas de forma mais sutil e por isso, mais eficiente.

Assim, chegou-se ao mundo do trabalho, onde se pode reconhecer como a divisão do trabalho criou gerações de trabalhadores insatisfeitos, desmotivados e alienados do produto e do domínio do conteúdo global do seu trabalho, ou seja, desprovido da relação entre o saber fazer e o saber pensar.

Constatou-se também que os avanços advindos da nova visão de organização das últimas décadas e os avanços tecnológicos subvertem a divisão do trabalho e o caráter autocrático, trazendo formas mais participativas, grupais, autônomas e flexíveis ao desenvolvimento do trabalho, não significando que sejam por isso democráticas, ainda que constituam patamares superiores que favoreçam o desenvolvimento humano, ou seja, das condições subjetivas. O trabalhador necessita sentir que é parte importante de um trabalho coletivo, não um fragmento sem significado, que pode ser substituído a qualquer momento.

Ainda no mundo do trabalho, foi possível analisar a atuação dos sindicatos sob o impacto da reestruturação produtiva, despreparados para enfrentar os impasses e desafios decorrentes do desemprego, das inovações organizacionais, da terceirização, entre outros. “Os sindicatos foram forçados a assumir uma ação cada vez mais defensiva, cada vez mais atada à imediatidade; à contingência, regredindo sua já limitada ação em defesa de classe no universo capital” (ANTUNES, 2006, p.148 grifo do autor).

Analisou-se a educação, cuja proposta pedagógica da escola formal encontra-se comprometida com os interesses da classe dominante, em nome do crescimento econômico. Apesar dos avanços significativos verificados na educação profissional e formal, ambas necessitam se reposicionar, atendendo também as necessidades e interesses do trabalhador, ou seja, precisam encontrar um ponto de equilíbrio entre as expectativas de mercado, visto que as pessoas necessitam trabalhar e sobreviver e a necessidade de realização humana, que deve ser capaz de contrapor-se ao mercado. privilegiando o objetivo e a ética da cidadania sobre a produtividade.

Ao inserir Franca neste contexto do mundo do trabalho e educação foi possível avaliar que a realidade francana vivencia um momento de transição, decisivo para uma tomada de consciência coletiva do trabalhador. Não se quer dizer com isto que não existam trabalhadores identificados com o discurso e ação das minorias privilegiadas e que tendo a oportunidade de usar de forma diferente seu potencial criativo e talentos, reproduza o que até o momento recriminou.

Dentro desse momento de transição, observou-se que o empresário francano não se distingue da maioria dos empresários brasileiros diante das exigências do mercado globalizado e competitivo, adotando estratégias de superação das dificuldades com vistas à sua permanência no mercado.

Foi possível conhecer a trajetória de luta de uma categoria profissional (sapateiros), que combateu as injustiças advindas das relações de trabalho, com conquistas significativas de melhores condições de vida e dignidade humana para os trabalhadores. Atualmente, se depara com os impasses e desafios advindos da reestruturação produtiva, limitando sua ação efetiva em relação à sua finalidade enquanto entidade de representação dos interesses da categoria.

Pode-se compreender historicamente como as políticas das elites retardaram o crescimento e amadurecimento educacional da comunidade francana, principalmente das classes populares, que não possuíam acesso à educação. À expansão econômica não correspondeu o reconhecimento dos direitos civis na mesma proporção. O conservadorismo das classes dominantes locais impedia quaisquer chances de inclusão popular aos direitos de cidadania. Apesar deste momento ter sido relativamente superado pelo desenvolvimento econômico, deixou marcas profundas na classe menos favorecida nos aspectos culturais, sociais e políticos, especialmente nos operários, população que norteou a presente pesquisa.

Ao analisar as condições de trabalho dos operários, verificou-se a precariedade do mundo do trabalho dessa categoria considerando três aspectos principais: o achatamento salarial; a ausência de oportunidades e instabilidade no emprego, principalmente dos trabalhadores que exercem as funções cuja qualificação exigida restringe-se à experiência profissional e a organização do trabalho, que continua assentada nos princípios tayloristas, embora nos últimos anos tenha assumido uma dimensão mais humana e adequada às novas exigências do mercado. Inserido nessa realidade o trabalhador percebe o trabalho como um meio de sobrevivência, não o dimensionando também como essencial à vida enquanto realização humana.

O caráter conservador da “modernização” evidencia-se ao se abordar a longa jornada de trabalho e as condições cansativas e monótonas em que o trabalhador exerce suas funções profissionais, comprometendo outras áreas de sua vida pessoal: o estudo, o lazer, as relações afetivas e familiares, entre outras.

Esse caráter também é observado ao se analisar a cultura organizacional das empresas. As políticas de gestão de pessoas, em sua maioria, são desestimulantes e não-participativas. As empresas não conseguem o envolvimento dos trabalhadores em suas metas e objetivos, dificultando o crescimento pessoal e profissional e utilizando dessa política para controle dos trabalhadores. Como exemplo pode-se citar a política de cargos e salários, que individualiza os trabalhadores,

incentivando-os a uma disputa que tem como base grande número de faixas salariais e diversidade de funções, tornando-se mais difícil a movimentação entre os vários postos de trabalho.

As empresas necessitam avançar em suas políticas internas, especialmente na questão salarial, sendo o sistema de participação nos resultados um dos caminhos mais viáveis para reverter positivamente o quadro sócio - econômico dos trabalhadores da comunidade francana.

Outro aspecto evidenciado nesse modelo conservador de “modernização” refere-se à valorização do ser humano, fundado em ações de caráter paternalista. A empresa torna-se responsável pelo atendimento das muitas necessidades da vida do trabalhador, que espera essa atuação através da concessão de benefícios que, se por um lado contribuem enquanto remuneração indireta, por outro, não possibilita ao mesmo desvincular-se da empresa, organizando sua vida de forma independente.

Neste sentido, a julgar pelas informações positivas registradas por grande parte dos trabalhadores, principalmente nas empresas de grande porte, considera-se que a satisfação no trabalho apontada tem uma relação direta com a concessão de tais benefícios visto que os movimentos reivindicatórios sindicais encontram-se lentos, em processo de organização de estratégias para uma futura ação. Assim, a hegemonia da classe dominante se solidifica mais uma vez.

Em relação à educação, pode-se afirmar um interesse maior dos empresários em proporcionar uma melhor qualificação profissional aos operários, assentada nos princípios da maior flexibilidade e novo perfil do trabalhador. Porém, essa iniciativa mostrou-se restrita na medida em que as oportunidades educacionais oferecidas direcionam-se prioritariamente para a relação de produção, atribuindo menor importância a outras necessidades do trabalhador. A característica de produção artesanal do calçado e o lento avanço tecnológico presenciado nas indústrias não favoreceu o investimento na qualificação profissional do trabalhador que é ainda contabilizado apenas como custo e não considerado um recurso primordial do processo produtivo. Considerando a característica de produção artesanal do calçado e o lento avanço tecnológico presenciado nas indústrias, o investimento na qualificação profissional do trabalhador deveria ser considerado um recurso primordial do processo produtivo e não contabilizado apenas como custo nesse processo.

A perspectiva de uma nova possibilidade de educação para o trabalho evidencia-se ao romper essa visão e, gradativamente, estabelecer novos padrões e parâmetros nesse processo, redirecionando a educação para os interesses do trabalhador. Investir em sua formação básica (formal e técnica) é fator essencial para atender as exigências do mundo atual.

Significa uma formação que ofereça privilégios ao desenvolvimento crítico e da capacidade de aprendizado do trabalhador. Encontrar formas viáveis para enfrentar concretamente a questão da educação do trabalhador, aproveitando as contradições existentes na relação trabalho - educação e rompendo com seu círculo de dominação é uma tarefa política da maior relevância, a ser assumida coletivamente pelos trabalhadores e demais profissionais comprometidos com seus interesses.

É um processo lento visto que o trabalhador acompanha o desenrolar dos acontecimentos, ora inseguro, ora tentando desmistificar as ideologias contidas em gestos e posturas, ora conivente com a sua condição atual. A ação conjunta e integrada a que se referiu anteriormente destaca a necessidade da atuação de departamento de gestão de pessoas para a efetivação dessa proposta.

Nesse sentido, encontram-se profissionais da área de humanas com uma visão dicotomizada, separando a consciência racional das vivências emocionais, valorizando a racionalidade e sufocando as reações emocionais nas relações de trabalho, como se fossem prejudicar a produtividade do trabalhador. Assim torna-se necessário alterar a postura de profissionais como assistentes sociais, psicólogos, administradores de empresa, entre outros, que compõem a área de recursos humanos inserida na empresa e/ou nas escolas profissionalizantes, para que estes colaborem de forma mais comprometida nesse processo.

O objetivo desta área de humanas (constituída ou não de maneira formal na organização) será a gestão de pessoas visando o desenvolvimento de talentos. A prática profissional da pesquisadora possibilitou o registro de diversas ações articuladas que, dentro dessa linha de atuação, oportunizam a ampliação das perspectivas de desenvolvimento das pessoas, voltada para as necessidades do trabalhador e não somente para o trabalho. Algumas sugestões podem ser apontadas dentro dessa finalidade de integração e mudanças:

integração de emoções: para o equilíbrio interpessoal e intrapessoal no mundo do trabalho;

projetos desafiadores: que atendam as necessidades dos diversos grupos de acordo com suas expectativas e projetos de vida, resgatando a satisfação e dignidade das pessoas pelo trabalho;

desenvolvimento de talentos: em suas diversas manifestações abrangendo o ser humano como um todo, da sua dimensão afetiva à técnica- profissional;

criação de espaços coletivos: que oportunizem a discussão e crescimento pessoal, valorizando a criatividade, a cultura, o uso de potencialidades de forma construtiva nos vários sentidos da vida.

Assim, ao concluir o presente estudo, acredita-se que o objetivo proposto foi alcançado de forma satisfatória, contribuindo no conhecimento do significado da relação trabalho e educação no contexto do processo produtivo das indústrias de calçados de Franca como também na sedimentação de uma concepção de educação para o trabalho, transformadora e coerente com as necessidades do trabalhador.

Aprender a aprender e saber pensar, para intervir de modo inovador, são as habilidades indispensáveis do cidadão.

Referências

- ANTUNES, R. (2006). Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez: UNICAMP.
- CANÔAS, J. W. (1983). Nas pegadas dos sapateiros: os sindicatos em Franca-SP. Franca: UNESP-FHDSS: Prefeitura Municipal.
- CHIAVENATO, I. (1995). Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos. Rio de Janeiro: Campus, 1995.
- CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2003. (Biblioteca da educação, Série 1, v. 16).
- DEMO, P. (1989). Metodologia científica em ciências sociais. 2.ed. rev.ampl. São Paulo: Atlas.
- DELORS, J. (1998). Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO: MEC.
- FERNANDES, R. (1995). O trabalho no Brasil no limiar do século XXI. São Paulo: LTr.
- FREIRE, P. (1974). Educação como prática da liberdade. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FURTER, P. (1974). Educação permanente e desenvolvimento cultural. Petrópolis: Vozes.
- GADOTTI, M. (1983). Concepção dialética da educação: um estudo introdutório. São Paulo: Cortez: Autores Associados.
- GOMEZ, C. M. (1989). Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador. 2. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados.
- KUENZER, A. Z. (2002). Pedagogia de fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador. 6.ed. São Paulo: Cortez.
- LEITE, Márcia de Paula (1997) (Org.). O trabalho em movimento: reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil. São Paulo: Papirus.
- MATTOSO, J. E. L. (1995). A desordem no trabalho. São Paulo: Scritta.
- OLIVEIRA, C. R. (1995). História do trabalho. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- SOUZA, S. T. (2000). A educação escolar em meio aos imperativos da modernização: (Franca: 1961 a 1971). 2000. 193 f. Dissertação (Mestrado em História)-Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2000.

O desemprego e as políticas de emprego e renda do governo federal no período recente: uma análise da gestão Fernando Henrique Cardoso

Jorge Souza Alves
Universidade Federal da Paraíba
jorge.alves@ibge.gov.br

Eliane Monteiro Moreira
Universidade Federal da Paraíba
emmoreira@uol.com.br

Resumo: Na década de 1990, a economia brasileira foi fortemente afetada pelas transformações nas estruturas produtivas, nas formas de organização e gestão da produção e do trabalho, e nas relações de trabalho, que alteraram profundamente o mercado de trabalho. Um dos fenômenos que mais chamou a atenção foi o aumento do desemprego, que cresceu de forma vertiginosa já nos meados da década. A partir de diagnósticos sobre as causas do desemprego no país, o Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) lançou várias medidas voltadas para a geração de emprego e renda no país, mas, entretanto, não lograram êxito. O objetivo do presente artigo é analisar os fatores que contribuíram para o crescimento deste fenômeno que marcou a realidade brasileira nesta década, à luz de algumas das principais teorias econômicas e sociológicas, bem como de políticas de emprego e renda empreendidas nas duas gestões do Governo FHC (1995/1998 e 1999/2002). Uma das conclusões à que se chegou foi de que o insucesso dessas políticas está associado aos equívocos nos diagnósticos oficiais, interferindo diretamente nas políticas implementadas, que encontraram muitos obstáculos e ficaram muito aquém do que se esperava, pois atuaram marginalmente sobre a demanda e a oferta de força de trabalho, bem como sobre os principais grupos sociais afetados. Soma-se a isto também o fato de terem sido postas em prática num contexto de estagnação econômica.

Palavras-chave: reestruturação produtiva, desemprego, teorias do desemprego, políticas de emprego e renda.

Introdução

O contexto mundial contemporâneo está marcado pela globalização dos fluxos comerciais, produtivos, tecnológicos e financeiros, sob o “comando” de verdadeiros atores globais (as empresas multinacionais) que, concomitante à crise dos Estados nacionais e aos movimentos de descentralização das ações estatais no Brasil, ocorridas especialmente a partir da Constituição de 1988, impõem novos desafios aos atores que operam em espaços regionais e locais.

Por outro lado, faz-se presente também a necessidade de combater a pobreza e o quadro de profundas desigualdades sociais no país. Esta tarefa não cabe exclusivamente ao Estado, à sociedade ou ao mercado, e sim ao conjunto da sociedade,

mas o Estado assume um papel mais central e fundamental no que diz respeito à sua função de regulação e mesmo de produção de determinados serviços sociais básicos, quanto maior for a magnitude da pobreza e da desigualdade social, seja nos níveis nacional, estadual ou municipal.

Pretende-se analisar neste ensaio as políticas de trabalho e renda desenvolvidas no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), nos seus dois mandatos (1995/1998 e 1999/2002). Para tanto, dividiu-se o ensaio em cinco seções, sendo que a primeira é constituída desta introdução. Na segunda, será feita uma breve descrição da conjuntura sócio-econômica da década de 1990, de forma entendermos o contexto em que foram implementadas as políticas de emprego e renda no Governo FHC. A terceira seção fará um levantamento das principais teorias econômicas e sociológicas que tratam do tema em questão, de forma a termos elementos básicos necessários para a análise dos programas de emprego e renda no Governo FHC, cuja análise será empreendida na seção seguinte.

A quinta e última seção, por sua vez, conterà algumas considerações finais sobre o objeto deste ensaio.

1. A conjuntura do mercado de trabalho brasileiro na década de 1990

Na década de 1990, a economia brasileira foi fortemente afetada pelas transformações nas estruturas produtivas, nas formas de organização e gestão da produção e do trabalho, e nas relações de trabalho, que alteraram toda a estrutura do mercado de trabalho (níveis de emprego e salários, composição por setor, perfil das ocupações, formas de contratação etc.).

Para entender este processo, deve-se lembrar que sua gênese está relacionada à crise do padrão de desenvolvimento brasileiro, ocorrida a partir da segunda metade dos anos 1970, vindo a se materializar na crise fiscal-financeira do Estado brasileiro, na aceleração inflacionária e na predominância do ciclo vicioso de estagnação/recessão, em detrimento do crescimento econômico. Essa crise acontecia num contexto marcado pela continuidade da estruturação do mercado de trabalho em bases fordistas, que tinha como principal característica o aumento contínuo do emprego formal. Verificava-se, também, a relativa estabilidade das taxas de desemprego que, apesar disso, apresentava-se ainda alta para os padrões internacionais.

A partir de meados década de 1980, adotaram-se vários planos econômicos com o intuito de estabilizar a economia e proporcionar as condições para o retorno ao crescimento econômico.

As transformações ocorridas na economia brasileira, no início da década seguinte, estimularam os processos de reestruturação produtiva e globalização econômica que, junto com a reforma do Estado, promoveram mudanças significativas no mercado de trabalho. As mudanças no cenário financeiro internacional (com a diminuição das taxas de juros e o aumento da liquidez), proporcionaram a entrada de recursos financeiros externos e viabilizaram uma mudança radical na política comercial do país. Em nome da modernização do aparelho produtivo e seguindo a ótica da liberalização dos mercados, o governo promoveu a abertura dos mercados comercial e financeiro, diminuiu e/ou suprimiu os mecanismos de regulamentação dos mercados, e promoveu a sobrevalorização da moeda nacional (a partir de 1994), de forma a estimular o aumento da competitividade internacional.

A combinação destes fatores contribuiu para tornar a balança comercial deficitária, e acirrou a concorrência inter-capitalista, de forma a forçar as empresas que operavam nos mercados locais a rebaixarem suas margens de lucro via redução de preços, o que ajudaria no combate à inflação. Isso atingiu especialmente as bases das cadeias produtivas, induzindo as empresas a modificarem suas estratégias de atuação, com a adoção de vários procedimentos, de forma desigual e combinada.

Promoveu-se a racionalização da produção, através de inovações de produtos e de processos, o abandono de linhas de produtos, a modernização de máquinas e equipamentos (especialmente via importações), a terceirização de atividades, a busca de parcerias, medidas visando à redução de custos (sobretudo com mão-de-obra), dentre outras. Por outro lado, houve o fechamento de empresas menores e/ou menos dinâmicas, concomitante com a adoção de fusões, aquisições, transferências de controle acionário etc.¹, por parte das empresas modernas e dinâmicas, resultando num processo de centralização de capitais, caracterizado pela concentração da produção e da propriedade nas mãos de poucos grupos econômicos.

Também fez parte deste processo o deslocamento de empresas dos grandes centros econômicos para outras regiões do país, atraídos especialmente pelas políticas dos governos subnacionais (Estados, Distrito Federal e Municípios) de atração de novos investimentos produtivos, via incentivos creditícios, fiscais etc. O Centro-Oeste (agroindústrias) e o Nordeste (têxtil, calçados e automóveis) são exemplos disso, tendo sido as Regiões que mais conseguiram absorver empresas.

Dada a continuidade de pressões inflacionárias, o Governo Federal reagiu instituindo normas que diziam respeito aos salários e às negociações coletivas de trabalho, como o fim da política salarial em julho de 1995. Por outro lado, adotava mecanismos que permitiam a flexibilização das remunerações, por meio da concessão de abonos salariais a título de participação nos lucros e/ou resultados das empresas (Medida Provisória nº 794/94, transformada na Lei nº 10.101/00), bem como da flexibilização da jornada de trabalho (banco de horas) e da contratação por tempo determinado (Lei nº 9.601/98), através da celebração de acordos coletivos de trabalho.

No caso do setor público federal, dava-se continuidade à reforma do Estado brasileiro, no sentido de sua redução e da obtenção de equilíbrio fiscal-financeiro, visando a estabilidade econômica. Para tanto, foram feitas as reformas fiscal

¹ Foram dados estímulos às práticas de fusões e aquisições no setor financeiro privado, com a instituição do Programa de Estímulo à Reestruturação e o Fortalecimento do Sistema Financeiro (PROER), através de subsídios públicos. Em outros setores, como o têxtil e o calçadista, foram abertas linhas de financiamento visando a modernização das grandes empresas, através do BNDES.

(aumento de tributos, redução de gastos, concessão de serviços públicos etc.), patrimonial (privatizações², extinção e fusão de empresas e órgãos públicos), administrativa (medidas visando à contenção de gastos com pessoal³, ampliação da terceirização e/ou da contratação de servidores não efetivos e por tempo determinado), previdenciária e monetária. Além disso, o Governo Federal adotou medidas visando “desafogar-se” da crescente pressão por gastos sociais, com a transferência de competências (obrigações) para os governos subnacionais em diversas áreas (saúde, educação, política agrária etc.), bem como para a sociedade civil organizada, seja através das chamadas Organizações Sociais – OS’s (Lei nº 9.637/98), seja através das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP’s (Lei nº 9.790/99). Em relação aos governos subnacionais, a crise por estes vivida e a fragilidade política resultante da mesma, levou o Governo Federal a condicionar sua ajuda no saneamento de suas finanças, nos mesmos moldes que este vinha promovendo em nível nacional, em troca da revisão dos acordos de rolagem das dívidas.

Analisando a performance da economia brasileira na década de 1990, percebeu-se a existência de períodos cíclicos de crescimento, estagnação e de recessão, de forma que, no cômputo geral, o crescimento econômico foi medíocre, o menor do século XX.

Apesar de o governo ter implantado políticas voltadas para a geração de emprego e renda no Brasil (como se verá na seção 3), visualizou-se o agravamento dos principais indicadores relacionados ao emprego, destacando-se a elevação das taxas médias anuais de desocupação (desemprego), que, de acordo com os Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), passou de 2,2% em 1980, para 5,4% em 1991, e 15,3% em 2000, e o número de desocupados de 964,2 mil, em 1980, para 3,2 milhões, em 1991, e 11,8 milhões, em 2000, com crescimentos relativos de 228,0% e 274,3%, entre 1980/1991 e 1991/2000, respectivamente. Entre os desempregados, aumentou o tempo médio de procura por trabalho, agravando a situação dos mesmos. Estima-se que tenham sido eliminados mais de três milhões de empregos formais no Brasil, nos anos noventa.

Outros aspectos a se considerar foram o aumento do tempo médio de procura de trabalho por parte dos desempregados, mudanças na composição das ocupações⁴, aumento da precarização nas relações de trabalho, e uma enorme expansão dos assalariados sem carteira assinada⁵ e dos autônomos⁶. Por outro lado, a reestruturação empresarial colocou novos requisitos de desempenho profissional que se revelavam em outras exigências, em termos de educação e treinamento dos trabalhadores.

O ajuste quantitativo do emprego formal para baixo e as altas taxas de crescimento da População Economicamente Ativa (cerca de 1,5 a 2 milhões de novos ingressantes ao ano no mercado de trabalho), fizeram com que a criação de emprego fosse insuficiente em quantidade e qualidade, pois o crescimento do desemprego e o acirramento da disputa por novos postos de trabalho contribuíram para o rebaixamento dos atributos das novas ocupações, pelo menor rendimento e pela fragilidade do vínculo empregatício. Na verdade, as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores no mercado de trabalho foram generalizadas, pois estavam associadas à satisfação de necessidades como educação, saúde, remuneração, segurança, dentre outras (Mattoso, 1999).

Portanto, a nova orientação da política econômica empreendida nos anos 1990, que combinou estratégias de estabilização econômica e globalização, foi paulatinamente trazendo dificuldades adicionais para o crescimento e a produção nacionais, de forma que o fraco dinamismo técnico-organizacional das principais empresas privadas, e a crescente incapacidade do Estado em ampliar os investimentos econômicos e sociais, estreitaram enormemente as possibilidades de integração sócio-econômica da população, por meio da geração de empregos e do acesso aos serviços públicos.

Tendo visto a conjuntura sócio-econômica que resultou na elevação do desemprego no Brasil, vamos fazer uma breve revisão das bases teóricas do debate sobre o desemprego, tanto na economia, quanto, especialmente, na sociologia.

2. O desemprego: teorias e políticas de emprego e renda

² Em termos de Governo Federal, foram privatizadas empresas de ramos industriais (petroquímico, siderúrgico, mineração e fertilizantes) entre 1990 e 1994, e, em seguida, dos ramos de serviços (telecomunicações, energia, transportes e bancário), a partir de 1995. As privatizações de empresas estatais, nas três esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal), estimularam o processo de centralização de capitais (foram compradas por grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros), e certamente contribuíram com o processo de reestruturação nos mercados de trabalho dos setores/ramos em que estas atuavam, o que mereceria uma reflexão aprofundada, que não será realizada neste trabalho.

³ As principais medidas adotadas foram o “enxugamento” dos quadros de pessoal, promovidos pela implantação do Programa de Desligamento Voluntário (Lei nº 9.468/97), concomitantemente à não reposição dos cargos vagos a qualquer título, a limitação dos gastos globais com salários, bem como a concessão de gratificações e/ou aumentos de forma diferenciada aos servidores públicos, contrariando as práticas até então vigentes, de concessão geral e linear de reajustes salariais.

⁴ Entre 1980 e 2000, houve uma maior diversificação das ocupações, especialmente com o crescimento do setor terciário (em detrimento dos setores primário e secundário), trazendo uma maior heterogeneidade à classe trabalhadora. Segundo os Censos Demográficos, este setor cresceu 17,5 pontos percentuais entre 1980 e 2000 (passou de 41,6% do total dos ocupados, para 59,1%, respectivamente), sendo mais intenso o crescimento nos ramos de Serviços, do que no de Comércio. Por outro lado, caiu a participação relativa dos ocupados na Agropecuária, Extrativa Vegetal, Silvicultura e Pesca (de 30,0%, para 18,5%, respectivamente), na Indústria de Transformação (de 18,0%, para 14,2%), bem como na Construção Civil (de 7,5%, para 7,0%, respectivamente).

⁵ Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a participação dos empregados sem carteira de trabalho assinada no total dos ocupados, que já era elevada, passou de 31,8%, em 1992, para 34,1%, em 2002, no país.

⁶ De acordo com os Censos Demográficos, o total de ocupados por conta-própria passou de 10,5 milhões em 1980, para 14,3 milhões em 1991, e 15,4 milhões em 2000. Sua participação no total dos ocupados, entretanto, caiu de 25% em 1980, para 23,5% em 2000. É necessário, entretanto, fazer uma ressalva acerca dessas considerações sobre esse grupo, devido à criação, no Censo 2000, do grupo dos ocupados na produção para o próprio consumo (que representava 3,1% do total dos ocupados), cujos membros do mesmo antes eram contabilizados neste grupo. O mais importante a ressaltar-se é, aqui, é a continuidade da forte participação do trabalho por conta-própria no total dos ocupados (quase ¼ dos ocupados), significando a continuidade de atividades informais e precárias, na maioria dos casos.

Nas últimas décadas do século passado, cresceu o debate em torno das causas do desemprego, pois seu crescimento fez retornar ao primeiro plano das preocupações sociais. Velhas e novas explicações foram colocadas no confronto, para interpretar os motivos desse crescimento em todo o mundo ocidental. Cada uma das ciências sociais desenvolveu seu enfoque e alcançou uma profundidade notável, incorporando sistemas de medida e modelos teóricos cada vez mais complexos, cujas variáveis explicativas se misturam e são manejadas indistintamente por uma ou outra disciplina. Esta seção tem como objetivo abordar as pontuações da Economia e da Sociologia sobre a problemática do desemprego, começando com a reflexão sobre algumas das variáveis e âmbitos disciplinares convergentes também com as usadas pelos sociólogos em suas análises sobre o tema, e terminando no relato das posições de alguns dos mais importantes sociólogos contemporâneos.

2.1. O desemprego segundo as teorias econômicas

As explicações sobre as causas do desemprego representam uma grande parte das análises da Economia do Trabalho. Grosso modo, essas teorias se desenvolveram em torno das contribuições dos clássicos, dos neoclássicos e, mais recentemente, de Keynes.

Entre os clássicos, ressaltam-se as contribuições de David Ricardo e Karl Marx, que oferecem uma explicação estrutural para o desemprego. As contribuições de David Ricardo encontram-se em seu clássico “Princípios de Economia Política e Tributação” (1888), onde o mesmo, no capítulo intitulado “Sobre a Maquinaria”, reflete sobre as inovações tecnológicas no processo de produção capitalista, mostrando como a introdução da maquinaria ao processo produtivo altera as relações entre as classes sociais, pois ao reduzir a demanda por trabalho, os capitalistas deixam uma parte da classe trabalhadora desempregada, e a população torna-se excessiva em comparação com os fundos disponíveis para empregá-la. Ele defende a tese de que, com o processo de acumulação de capital, a demanda por trabalhadores aumentaria à uma taxa decrescente, pois esse aumento na demanda por mão-de-obra provocaria aumentos salariais que, por sua vez, estimulariam os capitalistas a promover aumentos em capital fixo (maquinaria), superiores aos aumentos em capital circulante (salários etc.).

Em “O Capital” (1987), Marx absorve as idéias de Ricardo, e vai mais além. Para ele, há uma tendência crescente dos capitalistas a incrementar o capital constante (máquinas, equipamentos etc.) e a substituir assim o trabalho humano (capital variável) pelo das máquinas, que incrementa a produtividade do trabalho. Esse processo assegura aos capitalistas uma reserva de mão-de-obra que podem usar na produção e que ademais pode servir para controlar os salários do conjunto da classe trabalhadora. A chamada “superpopulação relativa”, ou “exército industrial de reserva”, é a massa excedente de desempregados, resultante das transformações da produção e da crise dos setores econômicos tradicionais ante o empurrão da indústria. Pode-se dizer, portanto, que o aumento na composição orgânica de capital, tende a proporcionar duas consequências importantes às relações entre capital e trabalho: o aumento do chamado “exército de reserva”, de um lado, e mudanças no controle do trabalho, por outro.

A partir desse arcabouço teórico geral, diversas vertentes desenvolveram-se nos últimos trinta anos, destacando-se a teoria da segmentação do mercado de trabalho e o enfoque regulacionista. A primeira delas analisa as desigualdades que se produzem no mercado, com resultado de processos de segmentação, que criam disparidades entre diferentes coletivos de trabalhadores, de acordo com sua idade, sexo e etnia. Os trabalhadores situados nos segmentos mais débeis do mercado de trabalho, sofrem maiores possibilidades de ficar desempregados. Segundo essa visão, o desemprego seria explicado por estratégias patronais e não por características da mão-de-obra (ORTEGA et. al.: 2004, p. 89).

Já a teoria regulacionista analisa o desemprego como resultante da crise do modelo de acumulação fordista, que sustentou a acumulação de capital desde o pós-guerra. Essa crise vincula-se ao esgotamento das condições que haviam permitido a concordância entre o incremento da produtividade e da demanda por produtos e, com ele, da valorização do capital. As causas mais diretas seriam, segundo os regulacionistas: a degradação da eficácia na produção devido às contestações trabalhistas, o declínio do potencial produtivo da organização de trabalho fordista, a saturação da demanda de bens de consumo de massa, a rígida estrutura tecnológica e a escassa diversificação na produção. Neste contexto, o desemprego se explica pela reestruturação do modelo fordista, através de uma série de estratégias econômicas e empresariais empreendidas desde o final dos anos 1970, para introduzir flexibilidade num modelo produtivo que pecava pela rigidez. A abertura de um mercado de trabalho instável e as consequentes mudanças na gestão de mão-de-obra é outro dos processos que avançam, paralelamente, no crescimento do desemprego (ORTEGA et. al.: op. cit.).

A segunda corrente de pensamento econômico é a teoria neoclássica ou liberal, que tem como representantes, Alfred Marshall, Léon Walras e J.R. Hicks (1998), dentre outros. Embora os adeptos dessa teoria não desconheçam o papel fundamental da dinâmica econômica na criação de novos postos de trabalho, enfatizam que o problema do desemprego reside na rigidez no funcionamento do mercado de trabalho, que impediria o livre funcionamento das forças de mercado, no contexto de frágil demanda por mão-de-obra. Para eles, é o livre funcionamento do mercado de trabalho que poderia, automaticamente, ajustar-se ao novo contexto ao induzir uma redução dos rendimentos das pessoas ocupadas (via diminuição na demanda por mão-de-obra), daí decorrendo uma ampliação na demanda de emprego por parte das unidades produtivas. Com esse ajustamento através dos níveis de remuneração, seriam contratadas mais pessoas e haveria uma tendência natural de redução dos níveis de desemprego.

A proposta que os adeptos dessa teoria têm para combater o desemprego, consiste na eliminação da rigidez ao pleno funcionamento das relações de oferta e demanda por mão-de-obra, que poderá ocorrer através de vários procedimentos, situados no estreito limite do mercado de trabalho. O principal consiste na redução dos custos de contratação da força de trabalho, eliminando-se as normas que impedem que tal processo de ajustamento ocorra livremente (normas relacionadas

com a Previdência Social ou ao salário mínimo, por exemplo). Dentro desse contexto, propõe-se a revisão do conjunto da legislação trabalhista, de forma a reduzir os custos de contratação, estimulando, assim, novas contratações, o que proporcionaria a possibilidade concreta de redução do desemprego em suas diferentes manifestações.

A visão liberal dá, ainda, na ênfase que atribui aos ajustamentos no interior do mercado de trabalho, uma importância considerável à educação e à formação da mão-de-obra. Tal argumentação, baseada na Teoria do Capital Humano, que estabelece uma relação direta e, na maioria dos casos, uma relação causal entre níveis educacionais e os níveis salariais, mais recentemente, tem reforçado sua fundamentação a partir de mudanças no processo de acumulação. Segundo essa nova interpretação, este novo padrão de acumulação, chamado de flexível, é baseado na microeletrônica e nas novas formas de organização do trabalho e da produção, e estaria a exigir uma força de trabalho mais instruída, capaz de tomar decisões no interior do processo de trabalho, e polivalente, no sentido de se adaptar a diferentes funções existentes, a partir das inovações ocorridas.

As insuficiências das interpretações neoclássicas na explicação do desemprego, fazem emergir não só interpretações alternativas, como a keynesiana (como se verá a seguir), mas, também, nas últimas décadas, novas variantes da mesma, que revisam seus fundamentos originais. As formulações atuais contemplam a possibilidade de existência do desemprego involuntário, ou seja, que ocorre independente das decisões dos que estão à procura de emprego. As teorias do salário eficiência, dos contratos implícitos e dos insiders-outsiders mostram como o desemprego involuntário pode existir, se as taxas salariais fixam-se elevadas, e os empregadores não têm necessidade de baixá-las para aproveitar a existência de desempregados disponíveis (Ortega et. al.: op. cit.).

Já a teoria de John Maynard Keynes (1988), não contempla, propriamente, uma teoria do desemprego, mas sim uma teoria do emprego, cujo postulado básico afirma que o que define o nível de emprego na economia é a demanda efetiva, que, no fundamental, depende da expectativa dos empresários relacionada com os lucros futuros, ou com a taxa de retorno que esperam ter, a partir dos investimentos que pretendem realizar. Esta expectativa de lucro, por sua vez, depende da taxa de juros que esperam vir a ocorrer na economia. Por outro lado, a demanda efetiva tem relação direta com o nível de renda prevalecente e a propensão a consumir da economia em seu conjunto.

Nesta abordagem, enquanto os ajustamentos no mercado de trabalho, via salários ou custos da mão-de-obra, podem (ou não) exercer alguma influência sobre a demanda efetiva e, em consequência, sobre o nível de emprego – influência indireta e provável, portanto – os demais fatores que constituem as variáveis macroeconômicas fundamentais têm um grande poder explicativo, e constituem as pré-condições para a determinação do que vai ocorrer no nível de emprego. Isto é particularmente válido para os fatores que estão mais diretamente associados aos investimentos ou à acumulação de capital. Muito mais que o nível de consumo, a variável estratégica é o investimento, ou melhor, ainda, é a expectativa que os investidores têm em relação aos lucros futuros, depois de examinarem as condições nas quais seus investimentos devem ser realizados.

Ao longo das décadas passadas, desenvolveu-se, na América Latina, uma corrente de pensamento mais ligada à Teoria Keynesiana, a Teoria Estruturalista, cujos representantes mais ilustres são Celso Furtado (1977) e Raúl Prebisch (1963). Esta teoria analisa o problema do desemprego como resultante da natureza e dimensão estruturais no funcionamento da economia latino-americana, e brasileira, neste particular. Segundo esta corrente, o desemprego decorreria de uma herança histórica de abandono das políticas de industrialização, que, no passado, foram conduzidas sem a realização de reformas clássicas do capitalismo desenvolvido, como na estrutura agrária e na construção de políticas públicas de bem-estar social. Por outro lado, o aumento do desemprego, no período recente, decorreria do abandono do projeto de desenvolvimento, da crise econômica dos anos 1980, bem como do processo abrupto de abertura comercial e financeira, e da reestruturação empresarial ocorrida na década de 1990.

2.2. As abordagens sociológicas

A ênfase nas variáveis sócio-culturais na hora de explicar o desemprego é uma preocupação recente, pois, durante décadas, as interpretações deste fenômeno vinham da economia, com seus modelos, gráficos e indicadores. A partir do último quartel do século XX, entretanto, assistiu-se à um grande crescimento da Sociologia nessa temática, tendo uma expansão notável de investigações e diversificação de temas, pois um mero indicador de quantidade não abarca todas as dimensões que o problema do desemprego apresenta: este não é reflexo apenas de um mero desajuste entre oferta e demanda, mas, fundamentalmente, um problema de integração social. Para Ortega et. al. (Op. cit.), são cada vez maiores as linhas de investigação que reclamam uma atenção que vá mais além do enfoque econômico, entre outras:

Uma diversidade de coletivos de desempregados (jovens, mulheres, imigrantes etc.), que, sócio-demograficamente, amplia os rostos do desemprego;

Uma interconexão do desemprego no ciclo de vida com as mudanças nos modos de convivência familiar;

A redefinição das continuidades e das rupturas entre ocupação, atividade, inatividade e desalento, com as sucessivas transições entre todas essas posições;

As conexões do desemprego com a exclusão social e até as próprias mudanças na centralidade do trabalho como processo de organização social – pois o trabalho segue sendo fundamental para a constituição das sociedades. Sua crise relativa de centralidade redefine também o lugar do desemprego.

Todos esses aspectos são cada vez importantes na hora de investigar o desemprego. Vão mais além das meras perturbações econômicas na demanda por trabalho e exigem uma atenção específica da Sociologia, mas complementaridade

desta com os enfoques econômicos é essencial, porque pode explicar as causas dos fatos, aportando nas variáveis econômicas as variáveis sociológicas, e analisando as condições não econômicas que atuam sobre a economia.

O crescimento do desemprego de longa duração, a partir dos anos 1980, abriu um amplo debate entre cientistas sociais: trata-se do debate sobre “o fim do trabalho”, ou, no mínimo, da “crise do trabalho”.

Um dos autores a tratar dessa temática foi Jeremy Rifkin (1995), que desenvolve a tese de que as sociedades encontravam-se frente ao fim do trabalho devido aos efeitos de mudanças tecnológicas, que devoravam empregos. Isto ocorria, no seu entender, quando a crescente produtividade e as modernizações tecnológicas não eram acompanhadas por melhorias no trabalho em escala mundial, provocando decréscimos salariais, desemprego e redução da força dos sindicatos. Para este autor, duas são as alternativas para reduzir os impactos negativos da tecnologia e do desemprego: a primeira é a “reengenharia da semana de trabalho”, que se concentra na necessidade de dividir o tempo de trabalho entre todos. A segunda proposta era potencializar o terceiro setor e caminhar para um novo contrato social. Também esboça algumas propostas sobre salários sociais, destinados a desempregados e pessoas com baixa renda, bem como a participação destas no terceiro setor e no trabalho voluntário.

Outro autor que trabalha essa questão é André Gorz, que, em diversos trabalhos desenvolvidos (1987, 2004), revela a presença de crise em diversos aspectos do trabalho. Para ele, não é o trabalho em geral que entra em crise, mas o trabalho na forma de emprego, que tende a reduzir-se e desaparecer. Ele pensa que o reconhecimento de que o trabalho assalariado deixa de estar no centro da vida das pessoas e deixa de ser o fundamento das sociedades ocidentais, pode conduzir à uma libertação do trabalho. Segundo seu raciocínio, o fundamento da sociedade seria a consecução da livre expressão e realização de cada indivíduo, e não fazer com que o serviço destes fosse voltado apenas para a sociedade, ou ao poder do capital e da empresa. Ele defende que as pessoas devam deixar de sofrer por conta da precariedade advinda da flexibilização do trabalho nas sociedades capitalistas, assumindo um outro tipo de flexibilidade, fazendo dela um modo de vida escolhido, desejado, valorizado e controlado socialmente.

Neste contexto, o trabalho deve perder a centralidade na consciência e imaginação de todos, e a organização social deve cuidar para que as descontinuidades do trabalho não resultem em descontinuidades na renda. Deve-se trabalhar continuamente e levar uma vida com “pluriatividade”, ou seja, que combinem o trabalho profissional com outras atividades não remuneradas. Para tanto, deve-se garantir uma renda básica incondicional, que possibilite transformar a atual flexibilidade precarizadora em um direito à multiatividade e à emancipação do trabalho. Essa emancipação supõe um desaparecimento automático do desemprego, pois as pessoas atualmente desempregadas se converteriam em cidadãos multiativos, com fontes de renda garantidas. Ele parte da idéia de que o principal problema não é o desemprego, mas sim a distribuição da riqueza gerada na sociedade, para cuja produção cada vez mais prescinde o trabalho.

Outro autor que contribuiu para o debate sobre essa temática, foi Robert Castel (1998), que faz uma análise pormenorizada da gênese e desenvolvimento da chamada Sociedade salarial, até chegar à reflexão dos grandes problemas do mercado de trabalho na atualidade, destacando-se o desemprego e a exclusão social. Ele reflete sobre as conseqüências da crise do capitalismo na França e na Europa, a partir dos anos 1970, destacando-se uma de suas manifestações fundamentais, a crise relacionada à centralidade do trabalho, e o despertar de uma “nova questão social”: o surgimento de grupos sociais desintegrados pelas correntes reestruturadoras, trazendo consigo novas formas de pobreza e desigualdade. Essa seria uma crise estrutural, que instalaria um novo regime de relações trabalhistas e sociais, e se caracteriza não por uma situação de escassez, mas de repartição da riqueza e dos recursos trabalhistas.

Nessa análise, o desemprego e a precarização são parte central do novo paradigma do emprego, e estão inscritos na dinâmica de modernização que toma corpo nos anos 1980, em função dos processos de “desfiliação”. Fazendo uma relação entre as mudanças no mundo do trabalho e os impactos sobre a organização social, ele afirma que estes processos estariam articulados em torno de três níveis de situação e/ou condição: a “desestabilização dos estáveis”, a “normalização da precariedade”, bem como pelo surgimento e ampliação de grupos de população excedentes, os “supranumerários”.

Ele também vai falar sobre as recentes políticas públicas voltadas para a resolução destes problemas, que transitam da integração através do trabalho, até as mais diversas formas de inserção social dos grupos excluídos (jovens, desempregados, pobres, imigrantes etc.). No seu entender, o que está em questão não é o fim do trabalho, mas sua precarização, e propõe a ação social como meio de se eliminar suas causas, e repensar as relações entre trabalho e proteção social.

Feitas essas considerações sobre as teorias econômicas e sociológicas acerca do desemprego, passemos agora à análise das políticas de emprego e renda nas duas gestões do Presidente FHC.

3. O diagnóstico e as políticas de emprego e renda na gestão FHC

Ao longo da gestão FHC, vislumbrou-se, pelo menos, dois diagnósticos sobre o problema do desemprego no Brasil, e, a partir destes, foram implantadas ações de diferentes naturezas, visando o equacionamento desse problema. A primeira delas voltava-se incrementar aquelas que estimulassem o empreendedorismo, argumentando que as transformações no mundo do trabalho estavam promovendo uma desestruturação do trabalho assalariado regular e estável, e, por isso mesmo, era necessário direcionar as políticas públicas para o trabalho autônomo e/ou para a criação de micro e pequenas empresas.

A segunda diagnosticava que alguns setores da atividade econômica ou estariam em transformação, ou iriam necessitar se modernizarem, estando a requerer uma mão-de-obra mais instruída, havendo, então, um descompasso (presente

ou futuro) no mercado de trabalho, entre a oferta e a demanda por trabalho, e isso justificaria a necessidade tanto do financiamento de projetos de expansão da capacidade produtiva e de recuperação de segmentos da atividade econômica, quanto investimentos na qualificação/requalificação e treinamento, para tornar as pessoas mais aptas a atenderem aos novos requisitos das empresas (empregabilidade).

Veremos, a seguir, a descrição dos principais programas de geração de emprego e renda adotados por FHC em seus dois mandatos como Presidente da República, procurando, ao mesmo tempo, analisá-las criticamente. Antes disso, faz-se necessário fazer um breve histórico da experiência brasileira de políticas de emprego e renda.

3.1. Breve Histórico da Experiência Brasileira

Ao contrário dos países desenvolvidos, que, desde o final da II Guerra Mundial, começaram a estruturar seus sistemas públicos de emprego, só a partir da década de 1960 é que o Brasil começou a implantar políticas de proteção ao trabalhador. Nesse período, o elevado crescimento urbano-industrial possibilitaram a incorporação de parcelas expressivas da População Economicamente Ativa (PEA) ao mercado formal de trabalho, sobretudo na indústria e nos órgãos de Estado. Acreditava-se que a melhoria das condições de vida da população brasileira seria consequência direta do crescimento econômico, e que o desemprego existente era entendido como uma imperfeição decorrente do baixo nível de desenvolvimento econômico alcançado. Por isso, quase inexistia programas públicos de emprego e renda no país, nos anos 1960 e 1970.

A primeira tentativa de criação de um seguro para o trabalhador desempregado, ocorreu com a Lei nº 4.923/65, que criou o Cadastro Permanente de Admissões de Dispensas de Empregados, e instituiu um plano de assistência ao desempregado, custeado pelo Fundo de Assistência ao Desempregado (FAD). Esse benefício foi substituído, no ano seguinte, pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que tinha por objetivo flexibilizar as contratações de trabalhadores, ao facilitar o processo de demissões dos mesmos.

Em 1975, criou-se o Sistema Nacional de Emprego, para promover a e intermediação de mão-de-obra, orientação profissional, qualificação profissional e geração de informações sobre o mercado de trabalho. Em 1986 foi criado o seguro-desemprego, cuja estrutura institucional de financiamento ocorreu em 1990, através da Lei nº7.998, que criou o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e o Conselho Deliberativo do FAT (CODEFAT), órgão tripartite de deliberação, composto de representantes de entidades sindicais de trabalhadores, empresários e governo.

Houve, de lá até os anos 1990, alguns pequenos avanços nestes dispositivos de proteção ao trabalhador, mas não alteraram radialmente o perfil do sistema público de proteção ao trabalhador.

3.1. O PROGER

Em 1994, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) instituiu o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), em parceria com o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), com a finalidade de promover ações que gerassem emprego e renda, através da concessão de linha especial de crédito a setores com pouco ou nenhum acesso ao sistema financeiro.

O PROGER destinava-se principalmente aos pequenos e micro empreendedores urbanos e rurais, cooperativas e formas associativas de produção ou trabalho, além de iniciativas de produção próprias da economia informal. As linhas de crédito estavam associadas a investimentos em capacitação, assistência técnica e acompanhamento aos empreendimentos financiados.

Os recursos eram provenientes do FAT, e sua liberação vinculada à aprovação do CODEFAT. No entanto, para que os Estados e Municípios tivessem acesso a esses recursos, era necessária a constituição de Comissões Estaduais e Municipais de Emprego, que deveriam ser formadas por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo, no âmbito respectivo. Essa exigência garantia a participação da sociedade civil organizada na definição de prioridades e no acompanhamento da execução do programa, tanto em nível municipal quanto estadual. Com isso, esperava-se garantir a transparência na aplicação dos recursos e o envolvimento dos diversos atores no processo de ampliação dos níveis de ocupação e do aumento de renda da população.

Na concessão do crédito, cabia às Comissões Estaduais e Municipais de Emprego a definição das prioridades, conforme as características de cada região, e o acompanhamento dos financiamentos, de maneira a dar maior transparência às operações e direcionar os recursos para os setores mais promissores aos processos de desenvolvimento regional e local.

Formou-se uma rede de agentes financeiros para viabilizar a concessão de crédito, constituída pelo Banco do Brasil (BB), Banco do Nordeste (BN), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e Caixa Econômica Federal (CEF).

O PROGER foi concebido inicialmente para a área urbana, mas, a partir de 1995, passou a abranger também a área rural, com o atendimento aos micro e pequenos produtores rurais, e o fortalecimento da agricultura familiar. Eram três as linhas de financiamento oferecidas: Proger Urbano, Proger Rural e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

De acordo com Moretto, Gimenez & Proni (2003), o volume de recursos destinados ao PROGER entre 1995 e 1999 alcançou R\$ 9,5 bilhões, mas os resultados em termos de geração de emprego e renda são incertos, pois não existe um acompanhamento para verificar se os postos de trabalho previstos foram realmente criados. Além disso, 80% dos recursos aplicados neste período foram destinados ao setor rural, especialmente para cobrir a ausência de crédito para a agricultura.

Essa desproporção tornava evidente a distorção em relação aos objetivos iniciais proposto pelo CODEFAT, que era de enfrentar o desemprego, especialmente nas regiões metropolitanas.

3.2. Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR)

Desde a constituição do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), em 1990, o Sistema Nacional de Emprego (SINE) passava a contar com recursos para formação profissional, mas até 1994 pouco havia sido feito nessa área, e os cursos ofertados restringiam-se aos beneficiários do seguro-desemprego. Foi a partir do Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR), em 1995, que houve uma redefinição do programa de formação profissional, estendendo-o para todo o país.

O PLANFOR começou a funcionar efetivamente em 1996, tendo como objetivo principal aumentar a oferta de educação profissional, até atingir, anualmente, 20% da População Economicamente Ativa. A implementação ocorreu de forma descentralizada, através dos Planos Estaduais de Qualificação, coordenados pelas secretarias estaduais do trabalho, e das parcerias nacionais e regionais estabelecidas entre o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)/SPPE com organizações não-governamentais (ONG's), entidades sindicais, fundações, universidades e entidades internacionais.

Os programas de qualificação de mão-de-obra, assim como a intermediação de mão-de-obra, apresentaram um significativo crescimento de após 1996, refletindo a dimensão que a mesma teve no período. Num cenário marcado por mudanças organizacionais e de introdução de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, criou-se a falsa idéia de que, para manter ou conseguir um emprego, bastaria ao trabalhador possuir as novas qualificações ou habilidade requeridas, em processos de aprendizagem permanente. A crescente exigência de educação formal nos anos 1990, tornou-se um dos principais fatores de seleção no mercado de trabalho, mais pela maior oferta de mão-de-obra com maior escolaridade e disposta a exercer ocupações menos qualificadas e com baixos rendimentos, do que pelas competências requeridas pelo posto de trabalho a ser ocupado (Moretto, Gimenez & Proni, op. cit.). Basta ver que, em estudo realizado por Pochmann (2005), constatou-se que as ocupações mais concorridas no Brasil durante os anos 1990 não foram aquelas que poderiam ser identificadas com as ocupações modernas (profissionais técnicos, técnicos superiores e direção), mas sim as atividades vinculadas ao setor de serviços básicos (asseio e conservação, segurança pública e privada, construção civil, professores e funcionários públicos).

3.3. Programas de Crédito Produtivo Popular (Microcrédito)

Procurando ampliar o alcance das ações nessa área, o governo federal criou ainda dois programas de crédito produtivo popular: o BNDES Trabalhador e o BNDES Solidário. O primeiro era operacionalizado pelos governos estaduais e municipais, e voltava-se para pessoas físicas e/ou jurídicas do setor formal ou informal da economia, assim como as cooperativas ou formas associativas de produção ou de trabalho. O segundo estava em sintonia com o Conselho da Comunidade Solidária, e foi lançado no ano de 1996. Ele seria operacionalizado por Organizações Não-Governamentais (ONG's), com a intenção de aproveitar as organizações que já possuíam bons resultados em suas áreas de atuação, e ganhou mais flexibilidade, com a não interferência na forma de atuação das mesmas, além de proporcionar treinamento mínimo aos tomadores de crédito.

Estes dois programas possuíam duas diferenças em relação ao PROGER. A primeira é que o crédito produtivo popular foi direcionado para micronegócios da parcela da população inserida exclusivamente no setor informal, oferecendo empréstimos de valor relativamente baixo, enquanto que o PROGER, mesmo quando atendia o setor informal, destinava-se ao segmento de micro e pequenos empreendimentos que necessitavam de um valor um pouco maior de recursos. A Segunda diferença residia no fato de que, no crédito produtivo popular, uma parte dos recursos utilizados tinha origem na contrapartida das instituições parceiras (governos subnacionais e ONG's).

À título de avaliação, Moretto, Gimenez & Proni (op. cit.) afirmam que a sobrevivência dos empreendimentos financiados mostrou-se muito prejudicada pelo baixo crescimento econômico, pela queda dos rendimentos e pelos impactos negativos da política econômica sobre o mercado nacional. Isso, no entender dos mesmos, pode ser constatado pelas elevadas taxas de natalidade e mortalidade dos pequenos empreendimentos.

Outro aspecto ressaltado pelos mesmos vai à concordância com a opinião do DIEESE sobre o PROGER (2001, p. 276), onde se afirma que o maior entrave deste programa encontrava-se no sistema de financiamento, especificamente nas exigências cada vez maiores dos bancos para minimizar os riscos associados ao retorno das operações de crédito que eram assumidos pelos mesmos junto ao BNDES. Estas exigências para a concessão de créditos dificultavam sobremaneira o acesso aos financiamentos por parte do pretense público-alvo desses programas, os grupos mais pobres da população, que pouco ou nada têm a oferecer como garantia às instituições credoras.

3.4. Proemprego

Também em 1996, o governo federal criava o Programa de Expansão e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador, o Proemprego, que também visava à geração de emprego e renda, mas, diferentemente do PROGER, não trabalhava com a concessão de microcrédito, e sim com a abertura de grandes linhas de financiamento (especialmente do BNDES), destinadas à melhoria da competitividade empresarial brasileira, à revitalização de segmentos industriais localizados em regiões com problemas de desemprego, à melhoria da qualidade de vida do trabalhador (saúde, saneamento ambiental, educação, transporte coletivo de massa), ao Programa de melhoria da Administração Tributária (PAT), a Projetos

Multisetoriais Integrados (PMI), bem como à expansão do emprego nos ramos do comércio, serviços, energia, telecomunicações, infra-estrutura viária, construção naval, e no apoio à exportação e às pequenas e médias empresas.

Mesmo ressaltando que o Proemprego tenha sido concebido para desempenhar um papel ativo no combate ao desemprego, criando frentes de investimento público e privado, os autores acima citados afirmam que o volume de recursos alocados, de R\$ 8,6 bilhões até setembro de 2001, foram insuficientes para tal finalidade, além do fato de que as elevadas taxas domésticas de juros (em relação às praticadas nos países desenvolvidos) e o cenário macroeconômico de incertezas, limitaram ou retardaram as decisões de investimentos em vários setores.

4. Considerações finais

As discussões recentes sobre políticas de emprego no Brasil derivam da preocupação com a evolução do mercado de trabalho e a geração de novas oportunidades de ocupação e renda, fatores que ganharam força em meados da década de 1990, quando se observou que a recuperação econômica pós Plano Real (1994) não fez o nível de emprego crescer numa proporção suficiente para compensar os postos de trabalho que tinham sido destruídos na recessão de 1991-1992.

As elevadas taxas de desemprego pressionaram de início o governo federal e, em seguida os governos subnacionais, a adotar medidas direcionadas para enfrentar o problema, mas tais ações tiveram muito pouco êxito. Em primeiro lugar, porque se basearam na tese (equivocada) de que o problema central do mercado de trabalho brasileiro residia no descompasso entre os tipos de emprego gerados pela modernização em curso e a baixa qualificação dos trabalhadores brasileiros. Simultaneamente, também passaram a interpretar equivocadamente que o outro problema dos desequilíbrios do mercado de trabalho residia na rigidez dos salários e no alto custo dos encargos trabalhistas.

Por conta desses diagnósticos, passou-se a adotar programas destinados a melhorar o funcionamento do mercado, atuando marginalmente sobre a demanda e a oferta de força de trabalho. Essa abordagem de corte liberal atribuiu aos programas de proteção ao trabalhador e aos programas de crédito popular a capacidade de solucionar, ou pelo menos atenuar, os problemas causados pelas altas taxas de desemprego. Porém, os programas formulados encontraram muitos obstáculos e ficaram muito aquém do que se esperava, mas que, de qualquer modo, seu papel parece ter sido relevante para evitar que ficasse sem assistência mínima uma parcela dos segmentos mais vulneráveis do mercado de trabalho. É claro que se estivessem em um contexto de crescimento sustentado da economia, que é o que realmente promove o emprego, esses programas poderiam ter apresentado resultados mais efetivos.

Bibliografia

- Castel, Robert (1998). *As Metamorfoses da Questão Social: Uma Crônica do Salário*. Petrópolis/RJ: Vozes.
- Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (2001). *A Situação do Trabalho no Brasil*. São Paulo: DIEESE.
- _____ (1994). *Trabalho e Reestruturação Produtiva: 10 Anos de Linha de Produção*. São Paulo: DIEESE.
- Furtado, Celso (1977). *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Editora Nacional, 6ª Edição.
- Gorz, André (1987). *Adeus ao Proletariado: Para Além do Socialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____ (2004). *Misérias do Presente, Riqueza do Possível*. São Paulo: Annablume.
- Hicks, J. R (1998). *Valor e Capital: Estudos Sobre Alguns princípios Fundamentais da Teoria Econômica*. São Paulo: Nova Cultural, Coleção Os Economistas, 3ª Edição.
- Keynes, John Maynard (1988). *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo, Nova Cultural, Coleção Os Economistas, 3ª Edição.
- Marshall, Alfred (1988). *Princípios de Economia*. São Paulo, Nova Cultural, Coleção Os Economistas, 3ª Edição.
- Marx, Karl (1987). *O Capital, Livros I, II, III e IV*. 11ª Edição, Rio de Janeiro, Difel.
- Mattoso, Jorge (1999). *O Brasil Desempregado. Como Foram Destruídos mais de 3 Milhões de Empregos nos Anos 90*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Moretto, Amilton José; Gimenez, Denis Maracci; Proni, Marcelo Weishaupt (2003). *Os Descaminhos das Políticas de Emprego no Brasil*. In Marcelo Weishaupt Proni & Wilnês Henrique (Org.), *Trabalho, Mercado e Sociedade*. São Paulo: Ed. UNESP/IEUNICAMP, (p.p. 231-278).
- Oliveira, Ribamar (2002). *Emprego*. In Bolívar Lamounier & Rubens Figueiredo (Org.), *A Era FHC: Um Balanço*. São Paulo: Cultura Editores Associados, (p.p. 99-135).
- Ortega, Antônio Santos, Ocaña, Carmen Montalbá, & Farelo, RocioMoldes (2004). *Paro, Exclución y Políticas de Empleo: Aspectos Sociológicos*. Valencia: Tirant lo Blanch.
- Pochmann, Márcio (2005). *O Emprego na Globalização: A Nova Divisão Internacional do Trabalho e os Caminhos que o Brasil Escolheu*. São Paulo; Biotempo Editorial, 3ª Edição.
- _____ (2002). *O Trabalho Sob Fogo Cruzado: Exclusão, Desemprego e Precarização no Final do Século*. São Paulo: Contexto.
- Prebisch, Raúl (1963). *Hacia La Dinámica del Desarrollo Económico de América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica.

Ricardo, David (1988). *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo, Nova Cultural, Coleção Os Economistas, 3ª edição.

Rifkin, Jeremy (1995). *O Fim dos Empregos*. São Paulo: Makron Books.

Walras, Léon (1988). *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*. São Paulo, Nova Cultural, Coleção Os Economistas, 3ª Edição.

Trabalho, contrabando e clandestinidade: as transformações das práticas sociais na fronteira do Brasil com o Paraguai

Eric Cardin

Universidade Estadual Paulista

eric@uniamerica.br

Resumo: O objetivo desta comunicação é apresentar e problematizar as transformações ocorridas nas práticas de trabalho dos sujeitos sociais responsáveis pelo transporte de mercadorias adquiridas no mercado de Ciudad Del Este, Paraguai, e vendidas, sem a devida taxação de impostos, no Brasil. Ao longo das últimas três décadas, o serviço dos “laranjas”, como são denominados esses trabalhadores na Tríplice Fronteira (área de confluência dos limites do Brasil, Paraguai e Argentina), foi considerado “natural” e construtor de uma moral própria na região referida, todavia o aumento do rigor das políticas de fiscalização da Receita Federal brasileira exigiram mudanças radicais na maneira de atuar dessas pessoas, fazendo com que uma atividade considerada “normal” começasse gradativamente a ser criminalizada e colocada na clandestinidade no início do século XXI. Através de estudos qualitativos realizados com um conjunto de trabalhadores o presente estudo analisou o impacto de tais transformações no cotidiano destas pessoas, observando os aspectos identitários, relacionais e próprios do universo de trabalho na fronteira. Neste sentido, constatou-se que os antigos e tradicionais percursos trilhados pelos “laranjas” durante suas laborações foram substituídos por novos trajetos e novas relações, mais obscuras e mais próximas das desenvolvidas pelo tráfico de armas e de drogas. Logo, práticas sociais que eram aceitas começaram a ser observadas com ressalvas, fazendo com que a precariedade existente nas formas de atuar refletissem no olhar destes trabalhadores referente ao mundo e a eles mesmos.

Palavras-chave: trabalho - contrabando – fronteira

As práticas sociais adotadas pelos laranjas na fronteira do município de Foz do Iguaçu/Brasil com Ciudad del Este/Paraguai, mais especificamente as que dizem respeito ao mundo do trabalho destes sujeitos sociais, sofreram um conjunto de alterações no início do século XXI. Tradicionalmente, os laranjas são definidos no lado brasileiro da região da Tríplice Fronteira¹ como os trabalhadores contratados informalmente para transportar determinada quantidade de mercadoria em troca de um valor previamente combinado. Esse serviço possui a função de auxiliar os sacoleiros na travessia dos produtos adquiridos pela Ponte da Amizade e pelos Postos de Fiscalização da Polícia e da Receita Federal, já que os mesmos não podem passar uma quantidade maior do que trezentos dólares de uma única vez.

Por outro lado, genericamente os sacoleiros correspondem aos trabalhadores que estabelecem as relações entre os comerciantes que atuam no Paraguai e os pontos de venda e distribuição das mercadorias adquiridas no país vizinho por todo o território brasileiro². Eles são, ao mesmo tempo, os atravessadores e os distribuidores no Brasil dos inúmeros produtos disponibilizados no mercado paraguaio, atuando de forma autônoma ou para um patrão, que administra o dinheiro e os contatos necessários para a boa lucratividade da ocupação. Durante suas práticas diárias as possibilidades de atuação encontram-se sempre vinculadas às configurações estabelecidas pelas políticas de fiscalização da Receita Federal, o que exige uma constante reorganização da ocupação e, conseqüentemente, das relações estabelecidas com os outros sujeitos que o auxiliam no desenvolvimento do trabalho.

A existência destas ocupações e de tantas outras relacionadas aos negócios estabelecidos a partir do mercado paraguaio, como as de mesiter³, de pasero⁴, de cambista⁵ e de moto-taxista, derivou de um amplo conjunto de variáveis históricas que gradativamente configuraram uma situação em que as diferenças de preços existentes entre os produtos oferecidos no microcentro⁶ de Ciudad Del Este e os similares existentes no Brasil tornaram-se atrativas para a prática do

¹ Termo utilizado para denominar a área de confluência dos limites do Brasil, Paraguai e Argentina.

² Embora a definição de sacoleiro exposta seja abrangente, salientamos que o termo é utilizado popularmente para categorizar um amplo número de trabalhadores que, muitas vezes, possuem diferenciações em suas atividades. Neste sentido, observamos que ele pode envolver sujeitos sociais que buscam no Paraguai produtos para abastecer suas próprias lojas ou para abastecer lojas de terceiros, como também aquelas pessoas que revendem as mercadorias fazendo visitas periódicas às casas dos clientes, utilizando durante o ofício as típicas sacolas que definem a ocupação.

³ Tal categoria corresponde aos trabalhadores que atuam nas vias públicas de Ciudad del Este. Eles recebem esse nome devido à utilização de pequenas mesas portáteis para a exposição das mercadorias nos locais de maior movimentação de turistas. Estas mesitas podem ser desmontadas e transportadas todos os dias pelos trabalhadores, que devido a esta prática usual de trabalho foram denominados de mesiteros (Cardin, 2007).

⁴ Trabalhadores paraguaios que transportam as mercadorias pela Ponte da Amizade, desempenhando uma atividade similar à do “laranja” brasileiro.

⁵ Trabalhador responsável pela troca de moedas, ou seja, pelo câmbio.

⁶ Microcentro é a denominação utilizada pelos paraguaios e pela própria prefeitura de Ciudad Del Este para referir-se à zona comercial próxima a Ponte da Amizade, sendo composto por um pequeno número de ruas e avenidas marcadas pela concentração das mesitas, das casillas e das lojas de produtos importados. Devido estas características, o seu aspecto difere-se muito do restante da cidade, pois é onde o fluxo e as relações entre compradores, vendedores e turistas ocorrem. Frequentemente, o único contato dos brasileiros e argentinos com Ciudad Del Este é com esta parte da cidade, ou seja, com a região mais suja, tumultuada e desorganizada da cidade.

descaminho, ou seja, para a aquisição e inserção de produtos estrangeiros no território nacional sem a devida taxação de impostos visando uma posterior revenda. Contudo, tal prática não é nova na região da Tríplice Fronteira, mas foi com as mudanças econômicas ocorridas durante a década de 1990, onde o real e o dólar adquirem valores similares, que observaremos o fortalecimento da mesma e o paulatino processo de organização e hierarquização dos trabalhadores que viviam das atividades relacionadas ao comércio paraguaio (Cardin, 2006 e 2007).

Focalizando o olhar para as práticas destes trabalhadores, observa-se que até bem pouco tempo atrás, mais exatamente antes da construção da nova aduana e da adoção da política de cota zero⁷, o cotidiano de um dia de trabalho de um sacoleiro era composto por um conjunto de práticas possíveis de serem delineadas. Ele saía de sua cidade de origem e vinha em direção a Foz do Iguaçu utilizando ônibus de linhas convencionais ou veículos fretados especificamente para o transporte de pequenos grupos de trabalhadores e das respectivas mercadorias adquiridas no mercado paraguaio. Chegando na região da fronteira, o passo seguinte envolvia duas possibilidades distintas de execução. Na primeira, os sacoleiros estabeleciam um contato imediato com os laranjas para o auxílio no carregamento das compras, isso poderia ser realizado do lado brasileiro, em algum dos inúmeros hotéis que ainda servem de abrigo para os trabalhadores, ou, diretamente no Paraguai, em alguma galeria pré-estabelecida. Nesta forma de trabalho, as relações entre sacoleiros e laranjas são pré-estabelecidas, pois os trabalhadores já se conhecem e possuem uma espécie de contrato de confiança construído anteriormente. Dentro de perspectiva semelhante, também encontramos casos onde os sacoleiros operam enviando listas de mercadorias e dinheiro aos laranjas para estes realizarem as compras, cabendo aos primeiros apenas busca-las em Foz do Iguaçu.

A segunda possibilidade, que é menos usual, diz respeito à realização de contatos durante ou até mesmo posteriormente à realização da compra. Nesta perspectiva, o sacoleiro adquire as mercadorias e depois as divide entre os laranjas para que estes o ajudem a passar as mesmas pela aduana. Nota-se, que neste tipo trabalho, a relação é mais pontual e não necessita de contatos prévios. Tal maneira de atuação é empregada com mais frequência por trabalhadores que estão começando a se inserir no mercado de trabalho na fronteira e ainda não possuem padrões de atuação definidos e, por isso, precisam contratar os serviços oferecidos por laranjas que não possuem exclusividade com nenhum patrão. Neste tipo de contato, o sacoleiro tende a realizar as compras sozinho, distribuindo as mesmas posteriormente no local de retirada das mercadorias das lojas, onde cada laranja retira a cota a ele direcionada pelo contratante. Neste momento, a compreensão do termo cota é importante para o entendimento da última parte de todo esse esquema de negociação e de acordos, parte que justifica a existência deste emaranhado de relações.

Como apontamos anteriormente, a Receita Federal do Brasil permite que cada cidadão brasileiro compre no máximo cento e cinquenta dólares em cada visita realizada ao Paraguai por via terrestre, esse valor é o que corresponde a uma cota, ou seja, ao limite que cada pessoa pode transportar sem necessitar pagar os devidos impostos. Deste modo, um sacoleiro que realiza uma compra de novecentos dólares necessita da contratação informal de cinco laranjas de confiança para que cada um destes transporte uma cota, que somada àquela que ele mesmo levará irá resultar no valor total da compra. Todavia, essa conta tende a não ser tão exata assim, ainda mais quando observamos as práticas existentes antes da nova aduana brasileira, pois no passado recente à capacidade de fiscalização era limitada, o que permitia facilmente aos laranjas transportarem valores muitas vezes superiores ao permitido, sem realizar a devida declaração daquilo que estava sendo transportado.

Neste contexto, a importância dos laranjas no mundo do trabalho na fronteira do Brasil com o Paraguai fica nítido, pois a rentabilidade da ocupação dos sacoleiros está totalmente vinculada as práticas de trabalho dos primeiros. Em outras palavras, para que as longas viagens realizadas pelos sacoleiros sejam lucrativas é necessário que esses consigam transportar uma quantidade suficiente de valores, quantidade essa que só é possível de ser atingida se esse mesmo transporte for dividido com outras pessoas, ou seja, com os laranjas. Neste ponto, consta-se a existência de duas formas distintas de atuação destes: uma primeira que envolve os trabalhadores que atuam unicamente na passagem das mercadorias pela Ponte da Amizade e pela Aduana de Fiscalização da Receita Federal; e, uma outra, que abrange aqueles que acompanham os sacoleiros até o retorno destes a sua cidade de origem. Esta última forma de atuação pode ser desempenhada por moradores conterrâneos dos sacoleiros, enquanto que a primeira é uma prática quase que exclusiva dos habitantes do extremo oeste paranaense.

Observando os dados disponibilizados pelo Cadastro Social da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu é possível constatar a importância que estas ocupações relacionadas ao Paraguai possui no mercado de trabalho local e, conseqüentemente, na sua economia. As informações coletadas durante os anos de 2006 e 2007 e que foram disponibilizadas por aquele departamento público dizem respeito a uma amostra de 54% da população, distribuída por unidade domiciliar nas onze diferentes regiões que compõem o município. Embora a metodologia de pesquisa e a epistemologia empregada no estudo feito pelo órgão oficial possam ser questionadas, o número significativo de entrevistas realizadas, cobrindo um pouco mais da metade dos moradores da cidade, permite uma noção geral da atual configuração da fronteira.

Posição no Mercado de Trabalho X Faixa Etária

⁷ Política de “cota zero” representa o fim da tolerância do governo brasileiro em relação à entrada de mercadorias compradas fora do país sem a devida declaração de bagagem, fato que burlava a cobrança dos impostos relacionados.

Situação	16 – 24 anos	25 – 50 anos	51 – 70 anos	Totais
Com carteira	20,00 %	34,00 %	24,00 %	29,00 %
Sem carteira	23,00 %	20,00 %	15,00 %	20,00 %
Autônomos	10,00 %	22,00 %	29,00 %	19,00 %
Func. Públicos	0,00 %	2,00 %	3,00 %	2,00 %
Empresários	0,00 %	3,00 %	5,00 %	3,00 %
Outros	1,00 %	1,00 %	3,00 %	1,00 %
Desempregados	46,00 %	18,00 %	22,00 %	26,00 %
Totais	27,00 %	60,00 %	13,00 %	100,00 %

Fonte: Cadastro Social da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu/PR

O alto número de desempregados, principalmente entre os mais jovens, somados a um número significativo de trabalhadores informais⁸, faz com que Ciudad Del Este adquira importância para uma parcela da população que depende, em grande medida, de atividades temporárias para a composição de uma renda mínima. Nesta perspectiva, em uma entrevista para o jornal “Gazeta do Iguaçu” em 04 de abril de 2005, Luiz Carlos Kossar, então diretor do Departamento de Informações Institucionais, problematizava o vínculo existente entre as economias brasileira e paraguaia, afirmando que 108 mil iguaçuenses estavam diretamente ligados à mão-de-obra gerada pelas compras no mercado paraguaio naquele momento. Como ainda não foi construído um novo projeto de desenvolvimento para Foz do Iguaçu, a aderência existente entre as cidades vizinhas, permite que qualquer variação nas políticas fiscais e tributárias do Brasil e do Paraguai reflita imediatamente na vida cotidiana dos trabalhadores da fronteira.

1 – Observações referentes à vida cotidiana dos trabalhadores da Tríplice Fronteira.

Ao contrário da perspectiva hegemônica que observa estes trabalhadores precarizados de forma muitas vezes determinista, afirmando que os mesmos são oriundos imediatos de uma exclusão imposta pelo atual sistema sociometabólico, partimos do pressuposto que tais atividades existem por cumprirem um papel importante no processo de circulação, de distribuição e de expansão do capital, logo estes trabalhadores não podem ser considerados como vítimas do modelo econômico vigente. Neste sentido, as ocupações oriundas das desigualdades existentes entre os países fronteiriços continuaram existindo independentemente das políticas públicas paliativas que visam ampliação de vagas de emprego, pois as práticas de trabalho que envolvem continuam centradas em algumas questões essenciais ao sistema sociometabólico, ou seja, fundadas na necessidade de produção e de reprodução de capital, nem que para isso seja necessário constantes adaptações e manobras para escaparem dos limites que vão sendo impostos para o seu desenvolvimento.

Sobre esse último aspecto é importante destacar que a noção de adaptação expressa anteriormente foge de uma mera relação causal, não configurando-se, definitivamente, como uma simples resposta instintiva a um meio hostil. Os homens ao se adaptarem fazem escolhas racionais buscando os melhores resultados dentro daquilo que é possível ser desenvolvido e obtido. Entretanto, descarta-se os olhares teóricos que atribuem a responsabilidade do contrabando e das supostas práticas ilícitas exclusivamente aos sacoleiros e laranjas, como se os mesmos possuíssem uma ação social racional onipotente que pudesse atuar dentro de uma infinidade de possibilidades. Sem embargos, partimos do pressuposto de que “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (Marx, 1997, p. 21).

A perspectiva determinista, que considera que as atividades desempenhadas pelos laranjas e os sacoleiros são respostas imediatas à conjuntura econômica, possui no seu âmago uma noção de cotidiano limitada, pois ela é fundada em duas leituras problemáticas. Na primeira o cotidiano é considerado como o espaço da vida privada, logo o mundo do trabalho não faz parte da mesma dimensão social. Assim, desvincula-se o trabalho do seu aspecto ontológico (Lukács, 2004). O cotidiano fica restrito às banalidades e às rotinas diárias e, muitas vezes, a um suposto mundo vivido, enquanto o trabalho é amarrado às obrigações, às necessidades, a um mundo marcado por normas, imposições e regulamentos. Deste modo, as correlações existentes entre as esferas do público e do privado não são observadas e as potencialidades existentes no trabalho e no cotidiano são empobrecidas.

Na segunda leitura, o trabalho faz parte da vida cotidiana, mas é visto como uma simples reprodução do mundo particular, ou seja, do ambiente imediato demarcado pelo raio de ação dos sujeitos sociais. Nesta situação, a vida diária é caracterizada pela repetição e pela falta de possibilidades de superação do cotidiano. O homem fica preso a uma alienação mantida pela heterogeneidade de informações e de conhecimentos, que força os trabalhadores a realizarem ações visando

⁸ Neste artigo estaremos utilizando a definição de trabalho informal do Cadastro Social da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. Segundo este órgão, a categoria trabalho informal é composta pela soma dos trabalhadores sem carteira assinada, autônomos e subempregados.

exclusivamente responder a necessidades primárias e impede aos homens de exercerem a sua individualidade de forma plena. No entanto, existem formas de vencer tais limites. Segundo Ágnes Heller (1991), os homens quando concentram suas atenções e forças para um único projeto ou para um único ideal podem superar a heterogeneidade, promovendo uma objetivação e suspendendo a cotidianidade.

Embora esse processo de suspensão da vida cotidiana seja momentâneo e esporádico ele permite um crescimento do ser social ao permitir a existência de um circuito, onde o homem sai do cotidiano e retorna ao mesmo de forma modificada e “à medida que estas suspensões se tornam freqüentes, a re-apropriação do ser genérico é mais profunda e a percepção do cotidiano fica mais enriquecida” (Netto & Carvalho, 2007, p. 28). Logo, não é adequado pensar que as práticas de trabalho na fronteira são simples respostas ao meio ou que o cotidiano daqueles trabalhadores é estático e não possuem reflexão. O cotidiano precisa ser entendido como um espaço de reprodução e de produção simultaneamente, já que o homem participa do mesmo “com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se em funcionamento todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias” (Heller, 2004, p. 17).

Somente dentro desta perspectiva é possível entendermos o desaparecimento e o surgimento de novas ocupações e de novas logísticas de trabalho na Tríplice Fronteira, como, por exemplo, o gradativo desaparecimento dos cigarreiros e o fortalecimento dos barqueiros e dos laranjas da cidade, sem minimizarmos ou eliminarmos as potencialidades dos sujeitos sociais. Neste sentido, constata-se que as mudanças nas políticas e nas práticas de fiscalização impostas pela Receita Federal nos últimos anos não conseguiram extinguir de forma imediata o contrabando e, muito menos, alterar a conjuntura da fronteira na totalidade de suas relações. Como observa Grimson (2005, p. 29), “una resolución no modifica por sí misma la frontera. Más bien, su aplicación o intento de aplicación plantea un nuevo marco en el cual diferentes actores disputan sus características y sentidos”.

A atividade desempenhada pelos cigarreiros, por exemplo, sempre foi considerada uma das mais arriscadas e também uma das mais mal remuneradas existentes nos limites do Brasil com o Paraguai. Nela o trabalhador buscava uma encomenda de cigarros em um local de Ciudad del Este próximo a Ponte da Amizade, conferia o produto e preparava um resistente embrulho para os grandes maços, utilizando basicamente papelões e plásticos pretos, que eram grudados com muita fita adesiva para proteger a operação. Depois de realizar tais procedimentos, o trabalhador paleteava, ou seja, empilhava essas caixas sobre os ombros e as levavam até certa altura da ponte, onde existiam buracos na tela de proteção realizados anteriormente para arremessarem as mesmas para a barranca do Rio Paraná, já na margem brasileira. Lá embaixo, ficavam outros trabalhadores, esperando as caixas caírem para rapidamente esconde-las ou as puxarem para algum veículo estacionado em um local próximo.

No entanto, esta descrição, que corresponde a uma imagem bastante comum durante a década de 1990, começou a perder suas cores no início do século XXI. Com o intuito de impedir a entrada de mercadorias falsificadas no mercado brasileiro, a Receita Federal desenvolveu um conjunto de estratégias para romper com o contrabando, interceptando os comboios dos ônibus de sacoleiros, cadastrando os laranjas que passavam pela aduana brasileira e colocando uma quantidade maior de agentes para fiscalizarem de forma mais intensiva as regiões da ponte que eram utilizadas para os arremessos das caixas de cigarro, eliminando paulatinamente tal prática. Todavia, estas políticas e posturas adotadas, ao invés de acabarem imediatamente com o contrabando e com as ocupações vinculadas ao mesmo, fertilizaram outras atividades juridicamente consideradas ilícitas.

Historicamente, a região da Tríplice Fronteira sempre esteve vinculada com alguma prática de contrabando (Colodel, 1988; Lima, 2001; Wachowicz, 1982) e, observando a produção acadêmica referente a outras realidades fronteiriças, observa-se que tais atividades são bastante comuns em cidades com características geográficas similares. Sobre isso, Alejandro Grimson (2005, p. 25-26) afirma que

en cada ciudad y espacio fronterizo hay personas que trabajan de pasar mercaderías al otro lado evitando los controles aduaneros, viven de cruzar a frontera. En algunas fronteras (como la argentina-paraguaya o la argentina-boliviana) son mujeres y se las conoce como “las paseras”. En Uruguayana-Libres son tanto hombres como mujeres y se los conoce como “los pasadores” o “los chiveros”. La estrategia histórica consiste en pasar pocas mercaderías en cada viaje, distribuyendo eventualmente la mercadería con otro pasador, haciendo como si tratara de bienes de uso personal. Los pasadores son el sector menos reconocido como interlocutor en las decisiones políticas.

Neste contexto, as tentativas de extirpar o contrabando da região são burladas pelo desenvolvimento e fortalecimento de outras práticas que assumem a responsabilidade de dar continuidade aos meios que foram interrompidos, pois a base de sustentação deste tipo de negócio não é a ausência de lei ou de controle, mas as diferenças econômicas e políticas intrínsecas aos países limítrofes. Como observa Rabossi (2004), as relações estabelecidas entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este são fundadas, principalmente, pelas diferenças existentes entre as cidades e não tanto por uma suposta homogeneidade entre as nações vizinhas e supostamente irmãs.

Neste sentido, essa dinâmica que se instaura pelo limite internacional – pela presença contígua de territórios sujeitos a regimes legais diferenciais dos quais derivam os controles das importações e as políticas impositivas, entre outros aspectos –, só pode desenvolver-se apesar desse limite internacional; isto é, apesar dos controles instaurados para regular o

fluxo das mercadorias e das pessoas. Isto produz uma situação singular: o fato de ser um espaço de inter-relações que se estrutura a partir de diferenças. Ambos elementos se pressupõem e não se cancelam, contrariamente às imagens de alguns retratos que o apresentam como um espaço homogêneo (Rabossi, 2004, p. 11).

Em outras palavras, o estabelecimento de políticas de fiscalização mais rígidas não elimina os aspectos que fazem com que o mercado paraguaio seja uma interessante fonte de renda e de sobrevivência⁹. Desta forma, enquanto houver as discrepâncias tributárias entre as mercadorias negociadas no Brasil e no Paraguai, sempre existirão sujeitos sociais organizando estratégias para se beneficiarem das vantagens existentes no contrabando, nem que para isso haja alguns riscos. No entanto, limitar o comportamento dos trabalhadores a uma reação espontânea a conjuntura política econômica dos países ou o cotidiano dos mesmos a uma simples esfera de reprodução restringe a construção de análises mais abrangentes, que envolvam uma compreensão do funcionamento do sistema sociometabólico e das potencialidades dos homens e mulheres trabalhadoras.

Como observa Henri Lefebvre (1961), o Estado e os seus respectivos aparelhos tendem a controlar as relações sociais através da criação de leis e de normas que visam dificultar e até mesmo impossibilitar as ações dos trabalhadores, forçando estes a enquadrarem-se em um modelo esperado e idealizado. Contudo, na vida cotidiana existem situações que escapam do controle estatal possibilitando o surgimento de lacunas ou de brechas que são utilizadas como espaços de manobra para o exercício da liberdade. O aparelho administrativo e, no caso específico de Foz do Iguaçu, a Receita Federal, dedicam-se a eliminar os vãos que surgem no processo de aplicação ou de regulamentação de determinadas práticas, mas isso não ocorre integralmente. Desta forma, durante a cotidianidade, os sujeitos sociais tentam alargar estes vãos existentes, buscando passar pelos mesmos para usufruírem as regiões que não são vigiadas ou controladas.

Embora a Receita Federal tenha apertado o cerco em relação a algumas práticas de trabalho existentes na região da Ponte da Amizade, os obstáculos que foram encontrados pelos sacoleiros, laranjas e cigarreiros não colocaram um fim no contrabando existente na Tríplice Fronteira. Ampliando os sentidos e as funções de antigas práticas existentes, como aquelas desempenhadas pelos barqueiros, a população economicamente dependente do comércio paraguaio continua atendendo uma demanda de consumidores distribuída por todo o território brasileiro. Durante muitos anos, os barcos clandestinos, que diariamente navegavam pelo Rio Paraná, transportavam quase que exclusivamente agrotóxicos, armas e drogas. No entanto, com os empecilhos fomentados pela Receita Federal visando o controle mais adequado da entrada de mercadorias no Brasil, a utilização das tradicionais embarcações para o transporte de outros tipos de produtos ficou cada vez mais freqüente e usual, fato que exigiu uma reorganização das antigas formas de trabalho.

Neste contexto, a denominação de barqueiro tornou-se uma maneira mais simples e genérica para falar sobre um complexo esquema de transporte de mercadorias por via fluvial. O barqueiro em si, aquele que comanda a navegação, é a pessoa menos importante na organização hierárquica da ocupação, que envolve carregadores, mediadores, encarregados, olheiros e mais uma quantidade de outros trabalhadores especializados. Todavia, o funcionamento deste sistema não pode ser considerado uma simples resposta imediata ao meio, pois envolve a construção de contratos, acordos e redes simbólicas próprias, utilizando os poucos espaços que são deixados pelo controle estatal para a produção de atividades que fogem do modelo vigente. Neste momento, não cabe aqui problematizar se estes espaços são deixados acidentalmente ou não, o que interessa é que eles existem e que são neles que alguns homens produzem sua própria história.

2 – Observações referentes ao estudo da “ação racional”.

Nesta perspectiva, observa-se a existência de um conjunto de outras práticas oriundas da nova conjuntura imposta na região da fronteira do Brasil com o Paraguai que poderiam ser analisadas. Como o transporte por via terrestre é cada vez mais fiscalizado e controlado surgem inúmeras formas de minimizar o risco de perder as mercadorias contrabandeadas, como a pulverização do transporte em carros de passeios, a utilização de pessoas com passe livre nas empresas de ônibus comerciais para o transporte das compras, a utilização dos serviços de transportadoras e, até mesmo, dos correios. Enfim, nos interessa destacar que o impedimento do exercício da prática do cigarreiro e dos laranjas não promoveu uma simples reação instintiva em busca de novas formas de sobrevivência, mas uma reflexão sobre as práticas exercidas e uma reorganização estratégica das relações de poder existentes.

Os espaços que vão sendo deixados durante a atuação dos aparelhos estatais constituem um palco onde os diferentes sujeitos sociais exercem suas singularidades. Deste modo, são neles que podem ocorrer a individualidade, a suspensão e a ruptura do cotidiano, ultrapassando os limites reprodutivos da vida habitual. Todavia, a forma em que os diferentes trabalhadores irão utilizar essas brechas ou, em outras palavras, a maneira em que eles vão aproveitar e organizar a liberdade depende de um amplo conjunto de variáveis que precisam ser estudadas de forma específica. Desta forma, é necessário ler com cautela as observações de José de Souza Martins sobre o assunto. Segundo ele,

⁹ É interessante observar que as opiniões das frações da classe dominante referentes ao endurecimento das políticas de fiscalização na fronteira não são homogêneas, é comum encontrarmos discursos em defesa do afrouxamento das mesmas devido à importância de tais práticas de compras para o município de Foz do Iguaçu, fato, que inevitavelmente, serve de suporte e até mesmo de incentivo para a manutenção das atividades

é no instante dessas rupturas do cotidiano, nos instantes da inviabilidade da reprodução, que se instaura o momento da invenção, da ousadia, do atrevimento, da transgressão. E aí a desordem é outra, como é outra a criação. Já não se trata de remendar as fraturas do mundo da vida, para recriá-la, mas de dar voz ao silêncio, de dar vida à história (Martins, 2000, p. 64).

Assim, destacamos que essa possível ruptura do cotidiano derivada da impossibilidade de manutenção da reprodução do modelo, conforme discutida por Martins (2000), ou, a utilização das brechas deixadas pelos aparelhos estatais ao longo das tarefas diárias de controle da população, apresentada por Lefebvre (1961), não garantem que a ruptura irá ocorrer ou que os espaços existentes serão usados, ambas situações se configuram apenas como possibilidades. Não suficiente, elas também não garantem que qualquer prática desenvolvida promova a suspensão da vida cotidiana como já foi referido em um momento anterior a partir da perspectiva de Heller (1991). Embora as decisões tomadas durante as práticas de trabalho na fronteira sejam racionais, nada indica o sucesso da empreitada, pois isso depende, de forma substancial, da qualidade dos mecanismos utilizados no desenvolvimento da ação.

Partindo da perspectiva oferecida pelo individualismo metodológico, onde “a unidade elementar da vida social é a ação humana individual” e as explicações para as instituições e mudanças sociais encontram-se na compreensão da interação entre os indivíduos, Jon Elster apresenta e problematiza alguns dos mecanismos causais envolvidos nos processos de escolha. Todavia, ele não cai em uma perspectiva atomista, onde somente as características psicológicas dos indivíduos possibilitariam a compreensão da sociedade, observando, fundamentalmente, as relações entre as pessoas. Neste sentido, estudando as condutas individuais, ele constata que os desejos são mais importantes do que as oportunidades no desenvolvimento da ação racional e afirma que

há algo de incongruente em explicar uma ação em termos de oportunidades e desejos. As oportunidades são objetivas, externas a uma pessoa. Os desejos são subjetivos e internos. Não temos problemas em compreender como os objetos externos podem agir um sobre o outro para produzir um resultado, nem em captar a noção de causalidade puramente psíquica. É menos claro como elementos objetivos e subjetivos podem interagir para produzir uma ação. Com efeito, o que explica a ação são os desejos da pessoa juntamente com suas crenças a respeito das oportunidades (Elster, 1994, p. 37).

O posicionamento teórico metodológico de Jon Elster, embora chame atenção para um aspecto muitas vezes desconsiderado por estudiosos marxianos, não observar com clareza a origem dos desejos e das crenças, como também os fundamentos das próprias oportunidades existentes. Segundo ele, os desejos podem ser irracionais quando estão fixados em metas imediatas ou quando são utópicos, enfim, quando são construídos fora das possibilidades existentes no conjunto de oportunidades que estão dadas. Tal observação parte da definição de desejo racional formulada pelo autor em questão. Na sua opinião, os desejos são tais que, “dadas nossas oportunidades, nos tornam tão felizes quanto possível” (Elster, 1994, p. 57). Neste contexto, constata-se, que na tentativa de estabelecer um reductionismo das propriedades sociais para as propriedades das relações individuais, Elster desconsidera os aspectos comuns de todas as relações pertencentes a um mesmo tipo.

Entretanto, de forma geral, as suas observações referentes aos elementos que interferem no desempenho das ações sociais, podem ser aplicáveis em estudos que visem observar os microfundamentos do sistema sociometabólico. Neste sentido, observa-se que dentro do individualismo metodológico o sucesso de uma ação racional leva em consideração o êxito ou não da estratégia escolhida para se atingir um fim previamente determinado. Neste sentido, entre as possibilidades existentes, o fracasso pode ser explicado pela indeterminação das ações a serem tomadas. Esta situação decorre da dificuldade de realizar escolhas quando há um conjunto de boas ações que podem ser desenvolvidas ou, por um outro lado, quando não há nenhuma que seja tão boa quanto às outras existentes. Deste modo, a atenção do sujeito fica dispersa entre as opções, pois não encontra-se uma que se destaque entre as demais, facilitando a reprodução de ações que possuem resultados já conhecidos.

Não suficiente, ele também afirma que a presença de crenças supostamente irracionais dificultam o bom desempenho das ações. Sobre isso, o autor problematiza o impacto das paixões nas crenças que influenciam as escolhas, as explicações equivocadas da origem dos fenômenos e a pouca clareza nas inferências estatísticas. Aproximando-se de Max Weber, Elster acredita que o predomínio das ações sociais afetivas e tradicionais atrapalham o desenvolvimento e a execução das escolhas mais adequadas para o cumprimento daquilo que é almejado. Neste contexto, constata-se que a concepção de ação racional assumida pelo autor é essencialmente instrumental, pois corresponde a uma forma de satisfazer ou de realizar as vontades, que, por sua vez, induzem o sujeito a assumir determinada postura no momento de fazer as escolhas.

Não duvidamos que as possíveis manifestações dos sujeitos sociais dentro das brechas deixadas pelo Estado sejam impulsionadas pelas vontades individuais ou coletivas, contudo partimos do pressuposto que estas vontades sejam constantemente alimentadas pela situação concreta onde os mesmos estão inseridos. Em outros termos, reforçamos que os indivíduos fazem escolhas, mas dentro de um conjunto de elementos previamente determinado. Com isso, buscamos salientar que o estudo dos microfundamentos ou das relações individuais deve ser realizado para garantir um aprofundamento teórico, mas, necessariamente, vinculado a uma perspectiva macrosociológica. Neste sentido, as indeterminações no momento da escolha, a influência das paixões e a baixa amplitude da visão dos trabalhadores a respeito dos processos nos quais estão envolvidos, como salienta Elster, acabam tornando-se aspectos relevantes para a análise, no nosso caso mais especificamente, dos trabalhadores da Tríplex Fronteira.

Observando a trajetória de alguns destes trabalhadores constata-se a influência destes elementos externos no momento de organizar e interpretar as suas práticas de trabalho. Assim, a história de Celso é representativa e, ao mesmo tempo, significativa. O seu ingresso no mundo do trabalho na região da Ponte da Amizade ocorreu quando possuía apenas dez anos a pedido de seus pais. Nesta época, parte de sua família atuava na coleta de lixo reciclável sobre a ponte, principalmente de latinhas de refrigerante e cerveja, enquanto que uma outra parcela trabalhava como balconistas em lojas do mercado paraguaio. Após um período de labuta seus pais mudaram de ocupação, deixaram de trabalhar na cata para começarem a vender bebidas.

Com os contatos que foram estabelecidos, principalmente por suas irmãs que atuavam diretamente no Paraguai, surgiu a oportunidade de atuarem em um novo ramo que estava surgindo, o transporte de cigarros. Neste contexto, constata-se que as brechas existentes no sistema sociometabólico estavam sendo alargadas pelos sujeitos sociais. Quando a prática dos cigarreiros foi iniciada o transporte ocorria basicamente sobre a Ponte da Amizade, onde cada um dos trabalhadores paleteava entre dez a quinze pacotes visando unicamente atravessar toda extensão da divisa, porém com o aumento da fiscalização sobre os mesmos novas práticas foram surgindo. A primeira delas foi a de saltar da ponte nas regiões mais baixas e, a segunda, que se tornou mais comum, a de arremessar as caixas para que outros trabalhadores as pegassem.

Falando sobre a sua experiência pessoal, Celso nos insere em tal universo.

Em determinado momento, começamos a pular a cerca da ponte, eles aumentaram a altura e mesmo assim ainda pulávamos, eu era pequeno na época e tinha que virar cambalhota por cima. Ai quando foi ficando difícil surgiu essa idéia de jogar a mercadoria de cima da ponte. Começamos a buscar as caixas em duplas, cada um trazia uma por cinco reais até o buraco da cerca. Daí jogávamos a caixa que acabava correndo o risco de cair sobre quem estava esperando em baixo. Quando ela chegava pegávamos a mesma e subíamos a barranca do rio até o estacionamento de um hotel. Deixávamos a caixa e corríamos para repetir o serviço.

Como observamos, o trabalho era realizado em duplas, uma pessoa era responsável por trazer a mercadoria do Paraguai e outra de carrega-la para o local onde ela seria depositada após o arremesso. Todos trabalhavam para um mesmo patrão que pagava seus empregados nos fins de semana que, segundo o depoente Celso, poderia chegar até dois salários mínimos dependendo da demanda e de como estava a fiscalização na aduana brasileira, pois quanto mais difícil de passar a mercadoria melhor é o rendimento da atividade. Entretanto, como narra o depoente, com o passar do tempo a ocupação de cigarreiro começou a deixar de ser lucrativa devido, principalmente, ao aumento de pessoas trabalhando com o transporte da mesma mercadoria e da rigidez da fiscalização imposta pela Receita Federal.

Neste contexto, Celso comenta as formas de trazer os cigarros que foram surgindo, como através da utilização dos serviços dos taxistas paraguaios e dos barqueiros do Jardim Jupira, e salienta outros motivos que contribuíram com a decisão de sua família em abandonar a prática, como a conversão religiosa, que exigiu o rompimento de qualquer tipo de relação da família com cigarros ou bebidas. Todavia, isso não quer dizer que abandonaram a região da fronteira com o Paraguai. Atualmente suas irmãs atuam em lojas no país vizinho, os seus pais vendem alimentos e ele trabalha trazendo peças para computadores. As considerações feitas por esse depoente não são totalmente diferentes de outras coletadas.

Cláudio, por exemplo, também encontrou seu primeiro emprego no Paraguai através de indicação de amigos. Atuou como laranja por alguns anos até o momento em que apareceu uma oportunidade para trabalhar no ramo de confecção no Estado de Santa Catarina. Ficou lá por aproximadamente quatorze meses, ou, até quando a proprietária da fabrica fez uma reestruturação da produção e demitiu quase setecentos funcionários. Retornando à Foz do Iguaçu foi convidado por conhecidos a atuar como fretero, ou seja, transportando grandes quantidade de mercadorias a pedido de terceiros. Poderíamos descrever mais um conjunto de situações, mas, em praticamente todas elas, iríamos encontrar um elemento em comum, a presença de relações que visam ampliar as possibilidades de atuação em um contexto que possui falhas de controle por parte do Estado Brasileiro.

Entretanto, embora essas pessoas atuem nas brechas existentes, elas tendem a não construírem possibilidades diferentes das oferecidas pelo sistema sociometabólico, muito pelo contrário, elas tendem a satisfazerem seus desejos escolhendo entre as possibilidades já conhecidas. Deste modo, a oportunidade de suspender o cotidiano é dificultada, pois a ação racional fica restrita a responder as vontades condicionadas às oportunidades existentes. Em outros termos, quando o individuo possui as condições de agir livremente ou de forma não determinada outros aspectos sociais interferem nas decisões a serem tomadas. Dentro da heterogeneidade de elementos e valores existentes no cotidiano, alguns acabam pesando mais sobre os cérebros dos vivos do que outros, garantindo posturas diferenciadas, fundadas em aspectos sociais, para manifestações individuais. Tal situação garante, nos limites da vida diária, a reprodução do modelo de produção, mesmo que tenhamos a capacidade de realizar escolhas e de manifestarmos nossa individualidade.

Podemos até considerar que os desejos e vontades de Celso e Cláudio sejam singulares, não influenciados pelo contexto socioeconômico onde vivem, mas o planejamento das estratégias para satisfaze-los é controlada por variáveis que independem da postura individual (ou será que Cláudio poderia controlar a reestruturação produtiva e Celso poderia controlar a política de fiscalização da Receita?). Não suficiente, as oportunidades existentes para o estabelecimento das escolhas individuais também não estão sob o controle dos sujeitos sociais, elas são construídas historicamente durante as relações sociais. Logo, reforçamos a idéia que a validade do estudo das micro relações está preso ao modo em que as relações com o macro está estabelecida.

Neste sentido, consideramos que o estudo do cotidiano dos trabalhadores ou das ações sociais estabelecidas pelos mesmos é relevante não por explicitar um conjunto de relações que supostamente seriam particulares de um contexto específico da Tríplice Fronteira (tese que problematizamos no começo do artigo através da discussão com Rabossi e Grimson), mas devido às possibilidades que a exploração dos microfundamentos ou dos aspectos mais microscópicos da vida social garantem. Neste sentido, tal abordagem pode nos auxiliar no aumento ou na diminuição do grau de confiança das teorias, como também no aprofundamento das mesmas ao permitir a observação de especificidades próprias do mundo particular e da organização dos problemas de pesquisa originais.

3 - Referencias Bibliográficas

- CARDIN, E. G. (2006). Sacoleiros e “laranjas” na tríplice fronteira: uma análise da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo. Araraquara: Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual Paulista.
- CARDIN, E. G. (2007). La Formación y la Organización de los Trabajadores de las Vías Públicas de Ciudad del Este – Paraguay. In: VIII Congreso Nacional de Estudios Del Trabajo. Buenos Aires: Asociación Argentina de Especialistas en Estudios del Trabajo.
- COLODEL, J. A. (1988). Obrages & Companhias Colonizadoras: Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960. Santa Helena: Prefeitura Municipal.
- GRIMSON, A. (2005). Cortar puentes, cortar pollos: conflictos económicos y agencias políticas en Uruguayana (Brasil) – Libres (Argentina). In: R. C. OLIVEIRA, & S. BAINES (Org.). Nacionalidade e Etnicidade em Fronteiras. Brasília: UNB.
- ELSTER, J. (1991). Peças e Engrenagens das Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- HELLER, A. (1991). Sociología de la Vida Cotidiana. Barcelona: Ediciones Península.
- HELLER, A. (2004). O Cotidiano e a História. São Paulo: Paz e Terra.
- LEFEBVRE, H. (1961). Critique de la vie quotidienne. Paris: L'Arche Editeur.
- LIMA, P. (2001). Foz do Iguaçu e sua História. Foz do Iguaçu.
- LUKÁCS, G. (2004). Ontología del ser social: el trabajo. Buenos Aires: Herramienta.
- MARTINS, J. S. (2000). A sociabilidade do homem simples. São Paulo: Hucitec.
- MARX, K. (1997). O 18 Brumário e Cartas a Kulgelmann. Paz e Terra: Rio de Janeiro.
- NETTO, J. P. & CARVALHO, M. C. B. (2007). Cotidiano: Conhecimento e Crítica. São Paulo: Editora Cortez.
- RABOSSA, F. (2004). Nas ruas de Ciudad del Este: Vidas e vendas num mercado de fronteira. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- WACHOWICZ, R. C. (1982). Obrageros, Mensus e Colonos – história do oeste paranaense. Curitiba: Ed. Vicentina.

Indiscernibilidade do trabalho e acumulação capitalista: o estudo de caso de 700 mil revendedoras de cosméticos

Ludmila Abilio
UNICAMP
lud78@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo propõe uma discussão sobre a relação entre trabalho informal e acumulação capitalista. Problematiza-se o conceito de trabalho informal, pensando nas suas atuais (in)definições teóricas. Tem-se como objetivo levantar algumas das questões que hoje orientam a análise. Para tanto, a discussão realiza-se em diferentes momentos: 1. de uma historicização da discussão sobre o conceito de informalidade; 2. da relação entre trabalho e cidade como referência central para essa noção; 3. da informalidade pensada a partir das atuais reconfigurações trabalho. 4. da discussão sobre os elos entre desigualdade social e informalidade. Finalmente, apresenta-se um estudo de caso sobre revendedoras de uma empresa de cosméticos brasileira, totalizando hoje mais de setecentas mil mulheres que realizam o trabalho de distribuição dos produtos pelo país. Estão no cerne da análise: a (in)definição do conceito de informalidade; as transformações do trabalho e do processo produtivo que dotam de uma centralidade o trabalho informal; a experiência dessas revendedoras que ilustram hoje a perda de formas do trabalho e conseqüentemente do estatuto de trabalhador.

Palavras-chave: informalidade, desemprego, reconfigurações do trabalho, acumulação capitalista.

Introdução

O conceito de informalidade, se é que podemos chamá-lo de conceito, desde sua origem admite diferentes interpretações dentro da sociologia do trabalho e dos estudos econômicos. Da definição do termo em fins da década de 60 até hoje, forma-se um campo teórico voltado tanto a dar formas à informalidade quanto a definir a relação entre esta e a

acumulação capitalista (Sá Jr., 1970; Furtado, 1971; Oliveira 1972; idem 2003b; Portes et Castells, 1989; Cacciamali 2000; Portes & Hoffman, 2003; Portes & Haller, 2004)

Nesse mesmo período, o mundo do trabalho passa por profundas transformações, causando um deslocamento e até mesmo um esvaziamento de referências que pautavam a discussão. Como aprofundaremos adiante, a problematização do trabalho informal já esteve fundada na sua relação com a pobreza; integrou teorias da marginalidade; deslocou-se para um debate que colocava a informalidade como um elemento central da acumulação de países em desenvolvimento como o Brasil. No entanto, não só há uma reconfiguração profunda do processo produtivo – assim como da acumulação – quanto é possível afirmar que os horizontes que pautavam o debate também se transformaram: esse é o cerne da análise aqui proposta.

A formação do urbano – seja no Brasil, seja em tantos outros países “em desenvolvimento” – esteve associada a um imenso contingente de trabalhadores que pareciam não ter lugar nas relações formais e regulamentadas de trabalho (Sá Jr., 1970; Furtado, 1971; Oliveira 1972). Entretanto, se nos anos 70 e 80 a discussão pautava-se na possibilidade de superação, o cenário agora é completamente diferente e extrapola as fronteiras desses países (Portes et Castells, 1989; Castel, 1998; Cacciamali 2000; Machado, 2003; Arantes, 2004; Silver, 2005).

Nesse sentido, há que pensar para além do trabalho informal em um contexto mais amplo e complexo das atuais precarizações do trabalho: o que está em questão é que não mais é possível olhar para esses fenômenos como supostamente superáveis ou até mesmo residuais. A precarização do trabalho espalha-se das mais diversas formas pelo mundo (Portes & Castells, 1989; Sassen, 1989; Sassen 1998a e b; Silver 2005). Termos como “brazilianização” dos países desenvolvidos (Beck, 1998) buscam nomear os desmanches de mediações regulatórias entre capital e trabalho, que agora se dão em nível global. Processo esse que não mais aponta para horizontes de superação: a sociologia do trabalho hoje tem de dedicar-se ao exercício de reconhecer, definir e nomear transformações profundas do trabalho, que não só reconfiguram todo o processo produtivo, o lugar do trabalhador, como transfiguram horizontes que já puderam orientar a teoria sobre as formas da exploração do trabalho, assim como as possibilidades e potenciais políticos da classe trabalhadora enquanto tal.

Essa é a discussão que orienta este artigo: busca-se refletir sobre os referenciais que definiam a informalidade, para então discutir-se seus deslocamentos e indefinições que, no entanto, não só não anulam sua centralidade como a colocam no cerne do obscurecimento e das reconfigurações das relações de trabalho e da acumulação.

Procura-se aqui resgatar os parâmetros que antes davam sentido e força para a análise – e que agora se deslocam, se esvaziam, se reconfiguram – para então alcançar uma problematização do lugar da informalidade na tessitura social contemporânea. Tem-se como questões o que pauta hoje a discussão, quais são os possíveis referenciais teóricos e, em última instância, horizontes políticos e sociais que orientem a análise.

Dessa forma, o texto desenvolve-se na delimitação de algumas questões que foram centrais para a definição da informalidade e que hoje se reconfiguram. De saída, destacamos que as problematizações aqui levantadas abrem amplos campos de discussão. Portanto, o exercício de análise aqui proposto visa principalmente levantar alguns aspectos que permitam elaborar alguns pontos de apoio para pensar a informalidade hoje, principalmente em sua relação com a desigualdade social e a acumulação capitalista nas suas formas contemporâneas.

2. Historicizando o “conceito”: informalidade, desigualdade social e acumulação

Pobreza e informalidade, termos que sociologicamente caminharam juntos ao longo dos últimos 30 anos¹. A informalidade definia-se na relação com os trabalhadores de baixos rendimentos e qualificação, que desempenhavam atividades não assalariadas, de baixa qualificação e produtividade, inseridos em segmentos não regulamentados pelo Estado. O termo informal parece ser consenso na literatura, publiciza-se no início da década de 70. Descrevem Portes e Haller em relatório da CEPAL:²

“En su informe a la Oficina Internacional del Trabajo (OIT), Hart (1973, pag. 69) había postulado un modelo dual de oportunidades de ingresos para la fuerza de trabajo urbana, pasado principalmente en la distinción entre el empleo remunerado y el trabajo por cuenta propia. El concepto de ‘informalidad’ se aplicó a este último tipo de actividad. Este autor señaló la notable dinámica y diversidad de estas actividades que, para él, iban mucho más allá de ‘los limpiabotas y los vendedores de fósforos’. Posteriormente, esta caracterización dinámica del sector informal terminó desdibujándose a medida que el concepto se fue institucionalizando en la burocracia de la OIT, que redefinió la informalidad y la convirtió en sinónimo de pobreza. Se consideró que la economía informal era una ‘modalidad urbana’ (...) En publicaciones posteriores del Programa Regional del Empleo para América Latina y Caribe (PREALC) de la OIT, el empleo en el sector informal se denominó sistemáticamente ‘subempleo’” (Portes e Haller, 2004 : 09-10).

No Brasil, a informalidade integrava as teorias do subdesenvolvimento, que tomavam força no início dos anos 70 por meio de estudos da CEPAL, das teorias da “marginalidade” e de análises marxistas (Machado, 2001). O campo de debate

¹ A “pobreza” é um termo recorrente e fundante dos estudos da informalidade, principalmente nos que tratam do tema em relação a África e América Latina (tais como as publicações da OIT, entre outros). Para nós, a desigualdade social será o termo utilizado, na medida em que a pobreza homogeneiza diferentes relações e condições sociais e até mesmo despolitiza o debate (para uma discussão profunda sobre o tema vide Telles, 2001).

² “(a) propriedade familiar do empreendimento; (b) origem e aporte próprio dos recursos; (c) pequena escala de produção; (d) facilidade de ingresso; (e) uso intensivo do fator trabalho e de tecnologia adaptada; (f) aquisição das qualificações profissionais à parte do sistema escolar de ensino; e (g) participação em mercados competitivos e não regulamentados pelo Estado (OIT, 1972). A essas características, o PREALC (Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe) acrescenta a particularidade de atividades não organizadas, juridicamente ou em suas relações capital-trabalho (Tokman & Souza, 1976, 1978)” (Cacciamali, 2000 : 155).

edificava-se em torno da modernização do país – na urbanização e industrialização – processos que, no entanto, não se traduziam na redução efetiva das desigualdades sociais. Esse é um ponto central que permeia toda a análise aqui desenvolvida: no Brasil, os referenciais que orientavam a teorização sobre a permanência das desigualdades – que eram fundantes da formação da nação – passavam necessariamente pela questão do desemprego, da pobreza, e, conseqüentemente, das atividades que constituíam uma esfera do trabalho que não aparecia diretamente ligada à indústria e nem era tocada pela formalização jurídica que então constituía o mundo do trabalho.

As teorias que buscavam definir o trabalho informal e sua centralidade na constituição quer seja do social quer seja da acumulação capitalista estavam diretamente atreladas à problematização do subdesenvolvimento. Desse modo, a formação do urbano no Brasil era pensada na relação entre industrialização e constituição dos enormes contingentes de trabalhadores desempregados que passavam então a compor o cenário das cidades. Estabelecia-se o “mito do inchaço urbano” (termo usado criticamente por Oliveira, 1972), da formação de um significativo contingente de pessoas que migravam do campo para as cidades, mas que não tinham lugar nas cadeias de produção que então configuravam o urbano.

Em 1972, Francisco de Oliveira publica *Crítica à razão dualista*, marco para a compreensão da constituição do capitalismo brasileiro, a qual dialogava com a teoria do subdesenvolvimento cepalina. A CEPAL havia dado conta de desfazer uma perspectiva evolucionista do capitalismo, refutava a concepção de subdesenvolvimento como uma etapa do desenvolvimento capitalista, considerando-o como forma específica, singular, da acumulação; forma essa que realizava interesses de classes dominantes nacionais e internacionais. Em *O Ornitórrinco*, texto escrito no início dos anos 2000, Oliveira retrospectivamente afirma que “[referindo-se à concepção de Celso Furtado e da Cepal] o subdesenvolvimento não era, exatamente uma evolução truncada, mas uma produção da dependência pela conjunção de lugar na divisão internacional do trabalho capitalista e articulação dos interesses internos” (Oliveira, 2003b : 127). Entretanto, na *Crítica...*, o autor se desfaz da dualidade cepalina entre o atraso e o moderno: apoiando-se em uma perspectiva fundamentalmente marxista, traz a política para o centro da análise das relações de produção.

Crítica à razão dualista desconstrói o argumento de que a não modernização do campo constituía o atraso brasileiro e estava na raiz do “inchaço” das cidades, de que a permanência das relações arcaicas no campo se traduzia em uma ocupação desordenada das cidades. Para Oliveira, o referido “atraso” tinha de ser pensado politicamente: num sentido fortemente marxiano, isto é, no elo entre relações de produção e interesses/luta de classe, a manutenção de antigas relações de produção agrárias realizava-se enquanto forma de dominação e de rebaixamento da mão-de-obra tanto no campo quanto na cidade. Diz o autor em *O Ornitórrinco*:

“Sustentei, então, que a agricultura atrasada financiava a agricultura moderna e a industrialização (...) Apontei, então, que as culturas de subsistência tanto ajudavam a baixar o custo de reprodução da força de trabalho nas cidades, o que facilitava a acumulação de capital industrial, quanto produziam um excedente não reinvestível em si mesmo, que se escoava para financiar a acumulação urbana” (Oliveira, 2003b : 129).

Crítica à razão dualista é fundamental na medida em que propõe uma compreensão da constituição do urbano e do rural pela relação entre capital e trabalho, entre classes e interesses de classe, entre acumulação e exploração da força de trabalho. O “aparente caos urbano”, dizia Oliveira, constitui em si formas de rebaixamento e exploração da força de trabalho. O excedente populacional é então compreendido como a formação de um imenso “exército industrial de reserva” que garantiria o rebaixamento dos custos da mão-de-obra e a acumulação.

De atraso para forma específica da acumulação; o trabalho informal em sua teoria era pensado na relação com a acumulação brasileira. Marco teórico fundamental, a teoria de Oliveira trazia para o centro da análise a funcionalidade da formação de um crescente e vasto exército industrial de reserva, e o desemprego era então compreendido em sua centralidade para o rebaixamento do custo da mão-de-obra e conseqüentemente para o aumento dos ganhos da produção. Dessa maneira, o trabalho informal passava a ser compreendido em seu total imbricamento com as cadeias de produção que se formavam nas cidades.

A informalidade então podia ser pensada não como o atraso, tratava-se de desfazer-se dos dualismos, para pensar dialeticamente e marxianamente em relações de produção e distribuição que, na sua permanência, se tornavam centrais para a forma específica da acumulação à brasileira.

Oliveira apontava para o elo entre os pequenos vendedores de hortaliças e a mecanização da agricultura, entre as pequenas oficinas mecânicas e o crescimento da frota automobilística. Estabelecia a relação entre modernização e precariedade, entre a formação da classe trabalhadora e a constituição do setor informal, e apontava como essas relações estavam no cerne da acumulação brasileira.

O debate da informalidade fundou-se predominantemente nos estudos que traçavam a relação direta entre pobreza e informalidade, em uma lógica dualista que definia o atraso e o moderno. Nosso exercício de recuperar fundamentalmente a teoria de Oliveira visa delimitar parâmetros que já puderam orientar a crítica dessa abordagem, e que pensavam a informalidade no seu imbricamento com a acumulação capitalista. Por meio da análise de relações que apareciam fora do circuito da produção mas que, no entanto, nessa perspectiva estavam totalmente conectadas às relações modernas de trabalho, o autor apontava para a centralidade do trabalho informal não só na relação com o rebaixamento da mão de obra da indústria e do setor terciário, quanto na constituição dos grandes centros urbanos.

Nesses últimos trinta anos, as transformações das relações de produção e das formas de acumulação transfiguram os pilares que norteavam a noção de informalidade. É preciso demarcar o que foram e são esses deslocamentos, para então refletirmos sobre o que hoje embasa e dá força explicativa a essa noção.

3.1. As indefinições atuais: construção de um prisma teórico

A análise da informalidade estrutura-se na construção de um prisma teórico, que se forma nas ligações entre trabalho, cidade, desigualdade social e acumulação. Nesse sentido, a reflexão pode ser feita por múltiplas perspectivas que tratam de amplos campos da tessitura social. Nossa reflexão realiza-se na tentativa de delimitar três campos de análise, ainda que estejam totalmente entrelaçados.

Uma primeira abordagem trata da precarização do trabalho, que pode ser pensada por meio das relações de trabalho que se realizam na eliminação progressiva de direitos e garantias trabalhistas – e que também são entendidas como estruturais no sentido de que hoje definitivamente permeiam as cadeias de produção e distribuição de países desenvolvidos e em desenvolvimento. Esse é um aspecto importante para pensarmos a informalidade: se antes o trabalho informal aparece como o “espelho da relação salarial” (Machado, 2001) agora é necessário desfazer-se em certa medida do assalariamento como referência central da informalidade. Ou seja, outrora era possível compreender a informalidade pelo que ela não era, agora as referências “em negativo” perdem sua força explicativa.

A segunda trata da análise do que denominamos reconfigurações “estruturais” das relações de produção e distribuição: o deslocamento de atividades produtivas da indústria para o setor de serviços; e a transnacionalização da produção, as cadeias produtivas, se é que é possível ainda pensá-las como cadeias, estendem-se para além das fronteiras nacionais, o que reconfigura não só as etapas da produção mas também a cidade. Por essa perspectiva, é possível delimitar a relação entre essas reconfigurações e a constituição do espaço urbano. Referimo-nos à formação dos novos centros constituídos pelos enclaves financeiros e de um vasto setor de serviços altamente modernizado – que, no entanto, têm de ser entendidos no seu imbricamento com as mais diversas formas de precarização do trabalho, dentre elas toda uma gama de atividades informais.

A precarização também tem de ser pensada no elo entre os desmanches do assalariamento e das relações de trabalho que não se estruturam em uma jornada definida, sem contratos de trabalho, entre outros elementos que compõem esse processo que é chamado de flexibilização.

O outro levantamento trata da relação entre trabalho e desigualdade social; nesse sentido as reconfigurações estruturais do trabalho são pensadas na sua ligação com o rebaixamento da mão-de-obra, em um contexto de um desemprego que não mais tem uma dimensão passageira ou superável. Trata-se da relação entre desemprego e pobreza, que, pela perspectiva da informalidade, precisa ser entendida na formação do que Alejandro Portes e Kelly Hoffman denominaram um “imenso proletariado informal” (Portes e Hoffman, 2003). Por esse ângulo, a análise forma-se nos elos entre as precárias condições de vida aliadas ao desemprego e ao cada vez mais vasto contingente de ‘trabalhadores-viradores’ que se espalham pela cidade – os quais, retomando a figura do prisma, têm de ser percebidos na sua relação não só com o desemprego e a precarização, mas com as redes da acumulação que se realizam na cidade.

Vale ressaltar que cada um dos pontos levantados por si só compõe um campo teórico vasto e complexo. O que norteia a discussão é como a noção de informalidade pode ser compreendida nesse contexto de profundas transformações do trabalho e, em uma escala mais ampla, do mundo social. O que permeia toda a análise, é a dificuldade de hoje nomearmos esses deslocamentos, assim como reconhecermos e discernirmos seus imbricamentos. Há uma perda da força explicativa de referências que por décadas pautaram a discussão; os estudos do trabalho hoje envolvem-se nas tentativas de revisar e redefinir categorias que possam assim dar conta de alcançar as transformações que hoje reconfiguram profundamente o social.

Passemos então para o primeiro enfoque da análise.

3.2 Os desmanches do assalariamento como referência central e a flexibilização do trabalho

A discussão da informalidade nas décadas de 70 e 80 esteve fortemente calcada em um modelo de relações de produção fordistas, e no que Robert Castel bem definiu como “sociedade salarial” (Castel, 1998). O trabalho podia então ser analisado pela referência do trabalho formal, que se caracterizava pelas relações de trabalho com remuneração, jornada de trabalho, local de trabalho definidos. O assalariamento constituía-se não só como a remuneração mas também como a formalização da relação entre capital e trabalho, que era então regulatoriamente mediada pelo Estado – na constituição previdenciária e, com ela, de direitos sociais e do trabalho (idem, 1998).

A sociedade salarial, tal como desenvolvida pelo autor, estrutura-se pela extensão do assalariamento. Há, como afirma Castel, uma “redistribuição de conflitualidade social”: o assalariamento dilui o reconhecimento de classe, sendo o salário o que dá a posição social – agora definida em termos individuais. Em uma sociedade em que a maioria é assalariada, o salário torna-se constitutivo da posição e da identidade sociais.

Se a extensão do assalariamento dilui a experiência de classe, também coloca outros horizontes, não mais os revolucionários atribuídos à classe operária. Horizontes que se configuram em um progresso individual, na superação da posição social (idem, 1998). Como afirma Machado ao referir-se à centralidade do assalariamento nos estudos da informalidade:

“O assalariamento minimizou a contradição entre exploração do trabalho e ampliação dos direitos de cidadania além de organizar e canalizar o conflito social”. (Machado, 2001 : 148)

Forma-se o sistema previdenciário, constituindo uma propriedade coletiva; Castel denomina-a propriedade social. A configuração do Estado social como mediador entre o capital e o trabalho, que fomenta a acumulação ao mesmo tempo que estabelece todo um sistema de proteção ao trabalhador, forma assim a sociedade salarial. O que é fundamental: o social passa a constituir-se pelos laços que ligam os assalariados entre si, os trabalhadores com o Estado e que ligam estes ao capital, numa relação mediada e, em certa medida, protegida pelo Estado.

Portanto, a referência salarial orientava os estudos da informalidade – o trabalho informal podia então ser compreendido pelo avesso do assalariamento, na ausência de regulações formais do trabalho, tal como o estabelecimento da jornada de trabalho, da remuneração, e conseqüentemente dos direitos trabalhistas. (Oliveira 1972; idem 2003a e b; Cacciomali, 2000; Machado, 2001). Mais do que isso, o assalariamento possibilitava a constituição de um horizonte político e social, orientado pelo pleno emprego. Ainda que no Brasil não seja possível nos referirmos propriamente à consolidação de um Estado do Bem-Estar social, o estabelecimento das relações formais de trabalho pautava a discussão. Nesse sentido, teóricos do trabalho refletiram sobre o trabalho informal brasileiro como um fenômeno a ser superado pela progressiva regulação do trabalho. É possível afirmar que Oliveira já apontava para o imbricamento entre informalidade e acumulação capitalista no Brasil não como um fenômeno residual; no entanto, a constituição dos direitos da classe trabalhadora e a do papel regulador do Estado também estavam em discussão, eram referências.

A referência salarial estava ligada a um modelo fordista da produção. A indústria estabelecia-se como o locus da regulação do trabalho. As linhas de montagem, o estabelecimento do parque industrial paulista, até mesmo as greves do ABC davam forma à construção do assalariamento no Brasil. Relações de trabalho que definiam claramente o lugar do trabalhador dentro da produção, seus direitos trabalhistas, sua jornada de trabalho, sua remuneração.

A partir das relações de trabalho no setor industrial era possível ter alguma medida socialmente definida não só do tempo de trabalho como dos direitos do trabalhador. Esse modelo pautava o grau da mediação regulatória do Estado na relação entre trabalho e capital.

3.3 A perda das medidas socialmente constituídas: a flexibilização do trabalho

A flexibilização do trabalho assume os mais diversos significados e sentidos; assim como a precarização do trabalho, trata de processos diversos, tornando difícil uma definição precisa do termo. Mas isso não significa que deva ser descartada teoricamente. Sua relevância talvez esteja nessa própria ausência de precisão. Nomeia deslocamentos de sentido e reconfigurações que hoje perpassam por todo o mundo social. Ao pensarmos na flexibilização do trabalho, retomamos a referência desse modelo salarial-fordista, que possibilitava o reconhecimento do lugar do trabalhador no processo produtivo, assim como suas possibilidades e impossibilidades de resistência a exploração do trabalho. O trabalho – e o trabalhador – flexível está relacionado aos desmanches de mediações publicamente estabelecidas, que regulavam a relação entre capital e trabalho. São relações de trabalho que não têm jornada definida, muitas vezes nem mesmo se estabelecem na relação patrão-empregado. Elimina-se assim a jornada de trabalho, e com ela a medida socialmente estabelecida do tempo de trabalho em relações que não se constituem pelo assalariamento, não têm carteira registrada ou contratos de trabalho por tempo indeterminado. No entanto, também não podem simplesmente ser consideradas como trabalho informal. A flexibilização do trabalho pode ser compreendida a partir da mudança do estatuto do trabalhador. De empregados a subcontratados, de trabalhador registrado a trabalhador autônomo, de contratado a empreendedor/ empresário.

Cadeias produtivas que adquirem uma nova geometria, é nessa nova configuração que toma forma a flexibilização. Se antes era possível delimitar etapas da produção, quem trabalhava para quem, quem era patrão e quem era empregado, as relações de produção e de distribuição contemporâneas obscurecem-se ao constituírem redes, que conectam desde trabalhadores totalmente precarizados – vale ressaltar os índices que apontam para o crescimento mundial do trabalho semi-escravo – até trabalhadores altamente qualificados e remunerados que se tornam prestadores de serviço. Trabalhadores flexíveis hoje são aqueles que mal têm a distinção entre o tempo de trabalho e o tempo livre, entre a condição de trabalhador empregado e de autônomo, tornam-se empresários de si mesmos. Essa é uma discussão complexa que pode tomar os mais diversos caminhos. O fio condutor de nossa análise refere-se às indefinições e embaralhamento que a flexibilização do trabalho traz para a problematização da informalidade. Os referenciais que definiam o trabalho formal não mais dão conta de orientar a análise.

Outro aspecto fundamental é que a discussão do trabalho informal, ao ter em foco o referencial salarial, constituía um horizonte de superação, como afirmamos, o pleno emprego parecia ser passível de orientar a reflexão. A partir dos anos 90, vai se tornando claro que as mais diversas formas de precarização do trabalho estão cravadas nas relações de produção. O que se vê é a – mais veloz em alguns países, mais contida em outros – desconstrução dos pilares que estruturavam a sociedade salarial e o Estado do Bem Estar social.

A flexibilização do trabalho, a informalidade, as formas desreguladas do trabalho hoje tornam cada vez mais difícil discernir a relação entre capital e trabalho: há um obscurecimento não só do processo produtivo quanto da possibilidade de o próprio trabalhador reconhecer-se enquanto tal (Oliveira, 2000). Essa transfiguração das cadeias produtivas é agravada pelos deslocamentos das atividades antes inerentes à indústria que agora também são realizadas na forma de serviços, o que integra a dificuldade de visualizar as etapas da produção e reconhecer o lugar do trabalhador.

3.4 Deslocamentos da produção

Ao referirmo-nos às transfigurações do modelo fordista – de assalariamento, é preciso também observar os deslocamentos da produção de dentro da indústria para o setor de serviços. É nesse deslocamento que se realiza grande parte da flexibilização do trabalho.

A problematização gira em torno das dificuldades hoje de ter-se uma delimitação clara, de poder-se definir e separar esses dois setores. A discussão sobre informalidade nos anos 70 e 80 apoiava-se na possibilidade de reconhecer o setor industrial como o locus das relações formais de trabalho, do assalariamento, e conseqüentemente das garantias e dos direitos trabalhistas. Nesse sentido, a discussão do que se denomina terciarização (Machado, 2001) é central para compreendermos a perda de referenciais que davam sentido e força explicativa à informalidade.

Nos estudos da teoria da marginalidade e na “Crítica à razão dualista” percebe-se a possibilidade da distinção entre os setores secundário e terciário. O trabalho informal aparecia diretamente ligado aos serviços. Era possível a delimitação entre o trabalho formal – regulado, característico da indústria – e as atividades que compunham o trabalho informal no setor terciário, formas que não eram mediadas pelos direitos trabalhistas, caracterizando-se por um trabalho precário e de baixo rendimento. O trabalho informal era associado à mão-de-obra de baixa qualificação, ao trabalho de baixo rendimento e às atividades fora do setor industrial.

Hoje, a relação indústria-serviços como meio de distinção entre o lugar do trabalho assalariado, regulamentado e o lugar do trabalho precarizado e da informalidade perde cada vez mais sua força explicativa (Crompton et alii, 1996). O processo de acumulação deslocou-se, reconfigurou-se, e o modelo que tinha como cerne as relações de produção a partir da indústria – pensada nos moldes fordistas – não mais dá conta de evidenciar o processo da acumulação nem de definir as relações entre modernização da produção e urbanização.

Se algumas atividades atualmente podem ser reconhecidas seguramente como prestação de serviços, outras já estiveram dentro da indústria e hoje compõem esse setor. Atividades que antes eram realizadas dentro da fábrica agora são desenvolvidas em redes de subcontratação (Leite, 2003). O desenvolvimento tecnológico que se dava dentro da indústria agora pode dar-se fora dela. Talvez seja possível afirmar que a cadeia produtiva tem uma nova geometria, complexificada, configurando-se mais como uma rede de produção: empresas especializadas na produção de softwares, redes de pequenos empreendimentos assim como de trabalhadores a domicílio que difusamente realizam uma etapa da produção, entre outras relações de produção que assumem as mais diversas formas. As redes que se realizam nas terceirizações e subcontratações vão obscurecendo, ou talvez desfazendo, as fronteiras entre indústria e serviços.

O reconhecimento do trabalho e do trabalhador complexifica-se. A produção agora tem de ser compreendida por meio de um mapeamento das amplas redes de subcontratação, as quais freqüentemente são integradas pelo trabalho informal. Portanto, a terciarização é central não só para a compreensão das novas configurações da informalidade, como também para o entendimento da perda de referenciais que se estruturaram apoiados em um modelo de formalidade que estava diretamente ligado ao trabalho regulado na indústria.

Essas redes que se estendem pela cidade dão novas formas à constituição do urbano. Para compreendermos as relações contemporâneas entre trabalho e cidade é preciso atualizar a problematização do elo entre modernização e precariedade.

3.5 A transnacionalização da produção e da distribuição

Ao abordar a ligação entre informalidade e acumulação, Oliveira tratava também da configuração do urbano. Dessa forma, as atividades aparentemente marginais e desintegradas da modernização da cidade tinham de ser pensadas como elementos centrais da constituição das desigualdades sociais e da acumulação, o que significa que não só não estavam à parte do crescimento e desenvolvimento da cidade como davam forma e substância às relações de exploração que nela se estabeleciam.

“Esses tipos de serviços, longe de serem excrescência e apenas depósito do ‘exército industrial de reserva’, são adequados para o processo da acumulação global e da expansão capitalista e por seu lado, reforçam a tendência à concentração da renda (...) o processo de crescimento das cidades brasileiras – para falar apenas do nosso universo – não pode ser entendido senão dentro de um marco teórico onde as necessidades da acumulação impõem um crescimento dos serviços horizontalizado, cuja forma aparente é o caos das cidades.” (Oliveira, 1972 : 58-9)

O “aparente caos” era, em substância, a relação entre modernização e precariedade, a qual era central então na constituição da acumulação brasileira, e tomava forma nas cidades. Como pensar nessa relação nos dias de hoje? A transnacionalização da produção e da distribuição traz consigo a reconfiguração dos centros urbanos. A cidade hoje tem de ser compreendida no entrecruzamento da desigualdade social com a modernização que se realiza no crescimento do setor de serviços, na entrada de empresas multinacionais, no estabelecimento dos centros financeiros.

Assim como nos anos 70, hoje é possível teorizar sobre a relação entre a permanência – e o engendramento – da precarização do trabalho e a modernização do espaço urbano: as cidades hoje circunscrevem as polarizações entre a riqueza e a pobreza, ao mesmo tempo em que materializam o vínculo entre as formas mais precarizadas do trabalho e a tecnologia de ponta das indústrias modernas, entre o trabalho desqualificado e de baixa remuneração e as redes de serviços que se estendem pela cidade. Dessa forma, o urbano é compreendido como a trama que dá forma à atualização e ao surgimento de novas e antigas relações de trabalho. Nesse sentido, a cidade é compreendida como o espaço onde é possível reconhecer os elos que ligam as formas mais precárias de trabalho aos mais modernos centros da acumulação.

Saskia Sassen (1998a), ao teorizar acerca das relações de produção urbanas contemporâneas, refere-se ao termo “cidade global”³, compreendido como um “espaço transnacional”. Centros estratégicos de uma economia globalizada, as “cidades globais” fornecem a infra-estrutura necessária para uma acumulação que se realiza em cadeias produtivas estruturadas em nível mundial. Nelas concentram-se os fluxos de bens e serviços, consolidam-se os centros financeiros, as concentrações populacionais, os serviços modernos e especializados.

Simplificando o argumento da autora, a acumulação constituiu-se em formas desnacionalizadas, difundidas pelo mundo, que, em substância, produziram uma maior concentração da riqueza. Argumento fundamental, que inverte a aparência de que a mundialização dos mercados poderia significar uma distribuição menos desigual da riqueza. A ampliação dos mercados significou maior concentração do capital: hoje grande parte da acumulação concentra-se em um restrito conjunto de corporações transnacionais.

O trabalho da autora direciona-se para a análise das relações de produção de cadeias produtivas que se estendem pelos mais diversos países – subdesenvolvidos e de “primeiro mundo”: as matrizes de grandes empresas que transnacionalizam sua produção, em busca dos lugares de menor custo para a produção e da expansão dos mercados consumidores⁴. Essa produção transnacionalizada realiza-se mais fortemente a partir das últimas duas ou três décadas.

No Brasil, é possível localizar os processos de abertura e desregulamentação do mercado a partir da década de 90, quando se intensificam as privatizações – propiciando a entrada maciça do capital estrangeiro – e com elas a desregulação do mercado de trabalho, traduzida no aumento das relações flexibilizadas, das subcontratações e terceirizações e do trabalho informal. Processos que se inserem num contexto mundial das políticas neoliberais, implementadas em grande parte dos países em desenvolvimento.⁵

Portanto, a “internacionalização da produção de bens e serviços”, nos termos de Sassen (idem), teve como elementos centrais a desregulamentação dos mercados nacionais que correu junto com as privatizações. No plano nacional, as políticas neoliberais realizam-se por meio das políticas estatais de desregulamentações e incentivos fiscais, por uma extensa privatização dos serviços públicos. Empresas antes estatais tornaram-se o meio para a entrada de capital estrangeiro e de controle de diversos serviços pelas corporações transnacionais.⁶

No argumento da autora, cidades tornam-se “cidades globais” não só pela instalação das grandes empresas internacionais mas também por toda a infra-estrutura que se estabelece em torno destas:

“Presume-se, com frequência, que setores atrasados expressam tendências ao declínio. Do mesmo modo, existe uma tendência a pressupor que indústrias avançadas, tais como as finanças, oferecem essencialmente bons empregos, quando, na verdade, encerram uma participação significativa de empregos mal remunerados, que vão dos faxineiros aos escriturários das corretoras que operam com ações.” (Sassen, 1998b : 136)

Estabelece-se uma gama de serviços, empresas, pequenos empreendimentos que possibilitam o fluxo do capital internacional: agências de publicidade, escritórios de advocacia, contabilidade, escritórios de importação, distribuidoras de softwares, consultorias – muitas dessas empresas também globalizadas, prestadoras de serviços multinacionais; por outro lado, em torno dessas empresas de alto rendimento também se encontram pequenas empresas, que realizam serviços de limpeza, de motoboys, entre outros.

A consolidação da cidade de São Paulo como um “espaço transnacional” significa também a intensificação e o aumento da precarização do trabalho; crescem os trabalhos de baixa remuneração, que muitas vezes não passam por qualquer tipo de regulação. O que se vê na cidade é a permanente expansão do contingente de trabalhadores desempregados: jovens, homens, mulheres que integram as mais diversas redes da precarização e da informalidade (Cacciamali, 2000; Abílio, 2005; Davis 2006). A modernização da cidade não significa, portanto, melhores condições de trabalho. A cidade de São Paulo nas últimas décadas firmou-se como o locus dos centros financeiros, da instalação de multinacionais prestadoras de serviços, dos modernos centros comerciais, e também das favelas e dos bairros periféricos da cidade – povoados por trabalhadores que vivem abaixo ou próximos da linha de pobreza, que circulam por esses mesmos centros e outros espaços da cidade, compondo o que Alejandro Portes e Mike Davis denominaram um imenso proletariado informal, desempenhando as atividades precarizadas e de baixa remuneração que integram as redes de prestação de serviços, produção e distribuição da metrópole.

Empresas modernas e sofisticadas, de alta tecnologia da informação, integradas a uma cadeia transnacional, são também o locus de relações de trabalho precarizadas e desreguladas (Sassen, 1989, 1998a e 1998b; Pochmann, 2001; Comin, 2005; Cacciamali, 2005). Na metrópole permanece o rebaixamento da força de trabalho, o qual tem de ser entendido na sua relação com as redes de produção e distribuição que formam o urbano nos dias de hoje.

³ Aqui não adentramos o campo teórico que se forma em torno do conceito de “cidade global”. Sassen chega a essa noção focando sua análise em Londres, Tóquio e Nova York. A importação dessa noção para a cidade de São Paulo é controversa e tem de ser feita de maneira cuidadosa. O termo “cidade global” adquiriu usos ideológicos diferentes, entre eles o que obscurece as profundas desigualdades sociais da capital paulista para dar lugar à celebração de uma cidade que supostamente teria potencial para ser um dos centros econômicos mundiais. Aqui não delimitaremos o debate que hoje gira em torno dessa noção. De saída, recorremos a essa noção em busca de referenciais que pensem o urbano a partir da transnacionalização do capital, tendo no horizonte que esse conceito admite diferentes interpretações e críticas (Fix, 2003; Ferreira, 2003; Arantes, 2000).

⁴ As cinco maiores corporações transnacionais não financeiras do mundo – Shell, Ford, GM, Exxon e IBM – tinham, no ano de 1994, mais de metade de sua mão-de-obra empregada fora dos seus países de origem (Sassen, 1998a : 93).

⁵ Posteriormente veremos como alguns autores tratam da relação entre neoliberalismo, trabalho e desigualdade social.

⁶ Baseada em dados da UNCTAD de 1993, Saskia Sassen demonstra como o Investimento Estrangeiro Direto via privatizações na América Latina – incluindo Argentina, Chile, México e Venezuela, que responderam por 75% dos investimentos – saltou de aproximadamente 7 bilhões em 1990 para quase 12 bilhões em 1991 (Sassen, 1998a : 57).

3.6 Desigualdade social e informalidade

“More than ever, the fact was reaffirmed that, in Latin America, it is not necessary to be unemployed in order to be poor” (Portes & Hoffman, 2003)

Tendo ainda em foco a relação entre modernização e precariedade, aprofundamo-nos na discussão sobre a desigualdade social. Mike Davis, em “Planeta de favelas”, artigo que precedeu o livro, aponta para o que Alejandro Portes e Kelly Hoffman denominaram a formação de um “imenso proletariado informal” (Portes e Hoffman, 2003). Todos os três autores analisam a relação entre as políticas neoliberais nos países em desenvolvimento e o crescimento da desigualdade social. Portes e Hoffman apontam para o crescimento não só da pobreza quanto da informalidade na América Latina nessa última década. Davis analisa o fato de atualmente um terço da população urbana mundial viver em favelas (Davis, *idem*)⁷.

O que está no cerne da discussão é o que Davis denomina “superurbanização” ou “expansão urbana perversa”. O crescimento populacional que não se traduz no crescimento econômico. O resultado é o cenário cada vez mais extenso da pobreza nas cidades dos países em desenvolvimento. Está posta a relação entre desigualdade social e trabalho; dados da ECLAC demonstram que 75% da população empregada na América Latina – incluídos nessa definição os trabalhadores informais de baixa renda – não geram renda suficiente para ultrapassarem a linha de pobreza (ECLAC 2000 : 19 apud Portes e Hoffman 2003). A informalidade é então pensada como expressão do aprofundamento da desigualdade social, e um caminho possível frente ao desemprego e aos baixos rendimentos do trabalhador.

Os autores referem-se ao crescimento do número de microempreendedores, proprietários de pequenos negócios de baixa produtividade, que não geram lucro, apenas garantem a própria sobrevivência (Cacciamali, 2000; Portes & Hoffman, 2003; Portes e Haller, 2004; Davis, 2006). A superurbanização também pode ser vista na entrada maciça de mulheres para a informalidade (Davis, *idem*). O que está em questão é o desemprego estrutural, que, no entanto, não significa que as pessoas não estejam trabalhando. O contexto do desemprego pode ser entendido por seu avesso, pelo desenvolvimento das mais diversas atividades e ocupações, precárias, de baixa remuneração, que muitas vezes nem aparecem como trabalho. Partindo dessa questão, passamos ao próximo item, que nos permite retomar essa discussão nas considerações finais.

4. O campo empírico: setecentas mil revendedoras de cosméticos

Há quase um ano estamos realizando uma pesquisa empírica com revendedoras de uma empresa de cosméticos brasileira na cidade de São Paulo. Atualmente, mais de setecentas mil mulheres realizam a venda dos produtos pelo país. A empresa vem crescendo no seu setor, concorrendo com as multinacionais que lideram o consumo nacional. Dos anos 80 até hoje seu faturamento aumentou 30 vezes. Em 2004, a empresa faturou mais de dois bilhões de reais, tendo um lucro líquido de 300 milhões de reais. No ano seguinte, o lucro aumentou 25%. Com uma forte estratégia de marketing, calcada no discurso do desenvolvimento sustentável, na responsabilidade social e na exploração responsável dos elementos da flora brasileira, essa empresa hoje firmou-se não só no mercado brasileiro como internacionalizou sua distribuição pela América Latina, e já entrou na Europa, com uma loja em Paris.

Há alguns anos inaugurou o maior centro de Pesquisa e Desenvolvimento em cosméticos da América Latina. Hoje conta com parcerias com universidades públicas e financiamento governamental para o desenvolvimento de pesquisas. Tem mais 1.400 trabalhadores registrados. Anualmente recebe prêmios, tais como o “Valor social”, por empresa socialmente responsável. Sua imagem entre os consumidores parece ser bem consolidada.

Na ponta da distribuição dos produtos, estão 700 mil mulheres, que hoje trabalham sem qualquer tipo de contrato de trabalho com a empresa. Não são nem oficialmente reconhecidas como trabalhadoras; denominadas “consultoras”, essas mulheres desempenham uma ocupação que não sabemos nomear. São revendedoras; no entanto, ao mesmo tempo são consumidoras dos produtos, arcam com todos os riscos da venda e não têm qualquer garantia da empresa. Recebem cursos “gratuitos” sobre o uso dos produtos; “ganham” brindes de acordo com as vendas; e pagam os boletos bancários – único elemento que formaliza a relação entre empresa e vendedora. A consultora precisa acumular em torno de R\$ 200,00 para poder realizar o pedido e tem 20 dias para pagá-los após a entrega dos produtos. Sua remuneração equivale a 30% do preço final que consta no catálogo de venda.

A empresa hoje tem um número ínfimo de lojas pelo país; praticamente toda sua distribuição realiza-se no trabalho das revendedoras. A dificuldade da pesquisa passa pela determinação de um perfil dessas mulheres. Têm as mais diversas condições sociais: jovens, de meia-idade, idosas; desempregadas, empregadas, autônomas, donas de casa; de baixa renda e de classe média; de baixo nível escolar a mulheres com terceiro grau completo.

⁷ Ao pensar nas favelas que cada vez mais povoam as cidades dos países em desenvolvimento, Mike Davis traça a relação do “crescimento perverso” das cidades com as políticas implementadas pelo FMI principalmente na África e na América Latina. “Os anos 1980 – quando FMI e o Banco Mundial usaram a alavancagem da dívida para reestruturar a economia da maior parte do Terceiro Mundo – foram a época em que as favelas se tornaram um futuro implacável não só para os migrantes rurais pobres como também para milhões de habitantes urbanos tradicionais, desalojados ou jogados na miséria pela violência do ‘ajuste’ (...) Em toda parte o FMI, agindo como delegado dos grandes bancos e apoiado pelos governos Reagan e Bush, ofereceu aos países pobres o mesmo cálice envenenado de desvalorização, privatização, remoção dos controles da importação e dos subsídios aos alimentos, redução forçada dos custos com saúde e educação e enxugamento impiedoso do setor público.” (Davis, 2006 : 203-204)

Talvez seja essa indefinição que torne relevante a pesquisa. Hoje, por meio dessa atividade, é possível reconhecer as mais diversas formas de precarização do trabalho, que empurram essas mulheres para a busca dessa atividade. Muitas realizam as vendas dentro de seu próprio local de trabalho: são manicures, secretárias, enfermeiras, recepcionistas, entre muitas outras ocupações de baixa remuneração, mas estão no mercado formal ou integram as redes de subcontratação que se estendem pela cidade. Muitas são donas de casa que nunca saíram para trabalhar; outras assumiram esse papel após ficarem desempregadas. Para estas, a atividade permeia sua sociabilidade: é no encontro com amigas, parentes, pessoas da vizinhança que as vendas se realizam, garantindo que a consultora não precise sair de casa para ter uma renda. Para outras, a atividade assume a forma de um trabalho: estabelecem por conta própria uma jornada de trabalho, saem pelas ruas e grande parte de sua renda provém das vendas.

Mulheres trabalhadoras do setor de serviços, mulheres proprietárias de pequenos empreendimentos, desempregadas, empregadas de empresas terceirizadas, mulheres que têm contratos de trabalho esporádicos; que saíram do mercado formal e não conseguiram regressar. Muitas tornaram-se responsáveis pela geração de renda da casa frente ao desemprego dos maridos; outras têm na atividade um complemento de renda. São situações que compõem um amplo espectro mas que têm algo em comum: desempregadas ou não, essas mulheres não têm rendimento suficiente para se manterem.

No contexto do desemprego e da precarização, é possível afirmar que a empresa conta hoje com um imenso contingente de “consultoras em potencial”. A pesquisa permite-nos perscrutar para além do estudo dessa companhia; seguindo as trajetórias ocupacionais das consultoras é possível chegar aos empregos precarizados a que se refere Sassen nos grandes centros da cidade, é possível chegar às mulheres da periferia que se tornam chefes de família (Abílio, 2005); é possível encontrar universitárias que não conseguem empregos com remuneração condizente com sua qualificação. Esse é um campo de pesquisa que se abre para as mais diversas questões relacionadas às reconfigurações do trabalho.

Nossa hipótese de pesquisa, ainda a ser muito trabalhada, é de que essa forma de trabalho totalmente desregulada, que nem mesmo é reconhecida como um trabalho, está no cerne da acumulação dessa empresa. O que se coloca a priori é a impossibilidade do reconhecimento dessas trabalhadoras enquanto tais. A atividade de vendas não aparece como um trabalho. Não há remuneração definida, a renda mensal varia e muitas mulheres não sabem dizer ao certo quanto ganham, as vendas misturam-se com o consumo dos produtos, é impossível precisar o tempo aplicado nessa atividade. Essa é uma questão central; o tempo que dedicam às vendas não é quantificável, por ser um tempo permeado por outras atividades, sejam elas outras ocupações, sejam elas de sociabilidade. A venda dos produtos vai se imbricando nos mais diversos tipos de relações e espaços sociais. Realiza-se na casa, na rua, no local de trabalho; durante encontros familiares, durante intervalos no emprego; não há forma definida.

Como nomear a atividade dessas mulheres? Qual o estatuto do seu trabalho? São elas trabalhadoras informais? Podemos pensá-las como informais no sentido de que estão por conta própria, não têm contrato de trabalho, não são sequer subcontratadas, por não haver qualquer tipo de regulação dessa relação. Por outro lado, há um sentido sociológico recorrente da informalidade, que pensa no trabalhador informal como aquele trabalhador invisível, que tem seus vínculos com a cadeia produtiva obscurecidos. Nesse caso, a relação é explícita: sabidamente as consultoras são as distribuidoras dos produtos.

Esse é um dos objetos empíricos que hoje dão a dimensão da perda de medidas e referenciais dos estudos do trabalho. Mais do que formular respostas, faz-se necessário um exercício exaustivo de investigação das relações de trabalho que vão perdendo sua forma, assumindo constituições que não sabemos nomear. No caso dessas revendedoras é preciso ter-se como estrutura da análise os deslocamentos e ressignificações do trabalho. O Sistema de Venda Direta não é recente, há décadas pessoas trabalham como revendedoras de empresas. No entanto, o contexto dessa atividade se reconfigurou. O fato de que hoje, diariamente, mulheres tornam-se trabalhadoras-consultoras dessa empresa aponta para um conjunto de questões que são contemporâneas. A flexibilização do trabalho e o desemprego tal qual se estrutura nos dias de hoje dão novos contornos, definições e significados sociais para essa atividade.

5. Considerações finais

Ao longo deste texto buscamos delimitar questões que orientam a constituição da noção de informalidade. Assim, definimos um prisma teórico, que se forma no entrecruzamento da desigualdade social, das reconfigurações do trabalho, da constituição do espaço urbano e da acumulação capitalista contemporânea.

Dessa maneira, a publicação de Francisco de Oliveira de 1972 foi fundamental para delinear os alguns dos parâmetros que orientam a análise. No entanto, temos como ponto de partida que nesses trinta anos a acumulação e as relações de produção passaram por profundas transformações. Transformações que esvaziam de sentido referências que definiam a informalidade.

Alguns autores apontam hoje para uma “nova informalidade” (Lima & Bezerra, 2002; Noronha, 2003; entre outros), afirmando não mais ser possível associar exclusivamente o trabalho informal à pobreza: trabalhadores altamente qualificados e remunerados hoje integram a categoria dos autônomos e dos “por conta-própria”, as quais eram típicas da informalidade. A substituição da relação de assalariamento por relações de trabalho flexibilizadas, que transformam o empregado em trabalhador autônomo nas mais diversas categorias do trabalho, desloca um dos principais pilares que definiam a informalidade. Nesse mesmo sentido coloca-se um outro aspecto, que contribui para a noção da “nova informalidade”: o trabalho informal chegou aos países desenvolvidos. A reestruturação produtiva realiza-se na desestruturação do trabalho assalariado e dos moldes fordistas por todo o mundo: se os países em desenvolvimento tinham

mais como horizonte do que realidade a consolidação da sociedade salarial, países desenvolvidos hoje têm em seu futuro a possibilidade do progressivo esfacelamento desta⁸. Os deslocamentos agora são tantos que é preciso cuidado para que a discussão não se esvazie de sentido e que não fiquemos girando em falso. As tentativas de definição das atuais configurações do trabalho são totalmente necessárias, ao mesmo tempo em que acabam por limitar ou obscurecer aspectos da discussão. Nomear uma nova informalidade é importante na medida em que se define que algo mudou. Talvez o termo não dê conta de expressar que a novidade está na reconfiguração não só do que se considerava informal, mas também dos pilares que estruturavam o seu oposto que o dotava de sentido: as relações formais de trabalho.

Maria Cristina Cacciamali define o termo “processo de informalidade”, o qual se refere não à definição de categorias da informalidade, mas ao contexto que hoje compõe esse campo. Trata-se de:

“um processo de mudanças estruturais em andamento na sociedade e na economia que incide na redefinição das relações de produção, das formas de inserção dos trabalhadores na produção, dos processos de trabalho e de instituições” (Cacciamali, 2000 : 163)

Estão em questão o papel do Estado – que nos abstivemos de discutir aqui⁹ – e a redefinição das relações de produção, que é também uma reconfiguração do lugar do trabalhador no processo produtivo. Foi esse contexto que buscamos pôr em pauta nesta análise.

Pensar a informalidade como um processo é teoricamente relevante na medida em que possibilita a compreensão de algo que está em movimento, o que demanda estarmos atentos à atual perda de uma rigidez conceitual. Nesse processo, Cacciamali aponta para a importância de desagregar-se a categoria “conta-própria”, dado que hoje se refere tanto a trabalhadores de baixa qualificação e rendimento, que se inserem nas redes de subcontratação de forma precarizada, quanto aos trabalhadores a que nos referíamos anteriormente, que passam do estatuto de empregados para prestadores de serviço. Esse é um aspecto fundamental, visto que possibilita pensarmos novamente na relação entre informalidade e desigualdade social. O estatuto legal e o reconhecimento social do engenheiro que presta serviço à empresa de desenvolvimento de softwares estão totalmente distantes do vendedor de refrigerantes da porta do estádio (para retomar o exemplo de Francisco de Oliveira, 2003a). Então fica a questão: o que define hoje o trabalhador informal?

Para nós a resposta está na impossibilidade de defini-lo por categorias fechadas do trabalho; o que é possível é avaliar quais os parâmetros que ainda dão sentido à análise e qual a sustentabilidade da noção de informalidade. A flexibilização caracteriza-se pela desregulação do trabalho, a qual muitas vezes passa pelo reconhecimento e legislação do Estado, não tendo assim o caráter de ilegalidade (ou até mesmo de injustiça, para lembrar a discussão de Noronha, 2003)¹⁰. As medidas socialmente estabelecidas que definiam o tempo de trabalho, a remuneração (e os direitos embutidos no salário) e o lugar do trabalhador na produção é que delimitavam o que era o trabalho formal e o que o trabalho informal não era. A flexibilização do trabalho dificulta ou até mesmo elimina essa distinção.

“A progressão da relação salarial foi coartada no começo dos anos oitenta do século passado pela combinação da reestruturação produtiva com a globalização; isto forneceu as bases para um enorme avanço da produtividade do trabalho que jogou para as calendas a possibilidade e/ou necessidade da relação formal de trabalho: pelo contrário, o que chamou-se no passado de “informalidade” tomou-se a regra. Pede-se ao trabalhador formal os atributos do “informal”: flexibilidade, polivalência, iniciativa. Tais atributos encontram-se nos camelôs dos centros de nossas cidades. Aparece aí o primeiro elemento da exceção: o mercado de trabalho foi virado pelo avesso (...) Emprego estável é privilégio, regras de previsibilidade foram traduzidas como burocracia.” (Oliveira, 2003a : 03)

A flexibilidade e a perda referencial do assalariamento obscurecem o lugar do trabalhador no processo produtivo, ao mesmo tempo que vão eliminando a estabilidade e as garantias que caracterizavam o trabalho formal. Fica então a pergunta: quando os “atributos” e condições do trabalhador formal se aproximam do que caracterizava o informal, o conceito de informalidade mantém-se de pé?

Nesse momento de indefinições sociológicas, o termo parece afirmar-se e contradizer-se ao mesmo tempo. Pensando dialeticamente, é na própria impossibilidade de defini-lo que reside sua força teórica, contanto que se leve em conta seus deslocamentos de sentido. A ausência de formas socialmente definidas hoje vai permeando todos os nós da produção, da

⁸ É preciso cuidado nessa afirmação. Não é possível constatar que o Estado do Bem Estar está se desmanchando ou desaparecendo definitivamente nos países em que se consolidou. No entanto, mesmo em países em que a presença de um Estado social permanece fortemente, questões como o desemprego, o sistema previdenciário, e a redução de alguns direitos sociais estão em pauta. São processos bastante heterogêneos que se desenvolvem em tempos diferentes pela Europa; entretanto, é negável que as possibilidades de uma forte mediação regulatória entre capital e trabalho vão gradativamente sendo postas em xeque.

⁹ A discussão sobre o papel regulador do Estado é extensa e abre outros campos de discussão. Nossa análise foi permeada pelo o papel do Estado tendo-se como referência a sociedade salarial. De acordo com nossas possibilidades analíticas, optamos por não adentrarmos nas discussões que se referem ao papel do Estado como regulador da desregulação do trabalho, ou que formulam a possibilidade de políticas públicas relacionadas à informalidade, ainda que a maioria dos autores referidos passem por essa reflexão.

¹⁰ A flexibilização refere-se também ao ethos do trabalhador, que de empregado se torna empresário de si (López-Ruiz, 2006). Aqui não desenvolvemos o tema das desestruturas sociais que circundam as transformações do trabalho. A literatura que trata desse assunto é vasta. Essa é uma discussão fundamental que tem um amplo espectro; passa pela definição da identidade e posição social (Castel, 1998); da subjetividade (Sennett, 2003); pelas constituições familiares – a mudança de papéis dentro da casa frente às impossibilidades do mercado formal (Abílio, 2005), pela criminalidade e a organização do tráfico de drogas (Machado 2001; Fefferman, 2007), entre outros campos e aspectos do mundo social que se estruturam na desestruturação do trabalho.

distribuição, dos serviços. Nesse contexto de indiscernibilidade do processo produtivo, a informalidade assume uma centralidade nas relações de trabalho e também na teoria. Alguns autores afirmam que a noção se esvaziou de sentido, tornou-se “mero termo do léxico sociológico”(Machado, 2001 : 141). Ao mesmo tempo em que concordamos com tal esvaziamento, afirmamos que é nesse vazio que reside a força da análise. Nessa perspectiva, é um vazio pleno de sentido, pois explicita as desconstruções que parecem tornar indefiníveis medidas socialmente estabelecidas do trabalho. De fato, a noção que parece perder cada vez mais sentido é a do trabalho formal.

Por um outro ângulo, podemos afirmar a permanência da noção ao resgatarmos referenciais que a estruturavam. Buscamos aqui levantar relações que embasavam a análise, para pensar nos seus deslocamentos ou reconfigurações. A relação entre pobreza e informalidade, entre configuração do urbano e trabalho informal, entre este e acumulação capitalista são relações fundamentais, essenciais para a análise, pois retomam o cerne da discussão, que vai ficando obscurecido: Trata-se de formas da exploração do trabalho em um modo de produção capitalista.

Vivemos nos últimos 30 anos um processo profundo de reconfigurações do trabalho, que tem de ser entendido em um contexto da flexibilização, da reestruturação produtiva e de uma revolução tecnológica que deu novas formas e substância ao processo produtivo. Nesse contexto, todas as referências que orientavam construções teóricas de explicação do mundo social deslocam-se, desmancham-se, reconfiguram-se. O que fica é um momento histórico em que não conseguimos seguramente identificar e reconhecer onde está o capital e as formas da acumulação. As mutações no mundo do trabalho, que se referem não apenas à precarização mas a toda uma reconfiguração do processo produtivo, dificultam o reconhecimento do lugar do trabalhador, e até mesmo do trabalho, no processo produtivo e nas formas contemporâneas da acumulação.

Nessa indiscernibilidade, parece voltar à cena a antiga questão que pautava a discussão da informalidade nos anos 70. Trata-se de marginalidade ou de uma integração obscura? Retirando os trabalhadores de alta qualificação e remuneração e voltando os olhos para o “proletariado informal”: a precariedade das condições de vida e o rebaixamento da mão-de-obra estaria conectado às formas mais modernas da acumulação, ou esses trabalhadores tornaram-se descartáveis, o que Castel denominou de “inúteis para o mundo”? Ao traçar o cenário catastrófico (seria o “aparente caos das cidades” a que se referia Oliveira?) da imensidão das favelas, Mike Davis afirma:

“A tendência macroeconômica do trabalho informal é a reprodução da pobreza absoluta. Mas, se o proletariado informal não é a menorzinha das pequenas burguesias, também não é um ‘exército de reserva de mão de obra’ nem um ‘lumpemproletariado’, em nenhum dos sentidos obsoletos do século XIX. Parte dele, é verdade, é um força de trabalho invisível da economia formal (...) Mas a maior parte dos favelados urbanos, radical e verdadeiramente, não encontra lar na economia internacional contemporânea. (...) A ‘Modernização’, o ‘Desenvolvimento’ e, agora, o ‘Mercado’ irrestrito já tiveram seus bons dias. A força de trabalho de um bilhão de pessoas foi expelida do sistema mundial, e quem consegue imaginar algum cenário plausível, sob os auspícios neoliberais, que reintegre como trabalhadores produtivos ou consumidores em massa?” (Davis, 2006: 211-2)

Por um lado o desemprego estrutural e o acirramento da desigualdade social. O que se traduz em pobreza e concentração de renda. Por seu avesso, o fato de que as pessoas estão trabalhando mais do que nas décadas anteriores, ainda que muitas vezes seu trabalho nem seja reconhecido como tal. A flexibilização do trabalho dificulta a mensuração de quanto as pessoas trabalham, em que atividades, com qual frequência. Voltemos às “consultoras” de cosméticos: sua atividade tem de ser compreendida no contexto do desemprego, da precarização e da flexibilização do trabalho. Quinhentas mil mulheres que realizam praticamente toda a distribuição dos produtos da empresa. Esse número mais o contingente de mulheres potencialmente revendedoras, que estarão desempenhando a atividade amanhã, mês que vem, de acordo com a imprevisibilidade e efemeridade que compõem as relações de trabalho da maioria delas. Pensemos na mulher desempregada, de baixa renda, que vive na periferia de São Paulo: está ela excluída do mundo do trabalho, ou no seu “viver por um fio” (Castel, 1998) que a leva a procurar as mais diversas atividades que gerem renda está invisivelmente compondo a relação entre precariedade e acumulação?

A informalidade hoje repõe a reflexão sobre a integração e a descartabilidade de trabalhadores pobres, excluídos de relações formais de trabalho. Ao longo da análise buscamos iluminar a relação entre modernização e precariedade: a transnacionalização da produção, os deslocamentos da indústria para um setor terciário altamente informatizado, as constituições dos centros financeiros e de serviços nas grandes cidades estão imbricados com a concentração de renda e o crescimento da desigualdade social. Essa relação tem de ser pensada por meio da exploração do trabalho, que hoje se realiza na flexibilização e nas formas atuais de sua precarização. Desse modo, apoiando-nos na definição de Cacciari, o processo de informalidade tem de ser entendido no contexto das formas contemporâneas da exploração do trabalho e da acumulação capitalista. Nesse sentido, desfazemo-nos da noção de descartabilidade para problematizar a relação entre a constituição do imenso contingente de trabalhadores informais e os nós – muitos quase indiscerníveis – que hoje compõem a rede de produção e da acumulação.

Questões foram aqui muito mais levantadas do que respondidas. A investigação sociológica hoje tem de abdicar de antigas certezas para dar conta de reconhecer e criticar a tessitura social que assume formas sociologicamente indefinidas frente aos deslocamentos de referenciais que estruturavam não só a teoria como a vida dos indivíduos. Nesse sentido, optamos por compor um campo de questões que oriente a análise, sem a intenção de alcançar definições e sim muito mais de compreender os deslocamentos de sentido e a permanência de referenciais que possibilitem a reflexão.

6. Referências Bibliográficas

- ABÍLIO, L. C. 2005. Dos traços da desigualdade ao desenho da gestão: Trajetórias de vida e programas sociais na periferia de São Paulo. São Paulo. 198 páginas. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.
- ARANTES, Paulo Eduardo. 2004. Zero à esquerda. São Paulo : Conrad.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. 2000. Globalização e processo de informalidade. Economia e sociedade. Campinas : Unicamp, n.14, junho.
- CASTEL, Robert. 1998. As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário. Petrópolis : Vozes.
- COMIN, Álvaro. Dinâmicas regionais: desenvolvimento e desigualdades. Texto para discussão. São Paulo : CEBRAP, 2005.
- COMIN, Alvaro; CARDOSO, Adalberto & GUIMARÃES, Adalberto M. 2006. Os deserdados da indústria: reestruturação produtiva e trajetórias intersetoriais de trabalhadores demitidos da indústria brasileira. In: GUIMARÃES, Nadya e HIRATA, Helena (orgs). Desemprego. Trajetórias, identidades, mobilizações. São Paulo : Senac.
- CROMPTON, Rosemary; GALLIE, Duncan & PURCELL, Kate. 1996. Changing Forms of Employment: Organizations, Skills and Gender. Londres : Routledge.
- DAVIS, Mike. 2006. Planeta de favelas: a involução urbana e o proletariado informal.. In: SADER, Emir (org.). Contragolpes. Seleção de artigos da New Left Review. São Paulo : Boitempo.
- FERREIRA, João S. W. 2003. São Paulo: o mito da cidade-global. Tese de Doutorado. São Paulo: FAUUSP.
- FEFFERMANN, Marisa. 2006. Vidas arriscadas: o cotidiano de jovens trabalhadores do tráfico. Vozes : São Paulo.
- FIX, Mariana. 2003. São Paulo cidade mundial : fundamentos financeiros de uma miragem. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.
- _____. 2001. Parceiros da exclusão: duas histórias da construção de uma “nova cidade” em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada. São Paulo : Boitempo.
- FURTADO, Celso. 1966. Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira.
- _____. 1971. Dependencia externa y Teoría Económica. El trimestre económico. v. 38, n. 150. México.
- MACHADO DA SILVA, Luis Antonio. 2001. Mercado de trabalho, ontem e hoje. In: SANTANA, Marco Aurélio & RAMALHO, José Ricardo. Além da Fábrica. São Paulo : Boitempo.
- LEITE, Márcia P. 2003. Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais. São Paulo : Perseu Abramo.
- LIMA, Jacob & BEZERRA. Trabalho flexível e o novo informal. Caderno do CRH. n. 37. pp. 163-178. Salvador.
- LÓPEZ-RUIZ. Osvaldo J. 2006. Somos todos capitalistas? Del obrero al trabajador-inversor. Nueva Sociedad, v. 202, pp. 87-97.
- NORONHA, Eduardo. 2003. Informal, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v. 18 n. 53. São Paulo, outubro.
- OLIVEIRA, Francisco. 1972. A economia brasileira: Crítica à razão dualista. In: Estudos Cebrap n. 2. São Paulo.
- _____. 2000. Passagem na neblina. In: Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo. São Paulo : Perseu Abramo.
- _____. 2003a. O Estado e a Exceção: Ou o Estado de Exceção??. Conferência de abertura da Reunião Anual da ANPUR – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Belo Horizonte. Maio.
- _____. 2003b. Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco. São Paulo : Boitempo.
- _____. 2003c. A navegação venturosa. Ensaios sobre Celso Furtado. São Paulo : Boitempo.
- POCHMANN, Márcio. 2001. A metrópole do trabalho. São Paulo : Brasiliense.
- PORTES, Alejandro; CASTELLS, Manuel & BENTON, Lauren (orgs.). 1989. The informal Economy. Studies in advanced and less developed countries. Baltimore e Londres : The John Hopkins University Press.
- PORTES, Alejandro & HOFFMANN, Kelly. 2003. Latin America class structures: Their Composition and Change during the Neoliberal Era. Latin American Research Review, v. 38, n. 1, fevereiro. University of Texas Press.
- PORTES, Alejandro & HALLER, Willian. 2004. La Economía Informal. CEPAL : Serie Políticas sociales. Santiago de Chile : Naciones Unidas.
- REVEL, Jacques. 1998. Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro : FGV.
- SÁ Jr. Francisco (org.). 1970. Subemprego, problema estrutural. Rio de Janeiro : Vozes.
- SASSEN, Saskia. 1989. New York City’s Informal Economy. In: PORTES, Alejandro; CASTELLS, Manuel & BENTON, Lauren (orgs.). The informal Economy. Studies in advanced and less developed countries. Baltimore e Londres : The John Hopkins University Press.
- _____. 1998. Globalization and its discontents. Essays on the new mobility of people and money. Nova York : The New York Press.
- _____. 1998. As cidades na economia mundial. São Paulo : Studio Nobel.
- SENNETT, Richard. 2003. A corrosão do caráter. Conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro : Record.
- SILVER, Bervely. 2005. Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870.. São Paulo : Boitempo.
- TELLES, Vera S. 2001. Pobreza e cidadania. São Paulo : Editora 34.

TELLES, Vera S. e CABANES, Robert (orgs). 2006. Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo : Associação Editorial Humanitas.

WILLIAMS, Colin & WINDERBANK, Jan. 1998. Informal Employment in the advanced economies. Implications for work and welfare. Londres : Routledge.

WILSON, William J. 1996. When work disappears. The world of the new urban poor. Nova York : Vintage books edition.

Trabalho e nova precariedade salarial no Brasil da década de 2000

Giovanni Alves¹

Resumo: O objetivo é fazer a comunicação de resultados preliminares de pesquisa sociológica desenvolvida sobre os novos espaços-tempo de trabalho no Brasil, no decorrer da década de 2000, com destaque para as categorias de trabalhadores bancários e trabalhadores metalúrgicos no País, dois importantes contingentes de trabalhadores assalariados com alto nível de organização sindical-corporativa e que, na década passada, foram alvos de intenso processo de reestruturação produtiva. Acreditamos que no decorrer da década de 2000, se constituiu e ampliou-se no Brasil, um novo (e precário) mundo do trabalho, um modo novo de precariedade salarial e experiências de relações de trabalho marcado pelas novas condições de exploração capitalista. Utilizando metodologia de pesquisa qualitativa – entrevistas semi-estruturadas e história oral (história de vida/história do trabalho) buscaremos apreender não apenas as determinações histórico-objetivas, mas as experiências subjetivas dos novos “atores sociais”, resgatando suas percepções contingentes e narrativas de vida e trabalho da nova condição salarial.

As Intermittências da Contingência
A experiência da nova precariedade salarial no Brasil
(1995-2010)

O objetivo deste paper é apresentar elementos para uma proposta de investigação sobre a experiência da nova precariedade do trabalho no Brasil em duas importantes categorias de trabalhadores assalariados deste País – bancários e metalúrgicos, buscando apreender, no plano objetivo e subjetivo, a “construção” da nova condição salarial que emerge a partir da reestruturação produtiva e das novas modalidades especiais de contrato de trabalho flexível do mercado de trabalho brasileiro.

Se a experiência da precarização do trabalho pode ser entendida como sendo o processo de degradação do estatuto salarial e do cotidiano de vida e de trabalho de operários e empregados atingidos pelo processo de reestruturação produtiva, a experiência da nova precariedade salarial pode ser entendida como sendo a condição salarial de novo tipo e a configuração do novo trabalhador coletivo que emerge com as novas fábricas e bancos reestruturados (o que significa apreender as experiências de vida e de trabalho, tanto de trabalhadores “sobreviventes”, quanto dos novos trabalhadores operários e empregados).

Deste modo, torna-se importante hoje relacionar a constituição do novo coletivo do trabalho às estratégias de reestruturação produtiva das empresas, articulando mudanças intra-organizacionais e no mercado de trabalho ao perfil sociológico dos indivíduos recém-ocupados, trabalhadores operários e empregados incluídos nos espaços de trabalho reestruturados. Isto é, apreender a experiência da nova precariedade não apenas a partir da dinâmica do processo de trabalho reestruturado, mas dos mercados de trabalho flexibilizados e das novas condições de vida sócio-urbana para além dos muros das instituições laborais.

Para isso consideramos importante utilizar a categoria de experiência - desdobrada em experiência vivida e experiência percebida - indicada por E. P. Thompson (THOMPSON, 1981). O que nos propomos aqui é sugerir uma sociologia da nova precariedade salarial, que aborde o que se passa nas esferas do trabalho e da vida cotidiana dos trabalhadores imersos nas novas condições salariais constituídas pelos processos de reestruturação e empregados nos ambientes produtivos reestruturados. Enfim, saber quem são eles, quais são seus valores, anseios e expectativas pessoais, quais seus atributos e em que condições conseguiram se inserir na nova fábrica ou novos espaços de trabalho que surgiram nos últimos quinze anos.

Como universo de pesquisa empírica, destacaríamos as categorias de bancários e metalúrgicos. São categorias de trabalhadores assalariados no Brasil que possuíam na década de 1980 um elevado nível de organização sindical e que nos últimos vinte anos passaram (e passam) por um intenso processo de reestruturação produtiva que atinge os trabalhadores assalariados individuais a partir da própria (re)configuração do trabalhador coletivo. Existe uma vasta bibliografia de estudos que tratam do complexo de reestruturação produtiva no setor metalúrgico (no caso do ABC paulista) e dos bancários de São Paulo (RODRIGUES, 1999b; SEGNINI, 1998; JINKING, 1995, 2002; RODRIGUES, 1999; ANTUNES, 2006). Nesta

¹ Giovanni Alves é professor doutor livre-docente de sociologia da UNESP (Universidade Estadual Paulista) – Campus de Marília, pesquisador do CNPq, líder do Grupo de Pesquisa “Estudos da Globalização” e coordenador da Rede de Estudos do Trabalho (RET) – www.estudosdotrabalho.org. Home-page: giovanni.alves@uol.com.br

perspectiva, é importante apreender trajetórias de vida e experiências dos novos contingentes de trabalhadores metalúrgicos e bancários, buscando investigar, a partir de uma metodologia qualitativa, o processo de “construção” objetiva e subjetiva da nova condição salarial.

O novo (e precário) mundo do trabalho marcado pelas intermitências da contingência salarial expõe a (re)constituição do trabalhador coletivo pelo capital, com múltiplos impactos objetivos e subjetivos na consciência de classe contingente e necessária. Através de entrevistas semi-estruturadas e constituição de grupos focais com uma coorte de operários e empregados incluídos nos coletivos de trabalho da nova fábrica e do novo banco reestruturado, procuraremos apreender as experiências – objetivas e subjetivas – da nova precariedade salarial, vinculando-as às suas trajetórias de vida e de inserção na divisão social do trabalho.

Nessa proposta de investigação, seria importante apreender não apenas a dimensão objetiva, como ocorre em estudos da economia e da sociologia industrial e do trabalho, mas a esfera da subjetividade dos trabalhadores, como determinação intrínseca destas intermitências da contingência salarial e da “construção” da nova identidade (e não-identidade) do trabalho assalariado (é interessante, por exemplo, a sugestão heurística de Richard Sennet que nos ensaios “A corrosão do caráter” e “A cultura do novo capitalismo” aborda, a partir de relatos pessoais e histórias de vida e do trabalho, as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo) (SENNET, 1999; 2006).

A título de coleta de dados, delimitamos nossa investigação no pólo mais desenvolvido da objetivação de bancários e metalúrgicos: os empregados bancários da cidade de São Paulo, base do Sindicato dos Bancários de São Paulo; e os metalúrgicos do ABC paulista (base do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC). A seguir, na categoria de trabalhadores bancários e metalúrgicos delimitados acima, iremos escolher as empresas típicas ou novos territórios da produção capazes de explicitar, em si, os traços essenciais da nova morfologia social do espaço-tempo do trabalho no capitalismo flexível.

É importante situar o contexto sócio-histórico em que surgem os novos espaços-tempo de trabalho no Brasil, com destaque para o setor bancário e metalúrgico no País. Delimitamos o período de 1995 a 2010 por acreditarmos que é nesse período que se constituem aos poucos, os principais elementos das determinações da nova relação salarial destas categorias de trabalhadores assalariados no Brasil. O cenário de desenvolvimento da economia política no País pode nos dar o contexto estrutural deste processo. É o que faremos, nessa abertura de problematização do objeto. Em destaque, salientaremos a política neoliberal, adotada a partir de 1990, como determinação estrutural da constituição do novo (e precário) mundo do trabalho. A seguir, em seu bojo, o desenvolvimento do complexo de reestruturação produtiva, em suas dimensões sócio-organizacional e tecnológica e a nova feição do mercado de trabalho decorrente das modalidades especiais de contrato de trabalho inscritas na CLT.

Cada categoria de trabalhadores assalariados possui uma intensa particularidade na configuração deste complexo de reestruturação produtiva, que articula aspectos (e dimensões) novas e arcaicas. A inserção desta dupla determinação político-estrutural irá nos dar o plano de objetividade destas determinações da nova precariedade salarial no País. Irá apenas situar, no campo da história, da economia e da sociologia, o complexo particular daquilo que pretendemos apreender – a experiência objetiva e subjetiva do novo trabalhador coletivo que emerge do processo de precarização, tal como expressa em sua dimensão singular-subjetiva. O resgate da história de vida e do trabalho dos “atores sociais” desta narrativa da nova precariedade salarial é o objetivo que nos propomos realizar.

1. Capitalismo Brasileiro nos Anos 1990-2000

Durante a “era neoliberal” o Brasil apresentou taxas medíocres de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto). Se nos anos 1980, considerados a “década perdida”, tivemos uma taxa média anual de crescimento do PIB em 3%, nos anos 1990 o crescimento anual médio do País atingiu apenas 1,7% (até 1999) (POCHMANN, 2001). E na década de 2000, o crescimento anual médio do País (até 2006) se manteve num patamar baixo (3,1%), apesar de ter sido superior ao da década passada (nos últimos 10 anos, economias emergentes como China e Índia cresceram a taxas anuais de 8% e 6%, respectivamente). O que denominamos de “era neoliberal” é período histórico de inserção subalterna do Brasil na mundialização do capital através de políticas macroeconômicas neoliberais que acentuaram a lógica destrutiva do capital no País.

Crescimento do PIB (Brasil) 2000-2006

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
%	4,3	1,3	2,7	1,1	5,7	2,9	3,7

Fonte: IBGE

Apesar do controle da inflação através do Plano Real, em 1994, o Brasil continuou apresentado a pior distribuição de renda do mundo industrializado. O “choque de capitalismo” da década passada tendeu a concentrar mais ainda a riqueza social e a tornar mais precário o mundo do trabalho. Por exemplo, segundo dados do IBGE, na década de 1990, cresceram a distância salarial entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres. Em 1992 a diferença entre o pico e a base da pirâmide nacional de rendimentos era de cerca de treze salários mínimos. Em 1999, chegou a aproximadamente dezessete. O “choque de capitalismo” na década de 1990 significou a corrosão paulatina dos rendimentos médio do trabalho. No decorrer dos anos 2000, o salário real apresentou uma queda significativa, apesar da pequena recuperação ocorrida a partir de 2004.

Salário real – Crescimento Anual (em %)

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
%	-0,6	-3,2	-3,8	-5,0	1,5	1,0	1,5

Fonte: IBGE

Apesar das discontinuidades e incertezas conjunturais no ciclo da economia brasileira, tornou-se perceptível no decorrer da “era neoliberal”, tanto em períodos de recessão, quanto em períodos de retomada do crescimento, o continuum de degradação do mundo do trabalho no País. A sensação de perda continua no emprego, salário e condições de trabalho imprimiu a sua marca em contingentes massivos da PEA (População Economicamente Ativa), mesmo nos breves momentos de recuperação da economia brasileira.

A degradação estrutural do mundo do trabalho contribuiu sobremaneira para aprofundar o cenário de barbárie social. Os altos (e crescentes) índices de criminalidade nos centros metropolitanos atestam não apenas a falência do Estado brasileiro, objeto de devassa das políticas neoliberais, como o resultado cumulativo de um modo de produção social que se tornou não apenas incapaz de absorver contingentes massivos da força de trabalho, como demonstrou ser voraz em degradar emprego, salário e condições de trabalho de contingentes importantes do mundo do trabalho organizado (POCHMANN, 2001).

Se por um lado é perceptível a discontinuidade de conjuntura na economia capitalista no Brasil nos anos 1990 e 2000, principalmente no tocante a oscilações no PIB (Produto Interno Bruto), o que merece ser destacado, por outro lado, é a linha contínua de degradação do mundo do trabalho que buscamos caracterizar como sendo constituído pelo processo de precarização do trabalho e pela constituição da nova precariedade salarial que almejamos investigar em sua dimensão objetivo-subjetiva. Apesar das novas vulnerabilidades sistêmicas, as políticas neoliberais contribuíram para a constituição de um cenário propício para os negócios capitalistas no País (ALVES, 2000).

Por outro lado, na ótica do capital, a “era neoliberal” constituiu um sistema progressivo de novas sinergias para a valorização capitalista, principalmente em sua forma fictícia (como atesta a alta rentabilidade dos bancos nos últimos quinze anos) (GONÇALVES, 2002). Entretanto, as políticas neoliberais, o novo complexo de reestruturação produtiva e a constituição de um mercado de trabalho formal com as novas modalidades de contrato de trabalho previstas na CLT, conseguiram alterar no decorrer da década de 2000, a dinâmica da sociabilidade do trabalho no Brasil, degradando-a, tanto no sentido objetivo, ou seja, no tocante às condições de vida e trabalho; quanto no sentido subjetivo, principalmente no plano da consciência de classe contingente e necessária.

2. Complexos de Reestruturação Produtiva e o Novo (e Precário) Mundo do Trabalho no Brasil

A linha contínua de degradação do mundo do trabalho que delineamos na “era neoliberal” e que na década de 2000 aparece por meio dos resultados do processo de precarização e da constituição em andamento de uma nova precariedade salarial significa um processo estrutural de transformações da objetividade e subjetividade da classe trabalhadora no Brasil, em especial do setor industrial, com impactos decisivos no sindicalismo e nos movimentos sociais urbanos e rurais. É o que os estudos da sociologia do trabalho se dedicaram a apreender como sendo a reestruturação produtiva e, além disso, as alterações na dinâmica do mercado do trabalho com o surgimento ampliado de novas formas “flexíveis” de contratação salarial (SANTANA e RAMALHO, 2003; CHAHAD e CACCIAMALI, 2003).

Mas, a idéia de reestruturação produtiva implica dimensões para além do espaço micro-organizacional e o que estava além dele, isto é, as novas formas de controle patrimonial (no bojo de um processo intenso de fusão e aquisições que se desencadeava com a abertura econômica e a integração da produção local a padrões competitivos internacionais); para estratégias de competição inter-firmas; para os novos encadeamentos produtivos delas resultantes, na busca de metas de qualidade e produtividade. Ou seja, o que convencionamos denominar de complexo de reestruturação produtiva articula processos micro-organizacionais com dinâmicas macroeconômicas (mercados de ativos, mercados de produtos e mercados de trabalho – internos e externos) (CARLEIAL e VALLE, 1997).

É nesse contexto sócio-histórico que se desenvolve a “flexibilização” e o “enxugamento”, palavras mágicas no ideário gerencial, que transfiguram os locais de trabalho e os espaços-tempo da produção de mercadorias, constituindo um novo trabalhador coletivo. Observa com propriedade Guimarães: “Enxugamento, encolhimento de efetivos, exteriorização de processos produtivos, mas também de trabalhadores, terceirização, foram práticas que emergiram com força nesse momento, introduzindo um novo léxico e uma nova gramática, que tentavam dar conta da alteração profunda, então em curso, na maneira de incorporar o trabalho: no seu volume, na sua natureza, nas suas relações sociais que o estruturavam, nas institucionalidades que o regulavam.” (GUIMARÃES, 2004)

A pressão da agenda social que se constitui na década de 1990 e 2000 se transmuta em nova linha de inquirição analítica. Surgem estudos sociológicos que procuram apreender a natureza e as relações sociais da nova maneira de incorporação do trabalho, o novo perfil do trabalhador coletivo, suas experiências e trajetórias de vida, num plano longitudinal do mundo do trabalho, que incorpore não apenas as determinações sócio-espaciais, mas a categoria de temporalidade, imprescindível para a apreensão do processo de precarização do trabalho (o que pressupõe, portanto, a apreensão de suas experiências antes, durante e depois do processo de precarização e desemprego). Nesse sentido,

poderíamos destacar o estudo de Adalberto M. Cardoso, intitulado “Trabalhar, verbo transitivo: destinos profissionais dos deserdados da indústria automobilística.”, publicado em 2000 e que nos apresenta, através de uma fina análise empírica, as trajetórias ocupacionais daqueles que foram desligados da indústria automobilística no curso do processo de reestruturação capitalista, tão fortemente seletivo (CARDOSO, 2000). No mesmo viés analítico, o estudo pioneiro de Nadya Araújo Guimarães, já destacado acima, publicado agora, em 2004 e intitulado “Caminhos Cruzados – Estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores.” (GUIMARÃES, 2004)

Nesse caso, o desafio analítico (e disciplinar) estava em reformatar a sociologia do trabalho num tipo de sociologia do desemprego, ou melhor ainda, sociologia da precarização e da nova precariedade salarial que procurasse, a partir de metodologias quantitativas e qualitativas, apreender, por um lado, o processo de degradação do estatuto salarial (a experiência de precarização do trabalho propriamente dito), e por outro lado, a conformação de um novo trabalhador coletivo (a experiência de constituição de uma nova precariedade salarial). O que significa tratar não apenas da empresa ou da cadeia produtiva, mas do mercado de trabalho e inclusive para além dele. Exigiria, deste modo, um novo referente sócio-espacial do “olhar sociológico” capaz de apreender as múltiplas experiências contratuais e sócio-geracionais do novo local do trabalho.

Num primeiro momento, apreender as dimensões da precarização do trabalho, isto é, verificar o que se passava com os que eram desligados no curso desse processo de reestruturação, tão fortemente seletivo. Enfim, verificar qual o destino dos que foram desligados da indústria e do banco no curso desse processo (o que implicaria investigar o percurso ocupacional de coortes de indivíduos pro meio de suas história de vida e de trabalho) e tratar também daqueles poucos que conseguiram sobreviver ao ajuste, permanecendo empregados nos ambientes produtivos reestruturados (saber quem eram eles, quais os seus atributos e em que condições se mantinham incluídos); mas, por outro lado, num segundo momento, no bojo deste mesmo processo de inquirição analítica, apreender as dimensões da nova precariedade salarial, ou seja, tratar daqueles novos operários e novos empregados que conseguiram se inserir nos novos ambientes de trabalho reestruturados (saber quem eram eles, quais os seus atributos e experiências de vida e de trabalho e em que condições contratuais foram incluídos nos novos espaços produtivos).

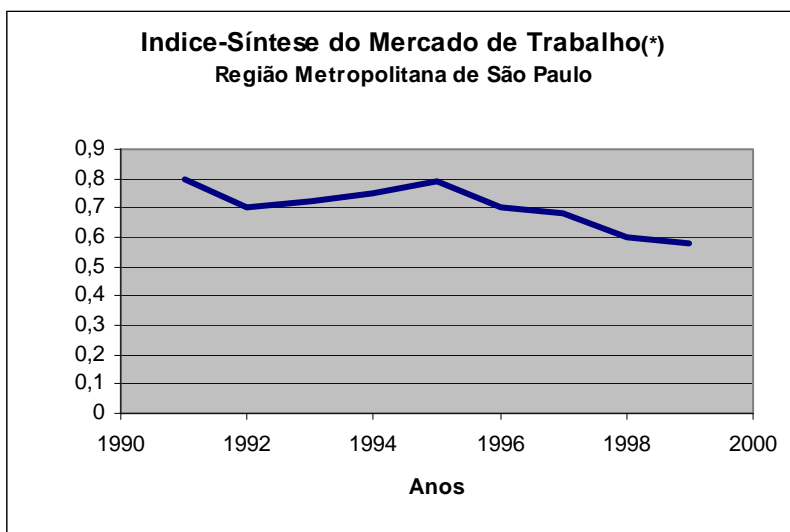
Na dimensão gnosiológica, além do novo referente sócio-temporal, capaz de apreender a totalidade concreta de experiência vivida e percebida dos de dentro e dos de fora, dos novos e dos velhos operários e empregados, constitui-se um novo referente sócio-espacial do objeto sociológico que busca acompanhar a dinâmica reestruturativa do capital da empresa, da cadeia produtiva, do mercado de trabalho e para além dele. É essa articulação complexa, totalizante e totalizadora, no plano sócio-espacial, do transversal (dos estudos sociológicos de processo de trabalho e de organização da produção propriamente dita) com desenhos de tipo longitudinal (no limite, a análise de firmas em rede, da cadeia produtiva, do mercado de trabalho e para além dele) que denotam, num primeiro momento, a nova inquirição analítica da sociologia do trabalho na última metade da década passada.

Na verdade, a percepção do objeto sociológico, com seus novos referentes espaço-temporal, ocorre com sua nova apresentação longitudinal (o estudo longitudinal dos novos locais de trabalho das firmas, já imersas em rede, e do mercado de trabalho como um todo e para além dele) capaz de incorporar, em si e para si, a categoria de temporalidade (com sua dimensão da experiência vivida e percebida), por meio da qual podemos apreender, no plano categorial-analítico, a trajetória concreta de trabalho e de vida de operários e empregados, com seus elementos da precariedade e de precarização da força de trabalho em suas múltiplas determinações. Observa Guimarães: “Espaço e tempo reaparecem, então, como duas dimensões capazes de revelar novas vias de inteligência do real.” (GUIMARÃES, 2004).

- A nova precariedade salarial no Brasil

A noção de nova precariedade salarial ou de nova condição salarial pode ser apreendida através da disseminação nos locais de trabalho das grandes empresas das formas instáveis do salariado, isto é, das novas modalidades especiais de contrato de trabalho na CLT, com mudanças no plano dos direitos e na forma de contratação do trabalho e na organização da jornada de trabalho; de alterações qualitativamente novas nas estratégias de gerenciar as relações de trabalho e de negociar o consentimento em face dos novos padrões de produção e da própria perspectiva de carreira e de inserção no mercado de trabalho, em virtude do crescimento do desemprego aberto (DIEESE, 2002). A noção de precariedade tende a perder, nessa nova configuração do sistema capitalista, seu caráter atípico e torna-se um nexos institucional, e, portanto, típico, da própria implicação assalariada nas condições do novo regime de acumulação flexível.

Esta nova precariedade salarial do capitalismo flexível que emerge no Brasil no decorrer da era neoliberal constitui-se no bojo de um processo de precarização do trabalho. No plano macroeconômico, o processo de precarização do trabalho na década de 1990 pode ser constatado pelo gráfico abaixo do Índice-Síntese do Mercado de Trabalho.



Dados: PME/IBGE (*) Índice varia de zero a 1.
Quanto maior, mais próximo de 1: melhores as condições do mercado de trabalho.

A título de pressuposto investigativo, podemos caracterizar como principais traços da transformação da objetividade (e subjetividade) do mundo do trabalho organizado no Brasil nas décadas de 1990 e 2000, em sua dimensão sócio-estrutural, (1) o desenvolvimento sistêmico de um novo complexo de reestruturação produtiva e (2) a emergência de um novo (e precário) mundo do trabalho, constituído por um trabalhador coletivo de feição heteróclita em sua dimensão contratual e com um perfil de trabalhadores assalariados imersos em novos padrões de produção nos locais de trabalho. O uso da força de trabalho é caracterizado por novos ativos de qualificação (escolaridade formal, treinamento nos processo produtivos, “casamento com as plantas”, etc) e perspectivas/expectativas diferenciadas de carreiras e mobilidade social.

Deste modo, se, por um lado, é perceptível a constituição de um contingente restrito de novos operários e empregados ligados a conglomerados industriais e de serviços, com estatuto salarial formal. É o que salientamos no Gráfico 1 como sendo o “grupo central” de operários e empregados em tempo integral, vinculado ao mercado de trabalho primário, gozando de maior segurança no emprego, boas perspectivas de promoção e reciclagem e outras vantagens indiretas. Esse grupo deve atender às expectativas de ser adaptável e flexível, sendo “alvo” das práticas gerenciais de cariz toyotista voltadas para a “captura” da subjetividade.

Por outro lado, no decorrer das décadas de 1990 e 2000, ampliaram-se os “grupos periféricos” do mercado de trabalho formal constituído, por um lado, pelos operários e empregados em tempo integral, mas com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, com menos acesso a oportunidades de carreira e com uma alta taxa de rotatividade; e por outro lado, por um contingente do proletariado industrial e de serviços mais precário, constituídos por operários e empregados contratados por tempo determinado, temporários, subcontratados, empregados em tempo parcial, empregados casuais, tendo ainda menos segurança de emprego do que o primeiro grupo periférico ligado ao mercado de trabalho secundário. O crescimento exacerbado da terceirização na indústria e serviços contribuiu para a constituição ampliada deste grupo periférico do precário mundo do trabalho. O crescimento das empresas de trabalhos temporários e de trabalhadores domésticos demonstram a inserção crescente deste contingente massivo de jovens, homens e mulheres, no mercado de trabalho de forma precária, vendendo sua força de trabalho para indústria, bancos e comércio por tempo parcial e determinado.

No decorrer da década de 2000, os locais de trabalho das grandes empresas foram transfigurados com inserção de operários e empregados vinculados a novas modalidades especiais de contrato de trabalho na CLT. Deste modo, surge um novo trabalhador coletivo nas grandes empresas da indústria e dos serviços, caracterizando a nova precariedade salarial que merece ser investigado tanto em sua dimensão objetivo, quanto subjetiva.

Em seu estudo sobre o emprego formal no Brasil entre 1992-2006, Chahad apresenta algumas conclusões importantes sobre o comportamento do mercado de trabalho no Brasil nas décadas de 1990 e 2000. Em primeiro lugar, até 1999, constata-se o declínio do emprego formal no País, com destaque para a sua queda significativa na indústria de transformação (-15,2%), em virtude da abertura comercial e do ajuste produtivo. Ocorre um intenso e amplo processo de precarização do trabalho em virtude das políticas neoliberais e do complexo de reestruturação produtiva. O enxugamento e encolhimento de efetivos de trabalho na indústria e nos bancos, exteriorização de processos produtivos, mas também de trabalhadores, terceirização, foram práticas que emergiram com força nesse momento.

Entretanto, após 1999, os dados do CAGED/MTE indicam uma recuperação do emprego formal. No contexto sócio-histórico da década de 2000, ao lado do processo de precarização que se prolonga na primeira década do século XXI, observa-se com mais clareza o que poderíamos considerar uma nova precariedade salarial no Brasil a partir do aumento persistente do emprego formal. Chahad aponta alguma causas contingentes ligadas a ampliação da fiscalização do trabalho e a extensão dos benefícios do FGTS e do seguro-desemprego aos empregados domésticos.

Entretanto, salientaremos uma causa estrutural que decorre da constituição persistente de um novo trabalhador coletivo mais flexível nas grandes empresas. A partir de 1999 cresce a utilização pelas empresas de modalidades especiais de contrato de trabalho previstas na CLT. Ocorre no Brasil o aumento da flexibilidade do mercado de trabalho e das relações de emprego, configurando nesse período uma nova condição salarial que implica nos espaços da produção uma maior diversidade de situações contratuais. Esta flexibilização pode ser entendida pela ótica das mudanças na forma de contratação, ou mesmo via maior flexibilidade salarial. Apesar de não ter ocorrido mudanças estruturais na legislação trabalhista no Brasil, a CLT já prevê inúmeras modalidades de contratação que podem ser entendidas como formas de flexibilizar a contratação e cujo uso, como observa Chahad, vem sendo paulatinamente estimulado, tendo em vista contribuir, segundo ele, para a geração de emprego. Na verdade, o argumento básico para utilizar as modalidades especiais de contrato de trabalho é a redução do custo da força de trabalho.

Em seu estudo (de 2003), Chahad salienta alguns elementos que indicam que, ao lado da persistente precarização do trabalho na era neoliberal no Brasil, constituiu-se uma nova precariedade salarial, um novo (e precário) trabalhador coletivo mais flexível e adequado às condições do regime de acumulação flexível em vigor no capitalismo global. Cerca de 68% das empresas utilizam uma ou mais modalidades especiais de contrato consagrados na CLT. A terceirização ou subcontratação (56%), o contrato temporário (21%) e contrato de trabalho por prazo determinado (10%) são as formas mais utilizadas. E embora empresas de qualquer tamanho utilizem algumas formas dessas modalidades de contrato, é na grande empresa que ocorrem em maiores proporções. Constata-se também que são as empresas do setor de serviço as que utilizam mais as modalidades especiais de contrato de trabalho flexível (72%), seguida pelas empresas do setor industrial (70%).

A nova precariedade salarial que se dissemina no Brasil da década de 2000 é caracterizada por um trabalhador coletivo e um complexo vivo do trabalho mais complexificado, fragmentado e heterogeneizado. É nos novos locais de trabalho das empresas reestruturadas que podemos apreender, ao lado do processo de precarização, que atingiu as gerações mais velhas de operários e empregados, a constituição de uma nova condição salarial multiforme e polimorfa que implica jovens trabalhadores imersos em novas práticas de trabalho e modalidades de contratação salarial de cariz flexível. Na década de 2000 explicitam-se com maior vigor as tendências de desenvolvimento do mundo do trabalho constatadas, dez anos antes, por Antunes, que observou: “Complexificou-se, fragmentou-se e heterogeneizou-se ainda mais a classe-que-vive-do-trabalho. Pode-se constatar, portanto, de um lado, um efetivo processo de intelectualização do trabalho manual. De outro, e em sentido radicalmente inverso, uma desqualificação e mesmo subproletarização intensificadas, presentes no trabalho precário, informal, temporário, parcial, subcontratado etc. Se é possível dizer que a primeira tendência — a intelectualização do trabalho manual — é, em tese, mais coerente e compatível com o enorme avanço tecnológico, a segunda — a desqualificação — mostra-se também plenamente sintonizada com o modo de produção capitalista, em sua lógica destrutiva e com sua taxa de uso decrescente de bens e serviços.” (ANTUNES, 1995)

Quadro 1

Modalidades Especiais de Contrato de Trabalho – Brasil

Jornada de Trabalho em tempo parcial (até 25 horas semanais)
Contrato de trabalho por prazo determinado e banco de horas (Lei no. 9601/98)
Trabalho temporário (Lei no. 6019/74)
Trabalho por projeto ou por tarefa
Contrato por teletrabalho
Terceirização (Lei no. 6019/74)
Cooperativa de trabalho (Lei no. 5764/71)
Suspensão temporária do contrato de trabalho – bolsa qualificação (lay-off)

Fonte: Chahad e Cacciamali (2003)

É no contexto de um mundo do trabalho multiforme e polimorfo que surge no decorrer da década de 2000 que se constata, ainda no plano do mercado de trabalho, o crescimento relativo dos trabalhadores assalariados (e por conta própria) das atividades de serviços. É claro que, pelos indicadores do IBGE, podemos constatar que, nos anos 1990, a expansão do setor terciário (11,3%) não conseguiu ser superior à dos anos 1980 (21,7%). Com certeza, a queda significativa da ocupação na administração pública, em relação à década passada, contribuiu para a redução relativa da expansão da ocupação no setor terciário (os segmentos ocupacionais do setor terciário que mais se destacaram nos anos 1990 foi o comércio, com 3%; social, com 2,9% e prestação de serviço, com 2,7%). Mas o que se destaca, em relação aos anos 1980, é a posição do segmento ocupacional da prestação de serviços. De certo modo, o crescimento da ocupação de assalariados de prestação de serviços diz respeito à dinâmica da produção industrial, que passou a incorporar novas tecnologias microeletrônicas, exigindo, cada vez mais, serviços de pesquisa e desenvolvimento, de manutenção e assistência técnica, logística de produção, etc. A terceirização, que é parte do novo complexo de reestruturação produtiva, atingiu as indústrias, tornando-as mais segmentadas e diferenciada em si. Ocorreu a terceirização de atividades de serviços que, por serem endógenas à empresa industrial, tendiam, antes, a serem consideradas atividade industrial propriamente dita. Além disso, a privatização dos serviços de telecomunicações no Brasil e investimentos no setor de tecnologia de informação contribuíram para o

crescimento dos postos de trabalho nas áreas de serviços de telecomunicações e informação, que cresceram vinculados à nova dinâmica industrial, (principalmente no período de 1994-1997).

A nova dinâmica industrial, ligada a incorporação crescente de novas tecnologias de informação, exigiu profissionais assalariados qualificados capazes de executar cada vez mais atividades de trabalho imaterial, muitas delas vinculadas, direto ou indiretamente a atividade industrial, mas atribuídas como serviço. É importante salientar que o mundo do trabalho de serviços assalariados possui tanto sua dimensão “nova”, ligadas a nova economia e a indústrias mais modernas, e uma dimensão tradicional e até precária, lícita ou ilícita, vinculada a atividades de prestação de serviço de menor valor agregado.

Finalmente, o desenvolvimento da nova precariedade salarial contribuiu, de certo modo, para o crescimento do contingente de mulheres na PEA (População Economicamente Ativa). Ele diz respeito não apenas a uma suposta modernização social, com as mulheres se tornando independentes em termos financeiros, mas principalmente é indicativo do crescimento do desemprego masculino, do crescimento das mulheres como chefe de família ou ainda como parceiras de renda familiar (portanto, sintoma da desagregação da concepção clássica de “família” ou do decréscimo da renda familiar, respectivamente). Além disso, é expressão da nova precariedade salarial da força de trabalho no Brasil, tendo em vista que, mesmo inserida no mercado formal de trabalho, a mulher é segregada, ganhando menos que os homens (a “segregação por gênero”).

A maior concentração de mulheres é no mercado informal, sobretudo no trabalho doméstico. Por exemplo, do total de trabalhadores abrangidos pela RAIS, que atinge o mercado formal de trabalho, as mulheres ocupam apenas, com dados de 1997, 38% dos empregos, num total de 9,1 milhões de trabalhadores em vários setores (serviços, administração pública, comércio, indústria de transformação e outros). Uma peculiaridade é que a maioria das mulheres trabalham em empresas de pequeno porte, principalmente do setor de comércio (exceto no setor de administração pública). Entretanto, até mesmo no mercado formal, a mulher ganha menos que o homem.

- O crescimento do desemprego aberto

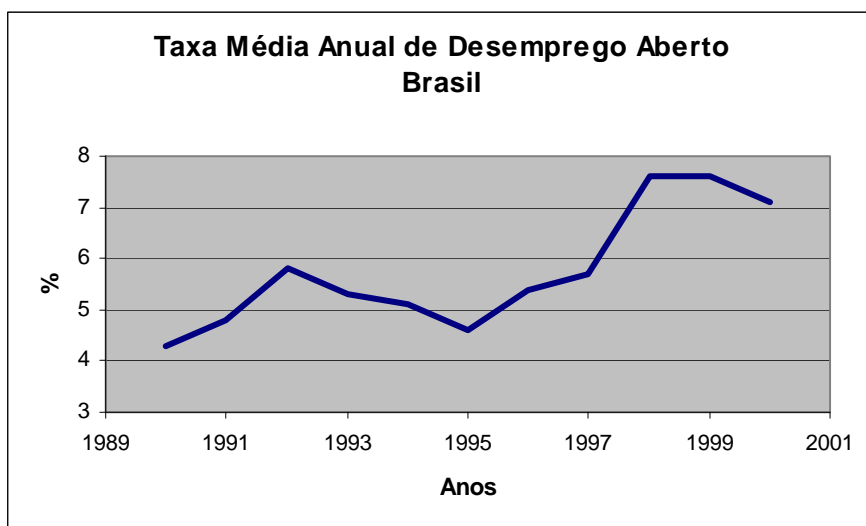
A constituição da nova precariedade salarial no Brasil ocorre no interior de um intenso (e amplo) processo de precarização do trabalho cuja manifestação mais aguda é o crescimento do desemprego, em suas várias dimensões (aberto ou oculto). O desemprego aberto com componentes estruturais é parte do novo metabolismo social do trabalho no capitalismo do século XXI. Na era neoliberal ocorreu a junção de dois espaço-tempo sociais - a dinâmica reestruturativa das estratégias de firmas em rede e da cadeia produtiva e a dinâmica totalizante e totalizadora do mercado de trabalho nas novas condições estruturais do capitalismo global. No plano longitudinal, põe-se (e se cruzam), os destinos de trabalhadores desligados e de trabalhadores sobreviventes, por um lado; e, por outro lado, de novos trabalhadores contratados, alguns deles inclusive sob as novas modalidades especiais de contratos de trabalho flexível.

O problema do desemprego, em suas várias dimensões, constituiu-se no problema do mundo do trabalho na década passada. No tocante a indústria, o Brasil registrou nos anos 1990, queda no nível de ocupação média anual de 1%, quando nos anos 1980 havia registrado expansão média anual de 3,1 % (entramos no século XXI com menos emprego na indústria que a ocupação agropecuária). Se nos anos 1980, o desemprego cresceu a uma taxa média anual de 3,8%, entre 1989 e 1999, o volume de desempregados cresceu a uma taxa média anual de 15,4%, significando que a cada dois postos de trabalhos criados surgia mais um novo desempregado. Se em 1996 tínhamos 4,74 milhões de desempregados, em 1999, temos 7,23 milhões. No caso das regiões metropolitanas do país, o desemprego aumentou significativamente, de 9,5% em 1996, para 14% em 1999, principalmente nas regiões sul e sudeste (POCHMANN, 2001).

É claro que o desemprego no Brasil possui múltiplas determinações. Existem, por exemplo, desempregados urbanos (e rurais) de categorias assalariadas da indústria, dos serviços e da agricultura, atingidas pelo novo complexo de reestruturação produtiva, com seus processos de inovações (e racionalização) organizacionais e a adoção de novos padrões tecnológicos. No caso da indústria, destacamos que o complexo de reestruturação produtiva (com o que denominamos de toyotismo sistêmico) contribuiu para o aumento da produtividade do trabalho e a diminuição dos postos de trabalho (ALVES, 2000).

O exemplo da indústria automobilística na região do ABC paulista é significativo. Em janeiro de 1990, os operários das montadoras na região perfaziam um total de 57.939, os mesmos diminuíram para 33.877 em junho de 2000 (DIEESE/Subseção ABC, 2000). De 290 mil pessoas que perderam o emprego metalúrgico no ABC, no período de 1989 a 1997, só metade conseguiu retornar ao mercado de trabalho formal. Dos 50% que conseguiram emprego, 5% foram para o comércio, 10% para a área de serviço e 17% retornaram a indústria automobilística e 18% se recolocaram em postos de trabalho do setor metalúrgico. Os outros 50% estão desempregados ou caíram na informalidade (CARDOSO, 1997).

Nesse período, a perda de postos de trabalho, por conta do novo complexo de reestruturação produtiva, atingiu vários setores industriais (por exemplo, o setor do aço possuía em 1996, cerca de 65.227 trabalhadores. Em 2000, esse número caiu para 50.365 trabalhadores, mesmo tendo verificado aumento da produção). É claro que o desemprego cresceu em setores da indústria e dos serviços atingidos pelo desmonte de cadeias produtivas em virtude da perda de mercado, decorrente da abertura comercial. A redução das tarifas de 50% em média e as baixas taxas de juros externas favoreceram as importações de produtos prontos para o consumo em prejuízo da produção interna com reflexos diretos no emprego formal brasileiro.



Dados: IBGE

O desemprego no Brasil na década de 1990 atingiu contingentes crescentes de força de trabalho jovem, ou seja, atingiu aqueles que buscam o primeiro emprego. Na década passada, o país criou apenas 100 mil postos de trabalho para jovens, enquanto 2,8 milhões de jovens ingressaram no mercado de trabalho. Dos 3,2 milhões de empregos formais destruídos, 2 milhões atingiram o segmento com menos de 25 anos (POCHMANN, 2000). O subgrupo populacional que vai dos 18 aos 24 anos, embora mais qualificado, tendeu a enfrentar maiores dificuldades no mercado de trabalho: comparados com a de outros grupos etários, a taxa de desemprego entre os jovens é relativamente alta, chegando a 15%, enquanto na faixa dos 40 anos e 49 anos, não ultrapassa 5%. O desemprego entre os jovens passou de 1 milhão em 1989, para 3,3 milhões em 1998.

3. Elementos teórico-analíticos: metamorfoses da sociedade salarial

O que apresentamos a seguir é um esboço de uma intervenção analítico-categorial que buscará apreender as determinações concretas da experiência da nova precariedade do trabalho no Brasil, a partir de duas importantes categorias de trabalhadores assalariados. É importante articular o complexo de mediações de metamorfoses da sociedade salarial – no plano do desenvolvimento do capitalismo mundial e da forma de inserção histórica do Brasil nesse processo sistêmico – e a forma de ser objetivo (e subjetiva) de um contingente significativo da força de trabalho no Brasil. A categoria-noção de precariedade, que aparece em sua determinação empírica irá constituir a materialidade da experiência vivida do mundo do trabalho.

Enquanto entendemos, no sentido concreto (e objetivo), a precarização do trabalho como sendo o processo de dissiminação das formas instáveis do salariato, com mudanças no plano dos direitos e na forma de contratação; de alterações qualitativamente novas na gestão do cotidiano dos locais de trabalho (organização e jornada de trabalho) e da própria perspectiva de carreira e de inserção no mercado de trabalho, em virtude do crescimento do desemprego aberto; por outro lado, entendemos a nova precariedade salarial como sendo a condição salarial de novo tipo que emerge a partir do processo de metamorfose da sociedade capitalista com a constituição da acumulação flexível, transfigurando as múltiplas determinações compositivas da experiência vivida e percebida do trabalhador assalariado na sociedade produtora de mercadorias.

A precarização é a forma de desefetivação da inserção salarial que possui desdobramentos no plano subjetivo da força de trabalho, constatados, *pari passu*, com as novas doenças ocupacionais e do sofrimento psíquico nos locais de trabalho e para além deles. É um dado processual que se desdobra num espaço-tempo e que atinge as gerações mais velhas de operários e empregados que aparecem como trabalhadores desligados ou trabalhadores sobreviventes das empresas reestruturadas. Deste modo, a categoria de precarização implica com vigor a categoria de temporalidade tendo em vista que diz respeito a um processo social que se desdobra num determinado espaço-tempo, implicando uma coorte delimitada de gerações de operários e empregados.

Por outro lado, a categoria de precariedade explicita as relações salariais dadas num determinado momento histórico em suas múltiplas determinações objetivas e subjetivas, implicando um espaço-tempo da produção de mercadorias, uma morfologia do local (e não-local) de trabalho, uma determinada identidade (e não-identidade) social e um uso de consumo da força de trabalho como mercadoria.

Nos últimos trinta anos, o sistema do capital é atingido por um complexo processo de reestruturação que atinge dimensões objetivas e subjetivas da força de trabalho. Ocorre uma reconfiguração do trabalhador coletivo constituindo uma nova precariedade salarial que altera o metabolismo social dos locais de trabalho, atingindo, portanto, imensos contingentes

de trabalhadores individuais, uns incorporados nas novas práticas do trabalho flexível, outros tornados redundantes por conta da nova dinâmica do capitalismo flexível (é o que denominamos de precarização do trabalho). Existe uma ampla literatura internacional que trata dessa metamorfose do capitalismo global nos últimos vinte anos, tanto no plano objetivo, quanto subjetivo, e que não iremos tratar aqui (HARVEY, 1991; SENNET, 1995, 2003; CHESNAIS, 1995; HOBSBAWN, 2000; GORZ, 2003).

Uma das nossas hipóteses é que a nova precariedade salarial que se constitui no Brasil nas décadas de 1990 e 2000 é produto do processo de precarização que reconfigurou (e reconfigura) o trabalhador coletivo nas grandes empresas reestruturadas. No caso do Brasil, a nova precariedade que aparece como as intermitências da contingência salarial, assume formas particular-concreta, por conta da forma de objetivação do capitalismo no Brasil (é o que iremos sugerir mais adiante).

O que denominamos de intermitências da contingência salarial diz respeito a determinações estruturais da própria condição de proletariedade, a condição do trabalho vivo e da força de trabalho como mercadoria no modo histórico de produção capitalista. A contingência é uma categoria ontológica compositiva do modo de ser do trabalhador assalariado e das individualidades de classe (MARX, 2007). A dinâmica da mundialização do capital e das “políticas neoliberais”, por um lado, e a dinâmica reestruturativa das firmas, por outro lado, constituíram uma forma de ser da contingência salarial caracterizada pela aguda intermitência. A flexibilização do trabalho implica a intermitência do salariato em suas múltiplas dimensões. A metamorfose da sociedade salarial – o que implica a passagem de um salariato fordista-keynesiano para um salariato toyotista-neoliberal implica a constituição de uma nova precariedade salarial impregnado da cultura do novo capitalismo flexível (ALVES, 2007). O que a investigação se propõe é apreender, por meio de técnicas de pesquisa qualitativas (historia de vida e história do trabalho), o novo processo cultural do salariato flexível, as relações sócio-metabólicas nos novos espaços da produção de mercadorias, a dinâmica de adaptação das pessoas à nova lógica sócio-metabólica do trabalho assalariado

Se por um lado, o processo de precarização do trabalho implicou para um contingente de operários e empregados a “desconstrução” da antiga implicação salarial na qual estavam imersos, como é o caso dos trabalhadores desligados e trabalhadores sobreviventes, pressupondo um intenso processo cultural às avessas (uma cultura da desfiliação, na acepção de Castel (CASTEL, 1998); por outro lado, surgem nos espaços-tempo das empresas reestruturadas, um novo metabolismo social do trabalho assalariado impregnado de práticas flexíveis e constituído por um trabalhador coletivo multiforme e polimorfo, seja na dimensão objetiva da relação salarial e contratual; seja na dimensão subjetiva, das expectativas e anseios.

O que se pretende investigar são, além das determinações estruturais do novo trabalhador coletivo reestruturado, o processo sócio-cultural de “construção” do novo imaginário da “inclusão salarial” e suas implicações na subjetividade da força de trabalho. Deste modo, a apreensão desta experiência, objetiva e subjetiva, vívida e percebida, de “construção” da contingência intermitente, é deveras relevante.

Como salientamos, utilizaremos o conceito de experiência de Thompson. Existe um conjunto de controvérsias sobre o conceito de experiência em Thompson, que não iremos apresentar aqui (SAMUEL, 1992; WILLIAMS, 1979; ANTONACCI, 1995) O historiador inglês usa o conceito de experiência para tratar da “construção” da classe. O que pretendemos é utilizá-lo para investigar sua metamorfose (a da classe como coletivo do salariato) (preferimos o conceito de experiência ao de cotidiano (HELLER, 1972), em virtude da sua capacidade heurística de lidar com determinações concretas do novo objeto de investigação social que propomos: a dinâmica espaço-temporal, dada pela trajetória/percurso dos trabalhadores com sua implicação subjetiva intrínseca).

E. P. Thompson distingue entre experiência I (experiência vivida) e experiência II (experiência percebida). Muitos epistemólogos e sociólogos contemporâneos, diz Thompson, quando ouvem a palavra “experiência” identificam-na imediatamente à experiência II, a experiência percebida. Isto é, movem-se na direção do que Marx denominou consciência social. Como consequência, afirmam que a “experiência II” é um meio imperfeito e falsificador, corrompido por interferências ideológicas.

Thompson observa que as regularidades no interior do ser social, com frequência, resultam de causas materiais que ocorrem de forma independente da consciência ou da intencionalidade. Tais causas inevitavelmente dão ou devem dar origens à experiência vivida, à experiência I, mas não penetram como “reflexos” na experiência II. No entanto, a pressão dessas causas sobre a totalidade do campo da consciência não pode ser adiada, falsificada ou suprimida indefinidamente pela ideologia. Retomando argumentos expostos em *The Poverty...* assevera:

“A experiência chega sem bater na porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerras, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas passam fome: os que sobrevivem pensam o mercado de outra forma. Pessoas são presas: na prisão meditam na lei de novas maneiras (...) Dentro do ser social ocorrem mudanças que dão origem a uma experiência transformada: e essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressão sobre a consciência social existente, propõe novas questões e oferece grande parte do material com que lidam os exercícios intelectuais mais elaborados”. (THOMPSON, 1978)

E mais adiante observa:

“A experiência I está em eterna fricção com a consciência imposta e, quando ela irrompe, nós, que lutamos com todos os intrincados vocabulários e disciplinas da experiência II, podemos experimentar alguns momentos de abertura e de oportunidade, antes que se imponha mais uma vez o molde da ideologia.”

Dessa forma, a experiência, “sem bater na porta”, constitui e nega, opõe e resiste, estabelece mediações, é espaço de prática, intervenção, obstaculização, recusa, é processo de formação de identidades de classe e, poderíamos acrescentar,

de gênero, de geracional e de etnias. Processos dialeticamente articulados que, ela, a experiência, expressa de forma privilegiada. Deste modo, Thompson distancia-se, como se vêem do conceito vulgar de experiência que estabelece sua equivalência com a empiria.

Além disso, a categoria de estranhamento, desenvolvida por Lukács a partir de Marx, pode nos ajudar a apreender a contradição candente entre a reformatação do trabalhador coletivo, manifestação do capital, e os múltiplos trabalhadores individuais e suas experiências ocupacionais singulares (LUKÁCS, 1985). Na medida em que a reconfiguração do trabalhador coletivo, através da contínua reestruturação produtiva, significa, por um lado, a desefetivação/exclusão de um contingente significativo da força de trabalho individual tornada redundante pelo capital, e por outro lado, a reposição aguda da contingência salarial por meio das novas condições de trabalho flexível, ela expressa, em suas múltiplas determinações, um dos aspectos do estranhamento capitalista, cuja expressão essencial é dada pela obstaculização do desenvolvimento da personalidade, em si e para si, da força de trabalho singular (SENNET, 1995; SÉVE, 1986; SILVEIRA, 1989)) É comum da tradição marxista dialética salientar que o desenvolvimento do trabalhador coletivo como força produtiva do trabalho social – cabe dizer, personificação do capital como capital social total, aparece como poder estranho às virtualidades humano-gênicas da força de trabalho singular (LUKÁCS, 1985)

É de Marx a percepção de que o trabalhador assalariado produz não apenas a mais-valia, mas as condições objetivas e subjetivas de sua própria alienação e por conseguinte, superfluidade. É claro que tal processo de autoprodução da alienação/superfluidade da força de trabalho é uma determinação sistêmica do próprio desenvolvimento do capitalismo desde as suas origens. Mas assume hoje, por conta do desenvolvimento ampliado das forças produtivas do trabalho social e do incremento espetacular da produtividade do trabalho, uma dimensão ampliada, e diríamos mais, qualitativamente nova (MARX, 1995)

Por isso, o que é denominado por Lukács como estranhamento (e sua forma sócio-mercantil, o fetichismo) assume dimensões inusitadas, perpassando as mais recônditas esferas da sociabilidade (NETTO, 1985). Este é um campo fértil de elaboração categorial ainda totalmente inexplorado pelo marxismo de cariz dialético e pela própria sociologia crítica do trabalho. Uma das nossas hipóteses é que o imaginário da desfiliação que analisamos na pesquisa anterior (“a tessitura da redundância”), quanto o imaginário da nova contingência salarial, imersa na intermitência flexível, se constitui como prefiguração desta redundância social ampliada, desta dessocialização aguda por conta de uma sociedade cada vez mais social. Se lidamos com determinações gerais do desenvolvimento do capitalismo tardio, na acepção de Mandel, é importante apreender as determinações particulares de uma forma de objetivação capitalista periférica de via colonial-prussiana como o Brasil (MANDEL, 1985).

O imaginário da contingência intermitente do salariato que se desenvolve a partir do capitalismo flexível assume novas determinações a partir de uma formação capitalista subalterna e periférica, permeada pela incompletude da modernidade salarial e pela lógica da “exceção” da forma-mercadoria, onde a própria construção da experiência de classe, no caso da sociedade salarial no Brasil e de suas filiações estatutárias, se deu no interior de uma redundância exacerbada do trabalho livre (KOWARICK, 1987; OLIVEIRA, 2003).

Desde suas origens em nação capitalista, a “inclusão” de contingentes amplos da força de trabalho livre constituiu uma problemática, marcada pelo escravismo e pelo incipiente desenvolvimento capitalista-industrial. O que significa que a experiência da precarização e de constituição da nova precariedade na era neoliberal numa formação capitalista de via colonial-prussiana precisa ser melhor qualificada em suas determinações histórico-concretas.

Na verdade, o que iremos destacar é que a experiência de desconstrução do incipiente salariato fordista-keynesiano e de reconstrução do salariato flexível adequado ao novo regime de acumulação capitalista que surge com a mundialização do capital atinge setores assalariados implicados num nexos moderno de trabalho livre, ligados a atividades dinâmicas da economia capitalista, objeto de ofensiva do capital nas últimas décadas – no caso bancários e metalúrgicos, por exemplo. E setores assalariados modernos que tiveram experiência de classe no próprio sentido organizativo-político. São tais contingentes de trabalhadores assalariados que são atingidos pela experiência da precarização e da nova precariedade salarial, oriunda de uma modernidade clivada por seus limites derivados da nossa objetivação capitalista particular. (VIANNA, 1997; COUTINHO, 1999; FURTADO, 1995).

A experiência da contingência intermitente que surge com a acumulação flexível se confunde nos espaços urbano-metropolitanos com a experiência da contingência ancestral de trabalhadores desfiliações da implicação salarial que marca um capitalismo hipertardio. É nos espaços da territorialidade urbano-metropolitana que as diversas temporalidades do salariato (e do não-salariato) se confundem. Tais temporalidades de uma contingência ancestral e de uma nova contingência moderna marcada pela intermitência da flexibilidade se territorializam (e desterritorializam) nos objetos técnicos e nos espaços das grandes cidades. Eles conformam a subjetividade dos sujeitos dúplices da modernização.

A apreensão da trajetória sócio-histórica e cultural do trabalho livre, de homens e mulheres despossuídos dos meios de produção de sua vida material, é complexa, pois lidamos com múltiplas inserções ocupacionais onde o trabalho assalariado, no sentido de uma efetiva inserção no processo de produção do capital, é apenas uma das possibilidades concretas. A gênese da proletariedade moderna, em sua fase de acumulação primitiva, é bastante diferenciada, principalmente se tratarmos, numa perspectiva comparativa, os casos das objetivações capitalistas europeu-clássicas e brasileiras (MAZZEO, 2000).

A constituição (e metamorfose) dos nexos proletários modernos, nosso objeto de estudo, é apreendida como um movimento da incompletude ontológica de um capitalismo retardatário à sombra da “exceção” sempre presente da forma-

mercadoria negada e invertida desde nossa formação colonial. Uma “exceção” que é a regra de um modo capitalista de objetivação subalterna..

4. A título de conclusão: por uma etnografia crítica do trabalho

É importante elaborar uma metodologia de investigação social que consiga compor, por um lado, indicadores qualitativos de cariz etnográfico e indicadores quantitativos de natureza sócio-estatística da nova condição salarial do mundo do trabalho, e por outro lado, uma interpretação rica e complexa da nova condição salarial que emerge das empresas reestruturadas. Por um lado, uma sucessão de análises transversais de contingentes de trabalhadores empregados no coletivo de trabalho reestruturado (os novos contratados e os “sobreviventes” dos processos de reestruturação produtiva), seja do “grupo central” ou dos “grupos periféricos” de trabalhadores em firmas do setor bancário e do complexo automotivo. Nesse caso, o recurso de técnicas de pesquisa qualitativa de cariz etnográfico é indispensável. Na verdade, priorizaremos a utilização de metodologias de análise qualitativa como entrevista semi-estruturada, observação participante e história oral (história de vida e história do trabalho); além da técnica de pesquisa qualitativa dos “grupos focais” (a utilização complementar desta técnica de pesquisa se deve ao fato de que, ao contrário das entrevistas individuais, ela permite uma interação no grupo que propiciará respostas mais ricas, permitindo um aporte de idéias novas e originais). É claro que, além da utilização de técnicas qualitativas, é importante utilizar num estudo crítico das novas formas de salariedade flexível, análise quantitativa com bases de dados sócio-estatísticos como RAIS/PME e indicadores do IBGE/DIEESE/SEADE.

É importante investir em analisar destinos de trabalhadores sujeitos às experiências comuns no mercado de trabalho, coortes de trabalhadores de diversas inserções contratuais no local de trabalho, seja através de sucessivas “fotografias”, reiterando análises transversais (as chamadas análises de tipo repeat cross-section), ou ainda buscando descobrir trajetórias típicas de agregados de indivíduos assalariados, percursos comuns no mercado de trabalho, ao modo de uma verdadeira análise longitudinal de tipo prospectivo. Nesse caso, utilizaremos metodologias de análise qualitativa como história de vida ou história do trabalho tendo em vista que ela pode, mais do que qualquer técnica, dar sentido à noção de “processo”, além de propiciar uma profundidade de compreensão do objeto investigado.

Na verdade, o desafio metodológico é articular técnicas de investigação social que ligue, descrições e análises sobre mudanças nas firmas ao estudo e interpretação das trajetórias de vida e de trabalho do novo trabalhador coletivo da empresa reestruturada.

Bibliografia

- ABREU, Alice Rangel de Paiva (org.) (2000), *Produção flexível e novas institucionalidades na América Latina*, Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, pp.107-127.
- ALVES, Giovanni. (2000). *O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- _____. (2007) *Dimensões da reestruturação produtiva – Ensaio de sociologia do trabalho*. Londrina: Editora Praxis.
- AMADEO, Edward; CAMARGO, José Márcio; GONZAGA, Gustavo; BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane (1994). “A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro desde 1980”, *Textos para Discussão*, no. 353, IPEA, outubro.
- ANTUNES, Ricardo (1997) *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez.
- _____. (1999). *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- _____. (Organizador) (2006) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo editorial.
- ANTONACCI, Maria Antonieta (ed.). (1995) *Diálogos com E.P. Thompson - Projeto História*, 12, PUC/SP: São Paulo.
- ARBIX, Glauco. e ZILBOVICIUS, Mauro. (Org.). 1997. *De JK a FHC: A Reinvenção dos Carros*, São Paulo: Scritta Editorial.
- BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane (1995). “Pobreza, estrutura familiar e trabalho”, *Textos para Discussão*, no. 366, Rio de Janeiro, IPEA.
- BECK, Ulrich (2000) *Um nuevo mundo feliz – La precariedad Del trabajo em La era de La globalizacion*. Barcelo: Paidós.
- BERLINCK, Manoel T. (1975). *Marginalidade social e relações de classe em São Paulo*. Petrópolis: Vozes.
- BIHR, Alain (1998). *Da Grande Noite à Alternativa: O movimento europeu em crise*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- BUONFIGLIO, M.C. 2001. “Dilemas do Trabalho no Final do Século XX: desemprego e precarização” in: HORTA, C.R.H e CARVALHO, R.A.A. *Globalização, Trabalho e Desemprego: Um enfoque internacional*. Belo Horizonte: Editora C/Arte.
- BOITO, Armando (1999). *Política neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Editora Xamã.
- BOISSONNAT, Luc (1996). *Le travail dans vingt ans*. Odile Jacob: Paris.
- BOYER, Robert (1986). *La flexibilité du travail em Europe*. Paaris: La Decouverte.
- BONELLI, R. e FONSECA, R (1998). *Ganhos de Produtividade e de Eficiência: Novos Resultados para a Economia Brasileira*, Texto para Discussão, no. 557, Rio de Janeiro:IPEA.

- BRAVERMAN, Harry (1982). *Trabalho e Capital Monopolista – A Degradação do Trabalho no Século XX*, Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- BUROWAY, Michael (1982). *Manufacturing Consent*. Chicago: University de Chicago Press.
- _____ (1985). *The Politics of Production*, London: Verso.
- BLASS, Leila (1992). *Estamos em greve*. São Paulo: Hucitec/Sindicato dos Bancários de São Paulo.
- CABANES, Robert (2002). *Travail, famille, mondialisation: récits de la vie ouvrière*, São Paulo, Brésil. Paris: IRD/Karthala.
- CAMARGO, José Márcio (org.) (1996). *Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da FGV.
- CARDOSO, Adalberto (2000). *Trabalhar, verbo transitivo: destinos profissionais dos deserdados da indústria automobilística*, Rio de Janeiro: Editora FGV.
- CARUSO, Luis Antonio; PERO, Valéria (1997). “Empregabilidade e reconversão profissional: trabalhadores desligados da indústria”, *São Paulo em Perspectiva*, v.11, no.1, jan-mar. (“Flexibilidade, empregabilidade e direitos”), pp.70-81.
- CARUSO, Luis Antonio; PERO, Valéria; LIMA, Maria Ilca de Souza (1997). *Desemprego industrial e trajetórias intersetoriais*, Rio de Janeiro: Senai/DN-CIET.
- CARLEIAL, Liana; VALLE, Rogério (1997). *Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: Hucitec/ABET.
- CASTEL, Robert (1995). *As metamorfoses da questão social – Uma crônica do salário*, Editora Vozes: Rio de Janeiro.
- _____ (2005) *A insegurança social – O que é ser protegido?*. Editora Vozes: Rio de Janeiro.
- CASTILLO, Juan José (1996). *Sociologia del trabajo*. CIS: Madri.
- CASTRO, Nadya Araújo (1993). “Modernização e trabalho no complexo automotivo brasileiro: reestruturação industrial ou japanização de ocasião?”, *Novos Estudos Cebrap*, no. 37, novembro, pp.155-189.
- _____ (1994). “Trabalho e reorganização industrial num contexto de crise e reestruturação produtiva”, *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v.8, no.1, jan-mar., pp.116-132.
- _____ (Org.) (1995) *A máquina e o equilibrista: inovações na indústria automobilística brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CASTRO, Nadya Araújo; COMIN, Álvaro (1998). “A alquimia organizacional: qualificação e construção do consentimento”, *Tempo Social*, v.10, no.2, outubro, São Paulo, Departamento de Sociologia da USP, pp.113-144.
- CASTRO, Nadya Araújo; DEDECCA, Cláudio (1998). “Flexibilidade e precarização: tempos mais duros”, in Nadya Araújo Castro e Cláudio Dedecca (org.). *A ocupação na América Latina: tempos mais duros*. São Paulo/Rio de Janeiro: Alast (Série II Congresso Latino-Americano de Sociologia do Trabalho), pp.9-18.
- CASTRO, Nadya Araújo; LEITE, Márcia de Paula (1994). “A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil: desafios e interpretações”, *BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico*, no. 37, Rio de Janeiro, Anpocs/Dumará, 1º. Semestre, pp.39-60.
- CASTRO, N.A. de (Org.). 1995. *A Máquina e o Equilibrista: Inovações na Indústria Automobilística Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra,
- COUTROT, Laurence; DUBAR, Claude (1992). *Chemins professionnels et mobilités sociales*. Paris: La Documentation Française.
- COMIN, Álvaro. *Mudanças na estrutura ocupacional do mercado de trabalho em São Paulo (2003)*, Tese de Doutorado, FFLCH/USP: São Paulo.
- CHAHAD, José Paulo Zeetano (2001). *Trabalho flexível e modalidades especiais de contrato de trabalho: evidências empíricas no caso brasileiro*. São Paulo: MTE/FIPE.
- CHAHAD, José Paulo Zeetano e CACCIAMALI, Maria Cristina (Org.) *Mercado de Trabalho no Brasil – novas práticas trabalhistas, negociações coletivas e direitos fundamentais no trabalho (2003)*. São Paulo: LTr.
- CHAHAD, José Paulo Zeetano e MENEZES-FILHO, Naércio A. (2002) *Mercado de trabalho no Brasil: Salário, emprego e desemprego numa era de grandes mudanças*. São Paulo: LTr.
- D’IRIBARNE, Philippe (1990). *Lê chômage paradoxal*. Paris: Presses Universitaire de France.
- DEDECCA, Claudio (1996). “Desregulação e desemprego no capitalismo avançado”, *São Paulo em Perspectiva*, v.10, no.1, jan-mar., pp.13-20.
- _____ (1999). *Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado, campinas: Universidade de Campinas/Instituto de Economia (Coleção Teses)*.
- DEMAZIÈRE, Didier (1995). *La sociologie du chômage*. Paris: Éditions La Découverte.
- DEMAZIÈRE, Didier; DUBAR, Claude (1997). *Analyser les entretiens biographiques: l’exemple de récits d’insertion*. Paris: Nathan.
- DEMAZIÈRE, Didier; GUIMARÃES, Nadya Araújo; HIRATA, Helena; PIGNONI, Maria TEesa; SUGITA, Kurumi (2000). “Chômage: approches institutionnel et biographique – Une comparaison Brésil, France, Japon”. *Projet de Recherche*, Paris, mimeo.
- DEJOURS, Christophe (1987). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*, São Paulo: Cortez/Oboré.
- _____ (1997). *O Fator Humano*, Editora Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro.
- _____ (1999). *A banalização da injustiça social*, Editora Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro
- DIEESE (2002). *A Situação do Trabalho no Brasil: Um balanço dos anos 90*. São Paulo.
- FARIA, Maria da Graça Druck (1995) *Terceirização: (des)fordizando a fábrica: um estudo do complexo petroquímico*. São Paulo: Boitempo Editorial.

- FILGUEIRAS, L. 2000. História do Plano Real: Fundamentos, impactos e contradições. São Paulo: Boitempo Editorial.
- FREYSSINET, Jacques (1984). *Lê chômage*. Paris: La Découverte.
- GALVÃO, A. 1999. Participação e fragmentação: a prática sindical dos metalúrgicos do ABC nos anos 90. Dissertação de mestrado. UNICAMP, Campinas.
- GORZ, André (2003). *Metamorfoses do Trabalho (Crítica da Razão Econômica)*. São Paulo: Editora Annablume.
- _____(2004). *Misérias do presente, riqueza do possível*. São Paulo: Editora Annablume.
- GAULLIER, Xavier (1999). *Les temps de l'avie: emploi et retraite*, Paris: Esprit.
- GUIMARÃES, Nadya Araújo (2004). *Caminhos Cruzados – Estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores*, Editora 34: São Paulo.
- GUIMARÃES, Nadya Araújo; CAMPOS, André G. (1999). “O dia seguinte: as credenciais da sobrevivência ao ajuste nas empresas”, *Educação e Sociedade*, São Paulo, Cedes/Unicamp, ano XX, dezembro, pp.179-207.
- HIRATA, Helena (2002). *Nova Divisão sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e sociedade*, Editora Boitempo: São Paulo.
- HARVEY, David (1992). *A Condição Pós-Moderna*, Edições Loyola: São Paulo.
- KOWARICK, Lúcio (1975). *Capitalismo e marginalidade na América Latina*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- JINKINGS, Nise (1995). *O Mister de fazer dinheiro – Automação e Subjetividade no Trabalho Bancário*, Editora Boitempo: São Paulo.
- _____(2002). *Trabalho e Resistência na “Fonte Misteriosa” – Os Bancários em face da Reestruturação Capitalista*, Editora Boitempo: São Paulo.
- LEDROUT, Raymond (1966). *La sociologie du chômage*. Paris: Presses Universitaires de France.
- LIMA, Jacob Carlos (2002) *As artimanhas da flexibilização – O trabalho terceirizado em cooperativas de produção*. São Paulo: Terceira Margem.
- MACAMBIRA, Júnior (Organizador) (2006) *O mercado de trabalho formal no Brasil*. Fortaleza: Imprensa Universitária.
- MALAGUTI, M. L. (2001). *Crítica à razão Informal: A imaterialidade do salariedade*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- MARTINS, H. de S. e RAMALHO, J.R. (1994). *Terceirização, Diversidade e Negociação no Mundo do Trabalho*. São Paulo: Editora Hucitec.
- MARX, Karl (1985). *O Capital – Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, Livro I.
- _____(1988). Capítulo VI Inédito de *O Capital*. LECH: São Paulo.
- _____(2004). *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, Editora Boitempo: São Paulo.
- MONTAGNER, Paula; BRANDÃO, Sandra C. (1996). “Novas características do desemprego”, *Anais do X Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Belo Horizonte, ABEP, pp.437-464.
- _____(1996a). “Desemprego: novos aspectos de um velho problema”, *São Paulo em Perspectiva*, v.10, no. 1, São Paulo, Fundação Seade, jan-mar., pp.36-45.
- OLIVEIRA, Francisco de (2004), *Crítica à razão dualista. O Ornitórrinco*, São Paulo: Boitempo Editorial.
- OLIVEIRA, Francisco de; COMIN, Álvaro (1999). *Os cavaleiros do anti-apocalipse: trabalho e política na indústria automobilística*. São Paulo: Cebrap/Editora Entrelinhas.
- OUTIN, Jean-Luc (1990). “Trajectoires professionnelles et mobilité de la main-d’œuvre: la construction sociale de l’employabilité”, *Sociologie du Travail*, no.4
- PIRES, Elson Luciano Silva (1995). *Metamorfose e regulação: o mercado de trabalho do Brasil nos anos oitenta*, Tese de doutoramento, Departamento de Sociologia, FFLCH/USP: São Paulo.
- PERO, Valéria (1995). “Terceirização e qualidade do emprego: uma análise da região metropolitana de São Paulo nos anos 90”, *São Paulo: Ildes-FES* (8), julho.
- _____(1997). “Migração para fora do mercado formal de trabalho”, in *Segundo Relatório de Pesquisa, projeto Finep/CIET “Trajetórias Intersectoriais e Ocupacionais dos Trabalhadores Desligados da Indústria”*, Rio de Janeiro.
- POCHMANN, M. (1999) *O Trabalho sob Fogo Cruzado: Exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Editora Contexto.
- _____(2001). *O emprego na globalização: A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo editorial.
- POSTHUMA, Anne (org.) (1999) *Abertura e ajuste no mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade*. Brasília/São Paulo: OIT/TEM/Editora 34.
- POSTHUMA, Anne; LOMBARDI, Maria Rosa (1997). “Mercado de Trabalho e exclusão social da força de trabalho feminina”, *São Paulo em Perspectiva*, v.11, no. 1, jan-mar. (“Flexibilidade, empregabilidade e direitos”), pp.124-131.
- RAMOS, Lauro; REIS, José Guilherme Almeida (1997). “Emprego no Brasil nos anos 90”, *Texto para Discussão*, no. 468, Rio de Janeiro, IPEA.
- RODRIGUES, Iram (Org.) (1999). *O Novo Sindicalismo: Vinte anos depois*. Petrópolis: Editora Vozes.
- RODRIGUES, Alcinei Cardoso (1999b) *O Emprego Bancário no Brasil e a dinâmica setorial (1990-1997)*. Tese de Mestrado em Economia, PUC/SP: São Paulo.
- SABÓIA, João (1991). “Emprego nos anos oitenta: uma década perdida”, in *Modelos de organização industrial, política industrial e trabalho*, São Paulo: ABET, abril.
- SADER, Eder (1988). *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- SANTOS, João Bosco Feitosa dos Santos (2000). O Averso da Maldição do Gênesis – A saga de quem não tem trabalho, Editora Annablume: São Paulo.
- SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (org.). Além da Fábrica – trabalhadores, sindicatos e a nova questão social, Editora Boitempo: São Paulo.
- SEGNINI, Liliana (1998). Mulheres no trabalho bancário. São Paulo: Fapesp/Edusp.
- SILVA, Nelson do Valle (1979). “As duas faces da mobilidade”, Dados, no.21, Rio de Janeiro, Iuperj, pp.49-68.
- _____ (1992). Uma classificação ocupacional para estudo da mobilidade e da situação de trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Iuperj/LNCC.
- SENNET, Richard (1998). A corrosão do caráter. Rio de Janeiro: Editora Record.
- _____ (2006) A cultura do novo capitalismo. Rio de Janeiro: Editora Record.
- THOMPSON, Edward P. (1963). A Formação da Classe Operária Inglesa, Editora paz e Terra: Rio de Janeiro.
- TITTONI, Jacqueline (1994). Subjetividade e Trabalho. Porto Alegre: Ortiz.
- VASAPOLLO, Luciano (2005) O trabalho atípico e a precariedade. São Paulo: Editora Expressão Popular.
- VIANNA, Luís Jorge Werneck (1997). A revolução passiva, Editora Revan: Rio de Janeiro.
- RODRIGUES, I. 1997. Sindicalismo, emprego e relações de trabalho na Indústria automobilística. In: ANTUNES, R., BEYNON, H, McILROY, J.,RAMALHO, J.R. e RODRIGUES, I. Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos: Reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo Editorial.
- RODRIGUES, I (Org.). 1999. O Novo Sindicalismo: Vinte anos depois. Petrópolis: Editora Vozes.

Os mecanismos e processos de adaptação às mudanças ambientais como meio de sobrevivência e crescimento das organizações: Um estudo de caso em Angola

Carla Conte Martini
Faculdade Nossa Senhora de Fátima
ccmartini@gmail.com

Diogo Zapparoli Manenti
Universidade de Coimbra
diogozm@terra.com.br

Resumo: A adaptação das organizações ao meio em que se inserem é, atualmente, questão de sobrevivência. Este artigo apresenta um estudo de caso do tipo explanatório realizado em uma empresa sediada em Luanda, Angola. Nos últimos trinta e cinco anos o país viveu a guerra pela independência, a ideologia marxista-leninista, trinta anos de guerra civil, o capitalismo, a abertura econômica e, atualmente, demonstra crescimento econômico significativo. O objetivo é mostrar como uma empresa familiar, angolana, com trinta e quatro anos de existência, consegue se adaptar, sobreviver e crescer neste meio. Os dados foram coletados através de documentos, entrevistas e observação direta durante cinco meses em 2007. Como modelo teórico utilizou-se De Geus (1998). Os resultados foram obtidos através de análise de conteúdo, evidenciando características do meio que influenciam a organização. Destaca-se: burocracia, corrupção, falta de mão-de-obra qualificada, pobreza, falta de cultura de trabalho, falta de infra-estrutura, necessidade de importação, escassez de indústrias, individualismo, falhas na cadeia produtiva e necessidade de consumo da nova elite local. Apesar de não se tratar de uma empresa viva na visão apresentada por De Geus (1998), percebe-se que o meio é determinante na definição dos processos, das decisões, das relações e da cultura da organização. O crescimento e a diversificação dos negócios advêm da capacidade de perceber as mudanças no meio e se adaptar a elas. Em um meio em franca transformação e seguindo para uma competitividade global, adaptar-se ao meio foi o caminho encontrado pela organização estudada para sobreviver e crescer no mercado angolano.

Introdução

Atualmente, falar de mundo globalizado já é senso comum. Já não se discute mais a existência de um mundo sem fronteiras com desafios e oportunidades. Para Kotter (1997), uma economia globalizada gera riscos e oportunidades para todos. Isso faz com que as empresas necessitem fazer melhorias notáveis não apenas para competir e prosperar, mas simplesmente para sobreviver.

A necessidade de mudança nas organizações é uma constante. Muitos autores vêm tratando deste tema (Senge, 1999; De Geus, 1998; Kotter, 2000; Bennis, 1995) com múltiplos enfoques, mas em comum, tratam da necessidade da mudança nas empresas como uma questão de sobrevivência.

Este artigo apresenta um estudo de caso realizado em Luanda, capital de Angola. Nos últimos trinta anos, o país viveu três guerras civis, a ideologia marxista-leninista, o capitalismo, a abertura econômica e atualmente, demonstra crescimento econômico significativo. Estudou-se uma empresa familiar, angolana, que existe há 34 anos, ou seja, sobreviveu e se adaptou aos diferentes momentos pelo qual o país atravessou e atualmente encontra-se em uma fase de expansão e diversificação. O objetivo é mostrar como esta empresa conseguiu de adaptar, sobreviver e crescer neste meio.

A Perspectiva Teórica

Atualmente as oportunidades e desafios estão disponíveis, sem fronteiras, para qualquer empresa. Mas, apesar deste discurso, existe muita dificuldade das organizações em perceber e se adaptar às mudanças que o meio ambiente exige.

A palavra “mudança” tem, na sua origem, o verbo *changer* cujo significado é: “contorcer-se” ou ‘desviar-se’, como uma árvore ou vinha à procura do sol. A idéia de que ‘a única coisa constante é a mudança’ tem sido um truísmo da vida desde pelo menos a época de Heráclito, cerca de 500 a.C.” (Senge, 1999, p.26). Afirma que as organizações que terão sucesso no futuro serão aquelas capazes de cultivar, nas pessoas de todos os níveis, o comprometimento e a capacidade de aprender. Para mudar uma organização e torná-la organização que aprende é preciso dar para as pessoas a oportunidade de mudar sua forma de pensar. E isso ocorre através do desenvolvimento de novas atividades, idéias, métodos e ferramentas que levem as pessoas a mudar a maneira como conduzem os trabalhos. Isto desenvolve uma duradoura capacidade de mudança, com resultados para a organização na diversidade, comprometimento, inovação e talento. (Senge, 2003)

Já, na sua essência, a palavra mudança traz a questão da constante adaptação ao meio como uma forma de garantir sua perpetuação. De Geus (1998) afirma que em ambientes turbulentos de negócios, como é nossa realidade hoje, exige a gestão da mudança dentro da empresa, ou seja, realizar “mudanças fundamentais contínuas nas estruturas internas da empresa” (De Geus, 1998, p.10).

Adizes (1996) afirma que como ocorre com organismos vivos, o crescimento e o envelhecimento das empresas manifestam-se na relação entre flexibilidade e seu nível de controle. Uma empresa é considerada jovem quando ela é capaz de mudar facilmente. No entanto, estas empresas possuem pouco controle, característica que as tornam imprevisíveis. Já uma empresa é considerada velha quando seu comportamento é controlável, porém inflexível, ou seja, com pouca propensão à mudança. Uma empresa no estado de plenitude é aquela que é, ao mesmo tempo, flexível e controlável, com as vantagens da juventude e da maturidade.

Bennis (1995) aponta que nas organizações as pessoas têm normas, valores, crenças e paradigmas comuns do que é certo e do que é errado, do que é ou não legítimo e de como as coisas são feitas. O processo de mudança requer um conjunto de ações para enfrentar a tendência de estabilidade e criar condições para envolver as pessoas com a nova proposta. Com isso, a organização descobre sua própria forma de mudar.

Schwartz & Rock (2007) apresentam o processo da mudança a partir de uma perspectiva da Psicologia e da Neurociência, uma perspectiva ainda pouco explorada na Administração de Empresas. Afirmam que o sucesso das organizações depende da mudança do comportamento das pessoas. E para mudar o comportamento é preciso que os líderes sejam capazes de induzir os seus subordinados a concentrar sua atenção nas novas idéias, de forma específica, com frequência e por tempo suficiente, de forma que essas novas idéias se tornem parte deles.

Em seus estudos, Kotter & Cohen (2002) apontam que o ponto fundamental para a mudança organizacional é a mudança no comportamento das pessoas. “As pessoas mudam menos com base em análises que moldam seu raciocínio do que por força da visão de uma verdade que influencia seus sentimentos” (p.17) [grifo do autor]. Isto significa que mais do que dados, informações, relatórios, o que faz com que as mudanças ocorram são as reações emocionais das pessoas, os sentimentos. O ver e sentir relaciona-se com os nossos sentimentos e emoções que tanto podem ser usados contra como a favor da mudança. Fé, confiança, otimismo, urgência, orgulho realista, paixão, vibração, esperança e entusiasmo são emoções que sustentam a mudança. Kotter (1997) observou que empresas que obtiveram êxito em processos de mudança possuem duas características importantes: a) a mudança é associada a um processo de várias etapas capazes de gerar força e motivação suficientes para anular as fontes da inércia; e b) exige uma liderança de alta qualidade, mais do que gerentes.

Drucker (2007) afirma que a empresa deve ser organizada para a constante mudança. A função da empresa é colocar o conhecimento em ação através de processos, produtos, ferramentas. O conhecimento está em constante evolução e, com isso, as empresas necessitam estar preparadas para se adequar ao novo.

Capra (1996) apresenta em seus estudos a visão sistêmica, uma conexão entre todos os seres vivos. O autor utiliza princípios de comunidades ecológicas para sugerir a criação de comunidades humanas sustentáveis. Os princípios são: a cooperação, a interdependência entre os membros da comunidade, o fluxo cíclico de recursos de forma a não gerar resíduos e a parceria em que ambos aprendem e mudam. A partir destes princípios, criam-se as condições para a flexibilidade e a diversidade da comunidade, permitindo que ela sobreviva a perturbações e se adapte às condições constantemente mutáveis do meio.

Para Adizes (1996), a mudança nas organizações é um processo que não acaba nunca. Não é um processo estanque, mas sim, de continuidade. “Mudar é como praticar jardinagem. Se cuidarmos bem do jardim, não haverá mato e as flores poderão crescer; se não cuidarmos, o mato vai tomando conta de tudo e acaba com as flores” (p. 290).

De Geus (1998) caracterizou empresas vivas como empresas capazes aprender e se adaptar as mudanças no meio ambiente em que vivem. Isso dá à elas uma longevidade muito acima da média. São empresas que possuem personalidade própria, sabem quem são, entendem seu papel no mundo; valorizam novas idéias e novas pessoas. Administram o dinheiro de forma a controlar seu futuro. Produzem bens e serviços para ganhar seu sustento e são capazes de mudar, inclusive seu ramo de atuação, de forma a garantir sua sobrevivência. Seus executivos têm como prioridade entregar a empresa ao seu sucessor, no mínimo, com a mesma saúde que tinha quando assumiu. A empresa viva é como uma comunidade em que as pessoas crescem e se mantém coesa devido a valores claramente definidos. As pessoas vêem antes dos ativos, o respeito pela

inovação antes da devoção às políticas; a desordem da aprendizagem, antes dos procedimentos ordenados; e a perpetuação da comunidade, antes de todas as outras preocupações. A direção e o controle são abrandados dando espaço a novas opiniões e experiências antes da tomada de decisões que podem mudar o rumo da empresa. De acordo com De Geus (1998), as quatro principais características da empresa viva podem assim ser sintetizadas:

a) Sensibilidade ao Meio Ambiente: É a capacidade da empresa de aprender e se adaptar. O aprendizado inicia com a capacidade de perceber que algo está mudando e a partir disso, a empresa necessita planejar, reagir e mudar. Mudar seu marketing, seus produtos, seu processo, sua forma de gestão, de forma a ficar em harmonia com o mundo a sua volta. Após essas mudanças, a empresa não é mais a mesma, entrou em uma nova fase. Essa é a essência do aprendizado.

b) Coesão e Identidade: A empresa viva constrói uma comunidade e uma identidade para si mesma regida pela autopreservação e pelo autodesenvolvimento. É consciente de si mesma e aberta ao mundo externo. É sempre instável e sujeita as mudanças no relacionamento com o mundo exterior. É consciente da sua própria situação e posição vis-à-vis o restante do mundo. Os funcionários se sentem parte de um todo, pertencendo a uma mesma comunidade, com valores compartilhados. Coesão e diversidade coexistem.

c) Tolerância e Descentralização: A empresa viva é uma comunidade de trabalho autoperpetuadora que visa desenvolver ao máximo seus funcionários. A inovação e o trabalho em equipe são estimulados e mecanismos são criados para a disseminação das inovações por toda a organização. O aprendizado ocorre constantemente à medida da adaptação ao meio ambiente. A tolerância com negócios à margem é a alternativa para administrar mudanças inesperadas no ambiente e também possibilita uma contínua e gradual reestruturação. Também possibilita diversificação e descentralização.

d) Conservadorismo Financeiro: O conservadorismo financeiro propicia que a empresa viva seja capaz de governar seu próprio crescimento e evolução. Este conservadorismo nas finanças funciona como um balizador da velocidade de crescimento da empresa, mantendo-a em uma escala apropriada. O crescimento por meio de empréstimos, fusões e/ou aquisições é considerado por De Geus (1998) como arriscado.

Método

Malhotra (2005) afirma que pesquisa qualitativa é aquela em que se obtém, como resultado, uma compreensão mais profunda de uma realidade estudada.

De acordo com Yin (2005), o estudo de caso é relevante se investiga um fenômeno atual dentro de seu contexto da vida real e quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso explanatório.

Para a coleta de dados documental, com o objetivo de caracterizar Angola, privilegiou-se as publicações locais. Foram utilizadas publicações acadêmicas, livros, revistas especializadas, jornais e sites. Os dados da empresa estudada foram coletados através de documentos, entrevistas e observação direta.

Para a análise dos dados coletados utilizou-se, como ferramenta, a análise de conteúdo. De acordo com Bardin (2004), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, visa obter indicadores que permitam inferir conhecimentos.

Cabe apontar particularidades que dificultaram a coleta de dados sobre Angola. Isso ocorreu porque durante o tempo em que o país permaneceu em guerra, os órgãos oficiais de elaboração de sensos e dados estatísticos foram negligenciados ou fechados. De acordo com a OCDE (2005), as estatísticas são claramente insuficientes, tanto em termos de quantidade como de qualidade, o que dificulta uma análise completa da situação econômica e social do país.

Outra limitação refere-se a divergências de dados existentes entre as publicações locais e fontes internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) (2007ab). Optou-se por privilegiar dados coletados em fontes locais. Apesar de apresentarem diferenças, as conclusões apresentadas nos relatórios do FMI (2007ab) apresentam convergências nos aspectos abordados por este estudo.

A Composição do Meio Ambiente

A República de Angola está situada no Hemisfério Sul do continente africano, na zona equatorial e tropical. Ocupa uma larga faixa da costa ocidental, encontrando-se na linha divisória entre a África Central e Austral, com uma superfície de 1.246.700 quilômetros quadrados.

A população é estimada em 15,74 milhões de habitantes em 2006. A capital é Luanda. Angola possui como idioma oficial o português, mas existem, ainda, cinco outras línguas nacionais principais: kimbundu, umbundu, kikongo, lunda e chokwe, além de diversos outros dialetos tradicionais.

Angola é um país que vem chamando a atenção pelo seu potencial de desenvolvimento. A estabilização do país, em termos políticos e militares, aliado a uma grande expansão econômica, tem atraído investimentos de todo o mundo. De acordo com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento (OCDE) (2005), Angola tem vivido dias de paz desde que foi decretado o cessar-fogo entre as forças armadas e os rebeldes. Em abril de 2002, encerraram-se mais de 25 anos de guerra civil ininterrupta.

O contexto histórico angolano é fundamental para entender a condição atual do país. Na sua história recente percebem-se grandes mudanças e o país ainda busca sua consolidação.

Em 1961, de acordo com Comerford (2005), inicia a guerra pela independência de Angola. Em 1975 é proclamada a independência e, no mesmo ano inicia a primeira guerra civil. O marxismo-leninismo é introduzido no país em 1977 e perdura até 1991, ano que marca também o fim da primeira guerra civil. Em 1992, a oposição não reconhece o resultado das eleições presidenciais e legislativas e dá início a segunda guerra civil que desenrola-se até 1994. Em 1998 inicia a terceira guerra civil. Esta, termina em 2002, com a morte do líder da oposição.

Os conflitos armados ocorreram principalmente no interior do país, o que levou sua população rural a fugir e se refugiar em favelas na capital, Luanda. Nessa fuga, a população perdeu a terra e os poucos recursos que possuía.

Mas as perdas materiais são apenas uma parte do problema. Perderam-se famílias, parentes, costumes e tradições, enfim, todo um modo de viver. Quando a população migrou para a capital, as diferentes tribos se misturaram e seus costumes, ritos, modos de viver, praticamente se perderam e a luta passou a ser pela sobrevivência (Abreu, 2007).

A partir de 2002, inicia-se o período de paz que marca o início da reconstrução do país. O desafio é canalizar fundos para a reconstrução de infra-estruturas e redução da pobreza. Contrastando com o histórico de guerra e destruição está o atual crescimento econômico do país. Desde 2002, de acordo com o CEIC (2007), o PIB real vem demonstrando essas informações.

Tabela 01:

A Evolução do PIB Real em Angola

Ano	PIB Real
2001	5,2%
2002	13,2%
2003	5,2%
2004	11,3%
2005	20,6%
2006	18,6%

Fonte: "Relatório econômico de Angola 2006" do CEIC, 2007, p. 20.

Os diamantes, e em especial o petróleo dominam a economia nacional, sendo responsável pela quase totalidade das receitas. No entanto, de acordo com CEIC (2007), estes setores estão muito pouco articulados com o resto da economia.

A agricultura e as indústrias manufatureiras ainda sofrem com o legado deixado pela guerra civil: infra-estrutura arruinada, falta de capital físico e financeiro, governos pobres e a presença alastrada de minas em algumas regiões, sem contar a necessidade de reabrigar quatro milhões de pessoas desalojadas pelo conflito.

No entanto a estrutura da economia nacional é caracterizada por uma estrutura desequilibrada e desarticulada, sem relação entre o petróleo e os diamantes e o resto da economia. Em 2006, de acordo com o CEIC (2007), petróleo e refinados compõem 57,1% da economia. O petróleo bruto continua em primeiro lugar nas exportações, com cerca de 94%, seguido dos diamantes com 4% e com outros produtos em 2%. Assim sendo, uma alteração nos preços desses produtos terá um impacto profundo na economia. Em relação às exportações, também em 2006, houve um crescimento das importações em 16,7%. Isso se deve ao fraco desenvolvimento do setor produtivo que não tem acompanhado a expansão no consumo.

No segmento de serviços, foco deste estudo, a Câmara de Comércio e Indústria Portugal-Angola – CCIPA (2007) relata que em 2006 houve um aumento de 80% na carga transportada por meios rodoviários. Houve, também, um aumento no número de estabelecimentos licenciados em 22%.

Um dos grandes desafios do Governo é a reabilitação dos meios para o transporte de cargas e passageiros, intensivamente destruídas durante o período de guerra. De acordo com o CCIPA (2007) é meta do governo intensificar a melhoria do transporte de passageiros e de carga, através da renovação dos meios rodoviário, ferroviário, aéreo e marítimo de transporte.

Apesar do crescimento econômico, Angola continua a ser um país onde fazer negócios não é fácil. A classificação geral relativa à facilidade para fazer negócios no mundo coloca Angola em 155º lugar em 2006 e 156º lugar em 2007 considerando-se um total de 175 países (CEIC, 2007).

Outro ponto crítico que o país necessita superar é a questão da corrupção presente nos diversos setores da economia, bem como no serviço público (Rocha, 2006). Esta questão é reforçada através do Índice Ibrahim (2007) em que Angola está em 42º lugar entre os 48 países africanos pior colocados no índice global de corrupção.

Os Indicadores de Desenvolvimento Humano (IDH) em Angola são um retrato das desigualdades presentes no país. Em 2004, o IDH coloca Angola em 161º lugar entre 177 países. (CEIC, 2007).

O IDH também tem seus reflexos na produtividade do trabalhador angolano. De acordo com o CEIC (2007), a produtividade média bruta aparente na África do Sul é em torno de 30.000 dólares por trabalhador empregado e na União Européia em mais de 150.000 dólares. Em 2006, Angola apresentou uma produtividade 7.302,70 dólares por trabalhador empregado.

O grande contraste ao desenvolvimento econômico de Angola é a questão social. Angola é um dos países mais pobres do mundo, com grande parte da população vivendo em favelas na capital, contando com entre cinco a dez milhões de

minas terrestres espalhadas no interior do país, com grandes problemas de corrupção gerados pela burocracia entre outros problemas típicos de um país que viveu tanto tempo em guerra. Até o momento, dos cerca de 4.550 campos de minas identificados, já foram limpos 38%, faltando ainda desminar 62% da área (CCIPA, 2007, p. 71).

Em 2007 o governo está concluindo uma campanha em todo o país de cadastramento eleitoral. Este cadastro é fundamental para a realização da primeira eleição democrática. De acordo com Rogério (2007), já estão cadastrados mais de oito milhões de eleitores. As eleições legislativas estão previstas para 2008 e as presidenciais em 2009.

Apesar da parcialidade dos números, oriunda da falta de dados e estatísticas precisas, é possível identificar a partir da Figura 01, os principais aspectos que caracterizam Angola. É nesta realidade que este estudo se insere, bem como é com esta realidade que a empresa AJS interage, se adapta e cresce. É um meio ambiente que oferece muitos desafios e, ao mesmo tempo, muitas oportunidades para as empresas que conseguirem se adaptar.

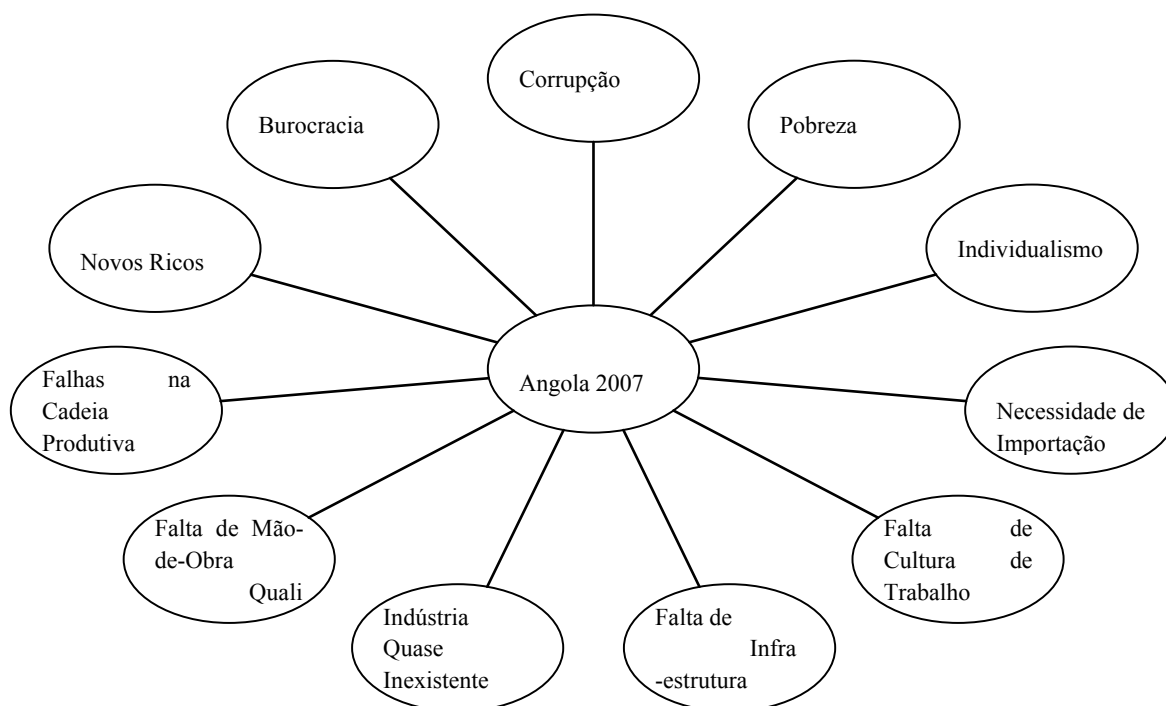


Figura 01: Angola 2007

A Empresa

A empresa estudada, com sigla AS¹, foi legalmente constituída em 1992, embora atue, de maneira informal desde 1974. Naquela data, o fundador e sua esposa exerciam atividades de comércio de modo informal, pois o registro das empresas não era incentivado pelo governo. Era o período da guerra pela independência de Portugal.

Neste período, os proprietários de negócios pequenos e médios, profissionais liberais, enfim, grande parte da classe média saiu do país, fechando seus negócios e abandonando suas propriedades, fugindo da guerra (De Geus, 1998). Com isso, o governo militar controlava todos os setores da economia e era, também, o principal cliente.

Durante sua trajetória, a AS distribuiu alimentos no interior do país, enviados pelas Nações Unidas. Operavam na forma de comunas e com escolta militar, a fim de levar alimentos às regiões mais carentes. Atuaram também na distribuição de cervejas nacionais período marxista-leninista.

Em 2000 iniciam os contratos de transporte com as empresas mineradoras. Esta foi a primeira indústria autorizada a operar em Angola já em um período em que os acordos de paz estavam por encerrar a guerra. Nessa época, a AS era uma das únicas, senão a única empresa de transportes em operação, com capacidade de absorver a demanda.

A partir de 2002, com o fim da guerra e a abertura econômica, surgem novas empresas, principalmente o comércio de produtos importados e, com isso, a demanda dos clientes aumenta muito.

Até o final da guerra, o crescimento da empresa foi regido a partir de recursos próprios pois não existia a possibilidade de fazer empréstimos. Após essa data, o governo angolano liberou a possibilidade de empréstimos bancários e, com isso, o crescimento da empresa foi acelerado. Em 2006 há um aumento de 40% na frota. O resultado disso reflete-se no volume de negócios que triplicaram de 2005 para 2006. Seguindo este crescimento, os quatro primeiros meses de 2007

¹ Sigla fictícia.

superaram todo o ano de 2006. Seus principais clientes são as empresas petrolíferas, as empresas mineradoras e as forças armadas. Deste principal negócio derivaram outros, como a importação e distribuição de cerveja portuguesa.

Em 2007, além da cerveja, são importados e comercializados, no atacado e no varejo, refrigerantes e água mineral. A empresa está com outros projetos de diversificação em andamento no ramo imobiliário, supermercado e mecânica de caminhões.

Em agosto de 2007 a empresa contava com 224 funcionários. O parque industrial localiza-se no município de Viana (município que faz parte da província de Luanda) e seu escritório, em Luanda (capital da província de mesmo nome). Apesar de ser localizada na capital do país, a empresa necessita ter um gerador para suprir as freqüentes quedas de energia. Não há rede de abastecimento de água e esgoto. As comunicações são via celular, assim como a Internet. Essas condições de infraestrutura são comuns no país, tanto para estabelecimentos industriais, como para o comércio e residências.

A família do fundador compõe o corpo diretivo da empresa. Os filhos começaram a fazer parte da empresa a partir de 2002, data que marca também o fim da guerra civil no país. Compõe a direção da empresa: o fundador, a fundadora, quatro filhos, uma nora e um genro.

A escolha por um novo negócio está relacionada a algum conhecimento que a empresa já domina, pois há dificuldade para contratação de mão-de-obra qualificada. Essa é a diferença entre empresas já estabelecidas em Angola e novas empresas. As novas empresas possuem grandes dificuldades para implantação de um negócio devido a questões legais, corrupção, falta de infraestrutura, desconhecimento dos meios próprios deste mercado, entre outras dificuldades. Uma empresa estabelecida já passou por essa fase, ou seja, já conhece os caminhos para conseguir operar e isso facilita o agregar novos negócios, sendo então a mão-de-obra um limitador importante.

As condições do país em termos de burocracia, infraestrutura, dificuldades de importação, entre outras características do meio, aumentam o custo operacional gerando a necessidade de maior aporte financeiro para viabilizar os novos negócios. Apesar disso, o aumento da demanda local assegura o crescimento dos negócios.

Em 2007 a empresa estava buscando se estruturar em termos administrativos, de divisão de áreas e responsabilidades e de processos, depois da significativa expansão dos seus negócios. Ao perceber o aumento da demanda gerado após o fim da guerra, com a abertura econômica e o capitalismo, soube aproveitar as oportunidades. Optou por ampliar e diversificar seus negócios.

A Adaptação da Empresa Estudada ao Meio-Ambiente

A capacidade de adaptação ao meio é condição chave para a sobrevivência neste ambiente. Através do estudo, identificou-se onze aspectos presentes no meio ambiente que interferem diretamente na empresa estudada. São elas: a burocracia, a corrupção, a falta de mão-de-obra qualificada, a pobreza, a falta de cultura de trabalho, a falta de infraestrutura, a necessidade de importação, a escassez de indústrias, o individualismo, as falhas na cadeia produtiva e a necessidade de consumo da nova elite local.

Fugindo da guerra, a população do interior do país migrou para a capital. Com isso, diferentes tribos, com costumes, língua e tradições se misturaram. Este, aliado a outros fatores como as condições de vida e a busca pela sobrevivência, deram origem a questões do individualismo bastante presente na empresa estudada. Este é o padrão de interação esperado, tanto nas relações dentro da empresa, como com fornecedores e terceiros. É vista com naturalidade. Para ilustrar este aspecto o entrevistado² 2 diz que “os funcionários são muito individualistas. Nenhum ajuda o outro. Por exemplo: se um vê que o outro está com dificuldade em fazer alguma coisa, o outro vira as costas e vai se esconder.” (Comunicação pessoal, 08 de novembro de 2007). Esta questão também é percebida pelo entrevistado 1: “Na época de guerra era ‘cada um por si’, cada um tentava sobreviver como pudesse.” (Comunicação pessoal, 08 de novembro de 2007)

Apesar do não incentivo do governo para a criação de empresas durante o período em guerra, a empresa conseguiu continuar em funcionamento, aproveitando oportunidades e atendendo às necessidades do governo (e outras instituições oficiais). O entrevistado 2 conta que no início “registramos a empresa e continuamos a trabalhar com comércio e com transportes. Comerciantes eram vistos como especuladores, os culpados da situação nacional.” (Comunicação pessoal, 08 de novembro de 2007). Estas condições são reforçadas pelo entrevistado 3: “Na guerra trabalhamos muito com o PAN (Programa Alimentar da ONU). Fazíamos o transporte na altura da guerra para muitas províncias. Andávamos em comunas, havia sempre o risco de serem atacados. Foi uma época muito complicada que a empresa passou.” (Comunicação pessoal, 19 de novembro de 2007)

Posteriormente, com o fim da guerra e a abertura de mercado, a empresa já possuía um know how diferenciado, sendo considerada pioneira no segmento de transportes. O entrevistado 2 sintetiza com a seguinte afirmação: “nós passamos por vários períodos difíceis e sabemos como as coisas funcionam.” (Comunicação pessoal, 08 de novembro de 2007).

A falta de infraestrutura básica: água, luz, saneamento e telefonia são supridos pela própria empresa. A empresa estudada cria a infraestrutura necessária a partir de seus próprios recursos. A precariedade das condições das estradas é outro problema enfrentado, gerando custos adicionais ao segmento de transportes da AS. Por outro lado, é onde a empresa concentra seu expertise devido a sua atuação no período de guerra. Estas questões de infraestrutura também é percebida na

² Optou-se por preservar a identidade dos entrevistados.

relação com os funcionários como relata o entrevistado 7: “Eles (os funcionários) não tem endereço. (...)O mais normal é nos bilhetes de identidade ter casa sem número, bairro Mandango, Lubango...” (Comunicação pessoal, 10 de agosto de 2007)

A burocracia e a corrupção estão relacionadas aos serviços e processos, principalmente estatais. A empresa se adapta contratando funcionários exclusivos para questões burocráticas (principalmente ligadas ao governo). Além disso, pelo tempo de existência, a empresa já conhece os meios para chegar ao resultado esperado.

No passado recente do país, havia poucas oportunidades de trabalho e as pessoas apenas procuravam formas de sobreviver durante o período de guerra. A falta cultura de trabalho, além da pobreza, do baixo nível de escolaridade, das doenças e da falta de uma alimentação adequada, entre outros fatores, contribuem para um baixo nível de produtividade dos funcionários. A alternativa encontrada para enfrentar este problema é a contratação de mais funcionários do que seria necessário. Não há a percepção da necessidade de formar, treinar ou desenvolver funcionários. O entrevistado 1 confirma este aspecto com a seguinte relato: “Hoje já temos gente demais (trabalhando na empresa), porque não se tem a cultura do trabalho.” (Comunicação pessoal, 08 de novembro de 2007). Esta percepção é confirmada pelo entrevistado 3: “Estão sempre a achar problemas em tudo para não trabalhar. Isso é um problema do país, é um problema da mentalidade (...). O mais difícil é mudar a mentalidade, mudar as pessoas. Para mudar o país precisa mudar as pessoas. (Comunicação pessoal, 19 de novembro de 2007)

Há carência de mão-de-obra qualificada para funções de nível técnico, assim como para funções estratégicas. Este é um dos principais fatores que atualmente impedem maior crescimento da empresa. A alternativa encontrada é a contratação de profissionais estrangeiros, preferencialmente de países de língua portuguesa como Portugal e Brasil. Contratar profissionais estrangeiros é um processo de alto investimento, devido a burocracia para obtenção de vistos de trabalho, dificuldades de moradia, de deslocamento, de alimentação, saúde e segurança. Há também a adaptação do profissional estrangeiro ao país. Outra alternativa é a contratação de pessoas da família que estudaram no exterior como diz o entrevistado 2: “Eles (os filhos) se formaram e na empresa começamos a crescer. Nós já estávamos na busca (de profissionais). (...) É melhor para os filhos trabalhar aqui, é uma empresa familiar.” (Comunicação pessoal, 08 de novembro de 2007).

Devido à escassez de indústrias no país, há enorme falta de matéria-prima e de produtos em todos os níveis da economia, que são então importadas pela AS a custos elevados, seja para consumo próprio, como para revenda. Apesar disso a relação com fornecedores é estritamente profissional, como relata o entrevistado 6: “na maior parte das vezes compramos onde encontramos o que procuramos. (...) Nem tudo o que a gente precisa a gente encontra.” (Comunicação pessoal, 11 de agosto de 2007)

Está presente também, a dificuldade de importação devido a leis aduaneiras, sobrecarga do porto, atrasos, danificação de produtos, burocracia e corrupção. A importação é a alternativa encontrada para suprir as carências de produtos no mercado. Apesar de ser um processo complexo e demorado, é uma das principais fontes de renda da AS, pois o processo é conhecido devido à experiência da empresa neste segmento. Como relata o entrevistado 3: “Neste momento estamos a economizar 400 mil dólares por ano em peças comprando direto (importação de peças). (...) Nós temos esse problema que as peças aqui são muito caras e para além de serem muito caras, muitas vezes não tem. (Comunicação pessoal, 19 de novembro de 2007)

A AS tem percebido falhas na cadeia produtiva. Com o fim da guerra e a abertura econômica em 2002, surgiram grandes oportunidades de negócio a partir das falhas na cadeia produtiva. A alternativa encontrada é de suprir essas falhas através de importação de produtos, sejam eles alimentos, máquinas, equipamentos, veículos, entre outros. A importação, o transporte e a comercialização de produtos importados são um grande nicho de mercado da empresa estudada. Isso pode ser exemplificado em diversas afirmações dos entrevistados. Em relação a venda direta de bebidas na portaria da empresa, o entrevistado 5 diz que: “Surgiu a idéia que nós próprios começamos a escoar nossos próprios produtos sem depender só dos clientes. Nós próprios queríamos baixar nossos estoques e aumentar nossas vendas.” (Comunicação pessoal, 10 de agosto de 2007) Ainda no segmento de venda direta o entrevistado 5 planeja outros negócios como: “Abrir mais pontos de distribuição, no interior do país. (...) Nas províncias há carência de tudo e tem um consumo muito alto. Cerca de 25% das nossas vendas são de clientes que vem cá comprar para levar para o interior.” (Comunicação pessoal, 10 de agosto de 2007) O entrevistado 4 sintetiza as oportunidades da seguinte forma: “No caso em Angola existem muitas falhas de mercado. Essas falhas de mercado, quando não são cobertas pelo Estado, têm que ser cobertas pelos operadores nacionais ou estrangeiros. E nós tentamos ver aonde o mercado falha (...) e entramos.” (Comunicação pessoal, 08 de agosto de 2007)

Com o crescimento e diversificação dos negócios, a família que compõe a AS é considerada parte da nova elite local.

A partir destes resultados é possível perceber que na AS as alternativas encontradas, nem sempre usuais ou convencionais, apresentam resultados positivos se considerado o tempo de existência e o crescimento da empresa.

A Comparação com a Abordagem Teórica da Empresa Viva

Quatro características principais compõem a empresa viva na proposta de De Geus (1998). São elas: a sensibilidade ao meio ambiente, a coesão e identidade, a tolerância e a descentralização e o conservadorismo financeiro.

Neste estudo podemos observar que a AS possui aspectos em comum com a empresa viva proposta por De Geus (1998), embora nenhuma das características se aplique integralmente.

A sensibilidade ao meio ambiente é parcialmente presente. A empresa estudada apresenta capacidade de perceber as mudanças no meio ambiente, evidenciada através da diversificação com sucesso dos novos negócios. No entanto o

planejamento da empresa é praticamente inexistente e, mais do que isso, há divergências entre a visão do fundador e dos filhos sobre quais os rumos a empresa deve tomar. O processo de tomada de decisão é baseado na percepção seguida da ação. O aprendizado não é incentivado embora exista a percepção e a ação do fundador em mudar de acordo com a necessidade do meio.

A coesão e identidade não foram identificadas na empresa estudada. A partir da análise dos dados é possível perceber que ainda se mantém presentes formas de agir e interagir herdadas do período em que o país permaneceu em guerra civil.

A tolerância existe parcialmente, evidenciada na existência de negócios à margem, o que vem contribuindo para a diversificação das atividades. A descentralização não foi identificada, pelo contrário, a centralização é característica da AS.

O conservadorismo financeiro apresenta duas fases. Até 2002, a possibilidade de empréstimo bancário no país foi bastante limitada, o que fez com que a empresa crescesse com recursos próprios. A partir desta data, o governo liberou essa possibilidade e a AS passou a expandir seus negócios também através de empréstimos bancários.

No estudo feito, percebe-se que a empresa estudada não é uma empresa viva na perspectiva proposta por De Geus (1998). Apesar disso, é uma empresa que está crescendo significativamente e diversificando seus negócios com êxito.

Conclusões

Retomando o objetivo deste estudo, que é entender como ocorre o processo de adaptação de uma empresa angolana a mudanças no meio ambiente foi possível concluir que:

Na caracterização do meio foi constatado que o meio ambiente em Angola, hoje, é o resultado das intensas mudanças ocorridas no país nos últimos 35 anos que criaram as atuais condições de intenso crescimento econômico em paralelo com a miséria da maioria da população. Ao entender o contexto foi possível, também, entender a empresa, que é fruto deste meio.

A AS tem uma história de 34 anos que mostra a determinação e a persistência dos fundadores em manter um negócio que iniciou em um período de guerra e em um modelo econômico em que não incentivavam o surgimento de empresas. A AS sobreviveu a este período e hoje utiliza seu conhecimento do meio ambiente como um diferencial. Ao conhecer o meio, a empresa percebeu e soube aproveitar as oportunidades que surgiram no período pós-guerra e que deram origem ao atual crescimento da empresa.

Internamente, com o aumento significativo no número de funcionários, a chegada dos filhos e a expansão dos negócios, a empresa necessita criar uma visão que seja compartilhada por todos. Ou seja, a empresa superou durante toda sua existência um meio bastante adverso à realização de negócios devido a guerras e regimes de governo. O desafio atual para a empresa é a organização da sua estrutura interna fazendo a transição entre o estilo de gestão do fundador (autoritário, baseado na experiência, na improvisação, próprio para período de guerra) para uma profissionalização (com processos e próprio para o país em franca expansão econômica) a fim de conseguir novamente se adaptar ao meio. Um meio em franca transformação e seguindo para uma competitividade a nível global.

Apesar de não ser uma empresa viva de acordo com a estrutura teórica de De Geus (1998), a AS apresenta parcialmente as características de sensibilidade ao meio ambiente e a tolerância. Estas duas características refletem dois pontos fortes da AS, que é conhecer o meio e a tolerância com negócios à margem. Estas características são consideradas positivas por fundadores e seus filhos.

De acordo com De Geus (1998), a ausência de características pode reduzir a longevidade da empresa, apesar da atual fase de crescimento e expansão.

Conclui-se com este artigo que o meio é determinante na definição de processos, decisões e relações, ou seja, na cultura da empresa. Afinal, muito do que é o meio, é também a empresa.

A AS tem como ponto forte a visão “para fora” da organização. Ou seja, historicamente, a AS conseguiu se adaptar e sobreviver apesar das adversidades do meio. Atualmente, esse conhecimento do meio, aliado a percepção de oportunidades, vem gerando o crescimento e a diversificação dos negócios. No entanto, este crescimento necessita agora de melhor estruturação e profissionalização. O ‘olhar para dentro’.

BIBLIOGRAFIA

- Abreu, N. V. d'(2007, set.). As coisas positivas geram mais afecto. Revista África 21, Luanda, (9), 8-10. Entrevista concedida a João Melo.
- Adizes, I.(1996). Os ciclos de vida das organizações: como e por que as empresas crescem e morrem e o que fazer a respeito (3 ed.). (Trad. Carlos Afonso Malferrari). São Paulo: Pioneira. (obra original publicada em 1989).
- Bardin, L.(2004). Análise de conteúdo (3 ed.). (Trad.Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro). Lisboa: Edições 70. (obra original publicada em 1977).
- Bennis, W.(1995) A invenção de uma vida. (Trad. Renata Silva Cardoso). Rio de Janeiro: Campus. (obra original publicada em 1993).
- Câmara de Comércio e Indústria Portugal-Angola (CCIPA)(2007). Anuário Angola 2007/2008. Lisboa: Autor.

Capra, F.(1996) A teia da vida: uma nova compreensão científica dos seres vivos. (Trad. Newton Roberval Eichenberg). São Paulo: Cultrix. (obra original publicada em 1996).

Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC) (2007). Relatório econômico de Angola 2006. Luanda: Autor.

Comerford, M. (2005) O rosto pacífico de Angola: biografia de um processo de paz (1991-2002). John Meinert Printing: Luanda.

De Geus, A.(1998). A empresa viva: como as organizações podem aprender a prosperar e se perpetuar. (Tradução de Lenke Peres). Rio de Janeiro: Campus. (obra original publicada em 1997).

De Geus, A. (1999, mar./abr.). A Empresa Viva. HSM Management. (13), 126-134.

Drucker, P.(2007, out.) O que todo executivo deve lembrar: Peter Drucker, 1909-2005. Harvard Business Review, 84 (1). Índice Ibrahim. Luanda digital. <http://www.luandadigital.com>. (consultado na Internet em 11 de outubro de 2007).

International Monetary Fund.(2007a) Angola: Staff Report for the 2007 Article IV Consultation. Washington: Autor.

International Monetary Fund.(2007b) Angola: Selected Issues and Statistical Appendix. Washington: Autor.

Kotter, J. P.(1997) Liderando a mudança. (Trad. Follow-Up). Rio de Janeiro: Campus. (obra original publicada em 1996).

Kotter, J. P. (2000). Afinal, o que fazem os líderes: a nova face do poder e da estratégia (4.ed.). (Tradução de Cristina de Assis Serra). Rio de Janeiro: Campus. (obra original publicada em 1999).

Kotter, J. P. & Cohen, D. S.(2002) O coração da mudança. (Trad. Afonso Celso da Cunha Serra). Rio de Janeiro: Campus. (obra original publicada em 2002).

Malhotra, N. K. (2005). Introdução à pesquisa de marketing. (3. ed.). São Paulo: Prentice Hall.

Organização para Cooperação e o Desenvolvimento (OCDE) (2007, jun). Perspectivas econômicas na África 2004/2005. <http://www.oecd.org/dataoecd/29/58/35350794.pdf>. (consultado na Internet em 25 de junho de 2007).

Rocha, A.(2006) Petróleo e desenvolvimento econômico: uma equação possível em Angola? Lucere Revista Acadêmica da UCAN 4(3), 29-60.

Rogério, L.(2007, out.) Mais de oito milhões de eleitores prontos a votar. Revista África 21. Luanda, (10), 36.

Schwartz, J., & Rock, D. (2007, jan./fev.)A neurociência da liderança. HSM Management. (60), 44-54.

Senge, P.(1999). A dança das mudanças (5 ed.). (Trad. Bazán). Rio de Janeiro: Campus. (obra original publicada em 1990).

Senge, P. M. (2003) A quinta disciplina: arte e prática da organização que aprende. São Paulo: Nova Cultural. (obra original publicada 1990).

Yin, R.(2005). Estudo de caso: planejamento e métodos (3 ed.). (Trad. Daniel Grassi). Porto Alegre: Bookman. (obra original publicada em 2003).

Percepção sobre a Gestão de RH dos trabalhadores de supermercados de Belém, Pará, Brasil

Ida Lenir Gonçalves
 Faculdade do Pará (FAP); Universidade Federal do Pará (UFPA)
 idaleni@gmail.com

Maria Cristina Maneschy
 Universidade Federal do Pará (UFPA)
 cristina@ufpa.br

Resumo: Esta comunicação analisa percepção sobre a gestão de recursos humanos (RH) dos trabalhadores de quatro redes de supermercados (grandes superfícies) da Região Metropolitana de Belém, Pará. Descrevemos os distanciamentos e aproximações entre as percepções daqueles em que o supermercado foi o primeiro emprego formal e aqueles com experiências anteriores. Foram entrevistadas 380 pessoas (7% da população), de acordo com a disponibilidade. Na composição da amostra, procurou-se contemplar todos os setores e os cargos das atividades-fim. Utilizamos a técnica estatística “Análise de Correspondência” entre a variável 1º. Emprego e dezoito (18) itens concernentes à gestão RH, dispostos em uma escala tipo Likert denominada “GESOC”. Esses itens foram elaborados tendo como referência as normas internas e as avaliações de desempenho das empresas, que compõem dois fatores: 1) “Controle do posto de trabalho” (QT); 2) “Introdução das normas organizacionais” (IN). A escala “GESOC” apresenta cinco posições: nunca, raramente, algumas vezes, freqüentemente e sempre. O resultado da análise de correspondência apontou para robustas diferenças de percepção dos fatores relativos à gestão RH quanto à variável em foco.

Palavras-chave: Gestão RH, supermercados, análise de correspondência.

De uma maneira geral, as empresas são geridas a partir da divisão do trabalho em áreas especializadas, cuja denominação remete à espécie de recurso principal sob sua responsabilidade. A segmentação mais comum é a seguinte: contábil, financeira, administrativa, operacional, marketing e vendas (Kwasnicka, 1985, p. 21) . A Gerência de Recursos

Humanos ou, como atualmente é denominada, Gestão de Pessoas (GP), comanda os sistemas e procedimentos empresariais que se referem à seleção, formação e desenvolvimento dos empregados de organizações privadas e públicas.

Para atingir o objetivo organizacional – lucro –, o gestor de RH precisa adequar os empregados às normas, aos procedimentos e à cultura organizacional, além de criar políticas internas para mantê-los motivados. Suas ações devem, ainda, pautar-se em valores como o senso ético, o reconhecimento dos interesses coletivos, a autonomia e a responsabilidade nas decisões. No entanto, deve-se ressaltar que este papel é exercido diretamente por todos aqueles que possuem cargos de chefia na empresa. São eles que colocam em operação as diretrizes estabelecidas e controlam diretamente o trabalho planejado, de modo a absorver física, psíquica e emocionalmente o empregado na tarefa que executa. Em princípio, quanto maior a conformação do empregado às normas, aos procedimentos e cultura organizacional e menor a percepção do controle sobre o trabalho, maior a eficácia da gestão de RH.

O presente trabalho apresenta as análises iniciais sobre o exercício da gestão de RH nas lojas de quatro redes de supermercados da Região Metropolitana de Belém, Pará. Refere-se a dois aspectos, “Interiorização das Normas” e “Controle do Posto de Trabalho”, explorados na tese de doutoramento “A gente tem uma vida lá fora”¹, ainda inédita, sobre a relação entre a gestão de recursos humanos e a sociabilidade. Focaliza, portanto, apenas os itens concernentes à gestão de RH extraídos da Escala tipo Likert “Gestão e Sociabilidade” (GESOC), para mostrar a diferença ou similaridade de percepção entre o trabalhador que tem sua inserção no mercado formal² de trabalho nos supermercados e aquele que já possui experiência anterior a este emprego, utilizando-se para tal a técnica estatística “Análise de Correspondência” (AC).

Escolheu-se a AC porque, além ser apropriada ao estudo exploratório, informa se e como estão associadas categorias de duas ou mais variáveis, indicando caminhos a serem aprofundados por outras técnicas de pesquisa. Neste caso, aplicou-se a análise bi-variada envolvendo a variável “1º. emprego com carteira assinada” (sim, não) e as categorias (nunca, raramente, algumas vezes, freqüentemente e nunca) dos itens sobre Gestão RH da escala GESOC.

O texto está estruturado em três partes. A primeira discorre sobre a metodologia do estudo, explicando o conteúdo do instrumento de pesquisa de campo e a técnica estatística utilizada. Em seguida, apresenta os resultados de associação entre as variáveis escolhidas, ilustrando-os com gráficos. Por fim, analisa as informações geradas pela “Análise de Correspondência”.

1. Metodologia do Estudo

Amostra

Trata-se de um estudo exploratório realizado através da técnica de survey. Foram entrevistadas 380 pessoas³, no decorrer do ano de 2007, que trabalhavam em todas as lojas de quatro redes de supermercados de Belém, sendo que 240 responderam ao formulário completo e 140 ao formulário simplificado. Estão contemplados os cargos de gerência, supervisão e execução das atividades-fim do segmento, não incluindo entre eles os postos da diretoria e as funções administrativas.

Dos trabalhadores entrevistados, 192 são homens (50,5%) e 188 mulheres (49,5%), com idades entre 17 e 63 anos de idade. Metade dos respondentes (50%) está na faixa etária dos 24 a 32 anos de idade. Não há variações significativas entre os sexos na distribuição por idade. Os solteiros predominam, perfazendo 54,7% dos entrevistados. Em seguida, aparecem os casos de “união estável” com 25,5 % e os casados com a freqüência de 17,4%; ambos representam 42,9% da amostra. Separados, divorciados e viúvos são 2,4% dos entrevistados. A maioria é paraense, 64,2% nasceu na região metropolitana de Belém e 29,2% nas demais cidades do Estado. Apenas 6,6% é natural de outros estados. Em 55,4% (210) dos casos, o trabalho no supermercado foi o primeiro emprego com carteira assinada: dentre os homens, esse percentual é de 51,6%, e, dentre as mulheres, 59,4%.

1.2 Instrumento

O formulário completo tem 176 questões, já computados os 34 itens da escala. É composto por questões abertas e fechadas referentes à gestão de recursos humanos e sociabilidade. As questões abertas foram devidamente condensadas em categorias e integradas em um banco de dados (BD) no software SPSS. O formulário simplificado, submetido à análise de correspondência, contém as variáveis sócio-demográficas e os itens da escala do primeiro.

A elaboração das questões se orientou pelo levantamento bibliográfico e pelo conteúdo da pesquisa exploratória, na qual foram entrevistados quatro empregados. Recorreu-se ainda às normas internas das empresas e às avaliações de desempenho. Desse material, foram selecionados os aspectos concernentes à sociabilidade e os quesitos requeridos para que a gestão de pessoas tenha o resultado ótimo esperado, de acordo com o padrão estabelecido pelos supermercados e pelo perfil da sua mão-de-obra. Sua análise resultou em trinta e quatro afirmações, sendo dezoito sobre a gestão e dezesseis sobre a sociabilidade, que deram origem à escala Likert denominada Gestão de Recursos Humanos e Sociabilidade (GESOC).

¹ “A gente tem uma vida lá fora...” Estudo sobre a mútua relação entre a gestão de RH e a sociabilidade dos trabalhadores de supermercados, em Belém, Pará

² Emprego formal é aquele respaldado por um contrato de trabalho, que assegura proteção social. No Brasil, é usualmente denominado de “com carteira assinada”, como referência ao registro do vínculo feito pelo empregador na carteira de trabalho.

³ Equivale a 6,7% dos 5507 empregados que desempenhavam funções em atividades-fim nas lojas das quatro redes de supermercados nos quais foi desenvolvida a pesquisa (posição de dezembro de 2006).

Por conveniência do objetivo da pesquisa, os itens foram organizados em fatores, dentre os quais “Controle do posto de trabalho” (CT) e “Introjeção das normas organizacionais” (IN) se referem à Gestão de RH (Quadro 1), e “Confiança nos colegas de trabalho” (CF), “Manutenção das relações” (MR) e “Utilidade das relações profissionais” (UT) refletem a Sociabilidade. Os sujeitos responderam sobre a frequência em que ocorreu a situação contida em cada item, numa escala de cinco posições tipo Likert: nunca, algumas vezes, freqüentemente, muitas vezes, sempre.

Quadro 1: Fatores e itens relativos à Gestão de RH da Escala GESOC

FATOR	V A R I Á V E I S (ITENS)
QUALIDADE DO TRABALHO	143-Meu horário de trabalho é mudado quando é conveniente para a empresa. 144-Eu participo do processo decisório das promoções de cargo. 145-A empresa impõe as normas e eu devo obedecer, sem argumentar. 146-O ritmo de trabalho da minha função é intenso. 150-A gerência vigia o meu trabalho. 151-Meus direitos de empregados são respeitados pela empresa. 152- Meu emprego é estável. 153-A empresa investe no meu treinamento.
INTERIORIZAÇÃO DAS NORMAS	148-Meu ritmo de trabalho depende da presença física do chefe. 149-Sou (preciso ser) cobrado para respeitar a hierarquia. 160-Sou pontual (horários de chegada, intervalos, saída). 162-Sou cuidadoso com minha aparência pessoal. 163-Acato com presteza ordens superiores. 164-Sinto-me comprometido com o resultado da empresa. 165-Invisto na minha qualificação profissional. 166-Estou disponível para ficar na empresa além do horário. 170-Meu ritmo de trabalho corresponde ao ritmo exigido pela empresa. 171-Cumpro os prazos estabelecidos para as tarefas, sem precisar ser cobrado. 172-Colaboro com os demais colegas sem ser solicitado. 173-Dou solução aos problemas de minha alçada, sem precisar ser cobrado. 174-Sou cuidadoso com os materiais de trabalho.

Fonte: Gonçalves, 2008.

1.3 Procedimento

As entrevistas ocorreram no local de trabalho, nos intervalos entre os expedientes ou ao final da jornada de trabalho, após autorização da administração geral da rede, do setor de Recursos Humanos, da gerência da loja e, finalmente, da chefia do setor. Em algumas lojas, foi permitido o uso da sala de treinamento ou de reunião. Em outras, o encontro ocorreu nos restaurantes e lanchonetes das lojas. Na escolha do respondente foi considerada sua disponibilidade de tempo e receptividade à pesquisa. Procurou-se contemplar empregados de todos os turnos (inclusive madrugada, nas lojas 24 horas), setores, cargos, sexo, tempo de serviço, etc.

Com relação ao conceito de gestão de pessoas, percorreu-se a vasta literatura disponível de diferentes abordagens do fator humano nas organizações, tais como: os elementos intrínsecos à função da gerência – Previsão, Organização, Comando, Coordenação e Controle – indicados pela teoria clássica da Administração (FAYOL, 1994); às compilações das teorias da administração feitas por Chiavenato (2000), Kwasnicka (1985), Mota (2001) e Maximiliano (1997); às variações do agente central em cada escola da Administração Estratégica (MINTZBERG; AHISTRAND; LAMPEL, 2000); e aos fatores que denotam a adesão do empregado ao objetivo empresarial – respeito, autonomia e autodeterminação –, conforme indicado por Aktouf (2001).

Do referencial sociológico, utilizou-se essencialmente a análise de Braverman (1974) e Antunes (2000) sobre os efeitos da gerência e da tecnologia na distribuição do trabalho; o estudo de Pagès et al. (1987) e Motta (1986) sobre as práticas de poder nas organizações; e de Baechler (2005) e Sainsaulieu & Kirschner (2006) sobre a empresa como organização social. No primeiro caso, considerou-se as técnicas de adestramento da força de trabalho ao capital; no segundo, as instâncias de mediação – econômica, política, ideológica e psicológica – utilizadas pela empresa para a conformidade do empregado às normas e aos interesses organizacionais, e, por último, a dinâmica da formação de redes informais (pessoalidade) nas estruturas burocráticas das empresas e que não correspondem à rigidez proposta pelos organogramas instituídos.

Dada a gestão de supermercados apresentar características tanto do tipo de “baixos salários” quanto “burocrático” (MARSDEN, 2004) decidiu-se analisar os procedimentos que incidem diretamente sobre as pessoas vinculadas à organização

e que envolvem aspectos externos, como as técnicas de recrutamento e seleção, e aspectos internos, como as técnicas de integração, de avaliação do desempenho, de treinamento e desenvolvimento dos empregados. Dessa forma, a variável gestão de pessoas foi analisada neste trabalho através de dois fatores: “Qualidade do Posto de Trabalho” (QT) e “Interiorização de Normas” (IN), que serão detalhados mais adiante.

Na composição dos fatores, foram selecionados os aspectos compreendidos como de repercussão imediata (direta) na conduta do empregado e que possibilitaram apreender as ações gerenciais (ou sua ausência) de valorização, de busca de coesão, de compromisso e de mobilização do corpo funcional para atingir os objetivos organizacionais. No fator “Interiorização das Normas” (IN) buscou-se perceber a adesão do trabalhador aos aspectos disciplinares exigidos pela empresa e que servem para indicar a eficácia da gestão de pessoas, no cumprimento do seu papel institucional. Este indicador foi elaborado tomando por base os itens da avaliação do desempenho contidos nos manuais de recursos humanos disponibilizados pelos supermercados. O indicador “Qualidade do Posto de Trabalho” (QT) foi construído em termos de cumprimento das obrigações trabalhistas, estabilidade, intensidade, extensão e pressão do trabalho e o grau de participação dos empregados na construção das normas e na ascensão profissional.

Seguiram os procedimentos estatísticos preliminares nos vinte e um itens dos fatores QT e IN da GESOC citados no Quadro 1. Confirmada a associação entre um item da escala e a variável “Este é o seu primeiro emprego com carteira assinada?”, aplicou-se a AC entre as categorias “nunca”, “raramente”, “algumas vezes”, “freqüentemente”, “sempre” e “não informou” de cada item e as categorias “Sim” e “Não” daquela variável.

1.4 A Análise de Correspondência

Escolheu-se a análise de correspondência como método estatístico por se adequar ao propósito exploratório da pesquisa e, principalmente, por revelar informações sobre relações entre várias categorias que não seriam passíveis de observar utilizando apenas a análise descritiva dos dados. O teste referido não aponta apenas a existência de uma relação, mas também ajuda a mostrar como as variáveis estão relacionadas.

Grosso modo, a análise de correspondência parte da tabela de contingência em que uma variável representa as linhas e a outra as colunas do banco de dados. Ambas com suas respectivas categorias. Os escores são em unidades correspondentes, permitindo que todas as variáveis sejam plotadas no mesmo espaço facilitando a interpretação.

As freqüências de cada célula são transformadas em freqüências relativas, chegando-se à matriz de correspondência. Em seguida, aplica-se o teste de associação Teste Qui-quadrado. Nesta aplicação, o nível de significância do teste foi estabelecido em, $\alpha = 0,05$. São testadas duas hipóteses:

H0: Para o trabalhador, o item “V” independe de ser (ou não) o primeiro emprego de carteira assinada.

H1: Para o trabalhador, o item “V” depende de ser (ou não) o primeiro emprego de carteira assinada.

Feito isso, caso o par de variáveis tenham dependência significativa no teste de hipóteses, a aplicabilidade dessa técnica gráfica é satisfatória. Outra saída da análise de correspondência é a inércia, ou seja, a quantidade de informações em cada uma das dimensões do gráfico⁴. Para a construção do gráfico de maneira a representar as categorias de linhas e de colunas, precisa-se calcular o número de dimensões, tendo em vista que se espera ao menos duas. O gráfico obtido pode ajudar na detecção de relações estruturais entre as categorias das variáveis.

2. Resultados

Dos oito itens (variáveis) referentes ao fator Qualidade do Trabalho (QT), sete estão associados à variável “É seu primeiro emprego com carteira assinada?”. Apenas o item 152 “Meu emprego é estável” foi excluído.

Com relação ao fator Introjeção das Normas Organizacionais (IN), exceto o item 173 “Dou solução aos problemas de minha alçada, sem precisar ser cobrado”, em todos os demais (12) foi possível aplicar AC com relação à variável “É seu primeiro emprego com carteira assinada?”.

Passamos a apresentar os resultados em dois blocos⁵. O primeiro vai tratar de todas as variáveis do fator QT com relação à variável “1º. emprego carteira assinada”; o segundo todas as variáveis referentes ao fator IN com relação à variável “1º. emprego carteira assinada”. Ambos seguem a ordem de exposição abaixo:

Descrição das variáveis testadas.

Gráfico

Resultado.

2.1 AC do Fator QT (Qualidade do Trabalho) e 1º. emprego formal

A variável que representa as colunas é prime176 (É seu primeiro emprego com carteira assinada?), com as categorias “sim”, “não” e “não respondeu”.

Com relação ao fator QT, são sete variáveis que representam as linhas, todas com as categorias “nunca”, “raramente”, “algumas vezes”, “freqüentemente”, “sempre” e “não informou”.

⁴ Para uma descrição completa deste método, detalhes computacionais, e suas aplicações, referem-se ao texto clássico por Greenacre (1984).

⁵ Não serão apresentadas as tabelas e os resultados do teste de associação Qui-quadrado, devido à limitação do conteúdo estabelecida pela coordenação do congresso.

in143d2 (Meu horário de trabalho é mudado quando é conveniente para a empresa).
 in144d3 (Eu participo do processo decisório das promoções de cargo).
 in145d4 (A empresa impõe as normas e eu devo obedecer, sem argumentar).
 in146d5 (O ritmo de trabalho de minha função é intenso).
 in150d9 (A gerência vigia meu trabalho).
 in151d10 (Meus direitos de empregados são respeitados pela empresa).
 in153d12 (A empresa investe no meu treinamento).

Figura 1: (145) A empresa impõe as normas e eu devo obedecer

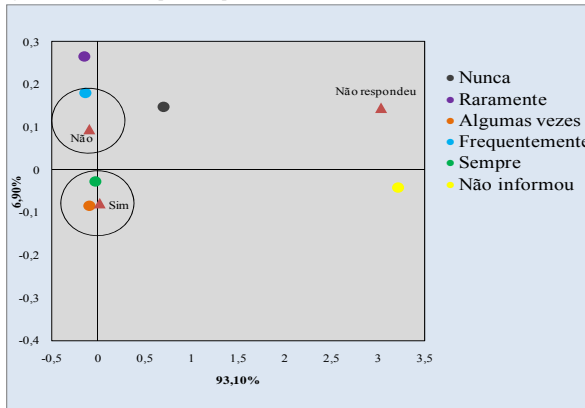
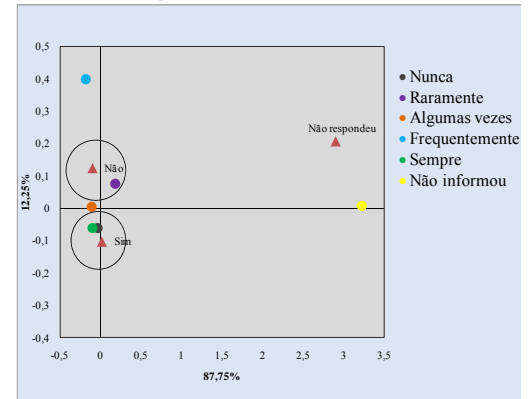


Figura 2: (153) A empresa investe no meu treinamento



Dentre os itens do fator QT, apenas um teste AC relevou percepção semelhante de todos os trabalhadores da amostra (item 145). Como se pode notar na Figura 1, tanto os empregados que estão trabalhando pela primeira vez com carteira assinada, quanto empregados que já tiveram outro emprego formal obedecem, sem argumentar, as normas impostas pela empresa. No conjunto dos primeiros, há os empregados que obedecem “algumas vezes” e aqueles que obedecem “sempre”, enquanto os demais “freqüentemente” cumprem as normas empresariais. Já o teste AC aplicado ao item (153), mostrou que há empregados com experiência anterior que entendem que a empresa sempre investe no seu treinamento, enquanto para outros, deste mesmo grupo, a empresa nunca investe no treinamento deles (Figura 2). Para os empregados de 1º. emprego de carteira assinada, a empresa “raramente” o faz.

Figura 3: (143) Meu horário de trabalho é mudado...

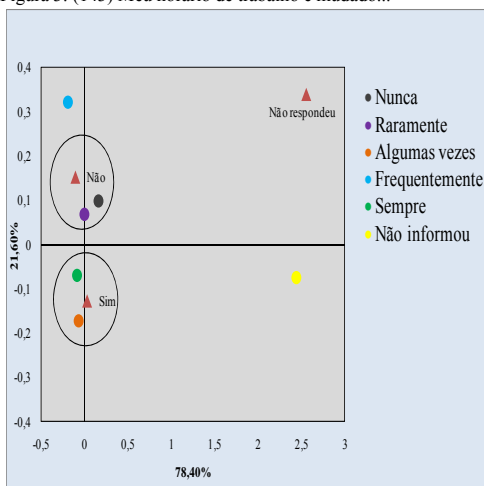


Figura 5: (146) O ritmo de trabalho da minha função é intenso

Figura 4 (144) Participo do processo decisório das promoções...

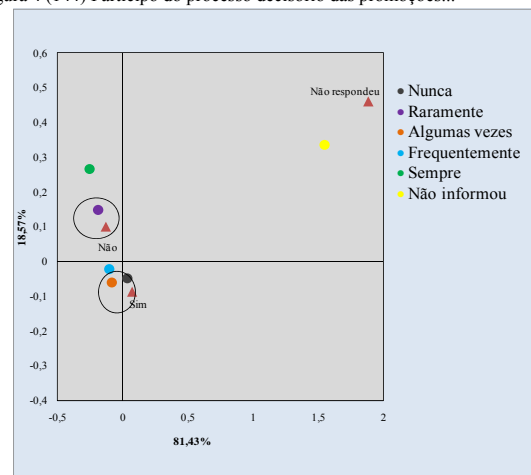
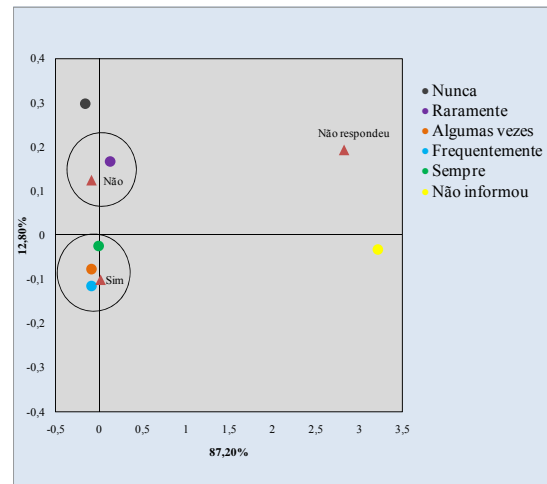
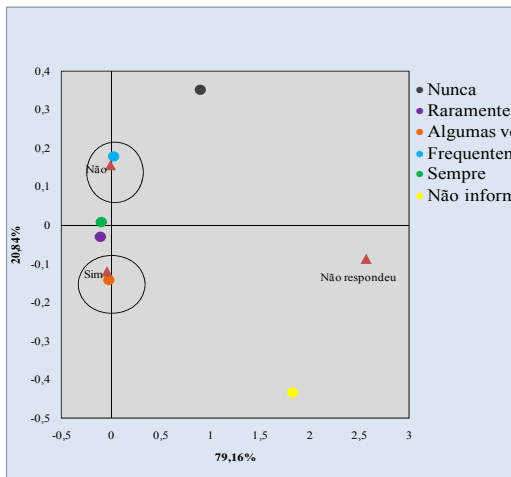


Figura 6 (150) A gerência vigia meu trabalho



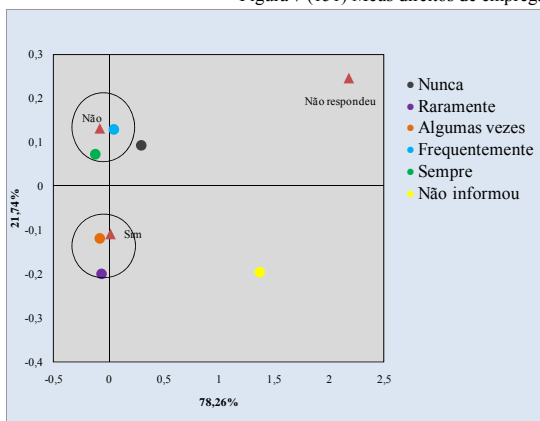
O teste de AC aplicado às demais variáveis do fator QT mostrou que há diferenças substantivas de percepção entre os empregados que pertencem às categorias sim e não da variável 176 (É seu primeiro emprego com carteira assinada?).

Quanto ao item 143 (Figura 3) à categoria “sim” correspondem as categorias “algumas vezes” ou “sempre”, e ao não, as categorias “raramente” ou “nunca”, isto é, empregados com primeiro vínculo formal entendem que seus horários de trabalhos mudam quando é conveniente para a empresa, enquanto para os demais esse fato pouco acontece. Na Figura 4, podemos observar que os empregados que estão trabalhando pela primeira vez com carteira assinada entre “nunca” e “algumas vezes” participam do processo decisório das promoções de cargo. Os que trabalharam antes de carteira assinada “raramente” participam do processo decisório das promoções de cargo.

As figuras 5 e 6 tratam do ritmo intenso e da vigilância do trabalho pela gerência. Elas mostram que os empregados que estão trabalhando pela primeira vez com carteira assinada “algumas vezes” consideram o ritmo de trabalho de sua função intenso, e “algumas vezes”, “freqüentemente” ou “sempre” se consideram vigiados pela gerência. No entanto, os demais, “freqüentemente” consideram o ritmo de trabalho de sua função intenso e avaliam que “raramente” a gerência vigia seu trabalho.

O último item do fator QT aponta que os trabalhadores de primeira vez com carteira “algumas vezes” ou “raramente” percebem seus direitos respeitados pela empresa, enquanto os demais responderam que “sempre” ou “freqüentemente” os têm respeitados.

Figura 7 (151) Meus direitos de empregado são respeitados pela empresa



2.2 AC do Fator IN (Introeção das Normas Organizacionais) e 1º. emprego formal

Da mesma forma como apresentado para o fator QT, no fator IN, a variável que representa as colunas é primeira vez com carteira assinada (É seu primeiro emprego com carteira assinada?), a partir das categorias “sim”, “não” e “não respondeu”.

Do fator IN rendeu associação com a variável acima com as doze variáveis que representam as linhas, as quais relacionamos a seguir. Todas elas contêm as categorias “nunca”, “raramente”, “algumas vezes”, “freqüentemente”, “sempre” e “não informou”.

in148d7 (Meu ritmo de trabalho depende da presença física do chefe).

in149d8 (Sou cobrado para respeitar a hierarquia).

in160d19 (Sou pontual (horários de chegada, intervalos, saída)).

- in162d21 (Sou cuidadoso com minha aparência pessoal)
- in163d22 (Acato com presteza ordens superiores).
- in164d23 (Sinto-me comprometido com os resultados da empresa).
- in165d24 (Invisto na minha qualificação profissional).
- in166d25 (Estou disponível para ficar na empresa além do horário).
- in170d29 (Meu ritmo de trabalho corresponde ao ritmo exigido pela empresa).
- in171d30 (Cumpro os prazos estabelecidos para as tarefas sem precisar ser cobrado).
- in172d31 (Colaboro com os demais colegas sem ser solicitado).
- in174d33 (Sou cuidadoso com os materiais de trabalho).

Neste fator também predominou a diferença de percepção entre os dois grupos. As variáveis “Sou cuidadoso com minha aparência pessoal” (162), “Acato com presteza ordens superiores” (163) e “Meu ritmo de trabalho corresponde ao ritmo exigido pela empresa” (170) apresentaram respostas positivas, com diferenças de grau, conforme podemos notar nas figuras 8, 9 e 10.

Nos itens “Sou pontual (horários de chegada, intervalos, saída)” (160) e “Sou cuidadoso com os materiais de trabalho” (174), houve resposta antagônica dentro de um mesmo grupo. No item 160 (Figura 11), os empregados que trabalharam antes com carteira responderam que “nunca”, “freqüentemente” ou “sempre” são pontuais, ao passo que os demais são pontuais “algumas vezes”. O item 174 (Figura 12) também apresenta a polaridade “raramente” – “sempre” se referindo ao cuidado com materiais de trabalho, na percepção dos trabalhadores com carteira anterior. O empregados de primeiro emprego formal informam que “freqüentemente” são cuidadosos com os materiais.

Figura 8: (162) Sou cuidadoso com minha aparência...

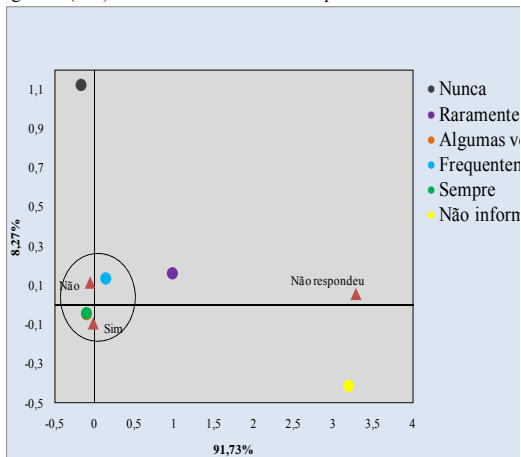


Figura 9 (163) Acato com presteza ordens superiores

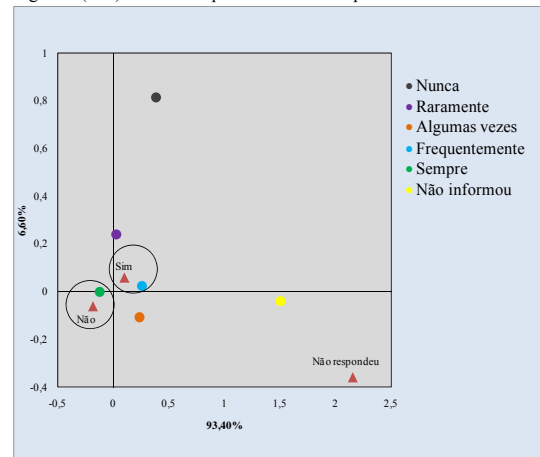


Figura 10: (170) Meu ritmo de trabalho corresponde ao ritmo exigido pela empresa

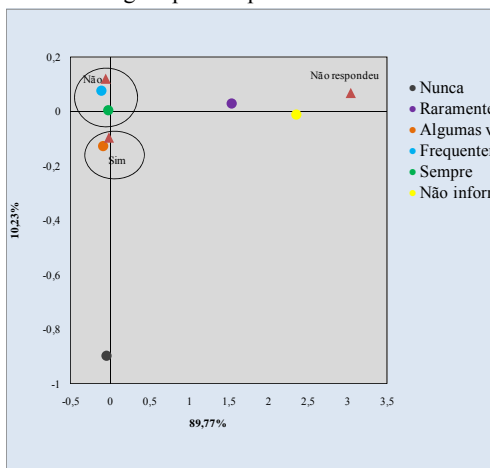


Figura 11: (160) Sou pontual

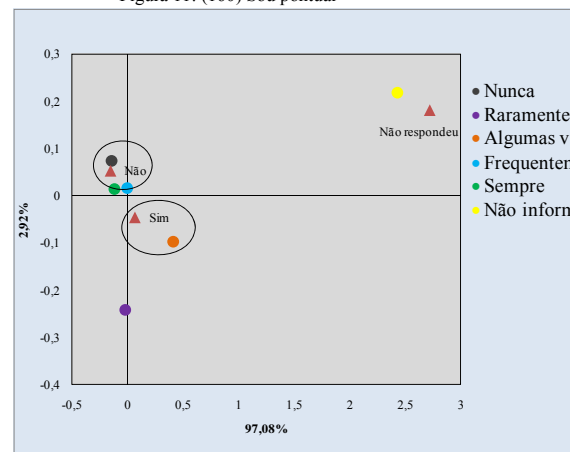
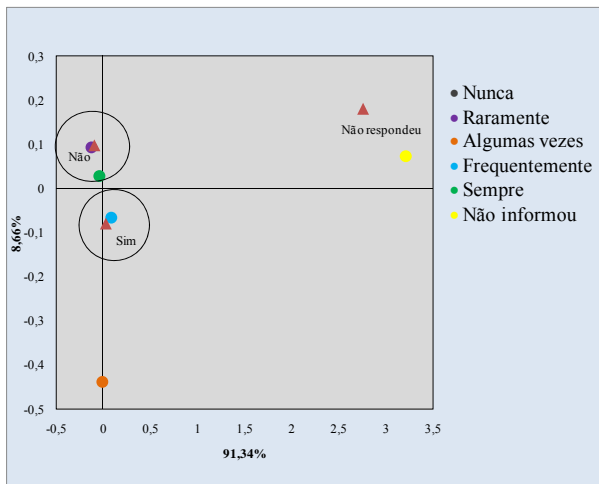


Figura 12: (174) Sou cuidadoso com os materiais de trabalho



Nos demais itens do fator IN, há coerência no interior de cada categoria (sim, não) e polaridade de percepção entre elas. Por exemplo, o grupo do “sim” respondeu “raramente” ou “nunca” à variável “Meu ritmo de trabalho depende da presença física do chefe” (148); por sua vez, para grupo do “não” “frequentemente” ou “sempre” seu trabalho depende do controle do chefe (Figura 13). O respeito à hierarquia (variável 149) vai apresentar o mesmo quadro, acrescentando-se apenas a categoria “algumas vezes” para os empregados que estão trabalhando pela primeira vez com carteira assinada (Figura 14).

Figura 13: (14) Meu ritmo de trabalho de pende da presença física do chefe

Figura 14: (149) Sou cobrado para respeitar a hierarquia

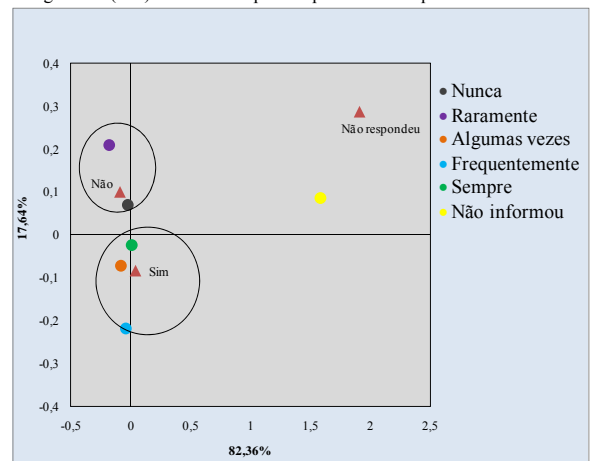
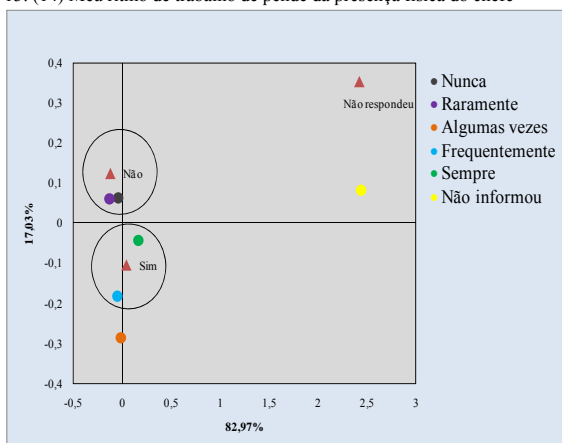


Figura 15: (164) Comprometo-me com os resultados da empresa

Figura 16: (165) Invisto na minha qualificação profissional

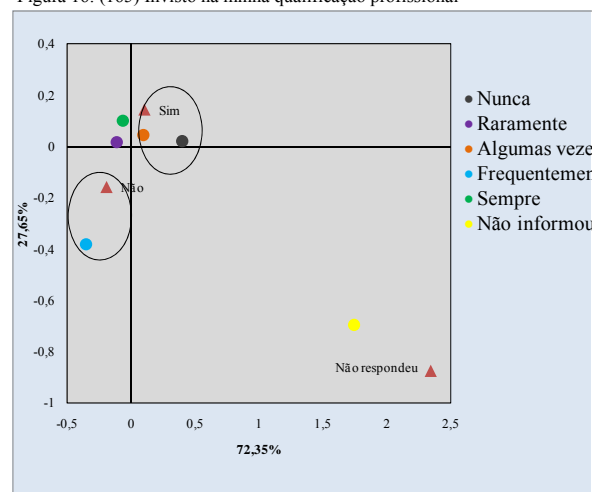
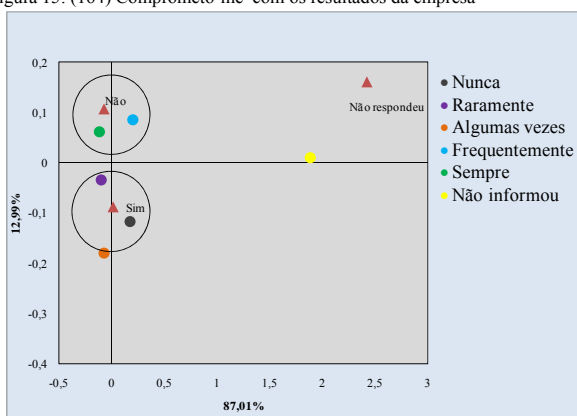
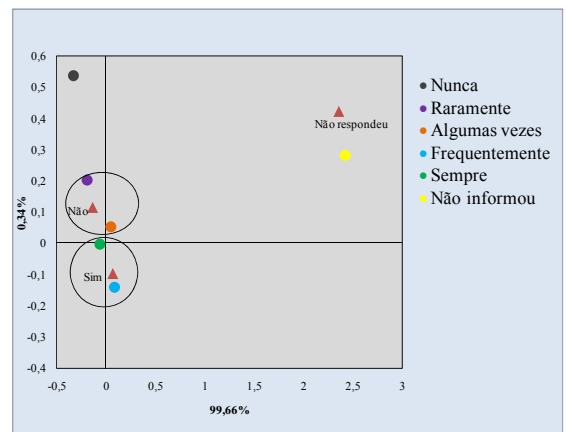
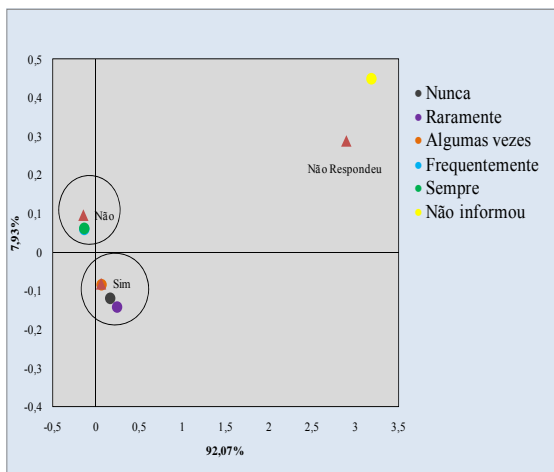


Figura 17: (166) Estou disponível para ficar além do horário.

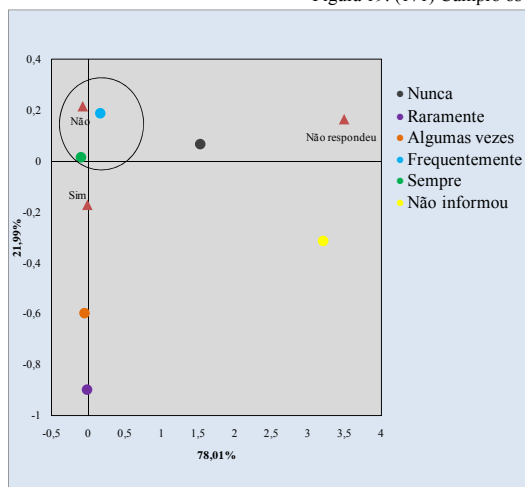
Figura 18: (172) Colaboro com os demais colegas sem ser solicitado



Nas figuras 15, 16 17 e 18, podemos observar que os empregados que trabalham pela primeira vez com carteira assinada “nunca”, “raramente” ou “algumas vezes” se sentem comprometidos com os resultados da empresa (164); “nunca” ou “algumas vezes” investem em sua qualificação profissional (165); “nunca”, “raramente” ou “algumas vezes” estão disponíveis para ficar além do horário de trabalho (166); e, “freqüentemente” ou “sempre” colaboram com os demais colegas sem serem solicitados (172).

Por outro lado, para os empregados que já trabalharam anteriormente de carteira assinada “freqüentemente” ou “sempre” se sentem comprometidos com os resultados da empresa (164); “freqüentemente” investem em sua qualificação profissional (165); “sempre” ou “freqüentemente” estão disponíveis para ficar além do seu horário de trabalho (166); e “raramente” ou “algumas vezes” colaboram com os colegas sem serem solicitados (172). Finalmente, eles também “sempre” ou “freqüentemente” cumprem os prazos estabelecidos sem precisarem ser cobrados (Figura 17)

Figura 19: (171) Cumpro os prazos...sem ser cobrado



3. Considerações finais

A aplicação da técnica análise de correspondência mostrou mais divergências que convergências de percepção quando se confrontam as respostas das pessoas que estão trabalhando pela primeira vez com carteira assinada e aquelas que já tiveram registro anterior ao emprego atual no supermercado. É importante ressaltar que muitos dos trabalhadores, que tiveram seu primeiro vínculo formal nos supermercados, vêm de um longo percurso de ocupações precárias, como ambulantes, empregados domésticos, ou mesmo de atividades rurais. Há também empregados de empresas comerciais e de serviços que não fazem o registro em carteira.

Parece que a gestão de RH é mais incisiva com o grupo da primeira vez com carteira. Os horários mudam sempre, a gerência vigia o trabalho, e os direitos raramente (ou só algumas vezes) são respeitados. Nunca (e, para outros, sempre) participam de treinamento e nunca (algumas vezes) tomam parte nos processos decisórios de promoções. Somente algumas vezes percebem a intensidade do seu trabalho.

Por outro lado, esses trabalhadores apresentam pouca autonomia e iniciativa, além de raramente se comprometerem com o resultado da empresa ou do setor (não disponível para ficar na empresa após o horário). Também não investem na sua qualificação profissional. Quanto à disciplina, precisam ser cobrados para respeitar à hierarquia e apenas algumas vezes cumprem o horário de chegada, mas acatam com presteza ordens superiores. Entendemos que, no caso da hierarquia, a imposição da regra é indireta devido ao sistema burocrático das organizações formais e por isso não percebida de pronto pelo empregado. No caso das ordens diretas, elas são feitas nas interações face a face, demonstrando claramente a relação de poder. A colaboração voluntária é o aspecto positivo mais interessante deste grupo e se contrapõe ao resultado encontrado nos empregados com registro anterior, os quais raramente colaboram com os colegas por iniciativa própria.

Há três resultados que cabem explicações adicionais. Ficamos surpresas com as respostas de que os direitos trabalhistas não estavam sendo cumpridos pelas empresas. Com as entrevistas adicionais foi possível perceber que às exigências legais estavam sendo cumpridas, mas havia certo inconformismo dos trabalhadores com as normas instituídas, como a jornada de trabalho de 44 horas semanais, o regime de folgas semanais móveis, impacto das faltas no período de férias, e outros. Quanto ao treinamento, a resposta positiva “algumas vezes” está associada ao treinamento em serviço para exercer uma nova função, geralmente pela orientação de um empregado mais experiente. Quanto a algumas participações nas decisões de promoções, houve a interpretação de tomar parte como candidato e não votante no processo decisório, o que pode ter influenciado no resultado da AC.

Com relação ao trabalhador que já havia trabalhado com carteira assinada, o quadro muda, mas não atenua o rigor da gestão de RH. A intensidade do trabalho é freqüente, mas raramente a gerência o vigia, até porque não há necessidade dela estar presente para que o empregado desenvolva seu trabalho, segundo os mesmos. Os direitos são atendidos e “entendidos”. A imposição das normas é tão presente quanto a disposição dos empregados em obedecer a elas. Raramente há treinamento, assim como raramente há participação nas indicações para cargos (promoções). Note-se que este resultado contempla empregados de todos os níveis hierárquicos que responderam à escala GESOC.

Quanto ao fator Introeção das Normas (IN), exceto pela não colaboração com colegas (Figura 18), em todos os demais itens os empregados se percebem como atendendo “sempre” ou “freqüentemente” às exigências da empresa. Assim, todos executam com presteza ordens superiores (Figura 9), estão comprometidos com resultados da empresa (Figura 15), investem na sua qualificação profissional (Figura 16), cumprem os prazos sem cobrança (Figura 19), têm boa produtividade (Figura 10) e trabalham após o horário (Figura 17), quando necessário. Para completar, respeitam espontaneamente à hierarquia (Figura 14) e cuidam da aparência pessoal (Figura 8). Mas como nem tudo é perfeito, no meio desses que correspondem às normas, há aqueles que nunca são pontuais (Figura 11) e que raramente cuidam dos materiais de trabalho (Figura 12).

Entendemos que os resultados encontrados e comentados, por si só, não geram informações suficientes para se fazer afirmações precisas sobre a gestão de RH nas empresas pesquisadas. No máximo, sugerem pistas que devem ser investigadas a partir de outras técnicas e instrumentos. O presente estudo com o teste estatístico AC, entretanto, permitiu visualizar associações que, com certeza, não poderiam ser constatadas de outra forma com tanta clareza.

Referências

- Aktouf, Omar. A Administração entre a tradição e a renovação. São Paulo: Atlas, 1996.
- _____. Administração e teorias das organizações contemporâneas: rumo a um humanismo radical crítico? In: O&S, Salvador, v. 8, n. 21, maio / ago. 2001.
- Antunes, Ricardo. Os sentidos do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.
- Braverman, Harry. Trabalho e capital monopolista. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.
- Drucker, Peter. Fator Humano e Desempenho. São Paulo: Pioneira, 1997.
- Fayol, Henri. Administração industrial e geral. São Paulo: Atlas, 1994.
- Kwasnicka, Eunice Lacaia. Teoria Geral da Administração: uma síntese. São Paulo: Atlas, 1989.
- Marsden, David. Sistemas de emprego, estratégias de gestão e instituições do trabalho. Tempo Social. [online]. 2004, v. 16, n. 2, pp. 225-255.
- Mitzberg, Henry; Ahlstrand, Bruce; Lampel, Joseph. Safári da Estratégia. Porto Alegre: Bookman, 2000.
- Sainsaulieu, Renaud; Kirschner, Ana Maria. Sociologia da empresa: organização, poder, cultura e desenvolvimento no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- Hair Jr.; J. R. Anderson, R.E.; Tatham, R.L. ; Black, W.C. Análise de Correspondência. In Análise Multivariada de Dados. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- Gonçalves, Ida Lenir. Dados de Campo. Belém, 2008.
- Greenacre, M. J. Theory and applications of correspondence analysis. London: Academic Press, 1984.

Artes, trabalho e precarização: músicos da OSTP e atores do Grupo de Teatro Cuíra

Maria Angélica Alberto Alberto
Universidade Federal do Pará
angelicaalberto@hotmail.com

Resumo: A pesquisa se propõe a abordar as condições sociais e materiais de produção e reprodução dos indivíduos dedicados a atividades artísticas, cujos bens resultantes são imateriais, a partir de dois grupos na cidade de Belém, Estado do Pará: a Orquestra Sinfônica do Teatro da Paz e o Grupo Teatral Cuíra.

Desta forma, procuraremos responder questões tais como: Como se dá a formação e a profissionalização dos artistas? De que forma se dá sua inserção no mercado de trabalho? Quais relações sociais estabelecem na realização do trabalho e no desenvolvimento das carreiras artísticas? Quais as condições concretas em que seus trabalhos são desenvolvidos?

Vale destacar que inexistem estudos na perspectiva da sociologia do trabalho sobre essas categorias profissionais nesta região, tal como o estudo aqui proposto, daí o interesse em sua realização.

A pesquisa buscará alcançar os seguintes objetivos: Conhecer as condições de produção e reprodução do trabalho de músicos e atores, respectivamente membros da OSTP e do Grupo de Teatro Cuíra, na cidade de Belém, Estado do Pará; Traçar o perfil sócio-econômico e as trajetórias profissionais dos trabalhadores da OSTP e do Grupo de Teatro Cuíra; Identificar as relações de trabalho nesses grupos, incluindo os processos de recrutamento, em perspectiva sincrônica e diacrônica; Identificar as representações que os trabalhadores da OSTP e do Grupo de Teatro Cuíra têm de seus trabalhos; Identificar as relações sociais construídas na realização de seus trabalhos e no desenvolvimento de suas carreiras, relevando a pertinência ou não de laços sociais personalizados na constituição das carreiras; Analisar como enfrentam as necessidades de atualização de suas capacidades de trabalho de maneira a se manterem empregáveis, identificando os recursos de que lançam mão, tais como acesso a tecnologias de informação e comunicação, deslocamentos para qualificação e, ainda, se há programas de capacitação adequados na região.

1- INTRODUÇÃO

O presente projeto insere-se no projeto maior intitulado Organizações, trabalho e sociabilidade no contexto da mundialização: integração de estudos em Moçambique, Angola, Portugal e Brasil (Amazônia), aprovado pelo CNPQ sob o número 490763/2007-3 em colaboração entre as seguintes instituições: Universidade Federal do Pará, Sociedade de Ensino Superior do Pará, Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Economia e Gestão, Liga Moçambicana de Direitos Humanos, Universidade Agostinho Neto.

Nas últimas décadas do século XX, o mundo do trabalho vem passando por significativas transformações. Reflete-se neste principalmente a substituição acelerada de mão de obra pelo trabalho de máquinas, assim também, entre outras, a diminuição no número de postos permanentes de trabalho e perda das conquistas sociais intimamente associadas à força política dos trabalhadores, pelo menos até os anos de 1960. Daí em diante distanciamos-nos em ritmo acelerado de um tempo histórico no qual se pôde verificar os instrumentos de trabalho como apêndices da força de trabalho e esta com um domínio talvez maior dos processos produtivos. Neste processo, passamos por uma fase em que a acumulação do capital se baseou no taylorismo-fordismo onde o trabalho era dividido entre executores e planejadores. Aos primeiros era dada a responsabilidade da produção enquanto aos planejadores destinava-se a responsabilidade pela criação. Nesta organização do trabalho intensifica-se o que Marx interpretou como alienação/estranhamento do trabalho, o que diz respeito à perda da compreensão abrangente do processo de trabalho dada a fragmentação deste. As transformações político-econômicas e culturais criaram as condições para que o processo de acumulação herdado do taylorismo/fordismo entrasse em crise dando lugar a uma nova forma de organização do trabalho nos sistemas produtivos industrializados.

A partir da década de 70, nos chamados países de capitalismo avançado, constata-se uma reestruturação nos sistemas produtivos. Tal reestruturação é assim considerada levando-se em conta a intensificação no desenvolvimento e na aplicação de novas técnicas administrativas, na presença da automação e exigências de novas competências ao trabalhador. Enseja-se, portanto, uma nova fase da economia, com a reprodução do capital sendo garantida pela acumulação flexível.

Esta nova ordem passou a exigir um trabalhador com um perfil diferente daquele trabalhador do período fordista; nesta nova configuração, do trabalhador espera-se polivalência e multifuncionalidade, principalmente capacidade para ser reprogramado (Castells, 1999), além de capacidades relacionais (Castel, 1995), o que em muito se diferencia daquele trabalhador que se desenvolveu na empresa taylorista e fordista. ANTUNES (2007) avalia que “{...} O trabalho que cada vez mais as empresas buscam não é mais aquele fundamentado na especialização taylorista e fordista, mas o que se gestou na fase da “desespecialização multifuncional”, do “trabalho multifuncional”, que na verdade expressa a enorme intensificação dos ritmos, tempos e processos de trabalho. E isso ocorre tanto no mundo industrial como nos serviços, para não falar dos agronegócios”. (ANTUNES, 2007, p.16).

As relações de trabalho, por sua vez, também sofrem profundas transformações. O trabalhador flexível conforma-se ao mercado flexível e neste torna-se cada vez mais ausente a possibilidade de contratos estáveis de trabalho. Amplia-se o número de contratos de trabalho temporários e/ou por projetos. Isso vai provocar o que MATTOSO (1998) caracteriza por insegurança de contratação. Esta insegurança atinge a todos os trabalhadores. A idéia do emprego “para sempre” já não

existe. Temos um mercado de trabalho onde tudo é muito volátil o que leva a idéia preconizada por BAUMAN (2001) de que vivemos em uma modernidade líquida, onde tudo muito de repente se desmancha no ar. Com isso reduz-se a capacidade das pessoas de projetar suas vidas, de planejar seu futuro, tendo assim de desenvolver outras formas de sociabilidade que provavelmente lhes garantirão inserção e permanência em um mercado de trabalho cada vez menor, ou flutuante. Novas sociabilidades se estabelecem nesta fase do capitalismo, pois os vínculos que eram tecidos a partir do emprego por tempo indeterminado são desfeitos.

A sociedade passa assim a conviver com outra consequência da reestruturação produtiva que é o desemprego estrutural. A crescente automação e o desenvolvimento tecnológico, dentre outros, possibilitam que o capital produza cada vez mais com menos força de trabalho. É a prevalência do trabalho morto sobre o trabalho vivo em um grau muito diferente do que havia sido analisado originalmente por Marx na fase inicial da sociedade capitalista.

ANTUNES (2007) considera que hoje existe um movimento pendular que caracteriza a classe trabalhadora onde cada vez menos homens e mulheres trabalham muito, em um ritmo enlouquecedor e, do outro lado do pêndulo, homens e mulheres trabalhadores que encontram menos trabalho levando-os a se esparramem pelo mundo em busca de qualquer trabalho. Com isso, configura-se uma crescente tendência de precarização do trabalho em todas as escalas e a ampliação do desemprego estrutural passa a ser considerada a manifestação mais virulenta deste movimento. (ANTUNES, 2007: 13).

Por outro lado, ganha força um discurso que coloca sob a responsabilidade dos indivíduos a sua inserção no mercado de trabalho. Os indivíduos teriam assim que cuidarem de sua empregabilidade, pois desta forma teriam garantias de inserção. Pode-se inferir que as trajetórias profissionais passam a ser de competência tão somente dos indivíduos.

Vale ressaltar que a noção de empregabilidade caminha junto com a noção de empreendedorismo. Todos precisam ser empreendedores de si mesmos. Como se disse anteriormente, uma nova sociabilidade se estabelece para fazer frente aos desafios colocados pela reestruturação produtiva. Já que os velhos mecanismos não valem mais, cabe aos indivíduos criarem novas formas que possibilitem a sua inserção, mesmo que na maioria das vezes esta se dê de forma precarizada e instável. Grosso modo, poder-se-ia dizer que estes elementos são os que caracterizam o processo de precarização estrutural do trabalho, tal como destacado na literatura.

Um desdobramento desse processo tem sido observado. Expulsos de outros setores da economia e encantados com o discurso da empregabilidade/empreendedorismo os indivíduos começam a se deslocar para o setor de serviços. Este é o setor que mais cresceu nas últimas décadas.

No setor de serviços encontramos, por exemplo, indivíduos envolvidos com as artes de maneira geral; são estes indivíduos os responsáveis pela produção de um conjunto de bens cuja marca é a intangibilidade. Trata-se de produtos de um trabalho definido como imaterial. Segundo ALVES (2007), corresponde ao “trabalho que produz produtos-mercadorias imateriais, vinculados às atividades de marketing/propaganda, desenvolvimento e pesquisa, comunicação e cultura, etc”.

Aí é que se encontram os indivíduos que serão o objeto desta investigação. Trata-se de atores do Grupo Cuíra e músicos da Orquestra Sinfônica do Teatro da Paz - OSTP, logo trabalhadores envolvidos com o trabalho imaterial.

Supomos que na produção de sua arte estes trabalhadores enfrentam condições de trabalho adversas, tal qual qualquer indivíduo que pertence à classe-que-vive-do-trabalho¹. Dito de outro modo, estes trabalhadores, quando na produção de mercadorias imateriais, estão submetidos à mesma materialidade/objetividade dos constrangimentos das condições de trabalho, como todo e qualquer trabalhador. O que se propõe então é abordar as condições sociais e materiais de produção e reprodução dos indivíduos dedicados a atividades artísticas, cujos bens resultantes são imateriais, a partir destes dois grupos na cidade de Belém, Estado do Pará.

Desta forma, a proposta de investigação ora apresentada estará norteada por algumas questões, dentre as quais destacamos:

Como se dá a formação e a profissionalização dos artistas? De que forma se dá sua inserção no mercado de trabalho? Quais relações sociais estabelecem na realização do trabalho e no desenvolvimento das carreiras artísticas? Quais as condições concretas em que seus trabalhos são desenvolvidos?

Tratando-se de ramos que requerem qualificações muito especiais é possível indagar, ainda, em que medida se formam determinados nichos de pessoal a ser recrutado, certas ‘comunidades’ de artistas. Assim sendo, quais os mecanismos pelos quais se tem acesso a esses nichos? Ademais, como conciliar a disponibilidade para o trabalho artístico com a necessidade de conciliá-lo com ocupações paralelas?

2- JUSTIFICATIVA

A abertura do Teatro da Paz se deu em 15 de fevereiro de 1878 pela Companhia do ator pernambucano Vicente Pontes de Oliveira com o drama *As duas órfãs*, do escritor francês A. D’ Ennery. O Teatro viveu gloriosamente nos tempos da borracha, mas também conheceu tempos difíceis. Cabe lembrar aqui que a construção do Teatro estava relacionada a um

¹ Ricardo Antunes considera que a classe-que-vive-do-trabalho seria uma ampliação abrangente e contemporânea da classe trabalhadora que deve incorporar “também aqueles e aquelas que vendem a sua força de trabalho em troca de salário, como o enorme leque de trabalhadores precarizados, terceirizados, fábriis e de serviços, part-time, que se caracterizam pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do setor produtivo {...} além, naturalmente, da totalidade de trabalhadores desempregados que se constituem nesse monumental exercito industrial de reserva”. (ANTUNES, Ricardo. O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005).

projeto de urbanização e embelezamento da cidade em função das demandas culturais de segmentos sociais dominantes, ligados especialmente às atividades de exploração e exportação da borracha.

A primeira formação orquestral se deu com os músicos aqui chegados com as Companhias de Ópera; alguns destes músicos não retornavam aos seus locais de origem e, assim, foram-se criando os primeiros grupos musicais vinculados ao Teatro da Paz. Desconhece-se qualquer registro de como se davam as relações de trabalho destes primeiros músicos ligados à orquestra do Teatro da Paz.

Hoje o Teatro da Paz possui uma orquestra denominada Orquestra Sinfônica do Teatro da Paz - OSTP cuja criação data de 16 de dezembro de 1996. Segundo informação obtida no site da instituição (www.fcg.pa.gov.br/grupos/orquest.html) a criação da Orquestra foi o resultado de esforço conjunto da Fundação Carlos Gomes, Secretaria de Cultura do Estado, do município, do Teatro da Paz e BANPARÁ, que inicialmente participou do projeto patrocinando a Orquestra.

Seu primeiro regente foi o maestro Andi Pereira; posteriormente a direção musical foi assumida pelo Maestro Barry Ford (EUA). Desde 2005 a orquestra é dirigida pelo Maestro Matheus Araújo. A OSTP conta hoje com 49 membros, sendo que 18 são mulheres e 31 homens. A maioria destes membros teve sua formação musical na Fundação Carlos Gomes.

A Sociedade Civil Grupo Cuíra do Pará foi “formada por jovens atores egressos da Sociedade Civil Grupo Experiência” (LIMA, 2005: 25), em 1982. O Grupo conta hoje com cerca de 8 (oito) integrantes e até 2002 o Grupo foi responsável pela criação de 15 produções artísticas. (Idem)

Todos os membros do Grupo Cuíra desenvolvem trabalhos paralelos à atividade de ator. São indivíduos que fazem teatro, mas para fazê-lo precisam buscar outras fontes de renda que possibilitem a sua manutenção e de seus familiares.

Neste estudo partimos do pressuposto de que tanto a OSTP como o Grupo Cuíra, nos seus fazeres, produzem trabalho imaterial. Estes trabalhadores das artes, como se disse anteriormente, quase sempre não vivem somente de sua arte. Pelo contrário, para fazê-la precisam estar vinculados a outras atividades. Isso significa que freqüentemente trabalham intensiva e precariamente. Os músicos e os artistas de teatro, normalmente, tornam-se polivalentes, pois buscam complementação de suas rendas aceitando tocar, ou encenar, em eventos diversos. O trabalho na noite é também uma opção de renda. Muitas vezes a atividade principal ou a complementar é que subsidiará o seu fazer arte.

Este é o mundo do trabalho imaterial que nos interessa conhecer com mais profundidade e sistematização. Vale destacar que inexistem estudos na perspectiva da sociologia do trabalho sobre essas categorias profissionais nesta região, tal como o estudo aqui proposto, daí o interesse em sua realização. Por outro lado, convém também lembrar a importância social e cultural dessas categorias no contexto regional e, mesmo, nacional. A região amazônica, por sua história social peculiar, destaca-se por uma rica produção cultural, com uma síntese original de contribuições locais e externas, tal como se pode inferir pela própria trajetória do Teatro da Paz e pelo sucesso alcançado por algumas produções teatrais da região, embora devamos também constatar sua reduzida capacidade de difusão em comparação aos produtos culturais das regiões centrais do país. Essas são preocupações adicionais que nortearam a elaboração deste projeto.

Pretende-se, igualmente, reconstruir as relações de trabalho em que a arte dos músicos do Teatro da Paz era produzida no passado e verificar se houve mudanças significativas no momento atual, em que o Teatro possui uma Orquestra oficializada, fruto de uma convergência de iniciativas públicas e privadas.

O interesse por compreender as relações de trabalho existentes em uma orquestra, para depois compará-las com outro grupo que por natureza não possui relações de trabalho protegidas, o Grupo Cuíra, é significativo no sentido de evidenciar semelhanças e diferenças nas relações de trabalho destas duas organizações. Significa, também, que queremos trazer à luz a organização do trabalho que possibilita o aparecimento da obra artística, bem como as relações sociais que são construídas neste percurso profissional.

A investigação proposta se justifica, como dito acima, pela constatação da inexistência na cidade de Belém, de trabalhos que se proponham a mergulhar no espaço onde é desenvolvido o trabalho imaterial. Aliás, no Brasil, só muito recentemente a sociologia do trabalho vem mostrando interesse sobre o que se passa nos espaços onde o trabalho imaterial relacionado às artes é produzido. Trabalhos como os de SEGNINI (2003), (2007), COLI (2007) são os mais recentes.

Vale ainda notar que, em geral no mercado das artes se dá muita visibilidade às obras em si e encobre-se com um grande véu a organização do trabalho que possibilita sua elaboração e seu brilho. Em particular, quanto às estratégias de seus produtores/trabalhadores para garantir um nível de renda, se manter no ramo e alimentar as redes de sociabilidade que asseguram tanto sua inserção quanto o acesso a outros meios de vida que lhes permitam sobreviver em um setor flutuante. De particular interesse neste projeto é a possibilidade de examinar as similitudes e diferenças entre o trabalho relativamente mais estável na OSTP e o mais instável do Grupo Cuíra.

Desta forma justificamos a escolha do trabalho de músicos de orquestras vinculados a teatros públicos e atores de grupos teatrais privados como objeto desta pesquisa.

3-OBJETIVOS

3.1. GERAL: Conhecer as condições de produção e reprodução do trabalho de músicos e atores, respectivamente membros da OSTP e do Grupo de Teatro Cuíra, na cidade de Belém, Estado do Pará.

3.2. ESPECIFICOS:

- a) Traçar o perfil sócio-econômico e as trajetórias profissionais dos trabalhadores da OSTP e do Grupo de Teatro Cuíra;
- b) Identificar as relações de trabalho nesses grupos, incluindo os processos de recrutamento, em perspectiva sincrônica e diacrônica.
- d) Identificar as representações que os trabalhadores da OSTP e do Grupo de Teatro Cuíra têm de seus trabalhos;
- h) Identificar as relações sociais construídas na realização de seus trabalhos e no desenvolvimento de suas carreiras, relevando a pertinência ou não de laços sociais personalizados na constituição das carreiras.
- e) Analisar como enfrentam as necessidades de atualização de suas capacidades de trabalho de maneira a se manterem empregáveis, identificando os recursos de que lançam mão, tais como acesso a tecnologias de informação e comunicação, deslocamentos para qualificação e, ainda, se há programas de capacitação adequados na região.

4 - METODOLOGIA

A compreensão ou explicitação de aspectos da realidade podem ser realizadas das mais diversas formas; a escolha de uma delas vai depender da perspectiva teórica do investigador. Neste estudo, procura-se obter a compreensão do objeto através de sua contextualização histórica por se entender que este é o caminho que possibilitará uma apreensão mais completa e complexa do objeto considerado. Isso quer dizer que o trabalho dos sujeitos envolvidos com a produção das artes, aqui compreendido como trabalho imaterial, só pode ser entendido no contexto complexo das relações sócio-econômicas e culturais que o engendram.

Ao longo do estudo faremos uma revisão na bibliografia que trata de questões relativas ao objeto da pesquisa. Documentos que clarifiquem as relações de trabalho na OSTP, assim como a trajetória do Grupo Cuíra, serão também buscados.

Pretendemos trabalhar com uma amostra significativa na obtenção dos dados primários. Como a proposta é conhecer as relações de trabalho nos dois grupos e as prováveis repercussões destas relações tanto do ponto de vista da carreira quanto da articulação entre trabalho e vida privada, consideramos ser importante privilegiar a ótica qualitativa, juntamente com a realização de um survey para traçar o perfil sócio-econômico e a mobilidade ocupacional. Para este procedimento, pretende-se atingir a totalidade dos membros do Grupo Cuíra e 80% dos membros da Orquestra Sinfônica do Teatro da Paz.

Uma vez que pretendemos conhecer a evolução temporal das relações de trabalho, necessário então se faz o contato com artistas que fizeram parte da OSTP antes de sua constituição oficial atual, assim também com aqueles que exerciam sua direção.

A coleta de informações que possibilitem a consecução dos objetivos que a pesquisa se propõe será feita com a utilização de entrevista semi-estruturada e da aplicação da técnica da história de vida junto a artistas selecionados, situados em diferentes níveis hierárquicos.

Análises comparativas serão produzidas com as informações obtidas.

5- METAS

Elaboração de relatório parcial, ao final do primeiro semestre, além do relatório final.

Realização de um seminário acadêmico para apresentação dos resultados da pesquisa na UFPA, aberto também para os sujeitos investigados.

Apresentação dos resultados do estudo em seminário organizado no Centro de Investigação Socius, da Universidade Técnica de Lisboa, em dezembro de 2008, como parte das atividades previstas no Projeto Organizações, trabalho e sociabilidade no contexto da mundialização: integração de estudos em Moçambique, Angola, Portugal e Brasil (Amazônia).

Publicação dos resultados através de dois artigos em periódicos especializados;

Contribuir na formação de recursos humanos para pesquisa com o engajamento de dois alunos de graduação do Curso de Ciências Sociais no processo de pesquisa.

Apresentação dos resultados em evento científico nacional e local, este último envolvendo a apresentação pelos alunos no Seminário de Iniciação Científica da instituição.

6 - BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Giovanni. Dimensões da reestruturação produtiva – ensaio de sociologia do trabalho. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.
- ANTUNES, Ricardo. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.
- BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- COLI, Juliana. Precarização do trabalho imaterial: o caso do cantor do espetáculo lírico. In: ANTUNES, Ricardo (org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

LIMA, Wlad. *Dramaturgia pessoal do ator*. Belém: Grupo Cuíra, 2005.
MATTOSO, Jorge Eduardo Levi. *Transformações econômicas recentes e mudanças no mundo do trabalho*. IN: OLIVEIRA, Marco Antonio de (org). *Economia e trabalho: textos básicos*. Campinas, São Paulo: UNICAMP. IE, 1998.
SEGNINI, Liliana Rolfesen Petrilli. *Acordes dissonantes: assalariamento e relações de gênero em orquestras*. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

Organizações e Trabalho: Uma nova visão do Empreendedorismo Social

Bernadete Bittencourt
Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações - SOCIUS/ISEG/UTL
bernadete.bittencourt@gmail.com

Resumo: Este ensaio teórico tem a proposta de apresentar, com base numa revisão bibliográfica, elementos que constituem debates em torno da mundialização, factos que levaram as organizações e o trabalho a inovarem, (re)adquirirem novas formas socioeconómicas com o objectivo de promover o desenvolvimento local sustentável, de modo participativo e inclusivo. Neste estudo o empreendedorismo social ou inclusivo, a inovação social e as redes sociais surgem como uma reflexão sobre a importância das políticas públicas direccionadas à criação de emprego, na geração de trabalho e rendimento, e da sociabilidade nos países lusófonos em tempo da mundialização.
Palavras-chave: empreendedorismo social, inovação social, redes sociais e desenvolvimento local.

Da conduta mundial para o desenvolvimento local – a mutação ...

O século XXI está no princípio mas apresenta-se com inúmeros desafios de sobrevivência socioeconómica e local. Discute-se com afinco sobre a sustentabilidade da Terra e das pessoas. Dados da ONU prevêem que o mundo irá comportar em 2010 uma população de 9 bilhões de habitantes.¹ O Relatório sobre a Situação da População Mundial 2007 do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) revela que em 2008, pela primeira vez na história, mais da metade da população mundial estará vivendo nas cidades, ou seja, maior população urbana. E até 2030, esta população urbana deverá chegar a quase 5 bilhões – 60% da população mundial (UNFPA, 2007).

A mundialização e suas consequências na contemporaneidade são um dos assuntos mais abordados na comunidade científica. Uma das conclusões dos especialistas, reunidos em Dezembro de 2006, Genebra – Suíça, na sede do ILO – International Labour Office, na conferência “Global Production Networks, Decent Work and Development Policy” é de que a globalização da economia está intensificando os efeitos de desigualdade e de pobreza relativa.² Este evento discutiu as questões de organização e relações de trabalho no processo de globalização económica e a entrada dos grandes países asiáticos – China e Índia – como portadores de maior força de trabalho, dois bilhões de pessoas. A mesma equipa, nesta reunião, analisou o programa básico da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – “trabalho decente”, a partir de duas perspectivas: 1) a das mudanças nos modelos sociais (destacando a Europa e América Latina) e, 2) da formação das Redes Globais de Produção (Global Production Networks), com ênfase nas questões de subcontratação e offshoring.

Todas as discussões a respeito da mundialização e a busca por soluções palpáveis são importantes, visto que o Local é atingido directamente pelos efeitos. O desenvolvimento socioeconómico do local sofre mutações em virtude das transformações que são necessárias nas organizações e no novo modo de relações de trabalho. O êxodo rural se intensifica, e a população nas cidades aumenta com a migração de pessoas em busca de trabalho e emprego, de uma vida digna. Segundo dados do UNFPA (2007), globalmente, todo o crescimento futuro da população ocorrerá nas cidades, e quase todo nos países em desenvolvimento de hoje.

Outro reflexo da globalização se traduz à crise económica que atinge todos os países – até os mais desenvolvidos! – , repercutindo directamente no comportamento socioeconómico e agravando a geração de trabalho e rendimento. No local, as indústrias que não são competitivas no espaço de mercado global fecham. Outras, no intuito da conectividade mundial, mais capacidade para produzir em larga escala, por um preço mais reduzido, mudam de cidade em busca de mão-de-obra barata e salário baixos. Eleva-se dia-a-dia os índices de desemprego e as cidades sofrem as consequências no local com o aumento da pobreza, da criminalidade, e o crescimento das favelas. Nas organizações, a inexistência de produção e produtividade com prospecção de futuro competitivo inviabiliza o desenvolvimento social, económico e sustentado do local.

Na Europa o desemprego tem-se comportado crescente desde os anos 80 e vem sendo combatido através de uma série de políticas públicas denominadas de – Políticas de Emprego – ou – Políticas de Emprego e Rendimento. São consideradas como uma estratégia da União Europeia (UE), agem como principal instrumento de intervenção para reduzir os crescentes índices de desemprego. Neste contexto, Chagas Lopes & Pinto (1999), referem-se ao desemprego denominado

¹ Relatório sobre a Situação da População Mundial 2007 do UNFPA, o Fundo de População das Nações Unidas. http://www.unfpa.org.br/relatorio2007/swp2007_por.pdf (consultado na Internet em 17 de Junho de 2008).

² ILO – International Labour Office. “Global Production Networks, Decent Work and Development Policy”. www.ilo.org/public/english/bureau/inst/ (consultado na Internet em 4 de Maio de 2008).

estrutural em face de ineficácia das políticas económicas aplicadas à época. No intento de reverter o quadro, a UE tem os seguintes objectivos principais à atingir no domínio do emprego: o pleno emprego; a) a melhoria da qualidade e da produtividade do emprego; b) o reforço da coesão social e da inserção. A discussão em torno da crise do emprego é antiga. Vários autores, nos últimos dez anos chamam a atenção para este facto. Para sitar as publicações mais recentes, temos Castells (2002); Chagas Lopes & Pinto (1999); Lança (2005); e Petit (2005) declarando que a partir dos anos 80, os índices de desemprego apresentaram um crescimento na quase totalidade das economias, com respeito aos níveis que se observavam nos anos 50 e nos anos de 1960.

As mudanças nas organizações e no trabalho decorrem da necessidade, respectivamente, de maior adaptação tecnológica e políticas de formação e qualificação de mão-de-obra. Políticas de emprego e desenvolvimento socioeconómico devem atentar para o facto de que a mundialização é local exigindo-se políticas planeadas para a sustentabilidade. A sustentabilidade de uma política encontra-se na capacidade de inovação social local, visto que a tecnologia cria novas competências, mas também torna obsoletas muitas profissões e carreiras que se denominavam consolidadas.

A recente crise económica mostrou aos países que a mundialização é mais extensa do que se supunha. Atingiu toda a sua amplitude, de tal forma que os factos decorrentes da globalização provocaram, nos últimos meses, danos assustadores, atropelando todas as fronteiras. Nada se compara ao movimento da mundialização, ao pleno uso da tecnologia de informação e comunicação, ao extermínio do emprego formal. No contexto Local, ocorrem mudanças em diversos sectores da sociedade onde pessoas e organizações agem sem vínculos, com predomínio de interesses, desregulamentação dos mercados, privatizações e abandono da política do bem-estar social promovida pelo Estado.

Estas mutações que se verificam em nível mundial conduzem às transformações do papel do Estado na economia e na sociedade, sendo o Estado cada vez mais um agente dinamizador, e cada vez menos um Estado produtor e distribuidor. Face à complexidade das sociedades actuais, o Estado terá de desempenhar um papel regulador e eficaz. Que promova maior crescimento económico e garanta a equidade social. Ao mesmo tempo em que o sector privado necessita ter um papel cada vez mais importante e responsável em áreas que tradicionalmente foram da responsabilidade do Estado. A crise do Estado do Bem-Estar, nos anos 70, e a sua incapacidade diante dos problemas económicos que se instalaram, propicia o ambiente para o aparecimento das propostas neoliberais para a economia mundial sair da crise (Chagas Lopes, 1997). Nesse processo, a hegemonia neoliberal consegue êxito parcial quando atinge seus objectivos secundários: houve deflação, aumento dos lucros industriais, aumento das taxas de desemprego e baixa dos salários dos trabalhadores. Mas, como se desejava, não se observou expansão das taxas de crescimento económico. A ideologia neoliberal cresceu no mundo capitalista, a medida que a crise económica se agravava.

Considerando o trabalho como um fio que cerze a história humana, o desemprego é a maior de todas as desconsiderações do Estado-Nação para com os seus cidadãos, uma vez que o desemprego leva o indivíduo à sua mais dolorosa crise, que é a autodesconsideração, a exclusão social (Castells, 2002). O mundo globalizado em que vivemos – com novas e antigas demandas sociais, com agravamento da pobreza e da exclusão e, ao mesmo tempo com défice público para dar conta dessas mesmas demandas – exige um novo compromisso social da sociedade civil, da iniciativa privada e do próprio Estado.

Com o advento da globalização, as organizações multinacionais movimentam suas riquezas e o seu activo de um país para outro com maior facilidade, influenciando a economia local, suas culturas e políticas. Neste contexto, aos trabalhadores é exigido a compreensão de outras culturas, costumes e línguas. No novo modo de organizações se destrói regulamentações, conquistas e garantias trabalhistas. Impõem-se políticas de trabalho mais flexíveis que sujeitam os operários a instabilidades, provocando o enfraquecimento da força dos trabalhadores e também dos seus sindicatos. Muda-se a nomenclatura e o trabalhador passa a ser um colaborador. Há uma superação do operariado, não em questões de cumprimento do horário de trabalho, mas de contribuição excessiva do conteúdo integral do trabalho em que a produção é cada vez mais enxuta, agregando melhorias a cada etapa de produção com uma mão-de-obra mais qualificada.

Com toda a revolução ocorrida no mundo do trabalho, o conceito de mão-de-obra mudou radicalmente, a empregabilidade precede o emprego na pauta das preocupações. Entre a vaga, cada vez mais rara, e o trabalhador que deseja ocupá-la, interpõe-se um volume de exigências jamais registado (Estanque, 2005). Tais exigências não mais se restringem ao domínio prático do ofício a ser exercido. Envolve a capacidade intelectual, a evolução do conhecimento do trabalhador para adaptar-se às inovações tecnológicas de informação e comunicação. Buscando atender as demandas do mercado, e, quando desempregado, dar efectividade à política de emprego. Esta nova realidade implica uma redefinição geral de atitudes nos sectores públicos e privado, principalmente na área de desenvolvimento económico e social, voltado para políticas de emprego e educação, formação ao longo da vida. Paras as autoras Chagas Lopes (2005a, 2005b) e Valente (2006) a questão de políticas para a educação, formação ao longo da vida, implica directamente no que tange o desenvolvimento de uma nação, trata-se de factor-chave, não de custo, sim investimento. Investimento em cidadania, empregabilidade e competitividade. Margarida Chagas Lopes infere-se da seguinte forma:

(...) “a problemática da equidade social e sua inteiração com os processos e modalidades de aprendizagem ao longo da vida, questão que, pela via das condições de acesso ao saber e ao conhecimento, faz ponte para a abordagem dos problemas da exclusão social, sem cuja consideração não pode hoje promover-se a plena cidadania nas sociedades” (Chagas Lopes, 2001, p. 153).

Explicita Valente (2006, p. 2) que:

(...) “esta é, de facto, uma mudança qualitativa fundamental que deverá ser tão prioritária como as estratégias que apostam na generalização e na elevação dos níveis educativos. Qualificar os indivíduos, para além da sua escolaridade de base, em qualquer fase da sua vida activa, em que, é uma questão fundamental para o planeamento estratégico da provisão (e do financiamento) da educação e da formação que deve ser também (mas, não apenas) equacionada em estreita articulação com o desenvolvimento competitivo da economia e com a política de inovação”.

A globalização económica para determinados sectores é um benefício, entretanto não conseguiu diminuir as desigualdades sobre as quais as sociedades humanas construíram seu progresso, suas cidades, suas comunidades, o seu local. Todos os países sofrem com a taxa de desemprego cada vez mais elevada. Não há clareza na expansão das oportunidades de emprego que advém com a mundialização. Há visivelmente maior retracção dos números de empregos mesmo nos países desenvolvidos. A inovação tecnológica substitui máquinas e equipamentos nos ambientes das indústrias e elimina o trabalho mecanizado nas linhas tradicionais de produção.

A tecnologia de informação e comunicação é a ferramenta promocional da mundialização. Nas organizações produtos são feitos de maneira personalizada e entregues em qualquer parte do mundo em tempo recorde. As organizações deixam de ser estruturas físicas locais e passam a estruturas virtuais globais. Denomina-se a era da informação, o fim das distâncias! O ambiente de trabalho foi alterado e com ele as relações humanas no mundo das organizações.

Ao longo da história, homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, profissionais de todos os níveis vêm respondendo a distintos acontecimentos, apreendendo e aprendendo, procurando recursos que os ajude a enfrentar as mudanças que o ambiente vai impondo. As organizações são produto das circunstâncias históricas. Os fenómenos conhecidos como desenvolvimento local sustentável, empreendedorismo social ou inclusivo, como se denomina recentemente, transformaram mais uma vez a história do trabalho, as visões e configurações organizacionais.

Neste sentido, na última década, os trabalhadores procuraram se ajustar a realidade. As grandes alterações ocorridas nos mercados, a sua imposição e as demandas, com a utilização de tecnologias cada vez mais inovadoras, reestruturou as organizações e os sistemas produtivos. No campo do Estado, a descentralização de competências nas administrações regional e local, tende a fazer com que o desenvolvimento local proceda em um primeiro plano, e se produza um incremento de competitividade e produtividade entre as cidades. Pensando assim, observa-se que está de volta o antigo conceito de cidade ao estilo das antigas regiões industriais, em que considerando o conjunto – o Local (cidade) e seus trabalhadores (habitantes) são uma organização empreendedora. Neste espaço se produz, administra e vende bens e serviços, competindo nos mercados nacionais e internacionais com outras cidades. Entretanto, para que o desenvolvimento económico e social no Local se realize com sucesso e sustentabilidade é necessário uma cultura que permita assumir riscos. Um comportamento de redes sociais com ideias para criar e inovar, aproveitando melhor a tecnologia social do local, pois assim se transforma um conceito de negócio em realidade.

A Promoção do Local: Novas formas de Organização

O desenvolvimento local sustentável, mudou o sentido com o movimento da mundialização em dois focos: os espaços nacionais e regionais se ampliaram; trata-se do aspecto económico que passou a disputar espaço com os aspectos ambientais, sociais, culturais e político-institucionais (França, Vaz & Silva, 2002).

Referente a maior espaço, e também ao deslocamento do foco para as áreas local e global, o debate sobre desenvolvimento local sustentável em países em desenvolvimento saíram das relações centro-periferia rumo ao local. Nesse sentido, os autores Dowbor & Caccia Bava (1996, p. 29) atentam para o facto de que (...) “a centralidade dos aspectos económicos não pode ser abandonada”, e, manifestam [os autores] o que entende que deve intervir para a promoção do desenvolvimento local:

(...) “pretende-se uma visão de desenvolvimento que coloque o ser humano e os interesses colectivos e das maiorias como ponto central, convergindo para a possibilidade de potencialização das capacidades de todos os indivíduos” (Dowbor & Caccia Bava, 1996, p.29).

O objectivo do desenvolvimento local sustentável não consente que seja desconsiderado factores como qualidade de vida, socialização do poder, equidade na distribuição de rendimento, acesso aos serviços públicos e aos benefícios da tecnologia. Os problemas que dizem respeito ao desenvolvimento sustentável, que se dirigem para o ambiente local, podem ser resumidos em três situações no consenso de alguns autores (Buarque, 2004; Caccia Bava, 1996; Camarotti & Spink, 2001; Cocco & Galvão & Silva, 2003; Coelho, 1996; Dowbor, 1998; 2003, França & Vaz & Silva, 2002; Franco, 2000; Santos, 2005):

- mundialização e reorganização produtiva;
- extinção dos regimes autoritários consequentemente o processo de descentralização política;
- identificação de novos actores sociais organizados em redes.

A partir da década de 1990 cresceu, significativamente, o interesse pelas dimensões institucionais, sociais e culturais do desenvolvimento local sustentável. As dificuldades que mais caracterizam o cenário sócio-económico mundial favorecem uma reflexão sobre o que a humanidade consegue deixar para as próximas gerações. A questão que parece não ter sentido choca-se, por acaso, em um paradoxo de pressupostos da sociedade pós-industrial – a geração de riqueza e excedentes – versus – o desenvolvimento local sustentável.

O mundo urge por acções e políticas alinhadas com os princípios conservacionistas e de protecção dos recursos naturais escassos. É uma simples questão de lógica da sobrevivência, não há nada que dure para sempre. Um dos mais graves problemas que afectam o desenvolvimento económico Local está relacionado ao baixo conteúdo tecnológico dos produtos ali fabricados. Esta característica da estrutura produtiva, por sua vez, reduz a capacidade da inserção internacional do Local em segmentos dinâmicos do comércio mundial. Consequentemente, inibe a atracção de investimentos directos em sectores intensivos em tecnologia e reduz a capacidade de expansão das empresas do Local.

Com a introdução dos controles digitais, e investimentos maciços em técnicas de conservação de energia e de energéticos, os países mais industrializados deslocaram às condições internacionais de concorrência. Originaram novas oportunidades de investimento em renovação tecnológica, e, especificamente, nas tecnologias guiadas pela protecção do meio ambiente. Actualizar-se tecnologicamente se tornou mais caro, para países e organizações. Os Locais mais ricos foram conduzidos à estratégias que evoluíram ao longo desse período, desdobrando-se de diversos modos no sistema de produção. Comprometidos à consideráveis vantagens competitivas, vis à vis, os países em processo de desenvolvimento.

Nesse contexto, as empresas foram obrigada a uma reorganização produtiva muito maior que a indicada por suas necessidades de reposição de capital, por causa de sua redistribuição geográfica. Essa reorganização, por sua vez, determinou um atraso no atendimento de necessidades sociais, acumulando uma dívida pública, externa e interna, que – com os custos sociais da própria política de estabilização de determinados países [Brasil e Portugal, por exemplo] –, tomou a forma de uma dívida social que se projectou sobre os anos seguintes até a actualidade. Para os países sub-industrializados, como o Brasil, essa pressão adicional se traduziu numa ampliação de seu atraso relativo em investimentos em infra-estrutura, limitando sua capacidade de competir em mercados internacionais.

Construir uma visão diferente de mundo é extremamente necessário na actual conjuntura e, para tanto, há que se desaprender processos e revisar conceitos pré-estabelecidos. A prática do empreendedorismo pode actuar como um vector para o aprendizado do indivíduo e da organização. Sob a óptica das disciplinas de Peter Senge (2004) a relação do empreendedorismo inclusivo com a aprendizagem organizacional contribui para a mudança de modelos mentais, trabalho em equipa, ampliação de novos horizontes, uma visão mais holística, novos significados para o trabalho.

Estratégias de desenvolvimento sustentável com objectivo de crescimento local e inclusão social têm um espaço delicado em duas situações: a competitividade das empresas e as possibilidades de geração de emprego e rendimento. Ora, um dos elementos importantes nas políticas públicas de emprego e rendimento diz respeito à arquitectura e funcionalidade do sistema de intermediação entre demanda e oferta de trabalho.

Políticas para o desenvolvimento local sustentável é um novo modo de impulsão para o desenvolvimento porque possibilita a (re)criação de comunidades mais sustentáveis. São políticas públicas que promovem o território Local facultando a condição de prover suas necessidades imediatas. Por actuar em sistema de redes sociais, favorecem o descobrir ou despertar de suas vocações Locais, no sentido de suscitar o desenvolvimento de suas potencialidades específicas (Dowbor, 1998, 2002, 2007a, 2007b; Singer & Souza, 2000; Singer, 2004). Diante dessa discussão pelos autores aqui citados, entende-se que as políticas de desenvolvimento compõem um movimento que fomenta o intercâmbio externo tirando proveito das qualidades do Local. É uma evolução socioeconómica recente que permite, a partir do local de encontro de acções do Estado e da sociedade, influenciar resultados vindos das parcerias inter-institucionais. Nesse espaço territorial podem agilmente ser celebradas, como também, a junção e integração das políticas e dos programas que acabam co-incidindo (Pecqueur, 2000; Fischer, 1996).

No panorama do território mundial, a proposta da aplicação de políticas públicas para o desenvolvimento do território local e sustentável é inovadora. Seu maior propósito consiste numa estratégia de emprego digno, do trabalho decente e em qualidade de vida a todos os cidadãos locais.

(...) “A ausência de desenvolvimento local torna-se no objecto da acção, as causas de subdesenvolvimento local e da não-emergência ‘espontânea’ de iniciativas locais orientadas para a resolução de problemas e a animação comunitária e da nova iniciativa empresarial polarizam os esforços” (Henriques, 2005, p.5).

Há meios de se usar políticas públicas direccionadas para a promoção do desenvolvimento local como um instrumento estratégico de criação de emprego, integrando os sectores locais no sentido da sustentabilidade. Para esse caso é importante ver a política de desenvolvimento Local na condição de fomento a inovação social, a tecnologia social e o empreendedorismo inclusivo com o objectivo de combater o desemprego, reduzir a pobreza e a exclusão social. É imprescindível observar que as políticas de educação e formação são factores essenciais nesta estratégia, como também não se deve negligenciar o saber tradicional e o processo educativo das pessoas, dos trabalhadores(as). Ver, mais detalhadamente, a vocação local, pois é fundamental a utilização da mão-de-obra à disposição, de modo que promova a tecnologia social que for apropriada para o desenvolvimento sustentado das pessoas.

Políticas públicas integradas para o desenvolvimento incentivam no território local às políticas de qualificação profissional para que se possa atender as necessidades imediatas considerando a formação profissional ao longo da vida, ao mesmo tempo, integrando políticas de diversos níveis (nacional, regional, distrital e concelhos) e dos mais variados sectores.

Tornar as políticas de desenvolvimento local integrado e sustentável eficaz como estratégia de combate ao desemprego em Portugal e no Brasil, constitui-se num grande desafio. Entretanto, o Estado e sua administração pública necessitam perceber que a metodologia das políticas do desenvolvimento local sugere e induz às inovações sociais no intuito de superar problemas, entre os quais, o desemprego, a pobreza e a exclusão social.

A discussão em torno das políticas de desenvolvimento local está em pauta há algum tempo, Dunford (1994), cita o caso da Silicon Glen como uns dos êxitos mais notáveis de uma política regional estratégica com objectivos precisos. Comenta que os investidores estrangeiros, na sua grande maioria, procuram um acesso aos mercados da Comunidade Económica Europeia (CEE).

(...) “mas são igualmente atraídos pelas ajudas financeiras do governo: a ajuda regional automática e a ajuda selectiva discricionária, utilizada pelo governo para atrair as ofertas dos outros países” (Dunford, 1994, p.161).

Em Portugal, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) vem ao encontro da Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável (EEDS). Essas propostas actuam polifónicas aos demais planos de desenvolvimento do governo português, como por exemplo: Plano Nacional de Emprego (PNE); Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005/2008 (PNACE), bem como ao programa de educação Novas Oportunidades. Juntos têm em comum propostas de políticas activa de emprego fomentando assim o desenvolvimento local sustentável. Desse modo, traçam um objetivo que consiste em uma profunda mudança situação actual no que respeita:

(...) “à qualificação da população activa, à formação ao longo da vida e à disponibilidade de competências necessárias para um maior potencial de inovação das empresas, como para o cabal desempenho das tarefas de cidadania e de defesa do Ambiente, num contexto de crescente complexidade, condições indispensáveis para que se possam explorar as oportunidades abertas pela evolução para a sociedade do conhecimento” (ENDS, 2005-2015, p. 5).

No Brasil a proposta de desenvolvimento sustentável esta relacionada a Agenda 21 local e faz interface com Estratégia Mercosul de Crescimento do Emprego que dá origem a Agenda Nacional de Trabalho Decente (ANTD). Este último documento foi gerado pelo compromisso brasileiro assumido na IV Cúpula das Américas – Mar del Plata, em novembro de 2005. Foi definido como objetivo nacional e internacional pelos países das Américas, onde os chefes de Governo comprometem-se a:

“(…) implementar políticas activas que gerem trabalho decente e criem condições de emprego de qualidade, que dotem as políticas económicas e a globalização de um forte conteúdo ético e humano, que coloquem a pessoa no centro do trabalho, da empresa e da economia. Promoveremos o trabalho decente, ou seja, os direitos fundamentais no trabalho, o emprego, a proteção social e o diálogo social. (Declaração de Mar del Plata, 2005, Parágrafo 21, p. 5)

Como em Portugal, no Brasil também fazem interface alguns programas de desenvolvimento, por exemplo o Plano Aceleração do Crescimento, criado em 2007 (PAC), o Plano Nacional de Qualificação 2007-2010 (PNQ), Programa Educação Corporativa (PEC) e o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento 2007-2010 (PESD).

Para que o compromisso de crescimento sustentável seja coerente com os programas de desenvolvimento socioeconómico do país, é preciso que no planeamento e elaboração das políticas nacionais de emprego se promova um processo de diálogo com os interlocutores sociais. Que essa actividade direcione a implementação das políticas aos objectivos de desenvolvimento do Local. As metas de criação de emprego, quando incorporadas nas estratégias nacionais de desenvolvimento económico e social, apresentam melhores resultados. Desse modo, deve-se abranger as estratégias de combate a pobreza e da desigualdade social, intercalando-se nas políticas sectoriais – industrial, agrícola, rural, promoção do turismo e de promoção da economia criativa – (ANTD, 2005, p. 10).

Nesse sentido, para que a maior ou menor capacidade da economia local possa operar positivamente, em relação ao emprego, depende de um sistema de políticas públicas e privadas, capazes de instaurar e garantir a sustentabilidade de dinamismo económico gerador de emprego. Deve-se fomentar o investimento público e privado em programas e projectos de sectores produtivos, com maior capacidade de geração de emprego. Linhas de acção que promovam o desenvolvimento local, das redes ou cadeias produtivas, dos arranjos produtivos locais, em direcção ao fortalecimento das micros e pequenas empresas, de programas de economia social ou solidária e auto-gestão. Alguns estudiosos como Dowbor (2002, 2007a, 2007b); Singer 1998, 2004a, 200b); Offe, (1986); Sen (2000a, 2000b) esclarecem que para que se obtenha sucesso na aplicação da política de desenvolvimento local sustentável é necessário:

Instalar equipamentos sociais eficazes e modernos;

Impulsionar melhorias no habitat que atraiam e retenham capitais;

Estimular investimentos e acções de reestruturação urbana que ampliem e diversifiquem as oportunidades culturais, de lazer e de segurança social, além de outras condições para a satisfação das necessidades humanas básicas (saúde, educação, moradia, disponibilidade de alimentos etc.).

Na qualidade de desenvolvimento local sustentável é necessário que tais políticas estejam adequadas a proposta que há 21 anos foi colocada pela Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento. Na elaboração do Relatório Brundtland – O Nosso Futuro Comum – foi identificado desafios comuns em relação à Terra, população e recursos humanos, segurança alimentar, espécies e ecossistemas, energia, desenvolvimento industrial e urbanização (Santos, 2005).

Percebe-se que as políticas de desenvolvimento económico e social usando a metodologia do desenvolvimento local coadunam-se com as propostas do Relatório Brundtland. E também estão atentas aos programas de desenvolvimento instituídos pelos organismos internacionais, a exemplo da Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), pois deste modo se viabiliza a captação de recursos para a aplicação de determinadas políticas com a finalidade de desenvolvimento local sustentável. Tais financiamentos oferecidos por organizações como ONU, BID, BIRD, AID são, na sua grande maioria, sem retorno, também chamados “a fundo perdido”, desde que combinem eficiência económica com justiça social e responsabilidade ambiental.

A Outra Lógica do Trabalho na Nova Economia

O trabalho ganhou uma outra lógica nos tempos actuais com a introdução da nova economia que consiste num conjunto de inovações institucionais com diferente configuração macroeconómica conduzida pela evolução das tecnologias de informação e comunicação (TIC). A mundialização e as mudanças ocorridas nas esferas política, económica e tecnológica formam as características de maior impacto da nova economia. Essas características afectam, em níveis diferentes, as organizações provocando mudança na concepção natural do trabalho. Isto porque a nova economia tem como factor principal a evolução das TICs invadindo os sistemas económicos de produção como uma metamorfose necessária ao progresso na produção diversificada de produtos. Nesse sentido, o uso intensivo do conhecimento se tornou a fundamental condição de produção que adiciona valor aos mais tradicionais factores. (Castells, 2002).

Mesmo com a precarização do trabalho, Castells (2002), ainda defendeu que a nova economia seria capaz de induzir, por um determinado período, um crescimento económico sustentado nas economias que avançassem com o novo modo de desenvolvimento. Neste caso seria sob condições de alta produtividade, inovação tecnológica, globalização do trabalho em rede, baixa inflação e menos desemprego. Contudo, Castell não deixou de prever uma situação futura:

(...) A nova economia afecta tudo e todos, mas é, ao mesmo tempo, inclusiva e exclusiva, as fronteiras de inclusão variam de acordo com cada sociedade, dependendo das instituições, políticas e políticas. Por outro lado, a volatilidade sistémica financeira traz consigo a possibilidade de crises financeiras recorrentes com efeitos devastadores sobre as economias e as sociedades.” (Castells, 2002, p. 197)

A questão é que o mundo se depara com a situação prevista por Castells. Mas muito antes, já se vivenciava um cenário de incerteza e flexibilização do trabalho e do emprego. Mudanças organizacionais que foram acontecendo por inúmeras razões, uma delas, pelas políticas neoconservadoras que foram excluindo um grande número de pessoas do mercado de trabalho por tornarem obsoletas as suas profissões, ou por limitá-los a uma determinada idade. Como reacção, muitas iniciativas individuais e colectivas foram surgindo como estratégia de sobrevivência diante da exclusão social. Encontrou-se, desse modo, uma nova forma de sobreviver ao neoliberalismo, e estas iniciativas se incluem no Terceiro Sector com a denominação de inovação social, economia solidária, empreendedorismo social ou inclusivo.

Portanto, a inovação social busca por novas soluções que respondam às necessidades e às expectativas das pessoas, das organizações e do Local, para uma sociedade mais criativa, solidária e justa. Tem-se a inovação social para um novo modo de trabalho (Lévesque, 2002). As pessoas que são vítimas da crise económica e financeira, procuram a sua inserção na produção social por meio de formas variadas de trabalho autónomo, individuais e colectivas. Uma vez que seja colectivas, estas pessoas escolhem, a maioria, pela autogestão, isto quer dizer: pela gestão participativa, democrática, dos empreendimentos sociais – constituindo a economia solidária (Laville, 2005, 2008; Singer, 2004b).

Ao explicar o conceito de inovação social, Lévesque (2002) menciona às novas formas de intervenção que organizações do terceiro sector proporcionam às instituições formais em relação ao Estado Providência. Trata-se de um conjunto de iniciativas socioeconómicas que corresponde a inovação e impulsiona o bem-estar das pessoas face aos problemas sociais. As organizações da economia social, ou solidária, inovam porque reúnem factores produtivos diversos, têm foco em iniciativas da sociedade civil organizada, associações, instituições, fundações e/ou cooperativas locais. Incluem os próprios usuários dos serviços nos processos de trabalho e estabelecem relações sociais voltadas para maior qualidade de vida no trabalho.

Actualmente a economia não pode ser controlada somente a partir do Estado nacional. Existem tentativas de democratização da economia e partir de diversas acções cidadãs. Estes fenómenos postulam que se poderia ter uma economia solidária e humana em dois níveis. O primeiro, em nível supranacional, isso se manifesta através de coordenações como as apresentadas em Seattle, que defendem a ideia de um controle dos intercâmbios mundiais transversalmente de um comércio equitativo e do respeito às regras sociais e ambientais. O segundo, em nível infra-nacional, isto assume a forma de acções cujo objectivo é gerar um desenvolvimento local, que não gire em torno da economia de mercado, mas esteja voltado para economias úteis às pessoas que vivam em um território. Nos dois casos, a dificuldade é conseguir conciliar na acção uma capacidade de questionamento crítico e uma construção de sociedade. O facto de que redes sociais envolvidas procurem agir juntas, pois isto salienta a ligação entre essas formas de acção (Laville, 2003, 2006, 2008).

Adiantando-se ao tempo, nos anos 80, a Comissão Europeia começou a fazer um trabalho de ponderação sobre o futuro da Europa no século XXI. Detectou-se através deste estudo uma nova estrutura de emprego que poderia vir a criar um número considerável de postos de trabalho, embora de natureza diferentes, ou seja, iria haver cada vez mais empregos no sector serviços (Laville, 2002). Desta forma, durante alguns anos, tentou-se ver qual poderia ser a política macroeconómica para auxiliar a incrementar este tipo de emprego e também indicar, nos países da União Europeia, os serviços que já existiam, visando tentar aumentar o movimento de criação do que foi chamado em francês – serviço de proximidade e em inglês – iniciativa local. Neste caso implantou-se um programa que foi dirigido pelo Departamento de Trabalho Europeu com o intuito de identificar as possibilidades e de fortalecer a criação de postos de trabalhos nestas iniciativas locais (Laville, 2002).

No Brasil, Paul Singer (2004a) escreve sobre a criação, em Junho de 2003, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) que está ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego daquele país. Para Singer o Estado brasileiro reconheceu desse modo um processo de alteração social actual, incitado pela ampla crise do trabalho que vem arrasando o país desde os anos 1980. O alerta para o facto de que muitos países seriam afectados pelo maior número do fechamento de organizações industriais, provocando a perda de milhões de postos de trabalho vem há algum tempo, para citar alguns autores

mais recentes: Castell (1999, 2002); Chagas Lopes (1997, 1999, 2005, 2006); Kovács (1993, 2002, 2005); Singer (2004a). Estes autores também já chamavam a atenção para a abertura do mercado estimulando a competição mundial e o aniquilamento do contrato formal de trabalho e salários, o desemprego maciço e de longa duração causando a instabilidade nas relações de trabalho.

A economia solidária tem uma dificuldade prática. Entretanto, mesmo que a sua extensão social seja robusta, aparece uma fragilidade referente ao seu reconhecimento como uma economia capaz de dissolver os problemas sociais emergentes (Laville, 200b). Neste sentido, Paul Singer diz que:

“Mudanças como estas se registam em muitos países. No Brasil assumiram proporções notáveis, a ponto de tornar a economia solidária uma opção adoptada por movimentos sociais e importantes entidades da sociedade civil, como Igreja, sindicatos, universidades e partidos políticos. Na passagem do século, políticas públicas de fomento e apoio à economia solidária foram adoptadas por muitas municipalidades e alguns governos estaduais.” (Singer, 2004a, p. 3)

Entretanto na Europa, segundo Laville (2001), desde os anos 80 havia, dentro da Comissão Europeia um departamento de direcção que regulava alguns pontos das práticas de economia social, onde no Departamento Geral, elaborou-se um documento – directriz geral de nº 23. Argumenta Jean-Louis Laville que tal documento nunca teve uma forte legitimidade política em virtude de ter caído nas mãos do clientelismo político. Por outro lado, conseqüentemente, outras directrizes gerais que eram reconhecidas aos poucos deixaram de existir, em função da falta de poder em relação aos problemas da sociedade europeia, não conseguiram descobrir um modo de serem mais visíveis e mais importantes.

Quando a questão é economia solidária, Laville comunga com Singer e declara:

(...) “precisamos romper com uma concepção que reduziu a economia, a uma economia de mercado e reconhecer que a economia real tem uma base de pluralidade de princípios económicos. Precisamos romper com a ideia segundo a qual só existe uma forma de empresa: a sociedade de capitais. Em todas as sociedades há várias formas de empresas: associações, ONG, cooperativas e outras” (Laville, 2001, p.117).

O firme apoio a uma globalização imparcial por parte das Nações poderia concretizar, num futuro mais próximo, os objetivos do pleno emprego e produtivo e o trabalho decente para todos. Trata-se de uma acção imprescindível para a superação da pobreza, equidade social, segurança da governabilidade democrática e do desenvolvimento sustentável (OEA, Carta do México, 2005).

Do Saber Tradicional à Tecnologia Social

Tecnologia Social é uma expressão que se refere aos métodos, técnicas, processos e instrumentos de actuação no mercado social, desenvolvidas na interacção com a comunidade e que representam efectivas soluções de transformação social. Tem como característica principal a possibilidade de replicação em contextos e/ou junto a segmentos socioeconómicos e culturais semelhantes (Dagnino &, Brandão & Novaes, 2004). Trata-se de um conceito que remete para uma proposta inovadora de desenvolvimento local integrado e sustentável, motiva a participação colectiva no processo de organização, desenvolvimento e implementação de políticas económicas e sociais (Caccia Bava,2004; Lassance & Pedreira, 2004).

A tecnologia social tem como alicerce a disseminação de soluções para problemas voltados à demanda de trabalho e rendimento, alimentação, educação, energia, habitação, recursos hídricos, saúde, meio ambiente, etc... Concilia saber popular, organização social e conhecimento técnico-científico. Importa essencialmente que sejam efectivas e replicáveis, propiciando desenvolvimento económico e social em escala (Dagnino, 2004).

Neste contexto, segundo o Instituto de Tecnologia Social (ITS), (2004), há alguns pré-requisitos considerados fundamentais para o desenvolvimento a inovação e a difusão de tecnologias sociais:

Capital intelectual (isto é, conhecimento e informações sobre o problema a abordar);

Capacidade de realização (senso de iniciativa, empreendedorismo, senso de organização);

Visão estratégica (pensar o problema de maneira global e a longo prazo);

Replicação (possibilidade de emprego em grande número de situações semelhantes, no presente e no futuro próximo);

Disponibilidade de recursos (materiais e financeiros minimamente necessários, pois um dos atributos de qualquer tecnologia social é custo operacional ser baixo, o que favorece a sua replicabilidade).

Em se tratando da execução de uma política pública de desenvolvimento económico e social, os autores Singer & Kruppa (2004); Lassance & Pedreira (2004), fazem uma observação de diferenciação na questão da política pública simples e uma de tecnologia social. Deste modo, um projecto ou programa de implementação pode manejar uma ou mais tecnologias sociais em suas acções. As duas expressões não se confundem. O termo projecto diz respeito ao objecto do fazer (ao que é ou será feito). A tecnologia social se refere à forma, ao modo de fazer. Além disso, projectos de implementação de uma política económica e social simples possuem começo, meio e fim. Podem ter continuidade num certo período. Em algum momento, porém, serão encerrados, tendo ou não cumprido seus objectivos e metas. Esses projectos pertencem às organizações que os criaram e o operacionalizaram. A tecnologia social, ao contrário, não tem prazo de vigência. Fortalece-se enquanto servir aos objectivos que a geraram e não for substituída por outra mais avançada e eficiente, quando se dá a inovação. A tecnologia social não pertence somente ao seu criador ou criadores. De algum modo, esta tecnologia acaba sempre se integrando ao saber social, passando a constituir parte do património sócio-cultural da humanidade.

Numa discussão deste tipo parece que cabe perguntar por que usar uma palavra que pressupõe uma experimentação científica – tecnologia – associada à área social? Para mostrar que nem tudo na área social é ou deve ser fruto do conhecimento empírico. Que a eficácia e eficiência dos saberes e experiências populares pode ser demonstrada cientificamente, por meio da análise dos processos pelos quais se desenvolvem. E também dos resultados e impactos sociais que geram (Singer & Kruppa, 2004; Lassance & Pedreira, 2004).

Os estudos publicados vêm esclarecer que uma actuação social consistente requer bem mais do que boas intenções – o desejo de fazer o bem sem olhar a quem. Mas muito em respeito à dignidade das próprias pessoas a quem se pretende beneficiar. Respeito ao direito de cidadania, à autonomia social e pessoal e à auto-determinação. Exprime-se a seguinte reflexão: a acção social no campo da tecnologia social (mas não só) requer intensos estudos e pesquisas, análises, observações e constantes críticas. Seus projectos e programas de execução merecem permanente e progressivo processo de avaliação e retornos. Com monitoria da tecnologia social pode-se ter objectivo de propiciar o aperfeiçoamento contínuo dos processos e instrumentos utilizados e a optimização dos resultados e impactos sociais obtidos. Desse modo, será possível dizer que a forma de actuação social alinha-se, aos requisitos do fazer científico.

A tecnologia social tem sido acatada como uma saída que cada vez mais instituições – governo, iniciativa privada, terceiro sector e universidades – estão apostando para aliar garantia de trabalho e rendimento no processo de desenvolvimento sustentado (De Paulo & Mello & Nascimento Filho & Koracakis, 2004).

O desenvolvimento local em sistema de redes: indução ao empreendedorismo social

É possível construir formas de organização social inovadoras, tramas produtivas, baseadas em princípios democráticos, inclusivos, emancipadores e que busquem a sustentabilidade. Desta forma, organizações, pessoas e grupos de todas as partes, do local ao global, podem somar seus talentos, vocações e recursos em torno de objectivos comuns e fortalecer a acção de todos.

Criando conexões as redes sociais em forma de tramas produtivas abre à frente um horizonte de possibilidades de trabalho e emprego. Podem ser parcerias, trocas, amizades, afectos, novos valores e formas de convivência, criação de conhecimentos, aprendizados, apoios, diálogos, participação, mobilização, força política, conquistas e muito mais.

Conexões essas, denominadas por Granovetter (1973 e 2003) de laços fracos –, embora vistos como “fracos” produzem um modo de capital sem o qual suscita não haver prosperidade económica. São conexões em rede constituídas a partir de valores compartilhados e objectivos comuns e que se referem à maneira como as pessoas convivem – as emoções e as razões pelas quais permanecem juntas, a forma como se relacionam e o modo como regulam seus conflitos e se conduzem colectivamente.

Do ponto de vista do capital social, a confiança é o primeiro factor para a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento sustentável. Para que esse ambiente se forme e permaneça existindo ao longo do tempo é necessário que se instale na colectividade algo como uma cultura de confiança que induz à cooperatividade sistémica (Marques, 2003).

O capital social, por sua vez, é definido como normas, valores, instituições e relacionamentos compartilhados que permitem a cooperação dentro ou entre os diferentes grupos sociais (Atria 2003; Bartoli, 1999; Bourdieu, 1980). Dessa forma, são dependentes da interacção entre, pelo menos, dois indivíduos. Assim, fica evidente a estrutura de redes por de trás do conceito de capital social, que passa a ser definido como um recurso da comunidade construído pelas suas redes de relações (Marques, 2003; Singer, 2003a; Souza, 2003).

A construção de redes sociais e a consequente aquisição de capital social estão condicionadas por factores culturais, políticos e sociais. Entender a sua constituição pode levar à sua utilização, com mais recurso, em favor do desenvolvimento e inclusão social, especialmente das comunidades (Atria, 2003). Para isso, deve-se ter em conta que as redes se constituem em canais pelos quais passam informações, comunicação e conhecimento (Castells, 2002; Chesnais, 2001; Sen, 2000). Os valores e as expectativas em torno da rede dão origem a normas de controlo sobre seus membros.³

Ao lado do capital social – como factor decisivo para o desenvolvimento local sustentável – há também o capital humano. Um dos principais elementos do capital humano é a capacidade das pessoas de fazer coisas novas, exercitando a sua imaginação criadora – o seu desejo, sonho e visão – e se mobilizando para adquirir os conhecimentos necessários, capazes de permitir a materialização do anseio, a realização do sonho e a viabilização da visão (Bartoli, 1999; Singer, 2003; Macías, 2002).

Para se ter um ambiente propício ao desenvolvimento local necessita-se ter, preferencialmente, um território social que fomente a inovação. Um local compatível à inovação requer da sociedade a liberdade de criar e a coragem de inventar, uma forte característica da cultura empreendedora da sociedade (Franco, 2005). Um processo de promoção do crescimento local, do ponto de vista do desenvolvimento social e humano sustentável, para gerar um local inclinado ao progresso, é necessário iniciar investindo em educação, em formação e qualificação profissional, formação ao longo da vida para formar capital humano e capital social. Investir em capital social é propiciar a capacidade da sociedade de cooperar, formar redes, tramas produtivas, regular seus conflitos democraticamente, enfim, constituir comunidade sustentável. E investir em capital humano fomenta a criatividade, favorece a condição para o empreendedorismo, novas formas de organização e trabalho, com

³ The National Economic and Social Fórum, 2003.

uma nova visão para o empreendedorismo social, ou inclusivo (Atria, 2003; Bartoli, 1999; Franco, 2005; Sen, 2000a; Singer, 2003a; Souza, 2003)

Um dos pilares para o desenvolvimento local integrado e sustentável estão na confiança abastecida por cooperação mais vasta, unida e reproduzida socialmente e no fomento ao empreendedorismo inclusivo. É provável que sem este pilar possa existir mais dificuldade para que o local cresça e progrida sustentado.

Neste sentido percebe-se que um território propício ao crescimento sustentável requer capital social e capital humano. Ao se referir ao capital social tem-se três factores próximos: a confiança que induz a cooperação, a rede que favorece o relacionamento social e a democracia. No que tange ao capital humano, através do investimento em conhecimento, o principal factor é a tecnologia social, a inovação social e o empreendedorismo social.

O empreendedorismo social apresenta-se como uma forma organizada de intervenção socioeconómica local. Em sociedades organizadas a cooperação social deixa de perceber os problemas sociais como uma barreira, mas sim como oportunidades, em que a inovação social actua de modo a dinamizar o mercado local de forma objectiva, estratégica com maior propulsão socioeconómica. Refere-se a capacidade criativa do local e da condição de sua cultura empreendedora, mas por ser um empreendedorismo inclusivo tem em sua gene a condição de ser duplicado e aplicado em outros lugares, principalmente como uma política pública.

O empreendedorismo social integra todas as classes de trabalhadores. Sua maior característica está na condição de ser uma ferramenta de inclusão social democrática. Não se trata de uma política pública assistencialista, muito menos filantrópica, mais sim de uma organização do terceiro sector auto-sustentável que tem a responsabilidade financeira de gerar lucro, porém seu lucro é reinvestido como é da natureza de toda organização do terceiro sector.

O envolvimento social que ocorre em um ambiente de empreendedorismo social favorece as pessoas – actores e sujeitos, a tornar-se auto-suficientes e mais capazes, conscientes de suas responsabilidades – direitos e deveres – perante a sociedade local. Considerado por Melo Neto e Fróes (2002,p.33) como um novo processo de transformação social, uma vez que:

- promove uma reflexão junto as comunidades;
- induz a criação e desenvolvimento de soluções antes impossíveis de inserção social em seu sentido mais amplo;
- favorece o exercício pleno de cidadania;
- conduz o foco da sociedade em termos de geração de rendimento, produtividade, justiça social e ética;
- eleva o estabelecimento de novas parcerias, com a total integração entre governo, comunidade e sector produtivo;
- direciona o foco na melhoria da qualidade de vida dos actores sociais;
- promove a reversão do distanciamento entre economia, sociedade e ética;
- fomenta o incremento de práticas empreendedoras e reforço social local.

O empreendedorismo social é um estilo em inovação, tecnologia e gestão social (Melo Neto e Froes, 2002). Um dos maiores desafios para o seu desenvolvimento diz respeito ao capital social, humano e as redes sociais do Local.

Quando Concluir!

Este trabalho não tem uma conclusão definida porque está em fase de construção. A ideia é expô-lo no sentido de se discutir o que está sendo desenvolvido em uma tese de doutoramento em que se trabalha com políticas de desenvolvimento local sustentável na condição de vê-la como um instrumento estratégico de criação de emprego. Deste modo o artigo aqui elaborado tem base na revisão de literatura que a autora tem feito, e nas discussões construídas a partir da sua participação em outras comunicações académicas e científicas.

É tempo de redireccionar a atenção para o desenvolvimento local, no sentido à indução de um desenvolvimento concreto, real! Transformador das relações políticas, económicas, sociais e culturais, no sentido de humanizar e melhorar o ambiente em que convivem empresas, governo e comunidade.

No intuito de favorecer todas as partes, iniciativas de empreendedorismo social deve ser disponibilizadas a todo cidadão interessado, ultrapassando relacionamentos unidireccionais ou paternalistas. Ao abandonar o papel puramente da política passiva, a comunidade se torna agente do próprio desenvolvimento, ganha autonomia e se desenvolve de maneira sustentável não apenas para seus membros, mas para os outros sectores da economia que convivem vizinhos ao seu território local.

O desenvolvimento social que alimenta a vida e legitima as liberdades do ser humano, defendido por Sen (2000a), é o factor que movimenta ideologicamente a equidade e o empoderamento inclusivo actuação de organizações de inovação e tecnologia social, um marco para uma nova forma de empreendedorismo social.

Referência Bibliográfica

- Atria, R. (2003). Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe : en busca de un nuevo paradigma. Santiago do Chile: CEPAL
- Bartoli, H. (1999). Repenser le développement, en finir avec la pauvreté. Paris: UNESCO/MOST/Economica
- Bourdieu, P. (1980). Le capital social: notes provisoires. In Actes de la recherche en sciences sociales, ((31) 2-3.
- Buarque, S. C. (2004). Construindo o desenvolvimento local sustentável. 2ª ed. Rio de Janeiro: Garamond.

- Caccia Bava, S. (1996). Apresentação. In Caccia Bava, S. (Org.). *Desenvolvimento Local - Geração de emprego e renda*. (25) São Paulo: Polis
- Caccia Bava, S. (2004). Tecnologia social e desenvolvimento local. In De Paulo, A. & Mello, C. J. & Nascimento Filho, L. P. & Koracakis, T, (Orgs.). (2004) *Tecnologia social uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil. 103- 116
- Camarotti, I. & Spink, P. (2001). *Redução da Pobreza e Dinâmicas Locais*. Rio de Janeiro: FGV
- Castells, M. (1999). *Uma Polarização Social Inédita*. *Economia Pura*, 18-21.
- Castells, M. (2002). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. vol. 1. *A Sociedade em Rede*; Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Chagas Lopes, M. (1997), “Criação de Emprego, comportamentos institucionais e determinação do salário”. Seminário do Departamento de Economia, Lisboa, ISEG.
- Chagas Lopes, M. & Pinto, A. (1999), *Competitividade, Aprendizagens e Soluções Pedagógicas*, Ed. Celta, Oeiras. Portugal.
- Chagas Lopes, M. (2001). "Ensino Superior e Formação Contínua - breve reflexão sobre a realidade portuguesa", in *Sociedade e Trabalho*, Nº14/15, Julho/Dezembro de 2001, Lisboa: DEEP/MSST
- Chagas Lopes, M. (2006), “Crescimento, Emprego e Competitividade – tendências e previsões”, apresentação realizada no Observatório do Emprego e Formação Profissional, Lisboa, Outubro-Novembro de 2006.
- Chagas Lopes, M. & Leão Fernandes, G. (2004), “Skills dynamics and (the need for) longitudinal data”, Seminário do Departamento de Economia, ISEG, In: <http://ideas.repec.org/p/ise/isegwp/wp22004.html>
- Chagas Lopes, M. (2005a) *O ensino superior e a formação e aprendizagem ao longo da vida*. In: Moreira, A. & Barata Moura (Coord.). *Estudos ensino superior e competitividade*. (Vol. II, 2005) 145-215. Lisboa: CNAVES
- Chagas Lopes, M. (2005b). *Os impactes sobre as estruturas profissionais, os modelos de organizações e as competências das empresas*. In: Salavisa, I. & Valente, A. C. (Coord.) (2005). *Inovação tecnológica e emprego – o caso português*. (Cap. 3, pp. 87-107). Lisboa: IQF.
- Chagas Lopes, M. (2006). *O desenvolvimento dos recursos humanos em Portugal nos últimos 20 anos*. In: A. Romão (org.), 2006, *A economia portuguesa 20 anos após a adesão*. Coimbra: Almedina.
- Chesnais, F. (2001). *La nouvelle économie: une conjoncture propre à la puissance hégémonique dans le cadre de la mondialisation du capital*. <http://www.france.attac.org/spip.php?article910>. Article publié le 2/05/2001. (consultado em 05 de Fevereiro de 2007).
- Cocco, G. & Galvão, A. P. (2001). Sobre a “tropicalização” do desenvolvimento local: algumas reflexões a respeito do modelo italiano. In: Silveira, C. M. & Reis, L. C. (Orgs.). *Desenvolvimento local: dinâmicas e estratégias*. Rio de Janeiro: Rede DLIS/RITS
- Coelho, F. D. (1996). *Reestruturação econômica e as novas estratégias de desenvolvimento local*. In: Fontes, Â. & Coelho, F. D. (org). *Desenvolvimento econômico local: Temas e abordagens*. Rio de Janeiro: IBAM/SERE/FES
- Dagnino, R. & Brandão, F. C. & Novaes, H. T. (2004). Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In De Paulo, A. & Mello, C. J. & Nascimento Filho, L. P. & Koracakis, T, (Orgs.). (2004) *Tecnologia social uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil pp.15-64
- DAGNINO, R. (2004). *A tecnologia social e seus desafios*. In De Paulo, A. & Mello, C. J. & Nascimento Filho, L. P. & Koracakis, T, (Orgs.). (2004) *Tecnologia social uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil pp. 187-210
- De Paulo, A. & Mello, C. J. & Nascimento Filho, L. P. & Koracakis, T, (Orgs.). (2004) *Tecnologia social uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil
- Dowbor, L. & Caccia Bava, S. (1996) *Políticas municipais de emprego*. São Paulo: Polis, (25), 7-28
- Dowbor, L. (1998). *Globalização e tendências institucionais*. In Dowbor, L. & Ianni, O. & Rezende, P.E. (Orgs.) *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes, 9-16
- Dowbor, L. (2002). *A comunidade inteligente: visitando as experiências de gestão local*. In Spink, P. & Caccia Bava, S. & Paulics, V. (orgs.), *Novos contornos da gestão local: conceitos em construção*. São Paulo: Polis
- Dowbor, L. (2007a). *Novo momento para as comissões de emprego no Brasil? – Brasília: Unitrabalho/MTE*
- Dowbor, L. (2007b). *Inovações sociais*, Curitiba: Senai
- Dunford, M. (1994) – “Trajectórias industriais e relações sociais nas regiões de novo crescimento económico”, In Benko, G. e Lipietz, A. (org.) – *As regiões ganhadoras*. pp. 145-169, Oeiras: Celta.
- Estanque, E. (2005). *Desafios e obstáculos ao desenvolvimento tecnológico em Portugal: uma abordagem sociológica das implicações sócio-organizacionais da tecnologia*. In: Salavisa, I. & Valente, A. C. (Coord.) (2005). *Inovação tecnológica e emprego – o caso português*. (Cap. 4, pp. 109-137). Lisboa: IQF
- Fischer, Tânia (org.). (1996). *Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: FGV
- Franco, A. (2005). *A nova sociedade civil e seu papel estratégico para o desenvolvimento*. In Levy, E. & Drago, P. A. *Gestão pública no Brasil contemporâneo* (Orgs.). São Paulo: FUNDAP
- França, C. L., Vaz, J. C. & Prado, I. (2002). *Aspectos econômicos de experiências de desenvolvimento local*. São Paulo: Polis, n.40
- Granovetter, M. (1985). *Economic action and social structure: the problem of embeddedness*. *American Journal of Sociology*, 91(November): 481-510.

- Granovetter, M. (2003). Acção económica e estrutura social – o problema da incrustação. In: Peixoto, J. & Marques, R. (Org.) (2003). A nova sociologia económica. (Cap.1) 69-102) Oeiras: Celta
- ILO – International Labour Office. “Global production networks, decent work and development policy”. www.ilo.org/public/english/bureau/inst/ (consultado na Internet em 4 de Maio de 2008)
- Instituto de Tecnologia Social. (2004). Reflexões sobre a construção do conceito de tecnologia social. In De Paulo, A. & Mello, C. J. & Nascimento Filho, L. P. & Koracakis, T. (Orgs.). (2004) Tecnologia social uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil pp. 117-134
- Henriques, J. M. (2005). Globalização, inovação e capacitação técnica em políticas públicas para a inclusão social. Seminário Políticas Públicas para o Desenvolvimento. 16-17 de Junho de 2005 . ISCTE, Lisboa. In: ACTAS da Conferência Políticas Públicas para o Desenvolvimento. (2005). Lisboa: ISCTE
- Kherdjemil, B. (1999). Territoires, mondialisation et redéveloppement. Paris: R.E.R.U. II, 267-298.
- Kovacs, I. (1993). Sistemas antropocêntricos de produção. Socius. Working Papers, nº 6/93.
- Kovacs, I. (2002). As Metamorfoses do emprego. Ilusões e problemas da sociedade da informação. Oeiras: Celta
- Kovacs, I. (Org.) (2005). Emprego flexível em Portugal. Riscos e Oportunidades. Oeiras: Celta
- Lança, I.S. & Valente, A.C. (coord.) (2005). Inovação tecnológica e emprego – o caso português. IQF, Lisboa
- Lassance Jr. & Antonio E. e Pedreira, J. S. (2004). Tecnologias sociais e políticas públicas. In De Paulo, A. & Mello, C. J. & Nascimento Filho, L. P. & Koracakis, T. (Orgs.). (2004) Tecnologia social uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil pp. 65-84
- Laville, J. L. (2001). France: social enterprises developing 'proximity services'. Coleção: The emergence of social enterprise. pp.100-119
- Laville, J. L. (2002). Fato associativo e economia solidária. In: Socioeconomia e solidariedade: aspectos conceituais e contextuais. Dados. Economia Solidária. 6(1)83-88
http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/analise_dados/sumario/sum_aed_ecosolidaria.php
(Consultado em 22 de Janeiro de 2008)
- Laville, J. L. (2003). Économie solidaire: les enjeux européens. http://documents.irevues.inist.fr/bitstream/2042/9355/1/HERMES_2003_36_27.pdf (consultado em 13 de Janeiro de 2008).
- Laville, J. L. & Chainial, P. (2005). Économie sociale et solidaire: le modèle français <http://www.unites.uqam.ca/econos/Chercheurs-Laville-Chanial.pdf> (consultado em 13 de Janeiro de 2008).
- Laville, J. L. (2008). Economia solidária – diversidade e unidade: um balanço sobre a economia solidária no mundo. Seminário Internacional Os desafios da economia solidária reflexão sobre as experiências portuguesa e brasileira 16 de Janeiro de 2008, Auditório da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Sociais CES (Org.) Coimbra.
- Lévesque, B. (2002). Entrepreneurship collectif et économie sociale: entreprendre autrement. Communication présentée au Forum L'entrepreneurship en économie sociale: oser l'entrepreneuriat différemment, organisé par le Centre local de développement des Moulins et par Emploi-Québec le 21 février 2002.
- Macías, A. G. (2002). Redes sociales y “clusters” empresariales. Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociais1(6) http://revista-redes.rediris.es/html-vol1/vol1_6.htm (consultado em 06 de Fevereiro de 2007).
- Marques, R. (2003). “Os trilhos da nova sociologia económica”. In: Peixoto, J. & Marques, R. (Org.) (2003). A Nova Sociologia Económica. Oeiras:Celta. 1-67
- Melo Neto, F. P. & Froes, C. (2002). Empreendedorismo social: transição para a sociedade sustentável. São Paulo: QualityMark.
- Ministério do Trabalho e Solidariedade (MTS), Plano Nacional de Emprego. <http://www.dgeep.mtss.gov.pt> (OFFE C., (1986). Disorganized capitalism: contemporary transformations of work and politics. Polity Press. Cambridge.
- Pecqueur, B. (2000). Le développement local. 2ème edition, Paris: Syros
- Perret, B. (1995). L'industrialisation des services. In: Le Travail au XXIe Siècle. Mutations de l'économie et de la société à l'ère des autoroutes de l'information. Eurotechnopilis Institut. Ouvrage collectif sous la direction de Gérard Blanc. Paris: Ed. Dunod 35-51
- Petit, P. (2005). Mudança tecnológica numa Europa plural: Questões-chave relacionadas com o emprego. In Lança, I. & Ana C. V. (Coord.) (2005.), Inovação tecnológica e emprego: o caso português, (Cap. I, pp 15-60) Lisboa: IQF.
- QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional – Portugal 2007-2013. http://www.qren.pt/news_detail.php?lang=0&id=22 (consultado na Internet em 19 de Abril de 2008).
- Relatório sobre a Situação da População Mundial 2007 do UNFPA, o Fundo de População das Nações Unidas. http://www.unfpa.org.br/relatorio2007/swp2007_por.pdf (consultado na Internet em 17 de Junho de 2008).
- Rodrigues, M.J. (1998). Competitividade e recursos humanos: dilema de Portugal na construção europeia. Lisboa: Dom Quixote
- Santos, M. J. N. (coord.) (2005). Desenvolvimento sustentável e responsabilidade empresarial. Oeiras: Celta.
- Sen, A. (2000a). Un nouveau modèle économique, développement, justice, liberté. Paris: Editions Odile Jacob
- Sen, A. (2000b). Desenvolvimento como liberdade. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras.
- Senge, P. M. (2004). A Quinta disciplina: arte e prática da organização que aprende. 16 ed. São Paulo: Nova Cultural
- Singer, P. (1998) Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas. São Paulo: Contexto

- Singer, P. & Souza, A. R.de. (2000) A economia solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto
- Singer, P. (2004a). Desenvolvimento: significado e estratégia. http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_desenvolvimentoestrategica.pdf (consultado na Internet em 21 de Fevereiro de 2008).
- Singer, P. (2004b). Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. *Estudos Avançados*, 18 (51) 7-22
- Singer, P. & Kruppa, S. M. P. (2004). Senaes e a economia solidária – democracia e participação ampliando as exigências de novas tecnologias sociais. In De Paulo, A. & Mello, C. J. & Nascimento Filho, L. P.& Koracakis, T, (Orgs.). (2004) *Tecnologia social uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil pp. 89-102
- Souza, A.R. (2003). Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária. São Paulo: Contexto.
- Valente, A. C. (2006), “Planeamento da educação e formação profissional: novas abordagens e metodologias de ‘antecipação. Conferência Educação, Inovação e Desenvolvimento. Fundação Calouste Gulbenkian, 27 e 28 de Novembro de 2006. Lisboa

Frutos em rede: estrutura e dinâmica da Pêra Rocha do Oeste

Ana Gomes
SOCIUS - ISEG
ana.calapez.gomes@gmail.com

Resumo: Através da análise de alguns elementos do que considerámos designar dispositivo de (pós)modernização agrícola, de que a ANP (Associação Nacional de Produtores de Pêra) constitui elo central, e do percurso do seu produto de marca, a Pêra Rocha do Oeste, pretende-se revelar a estrutura e as dinâmicas de um fenómeno de criação de valor por incorporação de conhecimento, técnico e simbólico, e a sua relação com a construção do território Oeste, responsável pela revitalização agrícola de toda uma região e, simultaneamente, as razões que têm determinado a fraqueza da irradiação concêntrica das actividades que resultaram do aproveitamento do valor do fruto, assim como a controversa relação produção/ distribuição, que determinou em parte a fraca aceitação da marca colectiva Rocha do Oeste.

A Pêra Rocha do Oeste (DOP) revela toda uma história de (pós)modernização do tecido agrícola português, da importância das redes sociais em que as instituições públicas e sobretudo os organismos supra-nacionais da União Europeia desempenham um papel central, todavia incapaz de ultrapassar a centenária desconfiança dos agricultores, a atracção da quantidade e a discrepância do tempo da estratégia e do tempo do mercado.

O trabalho resulta de uma pesquisa levada a cabo na região Oeste (Portugal), em que foram feitas entrevistas semi-dirigidas a uma série de actores sociais relacionados com a ANP e a Pêra Rocha do Oeste, submetidas a análise de conteúdo. Num segundo momento, serão utilizadas metodologias de análise de redes sociais, que permitirão tornar mais visíveis as relações de centralidade e poder dentro da referida rede.

Introdução

A globalização, na sua acepção mais próxima do conteúdo literal da palavra, constitui um processo de transformar em globais (mundiais) fenómenos locais. Ao abordar o caso da Pêra Rocha do Oeste, pretendeu-se precisamente inseri-la nesse complexo e multifacetado processo de mundialização e no fenómeno que lhe é inerente de valorização global por necessidade de “sobressair na multidão”, algo que apenas se consegue, ou através da submersão quantitativa (como é o caso da produção em massa da indústria chinesa), ou por diferenciação qualitativa. É esta última hipótese que aqui se pretende analisar, abordando o fenómeno num sentido, quer de análise da sua estrutura interna, quer da sua ligação dinâmica ao dispositivo de desenvolvimento agrícola incentivado pela PAC (e nesse sentido claramente supra-nacional e global) e à transformação contextual do próprio conceito de ruralidade, aliada, também ela, à complexidade da criação vivida de um território, cuja identidade residirá precisamente, na “ausência de identidade”.

O presente trabalho começa por abordar o conceito de ruralidade (Billaud,2004) como base teórica para a análise de ambas as facetas do caso Pêra Rocha do Oeste, a sua estrutura, analisada a partir da noção de dispositivo (Foucault) e da apresentação descritiva e contextualizada de alguns dos seus elementos, que funcionam como nódulos da rede que, ao enformar a estrutura do projecto, determinam igualmente a sua dinâmica. Esta, por sua vez, é igualmente abordada a partir da interligação entre as ideias de território (em construção) e de valor.

Por fim, apresentam-se alguns excertos significativos da trilogia temática (estrutura, poder e valor) emergente da análise de conteúdo das entrevistas semi-dirigidas a membros relevantes da rede da Pêra Rocha do Oeste. Na conclusão, pretende-se resumir o processo e referir algumas das suas conquistas e debilidades.

Ruralidade

A ruralidade, complexo paradigma sócio-cultural, identitário, económico e espacial que o projecto moderno tinha condenado à marginalização progressiva (Billaud, 2004), ressurgiu e readquire relevância tanto para a reflexão teórica, como para a decisão política, a partir de meados dos anos 90 do século XX, coincidindo com a aceleração do processo de

globalização. Este ressurgimento deve-se a uma série de factores, dos quais o mais fundamental será a constatação básica e incontornável da vocação alimentar do sector agrícola, como vertente económica da ruralidade. O projecto moderno de industrialização deste sector foi-se esgotando ao ritmo da constatação da insustentabilidade das suas consequências, nomeadamente a desertificação dos espaços rurais, a degradação ambiental, o risco sanitário introduzido na cadeia alimentar humana e a ineficiência financeira do sistema.¹

Esgotado o projecto industrial, urbanizante, a alternativa não se coloca em termos de um “regresso às origens”, ainda que tal esteja presente como elemento motivador de uma parte da migração inversa, constatável em algumas áreas da Europa mais industrializada a partir de meados da década de 70 do século passado (Thomsin, 2001), mas de uma transformação da noção clássica de ruralidade, um processo que Laurence Thomsin (2001) define como rurbanização, ou seja, uma associação, endogenamente construída, a partir da interacção entre elementos locais e transplantados, entre hábitos de consumo, mobilidade e pluri-actividade urbana, na desconcentração rural, com todas as possibilidades proporcionadas por essa largueza de espaço.

Este movimento, determinado em última instância pela massificação do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), tem sido activamente incentivado, senão mesmo forçado, pelo dispositivo (Foucault, 1997 cit. in. Billaud, 2004) criado no âmbito das sucessivas reformas da Política Agrícola Comum (PAC). Parte integrante e consequência determinante, quer do envolvimento estrutural deste dispositivo, quer da integração crescente da agricultura e, por consequência do meta-fenómeno da ruralidade, no mercado mundial, ressurgem a questão do território e da relação política entre este, o estado-nação e a entidade supra-nacional União Europeia.

É pois com base na análise destas duas questões, o dispositivo montado para forçar a transformação agrícola e da representação de ruralidade, e o ressurgimento da noção de território, cuja relevância é simultaneamente económica/comercial, identitária e política, que se pretende abordar o caso da pèra Rocha do Oeste, como variante específica deste processo de contornos simultaneamente europeus e globais, na medida em que exprime a integração do continente, enquanto espaço sócio-cultural e político, na orgânica contemporânea dos poderes mundiais.

O dispositivo

Em 1977, em entrevista concedida a uma revista psicanalítica, Michel Foucault definia o termo “dispositivo”, como as relações dinâmicas e multiformes que se estabelecem entre “o conjunto de elementos heterogêneos constituído pelos discursos, instituições, formas arquitectónicas, decisões regulatórias, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas, o dito, assim como o não dito.” O dispositivo detém uma “função estratégica dominante”, ele serve, em cada momento histórico, para responder a uma “necessidade urgente”. (Foucault, 1980, cit in Kessler, 2006).

Em torno da questão agrícola europeia constituiu-se um dispositivo cuja função estratégica é acorrer à “necessidade urgente” de (pós)modernizar o sector e, com isso, transformar a ruralidade. Este dispositivo associa o Estado, as elites profissionais, a investigação agronómica e técnica, o aparelho legislativo, etc. (Billaud, 2004) e, através da dinâmica das relações que se vão estabelecendo entre estes vários elementos, assim se tem vindo a formatar as práticas e os significados do mundo rural e da actividade agrícola.

O dispositivo de modernização da agricultura, segundo Jean-Paul Billaud (2004) está activo desde os anos 50 na Europa, tanto na Ocidental como na de Leste, e correspondeu à extensão do projecto moderno, ou seja industrial e urbano, visando a independência progressiva da actividade agrícola em relação ao seu substrato natural, separando este radicalmente da produção, através da criação das várias modalidades jurídicas de reservas de protecção da natureza, e transformando deste modo a produção agrícola numa actividade industrial, da ordem do artefacto.

Em Portugal, a industrialização efectiva da agricultura não chegou a ter lugar, a não ser em termos marginais. O paradigma da ruralidade clássica, que associa um micro-território a uma actividade e um género de vida (Billaud, 1999) não foi abalado antes da adesão do país à então Comunidade Económica Europeia (1985) e respectiva integração no dispositivo de modernização agrícola comunitário que, no entanto, já se encontrava então numa fase de revisão de pressupostos, ou seja de alteração das relações entre os vários componentes do dispositivo, desviando-se, de reforma da PAC em reforma da PAC, da ideia de separação entre agro-artefacto (produção - sociedade) e reserva total (protecção - natureza), para uma ideia de agricultura sustentável e desenvolvimento rural integrado. Uma alteração estratégica, mais uma vez visando a “necessidade urgente” de minorar os gravíssimos problemas ambientais ligados ao uso e abuso da agricultura industrial, baseada na utilização de químicos e no esgotamento de solos pela monocultura intensiva, e ir preparando a Europa para a necessidade de desenvolver uma agricultura competitiva em termos globais, no dia em que a exigência do comércio livre se tornar uma realidade.

Em Portugal, por razões diversas das que impediram a industrialização agrícola, ou precisamente porque esta se iniciou tardiamente, num momento em que os parceiros comunitários já se começavam a preocupar especialmente com uma nova “necessidade urgente”, a mudança só se impôs no dia em que a legislação comunitária decorrente da reforma da PAC de 1996, recomendou a criação de um elemento básico do dispositivo agrícola actual, as Organizações de Produtores. No sector

¹ Insustentabilidade financeira da PAC, cujo orçamento passou de 11,6 mil milhões de euros em 1980 para 40 milhares de milhões em 2004 (Billaud, 2004), ainda que haja que considerar aqui os custos dos alargamentos da União Europeia.

das frutas e produtos hortícolas, estas estruturas aparecem recomendadas no Reg. (CE) 2200/96, no entanto, apenas em Agosto de 2003, a Comissão Europeia estabelece as regras de execução do regulamento de 1996 em relação ao reconhecimento e pré-reconhecimento das organizações e agrupamentos de produtores neste sector (Reg.(CE) 1432/2003) e respectivos programas de financiamento (Reg. (CE) 1433/2003).

Alguns elementos do dispositivo

A pêra Rocha do Oeste é uma das primeiras fileiras agrícolas a organizar-se segundo os novos moldes, iniciando o processo de constituição de associações de produtores, empresas, grandes centrais fruteiras, estruturas de disseminação de conhecimentos científico-técnicos, etc., com o objectivo de organizar o sector, controlar a produção, desenvolver a comercialização e, por conseguinte, valorizar o produto.

Alguns anos após a adesão de Portugal à CEE e sob o incentivo de personalidades locais, algumas das quais “retornadas” de largos anos de vivência na capital (ANP,2003:35-39)², nasceu a primeira associação de produtores, a APAS³, formalmente constituída em 1989. O artigo 9º dos estatutos desta organização estabelecia que era seu objectivo “enviar todos os esforços para a promoção e desenvolvimento da pêra Rocha”(idem), tarefa que levou a cabo através da concretização de três linhas estratégicas: técnica (reconversão do pomar, formação e apoio ao fruticultor, difusão de novas formas de cultivo, etc.), comunicacional (organização de colóquios e jornadas, divulgação da pêra Rocha junto dos poderes políticos através da apresentação de projectos, nomeadamente a criação de uma marca para a pêra Rocha apresentada à equipa técnica do PDAR⁴ do Alto Oeste logo em 1989, etc.) e organizativa (precursora de dois dos pilares fundamentais da actual rede, a ANP e a CODIMACO).

A CODIMACO⁵, por seu turno, foi instituída oficialmente em 1993, embora nos dois anos anteriores os seus protagonistas já tivessem trabalhado no sentido de obter o reconhecimento da pêra Rocha como DOP (Denominação de Origem Protegida)⁶. Desde então, a missão da CODIMACO passou a ser o controlo e certificação da qualidade da Pêra Rocha do Oeste (DOP), trabalhando para tal em estreita colaboração com a ANP⁷. A CODIMACO evoluiu no sentido da diversificação dos seus serviços, e recentemente da empresarialização da sua estrutura organizacional. A oferta progressiva de serviços de controlo de qualidade e certificação a um leque alargado de horto-frutícolas foi despoletada num primeiro momento pela crise de produção de 1998, devido ao péssimo ano agrícola de 1997, em que a produção de pêra Rocha caiu cerca de 95% e muitos agricultores do Oeste procuraram forçar o governo de então a declarar a região “zona de calamidade”, e num segundo momento pela pressão crescente da normalização da produção, nomeadamente devido às políticas comunitárias de protecção ambiental na agricultura, de que é exemplo o EurepGAP/GlobalGAP⁸. Já a empresarialização, em Abril de 2008 surgiu como forma de credibilização, tanto em termos de entidade independente certificadora da pêra Rocha do Oeste (DOP), como para aumentar a margem de manobra em termos de diversificação de oferta de serviços de controlo de qualidade e certificação.

“Mas dado que nos nossos órgãos sociais tínhamos algumas entidades que poderiam ser nossos clientes, ou eram nossos clientes. Estavam a ser levantados muitos entraves à continuação desse modelo de funcionamento, e então, a associação optou por encerrar e propor aos técnicos que criassem uma entidade que acolhesse estes serviços. Portanto foi o que aconteceu.”⁹

Considerando a fileira da Pêra Rocha do Oeste como um exemplo do dispositivo agrícola global, então a ANP constitui o seu principal elemento. A Associação Nacional dos Produtores de Pêra (ANP) foi fundada em Dezembro de 1993 “visando reunir num único fórum os principais intervenientes no sector da pêra (Rocha) de Portugal, que em comum tenham como objectivo a produção sustentada de pêra de qualidade” (ANP, 2006). A ANP engloba uma série heterogénea de associados colectivos¹⁰, associações de fruticultores ou de desenvolvimento regional, centrais fruteiras, exportadores, autarquias e instituições de crédito, e tem como principal missão a gestão da marca Pera Rocha do Oeste (DOP), “defendendo e promovendo a imagem de qualidade do fruto e dos agentes envolvidos na sua produção, comercialização e marketing.” (idem). O financiamento da ANP depende das quotizações dos seus membros e do financiamento de projectos no âmbito dos sucessivos Quadros Comunitários de Apoio (QCA).

A gestão da marca e a sua promoção e desenvolvimento envolve toda uma série de actividades em âmbitos tão diversos como: a produção (controlo da qualidade através da Codimaco, inventário da disponibilidade de frio, por ex.); a comercialização, interna (promoção junta das grandes superfícies comerciais) e a exportação (consolidação dos mercados tradicionais e busca de novos clientes através da presença activa em feiras da especialidade como a Fruit Logistica em

² A ruralidade da região Oeste apresenta algumas especificidades devido à intensa e já longa relação de proximidade, quer geográfica, quer comercial, com a capital do país. A intensidade desta relação cresceu enormemente com a construção da autoestrada A8, tendo esta vindo a contribuir de forma decisiva para a transformação da região num espaço simultaneamente peri-urbano e rurbanizado (Thomsin, 2005).

³ Associação de Produtores Agrícolas da Sobrena.

⁴ Programa de Desenvolvimento Agrário Regional.

⁵ Associação Interprofissional Gestora de Marcas Colectivas, entretanto (Abril, 2008) transformada em empresa, CODIMACO-Certificação e Qualidade, Lda.

⁶ Regulamento CE n° 492/2003 de 18 de Março.

⁷ Associação Nacional de Produtores de Pêra.

⁸ Standard europeu e depois mundial que estabelece critérios de implementação e controlo de boas práticas agrícolas. http://www.globalgap.org/cms/front_content.php?idcat=2

⁹ Entrevista ao responsável da Codimaco em Agosto de 2008.

¹⁰ Organizações e não sócios individuais.

Berlim¹¹ ou o SIAL em Paris¹²); a divulgação (imprensa, projectos de promoção junto das escolas, organização de concursos de fotografia e de receitas com base no uso da Pêra Rocha do Oeste, etc.) e a comunicação (interna entre o sócios, particularmente a difusão de boas práticas e dos avanços científico-técnicos no âmbito do cultivo e da conservação entre outros).

Em Janeiro de 2006, oito grandes associados da ANP, centrais fruteiras, exportadores e fornecedores de grandes superfícies, apresentaram publicamente a Rocha do Oeste, uma pêra seleccionada, topo de gama, com parâmetros de qualidade específicos garantidos, tanto a nível do produto como do modo de produção. A Rocha do Oeste representou uma aposta importante da ANP tanto em termos comerciais como organizacionais, na medida em que os associados aderentes abdicaram das suas próprias marcas para aparecerem no mercado interno com uma imagem única e colectiva, propondo um fruto cuja diferenciação se pretendia ligada a uma qualidade superior, por um lado, e a um território, o Oeste, por outro.

A apresentação pública do projecto, que significativamente teve lugar em Óbidos¹³, atraiu a atenção e até o entusiasmo dos representantes de todas as grandes superfícies e, em termos comerciais cifrou-se num enorme sucesso¹⁴, de tal forma que no ano seguinte, mais três grandes associados aderiram ao projecto Rocha do Oeste. O período entre meados de 2005 e meados de 2007 representou um auge na actividade da ANP, nomeadamente em termos de divulgação da Pêra Rocha do Oeste, cuja publicitação assentou crescentemente em temas como a alimentação saudável de jovens e adultos ou o valor da pêra como matéria-prima de confecção de refeições e sobremesas gourmet. Em termos internos, multiplicaram-se as iniciativas com o objectivo de desenvolver um sentido de pertença e comunhão de interesses entre os sócios¹⁵. No entanto, tanto as manifestações de desconfiança interna, como as dificuldades negociais com as grandes superfícies, ciosas da imposição das suas próprias marcas, e as dificuldades de sustentação de actividades muito baseadas em projectos financiados externamente, determinaram o declínio do projecto Rocha do Oeste, sem no entanto afectar a comercialização da pêra Rocha de uma maneira geral.

A ANP ocupa no dispositivo que tem vindo a ser apresentado um lugar central, quer em termos organizativos, quer comerciais e de comunicação, no entanto, a tarefa de difusão das boas práticas agrícolas, nomeadamente a divulgação de resultados da investigação científica agronómica levada a cabo em torno da melhoria do cultivo de pêras e outros horto-frutícolas, cabe essencialmente a um outro elemento, o COTHN.

O Centro Operativo Tecnológico Hortofrutícola Nacional¹⁶, fundado em 2001, reúne entre os seus associados instituições públicas ligadas ao Ministério da Agricultura, universidades, empresas do sector horto-frutícola e organizações de produtores. O seu principal objectivo é precisamente “fazer uma ligação entre esses dois mundos, entre o público e o privado, e entre as pessoas que produzem conhecimento – os investigadores, os professores - e quem necessita de conhecimentos, os empresários, os técnicos”¹⁷. Essa ligação materializa-se num vasto conjunto de acções, em que o COTHN assume sobretudo a função de “broker de informação”¹⁸, na medida em que facilita aos investigadores a divulgação dos seus resultados e aos técnicos e empresários agrícolas o estabelecimento de contactos mútuos, para além de controlar e certificar as árvores de pêra Rocha, nomeadamente o processo da sua produção em viveiro.

Um elo incontornável deste dispositivo, e o que mais tem contribuído para uma certa diversificação concêntrica de actividades, total ou parcialmente ligadas ao boom da pêra Rocha do Oeste, é a Associação de Desenvolvimento Local (ADL) LeaderOeste. Ao contrário das restantes associações mencionadas, a LeaderOeste não resulta directamente do desenvolvimento do cultivo da pêra, embora a data da sua fundação, 1994, coincida com o início do processo de institucionalização do movimento de (pós)modernização agrícola do Oeste, em torno do cultivo e comercialização da Pêra Rocha (DOP).

A LeaderOeste é uma associação privada sem fins lucrativos, que nasce com o objectivo de gerir localmente o programa Leader da União Europeia¹⁹, responsabilizando-se pela selecção de projectos elegíveis ao abrigo desta iniciativa e pelo apoio à sua implementação, constituindo, nesta medida, um organismo de apoio e mesmo substituição de funções dos serviços da Administração Pública²⁰.

O facto de a Leader Oeste surgir “em resposta a uma oportunidade, que é um fundo estrutural. Não surge por uma necessidade, ou por um imperativo de reconhecimento social ou económico da região. Portanto, surge como precisamente não devia de surgir. O nome é inequívoco, é Leader Oeste, é o pior nome que se pode dar a uma associação, que é colá-lo a um programa de incentivos”²¹ não implicou a sua dependência exclusiva deste fundo, pelo contrário, o objectivo expresso da

¹¹ http://www1.messe-berlin.de/vip8_1/website/Internet/Internet/www.fruitlogistica/englich/index.html

¹² http://en.sial.fr/ExposiumCms/do/exhibition/SIAL+GB/About+SIAL/SIAL+2008/siteId_293116/pageId_187420

¹³ A associação de vários eventos patrocinados pela ANP a lugares de grande valor patrimonial da região Oeste demonstra, por um lado, a importância que é atribuída ao valor simbólico do espaço e, por outro, o apoio autárquico ao projecto.

¹⁴ Primeira campanha 2005/2006 (8 associados = centrais fruteiras exportadoras e fornecedoras das grandes superfícies) - 44 ton. vendidas em 3 meses

Segunda campanha 2006/2007 (11 associados) - 670 ton. vendidas em 8 meses

A média mensal de comercialização cresceu 5,7 vezes de um ano para o outro.

¹⁵ Encontros formais e informais, cerimónias e convívios, concursos de arte, fotografia, culinária, etc. A Inforocha, boletim electrónico informativo interno, era publicado quinzenalmente, o que permite deduzir não só a quantidade de informação disponibilizada, como o esforço e a vontade colocada nessa dinamização comunicacional interna.

¹⁶ http://www.cothn.pt/portal/index.php?first_time=1

¹⁷ Entrevista a um responsável do COHTN em Julho de 2007.

¹⁸ Idem

¹⁹ http://www.leader.pt/programa_nacional.htm

²⁰ <http://www.leaderoeste.pt/custompages/showpage.aspx?pageid=40c0ff11-6fc4-4893-b85b-fee676ac339&m=b23>

²¹ Entrevista a responsável da LeaderOeste em Junho de 2008.

associação é precisamente a auto-sustentação financeira, de modo a adquirir maior poder estratégico na região, dispondo de mais meios para apoiar os pequenos projectos de desenvolvimento local²², que constituem precisamente uma das facetas mais dinâmicas e criativas do dispositivo de (pós)modernização rural que se desenvolveu em torno, a pretexto, ou na confluência do cultivo e comercialização da Pêra Rocha do Oeste.

O território

Os contentores dos camiões da Granfer (uma das grandes cooperativas produtoras e exportadoras de fruta da região Oeste e parceiro do projecto Rocha do Oeste) ostentam enormes planos fotográficos da vila histórica de Óbidos nas suas duas faces laterais e imagens de cachos de pêra Rocha ainda por colher na face traseira. A decoração dos camiões, que regularmente percorrem as estradas europeias, simboliza precisamente a ligação entre o produto e o património, no sentido de construção de um território.

As cerimónias de entronização da Confraria da Pêra Rocha do Oeste²³, um outro elemento do dispositivo que tem vindo a ser apresentado, sempre tiveram lugar em espaços de elevado valor simbólico, histórico e arquitectónico da região Oeste, como a Quinta da Regaleira²⁴, as quintas do Sanguinhal ou dos Loridos, o Mosteiro de Alcobaça. Da mesma forma, os encontros anuais da Pêra Rocha, que reúnem produtores, exportadores e técnicos, realizam-se em espaços desta natureza, grandes quintas que associam a tradição das suas casas ao actual desenvolvimento da produção agrícola.

A questão do território é fundamental no contexto da ruralidade contemporânea. Segundo Thomsin (2005) é em grande medida a abundância de espaço físico que diferencia as noções de peri-urbanização e rurbanização. Mas para além da dimensão física, o território é parte integrante e determinante da construção identitária e, no contexto da mundialização, tem vindo a adquirir uma relevância económica e política que até recentemente estava exclusivamente subordinada às delimitações nacionais. E, muito embora o Estado-nação permaneça como órgão de controlo, na sua qualidade de garante da soberania, vê-se obrigado a negociar tanto com os poderes transnacionais, como com os locais (Abdelmalek, 2005)²⁵. Neste contexto, o território surge como o lugar de reconstrução de uma identidade local, frequentemente ligada à profissão, ao trabalho, a um mercado específico, “atravessada pela internacionalização das trocas e a europeização das medidas políticas e administrativas.” (Abdelmalek, 2005). Segundo Abdelmalek (2005) a construção do espaço transnacional europeu está em grande medida dependente do reforço do poder político, económico e identitário destes territórios que, para além de um espaço delimitado por fronteiras mais ou menos informais²⁶, é um espaço onde se desenrolam os jogos políticos locais, onde se recriam/ reinterpretam valores e onde se constrói a relação com o tempo, nomeadamente através do conceito de património. Aliás, para Billaud (2004), a reemergência do território e do património está precisamente ligada à crise do projecto moderno, que foi sobretudo um projecto quantitativo e top down, em que a questão do tempo era marginal, na medida em que a sustentabilidade não era considerada, e a questão da diferença minimizada, na medida em que a competitividade se media pela quantidade e pela uniformidade. Actualmente, a competitividade no mercado mundial mede-se pela máxima do marketing - “sobressair na multidão!” - e, neste contexto, o território²⁷ assume um papel determinante, quer externamente (não só em termos de instituição transnacional, União Europeia, mas mesmo em termos globais), quer internamente, em termos de construção identitária e espaço de acção política.

O Oeste: território vivido

O Oeste pode ser considerado um território vivido e em construção, cuja identidade se baseia na “ausência de identidade”²⁸, por um lado, e por outro na falta de suporte administrativo que ofereça consistência às suas fronteiras. De facto existe uma sobreposição apenas parcial entre os vários tipos de divisão administrativa que enformam o território Oeste²⁹, o

²² “Os fundos europeus têm sido sempre a garantia desta casa. Nós estamos a trabalhar no sentido de eles deixarem de ser. E através de projectos próprios de investimento produtivo em diversas áreas. Diversas áreas, que à medida que elas vão produzindo resultados, vamos sendo menos dependentes em fundos estruturais e vamos aplicando cada vez mais os fundos estruturais em replicação. É nesse sentido. Nós queremos chegar a 2010, portanto daqui a 2 anos, sendo 100 % auto-sustentáveis. Vamos conseguir. Estou seguro disso. Não tenho dúvidas em relação a isto. Nessa altura tudo o que é fundo estrutural tem um efeito muito mais multiplicador. Porque a casa deixa de depender deles. E é neste sentido que eu julgo que vamos ter, cada vez mais, uma palavra a dizer em termos estratégicos na região, em termos de pequenos projectos”. (Entrevista a responsável da LeaderOeste em Junho de 2008)

²³ Constituída em Maio de 2004 com objectivos externos, de incentivo ao consumo de pêra Rocha do Oeste e divulgação do fruto e das suas propriedades, e internos, de comunicação e coesão, a Confraria da Pêra Rocha do Oeste foi a primeira confraria gastronómica dedicada a um fruto. Presentemente existe também a Confraria da Cereja da Cova da Beira, por sinal apadrinhada pela primeira.

²⁴ A primeira cerimónia de entronização realizou-se nos Paços do Conselho do Cadaval, o que demonstra a ligação intrínseca ao poder autárquico, tanto mais que, no caso específico do Cadaval, o respectivo presidente da câmara foi um dos pioneiros de todo o processo, e a segunda cerimónia teve lugar na Quinta da Regaleira em Sintra, uma vez que o fruto teve origem precisamente neste conselho.

²⁵ “Nous vivons, semble-t-il, dans un monde de territoires polymorphes où les niveaux peuvent s’imbriquer, et où les identités des individus et des groupes fluctuent de plus en plus, au point que pour certains il y a perte de repères. Serait-il question de «formes d’intégration post-nationales», comme le remarquent Norbert Elias?» (Abdelmalek, 2005)

²⁶ A questão da delimitação administrativa e/ou da construção do território vivido, ou seja, mais dependente de uma associação directa entre esta noção e uma identidade ligada a um trabalho e um mercado específicos, é um tema referido por vários dos actores sociais ligados à pêra Rocha do Oeste.

²⁷ As noções francesas de terroir e pays, são muito significativas a este nível.

²⁸ O estilhaçamento dos interesses e dos objectivos, as relações carregadas de “violência simbólica” e a “mentalidade de casaleiro” levam o responsável da LeaderOeste a negar ao Oeste uma identidade própria. (Entrevista a responsável da LeaderOeste em Junho de 2008).

²⁹ O Oeste está organizado em Comunidade Urbana, a qual corresponde às “fronteiras” consagradas na NUT III Oeste, ou seja é constituída pelos concelhos de Arruda dos Vinhos, Sobral de Monte Agraço, Alenquer, Torres Vedras, Lourinhã, Bombarral, Cadaval, Peniche, Óbidos, Caldas da Rainha, Alcobaça e Nazaré. Por outro lado, o Oeste insere-se na grande Região de Lisboa e Vale do Tejo, o que tem prejudicado bastante o território em termos de acesso aos fundos de coesão, e a Região de Turismo do Oeste compreende Rio Maior, que é parte da Lezíria do Tejo, e deixa de fora Nazaré e Alcobaça, embora ambos os concelhos

que dificulta a sua governabilidade por um lado e o seu desenvolvimento económico, nomeadamente em termos de acesso a fundos estruturais ou de promoção turística. Por outro lado, o Oeste é um território cuja identidade, marcada pela “ausência de identidade”, também se deve à extrema heterogeneidade e à particular mobilidade humana, social e económica que a sua localização, na proximidade da cidade de Lisboa, lhe oferece.

O Oeste poderá pois ser caracterizado como um território profundamente híbrido, onde se interligam traços de ruralidade, de urbanidade, de sub-urbanidade e de região turística e de lazer, crescentemente procurada como lugar de segunda ou mesmo primeira residência por cidadãos do norte da Europa, em busca da amenidade do clima, da hospitalidade das gentes e da tranquilidade do espaço.

Trilogia temática

Com o objectivo de analisar de forma aprofundada o caso da Pêra Rocha do Oeste enquanto exemplo local do dispositivo de (pós)modernização agrícola induzido e materializado pela Política Agrícola Comum da União Europeia, e respectiva integração no mercado mundial, precisamente a partir da valorização simbólica do fruto, associada quer à inscrição no território (DOP), quer à incorporação de conhecimento (tácito e explícito³⁰), foram efectuadas 15 entrevistas semi-dirigidas a uma série de actores sociais envolvidos no projecto, quer directa quer indirectamente, as quais foram posteriormente submetidas a análise de conteúdo. Desta análise resultaram três grandes temas, cuja imensa complexidade apenas poderá ser afluída no presente contexto devido às óbvias limitações de espaço.

Estrutura

A temática da estrutura é abordada pelos entrevistados sobretudo de dois modos fundamentais, um mais concreto, em que se abordam as várias organizações que são parte do dispositivo, os seus objectivos, projectos, carácter, formas de funcionamento etc., e um outro mais geral, com referências várias à estrutura sócio-cultural, nomeadamente à sua hibrididade e à manutenção de uma grande distância hierárquica, sobretudo entre os actores centrais do dispositivo, os agricultores-empresários (Abdelmalek, 2005)³¹ e os pequenos proprietários e trabalhadores rurais, embora estes últimos sejam pouco relevantes³². Esta distância expressa-se, por exemplo, no discurso reverente de um pequeno proprietário agrícola em relação à sua cooperativa e aos técnicos que lhe prestam apoio no tratamento dos pomares: “A cooperativa principal é do Cadaval. (...) Aquela do Cadaval é uma cooperativa que já foi fundada já há muitos anos e está sempre a evoluir. É uma das cooperativas mais valentes aqui da região. (...) Aquilo há muitos tratamentos. Depois, eles é que receitam os tratamentos que a gente vai por. Há tratamento que são proibidos, não se pode por. (...) Pronto é como eles mandam. Eles é que mandam. Tem os técnicos. Os técnicos é que mandam a gente, o que a gente está a fazer. Detectam aquelas coisas. Pronto. Sei lá o que é, eles é que sabem o que é aquilo, detectam aquelas coisas com análises. E a gente tem, como somos da cooperativa, pertencemos àquela organização, temos que fazer aquilo que eles mandam.”³³

O âmbito necessariamente reduzido deste artigo não permite um aprofundamento da temática das organizações de produtores e outras associações e cooperativas que constituem os principais elementos do dispositivo, refira-se apenas a consciência clara das dificuldades inerentes ao processo associativo:

“Há muitos anos que todos nós lutamos, que achamos, quer a associação quer os vários empresários, que temos que ter uma imagem comum, só que nunca se conseguiu arranjar consenso, e como é que se faz e quem é que faz e quem é o dono e como é que se gere (...)...é este o esforço que estamos a fazer presentemente e vamos...que é preciso que haja pessoas que acreditem, não é?... que invistam dinheiro, fazer promoção e marketing há que investir dinheiro e há que investir tempo (...) porque pôr as pessoas a ser sócias, falarem as pessoas falam, agora ser sócias de um projecto, e ser sócias é pôr o seu dinheiro, não é?...e abdicar, em alguns sítios do seu nome, não é?...perante o consumidor e passarem a apostar no nome comum, não é?”³⁴

E o orgulho expresso, porque apesar de: “Geralmente não há sócios, em Portugal não há sócios. As pessoas trabalham sozinhas, porque não têm confiança.”³⁵, ter sido possível: “Nós primeiro associámo-nos para exportar e provou-se, não sei se as pessoas têm mais bom senso na zona do Oeste (...), porque...conseguiu-se pôr de acordo e encontrar consenso no seio de uma quantidade enorme de operadores, que todos uniram esforços pelos mesmos objectivos, para atingir os

já tenham entretanto solicitado a adesão a esta estrutura. Quanto à região produtora de Pêra Rocha do Oeste, ela integra todos os concelhos da NUT III, mais os concelhos de Sintra, Mafra e Vila Franca de Xira, que fazem parte da Grande Lisboa, e Rio Maior, que está integrado na Lezíria do Tejo.

³⁰ O conhecimento tácito do “saber de experiência feito” dos velhos fruticultores do Oeste e o conhecimento explícito do dispositivo de apoio científico à produção sustentável, na senda da (pós)modernização agrícola europeia e mundial (PAC, GlobalGAP, etc.).

³¹ A categoria de agricultor-empresário constitui uma adaptação ao contexto português da tipologia de Abdelmalek constituída por “camponeses-nacionais”, “agricultores” e “empresários da Europa”. Os “camponeses nacionais” são idênticos aos pequenos proprietários rurais, quanto aos produtores e exportadores agrícolas que estão à frente das OP’s e outras associações de produtores, e que aqui se designam por agricultores-empresários, eles podem constituir um híbrido entre as duas últimas categorias propostas por este autor (2005).

³² Praticamente não existem trabalhadores rurais a tempo inteiro. A maioria dos que não dispõem de terra própria emigrou para os espaços urbanos ou mesmo para fora do país. A necessidade de mão-de-obra agrícola é parcialmente suprida, na época das colheitas, quer pela inter-ajuda dos pequenos proprietários e seus familiares, que pelos jovens em férias de Verão, quer ainda por jornaleiros contratados, que exercem ao longo do ano outro tipo de actividade.

³³ Entrevista a José Torcato, pequeno proprietário rural, fruticultor, em Agosto 2007.

³⁴ Entrevista a responsável da ANP, 2006. O excerto refere-se ao projecto da Rocha do Oeste, em que os empresários aderentes abdicavam das suas imagens individuais para assumirem uma marca colectiva no mercado nacional.

³⁵ Idem.

mesmos objectivos. Isto é um facto³⁶”, ao contrário dos produtores de laranja do Algarve e numa evidente elegia ao espírito empreendedor e laborioso das gentes do Oeste, que: “Eles não tiram partido disso, eles têm tudo e não tiram partido disso. Nós aqui não temos quase nada e conseguimos fazer. É a diferença. É a diferença do espírito das gentes...do saber fazer, da vontade de fazer. Acima de tudo acho que é a vontade de fazer.”³⁷

A questão financeira constitui, como é evidente, um dos principais problemas, sendo que a este nível a postura dos vários elementos do dispositivo não é unânime. Se por exemplo, a LeaderOeste visa explicitamente libertar-se, em termos internos, da dependência dos fundos europeus como já foi referido³⁸, a ANP não encara a questão do mesmo modo, alegando inclusive que os financiamentos de que depende são condição da sua competitividade, já que eles são normalmente atribuídos às empresas estrangeiras: “Cá em Portugal, todas as iniciativas de investimento têm uma componente de apoio. Qualquer indivíduo que traga uma fábrica cá para Portugal, ou inglês, ou irlandês, ou um tipo qualquer, negocia com o governo português uma isenção do IRC, ou um apoio não sei quê, ou que o terreno lhe é dado, não é? Portanto, a única coisa que a gente quer é fazer de conta que somos da Irlanda, ou de um outro país. A ajuda que nós pretendemos é uma ajuda que fosse dada a alguém de fora que viesse cá e que o governo português iria dar apoios. (...) É que nós não podemos concorrer com uma empresa irlandesa ou com uma empresa belga ou holandesa tendo eles apoios e nós não.”³⁹ No entanto, esta dependência, associada à inércia do Estado: “o quadro comunitário que devia ter começado em Janeiro de 2007 e, desorganização brutal, tanto é que o quadro comunitário não se gastou, ainda, uma única verba do novo quadro comunitário de apoio. Não foi aprovado um único projecto, nem sequer saíram as portarias.”⁴⁰, é altamente penalizadora do funcionamento da organização, já que determina a descontinuidade do ritmo de trabalho, os altos e baixos dos projectos financiados e o elevado turn over dos recursos humanos: “O que nós temos, quando for necessário fazer, temos quando houver actividades é fazê-las e temos que contratar alguém fora, portanto, nós temos que coordenar projectos...Por exemplo, se nos aparecer algum projecto, de um ano ou dois, minimamente estável, a gente pode contratar uma pessoas por um ano ou dois para fazer esse projecto. Por outro lado, a nível de rotação, os técnicos todos que nós tivemos foram roubados por nossos associados, ou por parceiros. (...) Não há... Para nós é um bocado penalizador porque obriga a começar de novo, mas para este ...global, estamos a formar pessoas, e as pessoas, a maior parte deles, estão muito bem.”⁴¹

Poder

A questão do poder é abordada de diversas formas pelos entrevistados. Ela surge associada ao dilema dependência/independência, quer em relação à União Europeia, quer em relação ao Estado central e mesmo ao poder local⁴². Uma das questões mais referidas neste âmbito é a da irracionalidade da divisão administrativa que dificulta, senão impede, segundo os discursantes, a constituição efectiva de um território Oeste, com todas as implicações económicas, políticas e identitárias daí provenientes⁴³. A representação do Estado é, por conseguinte, a de um organismo externo mas omnipresente, quer em termos positivos (apoios sob a forma de políticas, incentivos, financiamento de projectos, ainda que na qualidade de intermediário do poder supra-nacional europeu), quer em termos negativos, devido ao excesso de burocracia⁴⁴, à inércia e à irracionalidade.

Para além do Estado, a questão do poder surge sobretudo associada à relação entre os produtores e as grandes superfícies de distribuição. Também esta é uma relação ambivalente, em que por um lado os supermercados aparecem como impulsionadores de modos de produção mais sustentáveis: “Apesar de não surgir o nome “produção integrada”, ela muitas vezes estava a ser praticada porque as cadeias de supermercados começaram, então, a entrar na onda, realmente, e porque os quesitos de segurança alimentar assim o exigiam, que elas oferecessem garantias e uma delas foi agarrar nesses produtos com algum tipo de preocupação ambiental. Aliás, permanece e tem vindo a crescer porque, lá está, as cadeias de supermercado, neste momento, uma das grandes preocupações, quando se dirigem a um possível fornecedor, é que tenha um dos factores, nem digo já de selecção, mas de entrada, é o cumprimento de um determinado, digamos, leque de regras a esse nível.”⁴⁵; mas

³⁶ Entrevista ao grão-mestre da Confraria da Pêra Rocha do Oeste, produtor e exportador de fruta, 2006.

³⁷ Idem.

³⁸ Nota 22.

³⁹ Entrevista a responsável da ANP, 2008.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Idem.

⁴² “A associação de início era considerada uma coisa das câmaras e das juntas. As pessoas não vinham cá. Actualmente não é assim. Não é assim. Apesar das Câmaras continuarem a achar que é...” Entrevista a responsável da LeaderOeste, Junho 2008.

⁴³ “O distrito divide a região Oeste a meio (...) E repare bem na organização administrativa que esta região tem. Tradicionalmente dividida. Tradicionalmente. Os únicos tipos que botaram alguma seriedade nisto foi Bruxelas. As NUT III. (...) A Região de Turismo do Oeste não corresponde à NUT III. A Associação de Municípios do Oeste não corresponde à NUT III. (...) A Região de Turismo não vai a Alcobaça sequer...E contempla Rio Maior que pertence à Lezíria do Tejo. A Associação de Municípios tem a Azambuja, ainda por cima. É fácil de perceber. Até aqui, estamos outra vez a falar da falta de identidade. As estruturas mais políticas, entre aspas, da região, do ponto de vista associativo, público regional, estas barras todas, não se conseguem estabilizar em torno de uma coisa. A única situação que foi criada, mas que é uma figura jurídica e não mais que isso, que é Área Metropolitana, não é Área Metropolitana, é Comunidade Urbana do Oeste. É a única que corresponde à NUT III. Porque a Associação de Municípios, por inerência, fez esse ajustamento. (...) Portanto, há sempre aqui um conjunto de situações híbridas, mais situações híbridas.” Entrevista a responsável da, LeaderOeste, Junho 2008.

⁴⁴ “No próprio IVV mandavam-me pra aqui e mandavam-me pra ali.(...) Até a Guarda Fiscal em Peniche. Tive que ir a Peniche umas poucas de vezes. São eles que tratam da alfândega aqui da região Oeste. A aguardente é um produto de alfândega. Mas de lá mandaram pra Lisboa, pro IVV. Depois o IVV mandou pra ASAE. Depois a ASAE disse que não era lá. Que era no IVV. Depois eu cheguei um dia à senhora do IVV e disse, olhe a senhora desculpe, mas isto tem que ser aqui. Estava-me a irritar mesmo. Porque de lá venho eu agora e você está-me a mandar pra lá. E de lá mandaram-me pr’aqui. Depois o IVV... Tínhamos que mudar toda..., depois que já tínhamos feito as caixas, tínhamos que mudar toda a imagem, tudo o que estava escrito.” Entrevista a Cidália Tomás, artesã de doces e licores, em Julho de 2007. Relato da saga burocrática que conduziu à legalização da produção e venda de aguardente de pêra Rocha.

⁴⁵ Entrevista a responsável da Codimaco, Junho de 2008.

por outro, são responsáveis pela crise do projecto Rocha do Oeste, na medida em que impediram a afirmação da marca colectiva através da imposição das suas respectivas marcas e, por conseguinte, dificultaram a percepção pelo cliente do valor do fruto associado a uma imagem de marca própria: “Nós íamos ter com todos eles e todos eles quiseram impor e aliar à marca... a nossa marca ser um híbrido. A nossa marca casar-se com a marca deles. Com o Carrefour, ou com o Modelo-Continente, ou com o Pingo Doce ou com o Intermarché. Todos quiseram casar a nossa marca com a marca deles. (...) Na loja quem manda é o dono da loja e os supermercados disseram que não era possível manter a Rocha do Oeste pura. Então, casámos a imagem com os vários supermercados. E, ao casar a imagem, a imagem perde força e visibilidade.”⁴⁶ A relação com as grandes superfícies surge também como um dos pontos de conflito no interior da ANP e nomeadamente entre os aderentes do projecto Rocha do Oeste, sobre a melhor forma de conduzir a relação com este parceiro poderoso: “Houve alguns parceiros que achavam, que eram puristas, e que achavam que a nossa marca devia manter-se sozinha, sem esse casamento de imagem, de associar a imagem uma à outra. E achavam que nós tínhamos força suficiente para impor uma imagem só nossa. Viu-se que não...”⁴⁷; cujas políticas, ainda que lesivas, são encaradas com alguma compreensão: “Qualquer presidente da câmara quer e abre uma quantidade de supermercados muito grande. O que é que faz? Faz com que os supermercados, em vez de pensarem em estratégias futura, pensem na luta do dia-a-dia, pq abrem uma nova loja, tem 7, 10 ou 15 caixas, contratam as pessoas para servirem de caixa e essas pessoas servem de caixa durante 6 meses. Ao fim de 6 meses, abre outro supermercado ao lado, e as vendas desse ponto de venda caem para um terço e a loja passa a estar vazia. E passa naquela vila, ou naquela pequena cidade, a haver uma quantidade de lojas. E essas lojas têm que entrar em guerra com a loja que está ao lado. Em vez de uma cidade ter um grande centro comercial, tem variadíssimos. Ou seja, as lojas que estão na rua passam a ser os vários supermercados e esses supermercados entram numa competição muito grande entre uns e outros, o que faz que cada um precise ter produtos próprios. E a nossa ideia de ter um único produto que fosse comum aos vários, com uma imagem comum, vai contra o espírito deles, que não podem, porque precisam estar vivos. Não podem oferecer qualidade, têm que oferecer preço, portanto, não podem oferecer o produto bom.”⁴⁸

O binómio qualidade/ quantidade é outra das formas de expressão de um conflito, que é tanto externo, ou seja, baseado no diferencial de poder da relação negocial com a distribuição, como interno, ou seja, inerente aos próprios promotores do projecto, intimamente divididos entre a vontade de criar um fruto de excelência: (...) sim, isto é uma criação (...) é uma pêra com uma qualidade que nós garantimos (...) tem uma imagem constante, tem uma qualidade mínima que, abaixo daquilo não é de certeza (...⁴⁹); e a necessidade de escoamento do produto no seu conjunto: “Sim, tudo o resto vem por arrastamento⁵⁰. Mesmo até as outras coisas que nós temos⁵¹, não é? Que não vamos vender com estecom esta designação⁵².... Esta imagem vai ajudar (...)”⁵³. O conflito entre a aspiração qualitativa e a necessidade quantitativa exprime-se igualmente através das diferentes noções de tempo que lhe são inerentes, o tempo do empresário e o tempo da reflexão: “O empresário vive no curto prazo. (...) A ânsia do empresário, que normalmente é uma pessoa com alguma capacidade de empreendedorismo, não se compadece com esta lógica muito reflectiva, muito reflexiva, muito pausada. Estas pessoas pensam pouco e agem mais. Isto é assim. Têm uma aflição tramada, pra estar muito tempo a pensar em assuntos.”⁵⁴; e na expressão de alguma insensibilidade em face das potencialidades de uma integração concêntrica de actividades estreitamente ligadas à construção da identidade territorial: “eu penso que a pêra Rocha de Portugal já é, quer dizer, já era um objectivo tão bom ter reconhecimento como tal que, pensando em termos universais, eu acho até um bocadinho provinciano, se quer que lhe diga, e até ridículo estar a vender a pêra Rocha do Bombarral, eu vender a pêra Rocha portuguesa como uma imagem de marca. Se quer que lhe diga...acho mesmo provinciano, porque isto é tudo minúsculo. Não é? É tudo minúsculo. E eu interessa-me lá que a pêra Rocha venha ali de mais 40 quilómetros abaixo do Alentejo. Algum brasileiro, algum inglês, algum alemão ou algum chinês, está interessado em saber se ela foi produzida a 30 km à frente ou atrás?”⁵⁵

Valor

O discurso da representante da Unirocha é representativo de uma visão moderna do desenvolvimento agrícola, baseada na quantidade, na estandardização técnica simples, sem valorização simbólica e na associação a um espaço nacional em detrimento da região⁵⁶. A própria noção de cadeia de valor presente no discurso da entrevistada transmite uma interessante analogia com a indústria automóvel: “Enfim, tudo aquilo que a montante e a jusante liga com este produto, enquanto que nas fábricas dos automóveis, de montagem dos automóveis, consegue ter uma data de pequenas indústrias intermediárias paralelas, de origem nacional, que fazem aqueles fabricos. Lamentavelmente, neste caso, nomeadamente nas embalagens, são quase tudo controlado por empresas de grande dimensão, multinacionais.”⁵⁷ As actividades ligadas à

⁴⁶ Entrevista a responsável da ANP, Junho 2008.

⁴⁷ Idem

⁴⁸ Idem

⁴⁹ Responsável da ANP referindo-se à Rocha do Oeste (Entrevista, Julho 2006).

⁵⁰ A restante pêra Rocha.

⁵¹ Os outros frutos comercializados pelas centrais fruteiras.

⁵² A designação Rocha do Oeste.

⁵³ Entrevista a responsável da ANP, Julho 2006.

⁵⁴ Entrevista a responsável da LeaderOeste, Junho 2008.

⁵⁵ Entrevista responsável da Unirocha, Agosto 2007.

⁵⁶ No sentido da expressão francesa de pays.

⁵⁷ Entrevista a responsável da Unirocha, Agosto 2007.

produção de pêra citadas representam uma cadeia linear, que vai desde a produção de adubos e pesticidas, até ao transporte rodoviário⁵⁸, mas não prevê a irradiação concêntrica e muito menos a hipótese de potenciação do valor, associada a esta irradiação. No entanto, subsiste uma certa ideia de que a imagem, por si só, é capaz de atribuir valor ao produto: “(...) eu acho que o que vende mais produtos é a imagem. A coisa pode ser muito boa, mas se a imagem não for bonita não chama tanto a atenção (...)”⁵⁹; mesmo que, na prática, a imagem acabe por servir de chamariz para a venda de outros itens, de preço mais baixo: “quando se faz um stand, o que chama a atenção ao público é mesmo a garrafa, essa caixa com a garrafa e a pêra lá dentro. E depois o que faz vender é o doce, porque é um preço muito acessível.”⁶⁰

No entanto, a noção de valor não surge apenas associada à imagem, mas também à qualidade técnica, que compreende todo o processo de acompanhamento da produção e a certificação final, assim como à questão identitária, onde a tensão nação/ território está muito presente: “O mais importante, muitas vezes, é mesmo a região em si. Ela é que condiciona muito a qualidade do produto e a experiência dos produtores em saber fazer.”⁶¹; “A imagem que nós temos que vender é a imagem de Portugal. Agora, ter a presunção de que vamos vender a imagem da Região Oeste para fora? Não. Não é.”⁶²

Esta tensão, aparentemente superficial, representa no entanto uma contradição muito mais profunda entre uma ideologia de modernização e de pós-modernização do tecido agrícola e da própria noção de ruralidade. Por um lado, temos a ideia de produção industrial de um fruto, com qualidade garantida através do aprimoramento técnico e do controlo de qualidade a que é sujeito, mas em que a Denominação de Origem Protegida (DOP) surge apenas como um elemento defensivo, num sentido próximo do condicionamento industrial, e apenas interessante enquanto não se tornar um impedimento à expansão do seu cultivo noutras paragens, nomeadamente no hemisfério Sul⁶³. Pelo outro lado, temos uma visão ligada ao desenvolvimento rural e ambiental, à ligação intrínseca ao território (pays) e, por conseguinte, à construção e divulgação da imagem e da identidade própria desse espaço geográfico (físico) e simbólico (virtual), como factor determinante de valorização de um produto que, quer na sua versão primária, quer transformada, adquire um valor metonímico, e nesse sentido transforma-se em veículo de transmissão de uma mensagem que tem tanto mais valor quanto maior a riqueza (económica, cultural, patrimonial, ambiental, etc.) que lhe estiver associada, sendo que neste processo, o valor do próprio objecto (fruto) se multiplica.

A produção artesanal de qualidade, ligada à produção de pêra rocha do Oeste, ou despoletada por esta, e continuando a ela associada⁶⁴, ainda que de forma informal, é uma das facetas mais interessantes e dinâmicas deste processo, e uma das únicas que mantém uma certa continuidade e até uma tendência expansiva⁶⁵. Já o turismo, permanece indiferente ao fenómeno agrícola, centrado na exploração da costa atlântica, dos campos de golfe e, ultimamente, do património.⁶⁶ A ligação da pêra Rocha do Oeste à promoção turística do território mantêm-se no domínio da especulação de poucos: “(...) é um segundo projecto que nós temos, que não está descurado, que é a Rota da Fruta (...) Ehhh.....que é....nós já pensámos variadíssimas vezes trazer as pessoas....visitar...o que é um central fruteira, não sei quê....fazer...ver como é que se produz. Integrado dentro de um...de um....de um possível programa de campo. Ligação ao ambiente, ligação à produção, à agricultura, às origens, ao território, exactamente. Isso vai nascer! Acho que são movimentos que irão nascer. (...) Provavelmente iremos fazer como um programa...além das visitas às caves da região, fazer uma visita às unidades de produção de pêra rocha, às propriedades....dar uma volta pela propriedade, depois ver onde é que a fruta é conservada, como é que ela é trabalhada, como é que ela é vendida e pronto, é fazer disto uma jornada com almoço. Será decidido algures...ehhhh isto é só imaginação...não é nada que não nos tenha passado já pela cabeça (...).”⁶⁷

Conclusões

A pêra rocha passou a ser Pêra Rocha do Oeste no “momento” da convergência de três fenómenos: a necessidade de homogeneização ditada pela concorrência no quadro do processo de globalização (e daí a opção de concentração num único produto), os fundos da Política Agrícola Comum da União Europeia (e daí a criação de uma estrutura comum para a

⁵⁸ “No caso de tudo quanto é fruta fresca para o mercado, portanto pêra Rocha, que é o item número um no mercado de vias rodoviárias, são as transportadoras portuguesas que prestam a maior parte dos serviços. E não... E a maior parte delas são da zona. Quer dizer, são empresas da zona, que, pelo fato de já trabalharem em alguns serviços internos, começaram-se a lançar no internacional. Que por conhecimento, ou não sei quê, começaram a fazer este trabalho, hoje em dia já conhecem os entrepostos de todos os supermercados da Inglaterra ou da França, onde vão descarregar, há já o efeito de alguma familiaridade, mal ou bem, portanto, eles cresceram connosco. E hoje em dia, a maior parte de todos transportes terrestres da pêra Rocha para toda a Europa é feita com as transportadoras da Zona Oeste. Portanto, aí está, por acaso um caso de, digamos, algum efeito em cadeia.” Idem.

⁵⁹ Entrevista a Cidália Tomás, Agosto 2007.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ Entrevista a responsável da Codimaco, Junho 2008.

⁶² Entrevista a responsável da ANP, Junho 2008.

⁶³ “É uma coisa que pode ser muito interessante porque um dos problemas é que esta é uma variedade que está no mercado só, digamos, o período de um hemisfério, enquanto há outras variedades que, durante o verão são produzidas na Europa e durante o inverno são produzidas na África do Sul ou na América do Sul. E o consumidor habitua-se àquele artigo o ano inteiro. Enquanto que a pêra Rocha está disponível na prateleira desde Agosto até Janeiro ou Fevereiro, e depois desaparece e as pessoas esquecem. Portanto, o facto de se ir produzir para outro hemisfério, poderia ser interessante, no sentido de, digamos, dar mais força à presença deste produto junto do consumidor.” Entrevista a responsável da, Unirocha, Agosto 2007.

⁶⁴ “As pessoas fazem, fazem-se à vida. Nós apoiamos meia dúzia de pessoas, actualmente são pequenas, micro-empresas. São micro-empresas, tout court. E o que é que elas fazem? Desenrascam-se! Começam com a ideia da pêra e depois fazem tudo e mais alguma coisa.” Entrevista a responsável da LeaderOeste, Junho 2008.

⁶⁵ Veja-se como exemplo de uma experiência artesanal bem sucedida: <http://quintadovaledarosa.com/quintadovaledarosa/default.aspx>

⁶⁶ Três das chamadas Sete Maravilhas de Portugal, eleitas em concurso mediático em 2007, situam-se no Oeste. Desde então tem havido uma maior promoção do património da região.

⁶⁷ Entrevista a responsável da Campotec, Julho 2006.

sua gestão) e, por fim, a opção estratégica de indivíduos naturais da região Oeste, emigrados na capital e retornados ao local de origem (e daí a postura simultaneamente próxima e distanciada que facilitou a visão estratégica, por um lado, e a actividade associativa, por outro). A confluência destes factores promoveu a criação e dinamização de uma série de elementos que no seu conjunto constituem um dispositivo montado para acorrer à “necessidade urgente” de manter uma actividade que, quer em termos materiais quer simbólicos, é responsável pela produção de alimentos.

O crescimento da produção e a melhoria da qualidade tanto do fruto como dos processos de produção, são nítidos, resultando não só do apoio técnico proporcionado pelas várias OP's e cooperativas de produtores da região, mas também da imposição de clientes de exportação (nomeadamente ingleses⁶⁸) e da grande distribuição (protecção integrada). Este crescimento tem permitido estabilizar em alta os níveis de exportação desde a campanha de 1999/2000, substituindo a tendência anterior de instabilidade, vendas fracas entrecortadas por picos súbitos. A regularidade da actividade exportadora permitiu o desenvolvimento e modernização, não só das centrais fruteiras, como de empresas de transporte rodoviário pesado. A área agrícola ocupada com pomares de pêra está em expansão, e embora a produção em si continue dispersa por múltiplos produtores individuais⁶⁹, o modo de produção é crescentemente controlado e supervisionado, de forma a manter a homogeneidade das características verdadeiras do fruto, quando consumido. Tudo isto tem contribuído para aumentar o valor da actividade agrícola na região, inclusive o orgulho e a auto-estima dos próprios produtores.

O esforço de promoção e divulgação do fruto tem sido uma das principais vertentes da actividade da ANP, e uma das áreas em que a associação tem apresentado ou integrado projectos⁷⁰. A partir de 2006, as questões técnicas ligadas à produção e a informação quantitativa de mercado ganhou primazia ao nível quer da comunicação (homepage, newsletter), quer dos eventos organizados pela associação (Jornadas Técnicas, Encontros Anuais, etc.). Esta alteração na abordagem comunicacional da fileira traduziu uma inversão, pelo menos parcial, da política da ANP, motivada pela confluência de diversas tendências estruturais que se vinham desenhando, e que configuram a especificidade da resposta local ao contexto global, determinado pela globalização e pela pressão pró-associativa exercida pela União Europeia, enquanto entidade política supra-nacional.

Pode-se considerar que o projecto da Rocha do Oeste marcou a inversão de sentido das prioridades da ANP, não tanto por não se enquadrar na linha que vinha sendo seguida desde o início, mas precisamente por ter marcado o limite do desenvolvimento traçado, na medida em que revelou as debilidades e inconsistências do projecto associativo no seu conjunto.

Após um início promissor, as elegantes caixas verde-escuro da Rocha do Oeste foram desaparecendo das “ilhas” das grandes e médias superfícies, substituídas pela pêra rocha vulgar, vendida a granel a baixo preço, sem qualquer identificação, ou então com a marca da distribuidora. Simultaneamente, o ritmo de comunicação da ANP quebra-se (a newsletter quinzenal vai deixando de aparecer na homepage e de ser enviada para os subscritores) e paulatinamente a temática muda, passando de uma informação muito virada para a criação da identidade própria do fruto, ligada ao território e a sua valorização através da incorporação de conhecimento e valor patrimonial, para uma informação quantitativa sobre as capacidades de escoamento dos mercados e técnica sobre questões relacionadas com o cultivo, o armazenamento e a conservação dos frutos. A última grande realização da ANP que extrapolou a produção e comercialização básica de peras foi o acolhimento do Pear Symposium 2007, um congresso de ciência e engenharia agronómica que juntou conferencistas de vários países do mundo, mais uma vez em Óbidos, e proporcionou o reacendimento da enorme estrutura metálica em forma de pêra que bordeja a A8 à entrada do Bombarral, e cujas lâmpadas se tinham simbolicamente fundido meses atrás.

De que modo o projecto Rocha do Oeste acabou por desempenhar o papel de “revelador” das debilidades associativas da fileira Pêra Rocha do Oeste?

Desde logo a questão do carácter colectivo da marca, que oculta a contribuição individual de cada parceiro e levanta questões de confiança (ou falta dela) e de identidade. As identidades individuais, ligadas à posse, sobretudo de terra, são tão fortes que prejudicam ou mesmo impedem a construção de uma identidade colectiva⁷¹, demasiado abstracta para ser interiorizada, tanto mais que existem ambiguidades administrativas no que concerne à definição concreta de fronteiras da região Oeste. Esta indefinição é interpretada como falta de uma “materialidade” simbólica (a fronteira), que parece ser da maior importância para demarcar concretamente um território, para fazê-lo pertença da comunidade do Oeste.

A outra questão, que não deixa de estar ligada a esta obsessão pela propriedade individual, é a falta de comunicação e integração. Este deficit traduz-se, por um lado, no não aproveitamento das potencialidades de um projecto desta natureza (Pêra Rocha do Oeste (DOP) e por outro, na manutenção, inconsciente e/ou deliberada, de uma estrutura de poder que, se por um lado mantém a relevância social e política dos proprietários das grandes centrais fruteiras, que são também, frequentemente os maiores proprietários de terra (neste caso pomares), por outro, retira-lhes a possibilidade de competir de facto com a grande distribuição na mesa das negociações e mantém a sua dependência real face a um Estado, cuja proximidade simultaneamente odeiam e desejam.

⁶⁸ O Reino Unido adquire cerca de 40% das quantidades totais exportadas.

⁶⁹ A região Oeste caracteriza-se pela média propriedade. Mesmo os grandes proprietários de terra possuem geralmente múltiplas “fazendas” de média dimensão, descontínuas.

⁷⁰ Por exemplo “Fruta de todos os sabores” para a sensibilização da comunidade escolar, “Mesa portuguesa”, um projecto mais vasto de internacionalização de um conjunto seleccionado de produtos alimentares portugueses.

⁷¹ Um exemplo da força destas identidades ligadas à posse de terra é a controvérsia que tem levantado o projecto de bordejar a A8 com estruturas iluminadas em forma de pêra. É que estas estruturas têm que ficar em terrenos de alguém, ainda que o espaço ocupado seja mínimo.

Como é que se manifesta concretamente a desintegração da acção e da comunicação? Entre outros aspectos através da fraqueza e do carácter pontual e desagregado das actividades conexas ao boom do cultivo da pêra, como o artesanato e a doçaria, por exemplo; ou o desenvolvimento totalmente paralelo de actividades que se encontram igualmente em franco crescimento na região como o turismo.

A desconexão entre os parceiros, motivada em grande parte por desconfiança e uma postura de concorrência interna, conduz por um lado, à manutenção de uma estrutura de poder marcada pela elevada distância hierárquica e, simultaneamente, ao enfraquecimento do núcleo duro da ANP em face do poder da grande distribuição, que acabou por impor a substituição da marca coletiva “Rocha do Oeste”, com todo o potencial simbolismo que detinha, pelas diversas marcas dos distribuidores, mantendo assim o carácter de mercadoria simples do fruto e retirando-lhe objectivamente valor de mercado.

Por fim, levanta-se ainda a questão da intermitência e da sustentabilidade financeira e temporal do processo. Esta questão está presente sob vários aspectos, por um lado a diferença entre o tempo do empresário, sobretudo o do pequeno empresário obrigado à sobrevivência, o artesão directa ou indirectamente ligado ao projecto, e o tempo da transformação do valor simbólico potencial do fruto em valor de facto, ou seja, em reconhecimento pelo cliente, no mercado, do valor que lhe é atribuído pelo conhecimento incorporado (inclusive o factor identitário regional); por outro lado, e dentro da mesma linha, a intermitência do financiamento, que determina a descontinuidade das campanhas de comunicação. A dependência em relação aos fundos externos (Estado, UE) leva a que as campanhas de comunicação não tenham um carácter constante, mas estejam concentradas em picos, entrecortados por silêncios. Durante estes períodos de silêncio, que podem ser muito prolongados, as equipas de trabalho (os trabalhadores da ANP) mudam, a imagem simbólica do fruto esbate-se (sendo substituída pelo objecto comum), a motivação dos parceiros e outros membros da rede desvanece-se, sendo substituída pela necessidade imperativa de vender em quantidade.

Ainda assim, e dentro dos condicionalismos apontados, a Pêra Rocha do Oeste (DOP) é um exemplo de sucesso do associativismo de produtores agrícolas em Portugal. Tem permitido o aumento sistemático da área agrícola e a revalorização da actividade, motivou o aumento da produção e a criação de um produto de exportação com uma identidade própria ligado a um território determinado, e está na origem da criação e desenvolvimento de uma série de actividades conexas, nomeadamente na área da doçaria e das bebidas alcoólicas artesanais, que transformou a vida e as expectativas de algumas dezenas de famílias.

Referências principais

- Abdelmalek, A.A. (2005), Les formes de constructions identitaires modernes : entre territoire et profession, *Ruralia*, 2004-15. <http://ruralia.revues.org/document1042.html> (consultado a 09 de Dezembro de 2008)
- ANP (2003), *Pera Rocha do Oeste: passado, presente e futuro*. Cadaval, ANP.
- Billaud, J.P. (2004), Environnement et ruralité : engeux et paradoxes. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 10, 111-118.
- Thomsin, L. (2005), Un concept pour le décrire : l'espace rural rurbanisé. *Ruralia*, 2001-09. <http://ruralia.revues.org/document250.html>. (consultado a 09 de Dezembro de 2008).

A divisão sexual do trabalho: um estudo das teleoperadoras no Brasil

Claudia Mazzei Nogueira¹

Resumo: Este texto trata da questão da divisão sexual do trabalho tanto no espaço produtivo quanto no espaço reprodutivo, procurando entender a íntima relação existente entre a divisão de tarefas na esfera doméstica das trabalhadoras e as suas funções no mundo assalariado no ramo do telemarketing.

A divisão sexual do trabalho pode ser compreendida como uma conceitualização, onde as situações dos homens e das mulheres não são produzidas por um destino biológico, mas são prioritariamente “construções sociais”. Essas relações compreendem, como todas as relações sociais, uma base concreta, dada pelo trabalho, e se explicitam através da divisão social do trabalho entre homens e mulheres, chamada, de forma mais precisa: divisão sexual do trabalho. (Kergoat, 2000: 35)

Foi estudando a categoria profissional específica de trabalhadoras de telemarketing no Brasil, que procuramos entender como elas vivenciam a dimensão dúplice de trabalho, no que tange a divisão sexual nas esferas do trabalho e da reprodução.

A divisão sexual do trabalho pode ser compreendida como uma conceitualização, onde as situações dos homens e das mulheres não são produzidas por um destino biológico, mas são prioritariamente “construções sociais”. Isso ocorre porque homens e mulheres não se limitam a uma coleção de indivíduos biologicamente distintos. Eles constituem dois grupos sociais que estão ligados através de uma relação social específica: “as relações sociais de sexo”. Essas relações compreendem, como todas as relações sociais, uma base concreta, dada pelo

¹ A autora é doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e professora adjunto da UFSC - mазzeinogueira@uol.com.br. Publicou os livros *A Feminização no Mundo do Trabalho*, 2004 e *O Trabalho Duplicado*, 2006.

trabalho, e se explicitam através da divisão social do trabalho entre homens e mulheres, chamada, de forma mais precisa: divisão sexual do trabalho. (Kergoat, 2000: 35)

Foi estudando a categoria profissional específica de trabalhadoras de telemarketing, que procuramos entender como elas vivenciam a dimensão dúplice de trabalho, no que tange a divisão sexual nas esferas do trabalho e da reprodução.

Neste texto não pretendemos unicamente reconhecer que a divisão sexual do trabalho é totalmente favorável ao sexo masculino e desfavorável à mulher, o que, em grande medida, poderia reduzi-la a um estudo redundante. Mas sim, mostrar que existe uma forte inter-relação entre a precarização da força de trabalho feminina e a opressão masculina presente na família patriarcal.

Nas últimas décadas uma acentuada feminização no mundo do trabalho vem ocorrendo. A participação masculina nesse espaço assalariado pouco cresceu no período pós-70, contrariamente a intensificação da inserção feminina foi o traço marcante. Entretanto, a presença feminina se encontra mais presente nos empregos considerados precários, onde a exploração, em grande medida, se encontra mais acentuada. Essa realidade é um dos paradoxos, entre tantos outros, da mundialização do capital no mundo do trabalho.

O impacto das políticas de flexibilização do trabalho, nos termos da reestruturação produtiva, tem se mostrado como um grande risco para toda a classe trabalhadora, mas, em especial, para a mulher trabalhadora.

A precarização, apesar de atingir enorme contingente da classe trabalhadora, tem sexo. Prova disso é que a flexibilização da jornada de trabalho feminina só “é possível porque há uma legitimação social para o emprego das mulheres por durações mais curtas de trabalho: é em nome da conciliação entre a vida familiar e a vida profissional que tais empregos são oferecidos, e se pressupõe que essa conciliação é de responsabilidade exclusiva do sexo feminino”. (Hirata, 1999: 08)

Além disso, existe a conotação de que o trabalho e o salário feminino são complementares no que tange às necessidades de subsistência familiar. Embora saibamos que hoje, para algumas famílias, essa premissa não é mais verdadeira, pois o valor “complementar” do salário feminino (que muitas vezes é o fundamental) é freqüentemente imprescindível para o equilíbrio do orçamento familiar, especialmente no universo das classes trabalhadoras. (Idem: 08).

No entanto, se a mulher contemporânea é uma trabalhadora assalariada como os homens, inclusive inserindo-se em novos postos de trabalho (até mesmo aqueles que anteriormente eram reservados somente para os trabalhadores), repartindo a responsabilidade do sustento familiar ou mesmo sendo a provedora principal da família, as suas atividades domésticas não deveriam também sofrer uma substancial transformação da divisão sexual do trabalho?

A partir desta indagação principal e à qual outras se acrescentam, desenvolvemos nosso texto sobre o espaço do trabalho do telemarketing, analisando especificamente as mulheres trabalhadoras desse setor.

A feminização do trabalho no telemarketing

No Brasil, a partir dos anos de 1980 ocorre um constante crescimento da população economicamente ativa feminina (PEA), tendo um aumento, entre 1981 e 1998, de 111,5%, aumento muito mais acentuado que o masculino². (Nogueira, 2004: 69)

Essa tendência de crescimento do trabalho feminino se mantém até os dias de hoje, embora ainda seja inferior à dos homens, mesmo que entre estes o que presenciamos é um recuo.

Essa acentuada feminização no mundo do trabalho se efetivou também em muitos segmentos de prestação de serviços, entre eles o setor de teleatendimento, conhecido também como telemarketing ou ainda como call center.

O crescimento no número de postos de trabalho em empresas de call center, entre 1997 e 2001, foi de 198,01%, segundo pesquisas recentes divulgadas pela Associação Brasileira de Telemarketing (ABT). Nesse mesmo período, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) indicou um retrocesso de 23,32% dos postos de trabalho na indústria, contrastando com um crescimento de 11,05% no setor de serviços.

Inserido nesse setor de serviços, o telemarketing é um dos segmentos que mais emprega no Brasil. Segundo o vice-presidente administrativo financeiro da ABT, em 2004, Pedro Renato Eckersdorff, um dos motivos para esse crescimento é o aumento do uso de telefones no país, fenômeno intensificado a partir da privatização das empresas de telecomunicações, em 1998. Segundo ele, “atualmente, o telefone não é mais um patrimônio, mas sim um serviço. (...) A partir do momento em que o consumidor teve ao seu dispor uma enorme oferta de linhas telefônicas no mercado, principalmente nas grandes cidades brasileiras, ele passou a resolver quase todos os seus problemas por telefone”. E lembra, também, que foi muito importante a consolidação do Código de Defesa do Consumidor, obrigando as empresas a disponibilizar os mais diferentes tipos de serviços de atendimento, entre eles o Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC). Com isso, hoje é praticamente impossível encontrar uma embalagem de produto sem um número de telefone de atendimento ao consumidor. Essa realidade, por sua vez, implica a criação de um número acentuado de postos de trabalho na área de call center. (<http://www.callcenter.inf.br/>)

Em 1997, existiam cerca de 151.000 trabalhadores no segmento de telemarketing. O ano de 1999 foi o de maior crescimento do setor, quando foram contratados 90.000 novos profissionais, um avanço de 46,15% em relação ao ano de 1998. Nos anos que se seguem, o crescimento se mantém, porém em menor intensidade, mas, mesmo assim, cresceu acima de outros setores da economia. Em 2000, a oferta de empregos na área de call center subiu 29,82%, e em 2001, o aumento foi de 21,62%, empregando 450.000 operadores nesse período³. O ano de 2002 foi um ano de apenas 3,3% de crescimento totalizando 465.000 postos de trabalho. Em 2003 o crescimento deste mercado aumentou em torno de 7,5%, totalizando

² Para entender as tendências existentes na Europa sobre a feminização no mundo do trabalho ver os qualificados estudos de Maruani, 2000 e 2002.

³ Como dado complementar, segundo a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), na época de 1997, o país contava com 18,8 milhões de telefones fixos, sendo 11,7 aparelhos para cada 100 habitantes, além de 4,6 milhões de aparelhos de telefones celulares. Em 2001 já eram 40,5 milhões de telefones fixos e 29,2 milhões de celulares. (http://www.catho.com.br/jcs/inputer_view.phtml?id=5611)

aproximadamente 500.000 postos de trabalho, segundo a ABT. E, em 2004 esse número subiu para 525.000 sendo esperado que este ano se encerre com 555.000 pessoas empregadas no setor, o que confirma, de acordo com as pesquisas, que esse segmento é uma das principais portas de entrada da jovem trabalhadora no mercado de trabalho⁴.

A utilização do gênero feminino na frase acima não é um mero acaso já que no setor de call center, aproximadamente 70% da força de trabalho existente é feminina e 45% é constituída de jovens entre 18 e 25 anos, sendo que os salários variam de R\$ 400,00 a R\$ 1.200,00 (nos casos de PAs – posições de atendimento – bilíngües), para uma jornada de trabalho de 6 horas diárias e 6 dias por semana, tendo uma folga intercalada no final de semana – ora sábado, ora domingo. (<http://www.abt.org.br>)

O trabalho da teleoperadora

A profissão de teleoperadora é um desdobramento da atividade de telefonista. Em geral, essa atividade consiste em fornecer informações aos usuários, sendo utilizada constantemente uma única ferramenta, a voz, através do computador e do fone de ouvido⁵.

A rotina das teleoperadoras é exaustiva e pesada. As ações são repetitivas e submetidas a um rigoroso controle por parte da empresa, o que pode gerar, muitas vezes, problemas de ordem física e psicológica.

Dentro dessa rotina, diversos fatores de risco estão presentes para o adoecimento da trabalhadora, entre eles:

Ritmo alucinante de trabalho;

Ausência de pausas para recuperar o organismo;

Metas de produtividade desgastantes (tempo médio de atendimento – TMA);

Movimentos repetitivos;

Pressão constante de supervisores com controle rígido do trabalho;

Insalubridade do Ambiente de trabalho;

Inadequação do mobiliário e dos equipamentos;

Postura Estática.

Portanto, os efeitos das precárias condições de trabalho nas empresas de call center afetam sobremaneira a saúde física e psicológica das trabalhadoras. Um dos relatos mais constantes sobre a saúde das trabalhadoras são as lesões musculares causadas pelo trabalho repetitivo e pelo pouco tempo de descanso. A Ler-Dort (lesão por esforço repetitivo ou distúrbio osteomuscular relacionados ao trabalho), vai alterando evolutivamente os tendões, as articulações e os músculos, que a princípio se manifestam como dor, podendo chegar a incapacidade funcional. Inicialmente essas dores são entendidas como normais pelas trabalhadoras, até o momento em que, com o seu agravamento, podem acarretar distúrbios psicológicos como a ansiedade e a depressão. Essa atitude da trabalhadora em relação a sua dor se deve provavelmente ao fato de que a dor diminui quando é cessada a sua atividade e recomeça nos períodos de pico do trabalho.

Outras doenças relacionadas ao trabalho da teleoperadora são as auditivas, o ruído do fone de ouvido pode alcançar o nível de 85 decibéis se não for perfeitamente calibrado, ocasionando lesões no aparelho auditivo. Um local de trabalho muito barulhento também poderá ser outro fator que colabora para futuros problemas. O espaço de trabalho pode ser inadequado quando cerca de 20% dos seus ocupantes apresentam alterações de saúde transitórias associadas ao tempo de permanência em seu interior, que tendem a desaparecer após curtos períodos de afastamento. Os fatores que mais contribuem para essa inadequação são: ar condicionado mal regulado e sem manutenção, carpetes, mofo, a utilização de produtos de limpeza agressivos etc. Alguns dos sintomas mais identificados são:

Irritações, secura e coceira nos olhos;

Irritação, secura e congestionamento das vias nasais;

Secura na garganta, rouquidão, coceira e tosse;

Irritação, secura, coceira e eritemas na pele;

Dores de cabeça, náuseas e tonturas.

Em relação à voz, instrumento fundamental da trabalhadora do telemarketing, algumas lesões podem aparecer quando exigimos muito do uso dela. Os nódulos vocais, popularmente conhecidos como calos nas cordas vocais, é uma delas, acarretando uma inflamação crônica na laringe com fadiga vocal e rouquidão. A tensão acentuada do trabalho ajuda a agravar a situação⁶.

No que tange à saúde mental das trabalhadoras de telemarketing, muitos são os diagnósticos de transtornos relacionados com essa atividade, por exemplo, alcoolismo, depressões relacionadas com o trabalho, estress, neurastenia,

⁴ Podemos acrescentar que, por meio de parceria com a Prefeitura de São Paulo, a ABT pretende capacitar 5.000 pessoas da periferia da cidade e oferecer oportunidades de primeiro emprego para, pelo menos, 450 delas. A iniciativa pode, ainda, ser estendida a outras capitais brasileiras.

Também como dado complementar: A Associação Brasileira de Telemarketing assina com o Ministério do Trabalho no dia 25 convênio de adesão ao Primeiro Emprego, para o qual reservará 18 mil das 60 mil novas vagas até o final de 2005. O setor de call center fechará 2004 com 555 mil postos de trabalhos. (Folha de São Paulo, 12/11/2004).

⁵ As informações aqui indicadas constam da Cartilha de Prevenção do Teletendente (Porsani, 2004), bem como da pesquisa realizada por Vilela e Assunção (2004).

⁶ Alguns cuidados que devem ser tomados para evitar esses nódulos são interessantes de serem apontados: exercícios vocais orientados por fonoaudiólogo, beber água à temperatura ambiente, a cada 10 minutos, repouso vocal ao longo da jornada (mínimo 10 minutos a cada hora), evitar excessos de fala, velocidade e intensidade, não fumar, alimentação saudável, ar condicionado regulado e limpo e respiração adequada.

fadiga, neurose profissional etc. As trabalhadoras devem ficar atentas a alguns sintomas que frequentemente podem estar presentes no seu dia-a-dia, entre eles:

- Dores musculares;
- Tonturas e dor de cabeça;
- Perturbação do sono;
- Incapacidade de relaxar;
- Irritabilidade;
- Choro fácil;
- Sensação de abatimento e esgotamento;
- Dificuldade de concentração e memória;
- Agressividade.

Esses são alguns exemplos do que a precarização e a exploração acentuada da força de trabalho no segmento do telemarketing pode resultar. Segundo Vilela e Assunção,

Os registros no Sindicato da categoria, de cansaço e esgotamento mental, tristeza e sentimentos de impotência face às exigências da organização do trabalho são enfáticos e explicitam a associação com os componentes da atividade, (...) tendo como hipótese orientadora o peso da organização do trabalho no desencadeamento dos sintomas. O quadro evoca a tese de Dejours⁷ sobre a gravidade das situações quando o sofrimento fica expresso nas palavras dos trabalhadores. O autor afirma que queixas desse tipo são formuladas quando o sofrimento torna-se insuportável. (2004: 1.069)

De fato, as formas de organização do trabalho estabelecem uma íntima relação com a trabalhadora. Se a instituição afasta a trabalhadora do poder de decisão, acaba por prejudicar e/ou impedir que ela desenvolva estratégias para adaptar o trabalho desenvolvido à sua realidade, sendo gerados, em grande medida, sentimentos de insatisfação e inutilidade, interferindo na motivação e nos desejos, inclusive reduzindo o seu desempenho⁸. Por sua vez, a rigidez das organizações pode gerar perturbações na relação do trabalhador com a sua tarefa, alterando o uso pleno de suas capacidades, e, ainda, “automatizar” o pensamento. Os estudos de Abrahão et al.⁹ e Torres¹⁰ descrevem os sintomas e quadros mórbidos com maior incidência, dando ênfase para os casos freqüentes de sintomas depressivos e a sensação de fadiga no setor de telemarketing, inclusive com efeitos na esfera da vida no espaço reprodutivo (os quais para nossa pesquisa são relevantes). (Vilela e Assunção, 2004: 1.070)

Os resultados dos estudos atuais não são muito diferentes daqueles registrados em 1956 pelo psiquiatra francês Le Guillant¹¹, que em seus escritos apontava um quadro de adoecimento polimórfico em telefonistas, por ele denominado de Neurose das Telefonistas, como: alterações de humor, fadiga nervosa, alterações do sono e manifestações somáticas variáveis que influenciavam a vidas das telefonistas. O médico já relatava que o nervosismo era acentuado pelo próprio trabalho; a irritabilidade e a hiperatividade eram mantidas após a jornada, acompanhadas de uma profunda emotividade e ansiedades latentes¹².

Assim, podemos dizer que os mecanismos mais acentuados de controle do trabalho presentes nas atividades do telemarketing são: controle do tempo, do conteúdo, do comportamento, do volume de serviços realizados e dos resultados. Portanto, tudo indica que a empresa depende do esforço mental e afetivo das teleoperadoras para concretizar a interação com o cliente, e obviamente a satisfação deste, transpassando as dificuldades sem, no entanto, ultrapassar o TMA conforme estipulado pelas metas comerciais ou, ainda, romper o controle imposto. Desse modo o resultado mais provável será o de adoecimento das trabalhadoras.

Cabe ressaltar, portanto, que esse espaço de trabalho não foi escolhido aleatoriamente; pelo contrário, definimos esse setor de teleatendimento por ser esta uma profissão assalariada predominantemente feminina e em franco processo de expansão dentro do capitalismo contemporâneo. Desta forma, esse espaço se torna favorável para o desenvolvimento do estudo acerca da existência ou da inexistência de uma divisão mais igualitária do trabalho na sociedade capitalista.

Assim, em nosso texto procuraremos mostrar como o espaço do trabalho está intimamente vinculado ao espaço da reprodução, interagindo com as relações de gênero presentes na complexa e contraditória trama de relações sociais que conformam a divisão sexual do trabalho.

As relações sociais de gênero, entendidas como relações desiguais, hierarquizadas e contraditórias, seja pela exploração da relação capital/trabalho, seja pela dominação masculina sobre a feminina, expressam a articulação fundamental da produção/reprodução. O primado econômico de exploração e a opressão/dominação de gênero confirmam a nossa opção

⁷ Dejours, C. “Trabalho e saúde mental: da pesquisa à ação”. In: Dejours, C.; Abdoucheli, E.; Jayet C. (orgs.). *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas; 1994, pp. 47-69.

⁸ Dejours, C. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. 5a ed. São Paulo: Cortez/Oboré; 1992.

⁹ Abrahão, J.I.; Torres, C.C.; Assunção, A. “Penosidade e estratégias de atenuação do risco: o caso das telefonistas de uma instituição pública”. *Estudos, Vida e Saúde*, 2003; 30: 85-110.

¹⁰ Torres, C.C. *A atividade nas centrais de atendimento: outra realidade, as mesmas queixas* (Dissertação de Mestrado). Brasília: Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília; 2001.

¹¹ Le Guillant, L. “A neurose das telefonistas”. *Revista Brasileira de Saúde ocupacional*, 1984; 47:7-11.

¹² Os estudos de Barreto mostram que 7% das aposentadorias, no período de 1986 a 1997, em uma empresa de teleatendimento, tiveram como causa problemas mentais tipo psicose, neurose e alcoolismo. Também nesse período, a autora encontrou elevada prevalência de afastamento por doenças psiquiátricas, sendo mais freqüentes em telefonistas seguidas pelos teleatendentes. Nos registros dos prontuários, observou-se que as principais causas de afastamento eram originadas por depressão e manifestações de ansiedade (Barreto, 2001 in Vilela e Assunção, 2004: 1.070).

de trabalharmos, baseados na divisão sexual do trabalho nos espaços produtivo e reprodutivo, pois, dessa forma, temos a oportunidade de salientar a importância do estudo do trabalho na esfera reprodutiva e sua interseção com o trabalho assalariado na esfera produtiva, contemplando as dimensões objetivas e subjetivas, individuais e coletivas existentes nessa relação.

A divisão sexual do trabalho é, portanto, um fenômeno histórico, pois se metamorfoseia de acordo com a sociedade da qual faz parte. Mas, na sociedade capitalista, segundo essa divisão, o trabalho doméstico permanece predominantemente sob a responsabilidade das mulheres, estejam elas inseridas no espaço produtivo ou não.

Nos anos 1970, por exemplo, a mulher trabalhadora acentuava a sua participação nas lutas de sua classe e na organização política e sindical. Mantinha-se o enfrentamento em relação ao discurso conservador que preconizava um destino natural para a mulher: ser mãe e esposa, mantendo o conceito de família como instituição básica e universal.

É nessa década que o combate à opressão contra a mulher se torna mais acentuado, onde era preciso mais do que nunca lutar pela sua emancipação econômica e social, pelo seu direito ao trabalho, com todas as especificidades que isso implica, como por exemplo, salários iguais para trabalhos iguais, além da reivindicação de uma divisão mais justa no trabalho doméstico, na esfera reprodutiva, libertando, ao menos parcialmente, a mulher da dupla jornada.

Já, vinte anos mais tarde, nos anos 1990, a mundialização do capital emitiu efeitos complexos, além de contraditórios, afetando desigualmente o emprego feminino e o masculino. Em relação ao emprego masculino, ocorre uma regressão e/ou estagnação. Já o emprego e o trabalho feminino remunerado crescem, mas, mesmo ampliando a participação feminina no mundo produtivo¹³ as tarefas domésticas continuavam reservadas exclusivamente à mulher, ou seja, a organização da família patriarcal pouco é alterada, o marido se mantém provedor e a esposa a provedora complementar e dona de casa, confirmando a divisão sexual desigual do trabalho.

Portanto, historicamente as mulheres sempre estiveram em situação de desigualdade. As relações sociais capitalistas legitimam uma relação de subordinação das mulheres em relação aos homens, imprimindo uma conotação considerada “natural” à mulher, dada pela subordinação.

Em verdade, apesar de a luta feminina visar, entre outros fatores, a redução da desigualdade existente na divisão sexual do trabalho, tanto no espaço produtivo quanto no reprodutivo, no transcorrer dos anos a lógica hegemônica para manter a estrutura da família patriarcal, reservando às mulheres as responsabilidades domésticas, contribui para a persistência da desigualdade na divisão sexual do trabalho ainda no início do século XXI.

Isso porque, conforme indicamos anteriormente, a divisão sexual do trabalho é um fenômeno histórico e social, pois se transforma e se reestrutura de acordo com a sociedade da qual faz parte em um determinado período. Assim, na sociedade capitalista, segundo essa divisão, o trabalho doméstico fica sob a responsabilidade das mulheres, independentemente de elas terem ou não um emprego no mercado de trabalho. Vale acrescentar que a atividade doméstica não assalariada, realizada na esfera reprodutiva, é também uma forma evidente de trabalho, apesar de bastante distinta da forma assumida pelo trabalho assalariado no mundo da produção.

Podemos afirmar que a divisão sexual do trabalho não apresenta nenhuma neutralidade: trabalho feminino e trabalho masculino são categorias importantes não em função da natureza técnica das suas atividades, mas em função das relações de poder e dos interesses que os encobrem. (Pena, 1981: 81)

Dessa forma, a divisão sexual do trabalho, tanto na esfera doméstica quanto na produtiva, expressa uma hierarquia de gênero que, em grande medida, influencia na desqualificação do trabalho feminino assalariado, no sentido da desvalorização da força de trabalho e conseqüentemente desencadeando uma acentuada precarização feminina no mundo produtivo.

Isso ocorre porque "a reprodução das relações sociais capitalistas de produção é também a reprodução da divisão sexual do trabalho. Aqui, a relação capital/trabalho como uma relação histórica concreta pode ser vista de forma a incorporar uma hierarquia de gêneros, expressa em categorias como - qualificação, responsabilidade, controle - que de fato não são neutras a sexo, como também não são neutras as classes". (idem, 1981: 81)

Muitas das profissões contemporâneas foram criadas pelo capitalismo e são tratadas como ocupações subordinadas, pela baixa qualificação exigida, pelos baixos salários, pelas jornadas parciais e por sua feminização, como vimos também no segmento do telemarketing. Em resumo a divisão sexual do trabalho, realmente, não contempla nenhuma neutralidade.

O capital, por sua vez, não ignorou essa realidade ao longo da história e até hoje vem reforçando e se apropriando da existência de dominação e subordinação entre os sexos. Portanto, a hierarquização confirmada pela composição das relações de poder presentes na família patriarcal e a subordinação feminina continuam contribuindo satisfatoriamente ao capital. (idem, 1981: 82).

A interseção do trabalho com a reprodução, na conformação capitalista, serve ao capital, não somente pela exploração da força de trabalho feminina no espaço produtivo, mas também porque as atividades desenvolvidas pelas mulheres no espaço doméstico garantem, entre outras coisas, a manutenção de “trabalhadores/as” para o mundo do trabalho assalariado, bem como a reprodução de futuros trabalhadores/as que acabam por se constituir enquanto força de trabalho disponível para o capital. (idem, *ibidem*, 1981: 82).

¹³ Vale dizer que neste estudo não estamos utilizando trabalho produtivo no sentido de trabalho que cria diretamente mais valia (Marx, Capítulo VI, Inédito), mas em seu sentido mais genérico, ou seja, para designar o ato laborativo assalariado, seja ele, produtivo ou improdutivo, informal ou autônomo, que se realiza na sociedade capitalista.

As atividades não remuneradas realizadas pela dona-de-casa (como por exemplo, a alimentação, o cuidado com a roupa, a limpeza da casa, etc.) tem papel relevante na redução dos custos da reprodução da força de trabalho, mantendo o seu próprio valor em patamares mais baixos.

Assim, a responsabilidade da realização das tarefas domésticas pelas mulheres que desempenham um trabalho assalariado no mundo da produção caracteriza a dupla (e às vezes tripla) jornada de trabalho com todas as implicações decorrentes dela, entre as quais destacamos a presença de uma forte opressão de gênero e também de exploração do capital.

Em decorrência disso, podemos afirmar que as relações sociais de gênero, aqui representadas pela desigual divisão sexual do trabalho, baseiam-se na articulação do trabalho assalariado feminino com as suas funções de reprodução, uma vez que as relações de gênero no espaço produtivo e na esfera reprodutiva apresentam relação de exploração e opressão respectivamente.

Desta maneira, uma das causas da desigual divisão sexual do trabalho, tanto na esfera produtiva quanto na reprodutiva, consiste em avaliar as implicações futuras do questionamento da autoridade do capital. O controle do capital deve estar constantemente presente nas relações sociais. Tanto é verdade, que quando há grandes dificuldades e perturbações no processo de reprodução, os “representantes” do interesse do capital procuram lançar sobre a família o peso da responsabilidade pelas falhas e “disfunções” cada vez mais frequentes, impingindo a necessidade de “retornar aos valores da família tradicional” e aos “valores básicos”.

Como lembrou Mézáros, para o bom funcionamento do sistema de capital, a premissa da verdadeira igualdade é absolutamente inaceitável; uma divisão sexual do trabalho menos desigual tende a permanecer não-integrável na lógica dominante e, irresistível (“não importando quantas derrotas temporárias ainda tenha de sofrer”), para quem luta por ela. (Mézáros, 2002: 272).

A luta por uma divisão sexual do trabalho mais justa refere-se, portanto, também a uma luta contra o próprio capitalismo. Esse embate tem como cerne a superação da família patriarcal que hierarquiza as relações, contidas no nó ontológico¹⁴, para lembrar Heleith Saffioti, entre gênero e classe, evidenciadas pela divisão sexual do trabalho, presentes nos espaços do trabalho e da reprodução, ou seja, em todas as esferas da vida que permeiam uma relação de exploração/dominação.

No entanto, é imprescindível avançar na realização de uma metamorfose na divisão sexual do trabalho no espaço doméstico, com o intuito de iniciar uma “primeira” libertação das tarefas ditas femininas, impostas predominantemente pela sua condição de mulher. Isso, para que ela possa estar em condições de igualdade de sexo para o seu trabalho no espaço produtivo, já que hoje a baixa remuneração, a jornada de trabalho parcial de 6 horas (como é o caso das teleoperadoras), desestimulam boa parte das mulheres na inserção no mundo do trabalho com um objetivo claro de seguir uma carreira aprimorando sua dimensão profissional, exceto quando necessário para a sua própria subsistência ou ainda na subsistência familiar, pois a precarização encontrada no espaço produtivo não compensa a exaustão da dupla jornada de trabalho.

Porém, manter-se unicamente na esfera reprodutiva também não é uma boa opção para as mulheres, uma vez que o trabalho doméstico é mais desvalorizado socialmente, encontrando-se associado ao sexo feminino por ser entendido, pela sociedade conservadora, que cabem, à mulher, os cuidados com a reprodução e com a manutenção da família e aos homens a produção social geral.

Ainda hoje muitas mulheres vivem dispersas entre os homens, ligadas pelos seus lares, pelo trabalho, pelos laços afetivos, pela dependência econômica (do pai ou marido): “O laço que as une a seus opressores não é comparável a nenhum outro”. O casal, na família patriarcal, tem como perspectiva a reprodução da lógica de ser essa instituição “uma unidade fundamental, cujas metades se acham presas indissolivelmente uma à outra (...)”. (Beauvoir, 1980: 13-14).

Neste sentido, podemos afirmar que na família patriarcal, o homem tende a legislar a vida da mulher e extorquir dela um quantum significativo do seu trabalho doméstico. Portanto, o fato de que, nesse último ponto, muitas mulheres aceitem essa situação por uma questão afetiva, nada muda a dura realidade de opressão, mas a torna ainda mais complexa.

Portanto, como já afirmamos anteriormente, os papéis ditos masculinos e femininos não são produto de um destino biológico, mas eles são antes de tudo constructo sociais, que têm como bases materiais, o trabalho e a reprodução. (Kergoat, s/d).

À Guisa de conclusão

Podemos afirmar que a divisão sexual do trabalho que se encontra presente no espaço produtivo e reprodutivo possibilita a articulação das duas dimensões que definem essa relação, o trabalho e a reprodução. No mundo produtivo contemporâneo um dos setores que mais absorve a força de trabalho feminina é o de serviços. Setor esse que permite evidenciar que a força de trabalho feminina tem como característica a atribuição de tarefas monótonas, repetitivas e estressantes, de trabalho part-time, como é o caso do ramo de telemarketing.

Esse é um exemplo explícito de que os empregos mais precários estão reservados, em grande medida, para as mulheres. O que pode nos levar a afirmar que essa situação ocorre porque as relações de trabalho se encontram ainda diretamente vinculadas às relações de poder presentes na histórica afirmação que o trabalho feminino tem menos valor que o

¹⁴ À qual Saffioti acrescenta também a dimensão de raça/etnia.

masculino em virtude prioritariamente de suas especificidades “naturais” de mãe e esposa. Mesmo que esta realidade esteja repleta de contradições e antagonismos, aliás, como ocorre sempre em todos os lugares onde os interesses do capital impõem sua lógica.

Por isso, a luta por uma divisão sexual do trabalho mais igualitária tem que contemplar o combate da opressão masculina sobre a feminina, como também, ter, impreterivelmente, o objetivo da superação da relação capital/trabalho.

Nesse aspecto, é fato que a crítica da sociedade capitalista não deve fixar-se somente à análise da exploração existente no espaço produtivo, por mais central que ela seja. A crítica deve considerar também a compreensão e superação da opressão que se encontra presente no espaço reprodutivo, aqui representado pela estrutura da família patriarcal que impõe uma desigual divisão do trabalho para a mulher.

Assim, este texto procurou mostrar que a divisão sexual do trabalho compreende a articulação das categorias trabalho e reprodução permitindo que se evidencie o aspecto dialético da positividade e negatividade que se encontra no interior dessa dinâmica contraditória. A inserção feminina no mundo do trabalho com certeza é positiva como mais um passo para sua emancipação, ainda que limitada, porém não vem amenizando significativamente a dupla, ou até mesmo, a tripla jornada de trabalho da mulher, ao contrário, vem intensificando essa realidade, uma vez que o trabalho doméstico sendo trabalho sem “valorização monetária”, mesmo que fundamental para a reprodução e manutenção da força de trabalho em geral, continua reservado prioritariamente para a mulher, traduzindo-se na exploração feminina no mundo do trabalho e na opressão masculina sobre a mulher no espaço doméstico.

Bibliografia

- Antunes, R., (1999). Os Sentidos do Trabalho, São Paulo, Boitempo Editorial.
- Dejours, C. (1992). A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. 5a ed. São Paulo: Cortez/ Oboré.
- Dejours, C. (1994). Trabalho e saúde mental: da pesquisa à ação. In: Dejours, C.; Abdoucheli, E.; Jayet C. (orgs.). Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas.
- Hirata, H. (2002). Nova Divisão Sexual do Trabalho?, São Paulo, Boitempo Editorial.
- Kergoat, D. (2000). “Division Sexuelle du Travail et Rapports Sociaux de Sexe”, In Hirata, H. et alli, Dictionnaire Critique du Féminisme, Presses Universitaires de France, Paris.
- Le Guillant, L. (1984). “A neurose das telefonistas”. Revista Brasileira de Saúde ocupacional.
- Marx, K. (1983). Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844, São Paulo, Editora Ática.
- Marx, K., O Capital, (1988). Livro I/Volume I/Tomos 1 e 2, São Paulo, Nova Cultural.
- Mészáros, I. (2002). Para Além do Capital, São Paulo, Boitempo Editorial.
- Nogueira, C. M., (2004). A Feminização no Mundo do Trabalho, Campinas - São Paulo, Autores Associados.
- Nogueira, C. M., (2006). O Trabalho Duplicado, São Paulo, Expressão Popular .
- Pena, M. V. J., (1981). Mulheres e Trabalhadoras, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.
- Porsani, (2004). Cartilha de Prevenção: Teletendente, Campinas – São Paulo.
- Saffioti, H., (1976). A Mulher na Sociedade de Classes, Rio de Janeiro, Editora Vozes.
- Torres, C.C. (2001). A atividade nas centrais de atendimento: outra realidade, as mesmas queixas (Dissertação de Mestrado). Brasília: Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília.
- Vilela, L. V. de O. e Assunção, A. A., (2004). “Os mecanismos de controle da atividade no setor de teletendimento e as queixas de cansaço e esgotamento dos trabalhadores”. In Caderno Saúde Pública, n. 20(4):1069-1078, jul-ago, Rio de Janeiro.

Sites consultados

<http://www.abt.org.br>

<http://www.callcenter.inf.br/>

Formação e desenvolvimento de recursos humanos numa rede de empresas

Maria Manuel Serrano
Universidade de Évora - Departamento de Sociologia
mariaserrano@uevora.pt

Resumo: Nesta comunicação apresentam-se alguns resultados de uma investigação empírica que sustentou uma tese de doutoramento em Sociologia Económica e das Organizações, subordinada ao tema “Estratégias e Práticas de Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos numa rede de empresas”.

A estratégia de investigação baseou-se no estudo de casos em seis empresas que formam uma rede: uma empresa multinacional e cinco empresas subcontratadas desta. Os principais instrumentos de recolha de informação utilizados foram a entrevista e o questionário, para além da informação documental disponibilizada pelas organizações envolvidas no estudo.

Na totalidade das empresas estudadas a formação é o principal instrumento de desenvolvimento de recursos humanos, juntamente, nalguns casos, com as formas de organização do trabalho em equipa e os princípios de gestão, concorrendo estes factores de forma conjunta para a melhoria do desempenho e da empregabilidade dos trabalhadores.

O objectivo específico desta comunicação é o de estabelecer a comparação entre o discurso dos dirigentes e a percepção dos trabalhadores sobre os efeitos das práticas efectivas de formação ao nível da aquisição de competências, da melhoria do desempenho e do fomento da empregabilidade, na empresa subcontratante e nas empresas subcontratadas.

Introdução

A passagem da organização funcional à organização flexível exige recursos humanos flexíveis e, neste contexto, a formação surge como um requisito fundamental para a elevação dos níveis de qualificação, polivalência, responsabilização, comunicação ou trabalho em equipa. Neste contexto, a formação é encarada como uma estratégia organizacional de longo prazo que permite o planeamento dos recursos humanos e o desenvolvimento das competências necessárias para fazer face às constantes mudanças no contexto organizacional.

A organização baseada no conhecimento, serviços e alta tecnologia contribuiu para aumentar o interesse pela formação e desenvolvimento dos trabalhadores de tal modo que é consensual a ideia dos efeitos positivos da formação ao nível da produtividade e da melhoria da performance, quer a nível organizacional, quer nacional.

Em sentido amplo o conceito de formação agrega todas as actividades planeadas para dotar os trabalhadores de conhecimentos e competências que lhes permitam desempenhar as suas funções. A formação é pois o principal instrumento de desenvolvimento dos recursos humanos ao dispor da organização e cuja eficácia exige que a organização adopte práticas de rotação de funções, como uma sequência de desenvolvimento, com o objectivo de aumentar o número de trabalhadores com posições chave dentro da empresa.

A política de formação é indissociável da política de emprego e deve contribuir para a realização dos objectivos estratégicos da empresa e, neste sentido deve responder a um duplo objectivo: “adaptar o pessoal às mudanças estruturais e às modificações das condições de trabalho, resultantes da evolução tecnológica e da evolução do contexto económico [e] permitir determinar e assumir as inovações e alterações a realizar para assegurar o desenvolvimento da empresa” (Peretti, 1994: 380).

Actualmente são referidas duas filosofias predominantes em matéria de formação (Boyer e Equilbey, 2003): i) Uma via operacional centrada no posto de trabalho e ii) uma via educacional que visa o desenvolvimento do trabalhador e a sua fidelização à empresa.

Em qualquer dos casos a formação tornou-se um elemento importante da Gestão de Recursos Humanos e passa a representar várias funções essenciais para a empresa (Boyer e Equilbey, 2003), nomeadamente:

i) uma função tradicional de melhoria dos conhecimentos, competências e aptidões, ou seja, do comportamento social do trabalhador;

ii) uma função (mais recente) de desenvolvimento das capacidades e aptidões dos trabalhadores que permite desenvolver o seu potencial e que terá, a curto ou longo prazo, uma incidência sobre o seu trabalho e a sua vida profissional.

Nesta perspectiva o desenvolvimento dos recursos humanos é uma responsabilidade social das empresas e define-se como o conjunto de experiências organizadas de aprendizagem num determinado período de tempo para aumentar a possibilidade de melhorar a performance no trabalho e crescer globalmente. O conceito de desenvolvimento de recursos humanos está intimamente relacionado com o conceito de empregabilidade, o qual expressa uma responsabilidade partilhada e exige uma articulação entre as políticas de recursos humanos, o mercado de trabalho (interno e externo) e as características do indivíduo (Boyer e Equilbey, 2003)

1. Nota metodológica

A estratégia de investigação baseou-se no estudo de casos - uma empresa multinacional¹ e cinco empresas subcontratadas² desta, que formam uma rede. Para garantir o anonimato das empresas estas surgem identificadas com letras de A a F.

Os principais instrumentos de recolha de informação foram a entrevista e o questionário, para além da informação documental disponibilizada pelas organizações envolvidas no estudo.

Para o tratamento dos dados de natureza qualitativa obtidos através das entrevistas recorreu-se à análise de conteúdo, mais especificamente ao método da análise temática. As categorias que resultaram da análise de conteúdo foram alvo de uma abordagem qualitativa e os depoimentos dos entrevistados foram utilizados de forma descritiva e explicativa no corpo do texto³.

¹ Empresa A.

² Empresas B, C, D, E e F.

³ Os excertos dos discursos dos empresários entrevistados surgem no texto a itálico e identificados com a letra da empresa que representam.

A análise quantitativa utilizou-se para os dados obtidos através dos questionários aplicados aos trabalhadores das empresas. Para o tratamento estatístico desta informação utilizou-se o programa informático Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) o qual permitiu realizar as operações estatísticas necessárias aos objectivos interpretativos de estabelecimento de relações de associação entre as variáveis.

Estudaram-se as correlações entre variáveis quantitativas ou ordinais e as associações entre as variáveis qualitativas. Para o efeito foram usadas as seguintes técnicas estatísticas não paramétricas: Teste de Friedman; coeficiente de correlação de Rho de Sperman e coeficiente de associação Phi (ϕ) e V de Cramer.

2. Breve caracterização das empresas da rede

Todas as empresas estão localizadas no Alentejo Central, cinco das quais habitam o mesmo parque industrial e uma delas (Empresa D) situa-se numa localidade que dista 20 Km das outras. A Empresa A (empresa subcontratante) é uma multinacional, instalada na região há mais de três décadas, sendo o principal ou único cliente das outras empresas. Verifica-se portanto, em todos os casos, uma situação de dependência, embora em grau variável, das empresas subcontratadas relativamente à Empresa A.

O Quadro 1 apresenta alguns elementos de caracterização das empresas como sejam o ano de origem, a nacionalidade, a actividade principal, a natureza jurídica e o número de trabalhadores. No que toca a este último elemento, verifica-se que o volume de emprego gerado pela rede é de 1974 postos de trabalho, dos quais 1526 (77,5%) estão directamente afectos à empresa subcontratante e 448 (22,5%) estão indirectamente afectos pois são assegurados pelas empresas subcontratadas.

Quadro 1: Características das empresas

Empresas	Ano nascimento	Origem	Actividade principal	Natureza jurídica	N.º Trabalhadores
A	1969	Alemã (EUA)	Fabricação de componentes electromecânicos	Sociedade por quotas	1526
B	1983	Portuguesa	Fabricação de outros produtos metálicos diversos	Sociedade por quotas	168
C	1988	Portuguesa	Metalomecânica e produtos afins	Sociedade por quotas	126
D	2000	Portuguesa	Fabricação de outros produtos metálicos diversos	Sociedade por quotas	66
E	1982	Portuguesa	Indústria transformadora de materiais plásticos	Sociedade por quotas	72
F	1997	Portuguesa	Gestão de resíduos, recolha, selecção, encaminhamento e valorização de resíduos industriais	Sociedade por quotas	16

Fonte: Elaboração própria a partir de informação disponibilizada pela empresa

Com o intuito de conhecer melhor as empresas procurou saber-se quais eram os seus principais desafios e problemas. Os desafios da empresa subcontratante reflectem o desejo e a necessidade de investimento em tecnologia e produção de Know how como condição para enfrentar os outros desafios identificados: a manutenção da posição de liderança no mercado e o combate à concorrência interna. No caso das empresas subcontratadas verifica-se que os desafios traçados estão invariavelmente relacionados com questões de sobrevivência a partir da satisfação/manutenção ou angariação de clientes, como referem especificamente as Empresas B, C, D e F. Os outros desafios identificados (produtividade, qualidade ou certificação) estão relacionados com o primeiro desafio e apenas a Empresa F encara como desafio a capacidade de adaptação ao mercado.

No que concerne à identificação dos principais problemas, verifica-se uma tendência para as empresas os associarem aos recursos humanos (e.g. Empresas A, B, C e D), embora de forma distinta. Enquanto as maiores dificuldades da Empresa A se situam ao nível do recrutamento de pessoal qualificado e na fixação de pessoal altamente qualificado (situação da qual se aproxima a Empresa B), a Empresa C declara ter dificuldades em recrutar pessoal independentemente da qualificação e a Empresa D aponta os constrangimentos da legislação laboral em matéria de despedimentos. As Empresas E e F elegem problemas diferentes como sejam o fim do trabalho manual⁴ e a dependência dos clientes, respectivamente. O quadro 2 sintetiza os principais desafios e problemas identificados pelas empresas.

⁴ Constitui um problema no sentido em que deixariam de ter trabalho e provavelmente fechariam as portas.

Quadro 2: Principais desafios e problemas das empresas

Empresas	Principais Desafios e Problemas das Empresas	
	Desafios	Problemas
A	Afirmação da fábrica pela capacidade tecnológica e Know how Manutenção da posição no mercado Combate à concorrência interna (fabrica irmã na China)	Recrutamento de RH qualificados Fixação de RH altamente qualificados
B	Produtividade Qualidade Satisfação do cliente	Captar e reter RH qualificados
C	Certificação em qualidade Manutenção do cliente	Recrutamento de pessoal sem qualificação
D	Manutenção do cliente actual Procura de novos clientes e produtos	Legislação laboral
E ⁵	---	Fim do trabalho manual
F	Angariar clientes Capacidade de adaptação às exigências do mercado	Dependência dos clientes

Fonte: Entrevistas (A1, B, C, D, E e F)

3. Caracterização dos recursos humanos

A composição das populações fabris e respectiva distribuição dos indivíduos por género revela que as Empresas A e F são aquelas em que a proporção de homens é superior à proporção de mulheres, ou seja, são a únicas empresas da rede que empregam um número de homens superior ao de mulheres, sendo no entanto este indicador mais expressivo na empresa subcontratante (Homens 56,9% e Mulheres, 2,1%). Nas restantes empresas subcontratadas o mesmo indicador revela uma situação inversa, ou seja, a população fabril é predominantemente feminina, sendo a Empresa E aquela em que a proporção de mulheres é a mais elevada (93,1%), seguida da Empresa D (90,9%), da Empresa C (89,7%) e da Empresa B (80,4%). A predominância de mulheres nestas fábricas coincide com o trabalho desqualificado e com menores níveis tecnológicos, embora os empresários justifiquem a presença feminina na base de uma suposta vocação das mulheres para executarem o trabalho manual.

A análise das taxas de enquadramento geral mostra que apenas a Empresa F (12,5%) apresenta uma situação mais favorável à da Empresa A (10,5%) porque a maioria das empresas subcontratadas têm taxas de enquadramento muito reduzidas (Empresa B, 4,2%) ou mesmo insignificantes - Empresa C (1,6%) e Empresa E (1,4%). Entre as empresas subcontratadas a situação mais favorável é a da Empresa D, cuja taxa de enquadramento é de 7,6%.

No que concerne ao nível de qualificação a situação apresentada pela Empresa subcontratante é notoriamente mais favorável que a situação das suas subcontratadas. A Empresa A apresenta uma taxa de qualificação (18,5%) cujo valor é superior ao dobro do valor da taxa de qualificação mais elevada das empresas subcontratadas (e.g. Empresa C, 8,7%). A Empresa F tem igualmente uma taxa de qualificação muito reduzida (6,3%) e as Empresas D e F apresentam taxas de qualificação ainda menos expressivas (1,5% e 2,8%, respectivamente). O caso mais desfavorável é o da Empresa B, cuja taxa de qualificação é nula⁶.

Os recursos humanos da Empresa A têm um número médio de anos de escolaridade de 9,9 anos de ensino, valor apenas inferior ao da Empresa F (10,3 anos)⁷. O conjunto das restantes empresas subcontratadas apresenta, para o mesmo indicador, valores inferiores e próximos dos 8 anos de escolaridade (Empresa C) ou pouco mais que 8 anos: Empresa B (8,5 anos); Empresa D (8,3 anos) e Empresa E (8,8 anos).

A idade média dos trabalhadores da Empresa A é de 35 anos, semelhante ao valor da Empresa B (35,1 anos), estando pois estas empresas numa posição intermédia. As empresas cuja idade dos trabalhadores é menor são a Empresa C (32,2 anos), a Empresa D (30,9 anos) e a Empresa E (31,3 anos). A Empresa que possui os trabalhadores mais idosos é a Empresa F (38,5 anos).

⁵ A Empresa não identificou os seus desafios.

⁶ Regista-se este facto com alguma surpresa porque, no conjunto das empresas subcontratadas, esta empresa é a que detém tecnologia mais avançada e uma organização do trabalho baseada em grupos PMC, o que levaria a pensar que os níveis de qualificação do pessoal fossem superiores.

⁷ Note-se que os 4 sócios são licenciados, num total de 16 empregados.

Quanto ao nível de antiguidade média dos trabalhadores nas empresas, apenas a Empresa B (9,3 anos) possui um nível antiguidade superior ao da Empresa A (8,6 anos)⁸. Na Empresa C a antiguidade média é de 5,6, valor semelhante ao da Empresa E (5,4 anos). A Empresa D é a mais jovem das empresas, por isso não surpreende que seja aquela em que o pessoal tenha menor nível de antiguidade (3,0 anos), seguida da Empresa F (3,3 anos) que é a segunda mais jovem.

Analisando a precariedade do emprego nas empresas a partir da proporção de contratos a termo certo, verifica-se que a Empresa A tem uma situação mais favorável, ou seja, apenas 8,5% do pessoal tem um contrato dessa natureza, enquanto nas empresas subcontratadas, o volume de pessoal com vínculo precário é superior (à excepção da Empresa E que tem apenas 6,9% de contratos a termo certo). A Empresa C é, entre as subcontratadas, aquela em que a precariedade é superior (31,7%).

A análise dos salários médios em cada empresa permite verificar que mais uma vez a Empresa A apresenta uma situação mais vantajosa (793,9 Euros), ou seja, os salários pagos são superiores aos das empresas subcontratadas, que variam entre 660,2 Euros e 450,8 Euros.

Em suma, os trabalhadores da empresa subcontratante são maioritariamente homens, têm maior nível de qualificação, mais anos de escolaridade, menos precariedade e salários mais elevados, como se pode comprovar pelo quadro 3.

Quadro 3: Indicadores de comparação dos recursos humanos

Empresas	Indicadores de caracterização dos Recursos Humanos							
	Proporção Mulheres (%)	Taxa de enquadramento (%)	Taxa de qualificação (%)	N.º médio anos de escolaridade	Idade média	Antiguidade média	Proporção Cont. prazo (%)	Salário médio (Euros) ⁹
A	2,1	10,5	18,5	9,9	35,0	8,6	8,5	793,9
B	80,4	4,2	0,0	8,5	35,1	9,3	18,5	612,3
C	89,7	1,6	8,7	8,0	32,2	5,6	31,7	496,2
D	90,9	7,6	1,5	8,3	30,9	3,0	13,6	450,8
E	93,1	2,8	2,8	8,8	31,3	5,4	6,9	577,6
F	31,3	12,5	6,3	10,3	38,5	3,3	12,5	660,2

Fonte: Elaboração própria a partir dos Balanços Sociais e informação disponibilizada pelas empresas

4. O panorama da formação profissional nas empresas

4.1. A política de formação

Entre as seis empresas que integram a rede em estudo apenas duas (Empresa A e B) têm uma política de formação e desenvolvimento para os seus recursos humanos. No caso da multinacional as práticas de formação visam essencialmente promover competências técnicas, o que equivale a dizer que não é política desta empresa incentivar ou apoiar os trabalhadores na aquisição de competências gerais, não aplicáveis a um posto de trabalho ou a uma função específicas, como por exemplo a realização de mestrados ou doutoramentos, no caso dos licenciados: A empresa não dá valor nenhum (...) a empresa precisa que as pessoas trabalhem e dêem o máximo possível, quando vão tirar o mestrado não estão a dar o máximo possível porque precisam de horas para faltar, dentro da lei não se nega a ninguém, (...) aqui não nos damos a esses luxos (...) não é por ser doutorado que ganha mais (...) a empresa prefere as qualidades do trabalho (...) valoriza mais as qualidades para o trabalho do que o diploma (...) não saem relés com o diploma, ou saem relés ou a gente fecha (Ent. A2).

No caso da Empresa B os objectivos traçados coincidem com os objectivos do seu cliente, porém esta empresa admite e promove o desenvolvimento de competências sem aplicação directa nas áreas funcionais dos trabalhadores, facto que justifica da seguinte forma: Agora estamos a dar um curso de inglês. É claro que só 10% daquilo é que vão utilizar na empresa porque os manuais são em inglês (os procedimentos dos clientes) mas digamos que o enriquecimento do colaborador é enorme, é mais em relação ao colaborador do que à própria empresa. A informática, alguns não têm conhecimentos de informática e o trabalho deles não tem qualquer ligação à informática, mas nós pensamos que é importante que as pessoas possam utilizar o computador, para consultar a Internet (no posto de trabalho não usam), mas não quer dizer que amanhã (...) em função dessa formação que nós demos aos colaboradores nós venhamos a verificar que há 1 ou 2 ou 3 que tem uma especial apetência e que futuramente (...) fulano tem muito jeito vamos lá buscá-lo para isso (Ent. B).

Nesta empresa utiliza-se a formação como instrumento de desenvolvimento a médio e longo prazo. Embora a empresa reconheça que as vantagens imediatas deste tipo de formação são maiores para as pessoas do que para a empresa,

⁸ Considerando que a Empresa A é a mais antiga (36 anos em 2006), o facto de apresentar um nível de antiguidade médio semelhante ao das empresas mais jovens deve-se ao esforço da empresa para renovar os seus recursos humanos, o qual se tem pautado por incentivar a saída dos trabalhadores mais velhos e o recrutamento de pessoal mais jovem.

⁹ Para o cálculo do salário médio por empresa foi elaborada uma média ponderada em função da informação obtida por via do questionário. O limite inferior da categoria “menos de 500 Euros” foi o salário mínimo nacional (374,70 Euros) em 2005, ano em que foi aplicado o inquérito aos trabalhadores.

não deixa de equacionar a possibilidade de vir a usufruir futuramente do investimento no desenvolvimento deste tipo de competências¹⁰. Desta forma a empresa acredita que está a assumir a sua responsabilidade social contribuindo para a promoção da empregabilidade dos seus recursos humanos.

Para além da formação formal, o modelo de gestão e a organização do trabalho com base nos grupos PMC, são também considerados instrumentos de desenvolvimento dos recursos humanos, ao permitir eliminar e antecipar deficiências e modificar atitudes, como se pode confirmar pelo discurso do empresário: Este é um dos trunfos da empresa. Com os grupos PMC é uma via para eliminar e antecipar problemas e de tomar medidas preventivas (Ent. B). Embora se considere que o papel da formação não é a motivação, aceita-se que esta possa despertar-lhes o interesse e é um meio para os motivar (Ent. B).

O Quadro 4 mostra o posicionamento das empresas face aos domínios em que consideram que a formação pode ter um papel positivo no desempenho dos trabalhadores e consequentemente da organização. Os objectivos que as empresas consideram ser passíveis de atingir através da promoção de práticas de formação dividem-se em duas categorias:

i) uma que agrega os objectivos centrados na organização - “responder à complexidade e à exigência de novas competências”; “eliminar ou antecipar deficiências”; “enfrentar mudanças técnicas e organizacionais”; “melhorar o desempenho e aumentar a produtividade” e “atingir objectivos de negócio”.

ii) outra que agrega os objectivos centrados nos indivíduos - “modificar atitudes e comportamentos”, “desenvolver competências interpessoais”, “valorizar o conhecimento, a competência e a capacidade de aprendizagem do pessoal” e “aumentar a motivação”.

Note-se que apenas as Empresas B e E não atribuem às práticas de formação e desenvolvimento o papel de aumentar a motivação do pessoal e a Empresa F cinge o papel da formação ao aumento da motivação, ou seja, não lhe reconhece nenhuma outra vantagem.

Quadro 4: Objectivos passíveis de atingir com a formação

Objectivos passíveis de atingir com a formação	Empresas
Integrar os novos trabalhadores no posto de trabalho e na organização em geral	A, B, C, E
Responder à complexidade e à exigência de novas competências	A, B, C, D
Eliminar ou antecipar deficiências	A, B, C, D, E
Enfrentar mudanças técnicas e organizacionais	A, B, C, D, E
Melhorar o desempenho e aumentar a produtividade	A, B, C, D, E
Atingir objectivos de negócio	A, B, C, D
Modificar atitudes e comportamentos	A, B, C, D
Dotar o pessoal de conhecimentos sem aplicação directa numa área funcional	B
Dotar o pessoal de conhecimentos com aplicação imediata numa área funcional	A, B, C, D, E
Dotar o pessoal de conhecimentos globais sobre a empresa	A, B, D
Desenvolver no pessoal de competências interpessoais	C, D
Valorizar o conhecimento, a competência e a capacidade de aprendizagem do pessoal	A, B, C, D, E
Aumentar a motivação	A, C, D, F

Fonte: Ent. A1, B, C, D, E e F

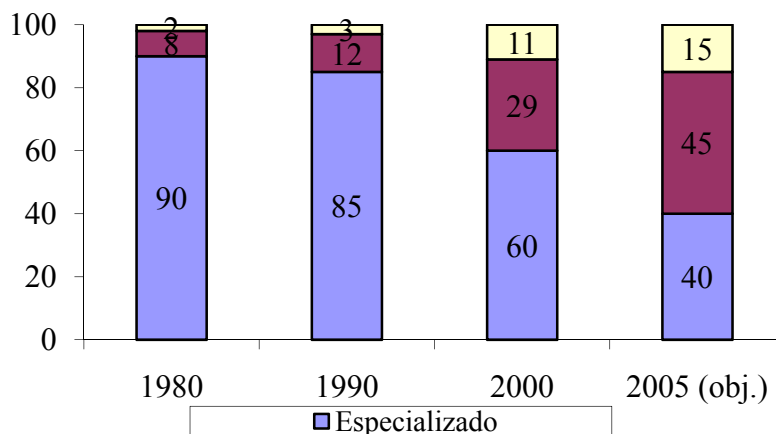
A política de formação e desenvolvimento da Empresa A surge com o objectivo de ultrapassar as dificuldades decorrentes da inexistência de pessoal qualificado, nomeadamente mecânicos, serralheiros e ferramenteiros. A constatação de que no Alentejo não havia tradição nenhuma, nem formação, nem apetência das próprias pessoas, nem onde recrutar profissionais já qualificados porque não havia ninguém que tivesse experiência nesta área (Ent. A1), levou a empresa a assumir a responsabilidade pela formação desses profissionais e, em 1972 inaugura aquela que designa como sendo a sua “Escola Profissional”.

O gráfico 1 mostra os resultados do investimento em formação da Empresa A na estrutura de qualificações, desde a década de 1980 e os objectivos que traçou para 2005. Como se pode observar ao longo das décadas o volume de pessoal especializado tem vindo a diminuir progressivamente a favor do pessoal qualificado e altamente qualificado. Na década de

¹⁰ Há a registar o caso do Director da Qualidade que frequenta uma pós-graduação numa universidade em Lisboa e a quem a empresa concede o tempo e autoriza a flexibilização de horário, com o compromisso da respectiva compensação.

1980 esta fábrica era composta essencialmente por pessoal especializado (90%); os trabalhadores que detinham qualificação não ia além dos 8% e o pessoal altamente qualificado era muito pouco significativo (2%). A passagem para a década de 1990 alterou um pouco a estrutura de qualificações, mas de modo pouco significativo pois as alterações mais significativas ocorreram com a entrada da década de 2000 altura em que o pessoal especializado sofre uma redução de 25%, o pessoal qualificado passa a representar 29% e o pessoal altamente qualificado 11%. A segunda alteração significativa na estrutura de qualificações da Empresa A foi projectada para o ano 2005, altura em que, pela primeira vez a proporção de pessoal especializado (40%) seria inferior ao pessoal qualificado (45%) e altamente qualificado (15%).

Gráfico 1: Evolução do pessoal qualificado (%)
(Empresa A, 1980 – 2005)



Fonte: Dados fornecidos pela Empresa A

A formação é assegurada pela empresa, embora admita recorrer pontualmente à contratação de empresas externas para assegurar alguma formação específica, pois considera-se que é mais indicado a formação ser cá e ser dada pelos nossos, sabem o que queremos, temos muitos com formação de formadores, o ideal era ser sempre cá (Ent. A2).

Na Empresa A, a formação e o desenvolvimento são vistos como uma necessidade (...) muitas vezes nem temos autorização [da casa mãe] para fazer formação. Houve aí uma altura em que não se podia gastar dinheiro em formação, mas tem que se fazer (...) a casa mãe quer lá saber o que diz a lei portuguesa (...) 35 horas [de formação] por ano, por pessoa? Como é que se consegue dar 35 horas a tantas pessoas [1526], parava a fábrica (Ent. A2).

Anualmente a Empresa A elabora um plano de formação, que é revisto de 6 em 6 meses. Existe um programa de gestão da formação que permite registar a formação que cada trabalhador recebeu e ao qual as chefias têm acesso, para consulta da formação recebida e para introduzir informação que permita planear acções futuras. Este procedimento, juntamente com a informação do perfil de formação previamente definido para cada categoria profissional e respectivo sector, permite o diagnóstico das necessidades de formação. A partir da informação introduzida, o sector de pessoal toma as diligências necessárias para promover a formação necessária.

O panorama da formação e desenvolvimento de recursos humanos é diferente nas empresas subcontratadas. No conjunto destas empresas a Empresa B é a única que tem um plano de formação anual¹¹ e que promove a formação do seu pessoal com os seus próprios meios¹². Esta empresa reconhece que não tem uma política de formação e desenvolvimento como seria desejável porque a produção é prioritária. Por outro lado, a dimensão da empresa não justifica ter pessoal exclusivamente dedicados à formação. O entendimento da empresa é que esta tarefa devia ser assegurada pelo Estado, o qual deveria prestar um apoio mais efectivo às empresas no domínio da formação: Aí é que o estado devia funcionar (...) [referência a determinados organismos públicos] que custam milhões ao estado e produzem muito pouco, aí é que podiam ajudar (Ent. B).

Mesmo assim, a empresa declara que a sua preocupação com a formação e o desenvolvimento dos recursos humanos se situa no plano estratégico. Reconhece o papel da formação no desenvolvimento pessoal e profissional dos trabalhadores, mas também, e particularmente, ao modelo de gestão e de organização do trabalho, inspirados no modelo japonês Kaizen, que “obriga” as pessoas a participar, a pensar, a envolver-se e a contribuir com soluções. Este apelo à criatividade e à responsabilização pelo sucesso da empresa são considerados igualmente factores de desenvolvimento pessoal, profissional e organizacional. Assim, nesta empresa, formar e desenvolver não se restringe ao desempenho de uma tarefa, é participar também nos múltiplos problemas que existem (Ent. B).

As restantes empresas declaram que não têm política de formação e desenvolvimento, nem planos de formação para o seu pessoal. As empresas que estão em processo de certificação (C e E) estão neste momento a delinear o seu primeiro

¹¹ Por imposição da sua condição de empresa certificada nos domínios da qualidade e ambiente.

¹² A empresa não recorre a nenhum tipo de financiamento, toda a formação é realizada com capitais próprios.

plano de formação, por imposição desse processo: Estamos a defini-la [a política de formação e desenvolvimento] com a implementação da certificação (...) vai ter de existir um objectivo traçado e formas de quantificar esse objectivo e controlá-lo. Uma falha desta empresa é a nível da formação, mas como temos possibilidades de frequentar na Empresa A (...) (Ent. C). De facto, os trabalhadores das empresas subcontratadas são chamados pelo seu cliente (Empresa A) a frequentar formação em áreas consideradas necessárias para assegurar a qualidade do produto fornecido. Por falta de mecanismos de controlo as empresas não conseguem contabilizar a formação que o seu pessoal recebe no cliente e aquela que ocorre no posto de trabalho (como forma de integração por via dos colegas) também não é contabilizada por falta de informação. As palavras do empresário confirmam o que ficou dito:

É imperativo a empresa ter um determinado número de horas de formação por colaborador. Estamos a caminhar nesse sentido. Aqui em termos de balanço social é evidente. Um dos aspectos negativos é a formação (...) não temos contabilizado a formação recebida, este ano é que já nos estruturamos no sentido de contabilizarmos não só a formação que recebem na Empresa A, como a formação que recebem no posto de trabalho, porque julgamos que isso também é considerado formação (...) agora com a qualidade há um dos processos que é a formação e então já temos que andar a registar esse tipo de coisas e já temos outro suporte para preencher o balanço social (...) para haver um registo tem de haver uma evidência, queremos aumentar e registar essa evidência (...) qualquer pessoa para poder desenvolver o seu trabalho tem de ter formação no mínimo no posto de trabalho e eu julgava que isso não era considerado e estivemos a ver o quadro jurídico e não é necessário ser uma entidade certificada para dar a formação (Ent. C).

De qualquer forma a preocupação destas empresas com a formação não se situa ao nível estratégico. A formação é essencialmente encarada como um custo - há sempre custos com a formação, nem que seja pelo simples facto de a pessoa não desenvolver o seu trabalho normal (Ent. C) – e como uma preocupação legal (Ent. F). Esta posição face à formação não é, do ponto de vista das empresas, uma desvalorização da mesma, mas o reconhecimento de que a formação directamente relacionada com o posto de trabalho por vezes é dispensável porque o trabalho não o exige e nessa perspectiva os empresários interrogam-se: formar em quê?; para quê? (Ent. E).

O fraco envolvimento das empresas nas actividades formativas encontra também justificação no facto de não possuírem pessoal preparado para lidar com os processos administrativos e burocráticos que envolvem o acesso aos financiamentos: Devia ser um processo mais linear, a empresa sente a necessidade e quer dar formação e devia haver colaboração mais directa de quem pudesse ajudar (...) temos sempre que recorrer a empresas externas que conduzem o processo e nos levam algum dinheiro, ou tem de haver uma parte burocrática e isso limita-nos de alguma forma (...) pode também acontecer que a formação comprada não corresponda às necessidades da empresa e é só para dizer que se faz formação (Ent. C).

Em nenhuma das empresas subcontratadas é feito um diagnóstico formal e sistemático das necessidades de formação, nem é considerado necessário. Face às oportunidades de formação existentes (no mercado ou proporcionadas pela Empresa A), a gerência decide quem frequenta a formação em função das necessidades do momento e de eventuais alterações nos produtos: [as necessidades de formação] são diagnosticadas conforme o tipo e a quantidade de trabalho que vamos recebendo (Ent. C). Tem muito a ver se os produtos que produzimos estão estáveis, se há uma rotatividade do produto, se há uns que terminam, outros que vêm novos, portanto isso tem grande influência na formação (Ent. D).

Em suma, à excepção da Empresa B, as empresas subcontratadas não lideram o processo formativo dos seus colaboradores, ou seja, a participação destes em acções de formação, resulta da iniciativa do cliente. Sempre que a Empresa A considera que as acções que vai promover são úteis para o pessoal das subcontratadas dirige-lhes o convite e aqueles deslocam-se às suas instalações para receber a formação. Os depoimentos seguintes ilustram esta situação:

A Empresa A quando tem formação dá-nos a lista dos diversos tipos e nós indicamos ou não as pessoas (...) essa é outra vantagem também porque eles têm a técnica e dão formação às pessoas para se aperfeiçoarem (...) têm formação virada para a qualidade, gestão de stocks (...) porque nós temos as peças que vão ser utilizadas para fazer as bases, entram como peças e vão sair como bases (Ent. E).

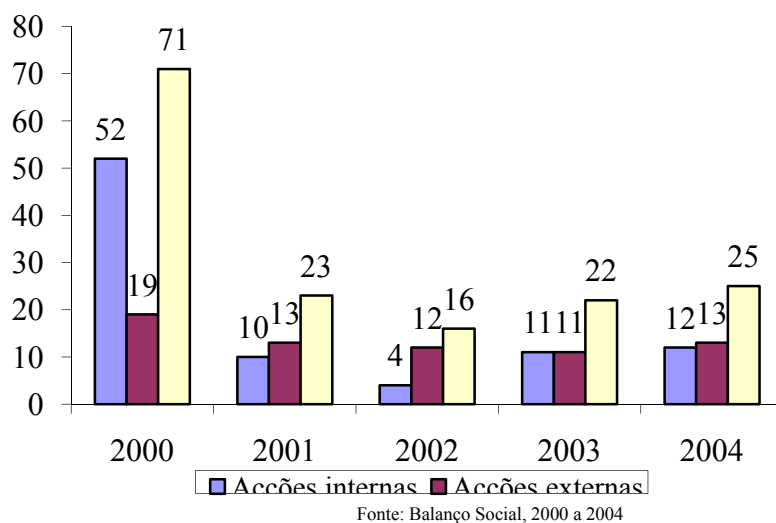
A grande maioria vão [receber formação] ao nosso cliente, juntamente com os de lá (...) quando se tem uma parceria é fundamental que se pense da mesma forma. Para além da formação há um intercâmbio, fala-se dos problemas, de formas de agir (...) esta parceria é fundamental. (...) quando têm uma formação divulgam, se nós estamos interessados vamos, outras vezes somos nós que perguntamos para uma determinada área (...) é fundamental, acabamos por estar unidos para alcançar um determinado objectivo que é a manutenção dos postos de trabalho (...) pretende-se que as pessoas melhorem a qualidade, que não deixem passar defeitos, que se aperfeiçoem, que sejam mais organizadas e que haja uma maior produtividade e menor desperdício, isto depois está tudo implícito, quer queiramos quer não, é um ciclo e para nós estarmos o mais no centro possível temos de ir apertando todas estas vertentes (Ent. D).

4.2. Formação, competências e empregabilidade

Entre os anos 2000 e 2004 a Empresa A promoveu um total de 157 acções de formação, das quais 89 foram internas e 68 externas. Como se pode observar no gráfico 2, foi no ano 2000 que a empresa realizou mais acções de formação (71), das quais 52 internas e 19 externas pois este período coincidiu com a recepção de novas linhas de produção. Nos dois anos seguintes o número total de acções de formação realizadas desceu significativamente, considerando que em 2001 se realizaram 23 acções e em 2002 apenas 16 acções. Nos anos seguintes o investimento da empresa em formação volta a subir

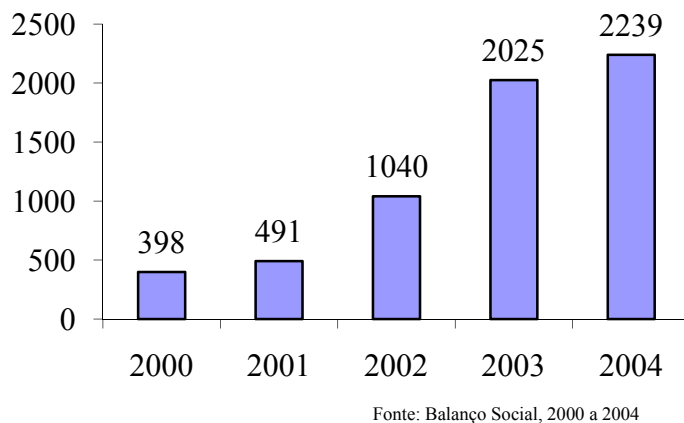
para 22 acções realizadas em 2003 e 25 acções realizadas em 2004, período no qual a relação entre formação interna e externa é bastante equilibrada.

Gráfico 2: Número de acções de formação realizadas
(Empresa A, 2000-2004)



Embora o maior número de acções de formação realizadas pela Empresa A tenha ocorrido no ano 2000, o número de trabalhadores envolvidos nessas acções foi bastante reduzido (Gráfico 3) comparativamente ao número de trabalhadores envolvidos nas acções de formação dos anos subsequentes. De facto, o estudo da evolução do número de trabalhadores envolvidos em acções de formação neste quinquénio permite verificar que ao longo dos anos a formação se tornou acessível a um número crescente de indivíduos¹³, verificando-se em 2004 o maior número de participações (2239) em acções de formação.

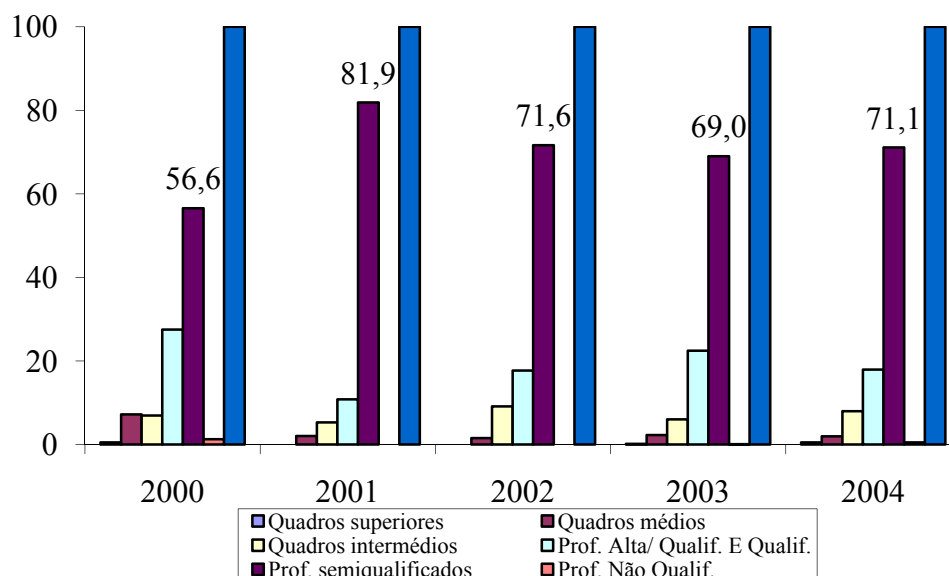
Gráfico 3: Número de trabalhadores envolvidos em acções de formação
(Empresa A, 2000-2004)



A participação dos trabalhadores em acções de formação varia em função da sua categoria profissional. O gráfico 4 mostra que invariavelmente, entre 2000 e 2004, a categoria profissional que mais participa em acções de formação são os profissionais semiqualeificados seguidos dos profissionais altamente qualificados e qualificados.

Gráfico 4: Participação dos trabalhadores em acções de formação por categoria profissional (%)
(Empresa A, 2000-2004)

¹³ Considerando que o número total de trabalhadores da empresa em 2003 era de 1647 e em 2004 era de 1526, o facto de o número de trabalhadores que participaram em acções de formação ser superior ao total de trabalhadores da empresa explica-se pelo facto de haver trabalhadores que receberam formação mais de uma vez no ano.



Fonte: Balanço Social, 2000 a 2004

Os dados do inquérito aos trabalhadores revelam que na Empresa A (tal como nas Empresas C e D) nenhum trabalhador admite nunca ter recebido formação, situação completamente distinta da vivida nas empresas E e F, onde 39,1% e 12,5% dos trabalhadores respectivamente, nunca recebeu formação. Analisada a situação conjunta das empresas subcontratadas verifica-se que 8,1% dos seus trabalhadores nunca recebeu formação. Na Empresa A 71,7% dos trabalhadores recebeu formação pelo menos uma vez por ano, valor apenas superado pela Empresa C, na qual 78,3% dos trabalhadores diz ter recebido formação com esta frequência. O panorama das outras empresas relativamente à frequência de formação uma vez por ano pode considerar-se satisfatório considerando as proporções de respostas dos trabalhadores: Empresa B, 58,6%; Empresa D, 43,5; Empresa E, 43,5 e Empresa F, 62,5%.

Comparando novamente a situação da Empresa A com o conjunto das empresas subcontratadas verifica-se que mais uma vez os recursos humanos da multinacional parecem gozar de uma situação mais vantajosa pois a percentagem de pessoal que recebe formação uma vez por ano é de 71,7% enquanto nas empresas subcontratadas o mesmo indicador é de 57%. A mesma tendência verifica-se sobre a frequência de formação 2 ou mais vezes por ano em que na Empresa A envolve 16,5% dos trabalhadores e nas subcontratadas não vai além dos 6,7%. A análise individual das empresas revela que apenas a Empresa F tem uma percentagem de pessoal a frequentar formação duas vezes por ano superior ao seu cliente (25%), o que em termos absolutos equivale a 2 trabalhadores e por isso muito pouco significativo. Finalmente a análise das proporções de trabalhadores que frequentam formação mais de três vezes por ano revela uma situação inversa, ou seja, este indicador é mais expressivo no conjunto das empresas subcontratadas (28,1%) do que na Empresa A (11,8%). Uma análise individualizada da frequência de formação nesta categoria mostra que em três das empresas subcontratadas a proporção de trabalhadores que recebe formação mais de três vezes por ano é superior à do cliente (Empresa B, 34,5%; Empresa C, 21,7% e Empresa D, 47,8%).

Quadro 5: Formação recebida

Frequência formação	Empresa A		Empresa B		Empresa C		Empresa D		Empresa E		Empresa F		Total Subcontratadas	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Nunca	0	0,0	1	1,7	0	0,0	0	0,0	9	39,1	1	12,5	11	8,1
1 vez ano	91	71,7	34	58,6	18	78,3	10	43,5	10	43,5	5	62,5	77	57,0
2 vezes ano	21	16,5	3	5,2	0	0,0	2	8,7	2	8,7	2	25,0	9	6,7
3 ou + vezes ano	15	11,8	20	34,5	5	21,7	11	47,8	2	8,7	0	0,0	38	28,1
Total	127	100,0	58	100,0	23	100,0	23	100,0	23	100,0	8	100,0	135	100,0

Fonte: Questionário

Em suma, o pessoal da Empresa A recebe formação com mais frequência do que o pessoal das empresas subcontratadas. Note-se que este panorama da formação mais favorável se deve ao facto de a multinacional ter uma política de formação para os seus trabalhadores, situação que não se verifica nas empresas subcontratadas (à excepção da empresa B). Como ficou dito atrás em determinadas empresas a formação é considerada desnecessária dado o baixo nível de qualificação

requerido para a execução das tarefas e lembre-se o facto de a formação dos trabalhadores das empresas subcontratadas ser assegurada pelo cliente.

Conhecida a importância que a formação recebida tem nas empresas através do estudo das frequências, considerou-se relevante aprofundar o conhecimento desse fenómeno através do estudo da relação entre a “frequência com que as pessoas recebem formação” e as seguintes variáveis individuais: idade, habilitações, qualificação e antiguidade. O estudo da relação entre estas variáveis individuais e a frequência com que os trabalhadores recebem formação mostra que apenas na Empresa A existe correlação significativa positiva (ainda que pouco acentuada) entre a frequência com que os trabalhadores recebem formação e as “habilitações”¹⁴ e “qualificação”¹⁵

Estes resultados parecem querer indicar que os trabalhadores da Empresa A mais escolarizados e mais qualificados são os que participam com mais frequência em acções de formação. Por outro lado, sabe-se que na Empresa A a diferenciação dos níveis de escolaridade e de qualificação profissional são mais acentuados do que nas restantes empresas. De referir contudo que embora os indivíduos com maior qualificação profissional participem mais frequentemente em acções de formação, recorde-se que a grande maioria dos indivíduos (71,7% na Empresa A e 57,0% nas empresas subcontratadas) apenas recebem formação uma vez por ano.

Com a finalidade de identificar e compreender a importância da formação na aquisição de competências, considerou-se relevante submeter aos inquiridos uma lista de possíveis competências adquiridas em contexto de formação, visando estimar não só a sua importância relativa como ainda, verificar se essa importância relativa diferia entre Empresa A e Empresas subcontratadas. Para o efeito submeteram-se os dados ao teste Friedman cujos resultados indicam que a hierarquia estabelecida é significativa quer na Empresa A quer nas empresas subcontratadas (Quadro 6).

Os resultados indicam que as competências “capacidade de trabalhar em equipa”, “capacidade para aprender” e “capacidade para resolver problemas” são aquelas cuja aquisição, em contexto de formação, assumem maior relevância na Empresa A. Nas empresas subcontratadas os trabalhadores consideram que a formação recebida os prepara em primeiro lugar para “trabalhar sozinho”, fomenta a “capacidade para aprender” e também a “capacidade para trabalhar em equipa”. Ao contrário do que acontece na Empresa A, estes trabalhadores consideram que a formação que lhes é destinada não tem como objectivo desenvolver a “capacidade para resolver problemas”. Isto explica-se provavelmente, pelo facto de nas empresas subcontratadas a organização do trabalho assentar predominantemente no trabalho individual enquanto na Empresa A o trabalho em equipa é mais frequente e valorizado. Ou seja, as competências adquiridas estão associadas à natureza das tarefas e ao grau de responsabilidade e autonomia que é confiado aos trabalhadores na realização do seu trabalho.

Quadro 6: Competências adquiridas na formação

Competências adquiridas com a formação	Empresa A	Empresas Subcontratadas
Capacidade para realizar tarefas simples e repetitivas	6,67	7,07
Capacidade técnica	6,67	4,57
Capacidade para lidar com situações novas	6,11	6,21
Capacidade de interpretação e raciocínio	6,83	6,86
Capacidade de comunicação e coordenação	6,94	5,14
Capacidade de trabalhar sozinho	5,94	8,86
Capacidade de trabalhar em equipa	8,64	8,29
Capacidade para resolver problemas	7,92	7,29
Capacidade de obediência e disciplina	7,81	7,25
Capacidade p/ trabalhar c/ autonomia e tomar iniciativas	6,44	7,36
Capacidade de organização	7,36	7,93
Capacidade para aprender	8,11	8,36
Outras competências	5,56	5,82
Teste Friedman		
N	18	14
Qui-quadrado (χ^2)	27,781	27,980
Graus de liberdade	12	12
Sig.	0,006	0,006

Fonte: Questionário

¹⁴ Coeficiente de correlação Rho de Spearman = 0,235; Sig = 0,008

¹⁵ Coeficiente de correlação Rho de Spearman = 0,343; Sig = 0,000

Estes resultados parecem indicar que os trabalhadores da Empresa A atribuem maior importância às competências de natureza comportamental e relacional, orientadas fundamentalmente para a resolução de problemas em contexto de trabalho em equipa, sem descuidar a aquisição de estratégias para aprender melhor. De notar que a “capacidade técnica” não é relativamente valorizada pelos trabalhadores em nenhum dos contextos empresariais, o que poderá significar que, na maioria dos casos, as tarefas executadas são de tal forma simples e rotinizadas que as pessoas não sentem necessidade de adquirir competências técnicas para melhorar o seu desempenho.

Tendo em vista compreender melhor estes resultados estudou-se a associação entre a percepção da aquisição das três competências mais valorizadas pelos trabalhadores – “capacidade de trabalhar sozinho”, “capacidade de trabalhar em equipa”, “capacidade para resolver problemas” e “capacidade para aprender” – e as variáveis idade, habilitações, qualificação e antiguidade, quer na Empresa A quer nas empresas subcontratadas. O estudo da associação entre variáveis revelou a inexistência de associação entre estas características individuais e a natureza das competências adquiridas por via da formação, na Empresa A. Isto pode querer dizer que a aquisição daquelas competências se processa exclusivamente por via da formação e independentemente das características individuais dos trabalhadores. Contudo, os dados mostram que nas empresas subcontratadas a “idade”¹⁶ e a “antiguidade”¹⁷ estão positiva e significativamente associadas (embora de forma fraca) à aquisição da competência “capacidade para resolver problemas”. Apesar desta competência não constar do elenco das três destacadas pelos trabalhadores das empresas subcontratadas, parece que nestas empresas os trabalhadores têm a percepção que a “idade” e a “antiguidade” têm influência sobre a aquisição desta competência. Neste caso, pode colocar-se a hipótese de que os indivíduos consideram que o desenvolvimento desta competência se desenvolve mais por via da experiência do que propriamente por via da formação.

Com a finalidade de perceber a utilidade que os indivíduos atribuem à formação recebida na relação com o seu desempenho, calculou-se a mediana e a moda de um indicador que mede a utilidade numa escala de 10 pontos (Quadro 7). Os resultados mostram que na maioria das empresas os trabalhadores reconhecem um grau de utilidade médio (Empresas E e F) e elevado (Empresas A, B e D) à formação para a melhoria do seu desempenho e que apenas os trabalhadores da Empresa C têm uma postura contrária. Os valores modais mostram que a maioria dos indivíduos se situou no extremo superior da escala (10 pontos). Comparada a utilidade da formação entre Empresa A e o conjunto das empresas subcontratadas verifica-se que quando tomadas em conjunto a utilidade da formação sai reforçada, ou seja, a mediana assume o valor 8, enquanto na multinacional o mesmo indicador assume o valor 7.

Quadro 7: Utilidade da formação recebida para melhorar o desempenho

Empresas	Utilidade da Formação	
	Mediana	Moda
A	7	10
B	8	10
C	2	1
D	9	10
E	6	10
F	5,5	5
Total Subcontratadas	8	10

Fonte: Questionário

O estudo da associação entre as restantes variáveis sócio-demográficas (idade, habilitações, qualificação e antiguidade) revela que a utilidade da formação está positiva e significativamente associada (embora em grau relativamente baixo) à qualificação¹⁸ e à antiguidade¹⁹, na Empresa A e à idade²⁰ nas empresas subcontratadas. Ou seja, na Empresa A são os trabalhadores mais qualificados e mais antigos que reconhecem mais utilidade à formação, enquanto nas empresas subcontratadas são os trabalhadores mais idosos que sentem que a formação é mais útil para o seu desempenho.

É reconhecido pelo responsável da Empresa A que formação e a experiência adquiridas produzem efeitos positivos na empregabilidade dos recursos humanos, como atestam as suas palavras: O que acontece é que as pessoas formadas aqui acabam por ganhar outras competências e muitas vezes estabelecem-se por conta própria²¹ (Ent. A1).

¹⁶ Coeficiente de correlação Rho de Spearman = 0,204; Sig. = 0,026

¹⁷ Coeficiente de correlação Rho de Spearman = 0,259; Sig. = 0,005

As variáveis idade e antiguidade estão positivamente correlacionadas, o que explica a associação destas variáveis com a “capacidade para resolver problemas”.

¹⁸ Coeficiente de correlação Rho de Spearman = 0,281; Sig. = 0,002

¹⁹ Coeficiente de correlação Rho de Spearman = 0,214; Sig. = 0,017

²⁰ Coeficiente de correlação Rho de Spearman = 0,198; Sig. = 0,028

²¹ Referindo-se aos proprietários das Empresa B, C e D que foram trabalhadores da multinacional e que, com a formação recebida e a experiência adquirida, ficaram aptos a fundar as suas próprias empresas: entraram para aqui como aprendizes e saíram daqui como empresários (Ent. A1). Para estes empresários as vantagens de terem sido trabalhadores da Empresa A vai para além da formação e da experiência adquirida, pois reconhecem também as vantagens provenientes

Esta nota continua na página seguinte

Uma perspectiva algo diferente é defendida pelo responsável do sector pessoal, o qual baseia a sua opinião na ideia de que o mercado de emprego nesta área é limitado, logo as possibilidades de aplicar as competências adquiridas num novo emprego cingem-se a uma multinacional vizinha (que produz condensadores de tântalo para a indústria electrónica), às empresas fornecedoras: O que aprendem aqui não dá para adaptar noutro lado (...) fazem relés que é uma coisa que não se faz em mais lado nenhum (...) nós somos a única empresa do país que faz relés, na Europa há algumas, nós somos a maior (...) as máquinas são específicas para fazer aquilo (...) (Ent. A2).

Quando questionados sobre as responsabilidades da empresa A na construção da empregabilidade dos trabalhadores, os seus responsáveis afirmam que esta não constitui uma preocupação da empresa, nem a tomam como uma responsabilidade. A política de formação e desenvolvimento da empresa tem por finalidade atingir objectivos próprios: A preocupação com que o fazemos é que precisamos de pessoas com mais know how dentro da empresa (Ent. A1). As declarações do coordenador do sector de recursos humanos são bastante elucidativas sobre forma como a empresa encara esta questão: Não nos podemos dar a esses luxos (...) a empresa tem de preparar as pessoas para trabalharem bem aqui, depois de saírem o problema é das pessoas (...) as pessoas são ensinadas para trabalhar cá o melhor possível, não estamos a prepará-las para os outros (...) alguém que diga que faz é mentira, ninguém faz isso (Ent. A2). Ou seja, a capacidade para as pessoas conseguirem rentabilizar o know how adquirido noutras empresas, é responsabilidade inteiramente delas.

Nas restantes empresas a empregabilidade só é reconhecida dentro desta área de fabricação, mas se as pessoas são dispensadas de uma das empresas subcontratadas pela Empresa A isso funciona como um mau cartão de visita: Se na A aparecer alguém a pedir emprego que foi daqui, eles sabem que essa pessoa não interessa, porque para a dispensarmos é porque as pessoas não interessam (Ent. E). Quer isto dizer que a empregabilidade destes RH pode ser limitada por factores de natureza subjectiva, como sejam as redes informais de relações.

Apesar de assumir com relativa facilidade que as empresas têm um papel social a desempenhar, a responsabilidade pela construção da empregabilidade dos seus recursos humanos não é assumida na íntegra pela Empresa E pois considera-se que as empresas não são os pais das pessoas, tal como o estado não é pai nem mãe (...) cada um de nós tem de ir à procura e abrir caminho (Ent. E). Ou seja, as empresas promovem as oportunidades de aquisição de conhecimentos e a acumulação de experiência, mas o uso que cada um faz desse capital depende de si próprio.

As empresas B e D consideram que o seu modelo de organização é favorável à construção da empregabilidade: Sabe que não há muitas empresas em que haja grupos PMC, que se fale de qualidade, da redução de custos, enfim, toda essa estratégia que uma empresa tem que ter (...) as pessoas saem daqui com uma noção diferente (...) aqui as pessoas têm toda a legitimidade de não colocar as coisas sob forma de contestação, mas de seguir outras formas de fazer as coisas que não aquelas que são as directrizes (...) as pessoas sentem-se envolvidas no processo e isso é fundamental (Ent. D).

Analisada a perspectiva empresarial e sindical sobre a empregabilidade dos recursos humanos, importa agora conhecer a opinião dos trabalhadores sobre esta questão (Quadro 8). Na Empresa A a maioria dos indivíduos (56,3%) consideram que têm “facilidade em encontrar trabalho” pelo facto de trabalharem nesta empresa enquanto no conjunto das empresas subcontratadas a percentagem de indivíduos que expressa a mesma opinião é igual à dos indivíduos que consideram não ter facilidade em encontrar trabalho (50,0%). Observando individualmente as empresas subcontratadas verifica-se que apenas nas empresa B e C a proporção de indivíduos que considera não ter facilidade em encontrar trabalho é superior à dos indivíduos que respondem afirmativamente à mesma questão (51,6% e 56,3%, respectivamente).

Quadro 8: Facilidade em encontrar trabalho

Facilidade em encontrar trabalho	Empresa A		Empresa B		Empresa C		Empresa D		Empresa E		Empresa F		Total Subcontratadas	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	80	56,3	30	48,4	14	43,8	15	53,6	14	56,0	5	55,6	78	50,0
Não	62	43,7	32	51,6	18	56,3	13	46,4	11	44,0	4	44,4	78	50,0
Total	142	100,0	62	100,0	32	100,0	28	100,0	25	100,0	9	100,0	156	100,0

Fonte: Questionário

Tendo em vista compreender melhor a percepção que os trabalhadores têm acerca da sua empregabilidade, considerou-se relevante verificar a existência (ou não) de associação entre a percepção sobre a “facilidade de encontrar trabalho” e algumas variáveis individuais, designadamente, sexo, idade, habilitações, qualificação, vínculo contratual e antiguidade. Os resultados apontam, quer na Empresa A quer nas empresas subcontratadas, para existência de associação significativa, embora moderada²², entre a “facilidade de encontrar trabalho” e as características individuais “habilitações”²³ e

do contacto com uma cultura organizacional cujos modelos de gestão e de organização do trabalho quiseram reproduzir nas suas empresas (exemplo dos grupos PMC).

²² À excepção da associação entre “facilidade em encontrar trabalho” e “habilitações” nas empresas subcontratadas, em que a intensidade dessa associação é muito baixa (V Cramer = 0,001).

²³ Empresa A: Habilitações - V de Cramer = 0,290; Sig. 0,038. Qualificação - V de Cramer = 0,314; Sig. 0,038

“qualificação”²⁴. Ou seja, os indivíduos com mais habilitações e nível superior de qualificação profissional são os que consideram ter maior facilidade em encontrar trabalho.

Isto significa que a dimensão da empresa parece não ter qualquer influência na percepção que os indivíduos têm da sua própria empregabilidade. Esta percepção, como se disse acima, está relacionada com características intrínsecas dos indivíduos (habilitações e qualificação), o que significa que estes reconhecem a importância da formação (escolar e profissional) para a construção da sua empregabilidade. Em suma, independentemente da dimensão da empresa as pessoas com maior nível de habilitações escolares e de qualificação profissional têm a percepção de ter mais facilidade em encontrar trabalho na eventualidade de, independentemente dos motivos, abandonarem as suas empresas actuais.

Tendo em vista compreender se para além dos factores intrínsecos encontrados haveria factores extrínsecos que pudessem influenciar a percepção sobre a “facilidade em encontrar trabalho”, os indivíduos que responderam afirmativamente indicaram os motivos que consideravam mais relevantes para o aumento da sua empregabilidade. O conjunto dos motivos indicados foram submetidos a uma hierarquização através do teste Friedman (Quadro 9) cujos resultados indicaram não existir uma hierarquia significativa dos motivos considerados. Assim, embora estritamente para o grupo respondente, verifica-se que a “experiência adquirida na empresa” é o factor a que os indivíduos atribuem mais importância para encontrarem um novo emprego.

Quadro 9: Motivos que facilitam encontrar trabalho

Encontraria facilmente um novo trabalho devido	Empresa A	Empresas Subcontratadas
A formação recebida na empresa	2,40	2,36
A experiência adquirida na empresa	3,20	3,21
Ao prestígio da empresa	2,80	2,64
Outro motivo	1,60	1,79
Teste Friedman		
N	5	7
Qui-quadrado (χ^2)	6,563	6,500
Graus de liberdade	3	3
Sig.	0,087	0,090

Fonte: Questionário

Isto poderá significar que os trabalhadores, quer da Empresa A quer das empresas subcontratadas, atribuem a mesma importância aos factores “formação”, “experiência” e “prestígio da empresa”, no que toca à promoção da sua empregabilidade. Esta percepção dos trabalhadores poderá ir ao encontro da opinião dos dirigentes das empresas quando afirmam que as aprendizagens de natureza técnica efectuadas pelos trabalhadores não são facilmente transferíveis para outras empresas, essencialmente porque não existem empresas do sector na região nem no país.

Em suma, os trabalhadores da Empresa A gozam de mais condições no que respeita à formação do que os trabalhadores das empresas subcontratadas. Entre este conjunto de empresas há a distinguir a Empresa B, que é a única que elabora anualmente um plano de formação e que promove a formação dos seus próprios trabalhadores. Encontra-se também alguma convergência de opinião entre a Empresa A e a Empresa B no que toca à concepção da formação, ou seja, ambas as empresas a consideram como uma necessidade e uma preocupação estratégica, enquanto as restantes empresas tomam a formação como um custo. Quando observamos a posição das empresas face à organização da formação verifica-se que a multinacional prefere organizar internamente a formação e recorrer a formadores internos; a Empresa B opta por comprar a formação necessária a empresas especializadas; as Empresas C, D e E beneficiam da formação promovida pelo cliente e na Empresa F a formação recebida pelos trabalhadores é a que está disponível no mercado. No que respeita à frequência com que os trabalhadores recebem formação verifica-se que na Empresa A todos os trabalhadores receberam formação e que no conjunto das empresas subcontratadas há 8,1% de trabalhadores que nunca recebeu formação. Entre os trabalhadores que receberam formação verifica-se que na Empresa A a principal competência adquirida é a capacidade de trabalhar em equipa enquanto nas empresas subcontratadas se passa precisamente o contrário, ou seja, a competência que os trabalhadores consideram que mais desenvolvem por via da formação é a capacidade de trabalhar sozinho, provavelmente devido à natureza das tarefas e à organização do trabalho em vigor. Ainda assim, os trabalhadores das empresas subcontratadas reconhecem um grau de utilidade superior à formação que recebem para a melhoria do seu desempenho, comparativamente aos trabalhadores da Empresa A. Verifica-se ainda que os trabalhadores da Empresa A têm uma maior percepção da sua empregabilidade do que os trabalhadores das outras empresas, embora coincidam ao considerar a experiência profissional como a principal motivo da sua empregabilidade. O quadro seguinte sintetiza os elementos expostos atrás.

²⁴ Empresas Subcontratadas: Habilitações - V de Cramer = 0,361; Sig. 0,001. Qualificação - V de Cramer = 0,307; Sig. 0,044

Quadro 10: Síntese dos aspectos relativos à formação

Formação e desenvolvimento	Empresa A	Empresas Subcontratadas
Plano de formação	Sim	Empresa B: Sim Outras Empresas: Não
Concepção da Formação	Uma necessidade	Empresa B: Uma preocupação estratégica Outras Empresas: Um Custo
Organização da formação	Preferencialmente interna	Empresa B: Compra no exterior Empresas C, D e E: Apenas a que o cliente oferece Empresa F: frequentam no exterior
Proporção de trabalhadores que nunca recebeu formação	0%	8,10%
Principal competência adquirida pelos trabalhadores na formação	Capacidade de trabalhar em equipa	Capacidade de trabalhar sozinho
Reconhecimento da utilidade da formação para melhorar o desempenho	Menor	Maior
Percepção de empregabilidade	Maior	Menor
Principal motivo de empregabilidade	Experiência profissional	Experiência profissional

Conclusão

Em todas as empresas subcontratadas, os desafios identificados situam-se no horizonte de relacionamento com a Empresa A, o que é indicativo do grau de dependência destas empresas relativamente à empresa subcontratante. No que respeita à identificação dos principais problemas nota-se que todas as empresas os relacionam com os recursos humanos.

A divisão do trabalho entre a Empresa A e as empresas subcontratadas reflecte-se nas características dos respectivos recursos humanos. A Empresa A detém o trabalho qualificado e as outras empresas executam o trabalho manual que a primeira lhes contrata. Esta situação tem reflexos na composição da população e na estrutura de qualificações, pelo que a multinacional emprega maioritariamente homens que desenvolvem trabalho predominantemente qualificado enquanto nas restantes empresas predomina o trabalho feminino e as baixas qualificações. Apesar das populações fabris serem predominantemente jovens verifica-se que o nível de escolaridade é relativamente baixo na Empresa A e baixo na maioria das restantes empresas. Relacionado com estes dados estão os salários auferidos e os níveis de precariedade na empresa subcontratante e nas empresas subcontratadas. Na primeira o salário médio é superior ao salário médio das outras empresas e o nível de precariedade é menor na Empresa A do que na maioria das outras empresas.

A Empresa A tem uma política de formação e desenvolvimento para os seus recursos humanos vocacionada para a produção de qualificações específicas que não encontra no mercado de trabalho. A formação é pois assumida como uma necessidade cujo fim é desenvolver as competências-chave ou estratégicas sem as quais a fábrica não sobrevive. Os objectivos estabelecidos pela Empresa A para a formação centram-se na qualificação contínua e no desenvolvimento de competências-chave em domínios com aplicação directa numa área funcional. Estes são também os objectivos que a Empresa B define para a formação mas acrescenta-lhe a possibilidade de desenvolver competências nos trabalhadores que não estejam directamente relacionadas com o conteúdo do seu trabalho, contribuindo desta forma para lhes aumentar a empregabilidade.

Embora a realidade das práticas de formação e desenvolvimento de recursos humanos ser bastante diversa entre as empresas todas reconhecem que a formação pode contribuir para atingir objectivos organizacionais. Os dados do inquérito aplicado aos trabalhadores mostra que a maioria dos trabalhadores recebe formação pelo menos uma vez por ano e que a Empresa A discrimina positivamente os homens na frequência de acções de formação. Verifica-se também que há uma correlação positiva entre a escolaridade e a qualificação dos trabalhadores e a frequência de formação, ou seja, os trabalhadores mais qualificados são os que recebem mais formação. Na Empresa A os trabalhadores consideram que as competências adquiridas através da formação os preparam primeiramente para trabalhar em equipa, enquanto nas empresas subcontratadas se considera que a formação os prepara essencialmente para trabalhar sozinhos. Quer na Empresa A quer nas empresas subcontratadas, o vínculo laboral parece que não influencia o nível da frequência da formação, das competências adquiridas ou da utilidade que reconhecem à formação. Quer dizer que, em matéria de formação, as empresas não diferenciam os trabalhadores em função do tipo de vínculo laboral.

A noção que os trabalhadores têm sobre a sua empregabilidade varia em função dos níveis de habilitações e qualificação, ou seja, os trabalhadores mais escolarizados e mais qualificados são os que consideram ter mais facilidade em encontrar trabalho devido à experiência adquirida nos actuais empregadores. Para a construção da sua empregabilidade os indivíduos têm como ingredientes a escolaridade, a qualificação e a experiência adquirida. Esta é uma atitude mais optimista do que a revelada ao nível do discurso empresarial, que desvalorizava a empregabilidade dos trabalhadores dada a especificidade do trabalho que realizam.

Bibliografia

- Boyer, Luc e Equilbey, Noël (2003). GRH - Nouvelles Pratiques.Vade-mecum. Colombelles: Éditions Management e Societé.
- Peretti, J.-M. (1998). Recursos Humanos. 2.^a ed. Lisboa : Sílabo.
- Serrano, Maria Manuel Renga Capelão (2008). “Estratégias e Práticas de Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos numa rede de empresas”. Universidade Técnica de Lisboa/Instituto Superior de Economia e Gestão. Tese de Doutoramento (aguarda discussão).

Competências, Formação, Mudança, Competição: Conflito ou Complemento?

Noemi Alice Costa
Escola de Altos Estudos - Instituto Superior Miguel Torga
noemi_alice@yahoo.com.br

Jofrina Patrício
Maternidade Alfredo da Costa
jofrina@sapo.pt

Resumo: O desenvolvimento de competências no contexto de mudança paradigmática actual ainda tem como factor de importância a formação do indivíduo ou seu tipo de ligação com as organizações? Através de um estudo de caso realizado na área da saúde desenvolvemos um trabalho que busca explicar sobre a inevitabilidade da mudança nos contextos de “ser e estar” no mundo, onde a globalização, a competição, os avanços tecnológicos, as mudanças dos consumidores, as novas pressões sociais, reflectem o cenário actual. Através de um olhar sobre as atitudes individuais perante a mudança e suas perspectivas, a aceitação e a resistência ao “novo”, traz-se a reflexão sobre a formação e o seu papel para o desenvolvimento das competências, onde um de seus objectivos é desenvolver e aperfeiçoar o indivíduo no melhor desempenho de produtividade e eficiência que as empresas necessitam para actuar nos seus mercados globais e competitivos. Entendendo, pois que o estudo abrange as organizações, sejam elas públicas ou privadas, que também aqui pode-se se falar em competição num âmbito de países e seus meios de sustentação em termos de Estados Nacionais que necessitam crescer e responder convenientemente às necessidades sociais de suas populações e de sua competência enquanto soberanias, buscamos reflectir sobre a proposição do título, onde a interligação dos quatro factores, competência, formação, mudança e competição, podem ser entendidos como factores de conflito ou são complementares aos ambientes organizacionais?

1. Introdução

A escolha recai sobre um tema que envolve as necessidades da mudança no contexto organizacional, sendo a formação e o desenvolvimento das competências factores importantes e inerentes à consecução dos objectivos propostos pelas empresas.

Necessidades de mudanças vêm sendo enfatizadas por grande parte dos que estão envolvidos com a gestão das organizações, isto implica que os desafios ampliam-se também para o gestor de recursos humanos, já que o cenário actual é de mudanças rápidas e profundas que acabam por impor comportamentos adaptativos se forma a se conseguir sobreviver no mundo corporativo e geral.

As exigências são no sentido de se estar sempre pronto para mudar, seja bruscamente, seja subtilmente, revendo os objectivos e valores, principalmente nas tomadas de decisão.

Salientando que mesmo uma mudança aparentemente simples, como, por exemplo, nos métodos ou equipamentos de trabalho, pode reflectir numa ameaça ao equilíbrio psicológico do indivíduo, entra em cena o papel da formação como meio organizado e planejado de preparação e base para que os impactos da mudança sejam os menores possíveis, considerando que a promoção do desenvolvimento das competências do indivíduo, por remeter a uma valorização da pessoa, pode gerar um maior envolvimento entre os objectivos pessoais e organizacionais.

No trabalho é explanado sobre a inevitabilidade da mudança nos contextos de “ser e estar” no mundo, onde a globalização, a competição, os avanços tecnológicos, as mudanças dos consumidores, as novas pressões sociais, reflectem o cenário actual. Passa-se por uma análise das atitudes individuais perante a mudança e suas perspectivas, a aceitação e a

resistência ao “novo”. O papel que o gestor desempenha no processo da mudança também é visto e discutido dentro das bases teóricas estudadas.

Traz-se a reflexão sobre a formação e o seu papel para o desenvolvimento das competências, onde seu objetivo primordial é desenvolver e aperfeiçoar o indivíduo no melhor desempenho de produtividade e eficiência que as empresas necessitam para actuar nos seus mercados globais e competitivos. Entendendo, fazendo um parêntese, pois que o estudo abrange as organizações, sejam elas públicas ou privadas, que também aqui pode-se falar em competição num âmbito de países e seus meios de sustentação em termos de Estados Nacionais que necessitam crescer e responder convenientemente às necessidades sociais de suas populações e de sua competência enquanto soberanias.

Depois é apresentado um estudo de caso fruto da observação feita junto a um órgão pertencente à área da saúde pública da cidade de Lisboa, onde se analisa na prática a aplicação dos conceitos teóricos abordados.

E finalmente, chega-se à conclusão dos estudos efectuados, encerrando a abordagem feita aos referenciais teóricos e práticos disponibilizados durante a consecução do presente trabalho.

2. Inevitabilidade da Mudança

Mudar é realmente preciso? Na actualidade o que se prega é que existe uma necessidade de promover a mudança nas organizações para que estas se adaptem e se tornem aptas a concorrer no mercado declaradamente competitivo.

Diante da história, o que a realidade tem mostrado é que “mudar” é norma e sucede cada vez com mais frequência (Thorn, 1992). Para Gonçalves (2004) a melhor forma de gerir a mudança é procurar antecipá-la, assumindo-a como inevitável e geradora de oportunidades.

Para gestão, o verbo “mudar” é uma palavra corrente, quase um jargão corporativo, isto porque está em curso um dos mais complexos processos de alterações porque a humanidade já passou. A globalização se consolidou e a necessidade de compreender e aprender novas formas de adaptação de culturas, de comportamentos, de estruturas, de processos de trabalho e de negócio, ao novo cenário mundial é fundamental para a sobrevivência das organizações e para o progresso de qualquer país.

Relativamente à mudança de atitude, Tom Peters (1987), citado por Thorn (1992), é da opinião que

“as novas realidades do mercado exigem flexibilidade e rapidez. As novas tecnologias permitem alcançá-las, mas só se virarmos decididamente as costas ao romance que temos mantido com a dimensão e as suas aias, ou seja, a estabilidade e a previsibilidade”. (Thorn, 1992).

A mudança, propriamente dita, é um acto ou um processo que faz com que alguém ou algo fique diferente, provoca alterações dos comportamentos ou práticas habituais. Sem mudança não há crescimento, não há estímulo nem desafio. Com a mudança surge o medo e a confusão, mas esta é inevitável ainda que muitas pessoas se recusem a aceitar o facto (Atkinson et alli, 1989). Na linguagem corporativa, é toda e qualquer alteração, face a uma situação inicial, implicando redefinição de procedimentos, o que tem como consequência a mobilização de competências diferentes das anteriormente adquiridas. Competências estas entendidas como a capacidade para mobilizar conhecimentos ou saberes para tomar decisões e agir em consonância com as mesmas.

Para compreender o processo de mudança é necessário verificar alguns factores essenciais relacionados à mesma, tais como os tipos de mudança, as pressões associadas e contexto. Além de considerar que a mudança pode assumir uma expressão de revolução ou de evolução. No primeiro caso a aceitação é mais difícil por seu carácter de emergência, já no segundo caso, a mudança é expressa como inerente ao processo de envelhecimento, e como é gradativa, as pessoas podem nem sentir reflexos bruscos de seus efeitos.

Qualquer que seja a mudança traz consigo resistência, desde a dúvida sincera sobre a viabilidade, os benefícios, ou o preço da mudança, até ao receio de perda de segurança. Para Kindler (1992), pode-se considerar dois tipos de mudança:

a) A mudança incremental, que pode ser definida como sendo um movimento gradual ao longo de um caminho baseado no costume, que apresenta variações de grau dentro de um quadro existente. Este tipo de mudança visa melhorar cada vez mais o desempenho dentro de uma determinada função.

b) A mudança transformacional, que representa uma variação qualitativa e não apenas de grau. Para este tipo de mudança são necessários novos conceitos e pressupostos. Isto resulta numa nova maneira de fazer as coisas e exige um salto criativo de confiança o qual se pode designar de risco, o que se traduz na troca do conhecido pelo desconhecido.

Dentro dessa perspectiva, a mudança transformacional é a que encontra uma resistência acrescida porque envolve uma forma nova e diferente de desempenhar as funções (Kindler, 1992)

Em termos de resistência a mudança pode ser observado que há várias vertentes a considerar, por exemplo, a que vem da estrutura da organização, isto é, significa que algumas organizações têm estruturas que são capazes de se adaptar rapidamente a novas circunstâncias, enquanto outras são muito resistentes à mudança. Numa organização com uma estrutura burocrática, onde a autoridade, o livro de regras e a prática por antiguidade são as normas, é provável que não haja iniciativa, inovação e respostas flexíveis e o risco de maior resistência à mudança é grande. Outro exemplo são as comunicações dentro

da organização, quanto mais difíceis maior a resistência à mudança, pois quando se está na fase do planeamento deve garantir-se que as informações certas cheguem às pessoas certas e no momento certo. (Cetop, 1992)

Já a resistência por parte dos indivíduos dentro das organizações é outro factor a verificar se for considerado que esta resistência reflecte que o ser humano é um animal de hábitos e nem sempre encara a mudança como algo desejável, sobretudo quando o desejo de mudar provém de outro que não dele próprio. (Almeida, 1992)

Segundo Bilhim (1996), para acontecer a mudança numa organização é necessário que haja pressão exógena ou endógena, reconhecimento da necessidade de mudar por parte dos gestores e empenhamento dos membros da organização, definição do conteúdo e plano do que se vai mudar, escolha de um processo de implementação da mudança e avaliação, não descartando a possibilidade de se voltar ao início (Bilhim, 1996).

As pressões endógenas podem ser, de acordo com Cetop, (1992):

Insatisfação com a forma actual de trabalhar;

Desejo de melhorar a eficiência.

As pressões exógenas provêm de uma variedade de áreas e são muitas vezes os factores mais significativos ao promover a mudança. Podem ser de cunhos económicos, sociais, técnicos, estarem ligados ao ambiente ou devido à concorrência. Todas estas pressões agem no sentido de levar a pensar a maneira como se operam os procedimentos.

A exigência é que os indivíduos mudem tanto o comportamento como as suas atitudes. É normal sobreavaliar a maneira habitual de se fazer as coisas, razão pela qual a maioria das pessoas precisam ser apoiadas durante a mudança, ou seja, quanto mais extrema for a mudança mais apoios precisam. Caso contrário, a mudança extrema pode chegar ao ponto de ser esmagadora.

A mudança ameaça as pessoas ao nível de segurança e o medo do desconhecido instala-se. Alguns autores, como Kurt Lewin (1951) citado por Bilhim (1996), entendem que o processo de mudança passa por três fases:

Descongelamento: é a alteração do estado de equilíbrio responsável pela sustentação dos comportamentos e atitudes da mudança.

Mudança: desenvolvimento de novas respostas com base em nova informação.

Recongelamento: dá-se na estabilização do que foi o processo que desencadeou a a mudança através da introdução das novas respostas.

Além disso, segundo o autor, para obter sucesso na mudança é importante analisar as forças opostas e favoráveis à mudança e promover o desenvolvimento de acções de forma a fortalecer as forças favoráveis e enfraquecer as desfavoráveis.

Para Bilhim (1996) mudar está ligado à insatisfação com o presente e que o medo do desconhecido e do futuro podem funcionar como elementos redutores. O autor refere ainda que é preciso estar tão consciente da necessidade de mudar como dos riscos em não mudar, pois isto se reflectirá nas atitudes em relação a mudança (Bilhim, 1996).

2.1. Atitudes Individuais Perante a Mudança

O entendimento, a acção, a atitude das pessoas face à necessidade da mudança devem ser considerados já que a maioria dos factores relacionados aos recursos humanos que resistem à mudança podem ser ultrapassados por, segundo Cetop (1992): abertura e falar das coisas, ou seja, quanto maior for o grau de abertura e confiança que um gestor transmite à equipa, a tendência é que conseguirá maior compreensão por parte desta.

Ainda conforme Cetop (1992), alguns factores são importantes na determinação da atitude pessoal, e que devem ser levados em conta no processo de mudança, tais como:

Características sociais: é provável que uma pessoa mais velha defenda que é mais difícil mudar, porque os hábitos demoraram a estabelecer-se. A educação deve tornar as pessoas mais conscientes da mudança como parte da vida, é natural que uma pessoa com mais educação ache a mudança mais fácil de aceitar.

Personalidade: os factores da personalidade afectam a prontidão em aceitar a mudança, podem ser: capacidade de adaptação a novas situações; necessidades de segurança; pessoas inseguras tendem a ter menos capacidade de adaptação.

Objectivos pessoais: é um factor importante saber se as pessoas procuram a satisfação das suas necessidades, dentro ou fora da organização.

Atitude perante o posto de trabalho: uma pessoa que acha importante a necessidade de mudança, apoia-la-á, enquanto essa mudança apoiar a sua própria posição em vez de a enfraquecer. Uma pessoa com longa experiência de trabalho num emprego particular pode entender a mudança como uma crítica á sua capacidade de trabalho.

A reacção individual varia consideravelmente de pessoa para pessoa, mas também varia ao longo do tempo. Sendo assim, o indivíduo pode reagir negativamente a algum aspecto da mudança em um momento, mas numa fase posterior poderá ter uma atitude oposta.

Adams Hages e Hpson citados por Cetop (1992) defendem que quem passa por essa mudança atravessa sete fases: imobilização, recusa da mudança, incompetência, aceitação da realidade, testar possibilidades, procura de significados e integração.

2.2. A Mudança e o Gestor

Uma das tarefas do gestor é gerir a mudança, pois a sua actuação é chave na introdução e condução da mudança.

Quando a mudança afecta a equipa de trabalho o gestor deve ser o primeiro a dominar a mudança, o que pode ser mais difícil para ele do que para os outros membros da equipa, isto porque em qualquer momento os elementos da equipa podem pedir apoio ao gestor, enquanto a este nem sempre é viável pedir apoio ao seu superior hierárquico.

Thorn (1992) defende que um gestor, para gerir convenientemente um processo de mudança, deve ter em conta algumas áreas de acção como explicar, manter o controlo, garantir o empenho, preparar o desempenho individual, tomar decisões e delegar, preparar a mudança, manter o contacto com a equipa, aprender o processo e ao mesmo tempo saber aplicá-las na prática.

A mudança implica risco e inovação. O sucesso da mudança não depende só do gestor, muito embora este deva estar preparado para acompanhar o processo de mudança assim como para alterar os planos, caso seja necessário, e explicar as razões dessas alterações (Thorn, 1992).

O exemplo dado como líder é muito importante, pois as pessoas tomam como exemplo sua reacção antes de decidir se dão a sua colaboração na mudança. A boa comunicação e entendimento com a equipa, a preparação antecipada da mudança e saber lidar com as resistências permite uma transição mais suave, coibindo choques bruscos no desenvolvimento do trabalho, o que tende a provocar uma reacção positiva das pessoas.

A estratégia mais importante para conseguir apoio para a mudança, é o facto do gestor ter constantemente em mente que as outras pessoas têm os mesmos sentimentos que ele, quando postas na mesma situação (Thorn, 1992). Em outras palavras, o gestor é o principal responsável por promover um ambiente que envolva todas as pessoas no conceito e necessidade da mudança na organização. Assim, a tendência será atingir resultados positivos mais rapidamente e a diminuição dos impactos iniciais que a mudança provoca no indivíduo e no grupo.

3. A Formação e o Desenvolvimento de Competências

A actualidade enche o cotidiano de termos e conceitos únicos e irreversíveis no decorrer do tempo e do desenvolvimento da própria humanidade. Alguns destes termos gravitam nas realidades organizacionais como reflexo dos desejos colectivos de crescimento, aprendizado e melhoramento. Levando-se em conta o tema abordado neste trabalho, as palavras de ordem formação e desenvolvimento de competências ocuparão espaço na reflexão das necessidades de desenvolvimento das pessoas e das organizações.

O papel da formação, neste sentido, assume uma importância grande no desenvolvimento de estratégias competitivas, na medida em que responsabiliza-se por gerar uma dinâmica organizacional que leve à verificação de que está a ocorrer um desenvolvimento das pessoas, observado por todos os níveis da organização, e que, conseqüentemente, impacta positivamente tanto no desenvolvimento das competências individuais como no desempenho global da organização (Caetano, 2002).

A ideia do que é a formação em si está evoluindo com o tempo, já que, modernamente, seus instrumentos devem ser considerados como estratégias que podem ser enquadradas numa perspectiva de possibilidades de geração de cadeia de valor, onde o indivíduo actuando tanto individual como em grupo promove o auto-desenvolvimento e sustentação da organização. Segundo Caetano (2002), a aposta no capital humano, acima de tudo e para além de outras variáveis relevantes para o desenvolvimento das organizações, será o principal alicerce para uma sólida construção das empresas do futuro.

Para Goldestein e Gessner (1988), citado por Cascão (1998), a formação “é a aquisição sistemática de competências, normas, conceitos ou atitudes que origina um desempenho melhorado em contexto profissional” (Cascão, 1998). Pode-se falar neste sentido numa ligação entre a formação, a aprendizagem e sua consequência que é o desenvolvimento das competências propriamente ditas, meios que tornam a mudança uma realidade dinâmica. Caetano (2002) aponta que toda prática de formação visa a operacionalização de um dispositivo facilitador da aprendizagem, esta última sendo entendida como um processo ao longo do qual o conhecimento é gerado através da transformação da experiência.

Caetano (2002) afirma ainda que, encontra-se uma certa homogeneidade de perspectivas, na literatura existente, em relação ao papel importante que a formação desempenha nos processos de mudança nas organizações, sendo os aspectos diferenciadores mais determinados pela maior ou menor importância que a ela é atribuída (Caetano, 2002).

Devido a esse conjunto de factores, a formação é um processo que deve ser bem pensado e elaborado para que atinja os resultados pretendidos de forma satisfatória contribuindo para o crescimento estratégico da empresa, alinhando os objectivos organizacionais com os pessoais de forma a serem orientadores da finalidade que a formação irá cumprir. Ou seja, atingir os resultados implica seguir passos importantes e faseados, tais como: fazer o levantamento das necessidades de

formação, definir os objectivos pedagógicos, estruturar o processo formativo e finalmente, avaliar a eficácia da formação. (Casção, 1998)

A medição das mudanças pode ser realizada, num âmbito de actuação do indivíduo, através da avaliação de desempenho, que para alcançar o que se pretende, pode ser feita antes e depois da formação e com múltiplos avaliadores: os próprios formandos, a sua chefia, os seus colaboradores e os colegas (Casção, 1998). O que se poderia chamar de medição da competência. No âmbito geral as mudanças podem ser observadas a partir do clima e do desenvolvimento da organização, provocado pelo envolvimento colectivo no projecto de empresa em si mesma que toda organização possui.

Compreendendo que competências podem ser entendidas como acções práticas que permitem a cada indivíduo exercer uma acção eficaz numa determinada situação ou problema concreto (Caetano, 2002), não se encontra na literatura uma definição que denote a noção exacta do que venha a ser a competência propriamente dita. Os diversos autores que abordam o tema associam algumas ideias, tipo: produção de uma performance, forma de interface do indivíduo na organização, supõe um reconhecimento social (Caetano, 2002).

Assim, pode-se associar a isso a ideia de que a competência é o resultado de um conjunto de características que provocam dinamismo ao sistema, sendo, então observável, mensurável e controlável.

Nesse contexto, há a possibilidade de compreender a cadeia de valor que se gera a partir de todo o processo o qual se inicia com a necessidade da mudança no ambiente organizacional, da formação como meio de desenvolvimento e aprimoramento das competências de forma a se ter o aprendizado adquirido e posto em prática como resultante positivo de todo o processo. Em outras palavras, esta construção do valor a partir da componente competência pode ser entendida, como afirma Caetano (2002), “como um conjunto de actividades e processos articulados que funcionam em determinadas condições” (Caetano, 2002), impulsionadoras das mudanças necessárias ao desenvolvimento pessoal e organizacional.

4. Estudo de Caso

Cenário: Adelaide, em Janeiro de 2007, toma posse como enfermeira especialista na Maternidade X, uma instituição pública situada na cidade de Lisboa, ficando a exercer funções no Serviço de Medicina Materno Fetal. Foi convidada a coordena-lo e aceitou o desafio mesmo sabendo que estar a frente deste Serviço poderia ser uma tarefa muito difícil.

O primeiro impacto, após um diagnóstico inicial, foi a constatação da realidade diversa em comparação com a ideia pessoal que tinha da organização, a qual considerava exemplar, dentro do conhecimento comum e devido à antiguidade e ao renome. Adelaide detectou, entre outras deficiências, que os elementos que compunham a equipa mostravam um grande desinteresse pelo trabalho que realizavam. Queixavam-se, sobretudo, da falta de apoio da chefia directa, da insuficiência de recursos materiais e do sistema de informação que era deficiente, e acabava por desorganizar os processos cotidianos de trabalho.

Objectivo: Baseada nesse cenário, e nos seus próprios objectivos, a enfermeira pretendia dar outra dinâmica ao Serviço de forma a torná-lo diferente. Ela não queria que a Maternidade fosse vista como “mais um serviço público”, sinónimo de burocracia, morosidade e estagnação. O objetivo era promover um ambiente que trabalhasse na, e para, a Excelência nos cuidados com as utentes.

Para atingir esta meta seria necessário, sem dúvida, promover e implementar algumas mudanças, que, pelas características específicas do trabalho com o público gestante, seriam baseadas no desenvolvimento das competências individuais fomentadas através da formação específica e necessária ao bom desempenho de cada função. Além de incutir na equipa outro tipo de profissionalismo, que levasse seus componentes a se orgulharem de trabalhar no Serviço de Medicina Materno Fetal da Maternidade X, organização de renome e tradição.

Delimitações da carreira de enfermagem: a carreira de enfermagem aplica-se a duas áreas de actuação: a prestação de cuidados e a gestão, este último sendo representado pelo enfermeiro-chefe e o enfermeiro-supervisor.

Existem quatro funções básicas, no que tange à área de actuação de prestação de cuidados, no quadro da enfermagem do Serviço:

- Enfermeiro
- Enfermeiro Graduado
- Enfermeiro Especialista
- Auxiliar de acção médica

A legislação que regulamenta a Carreira de Enfermagem é o Decreto-lei nº 437/91, diploma básico, onde diz que os enfermeiros têm direito a 45 horas anuais de formação remunerada; o formador tem direito a subir um escalão se permanecer à frente da formação durante o mínimo de 3 anos, no caso do formador pretender desistir antes dos 3 anos, recebe a remuneração pelo tempo que lá ficou, mas perde o escalão. Além disso, cada enfermeiro é obrigado a fazer um projecto, que contará pontos na avaliação de desempenho, com todas as suas pretensões de formação e, a partir daí, a instituição tem que disponibilizar esta formação (Decreto-Lei 437/91).

Ainda pelo que regulamenta o diploma da carreira, o formador é sempre o indivíduo que tem o grau mais alto e que mostre disponibilidade e interesse para tal. No caso da área de prestação de cuidados é o enfermeiro especialista.

As formações são apresentadas no Serviço pelos elaboradores ou entidades contratadas para tal, a formação é realizada na hora do serviço, normalmente, e do serviço ao qual faz parte especificamente. A avaliação da formação é feita no local da prestação de cuidados pela chefia e que apresenta os resultados através de um relatório no final do ano.

Resultados e mudança: Adelaide então, utilizando o amparo legal que sua função possuía apresentou à chefia um projecto com o diagnóstico das necessidades e um plano de formações a serem desenvolvidas a partir das necessidades apresentadas pelos colaboradores de forma tentar promover a mudança necessária partindo do desenvolvimento das competências individuais. A enfermeira teve o aval para implementar seu projecto

A mudança proposta por Adelaide, à luz da teoria estudada neste trabalho, pode ser considerada em termos de ambiente como uma mudança transformacional, pois levou a equipa a desempenhar funções de modo diferente, trocando o conhecido pelo desconhecido. Como consequência, o Enfermeiro com funções de anestesia, passou a funções no âmbito da instrumentação, o que caracterizou uma certa perda de segurança, levando a que ficasse evidente a resistência à mudança. Os colaboradores com maior antiguidade, apresentaram maior dificuldade em alterar hábitos enraizados, mesmo que estivessem a ser realizados, muitas vezes, incoerentes com o que a função realmente exige.

Na situação problema que foi descrita pode-se dizer que houve alguma pressão endógena para a mudança, porque para que a mesma pudesse ocorrer, houve acordo por parte do responsável e algum empenhamento por parte dos elementos da equipa. Foi definido o que se ia mudar, o que provavelmente ampliou o sentido de envolvimento de todos no contexto geral necessário para o sucesso da mudança.

O processo acaba por ser contínuo já que os instrumentos concretizadores da formação são trabalhados durante a próprio horário de trabalho dos colaboradores, sendo caracterizado por uma grande parte prática que contribui tanto para o aprendizado da equipa como para o bem-estar das utentes.

O resultado oficial da eficácia é retratado somente na altura da avaliação de desempenho, realizada no final de cada ano. Entretanto, já é possível notar mudanças nas atitudes e comportamento da equipa fomentado pela valorização e comprometimento da organização com o desenvolvimento das competências individuais de forma concreta e organizada e não somente porque existe uma legislação regulamentadora para tal.

5. Conclusão

Foi constatado que as necessidades da mudança são inevitáveis, sendo condutoras de uma abertura sistemática dos horizontes organizacionais e pessoais aos novos desafios característicos do cenário actual onde transformações rápidas e profundas estão em constante processamento.

Mudar é realmente preciso e sucede cada vez com mais frequência. Já que a mesma sendo entendida como um acto ou um processo que faz com que alguém ou algo fique diferente, provoca alterações dos comportamentos ou práticas habituais. Exige que os indivíduos mudem tanto o comportamento como as suas atitudes. Comumente é reavaliada a maneira habitual de fazer as coisas, razão que leva a concluir que as pessoas precisam ser apoiadas durante a mudança.

Qualquer que seja a mudança, acontece uma resistência inicial principalmente em relação à perda da segurança que o “novo” pode acarretar. A resistência pode estar associada à estrutura da organização, já que algumas têm capacidade de adaptação rápida e outras não, ou ao próprio indivíduo que reluta frente à alteração de hábitos sugerida por outros. Alguns factores à resistência podem estar associados a características sociais, personalidade, objectivos pessoais ou atitude perante o posto de trabalho.

As pressões externas ou internas são motivadoras das necessidades de mudança, pois que as pretensões das organizações são a sobrevivência e coexistência nos variados mercados promovendo as modificações internas e externas necessárias ao objectivo.

A pessoa do gestor, sobretudo ligado à área estratégica de recursos humanos, assume então, importante responsabilidade na introdução e gestão da mudança, já que deve preparar a equipa para compreender que a inovação e o risco são inerentes à modernidade, a partir de uma atitude de liderança participativa onde a boa comunicação e entendimento com a equipa, o saber lidar com as resistências, coibir choques bruscos no desenvolvimento dos trabalhos, tende a provocar uma reacção positiva das pessoas quando passarem pela mudança.

Um dos meios para se chegar aos bons resultados com a mudança é a formação que gera como consequência o desenvolvimento das competências, complemento de grande importância para as estratégias competitivas.

Através de um trabalho bem elaborado e executado, iniciado por um correcto levantamento das necessidades da formação, passando por um acurado planeamento e o cuidado necessário na sua execução, a formação é um factor gerador da dinâmica organizacional que pode levar ao excelente desenvolvimento das pessoas, o que impacta no desempenho global das organizações.

Conforme constatado na análise da aplicação prática verificada no estudo de caso, é possível que os instrumentos sejam utilizados de forma eficaz na transformação dos ambientes organizacionais em centros de excelência e crescimento pessoal e profissional.

Muito embora, os resultados do projecto, referido no estudo de caso, de formação ainda não terem sido divulgados, os resultados, começam a se ver reflectidos no atendimento e no envolvimento das pessoas com a organização. A partir do momento que se sentem valorizadas e ouvidas, observando que existe um interesse da empresa em que suas competências sejam desenvolvidas, os indivíduos aumentam seu comprometimento pessoal e organizacional, correspondendo positivamente com os objectivos gerais da mudança nas organizações.

Em suma, a competição organizacional é um factor que pode gerar um tipo de conflito, entendido contextualmente aqui como uma necessidade latente ou declarada de ocorrerem, ou serem propostas, mudanças em algumas áreas da empresa. Mudanças estas que serão sustentadas pelo desenvolvimento das competências que, por sua vez, são estimuladas através da formação numa relação de complementaridade entre elas.

Com isto, as organizações tanto privadas quanto públicas, dão a sua contribuição à evolução crescente do mundo actual com suas exigências de rapidez e excelência, tecnologia e qualidade, em prol da construção do futuro da humanidade.

6. Referências

- Almeida, F. N. (1992). Comportamentos de sucesso: psicologia aplicada á gestão. Lisboa: McGraw – HILL.
- Atkinson, L. D. et alli. (1989). Fundamentos de enfermagem. Guanabara Koogan.: S. A.,
- Bilhim, J. A. F. (1996). Teoria organizacional: estruturas e pessoas. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- _____ (2007). Gestão estratégica de recursos humanos. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Cascão, F. (1998). Gestão de competências: novas perspectivas na gestão de recursos humanos. Porto: Edições IPAM.
- Caetano, A. & Vala, J. (org.). (2002). Gestão de recursos humanos: contextos, processos e técnicas. 2ª Ed. Lisboa: RH Editora.
- Cetop - Guias interactivos de gestão (1992). Gerir com sucesso equipas de trabalho: Como potenciar as enormes capacidades de cada grupo de trabalho. Men Martins: edições cetop.
- _____ - Guias interactivos de gestão (1992). Planear e gerir a mudança na sua empresa. Mem Martins: edições cetop.
- Cunha, Miguel P. et alli. (2005). Manual de comportamento organizacional e gestão. 4ª Ed. Lisboa: RH Editora. (pp.689-712).
- Decreto-Lei n.º 437/91 de 8 de Novembro.
- Ferreira, J. M. C. et alli. (2001). Manual de psicologia das organizações. Lisboa: McGraw – HILL.
- Marques, Carlos A. e Cunha, Miguel P. (coord.). (2000). Comportamento organizacional e gestão de empresas. 2ª Ed. Lisboa: Dom Quixote.
- Roesch, S. M. A. (2006). Projetos de estágios e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 3ª Edição. São Paulo: Editora Atlas.
- Thorn, Jeremy. (1992). Gerir a Mudança. Lisboa: Gradiva.

Considerações sobre a responsabilidade social das empresas em contextos de desigualdade e exclusão

Ana Maria Kirschner¹

Resumo: Até os anos 80 as ciências sociais não se aproximavam muito das empresas, seja para tomá-las como objeto de estudo, seja para tentar intervir sobre o mundo das empresas. A partir de meados da década de 80, esta situação se reverte. Nos anos 90, no Brasil, associações e fóruns empresariais, assim como empresários isoladamente discutem a função social da empresa e a sua responsabilidade social.

A responsabilidade social da empresa, embora amplamente exercida no Brasil, não tem ainda um substrato conceitual, dando margem, portanto, a muitos equívocos. Esta imprecisão é tão mais séria porque estamos vivendo uma época em que a sociedade interpela as empresas e simultaneamente os empresários sentem necessidade de melhorar sua imagem pública promovendo debates sobre ações sociais e intervindo de fato no social, ou seja, com frequência há uma superposição dos campos privado e público.

Neste artigo primeiramente formularemos algumas hipóteses para explicar esta valorização social que a empresa adquiriu ao longo de cerca de 20 anos. Em seguida questionamos a noção de responsabilidade social da empresa; a superposição das esferas pública e privada, e mostramos em que medida a sociologia da empresa pode ser útil para dar substrato a esta questão atual.

Introdução

“Ian Davis, presidente mundial da McKinsey, a mais respeitada consultoria internacional de estratégia, afirmou num artigo da revista inglesa *The Economist* que dar atenção a temas sociais está se tornando uma questão de sobrevivência para o mundo corporativo. "A empresa que ignora esses temas está fechando os olhos para as forças que definirão seu

futuro", escreveu Davis. Segundo ele, o desafio é encarar o relacionamento próximo com a sociedade não como ameaça, mas como oportunidade para desenvolver negócios e gerar benefícios que possam ser compartilhados. A idéia ainda encontra resistência nas empresas. Muitos executivos, por exemplo, defendem a tese do americano Milton Friedman, prêmio Nobel de economia, para quem as organizações devem se preocupar em cumprir as leis e gerar lucro para o acionista -- nada mais do que isso." (EXAME, 29/06/2006)

No Brasil, a RSE tem sido incentivada pelo Estado. As empresas hoje enfrentam desafios éticos para a dimensão econômica, ambiental e social nos negócios e precisam se articular com governos e comunidades, até mesmo como forma de buscar legitimidade na sociedade. Elas valorizam a imagem que criam de socialmente responsáveis. Porém há que se sublinhar que está se tornando comum os poderes públicos apelarem para a ajuda financeira de empresas. Os casos analisados mostram foram escolhidos em função das parcerias estabelecidas.

A responsabilidade social da empresa (RSE) é uma noção cuja circulação e difusão tem sido intensa e rápida, e tem dado margem a muitos equívocos. A empresa hoje deve ser considerada extra-muros para fins de análise, de tal forma ela interage e tem que conciliar seus interesses com os interesses dos diferentes atores com quem interage. Atualmente a empresa é solicitada de muitas maneiras; ela se torna mais próxima da sociedade e tem mais visibilidade. Por diferentes razões, empresários – individualmente ou por meio de suas organizações - sentem necessidade de melhorar sua imagem atuando no social.

A RSE é apresentada num extremo como uma questão de marketing, como mais uma artimanha posta em prática pelos empresários para agregar valor a seus produtos e no outro extremo, como o sinal de um novo tempo, em que os atores econômicos – dentre os quais se situam as organizações produtivas – têm mais consciência e responsabilidade sociais.

Neste artigo primeiramente formularemos algumas hipóteses para explicar esta valorização social que a empresa adquiriu ao longo de cerca de vinte anos. Em seguida questionamos a noção de responsabilidade social da empresa, e mostramos como as ações sociais das empresas são limitadas e necessitam de instituições políticas que formulem regras claras e que sejam atuantes. Considera-se que a RSE resulta de vários fatores, dentre os quais salientamos como o mais importante, a implementação das políticas neoliberais no Brasil a partir dos anos 90, que reduziram muito as intervenções sociais do Estado. Selecionamos alguns casos de RSE que envolvem parcerias de empresas com órgãos públicos, ou com organizações não governamentais (ONGs), ou com outras empresas privadas. Levantamos algumas questões, diante do muito que já foi questionado, discutido e empiricamente feito pelas empresas. O que as empresas ganham e o que ganha efetivamente a sociedade? Que conseqüências podem gerar tais ações?

1 – A valorização das empresas pela sociedade

Na França em 1986, Sainsaulieu e Segrestin, os primeiros sociólogos a utilizarem a expressão ‘sociologia da empresa’, avançaram a hipótese que foi exaustivamente desenvolvida e confirmada em anos posteriores qual seja: se a valorização social da empresa tem um efeito de moda, ela traz em seu bojo a busca da sociedade por uma nova forma de regulação das relações sociais, agora não mais centrada no consumo ou nos modos de vida, mas precisamente na esfera da produção de bens e serviços (Sainsaulieu e Segrestin, 1986: 338) .

Vale a pena, portanto, pensar em que medida a sociedade cobra mais responsabilidade da empresa e ações mais éticas a partir da implementação do modelo neoliberal, do esgotamento do Estado de Bem-Estar social na Europa.

No Brasil registramos que é a partir da segunda metade da década de 80 que o Estado começa a se retirar de funções exercidas na economia, seja enquanto agente econômico, seja enquanto regulador da atividade econômica. E é a partir desta época, sob um Estado democrático, que a sociedade civil começa a exigir das empresas mais responsabilidade social e ambiental, além de mais transparência.

1.2 – A sociologia da empresa, instrumental que permite estudar as ações sociais da empresa?

A empresa contemporânea não se limita a gerir e manter recursos econômicos, técnicos e humanos, como foi o caso até alguns anos atrás. Hoje, ela continua a agir como ator político, mas buscando novas formas de legitimidade, que variam segundo os contextos políticos e econômicos.

Pode-se dizer que atualmente a sustentabilidade da empresa se apóia na capacidade que ela tem de ampliar o espaço de convergência entre seus interesses e os interesses de diferentes atores: acionistas, empregados e stakeholders em geral. Quanto mais interesses estiverem em relação, ainda que sejam conflitantes, maior é a zona de convergência da qual a empresa faz parte.

A função social da empresa pode ser analisada a partir de dois eixos: o primeiro privilegia a relação empresa/sociedade, estudando o tipo de interação estabelecido com a dinâmica da sociedade; o segundo enfatiza o que a empresa faz de fato para assegurar a coesão e mobilização de seus funcionários. O desenvolvimento recente de estudos empíricos privilegiando ora um, ora outro destes eixos, têm contribuído para dar algum substrato ao conceito de função social da empresa.

Há necessidade, portanto, de analisar tanto as relações internas quanto as relações externas às empresas.

2 – Alguns pontos que marcam a RSE no Brasil

As intensas transformações pelas quais passou a sociedade brasileira mostram que um dos pilares da sociedade contemporânea é constituído pelas empresas, ainda que profundamente afetadas por estas mudanças.

A partir de meados dos anos 80, organizações empresariais, empresários, organizações não governamentais e a imprensa começaram a discutir a responsabilidade social das empresas. O debate é bem marcado. Uma vertente considera que no Brasil dos anos 90 consolidou-se um novo discurso e uma nova prática empresarial: uma postura pautada pela responsabilidade social, em que as empresas são motivadas pela ética e pela responsabilidade, imbuídas de um interesse público (Torres da Sillva, 2000: 150). Outros autores questionam a própria noção de responsabilidade social, que pode inclusive ser considerada tão somente como o cumprimento das obrigações legais e a obtenção de lucros para pagar impostos (Cheibub e Locke, 2002: 284). Para Porter e Kramer (2005) a responsabilidade social pode e deve agregar valor, desde que tenham impacto na cadeia de valor e estejam integradas com o cerne de suas atividades.

Discutiremos mais detalhadamente as teses destes últimos quatro autores.

Cheibub e Locke consideram que é do interesse econômico das empresas promover ações socialmente responsáveis, ainda que...

“não temos o direito de esperar que empresários e as empresas sejam obrigadas a praticar estes atos. Pelo menos, não temos este direito em relação às empresas enquanto não tivermos também o direito de esperar o mesmo de qualquer outro ator social (Cheibub e Locke, 2002, p. 283).

Estes autores construíram uma tipologia para analisar a RSE, considerando duas dimensões e chegaram a quatro modelos de RSE: a primeira tem por base os grupos ou atores beneficiários da gestão da empresa (dos stockholders aos stakeholders); enquanto a segunda considera os motivos das ações sociais empresariais que podem ser motivações de ordem moral ou ações instrumentais para atender aos interesses imediatos das empresas. Os quatro modelos de responsabilidade social identificados pelos autores são: Produtivismo, Idealismo Ético, Filantropia e Progressista.

Por outro lado, Porter e Kramer (2005) propõem que as ações sociais das empresas se relacionem à sua cadeia de valor, que, segundo eles, permite ver como as operações da empresa afetam a sociedade. Os autores propõem que as ações de RSE sejam feitas a partir dos mesmos critérios que as empresas usam para tomar suas principais decisões de negócios. Neste caso, as ações de responsabilidade social deixariam de ser um custo, e poderiam se tornar uma fonte de oportunidade, inovação e vantagem competitiva. Porter e Kramer afirmam:

“... o que estamos constatando é que, muitas vezes, o método mais eficaz para enfrentar muitos dos problemas mais prementes do mundo é mobilizar o setor empresarial de forma a beneficiar a um só tempo a sociedade e as empresas.” (Porter e Kramer, 2006: 139)

Atualmente há uma valorização do desenvolvimento sustentável, porém Porter e Kramer (2006) afirmam que poucas empresas sabem como fazer ações sociais de forma eficaz e sustentável.

“Ao vincular a filantropia corporativa a seu setor e à sua estratégia, a empresa pode, mais que outros doadores, melhorar o desempenho dos beneficiários, incrementando ainda mais o valor social.” (Porter e Kramer, 2006:154)

3 – RSE e as relações entre a esfera privada e a esfera pública

Costa (2006) considera que por trás do debate sobre responsabilidade social da empresa há que se considerar as mudanças do Estado, da economia e a importância crescente dos novos arranjos institucionais. Costa mostra que a articulação entre empresas, comunidades organizadas e Estado criou um novo posicionamento de poder para as empresas na sociedade atual (p. 244). Para a autora, o movimento dos agentes econômicos em favor da responsabilidade social empresarial, faz com que eles desempenhem um importante papel nas políticas públicas.

“Ao enveredar pelo caminho do investimento social privado, as empresas estão lidando com a questão da coesão social contemporânea. A violência e a miséria não só fazem mal aos indivíduos isolados; fazem mal à sociedade, ao mercado e às empresas. ... Como as empresas não querem naufragar no caos social, esta constatação leva algumas empresas a buscar inovações sociais e institucionais que possam substituir a guerra de todos contra todos.” (Costa, 2006: 247).

Comentamos a seguir alguns casos de RSE que envolvem ações articuladas com instituições municipais, estaduais, com ONGs e com outras empresas privadas. Sugerimos que as ações sociais das empresas têm limitações importantes e que frequentemente elas necessitam da atuação clara de órgãos públicos que tenham condições de cumprir suas missões.

3.1 – Projeto Mais Vida - Unilever

A multinacional Unilever fabrica produtos de alimentação, higiene pessoal e produtos de limpeza e está presente no Brasil desde 1929. Dentre as várias ações sociais feitas no Brasil, destacamos o projeto Mais Vida, desenvolvido pela empresa em Araçoiaba, pequeno município (17 000 habitantes) que fica a 70 quilômetros de Recife, Pernambuco, numa zona canavieira. O município tem um dos mais baixos IDHs do estado. Araçoiaba é muito pobre, não tem indústrias, o comércio é incipiente e não dispõe de saneamento básico. A Unilever fez um projeto que tinha como objetivo melhorar a qualidade de vida da população local e alavancar um desenvolvimento sustentável para a cidade fazendo com que o IDH local se situasse, ao final do projeto, entre os dez melhores de Pernambuco. Para isso, a empresa se propôs a investir R\$ 3.000.000,00 de recursos próprios neste projeto, que deveria ter a duração de três anos, podendo eventualmente ter este prazo ampliado por

mais um ano. Porém, a partir daí, o poder local, a comunidade e suas famílias deveriam assumir a responsabilidade do desenvolvimento do município.

O Instituto Unilever escolheu sete dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio definidos pela ONU em 2000, e contou com a assessoria do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD – Brasil). Para a metodologia foram selecionadas variáveis e indicadores do IDH.

Um ano antes do projeto ter início, em 2005, a empresa deslocou uma pessoa para agregar pessoas e autoridades em torno da participação do Instituto Unilever no município, com o objetivo de iniciar um envolvimento da companhia com a sociedade local. O instituto realizou alguns eventos e atividades para mobilizar a comunidade e as autoridades locais, e também contratou consultorias específicas para as áreas necessárias, como por exemplo, para fazer o diagnóstico do município.

A ação da empresa começou depois que foram identificadas as principais carências nos setores de saúde, educação, renda e meio ambiente, depois do estabelecimento de metas e de uma avaliação das parcerias necessárias. Estas parcerias deveriam obedecer a critérios bem determinados: ter apoio na competência específica e ter sempre contrapartidas. Assim foi feito com a Pastoral da Criança, Faculdade de Ciências Humanas de Olinda, OdontoPrev, Fundação Joaquim Nabuco e Sebrae, entre outros. As dificuldades maiores foram com o poder público estadual e municipal², mas ao longo do projeto elas foram sendo vencidas.

É importante ressaltar que uma equipe permanente da Unilever ficou responsável pela gestão local de cada um dos pilares do projeto, ou seja, a participação e o acompanhamento da empresa foram efetivos em todas as etapas do projeto.

Durante o período de duração do projeto, dos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio estabelecidos pela ONU, 7 foram alcançados: a diminuição da mortalidade infantil, a melhoria da desnutrição infantil (reduzida a zero nos dois últimos anos), a melhoria nas condições de educação, da alfabetização de adultos e o acesso à água potável, dentre outros. (Unilever, 2008:107). Ainda que não tenha sido possível medir o IDH de Araçoiaba no final do projeto, alguns números indicam o alcance destas ações: até setembro de 2008, o projeto conseguiu o envolvimento de 550 voluntários e alcançou 3 000 famílias; 11 377 crianças e 1 389 gestantes foram atendidas no Centro de Saúde Criança Feliz, criado pelo projeto; 10 549 atendimentos foram realizados no Centro Odontológico, criado pelo projeto em parceria com a OdontoPrev; alfabetizou 1 768 pessoas (jovens, adultos e idosos); introduziu a cultura do urucum, através de parceria com a Embrapa. Com isso, 47 produtores rurais plantaram 27 900 pés de urucum, o que permitiu aumentar a renda familiar.

Ainda, o projeto tentou não se afastar do princípio da sustentabilidade, escolhendo três pilares: educação, saúde e desenvolvimento econômico. Um dos meios utilizados foi ajudar a criação de associações - 5 foram criadas neste período.

3.2 – Mina de Brucutu - Companhia Vale do Rio Doce

O segundo caso apresentado é bem diferente do Projeto Mais Vida analisado acima. Ele aborda um dos projetos sociais desenvolvidos pela Fundação Vale do Rio Doce, que em princípio prioriza as comunidades em que a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) opera.

A CVRD desenvolve uma série de ações voltadas ao desenvolvimento sustentado local, provavelmente buscando minimizar os impactos sociais e ambientais da atividade mineradora. Costa (2006) analisou o Programa de Desenvolvimento Econômico e Social de Serra Pelada, desenvolvido pela CVRD, especialmente o Projeto Saúde de Serra Pelada. A autora ressalta que este programa tem sua origem numa operação feita entre a CVRD e o BNDS, que concedeu crédito à companhia, em 2002, desde que esta realizasse investimentos sociais em Serra Pelada (Costa, 2006:208).

Aqui apresentamos as ações sociais desenvolvidas pela CVRD a partir do início dos anos 2000, quando ela começou a explorar a mina Brucutu, em São Gonçalo do Rio Baixo, uma cidadezinha com 8,5 mil habitantes no interior de Minas Gerais. As obras de expansão da mina de Brucutu³ tiveram impactos importantes na vizinha Barão de Cocais. A cidade ganhou com a geração de novos empregos, a formação técnica e contratação de jovens da região, o desenvolvimento do comércio local e a instalação de uma grande concessionária de veículos, fornecedora da Vale que se mudou para a cidade, incentivada por ela. A chegada de 6 000 homens para trabalhar no empreendimento criou enormes transtornos na cidade, que recebeu estes trabalhadores porque dispunha de infra-estrutura um pouco mais adequada do que São Gonçalo. O caos ocorreu principalmente nos serviços de saúde, transporte e segurança. O pouco diálogo entre a Vale e a comunidade agravava as dificuldades e contribuíam muito para a visão negativa que a Vale tinha na região.

Com o apoio da Fundação Vale, a empresa iniciou uma estratégia de gestão de impactos e fez um Plano de Sustentabilidade para as duas cidades. A Fundação contratou uma consultoria para fazer um estudo sobre os impactos econômicos na região e elaborar um plano de investimentos para o crescimento da região. Paralelamente, a Vale se abriu para as comunidades, fez um processo de sensibilização dos empregados e criou uma equipe específica para atuar nas relações com a comunidade.

“Eles participaram dos grupos de solução conjunta, que reuniam, além de representantes da empresa, cidadãos e autoridades locais para debater as dificuldades vividas pela cidade, envolver terceiros e buscar soluções viáveis para os impactos sociais existentes no município” (Vale do Rio Doce, 2007: 174).

² Apesar de ter sido procurado, o governo federal não se manifestou.

³ A capacidade de produção da mina passou de 7 milhões de toneladas/ano para 30 milhões de toneladas/ano

A empresa se responsabilizou pelos impactos causados por sua chegada e operação, e discutiu com a população sobre os problemas já existentes. Por exemplo, diante das dificuldades do hospital municipal, a Vale apontou algumas soluções que poderiam ser implementadas pela prefeitura.

Em São Gonçalo, foi feita uma parceria com o Senai para fornecer cursos que preparassem os alunos para trabalhar na empresa. Além disso, a rede de ensino foi fortalecida e hoje a cidade conta com uma universidade.

3.3 Comparação entre os dois casos

A comparação entre os dois casos será feita a partir das intervenções das duas empresas em esferas públicas e a partir das parcerias feitas por ambas.

Primeiramente, destacamos as singularidades de cada projeto. O Projeto Mais Vida é um projeto integrado, que atingiu e transformou o cotidiano da população de Araçoiaba. O Projeto não tem relação direta com o negócio ou com alguma marca da empresa, nem ela tem unidades ali.

Foi feito totalmente com recursos da Unilever, que só contou com os benefícios da Lei Rouanet, cujos recursos permitiram a construção de 5 bibliotecas na cidade, a promoção de sessões de cinema em Araçoiaba, além de ter feito o Projeto Leitura do Bem⁴, dentre outras ações feitas em parceria com o Instituto Brasil Leitura.

Em relação às ações da Vale, cabe ressaltar que a atividade mineradora é alvo de várias exigências legais, algumas das quais, como o estudo de impactos ambientais, devem ser feitas antes mesmo da atividade começar. A mineração causa diversos problemas para a população das áreas em que atua, como por exemplo, emissões atmosféricas, poeira e ruído, que podem ocasionar problemas de saúde, além de apresentar riscos de acidentes para os trabalhadores. Como já foi mostrado e é assinalado no Relatório de Sustentabilidade de 2007 da CVRD, o crescimento demográfico acelerado gera pressões sobre a infra-estrutura, em geral precária, em áreas de mineração, e aumenta muito a necessidade de serviços públicos.

As ações da Vale em São Gonçalo do Rio Baixo e em Barão de Cocais, indicam dois pontos: o esforço feito pela companhia para cumprir as exigências legais e os investimentos para atender às necessidades da companhia - moradias para os trabalhadores que migraram para a região, melhorias na rede escolar incipiente, melhorias na infra-estrutura, além da capacitação técnica para seus trabalhadores.

Se o objetivo do Projeto Mais Vida era melhorar o IDH e a qualidade de vida dos habitantes de Araçoiaba de forma sustentável, o projeto estimulou também o sentimento de cidadania, incentivando a participação dos moradores na discussão e busca de soluções para os problemas desta cidadezinha muito pobre.

Com este objetivo, era inevitável que as ações do projeto abrangessem setores tradicionalmente cobertos pelo poder público, como a educação, a saúde e o meio-ambiente. A Unilever aproximou-se da prefeitura, secretarias municipais, conselhos municipais, igrejas e associações. O poder público, no caso a prefeitura e o governo estadual, foram acionados para que recursos públicos de direito e serviços básicos fossem disponibilizados. Ambos mostraram alguma resistência no início dos trabalhos, mas sua participação foi não só estimulada pela Unilever, como foi também cobrada uma contrapartida das ações que iam sendo realizadas pela população do município, especialmente pelos voluntários formados e envolvidos com o projeto.

A companhia contou com parcerias importantes, selecionadas a partir do diagnóstico feito no início do projeto. Os parceiros foram escolhidos de acordo com a competência que tinham e de acordo com as necessidades do momento. Uma das parcerias mais importantes, que teve desdobramentos porque orientou a formação de voluntários locais, foi com a Pastoral da Criança. Sua ajuda foi essencial para diminuir a desnutrição e a mortalidade infantil.

Detalhamos esta parceria para exemplificar a orientação das outras. O Instituto Unilever fornecia transporte, alimentação, doações de sementes para a multimistura, montagem da cozinha alternativa e acompanhamento das crianças no Centro de saúde Criança Feliz. A Pastoral da Criança capacitou 60 voluntários, que atendem cerca de 100 crianças por mês com a multimistura. Hoje a Pastoral atende cerca de 250 famílias em Araçoiaba e seus voluntários recebem treinamento periódico da Coordenação Regional da Pastoral.

A situação do município não permitia que a prefeitura atendesse às necessidades básicas da população na questão da saúde. A prefeitura não conseguia os recursos regulares a que tinha direito, porque não dispunha de base de dados confiável para encaminhar as informações aos órgãos competentes. Finalmente conseguiu organizar as informações e obteve recursos que possibilitaram a construção de cinco ambulatórios. O município teve uma forte expansão nas áreas odontológicas, laboratoriais e hospitalares. Além disso, passou a contar com vigilâncias sanitárias, ambiental e epidemiológica.

As parcerias feitas pela CVRD foram não ficam muito claras no Relatório de Sustentabilidade. Inegavelmente houve muitos ganhos para São Gonçalo, que teve todas as escolas da rede municipal reformadas, além de ter sido criado em 2007 um centro cultural e a universidade mencionada anteriormente.

Com o apoio da Fundação Vale e de consultorias especializadas, a empresa implementou uma estratégia de gestão de impactos e fez um Plano de Sustentabilidade para as duas cidades. Para Barão de Cocais, a Vale elaborou um plano de investimentos para o crescimento da região, que foi discutido com a comunidade. Sob iniciativa da companhia, foram criados grupos de solução conjunta que reuniam, além de representantes da empresa, cidadãos e autoridades locais para debater as

⁴ Este projeto contou com ações itinerantes dos Mochileiros da Leitura, voluntários treinados para estimular o gosto pela leitura.

dificuldades vividas pela cidade, buscavam envolver terceiros e buscar soluções viáveis para os impactos sociais existentes no município.

A Vale assumiu a responsabilidade pelos impactos causados pela sua chegada e atuação e discutiu com a população a responsabilidade dos problemas já existentes.

Os problemas decorrentes do aumento do fluxo de tráfego foram resolvidos com a orientação de uma consultoria especializada e o projeto foi totalmente financiado pela empresa. (Vale do Rio Doce, 2007: 175).

A Vale auxiliou também a secretaria municipal de saúde a encontrar soluções para que elas fossem implantadas pelo poder público.

Diante dos dados disponíveis para a CVRD, podemos nos questionar se algumas ações não tiveram origem nos Termos de Ajustamento de Conduta, se eram medidas preventivas ou compensatórias aos danos causados ao meio-ambiente.

Cabe ainda ressaltar que nenhuma das duas empresas entra na composição do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)⁵ da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Este índice só inclui empresas que tenham ações na Bovespa⁶, que tenham alto grau de comprometimento com sustentabilidade e responsabilidade empresarial. Para entrar neste índice, elas respondem a um questionário enviado pela Bovespa às empresas emissoras das 150 ações mais líquidas da Bolsa, que posteriormente é avaliado por várias entidades. Dentre as empresas que compõem o ISE, estão a Natura, a Sadia, a Gerdau Met, o Banco do Brasil e a OdontoPrev (uma das parceiras do Instituto Unilever no Projeto Mais Vida).

Conclusão

Os dois casos analisados, embora extremamente diferentes, ressaltam a fragilidade das instituições públicas. Tanto em Araçoiaba quanto em São Gonçalo do Rio Baixo e em Barão de Cocais, os órgãos públicos foram estimulados e auxiliados pelas empresas a realizar aquilo que lhes cabia, ou seja, dar uma mínima cobertura de saúde e educação à população dos municípios. Em Araçoiaba estas ações foram mais efetivas acredita-se, por causa da rede social e do amplo leque de parcerias que foi organizada em torno do Projeto Mais Vida. Mas a Vale também tomou a iniciativa de procurar órgãos municipais, e de auxiliar a secretaria de saúde de Barão de Cocais a buscar recursos e soluções para seus problemas, além de arcar com os custos da consultoria para resolver os problemas do aumento do fluxo de tráfego na cidade.

Em termos de referenciais analíticos, consideramos que o Projeto Mais Vida não se relaciona com a cadeia de valor da companhia como propõem Porter e Kramer (2006), nem estão ligados intimamente aos interesses da Unilever. Na tipologia proposta por Cheibub e Locke, o Projeto se enquadraria mais no modelo de RSE de Filantropia, que responde a uma motivação de ordem moral, valorativa dos shareholders. No caso de Araçoiaba, a Unilever não queria apenas doar; ela queria construir uma nova realidade sustentável para aquela comunidade. Para isso, não abriu mão de acompanhar, monitorar e avaliar os resultados obtidos no projeto que direcionou sua ação.

Utilizando os mesmos referenciais analíticos, o trabalho feito pela Vale em São Gonçalo do Rio Baixo e em Barão de Cocais, se situa entre os tipos de RSE Produtivista e Progressista, uma vez que as ações realizadas foram absolutamente necessárias ao exercício de suas atividades no local. A motivação da CVRD foi claramente instrumental e agregaram valor à companhia.

Acreditamos que parte do sucesso do Projeto Mais Vida se deve à presença da empresa no município e ao monitoramento das ações pela equipe da Unilever. Cabe agora ver se a comunidade e o poder local sustentarão estas transformações ao longo dos próximos anos, sem a presença da empresa.

Se o Projeto Mais Vida não agregou o mesmo tipo de valor para a Unilever do que as ações da Vale nos dois municípios mineiros, este projeto nos obriga a fazer uma séria reflexão a respeito de nossas políticas públicas, porque, segundo a companhia,

“... os 3 milhões de reais investidos pela Unilever no Projeto durante os três anos significou uma relação custo-benefício positiva, quando se divide este valor pela população beneficiada. O custo médio por pessoa/ano foi de R\$ 34,00. Se somar aos 3 milhões do Instituto Unilever os gastos feitos pela prefeitura para o Projeto, o custo médio por pessoa/ano vai para R\$ 51,00” (Unilever, 2008:111).

Bibliografia

Cheibub, Z. & Lock. (2002) In A. M. Kirschner, E. Gomes, & P. Cappellin, Empresa, empresários e globalização, Rio de Janeiro: Relume Dumará.

CompanhiaVale do Rio Doce (2007) Relatório de Sustentabilidade.

Costa, M. A. N. (2006). Mudanças empresariais no Brasil contemporâneo: o investimento social privado na saúde é uma nova forma de solidariedade? Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional, defendida no IPPUR/ Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Kirschner A. M. (2006). La responsabilidad social de la empresa, Nueva Sociedad, 202. p. 133-142.

Porter, M. & Kramer, M. (2006) Estratégia e Sociedade; Harvard Business Review, p.134-166.

⁵ O ISE foi criado em 2005, com base no conceito Triple Bottom Line, que avalia de forma integrada elementos ambientais, sociais e econômico-financeiros.

⁶ Este não é o caso da Unilever, cujas ações são negociadas nas bolsas de Nova York e de Londres.

Revista Exame, “ Por que a Unilever quer salvar esta cidade” 29.06.2006
Sainsaulieu, R.& Segrestin, D. (1986). Vers une théorie sociologique du travail. Sociologie du travail 3. p. 342-343.
Torres da Silva, C. V. (2000) Entre o bem estar social e o lucro. Histórico e análise da Responsabilidade Social das Empresas através de algumas experiências selecionadas de ‘Balanço Social’, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, PPGACP/Universidade Federal Fluminense.
Unilever (2008) Projeto Mais Vida, São Paulo.
Unilever (2008) Desenvolvimento e vitalidade: Projeto Mais Vida, DVD Institucional,

Sites consultados

www.sulamerica.com.br Acessos em 14/02/2007 e 22/11/2008.
www.ipea.gov.br/asocial Acesso em 24/02/2007.
www.unilever.com.br Acesso em 06/10/2008
www.pnud.org.br/odm/ Acesso em 15./11/2008
www.vale.com/ Relatório de Sustentabilidade 2007 Acesso em 23/11/2008
www.fiso.com.br Acesso em 23/11/2008
www.bovespa.com.br Acesso em 27/11/2008

Apreciações sobre o conservadorismo no Serviço Social

Ana Paula Rocha de Sales Miranda
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
aprmiranda2@gmail.com

Regina Maria Giffoni Marsiglia
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
regimarsiglia@ig.com.br

Patrícia Barreto Cavalcanti
Universidade Federal da Paraíba
patriciabcaval@gmail.com

Mirian Alves da Silva
Universidade Federal da Paraíba
mirianads@yahoo.com.br

Claudenízia de Oliveira Pereira
Universidade Federal da Paraíba
claudenziapereira@hotmail.com

Resumo: Tendo a questão social, ou suas múltiplas expressões, como base social histórica para a profissionalização do Serviço Social, a profissão surge no Brasil envolta pela ideologia conservadora e pelo projeto da classe dominante que enfocava a questão social de modo despolitizado e individualizador. Esse pensamento conservador passou a ser questionado nos anos 1950, esbarrando com o Golpe Militar de 1964 cuja repressão compeliu a profissão para uma preocupação maior com seu instrumental e metodologias. Nos anos 1980, o Serviço Social se aproxima da vertente marxista que passa a orientar o projeto ético-político profissional na década seguinte. Contudo, é também neste momento que as idéias neoliberais passam a vigorar no plano econômico, trazendo importantes reflexos sobre os planos político e social, redundando em políticas sociais reducionistas que encontram na pós-modernidade o caminho fértil para a justificativa dessa perspectiva individualizadora e o questionamento da teoria marxista. Este conjunto de fatores, somado à permanência na profissão de práticas tuteladoras e burocratizadas perpassadas pelo pensamento conservador, contrárias ao projeto hegemônico profissional, mas que conviviam com o mesmo, abrem espaço para a recuperação de valores tradicionalistas na sociedade e para o fortalecimento das idéias conservadoras que partindo de questões como a responsabilização do cuidado, a valorização do local, do capital social, da solidariedade, do voluntariado e mesmo da família confluem perversamente com as propostas emancipatórias que se utilizam das mesmas questões, porém sob uma ótica diferente, exigindo do Assistente Social uma postura crítica no seu cotidiano profissional e clareza do seu referencial teórico e metodológico.

De acordo com Netto (2001), embora seja uma explicação reducionista, é comum ao se remeter ao Serviço Social e sua institucionalização como profissão, sua vinculação à questão social e mesmo à sua atuação tendo como premissas a ligação a práticas filantrópicas e assistencialistas. Essa vinculação à questão social e suas manifestações peculiares referem-se a um dado momento histórico: o capitalismo monopolista.

Na Europa, a partir da segunda metade do século XIX a questão social que antes era naturalizada e que, por isso, tinha suas manifestações imediatas consideradas apenas como objeto de intervenção política capaz de amenizá-las, em geral de cunho moralizador, já que seriam características inelimináveis de toda e qualquer ordem social, passou a ser compreendida pelos trabalhadores dentro de um processo que exigiria a destruição da ordem burguesa.

No mesmo sentido, para a expansão das políticas sociais, considera-se que a luta de classes em torno da jornada de trabalho foi fundamental para o papel do Estado (ampliação) na regulação dos direitos sociais, cujas primeiras manifestações foram dificultadas pela ideologia liberal, que por meio de iniciativas reducionistas incorporou apenas algumas requisições dos trabalhadores nas legislações, sem atingir o cerne da questão social centralizado na acumulação de riqueza e exploração da força de trabalho, o que foi continuado pelo Estado social que também não pôs “[...] em xeque os fundamentos do capitalismo” (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 63).

A implantação de tais medidas permitiu que o Estado garantisse medidas práticas que viabilizaram esse sistema e também organizasse um consenso que incorporou novos protagonistas sócio-políticos, alcançando sua legitimação política mesmo em um cenário de organização dos trabalhadores e de aparecimento dos partidos operários de massas, cuja impermeabilidade facilitou a aliança burguesa com o Estado. Este consenso se deu mediante o estabelecimento de direitos civis e sociais, apesar de paradoxalmente o Estado monopolista buscar esvaziar os instrumentos de participação sócio-política.

Para entender tal relação, parte-se do pressuposto de que o Estado intervém e regula as relações sociais, mediante políticas sociais que funcionam como estratégias regulatórias que tanto podem ser mobilizatórias como podem funcionar no sentido inverso, pois, apesar de os problemas para os quais as políticas sociais se apresentam surgirem na sociedade, ou seja, seu conteúdo – que, portanto, é público –, as necessidades públicas ou sociais somente são absorvidas pelo Estado quando tornam-se estratégicas para a manutenção da sociedade capitalista. Assim é que as necessidades são colocadas como direito sob a perspectiva da dominação de classe e/ou do Estado caracterizando uma permeabilidade do mesmo a interesses contraditórios e dando condições para que a questão social seja colocada como alvo das políticas sociais, ainda que esvaziadas politicamente, devido à junção das funções econômicas e políticas do Estado em prol do capital monopolista, ao mesmo tempo em que o Estado prossegue ocultando sua essência de classe.

Com relação à questão específica da profissionalização do Serviço Social brasileiro, Netto (2001) contesta a idéia reducionista de continuum que entende a profissão como uma decorrência da organização da filantropia e sua incorporação nestas atividades que passam a requerer um instrumental técnico-operativo – apesar de considerar a real existência desta relação de continuidade desenvolvida desde a emergência da sociedade burguesa –, ou ainda sua legitimação como profissão vinculada ao embasamento teórico que irá conformar o Serviço Social, defendendo a tese de que:

Para além da relação de continuidade, o autor compreende que foi a ruptura com as agências voltadas para as ações de cariz voluntário e sua inserção em atividades interventivas – datadas do capitalismo monopolista, com suas modalidades de intervenção sobre a questão social – com objetivos alheios ao seu controle, cuja significação social passa a ter um novo sentido na reprodução das relações sociais, que a profissão se institucionalizou, apesar de ter permanecido com o referencial ideal anterior – auto-representação voluntarista. A questão social que emerge da formação e desenvolvimento da classe operária em oposição à burguesia industrial é a base de justificação do profissional especializado de Serviço Social.

No mesmo sentido, “[...] enquanto profissão, o Serviço Social não é uma possibilidade posta somente pela lógica econômico-social da ordem monopólica: é dinamizada pelo projeto conservador que contempla as reformas dentro desta ordem” (NETTO, 2001, p. 77).

Iamamoto (1998) defende que a questão social, ou suas múltiplas expressões, é a base sócio-histórica da requisição social da profissão, fruto do trabalho coletivo x apropriação privada da atividade, das condições e do fruto do trabalho. Emergindo, entretanto, “[...] como uma atividade com bases mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador.” (IAMAMOTO, 2000, p. 21)

Para Behring e Boschetti (2006), a profissionalização do Serviço Social no Brasil (a partir dos anos 1930) decorreu de um incremento (uma expansão) da ação estatal, respaldada pela Igreja Católica e influenciada pelo modelo de Serviço Social europeu, com vistas a enfrentar as expressões da questão social, engendrando um processo de modernização conservadora o que determinou que no Brasil o Serviço Social tivesse uma dupla missão: realizar a ação cristianizadora do capitalismo e promover a aceitação desse regime.

Para os propósitos deste trabalho, é forçoso reconhecer que se o Serviço Social fora influenciado inicialmente pelo conservadorismo da Igreja Católica, persistiu utilizando deste referencial ao ser introduzido nas estratégias do Estado e, conseqüentemente, da burguesia que, desde o capitalismo monopolista já formulava um projeto de cunho conservador alternativo ao do proletariado ao abordar a questão social sob um enfoque despolitizador, com tendência a psicologizar a vida social e individualizar os problemas sociais que afetavam os sujeitos. (NETTO, 2001)

Neste contexto, foi fundamental o papel da Igreja Católica com seu projeto de recristianização da sociedade e o do contingente de intelectuais que hierarquicamente se organizavam em movimentos ou influenciavam ideologicamente camadas da sociedade.

Gramsci (1979) adverte ainda que estes intelectuais como “comissários” do grupo ou classe social dominante teriam por função viabilizar o consenso espontâneo aos interesses da classe que representam ou executar a coerção legalmente estabelecida, de modo a obter e autenticar a hegemonia do grupo dominante. E foi fazendo parte deste grupo de intelectuais que passou a intervir ideologicamente e assistencialmente (para além da prática da caridade) e “[...] como um dos

desdobramentos do movimento do apostolado leigo” (IAMAMOTO, 2000, p. 19) que o Serviço Social surgiu no Brasil, tendo como determinações históricas mais significativas: a expansão capitalista (décadas de 1920 e 1930), a questão social, a ação da Igreja Católica e do Estado. Os traços do conservadorismo de que esteve revestido apresentavam-se na sua função pedagógica ao interpretar as desigualdades sociais como condições inerentes ao homem, naturalizando a vida social (ABREU, 2002) e esse caráter conservador somente começou a ser questionado a partir da década de 1950. (IAMAMOTO, 2000)

Segundo Vieira (1998) o conservadorismo é uma expressão de atitudes vinculadas e/ou baseadas em doutrinas que se estabelecem ligadas a determinadas concepções de mundo e construções ideológicas de um determinado grupo ou classe social, tendo como principal fundamento a preservação das tradições, a fixação no passado. Ou ainda, “[...] é considerado como a conscientização do tradicionalismo. Traduz-se em intenção relacionada com circunstâncias, que mudam de uma época para outra”. (MANNHEIM, apud VIEIRA, 1998, p. 35)

Quando ligadas ao Cristianismo, suas posições são tradicionalistas, antiprogressistas, anti-racionalistas, fundamentadas em verdades absolutas, na concentração de poder, na supremacia da religião (católica), na ordem, em uma visão organicista e, portanto, na imutabilidade da sociedade. Parte-se do pressuposto do “caráter da desigualdade” (VIEIRA, 1998, p. 32).

No caso particular do Serviço Social, Iamamoto (2000), afirma que, aliado às suas bases doutrinárias, foi sob os moldes do pensamento conservador assentados nas Ciências Sociais que se deu a ampliação do suporte técnico-científico da profissão, configurando o arranjo que a autora denomina como “teórico-doutrinário-operativo”.

Tal perspectiva não buscava, segundo Iamamoto (2000), se contrapor à ordem capitalista, embora aludisse a um conteúdo utópico, permanecendo hegemônica até meados da década de 1960 quando se instaurou o Movimento de Reconceituação e a busca por uma natureza científica para a profissão.

Iamamoto (2000) ressalta que as primeiras manifestações questionadoras das práticas profissionais vigentes e sua intervenção mantenedora do status quo ocorreram nos anos 1950 e que a ruptura com a herança conservadora representou “[...] uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social [...] reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional [...]” (ibid., p. 37) pela polarização da luta de classes.

Para o desenvolvimento desta compreensão e a mobilização do trabalho do Assistente Social junto à classe trabalhadora foi fundamental a aproximação com a vertente marxista que hoje compõe o projeto ético-político profissional hegemônico.

Entretanto, é forçoso reconhecer que os traços voluntaristas, as práticas burocratizadas e tuteladoras, as análises moralistas e empiricistas perpassadas pelo pensamento conservador não desapareceram no passado, mas foram conservados, ainda que em escala inferior e que já não representem o projeto ético-político hegemônico. Isto porque, segundo Martinelli (2006, p. 17): “O coletivo profissional é um campo de disputas de significados, um campo de diversidades, sendo sempre possível o surgimento de projetos profissionais de diferente natureza”.

Dentre os fatores que concorrem atualmente para a resistência contrária à teoria marxista e o seu conseqüente esmaecimento, a autora destaca a pós-modernidade, cujo projeto está envolto no escuro dos ideais emancipatórios do projeto da modernidade e teria sua introdução facilitada no âmbito do Serviço Social pelo sincretismo (NETTO, apud SANTOS, 2007) que o perpassaria, e que o tornaria factível ao ecletismo e permeável a “novidades paradigmáticas emergentes nas ciências sociais” (SANTOS, 2007, p. 11).

A retomada da importância da família, por exemplo, tão característica nos projetos dos sistemas de saúde e assistência social é representativa de uma recuperação de valores tradicionais na sociedade e das idéias conservadoras uma vez que o pensamento conservador elide a possibilidade de a sociedade ser desmembrada em indivíduos (LACERDA; GUEDES, 2006), apenas considerando esta possibilidade a partir de pequenos grupos, destacando “[...] sua maior preferência pelas unidades sociais orgânicas do que pelas unidades aglomeradoras [...]” (MARTINS, 1981, p. 125).

Questões como a responsabilização pelo cuidado, a vinculação ao local/regional e sua valorização, a compreensão do capital social, a ênfase na empregabilidade e na valorização do capital humano, o chamamento à solidariedade, o retorno do voluntariado, apesar de revestidas por um discurso propositivo, também servem para velar intenções e projetos conservadores ou neo-conservadores (como classificam alguns autores), demonstrando a atualidade e o revigoramento do conservadorismo.

De acordo com Yasbek (2000, p. 31):

[...] a complexidade da questão não está na abordagem de temas microssociais, locais ou que envolvam dimensões dos valores, afetos e da subjetividade humana (questões de necessário enfrentamento), mas está na recusa da razão e na descontextualização, na ausência de referentes históricos, estruturais no não reconhecimento de que os sujeitos históricos encarnam processos sociais, expressam visões de mundo e têm suas identidades sociais construídas na tessitura das relações sociais mais amplas.

Ademais, no caso específico do Serviço Social, é ilusório crer que tais práticas haviam sido totalmente suprimidas, inclusive pelo fato de o projeto ético-político hegemônico ter se constituído há pouco mais de uma década (se forem considerados a aprovação do novo Código de Ética profissional e a Lei de Regulamentação da Profissão em 1993 como marcos instituintes deste projeto, que não podem ser desconectados – por sua incontestável importância – da formulação das novas diretrizes curriculares de 1996 que imprimiu direção teórica à prática profissional), viabilizando, portanto, a

convivência de profissionais oriundos dos antigos e novos currículos que, em grande parte, não atualizaram seus conhecimentos e permaneceram arraigados ao fazer imediato e descontextualizado da prática cotidiana institucional.

Entretanto, é indispensável que, em qualquer que seja o campo ou espaço ocupacional e independente da demanda profissional, as abordagens sejam vislumbradas dentro de práticas contextualizadas, críticas, nunca coniventes – direta ou indiretamente e “conscientemente” ou não – com a perspectiva do ajustamento, da análise a partir da compreensão de ajustamento social.

Merece também destaque a menção aos traços constitutivos da questão cultural e política brasileira que reprodutora de concepções clientelistas, perpassadas pelo autoritarismo, centralismo e burocratismo estatal e meritocracia dos programas destinados às classes subalternas (MOLJO, 2006) vêm-se sendo ressoados e fortalecidos pela ideologia neoliberal, mediante a ênfase na primazia do individual sobre o coletivo, da liberdade do mercado sobre o Estado e do enfraquecimento deste em torno do fortalecimento do princípio de subsidiariedade, projetando uma cultura política despolitizada, baseada na imediatividade dos fatos que conflui os direitos sociais impelindo às políticas sociais o caráter cada vez mais determinante de focalização, seletividade e auxilia à pobreza, cujo caráter de universalidade deixa de ser central em uma perspectiva conservadora, ainda que, no atual governo federal venha se observando a redução das desigualdades (DOWBOR, 2007) e, portanto, configurando mudanças na conjuntura, apesar de que tais mudanças, sobremaneira positivas, não sejam suficientes para modificar a estrutura.

A tal situação se agrega a questão das mudanças no mundo do trabalho que advieram do fortalecimento do capitalismo, alquebrando as organizações sindicais, impulsionando novas demandas aos trabalhadores e precarizando as relações de trabalho, atingindo duplamente o Assistente Social, seja como profissional que implementa políticas sociais – ou como define Iamamoto (1999, p. 83-84) “participe do processo de produção e reprodução das relações sociais” – e que, portanto, está em contato direto com sujeitos inseridos ou excluídos do mundo do trabalho, seja como trabalhador “dentro da divisão social e técnica do trabalho” (IAMAMOTO, 1999, p. 83) e, que, desse modo, também tem seus postos atingidos.

Neste sentido e tendo em vista a possibilidade de diferentes perspectivas teóricas – condizentes ou não com o projeto hegemônico – o caminho que se apresenta como tangível é o que está ligado ao aprimoramento profissional continuado que dê conta das novas requisições e competências profissionais, aliado ao desenvolvimento de habilidades técnico-operacionais, de estratégias políticas e do conhecimento da realidade.

REFERÊNCIAS

- Abreu, M. M. (2002). Serviço Social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez.
- Behring, E. R.; Boschetti, I. (2006). Política Social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez (Biblioteca básica de Serviço Social; v. 2).
- Dowbor, L. (2007). Para compreender a força de Lula. <http://diplo.uol.com.br/2007-11,a2009> (Consultado na internet em 08 de Março de 2008).
- Gramsci, A. (1979). Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Iamamoto, M. V.; Carvalho, R. de. (1998). Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 12. ed. São Paulo: Cortez.
- Iamamoto, M. V. (1999). O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez.
- Iamamoto, M. V. (2000). Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos. 5. ed. São Paulo: Cortez.
- Lacerda, L. E. P., & Guedes, O. de S. (2006). Do conservadorismo à moral conservadora no Serviço Social brasileiro. Serviço Social em Revista, 8(2). http://www.ssrevista.uel.br/c-v8n2_lelica.htm (consultado na Internet em 13 de março de 2008).
- Martinelli, M. L. (2006). Reflexões sobre o Serviço Social e o projeto ético-político profissional. Emancipação, Ano 6, n. 1, 9-23.
- Martins, J. de S. (1981). Introdução Crítica à Sociologia Rural. São Paulo: HUCITEC.
- Moljo, C. B. (2006). Cultura, política e cultura política: assistentes sociais na construção da esfera pública. Relatório Analítico Pós-Doutorado em Serviço Social. PEPG em Serviço Social, São Paulo: PUCSP.
- Netto, J. P. (2001). Capitalismo monopolista e Serviço Social. 3. ed. Ampliada. São Paulo: Cortez.
- Santos, J. S. (2007). Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro. São Paulo: Cortez (Coleção questões da nossa época; v. 132).
- Vieira, E. (1998). Poder político e resistência cultural. Campinas/São Paulo: Autores Associados.
- Yasbek, M. C. (2000). Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 4. p. 21-34.

O Orientador Educacional na Política Nacional de Educação – Um Estudo de Caso na Rede Municipal de Ensino de Pelotas – RS/ Brasil

Margarete Hirdes Antunes
Universidade Católica de Pelotas-UCPEL
margaretehirdes@hotmail.com

Vera Maria Ribeiro Nogueira
Universidade Católica de Pelotas
vera.nogueira@pesquisador.cnpq.br

Resumo: A Pesquisa pretende realizar levantamento acerca do trabalho que desenvolve o Pedagogo com Habilitação em Orientação Educacional nas Escolas da rede Municipal de Ensino no Município de Pelotas no Estado do Rio Grande do Sul no Brasil, com vistas a identificar as atribuições do profissional, o trabalho que é realizado e seus efeitos na construção de uma educação cidadã transformadora ou na preservação da Escola reprodutora, condições em que esse trabalho é executado e as dificuldades encontradas.

INTRODUÇÃO

Na sociedade atual crescem os desafios diante de novas exigências para as políticas sociais. O desregramento demográfico mundial, a globalização da economia, o desenvolvimento de uma mundialização cultural atrelada à economia capitalista, as crises ecológicas, o desemprego, as inovações tecnológicas, as transformações nas relações sociais e pessoais, os conflitos ideológicos são referenciais que caracterizam o relacionamento entre a sociedade e a política pública da educação, no novo milênio.

No mundo globalizado a educação pública tem seguido a mesma tendência de globalização de outras instituições, no que se refere essencialmente à redução da participação do Estado na garantia da educação como direito do cidadão.

Nessa tendência, o Estado como gestor com a função de controle, vem promovendo várias avaliações que demonstram a baixa qualidade do sistema educacional brasileiro, mas estas não trouxeram resultados concretos para mudar a realidade do sistema de ensino, segundo o presidente do INEP¹.

Cada vez mais todos estão convencidos de que se há um bem maior a ser instalado nas sociedades, isso dependerá mais e mais da educação. Hoje essa demanda é explícita, e isso exige planejamento institucional por parte do Estado e demais instituições gerenciadoras de processos educacionais.

As Instituições escolares na especificidade do trabalho pedagógico escolar, contam com vários profissionais no interior das escolas, entre eles está o Orientador Educacional, cuja atuação ainda tem sido pouco estudada.

Pretende-se estudar acerca da ação profissional que desenvolve o Pedagogo com Habilitação em Orientação Educacional nas Escolas da rede Municipal de Ensino no Município de Pelotas, identificando qual concepção de Educação está contida na prática profissional do Orientador Educacional, ou seja, sua ação contribui para a manutenção da reprodução ou para a construção de uma educação transformadora, dentro das Instituições Escolares.

1. PROBLEMATIZAÇÃO

A política econômica do neoliberalismo, como uma das alternativas para a crise global do capitalismo, envolve a discussão sobre a Reforma do Estado e Políticas Públicas, contidas nas agendas dos Estados Nacionais. Recebendo influência das nações hegemônicas que orientam a Reforma do Estado para o mercado, propõe a racionalização de investimentos em áreas importantes no combate às desigualdades sociais, diminuindo assim o papel do Estado e fortalecendo as ações do setor privado.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, no Capítulo II, traz em seu escopo os direitos sociais, e dentre eles, a educação em primeiro lugar, constituindo-se num direito fundamental do ser humano. Representa assim, o oferecimento de condições básicas pelo Estado para o indivíduo efetivamente utilizar as liberdades que o sistema lhe outorga. Nessa esteira, o direito à educação como princípio constitucional, está relacionado à busca dos ideais de igualdade, uma das principais características dos direitos. Os direitos sociais expressam um sentimento de igualdade material que se realiza por meio do reconhecimento estatal dirigido à garantia de padrões mínimos de acesso a bens econômicos, sociais e culturais a quem não conseguiu atingi-los por meios próprios.

Esse direito cada vez menos e com qualidade inferior é oferecido, na maioria das vezes não é requisitado pelos seus usuários. Esse quadro fica evidente, uma vez que as pessoas, não raro, desconhecem seus direitos e não sabem como intervir em uma realidade que não produziram, mas que os maltrata, humilha e reduz.

A escola pode ser um espaço de luta pela democracia real e pela emancipação dos trabalhadores, buscando garantir condições mais dignas de vida. Em seu interior existem educadores atuando em diversos setores para a consecução desse objetivo. É pertinente lembrar que a Educação é uma das Políticas Sociais mais antigas no Brasil. A literatura evidencia a Escola como um instrumento de transformação social.

Para os educadores com uma concepção mais crítica é importante perceber que todas as fragilidades sociais que os atordoam no trabalho docente, podem sim se transformar, a partir do movimento dialético de constantes questionamentos de

¹ INEP- Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais/MEC.

quem fomos; Quem somos, E quem queremos ser. Nada é mais penoso para o intelectual educador do que referendar a manutenção da ideologia do mercado, não reconhecendo no educando, nem em suas famílias, nem mesmo a condição de cliente, estão excluídos, assim como nós profissionais da educação, tamanha manipulação e descaso, desde as questões de trabalho, passando pela estrutura física, até as pedagógicas.

É coerente então, propor a busca, na medida do possível, pelo ideal da humanidade com os seus direitos básicos garantidos, a busca pela utopia da economia, da política, da educação, da cultura entrelaçada sem sobrepor-se um ao outro, em torno do sujeito ético e solidário, sujeito que tem o direito de estudar Filosofia, Ética, Política, e outras ciências interpretando e reinventando o mundo e o prazer ao viver.

Nessa luta se situam, como um dos atores políticos, os profissionais da Orientação Educacional. A proposta é trabalhar a dimensão social da escola inclusiva, desvelando o contexto social da realidade e, evidentemente, o dos próprios alunos envolvidos no processo ensino-aprendizagem. As tensões, os conflitos, contradições, normas, controles e disciplinas estão presentes na escola, logo esta análise precisa ser aprofundada para adequar o funcionamento da escola aos seus princípios. Mas nem todos seguem o mesmo ideal, variando os posicionamentos ideológicos e políticos em função de uma série de determinantes, levando a adoção de posições conservadoras, reiterando a estrutura de exclusão reinante. As práticas desenvolvidas revelam a linha seguida, pois a passagem do discurso para a ação permite identificar de forma concreta a linha adotada.

Nesse sentido, busca-se investigar qual a linha que vem norteando os Orientadores Educacionais de Pelotas, entendendo ser o primeiro passo reconhecer a concepção de educação orientadora da sua prática profissional.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Identificar as concepções de Educação contidas na prática profissional do Orientador Educacional nas Escolas da Rede Municipal de Ensino de Pelotas/ RS.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Resgatar as ações profissionais desenvolvidas pelos Orientadores Educacionais.

Identificar ações transformadoras ou reprodutoras realizadas pelos Orientadores Educacionais nas escolas.

3. JUSTIFICATIVA

Entender a dinâmica das relações envolvendo a Instituição Escola parece-nos de suma importância. Discussões, pesquisas, propostas, leituras, seminários, indicam a necessidade constante de avaliação do trabalho dentro da área da Educação.

A avaliação é um tema cada vez mais recomendado para o replanejamento das ações políticas e pedagógicas dentro e fora das escolas, como parte de um processo mais amplo de debate para reverter o quadro do fracasso escolar que se apresenta.

Estamos vivendo mais um momento de construção de propostas para redefinição do cotidiano escolar, parece significativo também lançar um olhar para os sujeitos do ato educativo, em especial para os Orientadores Educacionais, seu trabalho e as concepções que orientam a sua prática.

Nos encontros e congressos que fazem parte da Agenda dos Orientadores, as questões referentes à definição do papel destes profissionais no espaço escolar, os efeitos de sua atuação e a marginalização dos especialistas do ensino, sempre foi uma preocupação constante.

A importância desta pesquisa se registra na intenção de desvendar a ação profissional dos Orientadores Educacionais, desenvolvida nas 91 escolas da Rede Municipal de Ensino no município de Pelotas, como forma de contribuir para a ressignificação de suas atribuições e para o reconhecimento dos limites do trabalho pedagógico no sistema capitalista, buscando configurar de fato, as possibilidades do sujeito, como um agente de transformação, levando em consideração as discussões que faz Garcia:

Quando o Orientador Educacional chega à escola, a expectativa é que ele venha para resolver os “problemas”; a diretora lhe fala dos professores “problemáticos”, os professores encaminham os alunos “problemáticos” e, se ele não reage, mostrando qual seria o seu verdadeiro papel, coisa que, em geral, ele não sabe por que a faculdade não lhe ensinou, a escola, cuja função é ensinar, transforma-se numa grande clínica sem clínicos..

O Orientador Educacional que atua na Orientação Vocacional, na medida que lida com o trabalho, numa sociedade de classes, é uma prática política. E se as duas classes fundamentais têm interesses irreconciliáveis, a orientação vocacional serve a uma ou outra classe, comprometendo-se com os interesses desta classe (GARCIA, 1982, p. 32-3).

A Orientação Educacional tem legitimidade, como profissão, amparada nas seguintes leis e Decreto:

Lei nº. 5.564 de 21.12.1968, cria a profissão de Orientador Educacional;

Decreto nº 72.846 de 26.09.1973, regulamenta a Lei 5564 e trata de suas atribuições;

Lei nº 6.672 de 22.024.1974, lei específica que garante a Orientação Educacional no Estado do Rio Grande do Sul;
Lei nº 71.132 de 13.01.1978, define as atribuições da Orientação Educacional e,
Lei nº 9394/96-artigo 64, que garante as habilitações do Curso de Pedagogia: Orientador Educacional, Supervisor Escolar, Administrador Escolar e Inspetor Escolar.

É pertinente destacar o advento da lei e a regulamentação da profissão, através dos quais, foram definidas as atribuições do profissional, conforme o artigo 1º do referido Decreto que delibera: “Constitui o objeto da Orientação Educacional a assistência ao educando, individualmente ou em grupo, no âmbito do ensino de 1º e 2º graus, visando o desenvolvimento integral e harmonioso de sua personalidade, ordenando e integrando os elementos que exercem influência em sua formação e preparando-o para o exercício das opções básicas”.

Atualmente essas atribuições foram reformuladas, fazem a leitura das novas questões que passam a gerir o momento atual através das rupturas que vão ocorrendo nos modelos vigentes.

Citando Grispun (2001, p.28): “O paradigma da certeza, da razão da verdade científica, apresentado pelo contexto de uma época passada como o modelo existente e necessário, foi cedendo espaço a um novo paradigma. Os valores tiveram um novo significado, adequado a este novo tempo.”.

4. METODOLOGIA

Os objetivos propostos e o próprio objeto de estudo exigem uma abordagem qualitativa. Para coletar as informações serão utilizados dois instrumentos: questionário com perguntas fechadas e abertas e grupo focal. O questionário constará de perguntas fechadas e abertas e será aplicado a todos/as Orientadores/as, permitindo traçar perfil dos profissionais na Rede Pública Municipal de Pelotas/RS. O grupo focal será escolhido através da aplicação de sorteio aleatório de sete a doze Orientadores/as e mediante dinâmica contendo questões para discussão mediada e coordenada pelo pesquisador.

4.1 UNIVERSO E ABRANGÊNCIA DA PESQUISA

Os sujeitos da pesquisa serão 46 Orientadores Educacionais das Escolas da Rede Municipal de Ensino de Pelotas/RS.

4.2 ASPECTOS ÉTICOS

A proposta envolve exclusivamente a realização de observações e questionário estruturado e semi-estruturado, com aplicação de questionários, característica que torna o estudo de risco ético mínimo,

A confidencialidade da informação individual e o direito de recusa em participar serão plenamente garantidos. A proposta de pesquisa será submetida à Comissão de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Pelotas, de acordo com a Portaria 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

5. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

5.1 A TRAJETÓRIA DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL

A Orientação Educacional no Brasil começou no terreno restrito da Orientação Profissional, quando em 1929, Roberto Mange, engenheiro suíço, realizou os primeiros trabalhos nessa área, tendo em vista selecionar e orientar jovens matriculados em Cursos de Mecânica.

A Orientação Educacional surge na década de 1920, mais especificamente em 1924, período marcado por constantes insatisfações com a situação do país. A política econômica dessa época assentava-se na produção e no comércio do café. Pensando sobre a via da escolarização como canal de mobilidade, proposta apoiada na crença ingênua da distribuição dos homens na sociedade segundo seus dons inatos, cumpria a Orientação Educacional o seu papel de desvelar as aptidões que os indivíduos possuíam, independente da sua condição de classe. O/a Orientador/a, “profissional da neutralidade”, apoiado em um referencial psicológico, reforçava a ideologia das aptidões naturais, esquecendo que apenas uma minoria escolhe livremente, enquanto a maioria é escolhida, selecionada, pois aptidão é problema de classe e de grupo sócio-cultural.

Na Lei Orgânica do Ensino secundário de 1942, faz-se pela primeira vez referência à Orientação Educacional. É instituído esse serviço com a finalidade de correção e encaminhamento dos/as alunos/as-problema, bem como da elevação das qualidades morais dos/as alunos/as em geral. Estava referido e definido o seu papel adaptador à sociedade.

Em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4024/61) institui a figura do/a Orientador/a Educacional. Esse/a Profissional, afinado/a com as diretrizes oficiais, torna-se porta-voz do Projeto Educacional do Estado, era a peça chave para que os fins propostos pela Lei fossem atingidos. Em 1968, quando surge a Lei 5.564, que prevê sobre o exercício da profissão do/a Orientador/a, é confirmada a linha psicológica e a função preventiva da Orientação Educacional.

Em 1971 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 5692/71, art. 10) institui a obrigatoriedade da Orientação Educacional nas escolas, colocando o/a Orientador/a como participante do processo educativo. Em 1973 foi publicado o decreto 72846/73, regulamentando suas funções. Finalmente em 1978 foi criado o cargo de Orientador Educacional no Quadro de Carreira do Magistério Público Estadual do Rio Grande do Sul, e em 1979 foi publicado no Diário Oficial da República Federativa do Brasil, o Código de Ética dos Orientadores Educacionais no Brasil. Em 1966 foi criada a Associação dos Orientadores Educacionais do Rio Grande do Sul (AOERGS).

A retrospectiva da trajetória do Serviço de Orientação Educacional no Brasil e no Rio Grande do Sul faz-se necessário para que possamos compreender e contextualizar suas propostas nas últimas décadas, bem como as diferentes perspectivas e objetivos de sua atuação.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 em seu artigo 64 refere-se à formação dos profissionais da Educação para a Orientação Educacional.

5.2 A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL HOJE

Hoje, a Orientação Educacional caracteriza-se por um trabalho muito mais abrangente, possui caráter mediador junto aos demais educadores, atuando com todos os protagonistas da escola no resgate de uma ação mais efetiva e de uma educação de qualidade nas escolas. O Orientador está comprometido com a realidade e sua transformação, sem perder de vista o enfoque coletivo, atuando com os demais profissionais da educação, buscando compreender criticamente as relações que se estabelecem no processo educacional. A Orientação Educacional como uma área da Educação, se insere nas dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas onde ela ocorre. Temos que definir as ações a serem desenvolvidas na escola por um profissional da Orientação Educacional competente e comprometido com as transformações sociais e com a história de seu tempo. Conforme Grispun, (2002)

[...] A escola é uma organização complexa; comporta vários serviços, executados por diferentes profissionais, cuja atribuição maior é a efetividade do processo educacional. Nesse sentido, devemos lembrar que, da mesma forma que a escola assume seu projeto político pedagógico, ela pertence a uma instituição maior, denominada educação, que, por sua vez, pertence à sociedade. Assim sendo, a análise da escola não pode ser feita isoladamente das demais categorias que a corporificam direta e indiretamente na consecução de seus objetivos (GRISPUN, 2002, p.83).

5.3 FUNÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS DO ORIENTADOR EDUCACIONAL

Conforme apontava Brandão (1977), a Orientação Educacional no Brasil teve uma caminhada que sempre esteve relacionada com os esforços feitos pelos Orientadores, com o objetivo de:

- a. “definir e redefinir a Orientação segundo variações ocorridas na teoria da Educação e das ciências humanas diretamente ligadas a ela”;
- b. “adequar à prática da Orientação Educacional às variações processadas na sociedade e na cultura brasileiras com repercussões sobre os sistemas educacionais, sobretudo no ensino de primeiro e segundo grau (p.19)”.

Nesse sentido, sintetizo a seguir algumas das funções gerais e posteriormente funções específicas do Orientador Educacional, citadas por Seemann²:

1. Planejar, replanejar, articular e acompanhar a execução do projeto Político Pedagógico com a participação da comunidade escolar, concretizando a função social da escola, através do redimensionamento do processo ensino-aprendizagem, viabilizando a transmissão, apropriação, ressignificação e produção de conhecimentos sistematizada por parte do aluno.
2. Refletir e encaminhar as discussões, junto à comunidade escolar, (professores, alunos, pais, diretor, funcionários) do processo de articulação das ações curriculares, mediando e interferindo para que o aluno concreto e sua realidade sejam focos permanente de reflexão e redirecionamento desta.
3. Participar da coordenação da ação do coletivo, redimensionando qualificadamente a relação entre alunos, professores, direção, equipe pedagógica, funcionários, família, serviços especializados, programas especiais, projetos, estágios de diferentes áreas, etc...
4. Planejar, executar e avaliar os desdobramentos e encaminhamentos, de forma permanente: dos conselhos de classe, das reuniões pedagógicas, reuniões de pais, grupos de estudo e projetos.
5. Propiciar a discussão junto aos pais equipe pedagógica e professores, sobre o processo ensino-aprendizagem, visando o acompanhamento, discussão e encaminhamentos necessários.
6. Planejar, coordenar, executar, acompanhar e avaliar, de forma permanente, o plano de ação integrada da equipe pedagógica frente ao projeto político pedagógico da unidade escolar.
7. Indicar e sugerir referências bibliográficas e outros materiais pedagógicos na área da Educação, visando à fundamentação, atualização e redimensionamento da ação pedagógica dos profissionais da escola.
8. Participar de cursos, seminários, encontros e outros, buscando a fundamentação da ação específica dos especialistas, com vistas a subsidiar uma postura de pesquisa e investigação frente à práxis pedagógica.
9. Elaborar o Relatório síntese das ações realizadas anualmente na unidade escolar.

² Vânio César Seemann é Orientador Educacional e Especialista em Alfabetização na rede Municipal de Ensino de Florianópolis. Atualmente está como Diretor Geral da Divisão de Educação Fundamental da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis e vem realizando cursos e consultorias em todo Brasil, nas áreas de Políticas Públicas, currículo, o processo de ensinagem e aprendizagem e avaliação. É professor em Cursos de Pós-Graduação nas áreas da Educação Infantil e Séries Iniciais.

Funções específicas:

Contribuir para o acesso e a permanência de todos os alunos na escola, intervindo com sua especificidade de mediador na realidade do aluno no currículo, mobilizando professores para a qualificação do processo ensino-aprendizagem através da composição, caracterização e acompanhamento das turmas, no horário escolar, listas de materiais e de outras questões curriculares;

Participar da articulação, elaboração e reelaboração de dados da comunidade escolar como suporte necessário ao dinamismo do projeto Político Pedagógico.

Participar junto à comunidade escolar na criação, organização e funcionamento das instâncias colegiadas, tais como: conselho de escola, Grêmio estudantil e outros, incentivando a participação e democratização das decisões e das relações na unidade escolar.

Participar junto com a Comunidade escolar no processo de elaboração, atualização do regimento escolar e utilização deste como instrumento de suporte pedagógico.

Coordenar o processo de escolha de representantes das turmas (aluno, professor) com vista ao redimensionamento do processo ensino-aprendizagem.

Coordenar elaboração, execução, acompanhamento de projetos, planos e outros, objetivando o atendimento e acompanhamento do aluno, nos aspectos que se referem ao processo ensino-aprendizagem.

Coordenar, junto com os professores, a sistematização e divulgação das informações, sobre o aluno, para conhecimento dos pais ou responsáveis, e em conjunto discutir os possíveis encaminhamentos.

Participar da avaliação quantitativa e qualitativa do rendimento escolar, visando reduzir índices de evasão e repetências.

Coordenar, junto aos demais especialistas e professores, o processo de identificação das causas e acompanhamento dos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, visando o redimensionamento da ação pedagógica.

Coordenar o processo de orientação profissional do aluno, incorporando-o à ação pedagógica.

Realizar pesquisas e estudos emitindo pareceres e informações técnicas na área da Orientação educacional

Acompanhar e avaliar o aluno estagiário em Orientação educacional, junto à Instituição formadora.

Desenvolver o Trabalho da Orientação, considerando a ética profissional.

Desenvolver outras atividades conforme o decreto nº 72846/73, que regulamenta a lei nº 5564/68, que prevê o exercício da profissão de Orientador Educacional.

O grande desafio que se coloca aos educadores, em especial aos Orientadores Educacionais, neste momento histórico, parece residir em coadunar as suas funções com vistas à construção de uma educação cidadã, transformadora, libertadora, como propõe FIORI (In: FREIRE, 1987) afirmando que:

A educação libertadora é incompatível com uma pedagogia que de maneira consciente ou mistificada, tem sido prática de dominação. A prática da liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica (p.9).

5.4 EDUCAÇÃO REPRODUTORA E TRANSFORMADORA

Durante muito tempo fomos levados a acreditar que a Escola poderia “formar” os indivíduos a atuarem na sociedade de forma cidadã e crítica. A verdade é que se observarmos os “cidadãos” que atuam, efetivamente, na sociedade atual percebemos claramente que a Escola não cumpriu seu papel. Isso porque por um lado vemos que os que “dirigem” as grandes instituições valem-se de seus ‘poderes’ a fim de espoliar a maioria dos trabalhadores, transformando-os em massa de alienados.

Por outro lado, constatamos que esta grande maioria, “por medo”, principalmente do desemprego, sujeitam-se aos que “dirigem e edificam uma superestrutura” cujas. ‘ideologias’ operariam sobre e dentro dos indivíduos através de e como mecanismos ideológicos de sujeição, transformando “os indivíduos em sujeitos”. As ‘ideologias’ “têm uma existência material”, [...] são formadas por práticas sociais necessárias para a reprodução das relações sociais de produção. (ALTHUSSER, 2001, p.88-96).

Buscamos “uma verdade”. De que verdade estamos falando? “Conhecer é ver e dizer a verdade que está na própria realidade e, portanto, a verdade depende de que a realidade se manifeste, enquanto a falsidade depende de que ela se esconda ou se dissimule em aparências (CHAUÍ, 2000)”. Qual é a realidade quando falamos sobre a Educação? A Educação é reprodutora ou transformadora? O que é real e o que é falso?

O real quanto à modernidade é que a mesma pretendeu construir um “sujeito moderno, racional, centrado e unitário”; é uma construção muito particular do projeto iluminista que o pressunha como capaz de opções racionais conscientes e autônomas em relação à sociedade, “desde que devidamente educado”³ (SILVA, 1996, p. 254-5). Conseguiu o seu feito? Em que homem estamos pensando? De quem dirige ou de que está sendo dirigido? Quais foram os aparatos

³ [Grifo do autor].

historicamente arquitetados para construir esse “sujeito”? E, principalmente, como a Educação foi usada para edificar tal sujeito?

Os aparelhos utilizados pelo Estado mantendo e reproduzindo a estrutura da sociedade e de seus sistemas são muitos: religiosos, escolares, familiares, jurídicos, sindicais, os da informação e muitos outros. O que nos interessa é a Escola.

A Escola, através de seus professores e professoras, não ensina somente “os saberes práticos, mas transmite modelos, na tentativa de sujeição à ideologia dominante, como diria Althusser, ou como bem manejar esta sujeição”. O autor parte da tese atribuída a Marx, segundo a qual a reprodução das relações de produção é uma exigência: reproduzir a força de trabalho e também a sujeição dos trabalhadores à ordem dominante. De acordo com Marx, o conjunto das relações de produção,

[...] forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social [...] Ao mudar a base econômica, revoluciona-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela (MARX, 1983, p. 24-5).

A Busca da verdade deve levar-nos sempre a análise das causas dos problemas, logo é interessante trazer a contradição entre Educação Reprodutora e ou Transformadora, todo o contexto em que ela historicamente se constrói, se adapta, se refaz ou se perpetua, para indagarmos o que deve ser reproduzido e o que deve ser transformado, então seria prudente ou ingênuo conceituarmos Educação como um processo de constante aperfeiçoamento dos sujeitos na construção do conhecimento?

A Educação obviamente não se dá, apenas na escola, mas em todos os lugares onde se processa a prática social, a escola básica é a instância pela qual o Estado deve propiciar ao indivíduo, o necessário para desenvolver-se como cidadão.

Acrescente-se que esse desenvolvimento envolve sua integralidade, não apenas uma ou outra de suas dimensões, caso contrário fica mutilado o significado do homem histórico como ser que busca a realização da liberdade. Essa consiste precisamente na superação da necessidade, visto que “para o homem não basta viver, mas viver bem” (ORTEGA & GASSET, 1963).

O viver bem, a construção da liberdade, exige apropriação da cultura, da herança histórica que a humanidade produziu. A escola atual brasileira, com raras exceções, restringe-se a reprodução, concretizando o ensino como mera transmissão de conhecimentos dos programas tradicionais, subvertendo o conceito de ensino buscado pela Pedagogia Moderna, que segundo Freire (1975), para efetivamente alcançarmos é preciso renunciar a Educação Bancária e adotar uma forma dialógica de educar que torna o educando como sujeito, pois só como sujeito é possível fazer-se (sujeito) humano histórico. Cumpre à Educação então, a função problematizadora e mediadora nessa interlocução. Isto significa que a vontade (componente ético que funda a condição de sujeito) deve estar sempre presente nesse processo. A verdadeira educação é o tipo de ação social que exige que o seu conteúdo seja intrinsecamente desejado ou desejável por quem se educa, porque só sendo sujeito se é educado, pois esta é a orientação para o bem viver, que se supõe que a escola seja capaz de fazer, senão não tem função social nenhuma.

Se é dada à escola, segundo Althusser, a categoria de instrumento, Aparelho Ideológico do Estado, para reproduzir as relações de produção, como seria possível garantir que esta dominação será de fato reproduzida, como esta previsto pelo sistema de acordo com a teoria Althusseriana, uma vez que, nas relações de trabalho docente e nos Cursos de formação dos profissionais da Educação já se contemplam novas visões de mundo e releituras deste globo tão desigual, onde já é reconhecida por muitos, que a educação que está sendo promovida nas escolas não responde, se é que podemos dizer que algum dia tenha respondido, as demandas da classe dominada.

Ora, é de fato segundo a Teoria dos Aparelhos Ideológicos do Estado, a escola, a ferramenta mais eficaz para manter a dominação dos que detém o poder econômico sobre as classes subalternas que necessitam subsistir. A escola seria, de acordo com o teórico, um dos Aparelhos Ideológicos do Estado. E como estes fenômenos acontecem?

Citando Guareschi, é possível de uma maneira simples entender que a escola é uma Instituição superestrutural, imposta, obrigatória e controlada, criada para reproduzir os interesses e a ideologia da classe dominante, no entanto como já mencionamos anteriormente, é atual pensar a escola não somente com a função social de ensinar (educação bancária), mas como educação em seu sentido e função social mais ampla (educação problematizadora), haja vista, a evolução do contexto sócio-histórico-cultural da humanidade, a respeito dessa possibilidade reverenciamos Freire, pedagogo brasileiro de destaque internacional que não se limitou a teorizar, mas orientou através de suas idéias o processo de formação docente no que se refere à reflexão crítica da prática pedagógica levando à resultados inovadores no trato da educação, pois essas idéias se articulam com os interesses dessa formação, sem perder de vista o caráter histórico do homem associado sempre a prática social.

Para Freire, retomando um pouco as discussões anteriores, Educação, então, é um encontro entre interlocutores, que procuram no ato de conhecer a significação da realidade e na práxis, o poder da transformação, é a ação que pode e deve ser muito mais do que um processo de treinamento ou domesticação, um processo que nasce da observação e da reflexão e culmina na ação transformadora. Opondo-se a Educação Bancária, a Educação é libertação. Nesse sentido, o conhecimento parte da realidade concreta do homem e este reconhece o seu caráter histórico e transformador.

Diz Freire(1983), ainda,

Cultural- Consiste “na educação problematizadora, de caráter autenticamente reflexivo, implica num constante ato de desvelamento da realidade; [...] busca a emersão das consciências, de que resulte sua inserção crítica na realidade. O comprometimento com a transformação social é a premissa da Educação Libertadora, libertação que é social, coletiva e política. Para que ela se concretize, algumas características precisam estar presentes, são elas: a. Colaboração- A ação dialógica só se dá coletivamente, “ainda que tenham níveis distintos de função, portanto de responsabilidade, somente pode realizar-se na comunicação”. (p. 197); b. União- A classe popular tem de estar unida e não dividida, pois significa a união solidária entre si, implica numa consciência de classe.(p.205); c. Organização- “[...] é o momento altamente pedagógico, em que a liderança e o povo fazem juntos o aprendizado da autoridade e da liberdade verdadeira que ambos, como um só corpo, buscam instaurar com a transformação da realidade que os mediatiza”. (p.211); d. Síntese a ação histórica, se apresenta como instrumento de superação da própria cultura alienada e alienante”. “[...] faz da realidade objeto de sua análise crítica” (p. 214-15)”.

A respeito do desafio educacional que se impõe, ampara Gutierrez (1978),

[...] A educação deverá promover, antes de tudo, o desenvolvimento de aptidões para assumir responsabilidades tanto individuais quanto sociais frente a um mundo imprevisível e cada dia menos codificado, [...] esses conhecimentos surgirão das necessidades e circunstâncias reais dos educandos e de seu relacionamento com a semiótica social e a semiótica dos meios de comunicação (p.26).

De posse dessa análise é fácil identificar que a função social da Escola está impregnada sempre de uma ideologia, seja ela de dominação, que esmaga, exclui e escraviza ou de construção, de libertação, de transformação e de constante vir-a-ser, e de certa forma contrapor ou pelo menos pôr dúvida na inalteração da reprodução da Educação, trazida como verdade absoluta por Althusser.

É oportuno fazer algumas tessituras a respeito do que envolve a emancipação da escola hoje. Antes, porém, faz-se necessário explicitar um pouco o que considero classe dominante e classe dominada.

Com certeza a classe dominante hoje não é por certo a classe dominante de 1930, depois da industrialização o país mudou totalmente o seu perfil econômico e social, da hegemonia dos industriais que precisavam da mão de obra barata e mecânica para a hegemonia dos banqueiros e empresários do sistema financeiro brasileiro, que estão subordinados ao mercado internacional hoje; a classe dominada não mais os operários das fábricas, mas, atualmente em numa nova configuração, todos os trabalhadores que para conseguir as condições necessárias de sobrevivência não têm outra coisa a fazer, senão vender a sua força de trabalho, formal ou informalmente.

Diante do atual contexto, de grandes transformações sociais, econômicas e políticas, as funções exercidas pela educação passam a ter uma nova conotação, sofrendo modificações para adaptá-las às necessidades do tempo moderno.

A visão economicista e produtivista da sociedade, como primordial função dos indivíduos de produzir, distribuir e consumir mercadorias, bens, reduz os direitos de cidadania, e uma grande maioria que nem mais produz nem consome, sobrevive com as migalhas dos escassos programas de Renda Mínima.

O Estado Mínimo não consegue manter nem mesmo o que dispõe os preceitos legais contidos na Constituição Federal, sobre o acesso ao direito a Educação no país.

Uma das limitações do sistema Educacional dependente também é a seletividade, por falta de escolas a seleção começa antes mesmo da criança entrar nela; prossegue depois pela evasão e reprovação, decorrentes dos critérios de avaliação, currículos inadequados, professores despreparados, equipamentos deficientes, pobreza, etc... A escola brasileira reproduz a estrutura de classes e a divisão social do trabalho. A ideologia ou a ilusão do desenvolvimento, esperança da libertação nasce do nosso ideal de auto-suficiência de distribuição de renda, democracia e autonomia política, mas a dependência continua, pelo processo de reestruturação econômica imposta pelos credores internacionais aos países periféricos, significando um risco muito grande de exclusão social, já vivenciada, culminando com o “caos do desemprego e minimização do preço da mão de obra em todos os países subdesenvolvidos” (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 21).

Ora, parece lógico afirmar que, a dependência política está intimamente ligada à estrutura econômica e ao desenvolvimento da sociedade, e de posse desse entrelaçamento incapaz de se dissolver, é necessário do ponto de vista da organização atual da sociedade revelar uma forma de Educação na escola emancipatória, fundamental, que seria a Educação Política que perpassa todos os conteúdos escolares, aquela que faz com que as crianças, os adolescentes e adultos passem a construir uma compreensão da estrutura da sociedade da qual vivem, identifiquem o sentido das transformações que se processam no interior dela e passem de protagonista inconsciente do processo social a membro atuante desta sociedade exercendo poder mobilizador.

É por isso, como enfoca Lemme (1998, p. 73), que os setores da sociedade interessados em manter as condições de subordinação existentes e de que são beneficiários fazem o maior esforço e empregam todo seu poder para manter sob o seu domínio a formação das gerações, lutam para não perder o controle sobre a escola da forma mais perversa. Como exemplo, cito a política neoliberal que se instalou no Rio Grande do Sul, que maltrata, envergonha e indigna os trabalhadores da Educação Estadual Pública: remanejamentos, aglomerações de turmas, obrigando um número excessivo de educandos a disputarem um espaço escolar reduzido. Isto compromete, além da saúde mental de tais sujeitos, a sua aprendizagem, transferindo

educandos para outras escolas, desrespeitando os próprios dispositivos legais da Gestão Democrática, Regimentos Escolares e Projetos Políticos Pedagógicos, que subsidiam a organização das Instituições de Ensino do Estado. Soma-se a isso o abandono dos próprios prédios que abrigam as escolas e na indisposição de reconhecer e recuperar perdas salariais históricas que vinham sendo gradativamente recuperadas.

Para promover então uma educação política, capaz de descortinar o universo que envolve a escola e a manipulação da classe dominante, que popularmente envia migalhas às áreas mais importantes para o desenvolvimento de uma sociedade, precisamos discutir com a Comunidade escolar, o contexto social e nossa posição nele, construir possibilidades para o entendimento sobre as razões pelas quais a maioria da população do país, não consegue avançar em suas habilidades mínimas que é ler, escrever e interpretar a realidade que vive, enquanto uma minoria tem condições de atingir os mais altos estágios de ensino. As causas já foram desvendadas e decorrem da tão falada rede de proteção social, atrasada, subdesenvolvida, periférica, envolvida por uma estrutura econômica, onde a maioria do povo vive ou apenas sobrevive.

A estrutura que refiro é o Capitalismo que é definido como um sistema de organização de sociedade baseado na propriedade privada dos meios de produção e propriedade intelectual, e na liberdade de contrato sobre estes bens (livre-mercado). "Capitalismo" é o nome que se dá às atitudes econômicas decorrentes naturalmente numa sociedade que respeita a propriedade privada e a liberdade de contrato. As pessoas quando sujeitas a estas condições, com o intuito de satisfazer seus desejos e ou necessidades, tendem espontaneamente a dirigir seus esforços no sentido de acumular capital. Vale aqui registrar uma passagem da leitura de Fromm (1976, p.82), que faz referência a satisfação de desejos ou necessidades,

As normas pelas quais a sociedade funciona também moldam o caráter de seus membros, caráter social: [...] desejo de adquirir propriedade; mantê-la; aumentá-la, isto é, obter lucro. Os que possuem propriedade são admirados e invejados como seres superiores. Mas a vasta maioria de pessoas não possui propriedade alguma no sentido real de capital e bens de capital.

E o Trabalho na especificidade do modo capitalista de produção, o que significaria? Numa perspectiva crítica-social só poderia ser concebido, segundo defende TUMOLO⁴, como princípio balizador de uma proposta de educação que tenha uma perspectiva de emancipação humana numa sociedade baseada na propriedade social.

Essa perspectiva é a possibilidade de contribuir com o rompimento da reprodução contida no modo capitalista. De posse desses elementos é interessante trazer de novo a idéia da reprodução na teoria marxiana, contido nos capítulos de XXI a XXIII do livro 1, volume 2, de O Capital, assim expresso:

A reprodução simples reproduz constantemente a mesma relação capitalista, capitalista de um lado e assalariado de outro; do mesmo modo, a reprodução ampliada ou a acumulação reproduz a mesma relação em escala ampliada: mais capitalistas ou capitalistas mais poderosos, num pólo, e mais assalariados, no outro (MARX, 1996, p. 714).

É importante lembrar que na XI Tese sobre Feurbach encontramos a dimensão transformadora; “ Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (MARX; ENGELS, 1991, p. 14); e outras idéias de transformação estão também presentes em outras obras de Marx, as coligações dos trabalhadores podem deixar de ser simples uniões trabalhistas para se erguerem em movimento político que visa a revolução completa da estrutura econômica, a abolição das classes e da propriedade privada. Essa transformação, tem uma arena privilegiada para se concretizar, é na escola com os trabalhadores da educação, inclusos também toda a Comunidade Escolar, essa posição vai além do que defende Louis Althusser, que trabalha somente com a proposta da escola como reprodutivista.

Reconhecemos a Educação e a Escola como reprodutoras das forças de produção, mas também queremos invocar e defender a Educação, a Escola e a atuação dos Profissionais da Educação na Utopia da transformação das relações de produção. São pertinentes as contribuições de outro teórico marxista, Antônio Gramsci, que acredita que os intelectuais, são os agentes principais das mudanças necessárias para elevação da classe dominada à pelo menos condição de dignidade e admite que é possível a superação da alienação a partir da mobilização da classe dominada, após a apropriação da leitura dos interesses da classe dominante. Gramsci delega à escola a discussão pedagógica acerca da conquista da cidadania.

Conforme Demo, a educação é precisamente condição necessária para desabrochar a cidadania, com vistas à formação do sujeito do desenvolvimento, num contexto de direitos e deveres, ainda diz ele: “a formação da cidadania é um processo lento e profundo, que leva gerações”, envolvendo imprescindivelmente a formação docente além da competência técnica, exigindo competência humana, vejamos o papel importante dos educadores e educadoras que se comprometem com a educação transformadora de novas gerações para que estejam preparadas para aprender a aprender e aprender por toda a vida, não para servir aos apelos do mercado e do consumo, mas para decodificá-los, entendendo os mecanismos e as próprias transformações destes no conjunto dos problemas mais radicais da humanidade.

Então, o que envolveria a tarefa dos educadores e educadoras que entendem as limitações sócio-históricas e que sabem que não é fácil romper com o poder político dominante? E que competências humanas dariam conta de reconhecer a importância de descortinar a realidade? Assmann & Sung nos dizem que:

⁴ TUMOLO, Paulo Sérgio. O significado do trabalho no capitalismo e o trabalho como princípio educativo: ensaio de análise crítica. Disponível em: <http://www.espaçoaacademico.com.br>. Acesso em 20 ago. 2008.

A educação precisa ter a coragem de superar o dualismo persistente entre formação para o bom desempenho profissional e formação ética para a sociabilidade humana, [...] Pensamos que uma abordagem sincera de temas como competência humana, competências sociais, sensibilidade social e solidariedade, podem levar a um marco de referências bastante inovador (ASSMANN; SUNG, 2000, 210).

Gramsci traz a alternativa que interessa neste trabalho em contraponto ao referencial trazido por Althusser, que parte do pressuposto de que o educador (a), intelectual orgânico, pode subverter o sistema de reprodução no interior do “bloco histórico”, que é a relação entre estrutura e superestrutura, teoria e prática, entre forças materiais e ideologia que para ele é abstrata a distinção entre estrutura (relações sociais de produção) e superestrutura (comportamentos, idéias, costumes, vontade), porque há o entrelaçamento dos dois níveis na “concretude histórica”, que conhece a distinção e a dialética que resulta numa unidade real.

Além da compreensão do professor-educador de que a Educação Política é importante do ponto de vista da concretude, também agrego a fala de Freire (1983), que nos diz: os profissionais da educação devem pautar o seu fazer no sentido da ação-reflexão-ação, a partir das situações concretas do cotidiano da escola, aí esta a Filosofia expressa com muita objetividade para compor uma prática comprometida; para Gramsci a Filosofia também possui relevante função, pois, influencia a vida das pessoas e está impregnada de ideologia, ideologia esta conceituada por ele como “concepções de mundo” disseminadas por toda a sociedade, chamando-os de “estrutura ideológica” a todos os meios de disseminação da referida ideologia, que seriam a igreja, a escola e os meios de comunicação que estariam como já disse compondo a superestrutura.

A estrutura é um movimento dentro da história, e a política (superestrutura), precisa dar conta das suas movimentações e contradições. Analisando a constituição da superestrutura, identificamos a sociedade política (Estado) e a sociedade civil (Igrejas, família, Escolas... etc...) e a Educação, nessa perspectiva, ligada as duas esferas, servindo ora à reprodução, ora à transformação, dependendo do papel dos intelectuais e suas concepções de mundo.

O intelectual orgânico, no sentido gramsciano, é todo aquele que cumpre uma função organizadora na sociedade, assim “todos os homens são intelectuais” (GRAMSCI, 1978, p. 7), ele considera que os intelectuais são elementos chave, dentro da teoria da transformação, atuariam na construção da contra-hegemonia dentro da classe trabalhadora, produzindo através da filosofia da práxis, uma reflexão crítica para subsidiar a luta política das classes a que estão vinculados.

A visão de um mundo hegemônico, de um modo de vida imutável, de leis absolutas, pode ser refeita e rompida pelos sujeitos, através da Pedagogia do conflito que tem “raízes remotas nos princípios filosóficos e políticos de Marx e Engels”, empreende a crítica radical da Pedagogia liberal e defende a possibilidade da contradição e de repensar a Educação de forma dialética. A preocupação sociológica da pedagogia do conflito é “a explicação dos fenômenos do poder, da mudança social e das contradições que caracterizam a formação e a ação dos grupos sociais, das organizações humanas e da sociedade como um todo, se preocupa com a emancipação coletiva e a transformação social identificada com a classe dominada, os grupos oprimidos e a alienação das minorias desfavorecidas”, por isso projetos e programas são propostos para alterar a dinâmica da escola, no sentido de transformação, se gestam dentro destas independentemente das Instituições que as mantêm.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Althusser, L.(2001) Aparelhos Ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graa.
- ASSMANN, H, & SUNG, M. (2000).Competência e Sensibilidade Solidária: Educar para Esperança. Rio de Janeiro: Vozes.
- BRANDÃO, C.(1977) Valores socioculturais e Orientação educacional. IV Encontro Nacional de Orientadores Educacionais. Goiânia, n.2.
- CODO,W.:(Coord.). (1999).Educação: carinho e trabalho. Burnout, a síndrome da desistência do educador, que pode levar à falência da Educação. São Paulo: Vozes.
- CHAUÍ, M. (2000)Convite à Filosofia. São Paulo: Ática.
- CHOSSUDOVSKY, M (1999). A globalização da pobreza : impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. Trad. Marylene Pinto Michael. São Paulo: Moderna.
- DEJOURS, C.(1994). A Loucura do trabalho. São Paulo: Oboré.
- DEMO. P.(1985) Ciências sociais e qualidade. São Paulo: Almed.
- _____. (1999) Participação é Conquista. Noções de Política Social Participativa. São Paulo: Cortez.
- EISENSTEIN, E. (1993). Situações de risco à saúde de crianças e adolescentes. Petrópolis: Vozes.
- ENGELS, F. “Carta a Joseph Bloch, 21 de Setembro de 1890”, in Marx, K. – Engels, F. Obras Escolhidas, tomo III, Lisboa: Avante, (p. 547-49).
- _____. (1992).Textos sobre educação e ensino. São Paulo: Moraes.
- FORACCHI, M. A Participação Social dos Excluídos. São Paulo: Hucitec, 1982.
- FREIRE, P. (1998)Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários a prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____; FAUNDEZ, A. (1985) Por uma pedagogia da pergunta. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____; GUIMARÃES, S. (1982) Sobre Educação - Diálogos. v 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FROMM, E. (1977) Ter ou Ser. Rio de Janeiro: Zahaar editores.

- GADOTTI, M. & ROMÃO, J.(1998). Autonomia da escola: princípios e propostas. Guia da Escola Cidadã. Instituto Paulo Freire. São Paulo: Cortez.
- GIACAGLIA, L.(1994) Orientação educacional na prática: princípios, técnicas, instrumentos. São Paulo: Pioneira.
- GRAMSCI, A. (1995)Concepção Dialética da História, Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Civilização Brasileira.
- GRISPUN, M. (1988). (Org.).A Prática dos Orientadores Educacionais. São Paulo: Cortez.
- _____.(2002) A Orientação Educacional. Conflito de paradigmas e alternativas para a escola. São Paulo: Cortez.
- GUTIÉRREZ, F. & PRADO, C.(1999). Ecopedagogia e Cidadania Planetária. São Paulo:Cortez.
- _____.(1978). Linguagem total: uma pedagogia dos meios de comunicação. São Paulo: Summus.
- KONDER, L.(1981) O que é dialética? (Coleção Primeiros Passos). São Paulo: Círculo do Livro.
- LEME, P. Memórias. v.3, São Paulo: Cortez.
- LUCK, H.(1994) Pedagogia Interdisciplinar - fundamentos teórico-metodológicos. Petrópolis: Vozes.
- MAIA, E, & GARCIA, R. Uma Orientação Educacional nova para uma nova escola. São Paulo: Loyola.
- MARX, K.; ENGELS, F.(1980) A ideologia alemã. 4. ed. Lisboa: Presença.
- MARX, K. (1977)Contribuição para a crítica da economia política. 3. ed. Lisboa: Presença.
- MARX, K.(1983) Prefácio. In: MARX, K. Contribuição à crítica da economia política. Trad. de Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes. p. 26-9.
- _____. Instruções aos delegados do Conselho Central Provisório, AIT, 1868. In: MARX, K.
- _____.(1848-1982). Manifesto do Partido Comunista, parte I, in Marx, K. – Engels, F. (1982) Obras Escolhidas, tomo I, Lisboa: Avante, pp. 106-117.
- _____. (1852-1982). “Carta a Joseph Weydemeyer, 5 de Março de 1852”, in Marx, K. – Engels, F. Obras Escolhidas, tomo I, Lisboa: Avante, p. 555.
- _____. (1859-1982). “Prefácio a Para a Crítica da Economia Política”, in Marx, K. – Engels, F. Obras Escolhidas, tomo I, Lisboa: Avante, p. 529-533.
- MINAYO, M 1989). O desafio do conhecimento. Metodologia de Pesquisa Social (Qualitativa) em Saúde. Rio de Janeiro. 366p. Tese (Doutorado) - Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.
- MINAYO, M.; DESLANDES, S.; CRUZ, O.; GOMES, R.(1994) Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes. 80p.
- NÉRICI, G (1976). Introdução a Orientação Educacional. São Paulo: Atlas.
- PARO, V. (1995). Por dentro da escola pública. São Paulo: Xamã.
- _____.(1996) Eleição de diretores: a escola pública experimenta a democracia. Campinas: Papirus.
- PIMENTA, S.(1996) Orientação Profissional (Um diagnóstico Emancipatório). São Paulo: Loyola.
- SEEMANN, V.(2003) Artigo. Os Orientadores Educacionais e a Escola Pública de Ensino fundamental. Revista Prospectiva. Nº 27.
- SIQUEIRA, A (1983). Manual do Orientador Educacional. Santa Maria, 1983.
- SILVA, T.(1996). Identidades Terminais: As Transformações na Política da Pedagogia e na Pedagogia da Política. Petrópolis: Vozes.

Trabalho e profissão: Notas sobre o perfil do Serviço Social no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Anália Silva
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
ailanarj@terra.com.br

Márcia Silva
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
marcinog@bol.com.br

Resumo: O trabalho visa apresentar o perfil do Serviço Social no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Foi delineado a partir da sistematização dos dados coletados através de um roteiro respondido por cerca de 60% dos profissionais que atuavam na instituição no ano de 2007. As principais questões abordadas no roteiro referiam-se ao perfil dos profissionais, à forma de inserção, e às estratégias de organização do trabalho profissional nos diferentes setores da instituição. Observou-se que mais de 80% dos profissionais de Serviço Social possuíam vínculo precarizado de trabalho e que, no universo pesquisado, 87% dos profissionais estavam formados há mais de dois anos e 56% possuíam especialização (lato e strictu sensu). Mais de 60% dos profissionais atuavam em setores onde não há projeto de trabalho sistematizado.

O levantamento revelou, ainda, dificuldades no que tange à identificação dos objetivos, ações, atividades e instrumentos utilizados pelo Serviço Social, indicando a necessidade de aprofundamento das discussões que envolvem as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa, ético-política e investigativa da profissão.

Além de evidenciar os elementos supramencionados, os resultados do levantamento mostram que as formas de gestão pública implementadas no processo de contra-reforma do Estado provocam impactos na forma de inserção dos assistentes sociais no MPRJ, o que requer a construção de estratégias coletivas para o fortalecimento da profissão no contexto institucional e contribuam para a garantia dos direitos dos usuários.

O presente documento objetiva indicar as principais características da inserção e do trabalho do Serviço Social no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. É fruto de uma ação conjunta entre os profissionais que atuam no MPRJ e o Conselho Regional de Serviço Social - CRESS/7ª Região, no sentido de possibilitar a construção de um projeto de trabalho institucional que contribua para a efetivação dos princípios assumidos pela categoria de assistentes sociais em seu projeto ético-político e profissional. Está estruturado em duas partes: a primeira apresenta o histórico da construção do documento, que se inicia em março de 2007, no evento realizado pela Comissão de Orientação e Fiscalização – COFI-CRESS/RJ. A segunda expõe os dados coletados em julho de 2007, após uma mobilização dos assistentes sociais do MPRJ para possibilitar o “autoconhecimento” da profissão no MPRJ.

I – Breve Histórico:

No dia 29 de março de 2007, foi realizado, no Auditório do CRESS/7ª Região, o evento “O Serviço Social no Ministério Público do Rio de Janeiro: Uma análise na perspectiva ético-político profissional”. Este teve como objetivo promover a devolução dos dados coletados nas visitas de fiscalização realizadas pela COFI/CRESS no ano de 2004.

O evento, que contou com a participação de um número expressivo de assistentes sociais do MPRJ (70% do quadro existente na época), foi uma importante estratégia de mobilização coletiva, que teve como principal reatamento a proposta de realização de encontros periódicos para a confecção do plano de trabalho do Serviço Social no MPRJ. Dentre os pontos altos da programação, destacamos a mesa sobre Assessoria, que contou com a participação da Prof.^a Magali Almeida (UERJ), que discutiu o significado da assessoria no contexto profissional.

Cabe sublinhar, contudo, a mesa “Particularidades do Exercício Profissional no Ministério Público”, em que o Agente Fiscal Elias Azevedo da Silva apresentou os dados coletados em 2004 e algumas reflexões sobre o trabalho profissional na instituição. A discussão versou sobre quatro eixos, a saber: condições de trabalho, projeto profissional e sistematização do trabalho, inserção no mercado de trabalho e instrumentos normativos.

Em linhas gerais, os dados apresentados permitiram as seguintes reflexões:

À época das visitas, 66,7% dos profissionais eram efetivos no quadro de auxiliares da instituição;

No mesmo período, 50% dos profissionais já haviam sistematizado o projeto de trabalho institucional, elaborado pela própria equipe e, ou, profissional de Serviço Social;

A maioria dos profissionais relatou que a assessoria técnica aos promotores de justiça era a principal atribuição do Serviço Social na instituição;

75% dos profissionais verificavam relação entre as atividades desenvolvidas e a temática das políticas sociais e a grande maioria utilizava mecanismos para conhecer o perfil da população usuária;

A metade dos profissionais entrevistados fazia relatório de avaliação, e a maioria dos profissionais não participava de reuniões de equipe;

No que tange às condições de trabalho, foi possível observar que, muito embora os espaços encontrados pelos agentes fiscais não tenham sido homogêneos, em geral os profissionais gozavam de condições mínimas para a prestação de um serviço de qualidade, e, ou, estavam se mobilizando para garantir melhores condições para o exercício profissional;

Quanto ao perfil profissional e a inserção no mercado de trabalho, foi possível observar sensível diferença salarial entre os profissionais efetivos e os cedidos, bem como uma presença mais efetiva dos profissionais na instituição, esta explicada em função da inexistência de outros vínculos como assistente social, e da carga horária pressupor a presença diária dos profissionais de Serviço Social;

No que tange ao conhecimento dos instrumentos normativos, o CRESS constatou que, embora a maioria tenha respondido afirmativamente, havia ainda um percentual de 16,7% dos profissionais que não possuía o Código de Ética Profissional, e que a grande maioria dos profissionais indicou o sigilo como um dos itens mais importantes a ser observado no contexto institucional;

Quanto à relação entre as atividades desenvolvidas e as atribuições e competências do Serviço Social (artigos 4º e 5º da Lei 8662/93), a pesquisa revelou a existência de “confusão entre o conteúdo do Código de Ética e da Lei que regulamenta a nossa profissão”, muito embora a assessoria figure como atribuição mais citada.

Ao avaliarmos os dados expostos na ocasião, pudemos observar alguns problemas importantes, relacionados, em especial, ao planejamento, sistematização e avaliação do trabalho realizado pelo Serviço Social no Ministério Público. Contudo, cabe destacar que o quadro encontrado no ano de 2004 foi profundamente alterado a partir do ano de 2005, quando se iniciou uma onda de contratações precárias que ampliou sensivelmente o número de profissionais na instituição, que

passou de 6 (seis), no ano de 2004, para 25 (vinte e cinco), no ano de 2007. Importa salientar também que, dos 19 profissionais inseridos na instituição no período supramencionado, apenas 1 (um) foi cedido de órgão público, a medida em que os outros 18 (dezoito) foram admitidos para cargos comissionados. Na mesma situação funcional encontra-se, também, 1(uma) das assistentes sociais que foi visitada pela COFI em 2004, esta lotada em um dos CRAAI's do interior do estado.

Ao mesmo tempo, foi salientado, a partir do ano de 2002, quando da aprovação de um novo Plano de Cargos e Salários dos funcionários do Quadro Auxiliar do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Lei 3899, de 19/07/2002), a nomenclatura dos cargos foi modificada, o que teve impacto direto na denominação dos profissionais de Serviço Social concursados, que passaram a ser identificados como “Técnicos Superiores de Saúde – Serviço Social”. Muito embora não tenha havido modificação concreta no trabalho desenvolvido, importa sublinhar que a Resolução PGJ nº 1218, de 19/04/2004, apresenta novas atribuições básicas do Serviço Social, ao que cabe destaque para atuação na área de Recursos Humanos e Saúde do Trabalhador. Tal situação foi, à época, levada ao conhecimento da Presidência do CRESS/7ª Região, que nos orientou a solicitar informações ao Assessor Jurídico em exercício, que nos informou que, após a aprovação da Lei pela Câmara, a reversão do quadro seria praticamente inexecutável.

A exposição de tais informações teve como objetivo clarificar a conjuntura em que se dá o reconhecimento da relevância da profissão e a ampliação do quadro de profissionais de Serviço Social no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Neste sentido, se por um lado observamos o crescimento de mais de 300% (trezentos por cento) no quantitativo de assistentes sociais nos últimos três anos, por outro notamos claramente que a ampliação se dá através da inserção de profissionais com vínculo precário. A este processo se adiciona a “flexibilização” da denominação dos cargos, ao que observamos que a esmagadora maioria dos profissionais (cerca de 80%) não ocupa cargo onde figure as expressões “assistente social” ou “Serviço Social”. As duas questões mencionadas relacionam-se diretamente ao processo de desregulamentação das relações de trabalho e das profissões, já discutido por autores como Yamamoto (2003) e Antunes (1995), dentre outros.

Vale frisar também que a inexistência de uma Coordenação de Serviço Social no organograma institucional, que poderia ter como principal atribuição a promoção do direcionamento do trabalho profissional no MPRJ, foi um elemento discutido, tendo em vista, em especial, que o processo de recrutamento/seleção/contratação dos profissionais a partir de 2005 foi, em geral, realizado por agentes que não detinham conhecimentos sobre a profissão. Avaliamos que tal elemento pode comprometer o processo de inserção dos profissionais, à medida que o contato com profissionais de Serviço Social é fundamental para o conhecimento das experiências e possibilidades de atuação no contexto institucional.

Tendo em vista tais questões, que se colocaram como grandes desafios na ocasião do evento realizado pela COFI/CRESS 7ª Região, a equipe realizou, no dia 17 de maio de 2007, a I Jornada do Serviço Social no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. O evento, que contou com a participação de 20 profissionais, aconteceu no Salão Social da Associação dos Servidores da Procuradoria Geral de Justiça do Rio de Janeiro (ASPROJU), teve como objetivos centrais impulsionar a discussão sobre o trabalho profissional no MPRJ e fomentar a elaboração de um plano de trabalho institucional do Serviço Social, em função do compromisso assumido pelo coletivo dos profissionais no evento realizado no CRESS em 29 de março de 2007.

Dentre os momentos de destaque do evento, cabe mencionar a mesa-redonda “O Serviço Social no campo sociojurídico: reflexões sobre o projeto ético-político e a prática profissional no Ministério Público”, que contou com a participação das seguintes professoras: Dra. Yolanda Guerra (UFRJ), que procedeu a reflexão sobre a especificidade da atuação do Serviço Social no campo sociojurídico e no Ministério Público; e Dra. Fátima Grave (UFRJ/CRESS 7ª Região), que falou acerca do projeto ético-político e profissional. Na ocasião, a professora Dra. Fátima Grave solicitou, em nome do CRESS 7ª Região, que a equipe de Serviço Social do MPRJ envidasse esforços no sentido de sistematizar o plano de trabalho institucional.

Outro momento importante referiu-se à proposição de um levantamento de dados sobre o Serviço Social no MPRJ, que seria feito através de um formulário elaborado em conjunto com o CRESS. A interpretação/análise dos dados serviria como estratégia para atualizar as informações coletadas pela COFI/CRESS em 2004, bem como para potencializar o processo de elaboração do plano de trabalho. Na ocasião, o coletivo presente manifestou-se favoravelmente à proposta.

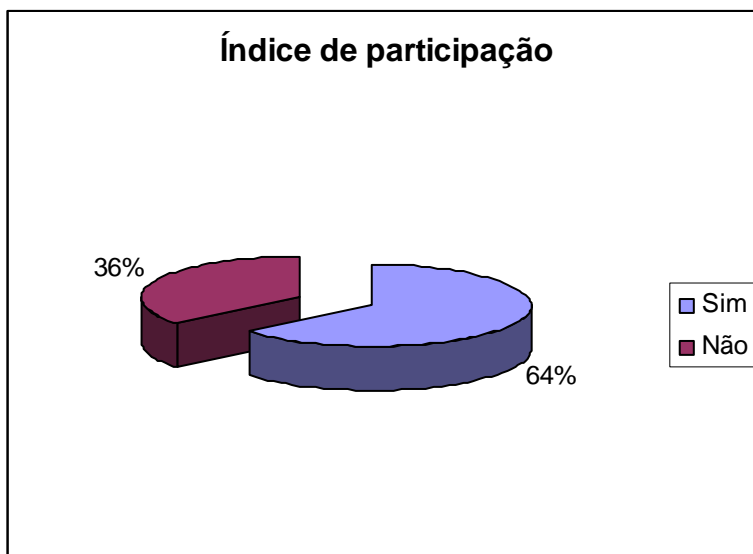
Cabe destacar, por fim, a mesa onde foi apresentado o relatório do I Encontro Nacional do Serviço Social no Ministério Público, realizado em setembro de 2006. Importa salientar que o conteúdo do relatório aponta que a assessoria vem se constituindo como principal atividade realizada pelo Serviço Social no Ministério Público, e traz como principais propostas a elaboração de diretrizes de atuação institucional, com ênfase nas atividades de assessoria, a discussão acerca da Coordenação Técnica e a criação de espaços de capacitação continuada.

Na esteira das questões discutidas, ao final do evento a equipe deliberou pela realização de novo encontro no mês de setembro de 2007, desta vez para discutir e elaborar as diretrizes do plano de trabalho do Serviço Social no MPRJ.

Como forma de garantir a efetividade das ações propostas foi elaborado um formulário com 17 questões, que tinha como objetivo conhecer o trabalho do Serviço Social no MPRJ. O instrumento (em anexo) continha questões fechadas e abertas, e se subdivide em três eixos: Perfil profissional, Atuação Profissional e Perspectivas acerca do Trabalho. Foi encaminhado aos profissionais por meio eletrônico, acompanhado de uma mensagem onde eram expostos os objetivos da ação, que já havia sido aprovada pelo coletivo dos profissionais na I Jornada do Serviço Social no MPRJ. Cabe informar que foi solicitado, na ocasião do envio do instrumento, que os profissionais respondessem ao formulário e o enviassem ao remetente num prazo de até 11 dias. Como não obtivemos resposta de mais de 80% dos profissionais na data proposta para

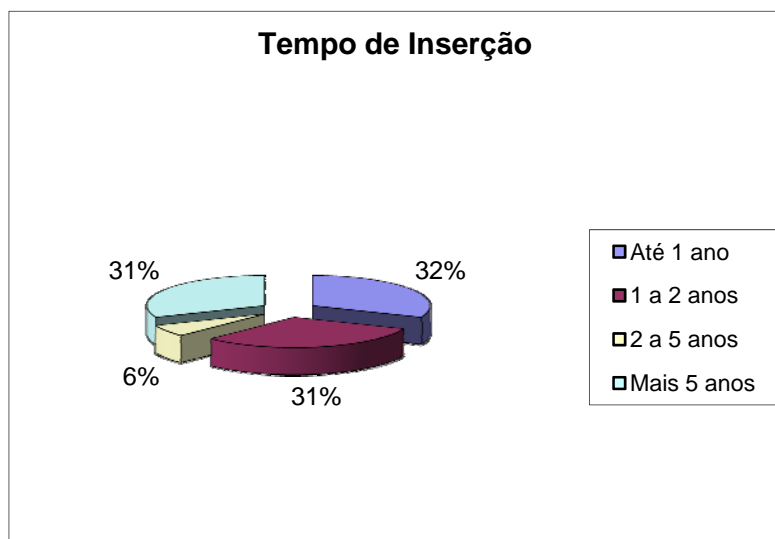
encerramento do prazo, foi feito um trabalho de sensibilização através de contatos telefônicos, o que possibilitou o acesso a uma amostragem de 64% do universo pesquisado. Seguem os dados.

A Amostragem:



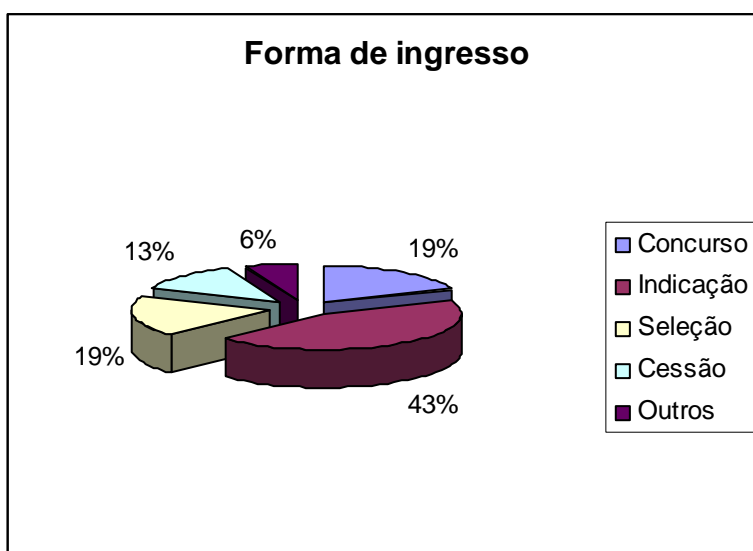
Quanto ao índice de participação no levantamento, cabe destacar que o percentual foi de 64%, conforme destacado no gráfico acima. Cabe ressaltar, também, que a amostragem apresenta dados que revelam a situação do Serviço Social em todas as regiões do Estado onde há lotação de assistentes sociais, o que pode permitir uma maior aproximação com as realidades regionais.

1)Tempo de inserção:



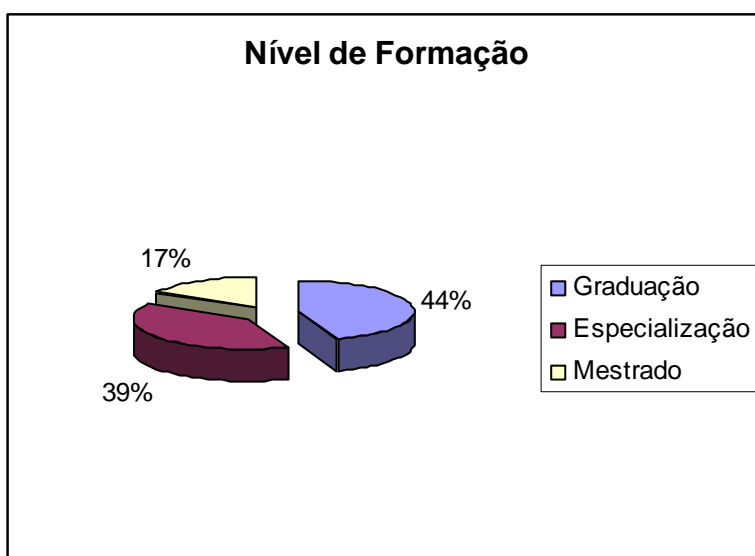
No que tange ao tempo de inserção na instituição em tela, foi possível observar que a maioria expressiva dos profissionais (63%) está na instituição há menos de dois anos, o que está relacionado, diretamente, à ampliação expressiva do quadro de profissionais nos últimos dois anos. Há, ainda, uma concentração de 31% de profissionais que estão na instituição há mais de cinco anos, dado que se relaciona diretamente ao quadro encontrado na ocasião das visitas de fiscalização do CRESS.

2)Forma de ingresso:



No que se refere à forma de ingresso, é possível observar que apenas 19% dos profissionais ingressaram na instituição por concurso público. Dentre as outras formas de ingresso destacam-se a indicação e a seleção, que, somadas, chegam a mais de 60% dos casos. Há, ainda, 6% que informa se enquadrar em outra forma de ingresso. Contudo, ao observarmos o item “Qual?”, encontramos a seguinte resposta: “currículo e entrevista”. Quanto a este item, importa destacar o mencionado no segundo parágrafo da página 5, a respeito dos agentes responsáveis pelo processo de recrutamento/seleção/contratação dos profissionais, pois é possível indicar, a partir de relatos de alguns colegas, que tal processo foi empreendido por agentes que desconhecem as atribuições e competências profissionais.

3) Nível de Formação:

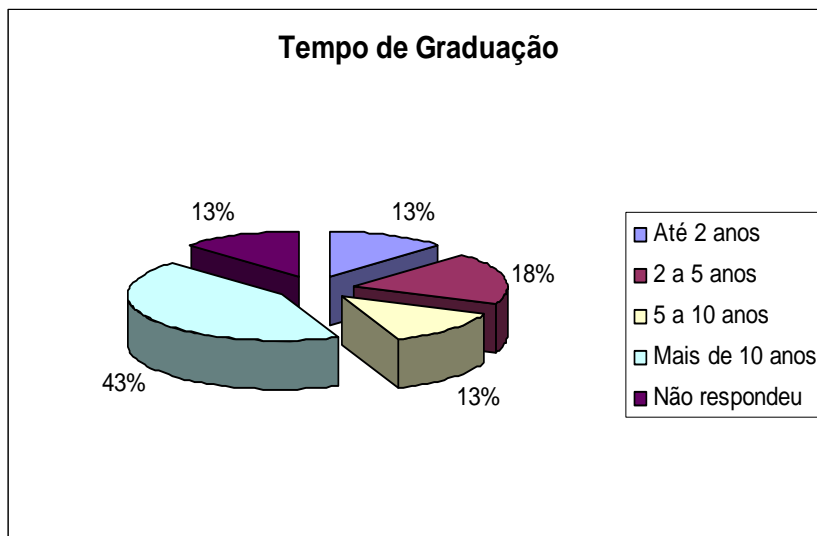


Quanto ao nível de formação dos profissionais, foi possível observar que 44% dos assistentes sociais possuem apenas a graduação em Serviço Social. Contudo, ao somarmos os percentuais referentes à especialização e mestrado, podemos observar que a maioria dos profissionais que atuam na instituição (56%) possui pós-graduação, em curso ou concluída. Este dado revela o potencial da equipe na construção de estratégias de trabalho antenadas com as demandas postas pela realidade social. Ao mesmo tempo, cabe considerar, por outro lado, a qualidade e o direcionamento político dos cursos realizados, tendo em vista a existência de projetos societários e profissionais em disputa. No que tange aos eixos temáticos dos cursos de pós-graduação realizados foram mencionados: violência doméstica, questões geracionais (terceira idade), saúde, administração e planejamento de projetos sociais e gestão de pessoas.

Cabe indicar, ainda, que os profissionais que cursam ou cursaram mestrado¹ o fizeram em programas pertencentes a Escolas e, ou Faculdades de Serviço Social.

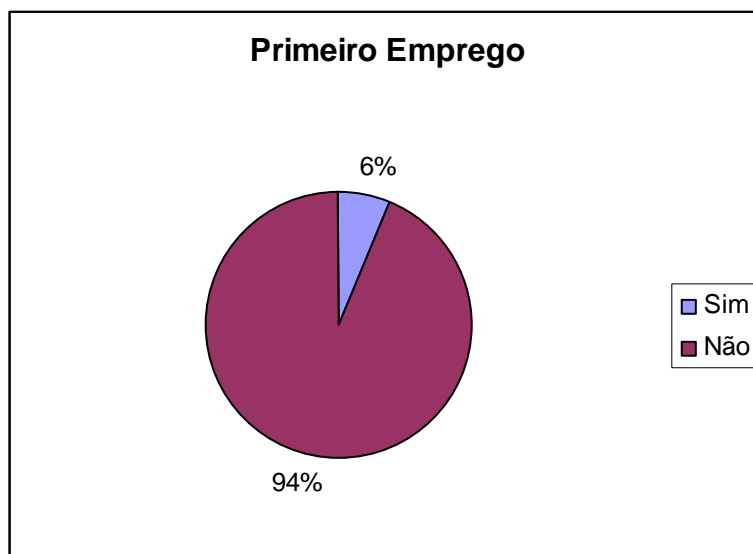
¹Um dos profissionais não concluiu o mestrado, e um profissional ainda cursa a especialização strictu sensu na UFRJ.

3a) Tempo de Graduação:



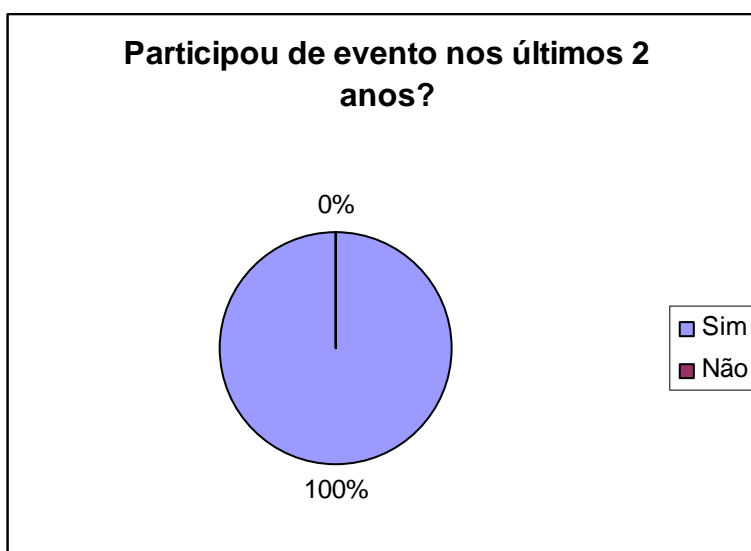
No que tange ao tempo de graduação, foi possível observar que 43% dos profissionais estão graduados há mais de 10 anos, e 44% há menos de 10 anos. Há, uma concentração de 26% de assistentes sociais formados há menos de 5 anos, e um percentual de 13% de profissionais que não responderam a questão. Podemos indicar que a prevalência de profissionais formados há mais de 2 anos (61%) se harmoniza com a existência de 56% de profissionais com pós-graduação, e relaciona-se, ainda, com o dado a seguir.

4) Primeiro emprego:



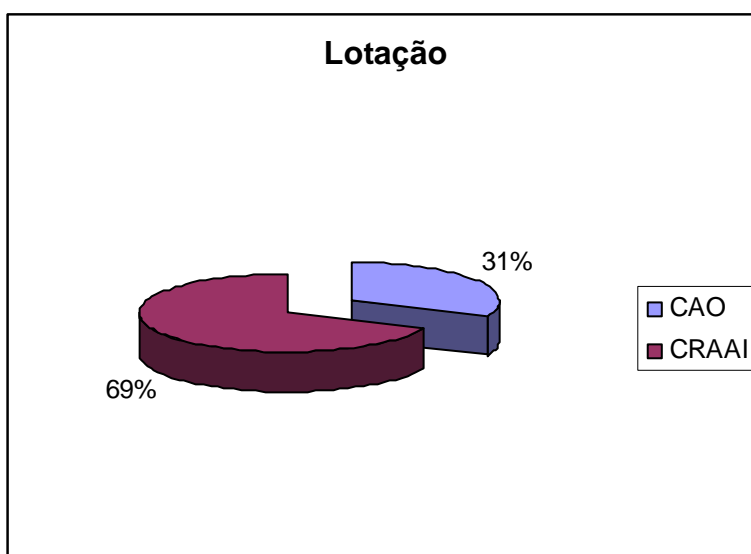
No que diz respeito a este dado, é possível observar a prevalência de profissionais com experiências pregressas. Apenas 6% dos profissionais estavam iniciando a atividade profissional como assistente social. Contudo, ao observarmos as experiências anteriores, citadas no item "que outras experiências?", encontramos atuação nas seguintes áreas: saúde, assistência social, movimentos sociais, comunidade, habitação e empresa. Foram citadas, ainda, duas experiências em Delegacias Legais e uma no Sistema Penitenciário.

5) Eventos:



No que tange a este item, todos os profissionais informaram ter participado de eventos nos últimos dois anos. Foi possível observar, ainda, que vários eventos mencionados foram realizados por órgãos do Ministério Público. Há alta prevalência, ainda, de eventos realizados pelo Conselho Regional de Serviço Social, e, mais especificamente, pela Comissão Sociojurídica do CRESS 7ª Região. No que tange aos temas, encontramos, dentre os mais citados: violência doméstica, instrumentos técnico-operativos, políticas públicas e sociais.

6) Lotação:



No que diz respeito à lotação, foi possível constatar que quase 70% dos profissionais estão lotados em Centros de Regional de Apoio Administrativo Institucional (CRAAI), e pouco mais de 30% em Centros de Apoio Operacional (CAO). Cabe destacar que a lógica de orientação do trabalho acaba por se diferenciar, pois, enquanto os profissionais que atuam em Centros Regionais tendem a atender demandas de várias áreas: infância e juventude, cível, família, tutela coletiva, idoso e PPD, os profissionais que atuam em Centros de Apoio atendem demandas específicas, em geral relacionadas a determinado grupo populacional (infância e juventude, idoso e PPD, etc.). As diferenças quanto à natureza dos órgãos, potencializada pelo escasso número de profissionais, acabam por gerar uma sobrecarga de atividades para os profissionais que atuam nos Centros Regionais, o que pode dificultar a consecução da qualidade dos serviços prestados. Por outro lado, os profissionais que atuam em Centros de Apoio, em função de sua especialização, tendem a ser solicitados para atuar mesmo em regiões onde há lotação de assistentes sociais.

7) Áreas de atuação:

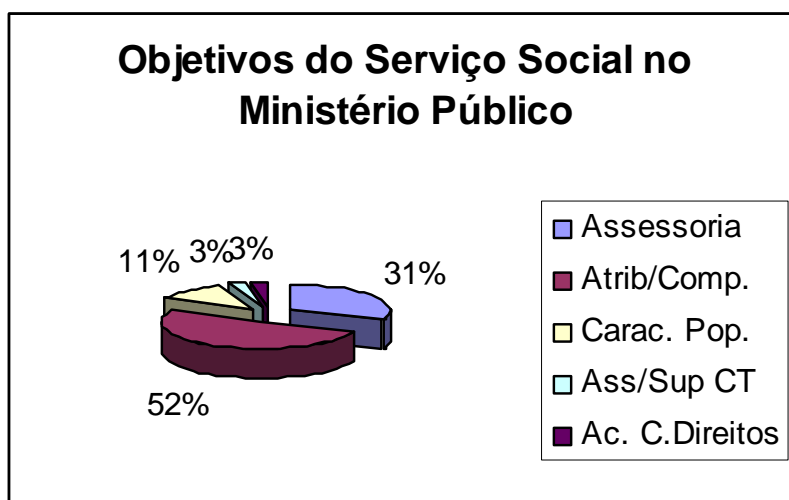
Este dado relaciona-se ao anterior. Foi possível observar que o Serviço Social atua junto a diversas promotorias, dentre as quais se destacam as de infância e juventude, as cíveis e as de proteção ao idoso e à pessoa portadora de deficiência.

Conforme mencionado anteriormente, os profissionais que atuam em Centros Regionais tendem a atender a todas as promotorias, enquanto os que atuam em Centros de Apoio apenas às relacionadas à determinada temática ou grupo populacional.

8) Público-Alvo:

Quanto ao público-alvo, é possível fazer as mesmas inferências dos itens 6 e 7. Contudo, é importante destacar que a centralidade da família nas políticas públicas, como orientação explícita presente em várias legislações e normativas recentes indica a necessidade de um olhar ampliado no sentido de buscar a totalidade no processo de desvelamento das demandas.

9)Objetivos do Serviço Social no Ministério Público:

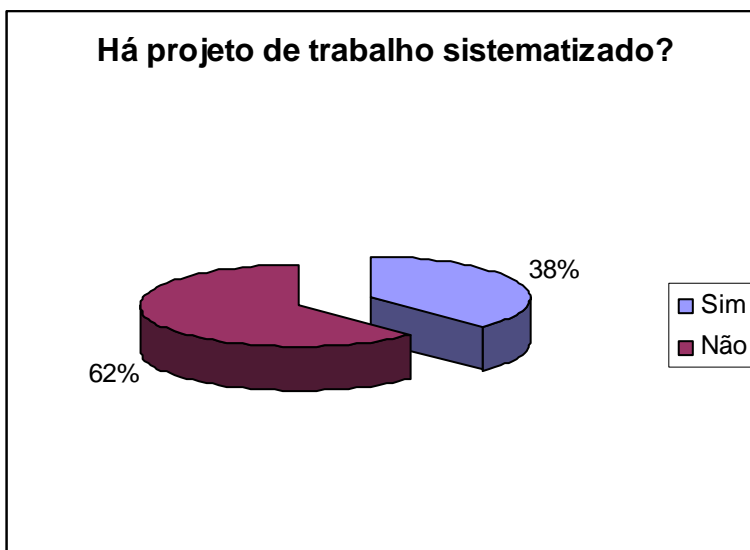


No que diz respeito aos objetivos do Serviço Social na instituição, é possível observar que a Assessoria Técnica aparece com 31% de frequência, sendo superada apenas por outras atribuições e competências inerentes à profissão de Serviço Social, que apareceram com 52% de frequência. Cabe destaque, ainda, para a relevância das atividades que possibilitam a caracterização da população usuária dos serviços, que apareceram com 11% de frequência. Vale discutir, neste sentido, o significado e a amplitude da assunção da assessoria como principal atribuição profissional na instituição, tendo em vista a relação de várias atribuições e competências com a assessoria, e, em especial, a menção de realização de atividades de assessoramento à órgãos externos, como o Conselho Tutelar e o Conselho de Direitos, que teve 6% de frequência.

A questão que devemos aprofundar a partir deste gráfico diz respeito à relação entre o trabalho de assessoramento aos promotores e o acesso dos usuários aos seus direitos. Este objetivo constituído como acesso dos usuários aos seus direitos pode estar associado à totalidade institucional do Ministério Público, onde o Serviço Social tem especificidade e é uma parte deste trabalho coletivo, como pode estar associado somente ao trabalho dos assistentes sociais. Entre uma e outra associação há um peso diferenciado sobre o Serviço Social que toma para si (objetivo profissional) o objetivo institucional que depende, mas transcende nossa atuação profissional.

Outra evidência que destacamos é a dificuldade dos profissionais fazerem a devida distinção entre objetivos, atividades e instrumentos de trabalho, o que discutiremos mais à frente.

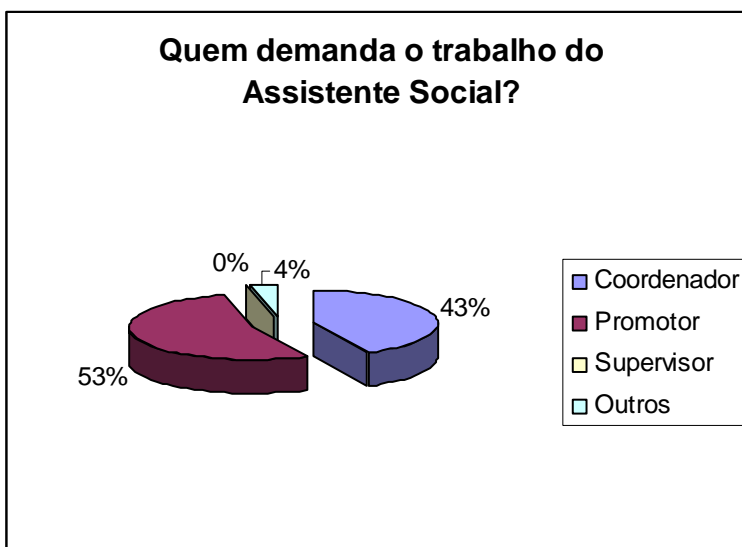
10) Projeto de Intervenção:



Com relação a este item, foi possível constatar que apenas 38% dos profissionais mencionaram a existência de projeto de trabalho em seu setor. Vale destacar, também, que a informação positiva veio, na maioria dos casos, de assistentes sociais que atuam na mesma equipe, o que revela algo preocupante: a inexistência de sistematização da atuação profissional em alguns setores de trabalho, já identificada nas visitas de fiscalização realizadas pela COFI/CRESS no ano de 2004.

Vale salientar ainda que, em um dos setores representados na amostragem, dois profissionais de uma mesma equipe ofereceram informações conflitantes: enquanto uma parte da equipe afirmava existir projeto de trabalho, outra desconhecia sua existência.

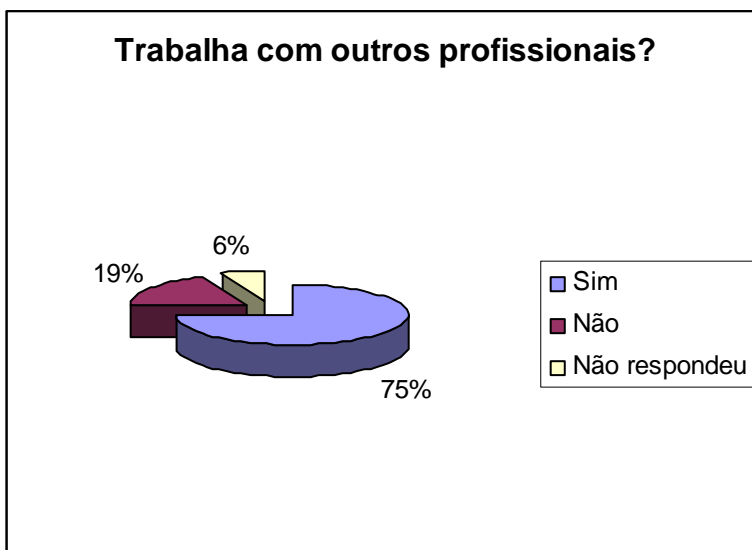
11) Quem demanda o trabalho:



Verificando o gráfico acima, é possível constatar que os principais demandantes do trabalho são os promotores de justiça lotados nos órgãos de execução. Em seguida, observamos que os coordenadores de CRAAI's e, ou, CAO's, que são promotores ou procuradores de justiça, também demandam o trabalho dos assistentes sociais. Tendo em vista as características específicas da atuação do Serviço Social no MPRJ, que, como vimos no item 9, relaciona-se a atividades de assessoria técnica, cabe indagar se solicitações feitas pelos coordenadores têm origem nos órgãos de execução ou são, também, produzidas pelos órgãos de coordenação. Tais informações são preciosas, pois revelam em que medida a atuação dos assistentes sociais têm contribuído no processo de construção das diretrizes e ações desenvolvidas pelos CRAAI's e CAO's.

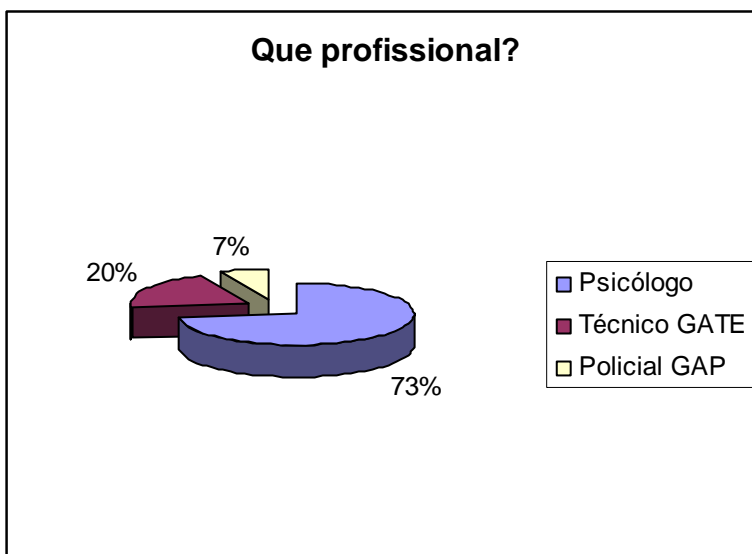
Importa frisar, também que, em 4% dos casos, além da demanda proveniente dos promotores de justiça e coordenadores, há, ainda, o atendimento de demandas diretas de assistentes sociais de outras instituições e da população usuária.

12) Trabalho com outros profissionais:



No que se refere ao trabalho em equipe multiprofissional, os dados revelam que, em 75% dos casos, os profissionais mantêm contato direto com profissionais de outras áreas. Contudo, 25% dos profissionais informam atuar isoladamente, o que corrobora a necessidade imperativa da criação de espaços coletivos de troca de experiências e capacitação continuada, em especial se considerarmos os casos de assistentes sociais que atuam nos municípios do interior do estado.

12a) Quais?



Ao indagarmos com quais profissionais o assistente social trabalha, um expressivo percentual de 73% informou que atua em conjunto com psicólogo. Esse dado é relevante, pois a instituição não possui nenhum profissional de Psicologia em seu quadro permanente. Ao mesmo tempo, o dado revela que, como no caso do Serviço Social, houve uma expressiva ampliação no quadro de psicólogos, sugerindo que a inserção destes profissionais também vem se dando de forma precária.

Vale indicar, também, que 20% dos profissionais informaram atuar, ainda que de forma eventual, em conjunto com técnicos periciais do GATE: psiquiatras, arquitetos, engenheiros, sanitaristas, médicos legistas, etc. Cabe informar, ainda, que estes profissionais não pertencem ao quadro de profissionais concursados do MPRJ, mas sua inserção está prevista em legislação específica. Tais profissionais possuem legitimidade institucional para atuar como assistentes técnicos do MPRJ, e o seu nível salarial é brutalmente superior ao dos profissionais de Serviço Social que ocupam cargos em comissão.

Outro ponto a ser destacado refere-se à existência de um percentual de 7% de profissionais que mencionaram atuar com policiais do Grupo de Apoio aos Promotores, ao que cabe discutir os limites e possibilidades de atuação conjunta com agentes cujo objetivo é garantir a efetividade da política de segurança institucional.

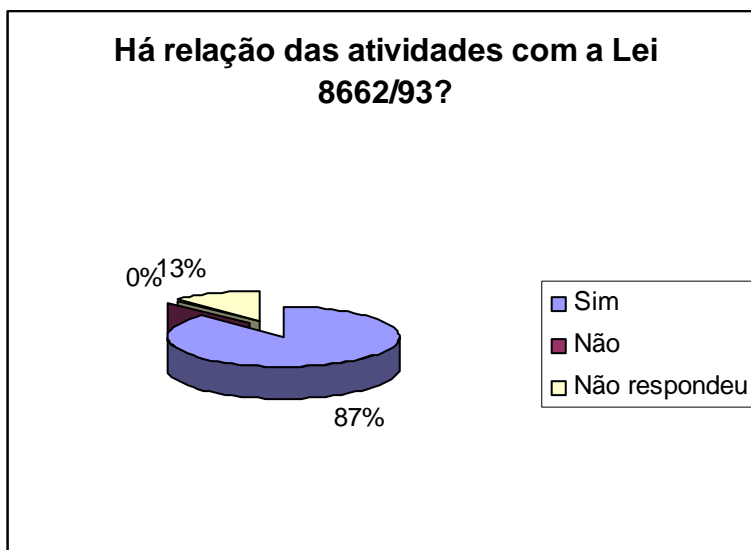
13) Atividades realizadas:

1)Visitas domiciliares; 2)Visitas institucionais; 3) Entrevistas; 4)Visita individual; 5)Relatório social. 6)Visitas domiciliares; 7)Diligências sociais; 8)Estudo social; 9)Atendimento social	1)Atendimento Social; 2)Levantamento de rede de recursos sociais; 3)Participação em eventos e reuniões; 4)Supervisão de estágio; 5)Registro de atividades; 6)Assessoria em reuniões PJ/ instituições; 7)Estatística de atendimento; 8)Avaliação de entidades de atendimento/políticas; 9)Participação em audiências; 10)Orientação e acompanhamento em entidades submetidas à ACP instauradas pelo MP; 11)Apresentação de sugestões para a melhoria da qualidade das programações das entidades de atendimento e para a articulação do SGD; 12)Articulação com órgãos governamentais e não governamentais para subsidiar o trabalho do CAO; 13) Pesquisas e levantamentos de dados relativos ao público-alvo; 14)Participação em eventos; 15)Elaboração de trabalhos para publicação; 16)Avaliação continuada do trabalho; 17)Entendimentos com órgãos afins; 18) Encaminhamentos; 19)Coordenação dos estagiários de FIA e do CIEE, nível médio; 20)Assessoria permanente ao Conselho Tutelar; 21)Fiscalizações
---	---

No que tange às atividades realizadas, optamos por apresentar o quadro acima. Este demonstra que, em alguns casos, há uma confusão clara entre atividades e instrumentais técnico-operativos. Em nosso exercício de tabulação dos dados, dividimos as repostas em duas colunas: na primeira encontramos instrumentais e procedimentos técnico-operativos comumente utilizados pelos assistentes sociais, e, na segunda, o que identificamos como atividades realizadas pelos profissionais. Cabe destaque, na segunda coluna, para os itens 20 e 21. O item 20, referente à assessoria permanente ao Conselho Tutelar sugere a necessidade de se discutir a natureza da assessoria prestada, tendo em vista que o Conselho Tutelar é um órgão autônomo e não jurisdicional, independente da estrutura do Poder Judiciário e dos órgãos que gravitam em torno da função jurisdicional. Outrossim, pode haver um conflito de interesses na prestação da assessoria, tendo em vista que o trabalho do assistente social, neste caso, está inserido no processo de trabalho coletivo realizado na instituição Ministério Público. Não obstante, muito embora os profissionais possam lançar mão de estratégias que contribuam para a articulação interinstitucional e fomento à qualidade do atendimento nas instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos, a assessoria permanente a outros órgãos deve ser discutida, tendo em vista seus rebatimentos éticos e políticos.

Quanto ao item 21, que se refere às atividades de fiscalização, vale sublinhar que os profissionais de Serviço Social não têm prevista em suas atribuições a fiscalização, sendo esta, a nosso ver, uma atribuição exclusiva dos membros do Ministério Público. A participação de assistentes sociais em visitas de fiscalização realizadas pelos promotores de justiça tem como objetivo garantir a emissão de um parecer ou laudo técnico sobre determinada entidade de atendimento, tendo em vista que as decisões do Ministério Público devem ser providas de embasamento. Nesse sentido, vale destacar a necessidade imperativa de se discutir a questão da fiscalização enquanto atividade ou atribuição profissional no contexto do Ministério Público.

14) Relação com a Lei 8662/93?



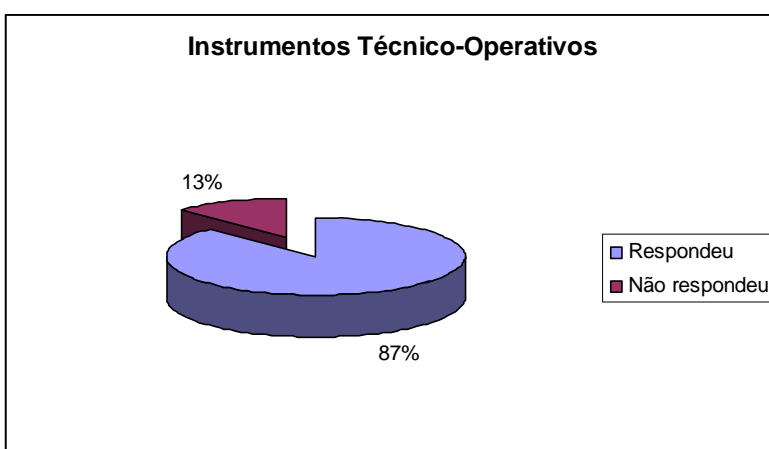
Segundo o gráfico acima, 87% dos profissionais dizem haver relação entre as atividades realizadas e a Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social. Dentre as competências e atribuições citadas figuram a assessoria à órgão governamental, a orientação social a indivíduos e grupos, a realização de vistorias e perícias técnicas, a avaliação de políticas, a realização de pesquisas e a elaboração de projetos. Vale sublinhar, no entanto, que 13% dos profissionais não responderam à questão.

Nesta questão, para além do apontamento e indicação de atividades que contemplem este ou aquele item dos artigos 4º e 5º da Lei de Regulamentação, é imprescindível que os profissionais expandam sua reflexão. Isto porque, como vimos anteriormente, num quadro onde 63% dos profissionais estão há menos de dois anos trabalhando numa instituição complexa da área sociojurídica, e 62% não possuem projeto de trabalho sistematizado é fundamental que possamos analisar todas as atividades executadas pelo crivo de serem ou não serem da competência e/ou atribuição (privativa) dos assistentes sociais.

Esta observação toma maior relevância se considerarmos que hoje no MP há um número significativo de profissionais que ingressaram na instituição (somente 19% passaram por concurso) sem serem avaliadas/demandadas por um assistente social, o que pode trazer questões subjacentes a uma visão inadequada e/ou imprecisa do que é nossa Profissão atualmente. Nunca é demais reiterarmos que o Serviço Social tem representações sociais que estão vinculadas à ajuda, à bondade, à caridade, prescindindo, inclusive, de arcabouço teórico-metodológico e de instrumentos normativos (Lei de Regulamentação e Código de Ética) para o seu exercício laboral.

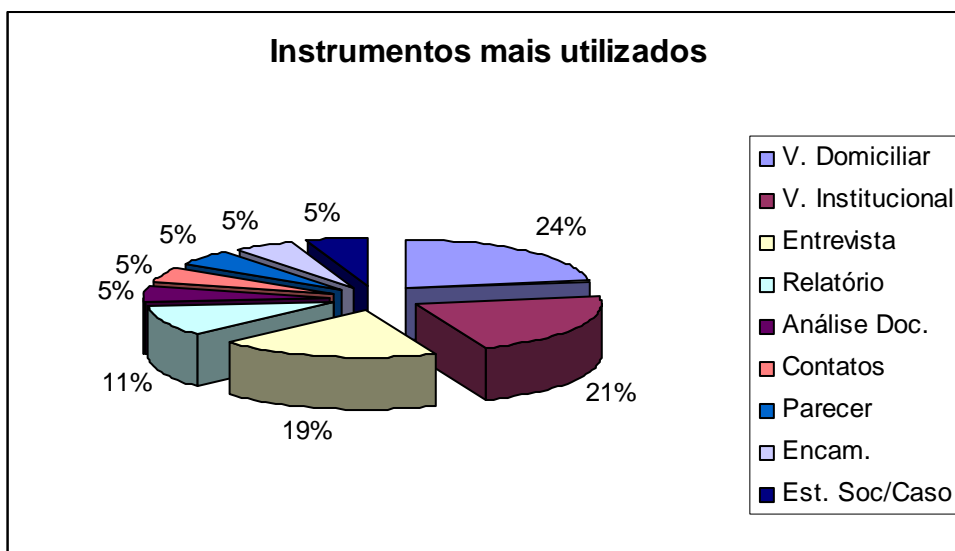
Observou-se ainda, em um dos formulários, a seguinte resposta acerca das atividades em relação aos artigos em questão: “sempre que há oportunidades” (sic). Isto preocupa na medida em que podemos concluir que nem sempre há oportunidades para exercermos nossas competências e nossas atribuições privativas no MP, o que reforça nossa reflexão.

15) Instrumentos:



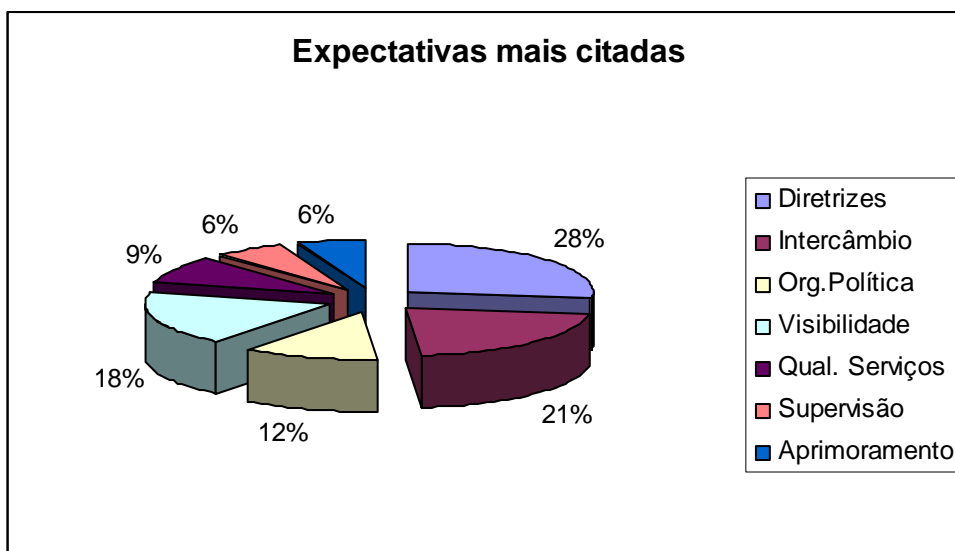
Este item foi respondido por 87% dos profissionais e a tabulação apresentada abaixo se refere à frequência de cada instrumento nas respostas dadas pelos profissionais.

15a) Instrumentos mais citados:



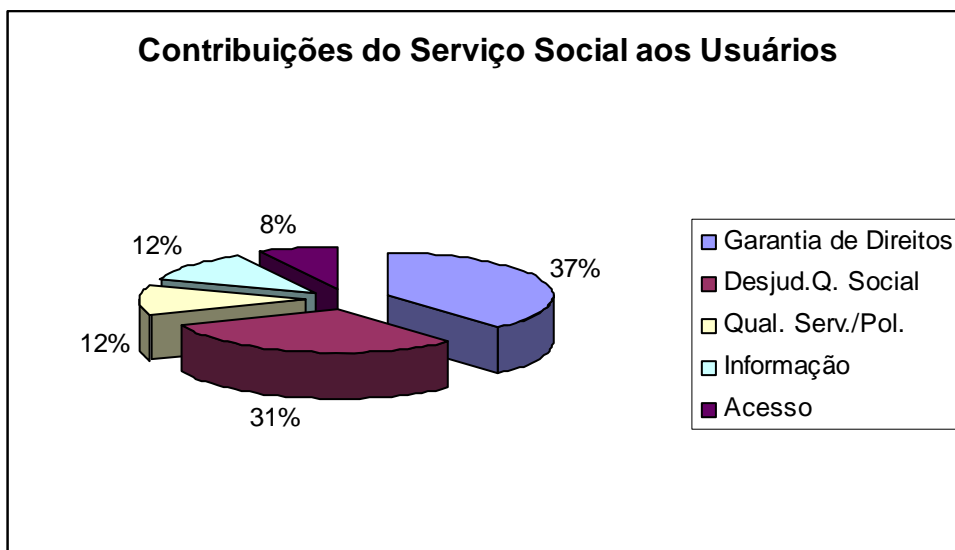
É possível destacar, neste item, que há a apresentação de instrumentos e procedimentos técnico-operativos e documentos técnicos. Dentre os instrumentos mais citados figuram a visita domiciliar, com 22% de frequência, a visita institucional, com 20% e a entrevista, com 18% de frequência. Dentre os procedimentos/processos figuram o Estudo Social e de Caso, com 5% de frequência. Quanto aos documentos técnicos, há 11% de frequência do relatório social. Outrossim, consideramos que os dados revelam, mais uma vez, a necessidade de discussão profunda e continuada das questões referentes à instrumentalidade do Serviço Social.

16) Expectativas quanto à discussão coletiva entre os assistentes sociais do MPRJ:



No que tange às expectativas quanto à discussão coletiva dos assistentes sociais do MPRJ, foi possível observar que a elaboração de diretrizes que orientem o trabalho profissional mereceu destaque, seguida do desejo de promover o intercâmbio entre os assistentes sociais e de dar visibilidade à profissão no contexto institucional. É interessante destacar, ainda, que houve uma preocupação com a organização política da categoria para o enfrentamento dos desafios futuros, bem como com a qualidade dos serviços prestados aos usuários. Embora figure com uma frequência menor, houve a demanda pela existência de uma coordenação/supervisão técnica do Serviço Social no MPRJ, em especial pelos profissionais que atuam no interior do estado.

17) Contribuições do Serviço Social aos usuários



É interessante perceber, neste último item, que os profissionais de Serviço Social avaliam ter papel fundamental na garantia de direitos dos usuários. Tal contribuição relaciona-se diretamente com a possibilidade de facilitar o desvelamento das múltiplas refrações da questão social ocultadas pelo movimento da realidade social. Alguns profissionais mencionam claramente que uma das principais contribuições do assistente social pode ser a desjudicialização das refrações da questão social, que são traduzidas e, ou, re-interpretadas sob um novo prisma, este orientado pelo projeto ético-político e profissional. As outras contribuições identificadas, de igual importância, referem-se à garantia da qualidade dos serviços prestados/políticas públicas, à disponibilização de informações que contribuam para a promoção dos direitos de cidadania, e à potencialização do acesso dos usuários aos serviços.

Referências Bibliográficas:

- CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 7ª REGIÃO (2006). Assistente Social: ética e direitos – Coletânea de Leis e Resoluções. 4ª edição: 5ª Reimpressão. Rio de Janeiro.
- ANTUNES, R. (1995). Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez/UNICAMP.
- IAMAMOTO, M (2003). O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 6ª edição. São Paulo: Cortez..
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2002). Lei estadual nº 3899, de 19 de julho de 2002. Dispõe sobre o quadro permanente dos serviços auxiliares do ministério público do estado do rio de janeiro e dá outras providências.

A advocacia como profissão no Brasil imperial

Ricardo Falbo
 Universidade Federal do Rio de Janeiro
 falbo@redewb.net

Resumo: A organização do Estado e a estruturação da sociedade no império do Brasil produziram processo *suis generis* de ordenação da advocacia num País caracterizado como “o mundo bárbaro das províncias”. Esta situação revelara o problema da caracterização da advocacia como profissão ou ocupação na chave do centralismo estatal condutor do processo civilizatório brasileiro e da inexistência de estruturas sócio-comunitárias na sociedade de corte do Brasil.

A investigação desse problema fora realizada no âmbito de “pedidos de licença para advogar”. Provenientes das diversas capitânias e províncias do País, e situados entre os anos de 1808 (chegada de D. João VI ao Brasil) e 1824 (outorga da Constituição do Império), eles eram a expressão de súplicas de provisão que os interessados em advogar faziam ao monarca através do Desembargo do Paço, em uma época em que os cursos jurídicos não haviam sido ainda criados e que o número de bacharéis em direito diplomados por Coimbra era insuficiente para atender a demandas tanto da sociedade quando da burocracia do governo.

Essa situação permitira o estudo da advocacia segundo dois critérios principais: teórico (formação universitária) e prático (exercício da advocacia sem diploma). A esse critério correspondera a diferenciação entre bacharéis, com atuação nas instâncias decisórias dos conflitos, e provisionados, com atuação na justiça local.

Na caracterização da diversidade de formas de existência da advocacia, os advogados revelaram independência relativa em relação ao Estado e ao mercado e estreita dependência em relação à sociedade.

Introdução

A organização do Estado e a estruturação da sociedade no Brasil imperial produziram processo singular de ordenação da advocacia num País que poderia ser caracterizado como “o mundo bárbaro das províncias”. Esta situação revelara o problema do funcionamento da advocacia na chave do centralismo estatal condutor do processo civilizatório brasileiro e da inexistência de estruturas sócio-comunitárias na sociedade de corte do Brasil.

A história dos fatos pode ser também a história de vida de seus personagens. A experiência dos indivíduos permite narrar uma história onde é possível articular a constituição das idéias e dos significados e a produção do mundo dos fatos e das relações humanas. Através de depoimentos, os entrevistados fazem emergir distintas e múltiplas referências que não apenas indicam as questões fundamentais em suas vidas como também sugerem elementos para a definição de uma identidade para os mesmos.

Neste sentido, uma história possível dos advogados no Brasil do século XIX será construída através de fatos narrados em documentos que fazem parte do acervo do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e que permitiram lidar com as diferenciações internas da categoria advogado e operar com os modos pelos quais os advogados se relacionavam entre si, se situavam nas relações ora com Estado ora com a sociedade e se colocavam na mediação entre um e outro.

Classificados como Pedidos de Licença para Advogar, esses documentos se revelaram, inicialmente, como mais uma dessas fontes que, oriundas do centro político-administrativo do País, se prestariam mais para caracterizar o funcionamento das instituições de governo e da administração em geral. Eles mostravam aprisionar trajetórias que apenas de modo muito fragmentado e inorgânico permitiriam surpreender aspectos da experiência de vida de seus personagens de interesse na compreensão da estruturação e do funcionamento da advocacia. Referida à mediação do discurso oficial e sem ganhar maior ímpeto, as vozes dos advogados não se mostraram, no entanto, totalmente silentes nesses documentos. Afinal, os discursos dos advogados traziam distintas e diversas referências a fatos e instituições que poderiam ajudar a caracterizar a advocacia nas primeiras décadas do século XIX e a descrever a imagem dos advogados de um ponto de vista tanto individual quanto coletivo.

Como série documental, descontínua no tempo e no espaço, esses documentos não se mostraram sensíveis à possibilidade de tratamento quantitativo, apesar de reunirem um vasto e rico conjunto de documentos (pedidos e provisões, pareceres e informações, testemunhos e atestados). Porém, a possibilidade de abordagem qualitativa funcionara como condição metodológica de identificação de regularidades sociais e singularidades históricas através das histórias de vida dos advogados a serem reconstruídas através dos Pedidos de Licença para Advogar.

Provenientes das diversas capitanias e províncias do País, estes pedidos se referiam a um período de tempo que se estendeu da chegada de D. João VI (1808) ao Brasil a alguns anos depois da outorga da Constituição do Império (1824). Eles eram a expressão de súplicas de provisão que os interessados em advogar faziam ao monarca, pessoalmente ou por procuração, através do Desembargo do Paço, em uma época em que os cursos jurídicos não haviam sido ainda criados e que o número de bacharéis em direito diplomados por Coimbra era insuficiente para atender às demandas tanto da sociedade quando da burocracia do governo. Apresentados àquele tribunal da Corte do Rio de Janeiro, os requerimentos para advogar eram verdadeiros pedidos de prorrogação de prazo e de extensão territorial para os advogados iniciarem ou continuarem no exercício de seu ofício.

Tais documentos foram investigados quanto a vestígios de discursos e práticas de natureza político-social através das tímidas – mas esclarecedoras – pistas deixadas por advogados, funcionários do governo e membros da sociedade. Como possível expressão de brechas decorrentes da própria lógica daqueles documentos, esses vestígios permitiram pensar o sentido da liberdade para os advogados e o caráter contestador destes em relação ao Estado e à sociedade como algumas das dimensões constitutivas da advocacia como profissão.

Dessa forma, fora possível desnaturalizar as relações sociais no campo dos documentos na medida em que a natureza político-social e o caráter conflituoso destas mesmas relações se revelaram em função de como os advogados se viam e eram vistos e como procediam na busca de seus objetivos. Na sua dinâmica, os Pedidos foram estudados com o objetivo de conhecer o significado da advocacia para os advogados na sociedade de corte e o modo como eles elaboravam e reelaboravam suas experiências de maneira a ingressar e a continuar no exercício de uma atividade cujas fronteiras entre profissão e ocupação nem sempre se mostravam claras. Além disto, as súplicas que os pedidos comportavam permitiram identificar elementos da cultura da época presentes nas experiências dos advogados e caracterizar a própria sociedade de corte e o Estado brasileiro em formação no século XIX¹.

A orientação teórica aqui adotada não se afastou da preocupação metodológica quanto ao uso da fonte documental na caracterização da advocacia através da história de vida dos advogados. Porém, sua definição decorreu de um duplo receio: o do anacronismo quanto ao uso de modelos teóricos produzidos com base no estudo de profissões diversas em contextos histórico-sociais distintos e o do cancelamento das especificidades da profissão de advogado no Brasil do século XIX com base na investigação das singularidades dos pedidos de licença para advogar. Esse receio se traduziu na tentativa de

¹ Foram analisados 289 pedidos de licença para advogar. Porém, nesta comunicação, os resultados da investigação foram apresentados com referência à transcrição de fragmentos de apenas três pedidos com os quais cada sessão deste trabalho fora iniciada.

evitar o aprisionamento dos referidos documentos em teorias sociológicas concorrentes (funcionalistas, estruturalistas ou interacionista) ou mesmo em pensamentos críticos destas teorias. Resultou daí que a definição e a caracterização da advocacia deveriam ser consideradas como construções históricas específicas referidas à determinada configuração social.

Como crítica ao uso das teorias de base, quanto à pretensão do poder universal e objetivo de suas explicações, esta perspectiva importa uma situação de receio quanto à consequência do truísmo que ela encerra na hipótese de sua radicalização: a arrogância intelectual que redundaria no desprezo das contribuições teórico-metodológicas decorrentes das pesquisas no campo da sociologia das profissões. Para evitar essa situação, que produziria certamente como efeito a produção de conhecimento já produzido, algumas das principais categorias do pensamento sociológico no campo das profissões que orientaram este trabalho privilegiaram a realidade dos Pedidos de Licença para Advogar quanto a dimensões político-sociais na definição histórica da advocacia como profissão.

Advogado provisionado: da razão de pedir à razão de Estado

Tendo mandado pelo meu real decreto de 18 de março de 1801 estabelecer uma administração geral para a cobrança e arrecadação das dívidas ativas através da Minha Real Fazenda, e apresentando a mesma administração a necessidade de que, para se verificarem os fins para os quais a mandei estabelecer, havia de eger, nas diversas comarcas e juízos da capitania, advogados do melhor conceito e literatura nomeados pelo ministro respectivo para advogar e requerer as execuções e feitos da mesma Real Fazenda pendentes nos ditos juízos, pelas precatórias requeridas pelo meu procurador Eugênio José Gomes, habilitado com nomeação do doutor Ouvidor da Comarca do Rio das Mortes, hei por bem (...) aprovar o dito Eugênio José Gomes no dito emprego para requerer nas Execuções que nos auditórios da vila de Queluz pendem contra os devedores da minha Real Fazenda (...), pertencendo ao Procurador da Minha Real Fazenda desta capitania propor e intentar as ações e execuções e ser ouvido em todas as dúvidas e pleitos que a respeito delas se moverem (...), e que não pagará Novos Direitos².

Esta provisão de D. João VI, passada, em 24 de setembro de 1806, ao advogado e procurador Eugênio José Gomes, permite pensar o conteúdo das provisões em dois sentidos: através de sua inscrição na relação que articulava necessidades da administração pública em geral e meios de satisfação destas necessidades referidos a condições sociais em particular e através da existência de uma razão de Estado – e dos limites desta razão – que constituía o fundamento do poder que decidia de modo a legitimar o próprio poder quanto ao modo pelo qual decidia. O modo como decidiam o rei e o imperador do Brasil os pedidos de provisão dos advogados, antes da independência de Portugal ou mesmo depois dela – a provisão era uma graça concedida pelo poder central e não um direito do advogado estabelecido em lei -, traduzia a persistência de uma estrutura político-administrativa que permitira considerar a formação do Estado nacional brasileiro referida a outros processos que teriam participado da consolidação territorial e da afirmação política do País.

Essa mesma situação de persistência estrutural é descrita nos Pedidos quanto a duas ordens de fatos: do lado dos advogados, a vitaliciedade da advocacia como emprego público ou ofício de justiça e a condição afirmada de vassalo ou a conduta assim assumida por parte dos advogados; do lado do Estado, a necessidade permanente da administração pública de advogado social e tecnicamente habilitado para o exercício da advocacia como condição da administração da justiça ou da coisa pública, como no caso de Eugênio José Gomes.

Deste modo, graça régia e centralização política, vitaliciedade e vassalagem, advocacia como emprego e como recurso público permitem pensar as origens do Estado nacional brasileiro em função de características que, se não definem o feudalismo brasileiro, lembram aspectos feudais da sociedade dos oitocentos (Faoro, 1996). Daí relações que vinculavam homens livres a um senhor. Daí a dependência da situação social e da subsistência dos advogados provisionados em relação aos servidores e conselheiros do rei e do imperador. Daí a definição da sociedade dos advogados provisionados como sociedade de corte. Por outro lado, a ordem de distinções hierárquicas que caracterizava o Brasil dos provisionados era a ordem da diferenciação social referida à universalização dos pedidos e das provisões. Com isto, é possível desnaturalizar o Estado como centro da atividade política (Déløye, 1999) e, por conseguinte, desnaturalizar o advogado como mero objeto de regulamentação estatal ou como simples prestador de serviços públicos de que dependia o Estado na reorganização de sua engenharia político-administrativa.

Os Pedidos mostraram que o poder público, a despeito da independência do Brasil, nunca deixou de realizar sua expansão político-administrativa por todo o território e que a regulamentação geral do exercício da advocacia jamais relevava ou recuava diante de situações particulares na vida dos advogados que se lhes apresentassem como obstáculos pessoais e que impedissem ou dificultassem a efetivação da própria regulamentação do poder público. Outra evidência, no processo de habilitação dos advogados, fora quanto ao número das relações interpessoais, de natureza distinta, expressas e sustentadas por um quase-ritual de recomendação que se processava através de autos de exame e justificação, de atestados e declarações e que culminava em juramento de fidelidade ao poder público e às regras que decorriam deste poder. Como relação de compromisso, o servir ao bem do público e do poder público definia o juramento dos advogados em termos de um contrato através do qual os advogados, como homens livres, se declaravam moral e politicamente vinculados à sociedade e ao Estado

² Documentação Judiciária. Desembargo do Paço. Pedidos de Licença para Advogar. Caixa 175, pacote 02. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

através de relações com outros homens igualmente livres. A fidelidade do advogado, significando a obrigação de não causar dano ao titular do poder público quanto às suas leis e seus súditos ou partes, era exercida como meio de obter, do titular deste poder, a concessão do emprego de advogado como graça vitalícia, associada a jurisdições territoriais nem sempre restritas a domínios geopolíticos específicos. O caráter algo jurídico desse contrato se expressava na fórmula “mandar em contrário”, encontrada no desfecho das provisões, quanto à possibilidade de revogação da concessão da graça, enquanto manifestação do poder soberano e na hipótese de punição ao advogado. Embora o benefício do emprego de advogado não fosse concedido como condição para o cumprimento das obrigações que decorriam do juramento – daí porque o benefício era uma graça e não um dever do Estado –, ele se constituía como meio de avaliação e de revalidação do próprio benefício. A vitaliciedade deste benefício só passara a existir de fato, sob a forma de direito estabelecido por lei, em 1828. Porém, a advocacia como atividade de que dependia a administração da justiça era realizada com o reconhecimento do Estado quanto ao fato de poderem os advogados receber salários e emolumentos daqueles que recorriam a seus serviços.

Os Pedidos traduziam, ainda, a dependência da habilitação dos advogados em relação a uma estrutura de poder público caracterizada pela centralização e pela representação deste poder centralizado. Considerada em função de suas localidades geopolíticas e político-administrativas específicas (vilas e cidades, comarcas e capitanias ou províncias), a sociedade tinha na figura do Ouvidor Geral a representação do poder público e, com esta, a prerrogativa de poder investigar e reconhecer a capacidade dos suplicantes para exercer o cargo de advogado e, assim, recomendar os mesmos para ocupar o referido cargo. Por um lado, a prática repetida de renovação sistemática dos pedidos de licença para advogar reforçava a estrutura poder e, por conseguinte, a própria lealdade ao mesmo poder. Por outro lado, ao responder pela reprodução de múltiplas relações entre os advogados e entre estes e todas as demais pessoas de que dependiam os processos de habilitação para o exercício da advocacia, essa mesma prática revelava, para os advogados, os obstáculos que decorriam da efetividade da centralização do poder através de regras e decisões que não consideravam nem transigiam com situações específicas quanto ao próprio processo de suplicar o benefício da advocacia como ofício de justiça ou emprego público.

Daí a forma como os advogados descentralizavam o poder público através dos mesmos pedidos e das mesmas súplicas agora dirigidos ao próprio Ouvidor Geral. Com provimentos que não eram passados pelo Tribunal do Desembargo do Paço, ainda que não conseguissem desorganizar o Estado pela destruição da própria prática que reforçava a lealdade ao poder central, os advogados agiam na direção de sua autonomia em relação a este poder. Daí o uso estratégico que eles faziam das estruturas de representação do poder central como forma de enfrentamento e superação dos obstáculos que decorriam da forma como o poder se organizava e funcionava. Sem importar enfraquecimento do poder e evolução gradual quanto ao processo de concessão da advocacia como benefício ou graça, aquela prática suscitara reação de contrariedade por parte do centro do poder e a proibição daquela prática enquanto costume sem amparo legal. Em qualquer situação, as provisões eram concedidas e adquiridas, consideradas e usadas como recurso na obtenção de outras provisões como se fossem um bem que integrasse o patrimônio de proprietários e usuários indiferenciados quanto à pessoa dos mesmos (rei e imperador, ouvidor e advogado) e quanto ao papel que desempenhavam em função das posições política e ocupacional que possuíam. Essa situação de não-diferenciação quanto aos bens que faziam parte do poder e àqueles que integravam o patrimônio pessoal dos advogados constituía o fundamento da maior parte dos pedidos de provisão para advogar e se configurava em um sistema de trocas através do qual os advogados reconheciam a concessão da licença para advogar como contraprestação de serviços prestados ao Estado (festas e solenidades, ajudas em campanhas militares e participação em campanhas políticas) ou de dinheiro emprestado ao Estado. De forma racionalmente estratégica, a vitaliciedade representava, neste sentido, a propriedade do bem que simbolizava, de um lado, a autonomia dos advogados em relação ao poder central e, de outro lado, a dominação do poder central sobre os advogados. Daí os pedidos reiterados de provisão vitalícia. Daí as concessões frequentes de provisão no tempo de estilo – de um ano. Daí também a descentralização do poder operada pelos advogados através do uso das estruturas do próprio poder.

O quadro político-social que descreviam os Pedidos não permitira afirmar o caráter feudal da sociedade brasileira em termos da apropriação de poderes e de direitos. Em uma situação tipicamente feudal (Weber, 1968), essa apropriação definiria os advogados como senhores, a advocacia como feudo com caráter hereditário consagrado em regulamento e a fidelidade como bem patrimonial, que, não mais funcionando como recompensa de uma função, favoreceria a autonomização dos advogados e o enfraquecimento do poder público. Nem tampouco o pagamento dos Novos Direitos pôde ser visto como constituindo a advocacia como direito pessoal absoluto e economicamente realizável em termos weberianos. Nem ele autorizara pensar, nos mesmos termos, o patrimonialismo como forma primária de dominação tradicional típica do Estado brasileiro no século XIX.

Este mesmo quadro, no entanto, traduzira uma situação onde a forma pela qual eram formulados os pedidos de provisão e de atestado e a forma pela qual eram passadas as autorizações e as declarações testemunhavam diferenças de níveis interdependentes (social, político, jurídico, religioso, moral) que reforçavam as estruturas político-sociais da época e que se definiam em termos de desigualdades hierarquizadas que não constituíam categorias homogêneas. Afinal, os provisionados eram hierarquicamente desiguais de modo distinto. Ao articular de modo complexo e dinâmico centralidade e localidade, Estado e sociedade, centralização política e descentralização social, esta situação da estrutura hierárquica, apreendida através dos processos representados pelos “pedidos”, permitira compreender o político como nível abrangente e velado por meio do qual as sociedades se organizavam e funcionavam em sua visibilidade (Gauchet, 1981) e como meio de ação pelo qual as sociedades agiam sobre elas mesmas (Déloye, 1999). Daí a graça das provisões e a mercê dos atestados como sinal visível da organização e funcionamento do Estado e da sociedade segundo processos que não

revelavam o poder que, na base do poder que atendia aos pedidos, não explicitava os critérios e as razões pelas quais decidia o próprio poder (Bourdieu, 1989). Daí a dinâmica destes processos como meio de investigação da razão tanto do Estado quanto da Sociedade - e os limites desta razão - através da forma como o Estado, a sociedade e os advogados constituíam o político em suas relações de mútua dependência.

A análise das provisões para advogar fora inscrita na ordem de dois acontecimentos históricos, singulares, que caracterizaram a vida político-social do Brasil nas primeiras décadas do século XIX. O primeiro fora a transferência da sede da monarquia portuguesa para o Brasil; o segundo, as guerras de independência do País em relação a Portugal. No primeiro caso, a Metrópole se instalara na Colônia com a reprodução político-administrativa do Estado português; no segundo, a dissolução do Reino Unido do Brasil ao de Portugal e Algarves importara a construção do Estado brasileiro. Porém, menos que a ruptura, era a reprodução quanto à forma e ao conteúdo das decisões dos pedidos de licença para advogar que caracterizava as provisões passadas tanto pelo rei quanto pelo imperador.

Os fundamentos dos pedidos para advogar expressavam, de modo regular, necessidades e interesses tanto particulares dos advogados quanto gerais do Estado e da sociedade, e a administração da justiça nas localidades representava ponto de convergência destes mesmos interesses e necessidades. A singularidade dos acontecimentos anteriormente referidos não instaurara mudanças quanto à forma do compromisso que assumiam os advogados como condição para o exercício da advocacia: juravam fidelidade ao direito e ao poder. Da mesma maneira, nenhuma alteração significativa se processara quanto ao conteúdo das provisões: nunca foram passadas por tempo vitalício. Por outro lado, tanto o rei como o imperador podiam, a qualquer momento, revogar suas decisões - e, assim, suspender o exercício da advocacia - e decidir de modo contrário ao “direito” - e, assim, autorizar o exercício da advocacia. Porém, este poder que decidia favorável e amplamente os pedidos, mas de forma limitada e rígida quanto às coordenadas de tempo e espaço, não prescindia do conhecimento e da informação da sociedade e dos agentes do Estado em relação à realidade dos advogados quanto à necessidade e à capacidade técnica e moral dos mesmos.

Com esta configuração, os Pedidos permitiram revelar a apropriação e a reapropriação do político do Estado - que revelara o caráter problemático da estrutura político-social do Brasil através da dialética que mostrou como o poder político dependia do conhecimento e das necessidades e circunstâncias sociais - como condição do pensamento da razão de Estado em termos de categorias práticas que articulavam generalidades e especificidades vinculadas ao tema da centralização tanto administrativa quanto política. Porém, estes termos não eram definidos pela condição dos príncipes que chegavam ao poder pela usurpação e que, sem a legitimação hereditária dos monarcas de direito divino, se encontravam expostos à Fortuna, que não podiam desafiar e com a qual não podiam chocar-se (Maquiavel, 1973). Afinal, as guerras antes referidas não constituíram, naquele sentido, situação de ilegitimidade política absoluta nem para D. João VI nem para D. Pedro I. Assim, não se tratava de afirmar nem que a Fortuna em relação ao poder nem que o poder em relação à sociedade - que pudesse encontrar-se dividida em seu apoio a este mesmo poder - representavam ameaça de modo a exigir ação virtuosa, boa ou má, da parte dos titulares do próprio poder para que estes se mantivessem no Estado e nos seus domínios. Porém, fora possível reconhecer certa flexibilização da conduta dos “príncipes” brasileiros no sentido de adaptar-se à Fortuna de modo a lidar com as diversidades e adversidades por esta impostas (isto implicaria ação até mesmo indigna da parte do poder). Se a vitaliciedade da advocacia nunca fora reconhecida, por outro lado, nenhum pedido para advogar jamais fora indeferido. Ainda que a falta de capacidade e de conhecimento não recomendasse os advogados ou que estes não se fizessem necessários nas localidades onde procuravam advogar, ainda assim as provisões lhes eram passadas, sistematicamente, tanto pelo rei como pelo imperador.

Essa habilidade política talvez integrasse o núcleo da idéia de razão de Estado - vinculada à centralização herdada da Monarquia Portuguesa em face da ausência da educação e cultura cívicas centradas nas experiências e no senso prático de autogoverno - e que explicasse o centralismo estatal em função das circunstâncias do País e como processo civilizatório do mundo bárbaro das províncias do Brasil (Visconde do Uruguai, 1960). Assim, a liberdade dos advogados dependeria de forma menos direta e mecânica da política e de suas instituições do que da centralização do Estado. Politicamente, a razão de Estado importaria regulamentações e decisões genéricas, unidade e uniformidade nas leis e acordos entre os parlamentares e o executivo. Administrativamente, esta mesma razão de Estado aplicaria, de modo específico, o interesse geral por meio da produção da descentralização, no sentido da nomeação e distribuição territorial dos agentes do executivo. E os advogados, na situação em estudo, só seriam objeto de interesse - e de intervenção e regulamentação - quando considerados de forma individual e na hipótese de nomeação e demissão do cargo de advogado e, antes, de investigação por parte dos agentes do governo.

Quanto a esta investigação e ao conhecimento social dos advogados por meio de testemunhos e atestados, a descentralização em questão importava conceder ou restituir à sociedade parte de sua ação e, assim, reconhecer a natureza particular e o interesse local da advocacia dos provisionados. Mesmo que esta forma de descentralização não constituísse ameaça à força e à unidade do próprio poder central - daí porque as informações da Ouvidoria nem sempre estiveram na base das decisões do poder -, ela representaria, para o Estado, forma de fiscalização e tutela e, portanto, de centralização política. O fato de não existirem órgãos capazes de regulamentar, fiscalizar e disciplinar os advogados provisionados - ou mesmo a despeito deste fato - constituiu os pedidos de exercício ou prorrogação do exercício da advocacia como realização da centralização política. Afinal, os pedidos eram apresentados quer ao rei quer ao imperador. Na Corte, eles decidiam através do Tribunal do Desembargo do Paço. Por outro lado, a aplicação da centralização herdada da Monarquia Portuguesa - consagrada na Constituição de 1824 quanto à nomeação, remoção ou demissão pelo Imperador dos presidentes das províncias

e à provisão de empregos civis e políticos pelo chefe do poder executivo - revelava a situação de precariedade dos meios de transporte no País e acarretava dificuldades para os advogados pedirem ou renovarem seus pedidos de licença para advogar. Neste sentido, fora possível reconhecer a degeneração da centralização como função do excesso que ameaçava os advogados no exercício de sua atividade e que instaurava para os mesmos as condições de exercício da advocacia “debaixo da assinatura de terceiros” e segundo o costume dos provimentos passados pelos agentes do poder público. Assim, ao descentralizar o poder de forma conveniente e de acordo com seus interesses e necessidades, os advogados mostravam sua habilidade e capacidade de adaptação às circunstâncias e situações decorrentes da centralização do Estado.

Como virtude que articulava adaptação e flexibilidade, a habilidade política pôde ser considerada em termos de governamentalidade (Foucault, 1998). Neste sentido, a razão de Estado não seria apenas criadora do poder do Estado mas também do poder da sociedade, e a governamentalidade controlaria não apenas “os príncipes” mas também a sociedade. Assim, a legitimação do rei ou do imperador seria considerada menos em função da habilidade defensiva em face do perigo ao qual estariam expostos do que em função da intervenção burocrática do Estado pela via da regulamentação. Esta intervenção do Estado não importaria controle direto e interno em relação à sociedade e suporia garantia de que a própria sociedade apresentasse condições de autogoverno. Como forma de a sociedade agir sobre si mesma, o autogoverno, nos Pedidos, se traduzia através do papel que desempenhavam atestados e testemunhos na revelação de valores - tais como honra e respeito - que definiam o fundamento das relações entre os advogados e entre estes e aqueles que atendiam a suas solicitações na base de desigualdades socialmente hierarquizadas. Assim, como objeto de intervenção do Estado, a sociedade e a advocacia bloqueariam a atuação do poder em termos absolutos em razão do limite que representariam aqueles mesmos valores, sobretudo se compartilhados de forma tradicional também pelo próprio Estado e reconhecidos na formação e atuação dos “príncipes” brasileiros. Daí porque a intervenção absoluta do poder ter conhecido a necessidade de recriar a advocacia e a sociedade em termos de universos de indivíduos considerados como entidades quantitativamente mensuráveis e, portanto, fora da dimensão qualitativa dos valores sociais que estavam na base da organização e funcionamento da sociedade e da advocacia.

Essa dimensão dos valores sociais expressava a medida ou condição de garantia do relacionamento do rei e do imperador com os advogados e com a sociedade. Se o “processo civilizatório do mundo bárbaro”, enquanto processo de sociabilidade, incorporava honra e respeito na definição da concepção do advogado, o objeto do poder não podia ser considerado como coisa independente de suas qualidades. Talvez fosse possível reconhecer que a razão de Estado revelasse o poder de neutralizar os próprios conflitos existentes na sociedade (Hobbes, 1992), quer quando não os considerasse na hipótese de conceder as provisões, quer quando considerasse que os atestados e testemunhos, pedidos pelos próprios interessados, cancelavam a existência de possíveis advogados em conflito ou de conflitos entre os advogados. Desta forma o Estado, como autoridade soberana, separado dos conflitos entre os advogados, e entre estes e segmentos sociais, quanto ao confronto entre provisionados e rúbulas, definia o espaço público como espaço das regulamentações e decisões que independiam a ocorrência dos conflitos. Desprezando estes mesmos conflitos, era como se a razão de Estado os deslocasse para domínio que pudesse ser definido como privado e, assim, ela se constituiria como razão política de modo independente do conteúdo ético de convicções e valores em conflito. Se invadisse o espaço público dos Pedidos – espaço do rei e do imperador, dos súditos que eram advogados e dos agentes estatais -, a ética suspenderia ou retardaria o político do Estado nos pedidos de licença para advogar.

Os Pedidos não permitiram pensar a organização coletiva da moral partilhada pelos advogados em função do alargamento da esfera privada pelo diálogo entre os advogados. Esta organização, que poderia funcionar como forma de oposição e de libertação dos advogados em relação ao poder público, dependeria, no sentido foucaultiano do termo, tanto de certo consenso ético quanto de certa razão crítica de instituições concretas constituídas na base das distinções sociais dos advogados. No entanto, a ausência de espaços de sociabilidade dos advogados, onde o espírito poderia desenvolver-se de modo mais livre e coletivo, não impediu que os advogados pudessem ser vistos desempenhando papel ativo na descentralização do Estado.

Advogado provisionado: de prático a profissional do direito

A ausência de “advogados profissionais de direito no exercício da advocacia”, tal como afirmado no pedido de Joaquim Francisco Álvares³, de 1813, na cidade de Porto Alegre, remetera a definição da advocacia como profissão a critérios tais como a formação universitária⁴ e a prática daquela mesma atividade⁵. Esta caracterização da profissão de advogado traduzira a natureza da advocacia provisionada, no contexto dos Pedidos, como profissão que se definia como atividade prática em função de conhecimentos práticos adquiridos no exercício de empregos ou ocupações que envolviam a realização do direito e a aplicação das leis. No entanto, esse universo de profissionais do direito se constituía de modo específico segundo outro universo de profissionais, que caracterizava o mundo dos advogados diplomados em função do título ou da carta de bacharel em direito.

³ Documentação Judiciária. Desembargo do Paço. Pedidos de Licença para Advogar. Caixa 174, pacote 03, documento 57. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

⁴ Documentação Judiciária. Desembargo do Paço. Pedidos de Licença para Advogar. Caixa 175, pacote 01. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

⁵ Documentação Judiciária. Desembargo do Paço. Pedidos de Licença para Advogar. Caixa 176, pacote 02. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Assim, essas duas categorias de advogados (provisionados e diplomados) – cada qual com suas distinções próprias inscritas na realidade – puderam ser analisadas como sendo constituídas de profissionais segundo a atividade dos advogados estivesse referida a conhecimentos do direito e das leis adquiridos quer no exercício de emprego de natureza forense quer na formação de caráter universitário. Desta forma, o que definiria a dimensão profissional dos advogados seria o mesmo que distinguiria a natureza da advocacia segundo seus profissionais: a qualidade do conhecimento jurídico quanto ao processo de sua aquisição. Por um lado, a análise da advocacia conduzida de acordo com esta perspectiva implicaria a caracterização do universo dos advogados de profissão segundo categorias relativamente homogêneas quanto à definição de papéis e interesses, identidade e valores próprios de uma comunidade. Por outro, ela precisaria levar em conta que a própria história de vida dos advogados revelara a inscrição da habilitação e da prática da advocacia provisionada em um contexto de conflitos e preconceitos, de transgressão e violência, de necessidades sociais e estatais, de crise e mudança na ordem jurídico-política, de reconhecimento tanto público quanto social.

Ainda que admitisse a existência de diversidade e diferenciação, e até mesmo de conflitos na análise empírica da realidade, aquela visão precisaria ocupar-se da caracterização da profissão de advogado enquanto processo de profissionalização segundo as variações referidas a contextos histórico-sociais precisos (Collins, 1987). Afinal, a definição da dimensão profissional da advocacia dos provisionados – dimensão essa que não traduzia a existência de estrutura invariável - dependia da localização e da compreensão do papel dos advogados diplomados na administração político-administrativa do Estado, antes da independência do Brasil e depois dela. Daí a importância e o valor dos advogados provisionados – e a constatação e perplexidade dos mesmos - em face da falta de advogados formados nos auditórios públicos do País. Neste sentido, a falta destes advogados na administração da justiça, tal como aludida nos Pedidos, era definida segundo interesses pessoais e necessidades históricas quanto à presença destes mesmos advogados em outros postos e cargos do Estado. Esta situação definia não apenas a presença dos advogados provisionados no nível local da administração da justiça dos auditórios públicos mas também seu status de profissional do direito em função da complexidade das questões submetidas às distintas e diversas instâncias da justiça.

Neste sentido, os Pedidos mostraram a divisão do trabalho dos advogados na justiça centrada na diferença de grau de reflexão quanto ao tratamento das questões jurídicas. Com conhecimentos práticos do direito e das leis, aos advogados provisionados cabia a tarefa de apresentar os fatos à justiça e de pedir o direito. Daí porque estes advogados se situavam naquele nível da administração da justiça – nível local dos auditórios públicos - onde o Estado conhecia os conflitos pela primeira vez. Com conhecimentos acadêmicos do direito e das leis, os advogados formados desempenhavam o papel de discutir os fatos e o direito. Daí a localização dos mesmos nos níveis mais elevados da justiça onde se processavam os julgamentos.

Essa divisão do trabalho dos advogados na justiça traduzia o papel tanto da organização do Estado como da estruturação da sociedade no processo de ordenação da advocacia como profissão em face da caracterização do País como sendo “o mundo bárbaro das províncias”. Esta situação justificaria o centralismo estatal na base do processo civilizatório do Brasil na mesma medida em que a estrutura hierárquica da sociedade de corte sinalizaria – e até mesmo explicaria - a inexistência de estruturas comunitárias encarregadas de organizar a advocacia provisionada como profissão. Neste sentido, a profissão de advogado não dependeria, para existir como tal, de grupo profissional cuja organização centrada no poder moral conteria os egoísmos individuais dos advogados, promoveria a solidariedade comum entre eles e impediria a aplicação da lei do mais forte através de modos obrigatórios de agir (Durkheim, 1977). Não havendo personalidade moral acima das pessoas individuais – o que também explicaria o próprio estado de barbárie -, os advogados não se constituiriam, por conseguinte, como grupo profissional, que, próximo dos indivíduos e reconhecido pelo Estado, pudesse operar como “corpo intermediário” entre este e aqueles.

A constituição desse grupo profissional, como expressão de status group ou de comunidade que partilha identidade, ideais e padrões comuns na condução da vida (Weber, 1968), não dependeria apenas de certo estilo de vida e de certa consciência cultural. Sem a existência de amplas estruturas formais de estratificação em cujo contexto os advogados pudessem interagir e, assim, alcançar uma concepção comum quanto à sua identidade, seus objetivos e sua ideologia, a advocacia não existiria como grupo profissional. Quanto à educação dos advogados, no sentido mais formal de rito, quanto à reunião de um grupo, à existência de um centro comum de atenção e interesse, ao desenvolvimento de um espírito coletivo e, por conseguinte, ao significado simbólico configurando o emblema de filiação e representação no grupo e do grupo, nenhum vestígio nos Pedidos autorizou reconhecer a existência daquelas estruturas formais referidas à educação como ritual. Os empregos exercidos pelos advogados nas estruturas formais do Estado traduziriam, antes, um certo tipo de aprendizado material, quanto ao conhecimento do direito, que uma certa constituição simbólica e moral, quanto a laços de solidariedade grupal (Durkheim, 1977).

Por outro lado, ainda que nem todos revelassem interesses materiais comuns em seus pedidos e que, portanto, não se constituíssem como categoria de pessoas que ocupassem posições similares no que se poderia chamar de “mercado econômico da advocacia” – e, assim, se constituíssem de forma comunitária -, muitos advogados não iam além do cálculo material de interesses pessoais quanto a este “mercado”, que se organizava de forma independente de um eventual grupo profissional de advogados quanto à própria divisão do trabalho. Nesse sentido, os advogados como profissionais não controlavam, de forma monopolística, as condições próprias da advocacia como ocupação ou trabalho, ainda que deles dependessem certas condições necessárias, porém não suficientes, de acesso à ocupação do cargo de advogado, tais como os pedidos de atestados e testemunhos. Contudo, esta condição não representava senão garantia de abertura do campo das

atividades dos advogados segundo determinações do direito da época. Embora revelassem, também, certas razões de altruísmo, morais ou até de glória ao lado da dimensão mundana e material da advocacia, os atestados e testemunhos não se constituíam como instrumento ideológico ou privilégio capaz de transformar o trabalho do advogado em status honour. Ainda que se referissem à honra que caracterizava a advocacia como profissão e da qual dependia o advogado como profissional, os Pedidos manifestavam, sobretudo, a visão da sociedade de corte centrada nas desigualdades hierarquizadas e hierarquizantes dos advogados.

Ainda que não tenha garantido rastrear a história da formação e da evolução da advocacia como profissão, nem mesmo de forma particular da advocacia provisionada, a história de vida dos advogados constituiu a profissão de advogado como referência histórica a quatro fatores fundamentais: prestação de serviços, conhecimento especializado, formação prática de longa duração e autorização do Estado na base da capacidade moral e profissional dos advogados. Este último elemento definiu o monopólio tanto do rei quanto do imperador na concessão da permissão para o exercício da profissão de forma independente da existência de associação profissional. Dessa forma, era o próprio poder público que procedia na proteção dos interesses tanto do Estado quanto da sociedade e, assim, definia o caráter vital dos serviços prestados pelos advogados. Referidos à administração da justiça, tais serviços revelavam a dependência de conhecimentos mais práticos que teóricos. Estes conhecimentos traduziam, freqüentemente, natureza tanto laica (quando adquiridos no exercício da advocacia vinculada a empregos ou cargos públicos) quanto religiosa (quando ligados à formação e exercício de atividade clerical). Neste sentido, a presença do Estado e da Igreja e a ausência de um sistema de formação dos advogados e de associações no exercício do monopólio profissional talvez descaracterizassem a autonomia dos advogados na definição da advocacia como profissão (Carr-Saunders & Wilson, 1934).

Porém, o caráter vital da advocacia talvez tenha constituído esta atividade de forma relativamente autônoma quando se considera que as provisões eram concedidas com a mesma regularidade com que eram formulados os pedidos de licença para advogar. Além disso, a autonomia da advocacia – a despeito de certa ambição social e avidez ou necessidade material dos advogados – podia ser expressa por meio da liberdade quanto à remuneração destes profissionais por oposição ao assalariamento de funcionários ou empregados. Ainda que assalariados e não-assalariados partilhassem motivação comum, ainda que fossem os advogados autorizados a receber seus emolumentos e não houvesse proibição quanto à cobrança de honorários – que passariam a depender da vontade dos clientes –, os Pedidos revelaram a dimensão liberal do exercício da advocacia quanto à dignidade do advogado centrada no reconhecimento de sua capacidade técnica e moral. Este fato revelaria certa independência em relação ao Estado e ao mercado na mesma medida em que traduziria a ligação dos advogados em relação a seu público. Porém, não se encontrando os advogados completamente fora do Estado e do mercado, como se nestas instâncias nada mais ambicionassem e como se elas não lhes atribuíssem, ao menos, prestígio social, o desinteresse relativo destes profissionais não constituía o seu público como ameaça nem contra o Estado nem contra o mercado. A chicana de que muitos advogados eram acusados e a prática da acumulação de cargos, que definiam e caracterizavam a advocacia provisionada como rabulice, permitiam enfrentar esse desinteresse dos advogados na mesma medida em que definiam a ausência de subordinação do advogado ao Estado quanto ao salário.

Além de pensar a advocacia referida à estabilidade social e a modos de vida e de pensamento, os Pedidos permitiram considerar, ainda, a profissão de advogado como relação de mediação entre o tipo de conhecimento dos advogados e o mundo da vida cotidiana do Estado e da sociedade (Parsons, 1952), ainda que fora do contexto do conhecimento científico e universal e da educação liberal e das associações profissionais. Afinal, a profissionalização dos advogados provisionados não distinguia a passagem da ocupação à profissão (Merton, 1957) através da institucionalização da formação jurídica através da constituição de cursos jurídicos no País. Era o aprendizado prático do ofício da advocacia que constituía a profissão de advogado como conhecimento técnico ou saber operatório em razão do domínio de cultura forense que permitia ao advogado aplicar o direito segundo necessidades práticas. Assim, o saber prático dos provisionados procedia à mediação entre dois mundos: o mundo da cultura forense e da racionalidade jurídica, ainda que não referidas ao conhecimento teórico e científico da vida acadêmica, e o mundo cotidiano das necessidades e do controle social. Como mundos sociais (Becker, 1988), o mundo da cultura e o mundo do cotidiano expressavam a ligação de linguagens, representações e crenças a redes de pessoas e instituições quanto a lugares e pessoas exteriores à categoria dos advogados. Hábitos e rotinas, um espaço como organização e um conjunto de códigos culturais também definiam aqueles mundos como mundos sociais.

Ainda que destituídos de diploma universitário e que não se apresentassem completamente de modo desinteressado, os advogados provisionados tendiam a apresentar a advocacia que exerciam como atividade nobre e prestigiosa. Como profissão, esta atividade dependia de um tipo de saber que fundamentava a própria concessão das provisões como requisito da advocacia como profissão e atividade nobre ou privilegiada: um saber referido a interesses que constituíam para o advogado a obrigação de guardar silêncio. Se os Pedidos não permitiram descrever a prática profissional da advocacia, no cotidiano dos advogados, segundo sua dimensão mais nobre e prestigiosa, de modo a escapar da própria retórica profissional estereotipada, eles traduziram elementos de processos efetivos que conduziam os advogados a exercer a advocacia e problemas concretos enfrentados por estes profissionais. Neste sentido, os advogados se deixaram surpreender quanto ao aspecto mais significativamente subjetivo de suas trajetórias e quanto à dimensão mais dinâmica de suas relações com outros advogados e destas relações com outras tantas relações. Assim, a atividade profissional dos advogados pôde ser analisada como processo biográfico e mesmo de identidade (Hughes, 1952).

Mesmo sem descrever e analisar sua atividade, os provisionados constituíram, em alguma medida, o trajeto de vida de sua profissão quando inscreviam seu ofício nas trajetórias que eles mesmos realizavam como experiência de vida referida à prática sistemática de formular os pedidos de licença para advogar. É quanto a esta trajetória que é possível definir o ciclo de vida da advocacia como carreira e caracterizar o desenvolvimento da profissão de advogado em referência ao ingresso na atividade, aos momentos precedentes, às conquistas e derrotas dos advogados. O próprio percurso de vida dos advogados, através de distintas e diversas relações, e na base destas mesmas relações, por vezes contingentes e conflituosas na valorização da advocacia, constituiu e revelou a existência de uma ordem interna, provisória e inconsciente, de que dependiam os advogados para controlar seu campo de atividade e se proteger de certa concorrência. Afinal, os Pedidos mostraram que, de forma rigorosa, o poder público, representado pelo rei ou pelo imperador, não constituía o universo da advocacia de modo reservado a certos advogados (a reserva era sempre quanto ao tempo e ao local de exercício). Na valorização dos advogados que exerciam a atividade com provisão ou debaixo da assinatura de terceiros e na desqualificação dos rúbulas, eram os próprios provisionados que lutavam, de modo independente de certa unidade profissional, para impedir o ingresso de certos advogados na profissão. Se os advogados detinham certo monopólio no contexto de uma ordem interna provisória e inconsciente e se eles obtinham reconhecimento da sociedade e do Estado quanto à sua capacidade técnica e moral, isto permitiu ressaltar mais o exercício individual da profissão de advogado através dos Pedidos que afirmar a existência de estratégia histórica e profissional de constituição do mercado profissional (Larson, 1977) dos advogados.

Advogado provisionado: de objeto de regulamentação a sujeito de ação

Em 1819, ao fundamentar seu pedido de provisão para advogar na cidade da Paraíba do Norte, Francisco Cirilo⁶ revelou a visão que comumente os advogados tinham da advocacia: “meio pelo qual presta o suplicante serviços a Vossa Majestade e ao Público”. Na vila de Vitória, em 1817, Manoel de Moraes Coutinho⁷ formulara a razão da advocacia nos seguintes termos: “servir no que for necessário ao bem do público e dos reais interesses”.

Na medida em que o público representava tanto as partes ou clientes que os advogados defendiam como as vilas e cidades que conheciam o problema da falta de advogados e que a majestade simbolizava tanto a pessoa do rei ou do imperador como as leis, direitos e ordens que emanavam do poder soberano, a relação meio-fim que caracterizava a advocacia permitiu discutir a natureza prática desta atividade segundo formulações teóricas (Vidal, 1919) que consideram a advocacia como ofício de justiça, como *múnus público*, como profissão liberal e como *múnus público* e profissão liberal a um só tempo. Ao permitir conhecer quem regulamentava o exercício da advocacia diplomada e quem podia exercê-la, esta classificação fora usada com o objetivo de definir o advogado provisionado em função da posição que ele ocupava no Estado, e do papel que ele desempenhava na sociedade, e funcionara como tipo ideal que aproximara a advocacia provisionada da advocacia diplomada ao tratar apenas do caráter prático que caracterizava estes dois tipos de advocacia sem qualquer outra distinção. Assim, canceladas idealmente as diferenças básicas referidas ao título de bacharel e à graça da provisão, a advocacia pôde ser vista como uma mesma e única atividade cujo exercício situava o advogado tanto no Estado e na sociedade como nas relações que existia entre eles.

Como ofício de justiça, a advocacia implicaria a condição de funcionário público para o advogado. Embora fosse parte da organização judiciária, e provido pelo poder público, o advogado, como auxiliar na administração da justiça, não gozava do status de servidor público. Sua remuneração não constituía pagamento devido pelo Estado. Nem mesmo o fato de estar obrigado por lei a não desamparar a causa cuja defesa aceitou tornava o advogado funcionário público. Nem o exercício da advocacia de acordo com o juramento que prestava o advogado no sentido de obedecer às leis e ao poder soberano instaurava para o advogado aquela condição. Nem tampouco as formas de punição que lhe aplicava o Estado. Por outro lado, a indenização por dano causado ao cliente pelo advogado não tornava o Estado responsável. Contudo, não sendo funcionário nesse sentido restrito, o advogado era, ao menos, um “agente público especial”, segundo parecer de Pimenta Bueno⁸. Visconde de Jequitinhonha e Visconde de Uruguay: “Com efeito, a profissão de advogado é de um caráter misto; ele não é só o mandatário da parte; é de mais uma espécie, senão de funcionário público ao menos de agente público especial a quem a lei confere direitos e impõe obrigações”. Assim sendo, a provisão régia, enquanto licença para advogar, não criava senão uma espécie de “quase-funcionário”. Assim, o advogado, ainda que público quanto àqueles e àquilo que representava, não era funcionário do Estado.

Como *múnus público*, a advocacia não poderia ser exercida por estrangeiro. Antes mesmo que o Alvará no 151, de 07 de outubro de 1828, trouxesse tal proibição, os advogados que solicitavam provisão para advogar ou continuar nesta atividade, após a independência do Brasil, deviam provar ser brasileiros, natos e/ou pela adesão à causa do País⁹. Assim caracterizada, a advocacia traduziria um encargo imposto ao advogado em nome da ordem social ou do bem público. Porém, como graça concedida pelo poder soberano, a advocacia decorria de súplica do advogado, e não de imposição legal¹⁰ da

⁶ Documentação Judiciária. Desembargo do Paço. Pedidos de Licença para Advogar. Caixa 173, pacote 03, documento 42. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

⁷ Documentação Judiciária. Desembargo do Paço. Pedidos de Licença para Advogar. Caixa 177, pacote 01, documento 04. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

⁸ Aviso no 206, de 29 de maio de 1866.

⁹ De acordo com o Aviso 206, de 29 de maio de 1866, o estrangeiro não podia advogar no Brasil. Os fundamentos desta decisão foram a Consulta da Secção de Justiça do Conselho de Estado de 19 de abril de 1866; o Aviso no 151, de 07 de outubro de 1828; e o decreto de 03 de janeiro de 1833.

¹⁰ Contudo, “leis” do período estudado consideravam a advocacia como *múnus público*: Aviso no 151, de 07 de outubro de 1828, e Provisão no 79, de 07 de dezembro de 1821. O Regimento de 07 de junho de 1605 também considerava a advocacia como *múnus público*. Mudanças de interpretação se verificaram.

Esta nota continua na página seguinte

mesma forma que a gratuidade desta atividade dependia apenas da liberalidade do advogado, e não de imposição legal, tal como ocorria com aquele encargo. Servir ao Estado e ao poder público, à sociedade e às partes não significava senão honra e necessidade para o advogado no contexto dos Pedidos. Assim como a obrigatoriedade, a transitoriedade era característica apenas do múnus público, e nunca da advocacia. O caráter limitado quanto ao tempo de exercício da advocacia não cancelava a dimensão habitual desta atividade. Por outro lado, se quem estivesse sujeito ao múnus público não auferia qualquer vantagem, a advocacia era, sobretudo, fonte de satisfação de necessidades materiais de muitos advogados e de utilidade e recompensa por serviços prestados ao Estado e à sociedade.

Como profissão liberal, mais do que garantir a distinção entre advogados de provisão e advogados formados¹¹, a advocacia era atividade que poderia ser exercida também por estrangeiros. No entanto, a nacionalidade brasileira fora condição exigida para o exercício da advocacia no Brasil após a independência do País. Era com este sentido que Pimenta Bueno afirmava que a advocacia enquanto “agência na administração da justiça não pode ser classificada como pura e ampla profissão liberal¹²”. Por outro lado, ao exercer sua “indústria privada”, o advogado não poderia ser empregado público¹³.

Como múnus público e profissão liberal a um só tempo, a advocacia importaria caráter misto. Seria múnus público sem ser emprego público¹⁴. Com isto, seria preciso reconhecer a existência de múnus público sobre indústria privada. Contudo, os advogados provisionados nunca foram obrigados por lei ou pelo governo a exercer a advocacia na defesa do Brasil ou da pátria, da ordem nacional ou do interesse geral, como se fossem funcionários ou empregados públicos ou como se desempenhassem funções públicas. Os advogados, diplomados ou provisionados, nunca se viram obrigados ao exercício da advocacia após terem sido julgados habilitados. Assim, a advocacia - embora exercida segundo regulamentação específica e como função desta mesma regulamentação - nunca se caracterizou pela obrigatoriedade e pela transitoriedade que definiam o serviço na Guarda Nacional ou no júri, a curatela ou a tutela.

A história de vida dos advogados revelou através dos Pedidos – quanto ao modo como os advogados fundamentavam suas súplicas e como as provisões régias eram concedidas – que os advogados se situavam e se relacionavam em uma área de fronteira entre o Estado e a sociedade em um mundo que, em transformação, reclamava ordenação e impunha seus limites. As formulações teóricas revisitadas traduziram também o problema da ordem e da mudança no mundo na medida em que revelavam a necessidade de organização e de consolidação do Estado nacional brasileiro no contexto da regulamentação da profissão de advogados e procuradores. Tanto nos Pedidos como nas formulações teóricas, a independência do Brasil em relação a Portugal se encontrava na base dos problemas que decorriam da relação integrada ordem e mudança. Estes problemas foram reproduzidos nas histórias dos advogados e na classificação da advocacia em termos de oposição entre brasileiro e estrangeiro e de definição da advocacia e dos advogados em referência às estruturas político-administrativas em transformação. Daí o questionamento da dimensão política na definição da identidade dos advogados e da natureza da advocacia. Daí a discussão da definição dos advogados como sujeitos de ação cuja natureza política se definia nos termos da relação entre Estado e sociedade e do papel que os advogados desempenhavam nesta relação. Afinal, o papel dos advogados era o de “servir no que for necessário ao bem do público e dos reais interesses”.

As motivações dos advogados na fundamentação do exercício da advocacia nos Pedidos, segundo fossem elas consideradas como sendo de natureza específica ou genérica, e os argumentos teóricos na classificação da natureza da advocacia, segundo fossem eles vistos como sendo de caráter público ou privado, não permitiram pensar o sentido do político da advocacia e dos advogados referido ao advogado como sujeito de ação. Isto porque elas instauraram distinções e separações que ocultavam ambigüidades e contradições que caracterizavam as relações entre o Estado e a sociedade e o contexto histórico destas relações no período aqui estudado do século XIX. Esta situação se reproduziria da mesma forma caso as dicotomias específico-genérico e público-privado fossem reconstruídas em termos de indivíduo e sociedade (Elias, 1994) ou de Estado e sociedade (Erlich, 1967). Na chave destas dicotomias, o sentido do político da advocacia e dos advogados não apareceria como efeito das relações ambíguas e contraditórias entre Estado e sociedade.

Do ponto de vista da realidade classificada e da classificação da realidade, as dicotomias importaram, respectivamente, rupturas ontológicas e confluências sociológicas (Santos, 1993). No primeiro caso, considerando as dicotomias indivíduo-sociedade e Estado-sociedade, as distinções e separações importariam a “desindividualização da sociedade” e a “dessocialização do indivíduo”, de um lado, e a “desestatização da sociedade” e a “dessocialização do Estado”, de outro lado, e instaurariam a advocacia como atividade em que os advogados, tanto do lado do Estado como do lado da sociedade, não seriam vistos nem a partir de sua dimensão política referida ao “bem do público” e aos “interesses reais” em um mundo em transformação nem como sujeitos históricos desta mesma transformação. Eles não seriam vistos senão como submetidos ao sentido histórico dos processos de desenvolvimento do Estado e da sociedade. No segundo caso, as mesmas dicotomias implicariam situação de controle do Estado e da sociedade em relação à advocacia e aos advogados e suporiam a criação de mecanismos normativos (jurídicos e morais) de ordenação e sustentação desse controle. Não sendo os advogados considerados como sujeitos históricos, não lhes seria reconhecido o espírito político que lhes garantiria usar as

apenas, a partir de Avisos de 1860: Aviso 418, de 29 de setembro de 1860; Aviso 380, de 19 de junho de 1865; Aviso 522, de 23 de novembro de 1863; Aviso 423, de 16 de setembro de 1865.

¹¹ Decreto de 08 de outubro de 1771 consagra esta distinção com fundamento na aposentadoria ativa e passiva como privilégio dos advogados formados. Este privilégio era concedido apenas aos advogados das Casas de Suplicação, os quais deveriam ser bacharéis formados, examinados por lição de ponto (Ord. L. I, Tit 48, p. 1o). Alvará de 24 de outubro de 1813 não admitia advogado de provisão nas Casas de Suplicação.

¹² Documentação Judiciária. Desembargo do Paço. Pedidos de Licença para Advogar. Caixa 172. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

¹³ Aviso no 48, de 29 de setembro de 1860; Resolução de 15 de dezembro de 1860; Aviso no 522, de 23 de novembro de 1863.

¹⁴ Aviso no 147, de 17 de abril de 1867.

estruturas de poder do Estado e da sociedade como forma de enfrentamento e de controle dos obstáculos decorrentes daquelas mesmas estruturas.

O problema quanto às dicotomias reside no fato de que, por meio de conhecimento analítico sistematizado que constroem, elas criam entidades homogêneas e antagônicas que não garantem que, na prática, a procura de padrões e regularidades surpreendam variações que possam estar na base da construção de padrões de que dependem as ciências sociais na formulação de teorias de modo independente de esquemas reducionistas ou deterministas (Velho, 1979).

Se definida a advocacia como atividade privada, os advogados figurariam, em relação ao Estado, como objeto passivo e abstrato de regulamentação do poder público. Compreendida a advocacia como atividade pública, os advogados, em relação à sociedade, não passariam de servidores da justiça do Estado. Em qualquer situação, os advogados não se constituiriam, social e historicamente, em sujeitos de ação política, e as suas próprias formas de enfrentamento e de controle não seriam vistas como sendo indissociáveis das formas sociais e estatais de controle sob as quais se encontravam. Deste modo, no contexto dos Pedidos, tampouco poderiam ser vistos como usando politicamente estruturas sociais e estatais de modo a contornar os obstáculos revelados pela centralização da administração e do governo. Antes de tudo, não seria possível lidar com o fato de que os advogados, na justiça e na relação entre o Estado e a sociedade, pudessem conceber ou intuir a idéia da liberdade, ou mesmo viver a experiência da liberdade, referida à centralização do poder e à organização econômica do trabalho e que eles agissem orientados pela compreensão quanto à existência de uma “sociologia” que regulasse as relações da vida em sociedade em articulação com a política e com a economia.

Do ponto de vista histórico-social, para surpreender a dimensão política como elemento da identidade dos advogados e da advocacia referido à liberdade, fora preciso romper com a dicotomia que não revelava a situação definidora do advogado como sujeito de ação - a convergência dos efeitos acumulados do público e do privado. A convergência destes efeitos não se confundiria com o caráter de simultaneidade do público e do privado caracterizadores de uma possível concepção mista quanto à natureza da advocacia. Nem tampouco essa convergência definiria o paradoxo da existência humana segundo o qual a sociedade definiria o homem, mas seria também por este definida. Reconhecer que na base deste paradoxo estaria a dicotomia objetivo-subjetivo, e que esta dicotomia não encerraria visões antitéticas, senão aspectos distintos da realidade social segundo as perspectivas de Durkheim e de Weber, não seria condição suficiente para garantir nem a reconciliação com as dicotomias específico-genérico e público-privado, indivíduo-sociedade e Estado-sociedade nem a configuração da situação de convergência de efeitos acumulados que justificaria a superação destas mesmas dicotomias, nem tampouco as variações histórico-sociais em termos fenomenológicos. Isto porque tais dicotomias não surpreenderiam esta situação de convergência como resultante de relações histórico-sociais que definiriam as contradições e ambigüidades decorrentes do choque entre as mudanças e os limites destas mesmas mudanças.

A existência dos advogados como sujeitos de ação traduziu os modos pelos quais eles enfrentavam os obstáculos para exercer ou continuar no exercício da advocacia. Esses modos estavam referidos, em primeiro lugar, ao exercício da advocacia com provisões do rei ou do imperador e, em segundo lugar, à advocacia debaixo da assinatura de terceiros e àquela com provimentos de juizes, ouvidores gerais, presidentes de províncias e governadores. Eles permitiram pensar o conceito de sujeito em função de uma história polêmica e ambígua que articulava sujeição e soberania no sujeito, autonomia e heteronomia. No primeiro caso, os advogados submeter-se-iam ao poder político central e suas determinações normativas para o exercício da advocacia; no segundo, eles exerceriam a advocacia de modo algo soberano em relação a este mesmo poder. No entanto, nas duas hipóteses, a documentação mostrara que o público, como referência ao Estado e ao rei ou ao imperador, e o privado, como referência às partes ou clientes ou às próprias necessidades dos advogados, cedera lugar ao que era necessário “ao bem do público e dos interesses reais”, aqui compreendidos, respectivamente, como sociedade e Estado. Assim, a história de vida dos advogados revelara caráter “revolucionário” não apenas no sentido de “inconformismo” ou de “contestação” quanto às dificuldades que decorriam das estruturas político-administrativas vigentes para os advogados exercerem a advocacia mas também no sentido de superação da dominação da ruptura que expressava a dicotomia público-privado. Afinal, o “público” do universo dos advogados se definia de forma diferenciada na medida em que se constituía pelo modo como as experiências privadas e as subjetividades dos advogados se manifestavam no contexto dos Pedidos como categoria histórica. Daí a condição de possibilidade de qualificação dos advogados como sujeitos de ação política.

Não fora identificado qualquer registro empírico na documentação quanto aos possíveis propósitos dos advogados em se tornarem sujeitos de suas próprias histórias, segundo a construção de uma identidade coletiva e de um projeto também coletivo que pudessem responder por mudanças sociais e, por conseguinte, pela autonomia que aqui fora atribuída aos advogados como condição necessária para que possam ser vistos como sujeitos. Nada permitiu reconhecer que os advogados tivessem ocupado uma posição particular nas estruturas político-sociais e que como sujeitos históricos privilegiados tivessem podido ter uma compreensão geral da sociedade e da história e antecipar-se aos acontecimentos. O fato é que os advogados exerciam sua autonomia no âmbito de suas próprias experiências individuais e, para exercer a advocacia, recorriam a distintas e diversas formas de fundamentação desta atividade de forma independente de estruturas oficiais ou comunitárias – que não existiam - que os orientassem de forma coletiva. Neste sentido, os advogados talvez não existissem como sujeito histórico, salvo se considerados como subordinados a um projeto – tal qual o da engenharia do Estado nacional brasileiro - que, lhes sendo exterior, pudesse atribuir-lhes uma identidade. Porém, os discursos e as ações singulares dos advogados puderam ser vistos como expressão de estruturas político-sociais de longa duração. Afinal, a produção da subjetividade dos advogados provisionados, quanto aos modos de exercer a advocacia articulados e quanto à lógica dos pedidos para advogar, esteve relacionada à persistência de mecanismos normativos centralizadores nas estruturas político-administrativas do País que

passava por transformações. Neste sentido, fora possível reconhecer o modo como se dera a politização dos advogados no nível mais local da sociedade. Desta forma – independente de projeto de mudança e de certo racionalismo na definição do conceito de sujeito - se afirmou que a “descentralização do poder” que operavam os advogados, no enfrentamento dos obstáculos no exercício da advocacia, definira estes mesmos advogados como sujeitos de suas ações.

Os advogados provisionados constituíam uma pluralidade de sujeitos diferentes, e estes ocupavam posições desiguais e hierarquizadas. As identidades dos mesmos foram definidas dinamicamente em processos de reconhecimento em que o próprio Estado e a sociedade também se definiam em função de seus interesses e necessidades. Esses processos de reconhecimento se reproduziram no âmbito dos Pedidos e expressaram lutas e práticas organizadas através das quais os advogados se constituíram e constituíram sua identidade na medida em que defendiam seus interesses e expressavam suas vontades em referência a um quadro de fundamentação heterogênea e diversa. Ainda que não fossem forma de luta nova capaz de definir a autonomia dos advogados em relação a esferas do Estado e da sociedade, os Pedidos foram usados como forma de “descentralização” dos advogados através das súplicas de vitaliciedade para advogar e traduziram essa autonomização por meio tanto da conquista dos provimentos como da realização da advocacia debaixo da assinatura de terceiros. É através destas instâncias de autonomia – cuja racionalidade decorre da confluência dos efeitos e interesses e vontades do Estado, da sociedade e da pluralidade de advogados, e não da consciência de um sujeito histórico privilegiado - que os advogados puderam ser definidos como sujeitos de suas ações, ou ainda como agentes ou atores, de modo independente da tradição sociológica que reconhece no ator social o representante de papéis definidos socialmente.

Assim, o fato de que os advogados, em um espaço próprio, exerceram sua liberdade na mesma medida em que se encontravam vinculados de modo necessário ao mundo social onde faziam e recebiam regras deste mundo mais permitira reconhecer o caráter dialético das relações que definiam os advogados como sujeitos de suas ações do que explicar estas mesmas relações através da dicotomia indivíduo-pessoa (DaMatta, 1990). Nos Pedidos e na sociedade, esta dicotomia garantiria, sobretudo, a reprodução do sistema que distinguia entre provisionados e diplomados. Afinal, se os advogados se igualavam na liberdade que os individualizava através da formulação dos pedidos de licença para advogar, eles também se personalizavam nas relações de caráter complementar estabelecidas com outros advogados e pessoas na sociedade.

Daí ser possível afirmar que o objeto da atividade do sujeito que era o advogado provisionado, no contexto dos Pedidos de Licença para Advogar, era a própria autonomia como manifestação das experiências da liberdade dos advogados. Nesta fonte documental, se a liberdade não se manifestara, claramente, nem como vocábulo nem como idéia, ela se apresentara, empiricamente, como fato enquanto autonomia compreendida no contexto do enfrentamento dos obstáculos ao exercício da advocacia decorrentes ou revelados pela centralização que caracterizava as estruturas jurídico-políticas da época. Da mesma forma que a liberdade, o próprio advogado não existia como sujeito no âmbito dos Pedidos senão em função de como os interesses que definiam sua vontade responderam pela reelaboração das determinações externas que expressavam regras e necessidades tanto do Estado como da sociedade.

Conclusão

A história de vida dos advogados provisionados no Brasil imperial permitira definir historicamente a advocacia como profissão no âmbito de processos de reconhecimento em que o próprio Estado e a sociedade também se definiam em função de seus interesses e necessidades.

Assim, a profissão de advogado fora dinamicamente definida de acordo com as seguintes dimensões básicas: prestação de serviços públicos, tanto para o Estado como para a sociedade; conhecimento especializado, do direito e das leis, tanto teórico quanto prático; formação prática de longa duração, em empregos públicos, de natureza judicial ou não, em escritórios de advocacia ou atividades religiosas; autorização do Estado com fundamento no reconhecimento da capacidade moral e profissional dos advogados; divisão do trabalho dos advogados na justiça segundo a distinção entre advogados provisionados e advogados diplomados; reconhecimento da sociedade quanto às condições morais e técnicas para o exercício da advocacia; autonomia relativa em relação ao Estado e ao mercado; ordem interna, provisória e inconsciente, de que dependiam os advogados para controlar seu campo de atividade e se proteger de certa concorrência; valores morais e materiais.

Neste sentido, os diversos laços estabelecidos na definição da advocacia no Brasil imperial configuraram fronteiras porosas entre trabalho, ocupação e profissão, prefiguraram elementos que estiveram na base da construção e da tensão dos paradigmas das sociologias do trabalho e das profissões no século XX e revelaram a necessidade histórica do diálogo entre o jurídico e o sociológico, o econômico e o político.

Referências

- Abbot, A. (1988). *The system of professions: an essay on the division of expert labor*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- Bueno, J.A.P. (1978). *Direito público brasileiro e análise da constituição do império*. Brasília: ver a editora.
- Carr-Saunders, M., & Wilson, P. (1934). *Encyclopaedia of the Social Sciences*. Londres: Macmillan.

- Coelho, C. (1989). *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia-1822-1930*. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record.
- Collins, R. (1987). *Theoretical Sociology*. San Diego: Harcourt Brace.
- DaMatta, R. (1990). *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- DaMatta, R. (1990). *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- Déloye, I. (1999). *Sociologia histórica do político*. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração.
- Dubar, C., & Tripier, P. (1998). *Sociologie des professions*. Paris: Armand Colin.
- Durkheim, E. (1977). *A divisão do trabalho social*. Portugal: Editora Presença.
- Ehrlich, E. (1967). *Fundamentos da Sociologia do Direito*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Elias, N. (1987). *A sociedade de corte*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Elias, N. (1994). *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Faoro, R. (1996). *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Editora Globo.
- Foucault, M. (1998). *A governamentalidade*. In Michel Foucault, *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, (pp. 277-293).
- Freidson, E. (1983). *The theory of professions: state of the art*. In Eliot Freidson, *Professionalism Reborn*. Cambridge, Polity Press, (pp.13-29).
- Gauchet, M. (2005). *La condition politique*. Paris : Gallimard.
- Hobbes, T. (1992). *Do cidadão*. São Paulo: Martins Fontes.
- Hughes, E. (1968). *Institutions and the person*. Chicago: Aldine.
- Karpik, L. (1995). *Les avocats entre l'état, le public et le marché-XIIIe-XXe siècle*. Paris : Édition Gallimard.
- Larson, M. (1977). *The rise of professionalism ; a sociological analysis*. Berkeley: University of California Press.
- Maquiavel, N. (1973). *O príncipe*. São Paulo: Abril Cultural.
- Mattos, I. R. (1944). *O tempo Saquarema: a formação do Estado imperial*. Rio de Janeiro: Access.
- Merton, R. (1968). *Sociological theory and social structure*. New York: Free Press.
- Parsons, T. (1951). *The social system*. Glencoe: Free Press.
- Santos, B. S. (1993). *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Porto: Edições Afrontamento.
- Uruguai, V. (1960). *Ensaio sobre o direito administrativo*. Rio de Janeiro: [s/n].
- Velho, G. (1979). *Desvio e Divergência*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Weber, M. (1968). *Economy and Society*. Berkeley: University of California Press.

Fontes Manuscritas

- Documentação Judiciária. Desembargo do Paço. Pedidos de Licença para Advogar. Caixa 172. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.
- Documentação Judiciária. Desembargo do Paço. Pedidos de Licença para Advogar. Caixa 173, pacote 03, documento 42. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.
- Documentação Judiciária. Desembargo do Paço. Pedidos de Licença para Advogar. Caixa 174, pacote 03, documento 57. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.
- Documentação Judiciária. Desembargo do Paço. Pedidos de Licença para Advogar. Caixa 175, pacote 01. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.
- Documentação Judiciária. Desembargo do Paço. Pedidos de Licença para Advogar. Caixa 175, pacote 02. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.
- Documentação Judiciária. Desembargo do Paço. Pedidos de Licença para Advogar. Caixa 176, pacote 02. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.
- Documentação Judiciária. Desembargo do Paço. Pedidos de Licença para Advogar. Caixa 177, pacote 01, documento 04. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Legislação

- Brasil. Alvará de 24 de outubro de 1813. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.
- Brasil. Aviso 151, de 07 de outubro de 1828. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.
- Brasil. Aviso 418, de 29 de setembro de 1860. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.
- Brasil. Aviso 522, de 23 de novembro de 1863. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.
- Brasil. Aviso 380, de 19 de junho de 1865. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.
- Brasil. Aviso 423, de 16 de setembro de 1865. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.
- Brasil. Aviso 206, de 29 de maio de 1866. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.
- Brasil. Aviso 147, de 17 de abril de 1867. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.
- Brasil. Constituição de 1824. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.
- Brasil. Consulta da Secção de Justiça do Conselho de Estado de 19 de abril de 1866. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.
- Brasil. Decreto de 08 de outubro de 1771. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.
- Brasil. Decreto de 03 de janeiro de 1833. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.
- Brasil. Ordenações Afonsinas. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Brasil. Ordenações Manuelinas. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.
Brasil. Provisão 79, de 07 de dezembro de 1821. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.
Brasil. Regimento de 07 de junho de 1605. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.
Brasil. Resolução de 15 de dezembro de 1860. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Cotejos e análises sobre o protagonismo profissional e a qualidade em saúde no setor público

Patricia Cavalcanti
Universidade Federal da Paraíba
patriciabcaval@gmail.com

Mirian Alves
Universidade Federal da Paraíba
mirianads@yahoo.com.br

Claudenizia Pereira
Universidade Federal da Paraíba.
claudenziapereira@hotmail.com

Ana Paula Miranda
Pontificia Universidade Catolica de Sao Paulo
aprimiranda2@gmail.com

Simone Rocha
Universidade Federal da Paraíba
simone-fernandes@oi.com.br

Resumo: O cotidiano dos serviços públicos de saúde continua reproduzindo características que retratam senão a inexistência, um baixo nível de comprometimento com os princípios básicos do Sistema Único de Saúde – SUS, ou seja, com a integralidade e a universalidade de ações, e o conseqüente respeito ao usuário. A ineficiência, somada ao desinteresse em melhorar o nível de qualidade do serviço público de saúde é algo latente que se expressa cotidianamente nos diversos níveis de atendimento. Nesse universo observam-se ainda, gestores habituados a trabalhar dentro de um sistema rígido de papéis profissionais e despreparados para atuar de acordo com os princípios básicos do SUS; forte interferência político-partidária nos rumos e diretrizes a serem tomadas no trato da saúde pública, tanto nas relações extra como inter-institucionais; inexistência de entrosamento técnico entre as estruturas gerenciais. Nesta investigação vinculou-se qualidade à organização dos serviços de saúde e às formas pelas quais eles são dispostos à população. A pesquisa de cunho quali-quantitativo realizou-se em 4 hospitais de João Pessoa, de onde se retirou uma amostra de 30% de um total de 230 profissionais alocados nestas unidades, objetivando-se captar as singularidades de suas percepções sobre a qualidade no setor público de saúde através de entrevistas semi-estruturadas. O roteiro de entrevistas abordou quatro eixos discursivos: A qualidade na prestação do cuidado em saúde e processo de trabalho; A qualidade em saúde face ao processo de municipalização (modalidade de gestão); A qualidade em saúde e a saúde de quem presta o atendimento.

Hoje, dezenove anos após a promulgação da constituição de 1988, o Sistema Único de Saúde Brasileiro – SUS – é permeado por vários impasses do ponto de vista político-estrutural, face à adoção da perspectiva neoliberal no trato das políticas sociais nacionais, a partir do início dos anos 1990.

Estudos acerca dessa problemática têm sido profícuos no âmbito da produção do conhecimento, analisando principalmente a complexidade de demandas que o processo de democratização da saúde pública brasileira vem gerando através do SUS. Tal produção vem se configurando notadamente com base em aportes teóricos de natureza macrossocial, em geral, dentro de uma perspectiva crítica acerca da realidade dos processos descentralizados e municipalizados dos serviços de saúde.

Tal fato é compreensível, já que nos primeiros anos de conformação do SUS, a formalização das estruturas administrativas do novo sistema provocou mudanças profundas nas formas de gestão e diluição do poder, processos que concentraram os interesses dos pesquisadores da área. Em contraponto, os problemas singulares que emergem no cotidiano institucional desses serviços, têm despertado apenas recentemente o interesse investigativo. Bodstein (1993) ressalta a importância de se recuperar o nível local, ou seja, recuperar os meandros que surgem no cotidiano dos serviços locais de saúde, observando como as demandas por esses serviços vêm sendo administradas pelos gestores e, por conseguinte, pelos profissionais de saúde.

No cotidiano dos serviços, Machado (1995, p. 89) chama atenção para a questão dos recursos humanos considerando que:

[...] o sistema de saúde, implantado no país recentemente, lança desafios importantes para o entendimento da nova dinâmica estabelecida nos vários níveis organizacional e institucional. Se especificarmos na área de recursos humanos, para ficarmos no nosso campo de estudo, vemos que para se entender e buscar saídas compatíveis com a nova realidade é preciso tomar os recursos humanos como atores sociais que constroem cotidianamente o mundo do trabalho. Acordos, arranjos e jogos de interesses entre Profissionais, Estado e Instituição só podem ser efetivamente dimensionados e analisados se conseguirmos desvendar o que se passa no interior dessas estruturas.

O elemento propulsor das indagações que emergiram no decorrer desta pesquisa, foi a observação do comportamento apresentado por grande parte dos profissionais, denotando desinteresse em melhorar a qualidade da assistência prestada e despersonalização na relação que estes mantinham com os usuários. Esta questão envolve outros aspectos importantes, tais como a falta de autonomia profissional e posturas políticas dúbias de algumas categorias profissionais (assistentes sociais, psicólogos, nutricionistas, enfermeiras, etc.), num cenário caracterizado geralmente pela onipotência médica, por práticas conflitantes e corporativas de profissionais, com pouca adesão ao SUS e falta de interesse dos órgãos gestores dos serviços em implementar com maior agilidade o sistema de saúde universalizado, descentralizado e regionalizado.

O caminho de definição do objeto de estudo, partindo da problematização foi margeado por inúmeros movimentos através dos quais descobrimos e redescobrimos o real objeto deste estudo, como comenta Schraiber (1993, pp. 13-14):

Quando se circunscreve um objeto de estudo, a dinamicidade do real exige continuamente do pesquisador redefinições de rota: um problema parcialmente resolvido, já coloca outros novos em pauta; questões, a cada questão tratada. Em interação com seu objeto, as escolhas não revelam facilmente a linha de percurso, pois muitas vezes os movimentos parecem apenas desvios. São desvios, mas que tecem trajetórias, por questões postas, abandonadas, respostas, em história de travessia. A travessia é por isso mesmo nossa história de sujeitos – no limite, no recorte com que o pesquisador marca o real, em opções de conhecimento. Mas é também descaminho: na travessia a partida se enriquece, se torna mais repleta de matizes, ganha novos e muitos mais sentidos. Problemáticas sempre re-nascem.

Nossa rota também foi feita e refeita. A priori, o que nos chamava a atenção no universo dos serviços públicos de saúde como observadora participante (técnica) e depois como supervisora e pesquisadora, era o grau de autonomia profissional que tinha o médico e mesmo as demais categorias profissionais de nível universitário, o modo como esses profissionais usufruíam (ou não) dessa autonomia e o que determinava as possibilidades de autonomia dispostas após a instalação do SUS; e nos indagávamos, se maior autonomia profissional resultaria em práticas profissionais mais criativas. Salienta-se que esses questionamentos se davam num processo influenciado por mudanças significativas no Estado da Paraíba no início dos anos 1990, em particular no município de João Pessoa, no que se refere à municipalização dos serviços de saúde.

Compreender a questão do atendimento profissional no campo da saúde pública no Brasil é o interesse principal deste estudo, procurando entender porque ocorre um baixo nível de adesão dos profissionais de nível universitário ao SUS. Estamos partindo do pressuposto de que a reduzida adesão ao sistema decorre da conjunção de vários aspectos e possui imbricações com o contexto local no qual os serviços de saúde estão inseridos. Dessa forma, ao problematizar tal questão, teremos que articular alguns pontos que consideramos importantes como é possível verificar a seguir.

O termo adesão que estamos utilizando, refere-se a comprometimento no trabalho, ou seja, a uma série de fatores que, somados, resultam numa maior ou menor adesão dos profissionais com aspectos do seu contexto de trabalho, principalmente aqueles que refletem modificações no processo de trabalho, quais sejam: interesse, motivação, responsabilidade, criatividade, participação e envolvimento.

A constituição desse conceito incorpora uma gama de possibilidades, podendo ser entendido como a prática em consentir a emergência de situações novas, onde o comprometimento é elemento principal.

Inserindo-se também no campo da subjetividade, já que trata da relação contexto/indivíduo, a questão do comprometimento no trabalho decorre fundamentalmente do conjunto de mudanças verificadas no âmbito dos processos produtivos e nos novos tipos de gestões criadas em função dessas novas demandas. Entretanto, o interesse fundante desse estudo é perceber o que vem entravando esse processo de adesão dos profissionais qualificados no trabalho cotidiano dos serviços públicos de saúde.

Com base nesses pressupostos consideramos também, os fatores contextuais que certamente interferem nos padrões de comportamento profissional dos técnicos de nível superior que atuam no SUS. O cotidiano dos serviços públicos de saúde possui uma série de características que retratam senão a inexistência, pelo menos um baixo nível de comprometimento com os princípios básicos do SUS, ou seja, com a integralidade e universalidade de ações e o conseqüente respeito ao usuário.

A ineficiência, somada ao desinteresse em melhorar o nível de qualidade do serviço público de saúde é algo latente, que se expressa cotidianamente nos diversos níveis de atendimento. Nesse universo observam-se ainda, gestores tradicionalmente habituados a trabalhar dentro de um sistema rígido de papéis profissionais, mal capacitados para atuar dentro dos princípios básicos do SUS; forte interferência político-partidária nos rumos e diretrizes a serem tomadas no trato da saúde pública, tanto nas relações extra como inter-institucionais; inexistência de entrosamento técnico entre as estruturas gerenciais (Conselhos, Comissões, Núcleos e Coordenações de Programas de Saúde, Coordenadores ou Chefes de Serviços, etc.); padrões de comportamento tradicionais evidenciados pelos traços culturais diferenciados, clientelísticos, incompatíveis com os princípios do SUS e, por fim, níveis diferenciados de autonomia em cada categoria profissional.

Um dos indícios da falta de comprometimento com os princípios do SUS entre os profissionais de nível superior, certamente refere-se ao alto grau de corporativismo profissional que caracteriza a dinâmica de trabalho das instituições públicas, sejam elas federais, estaduais ou municipais. No campo da saúde pública esse aspecto se expressa particularmente entre os servidores de nível superior que utilizam-se do saber técnico (autonomia profissional técnica) para reforçar as defesas de suas respectivas corporações.

A pressuposição de que as organizações corporativas funcionam como um dos inibidores da adesão ao SUS e a conseqüente falta de comprometimento, decorreu da observação empírica através da qual pudemos observar que, em momentos em que é exigido do profissional um comportamento profissional ético e comprometido com a qualidade do serviço público, este só é exercido desde que outros interesses corporativos ou mesmo pessoais não sejam atingidos.

Malik (1996) em recente estudo sobre qualidade nos serviços públicos e privados de saúde apontou para a existência de intencionalidade na deficiência do setor público, já que normalmente os profissionais possuem multiempregos nas esferas pública e privada e, ao se confrontarem com situações profissionais em que precisam privilegiar uma esfera em detrimento da outra, eles escolhem responder às exigências da esfera privada em detrimento da pública. Isso decorre de ineficazes instrumentos de avaliação de atendimento e de atitudes gerenciais conseqüentes.

Segundo a autora,

No setor público existe um esteriótipo no sentido de lhe atribuir como característica a impunidade dos trabalhadores. Na verdade isso representa uma estratégia de caráter corporativo no sentido de assumir que se não há gerência real, não há porque buscar bodes expiatórios. No entanto, a falta do culpado não é sinônimo da inexistência de responsabilidade, embora esse atributo seja mais um dos esteriótipos vinculados à área pública. (MALIK, 1996, p. 15)

Muitas vezes o corporativismo profissional revela-se nos meios institucionais monopolizando as ações em função de interesses de determinadas categorias, provocando desestímulo por parte das demais, reações e embates entre profissionais e baixo nível de adesão aos projetos inovadores. Também, interfere na dinâmica interna de funcionamento (formas de poder decisório, hierarquização); no usufruto, ampliação ou redução dos espaços de autonomia profissional; nas relações profissionais e, por último, no atendimento prestado.

Dentro dessa perspectiva, temos nos colocado as seguintes questões: como a autonomia profissional decorrente de um corporativismo acentuado de algumas categorias profissionais pode influenciar nos níveis de adesão a projetos institucionais transformadores? Como as redes de interesses, o poder de barganha, o uso do binômio poder/saber técnico constituem-se em elementos culturais que configuram um universo institucional complexo e que afetam a qualidade dos atendimentos? Quais as singularidades existentes entre tais questões e serviços públicos de saúde instalados em contextos locais marcados pelo personalismo político e pelo clientelismo? Qual a perspectiva dos profissionais qualificados em torno do SUS e como eles absorveram as mudanças no campo da saúde?

A esse respeito, acrescentam-se as afirmações de Campos (1994, p. 49): “[...] a análise de como esses profissionais vêem a nova política de saúde, consubstanciada no SUDS, nas propostas de regulamentação do SUS, e como reagem às transformações imprimidas por esses projetos, são elementos decisivos para o planejamento estratégico do setor”.

Esses problemas iniciais nos levaram a relacionar empiricamente três fatores que poderiam ter influência no exercício da autonomia e corporativismo profissionais, quais sejam: a) a persistência de uma cultura organizacional de base autoritária e clientelística na administração pública, reforçada pela realidade local do Estado da Paraíba, onde se inseriam os serviços; b) ênfase gerencial no burocratismo e, por fim; c) falta de elaboração de uma política de recursos humanos adequada à nova realidade profissional proposta pelo SUS.

Com estes elementos procedemos a observações da realidade e coleta de depoimentos. Essa etapa, nos levou a detectar que o estudo deveria inicialmente resgatar todo o processo de constituição do SUS Paraíba, captando as particularidades regionais e locais que ele possui, as expressões claras da influência político-partidária e do clientelismo na constituição das políticas públicas, interferindo de modo contundente na adesão profissional dos técnicos de nível universitário ao SUS constituindo-se, dessa forma, no objeto analisado neste estudo.

Na verdade, o processo que caracteriza a construção do conhecimento é demarcado como vimos, por uma processualidade intensa e Schraiber (1993, p. 23) aponta que:

[...] a realidade concreta suscita o conhecimento apenas quando da aparência imediata dos fenômenos lhes conferimos características de problema. E reconhecer um problema já significa um primeiro processamento do empírico, seu primeiro entendimento, conhecendo aquela parte do real como necessidade de conhecimento.

Nosso ponto de partida, foi o nível da organização dos serviços com foco para a atuação dos profissionais de nível superior, por entendermos que esse segmento constitui uma das esferas mais importantes na melhoria qualitativa do processo de implementação do SUS.

A aproximação com o campo empírico ao longo desses quatro anos, nos conduziu a algumas reconstruções de ordem teórico-metodológica, ajustes em torno do objeto de estudo, que nos fizessem atingir nossa meta inicial, de analisar com a maior profundidade possível como vêm se desenvolvendo as práticas reformadoras iniciadas com o SUS na percepção dos agentes profissionais.

Assim, ao final do trabalho chegamos a algumas conclusões, elaboradas com base: nas opções teóricas feitas inicialmente; nos movimentos político-ideológicos que circundam o processo de municipalização do universo investigado e nas percepções dos entrevistados sobre o tripé “saber técnico, autonomia e corporativismo profissional”.

Uma das primeiras apreensões é a de que o corporativismo, enquanto doutrina que propõe a organização da sociedade com base na associação representativa dos interesses e das atividades profissionais, e enquanto modelo de ordenamento social que busca a resolução dos conflitos (que podem ser de ordem econômica, política ou social), através da neutralização dos fatores que os originaram, foi sendo absorvido historicamente de acordo com diferentes conjunturas.

Dentre as várias expressões que o modelo corporativo assumiu, nas diversas esferas da sociedade e ao longo da história, o corporativismo profissional configurou-se no foco do nosso estudo.

Contemplado na dimensão que reflete a intermediação entre o Estado e os interesses de determinadas corporações profissionais através de suas entidades representativas, o corporativismo profissional se traduz classicamente num sentimento de irmandade, por meio do qual os interesses conflitivos emergentes dentro de uma mesma corporação são postos de lado em função da defesa de interesses comuns. Entretanto, no contexto atual, percebe-se que as corporações profissionais apresentam-se internamente mais conflitivas que consensuais, o que de certo modo às descaracteriza como universos fundamentais do exercício da democracia.

No Brasil particularmente, uma análise mais ampliada aponta que, a evolução histórica do corporativismo apresenta-se estreitamente vinculada às conjunturas marcadas pelo autoritarismo político-ideológico e que nos últimos anos, face às profundas transformações operadas no país, vislumbra-se um processo de rearranjo das estruturas corporativas.

Uma dessas estruturas corporativas envolve os elementos constitutivos do corporativismo profissional, que apresenta um vasto campo de problematização do qual buscamos analisar fundamentalmente sua articulação com a autonomia profissional. Com essa articulação, procuramos constatar que o modo como as profissões se consolidam historicamente, auxilia na determinação do espaço de autonomia disposto a cada categoria profissional.

Para tanto, elegemos duas categorias profissionais (médicos e cirurgiões-dentistas) do campo da saúde, que empiricamente demonstravam deter, além de um poder de livremente exercitar suas habilidades técnicas, seus saberes e seus potenciais criativos, a capacidade de influenciar no espaço de autonomia das demais categorias profissionais que compõem a equipe de assistência à saúde.

Na análise da relação entre corporativismo profissional e autonomia profissional, consideramos por outro lado, o universo onde ela se concretiza. Num primeiro plano o campo da saúde brasileiro que indica a existência de uma bipolaridade na estrutura dos grupos de interesses (produtores de bens e serviços e usuários), que formam as expressões do corporativismo nessa área. Em segundo plano (em função da nossa investigação), realçamos as dificuldades que os serviços públicos de saúde do município de João Pessoa têm enfrentado historicamente no que se refere à implantação da municipalização das ações de saúde.

Quando particularizamos a questão do corporativismo no campo dos serviços públicos de saúde no Brasil, temos que necessariamente refletir sobre os grupos organizados que compõem o movimento de negociação com o Estado no que se refere às políticas de saúde.

Tais grupos podem ser classificados, tomando como referência a posição que ocupam na estrutura econômica. Nesse sentido, emergem dois grupos diferenciados: o dos produtores de bens e serviços (que se compõe de assalariados, empresários, os quais apesar de terem normalmente posições diferentes em relação à propriedade dos meios de produção, têm o poder de criar obstáculos ao processo produtivo) e o grupo dos consumidores ou usuários (agregando indivíduos que são simultaneamente produtores e usuários destes serviços), que se posicionam em desvantagem na arena de lutas, por ocuparem posições de menor impacto no processo produtivo. (VAITSMAN, 1989)

Apesar dessas diferenças, no que se refere à posição ocupada na esfera estrutural, os dois grupos quando se expressam como produtores podem, por meio da força organizativa, alcançar posições de força e pressão que, por conseguinte, podem acessá-los às organizações corporativas e aos processos de negociação das políticas públicas. (Vaitsman, 1989)

Um típico exemplo de como esses embates são engendrados foi o próprio Movimento de Reforma Sanitária Brasileiro composto de produtores e consumidores, e que serviu de canal de expressão de várias entidades organizadas em prol da democratização da assistência à saúde nos anos 80.

Essa relação explícita ocorre face às características presentes no processo de planejamento e gestão dos serviços de saúde nacionais que, normalmente, são regidos pelo poder de barganha de cada grupo inserido no processo e dos acordos que são fechados em busca de consenso, onde quem tem maior poder de pressão obtém vantagens no processo mais amplo de implantação das políticas ou programas. (Labra, 1992)

Conhecer esses aspectos, segundo a autora, é fundamental, pois revela o modo como as mudanças ocorridas nos últimos anos no campo da saúde pública ocorreram no Brasil.

Com a deflagração do Movimento da Reforma Sanitária, expressa no contexto da implementação do SUDS e operacionalizada através do SUS, ficou evidente o jogo de interesses existente no interior dessa política pública.

Os impasses que a realidade vem mostrando seriam evidências de que nem os altos escalões da burocracia sanitária, os partidos políticos e o Parlamento, nem as associações profissionais a favor da Reforma têm força suficiente para efetivar, em toda a sua extensão e profundidade, os preceitos da Constituição de 1988; igualmente acontecendo, por exemplo, com os contra-interesses de setores tais como o do empresariado médico-hospitalar privado, o qual, não obstante suas poderosas organizações nacionais, não consegue se impor para cancelar os processos de mudanças. (Labra, 1992, p.116)

Essa intrincada constelação de grupos de interesses que se observa no campo da saúde revela o modo como são engendradas as relações entre Estado e a sociedade civil no Brasil. (Labra, 1993)

No caso deste estudo, em que a realidade dos serviços públicos de saúde serve de cenário, esse processo de mediações ocorreu principalmente entre as chamadas agências estatais (órgãos implementadores das políticas de saúde) e associações de classes organizadas a partir da divisão sócio-técnica do trabalho (entidades profissionais).

Em meio aos produtores e consumidores dos bens e serviços de saúde, focalizamos, portanto, nesta investigação, o núcleo das corporações profissionais, em particular aquelas que, ao longo da história, tem demonstrado alto poder de influência na formulação, estruturação e operacionalização das políticas de saúde.

Dentre as corporações profissionais, inevitavelmente a categoria médica se destaca por constituir-se num exemplo típico desse denominado “sindicalismo de classe média”, que se configurou historicamente como uma corporação abertamente atrelada ao Estado, com claras características durkheimianas detendo, desde o período colonial, a palavra final em torno da estruturação das ações sanitárias do país. (Machado, 1992)

Na esfera da saúde, a questão do corporativismo profissional vem sendo analisada há algum tempo tendo como referência básica a categoria médica, devido ao desenvolvimento histórico da profissão a qual, no Brasil, vem sofrendo importantes transformações desde o processo crescente de assalariamento iniciado a partir dos anos 70.

A corporação médica assim, constitui-se num ícone para o estudo das corporações profissionais pelas características históricas que apresentou ao longo de seu desenvolvimento enquanto profissão. Atrelada quase sempre ao Estado, participou ativamente no planejamento urbano do país com posicionamentos em geral conservadores, com tendência a manutenção do status quo. (Machado, 1992)

Segundo a autora “[...] ao lado das autoridades oficiais, os médicos planejaram não só as políticas de saúde, bem como participaram ativamente da vida política do país. A hegemonia médica não se deu apenas na esfera do setor saúde, mas nos movimentos mais amplos da sociedade civil”. (Machado, 1992, p.107)

Com base nos pressupostos sociológicos clássicos, a corporação médica congrega os principais atributos indicados nas análises sobre os chamados profissionais nobres ou tradicionais, qual seja, o monopólio de uma área específica do saber e atividade conquistados a partir de uma longa formação acadêmica e um leque de valores profissionais que dá legitimidade e sustenta padrões de comportamento profissional, em cujo núcleo se encontra o princípio da autonomia.

Daí porque, a questão da autonomia profissional vem sendo analisada no campo da saúde, principalmente a partir da prática médica (historicamente hegemônica nesse âmbito), utilizando-se como um dos parâmetros, as modificações verificadas no campo do trabalho, em particular as inovações tecnológicas que tendem a alienar ainda mais o profissional do produto de sua prática.

A referência a autonomia profissional da corporação médica é inevitável, pela relação estreita existente entre o advento da prática científica em saúde e o processo de profissionalização da categoria médica. Ademais, no interior dos serviços de saúde o espaço profissional é historicamente demarcado de modo que as ações profissionais dos outros técnicos que compõem a equipe de saúde, dependem de alguma forma do ato médico. São práticas subsequentes à ação do médico, ou complementando-a, ou dando prosseguimento a algum encaminhamento prescrito.

Dessa maneira, embora nosso trabalho não focalize apenas a categoria profissional dos médicos, apontaremos como a questão da autonomia médica vem sendo trabalhada por autores que, embora se utilizem de categorias analíticas e de bases interpretativas diferentes das que usaremos, apresentam importantes contribuições ao tema em questão.

Donnangelo (1975), ao discutir as modificações ocorridas no processo do trabalho médico (crescente assalariamento e ampliação da medicina de convênios), assinalou que um dos impactos provocados por tais mudanças foi justamente a perda paulatina de controle dos médicos no que se refere ao seu processo de trabalho, ou seja, uma crescente perda da autonomia profissional.

Ao analisar tais aspectos da prática médica, observa que a questão da autonomia se expressa na liberdade de relacionamento entre médicos e pacientes, devendo ser exercida com base não só no saber técnico, mas principalmente nos valores morais que circundam a profissão.

Entretanto, a autora detectou formas de preservação do “ideal de autonomia” entre estes profissionais, como por exemplo, a existência de empresas que intermedeiam o serviço médico sem interferir no processo de escolha da clientela, garantindo ainda um percentual proporcional à produção dos médicos, além de uma busca por alternativas dentro do mercado de trabalho dentre as quais a prevalência de vários empregos paralelos com intuito de manterem-se um pouco mais “autônomos”.

Discordando em parte de Donnangelo, outra contribuição importante foi elaborada por Ribeiro (1995), que discute a ação profissional dos médicos a partir do uso da técnica. Nesta reflexão a técnica é analisada nas suas dimensões científica, artística e operativo-decisória, que ocorrem simultaneamente num movimento dialético. Ao trabalhar o complexo universo do uso da técnica na prática médica, o autor percorre os espaços da autonomia profissional em seus mais variados níveis.

Para o autor, o uso da técnica significa a base de preservação da autonomia profissional da categoria médica, face às inovações tecnológicas e o reordenamento dos processos de trabalho. Indica ainda que, no âmbito do processo de trabalho médico, a autonomia expressa-se em “[...] planos técnicos, hierárquicos e econômicos, sendo o aspecto singular da técnica o determinante dos demais planos da autonomia.” (RIBEIRO, 1995, p.167)

Nesse estudo, verifica-se que a autonomia médica é construída com base na independência técnica com que o profissional exerce o processo de trabalho e tal situação remonta à posição que a categoria dos médicos vem ocupando (como já foi mencionado) historicamente na sociedade. Segundo o autor, o processo de tomada de decisão, constitui-se no momento em que a técnica revela-se em todas as suas dimensões.

Uma das valiosas contribuições teóricas acerca da autonomia profissional foi produzida por Schraiber (1993), refletindo o trabalho profissional médico a partir das inovações tecnológicas (medicina tecnológica) e suas repercussões sobre a construção da autonomia profissional.

A emergência da medicina tecnológica modificou vários aspectos da prática médica, tanto na produção e organização do processo produtivo, quanto na delimitação que o médico fazia do seu objeto de ação profissional. A crescente segmentação da medicina em ramos parcelares de saber, criando as especializações, fez com que a autonomia médica fosse se restringindo. Com a fragmentação do processo de cuidados médicos, a prática médica acabou por diluir-se tanto internamente quanto externamente, dando origem às várias outras profissões que tomam como objeto de prática, campos do binômio saúde/doença.

Com tais transformações, a relação entre os médicos foi alterada, passando de uma cooperação entre profissionais iguais, onde um complementava a ação do outro, para uma cooperação obrigatória que expressa bem a divisão técnica do trabalho:

[...] que separou certas partes daquilo que só o médico realizava e constituiu profissões subordinadas ao trabalho médico, tal como a enfermagem; seja na repartição entre trabalhos médicos mais ou menos especializados, dado que nessa repartição se criam autoridades distintas de saber, valorizadas técnica e socialmente de modo diverso. (Schraiber, 1993, p. 197)

Essa questão relacional entre os médicos, os demais profissionais de nível superior e autonomia profissional, emerge com clareza quando a vinculamos com a necessidade ou não de autorização de superiores para algum procedimento técnico-profissional no cotidiano dos serviços, e nas relações entre médicos e outros profissionais de nível universitário, com seus saberes e domínio de técnicas específicas.

Trata-se de uma relação problemática, tanto pelos motivos que a história nos revela sobre a supremacia médica, quanto pelo grau de desenvolvimento profissional, em que se encontram as demais categorias enquanto corporações.

Entretanto, o domínio da técnica enquanto preservação do nível de autonomia ainda existente não vem sendo utilizado apenas pela categoria médica. Outras profissões inseridas mais recentemente no quadro da saúde vêm progressivamente lançando mão desse recurso como mecanismo de preservação não só de sua autonomia, mas também do espaço profissional, tais como a: odontologia, fisioterapia, farmácia.

Outro fator que interfere na questão do usufruto da autonomia, é certamente a existência ou não, de projetos profissionais. Observa-se que é através da elaboração de planos e metas profissionais claras que a questão do saber técnico pode ser melhor expressado. Contrariamente, quando o profissional não tem elaborado claros objetivos profissionais, torna-se mais complexo o usufruto da autonomia profissional.

Ainda nesse sentido, a questão da adesão dos membros da profissão ao sistema de valores, constitui um importante pressuposto de uniformidade e coesão grupal. Essa adesão se expressa a partir da coesão mútua, corporativa.

Como acrescenta Machado (1992, p. 108):

[...] só muito recentemente este status quo do médico começou a ser checado não só por outros profissionais de saúde como, e principalmente, por segmentos (assalariados e de esquerda) da própria corporação médica, com o surgimento do REME, no final da década de 70. Atualmente tem crescido a oposição à hegemonia médica tradicional, na medida que parcelas significativas da categoria assalariou-se, perdendo a condição de profissão autônoma.

A relação entre a corporação médica e as demais corporações que compõe o quadro de atendimento em saúde é conflituosa, em geral, pelos motivos expostos anteriormente, mas também porque algumas categorias profissionais tem historicamente desenvolvido processos de trabalho exclusivos.

Em suma, com base nos moldes formulados pela medicina na organização e produção da prática profissional no interior dos serviços de saúde, profissionais como cirurgiões-dentistas, enfermeiros, farmacêuticos, nutricionistas e fisioterapeutas, passaram a adotar a mesma concepção de prestação de serviços adotadas pelos médicos. Por outro lado, tais profissionais têm a partir da evolução histórica de cada profissão, criado estratégias de sobrevivência no mercado de trabalho, que visam a defesa de seus interesses profissionais. Para tanto tais profissões também se organizaram, como vimos, a partir de entidades representativas como conselhos de regulação profissional, sindicatos e associações.

Como acrescenta Machado (1996, p. 124):

[...] com os avanços tecnológicos, vimos amiúde, o trabalho médico ser compartilhado e por vezes questionado por outros segmentos profissionais. No campo da prática profissional, assistimos a uma disputa entre nutricionistas (profissionais recentes no mercado) e médicos nutrólogos; na área da saúde mental, entre psicólogos, psicanalistas e psiquiatras; na reabilitação física, fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais (profissionais também recentes no mercado) disputam espaço de atuação com os médicos fisiatras, por exemplo.

Ao mesmo tempo, a crescente sindicalização e a conseqüente corporativização dos profissionais de saúde retrata bem o quadro da década de 1990, quando cresce, em paralelo, a chamada internacionalização da prestação dos serviços de saúde, que têm nas empresas médicas, seus maiores exemplos. Esses movimentos de busca por representação em unidades sindicais representam, segundo Machado (1996), uma tentativa de reação. Entretanto, as representações sindicais quase sempre, acabam por se transformarem em guetos corporativos, dificultando em momentos de negociação, o diálogo entre gestores e trabalhadores.

Se observarmos o processo de trabalho em saúde no Brasil, é possível detectar como tal área, atualmente, expressa com tanta ênfase traços corporativos. As práticas profissionais têm como característica fundante atendimentos individualizados, embora sejam desenvolvidas no geral, em espaços coletivos. Em paralelo,

[...] o mercado de serviços de saúde, seja ele público ou privado, convive com essa estrutura corporativa e tradicional, dotada de grande poder de barganha. Nessas negociações as corporações buscam reivindicar e assegurar para si, prerrogativas monopolistas que dão a elas grande capacidade de impor seus interesses: preços, formas e condições de trabalho. Quase sempre, estas são pautadas de forte marca corporativa, traduzidas num baixo processo dialógico entre as partes.” (Machado, 1996, p. 45)

Nessa direção, e expressando-se fundamentalmente como um instrumento de consolidação de interesses profissionais, o corporativismo configura-se desse modo, como um modelo excludente que não consegue estabelecer um diálogo com outros segmentos da sociedade. (Machado, 1996)

O que se observa nesse período, em que tem se tentado melhorar a atuação do Sistema Único de Saúde Brasileiro, é a existência de uma complicada rede de interesses que tem entravado a sua evolução.

Dentro dessa complexidade, entendemos que existe uma relação direta entre o corporativismo profissional e o nível de adesão dos profissionais ao sistema, em que as categorias profissionais que detêm maior poder de barganha e autonomia profissional no interior dos serviços, determinam a dinâmica do processo de adesão, funcionando como parâmetros para as demais categorias.

No campo dos serviços públicos de saúde, a hegemonia profissional vem sendo exercida pelos profissionais diretamente ligados ao processo de cura, formando uma espécie de escala hierárquica, estabelecida pelo domínio mais apurado do saber técnico e do grau de reconhecimento profissional da população, como: médicos, cirurgiões-dentistas, enfermeiros, fisioterapeutas.

Esse poder hegemônico, normalmente é exercido nos serviços secundarizando outras categorias profissionais, historicamente estranhas ao universo da rede pública de saúde (categorias como as dos psicólogos, assistentes sociais, nutricionistas foram incorporadas tardiamente aos serviços públicos de saúde) e que de certa maneira exercem seus atos profissionais em torno da ação profissional do médico. Esse fato ocorre, porque geralmente o médico é o profissional central no atendimento ao usuário nos serviços de saúde, cabendo a ele os demais encaminhamentos e ações a serem realizadas.

Geralmente, é possível perceber no interior dos serviços de saúde que os valores, códigos e nível organizativo existentes no interior de algumas categorias profissionais, possibilitam um grau de hegemonia maior frente a outras categorias e, por conseguinte, influenciam na adesão ou não aos projetos institucionais.

Entendida como um dos obstáculos à adesão à proposta do SUS na prática dos serviços sanitários, a questão da autonomia vem se refletindo como uma das questões mais tensionada dentro da prática profissional.

Como nos referimos anteriormente, seu exercício e sua ampliação configura-se na interdependência das lutas corporativas, do intrincado jogo político-partidário (em se tratando de arenas públicas de usufruto), os quais, por outro lado, influenciam nos traços organizacionais das instituições prestadoras de serviços e, por fim, no nível de adesão dos profissionais às propostas de operacionalização desses serviços.

O modelo assistencial proposto pelo SUS, exige novos modos do exercício da prática profissional, seja devido às novas demandas que o processo de democratização da saúde gerou (um usuário visivelmente mais exigente quanto aos seus direitos), seja pelas possibilidades gerenciais mais criativas que a descentralização e a municipalização dos serviços de saúde viabilizaram.

Após praticamente uma década de reflexões e operacionalização do SUS no país, verifica-se que no cotidiano dos serviços, os seus princípios norteadores, particularmente a via da descentralização que vem sendo implementada e a busca da integralidade das ações, pouco modificaram as relações no interior destes.

Prevista como estratégia de uma efetiva partilha de poder entre a esfera estatal e as várias esferas locais, a descentralização (sob a via da municipalização), não tem se refletido no dia-a-dia dos diversos profissionais. O nível de participação destes continua em geral pequeno no que se refere às tomadas de decisão. Isso ocorre porque o processo como um todo tem enfrentado grandes obstáculos. Assim, não é de surpreender que os espaços de autonomia profissional no nível local não tenham se ampliado.

No que se refere à integralidade na assistência prestada, observa-se que esse princípio poderia funcionar como estímulo de ampliação dos espaços de autonomia e tessitura de relações mais democráticas entre os profissionais, já que ele preconiza a superação da dicotomia entre ações preventivas, ou de saúde pública e ações curativo-reabilitadoras, e a busca de uma horizontalização dos programas de saúde e a sua integração com a atenção médica. Nessa perspectiva, se a integralidade fosse efetivada, a confluência de várias categorias profissionais sobre um mesmo objetivo poderia resultar na modificação das relações conflituosas existentes entre algumas categorias específicas, tais como: médicos/enfermeiras; médicos/cirurgiões-dentistas.

Em suma, apesar dessas assertivas o que se verifica no cenário institucional dos serviços de saúde pública nacional em geral, é exatamente apenas, ao nível da retórica, uma ampliação dos níveis de autonomia já que, no cotidiano dos serviços locais, os gestores e técnicos em geral continuam sem grande poder de decisão diante de questões como implantação de novos programas, realização de convênios com instituições de ensino, remanejamento de pessoal.

Verifica-se também, que os demais profissionais da saúde exprimem uma subalternidade aos chefes e aos médicos mesmo em se tratando do pleno uso do saber técnico adquirido durante sua formação acadêmica. Esse procedimento dá

margens a várias interpretações. A princípio constata-se a posição problemática que assistentes sociais, administradores, psicólogos, dentre outros profissionais de áreas afins vivenciam nas instituições de saúde.

Em contraposição, pela sua evolução histórica hegemônica no campo da saúde, os médicos conseguem preservar sua autonomia de trabalho baseando-se no domínio da técnica, embora seu espaço venha sendo disputado por outros profissionais próprios da área da saúde como cirurgiões-dentistas e fisioterapeutas. Esses embates geralmente de caráter técnico, que de certa forma tiram pouco a pouco a autoridade máxima dos médicos, vêm provocando tensões.

Esses enfrentamentos são claramente verificados entre profissionais originariamente do quadro da saúde e o médico, numa disputa pelo reconhecimento profissional e consolidação da identidade profissional.

Nogueira (1994) ao analisar a questão do trabalho e qualidade em serviços de saúde, chama atenção para uma variedade de processos de trabalho dentro do universo “saúde”, particularizando a equipe de saúde como conjunto de profissionais que atendem às necessidades bio-psico-sociais do paciente. Ao focalizar a equipe básica de atendimento o autor afirma:

Sabemos que uma determinada categoria profissional controla o processo de trabalho a partir de sua autoridade técnica e social – os médicos. Mesmo quando não são proprietários dos meios de produção – donos de clínicas ou de hospitais –, os médicos têm a faculdade de comandar esses atos técnicos, no que se diferenciam dos demais trabalhadores. Naturalmente, os médicos aparecem em forma diferenciada nessa equipe, porque a história da sua profissão, de sua prática liberal, e a organização de seus interesses corporativos antecedem e sobredeterminam o aparato coletivo de prestação dos serviços de saúde. (NOGUEIRA, 1994, p. 83)

Por outro lado, verificam-se tensões localizadas entre técnicos que utilizam abordagens profissionais muito próximas, como é o caso de assistentes sociais e psicólogos. Estes por não possuírem condições materiais adequadas à prática da psicologia, do serviço social, ou em alguns casos por não terem claro o potencial das suas respectivas profissões, acabam por tecer práticas voltadas para as questões sociais que afetam os usuários.

Uma das constatações a que chegamos, é que no cotidiano dos serviços as práticas corporativas são mais explicitadas pelos profissionais de medicina e odontologia, que espelham nos seus cotidianos de trabalho e nos seus depoimentos, o que historicamente suas profissões consolidaram. Essas duas categorias personificam os atributos essenciais do termo “profissão” no exercício da prática profissional nos serviços públicos de saúde, tomando-os como base para manutenção de sua autonomia profissional.

Essa autonomia profissional extrapola o mero ato de exercer livremente a profissão, estendendo-se à manutenção de um status diferenciado frente às outras categorias e privilégios na dinâmica institucional (horários flexíveis, conciliação de outros vínculos empregatícios, etc.)

Neste contexto, a categoria dos fisioterapeutas surpreende apresentando, de acordo com alguns depoimentos, clareza com relação à necessidade de consolidação da profissão, principalmente num cenário onde ainda são “desconhecidos”, quanto à sua necessidade profissional. Assim, não configuram ainda uma corporação profissional estabelecida no universo estudado, podendo entretanto no futuro próximo, vir a constituir-se numa categoria de enfrentamento ou cujo poder e autonomia seja mais respeitado, ao lado de cirurgiões-dentistas e médicos.

As demais categorias profissionais (enfermeiras, assistentes sociais, psicólogos) enfrentam questões paradoxais. A subordinação frente ao médico e a tênue identidade profissional deixam-nas vulneráveis, acarretando conseqüências preocupantes.

A primeira questão é a falta de noção do que vem a se constituir autonomia profissional. Os profissionais não refletem sobre a necessidade de se autodeterminar no atendimento ao usuário e, em decorrência, dominar seu território profissional. Possuem, desse modo, um referencial profissional calcado no que os serviços demandam a eles e isso enfraquece ainda mais seus respectivos desempenhos, num processo tão rico como o da municipalização.

A segunda questão vinculada à primeira, refere-se a falta de clareza de seus respectivos papéis profissionais, resultante segundo os depoimentos, de uma formação acadêmica desarticulada das novas dinâmicas introduzidas pelo SUS nos serviços locais de saúde.

Finalizando nossas considerações, é importante salientar que dentro do universo investigado, constatamos uma rede de complexidades que não se traduz apenas nos aspectos analisados neste estudo. As imbricações que a relação corporativismo-autonomia profissional possuem, num contexto tão heterogêneo como o do município de João Pessoa, extrapolam as constatações a que chegamos.

Desse universo heterogêneo, destacamos a necessidade de um aprofundamento maior acerca da ética profissional, que vêm informando as práticas profissionais nos vários níveis de atenção à saúde. Nesse sentido indagamos: por que alguns profissionais conseguem ultrapassar os limites que esse caldeirão cultural impõe, executando suas tarefas profissionais com respeito ao usuário e ao próprio bem público? Seriam esses comportamentos frutos de projetos políticos individuais? Ou apenas resultados de uma sólida e crítica formação profissional? Esse comportamento ético por parte de alguns seria uma característica individualizada ou construída em articulação como outros profissionais desejosos de mudanças no trato dos serviços públicos? Teria também como componente significativo a ênfase numa forte consciência social?

Um outro aspecto que compõe tal problemática, e que se apresenta para futuras investigações, são os padrões de comportamento evidenciados pela cultura organizacional do serviço público brasileiro, que precisariam ser questionados na busca de outros mais compatíveis com o avanço democrático que o Brasil teve nos últimos anos, considerando que a

melhoria do desempenho do trabalhador da saúde pública, pressupõe um estudo rigoroso dos elementos culturais que constituem a representação social que tal trabalhador tem do serviço público e do seu papel nesse contexto.

REFERÊNCIAS

- Bodstein, R. C. de A. (Org.). (1993). *Serviços Locais de Saúde: Construção de Atores e Políticas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Campos, G. W. de S. (1994). Recursos Humanos na Saúde: Fator de Produção e Sujeitos Sociais no Processo de Reforma Sanitária no Brasil. In Campos, G. W. de S., Merhy, E. E., & Nunes, E. D. *Planejamento Sem Normas*. São Paulo: Editora HUCITEC (Coleção Saúde em Debate – Série Didática 1), (pp. 120-144).
- Donnangelo, M. C. (1975). *Medicina e Sociedade*. São Paulo: Pioneira.
- Labra, M. E. (1992). Política de Interesses na Perspectiva Neocorporativista: Subsídios para o Estudo do Setor Saúde. In Gallo, E. (Org.). *Planejamento Criativo. Novos Desafios em Políticas de Saúde*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, (pp. 76-89).
- Labra, M. E. (1993). Associativismo no Setor Saúde Brasileiro e Organizações de Interesse do Empresariado Médico. In *Physis, Revista de Saúde Coletiva*, 3(2), (pp. 122-137)
- Machado, M. H. (1996). *Sociologia das Profissões: uma contribuição ao debate teórico*. In Machado, M. H. (Org.). *Profissões de Saúde: uma abordagem sociológica*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, (pp. 198-220)
- Machado, M. H. et alii (1992). Os Trabalhadores de Saúde e o SUS. In *Revista de Administração Pública*, 26, (Abr/Jun).
- Malik, A. M. (1996). Qualidade em Serviços de Saúde nos Setores Públicos e Privados. In *Cadernos FUNDAP*, 9 (Janeiro/Abril), (pp. 85-98)
- Schraiber, L. B. (1993). *O Médico e Seu Trabalho. Limites da Liberdade*. São Paulo: HUCITEC.
- Ribeiro, José Mendes. *Trabalho Médico: Ciência, Arte e Ação na Conformação da Técnica*. Tese de Doutorado. Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, V 1, 1995
- Vaitsman, J. (1989). Corporativismo: Notas para sua Aplicação no Campo Da Saúde. In Teixeira, S. F. (Org.). *Reforma Sanitária em busca de uma teoria*. São Paulo: Cortez Editora, Abrasco, (pp. 139-156).

Níveis de emprego na Zona Franca de Manaus: tendências e desafios contemporâneos

Celso Nascimento
Universidade Gama Filho/IDAAM
celsotor@gmail.com

Resumo: A agenda da sociedade brasileira tem caminhado nos últimos anos para o debate em torno da questão do emprego. Essa agenda é crucial e se conecta não apenas com aspectos conjunturais, relacionados às vicissitudes da política econômica, mas também com aqueles problemas de natureza estrutural, historicamente produzidos. A reestruturação produtiva desencadeou um processo de desterritorialização das fronteiras econômicas. Levando a economia mundial à abertura e à formação de blocos. O declínio da Zona Franca de Manaus se inscreve nesse processo, muitas empresas se deslocaram de Manaus em busca de áreas mais atrativas e outras reduziram cargos e até operações inteiras para evitar a imersão na crise. A Zona Franca de Manaus foi implementada em 1967 pelo Decreto-Lei nº 288. Trata-se de uma área aduaneira de livre comércio e com capacidade instalada para a organização do processo de trabalho industrial, em sua fase final. Este estudo é parte de nossa pesquisa de mestrado e tem como propósito perceber os impactos da reestruturação produtiva no modelo Zona Franca, apontando o índice de desemprego no âmbito local. Este tipo de estudo é importante não só para as ciências econômicas que se ocupa do exame do fenômeno industrial e das questões relativas ao desenvolvimento regional, como também aos Sindicatos dos Trabalhadores Metalúrgicos e Eletroeletrônicos do Amazonas que historicamente, tem participado das discussões sobre o modelo Zona Franca e seus desdobramentos sociais na região. O levantamento de dados foi realizado junto às fontes do DIEESE, Ministério do Trabalho na região e Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos e Eletroeletrônicos do Amazonas. A sua delimitação está circunscrita aos anos de 1990 a 1999, década nevrálgica do declínio do emprego no Amazonas e no resto do país. A partir dos dados levantados procedeu-se à análise do índice de desemprego no âmbito local. O desemprego assumiu formas progressivas na Zona Franca de Manaus desde o início da década de 90, período em que a permanência do trabalhador nas empresas ficou mais reduzida. Pode-se dizer que houve uma queda considerável do emprego em todo o território nacional, enquanto que em 1993 a taxa era de 14,6% em 2001 chegou a 16,6%. Em apenas dois anos (1998 – 2000) o número de trabalhadores sem carteira de trabalho cresceu de 23,5% para 25,5% (IBGE, 2001). O número de empresas localizadas no Distrito Industrial de Manaus, até 1996, era 617. Em 1999, o índice era de 393 empresas e atualmente esse número caiu para pouco mais de 100 fábricas. Os resultados apresentam um índice médio de demissão anual em torno de 7.561 trabalhadores no Pólo Industrial de Manaus, chegando em 1999 com uma taxa anual de 5.797 desempregados. Nos anos de 2003 a 2007 houve um relativo crescimento no nível de emprego em face de estratégias de inclusão social adotadas no governo Lula, momento em que a sobrevivência da Zona Franca de Manaus foi estendida para 2023. Mesmo em face desse aquecimento do emprego não deixaremos de perceber o declínio desse modelo de desenvolvimento. O desemprego, caracterizado pela ausência de relação empregatícia e/ou pela ausência de geração de renda por parte do trabalhador, quer seja no âmbito formal ou informal, priva-o dos meios de subsistência tornando-o um ser desprovido e vulnerável em todos os sentidos. Geralmente, a perda do emprego acarreta sérios problemas aos indivíduos, que vão desde os de ordem psicológica e emocional

até aos problemas sociais como o alcoolismo, a perda da moradia e o submundo da criminalidade. As empresas não se preocuparam em qualificar a mão-de-obra nativa para o mercado de trabalho, esse é um dos fatores que contribuiu para o impacto da reestruturação produtiva no Amazonas. Esta pesquisa mostra que o modelo Zona Franca sob o discurso do propalado desenvolvimento regional deixa uma dívida social sem precedentes para com os trabalhadores, evidenciada num quadro de desemprego que a cada dia assume contornos assustadores, formando um corredor de exclusão social consignado na baixa do nível de vida desta população.

Níveis de Emprego na Zona Franca de Manaus: tendência e desafios contemporâneos¹

Manaus, sede da Zona Franca, está localizada no coração da Amazônia. Elevada à categoria de cidade em 1848, num processo que vinha sendo gestado desde 1669, seu nome presta homenagem aos índios manáos que habitaram o alto rio Negro. Atualmente, a cidade possui cerca de 1.800.000 habitantes (IBGE/2000) distribuídos por 56 bairros, numa área de 15.000 km². É banhada pelo Rio Negro e entrecortada por vários igarapés no coração da floresta amazônica.

Enfocar o tema Zona Franca exige uma boa leitura da sua contextura histórica, para melhor compreensão desse modelo de desenvolvimento regional. A literatura regional sobre este tema tem chamado a atenção para a situação de estagnação econômica do Amazonas, no período pós-produção extrativista que vai de 1920 a 1940, como um dos fatores para a implantação da Zona Franca na cidade de Manaus. Geralmente, esse período é considerado como descaso ou “esquecimento” da região por parte do Estado brasileiro, o que nos leva a pensar que o governo federal estaria se redimindo para com a região acenando com uma proposta de desenvolvimento tardio expresso no modelo Zona Franca.

Do ponto de vista da expansão do grande capital esse discurso não se sustenta, “a tese da opção politicamente incompetente nas escolhas de modelo de desenvolvimento regional não resiste ao cotejamento com as forças que dinamizam a realidade mundial” (SILVA, 2000,p.01). Há muito tempo antes da implantação da zona franca já estavam presentes na região alguns elementos do capitalismo mundial. Por esse motivo ela sempre esteve sujeita às crises do capital internacional, cuja dependência é um dos aspectos para se compreender a crise da economia da borracha. Mais uma vez a região vai estar aberta à expansão do capital sob outras formas, agora nos moldes de um projeto industrial de montagem de produtos semi-estruturados.

A Zona Franca de Manaus foi criada pelo Decreto-Lei nº 3.173 de 06 de junho de 1957. Mas só foi implementada em 1967 pelo Decreto-Lei nº 288. A sua área física abrange 10.000 km² onde foi construído um centro comercial, um distrito agropecuário e um distrito industrial que já chegou a comportar mais de seiscentas empresas nos tempos dourados do capitalismo tardio no Brasil. Toda essa área foi dotada de infra-estrutura necessária para a instalação das empresas havendo, inclusive, áreas destinadas à construção de conjuntos habitacionais para os trabalhadores, que não chegou a ser concretizado.

Trata-se de uma área aduaneira de livre comércio e com capacidade instalada para a organização do processo de trabalho industrial, em sua fase final. É a fase de montagem de produtos, principalmente eletroeletrônicos, para o abastecimento do mercado interno e externo. A singularidade das áreas aduaneiras reside no fato de que essas áreas são reconhecidas e legisladas pela Organização das Nações Unidas. São classificadas em quatro grupos: entrepostos aduaneiros, entrepostos industriais, zonas francas e zonas de trânsito livre. As zonas francas apresentam as seguintes características: proteção fiscal através de isenção de determinados impostos; são portos livres que se confundem com as zonas comerciais; dispõem de perímetros livres – áreas que encontram facilidades para o ingresso de mercadorias destinadas ao consumo da localidade ou região; e os depósitos francos que são pontos de entradas de mercadorias destinadas a países que não possuem portos marítimos (NICÁCIO, 1982).

Esse tipo de modelo de desenvolvimento regional não dispõe de domínio de tecnologia, é um modelo de execução e não de concepção do processo de trabalho. As zonas francas foram criadas para impulsionar o desenvolvimento de regiões pouco desenvolvidas economicamente. Elas estão localizadas em países da periferia do capitalismo como a Zona de Livre Comércio em Iquitos, no Peru, uma outra no Paraguai e a Zona Franca de Manaus, no Brasil, só para situar algumas no continente latinoamericano. A mais antiga da América Latina é a Zona Livre de Cólón, na República do Panamá, criada em 1949.

Esse tipo de modelo de desenvolvimento é normatizado pela ONUDI, órgão da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial que estabelece as seguintes diretrizes para as zonas francas

Isenção total das taxas e impostos por período determinado de tempo, tanto para maquinaria e instalações produtivas como para matérias-primas necessárias à produção. Isenção de impostos sobre sociedade por um período de cinco a dez anos. Isenção temporária ou redução de outros impostos diretos e indiretos, prestações que deva pagar a empresa fora da zona. Liberdade de câmbio exterior e garantia de status idêntico para o futuro, assim como livre repartição dos benefícios até determinado coeficiente. Facilidades financeiras tais como a concessão de créditos a curto, médio e longo prazo, em condições vantajosas, quando forem necessários para construção de indústrias, incluída a construção de edifícios não destinados à produção. Tarifas especiais para os serviços de transportes entre a zona franca e o porto ou aeroporto, assim como concessões tais como aluguel de terrenos e edifícios e outros serviços. Possibilidades de alugar ou comprar fábricas e edifícios de oficinas já edificadas. Presença de oficinas de manutenção, reparo, cantinas, instalações médicas e sanitárias, serviços de correio e telégrafos, bombas de gasolina, empresas de transporte e expedição, agência de seguros, instalações desportivas e para o lazer, etc. (Fonte: PINTO, 1986, p.26)..

¹ Celso Augusto Tôrres do Nascimento é economista, Mestre em Sociologia do Trabalho (UFAM). Professor da Universidade Gama Filho/IDAAM.

A ONUDI também sugeriu que as zonas francas possuíssem um órgão autônomo que pudesse coordenar as suas atividades. Surge, então a Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, que irá gerenciá-la e permitir às empresas todas as condições necessárias ao seu funcionamento.

Criou-se, então, na Amazônia Ocidental, um espaço que lhe permitiria integrar-se e/ou inserir-se na divisão internacional do trabalho de forma explícita:

Na produção parcial, as fábricas situadas nos distritos industriais estão integradas de forma vertical a uma organização empresarial transnacional e sua função é terminar ou montar produtos semielaborados ou mercadorias acabadas. (PINTO, 1986, p. 2–3).

Há na verdade, uma dependência tecnológica relativa à concepção e gestão do processo de trabalho que é centralizado nas matrizes empresariais. Essas indústrias-mãe localizadas em vários países enviavam às suas filiais em Manaus produtos prontos e acabados, simplesmente para serem montados, daí o rótulo pejorativo de “maquiadoras” que as empresas locais receberam.

Pinto (1986), entende que as vantagens alfandegárias constituíram-se num atrativo importante que colocaram em curso um processo migratório de fábricas para a cidade de Manaus. Acrescente-se a isto a abundância de mão-de-obra barata que a região oferecia, uma espécie de terreno moldado para se estabelecer a divisão sexual do trabalho.

A composição da força de trabalho nas fábricas do Distrito Industrial de Manaus era majoritariamente de mulheres. A preferência das empresas pela mão-de-obra feminina vai estar

Relacionada a determinados atributos que foram construídos culturalmente e atribuídos ao caráter feminino, como por exemplo, a habilidade manual, a paciência para o trabalho rotineiro, o cuidado, a atenção, a delicadeza, a docilidade, a obediência à disciplina (PINTO. In: *Jornal do Comércio* de 09/03/1986).

Há na verdade uma feminilização do trabalho nas indústrias do pólo eletroeletrônico que, baseada na chamada mística feminina, requisitou abundantemente a força de trabalho feminina para o manuseio de peças finas de montagem de produtos semi-estruturados. Some-se a isto o fato de que o trabalho feminino rende mais para o capital não só porque é mal remunerado, mas também porque não “necessita” de investimento dirigido ao treinamento e qualificação profissional. Na lógica capitalista as mulheres possuem habilidades naturais de acuidade e perfeccionismo que dispensam a qualificação profissional.

Retomando a discussão da reestruturação produtiva pode-se dizer que esse movimento colocou em curso um processo de desterritorialização das fronteiras econômicas, levando a economia mundial à abertura e à formação de blocos. As empresas transnacionais são compelidas a buscar outros territórios mais atrativos para poderem acompanhar a competitividade de mercado. A tendência atual de constituição de blocos econômicos por continente, leva as empresas a deslocar suas filiais para países que possuem protecionismo mais forte em termos de concorrência intercapitalista. De acordo com Singer (1998, p.18),

Muitos autores críticos contestam a tendência à descentralização do capital, com o argumento de que esta é apenas formal e que, ao contrário, o controle financeiro das empresas está se centralizando cada vez mais, através de sucessivas ondas de fusões e aquisições.

É claro o propósito das empresas afiliadas no que diz respeito à lucratividade vocacional da acumulação capitalista. Quando os resultados econômico-financeiros não são satisfatórios, o fechamento dessas filiais e sua transferência para outros países segue um processo natural. Singer (1999, p. 35), é convincente ao afirmar que

O oligopólio, a grande empresa capitalista clássica, multinacional, transnacional(...), estão se descentralizando, estão ficando menores, porém, criando ao seu redor uma rede de pequenas e médias empresas filiadas, subcontratadas, algumas vezes, com posse cruzada de ações. Isso é uma novidade.

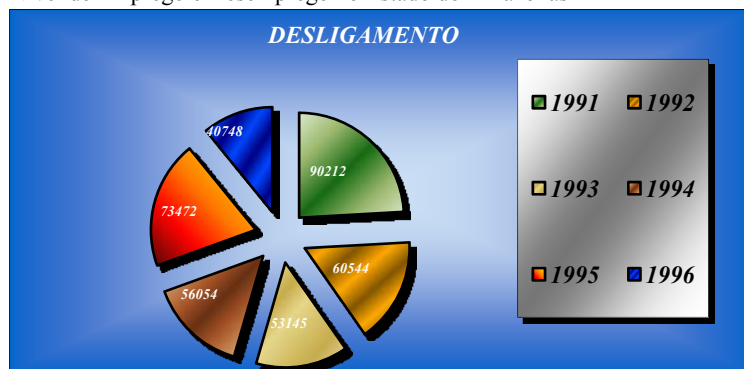
É possível que a Zona Franca de Manaus esteja caminhando para a sua desagregação não só porque fora impactada pela reestruturação produtiva, mas também porque já cumpriu o seu papel histórico. Lembre-se que as zonas francas são projetos normatizados pela Organização das Nações Unidas (ONUDI é o órgão da ONU para o desenvolvimento industrial), voltados para “socorrer” as regiões mais subdesenvolvidas do mundo. Esse foi o caso da Amazônia brasileira, Panamá, Quito, Paraguai dentre outros países. Hoje, a realidade amazônica é outra bem diferente daquela do pós-declínio da economia da borracha.

Não se pode deixar de reconhecer que a reestruturação produtiva afeta as regiões de modo diferenciado. No caso da Zona Franca de Manaus autorizada a funcionar até o ano de 2023, pode-se perceber sinais inequívocos de inflexão no que tange à manutenção do nível de emprego para os trabalhadores amazonenses em relação à PEA (População Economicamente Ativa) deste Estado.

O fausto da riqueza e do propalado desenvolvimento deixa uma dívida social sem precedentes para com os trabalhadores, evidenciada no quadro de desemprego que a cada dia assume contornos assustadores, formando um corredor de exclusão social consignado na baixa do nível de vida desta população.

A década de 90 apresenta indicadores de desemprego dos mais perversos. Os períodos de permanência do trabalhador nas empresas ficaram cada vez mais reduzidos. As grandes empresas reduzem atualmente cargos e até operações inteiras para evitar a sucumbência e imersão na crise. As estatísticas do nível de emprego e desemprego oriundos de fontes como o Ministério do Trabalho e DIEESE (Departamento Intersindical de Estudos e Estatística Sobre Emprego), mostram o comportamento do mercado em relação aos índices de exclusão e inclusão da PEA amazonense nos anos de 1990.

Gráfico 1
Nível de Emprego e Desemprego no Estado do Amazonas



Fonte: Ministério do Trabalho/IPEA. Rio de Janeiro, 1997

Gráfico 2
Variação do Nível de Emprego



Fonte: Ministério do Trabalho/IPEA. Rio de Janeiro, 1997

A retração do nível de emprego formal no Amazonas atinge praticamente todos os setores da economia, com fortes impactos na indústria de transformação que dispõe de incrementos tecnológicos, atingindo também outros setores e postos de trabalho. Singer (1998, p.118), indica que “a demanda por trabalhadores está se retraindo em setores beneficiados por inovações tecnológicas, entre as quais se destaca a indústria, mas que incluem indubitavelmente boa parte do terciário”.

A demonstração gráfica dos dados comparativos da situação dos postos de trabalho e do nível de emprego e desemprego nos vários setores da economia local, revelam que a capital Manaus é a grande responsável pela economia de todo o Estado do Amazonas.

Os dados sobre admissão e demissão de trabalhadores no período de fevereiro de 1998 a janeiro de 1999, mostram que o setor de serviços foi o que mais empregou e desempregou pessoal nesse período. Em seguida aparece o setor industrial e o comércio. Os últimos dados relativos ao mês de abril de 1999 dão conta de que em todo o Estado, o índice de admissão de trabalhadores correspondeu a 4.430, enquanto que o desligamento apresentou um percentual bem superior correspondente a 6.175, compondo um saldo de -1.745 e uma variância de -1.09 do nível de emprego (DIEESE, 2000).

Embora o impacto da reestruturação produtiva sobre o emprego atinja todos os setores da economia como o extrativismo mineral, a construção civil, os serviços dentre outros, é o setor industrial que sofre maior retração, pois

Os robôs, o computador e a comunicação por satélite estão eliminando milhões de empregos no mundo inteiro e de nada adianta se lamentar por eles. Estes ganhos de produtividade beneficiam a todos e seria uma luta inglória tentar barrar o

progresso técnico para manter seres humanos fazendo coisas que máquinas fazem mais barato ou melhor (...). O perverso nisso é que os capitais estão se deslocando para as áreas em que o custo da força de trabalho é menor, onde não existem os benefícios consagrados em convênios internacionais, o que agrava a perda de empregos nos países em que os direitos trabalhistas existem e são respeitados (SINGER, 1998, p.118).

Em 1975 o parque industrial de Manaus possuía um número de 47 empresas implantadas e 12 em processo de implantação, perfazendo um total de 59 empresas. Vinte anos depois esse quadro ampliou-se extraordinariamente para 600 empresas implantadas e 132 em processo de implantação, perfazendo um total de 732 empresas. Aos poucos algumas dessas empresas entraram em processo falimentar a ponto de em 1999 existir somente 393 empresas, conforme dados obtidos junto à Suframa (2000). Do mesmo modo, a mão-de-obra teve uma performance de crescimento de 1975 até 1994 fantástico de 158.570 empregos em 1994, mas depois desse período houve uma queda fragorosa chegando a 108.165 mil empregos em 1999. Veja essa performance no quadro seguinte.

Quadro 1
Oscilação do número de empresas e de mão-de-obra no Distrito Industrial de Manaus

Anos	Nº de Empresas Implantadas	Nº de Empresas em Implementação	Total de Empresas	Total de Mão-de-Obra	Crescimento da Mão-de-Obra
1975	47	12	59	17.372	—
1979	184	46	230	37.226	114,21
1983	218	48	266	51.115	37,31
1987	332	74	406	98.004	31,73
1988	346	126	472	95.014	-3,95
1989	577	120	697	137.113	44,31
1990	617	99	716	132.272	-3,53
1991	602	207	809	148.677	12,41
1992	462	229	691	154.192	3,71
1993	514	172	686	151.159	-1,07
1994	543	176	719	158.570	4,91
1995	600	132	732	154.191	-2,77
1996	617	132	749	152.104	-2,35
1997	601	110	711	148.290	-2,61
1998	413	101	534	121.843	-17,63
1999	393	499	499	108.165	-11,23

Fonte: SUFRAMA, 2000

É a partir da abertura da economia brasileira em 1990 que começa a deslançar o processo ostensivo de demissões nas empresas do Distrito Industrial de Manaus decrescendo, consideravelmente, o nível de emprego em todo o Estado do Amazonas. Pochmann e Santos (1996, p. 215) consideram que

A abertura comercial, que promoveu uma grande exposição da economia nacional à concorrência internacional, as pressões políticas para a melhoria das condições de competitividade da economia e das empresas do país tornaram-se evidentes. As dificuldades de enfrentar a concorrência internacional foram ainda mais acentuadas pela política de sobrevalorização da moeda nacional após o Plano Real e logo depois agravadas pela elevadíssima taxa de juros e pela recessão.

O governo brasileiro se rendeu à política neoliberal de forma subserviente. As políticas governamentais contribuíram para o aumento do desemprego e para o salto exagerado da dívida externa, sobretudo no último mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. A dívida externa cresceu 65,69% desde 1994, ano de implantação do Plano Real. O país gastou US\$ 70,05 bilhões com o pagamento de juros da dívida externa, entre 1994 a junho de 2000. A prática de usar recursos estrangeiros para cobrir compromissos internacionais foi a principal responsável pelo aumento da dívida externa que passou de US\$ 145,66 bilhões para US\$ 241,4 bilhões, entre dezembro de 1993 a maio de 2000 (CF Folha de S Paulo de 05.09.2000). A estrutura de poder no Brasil, nas duas últimas décadas, não conseguiu gestar uma política que pudesse fazer frente aos efeitos da crise, sobretudo no que diz respeito à questão do desemprego, que promove a exclusão de parcelas consideráveis das classes trabalhadoras.

O modelo neoliberal prevê a flexibilização do mercado de trabalho no sentido de estabelecer cortes nos gastos com a força de trabalho, na medida em que promove a “eliminação de encargos sociais, de redução do custo do trabalho e, enfim, da redução do chamado Custo Brasil” (POCHMANN e SANTOS, 1996:211). Ora, para cortar gastos é necessário implantar medidas sociais que garantam minimamente a sobrevivência das classes subalternas excluídas do processo produtivo. Ao contrário, o que se percebe é a diminuição de verbas dirigidas à proteção social por parte do Estado brasileiro.

Muitos países que passaram pela experiência de reestruturação produtiva – e diga-se, bem anterior que o Brasil – procuraram gestar alternativas para os seus problemas emergenciais. A Inglaterra, por exemplo, conforme acentua Beynon (1995), mesmo após o fechamento das minas de carvão e o aumento do desemprego, manteve um certo investimento nos mecanismos de política do Estado de Bem-Estar Social, que atende aos desempregados e àqueles que se situam abaixo da linha da pobreza.

No que diz respeito ao índice de demissão na Zona Franca de Manaus os dados obtidos junto ao Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do Amazonas em 2000, mostrados no quadro 2 e gráficos 3 e 4, revelam que em 1995 o índice correspondeu a 6.247 trabalhadores. Em 1996 foi de 7.561; os três primeiros meses de 1997 já apontavam um índice de 1.941 demissões, assim como nos dois primeiros meses de 1998 as demissões apresentavam um índice de 2.229 trabalhadores. Em 1999 o quadro de demissões ostentou um número de 5.797, conforme gráficos e quadro a seguir:

Gráfico 3
Rescisão de contrato de trabalho de mulheres/ 1995



Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do Amazonas, 2000

Gráfico 4
Rescisão de contrato de trabalho de homens/1995



Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do Amazonas, 2000

Quadro 2
Índice de demissões de homens e mulheres/1995

meses	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	total
Nº de demissões (mulheres e homens)	3378	5501	4486	4427	4444	7752	2249	5500	4425	4428	6658	9999	6.247

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do Amazonas, 2000

Nos anos 90 houve uma queda considerável do nível do emprego em todo o território nacional. Enquanto em 1993 a taxa era de 14,6 % em 2001 chegou a 16,6%. A informalidade também cresceu de 44,4% do total de ocupados em 1993, para 47,3% em 2001. Em apenas dois anos (1998 – 2000) o número de trabalhadores sem carteira de trabalho cresceu de

23,5% para 25,5% (PME/IBGE, 2001). Os índices de desigualdade social colocam o Brasil na quarta pior distribuição de renda do mundo, superando apenas a Suazilândia, Nicarágua e África do Sul.

No decurso dos anos 90 foram desarticulados 3,2 milhões de postos de trabalho formais, segundo dados do CAGED - Lei 4923/65 do Ministério do Trabalho e Emprego. Fontes como o IBGE/2001 e DIEESE/2001 dão conta de que cerca de 55% dos brasileiros que trabalham nas grandes cidades estão inseridos em algum tipo de informalidade, grande parte não possui registro e garantias mínimas como seguro-desemprego e FGTS. Isto significa dizer que três em cada cinco brasileiros ativos das grandes cidades estão ou desempregados ou na informalidade. De acordo com a Datafolha (2000), cerca de 24 milhões de trabalhadores brasileiros não contribuem para a Previdência Social, para o FGTS ou qualquer outro fundo de contribuição dos ocupados.

O Brasil tinha em abril de 1999 somente 18,3 milhões de assalariados regidos pela CLT contribuindo para o INSS e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, segundo o GFIP/2000 (Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social). Se considerarmos a população de mais de 160 milhões e a PEA superior a 70 milhões, este é um índice extremamente baixo.

A situação social dos trabalhadores brasileiros agravou-se profundamente na década de 90, pois com o crescimento mediano da nossa economia aliado à concentração da renda, houve elevação da pobreza e da miséria. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA/1999), cerca de 35% da população brasileira (57 milhões) estão abaixo da linha de pobreza e de 16 a 17 milhões vivem em condição de miséria absoluta.

Um índice considerável de trabalhadores brasileiros recebe proventos em forma de salário mínimo¹¹. São mais de 21% dos ocupados que recebem até o salário mínimo e 18,7% que recebem entre um e dois salários mínimos (IPEA/1999). Os trabalhadores que recebem até um salário mínimo concentram-se no setor de prestação de serviços e os que recebem um salário mínimo estão inseridos no trabalho agrícola, doméstico e autônomo.

Deve-se reconhecer que este quadro nacional reflete-se na baixa capacidade de organização dos trabalhadores desta faixa salarial. Estes trabalhadores são pouco representados por sindicatos, centrais sindicais e partidos populares. É praticamente nula a participação desse segmento ativo nos sindicatos e centrais sindicais (MATTOSO, 2000).

Não se pode deixar de reconhecer que as mudanças ocorridas no âmbito do trabalho debilitaram os sindicatos. A ação sindical foi restringida pelas profundas transformações processadas na estrutura produtiva, que contribuiu para a redução dos espaços de negociação setoriais e nacionais. As centrais sindicais com reduzidos espaços de negociação nacional não unificam ações, pautando-se apenas numa política defensiva.

O projeto de ações propositivas das Câmaras Setoriais que os sindicatos e a Central Única dos Trabalhadores – CUT estavam construindo, foi interceptado pela onda de desemprego e o elevado nível de precarização das relações de trabalho progressivamente intensificado desde 1989. Passada a perplexidade da crise, a CUT recobra os sentidos e passa a construir uma política mais agressiva de geração de renda, consubstanciada no cooperativismo e economia solidária. Mas isto ocorreu concretamente só a partir de 1998, conforme veremos mais adiante.

O desemprego, caracterizado pela ausência de relação empregatícia e/ou pela ausência de geração de renda por parte do trabalhador, quer seja no âmbito formal ou informal, priva o sujeito dos meios de subsistência tornando-o um ser desprovido e vulnerável em todos os sentidos. Geralmente, a perda do emprego acarreta sérios problemas aos indivíduos, que vão desde os de ordem psicológica e emocional até aos problemas sociais como o alcoolismo, a perda da moradia e o submundo da criminalidade.

A reestruturação produtiva exerceu um efeito abrupto sobre a força de trabalho sobretudo aos trabalhadores do Parque Industrial de Manaus. As empresas não assumiram uma postura ética voltada para a responsabilidade social. Elas não qualificaram os trabalhadores para o mundo do trabalho, preparando-os para enfrentarem as possíveis crises no processo produtivo. Ao contrário, as empresas da Zona Franca de Manaus “arrancaram” os trabalhadores dos seus locais de origem, deslocando-os totalmente de seus referenciais de trabalho. Não existem mais seringais como fonte de emprego e renda e os incentivos fiscais para a produção agrícola são incipientes e de difícil acesso aos trabalhadores rurais que nem sempre dispõem de comprovante de renda.

É assim que, atualmente, a história impõe ao Estado brasileiro um “resgate” desta dívida social, através de uma política compensatória de qualificação e requalificação profissional financiada pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Ocorre que essas medidas tardias de treinamento profissional não resolvem o problema do desemprego. De acordo com Singer (1998, p.119), o “aumento da qualificação não induz os capitais a ampliar a demanda por força de trabalho, pois esta depende basicamente do crescimento dos mercados em que as empresas vendem seus produtos”.

Em outras palavras, a qualificação profissional nesse contexto de transformações do mundo do trabalho, não resolve o problema dos trabalhadores coletivamente. Além disso, o tipo de política de qualificação profissional implementada pelo Ministério do Trabalho, via recurso do FAT, está longe de trazer benefícios de emprego aos trabalhadores. Ao que parece, tem sido basicamente um empreendimento para tirar o Brasil do ranking dos países que possuem uma população analfabeta e sem qualificação para o trabalho. Os estudos de Valle (2000, p. 252), revelam que foram “investidos R\$ 50 milhões, em 1996/1997, por meio dos Planos Estaduais de Qualificação e Parcerias Nacionais e Regionais em cursos de qualificação profissional”.

¹¹ Em 2005 o valor do salário mínimo foi reajustado para R\$ 300,00.

Na verdade, a qualificação maior interessa ao trabalhador individual para obter uma vantagem na luta por emprego, “mas só traria vantagens ao trabalhador em conjunto se fosse possível negociar escalas de salários que remunerassem melhor os de mais qualificação, sem reduzir o ganho dos menos qualificados” (SINGER, 1998, p.20). A nosso ver essa possibilidade ficaria inviabilizada pelo contrato coletivo de trabalho, pois demandaria auferir valores salariais diferenciados dentro de uma mesma categoria, às vezes até no mesmo posto de trabalho.

Resta aos trabalhadores tomar iniciativas próprias para garantir a sobrevivência, não esperando por iniciativas miraculosas de elevação do emprego por parte do Estado. A iniciativa cooperativa ressurge nesse cenário, com grande potencial de gestão do próprio trabalho por parte dos trabalhadores. No capítulo seguinte destacar-se-á o trabalho cooperativo como uma das possíveis estratégias de sobrevivência que pode dar certo neste país.

Referências

- IPEA, (1989) Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. São Paulo.
- Pinto, Ernesto Renan Freitas.(1986). Como se produzem as zonas francas. Belém: NAEA
- Pochmann, Márcio e Santos, Anselmo Luis dos. O custo do trabalho e a competitividade internacional. IN: Oliveira, Carlos Eduardo Barbosa e Mattoso, Jorge Eduardo Levi (Orgs).(1996) Crise e Trabalho no Brasil: Modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Scritta.
- Silva, Marilene Corrêa da (2000). Metamorfoses da Amazônia. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000.
- Singer, Paul. (1998^a) Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto.
- Singer, Paul.(1998b) Luz antes do fim do túmulo.In: GUIMARÃES, Gonçalo (coord). Ossos do Ofício: cooperativas populares em cena aberta. Rio de Janeiro: Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Singer, P (1999). A crise das relações de trabalho.In: Nabuco, Maria Regina e Carvalho Neto, Antonio (orgs). Relações de trabalho contemporâneo. Belo Horizonte. IRT (Instituto de Relações de Trabalho) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
- Valle, Maria Izabel de Medeiros. (2000). Globalização e reestruturação produtiva: um estudo sobre a produção off-shore em Manaus. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Os assistentes sociais o saber que mobilizam e a construção da autonomia nos processos de interacção social.

Berta Granja
Instituto Superior de Serviço Social do Porto
berta.granja@issssp.pt

Resumo: Esta comunicação apresenta um trabalho de investigação sobre a actividade profissional dos assistentes sociais exercida nos quadros de instituições/organizações que desenvolvem uma determinada política social e que têm por objectivo a satisfação de necessidades sociais, reconhecidas e legitimadas pela afectação de recursos sociais diversos.

Mas estudar a actividade dos assistentes sociais não se esgota na avaliação das políticas que desenvolvem e nos resultados que obtêm. Por isso o trabalho de investigação realizado procura compreender as acções profissionais como recriação e construção permanentes e não pretender prescrever o que os profissionais devem fazer à luz do conhecimento científico acumulado sobre o social.

Considera-se que o profissional é um sujeito com autonomia para exercer a actividade, o que significa ser capaz de seleccionar, escolher e reorganizar a actividade para definir intenções e sentidos para gerir as prescrições, estabelecer as estratégias profissionais aqui consideradas como as decisões calculadas para agir nas relações de força existentes, ultrapassar os constrangimentos para agir de forma autónoma e utilizar as hipóteses possíveis da acção.

O saber profissional é pois entendido numa perspectiva antropológica como um saber para agir que se reproduz socialmente para exercer papéis e poderes sociais, interagir no seio de relações sociais. Este saber mobiliza uma estrutura sócio-cognitiva que integra capacidades individuais e do grupo profissional, estabilizadas em organizações mentais comunicáveis e transferíveis, que exigem um grau elevado de consciência e são aplicáveis em situações concretas.

Introdução

Esta comunicação parte da consideração que o saber de acção dos assistentes sociais é aplicado em situação social e relacional, que se realiza num meio ambiente concreto e sempre na relação com grupos sociais e humanos¹ que devido a

¹ CROZIER refere-se aos problemas que se põem na vida profissional que não podem ser tratados como simples problemas de natureza técnica. «Existe [...] uma categoria de problemas que não pára de crescer, os que correspondem a transformações radicais que impõem rupturas no quadro de relações humanas complexas em que o aspecto humano é muitas vezes negligenciado.» (CROZIER, M 1995:113)

situações de exclusão ou fragilidade social não conseguem de forma autónoma satisfazer as suas necessidades humanas, em virtude de o seu poder, recursos e energia para acção estarem empobrecidos e enfraquecidos. O profissional de serviço social, integrado em organizações públicas ou privadas, prestadoras de serviços no âmbito das políticas sociais, utiliza e articula os sistemas sociais existentes, cria e gere serviços.

Ao contrário de outros grupos profissionais que no âmbito de políticas sociais atendem necessidades específicas, como a saúde, a educação, o apoio nas situações de deficiência, a especificidade do profissional de serviço social é atender às necessidades globais, em contextos concretos quotidianos onde dominam fortes regularidades sociais, mas ao mesmo tempo onde é impossível identificar com rigor todas as variáveis das situações e onde o imprevisível acompanha inevitavelmente as dinâmicas e os processos de acção. Mesmo quando integrado em instituições que atendem necessidades específicas como um hospital ou uma escola, o seu trabalho dirige-se para outras necessidades de recursos diversificados, sociais, materiais, culturais, relacionais ou de informação.

Os assistentes sociais analisam e interpretam a situação total que envolve as pessoas, avaliam as relações de força existentes, os recursos e fragilidades, os factores que estão na origem dos problemas². Utilizam a sua margem de autonomia para, com base nas normas, procedimentos e recursos instituídos e disponibilizados pelas políticas sociais³ desenvolverem a sua actividade sócio cognitiva para inventar, gerir e usar os meios para resolver os problemas profissionais - o saber agir profissional que lhes confere uma identidade e que os distingue de outros grupos profissionais.

2 -O saber de acção dos assistentes sociais

Ser profissional significa ser detentor de um saber específico de grupo para resolver problemas também específicos. Por isso o saber agir profissional como estrutura sócio-cognitiva própria do grupo é uma componente intrínseca às formas de identidade profissional, para agir, reconhecer a sua utilidade social, demarcar-se na divisão sócio técnica do trabalho.

O saber de acção dos assistentes sociais exige esquemas conceptuais de síntese construídos por saberes múltiplos e transversais que são articulados com as múltiplas experiências adquiridas e testadas e formam as estruturas sócio cognitivas profissionais, muitas delas de nível inconsciente. Na complexidade da actividade da acção, não é possível ter acessíveis no consciente racional, todos os esquemas mentais necessários para enfrentar a incerteza, instabilidade, singularidade e conflito de valores, sob pena de paralisar a acção.

A construção das formas identitárias profissionais não podem ignorar os processos subjectivos da incorporação de saberes adquiridos na formação, a selecção das experiências para construção dos repertórios, bem como os contextos de prática, a evolução dos problemas de acção profissional, as interacções com as populações, actores diversos, com os pares e outros profissionais nos processos de divisão social do trabalho.

Os problemas das populações seus contextos e factores que os determinam são considerados a matéria-prima incontornável das formas identitárias profissionais e condicionam a acção dos assistentes sociais: pelos recursos que são disponibilizados ou não; pelas regulações formais da actividade que desenvolvem; pelos objectivos políticos da sociedade em que actuam, pelas condições objectivas de desenvolvimento social e económico.

O exercício da profissão depende dos esquemas operacionais que o profissional é capaz de formular antes de agir onde recontextualiza, adapta e combina saberes, toma decisões subjectivas, com origem nas interacções que promove e em que participa com todas as suas estruturas racionais, cognitivas, afectivas conscientes e inconscientes em que se evidenciam as seguintes características:

Inscrevem-se em acontecimentos localizados e contextualizados, em situações experimentais que de cada vez têm que ser reaprendidas e sempre recomeçam em contextos e circunstâncias diversas, por isso exigem adaptação, avaliação de situações, invenção de soluções múltiplas e plurais;

Situam-se em contextos pouco estruturados, contraditórios, paradoxais, com níveis de incerteza elevados, pois podem sempre surgir variáveis e relações de forças que se desconhecem e se podem revelar determinantes para influenciar o curso da acção. Mas ser profissional implica tomar decisões sem conhecer todos os parâmetros de diagnóstico, sem controlar todas as condições, sem conhecer todas as regularidades, nem determinar todos os efeitos a produzir, nem sequer dispor de técnicas e metodologias com estabilidade, dada a necessidade de adaptação;

Desenvolvem-se em sistemas de interacção, no cruzamento de relações sociais diversas, quase sempre conflituais, marcadas pelas particularidades da situação relacional onde coexistem diversas subjectividades e se articula colectivo/individual, objectivo/subjectivo, e por isso se jogam emoções e sentimentos;

² CROZIER, M (1995) propõe que as soluções para os problemas profissionais sejam procuradas nos problemas e não fora deles, o que relativamente ao serviço social é muito ajustado, porque nada pode ser pensado se as pessoas que têm os problemas forem excluídas das soluções.

³ Considera-se política social o conjunto de decisões e medidas que visam o bem-estar e a satisfação de necessidades consideradas básicas das populações ou de grupos específicos, tomadas em função de valores e direitos, recursos necessários e disponíveis e nível de qualidade de serviços. A sua concretização exige definição de objectivos, profissionais especializados e meios adequados, mecanismos de tomada de decisão, sistema de avaliação de resultados. Podem emanar dos diferentes níveis da estrutura social, no caso português da EU, do estado, das autarquias, das associações e organizações em geral.

As situações sociais problemáticas⁴ são muitas vezes intrigantes e aparentemente sem sentido pela subjectividade que os actores transportam para a acção mas onde pesam as regularidades sociais que explicam e interpretam os problemas e as suas origens;

A acção profissional dos assistentes sociais está condicionada e muitas vezes prescrita pelas políticas sociais, macro e micro, a acção é socialmente significativa porque aborda contextos e problemas que preocupam a sociedade, influencia percursos de vida individuais e colectivos, o sofrimento ou bem-estar de seres humanos concretos e tem reflexos na sociedade em geral, envolvendo elevados recursos públicos e privados, sempre escassos para a amplitude dos problemas.

Os profissionais precisam de encontrar uma base comum para exprimir a sua maneira de agir, compreender e explicar as dificuldades ligadas às condições de produção da intervenção social que lhes permita conhecer e transformar a prática, essa base comum é a forma identitária profissional aqui caracterizada pelo saber profissional, suportado por uma estrutura sócio cognitiva.

Mas as formas identitárias, mesmo as profissionais, são contingentes, só provisoriamente podem ser estabelecidas. Sem dúvida, nos processos de construção da identidade profissional intervêm factores externos provenientes das condições objectivas, os porta identidade de que nos fala KAUFMANN (2004), como sejam as prescrições normativas, as necessidades sociais que legitimam a profissão, as relações sociais no seio das quais se exerce a actividade, a influência dos actores colectivos, a formação e ainda os processos subjectivos que dependem das opções, da selecção feita pelos indivíduos relativamente às referências disponíveis sobre a forma como querem ser profissionais e que emergem da dinâmica contínua do grupo profissional, das suas interacções concretas relacionais, por isso fluidas e incertas, dependentes de inúmeras variáveis e condições de causa e efeito que se inter influenciam mutuamente. No entanto são estruturantes para os processos elementares de construção de referências de identificação, a partir da acção no campo profissional⁵, e podem assumir manifestações de autonomia, de inovação mas também de conformismo, de paralisação ou mesmo de demissão.⁶

DUBET (2002) refere os sectores profissionais, como o trabalho social, cuja actividade tem grandes margens de improvisação, num domínio atravessado pelos dramas quotidianos de existências destruídas e fragilizadas como sectores ainda pouco estruturados, com enquadramentos institucionais frágeis, que não se constituem ainda como actores sociais fortes.

O conceito de “capa” de KAUFMANN (2004) é um conceito rico para a explicação e compreensão do fenómeno identitário profissional. A identidade é neste caso uma cobertura que confere ao profissional uma evidência de si e lhe permite ter segurança para agir como, assumir a actividade profissional esperada e responsabilizar-se por ela e pelos seus resultados. Corresponde a caracteres, disposições, comportamentos, linguagens, formas de interpretações dos problemas e articulação dos formas de fazer na acção profissional para construir as respostas que o profissional utiliza para tornar a sua especificidade profissional visível para os outros e para si próprio, como vimos, garante a plataforma de segurança necessária e a energia individual e distribuída⁷ para o agir profissional. Sem essa identidade assumida o profissional paralisa, desresponsabiliza-se, perde a autonomia própria de que um profissional precisa para se afirmar como tal.

As mudanças de normas, de modelos de intervenção e mesmo da terminologia provocam uma permanente desestabilização das referências que permitiam apelar para sistemas simbólicos anteriores e por isso impõe a construção de novos sistemas. Nas situações profissionais em que os problemas estão interligados entre si, onde o meio ambiente é turbulento e o futuro indeterminado, o profissional tem que imprimir uma direcção a esse futuro. Isto pressupõe capacidades para, no momento da acção, tomar decisões a partir de combinações de abordagens múltiplas que permitam planificar um futuro desejável e encontrar os meios para que se realize.

Devido ao contexto sócio económico de racionalização das despesas públicas e da tendência crescente para a individualização da intervenção social, as lógicas que estão subjacentes à actividade profissional sofrem transformações profundas: acentua-se a procura de resultados objectivos e quantificados em áreas onde as mudanças e os resultados dependem de dinâmicas dificilmente controláveis; avaliam-se graus de competência e eficácia com base em resultados que demonstrem objectivos atingidos em situações dificilmente quantificáveis e verificáveis; estabelecem-se prazos, cumprimento de etapas, em períodos de tempo limitados por projectos, enquanto os processos de mudança social e individual são longos e dependentes de condições estruturais que permanecem inalteradas. O profissional convive com motivações, interesses, necessidades, expectativas e lógicas de acção que podem completar-se ou confluir, sobrepor-se ou opor-se nas relações sociais presentes na intervenção.

Outra tensão permanente é a situação paradoxal vivida pelos profissionais no quotidiano numa dualidade permanente «de estar entre dois», num contexto de crise e mutações sociais, como bem afirma Autès (1999).

Esta dualidade permanente é uma marca estruturante e manifesta-se nos diferentes aspectos da actividade profissional: entre as finalidades das políticas, das instituições que as aplicam e das populações que são abrangidas⁸, entre as

⁴ SCHÖN (1996) refere as dificuldades da construção do conhecimento nestas áreas e afirma: «Si le modèle de la science appliquée est incomplet, s’il ne peut pas expliquer la compétence pratique dans les situations “divergentes” [...]. Recherchons donc à sa place une épistémologie de l’agir professionnelle face à des situations d’incertitude, d’instabilité, de singularité et de conflits de valeurs» (SCHÖN 1996, p. 205).

⁵ DUBAR (1997) refere a campo da intervenção social como um campo de imensa complexidade, com empilhamento de dispositivos, com sobreposição de competências e multiplicação de procedimentos.

⁶ Réussir à ce que les caractères objectifs passent du statut de contraintes à celui de ressources exige une compétence particulière, qui ne peut pas être établie que lorsque le travail identitaire suit certaines modalités précises.» (KAUFMANN, 2004: 92)

⁷ BOTERF (2003) refere a cognição distribuída relativamente ao saber profissional, este conceito poderá ser importado para a questão da identidade profissional.

⁸ Esta dualidade pode mesmo apresentar dilemas éticos como refere PEMAN (2004) porque as situações podem apresentar conflitos de valores.

competências atribuídas por instituições e políticas e as que são desejadas pelos profissionais; entre as diferentes dimensões dos papéis que assumem e sua especificidade no confronto inter profissional; entre as margens de manobra para a acção quotidiana abertas nas instituições e as regulações do campo da política social; entre um estatuto que pode ser desvalorizado pelo tipo de intervenção social que executa junto de populações frágeis e vulneráveis, e o seu poder real, mesmo que seja um micro poder, junto dessas populações; entre os saberes necessários provenientes das ciências sociais e a imposições do senso comum presentes em toda a acção humana; entre as suas perspectivas de evolução social e a força das determinações sociais e estruturas sociais sempre presente; entre os recursos escassos disponíveis para a resolução dos problemas e a sua racionalização e a amplitude das carências a que precisam responder; entre o tempo limitado e prescrito e as dinâmicas imprevisíveis dos processos sociais.

3 - Conhecimento e possibilidade do agir - a tensão entre o saber e o poder

Os profissionais confrontam-se com a pertinência do seu saber diante da grandeza dos problemas e acham-no sempre insuficiente para uma prática que se exerce na complexidade das relações sociais, na instabilidade, na particularidade e no conflito de valores. Os sentimentos de ignorância e a fragilidade das teorias para ajudar a acção estão sempre presentes e os espaços de reflexão e crítica sobre a acção profissional são reduzidos.

Confrontam-se igualmente com o facto de a sua actividade profissional se desenvolver ao sabor das políticas sociais, com reduzida possibilidade de influenciar mudanças sociais significativas. As mudanças possíveis dependem das relações de força estabelecidas, da capacidade dos movimentos sociais para influenciarem o rumo das histórias individuais e colectivas, das possibilidades de acção colectiva das populações e dos seus níveis de consciência individual e colectiva sobre a origem dos problemas, sobre a interpretação dos factores causais e sua valorização.

A actividade profissional está sujeita a erros e à ineficácia, como toda a acção humana. Mas no momento da acção, o profissional, apesar desta desestabilização e das incertezas, tem que escolher e definir estratégias, tomar decisões a partir de combinações múltiplas e lógicas diversas e efectuar procedimentos. É necessário planificar um futuro desejável e possível, encontrar os recursos para o realizar mas ao mesmo tempo agir na urgência, ajudar as pessoas em dificuldade, apesar da falta de recursos e do desafio que constituem os efeitos perversos e inesperados das políticas sociais.

Os profissionais exercem a actividade no seio de políticas e instituições com finalidades estabelecidas e recursos socialmente atribuídos. Podem intervir sobre alguns factores geradores de vulnerabilidades, mas a sua acção é sempre convocada pelas consequências dos problemas sociais e não tem geralmente poder para agir directamente sobre as condições estruturais sociais, económicas, políticas e culturais que geram a exclusão, a pobreza, a doença e o sofrimento.

A função social de ajuda dos assistentes sociais é minimizada pelo facto de uma parte importante do seu trabalho se dirigir para os extractos populacionais com menos voz e influência nos grupos de pressão política e na sociedade, os que são “economicamente inúteis”, com pouco peso relativo na produção de riqueza ou no consumo, que ainda por cima dependem da ajuda sócia.

São os “vencidos” num contexto de individualismo negativo CASTELS (1995), os excedentários ou “descartáveis” cujas expectativas de inserção são reduzidas porque não adquiriram, perderam ou nunca tiveram recursos para se integrarem nele, ou, se estão inseridos, permanecem nas franjas do mercado de trabalho, onde são facilmente substituíveis por outros, igualmente pouco qualificados, ou pela automatização tecnológica; as suas vinculações sociais constituem-se com laços sociais fragilizados ou em ruptura; os seus recursos simbólicos são pouco valorizados ou mesmo recusados e ignorados.

Esta minimização da função dos assistentes sociais como reconhecia CASTRO (1988), resultará também de uma má consciência empurrada para o subconsciente colectivo para ignorar a pobreza e o sofrimento, o lado mais ou menos escondido da carência, do mal-estar, da anomia, da marginalidade, da violência, do desvio e da diferença. É, pois, com as consequências da questão social em cada momento histórico que os assistentes sociais se confrontam no dia a dia da prática profissional, o que os põe frente a frente, com os novos problemas sociais que provocam rupturas identitárias como o desemprego, a exclusão, o estigma, a desigualdade de poder e de acesso a recursos, as dependências.

4 - Autonomia para mobilizar o saber – condição da acção profissional

Ser profissional implica ter autonomia para exercer a actividade, significa ser capaz de seleccionar, escolher e reorganizar as acções, definir intenções e sentidos, gerir as prescrições, estabelecer as estratégias profissionais para agir nas relações de força existentes, ultrapassar os constrangimentos e utilizar as hipóteses possíveis para criar oportunidades de acção. Mas passar do conhecimento dos problemas das populações à construção dos problemas profissionais exige um exercício de problematização. A autonomia como espaço subjectivo e objectivo, exige reconhecimento de uma capacidade própria para organizar o seu exercício profissional, dominar os seus gestos e ritmos de trabalho, dispor dos recursos considerados necessários para o agir - a autonomia profissional

O assistente social trabalha sempre integrado em instituições e essa pertença é um marco identitário incontornável. Como profissional ⁹ representa a instituição e por isso é portador das finalidades da instituição e das suas intenções, princípios e modos de acção, mas essa pertença à instituição e suas regras e objectivos não ignora a sua pertença ao grupo profissional.

Mas ao mesmo tempo é um sujeito profissional cuja procura de legitimação e valorização alimenta uma tensão permanente que decorre da complexidade das articulações e coerências entre o sentido intelectual construído pela formação académica, o sentido ético que emana da deontologia profissional e as lógicas e interesses políticos, económicos e sociais que suportam a existência das instituições e da construção das políticas.

Segundo GENTILLI (1998) o profissional não pode submeter-se a padronizações rígidas impostas pelas normas das políticas sociais, pois as suas actividades têm que se adaptar às contingências da acção, às singularidades das pessoas e condições do meio ambiente. Para isso precisa de espaço de liberdade para se abrir a interpretações e concepções sobre os problemas, as pessoas, as relações que lhe permitam agir na realidade.

CROIZIER (1997) afirma que os actores profissionais são dotados de instinto estratégico, fazem cálculos utilitários, aderem e integram-se nos valores, normas e estruturas sociais mais amplos. As suas condutas são condicionadas pela socialização passada mas também pelas suas escolhas identitárias, pela percepção das oportunidades e constrangimentos do contexto de acção, pelas antecipações formuladas sobre condutas dos parceiros adversários e cálculo sobre interesses em jogo.

As formas identitárias dão sentido aos contextos objectivos, aos procedimentos profissionais, a partir de filtros proporcionados pelos estados emocionais com forte carga de subjectividade, que associam aos actos profissionais os sentimentos e valores que permitem verificar e experimentar o real de acordo com esse quadro cognitivo e emocional, na procura da unidade e coerência necessárias para a acção.¹⁰

No entanto, dada a natureza dos problemas profissionais direccionados para a singularidade de situações, isto não pode significar ter modelos rígidos de intervenção; mas é possível generalizar modelos operatórios que BOTERF (2003) classifica como esquemas, que se adaptem aos problemas do mesmo tipo, gerados pelas regularidades sociais, garantindo uma estabilidade relativa que oriente as futuras combinações de recursos a mobilizar na acção.

Na verdade, toda a actividade no trabalho pode ser vista como a exigência de provas de autonomia, que satisfaz a busca de legitimidade e reconhecimento do saber profissional¹¹, mas que ao mesmo tempo é fonte de obstáculos, de problemas profissionais e gerador de medo e insegurança perante os riscos das decisões.

Ter autonomia implica ter sensibilidade às pequenas coisas, às margens de possibilidade de iniciativa e de liberdade que permitem aos actores construir uma parte significativa do seu trabalho¹² de acordo com o que assumem como sua responsabilidade profissional.

A autonomia nunca é plena porque a acção depende sempre de outros é tecida com outros e é condicionada por circunstâncias objectivas. As formas de organização do trabalho são como um teatro de relações estratégicas entre actores, condicionadas pelos respectivos cenários, com recursos diferentes e desiguais.

As manifestações de autonomia são construídas pelos profissionais para enfrentar as prescrições de dominação ou para afirmar o seu saber e decorrente poder, para dar provas de que utilizam a sua autonomia para resolver os problemas das populações e mostrar capacidade de controlo efectivo sobre os resultados que querem atingir. A afirmação da autonomia pode gerar conflitos entre poderes políticos ou saberes competitivos entre si, por isso a gestão de conflitos é muitas vezes uma condição do exercício profissional, da sua legitimação para obtenção de recursos. Nas actividades que se desenvolvem no seio de relações sociais e entre poderes profissionais e políticos não se podem ignorar nem desvalorizar os conflitos latentes ou expressos. Uma das formas de afirmação identitária do saber profissional é a gestão de relações sociais, conflituais ou não, onde o assistente social precisa de conquistar poder explícito ou implícito para gerir interesses diversos. No contexto institucional, o profissional precisa de consensos como plataformas para a acção, mas reconhece a existência de conflitos que precisam ser regulados. Um dos aspectos importantes do trabalho dentro das instituições é reduzir ou compatibilizar as diferenças.

Apesar de a actividade profissional ser pré normalizada por políticas e regulações institucionais, ela é simultaneamente produtora de novas regulações, pois nunca se pode prever completamente todo o trabalho real quando se trata de agir junto de pessoas e no cruzamento de relações sociais.

Como o ponto de partida é sempre a existência de desigualdade de oportunidades e do acesso a recursos, os profissionais sabem que interagem no âmbito de interesses do poder, nem sempre complementares e muitas vezes contraditórios, que precisam articular para garantirem os recursos e a autonomia para agir. São eles o poder político e as suas necessidades de legitimação; as políticas sociais com interesses diversos de acordo com sectores e grupos sociais diferentes; o poder económico com os seus objectivos de racionalização e de apropriação de recursos com o desenvolvimento da

⁹ DUBET (2002) afirma que o assistente social se representa a si próprio como um profissional militante, pois defende e tem princípios gerais de solidariedade, de justiça social e liberdade e sabe que ele próprio é o seu instrumento de trabalho, não trabalha senão com aquilo que ele é.

¹⁰ «Les représentations identitaires (...) nous pouvons donc les définir comme des représentations attributives de ce qui ferait l'unité ou la continuité d'un sujet à travers ses activités.» (BARBIER, 2006 : 23)

¹¹ «Le principe d'autonomie repose sur le sentiment et la conviction d'avoir une valeur propre, une liberté qui menacent les conditions de travail et qu'il importe de défendre malgré tout.» (DUBET, 2002 : 139)

¹² « Il existe une figure dominante de l'autonomie professionnelle, celle de la vocation conçue comme engagement total de la personnalité dans son travail. » Ibidem : 146

competitividade e aumento da produtividade; as instituições com a afirmação dos micro ou meso poderes; os interesses institucionais ou mesmo particulares dos seus dirigentes; os interesses e estratégias dos utentes; os interesses corporativos dos grupos profissionais, no seio da divisão sócio técnica do trabalho, donde não está excluído o próprio interesse dos assistentes sociais enquanto profissionais.

Neste sentido, os assistentes sociais precisam de dar a ilusão aos dirigentes institucionais e actores políticos que são eles a tomar as decisões e permitem que eles apareçam publicamente com um protagonismo simbólico nos rituais das reuniões públicas e inaugurações. Esta é uma das fontes da ambivalência profissional e mesmo de especificidade do campo profissional que se manifesta pela afirmação de um poder real que tem que ser dissimulado. Mas ao mesmo tempo, pela sua intervenção directa nas instituições e junto das populações, asseguram que a actividade e serviços dependam inteiramente deles e confrontam os decisores com situações irreversíveis, construídas anteriormente e que não podem recusar, sob pena de perderem legitimação.

A sua autonomia profissional afirma-se ainda pela forma como gerem, organizam e tomam decisões sobre recursos numa perspectiva de controlo e da racionalidade de custos sem se conformarem com lógicas economicistas ou burocratas.

A utilização do seu poder com autonomia e responsabilidade para gerir as instituições e as pessoas que aí desenvolvem a sua actividades foi uma das facetas observadas da manifestação das formas identitárias dos assistentes sociais.

Gerir o trabalho das pessoas de acordo com o respeito pelos direitos sociais, numa tentativa de conciliar necessidades de gestão racional com coerência entre princípios e objectivos globais da instituição, direitos dos seus trabalhadores e qualidade dos serviços prestados à população que serve, é uma articulação difícil e pressupõe graus de autonomia necessários, tanto atribuída como conquistada.

Nas instituições geridas por assistentes sociais, a avaliação da eficácia nos serviços, a coordenação das equipas e gestão de tempos e percursos dependem quase sempre da gestão directa ou mediada pelos assistentes sociais com perspectiva de uso de margens de autonomia que garantam a gestão do quotidiano da instituição, articulada com o saber normativo.

Este tipo de integração em instituições com preocupações sociais tem vantagens acrescidas para as populações em situação de exclusão agravada, cuja integração no mercado de trabalho “normal” se torna muito difícil pela ausência de experiência de trabalho e de perfil.

Esta margem de autonomia na organização do funcionamento dos serviços e o seu poder real sobre a gestão do trabalho dos outros trabalhadores para organizar, inovar e adaptar serviços e respostas da forma mais ajustada à defesa dos interesses das populações, evitando mesmo os efeitos perversos que os próprios serviços podem provocar.

CROIZIER (1977) acrescenta outro ponto importante para a análise das actividades ao integrar a experiência social dos actores nos contextos organizacionais; refere que é preciso evitar o perigo de fazer da experiência uma noção apenas subjectiva, porque ela relaciona-se com o sistema social e resulta da combinação da subjectividade com os contextos objectivos organizacionais.

Este autor considera que, mesmo limitando a análise aos actores profissionais para compreender como é estruturado um campo da actividade, torna-se necessário compreender as redes de relações que inventam e estabilizam, os objectos, os dispositivos, o mundo material e imaterial, as técnicas e a cultura que se inter condicionam e estruturam a acção profissional. O contexto organizacional influencia a racionalidade dos actores e ao mesmo tempo é influenciado por eles. Esta consideração é muito importante quando se analisam as actividades profissionais onde a racionalidade dos actores se reconstrói em interacção, muito dependentes do sistema de acção institucional em que se desenvolvem.

4 - Elementos para a estrutura sócio cognitiva dos assistentes sociais

A forma identitária profissional de um grupo implica possuir saberes partilhados e habilidades comuns (AUTÈS, 2003), é um instrumento necessário de fixação dos profissionais, dá coerência ao sentido da sua acção, representa a sua plataforma de segurança para o agir profissional, num universo de problemas com origem multi dimensional e multi factorial, com dinâmicas e processos incertos e contingentes. Esta base de identificação, como plataforma de segurança para a acção, é mutável e contingente porque depende de processos históricos e é por isso também complexa, dinâmica e difícil de registar.

Os assistentes sociais estão hoje debaixo de tensões identitárias¹³ diversas: processos de formação inicial e contínua em mudança e muito diversificados; divisão social do trabalho incoerente e com sobreposição de fronteiras; (des) regulação e instabilidade dos sistemas sociais com que interagem; mudança acelerada dos problemas e das tecnologias profissionais; crescente incerteza nas trajectórias individuais e colectivas dos profissionais e dos grupos populacionais com quem trabalham; permanente adaptação da acção profissional esperada devido a mudanças aceleradas: nos fenómenos sociais, nas relações sociais, nos problemas das populações que geram novos problemas da acção profissional e à multiplicação de conhecimentos das ciências sociais e humanas; enfrentam dinâmicas de mudança na sociedade; nas normas que regulam as políticas sociais e nos papéis atribuídos; na crescente individualização da sociedade provocada pela fragmentação dos actores colectivos e comunidades tradicionais; alterações no campo profissional e mercado de trabalho; centros de decisão cada vez mais diversificados e em mutação que exigem processos de mediação e negociações sempre em reestruturação.

¹³ GUICHET E SADOT (2007), referem que a ANAS, Associação Nacional de Assistentes Sociais (França), confirma a necessidade de construção de uma identidade profissional nos percursos da formação, num texto onde apresenta a sua contribuição para a reforma de estudos de serviço social.

Que arquitectura sócio cognitiva sustenta esta disciplina profissional, que se constrói no seio de interacções e conflitos sociais, que enfrenta incerteza, contingências, que não se pode experimentar em laboratório, e que para agir mobiliza a cognição, mas também emoções e sentimentos e estruturas inconscientes inerentes a toda a acção humana?

Não basta saber; para agir é preciso ser para querer e mobilizar-se como instrumento do seu próprio trabalho, atribuir sentido à actividade e apresentar-se como profissional no contexto das interacções. A actividade mobiliza múltiplas fontes do saber que sustentam as capacidades necessárias para construir os problemas profissionais e os esquemas operatórios e disposições para agir em interacção com as populações e os outros actores profissionais e sociais. A estrutura sócio-cognitiva do saber profissional legitima o exercício da actividade, confere autonomia e poder e a possibilidade de influenciar as relações de poder.

a) Saberes para gerir a tensão identitária:

Saberes processuais metodológicos que permitem construir produtos racionais, que resultam da reflexão e definem antecipadamente tarefas e as ordenam em função dos objectivos. São os esquemas operatórios profissionais, os procedimentos com estabilidade relativa, para usar em determinada classe de situações e que por isso atribuem poder para o agir no seio das relações sociais:

Quadro 1- Saberes processuais

Saberes processuais metodológicos	<p>Capacidade para elaborar projectos, programas sequenciais e ordenados para atingir objectivos em condições previsíveis, com finalidade de mudanças realizáveis mas sempre em reformulação;</p> <p>Capacidade para definir estratégias com clarificação:</p> <p>Sobre os sentidos da acção;</p> <p>Sobre os cenários possíveis e alternativos, com as suas possibilidades e oportunidades;</p> <p>Sempre a serem repensadas para se adaptarem às imposições.</p> <p>Os projectos, enquanto produtos racionais que antecipam a acção, partem de diagnósticos fundamentados no conhecimento científico sobre o social e o humano e nos conhecimentos do meio, dos contextos e das próprias dinâmicas que desencadeiam na realidade social;</p> <p>Capacidade para gerir as acções no tempo, para a gestão financeira e de outros recursos materiais;</p> <p>Capacidade para gerir actividades de equipas profissionais, definir prioridades, distribuição de tarefas, ordenação das suas acções no tempo;</p> <p>Capacidade para dinamizar processos de participação colectiva;</p> <p>Capacidade para estabelecer processos de mediação e negociação;</p> <p>Saber organizar e programar uma reunião, preparar documentação, gerir espaço e sua organização;</p> <p>Capacidade para avaliar estado de evolução de um grupo, de uma equipa de um programa, de uma família ou indivíduo ou resultados de uma actividade ou suas acções parciais;</p> <p>Capacidade para adaptar espaços aos serviços para garantir condições de eficácia.</p>
Saber elaborar e organizar a escrita profissional relacionada com as actividades profissionais	<p>Construir grelhas de recolha de informação e de registo de actividades;</p> <p>Fazer sínteses de dados relevantes e prioritários para os relatórios de actividade;</p> <p>Elaborar de processos e relatórios sociais, actas ou redacção de processos verbais de grupos;</p> <p>Fundamentar documentos de pedido de recursos, organizar documentação para os prover.</p>

b) Estrutura sócio cognitiva para afirmar a disciplina profissional

O conhecimento teórico ou de inteligibilidade integra entre outros, conhecimentos disciplinares psicológicos, sociológicos e antropológicos que permitem compreender as situações das pessoas e dos grupos, as histórias individuais, das famílias e grupos, os factores do meio ambiente que as condicionam e influenciam; os processos e dinâmicas sociais; os modos de vida de pobreza, exclusão, comportamentos desviantes ou patologias mentais e suas repercussões nos indivíduos, famílias e no meio social; conhecimento sobre tipos de Estado, sua organização económica e influências nas condições de vida das populações; políticas sociais e suas consequências na redistribuição dos rendimentos e na estruturação das relações sociais; conhecimento sobre as organizações e sua gestão.

Ter saber teórico em serviço social significa obter uma perspectiva da totalidade, historicidade e complexidade dos fenómenos sociais, como produto social com múltiplas conexões, processos e movimentos, sem negar a particularidade dos processos individuais e os aspectos inconscientes presentes nos comportamentos.

Quadro 2 - Conhecimento teórico ou de inteligibilidade

<p>Capacidade para mobilizar saberes abstractos e produzir conhecimento sobre a acção profissional</p>	<p>Utilizar o saber adquirido e formalizado como instrumento de inteligibilidade sobre o social, sobre as suas estruturas, leis, relações entre factores, sentidos e lógicas de encadeamento dos processos e dinâmicas sociais, conceitos e hipóteses explicativas para interpretar e explicar a realidade social;</p> <p>Fazer síntese do conhecimento científico para identificar as causas, os meios, e prevenir os obstáculos, os efeitos, o que é possível ou impossível com articulação entre teoria e prática;</p> <p>Estabelecer mediações, converter determinantes sociais em estratégias sem ignorar as componentes e factores psicológicos individuais;</p> <p>Construir novos saberes sobre o funcionamento do social e conceptualizar representações das relações entre objectos, acontecimentos, ou situações, com intenção de produzir inteligibilidade sobre a realidade social em que se desenvolve a acção profissional;</p> <p>Escrever, objectivar e formalizar as práticas, ser capaz de as codificar; ter espírito científico com intenção de produção de representações intelectuais novas sobre a actividade profissional que possam ser comunicáveis a outrem</p>
--	--

c) Estrutura sócio - cognitiva para desenvolver relações interactivas

As relações de interacção mobilizam saberes relacionais, comunicacionais, saberes com base na intuição e sensibilidade, bem como normativos e éticos, pois as técnicas não são neutras, toda a acção tem objectivos.

A sua relação com os indivíduos e grupos da população é socialmente dissimétrica e desigual pois é uma relação entre um profissional com um mandato, um saber que o legitima, e pessoas em situação de carência e que procuram recursos que dependem do profissional; Por outro lado é legitimada pelos objectivos e enquadramento institucional, regulada por normas geralmente ignoradas pelas populações.

A qualidade desta relação depende em parte significativa das atitudes e comportamentos do profissional, das suas representações sobre as populações e seus problemas, da interpretação que faz das normas dos códigos deontológicos, das possibilidades reais de responder aos problemas e respectivas soluções.

Os paradoxos vividos nesta relação população/profissionais são uma fonte de tensão permanente: exercem controlo social e exigem a construção de autonomia dos indivíduos, quase sempre quando estão em vias de a perder ou estão já instalados na dependência; o trabalho profissional exerce-se para resolver problemas gerados por problemas sociais mas a intervenção dirige-se para as consequências concretas desses problemas e tem que se confrontar com as características individuais e a forma particular como cada indivíduo vive e reage às regularidades sociais; defendem imperativos de justiça social mas reconhecem que estes objectivos têm uma magnitude e dimensão que lhes escapam profissionalmente; valorizam o envolvimento e a participação das populações nas acções, a sua integração nos movimentos sociais para defesa dos seus interesses, mas ao mesmo tempo, devem contrariar as estratégias de sobrevivência das populações muitas vezes contraditórias enquanto se confrontam com pressões de outros segmentos sociais que avaliam as acções e políticas desenvolvidas; querem ajudar a formação de actores colectivos, a acção comunitária, mas perdem-se com frequência na emergência das respostas parciais e singulares e para as quais só podem contar com recursos escassos; asseguram a provisão de recursos e o acesso aos direitos e confrontam-se com os paradoxos das consequências perversas do exercício dos direitos, como os efeitos estigmatizantes das políticas ou o seu aproveitamento indevido; debatem-se frequentemente entre os procedimentos técnicos, as regras, as normas institucionais e os valores éticos; utilizam saberes teóricos sobre a origem e as consequências dos problemas sociais mas não lhes é fácil controlar o etnocentrismo ancorado na sua perspectiva de classe e grupo social a que pertencem.

O combate ao etnocentrismo ou juízos prévios de senso comum sobre as populações abrangidas pelas políticas sociais exige sensibilidade social alicerçada num saber crítico, com base sociológica, antropológica e de psicologia social para (des) construir a cultura dominante. Como refere Freire (1972) o profissional tem que contrariar as representações do ser humano imposta pelos grupos dominantes como uma única referência ontológica, onde o diferente porque pobre, excluído ou marginalizado que supostamente, deveria ter todas as virtudes e competências e ser imune às pressões e processos humanos e grupais de conformação do social, como se tivessem obrigação de saber o que os processos de socialização e a falta de recursos lhes negou.

Formar a sensibilidade social é criar predisposições e estruturas sócio cognitivas necessárias para esta capacidade de compreender os problemas, identificar os interesses das populações, e sentir-se dependente da vida de outrem e do seu envolvimento. Significa identificar as condições globais do social, a sua totalidade, reconhecer a ligação e o cruzamento dos destinos individuais e colectivos e a íntima conexão entre os próprios interesses individuais e os interesses colectivos e o bem-estar geral.

Quadro 3 – Saberes relacionais

<p>Saber estimular, participar, gerir</p>	<p>Valorizar o seu trabalho profissional no relacionamento com outros técnicos; Dinamizar processos de participação colectiva;</p>
---	--

processos interactivos	<p>Cooperar com outros profissionais – colher e dar informação sobre regulações, contextos, recursos;</p> <p>Assegurar responsabilização dos utentes pelas tarefas a executar, não os substituindo;</p> <p>Envolver outros profissionais na organização dos espaços;</p> <p>Integrar-se com sucesso nas equipas de trabalho;</p> <p>Dinamizar grupos restritos e alargados;</p> <p>Resistir emocionalmente na gestão de conflitos;</p> <p>Resistir perante o insucesso, a desvalorização do seu trabalho, as perversidades, os paradoxos, as contradições;</p> <p>Negociar, estabelecer acordos com utentes, decisores, instituições;</p> <p>Estabelecer relações humanas empáticas, sem projecção de valores, modos de vida;</p> <p>Criar clima de confiança para as relações sociais;</p> <p>Valorizar características que construam auto estima pessoal e valorizar saberes;</p> <p>Gerir situações de ansiedade;</p> <p>Reconhecer importância de colaborar com as pessoas, mesmo que pareça terem poucos recursos;</p> <p>Gerir conflitos explícitos e implícitos e não alimentar conflitos encobertos dentro das equipas;</p> <p>Saber utilizar representação dos outros, utilizar as suas lógicas como base de argumentação;</p> <p>Negociar tendo em consideração valores, problemas, concepções do desenvolvimento social para conseguir as soluções possíveis;</p> <p>Saber influenciar os decisores para conseguir processos mais correctos;</p> <p>Identificar lógicas e interesses de actores com quem interaja, colocando-se no lugar do outro;</p> <p>Negociar prioridades e formas de utilização de recursos;</p> <p>Fazer supervisão como forma de ajuda e não como controle ou avaliação;</p> <p>Urgir na necessidade de mostrar resultados concretos.</p>
------------------------	--

Quadro 4 - Saberes comunicacionais

Saber comunicacional junto da população, na relação interpessoal:	<p>Na capacidade de escuta;</p> <p>Na recolha e emissão de informação;</p> <p>Na relação de ajuda;</p> <p>Na gestão da palavra durante os processos comunicacionais nas equipas e grupos;</p> <p>Na reformulação de discursos para confirmar informação, descodificar problemas;</p> <p>No apoio a auto reflexão.</p>
Saber comunicacional junto de pares e decisores políticos e institucionais	<p>Argumentar para defender projectos;</p> <p>Encontrar consensos;</p> <p>Articular diferentes lógicas;</p> <p>Gerir comunicação nas reuniões;</p> <p>Participar nas reuniões;</p> <p>Utilizar meios informáticos;</p> <p>Preencher formulários técnicos;</p> <p>Influenciar as decisões das parcerias com fundamentação teórica que responda às lógicas em presença;</p> <p>Fazer sínteses de resultados;</p> <p>Divulgar informação.</p>

A sensibilidade social revela-se uma característica identitária nuclear e uma exigência ética para os assistentes sociais. ASSMAN e SUNG (2000) questionam-se sobre as condições favoráveis para construir a sensibilidade e a solidariedade com pessoas em situação de exclusão social.

Afirmam que a primeira condição para a construção da sensibilidade social é epistemológica, porque é necessário dar sempre espaço para as dúvidas sobre a acção, as decisões, os comportamentos, porque a acção humana diz sempre respeito a outrem, envolve outros e gera consequências sociais. E nunca é possível substituir o outro completamente ou identificarmo-nos completamente com os outros. A segunda condição depende da formação e valorização da sensibilidade

como saber profissional a construir, exige experiência reflexiva da solidariedade, da interdependência, da cooperação, da inter ajuda.

O conhecimento ético pressupõem opções sobre modelos sociais, implicação na defesa dos direitos sociais e combate às desigualdades e factores sociais as geram.

Quadro 5 Saber ético político

Indicadores de posicionamento perante si, perante os outros e perante a sociedade	<p>Conhecer e aplicar código deontológico;</p> <p>Identificar problemas dos indivíduos e grupos como socialmente construídos e resolúveis numa perspectiva de inter relação humana em alteridade, no reconhecimento do outro, na diferença e singularidade, na empatia;</p> <p>Identificar problemas dos indivíduos e dos grupos como construções sociais, determinadas pelas regularidades sociais e das estruturas, reconhecendo espaços de autonomia;</p> <p>Implicar-se na defesa dos direitos sociais, no combate às desigualdades sociais;</p> <p>Construir sensibilidade social como saber nuclear.</p>
---	--

d) Estruturas sócio cognitivas para desenvolver mediações e articulações profissionais entre sistemas sociais

O exercício da mediação entre o Estado, as organizações de serviço social e as populações em situação de fragilidade social é estruturante para a profissão, com transacções e arranjos através de pontos de passagem que se abrem ou são abertos pelas estratégias e táticas da actividade dos profissionais.

A acção dos assistentes sociais, tem actividades prescritas pelas medidas de política social e pelas instituições. É por isso atravessada por outras lógicas, quantas vezes com efeitos perversamente contrários às intenções prescritas. Estas lógicas diversas, com todos os paradoxos e conflitos que geram e com a falta de unidade que conferem à acção, ao mesmo tempo fazem com que a acção não seja redutível a um programa único, e criam a possibilidade de as gerir e utilizar como um espaços de acção possível, de afirmação de autonomia e identidade em permanente reconstrução.

MATOS e CAMELO (2004) caracterizam a actividade profissional por assentar numa racionalidade compósita, como uma forma de pensamento e de acção em que o quadro de leitura e análise no processo de intervenção social e profissional procura harmonizar diferentes tipos de interesses, articulando os aspectos que podem ser compatíveis e objecto de consenso como base de acção.

DUBET (1996) refere que a acção social não tem unidade, nem é linear, pois é atravessada por uma pluralidade não hierárquica de sistemas e lógicas de acção definidas pelas relações sociais presentes, cujo sentido é dado pela orientação subjectiva dos actores no decurso das actividades; essas lógicas não podem ser ignoradas porque irrompem inevitavelmente e interferem na acção.

A mediação¹⁴ entre a população e a os diferentes sistemas sociais é essencial quando essa relação se torna difícil por incapacidade da população, seja por doença, dependência, poder e/ou legitimidade relacionada com o estatuto social, capacidade de argumentação para defender os seus interesses. As dificuldades de adaptação das regras de funcionamento às situações concretas das populações e aos seus problemas é uma das questões profissionais frequentes na aplicação destas medidas.

A mediação implica fortalecer o eu dos sujeitos para que este seja mais positivo, para aumentar a sua capacidade crítica e de compreensão da rede de relações sociais e poderes, bem como aumentar recursos e capacidade para agir.

A capacidade de iniciativa dos profissionais reconhece e legitima os profissionais junto dos actores locais e grupos profissionais com quem o assistente social interage nos campos diversificados da acção inter profissional. Este reconhecimento tem por base ao conhecimento de proximidade que tem das populações e dos seus hábitos quotidianos, das seus modos de vida e valores, o que proporciona apoio complementar ao trabalho de outros profissionais e outros interlocutores do meio ambiente social, com um conhecimento especializado sobre grupos específicos e políticas para eles direccionadas. Este tipo de saberes permitem identificar a classe de situações na qual convém usar determinadas capacidades e competência a partir das representações sobre as relações entre o meio envolvente que resultam da actividade profissional, dos seus repertórios e formam o saber intuitivo e tácito.

Relativamente a situações em que interagem diversos sistemas para prestar serviços de apoio social às populações, os assistentes sociais como profissionais que interagem com as populações no seu quotidiano, ou no quotidiano das instituições, assumem quase sempre o papel de profissional de controlo e mediação com outros serviços públicos, como a escola e serviços de saúde. O reconhecimento da capacidade de coordenação e de intervenção dos assistentes sociais tem por base a valorização do seu saber sobre a totalidade social presente, mesmo quando os problemas aparentemente parecem ser limitados a uma área.

A articulação com os actores sociais necessários à execução das políticas para que as populações para quem são dirigidas possam efectivamente usufruir delas, depende da capacidade do profissional para se situar na complexidade da acção quotidiana, para estabelecer as mediações com o poder, da procura de soluções para contornar as normas, aproveitar

¹⁴ GENTILLI (1998) afirma que os assistentes sociais têm habilidades para estabelecer relacionamentos de mediação que são fundamentais para a realização do seu trabalho profissional, entre políticas, normas, deontologia, no seio de movimentos sociais e organizações.

hipóteses e mesmo da energia e recursos próprios que lhe permitam desenvolver as suas acções, avaliar, reforçar o seu saber e o discurso próprio sobre a sua actividade, seus valores e decisões na trama das relações sociais em que interage. Significa auto estima e garantia de expressão colectiva, garantia de direitos como profissional, resistência ao controlo ilegítimo sobre o seu trabalho.

Quadro nº 6 - Conhecimento contextual

Saber sobre contextos, regulações, poderes, recursos	<p>Identificar as instituições seus processo e dinâmica (políticas institucionais; dinâmicas das organizações; formas de exercício do poder; divisão sócio técnica do trabalho; possíveis acções corporativas; relacionamento e climas institucionais para definir tácticas de actuação);</p> <p>Situar-se nos contextos sociais, políticos, económicos e culturais em que se desenvolve a prática e dos factores de legitimidade social das políticas e do trabalho social desenvolvido;</p> <p>Identificar recursos disponibilizados ou a criar;</p> <p>Identificar os contextos habitacionais e familiares dos utentes;</p> <p>Identificar nos territórios de intervenção, influências políticas, actores mais influentes, actores mais colaborantes ou mais importantes pelo tipo de recursos que podem disponibilizar e suas lógicas; as diversas actividades locais, o mercado de trabalho;</p> <p>Analisar os cenários possíveis resultantes das interacções, não tomando desejos ou valores próprios por realidades sociais.</p>
--	--

e) Saber intuitivo tácito

A actividade profissional exige um conhecimento racional baseado na pesquisa de uma melhor adequação dos meios em relação a um objectivo determinado, tem implícita uma dinâmica da experimentação que vai alterando a compreensão sobre os fenómenos, as formas de transformar a situação que vão surgindo na medida em que a acção e a reflexão se concretizam. Mas no decurso da acção não existe uma separação clara entre os objectivos e os meios mobilizados para os atingir, porque vão sendo definidos, redefinidos e ajustados de forma interactiva à medida que se estrutura uma situação problemática e se age para encontrar soluções. As várias fases vão-se sobrepondo, às vezes quase em simultâneo: a observação da acção, a formulação de hipóteses para a interpretar, explicar e encontrar soluções, o teste e avaliação das hipóteses operacionais aplicadas.

Por isso o saber agir é um saber complexo e difícil de objectivar, mesmo para quem sabe fazer bem, com competência¹⁵. Na prática quotidiana frutificam os saberes tácitos que decorrem de uma forma aparentemente automatizada, com normas, juízos e valores que os profissionais nem sempre conseguem objectivar e que escapam a palavras e conceitos. Este saber é contingente e requer a mobilização do corpo, sensibilidade e intuição, corresponde a gestos, identificações, categorizações que parecem espontâneas, e que, por estarem tão incorporados, não exigem reflexão no momento em que são accionados: Este tipo de saber decorre e produz-se na acção e é incorporado nos processos complexos e dinâmicos da acção, e por isso parece espontâneo: manifestam-se em atitudes, comportamentos profissionais incorporados; corresponde a estruturas sócio cognitivas não conscientes para poderem ser utilizados na emergência da acção, sem precisarem de racionalização; A actividade¹⁶ é um contínuo sem fim que se inicia antes da acção propriamente dita e perdura para além dos factos; mas falar sobre a actividade obriga a simplificar, a delimitar, a ignorar ou reduzir as hesitações, incertezas e ambivalências;

Quadro nº 7 - Saber intuitivo e tácito

Saber contingente que mobiliza corpo, sensibilidade e intuição e que não exige reflexão quando accionado	<p>Reportório de situações que permitem sentimentos intuitivos sobre situações;</p> <p>Conhecimento dos modos de vida, cultura das populações para avaliar comportamentos de acordo com esses saberes;</p> <p>Reconhecimento de indícios difusos e pouco evidentes;</p> <p>Conhecimento de processos, histórias institucionais e percurso de vida para identificar problemas e possibilidades.</p>
--	--

Conclusão

Não basta saber; para agir é preciso ser para querer e mobilizar-se como instrumento do seu próprio trabalho, atribuir sentido à actividade e apresentar-se como profissional no contexto das interacções. A forma identitária, assente numa estrutura sócio cognitiva, permite encontrar a coerência interna e articular o fluxo das representações saídas do passado com

¹⁵ LE BOTERF (2002) afirma mesmo que a competência é paradoxal, pois quanto maior for a especialização do profissional, maior é a interiorização assimilada e incorporada dos diversos saberes e mais dificuldade o profissional tem em falar de forma estruturada e sobre a sua acção, que aumenta de complexidade na medida em que aumenta a capacidade de agir.

¹⁶ O conceito de actividade aqui apresentado tem por base a abordagem ergonómica (AMIGUES, 2003).

o que se quer fazer no futuro, é uma plataforma de segurança, básica para a acção, embora sempre provisória e sujeita a uma tensão permanente, cuja gestão exige suportes de mediação.

Este trabalho procurou dar contributos sobre o saber de acção assistentes sociais. Afirmar que estes profissionais são detentores de uma saber agir que mobilizam para enfrentar os seus problemas profissionais, no contexto da acção e perante os problemas das pessoas, instituições, normas, situações, contextos e relações. Neste contexto o profissional precisa construir os seus problemas profissionais e se os problemas das populações são a matéria-prima dos problemas profissionais, não são em si mesmo os problemas profissionais.

Construir problemas profissionais significa estruturar a complexidade do real, estabelecer etapas de resolução, identificar obstáculos a transpor, tomar decisões, delinear estratégias, procurar compreender e explicar os fenómenos sociais e as suas manifestações singulares, classificar, ordenar, categorizar, e sobretudo, procurar respostas para transformar problemas em possibilidades de acção profissional nos processos de mudança.

Bibliografia para artigo

- ALMEIDA, H. N. (2001). Conception et pratiques de la médiation social. Coimbra : Quarteto.
- AMIGUES, R. (2003). Pour une approche ergonomique de l'activité enseignante. Skholê, Hors de Série. n° 1, pp. 5-16.
- ARENDT, H. (1987). A condição humana. Rio de Janeiro: Forense universitária.
- ARGYRIS, C. ; SCHÖN, D. (1999). Théorie et pratique professionnelle: comment en accroître l'efficacité. Québec : Editions Logiques.
- ASSMAN, H.; MO SUNG J. (2000). Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança. Petrópolis: Vozes.
- AUTÈS, Michel (1999). Les paradoxes du travail social. Paris : Dunod.
- AUTÈS, Michel (2003). As metamorfoses do trabalho social. In CHOPART, Jean-Noel (Org.), Os novos desafios do trabalho social: dinâmicas de um campo profissional. Porto: Porto Editora.
- BARBIER, J. M. ; DURAND, M. (2003). L'activité : un objet intégrateur pour les sciences sociales?. Recherche et Formation. n° 42, pp.99 -117.
- BARBIER, J. M. (2005). Réflexions sur la notion d'identité. Éducation Permanente. n° 128, pp.11-26
- BARBIER, J. M. (2006). Problématique identitaire et engagement des sujets dans les activités. In BARBIER, J. M. (Coord.), Constructions identitaires et mobilisation des sujets en formation. Paris : L'Harmattan. pp.15-64.
- BERNADOU, A. (1996). Savoir théorique et savoir pratique : l'exemple médical. In Savoirs théoriques et savoirs d'action, Education et Formation, biennales de l'éducation. Paris: PUF. pp. 29-42.
- BOTERF, Guy (2003). Desenvolvendo a competência dos profissionais. Porto Alegre: Artmed.
- CARIA, T. (2005). Trabalho e conhecimento profissional - técnico: autonomia, subjectividade e mudança social. In CARIA, T. (Org.), Saber profissional: análise social das profissões em trabalho técnico-Intelectual. Coimbra: Almedina. pp. 13-42.
- CASTEL, R. (1995). Les métamorphoses de la question sociale : une chronique du salariat. Paris : Fayard.
- CASTRO, A. (1988). Prefácio. In Mostra de Serviço Social. O serviço social nos anos oitenta. Porto: Metanóia.
- CONSEIL SUPERIEUR DU TRAVAIL SOCIAL (1998). L'intervention sociale d'aide à la personne. Rennes : Edition ENSP.
- CROZIER, M. ; FRIEDBERG, E. (1977). L'acteur et le système. Paris: Seuil.
- CROZIER, M. (1995). La crise de l'intelligence: essai sur l'impuissance des élites à se réformer. Paris : InterEditions.
- DESMARAIS, D. ; JOUTHE, E. (1993). Un projet intercompréhensif de théorisation des pratiques sociales. Penser la Formation. n° 72, pp.157- 196.
- DUBAR, C. (1992). Formes identitaires et socialisation professionnelle. Revue Française de Sociologie. vol. 38, n° 4, pp. 505-529.
- DUBAR, C. (1997). A socialização: a construção das identidades sociais e profissionais. Porto: Porto Editora.
- DUBAR, C. (1997). Les catégorisations des métiers de l'intervention social, MIRE INFO. n° 40, pp. 66-71.
- DUBAR, C. (2000). La dynamique des formes identitaires professionnelles. Les Politiques Sociales. n° 1-2, pp. 25-34.
- DUBAR, C. (2005). Usages sociaux et sociologiques de la notion d'identité. Éducation Permanente. n° 128, pp. 37-43.
- DUBET, F. (1996). Sociologia da experiência. Lisboa: Piaget.
- DUBET, F. (2002). Le déclin de l'institution. Paris : Seuil.
- FALEIROS, V. P. (1991) Saber profissional e poder institucional. São Paulo: Cortez.
- FRANSSSEN, A. (2000). Les assistants sociaux: le crachin, la tempête, le parapluie. Les Politiques Sociales. n° 1-2, pp. 49-66.
- GENTILLI, R. M. L. (1998). Representações e práticas: identidade e processo de trabalho em serviço social. S. Paulo: Veras.
- GRANJA, B. (2000). A formação inicial dos assistentes sociais: que aptidões e qualificações para as exigências colocadas pela nova questão social? Comunicação apresentada no Seminário da APSS: Lisboa.
- GRANJA, B. (2005). O estágio curricular como espaço nuclear na construção das competências profissionais: o caso do serviço social. In Construindo o Serviço Social. n° 16, pp. 7-30.
- Groupe de Recherche Action-formation Quart Monde Partenaire (2002). Le croisement des pratiques. Paris: Quart Monde.
- GUICHET, T. ; SADOT, M. A. (2007). Contribution de l'ANAS à l'élaboration et la mise en œuvre de la réforme des études et du diplôme d'État d'assistant de service social. La Revue Française de Service Social. n° 226, pp. 8-14.
- ION, J. ; TRICART, J-P. (1984). Les travailleurs sociaux. Paris : La découverte.

- KARLS, James (2000). Lettre d'Amérique. Les Politiques Sociales. n° 1-2, pp.101-105.
- KAUFMANN, J. C. (2004). L'invention de soi : une théorie de l'identité. Paris : Colin.
- LE BOTERF, Guy (2003). Desenvolvendo a competência dos profissionais. Porto
- LEHMANN, J. C. (1996). De la gestion de la complexité à un corpus de "sciences de l'action". In Savoirs théoriques et savoirs d'action, Education et Formation, biennales de l'éducation. Paris: PUF. pp. 147-160.
- MARTINELLI, M. L. (1989). Serviço social, identidade e alienação. São Paulo: Cortez.
- MATOS, M. CAMELO, J. (2004). A racionalidade compósita como modelo de análise das praticas de formação contínua. In Formação, Identidades e práticas profissionais. Porto: Afrontamento. pp. 27-40.
- PAIS, J. M. (2002). Sociologia da vida quotidiana. Lisboa: ICS.
- PAYNE, Malcolm (2005). The origins of social work: continuity and change. New York: Houndmills.
- PÉMAN, M. J. Ú. (2004). Modelos de resolución de dilemas éticos en trabajo social. Revista de Trabajo Social. n° 175, pp. 6-27.
- SAINSAULIEU, R. (1983). Changements sociaux et renouvellement des problèmes humains dans l'entreprise. In Quel travail social pour notre temps: mutations des besoins mutations des pratiques. Paris : ESF.
- SCHÖN, D. (1994). Le praticien réflexif : à la recherche du savoir caché dans l'agir professionnel. Québec: Editions Lógicas.
- SCHÖN, D. (1996). A la recherche d'une nouvelle épistémologie de la pratique et ce qu'elle implique pour l'éducation des adultes. In Savoirs théoriques et savoirs d'action, Education et Formation, biennales de l'éducation. Paris: PUF. pp. 201-222.
- VERDÈS-LEROUX, J. (1978). Le travail social. Paris: Minuit.
- VRANCKEN, D.; MACQUET C. (2006). Le Travail sur soi : vers une psychologisation de la société. Paris: Belin.

A Reforma da Carreira Docente: Uma Análise da Conflitualidade Sindical e Profissional¹

Irina Bettencourt Pereira
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES/ISCTE)
irinabettencourt@gmail.com

Alan Stoleroff
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE)
alan.stoleroff@iscte.pt

Resumo: As medidas recentemente legisladas para a transformação das relações de emprego e da carreira dos professores do Ministério da Educação através da revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD) situam-se no contexto da Reforma da Administração Pública implementada pelo actual Governo Socialista. Estas mudanças, bem como o projecto de mudança da gestão das escolas, têm sido corolários de uma estratégia pautada pela meta da "eficiência educativa" para a reestruturação do sistema de educação pública e a reconstrução do papel dos professores no sistema. Assim uma teia de conflito tem emergido nesta complexa articulação de objectivos reformistas do sector educativo. Os objectivos de reforma deste governo colidem com a defesa sindical de interesses laborais dos professores e das identidades e poderes profissionais dos professores. O objectivo geral desta comunicação será analisar a revisão do Estatuto da Carreira Docente e os padrões de conflito que têm emergido no sector público da educação no decorrer das negociações sobre a revisão do ECD. Um enfoque particular será dado à fase da implementação do modelo de avaliação do desempenho dos professores como o momento que cristalizou as oposições no tocante aos interesses e poderes que têm sido postos em causa ao longo da reforma e a intensidade da mobilização como a expressão da confluência de conflitos laborais e profissionais e organizacionais no sector e como evidência da emergência de um movimento social profissional.

Palavras-chave: sindicatos de professores, reforma do sector público, diálogo social

Introdução

Entre todos os conflitos sindicais e profissionais observados no decurso da Reforma da Administração Pública portuguesa até agora, o conflito em torno da revisão do Estatuto da Carreira Docente para Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário (abreviadamente, Estatuto da Carreira Docente - ECD) destaca-se pela continuidade e intensidade da mobilização dos professores e pela unidade sindical e extra-sindical. As reacções dos professores às medidas do Governo e a defesa sindical de interesses profissionais produziram uma dinâmica de conflito

¹ Uma versão deste artigo foi apresentada no I Fórum da Associação Internacional de Sociologia (ISA) em Barcelona, no painel de Sociologia da Educação (RC04), entre 5 e 8 de Setembro de 2008. Estes trabalhos enquadram-se no projecto de investigação Mudança Organizacional e Relações de Emprego nas Reformas da Administração Pública em Portugal: o papel dos sindicatos e dos trabalhadores, projecto do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES/ISCTE), financiado pela FCT e incluído no Programa Operacional Ciência e Inovação (POCI 2010), com a coordenação científica e autoria de Alan. D. Stoleroff.

própria nas relações entre este grupo profissional e o Governo, influenciando e sobressaindo dos conflitos emergentes da Reforma da restante Administração Pública. A importância deste conflito deriva tanto da dimensão do grupo profissional dos professores, do alcance e abrangência das reformas, e das características particulares dos processos de negociação, como do papel da Educação no desenvolvimento do país. Trata-se de um conflito que põe em confronto a clara maioria dos professores e o Governo. De facto, uma teia complexa de conflito produziu-se com este confronto, tecendo reacções a matérias da reforma geral com matérias do sector da educação. Às vezes, o jogo de resistência dos professores e dos seus sindicatos e de intenções do ME tem parecido um teste decisivo do conflito entre o controlo profissional e o controlo gestor. O resultado tem sido uma mobilização dos professores que aparenta um movimento social para a afirmação de uma identidade profissional.

Nesta comunicação procuraremos analisar esta contestação no contexto das mudanças da carreira docente em curso introduzidas pelo actual Governo do Partido Socialista. Examinamos criticamente as posições dos sindicatos dos professores e os padrões de conflito emergentes no sector, bem como a interacção destas dinâmicas com a Reforma da Administração Pública.² Em primeiro lugar, apresentamos alguns problemas do funcionamento e do financiamento do sistema público da educação em Portugal como um contexto para as mudanças nas relações do emprego docente pretendidas pela revisão do ECD. A seguir apresentamos um perfil da plataforma unificada dos sindicatos que representa os docentes neste conflito e um desenvolvimento das características dos conflitos e do processo de negociação. Acabamos por apresentar uma análise dos múltiplos factores que podem explicar a continuidade e intensidade da mobilização dos docentes neste conflito.

1 – Contextos organizacionais e políticos da transformação das relações de emprego no sector da Educação em Portugal

As reformas a que assistimos actualmente no sector da Educação em Portugal têm sido concebidas no contexto da reforma geral da Administração Pública. Com a crise de défice orçamental público nacional elaborou-se uma legitimação para a urgência da reestruturação sistemática da administração pública em torno da conjuntura. As medidas da Reforma da Administração Pública aplicam-se ao emprego docente em determinadas dimensões mas há particularidades na transformação das relações de emprego dos professores contidas na revisão do Estatuto da Carreira Docente que conformam com os objectivos da convergência do país com a Estratégia de Lisboa e com o progresso em direcção à “sociedade da informação”. No seguinte indicaremos alguns indicadores da eficiência e eficácia do sistema português que contextualizam a formação de uma política reformista para as relações de emprego docente.

Em Portugal, o sector da Educação é predominantemente público. Como na maioria dos países da OCDE (OCDE, 2005), o estado administra e financia grande parte da rede escolar.³ A educação pública situa-se na administração central do Estado (onde se situa cerca de 77% do total do emprego público na administração pública portuguesa) e o Ministério da Educação é o maior sector empregador do Estado. É também o sector que actualmente absorve a quarta maior proporção do Orçamento de Estado sendo, por algumas vezes, referido pejorativamente como o “monstro” do Estado.

Em 2005 o sector da Educação perfaz 35,7% do emprego no Estado, seguido da Saúde com 19,7%, e da Defesa com 9,4%. O Ministério da Educação empregava um total de 205 437 trabalhadores: os educadores e professores do 1º ciclo com vínculo contratual público (nomeação) perfazem 138,548 trabalhadores, e o pessoal administrativo e auxiliar com o mesmo tipo de vínculo perfaz 36,571 trabalhadores, 67% e 18% respectivamente do total do emprego no Ministério.⁴ O remanescente é integrado por professores e trabalhadores com outras modalidades de contrato (contratos individuais a termo, contratos de provimento, etc).⁵ Estima-se que os professores do ensino público ao abrigo do regime de “contratação directa” perfaçam cerca de 7000 trabalhadores. No que respeita à evolução de efectivos, os dados revelam que entre os anos lectivos 1997/1998 e 2006/2007 o número de professores nas escolas públicas aumentou cerca de 9%, uma percentagem maior quando comparada com os 4% de aumento do número total de funcionários públicos na administração pública portuguesa durante um período semelhante.⁶

No contexto da Europa dos Quinze, Portugal é um dos países onde as despesas com a Educação são as mais elevadas, registando cerca de 8,2% do total da despesa pública em educação; apenas o Luxemburgo (9,1%), Irlanda (10,7%) e Reino Unido (8,6%) têm maiores proporções (OCDE, 2008). Portugal regista também cerca de 3,9% do total do PIB em

² Esta pesquisa baseia-se na análise sistemática de artigos de imprensa que cobrem as negociações e os conflitos na função pública e em entrevistas individuais com dirigentes sindicais. No âmbito do projecto referido na nota 2, foi criada uma base de dados dos conflitos através de uma análise de conteúdo dos eventos e das dinâmicas no sector entre 2002 e 2008. Entrevistamos os dirigentes sindicais do Sindicato dos Professores do Norte (SPN/FENPROF), Federação Nacional dos Professores (FENPROF/CGTP), Plataforma Sindical de Professores (Plataforma com todos os sindicatos da Educação), Federação Nacional dos Sindicatos da Educação (FNE/UGT), Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades (SPLIU/Independente), e Sindicato do Professores da Grande Lisboa (SPGL/CGTP). Paralelamente, fizemos uma análise qualitativa documental de legislação, documentos técnicos da reforma, relatórios (nacionais e internacionais) e documentos oficiais dos sindicatos dos professores e do Ministério da Educação. Este projecto é financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

³ Os dados revelam que em média, nos trinta países da OCDE, cerca de 90% de todo o investimento nas escolas primárias e secundárias provém de recursos públicos (OCDE, 2008: 262).

⁴ Dados de 2005. Vd. Caracterização dos recursos humanos na administração pública. DGEP.

⁵ Do Orçamento de Estado aprovado para 2008, os valores atribuídos eram os seguintes: Ministério das Finanças com 32,3%, Ministério da Saúde com 15,4%, Ministério do Trabalho com 13,3% e finalmente o Ministério da Educação com 10,7%. Cf. Relatório do Orçamento de Estado para 2008, Ministério das Finanças.

⁶ Cf. GIASE/ME e DGAEP. Professores do ensino público nos níveis de Educação pré-escolar, Ensino Básico (1º e 2º ciclos) e Ensino Básico (3º ciclo) e Secundário. Cf. Perfil do Docente e Estatísticas dos Recenseamentos Escolares, GIASE/Ministério da Educação.

despesa pública com educação, onde apenas os países nórdicos (Dinamarca 4,9%, Finlândia 4,0%, Suécia 4,5%) e a Bélgica (4,0%) registam valores ligeiramente superiores.

Em Portugal, como em muitos outros países, os salários dos professores constituem o maior custo individual da despesa no sector. A percentagem total de despesa pública (por relação ao PIB) que Portugal despense nos recursos humanos nas escolas (docentes e não docentes) é superior à média dos países da Europa dos 25 (cf. Eurostat, 2005/Education and Training/Spending on Human Resources). Ainda que na generalidade dos países da União Europeia os salários dos professores tenham subido entre 1996 e 2006 (OCDE, 2008), em Portugal, os dados indicam que as despesas com os salários dos professores estão bastante acima da média da maioria dos países da Europa dos 25, principalmente no caso dos professores de topo da carreira (Pereira e Moreira 2007; OCDE 2005 e 2008). Em Portugal, a despesa com os salários acresce porque cerca de 50% dos professores do ensino público ocupa estes escalões do topo de carreira (veja-se Freire, 2005).

Dado o peso visível que o sector da educação tem na despesa pública, diversos relatórios e análises de organizações internacionais têm produzido um perfil pouco abonatório acerca do desempenho do sistema educativo português e particularmente da débil eficiência do sector público, uma evidência que tem estado na esteira da legitimidade das reformas no sector.⁷ No panorama internacional, quando se analisa a qualificação dos alunos portugueses e da população em geral, verifica-se, por exemplo: que o desempenho dos alunos portugueses com 15 anos é mais baixo do que a média dos alunos nos países da OCDE, nas áreas das Ciências, Matemática e Leitura (veja-se PISA 2006 e também as edições anteriores, 2000 e 2003); que mais de 50% da população entre os 25 e os 64 anos não completou o ensino secundário (OCDE 2008); que Portugal tem uma taxa de abandono escolar precoce (Eurostat 2006); que cerca de 60% da população atingiu no máximo a educação primária (OCDE 2008); e que apenas 13% tem o ensino superior (OCDE 2008).

Os dados acerca da ineficiência dos recursos e da fragilidade dos indicadores têm impellido para uma gestão mais racional dos recursos educativos e do investimento público neste sector, justificando reformas estruturais que passam não apenas pela intervenção ao nível dos equipamentos, estruturas ou planos curriculares, mas também ao nível das relações de emprego e da gestão de trabalho dos professores. Com base em avaliações críticas da eficiência do sistema educativo os gestores políticos do sistema procuraram a sua orientação para os seus programas de reformas no paradigma da Nova Gestão Pública.

A Nova Gestão Pública (NGP) refere ao paradigma que orientou as mudanças na gestão dos serviços e da administração públicos ao longo das últimas décadas.⁸ Apesar de estar em causa o interesse público, emergiu uma perspectiva que defende que as organizações públicas podem e devem ser geridas por princípios similares às privadas (OCDE 1995; Gruening, 2001; Bach & Kessler, 2007). Este paradigma conforma-se, em grande medida, com os modelos de gestão de recursos humanos que predominam no sector privado (Storey, 1995). Trata-se de políticas orientadas para a eficiência e flexibilização organizacionais na procura da redução de custos e implica a redução de efectivos, a mitigação das protecções especiais dos funcionários públicos, e a promoção por mérito individual através de avaliação do desempenho (Bach et al., 1999). Associado à NGP constata-se uma deslocação de poderes derivados da burocracia profissional tradicional “Weberiana” para uma administração com base no controlo gestor que tem sido referido como um “novo managerialismo” (Clarke e Newman 1997; Clarke, Gewirtz & McLaughlin 2000; Simkins 2000).⁹

A progressiva integração das agendas nacionais numa agenda global de educação (Magalhães & Stoer, 2006; Stoer, Cortesão & Correia, 2001) em conjunto com esta necessidade de melhorar a “eficiência dos sistemas educativos” tem motivado a adaptação de princípios da NGP à administração escolar e à gestão de recursos humanos educativos (Cibulka, J.G. 1997; Fusarelli & Johnson 2004; Flynn 1998, Walsh 1995).¹⁰ Uma resposta às exigências colocadas aos professores nestes novos contextos é a transformação das relações de emprego docente nas escolas públicas.¹¹ No sector educativo, onde existem algumas limitações na conjugação não-intermediada entre a lógica de mercado e a lógica do serviço público (Seddon 1997; Clarke e Newman 1997; Goldspink 2007), o enfoque do novo controlo gestor significa sobretudo uma atenuação da autonomia profissional dos professores através do estreitamento da relação entre a administração central e o trabalho na sala de aula, bem como através da transição da estrutura de poderes da administração tradicional de organização escolar para uma administração gestora menos monopolizada pelos professores e aberta a outros actores da sociedade.¹²

Como tal, o governo Socialista actual definiu a sua política de reforma projectando uma mudança estrutural no sistema educativo, o desenvolvimento de novas formas de organização dos recursos educativos, e a reorganização da gestão escolar através de racionalização dos equipamentos, a devolução de poderes e fortalecimento da autonomia das escolas

⁷ Veja-se, por exemplo Economic Survey 2003, pp. 81-85; European Commission, The Portuguese Economy after the boom, Occasional Papers, 2004, pp. 4, 26.

⁸ Trata-se na generalidade dos países europeus da retracção do welfare state, em resultado do declínio do “fordismo” e das crises fiscais dos Estados (Lash e Urry, 1987). Veja-se também os trabalhos conhecidos de Esping-Andersen (1990, 1996).

⁹ Veja-se Gualmini (2008:76) para uma análise do contraste entre os 2 tipos ideais de burocracia administrativa tradicional e a nova gestão pública.

¹⁰ As estratégias de privatização apelas pelo Banco Mundial durante os anos oitenta do século XX foram as primeiras iniciativas de mudança da gestão e propriedade do sector educativo. Sobre estratégias de privatização, veja-se por exemplo Ball (2004). Veja-se Fitz e Beers (2002) para um estudo comparativo entre os Estados Unidos da América e Grã-Bretanha. Diversos esquemas de privatização ou semi-privatização de componentes do sistema educativo continuam a fazer parte das correntes políticas mais liberais.

¹¹ Veja-se as comunicações da Comissão Europeia “Improving the Quality of Teacher Education”, European Commission Staff Working document, 3 de Agosto 2007, e “Schools for the 21st Century”, European Commission Staff Working document, 11 de Julho 2007.

¹² Simkins resumiu assim esta deslocação de poderes: “Bureau-professionalism gives primacy to the roles of the professional and the public service bureaucrat; managerialism, in contrast, justifies and legitimates managerial power and challenges the values and power bases embodied in the traditional bureau-professional settlement.” (Simkins 2000: 321) A nova gestão pública teve implicações importantes para as profissões. Por exemplo, Broadbent e Laughlin (2002) demonstram como o poder e autoridade de diversos grupos profissionais dos serviços públicos podem ser mitigados por orientações gestoras.

através da celebração de contratos entre as escolas e a administração educativa, esquemas renovados de avaliação das escolas e professores, novos modos de recrutamento, e envolvimento de diversos actores na gestão escolar (Quadro 2).

Quadro 1. Pilares de reforma na Administração da Educação¹³

Mudanças estruturais no sistema Educativo	Mudança na concepção e organização do sistema e recursos educativos	- Recrutamento e colocação dos docentes - Tempos de funcionamento das escolas - Avaliação dos educadores e professores, segundo critérios de resultados, eficiência e equidade.
Reorganização das Escolas e da gestão das Escolas	Organização dos agrupamentos	- Racionalização das redes escolares
	Autonomia das escolas	- Contratos de autonomia entre as escolas e a administração educativa.
	Programa nacional de avaliação das escolas básicas e secundárias	- Avaliação das escolas - Avaliação do desempenho dos professores.
	Estabilização do sistema de colocação dos professores	- Descentralização do sistema de recrutamento e selecção pró concurso público.
	Novas formas de organização e gestão	- Colegialidade na direcção estratégica - Participação de outros actores
Administração educativa ao serviço das escolas e comunidades	Concentração de funções no ME	- Financiamento - Regulação - Concepção e desenvolvimento curricular - Avaliação e inspecção

Paralelamente às preocupações com a qualidade dos serviços educativos, os objectivos de redução de custos financeiros e de “redundâncias organizacionais” que estão na base da reforma dos serviços têm igualmente orientado a estratégia de reformas do Ministério da Educação, nomeadamente através das seguintes medidas: fecho de escolas sub-aproveitadas; extensão da duração do tempo de trabalho; aumento da dimensão das turmas; maior selecção na entrada para a carreira docente; o aumento da idade da reforma de 60 para 65 anos (tal como os restantes funcionários públicos), a adopção da regra “dois por um” para as contratações no sector; limitações, através das quotas, para se atingir os escalões de pagamento mais elevados; o fim das promoções entre escalões baseadas maioritariamente na antiguidade no serviço; a transferência de professores desempregados para outros sectores da administração pública; e a redução de vagas nas escolas através do controlo centralizado dos concursos nacionais de colocação, conjugada com o novo modelo de concurso de colocação nas escolas por 4 anos.

2 – A revisão do Estatuto da Carreira Docente

A reforma das relações laborais dos professores contextualiza-se pela confluência de duas grandes reformas estruturais em curso em Portugal: a reforma da administração pública, conduzida pelo Ministério das Finanças, e a reforma da administração escolar conduzida pelo Ministério da Educação.

Tal como a maioria dos professores dos países da OCDE, em Portugal os professores do sector público são uma categoria de funcionários públicos, cujo modelo de relações de emprego é regulado por uma legislação semelhante à função pública como um todo. Os professores portugueses integram os corpos especiais na função pública, e têm uma carreira profissional regulada pelo Estatuto da Carreira Docente (ECD). Desta forma, as medidas de reforma da administração pública estendem-se à carreira docente, ainda que haja particularidades em diversos aspectos legislativos e de execução das medidas. O estatuto contratual de nomeação será convertido num contrato de trabalho em funções públicas, por relação à alteração deste estatuto para todas as categorias da função pública que não pertençam às “funções soberanas do Estado”.¹⁴ Há mais implicações da reforma da administração pública para o sector da educação, por exemplo, a mobilidade e transferência de professores redundantes.

¹³ Quadro elaborado com base no programa do XVII Governo Constitucional (Cap.II.Novas Políticas Sociais/I.Mais e Melhor Educação: que desafios às Escolas e Professores). Veja-se também a intervenção da Ministra da Educação, “As Escolas Face a Novos Desafios”, 2 de Novembro de 2007, disponível no URL do Ministério da Educação.

¹⁴ As funções soberanas do Estado são: Defesa, Representação Externa (corpos diplomáticos), Polícia, Investigação Criminal, Administração Directa da Justiça (magistrados, juizes). Cerca de 80% dos funcionários públicos verão os seus vínculos contratuais convertidos de “nomeação” para o novo contrato. De acordo com o nosso cálculo da Base de Dados dos Recursos Humanos da Administração Pública de 2005, os professores com o vínculo de nomeação perfazem cerca de 29% do total dos funcionários públicos.

As transformações no modelo de trabalho e emprego dos professores ocorrem a dois níveis: Por um lado, um nível centralizado das relações com o Ministério da Educação enquanto empregador, com a revisão do estatuto da carreira docente. Por exemplo, tal como os restantes funcionários públicos, os professores estão sujeitos a um sistema de avaliação de desempenho individual e às suas implicações na progressão ao longo dos diversos escalões de remuneração. Porém, o grupo docente, enquanto corpo especial da função pública, beneficia de procedimentos e critérios de avaliação regulados por legislação específica do Ministério da Educação. Por outro lado, as mudanças ocorrem ao nível descentralizado das escolas onde o trabalho dos professores é directamente estruturado numa relação hierárquica e em novos espaços de tomada de decisão no contexto de um novo modelo de direcção e gestão escolar.

Em Portugal, o modelo de emprego dos professores do ensino público é o da “carreira” que está consagrada no ECD. Trata-se de uma carreira única, desde os educadores de infância até aos professores do ensino secundário embora no governo Social-Democrata anterior se tenha instituído um regime de contratação directa nas escolas. Estes professores que estão fora da carreira não têm mecanismo de progressão, mas estão actualmente sujeitos à avaliação de desempenho com consequências para a renovação de contrato.

A revisão do ECD¹⁵ trouxe alterações consideráveis aos requisitos de entrada e progressão na carreira docente, na forma de avaliação do desempenho individual dos professores, duração do tempo de trabalho e organização do trabalho, regras de absentismo e aumento da idade da reforma mas a alteração mais revolucionária e emblemática foi a divisão da carreira em duas categorias hierárquicas. De acordo com a ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, estas reformas são necessárias para aumentar o profissionalismo dos professores, promover a avaliação de desempenho e recompensar o mérito, para melhorar a qualidade da educação e combater o abandono escolar. Veja-se a justificação inscrita no preâmbulo do diploma legislativo:

“O trabalho organizado dos docentes nos estabelecimentos de ensino constitui certamente o principal recurso de que dispõe a sociedade portuguesa para promover o sucesso dos alunos, prevenir o abandono escolar precoce e melhorar a qualidade das aprendizagens. É necessário, por isso, que o Estatuto da Carreira Docente dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário seja, antes de mais, um instrumento efectivo de valorização do trabalho dos professores e de organização das escolas ao serviço da aprendizagem dos alunos. (...) trata-se de promover a cooperação entre os professores e reforçar as funções de coordenação, pois o seu trabalho, para que produza melhores resultados, não pode ser atomizado e individualizado. Sendo impossível organizar as escolas com base na indiferenciação, é indispensável proceder à correspondente estruturação da carreira, dotando cada estabelecimento de ensino de um corpo de docentes reconhecido, com mais experiência mais autoridade e mais formação.” (cf. Preâmbulo do Decreto-Lei 15/2007, Estatuto da Carreira Docente).

Como veremos, a forma que o governo Socialista resolveu traduzir esta orientação “meritocrática” e a procura de diferenciação entre profissionais foi através da introdução de uma hierarquização da carreira introduzindo a categoria restrita de Professor Titular, acesso à qual é determinado por concurso. Por outro lado, considerando os procedimentos anteriores inadequados,¹⁶ o governo procurou introduzir um mecanismo efectivamente diferenciador de avaliação individual para também e restringir a promoção na carreira. Finalmente, o governo aumentou os passos e as barreiras para entrada na carreira. Enquanto a entrada na carreira docente se baseava anteriormente em qualificações académicas – submetidas à avaliação em concurso nacional para colocação dos professores nas escolas, o novo ECD introduz a exigência de uma prova de ingresso na carreira docente. No quadro seguinte sintetizamos as medidas principais na reorganização da carreira docente que foram propostas e parcialmente legisladas (Quadro 1).

Professor Titular	Nova hierarquia profissional e hierarquização das tarefas e responsabilidades Estratificação da carreira docente em duas categorias profissionais: Professor e Professor Titular.
Avaliação Individual de Desempenho	Fim da promoção automática nos escalões salariais no critério prioritário da antiguidade no serviço - Quotas para categorias de avaliação positiva a serem aplicadas em cada escola e apenas os professores que obtenham uma nota de “Bom” ou “Excelente” podem qualificar-se para candidatura a Professor Titular; - Apenas um terço do pessoal docente de uma escola pode ocupar a

¹⁵ O Estatuto na Carreira Docente foi adoptado em 1990, revisto em 1998 e agora em 2007. A proposta da revisão foi apresentada em Maio de 2006 e negociada com os sindicatos dos professores entre Setembro e Novembro de 2006, sem consenso negocial e com negociações suplementares. Foi publicado em Diário da República a 19 de Janeiro de 2007. Vd. Decreto-lei 15/2007 de 19 de Janeiro.

¹⁶ A progressão na carreira dependia da antiguidade no serviço e da avaliação em cada escalão. Até 2007, esta avaliação desdobrava-se apenas na frequência de um número mínimo obrigatório de horas de formação contínua e na apreciação do trabalho desenvolvido na escola (avaliação a cargo do conselho pedagógico).

	categoria de Professor Titular
Acesso à Carreira Docente	Um novo processo de entrada na carreira docente do ensino público - Prova de aferição junto do Ministério da Educação: os candidatos devem passar a dois exames e obter uma avaliação igual ou superior a 14 valores (em 20) nos dois exames. Os docentes que chumbarem são excluídos do acesso à carreira docente (podendo leccionar na escola pública ao abrigo do regime de contratação directa ou tentar fazer de novo o exame no ano seguinte) - É necessário um ano probatório a seguir a este selecção e os professores têm que ser uma avaliação de “Bom” ou mais durante este período para obter emprego efectivo.

Quadro 2. Reforma do ECD: medidas principais

Em resumo, consideramos que as reformas aqui referidas põem em causa não só o emprego e a situação laboral dos professores mas a sua profissionalidade. Consideramos que a conflitualidade que emergiu em resposta às reformas avançadas pelo governo Socialista se deveu à forma como as mudanças desafiaram os poderes associados a essa profissionalidade; por isso têm provocado uma resistência alargada do grupo profissional dos docentes do Ministério da Educação português e uma unidade sindical e mobilização colectiva sem semelhante na função pública. Na análise a seguir tentamos demonstrar como o contexto da revisão do ECD e o próprio processo da negociação produziram uma teia complexa de conflito que gerou essa mobilização.

3 – Multiplicidade e unidade dos actores sindicais no sector

Ao longo do conflito em torno da revisão do ECD constata-se uma unidade sindical sem precedentes na história do sindicalismo da função pública, senão na história de todo o movimento sindical após o 25 de Abril. Assim consideramos que esta unidade tem que ser explicada. Com esse objectivo procederemos agora a descrever o sindicalismo docente.

Quadro 3. Composição da Plataforma Sindical de Professores

CGTP	FENPROF (7 sindicatos): Federação Nacional dos Professores
UGT	FNE (7 sindicatos): Federação Nacional dos Sindicatos da Educação FEPECI (1 sindicato): Federação Portuguesa dos Profissionais da Educação, Ensino, Cultura e Investigação FNEI (2 sindicatos): Federação Nacional de Ensino e Investigação
Independentes	ASPL: Associação Sindical de Professores Licenciados; PRÓ- ORDEM: Associação Sindical dos Professores Pró-Ordem; SEPLEU: Sindicato dos Educadores e Professores Licenciados pelas Escolas Superiores de Educação e Universidades; SIPE: Sindicato Independente dos Professores e Educadores; SIPPEB: Sindicato dos Professores do Pré-Escolar e do Ensino Básico; SNPES: Sindicato Nacional dos Professores do Ensino Secundário; SNPL: Sindicato Nacional dos Professores Licenciados; SPLIU: Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades; USPROF: União Sindical dos Professores; SINPROFE: Sindicato Nacional dos Professores e Educadores

Tal como o sindicalismo na função pública em geral, a estrutura dos sindicatos do sector da Educação é particularmente complexa e fragmentada de acordo com demarcações politico-ideológicas e de categorias (Stoleroff 2000, 2005). Em primeiro lugar, há uma distinção entre sindicatos dos professores e sindicatos dos trabalhadores administrativos e auxiliares das escolas. Mesmo no conjunto dos sindicatos dos professores há bastante diversidade. A maioria das organizações é constituída por sindicatos regionais gerais, isto é, constituídos apenas na base profissional da credencial de Professor e demarcados regionalmente ao longo do país e ilhas (Quadro 4). Há também outras organizações sindicais mais restritas e exclusivas que demarcam a sua constituição na base da origem do grau de qualificação (Politécnicos ou Universidade) ou de acordo com o nível de ensino (Pré-primária, 1ºciclo, Secundária, etc). Em segundo lugar, a divisão político-ideológica entre os sindicatos filiados na Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP) e na União Geral dos Trabalhadores (UGT) está presente nas principais federações sindicais dos professores: Federação Nacional de

Professores (FENPROF/CGTP) e Federação Nacional dos Sindicatos da Educação (FNE/UGT). Para além das federações alinhadas com as grandes organizações sindicais de Portugal, há ainda mais 10 sindicatos independentes.

A divisão político-ideológica nos sindicatos da função pública entre o sindicalismo “de classe” da CGTP e o sindicalismo “reformista” da UGT assume relevância particular num sector onde o empregador é o Estado. Seria expectável que, devido às proximidades políticas, a composição maioritária da corrente socialista da UGT pudesse conduzir a um tipo de convivência estratégica com o partido Socialista e que a liderança da esquerda comunista (incluindo alguns socialistas) da CGTP pudesse despoletar uma oposição permanente e consistente às reformas do governo socialista. Porém, os registos dos conflitos ao longo desta reforma da administração pública (veja-se Stoleroff 2007)¹⁷ são elucidativos que estas relações não são inteiramente lineares no Portugal contemporâneo.

Com taxas de sindicalização em cerca de 68%,¹⁸ os professores são trabalhadores bastante sindicalizados quando comparados com a sindicalização na função pública (cerca de 45%) e, mais ainda, com a sindicalização global no país (cerca de 20%). Enquanto a função pública é o “bastião” do sindicalismo global, pode-se afirmar que o sector da Educação é o “bastião” do sindicalismo no sector do Estado. A maior federação sindical de professores é a FENPROF/CGTP, que absorve cerca de 46% do total de professores sindicalizados.

Ao longo das negociações da reforma da administração pública, constatamos que os sindicatos da função pública se desmultiplicaram em dinâmicas distintas de consenso e resistência às mudanças em curso (Stoleroff e Pereira 2008b). Em contraste, os professores portugueses têm partilhado uma oposição comum à filosofia e orientação do novo Estatuto da Carreira Docente, posição que tem sido bastante consistente desde as negociações desta reforma. No contexto de perdas negociais sucessivas para os sindicatos, i.e., desacordos negociais e impossibilidade de atingir plataformas de consenso com a equipa ministerial da Educação, os sindicatos dos professores (que começaram inicialmente repartidos por 4 mesas negociais) conseguiram negociar internamente uma coligação informal com todos os sindicatos, uma união inédita desde 1974. A coligação passou a designar-se de Plataforma Sindical de Professores (veja-se Figura 2). Desde a sua formação, apesar de diferenças de opinião sobre o novo modelo de gestão expressas pelos dirigentes de FENPROF e FNE em particular, a Plataforma mantém-se intacta, assumindo a posição sindical e mobilizando o conjunto de sindicatos e professores.

4- Análise dos conflitos e das negociações: evidências e factores explicativos

Nos tópicos seguintes, exemplificamos a dinâmica dos conflitos e de negociação que foram evoluindo ao longo das negociações e implementação das reformas no sector público da educação. Antes de tudo, traçamos quantitativamente a evolução dos conflitos neste sector e identificamos as suas causas, aprofundando qualitativamente nos tópicos seguintes uma narrativa dos contornos das dinâmicas.

Panorama geral dos conflitos

Como constatamos desde o início, o conflito entre o Ministério da Educação e os sindicatos dos professores tem sido relativamente mais intenso quando comparado com a conflituosidade geral da administração pública, tanto ao nível do contraste das posições tomadas como ao nível da continuação do conflito e da mobilização.

Durante o primeiro ano de governo, as medidas mais contenciosas foram aquelas aplicáveis a todos os funcionários públicos (tais como, o aumento da idade da reforma de 60 para 65 anos e o congelamento das carreiras), bem como diversas medidas e programas para o sector da educação, tal como, a racionalização do número de escolas, extensão do tempo de trabalho nas escolas (programa “Escola tempo inteiro”), e a revisão do anterior estatuto da carreira docente (vd. Gráfico 1).

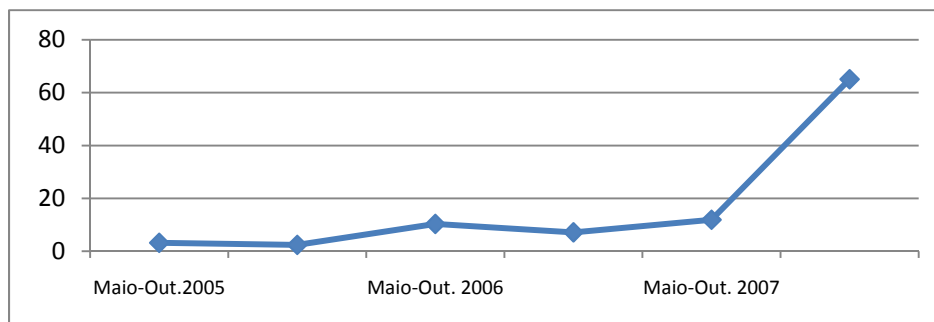
O conflito despoletou devido à ausência de processo negocial entre o ME e os sindicatos no que respeitou às matérias do congelamento de carreiras, da organização do ano lectivo de 2005/2006, regras de formação profissional, extensão e modificação do tempo de trabalho. Neste “novelo” de alegada violação de direitos adquiridos e profissionais, a FENPROF e a FNE convocaram uma greve durante o período de exames escolares, cujos impactos e custos sociais só foram minimizados devido à exigência ministerial de “serviços mínimos” durante a greve. Os sindicatos interpretaram esta medida como “abusiva” e violadora da liberdade sindical, o que motivou, no fim de Junho, a apresentação de queixas contra o ME na Organização Internacional do Trabalho e no Provedor de Justiça, devido à alegada falta de diálogo e determinação unilateral de serviços mínimos no sector. Porém, este recurso sindical fora recusado, pois as decisões judiciais reverteram a favor do ME.

Depois de Maio de 2006, com a apresentação da proposta de revisão do ECD, a frequência de rupturas entre ME e sindicatos começou a aumentar. Cerca de 30% dos conflitos neste sector ocorreram durante a negociação do ECD, diploma que foi aprovado sem consenso negocial. A maior intensidade de conflito ocorreu depois de Junho de 2007, e sobretudo depois de Janeiro de 2008 com a implementação do novo sistema de avaliação de desempenho dos professores. Cerca de 70% do total dos conflitos no sector (desde 2005) tomaram lugar num período de três meses. Os conflitos prosseguiram até à abertura do ano lectivo de 2008/2009, porém esta quantificação refere-se apenas até a Abril de 2008. Na discussão final deste trabalho daremos conta das dinâmicas de conflito que se geraram no último semestre (Maio-Outubro 2008).

¹⁷ Cf. Base de Dados dos Conflitos na Função Pública entre 2002 e 2008, Projecto CIES/ISCTE.

¹⁸ Dados referentes de 2006, facultados pela FENPROF.

Gráfico1. Distribuição do total dos conflitos no sector da Educação entre Maio de 2005 e Abril de 2008 (seis semestres, % de conflitos)



O gráfico seguinte (Gráfico 2) quantifica os temas em torno dos quais se configuraram os conflitos no período estudado. Constatamos que se torna evidente a concentração do conflito em torno das matérias do ECD em revisão, pois constituem mais de 50% das reivindicações, desde 2005. O novo esquema de avaliação esteve no centro das tensões (cerca de 27%) bem como as críticas à política negocial do Ministério da Educação ao longo do processo de mudança (cerca de 13%). Como veremos, apesar de não existir uma oposição sindical tão unitária quanto tem havido face ao ECD, a revisão do modelo de gestão e direcção escolar tem produzido também alguns focos de resistência.

Gráfico 2. Matérias em conflito no sector da Educação entre Maio de 2005 e Abril de 2008 (%)



4.2 Estatuto da Carreira Docente (ECD): intensidade e união na evolução do conflito

Na evolução da negociação e conflito em torno das reformas no sector, podemos identificar, principalmente em relação ao ECD – o diploma mais conflitual que o novo modelo de gestão escolar – três fases de evolução: uma fase de concepção e negociação das principais cláusulas do Estatuto (entre Maio de 2006 e Dezembro de 2007), uma segunda fase de monitorização e implementação do ECD (entre Junho 2007 e Abril de 2008), e, sobreposta com esta segunda fase, uma terceira que designamos do movimento social profissional dos professores (Janeiro 2008 e Janeiro 2009). Os desacordos negociais e os protestos para revogação do ECD marcaram a primeira fase; na segunda fase, a medida mais controversa passou pelo concurso para Professor Titular - e no papel que os sindicatos desempenharam na monitorização de “legalidades” e “justiças” do diploma - e na aplicação do sistema de avaliação – as resistências sindicais e das escolas no seguimento do processo e a chegada a um “entendimento” entre o Ministério da Educação e os sindicatos dos professores. A terceira fase centrou-se na mobilização sindical e extra-sindical dos professores em oposição ao modelo de avaliação do desempenho e tem sido uma fase não só de resistência como de revolta em que a quase totalidade do corpo docente se encontrou envolvida. Particularmente revelador em relação à hipótese que enunciámos é que nesta última fase o discurso dos sindicatos e dos “movimentos” extra-sindicais dos professores regressou à contestação da medida mais emblemática da revisão do ECD, ou seja, da divisão hierárquica da carreira. É através dessa revelação que a contestação demonstra, como argumentaremos aqui e

em outros trabalhos, que o que está em causa é um conflito sobre a própria concepção da profissão docente; trata-se de uma questão da identidade profissional e, daí, a nossa contenção de que se está em frente de um movimento social profissional.¹⁹

1ª Fase: Concepção e negociação das medidas gerais da revisão do ECD (Maio de 2006 a Dezembro 2007)

O Ministério da Educação comunicou aos sindicatos a sua primeira proposta de revisão do Estatuto em Maio de 2006. O processo de negociação iniciou em Setembro, prolongando-se até Novembro e resultou em várias greves e protestos contra as propostas do governo e a percepção de uma posição ministerial “inflexível” e “intransigente” ao longo das negociações. Em Outubro de 2006 o conflito no sector da educação convergiu com o conflito iminente na negociação salarial da função pública e com negociações gerais da reforma da administração pública. Neste contexto, emergiu uma “teia de conflito” devido à divergência inquebrável erigida entre os trabalhadores da função pública (profissionais e não profissionais) e o governo e ME, relativamente a um conjunto vasto de matérias, tais como os salários, relações industriais no sector público, bem como, todas as matérias em torno da revisão do ECD.

O conflito aberto e as dinâmicas de mobilização colectiva estiveram concentradas no primeiro semestre do ano lectivo de 2006/2007 quando a luta dos professores convergiu com as negociações salariais da função pública. Os sindicatos da função pública (Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado, Frente Comum dos Sindicatos da Função Pública, e Federação dos Sindicatos da Administração Pública) reclamavam aumentos salariais entre os 3% e os 5%, enquanto que o Governo iniciou as rondas negociais com uma proposta fechada de 1,5%. Neste contexto, a Frente Comum (FC, a estrutura da CGTP) organizou uma grande manifestação em Lisboa em meados de Outubro com cerca de 70 mil participantes contra as reformas do governo para a função pública e para a segurança social. Simultaneamente, a FC convocou uma greve da função pública para Novembro em protesto contra as ofensivas do governo para com os funcionários públicos e o sector do estado no geral, e convidou a FESAP e o STE para se juntar ao protesto. Segundo a FC, o Governo estava a minar as funções sociais do Estado:

Segundo esta organização sindical, houve um conjunto de alterações claramente ofensivas aos funcionários públicos: o fim do sistema de carreira (onde as promoções estão congeladas desde Agosto de 2005), a redução da pensões de reforma, a possibilidade de despedimento sem justa causa, e o fim do estatuto tradicional de funcionário público para a maioria dos trabalhadores do Estado. Para além das matérias salariais, as reivindicações reflectiram a convergência da oposição sindical à reforma da administração pública com as propostas de revisão do Estatuto da Carreira Docente no sector da educação. Nas rondas negociais posteriores à manifestação de Outubro e da convocação da greve de Novembro, não se verificaram alterações significativas nas dinâmicas de negociação e na cedência a propostas apresentadas.

No dia 17 de Outubro os professores participaram numa greve geral, que coincidiu com a apresentação do Orçamento do Estado apresentado pelo governo ao Parlamento. Esta greve também demarcou o antagonismo vivido entre o presente governo e os sindicatos da função pública. Durante a greve de 17 de Outubro, o Secretário de Estado da Educação declarou que os sindicatos estavam a enfrentar uma “última oportunidade” para poderem rever e as suas propostas e participar nas reformas previstas. Em declarações simultâneas, o governante deixou claro que o Ministério tinha chegado a uma “posição definitiva” quanto à introdução de uma carreira com duas categorias (cf. Jornal de Notícias, 20 de Outubro de 2006) e insistiu que o governo iria legislar as mudanças de forma unilateral caso os sindicatos não conformassem as suas propostas com os princípios da avaliação, promoção com base no mérito, e divisão da carreira em duas categorias. O porta-voz da Plataforma Sindical dos Professores, Mário Nogueira, considerou esta posição do ME como “chantagem” o que acentuou o antagonismo vivido entre os actores.

Apesar de o ME ter feito algumas concessões, o processo negocial terminou no fim de Outubro sem acordo entre as partes. De acordo com a legislação em vigor para a negociação colectiva na função pública, os sindicatos pediram um período de negociação suplementar. Neste período, ambas as partes defrontaram o processo negocial na base de uma cisão de princípios, onde sabiam que não haveriam concessões possíveis. No fim deste período (22 de Novembro 2006), embora o ME tenha feito algumas concessões (por exemplo, as licenças de maternidade ou as baixas por doença não deixaram de contar negativamente para a progressão na carreira docente, entre outras), os sindicatos não subscreveram a proposta final de revisão do ECD porque as questões de princípio se mantiveram inalteradas: quotas de avaliação de desempenho, divisão da carreira em duas categorias, nova prova de avaliação de entrada na carreira.

A luta sindical em torno do novo ECD não terminou com o veredicto final do governo nas negociações salariais. A 28 de Dezembro de 2006, a Plataforma Sindical dos Professores apresentou uma queixa à OIT contra o Ministério da Educação, alegando a violação da legislação sobre negociação colectiva e da boa fé negocial. O Ministério foi acusado de não ter fornecido aos sindicatos a documentação necessária para preparação das contra-propostas para as sessões negociais e de ter iniciado a ronda de negociação suplementar com base num documento “fechado” sem margem de concessão possível.

O modelo revisto do ECD foi aprovado a 19 de Janeiro de 2007. Em Fevereiro do ano seguinte decorreu mais um período de negociações entre os sindicatos e o ME quanto à regulamentação do primeiro concurso para “Professor Titular”. Apesar de as partes também não terem (previsivelmente) chegado a um acordo a regulamentação foi adoptada e o primeiro concurso para esta nova categoria tomou lugar em 2007. Sobre este diploma, alegando a inconstitucionalidade da legislação, a Plataforma Sindical dos Professores apresentou uma providência cautelar em Maio (2007) no Tribunal Administrativo de Lisboa contra a abertura do primeiro concurso.

¹⁹ A forma que levantamos esta questão da identidade remete para a concepção de movimento social que se encontra na obra de Touraine.

O ME abriu o concurso de “Professor Titular” para o ano lectivo 2006/2007, em cerca de 40 mil vagas. Isto significa que dos 60 mil professores que estavam aptos para candidatura a esta categoria (cf. FENPROF), cerca de 20 mil não poderiam atingir o topo da carreira (cf. Jornal Correio da Manhã, 2 Junho de 2007). No dia de abertura das vagas, os sindicatos dos professores submeteram uma petição ao ME para protestar contra a divisão da carreira em duas categorias hierárquicas e as regras de selecção.

Enquanto este primeiro concurso estava a decorrer, os sindicatos da função pública (FC, STE, FESAP) negociavam um novo sistema de avaliação de desempenho dos funcionários públicos. Estas negociações terminaram em Junho de 2007 com o acordo dos sindicatos da UGT (STE e FESAP). Subsequentemente, a 24 de Julho de 2007, o ME apresentou a sua proposta para a avaliação de desempenho na profissão docente. As negociações iniciaram em Setembro (2007) e prosseguiram até Outubro, com o pedido da parte dos sindicatos de negociações suplementares. Porém, tal como outros “episódios negociais” neste sector, as negociações findaram sem o acordo dos sindicatos. A falta de consenso no processo negocial, aliado às anteriores dinâmicas de resistência, marcou o momento nevrálgico a partir do qual o conflito aberto e intenso se tornou bastante previsível nas relações com o ME. O modelo de avaliação aprovado tem sido o diploma mais veementemente rejeitado pelas organizações sindicais. Estas alegam que há uma tendência punitiva no novo modelo, bem como um método excessivamente burocrático que enfatiza critérios e resultados do desempenho mais quantitativos em detrimento dos qualitativos. Os sindicatos têm rejeitado unânime e fortemente a definição de quotas para a atribuição dos graus de “muito bom” e de “excelente”, e reclamaram a insuficiência de condições administrativas para implementar um processo tão “burocrático” em prática nos prazos estabelecidos. Por seu turno, o ME considerou que a aprovação tanto do ECD com do SIADAP (dos funcionários públicos no geral) estabeleceram parâmetros para a negociação dos procedimentos de avaliação e como tal, as objecções levantadas pelos sindicatos não podiam constituir objecto de negociação.

“Infelizmente não acredito num acordo, porque os sindicatos estão a fazer depender um entendimento da alteração de regras que já estão inscritas no Estatuto da Carreira Docente. As condições impostas são impossíveis de cumprir” (Cit. Jorge Pedreira, Secretário de Estado adjunto da Educação, Público, 15 de Setembro de 2007).

Neste contexto, os sindicatos dos professores continuaram a protestar veemente contra o ME e a sua alegada ofensiva negocial em todos os aspectos de reforma. A seguir ao período negocial (e na ausência de acordo negocial), o novo modelo de avaliação de desempenho dos professores do ensino público começou a tomar efeitos práticos a 11 de Janeiro de 2008. Os prazos foram relativamente problemáticos para os sindicatos pois o ME determinou que os procedimentos deveriam iniciar rapidamente e que as escolas teriam no máximo 6 meses (até Julho 2008) para preparar as condições de avaliação de 150 mil professores. Este processo foi planeado em fases, começando com a definição dos objectivos individuais para todos os professores do ensino público, contratados e com vínculo público de nomeação.

2ª Fase: Monitorização e implementação do ECD (Junho 2007 a Abril 2008)

O processo de selecção para “professor titular” e o papel dos sindicatos na monitorização de injustiças e ilegalidades

As medidas que regulam a selecção dos professores para a categoria nova criada despoletaram um período intenso para os sindicatos e professores. Em primeiro lugar, os sindicatos levantaram o problema da equidade. Uma vez que esta categoria depende da existência de vagas que são determinadas em cada escola, os professores com qualificações inferiores, em escolas menos competitivas, podem atingir a categoria de “professor titular”, enquanto que professores com um currículo melhor mas colocados em escolas mais competitivas, com menos vagas, podem ser excluídos da categoria nesse ano. Para além disso, o critério para classificar os candidatos não foi política ou legalmente consensual. Tendo “confirmado injustiças” em torno deste primeiro concurso, a Plataforma Sindical dos Professores decidiu em Julho de 2007 apresentar uma queixa no Parlamento, à Comissão da Educação, e à Provedoria da Justiça, pedindo a verificação da constitucionalidade do processo de selecção para 2007/2008.

Neste processo de selecção, mais de 32 mil professores, i.e., quase dois terços dos candidatos atingiu um nível de “professor titular” (cf. Ministério da Educação). Depois de receber a queixa dos sindicatos quanto à constitucionalidade da lei, no início de Agosto o Ministério Público concluiu que a legislação ainda precisava de “correções indispensáveis” (cf. Jornal Público, 5 Julho de 2007), nomeadamente, a falta de igualdade de oportunidades para aceder à nova categoria de professor titular.

A Plataforma Sindical de Professores considerou que as suas posições foram reforçadas com este acórdão do Ministério Público. Tal como referiu o seu porta-voz, Mário Nogueira:

“[O ME] Permanece cada vez mais isolado apesar da sua insistência em impor um processo de selecção que não respeita as regras básicas de equidade e proporcionalidade, que ignora recomendações legais e que provoca injustiças profundas”. (cit. Mário Nogueira, Plataforma Sindical dos Professores, Público, 4 Agosto de 2007).

Como consequência, o ME tomou em consideração as recomendações do Ministério Público e criou um período de “recurso” para os casos provados de injustiça. Estes casos foram resolvidos através da nomeação dos candidatos à categoria de “professor titular”. Não obstante, os sindicatos dos professores não ficaram satisfeitos com esta solução, tendo preferido a

repetição do processo de selecção. No que respeita a esta mudança, os sindicatos depararam-se com diversos desafios legais. Por exemplo, apenas em Abril de 2008 o Tribunal Constitucional chegou a uma decisão em relação à alegada existência de ilegalidades ocorridas durante o primeiro concurso.²⁰

A implementação de avaliação de desempenho: da “batalha” legal a um “entendimento”

A partir da publicação da lei a 10 de Janeiro (DR 2/2008) – regulamentação do modelo de avaliação de desempenho - este sector vivenciou um dos períodos mais intensos de dinâmicas de conflitualidade entre os sindicatos, escolas e Ministério da Educação, período que culminou numa grande manifestação nacional a 8 de Março com o pedido de suspensão dos procedimentos de avaliação. Se durante as negociações gerais da concepção do modelo de avaliação não havia consenso quanto aos principais fundamentos do modelo, após a sua aprovação, não havia qualquer consenso quanto aos prazos de transição dos modelos.

Este afastamento irreconciliável, aliada à relativa homogeneização das críticas sindicais nas escolas, foi sendo “ritualizada” em diversas escolas do país. As dinâmicas geradas nesse período revelaram não apenas os problemas práticos e organizacionais envolvidos no processo, mas a falta de reconhecimento das novas regras. Os sindicatos foram confrontados com a recusa sistemática da parte do ME em suspender ou adiar o processo de avaliação, ainda que tenham surtido diversos indicadores de dificuldade de operacionalização, nomeadamente, o fornecimento de directrizes e de instrumentos estandardizados para a concretização das primeiras fases da avaliação de desempenho. A este respeito, por exemplo, os Inspectores da Educação invocaram de imediato a dificuldade de recursos para pôr em prática a avaliação de desempenho planeada. Da parte dos sindicatos dos professores, uma crítica transversal à elevada burocratização do mecanismo tem sido o reforço do papel do professor enquanto “técnico da educação” e a dificuldade de utilização dos tempos de trabalho para desempenhar actividades paralelas à praxis pedagógico-científica e vocacional. Para além disso, as escolas aguardavam directrizes do ME para poderem implementar as primeiras fases do modelo. Até certo ponto, o ME reconheceu a sua responsabilidade a este respeito mas recusou-se a reverter o processo.

Entre Janeiro e Março de 2008, diversas escolas informaram o ME da sua posição em “boicotar” os procedimentos, recusando-se a dar seguimento aos trabalhos. Finalmente, o ME concedeu uma extensão nos prazos intermédios de modo a desbloquear alguns problemas e adiar a primeira fase da avaliação. Porém, os sindicatos dos professores – bem como outros movimentos docentes extra-sindicais emergentes – continuaram a reivindicar a suspensão da avaliação de desempenho no ano lectivo 2007/2008.

O objectivo da suspensão dos procedimentos enquanto uma tática para eventualmente modificar a concepção e o modelo de avaliação proporcionou o impulso para um período massivo de mobilizações colectivas dispersas pelo país, bem como a concretização de outras iniciativas e métodos de protesto.

Durante a primeira semana de Março (2008), antes de uma grande manifestação nacional de dia 8, os professores entraram num período de “vigílias” e “luto” pela educação. Em quase todas as grandes cidades do país, houve manifestações locais de professores em protesto reivindicando a revogação do ECD e do modelo de avaliação em particular. Esta semana de protestos culminou no dia 8 de Março numa manifestação nacional sem precedentes, com cerca de 100 mil participantes em Lisboa. Como consequência, as organizações sindicais viram-se perante uma inesperada abertura de negociações com o ME para desbloquear os problemas emergentes do modelo de avaliação.

O resultado destas negociações foi a aplicação de um modelo flexível, do ponto de vista dos critérios, para os cerca de 7 mil professores contratados e os situados no último escalão de modo a poderem ver os seus contratos renovados e progredirem na carreira, respectivamente. Depois de diversos pedidos da Plataforma Sindical dos Professores para a reabertura de negociações sobre as regras de avaliação, o ME concedeu este período negocial entre 11 de Março e 11 de Abril (2008).

No contexto de significativas tensões e agitação social nas relações sindicatos/escolas/professores/ME, a celebração de um “entendimento” foi bastante inesperada. No entanto, enquanto os sindicatos mobilizavam massivamente e obtinham concessões negociais inesperadas, verificamos que as táticas sindicais sofreram recuos consideráveis do ponto de vista do suporte legal das reivindicações. Entre Janeiro e Março, os Tribunais Administrativos rejeitaram diversas providências cautelares e recursos para o adiamento ou revogação do processo de avaliação. Do ponto de vista das táticas sindicais, tal significou que o recurso legal ficou esgotado.

A Plataforma Sindical baseou a sua vontade em chegar a um acordo com o ME nas premissas da suspensão do modelo e da implementação de um período experimental no ano lectivo 2008/2009, porém nas circunstâncias em que foi reaberto o processo negocial, estas premissas foram abandonadas para se chegar a um “entendimento”. O “memorando de entendimento assinado pelos sindicatos e o ME a 17 e Abril (2008) foi um momento singular de “tréguas” entre os actores, no decurso de um conflito longo e complexo. Atenuou temporariamente a crise nas escolas e protegeu os interesses de um

²⁰ “Os professores que, entretanto, já tenham chegado aos lugares cimeiros da carreira docente têm que submeter-se a provas para poderem ascender à categoria de professor titular (artigos 37.º e 38.º). Esta alteração na carreira docente tem implicações imprevistas, intoléráveis e desproporcionadas em carreiras consolidadas ao longo de vários anos, que as disposições transitórias do Decreto-Lei n.º 15/2007 não logram acautelar devidamente. Com o efeito, o artigo 10.º, n.º 8, deste diploma, faz regressar os professores que, entretanto, já se encontravam nos lugares cimeiros da carreira docente (nos 8.º, 9.º e 10.º escalões), na medida em que deixam de ocupar as posições mais elevadas da carreira e transitam para uma categoria inferior – a de professor –, e na medida em que deixam de desenvolver certas tarefas de coordenação e supervisão, que passam a estar cometidas somente ao professor titular.” (Cf. Acórdão do Tribunal Constitucional N.º 184/2008)

grupo de professores. Não obstante, a FENPROF, a maior federação sindical de professores, manteve os seus planos de mobilização em oposição ao ECD aprovado, ao modelo de avaliação e, juntamente a estas matérias, ao novo modelo de gestão e direcção escolar.

3ª Fase: Emergência de um movimento social profissional dos professores (Janeiro 2008 a Janeiro 2009)

Actualmente, o novo sistema de avaliação foi aplicado a cerca de 12 mil professores (contratados e situados no último escalão), enquanto os restantes professores serão apenas avaliados ao longo do ano lectivo 2008/2009. Para já, o que verificamos é que o “memorando de Abril” teve uma funcionalidade imediata, na medida em que desbloqueou alguns problemas nas escolas de um grupo restrito de docentes. Porém, verificamos também a continuação de dinâmicas de resistência ao modelo no início do ano lectivo 2008/2009, principalmente com mais uma massiva manifestação nacional de professores a 8 de Novembro com cerca de 120 mil participantes, uma grande manifestação subsequente convocado pelos movimentos extra-sindicais de professores no dia 15 de Novembro e realização de uma greve nacional a 3 de Dezembro igualmente massiva. Neste momento, as organizações sindicais encontram-se em processos simultâneos de resistência colectiva e de construção de modelos alternativos, isto é, entre a monitorização do modelo e ainda uma transição incerta enquanto participam em novas negociações sobre o modelo de carreira e preparam mais uma greve nacional para o dia 19 de Janeiro de 2009.

No início de Outubro, a Plataforma Sindical dos Professores entregou um documento ao ME identificando um conjunto de “problemas organizacionais” derivados de queixas e recursos de certas escolas no início deste ano lectivo (vd. Ofício à Comissão Paritária da avaliação de professores, 1 de Outubro de 2008). Na verdade, apesar de a Plataforma Sindical de Professores ter assinado um “memorando de entendimento” em Abril que previa o adiamento do mecanismo de avaliação para o ano lectivo 2008/2009, era expectável que as dinâmicas de resistência se fortalecessem com a intransigência do ME em continuar a implementar o modelo aprovado em 2007 e com a possibilidade formal da sua revisão em 2009. Como consequência, diversas escolas por todo o país começaram a entrar numa espiral de suspensões sucessivas do modelo de avaliação. Os dados mais recentes indicam que cerca de 308 escolas ou agrupamentos escolares terão votado em assembleia de professores ou expressado por escrito a suspensão do modelo de avaliação de desempenho (vd. listagem em fenprof.pt). Em meados de Novembro (2008), na iminência destas evidências e de um ano lectivo socialmente conturbado nas escolas, a Ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, veio ao Parlamento explicar a sua resistência em não abdicar do modelo de avaliação aprovado, admitindo mais tarde a existência de alguns problemas organizacionais nas escolas e cedendo em alguns trâmites de regulação nomeadamente, o problema da existência de avaliadores de áreas disciplinares diferentes das dos avaliados, o problema da burocracia, e o problema da sobrecarga de trabalho inerente ao processo de avaliação (vd. Medidas para melhorar o processo de avaliação dos professores”, Ministério da Educação, 21 de Novembro de 2008).

“Peço desculpa, peço desculpa aos senhores professores por ter causado tanta desmotivação (...) Nunca me ouviram dizer que a aplicação do modelo não é difícil. O que digo é que, mesmo sendo difícil, tem de ser aplicado a bem do interesse dos alunos, das escolas, do país.” (cit. Maria de Lurdes Rodrigues, Jornal Público 13 de Novembro de 2008)

Assim, o ME recuo no modelo de avaliação mas insistiu na aplicação efectiva do modelo simplificado que anunciou no meio das negociações suplementares com os sindicatos. A partir deste momento, com a recusa dos sindicatos em renderem-se à simplificação do modelo e a manterem a reivindicação pela suspensão do modelo e novas negociações, reemergiu explicitamente no discurso dos sindicatos e dos movimentos extra-sindicais o apelo à mobilização dos professores para o objectivo – além da suspensão do modelo de avaliação - da revogação da divisão da carreira. Entretanto, na situação politizada após a manifestação do dia 8 de Novembro, abriu-se uma nova frente no conflito com a apresentação na Assembleia da República de moções pelos partidos da oposição para a suspensão do modelo de avaliação e votações inconsequentes. Na fase mais recente o motim dos professores e dos Conselhos Executivos nas escolas mantém-se e todos os actores envolvidos nos processos preparam-se com antecipação do desfecho do conflito com base nos resultados da greve dos professores marcada para dia 19 de Janeiro deste ano.

5- Conclusões: Factores explicativos da conflitualidade no sector da Educação

a) Metodologia de mudança: a falta de diálogo social

As medidas de reforma da carreira docente e da organização das escolas públicas têm sido, obrigatoriamente por lei, submetidas a negociação e discussão com os sindicatos. No entanto, este processo negocial tem sido repleto de conflito. A partir de declarações públicas (registadas pela imprensa) e das nossas entrevistas aos dirigentes sindicais, encontramos um padrão onde os sindicatos partilham, de forma quase unânime, a percepção de que têm sido excluídos da esfera de participação na concepção da reforma. Nesse respeito, as seguintes citações pelas principais porta-vozes da plataforma sindical são bons exemplos da percepção sindical:

“... O Ministério quando nos aparece com o primeiro projecto aquilo já vinha quase fechado, tinha tudo feito, quer dizer, toda a parte técnica, digamos de levantamento de estudos com erros e tudo o que lá tinha, foi tudo feito completamente à parte, de fora, sem conversa, sem discussão, sem levantamento ... foi pior o processo, do ponto de vista democrático, do ponto de vista negocial, do que no tempo do Cavaco Silva, em que havia a maioria absoluta e em que o Roberto Carneiro era Ministro da Educação.” (cit. Mário Nogueira, Plataforma Sindical dos Professores, Entrevista a 17 de Janeiro de 2008)

“Nunca fomos para uma reunião em que houvesse uma real disponibilidade para acolher outras propostas ou outras alternativas. Quando as apresentávamos eram sempre rejeitadas. Não houve uma proposta concreta, substantiva, que não fosse uma mudança de uma vírgula ou uma mera concordância verbal que fosse aceite pelo Ministério da Educação em todo o processo negocial. (cit. João Dias da Silva, Federação dos Sindicatos da Educação, Entrevista a 15 de Julho de 2008)

A reforma é percebida como imposta pelo ME, contra os interesses dos professores e aplicada fora de uma base de concertação e “boa fé” negocial. Constatamos que todos os sindicatos têm estado envolvidos em conflito. Desde o início do processo negocial, o ME assumiu publicamente uma ruptura no diálogo e cooperação com os professores: “Perdi os professores, mas ganhei os pais e a população”, disse Maria de Lurdes Rodrigues, a actual ministra da Educação (cf. TSF, 20 Novembro 2006). Durante a negociação do ECD e das suas matérias fundamentais (Professor Titular e Avaliação de Desempenho) não houve acordo com os sindicatos dos professores, e através das declarações dos sindicatos, a margem de negociação foi sempre extremamente reduzida. Argumentaremos também que a metodologia de reforma dos serviços públicos portugueses tem sido relativamente radical, e encontra-se inter-relacionada com a urgência da mudança (orientação financeira e calendário político) e com a abordagem tecnocrática às reformas em curso. Ambos os factores limitam a capacidade do ME em negociar e atingir “plataformas de consenso” com os actores envolvidos. Por exemplo, o facto de o novo ECD ser baseado num relatório profissional externo fez com que as propostas de reforma e o “jogo” possível tenham estado bastante limitados pelas suas recomendações.²¹ Os sindicatos foram bastante críticos quanto a esta metodologia, o que tornou esta reforma bastante controversa desde a sua fase embrionária.

Portanto, concluímos em geral que em grande medida a conflitualidade envolvida no processo da revisão do ECD se deve à metodologia de mudança: a falta de diálogo social. Do ponto de vista do governo, a revisão do ECD, tal como a Reforma da Administração Pública, era necessária e iria avançar com ou sem os sindicatos (veja-se Stoleroff 2007). Assim, o processo de negociação da revisão poderia ser desenvolvido como um estudo de caso de erros e de consequências de erros que derivam da falta de atenção ao modelo de diálogo social já estabelecido normativamente ao nível europeu e em Portugal. O governo português permitiu-se limitar o seu diálogo com os sindicatos aos procedimentos mais básicos e formais das normas do diálogo social e decidiu pagar o custo, amortizando a sua maioria absoluta. Esta conclusão merece um desenvolvimento adicional.

b) Abordagem tecnocrática e gestonária de reforma

O Ministério da Educação tem sido orientado, por um lado, por uma abordagem tecnocrática e gestonária à concepção do novo ECD. A opção em introduzir uma nova hierarquia profissional em oposição aos valores “igualitários” e “colegiais” dos professores e às ideologias dos seus sindicatos é característica de uma abordagem deste tipo. As orientações de reforma baseiam-se na convicção de que uma melhoria na qualidade do desempenho dos professores exige, por exemplo, a criação de novos esquemas de competição e promoção individual baseados no mérito do docente. Por outro lado, o ME considera que os interesses “corporativistas” dos sindicatos dos professores ligados ao modelo anterior, torna estes actores incapazes de contribuir de forma útil e realista para a concepção de um modelo que tem fundamentos diferentes daqueles em que tais interesses foram fundados. Desta forma, os sindicatos não foram significativamente consultados na concepção das propostas de revisão avançadas pelo ministério.

Consideramos que a orientação do ME para esta reforma encontra inspiração parcial em alguns princípios do paradigma da Nova Gestão Pública, nomeadamente, na convergência do modelo da gestão dos trabalhadores do sector público com as técnicas de gestão do sector privado. Esquemas de remunerações de acordo com o desempenho e mérito, o reforço da responsabilização pelos resultados e a criação de “lideranças fortes” são orientações evidentes desta nova filosofia para o sector.²² A introdução deste tipo de esquemas de gestão de recursos humanos nas escolas implica uma revolução na sua cultura institucional prévia e uma certa descontinuidade com o modelo de relações de emprego na profissão docente. A abordagem praticada vai no sentido da valorização e promoção de critérios gestonários em vez de critérios profissionais no modelo de administração escolar. No geral, todas as matérias de reforma que desafiam o controlo profissional nas escolas têm merecido resistência por parte dos sindicatos dos professores. Neste contexto, a marginalização dos sindicatos no processo de negociação do novo modelo aumentou a probabilidade de conflito que verificamos e que tem ocorrido até ao presente.

c) Abordagem anti-sindical e tácticas desenvolvidas

A abordagem do ME aos sindicatos dos professores tem sido particularmente radical no sentido táctico, se não estratégico. Esta abordagem inicia com o preconceito aparente acerca do papel dos sindicatos dos professores no sistema educativo. O ME desenvolveu a sua estratégia partindo da assunção de que estes actores são obstáculos a mudanças no emprego docente que visem maior eficiência, em parte, devido à visão de que estes actores defendem direitos profissionais

²¹ Vd. João Freire, Reorganização da Carreira Docente do Ministério da Educação, Relatório Final, Dezembro 2005, actas da Conferência Internacional “Teachers in Europe: working conditions, professional profile and career” organizada pela IED e Fundação F. Erbert (Fevereiro 2007).

²² A revisão da literatura mostra que os resultados práticos da aplicação desta perspectiva não são consensuais e que existem diversas consequências não intencionadas associadas a alguns esquemas. Por exemplo, Peretó (2007) e um relatório recente da OCDE (2007) concluíram que os sistemas de remuneração associados ao desempenho adoptados por diversos países da Europa desde os anos oitenta não têm tido impactos positivos na motivação dos funcionários públicos, especialmente devido às percepções de subjectividade nos critérios de avaliação e desencadeamento de sentimentos de injustiça.

adquiridos e consolidados no modelo anterior. De facto, no início do processo negocial em 2006, os sindicatos foram “ameaçados” pelo Secretariado de Estado de que se continuassem a sua resistência e mobilização colectiva contra as propostas de reforma, seriam excluídos dos grupos de trabalho. Esta “ameaça” foi particularmente mal recebida pelos sindicatos:

“Acho que aquela ameaça que no dia 19 de Outubro de 2006 nos foi feita, de que ...«se vocês não ajudarem o nosso barco a chegar a bom porto (...) o barco vai afundar-se mas os vossos sindicatos e os vossos dirigentes são os primeiros a afundar-se” (...) eles agora vão concretizar isso alterando profundamente e fragilizando de uma forma brutal, por medidas políticas e legais também, porque a legislação passa a ser nova, os sindicatos.” (cit. Mário Nogueira, Plataforma Sindical dos Professores, Entrevista a 17 de Janeiro de 2008)

A Administração Educativa e, em particular, os estabelecimentos de ensino públicos, são tidos pelo ME como organizações “bastião” de sindicatos corporativistas com interesses específicos. Durante os processos negociais, a Ministra da Educação e os Secretários de Estado enfatizaram frequentemente que as reformas avançariam e seriam implementadas apesar da resistência dos actores sindicais. Na base desta orientação, a equipa ministerial por diversas vezes procurou distinguir os interesses dos sindicatos dos interesses e posições dos professores, distinção que, a nosso ver, se vê relativamente dificultada ou comprovada dada a elevada sindicalização dos professores. No âmbito desta tática discursiva, os sindicatos são retratados como actores que defendem privilégios exclusivamente corporativistas, em outras palavras profissionais, em detrimento do interesse público, i.e., dos estudantes, pais e o país em geral. Este discurso político dirigido à necessidade de melhores professores e a ineficiência de recursos é sentida pelos professores como um “ataque ao Professor”, o que tende também a gerar uma solidariedade emergente entre os professores contra esta reforma e este ME.

Desta forma, a construção por parte do ME de uma imagem pejorativa dos professores tem exacerbado a resistência dos professores e a sua adesão aos protestos convocados pelos sindicatos. A acrescer, algumas decisões específicas relativas à “actividade sindical” neste sector – paralelas à revisão do ECD – tais como a redução do número de dispensas sindicais dos dirigentes e delegados sindicais dos professores, têm também contribuído para o clima de confronto com os sindicatos, especialmente devido à simultaneidade dessas medidas com momentos cruciais de mudança na carreira docente.

d) Contextos económicos e políticos: limitações às trocas nas negociações e a maioria absoluta

A simultaneidade da negociação colectiva salarial com a revisão do ECD e a inflexibilidade do Governo nas negociações salariais na função pública aumentou a tensão no sector da Educação e reduziu a possibilidade de concretização dinâmica de trocas e cedências nas propostas de reforma. A política negocial escolhida pelo presente governo, deriva de pelo menos dois factores. Em primeiro lugar, a crise do défice e o compromisso em consolidar as reduções na despesa pública conduziram a um “estado” de urgência e intransigência tática por parte do governo e as suas equipas ministeriais. Porém, apenas com grande dificuldade e a confiança que emerge de uma relação concertada entre todas as partes que os sindicatos têm capacidade para suportar políticas de austeridade, quer no seu conteúdo e quer na sua abordagem mais pragmática.

Em segundo lugar, este governo reúne condições políticas favoráveis à implementação de um programa de envergadura complexa para a modernização da Administração Pública. Defendemos que a maioria política parlamentar tem sido conferido legitimidade e poder suficiente para impermeabilizar o governo e o ME face à resistência sindical. No entanto, a urgência reformista resultou também da necessidade em o governo obter vantagem no seu programa político durante o seu mandato de quatro anos. Analisando a prática e não apenas a retórica política, facilmente concluímos que a sua estratégia não reservou um espaço alargado para a metodologia convencional do “diálogo social” como forma de conseguir conceber e aprovar esta reforma.

e) Resistência sindical: forte liderança sindical e unidade nas posições sindicais

O ME defrontou-se em todo o processo negocial do ECD com uma coligação sindical unida pouco característica no movimento sindical português. Devido à forte identidade profissional dos professores, os sindicatos que os representam tendem a ter uma visão comum acerca da maioria das matérias profissionais e da carreira docente, mesmo que na sua génese e cultura sindical existam diferenças político-ideológicas. O “choque paradigmático” da orientação reformista do governo face à ideologia profissional comum a todos os sindicatos dos professores, bem como a interdependência pragmática entre os sindicatos devido ao desequilíbrio na representatividade sindical, conduziu à coligação numa Plataforma sindical, que passou a ser o “porta-voz” de todos os sindicatos nas várias rondas negociais. Esta plataforma foi sendo consolidada durante a evolução das negociações, sendo que inicialmente o ME negociava com quatro mesas negociais, reduzidas a uma só posteriormente, representada pelo líder da maior federação sindical (FENPROF), Mário Nogueira.

No que respeita ao novo modelo de gestão e direcção escolar, as principais federações sindicais, FENPROF e FNE, assumem posições diferenciadas. A FNE tem revelado maior convergência com o modelo apresentado pelo ME enquanto a FENPROF tem assumido uma posição menos reformista e mais resistente ao modelo aprovado. Mas, apesar da divergência a este plano, as posições de resistência têm-se mantido fortemente comuns e consistentes no que respeita às matérias do Estatuto. Argumentamos que, para além da forte unidade que emergiu entre os sindicatos dos professores, a forte liderança sindical da Plataforma delimitou um “campo de batalha” neste sector, que culminou numa mobilização colectiva massiva a 8 de Março de 2008.

f) Efeitos não intencionados: desmoralização dos professores e antecipação de custos sociais

A antecipação e recente confirmação de algumas consequências perversas das novas regras para os professores e escolas tem também contribuído para o fomento de uma teia de conflito neste sector. As medidas recentemente implementadas, concurso para “Professor Titular” e “avaliação de desempenho”, têm sido criticadas pelos sindicatos como produtoras de uma quebra nas relações colegiais e cooperantes entre os professores da mesma escola, devido ao aumento da competição e do controlo da actividade docente. Antecipam-se fenómenos de injustiça organizacional, sentimentos de “clientelismo” e “favoritismo” interno, e não legitimação das novas hierarquias e das classificações da avaliação de desempenho dos docentes. Como consequência, ao nível micro das escolas, podem ser desencadeados efeitos de desmotivação e desmoralização. Por sua vez, estas projecções a médio prazo, tendem a produzir focos de resistência nas escolas e estimular a mobilização colectiva.

Uma outra fonte de resistência a estas reformas é o cepticismo face a esquemas de “responsabilização e medição de resultados”, especialmente porque o trabalho docente é difícil medir e correlacionar directamente com o desempenho dos alunos. Valores “universais” de eficiência e produtividade no ensino são relativamente não consensuais ou, no mínimo, controversos, quando aplicados a uma actividade cuja natureza é largamente qualitativa e cujos resultados não são apreensíveis a curto prazo (e.g. efeitos nas oportunidades e trajetórias de vida). Por outro lado, parece que para cobrir a multidimensionalidade do trabalho docente e dos serviços educativos, o ME considera necessário desenvolver um leque de critérios, que tem a desvantagem de produzir a percepção da emergência de um novo mecanismo altamente burocratizado e que subverte ou, no limite, bloqueia os objectivos que motivaram a elaboração de novos modelos. Poderíamos argumentar, porém, que este controlo burocrático emergente não é, de facto, inteiramente “não intencionado” uma vez que faz parte de uma agenda política para o controlo centralizado do desempenho dos actores do sistema educativo. Não obstante esta orientação, as dificuldades e resistências que têm emergido no interior das escolas têm sido potencialmente disfuncionais e, supomos, politicamente desapontantes.

Um exemplo claro destes efeitos ocorreu no início de 2008, com o bloqueio da primeira fase do processo de avaliação de desempenho, onde as escolas públicas manifestaram uma grande dificuldade em definir os objectivos individuais de 150 mil professores. Na previsão de um fracasso operacional por parte das escolas em cumprir essa tarefa, no início de Fevereiro o ME recebeu diversos pedidos das escolas para o adiamento do processo de implementação efectiva. Na resposta ao indeferimento do ME aos recursos apresentados, emergiram fenómenos de indisciplina e “boicote” ao processo avaliativo por parte de algumas escolas. O resultado destas dinâmicas foi a produção de um enorme “massé organizacional”,²³ uma situação ingovernável do ponto de vista da colaboração das escolas com os objectivos do ME, apenas solucionado em parte com a reabertura de negociações entre Março e Abril e a chegada a um “entendimento” quanto à aplicação de um regime simplificado, administrativo, de avaliação dos docentes contratados e situados no último escalão (cerca de 12 mil no total) e o adiamento de todo o processo para o ano lectivo 2008/2009. As evidências mais recentes da abertura do ano lectivo de 2008/2009 dão conta de que este “consenso” foi meramente temporário e funcional do ponto de vista do desbloqueio das progressões na carreira de um grupo de professores. A resistência ao ECD e ao modelo de avaliação em vigor mantém-se bastante presente e as organizações sindicais reclamam ainda a revogação do modelo aprovado, por via de protestos nacionais (Manifestação Nacional de 8 de Novembro de 2008, Greve Nacional de 3 de Dezembro de 2008 e de 19 de Janeiro de 2009, entre outros), elaboração de novas propostas. Têm-se verificado também pedidos de suspensão do modelo de avaliação por parte de algumas escolas.

g) Natureza da profissão docente e do sindicalismo docente: controlo do trabalho e profissionalismo

A nossa hipótese central é que os contornos da oposição sindical aos projectos de reforma do governo, i.e., a unidade excepcional criada e o grau de mobilização, deriva da especificidade do sindicalismo docente, como um tipo particular de sindicalismo profissional, e das peculiaridades do sindicalismo docente português. Embora este profissionalismo não resulte necessariamente numa perspectiva única das relações de emprego e do modelo laboral desejável, conjugado com os diversos factores enumerados anteriormente fez emergir uma posição sindical consistente.

A profissionalização implica o controlo profissional da actividade de trabalho. Os professores, como profissionais, possuem identidades comuns que derivam da sua comunidade profissional e têm uma tendência inerente no sentido de uma reflexividade organizada no que respeita à relação entre aquilo que fazem (i.e. ensinar e educar) e as instituições onde exercem as suas actividades. Considerando que a sua actividade profissional é conduzida numa condição de dependência e subordinação, i.e., numa situação de emprego “proletarizada”, a identidade profissional tende reflectir-se no tipo de sindicalismo praticado, e é naturalmente difícil para os professores e os sindicatos demarcarem de forma clara as suas esferas de acção: laboral, profissional e pedagógica.

Para além disto, é necessário tomar em consideração a história específica do sindicalismo docente em Portugal, a sua orientação, o equilíbrio de enfoque reivindicativo nas matérias profissionais e laborais e as formas como os papéis profissionais dos docentes e dos seus sindicatos têm sido institucionalizados no sistema público de educação em Portugal (veja-se Stoer 1985).

²³ Usamos aqui a metáfora do “golpe do massé”, uma jogada do bilhar que se baseia numa tacada para espalhar as bolas na mesa e onde o jogador não tem a previsão certa da trajetória das bolas.

Os sindicatos dos professores não têm restringido meramente a sua actividade a reivindicações laborais e profissionais, mas têm tido também um espaço de protagonismo privilegiado no que respeita à política educativa como um todo. Ao nível das políticas educativas, o sistema educativo português tem sido notavelmente instável ao longo das últimas três décadas de consolidação democrática, devido em grande parte às transições constantes de governos e, em particular, dos ministérios da Educação. Ao longo deste período os sindicatos dos professores têm sido actores profundamente reflexivos procurando promover valores democráticos e inclusivos na educação pública, independentemente dos projectos políticos em curso (Stoer 1985; Teodoro 1994). Este papel sindical, assumidamente político, tem contribuído ainda mais para a intensidade de conflito emergente em torno da exigência sindical de protagonismo legítimo nas reformas. A crescer, as mudanças actuais projectadas reconfiguram o espaço de intervenção política e o papel dos professores ao nível das escolas, o que exacerba também a resistência verificada.

Outra particularidade que encontramos nos sindicatos dos professores em Portugal é que, o facto de a actividade associativa (profissional) dos professores ser limitada à organização sindical, i.e., não existe uma associação publicamente reconhecida como organização profissional desta classe (como as ordens), torna o sindicalismo destes profissionais ainda mais abrangente e exigente numa agenda suficientemente alargada para dar resposta às matérias profissionais.

Tal como analisamos anteriormente, as concepções de reforma do governo e a sua urgência têm colidido com os interesses profissionais dos sindicatos dos professores. As orientações afectam não só os salários, tempo de trabalho e outro modelo de relação laboral, mas também ao nível de outra concepção e estatuto da carreira do professor do ensino público. Várias componentes de reforma, tais como a nova legislação acerca da “credencialização” e a exigência de um exame centralmente controlado para entrada na carreira, replicam formas de controlo profissional típicas a outras profissões mas afastando o controlo do corpo profissional e transferindo-o para a tutela.

O novo sistema de avaliação colidiu com valores profissionais particularmente sensíveis. Os argumentos da Plataforma Sindical dos Professores em relação a este modelo podem ser sintetizados na seguinte quadro (Quadro 4).

Quadro 4. Matriz dos argumentos sindicais face ao modelo de Avaliação de Desempenho²⁴

Exequibilidade	Críticas	Consequências antevistas
Operacionalização: Modelo pouco exequível nos procedimentos	Grande diversidade e quantidade de instrumentos	Falta de tempo para aplicar os procedimentos Inutilidade dos instrumentos Qualidade da avaliação
	Um modelo onde “todos não avaliam todos”	Injustiça entre os pares Menor autonomia
	Limitações administrativas à atribuição do mérito (quotas)	Injustiça entre os pares e entre as escolas Deturpação de princípios de competitividade Micro conflitos Individualismo e divisão de professores Limites à progressão Classificações “forçadas” (critérios ocultos paralelos)
	Prazos de implementação	Gestão desorganizada na mudança Falta de preparação formativa dos avaliadores e das escolas
Concepção: Modelo pouco exequível no conteúdo	Critérios e objectivos irrealistas	Emergência de subjectividades Emergência de injustiças Qualidade da avaliação Ritualização de queixas, recursos e acção jurídica Desajustamentos
	Modelo punitivo e não formativo	Perda de qualidade no ensino Desmotivação Menor autonomia e capacidade reflexiva (medo e obrigação) Professor “funcionário”

Embora os sindicatos dos professores aceitem tacitamente a avaliação de desempenho, as promoções baseadas no mérito individual não é para estes actores a única consequência ou a mais lógica de um esquema adequado de avaliação, e a

²⁴ Cf. Entrevistas com os dirigentes das maiores organizações sindicais: FENPROF (CGTP), FNE (UGT) e SPLIU (Independente).

aplicação das quotas é inteiramente rejeitada e considerada inaceitável. Mesmo assim, ao longo da negociação da revisão do ECD, o governo não esteve disposto a abdicar das suas propostas para os mecanismos de avaliação. De facto, apenas após a demonstração colectiva de cerca de 100 mil manifestantes no protesto nacional de professores a 8 de Março de 2008, e na sequência da evolução disfuncional verificada na implementação daqueles mecanismos pelas escolas, o ME concedeu o adiamento do processo para o ano lectivo seguinte e aplicação imediata de um procedimento simplificado de avaliação para cerca de 12 mil professores. Desta forma, consideramos que os resultados deste processo de reforma são para já ainda incertos. A contestação ao modelo de avaliação revelou a profundidade da identidade profissional dos professores e deu origem a um movimento social profissional que ainda tem como objectivo a restituição da unidade da carreira docente.

Enquanto nos serviços centrais do Estado, os focos de conflito aberto e de resistência interna tendem a ser parcialmente mitigados como resultado de alguns acordos negociados com os sindicatos da função pública (da UGT, em particular), a “teia” de conflito emergente no sector da Educação parece manter-se-á durante este ano lectivo de 2008/2009 e talvez no próximo.

Referências

- Abbott, A. (1988) *The system of professions: an essay on the division of expert labor*, Chicago: University of Chicago Press.
- Abbott, A. (1998) “Professionalism and the future of librarianship”. *Library Trends*, 46, 3, 430-443.
- Bach, S., L. Bordogna, G. della Rocca, e D. Winchester (orgs.) (1999), *Public Service Employment Relations in Europe: Transformation, Modernization or Inertia?*, Londres, Routledge.
- Bach, S. and I. Kessler (2007a) ‘Human Resource Management and the New Public Management’ in P. Boxall, J. Purcell and P. Wright (eds.) (2007) *The Oxford Handbook of Human Resource Management*, Oxford: Oxford University Press, 469-488.
- Bach, S. and I. Kessler (2007b) ‘Public Services Modernisation and Work Relations in Social Care’, paper presented at the 8th IIRA European Congress, IIRA, 2007, 3-6 September 2007, Manchester, UK.
- Ball, S. (2004), “Education for sale. The commodification of everything?” *The Annual Education Lecture*, University of London June.
- Ballou, D. and M. Podgursky (1993) ‘Teachers’ Attitudes towards Merit Pay: Examining Conventional Wisdom’, *Industrial and Labor Relations Review*, 47 (1), 50-61.
- Broadbent J., Laughlin, R. (2002), “Public service professionals and the New Public Management”, in McLaughlin, K., Osborne, S., e Ferlie, E., *New Public Management; Current Trends and Future Prospects*, London: Routledge.
- Cibulka, J. (1997) ‘Two eras of urban schooling: the decline of the old order and the emergence of new organizational forms’, *Education and Urban Society*, 29 (3), 317-341.
- Clarke, J. and J. Newman (1997) *The managerial State: power, politics and ideology in the remaking of social welfare*, London: Sage.
- Clarke, J., S. Gewirtz and E. McLaughlin (2000) *New managerialism, new welfare?*, London: Sage.
- Du Gay, P. (1996) *Consumption and Identity at Work*, Sage, London.
- Esping-Andersen, G. (1990), *the Three Worlds of Welfare Capitalism*, Cambridge, Policy Press.
- Esping-Andersen, G. (1996), *Welfare States in Transition*, Londres, Sage.
- Ferrera, M. (2000), “A Reconstrução do Estado social na Europa Meridional”, em *Análise Social*, 151-152, pp. 457 – 475.
- Firestone, W. A. (1990). *Succession and bureaucracy: Gouldner revisited*. *Educational Administration Quarterly*, 26(4), 345-375.
- Fitz, J., e Beers, B. (2002), “Education management organizations and the privatisation of public education: a cross-national comparison of the USA and Britain”, *Comparative Education*, 38 (2), 137-154.
- Freidson, E. (1986) *Professional powers: a study of the institutionalization of formal knowledge*, Chicago: The University of Chicago Press.
- Freire, J. *Reorganisation of the Teaching Career of the Ministry of Education, Final Report*, December 2005, minutes of the International Conference “Teachers in Europe: working conditions, professional profile and career” organized by IED and F. Erbert Foundation, Lisbon, Portugal (Feb. 2007).
- Freire, J. et al. (2004) *Associações profissionais em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.
- Fusarelli, L. D. and B. C. Johnson (2004) ‘Educational Governance and the New Public Management’, *Public Administration and Management: An Interactive Journal*, 9 (2), 118-127.
- Goldspink, C. (2007) “Rethinking Educational Reform: A Loosely Coupled and Complex Systems Perspective” *Educational Management Administration Leadership*, Vol. 35 (1): 27-50.
- Goode 1957, “Community within a community: the professions”, *American Sociological Review*, Vol.25, pp.194-200
- Gomes, J. S. (2001) ‘Perspectivas da Moderna Gestão Pública em Portugal’, in J. J. Mozzicafreddo and J. S. Gomes (eds.) *Administração e Política. Perspectivas de Reforma da Administração Pública na Europa e nos Estados Unidos*, Oeiras: Celta Editora.
- Greenwood 1957, “Attributes of a profession”, *Social Work*, Vol.2, no.3, pp.45-55
- Gualmini, E. (2008) “Restructuring Weberian Bureaucracy: Comparing Managerial Reforms in Europe and The United States”, *Public Administration* Vol. 86, No. 1, 75–94.

- Gruening, G. (2001) 'Origin and theoretical basis of New Public Management', *International Public Management Journal*, 4, 1-25
- Jeff Hearn (1982) "Notes on Patriarchy, Professionalization and the Semi-Professions", *Sociology*, Vol. 16, No. 2, 184-202
- Horton, S. (2006) "New public management: its impact on public servant's identity - An introduction to this symposium", *International Journal of Public Sector Management*, Vol. 19 No. 6, 533-542.
- Krejsler, J. (2005) "Professions and their Identities : How to explore professional development among (semi-) professions", *Scandinavian journal of educational research*, vol. 49, no4, pp. 335-357.
- Lortie, D. (1975). *Schoolteacher: A sociological study*. Chicago: University of Chicago Press.
- Mozzicafreddo, J. (1994), "O Estado-Providência em Transição", em *Sociologia, Problemas e Práticas*, 16, pp. 11 – 40
- Mozzicafreddo, J. (2002), *Estado-Providência e Cidadania em Portugal*, Oeiras, Celta.
- OECD (1995) *Governance In Transition - Public Management Reforms In OECD Countries*, Paris
- Nóvoa, A., org. (1999) *Profissão professor*. 2ª Ed., Porto: Porto Editora.
- Pereira, M. C. and S. Moreira (2007) 'Eficiência das Escolas Secundárias Portuguesas: Uma Análise de Fronteira de Produção Estocástica', *Boletim Económico, Banco de Portugal* (spring).
- Peretó, F. C. (2007), "Performance Related Pay the Public Service in OECD and EU Member States", *Gestión y Análisis de Políticas Públicas*, Instituto Europeu de Administrações Públicas.
- Rodrigues, M. de L. (2002) *Sociologia das profissões*, Oeiras: Celta Editora.
- Scott, W.R (1992) *Organisations, Rational, Natural and Open Systems*, Prentice Hall,
- Simkins, T. (2000) 'Educational Reform and Managerialism: Comparing the Experience of Schools and Colleges', *Education Policy* 15(3): 317–32.
- Stephens, J. M. (1967) *The Process of Schooling*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- Stoer, S. R. (1985) 'A revolução de Abril e o sindicalismo dos professores em Portugal', *Cadernos de Ciências Sociais*, 2 (3) (June).
- Stoer, S., A. Stoleroff & J. A. Correia (1990) "O Novo Vocacionalismo na Política Educativa em Portugal e a Reconstrução da Lógica da Acumulação", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, No. 29, Fevereiro.
- Stoleroff, A. (2000) 'Union Development within the Changing Contexts of Political Economy and Industrial Relations in Portugal', in J. Waddington and R. Hoffmann (eds.) (2000) *Trade unions in Europe. Facing challenges and searching for solutions*, Brussels: ETUI.
- Stoleroff, A. (2003) 'Relações do emprego e mudança organizacional nas reformas na Administração Pública em Portugal: o papel dos sindicatos e dos trabalhadores', Project proposal, Lisbon: CIES, polycopy.
- Stoleroff, A. (2005) 'Portugal: Mergers Within A Fragmented Union Structure, 1974-2000' in J. Waddington (ed.) *Restructuring Representation. The Merger Process and Trade Union Structural Development in Ten Countries*, Brussels: Peter Lang, 191-224.
- Stoleroff, A. (2007) 'The revolution in the public services sector in Portugal: with or without the unions', *Transfer*, 13 (4), 631-652.
- Stoleroff, A. e T. Correia (2008) "A empresarialização do sector hospitalar público português: a desregulação do mercado de trabalho médico e desafios sindicais para a sua re-regulação", Working Paper, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia - ISCTE, Lisbon.
- Stoleroff, A. e I. Pereira (2007) 'The Reform of the Portuguese Public Administration: The Evolution of Negotiation and Conflict between Unions and governments', paper presented at the 8th IIRA European Congress, IIRA, 2007, 3-6 September 2007, Manchester, UK.
- Stoleroff, A. e I. Pereira (2008a), "Teachers Unions and the Transformation of Employment Relations in Public Education in Portugal", *Transfer – European Review of Labour and Research*, ETUI-IRES, V.14, n.º2, Summer.
- Stoleroff, A. e I. Pereira (2008b), "The Reform of Management and Careers in the Portuguese Public Educational System: responses of teachers and their unions", First Forum of Sociology, ISA Research Committee on Sociology of Education, RC 04, Barcelona, Spain, September 5-8, 2008.
- Storey, J. (org.) (1995b), *Human Resource Management: A Critical Text*, Londres, Routledge.
- Teodoro, A. (1994) *Política educativa em Portugal: educação, desenvolvimento e participação política dos professores*, Venda Nova: Bertrand Editora.
- Weick, K. E. (1976). Educational organizations as loosely coupled systems. *Administrative Science Quarterly*, 21(1), 1-1

Juventude, Educação e Trabalho: debates contemporâneos no Brasil

Ana Maria F. Teixeira
Universidade Federal de Sergipe

Resumo: O mundo do trabalho em sua mutação impõe desafios à sociedade atingindo particularmente, a população jovem. As estatísticas oficiais registram junto à população jovem brasileira, os índices de desemprego mais elevados quando comparados a outras faixas de idade. Por outro lado, o aprofundamento da precariedade do trabalho coloca em causa a possibilidade de pensar, para essa população, trajetórias de natureza linear. A questão está em analisar em que medida a formação técnico-profissional disponibilizada para amplos setores da sociedade, mais especificamente para setores de baixa renda, se configura em aquisição determinante a inserção/reinserção de jovens trabalhadores no mercado de trabalho quando tomamos por referência o debate em torno das competências e da empregabilidade.

Introdução

Os estudos relacionados aos nexos entre Juventude, Educação e Trabalho ganharam especial relevância nos últimos anos colocando em evidência o debate em torno da educação para o trabalho. Esse debate ganha destaque diante do aprofundamento da crise do trabalho assalariado que marca o final do século XX e a transição para o século XXI. (Castel, 1995.).

Assim, o mundo do trabalho em sua acelerada mutação impõe um vasto conjunto de desafios à sociedade atingindo diretamente aqueles que vivem do trabalho e particularmente a população jovem¹. A nova base técnico-científica incorporada ao processo produtivo permite o crescimento das economias sem a geração de postos de trabalho. O desemprego estrutural ganha contornos de irreversibilidade (Pochmann, 2001).

Nesse cenário contemporâneo os estudos investigativos na área da inserção social e profissional de jovens, sem perder de vista o caráter múltiplo e dinâmico da noção de juventude em sua interface com outras categorias de análise (classe social, gênero, etnia, urbano-rural, global-regional-local), refletem, com propriedade, as conjunturas históricas e sociais tal como é o caso dos anos 80 e 90, marcados pelo aprofundamento da crise econômica, pela precariedade e instabilidade do emprego, gerando impactos significativos e duradouros sobre esta população (Dubar, 1999).

Constatam-se significativas alterações nos conteúdos do trabalho e nas exigências de perfis profissionais e novas qualificações enquanto cresce o número de trabalhadores qualificados desempregados. Por outro lado, a precarização do trabalho, a precarização do emprego e o crescimento da informalidade exigem uma adaptabilidade, flexibilidade e criatividade agrupadas sob a etiqueta da empregabilidade enquanto o desemprego emerge como um dos problemas sociais globais.

Por outro lado, nota-se que a educação formal e a formação técnico-profissional situam-se como elementos da competitividade, reestruturação produtiva e da “empregabilidade”. O discurso de empresários e de alguns cientistas sociais enfatiza a importância da ampliação de investimentos nesses setores exigindo dos trabalhadores mais educação, mais qualificação como ingredientes centrais ao novo trabalhador requerido pelo mercado de trabalho. Porém, a particularidade do discurso é que padrões mais elevados de educação e qualificação deixam de implicar em garantias de inserção, ascensão e estabilidade sócio-profissional mesmo que, simultaneamente, sejam considerados como requisitos básicos para melhores condições de competitividade no mercado de trabalho.

Assim, produz-se uma mutação na sociabilidade capitalista e na esfera do conteúdo do educativo. A educação e a formação profissional deslocam-se da política pública para a assistência, filantropia ou como estratégia de atenuar a pobreza (Leher, 1998). A responsabilidade transita do campo social para o campo individual: os indivíduos devem adquirir competências ou habilidades no campo cognitivo, técnico, de gestão e atitudes/comportamentos para tornarem-se competitivos e empregáveis. Aqueles sem emprego devem buscar requalificação e/ou reconversão profissional para se tornarem atrativos ao mercado de trabalho formal ou, ainda, criarem seu próprio emprego na informalidade ou na economia de sobrevivência.

Nesse panorama, e no centro da discussão, coloca-se a questão do papel da educação e da formação técnico-profissional na produção da existência humana, na esfera da reestruturação produtiva e globalização excludente, visivelmente marcada pelas mudanças nos paradigmas de organização e gestão do trabalho. A definição de uma nova base técnico-científica assentada, sobretudo nas tecnologias microeletrônicas, associada às novas tecnologias organizacionais favorece a emergência da lógica das competências como parâmetro balizador para a formação para o trabalho.

É nesse contexto que a demanda por mão-de-obra mais escolarizada e mais qualificada tem se colocado como uma das exigências da economia mundial, que desde a década de 1980 vem atravessando um processo de ajustes continuado acompanhando pela intensiva eliminação de postos de trabalho. Branco (2005) aponta que nos países “em desenvolvimento”, tal como é o caso do Brasil, a possibilidade de um jovem tornar-se desempregado é cerca de 3,8 vezes maior do que a de um adulto a partir de 25 anos. Por outro a situação evidencia a “tensão e descontinuidade” que caracterizam o percurso escolar da

¹ Dados do Censo do IBGE veiculados em fevereiro de 2003 registravam que a taxa de desocupação na faixa entre 15 e 24 anos passou de 12,4% em 1992 para 18,1% em 2001 o que equivale a afirmar que 3.679.546 jovens brasileiros nessa faixa etária estavam desempregados. Em nenhuma outra faixa de idade os índices de desemprego são tão elevados. (Trevisan, 2004).

maioria dos jovens das classes desfavorecidas repetidamente submetidos à situação do “eterno retorno” à escola, ou meramente a exclusão do sistema público de educação (SPÓSITO, 1994).

Inserções provisórias: transições em mutação

As pesquisas mais recentes (Martins, 2004; Trevisan, 2004; Lichtenberg, 1997; Sacco-Zagaroli, 1997, Casal, 1997) tem apontado novas características para trajetórias ocupacionais de jovens, quais sejam: flutuações e descontinuidade, combinando educação e trabalho, inserção e exclusão do mercado de trabalho. A transição entre a escola e o trabalho ou a “passagem para a vida adulta” torna-se cada vez mais conflitiva e difícil.

As transições trazem no cotidiano juvenil as marcas da improvisação, do aleatório ou do acaso² (PAIS, 2003; ROULLEAU-BERGER, 1993), fazendo com que, como assinalam esses autores, o conceito tradicional de trabalho perca a correspondência com a realidade dos jovens. Multiplicam-se os trabalhos precários, a instabilidade e propagam-se as inserções provisórias. O mesmo ocorre com os conceitos de emprego e desemprego. Os jovens, ao retratarem “seus curtos e repetidos sobrevôos” na esfera do trabalho, revelam “estratégias que expressam a sua capacidade de gerar formas próprias de ganhar dinheiro ou de ganhar a vida (...), ainda que em terrenos de marginalidade, substancializando culturas de aleatoriedade e de improvisação” (PAIS, 2003).

Neste cenário, os jovens, estariam submetidos a um estado de fluidez permanente no que diz respeito à sua vida produtiva ou à alternância entre atividade e inatividade. Como aponta Castel (1995), o trabalho informal e provisório configura a incerteza no futuro, a escassez de projetos e a perda de vínculos associativos. Múltiplos fatores – trabalho, educação, serviço público, pertencimento étnico, etc.- concorrerão, assim, segundo esse autor, para o estado de vulnerabilidade e de risco frente à não integração social de jovens pertencentes aos setores mais empobrecidos e estigmatizados da sociedade.

A noção, portanto, de trajetórias enquanto percursos desenhados por sujeitos socializados (que sofrem ingerências diversas: família, escola, etc.) que lhes permitam fazer face à imprevisibilidade que os cercam tem se mostrado mais apropriada à análise de como jovens trabalhadores obtêm a formação, qualificação e competências necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

Num quadro de forte incerteza e de aprofundamento da precariedade do trabalho³ não é mais possível pensar, para essa população jovem, trajetórias de obtenção de qualificações e obtenção de competências que guardem uma linearidade focada na correspondência direta com determinadas faixas etárias o que afeta diretamente a lógica das trajetórias ocupacionais e se reflete nas possibilidades de definição de estratégias de obtenção de formação, qualificação e competências para o trabalho, particularmente para o trabalho industrial⁴.

No Brasil, um país caracterizado pelo baixo dinamismo tecnológico onde o processo de reestruturação produtiva assume contornos particulares, a necessidade de uma força de trabalho mais qualificada coloca-se como imperativo. As exigências de constituição de um novo tipo de trabalhador colocam na ordem do dia o discurso da necessidade inelutável de ajustar o sistema educacional e, particularmente, o sistema de educação técnico-profissional às exigências definidas pelo mercado de trabalho, sobretudo no que se refere ao aumento dos níveis de escolaridade.

Assim, as exigências por um novo trabalhador, flexível, polivalente e moldado para a competitividade, encontram-se intimamente relacionadas ao processo de globalização da economia e às mudanças dos processos de trabalho e das formas de sua organização e gestão. Vale observar, que esse padrão de acumulação flexível esta marcado pela brutal redução dos postos de trabalho tornando o desemprego uma tendência que parece ser irreversível a persistir o atual modelo em que os investimentos geram poucos postos, sobretudo nos setores mais dinâmicos que, por seu turno, substituem sistematicamente a força de trabalho por tecnologia, numa lógica de competitividade e sobrevivência das grandes empresas no âmbito da internacionalização.

É nessa perspectiva que vão se tornando historicamente superadas as formas tradicionais de educação profissional. Mas cabe, ainda, à escola e aos centros de educação tecnológica desenvolver, naquele novo trabalhador, um conjunto variado de competências e de habilidades gerais, específicas e de gestão que os torne aptos. Portanto, a tarefa de formar esse trabalhador de novo tipo, deve, agora, ser implementada observando algumas características da nova realidade do mundo do trabalho: interpretação e uso de linguagens diversificadas, clareza na comunicação, capacidade para trabalhar em grupo, análise, rapidez na resposta, avaliar, resistir a pressões, enfrentar os desafios das mudanças, aprender constantemente, gerenciar processos, etc.

Contudo, numa contradição apenas aparente, particularmente a partir dos anos 90, o que se tem observado no caso brasileiro, é uma considerável precarização da educação técnica profissionalizante protagonizada pela reforma da educação profissional e média mediante Decreto nº 2208/97 de 17 de abril que estabelece a desvinculação entre a formação

² As “culturas” do aleatório e da improvisação consistem nas saídas encontradas pelos jovens para sua sobrevivência. Definidas por PAIS como “estratégias que expressam a sua capacidade de gerar formas próprias de ganhar dinheiro ou de ganhar a vida” (PAIS, 2003, p. 16)

³ Observando-se os dados do Dieese (2000) nota-se que entre 1998 e 1999 houve um decréscimo de 2% do emprego assalariado com carteira assinada pelo quarto ano consecutivo, enquanto que o assalariamento sem carteira de trabalho no setor privado cresceu em 4,8%.

⁴ Em pesquisa realizada junto a dirigentes de empresas, Assis (1994) identificou uma relação de quinze atributos de qualificação dentre os quais cinco foram considerados como mais relevantes para o profissional do futuro: habilidade para aprender novas qualificações, conhecimento técnico geral, raciocínio lógico, responsabilidade com o processo de produção, iniciativa para resolução de problemas.

profissional e a formação propedêutica. (Kuenzer, 1997a, 1997b; Martins, 2000). Nesse sentido e mais recentemente a educação profissional técnica de nível médio sofreu novas alterações com o Decreto 5154/2004 que revogando o Decreto anterior permite sua rearticulação com o ensino médio sob três modalidades possíveis: integrada, concomitante e subsequente ao tempo que reafirma a noção de ensino por competência. Novos reveses se apresentam para a educação profissional técnica brasileira.

Nesse panorama há uma tendência considerável de aprofundamento do processo que Kuenzer (1999) denomina de “polarização de competências”: de um lado, diferentes modalidades de educação para a grande maioria exposta a uma formação de curta duração e baixo custo, de outro formação mais complexa, de custo elevado e duração ampliada para aqueles que ocuparão cargos de concepção e gerência.

Ademais, um aspecto importante a observar é a presença crescente de ciência e tecnologia nos processos produtivo e social. Em lugar da capacidade de reproduzir procedimentos exige-se habilidade no uso de conhecimentos de diferentes áreas para resolver o imprevisível. Simultaneamente novos comportamentos são demandados tais como procedimentos mais coletivos onde informações e conhecimentos devem ser compartilhados.

Será a posse do conjunto dessas características que definirá a “empregabilidade, trabalhabilidade, laborabilidade”⁵ enquanto capacidade do indivíduo em adequar-se aos postos de trabalho disponíveis, o que depende cada vez mais de trajetórias diferenciadas e sofisticadas a partir de uma base comum de conhecimentos. Assim é que, tal como aponta Kuenzer (1999), a certificação escolar complementada pela formação profissional obtida em cursos técnicos já não é mais suficiente. Rompe-se a vinculação entre formação escolar e exercício profissional, sendo a função certificadora de competências exercida pelas agências formadoras transferida para o mercado de trabalho.

Nesse sentido, a “empregabilidade” referida acima aparece condicionada à flexibilidade, à capacidade de adaptação a situações novas o que significa para a grande maioria dos jovens submeter-se a situações cada vez mais precárias sob todos os aspectos. A noção de flexibilidade entendida como a capacidade de criar, buscar uma educação permanente para se adaptar à dinâmica da vida social e produtiva pode, portanto, aparecer como privilégio de alguns.

Os jovens e a educação para o trabalho: palavras finais

De fato, é inegável a intensificação das mudanças tecnológicas organizacionais do trabalho que se processaram a partir dos anos 80 e seus impactos no perfil do trabalhador. Decorre da natureza dessas transformações, tal como apresentadas acima, a ênfase no termo competência para reunir os novos requisitos de qualificação dos trabalhadores, o que aparece nas definições das políticas educacionais, sobretudo para a educação profissional. Contudo, nem sempre esse termo é usado no mesmo sentido sendo mesmo adotado de forma imprecisa e ambígua. Não obstante, a noção de competência é assumida claramente no discurso oficial sobre o ensino técnico como norteador e, nesse sentido, regula toda a orientação didática que deve ser organizada na perspectiva do ensino por competência (Damis, 1996; Oliveira, 1993).

Simultaneamente, ao examinarmos os debates desenvolvidos no campo das ciências sociais e mesmo da economia sobre a emergência da questão das competências no mundo do trabalho e, portanto, da formação profissional observa-se o aprofundamento do caráter polissêmico do termo e a impossibilidade de sua identificação como noção politicamente neutra. É assim que Hirata (1994) observa que é uma noção bastante imprecisa e decorre “da necessidade de avaliar e classificar novos conhecimentos e novas habilidades geradas a partir das novas exigências de situações concretas de trabalho, associada, portanto, aos novos modelos de produção e gerenciamento” em detrimento da noção de qualificação apoiado no posto de trabalho e na classificação das profissões.

Essas ambigüidades se manifestam igualmente nas orientações oficiais. Segundo disposto na Resolução 4/99 (Brasil, 1999a) em seu artigo 6º: “entende-se por competência profissional a capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessárias para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho”. Por outro lado, aquilo que aparece como competência profissional geral para a área da Indústria nessa mesma Resolução (por exemplo: “aplicar normas técnicas de saúde e segurança no trabalho e de controle de qualidade no processo industrial”) já aparece como habilidades na mesma área da Indústria nos Referenciais Curriculares Nacionais para educação profissional de nível técnico - “aplicar a legislação e as normas referentes ao processo e produtos, qualidade, saúde e segurança no trabalho e ambientais.” (Brasil, 2000):

De modo geral o que as pesquisas mais recentes têm apontado é a forte tendência a dualização do ensino médio: de um lado um projeto incompleto de formação de cidadania e de outro um projeto questionável de modernização ancorada no mercado.

Além disso, a flexibilidade de oferta, de acesso e terminalidade acabam por dificultar a continuidade de estudos por parte das camadas menos favorecidas, para as quais a não integração na escola entre tempos e espaços de aprendizagem geral e de formação profissional pode mesmo significar a ausência de uma sólida formação profissional.

Some-se a isso, no caso brasileiro, o aprofundamento do caráter dual do financiamento do sistema de ensino (público e privado) evidenciando o fortalecimento do binômio educação pública / baixos padrões de qualidade. Tal fato

⁵ Frigotto, 1999.

acentua as desigualdades na formação dos jovens das camadas mais pobres da população onde a vulnerabilidade social se intensifica diante da crescente omissão do Estado.

Referências

- ASSIS, M. de. (1994). A educação e a formação profissional na encruzilhada das velhas e novas tecnologias. In: FERRETI, C. et al.(orgs.). Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes.
- BRANCO, Pedro Paulo Martoni. (2005). Juventude e trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (orgs.). Retratos da juventude brasileira. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- BRASIL MEC/CNE/CEB. (1999 a). Resolução nº 4, de dezembro de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares da Educação Profissional de Nível Técnico. <http://portal.mec.gov.br/setec> (consultado na internet em 10 de julho de 2008).
- BRASIL MEC/SEMT/CGEP. (2000). Referenciais Curriculares Nacionais educação profissional de nível técnico.
- BRASIL, Decreto 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o §2º do arts. 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. <http://portal.mec.gov.br/setec>. (consultado na internet em 10 de julho de 2008).
- CASTEL, R. (1995). Les métamorphoses de la question sociale . Une chronique du salariat. Fayard:Paris.
- DAMIS, O.T. (1996). Didática e sociedade: o conteúdo implícito do ato de ensinar. In: VEIGA, I.P.A. Didática: o ensino e suas relações. São Paulo: Papirus.
- DIEESE. Desemprego recorde mais crescimento da ocupação em 1999. Boletim Dieese, vol.19, jan./fev., São Paulo (s.e.).
- DUBAR, C.(1999). Réflexions sociologiques sur la notion d’insertion. In: B. Charlot e D. Glasman (dir.). Les jeunes, l’insertion, l’emploi. Collection Essai&Recherches. Paris: Presses Universitaires de France.
- FRIGOTTO, G. (199). Globalização e crise do emprego: mistificações e perspectivas da formação técnico-profissional. In: Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, v.25, n.2, maio/ago.
- HIRATA, H. (1994). Da polarização das qualificações ao modelo de competência. In: FERRETTI et al. (Org.). Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. Petrópolis:Vozes.
- KUENZER, A. Z. (1987). Educação e trabalho no Brasil: o estado da questão. Brasília, INEP/MEC.
- KUENZER, A. Z. (1999). Educação Profissional: Categorias para uma Nova Pedagogia do Trabalho. In: Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v.25, n.2, maio/ago.
- KUENZER, A. Z. (1997 a). Ensino Médio e Profissional: as Políticas do Estado Neoliberal. São Paulo: Cortez, (Questões de Nossa época; vol.63).
- KUENZER, A.Z. (1997b). O ensino médio no contexto das políticas públicas de educação no Brasil. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, ANPED.
- LEHER,R. (1998). Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para “alívio da pobreza”. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo/USP.
- Lichtenberg, Y. (1997). Entreront-ils dans la carrière ?. In B. Montelh (org.). C’est quoi le travail? Quelles valeurs transmettre à nos enfants?. Paris: Autrement. Collection Mutations, nº 174..
- MARTINS, H.H. T. (2004). De S. A difícil transição: análise das trajetórias ocupacionais de jovens operários metalúrgicos. In L. Dowbor (org.). Desafios do trabalho. Petrópolis: Vozes.
- MARTINS, M. F. (2000). Ensino Técnico e Globalização: cidadania ou submissão. São Paulo: Cortez, (Polêmicas do Nosso Tempo, vol.71).
- OLIVEIRA, M.R.N.S.(org.). (1993). Didática: Rupturas, compromisso e pesquisa. São Paulo: Papirus.
- PAIS, J. M. (2003). Ganchos Tachos e Biscates. 2. edição, Porto: Âmbar.
- POCHMANN, M. (2001). Raízes da grave crise do emprego no Brasil. In: GOMES, A. (org.). O trabalho no século XXI: considerações para o futuro do trabalho. São Paulo: Anita Garibaldi.
- ROULLEAU-BERGER. (1993). La ville intervalle. Jeunes entre centre et banlieu. Paris: Meridien Klincksieck.
- Sacco-Zagaroli, C. (1997). La motivation en panne. In B. Montelh (org.). C’est quoi le travail? Quelles valeurs transmettre à nos enfants?. Paris: Autrement. Collection Mutations, nº 174.
- SPÓSITO, M. P. (1994). A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 5, n. 1-2.
- TREVISAN, L. (2004). Jovens, mentiras e desemprego: algumas incertezas sobre oferta educacional como receita de felicidade. In L. Dowbor (org.) Desafios do trabalho. Petrópolis: Vozes.

Inserção do Jovem no mercado de trabalho pernambucano: Programa "Emprego Jovem"

Miriam de Souza Leão Albuquerque
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

miriam.alb@terra.com.br

Ana Cristina Arcoverde
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
ana.arcoverde@gmail.com

Resumo: Com a adoção de um modelo econômico dentro da lógica da acumulação flexível, a partir dos anos 80 e principalmente nos anos 90, o Brasil passou por transformações significativas no mundo do trabalho com considerável aumento do desemprego. Ao mesmo tempo, observa-se no País, um interesse crescente acerca das políticas públicas de emprego, com implementação e desenvolvimento de ações que vão de reformulação do Sistema Nacional de Emprego e implementação de política de qualificação profissional à criação do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Como instrumento de combate ao desemprego juvenil em Pernambuco, o Governo do Estado lança em 2000 o Programa “Emprego Jovem”, focado na ausência de qualificação profissional dos jovens de 15 a 24 anos. O Programa revela, assim, a percepção generalizada de que a atividade produtiva provoca constante aumento dos quesitos de qualificação e que, para acessarem um posto de trabalho ou para se manterem empregados, os trabalhadores devem buscar recorrentemente se qualificarem.

Neste artigo o desemprego e a precarização das relações de trabalho são compreendidos como fenômenos estruturais que atingem uma grande massa de trabalhadores, mas que são vivenciados também individualmente. O diagnóstico de que o empreendedorismo e a empregabilidade são as alternativas viáveis às mazelas do mercado de trabalho, culpabiliza o indivíduo e desloca o problema da ausência de vagas de seu eixo central: a dinâmica econômica.

Com a adoção de um modelo econômico dentro da lógica da “acumulação flexível¹”, a partir dos anos 80 e principalmente nos anos 90, o Brasil passou por transformações significativas no mundo do trabalho com considerável aumento do desemprego.

Ao mesmo tempo, observa-se no País, um interesse crescente acerca das políticas públicas de emprego. Em 1994, o Ministério do Trabalho apresentou proposta de reformulação do Sistema Nacional de Emprego (SINE) que seria modificado para um Sistema Público de Emprego (SPE). Em 1995, foi implantada a política de qualificação profissional envolvendo o poder público, o setor empresarial e a sociedade civil. O objetivo era a prestação de serviços de atendimento integrado e descentralizado ao trabalhador, com políticas de Intermediação de Mão-de-Obra (IMO), Seguro-Desemprego (SD), Qualificação Profissional e Geração de Emprego e Renda. Para que isso acontecesse foram criados: o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT).

Desse modo, diante das elevadas taxas de desemprego que acometia todos os trabalhadores e principalmente os trabalhadores jovens, eles deveriam ser qualificados ou re-qualificados. Em termos gerais, existe o costume de identificar qualificação como requisito do posto de trabalho. Relaciona-se a difusão dos equipamentos informatizados e flexíveis às novas exigências de habilitação da força de trabalho.

O Brasil desponta na virada do novo milênio, com 35 milhões de jovens na faixa etária de 15 a 24 anos e, segundo o Censo Demográfico de 2000, com uma taxa média de desemprego juvenil de 20,1%. Em 2005, 4,2 milhões de jovens procuravam emprego e o desemprego juvenil assumiu dimensão numérica superior ao desemprego do adulto, que se situa, naquele ano, em 4,3 milhões de pessoas acima de 24 anos. Para a cidade do Recife existiam 210 mil jovens de 18 a 24 anos e, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos (DIEESE, 2004), a taxa de desemprego em 2003, foi de 21,8%, em 2004 ampliou-se em 1,4% chegando a 22,1% de trabalhadores desempregados, no ano de 2005.

Como instrumento alternativo para a solução do desemprego juvenil no Estado, o Governo de Pernambuco lançou em 2000 o Programa “Emprego Jovem” que passou a tratar prioritariamente a ausência de qualificação profissional desse público de 15 a 24 anos, como se esse fator fosse determinante para conquista de emprego.

Esse tipo de proposta tem a sua origem na percepção de que as tendências da atividade produtiva provocam um constante aumento dos quesitos de qualificação e, para acessarem um posto de trabalho ou para se manterem empregados, os trabalhadores deveriam buscar recorrentemente a sua qualificação. Um culto obsessivo ao empreendedorismo e à empregabilidade foi vendido como alternativa às mazelas do mercado de trabalho. Neste artigo, o desemprego e a precarização das relações de trabalho são compreendidos como fenômenos hoje estruturais, que atingem uma grande massa de trabalhadores, mas que estão vivenciados sobretudo individualmente, possibilitando respostas e estratégias individuais, como aquelas que possibilitam o sofrimento moral, que culpabiliza a vítima. A lógica neoliberal parece colocar para a sociedade de mercado a seguinte questão: afinal, se o emprego existe em algum lugar, a culpa é de quem se desemprega. Evidentemente tal diagnóstico desloca o problema da ausência de vagas de seu eixo central: a dinâmica econômica.

2- O Jovem e a perspectiva do Trabalho nos dias atuais:

Ao longo dos anos 1990, à medida que o desemprego aumentava, ampliava-se discussão sobre a necessidade de políticas públicas de emprego no País, o que pressionou o Governo Federal a adotar novas medidas de enfrentamento do

¹ “A Acumulação Flexível é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores da produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional”. (HARVEY, 1996, p. 140)

desemprego. Até então, o País percebia o desemprego como um fenômeno passageiro, que a partir do momento em que a economia se ajustasse ao novo modelo econômico o mesmo diminuiria e quiçá desapareceria. Tudo isto era devido à transição de uma economia fechada, com elevada proteção, para uma economia aberta e mais competitiva. As causas do crescimento do desemprego eram atribuídas às novas tecnologias e ao desequilíbrio entre demanda e oferta no mercado de trabalho. Existia um consenso social na idéia de que a revolução tecnológica da microeletrônica e da informação era uma das maiores vilãs que levava ao desemprego juntamente com a rigidez do mercado de trabalho, fruto de uma legislação trabalhista que impedia o ajuste necessário entre oferta e demanda por trabalho, além dos custos deste serem atribuídos a valores altos. (BARBOSA e MORETTO, 2006). Essa concepção deixou de lado o fato de que o desemprego era consequência do novo processo de reestruturação produtiva e do insatisfatório crescimento econômico do País.

A mencionada década de 1990 findou e o fenômeno do desemprego não desapareceu. Em 1999, bateu recorde o número de empregos destruídos — três milhões —, atingindo mais de dez milhões de brasileiros (MATTOSO, 2001). No novo milênio muitos trabalhadores continuam desempregados, segundo Pochmann (2001, p. 106), “[...] não existem mais estratos sociais imunes ao desemprego, que se transformou em um fenômeno de grande proporção”.

Dessa forma, estabelece-se a programática neoliberal, que, do ponto de vista político-ideológico, afirma a necessidade do Estado Mínimo como forma de resguardar os preceitos “democráticos” do livre mercado e equacionar as “desigualdades” por intermédio da retomada do crescimento econômico. Essa nova etapa de acumulação do capital se expressa por meio da desregulamentação, da privatização e da abertura da economia ao exterior como medidas adequadas às necessidades da nova etapa do progresso de acumulação do capital.

Nesse sentido, os governos que se sucederam no Brasil, nos anos 1990 esforçaram-se para implementar as medidas políticas, econômicas e sociais embasadas nas “orientações” do Consenso de Washington². Nesse Consenso foi decretado um receituário a ser seguido por países que necessitam obter crédito externo. Os professores Belluzzo e Almeida (2002, p. 374), ilustram da seguinte maneira:

Adotado pelos países da América Latina, está apoiado em quatro pressupostos: a) A estabilidade de preços cria condições para o cálculo econômico de longo prazo, estimulando o investimento privado; b) A abertura comercial (e valorização cambial) impõe disciplina competitiva aos produtores domésticos, forçando-os a realizar ganhos substanciais de produtividade; c) As privatizações e o investimento estrangeiro removeriam gargalos de oferta na indústria e na infraestrutura, reduzindo custos e melhorando a eficiência; d) A liberação cambial, associada à previsibilidade quanto à evolução da taxa real de câmbio, atrairia poupança externa em escala suficiente para completar o esforço de investimento doméstico e financiar o déficit em conta corrente.

Acompanhando esse movimento do Consenso de Washington, os discursos provenientes de vários setores da sociedade civil — como os empresários, por exemplo — alinham-se em torno da necessidade de uma “união de todos” para superar a crise econômica e a urgência de uma reforma de Estado. Da mesma maneira, os governos buscam o apoio de entidades da “sociedade civil”, principalmente das Organizações Não Governamentais (ONGs) e das Organizações Sociais Civis de Interesses Públicos (OSCIPs).

O Estado se curva aos imperativos do capital e se transforma em agente indutor declarando que deve criar condições necessárias para restabelecer a liberdade de mercado mediante programas de liberação da economia e privatização de ajustes nos orçamentos públicos. O Estado se transforma, no mundo todo, num verdadeiro protagonista desses novos tempos. (DRAIBE, 1995; FAGNANI, 2005; entre outros).

Neste cenário de novos tempos marcados por um novo processo de acumulação do capital e, como consequência, por fortes desigualdades sociais, o Brasil desponta com uma população de 184 milhões de pessoas, das quais 96 milhões compõem a População Economicamente Ativa (PEA) e 11,4 milhões encontram-se desempregadas. Já a população jovem é representada, de acordo com a PNAD 2005, por 35 milhões de pessoas na faixa etária de 15 a 24 anos, que equivalem a 20% da população do País. A taxa média de desemprego juvenil é de 20,1%, e, segundo o Censo Demográfico de 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 50% dos 35 milhões de jovens do país, entre 15 e 24 anos, estão fora da escola.

O fato de o Brasil chegar ao novo milênio com 35 milhões de jovens fez eclodir a discussão conceitual, em diferentes áreas do conhecimento, sobre a temática juvenil, do que é reconhecidamente definido por ser jovem, nos dias atuais. A medicina, a psicologia, a estatística, entre outras, costumam adotar o critério etário estabelecido pela UNESCO: de 15 aos 21 anos, o indivíduo é considerado jovem.

A maneira de considerar jovem o indivíduo pertencente a uma determinada faixa etária tenta romper com a tradicional fase de transição entre infância e a idade adulta ou, segundo Castro e Abramovay (2002, p. 25), “[...] do jovem como aquele que não é, mas está por vir a ser”. Ainda, segundo essas autoras, para além do corte etário, essa definição implica uma transversalidade, pois confronta vivências e oportunidades de uma série de relações sociais, como trabalho, educação, gênero, raça, etnia, etc.

² Segundo Montañó (2003, p.29): [...] em novembro de 1989 realizou-se uma reunião entre os organismos de financiamento internacional de Bretton Woods (FMI, BID, Banco Mundial), funcionários do governo americano e economistas latino-americanos, para avaliar as reformas econômicas da América Latina, o que ficou conhecido como Consenso de Washington”.

Embora a juventude seja considerada, geralmente, como totalidade cujo principal atributo é dado pela faixa etária na qual está inscrita, deve-se tomá-la, segundo Bourdieu (1983); Machado Pais (1996), entre outros, como um conjunto social diversificado, para que diferentes traços e perfis da juventude sejam relacionados ao pertencimento de classe social, à situação econômica, aos interesses e oportunidades ocupacionais e educacionais específicos. Queremos chamar atenção para a pluralidade juvenil, ressaltando que não existe uma só juventude, mas diversas juventudes que possuem significados distintos para indivíduos de diferentes classes sociais e que vivenciam essa fase de maneira heterogênea, segundo contextos e circunstâncias específicas. Diante dessa pluralidade juvenil, o fenômeno do desemprego nos primeiros anos do século XXI atinge toda diversidade dos jovens. O País inicia o século com o registro do aumento do desemprego juvenil: em 2001, eram 3,5 milhões de jovens procurando emprego e, em 2005, quase 4,2 milhões. O desemprego juvenil assumiu dimensão numérica superior ao desemprego do adulto (entre os trabalhadores acima de 24 anos, existiam 4,3 milhões de desempregados, em 2005).

Para muitos jovens, a condição de atividade vem sendo marcada por situações de desemprego recorrente, sem possibilidade de construção de uma trajetória de ascensão social na vida profissional, conforme se observou no passado não tão distante. No Brasil, são 1,8 milhões de jovens entre 15 e 24 anos que procuram emprego³ e a possibilidade de um jovem se tornar desempregado é cerca 3,8 vezes maior do que a de um adulto a partir de 25 anos; já nos países desenvolvidos, a chance de que um jovem se veja desempregado é 2,3 vezes maior do que a dos adultos acima de 25 anos. Dados do IBGE, relativos a junho de 2004, revelam que enquanto para os adultos presentes no mercado de trabalho 8 em cada 100 se encontravam desempregados, no caso dos jovens, essa cifra saltava para 24,5 em cada 100, ou seja, três vezes mais.

A inserção produtiva do público juvenil também sofreu modificações nesse início do século; o grupo etário com maiores dificuldades de inserção é o de jovens de 16 a 17 anos, cujo trabalho sem carteira profissional, em 2005, alcançava 50% do total das ocupações remuneradas. As ocupações que não geram rendimentos monetários, como trabalho sem remuneração, trabalho na produção e na construção para uso próprio, chegavam a representar quase 30% dos trabalhadores jovens ocupados de 16 a 17 anos.

Quanto às atividades desenvolvidas por jovens no Brasil, segundo dados da PNAD 2005, são ocupações de destaque para esse segmento social serviços e comércio, visto que 36% dos jovens trabalhadores estavam ocupados em atividades variadas do segmento social e 23% do comércio. No que diz respeito aos demais, 19% vendiam sua força de trabalho na agricultura, 16%, na indústria e 5,5%, na construção civil. Para os jovens, especificamente na faixa de idade de 18 a 20 anos, nota-se que a ocupação na administração pública foi a que cresceu com taxas anuais mais elevadas — crescimento de 6% ao ano.

Nesse contexto de baixo crescimento econômico, de falta de postos de trabalho multiplicam-se as problemáticas das questões sociais⁴ em relação ao desemprego no País. A necessidade de um modelo político e social que busque responder aos anseios e necessidades por meio de uma agenda de ações efetivas, transparentes e democráticas executadas em forma de política pública, se faz presente nessas condições, proporcionando respostas e soluções aos graves problemas sociais do desemprego.

Nesse sentido, o governo brasileiro, desde o final da década de 1990, adotou políticas públicas para auxiliar a inclusão dos jovens, mas as mesmas se configuraram em iniciativas isoladas e de baixo alcance nas esferas estaduais e municipais. A partir de 2003, instituiu-se o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, que durou apenas três anos, vindo a finalizar em 2006. Mesmo assim, pode ser esta considerada a primeira iniciativa nacional de combate ao desemprego juvenil.

Em Pernambuco, a situação não é diferente: dos 35 milhões de jovens brasileiros, o Estado concentra 1.691.145, significando aproximadamente, 1% da população brasileira, 4,8% dos jovens brasileiros e 20,1% da população pernambucana. A PEA Jovem é composta de 1.018.137 pessoas, das quais 809.273 estão ocupadas e 208.864 procurando emprego (20,5% da PEA Jovem).

Dos jovens ocupados, 34,8% recebem de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo mensal,⁵ refletindo a precariedade do trabalho com seus baixos salários para esse público juvenil. Outro dado importante é que a maior taxa de desocupação está nos jovens de 18 a 24 anos (20,9%) com 9 a 11 anos de estudo, ou seja, os jovens desempregados nessa faixa etária provavelmente estão no Ensino Médio; isso significa dizer que a população juvenil que atingiu o Ensino Médio no Estado está com maiores dificuldades de acessar o mercado de trabalho, que, por sua vez, não absorve a mão-de-obra disponível e escolarizada.

Nesse sentido, o Governo de Pernambuco procurou responder às manifestações sociais do desemprego juvenil com a política pública estadual de qualificação e inserção do jovem no mercado de trabalho denominado “Emprego Jovem”.

O Programa “Emprego Jovem” procurou trabalhar indivíduos sem experiência anterior de trabalho, oriundos de famílias de baixa renda com escolaridade variando do Fundamental ao Ensino Médio desde que inscritos na Agência do

³ POCHMANN, M. Situação do jovem no mercado de trabalho: um balanço dos últimos 10 anos (1995-2005). Campinas: Cesit IE-Unicamp, 2007.

⁴ Neste artigo, adota-se o entendimento de Iamamoto (1998 p.77-79): “A Questão Social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo seu reconhecimento por parte do Estado e do empresariado. Como observa a autora, a evolução da questão social apresenta duas faces indissociáveis: uma configurada pela situação objetiva da classe trabalhadora, dada historicamente, face às mudanças no modo de produzir e de apropriar o trabalho excedente, como frente à capacidade de organização e luta dos trabalhadores na defesa de seus interesses de classe e na procura de satisfação de suas necessidades imediatas de sobrevivência; outra, expressa pelas diferentes maneiras de interpretá-la e de agir sobre ela, propostas pelas diversas frações dominantes, apoiadas no e pelo poder do Estado”.

⁵ Salário mínimo de referência de outubro de 2004: R\$ 260,00. Fonte: PNAD 2005.

Trabalho (AT)⁶. As ações desenvolvidas pelo Programa Emprego Jovem visavam promover o desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional dos jovens, oportunizando-lhes trajetórias de vida socialmente integradas.

A evolução do Programa se deu ao longo dos seis anos de existência de acordo com as necessidades apresentadas no Estado pela demanda juvenil. No primeiro ano, o Programa restringiu-se apenas à abrangência da intermediação de mão-de-obra juvenil para as empresas que se dispusessem a contratá-la mediante incentivo financeiro do Estado. Em 2001, o governo não demorou a perceber que o mercado de trabalho pernambucano era seletivo e as exigências das empresas demandavam um trabalhador, ainda que jovem, com níveis de qualificação elevados. Logo, passou a adotar ações, por meio de cursos de qualificação, com finalidade de proporcionar melhoria de condições de empregabilidade dos jovens. Criou-se a modalidade Preparando para o Primeiro Emprego (PPE), com cursos de carga horária de 320 horas, dividido em três módulos, com o objetivo de oferecer uma capacitação multidisciplinar, além de uma bolsa mensal (no valor de R\$ 80,00 à época) pela participação nos cursos.

Desde o início, o Programa, a fim de selecionar as unidades executoras, entidades responsáveis por executar o projeto, ou seja, ministrar as aulas de acordo com as modalidades estipuladas utilizou-se das diretrizes do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR) com a publicação de edital público, seleção das entidades, contratação das mesmas, negociações de metas. Uma vez selecionadas, via edital, as entidades passaram a ser cadastradas na AT, seguindo preenchimento contratual e obrigações jurídicas. O Programa contou ainda com o sistema tecnológico e informacional do Cadastro de Entidades do Programa Estadual de Qualificação Profissional (CADPEQ), que tinha por objetivo sistematizar as informações e subsidiar a equipe técnica da própria Agência do Trabalho. Esse sistema informacional facilitou a dinâmica institucional e aproximou, ainda que por meio da Internet, as entidades executoras com o Programa e sua equipe técnica.

Em 2002, foi implantado no Estado a Lei de Aprendizagem (Lei n.10.097/2000), em parceria com as Delegacias Regionais do Trabalho (DRT/PE). Desse modo criou-se a modalidade Jovem Aprendiz, sendo encaminhados 234 jovens, pela Lei da Aprendizagem, para dez empresas privadas pernambucanas, na área de serviços. Esses jovens fizeram parte de um total de 1.720, treinados em cursos de 240 horas na modalidade Preparando para o Primeiro Emprego.

A modalidade Jovem Aprendiz, criada com a Lei da Aprendizagem, visava atender as necessidades de qualificação e intermediação dos jovens para empresas. Essa modalidade atendia os jovens de 14 a 17 anos, faixa de idade posteriormente ampliada para 24 anos, com cursos de 320 horas, da modalidade Preparando para o Primeiro Emprego, na função específica para os cargos das empresas.

Nos anos seguintes foram criadas novas modalidades: em 2005 criou-se a modalidade Ações de Qualificação Profissional de Nível Técnico, objetivando capacitar jovens que cursavam o Ensino Médio em cursos com saídas intermediárias e cursos de habilitação de nível técnico. A criação dessa modalidade seguiu orientações da PNAD (2005) que apontou que o Estado possuía uma população jovem de 15 a 24 anos que freqüentava a escola no Ensino Médio no montante de 335.964 jovens, ou seja 43,1% dos jovens.

Em 2006 criou-se a modalidade Qualificação Profissional e Empreendedorismo Juvenil para os jovens que possuíam seus próprios negócios ou queriam vir a desenvolvê-los. Essa modalidade denotou uma nova reorganização social frente a reestruturação produtiva dos anos 1990 no País que motivou, diante da escassez de empregos formais, a diversificação das possibilidades de ocupação da população. Entretanto, carece de uma maneira geral ao segmento juvenil uma vivência profissional prévia que conduz ao amadurecimento das relações formais do mundo do trabalho e propicia um alicerce para o desenvolvimento de atividades profissionais com mais segurança. O jovem, segundo Claudio Dedecca:

(...) está chegando ao mercado de trabalho e precisa adquirir experiência; para adquirir experiência é necessário interagir com outros que já se encontram no mercado de trabalho. Posteriormente, esse trabalho assalariado dá informação, dá habilidade, dá conhecimento, e aí ele pode transitar para uma situação de trabalho autônomo. A maioria dos trabalhadores autônomos e o associativismo são formas marcadas pela presença da população de idade mais avançada, em especial daquela com mais de 39 anos⁷.

Por fim, o governo lançou, ainda no último ano da sua execução, a modalidade Emprego Social direcionada para jovens que não concluíram o Ensino Fundamental e em situação de vulnerabilidade social da Região Metropolitana do Recife. O público-alvo era composto de jovens de rua e suas competências profissionais estavam longe de atender às necessidades do mercado de trabalho. Dessa forma, a modalidade continha cursos com carga horária de 240 horas compreendida no repasse de conhecimentos de informática (80h), Habilidade Específica (140h) e Orientação Profissional (20h).

Sintetizando a evolução do Programa Emprego Jovem e suas modalidades, pode-se considerar que houve, ao longo dos seis anos, ampliação das metas (número de jovens atendidos pelo Programa), recursos e municípios contemplados, conforme tabela abaixo.

⁶ Os serviços ofertados pela Agência do Trabalho em todas as suas unidades, num total de 22 Agências no Estado de Pernambuco são integrados ao Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda do País – SPETR, com a oferta da Intermediação de Mão-de-obra - IMO, Qualificação Profissional, Acesso ao Crédito, Emprego Jovem, Expedição de Documentos e Atendimento ao Seguro-Desemprego.

⁷ http://www.acaoeducativa.org.br/base.php?t=nger_02321&y=base&x=Inger_0001&z=0

Tabela 1 : Meta do Número de Jovens, Municípios Atendidos, Modalidade de Cursos e Total de Recursos, segundo os anos de atendimento do Programa Jovem em Pernambuco — 2001-2006

Ano	Meta	Muni- cípios	Modalidade de Cursos do Programa Empresa Jovem	Total de Recursos (R\$)
2001	1.500	1	PPE	1.337.000,00
2002	1.720	1	PPE, Aprendiz	1.334.486,90
2003	2.035	6	PPE, Aprendiz,	1.083.983,10
2004	1.933	11	PPE, Aprendiz,	1.978.206,11
2005	2.792	19	PPE, Aprendiz, Técnico.	3.070,805, 00
2006	6.551	46	PPE, Aprendiz, Técnico, Qualificação e Empreendedorismo e Emprego Social.	10.389.426,98

Fonte: Documentos da Agência do Trabalho. Elaboração própria.

3-Jovens qualificados e jovens colocados

As ações de qualificação social e profissional e suas modalidades buscavam promover o desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional de modo a permitir aos jovens oportunidades de trajetórias de vida socialmente integradas. Os cursos foram oferecidos nas áreas de Arte e Cultura, Agropecuária e Agroindústria, Artesanato, Comércio, Construção Civil e Naval, Educação e Meio Ambiente, Gastronomia, Gestão, Indústria, Informática e Telecomunicações, Moda e Confeção, Saúde e Estética, Serviços Diversos, Transportes e Turismo.

Conforme ressaltado ao longo deste estudo, o Programa Emprego Jovem compreendeu a execução de cursos de qualificação profissional para jovens de 16 a 24 anos, contemplando cinco modalidades com cargas horárias e perfis específicos. São elas: Preparando para o Primeiro Emprego; Emprego Social; Cursos de Nível Técnico; Jovem Aprendiz; e Qualificação Profissional e Empreendedorismo Juvenil.

Tabela 2 Jovens Qualificados pelo Programa Emprego Jovem e Jovens Desempregados em Pernambuco, no período de 2001-2006

Ano	Jovens Pernambucanos	
	Desempregados ^{8*}	Qualificados
2001	180.166	1.500
2002	173.986	1.720
2003	183.885	2.035
2004	203.026	1.933
2005	208.864	3.052
2006	182.707	6.551
Total	-	16.791 ⁹

* Fonte: IBGE-PNAD. Relatórios de Ações de Apoio à Gestão dos anos de 2004 a 2006 e Agência do Trabalho.

⁸ Jovens desempregados da faixa etária de 16 a 24 anos, de todas as classes sociais.

⁹ Este quantitativo difere do apresentado nos Relatórios Oficiais do Governo, onde consta um número total de qualificados da ordem de 23.653 jovens, no mesmo período da tabela. A diferença é que, nesta, tese não são computados os jovens da Modalidade de Incentivo ao Acesso ao Ensino Superior (PREVUPE).

As ações foram financiadas, a partir de 2003, com recursos do Tesouro Estadual, oriundos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (FECEP), cujos investimentos foram de R\$ 10,3 milhões para a qualificação de 16.791 jovens participantes do Programa, atendendo 45 municípios do Estado, em 2006 (ver tabela 8).

Quanto aos jovens colocados, no período de 2000 e 2001, foi criada a Lei 11.892, de 12 de dezembro de 2000, que estimulou a contratação de jovens pelas empresas, a partir da dedução de ICMS. Este modelo não teve a adesão da classe empresarial, pois o recebimento de bônus foi considerado bastante burocrático por parte dos empregadores. Além desta questão, o universo de empresas com possibilidade de adesão ao Programa ficou limitado, haja vista que nem todas pagam ICMS.

Em decorrência desta situação, o Governo decidiu reformular a legislação, e passou a vigorar a Lei 12.181/2002 regulamentada pelo Decreto 24.506, de 9 de julho de 2002. Neste caso, a parceria firmada junto aos empregadores deu-lhes o direito de receber um incentivo financeiro de até R\$ 1.800,00 por cada jovem contratado, sendo distribuído em seis parcelas mensais de R\$ 300,00.

O empregador ficava obrigado a abrir um novo posto de trabalho por um período de 12 meses e receber jovens encaminhados pelo SINE/Agência do Trabalho (AT), além de estar regular com as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias.

O Programa apresentou, no período de 2002 a 2006, os resultados apresentados na tabela 9, abaixo.

Tabela 3 : Colocações com Incentivos Financeiros no Mercado de Trabalho, pelo Emprego Jovem no Estado de Pernambuco, segundo os anos no período de 2002-2006.

ANOS	Colocações com Incentivos Financeiros	
	Número de Colocações	Valor Total Pago
2002	138	R\$ 92.442,21
2003	199	R\$ 300.583,54
2004	195	R\$ 275.559,59
2005	165	R\$ 259.200,21
2006	230	R\$ 258.350,00
TOTAL	927	R\$ 1.186.135,00

FONTE: Agência do Trabalho/SINE-PE. Programa Emprego Jovem

Os dados da tabela acima mostram, no período de 2002 a 2006, o aumento crescente de verba aplicada, ano a ano, nas colocações com incentivos financeiros no mercado de trabalho pelo Programa e o aumento no número de jovens inseridos no mercado de trabalho. Diante dos baixos resultados atingidos, 927 jovens empregados até 2006, a partir da lei de incentivo ao Primeiro Emprego Estadual, o governo continuou buscando alternativas para a inserção dos jovens no mercado formal de trabalho.

Em 2002, firmou-se a parceria com a Delegacia Regional do Trabalho (DRT) implementando a modalidade Jovem Aprendiz de acordo com a Lei da Aprendizagem (Lei 10.097/2000), cuja finalidade é contribuir para a formação profissional do jovem. A programação prevista em lei incluiu a contratação dos jovens por parte de empresas identificadas e orientadas pela DRT/PE, o acompanhamento dos mesmos na Escola Básica e a participação simultânea em cursos de qualificação social e profissional, cuja carga horária é de 320 horas, distribuídas em nove meses.

Registra-se, no período de 2002 a 2006, a contratação de 1.018 jovens no formato da Lei da Aprendizagem, por empresas públicas e privadas, conforme Relatório Final das Atividades Desenvolvidas 1999 a 2006, da Agência do Trabalho-SINE/PE. No período de 2003 a 2006, o PNPE, intermediou 128 jovens para o mercado de trabalho. O governo federal, preocupado com a baixa adesão do setor empresarial, realizou uma série de mudanças na legislação e no sistema que operacionalizava o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego. Desse modo, o governo, com as modificações, tornou o Programa mais flexível, permitindo ao empresariado, caso achasse necessário, fazer recortes nas suas solicitações de gênero, escolaridade e residência dos jovens que desejassem contratar. Até então o referido Programa tinha seu banco de dados programado para encaminhar o jovem no formato de “fila única”, ou seja, quem estava na vez. Como exemplo: se um

empresário solicitasse um jovem para trabalhar em uma oficina de automóveis e se, na vez do banco de dados, estivesse inscrita uma jovem, o sistema criado não permitia que os técnicos da AT mudassem a seqüência, vindo a encaminhar uma pessoa do sexo masculino. Assim, teria que ser encaminhada a pessoa da vez, mesmo que não preenchesse as necessidades do perfil da vaga.

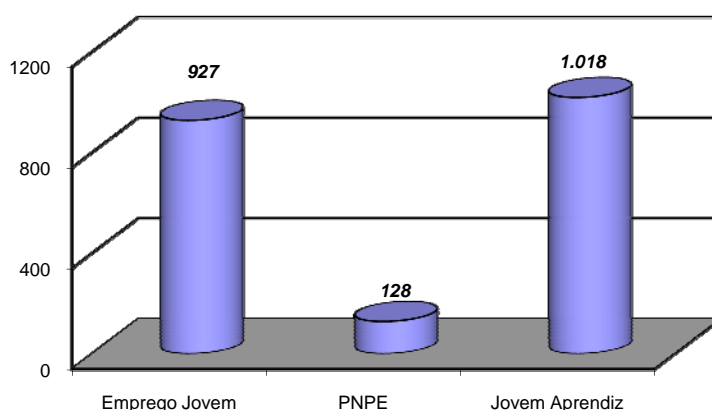
Pode-se constatar, ao se observar o baixíssimo número de jovens colocados no mercado de trabalho, no período de 2003 a 2006, pelo PNPE, a falta de adesão das empresas aos programas de estímulo à inserção de jovens no mercado de trabalho. Dificuldades como documentação, baixa escolaridade, pouca qualificação e inexperiência desses candidatos são alguns dos fatores que dificultaram o processo de absorção, por parte das empresas, desse segmento de trabalhadores, além da “fila única” já citada acima.

Outra questão abordada por Araújo e Lima (2003, p 14) é o fato das empresas almejarem eficiência e produtividade, requisitos usualmente associados a trabalhadores com nível de escolaridade bem mais elevado do que os beneficiados por programas como o PNPE e Emprego Jovem. Isso denota uma contradição interna da concepção do PNPE, reproduzida no Estado de Pernambuco pelo Emprego Jovem, como reproduzida desde o antigo Planfor, e como no atual Plano Nacional de Qualificação (PNQ), conforme os autores acima citados:

[...] a maioria da força de trabalho alcançada pelo Programa¹⁰ é composta por trabalhadores cujo nível de escolaridade não é compatível com os requerimentos de assimilação de conhecimento técnico inovador, em geral demandando por atividades dos segmentos mais modernos da economia.

O gráfico a seguir retrata a realidade dos programas sociais com intermediação subsidiada pelos governos.

Gráfico 1: Colocações de jovens no mercado de trabalho pelo Programa Emprego Jovem em Pernambuco, segundo o Emprego Jovem, Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) e Jovem Aprendiz no período de 2002-2006.



Fonte: Agência do Trabalho até outubro de 2006

Apesar da reformulação feita na legislação dos Programas, tanto o estadual quanto o federal, os resultados de contratação de jovens a partir do incentivo financeiro não atingiu metas significativas para o volume de jovens que buscavam a sua inserção¹¹. Pode-se observar que, mesmo com subsídio financeiro, as empresas pernambucanas absorveram apenas 927 jovens num período de quatro anos. Somados esses 927 jovens com os da modalidade Jovem Aprendiz, com o quantitativo de 1.018 jovens, o Programa Emprego Jovem, em sua modalidade incentivada, colocou no mercado de trabalho 1.945 jovens de 2002 a 2006¹².

Apesar da pouca extensão, percebe-se que houve um crescimento de 16% dos jovens colocados em 2006, quando comparado ao ano de 2002 e, no total, 927 jovens foram colocados no mercado de trabalho formal durante todos os anos de implantação do Primeiro Emprego, o que nada alterou na baixa capilaridade do Programa, conforme já mencionado neste capítulo.

¹⁰ O Programa de que falam os autores Lima e Araújo refere-se ao Planfor.

¹¹ Segundo o banco de dados do SIGAE, o universo de jovens inscritos no Programa Emprego Jovem, no período de 2000 a 2006, chegava a atingir um número aproximado de 100 mil na faixa de idade de 16 a 24 anos.

¹² A Agência do Trabalho só possui dados da colocação de jovens no mercado de trabalho via incentivos financeiros a partir de 2002, mesmo tendo iniciado o Programa Primeiro Emprego em 2000. Em 2000, a Lei lançada na forma de dedução do ICMS não conseguiu êxito, o processo foi lento e burocrático não registrando adesão do empresariado. Em 2002 foi Regulamentada nova Lei transferindo os incentivos em parcelas mensais, quando se iniciou a adesão dos empresários e o encaminhamento de 138 jovens ao mercado de trabalho.

Com essa baixa adesão aos Programas estadual e federal, em 2005 a Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (SDSC) encomendou ao IPSA uma pesquisa denominada “Pesquisa de Mão-de-Obra Juvenil e Divulgação dos Programas Emprego Jovem e PNPE” que tinha por objetivo, segundo relatório final da própria pesquisa (2005, p. 5):

Realizar um levantamento junto ao conjunto de empresas situadas na RMR, Caruaru e Petrolina, sobre o interesse na contratação de jovens, com idade entre 16 a 24 anos, que buscam o primeiro emprego; identificar ocupações mais ofertadas e investigar a demanda por qualificação profissional. Ademais, no contato com a empresa divulgam-se os referidos Programas, com intuito de buscar a adesão de cada empresa — via incorporação de jovens ao quadro de pessoal.

Observou-se, posteriormente à pesquisa realizada durante o ano de 2005, que pouco se ampliou o número de jovens contratados pelo Programa Emprego Jovem (passou-se de 165 adesões, em 2005, para 230 novas adesões, em 2006, e para o PNPE houve uma completa estagnação do processo de adesão dos empresários, refletindo apenas uma nova contratação em 2006).

Na verdade, o que se observa no Estado de Pernambuco, durante os seis anos de existência do Programa Emprego Jovem, segundo dados da SDSC do Governo do Estado e a Agência do Trabalho, é que existia um outro caminho de contratação dos jovens, denominado popularmente de “processo de intermediação por demanda espontânea”, que não possuía incentivo financeiro à contratação de jovens. Essa outra forma de contratação de jovens atendia aos interesses dos empregadores, pois desvinculava as empresas dos entraves burocráticos via exigências legais obrigatórias dos Programas Sociais Governamentais e possibilitava, em algumas situações, a identificação de jovens trabalhadores por parte dos empresários de acordo com o perfil da vaga de trabalho existente.

Percebe-se que, para aqueles jovens na faixa de idade entre 16 e 29 anos¹³, houve um aumento das contratações nas empresas privadas. Esse fato é independente de incentivo financeiro por parte do Estado, conforme tabela 4, de 2000 a 2006. Esse processo vem responder as novas formas de flexibilização do trabalho que adquire grande importância econômica e social em todo País.

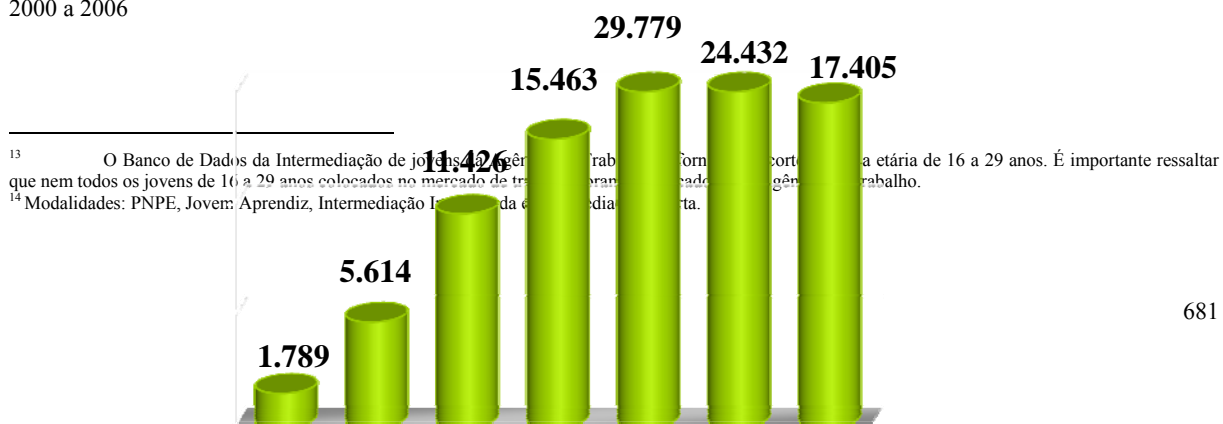
Tabela 4 Jovens Colocados no Mercado de Trabalho por Intermediação Não Incentivada, segundo os anos — 2000-2006

Ano	Jovens colocados no Mercado de Trabalho com Intermediação Espontânea*
2000	1.789
2001	5.614
2002	11.054
2003	15.072
2004	29.366
2005	23.929
2006	17.011
Total	103.835

Fonte: Agência do Trabalho. Elaboração própria. * De 16 a 29 anos, conforme consulta ao SIGAE

Dessa forma, no geral, foram colocados 105.908 jovens (incentivo + não incentivo), o que confirma que as empresas possuíam o interesse em contratar jovens, conforme os resultados da “Pesquisa de Demanda de Mão-de-Obra Juvenil e Divulgação dos Programas Emprego Jovem e PNPE” realizada em 2005, que apontou que das 3.542 empresas pesquisadas, “62,4% possuem interesse na contratação de jovens e 23,3% não revelaram tal interesse” (p. 21), porém, sem ser por adesão a programas sociais via incentivo financeiro.

Gráfico 2 Colocações de Jovens no Mercado de Trabalho pela Agência do Trabalho em Todas as Modalidades¹⁴ 2000 a 2006



Fonte: UT/Agência do Trabalho — Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania
 *Implantação do atual modelo de gestão da Agência do Trabalho (fevereiro)
 ** Atendimento a jovens de 16 a 29 anos

Com base nos dados analisados anteriormente, pode-se perceber que, em Pernambuco, no período de 2001 a 2006, foram qualificados 16.791 jovens¹⁵ de 16 a 24 anos, em diversas modalidades ao longo do desenvolvimento metodológico do programa. Percebe-se ainda que, para o período de 2000 a 2006, foram intermediados para o mercado de trabalho 105.908 jovens de 16 a 29 anos, seja de forma incentivada (2.073 com idade de 16 a 24 anos do Emprego Jovem) ou de forma espontânea (103.853 com idade entre 16 e 29 anos).

Tabela 5 : Jovens Desempregados, Qualificados e Colocados no Mercado de Trabalho em Pernambuco, segundo a intermediação incentivada e intermediação espontânea no período de 2001-2006

Ano	Jovens Desempregados*	Jovens Qualificados	Jovens Colocados no Mercado Formal de Trabalho				
			Intermediação Incentivada			Intermediação Espontânea**	Total de Intermediados***
			Emprego Jovem	Jovem Aprendiz	PNPE		
2000	-	..****	-	-	-	1.789	1.789
2001	180.166	1.500	-	-	-	5.614	5.614
2002	173.986	1.720	138	234	-	11.054	11.426
2003	183.885	2.035	199	188	4	15.072	15.463
2004	203.026	1.933	195	191	27	29.366	29.779
2005	208.864	3.052	165	242	96	23.929	24.432
2006	182.707	6.551	230	163	1	17.011	17.405
Total	-	16.791	927	1.018	128	103.835	105.908

* Fonte: IBGE — PNAD, com exceção para o ano de 2000, por ter ocorrido o Censo Demográfico

** De 16 a 29 anos, conforme consulta ao SIGAE

*** Somatório das intermediações incentivadas e espontâneas

**** Não foi computado nesta tabela o número aproximado de 67.696 jovens qualificados com recursos do FAT, considerando o percentual amostral identificado pelo Relatório de Acompanhamento de Egressos 2000, tendo em vista que esta amostra representa estratificadamente o universo pesquisado. Porém nem todos os jovens qualificados estiveram relacionados com a demanda governamental, uma vez que 70% da demanda por qualificação eram oriundas das Comissões Municipais de Emprego.

¹⁵ Exceto os participantes da Modalidade Ações de Incentivo ao Acesso à Universidade.

A tabela acima mostra a relação assimétrica entre os jovens intermediados com incentivo (total de 2.073), ou seja, que entraram no mercado de trabalho porque o governo pagou incentivo à empresa empregadora; versus jovens intermediados sem incentivo (total de 103.835), que são os que entram no mercado por demanda espontânea, sem interferência alguma do Estado. O total de jovens intermediados para o período de 2002 a 2006, de acordo a tabela, mesmo considerando a faixa etária de 25 até 29 anos não incluída na ação de intermediação incentivada, foi de 98.505, sendo 96.432 por demanda espontânea e 2.073 por intermediação incentivada.

O número baixo de jovens que conseguiram êxito na busca via subsídio do Governo por emprego, explica-se em parte pelas empresas, de forma geral, optarem pela liberdade de gerir seus negócios sem a interferência do Estado. De maneira geral no País, e principalmente na cidade do Recife, por exemplo, o mercado tem preferência por absorver jovens na faixa de idade acima dos 20 anos, conforme foi constatado na pesquisa realizada pelo IPSA (Pesquisa de Demanda de Mão-de-Obra Juvenil, e Divulgação dos Programas Emprego Jovem e PNPE) encomendada pela SDSC no ano de 2005:

É importante mencionar que, das empresas em análise, 35,1% revelaram que demandam jovens a partir de 20 anos de idade. Portanto, um número significativo de empresas não absorve jovens na faixa de 16 a 19 anos (2005, p. 17).

Compromissos com obrigações fiscais e trabalhistas, impostos nos contratos dos Programas Públicos Sociais de Incentivo à Inserção dos Jovens no Mercado Formal de Trabalho, também parecem ser um empecilho na formação de parcerias entre a iniciativa privada e a pública, pelo fato de muitas empresas não cumprirem as exigências legais determinadas pelo Governo.

Como o trabalho é central na vida das jovens, por ser o principal meio de integração na sociedade, a inserção desse público nesse cenário é essencial para o desenvolvimento social, psicológico, familiar e profissional dessas pessoas. Pelo fato de o trabalho, na sociedade atual, ter adquirido sentido ético e valor moral, assumindo o sentido de um dever social, algo que traz dignidade ao ser humano; o ambiente de trabalho tornou-se um grande canal de sociabilidade humana.

Diante dessa centralidade, o jovem brasileiro de maneira geral e aqui neste estudo, o jovem sócio-economicamente desfavorecido, possui dois caminhos: ou acessa o mercado de trabalho se submetendo às suas normas e exigências, mesmo encontrando-se em posição bastante desfavorável na disputa pelo posto de trabalho já escasso; ou o acessa por meio das políticas sociais existentes que estimulem a qualificação profissional e busquem a inserção produtiva. Importante ressaltar que aqui a inserção laboral por meio de Programas governamentais não parece surtir efeitos positivos.

A resposta encontrada pelo Governo de Pernambuco, na formulação de suas políticas públicas de juventude para inserção no mercado de trabalho, reflete uma tendência nacional de valorizar a Qualificação Profissional desse público, tendência essa que pode ser observada ainda na tabela 11, no item “jovens qualificados”. Isso demonstra a inversão estratégica do Programa Emprego Jovem que, a partir do foco na concessão de subsídios às empresas para atingir o objetivo de empregar os jovens, passou para o foco no investimento em qualificação. Com isso, o Governo pretendeu diminuir sua relação de intervenção com a iniciativa privada e passou a investir na capacidade do jovem em conquistar o espaço almejado.

Voltando para a tabela 1, na página 5, pode-se perceber que a modalidade Preparando para o Primeiro Emprego (PPE), responsável pela Qualificação dos jovens para o mercado de trabalho, encontra-se presente de 2001, desde sua criação no Programa Emprego Jovem, até 2006, último ano do Programa. Isso demonstra o esforço do Governo Estadual em priorizar a política pública de Qualificação Profissional. Ao fazer isso, o governo reflete uma visão da relação Educação X Trabalho em que a formação profissional é vista como resposta para minimizar o desemprego.

A qualificação (escolaridade e formação profissional) se transformou no fetiche capaz de romper esse processo. Somas vultosas estão sendo gastas no mundo inteiro para requalificar trabalhadores. Os resultados são pífios se mensurados a partir da reinserção no mercado de trabalho, como atestam pesquisas em vários países. (Segnini, 2000, p. 77).

4- Conclusões

Infelizmente, o País e aqui neste artigo, o Estado de Pernambuco perdeu décadas desconsiderando ou dando enfoque equivocado à importância da qualificação profissional para a competitividade, a organização do mercado de trabalho e o perfil e a distribuição de renda.

No Brasil, os anos 1980 foram caracterizados por uma crise e uma instabilidade econômica sem que a política de qualificação ocupasse algum espaço. A existência do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) em 1990, foi considerado um passo relevante, mas com enfoque claramente compensatório, em razão do abandono da política de emprego associada ao crescimento econômico. Entre 2001 a 2006, um volume ponderável de recursos foi gasto com política de qualificação, as quais não tiveram resultados tão positivos, sendo predominante os seus resultados negativos. E no caso do Estado de Pernambuco, o Programa “Emprego Jovem” buscou a inserção do jovem no mercado formal de trabalho via o incentivo da qualificação profissional.

Desse modo, os dados analisados refletem pouca importância para tal esforços da iniciativa pública, uma vez que se observa uma maior inserção no mundo produtivo por meio da intermediação espontânea que absorveu 103.835 jovens no período de 2000 a 2006. Os jovens oriundos de Programas e Projetos governamentais apesar de serem qualificados

profissionalmente não obtiveram tanto sucesso assim (2.073 jovens). Esses números refletem os pífios resultados da política pública do Programa “Emprego Jovem” de Pernambuco.

Acredita-se que o País necessita rever estrategicamente a sua política de qualificação, abandonando o seu enfoque compensatório e deve associá-la à dinâmica econômica compreendendo-a como peça relevante da política de crescimento articulada com a política de elevação da produtividade e da competitividade da economia brasileira.

Referências

- Barbosa, A. F & Moretto, A. (2006). As Políticas de mercado e sua evolução tardia e fragmentada no Brasil. In: Dedecca, C.S & Proni, M.W. (Orgs). Políticas públicas e trabalho: textos para estudo dirigido. Campinas, SP: Unicamp. IE/ Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego; Unitrabalho, (438p).
- Beluzzo, L.G & Almeida, J. S. (2002). Depois da Queda – a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Bourdieu, P. A. (1998). O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil.
- (1983) A Juventude é apenas uma palavra. In: Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, (pp. 112-121).
- Dedecca, C. (1999). Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado. Campinas: Unicamp-IE.
- . (2001). S.M. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas, In: Carvalho, Brandt Maria do Carmo & Barreira, Maria Cecília Roxo Nobre (orgs.) Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais/São Paulo: IEE/PUC – SP, (224p).
- Draibe, S.M. (1995). Repensando a política social: dos anos 80 ao início dos anos 90. In: Sola, L., Paulani, L. (Orgs.). Lições da década de 80. São Paulo: Edusp/Enruid.
- Fagnani, E. (2005). Déficit Nominal Zero: A Proteção Social na Marca do Pênalti. Carta Social e do Trabalho, Campinas: Unicamp. IE. Centro de Estudos de Economia Sindical e do Trabalho, n.2.
- Harvey, D. A (1996). Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola.
- Iamamoto, M. V. (1998). Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez.
- Mattoso, J. (2001). O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. 2ªed, 3ª reimpressão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Machado Pais, J. (1990). A Construção sociológica da juventude: alguns contributos. In: Análise Social, Vol. XXV (105-106), (pp. 139-165), Lisboa.
- . (1996). Culturas Juvenis. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda.
- Montano, C.E. (2003). Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção. 2ªed, – São Paulo: Cortez.
- Pochmann, M. (2000). A Batalha pelo Primeiro Emprego: as perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho brasileiro. São Paulo: Publisher Brasil.
- Castro, M. G. & Abramovay, M. (2002). Jovens em Situação de Pobreza, Vulnerabilidades Sociais e Violências. In: Fundação Carlos Chagas, Cadernos de Pesquisa, n 116: (p 14).

População em Idade Activa, Trabalho e Qualificações

José Santos
Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal
jrebelo@esce.ips.pt

Maria Filomena Mendes
Universidade de Évora
mmendes@uevora.pt

Resumo: A população em idade activa tem sofrido grandes alterações em relação à sua actividade, com o desemprego a atingir níveis elevados, apesar do prolongamento dos estudos de muitos jovens amenizar de alguma forma o problema. O nosso objectivo é perceber a real dimensão do problema e também quais os requisitos necessários para entrar e permanecer no mercado de trabalho.

Os microdados utilizados respeitam aos IE's, do INE, correspondendo aos inquéritos dos quartos trimestres de 1998, 2000, 2002 e 2004. Só se recolheu informação da população em idade activa.

A metodologia assenta em análise descritiva, análise de correspondências múltiplas entre situação perante a actividade, sexo, grupo etário e qualificações académicas e análise logit binomial e multinomial envolvendo as mesmas variáveis.

A nível de resultados saliente-se a maior vulnerabilidade ao desemprego por parte dos mais jovens, dos menos qualificados e das mulheres apesar destas apresentarem níveis mais elevados de qualificações académicas. Destaque-se ainda a maior taxa de actividade masculina.

Introdução

A população em idade activa tem sofrido grandes alterações em relação à sua actividade, com o desemprego a atingir níveis elevados, apesar do prolongamento dos estudos de muitos jovens amenizar de alguma forma o problema. O nosso objectivo é perceber a real dimensão do problema e também quais os requisitos necessários para entrar e permanecer no mercado de trabalho.

Os microdados utilizados respeitam aos IE's, do INE, correspondendo aos inquéritos dos quartos trimestres de 1998, 2000, 2002 e 2004. Só se recolheu informação da população em idade activa.

A metodologia assenta em análise descritiva, análise de correspondências múltiplas entre situação perante a actividade, sexo, grupo etário e qualificações académicas e análise logit binomial e multinomial envolvendo as mesmas variáveis.

Em termos estruturais após uma breve apresentação dos referenciais teóricos que constituem o pano de fundo do estudo empírico, apresentamos os dados e a metodologia finalizando com a discussão e apresentação de resultados.

A nível de resultados esperados saliente-se a maior vulnerabilidade ao desemprego por parte dos mais jovens, dos menos qualificados e das mulheres apesar destas apresentarem níveis mais elevados de qualificações académicas. Destaque-se ainda a maior taxa de actividade masculina.

1. Conceptualização: Trabalho, mercado de trabalho e População em idade activa

O trabalho pode definir-se como o exercício de uma actividade física e/ou mental, tida como útil para produzir bens e serviços que satisfaçam necessidades humanas (Giddens, 1997) e é “a actividade mais estruturante das sociedades humanas” (Bandeira, 2006, p. 11).

O mercado de trabalho não constitui uma realidade descontextualizada da sociedade pelo que reflecte e produz diversas desigualdades, nomeadamente, incluindo indivíduos e conferindo-lhes um certo estatuto ou excluindo-os e contribuindo para a exclusão social. Um dos fenómenos de desigualdade que ocorre no mercado de trabalho é a discriminação das mulheres (Ferreira 2003, citado em Pedroso, 2005).

O mercado de trabalho, com a globalização, foi sujeito a um conjunto de pressões cujos resultados estão à vista: perda de muitos postos de trabalho e dificuldades acrescidas de inserção ou de reentrada (Kovács, 2004). Os jovens, mesmo quando qualificados, as mulheres e os indivíduos mais velhos, sobretudo quando pouco qualificados, constituem os grupos mais vulneráveis, ficando sujeitos ao drama do desemprego por períodos mais ou menos longos (Ferreira, 2003, citado em Pedroso, 2005; Bureau International du Travail – BIT, 2004).

A população activa, o emprego e o desemprego constituem os três conceitos chave cujas ligações definem os fluxos do mercado de trabalho (Gazier, 1992).

A população em idade activa é a que integra o intervalo de idades entre os 15 e os 64 anos completos (Pereira, 1999) e engloba a população activa e a inactiva, frequentemente denominada por potencialmente activa. Este grupo populacional é definido tendo em conta “...determinações legais acerca das idades mínima e máxima para exercer uma actividade económica” (Bandeira, 2006, p. 16). Eventuais alterações relacionadas com a extensão da escolaridade obrigatória e aumento da idade de reforma, implicarão a alteração destes limites (Bandeira, 2006).

Por população activa entende-se a população que exerce uma actividade económica (podendo estar empregada ou trabalhar por conta própria) ou a população em idade activa que se encontra desempregada (Carrilho, 1996).

Os empregados integram o grupo dos economicamente activos, quer sejam trabalhadores por conta de outrem, quer trabalhadores por conta própria. A população desempregada constitui um outro grupo integrante da população activa caracterizado pelo facto de ter 15 ou mais anos e não estar a exercer uma actividade profissional, mas estar disponível para o seu exercício.

2. Dados e Metodologia

Nos subpontos seguintes caracterizam-se os dados que analisámos e explica-se a metodologia utilizada.

2.1 Caracterização dos Dados

Os microdados utilizados nesta análise dizem respeito aos IE's, da responsabilidade do INE, correspondendo apenas aos inquéritos dos quartos trimestres de 1998, 2000, 2002 e 2004, tal como nos capítulos anteriores. Também neste caso, apenas foi recolhida informação da população em idade activa.

2.2 Metodologia

Análise descritiva correspondendo ao cálculo dos empregados e desempregados por sexo, grupo etário e qualificações académicas.

Em termos exploratórios procedeu-se a uma análise de correspondências múltiplas (ACM), envolvendo as variáveis situação actual, idade, sexo e nível de instrução, para analisar os aspectos relativos às diferentes hipóteses;

Efectuaram-se ainda análises logit binomiais e multinomiais envolvendo como variável dependente a situação actual e como variáveis explicativas, o nível de instrução, o sexo e a idade (recodificada em grupo etário).

3. Apresentação dos Resultados

Nos subpontos seguintes apresentamos os resultados do cálculo da distribuição percentual por sexo em termos gerais, por grupo etário e por nível de instrução, apresentando de seguida os resultados da análise de correspondências múltiplas e das análises logit binomial e multinomial.

3.1 Evolução global da Situação Actual

O significado de “situação actual” (variável que criámos) foi já clarificado no ponto 8.2.3 e engloba, nomeadamente, empregados por conta de outrem (TCO), desempregados, estudantes e trabalhadores por conta própria (TCP).

Como se pode verificar (quadro 1), ocorreu um aumento percentual pequeno, no caso dos homens empregados, e um pouco mais expressivo, no caso das mulheres. No entanto, os homens empregados continuam, em termos percentuais, a ser substancialmente mais do que as mulheres.

Em relação à situação de desempregado, verifica-se um acréscimo bastante expressivo para ambos os sexos que reflecte uma situação conjuntural de aumento do desemprego. O desemprego feminino é superior ao masculino.

Os trabalhadores por conta própria (TCP) são sobretudo do sexo masculino verificando-se uma tendência de diminuição da sua representatividade para ambos os sexos.

O número de estudantes constitui uma parcela representativa da população em idade activa, em especial no caso do sexo feminino. Entre o 4º trimestre de 1998 e o 4º trimestre de 2004, a sua proporção, na população em idade activa, passou de 10,9% para 11,1% no caso dos homens, e de 11,3% para 11,7%, no caso das mulheres conforme consta no quadro seguinte.

Quadro 1 - Situação actual em função do sexo

	Empregado		Desempregado		Estudante		TCP	
	H	M	H	M	H	M	H	M
1998	54,2	41,6	4,8	5,6	10,9	11,3	18,7	11,4
2000	55,7	42,3	4,1	5,1	10,6	11,6	17,4	10,3
2002	55,1	43,8	5,8	6,8	9,7	11,0	17,7	10,9
2004	54,9	46,6	6,5	7,4	11,1	11,7	16,9	10,6

Fonte: INE, IE's 1998, 2000, 2002 e 2004 (cálculos do autor)

É a nível dos detentores de instrução superior que a taxa de emprego é substancialmente maior (quadro 2). Mas, no período em apreço, verificou-se uma diminuição dessa taxa passando de 76,5% para 75,5%; no mesmo período, a taxa de emprego dos indivíduos com habilitações de nível secundário aumentou de 50,3% para 51,0%; no caso dos que possuem apenas instrução básica, verifica-se uma ligeira redução da taxa de emprego, passando de 49% para 48,9%; pelo contrário, no caso dos que não possuem qualquer grau de instrução, a taxa de emprego passou de 24,5% para 26,7%.

Em relação ao desemprego, as taxas aumentaram para todos os níveis de instrução com excepção do nível secundário: a) neste último caso o desemprego passou de 5,4% para 5,2%; b) o desemprego é mais elevado para os detentores de instrução básica tendo passado de 5,5% para 7,6%; c) no caso dos que não possuem qualquer grau de instrução o desemprego passou de 4,3% para 6,1%; d) em relação aos detentores de nível de instrução superior, e não obstante apresentarem em 1998 a taxa de desemprego mais baixa (3,4%), o facto é que ao passarem para 5,6%, apresentam o acréscimo mais elevado, consubstanciado num crescimento de 64,7%.

Nos trabalhadores por conta própria assumem maior importância os indivíduos sem qualquer grau de instrução, seguidos dos com instrução básica, e assumem menor relevância os indivíduos com instrução de nível secundário.

Quadro 2 - Situação actual por nível de instrução

Instrução superior	Empregado	Desempregado	Estudante	TCP
1998	76,5	3,4	2,2	10,0
2000	78,2	3,7	3,0	8,4
2002	76,6	5,9	1,9	8,1
2004	75,5	5,6	2,7	9,4
Instrução secundária	Empregado	Desempregado	Estudante	TCP
1998	50,3	5,4	29,7	7,4
2000	51,0	4,3	30,9	6,6

2002	51,5	5,5	28,0	8,3
2004	52,7	5,2	27,7	7,2
Instrução básica	Empregado	Desempregado	Estudante	TCP
1998	49,0	5,5	10,7	15,9
2000	49,5	4,8	10,1	15,1
2002	49,4	6,6	9,2	15,5
2004	48,9	7,6	10,1	15,5
S/ grau de instrução.	Empregado	Desempregado	Estudante	TCP
1998	24,5	4,3	0,4	18,9
2000	25,4	4,0	0,2	16,0
2002	24,7	5,6	0,3	17,4
2004	26,7	6,1	0,4	15,8

Fonte: INE, IE's 1998, 2000, 2002 e 2004 (cálculos do autor)

No que diz respeito à análise de estudantes por nível de instrução, apenas no caso dos detentores de instrução superior se verificou um acréscimo que é indiciador do prosseguimento de estudos, nomeadamente consubstanciados em pós-graduações, mestrados e doutoramentos. Para os níveis de instrução secundária e básica verifica-se uma ligeira diminuição e no caso dos que não possuem qualquer grau de instrução, os valores de 1998 coincidem com os de 2004.

Nos quadros seguintes (quadros 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10), procedeu-se a uma análise mais detalhada por sexo, grupo etário e nível de instrução.

Podemos verificar que as taxas de emprego mais elevadas em 1998, diziam respeito a detentores de instrução superior, destacando-se as mulheres e os grupos etários 40-44, 45-49, 30-34 e 35-39 anos (quadro 3). De notar ainda que nos grupos etários entre 50 e 64 anos, com especial destaque para o grupo 60-64 anos, a taxa de emprego é substancialmente mais elevada para os detentores de instrução superior sobretudo homens, iniciando uma saída mais tardia do mercado de trabalho.

Em relação ao desemprego, registaram-se taxas mais elevadas para os homens pertencentes aos primeiros grupos etários, não se podendo encontrar regularidades que permitam tirar quaisquer ilações em relação aos níveis de instrução (quadro 3).

Quadro 3 – Taxas mais elevadas de emprego e desemprego por nível de instrução, grupo etário e sexo

Taxa de emprego % (4º Trimestre 1998)					Taxa de desemprego % (4º Trimestre 1998)			
Superior	40-44	Mulher	93,01	1	s/ instr	15-19	Homem	11,11
Superior	45-49	Mulher	92,91	2	superior	20-24	Homem	10,20
Superior	30-34	Mulher	87,18	3	básico	20-24	Mulher	9,86
Superior	35-39	Mulher	86,88	4	Secund	25-29	Mulher	9,70
Superior	35-39	Homem	84,95	5	Superior	25-29	Homem	9,70
Superior	30-34	Homem	81,71	6	Básico	25-29	Mulher	9,62
Superior	50-54	Mulher	78,31	7	Secund	50-54	Homem	8,64
Superior	25-29	Mulher	77,82	8	Básico	30-34	Mulher	7,99

Fonte: INE, IE's 1998, 2000, 2002 e 2004 (cálculos do autor)

As taxas de emprego mais baixas verificam-se em especial nos primeiros e últimos grupos etários da população em idade activa, no 1º caso iniciando um retardar da entrada no mercado de trabalho e, no 2º, um antecipar da saída do mesmo. Estas baixas taxas de emprego fazem-se sentir mais na população do sexo feminino e nos indivíduos menos qualificados (quadro 4).

As taxas de desemprego mais baixas verificam-se em especial nos indivíduos com formação superior e nas classes etárias entre os 40 e os 59 anos completos (quadro 4).

Por fim, a situação de trabalhador por conta própria verifica-se mais nos homens do que nas mulheres, nos grupos etários mais elevados e nos indivíduos que não possuem qualquer grau de instrução ou apenas o ensino básico.

Quadro 4 – Taxas mais baixas de emprego e desemprego por nível de instrução, grupo etário e sexo

Taxa de emprego % (4º Trimestre 1998)					Taxa de desemprego % (4º Trimestre 1998)			
S/ instr	15-19	Mulher	3,70	1	superior	55-59	Mulher	0,00
Secund	15-19	Mulher	9,04	2	superior	50-54	Mulher	0,00

S/ instr	60-64	Mulher	10,41	3	superior	50-54	Homem	0,00
Secund	60-64	Mulher	14,29	4	superior	45-49	Homem	0,00
Secund	15-19	Homem	14,29	5	Secund	15-19	Homem	0,00
Básico	15-19	Mulher	14,56	6	S/ instr	25-29	Mulher	0,00
Básico	60-64	Mulher	14,68	7	Superior	40-44	Homem	0,97
S/ instr	55-59	Mulher	16,97	8	Superior	35-39	Homem	1,08

Fonte: INE, IE's 1998, 2000, 2002 e 2004 (cálculos do autor)

No 4º trimestre de 2000, a exemplo do período anterior, as taxas de emprego mais elevadas, verificaram-se em indivíduos com formação superior, em especial mulheres e nos grupos etários entre os 30 e os 54 anos completos (quadro 5).

O desemprego atingiu, sobretudo, as classes etárias dos 20-24 e 25-29 anos; os detentores de ensino superior destas classes etárias, possivelmente pelo facto de terem terminado a sua formação recentemente e procurarem entrar no mercado de trabalho, foram particularmente visados; as mulheres mostraram-se bastante mais vulneráveis do que os homens.

Quadro 5 – Taxas mais elevadas de emprego e desemprego por nível de instrução, grupo etário e sexo

Taxa de emprego % (4º Trimestre 2000)					Taxa de desemprego % (4º Trimestre 2000)			
Superior	35-39	Mulher	90,36	1	Superior	20-24	Mulher	9,68
Superior	45-49	Mulher	88,60	2	Superior	20-24	Homem	9,43
Superior	35-39	Homem	86,42	3	Básico	20-24	Mulher	8,48
superior	30-34	Mulher	86,00	4	Superior	25-29	Mulher	7,87
superior	40-44	Mulher	85,81	5	Básico	30-34	Mulher	7,79
Superior	50-54	Mulher	83,95	6	s/ instr	60-64	Mulher	7,77
Superior	30-34	Homem	83,84	7	Básico	25-29	Mulher	7,68
secund	35-39	Homem	83,20	8	secund	55-59	Homem	7,02

Fonte: INE, IE's 1998, 2000, 2002 e 2004 (cálculos do autor)

As taxas de emprego mais baixas verificaram-se para as mulheres que não possuem qualquer grau de instrução e para os homens do mesmo grupo etário com o ensino básico, afigurando-se a falta de instrução e o sexo feminino como os atributos mais marcantes para o caso das baixas taxas de emprego (quadro 6).

Por sua vez, as taxas de desemprego mais baixas, surgem em especial nos indivíduos com instrução superior dos grupos etários 55-59 e 60-64 anos (quadro 6).

Quadro 6 – Taxas mais baixas de emprego e desemprego por nível de instrução, grupo etário e sexo

Taxa de emprego % (4º Trimestre 2000)					Taxa de desemprego % (4º Trimestre 2000)			
s/ instr	15-19	Mulher	0,00	1	Secund	60-64	Mulher	0,00
secund	15-19	Homem	7,69	2	Superior	60-64	Homem	0,00
s/ instr	20-24	Mulher	8,00	3	Superior	55-59	Mulher	0,00
secund	15-19	Mulher	8,21	4	Superior	55-59	Homem	0,00
secund	60-64	Homem	9,62	5	Superior	55-59	Mulher	0,00
s/ instr	60-64	Mulher	9,94	6	s/ instr	20-24	Mulher	0,00
s/ instr	50-54	Mulher	14,23	7	superior	50-54	Mulher	1,23
Básico	15-19	Mulher	16,84	8	secund	45-49	Mulher	1,28

Fonte: INE, IE's 1998, 2000, 2002 e 2004 (cálculos do autor)

Os estudantes predominam nos grupos etários 15-19 e 20-24 anos completos, destacando-se tal como no período anterior as mulheres.

Os trabalhadores por conta própria atingem pesos mais elevados a partir dos 40 anos exactos e sobretudo nos homens, sendo no grupo dos possuidores do ensino básico que mais se evidenciam

A análise do 4º trimestre de 2002 coloca em relevo que é o ensino superior que tem vindo a assegurar as mais altas taxas de emprego, sobretudo nos grupos etários entre os 30 e os 49 anos; permite ainda constatar que as taxas mais elevadas são detidas pelas mulheres (quadro 7).

No âmbito do desemprego, verifica-se que os grupos etários mais problemáticos são os 20-24 e 25-29 anos e que são as mulheres que são mais atingidas por esta ocorrência; verifica-se ainda que embora seja o facto de não se possuir qualquer habilitação que mais contribui para o desemprego, também o ensino superior começa a surgir com elevados níveis de desemprego (quadro 7).

Quadro 7 – Taxas mais elevadas de emprego e desemprego por nível de instrução, grupo etário e sexo

Taxa de emprego % (4º Trimestre 2002)					Taxa de desemprego % (4º Trimestre 2002)			
Superior	45-49	Mulher	88,41	1	s/ instr	20-24	Mulher	23,81
Superior	30-34	Homem	87,00	2	superior	20-24	Mulher	18,25
Superior	30-34	Mulher	86,21	3	básico	20-24	Mulher	13,35
Superior	40-44	Mulher	84,38	4	s/ instr	15-19	Mulher	13,33
Superior	35-39	Mulher	82,22	5	superior	20-24	Homem	11,76
Secund	30-34	Mulher	80,77	6	básico	25-29	Mulher	11,08
Superior	25,29	Homem	80,27	7	básico	20-24	Homem	9,72
superior	35-39	Homem	80,25	8	s/ instr	55-59	Homem	9,57

Fonte: INE, IE's 1998, 2000, 2002 e 2004 (cálculos do autor)

As taxas mais baixas de emprego são quase sempre das mulheres, concorrendo ainda para o efeito as baixas qualificações e os grupos etários do topo ou da base da população em idade activa; enquanto na primeira situação pode estar em causa a antecipação da saída do mercado de trabalho, na segunda, pressupõe-se que um dos motivos seja o retardar da entrada no mercado de trabalho, nomeadamente para prosseguir estudos ou constituir família (quadro 8).

As baixas taxas de desemprego (quadro 8) estão frequentemente associadas à existência de formação superior, ao sexo masculino e à integração numa classe etária entre 35 e 55 anos.

As classes etárias entre os 15 e os 29 anos concentram a grande maioria dos estudantes, em especial a classe dos 15 aos 19 e a dos 20 aos 24 anos. Também, em 2002, se verifica que são as mulheres quem mais opta por prosseguir estudos.

Quanto aos trabalhadores por conta própria, e em linha com os períodos anteriores, concentram-se sobretudo nas faixas etárias do topo da população em idade activa, no sexo masculino e em baixos níveis de qualificação.

Quadro 8 – Taxas mais baixas de emprego e desemprego por nível de instrução, grupo etário e sexo, em 2002

Taxa de emprego % (4º Trimestre 2002)					Taxa de desemprego % (4º Trimestre 2002)			
Secund	60-64	Mulher	3,45	1	superior	55-59	Mulher	0,00
s/ instr	20-24	Mulher	4,76	2	superior	50-54	Homem	1,30
Secund	15-19	Mulher	8,89	3	superior	50-54	Mulher	2,00
s/ instr	60-64	Mulher	10,45	4	superior	60-64	Mulher	2,00
s/ instr	15-19	Homem	10,53	5	superior	45-49	Mulher	2,17
Secund	15-19	Homem	12,71	6	secund	60-64	Homem	2,17
s/ instr	15-19	Mulher	13,33	7	superior	35-39	Homem	2,47
Básico	15-19	Mulher	13,75	8	secund	15-19	Homem	2,54

Fonte: INE, IE's 1998, 2000, 2002 e 2004 (cálculos do autor)

As taxas de emprego mais elevadas, no 4º trimestre de 2004 (quadro 9), verificaram-se em indivíduos com o ensino superior do sexo feminino entre os 30-34 anos e os 50-54 anos, surgindo depois os homens com ensino secundário e superior dos grupos etários 35-39, 30-34 e 45-49 anos. Por sua vez, as taxas de emprego mais reduzidas incidem nos grupos etários 15-19 e 60-64 anos, privilegiando os indivíduos que não possuem qualquer grau de instrução, com o ensino secundário ou o ensino básico; é nas mulheres que se verificam as taxas de emprego mais baixas.

De acordo com o quadro 9, as taxas de desemprego mais elevadas verificam-se no grupo etário dos 20-24 anos para mulheres e homens detentores de um grau de instrução superior; o desemprego elevado verifica-se mais nas mulheres do que nos homens e a inexistência de qualquer grau de ensino ou o ensino básico são também preponderantes. O segundo grupo etário mais afectado pelo desemprego é o dos 25 aos 29 anos.

Quadro 9 – Taxas mais elevadas de emprego e desemprego por nível de instrução, grupo etário e sexo

Taxa de emprego % (4º Trimestre 2004)					Taxa de desemprego % (4º Trimestre 2004)			
---------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--

Superior	45-49	Mulher	88,65	1	Superior	20-24	Mulher	16,46
Superior	35-39	Mulher	86,45	2	Superior	20-24	Homem	15,91
Superior	30-34	Mulher	86,05	3	Básico	20-24	Mulher	15,59
Superior	40-44	Mulher	84,94	4	s/ instr	20-24	Mulher	15,38
Superior	50-54	Mulher	83,01	5	s/ instr	15-19	Homem	14,29
Secund	35-39	Homem	81,90	6	Superior	25-29	Mulher	12,50
Superior	30-34	Homem	81,48	7	Básico	20-24	Homem	12,35
Superior	45-49	Homem	79,69	8	Básico	25-29	Mulher	12,33

Fonte: INE, IE's 1998, 2000, 2002 e 2004 (cálculos do autor)

As taxas de desemprego menos elevadas verificam-se sobretudo entre os possuidores de nível de instrução superior e nas classes etárias a partir dos 30-34 anos completos. De realçar ainda a inexistência de desemprego para os que não possuem qualquer grau de instrução dos grupos etários 15-19 e 25-29 anos completos. Nalguns grupos específicos do sexo feminino verifica-se inexistência de desemprego ou taxas muito reduzidas (quadro 10).

A exemplo dos períodos anteriores é nos grupos etários 15-19, 20-24 e já de forma menos substancial 25-29 anos, que se concentram a grande maioria dos estudantes, sendo estes em especial do sexo feminino.

Quadro 10 – Taxas mais baixas de emprego e desemprego por nível de instrução, grupo etário e sexo

Taxa de emprego % (4º Trimestre 2004)					Taxa de desemprego % (4º Trimestre 2004)			
s/ instr	15-19	Mulher	6,66	1	Superior	55-59	Mulher	0,00
Secund	60-64	Mulher	8,00	2	s/ instr	15-19	Mulher	0,00
Secund	60-64	Homem	8,00	3	s/ instr	25-29	Mulher	0,00
Básico	15-19	Mulher	9,13	4	Superior	50-54	Homem	0,76
Secund	15-19	Mulher	10,46	5	Superior	45-49	Homem	0,78
s/ instr	60-64	Mulher	11,29	6	Superior	45-49	Mulher	0,87
s/ instr	25-29	Mulher	11,54	7	Superior	35-39	Homem	1,28
Secund	15-19	Homem	12,93	8	Superior	60-64	Mulher	1,45

Fonte: INE, IE's 1998, 2000, 2002 e 2004 (cálculos do autor)

O trabalho por conta de outrem motiva sobretudo os homens das classes etárias a partir dos 35-39 anos com o ensino básico.

3.2 Análise de Correspondências Múltiplas

Através da Análise de Correspondências Múltiplas (ACM), identificaram-se em primeiro lugar, as principais associações entre variáveis e categorias, procurando, no caso, verificar associações entre a situação actual, idade, recodificada em grupo etário, nível de instrução e sexo.

Nos quadros 11 e 12 identificamos as variáveis e categorias utilizadas na análise de homogeneidade e apresentamos os parâmetros dos modelos.

Com base nos dados do quadro 12, respeitantes aos valores próprios que quantificam a variância explicada por cada dimensão, e ainda das medidas discriminantes em cada uma das dimensões, podemos considerar que em 1998, 2000, 2002 e 2004, tanto na dimensão 1 como na dimensão 2, é evidenciada a relação entre a situação actual e o grupo etário; a variância explicada, atendendo à medida de qualidade do ajuste (fit), no caso de 1998 é de 44,1%, em 2000 de 44,3%, em 2002 de 43,7% e em 2004 de 43,5%.

Quadro 11 – Variáveis utilizadas na ACM da situação actual

Variável	Descrição	Categorias
Ieq3	Sexo	Masculino Feminino

Grupoetario	Grupo Etário	15 a 19 anos 20 a 24 anos 25 a 29 anos 30 a 34 anos 35 a 39 anos 40 a 44 anos 45 a 49 anos 50 a 54 anos 55 a 59 anos 60 a 64 anos
Situaactual	Situação actual	Empregado TCO Desempregado Estudante TCP Outros
Instrnivel	Nível de Instrução Recodificado	Sem instrução Básico Secundário Superior

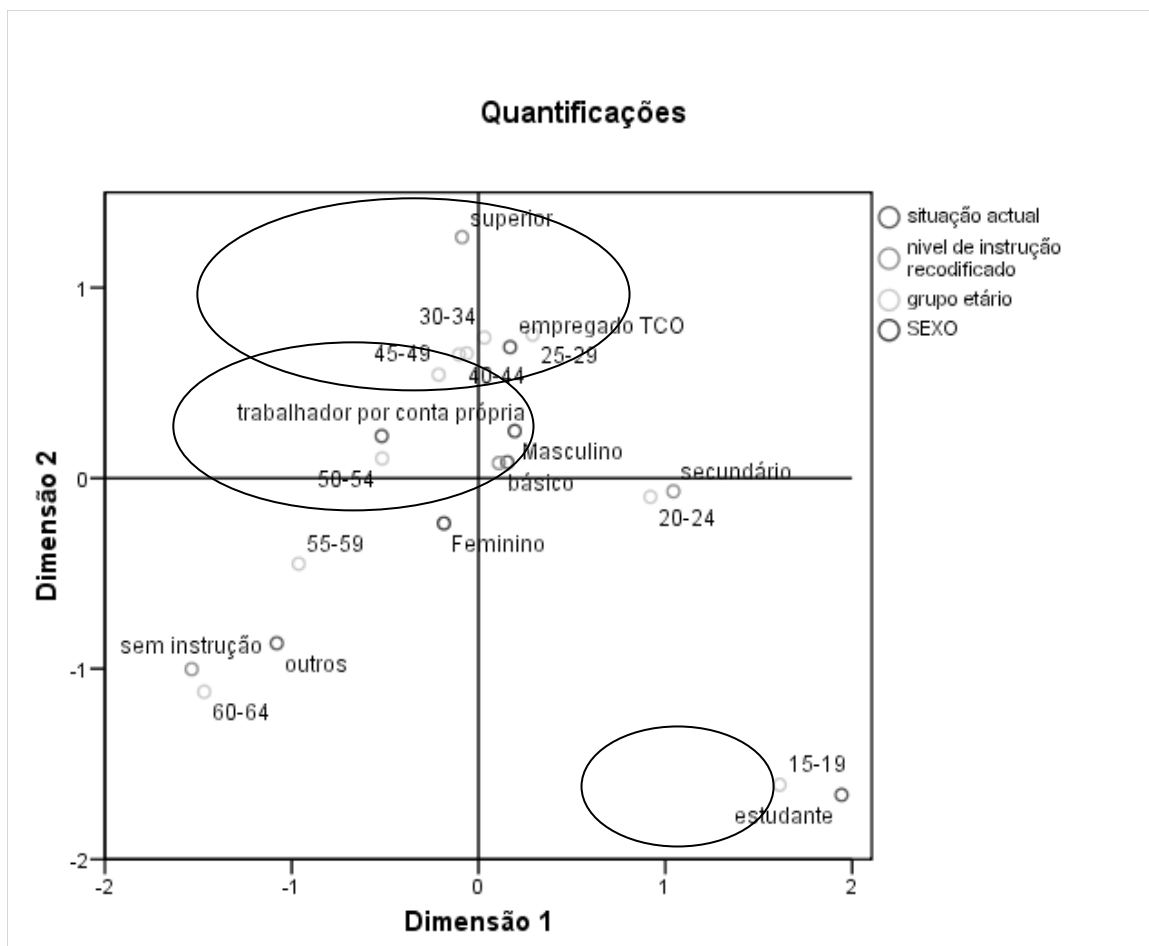
Fonte: INE, IE's 1998, 2000, 2002 e 2004 (cálculos do autor)

Quadro 12 – Análise de Correspondências Múltiplas: parâmetros dos vários modelos da situação actual

Períodos dos IE's	4º trimestre de 1998		4º trimestre de 2000		4º trimestre de 2002		4º trimestre de 2004	
Nº de observações	31478		29035		28507		32395	
Fit	0,881766		0,886068		0,873930		0,870709	
	Dim. 1	Dim. 2	Dim. 1	Dim. 2	Dim. 1	Dim. 2	Dim. 1	Dim. 2
Eigenvalues Por Dimensões	0,473	0,408	0,477	0,409	0,468	0,406	0,465	0,406
Medidas Discriminantes p/ Dimensões	Dim. 1	Dim. 2	Dim. 1	Dim. 2	Dim. 1	Dim. 2	Dim. 1	Dim. 2
Situaactual	0,719	0,698	0,714	0,696	0,741	0,681	0,798	0,643
Instrnivel	0,421	0,223	0,437	0,230	0,376	0,244	0,276	0,316
Grupoetario	0,718	0,654	0,717	0,635	0,734	0,641	0,778	0,635
Ieq3 (sexo)	0,036	0,059	0,039	0,076	0,019	0,060	0,008	0,028

Fonte: INE, IE's 1998, 2000, 2002 e 2004 (cálculos do autor)

Figura 1 – Quantificações relativas à situação actual, grupo etário, sexo e nível de instrução em 1998

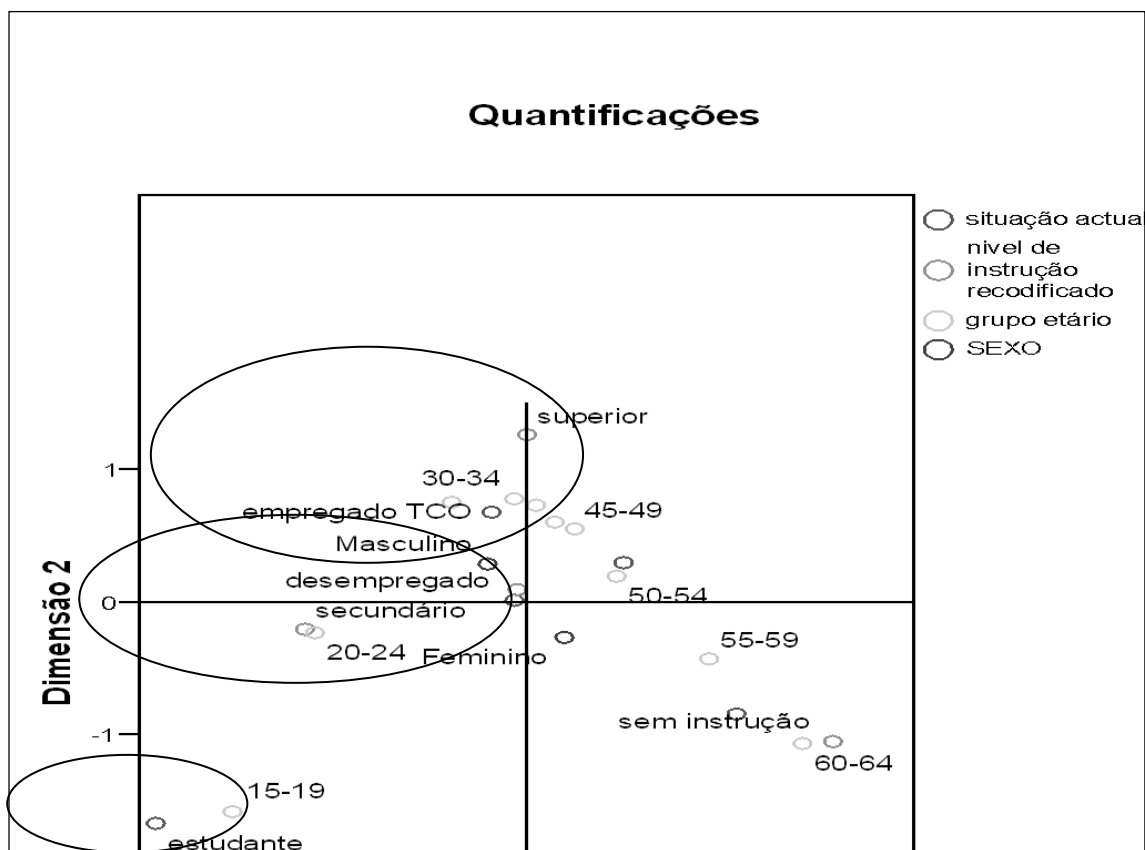


Fonte: INE, IE 1998 (cálculos do autor)

A figura supra evidencia que no 4º trimestre de 1998:

- a situação de estudante se verifica com especial intensidade no âmbito do grupo etário 15-19 anos completos;
- a situação de empregado por conta de outrem está ligada aos grupos etários 25-29, 30-34, 40-44 e 45-49 anos completos, bem como à instrução de grau superior;
- o trabalho por conta própria verifica-se sobretudo em indivíduos do sexo masculino, com o ensino básico e pertencentes aos grupos etários 40-44, 45-49 e 50-54 anos completos.

Figura 2 – Quantificações relativas à situação actual, grupo etário, sexo e nível de instrução em 2000



No 4º trimestre de 2000, o que se pode constatar da análise da figura 2 é que:

- a exemplo do período anterior, o grupo etário dos 15 aos 19 anos completos está ligado de modo especial à possibilidade de se ser estudante;
- a situação de empregado por conta de outrem é preponderante nos indivíduos do sexo masculino estando também ligada, quer à instrução superior, quer aos grupos etários 30-34 e 45-49 anos completos;
- o desemprego atinge ambos os sexos e é particularmente visível para o grupo etário dos 20-24 anos completos e para os indivíduos com formação a nível de ensino secundário.

No 4º trimestre de 2002, conforme se pode verificar na figura 3 há a destacar:

- a exemplo do período anterior, o grupo etário dos 15 aos 19 anos completos está ligado de modo especial à possibilidade de se ser estudante;
- a ligação entre o grupo etário dos 15-19 anos completos e a situação de estudante;
- a ligação entre os grupos etários 25-29, 30-34 e 40-44 anos completos à situação de empregado por conta de outrem, que está ainda ligada, quer ao sexo masculino, quer à posse de nível de instrução superior.

Figura 3 – Quantificações relativas à situação actual, grupo etário, sexo e nível de instrução em 2002

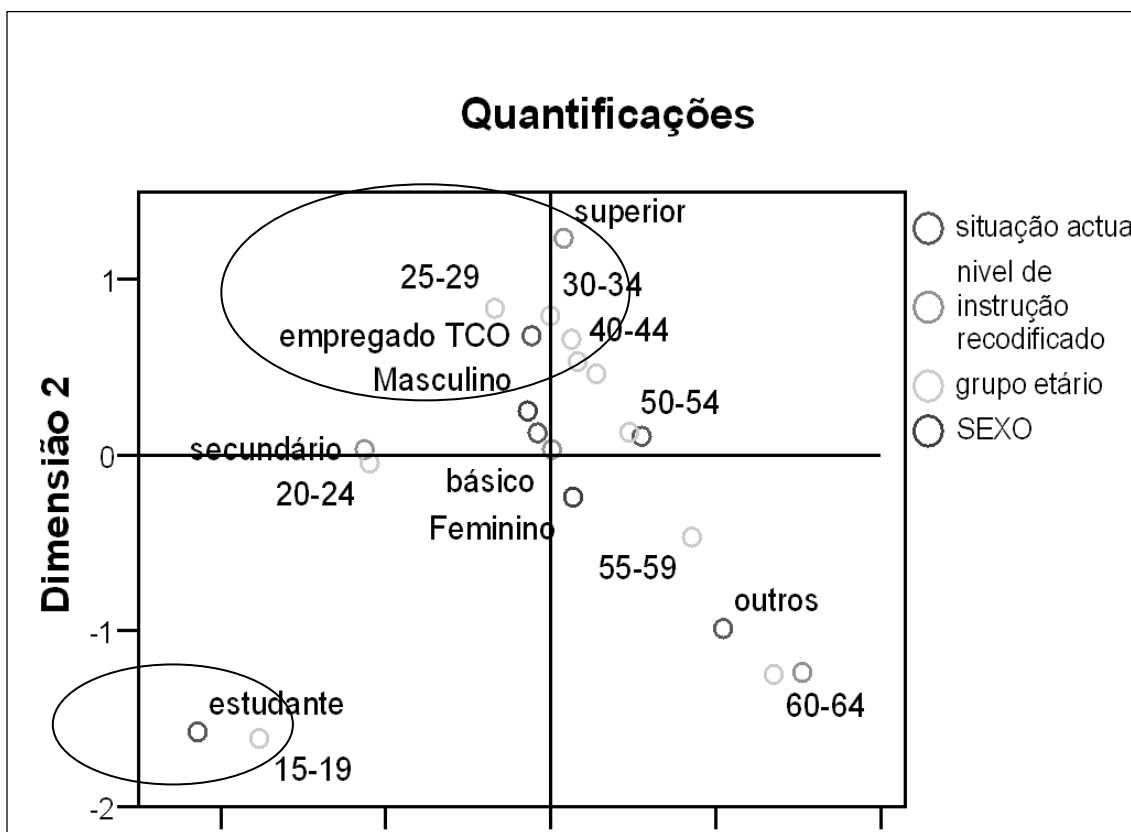
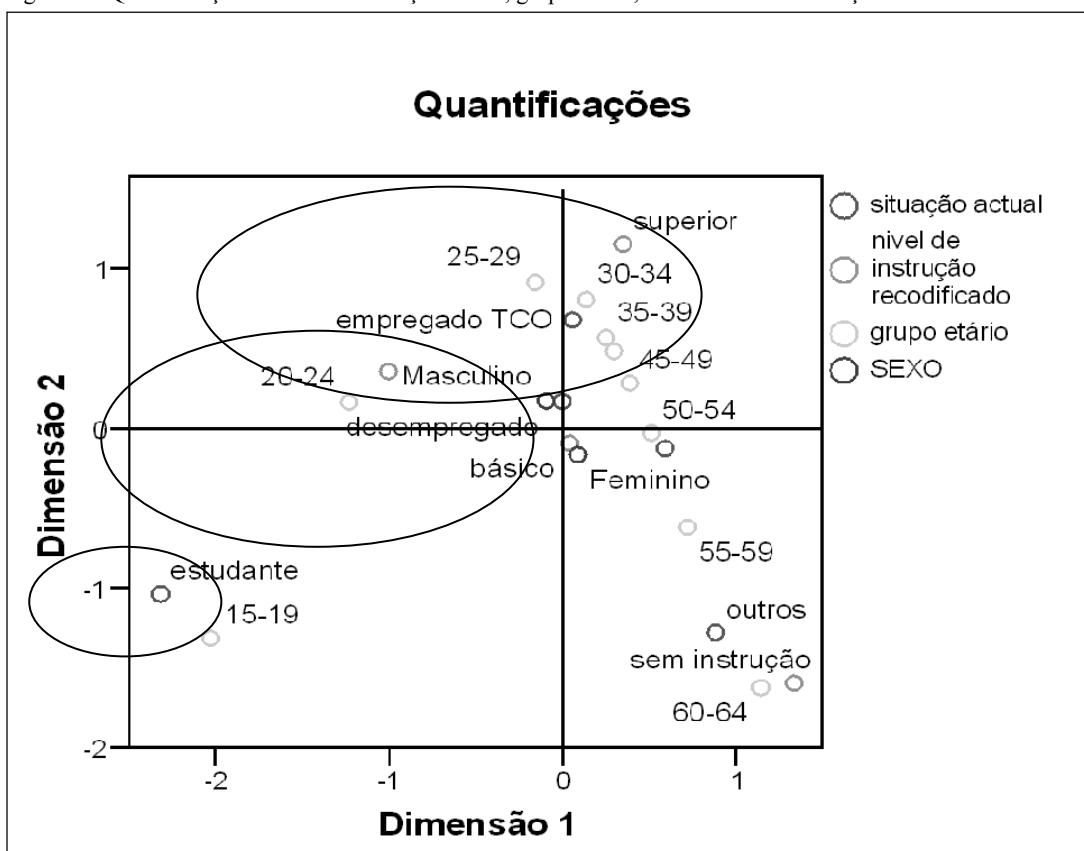


Figura 4 – Quantificações relativas à situação actual, grupo etário, sexo e nível de instrução em 2004



A análise da figura anterior, em relação ao 4º trimestre de 2004 dá-nos conta que:

a exemplo dos três períodos anteriormente analisados existe uma ligação entre a possibilidade de se ser estudante e o facto de se integrar o grupo etário dos 15 aos 19 anos completos;

o trabalho por conta de outrem tem ligações aos grupos etários 25-29, 30-34, 35-39 e 45-49 anos completos, ao sexo masculino e ao nível de instrução superior;

o desemprego faz-se sentir em indivíduos de ambos os sexos, sendo preponderante para os possuidores de ensino básico e para o grupo etário 20-24 anos completos.

3.3 Análise Logit Binomial do Emprego

Efectuaram-se análises logit binomiais para os quatro períodos em análise no sentido de identificar as ligações entre empregado por conta de outrem, grupo etário, nível de instrução e sexo.

A condição de empregado por conta de outrem constitui uma das categorias da variável situação actual, conforme se pode verificar no quadro 13, onde constam as variáveis utilizadas.

As categorias base respeitantes aos modelos de 1998, 2000, 2002 e 2004 foram:

Em relação às variáveis criadas no âmbito do grupo etário, a categoria “60a64 anos”;

No âmbito do sexo, a variável “sexomascuino”;

No âmbito do nível de instrução, a variável “seminstr”.

Quadro13 – Análise Logit Binomial do emprego em função de grupo etário, nível de instrução e sexo

Variáveis base	Descrição	Categorias
Ieq3	Sexo	1 - Masculino 2 - 2.- Feminino
Situaactual	Situação actual	1 - Empregado TCO 2 - Desempregado 3 - Estudante 4 - Trabalhador por conta própria 5 - Outros
Grupoetario	Grupo Etário	1 - 15 a 19 anos 2 - 20 a 24 anos 3 - 25 a 29 anos 4 - 30 a 34 anos 5 - 35 a 39 anos 6 - 40 a 44 anos 7 - 45 a 49 anos 8 - 50 a 54 anos 9 - 55 a 59 anos 10 - 10 - 60 a 64 anos
Instrnivel	Nível de Instrução	1 - seminstrução 2 - básico 3 - secundário 4 - superior
Variáveis Dependentes utilizadas	Descrição	Categorias
Empregado	Empregado	Empregado=1 se situaactual=1 Empregado=0 outra situação;
Desempregado	Desempregado	Desempregado=1 se situaactual=2 Desempregado=0 outra situação
Variáveis Independentes utilizadas	Descrição	Categorias
Sexomascuino	Sexo Masculino	sexomascuino=1 se ieq3=1 sexomascuino=0 outra situação
idade15a19	15 a 19 anos	Idade15a19=1 se grupoetario=1 Idade15a19=0 outra situação
idade20a24	20 a 24 anos	Idade20a24=1 se grupoetario=2 Idade20a24=0 outra situação
idade25a29	25 a 29 anos	idade25a29=1 se grupoetario=3 idade25a29=0 outra situação
idade30a34	30 a 34 anos	idade30a34=1 se grupoetario=4 idade30a34=0 outra situação
idade35a39	35 a 39anos	idade35a39=1 se grupoetario=5 idade35a39=0 outra situação

idade40a44	40 a 44 anos	idade40a44=1 se grupoetario=6 idade40a44=0 outra situação
idade45a49	45 a 49 anos	idade45a49=1 se grupoetario=7 idade45a49=0 outra situação
idade50a54	50 a 54 anos	idade50a54=1 se grupoetario=8 idade50a54=0 outra situação
idade55a59	55 a 59 anos	idade55a59=1 se grupoetario=9 idade55a59=0 outra situação
idade60a64	60 a 64 anos	idade60a64=1 se grupoetario=10 idade60a64=0 outra situação
Seminstr	Sem instrução	seminstr=1 se instrnivel=1 seminstr=0 outra situação
Instrbas	Instrução básica	instrbas=1 se instrnivel=2 instrbas=0 outra situação
Instrsec	Instrução secundária	instrsec=1 se instrnivel=3 =0 outra situação
Instrsup	Instrução superior	instrsup=1 se instrnivel=4 instrsup=0 outra situação

Fonte: INE, IE's 1998, 2000, 2002 e 2004 (recodificações do autor)

O modelo do 4º trimestre de 1998 (quadro 14) apresenta significância no seu todo, revelando-se também com significância para todas as variáveis. As classificações correctas foram de 67,19%, revelando um bom ajuste do modelo.

Quadro 14 – Modelo Logit Binomial da situação empregado, 4º Trimestre de 1998

Empregado	Coef.	Std. Err.	Z	P> Z	[95% Conf. Interval]	
Idade15a19	-.1338445	.0668955	-2.00	0.045	-.2649572	-.0027317
Idade20a24	1.483384	.0617002	24.04	0.000	1.362454	1.604315
Idade25a29	2.080811	.0644062	32.31	0.000	1.954577	2.207044
Idade30a34	2.073293	.0634554	32.67	0.000	1.948923	2.197663
Idade35a39	1.861586	.0619751	30.04	0.000	1.740117	1.983055
Idade40a44	1.774973	.0620818	28.59	0.000	1.653295	1.896651
Idade45a49	1.60063	.0626598	25.54	0.000	1.477819	1.723441
Idade50a54	1.246987	.0625913	19.92	0.000	1.12431	1.369663
Idade55a59	.7233624	.0642754	11.25	0.000	.5973849	.8493399
Sexofeminino	-.5657056	.0249238	-22.70	0.000	-.6145554	-.5168559
Instrsup	1.737878	.0699932	24.83	0.000	1.600694	1.875062
Instrsec	.547876	.0562659	9.74	0.000	.4375969	.6581552
Instrbas	.709168	.043806	16.19	0.000	.6233099	.7950261
_cons	-1.779467	.0586791	-30.33	0.000	-1.894476	-1.664458
Nº de Observações	31477					
Log Likelihood ratio	-18956,747					
LR chi2 (13)	5659,44					
Prob > chi2	0,0000					
Pseudo R2	0,1299					
Classificaç. Correctas	67,19%					

Fonte: INE, IE's 1998 (cálculos do autor)

No âmbito do modelo apresentado, destaque-se o seguinte:

A nível de idades verifica-se que comparativamente ao grupo dos 60-64 anos (grupo base):

- a possibilidade do grupo etário 15-19 anos completos estar empregado diminui 1,14 vezes, aumentando nos restantes grupos etários e atingindo um máximo no grupo 25-29 anos completos, correspondendo a um aumento de 8,01 vezes;

A nível de instrução de realçar que as possibilidades de se estar empregado face aos que não possuem qualquer grau de instrução aumentam sempre, sendo esse aumento de 5,69 vezes no caso da instrução superior, de 1,73 vezes no caso da instrução secundária e de 2,03 no caso da instrução básica;

As possibilidades das mulheres estarem empregadas em relação aos homens, diminuem 1,76 vezes.

O modelo relativo a 2000 (quadro 15) apresenta significância no seu todo, revelando-se com significância em todas as variáveis exceptuando a “idade15a19”. Apresenta ainda um bom ajustamento de acordo com os dados apresentados no quadro seguinte.

Quadro 15 – Modelo Logit Binomial da situação empregado, 4º Trimestre de 2000

Empregado	Coef.	Std. Err.	Z	P> Z	[95% Conf. Interval]	
Idade15a19	-.105137	.0678805	-1.55	0.121	-.2381802	.0279063
Idade20a24	1.475215	.0629982	23.42	0.000	1.351741	1.598689
Idade25a29	2.166712	.0664722	32.60	0.000	2.036428	2.296995
Idade30a34	2.086622	.0661118	31.56	0.000	1.957045	2.216199
Idade35a39	2.026571	.0640522	31.64	0.000	1.901031	2.152111
Idade40a44	1.767771	.0622696	28.39	0.000	1.645725	1.889817
Idade45a49	1.568677	.0626587	25.04	0.000	1.445868	1.691485
Idade50a54	1.229769	.0624016	19.71	0.000	1.107464	1.352074
Idade55a59	.6520842	.0642321	10.15	0.000	.5261915	.7779769
Sexofeminino	-.5830997	.0260632	-22.37	0.000	-.6341827	-.5320168
Instrsup	1.695141	.0747011	22.69	0.000	1.54873	1.841553
Instrsec	.4430851	.0600528	7.38	0.000	.3253838	.5607864
Instrbas	.617858	.047871	12.91	0.000	.5240325	.7116836
_cons	-1.645442	.0606295	-27.14	0.000	-1.764274	-1.52661
Nº de Observações	29035					
Log Likelihood ratio	-17411,462					
LR chi2 (13)	5412,06					
Prob > chi2	0,0000					
Pseudo R2	0,1345					
Classificaç. Correctas	68,06					

Fonte: INE, IE's 2000 (cálculos do autor)

Este modelo permite evidenciar o seguinte:

A nível de idades verifica-se que, comparativamente ao grupo dos 60-64 anos (grupo base):

- as possibilidades de se estar empregado face a não estar são maiores para qualquer dos outros grupos etários, sendo máximas no grupo 25-29 anos (correspondendo a 8,73 vezes) e verificando-se depois um decréscimo; o grupo etário 15-19 anos não é objecto desta análise dado não apresentar significância.

A posse de instrução superior aumenta as possibilidades de se estar empregado em 5,45 vezes em relação aos que não possuem qualquer grau de instrução; também neste caso, as possibilidades de se estar empregado com qualquer nível de instrução são maiores que para os que não possuem qualquer grau de instrução;

Ser mulher diminui as possibilidades de se estar empregado face a ser-se homem em 1,79 vezes.

O modelo respeitante ao 4º trimestre de 2002 (quadro 16), apresenta significância no seu todo, e em todas as variáveis. Apresenta ainda um bom ajustamento conforme se pode verificar no quadro referido.

Quadro 16 – Modelo Logit Binomial da situação empregado, 4º Trimestre de 2002

Empregado	Coef.	Std. Err.	Z	P> Z	[95% Conf. Interval]	
Idade15a19	-.1619411	.0723886	-2.24	0.025	-.3038201	-.0200621
Idade20a24	1.543318	.0646559	23.87	0.000	1.416594	1.670041
Idade25a29	2.17497	.0677699	32.09	0.000	2.042143	2.307796
Idade30a34	2.161597	.0684439	31.58	0.000	2.02745	2.295745
Idade35a39	1.986651	.0656227	30.27	0.000	1.858033	2.115269
Idade40a44	1.897151	.064628	29.35	0.000	1.770482	2.023819
Idade45a49	1.698678	.0638112	26.62	0.000	1.573611	1.823746
Idade50a54	1.325419	.0633604	20.92	0.000	1.201235	1.449603
Idade55a59	.7966612	.0649868	12.26	0.000	.6692894	.924033
Sexofeminino	-.5033127	.0261588	-19.24	0.000	-.554583	-.4520425
Instrsup	1.718419	.0748019	22.97	0.000	1.57181	1.865028

Instrsec	.5904088	.0628069	9.40	0.000	.4673095	.7135081
Instrbas	.7512546	.0522096	14.39	0.000	.6489256	.8535836
_cons	-1.875649	.0667284	-28.11	0.000	-2.006434	-1.744863
Nº de Observações	28507					
Log Likelihood ratio	-17204,143					
LR chi2 (13)	5105,66					
Prob > chi2	0,0000					
Pseudo R2	0,1292					
Classificaç. Correctas	67,28					

Fonte: INE, IE's 2002 (cálculos do autor)

Os dados mais relevantes tendo em conta as hipóteses formuladas são os seguintes:

As possibilidades de se estar empregado face a não estar, comparando os vários grupos etários com o grupo dos 60-64 anos completos, são maiores em todos os grupos etários com excepção do grupo 15-19 anos completos. Esse aumento de possibilidades é máximo no grupo dos 25 a 29 anos completos (8,80 vezes), decrescendo progressivamente nos grupos etários seguintes;

Por sua vez as possibilidades de estar empregado em função do nível de instrução e face aos que não possuem qualquer nível aumentam 5,76 vezes no caso de se possuir instrução superior, 1,80

As possibilidades de estar empregado diminuem 1,65 vezes nas mulheres em relação aos homens.

O modelo respeitante ao 4º trimestre de 2004 apresenta significância no seu todo, revelando-se com significância em todas as variáveis. Apresenta ainda um bom ajustamento conforme se pode verificar.

Quadro 17 – Modelo Logit Binomial da situação empregado, 4º Trimestre de 2004

Empregado	Coef.	Std. Err.	Z	P> Z	[95% Conf. Interval]	
Idade15a19	-.4282423	.0739111	-5.79	0.000	-.5731054	-.2833793
Idade20a24	1.388962	.0637799	21.78	0.000	1.263956	1.513968
Idade25a29	2.141957	.0661105	32.40	0.000	2.012383	2.271532
Idade30a34	2.320462	.0656653	35.34	0.000	2.191761	2.449164
Idade35a39	2.117088	.0633686	33.41	0.000	1.992887	2.241288
Idade40a44	2.000613	.0619035	32.32	0.000	1.879284	2.121941
Idade45a49	1.783659	.0619957	28.77	0.000	1.66215	1.905169
Idade50a54	1.476364	.0621157	23.77	0.000	1.35462	1.598109
Idade55a59	.8248381	.063921	12.90	0.000	.6995551	.950121
Sexofeminino	-.424895	.0246797	-17.22	0.000	-.4732664	-.3765236
Instrsup	1.573228	.0686852	22.90	0.000	1.438607	1.707848
Instrsec	.6315911	.0628308	10.05	0.000	.5084449	.7547372
Instrbas	.6780369	.0549809	12.33	0.000	.5702763	.7857974
_cons	-1.913688	.069879	-27.39	0.000	-2.050649	-1.776728
Nº de Observações	32395					
Log Likelihood ratio	-19379,201					
LR chi2 (13)	6145,44					
Prob > chi2	0,0000					
Pseudo R2	0,1369					
Classificaç. Correctas	67,95					

Fonte: INE, IE's 2004 (cálculos do autor)

Dos dados constantes no quadro 17, realce-se que:

As possibilidades de se estar empregado de acordo com o grupo etário e por comparação com o grupo dos 60-64 anos completos aumentam para todos os grupos com excepção do grupo 15-19 anos completos, verificando-se um máximo no caso dos 30-34 anos completos (aumento de 10,18 vezes), ocorrendo depois um decréscimo gradual;

Os titulares de um diploma de instrução superior têm 4,82 vezes mais possibilidades de estar empregados que os que não possuem grau de instrução; esse aumento é de 1,88 vezes no caso dos indivíduos com instrução secundária e de 1,97 vezes no caso da instrução básica;

As mulheres têm 1,53 vezes menos hipóteses de estar empregadas do que os homens.

3.4 Análise logit Multinomial da Situação Actual

Efectuaram-se análises logit multinomiais para os quatro períodos em análise no sentido de identificar as ligações entre desemprego, estudo, trabalho por conta própria e outras situações, com o nível de instrução, idade, recodificada em grupo etário, e sexo.

As variáveis utilizadas foram as mesmas da análise logit binomial, com a diferença da variável dependente passar a ser a situação actual, cujo significado foi já explicitado no ponto 8.2.3; no quadro 18 constam as suas especificações. A análise logit multinomial relativa aos 4 períodos em análise, revelou significância para todos os períodos, verificando-se, no entanto, não significância para as variáveis identificadas no quadro seguinte e de acordo com as categorias específicas da variável dependente.

Quadro 18 – Análises Logits Multinomiais da situação actual (1998 a 2004)

Dados dos logits Muintinomiais	1998	2000	2002	2004
Observações	31477	29035	28507	32395
Log Likelihood ratio	-32234,145	-29060,587	-29404,298	-32639,097
LR chi2	(52)21314,18	(52)19702,64	(52)18468,92	(52)22428,22
Prob > chi2	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Pseudo R2	0,2485	0,2532	0,2390	0,2557
Grupo base p/ a variável dependente	empregado	empregado	empregado	empregado
Grupo base p/ as variáveis independentes	Idade25a29 Sexomascuino Seminstrução	Idade25a29 Sexomascuino Seminstrução	Idade25a29 Sexomascuino Seminstrução	Idade25a29 Sexomascuino Seminstrução
Variáveis sem Significância p/ grupo 2	Idade50a54	Idade30a34 Idade35a39 Idade40a44 Idade50a54	Idade55a59	Nenhuma
Variáveis sem Significância p/ grupo 3	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma
Variáveis sem Significância p/ grupo 4	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma
Variáveis sem Significância p/ grupo5	Idade30a34	Idade20a24 Idade30a34	Idade20a24 Idade30a34	Idade20a24 Idade30a34

Fonte: INE, IE's 1998, 2000, 2002 e 2004 (cálculos do autor)

Analisando os resultados dos rácios de risco relativo do quadro 19, é patente que:

No âmbito da probabilidade dos inquiridos estarem desempregados face a estarem empregados, verifica-se que:

- nos grupos etários 15-19, 20-24 e 60-64 anos, a probabilidade de desemprego aumenta face ao grupo 25-29 anos, sobretudo no grupo etário 15-19 anos, no 4º trimestre de 2000 (2,53 vezes) e no grupo etário 60-64 anos também no 4º trimestre de 2000 (2,47 vezes); no caso do grupo etário 45-49 anos, a probabilidade diminui em especial no 4º trimestre de 2004 (1,49 vezes);

- para o sexo feminino, face ao masculino, a probabilidade de desemprego aumenta em todos os períodos sendo máxima no 4º trimestre de 2000 (1,77 vezes);

- para todos os níveis de instrução, face à não instrução, a probabilidade de desemprego diminui, sendo essa diminuição de 3,54 vezes no caso da instrução superior, 1,46 vezes no caso da instrução secundária e 1,41 vezes no caso da instrução básica no 4º trimestre de 1998; de 2,63 vezes no caso da instrução superior, de 1,46 vezes no caso da instrução secundária e 1,30 vezes no caso da instrução básica no 4º trimestre de 2000; no 4º trimestre de 2002 a diminuição cifra-se em 2,79 vezes em relação à instrução superior, 2,04 vezes relativamente à instrução secundária e 1,57 vezes no caso da instrução básica; no 4º trimestre de 2004, a diminuição das probabilidades de desemprego é de 2,89 vezes para os detentores de instrução superior, de 2,17 vezes para os detentores de instrução secundária e de 1,34 vezes para os que possuem instrução básica.

No âmbito da probabilidade dos inquiridos serem trabalhadores por conta própria (TCP), face a empregados (TCO), verifica-se que:

- a probabilidade aumenta face ao grupo etário dos 25-29 anos para os grupos seguintes, sendo esse aumento tanto maior quanto maior for o grupo etário, pelo que o ponto máximo (9,28 vezes) ocorre para o grupo dos 60-64 anos no 4º trimestre de 2004; para os grupos 15-19 e 20-24 anos a probabilidade diminui;

- a probabilidade do sexo feminino diminui substancialmente face à do sexo masculino, sendo essa diminuição mais elevada no 4º trimestre de 2004 (1,28 vezes);

- a probabilidade de ser trabalhador por conta própria, face a estar empregado, diminui em função do aumento do nível de instrução e comparativamente aos sem grau de instrução, sendo essa diminuição máxima (4,20 vezes) para os detentores de instrução superior no 4º trimestre de 2002 e mínima (1,36 vezes) para os com instrução básica no 4º trimestre de 2004.

Quadro 19 – Análises Logits Multinomiais da situação actual por nível de instrução, por grupo etário e sexo

Instrnível (Nível de instrução)	Var. Indepen.	RRR1998	RRR2000	RRR2002	RRR2004
2 (desempregado)	instrsup	.2828328	.380528	.3578453	.3463511
2 (desempregado)	instrsec	.6834695	.6855546	.4892992	.4600447
2 (desempregado)	instrbas	.7059052	.7684069	.6377379	.748853
2 (desempregado)	idade15a19	2.250056	2.533961	1.954432	1.873884
2 (desempregado)	idade20a24	1.295314	1.538417	1.356945	1.323278
2 (desempregado)	idade45a49	.6877845	.7388571	.6900368	.6707964
2 (desempregado)	idade60a64	1.635943	2.466283	1.806943	1.330086
2 (desempregado)	sexofeminino	1.674077	1.766693	1.603208	1.503692
4 (trabalhadores p/ conta própria)	instrsup	.2498203	.260537	.2379075	.3209607
4 (trabalhadores p/ conta própria)	instrsec	.3483562	.398108	.4405575	.4228104
4 (trabalhadores p/ conta própria)	instrbas	.6089759	.7052875	.6136205	.7363728
4 (trabalhadores p/ conta própria)	idade15a19	.2335558	.351938	.4246428	.2232603
4 (trabalhadores p/ conta própria)	idade20a24	.5752927	.4944879	.5534064	.3349343
4 (trabalhadores p/ conta própria)	idade30a34	1.511853	1.630343	1.811303	1.423579
4 (trabalhadores p/ conta própria)	idade35a39	2.044075	1.822462	2.186054	1.870777
4 (trabalhadores p/ conta própria)	idade40a44	2.364527	2.549401	2.447842	2.28533
4 (trabalhadores p/ conta própria)	idade45a49	2.71957	3.062488	2.902407	2.733715
4 (trabalhadores p/ conta própria)	idade50a54	3.287401	3.56315	3.703715	3.262743
4 (trabalhadores p/ conta própria)	idade55a59	4.744134	4.752242	5.408962	5.009116
4 (trabalhadores p/ conta própria)	idade60a64	7.447924	7.878491	9.234981	9.275957
4 (trabalhadores p/ conta própria)	sexofeminino	.8188335	.7890343	.8024505	.7823756

Fonte: INE, IE's 1998, 2000, 2002 e 2004 (cálculos do autor)

4. Discussão dos Resultados e principais conclusões

Discutem-se de seguida os resultados encontrados para os empregados, para os desempregados, e para os trabalhadores por conta própria.

Os resultados que apresentámos a nível da situação de empregado (TCO) permitem verificar que:

Em três dos quatro períodos em análise a possibilidade de estar empregado aumenta até aos 25-29 anos decrescendo depois; em 2004, o ponto máximo situa-se nos 30-34 anos;

Em relação à maior possibilidade de se estar empregado por parte dos homens, de acordo com a nossa hipótese, pudemos verificá-lo em todos os períodos; não obstante, constitui surpresa o facto dessa situação ser mais evidente em 2004 do que em 1998;

No que diz respeito às habilitações académicas verificámos que são os possuidores de instrução superior os que têm mais possibilidades de estar empregados (no entanto, verifica-se um esbatimento dessa tendência entre 1998 e 2004). Com efeito, “O emprego qualificado em Portugal cresce regularmente há várias décadas” (Rodrigues, 2002, p. 151); os sem qualquer grau de instrução são os que têm menos possibilidades; com efeito, em qualquer dos períodos, as possibilidades de estar empregado serem maiores nos indivíduos com instrução básica do que nos com instrução secundária.

Quanto ao desemprego, são os grupos etários 15-19, 20-24 e 60-64 anos os mais atingidos.

O sexo feminino constitui um grupo particularmente vulnerável ao desemprego que é sempre superior ao do sexo masculino. O desemprego atinge em especial os menos qualificados sendo tanto maior quanto menor o grau de qualificação.

Estes dados relativos ao desemprego evidenciam, quer as dificuldades dos mais jovens no processo de transição entre a escola e o mundo do trabalho, quer as dificuldades acrescidas das mulheres face aos homens, quer ainda as dificuldades dos menos qualificados, o que é corroborado por vários autores como é o caso de Gonçalves (2000).

De qualquer forma, importa acrescentar que, de acordo com alguns autores, a formação escolar não influencia de forma substancial o fluxo de saída do desemprego (Portugal e Dias, 1997); para outros, e com base nos dados do IIEFP de 2003, a duração do desemprego dos mais qualificados é menor (Gonçalves, Carreira, Valadas e Sequeira, 2006).

Bibliografia

- BANDEIRA, Mário Leston, (2006), “Demografia, Actividade e Emprego”, in Sociologia Problemas e Práticas, nº52, 2006, CIES,ISCTE/CELTA, pp. 11-39;
- BIT, (2004), Tendances Mondiales de l’Emploi de Jeunes, Genève, BIT;
- CARRILHO, Maria José, (1996), “População activa, conceito e extensão através dos Censos”, in: Revista de Estatística, 3º quadrimestre de 1996, nº 3, Lisboa, INE, pp. 71-88;
- GAZIER, Bernard, (1992), Économie du travail et de l’emploi, sécond édition, Paris, Éditions Dalloz;
- GIDDENS, Anthony, (1997), Sociologia, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian;
- GONÇALVES, Carlos Manuel (2000) “Emprego e Desemprego: algumas notas de reflexão”, in Actas do IV Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia, CD-ROM;
- GONÇALVES, Fernando Ribeiro, CARREIRA, Teresa, VALADAS, Sandra, SEQUEIRA, Bernardete, (2006) “Percurso de Empregabilidade dos licenciados: perspectivas europeias e nacional”, in Análise Psicológica, Volume 24, nº1, pp. 99-114;
- KOVÁCS, Ilona (2004) “Emprego flexível em Portugal”, in Sociologias, ano 6, nº 12, pp. 32-67;
- PEDROSO, Paulo (coord.), (2005), Acesso ao emprego e mercado de trabalho: formulação de políticas públicas no horizonte de 2013, Coimbra, FEUC;
- PEREIRA, Eduardo, (1999), População e Demografia, quem somos, como somos, Lisboa, INE;
- RODRIGUES, Maria de Lurdes (2002) “O crescimento do Emprego Qualificado em Portugal” in Sociologia Problemas e Práticas, 2002, nº 40, Lisboa, CIES/DS, ISCTE pp. 151-153;

Ações e Saberes mobilizados por professores da educação profissional técnica

Jussara Biagini

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFETMG
jubiagini@adm.cefetmg.br

Mabel Rocha Couto

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG
mabemar@terra.com.br

Resumo: Este artigo pretende analisar, a partir de leituras interpretativas dos memoriais elaborados entre anos de 2004 a 2007, as ações e fazeres mobilizados por um grupo de professores da Educação Profissional Técnica. Ante o desenvolvimento da carreira de docência, esclarece-se que esses professores investigados encontram em um estágio de sua profissionalidade, no qual a progressão funcional vertical é obtida a partir da confecção de um memorial. No âmbito da orientação legal, esse documento consiste em apresentar reflexões sobre experiência de trabalho e/ou estudo na área conhecimento que leciona, de modo a elucidar motivações e razões que justifiquem a obtenção de tal progressão. (Portaria ministerial n 475/87) Baseando-se no material consultado, pontua-se a emergência dos seguintes aspectos interdependentes e complementares a respeito das ações e saberes mobilizados pelos docentes investigados que desenvolvem a profissão professor em uma Instituição de Educação Profissional Técnica: saber experiencial como veio condutor da profissionalização do ensino; escola como organização de aprendizagem profissional; competência profissional postulada por um status profissionalizante do trabalho da docência.

Palavras-chave: Organização escola, trabalho docente, profissão professor

A escolha desses sujeitos para o desenvolvimento da pesquisa expressa a face de considerá-los como profissionais ligados as dinâmicas de (re)criação de saberes, na medida em que fica reconhecida, em sua profissionalidade, a função de ensinar. A prática docente modela o processo formativo da sala de aula, pois essa prática não se faz como mera preparação técnica para desempenho da atividade de ensinar. O ensino cria certos usos específicos de lidar com processo formativo escolar, de interação pessoal entre professor e alunos, de comunicação particularizada do trabalho educativo-pedagógico desenvolvido na sala de aula. Sob tal perspectiva se percebe a difusão e/ou aceitação de formas particulares de visão mundo.

Portanto, o ensino é tomado como profissão que consiste em uma conjugação entre teoria e prática, em um processo consecutivo de construção da identidade profissional.

O saber ensinado e aprendido, a metodologia adotada, a prática de linguagem, as relações sociais e de produção desenvolvida em sala de aula vão além de meras conduções interativas entre professor e alunos, cujas intencionalidades podem se relacionar com aprendizagem para que se crie um modelo eficaz de atuação. Entende-se que a relação entre esses sujeitos firmam-se representações de opções diversas ante o processo de formação escolar e de (re)produção do conhecimento, portanto não são relações esvaziadas de sentidos. O entendimento da prática profissional significa pontuar relações de poder e nos princípios de controle, de modo que se reforce a idéia da transmissão de visões sociais particulares e interessadas, da (re) produção de identidades individuais e sociais particulares, no ambiente educativo-formativo da sala de aula. Sob o aporte da abordagem sociológica e crítica do currículo, específico que processo formativo e de (re)produzir o conhecimento em sala de aula são elementos transcendentais e atemporais, eles têm histórias vinculadas formas particularizada e contingências de organização da sociedade e da educação.

É no espaço escolar que o professor coloca em prática suas convicções, seu conhecimento da realidade, sua competência pessoal e profissional, trocando experiências com outros profissionais. Nesse ambiente, põe-se o compartilhamento de significados, de conhecimento e de ações entre as pessoas. Tal compartilhamento fomenta processo contraditório de negociar e de elaborar, em parceria, diretrizes de definição da relação ensino-aprendizagem. Ante essa compreensão considera-se que não há nada naturalmente dado no sistema escolar, vinculando-se tudo a intenções que precisam ser desmistificadas.

Na perspectiva foucaultiana, o conhecimento/saber e o poder estão estreitamente vinculados, nesse particular, entende-se que na escola aprende-se não apenas sobre o que fazer e o que conhecer. Ensinar os conteúdos sistematizados é também ensinar disposições, consciência e sensibilidade em relação ao mundo que está sendo descrito. Refletir sobre que tipo de conhecimento vale mais ensinar (APPLE, 1982) traz no bojo reflexões a respeito “para quem” e “porque” o ensino é direcionado. Sob tais condições ensinar passa a ser significar processo de inculcação de certas culturas, que são concebidas como legítimas.

Compreender concepções do professor sobre educação, o valor dos conteúdos e processos ou habilidades propostas pelo currículo, percepções de necessidades dos alunos, de suas condições de ensino, etc. Nesses termos, considera as contribuições para o esclarecimento das múltiplas questões, que se fazem presentes a respeito da pesquisa da sala de aula, modelagem do currículo pelo professor, do ensino como método de (re)construção do conhecimento, da relação do professor e do aluno com saber e da margem da autonomia docente dentro de quadro determinante da prática.

A perspectiva do currículo em ação torna-se elemento fundante desta proposta de pesquisa. É a partir do saber ensinado e aprendido, da metodologia adotada, da prática de linguagem, das relações sociais e de produção desenvolvida na rotina do trabalho pedagógico escolar que se percebe a difusão e/ou aceitação de formas particulares de visão mundo. Sob tal perspectiva, obtém-se o entendimento da sala de aula como espaço em que se configuram os veios ideológicos da reprodução/transformação das identidades de educadores e educandos.

Gimeno Sacristán (2000) observa que desde muito tempo a preocupação da investigação pedagógica vem atentando para o papel mediador do professor nos processo de ensino, dentro do que se favoreceu o paradigma “mediacional” centrado no professor. Sob as bases desse paradigma passa-se a considerar o poder exercido por esse profissional na modelagem do currículo, o que tende propiciar possibilidades e limites de inovação e melhoria do currículo em ação. Pimenta e Anastasiou (2005) propõem a ação docente como mediadora entre o aluno, o conhecimento a ser sistematizado e a metodologia a ser aplicada. As autoras compreendem que essa perspectiva aprofunda-se pelas bases da análise sobre a visão de conhecimento escolar presentes nos currículos de formação universitária do docente.

A profissão professor evoca entendimento a respeito das ações e dos saberes desse profissional, que num certo sentido referencia, parafraseando Nova(2000), repostas à questão: “ O que e porque faz na sala de aula”? Há nessa indagação a importância de conceber o processo identitário docente, uma vez que se percebe capacidade de exercer com autonomia o ofício da docência, pela via do poder e princípio de controle do trabalho. Maneira como ensina está diretamente relacionado com trajetória de vida quando se exerce o ensino. A esse respeito Nova faz a seguinte inferência:

Eis-nos de novo face à pessoa e ao profissional, ao ser ao ensinar. As opções que cada um de nós tem de fazer como professor, as quais cruzam a nossa maneira de ser com a nossa maneira de ensinar e desvendam na nossa maneira de ensinar a nossa maneira de ser. É impossível separar o eu profissional do eu pessoal.

Pérez Gomes aborda duas concepções contrapostas que identificam o professor como profissional do ensino: “professor como técnico-especialista que aplica com rigor as regras que derivam do conhecimento científico e o professor como prático autônomo, como artista que reflete, que toma decisões e que cria durante a sua própria ação”. (1995, p.96) Esta proposta de pesquisa aproxima-se da segunda concepção pontuada pelo teórico, sem negar a força de poder da primeira. Não obstante, para compreender a natureza dessa atividade reconhece-se a relação dialética teoria-prática. A percepção das tendências e das abordagens no campo conhecimento científico que tomam como objeto a referida atividade são tomadas no sentido de considerar grau de influência dessas tendências/abordagens no entendimento da atividade em sala de aula.

Para explicar o ensinar do professor, Pimenta e Anastasiou (2005)¹ definem seis componentes que, sinteticamente, discriminadas:

a – sujeito aluno – pondera-se, fundamentalmente, como sujeito histórico, com características e especificidades próprias que se confrontam com a razão de ser da profissão docente;

b - tempo – pontuam-se desafios e limites em adequar temporalidade dos cronogramas de currículo ao processo de ensino, sobretudo no que tange perspectiva de articular ou integrar as matrizes curriculares da formação geral e da formação profissional;

c – conhecimento – o processo ensino-aprendizagem estrutura sob as bases do quadro teórico da disciplina, do programa de aprendizagem, do curso como um todo;

d - resultados – pressupõe-se síntese por parte do professor-aluno de uma dada etapa do processo ensino-aprendizagem, considerando, primordialmente, a ampliação da herança cultural desse último;

e – método de ensinar e de fazer aprender – indica-se esse último componente considerando a sala de aula como campo da transmissão e aquisição tem especificidade própria e não comporta modelos preestabelecidos. Pode-se dizer que estruturação desse campo depende, inicialmente, da visão de ciência, de conhecimento de saber escolar do professor.

A linha investigativa adotada assenta-se em uma organização textual de informações e dados extraídos de memoriais descritivos de um grupo de professores que se encontra em uma etapa da carreira onde, por determinação legal (Portaria ministerial n 475/87), elabora o referido documento como exigência para “reconhecimento” da progressão funcional vertical. Esse memorial expõe reflexões sobre experiências de trabalho e/ou estudo na área de conhecimento de sua atuação, de forma elucidar obtenção dessa progressão. Tomar o memorial como investigativo insere a ênfase de atentar para os aspectos pessoais do professor que irrevogavelmente estão associados a sua prática profissional. Nessa dimensão, empreende-se um modo interesse de conceituar esse documento, construído por uma das professoras narradoras:

A elaboração de um memorial, como próprio nome indica, consiste em uma incursão em nossa biografia acadêmico-profissional, examinando as opções feitas que resultem na construção de nossa história acadêmica, que não está dissociada da história de vida. Consiste também em analisar os acontecimentos significativos de nossas vidas, diante dos quais fomos obrigados a nos sujeitar a determinadas situações e que marcaram de forma indelével a nossa trajetória e nos conduziram ao que hoje somos. Um memorial transcende o rigor da formalidade acadêmica e requer de seu autor uma imersão no tempo, de forma a trazer à tona as experiências acumuladas e enuncia-las de forma inteligível em um documento.

De tal maneira, torna-se necessário definir diretrizes em relação ao modo proceder análise apuradas desses memoriais. No plano estritamente lingüístico considera-se o sujeito do discurso situado num espaço social. Suas considerações têm efeitos de sentidos desse espaço social. O texto não é a soma de frases, mas evidencia traços lingüísticos tipicamente associados com uma configuração de traços situacionais. Compreensão do está escrito se faz em direção ao para quem do texto e a contraditoriedade consiste em conceber que o sujeito que escreve é mesmo e é diferente simultaneamente.

No enfrentamento do risco metodológico de aplicar quadros explicativos aos escritos dos professores, o que conduzir a certa cegueira nas análises das informações e dados apurados. Busca-se apurar a relação entre as escritas desses sujeitos, isso faz com que se observe semelhanças de situações e/ou elementos comuns por parte dos docentes investigados que são influenciados pela profissão escolhida e pelo ambiente no qual desenvolvem sua prática profissional.

Baseando-se no material analisado, pontua-se a emergência dos seguintes aspectos interdependentes e complementares a respeito das ações e saberes mobilizados pelos docentes investigados que desenvolvem a profissão professor em uma Instituição de Educação Profissional Técnica:

I - Saber experiencial como veio condutor da profissionalização do ensino

Esse saber efetua o sentido do trabalho vivido e expresso, também tomados como saberes práticos, úteis para o trabalho e adquiridos diretamente do exercício da docência. A apropriação do trabalho, conferindo um “sentido” que se conduz um processo de legitimação da forma identitária da profissão. O processo identitário passa também pelo exercício da profissão com autonomia

Durante estes quatorze anos de dedicação a docência no ensino profissional técnico, tive a oportunidade de reestruturar o projeto político pedagógico do Curso. A condução de minha prática fez-se pela perspectiva aproximar escola – empresa, elaborei várias apostilas de diversas disciplinas, organizei vários eventos e seminários técnicos na Escola. Contribui para melhoria da qualidade do processo formativo do técnico de nível médio.

Ao longo dos anos, lecionado nesta Instituição², considerou que minha prática de ensinar constituiu-se pelo ideário de padrão de qualidade de ensino. Os conteúdos programáticos estruturam-se na perspectiva de promover, através de aulas críticas, a formação integral do aluno. O meu grau de compromisso com a Instituição também se intensificou ao longo dessa minha jornada, pois (re)construir um estilo próprio de lecionar uma disciplina de formação geral no âmbito dos Curso Técnico.

¹ Esclarece esses componentes foram tomados em detalhe em artigo apresentado por uma das autoras no IV Colóquio Luso-brasileiro sobre questões Curriculares, realizado Florianópolis – SC- Brasil – 2008.

² O termo original foi substituído pela expressão em itálico para preservar o nome da Instituição.

A forma de trabalhar a disciplina arte dentro curso técnico foi moldada nestes 16 (dezesesseis) anos que leciona na Instituição. Considero que tempo registro como professor vem fortalecendo e aprimorando minhas aulas, de modo a despertar o interesse do aluno para as atividades desenvolvidas nas oficinas criativas.

A relação Saber e Trabalho enquadra-se com formas de viver o trabalho de conceber a vida profissional no tempo biográfico. Assim os saberes dos professores representam formas reconstruir no tempo e espaço e dependem do contexto histórico (Dubar, 2003). Esclarecem-se essas formas reconstruídas referem-se aqui as maneiras como os professores falam do trabalho docência e da formação.

Observando os fatos relatados, considero que durante este quase onze anos de magistério na Instituição, exerci minhas atividades com dignidade e muita dedicação, tendo como meta relacionar-se bem com os alunos, motivando e apresentado conceitos e tecnologias atuais. Incansavelmente, busco atualizar-me investindo em curso pós-graduações e ampliando minha biblioteca na área técnica.

Analisando minha trajetória profissional, compreendo que tive envolvimento constante com desenvolvimento de conteúdos disciplinares na área técnica, visando sempre a melhoria do ensino e a melhor adequação das disciplinas a mim confiadas ao perfil variado das turmas e as exigências do mercado,

Extremamente envolvido com a disciplina, já algum tempo, busco ampliar meus conhecimentos conceituais, metodológico e de aplicabilidade da Ciência, de forma incondicional e constante.

Os saberes dos professores são compreendido em função do vínculo estreito com trabalho desenvolvido na escola e na sala de aula. Tardf (2002) expõe que as relações dos professores com os saberes não se firmam na esfera cognitiva: “são relações que medidas pelo trabalho que lhes fornece princípios para enfrentar e solucionar situações cotidianas”. Trata-se, portanto de um lidar com o “saber do trabalho não sobre o trabalho”, uma que se cria modos próprios de organizar as aulas, de se movimentar na sala, de se dirigir aos alunos, de utilizar os meios pedagógicos mais adequados.

Após tantas “idas e vindas”, percorrendo o texto deste memorial e refletindo sobre minha prática docente, concluí que percurso profissional realizou-se tanto na sala de aula, ministrando Disciplina de Língua Estrangeira, quanto nos setores de organização e gestão da escola (comissão de Concurso, coordenadora de área, membro de colegiado) Ao Longo dos meus vinte anos de carreira na Instituição, reconheço que minhas ações vêm desenvolvendo-se de uma maneira meio experimental, mas não menos gratificante.

II - Escola como organização de aprendizagem profissional

Neste aspecto, identificam-se relações estabelecidas entre formação continuada e organização social escolar. Os objetivos primordiais da escola são ensino e aprendizagem, atribuições a cargo do docente. Uma instituição bem gerida e organizada cria e assegura condições necessárias para o bom desempenho dos professores em sala de aula, de modo que se favoreçam aprendizagens bem-sucedidas dos alunos.

As condições privilegiadas da Instituição decorrem da integração de disciplinas dos núcleos sociohistórico, científico e código de linguagens às disciplinas, e do contato simultâneo dos alunos com o universo acadêmico e com o mundo do trabalho. Para mim, trabalhar nessa Instituição significa explorar esse potencial.

Comprometido com educação e preocupado com o crescimento intelectual e prático do aluno, procuro realizar um trabalho. Entendo que o alcance de tal propósito educativo-formativo e favorecido pelas ótimas condições organizacionais, operacionais e pedagógico-didáticas da Instituição.

O desenvolvimento da qualidade pedagógica de minhas aulas e a avaliação tornaram-se sensíveis, quando assumi o cargo de professor Titular da Instituição.

As concepções práticas da formação e os saberes profissionais tornam-se ingredientes-chave para o exercício e para a dinâmica formativa da docência. Do ponto de vista técnico e acadêmico, conceber a qualidade do ensino ofertado pela Escola incide a função qualificadora de seus docentes que condiz com aperfeiçoar o potencial formativo das situações de trabalho.

Fui selecionado como professor efetivo da Instituição, comecei minha carreira lecionado duas disciplinas técnicas. Nesse período, tive o prazer de constatar o reconhecimento da qualidade acadêmica e técnica do trabalho aqui desenvolvido, que somando à satisfação de transmitir meus conhecimentos profissionais, fortaleceu-me o anseio de aperfeiçoar o meu trabalho, buscando o setor pedagógico e cursos de capacitação didático-pedagógico.

Quando comecei efetivamente minha carreira docente, nesta a Instituição dediquei-me as atividades acadêmicas, elaborando apostilas, lista de exercícios. Considero que meu desempenho profissional em sala de aula depende e articula com o processo bem-sucedido do trabalho educativo desenvolvido pela Instituição.

Após ser aprovado e classificado em 2º lugar no processo de seleção para professor efetivo da Instituição, tomei posse no cargo de docente de 1º e 2º graus, em regime de 40 horas. Para avançar nos degraus da escolaridade, inscrevi-me no programa de Capacitação Docente do Ensino Técnico, a fim de tornar-me mais apto em sala de aula.

Um bom clima de trabalho, no qual os professores possam conceber as potencialidades formativas de uma reflexão sobre suas práticas resulta a boa organização do processo de ensino e aprendizagem, motivando a maioria dos alunos a aprender. A organização escolar para além de um lugar de trabalho, consiste em considerar a noção de aprendizagem do

trabalho docente. A integração entre “lugar que aprende” e “lugar de fazer”³ faz-se expressar o poder e os princípios de controle como dispositivos norteadores dessa integração. Concentra a formação na escola funda-se na possibilidade do professor recontextualizar seu trabalho.

Continuo meu trabalho nesta Instituição lecionando uma disciplina da cultura geral. Sob tal circunstância, reflito sobre ajustes que devo promover em minha prática ensino, considerando o perfil do aluno técnico, condições políticas pedagógicas desta Instituição Profissionalizante. O meu fazer educativo constitui-se da articulação entre saber e fazer no processo escolar de formação escolar, bem como a minha contribuição efetiva na qualidade desse processo.

Ter sido aprovada em primeiro lugar, tomado posse como professora efetiva, travou em mim o compromisso profissional favorecer a melhoria do aprendizado do aluno. Para atingir tal intento, precisei me preparar mais e melhor. Tomei como referência de minha prática articular o saber e fazer, o que possibilitou alargar os domínios do meu exercício profissional para além da sala de aula. Assumir o cargo de gestão fez com que eu buscasse aperfeiçoamento em serviço de modo que pudesse assegurar condições participativas e democráticas de tomadas de decisões referentes a organização e a eficácia da escola como um todo.

A escola funcionando como local de trabalho de trabalho e de organização da aprendizagem da profissão estabelece a concomitância de dois movimentos: um que se volta para estrutura e dinâmica organizacional das práticas profissionais dos professores; outro movimento refere-se a participação ativa do docentes na formulação dos objetivos, nos arranjos do projeto político-pedagógico, nos processos de gestão e de tomada de decisão.(LIBÂNEO, 2003).

Conforme entendimento, já exposto anteriormente, o objetivo primordial da escola é a aprendizagem dos alunos, nessa medida a organização escolar necessária firma-se no propósito de melhoria da qualidade dessa aprendizagem. Tal pressupõe considerar o trabalho na determinação do alcance desse propósito, assim, o que designa tal perspectiva será a relação tempo e espaço de desenvolvimento do trabalho do professor. Por tanto, o interesse investigativo funda-se na formação docente resultante da prática, diretamente ligada ao trabalho, que toma os limites e possibilidades advindas da relação professor-aluno-conhecimento.

III - Competência profissional postulada por um status profissionalizante do trabalho da docência.

A categoria de Professores como intelectuais tem o efeito de sentido de conceber que a escola é lugar de representação de formas de conhecimento, práticas de linguagem, relações de valores sociais que são seleção e exclusões particularizadas de recortes culturais, de visão de mundo, de concepção de trabalho. O professor como intelectual é visto em termos de interesse políticos e ideológicos que estruturam a natureza do discurso, relações sociais em sala de aula e valores que eles legitimam em sua atividade de ensino.

Organizei um texto didático sobre Transdutores e Sensores na área medida, para facilitar a aprendizagem dos alunos dos cursos técnicos de Equipamentos para área de saúde e do NEHO.

Área da Ciência na qual leciono tem como eixos: a possibilidade de transformar os problemas encontrados na vida real em expressões lógicas que podem ser resolvidos e ter soluções aplicadas no mundo em que vivemos; a capacidade única de exatidão pertencente a esta Ciência que nos permite vislumbrar a plenitude da Verdade, não sendo ela atrelada, unicamente, ao plano material, permitindo-nos compreender a necessidade da existência de uma força maior capaz de nos guiar.

Desenvolvi materiais didáticos adequados às necessidades de formação profissional concomitância entre realização bem-sucedida do trabalho docente, desenvolvimento profissional e oferta de um ensino de qualidade pela instituição. Percebe-se que o desempenho do trabalho docente implica na consolidação da competência profissional postulada por um status profissionalizante do ofício da docência.

Desde que iniciei o curso de Engenharia (...) tinha como meta atuar como professor de cursos técnicos e tecnológicos, uma vez que sempre tive aptidão para experimentações e descobertas científicas no campo da prática. (...) tomei posse na Instituição, após ter sido aprovado no 1º lugar, tendo concorrido com 42 na área técnica. Esse foi um ponto alto de minha carreira, pois estava ingressando numa escola, na qual o ensino técnico de qualidade é reconhecido por diversos segmentos da sociedade. Tornei-me, ainda mais, um professor entusiasmado pela área técnica, levando-me a aprimorar meus conhecimentos e minha prática docente.

(...) fui selecionado como professor substituto da Instituição para lecionar duas disciplinas técnicas. Nesse período, tive o prazer de constatar o reconhecimento da qualidade acadêmica e técnica do trabalho aqui desenvolvido, que somando à satisfação de transmitir meus conhecimentos profissionais, fortaleceu-me o anseio de me tornar membro efetivo desta Instituição. (...) fui aprovado em primeiro lugar no concurso público de provas e títulos para a cadeira técnica. Na ocasião percebi uma sensível melhoria na qualidade pedagógica de minhas aulas e avaliações.

Eu tinha um velho sonho de torna-me professor de uma escola renomada, numa dessas “supressas” da vida, observei num mural da empresa onde trabalhava que esta Instituição estava selecionando docentes para compor o quadro efetivo. Não hesitei e fiz a inscrição no concurso. Realizei as provas, sendo empossado (...), quando então comecei efetivamente minha carreira docente. Nesta Instituição dediquei-me às atividades acadêmicas, elaborando apostilas, lista de exercícios. Considero

³ Tais termos são empregados por Barros(2002) quando se discute questões de formação, projeto e desenvolvimento organizacional

que meu desempenho profissional em sala de aula depende e articula com o processo bem-sucedido do trabalho educativo desenvolvido pela Instituição.

Após ser aprovado e classificado em 2º lugar no processo de seleção para professor efetivo da Instituição, tomei posse no cargo de docente de 1º e 2º graus, em regime de 40 horas. Para avançar nos degraus da escolaridade, pois antes de entrar nessa Instituição estava estagnado no exercício da docência, inscrevi-me no programa de Capacitação Docente do Ensino Técnico, a fim de tornar-me mais apto em sala de aula.

A referência investigativa está possibilidade de professor e aluno (re)definirem a natureza do processo de ensino-aprendizagem pelo reconhecimento, no dia- a – dia, das relações de trabalho na sala de aula, das práticas ensinar e aprender que concebem o par sujeito-objeto, da produção e reprodução do conhecimento escolar/disciplinar. Por quanto, emerge-se duas condições sine qua non de reflexão: a primeira diz respeito à dicotomia entre “pensar e fazer”, que conduz a uma racionalidade instrumental, no sentido de produzir a fragmentação e a desarticulação dos conteúdos escolares/disciplinares, resultando na perda da dimensão de totalidade e de autonomia no processo ensino-aprendizagem. A segunda condição refere-se à desqualificação que concerne com perda ou minimização do princípio de controle e poder na produção e reprodução do conhecimento/saber escolar/disciplinar, pois se concebem atrofiadas suas habilidades (principalmente aquelas ligadas a competência de saber ler interpretar criticamente o mundo com suas transformações). Nesses termos, confere-se o roteiro norteia a investigação.

A referência investigativa está possibilidade de professor e aluno (re)definirem a natureza do processo de ensino-aprendizagem pelo reconhecimento, no dia- a – dia, das relações de trabalho na sala de aula, das práticas ensinar e aprender que concebem o par sujeito-objeto, da produção e reprodução do conhecimento escolar/disciplinar. Por quanto, emerge-se duas condições sine qua non de reflexão: a primeira diz respeito à dicotomia entre “pensar e fazer”, que conduz a uma racionalidade instrumental, no sentido de produzir a fragmentação e a desarticulação dos conteúdos escolares/disciplinares, resultando na perda da dimensão de totalidade e de autonomia no processo ensino-aprendizagem. A segunda condição refere-se à desqualificação que concerne com perda ou minimização do princípio de controle e poder na produção e reprodução do conhecimento/saber escolar/disciplinar, pois se concebem atrofiadas suas habilidades (principalmente aquelas ligadas a competência de saber ler interpretar criticamente o mundo com suas transformações). Nesses termos, confere-se o roteiro norteia a investigação.

escola profissional, por melhor que seja, o processo educativo escolar não consegue ofertar uma preparação prévia suficiente do aprendiz que atenda à demanda da constante mudança da maquinaria e das técnicas. (Silva, 1969, p.62) Insere-se, nessa perspectiva, a clássica tensão entre formação integral ou da educação geral e formação específica, uma vez que entrelaçada à perspectiva de formação específica tem-se a necessidade de preparar o próprio trabalhador para indústrias modernas, dada a crescente mecanização. A questão posta a respeito dessa tensão é estabelecida da seguinte forma:

“em vez de homens prétreinados em escolas profissionais, a indústria precisa de homens treináveis: a condição de treináveis, esta sim, e produto da escola, não tanto mediante um ensino profissional estritamente especializado, mas por meio da educação geral que ela proporcione”.(1969, p.62)

Entende-se que o problema do ensino profissional não é tanto de favorecer ao aluno uma qualificação profissional determinada, e, sim de estabelecer uma mediação com a referência da educação geral, de forma a promover os processos de formação escolar que proporcionem a esse aluno uma capacidade de adaptação às constantes mudanças da produção. Sendo assim, argumenta-se que a adaptação específica a uma função profissional deve ser cumprida pelas empresas industriais em que o indivíduo desenvolve sua atividade⁴. Compreende-se que tais argumentos elaboram-se em um campo específico, o da educação

tradicional oposição entre cultura geral e cultura técnica; identifica-se a primeira cultura com os estudos acadêmicos, e a outra é concebida como estrita e utilitária. A esse respeito Silva desenvolve a seguinte especificação sobre essas duas referências de cultura:

“A cultura técnica incorpora por sua própria natureza elementos gerais, quer cronologicamente situados antes dela, no processo individual da formação quer assimilados no próprio momento de sua aquisição. A cultura convencionalmente chamada geral, por sua vez, tem sido em verdade uma modalidade especial de cultura profissional, como Dewey já tivera oportunidade de salientar”.(p.68)

Incluem-se na cultura técnica elementos constitutivos da cultura geral, na qual também se expressam conteúdos da cultura profissional. No processo de estruturação do secundário, concebeu-se essa modalidade de formação escolar por excelência vinculado à educação geral. Isso fez com que, intrinsecamente, o ensino secundário fosse considerado melhor do que qualquer outra modalidade de ensino do mesmo nível. (Silva 1969, p.68) Portanto desfazer a oposição entre cultura técnica e cultura geral pressupõe o enfrentamento dos estereótipos que impedem conceber o espaço e o tempo escolar de formação profissional de nível técnico, ou seja, o ensino técnico, como modalidade correspondente ao ensino secundário. Entende-se que esse enfrentamento consiste em um grande desafio ante a perspectiva da escolarização dos jovens no mundo atual.

Bibliografia:

⁴ Giovanni, Gozzer, Teoría y organización de la educacional profesional (1961) apud Silva. Ensino Profissional e técnico (1969)

- BOLIVAR, Antônio. A escola como organização que aprende. In: CANÁRIO, Rui. Formação e situações de trabalho. Portugal: Porto, 2003. p. 81.
- LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 4. ed. Goiânia: Alternativa, 2003. 319 p.
- NÓVOA, Antônio (Org.) Profissão professor. Portugal: Porto, 1999. 234 p.
- PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 1999. 250 p. (Saberes da docência).
- SACRISTÁN, José Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. Tradução de Ernani F. da Fonseca Rosa. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000. 352 p.
- TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 326 p.
- GIROU, Henry A. Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Arte Médicas, 1997
- SILVA, Geraldo B. A educação secundária (perspectiva histórica e teórica. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1969.

A Área de Recursos HUMANOS E Sua Ligação com Sistemas de Suporte de Apoio à Decisão: Caminhos para o Futuro

Noemi Alice Costa
Escola de Altos Estudos - Instituto Superior Miguel Torga
noemi_alice@yahoo.com.br

Jofrina Patrício
Maternidade Alfredo da Costa
jofrina@sapo.pt

Resumo: O presente trabalho descreve a crescente interligação entre a área da computação e as diversas áreas do conhecimento, tendo como exemplo a área da Gestão de Recursos Humanos e a utilização e aplicação das etapas iniciais do Processo de Descoberta de Conhecimento (KDD), sobretudo a etapa da mineração de dados (Data Mining) como uma ferramenta importante para o sistema de apoio à decisão empresarial. O objetivo principal é dar a conhecer a existência da multidisciplinaridade das diversas áreas com a apresentação de uma ferramenta útil ao gestor de RH para melhor organizar sua área de trabalho e promover o crescimento e desenvolvimento estratégico da empresa, exemplificado através da utilização do programa Weka em um caso de estudo ilustrativo que tem por finalidade encontrar o perfil dos colaboradores que mais se adequam a uma contratação futura, utilizando dados armazenados.

1. Introdução

O presente trabalho é um estudo que envolve as áreas de Recursos Humanos e de Sistemas de Informação de Apoio à decisão.

Assim, a sua elaboração tem como objectivos:

- A exploração da ferramenta Weka;
- Servir de documento de avaliação da referida disciplina;
- Aprofundar os nossos conhecimentos na área da referida temática.

É sabido que as empresas produzem diariamente grandes quantidades de informação e que, sem o auxílio das tecnologias de informação, seria mais difícil de explorar, analisar, interpretar e finalmente decidir.

No mundo de hoje, onde a globalização, a competição, os avanços tecnológicos, as mudanças da envolvente interna e externa das organizações e as novas pressões sociais, reflectem o cenário onde as empresas e outras organizações dependem não só da ordem económica, mas também das ordens industriais e sociais onde se encontram inseridas, as tendências tecnológicas e os ambientes dessas ordens alteram-se, sendo necessário que se adaptem rapidamente às novas condições, de forma a poderem sobreviver.

Esta mudança efectua-se de uma forma muito rápida afectando todos os continentes, sendo necessário e fundamental que as organizações a compreendam particularmente no que concerne aos Sistemas de Informação (SI) e das Tecnologias de Informação (TI), Na medida em que os Sistemas de Informação são uma ferramenta de diferenciação dentro das organizações.

As tecnologias de informação estão a originar no mundo uma nova revolução industrial tão importante como as anteriores. Esta revolução tem como base a informação expressa pelo conhecimento humano, uma vez que o Homem tem desenvolvido a sua inteligência (Rigaud, 2002).

Assim, as organizações têm que considerar a informação e as tecnologias que a ela estão associadas como factores tão importantes, como a qualidade, o controlo, a segurança e o desenvolvimento.

O processo de decisão das organizações necessita de um volume adequado de informação resultantes de diferentes procedências, cujos elementos estão interligados numa rede de conexões alimentada e sustentada por uma economia globalizada. A rapidez de decisão aliada aos níveis de qualidade exige o apoio de informações facilmente acessíveis e passíveis de interpretações adequadas ao desempenho da gestão.

Aliado a isso, é possível verificar o crescimento dos bancos de dados das organizações das mais diversas áreas, o que supera a capacidade usual de interpretar e examinar estes dados, gerando a necessidade de novas ferramentas e técnicas para análise automática e inteligente dos bancos de dados (Silva, 2004).

Esta ampla disponibilidade de grandes bases de dados, atrelada à necessidade de transformação de dados em informação e conhecimento úteis ao suporte à decisão, vêm demandando altos investimentos em software. A informação e o conhecimento gerados podem ser utilizados para diversas aplicações, que vão desde (Silva, 2004) o gerenciamento dos negócios, controle de produção e análise de mercado ao projecto de melhor gestão dos recursos humanos das organizações.

As ferramentas e técnicas empregadas para análise automática e inteligente dos imensos repositórios são os objectos de que trata a área emergente (Silva, 2004) da descoberta de conhecimento em banco de dados (KDD – Knowledge Discovery in Databases). Será visualizado que a etapa em KDD responsável pela seleção dos métodos utilizados para localização de padrões nos dados que sejam interessantes e relevantes, bem como o melhor ajuste dos parâmetros do algoritmo para que possa ocorrer a extracção do conhecimento é a mineração de dados (Data Mining).

Dentro desta perspectiva o presente estudo traz algumas definições próprias da área computacional que ajudará a compreender a interligação com as mais variadas áreas do conhecimento, dentre elas a de gestão de Recursos Humanos e mostrar um exemplo ilustrativo observado nesta área de forma a comprovar a funcionalidade e aplicabilidade dos sistemas de informação para a tomada de decisão.

2. Conceito de Sistemas de Informação (SI)

A sociedade actual passa por um momento em que o conhecimento e a informação assumem papéis fundamentais, além de serem disseminados por toda parte. Por esta razão, verifica-se um crescimento na quantidade de dados armazenados em meios magnéticos. Já há alguns anos a informação é uma grande fonte de recursos para as empresas (Rigaud, 2002). O que implica dizer que grandes quantidades de dados equivalem a um maior potencial de informação.

Os gestores modernos precisam de informações o mais detalhadas possíveis que lhes permitam tomarem as decisões nas melhores bases possíveis. Neste sentido, para a própria sobrevivência das organizações no mercado, construir uma rede de informações é imprescindível.

Os SI são peça fundamental para as empresas, não apenas na elaboração de relatórios, mas fazem parte de todos os seus departamentos e actividades, desde o simples controlo até a elaboração de planos estratégicos complexos. Tudo que acontece, todos os processos, são regidos por um sistema, que pode ser ou não informatizado. A importância do gestor nesse processo deve ser considerada porque é vital para a empresa (Orlandini, 2007).

O conceito de Sistemas de Informação, segundo Rigaud (2002), varia consoante cada autor, razão pela qual os critérios escolhidos para definir este conceito salientam alguns aspectos mais do gosto pessoal, em detrimento de outros que julgam menos importantes. Por mais variadas que sejam as definições, nelas estão implícitas quatro ideias principais: a aplicação da teoria dos sistemas, estar orientada para os negócios e a decisão, apoiar-se num sistema avançado de tratamento de informação e, por último, dar lugar a aplicações evolutivas sem rigidez estrutural (Rigaud, 2002).

Os Sistemas de Informação estão intimamente ligados às Tecnologias de Informação, onde, de acordo com o que explicita Sousa (1999), a ideia do conceito de Tecnologias de Informação surge enquanto conjunto de conhecimentos, reflectidos quer em equipamentos e programas, quer na sua criação e utilização a vários níveis (Sousa, 1999), ou seja, envolve a utilização de variados componentes, tais como, hardware, software, pessoas, redes, que, em conjunto, transformam dados em informação. Mais do que um modismo, a tecnologia deve ser compreendida como uma ferramenta, um dos diversos métodos para assegurar qualidade, competitividade, redução de custos e principalmente, satisfazer os desejos e anseios dos clientes, que são a verdadeira razão de ser das empresas (DIMAP, 2007).

3. A Descoberta do Conhecimento em Banco de Dados. Breve Perspectiva Histórica

Os dados, por si só, não contêm informação, pois os mesmos precisam ser transformados e interpretados de forma a facilitarem o entendimento, possibilitando assim vê-los agrupados, culminando com a informação. Segundo Aurélio et alli (1999), as informações contidas nos dados não são caracterizadas explicitamente, surgindo a necessidade de sistemas para dar suporte à decisão, que trabalhem dentro de uma granularidade de informações refinada, as quais passaram por várias fases: na década de 60, as exigências estavam a nível do mercado; nos anos 70, dos grupos de interesse; nos anos 80, a nível dos segmentos de mercado e nos anos 90, o foco era no cliente (Aurélio et alli, 1999) o que requer o uso de mais dados para extrair o conhecimento.

As bases são uma importante fonte de informação, podem ser divididas em operacionais e informacionais ou analíticas, porém muitas vezes, não são exploradas devido às dificuldades inerentes ao grande volume, ultrapassando assim a habilidade técnica e a capacidade humana em sua interpretação (Oliveira & Garcia, 2004). Esses dados passam a possuir a devida importância dentro da empresa quando são tratados e explorados de forma adequada, utilizando para isto as diversas

tecnologias que surgem ou que são aprimoradas a cada dia como KDD (Knowledge Discovery in Databases), OLAP (On-Line Analytical Processing), BI (Business Intelligence) e Data Mining, conhecimentos valiosos no apoio à decisão (Oliveira & Garcia, 2004).

A definição de Descoberta de Conhecimento em Bases de Dados, KDD (Knowledge Discovery in Databases) foi expressada em Oliveira & Garcia (2004) como sendo "...o processo não trivial de identificação de padrões válidos, novos, potencialmente úteis e compreensíveis, embutidos nos dados" (Oliveira & Garcia, 2004), ou seja, este processo envolve a automação da identificação e do reconhecimento em padrões de banco de dados de grande porte (Smiderle & Oliveira, 2004).

A primeira etapa dentro do Processo de Descobrimto do Conhecimento é a compreensão e definição de um domínio. Logo após, é necessário seleccionar, dentro deste domínio, os dados nos quais o "descobrimto" será realizado. Estes dados devem ser limpos e transformados. Essa limpeza inclui a remoção de ruídos, a adequação de valores que estejam fora do contexto, a selecção e o resumo das variáveis a serem utilizadas (Oliveira & Garcia, 2004).

Um dos alicerces do processamento dos sistemas de apoio à decisão, e que trabalham conjuntamente no Processo de Descoberta do Conhecimento, é o Data Warehouse que, em virtude de ter uma fonte única de dados integrados com condições de acesso, torna muito mais fácil do que no ambiente clássico a tarefa do analista (Aurélio et alli, 1999).

4. Data Warehouses

Várias tecnologias que trabalham com manipulação de dados podem ser utilizadas como apoio ao Processo de Descoberta de Conhecimento, como Data Warehouses e Data Marts.

De posse dessas informações (descoberta do conhecimento) a construção dos sistemas de apoio à decisão, o marketing direccionado, ou o perfil de clientes de uma organização são embasados num perfil de confiabilidade, rapidez e de forma organizada garantir a permanência competitiva no mercado. O processamento desses dados é conhecido como informacional ou analítico, pois é a modalidade que atende às necessidades dos gestores na tomada de decisão, já que examina amplos espectros de dados para detectar tendências (Aurélio et alli, 1999).

Em outras palavras, um Data Warehouse é um conjunto de dados baseado em assuntos, integrado, não-voláteis e variáveis em relação ao tempo, de apoio às decisões gerenciais, organizados, na sua forma clássica em torno das aplicações da empresa.

Para Aurélio et alli (1999), o Data Warehouse baseia-se nos principais ramos ou negócios da empresa que tenham sido definidos no modelo de dados. No estudo realizado, focado na área de interesse que é a gestão de recursos humanos, as informações referem-se a elementos que servirão de controle e medida para se decidir sobre a melhor gestão do pessoal de forma a maximizar os objectivos da organização, onde foi utilizado um conjunto de dados referentes ao pessoal, classificados a partir de alguns atributos qualificadores para se chegar à melhor decisão.

A construção de Data Marts ou Data Warehouses e a utilização de ferramentas como o DTS (Data Transformation Services) que auxilia o processo de importação, transformação e carregamento de dados não são obrigatórias no processo de KDD (Oliveira & Garcia, 2004), mas podem otimizar e simplificar as etapas de Selecção, Preparação e Limpeza dos dados que podem consumir 80% do tempo gasto com a realização de Processo de Descoberta de Conhecimento.

5. Mineração de Dados (Data Mining)

A mineração de dados pode ser definida como o conjunto de técnicas, que permite extrair de um grande banco de dados as informações que estão escondidas, permitindo assim, mais tarde, a tomada de decisão. Em suma, é a forma de encontrar padrões escondidos e relações nas bases de dados de grandes dimensões, que são desconhecidos e simultaneamente interessantes, com o intuito de extrair informação ou conhecimento desse conjunto de dados com a finalidade de tomada de decisão o que permite ainda prever o futuro.

O software de mineração de dados, tem como objectivos:

- Extrair padrões de informação escondida a partir de grandes quantidades de dados com o objectivo da tomada de decisões;
- Encontrar a melhor forma de extrair conhecimento a partir dos dados;
- Substituir os métodos estatísticos com menor trabalho e maior fiabilidade na medida os métodos tradicionais como as folhas de cálculo revelam-se muito pouco eficazes na leitura destes dados, razão que levam as empresas cada a aderir a ferramentas que automatizem o processo de extracção de informação, como é o caso da mineração de dados.

Os tipos de software que se encontram disponíveis, salientam-se: estatísticos, máquinas de aprendizagem e redes neuronais.

Uma das técnicas mais utilizadas em mineração de dados é a árvore de decisão, que é muito simples de utilizar e tem um enorme potencial. É representada por um conjunto de regras de classificação que permitem a partir da raiz até aos nós da folha da árvore classificar instâncias.

As variáveis Contínuas representam outra das técnicas utilizadas pela mineração de dados, este tipo de variáveis podem tomar qualquer valor dentro de um intervalo de números reais. No caso das classes estas não devem ser nem muito pequenas nem muito grandes.

Relativamente aos algoritmos para implementação de árvores de decisão salienta-se, CART, CHAID, AID, ID3, ID6 e C4.5 (J48), de entre outros.

Outras técnicas também utilizadas por esta mesma ferramenta são as redes neuronais, Cross validation, K-Means, Selecção de Características e Market Basket Analysis.

5.1 Metodologia Utilizada na Mineração de Dados

O processo de KDD é caracterizado como sendo um processo interactivo e iterativo, composto por várias etapas interligadas. Essas etapas vão desde a definição de um domínio, selecção, preparação e transformação dos dados, até a etapa de mineração de dados, onde padrões podem ser “descobertos” e analisados para tornarem-se conhecimento útil (Oliveira & Garcia, 2004).

As fases do KDD, podem ser divididas, para melhor compreender as etapas do processo, pois em cada fase os resultados produzidos podem ser utilizados para melhorar os resultados nas próximas fases, em Aurélio et alli (1999):

- Data Warehousing: funciona como uma base de dados para dar suporte à decisão mantido separadamente das bases de dados operacionais da organização;

- Pré-processamento dos dados: consolida informações relevantes;

- Limpeza dos dados: verificação da consistência das informações e correcção dos erros;

- Selecção dos dados: escolher atributos relevantes do total de atributos do banco de dados;

- Codificação dos dados: dividir os valores contínuos dos atributos numa lista de intervalos representados por um código, a partir de um algoritmo de codificação;

- Enriquecimento dos dados: agregar aos dados existentes mais informações de modo que contribuam no processo de descoberta de conhecimento;

- Data Mining (mineração de dados): fase mais importante do processo. Caracteriza-se pela existência do algoritmo que, diante da tarefa especificada, será capaz de extrair eficientemente conhecimento implícito e útil de um banco de dados. Em outros termos é a fase que transforma os dados em informação;

- Pós-processamento: saída do algoritmo minerador, envolve a interpretação do conhecimento descoberto de forma a melhorar a compreensão do conhecimento descoberto.

Assim, as etapas podem ser visualizadas na Figura 1:

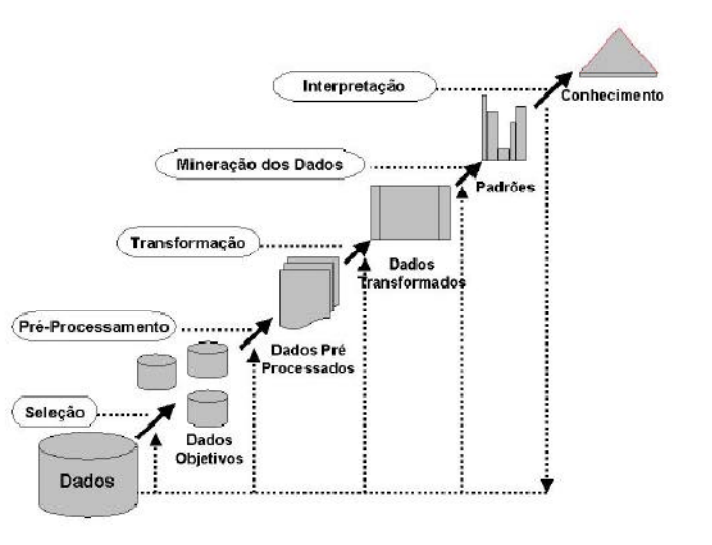


Figura 1: Visão ampla das fases do processo de KDD (Silva, 2004)

Conforme mencionado anteriormente, a mineração de dados é a fase principal do KDD, e nada mais é do que uma descoberta eficiente de informações válidas e não óbvias de uma grande colecção de dados (Aurélio et alli, 1999). É o procedimento que define a extracção e análise de enormes conjunto de dados, na sua maioria desordenados, para daí extrair um significado (Smiderle & Oliveira, 2004).

Como foi dito, a utilização da mineração de dados, difundiu-se e está em expansão devido ao crescimento da quantidade de dados armazenados em meios magnéticos e da necessidade de lhes dar o melhor aproveitamento possível, proporcionando a descoberta de novos fatos, regularidades, restrições, padrões e relacionamentos, conforme aborda Aurélio et alli (1999).

Para as organizações empresariais, especificamente, segundo Smiderle & Oliveira (2004), contribui fornecendo estratégias para se obter conhecimento sobre o negócio, além de garantir vantagem competitiva, pois obtém-se o máximo de informações úteis e a melhor forma de administrá-las.

As empresas grandes, sobretudo as multinacionais, reconhecendo que os recursos humanos possuem um carácter estratégico para o crescimento e desenvolvimento das mesmas, comportam uma quantidade grande de colaboradores em seus

quadros, o que denota uma necessidade de possuir conhecimento e ferramentas correctas no momento de avaliar os desempenhos e cumprimentos de objectivos, além de monitorar e acompanhar a performance e o desenvolvimento pessoal. A organização precisa manter o controle através do conhecimento da sua realidade de pessoal, de forma a alinhar as estratégias competitivas com as possibilidades e oportunidades de colaboração por parte de seus funcionários. Desta forma, o trabalho realizado na mineração dos dados justifica-se, na medida em que busca obter informações úteis de uma grande quantidade de dados.

A utilização de aplicações da mineração de dados tem encontrado campo fértil na mundo corporativo, Silva (2004) aborda alguns exemplos onde salienta que, atentas ao poder da informação que colectam a todo instante (e em volumes imensos), as empresas investem continuamente em novas tecnologias que agreguem valor ao negócio. O efetivo emprego de técnicas de mineração de dados atinge diferentes empreendimentos:

- Minerando o ADN: actividades de mapeamento de sequências (padrões de sequenciamento em larga escala), busca por similaridades e comparações, e identificação de sequências genética co-ocorrentes têm encontrado na mineração de dados poderosos recursos computacionais;

- Minerando dados médicos: hospitais, clínicas e planos de saúde, cada vez mais interessados no aperfeiçoamento de procedimentos (diagnósticos e tratamentos), buscam em KDD meios para maximizar recursos e resultados, preferencialmente com redução de custos. Exemplos: mineração de imagens tomográficas, precisão na prescrição de exames e procedimentos;

- Dados financeiros: o volume de interesses e poder atrelados a activos financeiros têm despertado a atenção de muitos para informações estratégicas deste domínio. Aplicações de mineração de dados vão da detecção de fraudes e lavagem de dinheiro à análise de mercados, tendências e estímulo especulativo. Análise de crédito de consumidores e classificação de clientes para estratégias de marketing figuram dentre as aplicações mais comuns.

- Dados comerciais: empresas de varejo, especialmente as grandes redes, contemplam minas de ouro nos seus grandes bancos de dados. Análise de vendas, comportamento da clientela, giro de produtos, fenómenos sazonais e preferências regionais motivam grandes investimentos em mineração de dados. Além disso, é possível avaliar campanhas publicitárias, potencializar o comércio electrónico, avaliar e incentivar fidelidade de clientes.

- Telecomunicações: grande demanda na detecção de invasões e comportamentos anómalos em sistemas, avaliação de usos e tráfego, análise de padrões de consumo (Silva, 2004).

5.2 Tipos de Problemas de Mineração de Dados

Relativamente ao tipo de informação que pode ser produzido pelo software de mineração de dados destaca-se:

- Classificação (previsão);
- Clustering (descrição);
- Regras de Associação (descrição).

Na classificação, são analisadas as características dos objectos e atribui-se-lhe uma classe pré-definida. Por outras palavras, é uma técnica que consiste na aplicação de um conjunto de exemplos de classes pré-definidas para desenvolver um modelo capaz de classificar uma quantidade maior de registos.

A classificação é muito utilizada nas áreas como o diagnóstico médico, detecção de fraudes, análise de risco na banca ou seguros, tendências dos mercados financeiros e identificação de objectos em grandes bases de dados.

No clustering alguns dados são agrupados de acordo com as lógicas de relacionamentos ou preferências dos consumidores. É semelhante à classificação mas aqui os grupos ou as classes não estão pré-definidas, ex.: árvores de decisão, redes neurais, detecção de clusters e regras de associação. É o método pelo qual os registos são agrupados em conjunto, ou seja, é um grupo de objectos de dados, similares entre si no mesmo cluster e não similares aos objectos fora do respectivo cluster. Por exemplo, os dados podem ser explorados de forma a identificar segmentos de mercado ou afinidades dos consumidores.

Nas regras de associação, os dados podem ser explorados para identificar associações. O objectivo é encontrar modelo que identifique dependência entre as variáveis; identificam-se grupos de dados associados.

6. *Aplicativo Weka*

No intuito de responder, partindo de uma análise prática, ao objetivo do presente trabalho, utilizando a lista de atributos fornecida, a qual será explicitada mais à frente, como ensaio às etapas da mineração de dados, onde foi dado um conjunto de atributos de forma a contribuir para a decisão de contratar ou não pessoal e quais informações relevantes de pode conseguir a partir daqueles dados, sendo essenciais a utilização de ferramenta específicas, o estudo foi desenvolvido com o software Weka.

O Weka, Waikato Environment for Knowledge Analysis, é uma ferramenta de mineração de dados desenvolvida pela Universidade de Waikato (Nova Zelândia), que vem sendo utilizado em pesquisas na área de aprendizagem de máquinas (mineração) e de validação de resultados, pois disponibiliza componentes que auxiliam a implementação de classificação e agrupamentos, este ambiente também permite que novos algoritmos sejam comparados a outros já consolidados na área de aprendizagem. Com este pacote pode-se obter resultados estatísticos comparativos da execução simultânea de diversos programas de aprendizagem em domínios variados.

O software foi escrito em linguagem JAVA, uma vez que esta linguagem está disponível em varias plataformas como Windows, Linux e Macintosh, transformando assim num software bastante portátil. WEKA é um software livre que possui sua licença baseada na GPL (General Public Licence) e pode ser facilmente encontrado para download no endereço: <<http://www.cs.waikato.ac.nz/ml/weka/>>. (Neves 2004)

O Weka é formado por um conjunto de pacotes, que são: attribute selection (selecção de atributos), classifiers (implementação de algoritmos de aprendizagem supervisionada, clustering (implementação de algoritmos de aprendizagem não supervisionado), associatians rules (generalização de regras de associação usando taxonomias), filters (selecção de instância de uma base) e estimators (estimadores).

Attribute Selection é usado como o próprio nome diz para seleccionar atributos de uma base de dados para a extracção de padrões. O Classifiers é formado por implementações de algoritmos de aprendizagem, tais como: IBK (K-nearest neighbor), o J48.J48 (modelo de árvore de decisão mais utilizado nos dias de hoje e é equivalente ao C4.5) e J48.PART. Cluster contém uma implementação de dois métodos de aprendizagem não supervisionada: Cobweb e algoritmo EM. O Associations contém duas classes, ItemSet e Apriori, que juntos implementam esse algoritmo. Estimators contém subclasses que são utilizadas pelo algoritmo Naive Bays para computar os diferentes tipos de distribuição de probabilidade. Filters permite aos usuários seleccionar um subconjunto de atributos ou seleccionar um subconjunto de instâncias de dados baseada em algum critério (Smiderle & Oliveira, 2004).

O pacote Weka é formado por um conjunto de implementações de algoritmos de diversas técnicas de mineração de dados. Possui, o que é uma grande vantagem, uma interface gráfica para o usuário. O formato de arquivo aceito é o “arff” que, inicialmente apresenta os valores possíveis dos atributos da base (cabeçalho) e, em seguida os dados, separados por vírgulas (DIMAP, 2007).

O algoritmo Apriori na ferramenta Weka trabalha apenas com valores categóricos nominais (strings) e o arquivo que contém os dados deve estar no formato “arff”.

“Arff” (Attribute-Relation File Format) é um formato padrão de arquivo texto utilizado para representar datasets. Através do protótipo implementado, é possível gerar o arquivo “arff” do arquivo Texto exportado através do DTS do SQLServer 2000 (Oliveira & Garcia, 2004).

Antes de aplicar os dados a qualquer algoritmo do pacote Weka estes devem ser convertidos para o formato “arff” que consiste basicamente de duas partes. A primeira contém uma lista de todos os atributos, onde devemos definir o tipo de atributo ou os valores que ele pode representar, quando utilizamos os valores estes devem estar entre “{ }” separados por vírgulas. A segunda parte consiste das instâncias, ou seja, os registros a serem minerados com o valor dos atributos para cada instância separado por vírgula, a ausência de um item em um registro deve ser atribuída pelo símbolo “?” (Smiderle & Oliveira, 2004).

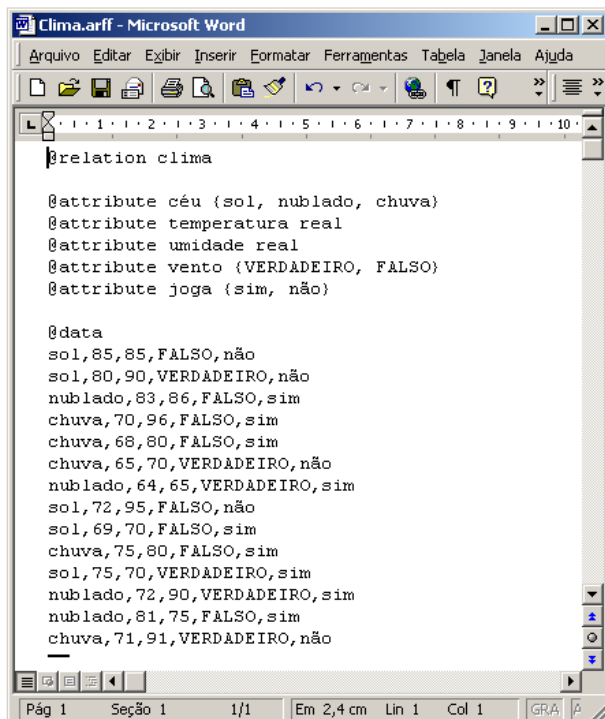


Figura 2. Formato do arquivo “arff” adaptado pelas autoras deste trabalho

Para isso, podem ser usados programas de planilhas electrónicas e banco de dados, que permitem exportar os dados em um arquivo em que as vírgulas são os separadores ou criar um arquivo directamente em um editor de texto.

É necessário carregar o arquivo e adicionar o nome do conjunto de dados usando: @relation nome_do_conjunto_de_dados. Para cada atributo deve-se usar @attribute e, após, uma linha com @data e em seguida os dados propriamente ditos, salvando o arquivo como texto puro com extensão “arff”.

A seguir são apresentadas algumas visualizações dos ambientes Weka:

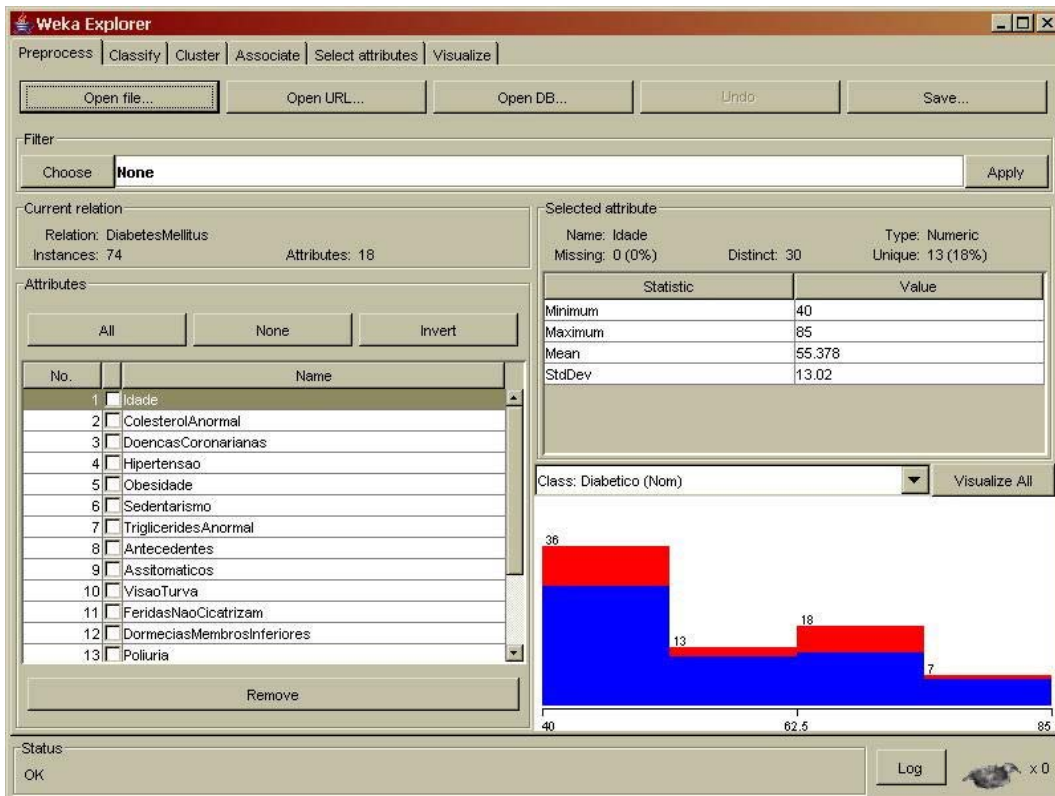


Figura 3. Ambiente Weka. (Neves, 2004)

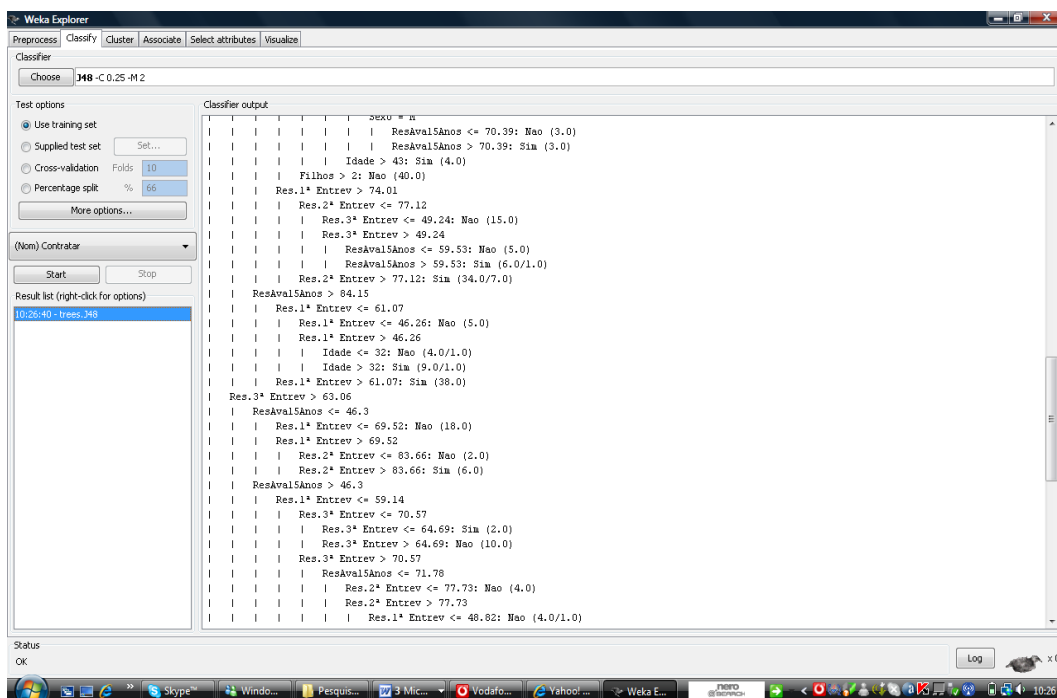


Figura 4. Ambiente Weka. Classify. (Fonte: Aplicativo Weka)

7. Aplicação Prática da Mineração de Dados

Na área de Recursos Humanos a mineração de dados é uma ferramenta muito útil porque ajuda os gestores a actuar sobre a evolução dos colaboradores. Permitindo ao gestor compreender melhor as razões de determinados acontecimentos passados e presentes dando maior segurança na projecção de cenários futuros, bem como, um maior rigor e objectividade nas tomadas de decisão, que deixam de se basear no mero instinto ou impulso pessoal. O que implica dizer que é uma ferramenta que ajuda a desenvolver uma cultura empresarial baseada no conhecimento.

Alguns exemplos onde pode ser verificada a eficiência da utilização desta ferramenta nos recursos humanos, são no recrutamento (estimativa de recrutamentos futuros), na política de remunerações (previsões salariais e de incentivos), na gestão de carreiras (referencias e potencial dos colaboradores), na própria estratégia da empresa (retenção dos talentos), entre outros.

8. Resultados Experimentais

A experiência realizada com o exemplo ilustrativo teve por objetivo explorar a ferramenta Weka de forma a ampliar o conhecimento a respeito dos recursos disponíveis para a tomada de decisão.

O conjunto de dados fornecidos reflecte o histórico de dados de um grupo empresarial do ponto de vista da gestão de recursos humanos. É composto por 1000 registos sobre recursos humanos pertencentes ao quadro do grupo e contém os seguintes atributos: sexo, idade, sector em que trabalha, habilitações literárias, resultado das 1ª, 2ª e 3ª entrevistas de admissão no grupo, número de filhos, estado civil, número de baixas nos últimos 5 anos, número de faltas nos últimos 5 anos, dinheiro em milhares de euros gasto na formação do recurso, média dos resultados das avaliações dos últimos 5 anos e finalmente um atributo nominal de decisão do tipo sim ou não que significa qual seria a decisão, a nível de contratação do recurso humano, se esta fosse efectuada hoje.

Foi utilizado um conjunto de 1000 pessoas, ou instâncias (quantidade de amostra no intervalo de atributos), numa base de 14 atributos, onde foram aplicados os algoritmos ADTree, J48 e Naive Bayes no menu Classify, SimpleKmeans no menu Cluster e o Apriori no menu Associate para verificar as informações relevantes para realização de contratações.

À categoria de algoritmos considerados de aprendizagem supervisionada como, por exemplo, o J48, é fornecida uma classe à qual cada amostra no ensaio pertence. Esses algoritmos são preditivos, pois suas tarefas de mineração desempenham inferências nos dados com um intuito de fornecer previsões ou tendências, obtendo informações não disponíveis a partir de dados disponíveis [9].

Já o algoritmo Naive Bayes é considerado como um estimador, pois clarifica a distribuição probabilística a partir dos dados apresentados.

Dentro da análise observada no programa Weka, obteve-se os gráficos a partir do preprocess, apresentados na figura a seguir:

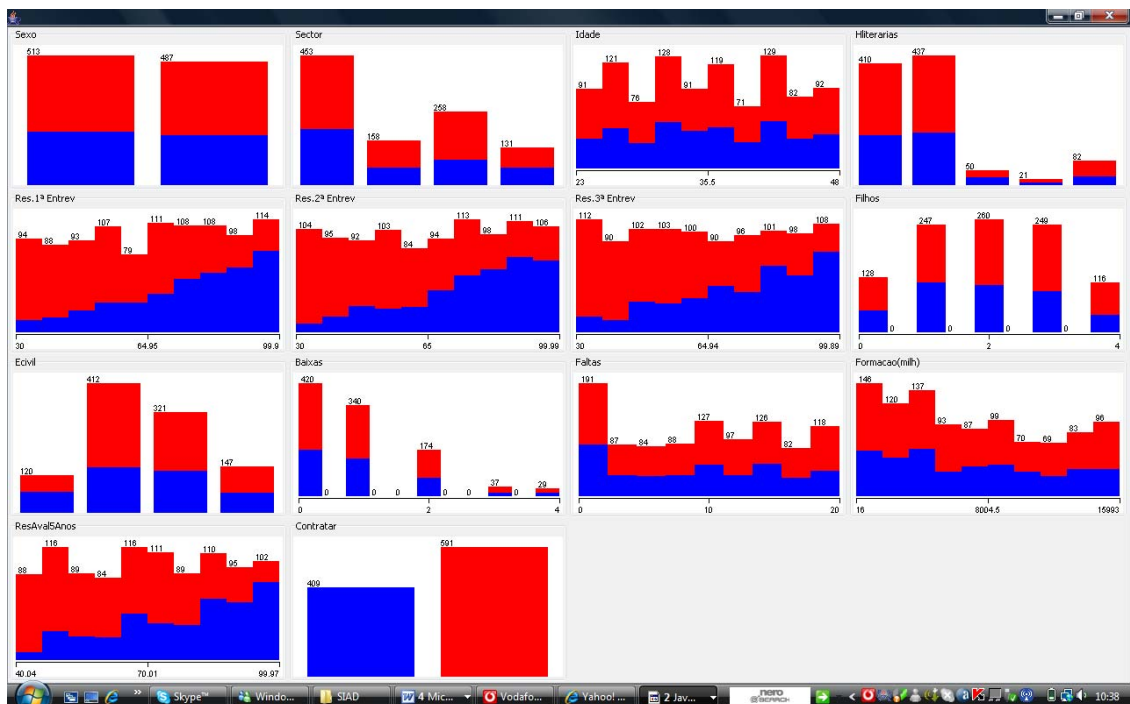


Figura 5. Visualização total a partir do preprocess, classe alvo: contratar. (Fonte: Aplicativo Weka)

Foi observado que do total de pessoas, 513 eram mulheres e 487 homens.

Constatou-se que os atributos mais relevantes para a decisão da contratação são a média das avaliações dos últimos 5 anos e o resultado das entrevistas 1ª, 2ª e 3ª. Foram classificadas correctamente, através da classificação com o algoritmo J48, 95,9% das pessoas e que se pode observar de imediato foi que 409 pessoas poderiam ser contratadas e 591 não.

Observando a árvore de decisão ADTree obtém-se uma percentagem elevada (89,2%), mas não foi a melhor opção uma vez que não reuniu atributos suficientes para uma análise correcta do perfil para a contratação.

Entendemos que os resultados obtidos da árvore de decisão J48 são os que tem melhores resultados para a concreta verificação das possibilidades de contratação.

Segundo pode-se verificar a influência das 1ª, 2ª e 3ª entrevistas e a média dos resultados das avaliações nos últimos 5 anos foram confirmados como atributos óbvios de influência nos resultados para a contratação ou não. Representando ainda, a 2ª e 3ª entrevista os atributos mais relevantes.

Ainda a partir da observação da árvore de decisão, foi possível encontrar um atributo que se encontrava escondido e que influencia a decisão que é a formação, pois respeitando o que se define nos nós, onde, se o resultado da 2ª entrevista $\leq 69,32$; $47,45 <$ o resultado da 1ª entrevista $\leq 72,86$; o resultado da avaliação dos últimos 5 anos $> 86,21$ e o resultado da 3ª entrevista $> 77,36$, implica que não vale a pena contratar quem leve a empresa a gastar mais de 2827 milhares de euros em formação.

Seguindo o que nos mostrava a árvore de decisão, observou-se que não vale a pena contratar quem tem mais de 2 filhos. Já a situação de quem tem menos de 2 filhos depende de outros factores, quais sejam, se o resultado da 3ª entrevista $> 54,47$, ainda nos remete para outra verificação a partir da árvore, porque quem tem a idade > 43 , deve ser contratado. Já quem tem a idade ≤ 43 , só se for do sexo masculino e tiver o resultado da avaliação dos últimos 5 anos $> 70,39$ deverá ser contratado.

Observou-se ainda que respeitando as condições de que o resultado da 2ª entrevista $> 69,32$; o resultado da 3ª entrevista $\leq 63,06$; o resultado da avaliação dos últimos 5 anos $> 84,15$ e o $46,26 <$ resultado da 1ª entrevista $\leq 61,07$, então só vale a pena contratar quem tem mais de 32 anos.

Através dessas verificações constatou-se que o atributo idade influencia em duas condições para a decisão, o sexo influencia numa condição bastante particular, mas interessante de se observar e a formação se apresenta como uma análise importante, pois remete à compreensão dos gastos desnecessários realizados pela empresa.

Os atributos mencionados na visualização do “preprocess”, conforme mostra a figura 5, são relevantes por possuírem uma distribuição normal, conforme foi constatado ao se utilizar o algoritmo Naive Bayes, que analisa as probabilidades. Muito embora o número de baixas e o número de faltas também possuam tal distribuição sua interferência é irrelevante devido aos valores serem insignificantes para o universo estudado. Seus valores transitaram entre intervalos muito curtos para serem considerados.

Os atributos sexo, sector, habilitações literárias e estado civil possuem uma estimativa discreta o que dificulta a análise de uma média de actuação.

Segundo os resultados apresentados pela classificação em Naive Bayes, a probabilidade de contratar, ou seja, a classificação “sim”, está em 0,41 e a classificação “não” em 0,59.

O somatório da média dos resultados de todas as entrevistas que validavam o “sim” ficou em torno dos 75 pontos com um desvio padrão de 17, os custos de formação apresentaram uma média de 7.032 com desvio padrão de 4.718 e a média dos resultados das avaliações nos últimos 5 anos apontaram 77 pontos, com desvio padrão de 16.

O somatório das médias que validavam o “não” ficou em torno dos 58 pontos, com um desvio padrão de 19, os custos de formação apresentaram uma média de 7.185 com desvio padrão de 4.799, a média dos resultados das avaliações nos últimos 5 anos apontaram 59 pontos com desvio padrão de 15.

Com o algoritmo Naive Bayes foram classificados correctamente 92,3% dos dados, mas que não representam elementos que possibilitem uma decisão de forma segura e clara.

Em relação ao menu clusters foi feita uma experiência na função SimpleKMeans, onde no menu “preprocess” foi discretizado de forma não supervisionada os dados e foram encontrados dois clusters, sendo o cluster zero considerado o melhor uma vez que este apresenta uma percentagem de 62% com 623 instâncias e o cluster um uma percentagem de 38% com 377 instâncias. As pessoas que estão agrupadas no cluster zero que pode ser considerado como o centro de massa têm melhores características para serem contratadas do que as pessoas que pertencem ao cluster um. O que não foi possível fazer foi diferenciar os atributos mais importantes.

Através do menu “Associate”, voltamos ao menu “preprocess” onde foram discretizados todos os atributos. Utilizamos a função “Apriori” para todos os 14 atributos, as informações que extraímos foram:

- Os colaboradores viúvos, com uma confiança de 100% (conf=1), são licenciados;
- Os solteiros, com uma confiança de 100%, apresentam o menor número de baixas;
- Os divorciados, com uma confiança de 92%, completaram 12º ano;
- No sector da indústria, com uma confiança de 92%, a predominância é feminina;
- Com uma confiança de 91%, os divorciados que não seriam contratados têm poucas habilitações literárias;
- Com uma confiança de 91%, os divorciados com habilitações literárias 12º ano têm mais baixas;
- Com uma confiança de 90%, os divorciados têm habilitações literárias em nível do 12º ano.

De acordo com as informações observadas e que pode ser interessante para a empresa, refere-se aos atributos que lhe são mais relevantes, quais sejam, o número de baixas e sector de trabalho. Então a partir destas considerações, seria

importante saber que o sector da indústria é predominantemente feminino, para efeitos de políticas de marketing interno, por exemplo. O número de baixas também é relevante já que é um dos indicadores para o cálculo do absentismo, elemento importante para o gestor de RH.

A análise utilizando os algoritmos possibilitou verificar que o grau de confiança nos resultados permite que a tomada de decisão seja bem ajustada com base no que foi explicitado através da mineração dos dados.

9. Conclusões e Trabalho Futuro

Os sistemas de informação de apoio à decisão mostram-se imprescindíveis no mundo moderno, onde a rapidez e segurança na tomada de decisão pode ser crucial para a sobrevivência da organização no mercado.

O estudo realizado permitiu que fossem conhecidas ferramentas que dão suporte ao processamento dos dados, que são cada vez maiores e necessários às empresas.

Foi utilizada a ferramenta de KDD, mineração de dados na análise de decisões referente à área de Recursos Humanos, exemplificando a vasta aplicação da ferramenta que pode estar presente nos mais diferentes segmentos, tanto académicos como corporativos, além de desafios que podem motivar trabalhos científicos. Por outras palavras, um dos objectivos do Processo de Descoberta de Conhecimento (KDD) é tornar padrões compreensíveis para as pessoas, visando promover uma melhor compreensão dos próprios dados.

O objetivo de permitir que se pudesse conhecer como processam actualmente as bases para as tomadas de decisão nas mais diversas áreas, contribui para o enriquecimento pessoal e profissional dos envolvidos neste trabalho, pois verificou-se que é necessário ter prática no domínio das ferramentas de forma a obter os melhores resultados de sucesso no processo, mas o breve contacto com a software Weka, permitindo que fossem desenvolvidas algumas tarefas de mineração, fossem fixados alguns conceitos novos e modernos, ampliou a noção da interacção das diversas áreas do conhecimento clássico com a segmento da computação. Motor base do desenvolvimento e divulgação da informação e conhecimento no mundo actual.

Desta forma, ficou-se a conhecer ferramentas importantes que podem auxiliar os gestores na direcção dos negócios em prol do desenvolvimento e crescimento no mercado competitivo. Especialmente para a área de Recursos Humanos, observou-se que a ferramenta possui grande utilidade para o controle e melhor definição de objectivos para a actuação estratégica desta área dentro da empresa.

Portanto, o trabalho realizado dotou de novos conhecimentos quem o realizou e permitiu a ampliação do conhecimento de que a área de Recursos Humanos, dentro da sua importância estratégica para as empresas, deve estar em sintonia com as mais diversas áreas do conhecimento de forma a que sejam agregadas novas ferramentas que ajudam na tomada de decisão e reforcem sua posição na organização. Foram fornecidas bases para os gestores de Recursos Humanos utilizarem de novos recursos para o crescimento e desenvolvimento das suas áreas, o que poderá promover uma boa estabilidade da organização no mercado.

A continuação dos estudos na área da mineração de dados deve ser estimulada, a partir de projectos futuros, tanto na empresa como no mundo académico, devido a ser uma boa ferramenta de apoio à tomada da decisão mais acertada para aquilo que as empresas delimitam como objectivos e resultados satisfatórios às suas estratégias.

10. Referências

- Aurélio, M., Velasco, M. & Lopes, C. H. (1999). Descoberta de conhecimento e mineração de dados. Apostila. Departamento de Engenharia Elétrica, PUC- Rio de Janeiro.
- Cortes B. (2005). Sistemas de suporte à decisão. Lisboa, FCA – Editora de Informática.
- DIMAP, Departamento de Informática e Matemática Aplicada, UFRN. www.dimap.ufrn.br/~marcilio/IA/IA2004.1/weka.doc (consultado na Internet em 10 de Outubro de 2007).
- Neves, Cleidjalma Ferreira. (2004). Descoberta de padrões usando técnicas de extração do conhecimento. Relatório de Estágio, Centro Universitário Luterano de Palmas, Palmas, Tocantins.
- Oliveira, A. G. & Garcia, D. F. (2004). Mineração da base de dados de um processo seletivo universitário. Centro Universitário de Formiga. Instituto de Ciências Sociais e Exatas, Formiga, Minas Gerais.
- Orlandini, L. A importância dos sistemas de informação. http://www.bonde.com.br/colunistas/colunistasd.php?id_artigo=1646 (consultado na Internet em 01 de Dezembro de 2007).
- Rascão J. (2004). Sistemas de informação para as organizações. Lisboa: Edições Sílabo, 2ª Ed.
- Rigaud, L. (2002). Os sistemas de informação na empresa. Porto: Rés Editora.
- Rodrigues, Silva. (2002). Arquitectura dos sistemas de informação. Lisboa: FCA- Editora de Informática.
- Smiderle, A. & Oliveira, A. M. (2004). Mineração de dados: um estudo de caso de concessão de crédito explorando o software Weka.. Departamento de Sistemas de Informação. Faculdade MATER DEI, Pato Branco, Paraná.
- Silva, M. P. S. (2004). Mineração de dados – conceitos, aplicações e experimentos com o Weka., Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), São José dos Campos, São Paulo.
- Sousa M, Gomes J., Sanches P. & Duarte T. (2006). Gestão de recursos humanos – métodos e práticas. Lisboa: FCA- Editora de Informática.
- Sousa, S. (1999). Recursos Humanos & Tecnologias de Informação. Lisboa, FCA – Editora de Informática.
- Witten I. & Frank E. (2005). Data mining – practical machine learning tools and techniques. San Francisco: Morgan Kaufmann 2nd Ed.

O movimento de inclusão nas organizações: relações entre educação e inclusão no trabalho

José Luiz Fonseca da Silva Filho
UDESC
fonseca@udesc.br

Resumo: O presente texto pretende, a partir dos resultados sistematizados de pesquisas realizadas pelo Laboratório de Educação Inclusiva (LEdI), diagnosticar o contexto de inclusão na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Indica o quadro das políticas públicas para a educação no Brasil a partir da constituição de 1988 e os dados numéricos acerca da escolarização das pessoas com deficiência na rede pública no Estado de Santa Catarina, especialmente nas cidades onde a UDESC mantém campus. Foi também analisada a acessibilidade do espaço físico na UDESC para perceber a possibilidade da participação das pessoas com deficiência neste ambiente.

A partir da chamada lei das cotas, lei 8.213/91, que estabelece percentuais de trabalhadores com deficiência que deverão ser admitidos pelas empresas que tiverem a partir de 100 trabalhadores, inicia-se um momento onde serão exigidas novas competências dos administradores.

Também foi feita uma análise, a partir dos dados de inclusão na universidade, da perspectiva de formação nos cursos de administração diante deste espaço de trabalho criado pra as pessoas com deficiência por esta lei das cotas e outras que a complementaram. Como esta lei apresenta, por parte das empresas, uma resistência justificada na baixa formação das pessoas com deficiência, buscamos desmistificar esta visão ao propor que as relações entre deficiência e trabalho sejam pensadas a partir da ergonomia, para os projetos de profissionalização dos trabalhadores com deficiência e na formação dos administradores de empresas.

Introdução

As sociedades, no estabelecimento das regras que conduzem seu funcionamento, sempre propuseram a qualificação e a hierarquização de seus membros para os diversos papéis exigidos. Foi assim, por exemplo, no ambiente do trabalho, com os negros para o trabalho escravo. Ao longo da história, outros tipos de hierarquias como, raças, grau de escolaridade e faixa econômica foram identificados para demarcar diversas atividades.

O momento que estamos vivendo enfatiza a velocidade com que os conhecimentos são construídos e desconstruídos e tem trazido aos seres humanos, novas formas de pensar sobre si mesmo e o planeta Terra como um todo.

O homem é uma reserva, a mais forte e a mais conectada da natureza. Ele é um ser em toda parte. E ligado. O homem deverá decidir acerca do planeta Terra como um todo. Deverá ser este o seu tema principal e prioritário. Deverá ter origem um contrato natural que possibilite um novo padrão de desenvolvimento sustentável, ambientalmente seguro e ecossocialmente equilibrado, que crie condições para a sustentabilidade da própria sociedade. (SERRES, 1991)

Atualmente nos preparamos para um novo momento onde a percepção das diferenças tenha muito mais uma visão de complementaridade do que propriamente de diferenças e isto passa a exigir entre os seres humanos, a imediata capacidade do convívio multicultural, étnico, político, econômico, etc. Neste contexto, as organizações empresariais, que historicamente foram focadas no lucro máximo, buscando produtividade extrema dentro do seu reduto, sem olhar para fora de seus muros, ainda que lá a produtividade da sociedade seja estabelecida com altos índices de poluição, com elevado número de doenças do trabalho, com grande índice de mortalidade infantil e outros, iniciam um processo de repensar este desgaste humano, redesenhando e reconstruindo suas ações.

As organizações empresariais que estão permanentemente se rediscutindo para serem competitivas, num ambiente onde existe a possibilidade de escolha, estão percebendo que neste momento histórico existe uma diferença importante. Identificam que o promotor desta diferença é o próprio ser humano. Não é mais possível desenvolver um plano empresarial de curto, médio e longo prazo sem a percepção de que será necessário dar início ao desenvolvimento de um processo construtor de uma nova base cultural para o tratamento dos seres humanos dentro das organizações empresariais. Não é mais possível que os gestores de uma organização empresarial, não percebam a importância de um ambiente multicultural para a construção de uma organização empresarial positiva no sentido da geração de novas idéias, e ter isto como uma vantagem competitiva.

Observamos a velocidade das mudanças tecnológicas e com elas vêm à exigência de termos, nos processos produtivos, seres humanos, capazes de, com suas inteligências, tomarem decisões. Para isso deverá existir a construção de organizações do trabalho (gestões) que possibilitem o resgate do ser humano inteligente, especialmente nos sistemas industriais.

As organizações empresariais estarão se movimentando no sentido de terem em seu meio a diversidade como eixo de sua sustentabilidade. Será fundamental neste momento de apreensão da multiculturalidade, que a gestão praticada possibilite o encontro dos conhecimentos e seus entrelaçamentos, pois só assim poderá ser criada uma dinâmica que possibilite, na empresa, a existência de um o espaço, dentro dos processos de decisão, para a construção do novo, do inesperado.

Será fundamental, que os administradores possam embrenhar-se na complexidade das organizações, mas para isto deverão ser capazes, inicialmente, de entender os trabalhadores que estarão envolvidos no processo produtivo na sua dimensão humana para que, de posse deste conhecimento, possam estruturar a organização complexa, considerando que os processos de decisão incluirão a diversidade e a inteligência que aflorará neste ambiente.

As políticas públicas de inclusão no ensino superior

Utilizamos os dados a seguir a partir da pesquisa desenvolvida por Fonseca da Silva (2008) que analisou o impacto da política internacional de “educação para todos” que ganha força a partir da década de 1990, no aumento do número de estudantes universitários que poderão vir a frequentar os cursos da UDESC¹. O Brasil participa deste processo ampliando sua legislação. Michels (2006) aponta o vínculo entre a política brasileira e o modelo americano.

Considerando o contexto da educação brasileira, os esforços na construção de uma diretriz inclusiva, para a sociedade partiu do movimento organizado, das entidades científicas e das organizações da sociedade civil. O movimento social organizado busca oportunidades de qualificar as pessoas com deficiência para postos mais elevados de formação, neste sentido a acessibilidade ao ensino superior é uma meta a ser atingida. Segundo Mendes (2006) mesmo que os princípios da educação inclusiva estejam presentes nas leis, normas e resoluções dos governos, pouco na prática tem sido feito para efetivar as políticas de inclusão.

Cabe salientar a necessidade de garantir o acesso e permanências dos estudantes com necessidades educacionais especiais à educação desde a infância, como propõe a atual LDB 9394/96². Além de beneficiar os sujeitos em si, a inclusão colabora também para uma sociedade mais preparada para relacionar-se com a diversidade. A garantia de profissionais qualificados, projetos pedagógicos adequados e condições de acessibilidade e participação democrática nas instâncias de decisão na escola e no trabalho são necessários para a efetivação do processo de inclusão.

¹ Universidade do Estado de Santa Catarina - Brasil

² Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Sobre o tema ver Saviani (1997).

Rumo à qualificação do trabalhador com deficiência, o Aviso Circular n. 277 MEC/GM, versa sobre a necessidade de ampliação do acesso das pessoas com necessidades especiais ao ensino superior. Propõe atenção das universidades em três aspectos:

“Elaboração do edital do concurso de vestibular, no momento da realização das provas e no processo de correção das provas”. Da legislação construída a partir da constituição de 1988 o aviso circular n. 277/MEC é o primeiro que trata das necessidades vivenciadas pelos cegos, apontando a necessidade de profissionais, equipamentos e avaliação diferenciados para os sujeitos cegos. Na Portaria 3284 de 07 de novembro de 2003 foram disciplinados os requisitos básicos de acessibilidade para as pessoas com deficiência, que devem estar presentes nos processos de autorização, reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições, especificamente para alunos cegos. A lei propõe compromisso formal da instituição, até que o aluno conclua o curso garantindo a manutenção de sala equipada para atendimento pedagógico do aluno cego. Adotar plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em Braille e de fitas para uso didático.

Fonseca da Silva(2008) destaca que a UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina) ainda não atingiu patamares avançados no atendimento de pessoas com deficiência, embora tenha desenvolvido ações para isso. Foi criado dentro da instituição, o Laboratório de Educação Inclusiva (LEdI), cuja finalidade é dar suporte aos alunos com necessidades educacionais especiais através da adaptação de material para as aulas, reproduzindo textos em linguagem braile, digitalizados ou em áudio. O LEdI tem como objetivo oferecer plenas condições para que os estudantes, que escolheram a UDESC como espaço para prestar vestibular, tenham condição de acesso e permanência na única universidade pública estadual de Santa Catarina.

As organizações que representam as pessoas com deficiência vêm trabalhando em busca de melhores condições de permanência na escola. No entanto, as instituições de ensino e os docentes necessitam, para além de uma postura política de aceitação das diferenças, conhecimentos técnicos para saber trabalhar com as necessidades educacionais especiais decorrentes de problemas de aprendizagem, das diferenças mentais, físicas ou sensoriais, de altas habilidades, de síndromes, condutas típicas e outras.

Contribuindo para delinear o cenário de inclusão, ressalta-se que o concurso vestibular³ precisa ter alguns instrumentos que permitam às pessoas com necessidades especiais, condições de competição. Assim, sugere-se que os quesitos já estabelecidos na legislação pertinente sejam divulgados no manual do vestibular, bem como, na propaganda junto aos meios de comunicação. Logo, a identificação da existência de um profissional intérprete de LIBRAS⁴, de provas adaptadas para baixa visão e também para atendimento das pessoas cegas. Igualmente, um espaço físico que atenda as necessidades das pessoas com dificuldade de locomoção, garantindo assim as normas de acessibilidade. Acrescenta-se a necessidade de uma bibliografia específica adaptada ao Braille, que contribua para a execução das provas de vestibular e material auditivo. Outro aspecto relevante segundo Pessotti (1984) é o desenvolvimento de uma cultura inclusiva nas Universidades a partir da formação para a diversidade de seus egressos. Consideramos também que aproximar o público com deficiência dos espaços da Universidade estimulando sua participação em grupos de pesquisa, nas atividades de extensão, além do ensino, propiciará uma cultura inclusiva que extrapole o âmbito da universidade.

Desenvolvemos a análise de um conjunto de dados que mostram onde estão localizadas as demandas de estudantes com deficiência que poderão vir a ser estudantes da UDESC nas suas carreiras de formação. Partimos assim, dos dados referentes ao censo escolar de 2006, sistematizados pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas), com relação à Educação Inclusiva em cidades como: Chapecó, Florianópolis, Joinville, Lages, Palhoça, São Bento do Sul e São José, localizadas no Estado de Santa Catarina em locais que a UDESC tem Campus de Ensino. Essa busca teve por objetivo o estudo relativo à quantidade e localização dos possíveis alunos especiais que poderão vir a fazer parte, futuramente, da UDESC.

Analisando os dados da tabela do censo escolar no ano de 2006, começando pela cidade de Chapecó, observa-se que, cerca de 0.8% da população estudantil, do Ensino Fundamental Regular, possuem alguma deficiência. Os alunos especiais estão distribuídos entre Escolas Estaduais, com 61 alunos; Escolas Municipais, que recebem 148 alunos; e Escolas Privadas com 4 alunos; um total de 213 alunos especiais dentro de 27.626 alunos matriculados regularmente em todas as Escolas de Ensino Fundamental na cidade de Chapecó.

Na cidade de Florianópolis encontramos 347 alunos na Educação Especial do Ensino Fundamental Regular. Eles estão distribuídos entre Escolas Estaduais com 79 alunos; Escolas Municipais com 194 alunos; e Escolas Privadas com 74 alunos especiais, dentro do total de 53.954 alunos matriculados regularmente no Ensino Fundamental, o que constitui cerca de 0.64% dos alunos. Na cidade de Joinville há 75.806 alunos matriculados no Ensino Fundamental Regular, dentre eles, 636 alunos são especiais, ou seja, um pouco menos de 0.84% dos alunos são portadores de necessidades especiais e estão matriculados em Escolas Estaduais com 85 alunos; Escolas Municipais recebendo 522 alunos; e Escolas Privadas com 29 alunos especiais.

Na cidade de Lages, no ano de 2006, havia um total de 28.403 alunos matriculados no Ensino Fundamental, 234 são alunos com necessidades especiais, o que significa 0.82% dos alunos matriculados regularmente. Eles estão distribuídos em Escolas Estaduais com 60 alunos especiais; Escolas Municipais com 148 alunos; e 26 alunos especiais estão nas Escolas

³ No Brasil, como a demanda para o Ensino Superior é maior do que as vagas existentes nas Universidades Públicas, ocorre um concurso de provas pública conhecido com Vestibular.

⁴ Língua Brasileira de Sinais.

Privadas. Já na cidade de Palhoça, os dados apontam 130 alunos portadores de necessidades especiais matriculados, ou seja, 0,62% do total de 20.819 alunos regulares no Ensino Fundamental possuem algum tipo de deficiência. Entre eles, 35 alunos estudam em Escolas Estaduais; 83 alunos portadores de necessidades especiais estão matriculados em Escolas Municipais; e 12 alunos estudam em Escolas Privadas.

Outra cidade do Estado de Santa Catarina é São Bento do Sul que possui um total de 12.806 alunos matriculados regularmente no Ensino Fundamental. Entre eles 136 são alunos portadores de necessidades especiais, ou seja, 1,06% e estão divididos em Escolas Estaduais com 12 alunos especiais; Escolas Municipais com 120 alunos; e Escolas Privadas com 4 alunos. A última cidade analisada até o presente momento é São José, com seus 30.893 alunos matriculados regularmente no Ensino Fundamental. São José possui 177 alunos especiais, o que significa 0,57% do total, no qual 58 alunos estudam nas Escolas Estaduais; 116 alunos nas Escolas Municipais; e 3 alunos portadores de necessidades especiais estudam em Escolas Privadas.

Para ampliar o quadro de referência foram analisados os dados do censo de 2006 com relação a todo o Ensino Médio, ou seja: Ensino Médio Regular, mais Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos do supletivo presencial e semi-presencial e os alunos do Ensino Técnico, nas mesmas cidades já citadas no Ensino Fundamental. Observou-se que, em Chapecó, há 11.470 alunos em todo o Ensino Médio. Neste quadro estão, 231 alunos com necessidades especiais, ou seja, 2,01% dos estudantes do Ensino Médio portam algum tipo de deficiência. Eles encontram-se distribuídos entre Escolas Municipais com 22 alunos e 209 alunos em Escolas Privadas.

Na cidade de Florianópolis há um total de 29.592 alunos em todo o Ensino Médio. Os alunos especiais representam 1,42%, ou seja, 421 alunos, sendo que, todos eles estudam em Escolas Privadas. Em Joinville há 0,93%, ou 334 alunos especiais. Desses, estudam em Escolas Estaduais 4 alunos especiais e 330 nas Escolas Privadas. O Ensino Médio de Joinville soma um total de 35.979 alunos.

Já em Lages, estiveram matriculados em todo o Ensino Médio 10.475 alunos. 0,98% deles portam alguma deficiência, ou seja, 103 alunos especiais estudando, 36 deles em Escolas Estaduais e 67 em Escolas Privadas. Na cidade de Palhoça há um total de 5.207 alunos em todo o Ensino Médio. Entre eles, encontramos 47 alunos especiais, ou 0,90% dos estudantes com necessidades especiais e 7 deles estudam em Escolas Estaduais e 40 são alunos com necessidades especiais em Escolas Privadas.

Em São Bento do Sul há 77 alunos com necessidades especiais, significa 1,22% de um total de 6.322 alunos do Ensino Médio, todos os 77 alunos estão em Escolas Privadas. Por fim, São José tem 494 alunos com necessidades especiais, ou seja, 4,52% dos alunos de todo o Ensino Médio, com 10.927 alunos, apresentam alguma deficiência. 385 alunos portadores de necessidades especiais estudam em Escolas Estaduais; 36 em Escolas Federais; 36 em Escolas Municipais; e 37 alunos com necessidades especiais estão matriculados em Escolas Privadas.

Em relação aos dados estatísticos da entrada de alunos no ensino fundamental e médio, salienta-se que, se comparados com anos anteriores a demanda cresceu, no entanto, existe pouca tradição de pesquisas estatísticas nesta área. Podemos considerar, então, que os dados atuais são modestos diante das necessidades de inclusão (CECIM, 2004). Mesmo que os índices de atendimento geral de pessoas com necessidades especiais no ensino fundamental, no país, não seja alto, a UDESC na atualidade, consegue abarcar nos cursos de graduação, um percentual menor ainda se comparado à inclusão no ensino fundamental e médio. Neste caso, mesmo que os percentuais de participação nas escolas sejam pequenos os números tendem a ser ampliados colocando desafios para a formação profissional no ensino superior. Pretendemos ao pensar os fundamentos ergonômicos na formação do administrador ampliar os aspectos inclusivos na formação do administrador.

A acessibilidade no espaço físico como estratégia de mobilização frente ao tema da inclusão

No âmbito das políticas públicas identificamos que existe o senso comum de que a acessibilidade necessária é a acessibilidade física. Este tema consegue de modo geral mobilizar as pessoas para o debate. Pode se dizer que isto acontece porque aparentemente a mudança física não mobiliza a mudança da cultura excludente. Relataremos neste tópico o processo de investigação que propôs uma análise do espaço físico da UDESC para preparar a instituição para receber de forma mais segura e acessível os estudantes com deficiência. A Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC foi criada a partir de diversas escolas de estudos superiores independentes, que até um determinado momento estavam funcionando no território do Estado de Santa Catarina. Estas escolas superiores foram criadas pelas comunidades locais para atender demandas regionais. Foram criadas, todas elas, incorporando de forma muito forte as questões culturais locais. Assim estava a Faculdade de Engenharia de Joinville - FEJ, a Escola Superior de Administração e Gerência – ESAG e a Faculdade de Educação – FAED em Florianópolis e a ESMEVE, Escola Superior de Medicina Veterinária, que em 1980 tornou-se o Centro das Ciências Agro-veterinárias, com a criação do curso de agronomia. Com o passar do tempo, estas unidades foram recebendo novas demandas da sociedade e novas instalações físicas foram se fazendo necessárias. Outras unidades foram surgindo, em outros municípios, e da mesma forma novos prédios foram construídos para atender a este crescimento da UDESC. Os interesses regionais, os aspectos culturais, a escassez de recursos destinada pelo Governo Estadual à educação superior e a falta de um plano diretor para a UDESC como um todo, proporcionou um conjunto de prédios que não apresentam nenhuma lógica arquitetural voltada às finalidades que se destinam. Uma afirmação constatada junto a todos os grupos de professores e alunos em todas as unidades desta Universidade, que hoje está presente em 9 (nove) municípios do Estado de Santa Catarina. “(...) é que são prédios muito desconfortáveis para a realização das aulas e demais atividades”

(Depoimento apontado nas incursões aos Centros de Ensino). A condição de emergência em que muitos destes prédios foram construídos, não permitiu a administração de UDESC, empreender um planejamento para buscar uma melhor condição de conforto térmico, iluminico, acústico e de acesso.

Considerando o desejo da UDESC de, no menor prazo possível poder oferecer todos os seus cursos a todas as pessoas da sociedade catarinense, foi iniciada uma avaliação das condições de acessibilidade no campus I, em Florianópolis, onde estão localizados os Centros de Arte, de Ciências da Educação, de Educação a Distância, de Ciências da Administração e Sócio Econômicas, Reitoria e a Biblioteca Central. O projeto necessita ser estendido à todos os centros da UDESC, localizados em diferentes cidades.

A acessibilidade pode ser definida como: possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos (NBR 9050, 2004). Nas instalações descritas foram realizadas avaliações considerando duas deficiências: a cegueira e a dificuldade de locomoção com utilização de cadeiras de rodas.

Segundo Ely (2004), são quatro os critérios para a identificação dos problemas da acessibilidade espacial:

Orientação espacial: como se sabe onde se está e para onde ir a partir de informações arquitetônicas e suportes informativos (placas, sinais, letreiros etc.)?

Deslocamento: quais as condições de movimento nos percursos horizontais e verticais (escadas, corredores, rampas etc.)?

Comunicação: quais as condições de troca e intercâmbio de informações (entre pessoas, entre pessoas e equipamentos de tecnologia da informação)?

Uso: é possível utilizar os equipamentos e participar das atividades fins?

Para a tarefa de avaliar as condições de acessibilidade espacial do campus I da UDESC e compreender as restrições de deslocamento e uso do espaço pelos cegos e pelos usuários de cadeiras de rodas, foi utilizado o método desenvolvido por Dischinger (2000), denominado passeios acompanhados.

A aplicação consiste em convidar uma pessoa que tenha relevância para a pesquisa para ser usuário, determinar o percurso e os espaços que serão visitados. No caso da relevância da pesquisa apresentada o convidado apresentava as dificuldades de acesso, identificando na cegueira, ou no uso da cadeira de rodas as barreiras físicas concretas e a falta de instrumentos auditivos, elevadores, rampas ou de escrita Braille que pudessem orientar o processo de percepção dos espaços. Neste caso a participação do deficiente não deve ser substituída por outra pessoa neste caso que tenha visão ou caminhe, que mesmo com um olhar atento, apresenta percepções diferenciadas daquele que vive concretamente a deficiência. Skliar (2006) problematiza também as dificuldades dos indivíduos de percepção do outro, das suas diferenças. Amorim (2004) também identifica as questões relativas a percepção das diferenças no âmbito das pesquisas acadêmicas que no âmbito das ciências humanas não vêem o outro como participante.

O pesquisador deve acompanhar o convidado, sem promover ajuda quando esta parecer ser necessária. Neste caso o Campus I localizado no Bairro do Itacorubi, Florianópolis, Santa Catarina, está cercado em toda sua extensão, apresentando três portões de pedestres e um de veículos. Destes portões apenas um deles está aberto cotidianamente, por questões de segurança os demais ficam fechados. Este fato ocasiona que grande parte dos transeuntes faça a travessia do Campus por meio do portão de veículos. Não existe piso guia para cegos nos portões de acesso, contendo, no entanto a calçada no nível da área de circulação interna.

Percorremos todos os prédios, primeiro com um estudante cego e depois com uma convidada da comunidade, usuária de cadeira de rodas. No percurso foram colhidos dados fotográficos, bem como, registros das expressões e comentários dos participantes.

Partindo do cruzamento dos dados coletados com as referências de outros estudos que se detiveram na acessibilidade física dos espaços construímos as seguintes análises: Em relação ao trânsito de cegos na instituição, foi diagnosticado que para todas as instalações, englobando os quatro itens destacados acima (orientação espacial, deslocamento, comunicação e uso) constatou-se total falta de acessibilidade.

Na atualidade não há uma proposta de plano diretor para construção e reforma de prédios para as diversas atividades desenvolvidas na Universidade. Cada prédio tem um conceito para o desenvolvimento de seu projeto, e também não são oferecidas plantas em relevo e outras sinalizações complementares. Assim, os cegos, quando utilizam estas instalações, percebem total dificuldade de orientação. O alcance dos objetivos, para quem ainda não freqüentou o local, só é possível, atualmente, por meio da indagação a outras pessoas que podem estar ocupando o mesmo espaço. Não existem, também, postos de informações auditivas ou táteis em locais identificados para os cegos, para que possam alcançá-los com certeza, e ali obter a informação desejada. No deslocamento entre os prédios não existe nenhuma área privilegiada, tendo que o deslocamento ser feito, para todas as pessoas, junto aos veículos na área de estacionamento.

Os instrumentos de trabalho de muitas pessoas que desenvolvem serviços de manutenção, como baldes, vassouras, escadas, panos e outros, freqüentemente são depositados em locais quaisquer, o que promove também o choque dos cegos com estes materiais. Neste caso seria necessário desenvolver campanhas de formação e informação com os diversos setores da instituição.

A avaliação dos usuários de cadeiras de rodas indica uma situação distinta entre alguns prédios do campus I da UDESC. Na ESAG, REITORIA e CEAD – Centro de Ensino a Distância, as condições para deslocamento são irregulares. As condições desfavoráveis são encontradas já na entrada do prédio, quando é verificada a ausência de rampas de acesso, e na

condição de deslocamento interno, quando muitas vezes são encontrados degraus em corredores, porta mais estreita que a cadeira de rodas e a ausência de elevadores. Observa-se que um dos prédios apresenta um banheiro totalmente adaptado, no entanto não há elevador que possibilite que um usuário de cadeiras de roda faça uso dele.

Nos prédios da FAED, CEART – Centro de Artes e Biblioteca Universitária a situação dos acessos encontra-se melhor encaminhada. Neste caso o CEART, a FAED e a Biblioteca que foram inauguradas em 2007, estão mais próximo das políticas inclusivas para os espaços físicos. Existem rampas de acesso aos prédios, embora nem sempre em todos os locais necessários. Existem elevadores para o deslocamento entre os andares e é possível o acesso de cadeiras de rodas à praticamente todas as instalações.

As questões ligadas ao uso que as instituições que ocupam estes prédios fazem dos espaços, de maneira generalizada são inadequadas. Não existe, nenhuma adaptação dos balcões, guichês, pias, etc a altura do usuário da cadeira de rodas. A exceção positiva encontrada foi às pias dos banheiros da FAED. Ressalta-se neste contexto que a construção dos prédios é de responsabilidade de uma coordenadoria de obras, porém a compra de materiais, mobiliários e equipamentos são realizadas por outros setores que nem sempre correspondem as necessidades de acessibilidade.

Fundamentos ergonômicos

Os fundamentos ergonômicos foram utilizados como suporte teórico para selecionar os focos de análise da acessibilidade no espaço físico da UDESC e embasamento do processo de formação dos trabalhadores. Compreende-se que neste caso, mais do que analisar as condições de trabalho, a ergonomia pretendeu investigar a qualidade da interação da pessoa com deficiência com o seu ambiente de estudo / trabalho de forma geral.

Silva Filho e Fonseca da Silva (2008) desenvolveram um conjunto de questões acerca da acessibilidade no âmbito da instituição UDESC, que passamos a descrever neste tópico. O termo ergonomia foi utilizado pela primeira vez, em 1857, pelo polonês W. Jastrzebowski, que publicou o “ensaio de ergonomia ou ciência do trabalho baseada nas leis objetivas da ciência da natureza”. Quase cem anos mais tarde, a ergonomia veio a se desenvolver como uma área de conhecimento científico e de aplicação tecnológica própria, quando, durante a 2^o Guerra Mundial, pela primeira vez, houve o encontro da engenharia e as ciências humanas e da saúde, visando resolver problemas causados pela operação de equipamentos militares complexos. Os resultados deste encontro, de caráter interdisciplinar, foram tão frutíferos, que foram aproveitados pela indústria, no pós-guerra, dando-se então, origem a uma disciplina científica (DUL & WEERDMEESTER, 2002).

Em 1949, Murrel, engenheiro inglês, criou na Inglaterra, na Universidade de Oxford, a primeira sociedade de ergonomia, a Ergonomics Research Society. Em 1959 foi organizada a Associação Internacional de Ergonomia – IEA, em Estocolmo (Suécia). Atualmente vários países desenvolvem estudos e pesquisas nesta área, dentre eles podem ser destacados: Estados Unidos, Inglaterra, França, Canadá, Japão, Bélgica, Holanda, Alemanha e Países Escandinavos. (SILVA, FILHO, 1995)

No Brasil, a ergonomia tem se desenvolvido rapidamente no meio acadêmico. Em 1976 a disciplina “Ergonomia” foi oferecida pela primeira vez no curso de Engenharia Mecânica da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Em agosto de 1983 foi criada a Associação Brasileira de Ergonomia – ABERGO. Em 1989, foi implantado no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção – PPGEP da UFSC, o primeiro mestrado em ergonomia do país. Em 23 de novembro de 1990 o Ministério do Trabalho instituiu a portaria nº 3.751 – Norma Regulamentadora do Trabalho 17 – NR-17 – que trata especificamente da ergonomia nas empresas.

A definição oficial de ergonomia dada pela IEA, diz que é uma disciplina científica relacionada ao entendimento das interações entre os seres humanos e a tecnologia, integra o conhecimento proveniente das ciências humanas para adaptar tarefas, sistemas, produtos e ambientes às habilidades e limitações físicas e mentais das pessoas. Esta definição apresenta o grande potencial existente para atuar sobre o universo de ações desenvolvidas pelos seres humanos de modo a que estes possam realizar, em suas vidas, com padrão de conforto compatível com a sua estrutura física e mental, todas as atividades desejadas e exigidas. O universo de atividades desenvolvidas pelos seres humanos, hoje já pode ser percebido, também, como um grande delineador do seu quadro de saúde, dependente das condições em que estas se processam. Neste caso entendendo saúde como é compreendida pela Organização Mundial da Saúde, que diz que é um processo dinâmico entre o indivíduo e o meio ambiente, um completo bem estar biopsicossocial. (DEJOURS, 1992) Assim, se o que os seres humanos realizam e como realizam, nos seus cotidianos, participam da construção do seu quadro de saúde e esta relação pode ser mediada, podendo ser mais ou menos adequada às capacidades e limitações dos seres humanos. Podemos entender que o arcabouço de conhecimentos reunidos pela ergonomia tem condições de ser o elemento desta mediação, pois é capaz, como destacado na definição acima, de tratar a interação entre os seres humanos e a tecnologia considerando os conhecimentos provenientes das ciências humanas para promover a adequação destas atividades, sistemas, produtos e ambientes às habilidades e limitações físicas e mentais das pessoas.

Tratando de acessibilidade a ambientes, produtos, equipamentos ou sistemas, deveremos, necessariamente considerar, na base, os conhecimentos que podemos reunir dos seres humanos para promover o projeto de acessibilidades a estes, adequado às conhecidas capacidades e limitações dos seres humanos.

A ergonomia é, portanto, capaz de reunir um conjunto de fundamentos necessários ao desenvolvimento de uma análise de acessibilidade. Os ergonomistas desenvolveram uma metodologia, que tem sua estrutura embasada em um eixo principal que consiste na análise do ambiente técnico, econômico e social de onde está acontecendo à situação que deve ser

compreendida. Isto exige da ergonomia a capacidade de perceber todos os conhecimentos presentes neste ambiente e de interagir com estes.

A administração no ambiente multicultural

Os movimentos produzidos pela sociedade sinalizam para um aumento da participação das pessoas com deficiência nas diversas atividades que são desenvolvidas pelos seres humanos.

O segmento do trabalho está sujeito a diversas leis que objetivam o emprego das pessoas com deficiência nas organizações empresariais e isto está promovendo uma profunda mudança na constituição dos grupos de trabalhadores, que agora estão sendo compostos por pessoas sem deficiências e por pessoas com diferentes deficiências.

A análise das exigências, capacidades e limitações deste novo ambiente, formado por esta diversidade de profissionais, para o estabelecimento dos novos códigos de operação da empresa, como um todo e como já destacado, exigirão novas competências dos gestores.

Os administradores, para este novo momento, deverão ter a capacidade de construir ambientes de trabalho onde todos os seus participantes tenham condições de desenvolver suas atividades e de promover o convívio exigido para a construção do conhecimento necessário à sustentação da competitividade da organização empresarial.

A gestão de pessoas, frente a isso, ganha um espaço significativamente mais importante. O modelo de gestão de pessoas pode abranger os procedimentos que as empresas adotam para envolver os trabalhadores em suas estratégias, a maneira pela qual estimula a relação com os clientes, à imagem que seus trabalhadores possuem sobre seus produtos, sobre os equipamentos utilizados, sobre o desenvolvimento tecnológico e sobre as questões organizacionais.

Dutra(2001), destaca que a empresa competitiva precisa compreender criticamente o elemento humano e desenvolver a educação corporativa, para se inserir de forma contemporânea num modelo avançado para o gerenciamento de pessoas.

A utilização do conceito de modelo avançado tem por objetivo superar a idéia que se restringe a um conjunto interligado de ferramentas organizacionais de maneira sistêmica, ou áreas estruturadas do ponto de vista departamental, mas provavelmente, algo que esteja estruturado de forma antropocêntrica, isto é, tenha os seres humanos no centro como foco de todas as preocupações e objetivos.

Assim, com uma gestão focada no ser humano, poderão ser construídos os conhecimentos necessários a sustentabilidade desta gestão e sobre tudo a possibilidade de harmonização de todas as componentes conflituosas que, normalmente, têm origem nestes ambientes onde as diferenças estão presentemente ativas.

Surge aí um desafio, que é formação de profissionais voltados à administração das organizações empresariais que sejam capazes de encontrar desenhos de gestão que possibilitem falar sobre produtividades elevadas para as organizações empresariais, para a sociedade como um todo e satisfação e qualidade de vida para os trabalhadores destas organizações. O desafio fica mais destacado quando sabemos que ainda hoje, só temos na região da Grande Florianópolis, dentre 21 cursos de administração e engenharia, conforme pesquisa desenvolvida em 2006 “A formação dos engenheiros e administradores da Grande Florianópolis dirigida à prática da gestão participativa”_um curso que oferece aos seus estudantes alguma disciplina que tenha em seu conteúdo a proposta de estudar formas de gestão participativas que resgatem a decisão e valorizem os seres humanos como potenciais de inteligência nestes processos produtivos

Considerações finais

Concluimos o presente texto com a preocupação de articular os diversos elementos aqui apresentados. Iniciamos com a apresentação das políticas públicas que se configura num contexto do grande número de legislação. Apontamos neste contexto os números de estudantes com deficiência da rede escolar, que poderão tornar-se estudantes da UDESC. Acrescentamos os dados de inclusão em Santa Catarina, um dos Estados de destaque econômico na realidade brasileira que ainda apresenta índices de inclusão escolar, bastante baixos. Torna-se necessário, medidas práticas para que a rede escolar pública e privada invistam na formação de professores e nas condições objetivas para uma educação de qualidade para todos. Colaborando neste contexto, tem a UDESC, a intenção de investir fortemente na ampliação e qualificação do acesso de pessoas com necessidades educacionais especiais na instituição.

Identificamos alguns conceitos da ergonomia e suas contribuições para o estudo das bases inclusivas no ensino superior. Identificamos também a necessidade de constituir uma cultura inclusiva na universidade, não só do ponto de vista das relações humanas, como também, do ponto de vista da formação profissional do administrador. Neste sentido, é uma tarefa urgente, a implantação de um plano diretor que tenha como foco da gestão das organizações empresariais os seres humanos. A proposta é que se estabeleça um processo antropocêntrico, onde as decisões estratégicas e as decisões operacionais sejam tomadas passando, sempre, pelos interesses dos seres humanos. Para isto deveremos ter administradores que se construam profissionalmente com a capacidade de perceberem os seres humanos nos processos decisórios e de, desenvolvermos instituições de ensino que, no processo de formação destes profissionais, proponham através de seus currículos, de políticas de pesquisa e extensão e de programas de estágios orientados, uma maior aproximação das questões acadêmicas com as do cotidiano das organizações empresariais.

No âmbito da cegueira as transformações necessitam ser mais profundas, desde a colocação de pisos guias, até a sinalização de áudio nos principais pontos da universidade combinadas com placas em Braille.

Referências Bibliográficas

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2004), NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro.
- Ceccim, R. B. (2004). Exclusão da Alteridade: de uma nota de imprensa a uma nota sobre a deficiência mental. In.: Skliar, C. Educação & exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação.
- Ely, V. H. M. B. (2003), Desenho Universal: a inclusão da diversidade nos ambientes de trabalho. In: 1ª Jornada de Ergonomia, Juiz de Fora.
- Ely, V.H.M.B. (2004), Gestão e implementação de políticas públicas de inclusão de pessoas com necessidades especiais: duas experiências e uma única estratégia. Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais, (1), 22-29.
- Dejours, C. (1992), A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. 5 ed. São Paulo: Cortez-Oboré.
- Dul & Weerdmeester. (1996). Ergonomia prática. São Paulo: Edgard Blücher.
- Lei de Diretrizes E Bases da Educação Nacional. (1996), www.mec.gov.br (consultado na internet em setembro de 2008)
- Disschinger, M. (2000), Designing for all senses: accessible spaces for visually impaired citizens. Göteborg, Department of Space and Process, School of Architecture, Chalmers University of Technology.
- Manual de Atendimento Adequado às Pessoas com Deficiência e Restrição de Mobilidade. (2004). Ministério das Cidades – Secretaria de Transporte e da Mobilidade Urbana.
- Mendes, E. G. (2006), A radicalização do debate sobre inclusão no Brasil. Rev. Brasileira de Educação, 11(33), 406-423.
- Michels, M. H. (2006). Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar. Revista Brasileira de educação, 11(33), 406-423.
- Prado, C. & Adriana R. A. (1997), Ambientes acessíveis. In: I Seminário Nacional – A Pessoa Portadora de Deficiência no Mundo do Trabalho. CORDE.
- Parecer do Conselho Nacional de Educação. (2001), www.mec.gov.br. Consultado na internet em setembro de 2008.
- Oliveira S. L. & Seixas, J. M. (2003). O Curso de Engenharia e o Aluno com Necessidades Especiais: uma Nova Visão em Educação para o Século XXI. Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia (COBENGE), Rio de Janeiro.
- Pessoti, I. (1984)., Deficiência mental: da superstição à ciência. São Paulo: EDUSP.
- Santos, C. N. F. dos. (1988). A Cidade como um jogo de cartas. São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda.
- Saviani, D. (1997), A nova lei da Educação. São Paulo: Editores Associados.
- Silva Filho, J.L.F. da. Gestão participativa e produtividade: uma abordagem da ergonomia. Florianópolis, 1994. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Skliar, C. (2006), A inclusão do outro? In.: Rodrigues, D. (Org.) Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus.
- Wisner, A. (1994), A inteligência no trabalho. Textos selecionados de ergonomia. São Paulo: FUNDACENTRO/UNESP.

Trabalho, Identidades e Políticas de Requalificação em Belo Horizonte: camelô ou empreendedor popular?¹

Juliana Gonzaga Jayme
PUC Minas
julianajayme@pucminas.br

Magda de Almeida Neves
PUC Minas
mneves@pucminas.br

Resumo: Se o trabalho dos camelôs em Belo Horizonte existe desde a sua fundação, a partir de 1980 houve um aumento significativo dessa atividade, como em outras cidades brasileiras, já que esse período se caracterizou por fenômenos como a reestruturação produtiva, o fechamento de postos de trabalho nas indústrias, o crescente desemprego e o aumento das atividades (no mais das vezes informais) no setor de serviços. Por outro lado, por volta de 1990, tornaram-se comuns as políticas de revitalização das regiões centrais de grandes cidades, buscando valorizá-las, muitas vezes com um caráter higienizador e segregador. Hoje essas políticas vêm sendo repensadas e, se não a prática, pelo menos o discurso aponta para a valorização das áreas centrais, mas de maneira a abrigar os diferentes sujeitos que as utilizam como local de trabalho, lazer ou moradia. Em Belo Horizonte uma das ações da prefeitura - em parceria com setores privados - foi a construção de shoppings populares para abrigar os camelôs que passaram a ser denominados empreendedores populares. Este artigo busca discutir em que

¹ Este artigo parte de uma pesquisa financiada pela FAPEMIG – Trabalho e Cidade: categorias ocupacionais e informalidade na Região Metropolitana de Belo Horizonte – realizada pelas autoras e que contou com a colaboração de Paulina Zambelli, mestre em Ciências Sociais pela PUC Minas e Cibele Feital bolsista de Iniciação Científica.

medida é possível pensar as relações entre trabalho e identidade a partir desse novo-velho trabalhador. Cabe então perguntar: os empreendedores populares se identificam como tal? Se sim, por que e em relação a quem? No atual cenário pode-se pensar que as identidades construídas a partir do trabalho sejam mais fluidas, exatamente porque o próprio “mundo do trabalho” não é mais tão sólido?

Introdução

Se o trabalho dos camelôs em Belo Horizonte existe desde a sua fundação, a partir de 1980 houve um aumento significativo dessa atividade, como em outras cidades brasileiras, já que esse período se caracterizou por fenômenos como a reestruturação produtiva, o fechamento de postos de trabalho nas indústrias, o crescente desemprego e o aumento das atividades (no mais das vezes informais) no setor de serviços. Por outro lado, por volta de 1990 tornaram-se comuns as políticas de revitalização das regiões centrais de grandes cidades, buscando valorizá-las, muitas vezes com um caráter higienizador e segregador. Hoje essas políticas vêm sendo repensadas e, se não a prática, pelo menos o discurso aponta para a valorização das áreas centrais, mas de maneira a abrigar os diferentes sujeitos que as utilizam como local de trabalho, lazer ou moradia. Em Belo Horizonte uma das ações da prefeitura – em parceria com setores privados – foi a construção de shoppings populares para abrigar os camelôs que passaram a ser denominados empreendedores populares.

Este artigo parte de uma “desconfiança” acerca do uso e da aceitação dessa terminologia/identidade – empreendedor popular – pelos sujeitos denominados como tal. Na época em que foi realizada a pesquisa entre os trabalhadores/comerciantes que passaram a ocupar os shoppings populares em Belo Horizonte, nossas preocupações teóricas não estavam vinculadas à identidade, mas às relações de trabalho em geral e à informalidade em particular. Mas as “categorias” empreendedor popular, camelô, torero, comerciante e micro-empresário sempre apareciam. Daí o interesse em esmiuçar essa questão. Posto isso, a idéia aqui é discutir em que medida é possível pensar as relações entre trabalho e identidade a partir desse novo-velho trabalhador. Cabe então perguntar: os empreendedores populares se identificam como tal? Se sim, por que e em relação/oposição a quem? No atual cenário pode-se pensar que as identidades construídas a partir do trabalho sejam mais fluidas, exatamente porque o próprio “mundo do trabalho” não é mais tão sólido?

Antes de entrar no tema propriamente dito – a identidade e os sujeitos em questão –, porém, far-se-á uma breve discussão sobre a relação entre trabalho informal e reestruturação produtiva, e entre ocupação do centro da cidade por camelôs e políticas de requalificação.

Contextualizando a discussão

Como se sabe, a partir da reestruturação produtiva que modificou a relação de assalariamento típica da organização urbano-industrial do trabalho houve um crescimento do desemprego e, com isso, muitos trabalhadores buscaram, no setor informal, alternativas de geração de renda, assim, o trabalho informal se intensificou, formando uma vasta rede de atividades de sobrevivência.

Como apontam LIMA & SOARES (2002), O conceito de trabalho informal é, além de polêmico, polissêmico, uma vez que se refere a situações muitas vezes diferentes do ponto de vista analítico. Mas se há um consenso com relação à idéia de informalidade, este se refere à ausência de regulação estatal em sua organização. Além disso, talvez a definição mais geral esteja vinculada a uma economia escondida, subterrânea, oculta, não registrada e não observada estatisticamente, o que dificulta uma análise mais acurada desse fenômeno.

Se a noção de informalidade remonta à década de 1960, em função dos problemas ligados à incorporação produtiva de crescentes contingentes de trabalhadores que se deslocavam para as cidades em todo o mundo subdesenvolvido, a partir da década de 1970, passou-se a refletir mais sobre esse tipo de inserção no trabalho. Foram então formuladas questões sobre a chamada economia invisível, com o objetivo de avaliar os efeitos sobre o emprego e a distribuição da renda, assim como as estratégias de rápido crescimento econômico empreendidas por países retardatários no processo de industrialização.

Nos anos 1960, 1970 o setor informal foi associado aos segmentos mais pobres da população e aos países subdesenvolvidos a partir de uma abordagem dual. O setor formal, legalizado, que cumpria direitos trabalhistas versus diferentes atividades vistas como informais, ilegais ou criminosas, muitas vezes sem distinção. (LIMA e SOARES, 2002).

Com o processo de reestruturação em curso, tanto nos países centrais quanto nos periféricos, vem surgindo o que alguns autores chamam de “nova informalidade”, cujo desenvolvimento se relaciona à entrada de novas pessoas – com trajetórias profissionais distintas – no setor informal. Essa nova informalidade se caracterizaria pela presença de novos trabalhadores informais em velhas e novas atividades – articuladas ou não com os processos produtivos formais – e pela presença desses trabalhadores em atividades tradicionais da velha informalidade que são por eles redefinidas. Para LIMA & SOARES, a grande questão que se coloca é que a informalidade, antes pensada numa perspectiva transitória, torna-se agora algo definitivo e, às vezes, única forma de sobrevivência de inúmeras famílias.

Silva, por outro lado, denomina a informalidade como “quase-conceito” e afirma que este se esgotou e vem sendo substituído pelo par “empregabilidade/empreendedorismo”. O autor deixa claro, porém, que se a idéia de informalidade foi construída criticamente, a noção de “empregabilidade/empreendedorismo” é pensada num sentido oposto. Em suas palavras:

“... ao contrário do investimento crítico que representou o desenvolvimento da noção de informalidade como elemento significativo da compreensão do mundo social durante sua longa vigência, o par ‘empregabilidade/empreendedorismo’ adquire um sentido oposto, de mecanismo de convencimento ideológico (ou, se

preferir um termo mais agressivo, de ‘domesticação’) que se encaminha no sentido de reconstruir uma cultura do trabalho adaptada ao desemprego, ao risco e à insegurança, que pareciam em vias de eliminação durante os ‘trinta anos gloriosos’” (SILVA, 2002, p. 101).

Como foi dito, a presença de vendedores ambulantes em Belo Horizonte remonta à fundação da cidade, no final do século XIX. Segundo Castro (2003), por muito tempo, eles foram fundamentais, porque a capital tinha um problema crônico de abastecimento e os ambulantes comercializavam produtos de subsistência. Além desses, havia os mascates, que vendiam, em domicílio, produtos manufaturados, o que causava problema para o setor público, porque eram vistos com certa desconfiança, por vender produtos a baixo preço e, dessa forma, concorrer, de forma desleal, com o restante do comércio. Assim, em 1908, instituiu-se uma taxa de imposto aos mascates, além de multa àqueles que não tivessem licença da prefeitura. A autora afirma que desde então esses trabalhadores eram vistos com alguma animosidade, já que eram acusados de sonegar impostos e de fornecer mercadorias inferiores.

Foi apenas no fim dos anos 1960, porém, que tal comércio ocupou o centro da cidade. Nos anos 1970, com a região central muito adensada e, por isso mesmo, deteriorada, a Savassi² se tornou uma centralidade alternativa, abrigando o comércio mais elitizado, enquanto o centro passou a ser visto como um local impróprio para a elite, posto que ali circulavam as mais diferentes camadas sociais (Lemos, 2003). Nessa época, o comércio da região central já era menos sofisticado e a presença dos camelôs significativa (Castro, 2003; Lemos, 2003; Zambelli, 2006).

A partir dos anos 1980, entretanto, houve um forte aumento do comércio ambulante na região central de Belo Horizonte, o que, certamente, se vincula ao contexto da reestruturação produtiva. A atividade de camelôs e de toreros³ foi uma das que teve intenso crescimento nessa época, como já foi apontado. Ver, por exemplo, Frúgoli (1999)⁴, Gonçalves & Thomaz Júnior (2002), Durães (2007).

Assistiu-se, nas décadas de 1980 e 1990, a uma ocupação do espaço da região central pelos vendedores ambulantes de forma bem mais ostensiva. As calçadas se transformaram em verdadeiros mercados, onde se oferecia produtos variados e a preços bem inferiores aos vendidos nas lojas. Os lojistas se sentiram prejudicados, já que, para eles, a concorrência era desleal e, além disso, as barracas eram posicionadas em frente às lojas, ocultando suas fachadas. Essas atividades, então, se tornaram, mais uma vez, alvo de ações públicas que tentaram conter seu aumento, além de buscar a manutenção da ordem na região central. Em agosto de 1984, foi sancionada a Lei Municipal nº 3.841, com o objetivo de organizar as atividades informais, conferindo aos camelôs licença para o exercício do seu trabalho. Essa lei foi importante para a categoria, na medida em que lhe garantiu o espaço da rua como local de trabalho, tanto que ela foi sancionada depois de muita mobilização dos próprios camelôs. (Castro, 2003; Zambelli, 2006).

Apesar da sanção da Lei nº 3.841, as ruas da região central de Belo Horizonte se tornaram, em alguns pontos, difíceis até para os transeuntes andarem, posto que ambulantes não-licenciados — os toreros — dividiam espaço com os camelôs; ou seja, a lei criada para disciplinar o espaço e garantir a rua como local de trabalho não teve a eficácia desejada. Embora, nessa época, camelôs e agentes da Prefeitura concordassem com o fato de que o centro estava cada vez mais desorganizado, não houve consenso em relação a como resolver essa situação. Em 1993, a Prefeitura cadastrou novos camelôs, com área delimitada de atuação, mas definiu uma região de tolerância zero em relação ao comércio de rua. Paralelamente, abriu espaço para os toreros na Rua Tamoios.

Segundo Figueiredo e Morais (2004), pouco a pouco, os ambulantes ocuparam a área de tolerância zero e ignoraram outras determinações da prefeitura para o licenciamento, como a distância entre as barracas. Em 2004, havia, de acordo com as autoras, mais de dois mil vendedores ambulantes — e a maioria sem autorização da Prefeitura de Belo Horizonte — no centro da cidade, o que incomodava não só os lojistas, mas também os transeuntes.

Sobrevoando a discussão das Políticas de Requalificação a partir do caso de Belo Horizonte

Uma das ações do projeto de requalificação da área central de Belo Horizonte foi a retirada dos ambulantes das ruas do centro, que foram transferidos para os shoppings populares.

Muito se discutiu, desde pelo menos a década de 1980, sobre as mudanças que vêm ocorrendo nas grandes cidades. Portanto, a idéia aqui não é refletir de forma acurada sobre o tema, mas apenas pinçar da bibliografia o que pode iluminar o caso de Belo Horizonte. Se a cidade moderna tem como paradigma a indústria — e, portanto, o trabalho —, a cidade pós-moderna pode ser vista mais como centro de consumo e entretenimento. Algumas metrópoles buscaram, a partir da revitalização de suas áreas centrais e da ressignificação dos espaços urbanos⁵, atrair novos capitais e outros interesses para seus habitantes e consumidores, como o turismo, entretenimentos culturais e inovações no comércio. Com isso, diversas metrópoles fizeram intervenções urbanas coerentes com a adaptação das cidades ao novo marco da globalização econômica,

² Savassi era o nome de uma padaria que se situava à Praça Diogo de Vasconcelos, no bairro Funcionários. Essa praça passou a ser chamada, informalmente, de Savassi, nos anos 1950, e, com a consolidação da área como uma nova centralidade, acabou se tornando um bairro. Em 14 de março de 1991, a Prefeitura de Belo Horizonte, por meio da Lei nº 5872, reconheceu e estabeleceu a Região da Savassi. (www.descubraminas.com.br)

³ Os primeiros são aqueles que têm garantias legais para o exercício de suas atividades, oficializados pelo Departamento de Controle Urbano, por meio de processos de licitação. Os toreros atuam nas ruas com licença provisória, em áreas alternativas — mini-feiras — criadas pela Prefeitura de Belo Horizonte (Lemos, 2003).

⁴ Frúgoli (1999) aponta, para o caso de São Paulo, não só o crescimento da categoria, mas também uma mudança do perfil desses trabalhadores; desde os anos 1980, operários demitidos das indústrias e mesmo outros profissionais sem emprego, como bancários e engenheiros, passaram a trabalhar como camelôs.

⁵ São comuns as (re)apropriações de antigas fábricas desativadas e de estações de trem, símbolos por excelência da modernidade.

chamadas de revitalização urbana, requalificação urbana, gentrificação⁶, entre outros termos (FEATHERSTONE, 1995; ZUKIN, 2000; FRÚGOLI, 2000, LEITE, 2004).

Essas políticas de revitalização apropriam culturalmente as imagens das cidades com o objetivo de dar novos sentidos ao passado e muitas vezes possuem um caráter segregador e higienizador, mas, por outro lado, se esse caráter a princípio pudesse esvaziar o sentido público desses espaços, seus usos e contra-usos podem reativar esses espaços como públicos (LEITE 2002 e 2004). Para o autor, a “desapropriação de sujeitos” dos locais revitalizados pode corresponder à reapropriação desses espaços por outros sujeitos, que podem alterar a paisagem e imprimir outros sentidos a esses lugares. Enfim, nem sempre esses processos resultam em uma reordenação lógica dentro do planejado pelas políticas urbanas. As formas cotidianas de (re)apropriação dos espaços publicizam e politizam as diferenças, atribuindo sentidos e qualificando tais espaços como públicos.

As discussões contemporâneas sobre política urbana apontam para mudanças conceituais e metodológicas significativas no que se refere à reabilitação urbana, que passa a ser um instrumento de planejamento com o papel de estabelecer a continuidade nos processos de apropriação dos espaços, incorporando as demandas físicas e sociais contemporâneas juntamente às referências simbólicas do passado e às potencialidades futuras, com um sentido de persistência temporal.

De acordo com Arroyo (2004), ao ser recuperado, o patrimônio torna-se mais acessível. Assim, uma área considerada degradada, subutilizada ou utilizada apenas como passagem pode ser potencializada e se converter em um espaço de aglutinação e de apropriação de diferentes grupos sociais, tornando-se referência de toda a cidade. A reforma da Praça da Estação esteve inserida no projeto Centro Vivo da Prefeitura de Belo Horizonte e, além da recuperação arquitetônica, a Praça passou a abrigar o Museu de Artes e Ofícios. Esse tipo de intervenção vai ao encontro dessa busca de “pos-modernização” das cidades, que torna os museus mais acessíveis, além de apontar modos de vida cotidianos como tendo interesse cultural. Esse museu, por exemplo, focaliza o trabalho. A frase de abertura do seu site é a seguinte: “Museu de Artes e Ofícios é um espaço cultural criado para contar a história e as relações sociais do trabalho no Brasil” (www.mao.org.br). Ao discutir sobre as culturas pós-modernas da cidade, Featherstone, retomando Baudrillard, aponta para o fato de que essas cidades estariam saturadas de imagens de forma que tudo passa a ser visto como objeto de interesse, de “observação turística”. Com isso, o formato da Disneyworld

“... não somente foi imitado pelos parques temáticos em todo o mundo, mas também incorporado por outros formatos, como os museus. A expansão dos museus ao ar livre, dirigido a um espectro mais amplo de pessoas, aumentou o elenco de objetos dignos de preservação (como as minas de carvão, as casas térreas de mineiros, vagonetes, anúncios de metal apelidados de ‘jóias da rua, no Museu ao Ar Livre Beamish, em Tyne and Wear, no nordeste da Inglaterra)” (FEATHERSTONE, 1995, p. 143).

A região central de Belo Horizonte possui uma área denominada hipercentro⁷, que funciona como eixo integrador com os demais espaços metropolitanos, especialmente devido à circulação diversificada de transportes coletivos. O local tem acesso fácil e boa infra-estrutura, com comércio diversificado e um amplo setor de serviços, além de uso residencial. Em 2000 o hipercentro foi definido pelo Plano Diretor da Prefeitura de Belo Horizonte como:

“... uma área preferencial para a implantação de projetos especiais, visando a preservação do patrimônio e a melhoria de sua qualidade ambiental, das condições de segurança e de circulação para pedestres; um local de acesso privilegiado para o transporte coletivo e para o resgate das calçadas como espaço para circulação de pedestres; uma área da cidade que, pela grande concentração de edificações e espaços de interesse cultural, torna-se privilegiada para a implantação de políticas de valorização, proteção e promoção do patrimônio” (BELO HORIZONTE, 2000, p.13-14).

Se há uma definição do que seja essa área, pode-se dizer que ela é apenas formal, na medida em que, concretamente, o que se percebe é uma infinidade de significados atribuída esse espaço. Tal região é vista a um só tempo como espaço degradado que necessita de recuperação, como lugar perigoso para se transitar por causa da criminalidade, como espaço de residência, de trabalho, de manifestações políticas e artísticas etc. “Todas essas visões, mesmo quando contraditórias entre si são acertadas. O Hipercentro de BH comporta todos esses sentidos” (CAMPICI Et All, 2006, p. 02).

Ao fazer um “inventário” dos problemas que envolvem a área, o Plano de Ação para o Hipercentro coloca que para as pessoas que freqüentam ou vivem no local, a violência seria um dos principais problemas. Mas, além disso, a escassez de opções de lazer; o fechamento do comércio por volta das dezenove horas; os altos índices de poluição sonora, atmosférica e visual; a ausência de padronização e inadequação do mobiliário urbano; atividades que transbordam os estabelecimentos comerciais (mesas, bancas e vitrines); dificuldade de carga e descarga; disputa do espaço viário entre pedestres, veículos coletivos e particulares que circulam pela área e a ausência de atratividade e de comunicação visual das fachadas; e os conflitos que envolviam os camelôs, os comerciantes das lojas, os moradores e os freqüentadores da região seriam vistos como problemas relativos a essa região.

O “Centro Vivo”, programa de Requalificação da área central – que teve início em 2003 e ainda está em vigor – tem como uma das metas o reforço do hipercentro como local simbólico da cidade e do Estado, a partir da valorização da

⁶ A gentrificação pressupõe uma reapropriação residencial (por grupos de maior poder aquisitivo) que algumas vezes demanda a desapropriação de antigos moradores, nessas áreas centrais requalificadas.

⁷ O hipercentro é considerado a área delimitada pelas Avenidas Bias Fortes, Praça Raul Soares, Avenida Álvares Cabral, Rua dos Timbiras, Parque Municipal, Avenida Francisco Sales, Rua Itambé, Rua Sapucaí, Avenida do Contorno e Rodoviária.

diversidade de suas atividades, da consolidação da área como local de encontros de todos, da melhora das condições de funcionamento do comércio local e, por fim, da retomada do centro como local de moradia.

Dentro das ações desencadeadas por esse Programa foi criado o projeto *É bom trabalhar no Centro de BH* que apresentou como objetivos a melhoria da oferta de empregos no centro da cidade; a capacitação de trabalhadores do comércio; a organização do comércio na região central, tornando-o mais adequado e atrativo para o consumidor; a promoção da inclusão de trabalhadores no mercado formal, por meio da capacitação e a criação de melhores condições de trabalho para o centro, com o oferecimento de creches e instalações de qualidade para os comerciantes.

As primeiras intervenções direcionadas à organização do comércio no hipercentro são de julho de 2003, quando foi determinada a retirada dos camelôs das ruas da região central, pelo Código de Posturas. Essa determinação baseou-se em debates ocorridos na II Conferência de Política Urbana, realizada em 2002, na qual se discutiu a transferência dos ambulantes para os shoppings populares, que seriam instalados em locais de grande circulação de pessoas.

Os shoppings populares de Belo Horizonte foram criados a partir de parceria entre a Prefeitura Municipal e a iniciativa privada. De acordo com dados da PBH, foram transferidos, entre 2003 e 2005, 1772 camelôs e toreros que atuavam nas ruas centrais da capital, sendo construídos, no período, quatro shoppings: Oiapoque, Tupinambás, Xavante Pop Shopping e Caetés, Araguari e Tocantins, esse último é o único administrado pela prefeitura⁸.

Além da transferência dos camelôs e toreros para esses shoppings populares, outras ações relacionadas à requalificação do centro que fazem parte do Plano Diretor da metrópole já foram executadas ou encontram-se em andamento, entre as quais se destaca a recuperação das calçadas, a recomposição paisagística, a melhoria da iluminação, a recuperação do patrimônio histórico e cultural. À medida que foram executados os projetos de requalificação do espaço público, como a transformação em praça dos quarteirões fechados das Ruas Carijós e Tamoios, antes ocupados pelos camelôs, alguns resultados foram percebidos, como o aumento na procura por imóveis residenciais no Centro. No caderno de imóveis de um jornal semanal de Belo Horizonte, em outubro de 2007 lê-se:

A revitalização do centro de Belo Horizonte, já colocada em prática pela prefeitura da capital, tem mesmo trazido bons frutos para a região. Além da melhoria física e estética de alguns pontos como Rua dos Caetés, Praça Sete e Praça da Estação, a retirada dos camelôs contribuiu bastante para dar cara nova à região central da capital. Com isso, muitas pessoas vêm procurando o local como opção de moradia. Facilidade de acesso, proximidade ao comércio, a prestadores de serviços e a facilidades são apenas algumas das vantagens da região. (Jornal Pampulha, 13/10/2007)

Ao discutir sobre as políticas de requalificação no centro de São Paulo, FRÚGOLI (1999 e 2000) afirma que a recuperação da área central é por si só insuficiente do ponto de vista da inserção das classes populares, e o que vem ocorrendo sistematicamente nas cidades que desenvolvem esse tipo de trabalho é a exclusão de vários atores sociais, entre os quais os camelôs, os moradores de rua e os desempregados.

No caso de Belo Horizonte, de fato houve a retirada dos camelôs das ruas do centro. Os shoppings populares, porém, foram construídos na região central. Se isso, por um lado, é visto como uma forma menos agressiva de transferência desses trabalhadores – pois, em algumas cidades a idéia era que os chamados “camelódromos” ficassem longe da área central (FRÚGOLI, 1995, 2000) –, por outro lado, o único shopping que, de fato, recebe um público consumidor assíduo é o Oiapoque. “Mais de 30 mil pessoas em dia de grande movimento. Esse é número estimado pela administração de pessoas que transitam no centro comercial” (www.shoppingoiapoque.com.br).

Os projetos de requalificação do hipercentro de Belo Horizonte (que ainda estão se desenvolvendo) podem levar a duas situações que devem merecer maior atenção em estudos futuros: de um lado excluir “os sujeitos” que ocupam esse espaço cotidianamente por meio de ações segregadoras e higienizadoras, mas por outro lado podem levar à reapropriação desses espaços por outros sujeitos que ressignificariam os sentidos da paisagem urbana.

Trabalho e Identidade: camelôs e “empreendedores populares” – colocando questões

O Shopping Oiapoque, conhecido em Belo Horizonte como Oi, foi inaugurado em agosto de 2003 e é considerado como o de maior sucesso. Fica em um prédio onde já funcionou uma fábrica de cerveja e que foi tombado pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Histórico do Município em 1991.

A região em torno do shopping é considerada como uma zona perigosa e degradante, o que poderia limitar a frequência mais assídua dos possíveis consumidores ao shopping, especialmente aqueles provenientes da classe média, mas isso não acontece. O Oiapoque está sempre cheio, sendo que aos sábados e em vésperas de datas comemorativas é até difícil andar entre seus corredores e boxes lotados. O Oi situa-se à Rua Oiapoque, que fez parte da área requalificada. Com isso, o aspecto visual da rua melhorou, minimizando, de algum modo, o estigma do local. Além disso, é um lugar de fácil acesso, com vários pontos de ônibus próximo¹⁰. Por fim, o shopping Oiapoque é bem divulgado, com propagandas veiculadas em

⁸ Aqui a discussão está centrada apenas no shopping Oiapoque. Para uma descrição pormenorizada dos outros shoppings populares de Belo Horizonte ver (ZAMBELLI, 2006).

⁹ De acordo com o Regimento da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, ao ser transferido para os shoppings populares, o camelô passa a ser denominado empreendedor popular. Pelo regulamento, empreendedor popular é a pessoa física, civilmente capaz, que exerce atividade lícita, por conta própria e sem relação de emprego, mediante prévia e expressa autorização da Secretaria Municipal da Coordenação de Gestão Regional Centro-Sul da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e abrange camelôs, toreros e artesãos.

¹⁰ O Shopping Xavante, entretanto, funciona em frente ao Oiapoque, mas não tem a mesma frequência.

diversos meios de comunicação, além de ter um jornal de anúncios distribuído gratuitamente e site na internet. Hoje há inclusive um cartão de crédito do próprio shopping: Credi Oiapoque¹¹.

Os primeiros boxes instalados no local se destinaram aos 180 camelôs que atuavam na própria Avenida Oiapoque, onde funcionava uma feira. A transferência foi considerada pacífica, embora tenha havido alguma resistência. Mas, poucas semanas depois da mudança os trabalhadores perceberam que as vendas se mantiveram e que os clientes consideravam aquele local mais seguro que a rua.

O shopping Oiapoque possui diversos setores distribuídos em vários corredores e identificados por cores, algumas escadas e rampas, mas com uma sinalização, de certo modo, imprecisa. Alguns setores são espaçosos, com corredores largos e boxes grandes. Outros têm corredores apertados e possuem boxes menores e muito próximos uns aos outros. Há ainda praça de alimentação e banheiros com o uso cobrado para os consumidores, como qualquer shopping center localizado no centro da cidade.

Se há no Oiapoque produtos que são vendidos em todos os outros shoppings populares, como roupas, cds, brinquedos, calçados, acessórios para celular, rádios de pilha etc., por outro lado, apenas no primeiro há produtos eletroeletrônicos de alto valor comercial, com tecnologia avançada, como dvd's portáteis, câmaras digitais, filmadoras.

O funcionamento dos shoppings populares se faz através do Regulamento de Centro de Comércio Popular, que objetiva atender à demanda do comércio informal do Município e capacitar os Empreendedores Populares para atuarem no mercado de trabalho. O empreendedor é responsável pelo pagamento dos valores das taxas decorrentes da atividade, além dos encargos previstos no contrato de locação. Além disso, são de sua inteira responsabilidade a identidade e a procedência dos produtos por ele comercializados.

Os shoppings populares são administrados por um Conselho Gestor composto por três membros não remunerados: um representante do Município de Belo Horizonte (que exerce a função de Coordenador); um representante do locador; um representante eleito entre os Empreendedores Populares e Lojistas. A Secretaria Municipal da Coordenação de Gestão Regional Centro-Sul precisa autorizar a construção dos boxes nos shoppings e essa autorização pode ser revogada a qualquer momento, a critério da Administração Municipal, se sobrepujar motivo de interesse público ou se for alterada a destinação para a qual foi permitida ou por qualquer infração ao disposto no regulamento, não garantido ao interessado qualquer tipo de indenização.

O empreendedor popular é responsável por todos os ônus, referentes ao pagamento de aluguel e condomínio, bem como bem como quaisquer encargos que vierem a ser instituídos pelo Conselho Gestor. É vedado aos empreendedores populares, sob pena de perda de direito da autorização, ceder, arrendar, locar, sublocar, trocar, emprestar e vender a área objeto da autorização a terceiros, como também, manter o box fechado por mais de 24 horas sem autorização do grupo gestor.

Embora sejam denominados de empreendedores populares, os trabalhadores que desenvolviam suas atividades de maneira informal nas ruas do centro de Belo Horizonte e foram transferidos para os shoppings populares, continuam inseridos na informalidade. Em sua maioria, estão em plena capacidade produtiva e em condições de inserção no mercado de trabalho formal. Sua participação no mercado revela como o trabalho informal se transformou numa estratégia para obter algum tipo de rendimento.

Nas entrevistas realizadas¹² com esses empreendedores populares, em todos os shoppings¹³, eles explicitaram, majoritariamente, que antes de se tornarem camelôs trabalharam formalmente, embora em funções que exigissem pouca ou nenhuma qualificação, portanto, com baixa remuneração. (ZAMBELLI, 2006). Segundo as entrevistas, a maioria deixou o trabalho formal na década de 1990, período de agravamento da crise econômica brasileira. Como já foi dito, a recessão econômica, juntamente com o processo de reestruturação produtiva, determinou no país, inclusive em Belo Horizonte, o aumento do desemprego, a redução da renda, a deterioração das condições de trabalho, o crescimento de atividades terciárias precárias e a própria informalização. A opção pelo trabalho de camelô, de acordo com os relatos, se fez em função de vários fatores, entre os quais, falta de emprego, dificuldade de inserção no mercado formal acrescido da baixa escolaridade; problemas de saúde que dificultavam o ingresso no trabalho formal; baixa remuneração; interesse pelo negócio próprio, liberdade e autonomia; necessidade de cuidar dos filhos; influência e incentivo de familiares e amigos que atuavam nas ruas; facilidade no desenvolvimento da atividade, que exigiria pouco investimento financeiro e nenhum tipo de qualificação.

Ao serem perguntados sobre o desejo de deixar a atividade informal e ter emprego fixo com carteira assinada, as respostas foram ambíguas, mas os trabalhadores do Oiapoque, em geral, afirmaram que não gostariam, pois certamente o salário recebido seria menor. Além disso, essas pessoas estão há muito tempo fora do mercado formal de trabalho e alcançaram determinada autonomia. Assim, o retorno ao trabalho formal é visto, de certa maneira, como um retrocesso, uma

¹¹ "... único cartão de crédito feito exclusivamente para atender os consumidores do local. Para fazer o cartão é muito fácil: basta o consumidor apresentar o CPF, carteira de identidade e comprovante de renda (folha de pagamento) e endereço (como uma conta de água, luz ou telefone, por exemplo). Para os autônomos, além desses documentos descritos, o comprovante de renda será os três últimos extratos bancários. Toda proposta de cartão será analisada mediante as condições e/ou restrições de crédito do solicitante. O cartão demora sete dias para ficar pronto e não possui anuidade" (www.shoppingoiapoque.com.br).

¹² Os trabalhadores dos shoppings não aceitaram gravar entrevistas. Aliás, eles têm muita resistência em aceitar falar, já que muitos acreditam que somos fiscais da Receita Federal ou mesmo policial federal. São comuns ações policiais que, além de confiscarem mercadorias piratas ou sem nota fiscal, fecham os shoppings. Há, inclusive, uma campanha para a regularização. "Sair da irregularidade e vender produtos com notas fiscais. A campanha Regularize Já, criada desde agosto do ano passado (2006), pela administração do Shopping Oiapoque, pretende incentivar os lojistas do centro comercial a serem empreendedores de sucesso e a obter mais benefícios de crédito como as empresas formalizadas" (www.shoppingoiapoque.com.br).

¹³ Entrevistas realizadas para a pesquisa Trabalho e Cidade: categorias ocupacionais e informalidade na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

derrota e uma subjugação àquilo que alguns condenam, e não desejam, que é a relação patrão versus empregado e os baixos salários.

Ao descrever o trabalho desenvolvido nas ruas, as respostas foram, muitas vezes, diversificadas, mas para camelôs e toreros o trabalho não era visto como fácil, demandava luta, imprevisibilidade, “correr” dos fiscais da PBH, muita perseguição, além de ser perigoso em função da violência urbana e do trânsito. Além disso, havia dificuldade para montar e desmontar as barracas todos os dias e, acima de tudo era muito arriscado, pois a mercadoria poderia ser recolhida pela fiscalização.

Um aspecto recorrente nas respostas é a ambigüidade. Alguns afirmaram que a rua é perigosa e estressante para trabalhar, mas mesmo assim, seria melhor do que o shopping, especialmente por oferecer melhor rentabilidade e flexibilidade no horário de trabalho. A rua é representada a um só tempo como o lugar do companheirismo, solidariedade e amizade e como o local do conflito.

A representação em torno da transferência para os shoppings também é ambígua. Para alguns, em especial aqueles que mantiveram ou aumentaram o rendimento recebido nas ruas a mudança foi positiva e o shopping, de acordo com eles contribui para a valorização dos produtos e maior reconhecimento pela sociedade do trabalho. Ou seja, a transferência teria proporcionado elevação no seu status social, já que eles eram camelôs e se tornaram empreendedores populares, micro-empresários ou comerciantes, como muitos se denominaram.

Os entrevistados ainda reconheceram o conforto, a segurança, a organização, a tranqüilidade no espaço dos shoppings, mas, por outro lado, para alguns a transferência representou perda de poder aquisitivo e, nesse caso, os ganhos de trabalhar no shopping foram considerados irrelevantes. De modo geral, os empreendedores populares colocam que não foram preparados para o exercício desse trabalho, além de considerarem alto o preço do aluguel cobrado pelos administradores dos shoppings¹⁴.

Além disso, vários dos entrevistados colocaram que no shopping o universo é bem mais complexo do que aquele vivido nas ruas, uma vez que esses espaços foram ocupados não somente por pessoas do setor informal, provenientes das ruas, mas também por lojistas e grandes atacadistas vindos até de outras regiões do país, que compraram os boxes mediante certo pagamento em dinheiro. Com isso eles afirmam que a competição se tornou muito mais acirrada e que muitos camelôs e toreros não conseguiram se tornar empreendedores, “vendendo” seu direito de uso do box para terceiros ou até abandonando o espaço. A falta de capital para investir, a pouca preparação para o novo empreendimento, a limitada visão de negócios, o não planejamento, a obrigatoriedade de pagamentos de aluguel e condomínio, a localização e o tamanho do box, o tipo de produto comercializado, foram, segundo alguns dos entrevistados, dificuldades encontradas nos shoppings populares.

Com relação à denominação/identidade empreendedor popular, também há ambigüidade. À pergunta sobre você é/se sente um empreendedor popular, tivemos respostas diversificadas. Alguns responderam que se consideram toreros ou camelôs. Para esses, empreendedor popular é aquele empresário que possui vários boxes no shopping e que “colou” nos camelôs ou “comprou” o direito de uso de alguns camelôs ou toreros que não conseguiram permanecer ali devido aos altos custos de aluguel e condomínio e que hoje estão passando fome.

Alguns dos trabalhadores afirmam que são micro-empresários, uma vez que têm um local fixo para trabalhar, contratam funcionários e pagam seus salários, ainda que não o façam formalmente. Outros dizem que são sim empreendedores populares, uma vez que não podem se considerar empresários, pois esses seriam aqueles com vários boxes no local. Outros dizem, ainda, que são comerciantes do setor informal e há ainda aqueles (embora em menor número) que afirmam não saber o que significa empreendedor popular.

O que se percebe é que a denominação empreendedor popular lhes foi dada. Alguns a aceitam e outros não. A questão aqui é se há uma identidade hoje entre esses trabalhadores e, se sim, em relação a quem. Parece que aqueles que se identificam como camelôs – mesmo depois de passarem a trabalhar nos shoppings o fazem com um sentido político. Eles se assumem como camelôs em oposição aos comerciantes/microempresários/empresários/empreendedores populares que hoje vendem seus produtos no mesmo espaço que eles. Um rapaz que se considera camelô diz que “empreendedor popular são aqueles que colaram em nós”. Outro afirma que eles, camelôs, têm identidade sim, porque são organizados e porque os shoppings populares só existem porque eles estavam nas ruas e não saíram, pressionando o poder público. O que os une, então, é a rua ou, antes, tudo o que acontecia na rua e o seu oposto complementar seria antes, o poder público e os lojistas e hoje o comerciante que está no shopping popular, mas que nunca foi camelô. Em alguns casos é até o lojista que não os queria na rua.

Enfim, chama atenção no discurso dos camelôs a expressão de um sentimento de ambigüidade em relação às mudanças e em relação à sua identidade de trabalhador. Será que é possível pensar que “... hoje as identidades tornam-se destacáveis – desconectadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicas, parecendo estar ‘à deriva’”? como afirma Stuart Hall (1995, p. 57). Ou será que, apesar de tudo o que a globalização representa, é possível pensar também em identidades que se constroem a partir dos mesmos referentes, como nação, raça, espaço, trabalho etc.?

De fato não é possível pensar em conclusões a respeito disso, dada à própria ambigüidade presente nos discursos dos sujeitos aqui investigados. Mas pode-se, se não propor hipóteses, pelo menos colocar questões para trabalhos futuros: no atual cenário pode-se pensar que as identidades construídas a partir do trabalho sejam mais fluidas, exatamente porque o

¹⁴ O valor muda de acordo com o shopping e com a localização do Box. Em 2005, por exemplo, no Caetés pagava-se entre R\$ 65,00 e R\$ 120,00, enquanto no Oiapoque o valor poderia chegar a R\$ 550,00.

próprio “mundo do trabalho” não é mais tão sólido, mas, que, mesmo assim, seja um dos referentes importantes para a construção das identidades/pessoas, ao lado da estética e do consumo, por exemplo?

Referências Bibliográficas

- ARROYO, M. A. (2004). Reabilitação Urbana Integrada e a Centralidade da Praça da Estação. Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado) Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica.
- BAGNASCO, A. (1997). A Economia Informal. Revista Ensaio Fundação de Economia e Estatística, Porto Alegre:, v.18, nº2, 64-99.
- BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Atividades Urbanas - Departamento de Fiscalização. Lei n.º 3.841. Reorganiza o processo de licenciamento de bancas de camelôs nos logradouros públicos e dá outras providências. 17 de ago. de 1984.
- BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Lei no. 5872 de 14 de Março de 1991. Estabelece a Região da Savassi, disciplina normas de posturas e dá outras providências. Diário Oficial do Município, Belo Horizonte, 14 de mar. 1991.
- BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. PLANO de Ação para o Hipercentro. Belo Horizonte: PBH, 2000, p. 11, 13-14.
- BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Decreto 11424, de 22 de ago. 2003. Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, imóveis situados na Primeira Seção Urbana, nesta capital. Diário Oficial do Município, Belo Horizonte, 24 de ago. 2003.
- CAMPICI, C.P.F; FONSECA, C.G.; PEIXOTO, D.A., GONZAGA, M.M. (2006) Interações cotidianas e produção de sentidos no hipercentro de Belo Horizonte. II ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Salvador. http://www.cult.ufba.br/enecul2006/milene_gonzaga.pdf. (consultado na Internet em 28 de março de 2008)
- CASTRO, M. A. (2003). O Camelô na Cidade de Belo Horizonte: Informalidade e Identidade. Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado) Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica.
- FEATHERSTONE, M. (1995). Cultura de Consumo e Pós-modernismo. São Paulo: Studio Nobel
- FIGUEREDO, F. O.; MORAIS, M. R. (2004). A Elite no camelódromo: o inesperado efeito da construção do shopping popular em Belo Horizonte. Belo Horizonte. IX Encontro Nacional da ANPUR. PUC Minas.
- FILGUEIRAS, L.; DRUCK, G.; AMARAL, M. (2004). O Conceito de Informalidade. Cadernos CRH, Salvador, v. 17, no. 41. 211-229.
- FRÚGOLI, H. (1995). São Paulo: espaços públicos e interação social. São Paulo: Marco Zero.
- FRÚGOLI, H. (1999). A Questão dos camelôs no contexto da revitalização do centro da metrópole de São Paulo. In: SOUZA, M.A.A , LINS, S.C.; SANTOS, M.P.C.; SANTOS M.C. (Org.). Metrópole e Globalização. São Paulo: CEDESP.
- FRÚGOLI, H. (2000). Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez.
- HALL, S. (1995). A Questão da Identidade Cultural. Textos Didáticos, no. 18, IFCH/UNICAMP, dez.
- HUGON, P. (1997). O Setor Informal: balanço de 25 anos de Trabalho. Revista Ensaio Fundação de Economia e Estatística, Porto Alegre,v.18-nº 2. 32-63.
- JORNAL Pampulha, 13/10/2007
- LEITE, R. P. (2002). Contra-Usos e Espaço Público: notas sobre a construção social dos lugares na Mangueira. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, vol.17, nº 49, 115-172.
- LEITE, R. P. (2004). Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: Editora Unicamp/Editora UFS.
- LEMO, C. B. (2003). Antigas e Novas Centralidades: a Experiência da Cultura do Consumo no Centro Tradicional de Belo Horizonte. Campinas (Doutorado) Ciências Sociais, UNICAMP.
- LIMA, J. & SOARES, M. J. (2002). Trabalho Flexível e o Novo Informal. Caderno CRH, Salvador, nº37. 163-18.
- MELO, H. P. T. & TELES, J. L. (1999). Serviços e Informalidade: O Comércio Ambulante no Rio de Janeiro. ANAIS do IV Encontro Nacional de Estudos do Trabalho (ABET). São Paulo. V. 1. 379-401.
- SILVA, L. A. M. (2002). Da Informalidade à Empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho) Caderno CRH, Salvador, nº37, jul/dez. 81-109.
- ULYSSEA, G. (2005). Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. IPEA, Rio de Janeiro, fevereiro.
- ZAMBELLI, P. (2006). O trabalho informal dos camelôs na região central de Belo Horizonte e a transferência para os shoppings populares. Belo Horizonte. (Dissertação) Mestrado em Ciências Sociais, PUC Minas.
- ZUKIN, S. (2000). Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, A. A. (org). O espaço da diferença. Campinas: Papirus.

Conexão entre Desenvolvimento Regional e Empreendimentos Populares

Universidade Federal do Pará
apires@ufpa.br

Maria José Barbosa Zezé
Universidade Federal do Pará
majose@ufpa.br

Maria Madalena Freire Mada
Universidade Federal do Pará
mafreire@ufpa.br

Resumo: Neste artigo, apresentamos a experiência do Projeto “Desenvolvimento Regional e Arranjos Produtivos Locais de Economia Solidária na Amazônia: mobilização, formação e inovação de Empreendimentos Solidários”, em parceria com a então Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA/Pará, atual Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, órgão de fomento de Política Pública de Desenvolvimento Regional. O referido Projeto está vinculado a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Populares – PITCPES, que é um Programa de Extensão da Universidade Federal do Pará, de assessoria a grupos de empreendimentos populares solidários, cujas ações constituem-se campo de articulação entre o ensino, pesquisa e a extensão. O projeto teve como área de abrangência os Estados do Pará (Região Metropolitana de Belém), Acre e Roraima que fazem parte da Amazônia Legal, ficando sua coordenação geral com a ITCPES/Pará. Mas para efeito deste artigo daremos ênfase aos empreendimentos beneficiados da Região Metropolitana de Belém, em virtude de termos acompanhado diretamente esses grupos. O mesmo teve a duração de um ano, ocorreu no período de junho de 2006 a maio de 2007. Na região Metropolitana de Belém, inscreveram-se 25 empreendimentos populares, mas foram selecionados 10, deste apenas um não conseguiu acompanhar o projeto, o processo de operacionalização teve início com a mobilização, inscrição, seleção e acompanhamento dos empreendimentos, que ocorreu através de visitas técnicas, a aplicação de questionário e capacitação/formação (oficinas, reuniões e cursos). O referido projeto teve como objetivo principal criar alternativas concretas de inclusão sócio-econômica dos trabalhadores. Os empreendimentos beneficiários apresentaram o seguinte perfil: a maioria formado por grupo de mulheres, com baixa escolaridade, predominando o ensino fundamental, faixa etária entre 25 a 39 anos, com a predominância de renda até um salário mínimo.

Palavras-chaves: empreendimentos populares, incubação e desenvolvimento regional.

1. INTRODUÇÃO

Esse artigo é produto do relatório do projeto “Desenvolvimento Regional e Arranjos Produtivos da Economia Solidária: mobilização, formação e inovação de empreendimentos solidários”, que teve como objetivo geral promover o desenvolvimento regional através da mobilização dos empreendimentos populares oriundos da economia solidária e da agricultura familiar. O mesmo teve a duração de um ano, ocorreu no período de junho de 2006 a maio de 2007. Contou com o financiamento da Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA, atual Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, órgão de fomento de Política Pública de Desenvolvimento Regional. Esse financiamento visou melhorar os níveis de organização, da formação e da inovação dos empreendimentos populares solidários como unidades produtivas na Amazônia, dessa forma, essas ações vêm de encontro às diretrizes das políticas públicas para a inclusão sócio-produtiva dos trabalhadores através da perspectiva de geração de trabalho e renda, bem como, atende as orientações do Plano Amazônia Sustentável – PAS, que se volta para a cooperação com o movimento social da economia solidária.

O referido Projeto foi fruto do trabalho da equipe do Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimento Solidário- PITCPES, que está vinculado formalmente as Faculdades de Economia e Serviço Social, da Universidade Federal do Pará.

Constituiu-se em campo de articulação entre ensino, pesquisa e extensão, por trabalhar juntamente com a equipe do PITCPES, que é composta de professores/pesquisadores, técnicos/pesquisadores e discentes de graduação e pós-graduação. Disponibilizou tecnologia social, por meio de capacitação/formação e acompanhamentos sistematizados aos empreendimentos. Utilizando a metodologia de incubação no âmbito da gestão nas seguintes áreas de conhecimento: econômica, contábil, direito, serviço social, engenharia de alimentos, nutrição; na formação e inovação a 21 empreendimentos (cooperativas e associações) nos estados do Acre, Pará e Roraima, bem como, voltou-se para o estudo sobre Arranjos Produtivos Locais – APLs na relação com os princípios da Economia Solidária, mapeando-os. Contudo, para efeito desse artigo, buscou-se dar ênfase ações de capacitação/formação que foram realizadas através de cursos, oficinas, seminários e palestras aos membros dos empreendimentos de Economia popular solidária, na Região Metropolitana de Belém-RMB, em virtude de se ter acompanhado diretamente essa etapa do Projeto.

Vale a pena ressaltar que a RMB¹ é composta por cinco municípios e congrega grande contingentes de imigrantes, sendo que Belém- capital tem uma população de 1.400.000 habitantes (IBGE, 2005). Apresenta uma estrutura econômica diversa, não possui um pólo industrial de expressão, tendo um conjunto de setores ligados ao comércio e serviço, os quais são responsáveis pelo maior nível de emprego formal, ao mesmo tempo essas características diferenciam os tipos de desemprego na região. Contudo, torna-se pólo de atração para diversos atores que buscam apropriar-se das condições materiais impressas em

¹ A Região Metropolitana de Belém é composta pelos seguintes municípios: Belém, Ananideua, Marituba, Sta Barbara e Benevides

seu território, fazendo elevar seu contingente populacional, o que hoje exige a redefinição de suas infra-estruturas e serviços para atender as demandas do desenvolvimento auto-sustentado.

Desse modo, a apreensão das conexões e contradições que operam, de modo isolado na RMB, ocorrem em nível intra-municipal, a partir de espaços particulares, isto é, centrífugos em relação à constituição de uma agenda regional comum aos cinco municípios e seus entornos.

De acordo com o edital, inscreveram-se 25 empreendimentos populares na RMB, mas foram selecionados 10, desses um retirou-se do processo espontaneamente, sem nenhuma justificativa. A equipe do núcleo social ainda fez algumas intervenções no sentido de ouvi-los e reintegrá-los nas atividades, mas não houve interesse do grupo.

O processo de execução do projeto teve início com a mobilização, inscrição, seleção e acompanhamento dos empreendimentos, que ocorreu através de visitas técnicas, a aplicação de questionário e capacitação/formação (oficinas, cursos, reuniões e seminários). Dos 9 empreendimentos incubados, obteve-se 212 beneficiários diretos que atuam na área de alimentação, artesanato, confecção de roupas e bijuterias e demais acessórios de moda.

Desde o início do trabalho de incubação procedeu-se o modo de articulação com os grupos via formação pelos cursos específicos, conforme o planejamento geral, e pelo acompanhamento de cada grupo nas suas reais condições, realizadas pelas equipes específicas que compõem o PITCPES.

2. METODOLOGIA

Esse trabalho teve como pressuposto metodológico a transferência de tecnologias sociais que possibilita a organização, formação e inovação das unidades produtivas e da identificação dos empreendimentos populares inseridos nos arranjos produtivos locais considerados prioritários pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA.

A base do trabalho primou pela articulação teórico-prática na condução de projetos coletivos, visando captar o movimento e o desenvolvimento da aprendizagem dos grupos, visto que, acredita-se que nesse processo ocorre a relação em que os diversos parceiros interagem a partir e nas práticas em que estão envolvidos, ou seja, o ponto de partida é sempre as condições reais e contraditórias dos próprios grupos. Entende-se que o papel das parcerias não é dizer qual o caminho, mas apontar, indicar e mediar análises, sugestões e ações juntamente com os participantes.

A interação ocorreu com os membros da Universidade assumindo o papel de mediadores do processo de produção de conhecimento, a partir da perspectiva da pesquisa-ação, de Thiolent (1990), que é uma pesquisa social de linha interpretativa em que desempenha um estreito conjunto de ações voltadas para a resolução de um problema coletivo, e da pesquisa participante, de Carlos Brandão (1985), onde o pesquisador aparece como sujeito, juntamente com o grupo interessado, desenvolvendo uma interação entre pesquisador e pesquisado, isto é, quando o outro se transforma (...), a relação “obriga” o pesquisador participar de sua vida, de sua cultura, “quando o outro me transforma em um compromisso, a relação obriga a que o pesquisador participe de sua história” (p. 11-13).

Essa construção é intermediada com a educação popular, de Paulo Freire (1987, 1992, 1993), entendida como processos de participação por meio de práticas pedagógicas, na constituição, fortalecimento e instrumentalização das ações dos segmentos populares, no sentido de que entre os saberes populares e os saberes socialmente constituídos, haja um processo de interação, rupturas e avanços, levando em consideração a noção de aprendizagem coletiva sugerida por Vigotsky (1988), que prevê a ligação entre a condição real do sujeito e sua potencialidade, chamando-a de zona proximal, esse processo metodológico aqui se circunscreve enquanto organização para a geração de trabalho e renda, na perspectiva de autogestão solidária.

O trabalho da equipe do Programa esteve pautado numa perspectiva interdisciplinar, envolvendo várias áreas do conhecimento, como: serviço social, economia, engenharia de alimentação, nutrição, contador, direito, sociologia, na condição de professores e alunos da graduação e pós-graduação da própria Universidade, assim, como técnicos externos contratados pelo projeto.

As atividades tiveram início com a mobilização, inscrição, seleção e organização dos grupos de empreendimentos, afim de que os mesmos conhecessem o projeto. Nesse sentido, foram feitos dois movimentos, o primeiro permitiu que os grupos pudessem vir até a Universidade para participar dos cursos, seminários e oficinas, e o segundo pelo deslocamento da equipe de incubação até os grupos fazendo o acompanhamento in loco.

A partir dessa relação a equipe construiu um planejamento de intervenção de conhecimento da realidade dos grupos a serem incubados. Podendo o mesmo ser modificado à medida que os trabalhos fossem avançando e mediante as especificidades dos empreendimentos. Esse planejamento possibilitou o desenvolvimento das atividades com os empreendimentos durante o período de execução do projeto situando todos os desafios a serem enfrentados e as potencialidades de cada grupo, bem como, as metas do projeto que deveriam ser implementadas.

O acompanhamento inicial se deu no sentido de fazer vir à tona a origem do grupo, através das histórias de cada membro, como chegaram aqui, suas expectativas, seus sonhos, e a importância do grupo como espaço de fortalecimento das potencialidades individuais e coletivas. A partir dessa análise percebeu-se que os grupos participantes do projeto manifestam uma dupla característica, a de serem grupos sociais, no sentido de encontrarem no coletivo, um espaço de encontro e de práticas que melhoram as condições organizativas e, depois, por constituírem um espaço de renda para a reprodução da existência por meio da produção de bens e serviços.

O Plano de trabalho estruturado pela equipe teve duas dimensões: primeiro, as diretrizes do plano de cada empreendimento foi produto do próprio processo de incubação. O qual se inicia com a pré-incubação (fase de conhecimento do grupo) e se estende até o final do projeto. Portanto, o plano é um dos produtos essenciais para garantir a viabilidade dos empreendimentos incubados.

As informações necessárias à formulação desse plano resultaram da orientação e formação aos empreendimentos, cuja respostas foram dadas pelos mesmos, mediante ao exercício das atividades prática. Neste caso, os cursos, oficinas, reuniões e visitas técnicas foram direcionadas às pessoas que estavam à frente de determinadas funções de decisão nos empreendimentos e que poderiam responder, de forma precisa, as informações necessárias à elaboração de determinadas ações do plano.

Visando não haver monopolização de conhecimento e centralização de informações e de atividades nos empreendimentos, é que a metodologia da incubação volta-se à formação daqueles que seriam os agentes multiplicadores nos grupos, desse modo, as formações e informações realizadas nos cursos e nos acompanhamentos técnicos foram compartilhadas com os demais membros do grupo. Para isto, levou-se em consideração a importância da participação e atuação coletiva como um dos pilares da sustentabilidade dos mesmos e, conseqüentemente das ações de desenvolvimento regional.

A segunda dimensão do plano ocorreu em direção ao próprio trabalho interdisciplinar da equipe no que tange a incubação de empreendimentos populares solidários, ou seja, o fortalecimento do processo de gestão, produção e inovação, como uma das perspectivas do papel da universidade enquanto difusora de novas tecnologias de ensino, pesquisa e extensão.

No entanto, a referência metodológica se calçou na pesquisa-ação, tendo em vista a participação direta de pesquisadores e pesquisados no processo de construção de alternativas e soluções aos problemas demandados. Neste contexto, a educação popular, em busca da transferência de tecnologia social, torna-se necessária na interlocução entre conhecimento tácito e conhecimento técnico. Este procedimento é utilizado para a elaboração de diagnóstico dos empreendimentos a serem incubados. A informação e, conseqüentemente, o tratamento das mesmas é realizado em conjunto.

Com relação à organização política e social dos empreendimentos, o grupo de profissionais da área do social do Programa, procurou debruçar-se em estudos e elaboração de instrumentos disponibilizando conhecimento, a cerca de sujeitos coletivos, associativismo e cooperativismo, liderança política, através das oficinas, cursos, dinâmica de grupos, reuniões, essas ações foram direcionadas ao fortalecimento dos mesmos. Ao longo do processo de acompanhamento e assessoramento foram realizadas entrevistas com a diretoria e com os associados para ampliar a compreensão sobre as dificuldades dos grupos e as potencialidades de melhoria de condições das relações interpessoais, sócio educativas no processo produtivo.

2.1. ACOMPANHAMENTO AOS EMPREENDIMENTOS POPULARES SOLODÁRIOS

A Disponibilização de tecnologia social no âmbito da gestão, formação e inovação para os empreendimentos populares solidários ocorreu através do acompanhamento técnico junto aos empreendimentos solidários realizados pelas equipes técnicas (professores, pesquisadores, bolsistas de graduação e pós-graduação e técnicos contratados) das áreas: econômica, contábil, direito, serviço social, engenharia de alimentos e nutrição da Incubadora da UFPA, que desenvolveu atividades específicas no que tange a organização, produção e comercialização com a finalidade da transferência de conhecimento para o aprimoramento da gestão, melhoria do processo produtivo e pela comercialização dos produtos dos empreendimentos solidários. O objetivo desta etapa foi o funcionamento do empreendimento atendendo às normas e procedimentos administrativos/financeiro e contábil geridos pelos membros dos empreendimentos de forma autônoma.

O acompanhamento técnico ocorreu através do diálogo, que se desenvolve na interlocução com o outro, estabelecendo o respeito mútuo. Foram realizadas de 80 visitas técnicas de campo junto a esses grupos populares. Considerando que, no acompanhamento contínuo vai se estabelecendo um relacionamento profissional, que possibilita observar de perto a realidade concreta desses trabalhadores e de cada empreendimento, e partir de suas particularidades, a partir daí propõe-se ações em conjunto. A transferência de conhecimentos ocorreu através de capacitação direta na área econômica, contábil, administrativa e financeira, da gestão, jurídica e social para 158 membros dos empreendimentos na RMB.

Constatou-se que esses empreendimentos se enquadram na condição de micro-empreendimentos e caracterizam-se pelo curto tempo de existência, suas atividades variam entre 4 modalidades de produção, (alimentação, confecções e bijuterias, cerâmicas, marcenaria). Pode-se dizer que os mesmos localizam-se na zona urbana, são constituídos por pequenas estruturas produtivas e demonstraram preocupação e anseios em relação à gestão de seus empreendimentos. Isto porque não conseguem assimilar, de modo técnico, a dinâmica do mercado, embora tenha flexibilidade para adaptações. A rapidez das mudanças leva, conseqüentemente, a movimentar ações necessárias à alteração do próprio processo de produção.

Os empreendimentos que participaram do processo de incubação foram os seguintes conforma abaixo demonstrado:

Quadro I Caracterização dos Empreendimentos Solidários do Estado do Pará

Empreendimento	Nº de Membros	Atividade Produtiva	Endereço, Localidade e Contato.
----------------	---------------	---------------------	---------------------------------

Cooperativa de Serviços Gerais (COOPSEG)	23	Limpeza e Conservação de Ambientes, Manutenção e Assessoria e Alimentação (Bar e Restaurante).	Av. José Bonifácio / Praça Floriano Peixoto - Complexo São Brás, N° 13 Bairro: São Brás Belém – PA Contato: (91) 32740929 e-mail: coopsegpa@ig.com.br
Cooperativa de Empreendedores do Ver-o-Rio (COOPEV)	24	Alimentação (produção e comercialização de comidas típicas, lanches, tapiquinhas e coquetéis) e prestação de serviços em eventos.	Rua Dom Romualdo de Seixas – Complexo Turístico Ver-o-Rio, S/N Bairro: Humarizal Belém – PA Contato: (91) 32211146
Cooperativa de Empreendedores Solidários Produtores de Moda do Estado do Pará (ASCOOP)	22	Confecção de bolsas, roupas e bijuterias artesanais.	Av. Água Cristal, N°272 Bairro: Marambaia Belém – PA Contato: 32578926
PARAMAZONCOOP	15	Produção de guloseimas regionais (bombons, biscoitos, cocadas)	Rua Presidente Dutra; Alameda Mota, casa 2 N°374 Bairro: Tapanã Belém - PA Contato: (91) 32583495 e-mail: joanampalheta@yahoo.com.br
Associação de Apoio aos Portadores de Transtornos Mentais e seus Familiares Brilho e Luz	50	Moda e Acessórios	Trv: Manoel Evaristo, 465 Bairro Umarizal Belém – PA Contato: (91) 32447784 / 96252528 e-mail: brilhoeluz@brilhoeluz.org.br
Cooperativa de Marceneiros e Moveleiros de Águas Lindas	28	Produção de Móveis e Serviços em Madeiras (restauração, consertos)	Av. Osvaldo Cruz, 365 Bairro: Águas lindas Ananideua – PA Contato: (91) 32353023 / 88345195
Associação Cerâmica Chicano	15	Produção de vasos, luminárias, fuzôr em cerâmica.	Rua Francisco Mescouto S/N Santa Bárbara –PA Contato: (91) 9136562007 32493559 / 32497446 / 88021685
Grupo de Artesanato Revelação	15	Artesanato (cestaria em vime, biscuit, crochê, bombons regionais e pintura em tecidos)	Rua: João Batista Q D10, N° 40 (Associação de Moradores do Residencial Almir Gabriel) Marituba -PA Contato: (91) 91536914
Grupo de Bombons do Maguary	20	Produção de Bombons	Rua 5° Carmita, Pass. 27 de março, N° 18 (próx. Ao antigo Açude Maguary) Bairro: Maguary – Ananindeua Pa Contato: (91) 30312769 91263858 / 32501085

No acompanhamento aos mesmos, foram realizadas reuniões ampliadas tendo em vista o engajamento dos participantes no projeto. Em seguida, buscou-se traçar o perfil, a partir da coleta de dados via questionários e entrevistas e conversas informais, para detectar os pontos fracos e fortes, e as principais necessidades. Esses dados foram sendo

trabalhados durante os encontros semanais da coordenação no aprofundamento das literaturas a respeito de empreendimentos populares solidários e na realização do diagnóstico, dos programas, e cursos a serem implementadas.

A partir da análise dos dados chegou-se ao seguinte diagnóstico sobre os empreendimentos da RMB: com relação a faixa etária, constatou-se a seguinte: 43% possuem entre 25 e 39 anos, 41% possui de 40 a 59 anos, 10% têm entre 20 e 24 anos, apenas 2% possui entre 15 e 19 anos e 4% têm 60 anos ou mais (gráfico 02). Portanto, fica evidente que a maioria dos trabalhadores desses empreendimentos são pessoas que encontram na faixa etária de produção ativa.

Dos 100% dos empreendimentos incubados 73% são formados pelo sexo feminino, essa é uma característica da realidade da RMB, uma vez que o quantitativo de mulheres supera em 9% a de homens.

Com relação a escolaridade, foi constatado que 45% dos trabalhadores possuem apenas o ensino médio incompleto, seguido de 26% dos que concluíram o ensino médio, os que não concluíram o ensino fundamental somam 18%, o percentual de trabalhadores que estão na graduação corresponde 4%, essa realidade comprova a característica da formação da população na RMB. A escolaridade dos membros ou associados dos empreendimentos é uma das características mais visível, pois é significativa a porcentagem com ensino fundamental (completo e incompleto), bem como com ensino médio (completo e incompleto), baixíssimo percentual com ensino superior (completo e incompleto).

Com relação a renda mensal dos trabalhadores a pesquisa mostrou que 64% ganham menos de um salário mínimo, ou seja, menos de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais) ², e os que ganham até dois salários representam o percentual de 24%, e aqueles que ganham acima de dois salários mínimos o percentual é de 12%. Observa-se que há uma precarização muito forte nos empreendimentos, muitas das vezes, falta apoio do poder público em instituir e viabilizar políticas de microcrédito para melhorar o desenvolvimento, a divulgação e a comercialização dos produtos desses empreendimentos, ou seja, ressentido de uma política pública de geração e renda articulada com outras políticas que tendem a efetivar os direitos sociais, levando em consideração as especificidades locais.

As principais dificuldades, problemas manifestados e confirmados in lócus nos empreendimentos foram as seguintes: 36% das dificuldades estão relacionadas à falta de infra-estrutura, 24% estão relacionadas ao mercado consumidor, 14% diz respeito a relação interpessoal, 13% correspondem a organização da produção como um dos principais problemas nos empreendimentos, 12% está relacionado a falta de pessoal para a produção, e 1% não referiu dificuldades.

Constatou-se que o processo de organização social e política, e auto-gestão dos empreendimentos é complexo. Primeiro que a condição desses empreendimentos no Estado do Pará, reflete a problemática que caracteriza a crise do trabalho no país. Há grande precariedade de condições materiais, tendo necessidade de infra-estrutura, treinamento técnico fragmentado sem um prosseguimento contínuo.

Os integrantes desse tipo de empreendimento têm noção de que é necessário melhorar a qualidade de seus produtos, a fim de garantir inserção no mercado. Eles identificam alguns fatores que levam à baixa inserção no mercado, os quais decorrem em grande medida dos aspectos relativos a insumos e matérias-primas, mão-de-obra e nível de produção.

A profissionalização é um dos problemas identificados na gestão dos empreendimentos solidários. A informalidade ou espontaneidade nos processos de trabalho os tornam vulneráveis. Isto os leva a não disponibilizarem e nem acessam investimentos, tanto no que se refere aos processos produtivos quanto às demandas de marketing e comercialização.

A estrutura organizacional desses empreendimentos também não apresenta resultados significativos, como técnicas avançadas de gestão e implementação de políticas de marketing e normas ISO de qualidade. Estas ainda não se constituem como prioridades, haja vista os desafios e dificuldades que os empreendimentos solidários enfrentam no cotidiano de suas organizações.

Assim, não se pode dizer que haja impactos em relação ao processo inovação e desenvolvimento de suas atividades de gestão, apesar de se observar ocorrência de melhoria em face dos processos de formação dos mesmos. Nota-se uma preocupação dos empreendimentos com a realização de cursos e treinamentos em técnicas de gestão. No entanto, este tipo de formação tem sido insuficiente para corresponder as necessidades dos empreendimentos que têm pouco tempo de existência e baixa capacidade de gestão da produção e da comercialização de seus produtos. Sendo um dos fatores evidentes o baixo nível de escolaridade de seus beneficiários.

A baixa introdução de tecnologia tanto na produção quanto na gestão e comercialização exige a formação de consórcios e processos de cooperação com centros de pesquisa para enfrentar os problemas que não podem ser resolvidos de modo isolado. No entanto, esse processo precisa estar associado a vultosos recursos financeiros em P&D, para desenvolver as cadeias produtivas da região Amazônica, como é o caso da madeira, da pesca, artesanato, do turismo, da mandiocultura, dos têxteis e dos produtos florestais não madeireiros etc.

Os empreendimentos já acessam, de modo insipiente, processos de cooperação com instituições como as universidades, SEBRAE e algumas ONG's. No entanto, isto não é suficiente na medida em que os empreendimentos solidários precisam de ações mais efetivas, pois os cursos e treinamentos, muitas vezes, não atendem as demandas de caráter infra-estruturais e de serviços coletivos, bem como, de educação continuada para a formação de uma bacia de trabalho adequada à agregação de valor à produção regional.

Assim, apesar desses empreendimentos considerarem a formação como um elemento importante, eles não vêem impactos relevantes em seus empreendimentos. Ressalta-se neste aspecto a importância dada à capacidade de apreender

² Valor Correspondente ao salário mínimo na época, ano de 2007.

novas qualificações a partir do desenvolvimento do conhecimento técnico/prático sob a pedagogia da alternância, ou seja, um tempo na produção e um tempo na formação em nível de caráter técnico voltado à produção já existente.

Os fatores determinantes para a baixa da capacidade de inserção dos empreendimentos em escalas de mercado estão relacionados à qualidade da mão-de-obra e dos produtos, embora este último não esteja associado diretamente ao estilo e ao desenho (design). Neste item observou-se uma significativa diferença entre o grau de importância entre os fatores que aparecem com obstaculizadores à participação de micros e pequenos empreendimentos nos mercados.

O acompanhamento e a avaliação do projeto foram de forma participativa, com base em análise qualitativa direta da opinião do público beneficiário e das instituições parceiras, que foram realizadas por intermédio de contatos específicos em campo, através de uma Oficina de Avaliação, onde os beneficiários do projeto puderam expor suas opiniões, e/ou no próprio Fórum Paraense de Empreendimentos Solidária, cursos, Seminários e Encontros realizados. Além disso, foi apresentado relatório físico-financeiro parcial, mostrando o desempenho das metas físicas efetuadas no período, com a respectiva aplicação dos recursos, concluindo com avaliação do executado em relação ao planejado por meio de indicadores de resultados e meios de verificação.

3. CONSIDERAÇÕES

A incubação de 09 empreendimentos na RMB foi uma experiência inovadora para o PITCPES e para a equipe, pois antes esse processo se dava apenas na grande Belém. Nesse aspecto pensar a logística do acompanhamento desses grupos foi algo de fundamental importância, dada as condições de distanciamento das quatro áreas geográficas selecionadas para a incubação (Belém, Ananindeua, Marituba, Santa Bárbara e Benevides).

O distanciamento e o isolamento de alguns grupos, (Chicano, COOPMARLINDA, Grupo Revelação), em relação às áreas centrais e o acesso até o local de produção dos empreendimentos foi uma das maiores dificuldades para a equipe, já que havia a necessidade de transportes particulares. Isto sem dúvida dificultou o processo de incubação, pois o Programa não dispõe de carro para a condução da equipe, uma vez que alguns empreendimentos são distantes até mesmo de acesso por meio de transporte coletivo. Para tanto, a viabilidade do trabalho, dependeu da suplementação de recursos para o aluguel de carro para que a equipe pudesse ter acesso os empreendimentos em seus locais de produção.

A exemplo, da Associação Chicano, situada no Município de Santa Bárbara, em que o acesso ao local de produção só foi possível por transporte particular, uma vez que são mais de meia hora de carro particular da sede do município até o lugarejo Genipauba, onde é realizada a produção da associação e também moradia de todas as integrantes do empreendimento. O mesmo ocorre com o Grupo Revelação, localizado no Município de Marituba, pois não há transporte da rodovia Br-316, principal via de ligação a vários municípios, até o empreendimento que fica a alguns quilômetros de distância dessa rodovia. Em relação aos outros grupos, com exceção apenas a COOPSEG, COOPEV e Brilho e Luz, ficam distantes e localizados em áreas de riscos, com altos índices de violência e, portanto, de insegurança.

Outra dificuldade encontrada no processo de incubação foi conciliar o tempo da equipe, com o tempo dos membros dos empreendimentos. Alguns empreendimentos tinham uma agenda de produção tomada durante a semana e a maioria não estava adaptada ao trabalho de incubação, o que requereu uma formação sobre o papel de cada associado no grupo e destes na relação com a Incubadora. Diante disto, a equipe trabalhou o aspecto da estruturação dos cursos e oficinas especificamente para tratar da auto-organização, com agendamento de compromissos, visando o bom funcionamento da interlocução entre os empreendimentos e a equipe de incubação, tanto nas oficinas quanto como nas visitas técnicas. Desta forma, os empreendimentos puderam organizar uma agenda particularmente, a diretoria, tendo em vista a definição de papéis nos empreendimentos. Como a maior parte desses grupos ainda não era legalizado e tinha muitas dificuldades de organização do tempo, houve a necessidade de intensificação no processo de formação.

A equipe buscou a multiplicação do saber, ou seja, se todos do grupo não podiam participar da formação, determinava coletivamente aquele mais apto, ou que exercia determinada atividade no empreendimento, para multiplicar o saber com os demais. Cabia a essa pessoa levar a experiência para ser compartilhada com o coletivo e era a pessoa responsável por encaminhar coletivamente a tomada de decisão no empreendimento.

Havia grupos como a COOPSEG e COOPEV que já estavam num processo mais avançado de cooperação com o Programa, portanto, a confiabilidade para o desenvolvimento de incubação. Os demais grupos, selecionados a incubação exigiram mais abertura para e inserção da equipe na estrutura de funcionamento do empreendimento. A equipe compreende é construído cotidianamente no contato com os grupos, pois sem a confiança por parte dos empreendimentos do papel e do objetivo da Incubadora no que tange a sua formação é difícil de se desenvolver os trabalhos de forma mais eficiente, pois é preciso conhecer profundamente as especificidades que geram dificuldades para pensar as estratégias de desenvolvimento os empreendimentos.

O maior avanço demonstrado pela equipe de coordenação e dos grupos foi a percepção de que o trabalho de incubação é apenas uma etapa e que o processo de maturação de um empreendimento popular exige um permanente trabalho de assessoria, articulação comunitária, financiamento para infra-estrutura, diálogo com parceiros nas áreas de fomento e permanente reflexão sobre a ação. Apesar das precariedades é visível o potencial do trabalho dos grupos que se materializa na beleza dos produtos.

Assim, é necessária uma ação ousada de agenda regional para discussão sobre as dinâmicas produtivas locais a fim de maturar um projeto regional em busca de solução para as dificuldades de se estabelecer uma agenda comum. Nesta agenda

a promoção de marketing regional, elaboração e divulgação de um sistema de informações sócio-econômicas sobre as atividades produtivas locais e de fomento as micro e pequenas empresas (individual ou coletiva) torna-se vital aos empreendimentos econômicos populares nestas municipalidades. No entanto, ainda não se consegue vislumbrar ações efetivas nesta direção. A falta de uma gestão compartilhada entre as municipalidades leva ao funcionamento de ações fragmentadas que não respondem ao processo real de circulação ente os municípios.

Os desafios do desenvolvimento regional demandam uma nova etapa na constituição de uma agenda comum para o estado e municípios. Trata-se de redimensionar as ações municipais para criar essa agenda de ações voltadas ao desenvolvimento a fim de alcançar outro nível de desenvolvimento regional – sem o qual as ações de políticas públicas não terão a potência necessária à sustentabilidade de territórios isolados ou integrados por processos, muitas vezes, informais.

Em face desses desafios, a Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA poderá se constituir como um ator central no fomento de pesquisa e ações, cuja marca seja os encaminhamentos necessários a essa demarche a fim de buscar solução nessa complexidade.

4- BIBLIOGRAFIA

- ALVARO, Maria Ângela Gemaque & PINHEIRO, Alessandro Maia. (2006). Informalidade na Região Metropolitana de Belém: um retrato por gênero In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu/MG: ABEP, setembro.
- BARBOSA et. al. (2006). Belém, a cidade mascate: uma leitura sobre os ambulantes da Avenida Presidente Vargas. Rio de Janeiro: DP&A.
- COCCO, G., KLINK, J. J. (2001a). A cidade região: regionalismo e reestruturação no grande ABC paulista. Rio de Janeiro: DP&A.
- _____, GALVÃO, A. P.; SILVA, G. (2001b). Capitalismo Cognitivo: trabalho, redes e inovação. Rio de Janeiro: DP&A.
- CARDOSO, Ana Cláudia, NASSAR, Flávio. (2006). Pobreza Urbana e o Centro Histórico de Belém. Artigo Apresentado no Seminário “Landi e o Século XVIII na Amazônia”, disponível em : < www.landinf.br>. Acesso em: 06 de novembro.
- FILGUEIRAS, G. C. Crescimento agrícola no Estado do Pará e a ação de políticas públicas: avaliação pelo método shift-share. Belém – UNAMA, 2002, 156 p. (Dissertação de Mestrado em Economia)
- SANTANA, A. C. SILVA, M. C. A (2004). Arranjos produtivos locais na Amazônia: metodologia para identificação e mapeamento. Belém: ADA.
- CORAGGIO, Jose Luis. (1991) Ciudades sin rumbo. Investigación urbana y proyecto popular. Siap-Ciudad: Quito.
- CALCAGNO, Alfredo Eric. (2001). Ajuste estrutural, custo social y modalidades de desarrollo en América Latina. In: Sader, Emir (Org). Ajuste estrutural, custo social e alternativas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO).
- FREIRE, Paulo. (1989). Que fazer: teoria e prática em educação popular. São Paulo: Vozes.
- _____. (1987). Aprendendo com a própria história. São Paulo: Paz e Terra.
- _____. (1992). Pedagogia da Esperança. São Paulo: Paz e Terra.
- FREIRE, Paulo. (1993). Política e Educação. São Paulo: Cortez.
- FREIRE, Paulo e FREI BETTO. (1994). Essa escola chamada vida. São Paulo: Ática.
- GRAMSCI, Antonio. (2000). O trabalho como princípio educativo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.
- LARA, Francisco. (2000). (org.) Economia dos setores populares. Entre a realidade e a utopia. Editora Vozes: Petrópolis
- GAIGER, Luiz I. (1994). Sobrevivência e utopia. Os projetos alternativos comunitários no RS. UNISINOS, Cadernos CEDOPE (Série Movimentos Sociais e Cultura, 10).
- _____. (1995). As microexperiências populares: novas malhas de um tecido social? Tempo e Presença, n. 282.
- _____. (1995a.) Subordinação ou cidadania. Os dilemas da mudança cultural nos projetos alternativos comunitários. Cadernos do CEAS, 157.
- _____. O trabalho ao centro da economia popular solidária. XXIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1999b.
- MARTINS, José de Souza. (1997). Exclusão Social e a Nova Desigualdade. São Paulo: Paulus.
- MARX, Karl. (1974). O Capital. Livros 1, 2 e 3. São Paulo: Difel.
- MONTEAGUDO, Rosalvi Maria Teófilo. (2002). Economia Solidária: Novas Regras. Editora: São Paulo.
- SINGER, Paul. Desafio à solidariedade. In: GUIMARÃES, Gonçalo. A economia solidária em debate: transformações no mundo do trabalho. São Paulo: Unitrabalho, s/d.
- _____. (1973). Economia Política da Urbanização. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (1997). Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo. Proposta, n. 72.
- _____. (1999). Cooperativismo e sindicatos no Brasil. In: CUT BRASIL. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. São Paulo: CUT.
- _____. Oito hipóteses sobre a implantação do socialismo via autogestão. In: Democracia e autogestão. Revista Temporaes. São Paulo: Humanitas, USP, 1999a.
- _____. Possibilidades da economia solidária no Brasil. In: CUT BRASIL. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. São Paulo: CUT, 1999b.

- _____. (2000). Incubadoras universitárias de cooperativas: um relato a partir da experiência da USP. In: SINGER, Paul. SOUZA, André Ricardo (Orgs.) A economia solidária no Brasil – autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto.
- _____. Economia Solidária: Mondragon uma experiência de cooperação autogestionária. In: PONTE JR., Osmar de Sá. (Org.) Mudanças no mundo do trabalho: cooperativismo e autogestão. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2000d.
- _____. (2002) Cooperativismo e sindicatos no Brasil. Disponível em: www.ilea.ufrgs.br/unitrab, acessado em setembro de 2002.
- _____. (2002) Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Perseu Abramo.
- _____. (2003). Economia Solidária. In: CATTANI, Antonio David. (Org.) A Outra economia. Porto Alegre: Veraz.
- VYGOSTKY, L. S. (1998). A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes.
- VYGOSTKY, L. S.; LURIA, A R.; LEONTIEV, A N. (1998). Linguagem desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone/ EDUSP.

A Democracia dialógica: uma análise das iniciativas de economia solidária no Brasil

Daniela Miranda
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
daniela.miranda@tca.com.br

Resumo: A economia solidária, também conhecida em outros países da América Latina como economia social, se caracteriza por experiências associativas de trabalho e renda sob o enfoque de uma outra forma de se fazer economia. Mais comprometidas com o desenvolvimento humano, as experiências autogestionárias representam atualmente no Brasil mais de 21.000 empreendimentos. O envolvimento de atores sociais nesse contexto constitui-se como um imperativo, uma vez que o agir social dos empreendimentos na esfera pública representam por si só uma outra lógica nas relações econômicas e de trabalho, que se estabelecem para além de uma simples alternativa ao desemprego. A democracia tem sido alvo de permanente debate teórico, principalmente diante do fato de que a democracia representativa não corresponde à complexidade social contemporânea, uma vez que as organizações partidárias tendem a supervalorizar as estruturas burocráticas, transformando a ação política em questão a ser tratada por “especialistas”, fazendo com que as formas de representação sirvam, via de regra, mais para dominar do que para servir às classes populares. Assim, o estudo se constitui no sentido de verificar a existência de práticas dialógicas nos empreendimentos de economia solidária, bem como se essas práticas se estabelecem como condições constitutivas dos empreendimentos. A questão de fundo tenciona investigar como se dá a participação democrática dos empreendimentos de economia solidária, em especial nas suas formas de articulação política e de representação na esfera pública. Para tanto, a pesquisa apóia-se em dados empíricos que demonstram a existência de vínculos sociais nos empreendimentos de economia solidária. Os dados pertencem a base de dados do governo federal, ou seja, do SIES (Sistema de Informações sobre Economia Solidária). Os dados empíricos partem de estudos já realizados sobre o tema, bem como em relação à análise dos dados do Primeiro Mapeamento Nacional de Economia Solidária do Brasil, constante na base de dados eletrônica do Sistema de Informação de Economia Solidária.

Apresentação do tema.

O tema proposto, democracia dialógica nos empreendimentos de economia solidária, decorre dos estudos sobre as práticas democráticas dialógicas no âmbito das relações internas e externas dos empreendimentos de economia solidária, os quais estão sendo analisados através dos estudos realizados no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Nesse sentido, a presente comunicação decorre da pretensão em traçar as principais diretrizes políticas dos empreendimentos de economia solidária, bem como em associar essas práticas políticas à democracia dialógica, tanto em suas relações internas de diálogo como no âmbito da efetivação de políticas públicas.

A economia solidária, também conhecida em outros países da América Latina como economia social, se caracteriza por experiências associativas de trabalho e renda sob o enfoque de uma outra forma de se fazer economia. Mais comprometidas com o desenvolvimento humano, as experiências autogestionárias representam atualmente no Brasil mais de 21.000 empreendimentos.

O envolvimento de atores sociais nesse contexto constitui-se como um imperativo, uma vez que o agir social dos empreendimentos na esfera pública representam por si só uma outra lógica nas relações econômicas, que se estabelecem para além de uma simples alternativa ao desemprego.

A democracia tem sido alvo de permanente debate teórico, principalmente diante do fato de que a democracia representativa não corresponde à complexidade social contemporânea, uma vez que as organizações partidárias tendem a supervalorizar as estruturas burocráticas, transformando a ação política em questão a ser tratada por “especialistas”, fazendo com que as formas de representação sirvam, via de regra, mais para dominar do que para servir às classes populares.

Na sociedade multicultural, os fenômenos ocorrem na diversidade, o que impossibilita que o Estado opere de forma unívoca na tomada de decisões.

Assim, o estudo se constitui no sentido de verificar a existência de práticas dialógicas nos empreendimentos de economia solidária, bem como se essas práticas se estabelecem como condições constitutivas dos empreendimentos.

A questão de fundo tenciona investigar como se dá a participação democrática dos empreendimentos de economia solidária, em especial nas suas formas de articulação política e de representação na esfera pública. Para tanto, a pesquisa apóia-se em dados empíricos que demonstram a existência de vínculos sociais nos empreendimentos de economia solidária. Os dados pertencem a base de dados do governo federal, ou seja, do SIES (Sistema de Informações sobre Economia Solidária).

A criação de fóruns (municipais, regionais, estaduais e nacionais) de economia solidária tem se estabelecido como agente impulsionador de debates e também como criação de espaços deliberativos, os quais se dão através dos processos comunicativos nas plenárias, revitalizando os espaços de decisão, na medida em que as discussões tendem a se consolidar em políticas públicas.

No que diz respeito à questão na qual se pretende verificar se as práticas dialógicas se estabelecem de forma constitutiva ou não dos empreendimentos de economia solidária, parte-se de dados empíricos que indicam o comprometimento dos empreendimentos associativos no âmbito sociopolítico.

Os dados empíricos partem de estudos já realizados sobre o tema¹, bem como em relação à análise dos dados do Primeiro Mapeamento Nacional de Economia Solidária, constante na base de dados eletrônica do Sistema de Informação de Economia Solidária.

1. O surgimento da economia solidária no Brasil

A política neoliberal reprimiu o aumento desenfreado da inflação durante as duas últimas décadas no Brasil. No entanto, as conseqüências dessas políticas também se traduziram em desvalorização do trabalho, em redução de investimentos em políticas públicas, bem como em crescente perda de direitos sociais, senão no plano formal, como reflexo do desamparo dos trabalhadores diante da não-efetividade dos mecanismos que deviam protegê-los.

Embora a Constituição Federal de 1988 tenha se consagrado como uma constituição cidadã, caracterizando um Estado Democrático de Direito após vinte anos de ditadura militar, a consolidação dos direitos de liberdade e igualdade presente no texto constitucional se tem chocado com as políticas econômicas neoliberais. Principalmente, porque as políticas de emprego gradativamente não são mais consideradas como responsabilidade do Estado, ficando relegadas ao funcionamento dos mecanismos do mercado. A distância da concretização dos direitos sociais, ainda que positivados nas constituições contemporâneas, tem se imposto, em parte, pelo fato de que as decisões políticas, via de regra, são tomadas no âmbito da representação, deixando de fora a maioria das pessoas a quem as decisões se destinam.

Na contra-ordem dessa hegemonia econômica capitalista e diante das tentativas frustradas de recuperar o direito ao trabalho por via de políticas estatais de preservação do emprego, na outra margem da sociedade surgem organizações comunitárias e iniciativas autogestionárias, expressando reações de segmentos de trabalhadores ao desabrigo institucional e ao empobrecimento.

O impacto das transformações das ciências e das tecnologias, tanto nos países do hemisfério Norte como nos do Sul, tem se traduzido em problemas sociais. Ao mesmo tempo, tem sido possível observar o reconhecimento de um multiculturalismo, o qual tem propiciado um vasto campo de experiências de participação democrática e de novas concepções de direito e de justiça (SANTOS, 2002).

No Brasil, uma das primeiras aparições do que seria posteriormente designado como economia solidária ocorreu na década de 80, com os Projetos Comunitários Alternativos - PACs, patrocinados pela Cáritas, organização social da Igreja Católica. Os PACs se destinavam a permitir que a população pobre e marginalizada superasse sua condição mediante seu próprio esforço coletivo (SINGER, 1998, p. 259). Em nossos dias, o último levantamento do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES cadastrou 21.885 empreendimentos de economia solidária no país.²

No entanto, embora as políticas iniciadas durante o final da década de 80 tenham contribuído para o aumento do número de desempregados, assim como o surgimento dos empreendimentos associativos tenha sido mais intenso durante a crise do trabalho assalariado no mesmo período, a economia solidária não pode ser vista como uma simples resposta ao desemprego.

Durante a década de 80 e 90, inúmeras empresas entraram em processo falimentar. As dívidas das empresas com os trabalhadores por conta das rescisões e a impossibilidade de efetivo pagamento aos trabalhadores fizeram com que os sindicatos auxiliassem os operários a formar associações e arrecadar os bens da massa falida como forma de pagamento e manutenção dos postos de trabalho. Os primeiros grupos de trabalhadores a arrecadar as empresas falidas pelos créditos trabalhistas formaram empresas de autogestão, normalmente formalizadas como cooperativas³.

¹ No âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, com apoio do CNPq e da FAPERGS (www.ecosol.org.br).

² Conforme Base de Dados consolidada pelo Grupo de Pesquisa em Economia Solidária da Unisinos.

³ O sindicato, como representante legal dos trabalhadores, intervém perante a justiça e promove a formação de uma associação dos empregados da firma em vias de desaparecer que depois dá lugar eventualmente a uma cooperativa. A questão crucial do processo está em levar aos trabalhadores os princípios da economia solidária, convencendo-os a se unirem numa empresa em que todos são donos por igual, cada um com direito a um voto, empenhados solidariamente em transformar um patrimônio sucateado num novo empreendimento solvável (SINGER, 1998, p. 87).

No entanto, constata-se sua grande dificuldade em estabelecerem-se como cooperativas de trabalho com possibilidade de concorrer com as empresas capitalistas. Além disso, a cultura de que somente formas capitalistas e hierárquicas de gestão podem ser eficientes e de que nas empresas autogestionárias os trabalhadores deveriam abrir mão dos direitos trabalhistas (tais como férias, 13º salário, fundo de garantia por tempo de serviço, etc.), fez com que técnicos e administradores não fizessem parte, em sua grande maioria, das cooperativas que se formavam a partir de empresas em processo falimentar. Os trabalhadores que ocupavam cargos com melhores remunerações, via de regra não participaram das cooperativas, o que evidentemente dificultou aos trabalhadores dos novos modelos associativos a assumir e enfrentar questões que anteriormente competiam às pessoas que ocupavam cargos hierarquicamente superiores.

Ainda assim, as experiências de empresas que surgem a partir da arrecadação de massa falida pelos trabalhadores cresceram pelo país. Em 1994, ocorreu o Primeiro Encontro dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão, no qual surgiu a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária - ANTEAG⁴. A entidade surge não somente para ajudar a luta dos trabalhadores pela preservação dos seus postos de trabalho e, ao mesmo tempo, pelo fim de sua subordinação ao capital, mas também para assessorar as novas empresas solidárias (SINGER, 1998, p. 89).

Diante do crescente aumento do desemprego e das dificuldades crescentes das formas de economia popular convencionais para assegurarem condições de vida e mínima segurança, durante toda a década de 90 diversos empreendimentos de economia solidária se formam em todo o país.

Em janeiro de 2001, em Porto Alegre, durante o Fórum Social Mundial, foi lançado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). A intenção do Fórum, desde sua criação oficial em julho daquele ano, tem sido de propiciar uma maior participação dessas organizações na esfera pública, ao invés de limitar-se aos pequenos espaços totalmente isolados do cotidiano da maioria da população. A finalidade consiste em trocar experiências e refletir sobre os desafios dos empreendimentos de economia solidária, além de unificar as lutas e incrementar a força de pressão das iniciativas locais.

As plenárias organizadas pelo FBES⁵ têm proporcionado arenas políticas, cujas decisões sobre os rumos dessa nova forma econômica têm sido calcadas em processos tendencialmente dialógicos, nos quais os sujeitos participam ativamente dos processos de decisão, pelo processo comunicativo e de interação múltipla.

Os estudos sobre os elementos mobilizadores e sobre as propriedades dessas organizações têm demonstrado a vigência de práticas sociais que ultrapassam as noções mercantis. Criam-se novas relações sociais, capazes de agir em espaços públicos, fazendo com que os atores participem de políticas sociais por meio de ações cooperativas e solidárias.

(...) os dados do mapeamento deixam para trás algumas idéias preconcebidas. Eles indicam que há um número considerável de organizações econômicas efetivamente dirigidas por trabalhadores, que se associam livremente e cooperam entre si, algo portanto bem distinto do fenômeno das cooperativas de fachada e de outras estratégias patronais de aviltamento do trabalho. Além disso, o porte e os resultados econômicos de boa parte dessas organizações demonstram que não se trata necessariamente de uma economia de micro-escala, efêmera e limitada a estratégias de subsistência. Nada indica que a mortalidade dos empreendimentos solidários seja igual ou superior àquelas das empresas convencionais (GAIGER, 2008b).

O primeiro levantamento nacional feito no Brasil sobre economia solidária, relacionado ao SIES, acima brevemente mencionado, foi concluído em 2007. A Secretaria Nacional de Economia Solidária, em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária cadastrou os empreendimentos existentes no país, o que constituiu uma iniciativa pioneira para identificar e caracterizar essas formas de organização do trabalho. Em 2006, Portaria Ministerial do Ministério do Trabalho e Emprego instituiu o SIES (Sistema Nacional de Informações sobre a Economia Solidária), que constitui um banco eletrônico de dados.

No entanto, diversos trabalhos anteriores aos dados divulgados pelo SIES já dimensionavam dados quantitativos e qualitativos de extrema importância na análise da complexidade dos empreendimentos de economia solidária⁶, traçando um grande panorama nacional sobre economia solidária. Em destaque, o Grupo de Pesquisa em Economia Solidária do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) tem desenvolvido diversas pesquisas sobre o tema, as quais servirão de aportes fundamentais nesse trabalho, como veremos.

2. Economia Solidária e democracia

⁴ Os projetos precisavam ser coordenados porque, mesmo que inicialmente pressionados pelo desemprego, quando os trabalhadores assumiam as empresas tinham de enfrentar inúmeras questões, novas para eles, entre elas aquelas relativas ao mercado e à comercialização dos produtos, ao acesso a crédito e controle orçamentário da empresa, à organização do trabalho e da produção, à tecnologia, à legislação. Se, por um lado, as relações de solidariedade entre trabalhadores, o apoio de alguns sindicatos às suas iniciativas eram fundamentais, por outro, não eram suficientes. Havia a necessidade de articular pessoas e instituições, democratizar informações, criar um espaço para o debate e produção alternativa. Enfim, havia a necessidade de uma entidade que assumisse esses papéis. Era o começo da Anteag (SINGER apud NAKANO, 1998 p. 89)

⁵ O FBES é hoje a instância nacional de articulação, debates, elaboração de estratégias e mobilização do movimento de Economia Solidária no Brasil. O FBES representa também o movimento de Economia Solidária frente ao poder público (nas esferas federal, estadual e municipal através da sua Coordenação Nacional e dos Fóruns Estaduais e Municipais) e frente a entidades, redes e articulações nacionais e internacionais. O FBES estrutura-se de forma a garantir a articulação entre três segmentos do movimento de Economia Solidária: empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento, e gestores públicos (<http://www.fb.es.org.br>).

⁶ A Unitrabalho, Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho, fundada no espírito de consorciar as Universidades em torno de ações em prol do conhecimento e da emancipação do mundo dos trabalhadores, veio com naturalidade a integrar os esforços, teóricos e práticos, de compreensão e de propulsão das iniciativas de economia solidária. Buscando materializar o princípio de que toda intervenção social, para ser transformadora, deve estar apoiada em uma visão crítica, continuamente problematizada, a Rede instituiu um grupo de discussão em 1998, sob a liderança do prof. Paul Singer. (...) A seguir, a Rede lançou um programa permanente de assessoria, formação e estudos no campo da economia solidária, hoje envolvendo dezenas de universidades (GAIGER, 2004b, p.9).

As questões abordadas no presente estudo estão vinculadas às concepções democráticas, em especial ao papel reflexivo do processo de emancipação social como constitutivo da democratização da esfera pública.

Nessa perspectiva, a construção de novas solidariedades a partir de sujeitos emancipados, capazes de discutir e revalidar as regras sociais, constitui um componente democrático de alta intensidade⁷ no sentido de exercer influência direta nos mecanismos de decisão de poder do Estado, colocando o núcleo do debate para além das esferas parlamentares.

Com efeito, as formas mais intensas de participação dos cidadãos na formulação, reflexão, implementação e gestão de políticas públicas, encontram sua legitimidade nas constituições democráticas, uma vez que em seu conteúdo normativo há espaços de tensão entre o seu exercício e a sua realização.

Na proposta habermasiana, os arranjos democráticos deliberativos passam pela dimensão da solidariedade, comunicação e emancipação dos sujeitos na legitimidade de suas interferências na esfera pública.

A participação sociopolítica dos empreendimentos de economia solidária (EES), como também a articulação dos empreendimentos com movimentos sociais têm sido objeto de análise de diversos estudos sobre EES⁸.

No Brasil, a economia solidária faz sua primeira aparição na década 80, com os PACs (...). Ainda nesta década, surgiu o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que passou a ocupar terras de latifúndios produtivos, visando à sua desapropriação para fins de reforma agrária. O MST logrou conquistar vários assentamentos de reforma agrária, onde milhares de famílias, de posse da terra, começaram a cultivá-la. Em 1989, um encontro nacional do MST decidiu adotar o cooperativismo como organização da economia nos assentamentos (SINGER, 2003, p. 259).

A base de dados do Mapeamento Nacional da Economia Solidária no Brasil aponta indícios de que os empreendimentos têm estabelecido vínculos sociais comprometidos com o desenvolvimento humano, com a gestão democrática na relação de trabalho, bem como uma preocupação ambiental e de envolvimento dos sujeitos na esfera pública.

Mediante análise dos dados do SIES, é possível perceber indicadores que demonstram a ocorrência de participação política interna (dos sócios nos empreendimentos) e externa (dos empreendimentos em articulações políticas sociais, comunitárias, etc.). Nas tabelas abaixo, é possível observar indícios da participação dos EES no âmbito interno e externo.

No que diz respeito às formas de participação interna, o questionário do SIES, apresenta a seguinte questão⁹:

Quais as formas de participação dos(as) sócios(as) nas decisões?

Acesso ao registro e informações do empreendimento	Frequência	Percentual
Não	9.009	41,2
Sim	12.8465	58,8
Total	21.855	100,0
Decisões sobre o destino das sobras e fundos em assembléia geral ou reunião do coletivo de sócios/as	Frequência	Percentual
Não	11.327	51,8
Sim	10.528	48,2
Total	21.855	100,0
Eleições da diretoria em assembléia geral ou reunião do coletivo de sócios/as	Frequência	Percentual
Não	8.807	40,3
Sim	13.048	59,7
Total	21.885	100,0
Participação dos/as sócios/as nas decisões cotidianas do empreendimento	Frequência	Percentual
Não	7.301	33,4
Sim	14.554	66,6
Total	21.885	100,0
Não existem mecanismos de participação dos sócios/as nas decisões	Frequência	Percentual
Não	21.415	98,0
Sim	440	2,0
Total	21.885	100,0

⁷ Tratar-se-á, na presente comunicação, como democracia de alta intensidade, a possibilidade comunicativa dialógica desenvolvida pelos cidadãos na esfera pública.

⁸ Estudo publicado nos Cadernos CEDOPE da Unisinos em 1994, aponta a articulação dos PACs com diversas forças da sociedade e do movimento popular (GAIGER, 1994).

⁹ Questão referente à gestão do empreendimento. Os dados correspondem a questão 48 do questionário do SIES, aplicado aos EES. As formas de participação aplicada no questionário se referem às seguintes alternativas: a) acesso ao registro e informações do empreendimento; b) decisões sobre o destino das sobras e fundos em assembléia geral ou reunião do coletivo de sócios/as; c) eleição da diretoria em assembléia geral ou reunião coletiva dos sócios; d) prestação de contas aos sócios/as em assembléia geral ou reunião coletiva dos sócios; e) contratações e remunerações definidas em assembléia geral ou reunião coletiva dos sócios/as; f) plano de trabalho definido em assembléia geral ou reunião coletiva dos sócios/as; g) participação dos sócios em decisões cotidianas do empreendimento; h) não existem mecanismos de participação de sócios/as nas decisões. No entanto, na tabela abaixo, apenas alguns indicadores da questão de múltiplas respostas foram selecionados.

Os dados do Mapeamento evidenciam assim que os empreendimentos de economia solidária possuem práticas democráticas internas consideráveis.

No que diz respeito às práticas externas aos empreendimentos, às formas e à incidência dos EES na participação em redes, fóruns, movimentos sociais e comunitários, é possível observar no levantamento do SIES respostas que indicam envoltimentos significativos de articulação política dos empreendimentos.

Para o presente projeto, o levantamento preliminar de dados limitou-se às seguintes questões¹⁰:

Se o EES participa em redes ou fóruns de articulação.

Se o empreendimento participa em redes ou fóruns de articulação	Freqüência	Percentual
Sim	9.989	45,7
Não	11.866	54,3
Total	21.855	100,0

Fonte: Base de Dados do SIES 2008.

Se o EES tem alguma relação ou participa de movimentos sociais e populares¹¹.

Se o empreendimento tem alguma relação ou participa de movimentos sociais e populares	Freqüência	Percentual
Sim	12.611	57,7
Não	9.244	42,3
Total	21.855	100,0

Fonte: Base de Dados do SIES 2008.

Tais dados justificam preliminarmente a hipótese de que o desenvolvimento dos empreendimentos de economia solidária impulsiona uma possibilidade real da criação de novos palcos deliberativos, tendo como terreno outra lógica econômica.

Nesse sentido,

A atividade produtiva e o ambiente de trabalho são gratificantes, moral e socialmente recompensadores, motivando a cada um e fortalecendo os laços de confiança. A independência e a prática cooperativa no trabalho constituem, por certo, um pressuposto dos EES, a condição que lhes permite superar o caráter alienante, subalterno e desumanizante do trabalho assalariado, sobretudo quando temos em vista o aviltamento e a afronta à dignidade a que são submetidos habitualmente os trabalhadores menos especializados. No entanto, a supressão da divisão social capitalista do trabalho não redundará necessariamente na criação de relações horizontais, seja devido à inevitável divisão técnica do trabalho e ao hábito herdado de fazer de toda a diferença um motivo de discriminação, seja devido às tensões naturais, em um ambiente participativo, diante dos desafios continuamente colocados para o empreendimento. (GAIGER, 1999, p. 32).

É possível perceber ainda que os empreendimentos de economia solidária compreendem uma esfera ampla de rede social comunitária. Além dos benefícios econômicos no que tange aos postos de trabalho de seus membros, há a inserção social no âmbito da educação, meio ambiente, saúde, habitação, na esfera local, assim como na esfera nacional, através dos processos dialógicos estabelecidos pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária¹².

Os processos dialógicos compreendem a reflexão conjunta e a observação cooperativa das experiências, através da ampla participação popular em processos políticos, constituídos por mecanismos garantidores de liberdade e igualdade na participação dos cidadãos em processos ativos de formulação política. A autoridade popular na decisão de políticas públicas, legitima a comunicação entre Estado e sociedade.

3. O agir comunicativo, a democracia deliberativa e o sujeito na Esfera Pública

¹⁰ Questões referentes à dimensão sociopolítica e ambiental. Os dados do mapeamento apresentam outras questões importantes que também possibilitam observar a articulação dos empreendimentos com políticas públicas, como, por exemplo, o tipo de movimentos sociais e populares que os empreendimentos se envolvem. No entanto, esses dados serão explorados de forma mais consistentes na tese.

¹¹ Em caso afirmativo, o empreendimento indicou em que área participa ou desenvolve ação social e comunitária, dentre elas: educação, saúde, moradia, trabalho, redução da violência, meio ambiente, lazer, esporte, cultura, instituições assistenciais, dentre outras.

¹² A avaliação da eficiência não deve ademais ser isolada da discussão sobre a eficácia dos empreendimentos, isto é, sobre os fins a serem alcançados e a possibilidade de atingi-los. Obviamente, a eficácia dos EES não se reduz ao faturamento econômico, pois tem a ver com satisfação de necessidades e objetivos materiais, socioculturais e ético-morais. Supera a racionalidade dirigida primordialmente à acumulação, da mesma forma que não se enquadra na estreita relação mercantil entre produtores e consumidores. A racionalidade dos EES, em outras palavras a relação entre fins e meios, está compreendida por valores, voltados à qualidade de vida e à evolução do ser humano. Ela está orientada pela reprodução ampliada (GAIGER, 1999, p. 40)

A concepção moderna de democracia se funda na intersecção de duas tradições distintas: a tradição antiga e a tradição liberal.

Na tradição liberal moderna, a liberdade se constitui como um aporte negativo, como ausência de interferência por parte do Estado e dos outros na esfera privada. Nela estariam compreendidas as liberdades religiosas, liberdade de consciência, de pensamento, de expressão, direitos individuais e de propriedade.

A concepção antiga de liberdade é composta por elementos positivos, ou seja, a ativa participação das pessoas na gestão da coisa pública. Os modelos de democracia liberal do século XIX apresentavam conteúdo procedimental de democracia vinculado tão somente à liberdade negativa, como forma de proteção dos direitos individuais.

No entanto, as bases teóricas que norteiam a democracia deliberativa partem dos valores da Modernidade, conectando-os com a liberdade positiva de participação popular na gestão da coisa pública, em que as decisões devam partir do consenso entre as pessoas às quais as decisões se destinam. Trata-se da inclusão popular no processo democrático.

Os modelos democráticos representativos não correspondem ao centro real de tomada de decisões, pois os mecanismos de escolha limitam a participação popular a legitimar uma classe política que tende à autopreservação e que tem sido cada vez menos representativa dos interesses sociais (BOBBIO, 1996).

Habermas parte da constatação de que as modernas sociedades são também complexas, não havendo convergência entre as pessoas sobre a idéia de bem comum.

Assim, seu pensamento se funda em uma concepção abrangente da modernidade e da racionalidade que lhe é inerente. Se durante o período que antecede a Modernidade havia uma única concepção de bem, universal, natural e sagrado, a qual constituía a noção de sociedade e política, o advento da Modernidade fragmentou essa concepção, não havendo a possibilidade de estabelecer universalmente o que é bem comum.

A própria idéia de racionalidade traz consigo a possibilidade de questionamentos dos valores e crenças, substituindo-as por ideais de cooperação humana na base da organização social, assim como a possibilidade crítica dos conhecimentos.

A concepção liberal não está ligada ao consenso, mas pressupõe valores como a tolerância, o respeito às minorias, a dignidade da pessoa humana, além dos direitos individuais. Este seria o aspecto moral da modernidade.

Dessa forma, a grande dificuldade da teoria crítica tem sido tentar resgatar os princípios (valores) iluministas, sem reduzi-los ao pensamento científico, fazendo com que esses valores façam parte da vida social.

Os riscos e perigos da construção de uma sociedade reduzida à ação técnica encontram-se envoltos em uma atmosfera de grande complexidade e contingência, ensejando uma ruptura paradigmática nas matrizes epistemológicas instrumentais da sociedade moderna, a fim de tornar viáveis as perspectivas democráticas, consoante aos próprios ideais modernos, tais como liberdade e igualdade.

A teoria da ação comunicativa será o pano de fundo da teoria habermasiana, na qual ele realiza uma profunda análise sobre a teoria da ação e seu fundamento racional, tentando desenvolver uma concepção de racionalidade capaz de emancipar-se dos pressupostos individualistas e estatais.

Nesse sentido, a pretensão do autor constitui-se na elaboração de uma teoria crítica da modernidade, apontando suas deficiências e sugerindo novas vias de reconstrução do projeto ilustrado, ao invés de abandoná-lo totalmente. Talvez a maior pretensão dessa teoria seja recuperar o componente moral do liberalismo.

A moderna democracia constitucional traz consigo valores importantes que se fundam em dois princípios políticos: liberdade e igualdade. Assim, o procedimento democrático deliberativo torna-se fundamental em seu aspecto jurídico, pois as regras do jogo democrático é que podem assegurar o consenso discursivo. Todos devem ter as mesmas liberdades e igualdades de condições capaz de garantir os meios democráticos.

Para que o direito mantenha uma legitimidade nessa concepção, é necessário que os cidadãos utilizem suas liberdades comunicativas e tenham interesse em participar ativamente das questões políticas, não apenas como liberdades subjetivas/negativas de ação para a defesa de interesses próprios, mas também como liberdades comunicativas para fins do uso da razão.

Embora a democracia deliberativa se apresente, em parte, como um “método” de tomada de decisão, não se trata de uma teoria exclusivamente procedimental e imutável, ao contrário, pois a compreensão exclusivamente instrumental ou estratégica da racionalidade é inadequada.

A política deliberativa, portanto, não se nos apresenta de forma conceitual como conceito mesmo. Há uma idéia de que a democracia está permanentemente ameaçada e de que a legitimidade é um direito a ser permanentemente conquistado. Parte-se do pressuposto de uma idéia positiva do exercício da liberdade.

Nesse sentido, os procedimentos utilizados na tomada de decisão devem garantir a legitimidade do consenso ou da decisão da maioria.

Os procedimentos democráticos deliberativos devem respeitar alguns princípios, quais sejam: a) a democracia é entendida como um modo de organização do poder político; b) as pessoas que irão ser submetidas às decisões devem participar do processo deliberativo de tomada de decisão; c) o processo de deliberação é livre e se dá entre indivíduos considerados política e moralmente como iguais (HABERMAS, 1997).

Nesse contexto, todos devem ter as mesmas chances de iniciar atos e falas; todos devem ter os mesmos direitos de questionar os pontos estabelecidos para serem discutidos; todos devem ter os mesmos direitos para iniciar argumentos

reflexivos sobre as próprias regras do procedimento discursivo e sobre o modo que estão sendo conduzidas. A decisão, bem como o reflexo dessa, recai sobre os cidadãos que compõem a sociedade e que tomam tais decisões, o que justifica a escolha.

Nesse sentido, a democracia se constitui como indeterminação e invenção política, pois há uma permanente tensão de ameaça à democracia. A argumentação é o ideal da democracia deliberativa. Conectada à razão, visa a transformação da simples agregação de interesses individuais na obtenção de resultados coletivos.

A diferença da política deliberativa para os modelos clássicos do liberalismo, cujos pressupostos circundam em interesses individualistas e capitalistas, é o que caracteriza o eixo da discussão. No modelo deliberativo, a política é concebida como formação da vontade política dos cidadãos, cuja função é utilizar o aparato estatal para fins coletivos, estabelecendo-se a vontade política horizontal, ou seja, sem hierarquias entre os cidadãos, voltada ao entendimento mútuo ou ao consenso almejado pela via comunicativa.

A democracia deliberativa se vincula à esfera estatal através da legitimidade inerente do próprio Estado de direito.

Os princípios do Estado de direito (...) se juntam numa arquitetônica construída sobre a seguinte idéia: a organização do Estado de direito deve servir, em última instância, a auto-organização política autônoma de uma comunidade, a qual se constituiu, com o auxílio do sistema de direitos, como uma associação de membros livres e iguais do direito. As instituições do Estado de direito devem garantir um exercício efetivo da autonomia política de cidadãos socialmente autônomos para que o poder comunicativo de uma vontade formada racionalmente possa surgir, encontrar expressão em programas legais, circular em toda a sociedade através da aplicação racional, da implementação administrativa de programas legais e desenvolver sua força de integração social – através da estabilização de expectativas e da realização de fins coletivos (HABERMAS, 1997, p. 220).

Feitas as considerações políticas sobre a democracia deliberativa, é necessário refletir sobre os atores sociais que se envolvem nos procedimentos dialógicos e se existe uma possibilidade real do indivíduo transformar-se em sujeito emancipado das condições alienantes da razão instrumental.

Para tanto, as considerações a seguir justificam a transformação do sujeito na esfera pública a partir das possibilidades intrínsecas à modernidade.

Embora a modernidade se constitua pelas múltiplas possibilidades do sujeito e pela libertação do homem na sua autonomia de escolha, a racionalidade cartesiana da modernidade tentou reduzir o sujeito em indivíduo, diante da transformação da sociedade em produção e consumo de massa, pelas condições alienantes do trabalho precarizado.

A separação do sujeito dos objetos tornou-se possível pela eficácia da racionalidade instrumental dominada pela técnica e pela ciência. A visão demasiado racionalista ocultou o sujeito humano enquanto ser de liberdade e criação.

No entanto, a cultura capitalista fabril não foi imposta aos trabalhadores sem que esses manifestassem qualquer reação. O mesmo ocorreu com os povos colonizados nos movimentos de libertação nacional, com as mulheres na tomada de consciência que culminou na reivindicação de dispor livremente do próprio corpo.

As vítimas deixam de ser vítimas; tomam consciência de sua situação, protestam, falam. Momento capital já vivido quando operários qualificados, trabalhando geralmente mais em ateliês do que em fábricas, analisaram sua situação em termos de dominação de classe – e sobretudo definiram o que eles eram, trabalhadores contra o que lutavam, o lucro, e em nome do que reclamavam seus direitos: o progresso, a modernidade. Estes trabalhadores não eram inteiramente alienados ou esmagados: apoiados em sua qualificação e numa profissão que muitas vezes os punha em posição vantajosa no mercado de trabalho, falavam em nome de direitos universais – a igualdade, a liberdade, a justiça. (TOURAINÉ, 2006, p. 99)

Como já referido anteriormente, a Modernidade se caracteriza pela liberdade humana, uma vez que os Direitos do Homem traz consigo a liberdade e a autonomia dos sujeitos à própria vida.

(...) continuamos a chamar de modernidade o que é a destruição de uma parte essencial dela mesma. Não existe modernidade a não ser pela interação crescente entre sujeito e razão, entre a consciência e a ciência, por isso quiseram nos impor a idéia de que era preciso renunciar à idéia de sujeito para que a ciência triunfasse, que era preciso sufocar o sentimento e a imaginação para libertar a razão, e que era necessário esmagar as categorias sociais identificadas com as paixões, mulheres, crianças, trabalhadores e colonizadores, sob o jugo da elite capitalista identificada com a racionalidade (TOURAINÉ, 2002, p. 219).

Nesse sentido, a imagem da modernidade ficou ligada por muito tempo à idéia de renúncia aos prazeres e à criatividade, em nome de uma sociedade centrada na produção e no trabalho, mantendo-se assim um forte elo entre modernidade e racionalização.¹³ No entanto o sujeito ultrapassa a concepção de indivíduo racional, ou seja, não é possível despersonalizar o sujeito à própria razão.

O mundo moderno é, ao contrário, cada vez mais ocupado pela referência a um Sujeito que está liberado, isto é, que coloca como princípio do bem o controle que o indivíduo exerce sobre suas ações e sua situação e que lhe permite conceber e sentir seus comportamentos como componentes da sua história pessoal de vida, conceber a si mesmo como ator. O sujeito é a vontade de um indivíduo agir e de ser reconhecido como ator (TOURAINÉ, 2002, p. 220).

¹³ Essa relação é perceptível na obra de Weber sobre as relações entre o protestantismo e o capitalismo.

A partir da idéia de Alain Touraine sobre o sujeito, na qual o autor estabelece conceitos distintos entre o sujeito e o indivíduo, uma vez que todos são indivíduos e que os sujeitos somente se constituem a partir de um reconhecimento social, é possível perceber a dicotomia que pode afastar o sujeito do indivíduo.

Somos freqüentemente atingidos por esta doença da civilização. Por um lado, vivemos um individualismo narcisista; por outro somos tomados pela nostalgia do ser ou do sujeito (TOURAINÉ, 2002).

Enquanto o indivíduo se fragmenta nas múltiplas realidades, revela-se fragilizado e submisso à cultura das indústrias de comunicação de massa. O sujeito passa pela idéia de resistência ao mundo impessoal do consumo ou ao da violência e guerra. Nesse sentido, o sujeito nunca se identifica consigo mesmo, mas se situa na ordem dos direitos e dos deveres, na ordem da moralidade

Somos continuamente desintegrados, fragmentados e seduzidos, passando de uma situação a outra, de uns estímulos a outros. Perdemos-nos na multidão de nossas situações, de nossas reações, de nossas emoções e de nossos pensamentos. O sujeito é um chamamento a si mesmo, uma vontade de retorno a si mesmo, em sentido contrário à vida ordinária (...). É por isso que as primeiras imagens que me vieram à mente para ilustrar a idéia de sujeito foram as de resistentes, de combatentes pela liberdade (TOURAINÉ, 2006, p. 120).

O sujeito não se reduz a ele mesmo. A defesa dos cidadãos frente aos arbítrios do Estado é uma defesa do sujeito, daqueles que não suportam ser considerados como recursos humanos passíveis de ser utilizados eficazmente a serviço do Estado ou da empresa (TOURAINÉ, 2006).

Enquanto o indivíduo se situa na ordem da experiência, do desejo e da percepção, o sujeito se constitui no seu duplo.

Quanto menos forte é a capacidade de uma sociedade se transformar, tanto menos forte é aquilo que eu chamo de sua historicidade, e tanto mais afastado do indivíduo concreto está o seu duplo, que lhe confere direitos assim como os grupos aos quais ele se sente pertencer lhe impõem deveres. Estes direitos não pertencem a um ser social, definido por uma atividade ou uma classe; são ao mesmo tempo individuais e universais (TOURAINÉ, 2006, p.121).

O sujeito, ao contrário do indivíduo, só se configura pelas ações coletivas, se reforça pelas instituições e pela luta por grandes causas. Essas causas configuram-se no âmbito do direito.

Nesse sentido, há uma aproximação teórica interessante entre Touraine e Habermas no que diz respeito à existência de instituições políticas e jurídicas estatais que, embora não tenham grandes conteúdos em subjetivação, tem o objetivo de assegurar as garantias individuais e coletivas provenientes de uma ação coletiva democrática.

O apego dos sujeitos aos direitos fundamentais vem acompanhado do paradoxo que se dá entre a perda de confiança nas instituições e atores coletivos, principalmente políticos, e o fato de estarmos ligados a essas instituições porque elas têm como pressuposto a proteção contra a arbitrariedade e ditadura.

Touraine reduz esse paradoxo, negando uma figura secularizada do sujeito através das representações imaginárias e ligando-o à noção de direitos.

O sujeito, tal como o concebemos e defendemos hoje, não é uma figura secularizada da alma, da presença de uma realidade sobre-humana, divina ou comunitária, em cada indivíduo. A história do sujeito é, ao contrário, a da reivindicação de direitos cada vez mais concretos, que protegem particularidades culturais cada vez menos produzidas pela ação coletiva voluntária e por instituições criadoras de pertença e de dever. É esta passagem, que conduz dos direitos mais abstratos aos mais concretos (TOURAINÉ, 2006, p.128).

É possível perceber que a luta pelos direitos do homem e contra a violência é que configura o sujeito. Ele somente será percebido em relação ao poder que possui ou ao qual está submetido.

Quem correu grandes riscos a serviço de uma causa moral, política ou social é uma figura do sujeito. (...) E pouco importa que estes indivíduos, uma vez passado o momento do brilho, desapareçam na sombra. Em compensação, aquele que é portador de um sentido superior da ação não pode ignorá-la completamente. Ele conhece sua exemplaridade, mesmo que procure fugir dela. (TOURAINÉ, 2006, p.136)

É no reconhecimento dos direitos humanos que o sujeito se reconhece como ser humano e como protagonista de seu próprio sujeito. A experiência de um sujeito se manifesta sobretudo pela consciência de uma obrigação relativa não a uma instituição ou a um valor, mas ao direito de cada um de viver e de ser reconhecido em sua dignidade, naquilo que não pode ser abandonado sem privar a vida de todo sentido (TOURAINÉ, 2006, p. 157).

O sujeito concebido como presença iluminadora de valores superiores aos individuais possibilita a relação humana coletiva ligada às referências de liberdade, igualdade, justiça e dignidade. Nesse sentido, há um resgate das ideologias modernas que não se reduzem à racionalidade puramente instrumental, mas que possibilitam a resistência aos mecanismos de controle.

O movimento social, enquanto carrega o sujeito às costas para que este possa ver mais longe que a multidão, nunca é visível em estado puro; é como um soldado na trincheira ou um rapaz cantando em cima de uma barricada. Da mesma forma, o sujeito carregado por um movimento social encontra-se mais facilmente durante o crepúsculo, ao lusco-fusco, do que em pleno dia; mais facilmente nos hospitais e nos cemitérios do que nos salões nobres do governo ou da oposição. Pois os movimentos sociais não procuram integrar-se na sociedade, mas manter a distância que separa o sujeito e seus deveres da máquina social e seus mecanismos de controle (TOURAINÉ, 2006, p. 141)

Nesse contexto, o sujeito passa a ser a vontade de ação do indivíduo. O sujeito não é conformado com o “lugar” pré-estabelecido da razão instrumental moderna, mas é carregado de tensão e conflito, dado pela racionalização e subjetivação da própria modernidade.

Os movimentos sociais, assim como as ações sociais e comunicativas, correspondem à realização do sujeito, pois representam o espaço em que os valores humanos se sobrepõem aos valores econômicos.

Nessa esteira, podemos perceber algumas experiências sociais que vão além da racionalidade mercantil e que constituem laços sociais humanos diversos da lógica monocultural, promovendo o engajamento cívico e ético dos sujeitos, como a economia solidária.

Em primeiro lugar, é importante entender que a criação de coletivos sob forma de cooperativas ou de associações de economia solidária é susceptível de engendrar uma forte eficácia econômica. Mobilizando sentimentos de lealdade, de solidariedade e de amizade, ela libera energias, permitindo ao coletivo beneficiar-se do trabalho gratuito de seus membros e cria, entre os mesmos, o que Jacques T. Godbout denomina de sentimento de endividamento mútuo positivo (...). Mas, por outro ângulo, parece – e nisto reside o paradoxo central a assumir – que esta eficácia econômica na produção de riquezas para o mercado apenas se realiza enquanto sua obtenção estiver subordinada ao ideal de uma outra riqueza, propriamente humana e social – o amor da família, a amizade dos cooperados, o senso de justiça, a solidariedade diante do infortuito, etc. – e enquanto ela levar a viver momentos de gratuidade e de dádiva que, apenas eles, dão sentido ao conjunto do processo (CAILLÉ apud GAIGER, 2004a, p. 23).

A pesquisa tem como escopo observar as relações políticas e democráticas no interior dos empreendimentos de economia solidária, como também em seu aspecto público, a partir dos fundamentos teóricos acima expostos.

Os indícios evidenciados através do Mapeamento demonstram que as experiências de economia solidária se apoiam em objetivos sociais diversos da razão mercantil. Além desses indícios empíricos, preliminares e contudo representativos, diversos trabalhos¹⁴ de investigação sobre economia solidária apontam que as experiências associativas têm causado impacto na esfera pública, na medida em que os sujeitos ampliam, pela sua racionalidade participativa, seus campos de atuação. Da mesma forma, trabalhos de investigação apontam novas relações sociais que possibilitam maior autonomia dos sujeitos, porque tem sido possível perceber outras condições aos trabalhadores no aspecto emancipatório.

Os dados do Mapeamento Nacional demonstram que o crescimento do número de empreendimentos associativos, bem como a motivação da sua criação, estão vinculados à crise do trabalho iniciada no final da década de oitenta. A maior parte dos empreendimentos mapeados no Brasil parece ter surgido diante da necessidade de renda ou de melhoria das condições de vida. Ou seja, na emergência e na contramão da lógica de exclusão social.

Nessa lógica, a partir dos eixos teóricos propostos, pode ser percebido que as práticas de associações solidárias estabelecem-se como lugar de interesses comuns e não apenas individuais. Em estudo publicado na revista venezuelana CAYAPA, Gaiger, referindo-se às formas de produção solidária, verificou características promissoras no sentido de ganhos sociais pelos empreendimentos pesquisados. Tais características já haviam sido referidas em estudos anteriores. Quais sejam:

(...) a) seus princípios intrínsecos não as impedem de competir no mercado, portanto não necessitam aguardar a dissolução da economia de mercado para existirem e gerarem benefícios; b) possuem vantagens relativas do ponto de vista da eficiência, seja devido à motivação moral e material dos sócios-trabalhadores, seja devido à sua capacidade adaptativa diante de mercados voláteis e fragmentados; c) sua difusão engendra um efeito imediato de distribuição da propriedade e de democratização da economia, com estímulos para o crescimento e a redução das desigualdades; d) geram simultaneamente benefícios sócio-políticos, como a extensão da cidadania e da participação, contrariando o efeito das desigualdades econômicas (GAIGER, 2004a, p. 25).

Outros dados do Mapeamento demonstram a participação dos empreendimentos de economia solidária em alguma dimensão sociopolítica. Assim, as questões 63 a 72 do questionário aplicado no levantamento nacional estão vinculadas à participação dos empreendimentos nas dimensões sociais e políticas. São elas: participação em rede ou fórum de articulação, participação em movimentos sociais e populares, desenvolvimento de ações sociais e comunitárias, envolvimento e preocupação ambiental, qualidade de vida, dentre outras.

Nesse contexto, os empreendimentos de economia solidária não concorreriam apenas com a iniciativa privada no que diz respeito aos postos de trabalho, mas também com o Estado no que diz respeito às políticas públicas de desenvolvimento social e comunitário (GAIGER, 2004).

As experimentações de novas formas de sociabilidades resgatam a possibilidade de efetiva intervenção social na esfera pública. A emancipação toma o lugar da infantilização dos sujeitos em relação à exploração do trabalho precarizado. A possibilidade de emancipação dos trabalhadores pela autogestão de seus empreendimentos, bem como diante do envolvimento de ações sociais coletivas pode transformar o sujeito massificado pelo trabalho industrial em sujeito reformulado (FRANÇA FILHO, LAVILLE, 2004).

A circulação de informações sobre o processo produtivo, a tomada de decisão, a autogestão e as novas formas de divisão do trabalho possibilitam o surgimento de relações sociais mais comprometidas com o desenvolvimento humano e com ação democrática dos sujeitos.

¹⁴ Como já referido, os trabalhos de investigação nos empreendimentos de economia solidária têm se dado no país por diversos pesquisadores em inúmeras instituições de ensino. No presente projeto, as pesquisas se vinculam ao ECOSOL – grupo de estudos em economia solidária do PPG em Ciências Sociais da UNISINOS.

O espaço público é lugar dos interesses coletivos, ainda que a lógica da razão instrumental tenha conferido ao poder estatal a primazia da proteção dos interesses privados.

Na medida em que a preocupação com a propriedade privada deixa de ser individual e passa a ser pública, é exigida do Estado, por parte dos proprietários, a proteção de suas riquezas para seu permanente acúmulo. Essa substituição do homem político como animal social contribuiu para que o espaço público se tornasse o lugar dos interesses privados. Na sociedade de massas, a esfera social é o lugar onde os homens coabitam, mas não interagem entre si. (GAIGER, 2005, p.60)

As organizações de economias solidárias, por sua vez, correspondem ao agrupamento voluntário e consensual que motiva um grupo determinado, estabelecendo laços sociais, assim como desenvolvendo a idéia de igualdade entre seus membros na tomada de decisões de interesses coletivos. Esse reconhecimento social extrapola a dimensão econômica ou individual diante da constituição do sujeito nesse contexto.

Qualquer que seja a diversidade das organizações solidárias, suas estruturas podem ser observadas, segundo Gerardo Carvalho de França Filho e Jean-Louis Laville, por dois traços fundamentais:

O agrupamento voluntário inspira-se na referência a um laço social que se mantém pela implementação de uma atividade econômica. A participação nesta atividade, não podendo ser separada do laço social que a motiva, depende então do princípio do comportamento econômico que é a reciprocidade, regendo as relações entre as pessoas associadas; a ação comum, por estar baseada na igualdade entre os membros é vetor de um acesso ao espaço público que atribui aos membros capacidade de serem entendidos e de agir numa perspectiva de mudança institucional. As estruturas constituídas, excetuando seu papel econômico, instauram espaços públicos de proximidade que são espaços públicos autônomos no sentido de Habermas, ou seja, sob o registro de processos regulados pela solidariedade e não pelo dinheiro ou poder administrativo. (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 47)

Do ponto de vista primordial do desenvolvimento humano, as empresas de economia solidária superam suas concorrentes capitalistas, não porque representem invariavelmente à sua antítese e ameacem sua supremacia, mas porque oferecem outras condições históricas aos trabalhadores, de conteúdo inegavelmente emancipatório (GAIGER, 2004a). Os projetos coletivos contribuem para a racionalização da solidariedade, uma vez que criam espaços para a sua prática intencional e cotidiana (GAIGER, 2004a).

O engajamento humano através dessas possibilidades evidencia o surgimento de novos espaços sociais, capazes de resgatar os direitos humanos, não sob a ótica do individualismo, mas sob o aspecto da coletividade, resgatando a responsabilidade social das decisões deliberativas projetadas na arena social. Esse pressuposto corresponde à constituição do sujeito de Touraine.

A atuação dos empreendimentos de economia solidária na dimensão sociopolítica assume um importante lugar na América Latina, pois historicamente os movimentos possuem um limitado impacto político, bem como uma dificuldade em estabelecer uma clara distinção entre sociedade civil e Estado.

Os empreendimentos solidários coletivos repousam sobre uma racionalidade diversa do acúmulo mercantil, para além do contratualismo individual, na medida em que as organizações se desenvolvem em uma dinâmica coletiva na que tange às atividades econômicas, gerando trabalho e renda, bem como no que diz respeito à dimensão pública não mercantil como educação, cultura, meio ambiente, dentre outras (FRANÇA FILHO, 2004).

Com isso, a economia solidária assume uma dimensão pública organizacional de ação política, capaz de um agir no espaço público, com uma lógica contrária à do *laissez faire*.

Qualquer que seja a diversidade das organizações solidárias, suas estruturas podem ser observadas, segundo Gerardo Carvalho de França Filho e Jean-Louis Laville, por dois traços fundamentais:

O agrupamento voluntário inspira-se na referência a um laço social que se mantém pela implementação de uma atividade econômica. A participação nesta atividade, não podendo ser separada do laço social que a motiva, depende então do princípio do comportamento econômico que é a reciprocidade, regendo as relações entre as pessoas associadas; a ação comum, por estar baseada na igualdade entre os membros é vetor de um acesso ao espaço público que atribui aos membros capacidade de serem entendidos e de agir numa perspectiva de mudança institucional. As estruturas constituídas, excetuando seu papel econômico, instauram espaços públicos de proximidade que são espaços públicos autônomos no sentido de Habermas, ou seja, sob o registro de processos regulados pela solidariedade e não pelo dinheiro ou poder administrativo. (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 47)

O alcance do agir no espaço público permite que os cidadãos assumam o direito de participação e de intervenção na esfera pública através de suas ações sociais, o que extrapola a idéia puramente econômica, pois a associação livre, ao escapar do individualismo contratual, permite que os sujeitos tomem consciência das condições políticas e econômicas nas quais estão envolvidos.

Diante disso, a pretensão de verificar se a economia solidária impulsiona a possibilidade real da criação de novos palcos deliberativos, tendo como terreno outra lógica econômica, e possível, consiste em estabelecer, em caso afirmativo, em que medida existe uma lógica democrática deliberativa nas organizações de economia solidária, bem como se suas redes sociais editam uma nova esfera pública concorrendo com o Estado na gestão de políticas públicas de desenvolvimento?

4. Metodologia utilizada

Os dados do Mapeamento do Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária fornecem um vasto campo de informações, que permite estabelecer parâmetros para uma análise qualitativa dos procedimentos democráticos usuais nas tomadas de decisões dos empreendimentos de economia solidária, bem como a participação dos empreendimentos em redes, fóruns, movimentos sociais e populares.

Parte-se do pressuposto de que a existência de experiências democráticas organizadas de “baixo para cima”, em que haja articulação com outras formas de mobilização e com ações coletivas, se constitui como resistência e como inovação radicalizante diante das formas democráticas representativas. Diante disso, a investigação parte da seguinte indagação: em que medida a economia solidária impulsiona a criação de novos palcos deliberativos, tendo como terreno outra lógica econômica?

Assim, uma questão importante adicional se impõe: é possível afirmar que os empreendimentos de economia solidária se constituem em campos democráticos de alta intensidade?

A base de dados do SIES no Brasil demonstra que os empreendimentos têm estabelecido vínculos sociais comprometidos com o desenvolvimento humano, com a gestão democrática na relação de trabalho, havendo preocupação ambiental, bem como o envolvimento dos sujeitos na esfera pública. Nesse contexto, os dados do mapeamento oferecem informações sobre os perfis econômico, social e político dos empreendimentos, o que permite observar o impacto da economia solidária na vida dos trabalhadores e se há, efetivamente, uma transformação de indivíduos massificados pelo trabalho precarizado ou sem trabalho em sujeitos/atores de outra lógica econômica e inclusiva capaz de se dar pela ação comunicativa.

A investigação parte de outros estudos acadêmicos que vêm sendo feitos e estabelecem indicadores de participação democrática e engajamento social e político. Tendo como pano de fundo a democracia dialógica na economia solidária, um dos principais objetivos é no sentido de constatar a real existência de procedimentos democráticos dialógicos no âmbito interno dos EES, bem como se essa lógica é constitutiva dos empreendimentos.

Para tanto, a pesquisa está direcionada a três importantes metas:

- 1) Análise das práticas políticas internas e externas dos empreendimentos de economia solidária;
- 2) Identificação das esferas de articulação política e de representação dos empreendimentos de economia solidária, bem como as características das principais articulações;
- 3) A relação das esferas de articulação política e de representação da economia solidária com as instâncias próprias da democracia representativa e de gestão pública.

No que diz respeito à participação democrática nos empreendimentos, analisar-se, de forma quantitativa, a partir da base de dados do SIES, o perfil de participação interno dos EES. Com isso, estabelece-se alguns indicadores¹⁵ de alta intensidade democrática no sentido dialógico.

Na esfera da identificação das articulações políticas e de representação dos empreendimentos de economia solidária, a estratégia geral para a obtenção de dados da-se da seguinte forma:

- a) identificação das formas de articulação a partir da análise de secundária de dados quantitativos da base de dados do SIES, na qual é possível encontrar tais articulações em redes, fóruns, etc;
- b) análise das características das formas democráticas dialógicas presentes nos fóruns, a partir da análise direta de suas instâncias representativas: Fórum Estadual de Economia Solidária e Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

No que diz respeito à análise da repercussão da economia solidária como movimento político atuante na esfera pública através dos processos de participação democrática, consolidação e efetivação de políticas públicas, observa-se como se dão esses processos democráticos no FBES.

O FBES se estabeleceu com a intenção de propiciar maior interação dos EES, bem como criar espaços públicos de discussão sobre os rumos dos empreendimentos. As plenárias organizadas pelo FBES têm propiciado arenas políticas, cujas decisões têm sido calçadas em processos dialógicos nos quais os sujeitos participam ativamente dos processos de decisão.

Nesse contexto, se inclui no presente estudo a análise dos documentos produzidos pelas plenárias anuais¹⁶, verificando se as decisões políticas tomadas pelos sujeitos vinculados aos empreendimentos, de alguma forma, se têm consolidado em políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bajoit, G. (1998). *Todo cambia: análisis sociológico del cambio social e cultural em las sociedades contemporáneas*. Trad. Hernán Pozo.
- Bobbio, N. (1996). *A era dos direitos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus.
- Chanial, P. (2004). *Derechos, ciudadanía y solidaridad en un mundo globalizado: para una política de la sociedad civil*. Buenos Aires: Altamira.
- Chatelet, F. (1983) *As concepções políticas do século XX: história do pensamento político*. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

¹⁵ Nesse sentido, os procedimentos utilizados nos debates e na tomada de decisão devem garantir a legitimidade do consenso ou da decisão da maioria. Consoante ao entendimento de que a democracia envolve as pessoas livres e iguais no processo de decisão.

¹⁶ Até o momento já ocorreram quatro plenárias.

- Coraggio, J. L. (2007). *Economia social, acción pública y política: hay vida después del neoliberalismo*. Buenos Aires: CICCUS.
- França Filho, G. & Laville, J. L. (2004). *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: UFRGS.
- Gaiger, L. I. (1994). *Sobrevivência e utopia: Os projetos alternativos comunitários no RS*. Cadernos CEDOPE. Série Movimentos Sociais e Cultura. São Leopoldo: Unisinos.
- _____. & Schulz, G. D. (2005). O mister de reaprender os vínculos entre a economia e a vida social. Laudemir Luiz Zart e Josivaldo C. dos Santos (Orgs.). In *Educação e Sócio-Economia Solidária: Interação Universidade-Movimentos sociais*. Série Sociedade Solidária. Vol. II. Cáceres: Unemat.
- _____. (2004). *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- HABERMAS, J. (1996). *Consciencia moral y acción comunicativa*. Tradução de Ramón García Cotarelo. Barcelona: Península.
- _____. (1999). *A crise de legitimação no capitalismo tardio*. Trad. Vamireh Chacon. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- _____. (2002) *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. Trad. George Sperber e Paulo Astor Soethe. São Paulo: Loyola.
- _____. (1989). *A teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos*. Trad. Manuel Jiménez Redondo. Madri: Cátedra.
- _____. (1997) *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Trad. Flávio Bueno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Laville, J. L. (2004). *El marco conceptual de la economia solidaria*. Trad. Mirta Vuotto. Buenos Aires: Altamira.
- Macpherson, C. B. (1978). *A democracia liberal: origens e evolução*. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Touraine, A. (2006). *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Trad. Gentil Avelino Tritton. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1993). *Production de la société*. Paris: Le Seuil.
- _____. (2002). *Crítica da Modernidade*. Petrópolis: Vozes.
- Santos, B. S. (2005). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez.
- _____. (2007). *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez.
- _____. (2006). *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez.
- _____. (2002). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Singer, P. (2003). *A cidadania para todos*. In *História da cidadania*. Org. Jaime Pinsky e Carla Pinsky. São Paulo: Contexto.
- _____. (1998) *Uma utopia militante*. Petrópolis: Vozes.

Trabalho e Mulheres: Organização e estratégias de geração de renda

Terezinha Moreira Lima Lima
Universidade Estadual do Maranhão
tmlima@elo.com.br

Sara Diniz Nascimento Nascimento
Universidade Federal do Maranhão
saradn@gmail.com

Sahra Caroline Rodrigues Trinta Trinta
Universidade Federal do Maranhão
sahracarol@gmail.com

Resumo: As relações desiguais de gênero no mundo do trabalho têm se acentuado, sobretudo em relação aos processos de desenvolvimento capitalista caracterizados pelo desemprego, precarização e desregulamentação das leis de proteção social que atingem a mão de obra feminina, tanto pela falta de equidade em relação aos homens quanto pelas condições de trabalho impostas às mulheres. Os processos de flexibilização do capital e do desemprego estrutural tendem a influir mais sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho, reservando a elas as ocupações mais precárias com prolongadas jornadas de trabalho, sem garantias sociais e desnivelamento salarial em relação aos homens. Entretanto, no bojo das crises de reestruturação produtiva surgem alternativas de geração de trabalho e renda onde trabalhadores (as) recriam formas solidárias de trabalho fundadas em princípios da auto-gestão e cooperação denominadas de economia solidária com vista ao enfrentamento das crises no capitalismo e dos níveis abismais das desigualdades sociais. Destacam-se organizações de mulheres que objetivam não só a geração de trabalho e renda, mas, também, a aprendizagem de uma profissão e a elevação da auto-estima, não mais se restringindo à identidade de dona de casa, mãe e esposa, como exclusivamente das mulheres. Desta forma, as experiências do Arza Biojóia e da Associação de Mães do Rio Grande de São Luis congregam mulheres artesãs nessa nova forma de organização do mundo do trabalho, desenvolvendo estratégias de geração de renda a partir da cooperação, auto-gestão e solidariedade.

Palavras-chave: Trabalho, Mulheres, Organizações.

INTRODUÇÃO

O atual processo de flexibilização das relações de trabalho e da organização da produção tem representado para trabalhadores e trabalhadoras, formas mais precarizadas de trabalho, altos índices de desemprego e desproteção social. Esse cenário atinge fundamentalmente o trabalho feminino, aprofundando a precarização dos postos de trabalho onde as mulheres estão massivamente concentradas. Embora tenha havido uma grande participação das mulheres no mercado de trabalho, evidenciada a partir da década de 1970, (no Brasil, por exemplo, hoje elas representam 40% da população economicamente ativa), não contribuiu, entretanto, para a superação das desigualdades entre os sexos na esfera econômica, pois as mulheres ocupam postos que necessitam de pouca tecnicidade, recebem rendimentos menores que os homens e enfrentam extensas jornadas de trabalho.

Essas formas cooperadas denominadas pela literatura como economia solidária, fundada nos princípios socialistas de autogestão e coletividade, tecidas historicamente pelos trabalhadores, se expressam como alternativas de geração de trabalho e renda face às crises do sistema capitalista. Nesse sentido, a economia solidária se expressa pela posse associada e coletiva dos meios de produção, não existindo a relação patrão e empregados, pois todos os que trabalham no empreendimento solidário são donos e possuem o mesmo poder de decisão sobre a vida do empreendimento.

Para Singer (2003), “a economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho (p.13)”. Essa assertiva é contraditória posto que vivemos em um contexto capitalista e para que a economia solidária se desenvolva de acordo com os princípios enunciados é imprescindível que haja ou seja construída uma estrutura econômica que possibilite processos igualitários desde as formas de produzir, como produzir, comercializar e consumir criando-se mecanismos estatais e públicos que garantam o desenvolvimento de tal economia.

Desta forma, a economia solidária apresentaria características fundamentadas em princípios socialistas, dentre os quais a existência de propriedade coletiva e associada, a relação intrínseca entre trabalho e posse dos meios de produção, onde todos os sujeitos protagonistas do processo teriam os mesmos direitos e deveres, assim como possuiriam, em tese, direitos iguais aos lucros provenientes dos empreendimentos autogestionários, além da responsabilidade pela gestão e condução dos negócios. Ao invés de salários de acordo com o cargo ocupado, os sócios decidiriam como se daria a distribuição e repartição dos rendimentos, o excedente seria também decidido pelos trabalhadores sócios, dentre outras medidas.

Portanto, teoricamente, são muitas as diferenças das gestões solidárias e em contextos competitivos e concorrenciais em uma empresa capitalista. Entretanto, são claras as contradições de tal modelo alternativo na sociedade capitalista. O cooperativismo enquanto forma secular de produção e de organização das relações de trabalho pode até resolver problemas pontuais e locais onde o desenvolvimento ainda se revela de forma sustentável em seu sentido mais original e pode também se constituir em alternativas às crises do capitalismo, pois como atesta LIMA, (2006), as práticas de economia solidária não se constituem uma novidade porquanto na história da humanidade experiências solidárias sempre estiveram presentes como reação aos processos de exploração.

Paul Singer, no Brasil, é o grande incentivador da economia solidária enquanto política pública, para ele:

A economia solidária cresce em função das crises sociais que a competição cega dos capitais privados ocasiona periodicamente em cada país. Mas ela só se viabiliza e se torna uma alternativa real ao capitalismo quando a maioria da sociedade que não é proprietária do capital se conscientizar de que é de seu interesse organizar a produção de um modo em que os meios de produção sejam de todos os que os utilizam para gerar o produto social (Idem, p.86-87).

A economia solidária vem crescendo em todo o mundo, ganha forças no país como movimento social de contestação das desigualdades oriundas do sistema capitalista de produção, e neste sentido cresce na articulação política e organiza-se através de redes e fóruns, em âmbito regional, estadual e nacional, como é o caso da constituição do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) ratifica o avanço desse tipo de economia como estratégia de desenvolvimento que fortaleça a organização autogestionária e cooperada de trabalhadores e trabalhadoras.

Entretanto ainda se trata de um processo muito lento, sem muitas perspectivas a médio e curto prazo de transformar a economia solidária em política de Estado e não como se desenvolve, atualmente, através de ações compensatórias, iniciativas isoladas e fragmentadas. Em sua maioria, são manifestações diversificadas, onde se destacam cooperativas de produção, associações, coletivos informais, grupos de consumo, troca solidária, recuperação de empresas falimentares, organização econômica de comunidades rurais e tradicionais, dentre outras, tornando-se, portanto, no máximo, alternativas de sobrevivência para trabalhadores (as) expostos ao desemprego e subemprego.

As trabalhadoras são mais atingidas com as crises ocorridas no mundo do trabalho, cuja flexibilização e regulamentação ou desregulamentação dos direitos já conquistados precarizam mais a inserção ou reinserção feminina, fato marcadamente ratificado pelas relações desiguais de gênero. Neste sentido, a economia solidária pode contribuir para a igualdade de gênero, especialmente nas experiências pautadas pela solidariedade e cooperação entre seus membros em determinados contextos e localidades, como historicamente vem ocorrendo.

Esta é uma das questões que procuramos identificar no desenvolvimento deste trabalho, onde se buscou elaborar um perfil das organizações e empreendimentos de mulheres nas áreas urbanas e rurais do Município de São Luís, notadamente no Itaqui-Bacanga, Coroadinho, Quebra-Pote e Maracanã.

Esta nova (antiga) forma de produzir coletivamente tem ganhado força nas periferias e áreas rurais onde a precarização das relações de trabalho e as dificuldades e limitações no acesso ao emprego são mais prementes, além dos processos de exclusão mais enunciados, levando os (as) trabalhadores (as) a procurar meios e formas de agir pela via da solidariedade e do trabalho coletivo a buscarem respostas para os problemas que são comuns a todos, construindo saídas e alternativas especialmente no que toca à questão a geração de renda.

Em relação às mulheres as crises do capitalismo acentuam-se e produzem condições extremamente adversas, pois de acordo com Saffioti, a mulher conta com uma desvantagem social de dupla dimensão, no nível estrutural

Uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolvam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção (1976, p.35).

Esse é um elemento contraditório visto que o desenvolvimento capitalista tem utilizado, historicamente, o trabalho da mulher permitindo a exploração da força de trabalho, garantindo a sua inserção em ocupações de baixa capacidade técnica e subalternizada, fatos já observados por Nogueira, (2004), e bem antes por (SCOTT apud NOGUEIRA, 2004, p.18), revelando a segregação sexual no mercado de trabalho, reafirmando a naturalização da divisão sexual do trabalho relacionada às profissões que devem ser exercidas por mulheres.

Portanto, a inserção da mulher significa também e principalmente um instrumento de exploração do capital com vista à lucratividade, acentuando as discriminações e desigualdades de gênero. Saffioti, (1976), lembra que a valorização da força física do homem “serve de justificativa à hierarquização dos sexos, já que os preconceitos de raça e sexo desempenham, pois, um papel relevante quer na conservação do domínio do homem branco, quer na acumulação do capital”.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E PERFIL DAS ORGANIZAÇÕES ARZA BIOJOIA E ASSOCIAÇÃO DE MÃES DO RIO GRANDE

O movimento de economia solidária tem crescido com o surgimento de associações ou grupos comunitários de geração de renda em muitas das quais se observa a organização e participação das mulheres. Souza (2003) revela que essas associações ou grupos, em sua grande maioria, informais, estão localizados nas periferias das cidades, propiciam baixa sustentabilidade, são formados particularmente por mulheres que trabalham em oficinas de costura e/ou artesanato. Dessa forma, é necessário conhecer e estudar sobre esse tipo de economia que está germinando nesse contexto, processo esse iniciado com o mapeamento da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), realizadas no ano de 2005, que identificou no Maranhão mais de 500 empreendimentos econômicos solidários.

A região onde foi identificado o maior número de empreendimentos econômicos solidários é o Nordeste, que é uma das mais precárias do país. No Brasil, essa preocupação iniciou-se nos anos 2000, a partir do governo Lula, que criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES (Lei nº 4764 de 24 de junho de 2003), ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, coordenada por Paul Singer. Surge o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, no âmbito da sociedade civil, que tem por finalidade articular experiências de economia solidária pelo país e ser um dos principais representantes junto aos organismos governamentais e fóruns internacionais.

Uma das ações desenvolvidas pela SENAES é o mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários, realizado em 2005, com o objetivo de mapear essas iniciativas e conhecer os perfis desses grupos, suas dificuldades e conquistas, ou seja, verificar as necessidades desses grupos para formular políticas públicas que atendam essa demanda. Foram identificados 14.954 empreendimentos econômicos solidários – EES, a partir de uma amostragem em 2.274 municípios brasileiros (correspondente a 41% dos municípios). Considerando a distribuição territorial, há uma maior concentração dos EES na região Nordeste, com 44%. Os restantes 56% estão distribuídos nas demais regiões: 13% na região Norte, 14% na região Sudeste, 12% na região Centro-oeste e 17% na região Sul.

Dessa forma, a política pública de economia solidária se institui como catalisadora no contexto dessas novas relações de trabalho, em meio ao processo de desemprego e de incentivo a mobilização dos (as) trabalhadores (as) por atividades autogestionárias. As atividades de economia solidária são bem heterogêneas, agregando trabalhadores (as) bem diferenciados e com múltiplas habilidades e diferentes formações.

É imprescindível que as políticas de economia solidária considerem estas diversidades de sujeitos e atividades solidárias, promovendo o acesso aos instrumentos e mecanismos de geração de renda, via redistribuição de renda, bens e recursos, que incentivem o acesso aos direitos sociais e que atuem na perspectiva de desenvolvimento, assim como a formação para uma educação associativa, que englobem a cooperação e a autogestão dos (as) trabalhadores (as), além disso, deve-se promover uma política de crédito na perspectiva de fomentar esses empreendimentos, assim construindo organismos que promovam o apoio a essas iniciativas, visando à integração dos EES, e produção de redes de produção.

No âmbito estadual, criou-se a Secretaria de Estado de Trabalho e Economia Solidária – SETRES, que possui um departamento de Economia Solidária, de acordo com informações obtidas, esta promove ações de fortalecimento e a divulgação da economia solidária no Maranhão, através do cadastro de todos os empreendimentos de economia solidária existentes no estado, qualificar os estes empreendimentos, apoiando a gestão e a comercialização dos produtos da economia solidária, e fornecer subsídios para encaminhar e acompanhar os empreendimentos ao sistema financeiro de crédito, criando um programa estadual de agentes de desenvolvimento local.

As dificuldades de se efetivar uma política de economia solidária é a formulação de uma política que abarque a heterogeneidade dos empreendimentos, e torna-se difícil atender toda essa demanda. Além disso, a falta de estrutura da própria política social em si, que não dá conta de fortalecer e fomentar o universo de economia solidária existente.

Sobre as lutas sociais no mundo contemporâneo, verifica-se que o capitalismo recria e redefine estratégias capazes de rearticular alianças e antigas fórmulas para a reprodução dos mecanismos de dominação ideológica e exploração econômica. Desta forma, aprofundam-se problemáticas como a degradação e falta de conservação do meio ambiente e outras questões relacionadas com a sobrevivência de grupos sociais, onde surgem e se rearticulam lutas sociais tendo como horizonte uma sociedade democrática, solidária e a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável.

Os dados sistematizados acerca da área do Itaqui-Bacanga, possibilitam uma primeira aproximação com as organizações e a dinâmica de trabalho das mesmas e, sobretudo, permitindo a identificação pertinente ao eixo mulheres e empreendimentos de economia solidária. Foram identificadas 12 organizações de mulheres: 6 clubes de mães – Anjo da Guarda, Menino Jesus da Vila Embratel, Unidas Venceremos do Bairro São Raimundo, Sagrada Família de Vila Embratel, Nossa Senhora da Vitória, Nossa Senhora da Guia; 03 Associações – Beneficente de Mães da Vila Nova, Bom Jesus dos Aflitos e Associação Feminina de Direitos Humanos; 03 grupos de mulheres artesãs – Arza Biojóia, Arte Biju e Artesãs da Área Itaqui-Bacanga.

Entre os sujeitos envolvidos na criação dos grupos de mulheres com iniciativas de geração de renda destacam-se o Arza Biojóia que possui um estande de venda no CEPRAMA e que desenvolve estratégias e formas de articulação com a Associação comunitária da Área Itaqui-Bacanga (ACIB), com a Associação de Artesãs e com a Universidade Federal do Maranhão, que apóia o grupo através do Curso de Desenho Industrial que ajuda a formular o desing das peças produzidas e o Curso de Biologia que ensina formas de conservação das sementes utilizadas nas bijuterias.

Na área do Quebra-Pote, zona rural de São Luís destaca-se a Associação de Mães do Rio Grande que trabalham de forma coletiva e solidária utilizando a matéria prima para a produção do artesanato da própria comunidade, articulando-se com o SEBRAE e a ALUMAR.

A organização do ARZA BIOJÓIA na perspectiva da economia solidária

O grupo surgiu em 2004, no bairro da Vila Embratel, periferia de São Luís, a partir de um projeto voltado para adolescentes grávidas que viviam em vulnerabilidade social, executado pelo Núcleo de Extensão da Vila Embratel (Adolescentro) setor da pró-reitoria de extensão da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

O projeto desenvolvia ações em torno da gravidez na adolescência, planejamento familiar e DST's, destinado à prevenção e assistência às meninas com gravidez precoce. Esse projeto oferecia ainda, cursos para as adolescentes confeccionarem o enxoval e também curso de bijuteria para aprenderem uma alternativa de geração de renda.

Ao final do curso de bijuteria não se conseguiu formar um grupo de produção com as adolescentes, e isso possibilitou que paulatinamente as mulheres da comunidade participassem dos cursos de bijuteria oferecidos pelo adolescentro e a partir de doações e recursos próprios das mulheres, constituiu-se o Arza¹ Biojóia.

O Arza Biojóia é um grupo informal, formado por 15 (quinze) componentes, sendo 14 (quatorze) mulheres e 1 (um) homem, mas atualmente, apenas 10 (dez) mulheres participam ativamente do grupo. Elas se reúnem semanalmente, as segundas, quartas e sextas no Adolescentro para confeccionar bijuterias de sementes que são vendidas em espaços como feiras, eventos, congressos e em stand fixo de venda localizado no CEPRAMA².

A participação das pesquisadoras, especialmente das bolsistas de iniciação científica, nas reuniões de produção do grupo, onde se realizou entrevistas com aplicação de questionário aberto, revelaram a finalidade do grupo de gerar trabalho e renda para as mulheres envolvidas a partir da cooperação, autogestão e solidariedade.

O trabalho realizado pelas mulheres no Arza Biojóia tem se traduzido numa fonte de renda para elas, bem como, o aprendizado de uma profissão, já que muitas delas estão desempregadas ou nunca adentraram no mercado formal de trabalho.

Abaixo se destaca reflexões a respeito da fala das mulheres, ressaltando a importância da experiência do grupo como profissão para elas.

Faço parte do grupo há 4 anos, moro no Sá Viana e venho pra cá produzir biju dia de segunda, quarta e sexta; quarta é o dia todo, quando tem evento produz direto. Não tinha nenhuma profissão, só dona de casa, essa agora é minha profissão (D).

Faço parte do Arza, há 4 anos nessa carreira... É um meio de sobrevivência, aprendi uma profissão, hoje é o meu trabalho (B).

Nesse sentido, identificou-se como impulsionador da inserção das mulheres no grupo a necessidade de aprender uma ocupação e uma alternativa ao desemprego, isto é, uma estratégia de adquirir renda. Assim, das 10(dez) mulheres participantes entrevistadas, 6(seis) disseram que aprender uma profissão foi a principal causa da inserção no grupo, 2(duas) revelaram que a participação foi motivada pelo desemprego e 2(duas) não responderam.

Desse modo, a atuação do Arza Biojóia apresenta-se como parte do movimento de economia solidária e entra em sintonia com a afirmação tecida por Culti (2004):

¹ Arza: “termo que significa terra fértil de onde brota a matéria-prima para a criação de belíssimas jóias, feitas por mulheres de garra do Adolescentro no bairro da Vila Embratel, na cidade de São Luís MA” (retirado da etiqueta de venda colocada nas bijuterias).

² Centro de Comercialização de Produtos Artesanais do Maranhão (CEPRAMA) é um espaço de venda da diversidade de artesanato produzida no Estado.

A economia solidária pode ser entendida, portanto, como sendo ações de resistência, nascida, predominantemente, das camadas dos excluídos [e excluídas] do mercado de trabalho. Trata-se de uma rede de iniciativas que busca fazer frente à crise da vida social por meio da geração de novas formas de produção de trabalho e de gerar renda (p.8).

O trabalho realizado pelo Arza Biojóia sob a perspectiva da economia solidária corresponde à produção coletiva e cooperada de bijuterias (produção principal do grupo) e alguns artigos de crochê, e ainda a comercialização das peças.

A produção e reuniões do grupo são realizadas nas segundas, quartas (principal de dia de produção) e sextas feiras no Adolescentro, onde de forma autogestionária as mulheres tomam todas as decisões referentes ao trabalho do grupo, como a prestação de contas e balanço das vendas realizadas durante a semana (que ocorrem geralmente na segunda-feira), o controle de qualidade das peças produzidas e avaliação do trabalho.

O trabalho do grupo é apresentado na seguinte fala de uma das artesãs:

A gente se reúne pra produzir todo mundo junto, então, assim, se não tá legal uma peça a gente pede opinião pra colega, se não, é preciso mudar uma semente, esse modelo não tá legal, desmancha e faz outro modelo. Todo mundo tem a liberdade pra falar, dá sua opinião, a gente faz uma reunião. Se tem um evento, por exemplo, a gente se reúne, precisa comprar alguma coisa, a gente conversa, divide e pergunta se todo mundo tá de acordo” (A).

No que diz respeito à comercialização, todas as integrantes do grupo participam desse processo expondo o que cada uma produziu, é organizada coletivamente uma escala de vendas e a quantidade de dias de venda durante o mês é igual para todas as mulheres.

Os rendimentos do trabalho realizado pelo grupo ocorrem de acordo com que cada artesã produzir e for vendido. Elas ainda, não dividem igualmente os lucros obtidos pelas vendas do artesanato, mas pretendem legalizar-se como cooperativa, o que levará à distribuição equitativa dos rendimentos do trabalho.

A respeito dessa questão, uma das artesãs narra sobre a positividade de conseguir legalizar o grupo como cooperativa:

Como cooperativa vai ser bom, porque se vender R\$ 1000,00 vão dividir entre todas, mas tem que estabelecer cotas para produção. Na cooperativa, todo mundo vai ter que trabalhar pra todo mundo receber.. a cooperativa é melhor para o grupo (D).

Com a realização do trabalho cooperado e coletivo as mulheres produzem em maior quantidade, conseguem espaços de venda e firmam parcerias, atualmente o grupo possui parcerias, com o programa Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil, com a UFMA, com o SEBRAE e com a Associação Comunitária da Área Itaqui-Bacanga (ACIB).

Elas dividem, assim, todas as conquistas e ônus do trabalho coletivo. Nesse sentido, o trabalho em grupo é considerado pelas mulheres como forma de alcançar maiores resultados, ao contrário do trabalho individualizado. Assim, conforme a seguinte fala: Com o trabalho individual ia ter muita dificuldade, trabalhando junto a gente consegue mais coisas. Aqui a gente é uma família, ganha dinheiro, desabafa, troca idéias, divide as despesas”(D).

É observado que a experiência de construção de uma alternativa de geração de trabalho e renda de maneira cooperada tecida pelas mulheres do Arza Biojóia, tem representado uma aquisição de renda, permitindo a contestação das relações de gênero vivenciadas no cotidiano familiar, ou seja, o papel do marido como único provedor do lar.

Nas narrativas das artesãs percebemos a relevância do enunciado acima:

Hoje tenho uma renda que não tinha antigamente, era só dona de casa, hoje tenho minha própria renda” (A).

O trabalho no grupo é a minha única fonte de renda no momento. Meu marido trabalha e me ajuda também, é compartilhada a renda, a minha e a dele” (D).

Fico muito orgulhosa quando pego meu dinheiro, pago as continhas... me sinto útil” (R).

Entende-se, ainda, que a participação das mulheres no grupo possibilita uma solidariedade entre elas acerca das desigualdades sociais e de gênero vivenciadas cotidianamente, identificando-se enquanto mulheres, mães, esposas, desempregadas.

Essa experiência tem se revelado, então, como mecanismo para desconstrução da identidade da mulher com exclusiva de dona de casa e mãe, para o rompimento do espaço doméstico/privado e a inserção em um novo espaço de atuação, o público, designado social, cultural e historicamente, a partir da divisão sexual do trabalho e do sistema patriarcal, como masculino.

Ao mesmo tempo em que ocorre esse processo de desconstrução, se inscreve outro, o de construção de uma identidade de artesã, de profissional e de portadora de direitos, que contribui para o processo maior que é o de contestação da ordem patriarcal e das diferenças de sexo metamorfoseadas em desigualdades entre homens e mulheres.

O trabalho dessas mulheres além de contribuir para a geração de renda e aprendizado de uma ocupação representa um impacto para elevação da auto estima, pois a partir dessa experiência elas começaram a superar a timidez de falar, de se expressar; há toda uma mudança de comportamento, de se auto valorizar enquanto mulher.

Nos relatos das artesãs, fica evidente a contribuição do trabalho cooperado para a elevação da auto estima:

O trabalho em grupo é muito bom, ajuda na auto estima. Eu quando entrei aqui tava me achando feia, inútil, mas quando comecei a participar do grupo, comecei a vender, comecei a me arrumar, porque a gente frequenta lugares de classe média, de classe alta, então, a gente tem que se adequar aos lugares que vai expor, hoje me sinto ótima, me sinto bela” (D).

Depois que entrei no grupo mudei muito, mudei meu jeito de vestir, meu jeito de falar, conheci pessoas... ficava só em casa cuidando dos filhos” (R).

O grupo é muito bom... eu era muito tímida, mas agora (risos), falo pelos cotovelos. O trabalho motiva muito, a gente fica auto astral” (B).

Dentro de 4 anos pra cá a minha vida mudou, antigamente não tinha uma experiência de vida e hoje eu tenho... isso trouxe muitas coisas boas pra minha vida, tanto pra minha renda como pro pessoal também, entende? A gente se sente bem... a gente aprendeu a falar, a gente tinha medo de falar com os outros, você acredita? Medo de falar errado na frente dos outros. E isso dificultava até nas vendas, hoje a gente usa a maneira de falar pro cliente comprar” (A).

Essa mudança na auto-estima das mulheres, esse empoderamento da fala permite que algumas mulheres que sofrem a resistência e machismo dos companheiros para participar do grupo, comecem a enfrentar o preconceito e a coerção existente na relação desigual entre marido e mulher vivida por elas. Conforme as falas a seguir:

Meu marido não me incentiva, mas já disse se tiver de escolher entre ele e a bijuteria, vou escolher a bijuteria” (B).

Eu tô aqui hoje porque isso aqui é bom pra mim, mas se dependesse do meu marido... Ele não queria, várias vezes chegou a me ofender. No começo que a gente não vendia, não tinha esse hábito de sair pra evento, a renda era muito pouca, ele chegava a me xingar, dizia que eu tava vagabundando, que eu não queria nada, que deixava minhas filhas em casa e vinha pra cá [para o grupo] só vagabundar, que não ganhava nada. Então, eu tô aqui porque eu gosto, porque é minha profissão... Eu não deixei que ele me dominasse e fui avante no que eu queria” (A).

Assim, o Arza Biojóia tem representado um espaço de valorização do trabalho feminino, de fortalecimento da auto-estima e de empoderamento para as artesãs. Vale ressaltar que segundo as mulheres, o trabalho coletivo propicia maiores conquistas, e dentre elas são apontadas os espaços onde elas expõem e vendem, as parcerias e a possibilidade de adquirir renda.

Entretanto, em meio a essas conquistas o grupo enfrenta algumas dificuldades como a falta de documentação, o que as impede de conseguir crédito para incrementar a produção e a baixa estação para as vendas, geralmente nos meses de janeiro a abril.

As mulheres consideram o trabalho do grupo importante para a comunidade da Vila Embratel, pois segundo as artesãs, nos espaços de venda elas representam a comunidade, e enquanto grupo, conseguem trazer cursos para o Adolescente, ou ainda, elas próprias dão cursos e oficinas de bijuteria, voluntariamente, abertos às mulheres da área.

Diante do exposto, compreende-se que o trabalho do Arza Biojóia expressa a organização de mulheres em torno da economia solidária com a perspectiva de gerar trabalho e renda face às desigualdades sociais criadas pela sociedade de mercado que não possui a capacidade de absorver trabalhadores e trabalhadoras no processo formal de produção da riqueza social.

Nesse sentido, a organização de mulheres para produzir nos moldes da economia solidária, poderá representar um mecanismo de emancipação feminina, como uma estratégia de construção da autonomia das mulheres e de novas relações de gênero. Para Santos et al (2007), a economia solidária deve focar, além da dimensão de classe, as dimensões de gênero e raça, estruturantes das desigualdades existentes na sociedade, rompendo com a naturalização da divisão sexual do trabalho e a subvalorização do trabalho feminino.

E ainda, a contribuição dessa experiência para a autonomia das mulheres do Arza Biojóia, na construção e aprendizado de uma profissão, bem como a desconstrução do espaço doméstico como única esfera de atuação destas, fato que repercute na elevação da auto estima e no confronto das relações desiguais de gênero vivenciadas por elas no contexto familiar.

Assim, o trabalho cooperado e coletivo do Arza Biojóia representa para as mulheres, antes desprovidas de atividade laborativa e realizando outras referentes ao papel de dona de casa, mãe e esposa, alcançar espaços públicos e a superar a timidez da fala e da expressão, negligenciados às mulheres devido à formação social e cultural de masculino e feminino na nossa sociedade, embasada na divisão sexual do trabalho e no patriarcalismo.

Associação de Mães do Rio Grande e o desafio da Economia Solidária

Associação de Mães do Rio Grande – é uma associação comunitária que foi criada motivada pela Igreja Católica, visando a educação das crianças através da escola comunitária e a geração de renda através da produção do artesanato com fibra de buriti produzindo bolsas, sandálias, tapetes e acessórios. As mulheres participam de cursos de capacitação promovidos pelo SEBRAE e já tiveram o apoio da ALUMAR na construção da escola comunitária e na compra da sede da associação.

O grupo tem características de auto-gestão, de economia solidária e de cooperativismo. Trabalham de forma coletiva e pensam no desenvolvimento de sua comunidade de forma sustentável e solidária. A matéria prima para a produção do artesanato é retirada da própria comunidade. As estratégias e formas de articulação do grupo: apoio do SEBRAE e ALUMAR. A principal luta é para a criação da casa do artesanato.

A Associação de Mães do Rio Grande, localizada na zona rural de São Luís, foi criada motivada pra conseguir benefícios para a comunidade, como meio de fornecer educação das crianças por meio da escolinha comunitária e como forma de geração de renda para as mulheres, através da produção de artesanato com fibra de buriti (produção de bolsas, sandálias, tapetes, redes e acessórios).

A organização é composta por 50 famílias, onde apenas 15 atuam diretamente no artesanato, a associação também mantém uma escolinha comunitária, que atende atualmente a 40 crianças, já chegou a ter 150 crianças na escolinha, pois não existia nenhuma escola de ensino infantil na comunidade, como já existe, a demanda pela escola comunitária é menor.

Para iniciar as atividades da associação, elas tiveram o apoio do SEBRAE, que forneceu cursos de capacitação para as mulheres, mas elas sempre trabalharam com artesanato, antes de forma individual e vendiam no reviver, mas elas afirmam que esse trabalho não tinha visibilidade.

Foi a partir da participação do grupo no Projeto Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS, do Banco do Brasil que elas conseguiram iniciar as atividades de geração de renda e construir sua sede, onde através do apoio de uma técnica do banco que propiciou a divulgação do grupo e do artesanato produzidos por elas e cadastrou o grupo na Feira da Cidade. Com a qualificação das mulheres através dos cursos do SEBRAE e com a participação delas no DRS, que propiciou as mulheres o trabalho em conjunto com o artesanato e promover autonomia financeira delas.

Na Associação de Mães do Rio Grande, percebe-se que não são todas as mulheres que atuam diretamente na comunidade, apenas a liderança é presente nas ações e na procura de benefícios para o grupo. Na questão da participação da comunidade parece não existir muito interesse do grupo em trazer benefícios para o Rio Grande, porque os (as) moradores (as) não dão apoio e nem ajudam a associação, e a falta de participação da comunidade em geral é evidente, ao passo que eles (as) nunca aparecem nas reuniões e as atividades concentram-se apenas nas mulheres do artesanato.

Além disso, a entrevistada afirma que “a comunidade não merece que ela se esforce para trazer benefícios para elas, pois eles não ajudam, não apóiam, só sabem falar, a comunidade diz que a gente tá roubando, que eu fico com o dinheiro da associação, mas a gente não rouba nada, porque não tem nada pra roubar” (entrevistada 1). E também afirmam que isso não dá em nada, mas as mulheres evidenciam que elas vendem e que tem lucro e que se não fosse a participação no grupo, muitas mulheres não teriam como se sustentar.

Através do grupo, as mulheres já possuem uma sede, como todos os equipamentos para a produção, máquinas, geladeira, cadeiras, e a outra sede onde funciona a escola comunitária, elas afirmam que “se a comunidade apoiasse o grupo seria bom, nem pagar a associação, eles não pagam” (entrevistada 1).

Isso reflete que ainda é bem incipiente a questão da participação da comunidade nessa nova estratégia, evidencia-se a falta de motivação para lutar e reivindicar benefícios para a comunidade como um todo, vê-se de certa forma que a Associação de Mães do Rio Grande, fica que quase totalmente centralizada no grupo do artesanato, e apenas essas mulheres que atuam efetivamente para conseguir benefícios e melhorias para sua associação, mas a falta de apoio da comunidade dificulta esse trabalho.

A questão do trabalho coletivo foi evidenciada na Associação de Mães do Rio Grande por ser motivado principalmente por uma maior colaboração e pela convivência entre as mulheres, como forma de interação e companheirismo, que também contribui para a produção. Observa-se uma grande interação entre elas na produção do artesanato, como foi relatado nas entrevistas. Todas possuem habilidades diferenciadas, e elas utilizam essa diferença para um melhor aproveitamento na confecção dos produtos. No processo de produção, uma ajuda a outra, seja na confecção de forro, dos enfeites, do acabamento, termina sendo um trabalho coletivo na confecção dos produtos.

Na questão da comercialização, elas vendem mais em feiras e eventos, são delegadas as pessoas que vão vender nas feiras, e estas levam o produto de todas para que não haja diferenciação, essa característica é presente no próprio produto, que embora seja feita por pessoas diferentes, o acabamento é sempre o mesmo, para dar uma uniformidade na produção e dar a característica do grupo para os (as) consumidores (as) apenas ao ver os produtos feitos por elas.

O grupo inicialmente tentou realizar a comercialização com a divisão equitativa para todas, entretanto, essa estratégia não obteve êxito, pois causou certa falta de compromisso de algumas participantes, porque nem todas as mulheres participaram efetivamente, algumas se empenhavam, mas outras não apareciam, assim “algumas ficavam nas costas das outras, e isso não deu muito certo, aí depois disso, a gente resolveu dividir o dinheiro conforme o que faz”.

De acordo com Singer (2002), na autogestão, as decisões são tomadas pelo conjunto dos sócios (as), as ordens e instruções fluem de baixo pra cima; e as informações e demandas de cima para baixo. “A autoridade maior é a assembléia de todos os sócios que deve adotar as diretrizes a serem cumpridas pelos níveis intermediários e altos da administração” (p.18).

Portanto, para que a administração autogestionária se efetive, é necessário que o coletivo dos sócios e das sócias conheça a Associação, o que acontece no processo de trabalho, os problemas vivenciados e as estratégias e alternativas montadas para resolução deste. Dessa forma, “a autogestão exige um esforço adicional dos trabalhadores na empresa solidária, além de cumprir as tarefas seu cargo, cada um deles tem de se preocupar com os problemas gerais da empresa” (SINGER, 2002 p.19)

Esse processo de conciliação do trabalho cooperado no empreendimento e a atuação gerencial tornam-se benéfica, pois a organização atinge seus objetivos, onde tendo uma mobilização do coletivo para efetivar as demandas apresentadas para o funcionamento do empreendimento, colaborando para uma maior cooperação entre sócias e sócias, na concretização das atividades, sem a necessidade de uma competição desenfreada que acaba prejudicando o processo autogestionário.

Mas isso não acontece em sua maioria, onde se vivencia certo desinteresse das sócias nas questões administrativas, pois é mais fácil delegar a alguém as decisões da gestão do empreendimento do que realizar um duplo esforço de trabalhar na produção e na gestão, entretanto essa atitude pode deslindar da idéia de autogestão e descaracterizar a economia solidária.

Isto é bem evidente em diversas associações e grupos que se reúnem principalmente para escapar do desemprego e da pobreza, pois em grupos eles (elas) tem mais chances de sobreviver no mundo do trabalho do que isolados (as), mas ainda não é bem difundido, explicitamente os princípios da economia solidária, embora alguns grupos pratiquem essas estratégias sem se dar conta de que são grupos autogestionários e solidários à medida que trabalham conjuntamente, e trazem benefícios para as comunidades onde vivem numa perspectiva de desenvolvimento a partir da coletividade.

Esse fenômeno é presente na Associação de Mães do Rio Grande, onde se percebe que grande parte das atividades é centralizada na presidenta da associação, pois a partir de relatos da liderança, as mulheres em geral não se interessam pela questão da administração do grupo, a partir da fala da liderança “elas não querem assumir, assumir uma coisa dessas é chata, a gente anda tanto, pra construir essa casa eu andei muito, me estressei muito, pensei até em desistir”, ela afirma que a “carga fica só em cima da pessoa responsável”.

A questão do trabalho coletivo foi ressaltada no grupo motivado principalmente por propiciar uma maior colaboração e pela convivência entre as mulheres, como forma de interação e companheirismo, que também contribui para a produção. Isso acontece na Associação de Mães do Rio Grande, onde se percebe uma grande interação entre elas na produção do artesanato, como foi relatado nas entrevistas. Todas possuem habilidades diferenciadas, e elas utilizam essa diferença para um melhor aproveitamento na confecção dos produtos. No processo de produção, uma ajuda a outra, seja na confecção de forro, dos enfeites, do acabamento, termina sendo um trabalho coletivo na confecção dos produtos.

Como enfatizado anteriormente, as mulheres participam de todo o processo de confecção do artesanato. No processo de beneficiamento, as mulheres fazem o trabalho de escolha, cozimento e tinturaria das fibras e a secagem, para que após esse seja confeccionado o artesanato.

Mesmo que se consiga realizar e consolidar essa empresa solidária, percebemos algumas dificuldades quanto à participação dos trabalhadores em geral no processo decisório, pois em vários desses empreendimentos, há uma concentração do poder de decisão apenas na diretoria, pois muitos (as) trabalhadores (as) ainda estão ideologicamente vinculados (as) na relação patrão/ empregado (a), por isso que ainda percebe-se uma sobrecarga na presidenta da associação, porque sempre que precisa participar de alguma reunião, ou buscar algum benefício para o grupo, apenas a liderança que realiza esse trabalho.

A questão do trabalho coletivo foi evidenciada no grupo por ser motivado principalmente por propiciar uma maior colaboração e pela convivência entre as mulheres, como forma de interação e companheirismo, que também contribui para a produção. Isso acontece na Associação de Mães do Rio Grande, onde se percebe uma grande interação entre elas na produção do artesanato, como foi relatado nas entrevistas. Todas possuem habilidades diferenciadas, e elas utilizam essa diferença para um melhor aproveitamento na confecção dos produtos. No processo de produção, uma ajuda a outra, seja na confecção de forro, dos enfeites, do acabamento, termina sendo um trabalho coletivo na confecção dos produtos.

Na questão da comercialização, elas vendem mais em feiras e eventos, são delegadas as pessoas que vão vender nas feiras, e estas levam o produto de todas para que não haja diferenciação, essa característica é presente no próprio produto, que embora seja feita por pessoas diferentes, o acabamento é sempre o mesmo, para dar uma uniformidade na produção e dar a característica do grupo para os (as) consumidores (as) apenas ao ver os produtos feitos por elas.

Portanto, para que a administração autogestionária se efetive, é necessário que o coletivo dos sócios e das sócias conheça a Associação, o que acontece no processo de trabalho, os problemas vivenciados e as estratégias e alternativas montadas para resolução deste. Dessa forma, “a autogestão exige um esforço adicional dos trabalhadores na empresa solidária, além de cumprir as tarefas seu cargo, cada um deles tem de se preocupar com os problemas gerais da empresa” (SINGER, 2002 p.19)

Mas isso não acontece em sua maioria, onde se vivencia certo desinteresse das sócias nas questões administrativas, pois é mais fácil delegar a alguém as decisões da gestão do empreendimento do que realizar um duplo esforço de trabalhar na produção e na gestão, entretanto essa atitude pode deslindar da idéia de autogestão e descaracterizar a economia solidária. De acordo com Singer (2002)

O perigo de degeneração da prática autogestionária vem, em grande parte, da insuficiente formação democrática dos sócios. A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica e necessária em si, mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. É para isso que vale a pena se empenhar na economia solidária. Acontece que até agora, grande parte dos cooperados se insere na economia solidária enquanto modo de produção intersticial (...), ou seja, para se reinserir à produção social e escapar da pobreza. Muitos não chegam a apreciar as potencialidades da autogestão, aceitando-a no máximo como exigência coletiva para poder participar da cooperativa (p.21)

Isto é bem evidente em diversas associações e grupos que se reúnem principalmente para escapar do desemprego e da pobreza, pois reunindo-se em grupos eles (elas) tem mais chances de sobreviver no mundo do trabalho do que isolados (as), mas ainda não é bem difundido, explicitamente os princípios da economia solidária, embora alguns grupos pratiquem essas estratégias sem se dar conta de que são grupos autogestionários e solidários à medida que trabalham conjuntamente, e trazem benefícios para as comunidades onde vivem numa perspectiva de desenvolvimento a partir da coletividade.

Nesse sentido, a Associação de Mães do Rio Grande foi criada motivada pra conseguir benefícios para a comunidade, como meio de fornecer educação das crianças por meio da escolinha comunitária e como forma de geração de renda para as mulheres, através da produção de artesanato com fibra de buriti (produção de bolsas, sandálias, tapetes, redes e acessórios).

Desta forma, compreende-se o conceito de economia solidária conforme as reflexões de Singer (2002), que afirma a economia solidária ser um modo de produção cujos princípios são a propriedade coletiva, unindo a todos e todas em apenas uma única classe de trabalhadores (as), que possui capital igualmente em cada empreendimento ou grupo, resultando assim, uma sociedade igualitária.

No empreendimento solidário, não há um patrão, pois todos os (as) trabalhadores (as) participam tanto do processo de produção quanto nas decisões administrativas em igualdades de condições. Singer ratifica que “a empresa solidária é

basicamente dos trabalhadores, que apenas secundariamente são seus proprietários. Por isso, sua finalidade básica não é maximizar o lucro, mas a quantidade e a qualidade do trabalho”. (2002, p.84), porque na empresa solidária não há lucro – como na empresa capitalista – e sim os (as) sócios (as) não recebem salários, mas retiradas.

São elas que decidem de forma coletiva, qual o discurso dessa retiradas, e as sobras da produção, onde na economia solidária, trabalha-se em função de sua comunidade. Esse fator é preponderante ao analisar a realidade maranhense, onde a destinação das sobras e/ou excedentes é quase que totalmente para trazer benefícios para o local (comunidade) onde vivem e produzem.

Na zona rural, isso é bem evidente, pois através dos rendimentos do grupo solidário, geralmente a associação de moradores, que viabilizam a construção de poços artesianos ou cisternas, asfaltamento e pavimentação das ruas, energia elétrica e a compra de equipamentos para incrementar a produção, que são os principais produtos e serviços adquiridos para a promoção de bem estar e qualidade de vida para essas pessoas e suas famílias. Esses serviços de saneamento básico e de infra-estrutura, atribuições do Estado, que na insuficiência de seu atendimento, acabam os grupos econômicos solidários respondendo a essas demandas que são necessidades e sua comunidade e deles (as) próprios (as). Medeiros justifica que

Os laços de cooperação e solidariedade são praticados no cotidiano dessas pessoas – em melhoria das condições de habitação, saúde, educação e transporte, assim como pela necessidade de se criarem novas dinâmicas econômicas e sociais capazes de gerar novas alternativas e possibilidades que quebrem o ciclo de exclusão e pobreza. (2006. p.14).

Diante disso, a economia solidária destina-se a proporcionar as pessoas, estas enquanto produtoras e consumidoras, uma melhor condição de vida, contribuindo assim, para a construção de um novo ser humano e de uma nova sociedade, em que solidariedade e cooperação sejam realidades presentes na vida e no comportamento dos indivíduos, valores estes que foram gradativamente subsumidos com a ideologia capitalista.

CONCLUSÃO

Como se verifica, os preconceitos baseados nas diferenças entre os sexos são utilizados, historicamente, em todas as sociedades, como justificativa da pseudo incapacidade da mulher para exercer determinadas ocupações e profissões no mercado de trabalho. Tais argumentos têm servido para acentuar a subalternidade da mulher nas relações de trabalho e em todas as dimensões de sua vida servindo de anteparo para teses machistas, patriarcais e dominantes no mundo do capital e da reprodução social, incidindo nas relações sociais de modo geral e na divisão sexual do trabalho, sendo a existência das mulheres perpassada pela dimensão de classe, raça, etnia e pelas relações de gênero.

A exploração por meio do trabalho assalariado e a opressão do masculino sobre o feminino, conforme Hirata, “são indissociáveis, sendo a esfera da exploração econômica – ou das relações de classe – aquela em que simultaneamente, é exercido o poder dos homens sobre as mulheres”, (2002, p. 277). O capital é o grande beneficiado com a entrada das mulheres no meio fabril, aumentando o contingente proletário, acirrando a concorrência entre os (as) trabalhadores (as), rebaixando os salários masculinos e as mulheres recebendo salários ainda mais baixos. O processo de reestruturação produtiva proporcionou o aumento da informalidade, da flexibilização da mão-de-obra, da precarização dos postos de trabalho e terceirização da produção.

Concomitante ao crescimento do processo de feminização do trabalho aumenta a precarização dessa mão-de-obra, trazendo as mulheres para o trabalho informal, os trabalhos de meio período, suscitando novas formas de subalternidade, onde o trabalho é tido como uma atividade auxiliar e o salário como complementar a renda familiar permanecendo o homem, na maioria das vezes, como a figura do provedor do lar.

As mulheres inserem-se em sua grande maioria nos trabalhos parciais e na economia informal, acrescido ainda a questão da flexibilidade da mão-de-obra, que acaba rebaixando os salários, pela falta de cumprimento das leis trabalhistas que elimina as garantias sociais. Assim, a questão das desigualdades de gênero ainda é bem presente e reforçada pelo fator cultural que naturaliza as formas de discriminação sofridas pelas mulheres em diversas áreas da sociedade.

Verifica-se, entretanto, que as mulheres, apesar das dificuldades enfrentadas vão conquistando espaços na sociedade, através de lutas por garantia de direitos e de cidadania. Em relação à economia solidária é reconhecido que este tipo de economia fomenta a incorporação de valores, princípios e práticas aproximando as classes subalternas e os segmentos mais excluídos da sociedade. Neste sentido, é salutar o surgimento desses empreendimentos despertando a consciência política, ainda que seja um aprendizado demorado, mas possibilita a luta compartilhada por objetivos bem definidos, mesmo que, no limite, o fundamento seja a questão da sobrevivência.

Desta forma, tem se observado em todo o país exemplos de lutas que tem como horizonte a emancipação humana a partir de conquistas como reforma agrária, os projetos de agricultura familiar, a democratização do acesso à terra e as condições de uso e de produção. Nesses exemplos ressaltam-se as comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, extrativistas, pescadores, etc. Em termos das lutas urbanas, as conquistas tem resultado na formulação das políticas públicas voltadas para o acesso à moradia, a defesa e preservação do meio ambiente e ecossistemas pelo desenvolvimento sustentável.

Lembrando que os movimentos de mulheres e feministas têm claro que as conquistas ainda são morosas e lentas contra a discriminação e pelo reconhecimento do lugar da mulher nessa economia fundada em princípios solidários. As mulheres têm vivenciado mudanças significativas como o aumento da participação feminina no mercado de trabalho apesar da coincidente precariedade do emprego e das condições de trabalho ainda prevalecerem.

Sobretudo em relação aos segmentos populares, seja no campo ou cidade é identificada, no processo de expansão e inserção do trabalho feminino, a necessidade de sobrevivência tendo em conta a falta de emprego, o desemprego, o subemprego, além da falta de perspectivas em termos de políticas públicas que garantam o acesso das famílias a um mínimo de segurança e dignidade. É nesse caso que a participação feminina, nessas localidades, confirma que é no setor terciário que se concentram as atividades ditas alternativas³

Portanto, as iniciativas autogestionárias das mulheres do município de São Luís, a partir da amostragem feita por nossa pesquisa, demonstram que é na informalidade que as trabalhadoras têm encontrado saídas para vencer as dificuldades, ao mesmo tempo reinventam, criam e recriam formas de produzir a partir dos recursos locais, gerando renda e construindo possibilidades de inserção no mercado de trabalho a partir de práticas solidárias e cooperativas.

A Associação de Mães do Rio Grande constituída de moradoras da mesma localidade, mantém um laço afetivo de vizinhança e amizade e até mesmo ou parentesco. Através do grupo, as mulheres já possuem uma sede, como todos os equipamentos para a produção, máquinas, geladeira, cadeiras, e a outra sede onde funciona a escola comunitária, elas afirmam que “se a comunidade apoiasse o grupo seria bom, nem pagar a associação, eles não pagam”.

Isso reflete que ainda é bem incipiente a questão da participação da comunidade nessas novas estratégias, evidencia-se a falta de motivação para lutar e reivindicar benefícios para a comunidade como um todo, vê-se de certa forma que a Associação de Mães do Rio Grande, fica que quase totalmente centralizada no grupo do artesanato, e apenas essas mulheres que atuam efetivamente para conseguir benefícios e melhorias para sua associação, mas a falta de apoio da comunidade dificulta esse trabalho.

A categoria gênero explica as desigualdades sociais e culturais engendradas entre homens e mulheres na sociedade, bem como as relações de dominação e opressão vivenciadas pelas mulheres, acarretando dessa forma, as noções de mundo e do que é ser mulher na sociedade. Dessa forma, para pensar a economia solidária como uma alternativa para suprimir as desigualdades de gênero, é necessária que essa proposta inclua em seus preceitos a participação igualitária das mulheres e a discussão das relações de gênero. Isso foi evidenciado pelas mulheres no grupo, pois muitas relatam que foi através do artesanato que elas conquistam sua independência financeira, sua autonomia, muitas afirmam que foi com o artesanato que elas criaram e sustentaram seus filhos.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. (2002). Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial.
- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? : ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- BOAVENTURA, S. S. de (org). (2002). Produzir para viver: os caminhos da produção capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CULTI, Maria Nezilda. MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: Desafios Sociais e Políticos. In: IV Congresso Europeo CEISAL de Latinoamericanistas. República Eslovaca. 2004. Disponível em: <<http://www.unitrabalho.org.br>> Acesso 21 nov 2007
- HIRATA, Helena. A Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo, Boitempo Editorial, 2002
- LIMA, T. M. (2003). As novas configurações da sociedade e a questão da solidariedade. In: COSTA, Cândida da; LIMA, Terezinha M. (Org.). Políticas Públicas, Trabalho e Movimentos Sociais no Maranhão. São Luís: EDUFMA. MEDEIROS, 2006
- NOGUEIRA, Claudia Mazzei. A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- SAFFIOTI, Heleieth I.B. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. <http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html> Acesso em 7 nov 2005.
- SINGER, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (orgs). A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- _____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de S. (org). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2002.
- _____. Introdução à Economia Solidária. 1. ed. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.

³ Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD/IBGE (2004) resalta que cerca de dois terços das mulheres ocupadas estavam concentradas em quatro grupamentos de atividades (serviços domésticos; educação, saúde e serviços sociais; agrícola; e comércio e reparação), sendo que o maior absorvia 17,1% e o menor, 15,9%.

Cooperativismo: Uma alternativa organizacional do trabalho

Thatiana de Andrade Figueira Avila
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
thatianafigueira@yahoo.com.br

João Eduardo Tombi Avila
Cooperativa de Produtores do Cerrado
agrojoaoeduardo@yahoo.com.br

Ariany Maia Santos
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
arianyamaia@hotmail.com

Leonardo Francisco Figueiredo Neto
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
lffneto@nin.ufms.br

Resumo: O artigo analisa as cooperativas como uma alternativa viável de organização do trabalho, desvinculando-se do modelo estrutural individualista e centralizado voltando o olhar para a cooperação. Algumas diferenças entre cooperativa e empresa privada são apresentadas, assim como uma apresentação da gestão cooperativa e alguns desafios são expostos no ato de cooperar. O objetivo é expor uma alternativa viável de trabalho e caracterizar a organização cooperativa bem como suas peculiaridades.

1. Introdução

Depois de uma aventura galante que, segundo parece, ocorreu alguns dias depois da criação do mundo, o homem foi condenado por Deus a ganhar o pão com o suor do seu rosto (MARX, 2008). A partir de então, o homem tornara-se responsável por seu sustento e por empenhar um determinado esforço ora maior, ora menor para então conquistar do pão de cada dia às superfluídades.

A palavra “trabalho” é originada no vocabulário latino “TRIPALIUM” – denominação de um instrumento de tortura formado por três (tri) paus (pali) (BUENO, 2000). Mesmo sem a precisão e até mesmo a utilização, em tempos primórdios, da palavra trabalho o homem já se dedicava a esta tarefa indispensável para a vida de todos – ou quase todos. Com o decorrer da história e o conseqüente aparecimento e difusão da palavra trabalho, os “torturados” eram os escravos e os pobres que não podiam pagar os impostos. Portanto, quem trabalhava na época eram os destituídos de posses.

Contudo, houve certa evolução da palavra trabalho. Da situação de tortura ela passou a caracterizar atividades produtivas realizadas pelos trabalhadores em geral. Nesta situação ela representava as diversas atividades braçais exercidas pelos mais distintos trabalhadores como os artesãos, os agricultores, entre outros. Atualmente atribuímos uma outra característica à palavra trabalho: os talentos e as habilidades humanas. O salto aqui, considerável, confere ao trabalho não apenas força física, mas também confere força intelectual.

A execução do trabalho tem algumas notáveis conseqüências. Na maioria delas, a finalidade é a elaboração de um produto. No início da história do trabalho o que chamamos de “produto”, era elaborado por um único indivíduo. Todas as etapas da elaboração, da matéria-prima ao produto final, eram de responsabilidade de uma determinada pessoa que eventualmente contava com um ou outro aprendiz para a transmissão do conhecimento.

Com o passar dos anos, das décadas e até mesmo dos séculos, o produto tornou-se cada vez menos obra individual. Ele deixou de lado a sua característica marcante de ser arquitetado e produzido por apenas uma pessoa e, na verdade, passou a ser a soma das partes que produzidas separadamente chegam a uma forma final constituindo, assim, o mesmo produto.

As diversas atividades que um indivíduo executa para a elaboração total de uma determinada mercadoria exigem qualidades de diferentes índoles. Uma vez separadas e feitas independentes as etapas do processo de produção da mesma mercadoria são divididas e delegadas a indivíduos ou grupos segundo os seus domínios e facilidades. “O trabalhador fracionado chega a ser tanto mais perfeito quanto mais incompleto é” (MARX, 2008).

Na realidade, esse desmembramento da produção em etapas não apenas interfere no produto, como também influencia a estrutura da organização do trabalho. O trabalho que antes era individualizado sofre uma divisão, entre indivíduos e grupos. Talvez a primeira grande divisão do trabalho seja a que se refere ao sexo. Na maioria das sociedades do passado, a atribuição das tarefas a um ou outro sexo derivava da força física. Outro fator que influi na divisão do trabalho é a idade. Divididos da seguinte maneira: infância, juventude, maturidade e velhice. Outra influência seria a casta, ou seja, a raça, a classe social. Por fim, a divisão do trabalho também pode basear-se em habilidades especiais.

Enfim, as naturezas pelas quais o trabalho pode ser dividido são as mais diversas. Podendo variar de uma sociedade para outra levando em consideração os aspectos culturais presentes nesta sociedade. Mais uma coisa é certa, o trabalho uma vez segmentado, vem transformando as estruturas e as relações organizacionais estabelecendo as atribuições de cada participante, os meios de obrigatoriedade e as condições necessárias. Como bem exemplifica Chiavenato (1936, p. 14):

cada participante deve saber qual a sua tarefa, qual a sua capacidade de comando sobre os outros, sobretudo, quais os limites de sua tarefa, direito e poder, para não ultrapassar esses limites nem interferir na competência alheia nem prejudicar a estrutura existente. Assim, as incumbências administrativas são altamente diferenciadas e especializadas e as atividades são distribuídas de acordo com os objetivos a serem atingido.

Portanto, toda essa divisão do trabalho acontece dentro de uma organização qualquer. Algumas organizações prezam por mais outras por menos divisões internas do trabalho a ser exercido. O fato é que quando tratamos de organizações a palavra divisão aparece notoriamente relacionada.

Entendendo um pouco das organizações vigentes, Lakatos (1985) discrimina três tipos: “as organizações coercitivas, as organizações utilitárias e as organizações normativas”. As coercitivas exibem sua principal característica onde a coação é um meio de controle predominante como, por exemplo, as prisões. As utilitárias apresentam sua peculiaridade a partir de controles de natureza financeira, ou seja, estabelecimentos e empresas de vários tipos. E as normativas, são as que se fundamentam em normas e sanções, como as igrejas, os partidos políticos, etc.

No presente trabalho, nos atentaremos para a segunda classe das organizações anteriormente citadas: as utilitárias. Dentro deste tipo de organização uma gama longínqua de estabelecimentos e empresas se concentram oferecendo os mais diversificados ramos de produtos. Trataremos de forma peculiar o cooperativismo como uma forma de organização do trabalho.

A sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdalle, criada em 1844 por vinte e oito tecelões ingleses, da cidade de Rochdalle, é o marco inicial do cooperativismo (HOLYOAKE, 1975). Naquela ocasião foram lançadas as bases concretas da doutrina e valores do cooperativismo. Os pioneiros tinham por objetivo principal melhorar as condições domésticas e sociais de uma maneira geral dos tecelões. Nesta iniciativa precursora, a fim de satisfazer as necessidades dos envolvidos criou-se uma cooperativa de consumo, um armazém, em uma região desacreditada por pertencer a uma classe monetária baixa, que em curto tempo superou as expectativas tornando-se um caso de sucesso e iniciativa para a propagação do cooperativismo nos quatro cantos do mundo.

Para mérito de definição, a cooperativa é uma associação de pessoas que se organizam, espontaneamente, para defender seus interesses econômicos, através da participação democrática, da ajuda mútua e da economia solidária. A cooperativa é ao mesmo tempo uma empresa e uma sociedade de pessoas. Como empresa é uma unidade de produção, centralizada em suas estruturas ou descentralizadas das mesmas, visando maximizar a geração de produtos e serviços, com vistas não ao lucro, mas ao melhor atendimento dos associados. Como grupo de pessoas trata-se de um grupo social que se articula e se estrutura para proporcionar, através do processo de cooperação, uma série de serviços que atendam às necessidades do grupo – as mais diversas.

A reunião dos homens é a própria condição da ação em comum. A reunião de numerosas forças em uma força comum implica em um maior contato social que eleva a capacidade individual de produção.

Segundo Perius (1983), os objetivos do cooperativismo são: “realização da justiça social, melhoria de renda, da promoção e das condições de trabalhos dos associados”.

A justiça social promove o associado e elimina o lucro intermediário. Por sua vez, a melhoria da renda acontece na medida em que a “mais valia” fica retida ao grupo associado. A melhoria da promoção dos trabalhadores se desenvolve, pois estes adquirem o status de empresários ou autogestionários de suas próprias atividades. Por fim, a melhoria das condições de trabalho na medida em que enquanto autogestionários, os mesmo determinam em comum e de forma democrática as regras da atuação do trabalho.

Neste sentido, e na medida em que o objetivo geral deste trabalho é expor uma alternativa viável de organização do trabalho, o cooperativismo caracteriza-se como determinante para a fundamentação teórica deste processo, aqui, como uma co-evolução dos trabalhos, das profissões e organizações. A pesquisa tem como objetivo subsidiário a exposição características que difere o cooperativismo das demais empresas, a caracterização da gestão cooperativa, e os principais desafios da cooperação.

Para tanto, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental (LAKATOS; ZAMBONI, 1990). Nesta pesquisa, então, os dados secundários foram fonte para o desenvolvimento teórico apresentado neste artigo.

2. Diferenças entre Cooperativas e Empresas

Segundo Franke (1973), uma sociedade empresária manifesta-se como uma organização técnico-econômica, que ordena o emprego de capital e trabalho, para a exploração, com fins lucrativos, de uma atividade produtiva. Assim sendo, já de forma conceitual, a cooperativa distancia-se dos fins adotados pela sociedade empresária, marcada, fundamentalmente pela finalidade lucrativa.

De acordo com a definição da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), revisada na Assembléia Geral de 1995, uma cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida.

Como bem afirmam Jank e Bialoskorski Neto (1994, p. 4), as cooperativas aparecem como estruturas intermediárias, com existência autônoma e independente dos seus membros, mas a serviço da satisfação das necessidades das economias particulares dos cooperados. Enquanto uma empresa não cooperativa (uma sociedade anônima, por exemplo) tem como finalidade obter o máximo retorno por unidade de capital investido, visando exclusivamente o lucro do investidor, uma empresa cooperativa tem como finalidade contribuir na valorização da produção dos seus cooperados visando melhorar sua qualidade de vida. Essa diferença nos objetivos finais tem que ser especialmente considerada na gestão e constitui uma das características específicas das organizações cooperativas.

A cooperativa é um organismo técnico uma vez que a organização preocupa-se com a produtividade, os métodos e processos produtivos, layout, etc. Ainda, é um organismo econômico por também preocupar-se com questões financeiras, por exemplo, maior produção com menor custo. A empresa é um organismo financeiro na medida em que sua atenção é focada nas fontes de capital, na realidade o capital é bem maior desta organização e deve, portanto, concentrar-se nas mãos de uma minoria.

Ademais, uma empresa é caracterizada por uma sociedade estritamente de capital, enquanto uma sociedade cooperativa se distingue por ser uma organização baseada e fundamentada nas pessoas. Algumas diferenças cruciais estão resumidas na tabela abaixo, como bem expressam o comitê da IBRAES – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Tecnológico, Educacional e Associativo (2002, p. 18):

Sociedade Cooperativa x Sociedade Comercial	
1 – Sociedade de Pessoas	1 – Sociedade de Capital
2 – Não objetiva o lucro	2 – Lucro para sócios ou acionistas
3 – É democrática, cada sócio um voto	3 – Quanto mais ações maior poder de voto
4 – O associado é autônomo	4 – Empregados
5 – As cotas-partes são intransferíveis	5 – Transferíveis a terceiros
6 – Afasta os intermediários	6 – Muitas vezes são os próprios intermediários
7 – Aberta a participação de novos sócios	7 – Limita por vezes a quantidade de acionistas
8 – Promove a integração	8 – Promove a competição
9 – Os resultados retornam aos sócios de forma proporcional às operações	9 – Os resultados retornam aos sócios de forma proporcional ao número de ações
10 – O compromisso é educativo e econômico	10 – O compromisso é econômico.

3- Gestão Cooperativa

A gestão é um elo entre quem gestiona e quem é gerenciado. O gestor ou o grupo que gestiona determinada organização deve ser um agente preparado para as adversidades e propulsor de reformulações dentro da organização. O processo de qualquer gestão é dinâmico, propenso a mudanças e deve ser flexível frente às inúmeras transformações no ambiente em que a organização está inserida. Segundo afirma Burlamaqui, (1997, p. 11) “são as instituições que constroem os espaços onde as relações econômicas têm lugar” e, portanto, a gestão do negócio abrange em princípio a própria capacidade de execução da tarefa, as habilidades pessoais do indivíduo e/ou dos pertencentes ao grupo. Além disso, um planejamento perspicaz solidifica o trabalho e facilita as diversas ações em prol de um resultado satisfatório. Ainda, o alcance e acesso à informações facilita o trabalho, assim como controles de diversas naturezas concedem certezas e contribuem para informações precisas.

Não diferente e de acordo com Granovetter (1992), a gestão cooperativa também encontra-se em um ambiente instável e favorável à mudanças, para tanto o processo administrativo deve basear-se nos seguintes passos: a) o querer do negócio; b) o próprio negócio; c) os recursos; d) as capacitações e e) as parcerias.

Esmiuçando, partimos do princípio do querer do negócio como pontapé inicial para a gestão cooperativa. Para entender este primeiro passo, os objetivos do negócio já devem estar definidos previamente, a divisão das responsabilidades já deve estar traçada, assim como o grau de comprometimento esperado entre as partes e a integração gerada pela constituição da organização.

O negócio em si envolve a capacidade produtiva da organização, o acesso à informações e ao mercado que se pretende entrar, o planejamento das atividades, e o capital. O monitoramento deste tópico, segundo Sabel (1993, p. 37):

serve não só para diminuir as possibilidades de engano, mas também leva ao desenvolvimento de uma rotina de contato entre os agentes que permite a geração de confiança, minimizando erros e mal-entendidos; possibilita a construção permanente de melhorias, onde o consenso emerge como um subproduto do sucesso e não como uma pré-condição para obtê-lo.

Os recursos, por sua vez, abrangem as diversas áreas pertinentes de uma organização, como por exemplo, os recursos tecnológicos, humanos, financeiros, naturais, etc.

A capacitação organizacional esbarra com os recursos. A capacitação pode ser específica para o quadro diretivo, administrativo e operacional; ou geral para o modelo proposto de organização, que no caso é o cooperativismo.

Por fim, as parcerias podem ser as mais diversas e podem estar sempre em movimento. As mais tradicionais são os parceiros públicos, universidades, ONG's, etc.

4- Desafios da Cooperação

Apesar de o cooperativismo não ser recente e as cooperativas organizações já difundidas mundialmente, algumas inadequações são evidentes prejudicando o desenvolvimento da organização tornando-se um desafio a ser superado no cooperativismo. A primeira das inadequações é sugerida por Porter (1980) como falta ou esquecimento da educação cooperativa por parte dos cooperados. Este pode ser considerado o principal desafio das cooperativas, pois o proporciona a ruptura do cooperado com a cooperativa. E a partir desta ruptura, a cooperativa perde sua principal vantagem competitiva – o próprio cooperado.

Uma outra inadequação é assinalada pela falta de cooperação entre as cooperativas quanto as suas atividades e seus negócios. Essa dificuldade em estruturar e operacionalizar a interação administrativa e de negócios entre diferentes cooperativas, quer pertençam ou não ao mesmo ramo de atuação é prejudicial à gestão e ao processo evolutivo das cooperativas de uma forma geral.

Outra inadequação que segue é a aplicação de modelos de gestão muito centralizados, consolidando uma administração presidencialista, que pode levar a problemas administrativos e a resultados operacionais ineficazes. Os modelos de gestão devem ser amarrados com os objetivos uma vez traçados, estes modelos devem ser inovadores, criativos, e com diferencial competitivo.

Os desafios do trabalho cooperativo são os mais distintos até porque o trabalho coletivo sempre gerou polêmicas e dificuldades estruturais. Um desafio nada prático, a ser superado em prol da cooperação eficaz é a mudança de cultura dos agentes envolvidos no processo de cooperação, deixando de lado as práticas individualistas baseadas na exploração do seu semelhante em busca da descentralização e divisão igualitária de autoridade.

5- Considerações Finais

Do que vimos anteriormente, devemos concluir que é necessária a compreensão das relações existentes entre os pares envolvidos tanto na prática que uma cooperativa se propõe a exercer quanto na gestão, para determinar com maior propriedade as o que de fato existe baseado nos princípios formulados pelos pioneiros em estatutos primitivos. Que são estes: (a) adesão livre e voluntária, (b) gestão democrática, (c) participação econômica dos membros, (d) autonomia e independência, (e) educação, formação e informação, (f) intercooperação, e (g) interesse pela comunidade.

Desta forma, entendemos por cooperativa, uma empresa que atua em qualquer setor da economia, podendo reunir diferentes classes sociais e empregar ou não, em suas atividades mão-de-obra assalariada permanente ou temporária, distribuindo os excedentes, segundo o trabalho aportado na atividade para a qual foi criada ou uso dos serviços cooperativos e funcionando segundo o princípio de soberania de assembléia de sócios, onde cada um tem direito a um voto. Estes tipos de cooperativas, dividem-se em cooperativas que associam a proprietários de meios de produção individualizados, ou que associam a trabalhadores com propriedade coletiva dos meios de produção, sendo este, um fator determinante das peculiaridades de cada empresa cooperativa no capitalismo.

Referências Bibliográficas

- Aliança Cooperativa Internacional (ACI). (1995a.). *Identidad y Principios Cooperativos* - Publicação da Declaração adotada pelo Congresso e Assembléia Geral de 1995 da A.C.I. Montevideu: Cudecoop - Editorial Nordan Comunidad.
- Bialoskorski Neto, S. (1994). *Agribusiness Cooperativo: Economia, Doutrina e Estratégias de Gestão*. Orientador: Evaristo Marzabal Neves. Piracicaba: USP/Esalq., (Dissertação de Mestrado).
- Bueno, S. (2000). *Minidicionário da língua portuguesa*. São Paulo: FTD.
- Burlamaqui, L. (1997). *Sociologia Econômica, Instituições e a Perspectiva Evolucionária na Teoria Econômica: A Recuperação de um Diálogo*. Texto preparado para o XXI Encontro Anual da Anpocs. Caxambu 21/25 de outubro.
- Chiavenato, I. (1987). *Teoria Geral da Administração: abordagens descritivas e explicativas*. São Paulo: McGraw-Hill.
- Granovetter, M., & Swedberg, R. (eds.). (1992) *Economic Action and Social Structure: the problem of Embeddedness*. In *The Sociology of Economic Life*. Oxford: Westview Press.
- Franke, W. (1973). *Fazies, Bau und Entwicklungsgeschichte des Iberger Riffes (Mittledevon bis Unterkarbon IV, NW-Harz, W. Deutschland): Geologisches Jahrbuch Reihe A, v. 11, p. 3-127, 9 pl.*
- Holyoake, G. J. (1975). *Historia de Los Pioneros de Rochdale*. Argentina, Ed. Intercoop.
- Jank, M.S., & Bialoskorski Neto, S.B. (1994). *Comércio e Negócios Cooperativos*. Trabalho apresentado na Assembléia Regional das Américas da Aliança Cooperativa Internacional. São Paulo.

- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (1985). *Sociologia Geral*. São Paulo: Atlas.
- Marx, Karl. (2008). *O capital*. Bauru, SP: EDIPRO (Série Clássicos Edipro).
- Perius, V. (1983). *Problemas Estruturais do Cooperativismo*. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas.
- Porter, M. (1980). *Competitive Strategy*. New York: Free Press.
- Sabel, C. F. (1993). *Studied Trust: building new forms of cooperation in a volatile economy*. In Foray, D., & Freeman, C. (eds.). *Technology and the Wealth of Nations: The Dynamics of Constructed Advantage*, London: Pinter Publishers/OECD.

Relações de Trabalho no Mundo Globalizado

Maria José Oliveira Lima
Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos
moliveiralima@netsite.com.br

Resumo: O presente artigo pretende refletir sobre a possibilidade do processo de trabalho oferecer auto-realização ao homem mesmo com as alterações pelas quais passa o mundo do trabalho.

As mudanças ocorridas após a segunda guerra mundial são fruto do desenvolvimento do sistema capitalista de produção que atinge níveis de mundialização a partir dos anos de 80 do século XX.

Para Ianni (1992) a globalização, pode ser considerada como um processo caracterizado por mudanças em diferentes esferas da sociedade mundial e que altera relações, processos e atividades sociais, econômicas, políticas e culturais, ainda que de modo desigual e contraditório.

Observa-se que a globalização traz inúmeras mudanças na vida do trabalhador. Suas principais consequências resultam na precarização do trabalho, na flexibilização das relações de trabalho, no crescimento do desemprego e desregulamentação dos direitos trabalhistas, gerando assim, situações de exclusão social e privação dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Diante de tantas e rápidas transformações em volta do universo do trabalho, a classe trabalhadora pode ser dividida em dois grupos. A primeira, composta por trabalhadores inseridos nas empresas, com determinada segurança trabalhista, mais adaptável aos processos, flexíveis e móveis. A segunda, composta por trabalhadores empregados em tempo integral, possibilita habilidades facilmente disponíveis ao mercado de trabalho, com alta rotatividade. Ainda pertencente a este grupo, os trabalhadores em situação periférica, o que quer dizer: empregados em tempo parcial, casual, com contrato por tempo determinado, temporário e subcontratado.

Introdução

O artigo visa refletir sobre a importância do trabalho para a vida humana e as implicações do mundo moderno sobre as relações de trabalho. Nas sociedades capitalistas, a forma como se estruturam as relações sociais de produção determina quem sobreviverá das migalhas do próprio trabalho e quem acumulará por meio do trabalho alheio. Através dos processos ideológicos, mediados pelo trabalho, relações de opressão e exploração econômica, serão justificadas e legitimadas, tanto pelos dominantes, como pelos dominados.

Em meio a tantas mudanças ocorridas no universo do trabalho, em decorrência da globalização da economia na sociedade capitalista, observa-se uma grande preocupação com as questões referentes ao trabalho.

O trabalho passa a ser foco de pesquisas, com intuito de encontrar alternativas e soluções para muitos problemas que a sociedade vivencia no final do século XX.

De acordo com a Ontologia do ser social segundo Lukács, “o trabalho é o elemento mediador introduzido entre a esfera da necessidade e a realização desta. No processo de auto-realização da humanidade, de avanço do ser consciente em relação ao seu agir instintivo, bem como do seu avanço em relação à natureza, configura-se o trabalho como referencial ontológico fundante da práxis social”.

Ainda segundo Lukács, “o trabalho tem extensão ontologicamente voltado para o processo de humanização do homem em seu sentido mais amplo”.

Partindo das reflexões de Lukács, entende-se que o trabalho é questão fundamental para a vida humana.

Iamamoto (2001) explica que

[...] realizar trabalho é consumir produtivamente a força de trabalho, operando um desgaste das atividades vitais do indivíduo diante de um determinado tempo, no qual está implicada a totalidade da pessoa individual. O trabalho em fluxo é um componente subjetivo do processo de produção, porquanto componente da humanidade do indivíduo que trabalha e, através dela também se modifica, se cria e recria. O trabalho, como atividade do sujeito que age, é objetivação de capacidades do sujeito e subjetivação por ele da realidade sócio-histórica: sua apropriação, através do que se constitui como indivíduo social.

Enfim, o trabalho possui um fundamento que lhe confere um estatuto de centralidade. O trabalho é a mediação entre o homem e a natureza e nessa mediação acontece a passagem do ser biológico para o ser social. É através do trabalho que o homem, em sua forma racional, transforma a natureza e relaciona com a sociedade.

Globalização e Relações de Trabalho

A crise econômica que atingiu muitos países de todos os continentes, o desemprego que afeta grandes segmentos populacionais e a miséria que se propaga pelo mundo são algumas das conseqüências da globalização e são questões centrais de preocupação mundial.

As alterações ocorridas nos processos produtivos e também nos processos organizacionais das empresas são estratégias que a sociedade capitalista busca para conseguir a sua permanência e reprodução no mercado mundial.

A introdução tecnológica nos processos produtivos, foi adotada como alternativa para o aumento da produtividade, da competitividade, da qualidade do produto como também na redução de custos com um único objetivo: a ampliação do lucro capitalista.

A globalização está presente na realidade e no pensamento, desafiando grande número de pessoas em todo o mundo. Apesar das vivências e opiniões de uns e de outros, a maioria reconhece que esse problema está presente na forma pela qual se desenha o novo mapa do mundo, na realidade e no imaginário. (IANNI, 2001, P. 9).

A partir da segunda guerra mundial, desde que o capitalismo retomou sua expansão pelo mundo, ficou claro que o global estava se tornando o cenário da internacionalização do capital. O mundo transformou-se em um complexo centro de globalização dos mercados. Houve intensificação e ampliação do processo de dispersão geográfica da produção envolvendo o capital, a tecnologia, a força de trabalho, a divisão social do trabalho, o planejamento e o mercado. Neste contexto, destaca-se uma nova divisão internacional do trabalho e da produção constituída pelo fordismo, o toyotismo, a flexibilização e a terceirização, ou seja, a transição do fordismo ao toyotismo e a dinamização do mercado mundial, amplamente favorecidas pelas tecnologias eletrônicas, “[...] Essa nova divisão internacional do trabalho concretiza a globalização do capitalismo, em termos geográficos e históricos.” (IANNI, 2001, P.57).

O fordismo é um modelo de produção que, desde o final do século XIX, predominou no mundo capitalista. Henry Ford (1914) suplantou a produção do tipo artesanal pela produção em massa, utilizou seus conhecimentos de produção, conseguindo reduzir os custos e melhorar a qualidade dos produtos fabricados. As inovações de Ford em relação à produção visavam à conhecida organização científica do trabalho, sistematizada por Frederick Taylor (1911). Taylor, engenheiro americano, criador do gerenciamento científico, desenvolveu uma série de princípios práticos baseados na separação entre trabalho mental e físico, na fragmentação das tarefas e especialização do operário. A aplicação desses princípios configurou a perda das habilidades genéricas dos trabalhadores e contribuiu em grande escala para o aumento da produtividade.

A união das idéias de Frederick Taylor e de Henry Ford resultou no chamado regime de produção taylorista-fordista. Este regime caracterizava-se pela produção em massa, acumulação intensiva de capital, separação do trabalho manual do trabalho intelectual, normas rígidas de movimentos visando à máxima economia de tempo, associado a um controle acentuado de disciplina no trabalho, parcelizado, rotinizado, padronizado, mecanicista. A produção em massa significava consumo em massa, novo sistema de reprodução da força-de-trabalho, nova política de controle e gerência do trabalho, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada e moderna. Os novos métodos de trabalho são inerentes ao novo tipo de trabalhador adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo (HARVEY, 1999, p.122).

O modelo taylorista-fordista marcou a expansão industrial americana e foi responsável pelo grande desenvolvimento industrial capitalista durante décadas.

Em meados dos anos 1960, o modelo de produção fordista começa a apresentar sérios problemas. Com a queda da produtividade e da lucratividade corporativas, depois de 1966, os Estados Unidos inicia um problema fiscal que atingiu sua economia interna e externa. Houve sinais de redução do poder norte-americano de regulamentação do sistema financeiro internacional, considerando o impulso de desenvolvimento conseguido pelo Japão e pela Europa Ocidental. Nesse período, aumentava a competição internacional à medida que o Japão e alguns países da Europa Ocidental, seguidos por vários países do terceiro mundo se industrializavam e desafiavam a hegemonia norte-americana. Entre 1965 e 1973, tornava-se mais clara a incapacidade do fordismo em conter as contradições inerentes ao capitalismo. A questão principal era a rigidez característica do referido modelo de produção. Rigidez dos investimentos, do planejamento, dos mercados, dos contratos de trabalho e dos compromissos do Estado. Essa rigidez configurava as relações de poder político que unia o trabalho, o capital e o Estado e que não mais conseguiam garantir a acumulação de capital.

As décadas de 1970 e de 1980 marcaram período conturbado de reestruturação econômica e de reajustamento social e político, principalmente, por parte dos Estados Unidos. Diante de um quadro de oscilações e incertezas, algumas experiências de organização industrial e da vida social e política começaram a ganhar expressão em termos mundiais. A questão central da reestruturação econômica era a flexibilização que ocupava o lugar da rigidez característica do modelo de produção fordista. Harvey (1999, p. 140) reconhece a flexibilidade como o período da acumulação flexível.

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas,

criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado setor de serviços, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. Ela também envolve um novo movimento que chamarei de compressão do espaço-tempo no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado. (HARVEY, 1999, p.140).

O modelo de acumulação flexível, também conhecido como toyotismo ou modelo japonês, criado a partir da experiência da indústria automobilística Toyota no Japão, ao longo das décadas de 1970 e 1980, foi ganhando expansão e expressão mundial.

No período pós-segunda guerra mundial, o Japão buscava formas para superação da crise. Dadas as condições específicas do país, as empresas precisavam adotar organização produtiva diferenciada do tipo fordista para atender suas necessidades. Assim foi necessária a introdução de novas tecnologias, o aumento da produção sem acrescentar o número de trabalhadores e a impletação de técnicas de gestão, denominada como Kanban (método de produção de mercadorias somente a partir da demanda), que respondia ao mercado interno na solicitação de produtos diferenciados e em pequenos pedidos. Desse modo, a produção centra-se na existência do estoque mínimo caracterizando o sistema just in time que significa produzir uma determinada mercadoria no exato momento em que é solicitado pelo mercado.

A acumulação flexível ou o toyotismo são caracterizados também pela questão da qualidade total. O controle da qualidade se desenvolve por meio do treinamento e participação dos trabalhadores que estão presentes em todo o processo de produção. Esse modelo defende o investimento em treinamentos e formas participativas de gestão da produção e da força-de-trabalho. Os programas de qualidade total possibilitam a participação e o envolvimento dos funcionários no processo produtivo visando à melhoria da qualidade e ao aumento da produtividade. Dessa forma, impõe-se o processo produtivo flexível que demanda trabalhadores polivalentes, ou seja, operários com maior qualificação e com capacidade de desenvolver várias tarefas. O trabalho é realizado em equipe, o controle da produção e da qualidade é função do próprio grupo de operários e a avaliação do desempenho do trabalho desse grupo também é efetivado pela equipe.

Assim a acumulação flexível pode ser caracterizada pela introdução da automação, da horizontalização do sistema produtivo, do aumento da subcontratação e da terceirização¹ das atividades produtivas, da adoção de novos métodos e procedimentos de trabalho (Kanban, Just in time), da flexibilização de contratos de trabalho e dos mercados, do controle da qualidade total, da gestão participativa, do sindicalismo de empresa, além de outros.

O capitalismo globalizou-se não somente pelos desenvolvimentos da nova divisão internacional do trabalho e dos modelos de produção, mas também por sua penetração nas economias dos países que compreendiam o mundo socialista a partir da desagregação do bloco soviético pela queda do Muro de Berlim (1989).

Na época da globalização propriamente dita do capitalismo, o que se concretiza com o fim da Guerra Fria, ou a desagregação do bloco soviético, é a adoção da economia de mercado por praticamente todas as nações do ex-mundo socialista; nessa época ocorre uma transformação quantitativa e qualitativa do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório. [...] Aos poucos, ou de maneira repentina, os princípios de mercado, produtividade, lucratividade e consumismo passam a influenciar as mentes e os corações de indivíduos, as coletividades e os povos. (IANNI, 2001, p.184).

Chesnais (1996, p. 13) aponta a globalização como processo de mundialização da economia e de constituição de um regime de acumulação mundial, predominantemente financeiro, configurado como capitalismo mundial, de mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação. Segundo esse mesmo autor a globalização produtiva e financeira, em meio ao aumento da concorrência desregulada, favoreceu o abandono da ação pública na normatização das relações econômicas individuais, setoriais, nacionais ou internacionais.

A globalização anuncia novo cenário mundial integrado por bases territoriais modificadas, pelo pluralismo jurídico, pelas novas configurações sociais, pelas transformações políticas, por novos relacionamentos entre capital-trabalho e pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista. O capitalismo adquiriu novas dimensões a partir da internacionalização das empresas nos mercados mundiais, do aumento da produtividade e da competitividade.

Alguns elementos importantes podem ser destacados como determinantes ao processo de globalização: a reestruturação produtiva das empresas nos países capitalistas avançados, buscava a redução de custos, da ociosidade, dos riscos ampliados pela própria instabilidade financeira dos mercados, a redução do papel regulador, protecionista dos Estados nacionais e dos mecanismos de negociação dos trabalhadores.

A forte deflação de 1973-1975 indicou que as finanças do Estado estavam além dos recursos, criando uma profunda crise fiscal e de legitimação. A falência técnica da cidade de Nova Iorque em 1975 – cidade com um dos maiores orçamentos públicos do mundo – ilustrou a seriedade do problema. Ao mesmo tempo, as corporações viram-se com muita capacidade excedente inutilizável (principalmente fábricas e equipamentos ociosos) em condições de intensificação da competição. Isso obrigou a entrar num período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho. A mudança

¹ Terceirização refere-se ao processo pelo qual empresas, com vistas a conseguir maior produtividade e redução de custos, repassam ou transferem a outras pequenas e micro empresas (terceiras) determinados serviços ou produção de etapas na fabricação de mercadorias.

tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produtos e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência em condições gerais de deflação. (HARVEY, 1999, p.137).

Carcanholo (2002, p. 16) sintetiza a globalização da economia como o desenvolvimento do processo de internacionalização do capital ressaltando: o crescimento das atividades internacionais das empresas e dos fluxos comerciais; o desenvolvimento da tecnologia, que trouxe a chamada Terceira Revolução Industrial; o novo ordenamento dos mercados, incluindo a Ásia; a intensificação da circulação financeira, com predomínio da expansão e intermediação do capital internacional; o comércio intra-setorial e a nova organização dos grupos empresariais em redes de firmas.

Nesse sentido, houve grande intensificação da relação entre os países tanto no que se refere à produção quanto aos fluxos comerciais e financeiros. Para a efetivação e controle desse processo foi necessária a desregulamentação dos mercados, a desobstrução do comércio internacional, da entrada de capitais e, assim, afirmaram-se as propostas neoliberais como política capaz de garantir a inserção das diferentes nações no novo contexto de globalização.

O processo de globalização consegue atingir a abrangência da sociedade mundial a partir de uma combinação perfeita com a ideologia e prática neoliberal presentes nas nações através das diversas propostas políticas adotadas pela quase totalidade dos países do globo.

Com a globalização, a competição e competitividade são questões de sobrevivência, fazendo com que o poder seja restrito a poucos, beneficiando o grande capital.

Observa-se que a globalização traz inúmeras mudanças, principalmente na vida do trabalhador. Suas principais conseqüências, no mundo do trabalho resultam na precarização do trabalho, na flexibilização das relações de trabalho, no crescimento do desemprego e desregulamentação dos direitos trabalhistas, gerando assim situações de exclusão social e privação dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Segundo Antunes (1997), o universo do mundo do trabalho do capitalismo contemporâneo, observa-se uma múltipla processualidade:

Desproletarização do trabalho industrial fabril (diminuição da classe operária industrial tradicional);

Ampliação do assalariamento do setor de serviços;

Crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário;

Subproletarização, ou seja trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, terceirizado.

Nesta situação verifica-se uma maior heterogenização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora.

Devido ao grande avanço tecnológico adotado (terceira revolução industrial), tanto nos países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos há uma crescente diminuição dos empregos; grandes contingentes de desempregados ficam à margem da sociedade.

Com a terceirização, aumentam: o setor de serviços; o trabalho domiciliar (muitas vezes sem nenhuma proteção constitucional); o desemprego e o constante enfraquecimento dos sindicatos, o que sugere trabalhadores mais enfraquecidos como classe.

Segundo o mesmo autor, a desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas e a conseqüente regressão dos direitos sociais, bem como a ausência de proteção e expressão sindicais, configuram uma tendência à individualização extrema da relação salarial (ANTUNES, 1997).

Com a introdução do toyotismo, houve a desqualificação do trabalhador, uma vez que este modo de produção exige trabalhadores multifuncionais. Assim, muitos trabalhadores foram expulsos do processo de produção.

Outra característica do toyotismo é do trabalho flexível que conseqüentemente leva os trabalhadores ao individualismo e a subjetividade das relações de trabalho. Além da flexibilização do trabalho há também a flexibilidade dos direitos trabalhistas já conquistados.

Diante de tantas e rápidas transformações em volta do um mundo do trabalho, Antunes divide a classe trabalhadora em dois grupos:

A primeira composta por trabalhadores inseridos nas empresas, com determinada segurança no trabalho, mais adaptável, flexível e móvel;

A segunda composta por mais dois subgrupos:

Trabalhadores em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, tendo uma alta rotatividade no trabalho;

Trabalhadores situados na periferia: empregados em tempo parcial, empregados casuais, pessoal com contratos por tempo determinado, temporários e subcontratados.

Os trabalhadores que permanecem empregados são submetidos aos atuais e modernos processos produtivos, onde é exigido um ritmo cada vez mais acelerado de trabalho.

Os homens para acompanhar a rapidez das máquinas e dos computadores sofrem de níveis excessivamente altos de estresse.

Esses altos níveis de estresse levam a muitos problemas de saúde, como: úlceras, hipertensão, infartos, derrames, como também a vícios de álcool e de drogas.

Os trabalhadores desempregados e subempregados sofrem principalmente de depressão, o que desencadeia uma série de outros problemas para o indivíduo e também para sua família.

Nota-se que com a revolução tecnológica ocorrida nos fins do século XX, a sociedade capitalista conseguiu acumular maior produção, maior qualidade, com menores custos, contribuindo para o acúmulo do capital.

Em contrapartida, encontra-se o universo do trabalho ameaçado pelo desemprego, pelas doenças, pelo subemprego, pela flexibilização da legislação trabalhista e outros prejuízos que atingem diretamente o homem.

Conclusão

Considerando, o trabalho como força de transformar tempo ocupado e habilidade que se vende para obter condições de morar, vestir, comer; o trabalho também situa o homem na hierarquia social de valores, remete o ser humano para possibilidades diferentes de consumo (mesmo que seja o mínimo para a sobrevivência) e até mesmo para a conquista de sua felicidade.

Porém, na sociedade capitalista, a forma como se estruturam as relações sociais de produção determina quem sobreviverá das migalhas do próprio trabalho e quem acumulará por meio do trabalho alheio. Através dos processos ideológicos, mediados pelo trabalho, relações de opressão e exploração econômica, serão justificadas e legitimadas, tanto pelos dominantes, como pelos dominados.

Assim, o trabalho não é resultado de uma escolha livre, onde o homem faz uma opção baseada em sua vocação e para a realização pessoal.

O trabalho acaba sendo uma obrigação, que não oferece prazer ao homem, mas sim uma forma penosa de conseguir ter em troca um salário, mesmo que este seja insuficiente para a sua subsistência.

O homem, muitas vezes, não consegue encontrar na atividade que transforma o mundo e a si próprio uma possibilidade de auto-realização.

O trabalho passa a ser visto pela humanidade como sofrimento, dificuldades, possibilidade de adoecimento e muitas vezes, até da morte. Essa morte não é exatamente física, mas uma corrosão da alegria do homem, frustração de seus projetos e fracasso das esperanças.

A globalização vista como uma etapa do desenvolvimento do sistema capitalista traz inúmeras vantagens para o grande capital, mas coloca a classe que vive do trabalho, sob várias agressões e exclusões.

Bibliografia

- ANTUNES, R. (2001) Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Bom Tempo Editorial.
- _____. (1996) Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez.
- BRAVERMAN, H. (1987) Trabalho e Capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- CHESNAIS, F. (1996). A mundialização do capital. São Paulo, Xamã.
- CHIZZOTTI, A. (2001). Pesquisa em ciências humanas e sociais. 5.ed. São Paulo: Cortez.
- COCCO, G. (2000). Trabalho e Cidadania: produção e direitos na era da globalização. São Paulo: Cortez.
- CODO, W. & SAMPAIO, J. J. (1995) Sofrimento psíquico nas Organizações: saúde e trabalho. Petrópolis: Vozes.
- GORENDER, Jacob. (1997) Globalização, tecnologia e relações de trabalho. In Revista Estudos Avançados, n. 29, p. 311-341.
- HARVEY, David. Trad. Adail U. Sobral e Maria S. Gonçalves. Condição Pós-Moderna. 8. ed. São Paulo: Loyola, 1992.
- IANNI, Octávio. (1996) A Era do Globalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (1992) A Sociedade Global. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- IAMAMOTO, M. V. (2001) Trabalho e indivíduo social. São Paulo: Cortez.
- MALAGUTI, M. L. & CARCANHOLO, R. A. & CARCANHOLO, M. D. (2002). Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção Questões da Nossa Época; v.65).
- STOTZ, E. N. (1996) A Reestruturação Industrial na Visão dos Empresários Brasileiros. In Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 52, Dezembro.
- TEIXEIRA, F. et alli. (1996) Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez.

As Novas Configurações da Informalidade e da Precarização: o caso dos trabalhadores de moto-táxi em Campina Grande – PB¹

¹ O texto apresentado é resultado da nossa pesquisa de Tese de doutoramento em andamento, realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. Uma versão resumida deste artigo será publicada pela Editora da UFCG/UEPB – Paraíba, Brasil (no prelo).

Resumo: No mundo contemporâneo assistimos o crescimento incontestável do desemprego, configurando-se no maior drama social da modernidade. Hoje, segundo dados da (OIT), quase um terço da força humana mundial disponível para o ato laborativo está exercendo trabalho parciais, precários, temporários ou vivencia as agruras do não-trabalho, do desemprego estrutural. Perambulam pelo mundo, como “prometeus” modernos, à cata de algo para sobreviver (ANTUNES, 2005). O propósito da comunicação é, de fato, discutir o fenômeno do moto-taxismo enquanto uma manifestação das novas formas de trabalho informal e precário. Trata-se de um fenômeno, o do moto-taxismo, que vem manifestando-se nas duas últimas décadas em todas as regiões do país, principalmente nas cidades interioranas de porte médio. Campina Grande, na Paraíba, é um caso típico, quanto a isso. Ao mesmo tempo, situa-se sob um contexto mais amplo, das novas formas de trabalho e de regulação das relações de trabalho, desencadeadas com a globalização. Entender esse contexto mais amplo é uma condição fundamental para a nossa pesquisa. A questão central que permeia o nosso trabalho é: que tipos de relações de trabalho e de formas de sociabilidade estão na base de constituição desse novo segmento de trabalhadores, tendo-se em conta os novos padrões de relações de trabalho que estão compondo na atualidade o mundo do trabalho.

I – INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é discutir, ainda que de forma embrionária, a questão da precarização e da “nova informalidade” num contexto que sugere uma nova dinâmica no mundo do trabalho, principalmente a partir da década de 90. O faremos a partir do estudo do exemplo emblemático de manifestação dessa nova dinâmica assistida pelo mundo do trabalho, em particular, num contexto periférico. Assim, a reflexão discute a problemática dos trabalhadores de moto-táxi da cidade de Campina Grande – PB³.

Na realidade, assistimos a uma nova dinâmica sócio-econômica na esfera global, marcada pela financeirização dos capitais e pela liberalização dos mercados. O novo contexto é marcado pela desarticulação do sistema de produção fordista,⁴ que predominou no pós-guerra nos países industrializados. Esse regime assentava-se no “pleno emprego”, baseado em contratos de trabalho de natureza coletiva. O novo cenário exige a flexibilização das relações laborais, resultando em elevadas taxas de desemprego. Esse cenário tem sugerido a partir da década de 1970 um debate sobre o futuro do trabalho⁵.

Nesse sentido, uma das questões que nortearão as nossas reflexões é a de que a atual fase do processo de modernização das forças produtivas, ao configurar-se como mecanismo determinante da precarização das relações trabalhistas, imprime aos que necessitam vender sua força de trabalho a submissão às mais variadas formas de precarização das relações trabalhistas postas por novas e “atrativas” formas de ocupações.

Feito este preâmbulo, passaremos então a discutir as seguintes questões: em primeiro lugar vamos contextualizar os processos de reestruturação produtiva (Taylorismo, Fordismo e Produção Flexível), em seguida discutir a nossa situação de pesquisa: os trabalhadores de moto-táxi e, para concluir, faremos as nossas considerações finais.

Vale ressaltar que a pretensão aqui suscitada não é nem jamais poderia ser, diante da dimensão profunda que se depara o debate atual, de fechar questões sobre as novas configurações que atravessa o mundo do trabalho. Trata-se apenas de trazer mais uma questão para o debate que já vem sendo feito – e cujos contornos e suas dimensões multifacetadas só poderão ser apreendidos a partir dos estudos de caso – nesse sentido é que traremos para o debate sobre as novas configurações da informalidade e da precarização sob as lentes da periferia da periferia (o Nordeste do Brasil).

II. O TAYLORISMO, O FORDISMO E A PRODUÇÃO FLEXÍVEL: DO CENTRO PARA A PERIFERIA

A primeira Revolução Industrial orientou a transição da manufatura para a indústria moderna, ou seja, a era da maquinaria, das fábricas, da expansão do trabalho assalariado marcando um período histórico, onde se fez necessário a adaptação do homem ao ritmo das máquinas. Posteriormente, inaugura-se um novo momento, marcado pelos modelos de acumulação rígidos: o Taylorismo e o Fordismo, aprofundando a racionalização e implantando a linha de montagem, tornando a produção mais previsível, controlável e planejável. O surgimento do Taylorismo nos Estados Unidos provocou uma nova concepção produtivista e sistemática de organização do trabalho, onde as tarefas passaram a ser feitas de forma ritmada e cada vez mais individualmente pelos operários, eliminando as atividades em grupo e simplificando as mesmas. Este processo ampliaria a produtividade e intensificaria o controle sobre o trabalhador, pois o mesmo passou a ser vigiado e, através de um marcador do tempo, o cronômetro, passava a cumprir a determinação do seu superior para realizar suas tarefas em uma limitada carga horária.

² Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande e Doutorando em mobilidade no Programa de Doutorado em Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra – Portugal de setembro de 2008 a setembro de 2009.

³ Campina Grande situa-se na região do Agreste paraibano, com uma população de 376.000 mil habitantes, de acordo com estimativas do IBGE 2005.

⁴ De acordo com Lipietz (1989: 304). O Fordismo é um regime de acumulação que se desenvolveu na maior parte dos países da OCDE, após a Segunda Guerra Mundial (Aglietta, 1976; Boyer e Mistral, 1978; Coriat, 1978; e Lipietz, 1979). Para o autor, do ponto de vista do processo de trabalho, o fordismo caracteriza-se por uma disjunção, por tripartição das atividades em três níveis: I – A concepção, a organização dos métodos tomados autônomos; II – A produção qualificada, requerendo uma mão-de-obra adequada; III – A execução e montagem desqualificadas, não exigindo, em princípio, qualquer qualificação.

⁵ Para aprofundar o debate remetemos o leitor ao texto de Ricardo Antunes. Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo, Boitempo: 2006.

A linha de montagem, a racionalização do trabalho e a tecnologia efetivadas pelo Fordismo seguiu o mesmo caminho do Taylorismo, elevando o grau de mecanização na realização das atividades, simplificando-as e padronizando-as cada vez mais, através da produção em série e de massa, conforme foi muito bem representado no filme *Tempos Modernos*, de Charles Chaplin.

Esses modelos tinham como objetivo a superação da crise do capitalismo desde o final do século XIX, possibilitando o aumento da produção, o controle do padrão sobre o trabalhador e, sobretudo, o aumento das taxas de lucro. Entretanto, na década de 1970, uma nova crise do sistema capitalista já era notada, com a insatisfação dos trabalhadores, a crise do Welfare State e o processo de globalização fizeram com que uma nova estratégia de aumentar - ou pelo menos de manter - a produção dentro da lógica capitalista fosse desenvolvida. Surgiram, então, os modelos de produção flexíveis - destacando-se na Europa, Ásia e EUA, inovando no sentido da organização do trabalho, onde a subjetividade do trabalhador passa a ser cada vez mais considerada para gerar o aumento da produtividade.

Na ponderação de (Leite, 2008), é necessário ter presente que os processos de globalização e reestruturação produtiva, que tiveram lugar a partir da crise do modelo de acumulação anterior, devem ser entendidos como um novo rearranjo social - que pôs fim ao pacto fordista, que vigorou nos trinta anos gloriosos do pós-guerra - e que representam muito mais que uma acomodação do modelo de acumulação ao desenvolvimento tecnológico, ou uma adequação do mercado financeiro e produtivo ao caráter flexível das novas tecnologias. De fato, muito mais do que isso, eles significam o resultado de decisões políticas de setores sociais que, frente a uma nova correlação de forças entre o capital e o trabalho, decidiram não só romper o pacto anterior, como destruir o conjunto de institucionalidades que deram lugar à chamada sociedade salarial (Castel, 1998: cap.7); é nesse sentido que se pode entender a crise das políticas keynesianas do Estado de Bem Estar Social, as mudanças no caráter do Estado e o advento das políticas neoliberais, terão um profundo impacto sobre o trabalho; é também a partir desse quadro que se pode compreender as tendências de terceirização das empresas e de flexibilização do emprego e do trabalho, que mais do que uma adequação do mercado de trabalho ao caráter flexível das novas tecnologias, consistem em estratégias empresariais de acumulação e de fragmentação do trabalho organizado.

De acordo com (Leite, 2008), esse seria o processo que estaríamos vivendo desde o início da década de 70, quando a forte onda de financeirização se estabeleceu, utilizando-se de mecanismos aprimorados de acumulação em relação aos enfatizados por Marx no passado: as “valorizações fraudulentas de ações, os falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições e a promoção de níveis de encargos de dívida que reduzem populações inteiras ... a prisioneiros”, para não falar da fraude corporativa e do desvio de fundos, como a dilapidação de direitos inseridos em fundos de pensão; tudo isso são, para ele, “características centrais da face do capitalismo contemporâneo” (Harvey, 2004: 123).

Segundo Antunes (2001: 47 a 48), em resposta à crise estrutural estabelecida pelo sistema capitalista de produção:

“O capital deflagrou, então, várias transformações no próprio processo produtivo, por meio da constituição das formas de acumulação flexível, do downsizing, das formas de gestão organizacional, do avanço tecnológico, dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, onde se destaca especialmente o ‘toyotismo’ ou o modelo japonês. Essas transformações, decorrentes da própria concorrência intercapitalista (num momento de crises e disputas intensificadas entre os grandes grupos transnacionais e monopolistas) e, por outro lado, da própria necessidade de controlar as lutas sociais oriundas do trabalho, acabaram por suscitar a resposta do capital à sua crise estrutural”.

O Fordismo que nos países centrais visava obter produção e consumo em massa, se expandiu também para a América Latina, inclusive para o Brasil. Entretanto, dadas as características próprias da industrialização brasileira, marcada por um caráter tardio, produziu-se um padrão especial de industrialização: o “fordismo periférico” (Lipietz, 1991), numa composição entre um setor dinâmico, restrito, onde se estabeleceu um mercado formal de trabalho, e outro tradicional, mais amplo, onde predominou um mercado informal de trabalho.

Esse contexto é marcado pelo “desenvolvimentismo”, em que o Brasil assume um papel de economia complementar ao processo de acumulação dos capitais nos países centrais. Nesse sentido, a evidente desigualdade de que se reveste o desenvolvimento do capitalismo no Brasil combina-se com uma base de acumulação razoavelmente pobre para sustentar a expansão industrial e a conversão da economia pós-anos 30. Nos termos de Oliveira (2006), essa combinação de desigualdades não é original; em qualquer mudança de sistema ou de ciclos, ela é, antes, uma presença constante. A originalidade consistiria talvez em dizer que – sem abusar do gosto pelo paradoxo – a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberados exclusivamente para fins de expansão do próprio novo.

Essa forma parece absolutamente necessária ao sistema em sua expressão concreta no Brasil, quando se opera uma transição tão radical de uma situação em que a realização da acumulação dependia quase integralmente do setor externo, para uma situação em que será a gravitação do setor interno o ponto crítico da realização, a permanência dele mesmo. Desta feita, o sistema caminhou de forma inexorável para uma concentração de renda e do poder, de maneira que as tentativas de intenção corretiva ou redistributivista – na visão de alguns – transformaram-se no pesadelo “prometeico” da recriação ampliada das tendências que se queria corrigir nos termos de Francisco de Oliveira (2006).

O economista francês (Lipietz,1988: 97) caracteriza o “fordismo periférico” como:“Fordismo autêntico, com um verdadeiro processo de mecanização e um acoplamento da acumulação intensiva e do crescimento dos mercados do lado dos bens de consumo duráveis”.

Após alguns sucessos iniciais, o modelo de industrialização fordista na periferia centrado na adoção parcial e freqüentemente ilusória do modelo central de produção e consumo, ainda que sem a adoção das correspondentes relações sociais, mostrou-se, com efeito, incapaz de inserir-se no “circulo virtuoso” do fordismo central: “nesse fracasso a responsabilidade da “dependência”, que é real, é muito mais mediata do que afirma os slogans vingativo”.

O elo que falta deve ser procurado, antes de qualquer coisa, na estrutura social interna – consolidada pela manutenção de uma distribuição muito desigual da renda no setor de exportação de matérias-primas e pelo fracasso redistributivo das reformas agrárias – e na incapacidade de ampliar o setor manufatureiro e de realizar a integração do consumo popular ao regime de acumulação. A existência do centro pesa, sobretudo (além das marcas da colonização na estrutura social interna), em função do sucesso de sua própria “autocentragem”: a difusão do regime de acumulação intensiva amplia, pelo menos nessa época, as diferenças de competitividade entre o centro e a periferia, excluindo esta última do comércio internacional e bens manufaturados. E, no entanto, é em razão mesmo desse sucesso que o centro irradia seu modelo de produção e suas normas de consumo, levando a substituição de importação a uma armadilha mimética (Lipietz, 1999, 309-311).

Ainda na trilha de (Lipietz,1989:332), “O desenvolvimento do “fordismo periférico” opera em uma escala que exclui o espaço territorial e reduz os países a “pontos”em um espaço mundial discreto, enquanto o desdobramento dos circuitos de ramos fordistas nos territórios do centro visa, ao contrário, adaptar-se às nuances do tecido social espacializado”.

Nesse sentido, o capital, a partir de suas demandas e de acordo com o contexto que se evidencia, desenvolve novas estratégias a fim de assegurar sua sustentabilidade. O exemplo clássico foi a substituição da produção em série e de massa, característica do período Taylorista /Fordista, quando não foram mais suficientes às suas demandas.

Desse modo, nesse período, era preciso reestruturar sem alterar os pilares do modo de produção capitalista, “racionalizar ao máximo as operações feitas pelos trabalhadores, combatendo o desperdício na produção, reduzindo o tempo e aumentando o ritmo de trabalho, visando à intensificação das formas de exploração” (Antunes, 1999:37).

É neste cenário de imensas mudanças no processo de organização no interior fabril, que emerge, em meados da década de 1980, a era da acumulação flexível, constituindo-se como novo paradigma produtivo oposto ao modelo de produção em massa, característico da indústria fordista. Surge então, o trabalho multifuncional, polivalente e flexível, vinculado a novas demandas do mercado, que combinam de modo inovador práticas que o capital já experimentara no passado. A flexibilização do trabalho, além de refletir na vida profissional e social, também fomenta a ordem ideológica dominante, distanciando, cada vez mais, os horizontes revolucionários (Tavares, 2004).

Como conseqüência disso, tem-se a expansão e a intensificação do trabalho informal, que sob a lógica de um discurso manipulador propaga a alternância de função no processo produtivo, ou seja, o empregado de hoje pode tornar-se o empregador de amanhã. Este processo, no entanto, tende a obscurecer as relações de exploração e marginalização a que são submetidos os trabalhadores que, movidos por um discurso utópico de tornar-se patrão, investem todos os seus bens, sua força de trabalho e de sua família, em busca da idéia de trabalho autônomo, livre e por conta própria.

No entendimento de (Leite, 2008:5), esse contexto é marcado profundamente pela

“difusão das distintas formas de flexibilização do emprego, engendrando o que Castel vai denominar de crise da sociedade salarial, em que “a diversidade e a descontinuidade das formas de emprego estão em vias de suplantarem o paradigma do emprego homogêneo e estável” (Castel, 1998: 516). Vale lembrar ainda que muitas das formas de trabalho atípico, como o em tempo parcial, por tempo determinado, a domicílio, ou por conta própria se superpõem, trazendo à tona que a deterioração das condições de trabalho desses trabalhadores é, em geral, muito mais profunda do que pode parecer à primeira vista (Rubery, 1989: 50)”.

O trabalho informal, aqui entendido no contexto da “nova informalidade”⁶, não está à margem do modo de produção capitalista, mas integrado e subordinado a este, participando do processo de acumulação. Desse modo, a informalidade é uma criação do capital, necessária à sua manutenção, que se propaga de acordo com seu desenvolvimento.

Convergemos, então, com (Tavares, 2004:131), quando esta diz,

[...] afirmamos que certas ocupações executadas sob relações informais fazem parte do trabalho combinado, sem querer sugerir com isso um novo trabalhador coletivo, mas, apenas, a mais recente adequação da Organização da produção às exigências da valorização do valor.

Percorrendo na trilha fornecida por (Leite, 2008: 6 a 8), o que importa aqui é sobretudo o fato de que, embora não sejam totalmente novas, estas formas de inserção ocupacional vêm passando por importantes processos de reconfiguração, adquirindo novas características no contexto da globalização e da reestruturação produtiva, expressando a um só tempo a

⁶ Refiro-me a Tavares em Os fios (invisíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho, que trata de atividades que estão subordinadas ao processo de produção capitalista e não apenas às atividades de sobrevivência, cuja expansão é recomendada pelas instituições financeiras internacionais

persistência e a ressignificação de formas de trabalho anteriormente existentes, num movimento que acaba transfigurando o conjunto do mercado de trabalho.

É neste contexto que se assistirá também a um amplo crescimento dos processos de informalização da força de trabalho. De fato, embora o conceito tenha sofrido sempre de uma certa imprecisão (Cacciamali, 2000; Tokman, 2004; Portes e Haller, 2004), é importante considerar duas questões que têm a ver com a difusão do fenômeno nos últimos anos. A primeira relaciona-se ao fato de que o conceito (criado em 1972, a partir de um levantamento realizado pela OIT no Quênia, para caracterizar uma forma de ocupação baseada em atividades de escala reduzida, baixa produtividade, situadas fora da relação salarial, e que se caracterizam por rendimentos inferiores aos do setor formal e níveis de cobertura de proteção social muito reduzidos) foi se ampliando conforme o fenômeno se expandia. A principal contribuição nesse sentido foi a de Portes, Castells e Benton (1989), ao propor, a partir do enfoque da exploração, que os trabalhadores informais constituem “assalariados disfarçados”, ao integrar “o excedente de mão-de-obra que está disponível para responder às necessidades dos setores mais modernos, permitindo diminuir os custos do trabalho” (Tokman, 2004: 200).

Outra contribuição importante desses autores e que já consiste numa ressignificação do conceito a partir das transformações provocadas pela globalização e a reestruturação produtiva foi estender a discussão para os países centrais, ao detectar que a informalização também os atingia, tendo em vista que esses países, “pelos requerimentos da maior competitividade internacional e da instabilidade dos mercados, descentralizaram e flexibilizaram a sua produção, subcontratando empresas em seus próprios países, ou nos do Terceiro Mundo, com o objetivo de redução de custos” (Tokman, 2004:205).

Ainda nos marcos do debate conceitual (Leite, 2008), levanta uma segunda questão a ser discutida, esta tem a ver com o fato de que o conceito inicial, tal como criado em 1972 pela OIT, pressupunha que o setor informal deveria retroceder à medida que o processo de industrialização avançasse e a economia crescesse (Tokman, 2004; Filgueiras, et al, 2003; Cacciamali, 2001, Dedecca, 2007), para a autora essa hipótese se demonstrou absolutamente equivocada, já que a informalidade foi não só se ampliando à medida que o capitalismo avançava, como foi adquirindo novos conteúdos e novas significações. Se o conceito sempre foi a um só tempo polêmico e polissêmico, o fato de que as transformações que vêm ocorrendo no mercado de trabalho não tenham se detido, em função da continuidade dos processos de flexibilização e terceirização, vem provocando novos deslocamentos e o conceito se repõe na nova realidade.

De acordo com (Baltar e Dedecca) citado por Leite (2008, p. 9-15) posto que, a informalidade não retrocedeu conforme as previsões dos primeiros estudos desenvolvidos em torno do fenômeno, pelo contrário, agora firmou-se na medida em que o desenvolvimento capitalista avançou, abriu perspectiva para um novo conceito cunhado de “nova informalidade”.

Conforme explicitam Filgueiras et al. (2003) citado por (Leite, 2008) “a nova informalidade se caracteriza pela presença de novos trabalhadores informais, em velhas e novas atividades articuladas ou não com os processos produtivos formais, ou em atividades tradicionais da velha informalidade que são por eles redefinidos” (pág.6). A simbiose entre formalidade e informalidade é, portanto, muito maior atualmente. Como adverte Roberts (1989), a informalidade se encontra hoje no coração da formalidade por meio dos processos de flexibilização. Esta nova informalidade é, portanto, intrínseca à flexibilização e faz parte da reação do capital ao trabalho organizado iniciada desde o começo dos anos de 1970. A nova informalidade torna-se, assim, parte orgânica da produção capitalista, apresentando-se como constitutiva da nova engrenagem produtiva. Neste sentido, já não pode ser considerada como pouco produtiva, nem como não capitalista. É trabalho precário, mas produtivo.

Desta feita, os mecanismos de flexibilização e terceirização vêm contribuindo para essa adequação, na medida em que o trabalho informal assume, nas atuais relações de produção, funções produtivas e improdutivas, estabelecendo uma interação entre o trabalho informal e a produção capitalista, moldado por um discurso moderno de nova forma de trabalho que se caracteriza pela natureza flexível (Tavares, 2004, 130 a 132).

Assim, o mercado informal não deve ser visto apenas como oposição ao mercado formal, mas como um movimento de valorização do capital, que neste momento apresenta-se necessário às suas novas demandas, muito embora as novas possibilidades e estratégias modernizadoras venham contribuindo para que se tornem “invisíveis os fios com os quais o trabalho informal é articulado à produção capitalista” (Tavares, 2004:131).

Para esta autora, a propagação em defesa da organização voluntária do trabalho tende a reforçar as possibilidades de liberdade e o discurso de autonomia, fomentando a idéia de que o pequeno proprietário pode ser o dono de suas decisões, podendo até passar de uma classe para outra, saindo de uma condição desfavorável para uma situação mais favorecida. Porém, esse discurso não teria tamanha aceitação e poder de convencimento se fosse divulgado que metade desses negócios não atinge um ano de vida e apenas um em cada dez consegue se desenvolver, quando subordinado ao movimento do capital.

E mais,

[...] essas determinações do mercado subordinam a existência dos membros dispersos pela divisão do trabalho a uma dependência coisificada, cujas decisões singulares estão submetidas à lógica do capital. Sob essa ótica, questionamos a autonomia atribuída às atividades informais. (Tavares, 2004:138)

Assim, a nova conjuntura vem se caracterizando como a era do trabalho informal, ou, como afirma (Antunes, 1999: 119), o capital necessita “cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial ou

part-time (...); visto que esta mudança não é apenas uma simplória troca de posição sem nenhuma consequência para a classe trabalhadora.

Antes de introduzirmos a parte empírica da nossa pesquisa, passamos agora ao debate teórico que demarca o conceito de precarização. Assim, vamos percorrer o caminho trilhado por Leite (2008, 8 a 15)), a autora oferece-nos um debate muito rico e atual em torno da ressignificação desse conceito.

Conforme a etimologia da palavra, precarização significa a deterioração das condições de trabalho. Nesse sentido, ele só poderia ser utilizado de forma relacional, ou seja, comparando-se uma situação a outra: há precarização quando um determinado tipo de trabalho se deteriora seja no que se refere aos rendimentos auferidos, seja no que respeita aos direitos trabalhistas que eles implicam, seja ainda em relação à estabilidade, ou às características do vínculo empregatício.

Na ponderação de (Leite, 2008:9),

“a difusão das novas formas de inserção ocupacional que vêm sendo discutidas aqui e a reconfiguração que ela provoca no universo do trabalho exatamente no que se refere à precarização das anteriores formas de inserção acaba por colocar um conjunto de questões para os estudiosos do tema: se é certo que o mercado de trabalho vem se precarizando em relação às condições predominantes até os anos de 1970; se é verdade, como alerta Bourdieu, que “a precariedade está hoje por toda a parte”, isso não explica por si só o que seria a precariedade ou trabalho precário. Ou seja, a identificação da precarização não nos redime da necessidade de definirmos conceitualmente de forma clara e precisa o que é trabalho precário, sob pena não só de perdermos a capacidade de identificar o fenômeno como também e, em consequência, de podermos dimensioná-lo”.

Nesse sentido, assim como o conceito de informalidade, o de precariedade necessita ser discutido, de forma a elucidarmos seus novos conteúdos, características e significados. Um primeiro significado atribuído ao termo, que vale discutir, consiste em considerá-lo como toda forma que se distingue do paradigma do emprego homogêneo e estável que vigorou até os anos de 1970, tal como o define Castel. É importante considerar, todavia, os processos que se foram desenvolvendo a partir dos quais o emprego precário começou a se difundir. O livro editado por Janine e Gery Rodgers em 1989 constitui sem dúvida um dos esforços mais importantes já fetuados pela bibliografia sobre o tema, visando uma definição mais rigorosa do conceito. No importante estado da arte que abre o livro, Gery Rodgers sublinha as distintas dimensões da precariedade: (i) o grau de instabilidade; (ii) o grau de controle dos trabalhadores sobre as condições de trabalho, salários, ritmo, etc...; (iii) a proteção do trabalho seja por meio da legislação, seja a partir de contratos coletivos de trabalho e; (iv) o rendimento associado ao trabalho. O conceito de precariedade envolve, pois, para o autor, instabilidade, falta de proteção, insegurança no que se refere à proteção social e vulnerabilidade econômica ou social. Mas, adverte o autor, a identificação dessas dimensões não elimina a ambigüidade, dado que “é a combinação desses fatores que identifica o trabalho precário”(Rodgers, 1989:3).

Nas ponderações de Leite (2008) fica evidente a importância de levar em conta que as práticas associadas à precariedade não são novas; ao contrário, como as novas formas de informalidade, elas constituem em geral velhas práticas ressignificadas, que se generalizam a partir dos anos de 1970, promovendo um processo de regressão social. Nesse sentido, a precariedade “passa a ter um lugar estratégico e central na lógica da dominação capitalista, deixando de ser algo residual ou periférico, para ir se institucionalizando em todas as regiões do mundo (Druck e Franco, 2007:2).

De acordo com Leite (2008), essa discussão será alçada ao centro do debate sobre a precarização, especialmente após a pesquisa de Castel trazer à tona o caráter histórico do pacto fordista e dos direitos que ele assegurava aos assalariados e a precarização do trabalho que a crise deste pacto significou, envolvendo não só os trabalhadores desempregados ou empregados nos chamados trabalhos atípicos, mas o conjunto da classe trabalhadora:

“Começa a tornar-se claro que a precarização do emprego e do desemprego se inseriram na dinâmica atual da modernização. São as consequências necessárias dos novos modos de estruturação do emprego, a sombra lançada pelas reestruturações industriais e pela luta em favor da competitividade que, efetivamente, fazem sombra para muita gente. É a própria estrutura da relação salarial que está ameaçada de ser novamente questionada” (Castel, 1998:516/517)

As questões elucidadas pelo autor sinalizam a extensão e profundidade das transformações justifica o surgimento de uma nova questão social, que atinge o conjunto da sociedade. Na realidade, Castel não ignora a dualização do mercado de trabalho, mas é enfático em demonstrar que não se pode tomá-la como expressão de duas realidades estanques:

“Há realmente dois `segmentos` de emprego, um mercado `primário` - formado por elementos qualificados, melhor pagos, melhor protegidos e mais estáveis – e um mercado `secundário` - constituído por pessoal precário, menos qualificado, diretamente submetido às flutuações da demanda. Mas as relações entre esses dois setores não são estabelecidas de uma vez por todas. Esquemáticamente, seria possível dizer que, em período de crescimento e de equilíbrio entre a demanda e a oferta de trabalho, há relação de complementaridade entre os dois setores. É vantajoso para a empresa (...) fixar o capital humano... O mercado secundário desempenha então um papel de complemento para fazer face aos imprevistos e, eventualmente, de peneira para socializar o corpo de empregados do qual alguns serão integrados de modo estável. Em uma situação de desemprego e de excesso de efetivos, os dois mercados estão, ao contrário, em concorrência direta. A perenidade dos

estatutos do pessoal da empresa constitui obstáculo à necessidade de fazer face a uma conjuntura móvel. Inversamente, os assalariados do setor secundário são mais `interessantes`, visto que têm menos direitos, não são protegidos por convenções coletivas e podem ser alugados para atender a cada necessidade pontual” (Castel, 1998: 523/524).

De acordo com (Leite, 2008), é nesse contexto que o autor vai enfatizar que o problema não é o da “constituição de uma periferia precária”, mas também da “desestabilização dos estáveis” (Castel, 1998: 526) e que essa dinâmica não pode ser considerada como “marginal”. Ao contrário, Castel a considera como um processo central das sociedades atuais, importante o suficiente para levantar uma “nova questão social”, que teria a mesma “amplitude e centralidade da questão suscitada pelo pauperismo da primeira metade do século XIX” (Castel, 1998: 527).

Para a autora é essa também a perspectiva assumida por Bourdieu ao enfatizar que a “precariedade está por toda parte”, entendendo que ela atua não só diretamente sobre aqueles que afeta, mas também, indiretamente, sobre todos os outros pelo temor que suscita e que é ademais politicamente explorado

(Bourdieu, 1998: 123).

Ainda acrescenta que, estaríamos, nesse sentido, frente a uma situação de vulnerabilidade social em que a precariedade se generaliza enquanto um processo social e passa a assumir um importante papel nos modos de vida em geral (Hirata e Préteceille, 2002), com fortes repercussões sobre a identidade dos assalariados, suas condições de vida, as relações intergeracionais, a sociabilidade familiar, bem como sobre sua saúde, como nos evidenciam os trabalhos de Appay e Thébaud-Mony, assim como os relacionados à psicodinâmica e psicopatologia do trabalho (Déjours, 1999).

Posto que a precariedade e a informalidade assume uma dimensão estrutural com o desenvolvimento da globalização, suscitando uma nova questão social é mister pensar que estas categorias assumem novos significados que se traduzem de diversas maneiras e olhares.

Nesse sentido Lima (2001) afirma, “Independentemente de positividade ou negatividade, o conceito de informalidade é difuso, seja pela dificuldade de estabelecer suas origens, seja pela multiplicidade de seus processos, o que faz com que sua análise restrinja-se a situações particulares” (Peattie, 1987; Tabak, 2000). Apesar do crescimento de dados estatísticos sobre a informalidade, sua diversidade continua a exigir o estudo de caso como forma de captar as particularidades econômicas, sociais, históricas e geográficas assumidas pelo processo.

Entre 1990 e 1995, o trabalho informal aumentou em função do desemprego. Em 1982, os trabalhadores com carteira assinada representavam 57,7% do mercado de trabalho. Já em 1990, decresceu para 55,1%, e em 1995, eram apenas 47,8% dos agentes produtivos em atividade, ou seja, o trabalhador informal passou a representar maior número de pessoas em idade disponível para compor o exército de mão-de-obra (IBGE/1999)⁷.

Os dados do CAGED – Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados, do Ministério do Trabalho demonstram a eliminação de 2.560 milhões de empregos no setor formal, no período de janeiro de 1990 e dezembro de 1997.

Em pesquisa do economista José Pastore, pesquisador da Universidade de São Paulo, sobre o mercado nacional de trabalho, no período de julho de 2003 a julho de 2004, foi constatado que a taxa de crescimento do setor informal foi quatro vezes maior do que a do mercado de trabalho formal. O primeiro cresceu 9,6%, enquanto que o segundo cresceu apenas 2,4% (O Globo 22/12/2004).

Neste sentido, a “nova informalidade” não se propaga apenas nos segmentos da produção familiar, mas engloba também aqueles que disponibilizam sua força de trabalho ao capital, estejam estes no setor produtivo comercial ou de serviços. Vejamos, então, no próximo item a discussão sobre a nossa situação de pesquisa que procuram dialogar com essa dimensão macro da informalidade e da precarização do trabalho: trabalhadores de moto-táxi.

Esta categoria de trabalhadores nessa nova dinâmica sugere a emergência de uma “nova classe” marcada por elementos de distinção evidentes. Na análise de Thompson os fenômenos sociais e culturais ganham relevância e deixam de ser pensados apenas como reflexos imediatos da vida econômica. Analisá-los significa, por meio das evidências, investigar suas particularidades e, ao mesmo tempo, perceber como se expressam em condições materiais constituídas historicamente. Assim, os próprios valores de uma sociedade são percebidos fazendo parte desse nexo relacional e principalmente como resultado das experiências humanas:

Os valores não são “pensados”, nem “chamados”; são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem nossas idéias. São as normas, regras, expectativas etc. necessárias e aprendidas (e “aprendidas” no sentimento) no “habitus” de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda produção cessaria (Thompson, 1981:194).

É nesse aspecto que se pode entender que Thompson (1981:192 a 195) recusa a noção de classe social como efeito, resultado do modo de produção. Para ele, a classe é um fenômeno histórico, resultado de relações entre os homens reais em contextos reais. Para ele:

⁷ Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Classe é uma formação social e cultural (frequentemente adquirindo expressão institucional) que não pode ser definida abstrata ou isoladamente, mas apenas em termos de relação com outras classes; e, em última análise, a definição só pode ser feita através do tempo, isto é, ação, reação, mudança e conflito. Quando falamos de uma classe, estamos pensando em um corpo de pessoas, definido sem grande precisão, compartilhando a mesma categoria de interesses, experiências sociais, tradição e sistemas de valores, que tem disposição para se comportar como classe, para definir, a si próprio em suas ações e em sua consciência em relação a outros grupos de pessoas, em termos classistas. Mas classe, mesmo, não é uma coisa, é um acontecimento (1998a, pg. 102).

A classe constitui-se no seu fazer-se, num movimento ativo que articula ação humana e condicionamentos sociais. É fruto de experiências comuns que podem levar à formação de uma determinada identidade, que por sua vez se coloca contra a identidade de outros homens em função de interesses materiais e culturais que são opostos (Thompson, 1997). Ao tratar classe social como um fenômeno histórico, “definida pelos homens enquanto vivem sua própria história”, Thompson afirma a perspectiva de ver a realidade histórico-social como um movimento contínuo, sujeita a transformações oriundas das lutas de classes. Disso resulta a preocupação metodológica desse autor de que, para ter validade, toda categoria teórica deva ser considerada histórica.

Portanto, para Thompson (1998) as categorias teóricas, embora imprescindíveis no processo de construção do conhecimento científico, devem estar em permanente diálogo com a realidade. Só assim são capazes de ajudar a compreender as mudanças em curso em determinada realidade histórico-social. Isso significa, na perspectiva desse autor, entender a realidade social em seu movimento e complexidade, na qual, sob condições determinadas, homens e mulheres constituem-se como sujeitos. É nessa trilha teórico-metodológico orientada por Thompson que vamos introduzir a nossa dimensão empírica de análise.

III – A PROBLEMÁTICA DO MOTO-TÁXI EM CAMPINA GRANDE - PB

Privilegiamos aqui como objeto empírico dessa reflexão os trabalhadores de moto-táxi em Campina Grande. Uma vez que este setor vem conhecendo significativa expansão desde a sua regularização, em 1999, constitui-se em um exemplo expressivo do crescimento do fenômeno da nova informalidade.

Esse novo espaço de “reprodução social” da força de trabalho campinense está marcado por conflitos, tensões, dominação e resistência entre os atores sociais envolvidos (trabalhadores de moto-táxi, sindicatos, taxistas, polícia, ministério público, prefeitos, usuários). Nesse campo, os protagonistas (moto-taxistas) reproduzem simbolicamente no seu imaginário a falsa idéia de autonomia e liberdade oferecida por esta atividade de prestação de serviços.

O moto-táxi em Campina Grande surgiu em 1996. Até então, não havia nenhuma regularização do serviço. Bastava o trabalhador ter o veículo (a moto) e poderia sair pela cidade em busca de passageiros. Mas, paulatinamente o setor foi ganhando dimensões significativas, convertendo-se no refúgio dos sem trabalho.

Com a expansão da atividade dos moto-taxistas surgiram algumas pequenas empresas para explorar o serviço. Dentre elas destacaram-se CG Moto-Táxi, existente até hoje. O vínculo do moto-taxista à empresa acontecia da seguinte forma: o moto-taxista proprietário da moto cadastrava-se e recebia uma credencial de autorização para transportar passageiros, além de uma jaqueta padronizada; a contrapartida era o pagamento de uma diária de R\$ 5,00 pela utilização da marca da empresa; esta chegou a ter em torno de 600 (seiscentos) mototaxistas cadastrados, o que equivalia a R\$ 3000 (três mil reais) de receita diária.

Inicialmente, houve uma grande resistência por parte dos táxis convencionais e também das empresas de ônibus. Mas, por outro lado, a sociedade campinense apoiava o serviço, alegando sua rapidez e eficiência. É importante salientar que o período de 1996 a 1998 foi marcado por fortes tensões para estes trabalhadores. Dentre as empresas que exploravam o serviço, a CG Moto-Táxi foi a única que conseguiu uma liminar na justiça autorizando o seu funcionamento. As demais empresas ficaram na clandestinidade, fazendo surgir uma nova categoria de trabalhadores, os clandestinos, que passaram a ser perseguidos sistematicamente pelas autoridades do trânsito.

O segmento dos mototaxistas clandestinos é constituído por trabalhadores sob condições mais precárias do que os primeiros. Na maioria das vezes suas motos não estão emplacadas e, em alguns casos, não têm habilitação para conduzir o veículo. Esta é uma constatação nas fiscalizações realizadas na época. Embora grande parte destes fiscalizados estivesse em situação regular (do veículo e habilitação) eram tirados de circulação, tendo seu veículo retido. A liberação acontecia após o pagamento de uma multa.

É bem sabido que a categoria dos trabalhadores (mototaxistas) exercem suas atividades sob condições extremamente precárias, sem plano de saúde, sem previdência, sem acesso a nenhuma cobertura social. Como são vítimas do desemprego, são obrigados a buscar sua reprodução social nas “franjas” do sistema, na informalidade.

Atualmente, esses trabalhadores estão distribuídos em três segmentos: os mototaxistas devidamente regularizados pelo órgão público responsável, Superintendência de Trânsito e Transportes Públicos (STTP) e filiados ao Sindicato dos moto-taxistas e entregadores de encomendas em motocicleta e similares (SINDIMOTOS-CG); os mototaxistas da CG MOTOS; e por último os clandestinos, que circulam na cidade sem o alvará de tráfego.

No primeiro segmento, existiam, em 2006, 627 (sendo que a STTP estabeleceu o teto de 727 mototaxistas permissionários). Estes possuem permissão para circular na cidade como veículo habilitado para o transporte de passageiros,

desde que estejam em dia com o Órgão Público responsável (STTP). A regulamentação formal desse serviço no município de Campina Grande derivou de uma aprovação do poder Legislativo, proposta de autoria do Poder Executivo (Comissão de Justiça e Redação), já que o serviço se constituiu a partir das demandas da sociedade.

O segundo segmento representa os moto-táxistas filiados na CG MOTOS, empresa privada que oferece o serviço de moto-táxi desde 1996, mesmo antes da Lei Municipal nº 3768/99, resultado da aprovação do projeto de Lei nº 150/99, que regulamenta este serviço na cidade. A empresa, além de disponibilizar o serviço de moto-táxi, funciona, também, como comércio de peças para motos e prestação de serviços de entregas e encomendas em motocicleta, tendo em vista que esta foi legalmente autorizada pelo Município de Campina Grande, que concedeu o alvará para a prestação desse serviço.

No entanto, a empresa CG Motos funciona por meio de um mecanismo judicial, Mandado de Segurança, expedido pelo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (desde 02 de dezembro de 1996), que assegura a esta o livre funcionamento de seus serviços. Posteriormente, este direito de exploração do serviço foi confirmado pelo Tribunal Superior de Justiça (STJ), em vigência até o momento.

A CG MOTOS possui uma rotatividade em torno de 200 a 250 moto-táxistas cadastrados, disponibilizando a estes o apoio por sistema de rádio, declaração de renda, apoio jurídico e fardamento (jaqueta com identificação da empresa). É cobrada mensalmente pela empresa aos seus filiados uma quantia por esses serviços, a qual não foi informada pela empresa.

O terceiro e último segmento é representado pelos moto-táxistas clandestinos⁸, aqueles que são detentores do meio de trabalho (a moto), sem autorização do órgão competente para transportar passageiros. Esses por sua vez são considerados desautorizados pelos órgãos fiscalizadores. No contexto dessa nova informalidade esta categoria de trabalhadores está num patamar maior de precarização e vulnerabilidade em relação aos outros que são regularizados, uma vez que não são reconhecidos.

Desse modo, a questão central que nos orienta é tentar captar que tipos de relações de trabalho e de formas de sociabilidade estão na base de constituição desse novo segmento de trabalhadores, tendo-se em conta os novos padrões de relação de trabalho que estão compondo na atualidade o mundo do trabalho. Responder a esta questão, será o grande desafio da nossa pesquisa.

IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia e os processos produtivos passam por profundas transformações. Setores que constituíam o núcleo do movimento dos trabalhadores são varridos do mapa ou então suas condições de trabalho e de vida sofrem tamanha deterioração que se tornam irreconhecíveis. A legislação que por um longo período estabeleceu parâmetros públicos de regulamentação das relações de trabalho torna-se obsoleta e começa a ser derrubada, dando margem à precarização e aprofundando a exploração. Diante do estreitamento do mercado de trabalho formal, vastos contingentes são jogados na informalidade, e parte expressiva passa a se organizar de forma cooperativa, na qual vislumbra-se um embrião de uma economia alternativa. Segmento das classes médias, que a pouco faziam causa comum com as classes populares na luta democrática, abraçam com fervor o culto ao livre mercado. Aderem também a uma ideologia utilitarista que reduza a pobreza e suas degradáveis manifestações a um problema técnico, a ser resolvido pela subordinação do Estado e da sociedade à razão instrumental, da qual se consideram, evidentemente, os representantes naturais. (Fortes, 2006:196)

Na realidade, assistimos a uma nova dinâmica sócio-econômica na esfera global, marcada pela financeirização dos capitais, pela liberalização dos mercados e pela precarização das relações de trabalho.

Na transição da década de 1980 para 1990, a desestruturação do mercado de trabalho tem gerado o desemprego e, com ele, o crescimento e a diversificação da informalização das atividades. O dinamismo da tecnologia atrelado à lógica do sistema capitalista de produção globalizado, alterou a configuração no mundo do trabalho, transportando trabalhadores - outrora indispensáveis - para um outro lado, onde não exerçam mais suas funções. A evolução desse novo modelo econômico favorece o desemprego, provocando uma maior precarização da força de trabalho e atingindo quase todos os segmentos sociais. Ao longo das últimas décadas, milhares de trabalhadores foram substituídos nos setores industriais e de serviços pelas máquinas que, uma vez desempregados, são obrigados, para sobreviver, a inserirem-se no setor informal, passando a exercer atividades por conta própria.

Os problemas sociais decorrentes da informalidade produzem fenômenos que podem ser vistos sem muito esforço. Aspectos como: o subemprego, a desigualdade social e a precarização das relações e das condições de trabalho neste setor, podem variar de acordo com o local e a atividade exercida. A sociedade tem estagnado no tocante ao seu desenvolvimento econômico e social, o que leva à má distribuição de renda e desigualdades sociais absurdas. Neste contexto, o desmanche de instituições regulatórias provoca a desintegração de toda textura social, o que gera o setor informal. O exercício da cidadania torna-se cada vez mais difícil de ser realizado dignamente em um sistema excludente, que reprime, discrimina e desqualifica, criando um patamar de contradições sociais, culturais e econômicas visivelmente observadas, deixando uma grande parte da população em situação de vulnerabilidade e insegurança.

Diante desse problema, a população passa a reinventar o seu próprio trabalho como estratégia de sobrevivência e como forma objetiva de resposta ao desemprego independentemente de sua “utilidade” para o processo de acumulação de

⁸ Conforme os trabalhadores regularizados deste serviço são classificados como clandestinos aqueles que não são cadastrados no STTP nem filiados à empresa CGMOTO.

capital. As atividades criadas pelos próprios trabalhadores representam uma alternativa imediata na tentativa de minimizar os problemas no mundo do trabalho. Esse desenvolvimento do setor informal denuncia à sociedade que está faltando emprego e que milhares de trabalhadores estão lutando por trabalho e por condições dignas para manterem suas famílias.

Por outro lado, concordando com Thompson, no processo histórico, no fazer-se, as classes sociais, criam seu espaço de diferenciação, estabelecem um meio de participação na história, reagindo às determinações estruturais, mas, ao mesmo tempo, se articulando, na medida do possível, aos propósitos da cooptação, para registrar sua experiência nesse cenário plural e dialógico.

As trilhas teórico-metodológicas orientadas por Thompson, portanto, nos ajuda em grande medida, nas reflexões sobre os trabalhadores de moto-táxi, tendo em vista que, a partir delas, pudemos constatar a possibilidade de compreensão da vida, do sujeito, da sociedade, da política e de toda a dinâmica que envolve o processo sócio-histórico.

Constatamos, pois, que a experiência desses atores impulsiona mudanças na processualidade histórica, porque, mesmo diante das determinações estruturais, imposta pelo capital, o sujeito encontra espaços na fronteira do capital para sua atuação, embora a atividade dos trabalhadores de moto-táxi esteja marcada pela precarização do trabalho. Pois, essa nova informalidade nos desafia a pensar no que se refere à questão da influência da experiência desses sujeitos na formação da identidade, tendo em vista as imagens sociais que eles vão construindo deles para com eles, usuários, familiares e o poder público.

No âmbito deste trabalho rejeitamos a tese dualista setor formal/setor informal. Para esta perspectiva de análise, até o início da década de 70, a literatura dominante visualizava o conjunto da atividade produtiva como a soma dos segmentos modernos e de subsistência, entre os quais não havia relação. No segmento moderno estavam as relações assalariadas, e no setor de subsistência as formas de trabalho autônomas. Para os defensores desta tese, o desenvolvimento econômico do setor moderno tinha a capacidade de incorporar os contingentes da população economicamente ativa, até extinguir o núcleo de subsistência. Para este pensamento uma política desenvolvimentista corrigia esta distorção (Tavares,2004:29). A pesquisa em andamento aqui apresentada sugere que a nova precariedade no caso do moto-táxi é produto da nova dinâmica de acumulação capitalista, é resultante de um processo de ressignificação da velha precariedade.

Nesse contexto, a economia informal adquire um conceito dinâmico: se, por um lado, define aqueles trabalhadores que se encontram excluídos do mercado formal de trabalho da economia capitalista, por outro lado, “a informalidade ofereceu um trabalho e uma forma de ganhar a vida para imensos continentes de desocupados...” (Malaguti, 2002: 65).

O “setor informal” pode ser analisado como saída dos que se encontram excluídos dos novos processos de organização da produção capitalista. O caminho para aqueles trabalhadores, que antes considerados exército industrial de reserva, agora, marginalizados e “desnecessários” aos novos padrões de acumulação, possuem como única alternativa, o ingresso no trabalho informal, caracterizado por suas precariedades: falta de segurança no trabalho, ausência de benefício-doença, aposentadoria, ausência de repouso entre outros.

V – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Antunes, Ricardo (2002). Os Sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho, São Paulo, Boitempo Editorial, 2002.

_____. (1998). Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 5 ed. Cortez; Campinas/ SP, Editora da Unicamp.

_____. (2006). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo, Boitempo.

Bartolo, R.; Firpo, M. (Orgs). (2006). Sentidos do Trabalho Humano. Rio de Janeiro, E-Papers Serviços Editoriais.

Cacciamali, Maria Cristina (2000) “Globalização e processo de informalidade”, Revista Economia e Sociedade, Campinas (14): 153-174, junho de 2000.

Castel, Robert (1998), As metamorfoses da Questão Social, Petrópolis/RJ, Editora Vozes.

Cadernos PROLAM/USP (2006): “Mais informalidade, menos cidadania, os efeitos criados por esse círculo vicioso sobre a formulação da política social na América Latina”. Disponível em: <<http://www.usp.br/prolam/cadernos/>>. Acesso em: 01 jul 2006.

Estado da Paraíba - Câmara Municipal de Campina Grande (1999). Projeto de Lei nº150 de 25 de nov. de 1999. Institui e disciplina o sistema de transporte individual de passageiros por motocicletas, moto-táxi, no âmbito do município de Campina Grande e dá outras providências.

Estado da Paraíba - Secretaria de governo e coordenação política (2000). Decreto nº 2.827 de 25 de abril de 2000. Dispõe sobre o regulamento do sistema de transportes individual remunerado de passageiros, moto-táxi, do município de Campina grande-PB.

Fortes, Alexandre (2006). “Miríades por toda a eternidade: a atualidade de E. P. Thompson”. Tempo Social Revista de Sociologia da USP, São Paulo, V. 18, nº 1, pp. 197-215.

Ibge (2001). Censo 2000. Brasília.

Leite, Marcia de Paula (2008). “O trabalho e suas reconfigurações: Conceitos e realidades”. Trabalho apresentado no 32º. Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu 27 a 31 de outubro de 2008, GT: Trabalho e Sindicato na Sociedade Contemporânea.

Lima, Jacob Carlos (1995). Reestruturação Produtiva: considerações sobre a “nova era”. Política e Trabalho. João Pessoa, Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, pp. 15-21.

- Lima, Jacob Carlos e Soares, Maria José Bezerra (2002). “Trabalho Flexível e o Novo Informal”. In: Caderno do CRH, Salvador.
- Lipietz, Alain (1998). *Miragens e milagres*. São Paulo, Nobel.
- _____. (1989) “O Fordismo Periférico”. In: Revista Ensaio, FEE. Porto Alegre, N. 10, Vol. 2.
- Luna, Jucelino Pereira (2007). *Pelas veredas da precarização e da informalidade: um estudo sobre os trabalhadores de moto-táxi em Campina Grande – PB*. Projeto de tese de Doutorado, Campina Grande, PPGCS/UFCG.
- Maciel, Carla.; Brito, Suerde e Camino, Leôncio. “Caracterização dos meninos em situação de rua de João Pessoa”. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721997000200010&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 23 jul 2006.
- Malagutti, Manoel Luiz (2001). “A informalidade redentora”. In: *Crítica à razão informal: a materialidade do salariado*. São Paulo, Boitempo, Vitória: Edufes, pp. 62-82.
- Oliveira, Francisco de (2006). *Crítica à Razão Dualista – o Ornitórrinco*. São Paulo, Boitempo.
- Pochman, Márcio (2006). “Desempregados do Brasil”. In: Antunes, Ricardo (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo, Boitempo.
- Tavares, M^a Augusta (2004). “Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho”. São Paulo, Cortez, p. 27-74.
- Thompson, Edward P. (1981). “A miséria da teoria ou um planetário de erros”. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. (2004). “A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade”. 3. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 9-14.
- _____. (1998a). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 3. Edição. Campinas, Unicamp, vol. 1 (Coleção textos didáticos).

Modalidades de Inserção Profissional, Espaços de Atuação e Percepções do Jornalismo no Brasil

Fernanda Petrarca
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
f.petrarca@uol.com.br

Resumo: Este artigo é resultado de uma tese de doutorado e analisa as condições sociais de ingresso e ascensão profissional no jornalismo no Brasil. O material empírico é constituído por uma pesquisa do conjunto dos jornalistas que ocupam posições dirigentes em diversos espaços de atuação profissional (como jornais, emissoras de rádio, canais de televisão, assessoria de imprensa, universidade, entidades associativas e de representação profissional). Parte-se do princípio que nas lutas profissionais por classificação e por acesso a certas posições os agentes comprometem os recursos que acumularam durante seu trajeto social e profissional e que resultam de sua origem social, formação escolar e inserção em outras esferas de atividade. Nesta investigação interessou, particularmente, a relação entre recursos sociais e esferas de atuação, com objetivo de identificar de que forma as esferas em que os jornalistas estão inseridos possibilitam, enquanto espaços de sociabilidade, a acumulação de um conjunto de recursos que podem ser reconvertidos em recursos profissionais. Além disso, tornou-se igualmente relevante investigar de que forma a inserção em certas esferas sociais contribui para determinadas concepções da profissão, uma vez que as esferas sociais são, ao mesmo tempo, espaços de interações concretas e uma estrutura de sentido. A capacidade de mobilizar diferentes inserções e reconverter recursos provenientes de diversos espaços sociais apresentou-se como uma garantia de “sucesso” profissional. Dentre os recursos mobilizados, estão aqueles proporcionados pelas origens sociais elevadas, os obtidos no interior das redações jornalísticas e aqueles acumulados pela experiência em movimentos sociais e atuação política.

Introdução

Esse artigo analisa as relações entre relatos de vida, narrativas biográficas e identidades profissionais no jornalismo. Parte-se do princípio que as identidades profissionais e as representações do universo profissional são produzidas através do processo de inserção dos indivíduos em múltiplos espaços sociais (família, escola, profissão, partidos políticos, etc.) e pela forma como eles constroem percepções e ajustes entre tais espaços. Nesse sentido, os indivíduos desempenham papéis específicos em cada um dos espaços, e a forma como eles ajustam esses papéis permite estruturar sua identidade profissional (Dubar, 1998b, Passy, 2005). Tal artigo faz parte de uma pesquisa mais geral¹ que teve como objetivo analisar o processo de inserção e ascensão profissional no jornalismo, buscando apreender os recursos sociais que pesam para a carreira jornalística e de que forma determinados recursos contribuem também para certas representações profissionais. Dessa forma, nesta pesquisa, o universo profissional é percebido como um espaço de disputa para definir os recursos legítimos para entrada e crescimento na hierarquia da profissão. Nessas disputas, os agentes comprometem os recursos que acumularam durante seu

¹ Tal pesquisa resultou em uma tese de doutorado denominada: “O Jornalismo como Profissão: recursos sociais, titulação acadêmica e Inserção Profissional dos Jornalistas no RS” (Petrarca, 2007), defendida no Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFRGS.

trajeto social e profissional e que resultam de sua origem social, formação escolar e inserção em outras esferas de atividade (Boiegol e Dezalay, 1997, Bourdieu, 1984). Assim, para analisar o processo de inserção e ascensão profissional dos jornalistas é preciso incluir uma investigação das esferas sociais nas quais os jornalistas se inserem e como tais inserções permitem, por um lado, adquirir um conjunto de recursos que podem contribuir para o seu crescimento na hierarquia interna do jornalismo e, por outro lado, de que forma contribuem para determinados princípios de identificação com a profissão e para definição do papel do jornalista.

Dentre essas esferas, destacam-se a esfera do trabalho, da família ou afetiva, do engajamento (político, militante) e a própria esfera escolar. Uma esfera de vida é, ao mesmo tempo, objetiva e subjetiva, pois pode tanto ser considerada como um conjunto de interações concretas, contatos e laços que os indivíduos estabelecem, como pode corresponder a uma estrutura de sentido. Essas esferas estão em constante interação e não ocupam o mesmo lugar na vida dos sujeitos. Assim sendo, as percepções e as tomadas de posição profissionais dependem do passado do indivíduo, de suas inserções e de suas experiências adquiridas (Passy, 2005). Nesse sentido, as categorias sociais apreendidas por esse processo de socialização em diferentes esferas sociais e no decorrer dos ciclos da vida (níveis escolares, categorias profissionais, posições culturais.), constituem a base para que os indivíduos construam identidades singulares, e procurem impor suas percepções em determinados campos de ação, como o campo profissional, por exemplo, (Fillieule, 2005, Dubar, 1998b, 1998c, Passy, 2005). Portanto, a trajetória social determina as identificações subjetivas, uma vez que “a pessoa não existe fora dos seus quadros sociais” (Elias, 1991).

Uma das maneiras de dar conta empiricamente desse conjunto de questões é através da análise biográfica. Por meio de tal análise é possível apreender os diferentes espaços sociais em que os jornalistas estão inseridos e as múltiplas histórias de vida utilizadas para dar um sentido a sua ação profissional, bem como confrontar as visões de jornalismo de que são portadores. Nesse sentido, o método biográfico permite recorrer as biografias, individuais ou coletivas, construídas segundo modalidades muito diferentes e presentes em pesquisas com objetivos e problemas diversos (Pudal, 1994, Peneff, 1994). Nesta pesquisa, as narrativas biográficas e os relatos de vida tornaram-se fontes principais dos dados, contando ainda com um conjunto de livros e materiais divulgados na internet sobre a biografia de tais jornalistas. Os procedimentos metodológicos adotados consistiram na realização de entrevistas biográficas com jornalistas que ocupam posições de chefia (chefes de redação, diretores de jornalismo, diretores de redação) em diferentes espaços de atuação do jornalismo.

A análise dos relatos biográficos permite articular de dois aspectos do processo biográfico. De um lado, eles são reveladores de uma seqüência de posições (sociais, familiares, escolares, profissionais, políticas) ocupadas pelo indivíduo durante a vida em espaços sociais e profissionais diversificados e dos laços que os indivíduos estabelecem, os quais permitem a acumulação de recursos variados. De outro, eles expressam reconstruções do passado e revelam visões de si e do mundo remetendo a diversos mundos sociais e formas identitárias (Dubar & Tripier, 1998^a, Dubar, 1998b, 1998c). Desse modo, é possível compreender os princípios de identificação e as concepções de profissão em jogo através da análise de ambos os aspectos que envolvem uma trajetória individual, considerando tanto as posições objetivas como as formas utilizadas pelos indivíduos para falar sobre si mesmo e seu passado durante uma entrevista. Contudo, não se pode ignorar que tais apresentações de si estão diretamente associadas a um trabalho de gestão da memória e de organização da vida. Como mostra Pollak (1989, 1992), a memória constitui um fator fundamental do “sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa em sua reconstrução de si”. Portanto, seja ela individual ou coletiva, representa um trabalho de organização e interpretação do passado constitutivo do sentimento de identidade.

Dessa forma, a investigação a respeito das trajetórias de vida dos jornalistas fornece indícios concernentes aos processos de formação de identidades. A diferenciação entre os itinerários biográficos é resultado das escolhas individuais, mas tais escolhas possuem determinantes e bases sociais que precisam ser consideradas, como as origens sociais, a inserção em múltiplas esferas de sociabilidade e a própria inserção profissional. Trata-se de considerar aquilo que muitos autores chamam de “contingências” ou “circunstâncias de carreira” (Goffman, 1996), ou seja, as situações ou as determinações sociais que permitiram o desenvolvimento e o encaminhamento de determinadas carreiras, tais como origens sociais, status sócio-econômicos, tipo de empresa a qual se insere um jornalista. Dito de outro modo são as circunstâncias que fazem com que o jornalista invista em determinado tipo de carreira jornalística e não em outro. Tais circunstâncias podem estar associadas aos espaços sociais e às esferas de vida em que os indivíduos estão inseridos e que correspondem a espaços de sociabilidade (Passy, 2005, Fillieulle, 2001).

Neste texto trata-se, mais especificamente, de considerar no processo de formação das identidades e representações profissionais os recursos sociais que os jornalistas utilizaram para ascender profissionalmente. Isto remete ao problema da reconversão de recursos diversos em posições profissionais. Entretanto, é ainda necessário demonstrar de que forma, nas narrativas de vida profissional do conjunto dos jornalistas, certas “qualidades pessoais” são apresentadas como justificativa para ascensão profissional e que legitimam a atual posição ocupada no jornalismo. As definições dessas qualidades remetem às mais diversas esferas (universidade, sindicato, partidos políticos, redação jornalística, família) e recursos sociais (competência profissional, militância estudantil e partidária, formação cultural, bagagem cultural) e correspondem a padrões de associações e a reconversões diversas, contribuindo para formar identificações distintas com o jornalismo. Nesse sentido, é preciso chamar a atenção para a dimensão relacional dos recursos e, portanto, o maior ou menor valor de um recurso depende dos espaços sociais dentro dos quais os atores o ativam. O problema da reconversão dos recursos para atuação profissional remete à questão mais geral desta pesquisa que implica em considerar em que medida certos recursos se constituem em recursos profissionais e quais são as possibilidades de uso para inserção profissional e atuação no jornalismo.

Portanto, não se trata de afirmar que qualquer recurso, obtido na família, na militância, na escola ou nas redações jornalísticas, possa constituir-se explicitamente como um recurso relevante para inserção profissional, mas interessa compreender quais são as condições de sua reconversão e os significados que eles podem adquirir no decorrer da profissão.

Modalidades de Investimentos no Jornalismo e Percepções da Profissão

Nas narrativas de vida profissional do conjunto dos jornalistas as “qualidades pessoais” apresentadas como justificativa para ascensão profissional remetem a um conjunto diverso de esferas, como universidade, sindicato, partidos políticos, redação jornalística e família, como também de recursos sociais múltiplos (competência profissional, militância estudantil e partidária, formação cultural). Tais recursos sociais são utilizados para a inserção profissional e correspondem a padrões de associações e a reconversões diversas, contribuindo para formar concepções distintas de sociedade e jornalismo. Ao total somaram-se 46 entrevistas e foram definidos três grandes padrões de associação e reconversão de recursos diversos em posições profissionais. Um primeiro padrão consiste naqueles jornalistas que tem como principal base de recursos os de origem social elevada, correspondendo a um total de 11 casos dos 46. Os principais postos ocupados são, sobretudo, os de editores, chefes e diretores de redação. Um segundo modelo consiste na combinação entre os recursos obtidos através do intenso investimento nas redações jornalísticas e aqueles proporcionados pelo espaço escolar, correspondendo a um total de 15 casos. Destacam-se, nesse caso, postos em assessoria de imprensa e redações jornalísticas. E por fim, a modalidade que representa aqueles jornalistas que tem como principal base de recursos aqueles obtidos através da militância política e partidária, correspondendo a 20 casos. As principais posições ocupadas por tais jornalistas estão mais diretamente relacionadas a universidade, entidades de classe e assessorias de imprensa públicas e para movimentos sociais.

Origens Sociais e Redes de Relações: a importância da “cultura trazida de casa”

O primeiro tipo de modalidade de investimento no jornalismo, definido neste trabalho, é característico daqueles que fizeram carreira em redações jornalísticas, seja em rádio, em televisão, em jornal ou em revista, crescendo na hierarquia interna das redações: repórter, redator, editor, editor-chefe, chefe de redação, diretor de redação. Seus trajetos profissionais consistem numa sucessão de posições no interior das redações. Apesar das diferenças inerentes ao jornalismo de rádio, de televisão, de revista e o jornalismo impresso, é possível agrupar esses jornalistas, uma vez que, nessa modalidade, podemos encontrar recursos acumulados que se aproximam e que estão relacionados com o exercício do jornalismo em redação de jornais, rádios, televisões e revistas.

Por um lado, em muitos desses casos, as origens sociais elevadas possibilitaram um primeiro contato com o universo jornalístico, servindo assim como um recurso de acesso ao meio. Por outro lado, as percepções que se têm de tais origens, de maneira geral, e a valorização atribuída a alguém que estudou em escolas particulares de prestígio, ou que fez intercâmbio e viagens a exterior, revelam a valorização de certos recursos que podem ser obtidos, principalmente, por uma posição de origem elevada. A transmissão da herança familiar ocorre mediante diversos tipos de capital, como o econômico, através do patrimônio e bens materiais; cultural, possibilitando acesso a escolas de prestígio e consumo de bens culturais (cinema, teatro, revistas, jornais); simbólico, através do prestígio e consagração social, possibilitado pela posição de origem e também o capital social através de uma rede de relações com pessoas de prestígio (Bourdieu, 1979; 1980; 1984).

Um dos casos mais ilustrativos do conjunto dos analisados para demonstrar de que forma as origens sociais elevadas tornam-se trunfos no acesso ao jornalismo é o de um dos diretores de uma das maiores empresas de comunicação no Rio Grande do Sul. Seu itinerário permite vislumbrar a relação entre origens sociais, formação escolar e inserção profissional. Nascido na capital do estado, esse jornalista vem de uma família, do interior do Rio Grande do Sul, de fazendeiros, de médicos, de militares, de empresários e de alguns políticos. Do lado materno, avós e tios fazendeiros e médicos. Seu avô materno era médico e seu bisavô fazendeiro, segundo ele, um fazendeiro que falava quatro línguas, o que já de início demonstra o acesso das gerações mais antigas da família à cultura. Do lado paterno, militares, empresários e alguns tios políticos, que conquistaram inclusive o posto de Ministros de Estado. Com nove anos de idade já havia viajado para fora do país e conhecido a Disneyland World. Sua formação escolar ocorreu em uma escola apenas: “Nossa Senhora do Rosário”, escola marista da capital do estado, onde estudaram seu pai, seu avô e seu bisavô.

Cursou a graduação em universidades particulares pagas com recursos familiares. Uma delas em jornalismo na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e a outra em Direito na Universidade Luterana do Brasil, esta última não concluída. Durante seu curso de jornalismo, nos dois primeiros anos, participou das atividades do diretório acadêmico na qualidade de dirigente e de coordenador e do centro acadêmico do curso de jornalismo, momento em que também exerceu militância político-partidária. Seu ingresso no mercado jornalístico ocorreu durante a graduação como estagiário não-remunerado na TVE (TV Educativa). Depois do estágio, perto do final da sua faculdade, resolveu trancar o semestre para ir à Europa, onde ficou durante seis meses com um grupo de amigos e apoiado por recursos econômicos familiares. Quando retornou terminou a faculdade e conseguiu em seguida uma oferta de emprego na Rede Brasil Sul de televisão (RBS TV) no ano de 1985. Começou nesta empresa como assistente de edição, por meio do convite do diretor de redação que era amigo do seu pai. Sobre o ingresso no mercado jornalístico, ele relata:

Ele (o diretor) conhecia o meu pai. E eu me lembro que o dia em que ele me contratou, ele me disse assim: “olha guri, eu conheço muito o teu pai, mas eu quero te dizer o seguinte, eu te dou 60 dias, se tu fores ruim eu te ponho na rua”. Daí

eu entrei aqui como assistente do editor e em um ano eu já tinha sido promovido editor chefe, um editor super jovem (...). Com dois anos eu já tinha um monte de prêmio na carreira.

Este relato permite demonstrar o quanto as redes de relações proporcionadas pela posição de origem constituem-se em recursos pertinentes que possibilitam um primeiro contato com o meio profissional e uma forma importante de acesso ao mercado de trabalho.

Em seguida em que foi promovido a editor-chefe começou a dar aulas para o curso de jornalismo da PUC², esta última função conquistada por meio de um convite do diretor da faculdade de comunicação da referida universidade. Na empresa jornalística, foi promovido a chefe de reportagem, editou todos os jornais da casa e elaborou e editou projetos especiais. Em 1991, depois de ouvir uma palestra do vice-presidente da RBS sobre incentivos aos funcionários, pediu que esse o ajudasse a organizar uma viagem aos Estados Unidos que estava querendo fazer durante suas férias e que não queria dinheiro da empresa, iria com seus próprios recursos.

Essa viagem rendeu-lhe uma posição diferenciada dentro da empresa, possibilitando o acesso a certas atividades mais destacadas. Depois de retornar, começou a participar de projetos na empresa, representando-a em diversos eventos internacionais e, em 1995, foi convidado para montar o projeto do “Canal Rural”, cabendo-lhe a programação e a equipe. Uma das suas fontes para esse projeto foi um fazendeiro, na época presidente da “Associação Rural Brasileira”, chamado Roberto Rodrigues, Ex-Ministro da Agricultura. Roberto Rodrigues, inicialmente uma fonte, passou a integrar a equipe do “Canal Rural”, ajudando a elaborar o projeto e, como afirma o jornalista, a “abrir muitas portas”, uma vez que tal ministro possuía uma ampla rede de contatos. Depois desse projeto foi convidado à direção de jornalismo na empresa. Como diretor fez um mestrado profissionalizante para administração de empresas, denominado “Master in Business Administration” (MBA) em gestão.

Esse jornalista representa um dos casos em que o que contou, para entrada e crescimento na hierarquia do jornalismo, foi a combinação das suas origens sociais altas com investimento interno ao jornalismo. Esse último se consolida no espaço das redações, das empresas de comunicação, mas também com fontes que podem render uma boa matéria ou um bom projeto e que são externas ao jornalismo, como foi o contato com Roberto Rodrigues para elaboração do projeto do Canal Rural. Nesse projeto, é possível perceber uma combinação entre as origens, uma vez que seu contato com o universo rural é herdado de seus avós e pais, ambos fazendeiros, e um investimento forte nos projetos da empresa, manifestado pelos contatos com a direção. O sucesso nessa combinação rendeu-lhe não só o posto de diretor de jornalismo da empresa, mas uma ampla rede de relações. Em função dos investimentos anteriores e da própria função que desempenha atualmente na empresa, seus contatos diversificaram-se e adquiriram nova importância, tendo em vista que ocupar um posto de direção implica em estabelecer vínculos com pessoas que ocupam posições elevadas na hierarquia social, tais como: empresários, ministros, governadores, presidentes de associações, etc.

Esse itinerário permite ressaltar duas questões principais. A primeira delas refere-se a forma como o acesso a um conjunto de recursos econômicos e sociais permite uma maior flexibilidade quanto aos investimentos profissionais, possibilitando, neste caso, por exemplo, realizar uma viagem ao exterior em pleno período de conclusão do curso superior sem a necessidade imediata de um emprego ou de uma posição profissional estável ou, ainda, permitindo realizar uma viagem de trabalho aos Estados Unidos com recursos próprios. A segunda refere-se aos usos das origens sociais para ingressar no jornalismo e conquistar novos espaços de atuação, uma vez que a própria posição social permite o contato com determinadas pessoas que podem ser mobilizadas em situações diversas.

Todavia, é preciso ainda dar conta das concepções e maneiras próprias de perceber a importância da cultura familiar e das origens sociais elevadas para o percurso profissional e para o exercício dessa atividade. A presença objetiva de um determinado “capital” só tem sentido diante das condições que tornam possível sua “transmissão”, uma vez que a presença de um capital cultural familiar, como a frequência ao teatro, ao cinema, o acesso a livros, a “boas escolas”, a informação, não garante a sua efetiva posse (Lahire, 2002; 2004). É preciso, ainda, observar como esta cultura é transmitida, apreendida e interiorizada e quais são as condições de sua apropriação pelos agentes, para assim poder compreender como ela pode se transformar em um recurso responsável pelo sucesso. Em síntese, é preciso considerar também as origens como recursos nas disputas pela construção de imagens do profissional “bem sucedido” e dos princípios de legitimação dos postos e cargos e as situações nas quais as origens são ativadas e seu uso se torna possível.

Assim, interessa o problema da relação entre as concepções a respeito da importância das origens sociais e da posse de uma “bagagem cultural” e os usos que podem ser feitos delas. Isto é importante porque não é apenas a condição de pertencer a determinada posição social que está em pauta, mas sim os códigos que dão sentido a uma interpretação interessada das posições sociais. O relato dos diretores de jornalismo e editores-chefe apresenta uma valorização, mais do que a formação escolar e o diploma, ou seja, o capital cultural institucionalizado, a formação proporcionada pela família. Essa valorização é apresentada tanto como critério importante para justificar a escolha pelo jornalismo como para justificar o atual posto ocupado na profissão. As experiências proporcionadas pela família, tais como o acesso a livros, revistas, cinema e jornais de todos os gêneros e o domínio da língua culta aparecem associados ao gosto pela leitura e pela escrita como uma questão fundamental que os encaminhou para o jornalismo. Portanto, quando esses jornalistas apontam os motivos que os levaram à escolha pelo jornalismo, eles estão na verdade apontando os elementos que contam para se tornar jornalista e que

² Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

dependem de uma “cultura familiar”. Os relatos expressam, neste sentido, disposições que foram adquiridas e que são ativadas, ou solicitadas, pelos contextos nos quais os agentes estão inseridos. Eles permitem captar os efeitos dos diferentes universos socializadores, como a família, a escola, os partidos políticos, nas decisões dos atores.

Os relatos biográficos dos jornalistas analisados nesta modalidade específica de investimento e ascensão no jornalismo permitem identificar um conjunto de argumentos que destacam uma “apresentação e imagem de si” associada à posição social de origem. Um dos exemplos é o de um diretor de uma das redações jornalísticas que atribui seu crescimento a duas questões principais: a primeira referente ao investimento interno na empresa, colocando-se à disposição para realizar todo tipo de tarefa, aproveitando as oportunidades que apareciam. A segunda refere-se à formação diferenciada possibilitada pela sua família. Esse diretor considera o seu ambiente familiar “um ambiente de elite” o que lhe proporcionou escolher jornalismo e ser “diferenciado”.

Eu tenho uma formação bastante privilegiada. Eu só estudei em colégio particular, estudei no Rosário a minha vida inteira, morei na Europa um tempo. Eu tenho uma formação um pouco diferenciada. Todo mundo esperava que eu fosse médico, advogado (...). E resolvi seguir jornalismo por gostar de escrever. (...) Eu tenho muito conhecimento de história (...). Eu tinha muita informação, muito acima dos meus amigos na época, um cara que sabia muito, discutia muito política, economia, tinha acesso a livros, leituras, jornais. Eu acabei indo para esse caminho de forma natural.

O acesso à cultura, formação, informação, proporcionados pela posição de origem e familiar privilegiada, o faz acreditar que a escolha pelo jornalismo foi um acontecimento natural, uma vez que, na sua visão, essa atividade exige uma formação cultural que se adquire pelo acesso a bens culturais, como “boas escolas”, livros, cinema, teatro. Essa cultura geral incluiu um conhecimento de história, economia, política, além de um conhecimento da língua oficial, expresso pelo saber escrever, ler e ter acesso a livros. Deste modo, as categorias de percepção e de classificação, resultado de múltiplas diferenças sociais e de processos de interiorização diversificados, são aplicadas e mobilizadas na vida cotidiana em diferentes momentos biográficos.

Um aspecto importante a ser trabalhado na análise das narrativas biográficas está relacionado à interpretação que a pessoa constrói quando olha retrospectivamente para seu progresso. Esta interpretação está associada à necessidade de justificar o sucesso, a ascensão profissional e dar um sentido à sua existência, ou seja, encontrar os fundamentos que legitimem a posição ocupada no mundo social em que está imerso. Dentre as diferentes formas de justificativas e interpretação do passado, a cultura legítima se apresenta como uma das possibilidades de sentido da existência³. Nessa modalidade e, nesse caso mais especificamente, há uma relação entre certos padrões de investimento no jornalismo, em que a posição de origem e a inserção profissional permitiram certo itinerário, e as visões e percepções do passado pelo jornalista. Essa questão remete aos processos de reconstrução do passado pelos atores sociais, tendo em vista que a pessoa constrói ao longo da vida uma imagem que permite uma percepção de si mesmo que possa expor de maneira útil nas situações cotidianas (Goffman, 1996). Assim, se ela consegue apresentar uma interpretação de sua situação presente, no caso, como chegou a tal posto no jornalismo, que mostre qualidades pessoais favoráveis no passado, pode-se afirmar que a sua história é uma história de triunfo. Isso significa dizer que a história de triunfo, apresentada pelo caso analisado acima, remete a uma interpretação das origens elevadas como condição para o progresso profissional. A questão importante a ser destacada diz respeito às qualidades que foram mencionadas como relevantes para ascender profissionalmente e que estão diretamente vinculadas a qualidades associadas às origens sociais privilegiadas. A vitória profissional está relacionada a características que se obtém por uma determinada posição de origem, acesso à cultura (por meio de livros, de jornais), “boas escolas”, etc. Há uma forte vinculação com as origens sociais elevadas e, conseqüentemente, com os esquemas através dos quais elas são interpretadas. Em consonância com isso, tal justificativa e interpretação do passado proporcionam ganhos morais e psicológicos que permitem a distinção e o sentimento de que se é “melhor profissional” ou “mais qualificado” para o exercício da posição ocupada.

Além disso, as narrativas biográficas revelam que as origens sociais elevadas tornam-se importantes recursos para promover e contratar novos jornalistas. Esses diretores, dentro dos veículos em que trabalham e pela posição que ocupam, estão diretamente envolvidos nas contratações de novos jornalistas e nas promoções internas, só para citar um exemplo, como ser promovido de editor para editor-chefe ou de repórter para editor. Soma-se a isso o fato de que esses diretores têm uma origem social mais elevada, em função dos indicadores objetivos como escolaridade do pai e da mãe e respectivas profissões. Durante as entrevistas, quando questionados sobre essas contratações, eles revelam que a formação cultural transmitida pela família não só foi importante em seus trajetos como é muito valorizada na avaliação de outros jornalistas.

Ao ser questionado sobre a situação atual do jornalismo, o jornalista, cujo fragmento de entrevista é citado abaixo, relata a importância da família para o exercício do jornalismo e para a formação de certas qualidades essenciais nessa profissão.

(...) Me preocupa um pouco essa memória dos jornalistas (...). Essa memória do que foi a realidade. Isso é preocupante no jornalismo como um todo, ou seja, a falta de memória. (...) E isso passa por casa, passa por uma história de família, passa por tu cultivar na tua casa a informação e o conhecimento. Tu não aprende a ler na faculdade, tu não aprendes ser curioso na faculdade, tu aprende na vida (...). Eu me lembro muito, eu sempre uso muito isso. Na minha casa nunca faltou jornal e tudo que fosse cultura. O meu avô era um alemão e como todo alemão ele cultivava muito essa questão da cultura, da

³Conforme destaca Lahire (2006), a “necessidade de legitimidade” ou a “necessidade de se sentir justificado de existir” não está reservada aos grupos ou classes dominantes, mas antes disso é uma necessidade social para dar sentido a uma existência que em si mesmo não tem sentido.

informação. Eu nunca esqueço uma frase do meu avô que me marcou vida inteira. O vó dizia assim: para os meus filhos e para os meus netos pode faltar roupa nova, pode faltar o carro novo, pode faltar o dinheiro para ir numa festa, para comprar o refrigerante, só não falta dinheiro para bons colégios e para bons livros. E eu acho que isso é regra, entendeu.

Este relato é revelador de um conjunto de elementos. Um deles está relacionado a uma das características fundamentais apontadas pelo entrevistado para o exercício do jornalismo: a memória. A tão importante memória para o exercício da profissão e a capacidade de fazer abstrações requer um conhecimento intelectual que, nesse caso, não é obtido na escola, mas na família, seja através do convívio com figuras ilustres, seja através do acesso à cultura, de forma geral, proporcionados por livros, por música e por viagens ao exterior. Assim, ao estabelecer a relação entre memória e cultura familiar o entrevistado lança mão de uma disposição adquirida pela sua socialização familiar.

A família possibilita não só os meios econômicos necessários para se ter acesso à língua culta, a cursos de língua estrangeira, intercâmbio no exterior, estudar em escolas conceituadas e de prestígio social, mas também um comportamento específico diante do jornalismo que exige uma postura de origem, uma formação cultural, um background, obtido, sobretudo dentro da família. A herança familiar e cultural passa a ser um dos critérios utilizados para entrar em certas empresas e setores do jornalismo. A atitude exigida do jornalista diante dos problemas específicos da profissão, nesse ponto de vista, requer um comportamento especial e um caráter que se aprende na família. Os padrões de avaliação de um “bom jornalista” estão associados a uma “cultura de origem elevada” que define em quem se pode confiar. A maneira como um jornalista comporta-se diante dos problemas cotidianos do trabalho jornalístico revela uma postura associada a uma “cultura trazida de casa”. As avaliações recaem sobre suas origens e socialização familiar.

Tal cultura garante uma seleção entre membros de um mesmo grupo social. A família e a posição de origem definem o crédito social do indivíduo, sua reputação e também estrutura os seus recursos sociais, servindo como uma garantia de seleção entre iguais. Assim, a valorização das origens altas constitui uma estratégia de selecionar membros de um mesmo grupo social e excluir aqueles que não possuem tais origens e que, por sua vez, estão fora desse grupo social (Wolf, 2003). Entretanto, essa não é apenas uma estratégia de reprodução destinada a conservar a ocupação de certas posições a um grupo, mas consiste em uma maneira de conservar e manter os critérios de ascensão e os recursos fundamentais para ocupação de certos postos. Essa é uma estratégia para determinar “aqueles que são dignos de entrar num grupo, de fazer parte do grupo, de fazer o grupo” (Bourdieu, 1984, p.80).

Entretanto, mais do que uma distinção entre grupos socialmente desiguais no que diz respeito à cultura dominante, interessa, particularmente, os esquemas de percepção e de classificação que se baseiam na própria pessoa e seu passado (manifesta em expressões como “eu sempre gostei de ler”, “eu tenho uma cultura diferenciada”), como também pode ainda ser aplicado ao próximo, sobretudo em situações de avaliação de outros jornalistas nos processos de contratação, como se pode observar. Nesse sentido as origens sociais elevadas tornam-se recursos imprescindíveis para entrada e para a ascensão de postos no mercado de trabalho jornalístico. Os relatos acima analisados permitem destacar, por um lado, a escola como o lugar onde se fortalece os critérios de distinção entre grupos por meio do domínio da língua oficial e também da língua estrangeira. Por outro lado, a aquisição desta competência associada ao “melhor português” vai além daquilo que as “boas escolas” oferecem e recai no que a família pode possibilitar, como o acesso a livros, revistas, viagens ao exterior, etc.

O network das redações: a experiência prática da profissão

Um outro padrão de carreira tem como a principal base de recursos as redações jornalísticas e se caracteriza pelo investimento no jornalismo diário e de revista. Um dos casos mais ilustrativos é o do diretor de redação de duas revistas da capital, pertencentes a um mesmo grupo, mas de áreas distintas, uma de gestão, economia e negócios e a outra de cultura. De origem “modesta e humilde”, conforme suas próprias palavras, e proveniente da cidade de Cachoeira do Sul, interior do estado do Rio Grande do Sul, esse jornalista começou sua carreira no jornalismo diário. Somente depois de uma carreira construída em jornais, ele passou a investir no jornalismo de revista. A família, composta por sete filhos, vivia do comércio do pai: um “boteco”. Seu pai tinha o primeiro grau incompleto e sua mãe sabia apenas ler e escrever. De todos os filhos, apenas ele concluiu o curso superior.

A escola e a redação dos jornais tornaram-se espaços importantes para descobrir seu “talento” para o jornalismo e entrar, efetivamente, no mercado de trabalho. Após terminar o segundo grau, com muitas dúvidas a respeito da profissão que deveria seguir e frente à necessidade imediata de um emprego, contou com o apoio de sua professora de português que o estimulou a escolher o jornalismo em função de suas habilidades com as palavras e a escrita. Tal professora conseguiu um trabalho em um jornal da cidade através de um amigo, que era proprietário e diretor do jornal. Esse diretor tornou-se uma figura chave na carreira desse jornalista. Nesse jornal, teve várias funções e cumpriu tarefas diversas, realizou reportagens, editou o jornal e foi fotógrafo.

(...) Lá eu descobri minha vocação (...). Eu fui de tudo, os jornais do interior são verdadeiras universidades, escolas. Então eu era repórter, redator, fazia editoriais, eles gostavam dos meus textos e mandavam eu escrever os editoriais, eu tirava fotos dos entrevistados, fazia de tudo, fazia títulos, editava, três anos assim.

Um passo significativo dado pelo jornalista, que merece destaque nesse caso, é a socialização no interior das redações como um momento de descoberta da vocação e de aprendizagem. O exercício de várias funções nos jornais assume importância fundamental para a aprendizagem e a formação jornalística. Nesse sentido, a redação torna-se a escola para aprender as habilidades próprias para o ofício do jornalista e para que a vocação seja despertada. Nesse referido jornal, ele

permaneceu de 1979 até 1982, quando decidiu mudar-se para Porto Alegre e cursar a faculdade de jornalismo. Em sua cidade natal, já havia iniciado o curso de Letras, mas não encontrou motivação suficiente para continuá-lo, pois pretendia fazer jornalismo. Durante o período em que cursou Letras participou das atividades do centro acadêmico desse curso, concorreu à presidência do centro acadêmico, porém sem sucesso. Ao chegar em Porto Alegre, desenvolveu diversas atividades para poder se manter economicamente, dentre elas, auxiliar de escritório e assessor de um deputado de sua cidade natal. Durante o curso de jornalismo na PUC, participou das atividades do centro acadêmico colaborando com textos. Por meio do vice-presidente desse centro acadêmico, conseguiu um emprego de editor numa produtora de vídeo. Nesse período, colaborou em diversos jornais de bairro da capital, trabalhos que conquistou por meio de anúncios de jornais.

Depois de formado, conseguiu um emprego no jornal “Correio do Povo” como pauteiro. Tal cargo foi conquistado por indicação do diretor do jornal de Cachoeira do Sul, onde havia trabalhado, e que naquele momento, era editor de economia do “Correio do Povo”. Trabalhou nesse jornal durante três anos (de 1987 a 1990), como pauteiro, subchefe de reportagem e chefe de reportagem. Sua saída ocorreu em função de um convite para atuar, na qualidade de repórter especial, em um outro jornal que estava sendo criado, mas em seguida, seis meses depois, pediu demissão e retornou ao “Correio do Povo” como repórter especial. Seu retorno ao “Correio do Povo” deu-se por meio de um convite do diretor de redação que já o conhecia desse jornal. Mais tarde, foi promovido a editor de política, cargo que ocupou por quase três anos, e em seguida editor de economia. Nesse momento já trabalhava na revista em que atualmente, é diretor de redação na qualidade de editor executivo. O convite para atuar nessa revista partiu de um dos sócios que já era seu colega de longa data. Tratava-se do mesmo jornalista diretor de redação do jornal de Cachoeira do Sul e que lhe convidou para trabalhar como pauteiro no “Correio do Povo”. Acumulando as funções de editor de economia do “Correio do Povo” e de editor-executivo da revista por dois anos, em 1993 pediu demissão do “Correio do Povo” para dedicar-se integralmente à revista e ao cargo que desempenhava. Nessa revista, foi promovido a diretor de redação, em 1996, cargo que desempenha até hoje. Mais tarde assumiu a direção da revista de cultura criada pelo mesmo grupo. Do início da sua carreira como repórter até chegar à função atual de diretor de redação de duas revistas pertencentes ao mesmo grupo, cargo que ocupa há dez anos, foram dezessete anos construindo uma rede de relações, mudando de função e de veículo. Isso revela que, até atingir o cargo máximo almejado no interior das redações, foi preciso um longo investimento.

Um dos fatores que possibilitou a esse jornalista conquistar posições no jornalismo e subir na hierarquia de postos de cargos foi o investimento intenso nas redações de jornais e revistas. A escola e a universidade tornaram-se um importante espaço de socialização e de estabelecimentos de contatos que resultaram em possíveis indicações para empregos, assim como as redações. Foram os contatos estabelecidos no interior das redações que lhe permitiram novas possibilidades de emprego, convites para atuar em outros veículos e crescimento na hierarquia do jornalismo. A imagem que esse jornalista constrói de sua vida profissional valoriza os contatos internos às redações e aqueles obtidos na escola e que foram importantes em sua carreira. Ao contrário de um dos casos, descrito na modalidade anterior, em que as origens sociais são extremamente consideradas, valorizadas e apresentadas como essenciais na identificação profissional, esse jornalista ao falar do seu passado e apresentar uma visão coerente de sua posição atual no jornalismo, tende a colocar nos vínculos estabelecidos nas redações um valor importante. A sua história de triunfo no jornalismo está calcada nos contatos internos ao jornalismo, uma vez que as origens sociais o distanciam desse triunfo fazendo com que o seu investimento no jornalismo torne-se o elemento principal que o permitiu conquistar e atingir uma posição destacada na hierarquia da profissão.

Nessa modalidade de carreira, a redação desempenha um papel fundamental, pois ela é apresentada como um espaço importante para descoberta da vocação e aprendizagem das habilidades necessárias para o ofício do jornalismo. Nas narrativas e reconstruções sobre o passado pelo entrevistado, a redação assume essa importância e é apresentada como um passo significativo para vida profissional. Além disso, ela torna-se um espaço importante para estabelecimento de contatos, de relações que podem resultar em novas ofertas de emprego, em novas oportunidades de trabalho e em ascensão interna.

O outro caso que ilustra a importância que assumem a socialização escolar, a redação e os contatos que elas possibilitam para o investimento e crescimento na hierarquia do jornalismo é o do atual diretor de redação de um dos jornais da capital do Rio Grande do Sul. De origem social baixa, necessitando trabalhar desde muito cedo para ajudar na economia doméstica, exercendo funções como servente de obra e office boy durante o segundo grau, esse jornalista apresenta a universidade como um espaço importante na sua formação.

O relato abaixo fornece indícios da importância que assume a escola para sua formação como um todo.

(...) A universidade pode não ser tão importante para algumas pessoas. Para outras... Eu venho de uma classe social em que o acesso a certo tipo de informações era mais restrito. Foi a universidade que me propiciou isso. Foi a universidade que me propiciou o contato com um tipo de cultura, com um tipo de pessoas que me ajudou a formar o que sou hoje (...). A vivência no meio universitário, o conhecimento da existência de realidades com as quais eu não convivía, de realidades distintas da minha, a possibilidade de acesso a informações, a uma cultura diversificada, aberta que eu não tinha antes, tudo isso ajuda na formação, que depois me ajuda a ser jornalista.

O que é possível extrair desse relato é que a universidade é um espaço importante para obtenção de uma cultura geral, de acesso a bens culturais, de contato e convivência com pessoas e realidades que não poderiam ser adquiridos de outra forma por aqueles que têm uma origem social, e uma situação sócio-econômica, mais baixa. Ela não é necessariamente o espaço de aprendizagem de uma técnica específica, de um conjunto de conhecimentos que não poderiam ser obtidos senão pela formação superior em jornalismo, mas ela se torna um espaço fundamental de socialização para aqueles que não

poderiam obter informações e conhecimentos gerais a não ser pelo meio acadêmico. Um exemplo da importância da universidade como um espaço de contato com pessoas aparece quando o jornalista relata seu contato com alguns professores:

(...) Os professores, eu convivía com um professor de português que na aula ele era um ótimo professor, mas que tinha muito mais para dar fora da aula quando ele vinha filar cigarro da gente ou um copo de cerveja, ou uma coisa assim (...) e que era uma pessoa ousada intelectualmente e que não parecia ser dentro da sala de aula. Esse tipo de coisa sempre tem na universidade se você souber tirar, se souber buscar .

Trata-se da importância que assumem essas conversas mais informais que a universidade proporciona. Novamente, a questão não está no conteúdo que a universidade pode passar aos alunos, uma vez que é a universidade o espaço de contato com outras culturas, com outros saberes, com outros conhecimentos, experiências, mas os contatos e as convivências que ela propicia para aqueles que não poderiam obtê-los de outra forma. É nas conversas de bar e no cafezinho, que ocorrem fora do espaço da sala de aula, que a universidade se apresenta como um importante espaço de socialização e de formação cultural. A universidade proporcionou-lhe o acesso a um tipo de cultura que sua família e suas origens sociais não lhe proporcionavam.

Para cobrir os gastos com a faculdade e manter-se economicamente, durante a graduação, fez um concurso para o Ministério da Agricultura como funcionário público e foi aprovado. Após concluir o curso de jornalismo, foi convidado pelas pessoas que trabalhavam na assessoria de imprensa do Ministério da Agricultura para atuar nesse setor na qualidade de funcionário. Sua inserção no jornalismo ocorreu através dessa assessoria de imprensa. Ali, conheceu algumas pessoas que atuavam no jornalismo diário e por elas foi indicado para trabalhar na “Rádio Guaíba” como redator. Formou-se em 1984 e, em 1985, passou a atuar na “Rádio Guaíba”, como: redator, repórter, editor, apresentador de programas. Durante algum tempo, trabalhou nos dois locais, no Ministério da Agricultura e na “Rádio Guaíba”. Ao falar sobre sua entrada na “Rádio Guaíba”, o jornalista fornece os indícios dos contatos que marcaram sua entrada e foram importantes.

Eu entrei na Guaíba, eu soube que tinha uma vaga de redator e candidatei-me a ela e fiz um teste. (...) Conhecia uma pessoa que era (...) amigo de uma colega do Ministério da Agricultura que perguntou a ela se sabia de alguém que estava precisando de um jornalista, ele convidou ela que disse que não queria, mas que tinha um bom menino aqui, quem sabe experimenta ele. E então eu vim aqui e fiz o teste e passei por esse teste.

Os contatos estabelecidos dentro do Ministério da Agricultura, sobretudo na assessoria, proporcionaram-lhe os contatos iniciais com pessoas que estavam atuando no jornalismo diário. Esse contato foi a porta de entrada para aquilo que se denomina o mercado de trabalho jornalístico. Além disso, sua entrada nesse universo proporcionou-lhe a aprendizagem necessária para ser jornalista e que somente uma redação permite.

(...) A “Rádio Guaíba”, nesse período, estava funcionando, pagava salários atrasados, mas era uma escola de jornalismo como nenhuma outra, era amada e desejada por todo mundo que queria trabalhar em jornalismo, porque o nível de exigência era muito elevado, tinha uma tradição de jornalistas, os jornalistas que trabalhavam aqui eram pessoas qualificadíssimas, eram jornalistas que podiam muito bem ensinar um jovem jornalista como eu, portanto acredito que a minha grande escola de jornalismo foi a “Rádio Guaíba”, onde eu aprendi mais, conheci pessoas, Edison Lemos, Emilio de Macedo, dezenas de outros jornalistas me ensinaram muito.

Nessa citação percebe-se que, a redação é apresentada como um espaço valorizado tanto de aprendizagem das habilidades necessárias, como da possibilidade de conhecer pessoas, estabelecer contatos com jornalistas.

Com a reabertura do “Correio do Povo”, do mesmo grupo proprietário da “Rádio Guaíba”, o jornalista passou a atuar também no jornal, desempenhando o jornalismo nos três lugares concomitantemente. Diante do trabalho exaustivo em três empregos e da necessidade de dedicar-se a família, optou pelo jornalismo diário e não pela assessoria do ministério, abandonando, assim, as demais funções. A opção foi feita em função da promoção que recebeu no jornal para atuar como diretor. A família e a recompensa financeira constituem os fatores fundamentais que o motivaram a reorientar sua carreira.

No “Correio do Povo”, começou como repórter de política e depois ocupou as seguintes funções: editor de economia, editor de rural, editor de internacional, editor de geral, secretário de redação. Quando o diretor do jornal saiu, em 1992, para atuar em um outro jornal, passou a editor-chefe e, em seguida, diretor de redação, cargo que ocupa até hoje. Durante o período em que se dedicou ao “Correio do Povo”, foi indicado por um colega da redação para trabalhar na assessoria de imprensa da Assembléia Legislativa. Na Assembléia, permaneceu durante 10 anos, exercendo, assim, as duas funções ao mesmo tempo. Quando entrou na Assembléia era redator do jornal, ao passo em que foi promovido dentro do jornal, atingindo, assim, funções mais importantes, podendo influir na produção diária das notícias, resolveu abandonar as atividades na Assembléia para dedicar-se à função de direção. Desde a entrada no jornalismo até chegar ao cargo que atualmente desempenha, foram aproximadamente onze anos de carreira profissional, sendo que dez desses onze anos foram divididos com o cargo de assessor de imprensa e no atual momento está na função de diretor de redação, a qual ocupa há 13 anos.

Essa é uma trajetória que se caracteriza pelo investimento nas redações e também nas situações extra-redações e cujos contatos possibilitaram tanto o crescimento interno na hierarquia do jornal (editor, secretário de redação, diretor), como a possibilidade de acesso a outros veículos, como o jornal, a atuação na Assembléia Legislativa. Apesar de ter exercido o jornalismo em espaços externos à redação, durante um determinado momento de sua trajetória profissional, seu investimento direcionou-se ao jornalismo diário.

Esses dois casos revelam a valorização dos contatos possibilitados pela universidade e pelas redações, os quais permitiram tanto a entrada no jornalismo como o crescimento interno. Há, assim, uma associação entre os recursos obtidos pela formação escolar, sobretudo com os contatos, que não poderiam ser conquistados senão por meio da escola e os recursos

obtidos pela inserção nas redações dos jornais. Apesar de terem atuado em outros espaços além da redação, esses jornalistas investiram nas redações dos jornais.

Militância Política e Partidária: o jornalista “em defesa da sociedade”

O terceiro padrão de ascensão profissional diz respeito a um conjunto de jornalistas que associam recursos obtidos nas redações jornalísticas com militância sindical e político-partidária para ocupação de cargos diversos, nas assessorias de imprensa, na universidade ou em cargos políticos como secretarias de governos. Essa modalidade consiste em um conjunto de trajetórias que se caracterizam por posições ocupadas na militância estudantil, partidária e corporativa e que combinam o exercício do jornalismo (em assessoria, na universidade, no jornalismo diário) com outras atividades, como sindicalismo, militância estudantil, liderança estudantil, militância partidária. O jornalismo, nesse caso, representa uma maneira de articular atividade profissional com engajamento político e reverter recursos militantes para atuar no jornalismo.

Por conseguinte, os cargos conquistados dependem das esferas sociais nas quais estão inseridos e que possibilitam acumular um conjunto de recursos sociais que permitem o acesso a certas posições profissionais. Dentre estas esferas sociais destacam-se os partidos políticos, neste caso o Partido dos Trabalhadores (PT), e o próprio universo profissional, como o espaço das redações jornalísticas enquanto um espaço importante para estabelecer novos vínculos e estreitar os já existentes, resultando no acesso a posições profissionais.

Ao mesmo tempo, o militância, seja na sua forma sindical, seja na de movimento estudantil ou partidário, e em alguns casos vinculados a movimentos religiosos, como grupos eclesiais de base, proporciona uma maneira específica de ver a profissão, mas também de acesso à política, possibilitando, inclusive, o acesso a certas atividades jornalísticas, como assessorias públicas, assessorias para movimentos sociais, assessorias para partidos políticos e para campanhas eleitorais, bem como para ocupação de cargos na burocracia pública, como diretor de comunicação de empresas jornalísticas públicas e secretário de comunicação. Do conjunto dos casos considerados destacou-se a ocupação de cargos de “confiança” na burocracia pública como direção da rádio “Cultura FM” no Rio Grande do Sul, e como secretário da comunicação no período do governo do PT no Estado, assim como candidaturas eleitorais pelo Partido dos Trabalhadores e trabalhos profissionais, na qualidade de “técnicos” ou assessores, para várias campanhas eleitorais do PT. Além da realização de consultoria e assessoria de comunicação para movimentos sociais e ONGs. Os convites e indicações para realização de tais atividades partiam dos próprios políticos, na maioria das vezes companheiros de militância partidária ou de colegas jornalistas também membros do partido. Em alguns casos as duas condições (jornalista e militante do partido) convergem.

Portanto, a militância exercida no espaço dos sindicatos e dos partidos políticos possibilita não só uma qualificação especial, um saber sobre o social valorizado entre os jornalistas, mas também permite o acesso a certas posições e postos profissionais. A ocupação desses cargos dá-se em nome de uma “competência profissional” e de uma rede de contatos e vínculos políticos que permitem associar o exercício da profissão ao exercício de uma atividade política. Além disso, esse tipo de uso do jornalismo e a combinação entre títulos profissionais e demais títulos obtidos pela inserção militante revelam uma atuação polivalente e uma “expansão horizontal”⁴ da profissão. Essas questões indicam uma das modalidades de utilização do exercício profissional que aparece associado ao exercício do militância.

O que é interessante é que as inserções na militância não são vistas como algo acidental ou que desvie o militante da sua profissão, mas ao contrário, são prova de qualidades extraordinárias. A militância política é vista como uma aprendizagem e como uma qualificação que fornece um saber especial sobre o social, uma vez que o jornalista deve ser um militante em todos os sentidos que luta não só pela veracidade das informações que produz no interior das redações, como também luta em defesa da sociedade e da democracia. O relato abaixo, da mesma jornalista, ilustra tal visão. Atualmente ela exerce a função de professora de um curso de jornalismo e é vinculada a diversas entidades associativas de jornalistas, pesquisadores e professores.

No período que eu trabalhei no jornal, foi o auge das ocupações [de terra]⁵. Daí cobria direto essas matérias (...) Essa área é uma área que eu gosto muito, até pelo fato da minha militância e de tudo isso eu achava que eu cobria bem e eu achava que tinha que cobrir essas coisas. E eu acho melhor quem tem uma visão mais clara em relação a todos os movimentos sociais. Então eu ia direto, não tinha problema nenhum. (...) Quem tem militância política tem muito mais condições, transita bem e consegue explicar bem, fazer bem as matérias de política.

A inserção política e a militância, nesse caso, são vistas como uma forma de contribuir para o exercício de um comportamento crítico e transformador.

Na tentativa de demonstrar como as múltiplas inserções permitem a formação de um capital de relações múltiplas, tomar-se-á um dos casos como exemplar do padrão de trajetória profissional de jornalista e sua vinculação com a esfera política. É o caso do secretário geral da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), também coordenador do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), professor universitário, membro da diretoria do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ), membro da diretoria do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul e representante da categoria

⁴Essa expressão é utilizada aqui no sentido atribuído por Coradini (2006) em um dos seus trabalhos sobre o uso de recursos profissionais para fins eleitorais. Ao empregar essa expressão, o autor refere-se aos advogados que combinam o seu exercício profissional com outros títulos profissionais, como uma forma de “expansão horizontal” da profissão. Uma das maneiras de ampliar a atuação é por meio das assessorias em diferentes esferas, com destaque para organismos públicos.

⁵ Grifo do autor.

profissional dos jornalistas no Conselho de Comunicação Social. A relação entre exercício profissional do jornalismo e da política, neste caso, é intensa, o que lhe permitiu chegar a secretário de comunicação e candidato a deputado federal, porém sem sucesso. Sua participação política tem início em grupos e movimentos estudantis, com intensa atividade em um grupo chamado LIBELU (Liberdade e Luta). No centro acadêmico do curso de arquitetura, primeira faculdade iniciada, disputou, com sucesso, a presidência do mesmo representando o “Movimento Camponês, Operário, Estudantil” da LIBELU, concorrendo com outras duas chapas, uma delas era do Partido Comunista e a outra da UDS. Nessa época, a LIBELU disputava o controle de diversos diretórios acadêmicos no país. Sua entrada nesse grupo ocorreu via um colega do movimento estudantil na Universidade do Rio dos Sinos (UNISINOS), universidade onde cursava arquitetura. Na LIBELU afirma ter lido livros clássicos do comunismo e do trotskismo. Nesses grupos, estabeleceu relações com colegas que seriam futuros companheiros de militância partidária e de carreira política. A academia foi o primeiro espaço a aparecer ligado as suas preocupações políticas, conectando assim o engajamento político à vida estudantil. Mais tarde, é a sua vida profissional que aparecerá ligada à militância política.

Ao mesmo tempo em que investia na militância e fazia o curso de arquitetura, começou a atuar em jornais diários da capital fazendo charge e na Cooperativa dos Jornalistas (COOJORNAL) como ilustrador. Depois de já estar inserido nas redações de jornais, decidiu fazer o curso de jornalismo, iniciado em 1978 e concluído em 1982. Na faculdade de jornalismo da PUC, também atuou no diretório acadêmico na qualidade de presidente e intensificou contatos com professores e colegas que estavam atuando nas redações de jornais. Tais contatos renderam-lhe algumas ofertas de emprego. Uma delas ocorreu por intermédio de um colega que o indicou para uma vaga de diagramador no “Correio do Povo”. Nesse momento já fazia algumas charges para esse jornal o que lhe possibilitou acumular duas funções no “Correio do Povo”. Logo depois da falência da empresa “Caldas Júnior”, a qual publicava tal jornal, e da mudança de proprietários, passou a ser contratado como chargista, abandonando a função de diagramador. A outra oferta de emprego ocorreu por intermédio de um professor da faculdade, também colega de redação do jornal “Correio do Povo”, que o convidou para dar aulas na PUC, função que desempenha até hoje. Nesse momento, acumulava a função de chargista e de professor universitário, além de intensa atividade política e sindical. Sua atividade sindical, já iniciada desde o momento em que entra para as redações de jornais, intensifica-se quando é escolhido delegado sindical da redação do “Correio do Povo” e, em seguida, conquista o cargo de vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais.

A entrada no sindicato e a militância partidária ocorrem simultaneamente, mas os investimentos em cada um desses espaços, como ocupação de cargos e a ampliação da atuação, acontecem em momentos diferentes da carreira. Quando passa a ocupar cargos dentro do sindicato já tinha um longo percurso dentro do Partido dos Trabalhadores (PT). Sua primeira presidência no sindicato, ocorreu em 1989 quando o PT venceu as eleições municipais e toda a diretoria do sindicato dos jornalistas foi convocada para organizar a assessoria de comunicação da prefeitura. Nesse momento, de vice-presidente passa a assumir a função de presidente, cargo que conquistou por três gestões.

O ingresso em um curso de graduação em jornalismo ocorreu no mesmo período em que rompeu com a LIBELU para entrar no PT, momento em que esse foi criado em Porto Alegre, e abandonou definitivamente a faculdade de arquitetura. A divergência interna na LIBELU sobre a possibilidade de integrar um novo partido o fez romper com o grupo e aderir a um “verdadeiro partido operário”, como ele mesmo definiu em entrevista. Apesar de continuar na direção de centros acadêmicos é possível perceber uma passagem quase imediata da militância estudantil para partidária. Esse jornalista começa na militância estudantil, passa a investir no partido e, aos poucos o movimento estudantil é substituído pelo movimento sindical.

A vida acadêmica desse jornalista, na graduação ou na pós-graduação, tem um sentido de militância permanente. Alguns anos após a conclusão do curso de graduação, em 1984, ingressou no mestrado de sociologia, curso que não concluiu em função da intensa atividade partidária, sindical e profissional nos jornais da capital. A entrada no mestrado foi motivada por um conjunto de amigos, muitos deles do PT, que lá estavam e porque na sua visão era um lugar que se fazia uma leitura sistemática de teoria, possibilitando organizar e sistematizar um debate que fazia ideologicamente na militância. Depois desse mestrado, esse jornalista iniciou o mestrado em Comunicação, ainda não concluindo.

A experiência militante deste jornalista estimula não só sua vida acadêmica como toda sua vida profissional. A entrada no curso de graduação em jornalismo, segundo ele, representava uma extensão de sua militância. Em função de já estar atuando em jornais e politicamente, afirma ter optado pelo curso de jornalismo para “transformar o país e reformar o mundo”, razão pela qual também atua na política e continua no jornalismo. Ele afirma ainda ter encontrado as motivações necessárias para entrada no jornalismo na militância estudantil, a qual permitiu desenvolver, de forma organizada, uma “crítica social” já manifestada na infância e na juventude. A apresentação dos motivos que o levaram a escolher o jornalismo torna-se um meio apropriado para integrar seus interesses políticos dentro da sua futura vida profissional. A escolha aparece elaborada em ligação com sua sensibilidade política, o que contribui para reforçar ainda mais o seu engajamento.

Além disso, na sua visão, o papel do jornalismo e do jornalista é intensificar a “esfera pública”, proporcionar as populações excluídas e de baixa renda as mesmas informações que são destinadas a outros grupos sociais e não propor jornais especializados, jornais que seriam, em suas palavras, “de classe, segmentados”. Assim, o jornalista estaria cumprindo o seu papel de contar a história cotidiana a todos os segmentos sociais, selecionando o que é de “interesse público” nessa história. Isso demonstra uma definição militante das próprias competências jornalísticas e a reconversão de saberes incorporados pela experiência política em um saber fazer jornalístico.

Porém, os significados atribuídos ao passado e ao próprio exercício do jornalismo dependem da interseção com as esferas às quais estava vinculado. Deste modo, a inserção na militância estudantil, partidária e sindical cria as condições para

essa percepção, além de possibilitar a conquista de novas posições e de cargos, ampliando, assim, as esferas de atuação. O militância, nesse caso, estudantil, partidário e sindical, contribui não só para formação de uma rede de relações, que podem ser mobilizadas em diversas situações, mas também para uma visão de mundo militante (Gaxie & Offerlé, 1985, Coradini, 2001). Assim, ele orienta subjetivamente as “esferas” de sua “vida” pelos seus engajamentos.

Esse caso representa uma modalidade de narrativa biográfica que tem como base a associação de recursos partidários, sindicais e profissionais. O investimento nestas esferas ocorre simultaneamente aos investimentos no jornalismo, possibilitando uma interferência entre esses espaços. Os exemplos dessas interferências podem ser encontrados nas diversas greves da categoria do qual participou, nos cargos políticos que ocupou na qualidade de jornalista e na participação da “Cooperativa dos Jornalistas”, compondo a última chapa (petista) vencedora das eleições na década de 1980 a qual levaria ao racha definitivo da COOJORNAL. No que diz respeito aos cargos políticos que ocupou, esse jornalista foi Secretário de Comunicação do governo do estado de 1995 até 1998 pelo PT. Além desse cargo, nas eleições de 1994 candidatou-se a deputado federal pelo PT reconvertendo assim os recursos políticos em recursos eleitorais, mas como não se elegeu, o partido convidou-o para administrar a pasta de comunicação do estado. Nessa mesma época, compôs as chamadas “executiva” e “executivinha” do partido que consistem em grupos de cinco pessoas definidas pelo partido que recebem salário para ocupar tal função.

Atualmente, além de professor, esse jornalista atua na secretaria da FENAJ, na diretoria do “Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul”, coordena o “Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação”, compõem a diretoria do FNPJ e representa os jornalistas no conselho de comunicação social. A sucessiva ocupação de posições de lideranças e de cargos em organizações sindicais, associativas e políticas ocorre simultaneamente ao investimento na carreira acadêmica. Esses postos adquirem um duplo sentido, na medida em que esse jornalista apresenta-os constantemente como uma atuação profissional e política.

Em síntese, este trajeto caracteriza-se por um conjunto de investimentos simultâneos no jornalismo, na militância estudantil, no Partido dos Trabalhadores e no “Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul”. Os contatos proporcionados por tais investimentos renderam-lhe uma candidatura e o cargo de secretário estadual de comunicação, além de lhe possibilitarem a liderança sindical. A inserção militante, partidária e sindical permite acumular um conjunto de recursos que podem ser usados para diversificar os espaços de atuação jornalísticos.

A ligação entre a esfera profissional e aquela do engajamento aparece claramente tanto no que diz respeito aos recursos que são convertidos para ampliar os espaços de atuação profissional, como nos aspectos subjetivos que permitem estabelecer uma conexão entre esses espaços. Ao longo da entrevista realizada para este estudo, ele não cessou de colocar que seu trabalho e seu engajamento político fazem parte de um todo e que não estão separadas, apesar de seu constante esforço para controlar as interferências que podem ocorrer entre o jornalismo e a política. Assim, a imbricação desses espaços dá à sua ação um sentido. Esse jornalista procura apresentar uma coerência em seus relatos entre sua atuação profissional e sua atuação política. A preocupação dessa coerência é central para ligar subjetivamente essas esferas que, à primeira vista, não tem laços comuns.

Assim, percebe-se que entre a posição social de origem e o momento de ingresso no jornalismo mesclam-se um conjunto de relações e vínculos com esferas sociais diversas. De todas essas esferas, a esfera político-partidária assume importância fundamental, pois a proximidade com o universo político-partidário e militante gera um capital, para o jornalista, de relações sociais que pode ser reconvertido em capital político, manifestado pela filiação a partidos e ocupação de cargos políticos (assessor, diretor de emissora pública), mas pode também ser reconvertido para possibilitar a atuação dentro do jornalismo. Esses dados permitem indicar, ainda, que há um uso simultâneo de recursos acumulados na esfera da militância estudantil e da político-partidária, assim como daqueles adquiridos nas universidades através da formação em cursos na área de jornalismo (mestrado e doutorado). O que respalda uma determinada concepção acerca da profissão de jornalista é a diversidade de recursos acumulados e a intensa proximidade com o universo da política, uma vez que a defesa do jornalismo como uma forma de intervenção social não está separada dos usos que esses jornalistas fazem dos recursos que acumularam.

Conclusões

Esse artigo demonstra que os relatos biográficos sobre a trajetória social e profissional traduzem associações diversas entre recursos sociais e os seus usos diferenciados para entrada e crescimento no jornalismo. Por meio de tais relatos foi possível perceber a diversidade de bases sociais e de esferas de atividades acionadas para inserção e para ascensão profissional. Além disso, foi possível mostrar que as concepções de jornalismo e os sentidos atribuídos à atividade são inerentes a esse processo de combinação de recursos diversos que conduzem à ocupação de posições dominantes na hierarquia jornalística e o acesso aos cargos mais cobiçados, sejam eles no interior das redações, nas assessorias de imprensa, na universidade.

Destacaram-se, neste estudo, os usos de relações estabelecidas em esferas sociais como a família, a escola, as redações jornalísticas e os partidos políticos e movimentos sociais para o exercício do jornalismo e para a ascensão profissional. Por um lado, redes de relações decorrentes dos contatos proporcionados pela origem social elevada. Nesse caso, não só as relações proporcionadas pela família são relevantes e se tornam recursos básicos, mas também a posição social e culturalmente dominante. Tal posição constitui-se em um título, muitas vezes, ostentado como positivo para o exercício do

jornalismo. Isso tem como consequência fortes afinidades com as atividades de comando e de chefia no interior das redações jornalísticas.

Por outro lado, demonstra-se a importância, além da esfera familiar, das relações provenientes da militância política e partidária para ocupação de posições no jornalismo. A acumulação de capital aparece associada e se complementa as atividades de representação categorial, como militância sindical, ou algum outro tipo de associativismo ligado a partidos políticos. O resultado desses recursos é uma proximidade muito grande com postos ocupados nas universidades e nas assessorias públicas.

Do mesmo modo, é possível explicitar que os vínculos estabelecidos no interior das redações são essenciais para o crescimento na hierarquia jornalística, possibilitando indicações e acesso a certos postos. Tal esfera de atividade apresenta-se como fundamental em momentos de redirecionamento da carreira ou investimentos em outras áreas de atuação, como, por exemplo, a mudança de empresa jornalística ou ingresso em assessorias de imprensa.

As relações proporcionadas pela universidade também se destacaram, uma vez que a academia, mais do que um espaço de aprendizagem dos conhecimentos básicos do jornalismo, adquire importância pelas relações que proporciona, por meio de colegas ou professores que estejam atuando no chamado “mercado jornalístico”, possibilitando o acesso ao espaço das redações. Entre aqueles que não dispõem de recursos de origem social elevada, nem recursos proporcionados pela militância, a escola adquire um importante espaço de socialização e acesso a certos recursos que não poderiam ser obtidos de outra forma.

Os pontos de vista sobre o jornalismo e as concepções de excelência profissional correspondem também a certos padrões de acúmulo de recursos sociais. A própria apresentação profissional tem como base a acumulação de recursos obtidos em outros domínios, remetendo, assim, a outros princípios que legitimam a posição profissional e que não estão associados estritamente ao meritocratism. A exposição dos elementos que contaram para ascensão profissional requer um trabalho constante de acumulação e de conversão de tais recursos. Isso pode ser percebido nos relatos em que a competência profissional aparece associada a um capital de origem, sobretudo cultural ou ainda associada a um exercício militante.

Contudo, a reconversão de recursos de posição de origem ou obtidos pela participação político-partidária, nunca ocorre de maneira direta, uma vez que entre eles perpassam o espaço das redações e o universo acadêmico. Praticamente todos os jornalistas entrevistados lançam mão de mais de uma base de recursos e de esferas sociais, de acordo com o seu trajeto e sua inserção social e profissional. O acionamento desses recursos ocorre em situações muito diversas, como as de entrada no mercado ou em momentos de reconversões, nos quais é preciso reorientar os investimentos a fim de ingressar numa nova situação social (postos da burocracia, assessoria de imprensa, trabalhos de free lancer).

Referências Bibliográficas

- BOIGEOL, A. & DEZALAY, I. (1997). De l'agent d'affaires au barreau: conseils juridiques et la construction d'un espace professionnel. *Genèses*, n. 27, 49-68.
- BOURDIEU, P. (1979). *La Distinction: critique social du jugement*. Paris: Les Editions de Minuit.
- BOURDIEU, P. (1980). Le capital social. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, (31), 2-3.
- BOURDIEU, P. (1984). *Homo Academicus*. Paris: Editions de Minuit.
- CORADINI, O. L. (2001). *Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- CORADINI, O. L. (2006). Relações profissionais e disputas eleitorais. In C. BARREIRA, & M. PALMEIRA. *Política no Brasil. Visões de Antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, (267-297).
- DUBAR, C. & TRIPIER, P. (1998a). *Sociologie des professions*. Paris, Armand Colin.
- DUBAR, C. (1998b). *La Socialisation*. Paris: Armand Colin.
- DUBAR, C. (1998c). Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. *Educação e Sociedade*, vol.19 (62), 13-30.
- ELIAS, N. (1991). *La société des individus*. Paris: Fayard.
- GAXIE, D. & OFFERLÉ, M. (1985). Les militants syndicaux et associatifs au pouvoir? Capital social collectif et carrière politique. In P BIRNBAUM, (dir.). *Les élites socialistes au pouvoir – 1980-1985*. Paris: Press Universitaires de France, (105-138).
- FILLIEULE, O. (2001). Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel. *Revue Française de Science Politique*, Paris, vol 51(1-2), 199-215.
- LAHIRE, B. (2002). *O homem plural. Os determinantes da Ação*. Petrópolis: Vozes.
- LAHIRE, B. (2004). *Retratos sociológicos. Disposições e variações individuais*. Porto Alegre: Artmed.
- LAHIRE, B. (2006). *A Cultura dos indivíduos*. Porto Alegre: Artmed.
- GOFFMAN, E. (1996). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva.
- MISCHE, A. (1997). De estudantes a cidadãos. Redes de jovens e participação Política. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, (5 e 6), 134-150.
- PASSY, F. (2005). Interactions sociales et imbrications des sphères de vie In O. FILLIEULE, (ORG.) *Le Desengagement Militant*. Paris: Edition Belin, (111-130).

- PUDAL, B. (1994). Du biographique entre “sciences” et “fiction”. Quelques remarques programmatiques. *Politix*, n. 27, 5-24.
- PENEFF, J. (1994). Les grandes tendances de l’usage des biographies dans la sociologie française. *Politix*, (27), 25-31.
- PETRARCA, F. (2007). O jornalismo como profissão: recursos sociais, titulação acadêmica e Inserção Profissional dos Jornalistas no RS. Tese, Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFRGS, Porto Alegre: UFRGS.
- POLLAK, M. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, (3), p. 3-15.
- POLLAK, M. (1992). Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, v. 5, (10), 200-212.
- WOLF, E. (2003). Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas. In B. FELDMAN-BIANCO & G. L. RIBEIRO (ORG). *Antropologia e Poder: Contribuições de Eric R. Wolf*. São Paulo: Unicamp, (93-112).

Apreciações sobre o conservadorismo no serviço social

Ana Paula Rocha de Sales Miranda
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
aprmiranda2@gmail.com

Regina Maria Giffoni Marsiglia
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
regimarsiglia@ig.com.br

Patrícia Barreto Cavalcanti
Universidade Federal da Paraíba
patriciabcaval@gmail.com

Mirian Alves da Silva
Universidade Federal da Paraíba
mirianads@yahoo.com.br

Claudenízia de Oliveira Pereira
Universidade Federal da Paraíba
claudenziapereira@hotmail.com

Resumo: Tendo a questão social, ou suas múltiplas expressões, como base social histórica para a profissionalização do Serviço Social, a profissão surge no Brasil envolta pela ideologia conservadora e pelo projeto da classe dominante que enfocava a questão social de modo despolitizado e individualizador. Esse pensamento conservador passou a ser questionada nos anos 1950, esbarrando com o Golpe Militar de 1964 cuja repressão compeliu a profissão para uma preocupação maior com seu instrumental e metodologias. Nos anos 1980, o Serviço Social se aproxima da vertente marxista que passa a orientar o projeto ético-político profissional na década seguinte. Contudo, é também neste momento que as idéias neoliberais passam a vigorar no plano econômico, trazendo importantes reflexos sobre os planos político e social, redundando em políticas sociais reducionistas que encontram na pós-modernidade o caminho fértil para a justificativa dessa perspectiva individualizadora e o questionamento da teoria marxista. Este conjunto de fatores, somado à permanência na profissão de práticas tuteladoras e burocratizadas perpassadas pelo pensamento conservador, contrárias ao projeto hegemônico profissional, mas que conviviam com o mesmo, abre espaço para a recuperação de valores tradicionalistas na sociedade e para o fortalecimento das idéias conservadoras que partindo de questões como a responsabilização do cuidado, a valorização do local, do capital social, da solidariedade, do voluntariado e mesmo da família confluem perversamente com as propostas emancipatórias que se utilizam das mesmas questões, porém sob uma ótica diferente, exigindo do Assistente Social uma postura crítica no seu cotidiano profissional e clareza do seu referencial teórico e metodológico.

De acordo com Netto (2001), embora seja uma explicação reducionista, é comum ao se remeter ao Serviço Social e sua institucionalização como profissão, sua vinculação à questão social e mesmo à sua atuação tendo como premissas a ligação a práticas filantrópicas e assistencialistas. Essa vinculação à questão social e suas manifestações peculiares referem-se a um dado momento histórico: o capitalismo monopolista.

Na Europa, a partir da segunda metade do século XIX a questão social que antes era naturalizada e que, por isso, tinha suas manifestações imediatas consideradas apenas como objeto de intervenção política capaz de amenizá-las, em geral de cunho moralizador, já que seriam características inelimináveis de toda e qualquer ordem social, passou a ser compreendida pelos trabalhadores dentro de um processo que exigiria a destruição da ordem burguesa.

No mesmo sentido, para a expansão das políticas sociais, considera-se que a luta de classes em torno da jornada de trabalho foi fundamental para o papel do Estado (ampliação) na regulação dos direitos sociais, cujas primeiras manifestações foram dificultadas pela ideologia liberal, que por meio de iniciativas reducionistas incorporou apenas algumas requisições dos trabalhadores nas legislações, sem atingir o cerne da questão social centralizado na acumulação de riqueza e exploração

da força de trabalho, o que foi continuado pelo Estado social que também não pôs “[...] em xeque os fundamentos do capitalismo” (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 63).

A implantação de tais medidas permitiu que o Estado garantisse medidas práticas que viabilizaram esse sistema e também organizasse um consenso que incorporou novos protagonistas sócio-políticos, alcançando sua legitimação política mesmo em um cenário de organização dos trabalhadores e de aparecimento dos partidos operários de massas, cuja impermeabilidade facilitou a aliança burguesa com o Estado. Este consenso se deu mediante o estabelecimento de direitos civis e sociais, apesar de paradoxalmente o Estado monopolista buscar esvaziar os instrumentos de participação sócio-política.

Para entender tal relação, parte-se do pressuposto de que o Estado intervém e regula as relações sociais, mediante políticas sociais que funcionam como estratégias regulatórias que tanto podem ser mobilizatórias como podem funcionar no sentido inverso, pois, apesar de os problemas para os quais as políticas sociais se apresentam surgirem na sociedade, ou seja, seu conteúdo – que, portanto, é público –, as necessidades públicas ou sociais somente são absorvidas pelo Estado quando tornam-se estratégicas para a manutenção da sociedade capitalista. Assim é que as necessidades são colocadas como direito sob a perspectiva da dominação de classe e/ou do Estado caracterizando uma permeabilidade do mesmo a interesses contraditórios e dando condições para que a questão social seja colocada como alvo das políticas sociais, ainda que esvaziadas politicamente, devido à junção das funções econômicas e políticas do Estado em prol do capital monopolista, ao mesmo tempo em que o Estado prossegue ocultando sua essência de classe.

Com relação à questão específica da profissionalização do Serviço Social brasileiro, Netto (2001) contesta a idéia reducionista de continuum que entende a profissão como uma decorrência da organização da filantropia e sua incorporação nestas atividades que passam a requerer um instrumental técnico-operativo – apesar de considerar a real existência desta relação de continuidade desenvolvida desde a emergência da sociedade burguesa –, ou ainda sua legitimação como profissão vinculada ao embasamento teórico que irá conformar o Serviço Social, defendendo a tese de que:

Para além da relação de continuidade, o autor compreende que foi a ruptura com as agências voltadas para as ações de cariz voluntário e sua inserção em atividades interventivas – datadas do capitalismo monopolista, com suas modalidades de intervenção sobre a questão social – com objetivos alheios ao seu controle, cuja significação social passa a ter um novo sentido na reprodução das relações sociais, que a profissão se institucionalizou, apesar de ter permanecido com o referencial ideal anterior – auto-representação voluntarista. A questão social que emerge da formação e desenvolvimento da classe operária em oposição à burguesia industrial é a base de justificação do profissional especializado de Serviço Social.

No mesmo sentido, “[...] enquanto profissão, o Serviço Social não é uma possibilidade posta somente pela lógica econômico-social da ordem monopólica: é dinamizada pelo projeto conservador que contempla as reformas dentro desta ordem” (ibid., p. 77).

Iamamoto (1998) defende que a questão social, ou suas múltiplas expressões, é a base sócio-histórica da requisição social da profissão, fruto do trabalho coletivo x apropriação privada da atividade, das condições e do fruto do trabalho. Emergindo, entretanto, “[...] como uma atividade com bases mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador.” (IAMAMOTO, 2000, p. 21)

Para Behring e Boschetti (2006), a profissionalização do Serviço Social no Brasil (a partir dos anos 1930) decorreu de um incremento (uma expansão) da ação estatal, respaldada pela Igreja Católica e influenciada pelo modelo de Serviço Social europeu, com vistas a enfrentar as expressões da questão social, engendrando um processo de modernização conservadora o que determinou que no Brasil o Serviço Social tivesse uma dupla missão: realizar a ação cristianizadora do capitalismo e promover a aceitação desse regime.

Para os propósitos deste trabalho, é forçoso reconhecer que se o Serviço Social fora influenciado inicialmente pelo conservadorismo da Igreja Católica, persistiu utilizando deste referencial ao ser introduzido nas estratégias do Estado e, conseqüentemente, da burguesia que, desde o capitalismo monopolista já formulava um projeto de cunho conservador alternativo ao do proletariado ao abordar a questão social sob um enfoque despolitizador, com tendência a psicologizar a vida social e individualizar os problemas sociais que afetavam os sujeitos. (NETTO, 2001)

Neste contexto, foi fundamental o papel da Igreja Católica com seu projeto de recristianização da sociedade e o do contingente de intelectuais que hierarquicamente se organizavam em movimentos ou influenciavam ideologicamente camadas da sociedade.

Gramsci (1979) adverte ainda que estes intelectuais como “comissários” do grupo ou classe social dominante teriam por função viabilizar o consenso espontâneo aos interesses da classe que representam ou executar a coerção legalmente estabelecida, de modo a obter e autenticar a hegemonia do grupo dominante. E foi fazendo parte deste grupo de intelectuais que passou a intervir ideologicamente e assistencialmente (para além da prática da caridade) e “[...] como um dos desdobramentos do movimento do apostolado leigo” (IAMAMOTO, 2000, p. 19) que o Serviço Social surgiu no Brasil, tendo como determinações históricas mais significativas: a expansão capitalista (décadas de 1920 e 1930), a questão social, a ação da Igreja Católica e do Estado. Os traços do conservadorismo de que esteve revestido apresentavam-se na sua função pedagógica ao interpretar as desigualdades sociais como condições inerentes ao homem, naturalizando a vida social (ABREU, 2002) e esse caráter conservador somente começou a ser questionado a partir da década de 1950. (IAMAMOTO, 2000)

Segundo Vieira (1998) o conservadorismo é uma expressão de atitudes vinculadas e/ou baseadas em doutrinas que se estabelecem ligadas a determinadas concepções de mundo e construções ideológicas de um determinado grupo ou classe

social, tendo como principal fundamento a preservação das tradições, a fixação no passado. Ou ainda, “[...] é considerado como a conscientização do tradicionalismo. Traduz-se em intenção relacionada com circunstâncias, que mudam de uma época para outra”. (MANNHEIM, apud VIEIRA, 1998, p. 35)

Quando ligadas ao Cristianismo, suas posições são tradicionalistas, antiprogressistas, anti-racionalistas, fundamentadas em verdades absolutas, na concentração de poder, na supremacia da religião (católica), na ordem, em uma visão organicista e, portanto, na imutabilidade da sociedade. Parte-se do pressuposto do “caráter da desigualdade” (VIEIRA, 1998, p. 32).

No caso particular do Serviço Social, Iamamoto (2000), afirma que, aliado às suas bases doutrinárias, foi sob os moldes do pensamento conservador assentados nas Ciências Sociais que se deu a ampliação do suporte técnico-científico da profissão, configurando o arranjo que a autora denomina como “teórico-doutrinário-operativo”.

Tal perspectiva não buscava, segundo Iamamoto (ibid.), se contrapor à ordem capitalista, embora aludisse a um conteúdo utópico, permanecendo hegemônica até meados da década de 1960 quando se instaurou o Movimento de Reconceituação e a busca por uma natureza científica para a profissão.

Iamamoto (2000) ressalta que as primeiras manifestações questionadoras das práticas profissionais vigentes e sua intervenção mantenedora do status quo ocorreram nos anos 1950 e que a ruptura com a herança conservadora representou “[...] uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social [...] reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional [...]” (ibid., p. 37) pela polarização da luta de classes.

Para o desenvolvimento desta compreensão e a mobilização do trabalho do Assistente Social junto à classe trabalhadora foi fundamental a aproximação com a vertente marxista que hoje compõe o projeto ético-político profissional hegemônico.

Entretanto, é forçoso reconhecer que os traços voluntaristas, as práticas burocratizadas e tuteladoras, as análises moralistas e empiricistas perpassadas pelo pensamento conservador não desapareceram no passado, mas foram conservados, ainda que em escala inferior e que já não representem o projeto ético-político hegemônico. Isto porque, segundo Martinelli (2006, p. 17): “O coletivo profissional é um campo de disputas de significados, um campo de diversidades, sendo sempre possível o surgimento de projetos profissionais de diferente natureza”.

Dentre os fatores que concorrem atualmente para a resistência contrária à teoria marxista e o seu conseqüente esmaecimento, a autora destaca a pós-modernidade, cujo projeto está envolto no escuro dos ideais emancipatórios do projeto da modernidade e teria sua introdução facilitada no âmbito do Serviço Social pelo sincretismo (NETTO, apud SANTOS, 2007) que o perpassaria, e que o tornaria factível ao ecletismo e permeável a “novidades paradigmáticas emergentes nas ciências sociais” (SANTOS, 2007, p. 11).

A retomada da importância da família, por exemplo, tão característica nos projetos dos sistemas de saúde e assistência social é representativa de uma recuperação de valores tradicionais na sociedade e das idéias conservadoras uma vez que o pensamento conservador elide a possibilidade de a sociedade ser desmembrada em indivíduos (LACERDA; GUEDES, 2006), apenas considerando esta possibilidade a partir de pequenos grupos, destacando “[...] sua maior preferência pelas unidades sociais orgânicas do que pelas unidades aglomeradoras [...]” (MARTINS, 1981, p. 125).

Questões como a responsabilização pelo cuidado, a vinculação ao local/regional e sua valorização, a compreensão do capital social, a ênfase na empregabilidade e na valorização do capital humano, o chamamento à solidariedade, o retorno do voluntariado, apesar de revestidas por um discurso propositivo, também servem para velar intenções e projetos conservadores ou neo-conservadores (como classificam alguns autores), demonstrando a atualidade e o revigoreamento do conservadorismo.

De acordo com Yasbek (2000, p. 31):

[...] a complexidade da questão não está na abordagem de temas microsociais, locais ou que envolvam dimensões dos valores, afetos e da subjetividade humana (questões de necessário enfrentamento), mas está na recusa da razão e na descontextualização, na ausência de referentes históricos, estruturais no não reconhecimento de que os sujeitos históricos encarnam processos sociais, expressam visões de mundo e têm suas identidades sociais construídas na tessitura das relações sociais mais amplas.

Ademais, no caso específico do Serviço Social, é ilusório crer que tais práticas haviam sido totalmente suprimidas, inclusive pelo fato de o projeto ético-político hegemônico ter se constituído há pouco mais de uma década (se forem considerados a aprovação do novo Código de Ética profissional e a Lei de Regulamentação da Profissão em 1993 como marcos instituintes deste projeto, que não podem ser desconectados – por sua incontestável importância – da formulação das novas diretrizes curriculares de 1996 que imprimiu direção teórica à prática profissional), viabilizando, portanto, a convivência de profissionais oriundos dos antigos e novos currículos que, em grande parte, não atualizaram seus conhecimentos e permaneceram arraigados ao fazer imediato e descontextualizado da prática cotidiana institucional.

Entretanto, é indispensável que, em qualquer que seja o campo ou espaço ocupacional e independente da demanda profissional, as abordagens sejam vislumbradas dentro de práticas contextualizadas, críticas, nunca coniventes – direta ou indiretamente e “conscientemente” ou não – com a perspectiva do ajustamento, da análise a partir da compreensão de ajustamento social.

Merece também destaque a menção aos traços constitutivos da questão cultural e política brasileira que reprodutora de concepções clientelistas, perpassadas pelo autoritarismo, centralismo e burocratismo estatal e meritocracia dos programas

destinados às classes subalternas (MOLJO, 2006) vêm-se sendo ressoados e fortalecidos pela ideologia neoliberal, mediante a ênfase na primazia do individual sobre o coletivo, da liberdade do mercado sobre o Estado e do enfraquecimento deste em torno do fortalecimento do princípio de subsidiariedade, projetando uma cultura política despolitizada, baseada na imediatividade dos fatos que conflui os direitos sociais impelindo às políticas sociais o caráter cada vez mais determinante de focalização, seletividade e auxilia à pobreza, cujo caráter de universalidade deixa de ser central em uma perspectiva conservadora, ainda que, no atual governo federal venha se observando a redução das desigualdades (DOWBOR, 2007) e, portanto, configurando mudanças na conjuntura, apesar de que tais mudanças, sobremaneira positivas, não sejam suficientes para modificar a estrutura.

A tal situação se agrega a questão das mudanças no mundo do trabalho que advieram do fortalecimento do capitalismo, alquebrando as organizações sindicais, impulsionando novas demandas aos trabalhadores e precarizando as relações de trabalho, atingindo duplamente o Assistente Social, seja como profissional que implementa políticas sociais – ou como define Yamamoto (1999, p. 83-84) “partícipe do processo de produção e reprodução das relações sociais” – e que, portanto, está em contato direto com sujeitos inseridos ou excluídos do mundo do trabalho, seja como trabalhador “dentro da divisão social e técnica do trabalho” (ibid., p. 83) e, que, desse modo, também tem seus postos atingidos.

Neste sentido e tendo em vista a possibilidade de diferentes perspectivas teóricas – condizentes ou não com o projeto hegemônico – o caminho que se apresenta como tangível é o que está ligado ao aprimoramento profissional continuado que dê conta das novas requisições e competências profissionais, aliado ao desenvolvimento de habilidades técnico-operacionais, de estratégias políticas e do conhecimento da realidade.

REFERÊNCIAS

- Abreu, M. M. (2002). Serviço Social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez.
- Behring, E. R.; Boschetti, I. (2006). Política Social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez (Biblioteca básica de Serviço Social; v. 2).
- Dowbor, L. (2007). Para compreender a força de Lula. http://diplo.uol.com.br/2007-11_a2009 (Consultado na internet em 08 de Março de 2008).
- Gramsci, A. (1979). Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Iamamoto, M. V.; Carvalho, R. de. (1998). Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 12. ed. São Paulo: Cortez.
- Iamamoto, M. V. (1999). O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez.
- Iamamoto, M. V. (2000). Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos. 5. ed. São Paulo: Cortez.
- Lacerda, L. E. P., & Guedes, O. de S. (2006). Do conservadorismo à moral conservadora no Serviço Social brasileiro. Serviço Social em Revista, 8(2). http://www.ssevista.uel.br/c-v8n2_lelica.htm (consultado na Internet em 13 de março de 2008).
- Martinelli, M. L. (2006). Reflexões sobre o Serviço Social e o projeto ético-político profissional. Emancipação, Ano 6, n. 1, 9-23.
- Martins, J. de S. (1981). Introdução Crítica à Sociologia Rural. São Paulo: HUCITEC.
- Moljo, C. B. (2006). Cultura, política e cultura política: assistentes sociais na construção da esfera pública. Relatório Analítico Pós-Doutorado em Serviço Social. PEPG em Serviço Social, São Paulo: PUCSP.
- Netto, J. P. (2001). Capitalismo monopolista e Serviço Social. 3. ed. Ampliada. São Paulo: Cortez.
- Santos, J. S. (2007). Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro. São Paulo: Cortez (Coleção questões da nossa época; v. 132).
- Vieira, E. (1998). Poder político e resistência cultural. Campinas/São Paulo: Autores Associados.
- Yasbek, M. C. (2000). Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 4. p. 21-34.

As tradicionais técnicas de construção naval artesanal maranhense e o conceito de bem cultural imaterial

Raissa Moreira Lima Mendes
Universidade Gama Filho
raissa_moreira@hotmail.com

Resumo: O trabalho analisa a inclusão do modo de fazer das tradicionais técnicas da construção naval artesanal maranhense no conceito de bem cultural de natureza imaterial formador do patrimônio cultural brasileiro. Verifica-se a cultura como direito social fundamental e o patrimônio cultural como direito difuso e foco de proteção do Direito Ambiental Brasileiro, a partir da atual visão holística de meio ambiente, que engloba fatores de ordem física, biológica e socioeconômica. O estudo identificou mecanismos legais de defesa e valorização

do patrimônio cultural imaterial brasileiro, propícios ao reconhecimento do modo de fazer em questão. Constatou-se, portanto, ser possível a inclusão das técnicas da construção naval artesanal maranhense como bem cultural imaterial no Livro dos Saberes do Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro, o que possibilita o reconhecimento e a salvaguarda legais que lhes são devidos, por constituírem referência à identidade, à ação e à memória de grupo formador da sociedade, revelando-se a riqueza da diversidade cultural do país.

1. INTRODUÇÃO

A definição de patrimônio cultural está contida nos artigos 1º e 2º da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972, realizada em Paris e promulgada no ordenamento brasileiro pelo Decreto Nº 80.978, de 12 de dezembro de 1977. Esta convenção prevê a assistência internacional para identificar e preservar este patrimônio, agregando a proteção nacional à internacional, englobando, basicamente, figuras com valores excepcionais do ponto de vista artístico, histórico, estético, etnológico ou antropológico.

No Brasil é dever dos entes federados proporcionar os meios de acesso à cultura e proteger o patrimônio cultural - que refere à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, composto, de acordo com a Constituição Federal vigente, em seu artigo 216, de bens de natureza material e imaterial. Esta distinção é dada quanto ao grau de tangibilidade do bem, sendo de natureza material aqueles móveis ou imóveis com valor histórico, artístico, arqueológico, etnográfico, paisagístico e/ou bibliográfico.

Já a definição de patrimônio cultural imaterial está expressa no artigo 2º da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, oriunda da 32ª sessão da Conferência Geral da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a educação, ciência e cultura), com entrada em vigor no Brasil em 20 de abril de 2006, compreendendo as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural, que se transmite de geração em geração. É constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Destarte, existem diversas formas de proteção do patrimônio cultural, dentre elas inserem-se o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, ambos instituídos pelo Decreto 3.551 de 04 de agosto de 2000. De acordo com ele, o Registro se fará em livros e a inscrição em um deles terá como referência a continuidade histórica do bem, sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da cultura brasileira (artigo 1º, § 2º). O artigo arrola quatro livros, dentre eles, o Livro de Registro dos Saberes, que registra conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades, sendo própria da legislação a expressão “modos de fazer”. E, de acordo com o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, “os saberes ou modos de fazer, são atividades desenvolvidas por atores sociais conhecedores de técnicas e de matérias primas que identificam um grupo social ou uma localidade”.

A identificação das características do modo de fazer dos operários da construção naval artesanal maranhense com o escopo de demonstrar que tal conjunto de técnicas possa ser compreendido pelo conceito de bem cultural e que pode invocar o uso dos instrumentos administrativos e judiciais existentes para salvaguarda dos bens imateriais a seu favor.

2. CULTURA E PATRIMÔNIO CULTURAL

É importante considerar “o homem enquanto animal amarrado a teias de significados, tecido por ele próprio” (Weber apud Geertz, 1989, p.15). Nessa perspectiva, o modo de fazer dos operários da construção naval, será analisado como produto complexo constituído de inúmeras significações e sentidos, para os trabalhadores do estaleiro de produção naval.

Vale lembrar o conceito de direito cultural, ou seja, entendido por Cunha Filho (Apud Mendonça, 2006, p. 73) como: “aqueles afetos às artes, à memória coletiva e ao repasse de saberes que asseguram a seus titulares o conhecimento e uso do passado, interferência ativa no presente e possibilidade de previsão e decisão de opções referentes ao futuro, visando sempre a dignidade da pessoa humana.”

No conceito percebe-se grande pontos importantes, entres os quais destaca-se a questão da transmissão dos saberes, que, quando associados a temporalidades, pode ser entendido enquanto meio de preservação da cultura de determinado grupo.

Em perspectiva semelhante, o artigo 215 assegura o exercício do direito à cultura e o acesso às fontes da cultura nacional, como apoio, proteção e difusão de manifestações culturais, inclusive criando formas de incentivo à disposição dos interessados na produção e conhecimento de bens e valores culturais, o que se faz através de políticas públicas e incentivos fiscais, dentre outros.

Apoiamos também nossa interpretação de identidades culturais em Castells (1999, p.84), que destaca que, [...] são construídas por meio da ação coletiva e preservadas pela memória coletiva, constituem fontes específicas de identidades, essas identidades, no entanto, consistem em reações defensivas contra as condições impostas pela desordem global e pelas transformações incontroláveis e em ritmo acelerado.

A Constituição Federal de 1988 qualifica o patrimônio cultural nacional em seu artigo 216 da seguinte maneira “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à

ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”, nos quais se incluem os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, dentre outros.

Constata Miranda (2006, p. 53) que, quando um bem é individuado (ou seja, passa por algum processo de identificação dentre os arrolados na Constituição, como tombamento e o registro, mas, por hora, vale dizer que tombamento e registrar um determinado bem significa proteger, conservar e reconhecer a sua importância cultural para a região que o abriga ou para o Brasil) e reconhecido como integrante do patrimônio cultural brasileiro, passa a ser regido por um regime jurídico especial que o diferencia dos demais bens. Independentemente de tratar-se de bem público ou privado, os bens culturais são considerados bens de interesse público, em razão da relevância de sua preservação para a fruição das presentes e futuras gerações. Como efeito direto do ato de reconhecimento surge então, a certeza jurídica da natureza do bem de valor cultural e como efeito reflexo o ato impõe a submissão da coisa ao regime jurídico que a ela for atribuído.

Assim, de acordo com a 32ª sessão da Conferência Geral da UNESCO o patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana e é constituído de bens culturais imateriais.

Como registra Canclini (2000, p. 160), “o patrimônio cultural é o recurso menos suspeito para garantir a cumplicidade social”, tudo deixa supor ser o mesmo a base para a identidade cultural de determinada sociedade, merecedor, portanto, de eficazes mecanismos protetores.

3. PATRIMÔNIO CULTURAL E DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO

Para inserir o patrimônio cultural como componente do meio ambiente, precisamos levar em consideração o conceito de meio ambiente como o conjunto de aspectos naturalísticos e de fatores que condicionam a vida humana e seu desenvolvimento em relação ao ecossistema a que pertence. Para Milaré (2005, p. 1.087) a concepção mais recente o considera um sistema no qual interagem fatores de ordem física, biológica e socioeconômica. Assim, temos que o meio ambiente não mais se resume ao aspecto meramente naturalístico, mas comporta uma conotação holística, que abarca tudo que cerca e condiciona o homem em sua existência, no seu desenvolvimento em relação à comunidade a que está inserido e a seu ecossistema.

A Lei que define a Política Nacional do Meio Ambiente, 6.938 de 31 de agosto de 1981, em seu artigo 2º, I, considera meio ambiente, patrimônio público a ser assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo, traz em seu art. 3º, inciso I, o conceito legal de Meio Ambiente como “o conjunto de condições, leis, influências, e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida, em todas as suas formas”.

Visto isso, concluímos que esta integração assume uma concepção unitária do ambiente, compreensiva dos recursos naturais e culturais e assim podemos afirmar o claro entendimento de absorção do patrimônio cultural como componente do meio ambiente. Desse modo, meio ambiente cultural é aquele integrado pelo patrimônio histórico, artístico, paisagístico, arqueológico, espeleológico (relativo a topografia e morfologia de cavernas subterrâneas), fóssilífero, turístico, científico e pelas sínteses culturais que integram o universo das práticas sociais das relações de intercâmbio entre o homem e a natureza ao longo do tempo, recebendo proteção dos artigos 215, 216 e 225 da CF de 1988.

Recaem sobre estes bens os seguintes princípios: Princípio da Proteção, que garante a mesma ao patrimônio; Princípio da Função Sociocultural da Propriedade, pois os bens são de interesse público; Princípio da Fruição Coletiva, pois é garantia de todos; Princípio da Prevenção de Danos, já que ameaças e danos devem ser punidos na forma da lei; Princípio da Responsabilização, em relação ao violador das normas de proteção ao meio ambiente cultural, com reparação integral e responsabilidade objetiva; Princípio do Equilíbrio, para um desenvolvimento sustentável; Princípio da Participação Popular, já que a Carta Magna no artigo 216 prescreve a cooperação entre Estado e coletividade a preservação do meio ambiente cultural; Princípio da Vinculação dos Bens Culturais, que vincula os bens ao país, com ressalvas às saídas temporárias para o exterior com objetivo de intercâmbio científico ou cultural; Princípio da Educação Patrimonial, para que todos tenham conhecimento de seus direitos e deveres em relação ao patrimônio cultural; Princípio da Solidariedade Intergeracional, pois este direito transcende o tempo presente, devendo estender-se às futuras gerações; Princípio da Cooperação Internacional, quanto às políticas internacionais solidárias.

De acordo com Miranda, o ato de individualização e reconhecimento do bem cultural pode ser de natureza administrativa (inventário, tombamento, registro, etc.), legal (lei de zoneamento, tombamento legislativo, etc.) e judicial (ação civil pública declaratória de valor cultural, v.g.). Como efeito direto do ato de reconhecimento surge então, a certeza jurídica da natureza do bem de valor cultural e como efeito reflexo o ato impõe a submissão da coisa ao regime jurídico que a ela for atribuído. Lembra Milaré (2005, p.401), que a identificação desses bens depende da atuação da comunidade, visto que é legítima produtora e beneficiária dos mesmos e que deve participar na preservação do patrimônio cultural em conjunto com o Poder Público, conforme preceitua a Constituição brasileira, para o autor, melhor solução adotada, visto que anteriormente se relegava a responsabilidade aos especialistas sobre o assunto sob a tutela estatal (século XIX), que geralmente estavam repletos de erudição, contudo, vazios de sensibilidade.

Os meios de promoção e proteção citados no §1º do artigo 216 são o inventário, registro, vigilância, tombamento e desapropriação, aplicados pelo poder público (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), lembramos que os dois primeiros voltarão a ser abordados em ocasião específica neste trabalho. Por hora, vale dizer que tombamento e registrar um

determinado bem significa: proteger, conservar e reconhecer a sua importância cultural para a região que o abriga ou para o Brasil, por seu valor histórico, artístico, arqueológico, etnográfico, paisagístico e/ou bibliográfico.

O tombamento incide sobre os bens móveis (coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, arquivísticos, bibliográficos, videográficos, fotográficos e cinematográficos) ou imóveis (núcleos urbanos, monumentos naturais, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais). O registro incide sobre bens culturais de natureza imaterial (festas populares, costumes, cantos, fazeres e saberes). Esses bens necessitam de identificação, reconhecimento, registro etnográfico, acompanhamento periódico, divulgação e apoio, de modo a preservar suas características essenciais.

O inventário é uma metodologia de pesquisa que tem como objetivo produzir conhecimento sobre os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores e que, portanto, constituem marcos e referências de identidade para determinado grupo social. Contempla, além das categorias estabelecidas no Registro, edificações associadas a certos usos, a significações históricas e a imagens urbanas, independentemente de sua qualidade arquitetônica ou artística. Já a vigilância é o poder de exercício de polícia, concretizado com a inspeção dos referidos bens. Em relação à desapropriação, esta fica a cargo da administração pública e far-se-á nos termos da lei, mediante necessidade ou utilidade pública do bem em questão e de prévia e justa indenização, vista a supremacia do interesse público sobre o privado.

Dado o reconhecimento de um bem cultural, sobressaem-se conseqüências como, a imprescritibilidade das ações que objetivam a reparação de danos ambientais coletivos, a possibilidade de defesa do patrimônio cultural mediante a utilização de instrumentos processuais eficazes, tais como a Ação Popular e a Ação Civil Pública, entre outros, dos quais trataremos adiante e a intervenção do Ministério Público como *custus legis*, nas ações civis que envolvam a defesa deste bem jurídico, haja vista o interesse público evidenciado pela natureza da lide, o que é regulado pelos artigos 127 da Constituição Federal e artigos 88 e 82, inciso III, do Código de Processo Civil Brasileiro.

Constata-se, como confluência dinâmica, a efetiva previsão de proteção do patrimônio cultural do país, já que é direito a fruição de um Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado, conforme os dizeres constantes no caput do artigo 225 da Constituição Federal. Vejamos:

Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético; III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade; V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente; VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente; VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade. § 2º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei. § 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados. § 4º - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais. § 5º - São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais. § 6º - As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

Pelo que ficou dito, a vinculação do patrimônio cultural ao Direito Ambiental é inquestionável. Tornado o direito à preservação deste patrimônio bem jurídico relevante. Cumpre ressaltar o pensamento de Willian (Apud Milaré, 2005, p. 105), para quem esta ciência se preocupa com todos os bens ligados ao meio ambiente, naturais, culturais ou históricos, vendo-se aí as condições produzidas pelo homem e que afetam sua existência na terra. Tanto é assim, que a Lei 9.605 de 1998, Lei de Crimes Ambientais, que traz seção tratando especificamente dos crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural, indo do artigo 62 ao artigo 65, que guardam a seguinte configuração:

Dos Crimes contra o Ordenamento Urbano e o patrimônio Cultural: Art. 62. Destruir, inutilizar ou deteriorar: I - bem especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial; II - arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca, instalação científica ou similar protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial: e na - reclusão, de um a três anos, e multa. parágrafo único. Se o crime for culposo, a pena é de seis meses a um ano de detenção, sem prejuízo da multa. Art. 63. Alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida: Pena - reclusão, de um a três anos, e multa. Art. 64. Promover construção em solo não edificável, ou no seu entorno, assim considerado em razão de seu valor paisagístico, ecológico, artístico, turístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou

monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida: Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa. Art. 65. Pichar, grafitar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano: Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa. parágrafo único. Se o ato for realizado em monumento ou coisa tombada em virtude do seu valor artístico, arqueológico ou histórico, a pena e de seis meses a um ano de detenção, e multa.

Os delitos perpetrados contra o patrimônio cultural brasileiro são passíveis de ação penal incondicionada, o que se extrai do artigo 26 da Lei 9.605. E o pleito reparatório veiculado pela ação penal pública obedece ao regime jurídico da responsabilidade subjetiva, já que pressupõe, pelo menos em tese, a existência de dolo ou culpa *stricto sensu*. (MILARÉ, 2005, p. 417).

De acordo com Reiszewitz (2004, p.105), o patrimônio cultural recebe tutela por via administrativa, política, portanto não-jurisdicional, bem como por via jurisdicional, diz ela:

Para o primeiro caso, podemos apontar como exemplo a existência de uma política cultural, um serviço público cultural, os inventários, os registros, vigilâncias, o tombamento, o zoneamento ambiental, o Estudo Prévio de Impacto Ambiental, etc. No segundo caso, além das mencionadas Ação Civil Pública e Ação Popular, o Mandado de Segurança Coletivo, o Mandado de Injunção, entre outras ações que estão à disposição da coletividade.

Lembra a autora que quanto aos instrumentos administrativos a tutela não é exclusivamente estatal, já que há a participação da coletividade em vários procedimentos que formarão alguns dos atos administrativos, e cita como exemplos a apresentação de proposta de tombamento e a participação em audiências públicas (2004, p. 105). Seguindo a ordem de aparecimento dos instrumentos jurisdicionais na Constituição Federal, começaremos a expor o cabimento dos mesmos relativamente à defesa do patrimônio cultural, sabendo-se incluído o patrimônio imaterial, obviamente, considerada a análise do caso concreto.

Tendo-se este patrimônio como um direito e detendo-nos ao artigo 5º da Constituição, que em seu inciso XXXV, afirma que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”, podemos, e assim concorda Reiszewitz (2004, p. 108), interpretar-lo como garantia do direito de ação pela preservação do ambiente, passível de suscitação pela coletividade, Ministério Público, e entidades da administração pública.

Visto isso, ainda em análise do artigo 5º, destaca-se o inciso LXX, que dispõe a respeito dos legitimados para impetração do mandado de segurança coletivo, sendo estes “(a) partido político com representação no Congresso Nacional; b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados”. É disciplinado pela Lei nº. 1533/51, além de outras subsequentes à ele correspondentes, e visa como no mandado de segurança individual (inciso LXIX da C. F.), a proteção de direito líquido e certo em face de ilegalidade ou abuso de poder onde o responsável seja autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público. É aqui arrolado pelo fato de poder ser acionado pelos legitimados no caso de haver violação a direito líquido e certo sobre a preservação do patrimônio cultural.

Outro remédio constitucional que pode ser citado é Mandado de Injunção, presente no inciso LXXI do artigo 5º da C.F. de 1988 que diz, “conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania”. Sendo o direito à preservação do patrimônio cultural um direito fundamental, havendo falta de regulamentação, pode-se então, recorrer ao mandado de injunção.

Instrumento fundamental é o contido no inciso LXXIII, ainda do artigo 5º, referente à Ação Popular, onde: “Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência”.

Anuímos com a opinião de Reiszewitz (2004, p.112) quando assevera que a Lei infraconstitucional que regulamenta a Ação Popular, de nº. 4.717 de 1965, não encontra em seu artigo 1º, amparo constitucional, diz o artigo “A prova da cidadania, para ingresso em juízo, será feita com o título eleitoral, ou com o documento que a ele corresponda”. Pelo já exposto a respeito do que se entende por cidadania, concordamos que têm legitimidade os brasileiros e os estrangeiros residentes no país, pois o direito à preservação do patrimônio cultural é, fazendo parte do direito ao meio ambiente equilibrado, extensão do direito à vida, e este último é garantido pelo artigo 5º caput da Constituição Federal, a brasileiros e residentes no País. Por meio deste instrumento, pleiteia-se um provimento constitucional que declare ou torne nulos atos lesivos ao patrimônio cultural, bem como a condenação dos responsáveis ao pagamento de perdas e danos ou à restituição de bens ou valores. (MILARÉ, 2005, p.414).

Seguindo a seqüência da Carta Maior e, tratando-se de regularidade das normas, temos a possibilidade de propositura de Ações de Controle de Constitucionalidade, que podem ter por objeto atos normativos referentes à preservação do patrimônio cultural. O artigo 103 diz que podem propor a Ação Direta de Inconstitucionalidade e a Ação Declaratória de Constitucionalidade: o Presidente da República; a Mesa do Senado Federal; a Mesa da Câmara dos Deputados; a Mesa de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; Governador de Estado ou do Distrito Federal; o Procurador-Geral da República; o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; partido político com representação no Congresso Nacional e; confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

Um instrumento imprescindível para a preservação do patrimônio é citado entre os necessários ao cumprimento das atribuições do Ministério Público, está disposto no artigo 129, em seu inciso III, que diz que é função do parquet “promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses

difusos e coletivos”. Segundo Milaré (2005, p. 415), na categoria patrimônio público e social se subsume o patrimônio cultural.

A ação civil pública é regulada pela Lei 7.347 de 1985 e ao lidar com o mérito da responsabilidade por danos patrimoniais e morais causados a bens de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, bem como qualquer interesse difuso ou coletivo (artigo 1º), trata, por consequência, do patrimônio cultural imaterial. Cumpre lembrar que a citada lei está com nova redação em seu artigo 5º (incluída pela lei 11.448/07), conferindo legitimidade também à Defensoria Pública, à União, aos Estados, Distrito Federal e Municípios, autarquias, empresas públicas, fundações ou sociedades de economia mista e associações, constituídas há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil, que incluam entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico para propor ação civil pública. Conveniente incluirmos o artigo 6º da Lei de Ação Civil Pública por incitar a participação dos cidadãos, diz ele “Qualquer pessoa poderá e o servidor deverá provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil e indicando-lhe os elementos de convicção”. O regime jurídico da responsabilidade civil por danos ao patrimônio cultural pauta-se pela teoria da responsabilidade objetiva, onde tão somente a lesividade é suficiente para provocar a tutela judicial, conforme o artigo 14 §1º da Lei 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) e 225, §3º da Constituição Federal. (MILARÉ, 2005, p. 416).

Há ainda a possibilidade de usar-se a Ação civil pública declaratória de valor cultural. Segundo Miranda (2006, p. 175), em caso de omissão do Poder Público no dever de zelar pela integridade dos bens culturais, é incontroversa a possibilidade de o judiciário dizer do valor cultural de determinado bem e de ditar regras de observância obrigatória, no sentido de sua preservação ante a omissão de seu proprietário ou do Poder Público, independentemente de prévio ato de tombamento ou registro.

Em relação aos procedimentos não-jurispcionais, há meios de identificação e proteção dos bens imateriais para que se proceda à salvaguarda dos mesmos, concretizando o ratificado na Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial de 2003, neste sentido, a atuação da Unesco no Brasil se dá num modelo baseado de cooperação, em que este organismo internacional, conjuntamente com as autoridades nacionais, atua objetivando a preservação do patrimônio cultural brasileiro, colaborando inclusive, em atividades de formação, na elaboração de políticas culturais, nas áreas do artesanato, das indústrias culturais, do turismo cultural, entre outras. Três bens imateriais brasileiros foram reconhecidos pela Unesco como bens de importância para a humanidade, agregados ao patrimônio cultural mundial, são eles a Arte Gráfica Kusiwa – Cosmologia e Linguagem Gráfica dos Wajãpi (povo indígena do Amapá), o Samba de Roda no Recôncavo Baiano e o Ofício das Panelleiras de Goiabeiras (bairro do Espírito Santo).

Temos no Brasil o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, instituído pelo Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que viabiliza projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural, busca estabelecer parcerias com instituições dos governos federal, estadual e municipal, universidades, organizações não-governamentais, agências de desenvolvimento e organizações privadas ligadas à cultura, à pesquisa e ao financiamento.

Este programa tem entre seus objetivos, contribuir para a diversidade étnica e cultural do país e para a disseminação de informações sobre o patrimônio cultural brasileiro a todos os segmentos da sociedade, baseado nas diretrizes da promoção da inclusão social e melhoria das condições de vida dos detentores do patrimônio cultural imaterial, promovendo apoio às condições materiais que propiciam sua existência. Suas linhas de ação são a pesquisa, documentação e informação, a sustentabilidade, a promoção e a capacitação.

Segundo o Programa, salvaguardar um bem cultural de natureza imaterial é apoiar sua continuidade de modo sustentável e atuar no sentido da melhoria das condições sociais e materiais de transmissão e reprodução que possibilitam sua existência. E o conhecimento gerado durante os processos de Inventário e Registro é o que permite identificar as formas mais adequadas de salvaguarda. A ajuda pode ser inclusive financeira, a detentores de saberes específicos, visando sua transmissão.

O Inventário tem o fim de produzir conhecimento sobre os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores que constituem marcos e referências de identidade para determinado grupo social. Além das categorias estabelecidas no Registro, contempla edificações associadas a certos usos, a significações históricas e a imagens urbanas, independentemente de sua qualidade arquitetônica ou artística.

Temos ainda a vigilância, que pode ser encarada como forma de manifestação do poder de polícia estatal, no que diz respeito às inspeções de bens tombados e demais bens considerados do patrimônio cultural brasileiro. E que, apesar de ser um instrumento do Poder Público geralmente voltado à proteção dos bens materiais, pode também, indiretamente, ser importante para o patrimônio imaterial, naqueles casos em que se devem proteger os espaços destinados pelas comunidades tradicionais à manifestação de seu patrimônio cultural imaterial, ou, então, os documentos onde está registrada esta modalidade de bem cultural.

O Decreto 3.551 de 04 de agosto de 2000, institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, além de criar o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial. No artigo 1º, diz o decreto que o Registro se fará em livros e a inscrição em um deles terá como referência a continuidade histórica do bem, sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da cultura brasileira (§2º). O artigo arrola quatro livros (§1º), são eles, o Livro de Registro dos Saberes, que registra conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; o Livro de Registro das Celebrações, que

inscreve rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; o Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritos manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; e o Livro de Registro dos Lugares, que registra mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. Há ainda a possibilidade de abertura de novo livro, caso o bem não se encaixe em nenhum dos quatro definidos (§3º).

O artigo 2º institui os legitimados para provocar a instauração do processo de registro e aqui cabe criticar a falta de astúcia do legislador ao não aproveitar a ocasião para conceder legitimidade aos particulares, ao cidadão, o que seria perfeitamente aceitável em nosso ordenamento, já que a todos é assegurado o direito à cultura e que no procedimento de tombamento existe esta possibilidade. A norma em questão arrolou apenas o Ministro de Estado da Cultura, as instituições vinculadas ao Ministério da Cultura, as Secretarias de Estado, Município e do Distrito Federal e sociedades ou associações civis. As propostas de registro devem ser encaminhadas ao Presidente do Iphan, que as submeterá ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, deverão estar acompanhadas de documentação técnica.

Voltando ao artigo 3º do Decreto 3.551 de 2000, temos que a instrução técnica do processo será supervisionada pelo Iphan (§1º), com descrição pormenorizada do bem e todos os elementos que lhe sejam culturalmente relevantes (§2º), podendo ser feita por outros órgãos do Ministério da Cultura, pelas unidades do Iphan ou por entidade pública ou privada que detenha conhecimentos específicos sobre a matéria (§3º). Finda a instrução, o Iphan emitirá parecer a respeito da proposta de registro e enviará ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, para deliberação (§4º), este parecer deverá ser publicado no Diário Oficial da União, para eventuais manifestações sobre o registro, que deverão ser apresentadas àquele conselho no prazo de trinta dias de sua publicação (§5º).

Caso a decisão do Conselho seja favorável, o bem será inscrito no livro correspondente e receberá o título de “Patrimônio Cultural do Brasil”, segundo o artigo 5º da norma em questão. Registrado o bem cultural, fica a cargo do Ministério da Cultura a documentação por todos os meios técnicos admitidos, cabendo ao Iphan manter banco de dados com o material produzido durante a instrução do processo e a ampla promoção e divulgação daquele bem, conforme consta no artigo 6º do Decreto. Será reavaliado o merecimento do título pelo menos a cada dez anos pelo Iphan, e cabe ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural sua revalidação, se negada será mantido apenas o registro como referência cultural de seu tempo (artigo 7º).

4. TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO NAVAL ARTESANAL MARANHENSE COMO BEM IMATERIAL

Segundo Andrés (1998, p. 16) muitas cidades litorâneas e ribeirinhas do interior do Estado do Maranhão ainda hoje permanecem isoladas e utilizam-se das embarcações artesanais como única via de acesso à capital para o deslocamento das populações e para o comércio, importação de produtos manufaturados e exportação de matérias primas, produtos típicos e produção agropecuária, sendo a atividade pesqueira aquela que mais utiliza as embarcações típicas da região, dela sobrevivendo milhares de famílias no interior e na capital, já que engloba a pesca, o transporte do pescado e sua comercialização (ver figura 01 em anexo).

Existem mais de quinze tipos de embarcações artesanais tipicamente maranhenses, características próprias e respectivas zonas de ocorrência identificadas. E são os operários navais os responsáveis pela construção destas embarcações. Dentre estes, existem os que desenvolvem a função de carpinteiro, de calafate (cuja função é preencher os interstícios entre do tabuado das embarcações com estopa de algodão torcido e umedecido), de pintor e, ainda, de veleiro. E, segundo Andrés, guardam na sua memória a ciência e a arte da construção naval, as quais vêm sendo transmitidas de pai para filho pela tradição oral desde os tempos coloniais (1998, p. 28).

Temos que as técnicas navais artesanais maranhenses são saberes que caracterizam conhecimentos tradicionais produzidos e gerados de forma coletiva e transmitidos oralmente, de uma geração à outra. E seus usos, práticas e as características de sua interação com a natureza e com o universo, revelam elementos de referência de sua identidade coletiva. Nas palavras de Luiz Felipe Andrés (1996, p. 15),

Essa atividade, além de sua evidente implicação econômica e social, representa também uma das mais fortes tradições culturais do povo, constituindo-se em uma verdadeira forma de arte a construção artesanal de embarcações de madeira e o próprio ato de navegar. Além disso, influencia os costumes populares, as festas e a religiosidade, já que o excepcional regime de marés da região costuma regular calendários e horários de grandes parcelas das populações litorâneas e ribeirinhas.

O carpinteiro naval é dotado de “uma certa erudição”, ele é o responsável pela obra e deve ter o domínio das técnicas para conduzi-la com segurança, como por exemplo, saber o modelo adequado para cada uso, as diferentes condições de navegação, as corretas proporções e medidas que garantam a sustentabilidade da embarcação e a definição do tipo de madeira a ser utilizada em cada circunstância, “o carpinteiro naval é capaz de executar qualquer tarefa do carpinteiro civil. Já o contrário não é possível” (ANDRÈS, 1998, p. 32). E segundo Mestre Belo, carpinteiro naval, em relato a Luiz Felipe Andrés, “Eu faço sem planta, eu tenho minha planta na cabeça. O pessoal quando vem encomendar traz uma foto ou fala pra fazer daquele tipo do pescador tal aí eu faço” (ANDRÈS, 1998, p. 39).

A utilização dos materiais na produção, calafetagem e pintura das embarcações, a escolha da madeira a ser utilizada em cada circunstância, o conhecimento de onde encontrar a árvore mais retilínea, sabendo-se necessária a presença de várias árvores próximas umas das outras evitando o envergamento, (SILVEIRA, Apud ANDRÈS, 1998 p. 120) a substituição de

pregos e parafusos por cavilhas de madeira com diferentes coeficientes de dilatação (ANDRÈS, 1988, p. 36), a retirada do oco da árvore com o uso de fogo e forquilhas naturais (ANDRÈS, 1998, p. 108), também demonstram a transformação da natureza pelo homem através de seu trabalho.

As cores vivas das velas e uma acentuada inclinação (repique) que dão a impressão de possuírem velames triangulares, quando na maioria das vezes não o são, características genuínas do Maranhão, segundo Kelvin Duarte. (Apud Andrès, 1988, p.50) A tendência à combinação de cores complementares sem o conhecimento acadêmico da física ótica. (ANDRÈS, 1998, p 115). O “macete do calafate” para saber com segurança pela intensidade do som se a estopa atingiu o ponto exato de sua penetração, pois sabe que se passar deste ponto acarretará danos sérios ao tabuado (ANDRÈS, 1988, p. 117). A utilização da substância extraída da raspagem do pau de mague para tingir as velas, bem como o uso de talos de bananeira para a fixação da cor (ANDRÈS, 1988, p. 34), conhecimentos empíricos que revelam as particularidades do modo de construção utilizado na produção de uma embarcação pelos operários maranhenses. Práticas que correm o risco de desaparecimento se não reiteradas por novos atores sociais, características que merece investigação científica.

5. PRINCIPAIS EMBARCAÇÕES ARTESANAIS MARANHENSES

Cúter

De acordo com a pesquisa de Andrés (1998, p. 46), o “Cúter” é provavelmente a embarcação de maior destaque no litoral maranhense. Possui casco composto por tábuas colocadas no sentido longitudinal que são justapostas e calafetadas por estopa de algodão. Existem exemplares com o fundo do casco constituído por uma peça única, à qual são acrescentadas outras tábuas que dão a forma final ao modelo. Porém, assevera o autor que tal prática foi abolida por escassez de árvores adequadas. Interessante característica é o fato de que as cavernas (importantes peças da estrutura interna) desta embarcação são formadas preferencialmente por curvas naturais dos galhos ou raízes utilizados em sua construção. (Ver figura 02 em anexo).

Bote proa de risco

Modelo que pode ser encontrado no litoral do Estado do Maranhão. Como os cúteres, esse tipo de canoa costeira apresenta armação com duas velas, uma grande, a “carangueja”, e outra menor armada na popa, a vela de estai. A grande diferença entre este barco e o cúter reside no formato de popas e proas, neste a proa tem formato de “V” (de risco) e a popa é denominada “rabo-de-pato”, devido ao seu formato arredondado e ausência de espelho (espécie de aba) (ANDRÈS, 1988, p. 55). O curioso sobre esta embarcação é que a bita poderá estar eventualmente esculpida com forma de cabeça humana (chamada carranca da bita), que segundo Andrès, em entrevista do dia 12 de novembro de 2007, afirma tratar-se de um símbolo de proteção para garantir maior segurança a embarcação. “Trata-se de uma crença muito restrita ao universo dos embarcadiços e da qual eles evitam falar como assunto que paira no plano das superstições”. Além disso, é comum aparecerem símbolos como “a lua e estrela”, no talhamar (peça de madeira situada na proa da embarcação) ou no alto do mastro (ANDRÈS, p. 55). (Ver figuras 03 em anexo).

Biana

De pequeno porte, construção simplificada e origem cearense, que nas últimas décadas sofreu nítidas influências maranhenses, passando por um processo de adaptação construtiva que permite classificá-la como embarcação do Maranhão (ANDRÈS, 1998, p 56). A biana possui leme (dispositivo situado na proa destinado a governar a embarcação) com grandes proporções e ferragens de diversas alturas para que possa ser levantado quando a biana estiver em águas rasas. Existem ainda variações que apresentam convés e casario, neste último utilizando motor e saída d’água mais larga que a dos modelos à vela (ANDRÈS, 1998, p. 61). (Ver figura 04, em anexo).

Igarité

Um dos modelos mais genuínos do Maranhão por ser encontrado exclusivamente na região do golfo maranhense em direção ao litoral oeste. Possui semelhanças com a biana, porém aquela a supera em velocidade na água, por este motivo encontra-se poucos exemplares desse modelo ainda em operação (ANDRÈS, 1998, p. 62). (Ver figura 05, em anexo)

Boião

O boião é uma variação do Igarité, cuja diferenciação principal consiste na dimensão de boca (maior largura do casco da embarcação) bem mais larga, seu casco tem forma de “U”. Esse traço, entretanto, é suficiente para estabelecer uma significativa diferença de aspecto entre os dois tipos. É possível encontrar boiões movidos a motor (ANDRÈS, 1998, p. 67). (Ver figura 06, em anexo).

Iate

Maior embarcação construída na Região. De alto custo, sua construção está limitada a estaleiros na região da Baixada Ocidental maranhense, mais especificamente nos municípios de Cururupu - MA e em Bragança – PA (ANDRÈS, 1988, p 68). Sua armação é de origem européia (ANDRÈS, p. 71). (Ver figura 07, em anexo).

Casquinho

Provavelmente a mais simples de todas as embarcações maranhenses é utilizada na pesca de camarão e peixe e também no transporte de passageiros para outros barcos de maior porte e afastados do cais. Na região dos lagos alguns são mais compridos e estreitos, possuindo toldo móvel confeccionado de arame e talas de madeira, cobertos de talhão ou lona (casquinho de Viana) (ANDRÈS, 1988, p. 72). (Ver figura 08, em anexo).

Casco

De características próprias para navegação fluvial, boca estreita em relação ao comprimento total, geralmente são movidos a motor e possuem cabines que abrangem quase a totalidade do seu comprimento e que se assemelham à uma pequena choupana coberta de palha (ANDRÉS, 1998, p. 78). Em alguns municípios ainda é confeccionado a partir da canoa-de-um-pau, que veremos mais adiante, e isso marca a transição entre as antigas canoas indígenas para as embarcações artesanais da atualidade (ANDRÉS, 1998, p. 81). (Ver figura 09, em anexo).

Lancha de Timon

Embarcação utilizada na travessia de passageiros no rio Parnaíba, entre as cidades de Teresina e Timon, pode ser encontrada com ou sem casario. É movida a motor e possui configuração projetada de modo a facilitar o deslocamento das pessoas dentro dela (ANDRÉS, 1998, p. 84). (Ver figura 10, em anexo).

Canoa de Nova Iorque

Original da cidade de Nova Iorque, localizada às margens do lago formado pela barragem de Boa Esperança, de águas represadas do rio Parnaíba. Movida a remo, é utilizada na pesca e tem como principal característica a grande semelhança entre proa e à popa (ambas de risco, assemelhando-se a um barquinho de papel), o que chega a causar confusão quanto à identificação destas partes, já que no lago as águas não possuem correnteza, então, quando o pescador quer mudar de direção, basta inverter sua posição e consequentemente a do remo. O que antes era proa transforma-se em popa e vice-versa (ANDRÉS, 1998, p. 88). (Ver figura 11, em anexo).

Canoa de Benedito Leite

Utilizada na travessia entre as cidades de Benedito Leite e Uruçuí (Rio Parnaíba), e também no transporte de pequenas distâncias. Impulsionada a motor, possuindo bancadas colocadas tanto no sentido transversal como no sentido longitudinal. A popa possui espelho e a proa é alta e reforçada para resistir aos choques no momento em que atraca nas margens do rio. (ANDRÉS, 1998, p. 92) (Ver figura 12, em anexo).

Canoa de Tasso Fragoso

Com características bastante próprias, difere dos demais modelos encontrados no Maranhão. Tem como principal diferença o fato de que o casco é composto de uma única tábuia disposta longitudinalmente presa ao fundo chato por vergalhões de metal colocados no sentido transversal. Propulsão a remo, o que dispensa o uso do leme (ANDRÉS, 1998, p. 96). (Ver figura 13, em anexo).

Gambarra

Modelo de porte médio, encontrado às margens do rio Tocantins, no sul do Maranhão. É utilizada para o transporte de gado, possuindo o casco chato e robusto. Quando usado no transporte de passageiros, faz-se necessário o acréscimo de bancadas no seu interior. A proa assemelha-se a uma rampa, por onde é feito o acesso à embarcação, com reforço que serve de proteção ao barco durante a operação da atracação. Possui casario protegido por um toldo de plástico e é movido a motor (ANDRÉS, 1998, p.100). (Ver figura 14, em anexo).

Rabeta

Encontrada ao sul do Maranhão, na região do rio Tocantins. É um modelo fluvial protegido do lado externo por um verdugo (peça de madeira fixada à bordo da embarcação com a função de protegê-la de choques com outros barcos) que ocupa quase toda sua extensão. É utilizada no transporte de passageiros em pequenas distâncias e na travessia de uma margem à outra e possui uma haste comprida com cerca de três metros de onde se origina seu nome (ANDRÉS, 1998, p. 104). (Ver figura 15, em anexo).

Canoa-de-um-pau

Encontrada em locais onde predomina a navegação fluvial, de confecção por secular e método construtivo no qual se utiliza uma peça inteiriça, um tronco que pode ser de guaribela, angelim, copaíba, bacuri, ipê roxo, sapucaia, jatobá, pequi, tajuba ou louro. Em suas extremidades são fixados os espelhos. A árvore é procurada no meio da mata, onde a ação dos ventos é menor e elas crescem mais retilíneas. Ao tronco é ateado fogo que corrói o âmago da madeira e as partes queimadas são escavadas e removidas para criar o oco. Para abrir o tronco são utilizadas como pinças grandes forquilha de galhos de árvores (ANDRÉS, 1998, p. 108). (Ver figura 16, em anexo).

6. CONCLUSÃO

O que resulta deste trabalho é a verificação da existência de mais um bem oriundo da sabedoria de um dos grupos formadores da sociedade brasileira, uma coletividade de operários navais maranhenses, e as técnicas adquiridas ao longo do tempo por estes que são responsáveis por atividades vitais das comunidades litorâneas e ribeirinhas, que além de estarem por trás da movimentação de um grande setor da economia do Estado, que é a pesca, proporcionam um cenário riquíssimo construído com a sabedoria de verdadeiros mestres. É esta criatividade que deixa um nobilíssimo legado à sociedade maranhense e brasileira, quiçá mundial, de uma comunidade que com manifestações genuínas de talento, transformam madeira e tecido em arte, instrumentos de trabalho e necessidade de sobrevivência em provas de um conhecimento sólido e seguro, cuja fonte, em suas próprias palavras, está “na cabeça”.

Por tudo isso, as técnicas da construção naval artesanal maranhense devem ser elevadas a patrimônio cultural brasileiro, devendo para tanto, figurar no Livro de Registro dos Saberes, instrumento que além de intitulá-lo como tal, garante a aplicação de instrumentos de salvaguarda eficazes, tanto no âmbito administrativo como no jurisdicional, a saber, comprovando o interesse público na manutenção desta manifestação cultural popular e fazendo-o foco de proteção pelo

Direito Ambiental em sua visão holística e atual de resguardar o ambiente para a humanidade e sua qualidade de vida, baseada na sustentabilidade e na proteção dos direitos humanos sociais e na certeza de que as gerações vindouras terão acesso às referências de seus antepassados enquanto formam suas identidades culturais.

Portar este título é enxergar a possibilidade de ampla difusão, de ajuda financeira a detentores dos saberes específicos com vistas à sua transmissão, de incentivo à formação comunitária para a gestão e identificação das necessidades gerais e a facilitação de acesso à matéria-prima, conforme disposto no Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, e acima de tudo, contribuir para a formação da diversidade étnica e cultural do país. Nas entrelinhas do artigo 216 da Constituição Federal, quando diz constituírem o patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, lemos as tradicionais técnicas navais artesanais maranhenses e seus detentores, nossos operários navais. E cabe aos brasileiros, zelar por este patrimônio, que nos é direito difuso e consequência de um direito social fundamental, que é o direito à cultura, elemento formador da cidadania.

Referências Bibliográficas

- ANDRÉS, Luiz Phelipe de C. C. (1998) Embarcações do Maranhão: Recuperação das técnicas construtivas tradicionais populares, ed. Horizonte Geográfico.
- BONAVIDES, Paulo. (2007) Curso de Direito Constitucional. 21a ed. São Paulo: Malheiros.
- CANCLINI, Nestor García. (2000) Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. (ensaios latinos americanos, 1) – 3ª ed. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Castells, Manuel. (1999) O poder da identidade. Ed. São Paulo: Paz e Terra.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. (2007_ Organização Alexandre de Moraes, 27. ed. São Paulo: Atlas.
- GEERTZ, Clifford. (1989) A interpretação das culturas. ed. Rio de Janeiro:Guanabara Koogan.
- LIMA, Terezinha Moreira. (2007). Políticas públicas e os diferentes enfoques de gênero. Texto Preliminar.
- LOPES, Ana Elvira Barros Ferreira.(2003) Cidadania cultural: legislação. Vol. I. São Luís: Estação Produções.
- MENDONÇA, Gilson Martins. (2006) Meio ambiente cultural: aspectos jurídicos da salvaguarda ao patrimônio cultural brasileiro. 190 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito Econômico e Social, Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba.
- MILARÉ, Edis. (2005) Curso de Direito Ambiental Brasileiro. 6. ed. São Paulo: Saraiva.
- MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. (2006) Tutela do patrimônio cultural brasileiro – doutrina, jurisprudência e legislação. ed. Belo Horizonte, Del Rey.
- REISEWITZ, Lúcia. (2004). Direito ambiental e patrimônio cultural – direito à preservação da memória, ação e identidade do povo brasileiro. Ed. São Paulo: Juarez de Oliveira.
- SILVA, José Afonso da. (2001) Curso de direito constitucional positivo. 19. ed. São Paulo: Malheiros.

ANEXO (FIGURAS)



Figura 01 – Mapa do Maranhão e Rios
Fonte: Andrés, 1988, p. 19



Figura 02 – Cúter
Fonte: Andrés (1998, p. 46)



Figura 3 – Bote proa de risco
Fonte: Andrés (1998, p.53)



Figura 07: Iate
Fonte: Andrés (1998 p.70)

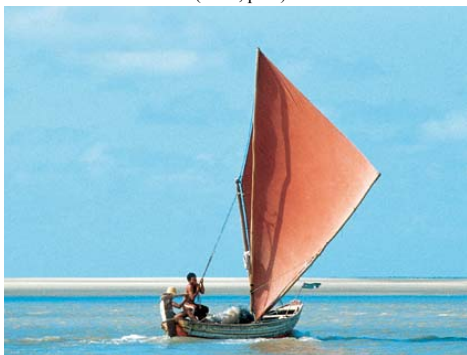


Figura 04: Biana
Fonte: Andrés (1998, p. 57)



Figura 08: Casquinho
Fonte: Andrés (1998 p.73)



Figura 05: Igarité
Fonte: Andrés (1998 p.62)



Figura 09: Casco
Fonte: Andrés (1998 p.79)



Figura 06: Boião
Fonte: Andrés (1998 p.66)

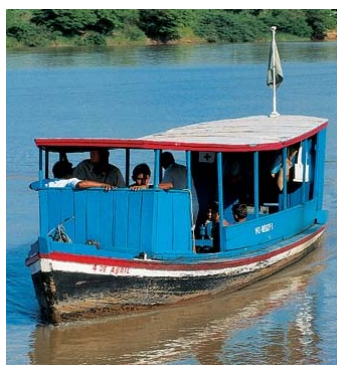


Figura 10: Lancha de Timon
Fonte: Andrés (1998 p.84)



Figura 11: Canoa de Nova Iorque
Fonte: Andrès (1998 p.88)



Figura 12: Canoa de Benedito Leite
Fonte: Andrès (1998 p.93)



Figura 13: Canoa de Tasso Fragoso



Figura 16: Canoa-de-um-pau
Fonte: Andrès (1998 p.109)

Fonte: Andrès (1998 p.97)



Figura 14: Gambarra
Fonte: Andrès (1998 p.101)



Figura 15: Rabeta
Fonte: Andrès (1998 p.107)

Intersecções entre capital e trabalho: a indústria do calçado de Franca (Brasil)

Alexandre Marques Mendes

Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro “Victório Cardassi” (IMESB); Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Indústria e cadeia Produtiva e Calçadista de Franca/ SP (NEIC) e Centro de Estudos de Desenvolvimento Regional (CEDER)

mendes.oliveira@terra.com.br

Agnaldo de Sousa Barbosa

Universidade de Franca (UNIFRAN); Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Indústria e cadeia Produtiva e Calçadista de Franca/ SP (NEIC) e Centro de Estudos de Desenvolvimento Regional (CEDER); FAPESP

mendes.oliveira@terra.com.br

Resumo: Historicamente, a indústria de calçado é uma atividade de nível tecnológico baixo e, todavia, também nos dias atuais apresenta características manufatureiras. Esse aspecto se projeta diretamente na dinâmica de formação das classes sociais no setor: o trabalho manual além de ser o fator central nesse universo produtivo, ademais, é inclusive um elemento de conexão para a gênese de inúmeras trajetórias empresariais. Com base nesse contexto reflexivo, como pensar uma reestruturação do mundo do trabalho nesse setor produtivo? Em um tempo em que as referências à superação do fordismo são habituais e freqüentes, nas Ciências Sociais, muitas vezes com a fala do “fim do trabalho”, como refletir acerca de uma atividade industrial em que, por suas especificidades, mantém traços característicos do passado do capitalismo industrial? Nosso intento, com esta ponência é articular os resultados das investigações feitas em nosso doutoramento, contestando correntes teóricas clássicas, partindo de pressupostos distintos, do capital e trabalho, indicando que estes apresentam mais convergências que uma consideração a priori poderia presumir.

do chão sabemos que se levantam as searas e
as árvores, levantam-se os animais que correm
os campos ou voam por cima deles, levantam-se
homens e as suas esperanças
José Saramago

As profundas transformações ocorridas com o processo de globalização em curso nas últimas décadas afetou dramaticamente as dimensões fundamentais da vida social, sobretudo aquelas referentes à dinâmica de acumulação do capital e das formas de organização do trabalho. Todavia, em alguns setores da economia as especificidades das condições de produção geraram mudanças bem menos intensas que as características da tendência geral do capitalismo contemporâneo. Esse é o caso da indústria calçadista. Em tempos nos quais se fala de trabalho imaterial (GORZ, 2005), modernidade líquida (BAUMAN, 2001), acumulação flexível (HARVEY, 1995), para se referir ao profundo efeito das transformações em curso, a estrutura econômica do setor calçadista revela mudanças, porém, de ordem bem distinta das processadas nos circuitos mais avançados do capitalismo global. Na indústria do calçado, de forma nenhuma podemos falar de uma expansão do trabalho intelectual e de redução e desvalorização do trabalho manual, cenário utilizado por muitos autores para descrever os novos tempos da sociedade capitalista. Pelo contrário, prevalece ainda nessa indústria a habilidade manual como fator fundamental não apenas na dinâmica da produção, mas também como elemento de ligação para a gênese de inúmeras trajetórias de trabalhadores e empresários.

Essa característica, que parece imersa em profundo anacronismo, torna a epígrafe que inicia esse texto, tomada emprestado de um dos escritos de José Saramago (1982), uma tradução muito mais realista das relações sociais na indústria do calçado de Franca, que a maioria das teorias sobre classe social. A cidade de Franca, localizada no estado de São Paulo, é o mais importante pólo fabricante de calçados masculinos do Brasil. São as esperanças de homens e mulheres que imprimem suas expectativas e sonhos na improvisação de fábricas em quintais, quartos e barracões em Franca que aqui se pretende discutir e interpretar. Assim como Saramago diz que seu *Levantados do Chão* “quis aproximar-se da vida” ao tentar retratar o mais próximo da concretude a dureza da vida da população campesina do Alentejo, o presente trabalho procura refletir sobre a problemática da reestruturação produtiva em determinada realidade econômico-social buscando traduzir a sua complexidade pela aproximação da vida concreta de homens e mulheres. Que não se confunda aqui essa busca pela aproximação da concretude com um ingênuo empirismo, mas entenda-se como uma tentativa de se fazer com que a evidência empírica em determinada realidade do capitalismo contemporâneo não venha a sucumbir à força de uma interpretação teórica sem vinculação visível com a dinâmica desse espaço. Procurou-se, assim, construir uma interpretação que mais se aproximasse da experiência concreta de um grupo social, e não que se assentasse em mera conjectura de pensamento baseada em generalizações teóricas.

No que tange ao movimento das classes, o Manifesto Comunista de Karl Marx inaugura um novo jeito de se entender os conflitos humanos, refletindo em perspectiva histórica o momento específico de profundas transformações

sociais. O principal mérito analítico foi trazer o movimento conflituoso das classes, ou seja, o momento da criação histórica das classes sociais no moderno capitalismo ocidental.

Acreditamos que a existência de uma classe não se resolve ou se observa num agrupamento de indivíduos, nem mesmo com um conjunto de agentes aos quais se atribui uma consciência possível. A análise das classes não pode se limitar, simplesmente, às pessoas que ocupam lugares no sistema de produção. Dessa forma, o caminho de “formação” da classe, da consciência de classe, não é predeterminável e tampouco torna-se um processo legível. As classes sociais, eminentemente antagônicas, são inseridas numa ebulição de possibilidades, as quais os homens são finalmente forçados a enfrentar com sentidos mais sóbrios suas reais condições de vida e sua relação com os homens. ((MARX; ENGELS, 1980. p. 12)

Segundo Berman (1986, p. 88), salientando uma realidade perturbadora, os “homens” estão todos juntos nesse novo contexto societário, ao mesmo tempo como agentes e pacientes do processo diluidor que desmancha no ar tudo que é sólido. Adam Przeworski (1989), p. 67) assinala a dificuldade encontrada pela teoria marxista em analisar a estrutura de classes capitalistas, na qual os processos de “formação” de classes são vistos como uma transição necessária de uma “classe em si” para uma “classe para si”, formulação essa em que as relações econômicas são classificadas como condições objetivas e todas as outras relações são consideradas como pertencentes a esferas de ações subjetivas.

Para distintos historiadores e pensadores sociais, 1848 a 1890 foi o período pelo qual acreditou-se que a constituição do proletariado em classe estava de fato consumado e permaneceria assim dali por diante. Ao proletariado só restaria dedicar-se à sua “missão histórica” da revolução socialista. Entretanto, como salienta Hobsbawm (1979) as classes nunca estão prontas no sentido de acabadas, muito embora seja possível aplicar esse termo de classe trabalhadora em distinção aos trabalhadores tradicionais. De modo semelhante, Thompson (1987), salienta que a classe operária não surgiu tal como um sol numa hora determinada e que por classe entende ser um fenômeno histórico¹, que unifica uma série de acontecimentos dispares e aparentemente desconectados. O autor não vê a classe como uma “estrutura” nem como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. Nesse aspecto, é possível falar de uma nova consciência de classe, a qual o crescimento da mesma está ligada a uma identidade de interesses e experiências comuns. A contribuição de Poulantzas (1978), nesse contexto, foi reconhecer que as relações ideológicas e políticas são objetivas com respeito às lutas de classes. Nessa perspectiva a forma de uma luta de classes é determinada pela totalidade das relações econômicas, ideológicas e políticas que caracterizam uma situação histórica específica, mas é determinada pela totalidade das relações econômicas, ideológicas e políticas que caracterizam uma situação histórica específica, mas é determinada apenas até os limites dos possíveis efeitos das lutas de classes sobre essas relações.

Max Weber (1983), por sua vez, distingue entre “situação de classe” e “situação de status” e sua crítica sobre o conceito de classe nos fornece um alicerce teórico para a análise da diferenciação (estratificação) na sociedade capitalista. Segundo Weber, a posição nas relações de produção (propriedade dos meios de produção) não é suficiente para determinar a situação de classe, uma vez que as posições nas relações de distribuição (mercado, estilo de vida e condição de dependência) e nas relações de autoridade (poder) não refletem unicamente as relações de propriedade. Ademais, o status e poder não são dicotômicos e o sistema de estratificação distribui as pessoas ao longo de estratos contínuos.

A abordagem teórica sobre a classe é pertinente para esse ensaio reflexivo, uma vez que enfatizamos a importância do trabalho, como categoria central do “saber fazer”, no processo que constituiu e consolidou o parque industrial em Franca. Vale a pena destacar nesse sentido, que a identidade do sapateiro na cidade de Franca é construída fortemente com apelo ao trabalho, alinhando as classes sociais em torno dessa configuração. Ou seja, tanto para o empresário como o passador de cola, ser sapateiro parece ter um significado comum. Observar e localizar o conflito de classes nesse jogo de relações não é tarefa fácil e é, muitas vezes, confundida na trajetória de análises feitas por distintos pesquisadores e intelectuais. Assim, mais que abordar o papel das classes sociais é preciso entender antes um pouco dessa dinâmica. Esse elemento amortecedor do conflito de classe pode ser esclarecedor, uma vez que o aspecto operário parece perpassar essas fronteiras, aspecto que foi trabalhado em recente reflexão², a qual verifica que muitos empresários de sucesso do município fazem questão de afirmar essa característica nas suas condutas, se dizendo sapateiros, muito embora se saiba que sua condição seja outra.

A perspectiva acima apresentada exige uma discussão a respeito das especificidades das condições de produção que caracterizam a fabricação do calçado, sobretudo na aglomeração industrial de Franca, em comparação com as transformações tecnológicas e dos processos produtivos que distinguem o capitalismo contemporâneo. Na indústria do calçado de Franca o processo de reestruturação produtiva que acompanha o curso da globalização não teve como traços fundamentais o avanço do aprimoramento tecnológico, a dupla dinâmica de fusões e downsizing e muito menos a difusão stricto sensu dos princípios do toyotismo. Em tempos nos quais se fala de trabalho imaterial, modernidade líquida, acumulação flexível, para se referir ao profundo efeito das transformações em curso, a estrutura econômica local revela mudanças, porém, de ordem um tanto

¹ Para Thompson, [...] a mais fina rede sociológica não consegue nos oferecer um exemplar puro de classe, como tampouco um do amor ou da submissão. A relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais. Além disso, não podemos ter duas classes distintas, cada qual com um ser independente, colocando-as a seguir em relação recíproca. Não podemos ter amor sem amantes, nem submissão sem senhores rurais e camponeses. A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõe) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são travadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. (1987, p. 10).

² BARBOSA, A. de S. & MENDES, A. M. (2003) Capital, trabalho e formação da classe na indústria de calçados. In. Políticas Públicas e Sociedade. V.1, n. 5, 63-71.

distintas das processadas nos circuitos mais avançados do capitalismo global. Na indústria do calçado, de forma nenhuma podemos falar de uma “expansão do trabalho intelectual e de redução e desvalorização do trabalho manual”, cenário que Bernardo Sorj (2001, p. 78) utiliza para descrever a nova sociedade brasileira surgida das transformações globais em curso a partir da última década do século XX.

Barbosa (2006) demonstra, em perspectiva histórica, que o predomínio do trabalho manual e a lenta transformação tecnológica do setor contribuiu para a emergência nos anos 30/40 de uma “burguesia de pés descalços”, saída das oficinas de sapateiros e do quadro de operários das primeiras manufaturas, que foi a base social da formação do pólo calçadista de Franca. Com efeito, muitas das condições presentes àquela época persistem nos dias atuais. Em importante estudo acerca da competitividade da indústria brasileira, Achyles Barcelos da Costa observa que a fabricação de calçados demanda baixos investimentos “por constituir um processo de trabalho de natureza intensiva em mão-de-obra, com tecnologia de produção que guarda ainda acentuado conteúdo artesanal”. Segundo Costa (1993, p. 1), “a intensidade em força de trabalho e a relativa difusão da habilidade de produzir calçados têm permitido que se inicie essa atividade com uma necessidade de capital relativamente baixa, de modo que as barreiras à entrada e à saída de novas empresas no setor não são expressivas”.

Analisando a indústria calçadista do Rio Grande do Sul, Clovis Leopoldo Reichert (2004, p. 52) corrobora esse argumento: “apesar do incremento da relação de trabalho capitalista, a fabricação de calçados manteve-se tecnologicamente atrasada, se comparada com outros setores, tais como a indústria metal-mecânica e a indústria têxtil”.

Desta forma, o exemplo da indústria do calçado se mostra distante dos efeitos salientados por Ricardo Antunes para caracterizar a essência da “lógica destrutiva vigente” no capitalismo contemporâneo, marcada indelevelmente por “mecanismos utilizados pela reestruturação produtiva do capital visando reduzir trabalho vivo e ampliar trabalho morto” (2003, p. 112). A persistência da fabricação predominantemente manufatureira na indústria do calçado possibilitou a sobrevivência do “saber-fazer” e da “habilidade” como fatores importantes no universo da produção, não fazendo da subsunção plena do trabalho à maquinaria uma realidade incondicional. Assim, contrariando a lógica dos novos tempos, o ofício, a habilidade manual, acabaram por constituir uma porta de acesso ao “mundo empresarial”, tornando o saber-fazer um aspecto relevante a explicar a emergência de empresários do setor, já que essa é uma indústria na qual a magnitude do capital não parece ser componente decisivo para o início do empreendimento.

As transformações observadas no tecido empresarial da aglomeração de Franca nas duas últimas décadas demonstram que, por certo, não foi incomum nesse período a conversão de operários do calçado à condição de empresários – sobretudo, microempresários. Em virtude das baixas barreiras à entrada neste setor, o estabelecimento como fabricantes foi, por certo, o caminho encontrado por muitos trabalhadores dispensados de grandes e tradicionais empresas como Calçados Terra, Pestalozzi, Francano, Guaraldo, Paragon, M 2000, entre outras, que nos anos 1990 sucumbiram ao “choque de competitividade” engendrado pela emergência da concorrência asiática na aurora da nova ordem econômica global. Num segmento no qual predomina ainda o trabalho essencialmente manufatureiro, e por vezes artesanal, o “saber-fazer” teve, seguramente, peso crucial na decisão de trabalhadores se estabelecerem como empresários.

Essa dinâmica é claramente perceptível na expansão irrefreada de microempresas calçadistas na estrutura econômica de Franca entre 1990 e 2005³. Conforme se pode verificar na tabela abaixo, baseada nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e do Emprego, o número de microempresas mais que triplica no período, passando de 449 a 1.457 – o mesmo acontecendo com as de pequeno porte que passam de 71 a 183. O número de médias e grandes empresas, pelo contrário, diminuíram quase pela metade. Os últimos cinco anos da década de 1980 apresentam números ainda mais impressionantes; justamente neste que é o momento histórico de início das mudanças que deram ensejo à reestruturação do capitalismo em escala global, o número de microempresas calçadistas mais que dobra num curto espaço de tempo: de 204 em 1985 para passar a 449 em 1990.

Tabela 1:

Evolução do número de estabelecimentos na indústria do calçado de Franca-SP (por porte) – 1990 a 2005:

PORTE	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Micro	449	407	419	448	525	412	421	574
Pequeno	71	73	91	103	94	76	104	88
Médio	49	40	50	56	56	25	21	15
Grande	9	7	11	8	5	4	6	5
Total	578	527	571	615	680	517	552	682
PORTE	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Micro	623	671	739	813	909	998	1337	1457
Pequeno	85	100	116	132	129	139	182	183
Médio	18	20	26	22	23	30	34	28

³ Para a classificação das empresas utilizou-se aqui os mesmos critérios empregados pelo Sindifranca: microempresa (até 19 funcionários); pequena (20 a 99 funcionários); média (100 a 499 funcionários); e grande (mais de 500 funcionários).

Grande	3	4	4	4	4	4	4	5
Total	729	795	885	971	1065	1171	1557	1.673

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos dados RAIS/MTE.

No caso estudado o fenômeno do auto-emprego, típico dos novos tempos do capitalismo, tem como uma das suas dimensões mais notáveis a superação das fronteiras da prestação de serviços, principal característica de seu advento⁴, e se enraíza de modo efetivo no universo da produção industrial em si. Este processo subverte a constatação de David Harvey (1995)⁵ e também de André Gorz (2005)⁶ segundo os quais no contexto da globalização, a proliferação de novos pequenos negócios se dá como complemento às atividades do grande capital; em Franca a emergência de novos empresários se dá com surpreendente vigor na linha de frente dessa indústria, ou seja, na atividade principal voltada para o mercado: a fabricação de calçados. Isto ocorre ainda que a maioria dos novos empresários se estabeleça sem quaisquer noções de preceitos contábeis, de marketing, de processos de informação ou de logística, entre tantas outras habilidades básicas para a administração de uma empresa no estágio atual da sociedade capitalista.

Por outro lado, houve igualmente uma imoderada expansão da rede de prestadores de serviços resultante da eliminação de postos de trabalho dentro das fábricas; todavia, também esse processo teve um sentido diametralmente oposto ao observado por Harvey e Gorz. A ampliação sem restrições do número de prestadores de serviços, que em 2005 perfazia o total de 1.534 estabelecimentos segundo o Cadastro de Contribuintes Ativos da Prefeitura Municipal de Franca⁷, cumpriu papel de fundamental importância para o aumento vertiginoso do total de microempresas, pois o principal efeito desse processo não foi o atendimento das necessidades de flexibilização do grande capital, mas o favorecimento ao surgimento de pequenos empreendimentos que puderam emergir já dispensados das obrigações de uma série de atividades, desde seu início transferidas a terceiros – o que diminuiu ainda mais o capital inicial necessário à entrada no ramo. As entrevistas realizadas demonstraram, ademais, que a transição da condição de prestador de serviços para a de fabricante não foi uma possibilidade incomum na indústria de Franca. O empresário Floriano⁸, atualmente proprietário de uma fábrica com 72 funcionários e produção de 800 pares/dia confirma tal assertiva ao declarar: “com apoio do sogro iniciei prestando serviço, depois em meados de 1986 me tornei um pequeno fabricante com outros sócios”. O depoimento de Esteves⁹ contribui no mesmo sentido: “no início fizemos uma transição da banca de pesponto pra fábrica, aproveitando parte dos funcionários para este processo”.

A expressão mais contundente da reestruturação do capitalismo no pólo calçadista de Franca obedece, então, a uma dupla dinâmica, marcada por elementos bastante singulares consideradas as características desse processo em escala global. É possível observar, por um lado, uma intensa fragmentação do tecido empresarial representada pela predominância absoluta de micro e pequenas empresas especializadas na fabricação de calçados, que passaram a responder por quase 3/4 da geração de emprego no setor nesta aglomeração. Por outro, essa dinâmica tem como substrato importante a hiperintensificação da subcontratação, localmente também chamada de “terceirização”, ou seja, a realocação de parte do processo produtivo por meio da subcontratação de empresas e/ou pessoas especializadas na realização dos mais diversos serviços próprios a essa indústria: pesponto, corte, chanfração, entre outros. O toyotismo assume, neste caso, um sentido inverso ao que comumente lhe é peculiar. A transferência de parte da produção a “terceiros” não serve estritamente ao objetivo de desoneração do grande capital, pelo contrário, tem papel decisivo na expansão das micro e pequenas indústrias que passam a concorrer diretamente com as médias e grandes empresas – concorrência esta que não raro ganha contornos de uma competição predatória.

Outrossim, faz-se necessário lembrar que a subcontratação não é um fenômeno novo na indústria do calçado como o é em outros setores, que apenas nas duas últimas décadas vê emergir esse tipo de trabalho. É sim, um elemento praticamente inerente à fabricação de sapatos há pelo menos um século e meio. Conforme destaca Barbosa (2006), em *O Capital*, o trabalho domiciliar de costuradores e costureiras de calçados é exemplo recorrente utilizado por Karl Marx para tratar do moderno trabalho a domicílio; segundo Marx (1996)¹⁰, o trabalho familiar na fabricação de sapatos e botas absorveu

⁴ Conforme observa Bernardo Sorj (2001, p. 80), “as novas gerações de classe média tanto empregam-se nas grandes empresas como administram seu auto-emprego. Surge assim, em todo o país, uma miríade de novas pequenas empresas (que muitas vezes não chegam a ser registradas como tais para não pagar impostos), particularmente nos setores de informática, telecomunicações, cultura e publicidade, e um novo tipo de técnico e profissional que circula entre empregos formais e experiências de criação de pequenas empresas ou oferta de serviços de apoio e consultoria, em especial nas áreas de telemática (tecnologias de comunicação e informática associadas)”.

⁵ De acordo com Harvey, no contexto do que chama de acumulação flexível (caracterizada pela flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo), “os pequenos negócios, as estruturas organizacionais patriarcais e artesanais também floresceram. (...) Novos sistemas de coordenação foram implantados, quer por meio de uma complexa variedade de arranjos de subcontratação (que ligam pequenas firmas a operações de larga escala, com frequência multinacionais), através da formação de novos conjuntos produtivos em que as economias de aglomeração assumem crescente importância, quer por intermédio do domínio e da integração de pequenos negócios sob a égide de poderosas organizações financeiras ou de marketing (a Benetton, por exemplo, não produz nada diretamente, sendo apenas uma potente máquina de marketing que transmite ordens para um amplo conjunto de produtores independentes).” (1995, p. 150)

⁶ Gorz (2005, p. 26) observa que os pequenos prestadores de serviços independentes “estão, na realidade, sob a dependência de um único grande grupo, ou de um pequeníssimo número de grandes grupos que os submetem à alternância de períodos de hiperatividade e de desemprego”.

⁷ Cf. Cadastro de Contribuintes Ativos da Prefeitura Municipal de Franca. O total mencionado está relacionado a prestadores de serviços de pesponto, corte, chanfração e outros.

⁸ Foram utilizados aqui nomes fictícios a fim de preservar a identidade dos entrevistados. Salvo indicação em contrário, este é o procedimento padrão para todo o trabalho.

⁹ O empresário em questão é, atualmente, proprietário de microempresa com 9 funcionários e produção de 300 pares/dia.

¹⁰ Ver, sobretudo, o tópico 8 do capítulo XIII (Livro I, vol I), que trata do trabalho domiciliar.

boa parte da produção de máquinas de costura, que eram, já naquela época, alugadas aos trabalhadores domiciliares que não tinham condição de comprá-las. Marx assinala ainda que, em Londres, após o surgimento da máquina de costura, a distribuição de trabalho a domicílio para a fabricação de calçados foi a última a desaparecer, entre os setores nos quais esse tipo de trabalho era comum, e a primeira a reaparecer depois de algum tempo. Em seu clássico *A Evolução do Capitalismo*, Maurice Dobb confirma este argumento ao assinalar que em 1871 “diversos dos processos na fabricação de botas ainda eram executados por trabalhadores externos”, sendo que “quase todo o acabamento era feito em casa” (1976, p. 324, nota 21). Desta forma, não há como falar desse elemento do toyotismo como uma completa novidade a transformar toda a estrutura de produção no setor.

No território produtivo local o toyotismo não se fez traduzir pela introdução de novas tecnologias, sejam elas de produção, materializadas no aprimoramento de maquinário visando ampliar a automação fabril, ou de processos, com a implantação do just in time, kanban ou difusão da economia de escopo. Afinal, essa é a essência do processo de acumulação flexível que passa a caracterizar o capitalismo industrial nas últimas décadas. É pensando justamente neste sentido que Michel Vakaloulis (2003, p. 124; 125) argumenta que, “as estratégias de flexibilidade apóiam-se nas novas tecnologias de automatização para intensificar a mobilidade da mão-de-obra e dos fluxos produtivos” e que essa mesma flexibilidade somente consegue efetivo êxito nas tarefas de gerir fluidificadamente os processos de trabalho, integrar funcionalmente os coletivos de trabalho, descompartimentar as hierarquias da empresa, dispersar as unidades de produção e colocá-las em concorrência, porque “assistida ‘materialmente’ pelas novas tecnologias de informação”.

No caso estudado, o predomínio da subcontratação – e do trabalho domiciliar dela decorrente – fez com que em Franca a reestruturação capitalista pudesse ser traduzida, em grande medida, pela hipertrofia de um antigo elemento já presente e tradicional na sua matriz produtiva e que expressa notadamente a característica manufatureira da indústria ali instalada. Neste aspecto, minha interpretação é corroborada por importante pesquisadora do tema, que em artigo recente conclui: “as mudanças ocorridas nesse setor produtivo não dependeram da incorporação de recursos tecnológicos avançados, mas fundam-se no uso intensivo do trabalho informal nas ‘bancas’ e em domicílio” (NAVARRO, 2006, p. 424). Contudo, em que pese essa concordância inicial, as convergências de interpretação terminam por aí. A análise da autora reproduz as reflexões gerais acerca do tema da reestruturação, sem realizar mediações teóricas e concretas que contemplem a complexidade da realidade econômico-social em foco.

Para Vera Navarro, a dinâmica de reestruturação capitalista tem apenas um único sentido, qual seja, o da precarização das relações de trabalho. Conforme argumenta,

O processo de terceirização em curso no país, na sua variante “espúria”, intensifica a extorsão de mais-valia absoluta, e o comportamento da indústria calçadista francana diante dessa nova lógica do mercado serve de exemplo, pois naquele ramo industrial a subcontratação ou terceirização, como tem sido referenciada ultimamente, é velha conhecida e convive com formas não especificamente capitalistas de exploração do trabalho, como o trabalho em domicílio, que pode, ou não, assumir características de trabalho familiar (NAVARRO, 2006, p. 413).

Com efeito, observou-se que, se por um lado, houve realmente nas duas últimas décadas um processo de precarização das relações de trabalho, materializado sobretudo na intensificação do trabalho domiciliar, por outro, a realocação de parte da estrutura produtiva para um ambiente extra-muros das fábricas criou terreno fértil ao surgimento de novos empreendedores. Na pesquisa realizada¹¹, 60% dos empresários estabelecidos após 1990 declararam ter trabalhado na condição de operário. Estes números corroboram a interpretação de que parte significativa das pessoas deslocadas da estrutura produtiva das fábricas acabou por tentar se estabelecer como microempresários calçadistas.

Do mesmo modo, determinados efeitos draconianos da reestruturação produtiva assinalados por Vera Navarro admitem uma linha interpretativa diametralmente oposta. Segundo a autora:

As principais mudanças observadas no interior das fábricas foram a redução de postos de trabalho, principalmente daqueles relacionados a tarefas auxiliares nas diversas seções das fábricas, e a utilização do trabalho em grupo ou células de produção, que, por meio do reagrupamento de tarefas antes realizadas individualmente, deu origem ao trabalhador polivalente ou multifuncional, à rotação de tarefas, mudanças essas que são apresentadas como estratégias modernas para adequar a produção à nova lógica capitalista, mas que para o trabalhador, representam apenas sobrecarga, superposição de tarefas, que passam a coexistir com maior intensificação e controle do trabalho (2006, p. 413).

Ao contrário de apresentar um sentido exclusivamente negativo, a dinâmica descrita por Navarro cumpriu importante papel tendo em vista o alento à abertura de centenas de novas fábricas no contexto estudado. Em outras palavras, quero dizer que a disseminação do “saber fazer” de modo mais amplo no interior das fábricas cumpriu a função de instrumento de alavancagem de boa parte dos empreendimentos surgidos nas duas últimas décadas. Muitos empresários foram eles próprios os idealizadores de modelos e artífices dos produtos saídos de suas fábricas nos primeiros momentos de sua existência.

¹¹ Na pesquisa o número de questionários respondidos correspondeu a 4,5% do universo empresarial formado por fabricantes de calçados (o que exclui industriais da cadeia produtiva), representando proprietários de empresas de todos os portes.

A conclusão a que se chega no que diz respeito aos reflexos da reestruturação produtiva na estrutura fabril local é que ao mesmo tempo em que ela precarizou as relações de trabalho, “expulsando” contingente expressivo de operários das indústrias, por outro lado contribuiu para disseminar uma cultura empreendedora entre os trabalhadores do setor. Isso foi possível em razão de ser a indústria do calçado um setor com reduzidas barreiras à entrada, tornando possível fazer do “savoir faire sapateiro” uma chave de transposição da condição operária ao patronato. A dinâmica de reestruturação produtiva, ao intensificar a difusão do trabalho domiciliar, contribuiu também para disseminar know-how de fabricação do calçado por amplas camadas da classe trabalhadora; ao facilitar o acesso à concepção de modelos, design e materiais num ambiente produtivo no qual as condições de estabelecimento por conta própria são favoráveis, o “turbilhão da reestruturação” também gerou uma multidão de novos competidores. Não é por acaso que quase dois terços dos empresários surgidos a partir de 1990 tem origem operária.

Pesquisa realizada por um dos autores entre 2005 e 2008¹² demonstrou que no caso dos industriais calçadistas de Franca 60% exerceram funções manuais anteriores ao estabelecimento como empresário e mais de 50% continuam ainda exercendo tais funções. Há que se ressaltar também a coincidência observada nos resultados acerca do percentual de empresários que não possuem curso superior: igualmente 60%. Nesta mesma pesquisa nada menos de 3/4 dos empresários (76,7%) declararam ter trabalhado no processo produtivo de sua empresa quando da fundação, e mais da metade (54,2%) afirmou que ainda realizam alguma função desse tipo. Tais informações são elucidativas do fato de que parte significativa do segmento empresarial ligado à atividade de fabricação de calçados em Franca não possui o perfil do empresário predominante no cenário do capitalismo atual, marcado pela prevalência dos shareholders e pela visão dominante do privilégio da liquidez (GRUN, 1999). Pelo contrário, em boa parte das entrevistas realizadas com membros desse grupo social a origem no “chão da fábrica” é questão que se destaca.

A fala da maioria dos entrevistados confirmam que tal dinâmica é bastante comum entre os industriais locais. O empresário Floriano¹³, hoje proprietário de fábrica com 140 funcionários e produção diária de 1.600 pares, declarou o seguinte sobre o início das atividades de sua empresa: “na realidade no começo quem fazia o papel de empregado era eu, que começava às cinco da manhã e parava por volta das dez, onze da noite. Conseguia produzir, a partir da montagem, em torno de vinte e quatro pares por dia de botina”. De igual modo, Borges, cuja fábrica possui atualmente 30 funcionários e produz 350 pares/dia, ressalta que quando da fundação “produzia-se 12 pares/dia sem nenhum funcionário, trabalhando somente à noite”. Hipólito, cuja empresa conta atualmente com 150 funcionários e produz 1.200 pares/dia, também destaca início semelhante: “a fábrica comecei fabricando cintos, na garagem da casa de minha mãe, sendo que há oito anos atrás comecei a fabricar calçados femininos”.

Entendemos, a essa altura, que fica patente a necessidade de abandonar a ficção de uma divisão dicotômica de classes nas formações sociais capitalistas, com renovada urgência teórica e política. Afinal, quem são todas essas pessoas geradas pelo capitalismo a um ritmo cada vez mais acelerado, que são separadas dos meios de produção, forçadas a vender sua força de trabalho em troca de salário e que, contudo, não trabalham, vivem, pensam e agem realmente como proletários. Considerar todas as classes, menos o proletariado e a burguesia, como ascendentes ou descendentes em relação a esses pólos básicos no decorrer da história do capitalismo parece não se constituir a alternativa única.

Nesse intento de pensar sobre a dinâmica das classes, temos que abordar algumas orientações de Pierre Bourdieu¹⁴, que faz uma crítica das construções teóricas sobre as classes sociais, principalmente a marxista, descrevendo, por sua vez, o campo social como um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes. Bourdieu entende que se pode representar o mundo social em forma de um espaço (de várias dimensões) construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição construídos pelo conjunto das propriedades que atuam no universo social considerado. Os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas posições relativas neste espaço. Cada um deles está acantonado numa posição ou numa classe, que precisa de posições vizinhas. Na medida em que as propriedades tidas em consideração para se construir este espaço são propriedades atuantes, ele pode ser descrito também como campo de forças, quer dizer, como um conjunto de relações de força objetivas impostas a todos os que entrem nesse campo e irredutíveis às intenções dos agentes individuais ou mesmo às interações diretas entre os agentes. As propriedades atuantes, tidas em consideração como princípios de construção do espaço social são as formas de poder ou de capital que ocorrem nos diferentes campos. A posição de um determinado agente no espaço social pode assim ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, quer dizer, na distribuição dos poderes que atuam em cada um deles, seja, sobretudo, o capital econômico – nas suas diferentes espécies –, o capital cultural e o capital social e também o capital simbólico, geralmente chamado de prestígio, reputação, fama, etc. que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital.

Assim, nessa perspectiva, para Bourdieu, com base no conhecimento do espaço das posições, pode-se recortar classes no sentido lógico do termo, quer dizer, conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm com toda a probabilidade, atitudes e interesses

¹² BARBOSA, A. de S. (2005-2008) Novos Empreendedores na Indústria do Calçado: Formação Social e Ação Empresarial (1990-2005). Programa de Apoio a Jovens Pesquisadores em Centros Emergentes: FAPESP.

¹³ Os nomes foram modificados a fim de resguardar a identidade do entrevistado.

¹⁴ BOURDIEU, P. (2003) Espaço social e gênese das ‘classes’. In. O poder simbólico. (Tradução de Fernando Tomaz) 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhantes. Observa-se que a classe no papel, como sugere Bourdieu, tem a existência teórica, enquanto produto de uma classificação explicativa. Não é realmente uma classe, uma classe atual, no sentido de grupo e de grupo mobilizado para a luta. Em outras palavras, poder-se-ia dizer que é uma classe provável, enquanto conjunto de agentes que oporá menos obstáculos objetivos às ações de mobilização do qualquer outro conjunto de agentes.

Assim sendo, Bourdieu (p.137) sustenta que as classes que podemos recortar no espaço social (por exemplo, por exigências da análise estatística que é o único meio de revelar a estrutura do espaço social) não existem como grupos reais embora expliquem a probabilidade de se constituírem em grupos práticos, famílias, clubes, associações e mesmo “movimentos” sindicais ou políticos. O que existe, é um espaço de relações o qual é tão real como um espaço geográfico, no qual as mudanças de lugar se pagam em trabalho, em esforços e sobretudo em tempo. (ir de baixo para cima é guindar-se, trepar e trazer as marcas ou estigmas desse esforço). Não é por coincidência com certeza, aproveitando a reflexão de Bourdieu, que praticamente em todos processos trabalhistas levantados e analisados nessa pesquisa, as diferentes e variadas categorias e funções no universo produtivo do calçado são representadas pelo termo sapateiro. Ser sapateiro e estabelecer-se sapateiro necessita de uma história de esforços de diversas naturezas que proporcionam, a um só tempo, a valorização simbólica da profissão e a possibilidade de ocupar novas posições nesse abstrato e rico espaço de relações.

É pertinente considerar que o mundo social, por meio das propriedades e das suas distribuições, tem acesso, na própria objetividade, ao estatuto do sistema simbólico. O espaço social e as diferenças que nele se desenham “espontaneamente” tendem a funcionar simbolicamente como espaço dos estilos de vida, isto é, de grupos caracterizados por estilos de vida diferentes. Nesse sentido, é importante reforçar que uma classe não é sinônimo de um coletivo homogêneo e fechado, mas sobretudo a classe passeia ou paira no âmbito do espaço das relações, não somente sociais e econômicas, mas também culturais e simbólicas e, que por isso mesmo, buscam uma distinção inerente à sua condição.

Ser sapateiro, ser reconhecido por todos, eis a faceta desse capital simbólico, que impõe uma instância oficial, sendo o título profissional uma espécie de regra jurídica de percepção social, um ser-percebido que é garantido como um direito. Este é um capital simbólico não apenas institucionalizado, mas legítimo.

Do ponto de vista científico, Bourdieu sustenta que o estudo deve ter em vista estabelecer um conhecimento adequado não só do espaço das relações objetivas entre as diferentes posições constitutivas do campo mas também das relações necessárias estabelecidas, pela mediação dos habitus dos seus ocupantes. Por outras palavras, a delimitação objetiva de classes construídas, quer dizer, de regiões do espaço construído das posições, permite compreender o princípio e a eficácia das estratégias classificatórias pelas quais os agentes têm em vista conservar ou modificar este espaço – e em cuja primeira fila é preciso contar a constituição de grupos organizados com o objetivo de assegurarem a defesa dos interesses dos seus membros.

De maneira sofisticada Bourdieu argumenta que o modo de existência daquilo a que hoje se chama, em muitas sociedades (com variações, evidentemente), “classe operária” ou “classe burguesa” é perfeitamente paradoxal: trata-se de uma espécie de existência em pensamento, de uma existência no pensamento de uma boa parte daqueles que as taxinomias designam como operários, mas também no pensamento dos ocupantes das posições, mas afastadas destes últimos no espaço social. Esta existência reconhecida quase universalmente se assenta ela própria na existência de uma classe operária em representação, quer dizer, de aparelhos políticos e de porta-vozes permanentes vitalmente interessados em crer que ela existe e em fazê-lo crer tanto aqueles que a ela pertencem como aqueles que a rejeitam, capazes de fazer falar a “classe” – e de uma só voz –, de evocar, como se evocam os espíritos, de a invocar, como se invocam os deuses e os santos patronos, e até mesmo de a exibir simbolicamente através da manifestação, espécie de aparato teatral da classe em representação, com o corpo da sua existência – siglas, emblemas, insígnias – por um lado e, por outro, a fração mais convicta dos crentes que, pela sua presença, permite que os representantes detêm a representação da sua representatividade. Esta classe operária como “vontade e representação” – segundo famoso título de Shopenhauer – nada tem da classe em ato, grupo real realmente mobilizado, que a tradição marxista evocava. Mas nem por isso ela é menos real, embora a sua realidade seja aquela realidade mágica que (seguindo Durkheim e Mauss) define as instituições como ficções sociais. Esta classe, verdadeiro corpo místico, criada à custa de um imenso trabalho histórico de invenção teórica e prática – a começar pelo próprio Marx –, incessantemente e sem fim que são necessários para produzir e reproduzir a crença e a instituição que garante a reprodução da crença, existe no corpo de mandatários – e por meio delo –, os quais lhe dão uma palavra e uma presença visíveis, existe na crença na sua existência que este corpo de plenipotenciários consegue impor, pela sua existência e pelas suas representações, na base das afinidades que unem objetivamente os membros da mesma “classe no papel” como grupo provável.

As classes são formadas no decorrer de lutas, que essas lutas são estruturadas por condições econômicas, políticas e ideológicas sob as quais ocorrem, e que essas condições objetivas (simultaneamente econômicas, políticas e ideológicas) moldam a prática de movimentos que procuram organizar os operários em uma classe. Assim, as classes não são um elemento anterior à história das lutas concretas. A realidade social não se evidencia diretamente por intermédio dos nossos sentidos é na esfera da ideologia que as pessoas tomam ciência das relações sociais. Aquilo em que passam a acreditar e o que fazem é efeito de um longo processo de persuasão e organização por for forças políticas e ideológicas engajadas em numerosas lutas pela realização de seus objetivos. As divisões sociais, a experiência da diferenciação social, nunca se manifestam diretamente à nossa consciência. As diferenças sociais adquirem a condição de divisões em consequência de lutas ideológicas e políticas. A luta ideológica, na definição das classes, é uma luta a respeito de classes antes de ser uma luta entre classes.

Consideramos que “classe” é o nome de uma relação. A experiência imediata das relações sociais, aquela baseada na renda, caráter do trabalho, lugar no mercado, prestígio das ocupações, por exemplo, não se transforma por si mesma em identificação coletiva, pois é mediada pelas práticas ideológicas e políticas dos movimentos engajados no processo de formação de classes. Por isso mesmo acreditamos que ser sapateiro, está permeado de uma nuance que se revela rica de um capital cultural e simbólico que de tempos em tempos pode ser valorizada ou mesmo desprezada. Portanto, a classe não existe, está também no momento e no âmbito do universo produtivo. Isso é muito mais pertinente, considerando o exemplo de Franca, cujo movimento de classe inicia-se, em boa medida, na própria casa.

Reforça a interpretação dessa origem a constatação de que, de acordo com a pesquisa realizada, em 70% dos casos o pai do empresário completou apenas o ensino primário. Suas falas também dão a dimensão do quão enraizada nos estratos inferiores são as suas origens sociais. Vejamos alguns casos:

Meus pais trabalharam na lavoura até virem para a cidade. Na cidade meu pai foi carroceiro, depois servente de pedreiro até se aposentar. Minha foi lavadeira de roupas até quando sua saúde permitiu. Meu pai cursou apenas até o terceiro ano primário da época, já minha mãe é analfabeta (Depoimento: Antunes, 2006).

Minha família era da zona rural de Franca, tendo vindo para a cidade, quando eu tinha aproximadamente 2 anos de vida, meus pais com curso primário, ele se estabeleceu como barbeiro, onde com a ajuda de minha mãe que lavando roupas para outras famílias e depois trabalhando como balanceira de sola e fazedeira de tacão, (salto de sola) (Depoimento: Esteves, 2006).

Pai pedreiro, mãe do lar. Viemos da vida rural para a vida urbana. Família pobre e numerosa (Depoimento: Floriano, 2006).

Diante desse quadro, é imperativo a construção de mediações que tentem captar a natureza desses atores sociais além das disposições idealizadas, ou seja, como conjectura de pensamento. As considerações aqui realizadas dão margem à compreensão de um ator social híbrido, cujo habitus da condição operária parece não ter se apagado na nova condição social de empresário. Ao pensar sobre o porque que esse espírito operário, do ser sapateiro, perpassa a dinâmica das classes, descobre-se que não dá para medir o esforço histórico dessas pessoas, seus sonhos e ansiedades, de compreender todo mecanismo que constrói gerações de sapateiros na cidade de Franca.

Referências

- BARBOSA, A. de S. (2006). *Empresário Fabril e Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Hucitec: FAPESP.
- BARBOSA, A. de S. & MENDES, A. M. (2003) *Capital, trabalho e formação da classe na indústria de calçados*. Políticas Públicas e Sociedade. V1, n. 5, 63-71.
- BAUMAN, Z. (2001) *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BERMAN, Marchal. (1986) *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia das Letras.
- BOURDIEU, P. (2004) *Espaço social e gênese das «classes»*. In. *O Poder Simbólico*. 7a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- COSTA, A. B. da. (1993) *Competitividade da indústria de calçados: nota técnica setorial do complexo têxtil*. In. COUTINHO, Luciano G. et alii (Coords.). *Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira*. Campinas, SP: FECAMP: MCT: FINEP: PADCT, p. 01. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/publi/Compet/Default.htm> (Acesso em março/2001).
- GORZ, A. (2005) *O Imaterial: Conhecimento, Valor e Capital*. São Paulo: Annablume.
- GRÜN, R. (1999) *Modelos de empresa, modelos de mundo - sobre algumas características culturais da nova ordem econômica e da resistência a ela*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14 (41), 121-140.
- HARVEY, D. (1995) *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola.
- HOBBSBAWM, E. J. (1979) *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MARX, K. & ENGELS, F. (1980) *Manifesto Comunista*. Trad. Maria Arsênio da Silva. São Paulo: CHED.
- POULANTZAS, N. (1978) *As classes sociais no capitalismo hoje*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- PRZEWORSKI, A. (1989) *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo: Cia das Letras.
- REICHERT, C. L. (2004) *A evolução tecnológica da indústria calçadista no sul do Brasil*. In. COSTA, A. B. da & PASSOS, M. C. (Orgs.). *A Indústria Calçadista no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 51-68.
- SARAMAGO, J. (1982) *Levantado do Chão*. São Paulo: DIFEL.
- SORJ, B. (2001) *A Nova Sociedade Brasileira*. 2a. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- THOMPSON, E. P. (1987) *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- VAKALOULIS, M. (2003) *O Capitalismo Pós-Moderno: Elementos para uma Crítica Sociológica*. Lisboa: Campo da Comunicação.
- WEBER, M. (1983) *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira.

Rolo compressor e água da fonte: jovens, reprodução e técnicas de subjetivação capitalísticas contemporâneas

Igor Vinicius Lima Valentim¹

Resumo: Setembro de 2006. Sala de reuniões de uma das maiores empresas norte-americanas. Durante uma conversa com os mais novos contratados da companhia, cerca de vinte universitários recém-formados em instituições ‘de prestígio’, o presidente da corporação discursa sobre a necessidade de que os novos colaboradores tenham foco nos resultados. Ressalta também a importância de que estes ‘talentos’ entendam a necessidade de serem ‘rolos compressores’. Posteriormente, uma alta executiva da área de recursos humanos discorre sobre a necessidade de que os mesmos funcionários se comportem como a água, ou seja, que mantenham suas propriedades enquanto se moldam às mais diferentes situações.

Por meio da análise da cena acima exposta, este artigo busca investigar as técnicas e os processos de subjetivação inferidos a partir dela, os quais se propagam e se naturalizam rapidamente nos injustos e discrepantes cenários da contemporaneidade.

Algumas observações iniciais

Não desejamos apresentar ao leitor um guia de como ler este texto, mas julgamos interessante fornecer, de início, alguns detalhes a respeito de como ele está construído.

Primeiramente, consideramos pertinente alertar quanto as inúmeras limitações deste trabalho. Aos olhos de alguns, ele pode ser considerado como ‘não-científico’ ou ‘não-acadêmico’², a começar pela maneira como foi redigido. O leitor não encontrará, neste texto, a estrutura acadêmica ‘padrão’³, a qual tem sido produzida e reproduzida ao longo de milhares de artigos teórico-empíricos escritos e publicados nas Ciências Sociais e Humanas.

Consideramos que um texto, como o aqui apresentado, é um ato político e, conseqüentemente, os procedimentos metodológicos utilizados em sua construção devem ser criados/escolhidos com a finalidade de dar suporte aos posicionamentos políticos, éticos e estéticos dos seus autores.

Dito de outro modo, antes de pensarmos que o texto deve ser adequado a estruturas de argumentação e organização pré-existentes, nossa concepção de rigor acadêmico e científico é aquela que considera que a redação e a estruturação do texto devem ser elaboradas das maneiras que melhor se mostrarem aptas a potencializar os efeitos de invenção, questionamento e reflexão nos leitores. Ou seja, consideramos que um texto com rigor acadêmico e científico deve buscar aumentar a potência dos leitores para a invenção.

Este texto pode mesmo não ser considerado como acadêmico ou científico pelo leitor mais crítico devido aos poucos argumentos aqui apresentados. Entretanto, em nada esta rotulação nos preocupa a partir do momento em que o texto consiga, em maior ou menor grau, atingir (e ultrapassar) sua missão principal de ser um veículo de afetos, afetando, desassossegando e questionando os leitores a partir de sua leitura.

Ademais, este artigo não tem o objetivo de apresentar verdades. Os leitores podem e devem duvidar até mesmo das análises apresentadas pelo autor, já que ela é apenas uma das múltiplas possibilidades a serem pensadas e sentidas a partir da cena narrada.

Nesse sentido, após estes breves comentários, narramos uma cena não com o intuito de servir de contemplação aos leitores, mas de levá-los a vivê-la de outros modos, de afetá-los. Esta cena foi vivida pelo autor deste trabalho e é fruto de observação participante. Os nomes de pessoas, empresas e datas sofreram pequenas mudanças para preservar o anonimato, sem que fossem comprometidos os fins didáticos e principalmente políticos associados aos objetivos deste trabalho.

A cena descrita a seguir foi ‘gravada’ em uma grande corporação estadunidense que se intitula provedora de produtos e serviços nas áreas de alimentação, agricultura, energia e gerenciamento de risco. Duas observações mostram-se necessárias neste ponto do trabalho: a) para efeito de toda e qualquer referência à citada empresa, atribuímos a ela o nome fictício Beta; b) partindo-se do fato que este trabalho visa discutir, em grande medida, sobre técnicas e ferramentas contemporâneas utilizadas nos processos de subjetivação, a cena é apresentada com tempo verbal conjugado no presente.

Cena 1: sala de reuniões

O conglomerado empresarial Beta é composto por mais de cento e cinquenta mil empregados e está presente, hoje, em sessenta e sete países. Durante o ano de 2007, suas receitas aproximadas totalizaram cerca de cento e vinte bilhões de dólares, com um lucro superior a US\$ 3,5 bilhões. Com relação à magnitude desses números, a receita de Beta, apenas em

¹ Igor é um dos organizadores do livro *Residência Solidária UFRGS: vivência de universitários com o desenvolvimento de uma tecnologia social*, publicado pela Editora da UFRGS, em 2006. Mestre em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutorando em Sociologia Econômica e das Organizações pela Universidade Técnica de Lisboa, Igor é membro associado dos grupos de pesquisa SOCIUS (Universidade Técnica de Lisboa, Portugal) e ECOSOL CES (Universidade de Coimbra, Portugal). Contato: valentim@gmail.com.

² Trabalhos científicos e trabalhos acadêmicos são considerados sinônimos para a finalidade desta explicação e, portanto, os termos são utilizados de modo intercambiável no escopo deste artigo.

³ Geralmente estruturada como ou semelhante à: resumo-introdução-problema-referencial teórico-pesquisa de campo-análise-conclusão.

2007, corresponde a uma quantia maior do que a soma de todos os bens e serviços produzidos no Chile, com seus mais de dezesseis milhões de habitantes, no mesmo período. Representa, ainda, mais do que a soma daquilo que é produzido em um ano na Ucrânia e na Bulgária juntas (Banco Mundial, 2008), países que congregam mais de cinquenta e cinco milhões de habitantes.

Setembro de 2006. Sala de reuniões da Beta localizada nas dependências da matriz de uma de suas diversas empresas no Brasil, esta adquirida há menos de um ano. O encontro, previsto para começar pontualmente às oito da manhã, conta com a participação de todos os diretores da companhia, bem como de seu presidente para a América Latina. O evento tem como principal objetivo dar as boas-vindas e conversar melhor com os vinte e cinco novos contratados: os trainees⁴.

Todos os novos funcionários têm entre 22 e 29 anos de idade e são recém-graduados ou pós-graduados há menos de dois anos em universidades ‘de prestígio reconhecido’. Levando-se em consideração que esta foi a primeira vez que Beta realizou um processo seletivo para a contratação de trainees, essas vinte e cinco pessoas representam os escolhidos pela companhia dentre os quase dez mil candidatos inscritos a um posto de trabalho dentro do escopo do referido programa.

Sentados em forma de círculo em um amplo e bem iluminado auditório, os executivos de Beta falam de forma recorrente sobre a suposta felicidade com que a empresa recebe os novos funcionários, depois de um processo de seleção que durara mais de três meses. É lembrado aos novatos o quanto a empresa os considera privilegiados por terem sido escolhidos dentre tantos outros. Não faltam elogios nem tão pouco comentários referentes às possibilidades de que alguns, dentre os vinte e cinco jovens, em um médio espaço de tempo (algo em torno de quatro a seis anos), se transformem em futuros gestores da empresa.

De forma quase ensaiada, a cada alto executivo que discursa, é construída a idéia de que aqueles novos funcionários que ali se encontram, possuem uma carreira promissora dentro da empresa, desde que realizem um bom trabalho. Nas palavras de Pablo⁵, um dos diretores da Beta: “escolhemos vocês dentre mais de nove mil candidatos desse Brasil, e agora cabe a vocês mostrarem porque estão aqui. Demos a chance, estamos apostando em sangue novo e vamos investir em vocês. Daqui em diante, pra crescer, só depende de cada um de vocês fazer um bom trabalho”.

Lênio, presidente da corporação, foi o último a se apresentar, e não tardou a expressar, com auxílio de seu jargão corporativo, o que espera dos novos empregados: “tem que ter foco nos resultados”. A que tipo de resultados ele se refere, não parece ficar claro no primeiro momento, mas com o transcorrer da apresentação, não é difícil imaginar que sejam resultados financeiros, ou seja, lucro, já que é enorme a quantidade de slides sobre quantias relacionadas a receitas, despesas, lucros e prejuízos da empresa nos últimos anos.

Terminada sua apresentação, a qual não durou mais que quinze minutos, Lênio senta-se no círculo com os demais diretores da empresa e os novos trainees, quando então abre o espaço para que estes últimos façam perguntas. Quase sem pestanejar, Ricardo, um dos contratados, ergue o braço e pergunta a Lênio a respeito de dois aspectos mencionados nas apresentações assistidas: O que seria o mencionado ‘bom trabalho’? Como atingir os desejados resultados com foco por meio de um bom trabalho? Lênio se antecipa e, com a palavra, esboçando um suave sorriso no rosto, resume em apenas uma expressão sua resposta: “É pressão, meu amigo. Tem que ser rolo compressor!”

Após mais algumas perguntas, Maria, executiva responsável pela área de recursos humanos, pede a palavra e então passa a discorrer sobre a necessidade de que os funcionários se comportem de forma flexível. Ela lembra a todos que a maioria se encontra agora longe da família, dos amigos, e de tudo o que construiu até então, já que boa parte dos contratados é proveniente de outros Estados brasileiros que não aquele no qual a matriz da empresa se encontra.

Com rosto sério e expressão fechada, ela adverte: “gente, vocês estão aqui longe de família, namorado, amigos, entrando numa empresa e sendo vistos por todos. Têm muita gente que queria estar no lugar de vocês... tem muita gente que tem anos de casa e ganha menos do que vocês, então vocês estarão sempre no aquário. Vão encontrar dificuldades? Sim, vão. Mas o mais importante é que vocês possam tirar o melhor proveito dessas dificuldades e se adaptarem da melhor forma. Costumo dizer que a melhor coisa pro funcionário nesses casos é agir como se fosse água. Sabe água? A água é H₂O, é sempre H₂O, não é? Mas em cada situação ela se molda ao contexto em que você a coloca. Se você a coloca num copo, ela toma a forma do copo. Se você a coloca numa forma de gelo, ela vira uma pedra de gelo. Mas independente disso, ela não perde suas propriedades. A melhor maneira de vocês se darem bem aqui é se comportarem como a água”.

Entre rolo compressor e água? Uma análise da cena 1

Administradores, economistas, engenheiros e contabilistas representam a maioria dos universitários recém-graduados e contratados por diversas empresas privadas dentro do escopo dos mencionados programas de trainee. Curiosamente (ou não), durante os quatro ou cinco anos de duração desses cursos universitários, é ensinado muito pouco

⁴ As seleções para os programas de trainee são geralmente anuais e promovidas com o intuito de contratar jovens com menos de 30 anos de idade que tenham sido graduados há menos de dois anos em ‘universidades de prestígio’. No Brasil, a concorrência em alguns destes processos de seleção chega a ser de mais de mil candidatos por vaga. Os referidos programas possuem duração de seis a vinte e quatro meses e mesclam treinamentos, palestras, formações teóricas e práticas, bem como trabalho árduo e focado em resultados, supostamente com o intuito de formar funcionários do alto escalão de empresas privadas capitalistas. O perfil do candidato desejado, como pode ser inferido, não inclui a necessidade de experiência prévia em outras empresas, para que ele possa ser moldado mais facilmente dentro dos valores que a empresa espera difundir entre seus funcionários.

⁵ Assim como o nome da empresa, todos os nomes de pessoas envolvidas também foram trocados para preservar o anonimato.

além de lições referentes às técnicas mais ‘avançadas’, importadas das supostas melhores escolas do mundo (Valentim, 2008).

Boa parte dos cursos responsáveis pela formação profissional destas pessoas prepara cada vez mais profissionais voltados para o mercado, o mesmo mercado individualista e selvagem que prega valores criadores e aprofundadores da miséria, da competição e de injustiças sociais.

As formações universitárias mencionadas no parágrafo anterior são provavelmente algumas das que mais estimulam seus alunos a reproduzirem a lógica desumanizadora capitalista, hoje amplamente dominante. Desta forma, não é mera coincidência que a grande maioria das vagas de trainees seja preenchida por universitários com estas formações, pois

sabe-se que políticas de subjetivação mudam em função da instalação de qualquer regime, pois estes dependem de formas específicas de subjetividade para sua viabilização no cotidiano de todos e de cada um, onde ganham consistência existencial e se concretizam. Mas no caso específico do neoliberalismo, esta mudança adquire uma importância essencial, pois se situa no próprio princípio que rege o capitalismo em sua versão contemporânea. É que é fundamentalmente das forças subjetivas, especialmente as de conhecimento e criação, que este regime se alimenta, a ponto de ser qualificado como capitalismo cognitivo ou ‘cultural’, o que só hoje, passadas quase três décadas, podemos circunscrever com mais nitidez (Rolnik, 2006b, p. 13-14).

Após passarem por seleções que mais se parecem com verdadeiras batalhas, nas quais produzem e reproduzem imagens de colegas como concorrentes e/ou inimigos, uma enorme legião de jovens é deixada à margem e excluída das tão sonhadas vagas.

Mas este trabalho não está focado em mostrar apenas que vários são deixados de fora, mas busca apontar principalmente como essas vagas passam a fazer parte dos sonhos de tantos jovens. Ao salientar alguns dos expedientes utilizados pelos gestores das empresas no sentido da criação de valores (e sonhos) relacionados com elas, ganham contornos mais nítidos os processos de subjetivação envolvidos.

Quando os executivos da empresa mencionam as diversas etapas e longa duração do processo de seleção dos novos funcionários, simultaneamente ressaltam e estimulam a competição entre eles, caracterizando-os como vitoriosos e privilegiados. Privilegiados por conquistarem a vaga e ‘derrotarem’ tantos milhares? Esse parece ser uma das técnicas utilizadas no sentido da produção e reprodução de processos de subjetivação tanto com o intuito de estimular e naturalizar a competição quanto no de fazer com que os empregados entendam que só terão o emprego enquanto agirem de acordo com os interesses da empresa.

A cena utilizada serve também ao propósito de ampliar a oferta de mundos aos recém-empregados dentro do monopólio estabelecido pelos interesses capitalistas. É vendida a eles a idéia de que podem fazer carreira na empresa, conquistando cargos e salários mais altos, nos quais serão os responsáveis por gerenciar tantas outras pessoas.

Não é difícil notar como, durante esta parte da cena, é desfigurada e reduzida a noção de crescimento, alimentando-se a ilusão de que o ‘crescimento’ das pessoas é sinônimo de subir na hierarquia da companhia e, conseqüentemente, de ter maiores salários e responsabilidades.

Ou seja, para alcançarem o “paraíso na Terra” (Rolnik, 2006b) prometido, no qual o consumo é um dos principais balizadores, basta com que se convertam em reprodutores dos interesses e dos valores expressos pela corporação ou, nas palavras de Pablo, que “realizem um bom trabalho”. E os gestores da empresa não se cansam de dar pistas aos novos trainees sobre o que seria esse ‘bom trabalho’.

Ao mencionarem o quanto empresa investe nas novas contratações, tentam desde o início repassar toda a responsabilidade e pressão por esses recursos para os próprios funcionários, ainda que não mencionem claramente que sua única missão é multiplicar os ganhos financeiros da empresa e que eles apenas permanecerão contratados enquanto trouxerem este tipo de resultado.

Ademais, na medida em que os gestores ressaltam o caráter individual do trabalho na empresa e da avaliação deste trabalho, corroboram ainda mais a competição e atuam no sentido de que estes trabalhadores incorporem e naturalizem a responsabilidade pelos resultados da empresa, bem como o ‘sucesso’ ou ‘fracasso’ das atividades desempenhadas.

É recorrente na cena e explícito nas palavras do presidente da empresa a questão do foco nos resultados financeiros da organização. Amplamente presente nos discursos empresariais contemporâneos, duas questões imediatamente nos atravessam. Primeiramente, é perceptível o utilitarismo presente em tal foco nos resultados quando estes resultados mostrarem-se majoritária e principalmente reduzidos aos resultados financeiros: só fazer o que traz lucro! Em segundo lugar, ao solicitar e reforçar a importância de que os empregados tenham foco nos resultados, mais uma vez a empresa exime-se de responsabilidade, transferindo-as para os próprios funcionários.

Expressão que dá título a este artigo, não poderíamos nos furtar a realizar uma análise sobre a intrigante imagem levantada pelo presidente de Beta quando discorre sobre a necessidade de que o novo contratado aja como um rolo compressor. Com finalidade didática, eis uma das possíveis imagens de um rolo compressor na Figura 1, logo abaixo.



Figura 1 – rolo compressor

O que uma figura como esta inspira? A partir da cena narrada, quando o presidente da empresa diz que os funcionários devem se comportar como verdadeiros rolos compressores, o que isso significa?

Ao relacionar a figura do rolo compressor à pressão que os novos empregados irão enfrentar no cotidiano de trabalho, constrói-se a idéia de que, para se chegar ao foco nos resultados mencionado minutos antes durante a reunião, tudo aquilo que não for direcionado a atingir tais resultados deve ficar em segundo plano. Mais que isso, o rolo compressor pode ser compreendido como uma poderosa metáfora que também dá a idéia de que vale tudo para que se atinja o resultado almejado pela empresa. A figura do rolo traz à mente adjetivos como implacável e forte, passando por sobre tudo aquilo que aparecer no caminho. Mas qualquer meio justifica os fins? E os fins? São inquestionáveis?

A imagem do rolo compressor contribui, também, para estimular a competição em detrimento de um valor como a colaboração. Quando pensamos nas promessas de carreira e ‘crescimento’ feitas aos novos empregados – desde que façam um bom trabalho, é claro -, o rolo compressor associa-se, ainda, ao êxito dos empregados na Beta.

Não podemos nos furtar a ressaltar o caráter do próprio rolo compressor como equipamento não construtivo. Ao contrário, ele é uma ferramenta de destruição, e tem como função esmagar, comprimir, passar por cima de tudo o que encontrar pela frente. Mesmo quando usado na construção de rodovias, sua função é a de nivelar, homogeneizar o terreno, para só então dar lugar à construção, mas uma construção pós-nivelamento, ou seja, posterior ao anestesiamento e/ou destruição da alteridade, do diferente.

A cena narrada mostra que também foram utilizados, pelos gestores da Beta, artifícios com o intuito de relembrar aos novos contratados a separação entre eles e suas respectivas famílias e amigos, tendo em vista que a maioria encontra-se em outros Estados brasileiros que não aqueles nos quais constituíram seus laços afetivos. A partir da mobilização de sentimentos tão íntimos de cada um como a saudade, potencializa-se a fragilidade afetiva dos novos trainees como mais uma forma de tentar com que estes não se esqueçam do ‘ingresso’ que pagam para terem uma chance de acesso ao ‘paraíso’.

Outra imagem marcante expressamente mencionada na narração é a do aquário no qual os novos funcionários se encontram, segundo uma das gestoras da Beta. Quando ela alerta para o fato de que os funcionários mais antigos estarão atentos aos passos dos trainees, a gestora simultaneamente estimula a produção e reprodução de intrigas, competição e desconfiança entre os funcionários da empresa.

Por fim, quando a responsável pela área de recursos humanos⁶ da empresa fala que os funcionários devem se comportar como a água, se moldando às diferentes situações sem perder as suas propriedades (aquelas propriedades que interessam à empresa, claro), mais uma vez fica clara a atuação da gestão da empresa no sentido da construção de subjetividades baseadas no anestesiamento da alteridade e da diferença.

Durante a narração da reunião, é possível notar a venda da idéia que existem paraísos à espera dos novos funcionários, mas com uma singela condição, ‘dançar conforme a música’. Se as sociedades contemporâneas, em grande medida, assim como as sociedades de controle descritas por Lazzarato (2006, p. 101), são caracterizadas pela multiplicação da oferta de ‘mundos’ (de consumo, de informação, de trabalho, de lazer), mas mundos “lisos, banais, formatados, porque são mundos da maioria, vazios de toda singularidade.

Na cena descrita, podemos notar como, ao falar sobre os benefícios e resultados proporcionados pela empresa, são oferecidos mundos aos funcionários, mas com a condição de que realizem um bom trabalho, sem sequer explicar no que isso consiste. Ou seja, reforça-se a oferta de mundos, a promessa de mundos, contribuindo-se desta forma para a construção do ideal destes mundos oferecidos como ‘o paraíso na Terra’ e como sinônimo de sucesso e realização pessoal. Não obstante,

⁶ Recursos Humanos, nome dado à área responsável por ‘cuidar’ dos funcionários em diversas empresas, não deixa dúvidas quanto à maneira pela qual elas tratam esses funcionários: o utilitarismo é a palavra de ordem na medida em que as pessoas são considerados meros recursos.

cultiva-se a idéia da submissão às vontades corporativas como passaporte para este mundo de glamour e para que as pessoas possam conquistar a suposta realização.

Diante desses mundos normalizados, nossa 'liberdade' é exercida exclusivamente para escolher dentre possíveis que outros instituíram e conceberam. Ficamos sem o direito de participar da construção dos mundos, de formular problemas e de inventar soluções, a não ser no interior de alternativas já estabelecidas (Lazzarato, 2006, p. 101-102).

Concordamos com Guattari (1990, p.9) quando ele postula que “dever-se-á admitir que cada indivíduo, cada grupo social, veicula seu próprio sistema de modelização da subjetividade inconsciente, isto é, uma certa cartografia feita de referenciais cognitivos, mas também míticos, rituais, sintomatológicos, a partir da qual ele se posiciona em relação a seus afetos, suas angústias e tenta gerir suas inibições e pulsões de todo tipo” (Guattari, 1990, p. 9). Neste sentido,

“O novo regime ativa o impulso de criação (e não só na arte), mas para instrumentalizá-lo: ao invés do impulso orientar-se pela escuta dos efeitos da alteridade no corpo, de modo a integrá-los à cartografia do presente, ele se orientará desde fora, a partir das imagens de mundos prêt-à-porter veiculadas pela mídia e que respondem exclusivamente às demandas do mercado” (Rolnik, 2008).

Cenas como a descrita neste trabalho permitem-nos compreender que, além do que Rolnik brilhantemente expôs acima, existem esforços dos dirigentes da corporação no sentido de buscar ativamente fazer com os efeitos da alteridade no corpo dos recém-contratados sejam progressivamente anestesiados, tentando fazer com que ações, atitudes, comportamentos e valores desejados pela empresa se tornem naturais para os funcionários.

A partir destas naturalizações e da anestesia aos efeitos, tentamos explicitar aqui alguns dos processos de subjetivação utilizados pelos gestores de Beta nesta empreitada.

Considerações

A sobrevivência da espécie humana na Terra é ameaçada não apenas pelas degradações ambientais, mas também (e principalmente) pela degenerescência do tecido das solidariedades sociais e dos modos de vida psíquica (Guattari, 1990). Neste sentido, concordamos com Guattari (1990, p. 16-7) quando ele afirma que “não se pode conceber uma resposta ao envenenamento da atmosfera e ao aquecimento do planeta, devidos ao efeito-estufa, sem uma mutação das mentalidades, sem a promoção de uma nova arte de viver”.

Cenas como as descritas neste artigo, redigidas a partir de experiências concretas e presenciais se constituem claramente em exemplos do progressivo refinamento das técnicas de subjetivação capitalistas. Se não é novidade que vivemos um capitalismo cognitivo, buscamos mostrar nesse trabalho, a partir de 'exemplos vívidos', que tipo de mecanismos essas técnicas fazem uso para se aperfeiçoarem cada dia mais.

Referências

- Banco Mundial. (2008). Global Purchasing Power Parities and Real Expenditures. Washington: International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank. Disponível em: <http://www.worldbank.org/data/icp>. Acesso em 27 out 2008.
- Guattari, F. (1990). Linguagem, consciência e sociedade. In: Lancetti, A. (Org.). SaúdeLoucura 2. São Paulo: Hucitec, pp. 3-17.
- Lazzarato, M. (2006). As revoluções do capitalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Rolnik, S. (2006b). Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Rolnik, S. (2008). Desentranhando futuros. ComCiência – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, n. 99, 10 jun 2008. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=36&id=423>. Acesso em 15 nov 2008.
- Valentim, IVL. (2008). Gerir para lucrar! O ensino universitário de Administração e a possibilidade de construção de novos mundos. E-cadernos CES, n. 2, dez 2008. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/pages/pt/indice.php>. Acesso em 22 dez 2008.

Incubadora de economia solidária e potencialização do desenvolvimento sustentável e da autonomia das experiências de geração de trabalho e renda em São Borja e na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul¹

Caroline Goerck Goerck
Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA

¹ Artigo desenvolvido por meio de um projeto de extensão comunitária desenvolvido no Campus de São Borja da UNIPAMPA com financiamento do PRONINC-SENAES/TEM e do PROEXT 2008/MEC-SESu.

carolinegoerck@yahoo.com.br

Sheila Kocourek Kocourek
UNIPAMPA
sheilakocourek@unipampa.edu.br

Monique Bronzoni Damascena Damascena
UNIPAMPA
carolinegoerck@yahoo.com.br

Resumo: A assessoria pode ser entendida como uma forma de acompanhamento e monitoramento de uma determinada demanda, em que o assessor normalmente não tem vínculo permanente com o local da prestação e realização desse trabalho. Pretende-se por meio desta atividade de assessoria implantar uma Incubadora de Economia Solidária no Centro de Ciências Sociais – Campus São Borja/UNIPAMPA –, com vistas a potencializar e fortalecer o desenvolvimento sustentável e a autonomia das experiências de geração de trabalho e renda incubadas em São Borja e na região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. Por meio deste projeto de extensão comunitária, que visa a implantação de uma nova incubadora, pretende-se fortalecer e contribuir para o processo de constituição de uma rede que envolva os empreendimentos coletivos, com vistas a incluir os sujeitos que se encontram a margem do mercado formal de trabalho na sociedade. Primeiramente serão quatro experiências incubadas no município de São Borja, posteriormente pretende-se assessorar outros empreendimentos da Região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. Refere-se que por meio do processo de incubação, objetiva-se que os trabalhadores inseridos nos empreendimentos assessorados alcancem uma renda mensal de um salário mínimo. Pretende-se também promover a melhoria na qualidade e condições de vida dos trabalhadores pertencentes às experiências incubadas, que estão em situação de vulnerabilidade social.

Palavras-Chaves: Economia Solidária – Geração de Trabalho e Renda – Assessoria – Incubadora

Introdução

Com a reestruturação produtiva oportunizada por avanços da automação, robótica e micro-eletrônica cria-se uma massa de trabalhadores, considerados “sobrantes²” pelo capital, o que acirra o processo de alienação, a precariedade das condições e relações de trabalho e as desigualdades sociais. Paralelamente à reestruturação produtiva, ocorre o processo de minimização do Estado e o desmonte das políticas sociais públicas, implicando na perda dos direitos sociais adquiridos pela classe trabalhadora. Diante dessa realidade, no final do século XX e limiar do século XXI, ressurgem experiências associativistas e cooperativistas no Brasil e no mundo, como uma das alternativas de geração de trabalho e renda aos trabalhadores, diante do acirramento da questão social³ - entre elas, a falta de empregos formais.

Este artigo tem como finalidade abordar a Economia Popular Solidária como uma das formas de gerar trabalho e renda⁴, num contexto de reestruturação produtiva, bem como aproximar estes empreendimentos coletivos do processo de assessoria que é desenvolvido por meio das Incubadoras de Economia Solidária, principalmente na região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul - Brasil. Num primeiro momento será introduzida a Economia Solidária, bem como as características sócio-econômicas da referida região, para num terceiro momento apresentar a assessoria como uma possibilidade de incubação de experiências de geração de trabalho e renda, para posteriormente introduzir a metodologia utilizada para esta atividade realizada pela Incubadora de Economia Solidária da UNIPAMPA – Campus São Borja. Por último serão tecidas as considerações finais.

A Reestruturação do Capitalismo e a Economia Solidária

O capitalismo vem se reestruturando em âmbito mundial nas últimas décadas (IANNI, 1999). Ainda que atinjam de forma diferenciada os diversos países, setores da economia e empresas, as estratégias utilizadas pelas instituições de poder global do capitalismo nesse processo de reestruturação são as mesmas: incorporação de novas tecnologias, aproveitando-se da terceira revolução industrial técnico-científica, com ênfase nas tecnologias da informação, informática, automação e robotização; adoção de novas formas de organização da produção e do trabalho, mais “flexíveis e adaptáveis” ao mercado; globalização⁵; implementação do referencial teórico neoliberal nas políticas econômicas e sociais⁶; individualização e

² Que não constituem mais o exército de reserva, referido por Marx (MARX, 1988). Ou seja, trabalhadores “desqualificados” ou que mesmo estando “qualificados” ao sistema capitalista, são desnecessários (sobrantes), devido ao avanço da automação, da tecnologia e da robótica. Através da intensificação da mais-valia relativa, a máquina substitui cada vez mais a força de trabalho (REIS, 2002).

³ Questão Social compreendida entre o conflito suscitado entre a compra e a venda da força de trabalho que gera manifestações. Estas manifestações são expressas pela geração de desigualdade, bem como de rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a elas resistem e se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais (IAMAMOTO, 2000).

⁴ Além dos empregos formais e/ou autônomos têm-se também os trabalhos informais em âmbito individual, como por exemplo, os designados “biscates”.

⁵ A globalização, intensificada durante a década de 90 do século XX, é constituída pela: mundialização dos mercados; dinamização do mercado mundial; acumulação flexível; liderança econômica dos grandes bancos e empresas transnacionais; revolução tecnológica; implementação do referencial teórico neoliberal nas políticas econômicas e sociais; subordinação dos países periféricos aos de capitalismo avançado. A intensificação do capital, em âmbito mundial, acarreta a formação da sociedade e da fábrica global, com o rompimento dos mercados nacionais e regionais (IANNI, 1999).

⁶ Com a crise do Welfare State – modelo de Estado que regulava o capital e reproduzia a força de trabalho nos países de capitalismo avançado no século XX –, passa a ser implementado o referencial teórico neoliberal nas políticas econômicas e sociais. Essa política econômica e social tem como medidas: a) o engajamento e a redução das responsabilidades dos Estados diante das sociedades; b) o fortalecimento da liberdade de mercado; c) as privatizações de

Esta nota continua na página seguinte

fragmentação das relações capital e trabalho, ofensiva contra o movimento organizado dos trabalhadores (ANTUNES, 2003), entre outros.

As conseqüências desse processo de reestruturação produtiva para as pessoas que vivem do trabalho têm sido a precarização das condições e das relações de trabalho. Essa precarização expressa uma crescente insegurança dos trabalhadores que se manifesta de diferentes formas: em primeiro lugar, é uma insegurança no mercado de trabalho, dado o desemprego que atinge um número cada vez maior de trabalhadores. Em segundo lugar, é uma insegurança no emprego, em virtude da intensificação no uso de formas vulneráveis de empregabilidade, tais como os empregos de meio expediente, temporários, estagiários, terceirizados. Em terceiro lugar, é uma insegurança na renda, decorrente do aumento do desemprego e das formas vulneráveis de empregabilidade, do descomprometimento do poder público em relação a políticas de emprego e de proteção aos trabalhadores, entre outros. Em quarto lugar, é uma insegurança na contratação do trabalho, dada a tendência de negociação individualizada e promocional que ocorre em detrimento de formas coletivas de negociação, e da reformulação das leis trabalhistas, quase sempre marcadas pela diminuição de direitos sociais e trabalhistas conquistados por meio das reivindicações da classe trabalhadora. Por fim, é uma insegurança na representação dos trabalhadores, resultante do enfraquecimento da capacidade política dos sindicatos destinados à representação dos interesses da classe trabalhadora (MATTOSO, 1999).

Diante desta realidade a situação da população dos países em desenvolvimento tornou-se decadente, pelo aumento da pobreza, da fome, da desigualdade social. Na África, na Ásia ocidental e na América Latina estagnou o crescimento do PIB per capita. No aspecto social, pode-se referir que a maioria dos sujeitos se tornou mais pobre na década de 1980, em que se destaca o crescimento do desemprego na Europa. Quanto às economias do antigo regime tido como “Socialismo Real” ocidental, que continuavam com um modesto crescimento na década de 1980, desabaram completamente em 1989 com a queda do Muro de Berlim, e em 1991, com a desagregação da antiga URSS, extinguindo então o Pacto de Varsóvia e marcando o término da Guerra Fria⁷ (HOBSBAWN, 1995).

Além da “velha pobreza”, formas estocadas de exclusão social nos países periféricos, representada pelos pobres, miseráveis, mendigos, pedintes, indigentes subnutridos e segmentos sociais subalternizados (idosos, mulheres, deficientes, negros, índios); com a reestruturação produtiva surge tanto nos países centrais, como também nos periféricos, outra forma de exclusão social, nomeada de “nova pobreza” (REIS, 2002). Essas novas exclusões sociais, que atingem tanto os países periféricos como os centrais, são originárias do desemprego estrutural e de suas manifestações, compreendidas como, exclusão de bens e serviços, exclusão do mercado formal de trabalho, exclusão da terra, exclusão da segurança, exclusão dos direitos humanos (REIS, 2002).

Mas, é importante ser ressaltado à preocupação da sociedade contemporânea com a existência de modelos de desenvolvimento social que reduzam as desigualdades sociais⁸. “As diferentes regiões do globo estão agora mais estreitamente ligadas do que jamais estiveram, não só nos campos de troca, do comércio e das comunicações, mas também quanto a idéias e ideais interativos, entretanto, vivemos igualmente em um mundo de privação, destituição e opressão preocupantes” (SEN, 2000, p. 9).

Frente a este contexto social e econômico, os empreendimentos coletivos de geração de trabalho e renda, que agregam a Economia Popular Solidária no Brasil, tornam-se relevantes no término do século XX e início do XXI, face à crescente precarização do mundo do trabalho e ao desemprego, constituindo-se também numa das formas de resistência dos sujeitos às manifestações da questão social. Por outro aspecto, pode-se referir que estas experiências são formas de absorção dos trabalhadores pelo próprio capital, na medida que estes empreendimentos coletivos não dão conta da substituição do sistema, apesar de agregarem princípios nos seus processos de trabalho que se diferenciam da lógica do capital⁹. A Economia Popular Solidária é um tipo de empreendimento que está em processo de criação contínuo pelos trabalhadores (SINGER; SOUZA, 2000). Emergente da revolta dos sujeitos diante do sistema capitalista, surge por meio das próprias contradições e dicotomias deste modo de produção.

As experiências de organização econômica que vêm sendo definidas no Brasil como Economia Popular Solidária são muito diversas, bem como originadas de motivações e iniciativas com origens e naturezas distintas (GAIGER, 2000). São materializadas por meio de cooperativas de produção e/ou de consumo; assentamentos de trabalhadores rurais sem-terra; cooperativas de prestação de serviços; clubes de troca; autogestão de empresas falidas; cooperativas de créditos; projetos comunitários de produção de artesanatos, de coleta seletiva e reciclagem de lixo; de confecção de roupas, de fabricação de

instituições e organismos estatais; d) a redução e a extinção do capital produtivo estatal; e) o desenvolvimento de uma legislação “desregulamentadora” das relações de trabalho e “flexibilizadora” dos direitos sociais; f) o enfraquecimento dos movimentos sindicais, entre outros (MATTOSO, 1995). Com este direcionamento, em novembro de 1989 foi realizado nos Estados Unidos da América um encontro designado de Consenso de Washington. Basicamente o Consenso de Washington resultou nas seguintes decisões: redirecionou os gastos públicos em áreas politicamente sensíveis como educação, saúde, assistência social, entre outros; fomentou a liberalização da economia; a unificação de taxa de câmbio a um nível competitivo; restrições comerciais quantitativas; abolição de barreiras; privatização de empresas estatais; abolição de regulamentações que empecem entrada de investimentos estrangeiros; provisão de direitos garantidos de propriedade (setor informal); objetivou a reforma tributária (WILLIANSOM, 2004). O “Estado Mínimo” proposto pelas políticas econômicas e sociais neoliberais, porém, propõe a retirada do Estado dos bens e serviços sociais públicos, e, não em relação ao financiamento do capital, acirrando a questão social e sendo caracterizado então como um “Estado Forte” (DUPAS, 1999) em relação a governança macro-econômica do país.

⁷ Refere-se também, o contraste entre a desintegração das economias soviéticas e o espetacular crescimento da economia chinesa (HOBSBAWN, 1995).

⁸ “No início do século XXI, a soma da riqueza de 0,01% da população é equivalente ao que possuem 50% dos habitantes do planeta” (CATTANI, 2003, p. 9-10).

⁹ Neste estudo não se compreende as experiências de Economia Popular Solidária como uma forma de transcender ou substituir o capitalismo; referencia-se, entretanto, que estes empreendimentos podem representar espaços de resistência e de contestação da classe trabalhadora a este modo de produção.

calçados e de produtos alimentares; associações de pequenos agricultores (acesso ao crédito, produção, comercialização, uso de máquinas) (SINGER, 2000), entre outros.

O crescimento dessas experiências populares não define um espaço de produção e de trabalho homogêneo, integrado e sistêmico. Pelo contrário, predomina a diversidade presente tanto na existência de experiências bem estruturadas (acompanhadas por programas de apoio), e até mesmo incipientes, isoladas e dispersas, quanto nas formas de inserção dos trabalhadores, à relação com entidades de apoio e no modo como organizam a produção e o trabalho (SINGER, 1998). O que une essas experiências é a busca de alternativas de trabalho e de renda, assim como integração econômica, política e social para trabalhadores que já foram excluídos do mercado formal de trabalho ou, então, que ainda estejam inseridos neste mercado, mas de forma precária e insegura.

Estas experiências – associações ou cooperativas –, são originadas entre os próprios trabalhadores, com o apoio de instituições sociais comprometidas com o enfrentamento à exclusão social (igrejas, sindicatos, universidades etc.), que constituem experiências comunitárias, populares e muitas vezes pequenas de geração de trabalho e de renda (SINGER, 1998), bem como referido anteriormente, como uma forma de controle e/ou de absorção do próprio capital sobre os sujeitos. Recebe o apoio de um conjunto de entidades, tais como o Movimento dos Sem-Terra, Central Única dos Trabalhadores, Movimento da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, a UNITRABALHO, várias Universidades Brasileiras que têm criado Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), DIEESE (Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos, Sociais e Econômicos), Cáritas (órgão de Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB), entre outras. Estas instituições e movimentos têm contribuído para a multiplicação de experiências populares de geração de trabalho e renda em todo o País (SINGER, 2000).

Importante realçar, no entanto, que alguns pesquisadores que se ocupam com a reflexão acerca do significado da Economia Popular Solidária têm se esforçado para atribuir a ela um papel mais importante do que de simples paliativo ao desemprego. Nesse sentido, um traço marcante na bibliografia existente sobre a Economia Popular Solidária é a convicção de uma perspectiva “utópica” da mesma, ou seja, de seu caráter emancipatório e transformador das relações de trabalho entre os associados/cooperados. Segundo diferentes enfoques ressalta-se o potencial de construção, a partir dessas experiências, de elementos de uma nova cultura do trabalho, por meio de um processo de “desmercantilização da força de trabalho, por meio de um processo de desalienação do trabalhador com respeito ao produto, ao processo produtivo e a si mesmo como trabalhador, como produtor de conhecimento e de cultura” (TIRIBA, 2000, p. 223).

Nas experiências de Economia Solidária é ressaltado um aspecto transformador, que além de propiciar a integração econômica de trabalhadores e trabalhadoras, estimula alternativas de trabalho e de renda. Essa integração, entretanto, ocorre por meio de um processo construído a partir de referenciais alternativos, bem como pela participação de todos os integrantes do grupo. A necessidade que se busca atender, nesse sentido, é uma necessidade econômica, mas também de mudança, de construção da cidadania. A inclusão dos sujeitos no mercado de trabalho e o aumento da renda familiar fazem com que muitos destes trabalhadores que, possivelmente, se encontram desempregados, saiam de um estágio de agudização da questão social. Estas experiências podem valorizar os sujeitos e o trabalho desenvolvido por eles contribuindo para o possível processo de sua autonomia no mercado de trabalho.

Deve-se destacar que a Economia Popular Solidária não é somente uma expressão dos trabalhadores para evitar a marginalização, o desemprego e a pobreza. Salientando que a economia capitalista não é solidária, pois, a centralidade aparece no capital e no Estado e o trabalho é subordinado e alienado (RAZETO, 1997). A Economia Popular Solidária deve ter como norte as seguintes afirmações: a) solidariedade entre a pobreza contra a pobreza; b) trabalho como atividade central na vida das pessoas; c) novas formas de organização capazes de incrementar riqueza ao trabalho humano e desalienar os trabalhadores; d) modelos de cooperação e de autogestão capazes de desenvolverem forças próprias de resposta à crise econômico-social contemporânea e de transformação econômica-política; e) diretrizes de um desenvolvimento alternativo capaz de dar respostas ao problema da pobreza e da exclusão social; f) diferente concepção de produção, distribuição e de consumo, integrada com o meio ambiente e capaz de superar os graves problemas ecológicos que ameaçam a humanidade; g) ética renovada, capaz de superar o “individualismo e busca sem limite da riqueza material” (RAZETO, 1997, p. 97).

Essa perspectiva “otimista” em relação à Economia Popular Solidária tem sido corroborada por algumas indicações empíricas, construídas a partir de análises de situações concretas de experiências populares de geração de trabalho e renda. Assim, por exemplo, Lia Tiriba, analisando a “cultura do trabalho nos empreendimentos econômicos geridos pelos trabalhadores”, identifica pressupostos emancipatórios como experiências que implicam em relações de produção caracterizadas “pela perspectiva de valor de uso e não de troca, em que o trabalhador recupera o sentimento de produtor e sujeito-criador de si mesmo e da história” (TIRIBA, 2000, p. 223). Uma pesquisa realizada pela autora junto a 61 empreendimentos comunitários na região metropolitana do Rio de Janeiro sustenta sua tese.

A maioria dos empreendimentos pesquisados se caracteriza, segundo a referida pesquisa, não somente pela geração de renda, como também pela “reprodução ampliada da vida” (TIRIBA, 2000, p.229). As organizações pesquisadas, no entanto, revelam uma realidade diversificada, em que nem sempre se observa a formação de uma nova cultura do trabalho. Na verdade, o que se observa são elementos que estão plasmando num processo contraditório, ora afirmando, ora negando aspectos das relações sociais presentes de forma hegemônica na sociedade e no trabalho assalariado. Mesmo as motivações dos trabalhadores, sujeitos dessas organizações, nem sempre estão comprometidas com uma visão alternativa de trabalho, de

produção e de relações sociais, como por exemplo, a auto-ajuda, responsabilidade, solidariedade¹⁰, conscientização¹¹, democracia¹², autogestão¹³, igualdade¹⁴, participação¹⁵, entre os trabalhadores (RECH, 2000).

Em primeiro lugar, o que origina a criação destes empreendimentos é a necessidade, e depois a esperança de organizar o empreendimento de maneira a torná-lo economicamente viável. Para os trabalhadores, os diferentes significados da produção associada não são necessariamente excludentes, pode representar o privilégio de trabalhar perto de casa, principalmente para as mulheres, significando a possibilidade de proteger os filhos pequenos, acolhendo-os no interior do processo de produção ou nas creches improvisadas (TIRIBA, 2000).

A questão é que o crescimento das experiências populares de geração de trabalho e renda no Brasil tem tornado a Economia Popular Solidária uma realidade diversa, nem sempre identificada com compromissos prévios em relação aos ideais projetados por um “conceito de Economia Solidária”. A partir de uma pesquisa realizada em 1993 sobre os Projetos Alternativos Comunitários (PAC) promovidos pela Cáritas no Rio Grande do Sul, Gaiger (2000) indica três tipos de projetos: “projetos assistenciais”, “projetos de promoção humana” e “projetos alternativos”. Os primeiros, segundo o autor, seriam aqueles que “agem para atenuar o grau de miséria e propiciar condições básicas de sobrevivência” (GAIGER, 2000, p. 270), sendo dependentes de agentes externos, de atuação seguidamente paternalista. Os segundos, “projetos de promoção humana” (GAIGER, 2000, p. 271), almejam melhorar as condições de vida dos indivíduos que deles fazem parte. São projetos que, segundo o autor, apesar de valorizarem as pessoas, procurando integrá-las social e comunitariamente, têm limitações no que diz respeito ao desenvolvimento de autonomia dos associados (para administrarem por conta própria os empreendimentos) e no que diz respeito à produção, pois “geralmente dedicam-se a atividades econômicas subsidiárias, não essenciais para a sobrevivência material dos indivíduos” (GAIGER, 2000, p. 271). Assim, somente os projetos alternativos trazem consigo as dimensões de viabilidade, auto-sustentação e continuidade. Ademais, são projetos que “evidenciam qualificação técnica, visão de longo prazo e planejamento, além de posicionamento crítico ante os caminhos por onde anda a sociedade” (GAIGER, 2000, p. 271).

O Governo Federal, com o objetivo de fortalecer e promover empreendimentos solidários e econômicos, visando absorver os trabalhadores não incluídos no mercado formal de trabalho criou, no Ministério do Trabalho e Emprego¹⁶, a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES –, inaugurada em junho de 2003. Na SENAES existe o Programa de Economia Solidária, que objetiva fortalecer as experiências de Economia Solidária como estratégia de enfrentamento ao desemprego e à exclusão social, por meio do Plano Nacional de Qualificação – PNQ.

O Plano Nacional de Qualificação é política pública criada para orientar e elaborar planos, projetos, estratégias, ações promotoras e qualificadoras, voltadas ao fortalecimento da Economia Solidária no país. Pelo PNQ, a Economia Solidária pode ser vista como uma alternativa aos trabalhadores desempregados, como uma forma de auto-emprego coletivo (T319 Termo de Referência em Economia Solidária, 2005). Esta política de Economia Solidária¹⁷, que ainda está em fase de implementação, terá as mesmas características das demais políticas sociais públicas, que são fragmentadas, pontuais, compensatórias, setoriais e paliativas (DAGNINO, 2002). Entretanto, faz-se importante ressaltar a necessidade de incentivo do Estado para o fomento e acompanhamento destes empreendimentos coletivos, devido ao fato de se constituírem como possibilidade de geração de renda¹⁸.

Segundo o documento final da 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária (2006) esta é geradora de trabalho emancipado que opera como uma força de transformação estrutural das relações sócio-econômicas, sendo que o trabalho poderia ser exercido pela livre opção, de acordo com as aptidões do trabalhador, cujo produto seja propriedade do trabalhador. Neste sentido o trabalho constitui-se como exercício de construção do sujeito, de desenvolvimento de suas capacidades físicas, mentais e muitas outras formas de trabalho emancipado. Esse modelo está sendo fomentado pelo Estado nos últimos anos, já sendo conhecido como um novo modelo econômico que gera milhões de reais a cada ano (DOCUMENTO BASE).

¹⁰ Solidariedade refere-se à cooperação, ajuda mútua, reciprocidade de interesses e responsabilidades nas relações de trabalho.

¹¹ Conscientização pode ser compreendida como a descoberta e problematização dos interesses de determinados sujeitos ou grupos sociais, sobre a realidade e sobre o mundo material e concreto (SOUZA, 2004).

¹² Democracia, neste caso pode ser compreendida como uma forma de organização popular, em que as relações entre os sujeitos são estabelecidas pela igualdade e pela participação de todos nas decisões autogestionárias (CARVALHO, 2004).

¹³ Consideram-se os empreendimentos econômicos cuja gestão é exercida democraticamente pelos trabalhadores e que se realiza no mercado. É “o conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um ‘coletivo’. É um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre as pessoas e/ou grupos [...] por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais” (ALBUQUERQUE, 2003, p. 20).

¹⁴ Igualdade está relacionada com o fato de todos os sujeitos serem tratados igualmente, ou seja, da mesma forma, do mesmo modo, sendo que todos usufruem os mesmos direitos e deveres (CARVALHO, 2004).

¹⁵ Participação pode ser compreendida pela mobilização e organização social, capacitação e conscientização dos trabalhadores, sujeitos vivenciadores da experiência, ou seja, integrantes da associação (SOUZA, 2004).

¹⁶ O economista Paul Singer é o atual secretário do Ministério de Trabalho e Emprego.

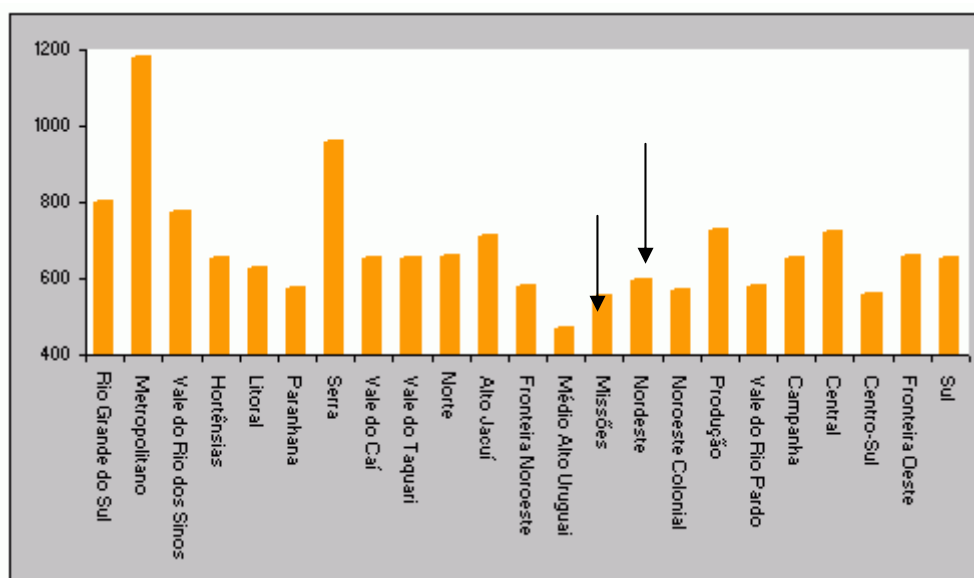
¹⁷ Atualmente no Estado do Rio Grande do Sul, esta política também está em fase de implementação, sendo que está em vigor, em âmbito nacional, o programa de Economia Solidária, vinculado a SENAES, designado à geração de trabalho e renda no Brasil. No Rio Grande do Sul está sendo encaminhado ao Estado um Projeto de Lei de Iniciativa Popular para instituir e promulgar uma Política na esfera estadual de Fomento à Economia Popular Solidária (Panfleto, Iniciativa Popular por uma Lei Solidária). Essa iniciativa foi encaminhada por meio da 1ª Conferência Estadual de Economia Solidária, realizada em Porto Alegre entre os dias 2 e 3 de junho de 2007, devido ao fato de que no ano de 2005 o deputado Elvino Bohn Gass (PT) apresentou à Assembléia Legislativa um projeto de Lei que fomentasse a Economia Popular Solidária, que foi amplamente apoiado pela sociedade e instâncias e/ou instituições (movimentos). Entretanto, naquele momento, o então governador Rigotto vetou o referido projeto.

¹⁸ Por meio do Programa de Mapeamento de Economia Solidária, cada Delegacia Regional do Trabalho – Órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, deve coordenar nos seus respectivos Estados a identificação e cadastramento de empreendimentos de Economia Solidária. Atualmente é esse Programa que está sendo executado nos Estados, pois para poder assessorar empreendimentos coletivos e solidários, faz-se necessário um mapeamento da realidade.

As Características Sócio-Econômicas da Região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul – Brasil

Considerando-se dados obtidos com a Secretaria de Coordenação e Planejamento do Rio Grande do Sul, o Estado contém um contingente de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Em 2004, segundo a Fundação de Economia e Estatística - FEE, o PIB per capita do era de R\$13.320,00 - bem acima da média nacional, de R\$ 9.729,11. Entretanto, estudos indicam a existência de cerca de dois milhões de pessoas pobres vivendo no Rio Grande do Sul. São números expressivos e preocupantes.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE, em 2005, 25,04% das pessoas de dez anos ou mais de idade no Brasil apresentavam rendimento médio mensal de até um salário mínimo, enquanto que no Rio Grande do Sul o valor era de 19,73%. Torna-se óbvio que, para uma família obter um adequado padrão de vida, é importante que ela possa dispor de rendimentos satisfatórios. Este propósito tem relação com os aspectos que envolvem trabalho e rendimento. Para se ter uma idéia da situação estadual, e em especial das regiões do médio Uruguai e Missões, deve-se analisar os dados do Censo 2000, aonde se observa que a distribuição da renda no Rio Grande do Sul ocorre de modo heterogêneo, embora seja possível determinar as áreas com maior incidência de pessoas com rendimentos mais elevados.



Então, considerando as dificuldades de crescimento econômico das cidades da região de abrangência do Centro de Ciências Sociais de São Borja, e de modo especial a própria comunidade são-borjense, com seus aproximadamente 70.000 habitantes, dependentes das atividades econômicas do setor primário ora em fase de estagnação, a constituição de uma Incubadora Universitária do PRONINC seria de grande importância, relevância e significação. Tanto para o atendimento dos interesses acadêmicos da nascente Instituição Universitária quanto para a população em geral, devido ao fato de estar localizado numa região de fronteira, Brasil com a Argentina, além de outras características sócio-econômicas e culturais peculiares desta região.

Há que se considerar a vastidão de demandas sociais urbanas e rurais nos municípios da região, como apontam as estatísticas e estudos sobre àquela realidade, em especial para a população de jovens e adultos que não possuem oportunidades de emprego, e muito menos estão preparados para gerarem renda própria.

A possibilidade de incubação de empreendimentos de cunho social, voltados às populações carentes da cidade e região, seria mais uma importante iniciativa de promoção de inclusão, da qual a Universidade Federal de Santa Maria tem todo o interesse em apoiar através dos seus recursos humanos e infra-estrutura material, na parceria ora estabelecida para a implantação e consolidação da futura Universidade Federal UNIPAMPA. Inclusive, porque a Instituição já possui tradição com uma Incubadora Tecnológica, local, de muitos empreendimentos voltados para iniciantes no setor comercial e empresarial, além da permanente parceria e realização de ações com entidades e projetos de Economia e Cooperativismo Solidário, com destaque às suas Unidades das Ciências Rurais, Tecnologia, Educação e Sociais Humanas.

Na Fronteira Oeste do Estado Rio Grande do Sul, região em que se localiza o Centro de Ciências Sociais de São Borja tem-se uma realidade muito contraditória e vinculada à questão social brasileira. Esta realidade é advinda da desigualdade social existente na referida região, pois possuem uma grande quantidade de terra vinculada aos latifundiários – famílias historicamente tradicionais na região. Sob outro enfoque, constata-se que por ser uma região de fronteira, extremo sul do Brasil, com uma grande extensão de terras destinada ao setor primário, por meio do plantio de trigo e soja, trata-se de uma região estagnada economicamente.

Segundo informações obtidas por meio do Atlas do Rio Grande do Sul, da FEE e do IBGE, a população total da Fronteira Oeste do Estado do Rio Grande do Sul é de 567.587 habitantes, em uma área de abrangência de 6.231,0 Km². A

taxa de analfabetismo segundo o censo de 2000, é de 8,08 % e o coeficiente de mortalidade infantil, no ano de 2006, foi de 18,16 crianças por mil nascidos vivos. O PIB per capita no ano de 2004, na região Fronteira Oeste, foi de R\$ 10.055.

Já no Município de São Borja, localizado nesta região, possui uma área de abrangência de 3.371,051 Km² (latifúndios), sendo que a população está estimada (2006) em 65.226 habitantes. Destes 59.371 habitantes residem no meio urbano e apenas 5.855 habitantes no meio rural (grandes extensões de terra, para poucos sujeitos). Os municípios limítrofes são: ao Norte com as cidades de Garruchos e Santo Antônio das Missões (Brasil); ao Sul, faz fronteira com as cidades de Maçambará e Itaqui; a Leste com as cidades de Itacurubi e Unistalda; e, a Oeste, com a cidade de Santo Tomé na Argentina (divisa demarcada pelo Rio Uruguai). Constituem também municípios da região Santana do Livramento, Alegrete e Uruguaiana.

Quando se referencia dados sócio-econômicos acerca deste município constata-se que os mesmos são alarmantes. o grau de indigência, no ano de 2000 era de 28 mil habitantes – I DS (Índice de Desenvolvimento Social), ou seja, em torno de 40% da comunidade São Borjense, e, 11.246 habitantes recebiam até um salário mínimo. Estes dados contrastam com o PIB per capita do município que é de R\$ 11.686,00 (2004). Essas informações são significativas em relação à acentuada desigualdade estabelecida nesta região e município, pois é análoga a realidade do norte e nordeste brasileiro.

A taxa de analfabetismo em São Borja era em 2000 de 9,04 %, e o coeficiente de Mortalidade Infantil (2006) foi de 17,84 por mil nascidos vivos, ou seja, relativamente grave. Ressalta-se também o antagonismo de renda estabelecida entre mulheres e homens em São Borja, pois as trabalhadoras possuem uma renda média mensal de 370,40 reais; já os trabalhadores possuem uma renda média mensal de 638,06 reais. Esta situação também vai ao encontro do grande número de violência doméstica contra a mulher existente neste município e região, devido as suas peculiaridades culturais e morais. Nesse sentido salienta-se a importância de apoio e incubação à experiências coletivas também desenvolvidas por mulheres.

Esmiuçando o contraste sócio-econômico existente em São Borja, refere-se o fato de que 582 habitantes possuem um rendimento nominal mensal de 20 salários mínimos (2001); sendo que no antagonismo desta realidade, estima-se que pelo menos 22.150 habitantes não possui rendimento nominal mensal algum (2001).

Diante destes dados apresentados e significativos acerca de São Borja e da Região Noroeste, salienta-se a necessidade e relevância de projetos de extensão que objetivem a inserção sócio-econômica destes sujeitos, com vistas à garantia dos mínimos sociais necessários para uma vida digna e para a melhoria da qualidade de vida destas famílias.

Ressalta-se também a importância da criação de uma incubadora de Economia Solidária que vise à geração de trabalho e renda de forma integrada e coletiva junto aos segmentos sociais que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Neste sentido salienta-se a necessidade da colaboração do PRONIN, da FINEP e da SENAES e demais órgãos públicos, para auxiliar o Centro de Ciências Sociais – UFSM –, no processo de incubação de empreendimentos já existentes na região, bem como para a criação de novas experiências de geração de trabalho e renda, pois se enfatiza à acentuada desigualdade estabelecida nesta região e município, pois são análoga a realidade do norte e nordeste brasileiro.

O Centro de Ciências Sociais está em fase de implantação e seu quadro docente ainda é diminuído, sendo assim, ainda há poucas experiências de extensão, no entanto o esforço para constituir o tripé desejável do ensino superior tem apontado para tais projetos: salienta-se que se pretende vincular a Incubadora Social com os projetos de extensão do Centro de Ciências Sociais – Campus São Borja, seja com os dois projetos já existentes, ou por meio da criação de novos, bem como com a Incubadora Tecnológica de Santa Maria. Pretende-se então consolidar a Incubadora como uma prática de extensão, de pesquisa e de ensino, ou seja, um meio de produzir novos conhecimentos acerca da realidade local, regional, bem como sobre a Economia Solidária e novas Metodologias de Incubação.

Outro aspecto que se salienta é referente à preocupação do Centro em gestionar projetos de extensão que visem à inclusão social e a cidadania da população. Neste sentido, salienta-se novamente a relevância de implantação de uma nova Incubadora Universitária de Economia Solidária no Centro de Ciências Sociais, enquanto um elemento fundamental para o desenvolvimento sustentável da região, bem como para o fomento da autonomia das experiências incubadas.

Processo de Assessoria por meio da Incubadora de Economia Solidária da UNIPAMPA – Campus São Borja/RS-Brasil

Diante do interesse do Governo Federal inserir/contemplar nas novas Universidades Federais um público que possua também baixos rendimentos familiares (que é o caso do Centro de Ciências Sociais em São Borja), percebeu-se da importância e relevância de implantar uma Incubadora de Economia Solidária no referido Centro. Pois, na região da Fronteira Oeste há muita desigualdade social, sendo que no município de São Borja o índice de indigência chega a 40% da população, ou seja, grande quantidade de sujeitos em situação de vulnerabilidade social.

No que se refere ao trabalho que é desenvolvido por intermédio das incubadoras universitárias, pode-se salientar que o mesmo, objetiva a conciliação entre o saber popular e o saber técnico científica. Ou seja, a Incubadora visa assessorar técnica, administrativa, e politicamente, de forma integrada e contínua (EID, 2004), as experiências coletivas de geração de trabalho e renda, designadas de Economia Solidária, bem como os seus integrantes. Objetiva incubar/assessorar as EES com vistas a fortalecê-las e potencializá-las de forma que adquiram autonomia econômica e social, contribuindo também ao desenvolvimento sustentável local e regional, transformando possivelmente esta realidade.

Outro aspecto preponderante é a conciliação da pesquisa, do ensino e da extensão nas Incubadoras Universitárias. Pois para a elaboração de sistematizações sobre a metodologia de incubação, faz-se necessária a conciliação destes três elementos, sendo que um complementa o outro, principalmente no que se refere às Universidades Federais.

As incubadoras universitárias constituem-se em espaços de produção de conhecimento, ou seja, de pesquisa, ensino e extensão, em que os pesquisadores e demais profissionais desenvolvem estudos sobre as comunidades e sujeitos incubados, sobre procedimentos e metodologias de incubação, e, bem como sobre a Economia Solidária como um todo.

Além da produção de conhecimento a incubadora tem como intencionalidade também apoiar e participar da realização dos fóruns de Economia Solidária em âmbito local e regional e dos Fóruns estaduais e nacional. Refere-se que é muito importante a divulgação da Incubadora, dos Fóruns e da Economia Solidária, seja por meio de apresentações de trabalhos, seja pela sistematização da metodologia utilizada para o processo de incubação, pelos boletins informativos e demais divulgações na mídia.

O Fórum na região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul surgiu em outubro de 2006, sendo que o mesmo ainda está em fase de estruturação. Atualmente participam do deste Fórum Regional apenas os municípios de Santana do Livramento, Alegrete, Uruguaiana e São Gabriel. Na referida região, há dificuldades de efetivação do Fórum Regional devido ao fato da distância entre um município e outro, chegando a 100 km. Outro aspecto que dificulta a legitimação do Fórum de Economia Solidária é o conservadorismo da região, ou seja, grandes dimensões de terras destinadas aos latifundiários (desencadeando a estagnação econômica e a exacerbada desigualdade social). Também se refere o não apoio das instituições públicas locais e regional, realidade esta preocupante devido depressão econômica e social que a região se encontra. Neste sentido, refere-se que o Fórum nesta região ainda não possui visibilidade. Assim justifica-se novamente a importância da criação de uma Incubadora de Economia Solidária em São Borja e na região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, com vistas a desenvolver ações que fortaleçam os Fóruns Locais e o Fórum Regional de Economia Solidária, bem como para a formação de uma rede de apoio aos empreendimentos. Outro aspecto que deve ser salientado é o fato de que a Incubadora nesta região, deverá ser uma forma intermediária de parceria entre as experiências de Economia Solidária e as instituições locais e regionais públicas e da sociedade civil, entre elas as prefeituras municipais.

Neste sentido salienta-se a importância do apoio de agências de fomentos e/ou de órgãos públicos para este tipo de atividade, pois as incubadoras atuam comumente com os sujeitos que vivenciam as manifestações da questão social, e que possivelmente estão em situação de vulnerabilidade social – realidade esta, que está bem presente em São Borja e na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.

O grande objetivo da Incubadora de Economia Solidária é implantar uma nova Incubadora de Economia Solidária no Centro de Ciências Sociais – Campus São Borja–, com vistas a potencializar e fortalecer o desenvolvimento sustentável e a autonomia das experiências incubadas de geração de trabalho e renda em São Borja e na região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.

No que se refere ao processo de incubação junto às experiências de Economia Solidária é ainda um trabalho incipiente, e que não existem formas pré-determinadas de realizá-lo, ou seja, está ainda em fase de elaboração e construção. É por meio da práxis social e do contínuo processo de reflexão crítica sobre o trabalho/assessoria que vem sendo desenvolvido que vão sendo criadas metodologias que abarquem esta demanda, de incubação, que objetiva a autonomia das cooperativas, associações, grupos formais e/ou informações, empresas autogestionárias, entre outros.

A incubação consiste numa assessoria desenvolvida às experiências de Economia Solidária. A assessoria pode ser entendida como uma forma de acompanhamento e monitoramento de uma determinada demanda, em que o assessor normalmente não tem vínculo permanente com o local da prestação e realização desse trabalho. Comumente é solicitada pelos representantes da gestão da experiência coletiva, quando se percebe a necessidade da atuação de profissionais para amparar e/ou solidificar o empreendimento.

O processo de incubação, que envolve a assessoria, segundo Eid (2004), está respaldado em três etapas, a pré-incubação, a incubação e a pós-incubação. Outros autores da temática definem o processo de incubação como algo contínuo, processual e sem etapas. Entretanto, para fins de esmiuçar o processo de incubação, bem como também devido à escassez de produções acadêmicas que abordem com clareza o processo de incubação, utilizou-se o referido autor.

Por pré-incubação podem-se referir o momento em que grupos, associações, cooperativas, ou seja, experiências de Economia Solidária, por meio de seus representantes, solicitam o processo de incubação (seja junto a Incubadora ou por meio do Fórum, e, posteriormente, encaminham à incubadora uma carta simples, porém formal). Num primeiro momento será realizada uma visita à experiência, esclarecendo os integrantes acerca do significado da incubadora, bem como sobre a possível assessoria. Após o comprometimento e interesse da experiência, é desenvolvido um diagnóstico sobre o empreendimento (sua viabilidade econômica, sua forma de organização, caracterização da autogestão e/ou processos de gestão, entre outros), e de seus integrantes. Este trabalho deve ser desenvolvido de forma participativa. Após a elaboração deste diagnóstico são encaminhadas propostas de assessoria/incubação ao empreendimento objetivando a sua sustentabilidade e autonomia. O trabalho deve ser sempre desenvolvido de forma participativa, de modo que desde o princípio da incubação vise à autonomia da experiência assessorada e de seus integrantes. Por meio de utilização de técnicas e instrumentos, para a realização do diagnóstico os assessores terão condições de fazer uma delimitação das necessidades e possibilidades da experiência que solicita a incubação, bem como deverá também trabalhar as expectativas dos trabalhadores destes empreendimentos em relação ao processo de incubação (o que espera do processo, do assessor, o que espera no término do processo de incubação, entre outros).

A incubação terá continuidade – após o aceite das experiências e da incubadora –, por intermédio de um planejamento participativo, que determinará as ações a serem desenvolvidas, tanto pela incubadora como pelas experiências incubadas. Serão desenvolvidas reuniões e demais formas de acompanhamento das experiências de Economia Solidária. Por

intermédio desse acompanhamento contínuo do empreendimento, por assessores técnicos, devem ser desenvolvidas oficinas, e, por vezes, utilizadas dinâmicas de grupo. Nestas oficinas poderão ser trabalhados temas relacionados com as demandas (prioridades) existentes nas experiências; fortalecimento dos empreendimentos e da autonomia dos trabalhadores, enquanto coletivo, visando à promoção da cidadania destes sujeitos; sobre a promoção da participação dos trabalhadores, objetivando a autogestão dos empreendimentos coletivos; oportunizar o processo de conscientização por meio de reflexões acerca da realidade social e econômica (como por exemplo: jovens e maiores de 40 anos excluídos do mercado formal de trabalho - III Revolução Industrial, desemprego -, tudo com uma linguagem simples e de fácil compreensão); proporcionar reflexões e esclarecimentos acerca dos Princípios do Cooperativismo; dar visibilidade ao papel representativo da mulher nos empreendimentos coletivos; incentivar a qualificação profissional (estudo, cursos, palestras) e a participação dos associados em Fóruns e Feiras de representação da Economia Solidária; promover a consciência popular e ecológica (significado do trabalho realizado por eles na sociedade e no meio ambiente), entre outros. Também devem ser desenvolvidas orientações de apoio sócio-familiar e encaminhamento para políticas sociais e públicas.

Após o desenvolvimento desta etapa, além da assessoria administrativa, contábil, ambiental, e demais demandas das experiências, e, com o aprimoramento das mesmas, ou seja, uma maior autonomia do grupo com um processo autogestionado da experiência tem-se o período de pós-incubação. A pós-incubação consiste na realização de ações mais pontuais, a partir das demandas e das necessidades das experiências coletivas. Nesta etapa a incubadora terá um papel de aconselhamento e de proposições de decisões estratégicas, ou seja, conforme a necessidade dos empreendimentos, com vistas a continuar dando um aporte à viabilidade e a autonomia destas experiências que já possuem uma rede bem maior de atuação e aporte. Também se deve realizar um novo diagnóstico das experiências incubadas, que poderá prospectar as ações futuras dos empreendimentos que foram incubados.

Refere-se também que em todas as etapas deverão ser desenvolvidas reuniões de monitoramento e avaliação, ou seja, de uma avaliação crítica do trabalho que vem sendo desenvolvido. Este processo de monitoramento e avaliação será realizado para dar qualidade ao processo de incubação, refletindo sobre quais são os limites do trabalho realizado, e também, sobre quais são as possibilidades e alternativas do mesmo.

Com base nestes procedimentos metodológicos pode-se referir que as Incubadoras Universitárias vêm destacando-se no apoio a experiências de Economia Solidária, pois por intermédio da assessoria prestada a esses empreendimentos, objetiva-se possibilitar a inserção de trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho e promover capacitações visando à organização popular, procurando dar apoio e sustentabilidade a esses empreendimentos, bem como propiciando a autonomia e cidadania destes sujeitos.

Para a sua execução está sendo realizado continuamente pela equipe da incubadora um planejamento preliminar, em que o cronograma das atividades, o quadro de metas e orçamento da proposta servirão de base. O monitoramento das atividades desenvolvidas serão materializados da seguinte forma: por reuniões semanais com os integrantes da incubadora, por intermédio de encontros e/ou seminários regionais e nacionais, por meio de reflexões após a realização de cursos de aprimoramento e formação em Economia Solidária, e por entrevistas realizadas com os integrantes dos empreendimentos, para escutá-los acerca do trabalho que estará sendo desenvolvido, além das listas de presença. Pretende-se também após a cada atividade/encontro de incubação, que vise a capacitação das experiências, aplicar um pequeno questionário com os trabalhadores, mas de extrema relevância como forma de avaliar o trabalho desenvolvido pela equipe da incubadora, com vistas a aprimorá-lo. A análise do material será feita por meio da técnica de análise de conteúdo. Após o processo de incubação por meio da capacitação e formação sócio-profissional com as experiências será realizada avaliação, por meio de um novo diagnóstico junto aos empreendimentos que foram incubados, bem como por reflexões e análises críticas do trabalho desenvolvido pela equipe.

São considerados resultados relevantes pelo trabalho que está sendo desenvolvido:

Implantação e consolidação da Incubadora no Centro de Ciências Sociais/UFSM – Campus São Borja;

Qualificação dos discentes, docentes e agentes/técnicos em Economia Solidária e introdução da Economia Solidária e de Metodologias de Incubação na grade curricular dos Cursos do Centro de Ciências Sociais, da futura UNIPAMPA e da UFSM. Já está funcionando – após a capacitação para a elaboração das propostas PRONINC, realizada em Brasília, em que 2 docentes da universidade participaram –, uma disciplina designada de Oficina de Teoria Social III, iniciada dia 10 de setembro de 2007, que é referente a Economia Solidária no Brasil e Novas Metodologias do Processo de Incubação às experiências coletivas.

Combate às manifestações da questão social relacionadas com a baixa renda, como, por exemplo, a pobreza, a indigência, a falta de saneamento básico, falta de moradia existentes no município de São Borja, bem como nos demais municípios da região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul;

Apresentação de formas alternativas de desenvolvimento sustentável, por intermédio do fomento e fortalecimento das experiências de geração de trabalho e renda, bem como pela conscientização regional;

Promoção do processo de autonomia e a autogestão das experiências de Economia Solidária assessoradas;

Viabilização das atividades econômicas e dos produtos advindos das experiências de Economia Solidária;

Solidificação do processo de trabalho nas experiências de geração de trabalho e renda, de modo que o mesmo propicie a participação, a solidariedade e a autonomia dos trabalhadores;

Promoção das redes de apoio a Economia Solidária em São Borja e na Região Fronteira Oeste, bem como a articulação e vinculação das mesmas com os espaços dos Fóruns, Feiras e Eventos de Economia Solidária;

Fortalecimento e visibilidade dos Fóruns de Economia Solidária da Fronteira Oeste do Estado do Rio Grande do Sul;

Conscientização da comunidade acerca da preservação do meio ambiente e estímulo a produção agroecológica na região de abrangência.

Desenvolvimento e sistematização de novas metodologias de incubação e conceitos sobre o processo de incubação;

Estabelecimento de parcerias entre a incubadora e a Secretaria Nacional de Economia Solidária, com vistas a fortalecer a política de Economia Solidária no Brasil;

Construção de um banco de dados com informações pertinentes a realização de trabalhos científicos;

Desenvolvimento de artigos científicos e demais trabalhos que possam contribuir com a realidade local e com a Política de Economia Solidária no Brasil, bem como pela elaboração da tese de doutoramento da Coordenadora Técnica Geral da Proposta;

Encaminhamentos e articulação dos trabalhadores às políticas sociais e públicas;

Promoção do comprometimento dos governos municipais com as experiências de geração de trabalho e renda e com a Política de Economia Solidária, bem como com os trabalhadores dos empreendimentos, possibilitando aos mesmos acessos aos programas e projetos sociais existentes.

A Incubadora pretende transferir os resultados alcançados para divulgação externa por meio de um estabelecimento de uma relação de troca entre as outras universidades, entre as equipes das incubadoras existentes e demais instituições e/ou órgãos que possibilitem parcerias. Também será realizada por intermédio de publicações, artigos, apresentações de trabalho, e elaboração de caderno sobre Economia Solidária, e também, pela tese que será elaborada pela Coordenadora Técnica Geral da Proposta, referente à contribuição da Política de Economia Solidária para a autonomia das experiências de geração de trabalho e renda e de seus integrantes. A transferência de resultados ocorrerá também pela participação em eventos, tais como: palestras, seminários, conferências, entre outros, bem como, participação nos Fóruns Locais e Fórum Estadual e Nacional de Economia Solidária.

Considerações Finais

Com o processo de reestruturação produtiva, o capitalismo alcançou um nível tão elevado de acumulação nos seus processos de produção, a ponto de excluir, acirradamente, uma massa de sujeitos do mercado formal de trabalho – especialmente os menos qualificados. Neste sentido, mesmo com os baixos rendimentos obtidos pelos trabalhadores nestas experiências (entre meio salário mínimo a dois salários mínimos), pode-se referir que são muito significativas a estes sujeitos. Salienta-se então que, primeiramente, o que faz com que os trabalhadores se insiram nesses empreendimentos coletivos é a possibilidade de gerar trabalho e renda. Refere-se, entretanto, o fato de que algumas cooperativas e associações vêm sendo utilizadas como formas de publicização ou terceirização de serviços públicos e de privados, contraditoriamente aos princípios que regem a Economia Popular Solidária, como de solidariedade, democracia, participação e autogestão dos empreendimentos, diferenciando-a assim, da lógica e da finalidade do sistema capitalista – de acumulação e centralização de capital.

Com a inserção da classe trabalhadora na lógica do sistema capitalista, em que é considerado cidadão o sujeito que está incluído no mercado formal de trabalho ou que possui uma fonte de renda, enfatiza-se também a importância do apoio de políticas públicas e programas sociais que assessorem e fomentem estas experiências coletivas. Esses empreendimentos coletivos comumente são suscitados pelos sujeitos como uma das alternativas de gerar trabalho e renda, diante das manifestações da questão social.

Salienta-se a importância da Incubadora de Economia Solidária da UNIPAMPA como instituição de fomento e acompanhamento de assessoria que potencialize a autonomia e viabilidade das experiências de geração de trabalho e renda na Fronteira Oeste do Rio Grande do SUL – Brasil –, de modo que esta região e os trabalhadores dos empreendimentos assessorados sejam beneficiados pelo trabalho desenvolvido.

Referências

- ALBUQUERQUE, P. P. In: CATTANI, A. D. (Org.) (2003). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores.
- ANTUNES, R. (2003). Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo Editorial.
- ATLAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL 2005. Brasília: TEM, SENAES, 2006.
- ATLAS SOCIOECONOMICO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br/atlas>>. (Consultado na Internet Acesso em 05 de setembro de 2007).
- CARVALHO, J. M. (2004). Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CFESS (2002). Código de Ética In: Coletânea de Leis, CRESS 10ª Região – Gestão 1999/2002, Porto Alegre.
- DAGNINO, E. (2002). Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil: E. Paz & Terra. São Paulo.

- DUPAS, G. (1999). A Lógica Econômica Global e a Revisão do Welfare State: a urgência de um novo pacto In SOLA, Lourdes; WILHEIM, Jorge; BRESSER PEREIRA, L.C. (Org). Sociedade e Estado em Transformação. São Paulo, UNESP; Brasília: ENAP, (pp.173-292).
- E19 (2003) Economia Solidária em Desenvolvimento. Brasília: TEM; SENAES.
- EID, Farid, Análise sobre processos de formação de incubadoras universitárias da Unirtrabalho e metodologia de incubação de EES. In: PICANÇO, Iraci; TIRIBA, Lia (Orgs). Trabalho e Educação. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2004. p. 167-188.
- FEE. FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>. (Consultado na Internet Acesso em 05 de setembro de 2007).
- GAIGER, L. I. (2000). Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In.: SINGER, Paul, SOUZA, André Ricardo de (Org). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 267 – 286.
- HOBBSBAWN, E. J. (1995)., Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 – 1991. São Paulo: Companhia das Letras.
- IAMAMOTO, M. V. (2000). O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez.
- IANNI, O. (1999). O mundo do trabalho. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). A reinvenção do futuro: trabalho, educação, política na globalização do capitalismo. 2. ed. São Paulo: Cortez.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. (Consultado na Internet Acesso em 05 de setembro de 2007).
- LEBOUTTE, Paulo. Economia Popular Solidária e políticas públicas: a experiência pioneira do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: ITCP/COPPE, 2003.
- MARX, K. (1988). O Capital. Crítica da economia política. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3. ed. São Paulo: Editora Nova Cultura, Volume I.
- MATTOSO, J. (1995). A desordem no trabalho. São Paulo: Scritta - 69-109.
- MATTOSO, J. (1999). E. L. O novo e inseguro mundo do trabalho nos países avançados. In.: OLIVEIRA, C. A., MATTOSO, J. E. L., NETO, J. F.S., OLIVEIRA, M. A. de (Org.). O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século. São Paulo: Página Aberta, (pp. 521-562).
- POLANYI, K. (2000). A grande transformação: as origens de nossa época. 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- PRATES, J. C. (2003). Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do assistente social. Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. (Tese de Doutorado).
- RAZETO, L. (1997). O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. Proposta, 75. Rio de Janeiro, dezembro/fevereiro, 91-99.
- RECH, D. (2000). Cooperativas: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A.
- REIS, C. N. (2002). Exclusão social: a multidimensionalidade de uma definição. In: DESAULNIERS, J.; MENDES, J. M. (Org). Textos & Contextos: perspectivas da produção do conhecimento em Serviço Social, Porto Alegre: EDIPUCRS, 123-140.
- SINGER, P. (1997). Economia solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo. Proposta, 72: 6 – 13, março/maio.
- _____. (1998). Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto.
- SINGER, P.; SOUZA, A. R.(Org.) (2000). A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto.
- SOUZA, M. L. (2004). Desenvolvimento de comunidade e participação. 8. ed. São Paulo: Cortez.
- T319 (2005) Termo de Referência em Economia Solidária: Plano Nacional de Qualificação 2003-2007. Brasília: TEM, SENAES.
- TIRIBA, L. (2000). A Economia Popular Solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricar, (pp. 221 – 224).
- WILLIAMSON, J. e KICZYNSKI, P.P. (Org) (2004). Depois do Consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma na América Latina. São Paulo: Saraiva, (pp. 283 – 291).

As funcionárias terceirizadas da Universidade de Brasília e seus filhos no trabalho: conseqüências da falta de escolas públicas de tempo integral.

Kelly Barbi
 Universidade de Brasília
 kelbbi@hotmail.com

Resumo: Este estudo buscou analisar quais as razões para as funcionárias terceirizadas da Universidade de Brasília levarem seus filhos para o ambiente de trabalho. Foram realizadas dez entrevistas com a categoria selecionada. A coleta de dados baseou-se nas observações: ordinária e participante, seguida de entrevistas não-estruturadas do tipo guiadas. Os principais tópicos abordados na entrevista permitiram uma visão ampliada acerca do problema colocado, transitando nas esferas particular e global. Questões como a situação atual do emprego;

suas preferências quando o assunto é a escola; o real desejo de seus filhos; seus sentimentos pela Universidade sintetizam alguns dos pontos trabalhados com essas mães. Os resultados demonstram que há uma significativa demanda por escolas públicas de tempo integral. A dupla jornada de trabalho feminino se mostrou uma peça-chave para a manutenção da dinâmica familiar. Por fim, revela a necessidade de mais pesquisas sobre escolas de tempo integral na tentativa de solucionar uma demanda real e concreta.

Palavras-Chave: trabalho feminino, filhos, trabalho.

Introdução

Um dos singulares aspectos da história que não mudou com o avançar dos séculos foi a ligação social entre mães e filhos. Na sociedade atual, no entanto, com o mundo globalizado, o avanço da tecnologia, o desemprego estrutural alcançando níveis cada vez mais alarmantes principalmente em economias em desenvolvimento, e com as relações de trabalho precarizadas, mais uma demanda foi incorporada pelas mulheres: a dupla jornada de trabalho.

Esta questão, por um lado, pode ser avaliada sob o prisma da conquista: as lutas femininas culminaram com a ampliação do espaço de trabalho para as mulheres. Por outro, a conciliação do trabalho com a vida doméstica pode ser assumida como alienação da mulher que, ao achar que está garantindo sua liberdade financeira e de pensamento, na verdade, está cada vez mais reproduzindo sua condição anterior: a de principal responsável pelos filhos. A partir de uma vivência na Universidade de Brasília, percebeu-se que uma forma de confrontar a necessidade da dupla jornada de trabalho era levando os filhos para o ambiente de trabalho. Destaca-se que esta realidade está intimamente ligada às mães pertencentes às camadas mais populares, sendo um processo mais recente, verificado principalmente a partir de 1960, entre as mulheres das camadas médias (ALMEIDA, 2007).

A principal hipótese que responderia à questão da pesquisa está ligada à educação de tempo integral. O debate político e social em torno deste tema não é novo, no entanto, cada vez mais complexo. Escolas integrais pressupõem uma reforma estrutural no ensino e na relação estabelecida entre profissionais da educação e estudantes, especialmente pelo caráter central que adquire na discussão, uma vez que outros contextos podem ser aliadas à ela, como por exemplo, transporte, alimentação, trabalho, convivência familiar e comunitária, dentre outros. A escola integral, nesta pesquisa, surge como uma possibilidade de aprimoramento intelectual da criança e como uma resposta às demandas colocadas por mães e pais.

Para delimitação da realização da pesquisa, optou-se pelos filhos de funcionárias não servidoras, que não pertencem ao quadro de funcionários da Universidade. Foram as terceirizadas que chamaram a atenção para a pesquisa porque claramente, não se verificou nas relações empregado versus empregador qualquer tipo de facilidade ou regalia. Assim, este buscou analisar quais as razões para as funcionárias terceirizadas da Universidade de Brasília levarem seus filhos para o ambiente de trabalho.

Técnicas de Pesquisa

Para a coleta de dados foi utilizado o modelo de entrevista não-estruturada do tipo guiada para que fossem favorecidos os aspectos gerais do problema, uma vez que esta forma em específico favorece à pesquisadora e à entrevistada liberdade para que as falas sejam expressadas à sua maneira. Tópicos foram elaborados em fichas de modo a conduzir a dinâmica suscitada.

Os itens que nortearam a entrevista foram: situação atual / razões para os filhos permanecerem no emprego; melhor opção para o filho entre: casa ou escola; os cuidados do vizinho/ família com seus filhos; a questão do transporte; como elas gostariam que fosse a escola; entender se há a necessidade de escolas de tempo integral, se sim, que tipo de atividades a escola deveria propor, se não, qual a possível saída para a presente situação; entender se há uma exigência por um comprometimento com a Universidade para com a situação; atividades / atitudes dos filhos durante a permanência na UnB; verificar a demanda das crianças pela permanência junto às mães em seu ambiente de trabalho ou na escola; e, finalmente, o sentimento dessas funcionárias-mães pela Universidade enquanto ambiente de trabalho.

Resultados e achados

De acordo com a pesquisa realizada, as funcionárias terceirizadas da Universidade, também mães, têm a missão de complementar à renda familiar. Neste caso específico, vontades pessoais como o aprimoramento dos estudos, são deixadas de lado. Os companheiros ou maridos percebem, em média, um salário mínimo. Impõe-se, assim, uma sobrecarga de tarefas por parte da mulher que, dentro das relações conservadoras e tradicionais acabam reproduzindo o caráter doméstico em todas elas (VIANA, 2006).

Apesar de se verem na iminência de cumprir esta dupla jornada de trabalho, configurada pela aliança entre os trabalhos externo e interno, as entrevistadas afirmaram ter apoio dos companheiros para o estabelecimento do vínculo de trabalho. Duas das entrevistadas assim colocaram: “Se ele fosse o único a trabalhar, não daria conta de sustentar toda a família”. Por outro lado, foi unânime a opinião quanto ao fato dos pais não desenvolverem atividades no âmbito doméstico, de forma que “o apoio para o trabalho é garantido, mas para os cuidados com os filhos e casa, não” (entrevistada nº4).

A maior preocupação é marcada pelo fato dos filhos permanecerem em sua companhia no ambiente de trabalho. Todas elas declararam sentir uma má-vontade por parte da Universidade, que, no momento, não dispõe de Política de atendimento gratuito a essas crianças.

Em relação ao Estatuto, Regimento Interno ou Missão da Universidade, inexistem qualquer menção a esta problemática. Há o PIJ, Programa Infante-Juvenil – que funciona como uma creche onde são cobradas mensalidades, sem distinção entre os usuários da unidade. Diante do fato, tornam-se claras as diferenças entre um funcionário terceirizado e um servidor. O primeiro, com salários reduzidos, deve pagar a mesma mensalidade que o segundo, composto em sua maioria por professores e técnicos, que dispõem de um salário mais significativo. Novamente, para estas mães, há um descaso da Universidade em relação à situação. Todos os filhos das entrevistadas estudam na Escola Classe da 407 Norte, pelo período da manhã.

De acordo com o relato das entrevistadas, sua rotina diária consiste em trabalhar pelo período da manhã, buscar seus filhos no horário do almoço, levá-los para o ambiente de trabalho, e continuar a trabalhar à tarde. Para elas, mesmo prejudicando a eficácia do seu trabalho, sentem-se desmotivadas a procurar outras soluções para o problema, uma vez que sentem-se desprezadas tanto pela Universidade, quanto pela empresa que formaliza o contrato de trabalho entre elas e a Universidade. Assim, não há outra alternativa, senão a de aliar o trabalho com a vigilância permanente sobre o filho.

Cabe ressaltar a modificação na realidade da prática familiar, que conta cada vez menos com a disponibilidade de avós e vizinhos nos cuidados relativos às crianças, de forma a aumentar cada vez mais a demanda pela permanência dos filhos na escola ao longo do dia, opção esta unânime entre as mães, desde que pelo período da manhã as aulas referentes ao conteúdo do ensino Fundamental fossem mantidas e à tarde que elas fossem voltadas para a música, artes, esporte e o lazer em geral.

Oito das dez passam por constantes constrangimentos quando interpeladas sobre a permanência de seus filhos no ambiente de trabalho. Desconfortos e discussões gerados na equipe de trabalho são dificilmente esquecidos, tampouco solucionados. Uma delas conta que em um dia agitado em sua seção, “viu-se obrigada a trancar o menino em uma sala apertada, sem muita ventilação, de canto, para que pudesse ter paz para trabalhar”.

Demanda pela escola integral

Segundo dados de março deste ano, a Universidade conta com cerca de mil funcionários terceirizados, entre homens e mulheres, sendo estas últimas oitocentas. Foram entrevistadas dez funcionárias terceirizadas da Universidade de Brasília que têm filhos em idade escolar, principalmente abrangendo o Ensino Fundamental, ou seja, entre 7 e 14 anos. Este critério de idade deve-se à observação participante, que confirmou ser esta a faixa etária mais representativa nas dependências da Universidade. Mesmo havendo duas escolas públicas próximas na Asa Norte – nas quadras 405 e 407 – todos estão regularmente matriculados na da 407. De acordo com a Lei 9.394 (LDB, 1996) que estabelece diretrizes e bases da educação nacional:

Artigo 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola. [...]

§ 2º. O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

As mães entrevistadas confirmaram não haver qualquer predisposição das escolas em permanecer com os filhos pelo período vespertino, fato este que isola a tentativa gradual de implantação do tempo integral conforme colocado pela LDB. A questão da formulação de propostas de escolas de tempo integral gerou, nas duas últimas décadas, um intenso debate, posicionando diversos educadores e pesquisadores que, por um lado, questionavam o caráter populista de suas propostas e a dificuldade de sua universalização, por outro, sua densidade como projeto pedagógico, apontando uma intenção de confinamento, na forma de instituição total. No entanto, as propostas de escola de tempo integral de Anísio Teixeira e de outros educadores de sua geração, representaram, para seus alunos, não um lugar de confinamento, mas sim uma oportunidade para uma vida melhor (COUTO, 2004).

Considerações Finais

Muito embora esta pesquisa não tenha como objetivo apontar como se dão às relações de gênero entre homens e mulheres no mercado de trabalho, traços de relações desiguais e da opressão sofrida por elas são encontrados ao longo da prática de campo. Soluções que abarquem a demanda de mulheres que se vêem obrigadas a levarem seus filhos para o ambiente de trabalho são esperadas por parte do Estado.

Diante desta situação, algumas empresas privadas ou de economia mista já solucionaram a questão: montaram brinquedotecas ou espaços educativos para que as crianças pudessem permanecer ao lado de suas mães durante toda a jornada de trabalho. Isso se deve, em larga medida, às conquistas das mulheres no campo das especializações, do aprimoramento intelectual e das suas habilidades e responsabilidades, já destacadas por meio de pesquisas, nos espaços sócio-institucionais.

No entanto, a maioria ainda trabalha sob o espectro da dominação masculina, hierárquica, em espaços que buscam tão-somente atender a clientela. Assim, articular a garantia de emprego das mulheres à segurança dos filhos em ambientes considerados saudáveis, nesta pesquisa o foco foram às escolas públicas integrais, faz-se mister, como um dos passos da resolução do problema.

Referências Bibliográficas

- Almeida, Leila Sanches de. (2007). Mãe, cuidadora e trabalhadora: as múltiplas identidades de mães que trabalham. Revista do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), vol. 19, nº 2
- Bittencourt, Sonia; Diccico, Emily. Child care needs of low income women: Urban Brazil. Washington: Overseas, 1979. 67 p.
- Brasil. LDB. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. www.educação.gov.br (consultado na internet em 02 de Junho de 2007).
- Couto, João Gilberto Parenti. A Revolução que Vargas não fez: a implantação da escola pública de tempo integral. Belo Horizonte, MG: Mazza, 2004. 48 p.
- Ibanez-Novion, Olga Cristina Lopez de. Mulheres, seu trabalho e seus filhos. Dissertação - Brasília, 1980. 135 f.
- Marques, Edmilson. et al. A Questão da Mulher –Opressão, Trabalho e Violência. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda. 2006. 155 pp.

O bom-senso como competência política dos profissionais de recursos humanos

António José Almeida
Instituto Politécnico de Setúbal
ajalmeida@esce.ips.pt

Resumo: Colocados no terreno da gestão das relações de trabalho, os profissionais de recursos humanos vêem-se confrontados, particularmente no contexto das sociedades de capitalismo avançado, com a crescente sofisticação simbólica dos instrumentos de dominação ao serem chamados a implementar políticas de docilização consentida da mão-de-obra numa sociedade em que o culto da performance se transformou no valor social hegemónico (Ehrenberg, 1991).

A implementação de políticas de docilização, embora recorra a um aparato técnico-instrumental cada vez mais sofisticado, de que a gestão pelas competências ou a avaliação de desempenho a 360° são exemplos, parece fazer-se, sobretudo, através da mobilização de recursos discursivos capazes de funcionar como mecanismos de disciplinarização (Fournier, 1999). Para actuar neste contexto dominado pela conformação ideológica através do controlo simbólico, os profissionais de recursos humanos são chamados a mobilizar um conjunto de competências de natureza política de que o bom-senso parece ser o elemento aglutinador (Reed, 1997).

Partindo da problemática enunciada, a presente comunicação pretende dar conta dos resultados preliminares de um projecto de investigação em curso para obtenção do grau de doutor em que, a partir da análise de conteúdo de cinco entrevistas semi-directivas a directores de recursos humanos de grandes empresas portuguesas, procuramos discutir o papel das competências políticas no exercício quotidiano das suas práticas profissionais.

Os resultados obtidos confirmam a centralidade deste tipo de competências, de que o bom-senso é o elemento discursivo de referência, em virtude da natureza eminentemente relacional e simbólica do papel que os profissionais de recursos humanos são chamados a desempenhar.

Introdução

A discussão em torno da função recursos humanos e dos profissionais que lhe dão corpo tem vindo a merecer uma atenção crescente por parte da comunidade académica, à medida que a empresa se tem vindo a afirmar como um espaço central no processo de regulação social, em virtude do enfraquecimento da capacidade do Estado em assumir essa mesma regulação. É neste quadro que assume particular relevância a análise dos discursos dos profissionais de recursos humanos sobre as competências que mobilizam no desempenho das suas funções.

Partindo da importância destes actores organizacionais para a institucionalização de mecanismos de regulação social, expressos nas políticas de gestão de recursos humanos das empresas, procedemos à realização de cinco entrevistas semi-directivas a directores de recursos humanos de grandes empresas a operar em Portugal, com o objectivo de caracterizar o seu papel e as competências-chave que lhes permitem o reconhecimento social no interior da empresa.

Face aos objectivos enunciados, organizamos o nosso texto por forma a dar conta, numa primeira parte, dos pressupostos teóricos em que, numa perspectiva crítica, se pode enquadrar a análise do papel e das competências destes profissionais no contexto dos mecanismos de regulação social que atravessam as sociedades de capitalismo avançado e, numa segunda parte, dos discursos dos profissionais de recursos humanos sobre as suas próprias competências.

Revisão da literatura

Pilar fundamental no processo de estruturação e desenvolvimento das sociedades capitalistas, as relações de trabalho têm-se constituído numa das arenas fundamentais do confronto ideológico e da luta social ao longo dos dois últimos séculos. A histórica luta pela consagração de um conjunto de direitos básicos ao e no trabalho constituiu um dos avanços mais significativos das sociedades modernas, as quais assumiram, nos seus sistemas político-constitucionais, o papel fundamental da regulação de uma relação estruturalmente desequilibrada entre capital e trabalho.

Este processo não ocorreu, contudo, de forma universal e linear. Tendo sido um processo associado à proletarização nas sociedades industriais, bem como à democratização política, ele desenvolveu-se, fundamentalmente, nas chamadas sociedades ocidentais sendo que, mesmo nessas, foi sofrendo, ao longo dos tempos, avanços e retrocessos, em função dos equilíbrios político-ideológicos que se iam estabelecendo em cada Estado-Nação. Tal significa que estamos perante um terreno marcado por equilíbrios instáveis, onde os interesses conflituam e a tensão é permanente dada a luta material e simbólica que nele se gera.

É o carácter estrutural desta tensão ou conflito que faz com que o papel do Estado, que a par com o mercado se constituem em instâncias privilegiadas de racionalidade e regulação social, assumam uma importância crucial, enquanto fiel da balança capaz de executar uma permanente calibragem dos interesses por forma a garantir, não só o respeito pela dignidade humana, mas também uma sociedade em permanente busca da justiça social. Contudo, nas sociedades de capitalismo avançado, temos assistido a uma crescente alteração do peso relativo de ambas as instâncias de regulação social, em que o poder do mercado tem assumido um papel hegemónico em detrimento da capacidade de regulação, por parte do Estado (Estanque, 2005).

Traçado o quadro macro social em que se estabelecem as relações de trabalho nas sociedades contemporâneas, importa agora enunciar as condições que, ao nível micro, estruturam as relações de trabalho nas empresas, não só enquanto espaço de conflito de interesses, mas também enquanto instância de regulação social. Tendo adquirido uma legitimidade social crescente, que nas últimas décadas tem assumido a figura do encantamento (Bernoux, s.d.), a empresa capitalista caracteriza-se quer por desempenhar uma função económica quer uma função social. Ela é, simultaneamente, um espaço de criação e de distribuição social da riqueza, de confronto e de consenso, de produção e reprodução de normas sociais.

A gestão das dinâmicas sociais que atravessam a empresa foi assumindo diferentes configurações quer no tempo quer no espaço (Segrestin, 1996). Dessas configurações sobressaem duas lógicas dominantes: a que é marcada pela ideologia paternalista e a que é marcada pela ideologia gestionária. Se a primeira, hoje residual embora típica das pequenas empresas familiares, assenta na superioridade moral do patrão que faz dele uma ‘autoridade social’ que deve ser respeitada, assegurando em troca a ‘protecção’ dos seus trabalhadores; a segunda, hegemónica nas sociedades contemporâneas e levada ao seu extremo nas grandes multinacionais, tem as suas bases nos princípios da organização científica do trabalho¹ que impõem a superioridade da racionalidade técnico-económica na gestão das empresas.

É no quadro desta ideologia gestionária, que tem sustentado o desenvolvimento de um modelo de capitalismo de acumulação flexível, que se tem vindo a desenvolver um modo de regulação social que reflecte a crescente tensão entre a gestão colectiva e a gestão individual das relações de trabalho, a qual se traduz, entre outros eixos, no confronto entre o primado do trabalho como um “direito” e o primado do trabalho como uma “responsabilidade”, como refere White (2001: 7). Legitimado pelos poderes públicos, ora por acção ora por omissão, o processo de construção deste novo modo de regulação social tem vindo a colocar no centro do debate as políticas de gestão de recursos humanos das empresas, bem como o papel desempenhado pelos actores que lhes dão corpo – os profissionais de recursos humanos.

Se a racionalidade económica é o elemento estruturante da ideologia gestionária, adquirindo sentido por via do culto da performance (Ehrenberg, 1991), a importância estratégica atribuída ao capital humano surge como a promessa da concretização das aspirações das pessoas ao colocá-las no epicentro de um mundo ilimitado de oportunidades materiais e simbólicas. Este mundo de promessas, que encontra terreno fértil para a sua disseminação encantada no ideário da ideologia meritocrática, faz depender a sua concretização da vontade e do esforço individual, branqueando as desigualdades sociais de partida, bem como a existência de estruturas de oportunidades sociais diferenciadas.

Esta forma hegemónica de pensar as relações sociais, em geral, e as relações de trabalho, em particular, surge igualmente no contexto de uma sociedade do risco (Beck, 2001) onde a luta social ocorre, tanto ao nível da repartição da riqueza como da repartição dos riscos associados ao processo de modernização em curso. Ao obedecer a uma lógica negativa de afastamento e eliminação, por contraposição à lógica positiva de apropriação que está no centro da repartição da riqueza, o processo de repartição social do risco apresenta-se como um fenómeno novo e inevitável que é objecto de uma construção retórica² imposta pelos grupos sociais dominantes.

É neste contexto social complexo que a gestão de recursos humanos se posiciona, seja enquanto disciplina académica, seja enquanto prática profissional. Porque a sua acção não é socialmente neutra, à gestão de recursos humanos exige-se uma capacidade permanente de proceder a uma reflexão epistemológica e ética sobre si mesma sob pena de se limitar a ser um instrumento de difusão e legitimação dos interesses e dos discursos dominantes (Brabet, 1993; Watson, 2004; Cabral-Cardoso, 2004; Almeida, 2004). Embora minoritária, esta preocupação tem vindo a ganhar corpo entre a comunidade académica e profissional, constituindo-se numa das dimensões mais relevantes do debate sobre o processo de profissionalização da gestão de recursos humanos.

Herdeira de uma herança histórica pesada, a gestão de recursos humanos tem-se vindo a confrontar com uma crise de confiança e de legitimidade que resulta, entre outros factores, de ter colada a si uma imagem, e tantas vezes uma prática, que, segundo Doyle, faz dos seus profissionais agentes perfeitos da gestão de topo (cit in Kochan, 1997) ou, nas palavras de

¹ Apesar da sua origem taylorista, a ideologia gestionária tem procurado mais ou menos habilmente apresentar-se como o seu contraponto ao reificar a importância do factor humano (Le Goff, 1997).

² Para Beck a existência e a repartição social dos riscos é fundamentalmente mediada pela argumentação dado o carácter invisível e intangível desses mesmos riscos para as pessoas que lhe estão expostas.

Baritz, servidores do poder (cit in Brief, 2000). A superação desta subalternidade instrumental atribuída à gestão de recursos humanos e aos seus profissionais exige uma dupla ruptura: externa, através da demonstração da sua credibilidade e legitimidade aos olhos dos profissionais com que interage e do público em geral, e interna, através da sua reinvenção, enquanto comunidade que se reconheça num projecto profissional colectivo emancipatório.

Assumir uma tal ruptura, para além da reflexão epistemológica e ética a que aludimos anteriormente, exige o desenvolvimento de um corpo de conhecimentos e de competências que permita aos profissionais desempenhar um novo papel no contexto das empresas e da sociedade. É precisamente esse corpo de conhecimentos e de competências que, sendo um pilar fundamental para assumir um mandato socialmente reconhecido, está longe de ser consensual. Se, para uns, o importante é que a gestão de recursos humanos suporte a competitividade da empresa, alinhando as suas práticas com os objectivos do negócio, para outros, é necessária uma capacidade mais abrangente de compreensão dos fenómenos socioeconómicos que atravessam a vida das empresas e dos contextos políticos em que elas operam (Hendry e Pettigrew, 1990).

Embora simplificadores, estes dois modos de pensar a gestão de recursos humanos implicam a adesão a concepções ideológicas diferentes sobre o modo como se opera a regulação social no interior da empresa e, por consequência, a mobilização de corpus de conhecimentos e de competências específicos. Se, no primeiro caso, o importante é o conhecimento do negócio e a adopção de um conjunto de técnicas que lhe dê suporte; no segundo caso, impõe-se uma abordagem mais analítica capaz de discutir os fins desse mesmo negócio bem como o papel dos diferentes actores, internos e externos, que nele operam. Estas duas concepções têm vindo a ser retratadas na literatura, a partir da tipologia pioneira proposta por Legge (1978) que classifica os gestores de recursos humanos em inovadores conformistas e em inovadores desviantes.

Se os inovadores conformistas se caracterizam por desenvolver o seu trabalho, a partir das normas e dos valores dominantes na organização agindo em função dos objectivos económico-financeiros dos gestores de topo, os inovadores desviantes questionam o sistema de normas e de valores em uso orientando a sua acção, não só por valores económicos, mas também por valores sociais. Estes dois ideais-tipo encontram a sua correspondência na tradicional escola americana que classifica as políticas de gestão de recursos humanos em hard e soft já que, como afirma Storey (1992), a gestão hard dá ênfase à dimensão quantitativa, calculista e estratégica do negócio e de controlo das pessoas, enquanto que a gestão soft realça a importância do envolvimento, da comunicação, da motivação e da liderança, numa perspectiva de humanismo desenvolvimentista.

Análise dos resultados

A definição de um perfil de competências dos profissionais de recursos humanos é um exercício recente, no contexto português, havendo hoje um documento de referência, elaborado no âmbito de um vasto projecto do IQF sobre a evolução das qualificações e diagnóstico das necessidades de formação em Portugal. Nesse documento, intitulado “Gestão de Pessoas: tendências, qualificações e formação” (Moreira, 2006), procura-se conciliar duas lógicas, por vezes contraditórias, que têm em conta, por um lado, as necessidades imediatas das empresas e, por outro, um exercício prospectivo sobre as tendências de evolução do campo profissional, o qual é dividido em empresas especializadas na prestação de serviços de consultadoria e aquilo que os autores designam por empresas não especializadas.

O estudo parte de alguns pressupostos de relevância inequívoca para as conclusões a que chega. Desses pressupostos destacam-se o declínio das actividades tradicionais da gestão de recursos humanos, que os autores designam de intervenções táticas, e o surgimento de novas áreas de intervenção estratégica disseminadas pelos órgãos de linha. Esta abordagem que parte do princípio de que existe um “processo de alargamento e de enriquecimento da função tradicional da Gestão de Recursos Humanos” (Moreira, 2006: 229) é objecto de alguma controvérsia na literatura especializada quando olhamos para a estrutura da função recursos humanos nas empresas. As razões de tal controvérsia são múltiplas: ora porque se assiste a um processo de externalização e de automatização de funções (), como é reconhecido pelos próprios autores, ora porque a conquista de um lugar ao nível estratégico das empresas, nem sempre significa o seu envolvimento na definição dessa mesma estratégia (Farndale, 2005).

Os dois perfis profissionais a que os autores chegam - gestor e técnico - reflectem as ambiguidades próprias deste campo profissional, nomeadamente, no que respeita ao corpo de conhecimentos técnico-científicos que lhes dão suporte. É que, ao concluir, num exercício que se pretende prospectivo, que o perfil de gestor “é acessível a partir de formação superior na área das ciências sociais e humanas e na área das ciências empresariais e económicas” e o de técnico “é acessível a partir de formação superior preferencialmente no domínio” (Moreira, 2006: 245 e 251), os autores não têm em conta o processo de recomposição de que o grupo profissional tem vindo a ser protagonista, como mostram as análises de séries temporais, realizadas com base nos dados estatísticos dos Quadros de Pessoal (Cabral-Cardoso, 2004; Almeida, 2008) e as análises da oferta de empregos, por parte das empresas (Almeida, 2000; Torres, 2008). O crescente peso da formação em gestão de recursos humanos como condição de acesso ao campo profissional, ditado, não só pela pressão resultante da especialização da oferta formativa, mas também pela necessidade de reduzir o tempo e os custos de socialização na função por parte das empresas, surge como uma tendência clara, nos estudos a que aludimos.

As respostas dos nossos entrevistados são, igualmente, atravessadas por estas ambiguidades em que a delimitação das áreas de formação de acesso obedece a um critério abrangente, mas sempre no terreno das ciências sociais e humanas:

“... eu acho que, no fundo, tem a ver com as formações dentro da área das ciências sociais” (Psicóloga);

“...acho que a área de GRH tem um conjunto de competências próprias, mas que não implicam um perfil unívoco, ou seja, eu sou jurista, mas não acho que tenha que ser um jurista à frente da GRH, nem que tenha que ser um psicólogo, nem que tenha que ser especificamente uma pessoa formada em GRH (...) tem que ser alguém das ciências sociais” (Jurista).

Apesar da amplitude da base académica de recrutamento, existe uma clara tendência para o fechamento do acesso a áreas que não as ciências sociais e humanas: “Obviamente que nunca recrutaria um engenheiro, porque acho que os engenheiros, claramente, não têm estas características típicas” (Jurista) ou, nas palavras mais subtis de outro entrevistado “... alguém que só goste de números, ou goste só de computadores, ou se sinta bem e feliz a fazer contas, que é tudo legítimo, mas essas pessoas não podem ser managers, não podem ser chefias, não podem ser profissionais de recursos humanos” (Psicóloga).

Uma outra visão assente numa tendência para fazer coincidir o campo profissional com o campo da formação, neste caso a gestão de recursos humanos, parece igualmente fazer o seu caminho:

“com as novas licenciaturas em gestão de recursos humanos acho que são os licenciados em gestão de recursos humanos. Depois na área das ciências sociais e humanas existem várias como a sociologia, a psicologia,” (Psicóloga);

“...a formação de base tem que ser os recursos humanos, essa tem que ser a formação de base” (GRH).

A lógica de fechamento profissional, expressa nesta última afirmação, é reforçada quando o mesmo entrevistado acrescenta: “não metam um financeiro, não metam um tipo de gestão em que só vê números à frente, ...ou um tipo de direito” (GRH). Este segundo nível de fechamento remete-nos para uma disputa no interior do campo profissional legitimada, em grande parte, pelo reconhecimento académico que tem vindo a ser protagonizado pela gestão de recursos humanos que, desde meados da década de noventa, viu explodir a oferta de formação graduada e pós-graduada.

Se a formação de nível superior se constitui hoje como condição de acesso ao campo profissional, com tendência para um progressivo fechamento disciplinar, quando analisamos as competências requeridas para o exercício profissional, constatamos uma subvalorização das competências associadas às componentes técnicas da função recursos humanos e uma sobrevalorização das competências sociais. Apesar desta ser uma tendência que já havíamos constatado num estudo anterior (Almeida, 2000), não foi sem alguma surpresa, que ao analisar as opiniões expressas pelos nossos entrevistados, nos confrontámos com um forte consenso em torno da identificação de um conjunto de competências desta natureza em contraste com uma completa ausência de referência a qualquer competência estritamente técnica. Assim, num primeiro nível de análise, encontramos uma valorização da capacidade de gostar e de entender as pessoas:

“O que eu acho mais importante num profissional de recursos humanos ou nas características dos profissionais de recursos humanos é adorar pessoas! Eu acho que se tem que adorar pessoas” (Psicóloga).

“...é preciso sensibilidade, é preciso perceber os outros, tem que ser um indivíduo com muita carga psicológica que efectivamente entenda as pessoas, porque nós estamos aqui a falar de gerir pessoas” (GRH);

Se gostar de pessoas surge como que um pré-requisito para que estes profissionais se sintam bem no papel que desempenham, o qual contrasta com a imagem de agentes do poder, a capacidade de comunicação, de negociação, de influência, de decisão parecem emergir como condições para garantir a eficácia nesse mesmo papel. Essa eficácia parece ser tanto maior quanto maior for a “maleabilidade” e a capacidade para “vender sonhos”:

“Eu acho que um profissional destes tem que ter sobretudo uma grande capacidade de análise dos problemas, tem que ter capacidade de decisão na hora e tem que ter uma grande maleabilidade” (Jurista);

“...é fundamental a capacidade de negociação, capacidade de comunicação, capacidade de influência, capacidade de vender sonhos. Acho que é muito por aí. (...) É a energia positiva que essa pessoa consegue dar à empresa e às equipas” (Socióloga).

É neste papel de vendedores de sonhos que encontramos uma das dimensões políticas mais relevantes da gestão de recursos humanos, na medida em que estes sonhos não são mais do que construções e práticas discursivas encantatórias destinadas a garantir a regulação social no interior da empresa. Legitimando a ordem social vigente, estes vendedores de sonhos procuram o seu reconhecimento social através da adesão ao sistema de valores e aos recursos discursivos dos detentores do poder, os quais florescem nos princípios da ideologia meritocrática e no culto da performance que estruturam a ordem gestionária.

A mobilização de recursos discursivos, aparentemente neutros, para designar a acção e as competências dos profissionais de recursos humanos, expressa-se, com particular clareza, no modo como dois dos entrevistados sintetizam a competência-chave destes profissionais:

“Gerir os recursos humanos é mais ou menos como (...) agarrar um pássaro. Eu uso muito este exemplo, se você puxar ou apertar muito o pássaro ele morre, mas se o largar ele foge. É neste equilíbrio que está sempre a gestão correcta, do meu ponto de vista é a gestão do bom-senso, é a gestão do bom-senso” (GRH);

“...acho que uma das melhores características de um gestor de recursos humanos é uma pessoa ter bom senso, porque a maior parte das situações são potencialmente evitáveis em termos de conflitos se à cabeça estiver uma pessoa com bom senso” (Jurista).

A importância do bom-senso para a definição de um bom profissional surge, neste contexto, não só como um recurso para a acção de quem se assume como um “problem-solver” (Legge, 1978), mas também como um elemento de afirmação e de distinção social no interior da empresa, por via da apropriação monopolista do bom-senso, por parte dos profissionais de recursos humanos.

Conclusão

Desempenhando um papel chave na prevenção e na resolução de conflitos no interior da empresa, os profissionais de recursos humanos tendem a assumir-se como uma espécie de corpo de bombeiros que imbuídos do altruísmo da sua acção contribuem para a manutenção da ordem social e, por consequência, para a reprodução de um modelo de regulação assente na legitimidade da ideologia gestionária que domina o funcionamento quotidiano das empresas e que produz e reproduz a crescente desigualdade social que caracteriza as sociedades contemporâneas.

Ao buscar a sua legitimidade ao vasto campo das ciências sociais, cujos conhecimentos têm servido para, de forma acrítica, legitimar a exploração e as desigualdades sociais através do desenvolvimento de um conjunto de instrumentos materiais e simbólicos de vigilância e controlo dos trabalhadores, os profissionais de recursos humanos surgem como um grupo heterogéneo cuja legitimidade social, ao contrário de outros grupos profissionais, parece assentar menos na sua base científica do que na acção política que exercem no interior das empresas. Ao identificarem o bom-senso como o pilar para o desenvolvimento da sua acção profissional, os gestores de recursos humanos aceitam desempenhar o jogo do poder ao mesmo tempo que, para utilizar as palavras de Watson (1978), expressam a sua “profunda suspeição do que é académico e teórico”.

Ao adoptarem este posicionamento pragmático, e na ausência de mecanismos de regulação profissional e de um sistema deontológico de sanções, os profissionais de recursos humanos vêem-se amputados dos instrumentos que lhes permitam uma reflexão ética e epistemológica sobre os fins e os meios que estruturam a sua prática profissional quotidiana.

Bibliografia

- Almeida, António José (2000). Perfis de competências dos profissionais da gestão de recursos humanos: da ilusão estratégica à estratégia da desilusão. *Recursos Humanos Magazine*. Nov/Dez, 10-22.
- Almeida, António José (2004). Uma reflexão crítica sobre a gestão de recursos humanos. In Lança, Isabel Salavisa et al (org). Portugal e a Sociedade do Conhecimento. Oeiras: Celta, 179-188.
- Almeida, António José (2008). A profissionalização da gestão de recursos humanos: composição sociográfica de um grupo profissional em construção. *Sísifo/Revista de Ciências da Educação*. 6-Maio/Agosto, 45-56.
- Beck, Ulrich (2001). *La société du risque: sur la voie d'une autre modernité*. Paris : Flammarion.
- Bernoux, Philippe (s.d.). *A sociologia das empresas*. Porto: Rés.
- Brabet, Julienne (coord) (1993). *Repenser la gestion des ressources humaines?*. Paris: Economica.
- Brief, Arthur P. (2000). Still servants of power. *Journal of Management Inquiry*. 9, 4, 342-351.
- Cabral-Cardoso, Carlos (2004). The evolving portuguese model of HRM. *International Journal of Human Resource Management*. 15, 959-977.
- Ehrenberg, Alain (1991). *Le culte de la performance*. Paris: Hachette.
- Estanque, Elísio (2005). Classes, precariedade e ressentimento: mudanças no mundo laboral e novas desigualdades sociais. *Oficina do CES*, nº 238.
- Farndale, Elaine (2005). HR department professionalism: a comparison between the UK and other European countries. *The International Journal of Human Resource Management*, 16:5, 660-675.
- Fournier, Valérie (1999). The appeal to ‘professionalism’ as a disciplinary mechanism. *Sociological Review*, 280-307.
- Hendry, Chris e Pettigrew, Andrew (1990). Human resource management: an agenda for the 1990s. *International Journal of Human Resource Management*. 1(1), 17-43.

- Kochan, Thomas A. (1997). Rebalancing the role of human resources. *Human Resource Management*. 36, 1, 121-127.
- Legge, Karen (1978). *Power, innovation and problem-solving in personnel management*. London: McGraw-Hill.
- Le Goff, Jean-Pierre (1997). *As ilusões da gestão*. Lisboa: Difusão Cultural.
- Moreira, Pedro Santos (coord) (2006). *Gestão de pessoas: tendências, qualificações e formação*. Lisboa: IQF.
- Reed, Mike (1997). *Sociologia da Gestão*. Oeiras: Celta.
- Segrestin, Denis (1996). *Sociologie de l'entreprise*. Paris: Armand Colin.
- Storey, John (ed) (1992). *New perspectives on human resource management*. London: Routledge.
- Torres, Leonor Lima (2008). *Educação e trabalho: dinâmica da relação entre perfis de formação e perfis profissionais no campo dos recursos humanos*. VI Congresso Português de Sociologia, policopiado.
- Watson, Tony J. (1987). *The personnel managers: a study in the sociology of work and employment*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Watson, Tony J. (2004). HRM and critical social sciences analysis. *Journal of Management Studies*. 41, 3, 447-467.
- Wihte, Deena (2002). *To market, to market: employability in the liberal investment state*. Montréal: Université of Montréal, policopiado.

Educação, formação para o trabalho e hegemonia

Filippina Chinelli
Universidade Federal do Rio de Janeiro
pina.chinelli@gmail.com

Resumo: No esforço de articular e justificar o chamado novo paradigma produtivo – no permanente processo de construção e manutenção da hegemonia –, nunca, como hoje, as instituições educacionais estiveram tão profundamente impregnadas e orientadas pela ideologia do mercado, assumindo o empresariado um protagonismo cada vez mais direto no campo educacional. A educação vem se constituindo em instrumento privilegiado de inculcação de dispositivos ideológicos capazes de produzir trabalhadores “dóceis”, ativos “colaboradores” do capital. São analisados os novos formatos educacionais acionados pelas empresas – a “educação corporativa” e suas variações –, associando-os aos processos de mudança que vêm ocorrendo no país, no contexto de mundialização do capital. A investigação empírica foi realizada com “colaboradores” da maior empresa de telecomunicações do país e com trabalhadores tercerizados que a ela prestam serviços, para os quais a mesma empresa financiou programa de elevação de escolaridade, estruturado com autonomia pedagógica pelo sindicato da categoria – Sinttel-Rio.

É cada vez maior o número de escolas dos níveis fundamental e médio que, utilizando-se de diferentes recursos de mídia, anunciam o ensino de “empreendedorismo” para crianças e adolescentes do Rio de Janeiro. Por exemplo, um outdoor à beira de uma movimentada estrada de um bairro de classe média alta que também abriga várias favelas, localizado na cidade de Niterói, anuncia há vários meses: “Empreendedorismo para seu filho ir além”. Um menino de no máximo 10 anos de idade, vestido com um enorme paletó preto de adulto, ajoelhado e tendo ao colo um laptop aberto, ilustra a peça de propaganda. Observe-se que o nome do estabelecimento que oferece “educação empreendedora” encontra-se grafado em letras menores, na parte inferior do outdoor, o que sugere, no mínimo, que o ensino de empreendedorismo, ao menos no caso da escola anunciante, é considerado tão importante quanto a formação geral de seus jovens alunos, ou de capitalisteens, conforme denominação utilizada em uma reportagem publicada por uma revista de circulação nacional (Época, 29/09/08:68).

A reportagem versa sobre uma fábrica de sacolas – a Ecoconsciente –, empresa criada por alunos de uma escola média paulista como parte do projeto Miniempresa, realizado pela Junior Achievement, organização estadunidense fundada em 1919 com o objetivo de fomentar o empreendedorismo nos primeiros níveis de ensino de escolas públicas e privadas. Atua no Brasil desde 1983 como uma “Organização da Sociedade Civil de Interesse Público”, cuja filosofia de atuação é resumida na frase “A Vida é um Caminho, não um Destino e Você é o Arquiteto do seu Caminho”. Com isso, a organização – que “acredita na capacidade e potencialidade do ser humano”, “incentiva os jovens a adotar responsabilidade pelos próprios destinos” e a perseguir objetivos “realistas e ambiciosos”, pretende proporcionar aos estudantes “uma visão clara do mundo dos negócios e facilitar o acesso ao mercado de trabalho” (www.jabrasil.org.br).

Decorrido um mês, em outro periódico semanal, também de grande circulação, foi publicado extenso artigo com o título “Obscurantismo na universidade”, tendo como chamada inicial “O venezuelano Chávez cria uma rede de instituições de ensino superior que faz propaganda de seu governo e tem como objetivo formar ‘o novo homem socialista do século XXI. É a morte da razão” (Veja, 29/10/08). Em destaque ilustrado por uma foto de pequenos venezuelanos e venezuelanas em sala de aula, denuncia-se o “Socialismo desde cedo”: o excesso de ideologia e o desestímulo à competição seriam as causas das piores notas obtidas por essas escolas em uma avaliação da qualidade do ensino na Venezuela. Quanto ao ensino superior, destaca-se que “Ao enterrar a meritocracia e transformar as universidades em locais onde grassa uma ideologia do passado, o governo de Chávez põe de pé um sistema incapaz de formar jovens preparados para atuar numa economia globalizada” (Veja, 29/10/08:140).

Acredito que o leitor não terá dúvidas em concordar que ambas as reportagens expressam um ponto de vista em acelerado processo de consolidação, que toma os primeiros níveis de ensino escolar como um dos espaços de conformação do homem mais adequado às necessidades de produção e consumo do capitalismo contemporâneo. Ou, dito de outra maneira, como um espaço que é objeto de intensa disputa simbólica. As reportagens, cada uma à sua maneira, tratam, portanto, de ideologia, reconhecida, porém, apenas no caso das escolas venezuelanas. Tudo se passa como se apenas o “socialismo chavista” fosse autoritário, démodé e contraproducente, como se a formação empreendedora fosse ideologicamente neutra (“naturalmente” melhor) e carregada de positividade; e como se os capitalisteens não constituíssem o projeto de sujeito de uma ideologia, o resultado parcial de investimentos em “competências” que transformam os seres humanos nos “ativos” desejados pelo capital. Ou seja, como se os capitalisteens não fossem o resultado de um ethos que considera natural e aceitável fazer do “humano uma forma de capital”, com base na mitificação da ciência e da tecnologia e na transformação do capital humano e do empreendedorismo em normas e valores que orientam a ordem social contemporânea (López-Ruiz, 2007:27).

Com essas considerações, quero ressaltar que a escola e a educação vêm crescentemente incorporando uma perspectiva utilitarista, submetendo-se de forma mais direta à razão econômica no sentido de proporcionar uma formação que atenda aos imperativos da aceleração da concorrência em escala global. Na interpretação de Laval (2004:3), as “organizações internacionais de ideologia neoliberal”, acompanhadas pela maior parte dos governos de países desenvolvidos [e também periféricos, acrescento], que propulsionaram essa concepção de escola, fizeram da competitividade o axioma dominante dos sistemas educativos”. A Junior Achievement constitui exemplo perfeito do que afirma o autor.

Não surpreende, portanto, que a educação em geral e as escolas em particular, desde o ensino fundamental à universidade, demonstrem estarem cada vez mais impregnadas pela ideologia do mercado. Redefinem-se os projetos pedagógicos no sentido de contribuírem desde muito cedo para a formação de indivíduos empreendedores de si próprios, capazes de se ajustarem à flexibilidade que marca não só o trabalho, mas a vida nas sociedades capitalistas atuais. Tanto é assim que a “educação empreendedora”¹, destinada a crianças e adolescentes de escolas das redes privada e pública brasileiras já é uma realidade, encontrando-se em franco processo de institucionalização. O apoio não vem apenas do empresariado² mas também do poder público e de instituições públicas e privadas de ensino superior, tanto no que se refere à elaboração de projetos de ensino e de material didático, quanto da produção de literatura justificadora da suposta necessidade de se iniciar a formação empreendedora nos primeiros anos de vida (Santos, 2004a).

É, portanto, vital para a legitimação e reprodução do capitalismo contemporâneo instrumentalizar o sistema educacional visando formar trabalhadores “empreendedores de si próprios”. Para tanto, nada mais adequado para a conformação de uma nova sociabilidade do que iniciá-la na infância e submeter as instituições de ensino à racionalidade gerencial capitalista, com a conseqüente redefinição da esfera de atuação do Estado. Isso significa que, no caso brasileiro, com o beneplácito e ações complementares do poder público, o capital, através de seus aparelhos privados de hegemonia, vem operando a implementação do projeto pedagógico adequado “à obtenção do consenso da sociedade e da reeducação ético-política, individual e coletiva dos cidadãos brasileiros” (Neves e Sant’Anna, 2005:99).

Nas páginas subsequentes procuro analisar um dos formatos assumidos por esse projeto pedagógico – a “educação corporativa” – voltada para a capacitação de trabalhadores localizados no core da matriz de uma grande operadora de serviços de telefonia móvel e fixa localizada na cidade do Rio de Janeiro, tomando o Brasil como uma formação histórico-social dependente no contexto de mundialização do capital. Baseio-me em investigação realizada com empregados da matriz de uma grande operadora de serviços de telefonia móvel e fixa localizada na cidade do Rio de Janeiro, tendo como contraponto empírico e analítico depoimentos de trabalhadores terceirizados que a ela prestam serviços.

A escolha das telecomunicações para a realização de um estudo de caso deveu-se ao fato de o setor poder ser considerado quase paradigmático das transformações que vêm ocorrendo no processo de acumulação capitalista em escala global. Dada a sua centralidade, este é um dos setores em que as mudanças no regime produtivo repercutem de forma intensa sua relação com transformações no mundo do trabalho. Não se trata, porém, de um estudo sobre as telecomunicações

¹ No site da Junior Achievement, a “educação empreendedora é assim apresentada: “Empreender é gerar conhecimento. A transferência de conhecimento na educação empreendedora se dá de forma diferente do processo convencional. Nesta área quem gera o conhecimento é o aluno, que utiliza sua bagagem para gerar novos conhecimentos. A educação empreendedora não tem como tarefa ensinar, mas sim criar um ambiente “cultural” favorável, no qual o aluno perceba valores empreendedores como algo positivo, desenvolvendo autoconhecimento, conhecimento sobre o outro e sobre como utilizar ferramentas e instrumentos para a realização de seus objetivos”. Dolabela (...), entusiasmado defensor e difusor desse tipo de formação, não considera o empreendedorismo como algo inato. Qualquer indivíduo pode tornar-se empreendedor, desde que desenvolva desde criança as competências requeridas através da pedagogia empreendedora, voltada para crianças e adolescentes dos 4 aos 17 anos de idade. Seu princípio educativo é o sonho (sic!), visto que as características empreendedoras nasceriam “da relação que o indivíduo estabelece entre o sonho e a sua realização” (2003:73). Conforme o autor, o empreendedorismo que defende seria “um instrumento de combate à miséria”, visto que estaria orientado para “provocar a mudança cultural. Estamos falando de mudança, e não de transferência de um conteúdo cognitivo convencional. Estamos falando de uma nova forma de relacionamento entre as pessoas porque é esse relacionamento que estimula ou inibe a capacidade empreendedora. Um relacionamento fortemente hierarquizado, autocrático, tende a destruir a capacidade empreendedora. Já um relacionamento democrático, em rede, onde todos têm a mesma autonomia, têm o poder de influenciar seu próprio futuro e o de sua comunidade (...)” (Dolabela, 2004:128).

² A citação que segue resume o entendimento que o empresariado brasileiro tem de empreendedorismo: “O Empreendedorismo é um tema importantíssimo para o empresário e para as empresas. Em primeiro lugar, a formação de novos profissionais tem sido considerada de suma importância para o seu sucesso, principalmente se as escolas sejam elas de ensino fundamental ou de ensino superior, conceberem o seu projeto pedagógico com base em novos paradigmas educacionais e no desenvolvimento das competências para o trabalho, considerando todas as peculiaridades e incertezas atuais da sociedade. O empreendedorismo se estabelece como um fenômeno cultural, fortemente relacionado e embasado no processo educacional, capaz, portanto, de impulsionar a criação de pequenas e médias empresas inovadoras” (www.poratalmpresarial.com.br). Vale ressaltar que o Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – tem sido ao longo das últimas décadas o principal difusor destas idéias e valores, através de cursos e programas de apoio à pequena e média empresa (ver Campos, 2003) e da formulação e implementação de programas específicos voltados para alunos dos primeiros níveis de ensino de todo o país (ver Dias, 2006).

brasileiras, privatizadas há cerca de dez anos, sendo o setor tomado como um caso particular das determinações gerais da reorganização global da produção e de seus impactos na formação para o trabalho.

Educação e hegemonia

A capacitação para o trabalho no mundo contemporâneo, além do conteúdo propriamente técnico-operacional, traz embutido um conjunto de mecanismos de caráter ideológico que visa formar nos trabalhadores, transmutados em “colaboradores”, as disposições e habilidades, sobretudo comportamentais e simbólico-culturais, consideradas indispensáveis ao seu envolvimento incondicional com os objetivos e metas das empresas “flexíveis”, inclusive valorizando o caráter temporário do emprego. Trata-se de um processo que ocorre no âmbito das mudanças que ocorrem nas esferas da produção e da cultura, parte constitutiva das transformações em curso no regime de acumulação do capital e que evidencia o deslocamento do agente da dominação/disciplinamento/exploração da produção (e a expropriação taylorista do saber e da iniciativa) para o produto (a dependência do “cliente”).

Ao mesmo tempo, constrói-se a flexibilidade como “mito”, visto que destaca apenas as vantagens que seriam a todos benéficas, de sua necessidade considerada inapelável. Nesse movimento, os programas de formação para o trabalho são alocados em termos simbólicos (e contábeis) na rubrica “responsabilidade social” da empresa, o lucro é rerepresentado como “satisfação do cliente”, e se oculta a exploração do trabalho sob o rótulo de “colaboração” ou “parceira” de indivíduos supostamente autônomos, cuja subjetividade se expressaria, sobretudo nas atividades ocupacionais. Do ponto de vista do capital, impõe-se adaptar os trabalhadores aos “novos tempos” da exploração e, ao mesmo tempo, atingir toda a visão de mundo do conjunto da sociedade, conformando-a “por meio do culto a um subjetivismo exacerbado e a um ideário fragmentador” em prejuízo das “formas de atuação coletiva e social” (Antunes, 2005:86).

Mészáros (2005:55) destaca que a educação, sobretudo nos últimos 150 anos, vem gerando e transmitindo, mediante toda sorte de mecanismos de dominação cultural, os conhecimentos e os valores necessários ao funcionamento do sistema capitalista, postos cada vez mais a serviço da indução a “um conformismo generalizado em determinados modos de interiorização, de forma a subordiná-los às exigências da ordem estabelecida”, legitimando-a (idem:35). De fato, ao longo de sua história, o capitalismo tem criado dispositivos ideológicos capazes de justificar os objetivos ou telos dos dominantes perante os dominados (Rodrigues, 1998). No caso do capitalismo contemporâneo, Boltanski e Chiapello (2002:53) apontam a necessidade de “formação de um novo conjunto ideológico mais mobilizador”, de um “novo espírito” mais adequado às novas da acumulação capitalista, capaz de aproximar-se da “experiência moral da vida cotidiana dos indivíduos e propor-lhes modelos de ação nos quais possam apoiar-se”.

Por isso mesmo, não é de hoje que se relaciona no Brasil educação e desenvolvimento, em uma espiral virtuosa que estabeleça correlação direta entre crescimento econômico e níveis educacionais. A diferença das duas últimas décadas em relação às anteriores é a centralidade que a eterna discussão sobre a inadequação do sistema de ensino às demandas de formação da força de trabalho assume na agenda empresarial.

No passado, a luta do empresariado pela funcionalização da educação se dava através da mediação do Estado e seus funcionários. Hoje, esta mediação vem sendo realizada também – e cada vez mais -- pela atuação direta do empresariado, não só no que diz respeito à exploração econômica de uma educação mercantilizada, mas também no que se refere às políticas (ou seja, à adaptação ideológica aos novos tempos que elas implicam), à administração do sistema educacional, e aos conteúdos curriculares. Em comunhão com o ideário neoliberal, os proprietários do capital estão dividindo com o Estado, o papel de educadores, acrescentando às suas atividades a função de intelectuais orgânicos.

Faz parte desse ideário apresentar a educação como prioridade e alternativa de ascensão social e de superação de desigualdades, portanto, de democratização das relações sociais. A educação forneceria aos trabalhadores os instrumentos necessários para protegê-los do desemprego. Nesta linha, defende a escola básica obrigatória, universal, laica e gratuita, a cargo do poder público, ao mesmo tempo de conteúdos gerais e polivalentes, em atendimento às novas necessidades qualificacionais demandadas pela produção de mercadorias e serviços. Note-se o apelo ideológico do conceito de polivalência nesse contexto discursivo, visto que tenta convencer os trabalhadores de que em tempos de flexibilidade, seu “sucesso” no mercado de trabalho depende da aquisição de um conjunto mais amplo e complexo de conhecimentos e habilidades. Supostamente proporcionar-se-ia aos trabalhadores uma formação mais integral, quando o que deles se requer de fato é que sejam multifuncionais, isto é, capazes captar positivamente a multiplicidade das linguagens, das ocupações e do pluralismo de especializações.

Como requisitos qualificacionais de maior complexidade supõem, além de acúmulo de capital social e cultural, níveis mais altos de escolarização, na realidade, acaba-se por reforçar a histórica dualidade do sistema de ensino brasileiro: para oriundos das classes sociais mais pobres, destinados a ocupar postos de trabalho de baixo ou nenhum conteúdo tecnológico, bastariam alguns anos de escola; para os segmentos médios e altos, aos quais estão destinados os postos de trabalho de alto conteúdo tecnológico, reservam-se os graus mais elevados de escolaridade.

Os intelectuais orgânicos do neoliberalismo e as cadeias de transmissão de suas idéias, com destaque para a grande imprensa, não se cansam de atribuir todos os problemas relacionados à formação da força de trabalho brasileira a uma profunda “crise de qualidade decorrente da improdutividade que caracteriza as práticas pedagógicas e a gestão administrativa da grande maioria dos estabelecimentos escolares” (Andrioli, 2002, s/p). Sua superação demandaria reformar a escola e o sistema educacional, obviamente conforme os princípios da liberdade de mercado, devendo ter como principal guia o “papel

crescente do saber na atividade econômica”, o que implicaria na necessidade de flexibilizar métodos, conteúdos curriculares e formatos de gestão, a fim de tornar as escolas instituições centradas na competitividade (Laval, 2004:XIII).

Em 1988, a nova Constituição do país estabeleceu as condições legais para que se ampliasse a privatização do sistema educacional possibilitando, sobretudo desde o primeiro governo FHC, que se acelerasse sua desregulamentação, antes mesmo da promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996 (Neves e Pronko, 2008). Vale ressaltar que tudo isso vem se passando conforme determinações implicadas no modelo de estabilização econômica imposto ao país pelos organismos financeiros internacionais, implementado pelos governos brasileiros desde o início dos anos 1990 e aprofundado a partir de 1995, nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). Do mesmo modo que a economia, a educação também foi amplamente reformada na perspectiva “unidimensional daquilo que serve ao mercado” (Frigotto e Ciavatta, 2003:10), disso resultando nos anos 1990 a subordinação organizacional e pedagógica da educação ao “projeto de ajuste econômico-social” (idem:10), com a concordância das elites políticas e empresariais brasileiras.

No âmbito das relações de trabalho, esse processo vem implicando uma re-conceitualização que permite sustentar a convergência entre a auto-realização individual e o lucro empresarial, e uma concepção de gestão empresarial cuja eficiência está baseada no conhecimento e controle da subjetividade do trabalhador. Para tanto, a defesa do taylorismo e os modelos educacionais a ele correlatos precisam ser substituídos por novos formatos que enfatizam a polivalência – no sentido do capital, a multifuncionalidade do trabalhador -- a ser obtida através de uma pedagogia centrada nas competências (Ramos, 2001). Trata-se de um processo de conversão de objetivos e valores que afeta a educação não apenas em termos de transmissão de conhecimento técnico, mas de valorização ideológica das novas relações de trabalho adaptadas à “acumulação flexível”.

Na perspectiva de Rummert (2000:43), este movimento corresponderia à construção de um novo projeto identificatório difundido através dos diferentes aparatos de hegemonia, cuja centralidade “está fundada na primazia do mercado, e sua difusão apóia-se no recorrente apelo a dois vetores de uma mesma matriz: a temática da qualidade, permeando todas as referências à vida individual e coletiva, e a exacerbação do individual, que perde seu caráter de positividade para tornar-se apenas a expressão do individualismo”. Em direção semelhante, Neves e Sant’Anna (2005:37) destacam esse processo, que se dá sob a direção de Estado, configura uma estratégia de conciliação entre classes visto através da “pedagogia da hegemonia”, procura-se convencer o conjunto da população de que as forças do mercado são incontornáveis e de que as classes dominantes teriam “capacidade de doação” e espírito público, estando engajadas na defesa dos interesses comuns a toda sociedade.

Tudo sugere, portanto, que se encontram travadas as possibilidades, historicamente limitadas, de formulação e implementação de políticas educacionais capazes de promover, em termos autônomos, o desenvolvimento científico e tecnológico necessário à construção de alternativas à inserção dependente do país na divisão internacional do trabalho. Essa subordinação consentida aos interesses do grande capital acabou por aumentar no país a desigualdade econômica e social e a difusão de uma cultura empresarial que, “encarnada no Estado, desmonta os centros produtores de ciência & tecnologia – as universidades e os centros de pesquisa públicos; que transfere os recursos da educação nacional para os programas de modernização do sistema financeiro; que define a modernização tecnológica enquanto mera absorção de tecnologia, a ser adquirida, sem impostos, no mercado internacional” (Rodrigues, 1998:142). Guardadas as devidas diferenças, creio poder tomar emprestada para a situação brasileira a reflexão de Laval (2004:3) para o caso francês, visto que aqui também a educação vem sendo tendencialmente reconfigurada no sentido da “satisfação do usuário, do cliente, do consumidor”, em consonância com as idéias neoliberais que “fizeram da competitividade o axioma dominante dos sistemas educativos.

A educação corporativa e a sociedade da informação

Em conformidade com a perspectiva acima descrita e sob a justificativa de que as mudanças introduzidas na base técnica do trabalho exigiriam um novo trabalhador “formado de acordo com o ethos da empresa” (Santos, 2004b:2) e um novo modelo educacional “preferencialmente protagonizado pelo agente mais qualificado para esta tarefa”, ganha cada vez mais espaço no âmbito empresarial, ao lado projetos educacionais como a “adoção” de escolas, telecursos, etc, a chamada “educação corporativa”. Do ponto de vista que adoto no texto, essa denominação se refere a um conjunto de práticas educacionais de caráter continuado – algumas presenciais, mas sobretudo à distância -- de forte conotação ideológica, uma vez que para além de conteúdo propriamente técnico, transmite crenças e valores relacionados à cultura da empresa, considerados capazes de fornecer não só aos trabalhadores, mas também a fornecedores e clientes, instrumentos que possibilitem sua conformação às exigências do mercado.

Se na vigência do fordismo a formação para o trabalho estava claramente delimitada entre a instituição escolar, à qual cabia a produção e a transmissão de conhecimentos, e a empresa que se constituía em espaço de aplicação desses conhecimentos, a educação corporativa aponta para a indiferenciação dos espaços e tempos educacionais. Ou seja, passa-se “para uma situação onde o locus espaço-temporal do ensino-aprendizagem e o da produção de bens materiais e bens intangíveis” não mais se delimitam com a rigidez do passado (Quartiero e Bianchetti (2005:9).

Não é de hoje que o empresariado, seus órgãos de representação de classe e seus intelectuais orgânicos se encontram presentes no debate sobre as orientações da educação no país. Mas nunca como agora o empresariado avançou tanto e de forma tão agressiva no campo educacional no sentido de formatar modelos pedagógicos diretamente voltados para as necessidades de ampliação da competitividade. Através da colaboração com instituições públicas e privadas de ensino,

inclusive do nível superior, e da compra de pacotes em firmas de consultoria especializadas, entre outras agências, esses novos formatos vêm sendo implementados, sobretudo por meio eletrônico, configurando o que no jargão empresarial é denominado de e-learning. Transmitido em rede – internet e/ou intranet -- o e-learning permite a rápida atualização de conteúdos e seu compartilhamento em tempo real entre um número muito maior de trabalhadores, clientes e fornecedores, constituindo-se, portanto, em instrumento de aprendizagem economicamente mais eficiente do que aqueles característicos dos processos tradicionais de treinamento.

Do ponto de vista do capital, a educação corporativa se constitui em instrumento que permite

“evitar que o profissional se desatualize técnica, cultural e profissionalmente, e perca sua capacidade de exercer a profissão com competência e eficiência, causando desprestígio à profissão, além do sentimento de incapacidade profissional. Educação corporativa é, portanto, o conjunto de práticas educacionais planejadas para promover oportunidades de desenvolvimento do funcionário, com a finalidade de ajudá-lo a atuar mais efetiva e eficazmente na sua vida institucional. (...) As empresas estão criando um sistema de aprendizagem contínua em que toda a organização aprende e trabalha com novos processos e novas soluções. O desafio, então, é criar um ambiente de aprendizagem no qual todo funcionário e todo elemento do sistema comercial da empresa compreenda a importância da aprendizagem contínua vinculada a metas empresariais” (Silva,s/d:s/p).

A educação corporativa, portanto, agregaria vantagens competitivas às empresas e contribuiria para a moldagem de sua imagem positiva no mercado. Para tanto, elas precisam oferecer aos seus funcionários muito mais do que treinamento para atividades específicas (Meister, 1999): devem, sobretudo, acionar procedimentos que, “para além do aparato tecnológico, se referem à transição do treinamento baseado na experiência para a ênfase no desempenho, o que implicaria na necessidade de configurar “uma cultura de aprendizagem mais ampla” (Rosemberg, 2002:11), contínua, propiciadora de “mudança de comportamento que possibilite a exteriorização das potencialidades do indivíduo, deixando fluir suas habilidades, aptidões e sua capacidade de criação”, ou seja, a “adoção de uma postura pró-ativa, buscando idéias e soluções para os problemas vivenciados no trabalho” (Abreu et al., 2003). Em perspectiva semelhante), Eboli (s/d;s/p), afirma com entusiasmo que a educação corporativa representaria “a energia geradora de sujeitos modernos, capazes de refletir criticamente sobre a realidade organizacional, de construí-la e modificá-la continuamente em nome da competitividade e do sucesso. Ela favorece a inteligência e o alto desempenho da organização, na busca incansável de bons resultados”.

Tamanho entusiasmo é característica corriqueira da literatura sobre o tema que, via de regra, sinaliza como principais vantagens da educação corporativa: a superação de modelos tradicionais de treinamento e desenvolvimento -T&D; a formação de pessoas focadas nos resultados dos negócios das empresas; a busca pelas empresas de novas formas e relações para a aprendizagem através de parcerias; a maior permeabilidade das fronteiras organizacionais, diminuindo com isto a distância entre mercado e academia; para além do conhecimento teórico, oferece oportunidades de aprendizagem contínua e o desenvolvimento de posturas, habilidades e atitudes demandadas pelo novo mundo do trabalho; desenvolvimento mútuo entre indivíduos e organizações; a administração de pessoas e o controle dos processos é deslocada para o foco no desenvolvimento. Trata-se, portanto, da implantação de um sistema de capacitação do trabalhador que para além da aquisição de habilidades técnico-operacionais específicas, tem por objetivo o desenvolvimento as atitudes e comportamentos mais adequados à competição bem sucedida da empresa no mercado. Tais vantagens permitiriam aos indivíduos operarem de forma mais adequada na “sociedade da informação, noção equivalente a “sociedade do conhecimento”, “capitalismo cognitivo”, etc., caracterizada pelo uso intensivo da ciência e da tecnologia que a todos promete a socialização do saber, a conquista da cidadania, a redenção dos males do mundo. além de incorporar reivindicações e valores reclamados pela sociedade ocidental há várias décadas.

O conceito de “sociedade do conhecimento” é irmão gêmeo de “sociedade da informação globalizada”, ou ainda, em uma perspectiva mais abrangente, de “sociedade pós-moderna”, “sociedade pós-industrial” ou “capitalismo cognitivo” (Vecchi, 2002). Tais conceitos são formulados, sobretudo, a partir dos anos 1970 no contexto da chamada “crise da modernidade” que estaria relacionada ao esgotamento do sistema produtivo que sustentou a modernidade, estruturado a partir da revolução industrial, e da necessidade de estabelecer parâmetros adequados à apreensão e compreensão da sociedade contemporânea.

Na cabem no âmbito deste texto maiores considerações a respeito das convergências e divergências suscitadas pelo conceito de pós-modernidade. Mas considero relevante destacar que, grosso modo, a pós-modernidade é definida por três características básicas. Em termos econômicos, pela globalização, reestruturação e despadronização da produção e do consumo e a busca a todo custo de níveis cada vez mais altos de competitividade. No que se refere às relações sociais, a pós-modernidade seria o tempo do esfacelamento do coletivo enquanto projeto e da ênfase no indivíduo: o coletivo consistiria no entrecruzamento de projetos individuais, mas que permanecem independentes. A isso se acrescenta a centralidade ocupada pela informação e a transformação do conhecimento em produto de massa. Ou seja, para os teóricos da pós-modernidade, o conhecimento perde seu valor de uso na medida em que perde sentido a relação entre sua aquisição e a formação do espírito (Lyotard, 1998). No capitalismo contemporâneo, o saber, a ciência tornaram-se mercadorias, constituindo-se em fator cada vez mais importante na “competição mundial pelo poder” (idem, 1998:5/6).

Em síntese, na perspectiva da sociedade do conhecimento, a ciência, passa a ser vista cada vez mais de forma “interessada” não só em termos de incremento da produtividade/competitividade, mas também de competição política entre

as nações. Do ponto de vista do capital, portanto, “para ser competitiva, a empresa deve esforçar-se para fazer de cada uma de suas iniciativas uma ação inovadora” (Carbonne et al, 2006:39), o que tornaria o conhecimento um recurso que colocaria em segundo plano os “tradicionais fatores de produção – terra (isto é, recursos naturais), mão-de-obra e capital (...). Eles podem ser obtidos facilmente, desde que haja conhecimento” (Drucker,1993:23).

É óbvio que o capital jamais poderá prescindir do trabalho vivo, visto que o conhecimento é unicamente uma criação humana em sua relação histórica e contraditória com o mundo em que se vive. Na citação acima Drucker procede a uma rotação ideológica que secundariza o trabalho vivo para superestimar a relevância do trabalho morto e do trabalho imaterial. Neste movimento desvaloriza-se o conhecimento científico, teórico e acadêmico em favor do conhecer e do refletir na atividade prática, em decorrência da informação (Duarte, 2001).

O critério de qualidade do conhecimento está, portanto, centrado na capacidade de corrigir erros e solucionar problemas. Importa produzir conhecimentos que viabilizem inovações de modo a ampliar a vantagem competitiva das empresas. Com isto, a organização transformar-se-ia em uma *learnig organization* (Rebouças, 1998:50), que seria típica dos setores de ponta da economia contemporânea (aí incluídas as telecomunicações) e se caracterizaria por ser “tecnologia-informação-conhecimento intensivos”. Ou seja, uma organização na qual seu capital intelectual, constituído pelo “conjunto de talentos, capacidades, habilidades, idéias, relacionamentos, clientes, interfaces, sistemas de gerência de informação integrados e eficientes, etc, é o componente principal de sua cadeia de valor” (Carbone, 2006, p.63). Uma organização deste tipo também deve ser capaz de traduzir o conhecimento em novas formas de comportamento, necessitando, para tanto implementar modelos de gestão capazes de assegurar o controle e expropriação dos conhecimentos tácitos do trabalhador, o que asseguraria a “produção e circulação do conhecimento interessado no âmbito da própria empresa” (Santos, 2004b:7).

Essa perspectiva assenta-se no valor econômico do conhecimento e enfatiza a educação continuada com o duplo sentido de constante qualificação e requalificação formais, mas também em referência a tudo aquilo que é adquirido informalmente pelos indivíduos, deixando a escola de ser o principal agente educacional), ou seja, ganha quem lograr acumular mais capital intelectual (Bourdieu e Passeron, 1975), no decurso de suas vidas. Estariam, assim, postos os requisitos considerados necessários para criar as condições para a ascensão social e de contribuir para o desenvolvimento do país, recolocando-se no centro do debate público, tanto nos países centrais quanto nos periféricos, o papel econômico da educação contemporânea.

Trata-se do que vem sendo denominada de “nova teoria do capital humano” que se baseia na crença de que a chamada “nova economia” seria capaz de criar postos de trabalho mais sofisticados, para os quais seriam requeridos profissionais melhor qualificados e envolvidos com os objetivos das empresas. Nesse contexto, desloca-se a noção de qualificação para a de competência, em correspondência à passagem do padrão taylorista-fordista para a organização flexível do trabalho. O termo “competência” é usado para indicar as necessidades geradas pelos novos padrões de competitividade e pelas maiores exigências de qualidade dos produtos e serviços que, portanto, demandam novos atributos e habilidades por parte dos trabalhadores, nem sempre diretamente relacionados ao conhecimento profissional (isto é, à “qualificação”), mas associados à subjetividade e às formas através das quais ela se expressa no espaço do trabalho. A teoria do capital humana *aggiornata* e o conceito de competência são, do meu ponto de vista, os principais sustentáculos ideológicos da educação corporativa.

A educação corporativa na empresa pesquisada

As informações coletadas na empresa pesquisada permitem afirmar que os programas de formação para o trabalho por ela implementados logo nos anos posteriores à privatização, tiveram por objetivo sobretudo apagar a cultura do trabalho da empresa estatal, centrada na idéia de prestação de um serviço público. Hoje, rompida “a identidade do trabalho [que] se encontrava nas conseqüências sociais de sua atividade” (Sennett, 2006:70), tem como principal foco a formação de “colaboradores” adequados a formas de organização do trabalho que tendem a promover a lealdade do empregado à empresa (...), dessa forma, subvertendo a solidariedade coletiva entre os trabalhadores” (Laranjeira, 1998:171) e convertendo o trabalho “em uma empresa individual dentro do mercado mundial” (Kovács, 2002:30).

É com essa perspectiva que se organizam as atividades de treinamento da empresa em questão em concordância com o pressuposto básico da educação corporativa: agregar vantagens competitivas à organização, o que depende de que as empresas oferecessem aos seus funcionários muito mais do que treinamento para atividades específicas. Tratar-se-ia de acionar procedimentos que, para além do aparato tecnológico, se referem à transição do treinamento baseado na experiência para a ênfase no desempenho, o que implicaria na necessidade de configurar “uma cultura de aprendizagem mais ampla” (Rosemberg, 2002:11), contínua, capaz de mudar comportamentos e, assim possibilitar “a exteriorização das potencialidades do indivíduo, deixando fluir suas habilidades, aptidões e sua capacidade de criação”, ou seja a “adoção de uma postura pró-ativa, buscando idéias e soluções para os problemas vivenciados no trabalho” (Abreu et al.:2003).

Implementados através do chamado *e-learning*, ou seja, através de tecnologias de informação, a educação corporativa da empresa, no momento da pesquisa, compreendia vários programas, com destaque para os seguintes: Geração *AccessTel*, voltado para a formação daqueles que apresentam talento para, no futuro, ocuparem cargos de gestão, envolvendo colaboradores, *treinees* e estagiários; Academia de Liderança, destinado àqueles que ocupam cargos de comando e à formação de times ou equipes de trabalho; e o Centro de Exame de Qualificação Profissional – *Cequal* --, cuja atribuição é a certificação de competências de trabalhadores terceirizados.

O Programa Geração AccessTel foi lançado em 2006, no contexto do mais recente processo de reestruturação da empresa, motivado pela incorporação de uma operadora de telefonia celular, sob a responsabilidade da “Diretoria de Gente”³. Em sua primeira versão esteve estruturado em três vertentes e atendeu a quatro categorias de participantes. A definição de seus conteúdos e metodologia envolveu a mencionada Diretoria, uma empresa de consultoria de recursos humanos e uma instituição carioca de ensino superior especializada em propaganda e marketing, encarregada do oferecimento do curso em nível de MBA. As vertentes foram as seguintes: a) Programa de Desenvolvimento Acelerado para “colaboradores” e trainees “focado nas competências do negócio”, tendo como principal objetivo “preparar um grupo de profissionais para assumir novas posições na organização, conforme o desempenho individual durante o programa”; b) Programa de Desenvolvimento de Estagiários, cujo objetivo foi “criar nos jovens “colaboradores” da Telemar, selecionados em processo externo ou que já estão na empresa, uma base de formação profissional sólida e atual”; c) Summer Job que visou atrair estudantes brasileiros no exterior para desenvolverem projetos relacionados ao curso no âmbito da AccessTel. O objetivo geral dos três programas foi o de reter na empresa aqueles que demonstraram “talento” para assumirem postos de liderança para, no futuro, exercerem cargos de comando na organização.

O curso foi estruturado em módulos integrados por disciplinas que para além de conteúdos de caráter técnico, visavam proporcionar, sobretudo, a aquisição valores, atitudes e motivações que ultrapassam a materialidade das relações de trabalho, como se pode depreender de alguns dos objetivos por elas propostos: Pensamento estratégico e visão do todo; Entender as características do consumidor de serviços voltadas para o atendimento das suas necessidades; Entender o papel da cultura organizacional e a sua influência nos negócios; Discutir o "teatro de serviços" e o cliente como co-produtor do serviço; Exercitar a consciência sobre o potencial criativo e as ferramentas de criatividade; Discutir o "teatro de serviços" e o cliente como co-produtor do serviço; Exercitar a consciência sobre o potencial criativo e as ferramentas de criatividade; ser claro e objetivo, lidando com conflitos e gerenciando as relações; Aprender a controlar a emoção e ter naturalidade na comunicação oral durante apresentações eficientes; etc.

O Geração AccessTel e os demais programas citados foram formulados de maneira a estarem alinhados com os seguintes valores da empresa, transmitidos aos colaboradores através da intranet e de publicações internas, e visualizados por todos e durante todo o horário de trabalho, impressos que estão nas paredes das instalações físicas da empresa para que possam ser eficientemente introjetados: Meritocracia, pedra fundamental da política de gente; Simplicidade; Time, não cabendo nenhuma forma de manifestação que destaque o indivíduo em relação ao time; Excelência de Gente; Confiança; Paranoia pelo Resultado, manter continuamente um clima de guerra na busca incansável pela eficiência que se traduz em liderança absoluta de custos e produtividade; Dividir o sucesso; Integridade; Busca de Excelência; A Regra do Padrão - Regra número 1: O cliente tem sempre razão. Regra número 2: Se o cliente não tiver razão leia a regra número 1.

Este decálogo de prescrições tenta construir um tipo ideal de empresa e um tipo ideal de trabalhador. Tratar-se-ia de uma empresa mais humanizada, que teria diminuído as distâncias hierárquicas; que daria voz e respeitaria seus “colaboradores”; que estimularia seu autodesenvolvimento; que buscaria a democratização das informações; e que premiaria a criatividade, a capacidade de liderança e o espírito empreendedor de seus colaboradores. Tais práticas conformariam “empresas qualificantes”, expressão que supostamente atribui maior relevância à formação e ao bem estar físico e psicológico do “capital humano” e à cooperação entre as tarefas de direção e execução. Na verdade, ela encobre formas renovadas de exploração da força de trabalho, de extrema eficácia, visto que pautadas no controle da subjetividade do trabalhador, conforme deixa claro a institucionalização explícita da “paranoia pelo resultado” e o alto nível de competição individual que produzem estresse e ansiedade, até porque é o desempenho individual o principal fator de aferição das possibilidades de ganhos salariais diferenciados e de ascensão na estrutura de cargos da empresa.

Vale destacar que os programas acima mencionados objetivam, em última instância, detectar ainda na etapa de estágio e nos primeiros níveis da carreira, os “talentos” a serem moldados como os futuros líderes da organização, exemplos de flexibilidade que internalizam de forma ininterrupta novos valores e significados, sempre conectados aos interesses do capital. Isto porque em “um contexto de disputa acirrada entre as empresas pelos “indivíduos talentosos e informados”, a “previsibilidade na reposição de pessoal garante a preservação da estabilidade das competências organizacionais”, sobrepondo-se “a preocupação de reter o pessoal em que se investiu, valorizando-se o desenvolvimento de carreiras e a sucessão interna” (Colbari, 2007:27). “Talento” é, portanto, uma classificação muito perto de designar o conjunto de trabalhadores que já aderiu, ao menos parcialmente, aos efeitos de inculcação ideológica mais difusos no mundo do trabalho.

Essa perspectiva enfatiza os méritos pessoais, entendendo-se “mérito” como incorporação ativa do ethos empresarial. E nem poderia ser de outro modo, visto que a meritocracia está no topo do que chamo de decálogo de valores da empresa, constituindo “a pedra fundamental da política de gente”. Trata-se, na opinião de López-Ruiz (2007:27) de um ethos que “permite fazer do humano uma forma de capital” no sentido não apenas de

“ampliação e extensão do conceito de capital para um conjunto de capacidades, capacidades e destrezas humanas – o capital humano –, que passa a ser um objeto central na análise econômica, mas também a criação de ética social composta por um conjunto de máximas que regulamentam a forma como as pessoas conduzem suas vidas”.

³ Denominação dada à antiga área de recursos humanos.

Para tanto, é indispensável que os indivíduos façam por sua conta e risco investimentos para a aquisição, manutenção e ampliação de capacitações que conformam a atitude empreendedora “a partir da qual quem trabalha seja levado a pensar e a sentir sua atividade como uma empresa particular e como o motivo principal de sua vida” (López-Ruiz (2007:30).

Vivemos, então, segundo a crítica de Sennett (2006) tanto à prática do capitalismo flexível quanto à ideologia que o sustenta, na “sociedade das capacitações”. Nela é preciso não só ser competente na aplicação econômica de um conhecimento mais ou menos estável. É indispensável formar capacidades voltadas para o futuro, de continuar capaz, amanhã e sempre, de aplicar conhecimentos ainda por obter, em tarefas permanentemente renovadas. Daí a ênfase no desempenho, porque é isto que permite às empresas se programarem e acionar dispositivos voltados à tentativa de adaptar as disposições subjetivas de sua força de trabalho à fugacidade dessas capacidades eternamente provisórias. Isso significa reorganizar a gestão da força trabalho, refazer a cultura da empresa, o que remete à necessidade de reconstruir a ética do trabalho. É preciso apresentar como inevitável e, além disso, bom para o trabalhador o desenvolvimento do pensamento estratégico prospectivo colocado a serviço da resolução de problemas concretos das empresas e com base no qual se avalia o desempenho dos trabalhadores, reapresentado sob a forma de uma “colaboração interclassista

Nesse sentido, o conteúdo do conceito de competência inclui a consideração de que elas mudam conforme as necessidades contextuais das organizações, o que demanda uma constante adequação e readequação dos trabalhadores, em uma perspectiva de formação que nunca tem fim, embora esse fim mutante reduza a formação humana ao desempenho econômico. Melhor dizendo, cujo fim é determinado pelo “envelhecimento” da capacidade de serem “proativ[os] diante de situações ambíguas” (Sennett, 2006:52). Quem consegue tal proeza, é merecedor de recompensa. Ou seja, o mérito individual tal como expresso no desempenho subjetivamente avaliado por iguais e superiores, determina se o trabalhador continua, ascende ou é excluído da empresa.

Os programas implementados pela empresa pesquisada constituem exemplo de como as organizações contemporâneas acionam dispositivos ideológicos objetivando convencer os trabalhadores de que os valores e interesses da empresa coincidem com os seus próprios. Com isto, seqüestram-lhes a subjetividade (Faria e Schmitt, 2007), fazendo com que aceitem como naturalmente inerentes à contemporaneidade, a diluição do coletivo e desarticulação das organizações e das lutas dos trabalhadores; a exacerbação do individualismo baseada na meritocracia da vida; a brutal intensificação do ritmo de trabalho; a superexploração implicada na extensão ao limite das formas de extração da mais valia; o desgaste físico muitas vezes extremo e o estresse psicológico – a “paranóia pelo resultado” -- que passam ser vistos com estimulantes da criatividade e da produtividade, configurando a subsunção real do trabalho ao capital.

Há resistência, como a atuação, mesmo ainda frágil e limitada, do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Rio de Janeiro -- Sinttel -- parece demonstrar. Atendendo à exigência de escolarização de nível médio para os trabalhadores terceirizados que atuam na instalação e manutenção das redes de transmissão de voz e dados, e diante da ameaça de desligamento, o sindicato elaborou e implementou durante 3 anos o programa “Vivendo e Aprendendo” de Elevação de Escolaridade, abrangendo os níveis fundamental e médio, este último exigido para a candidatura à certificação de competências através do Cequal.

Embora o “Vivendo e Aprendendo” se insira na modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos, seus coordenadores e professores empenharam-se por ultrapassar a perspectiva compensatória da EJA e conferir-lhe um caráter pautado na educação como direito. Conforme explicitado em seus objetivos, o programa pretendeu avançar no sentido de contribuir para uma formulação de Educação de Jovens e Adultos que comportasse uma visão integral de Educação. Ou seja, pretendeu articular alunos e meio social, tendo por horizonte a formação do cidadão crítico para quem a educação é direito inalienável e universal. Com essa preocupação, os currículos dos níveis fundamental e médio foram estruturados em torno do trabalho como princípio educativo. Assim, a equipe responsável desenvolveu o programa com total autonomia didática e pedagógica e pretendeu conduzir os alunos a uma tomada de consciência de suas necessidades materiais e simbólicas, de suas condições de vida e trabalho, na tentativa de construir uma percepção crítica sobre o trabalho e da vida na sociedade brasileira, capitalista e periférica.

Não é possível negar que o “Vivendo e Aprendendo”, o Cequal e os demais programas voltados para os “colaboradores” explicitam a concepção dualista da empresa no que se refere à formação de sua força de trabalho. Para os trabalhadores terceirizados, uma escolarização parcial que permite a certificação de competências ao qual são obrigados a se submeter, sem o que não podem ser contratados pelas empresas de rede. Mas, ao permitir que o Sinttel implementasse o “Vivendo e Aprendendo” com autonomia didático-pedagógica, a empresa possibilitou, de forma contraditória, que estes trabalhadores, os mais precarizados da cadeia produtiva em telecomunicações, interagissem com o sindicato e com outros companheiros que a rotina de trabalho impedia de conhecer. Possibilitou também o contato com conteúdos que contribuíram para despertar-lhe a consciência crítica sobre as precárias condições de trabalho a que estão coletivamente submetidos. Quero sugerir com isto que, embora também sujeitos aos efeitos da ideologia que justifica as formas contemporâneas de gestão da força de trabalho, estes trabalhadores puderam adquirir um mínimo de condições para construir formas de resistência capazes de refazer sua identidade coletiva, fragmentada pelo processo de terceirização que torna invisível sua relação de trabalho com a empresa. Estou ciente de que não será fácil generalizá-la e integrá-la na dimensão de uma luta mais ampla, dada a desarticulação e despolitização dos movimentos coletivos, cuja atuação vem se dando nas últimas décadas contexto da perda de proteção jurídica das relações de trabalho e do espectro do desemprego.

Referências bibliográficas

- ABREU, A. F. de et al. (2002/2003). “Tecnologia da informação e educação corporativa: contribuições e desafios da modalidade ensino-aprendizagem a distância no desenvolvimento de pessoas”. Revista PEC, Curitiba, vol.3, no. 1.
- ANDRIOLI, A. I. (2002). “As políticas educacionais no contexto do neoliberalismo”. Revista Espaço Acadêmico, no. 13, 2002.
- ANTUNES, R. (2005). O caracol e sua concha: Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo, Boitempo Editorial.
- BOLTASNKI, L. e CHIAPELLO, E. (2002). El nuevo espíritu del capitalismo. Madri, Ed. Akal S. A.
- CARBONNE, P. et al. (2006). Gestão por competências e gestão do conhecimento. Rio de Janeiro: FGV.
- COLBARI, A. L. (2007). “Educação corporativa na dinâmica sociocultural das empresas. Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 7, n. 1, jan.-jun. 2007
- DIAS, G. (2006). Empreendedorismo e educação: o Sebrae na escola. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense.
- DOLABELA, F. (2003). Pedagogia Empreendedora. São Paulo: Editora da Cultura.
- _____. (2004). “Pedagogia empreendedora”. Revista de Negócios, Blumenau, v. 9, n. 2, p. 127-130, abril/junho.
- DRUCKER, P. (1999). Sociedade pós-capitalista. São Paulo, Editora Pioneira.
- DUARTE, N. (2001). “As pedagogias do ‘Aprender a Aprender e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento’”. XXIV Reunião Anual da ANPED, Caxambu, M.G.
- FARIA, J. H. de e SCHMITT, E. C. (2007). “Indivíduo, vínculo e subjetividade”. In: FARIA, José Henrique (org.). Análise crítica das teorias e práticas organizacionais. São Paulo, Editora Atlas.
- FRIGOTTO, G. e FRANCO, M. C. (2004). “Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa à lógica do mercado”. Educação e Sociedade, no. 82, julho. Em <http://www.bibvirt.futuro.usp.br/textos/hemeroteca/eds/principal.html#v24n82>
- JUNIOR ACHIEVEMENT BRASIL. www.jabrasil.org.br. Em 10/07/08.
- KOVÁCS, Ilona. (2002). “Como hacer visible el trabajo que el discurso dominante oculta”. Sociologia de Trabajo, no. 45, pp: 24/50.
- LARANGEIRA, S. M. (1998). “Reestruturação no setor de telecomunicações: inovações tecnológicas, privatização e desregulamentação (aspectos da realidade brasileira)”. Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo, São Paulo, v. 8, n. 1.
- LAVAL, C. (2004). A escola não é uma empresa: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina, Editora Planta.
- LYOTARD, F. (1998). A condição pós -moderna. Rio de Janeiro, José Olympio.
- MEISTER, J. (1999). Educação Corporativa. Makron Books, São Paulo.
- NEVES, L. M. W. e SANT’ANNA, R. (2005). “Gramsci, o Estado educador e a nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lucia Maria Wanderley (org.). A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo, Xamã.
- NEVES, L. M. W. e PRONKO, M. A. P. (2008). O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado. Rio de Janeiro, Escola Politécnica Joaquim Venâncio.
- MESZÁROS, I. (2005). A educação para além do capital. São Paulo, Boitempo.
- PORTAL EMPRESARIAL. www.portalempresarial.com.br. Em 19/01/2007.
- QUARTIERO, E. M. e BIANCHETTI, L. (2005). “A expansão dos espaços e tempos da educação”. In Idem (orgs) Educação corporativa. mundo do trabalho e do conhecimento: aproximações. Santa Cruz do Sul/São Paulo, EDUNISC/Cortez Editora.
- REBOUÇAS, A. M. (1998). O indivíduo na sociedade de informação globalizada: estudo sobre a transição do emprego à empregabilidade com foco na privatização da Telebrás. Dissertação de mestrado, Brasília: UNB.
- RODRIGUES, J. S. (1998). O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Industrial. Campinas: Autores Associados, 1998.
- ROSEMBERG, M. J. (2002). E-learning. Estratégias para a transmissão do conhecimento na era digital. São Paulo, Makron Books.
- RUMMERT, S. (2000). Educação e identidade dos trabalhadores: as concepções do capital e do trabalho. São Paulo/ Niterói, Xamã/ Intertexto.
- SANTOS, L. de S. (2004a). Modelo de ambiente virtual para o desenvolvimento de habilidades empreendedoras em crianças. Tese de doutoramento. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- SANTOS, A. T. (2004). Teoria do Capital Intelectual e Teoria do capital Humano: Estado, capital e trabalho na política educacional em dois momentos do processo de acumulação. XXVII Reunião da ANPED, Caxambu, MG.
- SENNETT, R. (2006). A cultura do novo capitalismo. Rio de Janeiro, Editora Record.
- SILVA, D. R. (s/d). Educação Corporativa. Fundação de Comércio Álvares Penteado. Centro Universitário Álvares Penteado, s/d. Em http://www.fecap.br/Portal/Arquivos/Graduacao_Rev_Estudante_On_Line/Educao_Corporativa_Deborah_Ribeiro_Silva.pdf

Gestão da Formação e Estratégias Empresariais no Sector de Componentes para Automóvel

João Pedro Cordeiro
Escola Superior de Ciências Empresariais/Instituto Politécnico de Setúbal
jcordeiro@esce.ips.pt

Resumo: A evolução das organizações e a complexidade envolvida na sua gestão têm feito com que a gestão de recursos humanos seja reconhecida como um dos factores importantes para a eficiência organizacional. As empresas consideram os recursos humanos como o factor gerador de saberes e competências, proporcionando uma posição diferenciada face à concorrência.

Apesar da importância do factor humano, os gestores encontram ainda dificuldade em estabelecer ligações entre as práticas de gestão de recursos humanos e a estratégia organizacional. Todavia, conforme reflectido por alguns autores, as organizações com pessoal motivado, flexível e comprometido possuem maior capacidade para implementar as estratégias concebidas. Deve pois haver a responsabilidade de colocar nas organizações profissionais capacitados, qualificados e competentes, que serão os principais responsáveis pela identificação e implementação das estratégias.

Neste sentido, o objectivo desta comunicação é o de compreender as inter-relações existentes entre as práticas de gestão da formação dos quadros superiores e as estratégias empresariais no sector de componentes para automóvel.

As estratégias empresariais constituem um conjunto de objectivos e de políticas voltadas para orientar o comportamento global da empresa em relação ao seu ambiente interno e externo. Ao nível das estratégias empresariais, procurar-se-á identificar qual é a estratégia principal preconizada pelas empresas.

A gestão de quadros pode contribuir para a maximização da eficácia das organizações, desde que as práticas de gestão sejam capazes de orientar os comportamentos na busca dos objectivos estratégicos estabelecidos. Ao nível da gestão de quadros, procurar-se-á caracterizar as práticas de gestão da formação para os quadros superiores.

Introdução

Considerando que o conhecimento (objectivado em saberes, competências, qualificações) aplicado pelos profissionais numa qualquer organização é influenciado pela aplicação de um conjunto de práticas e estratégias de gestão de recursos humanos, e que as empresas com profissionais mais qualificados e competentes estão melhor apetrechadas para perceberem os sinais emitidos pelo ambiente e para implementarem mudanças, então é possível afirmar que a gestão de recursos humanos desempenha um papel determinante na capacidade das organizações alcançarem melhores performances.

O reconhecimento da importância do capital intelectual como fonte de vantagem competitiva, traz consequências óbvias para a gestão de recursos humanos. Desde logo determina que as políticas e as práticas de gestão de recursos humanos sejam revistas e integradas num sistema coerente e consistente. Os profissionais deverão assumir uma posição de alinhamento com a estratégia de negócio. Os resultados das acções dos recursos humanos não devem ser mensurados nem avaliados isoladamente, mas sim em função dos resultados organizacionais como um todo. Ou seja, as estratégias organizacionais devem influenciar e serem influenciadas pelas estratégias de recursos humanos, num processo de retroalimentação mútua.

Tendo em consideração que o tema central desta comunicação é “Gestão da Formação e Estratégias Empresariais no Sector de Componentes para Automóvel”, e que o objectivo central é estudar as relações existentes entre as práticas de gestão da formação e as estratégias empresariais, tomando-se como base a revisão da literatura e seguindo as orientações de Quivy e Campenhoudt (1992), Ruiz (1996), e Almeida e Pinto (1990), podemos formular o problema central desta comunicação em função da seguinte questão:

De que forma as práticas de gestão da formação para os quadros se relacionam com as estratégias nas empresas do sector de componentes para automóvel?

Ao nível da gestão da formação de quadros, procurar-se à caracterizar o sistema em toda a sua amplitude, reflectindo sobre vários aspectos: tipo de formação, factores/motivos para a formação, competências valorizadas pela formação, acções de formação, horas de formação, modalidades de estímulo à formação.

A gestão da formação de quadros pode, efectivamente, contribuir para a maximização da eficácia das organizações, desde que as práticas de gestão sejam capazes de orientar os comportamentos individuais e colectivos na busca dos objectivos estratégicos estabelecidos.

Ao nível das estratégias empresariais, procurar-se-á identificar qual é a estratégia principal das empresas. As estratégias empresariais constituem um conjunto de objectivos e de políticas voltadas para orientar o comportamento global da empresa em relação ao seu ambiente interno e externo, e são constituídas por actividades e recursos que devem passar por um processo de adequação.

O interesse da linha de investigação aqui desenvolvida decorre da actualidade do tema, mas também, e sobretudo, do seu carácter inovador, procurando integrar na análise das práticas de gestão das empresas (ao nível da formação) as questões relacionadas com as suas estratégias. Interesse este que se reforça, por um lado, pela escassez de estudos disponíveis

em Portugal sobre esta matéria, e, por outro, porque esta problemática apresenta contornos muito particulares na sociedade portuguesa, se atendermos às vicissitudes históricas do nosso desenvolvimento empresarial.

O estudo apresentado nesta comunicação consiste num trabalho empírico, de natureza quantitativa, efectuado aos quadros superiores de empresas do sector de componentes para automóvel. Estruturalmente, começaremos por apresentar, em linhas gerais, o modelo teórico que presidiu à sua construção. Seguidamente passamos à análise dos dados, e a título ilustrativo, apresentam-se alguns dos exemplos que permitiram fundamentar as relações entre gestão da formação e estratégias empresariais. Finalmente, na conclusão, serão sintetizados os resultados mais relevantes das relações encontradas.

1. Enquadramento Teórico

1.1. A gestão da formação

A formação é um “processo sistemático planeado que tem a ver com a aquisição de conhecimento e de competências” (Wexley e Latham, 1991:4). Esta definição faz referência ao aspecto individual da formação e desenvolvimento, e pode ter em vista os seguintes objectivos: aumentar nos indivíduos níveis de conhecimento; aumentar competências individuais numa ou mais áreas; aumentar nos indivíduos a motivação para desempenharem bem as suas funções. A formação e desenvolvimento “são esforços planeados pelas organizações, com vista a facilitar a aprendizagem, por parte dos seus trabalhadores, de competências relacionadas com as suas funções” (Wexley e Latham, 1991:3). Esta definição faz referência ao aspecto organizacional da formação. A formação deve procurar desenvolver o desempenho num trabalho presente ou futuro e, com isso, melhorar a eficácia da parte ou do todo da organização em que o indivíduo ou grupo trabalha.

A formação está como vemos intimamente relacionado com a aquisição de competências. Entendemos que as competências “designam conhecimentos e capacidades que são mobilizados em situações profissionais ou contextos de trabalho particulares” (Suleman, 1999:86). Trata-se, pois, de conhecimentos e capacidades que são estruturados em função de um problema a resolver (pode ser uma actividade a realizar, um projecto a gerir, um conflito a resolver, etc.). Como tal, a competência é caracterizada pela relação com a actividade/problema a resolver e pela selecção e/ou estruturação dos conhecimentos e capacidades para responder ao problema.

Com base nesta definição, os recursos e as competências integram um conjunto diverso de conhecimentos e capacidades que as situações de trabalho tendem a exigir. Integram uma dimensão teórica (que permita a compreensão e a familiaridade com determinados domínios científicos, técnicos, tecnológicos e organizacionais); uma dimensão instrumental (relativa à aplicação prática de saberes e de utilização de instrumentos, metodologias e estratégias); uma dimensão social (relativa a comportamentos no trabalho e de relação com os outros); e uma dimensão cognitiva (relativa ao desenvolvimento de capacidades que estruturam a acção, que permitem aprender, raciocinar e tratar informação, que não são observáveis directamente mas através dos comportamentos) (Suleman, 1999:87).

Este último item está associado à política de formação e de mobilidade profissional. É o conjunto destes conteúdos que irá servir de base para identificar quais as competências que se procuram desenvolver, ao nível dos quadros superiores, pela política de formação e de mobilidade profissional das empresas. Para além disso procurar-se-á identificar o posicionamento das empresas no que se refere à existência ou não de acções de formação profissional, ao tipo de acções realizadas, aos factores e às modalidades de estímulo à formação profissional para os quadros superiores. Com efeito, a aposta nos quadros mais qualificados é uma das esferas da empresa em que a formação pode desencadear benefícios significativos dado que da sua concretização depende, em grande medida, o desempenho profissional dos trabalhadores. Assim sendo, iremos determinar se, por um lado, a prática de formação profissional é de facto uma das esferas de actuação da gestão de quadros superiores privilegiada pelas empresas, e, por outro lado, procuramos identificar que formas revestiram essas acções de formação.

1.2. As estratégias empresariais: tipologia de Porter e seus posteriores desenvolvimentos

A teoria desenvolvida por Porter remete para a análise dos padrões de concorrência empresarial e as estratégias adoptadas pelas empresas para actuarem no mercado e para obterem vantagem competitiva – teoria da vantagem competitiva (Porter, 1985). A vantagem competitiva descreve, segundo Porter, o modo como uma empresa pode escolher e implementar uma estratégia genérica a fim de obter e sustentar uma vantagem competitiva.

A ideia básica de qualquer estratégia é conseguir uma posição de privilégio. Os privilégios que advêm da estratégia adoptada pela empresa normalmente não eliminam a concorrência, mas representam vantagens competitivas para a empresa. E, segundo Porter, apenas são desejáveis, numa determinada indústria, as estratégias que possam ser defendidas contra os concorrentes actuais e futuros. Com efeito, não podemos esquecer que as estratégias bem sucedidas são excelentes alvos para a imitação e a imitação tende a reduzir a margem de lucro. Por isso mesmo, as estratégias não devem procurar apenas gerar vantagem competitiva, mas garantir que esta vantagem seja sustentável, ou seja, criar mecanismos que dificultem a entrada de outros no mercado e imponham barreiras à imitação.

Dado o papel fundamental da vantagem competitiva no desempenho, o papel central no plano estratégico de uma empresa deveria ser, segundo Porter, a sua estratégia genérica. A estratégia genérica “específica o método fundamental para a vantagem competitiva que uma empresa está procurando, e fornece o contexto para a tomada de acções em cada área

funcional” (Porter, 1985:22). De acordo com o modelo de Porter, as empresas podem ganhar vantagens competitivas baseadas em três tipos de estratégias genéricas: baseada nos custos, diferenciação e enfoque/nicho (Porter, 1985).

A estratégia baseada nos custos, que se traduz na procura de uma vantagem competitiva em diversos segmentos industriais através da redução de custos. A empresa procura o produtor com menores custos em todo o sector. O seu âmbito de actuação é alargado, procurando chegar a diversos segmentos em simultâneo, geralmente com um produto standard a baixo custo para os clientes que são sensíveis ao preço, e sem grande aposta nos serviços não essenciais como a embalagem, o design, a publicidade, etc. As fontes de vantagens de custo, embora variáveis de sector para sector, são, geralmente, as economias de escala, o aproveitamento de sinergias comerciais ou tecnológicas, a tecnologia patenteada, a localização e facilidade de acesso aos factores produtivos e aos mercados dos clientes, entre outros.

A estratégia de diferenciação, que se baseia na procura de vantagem competitiva em diversos segmentos através da identificação das características valorizadas pelo clientes. Optando por esta estratégia, a empresa deve procurar ser única no seu sector no que respeita a algumas áreas do produto/serviço mais valorizadas pelos consumidores. Dependendo do sector em que a empresa actua, estas áreas poderão ser as características do próprio produto, o design utilizado, os prazos de entrega, as garantias, as condições de pagamento, a imagem, a variedade e qualidade dos serviços associados, a inovação, a proximidade em relação aos clientes, entre outras. Esta estratégia permite à empresa praticar um preço superior ou obter uma maior lealdade dos consumidores. É, pois, a estratégia alvo para os produtos e serviços considerados únicos na indústria e direccionada para os clientes que são relativamente insensíveis ao preço.

A estratégia de enfoque/nicho, que se reflecte na procura de vantagem competitiva num só segmento ou num grupo de segmentos de mercado/industriais pelos quais optou, excluindo os restantes segmentos. A estratégia de enfoque pode ser dividida em enfoque no custo (quando a empresa procura vantagem de custo no seu segmento alvo) e em enfoque na diferenciação (quando a empresa procura a diferenciação no seu segmento alvo). A questão base desta estratégia é a selecção de segmentos específicos de mercado onde a concorrência tenha dificuldade em satisfazer eficazmente as necessidades dos consumidores, pelo que incide na produção de produtos e serviços que satisfazem as necessidades de pequenos grupos de clientes.

Partindo das premissas desenvolvidas por Porter sobre a estratégia competitiva, Schuller e Jackson desenvolvem três arquétipos da estratégia competitiva, procurando estabelecer relações entre essas estratégias e as práticas de gestão de recursos humanos (Schuler e Jackson, 1987). De acordo com estes autores, e na sequência da discussão de Porter, existem três estratégias competitivas que as empresas podem utilizar para ganhar vantagem competitiva: inovação, qualidade e redução dos custos (Schuler e Jackson, 1987:208).

A estratégia de inovação é utilizada para desenvolver produtos e/ou serviços diferentes dos seus concorrentes. O focus principal nesta estratégia está na oferta de algo novo e diferente. Dado que o imperativo para uma empresa que prossiga uma estratégia de inovação é o de ser o único produtor, é necessário criar condições para favorecer a inovação. Para que as empresas prossigam uma estratégia competitiva baseada na inovação, o perfil-tipo dos trabalhadores inclui: elevado nível de criatividade, perspectiva de longo prazo, elevado grau de cooperação, uma relativa preocupação com a qualidade e com a quantidade, a mesma importância no que se refere aos processos e aos resultados, elevado nível de risco, e uma elevada tolerância no que à ambiguidade e à imprevisibilidade se refere (Schuler e Jackson, 1987:209).

A estratégia de qualidade, que consiste em “fazer bem sempre”, é utilizada para a melhoria de produtos e/ou serviços e de processos face aos dos seus concorrentes. O focus principal nesta estratégia está, pois, no incremento da qualidade, e não na oferta de algo novo e diferente. Este tipo de estratégia pressupõe que os trabalhadores estejam “engajados” com a qualidade e com a melhoria continua. Algumas práticas de gestão de recursos humanos facilitam este tipo de estratégia, como sejam: preconização de um sistema de feedback permanente, favorecimento do trabalho em equipa, favorecimento da tomada de decisão e da responsabilidade por parte de cada trabalhador, aumento da flexibilidade e do envolvimento dos trabalhadores. Para que as empresas prossigam uma estratégia competitiva baseada na qualidade, o perfil-tipo dos trabalhadores inclui: comportamentos relativamente repetitivos e previsíveis, perspectiva de médio/longo prazos, mediano grau de cooperação, uma elevada preocupação com a qualidade, modesta preocupação com a quantidade de outputs, elevada importância no que se refere aos processos, baixo nível de risco, e importância da relação objectivos/resultados da organização (Schuler e Jackson, 1987:210).

Na estratégia de redução dos custos as empresas alcançam vantagens competitivas por serem os produtores ao mais baixo custo. Uma posição de baixo custo produz para as empresas retornos acima da média em sua indústria apesar da presença de intensas forças competitivas – a posição de custo dá à empresa uma defesa contra a rivalidade dos concorrentes. Baixo custo em relação aos seus concorrentes torna-se o tema central de toda esta estratégia, apesar da qualidade, da assistência e outras áreas não poderem ser descuradas. O focus principal nesta estratégia é aumentar a produtividade, ou seja, os resultados per capita. Isto pode significar redução do número de trabalhadores e/ou redução nos níveis salariais. A redução dos custos pode ainda significar a aumento do trabalho a part-time, a subcontratação, simplificação do trabalho, automatização e flexibilidade no posto de trabalho. Para que as empresas prossigam uma estratégia competitiva baseada na redução dos custos, o perfil-tipo dos trabalhadores inclui: comportamentos relativamente repetitivos e previsíveis, perspectiva de curto prazo, actividade individual e fraca cooperação, modesta preocupação com a qualidade, elevada preocupação com a quantidade de outputs (bens e serviços), focada nos resultados, baixo nível de risco, e elevada importância dada à estabilidade (Schuler e Jackson, 1987:211).

Neste sentido, e a este nível, o que se procurará fazer é identificar quais são as estratégias utilizadas/preconizadas pelas empresas.

2. Metodologia

Os resultados aqui apresentados referem-se aos dados obtidos através do inquérito por questionário dirigido às empresas do sector de componentes para automóvel. O inquérito utilizado, composto por uma extensa bateria de indicadores, foi construído de raiz, e com ele o que se procurou, no essencial, foi inventariar a condição empresarial das empresas do sector de componentes para automóvel, ou seja, foi através deste dispositivo analítico que se recolheu o grosso dos elementos necessários para uma caracterização das dimensões «estratégias empresariais» e «práticas de gestão da formação para os quadros superiores». Antes da aplicação do inquérito foi realizado um pré-teste (a cinco empresas do sector) de forma a validar o conjunto de questões nele inseridas.

O inquérito aplicado incidiu sobre uma amostra constituída por 72 empresas do sector de componentes para automóvel. Ou seja, de um total de cerca de 170 empresas do sector de componentes para automóvel obteve-se uma taxa de resposta na ordem dos 42%.

3. Resultados empíricos

3.1. Estratégias empresariais

Neste passo procurou-se caracterizar as empresas quanto à estratégia empresarial preconizada. A este nível seguimos a tipologia de Porter (1980, 1985, 1993) e dos seus posteriores desenvolvimentos (Schuler e Jackson, 1987) e considerámos três tipos de estratégias principais: estratégia centrada no baixo custo; estratégia centrada na melhoria da qualidade; estratégia centrada na inovação. A estratégia de foco/nicho não foi considerada porque, aquando da realização do pré-teste do inquérito por questionário às empresas, os interlocutores revelaram que, dada a especificidade do sector de componentes para automóvel (grandemente virado para um nicho específico do mercado), esta é uma estratégia que não permite diferenciar as empresas.

Na estratégia de baixo custo estamos perante estruturas industriais cuja base de sustentação assenta, sobretudo, nos baixos custos (da mão-de-obra, das matérias-primas, da energia, etc.), encontrando-se os factores tecnológicos pouco desenvolvidos (Porter, 1993).

Na estratégia de diferenciação, que se subdivide em estratégia de diferenciação pela qualidade e estratégia de diferenciação pela inovação, a competitividade está associada à melhoria da qualidade e à capacidade de inovação (ambos ao nível dos processos, dos produtos e da base organizacional), sendo, por isso mesmo, determinante o acesso a determinados recursos estratégicos, entre os quais infra-estruturas avançadas, informação, mão-de-obra qualificada, serviços de apoio (Rodrigues, 1991). Como refere Porter, a respeito destas estratégias, é necessário fazer “da melhoria e inovação em métodos e tecnologia um elemento crucial” (Porter, 1993:21).

Os dados recolhidos através do inquérito apontam para a importância, no sector de componentes para automóvel, dos tipos de estratégias identificadas por Porter (1980, 1985, 1993) e Schuler e Jackson (1987) – diferenciação pela qualidade, diferenciação pela inovação e baixo custo. Com efeito, do conjunto das empresas, 54,2% centram a sua estratégia na “qualidade”; 23,6% centram a sua estratégia no “baixo custo”; e 22,2% centram a sua estratégia na “inovação”.

3.2. Práticas de gestão da formação e estratégias empresariais

3.2.1. Realização de formação profissional para os quadros superiores

Relativamente à formação profissional procurou-se identificar se as empresas promoveram acções de formação profissional para os quadros superiores nos últimos três anos, diferenciando-os por perfis. Os resultados da tabela seguinte mostram que a grande maioria das empresas promoveu formação profissional nos últimos três anos para os quadros superiores, não evidenciando grandes diferenças de acordo com os perfis considerados (quadros superiores com perfil técnico – 90,1%; quadros superiores com perfil de liderança – 88,7% das empresas).

Todavia, as diferenças são evidentes se compararmos a realização de formação profissional face à estratégia empresarial (Tabela 1).

Tabela 1 – Promoção de formação profissional por estratégia empresarial

		Estratégia Empresarial			Total
		Baixo Custo	Qualidade	Inovação	
FP_ QS com perfil técnico	não	41,2%	0,0%	0,0%	9,9%
	sim	58,8%	100,0%	100,0%	90,1%
Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

FP_ QS com perfil liderança	não	41,2%	2,6%	0,0%	11,3%
	sim	58,8%	97,4%	100,0%	88,7%
Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Ou seja, a promoção de formação profissional é maior em empresas que preconizam uma estratégia de “qualidade” e de “inovação”. Com efeito, independentemente do perfil considerado, a quase totalidade das empresas com estes dois tipos de estratégia promoveu formação profissional para os seus quadros superiores.

No que se refere às empresas com estratégia de baixo custo, apesar de maioritariamente terem promovido formação profissional nos últimos três anos, uma grande percentagem (41,2%) não promoveu qualquer acção de formação.

Tabela 2 – Teste V de cramer

	V Cramer	Sig.
Quadros Superiores com perfil técnico	,589	,000
Quadros Superiores com perfil de liderança	,532	,000

a) Not assuming the null hypothesis.

b) Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Os resultados de associação de V de Cramer mostra claramente que a promoção de formação profissional para os quadros superiores diverge entre as empresas que adoptam uma estratégia por baixo custo face às que adoptam uma estratégia de qualidade ou inovação. Há claramente uma associação estatisticamente significativa entre o tipo de estratégia e a promoção de formação profissional (Tabela 2).

3.2.2. Tipo de formação profissional para os quadros superiores

Procurámos também identificar qual o tipo de formação profissional predominante consoante o perfil associado aos quadros superiores.

Como mostra a tabela 3, o tipo de formação profissional para os quadros superiores varia significativamente de acordo com as funções exercidas por estes, ou seja, de acordo com o perfil considerado.

Tabela 3 – Tipo de formação profissional por perfil dos quadros superiores

Tipo de Formação Profissional	Quadros Superiores com Perfil Técnico	Quadros Superiores com Perfil de Liderança
Formação sala	21,5%	45,3%
Formação no posto trabalho	23,1%	0,0%
Formação outdoor	6,2%	18,8%
Congressos, seminários, feiras	49,2%	35,9%
Estágios	0,0%	0,0%
Total	100,0%	100,0%

Explicitando, para os quadros superiores com perfil técnico as empresas privilegiam, sobretudo, a formação através de “congressos, seminários e feiras” (49,2%), seguido da formação “no posto de trabalho” (21,5%) e da “formação em sala” (21,5%). Já ao nível dos quadros superiores com perfil de liderança, as empresas privilegiam a “formação em sala” (45,3%), seguida da formação através de “congressos, seminários e feiras”. Registe-se a pouca apetência por parte das empresas consideradas pela formação através de “estágios”(0,0% respectivamente) e pela “formação outdoor” (6,2% e 18,8% respectivamente).

Procuramos, seguidamente, verificar de que forma é que se comporta a variável “tipo de formação profissional” por estratégia principal adoptada pelas empresas (Tabela 4).

Da análise da tabela seguinte depreende-se que, ao nível dos quadros superiores com perfil técnico, o tipo de formação privilegiado pelas empresas de baixo custo assenta na “formação em sala” e na “formação no posto de trabalho” (41,7% respectivamente). Enquanto as empresas com estratégia de inovação e de qualidade assentam a suas acções de formação nos “congressos, seminários e feiras” (56,8% e 62,5% respectivamente).

Ao nível dos quadros superiores com perfil de liderança, o tipo de formação profissional efectuada varia, sobretudo, entre as empresas com estratégia de baixo custo e de qualidade e as empresas de inovação. Enquanto nas primeiras predominam as acções de “formação em sala” (75,0% e 52,8% respectivamente), nas segundas privilegia-se a formação através de “congressos, seminários e feiras” (50,0%) e a “formação outdoor” (43,8%).

Tabela 4 – Tipo de formação profissional por estratégia empresarial

		Estratégia Empresarial			
		Baixo Custo	Qualidade	Inovação	Total
QS_perfil técnico	Formação sala	41,7%	24,3%	0,0%	21,5%
	Formação posto trabalho	41,7%	16,2%	25,0%	23,1%
	Formação outdoor	8,3%	2,7%	12,5%	6,2%
	Congressos/seminários/feiras	8,3%	56,8%	62,5%	49,2%
Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
QS_perfil liderança	Formação sala	75,0%	52,8%	6,3%	45,3%
	Formação posto trabalho	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Formação outdoor	8,3%	11,1%	43,8%	18,8%
	Congressos/seminários/feiras	16,7%	36,1%	50,0%	35,9%
Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

O teste V de Cramer revelou existir diferenças estatisticamente significativas entre as empresas que adoptaram predominantemente uma das estratégias sob estudo quanto ao tipo de formação profissional privilegiado para os quadros superiores, pelo que podemos afirmar que existe associação entre o tipo de estratégia e o tipo de formação profissional (V de Cramer =.344, $p < .05$ para quadros superiores com perfil técnico; e V de Cramer =.369, $p < .01$ para quadros superiores com perfil de liderança).

3.2.3. Número de acções de formação profissional para os quadros superiores

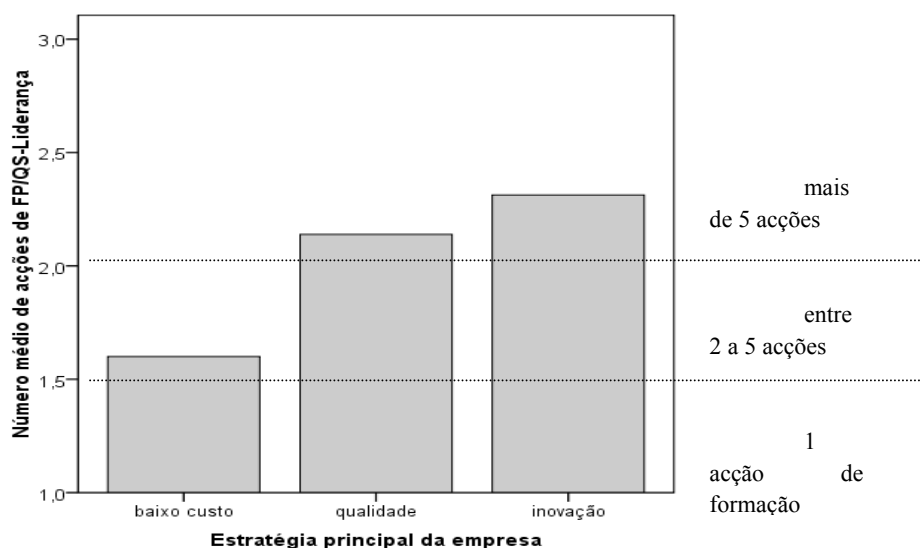
Posteriormente, procurámos também identificar qual o número de acções de formação profissional per capita para quadros superiores com perfil técnico e de liderança.

Ao nível dos quadros superiores, nos últimos 3 anos, as empresas realizaram maioritariamente entre 2 a 5 acções de formação profissional, independentemente dos perfis considerados (quadros superiores com perfil técnico – 59,4%; quadros superiores com perfil de liderança – 61,9% das empresas). Referência ainda para a percentagem considerável de empresas que realizaram mais de 5 acções de formação profissional nos últimos 3 anos (quadros superiores com perfil técnico – 25,0%; quadros superiores com perfil de liderança – 23,8%).

Se considerarmos a formação por tipo de estratégia, o teste de Kruskal Wallis revela que não existem diferenças estatisticamente significativas ($X^2=5,343$, 2gl, $p > .05$) entre as empresas que adoptaram predominantemente uma das estratégias sob estudo quanto ao número de acções per capita dadas aos quadros superiores com perfil técnico. Porém, para os quadros superiores com perfil de liderança, o número de acções de formação dadas difere consoante a estratégia empresarial ($X^2=8,167$, 2gl, $p < .05$).

A este nível, o gráfico seguinte mostra que as empresas com estratégia de inovação são as que mais apostam na formação (pensada em termos de número de acções), seguidas das que adoptam estratégia de qualidade, ambas com resposta modal na categoria 2 a 5 acções per capita. Finalmente, as empresas que adoptam estratégia de baixo custo têm o menor investimento em número de acções de formação, com moda situada em apenas 1 formação per capita para os quadros superiores com perfil de liderança (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Número de acções de formação profissional para os quadros superiores com perfil de liderança por estratégia empresarial

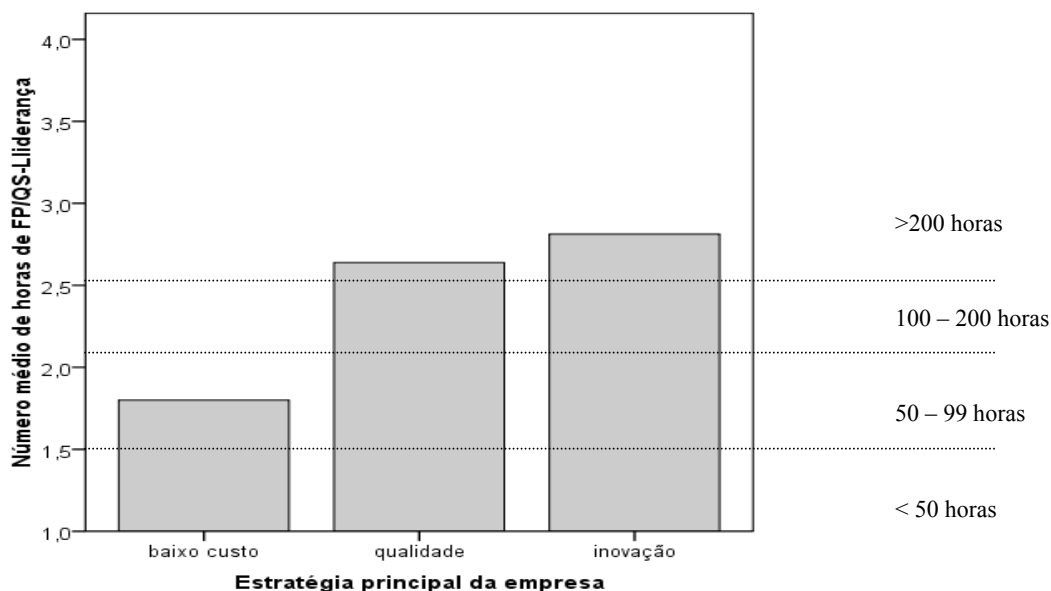


3.2.4. Número de horas de formação profissional para os quadros superiores

A um outro nível procurámos, ainda, identificar qual o número de horas de formação profissional per capita para os quadros superiores com perfil técnico e de liderança, nos últimos 3 anos. As empresas em estudo realizaram maioritariamente entre 50 a 99 horas de formação profissional, independentemente dos perfis considerados (quadros superiores com perfil técnico – 40,6%; quadros superiores com perfil de liderança – 47,6% das empresas).

O teste de Kruskal Wallis revelou que não existem diferenças estatisticamente significativas ($X^2=4,782$, 2gl, $p>.05$) entre as empresas que adoptaram predominantemente uma das estratégias sob estudo quanto ao número de horas per capita dadas ao quadros superiores com perfil técnico. Porém, para os quadros superiores com perfil de liderança, o número de horas de formação difere consoante a estratégia empresarial ($X^2=7,653$, 2gl, $p<.05$).

Gráfico 2 – Número de horas de formação profissional para os quadros superiores com perfil de liderança por estratégia empresarial



Para este caso, ou seja, para os quadros superiores com perfil de liderança, os resultados indicam que as empresas com estratégia de inovação são as que mais apostam na formação (pensada em termos de número de horas), seguidas das que adoptam estratégia de qualidade, ambas com resposta modal na categoria “100 a 200” horas de formação per capita. Finalmente, as empresas que adoptam estratégia de baixo custo têm o menor investimento em número de horas de formação, com moda situada no intervalo de “< 50 horas” e “50 a 99” horas de formação per capita (Gráfico 2).

3.2.5. Relação entre nº acções/nº horas de formação profissional para quadros superiores

Pensar o investimento em formação em termos de número de acções pode diferir de pensá-lo em termos de duração das mesmas, já que ambas poderão ser independentes entre si.

No sentido de averiguar se há práticas de formação muito diferenciadas (poucas acções de formação de longa duração, ou muitas de curta duração) procedemos a um teste de associação entre estas duas variáveis para os quadros superiores com perfil predominantemente técnico e para os quadros superiores com perfil predominantemente de liderança. Em ambos os casos encontramos associações positiva e estatisticamente significativas (com um r de Spearman de .681 para quadros superiores com perfil técnico, e de .643 para quadros superiores com perfil de liderança, ambos significativos para $p < .01$) conforme tabelas seguintes.

Tabela 5 – Correlação entre nº de horas de formação profissional por nº de acções de formação profissional para os quadros superiores com perfil técnico

		Nº horas FP_ QS perfil técnico	Nº acções FP_ QS perfil técnico
Spearman's rho	Nº horas FP_ QS com perfil técnico	Correlation Coefficient	,681(**)
		Sig. (2-tailed)	,000
		N	64
	Nº acções FP_ QS com perfil técnico	Correlation Coefficient	,681(**)
		Sig. (2-tailed)	,000
		N	64

** Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Tabela 6 – Correlação entre nº de horas de formação profissional por nº de acções de formação profissional para os quadros superiores com perfil de liderança

		Nº horas FP_ QS perfil liderança	Nº acções FP_ QS perfil liderança
Spearman's rho	Nº horas FP_ QS com perfil liderança	Correlation Coefficient	,643(**)
		Sig. (2-tailed)	,000
		N	63
	Nº acções FP_ QS com perfil liderança	Correlation Coefficient	,643(**)
		Sig. (2-tailed)	,000
		N	63

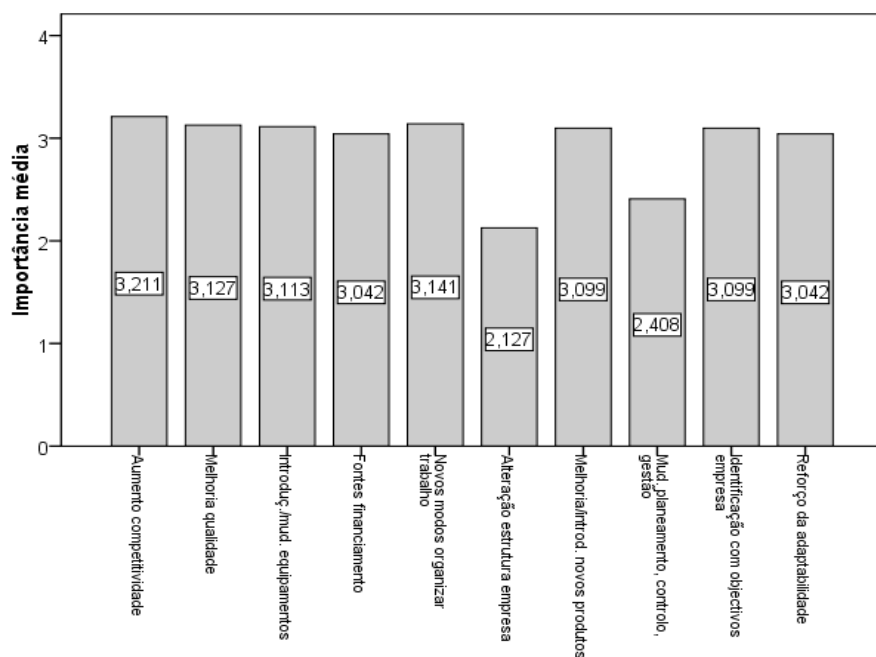
** Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Neste sentido, se estivermos a falar de empresas que concederam apenas 1 acção de formação profissional para os quadros superiores, o número de horas tende a situar-se nos itens “< 50” e “50 a 99” horas de formação, independentemente do perfil considerado. Não havendo nenhuma empresa que tenha realizado apenas uma acção de formação com 100 ou mais horas. A tendência é para o número de horas aumentar à medida que se aumenta o número de acções de formação, corroborando, portanto, a tal associação constatada anteriormente.

3.2.6. Razões para a realização de formação profissional para os quadros superiores

Quanto às razões para a realização de formação profissional ao nível dos quadros superiores foi solicitado que as categorizem em termos de grau de importância (foi realizada uma escala de Likert de 4 pontos cotada entre “nada importante” até “muito importante”). Os itens são, portanto, categorizados de forma independente porque podem co-ocorrer com o mesmo grau de importância. Passamos à análise descritiva dos mesmos:

Gráfico 3 – Factores para a realização de formação profissional



Os resultados do gráfico 3 indicam que os itens mais importantes, tomados como aqueles que se apresentam acima da média do grupo para todos os itens (2.9) são “aumento da competitividade/produktividade”, “introdução de novos modos de organizar o trabalho”, “melhoria da qualidade a prestar ao cliente”, “introdução/mudança de equipamentos”, “melhoria/introdução de novos produtos” e “identificação com os objectivos da empresa”. Estes parecem ser os motivos para a formação profissional mais valorizados pelas empresas. Os menos valorizados são “alteração da estrutura” e “mudanças no planeamento, controlo e gestão da produção”.

Procedemos, posteriormente, a uma análise de componentes principais dos itens relacionados com razões para a realização de formação profissional ao nível dos quadros superiores, que, aplicando os mesmos critérios que os explicitados aquando da análise da MECOR, indica existirem 3 componentes ($KMO=0.668$). Todavia, um dos itens desta escala (“existência de fontes de financiamento que a suportam [formação]”) tem associado um valor de MSA baixo (.431), comparativamente com os restantes aquando da análise de componentes principais (extraction communalities=.300). A análise da dispersão de respostas deste item revela uma forte concentração das respostas num único ponto da escala (importante, com 56,3% das respostas) que poderá estar na origem deste resultado o que motivou a sua remoção.

Na sequência desta remoção, quer o critério de Kaiser quer a análise do Scree Plot indicam esta solução como a mais adequada. O critério de Kaiser indica a retenção de 3 factores cuja interpretação da matriz rodada é perfeitamente credível (KMO de .677 e rejeição da hipótese nula no teste de Bartlett que valida a análise factorial, com novos MSAs situados entre .811 e .951).

Nesta solução existe um conjunto formado pelos itens “introdução/mudança dos equipamentos”, “introdução de novos modos de organizar o trabalho”, “melhoria/introdução novos produtos” e “aumento competitividade/produktividade” cujo indicador de consistência interna é bastante elevado (Alfa de Cronbach=.918). São itens que remetem para a “inovação para a competitividade”. Depois existe um conjunto formado pelos itens “identificação com objectivos empresa”, “melhoria qualidade serviços ao cliente” e “reforço adaptabilidade trabalhadores” cujo indicador de consistência interna é elevado (Alfa de Cronbach=.808). Estes itens remetem para a “mobilização dos recursos humanos”. E, finalmente, surge um conjunto formado pelos itens “mudanças planeamento, controlo, gestão produção” e “alteração da estrutura empresa”, que apresentam um indicador de consistência interna um pouco abaixo do aceitável (Alfa de Cronbach=.652), e é de interpretação ambígua, parecendo remeter para a “mudança estrutural” (Tabela 7).

Tabela 7 – Análise de componentes principais (a)

Componentes		
Inovação para a competitividade	Mobilização dos recursos humanos	Mudança estrutural

Introdução/mudança de equipamentos	,951		
Introdução de novos modos de organizar trabalho	,947		
Melhoria/introdução de novos produtos	,862		
Aumento da competitividade/produktividade	,811		
Identificação com os objectivos empresa		,883	
Melhoria da qualidade serviços ao cliente		,826	
Reforço da adaptabilidade dos trabalhadores		,835	
Mudanças no planeamento, controlo, gestão produção			,850
Alteração na estrutura da empresa			,840
Alfa de Cronbach	.918	.808	.652

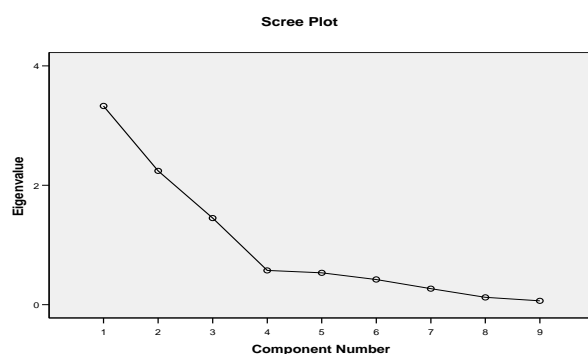
Extraction Method: Principal Component Analysis. Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.

a) Rotation converged in 4 iterations.

Não obstante o nível de consistência interna da escala no componente mudança estrutural (Alfa de Cronbach=.652) não recomendar a aceitação desta solução factorial, a validade facial da mesma é evidente. Atendendo a que a dimensão da amostra, em circunstâncias que reúnam maior acordo tácito entre os respondentes (como parece evidenciar a relativa concentração de respostas num ou dois pontos de escala), pode determinar este tipo de resultados (sobretudo porque fragiliza o rigor da análise estatística) parece razoável a aceitação desta agregação com base na coerência semântica de cada componente. Mais ainda, encontra-se suportada na literatura revista uma vez que a inovação para a competitividade, a mobilização dos recursos humanos e a mudança estrutural constituem elementos considerados centrais nas responsabilidades de gestão que recaem sobre os quadros (Mintzberg, 2000; Huy, 2001).

A adopção do scree plot indica também a existência de três factores com pesos factoriais bastante elevados, explicando 77,9% da variância (Gráfico 4). Tal reforçou a impressão com que ficámos da análise do critério de Kaiser de que estes itens expressam o mesmo constructo.

Gráfico 4 – Extração de factores segundo o scree plot



As importâncias médias dos descritivos de factores que determinam a realização de formação profissional para os quadros superiores indicam claramente uma valorização dos factores relacionados com a inovação para a competitividade (competitividade/produktividade – 3.21; modos de organizar o trabalho – 3.14; novos equipamentos” – 3.11; e novos produtos – 3.10) ou dos factores de mobilização dos RH (identificação com os objectivos da empresa – 3.10; melhoria da qualidade a prestar ao cliente – 3.13; e adaptabilidade dos trabalhadores – 3.01) em detrimento de acção focada na mudança estrutural (alteração da estrutura – 2.13; e mudanças no planeamento, controlo e gestão da produção – 2.41).

Partindo da análise dos factores encontrados através da análise factorial exploratória atrás apresentada, procedemos à comparação das médias nestes factores entre as empresas com diferentes estratégias principais.

Os resultados mostram que existem diferenças de média entre as empresas com estratégias diferentes para o caso da inovação para a competitividade [$F(2, 68)=11.561, p=.000$], com os testes Post Hoc (Bonferroni, Scheffé e Tukey) a revelarem existir diferenças estatisticamente significativas entre as empresas (estas diferenças devem-se ao par “inovação”/“baixo custo”).

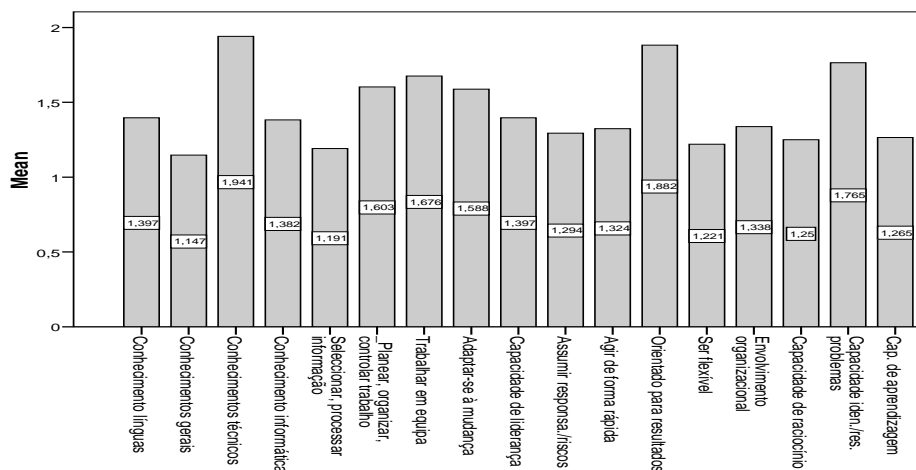
Para o caso da mobilização dos recursos humanos e da mudança estrutural não foram encontradas diferenças de média estatisticamente significativas.

3.2.7. Competências a desenvolver na formação profissional para os quadros superiores

Ao nível da formação profissional procurámos ainda identificar quais as competências que se procuram desenvolver para os quadros superiores de modo predominante, distinguindo entre quadros que exercem funções técnicas (perfil técnico) e quadros com funções de liderança (perfil de liderança). Os resultados indicam que as competências a desenvolver na formação ao nível dos quadros superiores apresentam diferenças de acordo com os seus perfis.

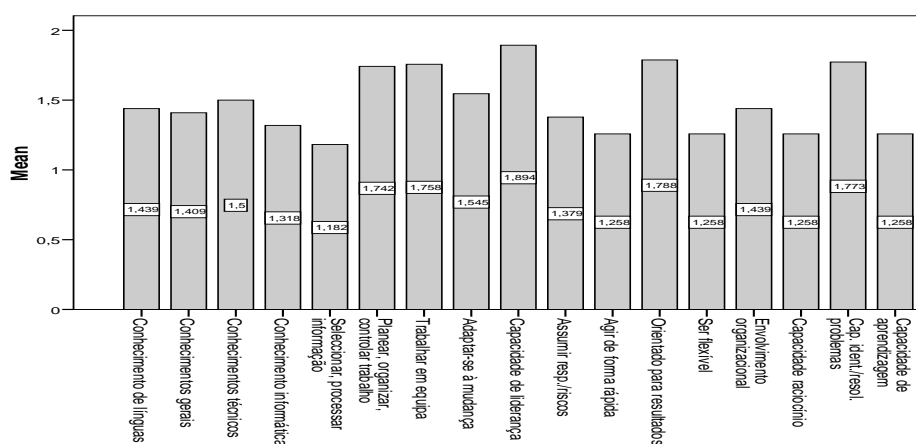
Com efeito, ao nível dos quadros superiores com perfil técnico (Gráfico 5), os itens mais importantes, tomados como aqueles que se apresentam acima da média do grupo (1,45) são “conhecimentos técnicos e tecnológicos” (1,94), seguido das competências “ser orientado para os resultados” (1,88), “capacidade de identificar e resolver problemas” (1,76), “trabalhar em equipa” (1,68), “planear, organizar e controlar o trabalho” (1,60) e “adaptar-se à mudança” (1,59). Estas parecem ser as principais competências a desenvolver com a realização de acções de formação profissional para os quadros superiores. Todas as restantes competências situam-se abaixo da média: “conhecimentos gerais em economia, gestão, direito” (1,15) e “seleccionar e processar informação” (1,19).

Gráfico 5 – Competências a desenvolver com a formação profissional para os quadros superiores com perfil técnico



Ao nível dos quadros superiores com perfil de liderança (Gráfico 6), os itens mais importantes, tomados como aqueles que se apresentam acima da média do grupo (1,66) são “capacidade de liderança” (1,89), “ser orientado para os resultados” (1,79), “capacidade de identificar e resolver problemas” (1,77), “trabalhar em equipa” (1,76) e “planear, organizar e controlar o trabalho” (1,74). Todas as restantes competências situam-se abaixo da média, sendo as menos desenvolvidas com a formação profissional: “seleccionar e processar informação” (1,18), “ser flexível” (1,26), “capacidade de raciocínio” (1,26), “agir de forma rápida” (1,26) e “capacidade de aprendizagem” (1,26).

Gráfico 6 – Competências a desenvolver com a formação profissional para os quadros superiores com perfil de liderança



Posteriormente, procurámos relacionar as competências que se procuram desenvolver com a formação profissional para os quadros superiores com a estratégia empresarial. Aqui os testes realizados (Qui-Quadrado e V de Cramer) revelaram não existir diferenças estatisticamente significativas. Podemos, assim, afirmar que as competências a desenvolver com as acções de formação profissional são uma invariante nas empresas do sector de componentes para automóvel, que não dependem da estratégia empresarial.

3.2.8. Modalidades de estímulo à formação profissional para os quadros superiores

Quanto às modalidades de estímulo à formação profissional promovidas pelas empresas, refira-se que o principal estímulo à formação profissional consiste no “apoio financeiro por iniciativa da empresa” (praticado por 79,2% das empresas). Todas as restantes formas de estímulo à formação profissional são pouco praticadas, evidenciando-se aqui o “reconhecimento salarial” apenas considerado por 8,3% das empresas.

Considerando as formas de estímulo à formação profissional por estratégia empresarial, constatamos que apenas a “implicação da formação na progressão/promoção” apresenta diferenças significativas entre as empresas, sendo privilegiada nas empresas com estratégia assentes na inovação (62,5%). A maioria das empresas que preconizam uma estratégia de “baixo custo” (82,4%) e de “qualidade” (61,5%) não aplica esta forma de estímulo à formação profissional para os quadros superiores (Tabela 8).

Com efeito, à excepção deste item, os testes aplicados revelaram não existir diferenças estatisticamente significativas entre as empresas agrupadas por tipo de estratégia. Podemos, assim, afirmar que, ao nível do estímulo à formação profissional, apenas a “implicação da formação na progressão/promoção” ($X^2=6,984$, 2gl, $p<.05$) está associada e depende do tipo de estratégia implementada nas empresas do sector de componentes para automóvel. A variação assenta no binómio empresas com estratégia de “inovação” versus empresas com estratégia de “baixo custo” e “qualidade”.

Tabela 8 – Modalidades de estímulo à FP para os quadros superiores por estratégia empresarial

		Estratégia Empresarial			Total
		Baixo Custo	Qualidade	Inovação	
Crédito horas para FP	não	76,5%	64,1%	75,0%	69,4%
	sim	23,5%	34,7%	16,7%	30,6%
Apoio financeiro por iniciativa da empresa	não	17,6%	25,6%	12,5%	20,8%
	sim	82,4%	74,4%	87,5%	79,2%
Apoio financeiro por iniciativa do trabalhador	não	52,9%	69,2%	50,0%	61,1%
	sim	47,1%	30,8%	50,0%	38,9%
Certificação das competências/conhecimentos	não	76,5%	56,4%	56,3%	61,1%
	sim	23,5%	43,6%	43,8%	38,9%
Implicação da formação na progressão/promoção	não	82,4%	61,5%	37,5%	61,1%
	sim	17,6%	38,5%	62,5%	38,9%
Reconhecimento salarial	não	94,1%	92,3%	87,5%	91,7%

sim	5,9%	7,7%	12,5%	8,3%
-----	------	------	-------	------

Conclusões

O objectivo deste trabalho foi o de captar as principais tendências ao nível das práticas de gestão da formação para os quadros superiores no sector de componentes para automóvel, bem como identificar e analisar as inter-relações entre essas práticas e as estratégias empresariais.

Dos resultados apresentados podemos concluir que as empresas do sector de componentes para automóvel fazem depender as práticas de gestão da formação para os seus quadros superiores das estratégias adoptadas e implementadas. Com base na análise dos inquéritos por questionário às empresas do sector de componentes para automóvel, é possível retirar as seguintes conclusões:

as empresas consideradas possuem diferentes estratégias principais para fazerem face ao mercado, sendo as estratégias classificadas em três grupos: estratégia de inovação, estratégia de qualidade e estratégia de custos;

todas as empresas com “estratégia de inovação” realizaram acções de formação profissional para os seus quadros superiores (as empresas com “estratégia de qualidade” realizaram maioritariamente acções de formação profissional; nas empresas com “estratégia de baixo custo” existe um equilíbrio entre as empresas que realizaram e as que não realizaram acções de formação profissional para os quadros superiores);

as empresas com “estratégia de qualidade e inovação” privilegiam acções de formação profissional realizadas em congressos, seminários e feiras, para os quadros superiores com perfil técnico; as empresas com “estratégia de baixo custo” privilegiam a formação em sala e no posto de trabalho;

as empresas com “estratégia de qualidade e inovação” realizaram maioritariamente entre 2 a 5 acções de formação profissional para os quadros superiores com perfil de liderança; as empresas com “estratégia de baixo custo” realizaram maioritariamente 1 acção de formação profissional para os mesmos quadros;

as empresas com “estratégia de qualidade e inovação” realizaram maioritariamente entre 100 a 200 horas de formação profissional para os quadros superiores com perfil de liderança; as empresas com “estratégia de baixo custo” realizaram maioritariamente entre 50 a 99 horas de formação profissional para os mesmos quadros;

as razões para a realização de formação profissional dos quadros superiores divergem de forma significativa para as empresas com “estratégia de inovação” (inovação para a competitividade);

a maioria das empresas possui como principal modalidade de estímulo à formação profissional o “apoio financeiro por iniciativa da empresa”. Tendencialmente, apenas as empresas com estratégia de inovação aplicam a formação na progressão/promoção.

Referências bibliográficas

- Ameida, João Ferreira de, e Pinto, José Madureira (1990). A investigação nas ciências sociais, Lisboa, Editorial Presença.
- Huy, Q. N. (2001). In prise of middle managers. Harvard Business Review, September, pp.72-79.
- Kanter, R. M. (1985). Supporting innovation and venture development in established companies. Journal of Business Venturing, Winter, pp. 47-60.
- Meignant, Alain, (1999), A gestão da formação, Lisboa, 2ª edição, Publicações Dom Quixote.
- Meignant, Alain, (1994), Le plan individuel de formation, Editions Pocket-Retz, Paris.
- Mintzberg, H. (2000). Développement d’un modèle de management public. In Mintzberg, H., Bourgault, J., Manager en Public, Toronto, Institut d’administration Publique du Canada, Monographies sur l’administration publique canadienne: 25, pp. 11-105.
- Porter, M. (1980). Competitive strategy: techniques for analysing industries and competitors, New York, Free Press.
- Porter, M. (1985). The competitive advantage, NY: Free Press.
- Porter, M. (1993). A vantagem competitiva das nações, Rio de Janeiro, Editora Campus.
- Quivy, Raymond, Campenhoudt, Luc Van (1992). Manual de investigação em ciências sociais, Lisboa, Gradiva.
- Rodrigues, Maria João (1991). As reestruturações e o desenvolvimento regional, Cadernos de Economia, nº 14.
- Ruiz, J. A. (1996). A metodologia científica, São Paulo, 4ª edição, Atlas.
- Schuler, R. & Jackson, S. (1987). Linking competitive strategies with human resource management. In The Academy of Management Executive, Vol. 1, Nº 3, pp. 207-219.
- Suleman, Fátima (1999). Empregabilidade e competências-chave: do conceito de competência às competências chave. In Helena Lopes e Fátima Suleman (coords.), Estratégias Empresariais e Competências-Chave, Cap. II, in Estudos e Análises, nº 21, 1999.
- Wexley, K. N., Latham, G. P. (1991). Developing and training human resources in organizations, New York, 2ª éd., HarperCollins.

Trabalho e Sociabilidade na Construção Civil

Ivonaldo Leite
ivonaldo.leite@gmail.com

Resumo: Como fenômeno que medeia a relação entre o ser humano e a natureza (entendendo-se que ele próprio é parte da natureza), o trabalho é, portanto, um dispositivo que produz cultura. Assim, pode afirmar-se que o acto de transformação da natureza é também um acto de liberdade, pois se num primeiro momento a natureza se apresenta aos homens como destino, é o trabalho a condição de superação dos determinismos. De outra parte, o trabalho deve ser concebido como fenómeno de dupla dimensão: por um lado, ele é essa relação de intercâmbio com a natureza, impulso de encontro do humano consigo mesmo e com a liberdade, e por outro, ele é uma relação social, no limite, marcada pelo sofrimento, na medida em que, como resultado do assalariamento, ela reveste o trabalho humano de alienação (do latim alienare, afastar, distanciar, separar). Tendo como referência este enquadramento teórico, a comunicação objectiva analisar as manifestação de sociabilidade entre os trabalhadores da construção civil, a partir de uma investigação levada a efeito na cidade de Mossoró, estado do Rio Grande do Norte/Brasil. Como resultados, entre outras constatações, obteve-se o seguinte: 1) o sofrimento profissional é uma das marcas do trabalho na construção civil; 2) em segmentos da mesma, não há, por parte dos trabalhadores, sentimento de identidade profissional, em decorrência da precariedade laboral; 3) são frequentes os casos de alcoolismo entre os trabalhadores. Conclusivamente, realça-se, por exemplo, que o desenvolvimento autônomo da sociabilidade no sector tem sido bloqueado.

A propósito do trabalho

Tendo em conta o facto de a palavra trabalho vir do vocábulo latino tripaliare, do substantivo tripalium, isto é, aparelho de tortura formado três paus, ao qual eram atados os condenados, servindo também para manter presos os animais difíceis de ferrar, algumas abordagens associam, incondicionalmente, o trabalho a sofrimento, como é o caso de Kurz (1992). De outra parte, o mito bíblico corrobora essa visão, ao assinalar que Adão e Eva, após cometerem pecado, forma expulsos do paraíso, sendo o homem, a partir de então, condenado a viver com o “suor do seu rosto”.

Essa compreensão, todavia, comete um grave equívoco analítico. Tal entendimento procederia se o trabalho fosse um fenómeno de uma única dimensão. Mas não o é. Ele tem uma dupla perspectiva. Por um lado, é dispêndio de força física e intelectual, regido por uma determinada relação salarial; por outro, tem-se a sua dimensão genérica, momento de (re)encontro com a natureza, como elemento essencial no universo da sociabilidade humana. Não é à-toa que, em sua sociologia da vida quotidiana, Agnes Heller, ao realçar que o trabalho tem que ser apreendido como execução de um trabalho que é parte do dia-a-dia e como actividade de trabalho no sentido de objectivação directamente genérica, não é à-toa, dizia, que, em língua inglesa, ela utiliza as palavras work e labour (Heller, 1977). A primeira é empregue para nomear a dimensão genérico-social que transcende a vida quotidiana, gerando valores de uso; a segunda expressa a execução de actividades diárias, que, sob o assalariamento, assumem uma forma estranhada, fetichizada.

Importa, portanto, sublinhar que a essência ontológica do trabalho tem um carácter intermediário. Trata-se de uma inter-relação entre o ser humano (como ente social) e a natureza, seja inorgânica ou orgânica, inter-relação que distingue a passagem, na pessoa que trabalha, do ser meramente biológico àquele tornado social. Assim, o trabalho pode ser considerado como protoforma do ser social (Lukács, 1980). O fato de, no trabalho, se realizar uma posição teleológica configura-o como uma experiência elementar da vida quotidiana. Quer dizer, a génese do ser social, sua separação frente à sua própria base originária, e também o seu vir-a-ser, estão fundadas no trabalho, isto é, na contínua realização de posições teleológicas.

É isto que, fundamentalmente, torna o ser humano produtor de cultura, diferenciando-o dos demais animais. Reproduzindo procedimentos e técnicas já levados a efeito por outros humanos, a sua actuação origina idéias e, simultaneamente, é fonte do que se pode chamar de experiência propriamente dita. Esta não se dissocia da dimensão abstracta da inteligência humana como meio através do qual se pode superar a vivência imediata. Desta forma, é possível concluir que a diferença entre os seres humanos e os animais, mais do que de grau, é de natureza, visto que, enquanto os primeiros são dotados de condição para transformar a natureza, os segundos mantêm-se envoltos a ela.

A transformação da natureza torna factível a cultura. A propósito, cabe lembrar, é sugestivo que, etimologicamente, a palavra cultura venha do verbo latino colo, expressando a acção de “cultivar, cultivar o solo”. Ou seja, a transformação da natureza é a manifestação da efetivação do trabalho, consubstanciando a cultura. Neste processo, o ser humano se autoproduz, faz-se a si mesmo, conforme as perspectivas da cultura material e não-material nas quais está situado – quer dizer, põe-se perante o universo da sociabilidade.

Esta, dizendo respeito à capacidade de o ser humano viver em sociedade, assim o é por todas as pessoas terem uma biografia, construída numa determinada cultura (material e não-material) e relacionada com os seus percursos de trabalho. Tanto mais autónoma e emancipada é a biografia humana, quanto mais ela se livra dos constrangimentos do trabalho como labour, no sentido antes referido - de Agnes Heller -, isto é., do trabalho abstracto, produtor de valores de uso. Isto porque ele significa a negação do ser humano em si. Quer dizer, alienação.

Vindo do verbo latino alienare, alienar expressa o sentido de afastamento, distanciamento, separação. Daí que alienus traduza-se por “o que pertence a outro, alheio, estranho”. Por outras palavras: alienar é tornar alheio, transferir para outrem aquilo que é seu. É isto que ocorre com o trabalho alienado. O ser humano perde a posse do que produz, não se reconhece no produto final por ele produzido, que pertence à quem comprou a sua força de trabalho. Desta forma, o próprio

ser humano transforma-se em uma mercadoria. Desumaniza-se. Deixa de pertencer a si próprio, não escolhendo horário, ritmo de trabalho, nem planeja o processo produtivo, pois é comandado exogenamente.

Por assim ser, o universo de sociabilidade da actual sociedade produtora de mercadorias é um universo truncado. O que acontece na esfera produtiva bloqueia o desenvolvimento de uma sociabilidade plena, onde o ser humano seja senhor de si. Em alguns segmentos, como no caso da construção civil, tal processo é ainda mais acentuado.

Construção civil: precarização laboral e degradação subjectiva

Do ponto de vista da lógica da acumulação de capital, a construção civil desempenha um papel estratégico, pois ela está vinculada ao setor que assenta as bases sobre as quais tem lugar o processo de desenvolvimento econômico. Auto-estradas, pontes, prédios “orgânicos” ao processo de produção, por exemplo, muito dizem da relevância da construção civil como esfera basilar à acumulação capitalista.

Neste sentido, tendo em conta a arquitetura, é clássico o trabalho de Sérgio Ferro, onde, entre outras coisas, ele realça as ligações desta com a extração de mais-valia (Ferro, 1982). Conforme enfatiza, durante o século XIX, o desenho se impôs lentamente na produção da construção como uma espécie de regulador interno do processo de trabalho, quer dizer, como instrumento de geração de mais-valia. Disso, em seu entendimento, há decorrências, como o declínio da arte em tal âmbito, tendo-se, por outro lado, no pólo operário, baixos salários, doenças, acidentes, etc.

De facto, na investigação que estivemos a conduzir¹, foi-nos possível comprovar formulações de Sérgio Ferro (a despeito da distância temporal em que elas foram elaboradas), que, à partida, havíamos tomado como hipóteses. De uma parte, verificamos, por exemplo, a existência de uma acentuada pujança econômica no sector; e, de outra, constatamos a precarização laboral e a degradação subjectiva dos trabalhadores. É, de resto, uma situação paradigmática no Brasil.

No país, o sector da construção civil é composto por cerca de 120 mil empresas (não considerando as que se encontram na informalidade), tendo uma estrutura ocupacional de cerca de 3,77 milhões de pessoas (SINDUSCONSP, 2007).

Trata-se de um ramo que, impulsionado principalmente pelas obras públicas, tem alcançado significativas taxas de crescimento, sendo demonstrativo disso o ano de 2006 (medido até ao terceiro trimestre), quando o mesmo obteve um crescimento de 5,0%, acima, portanto, do índice da indústria (2,7%) e do próprio PIB (2,5%) (CBIC, 2007). Neste quadro, o actual Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, destina cerca de 110 bilhões de reais, até 2010, para a indústria da construção civil, o que tem levado, entretanto, a representação dos trabalhadores do segmento – através da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Construção Civil e da Madeira (CONTICOM) a pleitear que a obtenção dos recursos, pelas empresas, seja associada a meios de formalização do emprego (CONTICOM, 2007). Tal reivindicação é uma preocupação decorrente do quadro problemático que, do ponto de vista da mão-de-obra, marca esse ramo da economia brasileira.

Por exemplo, no tocante à segurança individual no trabalho, as condições na construção civil são bastante calamitosas. Em 1995, oficialmente, com registro em prontuário hospitalar, ocorreram no Brasil 3381 acidentes no sector, de onde resultaram 437 óbitos; em Julho de 2001, tinha-se uma média de 12,5 afastamentos por mil empregados, pela mesma razão (Silveira, et. al., 2005). Quanto aos salários, verifica-se que eles se matêm baixos. A este respeito, no estado de São Paulo, segundo o sindicato da categoria, cerca de 95% dos postos abertos têm uma remuneração média de dois salários mínimos (Folha de São Paulo, 2006).

No concernente à escolarização e à qualificação profissional, os baixos índices são característicos da construção civil nacional. No fim da década de 1990, o percentual de analfabetos entre os trabalhadores do sector se apresentava bastante acentuado, tendo-se que, em Recife, era de 16,1%, e de 12,7 em São Paulo; verificava-se ainda que, em ambas as cidades, 5 era o número médio de anos de estudos dos operários (DIEESE, 2001).

O caso da construção civil da cidade de Mossoró-RN: sociabilidade bloqueada

Como segunda cidade do estado do Rio Grande do Norte, Mossoró conta com um sector de construção civil bastante dinâmico, envolvendo cerca de 5 mil trabalhadores.

A investigação que estivemos a conduzir, contudo, permitiu-nos apreender um quadro que contrasta com o arrojo do segmento, reflectido tanto nos números financeiros que tem alcançado como na imponência dos prédios que ele tem erguido. Trata-se do modo como se tem configurado o quotidiano dos seus trabalhadores, do tipo de socialização profissional prevalecente. Ou seja, tem-se verificado no dia-a-dia dos operários um conjunto de manifestações que os degradam e bloqueiam o desenvolvimento de uma sociabilidade autónoma. Deste modo, ocorre com a mão-de-obra da construção civil, de forma intensificada, aquilo que estivemos a realçar antes ao focar o trabalho: a alienação, a negação humana dos sujeitos que no sector laboram, com eles sendo relegados à mera condição de mercadoria degradada.

Tal quadro, bloqueador de uma sociabilidade autónoma, pode ser traduzido como sendo consubstanciado por aspectos como: 1) sofrimento profissional; 2) não-identificação com o trabalho realizado; 3) incidência de alcoolismo.

¹ - Por via do Projeto Educação, Trabalho e Bem-Estar Social: Um Estudo sobre as Necessidades Sócio-educativas dos Trabalhadores da Construção Civil de Mossoró-RN/CNPq.

No tocante ao sofrimento profissional, ele é evidenciado por mais de um indicador. Por exemplo: as constantes reclamações relativas às condições de trabalho, à remuneração e aos riscos de acidentes. Para além disso, é habitual os operários adjetivarem de forma negativa o carácter de suas ocupações, aludindo que o trabalho na construção civil resta à quem não tem outra opção de emprego.

Ou seja, aí são verificadas típicas manifestações, como estivemos a assinalar antes, da alienação laboral, num quadro em que a divisão do trabalho, à partida, remete o sector da construção civil a uma “zona social inhóspita”, ao mesmo tempo que, internamente, ela reproduz em escala acentuada a clássica dicotomia trabalho intelectual & trabalho manual, expressada no pensar e no fazer, cuja configuração é responsável por uma relação salarial assimétrica e é simbolicamente codificada pela actuação de engenheiros e operários.

No que se refere ao segundo, isto é, a não-identificação com o trabalho realizado, é uma decorrência do aspecto anterior, pois não há como o ser humano se identificar profissionalmente com o trabalho alienado. Este é a negação daquele. A identidade de uma pessoa, incluindo a identidade profissional, como assinala Dubar (1997, p. 13), “é aquilo que ela tem de mais precioso: a perda de identidade é sinónimo de alienação, de sofrimento, de angústia e de morte”.

Last but not least, o terceiro aspecto: a incidência de alcoolismo. É possível dizer que, em determinados casos, a incidência de alcoolismo funciona como uma espécie de “válvula de escape” psicológica perante os percalços profissionais. Chega a ser quase exceção o número de operários que não consomem bebidas alcoólicas em grande quantidade. A propósito, segundo Deleuze (1977), o escape do paradoxo e do imprevisível da vida surge, no alcoolismo, como um processo de endurecimento do presente. De facto, é como se ausência de perspectivas no segmento da construção civil fizesse com que os trabalhadores desconectassem a vida da evolução temporal, pondo-a em suspenso num tempo presente marcadamente sofrível, sendo a recorrência ao álcool um recurso para suportá-lo. Como resultado disso, é habitual que os operários peçam antecipação de salários junto às empresas, de modo que, quando do pagamento, praticamente nada recebem, assim como é comum a ocorrência - causada pela bebida - de “indisposição” laboral.

À guisa de conclusão, portanto, pode afirmar-se que o trabalho na construção civil, de acordo com a investigação levada a cabo, tem produzido um estranhamento ontológico que, não só reproduz a desrealização subjectiva nos contextos de exercício profissional, referida pela teoria social clássica, conforme em princípio foi enfatizado, como também actua na constituição de fenómenos que degradam o ser do trabalhador quando este não se encontra em actividade, sendo o alcoolismo um exemplo paradigmático neste sentido.

Desta forma, a relação trabalho e sociabilidade na construção civil configura um quadro em que a primeira é atrofiada como meio que assegura o desenvolvimento integral das potencialidades humanas.

BIBLIOGRAFIA

CBIC – Câmara Brasileira da Indústria da Construção. “Retrospectiva da Economia Mundial e do Setor da Construção Civil em 2006 e Perspectivas para 2007”. <http://www.cbicdados.com.br/files/textos/59.pdf> (consultado na Internet em 16 de Junho de 2007).

CONTICOM – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Construção Civil e da Madeira. “Conticom defende metas de emprego, formalização e redução de valores dos imóveis do PAC”. <http://www.cut.org.br/site/start.cut?infol=7545&sid=6> (consultado na Internet em 16 de Junho de 2007).

Deleuze, G. (1977). *Dialogues* (en collaboration avec Claire Parnet – entretien). Paris : Champs Flammarion 1976.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-econômicos. *Os trabalhadores e a reestruturação produtiva na construção civil brasileira*. In: *Estudos Setoriais*, São Paulo, n. 12, 2001.

DUBAR, C. (1997). *A socialização: construção de identidades sociais e profissionais*. Porto: Porto Editora.

FERRO, S. (1982). *O canteiro e o desenho*. São Paulo: Projeto Editores Associados 2.

FOLHA SE SÃO PAULO. “Contratações crescem na Construção Civil, mas salários são baixos, afirma Sindicato”. *Caderno Dinheiro*. Edição de 20 de Agosto de Out./2006. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/indices/inde20102006.htm> (consultado na Internet em 22 de Maio de 2007).

HELLER, A. (1977). *Sociologia de la vida cotidiana*. Barcelona: Península.

LUKÁCS, G. (1980). *The Ontology of Social Being*. London: Merlin Press.

KURZ, R (1992). *O Colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

SILVEIRA, Cristina A; ROBAZZI, Maria L. do Carmo; WALTER, Elisabeth Vale; MARZIALE, Maria Helena Palucci. “Acidentes de Trabalho na Construção Civil identificados através de Prontuários Hospitalares”. In: *Revista Escola Minas*. Ouro Preto, n. 1, v. 58, Jan./Mar. 2005.

SINDUSCONSP – Sindicato da Indústria da Construção de São Paulo. *Informalidade na construção civil: um jogo de soma negativa*. Disponível em: < www.sindusconsp.com.br >. Acesso em: 31 de Maio. 2007.

Condições de trabalho e Acidentes Laborais em Portugal. Entre regulação e competitividade económica

Teresa Maneca Lima
Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra
tmaneca@ces.uc.pt

Resumo: As profundas mudanças observadas na organização dos processos de trabalho, visando o aumento da produtividade, da flexibilidade e a redução dos custos de produção, geralmente não vêm acompanhadas de uma melhoria efectiva das condições de trabalho. Se, por um lado, a (des)regulação e a privatização económica são usadas em nome do aumento da produtividade, permitindo que a definição de políticas públicas e o próprio direito laboral nacional se transformem em vantagens comparativas. Por outro lado, a globalização e a liberalização dos mercados trouxe para as agendas públicas e políticas o debate em torno da promoção dos direitos laborais.

Partindo desta discussão e da relação entre Estado e Mercado, este paper pretende discutir, à luz das alterações económicas e laborais actuais, o fenómeno da sinistralidade laboral em Portugal, que apesar de não ser um fenómeno novo ou exclusivo da nossa sociedade, permanece como um problema laboral e social grave, uma vez que, não obstante o investimento sucessivo em políticas de prevenção e campanhas de sensibilização, os números relativos a acidentes de trabalho (mortais e não mortais) se mantêm elevados. Este cenário parece mostrar, então, que as políticas de prevenção e a regulação do fenómeno dos riscos laborais falharam, demonstrando de igual modo uma maior fragilidade e erosão dos direitos dos trabalhadores, nomeadamente o direito à segurança e saúde no trabalho, o direito a um trabalho digno e decente.

Palavras-chave: acidentes de trabalho, políticas de prevenção, direitos laborais, relação Estado e mercado

Introdução

As transformações sociais trazidas pelos processos de globalização e de desenvolvimento tecnológico, nas últimas décadas do séc. XX, têm produzido efeitos nas relações laborais, contribuindo para a emergência de novas formas de emprego, da flexibilidade do mercado laboral, da precarização das relações industriais, e para a intensificação das desigualdades sociais, da insegurança e da debilidade dos direitos laborais.

A protecção dos direitos laborais está hoje no centro dos debates sobre a globalização. De facto, num tempo de economia global, a desregulação estatal e a privatização da economia são invocadas pelas empresas, principalmente as multinacionais, em nome da obtenção de uma maior produtividade e lucro através, por exemplo, do uso de formas de subcontratação e produção intensiva. Todos estes mecanismos afectam a definição das políticas públicas e o direito laboral nacional pode ser uma vantagem comparativa na decisão de investir e produzir. Por outras palavras, poderemos afirmar que todas estas transformações tendem a transformar o direito do trabalho numa mais-valia económica.

O objectivo deste paper não é a discussão em torno do direito do trabalho, mas dos direitos laborais, e a forma como os acidentes de trabalho poderão colocar em causa estes direitos. Assim sendo, a minha proposta é discutir e entender como as transformações no mundo do trabalho e o elevado número de acidentes de trabalho e doenças profissionais desafiam a competitividade dos mercados e as políticas de bem-estar definidas pelo Estado português.

Por direitos laborais, entende-se os direitos humanos relacionados com o emprego e as condições de trabalho de qualquer mulher e homem. Contudo, a globalização, força dominante nas últimas décadas, tem configurado novos países, culturas, economias e interacções entre pessoas. Se a globalização contribui para um maior contacto entre culturas e economias, ao mesmo tempo separa os processos de produção, os mercados de trabalho e as entidades políticas e as sociedades (PNUD; 1999). Na presença de todos estes processos os padrões sociais, os princípios de regulação laboral e as políticas sociais do Estado social sofrem enormes pressões, visíveis, no meu ponto de vista, na realidade das condições de trabalho e no número de acidentes laborais.

Das transformações no mercado de trabalho aos acidentes de trabalho: uma breve descrição

Na sociedade flexível, de serviços ou do conhecimento, o trabalho tem sido atravessado por profundas alterações, assistindo-se hoje a uma real “metamorfose do trabalho” (Gorz, 1988), que afecta não só os seus conteúdos e formas contratuais, como também as suas modalidades, espaços e tempos de execução. Em primeiro lugar, constata-se que as relações de emprego têm mudado, dando lugar a novos arranjos laborais. Novos trabalhos têm sido criados, novos tipos e formas de trabalho aparecem (Kovács & Castillo, 1998). Em todos os países ocidentais, um número crescente e significativo de trabalhadores realizam o seu trabalho sem uma relação contratual tradicional, por outras palavras, têm relações de trabalho que genericamente são designadas como atípicas.

Estas transformações, intensificadas pelos processos de globalização e liberalização económica, têm, também, alterado as noções de tempo e espaço de trabalho, o que tem contribuído para o aparecimento de formas de emprego e trabalho flexíveis, atípicas e precárias (Ferreira, 2001:274), e para a transformação da própria noção de trabalho (Antunes, 2000).

As interpretações destas transformações não são unívocas. Existem na literatura opiniões contrastes, quer optimistas, quer pessimistas, que ora defendem um contínuo desenvolvimento, entendido como positivo, ou apresentam as

consequências negativas de tais mudanças. No entanto, algumas têm vindo a referir que, o incremento da globalização económica e da competitividade pressionam o trabalho a tornar-se mais flexível e racionalizado. Neste ponto, Boaventura de Sousa Santos defende que nos encontramos num momento de “transição paradigmática” (Santos, 2000:155) e que o seu curso não é óbvio. Apesar desta ambivalência teórica é possível identificar duas grandes tensões. A primeira emerge do conflito entre “novas” e “velhas relações de trabalho e direitos laborais. Esta tensão assenta numa perspectiva laboral que considera que as mudanças no mundo do trabalho são apenas uma forma de o modelo capitalista se reajustar ao desenvolvimento. A segunda tensão decorre da avaliação ético-política da transformação. Esta parece ser uma afirmação positiva do modelo capitalista, mas representa, também, uma crise profunda dos mecanismos de integração e coesão social, associados ao mundo do trabalho.

A dicotomia risco/sociedade, elemento estrutural no equilíbrio sócio-laboral, tem sido pressionada pela globalização, através das políticas neoliberais e flexibilização dos mercados e das normas laborais (Ferreira, 2003). Este processo tem contribuído para uma naturalização do risco laboral, considerando-o normal e extensivo à sociedade do trabalho. Este processo põe ainda em causa o futuro das relações laborais. Alguns autores encaram estas transformações de forma dramática defendendo que poderão conduzir ao fim do trabalho (Rifkin and Heilbroner, 1995; Gorz, 1980; Méda, 1999; Offe, 1989 and Kurz, 1992), ou como um sistema que vai além do emprego e das políticas de emprego (Supiot, 1999). As relações de trabalho estáveis, com base em contratos de trabalho permanentes, são vistas como parte do modelo Fordista, já extinto, e que estão a ser progressivamente substituídas por uma economia de serviços, muito mais heterogénea e volátil. Porém, o trabalho permanece como a principal forma de rendimento, identidade social (Castel, 1998) e cidadania. Deste modo, podemos afirmar que as transformações ocorridas no mundo do trabalho, bem como a mudança de paradigma produtivo associado às tecnologias de informação e comunicação e às exigências sociais abrem a possibilidade para algumas melhorias, que poderão reconciliar a criação de emprego com a melhoria das condições de trabalho e com o conceito de trabalho decente (Boyer, 2006:13).

Condições de Trabalho e Acidentes Laborais: União Europeia e Portugal

Por condições de trabalho entende-se as condições em que o trabalho é prestado e/ou executado, podendo mostrar a forma como trabalho está organizado, não devendo ser vistas como dependendo da vontade ou julgamento individual (Christis, 1998 in Oeij and Wiezer, 2002). Contudo, quando se fala em condições de trabalho, na maioria das vezes, associa-se o conceito a alguma característica específica do trabalho e que, de uma forma directa ou indirecta, tem consequência para a saúde e bem-estar dos trabalhadores. No entanto, e uma vez que a relação entre alguns aspectos do trabalho e as suas consequências não é assim tão óbvia, a definição de “condições de trabalho” aparece como resultado de um processo social complexo, que envolve diversos actores, incluindo, académicos, sindicalistas, inspectores do trabalho entre outros (Gollac and Volkoff, 2000). Partindo deste pressuposto, pode afirma-se que existem dois aspectos principais dentro das condições de trabalho: a relação contratual e o ambiente de trabalho; e ambos tendem a ter efeitos diretos na saúde e segurança dos trabalhadores. Neste texto procurarei discutir apenas o aspecto do ambiente de trabalho e os seus efeitos para a saúde e segurança dos trabalhadores.

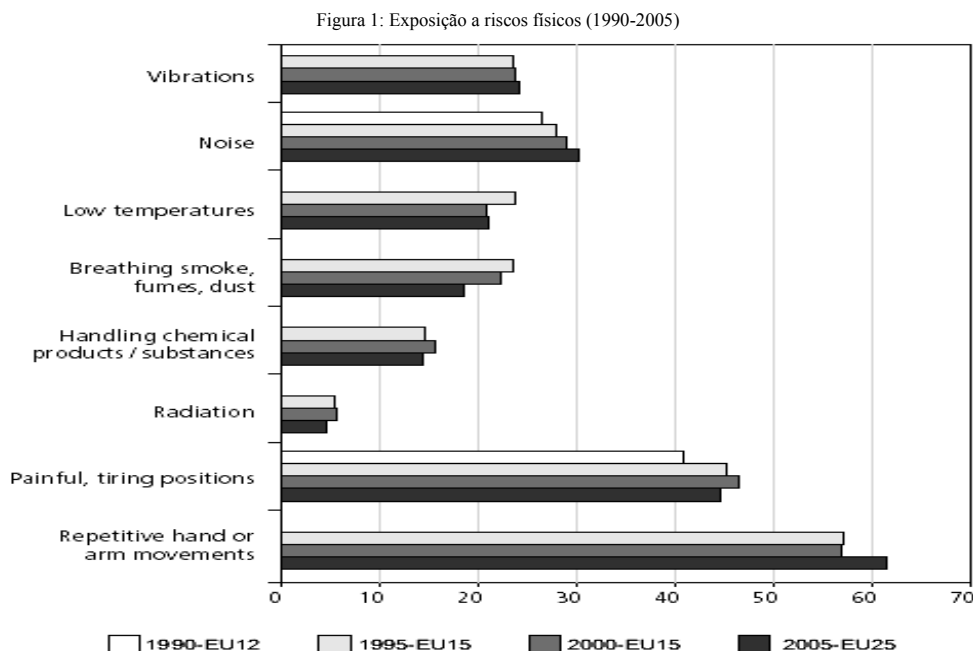
É um facto que o mundo do trabalho se tem tornado cada vez mais volátil, instável e inseguro. A vulnerabilidade para os trabalhadores tem aumentado, na medida em que experimentam cada vez mais a insegurança no emprego, a diminuição de rendimentos, a menor protecção no trabalho e são forçados a assumir riscos no mercado de trabalho (Hespanha, 1997), e nos locais de trabalho e consequentemente a estarem expostos factores nocivos para a sua saúde e segurança.

O problema dos riscos ocupacionais não é um fenómeno recente, nem exclusivo da sociedade portuguesa. Podemos mesmo afirmar que este fenómeno é atravessado por um paradoxo: por um lado, o processo de transferência da regulação das relações laborais para a legislação, ao nível internacional, europeu e nacional, e a promoção de campanhas com o objectivo de disseminarem uma cultura de prevenção; por outro lado, o número de trabalhadores envolvidos em acidentes de trabalho permanece elevado, como tem sido indicado pelos recentes relatórios da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Fundação Dublin e pelos indicadores da Estratégia Europeia para o Emprego.

Por exemplo, e de acordo com estimativas recentes da OIT, no ano de 2006, morreram, na União Europeia, cerca de 167 mil trabalhadores em consequência de acidentes de trabalho ou doenças profissionais associadas ao trabalho e 300 mil trabalhadores sofreram de uma incapacidade permanente em graus diversos. Estes números tornam-se mais preocupantes quando olhamos para o cenário mundial e constatamos que as vítimas de acidentes de trabalho rondam os 2,4 milhões de trabalhadores/ano (OIT; 2005). Estes números ilustram bem os ambientes insalubres em que os trabalhadores diariamente têm que desempenhar as suas funções. De acordo com estudos recentes Parent-Thirion et al. (2007), a maioria dos trabalhadores da União Europeia continua exposta a ambientes físicos degradantes, onde os níveis de ruído, vibrações, calor, frio e produtos perigosos são elevados e considerados prejudiciais para a sua saúde. Por outro, continuam a registar-se queixas relativas a trabalho em posições penosas e cansativas. De facto, os problemas relacionados com a saúde, ritmo e horário de trabalho continuam a persistir na União Europeia. Em 2005, por exemplo, 72.9% dos trabalhadores inquiridos, nos 27 países da União Europeia (UE), referiam ser afectados no seu trabalho por permanecer de pé ou andar e 62.3% por movimentos repetitivos de mãos ou braços. A estes riscos – os velhos riscos – acrescem novos desafios e riscos relacionados

com a maior complexidade do sistema produtivo e com as transformações do trabalho, como são a intensificação do ritmo de trabalho e as pressões para cumprir prazos, entre outros.

Apesar da percepção dos trabalhadores sobre a sua saúde e segurança estar em risco ter aumentado, nos últimos 15 anos, a exposição a riscos físicos e os problemas músculo-esqueléticos e a fadiga, causados pela intensificação do trabalho e pelas práticas de emprego flexível, têm aumentado. Por exemplo, 1 em cada 5 trabalhadores continua a estar exposto a ambientes com fumos e poeiras e cerca de 1 em cada 2 trabalhadores referiu que passa pelo menos $\frac{1}{4}$ do seu tempo de trabalho numa posição desconfortável ou penosa. Como mostra a Figura 1 – apresentada abaixo – a proporção de trabalhadores expostos a movimentos repetitivos em pelo menos $\frac{1}{4}$ do seu tempo de trabalho tem vindo a aumentar nos últimos 15 anos.



Fonte: 4.º Inquérito Europeu às Condições de Trabalho (2007)

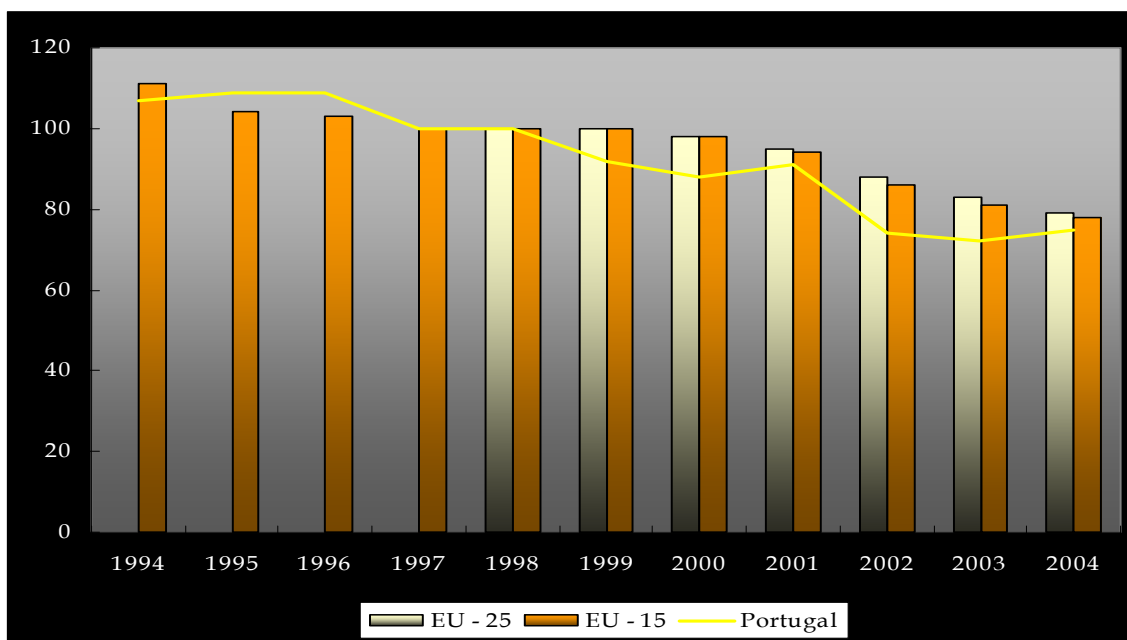
A principal conclusão do 4.º Inquérito Europeu às Condições de Trabalho aponta que os factores de risco ao nível físico e psicológico não apresentaram uma diminuição significativa ao longo dos últimos 15 anos. Em relação à percepção individual do risco e ao seu impacto para a saúde e segurança, em geral, o relatório mostra que se assistiu a um aumento, embora que ligeiro, em todos os países da União Europeia.

Um outro aspecto que merece ser reportado diz respeito aos sintomas mais apontados pelos trabalhadores. As perturbações músculo-esqueléticas encontram-se no topo das queixas dos trabalhadores, seguidas da fadiga, stress, dores de cabeça e irritabilidade. Outros sintomas como os problemas de visão, audição e de pele, bem como problemas do foro respiratório, são também relatados por quase 10% dos trabalhadores. Por outro lado, os trabalhadores que afirmam que a sua saúde se encontra em risco e que é afectada pelo trabalho que desempenham reportam, em geral, entre 2 a 6 sintomas. Uma outra conclusão aponta para o facto de que quando existem mudanças nos locais de trabalho parece existir um equilíbrio entre pequenas melhorias (ao nível da exposição a temperaturas extremas ou da inalação de fumos/vapores) e pequenas deteriorações (exposição a ruídos elevados, transporte de cargas pesadas e trabalho e posições penosas).

Por outro lado, o 2.º Relatório Anual das Condições de Trabalho na União Europeia (2004-2005) refere que, de um modo geral, ocorreu um declínio significativo do número de acidentes de trabalho graves e mortais. Contudo, os problemas músculo-esqueléticos são descritos como o principal e mais grave problema de saúde que os trabalhadores europeus enfrentam. Mais de 40 milhões de trabalhadores são afectados por estes problemas, sendo que a sua contribuição para o total de doenças profissionais ronda os 40%. A principal causa destes problemas é atribuída às pobres condições ergonómicas.

Em termos de acidentes de trabalho (mortais e não mortais), a Figura 2 mostra que nos últimos anos se assistiu a uma ligeira diminuição. No que diz respeito à situação portuguesa, constatamos que esta segue a tendência europeia, contudo no caso dos acidentes de trabalho mortais as taxas de incidência, no nosso país, não mais elevadas do que a média europeia.

Figura 2: Taxa de Incidência dos Acidentes de trabalho (1994-2004)

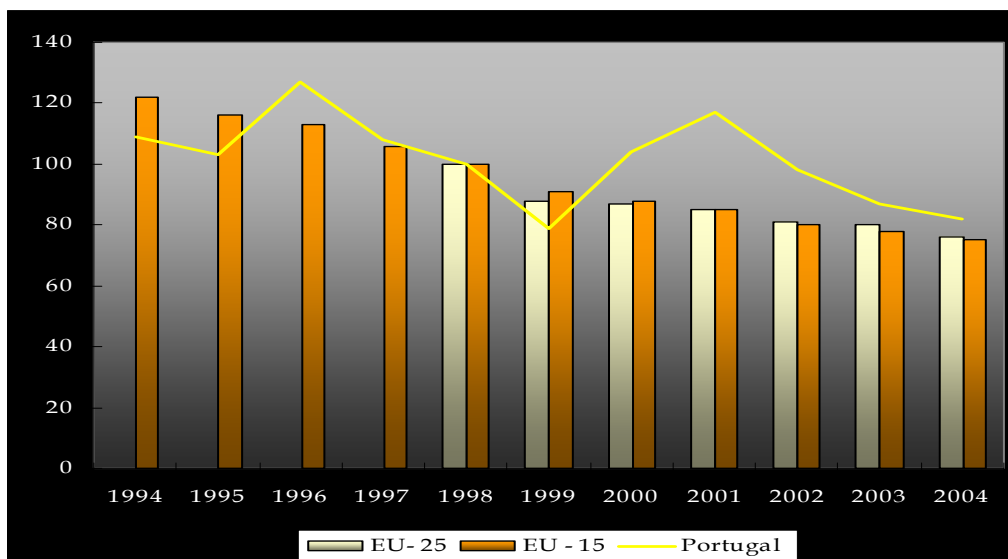


Fonte: Eurostat

A grande conclusão a retirar é a de que os acidentes de trabalho em resultado de condições de trabalho inseguras e insalubres continuam a ser muito frequentes, e que milhões de trabalhadores morrem ou ficam gravemente feridos todos os anos. A realidade portuguesa das condições de trabalho não é muito diferente da dos restantes países europeus, no entanto é preocupante que em pleno séc. XXI os locais de trabalho continuam a ser um local perigoso para a maioria dos trabalhadores portugueses.

Todavia, os maiores problemas ao nível da saúde não incluem apenas questões tradicionais, como as dos riscos físicos, químicos e biológicos, incluem também factores de riscos ditos modernos, os chamados novos riscos, associados, por um lado, às novas formas flexíveis de emprego, à desregulação do tempo de trabalho, às pressões, ao aumento do trabalho por turnos e do trabalho nocturno; e, por outro lado, ao aumento da insegurança quanto ao trabalho e emprego, que conjugados aumentam exponencialmente o número de doenças relacionadas com o trabalho.

Figura 3: Taxa de incidência de acidentes de trabalho mortais (1994-2004)

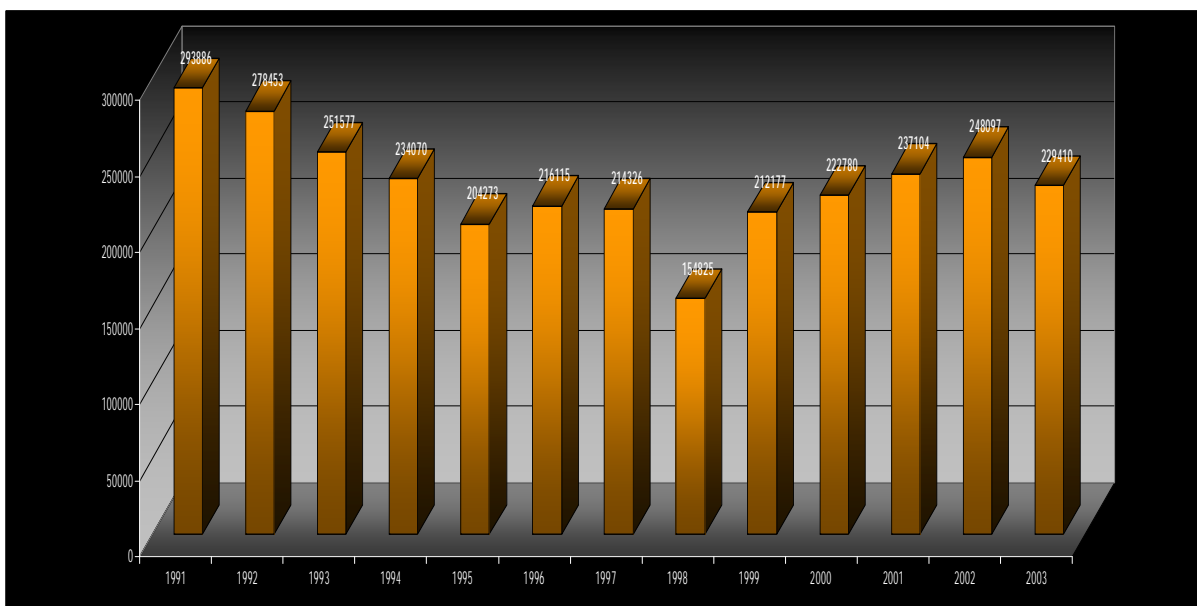


Fonte: Eurostat

O último inquérito português às condições de trabalho (DETEFP, 2001) mostrou que os principais problemas relacionados com os esforços físicos no trabalho estavam relacionados com a permanência por longos períodos de tempo em pé (44.5%), e com manter posições de trabalho árduas e cansativas por muito tempo (20.5%) – de referir apenas a título de curiosidade que em termos de distribuição por sexo, foram as mulheres quem mais afirmou permanecer de pé durante longos períodos de tempo. Por outro lado, mais de 1/3 (38.3%) dos trabalhadores referiram que estavam expostos, pelo menos durante algum tempo, a barulhos intensos nos seus locais de trabalho. De facto, a exposição ao ruído é deveras elevada para pelo menos 13,1% dos trabalhadores, que são incapazes de comunicar com outros trabalhadores que se encontrem a 2 ou 3 metros de distância. Um outro risco ocupacional comum diz respeito à inalação de materiais tóxicos (23.8%), a ferimentos em máquinas (21.1%) ou outras ferramentas (17.4%).

Os resultados deste inquérito mostraram ainda que 1.8% de trabalhadores sofria de alguma doença profissional. De entre estes trabalhadores, as doenças mais reportadas foram: lesões por movimentos repetitivos (48.8%), problemas de audição (10.1%) e problemas psicológicos (9.8%). As principais razões identificadas para a sua doença prendiam-se com a falta de condições de trabalho seguras e saudáveis (26.8%), com o stress (15.7%) e com a fadiga (13.1%).

Figura 4: Acidentes de trabalho em Portugal (1991-2003)

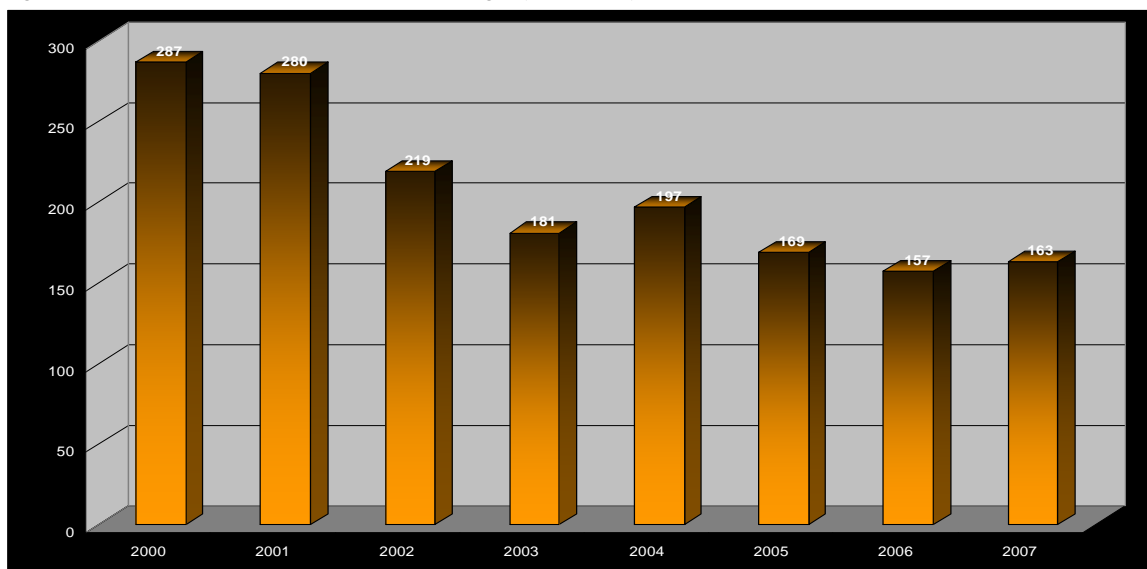


Source: GEP/ Ministry of Labour and Social Solidarity

Por sua vez, alguns estudos mais recentes mostram que as condições de trabalho em Portugal situam-se numa posição mais fraca, comparativamente à média da União Europeia (Dias et al., 2007; Jacinto et al., 2007), nomeadamente no que diz respeito aos níveis superiores de sinistralidade. De facto, no nosso país “no caso dos acidentes de trabalho fatais, a

taxa de incidência é ainda cerca de três vezes a registada no conjunto da UE15” (Dias et al., 2007:118). O que revela que desde a década de 90 não se têm registado grandes evoluções na melhoria das condições de trabalho dos portugueses, uma vez que Portugal era a par da Grécia o país com uma das maiores percentagens de trabalhadores que referiam estar sujeitos a posturas corporais penosas e fatigantes (58%, contra os 68% da Grécia) (Paoli, 1997). Outros têm vindo a demonstrar que “as taxas de acidentes e de mortalidade laboral em Portugal por 100 mil trabalhadores são claramente mais elevadas do que a média das outras Economias de Mercados Estabelecidas (5.9 contra 4.2, em 2002) (Takala et al., 2005). Os sectores com maiores probabilidades de ocorrência de acidentes de trabalho são o sector das madeiras (77.9%); o sector da refinaria e produtos químicos (73.2%), e o sector dos minerais não-metálicos (64.8%). De referir ainda que, apesar de nos últimos anos se ter registado uma diminuição, nomeadamente no número total de acidentes de trabalho, estes valores permanecem elevados (DETEFP, 2001).

Figura 5: Acidentes de Trabalho mortais em Portugal (2000-2007)



Fonte: Relatórios da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT)

Os acidentes de trabalho mortais, por sua vez, não registaram uma diminuição muito significativa - 294 mortes em 1990 e 287 em 2000. Contudo, depois de 2000 poderemos verificar que se registou uma diminuição, representando o ano 2003 o valor mais baixos dos últimos anos¹, tendo os dois últimos anos registado ligeiros aumentos.

Para concluir, a análise estatística do número de acidentes de trabalho, nas últimas décadas, mostra que em Portugal se assistiu a uma diminuição do número total de acidentes mortais e não mortais. Esta diminuição é mais significativa no sector industrial, mas também no sector da agricultura. No sector da Construção Civil e Obras Públicas também se verificou uma ligeira diminuição do total de acidentes de trabalho, porém, continua a ser o sector de actividade que regista o maior número de acidentes de trabalho mortais.

Acidentes de trabalho: custos e consequências socioeconómicos

As condições de trabalho inseguras e insalubres têm impactos humanos e económicos (ILO; 2001), nomeadamente na produtividade e produção económicas, como revelado pelo número de dias de trabalho perdidos (Santana et al., 2006). O elevado número de acidentes e doenças profissionais representa diversos custos, tais como: despesas médicas e de seguro, os designados custos directos, e perdas de rendimento, de produtividade e outros benefícios, os custos indirectos (Leigh et al., 1997)². De facto, os acidentes de trabalho e as doenças ocupacionais são responsáveis por mais horas de trabalho perdidas e perdas de produtividade do que qualquer outro problema de saúde (Jovanovic, et al., 2004: 326). Por outras palavras,

¹ As principais explicações para este decréscimo podem encontrar-se nos esforços levados a cabo pelo Estado português, nomeadamente através de campanhas de prevenção e sensibilização e o aumento do número de inspecções. Todo este trabalho tem contribuído para uma maior consciência sobre a importância de um ambiente de trabalho seguro e saudável, quer para o trabalhador, quer para o empregador.

² Custos directos são aqueles que decorrem de forma directa do acidente. São simples e fáceis de calcular e incluem os custos médicos e as compensações pagas ao trabalhador ferido. Os custos directos são geralmente assegurados pelas empresas. Os custos indirectos são a consequência menos óbvia de um acidente. Apesar de estes custos indirectos não serem visíveis eles são também pagos através dos lucros da venda dos produtos. Por outro lado, o seu cálculo é mais complexo e difícil e deste modo são também difíceis de segurar, ou seja dificilmente a empresa consegue transferir a sua responsabilidade para uma seguradora relativamente aos custos indirectos. Os custos indirectos incluem, entre outros, o tempo que o trabalhador fica ausente do seu trabalho e que não é coberto pelo seguro, o pagamento a outros trabalhadores que não ficaram feridos, mas que por exemplo tiveram que parar a sua tarefa para prestar assistência ao colega que ficou ferido. Incluem ainda os custos relativos a danos em materiais e equipamentos, os custos relativos a perdas na produção e ainda custos relacionados com o pagamento de salários a trabalhadores que desempenhem funções relacionadas com os acidentes, onde se incluem os cuidados prestados ao trabalhador ferido e as tarefas de investigação e apuramento das causas do acidente. De referir ainda que aqui também, em alguns casos, são contabilizados os custos com a formação de trabalhadores que irão substituir o acidentado. A somar a todos estes custos ainda encontramos custos médicos não cobertos pelo seguro.

podemos afirmar que em cada ano os acidentes de trabalho têm como resultado custos incalculáveis em termos de vidas perdidas, de sofrimento, de salários, de produção e produtividade das empresas, bem como danos nos equipamentos e ainda perdas em termos de oportunidades de produção.

Deste modo, os acidentes de trabalho causam custos directos e indirectos ou escondidos para toda a sociedade. Uma maneira mais popular de demonstrar estes custos é recorrer ao modelo do iceberg (Heinrich, 1959), uma análise económica dos acidentes de trabalho. Existem muitas variações na proporção dos custos, mas normalmente a proporção dos custos indirectos é muito superior à dos custos directos (Andreoni, 1986; Larsson and Betts, 1996). Por outro lado, Heinrich estabeleceu uma relação entre estes dois tipos de custos, na qual os custos indirectos representam mais de 4 vezes os custos directos. No entanto, e apesar de toda esta discussão teórica, os custos económicos dos acidentes de trabalho representam um fardo considerável para a competitividade das empresas. Estima-se que anualmente as perdas resultantes de acidentes e doenças profissionais, apenas em termos de compensação, dias perdidos, interrupção da produção, formação, despesas médicas e outras, representem mais de 4% do produto interno bruto (PIB) de todos os países. Nos países membros da União Europeia e de acordo com a Agência Europeia para a Segurança e a Saúde, as perdas em termos do PIB situam-se entre os 2.6% e os 3.8% (European Agency, 2002). Em Portugal, os custos dos acidentes e das doenças profissionais, os custos directos, representaram em 2003, 663.2 milhões de euros e 5.6 milhões de dias de trabalho perdidos, o que representa cerca de 0,51% do PIB. Por outro lado, 6.4% do absentismo em Portugal fica a dever-se a acidentes de trabalho (MSST, 2002).

Actualmente os problemas de saúde relacionados com o trabalho representam em Portugal um enorme custo económico para os trabalhadores, empresas e para a sociedade em geral. Sendo que os elevados números de acidentes, doenças e custos a eles associados deixam transparecer as deficiências do sistema de prevenção dos riscos profissionais, que um país desenvolvido não poderá ter. As normas e os regulamentos de prevenção de riscos profissionais têm sido, em muitos casos e sectores, aplicadas parcialmente, sendo que as intervenções na área da saúde ocupacional parecem estar limitadas a orçamentos e escassez de recursos humanos.

Os números, quer dos acidentes, quer dos custos, demonstram, sem dúvida alguma, que o sofrimento em termos da vida humana é enorme e as perdas económicas resultantes do falhanço das políticas de prevenção poderão colocar em causa as aspirações nacionais para uma economia e desenvolvimento social sustentáveis. Deste modo, parece ser urgente e fundamental apostar na melhoria das condições de trabalho em nome do interesse de todos: trabalhadores, empregadores, Estado e sociedade em geral, uma vez que os custos sociais e económicos não poderão continuar a ser tolerados como um preço inevitável a pagar pelo progresso. Dito de outro modo, a redução do número de acidentes de trabalho e de doenças profissionais tem implicações óbvias na redução do sofrimento. Por outro lado, parece ser também óbvio que os custos associados a estes fenómenos poderão comprometer as aspirações nacionais no que diz respeito a um desenvolvimento económico e social sustentável, sendo que a redução da incidência de acidentes de trabalho deve ser feita através de uma maior atenção dada às questões da segurança e saúde ocupacionais. Ou seja, parece ser bastante evidente que as acções na área da saúde e segurança no trabalho são também questões económicas e poderão representar uma mais-valia para as empresas, uma vez que as melhorias ao nível das condições de trabalho, aqui entendidas como as condições de segurança e saúde, podem trazer benefícios às empresas, aos trabalhadores e também à sociedade em geral.

Parece, então, claro que os acidentes de trabalho e as doenças profissionais representam custos elevados para as empresas. Esta questão é tanto mais premente quanto menor é o tamanho da empresa, isto é, as pequenas empresas são as mais afectadas pelos custos relacionados com os acidentes de trabalho. Esta questão é de suma importância no contexto português, uma vez que as pequenas e médias empresas (PME) representam cerca de 90% do tecido empresarial e desempenham um importante papel no desenvolvimento económico, não só em termos de emprego, como também em termos de produção. No entanto, e apesar desta consciência alguns dos relatórios públicos (MTSS; 2002) vêm mostrando que os custos com os acidentes de trabalho têm vindo a aumentar em Portugal ao passo que o investimento em segurança e saúde no trabalho estagnou. Esta falta de investimento poderá ser então um dos factores para a elevada prevalência de acidentes de trabalho no nosso país.

Estas constatações apontam o facto de Portugal parecer ignorar que acidentes e doenças profissionais têm impactos na vida dos trabalhadores, das suas famílias e no próprio futuro laboral, do mercado de trabalho, mas também na própria produtividade das empresas e em última instância no bem-estar da sociedade.

Regulação dos Acidentes de Trabalho: entre Estado, Direito e Mercado

A prevenção e a regulação dos acidentes de trabalho são, assim, justificadas em termos do número de vidas perdidas, das incapacidades que afectam os trabalhadores e do sofrimento que é imposto aos indivíduos. A sua ocorrência pode também ser um indicador de injustiça social (Santana et al., 2006). Contudo, e apesar do cenário apresentado anteriormente, o interesse internacional e a sua magnitude sobre estas temáticas permanece, ainda, a meu ver, bastante reduzido. A disseminação de conhecimentos e informação é ainda muito deficiente, mesmo nos países desenvolvidos, o que pode limitar a capacidade para definir e implementar políticas efectivas de prevenção dos riscos profissionais e apesar dos acidentes mortais representarem um cenário alarmante as decisões de investimento em políticas de prevenção e de melhoria das condições de segurança e saúde no trabalho permanecem à margem das decisões de investimento das empresas, ou ainda não fazem parte de políticas de desenvolvimento empresarial.

Perante este cenário, de desinteresse e desinvestimento, os trabalhadores continuam a enfrentar sérios riscos no desempenho das suas funções. Actualmente, um dos maiores desafios para as sociedades modernas é a compatibilidade entre os princípios de igualdade e dignidade num mundo onde a exclusão, a discriminação e a desigualdade estão muito presentes. Neste contexto de fortes desigualdades o mundo do trabalho é um exemplo perturbante. Se por um lado, as especificidades das relações laborais criaram normas que favorecem a parte mais frágil da relação de trabalho, o trabalhador; por outro lado, parece que estes direitos e normas laborais não têm uma verdadeira efectividade.

Para reduzir o sofrimento humano e as perdas financeiras e económicas, associadas aos riscos laborais, é necessário aumentar o investimento e fomento em políticas de prevenção e regulação dos riscos laborais. Pois, tal como vem sido defendido e demonstrado, nos estudos mais recentes levados a cabo pela OIT, os países mais competitivos são também os países mais seguros (leia-se em termos de segurança no trabalho) (ILO, 2003). Deste modo, este cenário desafia os estados e os governos nacionais a definirem políticas de prevenção dos riscos profissionais no seio das políticas públicas. Contudo, não poderemos ignorar o facto de, tal como alguns autores têm apontado, o Estado Social se encontrar em crise, assistindo-se também a uma redução e erosão dos direitos sociais (Müller, 1994). Porém, a questão que permanece é a de saber como neste cenário de crise as políticas nacionais terão capacidade de promover políticas de segurança e saúde no trabalho quando os mercados de trabalho e emprego se caracterizam por uma cada vez mais intensa flexibilidade? De facto, os dilemas que as políticas sociais enfrentam mostram a forma como a regulação dos riscos profissionais tem sido marginalizada. Esta marginalização pode encontrar resposta, por um lado, na própria construção da noção de riscos profissionais, que desde o início ignorava as complexidades dos locais de trabalho, e por outro lado no facto de as sociedades modernas enfrentarem uma erosão e fragilidades das leis laborais.

Todavia, não podemos negar que, apesar de em menor escala, a preocupação com a prevenção dos riscos profissionais esteve sempre presente. Ou seja, não podemos objectar que estas preocupações são apenas de hoje. A análise da história mostra-nos que as preocupações com a identificação dos riscos e consequente prevenção não são recentes. De facto, a intervenção pública e legislativa neste domínio (em particular no que se refere à segurança e saúde no trabalho) tem-se acentuado nas últimas décadas. Já na década de 70, do século passado, a melhoria das condições de trabalho suscitou um grande interesse tanto político como científico. Por exemplo, foram lançados programas nacionais e internacionais, criaram-se instituições específicas e houve um forte estímulo e apoio à investigação, tendo surgido uma nova perspectiva, a abordagem sociológica das condições de trabalho³, que as colocou no contexto global da organização. Desnaturalizando, assim, as condições de trabalho, “pois não é normal que as condições de trabalho seja ruidosas, ou fisicamente pesadas ou psicologicamente tensas” (Castillo e Prieto, 1983: 265). Contudo, com a crise económica da década de 80, que conduziu a um aumento do desemprego e ao enfraquecimento do poder negocial dos sindicatos, os interesses relativos ao trabalho centraram-se em torno da sobrevivência das empresas e as reivindicações sindicais orientaram-se mais para as questões da segurança no emprego e dos salários do que para melhorias qualitativas nas condições de trabalho (Dias et al., 2007: 24).

Após a década de 90, com o adensamento do contexto de forte competição global dos mercados e empresas, as prioridades centram-se na produtividade e qualidade ao mais baixo custo. Neste contexto a preocupação com a melhoria das condições de trabalho passa a ter um carácter económico, passando a ser encaradas como factores de performance para a economia e empresa. Neste sentido, a questão que se coloca, actualmente, é a de saber o que faz o Estado para dar segurança aos trabalhadores que se encontram em situação de risco, numa era onde os pretensos imperativos da concorrência e da competitividade internacionais imperam?

Para responder a esta questão poderemos socorrer-nos do argumento de Eric Tucker (1996). Para este autor as políticas seguidas pelos governos para além de estarem a destruir as bases do Estado-providência e de bem-estar, deixam aos empregadores a possibilidade de serem eles a reconstruir o mercado de trabalho e de produção através da redução dos custos com o trabalho e da diminuição da segurança no emprego (Tucker, 1996:61). O que faz com que os trabalhadores tenham que escolher, muitas vezes, entre um trabalho inseguro e o não trabalho.

Parece, então, existir um esvaziamento do compromisso social do Estado, deixando este de ter capacidade de promover condições de trabalho seguras e saudáveis, de garantir uma cidadania laboral (Turner, 2007) ou dignidade no trabalho (Berg e Frost, 2005). Por outro lado, as acções estatais em segurança e saúde no trabalho (SST) e a criação de sistemas de protecção de riscos profissionais, entendidas como respostas aos acidentes laborais e aos seus custos (Gersumy, 1986), parecem estar a ser postas em causa com a própria erosão dos direitos sociais. Ora, esta situação parece em tudo contraditória com a defesa dos direitos dos trabalhadores e com o reconhecimento da dignidade no trabalho (Ferreira, 2001). como um direito fundamental (Hodson, 2001: xiii). Para além de todas as discussões em torno da dignidade, a prevalência de acidentes de trabalho e doenças profissionais é mais um indicador de desigualdade social e de injustiça (Wooding, 1999: 12-13). Neste sentido, poderíamos afirmar que a “saúde do trabalhador” é sem dúvida um problema público no sentido proposto por John Dewey (1991) e que exige acções mediadoras e reguladoras do Estado. Contudo, diante da reestruturação da economia e da produção e dos avanços das políticas neoliberais temos assistido a enfraquecimento do Estado e consequentemente à sua menor intervenção no campo da segurança e saúde no trabalho.

³ Uma outra abordagem sociológica influente é a abordagem estratégica e cultural, que para além dos aspectos estruturais tem em atenção os interesses e estratégia dos indivíduos e grupos, bem como os aspectos culturais. Nesta abordagem as condições de trabalho são vistas e entendidas como situações de trabalho inseridas no contexto global da organização de trabalho (Sainsaulieu, 1981).

Desafios ao direito do trabalho

Alguns autores defendem que os princípios de regulação social estabelecidos em direitos laborais democráticos são um elemento essencial para reconstruir condições de trabalho verdadeiramente decentes e dignificantes. Neste sentido, é fundamental que o trabalho vá além da sua simples utilidade económica e se reconheça na sua utilidade social (Castel, 1998). O trabalho é uma actividade social e pública, por isso as normas e os direitos laborais terão que reconhecer a utilidade laboral e social dos trabalhadores, bem como a relação entre trabalho, mercado e sociedade, enquadrando o trabalho num sistema de cidadania social. No entanto, a legislação laboral baseia-se em princípios mínimos, mesmo quando estes se aplicam à maioria dos trabalhadores. Neste sentido, defende-se a existência de uma legislação apropriada e adequada para que se possa falar numa efectiva protecção da segurança e saúde dos trabalhadores.

Se a centralidade do trabalho é suportada politicamente, parece ser “inimaginável que o trabalho não seja a base das sociedades modernas” (Schnapper, 1998: 18). Apesar de actualmente o trabalho incluir diversas formas e modalidades, muitas delas designadas como atípicas e precárias, não poderemos esquecer ou negligenciar o elo fundamental entre trabalho e cidadania (Schnapper, 1998). Para suportar este argumento poderemos centrar-nos na tensão existente entre o “espaço de produção” e o “espaço de cidadania” (Santos, 2000). Esta tensão prova que as sociedades modernas estabelecem um duplo valor de cidadania individual baseada, por um lado, no indivíduo-cidadão e, por outro, no indivíduo-trabalhador. Deste modo, podemos afirmar que a legislação laboral é um dos resultados dessa tensão. No entanto, o momento de transição paradigmática que atravessa o direito do trabalho e o sistema de relações laborais está intimamente relacionado com a articulação ou desarticulação entre trabalho e cidadania. Consequentemente, o direito do trabalho terá que reinventar um novo sistema de regulação das relações laborais, que reflecta os interesses de todos os trabalhadores, particularmente no que diz respeito às questões da segurança e saúde no trabalho, uma vez que o direito regula directamente determinados aspectos das condições de trabalho e do ambiente de trabalho. No entanto, um dos problemas actuais mais preocupantes relacionados com a legislação do trabalho, não se prende tanto com a criação das normas, ou seja com o vazio normativo, mas com a efectiva aplicação das normas existentes. Apesar de na área da saúde e segurança no trabalho o direito apresentar algumas dificuldades em reconhecer e regular novos riscos, a verdade é que as maiores dificuldades estão associadas à efectividade das normas já existentes. Contudo, e não esquecendo esta limitação das normas, o direito continua hoje a ser uma das fundações da ordem e da justiça sociais.

Políticas de Segurança e Saúde no Trabalho

A segurança e saúde no trabalho são um campo demasiado vasto e que invariavelmente toca em questões relacionadas com o Direito e a Justiça. Apesar de uma diversidade de interesses há um conjunto de princípios básicos que podem ser identificados. O primeiro diz respeito ao facto de todos os trabalhadores terem reconhecidos determinados direitos e de que políticas de prevenção e melhoria das condições de saúde e segurança no trabalho devem ser implementadas. O segundo está relacionado com a própria prevenção e protecção, ou seja, com o facto de ser necessário a definição de implementação de programas e políticas públicas, e com as compensações a atribuiu aos trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho ou suas famílias.

Como parte dos seus esforços na promoção de locais de trabalho seguros e saudáveis nos seus países membros, a OIT⁴ e a União Europeia têm compilado importante informação nestas matérias. Por exemplo, em 1999, na Conferência Internacional do Trabalho, no seu primeiro relatório enquanto Director-Geral, Juan Somavia declarou que:

“The primary goal of the ILO today is to promote opportunities for women and men to obtain decent and productive work, in conditions of freedom, equity, security and human dignity” (ILO; 1999).

Esta declaração foi o primeiro passo para a definição do conceito de trabalho decente. Um segundo passo importante foi a definição de princípios mínimos que têm influenciado o direito e as normas de todos os estados-membros. Por exemplo, é frequente que os governos consultem a OIT, quer formalmente, quer informalmente, sobre a compatibilidade entre uma proposta de alteração da legislação laboral e os princípios fundamentais no trabalho.

Ao nível internacional, e fomentado pela OIT e pela EU, um substancial trabalho tem sido realizado ao longo dos anos na melhoria das condições de segurança e saúde no trabalho. Um vasto número de Convenções, Recomendações e Directivas têm sido adoptadas, as mais significativas foram: a Convenção 155 da OIT, de 1981; e a Recomendação 89/391/CEE, de 12 de Junho de 1989, que introduziu um conjunto de medidas destinadas à melhoria da saúde e segurança dos trabalhadores. Os principais objectivos destes instrumentos são a melhoria das efectivas condições de trabalho e a redução do número de acidentes de trabalho em todos os estados-membros.

⁴ Os meios de acção usados pela OIT na promoção da segurança e saúde no trabalho incluem os princípios fundamentais do trabalho, os códigos de boas práticas, o aconselhamento e acompanhamento técnico e a disseminação de informação. Estas acções têm por objectivo aumentar a capacidade preventiva dos estados-membros. De referir ainda que as acções podem tomar a forma de Convenções e/ou Recomendações adoptadas nas Conferências Internacionais do Trabalho. De igual modo, as acções podem ser consideradas como Códigos Internacionais no Trabalho, e que definem padrões mínimos, tanto no campo laboral como no social.

Porém e apesar dos inúmeros esforços que têm sido feitos, com maior premência desde os anos 70, os acidentes de trabalho continuam a ser frequentes o que colocam em causa o próprio conceito e princípios do trabalho decente, pois não se deve descurar que um trabalho decente é em si mesmo um trabalho seguro.

Segurança e saúde no trabalho: um direito humano numa sociedade de risco

Todas as transformações que ocorreram nas últimas décadas, com particulares implicações no mundo do trabalho, reconfiguraram a forma como o problema da saúde e segurança é olhado, e como os riscos profissionais são abordados. Apesar de toda a discussão sobre o risco e sociedade de risco (Beck, 1992, 1998; Giddens, 1998, Roharmann and Renn, 2000), a força motivacional das sociedades modernas terá que passar a assentar no paradigma da segurança e na regulação e prevenção dos riscos. Por outras palavras, poderemos afirmar que um dos desafios actuais é a transformação do direito à saúde e segurança no trabalho num direito efectivo, num direito humano. De facto, este direito encontra-se já plasmado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, das Nações Unidas, de 1948, que afirma:

“Everyone has the right to work, to free choice of employment, and to just and favourable conditions of work (...)” (art. 23.º)

Também o Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, de 1976, reafirma este direito:

“The States Parties to the present Covenant recognise the right of everyone to the enjoyment of just and favourable conditions of work, which ensure, in particular: ...b) safe and health working condition ...” (art.7.º)

É um facto que os acidentes de trabalho matam ou deixam permanentemente incapacitados milhões de trabalhadores, não se podendo ignorar que o trabalho decente começa com um trabalho digno, seguro e saudável. Assim, a criação de condições de trabalho decentes transforma-se num dos maiores desafios actuais aos estados, às empresas e às sociedades modernas. Contudo, este desafio parece esbarrar na evolução das economias, nas novas formas de trabalho e na introdução de novas tecnologias. Os governos abraçam, hoje, a responsabilidade de conjugar a modernização das relações laborais e a concepção de trabalho decente, através da definição de políticas públicas que reflectam a legislação de protecção e promoção das condições de trabalho de uma forma coerente e eficiente, e que ao mesmo tempo permitam uma redução dos custos associados à sinistralidade laboral e um aumento da produtividade, uma vez que um trabalho sem riscos é muito mais de que uma opção política e económica e um direito fundamental que deverá estar ao alcance de todos os trabalhadores. Por outro lado, não poderemos ignorar o facto das consequências da sinistralidade laboral extravasarem a esfera laboral.

Deste modo, urge que os estados assumam o direito à segurança e saúde no trabalho como um direito fundamental, porque apenas condições de trabalho seguras e saudáveis poderão dignificar a condição de trabalhador. Por outras palavras, um trabalho seguro é um dos pilares do trabalho decente, que tal como a OIT tem defendido é uma demanda de toda a classe trabalhadora e deverá envolver, para além das oportunidades de um trabalho produtivo e pago, um trabalho seguro e com protecção social para o trabalhador e sua família, e ainda permitir possibilidades de desenvolvimento pessoal e social, liberdade de expressão, organização e participação nas decisões que poderão afectar a vida dos trabalhadores, sem esquecer as igualdades de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres. Esta concepção alargada de trabalho decente deve estar no centro das estratégias empresariais, nacionais e internacionais de desenvolvimento e crescimento económico.

Reflexões Finais

A elevada percentagem de trabalhadores envolvidos em acidentes de trabalho e doenças profissionais indica uma situação que em nada é compatível com as fundações do trabalho decente, da qualidade de vida e de emprego e não estando em harmonia com o Modelo Social Europeu e com a democracia no local de trabalho. A realidade portuguesa demonstra uma situação social e laboral preocupante, uma vez que o nosso país detém uma das taxas mais elevadas de incidência de acidentes de trabalho a nível dos países que compõem a União Europeia. Por outro lado, continua a ser difícil encontrar o equilíbrio desejável entre a necessidade de incrementar a competitividade e produtividade nacionais e a melhoria das condições de segurança e saúde no trabalho, continuando os acidentes de trabalho e ser o maior indicador de vulnerabilidade laboral e um dos problemas mais agudos das sociedades modernas.

No entanto, ser ou tornar-se um trabalhador vulnerável não se prende exclusivamente com características individuais, nem é algo que pode ser apenas relacionado com as mudanças económicas. A vulnerabilidade é um modo sobre o qual o trabalho, hoje, se encontra estruturado e de como os riscos se encontram distribuídos pelos trabalhadores, pelos empregadores, pelo estado e pela sociedade. Neste sentido, o direito pode desempenhar um papel importante e fundamental no garante dos direitos laborais fundamentais, uma vez que estes direitos se baseiam na ideia de justiça social. E sendo a questão das condições de trabalho e dos acidentes laborais uma matéria que não afecta exclusivamente a esfera laboral, os direitos transformam-se assim numa questão de natureza social.

Porém, a distinção entre risco e segurança tem sido pressionada pelos processos de globalização, pelas políticas neo-liberais e pela flexibilização do trabalho e dos mercados de trabalho e ainda por uma tendência para a naturalização do

risco. Neste contexto torna-se urgente assumir o direito à segurança e à saúde no trabalho como um direito fundamental. No entanto esta proposta traz alguns desafios ao direito do trabalho, não só pelos números elevados de sinistralidade laboral, como também pela já referida ineficácia das normas laborais. Deste modo, hoje mais do que noutra época estamos perante a necessidade de adequar as legislações nacionais referentes à segurança e saúde no trabalho às realidades nacionais e às necessidades dos trabalhadores, procurando dar uma verdadeira eficiência à normatividade laboral, em nome de um direito laboral emancipatório associado a uma cultura de prevenção dos riscos laborais.

A adopção de normas e regulamentos laborais é um meio por excelência para a implementação dos princípios básicos no trabalho da OIT, mas também para a promoção e implementação efectiva da Declaração dos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e colocar em prática o conceito de trabalho decente (Sengenberger, 2001). Mas, acima de tudo, o direito pode contribuir fortemente para a redução do número de mortes no trabalho e responsabilizar todos os actores laborais.

O paradigma do trabalho decente é um princípio para todos os trabalhadores em todas as sociedades, e não apenas algo defendido pelos trabalhadores das sociedades industrializadas e das economias mais avançadas, uma vez que todos os trabalhadores em todo e qualquer lugar do mundo desejam liberdade de associação, se opõem à discriminação, ao trabalho forçado, ao trabalho infantil e a um trabalho que se revele perigoso e inseguro. Deste modo, a defesa e o desejo de um trabalho em condições de dignidade e segurança parece ser uma demanda de todos os trabalhadores, tal como fica patente nas palavras de Kofi Annan:

“...all too often lives are shattered unnecessarily because of poor working conditions and inadequate safety systems...let me encourage everyone to ...promoting safety and health at work. It is not only sound economic policy, is a basic human right...”

Referências Bibliográficas

- Andreoni, D. (1986). Cost of occupational accident and diseases. Occupational Safety and Health, 54. Geneva: International Labour Organization.
- Antunes, R. (2000). Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez Editora.
- Beck, U. (1992). Risk Society, Towards a New Modernity. London: Sage.
- Beck, U. (1998). Politics of Risk Society. In J. Franklin (Org.), The Politics of Risk Society. Cambridge: Polity Press.
- Boyer, R. (2006). Employment and Decent Work in the Era of ‘Flexicurity’. DESA Working Paper 32. Department of Economic and Social Affairs.
- Castel, R. (1998). As metamorfoses da questão social: uma crónica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes.
- DETEFP - Departamento de Estatística do Trabalho Emprego e Formação Profissional (2001). Condições de Trabalho em Portugal – Inquérito de avaliação das condições de trabalho dos trabalhadores (Dez. 99 – Jan. 00). Lisboa: DETEFP.
- Dewey, J. (1991) [1927]. The public and its problems. Athens: Swallow Press.
- Dias, João et al. (2007) (cord.). Salários e condições de trabalho em Portugal. Cadernos de Emprego e Relações de Trabalho, 6. Lisboa: MTSS/DGERT.
- European Agency for safety and Health at Work (2002). Inventory of socioeconomic costs of work accidents. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.
- Ferreira, A. C. (2001). Para uma concepção decente e democrática do trabalho e dos seus direitos: (Re) pensar o direito das relações laborais. In B. S. Santos (Org.), Globalização, Fatalidade ou Utopia? Porto: Edições Afrontamento, 255-288.
- Ferreira, A. C. (2003). Trabalho Procura Justiça: a resolução de conflitos laborais na sociedade portuguesa. Dissertação de doutoramento. Coimbra: FEUC.
- Gersuny, C. (1986). The sesquicentennial of Priestley vs. Fowler and conflict over work and health. International Journal of Sociology and Social Policy, 6(4): 1-11.
- Giddens, A. (1998). Risk Society: the context of British Politics. In J. Franklin (Org.), The Politics of Risk Society. Cambridge: Polity Press.
- Gollac, M.& Volkoff, S. (2000). Les Condition de Travail. Paris: Édition La Découverte.
- Gorz, A. (1980). Adeus ao Proletariado. Rio de Janeiro: Forense.
- Gorz, A. (1988). Métamorphoses du travail: quête du sens. Critique de la raison économique. Paris, Galilée.
- Hespanha, P. (1997). The Dynamics of Globalization Social Crisis and Conflict in Portuguese Rural Areas. International Journal of Sociology of Agriculture and Food, 6, 11-24.
- Heinrich, H.W. (1959). Industrial Accident Prevention. New York: McGraw-Hill.
- Hodson, R. (2001). Dignity at work. Cambridge: Cambridge University Press.
- ILO (1999). Decent work. Report of the director-General, International Labour Conference, 87th Session.
- ILO (2003). Global Strategy on Occupational Safety and Health. Geneva: ILO.
- Jacinto, C. et al. (2007). Causas e circunstâncias dos acidentes de trabalho em Portugal. Lisboa: MTSS/GEP.
- Jovanovic, J. et al. (2004). Multidisciplinary aspects of occupational accidents and injuries. Working and Living Environment Protection, 2(4): 325-333.

- Kovács, I. & Castillo, J. J. (1998). *Novos Modelos de Produção, Trabalho e Pessoas*. Oeiras: Celta Editora.
- Kurz, R. (1992). *O colapso da Modernização (da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial)*. São Paulo: Paz e Terra.
- Larsson, T. & Betts, N. (1996). The variation of occupational injury cost in Australia: estimates based on a small empirical study. *Safety Science*, 24, 143-155.
- Leigh, J.P. (1997). Occupational injury and illness in the United States. Estimates costs, morbidity and mortality. *Arch. Intern Med.*, 157(14): 1557-68.
- Méda, D. (1999). *O trabalho, um valor em vias de extinção*, Editora Fim de século.
- Müller, R. (1994). Occupational Health Policy and the welfare state –practice and further evaluation. Lecture on the 2.º International Conference on Health Services Research in Occupational Health, Centre of Social Policy Research, University of Bremen.
- MSST (2002). *O absentismo nas empresas com 100 e mais pessoas*. Lisboa: DEEP/MSST.
- Offe, C. (1989). *Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo: Brasiliense.
- Oeij, R. A. P. & Wiezer, M. N. (2002). *New Work Organization, Working Conditions and Quality of Work: Towards the Flexible Firm?*, Luxemburgo, European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, Office for Official Publications of the European Commission.
- Parent-Thirion, A. et al. (2007). *Fourth European Working Conditions Survey*. Luxemburg: European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions.
- PNUD (1999). *Relatório Mundial sobre o desenvolvimento humano*. ONU: PNUD;
- Rifkin, J. & Heilbroner, R.L. (1995). *The end of Work: the decline of the global force and the dawn of the post-market era*. New York.
- Rohrmann, B. & Renn, O. (2000). Risk perception research. An introduction. In O. Renn & Rohrmann, B. (Orgs.), *Cross-cultural risk perception. A survey of empirical studies*. Dordrecht: Kluwer.
- Santos, B.S. (Org.) (2000). *A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência*. Porto: Afrontamento.
- Santana, V. S. (2006). Occupational accidents: social insurance costs and work days lost. *Rev. Saúde Pública*, 40(6).
- Schnapper, D. (1998). *Contre la fin du travail*. Paris: Les Éditions Textuel.
- Sengenberger, W. (2001). *Decent Work*. ILO: Bona;
- Takala, J. et al. (2005). Global estimates of occupational accidents. *Safety Science*. www.sciencedirect.com (consultado na Internet em 08 de Julho de 2008).
- Tucker, E. (1996). Worker Health and Safety Struggles: democratic possibilities and constraints. *New Solutions*, 6(2), 61-69.
- Tucker, E. (2007). Remapping worker citizenship in contemporary occupational health and safety regimes. *International Journal of Health Services*, 37(1): 145-170.
- Wooding, J. & Levenstein, C. (1999). *The point of production. Work environment in advanced industrial societies*. New York: The Guilford Press.

Plano Simplificado da Previdência Social: é a solução para inclusão previdenciária brasileira?

Amelia Pegas Pereira da Silva Amelia Pegas
 Instituto Nacional do Seguro Social
 amelia.pegas@bol.com.br

Resumo: A década de 80 foi palco de algumas inflexões que apontaram para a emergência de reformas na Previdência Brasileira. A Constituição de 1988 instituiu um sistema de Seguridade Social que visa através de ações dos poderes públicos garantir os direitos relativos à saúde, previdência e assistência social. Com a crise econômica vigente no Brasil, a seguridade se torna vulnerável e vítima do excessivo grau de informalização da economia brasileira. Nesse sentido, a Previdência Social, buscando ampliar a proteção e a promoção sociais através do aumento da cobertura previdenciária e assistencial, instituiu o Programa de Educação Previdenciária. As ações desenvolvidas nesse programa têm como público alvo os contribuintes e não contribuintes do sistema previdenciário e são realizadas através de palestras, cursos de disseminadores, orientação e informação sobre os benefícios e planos da Previdência Social, atendendo aos interesses e necessidades, partindo da realidade da população alvo. Um dos mais recentes planos para promover a inclusão previdenciária de cidadãos não contribuintes foi o Plano Simplificado, aprovado pelo Decreto nº. 6.042 em 12 de fevereiro de 2007, que dispõe sobre a redução da alíquota de contribuição de 20% para 11% do salário mínimo vigente na época. Mas será que esse plano é a solução para a inclusão previdenciária? Diante do exposto, o presente estudo objetiva analisar o Plano Simplificado enquanto alternativa para inclusão no Regime Geral da Previdência Social, comparando com o Plano Tradicional e com a realidade vivenciada pelo Programa de Educação Previdenciária no Brasil.

Introdução

A década de 80 foi palco de algumas inflexões que apontaram para a emergência de reformas na Previdência. A Constituição de 1988 instituiu um sistema de Seguridade Social que visa através de ações dos poderes públicos garantir os direitos relativos à saúde, previdência e assistência social, sendo que os recursos da previdência são de natureza contributiva e os das outras políticas de natureza distributiva. Com a crise econômica por que passa o país, a seguridade se torna vulnerável e vítima do excessivo grau de informalização da economia brasileira. Nesse sentido, a Previdência Social, buscando ampliar a proteção e a promoção sociais através do aumento da cobertura previdenciária e assistencial, instituiu o Programa de Estabilidade Social que atualmente é denominado Programa de Educação Previdenciária.

O trabalho desenvolvido por esse programa é realizado através de palestras, cursos de disseminadores em Previdência Social, orientação e informação sobre os benefícios e planos da Previdência Social partindo do interesse e necessidade dos usuários. Um dos mais recentes planos para promover a inclusão previdenciária de cidadãos não contribuintes foi aprovado no Decreto nº 6.042 em 12 de fevereiro de 2007 que dispõe sobre o Plano Simplificado de Previdência Social reduzindo a alíquota de contribuição de 20% para 11% do salário mínimo vigente na época. Diante do exposto, o presente estudo objetiva analisar o Plano Simplificado enquanto alternativa para inclusão previdenciária através da comparação com Plano Tradicional.

Breve histórico da Previdência Social e a implantação do Programa de Educação Previdenciária

Em 1923, a Lei Eloy Chaves previa a criação de uma Caixa de Aposentadorias e Pensões para cada empresa de estrada de ferro e com abrangência a todos os seus empregados. A partir desta Lei, a proteção social no Brasil passou a contar com uma instituição que oferecia pensão, aposentadoria, assistência médica e auxílio farmacêutico. Ainda hoje, a pensão e a aposentadoria são benefícios indispensáveis para que se caracterize uma instituição previdenciária. Até o ano de 1923, as instituições concediam apenas um ou outro benefício. Na década de 30, o sistema previdenciário reestruturou-se, mantendo as bases corporativas, de modo a responder ao dinamismo político-econômico do início do processo de industrialização brasileiro. Paralelamente às Caixas, proliferaram-se os Institutos de Aposentadoria e Pensões, restritos aos trabalhadores urbanos: Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM), em 1933, Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes (IAPC), em 1933, Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB), em 1934, Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), em 1936, Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE), em 1938, Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), em 1939. Cada um desses institutos possuía uma estrutura específica de benefícios e contribuições o que criava uma grande disparidade entre os níveis qualitativos e quantitativos de proteção social. (MPS, 2007)

No ano de 1960, a Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960) - LOPS unificou os Institutos, pois todos os órgãos de execução previdenciária passaram a cumprir as mesmas normas. A unificação da gestão, no entanto, demorou mais alguns anos e foi implantada com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), em 1966. Com a Lei nº 6.439, de 10 de setembro de 1977, surgiu o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), com a difícil missão de integrar as seguintes funções: concessão e manutenção de benefícios, prestação de serviços, custeio de atividades e programas, gestão administrativa, financeira e patrimonial da Previdência e da Assistência Social (MPS, 2007). Em síntese, integraram o SINPAS: o INPS, o INAMPS, o IAPAS, a LBA, a FUNABEM, a DATAPREV e a CEME.

Durante a década de 70, enquanto surgem as críticas ao Welfare State, observa-se no Brasil, sob os auspícios do regime militar e do milagre brasileiro, a uma relativa ampliação das políticas como é o caso do FUNRURAL, da renda vitalícia para idosos, do aumento do teto do benefício mínimo, além da abertura da previdência para trabalhadores autônomos e empregados domésticos (Oliveira e Teixeira, 1986).

Nos anos 80, a Constituição Federal implantou um novo conceito no Brasil, o de Seguridade Social, como um conjunto “integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (art.194). Com essa perspectiva, os seguintes princípios passaram a guiar o poder público:

- universalidade da cobertura e do atendimento, segundo os quais todos os cidadãos têm acesso à proteção social;
- uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações rurais, mediante as quais o trabalhador rural passa a integrar o conjunto dos cidadãos, principalmente no âmbito previdenciário;
- seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços, pelas quais as necessidades individuais determinam os benefícios ou serviços que devem ser concedidos;
- irredutibilidade do valor dos benefícios;
- equidade na forma de participação no custeio;
- diversidade da base de financiamento;
- caráter democrático e descentralizado da administração com a participação da comunidade.

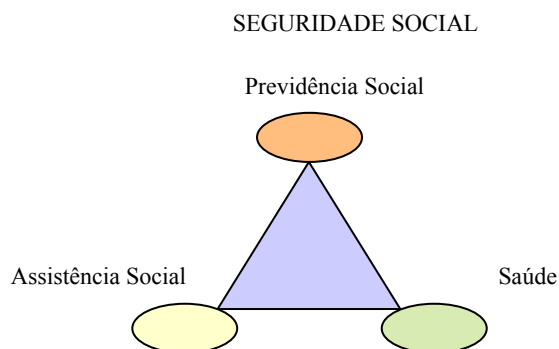
Na década de 90, o Decreto nº99.350, de 27/06/1990, criou o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, mediante fusão do INPS e do IAPAS, consolidando a Previdência como uma forma de seguro social. Esta denominação visou mostrar a Previdência como um direito constitucional de todos os cidadãos brasileiros.

Contudo, Mota (2000) afirma que se do ponto de vista das regras estabelecidas as mudanças imprimidas na Constituição de 1988 equiparam o Brasil aos sistemas securitários das sociedades desenvolvidas, o mesmo não se pode dizer

quanto as condições objetivas para implementá-las. É nessa perspectiva que o processo de construção de uma cultura política da crise opera refrações fundamentais nos rumos da Seguridade Social, permitindo observar as contradições que permeiam a estreita vinculação entre a definição de direitos sociais e a garantia da proteção social.

Considerando que a Seguridade Social pública: é possível, a Carta de Maceió, expressando o posicionamento do conjunto CFESS/CRESS na defesa da política de seguridade social, afirma:

“A seguridade social é um espaço de disputa de recursos – uma disputa política que expressa projetos societários, em que se movem os interesses das maiorias, mas que estão presentes as marcas históricas da cultura política no Brasil [...]. Portanto, a seguridade é, sobretudo, um campo de luta e de formação de consciências críticas em relação à desigualdade social no Brasil, de organização dos trabalhadores”. (CFESS/CRESS, 2000).



Conforme determina o art. 196 da Constituição Federal, a saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantida através políticas sociais e econômicas e seu acesso deve ser universal, gratuito e igualitário para toda a população.

A assistência social também é dever do Estado e independe de contribuição; será prestada a quem dela necessitar; visa à promoção do desenvolvimento social e combate à fome, inclusão e promoção da cidadania no atendimento das necessidades básicas de proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso.

A Previdência Social tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, encargos de família e reclusão ou morte. (Lei nº 8.212/1991, artigo 3º). O Regime Geral de Previdência Social garante a cobertura de todas as situações acima expressas. (§ único do art. 6º, do Dec. 3048/99).

A Previdência Social oferece um plano de benefícios que protege não só o segurado, como também sua família, contra perda salarial (renda), temporária ou permanente, em decorrência da exposição do segurado a situações de risco social. Com a crise econômica por que passa o país, a seguridade se torna vulnerável e vítima do excessivo grau de informalização da economia brasileira. Segundo Mota (1998) as novas necessidades do processo de acumulação capitalista – centradas na fratura das alteridades do trabalho – emergem na perspectiva do trabalho uma fragmentação objetiva do trabalhador coletivo, que se desenvolve na formulação de dois grandes grupos de trabalhadores: os empregados estáveis do grande capital e os trabalhadores excluídos do emprego formal, estes últimos, sujeitos ao trabalho desprotegido. Conforme dados do IBGE, existem no país cerca de 18,5 milhões de ocupados com na faixa etária a partir de 16 anos e renda igual ou superior a um salário mínimo que não contribuem para o Regime Geral de Previdência Social.

Nesse sentido, a Previdência Social, buscando ampliar a proteção e a promoção social através do aumento da cobertura previdenciária e assistencial, instituiu o Programa de Estabilidade Social pela Portaria nº 1671 de 15/02/2000. Em 09/09/2003, pela Portaria nº1276, publicada no D.O. de 11/09/2003 teve alterada sua denominação para Programa de Educação Previdenciária.

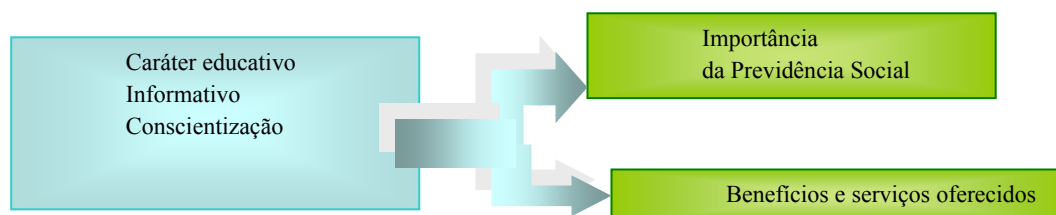
2. O Programa de Educação Previdenciária - PEP

O Programa de Educação Previdenciária objetiva esclarecer o cidadão acerca dos seus direitos e deveres em relação à Previdência Social estimulando o desenvolvimento de uma consciência de proteção e facilitando o exercício da cidadania, visando à inclusão e permanência do cidadão no Regime Geral da Previdência Social. Para atingir esse objetivo foram constituídos: comitê nacional composto por dirigentes das áreas do MPS, INSS e Dataprev, comitês regionais, distribuídos em cada uma das gerências executivas do INSS e comitês locais existentes em cada uma das agências em território nacional, os quais têm realizado várias ações voltadas para a orientação e conscientização do cidadão brasileiro. O público alvo é composto por: trabalhadores autônomos em geral; empregados sem carteira assinada; trabalhadores domésticos; estudantes maiores de 16 anos; donas de casa; cidadãos em geral. Behring (2003) afirma que esse Programa visa atrair os trabalhadores autônomos no sentido de ampliar a base contributiva da Previdência.

Segundo Cartaxo e Cabral (2007), os Programas PES/PEP absorveram um número considerável de assistentes sociais que foram requisitados não mais para trabalhar como profissionais inseridos em serviços estruturantes e com identidades próprias, mas sim o objetivo foi convocá-los para integrar no conjunto com outros profissionais os comitês regionais e locais supracitados.

O PEP desenvolve ações contribuindo para o alcance de um dos objetivos da Seguridade Social, inserido na Constituição Federal, que é a universalidade da cobertura e do atendimento. Os Comitês Regionais e Locais vêm realizando diversas ações de disseminação de informações, sensibilização e conscientização da sociedade brasileira acerca da importância da inscrição, e conseqüente contribuição, no Regime Geral de Previdência Social, para ter a garantia de reposição da renda para o seu sustento e de sua família nas situações de perda da capacidade para o trabalho, temporária ou permanente. São realizadas palestras, seminários, fóruns e cursos em sindicatos, empresas, ONGs, associações, escolas e universidades. A Educação Previdenciária é realizada também, no campo, nas igrejas, nas tribos indígenas, nas prisões, nas feiras livres, nas estradas e nas exposições de grande porte, entre outros lugares.

As campanhas educativas buscam progressivamente o aumento do número de segurados contribuintes, colaborando para a redução dos níveis de pobreza, para a proteção dos idosos, para a melhoria da qualidade de vida no campo e para a sustentabilidade do País.



As pessoas atendidas pelo Programa são disseminadores junto a suas famílias, locais de trabalho e comunidades propiciando maior divulgação dos planos e benefícios garantidos aos contribuintes. Um dos mais recentes planos para promover a inclusão previdenciária de cidadãos não contribuintes foi aprovado no Decreto nº 6.042 em 12 de fevereiro de 2007 que dispõe sobre o Plano Simplificado de Previdência Social reduzindo a alíquota de contribuição de 20% para 11% do salário mínimo vigente na época. Esse Plano passou a vigorar a partir da competência de abril/2007.

3. Plano Simplificado de Previdência Social¹

O Plano Simplificado de Previdência Social é uma forma de inclusão previdenciária com percentual de contribuição reduzido de 20% para 11%.

Legislação:

Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que altera dispositivos das Leis nº 8.212 e nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991;

Decreto nº. 6.042, de 12 de fevereiro de 2007, que altera dispositivos do Regulamento da Previdência Social.

Quem pode aderir ao Plano Simplificado da Previdência Social:

- 1) contribuinte individual que trabalha por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado;
Exemplos: Costureira, Quituteira, Passadeira, Faxineira, Pintor etc.
- 2) segurado facultativo: pessoa com 16 anos ou mais sem renda própria, cuja filiação ao RGPS não é obrigatória;
Exemplos: Dona de casa, Estudantes bolsistas, presidiários não remunerados etc.

Quem não pode pagar na forma do Plano Simplificado de Previdência Social:

O contribuinte individual prestador de serviços, ou seja, a pessoa física que presta serviços à pessoa jurídica ou cooperativa.

Benefícios oferecidos ao segurado que aderir ao Plano Simplificado

Os benefícios oferecidos para o segurado que aderir ao Plano são: aposentadoria por idade [60 anos (mulher) ou 65 anos (homem)] tendo no mínimo de 15 anos de contribuição de carência, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, salário-maternidade, auxílio-reclusão.

Plano Tradicional versus Plano Simplificado de Previdência Social

Plano Tradicional	Plano Simplificado
alíquota mínima de contribuição de 20%	alíquota de contribuição de 11%

¹ Fonte: site da Previdência Social – <http://www.previdencia.gov.br>, consultado em 20 de novembro de 2008.

Salário-de-contribuição (Valor efetivamente recebido – contribuinte individual ou valor declarado – facultativo) Respeitando o piso e o teto previdenciários.	Salário-de-contribuição Sempre limitado a um salário mínimo.
Benefícios oferecidos: aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial, auxílio-doença, auxílio-acidente, auxílio-reclusão, pensão por morte, salário-maternidade, salário-família.	Benefícios oferecidos: Aposentadoria por idade Auxílio-doença Salário-maternidade Pensão por morte Auxílio-reclusão Aposentadoria por invalidez.
Aposentadoria com um ou mais salários mínimos	Aposentadoria com um salário mínimo.

Como passar do Plano Simplificado para o Tradicional:

O segurado poderá optar por retornar ao plano tradicional (20%) a qualquer tempo, porém deverá complementar a contribuição mensal, mediante recolhimento de mais 9% sobre o salário mínimo, acrescido de juros moratórios.

Inscrição no Plano Simplificado da Previdência Social:

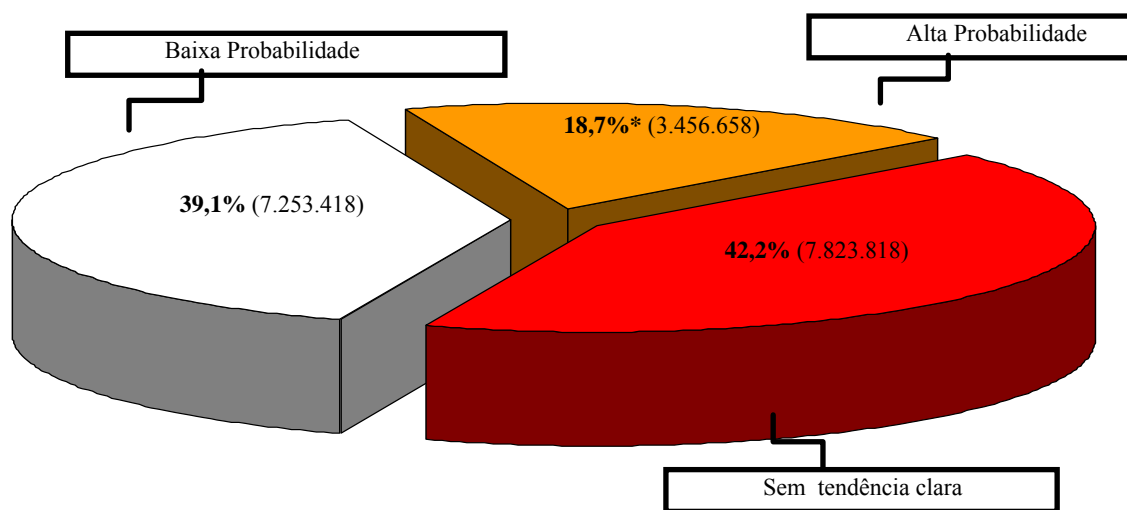
Para aderir, basta preencher a guia de recolhimento do INSS com os seguintes códigos de pagamento:

- Contribuinte individual: 1163 para recolhimento mensal e 1180 para o trimestral.

- Contribuinte facultativo: 1473 para recolhimento mensal e 1490 para o trimestral.

Quem já possui número do PIS, PASEP ou NIT não precisa fazer nova inscrição no INSS. Quem não tem, deve fazer a inscrição por telefone (135), internet.

Estimativa de Inclusão do Plano Simplificado – Novos Contribuintes



Fonte: PNAD/IBGE – 2005.

Elaboração: SPS/MPS.

* Pessoas com renda entre 1 e 3 SM e com idade entre 40 e 50 anos.

PNAD-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Diante do exposto, o Plano Simplificado, em relação ao Plano Tradicional, pode contribuir para a inclusão previdenciária aos usuários inseridos no mercado informal de trabalho propiciando o acesso aos benefícios da Previdência. Esse Plano não se trata de uma regra vitalícia, quando o contribuinte melhorar sua condição socioeconômica pode migrar para o Plano Tradicional, mas deverá indenizar os 9% sobre o salário mínimo vigente na época, acrescido de juros moratórios.

4. Considerações finais

Aprofundar o debate construtivo sobre inclusão dos sem-Previdência, a fim de encontrar soluções perenes para o problema não é obrigação só do governo, mas também da sociedade. O nó a que o sistema está aprisionado só será desatado com a participação e controle da sociedade civil.

O Programa de Educação Previdenciária tem como missão conscientizar a população em relação à importância social da Previdência, de modo a contribuir com a inclusão previdenciária. É importante ressaltar que os profissionais que atuam nesse programa devem contribuir com a reflexão junto aos usuários sobre os planos e benefícios destacando os aspectos positivos e negativos a fim fortalecer a concepção dos contribuintes enquanto sujeitos de direitos, responsáveis por transformar suas próprias realidades e serem autores de suas próprias histórias.

A Previdência Social pertence à sociedade brasileira. É nosso dever convocar os cidadãos para aperfeiçoá-la e torná-la cada vez mais universal, pública e eficaz. Aumentar a proteção social é um desafio que transcende períodos de governo, perpassando gerações. Por isso, é necessário um pacto social consistente, que mobilize um mutirão nacional para viabilizar o sistema previdenciário frente aos desafios do futuro. Torna-se, portanto, necessário romper com o paradigma de que a política pública é apenas gasto e déficit e ressaltar a sua contribuição para a inclusão social e para o acesso aos direitos fundamentais de todos os cidadãos.

5. Bibliografia

- BRASIL. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.
- BRASIL. (1991). Lei nº 8213 de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social.
- BRASIL. (1999). Decreto nº 3048, de 06 de maio de 1999.
- BRASIL. (2000). Portaria MPAS, nº 1671, de 25 de fevereiro de 2000.
- BRASIL. (2003). Portaria MPS nº 1276, de 9 de setembro de 2003.
- BRASIL. (2007). Decreto nº 6.042 em 12 de fevereiro de 2007.
- Behring, E. R. (2003). Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. Cortez. São Paulo.
- Cartaxo, A. M. B.; Cabral, M. S. R. (2007). O Processo de desconstrução e reconstrução do projeto do serviço social na previdência- um registro de resistência e luta dos assistentes sociais. In M. S. R. Cabral & L. Braga (Org.) O Serviço Social na Previdência- trajetórias, projetos profissionais e saberes. São Paulo: Cortez.
- CFESS/CRESS. (2000). Seguridade social: é possível. Carta de Maceió: CFESS/CRESS.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2005). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNADS. Rio de Janeiro: IBGE.
- Mota, A. E. (2000). Cultura da Crise e seguridade social – um estudo sobre as tendências da previdência e assistência social nos anos 80 e 90. 2º ed. São Paulo: Cortez.
- Mota, A. E. & Amaral, A.S. (1998). Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In Mota, A.E. (org). A nova fábrica de consensos. São Paulo: Cortez Editora.
- MPAS. Ministério da Previdência e Assistência Social. (2002). Secretaria da Previdência Social; Curso de Formadores em Previdência Social. Brasília, SENAI-DF.
- MPS. Ministério da Previdência Social. (2007). Panorama da Previdência Social brasileira. 2. ed. — Brasília : MPS, SPC, ACS.
- Oliveira, J. A. A. de. Teixeira, S. M. F. (1986). A Imprevidência social. Petrópolis, Vozes/ ABRASCO.

Trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro.

José Roberto Pereira Novaes
Universidade Federal do Rio de Janeiro
beto.novaes@uol.com.br

Resumo: A comunicação está baseada em pesquisas sobre as mudanças tecnológicas na lavoura canavieira do Brasil e suas consequências na dinâmica do mercado de trabalho gerando novas formas de arregimentação, organização e gestão do trabalho agrícola. Apesar dos benefícios da mecanização agrícola, em tempos de produção de etanol, mudanças no padrão de produtividade intensificam o ritmo e precarizam relações de trabalho no campo. Ao mesmo tempo em que os Departamentos de Recursos Humanos se utilizam de modernas técnicas de motivação e premiação para os trabalhadores "campeões de produtividade", os jornais do Estado de São Paulo - o mais rico do Brasil - noticiam mortes por exaustão de trabalhadores nos canaviais. Novos critérios de arregimentação e gestão da mão de obra fazem com que, nos dias atuais, entre os cortadores de cana predominem jovens trabalhadores migrantes no vigor de sua força física que devem se mostrar capazes de cortar, no mínimo, 10 toneladas de cana por dia. A reflexão proposta trata do paradoxo presente na equação: modernização agrícola/ cainbras e doenças resultantes da superexploração da força de trabalho.

1. Histórico e Transformações Recentes do trabalho na produção canavieira.

As migrações internas no Brasil do século XXI se fazem entre cenas de riqueza e de miséria. Continuidades e modificações nos movimentos populacionais do Nordeste para o sul do país podem ser entendidas por meio de uma conjugação de fatores históricos e conjunturais. Ou seja, é preciso relacionar esta disponibilidade para viajar em busca de trabalho com transformações que ocorrem também nos locais de origem e de destino.

Até os anos 50, a cana de açúcar no Brasil se concentrava no Nordeste¹. A expansão da produção desta agroindústria em São Paulo se intensificou na década de 50 com a valorização do açúcar no mercado internacional, com o crescimento do mercado interno, com o direcionamento de investimentos, antes alocado na cafeicultura e em outros setores econômicos, para a implantação de novas usinas açucareiras, para a aquisição de terra para o plantio da cana.

No início da década de 60, uma nova fase expansionista do setor foi consequência das medidas restritivas impostas pelos Estados Unidos ao açúcar cubano, depois da revolução de 1959. O Brasil se beneficiou desta restrição e teve aumento de cota no mercado preferencial americano. No início da década de 70 o processo de expansão, modernização, concentração e centralização da produção do açúcar e do álcool no Brasil tiveram como suporte os Programas de Racionalização e Apoio da Agroindústria Açucareira (1971/72), do PLANALSUCAR e do Programa Nacional do Álcool-PROALCOOL-(1975). A implantação desses programas alterou a dinâmica econômica desta agroindústria com a implantação de destilarias anexas e autônomas.

Nestes períodos as inovações tecnológicas se concentraram nas usinas, isto é na parte industrial. A incorporação das novas tecnologias na lavoura canavieira foi mais lenta. Logo, a maior necessidade de matéria prima das usinas foi suprida pela expansão dos canaviais. A partir dos anos 80 esta realidade começou a mudar. O aumento de produção de cana passou também a ser decorrência do aumento da produtividade da cana devido a incorporação de novas variedades, de novas técnicas de cultivo e da mecanização da lavoura.

Com estas mudanças uma nova racionalidade produtiva foi implantada no setor fazendo com que o território de muitas usinas deixasse de ser o espaço exclusivamente produtor dos derivados da cana. Outras atividades passaram a compartilhar este espaço: o reflorestamento, fruticultura, psicultura, pecuária, etc... Por outro lado, as usinas diversificaram a produção e começaram a produzir, além do açúcar tradicional e do álcool, ração, energia, adubo, outros tipos de açúcares, etc...

Este processo mudou o perfil dos empresários do setor. O usineiro pulverizou seus investimentos para outras atividades (turismo, comércio, indústria, especulação com terra), como também, empresários que acumularam riquezas em outros setores da economia passaram a investir na compra de usinas e terra para a plantação de cana. As oligarquias regionais se nacionalizaram e não mais se diferenciam de outros segmentos dominantes.

Assim sendo, a lavoura da cana cresceu em São Paulo e atraiu trabalhadores de outras regiões para o trabalho na safra. Estes trabalhadores chegavam em grupos e eram identificados pela população local pelos lugares de procedência. Viviam em comunidades e eram chamados de mineiros, baianos, paranaenses.

As idas e vindas destes trabalhadores estavam condicionadas ao calendário agrícola, a complementaridade entre o trabalho na terra com a família, no local de origem, e na cana, como assalariado, no interior de São Paulo. Com as dificuldades de se manterem na terra, no Nordeste, muitos destes trabalhadores acabaram ficando no interior de São Paulo, trouxeram mulheres e filhos ou constituíram famílias novas. Estas famílias passaram a ser referência para outros migrantes que chegavam e partiam.

Nos anos 80, movimentos de trabalhadores – particularmente com a greve de Guariba (1984) e mobilizações realizadas antes da implantação do governo da Nova República (1985) - resultaram em ganhos econômicos e melhoria das relações de trabalho. Nos anos seguintes estas conquistas foram se perdendo, e não houve reações e mobilizações sindicais do mesmo porte.

Com efeito, na década de 90 e nos anos 2000, a realidade do trabalho nos canaviais mudou muito. Devido às boas perspectivas do mercado internacional do álcool, como alternativa de energia renovável e menos poluidora que o petróleo, acelera-se a modernização da lavoura canavieira e a expansão das atividades da agroindústria canavieira. Além disto, o mercado internacional do açúcar, nos últimos anos, também atravessa uma conjuntura favorável. As restrições aos subsídios para a exportação deste produto, impostas aos produtores europeus pelo Mercado Comum Europeu, e a competitividade da produção brasileira no mercado internacional tem atraído investimentos de grupos internacionais para esta agroindústria no Brasil.

Conforme números divulgados na grande imprensa, é bastante significativa a expansão das atividades desta agroindústria: “Nos próximos 5 anos (até 2010) serão implantadas 90 novas usinas no Brasil, incorporando uma área plantada de cana de 2,7 milhões de hectares aos 6 milhões de hectares já ocupados pela lavoura no país. Com esta incorporação a produção deverá saltar das 425 milhões de toneladas projetadas para a safra 2006/07 para 550 milhões de toneladas em 2010. Durante este período a capacidade de produção será ampliada em São Paulo com a construção de 39 novas usinas e modernização das unidades já existentes”(FSP, 19/02/2006).

Toda esta expansão exige a incorporação de tecnologias e novos arranjos produtivos. Formas tradicionais de gestão foram substituídas por uma nova estrutura gerencial e administrativa, atendendo as particularidades tecnológicas de cada

¹ Sobre histórico da agroindústria canavieira: (Szmrecsanyi, 1979)

setor da empresa. Assim, alterou-se a dinâmica do mercado de trabalho, a reestruturação do quadro de pessoal extinguiu postos de trabalho, acarretando demissões, e criou novas funções. A incorporação das novas tecnologias tornou-se necessária a contratação de profissionais mais qualificados: engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas, engenheiros químicos, mecânicos, técnicos em administração, etc... Para o corte da cana, as empresas passaram a exigir maior produtividade, eficiência e maior disciplina no trabalho.

No entanto, a expansão da lavoura nas últimas safras da cana se faz por meio da coexistência de dois sistemas de corte nos canaviais. De fato, na área das modernas usinas paulistas, convivem o sistema de corte manual e o sistema mecanizado. A proporção de utilização de um ou outro sistema varia de acordo as estratégias de investimento de cada empresa que considera a topografia de suas unidades de produção para decidir entre colheitadeiras mecânicas ou do trabalho manual.

Atualmente o sistema mecanizado de corte da cana corresponde a 35 % da área de cana colhida no estado de São Paulo. De maneira geral, porque foi grande o crescimento da área plantada de cana no estado², o espantoso crescimento do corte mecanizado nos últimos anos não alterou significativamente a proporção de sua utilização. Contudo, há outros elementos em jogo quando se fala em utilização do corte manual e se aposta na incorporação do corte mecanizado em todas as unidades produtoras de cana de açúcar. Destacaremos aqui três deles.

Em primeiro lugar, é importante lembrar que a proibição da queimada reduziria mais diretamente a produtividade do corte manual. Acontece que o decreto estadual 42.056, de 06/18/1997, que previa a extinção da queimada para o corte mecanizado em 8 anos e 15 anos para o corte manual, não entrou em vigor. Os usineiros pressionaram os deputados e estes flexionaram os prazos e metas para a eliminação da queimada nos canaviais. A lei 11.241 estende o prazo para 2021 para o sistema mecanizado e 2031 para o sistema manual. Mais recentemente o governo paulista reduziu este prazo para 2017.

Em segundo lugar, podemos falar em “condições naturais” para a introdução das máquinas. Diferenças topográficas da região também contribuem para que a expansão do corte mecanizado não se faça em um processo progressivo e linear. De fato, as colheitadeiras exigem certas condições técnicas e operacionais, nem sempre disponíveis nos canaviais.

Em terceiro lugar, o aumento substancial da produtividade do trabalho e o baixo custo da mão-de-obra do corte manual tornam-se obstáculo ao crescimento do corte mecanizado.

Assim sendo, a ampliação do prazo de eliminação da queimada da cana e as limitações de parte dos terrenos onde se planta cana, resultam na convivência entre distintos “padrões tecnológicos”, entre dois sistemas de cortes mecânico e o manual.

Ou seja, o (novo e híbrido) padrão tecnológico pressupõe um novo perfil de trabalhadores. Neste contexto as migrações de trabalhadores do Nordeste para São Paulo também se modificam. Com efeito, as mudanças ocorridas nos últimos anos na lavoura canavieira contribuíram para modificar as dinâmicas das migrações sazonais, das idas e vindas anuais dos trabalhadores para o trabalho na safra da cana. Em sua nova dinâmica o mercado de trabalho canavieiro combina trabalhadores com contrato por tempo indeterminado com residência fixa; trabalhadores migrantes que ficam por mais de uma safra com diferentes tipos de contratos de trabalho na safra e na entressafra e, finalmente, trabalhadores migrantes safristas, via em regra, arrematados por empreiteiros que prestam serviços para diferentes usinas. Entre estes migrantes safristas, nosso recorte recairá sobre o segmento de jovens entre 18 e 29 anos. Afinal, a convivência entre corte mecanizado e corte manual não apenas produz mudanças na organização do trabalho agrícola, resultando em maior diferenciação entre os trabalhadores no que se refere aos tipos de contrato de trabalho e ao local de moradia, mas também impõe outro ritmo ao trabalho no corte manual. É neste contexto que se busca trabalhadores em plena força física. Ou seja, os mais jovens.

2- A situação tipo escolhida: antecedentes e justificativa

Como já foi dito, a expansão da agroindústria – ao combinar mecanização e trabalho manual - ampliou a demanda de trabalho temporário. Na safra da cana de 2006 a UNICA (União do Empresários da Indústria Canavieira) estimou a vinda de 70.000 trabalhadores migrantes para a safra da cana em São Paulo, cifras do movimento sindical contabilizaram 100.000 trabalhadores. Assim, o crescimento e a modernização desta agroindústria alterou a dinâmica do mercado de trabalho: as empresas passaram a contratar trabalhadores com perfis diferenciados de para funções e momentos da produção. Uma maior segmentação do mercado de trabalho se faz a partir de diferentes critérios: tarefas da safra e da entre-safra; tipo de contrato de trabalho (temporário ou permanente); diferentes tipos de contrato de trabalho e de alojamentos para os trabalhadores temporários. Na intercessão destes diferentes critérios, para o corte da cana manual, quem tem perfil mais adequado é o trabalhador migrante nordestino, entre estes destaca-se os jovens rapazes.

Em síntese, para o corte manual da cana, ser jovem e migrante tornaram-se dois atributos altamente valorizados neste segmentado mercado de trabalho. Explicando melhor: migrantes nordestinos, morando na periferia das cidades da

² Luis Baleotti atribui a expansão do sistema mecanizado de corte à falta de mão-de-obra e ao crescimento da atividade canavieira que acelera a mecanização no Brasil. O autor afirma que em 2002, a Case IH, líder de mercado no fornecimento de colhedoras de cana, comercializou 35 máquinas no Brasil, recorde histórico de vendas na época. Até o início de maio deste ano, a empresa já havia faturado 70 equipamentos e prevê negociar até dezembro outras 50 unidades. O mercado brasileiro deve absorver 180 colhedoras de cana novas em 2006, contra as 130 máquinas comercializadas no ano passado. Com as 90 novas usinas de açúcar e de álcool que serão instaladas até 2013, e com a ampliação das unidades já existentes a área plantada com cana-de-açúcar passara dos 5 milhões de hectares para 9 milhões de hectares no mesmo período. Hoje apenas 30% dos 5 milhões de hectares da área cultivada com cana no país são colhidos por máquinas. São Paulo, com 75% do total, lidera o ranking da mecanização. (“Máquinas invadem os canaviais”, Revista Alcoolbrás (número 102),

região, em alojamentos coletivos ou em casa ou quartos alugados, vivendo totalmente voltados para o trabalho são potencialmente mais produtivos. Isto porque, ser trabalhador migrante significa estar sujeito ao controle do empregador para além do estrito tempo da produção.

Contudo, entre tais trabalhadores migrantes há um outro aspecto diferenciador: ser jovem faz diferença. O que não significa apenas ter força, resistência física. Significa também ter uma específica disposição para o trabalho alavancada pelo momento do ciclo de vida quando – via de regra - prevalece a busca, o desejo de “ser alguém na vida”, motivação indispensável para os jovens enfrentarem a rotina e a disciplina no trabalho. Afinal, para estes jovens, filhos de agricultores nordestinos, o trabalho é o único caminho para a realização de projetos pessoais e familiares.

Certamente o critério etário não é claramente explicitado pelos arregimentadores de mão de obra. Porém, não é difícil comprovar a hipótese de que a idade tornou-se um critério no recrutamento de mão de obra para o corte da cana. Trata-se de uma evidência que salta aos olhos: nos ônibus que saem do Nordeste para as usinas São Paulo, nos canaviais e nos alojamentos das usinas. Na safra de 2005, tivemos acesso a um significativo conjunto de carteiras de trabalho (1269 carteiras) tinham sido entregue pelos trabalhadores a uma empresa de contabilidade na cidade de Cosmópolis para que fosse finalizado o contrato temporário de trabalho (procedimento este realizado no final da safra da cana). As fotos da carteira de trabalho indicavam que a maioria eram trabalhadores jovens. Realizamos, então, um levantamento na carteira de trabalho de trabalhadores migrantes, arregimentados por quatro empreiteiros, as datas de nascimento comprovaram a primeira impressão, revelando a seguinte distribuição:

Quadro 1: Resultado de levantamento em 1269 carteiras de Trabalho

Faixa etária (anos)	Número de Trabalhadores	% por faixa etária	% Acumulado
17 a 25	602	47,4	47,4
26 a 29	214	16,8	64,2
30 a 35	205	16,1	80,3
36 a 40	115	09,3	89,6
+ 40	133	10,4	100
Total	1269	100	

Fonte: Pesquisa de campo/Projeto Migrações/2006

Assim, considerando esta amostra aleatória, temos 47,4% dos trabalhadores na faixa etária de 18 a 25 anos e 16,8% na faixa de 26 a 29 anos, somando 65% de jovens entre os trabalhadores contratados por quatro empreiteiros. Assim podemos dizer que, entre os trabalhadores que migram para o corte da cana, há um “nicho de mercado” para os jovens. Esta constatação justificou a inclusão dos jovens canavieiros entre um conjunto de “situações tipo” estudadas na pesquisa Juventude e Integração Sul Americana (2007).

Não se trata, contudo, de uma identidade ou organização ancorada na categoria juventude. Estes jovens se vêem e são vistos como “trabalhadores rurais”, sendo que na região de origem são vistos como agricultores ou como filhos de agricultores e, por outro lado, em terras usina são identificados como empregados rurais, bóias frias ou cortadores de cana. Assim sendo contam com as mesmas organizações com as quais contam os mais velhos. Isto com uma diferença. Enquanto na região de origem os filhos e as filhas de agricultores muitas vezes participam de “grupos de jovens” ligados aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, da Pastoral da Juventude e de outros grupos de jovens ligados às Igrejas locais, em terras paulistas eles (e, quando é o caso, suas companheiras) se diluem entre “trabalhadores ou famílias migrantes” se ligando ou não aos Sindicatos de Empregados Rurais ou à Pastoral dos Migrantes

De maneira geral, podemos dizer que nos últimos anos no Brasil as demandas específicas dos jovens ligados à agricultura familiar tem sido incorporadas paulatinamente nas agendas das organizações sindicais (agrupadas em torno da Confederação Nacional da Agricultura – CONTAG), dos movimentos sociais (onde se destaca o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra- o MST) e das políticas públicas das Secretarias Estaduais da Agricultura e do Ministério do Desenvolvimento Agrário- MDA. O quadro seguinte, resume estas demandas podemos destacar:

Quadro 2: Seis demandas de Jovens Rurais³

- 1- Expansão, melhoria e diversificação da educação e do transporte escolar nas áreas rurais;
- 2- Ampliação, diversificação e melhoria dos Programas de Crédito e subsídios às atividades dos/das jovens rurais;
- 3 -Consolidação de programas de acesso à terra para jovens, com apoios a empreendimentos ecologicamente sustentáveis;

³Este elenco de demandas foi construído a partir de uma consulta aos documentos da CONTAG (Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura), do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); e do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve).

4- Ações de fiscalização das Delegacias Regionais do Trabalho para evitar infrações dos direitos dos/das trabalhadores/as previstos em lei, acordos e convenções coletivas.

5- Criação de Programas destinados a atender demandas de esporte, cultura e lazer nos assentamentos rurais, comunidades quilombolas, ribeirinhos, comunidades de agricultura familiar.

6- Melhoria do atendimento dos postos de saúde existentes na área rural, com Programas específicos voltados para a saúde da população jovem;

Na verdade, o quarto item - tanto no meio sindical, quanto nos espaços governamentais ou nas ONGs – só foi muito recentemente incluído entre demandas ligadas à juventude. Mesmo que - quando se fala em trabalho de jovens no campo fora da agricultura familiar - os exemplos mais recorrentes sejam situações caracterizadas como “trabalho infantil” e o “trabalho escravo”, podemos dizer que a situação dos jovens canavieiros começa a ganhar alguma visibilidade.

Infelizmente, tal visibilidade está bastante relacionada a denúncias sobre condições de trabalho e até mesmo com mortes prematuras de jovens nos canaviais.

Subject: MORTE NO CANAVIAL

ONTEM, 24 DE ABRIL, FALECEU LOURENÇO PAULINO DE SOUZA, 20 ANOS, TRABALHADOR RURAL E MIGRANTE, NO CORTE DA CANA. ERA PROVENIENTE DE AXIXÁ DO TOCANTINS - TO E MORAVA EM COLINA. TRABALHAVA PARA A USINA SÃO JOSÉ, NA FAZ. STA ELISA, NO DISTRITO DE IBITU, MUNICÍPIO DE BARRETOS. O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO JÁ FOI NOTIFICADO.

PASTORAL DO MIGRANTE 25/04/07

REGISTRO DA 5ª MORTE DE ANO DE 2007 / 21ª DO PERÍODO 2004 - 2007

COMUNICAMOS O FALECIMENTO DE ADILSON MOREIRA DE JESUS, 28 ANOS, NATURAL DE TAPIRAMUTÁ-BA, RESIDENTE EM GUARIBA E TRABALHAVA PARA A USINA ENGENHO MORENO. SEGUNDO INFORMAÇÕES DOS FAMILIARES, ELE VINHA SE QUEIXANDO ULTIMAMENTE, QUE NÃO SE SENTIA BEM, MAS CONTINUAVA CORTANDO CANA, INCLUSIVE TRABALHANDO NO DIA DE FOLGA. NA SEMANA PASSADA PASSOU MAL E FOI INTERANDO NO HOSPITAL SÃO FRANCISCO, ONDE VEIO A FALECER HOJE, DIA 11 DE SETEMBRO. O ENTERRO SERÁ AMANHÃ. DEIXA ESPOSA E DUAS FILHAS PEQUENAS.

PASTORAL DO MIGRANTE 12/09/2007

Outras denúncias dizem respeito a acidentes e dores decorrentes de quantidade e condições de trabalho.

Neste momento, o que é importante salientar aqui, é que os jovens migrantes canavieiros – com ou sem participação sindical ou em movimentos sociais – se relacionam com dois conjuntos de demandas: um relacionado ao trabalho na agricultura familiar outro ao trabalho assalariado. Por um lado, com uma história de vida ligada à agricultura familiar, estão preocupados às cinco primeiras demandas acima anunciadas. Por outro lado, vivenciando a migração sazonal, também estão preocupados à sexta demanda. No entanto, sua situação particular suscita a ampliação ou o desdobramento desta sexta demanda: isto é, reivindicam não só a carteira assinada e os “direitos” circunscritos ao contrato de trabalho temporário, mas também outro tipo de contrato de trabalho que amenize as condições de trabalho e resulte em maior ganho no corte da cana.

Também no que diz respeito ao acesso à educação há uma particularidade a ser destacada. Todos gostariam de ter condições para voltar a estudar, mas para além da “pedagogia da alternância” que se propõe a conciliar escola e calendário agrícola em uma determinada região, no caso existem dois calendários agrícolas em jogo. Ou seja, é preciso encontrar formas de conciliar trabalho e estudo não só na região de origem, como também durante a safra da cana.

Enfim, por que estudar esta “situação tipo” onde não há uma organização juvenil em cena? Por um lado, esta escolha se justifica pela atualidade do debate público que tem colocado em pauta a produção do etanol e seus benefícios como fonte energética e, via de regra, não se detém na questão do trabalho (do fator humano) nas plantações canavieiras. Por outro lado, jovens trabalhadores assalariados da cana são quase invisíveis no debate sobre políticas públicas de juventude. Se os jovens rurais já se ressentem do lugar que seus problemas específicos ocupam na hierarquia das demandas juvenis, podemos dizer que a juventude dos trabalhadores assalariados da cana é recorrentemente ignorada.

3. A precarização do trabalho no corte da cana

Eram 10 horas da manhã do dia 30 de novembro de 2005 quando cheguei à sede do Sindicato dos Empregados Rurais de Cosmópolis para entrevistar cortadores de cana.⁴ Era final da safra da cana em São Paulo. Os trabalhadores se preparavam para regressar às suas regiões de origem. Antes de embarcar o sindicato fazia, para os trabalhadores filiados, a conferência do pagamento dos direitos trabalhistas e a homologação do encerramento do contrato de trabalho. O ritual de acerto de contas começaria às 14 horas.

Logo que cheguei, ainda pela manhã, encontrei três jovens trabalhadores da cana no sindicato. Eles eram de Cajazeiras, município localizado na região do semi-árido da Paraíba. Os três tinham chegado mais cedo ao sindicato para solicitar a intervenção da diretoria junto ao empregador que não queria pagar-lhes os direitos trabalhistas. Isto depois de trabalharem toda a safra da cana. Depois de sete meses de trabalho nos canaviais, se não recebessem o fundo de garantia, o proporcional de férias e décimo terceiro salário, eles não tinham como voltar para a casa, isto é não tinham dinheiro para comprar a passagem de volta para a Paraíba. Estavam visivelmente debilitados. Um deles estava tomando, por conta própria, um anti-inflamatório, para aliviar as dores do corpo. Demonstrava ter grande familiaridade com os comprimidos de Buscopan. O outro estava febril e dizia ter acostumado em conviver com a febre. No início da safra passada ele teve pneumonia, dizia ser difícil se acostumar com o frio que faz em São Paulo.

Enquanto a presidente do sindicato notificava o empregador, estes trabalhadores me contaram algumas dificuldades cotidianas enfrentadas nesta safra da cana. Durante a conversa, todos buscavam as causas das doenças a que estavam sujeitos em São Paulo. Falaram sobretudo da falta da família e da alimentação fraca.

Os três trabalhadores eram jovens, todos casados. Embora existam na região aqueles que trazem as mulheres para as temporadas paulistas, estes não trouxeram suas companheiras: com elas as despesas de passagens e de moradia aumentariam muito. Preferiam ficar morando no alojamento com mais dez trabalhadores, pagando R\$ 40,00/mês de aluguel. Com as mulheres teriam que alugar um cômodo no beco ou uma casa com outro casal, aí o valor do aluguel aumentaria para R\$ 80,00/mês. Estes trabalhadores mandavam mensalmente entre R\$70,00 a R\$ 100,00/mês para ajudar a família na Paraíba.

Para se alimentar pagavam R\$ 135,00/mês. Este preço seria mantido sob uma condição: deveriam entregar para a pensão a cesta básica a que têm, mensalmente, direito. Mas, se perdessem um dia de trabalho não recebiam a cesta básica. Neste caso, o valor da pensão passava para R\$ 200,00/mês. Mas, com ou sem cesta básica, eles se queixaram da alimentação fornecida pela pensão, geralmente vinculada aos empregadores. Segundo eles, a carne de frango – que comiam todos os dias, por ser a mais barata – é “pobre em substância”. Com ela, quem trabalha no pesado no corte da cana, não se repõem as energias que o corpo perde. Em resumo: alimentação fraca, somada às exigências impostas pelo fiscal da turma, se traduz em cansaço, dores no corpo e da coluna, das câimbras e das tendinites.

A conversa prosseguia e eu notava que o trabalhador febril estava cada vez mais prostrado. Às 14 horas o empregador chegou para o acerto de conta. As 14h30min horas fecharam um acordo. Imediatamente após a assinatura, o trabalhador febril teve uma crise convulsiva. O empregador levantou-se, pegou os documentos e saiu. Acordo feito, já não se podia provar nada contra ele, ou contra a Usina, e nem se podia contar com ele. A presidente do sindicato disponibilizou um veículo para transportar o trabalhador ao hospital da cidade e eu resolvi acompanhá-los. O atendimento foi na emergência: soro e outros medicamentos. Posteriormente, foi aplicada uma injeção de benzetacil, a febre cedeu e, depois de 3 horas de internação, o paciente voltou ao estado normal. Todos no hospital pareciam estar familiarizados com estas doenças de cortadores de cana.

Neste período de atendimento, pudemos presenciar o drama de um outro trabalhador, trazido diretamente do canavial, sangrando com um enorme talho na parte superior do pé. Foram dados vários pontos. Mesmo com o consentimento do trabalhador machucado, a enfermeira impediu-me de fotografá-lo no hospital. Uma foto foi, então, feita no pátio, com o pé do trabalhador já enfaixado, (foto1). Ali mesmo na entrada do hospital, uma terceira vítima apareceu. Agora, um pai aflito amparava o seu filho trazido do canavial com câimbra. O braço retesado não movia, a dificuldade de locomoção era grande, o paciente reclamava de dores no estômago. Uma vez mais acompanhei o atendimento e fiquei sabendo que também as câimbras são muito comuns por ali.

Convulsão, cortes de facão, câimbras. O que têm em comum estes cortadores de cana? Por um lado, a vida destes três trabalhadores pode ser vista como uma perversa continuidade dos movimentos populacionais do Nordeste para o sul do país, motivadas pela dificuldade de trabalho e de acesso a terra na suas regiões de origem⁵. A construção civil e as indústrias foram as principais responsáveis pela população nordestina que povoou São Paulo.

Contudo, como milhares de outros o fazem anualmente, estes trabalhadores vêm hoje do Nordeste com um destino certo. A saber: vêm especificamente em busca de trabalho nos canaviais das modernas usinas paulistas. Segundo dados da União da Agroindústria Canavieira (ÚNICA), na safra de 2006, foram mais de 70.000 trabalhadores que vieram para o corte da cana em São Paulo. Neste universo de idas e vindas, a Pastoral dos Migrantes, rede ligada à Igreja Católica, identifica inúmeros casos em que os atendimentos correntes não foram eficazes. As mortes de trabalhadores da cana de açúcar estão na

⁴As entrevistas citadas neste artigo foram realizadas no âmbito de uma pesquisa sobre migrações de trabalhadores do Nordeste – particularmente do Maranhão e Piauí – para o corte da cana das modernas usinas paulistas. A pesquisa envolve o Instituto de Economia, da UFRJ, ao qual estou vinculado, e pesquisadores das Universidades Federais São Carlos/SP, do Maranhão, Piauí, e conta com o apoio do Ministério da Educação, Secretaria de Ensino Superior. Um livro e um filme documentário, sobre a condições de vida e trabalho destes trabalhadores no Nordeste e em São Paulo, explicitando as causas e os efeitos destas migrações no interior do país, estão em fase de finalização.

⁵Sobre migrações do Nordeste ver (Garcia, 1989), Moraes, M (1999), Carneiro (2007) Menezes (2002) Salles(1982), Moraes, D. (2007), Rezende (2004).

agenda dos organismos religiosos e sindicais e têm chegado ao Ministério Público que busca os elos entre os infartos diagnosticados nos atestados de óbito e as condições de trabalho no rico interior paulista.

Assim sendo, para compreender os episódios acima relatados, é necessário situá-los em um contexto mais amplo da expansão e modernização da agroindústria do açúcar e do álcool no estado de São Paulo. Primeiramente, trata-se de analisar a segmentação da mão de obra no interior da agroindústria canavieira que, para o sistema de corte mecanizado, exige trabalhadores com habilitações específicas e, por outro lado, reserva o sistema de corte manual, sobretudo, para os nordestinos, habituados a enfrentar trabalho “duro”. Em segundo lugar, trata-se de analisar o paradoxo trazido pela modernização na gestão desta mão de obra que institui um sofisticado sistema de incentivos e prêmios por produtividade e, ao mesmo tempo, inicia uma inédita temporada de doenças e mortes entre os trabalhadores a cana. Mesmo sem a menor intenção de esgotar tais questões, estes são os dois objetivos deste pequeno artigo.

3.1- Cana de açúcar: modernização tecnológica e intensificação do trabalho manual

A expansão da agroindústria canavieira está relacionada com as boas perspectivas do mercado internacional do álcool, como alternativa de energia renovável e menos poluidora que o petróleo. Além disto, o mercado internacional do açúcar também é favorável. As restrições aos subsídios para a exportação do açúcar, impostas aos produtores europeus pelo Mercado Comum Europeu, e a competitividade da produção brasileira no mercado internacional tem atraído investimentos de grupos internacionais para esta agroindústria no Brasil⁶ assegurando a expansão das atividades deste setor.

Em artigo publicado na grande imprensa, são anunciados os números em que se baseiam os empresários da cana de açúcar “Nos próximos 5 anos (até 2010) serão implantadas 90 novas usinas no Brasil, incorporando uma área plantada de cana de 2,7 milhões de hectares aos 6 milhões de hectares já ocupados pela lavoura no país. Com esta incorporação a produção deverá saltar das 425 milhões de toneladas projetadas para a safra 2006/07 para 550 milhões de toneladas em 2010. Durante este período a capacidade de produção será ampliada em São Paulo com a construção de 39 novas usinas e modernização das unidades já existentes”. (ÚNICA, FSP, 19/02/2006)

Por vários motivos, a modernização e a expansão da lavoura nas últimas safras da cana possibilitaram a coexistência de dois sistemas de corte nos canaviais das modernas usinas paulistas, o sistema de corte manual e o sistema mecanizado. A proporção de utilização de um ou outro sistema varia de acordo as estratégias de cada unidade de produção e das restrições técnicas apresentadas pelas colheitadeiras mecânicas. Assim, por exemplo, existem usinas (como a São Martinho, na região de Ribeirão Preto) que corta 90% da cana pelo sistema mecanizado e usinas como a (Ester na região de Campinas) que o utiliza em apenas 15% da área de cana. De fato, existe uma grande variação. O grupo COSAN que possui 14 usinas no Estado de São Paulo, utilizou a colheita mecânica em 30% da área de cana destas usinas, na safra de 2005. A usina Santa Adélia, localizada no município de Jaboticabal, o utilizou em 50% de sua lavoura na safra de 2006 e pretende expandir esta utilização para 70% na safra de 2007⁷.

Tanto a implantação de novas unidades de produção como a modernização das usinas em operação provocam mudanças na dinâmica do mercado de trabalho na cana. Um dos seus efeitos é a contratação de mão-de-obra qualificada (agrônomos, técnicos agrícolas, engenheiro químico, contador, engenheiro de produção, psicólogos, e outros), formados nas Universidades e nos centros tradicionais de pesquisa como o Instituto Agrônomo de Campinas, a COOPERSUCAR e a EMBRAPA. Contudo, no que diz respeito ao trabalho no eito da cana, este processo impulsiona a constituição de dois universos bastante distintos que correspondem ao sistema de corte mecanizado e manual.

Para o corte mecanizado os principais critérios de seleção dos trabalhadores estão relacionados à especialização, a escolaridade e ao local de moradia próximo da usina. O funcionamento operacional deste sistema implica na integração de diferentes especializações: motoristas, tratoristas, operadores de máquinas, mecânicos, outros. Estes trabalhadores são contratados diretamente pela usina através do contrato de trabalho por tempo indeterminado, que assegura, além dos direitos trabalhistas básicos, o seguro desemprego quando houver demissão. Scopinho (1995) realizou um estudo sobre a exploração e as doenças do trabalho a que estão sujeitos estes trabalhadores, o ritmo e a jornada excessiva de trabalho determinados pela capacidade operacional das colheitadeiras. Nestas circunstâncias o trabalho encontra-se subordinado a ela.

No sistema manual de corte as exigências na seleção são outras e o tipo de contrato de trabalho é por tempo determinado, contrato safrista. Neste tipo de contrato os trabalhadores não recebe, por lei, o seguro desemprego no final do contrato. No corte manual os trabalhadores não estão subordinados e dependentes do ritmo da máquina, não são apêndices da máquina. Para a seleção dos trabalhadores no sistema de corte manual, prioriza-se os critérios de habilidade, destreza, força e resistência física e local moradia distante do local de trabalho. A força física e a destreza são critérios imprescindíveis para assegurar o aumento da produtividade neste sistema de corte que supõe a intensificação do ritmo de trabalho. No sistema de

⁶ Dados da ÚNICA registram a participação de grupos estrangeiros e fundos de investimentos no setor. Estes grupos já controlam cerca de 5% da produção nacional da cana - cerca de 20 milhões de toneladas. A entrada de estrangeiros no ramo teve início no ano 2000, com o grupo francês Louis Dreyfus. Em 2001 o grupo Tereos (ex-Beghin-Say) adquiriu usinas no estado de São Paulo. O grupo argentino Adeco Agropecuária anunciaram sua entrada no país nos últimos meses com também os fundos de investimento Infinity Bio-Energy, que incorporou o fundo Evergreen, e o fundo BDF, cujo um dos sócios é o banco francês Société Générale. Segundo depoimento de um técnico do Instituto Agrônomo de Campinas são inúmeras as solicitações de informações demandadas pelos grandes grupos internacionais (australianos, holandeses, alemães etc..) sobre o mapeamento de solos para aquisição de propriedades e investimentos em cana de açúcar.

⁷ Informações obtidas em entrevistas realizadas com Técnicos do Departamento de Recursos Humanos das referidas usinas realizadas em outubro de 2005, no âmbito da pesquisa sobre migrações.

corte manual não houve substituição do instrumento de trabalho, o facão continua sendo o instrumento de trabalho. As inovações se limitam a melhorias na lâmina e no cabo.

Os trabalhadores que chegam do Nordeste possuem um perfil condizente com o que se precisa hoje para o corte manual. Segundo eles próprios, por terem sido, desde crianças, socializados no árduo e duro trabalho da agricultura na sua região de origem, o trabalho no canavial não os assusta. Além disto, segundo relato dos técnicos das usinas, são preferidos pelos usineiros por serem mais dedicados ao trabalho e gratos aos empregadores pela oportunidade do emprego, inexistentes em suas regiões. A necessidade premente de ganhar dinheiro, para assegurar a subsistência da família distante, tem funcionado como um freio que os torna mais tolerantes com descumprimentos de leis trabalhistas, com as injustiças e as distorções que ocorrem nas medições feitas pelo fiscal de turma em sua produção diária no corte da cana.

Contudo, as particularidades do corte manual - em um contexto de modernização e intensificação da produção - implicaram na introdução de novas formas de controle do trabalho no corte da cana, dentre elas destaca-se o ganho pela produção, pela metragem e pesagem da cana cortada. Somando-se a estes critérios o tipo da cana cortada, tem-se a referencia para calcular o salário. Assim, a lógica da eficiência do corte manual é determinada pelo lema: “quanto mais se corta mais se ganha”.

Para serem selecionados pela usina, os candidatos terão que cortar no mínimo 10 toneladas de cana/dia. Caso contrário, eles serão demitidos. Geralmente esta “poda” se faz até 60 dias após a admissão. O sistema de seleção funciona desta maneira. Sem nomear a usina, relato um caso que observei. A Usina X contratou 5.000 trabalhadores no início da safra. No primeiro mês, calculou-se o rendimento médio desta turma. No caso analisado, foram descartados 2.000 trabalhadores, que não conseguiram alcançar a média. No segundo mês, o mesmo procedimento se repete, agora com 3.000 trabalhadores. Nesta etapa foram “podados” mais 1.000 trabalhadores que tiveram uma produção inferior à media da turma. Assim, os 2.000 trabalhadores, altamente produtivos, selecionados neste processo, conseguiram realizar o quantum de produção dos 5.000 trabalhadores que iniciaram a safra. Estes trabalhadores selecionados chegam a cortar até 20 toneladas de cana/dia, e manter uma média mensal entre 12 a 17 toneladas/dia.

Este caso não é uma exceção. A produtividade do trabalho no corte manual dobrou em relação há 20 anos atrás, onde se cortava de 4 a 6 toneladas de cana/dia, sem que houvesse mudanças substanciais na forma de corte e nos instrumentos de trabalho (Alves,1992). Não por acaso, as usinas procuram colocar em prática técnicas motivacionais para estimular a competição entre os trabalhadores e aumentar a produtividade do trabalho. Um estímulo financeiro é dado com as bonificações concedidas pelas usinas quando as metas de produção são cumpridas, são os Programas de Participação de Resultados (PPR). Em nível pessoal, destacamos a premiação aos trabalhadores mais produtivos com doação de bicicletas, televisão, rádio, geladeira, etc. Neste cenário é que surge a figura dos “campeões de produtividade”.

3.2- O repositores hidroeletrolítico e vitamínico: um símbolo da modernização dolorosa

Cortar no mínimo 10 toneladas de cana por dia significa um enorme desgaste físico dos trabalhadores. Neste patamar de produção os riscos de acidentes de trabalho aumentam, pois o corpo extenuado perde a precisão dos golpes do facão na cana, as pernas e a mão involuntariamente viram alvos. Os movimentos repetitivos e seqüenciais realizados pelos trabalhadores favorecem o aparecimento de doenças do trabalho como as já citadas: dores no corpo, tendinites, bursites e problemas de coluna.

As câimbras também aparecem com muita freqüência nos trabalhadores da cana. Ela começa a dar nas mãos, trava as mãos e a dor é grande. A câimbra é uma manifestação da fraqueza do corpo, dizem os trabalhadores. Geralmente a câimbra acontece na parte da tarde, quando o cansaço é maior. Das mãos, ela passa para as pernas, até tomar o corpo todo. A cada minuto que passa, a câimbra vai aumentando e se houver demora no atendimento o trabalhador pode morrer. Um médico entrevistado no âmbito da pesquisa, assim se expressou sobre as câimbras:

“quando o trabalhador é submetido a uma carga de trabalho e seu físico não está acostumado, e se ele estiver debilitado ou se portador de uma doença preexistente, uma cardiopatia, ele pode ter uma morte súbita se submetido a trabalho excessivo com sudorese. A transpiração excessiva provoca perda de eletrólitos, de sais do organismo. Se você pegar a camisa de um trabalhador ela chega a estar branca por causa da perda de sais. A câimbra é o primeiro sintoma de quando você tem distúrbio hidroeletrolítico. A câimbra é acúmulo de ácido lático na musculatura. Ele fica todo contorcido, parece um possuído. Pra você ter uma idéia, é quase como uma convulsão. E dói,dói muito aquilo. Um jogador de futebol, um atleta preparado quando tem câimbra ele é substituído. Imagine um trabalhador rural que se submete a uma rotina dura de trabalho. O tratamento correto é a hidratação com soro fisiológico. Existem usinas agora que fornecem um pó para misturar na comida para repor algumas perdas de vitaminas e proteínas. Eu nunca presenciei uma morte súbita por decorrência de distúrbio hidroeletrolítico, de câimbra. Geralmente, a pessoa chega morta no Pronto Socorro..”.

Do ponto de vista das Usinas, o reconhecimento desta realidade, demandou a busca de uma solução técnica. O médico entrevistado fez referencia a distribuição gratuita pelas usinas de um repositores hidroeletrolítico e vitamínico, indicado para trabalhadores com intensa atividade física. De fato, em algumas usinas os trabalhadores na safra da cana ingerem diariamente este produto, antes de começar o corte da cana. Com este estimulante as dores do corpo desaparecem, as câimbras diminuem e a produtividade aumenta. Os trabalhadores sentem-se confortáveis quando ingerem este produto. Reivindicam uma dosagem maior do permitido, pois super energizados podem produzir mais e ganhar mais.

Também para aliviar as dores no corpo, provocadas pelo excesso de trabalho, busca-se os antiinflamatórios, prescritos pelos médicos ou adquiridos livremente nas farmácias para aliviar as dores de coluna e musculares, as bursite e as

tendinites. Com este produto eles asseguram rápido reingresso ao trabalho sem prejuízo a sua produtividade e sem necessitar de afastamento do trabalho, expediente condenado pela usina e desinteressante para os trabalhadores - que passam a receber o dia não trabalhado pela diária, cujo valor era de apenas R\$ 14,00 na safra de 2006 (e, como já foi dito, com uma falta ainda perdem a cesta básica do mês).

Soros e remédios são expedientes adotadas pelas usinas e pelos próprios trabalhadores para garantir um ritmo de trabalho que vai além da capacidade física de muitos. Como em um processo de “seleção natural”, sobrevivem os mais fortes. Mas, a pergunta é como e até quando sobrevivem. Soros e remédios podem ser vistos como expressão do paradoxo de um tipo de modernização e expansão da lavoura canavieira que delapida a mão de obra que a faz florescer. Ainda não temos dados quantitativos que detalhem as conseqüências do uso destes paliativos. Entretanto, as aposentadorias por invalidez entre trabalhadores de pouca idade e a ocorrência das mortes de trabalhadores por excesso de trabalho nos canaviais das modernas usinas, como tem ocorrido nas últimas safras da cana em São Paulo, se apresentam como evidências a convocar tomada de posição de diferentes instâncias do poder público.

4. Nota final: Em busca de trabalho descente

Os meios de comunicação têm registrado o orgulho dos habitantes do interior do Estado de São Paulo, no que se refere ao progresso, a qualidade de vida, a maior produção de açúcar, álcool e suco de laranja do mundo. Neste cenário de ufanismo que aparecem slogans: “Este é o Brasil que deu certo” e “Ribeirão Preto: Califórnia Brasileira”. No que diz respeito à produção sucro-alcóoleira, a expansão recente ampliou a supremacia econômica e de poder dos usineiros paulistas nas instâncias de planejamento das atividades do setor, deslocamento tradicionais oligarquias nordestinas.

Os versos de Pedro Costa, publicados na revista “De repente”, (05/2006), oferecem uma interpretação da realidade, nomeando o trabalho na moderna agroindústria paulista como “sub-escravo” .

Os usineiros da cana
Ostentam esta visão
Política do lucro fácil
Cultura da exploração
Um pensamento arcaico
Do tempo da escravidão

O trabalhador do campo
É mais do que explorado
Dez toneladas por dia
Para manter registrado
Quem não atingir este teto
Já está desempregado.

Milhares de nordestinos
Vivem estes empecilhos
Num trabalho sub-escravo
Seus olhos perderam os brilhos
Acorda Brasil, acorda!
Pra cuidar dos teus filhos

Já o médico por nós entrevistado, aponta para a necessidade de uma “política médica” específica para o setor que seleciona os “campeões de produtividade”.

Agora para você realmente chegar a uma conclusão seria necessário uma política de medicina do trabalho para esses trabalhadores, no qual eles fossem previamente feito um eletrocardiograma, ver se a função renal deles está equilibrada, ver a capacidade aeróbica do mesmo. Então falta essa política médica para esse setor. Embora, a gente vê alguma movimentação nesse sentido de alguns médicos do trabalho, mas falta uma legislação. Essas dez mortes no campo se você for investigar, um pode ter tido um acidente vascular, outro pode ter tido uma pancreatite. Mas a questão trabalhista de saúde do trabalhador precisa ser muito bem avaliada e chegar à um programa de proteção ao mesmo”.

De fato, para melhorar as condições de trabalho nos canaviais das modernas usinas paulistas é preciso que cresçam as possibilidades de inserção produtiva no nordeste, como sugere o repentista. Assim como, o que se espera da modernização é que ela seja acompanhada de uma condizente medicina do trabalho.

Contudo, do ponto de vista sindical, a polêmica se dá em torno da seguinte questão: reafirmar a “conquista” do ganho produtividade do trabalho no corte manual da cana ou lutar para substituir esta forma de remuneração da produção pelo salário? Esta polêmica está presente nas pautas sindicais. Não há consenso. Porém, todos concordam que é urgente: aumentar o preço da unidade de cana cortada, criar mecanismos para que os trabalhadores possam controlar a metragem e a pesagem da cana cortada e para que participem efetivamente das instâncias formadoras dos preços da cana.

A rigor, trata-se de aprimorar os mecanismos de fiscalização que, de fato, evitem a permanência de situação indigna de trabalho, encontrada em profusão em todas as regiões canavieiras do país e também nas modernas usinas paulistas. O trabalho digno que protege a vida. O trabalho nos canaviais paulistas, ainda que revestido da sofisticação dos Departamentos de Recursos Humanos, tem causado sofrimento e morte entre trabalhadores em pleno século XXI, na Califórnia à Brasileira.

Referências Bibliográficas

- ALVES, F J (1992)
- “Modernização da Agricultura e Sindicalismo Rural”, (tese doutorado) Instituto Economia/UNICAMP – 1992, Campinas.
- CARNEIRO, M. (2007)
- Migração, estrutura agrária e redes sociais: uma análise do deslocamento de trabalhadores maranhenses rumo à lavoura da cana em São Paulo. Editora EDUFScar, São Carlos, 2007
- CASASSUS, M. (1980)
- "Del Modelo Neoclásico a las Teorías de la Segmentación del Mercado de Trabajo.", *Sociologia del Trabajo*, 3/4/, pg.9/22,
- COSTA, P. (2006)
- in Revista “DE REPENTE”, Fundação Nordestina de Cordel – FUNCOR, ano XII,n* 50, abril e maio de 2006, Teresina, Piauí
- GARCIA JR., A.(1989)
- O Sul caminho do roçado: estratégia de reprodução camponesa e transformação social, Editora Universidade de Brasília e CNPQ,, Brasília
- MENEZES, M.(2002)
- “ Redes e Enredos nas Trilhas dos Migrantes: um estudo de famílias de camponeses migrantes”, Editora UFPB, João Pessoa.
- MORAES, M.(1988)
“ As Andorinhas nem cá, nem lá” – Recursos Visuais na pesquisa social – Caderno CERU, São Paulo:V9,n2,p.29-45.
- MORAES, M.(1988)
“ Errantes do Fim do Século”, EDUNESP, Editora UNESP, V1,p367, 1999. São Paulo
- MORAES, M. (2005)
- “Trabalho e Trabalhadores na região do “mar de cana e rio de álcool”. Encontro “Trabalhadores Canavieiros: educação, direito, trabalho”, UFSCar, 2005, São Carlos - SP
- MORAES, D. (2007),
- “Andando pelo mundo: Significados da migração temporária: do Piauí para a agroindústria canavieira paulista”, Editora EDUFScar, São Carlos
- NOVAES, JR. & ALVES, F. (2002)
“No eito da cana” Editora Rima, São Carlos.
- NOVAES,J. R, (2003)
“O Nordeste Canavieiro: Mudanças nas relações de trabalho e nas relações de poder”, tese doutorado, Instituto Economia/ UNICAMP, Campinas - SP
- NOVAES,J. R, (1996)
- “ Processo de Trabalho em Tempo de Reestruturação Produtiva: Estratégia de controle na agroindústria” tese mestrado, UFRJ, , Rio de Janeiro
- SALES, T. (1982)
- “Agrestes, Agrestes: transformações recentes na agricultura nordestina”, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- SCOPINHO, R. et alli(1999),
- Caderno de Saúde Pública, 15(1):147-161, jan-mar, Rio de Janeiro.
- SETUBAL, M.(2007)
- Refuncionalização da Servidão: Uma Análise da Permanência de Formas de Escravidão na Agroindústria Canavieira de Campos dos Goytacazes, Editora UFSCar, São Carlos.
- SZMRECSÁNYI, T.(1979)
- "O Planejamento da Agroindústria Canavieira do Brasil (1930-1975), HUCITEC, São Paulo.

A violência visível e invisível dos acidentes de trabalho na polícia militar do Rio Grande do Sul/Brasil

Cristina Kologeski Fraga Fraga
ckfraga@hotmail.com

Resumo: Trata-se de uma pesquisa que originou a tese de Doutorado em Serviço Social que investigou o acidente trabalho na Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul – Brigada Militar – no Brasil, ancorando-se na hipótese de que o mesmo expressa formas de violência construídas na sociedade contemporânea, instituídas e legitimadas na Brigada Militar (BM). Na BM, essas formas de violência refletem as condições de trabalho policial (formas de execução: precariedade, sobrecarga devido aos trabalhos extras, pressão social e institucional) e sua organização rigidamente hierarquizada (baseada na centralização de decisões, divisão e padronização das tarefas). A análise se deu por meio de uma abordagem que entrelaçou a violência, saúde do trabalhador e Polícia Militar e concretizou-se em um estudo de caso no qual se privilegiou a BM como unidade de referência. Os procedimentos de coleta articulam dados quantitativos e qualitativos sobre o acidente: com os profissionais da saúde, gestores da BM e as famílias das vítimas de acidente. O objetivo foi dar visibilidade às instâncias e dimensões pelas quais se constroem os mecanismos de invisibilidade nos acidentes na BM, captando as múltiplas formas de violência que ocorrem no trabalho do policial. Para a análise utilizou-se a análise de conteúdo e a triangulação. As conclusões sugerem que há uma representação institucional restringindo o acidente à atividade-fim, contrapondo-se às variadas formas e circunstâncias em que estes ocorrem. Evidenciou-se, ainda, a preocupação da instituição com o acidentado que, em muitos momentos, é refém da precariedade de políticas públicas. Palavras-chave: Polícia Militar. Violência. Saúde do Trabalhador. Violência no Trabalho. Acidente de trabalho.

Introdução

A questão da segurança pública é um dos temas que vêm conquistando espaço nas discussões das mais diversas esferas da sociedade brasileira, que vive numa situação de insegurança generalizada. Muito pouco, contudo, se tem prestado atenção à segurança e à saúde daqueles que trabalham na área, como é o caso dos policiais militares (PMs). Embora a temática saúde do trabalhador incorpore cada vez mais destaque na agenda de estudiosos das diversas áreas do conhecimento,¹ os estudos que dão visibilidade à segurança pública restringem-se, na maioria das vezes, às Academias de Polícia, e estas enfatizam, prioritariamente, aspectos técnicos da profissão, carecendo, assim, de estudos e pesquisas a respeito dos agravos à saúde dos policiais no âmbito ocupacional.²

De forma geral, a necessidade de estudos relacionados à área de saúde e trabalho parece imprescindível num contexto que tem se mostrado demasiadamente desfavorável à saúde dos trabalhadores. Conforme alertam Oliveira e Mendes (1997), os registros oficiais segregam os casos de acidente de trabalho envolvendo os funcionários públicos civis e militares das três esferas do governo (municipal, estadual e federal), bem como os trabalhadores autônomos, domésticos, profissionais liberais, dirigentes e proprietários de micro, pequenas, médias e grandes empresas. Todos mantêm vínculo previdenciário, inclusive com contribuições compulsórias, mas por não possuírem cobertura do seguro acidentário, os casos de seus ATs não são considerados nas estatísticas oficiais. Como servidores públicos estaduais, os militares estaduais (ME) não são incluídos nos registros oficiais de acidente de trabalho, pois não são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o que, faz com que seja determinante para que sejam encobertos da visibilidade social, constituída pela legislação previdenciária e trabalhista.

Apesar de não existirem informações consistentes a respeito da dimensão dos acidentes de trabalho ocorridos com os profissionais da segurança pública do Rio Grande do Sul, a familiaridade com o objeto de estudos é reveladora do ofuscamento da realidade por seus mecanismos de desinformação e descontrole. Um ocultamento que o estudo anterior (FRAGA, 2002) demonstrou ser constituído por diferentes instâncias na corporação: órgãos da Polícia Militar (chefia imediata do militar), a legislação acidentária, a organização do atendimento institucional, a burocracia excludente e o próprio acidentado, que, devido à redução significativa de proventos salariais como consequência do acidente, acaba por reproduzir e legitimar essa teia de invisibilidade institucional.

Diante da evidência de que os citados estudos apontam para a invisibilidade institucional do acidente de trabalho na BM e que isto contribui para a construção social de sua invisibilidade, a pesquisa buscou responder ao seguinte problema: como o acidente em serviço na Brigada Militar pode refletir diferentes formas de violência visível e invisível do trabalho policial? A partir desse questionamento elaborou-se como objetivo geral: dar visibilidade às instâncias e dimensões pelas quais se constroem os mecanismos de invisibilidade nos acidentes em serviço na Brigada Militar, captando as múltiplas formas de violência que ocorrem no trabalho do policial.

A hipótese central da pesquisa é a de que o acidente de trabalho na Polícia Militar do Rio Grande do Sul expressa múltiplas formas de violência construídas na sociedade contemporânea, não só pela violência urbana, contexto e cotidiano do trabalho policial, mas também por meio de outras manifestações tantas vezes diluídas socialmente, tais como a violência estrutural que se traduz na privação e/ou dificuldade de acesso aos direitos propostos na legislação acidentária, na ausência de políticas públicas pertinentes ao atendimento ao acidente de trabalho como um todo e nas sutilezas dos mecanismos de invisibilização da gravidade do fenômeno que, por sua vez, também são instituídas e legitimadas na corporação militar. Na PM, essas formas de violência nos acidentes ocorridos em serviço refletem as condições de trabalho (formas de execução: precariedade, sobrecarga devido aos frequentes “bicos”, pressão social e institucional) e sua organização rigidamente hierarquizada (baseada na centralização das informações, divisão e padronização das tarefas).

¹Especialmente nas últimas décadas do século XX e início do novo milênio, os estudos em saúde do trabalhador têm sido promissores. Podem-se citar, dentre estes, os estudos de Laurell e Noriega (1989), Freire (1995); Ferreira e Valenzuela (1998); Wütsch-Filho (1999); Mendes (2003); Oliveira e Mendes (1997); Ribeiro e Lacaz (1984); Machado e Minayo-Gomez (1999); Cohn et al. (1985); Minayo e Souza (2003a).

²Tal afirmação se baseia nos raros estudos que a universidade, de uma forma geral, vem realizando na área; quando os realiza são mais recorrentes os estudos que tratam à questão da violência policial. Na Academia de Polícia Militar do Rio Grande do Sul - Brigada Militar - nos cursos de Especialização da corporação a grande maioria dos estudos de seus integrantes foca os aspectos técnico-operativos da profissão.

Dessa maneira, o artigo ora apresentado busca publicizar expressões da realidade do trabalho policial militar, por meio de uma de suas conseqüências mais perversas, o acidente de trabalho, sofrido por uma categoria de profissionais expostos a um elevado grau de periculosidade inerente à profissão exercida. A pesquisa procura, ainda, dar visibilidade a uma questão de saúde pública não resolvida, como é o caso do AT, que além de atingir o corpo dos acidentados, repercute seriamente não só sobre a mente, nas relações sociais e familiares dessas vítimas, como também, estende-se à própria corporação policial e à sociedade. Em termos de estrutura, o artigo primeiramente busca uma abordagem teórica acerca da violência no sentido de ampliar o olhar sobre o tema, após trata da importância da categoria violência na área de saúde e trabalho situando o acidente de trabalho como expressão de violência visível e invisível, após aborda as trilhas percorridas à elaboração dessa pesquisa, o seu percurso metodológico, na seqüência, expõe alguns resultados da pesquisa e, por último, as conclusões.

A Importância da Categoria Violência na Área da Saúde e Trabalho

Ao delimitar a violência e sua relação com a área de saúde e trabalho para posteriormente focalizar as suas expressões visíveis e invisíveis na questão do acidente de trabalho na Polícia Militar, faz-se necessária uma compreensão do seu conceito, de sua complexidade, e entendê-la, essencialmente, como uma expressão da questão social, com raízes históricas, culturais e estruturais. Urge, preliminarmente, ultrapassar uma abordagem reducionista do fenômeno da violência, umbilicalmente ligada à segurança pública e ao Direito Criminal.

Este, no entanto, é um caminho lento e difícil (MINAYO, 2004), somente assumido oficialmente no Brasil na década de 90 do século passado. Um marco de fundamental importância nessa discussão, não é demais repetir, é que a Organização Mundial de Saúde já reconhece a violência como um problema social com grandes preocupações para a área de saúde, considerando que ela afeta a saúde e pode provocar inclusive a morte (OMS, 2002).

A violência é pauta da sociedade e, se por um lado, a violência já é reconhecida como um problema social, por outro, a sua definição não é considerada pelos estudiosos como tarefa fácil, e muito menos unívoca, entretanto também não significa que seja indefinível. Por isso, na seqüência, busca-se uma aproximação com conceitos e definições que podem contribuir para a compreensão dessa realidade.

Em um primeiro momento buscou-se conceituar o termo violência em consulta aos dicionários de Filosofia, nos quais se constatou que a palavra provém do latim violentia, que significa ação contrária à ordem ou à disposição da natureza (ABBAGNANO, 2003). Há, também, a definição de violência como qualidade de violento, enquanto que violento é aquilo que é produzido com força, que derruba obstáculos, combate ou destrói resistências (LALANDE, 1999).

A partir destas definições, a violência é apreendida no seu sentido mais amplo; associada à ruptura da ordem, à disposição da natureza, à produção de uma força que derruba obstáculos que combate ou destrói resistências. Não é, necessariamente, uma ação humana. Dessa forma, a violência não tem conotação valorativa no sentido de ser algo bom ou ruim, pois pode ser a violência do vento, da tempestade, do mar, de uma paixão, de uma briga, da guerra, do crime.

A definição de violência adotada pela Organização Mundial de Saúde remete a um ato humano, uma vez que relaciona intencionalidade com a prática do ato violento, independentemente da conseqüência que este produziu: O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS, 2002, p.5).

É importante realçar a inserção da palavra poder na produção do ato violento, além da frase “uso intencional da força física”, o que de certa forma amplia a natureza de um ato violento, mas não permite expandir o entendimento de violência. A ampliação da visão do ato violento acontece na medida em que se considera ações violentas decorrentes de relações de poder que podem vir a ser concretizadas em manifestações de violência, como ameaças, intimidações, negligências, omissões. Não obstante, tal definição não permite expandir o conceito de violência, uma vez que admite ser ato violento somente quando há intenção de provocar o dano.

Na bibliografia consultada constatou-se uma dificuldade de se conceituar violência e, principalmente, explicar suas causas, que o senso comum freqüentemente liga diretamente às desigualdades sociais. Quanto ao tratamento dado à questão, convencionou-se reduzi-la meramente às intervenções policiais.

Inicialmente, é preciso ter presente que violência não é um fenômeno novo, ela acompanha a evolução histórica da humanidade. No transcorrer da História da humanidade, muitas atrocidades foram e são legitimadas quando ocorrem dentro de padrões éticos entendidos como toleráveis. Se por um lado matar uma pessoa é um ato ilícito, passível de punição, por outro é socialmente aceito tirar a vida das pessoas em situação de guerra, em legítima defesa e também em situações respaldadas pela lei (BAIERL, 2004).

A violência generalizada, de caráter endêmico, também não é algo novo na cena brasileira conforme, Pinheiro e Almeida (2003), a violência neste país é um fenômeno que está enraizado na cultura e na sociedade. Nesse sentido, não há como negar que os quatro séculos de escravidão no país, primeiro indígena e depois africana, assim como, mais recentemente, os nove anos de ditadura do Estado Novo e os 21 anos do regime militar (Pós-64), marcaram muito a percepção, as representações e as práticas dos diferentes estratos sociais do país.

Cruz Neto e Moreira (1999, p. 34) consideram que a violência no Brasil seja oriunda de relações sociais que perpassam diferentes épocas e sociedades, mas é a partir da década de 80 do século passado que passa a ser mais temida pela

população brasileira. Nesse sentido, os autores entendem como sintomático que a preocupação com a violência tenha atingido níveis tão elevados justamente a partir da década de 80, quando o Brasil começa a atravessar uma crise sociopolítica e econômica sem precedentes em sua história. Nesse período, inicia-se o que os autores chamam de uma “conjunção entre crime e crise” que necessita ser obscurecida ante sua vinculação histórica, por isso se instrumentaliza o senso comum (com apoio da mídia), “divulgando a ideologizada visão de que a delinquência é a violência em si, e não uma de suas manifestações.” Para os mesmos autores os objetivos dessa vinculação são inequívocos: mimetizando delinquência e violência, restringe-se seu combate e prevenção a uma mera questão de segurança pública e repressão policial.

Apesar do significado aparentemente banal, simples, o termo violência é uma palavra complicada de ser definida, pois no sentido primário ela tende a ser uma agressão física, mas é também usada de várias outras formas difíceis de definir. Vejam-se algumas delas.

Chauí (2003, p. 308) esclarece que certos aspectos da violência são percebidos de maneira semelhante nas várias culturas e sociedades, formando o que a autora denomina de fundo comum contra o qual os valores éticos são erguidos. Nesse sentido salienta:

Fundamentalmente, a violência é percebida como exercício da força física e do constrangimento psíquico para obrigar alguém a agir de modo contrário à sua natureza e ao seu ser ou contra sua própria vontade. Por meio da força e da coação psíquica, obriga-se alguém a fazer algo contrário a si, aos seus interesses e desejos, ao seu corpo e à sua consciência, causando-lhe danos profundos e irreparáveis, como a morte, a loucura, a auto-agressão ou a agressão aos outros.

Nessa perspectiva, quando uma cultura e uma sociedade definem o que entendem por mal, crime e vício, determinam aquilo que julgam ser uma violência contra um indivíduo ou um grupo. Simultaneamente, erguem os valores positivos – o bem, o mérito e a virtude – como barreiras éticas contra a violência (CHAUÍ, 2003).

Na cultura brasileira, a violência é entendida conforme Chauí (2003) como violação da integridade física e psíquica de alguém, de sua dignidade humana. Eis porque se considera o assassinato, a tortura, a injustiça, a mentira, o estupro, a calúnia, como manifestações de violência. Chauí destaca também que se considera violência a discriminação social e política de pessoas por suas condições étnicas, crenças religiosas, convicções políticas e preferências sexuais, seja por meio de prisão, tortura e morte.

Entre tantos autores consultados na tentativa de definir o que seria violência, encontrou-se em Odalia (2004), o que talvez mais se aproximasse de uma visão abrangente sobre violência. Ressalta este autor que tentar definir violência é correr o risco de aprisioná-la num esquema formal estreito. Aponta, porém, indicativos esclarecedores para este estudo na medida em que esclarece que a violência não é evidente por si mesma em todas as suas manifestações, algumas das quais tão sutis e tão bem manejadas que podem passar por condições normais e naturais do viver humano. O autor considera, em última análise, a violência sob forma de privação:

Com efeito, privar significa tirar, destituir, despojar, desapossar alguém de alguma coisa. Todo ato de violência é exatamente isso. Ele nos despoja de alguma coisa, de nossa vida, de nossos direitos como pessoas e como cidadãos [...] A idéia de privação parece-me, portanto, permitir descobrir a violência onde ela estiver, por mais camuflada que esteja sob montanhas de preconceitos, de costumes ou tradições, de leis e legalismos. (ODALIA, 2004, p. 86).

O autor alerta que o ato violento não traz uma “etiqueta de identificação”, mais precisamente insinua-se, freqüentemente, como um ato natural, cuja essência passa despercebida, portanto: “Perceber um ato como violência demanda do homem um esforço para superar sua aparência de ato rotineiro, natural e como que inscrito na ordem das coisas.” (ODALIA, 2004, p. 23).

Enfocando-se a discussão da violência no campo da saúde, encontra-se em Minayo (1992, 1999, 2003, 2004) por meio do Centro Latino-Americano de Estudos sobre Violência e Saúde (Claves) uma preocupação intensa em articular a questão da violência à saúde; pode-se mesmo afirmar que o grande mérito desse grupo talvez seja a luta em ampliar a questão da violência para além da segurança pública e do Direito Criminal. Segundo Minayo e Souza (2003b) é preciso conceber a “violência como um fenômeno social” e, como tal, não restrito à área policial. Para a mesma autora, o conceito de violência enseja um conteúdo qualitativo de definição de situação cultural, uma vez que cada sociedade e cada grupo social pensa e vivencia o fenômeno dentro de seu quadro particular de realidade concreta e de valores. Nessa ótica, cada situação deve ser histórica, social e culturalmente analisada.

Outro aspecto salientado por Minayo (1992) é a necessidade de se considerar as manifestações da violência em suas formas concretas, para não se correr o risco de cair numa explicação formal e genérica, em uma das armadilhas deste cotidiano.

Em síntese, analisar a violência implica considerar toda a sociedade, o contexto das relações sociais, a história das relações de dominação e de exploração, evitando-se, dessa forma, um olhar reducionista, preconceituoso ou isolado de uma situação específica. Tendo em vista a complexidade da violência e suas múltiplas formas, pode-se deduzir que suas causas são múltiplas, englobando aspectos de ordem econômica, política, social, moral, cultural. Assim sendo, é impraticável simplificar a interpretação deste fenômeno. A violência, no seu sentido amplo, espalha-se pelas diferentes esferas da sociedade, tais como no acesso à saúde, ao trabalho, educação, moradia, segurança pública e lazer, dentre outros.

Uma vez discutida a ampliação do conceito de violência e seu reconhecimento como sendo de um problema de saúde pública que pode, inclusive, levar suas vítimas à morte, passa-se a abordar a violência na área de saúde trabalho.

Considera-se ainda importante conceituar saúde e, mais especificamente, saúde no trabalho. Tal como a violência, a saúde também não é fácil de ser definida, uma vez que durante muito tempo e, ainda hoje, o seu conceito aparece ligado à

ausência de doenças. A saúde aqui é concebida de acordo com a perspectiva da Medicina Social Latino-Americana, que destaca: “[...] a necessidade de entender a saúde-doença não somente como um processo biopsíquico, mas antes de tudo como um processo social.” (LAURELL; NORIEGA, 1989, p. 100).

Numa perspectiva sociológica, Thébaud-Mony (2000, p. 169) também amplia a visão do senso comum, explicando que a saúde não é algo que se manifesta individualmente, e, tal como concebe a Medicina Social Latino-Americana, saúde é um processo social, além de dinâmico, relacionando-se não apenas à história individual do sujeito na sua singularidade, mas também à história coletiva. Para esta autora, a história da saúde no trabalho, no que diz respeito às sociedades industriais, teve um momento-chave, que foi a criação das leis sobre os acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. Nessa ótica, a saúde no trabalho está visceralmente ligada à evolução das relações que se estabelecem no seio da sociedade.

No que tange a importância da inserção da categoria violência na área da saúde pode ser sintetizada na contribuição de Minayo (2004) quando refere que a violência é, antes de tudo, uma “questão social” com grandes reflexos no campo da saúde por duas razões básicas:

- primeira, pelo impacto que provoca na qualidade de vida; pelas lesões físicas, psíquicas e morais que acarreta e pelas exigências de atenção e cuidados dos serviços médico-hospitalares;

- segunda, pela concepção ampliada de saúde, a violência é objeto de inter-setorialidade, na qual o campo médico-social se integra.

Uma vez discutida a relação da violência com a área da saúde, passa-se a contextualizar o objeto de estudo, o acidente de trabalho, e de que maneira este é abordado como expressão de violência.

Trazendo a discussão para o âmbito da temática da saúde e trabalho, é importante retomar o que vários estudos na área indicam: que o Brasil é já há algum tempo um dos campeões mundiais de vítimas de acidentes de trabalho (COHN et al., 1985). Este é um termômetro trágico da existência, no país, de um imenso desrespeito ao ser humano.

No livro *Acidentes do Trabalho: uma forma de violência*, Cohn et al. (1985) reúnem informações consistentes sobre essa questão e comprovam que as múltiplas formas de violência existentes no campo do trabalho são expressões de uma sociedade em que a violência contra o trabalhador está inserida num contexto de violência estrutural. Os autores chamam a atenção para as sérias implicações políticas e sociais que decorrem da supervalorização dos lucros econômicos capitalistas em detrimento da integridade e dignidade do trabalhador.

Machado e Minayo-Gomez (1994) estabelecem uma relação entre violência e processo de trabalho, revelando que o elevado índice de acidentes de trabalho existente no Brasil caracteriza uma forma de violência estrutural nos locais de trabalho. Para estes autores, o entendimento do acidente como uma forma de violência impõe à área de saúde do trabalhador novas relações no campo da saúde pública, bem como interfaces disciplinares e setoriais.

Nesse sentido, um dos grandes desafios dos estudos e pesquisas cujos temas enfocam a saúde do trabalhador, consiste em dar visibilidade à violência construída pela ausência e/ou mascaramento de estatísticas oficiais que implicam no anonimato de vítimas de acidentes de trabalho e, por conseguinte, na perda de seus direitos. Parte-se da premissa de que: “[...] compreender o acidente como forma de violência transforma esse objeto, aparentemente indefinido e amorfo, em algo palpável, visível e inaceitável, implicando mudanças profundas nas relações técnicas e sociais.” (MACHADO; MINAYO-GOMEZ, 1999, p. 141).

Assim sendo, romper com o silêncio dos efeitos destrutivos do trabalho sobre o corpo dos trabalhadores é uma das maneiras de barrar os mecanismos que constroem a invisibilidade. Em síntese, identificar o acidente como forma de expressão da violência torna visível sua característica social, superando a concepção de violência natural implícita na teoria do risco social (MACHADO; MINAYO-GOMEZ, 1999).

Esta investigação baseia-se na premissa de que o acidente de trabalho expressa formas de violência construídas na sociedade contemporânea, principalmente a violência urbana e estrutural que se materializam no cotidiano de trabalho dos PMs e suas múltiplas privações na organização e execução do trabalho. O próximo item aborda a construção da base metodológica da pesquisa realizada enfocando o acidente de trabalho na unidade de análise, a Brigada Militar.

Construção da base metodológica

A pesquisa realizada foi direcionada ao acidente em serviço na Brigada Militar e emerge como uma possibilidade concreta de se ampliar o olhar investigativo, de forma a recuperar a centralidade do trabalhador e a captar a invisibilidade do real que é construída a partir de várias instâncias e dimensões sociais. O desafio essencial consistiu em desvelar a complexidade das relações e dos processos de trabalho nos diferentes lócus laborais onde o policial militar atua.

Sob tal perspectiva, buscou-se inspiração na abordagem dialético-materialista³ que indicou possibilidades de uma maior aproximação com a realidade do policial militar. As referências de Kosik (1995) permitiram entender a complexidade que constitui a vida do policial militar, em que a compreensão do objeto de estudos exige ir além da superfície, de sua expressão fenomênica, que se apresenta no aparente, ou seja, nas palavras do autor, o “pseudoconcreto”. Consiste, pois, em ir fundo na realidade pesquisada, com aproximações incansáveis, de muitas idas e vindas, na tentativa de alcançar a sua essência, reconhecendo-o como pertencente a um todo estruturado e dinâmico.

³ Neste estudo, trata-se da dialética, seguindo a concepção de Kosik (1995, p. 20), ou seja, como método de transformação da realidade. Para o autor: “A dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a “coisa em si” e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade.”

Foi por intermédio desse olhar para além do aparente e do imediato, o olhar crítico e alongado, que se tornou possível despir de preconceitos para refletir sobre a violência que o policial sofre em decorrência do trabalho. Para abarcar a complexidade da temática investigada, a metodologia da pesquisa foi gestada de forma a articular técnicas quantitativas e qualitativas.

A investigação realizada foi do tipo qualitativa com base no estudo de caso que, mesmo não permitindo generalizações estatísticas, possibilita generalizações analíticas. Conforme explica Chizzotti (2000), o caso é tomado como unidade significativa do todo e, dessa maneira revela-se suficiente para fundamentar um julgamento fidedigno e também propor uma intervenção.

Nesta pesquisa o interesse da investigação incidiu sobre uma organização militar específica, a Brigada Militar, cuja representatividade e abrangência podem ser verificadas, facilmente, por dois motivos: primeiro, porque é a única Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul e, segundo, por ser uma das maiores PMs do País, em termos de alocação de policiais militares.

Do ponto de vista da abordagem qualitativa, é indispensável explicitar a possibilidade de aproximação com os modos de vida dos sujeitos pesquisados que este tipo de pesquisa proporciona. Conforme esclarece Martinelli (1994, p. 25), “[...] muito mais do que descrever um objeto, buscam conhecer trajetórias de vida, experiências sociais dos sujeitos, o que exige uma grande disponibilidade do pesquisador e um real interesse em vivenciar a experiência da pesquisa.”

A escolha de diferentes interfaces que compõem a dinâmica social do AT justifica-se, essencialmente, pela necessidade de se estabelecer inter-relações entre estas e o objeto de estudo, buscando captar a violência visível e invisível que perpassa o acidente de trabalho na Polícia Militar, desde a ocorrência até a busca de atendimento e tratamento.

Crítérios de Seleção das Fontes de Informações

Com este estudo busca-se, de diversificadas maneiras, dar visibilidade aos acidentes de trabalho na Polícia Militar como expressão da violência no/do trabalho. Para tanto, investiga-se a partir do ponto de vista dos profissionais de saúde da corporação, gestores (de saúde e operacional – combatentes) da Brigada Militar e vítimas de ATs e familiares das vítimas de acidentes de trabalho no ano de 2004.

Para abordar a seleção da fonte de dados e seus critérios de elegibilidade é necessário explicitar alguns critérios que justificam esta escolha. Primeiramente é importante ter presente que com este estudo pretende-se dar continuidade às investigações realizadas anteriormente e, em segundo lugar, fundamentar a necessidade de uma abordagem com a família dos policiais acidentados no trabalho. Em duas pesquisas anteriores haviam sido entrevistadas as vítimas, individualmente e, nessas ocasiões, mencionavam sempre o grande envolvimento dos familiares nos impactos dos acidentes de trabalho, as vivências, sofrimentos, lutas empreendidas na busca da garantia de acesso a seus direitos, optando-se, por isso, por entrevistá-los conjuntamente. Compreender esses impactos e o sofrimento da família⁴ exige, por sua vez, desvendar a base conceitual na qual se apóiam suas falas.

As narrativas conjuntas, em família, constituem-se em preciosa matéria-prima, posto que é uma possibilidade concreta de reconstruir a história do acidente pelas memórias da família, o antes, o durante e o depois, rememorando os reflexos no grupo familiar. Reconstruir essa memória significou compreendê-la em todas as suas expressões coletivas e singulares que repercutiram nas relações familiares e no desenvolvimento de suas sociabilidades.

Definiu-se que seria pesquisado o acidentado grave da Brigada Militar, aquele que ficou com algum tipo de seqüela em decorrência do acidente. Dentre os acidentados graves, seriam observados critérios de seleção tais como: proximidade da residência dos sujeitos – deveriam residir próximo a Porto Alegre; Data do acidente: após 1995 - período já delimitado e investigado nas pesquisas anteriores; atendimento continuado – o acidentado deveria estar recebendo algum tipo de atendimento oferecido pelos órgãos da Brigada Militar; local dos depoimentos – o ambiente domiciliar foi considerado um requisito essencial para a coleta dos depoimentos, compondo as narrativas em família. Entendeu-se que o local privado poderia proporcionar maior liberdade para os sujeitos expressarem suas memórias, sem preocupações com o tempo e interrupções, propiciando as condições necessárias a essa etapa da pesquisa.

Quanto aos critérios de atendimento institucional continuado a escolha definiu-se, principalmente, porque os acidentados da BM mostravam-se enfáticos em apontar o péssimo serviço prestado. Precisamente pelo número de queixas decidiu-se ouvir os profissionais do setor de saúde da Brigada Militar buscando compor informações sobre esse atendimento. Como único critério de elegibilidade estabeleceu-se que o profissional deveria estar realizando algum tipo de atendimento ao PM acidentado na corporação, independentemente do nível de formação e do cargo ocupado na Brigada Militar.

Os gestores (operacional e de saúde) foram selecionados porque constituem um segmento de profissionais que detêm, a priori, o poder decisório na Brigada Militar. Por meio dele os gestores têm a faculdade de normatizar os padrões de conduta e encaminhamentos burocráticos que perpassam os acidentes em serviço na corporação. Diante desse fato, e

⁴ N. E. – A família aqui é entendida de acordo com o conceito do Ministério da Saúde (2002), ou seja, um grupo de pessoas com vínculos afetivos, de consanguinidade ou de convivência. Seguindo essa compreensão do Ministério da Saúde, a família para fins desta pesquisa é o grupo familiar no qual o PM convivia, tinha laços afetivos e consanguíneos: a esposa, mãe, irmã, filho(a), tia. Na maioria das vezes foi entrevistado o casal (em quatro casos); em um caso apenas participaram a tia, a irmã e o PM acidentado.

associando as inúmeras reclamações apontadas pelos sujeitos, entendeu-se imprescindível ouvi-los a fim de elucidar a forma adotada para atender estas demandas dentro da corporação analisada.

Em suma, a opção por selecionar as diferentes interfaces que compõem a dinâmica social do AT encontra eco na necessidade de captar, tanto quanto possível, as diferentes formas de construção da violência dos ATs nas histórias/narrativas destes trabalhadores e de seus familiares, da via crucis que percorreram em busca de atendimento, de acolhida para o enfrentamento das dificuldades e o sofrimento daí decorrentes. Por isso, a multiplicidade de vozes que compõem este mosaico de informações foi vislumbrada como possibilidade de expressão do heterogêneo, do paradoxal e do oculto, de chegar-se o mais próximo possível desta realidade.

Sendo assim, a operacionalização desta pesquisa foi realizada em quatro etapas distintas e complementares, que serão descritas pelo que se denominou de trilhas:

a) Primeira trilha: consistiu na aplicação dos questionários aos profissionais de saúde. Para a seleção dos profissionais que fariam parte do estudo o critério básico para sua inclusão era prestar algum tipo de atendimento ao PM acidentado. No total foram entregues 33 questionários, destes, voltaram 29 respondidos. Dos que voltaram, um deles foi anulado porque não respondia à maioria das questões, portanto trabalhou-se com 28 questionários.

b) Segunda trilha: consistiu basicamente em entrevistas coletivas com os profissionais de saúde – realizadas concomitantemente com a aplicação dos questionários. Ao total foram realizadas quatro entrevistas conjuntas: três com grupos constituídos de três profissionais e uma com dois. Destaca-se ainda que em um caso entrevistou-se a assistente social individualmente, totalizando nesta etapa cinco entrevistas.

c) Terceira trilha: entrevistas com os gestores de saúde e operacional. Nesta etapa realizou-se um total de sete entrevistas.

d) Quarta trilha: depoimentos em família com os PMs vitimados e seus familiares. No total contou-se com cinco narrativas em família, todas realizadas na residência dos sujeitos.

As diferentes aproximações empíricas tiveram diversificados tratamentos na análise do presente trabalho. Não obstante todas as aproximações, sem dúvida alguma, constituíram importantes peças a serem desveladas neste mosaico de informações. No que diz respeito aos questionários, uma vez que permitiram respostas fechadas e abertas, tiveram análise no SPSS para as perguntas fechadas; já para as perguntas abertas foi realizada análise de conteúdo do material.

Nas etapas em que a coleta se deu por meio de entrevistas é importante salientar que as respostas, primeiramente, foram transcritas e digitadas. Conforme combinado com os sujeitos, realizou-se a correção de português no conteúdo de suas falas, tendo-se o cuidado, porém, de não alterar o seu sentido. Para a análise e interpretação das informações, seguiu-se a análise de conteúdo proposta por Bardin (1977, p. 38), pois: “é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição das mensagens.”

No próximo item serão apresentados os resultados colhidos na investigação, evidenciando os seus movimentos básicos: descrição, interpretação e explicação do acidente, a partir das especificidades da instituição em análise, a Brigada Militar

Alguns resultados da pesquisa

O Olhar de quem Atende ao Acidentado no Trabalho: os profissionais de saúde da Brigada Militar

A forma de atendimento peculiar na BM foi uma das contradições que apareceram sutilmente nas narrativas e que também pôde ser observada durante as visitas aos hospitais: por um lado um quadro de limitações técnicas, de equipamentos que restringiam o atendimento clínico dos pacientes que lá se encontravam; por outro lado, esses mesmos pacientes não se sentiam num lugar qualquer, voltavam para o lugar onde haviam trabalhado alguns anos de suas vidas e que os trazia de volta às suas referências: “a família brigadiana”.

Em relação as respostas advindas dos 28 questionários respondidos pelos profissionais de saúde da Brigada Militar, estas denotam que a precariedade das condições de trabalho do setor administrativo da saúde mostrou-se um empecilho no atendimento ao acidentado no trabalho e para o conhecimento dessa área na Brigada Militar, uma vez que a informação consiste num instrumento necessário para subsidiar diagnósticos nas tomadas de decisões gerenciais. Na primeira trilha deste estudo iniciou-se por coletar dados básicos, como “quais profissionais atendiam os acidentados no trabalho”; “quantos atendiam”; “qual era o déficit de cada setor e especialidade”, para dar início ao trabalho de campo e, estes, não se constituíram em informações de fácil acesso, o que dificultou a amostra de sujeitos respondentes.

O teor das respostas que explicitam a questão das demandas dos policiais militares acidentados em serviço, segundo a percepção dos profissionais de saúde que os atendiam, pareceu indicar atendimentos cotidianos, no mínimo preocupantes, porque pautados na imediatividade da procura do atendimento. Indicaram, sobretudo, que os profissionais tentavam suprir aquelas necessidades colocadas na superfície. Exemplo disso pôde ser evidenciado na demanda mais abordada pelos profissionais: a necessidade de medicamentos.

O conteúdo extraído das respostas indicou que os profissionais reconheceram que existia falta e/ou escassez de determinadas áreas profissionais, o que pareceu também indicar um sentimento de vácuo no atendimento por atuarem sem a presença (ou quase) de profissionais como assistentes sociais, psicólogos e fisioterapeutas.

As respostas advindas dos questionários, acrescidas das narrativas dos profissionais de saúde, não deixaram dúvidas de que estes estavam reféns das condições de trabalho precarizadas. Mesmo não tendo sido realizadas perguntas diretas a

respeito das condições de trabalho, as respostas oriundas dos questionários, bem como as entrevistas com os profissionais de saúde, tornaram patentes as dificuldades da instituição no provimento de material e de pessoal técnico no atendimento ao acidentado da Brigada Militar e seus familiares.

Falta de equipamentos adequados, sistema de informatização precária, falta de amparo, de respaldo, precárias condições de atendimento no Hospital da Brigada Militar de Porto Alegre, escassez de profissionais, terceirização em algumas áreas, excesso de tarefas, o mal-estar de não ser ouvido como profissional, mas também esforços incansáveis na realização dos atendimentos. Esse foi o quadro panorâmico apresentado pelos profissionais de saúde sobre suas condições de trabalho, condições essas que expuseram faltas e faltas, somaram pontos negativos no atendimento que, apesar da longa tradição, nem por isso conseguiu ser uma exceção diante do quadro caótico da saúde brasileira. A falta e/ou precarização das condições de trabalho adequadas na Brigada Militar não é característica exclusiva da área de saúde, estende-se para outros setores da corporação.

Tal como o seu público-alvo, os profissionais de saúde também lamentaram “a morosidade dos processos”; “demora em alguma solicitação com urgência, falta de medicamentos específicos”. Também os preocupa a ausência de acompanhamento efetivo ao acidentado e a falta de perspectivas quanto à “reintegração/readaptação à atividade do PM”; “pouca efetividade da assistência social em prover o reaproveitamento à atividade do PM”; “falta acompanhamento, principalmente aos familiares e ao acidentado com relação à perspectiva de vida e projeção do futuro”; “ausência de acompanhamento psicológico, ausência de programa de terapia ocupacional ou reintegração do PM em serviços que ele possa realizar na corporação, por exemplo, atividades administrativas, de apoio (telefonista, operador de rádio)”; “a necessidade de se dispor de atendimento de equipe multidisciplinar específica, direcionada ao AT com acompanhamento contínuo em suas deficiências”, foram itens salientados pelos respondentes.

Reconheceram que o atendimento ao acidentado acabou por se tornar imediatista e paliativo e criticaram: “passada a urgência, o PM é abandonado pela assistência social e psicológica”; além disso, “faltam programas de prevenção mais efetivos, inexistência do Serviço Social em um dos Hospitais da Brigada Militar pesquisados para respaldar o servidor e sua família”; “falta de um tratamento preventivo, especialmente em competições e em Educação Física”.

De um modo geral, foram apontadas várias carências nas condições de atendimento, o que repercutiu de maneira negativa para os profissionais de saúde, que dessa forma não dispõem de condições efetivas para desempenhar suas atividades. Foram, portanto, evidências claras que levaram a inferir que, na verdade, não foi suficiente um arcabouço amplo de leis, decretos e portarias para garantia de um tratamento digno aos trabalhadores acidentados da Brigada Militar. Contradição esta que demonstra que, para além de um aparato jurídico legal, é preciso oferecer condições reais de trabalho. É necessário um investimento de ordem estrutural na área de saúde deste país, que, de maneira geral, tem sido negligente com a sua população.

No caso dos sujeitos do estudo, evidenciaram-se também muitas deficiências no setor da saúde: foram carências relacionadas aos recursos humanos que operavam com déficit, com a ausência total do Serviço de Psicologia; deficiências com instrumentos de trabalho, como computadores, em setores específicos e nevrálgicos do atendimento, foi a “hipersolicitação nos ambientes de trabalho.” (THEBAUD-MONY, 2000). Questões como estas indicaram a possibilidade de inviabilização dos atendimentos efetivos e eficientes no setor de saúde da Brigada Militar.

O Acidente de Trabalho sob o Ponto de Vista dos Gestores da Brigada Militar

Ao serem questionados sobre o acompanhamento ao acidentado da Brigada Militar foi quase unânime a preocupação desses oficiais gestores com a carência de recursos financeiros e humanos.

As causas dos acidentes em serviço na Brigada Militar não foram uma questão que se formulou diretamente aos gestores entrevistados. Não obstante, no transcorrer de algumas das entrevistas realizadas, foi uma das questões que emergiu em meio a tantas outras. Os fragmentos expostos a seguir são reflexo de uma cultura que vem restringindo o acidente de trabalho à atividade de policiamento; conforme destacou um gestor, os acidentes ocorridos na corporação: “[...] não estão relacionados, vamos dizer, com o aspecto do trabalho policial militar diretamente.” (Gestor de Saúde1).

É importante retomar o que prevê a Nota de Instrução nº 160/BM/DA/2004, que especifica sete situações diversas que podem configurar acidentes em serviço na Brigada Militar:

- no exercício de deveres e missões previstos na legislação vigente;
- no exercício de suas atribuições funcionais, durante o expediente normal, ou quando determinado por autoridade competente, em sua prorrogação ou antecipação;
- no cumprimento de ordens emanadas por autoridade policial-militar competente;
- no decurso de viagens em objeto de serviço previstas em regulamentos ou autorizadas por autoridade competente;
- no decurso de viagens impostas por motivo de movimentação efetuada no interesse do serviço ou pedido;
- no percurso entre sua residência e o Órgão em que serve ou local de trabalho, ou aquele em que sua missão deva ter início ou prosseguimento ou vice-versa;
- não estando na escala de serviço, seja chamado a intervir em ocorrência policial e em decorrência venha a sofrer lesão corporal ou morte.

Pode-se constatar a variedade de situações em que podem acontecer acidentes em serviço, uma ampla gama de situações que têm a ver com a amplitude de atuação PM. Nesse sentido a NI nº 160/BM/DA/2004 prevê que os acidentes podem ocorrer em situações que vão muito além do horário de trabalho do policial militar, ou então no percurso da

residência/trabalho e vice-versa, como aconteceria com a maioria dos demais trabalhadores. Prevê a norma uma peculiaridade da atuação Policial Militar (letra g), pois mesmo não estando em serviço diretamente, pode ser chamado a intervir em ocorrência policial e, em decorrência, sofrer danos físicos. Não prevê, porém, diretamente, as situações de acidente que podem acontecer em treinamento físico e que constavam na Nota de Instrução (NI) nº 016/BM/EMBM/99, anterior a esta que está em vigência.

Concomitantemente, os gestores também justificaram a ocorrência de acidentes pelos atos inseguros cometidos pelos PMs acidentados, logo culpabilizando as próprias vítimas pelos acidentes. Constatar que a responsabilização da vítima ocorreu na própria Polícia Militar, na qual se executa um trabalho de elevado risco, como o policiamento ostensivo, torna-se impactante.

A opinião de alguns gestores evidenciou que na BM o acidente pode estar associado à desatenção a normas existentes, ao descuido e também a questões de ordem emocional, ficando mais uma vez incutida, nessa representação, a culpabilização da vítima que se acidenta: [...] muitas vezes um acidente pode acontecer por, realmente, desatenção a normas que já existem e muitos [...] envolvendo a parte emocional. (Gestor da Saúde4).

Constatou-se pelas falas dos gestores que uma das predisposições focadas na culpabilização do trabalhador que se acidenta é a de que ocorre “desatenção a normas existentes” (Gestor de Saúde4); “o descuido do trabalhador” (Gestor1). Na verdade depreendeu-se uma convicção dos gestores de que os ATs ocorrem por falta de diligência, imprudência ou negligência por parte do PM que se acidenta. Conforme explicam Machado e Minayo-Gomez (1999), a situação na qual o trabalhador deve provar que não é culpado contrapõe a própria lógica das ações de responsabilidades civis, em que toda pessoa é considerada inocente para todos os fins, pelo menos até que se prove o contrário. Ficou evidente nessas falas a transferência de responsabilidade pelo acidente para a própria vítima, o policial militar, de maneira que este passa de vítima a culpado⁵ pelo ocorrido. Conforme explicam Vilela, Iguti e Almeida (2004), a idéia de ato inseguro para configuração sistemática da culpa da vítima nos casos de acidente de trabalho contribui para a manutenção de um clima de impunidade em relação aos acidentes de trabalho.

No caso da Brigada Militar, outra questão interessante de ser abordada diz respeito à exposição diferenciada a que são submetidos os diferentes círculos hierárquicos: oficiais e praças. A Polícia Militar, de maneira geral, possui uma organização de trabalho que preza a rígida hierarquia e disciplina. Nessa organização de trabalho inspirada no modelo de administração taylorista, existe uma separação marcante entre quem pensa, decide e prescreve as ações de policiamento – os oficiais – dos que efetivamente executam a prática do policiamento ostensivo – os praças. Assim sendo, se os praças são os que executam a política de segurança pública, efetivamente estão mais expostos aos riscos da profissão.

A fala do Gestor2, a seguir, confirmou a realidade diferenciada de exposição entre os praças e oficiais, uma vez que os primeiros, quando estão de serviço, ficam na linha de frente do policiamento, portanto mais vulneráveis às situações de riscos na atividade policial. Quando não estão na atividade de policiamento, os praças geralmente estão em serviços de segurança privada, mais uma vez na linha de frente, só que agora no setor privado, fato que é diferente com os oficiais nas duas situações, pois: [...] dificilmente nós vamos encontrar um oficial fazendo o serviço de segurança, dificilmente nós vamos encontrar um tenente, um capitão prestando esse tipo de serviço, normalmente os oficiais, capitães e tenentes, buscam uma fonte alternativa de renda ou dando aula [...]. (Gestor2).

Em verdade são realidades de vida diferentes e chances de trabalho, também. Por isso, a tendência é de que o oficial tenha um grau de escolaridade maior, logo o seu segmento no mercado de trabalho não o expõe da mesma forma que os praças, por isso esse gestor explicou o que seria necessário: A principal atitude que deveria ser tomada com relação a isso talvez fosse uma melhor remuneração para o policial porque, justamente ele busca uma complementação da sua renda em virtude de sua defasagem salarial, busca uma complementação e, efetivamente, acaba se expondo. A grande maioria se expõe a uma situação de prestar um serviço de segurança. (Gestor2).

O trabalho de Muniz e Soares (1998), que se constituiu num esforço de mapeamento da vitimização de policiais, bem como dos diferentes profissionais envolvidos com segurança pública na cidade de Rio de Janeiro, no período de 1993 ao primeiro semestre de 1996, buscou apontar os números, as circunstâncias, os locais e as condições em que os agentes da lei vinham sendo mortos ou feridos, tanto em serviço como em folga, e analisar, assim, os riscos a que estavam expostos. A pesquisa mostrou que só na cidade do Rio de Janeiro, em 1997, um PM morreu a cada 5 dias, 1 PM se vitimou a cada 20 horas; 1 PM se vitimou, em serviço a cada 42 horas. Os dados do citado estudo indicaram que, tanto em serviço como em folga, a maioria dos policiais vitimados (94,4%) integra as patentes mais baixas, ou seja, o círculo dos praças. Dessa maneira, demonstram os achados que os PMs estão expostos diferenciadamente aos riscos de vitimização, variando segundo a situação profissional (em serviço, em deslocamento do trabalho para casa ou vice-versa, em folga), o tipo de atividade que realizam (atividade-meio ou atividade-fim) e, também, sua posição na escala hierárquica.

Um Forte Indício: a invisibilidade construída pela banalização dos acidentes na Brigada Militar

⁵ N. E. – Em verdade, atualmente vive-se uma “cultura de culpas” na sociedade. Assim, pode-se pensar na vítima de violência sexual, no aluno que reprova, no trabalhador que não consegue emprego, no trabalhador que perde o emprego ou que perde a vida no trabalho, ou ainda no trabalhador que tem o corpo mutilado pelo trabalho. Há uma construção social de uma cultura de culpabilização que cultua um clima de impunidade em detrimento das vítimas. Neste estudo, foram trazidos os exemplos que emergiram das falas dos sujeitos, mas tem-se claro que estes gestores que culpabilizam a vítima de acidente em serviço reproduzem uma cultura de culpa existente na sociedade, que vê a culpa apenas no outro.

[...] os acidentes ainda não estão em número tão grande assim, se for considerar o número de servidores na corporação, a abrangência de atuação. Temos (AT). Melhor é que chegue um dia quase zerado. Se tudo tivesse assim programado, melhor encaminhado, mas acho que ainda não é tão grave assim. Não é tão grave, em termos de toda a atuação que se tem e a atuação em vinte e quatro horas porque sempre tem alguém [...]. (Gestora).

O fragmento extraído da fala dessa gestora sintetizou o discurso oficial dos demais gestores entrevistados, integrantes dos diferentes setores da atenção ao acidentado na Brigada Militar. Houve uma unanimidade, implícita ou explícita, posta nos discursos dos gestores da unidade de análise, de que “os acidentes de trabalho na Brigada Militar não seriam frequentes e não aconteceriam em números alarmantes.” Tal afirmativa foi corroborada por algumas justificativas.

Dentre as questões que reforçaram a assertiva dos referidos gestores, estava o expressivo contingente de policiais no Estado do Rio Grande do Sul e os serviços ininterruptos que a corporação presta à comunidade por meio de seus servidores militares. A outra manifestação, também uníssona, foi de que grande parte dos acidentes não estaria ocorrendo na atividade-fim, de execução do policiamento ostensivo, no confronto armado. Mais especificamente, não seria naquele considerado o principal foco da atividade policial, a intervenção por meio do combate e repressão à criminalidade e violência. Como explicou esse gestor: “[...] a grande maioria da ocorrência de nossos acidentes de trabalho, por incrível que pareça é por essa prática de Educação Física, isso é um grande problema.” (Gestor de Saúde3).

Outro argumento que reforçou o anterior, no sentido de que os acidentes não se dariam diretamente no exercício do policiamento ostensivo, foi a respeito daqueles que decorriam da atividade extra do policial, o chamado “bico”: “O acidente em serviço mesmo, de policiamento, esse não é tão comum, é incrível, mas não é tão comum e aí vem o segundo ponto que eu acho muito interessante também, [...] que é o bico.” (Gestor de Saúde1).

Acredita-se que o trabalho extra que o policial militar exerce merece um estudo específico, dada à exposição a que essa categoria profissional, não só os militares, mas igualmente os policiais civis, se submete devido aos baixos salários que percebem. Tais acidentes se constituem uma preocupação que transparece nas falas dos gestores da Brigada Militar que se consideram, de forma implícita ou explícita, impotentes diante dessa dura realidade, que, não raras vezes, leva a óbito.

A maneira como a segurança pública vem sendo sistematicamente tratada no Brasil é um problema social grave, sem sombra de dúvida, que escapa ao controle da instituição militar meramente e de seus mecanismos repressores, logo, é iníquo punir a atividade tida como “ilegal”, em que pese o fato de o PM, em tese, exercer a segurança pública com exclusividade, e que não poderia cobrar por tal serviço, visto que seu empregador, o “Estado já o paga”. A questão, no entanto, é mais complexa, devendo-se que considerar alguns aspectos envoltos sob o manto de uma “clandestinidade consentida” (SOARES, 2005, p. 295), tendo-se em vista que:

[...] os PMs ganham pouco; assumem um segundo trabalho (o bico); geralmente, no campo da segurança privada, que cresce com o justificado medo da violência e a ineficiência das polícias. Em o fazendo, os policiais cometem uma ilegalidade, mas nenhuma autoridade investiga e pune, porque todos sabem que é a segurança privada que financia a pública, complementando salários insuficientes.

Diante da situação de clandestinidade consentida descrita por Soares (2005), todos perdem: a sociedade, a Polícia Militar e seus agentes que acabam, muitas vezes, pagando caro pela alternativa imediata encontrada de manutenção e de sobrevivência. Conforme os gestores apontam, no segundo trabalho não dispõem de qualquer tipo de equipamento de proteção, tais como o colete, por exemplo. Além disso, geralmente esse segundo trabalho é exercido nos moldes descritos pelo Gestor de Saúde1, um “trabalho de insegurança” que, além disso, os deixa desprotegidos dos seus direitos trabalhistas que, na atividade de policiamento, ao estarem em serviço, possuem.

Talvez este seja o quadro mais perverso de vitimização sofrida pelos PMs: ocorre no exercício da segurança pública, quando esta é paga pela segurança privada. Tal fato gera um duplo dano ao policial vitimado: o prejuízo físico que o acidente causa, muitas vezes até com a própria vida, e o prejuízo da desproteção social do acidente, que se torna invisibilizada pelo fato de não ter ocorrido no exercício da função pelo qual estava legalmente contratado.

Outra questão que merece ser acentuada é a ausência de uma cultura por parte da Brigada Militar que valorize a informação e, pois isso se constitui como parte dos mecanismos de invisibilização do acidente de trabalho, um dos “ângulos mortos do sistema de informações que contribuem para a limpeza oficial das informações. (MENDES, 2003).

O Acidente em Serviço: o compromisso com a segurança, mesmo arriscando a própria vida

Trazer a lume as conseqüências danosas que o AT provocou na vítima nas suas diversas instâncias, profissional, pessoal, nas suas perspectivas de vida, vários autores da área de saúde do trabalhador têm feito; destacam-se, entre outros, os estudos de Mendes (2003). A magnitude das expressões de violência, contudo, as marcas do acidente, isso somente pode ser contado pelas pessoas que o vivenciaram, por isso perseguiu-se as pistas ofertadas pelos sujeitos, entendendo-as como um caminho profícuo para o aprofundamento da realidade investigada.

⁶ O total do efetivo da Brigada Militar em março de 2005 era de 22.414 (vinte e dois mil, quatrocentos e catorze) policiais militares, lotados da seguinte maneira: - Policiamento Ostensivo: 17.095 (dezessete mil e noventa e cinco); - Corpo de Bombeiros: 2.653 (dois mil seiscentos e cinquenta e três); - Eventos Especiais: 926 (novecentos e vinte e seis); - Atividades de Apoio: 1.468 (mil quatrocentos e sessenta e oito); - Órgão de Direção: 272 (duzentos e setenta e dois). Os dados foram extraídos da Seção de Controle de Efetivo do Departamento Administrativo da Brigada Militar, acesso ao “Homem Dia”, em 07/03/2005.

Os personagens reais desta pesquisa relataram os tempos em que tinham uma vida ativa, jogavam, tinham mais paciência com a família e vice-versa e também desfrutavam de condições financeiras mais favoráveis. Relembrou os sentimentos de saudade do tempo em que o esposo era alegre, extrovertido. O depoimento a seguir ilustra com clareza as memórias daqueles saudosos tempos, “Felizes Anos Velhos”: Antes do acidente, era ótimo [...]. Nós levávamos uma vida bem melhor do que hoje [...].

A ocorrência do acidente em serviço destes policiais chamou a atenção para os diversos aspectos que caracterizam a profissão policial militar e, dentre esses, o altruísmo de sacrificar a própria vida em prol da segurança da sociedade, conforme consta no juramento de formatura. Embora o acidente possa ser associado, na grande maioria das vezes, ao confronto com uso da arma de fogo entre policial e “combatido”, as narrativas dos PMs mostraram que os acidentes vividos por eles refletiram os perigos da profissão, as circunstâncias adversas, as surpresas, a expressão máxima do juramento policial militar: “mesmo com o risco da própria vida”.

As histórias narradas revelaram a complexidade e variedade da atividade policial, o compromisso com a segurança pública mesmo com risco da própria vida. Principalmente, demonstraram as variadas formas e circunstâncias em que ocorreram os acidentes e que estavam todas relacionadas ao processo de trabalho, amplitude e diversificação da atuação policial, portanto, às peculiaridades do trabalho PM. Treinamento, regime de dedicação exclusiva, compromisso com a própria vida, são alguns componentes que complexificam a caracterização do acidente em serviço. O que faz concluir que, de fato, o que está em questão e alimenta o processo discricionário do trabalho policial não é a natureza da atividade em si, mas: “[...] a indeterminação de seu domínio, a ausência de limites definidos em seu campo de atividades, a extensão ilimitada de suas intervenções efetivas e potenciais.” (MONJARDET, 2003, p. 57).

A ausência de limites no campo interventivo do PM e, por consequência, a imensidão de ações visíveis e invisíveis, tornam evidentes as variadas situações em que pode ocorrer acidentes de trabalho, compatíveis com a variedade de funções e circunstâncias em que são desenvolvidas as suas atividades.

A Dor que Contagia: “Ele fica deprimido e me leva junto”

As mudanças ocorridas no âmbito familiar em decorrência do acidente, sem sombra de dúvida expressaram uma das faces invisíveis nessa “cadeia de violência” (Cohn et al., 1985), do qual não só o acidentado é alvo, mas todo o seu círculo familiar.

A família sofreu, em dimensões diferenciadas os impactos e as repercussões do acidente de trabalho. A dor dos familiares não se deu no aspecto físico, mas no emocional e no financeiro e, muito especialmente, na busca e luta pelo atendimento. No aspecto emocional, a família funcionou como um importante suporte. Quando os momentos de crise e desânimo assombraram, foi com a família que o PM dividiu e descontou os problemas.

Outra questão que chamou a atenção nos depoimentos diz respeito ao relacionamento do casal, que muitas vezes entrou em crise: “Teve uma época que a Lívia não suportou tanta pressão de ter que... de me aturar porque eu passei a ser uma pessoa amarga. Realmente amarga, frustrada [...]”. (Nilmar).

Afonso percebeu as feridas do acidente esfacelando a sua família de tal forma que não via saída, chegou a pensar em suicídio. Também chegaram a pensar em separação, tais eram os seus desentendimentos: [...] ele ficava nervoso [...] daí a coisa começa a esquentar e tu não vêes uma saída, vê que as coisas não estão acontecendo, não está resolvendo nada. (Gabriela).

Diante das questões colocadas pelas famílias, entende-se não ser possível discorrer somente sobre policiais acidentados, pois as narrativas deixam evidentes as implicações do acidente e sua extensão para além da vítima: mobiliza os amigos, os colegas, mas também, e principalmente, as famílias que redefinem papéis, transformando-se também em suporte desse trabalhador, por isso frisa-se: a família também é acidentada.

Em verdade o AT no âmbito familiar e suas consequências assumem proporções que afetam todo o grupo em seu entorno, uma dor que contagia quem está por perto: “Os nervos da gente mudam muito.” (Cibele). Os depoimentos em família indicaram que o sofrimento dos familiares assumiu contornos diferenciados daqueles da vítima. Por outro lado, evidenciou que foi a família quem percorreu a longa via crucis à procura dos recursos a que o sujeito vitimado tinha direito; assim, o AT mobilizou a família de maneira especial, que passou a redefinir papéis. Dessa maneira, constata-se que o acidente de trabalho, ao ser refletido qualitativamente, assumiu contornos extensivos.

O Sentimento das Famílias Narradoras: “É humano, não é uma máquina, é uma parte do corpo que tem toda uma transformação, na cabeça da pessoa, também”

As narrativas em família permitem afirmar que os acidentados e seus familiares vivenciam de maneira diferente a questão do acidente e suas consequências, e ninguém nega as dificuldades daí advindas, o que muda é a forma de enfrentar esses percalços. Esses, sim, são bem diferentes.

A narrativa da família do Poeta evidenciou que, apesar da grave lesão na medula sofrida pelo PM, que o impediu de caminhar, ele continuou a ter perspectiva de vida otimista: “Ser feliz. Ter uma família unida.” Expedito passou a depender totalmente da esposa, não demonstrou viver revoltado com a situação, até porque, segundo ele: “É, agora a gente já convive, depois tu te acostumas”. Artur encara o acidente com amargura e receio. Apesar da aparente jovialidade, não tinha perspectiva na carreira profissional. Afonso também passou por grandes dificuldades familiares depois do AT, chegou a cogitar a separação e inclusive pensou em suicídio. Não obstante, já via de maneira diferente a situação do AT, segundo ele,

procurou reverter a situação, espelhando-se nas dificuldades de outra pessoa: “Um dia, a gente foi na casa de uma senhora, chegando lá, ela estava com as duas pernas amputadas, pensei: “eu sou bem ‘babaca’ mesmo porque o meu problema é tão pequeno e ela tão feliz com as duas pernas amputadas”, até levei uma violeta para ela. Nilmar concentrou as suas perspectivas de vida no filho que lhe fazia companhia enquanto sua esposa ia para o trabalho.

Os PMs que foram reformados pela Brigada se sentiam podados, interrompidos no meio do caminho, mas os que continuaram na atividade-meio também sentiam-se prejudicados. Enfim, são inegáveis os prejuízos nas mais diversas esferas da vida. Foram feridas que ficaram expostas fisicamente no corpo da vítima – posto que os acidentes pesquisados foram todos graves – somadas a tantas outras marcas internas que passam a machucar a família, a profissão, as perspectivas. Conforme desabafou Gabriela: “[...] é humano, não é uma máquina, não é um parafusinho que perdeu, é uma parte do corpo que tem toda uma transformação, na cabeça da pessoa, também.”

Conclusões

A fecunda investigação que conduziu esse esforço investigativo assenta-se na hipótese de que o acidente em serviço na Polícia Militar do Rio Grande do Sul expressa múltiplas formas de violência construídas na sociedade contemporânea, não apenas ocasionadas pela violência urbana, contexto e cotidiano ocupacional do policial militar, mas também pelas variadas formas de execução do trabalho e circunstâncias em que ocorrem os acidentes em serviço relacionadas ao amplo leque de atuação policial que caracterizam essa profissão. Na Brigada Militar a violência adquire contornos de manifestações refinadas e esparsas que são diluídas socialmente, tais como a violência estrutural que se traduz na negação e/ou dificuldade de acesso aos direitos previstos na legislação acidentária, na ausência de políticas públicas pertinentes ao atendimento às vítimas de acidente de trabalho e nas sutilezas dos mecanismos de invisibilização da gravidade do fenômeno, que também são instituídas e legitimadas na corporação militar. Na PM, essas formas de violência nos acidentes em serviço refletem as condições de trabalho (formas de execução: precariedade, sobrecarga devido aos freqüentes “bicos”, pressão social e institucional) e sua organização rigidamente hierarquizada (baseada na centralização das informações, divisão e padronização das tarefas).

Nessa perspectiva, constataram-se alguns aspectos que sintetizam os principais “ângulos mortos” que compõem e contribuem para a construção social da invisibilidade que expressa a violência mais perversa da realidade dos acidentes de trabalho na instituição de análise:

- A representação institucional que restringe o acidente de trabalho à atividade-fim: consiste numa cruel expressão do fracasso da intervenção policial no combate à violência e à criminalidade na sociedade contemporânea. São exemplos deste caso o confronto armado na repressão e o combate à criminalidade e à violência, aos quais o trabalho do PM não tem uma dedicação única e exclusiva. Por isso os acidentes em serviço sofridos por seus agentes não podem também ser vistos como consequência única e exclusiva dessa atuação. O trabalho do PM consiste em uma diversidade de atuações.

- A complexidade da caracterização do acidente como sendo em decorrência do serviço ou não: as variadas formas e circunstâncias em que ocorrem os acidentes em serviço estão relacionadas ao amplo leque de atuação policial, bem como às peculiaridades do trabalho policial (treinamento, o regime de dedicação exclusiva, o compromisso com a própria vida, o que dificulta a caracterização como sendo em decorrência do serviço ou não).

- O simbolismo do fracasso que permeia o acidente de trabalho: entra em choque com a cultura militar instituída para o culto do saudável, do forte e do herói.

- Há uma preocupação institucional com relação ao atendimento ao acidentado em serviço: sob diversos aspectos, ele é refém da inexistência de políticas efetivas e estruturais na área de saúde; isso se reflete na ausência de investimentos nos hospitais da Brigada Militar que, em muitos casos, operam com a falta e/ou sucateamento de equipamentos, déficit e/ou ausência de profissionais na área de saúde e excesso de demandas, expressando dessa forma a violência estrutural presente nesta organização militar.

- O discurso ambíguo referente às medidas de prevenção aos ATs: é revelador da precariedade das condições concretas e efetivas do atendimento ao acidentado previsto na legislação acidentária e de ações esporádicas, isoladas e pouco expressivas para a redução de riscos no trabalho policial e também refletem a violência estrutural na Brigada Militar.

- A inexistência de uma política institucional de controle estatístico sobre a situação de saúde dos seus integrantes: a ausência de controle estatístico sobre a vitimização dos policiais militares da Brigada Militar é a expressão mais evidente da construção da invisibilidade institucional, pois joga para o limbo a verdadeira face dos acidentes e os transforma em um objeto amorfo e invisível, conforme se confirma nos estudos de Machado e Minayo-Gomez, (1999).

- As marcas do acidente de trabalho ultrapassam a vítima, estendendo-se a esfera familiar, à Polícia Militar e à sociedade: as implicações do acidente não se restringem apenas à vítima e familiares, pois causa danos que ferem a todos: ao PM vitimado, à sua família, à PM e à sociedade como um todo. A família sofre com as diversas perdas e com a busca de direitos e, em muitos casos, desconhece o teor e amplitude da legislação acidentária e os meios de orientação para conseguir efetivá-los. A Polícia Militar, como instituição passa a contar com reduzido número de agentes e, como isso, fragiliza sua própria imagem diante da sociedade. Uma vez ampliada sua fragilização como organização que presta serviços de segurança pública, conseqüentemente a sociedade se sente ainda mais insegura diante da exposição ampliada de riscos da violência cotidiana.

- As vítimas de acidente em serviço grave e seus familiares encaram de maneira diversa a questão do acidente e suas conseqüências, e nenhuma família nega as dificuldades daí advindas, o que muda é a forma de enfrentar esses percalços, estes, sim, bem diferentes.

Nesse sentido, a realidade constatada na pesquisa é que a unidade de análise, a Brigada Militar, mostra-se desinformada sobre a realidade dos acidentes em serviço a que estão expostos os policiais militares. Conseqüentemente, a investigação realizada também ficou incompleta sobre a verdadeira dimensão dos acidentes na corporação. Por outro lado, foi possível evidenciar as providências que estão sendo tomadas pela organização em relação aos acidentes em serviço, ainda que essas, de forma geral, só consigam agir sobre os efeitos em termos de tratamento, deixando um vácuo na prevenção.

Não obstante, ficaram visíveis os esforços dos profissionais de saúde e dos gestores da Brigada Militar no atendimento das demandas apresentadas pelas vítimas e seus familiares, havendo, sem dúvida alguma, uma preocupação intensa com a redução de danos sofridos pelas vítimas de acidente. Carecem, no entanto, de muitos meios para tratar as feridas deixadas pelo acidente nos seus integrantes e familiares e evitar novas vítimas.

É importante, também, pontuar que os PMs, quando feridos em decorrência de acidente, acabam lesados nos seus direitos humanos, inclusive pelo desconhecimento que marca a sua carreira profissional desde o ingresso na Polícia Militar. Os depoimentos dos profissionais do setor de saúde, bem como das vítimas e seus familiares, permitiram constatar o desconhecimento dos direitos por parte do servidor acidentado e de sua família. Diante disso, entende-se como primordial e urgente trabalhar na perspectiva de fortalecimento da cidadania do PM, pois esta precisa ser colocada na agenda como prioridade essencial de toda sociedade e a sua defesa ocorre na medida em que se luta pela garantia e viabilização de direitos. Em resumo, sabe-se que trabalhar cidadania e direitos humanos dentro da Polícia exige uma mudança de postura generalizada entre seus integrantes. Requer, pois, respeitar os trabalhadores que exercem a segurança pública desde seu ingresso na corporação.

É preciso pôr relevo que esta é uma profissão de risco, e, como tal, é imprescindível estar preparado, ser um conhecedor de seus direitos em caso de feridas. Sob diversos aspectos e sob diferentes nuances e tons, esta investigação mostrou que, inevitavelmente, quanto mais desinformados forem os PMs lesionados em atividade, maiores serão as feridas que irão marcar sua vida e, conseqüentemente, maiores serão os prejuízos e perdas no âmbito familiar, na organização policial e na sociedade, que é a destinatária final dos seus serviços.

Diante do exposto, é urgente a consolidação de um trabalho voltado ao fortalecimento da cidadania do policial militar, mitigando os efeitos da violência no trabalho, ainda que a prevenção e o controle das múltiplas formas de violência a que esse trabalhador se submete diariamente seja um trabalho de longo prazo e somente viável se for proposto a partir da formulação de políticas públicas eficazes. Por isso, urge pensar na formulação de políticas sociais públicas que se coadunem com a realidade de trabalho dos agentes da segurança pública, pois se espera que as frases ocas sobre a dor e o sofrimento do policial militar acidentado sejam substituídas por um conhecimento real dessa perversa e dissimulada violência, cicatrizando as feridas e rompendo com o véu da invisibilidade que encobre suas marcas.

Referências

- Abbagnano, N. (2003). Dicionário de Filosofia. Tradução da 1. ed. Alfredo Bossi.; revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Baierl, L. F. (2004). Medo social: da violência visível ao invisível da violência. São Paulo: Cortez.
- Bardin, L. (1977). Análise de conteúdo. Tradução de Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70.
- Brasil.(2002). Ministério da Saúde. Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço. Cadernos de Atenção Básica. Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, nº 8.
- Chauí, M. (2003) Convite à filosofia. 13^a ed. São Paulo: Ática.
- Brigada Militar. (2005). Número total de efetivo existente na Brigada Militar. Seção de Controle de efetivo do Departamento Administrativo da Brigada Militar, acesso ao “Homem Dia” em 07/03/2005.
- Chizzotti, A. (2000). Pesquisa em ciências humanas e sociais. 4. ed. São Paulo: Cortez.
- Cohn, A. et al. (1985). Acidentes do trabalho: uma forma de violência. São Paulo: Brasiliense.
- Cruz Neto, O; Moreira, M. R. (1999). A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. Ciência e Saúde Coletiva. São Paulo: Abrasco. Nº 1. p. 33-52. v. 4.
- Ferreira, M. A.; Valenzuela, M. C. I. (1991). Estudos epidemiológicos dos acidentes do trabalho em Porto Alegre, RS.
- Fraga, C. K. (2005). A Polícia Militar Ferida: Da violência visível à invisibilidade da violência nos acidentes em serviço. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PUCRS.
- _____.(2002). O processo de construção institucional da invisibilidade do acidente de trabalho na Brigada Militar. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PUCRS.
- Freire, L. M. de B. (1995). A relação saúde-trabalho no contexto das relações sociopolíticas no trabalho e o serviço social. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, nº 49, p. 67-97.
- Kosik, K. (1995). Dialética do concreto. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 6. reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- Lalande, A. (1999). Vocabulário técnico e crítico da filosofia. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Laurell, A. C.; Noriega, M. (1989). Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário. Tradução de A. Cohn et al. São Paulo: Hucitec.
- Machado, J. M. H.; Minayo-Gomez, C. (1999). Acidentes de trabalho: concepções e dados. In: Minayo, M. C. S. (Org.). Os muitos brasis: saúde e população na década de 80. - 2. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco.
- _____. (1994). Acidentes de trabalho: uma expressão da violência social. Caderno Saúde Pública (supl. 1). Rio de Janeiro, 1994, n° 10. p. 74-87.
- Martinelli, M. L. (Org.). (1994). O uso das abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social: um instigante desafio. Caderno do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade – NEPI. São Paulo, n° 1.
- Mendes, J. M. R. (2003). O verso e o averso de uma história: o acidente e a morte no trabalho. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Minayo, M. C. S. (1992). Violência e saúde. In: Spínola, A. W. P. et al. (Coords.). Pesquisa Social em Saúde. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. (2004). A difícil e lenta entrada da violência na agenda do setor saúde. In: Cadernos de Saúde Pública, 20(3). Rio de Janeiro, maio/jun. P. 646-647.
- _____; Souza, E. R. (1999). É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo de Saúde Pública. Ciência & Saúde Coletiva [s.l.]: ABRASCO – Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, n° 1. p. 7-23. v. 4.
- _____; _____ (Orgs.). (2003a) Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond.
- _____; _____. (2003b). Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- Muniz, J. O.; Soares, B. M. (Orgs.). (2005). Mapeamento da vitimização de policiais no Rio de Janeiro. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: ISER/UNESCO/Ministério da Justiça, 1998. Disponível em: <<http://www.ucam.edu.br/cesec.html>>. Acesso em: 18 jan. 2005.
- ODALIA, Nilo. (2004). O que é violência. 6. ed. São Paulo: Brasiliense.
- Oliveira, P. A. B.; Mendes, J. M. R. (1997). Acidentes de trabalho: violência urbana e morte em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 13 (Supl. 2): 73-83.
- Organização Mundial da Saúde. (2002). Relatório mundial sobre violência e saúde. Genebra.
- Pinheiro, P. S.; Almeida, G. A. (2003). Violência urbana. São Paulo: Publifolha.
- RIBEIRO, Herval Pina; LACAZ, Francisco A. de Castro (Orgs.). (1984) De que adoecem e morrem os trabalhadores. São Paulo: DIESAT.
- RIO GRANDE DO SUL. (2003). Nota de instrução n° 160/BM/DA/2004. Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria da Justiça e da Segurança, Brigada Militar, dez. 2003.
- _____. (1999) Nota de instrução n° 16/BM/EMBM/99. Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria da Justiça e da Segurança, Brigada Militar.
- Soares, L. E. (2005). Sisifo e as políticas de segurança no Brasil. In: MENDES, Jussara M. Rosa; CONSUL, Júlio Cezar Dal Paz; FRAGA, Cristina Kologeski (Orgs.). A (IN) visibilidade da segurança pública: risco no trabalho, formação e políticas. Porto Alegre: Gráfica Santa Rita, 2005.
- Thébaud-Mony, A. (2000). Trabalho e saúde na nova ordem econômica mundial. In: Scavone, L. Pesquisas de gênero: entre o público e o privado. São Paulo: Cultura Acadêmica. P.169-179.
- Vilela, R. A. G.; Iguti, A. M.; Almeida, I. M. (2004). Culpa da vítima: um modelo para perpetuar a impunidade nos acidentes de trabalho. Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 20(2): 570-579, mar./abr.
- Wünsch Filho, V. (1999). Reestruturação produtiva e acidentes de trabalho no Brasil: estrutura e tendências. Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 15(1), jan./mar. p. 41-51.

O trabalho do agente comunitário de saúde e a política de atenção básica em São Paulo/Brasil

Sandoval Schmidt Maria Luisa
 Universidade de São Paulo
 maluschmidt@terra.com.br

Name: Freitas Stockler das Neves Tatiana
 Universidade de São Paulo
 taneves@usp.br

Resumo: A comunicação será aberta com breve apresentação de pesquisa participante em equipamento de atenção básica em saúde da cidade de São Paulo/Brasil, cujo objetivo foi compreender aspectos da implementação de política pública de atenção primária no embate com

o modelo médico-assistencial hegemônico no país. Esta apresentação focalizará dois contextos: a) grupos de discussão com agentes comunitários de saúde (ACSs) e b) observação participante das reuniões mensais de profissionais da unidade, durante a permanência de dois anos em campo. Passará à análise do material de campo, priorizando duas linhas interpretativas: a) dimensão política das relações de saber-poder no interior das equipes do Programa de Saúde da Família compostas por médicos generalistas, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e ACSs e destas equipes com outros profissionais da unidade (médicos especialistas, pessoal administrativo, fonoaudiólogo, educador, entre outros) e b) dimensão ideológica por meio das representações de si e dos outros nas relações de trabalho, contemplando a dinâmica do par identidade/alteridade. A análise revela a centralidade da figura do ACS, a quem se atribui o papel de intermediário entre o sistema público de saúde e a população usuária dos bairros/comunidades pobres da cidade. Este lugar de fronteira configurado pela prática dos ACSs sofre e denuncia as contradições e tensões de uma política cujas metas são definidas à revelia da experiência e dos saberes populares e que, concretamente, reforça os lugares de saber-poder estatais.

A presente comunicação visa analisar parte de material de campo de pesquisa participante que vem sendo realizada junto a uma Unidade Básica de Saúde (UBS) do sistema público de saúde do município de São Paulo/Brasil. A pesquisa tem por objetivo geral compreender elementos políticos e ideológicos do Programa de Saúde da Família (PSF) que se apresenta, no plano nacional, como estratégia privilegiada e hegemônica de atenção básica.

A pesquisa, iniciada no final de 2005, angariou um conjunto extenso de observações e vem acompanhando a UBS num processo que requer dos trabalhadores, por um lado, compreensão, apropriação e realização da proposta do PSF em condições distantes das ideais no que diz respeito a formação, salário, carga de serviço, estrutura material, entre outros aspectos. Por outro, como é relativamente comum na implementação de políticas públicas de saúde no Brasil, exige adaptação constante dos trabalhadores às inconcórdias dos mandatos e interesses de governo que, muitas vezes, não se mostram a favor do tempo e da elaboração intelectual e prática necessários à construção de um programa de cuidado e atenção consequentes mas, ao contrário, têm significado demagógico ou publicitário.

Trata-se de um percurso aberto a várias linhas de interpretação das relações de poder e do jogo das representações do par identidade/alteridade nas práticas da UBS, tais como: constituição do poder e das mútuas representações no interior das equipes de PSF formadas por médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e agentes comunitários de saúde; formas de gestão das equipes de atenção e do programa; representações de saúde e doença; modos de cuidado e atenção e representações dos mesmos; adesões e oposições às ordens de governo; entendimento e desconhecimento das prescrições dos gestores de governo e suas “intenções” políticas; tensão e diferença entre trabalho prescrito e trabalho real (Sato, 2002), entre outros.

Para esta exposição, faz-se a escolha pela análise das práticas da UBS enfatizando a persistência do modelo médico-assistencial nos modos de apropriação e realização do PSF e suas relações com a construção do lugar do agente comunitário de saúde. Em São Paulo, as tensões e embates entre modelo médico-assistencial e aquele da promoção e prevenção acontecem na atmosfera de interesses econômicos e políticos voltados para o controle do sistema de prestação de serviços em saúde.

Explicações sobre o sistema nacional de saúde, o PSF e a metodologia da pesquisa precedem a análise, oferecendo um contexto no qual tal análise pode fazer sentido.

Programa de Saúde da Família (PSF) e Sistema Único de Saúde (SUS)

Em 2008, o Sistema Único de Saúde (SUS) completou 20 anos, tendo sido formulado como política unificada para todo o território brasileiro em 1988, após a reforma constitucional que tornou a saúde um direito de todos, garantido como dever de Estado.

O SUS é responsável pelo atendimento de toda a população do Brasil, seguindo os princípios de descentralização, regionalização e hierarquização dos serviços e buscando o controle público de suas ações que devem ter um caráter único, integral e universal.

As idéias de promoção e prevenção da saúde, presentes no SUS, indicam, por um lado, a relação da saúde com as condições de vida e com a produção de igualdade social traduzida em oportunidades dignas de trabalho, educação, moradia, alimentação, lazer, entre outras e, por outro, a necessidade de questionar a redução da atenção em saúde à assistência médica.

Este sistema aspira e busca a democratização do atendimento à saúde, a história de sua implantação e implementação, no entanto, apresenta problemas, entre os quais é possível destacar dois bastante persistentes: as dificuldades de financiamento e a alta demanda por assistência que faz as ações de promoção e prevenção encolherem e reforça a hegemonia do modelo médico-assistencial nos diferentes serviços de saúde (Cohn, 2005).

O PSF, cujas primeiras experiências datam do começo da década de 90, tem sido apontado como estratégia capaz de atender aos princípios e metas do SUS, enfrentando, de modo especial, os problemas acima referidos.

Esta é a posição de autores como Viana e Dal Poz (2005) que consideram o PSF como uma espécie de reforma incremental do SUS, com habilidade para superar tanto a carência de recursos financeiros quanto a quase exclusividade do modelo médico-assistencial do atendimento à saúde. Seus argumentos, no âmbito das vantagens financeiras do PSF, destacam a forma de repasse das verbas federais para os municípios calculada a partir de um montante fixo por habitante, a flexibilidade e abertura para parcerias com instituições públicas e privadas para a gestão de equipamentos e serviços e, ainda, a existência de diferentes tipos de contratação de funcionários, evitando o regime próprio do funcionalismo público e, com isso, certos encargos trabalhistas que, em tese, oneram o Estado. No que diz respeito à organização da atenção, o PSF é,

para seus defensores, um poderoso instrumento de mudança do modelo assistencial centrado no atendimento médico, principalmente pelo fato de agir junto à população por meio dos agentes comunitários de saúde, focalizando a prevenção e a promoção aliadas à mobilização política em torno da melhoria das condições de vida nos bairros e comunidades pobres das cidades.

Perspectivas críticas ao PSF também o enxergam como reforma do SUS, porém com intenções diversas daquelas apontadas por seus defensores: trata-se de reforma que não procura a consecução dos princípios e metas do sistema mas sim a reapropriação privada dos recursos públicos destinados à saúde.

Virginia Junqueira (2001), ao desaprovar o PSF, destaca seu caráter compulsório de programa-modelo imposto pelo governo federal que, por isso, deixa de atender às singularidades e necessidades locais de municípios e regiões, servindo, no entanto, à privatização generalizada de serviços e equipamentos. A porta para a privatização é sobretudo aberta pelas parcerias entre as instituições públicas e as organizações privadas, aliadas à precarização dos contratos de trabalho. Como aponta a autora, na cidade de São Paulo, por exemplo, os convênios do SUS são majoritariamente com planos e seguros privados de saúde e a atenção básica, nos moldes do PSF, serviria como seletor de demandas por serviços mais sofisticados e caros, interessantes para os convênios. Há, ainda, a compra, pelo PSF, de serviços de Organizações Sociais, terceirizando “partes” dos equipamentos e das tarefas e criando incompatibilidades entre formas e regimes de trabalho, às vezes, no interior de uma mesma equipe ou instituição.

Apesar das possíveis “boas intenções” da proposição do PSF e de resultados positivos alcançados em algumas áreas como o controle de doenças crônicas, o acompanhamento pré e pós natal e seus efeitos na diminuição de mortalidade infanto-materna, o combate a endemias e epidemias, as campanhas de vacinação, entre outras, é visível que o PSF sofre dos mesmos males que o SUS: questões e tensões em torno do financiamento assumem, em determinadas cidades como São Paulo, matizes dramáticos por colocarem em curso processos de “loteamento” da rede de equipamentos e serviços que põe em risco a própria natureza pública do sistema e a hegemonia do modelo médico-assistencial está longe de ser superada ou, pelo menos, mantida em equilíbrio com outras formas de cuidado e de saber.

Na UBS analisada, está sendo possível seguir mudanças que caminham na direção desta privatização. A criação do PSF, no ano de 2004, é reportada, pelos trabalhadores, como ato de governo que pouco ou nada lidou com a situação singular daquela unidade, na qual existia um trabalho estruturado nos moldes da atenção primária “tradicional”, praticada, sobretudo, como consultas realizadas por profissionais de diferentes especialidades (clínico geral, pediatra, obstetra, ginecologista, psiquiatra, psicólogo, fonoaudiólogo e dentista), apoiados por um setor administrativo composto por profissionais, como os especialistas, funcionários públicos de carreira.

Agentes comunitários de saúde foram selecionados e “alocados” na unidade sem preparação prévia e sem o suporte de outros profissionais previstos para a equipe mínima de PSF. Os contratos destes agentes, por sua vez, foram feitos por uma Fundação parceira do governo municipal, em caráter experimental. Instituída “por decreto”, a proposta de saúde da família, nesse caso, não é objeto de discussão, reflexão ou planejamento conjunto, mas é justaposta ao modelo pré-existente como “novidade” a ser incorporada pela unidade de forma automática e não-problemática.

A figura desta justaposição é a chamada Unidade Mista que, mais recentemente, vem sendo alvo de ações que preparam sua passagem, como um todo, para as mãos de fundações ou organizações sociais. Fundações e organizações sociais, na cidade de São Paulo, tornam-se, em curso crescente, responsáveis pela gestão e pela execução das políticas públicas de saúde, que, no entanto, continuam a ser financiadas pelas verbas públicas. Nesse processo, os trabalhadores, funcionários públicos de carreira ou contratados para o PSF, são tratados como parte do patrimônio que vem sendo negociado, vivendo um período de intensa insegurança e desconhecimento quanto a seus destinos profissionais e quanto aos destinos do próprio serviço que prestam. Observa-se desconsideração pelos processos organizativos e de trabalho (Spink, 1996) e pelos trabalhadores em favor dos interesses políticos e de privatização.

A privatização dos serviços públicos está no horizonte de intenções de governantes brasileiros desde a Reforma de Estado dos anos 90, proposta pelo ministro Bresser Pereira. Os setores de educação e saúde vêm resistindo a esta privatização e nem todos os municípios do país experimentam o mesmo ritmo de transformações a que a cidade de São Paulo assiste nos últimos 4 anos, tendo em vista tendências e alianças partidárias locais.¹

A visão do PSF como dispositivo de privatização, tal como Junqueira (2001) apregoa, carece ser relativizada, pois em outros municípios é conduzido com recursos públicos, em instituições públicas e por funcionários públicos, como política de atenção básica hegemônica e “recomendada” pelo governo federal.

Por isso, mesmo no caso de São Paulo em que o processo de privatização vem se realizando com mais intensidade, é preciso considerar as tensões e os conflitos nesse processo junto àqueles inerentes a um modelo de atenção básica que quer enfrentar e, talvez, superar, a dominância do modelo médico-assistencial.

Para compreender estas injunções faz-se necessária uma exposição, ainda que breve, das idéias e práticas que definem o PSF.

¹ De 1993 a 2000, sob os governos municipais de Paulo Salim Maluf e Celso Pitta, a cidade de São Paulo teve o Programa de Atendimento à Saúde (PAS), constituído por organizações denominadas “cooperativas” de prestação de serviços financiadas pelo poder público, com verbas públicas. Foi um outro modelo de privatização que impediu, inclusive, a municipalização dos equipamentos e serviços de saúde prevista no SUS. A partir de 2001, no governo de Marta Suplicy, houve a municipalização que consubstancializa o SUS na cidade.

Como já dito anteriormente, o PSF compartilha o ideário do SUS acerca de prevenção e promoção de saúde. Trata-se de proposta voltada para as populações mais pobres, consideradas como aquelas que correm maiores riscos de agravos à saúde. A atenção é organizada em torno de equipes mínimas, formadas por um médico, seis agentes comunitários, um enfermeiro e um auxiliar de enfermagem, responsáveis por um território ou área geográfica compostos por 800 a 1000 famílias.

A família passa a ser, em tese, o núcleo básico do atendimento, sendo contexto e objeto de ações tanto de assistência quanto educativas. Percebe-se, ainda, a família como unidade compreensiva que tenta superar as abordagens individuais e individualizantes do par saúde/doença e como parte de uma existência comunitária imaginada como própria dos bairros pobres e favelas das grandes cidades como São Paulo.

O apelo à promoção e prevenção, implicando o trato com problemas sociais e a mobilização política para a melhoria de condições de vida, encarna a busca de superação da concepção de saúde restrita ao biológico, assim como a abordagem familiar investe na superação do assistencialismo individual.

O agente comunitário de saúde, no PSF, é a “novidade” na qual são depositadas as esperanças de transposição, no plano prático, de um modelo centrado no conhecimento e na ação médicos e no atendimento individual fundamentado na cura de doenças.

De início, é preciso dizer que o agente comunitário deve ser recrutado no próprio bairro em que irá atuar. O argumento para esse tipo de recrutamento é, justamente, o interesse de trazer para o sistema público de saúde alguém cujos conhecimentos, familiaridade e inserção locais possam produzir uma leitura mais representativa das necessidades e demandas de seu bairro ou sua comunidade, constituindo-se, ao mesmo tempo, como mobilizador da participação popular nos planos político e educativo. Além destas tarefas de representação e organização popular, há, por outro lado, a atribuição de funções de vigilância e controle sanitários em que o agente comunitário é requerido não mais como representante da população mas sim como porta-voz do sistema de saúde. Idealmente, trata-se de imaginar um profissional capaz de estabelecer pontes e vias de comunicação entre os modos de vida e saberes populares e as formas de cuidado e controle informadas pelos saberes científicos especializados.

Em pesquisa sobre a identidade profissional de agentes comunitários na cidade de São Paulo, Silva e Dalmaso (2002) abrem interessantes dimensões desta profissão que vem se construindo como profissão de fronteira e prática híbrida pela posição do ACS entre o sistema de saúde e a população de usuários deste sistema concebida como comunidade.

Na investigação das práticas dos agentes comunitários em seu cotidiano de trabalho e das representações de si e dos outros algumas revelações merecem ser destacadas.

A mais contundente, talvez, seja a constatação de que a prática do agente comunitário é capturada pela prevalência do modelo médico-assistencial, no interior de um programa que tenta superá-lo. Na descrição das ações destes agentes sobressaem atenção e controle de riscos (controle de medicação, marcação de exames, etc) e conversas sobre assuntos variados. Destacam-se, também, funções de oferecer informações para os usuários sobre serviços e orientações médicas e informações sobre os usuários, colhidas nas visitas domiciliares, para os especialistas dos equipamentos públicos de saúde. Nessas ações dos agentes é perceptível o quanto estão aderidos aos enfoques orgânico e comportamental dos problemas dos usuários.

As representações, no jogo identidade/alteridade, convergem em muitos pontos e explicitam duas regiões de tensões e ambivalências que assinalam a identidade do agente comunitário como sendo de fronteira, quais sejam, entre o político e o técnico e entre o comunitário e o institucional.

Na formulação da proposta de PSF, como já foi insinuado antes, os agentes são definidos por duas esferas de atuação principais: a) mobilizadores da população para promoção de saúde e b) vigilância e controle de vulnerabilidade, especialmente de doenças crônicas (por exemplo, hipertensão e diabetes), endemias e epidemias e saúde infanto-materna.

Os próprios agentes vêm-se como intermediários entre a família, o mundo exterior e a equipe de saúde; cuidadores, apoiando as famílias nos momentos de necessidade ou sofrimento; observadores qualificados da situação de saúde e das necessidades da família. Há, também, uma preocupação dos agentes com diferenciar-se da população e nesta preocupação é possível reconhecer uma via de aproximação e identificação com a instituição médica.

Os médicos, por sua vez, ao considerarem a presença dos agentes como um “diferencial” do PSF em relação a outros programas de atenção básica, têm uma visão dos mesmos como uma espécie de prolongamento de si. No dizer significativo de um médico: “O agente foi colocado estrategicamente para incomodar o médico, mas eles são os meus tentáculos. Ele que vê, que sente, que sabe (...)” (Silva e Dalmaso, 2002, p. 172).

Nas enfermeiras aparecem representações dos agentes como comunicadores por excelência. Esta comunicação diz respeito à sua capacidade de conversar com a população, especialmente para interrogá-la sobre a adesão a tratamentos e orientações, fiscalizando quem está ou não os seguindo corretamente.

A população tem a expectativa de ver atendida sua “demanda espontânea de modo imediato e por profissional universitário, médico ou enfermeiro” (Silva e Dalmaso, 2002, p. 180).

Estas representações exibem a identidade de fronteira dos agentes como embate das expectativas depositadas pelos propositores teóricos do PSF e os diferentes lugares construídos nas relações entre médicos, enfermeiros, agentes, gestores e usuários.

Nos tensionamentos entre os pólos técnico e político, institucional e comunitário, as autoras da pesquisa interpretam que existe uma tendência de predominância dos pólos técnico e institucional na constituição identitária dos

agentes comunitários, embora os pólos político e comunitário continuem presentes como aquilo a que se aspira e que precisa ser construído.

Em decorrência desta interpretação, as autoras avaliam que reuniões e supervisões são espaços profícuos para a formação dos agentes e para a mudança de mentalidade dos médicos e enfermeiros.

Esta avaliação parece pertinente na medida em que as reuniões e supervisões são práticas propícias à escuta das diferentes formas de cuidado e de saberes e, em consequência, à elaboração de formas híbridas de compreensão e de atenção. Porém, é necessário que se configurem como lugares em que a formação em serviço seja apropriação e reflexão da prática e não treinamento prescritivo.

Pesquisa Interventiva e Formação em Serviço

As equipes multiprofissionais do PSF são, como dito anteriormente, do ponto de vista institucional, depositárias de expectativas de mudanças efetivas no modelo de atendimento à saúde. As ações de atenção básica dependem do trabalho integrado de diferentes profissionais, incluindo o papel estratégico dos agentes comunitários. Esta integração ou articulação, contudo, requer a elaboração de lugares de poder-saber deslocados ou modificados em relação ao modelo médico-assistencial, de tal forma que a constituição de uma equipe demanda muito mais do que a mera contratação dos profissionais e sua alocação numa mesma unidade. O planejamento ou a concepção do trabalho cooperativo passa, necessariamente, por novos e diferentes arranjos de lugares de saber e de poder e exige abertura e disposição para uma participação intelectual e afetiva na construção da equipe e do trabalho.

Parte-se, aqui, da pressuposição de que a pesquisa participante de tipo interventiva pode contribuir para a formação em serviço, oferecendo referências e práticas fecundas para as equipes e o trabalho cooperativo.

O nome pesquisa interventiva procura dar conta daquilo que, da perspectiva fenomenológica e existencial, é constitutivo da investigação na área das ciências humanas e sociais, ou seja, a propriedade intrusiva e modificadora da presença do pesquisador num campo de relações (Critelli, 1996).

Este caráter intrusivo e modificador do movimento que o pesquisador faz em direção a um outro é, paradoxalmente, desejo de compreender e de encontrar este outro. Seria possível dizer que a modalidade de pesquisa interventiva de inspiração fenomenológica e existencial busca retomar temas e preocupações da etnografia clássica, a partir da antropologia interpretativa dos anos 70, focalizando, principalmente, a noção de alteridade e a necessidade de auto-reflexão do pesquisador: situar-se em relação ao outro (Geertz, 1989) e problematizar, constantemente, o desejo de domínio e de controle dos rumos da pesquisa são ocupações que fundamentam o percurso interventivo.

Embora não seja viável, nem razoável, estabelecer fronteiras rígidas entre compreender, agir e aprender, uma valorização da função compreensiva pode ajudar a respeitar os modos de ser e de fazer de indivíduos e grupos. Este respeito, por sua vez, designa a pesquisa como espaço de construção de saberes compartilhados, diferentemente daqueles de treinamento, capacitação, atualização ou reciclagem profissional (Neves, 2006). A aposta no poder formativo de uma pesquisa interventiva reside na apropriação do sentido político da convivência e do agir coletivos (Arendt, 1998, 2008; Schmidt, 2003), permitindo ver as situações de encontro e reunião como exemplos do agir político, dado que ali se combinam a pluralidade de pontos de vista e a chance de singularização de cada trabalhador na consideração de assuntos comuns relativos ao trabalho.

A afinidade com a etnografia, para reafirmar uma idéia importante na conceituação da pesquisa interventiva, configura a pesquisa como trabalho constante de posicionamento de uns diante de outros e de uns e outros em relação ao encontro. Assim, os efeitos de conhecimento sobre algo que interessa a uns e outros ocorrem junto ou em diálogo com efeitos de reconhecimento/desconhecimento/estranhamento de uns em relação a outros: outra maneira de dizer que o jogo identidade/alteridade e a auto-reflexão são a atmosfera do empreendimento da pesquisa interventiva.

Desta conceituação de fundo deriva que a pesquisa assim proposta tem um interesse pela produção de conhecimento compartilhado entre indivíduos e grupos, considerando que a possibilidade mesma deste conhecimento ancora-se, também, nos efeitos de reconhecimento e estranhamento das diferenças.

A palavra interventiva tenta, como já se disse, dar conta da intrusão de um pesquisador ou de uma equipe de pesquisadores no cotidiano de outros, distantes ou próximos. Mas tenta, ainda, nomear, mesmo que precariamente, a dupla faceta de um trabalho que, na psicologia, mas não exclusivamente, une pesquisa e atuação profissional no atendimento de uma demanda. Esta dupla faceta requer, outra vez, o cuidado com a construção democrática da intervenção, implicando na gestão cooperativa dos modos de interpretar as necessidades e no esclarecimento das demandas.

Com a etnografia, a pesquisa interventiva divide, também, a valorização da experiência e a abertura para a polissemia e a polifonia, induzindo a interesse por diversas vozes. O lugar da intervenção pode, por essa razão, ser um lugar plural de manifestação de singularidades.

Como lugar plural, a pesquisa interventiva cria e necessita diferentes e variados contextos em que grupos e coletivos se apresentam. Os grupos são a referência principal na condução da pesquisa e não lugar de aprendizagem instrumental. Neles, a elaboração de conhecimento compartilhado sobre as situações que pedem esclarecimento e a experiência de gestão democrática dos rumos do trabalho se encontram: trata-se do local das decisões e das sínteses interpretativas. A constituição do grupo ou coletivo como comunidade interpretativa é, em si, tarefa ou empreitada que caminha junto com a tarefa de compreender e intervir naquilo que há para compreender e intervir. Outros contextos como os

de entrevistas, coleta de depoimentos e histórias de vida, observação participante de situações cotidianas do trabalho institucional, experimentos com a escrita e demais formas de registro e comunicação dos achados da pesquisa, entre outros, podem desdobrar-se do grupo ou coletivo maior, oferecendo oportunidades de trabalho cooperativo em composições menores.

As conversas informais e a convivência em campo são, como na etnografia, meios preciosos da proposta. E, como na etnografia, a escrita é convocada como veículo do trabalho. Há, como na abertura para invenções metodológicas, uma abertura para diferentes planos de escrita, nos quais anotações do tipo caderno de campo feitas pelos participantes e textos elaborados de registros e interpretações se complementam.

Com isso, espera-se ter clarificado uma forma de pesquisa que supõe a participação do “pesquisado” como produtor de conhecimento, como proponente de metodologias e como trabalhador que decide e age autonomamente no âmbito de sua instituição.

Contexto e Histórico de uma Pesquisa Interventiva em UBS de São Paulo

O projeto de pesquisa-intervenção objeto desta comunicação teve origem na busca, por parte de alguns agentes comunitários de uma UBS da zona oeste de São Paulo, de atendimento psicológico junto ao Serviço de Aconselhamento Psicológico (SAP)² do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), no segundo semestre de 2005. Atendidos por estagiários das disciplinas de Aconselhamento Psicológico no Plantão Psicológico, cinco agentes abriram, no relato de seu sofrimento e mal-estar na ocasião, aspectos relevantes da relação destes com o trabalho. Estagiários e supervisores envolvidos nos atendimentos individuais destes agentes avaliaram que a proposição de um atendimento grupal, focalizando as vicissitudes e dificuldades enfrentadas no cotidiano de trabalho dos agentes comunitários, poderia ser interessante e útil (Certeau, 1994).

Estabeleceu-se uma parceria entre o SAP e o Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho (CPAT)³ do IPUSP para realização do atendimento proposto.

Foram sugeridos encontros grupais com os agentes que se mostrassem interessados, sem prejuízo do atendimento individual, psicoterápico, dos agentes que já vinham sendo atendidos no SAP ou por algum psicoterapeuta conveniado.

Os agentes entraram em contato com os colegas e estes demonstraram, em sua maioria, interesse em participar dos grupos.

Os grupos foram então organizados a partir de reuniões dos estagiários com os agentes e de contatos com a coordenação do Programa de Saúde da Família da UBS.

Foram constituídos três grupos, dois com nove agentes e um com seis. Foram programados sete encontros, com periodicidade semanal, para acontecerem ao longo do primeiro semestre de 2006. A equipe foi constituída pelas autoras que conduziram uma equipe de 12 estagiários⁴.

Os encontros revelaram um conjunto significativo de temas enlaçando identidade profissional dos agentes, suas motivações e angústias no trabalho, relacionamento com a proposta do PSF e com os outros profissionais do programa e da UBS, condições de trabalho e saúde do trabalhador, processos organizativos na UBS, entre outros.

Ao final do semestre, na avaliação dos encontros, os agentes entenderam que o trabalho realizado ganharia peso e sentido se e quando fosse possível comunicá-lo ao restante dos companheiros da UBS: colegas de equipes de PSF, profissionais especialistas, pessoal administrativo.

O segundo semestre de 2006 foi dedicado à construção coletiva de um texto de síntese do conteúdo discutido nos grupos e à necessária negociação sobre o quê e como comunicar esse conteúdo numa reunião geral da UBS.

O processo de escritura do texto até sua versão consensual final foi acompanhado por todos os agentes, diretamente em reuniões conjuntas e, algumas vezes, por meio de representantes.

Em fevereiro de 2007 foi feita a apresentação organizada em três eixos: 1) problemas do trabalho e saúde do trabalhador; 2) possíveis soluções e 3) apreciação do trabalho de grupo.

Quanto ao primeiro item foram destacados alguns conteúdos, tais como: as motivações para a escolha profissional de ser agente comunitário de saúde, incluindo a memória do início da atividade do PSF naquela UBS e aspectos da relação com funcionários da Prefeitura que já atuavam ali; identidade do agente em que as funções de elo de ligação entre a comunidade e o sistema de saúde, a desejável exemplaridade que este profissional deve exibir e a mistura entre vida profissional e vida pessoal destacam-se de modo evidente; fontes de sofrimento no trabalho tais como ter que acompanhar vizinhos e conhecidos em suas doenças, intensidade das jornadas de trabalho, medo de falar diante dos hierarquicamente superiores, impotência diante das demandas e necessidades da população, pressão para cumprir metas quantitativas sob

² O SAP é um serviço-escola que oferece estágio supervisionado aos alunos de graduação de psicologia e atendimento psicológico à comunidade uspiana e população em geral. Sua porta de entrada é um Plantão Psicológico que acontece semanalmente, acolhendo e trabalhando as demandas de todos os clientes que chegam no período a ele destinado.

³ O CPAT realiza pesquisas, assessorias e atividades de formação a alunos de psicologia no campo da psicologia social do trabalho, focalizando temas relativos ao mundo do trabalho e das organizações. O conhecimento nas áreas de saúde do trabalhador e de processos organizativos justificou sua colaboração nesta pesquisa interventiva.

⁴ Os estagiários eram alunos do 9o. semestre. Cita-se a seguir seus nomes: Bruna Ronchi Oliveira; Cássia G. Gomes; Cíntia M. Honda; Cíntia Vasques Hércias; Emília Lieberg; Fabiana Olivieri Catanzaro; Kelly Dias Peixoto; Leticia L. Carvalho; Maira G. Cursino; Marcos Lanner de Moura; Rafael Baioni do Nascimento e Renato Mori Rodrigues.

ameaça de demissão, dificuldades de reconhecimento e comunicação entre os agentes e entre eles e outros profissionais; problemas de saúde relacionados com o trabalho como fibromialgia, depressão, perda de memória; preconceito e desvalorização em relação a seus conhecimentos e tarefas, entre outros.

Nas possíveis soluções foram referidas democracia, união e respeito nas relações institucionais, melhor capacitação profissional e melhores salários e reconhecimento do lugar do agente comunitário por parte dos outros profissionais.

O trabalho dos grupos teve apreciação positiva com manifestação de interesse pela sua continuidade em outros moldes, ou seja, incluindo outras esferas da UBS. Alguns manifestaram a expectativa de que a condução ou coordenação dos grupos por parte da equipe da USP tivesse sido mais assertiva quanto a oferecer orientações e, por fim, houve a clarificação de um desejo de que a equipe da USP funcionasse como mediadora das reivindicações e necessidades dos agentes.

Nesta apresentação, surgiu a proposta de que a equipe de psicólogos e pesquisadores do Instituto de Psicologia da USP acompanhasse as reuniões mensais da Unidade durante aquele ano de 2007. Estas reuniões aconteceriam em dois horários, quarta à tarde e sexta pela manhã, facilitando a presença de um maior número de trabalhadores de todos os setores (inclusive o administrativo), sem necessidade de interrupção do funcionamento da UBS.

A proposta foi aceita, configurando as reuniões como espaço de discussão de temas emergentes do cotidiano de trabalho e região de diálogo entre os diferentes profissionais da UBS. Esta aceitação incluiu, também, aprovação da coordenação da região Centro-Oeste.

Inicialmente combinou-se que as reuniões seriam divididas em dois momentos: primeiro uma sessão de informes coordenada pela direção da UBS e, depois, a apresentação e discussão de temas emergentes, coordenadas pela equipe do IPUSP.

Ao longo do ano aconteceram nove encontros em cada horário (total de 18), com durações de 2 a 3 horas, com a participação de agentes comunitários de saúde (ACSs), auxiliares de enfermagem (AEs), auxiliares técnico-administrativos (ATAs), enfermeiros, médicos, fonoaudióloga, vigia, educador, dentista (totalizando por volta de 80 pessoas).

Após as primeiras reuniões, a equipe do IPUSP avaliou que seria mais interessante colocar-se no lugar de facilitadora do processo de discussão e não no de coordenadora das reuniões. Esta mudança ocorreu de modo mais ou menos espontâneo tendo em vista: a) o fato de que o momento inicial de informes desdobrava-se já em temas e assuntos de interesse para o debate, não havendo, portanto, a marcação clara de separação entre informes e discussão mas, ao contrário, o imbricamento de um e outra de maneira dinâmica; b) que a posição de observador participante desde uma perspectiva etnográfica tornou-se mais pertinente para a inserção da equipe que, embora interviesse com comentários e apontamentos, não se incumbiu da coordenação que ficou com a direção da UBS em todo o processo.

Nessa fase, a equipe do IPUSP ficou composta pelas duas autoras como coordenadoras, três psicólogos/pesquisadores e três estagiários de graduação.⁵

Para a equipe do IPUSP, o acompanhamento das reuniões teve ramificações em outras esferas como, por exemplo, a participação em eventos importantes para a instituição (festas, comemoração dos 22 anos da UBS, III Encontro “Práticas Integrativas e Medicinas Tradicionais: promovendo saúde e cultura de paz no município de São Paulo”⁶), orientações sobre saúde do trabalhador, encaminhamentos para atendimento psicológico e psiquiátrico, elaboração de projeto de pesquisa para obter financiamento junto à FAPESP e sua discussão com representantes das diferentes categorias profissionais da UBS, elaboração de projeto de Iniciação Científica de Ronaldo Lopes Coelho (bolsista CNPq)⁷.

Do conjunto extenso e rico de temas e situações tratados nas reuniões foram selecionados dois, considerados emblemáticos, para análise.

PSF e Modelo Médico-Assistencial: Duas Situações Exemplares

A primeira situação refere-se a uma ameaça de demissão de um número significativo de agentes comunitários vinda de instância superior da Secretaria Municipal de Saúde.

Em uma reunião, a coordenação informa que está sendo pressionada a demitir os agentes comunitários que não vêm cumprindo as “metas de produtividade”, traduzidas pelo número de visitas domiciliares realizadas por mês. As visitas domiciliares são uma prática central na estrutura de atendimento do PSF. Elas visam compreender situações de risco e agravos à saúde nas famílias atendidas, bem como acompanhar, informar, orientar, educar, na perspectiva de vigilância em saúde. São, ainda, um dos elos entre o sistema de saúde e a população.

Na origem, sua proposição colocava ênfase no entendimento das necessidades da população com o intuito de alimentar a organização da atenção em saúde de forma adequada às singularidades locais e na criação de vínculos entre os agentes e as famílias tendo em vista a mobilização comunitária e política.

A força e persistência do modelo médico-assistencial, contudo, tende a transformar as visitas domiciliares em dispositivos quase que exclusivos de vigilância, respondendo às demandas do sistema em relação à população (verificação do uso de medicação e do comparecimento a consultas e exames médicos, orientações quanto a cuidados com a saúde,

⁵ Cíntia Vasques Hécias, Kelly Dias Peixoto e Marcos Lanner de Moura, psicólogos/pesquisadores e André Rostworowski, Caio Ernane de Lima Pereira e Ronaldo Lopes Coelho, estagiários de psicologia.

⁶ Este Encontro, organizado pela Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo (CODEPPS), aconteceu em 25 de setembro de 2007 no Sesc Vila Mariana.

⁷ FAPESP é Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo e CNPq, Conselho Nacional de Pesquisa, ambos agências de fomento à pesquisa no Brasil.

campanhas de vacinação e de controle de endemias e epidemias, detecção de doenças, entre outras) e transformando os agentes em porta-vozes dos especialistas, principalmente dos médicos.

A perspectiva médico-assistencial dá chance para que as visitas sejam consideradas, no plano da gestão, “metas de produtividade”. Nestas metas, observa-se um encolhimento das dimensões qualitativas das visitas tais como: tempo diferenciado de permanência nas casas, privilegiamento das conversas sobre a vida, abertura para imprevistos no agendamento e realização das mesmas, a visita a uma família ou a um conjunto delas como ponto de partida para o planejamento de ações coletivas tais como oficinas, encontros, reuniões em torno de questões de interesse comum, apreensão dos limites da família como referência única para o delineamento de políticas para um bairro ou comunidade.

Concomitantemente, a hipervalorização da quantidade de visitas que devem ser feitas mensalmente pelos agentes acaba por defini-las como contatos cada vez mais breves, de caráter prescritivo e de vigilância e como tentativas de fazer a população se adequar e aderir às normas médicas de cuidado com a saúde, reduzindo as conversas, que poderiam procurar o sentido de práticas de cuidado populares, a falas moralizantes em relação a diferentes modos de vida. Os agentes cunharam a expressão “visita do xizinho”: aquela realizada “pró-forma”, sem necessidade real, mas, que, no entanto, prejudica a dedicação àquelas que de fato são importantes.

O encaminhamento dado, naquela reunião, à ameaça de demissões, ilustra e reitera a interpretação sobre o lugar que as visitas domiciliares vêm ocupando no PSF, bem como seu caráter aderido ao modelo médico-assistencial na relação com a avaliação do programa.

Para contornar a ameaça de demissões, de início, fica claro, de modo inquestionável que seria necessário aumentar a produtividade, aproximando-se o máximo das metas estabelecidas alhures. Nessa direção é feita a proposta de retirar das reuniões de equipe do PSF um tempo a ser direcionado para as visitas, no seguinte esquema: as reuniões diárias evitariam discussão de casos, restringindo-se a despachos e encaminhamentos e as reuniões semanais de apreciação e discussão do trabalho da equipe naquele período seriam abolidas. O âmbito de ação dos ACSs ficaria, assim, circunscrito ao cumprimento das metas de visitas domiciliares.

Embora tenham aparecido propostas de encaminhamento do assunto tais como auxílio mútuo entre ACSs, troca de experiências, problematização da relação entre o PSF e a UBS, havia um saber implícito de que as demissões seriam resolvidas em outro lugar e independentemente das propostas ali aceitas.

Outro aspecto interessante a destacar refere-se ao fato de que a proposta de tentar rever as metas⁸, levantada por um jovem médico, não tenha ganho força. A revisão das metas não pareceu ser possível para os ACSs. Este episódio parece denunciar que não está no horizonte político dos ACSs uma ação de mudança ou de reivindicação de mudança nas metas. Há, certamente, uma contraposição e uma crítica a seu aspecto quantitativo, mas parece que seu estabelecimento não está ao alcance dos ACSs, como se seu lugar fosse o de executar ou não a determinação ou ordem vinda “de cima”.

A hegemonia do modelo médico-assistencial faz, também, pensar ou questionar qual o sentido de um profissional como o ACS.

A segunda situação emergiu em reunião em que foi tratado um tema candente: “visitas-surpresa” feitas por representantes dos órgãos municipais de saúde.

O objetivo destas visitas era vistoriar ou fiscalizar a existência de filas para atendimento que haviam sido abordadas, na ocasião, pela mídia televisiva e passaram a ser “proibidas” nas unidades básicas. A falta de agendamento e comunicação sobre as visitas, que vinham ocorrendo em outras unidades também, gerou um clima de desconfiança e muita tensão, ambas atingindo a credibilidade, a responsabilidade e o empenho dos profissionais da linha de frente do sistema de saúde. Tais ações evidenciaram o controle exercido de modo autoritário pelos gestores e a discrepância entre as requisições feitas por eles e a impossibilidade de seu cumprimento, dadas as condições estruturais existentes nas UBSs. O episódio expõe o “atropelamento” da gestão local pelas instâncias “superiores”, bem como as oposições e tensões entre a gestão local e a gestão central. Tratou-se, ainda, das blitz de auditores do Tribunal de Contas, que foram lidas como uma praxe sempre que acontece a mudança de governo⁹ e cujo significado seria o de uma demonstração de poder por parte do novo governante.

O problema das filas aparece, portanto, num contexto em que se somam uma campanha contra os serviços públicos de saúde orquestrada pela mídia, a vigilância autoritária sobre a UBS e o ataque de um ato médico ao modelo do PSF¹⁰. Os participantes da reunião percebem as filas que se formam em frente ao balcão de recepção da UBS como um sintoma do excesso de demanda por um modelo médico-assistencial que, apesar das intenções professadas pelo SUS e pelo PSF, continua sendo hegemônico, tanto do ponto de vista da implementação ou concretização das políticas públicas, quanto do das expectativas da população. Os ACSs presentes na reunião discutem sobre a diferença entre entender o ACS como um suplente ou extensão do médico ou como um elemento para estabelecer a ponte entre o sistema de saúde e a população. Recupera-se a história de construção de uma mudança de mentalidade na população que pode aceitar melhor o médico generalista no lugar dos especialistas.

⁸ A lei federal que criou o PSF prevê flexibilidade no estabelecimento de metas nas esferas regionais. Estas são negociadas e firmadas nas instâncias de governo municipal, atendendo a interesses políticos e eleitorais locais.

⁹ A referência, neste caso, é à passagem do Governo municipal de José Serra para Gilberto Kassab, na mesma gestão, com a eleição de Serra para o Governo estadual.

¹⁰ Tratou-se de uma liminar solicitada pelos Conselhos de Medicina proibindo a atividade de enfermeiros em procedimentos protocolados do PSF, tais como solicitação de exames de rotina, prescrição de certos medicamentos e transcrição de receitas médicas.

Os ACSs manifestam o receio de que a política jogue fora estas conquistas e insistem na necessidade de criação de tempo e espaço para o trabalho verdadeiramente preventivo e de promoção em saúde. A discussão encaminha-se para as práticas de promoção, tais como o teatro, o trabalho de fornecer informações, abordagens diferentes das visitas domiciliares feitas na rua ou em bares, entre outras.

Observa-se um movimento interessante de localização dos problemas no âmbito das relações e do cotidiano do trabalho na UBS, tematizando, ainda, as divisões e diferenças entre os profissionais das equipes do PSF (o “felzinho” para os ACSs e o “docinho” para o médico) e entre os profissionais do PSF e os da Prefeitura (ACSs e ATAs). Neste contexto aparecem vários elementos que são tomados, pelos participantes da reunião, como sinais, junto com as filas, dos modos de cuidar e funcionar da UBS: a queixa tanto de ACSs quanto de ATAs de serem expostos a críticas dos colegas diante dos usuários; ambos queixavam-se de serem os aparos dos enfrentamentos com a população; a reclamação de que uns falam mal dos outros, por categorias profissionais, criando guetos ou “panelas”; não seguir procedimentos administrativos e/ou burocráticos combinados; a dificuldade de localizar prontuários.

Provocados pelo assunto dos prontuários, os participantes trazem questões de fundo tais como: em que condições é possível cuidar (dos prontuários e dos atendimentos); em que condições é possível admitir um erro; quem arquiva, em que condições o faz.

A relação com o prontuário torna-se metáfora da relação de cuidado com o usuário, mas também do cuidado requerido entre eles, no trabalho. A tensão inicial entre os ACSs e os ATAs em torno da lida com os prontuários permitiu perceber a complexa rede de profissionais que têm contato com os prontuários, fazendo ver a correlação entre diferentes setores e sua corresponsabilidade no manuseio e arquivamento dos mesmos. A conversa encaminha-se para a proposta de fazer um mutirão para organizar os arquivos e para a necessidade de entender melhor o trabalho de cada um ou das várias categorias e setores. Surge, ainda, a proposta de realização de uma reunião dos ATAs com os ACSs.

A necessidade de entender melhor o trabalho de cada um e das várias categorias foi tratada a partir de três pontos: a) as diferenças entre o cumprimento de regras e a condição de se constituir um coletivo capaz de questionar as regras exteriores e, também, propor regras pertinentes à singularidade do grupo de trabalho; b) a tensão entre o trabalho prescrito e o trabalho real, ajudando a entender a distância entre o programado e aquilo que pode efetivamente se realizar no cotidiano, atentando para os imprevistos que acontecem com frequência como, por exemplo, uma agente comunitária que faz visita à creche e ao centro de juventude para levar informações sobre saúde, sendo, no entanto, requisitada a responder à demanda da diretora por orientação sobre como agir em casos de violência doméstica contra crianças; c) a discussão de duas idéias sobre como é melhor trabalhar – individualmente contando com “competências” e “habilidades” pessoais e profissionais, executando com “eficiência” tarefas circunscritas ou cooperativamente, conversando constantemente sobre problemas e organização das tarefas.

Este tema abre aspectos semelhantes, complementares e de oposição das relações entre usuários e profissionais de saúde. Um médico chama atenção para o fato de que a população toma a UBS como uma espécie de ouvidoria, relatando ali um conjunto grande de aflições e demandas, em tese, dirigidas aos governos da cidade e do país, tais como, educação, saneamento básico, trabalho e desemprego, alimentação, entre outras. Esta conduta dos usuários requer que os profissionais da UBS pensem em como acolher estas falas sem, necessariamente, atender às demandas que, em grande parte, não dependem do âmbito de ação da unidade básica. Além do acolhimento, há a questão de como compreender e encaminhar as reivindicações para os locais devidos.

A população, por outro lado, pode ter atitudes agressivas em relação aos profissionais da UBS e, especialmente, com os ACSs que estendem a porta de entrada da unidade por meio das visitas domiciliares.

Acolher a população e “sobreviver” às eventuais agressões depende, também, da acolhida que os profissionais encontram, em suas equipes e nos colegas de trabalho, para tratar em profundidade dos episódios difíceis ou traumáticos. Esse acolhimento ajuda na elaboração afetiva das dificuldades, mas deve ajudar, ainda, a pensar estratégias para lidar com as situações difíceis, principalmente na rua. Esta discussão esclarece o quanto o acolhimento e a conversa são instrumentos, por assim dizer, do planejamento do trabalho.

A oportunidade de trocar experiências e debater estratégias de trabalho faz parte do trabalho, contribuindo para a organização do serviço e para a formação dos profissionais. A troca de experiência permite o estabelecimento de laços de confiança entre os profissionais e o reconhecimento de um saber acumulado sobre a população atendida.

Não por acaso, nesse contexto, os participantes mostram interesse em conhecer o planejamento e as metas estabelecidas nas instâncias superiores para o trabalho que realizam. Neste contexto, ainda, a organização do serviço, as filas, o descontentamento (da população e dos profissionais) e o mutirão para arrumar o arquivo passam a ser tratados como problemas que dizem respeito a todos.

Referências Bibliográficas

- Arendt, H. (1998). O que é política? Fragmentos das obras póstumas compilados por Ursula Ludz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____ (2008). A promessa da política. Rio de Janeiro: DIFEL.
- Certeau, M. (1994). A invenção do cotidiano; artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes.

- Cohn, A. (2005). "A saúde na previdência social e na seguridade social: antigos estigmas e novos desafios." IN: Cohn, A. e Elias, P. E. M. Saúde no Brasil: políticas e organização de serviços. São Paulo: Cortez: CEDEC.
- Critelli, D. M. (1996). Analítica do sentido: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica. São Paulo: Brasiliense.
- Geertz, C. (1989). A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.
- Junqueira, V. (2001). Saúde na cidade de São Paulo (1989 a 2000). São Paulo: Polis/PUC-SP.
- Neves, T. F. S. (2006). Ensaio sobre o desemprego: qualidades de um "novo" trabalhador? Imaginário, 12 (13): 123-141.
- Sato, L. (set./out. 2002). Prevenção de agravos à saúde do trabalhador: replanejando o trabalho através das negociações cotidianas, Cadernos de Saúde Pública, 18 (5), 1147-1166.
- Schmidt, M. L. S. (2003). Políticas públicas e saúde mental. IN: Trindade, Z. A. e Andrade, A. N. (orgs). Psicologia e saúde: um campo em construção. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo.
- Spink, P. K. (jan./jun. 1996). A organização como fenômeno psicossocial: notas para a redefinição da psicologia do trabalho. Psicologia e Sociedade, 8 (1): 147-192.
- Silva, J. A. e Dalmaso, A. S. W. (2002). Agente comunitário de saúde: o ser, o saber, o fazer. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- Viana, A. L. D. e Dal Poz, M. R. (2005). "A reforma do Sistema de Saúde no Brasil e o Programa de Saúde da Família". PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 15 (suplemento): 225 - 164.

Mudanças no trabalho e perspectivas para jovens portadores de necessidades especiais

Celso Ferretti
Universidade de Sorocaba
celso.ferretti@uniso.br

Resumo: O objetivo deste artigo é o de discutir as transformações no âmbito do trabalho que vêm ocorrendo no Brasil desde a década de 1980 e suas relações com a educação, bem como as perspectivas que se delineiam para os jovens portadores de necessidades especiais nesse contexto. O texto foi estruturado em torno de quatro grandes temas: a) as transformações no trabalho e as demandas que estas originaram para o campo educacional; b) alguns aspectos das reformas educacionais produzidas no país na década de 1990; c) a situação dos jovens frente ao trabalho e à educação no país, de 1990 até o presente; d) situação dos portadores de necessidades especiais relativamente ao trabalho e à educação no país. Entendemos que as transformações que ocorreram no trabalho no plano mundial e as demandas para a constituição de um novo sujeito social, apto a viver nas denominadas "sociedades pós-industriais", carregaram para a educação expectativas exageradas relativamente à contribuição que esta pode oferecer para a inserção de potenciais trabalhadores no mercado de trabalho. Consideramos que essa contribuição existe, mas é menos central do que se pretende fazer crer, na medida em que tal inserção depende da complexa relação existente entre determinações de caráter econômico, político, social e cultural. Dentre as de caráter sócio-cultural, estão as diferentes formas de discriminação que afetam amplos contingentes da população. Estas atingem especialmente os portadores de necessidades especiais, apesar das convenções e recomendações da OIT e dos vários dispositivos legais em âmbito nacional que se propõem evitá-las ou combatê-las.

O tema proposto descortina muitas possibilidades de abordagem. Vou me concentrar em uma delas, mais próxima de meu campo de investigação que é o das relações entre trabalho e educação, procurando, ao mesmo tempo, estabelecer conexões com as questões referentes à juventude e aos portadores de necessidades especiais.

Um dos focos principais de meus estudos têm sido as reformas educacionais implantadas no Brasil a partir da década de 1990 por entender que elas guardam estreitas relações com as transformações que têm ocorrido na esfera do trabalho desde a década de 1970 nos países industrializados. Entre nós, tais transformações principiaram na década de 1980 e se acentuaram nas décadas posteriores.

Para tratar dos possíveis efeitos da mudança no trabalho sobre a educação é necessário que nos reportemos a essas mudanças e, ainda que brevemente, discutir a relação entre elas e a tecnologia, posto que a suposição, nos discursos oficiais, assim como no senso comum, é que tais mudanças têm suas raízes predominantemente no avanço da ciência e na sua transformação em máquinas e técnicas inovadoras. A "mídia", por seu turno, tende a funcionar como caixa de ressonância para esse discurso, tanto quanto para as possíveis conseqüências positivas e negativas do progresso técnico.

De que mudanças se fala? Embora o discurso vulgarizado se reporte principalmente à automação eletrônica e à informática, no sentido de que afetam de maneira particular a produção industrial e alguns ramos do setor serviços, sabemos que as inovações tecnológicas ultrapassam de muito esse nível, afetando várias esferas da vida humana nas sociedades do século XXI. Para não ir muito longe, basta lembrar as pesquisas e as aplicações técnicas no campo da microbiologia e da engenharia genética, todavia pouco lembradas em tais discursos, apesar de suas contribuições para o campo do trabalho. Essa forma de situar as mudanças é bastante reducionista, não apenas do ponto de vista científico e tecnológico, mas também do próprio trabalho e suas determinações culturais e sociais.

Abordadas dessa forma, as mudanças no campo do trabalho tendem a ser focalizadas tão somente nas transformações pelas quais passou a tecnologia de base física, aquela que se materializa nas máquinas, instrumentos e ferramentas. No entanto, algumas das mudanças mais radicais, tanto na indústria quanto nos serviços, ocorreram na esfera da organização do trabalho e na gestão da mão de obra. Embora boa parte do que hoje se denomina flexibilização do trabalho possa ser creditado à utilização de equipamentos automatizados e informatizados, outra parte considerável, senão predominante, deve ser atribuída às mudanças: a) na organização geral da empresa (achatamento das hierarquias (horizontalização), downsizing, reengenharia); b) mudanças na organização da produção (just-in-time, célula de produção); c) mudanças na organização do trabalho (desespecialização do trabalho e polivalência), termos esses divulgados à exaustão na última década.

Todavia, o aspecto menos divulgado e discutido das mudanças no âmbito do trabalho é o de que estas não são apenas, ou prioritariamente, resultantes do avanço do conhecimento científico e tecnológico, mas sim, do desenvolvimento, no plano produtivo e dos serviços, da crise enfrentada pelo capital no transcorrer mesmo e no ocaso do que é denominado de “anos dourados” do capitalismo. Tal crise, bastante discutida no terreno acadêmico, assim como seus desdobramentos, impulsionou a maior parte das mudanças que hoje vimos observando no campo do trabalho. Trata-se, portanto, das motivações políticas e sociais das mudanças que se articulam com o avanço do conhecimento científico e tecnológico, mas que, ao mesmo tempo, os determinam, sob muitos aspectos.

Não é novidade para ninguém que a ciência se transformou rapidamente em força produtiva no contexto da produção capitalista, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, situação que se intensificou no decorrer do século XX e que, ao final deste, atinge um plano elevado e complexo, de tal forma que, hoje, com a automação e a utilização crescente da informática, o conhecimento se tornou matéria vital para o processo de acumulação capitalista. Isto traz conseqüências importantes não apenas para a produção em si mas para toda a organização social.

O interesse crescente do capital pelo conhecimento produzido e pela produção científica o faz investir cada vez mais em setores que antes lhe eram periféricos, como o da educação, não apenas porque ela própria tende a se transformar em mercadoria, mas também porque a competição exige a produção de conhecimento científico cada vez mais sofisticado, além de que a introdução de inovações tecnológicas na base física, tanto quanto na organização das empresas, acaba criando novas demandas em relação aos trabalhadores. O conhecimento em geral e o científico em particular tornam-se alvo de disputas acirradas e de investimentos vultosos, bem como de investidas ideológicas que tendem a transformá-los na chave de sucessos pessoais e empresariais.

No campo da ciência, as relações entre o Estado e o setor privado são marcadas ora pela luta com vistas à propriedade intelectual do conhecimento, ora pelas articulações entre ambos para a produção daqueles que lhes são mutuamente vantajosos. Tais articulações têm implicações quanto à definição de quem produz o que em termos de ciência básica e ciência aplicada, nos planos nacional e internacional e quem detém ou pode deter direitos de propriedade, distribuição e uso do conhecimento produzido. Na trama de tais articulações as instituições de ensino superior são bastante afetadas, pois o papel social que lhes é atribuído passa a ser muito marcado por essas mesmas articulações que ora carregam recursos vultosos para determinados setores do ensino, ora lhes retiram recursos por força das opções que o Estado tem de fazer com relação a que tipo de conhecimento produzir e que tipo de ensino valorizar.

Sob o argumento de que tais transformações demandariam um trabalhador mais ilustrado, mais informado, possuidor de níveis de escolaridade mais alto, ressalta-se a “necessidade”, posta pelas transformações em diversas esferas, mas especialmente na econômica, de se buscar a constituição de um novo sujeito social, no plano coletivo, tanto quanto no individual, capaz não só de conviver com tais transformações, mas, e principalmente, tirar delas o melhor partido, tendo em vista o bem estar de países e pessoas. Nesse sentido desencadeou-se, durante a última década daquele século, um intenso movimento de reformas educacionais que viriam a atingir todos os níveis da educação nacional.

Para entendê-las é necessário retomar, ainda que rapidamente, alguns dos elementos inspiradores das propostas que acabaram se impondo. Um deles diz respeito à globalização não só da economia, mas da informação, de políticas, de uma multiplicidade de valores e práticas sociais e culturais, paralelamente ao discurso de valorização das diferenças e do respeito às peculiaridades das culturas locais. Outro tem por referência as transformações no campo do trabalho acima referidas, constitutivas do que se convencionou denominar de “reestruturação produtiva”.

Das mais diversas formas e por diversos meios esses elementos se fizeram presentes em muitas políticas internacionais e nacionais. No plano educacional, principalmente por intermédio da ação sistemática de organismos multilaterais, com destaque para o Banco Mundial, para o Fundo das Nações Unidas para as Crianças (UNICEF), para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e, particularmente, no continente latino-americano, para a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que promoveram encontros definidores de diretrizes mundiais (por exemplo, a Conferência Mundial sobre Educação para Todos), assim como publicaram documentos com a mesma intenção.

No documento da CEPAL, acima referido, essa perspectiva é traduzida na fórmula “competitividade autêntica e moderna cidadania”, entendendo-se pelo primeiro termo a “construção e aperfeiçoamento [das] capacidades de [uma nação e] (...) uma efetiva integração e coesão social que permita aproveitar essas capacidades em função de uma exitosa inserção internacional, [sendo] sua meta final (...) promover um nível mais alto de vida para os cidadãos” (CEPAL, 1992, p. 128) e pelo segundo “aprofundar a democracia, a coesão social, a equidade, a participação” (idem, p. 17). Ao primeiro termo pode-se legitimamente associar, no âmbito educacional, a preparação de recursos humanos (no plano geral e no especificamente profissional) como uma das facetas da idéia central presente no texto da CEPAL (1992, p. 15) qual seja, a “incorporação e

difusão deliberada do progresso técnico [que] constitui o pivô da transformação produtiva e sua compatibilização com a democratização política e uma crescente equidade social”. Tal preparação, fundada na assimilação de elementos do progresso técnico, contribuiria, por suposto, para aumentar a produtividade de trabalhadores já inseridos na População Economicamente Ativa (PEA), ou que nela viessem a se inserir.

Metas defensáveis mas, ao mesmo tempo, idealizadas, posto que traçam uma mesma linha de política para todos os países da América Latina e Caribe, independentemente de suas peculiaridades, ao mesmo tempo que fazem supor a possibilidade de, pela educação, entre outras ações sociais, promover exatamente aquilo que o próprio processo de acumulação capitalista recente viria a negar em poucos anos. Não que os propositores das políticas fossem ingênuos. Muito ao contrário, sabiam o que se avizinhava, em função dos desdobramentos que já se faziam presentes nos países centrais, tal como o desemprego.

Por essa razão, haveria que cuidar para que, ao lado da formação dos trabalhadores de acordo com as novas necessidades da produção, visando, portanto, os setores de ponta da economia, se os formasse também, e ao restante da população, para que pudessem se defrontar com a face “inescapável” e perversa da “irreversível” transformação da economia capitalista, agora hegemônica, assim como com o também “irreversível” advento das sociedades pós-industriais. Daí a proposição da “moderna cidadania”, tendo em vista um capitalismo “mais humano”, no qual a equidade e a democracia se sobreporiam à exploração (ou à “competitividade espúria”, como a denominou eufemisticamente o documento da CEPAL em nome do desenvolvimento sustentado.

Tais preocupações não eram estranhas a segmentos da sociedade e do Estado brasileiro. Na mesma época em que o documento da CEPAL foi publicado, o governo Collor desencadeava várias iniciativas tendo em vista a adequação do parque produtivo e das políticas comerciais do país aos ditames da nova economia mundial. Assim, tal documento, tanto quanto outros da lavra de organismos multilaterais, encontrou acolhida entre os setores dominantes a quem tais proposições interessavam, os quais, como já foi dito, articularam “lobbies” para fazer aprovar a legislação que, em diversos âmbitos, entre eles o educacional, favorecesse seus interesses.

Como se pode verificar na proposta da CEPAL, o elemento central a ser perseguido é a difusão do progresso técnico, o que sugere que toda a proposição é fortemente marcada pelo determinismo tecnológico. A preocupação com a introdução das novas tecnologias de produção, de organização e gestão do trabalho, da mesma forma, marcou sobremaneira o caráter das reformas educacionais brasileiras dos anos 90 e impregnou tanto as “Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio” (DCNEM), quanto às “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Médio” (DCNEPNT), promulgadas pelo MEC, depois de aprovadas pelo CNE, em especial esta última.

As reformas educacionais dos anos 90

Com a LDB 9394/96 foram instituídas apenas duas modalidades de ensino:

a educação básica, de caráter obrigatório, compreendendo a educação infantil, destinada a crianças de 0 a 6 anos, o nível de ensino fundamental (da 1ª à 8ª séries) e o nível de ensino médio, com duração de três anos, correspondente ao antigo 2º grau, mas com conteúdos de natureza mais geral, portanto sem caráter estritamente profissionalizante, como anteriormente;

a educação superior, de nível universitário, acessível apenas aos que tenham concluído o curso de nível médio.

Importantes mudanças ocorreram na formação profissional com essa mudança. O governo federal, por instância do Ministério da Educação e do Desporto e do Ministério do Trabalho, promulgou um decreto (Decreto 2208/97) que regulamentou a educação profissional, articulada ao ensino regular (educação básica e superior) e extensiva também às pessoas sem escolaridade. O decreto estabeleceu os níveis em que a educação profissional deveria ser ofertada. São três esses níveis, sem equivalência com quaisquer dos cursos regulares:

educação profissional básica, destinada à parcela desempregada, não escolarizada ou pouco escolarizada da população, a ser desenvolvida por meio de cursos de qualificação de rápida duração, podendo ser oferecida por instituições públicas e particulares;

educação profissional de nível técnico, de caráter preferencialmente modular, destinada à formação de técnicos. Os cursos de educação profissional de nível técnico poderiam ser freqüentados concomitantemente à realização do curso de nível médio ou após sua conclusão. Poderiam também ser freqüentados por pessoas que não estivessem matriculadas nas escolas de nível médio, às quais seriam conferidos, como aos demais, certificados de qualificação a cada módulo concluído. Para a obtenção do diploma de técnico seria exigida, no entanto, a conclusão do ensino de nível médio

educação profissional tecnológica, destinada à formação de tecnólogos em cursos superiores de duração reduzida, para cujo acesso é necessário o certificado de conclusão de nível médio.

A partir da reforma, a educação profissional passou a ser oferecida, nos três níveis, pelas instituições que tradicionalmente realizavam a formação profissional, ou seja, as escolas técnicas públicas (federais e estaduais), as escolas privadas e as agências de formação profissional articuladas a empresas privadas (SENAI, SENAC, SENAT e SENAR). As escolas técnicas federais, estaduais e privadas que ofereciam ensino técnico tiveram que produzir mudanças substanciais na sua estrutura para adaptar-se à modularização dos cursos e para oferecer cursos de educação profissional básica. As agências de formação profissional articuladas às empresas também passaram por mudanças significativas. A principal delas ocorreu no

SENAI, com a progressiva desativação dos cursos de aprendizagem. A modularização não implicou em grandes alterações, posto que a agência já se valia dessa forma de estruturação de seus cursos.

Além disso, as escolas técnicas públicas foram incentivadas e mesmo pressionadas a abrir vagas para cursos afetos à educação profissional básica, contrariando sua tradição. Tal pressão se fez sentir por força da lei mas também, e muito, pelas dificuldades financeiras em que foram colocadas pela restrição das verbas nacionais destinadas à educação. Dificuldades financeiras semelhantes, mas ligadas à esfera da produção, além do apoio dado às reformas, fizeram com que as agências de formação profissional articuladas às empresas seguissem o mesmo caminho. Por outro lado, entidades assistenciais e ONGs, que já ofereciam “cursos profissionalizantes” a adolescentes sob seus cuidados, foram estimuladas a ofertar os cursos de educação profissional básica. O mesmo ocorreu com os sindicatos que, no Brasil, não tinham a tradição de promover cursos de formação profissional. Os poucos sindicatos que o faziam recorriam geralmente às agências articuladas às empresas privadas (SENAI, SENAC, SENAT, SENAR).

Um aspecto ainda não tratado e importante para a presente discussão diz respeito ao mercado de trabalho. Não é nossa intenção abordar aprofundadamente o tema, posto que isto implicaria uma longa digressão. Para os fins deste trabalho bastam algumas ponderações que situem a questão. Para além da já antiga distinção entre mercado formal e informal, que passa atualmente por mudanças, há que considerar outros aspectos tais como a heterogeneidade e a flexibilidade, assim como a distinção entre mercado primário e secundário.

Quanto à heterogeneidade é preciso levar em conta que o tamanho, a composição, a variação, as exigências do mercado de trabalho oscilam não apenas em função dos múltiplos ramos de atividade, mas também em função do desempenho destes no seio da política econômica praticada pelo país, tendo em vista suas necessidades internas e suas relações com a economia internacional. Nesse sentido, além de não homogêneo, o mercado de trabalho é dinâmico.

No que tange à distinção entre mercados primário e secundário, o primeiro refere-se às atividades que implicam alto nível de formação e muita experiência, redundando em salários vantajosos, oportunidades de aperfeiçoamento, boas condições de trabalho, maior estabilidade, maior equanimidade na aplicação de regras e normas da empresa e vantagens adicionais de variada natureza. Pela sua natureza é um mercado restrito, reservado a poucos. O mercado de trabalho secundário, pelo contrário, é mais aberto, porque menos exigente em termos de formação e, dependendo do caso, até mesmo de experiência, mas, em compensação, é pouco pródigo em termos de salários, vantagens adicionais e estabilidade¹

A flexibilidade é uma categoria que se fez mais presente a partir das mudanças recentes no campo do trabalho. No que respeita ao mercado é necessário considerar dois tipos de flexibilidade: a qualitativa e a numérica. A primeira diz respeito à flexibilidade solicitada ao trabalhador no exercício de sua atividade profissional. Muito valorizada pelas empresas que se estruturam segundo o modelo toyotista de organização e produção, implica uma série de requisitos técnicos, pessoais e de sociabilidade que, em tese, tornam o trabalhador, além de mais capaz de enfrentar imprevistos com sucesso, mais envolvido com a empresa, mais cooperativo, mais eficiente e, por isso, mais produtivo. É evidente que maiores oportunidades de trabalho descortinam-se para profissionais com esse tipo de perfil.

A segunda refere-se à flexibilização do mercado de trabalho propriamente dito. Tal flexibilidade manifesta-se sob a forma da terceirização, do banco de horas, da contratação por tempo determinado e/ou sem carteira assinada, de modo a evitar ou esmaecer vínculos empregatícios, facilitando, dessa forma, a mobilidade e as dispensas da força de trabalho. A flexibilização do mercado de trabalho não é algo novo no país, mas tem se intensificado sobremaneira, em função da redução das vagas ofertadas.

Jovens, trabalho e reformas educacionais

É necessário considerar que, para os jovens de hoje, especialmente os de idade mais baixa, as transformações que vêm se processando na vida social em geral, e no trabalho e emprego, em particular, estão, provavelmente, menos recheadas de história, ou estão recheadas das suas histórias particulares, das das suas famílias e amigos, de modo que as contraposições e reflexões que podem produzir sobre elas são limitadas, conduzindo a certa naturalização daquilo com que se deparam porque nasceram e cresceram quando as mudanças já estavam em curso. No entanto, vivem experiências concretas de situações que podem se lhes apresentar como inteiramente novas, a partir de suas próprias histórias particulares: o desemprego de pais, de irmãos mais velhos, de amigos e, evidentemente, de seu próprio.

Publicações recentes e criteriosas sobre a juventude brasileira (NOVAES e VANUCCHI, 2004; ABRAMO e BRANCO, 2005), abordando, entre outros, o tema do trabalho, apresentam dados e reflexões que obrigam a considerar mais de perto não apenas a situação dessa parcela da população frente ao mercado de trabalho, mas também seu olhar sobre o trabalho como fenômeno social e como valor. Dados estatísticos disponibilizados nessas publicações dão conta de que o acesso ao mercado de trabalho e a permanência nele constituem uma das principais preocupações dos jovens no plano mundial, dado que, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2003 os jovens constituíam cerca de 47% dos desempregados do mundo (BRANCO, 2005). A situação é mais séria em países como o Brasil, em que a população da mesma faixa de idade constituía, em 2001, 25% da PEA, da qual 50% estavam desempregados (POCHMANN, 2004) e em

¹ Para mais detalhes ver Doeringer e Piore (1971).

proporção muito maior que os adultos, pois enquanto a taxa de desemprego jovem era da ordem de 18%, a média nacional era de 9,4%.

Não admira, portanto, que Guimarães (2005) tenha encontrado entre os jovens investigados na pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira”² interesse intenso pelas questões relativas ao trabalho e enorme preocupação com o desemprego. As manifestações destes conferem centralidade ao trabalho, situando-o acima de referências e valores culturais e sociais como relacionamento amoroso, família, religião, sexualidade, Aids, drogas, violência e esporte. Todavia, esses dados não podem ser tomados homogeneamente, pois o sentimento de impotência diante do desemprego é sentido mais pelos jovens de baixa renda, com menor escolaridade, negros e com idade mais elevada (21 a 24 anos).

Embora a educação não tenha ocupado posição tão destacada quanto o trabalho no conjunto de interesses e preocupações dos jovens pesquisados, é importante ressaltar, de acordo com Guimarães (idem), que, como valor, ela se ombréia ao trabalho. É possível que isso se deva ao fato de que, apesar dos pesares, a educação está mais “disponível” que o trabalho. Com efeito, Sposito (2005), baseada na mesma pesquisa utilizada por Guimarães, chama a atenção para a ocorrência da expansão do ensino brasileiro entre 2001 e 2003, a qual seria responsável por um salto significativo na proporção de matriculados ao final do período.

No entanto, a educação ocupa uma posição ambígua nesse contexto. De um lado, é exaltada pelas contribuições que poderia oferecer para a constituição de sociedades mais ricas, mais desenvolvidas, mais igualitárias e mais democráticas. De outro lado, especialmente em países periféricos, é profundamente questionada, por não estar em condições de garantir à população em geral o acesso aos bens culturais, sociais e econômicos que poderiam garantir-lhe os benefícios decorrentes de sua pertença à sociedade.

No caso brasileiro, esse questionamento se dá predominantemente em relação à educação pública e, portanto, à ação do Estado, não raro opondo-a à atuação da iniciativa privada, generalizada e erroneamente considerada de melhor qualidade e, por isso, mais eficiente. Por esse motivo, assistiu-se, no país, especialmente a partir da década de 1990, não só uma radicalização desse questionamento, feito inclusive pelo próprio Estado que dele anteriormente se defendia, mas também a adoção de medidas que, segundo o discurso corrente, oficial ou não, tinham por objetivo superar as deficiências historicamente constatadas, mas só recentemente admitidas e assumidas e, ao mesmo tempo, elevar o nível de qualidade da educação pública de modo que esta cumprisse o papel que lhe caberia, segundo tais discursos, na promoção do desenvolvimento nacional.

O pressuposto do Ministério da Educação e do Desporto ao produzir e implementar as reformas do Ensino Médio e do Ensino Técnico na década de 1990 foi o de que a educação básica e a formação profissional continuada constituiriam os pilares para a inserção competitiva do país no mercado internacional globalizado. Nessa linha de raciocínio, as reformas nacionais que vêm sendo implementadas parecem visar principalmente a adaptação do sistema educacional às demandas do setor produtivo, querendo fazer crer, ao mesmo tempo, que elas seriam da sociedade como um todo. Os argumentos brandidos neste caso ressaltavam, de um lado, a contribuição da educação para o desenvolvimento econômico sustentado, na perspectiva da chamada “competitividade autêntica”, a qual, por suposto, promoveria maior equidade social; de outro lado, argumentava-se, que a educação contribuiria para a mesma equidade pela via da promoção da “empregabilidade” individual, em particular daqueles que não tiveram acesso à escolaridade de alto nível, nem possuem qualificações profissionais apuradas, o que justificaria não só sua exclusão do sistema formal de empregos e mesmo de várias atividades laborais no âmbito da informalidade, mas também o próprio investimento social na educação, o qual, por suposto, representaria a saída individual e coletiva para a crise do emprego em que vivemos.

Esse tipo de enfoque tende a atribuir à educação um papel central no encaminhamento de questões econômicas e sociais, o que ultrapassa de muito suas possibilidades concretas de oferecer respostas a tais expectativas. A resultante objetiva é frustração posto que, de um lado, o lugar ocupado pelo país no contexto da economia internacional tem outras determinações tão ou mais importantes que o nível educacional da população. Mais que isso, o enfoque coloca sobre os ombros dos indivíduos uma carga de responsabilidades que não lhes diz respeito, uma vez que as determinações do desemprego situam-se no plano econômico e político e não apenas ou principalmente no maior ou menor nível de educação e qualificação profissional dos demandantes a um espaço no mercado de trabalho.

Supondo, no entanto, que o argumento seja incorreto (o que não creio) ou esteja ultradimensionado (o que é possível) caberia perguntar que qualidade de formação tem sido oferecida aos jovens que procuram o Ensino Médio e o Ensino Técnico. Essa avaliação é hoje possível, seja com base em pesquisas qualitativas, seja em função dos repetidos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Qualquer que seja a fonte, a conclusão é que a qualidade do ensino público oferecido à maior parte da população jovem, especialmente a mais empobrecida, é muito precária, em função de uma série de fatores, que vão das instalações físicas e equipamentos à natureza das propostas educativas em curso, passando pela formação dos professores e pelo financiamento.

É, por isso, injusto e, mais que isso, perverso, responsabilizar os jovens pelas dificuldades que encontram em inserir-se no mercado de trabalho, considerando prioritariamente sua bagagem escolar. Um exemplo flagrante disso é apresentado por Sposito (2005, p. 104): “(...) o desemprego afeta a todos, mas na amostra investigada atingiu em maior grau os que estavam tendo acesso ao ensino médio ou já haviam concluído essa etapa da escolaridade”. Dados como estes, os

² A pesquisa se propôs a realização de um levantamento quantitativo de informações tendo por referência uma amostra de 3501 jovens, contemplando diferentes dimensões geográficas, múltiplas variáveis e um conjunto de temas que abarca vários aspectos da vida juvenil.

quais têm sido referendados por outros estudos, evidenciam que a relação entre escolaridade e trabalho é mais complexa do que sugere o simplismo da teoria do capital humano.

Finalmente, é necessário considerar a situação dos jovens que estão fora da escola ou em situação de defasagem idade/série. Kuenzer (2006), analisando as políticas educacionais de educação profissional dos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, mostra como elas tendem, de um lado, à privatização do atendimento, à formalização das relações entre educação profissional e educação básica, à ênfase no conhecimento tácito ao invés de no conhecimento técnico-científico, à pulverização de ações e à duplicação de recursos alocados aos programas e, de outro, a resultados pouco animadores. Por isso, defende a necessidade de revisão profunda de tais políticas, proposição com a qual me alinho, salientando, no entanto, que não existem soluções fáceis para a complexa e contraditória relação entre educação e trabalho, especialmente quando o foco das preocupações se localiza no enorme contingente empobrecido de jovens brasileiros.

Perspectivas de trabalho para jovens portadores de necessidades educacionais especiais

No que diz respeito a informações sobre a situação dos portadores de necessidades especiais no mercado de trabalho, a OIT, por ocasião do Dia Internacional das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, lançou, em dezembro de 2007, um informe intitulado “O direito ao trabalho decente das pessoas com necessidades especiais”, divulgado pela Agência de Informação Frei Tito para a América Latina (ADITAL)³. A OIT considera trabalho decente aquele que é realizado em condições de trabalho e de salubridade que respeitem o trabalhador e suas características psico-físicas. Embora o comunicado dê conta da existência de vários instrumentos internacionais tendo em vista a garantia dos direitos dos portadores de necessidades especiais, alguns dos quais aprovados pela OIT⁴, informa também, que “no mundo do trabalho, costuma-se registrar alto desemprego, subemprego, salários menores que as pessoas sem necessidades e com frequência [os portadores dessas necessidades] preferem retirar-se dos mercados trabalhistas”.

No plano nacional, não há estatísticas disponíveis, nem no âmbito do governo federal, nem no âmbito estadual, sobre a situação de emprego dos portadores de necessidades especiais. A consulta às estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), via pesquisas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), evidenciaram que os trabalhadores são agrupados a partir das categorias sexo, escolaridade, raça e posição ocupada no campo de atuação. A consulta ao IBGE resultou igualmente infrutífera. Desta forma, não há como estimar qual proporção de portadores de necessidades especiais está empregada, relativamente ao total da População em Idade Ativa (PIA) no país.

As informações disponíveis tendem a ser pontuais e localizadas. O site *lerparaver*⁵, por exemplo, divulgou recentemente informações sobre oportunidades de emprego em algumas firmas (cerca de 9), parte das quais destinadas a portadores de necessidades especiais. Exceto em um caso, no campo de tecnologias da informação, em que a oferta se referia a profissionais e estagiários, abrangendo formação desde nível superior a técnico, as demais se reportavam a trabalhos como atendente em geral e de telemarketing, auxiliar administrativo e de escritório, auxiliar de limpeza, auxiliar de linha de produção, digitador, escrivão, oficial de serviços gerais, promotor de vendas, recepcionista, vigilante, representante de atendimento, arquivista, massagista, auxiliar de estoque, secretária, help desk, analista de Departamento de Pessoal.

Como é possível verificar, trata-se de trabalhos que, no geral, exigem pouca qualificação específica e, em alguns casos, não demandam escolaridade mais avançada. Dentre as firmas que anunciaram no site, quatro não mencionaram o nível de escolaridade exigido dos candidatos a emprego portadores de necessidades especiais, uma explicitou que bastaria que o candidato fosse alfabetizado, três fizeram a exigência de ensino médio completo e apenas uma mencionou a exigência de curso superior.

Os dados acima complementam-se no sentido de tornar o portador de necessidades especiais um “cidadão menor”: a oferta seletiva de postos de trabalho com poucas exigências de qualificação técnica, cujo fundamento pode ser a suposta dificuldade de tais sujeitos sociais para o desempenho de atividades tecnicamente mais sofisticadas, favorece a inibição do estímulo destes para buscar qualificações técnicas mais avançadas, reforçando aquela mesma seletividade. Por outro lado, o setor educacional também parece preocupar-se pouco com a questão. Em contato informal, um professor de larga experiência no ensino técnico público paulista, que atua numa rede que há mais de vinte anos detém a hegemonia desse ensino no Estado, informou que, na hipótese de candidatos portadores de necessidades especiais serem aprovados nos exames de ingresso, serão acolhidos, mas que a rede não tem uma política direcionada para o atendimento dessa parcela da população. Verifica-se, assim, um duplo cerceamento a direitos desses sujeitos sociais.

Na tentativa de verificar as ações na área do trabalho voltadas para o respeito aos direitos relativos a essa área, foi feita a consulta ao Instituto Observatório Social, uma iniciativa da CUT-Brasil em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) e a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO). Segundo o site da entidade, esta

³ www.adital.com.br/site/noticia_imp.asp?cod=30853&lang=PT, consultado em 08/06/2008.

⁴ Convênio 159, de 1983, sobre readaptação profissional e o emprego (pessoas inválidas); Recomendação 195, de 2004, sobre o desenvolvimento dos recursos humanos; Repertório de recomendações práticas sobre a gestão das necessidades no lugar do trabalho (2001).

⁵ www.lerparaver.com/node/7390, consultado em 08/06/2008.

realiza um trabalho de monitoramento do comportamento social, trabalhista e ambiental das empresas instaladas no Brasil, através de pesquisas participativas envolvendo sindicatos, trabalhadores e as próprias empresas. As práticas empresariais são confrontadas com padrões extraídos, principalmente, das Convenções e Recomendações da OIT⁶.

É interessante examinar o quadro abaixo, construído pelo Observatório a partir de “uma série de referências nacionais e internacionais que dialogam com o tema da responsabilidade social empresarial” (idem), no que se refere ao tema da discriminação pois este é um dos aspectos mais comuns nas situações de trabalho de portadores de necessidades especiais, apesar da legislação vigente a respeito.

QUADRO 1 - CONVENÇÕES DA OIT – TEMAS E CENTRALIDADE

CONVENÇÕES	CENTRALIDADE	SITUAÇÃO NO BRASIL
Liberdade Sindical 87 e 135	Liberdade de organização dos trabalhadores, sem interferência dos empregadores e do Estado.	A C87 não está ratificada e a C135 foi ratificada em 18/05/1990.
Negociação Coletiva 98 e 151	Direito de todos os trabalhadores à negociação coletiva sem interferência.	A C98 foi ratificada em 18/11/1952, e a C151, que trata de trabalhadores no serviço público, não está ratificada.
Trabalho Forçado 29 e 105	Abolição do trabalho exercido por meio de coação ou castigo.	A C29 foi ratificada em 25/04/1957 e a C105, em 18/06/1965.
Trabalho Infantil 138 e 182	Efetiva erradicação do trabalho infantil.	C138 (Idade mínima) ratificada em jun/2001 e C182 (Piores formas) ratificada em 02/02/2000.
Discriminação de Gênero e Raça 100 e 111	Não discriminação por motivos de sexo, origem racial, religião, opinião política e ascendência.	C100 ratificada em 25/04/1957 e C111, em 26/11/1965.
Saúde e Segurança no Trabalho 148, 155, 170 e 174	Adequação do meio ambiente interno à segurança e saúde no trabalho.	C148 (meio ambiente interno) ratificada em 14/01/82; C155 (segurança e saúde) em 18/05/92; C170 (produtos químicos) em 23/12/96; C174 (acidentes industriais maiores) não ratificada.

Fonte: Observatório Social, 2002.

Como é possível notar, o Observatório, tomando por base as convenções da OIT, volta-se tão somente para a discriminação de gênero e raça, ainda que alguns dos indicadores levados em conta, afetariam também os portadores de necessidades especiais, como, por exemplo: desigualdade salarial para trabalhos iguais, desigualdade na ocupação de cargos de chefia, desigualdades nas oportunidades de aperfeiçoamento profissional, a existência de critérios discriminatórios para o preenchimento de vagas.

A comparação das convenções da OIT consideradas pelo Observatório com os instrumentos referidos na nota 3 da página 12 mostra que nenhum destes foi considerado pela entidade, assim como não o foi a Recomendação 99 da mesma OIT, de 1955. Isto é indicador da ausência de maior preocupação com a situação dos portadores de necessidades especiais no âmbito do trabalho, apesar da legislação brasileira a respeito (Lei 7853, de 1989; Lei 8.112 de 1990⁷; Lei 8.213 de 1991⁸; Lei 10.098 de 2000 e vários Decretos)

Uma segunda consulta, também com o objetivo de verificar a observância dos direitos dos portadores de necessidades especiais, foi feita ao site do DIEESE no qual encontrou-se uma pesquisa intitulada Negociações coletivas de trabalho – garantias a trabalhadores com deficiência⁹, publicizada em 2006¹⁰, por meio da qual a instituição buscou “elaborar um panorama [das negociações coletivas sobre as garantias às pessoas com deficiência] de forma a detectar a presença [das cláusulas que as contemplam] nos instrumentos normativos firmados pelas diversas categorias profissionais” (p. 3), bem como “revelar a natureza das garantias pactuadas” (idem) valendo-se para tal da análise dos “instrumentos normativos registrados no Sistema de Acompanhamento de Contratações Coletivas – SACC-DIEESE” (idem), correspondentes aos anos de 2004 e 2005. Os dados que se seguem sintetizam os dados coletados e análises produzidas pela entidade.

Foram analisadas 204 unidades de negociação, das quais “72, ou seja, 35% do universo pesquisado – dispõem sobre essa questão” (p.4). Dentre elas, 20 incluem mais de uma cláusula no mesmo contrato. A distribuição, por setor de atividade

⁶ Informação obtida em www.observatoriosocial.org.br/portal/index.php?option=content&task=section&id=6&Itemid... Consulta realizada em 08/06/2008.

⁷ Assegura aos trabalhadores com deficiência o direito a até 20% das vagas oferecidas em concursos públicos

⁸ Obriga as empresas com mais de 100 empregados a preencherem de 2% a 5% dos postos de trabalho com pessoas deficientes ou beneficiários da previdência social reabilitados

⁹ O Dieese utiliza a nomenclatura deficientes, ao invés de portadores de necessidades especiais, seguindo recomendações recentes na área.

¹⁰ www.dieese.org.br, consultado em 08/06/2008.

econômica, das negociações que contemplam as cláusulas de garantia aos portadores de necessidades especiais, revelou ser a indústria o setor que mais contempla o tema. Dentre as 72 negociações que compõem o universo, cerca de 43% situam-se nesse setor, particularmente as relativas às indústrias urbanas. O setor que menos atenção confere às garantias supracitadas é o rural: “das nove unidades presentes no SACC-DIEESE, apenas uma prevê garantias a deficientes” (p. 5). Aproximadamente 33% das negociações examinadas referem-se ao setor serviços, destacando-se, nele, o ramo de processamento de dados e, em proporção bem menor, o comércio. No entanto, não são os trabalhadores portadores de necessidades especiais os beneficiários diretos das garantias, mas seus dependentes: do total das 204 unidades de negociação analisadas, 57, ou seja, quase 28%, têm a estes como beneficiários, enquanto que as garantias diretas aos próprios trabalhadores reduzem-se, nesse total, a 17%.

Segundo a pesquisa,

o principal objeto da negociação coletiva sobre trabalhadores com deficiência é a sua contratação. Cerca de dois terços dos dispositivos que se referem ao trabalho do deficiente tratam da contratação. A maior parte delas limita-se a reproduzir as normas legais em vigor, ou seja, a observância das cotas asseguradas em lei. (2006, p. 5)

Outras manifestações referem-se a esforços relativos à inclusão de portadores de necessidades especiais ou à sua não discriminação, “sem, no entanto, estabelecer mecanismos que possibilitem a implementação, acompanhamento e controle dessas medidas (p.5).

O Dieese reconhece que o tema da garantias aos deficientes na situação de trabalho é ainda incipiente no movimento sindical, baseado no fato de que um número diminuto de negociações coletivas de trabalho inclui tais garantias e que a maior parte delas refere-se aos dependentes dos trabalhadores, priorizando-se as medidas assistenciais, tais como concessão de auxílios para atenção a esses dependentes.

No que diz respeito especificamente ao trabalho do portador de necessidades especiais a pesquisa indica que aspectos “como relações, condições de trabalho e qualificação, entre outras, - são tratados em aproximadamente 17% das negociações analisadas” (p. 8), ressaltando que a maioria dos “dispositivos referem-se à contratação de pessoas deficientes e não representam avanços em relação aos direitos legais” (idem), relativos à admissão (cotas, promoção da admissão, não discriminação). Especial atenção merece a constatação de que apenas uma das unidades de negociação examinadas revelou disposição de promover a qualificação dos deficientes contratados.

O relatório assinalou, ainda, a pouca preocupação presente nas unidades de negociação em criar condições de trabalho mais favoráveis aos portadores de necessidades especiais, tais como a adaptação dos processos de trabalho, de instalações físicas e de equipamentos de proteção, ou em tornar obrigatório o auxílio ou reembolso de despesas realizadas com tratamento médico.

Finalmente, o Dieese considera que, apesar dos limites constatados na atenção à garantia dos direitos dos portadores de necessidades especiais relativamente ao trabalho, dois aspectos podem ser considerados positivos. O primeiro refere-se à própria presença dessas garantias nos acordos. O segundo diz respeito ao fato de que, “embora escassas, algumas negociações asseguraram a obrigatoriedade de as empresas notificarem sindicatos representativos dos trabalhadores sobre as contratações de deficientes, o que possibilita uma fiscalização efetiva do cumprimento da legislação” (p. 8)

Como se pode notar, as perspectivas nos campos da educação e do trabalho quando se referem aos jovens em geral são, no primeiro caso, animadoras em termos do acesso, mas limitadas em termos de qualidade. No caso dos portadores de necessidades especiais aparentemente são limitadas em ambos os aspectos, mas, para os portadores de necessidades especiais o são ainda mais no que respeita ao acesso ao ensino técnico. Mesmo que esta modalidade de formação tenha também perdido em qualidade com as reformas da década de 1990, os certificados aí obtidos ainda contam nos processos admissionais das empresas, embora não em todas. De qualquer forma, a finalização do ensino médio é um elemento importante a considerar nesse processo dado que muitas empresas fazem a exigência do certificado correspondente mas, para além disso, valorizam tal formação sob o suposto de que o egresso desse nível de ensino reúne melhores condições intelectuais e sociais dos que os que não o cursaram para inserir-se com melhor proveito nas atividades laborais formais.

Todavia, isto não implica, necessariamente, em inserção nas empresas. Como foi possível perceber na discussão sobre as relações entre jovens e mercado de trabalho, mesmo os detentores do certificado de conclusão do ensino médio que não são portadores de necessidades especiais encontram muitas barreiras para obtenção de empregos formais. Se, níveis de escolaridade mais altos podem significar melhores perspectivas de inserção, outros elementos, tais como o comportamento da economia e, no seu interior, dos setores que a compõem, o montante e as qualificações dos que disputam os postos, as políticas de salário praticadas pelas empresas, a flexibilidade numérica do mercado, a demanda sempre renovada de novas qualificações, etc. interferem sobremaneira na forma como o mercado de trabalho se comporta dinamicamente e como também dinamicamente faz exigências aos que dele participam.

Referências bibliográficas

ABRAMO, H. W. & BRANCO, P. P. M. (orgs.) (2005). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

- BRANCO, P. P. M. (2005). Juventude e trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas. In: ABRAMO, H. W. & BRANCO, P. P. M. (orgs.) (2005). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 129-148.
- CEPAL/OREALC. (1992). Educación y conocimiento: eje de la transformación productiva con equidad. Santiago de Chile.
- DIEESE. (2006). Negociações Coletivas de Trabalho – garantias a trabalhadores com deficiência. São Paulo: Estudos e Pesquisas, www.dieese.org.br, consultado em 08/06/2006.
- DOERINGER, Peter B. & PIORE, Michael. (1971). Internal markets and manpower analysis. Lexington, Mass: D. C. Heath.
- GUIMARÃES, N. A. (2005). Trabalho: uma categoria chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, Helena. W. e BRANCO, P. P. M. (orgs.) (2005). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 149-174.
- KUENZER, Acácia. Z. (2006). A Educação Profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. Campinas: Educação Sociedade, 27(96), 877-910.
- NOVAES, R. & VANUCCHI, P. (orgs.) (2004). Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- POCHMANN, Márcio. (2004). Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, R. e VANUCCHI, P. (orgs.) (2004). Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 217-241.
- SPOSITO, Marília. (2005). Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, H. W. e BRANCO, P. P. M. (orgs.) (2005). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 87-127.

Abandono aprendido: da investigação às propostas de acção

Nuno Lima-Santos
Universidade Fernando Pessoa
nulisa@gmail.com

Nelson LIMA-SANTOS
Universidade Fernando Pessoa
limasant@ufp.edu.pt

Resumo: Este estudo tem como mote a visão da psicologia social sobre a exclusão social, particularmente a relação entre trabalho e pobreza, no Grande Porto. O objectivo geral deste trabalho é o de abordar os impactos psicológicos do desemprego e os efeitos psicossociais da duração do desemprego. Procura-se, assim, construir um modelo explicativo integrador, a partir de abordagens teóricas como a teoria atribucional do abandono aprendido, a teoria da expectativa-valor, da auto-eficácia e do desenvolvimento ao longo do ciclo de vida. Este modelo visa enfatizar o papel das atribuições causais e do abandono aprendido no que se refere à autonomia de diferentes tipologias de desempregados à procura de emprego.

Finalizamos com a apresentação de um estudo empírico, que investiga o abandono aprendido em contexto sócio-laboral, particularmente entre empregados e desempregados do sector corticeiro, utilizando uma amostra de 188 sujeitos, empregados no sector ou desempregados com experiência profissional anterior no sector. Os resultados do estudo das qualidades psicométricas da Escala de Abandono Aprendido evidenciam bons índices de validade, fidelidade e sensibilidade. Foram ainda realizados estudos diferenciais, em função das variáveis sexo (feminino 51,5% e masculino 48,4%), idade (dos 16 aos 30 anos 52,1% e dos 31 aos 45 anos 47,9%), escolaridade (1º ciclo 25,5%, 2º ciclo 26,5%, 3º ciclo 28,1% e secundário 19,6%) e situação sócio-laboral (empregados 50% e desempregados 50%), cujos resultados evidenciam que os sujeitos com maior escolaridade, tal como os sujeitos empregados, apresentam menor abandono aprendido do que, respectivamente, os participantes com menor escolaridade e os desempregados.

Introdução: Exclusão social, pobreza, (des)emprego e trabalho

Um ponto marcante no ciclo de vida de um indivíduo é tanto a conquista de um emprego, como, em sentido diametralmente oposto, a ruptura em relação ao mercado de trabalho, a qual se traduz em desemprego. Podemos ver neste segundo cenário, uma fase relevante no percurso de “marginalização” ou, pelo menos, enquanto momento descendente do processo reconhecido como “exclusão social”. O desemprego, quando prolongado, poderá acarretar mesmo um “desligamento” irreversível face ao mercado de trabalho. A fase extrema – a da exclusão social – é caracterizada não só pela ruptura com o mercado de trabalho, como por rupturas familiares, afectivas e relacionais.

Note-se que o mercado de trabalho não tem apenas importância para o indivíduo enquanto fonte de rendimentos, mas também na sua qualidade de local e factor de socialização e de integração social. Esta característica do mercado de trabalho tem sido realçada sobretudo na comparação entre países com elevadas taxas de desemprego e os que mantêm taxas de desemprego relativamente baixas à custa de condições precárias de trabalho (designadamente, o salário). Argumenta-se que, precisamente por causa do papel de integração social inerente ao trabalho, um emprego, mesmo que precário e com

salário baixo, é preferível ao desemprego, mesmo quando lhe corresponde um subsídio de desemprego razoável (Bruto da Costa, 2005, 2008).

Encarando a exclusão social de um ponto de vista simbólico, isto é, atendendo à sua dimensão subjectiva, observamos um conjunto de “perdas” que o excluído sofre, e que se agravam com a permanência na situação de exclusão, no campo das referências: perda de identidade social, de auto-estima, de auto-confiança, de perspectiva de futuro, de capacidade de iniciativa, de motivações, do sentido de pertença à sociedade, etc.. No fundo, o desemprego acarreta perda de rendimentos normais (domínio económico), afecta as relações sociais (domínio social) e, atinge, ainda, o excluído na sua identidade social (domínio das referências) (Bruto da Costa, 2005, 2008).

Segundo Bruto da Costa (2005), podemos identificar cinco tipos de exclusão social: de tipo económico, de tipo social, de tipo cultural, de origem patológica, ou por comportamentos auto-destrutivos. Na exclusão de tipo social, a própria causa da exclusão situa-se no domínio dos laços sociais. É uma situação de privação de tipo relacional, caracterizada pelo isolamento, por vezes associada à falta de auto-subsistência e autonomia pessoal. No caso concreto do emprego, diz Bruto da Costa (2008: 67), “não se trata já da questão dos níveis de salários que deverão assegurar rendimentos susceptíveis de permitir um funcionamento social autónomo, mas de outras características – que não estão desligadas naturalmente da questão económica – mas que privilegiam um enfoque nas formas de acesso e de concretização do emprego (inserção laboral precoce, insegurança laboral, condições de trabalho precárias, desemprego, etc.)”.

Dentro da exclusão social, encontramos a pobreza, definida como uma “situação de privação resultante da falta de recursos” (Bruto da Costa, 2005: 26). Na pobreza modificam-se os hábitos, alteram-se os valores, transforma-se a cultura, ensaiam-se estratégias de sobrevivência, a revolta inicial vai cedendo lugar ao conformismo, vai baixando o nível de aspirações, esbata-se a capacidade de iniciativa, enfraquece a auto-confiança, modifica-se a rede de relações, ocorre a perda de identidade social e, eventualmente, a perda de identidade pessoal. Consequentemente, Sen (2003) na sua perspectiva de pobreza introduz dois conceitos: a habilitação (entitlement), que permite o acesso, e a capacidade, para que a pessoa possa funcionar e buscar o tipo de felicidade que tem razões para preferir, isto é, que lhe permite ser livre. Sen (2003) responsabiliza claramente a pobreza como o factor condicionador do desenvolvimento individual e social. Segundo o Painel dos Agregados Domésticos Privados da União Europeia, a pobreza persistente – definida como pobreza com a duração de dois ou mais anos – no Norte de Portugal era de 28,5%, isto é, superior em 70% ao número de pessoas que foram pobres durante pelo menos um ano dos seis anos cobertos pelo Painel, isto é, entre 1995 e 2000 (Bruto da Costa, 2008).

Se um indivíduo for desempregado, trabalhador precário, pessoa idosa ou portadora de deficiência, isto é, se estiver numa situação económica na sociedade, situada à margem do sistema produtivo, verá os seus rendimentos diminuir, a sua rede de relações ainda mais limitada, perdendo uma parte significativa da sua identidade social e um dos principais mecanismos de integração social – o emprego – entrando numa situação caracterizada de pobreza (Bruto da Costa, 2008). E, caracterizando os elementos para a compreensão da pobreza em Portugal, Bruto da Costa (2005: 44) resume: “Quem conheça o nosso sistema de pensões, o mercado de trabalho, o sistema de salários e o carácter precário de algumas actividades por conta própria (...) saberá que, com estes tipos de sistemas, é forçoso que haja pobreza em Portugal. A montante dos sistemas referidos, encontra-se o sistema educativo e de formação profissional, onde, em certa medida, começa e termina o círculo vicioso da pobreza. O sistema educativo é, também, uma das principais pontes de transmissão da pobreza de uma geração a outra”.

Hoje em dia, a maior parte das vezes em que se fala de pobreza ou exclusão, tem-se em mente, por exemplo, a situação dos sem abrigo. Sabe-se que más condições de habitação – espaço exíguo, falta de privacidade, más condições de higiene e salubridade, falta de condições mínimas de conforto – geram tensões que agudizam os problemas relacionais correntes, que a maioria das famílias e casais resolvem sem grandes dificuldades, transformando-os em problemas graves, que podem levar a rupturas. A própria pobreza pode conduzir a uma situação de sem abrigo por outros percursos. Um dos mais simples é o da pessoa que caiu no desemprego de longa duração, não poder, consequentemente, pagar a renda de casa e, por isso, passar a residir na rua. No entanto, segundo o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) de 2004 e o Inquérito Directo aos Trabalhadores Pobres do mesmo ano, a proporção de indivíduos pobres empregados situava-se perto dos 39% (Bruto da Costa, 2008). No que respeita à pobreza, verifica-se que o facto de estar empregado permite reduzir a vulnerabilidade à pobreza (14,4%), embora não seja condição suficiente mas, mesmo assim, evidenciando um nível de vulnerabilidade inferior ao do desempregado (26,3%) (Bruto da Costa, 2008).

Para definirmos as noções de exclusão social, pobreza e desemprego, deveremos encarar a necessidade de distinguir trabalho e emprego, conceitos hoje praticamente sobrepostos. Em princípio nada obriga a associar o trabalho a uma fonte de rendimento e, menos ainda, a única fonte de rendimento. O trabalho é, em si, uma dimensão fundamental da existência humana, mas é possível concebê-lo de modo a que a relação trabalho-rendimento não exista ou não seja rígida, e existam fontes alternativas de rendimento. A disseminação do capital poderia constituir uma dessas alternativas, assim como certas transferências de natureza redistributiva. O salário, o rendimento do capital e as transferências constituiriam, assim, tipos distintos e complementares de rendimentos familiares. A distinção entre trabalho e emprego viria, igualmente, permitir a integração social, através do trabalho, dos reformados, cada vez mais necessário, quer por representarem uma proporção crescente da população, quer pela extensão do período de reforma e de manutenção das capacidades físicas e intelectuais dos reformados.

Para Peter Warr o trabalho “é usualmente definido de modo a indicar que é uma actividade direccionada para objectivos valorizados para além do gozo da actividade em si própria. Isto não quer dizer que o trabalho não possa ser

apreciado; meramente que o prazer imediato não entra na sua definição. Além disso, as suas definições sugerem que o trabalho é uma necessidade e que envolve o dispêndio de esforço.” (2002: IX). O emprego pago é, desde há muito, a pedra de toque da sociedade. É fonte de coesão social e bem-estar material. Para o indivíduo é um factor crucial para a sua saúde mental e física. A maioria dos adultos passa grande parte da sua vida no trabalho e são por ele afectados de múltiplas e às vezes conflituantes maneiras. Assim, a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, assume um papel importante pelas dinâmicas de sociabilidade que dele decorrem, “(...) criando-se «quotidianos de coexistência» profissional que desempenham um papel importante de inclusão social, contribuindo assim para que o mercado de trabalho surja como um duplo factor de inclusão social. Por um lado, é gerador de laços sociais. Por outro, (...) é fonte de rendimentos” (Bruto da Costa, 2008: 78 e 79).

Muitas definições de desemprego incluem a noção de que a pessoa desempregada terá que estar não só sem trabalho, mas também à procura de um. Estaríamos assim a excluir os adultos com idade inferior à reforma que estando sem trabalho não se encontram à procura de um. Por exemplo, uma mulher poderá voluntariamente desistir do seu trabalho para cuidar da sua criança. Warr (1987) chama às pessoas deste grupo os “não empregados” e distingue-os dos desempregados. Torna-se assim claro que o trabalho pode ocorrer dentro do emprego, desemprego ou “não emprego”. O trabalho é um conceito geral e poderá adoptar diferentes formas dependendo da presença ou ausência de um acordo de troca, um salário, uma obrigação para com um empregador, intenção e escolha e por aí adiante.

Impacto psicológico do desemprego

Feather desenvolveu um programa de estudos em torno do impacto psicológico do desemprego, a partir dos finais da década de 1970, que prosseguiu até 1990, quando publicou a obra “The Psychological Impact of Unemployment” (Feather, 1990). A maioria dos estudos neste domínio preocupou-se com os efeitos do desemprego junto de pessoas jovens mas, mais recentemente, realizaram-se também investigações com desempregados adultos de meia-idade. Tal como explica Feather (1990), o interesse em pesquisar o impacto psicológico do desemprego parece acompanhar períodos de rápido aumento nas taxas de desemprego. Assim, na década de 1930 e 1940 apareceram inúmeras publicações relacionadas com a Grande Depressão, que sucedeu após o crash bolsista em Nova Iorque em 1929, e, mais recentemente, com crises cíclicas de desemprego surgem novas publicações em torno dos efeitos de estar sem trabalho e emprego.

Para Feather (1990) o que é importante saber é quais são os efeitos do desemprego em termos de bem-estar psicológico, valores e motivação no trabalho, na visão que cada um tem de si próprio e em determinados comportamentos como a procura de emprego. Como é que estes efeitos variam entre indivíduos e grupos e que factores são responsáveis por estas variações. Como é que as pessoas explicam o desemprego e como é que essas explicações podem ser entendidas à luz da experiência pessoal e as atitudes e valores subjacentes. E, já agora, que teorias têm sido desenvolvidas para explicar a forma como as pessoas reagem ao desemprego, quer em termos cognitivos e afectivos, quer em termos de respostas comportamentais como a procura de emprego.

Efeitos psicossociais da duração do desemprego

A importância que adquirem os efeitos psicossociais associados ao prolongamento do tempo de desemprego, tanto para os desempregados como para as suas famílias, foi tomada como manifesta desde as primeiras investigações neste domínio, desenvolvidas na década de trinta. Sem subestimar os contributos dados pelos estudos publicados nessa década, há que ressaltar que, em quase todas as investigações, houve a utilização de metodologias qualitativas, cujos resultados foram maioritariamente obtidos por recurso à técnica do estudo de caso.

A partir da década de 1970 surgem os primeiros estudos quantitativos e começamos a encontrar as primeiras investigações que procuram explicar os efeitos psicossociais do desemprego em função da sua duração. Nesta década surgem duas abordagens que analisam a transição psicossocial que os indivíduos desempregados enfrentam. Briar (1976, in Martinez, 1986) leva a cabo um extenso estudo com uma amostra de 52 trabalhadores desempregados da cidade de Seattle. A partir dos dados recolhidos mediante entrevistas estruturadas, Briar esboça um ciclo definido, basicamente, por duas etapas: a fase inicial, que começa no momento em que o trabalhador perde o emprego e se caracteriza por um “manto de optimismo” que o envolve neste primeiro período, e uma segunda fase, que começa quando o trabalhador reconhece que o desemprego pode ser uma forma de vida para um determinado período de tempo (Briar, 1976, in Martinez, 1986).

Nos finais da década de 1970, e tendo como foco principal a Universidade de Sheffield, surge um amplo grupo de investigadores que vão desenvolver múltiplos estudos relacionados com os efeitos psicológicos do desemprego. Hartley (1980a, in Martinez, 1986) estuda as variações da auto-estima num grupo de 87 quadros superiores desempregados através de dois tipos de análise: uma, transversal, comparando este grupo com outro de quadros superiores empregados (N=64), e outro, longitudinal, em que relaciona o nível de auto-estima com o prolongamento do desemprego.

A perspectiva de Warr (1987, 2002) contempla a transição de um papel de empregado para um de desempregado a partir das seguintes premissas: (i) o conteúdo de um papel pode ser descrito em termos de tarefas, rotinas, posição social e dimensão física e material; (ii) cada papel traz consigo custos e benefícios.

Para Warr (1987, 2002), a transição do emprego para o desemprego supõe algo mais do que uma variação das características do papel de empregado, implica a introdução de características de um novo papel – muitas das quais serão

desagradáveis – e determina mudanças no número e no conteúdo de outros papéis não directamente relacionados com a sua dimensão ocupacional. Daí a possibilidade de se darem consequências negativas (Feather, 1990).

Será importante destacar também o número considerável de investigações que sobre este tema surgiram em Portugal e Espanha, principalmente a partir dos anos oitenta (Lima Santos, Ribeiro & Faria, 2003; Martinez, 1986; Rodriguez, 1997; Zabala, 1985).

Se bem que não se possam extrair conclusões definitivas, dada a ausência quase geral de estudos longitudinais, observa-se a confluência das investigações em dois aspectos: (i) o prolongamento do tempo de desemprego produz efeitos psicossociais negativos diferenciados no indivíduo (os mais constatados foram a depressão e a diminuição generalizada dos índices de saúde mental) e (ii) à medida que se prolonga o tempo em que o trabalhador permanece desempregado, este passa por distintas etapas até culminar na assunção de um papel muito mais pobre e limitado, o de desocupado (Martinez, 1986).

Abordagens motivacionais e desemprego

Teoria atribucional do Abandono Aprendido

O modelo original da teoria do abandono aprendido, apresentado por Seligman (1975) relaciona o abandono aprendido a uma expectativa de que os efeitos ou resultados sejam independentes das respostas comportamentais. Na reformulação da teoria, proposta por Abramson, Seligman e Teasdale (1978), a expectativa de incontrolabilidade sobre os resultados mantém o seu carácter nuclear na teoria mas recebeu o suplemento de variáveis atribucionais que habilitaram à predição da depressão.

Recentemente, na mais actual elaboração do modelo (Feather & Tiggeman, 1984; Peterson, Maier & Seligman, 1993; Peterson & Seligman, 1984) assumiu-se que as atribuições causais que um indivíduo faz numa situação particular poderão ser influenciadas pelo seu próprio estilo explicativo. Algumas pessoas, poderão ter uma maior predisposição para fazer atribuições causais internas, estáveis e globais para resultados negativos, do que outras. Devido ao seu estilo explicativo, estariam mais em risco de desenvolver sintomas depressivos perante resultados desejados interpretados como improváveis; ou mesmo quando sofrem resultados aversivos interpretados como prováveis.

A partir da década de setenta, diversos autores contemplam o fenómeno do desemprego e os efeitos psicológicos que provoca, do ponto de vista da teoria do abandono aprendido, incorporando nas suas investigações o processo de atribuição como uma variável que, de alguma forma, pode mediar o aparecimento e a intensidade dos défices motivacionais, cognitivos e emocionais (Abramson, Seligman & Teasdale, 1978). Do ponto de vista de Seligman (1975), pode interpretar-se que, à medida que a situação de desemprego se prolonga e que as respostas do indivíduo para sair dessa situação não são frutíferas, este reduz as suas expectativas de contingência para estas respostas, chegando a produzir-se défices motivacionais (diminuem as tentativas de encontrar trabalho), cognitivas (não sente as suas respostas como eficazes) e emocionais (produz-se uma perturbação do equilíbrio emocional).

Feather e Davenport (1981), num estudo com sujeitos desempregados, concluíram que os sentimentos depressivos estavam associados com maior probabilidade a atribuições causais externas. Os autores referem que Abramson, Seligman e Teasdale (1978) reconhecem que os défices depressivos podem aparecer associados a atribuições externas ou internas e ilustram este facto, aludindo precisamente às atribuições causais que estabelecem os desempregados acerca da sua situação (Feather & Davenport, 1981). Para estes autores, um desempregado que presente um estado depressivo pode atribuir a sua situação à crise económica e perceber este factor como algo externo, estável, global e incontrolável, já que não depende de si que a situação se altere. Vai, no entanto, considerar o prolongamento do desemprego como uma variável com uma importante influência na determinação dos efeitos psicológicos provocados pelo desemprego, podendo levar o indivíduo a alterar o seu estilo explicativo do desemprego, para atribuições internas, estáveis, globais e incontroláveis, no sentido de uma maior auto-culpabilização e sentimento de incapacidade própria para alterar o seu estado sócio-laboral.

Num estudo realizado com amostras de jovens empregados e desempregados, Feather (1982, in Feather, 1990) analisa a relação da duração do desemprego com diversas outras variáveis, obtendo correlações negativas, estatisticamente significativas, entre tempo de desemprego e auto-estima e tempo de desemprego e esforço para encontrar um trabalho. Isto é, a frequência de procura de emprego foi diminuindo entre os sujeitos com maior duração de tempo de desemprego.

Na sequência destes resultados, Chambres, Granier e Marescaux (2000) conduzem um estudo na Agência Nacional de Emprego Francesa (ANEF), onde evidenciam a correlação entre o estilo atribucional e a autonomia geral na procura de emprego e duração do desemprego. Do estudo conduzido, com uma amostra de 867 utentes desempregados da ANEF, resultou a consideração de diferentes estilos atribucionais e do grau de autonomia na procura de emprego, nomeadamente pelo uso dos instrumentos de apoio da ANEF. Os autores construíram uma tipologia de 10 perfis de desempregados, que variavam entre indivíduos não autónomos e sem abandono aprendido até indivíduos autónomos, com atribuições causais externas mas sem abandono aprendido. Este estudo culminou com a enunciação de 10 recomendações à ANEF, de modo a que os sujeitos em situação de desemprego, particularmente desemprego prolongado, fossem abordados de forma diversificada e mais eficaz pelas agências públicas de promoção do emprego.

Justifica-se uma última nota sobre o trabalho de Bruto da Costa e colaboradores, já atrás mencionado. Na sua mais recente obra sobre pobreza e vulnerabilidade à exclusão social em Portugal, mais de metade dos inquiridos remeteu a responsabilidade da existência de situações de pobreza para fenómenos sociais (injustiça da sociedade – 38,9%; parte inevitável do progresso moderno – 15,1%). Importa realçar que 11,3% dos sujeitos remetem a sua condição de pobreza para o

destino/fatalidade ou falta de sorte, sendo que esta percentagem sobe para o dobro entre os que afirmam sempre terem vivido na pobreza (Bruto da Costa, 2008).

Apesar da predominância de uma lógica atribucional externa, estável e global, em um terço dos casos persiste uma perspectiva culpabilizante (locus interno), associando essa condição à preguiça ou à falta de vontade destas pessoas. Entre empregados e desempregados predominam as atribuições causais externas à sociedade, com predomínio para os desempregados (77,3%) face aos empregados (57,3%). Curiosamente, ou talvez não, os empregados fazem mais atribuições internas culpabilizantes pela pobreza do que os desempregados (31,7% vs. 18,2%, respectivamente). Bruto da Costa (2008: 187) afirma: “A percepção da pobreza pela sociedade portuguesa revela que a maioria dos portugueses tem uma compreensão «pré-científica» das causas da pobreza, na medida em que a atribui a factores tais como a sorte, a inevitabilidade, o fatalismo, ou faltas imputáveis aos pobres”. Aspectos que configuram uma postura não apenas pessimista mas conformada, diríamos que a pobreza, especialmente entre os sempre pobres, foi aprendida como incontornável, as suas expectativas são baixas independentemente do factor a que a atribuam e a sua postura é de resignação. “A pobreza é olhada como um elemento «normal» da sociedade, com o qual a gente se habituou a conviver sem sobressalto” (Bruto da Costa, 2008: 192).

Teoria da Expectativa-Valor

A teoria da expectativa-valor tenta relacionar as acções de uma pessoa com a atracção ou aversão percebida sobre os efeitos ou resultados esperados. O que a pessoa faz é visto como tendo alguma relação com as expectativas que a pessoa tem e com o valor subjectivo dos efeitos ou resultados que poderão ocorrer na sequência da acção. As expectativas abarcam as crenças sobre se uma acção poderá ser desempenhada até um patamar requerido, que define um resultado positivo, bem como as crenças acerca das consequências positivas e negativas que poderão ocorrer como efeito da acção.

Esta abordagem tem tido uma larga aplicabilidade em Psicologia e surge designada por uma variedade de designações. No entanto, Feather reuniu e actualizou um conjunto de modelos que surgiram desde a década de 30, a partir de inúmeras áreas da Psicologia, e editou o livro *Expectations and Actions* (1982) onde novos desenvolvimentos e críticas aos modelos de expectativa-valor foram feitos, em relação a sete domínios diferentes: motivação para a realização, teoria atribucional, feedback de informação, teoria da aprendizagem social, valores e atitudes, psicologia organizacional e teoria do processo de tomada de decisão. Tem havido novos desenvolvimentos desde 1982, especialmente na teoria atribucional (Weiner, 1985, 1886) e a partir do estudo da volição ou vontade (Kuhl, 1987).

Como é que esta teoria pode ser aplicada na investigação do desemprego? Feather e O'Brien (1987) analisaram o comportamento de procura de emprego dentro desta moldura teórica. Poderemos assumir que a acção que se relaciona com procurar um trabalho, vai depender da força das expectativas da pessoa de que vai encontrar emprego após tentativas de procura, e com base na atracção percebida de ter um trabalho (valência positiva). A expectativa será cada vez mais fraca na sequência de muitas tentativas mal sucedidas de obter um emprego. A atractividade ou valência positiva de ter um emprego será influenciada pelas necessidades e valores da pessoa e por outros factores, tais como a natureza do trabalho específico ao qual se está a candidatar. Foram feitas também análises das respostas depressivas ao desemprego em relação às tendências de acção, expectativas e valências (Feather & Barber, 1983; Feather & Davenport, 1981).

Na sequência destes estudos, Rodríguez (1997) propôs um modelo que assume que o relacionamento entre expectativas de sucesso, compromisso com o trabalho, motivação, atribuição causal, auto-estima e depressão, é moderado por (i) o facto de o indivíduo desempregado estar ou não à procura de um primeiro emprego e (ii) pela idade. É proposto que, para o desempregado à procura do seu primeiro emprego, o relacionamento entre estas variáveis será consistente com os pressupostos da teoria da expectativa-valor, mas para aqueles que já tiveram um trabalho anterior, estas variáveis relacionar-se-iam mais de acordo com a teoria do abandono aprendido.

Teoria da Auto-Eficácia

É também possível relacionar a pesquisa do impacto psicológico do desemprego com a teoria sociocognitiva de Bandura, na qual o conceito de auto-eficácia tem um papel nuclear (Bandura, 1977, 1982, 1986, 1988, 1996). A teoria sociocognitiva enfatiza factores tais como: as aprendizagens passadas em contextos sociais, os efeitos da aprendizagem por modelos, as competências individuais de auto-regulação e a monitorização do comportamento em relação a parâmetros internos e influência social, a capacidade dos indivíduos de discriminar entre situações e generalizar aprendizagens passadas, os efeitos das expectativas cognitivas na iniciação e manutenção de sequências de acção e o papel das consequências afectivas geradas pelo próprio (Bandura, 1986).

De acordo com Bandura (1988: 41) a “capacidade de exercitar a auto-agência pelo desafio pessoal e reacção avaliativa às próprias conquistas proporciona um importante mecanismo cognitivo de motivação e auto-direccionamento.”. Bandura (1988: 42) indica que “é em parte com base nas convicções de eficácia em si próprio que as pessoas escolhem que desafios enfrentar, qual a dose de esforço a despende na empreitada, até quando preservar face a dificuldades. (...) Aqueles que estão seguros das suas capacidades, intensificam os seus esforços quando falham na obtenção do que procuram e persistem até serem bem sucedidos”.

Bandura (1977: 193) distingue expectativas de eficácia de expectativas de resultado. Assim, “uma expectativa de resultado é definida como a estimativa que uma pessoa faz de que determinado comportamento irá levar a, ou produzir determinados efeitos. Uma expectativa de eficácia é a convicção de que consigo executar com sucesso o comportamento requerido para produzir os resultados.”. Em outra obra, a auto-eficácia percebida é definida como “os juízos que as pessoas

fazem das suas capacidades de organizar e pôr em prática planos de acção, para obter determinado tipo de desempenho” (Bandura, 1986: 391).

Existe, actualmente, um extenso corpo de pesquisa sobre os efeitos das diferenças de auto-eficácia, com aplicações a muitas áreas diferentes – por exemplo, o tratamento de fobias, recuperação de ataques cardíacos, desempenho escolar, comportamento auto-regulatório (Bandura, 1986). Bandura (1986, 1988) considera diversas propriedades dos objectivos, a questão do envolvimento nos objectivos, a natureza hierárquica dos sistemas de objectivos e as relações entre discrepâncias de objectivos e o humor.

A discussão que Bandura empreendeu sobre a inter-relação dinâmica entre definição de objectivos, informação de retorno, desempenho, reacção afectiva a discrepâncias e auto-eficácia percebida, poderá ser aplicada à análise do comportamento após perda de emprego, capacitando-nos a ter em conta determinados comportamentos, tais como, a procura persistente de trabalho ou a desistência de procurar após um número de tentativas falhadas. Por exemplo, será de esperar que uma pessoa com níveis altos de auto-eficácia percebida, considerando as respostas que são necessárias para obter emprego, vá preservar mais tempo na procura de trabalho do que alguém cujas percepções de auto-eficácia são baixas, apesar da recorrência de falhanços em obter emprego poder, em última instância, provocar a erosão das convicções nas capacidades próprias de organizar e executar as acções necessárias para conseguir trabalho. Os sentimentos de insatisfação serão mais intensos para os desempregados que definem objectivos muito ambiciosos, no que concerne ao trabalho que desejam e que consecutivamente falham em conquistar, quando comparados com aqueles indivíduos que se dispõem a contentar-se com trabalhos que poderão não estar perto dos seus ideais.

A argumentação de Bandura sobre os efeitos conjuntos das crenças de eficácia e crenças de resultados poderá também estar relacionada com potenciais reacções alternativas ao desemprego. Esta análise implica que as reacções psicológicas ao desemprego vão variar, dependendo da combinação particular de resultados e crenças de eficácia. Por exemplo, a análise sugere que os indivíduos desempregados que acreditam que têm as competências e capacidades necessárias que os habilitam a arranjar um trabalho e que também acham que ao conseguirem um trabalho se seguirão consequências positivas, vão activamente continuar a procurar emprego. No entanto, se estes indivíduos têm pouca confiança nas suas capacidades e acreditam que as suas tentativas de procurar emprego são fúteis e em vão, então irão ficar resignados e apáticos – isto se acreditarem que o ambiente em que se movem é pouco ou nada gratificante – ou sofrerão um abaixamento de auto-estima e desânimo ou desapontamento – caso acreditem que no ambiente em que se movem se premeiam apenas os comportamentos apropriados.

Deveremos ter em atenção que estas análises deverão ser enquadradas no trabalho de Bandura, que relaciona a manutenção e regulação do comportamento, não apenas em termos de eficácia e expectativas de resultados, mas também quanto a patamares pessoais, objectivos e sistemas de objectivos, informação de retorno ou feedback e afectos geradores de discrepâncias.

Teoria do desenvolvimento ao longo do ciclo de vida

Uma última fonte de ideias que é relevante para a pesquisa do desemprego poderá ser encontrada no estudo do desenvolvimento ao longo do ciclo de vida, ou *life span*. O desemprego afecta pessoas de todas as idades: desde o jovem que abandonou recentemente a escola, a pessoa de meia-idade, até à pessoa mais velha que está perto da reforma.

Warr (1987) compara o impacto do desemprego em homens de meia-idade e adolescentes em termos do seu modelo vitamínico. O autor refere que as investigações apontam frequentemente os efeitos particularmente negativos que o desemprego tem no bem-estar afectivo dos homens de meia-idade, especialmente se tiverem famílias a sustentar. As exigências financeiras serão provavelmente altas para os homens de meia-idade porque poderão ter que suportar filhos e ter casas ou empréstimos para pagar. A perda de rendimentos, após perda de emprego, poderá também ser dramática, especialmente se estiverem num regime de altos salários e/ou regalias sociais. Também perdem os valorizados papéis de sustento da família e de pessoa empregada e colaborador activo da força de trabalho. O seu desemprego gera ambiguidade e incerteza acerca do futuro, o que afecta a sua vida em geral. Estão também numa fase do ciclo de vida que é geralmente marcada por questões sobre a vida em si, as conquistas e objectivos atingidos e o futuro.

Para os adolescentes ou jovens que abandonaram recentemente a escola, a situação de desemprego é diferente. Warr (1987) nota que, como grupo, estes últimos indivíduos são menos afectados pelo desemprego do que os de meia-idade. Alguns poderão nem ter tido trabalho; outros poderão ter perdido um trabalho do qual tiravam um rendimento relativamente baixo. Mais ainda, muitos jovens continuam a receber apoio das suas famílias e as suas necessidades financeiras são geralmente menores do que as de outros grupos porque têm menores responsabilidades. Muitos jovens continuam a viver com os seus pais e, assim, possuem uma maior segurança física. No entanto, e apesar destes factores que poderão amenizar os efeitos negativos do desemprego, os jovens continuam a sofrer por não terem um trabalho devido a uma variedade de razões. Tal como Warr (1987: 228) destaca, “conseguir um trabalho tem um significado especial para um jovem, marcando o fim da dependência adolescente e representando a entrada no mundo dos adultos”. A independência e a autonomia do adolescente poderão ser retardadas pelo desemprego e o desenvolvimento de competências é também inibido, porque ao ex-estudante que falha na procura de trabalho é-lhe negada a oportunidade de aprender novas competências no local de trabalho.

Os psicólogos que trabalham na área da psicologia do desenvolvimento ao longo do ciclo de vida falam de estádios. Por exemplo, Erikson (1980, 1982) na sua conhecida teoria de desenvolvimento da identidade numa perspectiva de ciclo de vida, descreve oito estádios diferentes desde a infância até à velhice, que se ligam a conflitos maiores entre tendências

opostas, tais como confiança vs. desconfiança básica, superioridade vs. inferioridade ou intimidade vs. isolamento, havendo a assunção de que as diferentes “estações” da vida de uma pessoa são caracterizadas por diferentes interesses, papéis, responsabilidades e conflitos.

Jennings e Niemi (1975, in Feather, 1990) distinguem entre efeitos do ciclo de vida – o tipo de mudanças que são endêmicas ao curso normal da vida –, efeitos geracionais – diferenças na comunidade partilhada de experiências que diferentes segmentos de idade vivenciam – e efeitos de período histórico ou zeitgeist – aquelas influências que reflectem tendências e eventos importantes durante um período da história, e que têm aproximadamente um impacto comum na maioria dos segmentos da sociedade.

De forma similar, Baltes, Reese e Lipsitt (1980) distinguem entre diferenças normativas de idade que afectam quase todas as pessoas de uma determinada cultura, mais ao menos no mesmo momento do ciclo de vida, influências normativas da história, que são o resultados de circunstâncias existentes num momento histórico particular e que afectam todas as pessoas vivas naquele período de tempo, e influências não normativas, que são mais restritas em extensão e que não afectam todos os membros de uma sociedade ou todos os membros de um grupo. Exemplos de influências normativas de idade são: começar a andar, começar a falar, a puberdade, o casamento, a parentalidade ou a reforma. Exemplos de influências normativas da história são os efeitos de novas invenções – tais como o computador ou os efeitos do desenvolvimento da medicina, crises económicas e guerras. Exemplos de influências não normativas são as doenças súbitas, os acidentes rodoviários ou ganhar um prémio de jogo. Estas influências têm efeitos no curso do desenvolvimento de uma pessoa, interagindo de forma complexa para produzir mudanças ligadas à idade ou ciclo de vida no desenvolvimento dessa pessoa.

Estas perspectivas teóricas sobre a mudança e o desenvolvimento têm tido paralelo com a emergência de procedimentos mais sofisticados para analisar os efeitos relativos de diferentes influências. Estes estudos envolvem a combinação de designs longitudinais e cruzados, nos quais a informação é colhida a partir de diferentes segmentos da sociedade de forma sequencial, começando em diferentes pontos da história e acompanhando diferentes grupos durante longos períodos de tempo. Obviamente que estes procedimentos consomem tempo, são complexos e caros, mas são necessários se queremos avançar no nosso entendimento sobre a base para a estabilidade e mudança no comportamento ao longo do curso da vida em relação quer a indivíduos, quer a grupos de indivíduos (Schaie, 1983).

Quais são as implicações destas perspectivas e metodologias para a questão do impacto psicológico do desemprego? Alertam-nos para a necessidade de considerar diferentes tipos de influências que poderão afectar a forma como o indivíduo reage ao desemprego. Estas reacções poderão estar relacionadas com as influências normativas da idade, que estão presentes num determinado momento do ciclo e/ou influências históricas e não normativas.

Tal como já referimos, serão de esperar diferentes reacções ao desemprego quando jovens desempregados são comparados com homens de meia-idade desempregados, principalmente com base em factores normativos de idade. Mas as influências históricas poderão, também, desempenhar um papel importante, tal como quando comparamos aqueles que nasceram durante a Grande Depressão de 1929 com os indivíduos de uma geração mais afilente como a de 1960; ou como alterações na legislação da segurança e protecção social afectam as provisões financeiras para as pessoas desempregadas; ou como quando uma economia em recessão nitidamente reduz o número de ofertas de emprego disponíveis. Finalmente, as influências não normativas também têm efeitos na forma como os indivíduos lidam com o desemprego, tal como uma doença súbita debilitante ou incapacitante, que leva à perda do emprego.

Contributos para um modelo integrador

A nossa proposta para um modelo integrador (Figura 1), parte da hipótese de que o desemprego é nocivo para a saúde psíquica e não só: o desemprego é também um problema social, económico, técnico e cultural/simbólico. Existem vários estudos que definem grupos de risco ou grupos mais vulneráveis aos efeitos psicológicos do desemprego. Warr (1982, in Warr, 1987), por exemplo, definiu como grupo mais vulnerável, aquele formado por pessoas que têm um grande compromisso pessoal com o seu trabalho, que têm sobre si a responsabilidade pela economia familiar, com uma idade entre 35 e 40 anos, que acabam por permanecer em situação de desemprego durante bastante tempo, cujo nível de actividade é baixo durante o período de desemprego e que residem numa região marcada por altos índices de desemprego.

Na verdade, os efeitos do desemprego também estão relacionados com os recursos psicológicos que cada pessoa soube desenvolver, de modo a defender-se das tensões características deste período. As condutas resultantes de distintas percepções sobre os factos também são importantes. Os jovens sofrem um prolongamento da sua dependência familiar, com consequências ao nível do desenvolvimento da autonomia e da maturidade que a situação exige e a frustração é convertida em agressividade, dirigida, frequentemente, à sociedade, nomeadamente pela filiação juvenil e pelo consumo abusivo de substâncias ilícitas. Já os adultos, em geral, adoptam condutas estereotipadas de isolamento, com consequências graves para o seu auto-conceito (Zabala, 1985).

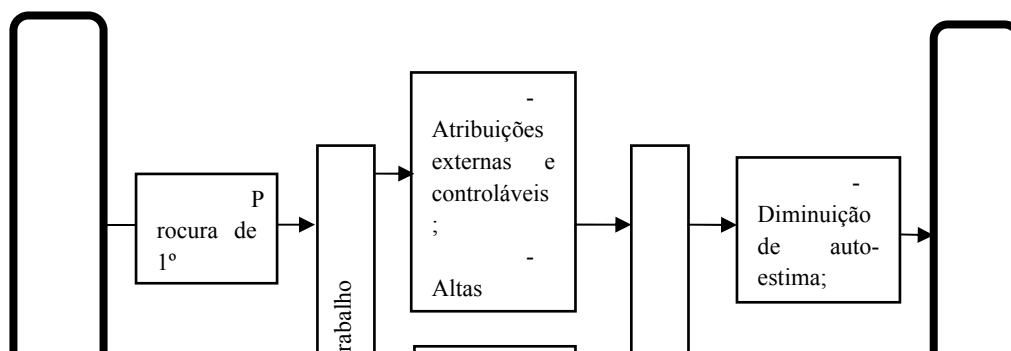


Figura 1 - Modelo integrador dos processos psicológicos das pessoas desempregadas

Assim, a teoria do abandono aprendido contribui no sentido de introduzir variáveis motivacionais, cognitivas e emocionais que permitem distinguir os indivíduos desempregados, não só pelos aspectos psicossociais atrás referidos mas também pelo estilo atributivo que possuem. As dimensões de causalidade de Weiner, introduzidas na reformulação da teoria do abandono aprendido, permitem-nos considerar dois tipos de abandono – universal e pessoal – mais característico de jovens e adultos, respectivamente. Para além dos défices motivacional, cognitivo e emocional, os adultos vêem o seu auto-conceito, particularmente ao nível da sua componente avaliativa ou auto-estima, afectado, resultando daí a depressão e a hostilidade dirigida para os outros ou, até mesmo, para si próprio.

A teoria da expectativa-valor contribui também para compreender a relação entre atribuições causais, compromisso com o trabalho, expectativas de sucesso, motivação, auto-estima e depressão, especialmente entre jovens que, estando à entrada do mercado de trabalho à procura do seu primeiro emprego, ainda não viveram a perda do mesmo, podendo o valor associado ao esforço para alcançar um emprego ser relativizado. Senão vejamos, segundo Rodríguez (1997: 324) “Com os desempregados, o esforço motivacional para procurar um emprego é uma função multiplicativa das expectativas de sucesso ou fracasso, e da aversão ou interesse que o emprego tem para a pessoa. Os desempregados que alimentam expectativas elevadas de conquistarem um emprego e o valorizam, evidenciam uma maior motivação na procura activa de emprego. Se as acções empreendidas não produzem os resultados esperados, gera-se um sentimento depressivo. A intensidade deste sentimento depressivo depende do valor subjectivo que o sujeito atribui ao emprego em causa”.

De acordo com as dimensões atribucionais propostas por Weiner (1985, 1986), Feather e Devenport (1981) argumentam que os desempregados que demonstram maior sentimento depressivo tenderão a atribuir o fracasso a factores externos e estáveis, tal como, por exemplo, a situação sócio-económica do país e a escassez de emprego. Já a relação entre expectativas de sucesso e sentimentos depressivos não é suportada pelos estudos (Feather, 1990; Feather & Barber, 1983; Feather & Davenport, 1981).

Em suma, o modelo integrador proposto (Figura 1) visa agrupar diferentes experiências psicológicas que os desempregados vivenciam, de acordo com a sua situação individual: as diferentes reacções ao desemprego – quer sejam jovens ou adultos, quer sejam indivíduos à procura do primeiro emprego ou novo emprego –, são baseadas, em primeiro lugar, nas expectativas de sucesso, compromisso com o trabalho e nível de motivação para a procura de emprego e, em

segundo lugar, com a associação destas variáveis com as variações de auto-conceito, auto-estima e sentimentos depressivos; por fim, centra-se na contingência entre comportamento e resultados.

Estudo empírico

Objectivos

O objectivo geral da investigação aqui desenvolvida é o de investigar o abandono aprendido num contexto específico de emprego e desemprego, utilizando um instrumento já validado para o contexto português, com boas qualidades psicométricas, a Escala de Abandono Aprendido (EAA), determinando em que medida a síndrome de abandono aprendido (AA) tem expressão na população em estudo. Finalmente, pretende-se observar as variações do constructo em função de variáveis individuais (género e idade) e de contexto (escolaridade e situação sócio-laboral). Assim, serão realizados estudos diferenciais do abandono aprendido em função do género, da idade, da escolaridade e da situação sócio-laboral, isto é, da condição de empregado ou desempregado.

Método

a) Amostra

A amostra deste estudo é aleatória simples, constituída por 188 sujeitos, tendo sido obtida por intermédio de um procedimento de amostragem acidental ou incidental (Almeida & Freire, 2003), a partir dos empregados de empresas do sector corticeiro e de utentes desempregados de um serviço de emprego da região (Moselos – Santa Maria da Feira) que declarassem já terem tido experiência profissional numa função inserida na indústria de transformação de cortiça.

A distribuição da amostra, quanto à variável género é a seguinte: 51,5% do sexo feminino e 48,4% do sexo masculino. Quanto à situação sócio-laboral, a amostra é composta, igualmente, por 94 sujeitos empregados e 94 desempregados. A maioria dos sujeitos tem idades compreendidas entre os 16 e os 30 anos (52,1%), sendo que os restantes 47,9% da amostra possuem idades entre os 31 e os 45 anos. O nível de escolaridade dos sujeitos da nossa amostra é baixo, pois 25,5% apenas concluiu a 4ª classe e 26,5% o 6º ano. Quanto a outros níveis de escolaridade, 28,1% completou a escolaridade obrigatória actual, isto é o 9º ano, e apenas 19,6% completou o ensino secundário.

b) Instrumento

Um dos instrumentos utilizados neste estudo avalia o AA e foi originalmente construído por Quinless e McDermott (1988), com a designação de Learned Helplessness Scale (LHS). Este instrumento foi adaptado para o contexto português por Lima Santos, Ribeiro e Faria (2002), tendo adoptado a designação de Escala de Abandono Aprendido (EAA). Este instrumento é constituído por 20 itens, tal como a versão original. Na EAA todos os itens são positivos, não obrigando a qualquer inversão na cotação das respostas. Neste instrumento é utilizada uma escala de resposta de tipo Likert de quatro pontos desde “Concordo Totalmente” até “Discordo Totalmente”. Cada item é cotado num intervalo de 1 a 4, correspondendo 1 a “baixo abandono aprendido” e 4 a “elevado abandono aprendido”.

As qualidades psicométricas da EAA foram testadas em diferentes contextos por Lima Santos, Ribeiro e Faria (2002, 2003), numa amostra de nível sócio-económico baixo, por Lima Santos, Lima e Faria (2007), numa amostra de presidiários de ambos os sexos, e na amostra que será aqui alvo de estudos diferenciais (Lima Santos & Lima Santos, 2008), tendo revelado globalmente uma estrutura unifactorial, tal como no estudo original, explicativa de 36,3% da variância total dos resultados, bons valores de alpha de Cronbach (0,90), revelando consistência interna elevada, bom poder discriminativo dos itens e sensibilidade razoável, autorizando a utilização da escala para a comparação entre grupos.

Foi construído para este estudo um segundo instrumento, designado Questionário Sócio-Demográfico (QSD), compreendendo quatro itens que avaliavam as seguintes características dos respondentes: género, idade, escolaridade e situação sócio-laboral.

c) Procedimento

No momento anterior à administração da EAA, foram constituídas duas pequenas amostras de dez sujeitos cada, uma com pessoas empregadas (6 mulheres e 4 homens) e outra com pessoas desempregadas (7 mulheres e 3 homens), com o objectivo de realizar uma reflexão falada sobre os itens e, eventualmente, introduzir melhorias na linguagem utilizada nos mesmos. Globalmente, o instrumento foi considerado interessante e acessível ao nível da linguagem pelos sujeitos, no entanto, verificaram-se maiores dificuldades em interpretar alguns itens da EAA por parte dos sujeitos desempregados. Constatou-se que estas dificuldades não se prendiam com questões semânticas, mas mais propriamente com a dificuldade de estes sujeitos projectarem as acções e/ou sentimentos expressos pelos itens para situações concretas da sua vivência ou da sua experiência profissional. Entendemos, assim, que não se justificavam alterações de palavras nos itens, mas sim o cuidado de sensibilizar os sujeitos, previamente à administração, para responderem de uma forma espontânea mediante a escolha da resposta que ilustrasse melhor o seu sentimento ou comportamento, na generalidade das situações.

A administração do instrumento decorreu sempre colectivamente. No caso dos desempregados foram-se formando grupos de administração com dez sujeitos em média, a partir do recurso ao serviço de emprego em Moselos, no concelho de Santa Maria da Feira, onde o emprego dominante é no sector corticeiro, sendo a produção de rolhas e outros produtos derivados da cortiça a actividade económica de referência na região.

No caso da amostra de empregados, a administração dos instrumentos realizou-se em quatro empresas do sector corticeiro da região que acederam a colaborar neste estudo, sendo que em duas delas a administração contou com a disponibilidade voluntária de mais de 35 sujeitos.

A administração dos instrumentos foi sempre precedida de um momento de transmissão oral de instruções, enfatizando-se – para além dos aspectos anteriormente referidos, que resultaram da reflexão falada –, o facto de as respostas dadas por cada sujeito serem anónimas e confidenciais, sendo posteriormente analisadas conjuntamente com as dos outros sujeitos participantes, não havendo assim forma de aceder às respostas individuais. Após a cotação dos questionários, procedemos à introdução dos valores em base de dados para procedimentos de análise estatística. Foi utilizado o Statistical Package for Social Sciences (SPSS), versão 10.0 para Windows (Nie, Hull, Jenkins, Steinbrenner & Brent, 1975).

Resultados

As diferenças no abandono aprendido foram analisadas em função de quatro variáveis independentes: género, idade, escolaridade e situação sócio-laboral.

De modo a testar as hipóteses de investigação, recorremos à estatística paramétrica. Usamos o teste de t de Student para testar as diferenças em função das variáveis independentes com duas categorias: género, idade e situação sócio-laboral. Utilizamos também a análise de variância univariada (ANOVA One-Way) para testar a existência de diferenças significativas entre os quatro grupos da variável escolaridade, sendo posteriormente usado o teste post-hoc de Scheffé, de modo a identificar quais os grupos que se diferenciam significativamente uns dos outros. O nível de significância imposto é de $p \leq 0,05$.

a) Em função do género e da idade

No que respeita à variável género (feminino vs. masculino), observamos que a média do sexo feminino é superior à do sexo masculino. No entanto, esta diferença de médias não se aproxima de um nível de significância igual ou inferior a 0,05 ($t(186) = -0,55, p < 0,58$).

Verificamos ainda que os sujeitos com idades mais elevadas evidenciam maior abandono aprendido embora esta diferença de médias não seja significativa ($t(186) = -1,09, p < 0,28$).

b) Em função da escolaridade

Quanto à escolaridade (Gráfico 1), os sujeitos com maior escolaridade evidenciam menor abandono aprendido, sendo as diferenças entre grupos de escolaridade significativas ($F(3) = 7,86, p < 0,00$). Por intermédio do teste post-hoc de Scheffé verificamos que os sujeitos que completaram o ensino secundário revelam menor abandono aprendido comparativamente com os restantes três grupos de escolaridade básica (1º, 2º e 3º ciclos).

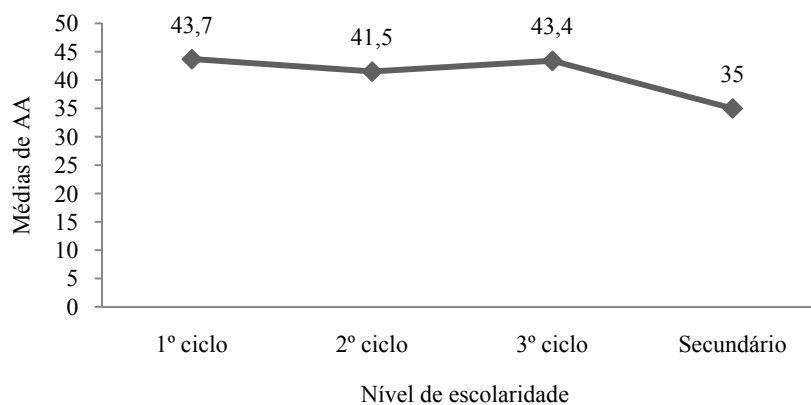


Gráfico 1 - Diferenças de AA em função do grau de escolaridade

c) Em função da situação sócio-laboral

Relativamente à situação sócio-laboral (Gráfico 2), os desempregados apresentam maior abandono aprendido comparativamente com os empregados ($t(186) = -4,15, p < 0,00$).



Gráfico 2 – Diferenças de AA em função da situação sócio-laboral

Em jeito de conclusão

Este trabalho procurou trazer o olhar da Psicologia sobre a exclusão social e o desemprego em particular. Apresentaram-se um conjunto de definições conceptuais para analisar o fenómeno, do ponto de vista do impacto psicológico, tendo a preocupação de o enquadrar enquanto fenómeno psicossocial. Assim, utilizaram-se como ferramentas, estudos recentes que ilustram, mais uma vez, a íntima relação entre pobreza e desemprego, mas que também nos alertam para a prevalência da pobreza entre os empregados. Mais uma vez, a região norte, e o Grande Porto em particular, se revelam como regiões vulneráveis, pela incidência estatística de baixos rendimentos e altos níveis de desemprego.

Após a apresentação dos pressupostos da teoria atribucional do abandono aprendido, da teoria da expectativa-valor, da auto-eficácia e do desenvolvimento ao longo do ciclo de vida, a par dos contributos que têm dado para a interpretação dos factores que afectam as pessoas desempregadas, chegamos à proposta de um modelo integrador. Este modelo, bebendo dos contributos de todas as abordagens, realça, acima de tudo, as diferenças entre pessoas que procuram um primeiro emprego, aquelas que já o tiveram e o perderam, procurando agora um novo emprego, e os adultos que se viram desempregados e precisam de se manter dentro do mercado de trabalho.

Estas diferenças verificam-se quer ao nível cognitivo, quer afectivo, quer motivacional. Concretamente, o papel das expectativas de sucesso, do grau de motivação na procura de emprego, do compromisso com o trabalho e o seu valor, das estratégias de auto-eficácia e da motivação para a procura de emprego, configuram diferentes ciclos de respostas adaptativas do indivíduo ao seu contexto. Desencadeiam-se respostas depressivas ou de hostilidade, que obstaculizam ainda mais o equilíbrio interior e a integração harmoniosa no seu contexto de existência. O modelo proposto pode ser considerado útil no planeamento de estratégias de luta contra a exclusão social, pois permite prever os comportamentos de diferentes grupos de desempregados e perspectivar acções de imunização aos diferentes factores.

O estudo empírico aqui desenvolvido parte do pressuposto de que entre a população empregada e desempregada de uma região dominada por um sector tradicional como o corticeiro, poderá estar instalado diferencialmente o síndrome do abandono aprendido. Esta circunstância poderá ser tida em conta na definição de estratégias e medidas de reinserção social e reconversão profissional nesta região e mesmo do ponto de vista do desenvolvimento de qualificações e competências dentro do sector de actividade económica específico. Os resultados observados são coerentes com os encontrados na literatura, por exemplo, com os resultados de Chambres, Granier e Marescaux (2000), no que à procura de emprego por desempregados pouco qualificados diz respeito e às atribuições causais que adoptam em função do seu estilo explicativo dominante. Estes autores sugerem o uso de comparações sociais que promovam o auto-conceito e a auto-estima, entre as tipologias de maior vulnerabilidade ao abandono aprendido.

Os estudos diferenciais permitiram concluir o seguinte: embora se tenham encontrado dados que apontam para que as mulheres apresentem maior abandono aprendido, bem como os sujeitos de idades mais elevadas, as diferenças de médias entre grupos de género e etários não são significativas. Estes dados revelam que homens e mulheres têm níveis semelhantes de abandono aprendido nesta amostra, o que pode estar relacionado com a mudança de papéis a que se tem vindo a assistir, fruto de uma participação mais activa da mulher na sociedade (Lima Santos & Pina Neves, 2002), verificando-se, assim, um esbatimento das diferenças entre géneros no abandono aprendido. Outros estudos têm evidenciado diferenças, apontando para uma maior vulnerabilidade da mulher em relação ao abandono aprendido, por influência do baixo estatuto social e do baixo poder que tem (Faria, 1997). Neste quadro, é de salientar que o estudo de Lima Santos, Ribeiro e Faria (2003) refere que homens e mulheres exibem padrões atribucionais diferentes, particularmente no que ao sucesso e ao fracasso diz respeito. O padrão atribucional feminino é ameaçador para a auto-estima, na medida em que as mulheres tendencialmente amplificam os efeitos negativos dos fracassos, atribuindo, por outro lado, os seus sucessos à influência de outros.

No que à idade diz respeito, não foi possível encontrar diferenças significativas entre grupos mais jovens e mais idosos. Não tendo sido estes os resultados encontrados em estudos anteriores, particularmente no estudo de Lima Santos, Ribeiro e Faria (2003) em que se encontram diferenças significativas em função da idade, apresentando os sujeitos mais idosos níveis mais elevados de abandono aprendido. Tal resultado poderá ter que ver com alterações que hoje se fazem sentir na entrada no mercado de trabalho, particularmente o fim do mito do emprego para toda a vida, consubstanciado na flexibilização das relações laborais e na precariedade dos vínculos laborais. Também o crescente grau de desemprego entre jovens recém-licenciados à procura de primeiro emprego, poderá estar por detrás desta alteração de pressupostos no que diz respeito à prevalência do abandono aprendido em função da idade.

Estes dados, não corroborando resultados de estudos anteriores, confirmam um estudo recente, em contexto prisional, onde também não se encontraram diferenças significativas no abandono aprendido em função do género e da idade (Lima Santos, Lima & Faria, 2007).

Neste estudo os sujeitos com maior escolaridade evidenciam menor abandono aprendido. Quanto à situação sócio-laboral, os sujeitos desempregados apresentam maior abandono aprendido comparativamente com os empregados. Estes resultados, já esperados, servem de apoio à validade empírica da EAA e confirmam os resultados de investigações noutros contextos culturais.

Impõe-se então perguntar, como deveremos agir? Como deveremos intervir com os desempregados que podem desenvolver este quadro, com consequências cognitivas, afectivas e comportamentais graves?

Do ponto de vista sócio-económico, das políticas públicas de combate à exclusão social, em que a pobreza e o desemprego são variáveis determinantes, partilhamos a opinião de Bruto da Costa (2008: 197) que “são suspeitas, se não enganadoras, as estratégias baseadas no princípio do «crescer primeiro para distribuir depois»”. E tal como este autor, afirmamos que é no que falta fazer que se encerra o problema: “Para vencer a privação bastaria uma transferência de cerca de 3,5% dos rendimentos dos não-pobres para cobrir o que falta aos pobres para atingirem o limiar de pobreza. Sendo necessário e urgente, essa transferência não é suficiente para que uma pessoa pobre ultrapase o limiar de pobreza reconquistando a sua autonomia, para poder ganhar a vida sem dependências, de uma das formas correntes na sociedade em que vive” (Bruto da Costa, 2008: 197 e 198).

Do ponto de vista do desenho de propostas de intervenção direccionadas para públicos vulneráveis, como os desempregados, é fundamental equacionar a incorporação de modelos teóricos e de técnicas concretas, que reduzam o risco de erro na assistência a pessoas à procura de emprego, especialmente aqueles que por via de apoios públicos, como o subsídio de desemprego ou o rendimento social de inserção, encontram por esta via, uma perpetuação do seu estilo atribucional e perdem autonomia e iniciativa na procura activa de emprego. Cada situação de desemprego deve ser avaliada utilizando uma abordagem que integre no seu conjunto a dimensão cognitiva (conhecimento dos sistemas de emprego e do mercado de trabalho regional, procedimentos institucionais, etc.), motivacional e afectiva do indivíduo. Parece-nos indispensável, por exemplo, que qualquer programa ou projecto formativo destinado a públicos com exclusão social, tal como os desempregados, incorpore estratégias adaptativas tais como a externalização do fracasso (Crocker, Major & Steele, 1997), a confiança nos processos de comparação social que ajudam a incrementar a auto-estima (Tesser, 1988) ou o desenvolvimento de estratégias de auto-eficácia na estruturação do tempo e na promoção da auto-imagem (Bandura, 1996; Feather, 1990). Estas propostas obviamente que poderão levantar a questão de quem terá competências e meios para desenvolver tais estratégias, a par da necessária complementaridade das equipas de trabalho numa intervenção marcadamente multidisciplinar.

As medidas e procedimentos para combater a exclusão social e o desemprego só poderão ser efectivas se tivermos em conta os vários factores relacionados com o processo de procura de emprego em si mesmo, as diferenças entre pessoas sem trabalho (competências, identidade, concepções pessoais, atribuições causais, auto-estima, expectativas, autonomia, e ciclo de vida) e as variáveis sociais e técnicas específicas a cada sistema de emprego, região ou organização. É pelo desenvolvimento de acções baseadas nestes factores que a sociedade poderá avançar na luta contra a exclusão social, provocada, cada vez mais, principalmente pelo desemprego (Chambres, Granier & Marescaux, 2000).

Referências bibliográficas

- Abramson, L. Y., Seligman, M. E. P., & Teasdale, J. D. (1978). Learned helplessness in humans: Critique and reformulation. *Journal of Abnormal Psychology*, 87 (1), 49-74.
- Almeida, L. & Freire, T. (2003). *Metodologia de investigação em psicologia e educação* (3ª Edição). Braga: Psiquilibrios.
- Baltes, P. B., Reese, H. W. & Lipsitt, L. P. (1980). Life-span development psychology. *Annual Review of Psychology*, 31, 65-110.
- Bandura, A. (1977). Self-efficacy: Towards a unifying theory of behaviour change. *Psychological Review*, 84, 191-215.
- Bandura, A. (1982). Self-efficacy mechanism in human agency. *American Psychologist*, 37, 122-147.
- Bandura, A. (1986). *Social foundations of thought and action: A social cognitive theory*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Bandura, A. (1988). Self-regulation of motivation and action through goal systems. In V. Hamilton, G. H. Bower, & N. H. Frijda (Eds.), *Cognitive perspectives on emotion and motivation* (pp. 37-61). Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- Bandura, A. (1996). *Self-efficacy: The exercise of control*. New York: W.H. Freeman and Company.
- Bruto da Costa, A. (2005). *Exclusões sociais*. Lisboa: Gradiva.

- Bruto da Costa, A. (Ed.) (2008). Um olhar sobre a pobreza: Vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo. Lisboa: Gradiva.
- Chambres, P., Granier, S. & Marescaux, P.-J. (2000). Causal attribution, learned helplessness, and autonomy in job seeking: A typology. *European Review of Applied Psychology*, 50, 383-392.
- Crocker, J., Major, B. & Steele, C. (1997). Social stigma. In D. Gilbert, S. T. Fiske & G. Lindzey (Eds.), *Handbook of social psychology*, (4ª edição). Boston: McCraw Hill.
- Erickson, E. H. (1980). *Identity and the life cycle*. New York: Norton & Company.
- Erickson, E. H. (1982). *The life cycle completed*. New York: Norton & Company.
- Faria, L. (1997). Diferenças de sexo nas atribuições causais: Inconsistências e viés. *Análise Psicológica*, 2 (XV), 259-268.
- Feather, N. T. (Ed.). (1982). *Expectations and actions: Expectancy-value models in psychology*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Feather, N. T. (1990). *The psychological impact of unemployment*. New York: Springer-Verlag.
- Feather, N. T. & Barber, J. G. (1983). Depressive reactions and unemployment. *Journal of Abnormal Psychology*, 92, 185-195.
- Feather, N. T. & Davenport, P. R. (1981). Unemployment and depressive affect: A motivational and attributional analysis. *Journal of Personality and Social Psychology*, 41, 422-436.
- Feather, N. T. & O'Brien, G. E. (1987). Looking for employment: An expectancy-valence analysis of job-seeking behaviour among young people. *Journal of Occupational Psychology*, 78, 251-272.
- Feather, N. T., & Tiggenmann, M. (1984). A balanced measure of attributional style. *Australian Journal of Psychology*, 36, 267-283.
- Kuhl, J. (1987). Action control: The maintenance of motivational states. In F. Halisch & J. Kuhl (Eds.), *Motivation, intention and volition* (279-291). New York: Springer-Verlag.
- Lima Santos, N. & Pina Neves, S. (2002). Questionário sobre Valores Associados ao Trabalho (Q.V.A.T): Estudo de adaptação no contexto sócio-laboral do norte de Portugal. *Actas do V Simpósio sobre Comportamento Organizacional da Associação Portuguesa de Psicologia*. Braga: Departamento de Psicologia da Universidade do Minho.
- Lima Santos, N., Ribeiro, H., & Faria, L. (2002). Adaptação da “Escala de Abandono Aprendido” (Learned Helplessness Scale) ao contexto português. *Revista de Psiquiatria da Faculdade de Medicina do Porto*, 3 (3-4), 25-42.
- Lima Santos, N., Ribeiro, H., & Faria, L. (2003). Abandono aprendido e risco psicossocial: estudo diferencial numa amostra da cidade do Porto. *Mente Social*, 6 (1-2), 75-87.
- Lima Santos, N., Lima, A. P., & Faria, L. (2007). Escala de Abandono Aprendido (EAA) revisitada: estudo no contexto prisional do norte de Portugal. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*, 4, 172-184.
- Lima Santos, N. & Lima Santos, N. (2008). Escala de Abandono Aprendido (EAA): Novo estudo de validação com uma amostra de empregados e desempregados do sector corticeiro. In A. P. Noronha, C. Machado, L. S. Almeida, M. Gonçalves, S. Martins, & V. Ramalho (Eds.), *Actas da XIII Conferência Internacional Avaliação Psicológica: Formas e Contextos*. (CD-ROM). Braga: Psiquilíbrios.
- Martinez, J. M. (1986). Efectos psicossociales relacionados con la duración del desempleo. *Revista de Psicología General y Aplicada*, 41, 975-1002.
- Nie, N. H., Hull, C. A., Jenkins, J. G., Steinbrenner, K. & Brent, D. H. (1975). *Statistical package for the social sciences*. New York: McGraw-Hill.
- Peterson, C., Maier, S. F., & Seligman, M. E. P. (1993). *Learned helplessness: A theory for the age of personal control*. New York: Oxford University Press.
- Peterson, C. & Seligman, M. E. P. (1984). Causal explanation as a risk factor for depression: Theory and evidence. *Psychological Review*, 91, 347-374.
- Quinless, W. F. & McDermott, M. M. (1988). Development of a measure of learned helplessness. *Nursing Research*, 37 (1), 11-15.
- Rodríguez, Y. G. (1997). Learned helplessness or expectancy-value? A psychological model for describing the experiences of different categories of unemployed people. *Journal of Adolescence*, 20, 321-332.
- Schaie, K. W. (Ed.). (1983). *Longitudinal studies of adult psychological development*. New York: Guilford Press.
- Seligman, M. E. P. (1975). *Helplessness: On depression, development and death*. San Francisco: Freeman.
- Sen, A. (2003). *O desenvolvimento como liberdade*. Lisboa: Gradiva.
- Tesser, A. (1988). Toward a self-evaluation maintenance model of social behavior. In L. Berkowitz (Ed.) *Advances in experimental social psychology*, (vol. 11, pp. 249-288). San Diego: Academic Press.
- Warr, P. B. (1987). *Work, unemployment, and mental health*. Oxford: Clarendon Press.
- Warr, P. B. (Ed.). (2002). *Psychology at work*. London: Penguin Books.
- Weiner, B. (1985). An attributional theory of achievement motivation and emotion. *Psychological Review*, 92, 548-573.
- Weiner, B. (1986). *An attributional theory of motivation and emotion*. New York: Springer-Verlag.
- Zábala, M. O. (1985). Un modelo teórico de los procesos psicológicos de las personas afectadas de paro laboral. *Psiquis*, 6, 41-44.

Interfacerse entre modernização e precariedade: trabalhadores rurais no semi-árido brasileiro

Sabrina França
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
binafranca@yahoo.com.br

Aldenôr Gomes da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
aldenor@ufrnet.br

Resumo: Este trabalho tem por objetivo estudar a lógica de reprodução de formas de assalariamento “espúrias” e precárias de trabalhadores rurais em áreas tecnologicamente avançadas de produção capitalista. A hipótese central é que a relação entre modernização e precarização não pode ser explicada apenas pela dinâmica da globalização acelerada, tendo que se considerar as condições da dinâmica social, suas expressões jurídico-institucionais e as relações que se estabelecem e se renovam continuamente entre o Estado, as empresas e a sociedade civil. Metodologicamente destacam-se: Pesquisa bibliográfica circunscrita dentro do tema de estudo da sociologia rural e da sociologia do trabalho e, pesquisa de campo no Pólo de fruticultura irrigado do Vale do Açu, na região Baixo-Açu, utilizando-se de entrevistas semi-estruturada e da aplicação de questionários a mediadores locais, empresários, líderes sindicais, instituições e, aos trabalhadores rurais das empresas agrícolas que estão envolvidos com o plantio e com a colheita das frutas irrigadas. Os resultados obtidos ratificaram a hipótese do trabalho nos seguintes aspectos: 1) O trabalho agrícola no Baixo-Açu revela uma flexibilização laboral com modalidades combinadas de assalariados “puros”, trabalho temporário e contratos informais. 2) As mudanças contemporâneas de expansão e acumulação nas cadeias agroalimentares e suas relações com os sistemas agrícolas nacionais/regionais têm se moldado, através de forças diversas e contraditórias no âmbito local. 3) A organização do processo produtivo desenvolvido em alguns setores da produção de frutas combina formas diversas de métodos fordistas e tayloristas, assim como sistemas paternalistas de controle da força de trabalho.

1. Introdução

A temática deste estudo encontra-se circunscrita nas relações precárias de trabalho agrícola em áreas tecnologicamente avançadas. De fato, as relações entre trabalhadores rurais, produtores e agroindústrias, como parte de um contexto social mais amplo, de processos econômico-tecnológico, de políticas públicas, mundos culturais e redes sociais apresentam lacunas a ser superadas, tanto pela imersão numa literatura mais especializada, como pela execução de pesquisas com vista a aprofundar o tema proposto.

Sabe-se que o avanço tecnológico trazido pelo progresso técnico experimentado na agricultura não transformou por completo as relações de trabalho no meio rural. Ao contrário do previsto pelos estudos dos anos setenta sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo, pode-se apontar que as relações de produção “assalariadas espúrias” mesmo com a penetração do capital, não foram substituídas por formas de relação de produção “assalariadas puras” (GONÇALVES & BASTOS, 1974; p. 36).

Na verdade, os estudos mais recentes sobre o mundo rural assinalam que ainda existe uma relação de dependência muito forte entre o proprietário da terra e o trabalhador rural e, nesse sentido, apontam uma tendência comum: a piora nas condições de vida e trabalho dos indivíduos envolvidos no trabalho agrícola, até mesmo em áreas agrícolas tecnologicamente avançadas.

De fato, como apresenta Lara Flores a combinação de situações as quais o trabalhador rural encontra-se como flexibilização produtiva e uso do trabalho precário caracterizam uma agricultura flexível, nas palavras dessa autora: “tal el caso de las empresas del sector agroexportador fruti-hortícola que se reestructuraron, combinando el uso de tecnologías sumamente sofisticadas com el uso de una abundante mano de obra migrante temporal y precária” (FLORES, 1998 apud BENDINI, 2007; p. 5).

Sobre as cadeias agroalimentares latino-americanas, Mônica Bendini (2007) assinala que tais cadeias combinam formas mistas quanto à organização do trabalho e, dessa forma não apresentam apenas uma modernização “ascendente”, pelo contrário elementos não modernos aparecem em muitos contextos: “las tendencias globalizantes em las cadenas agroalimentarias em regiones de Argentina, Brasil y México no expresan solo procesos de modernización creciente, sino que combinan formas no modernas em la producción y em la organización del trabajo” (BENDINI, 2007; p. 9).

No caso brasileiro, o convívio de modernização tecnológica e precarização do trabalho aparece em vários contextos, nesse sentido, os trabalhos de Roberto Novaes (2006), Aparecida Moraes (2006) e Gomes da Silva (1999) apontam que ainda permanece discutível o retorno social que as inovações tecnológicas têm trazido para as regiões onde tem sido implantada, bem como, para os trabalhadores rurais envolvidos no processo produtivo. Dessa forma, estaríamos diante de novas ou velhas questões? A afirmativa de que ‘o processo de avanço do capitalismo no campo destrói e recria relações de trabalho’ ainda seria uma perspectiva atual?

1.1 Tessituras Metodológicas:

Ao fazer resgate de uma parte da história da região Nordeste brasileira, precisamente nos anos de 1970, pode-se perceber que acompanhando as tendências gerais do desenvolvimento econômico dessa região, o Rio Grande do Norte vivenciou importantes mudanças na composição de sua estrutura produtiva que contou com intensa participação do setor público, cuja “presença foi fator fundamental para explicar a intensidade e os rumos do crescimento econômico ocorrido” (ARAÚJO, 1997; p. 12).

Os estudos e esforços empreendidos, desde o final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, através do diagnóstico/planejamento realizado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN)¹ deixavam patente que o caráter de subdesenvolvimento nordestino não se limitava a perspectivas meramente climáticas² perpassando porém por outras variáveis. Havia então a necessidade do Estado interferir de modo planejado possibilitando a diminuição dos conflitos sociais, na medida em que fosse transformando a realidade econômica.

O lento crescimento econômico que caracterizou a região Nordeste por décadas foi rompido através dos rumos tomados pela economia nordestina, a saber, pela criação de espaços e pólos produtivos, entre os quais se encontram a moderna agricultura de grãos e os pólos de fruticultura irrigada. A elevação da estrutura econômica de algumas áreas a “pólos de modernidade”³, áreas de modernização intensa de caráter industrial ou agro-industrial (CARVALHO, 2001; p. 29); representou o processo de penetração de acumulação de capital privado na região Nordeste, tendo apoio fundamental das políticas públicas do Estado brasileiro, subsidiando e disponibilizando recursos na construção do suporte técnico-financeiro, como também no provimento da infra-estrutura necessária para a chamada desconcentração produtiva pela qual passou a região.

O pólo de fruticultura irrigada do Vale do Assu, no Rio Grande do Norte, foi um desses “pontos de modernidade”, no qual foram estabelecidas novas formas produtivas que transformaram profundamente as relações de trabalho na área de sua implantação. Em um espaço no qual se tinha a predominância da cultura de sequeiro para a subsistência⁴, passou-se num curto espaço de tempo, ao uso intensivo de alta tecnologia para a moderna agricultura de grãos e frutas tropicais, diversificando e inovando a organização da produção, com o modelo de administração empresarial e o uso intensivo do trabalho assalariado.

A fruticultura irrigada do Vale do Assu, mesmo com as bases técnicas adequadas à plena expansão do capital na agricultura, ainda apresenta elevada exploração da força de trabalho, sobretudo pela jornada de trabalho, sendo característica marcante a submissão de trabalhadores rurais a condições de trabalho penosas. Nesse sentido, a questão fundamental deste trabalho é investigar: Por que mesmo com elevado nível tecnológico, existem no perímetro irrigado do Vale do Assu relações de trabalho extremamente precárias?

De fato, a reestruturação agroalimentar como uma tendência da globalização acelerada é resultado de um processo histórico social, que assume desenvolvimentos diversos e complexos em nível de escala e em diferentes territórios. Nas palavras de Bendini (2007):

... a pesar de las tendencias globales de los cambios recientes, no pueden interpretarse las trayectorias de las cadenas y sus reestructuraciones con un marco simplificado y una tendencia dominante hacia la uniformidad global em la organización social de la agricultura, de la producción y del trabajo [...] la presencia de procesos mixtos o combinados em la búsqueda de inserción flexible em la reestructuración productiva del agro; de las difersas conexiones modernización-flexibilización y modernización-precariación em la agricultura de exportación y de la intensificación y complejización del trabajo (BENDINI, 2007; p. 8).

A relação entre modernização/precarição existente nas áreas da fruticultura irrigada não pode ser explicada apenas por fatores macro-sociais, como a dinâmica interna das cadeias agroalimentares, mas também deve ser consideradas questões micro-sociais locais. Destacam-se como hipótese de pesquisa questões micro-sociais locais, a saber: o comportamento empresarial no pólo de fruticultura é extremar a acumulação de capital via exploração da pessoal do trabalhador, além disso, a existência de uma mão-obra extremamente vulnerável socialmente excita a esse comportamento.

Dessa forma, o objetivo geral deste estudo é entender porque existe trabalho precário (formas espúrias) nas áreas da fruticultura irrigada. Além disso, destacam-se outros objetivos, como:

¹ O GTDN elaborou relatório para o NE que propunha a mudança de sua base primária para a indústria autônoma. O documento produzido deu origem no final de 1960 a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Tanto o GTDN como a SUDENE tinham como objetivos viabilizar tecnicamente, por intermédio de metodologias racionais, as políticas governamentais de promoção da desconcentração produtiva regional, especialmente, que se traduzissem em maior eficiência no enfrentamento dos problemas de entrave ao desenvolvimento. Até os anos 80, a SUDENE constituiu-se na principal instituição estatal responsável pela organização e planejamento das políticas públicas de modernização do espaço nordestino e que teve como mentor e coordenador o economista Celso Furtado.

² Praticamente o único fator que vinha sendo considerado como responsável pelo atraso nordestino, o que apenas suscitava combates assistencialistas de curto prazo em períodos de seca e, a longo prazo, as velhas políticas de açudagem (SICSÚ & DIAS, 1994).

³ Os focos de modernidade escolhidos a partir de então, dentro da lógica de competitividade para o Nordeste foram: o pólo petroquímico de Camaçari na Bahia; o pólo têxtil e de confecções de Fortaleza, no Ceará; o complexo mineiro-metalúrgico de Carajás, no Maranhão; o projeto Celmar, também no Maranhão; o complexo Petrolina/Juazeiro, em Pernambuco e na Bahia; as áreas da moderna agricultura de grãos, nos cerrados baianos, ao sul do Piauí e no Maranhão; o pólo de fruticultura irrigada no Vale do Açu; além dos diversos pólos turísticos implementados nas principais capitais do Nordeste. Sobre a questão, destacam-se os trabalhos de Tânia Bacelar de ARAÚJO. Nordeste, Nordeste: que Nordeste?, 1995 e Leonardo GUIMARÃES NETO, Desigualdades regionais e federalismo, In: AFFONSO, R.B. & SILVA. desigualdades Regionais e Desenvolvimento, 1995.

⁴ As culturas de sequeiro são aquelas que dependem das condições climáticas para serem produzidas. No caso do semi-árido as culturas de sequeiro são basicamente as de feijão, arroz e milho.

Caracterizar as empresas e o sistema de trabalho que adotada na fruticultura irrigada.

Identificar o perfil dos trabalhadores rurais arrematados para o trabalho agrícola de campo nas empresas do projeto Baixo-Assu.

Compreender o significado atribuído pelos trabalhadores rurais às práticas de trabalho agrícolas de campo a que estão submetidos.

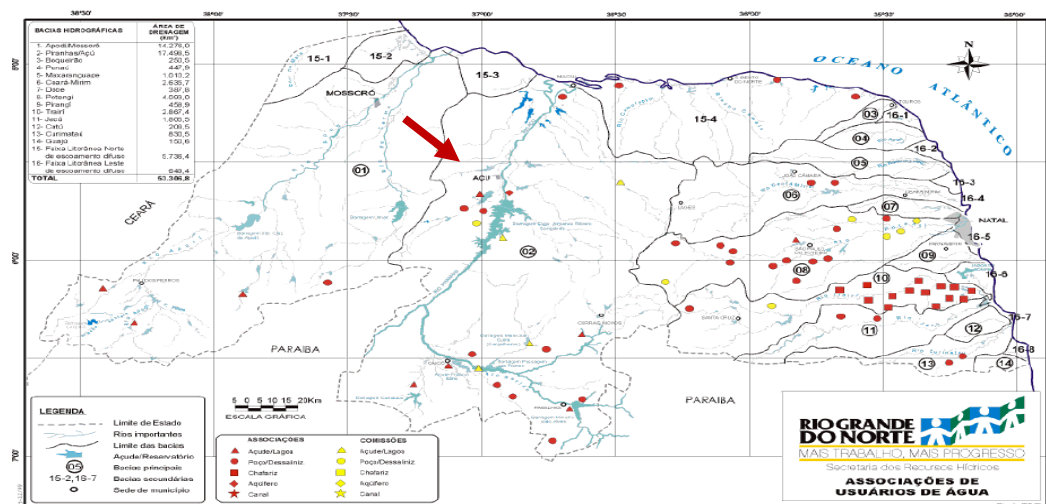
Verificar como os agentes (empreendimentos patronais) vêm institucionalizando práticas de trabalho no Projeto Baixo-Assu.

Examinar a atuações dos diversos agentes, principalmente sindicato e órgão de fiscalização do ministério do trabalho.

A metodologia para a efetivação deste estudo tem sido modificada em virtude de especificidades apresentadas nos primeiros contatos com o campo. Inicialmente, pretendia-se realizar a pesquisa com dois grupos distintos de trabalhadores; o primeiro seria composto pelos assalariados que desenvolvem atividades de campo na empresa mais moderna do Projeto Baixo - Assu e, um segundo grupo de trabalhadores que também desenvolvem atividades de campo na empresa mais denunciada ao sindicato da região. Porém, tal estratégia teve que ser modificada em virtude de estranhamente não haver registros no sindicato de empresas que tenham descumprindo quaisquer direitos trabalhistas, ao contrário do que os contatos iniciais com os trabalhadores rurais da região apontaram.

Em virtude disso, optou-se por definir uma amostra aleatória não probabilista de trabalhadores rurais que desenvolvem atividades de campo dentro do próprio Projeto Baixo-Assu. Dessa forma, o campo empírico desta pesquisa compreende ao Perímetro Irrigado do Baixo Assu⁵, localizado no município de Alto do Rodrigues/RN - Microrregião do Vale do Assu (Figura 01).

Figura 01- Mapa do Rio Grande do Norte
Destaque para Localização do Perímetro Irrigado Baixo-Assu.



Fonte: Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Norte, 2008.

Sabe-se que, segundo dados disponibilizados pela própria associação do perímetro, o mesmo possui como mão-de-obra assalariada, em média, 861 pessoas por ano, entre fixos e rotativos. Nesse sentido, optou-se por eleger 10% desse universo como amostra dessa pesquisa, dado a disponibilidade de tempo e de recurso. Feito isto, pretende-se utilizar como instrumentos de pesquisa questionários, com perguntas abertas e fechadas, para os trabalhadores rurais que desenvolvem atividades de campo, assim como entrevistas com roteiros predefinidos nas visitas a instituições (sindicato, associação de irrigantes e Ministério do Trabalho, entre outros) e atores sociais locais do Projeto Baixo – Assu (trabalhadores e irrigantes). De fato, tal tarefa será determinante para pesquisa; diante do fato de ela estar também voltada para o levantamento de dados qualitativos.

1.2 Caracterização da área de Estudo: O Projeto Baixo-Assu⁶

A área do Projeto Baixo – Assu é também denominada de Projeto de Irrigação Oswaldo Amorim, situando-se na região centro-oeste do Estado, mas precisamente nos municípios de Ipangaçu, Afonso Bezerra e Alto do Rodrigues, com área total irrigável de 5.549,90 ha, tendo sido implantado em duas etapas distintas.

⁵ O Projeto Baixo-Assu tem sido conduzido por uma associação de irrigantes denominada de Distrito Irrigado do Baixo-Assu. É comum ver em certos documentos do Estado o uso dos três termos: Projeto Baixo-Assu, Perímetro Irrigado Oswaldo Amorim e Distrito Irrigado do Baixo-Assu, como sinônimos.

⁶ A caracterização da área de estudo basear-se em dados colhidos em pesquisa campo exploratória, nos dias 01 e 02 de setembro de 2008, junto a associação de irrigantes do Baixo-Assu.

A primeira etapa foi inaugurada em janeiro de 1994 (apenas o projeto piloto) e, encontra-se atualmente em operação, com área total de 2.637,25 hectares, sendo 1.685,14 ha, 63,90% da área, pertencentes ao Departamento Nacional de Obras Contra as secas (DNOCS) e 952,11 ha, 36,10%, pertencentes ao Governo do Rio Grande do Norte. A estratificação fundiária proposta e implantada, inicialmente contemplava lotes do tipo familiar (8,16 hectares), lotes para técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos (16,32 hectares), lotes para micro-empresa (8,16 hectares), lotes empresariais com áreas variando de 75 a 100 hectares e 01 lote para pesquisas (50 hectares).

Para o atendimento dos lotes irrigáveis, tem-se uma infra-estrutura de uso comum, composta das seguintes unidades:

Estação elevatória de captação localizada nas margens do Rio Piranhas Assu, com vazão total de 6,72 m³ /s;

Adutora Principal com extensão de 860 metros, diâmetro de 1,40 metros, em aço carbono;

08 (oito) estações elevatórias setoriais;

11 (onze) estações elevatórias para lotes empresariais Canal adutor; com extensão total de 2, 17 Km;

Canal principal e secundário com extensão total de 18, 18 Km;

Sistema de magro-drenagem com extensão total de 25,0 Km;

Estrada principal e secundária com extensão total de 40 Km;

Subestação elétrica principal de 2,5 MVA;

03 (três) núcleos habitacionais com Escolas, Posto de Saúde, Centro Administrativo e Residência para pessoal de apoio.

Segundo dados do próprio DIBA, os recursos para a construção de tal infra-estrutura são oriundos do Governo Federal, antigo Ministério da Integração Regional e do DNOCS, e do Governo do Estado com investimento da ordem de R\$ 50 milhões de reais.

A segunda etapa do projeto tem uma área total de 2.920,80 ha, que já foi integralmente desapropriada e paga pelo Governo do Estado, no entanto, apesar de concluída a implantação das obras e a instalação dos equipamentos, até o momento ainda não entrou em operação.

A cultura predominante é o plantio de banana de variedades Pacovã, Prata e Nanicao. A colheita é feita manualmente cortando-se os cachos, segundo informações da Associação DIBA. O rendimento atual da cultura na região é baixo, devido principalmente o modo tradicional como é praticada. Além da banana, cultiva-se também manga, coqueiro, atemóia, mamão, graviola e goiaba no Baixo-Assu.

Os lotes familiares representam 68,11% da área total do projeto e, são eles os que mais empregam, perfazendo uma média entre mão-de-obra fixa e rotativa de 04 (quatro) funcionários/empregados por lotes. Como se tem 151 lotes familiares, a expectativa é que se empregue em média 604 pessoas/ano. Adicionando-se os lotes empresariais, que contempla 29 lotes com áreas variando de 75 a 140 hectares, o perímetro irrigado chaga a empregar 861 pessoas durante todo o ano.

O processo de modernização da agricultura e a formação dos trabalhadores rurais

2.1 A Subordinação do Processo de Produção na Agricultura pelo Progresso Técnico

A constante revolução nos instrumentos de produção em direção a processos produtivos cada vez mais automatizados e integrados, ou seja, prescindíveis de trabalho vivo imediato⁷, se afigura como exemplo por excelência do que Marx (1974) apontou no livro III do Capital. Recortando essa questão para análise específica da agricultura, pode-se dizer que o capital teria no progresso técnico, que nada mais é do que uma das facetas do seu próprio desenvolvimento, a chave do processo de subordinação da terra e, por extensão, da própria Natureza. Em outros termos, Graziano da Silva também coloca que “com o desenvolvimento do modo de capitalista de produção na agricultura, a barreira representada pela propriedade fundiária vai perdendo sua importância” (GRAZIANO, p. 22; 1981).

Com as forças da Natureza a serviço do capital na agricultura ocorre uma mudança essencial: a terra enquanto condição natural que afeta diretamente a produtividade do trabalho deixa de ser o meio fundamental para a produção agrícola. Nas palavras de Marx: “Não é mais a terra, e sim o capital que diretamente submete a si e à sua produtividade até mesmo o trabalho agrícola” (MARX, 1974; p. 917;).

Fazendo uma leitura dos escritos de Marx, Graziano da Silva (1981) aponta que convém precisar que o conceito de progresso técnico em Marx não constitui uma noção a-histórica, neutra ou romântica, que se destinaria a redimir o homem de sua condenação bíblica de “ganhar o pão com o suor do seu rosto”. Ao contrário, o autor coloca que o progresso técnico “é visto sob uma perspectiva histórica, na qual o modo de produção capitalista representa a etapa em que se consubstancia o preceito “crescei, multiplicai-vos, dominai a terra”. Não se tratando de uma “definição” ou “noção” de ciência abstrata, mas da “aplicação tecnológica da ciência”, incorporada ao processo produtivo.

Na análise marxista, acrescenta Graziano da Silva, o progresso técnico é visto como o “progresso das técnicas capitalistas de produção”, ou seja, “como um dos elementos da dominação do capital sobre o trabalho” (GRAZIANO DA

⁷ O desenvolvimento das forças produtivas - posto como uma sua necessidade - se faz como desenvolvimento de forças produtivas cada vez mais sociais ou gerais, frente às quais, o tempo de trabalho vivo ou imediato aparece como algo cada vez mais ínfimo e sem importância.

SILVA, 1981; p. 24). Sem esquecer que é fundamental o fato de que as técnicas de produção somente podem ser compreendidas e interpretadas considerando-se as relações de classe sob as quais são postas em funcionamento.

Se num primeiro momento histórico pode-se falar somente de um aproveitamento dos recursos disponíveis, logo em seguida, graças ao progresso tecnológico observa-se um salto qualitativo no processo produtivo, tornando-se a produção cada vez mais independente das travas impostas pelas condições naturais. Dessa forma, citamos outro clássico: “pode-se dizer que o capital primeiro toma posse da Natureza em extensão, para depois fazê-lo em profundidade” (TROTSKY, p. 23; 1977).

Corroborando com esta discussão, Graziano da Silva (1981), em sua tese intitulada de ‘Progresso Técnico e Relações de Trabalho na agricultura’ já apontava que o progresso técnico não é dirigido ‘contra os trabalhadores’ ou ‘contra a natureza’, como apontam certas “análises ecológicas” e sim ‘a favor do capital’. Dessa forma, “seu sentido último é o de elevar a taxa de lucro, seja do capitalista que emprega (...) seja, do sistema econômico como um todo” (GRAZIANO DA SILVA, 1981; p. 27). Nesse sentido, a intensificação da produção agrícola significa colocar as forças da natureza a serviço do capital.

Tal fato opera uma transformação essencial: a terra deixa de ser o meio de produção fundamental, a produção agrícola deixa de se guiar apenas pela fertilidade dos solos, pela chuva, enfim pelas condições naturais que afetam a produtividade do trabalho. José Graziano da Silva, então, aponta que “o comando passa progressivamente ao capital, através do uso de meios de produção, como máquinas, os fertilizantes, os canais de irrigação e de drenagem”, aumentando a produção do trabalho “artificialmente”, não dependendo mais das condições naturais em que se realiza a produção agrícola (GRAZIANO DA SILVA, 1981; p. 24).

2.2 Modernização da agricultura e os assalariados rurais

Brandão Lopes (1984) ao refletir sobre a transformação ocorrida na sociedade brasileira - de uma sociedade agrária para uma sociedade industrial - coloca que a questão central é a acentuação do caráter capitalista das empresas agrárias “cujo desenvolvimento teve por tendências centrais a capitalização, a tecnificação e a proletarização” (BRANDÃO LOPES, 1984; p. 112-3). De fato, a modernização tecnológica não provocou a incorporação de grandes contingentes de mão - de - obra, pelo contrário, reduziu-se a mão-de-obra assalariada no campo brasileiro. Essa transformação de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna baseou-se sobre tudo nas modificações tecnológicas ocorridas na agricultura brasileira. O esquema explicativo do trabalho de Graziano da Silva e Kageyama (1990), no qual a tecnologia é considerada uma relação social; em que as transformações na base tecnológica expressam a hegemonia e o avanço das relações capitalistas no campo, é expresso, na opinião desses autores na formação dos complexos agroindustriais.

A modernização da agricultura segundo a concepção desses autores, apresenta-se inicialmente como um conceito bastante amplo, pois representa qualquer mudança na base técnica da produção agrícola, seja essa etapa a modificação de algumas culturas por outras ou incorporação de novas variedades (KAGEYAMA et al, 1990; p. 113). Posteriormente essa análise é aprimorada quando passa a significar “o processo de transformação na base técnica da produção agropecuária no pós-guerra a partir das importações de tratores e fertilizantes num esforço de aumentar a produtividade” (KAGEYAMA et al, 1990, p. 119). Nesse sentido, Graziano da Silva (1996) define a modernização da agricultura como sendo “um processo genérico decorrente da crescente integração do setor agrícola com o modo de produção capitalista”, o qual pode ocorrer a partir da importação de insumos.

A partir da consolidação da indústria nacional, em meados de 1950, iniciar-se o processo de industrialização da agricultura, a qual se configurará como a fase mais avançada desse processo de modernização (KAGEYAMA et al, 1990; p. 121). Com a industrialização da agricultura, ela não pôde mais ser considerada como um setor independente, com dinâmica própria, dessa forma “a agricultura passa a depender da dinâmica da indústria” (SOTO, 2002; p. 49).

O processo de modernização da agricultura caracterizou as transformações capitalistas no campo e marcou a passagem de uma agricultura “natural” para uma produção agrícola baseada em fortes incorporações de insumos industrializados e importados. A modernização da agricultura significou uma revolução na base técnica da produção agrícola, que dependeu, num primeiro momento, de importação e insumos, os quais requeriam recursos financeiros significativos. (SOTO, 2002; p 50).

2.2.1 Trabalhadores Rurais Assalariados: a busca de uma definição

Antunes (1988), a partir de uma visão marxista, afirma que o trabalho continua sendo o ponto de partida de humanização do ser social. Mas, no modo de produção capitalista, o trabalho adquire outro contorno, explicitado no momento em que ele deixa de ser uma primeira necessidade de realização humana e torna-se meio para sobrevivência, transforma-se, como tudo no capitalismo, em uma mercadoria cuja finalidade vem a ser a produção de outra mercadoria.

No meio rural brasileiro, esses sujeitos que, tem sua força de trabalho transformada em mercadoria, se constituíram historicamente, sendo definida a emergência do trabalhador assalariado rural como o resultado do processo de modernização

no campo⁸, com a intensificação do uso do capital e da terra, além de um processo acelerado de proletarização das relações de trabalho na agricultura. A alteração da base técnica da agricultura, associada à sua articulação "com a indústria produtora de insumos e bens de capital para a agricultura, e por outro, com a indústria processadora de produtos naturais" levou à formação do chamado "complexo agroindustrial" (DELGADO, p.19, 1985; SORJ, 1980; p.29-30) ou à "industrialização da agricultura" (GRAZIANO DA SILVA, 1987; p.19). Sendo assim, os proletários rurais são fruto da privatização da terra com posterior expropriação dos pequenos produtores e um elevado grau de empobrecimento no campo, onde o trabalhador rural não tem outro meio de sobrevivência que não, vender sua força de trabalho.

A esse respeito, Graziano da Silva (1980a) ao tomar que o capital é uma relação social, assim como descrita por Marx no seu capítulo XXIV de O Capital, aponta que o resultado dessa relação nada mais é do que a separação do produtor direto dos seus meios de produção e, pela concentração da terra e demais meios em mão privadas. Para Soto (2002) na agricultura capitalista, a terra é uma mercadoria que mediatiza o processo de trabalho e, conseqüentemente as relações sociais; "o produtor direto separado de seus meios de produção possui apenas sua força de trabalho, para vendê-la ao proprietário dos meios de produção e dessa maneira garantir a sua reprodução" (SOTO, 2002; p. 197).

Nas palavras de Graziano da Silva "a constituição do capitalismo (não só na agricultura) implica no surgimento do trabalhador livre. Livre num duplo sentido, [...] por ser despojado dos meios de produção" e, "... por poder dispor livremente de sua força de trabalho, como única mercadoria que possui" (GRAZIANO DA SILVA, 1980a; p.2). A esse respeito o autor acrescenta que a reprodução do campesinato não é antagônica com o processo de proletarização, pois é considerada como "duplo movimento como parte de um processo de proletarização, ou seja, de subordinação do trabalho ao capital" (1980b; p. 51). A redução da mão-de-obra familiar na agricultura, com posterior formação de mercado de trabalho e proletarização do camponês, corresponde a um 'longo processo' que "se inicia com a transformação do camponês num assalariado rural temporário, mediante a conversão das atividades acessórias da agricultura em ramos da indústria nascente" (GRAZIANO DA SILVA, 1980b; p. 54).

De fato, as condições básicas da produção capitalista são dadas pela "dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho" e, que a produção capitalista ao se tornar independente não se limitará apenas a manter essa dissociação, "mas a reproduz em escala cada vez maior". A consolidação do sistema capitalista de produção "transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte assalariados os produtores diretos". Portanto, a sujeição do trabalhador produz tanto o assalariado como o capitalista, este processo se constitui pela metamorfose dessa sujeição na "transformação da exploração feudal em exploração capitalista. [...] A exploração do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo o processo" (MARX, 1984; p. 830-831).

Então, se historicamente o sistema capitalista de produção foi construído pela formação de uma massa de trabalhadores expropriados dos seus meios de subsistência, porque dizer que o advento da modernização da agricultura por ocasião do desenvolvimento progresso técnico gerou uma categoria específica de trabalhadores no campo? A resposta, talvez, esteja no fato de que a modernização da agricultura gerou um trabalhador "avulso" com características bem peculiares, com problemas de trabalho e sobrevivência, inseridos em quadro de marginalização social que aumentou, sensivelmente, na lógica e nas contradições que emergiram da ação modernizante.

2.3 Questão Social no campo brasileiro: Demarcação de uma conjuntura histórica

A história brasileira revela que desde o fim do tráfico negreiro e a implementação da Lei de Terras no Brasil foi negada a massa de trabalhadores rurais, até então escravos, sua efetiva emancipação, pois assegurou o controle dos grandes fazendeiros sobre a transição do trabalho escravo para o trabalho livre.

Nesse sentido, Martins coloca:

Os grandes fazendeiros furtaram-se ao reconhecimento da necessidade social e histórica de uma legislação do trabalho e dos direitos do trabalhador, no século XX, quando do fim da escravidão. Criaram a liberdade relativa do trabalhador sem de fato emancipá-lo, sem criar a contratualidade das relações de trabalho com base na sua efetiva igualdade jurídica. [...] Criaram um regime de propriedade que tinha por objetivo, mais do que assegurar seus próprios privilégios, gerar uma massa de trabalhadores rurais dependentes e não-emancipados (MARTINS, 2001; p. 6-7).

De fato, o regime de propriedade implantado tinha como objetivo além de assegurar os privilégios dos grandes fazendeiros o de gerar uma massa de trabalhadores rurais dependentes e não-emancipados. Nesse sentido, Caio Prado Júnior coloca: "com a abolição da escravidão, substituiu-se às relações servis de trabalho a relação de emprego ou locação de serviço, embora nem sempre o pagamento e a remuneração desses serviços (trabalho prestado) se fizessem em dinheiro - o salário propriamente" (PRADO JÚNIOR, 1966; p. 43).

Quase um século depois da promulgação da Lei de Terras no Brasil, no final do regime de Vargas, a chamada Revolução de 30 impôs um código do trabalho, porém limitado ao mundo urbano, conservando assim no meio rural as relações de trabalho no âmbito da tradição e, os trabalhadores rurais como uma espécie de categoria residual da sociedade brasileira.

⁸Essa modernização, que se fez sem que a estrutura da propriedade rural fosse alterada, tiveram, no dizer dos economistas, "efeitos perversos": a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de auto-exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo. Por isso, os autores gostam de usar a expressão "modernização conservadora". GRAZIANO DA SILVA (1982) In: A modernização dolorosa. Rio de Janeiro, Zahar.

No ano de 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) pelo decreto nº 5.452 aos trabalhadores urbanos dispôs sobre o direito ao salário mínimo, férias anuais remuneradas, aviso prévio e, outras questões relativas ao controle do trabalho. Tais dispositivos foram estendidas aos trabalhadores rurais, porém sem sua efetivação aplicação. Em 1946, com a nova Constituição Federal foram estabelecidos alguns pontos de regulamentação das leis trabalhistas no campo “como a estabilidade e a indenização aos trabalhadores dispensados das propriedades rurais” (BASSANI, 2006; p. 38).

Apesar do conjunto de leis que regulamentariam as questões trabalhistas no campo, existem desde a década de 1940, poucos avanços foram percebidos nos anos subseqüentes na aplicação efetiva dessas leis. Segundo Bassani (2006) o principal descaso quer do Estado ou de qualquer órgão ou entidade, deu-se, sobretudo pela “inexistência de um movimento sindical que representasse os interesses dos trabalhadores, à falta de fiscalização por parte do governo federal, principalmente através do Ministério do Trabalho e, a mobilização não articulada do movimento social no campo” (BASSANI, 2006; p. 38).

Delimitando o problema da questão agrária brasileira, Martins propõe a demarcação de uma conjuntura histórica, na qual a questão agrária aparece como questão social, a saber, as transformações que culminaram com a formação das Ligas Camponesas, nos anos de 1950. A esse respeito, José de Sousa Martins coloca que o ‘grande discurso político’⁹ remetia a questão agrária a um plano estrutural, ou seja, “a questão agrária propriamente dita, enquanto impasse resultante do regime de propriedade, que dificultava o desenvolvimento e a modernização das relações de trabalho e a constituição do mercado interno”, não eram explicados como “uma questão trabalhista no plano imediato [...] das necessidades cotidianas de sobrevivência” (MARTINS, ANO, p. 6).

Explicando a questão colocada, pode-se dizer que na verdade, ao falar em questão agrária como questão social, Martins referia-se ao fato de que o aumento do foro dos canaviais de Pernambuco¹⁰, o aumento do pagamento da renda da terra em trabalho estava em um plano diferente das manifestações do ‘grande discurso político’. Nesse sentido, Martins coloca que a questão trabalhista “por não poder ser encaminhada como tal, na época, na ausência de uma legislação do trabalho rural, foi encaminhada pela brecha legal da lei do inquilinato. Portanto, como questão de aluguel e como questão relativa ao pagamento da renda da terra” (MARTINS, 2001; p. 6).

Nesse sentido, as interpretações dadas às tensões durante as Ligas Camponesas, para Martins secundarizam o plano dos direitos trabalhistas, “as limitações institucionais da luta social, porém, punham em primeiro plano o direito de propriedade e só em segundo plano os direitos trabalhistas. Uma inversão na relação entre a ordem das causas e a ordem da consciência e das lutas sociais” (MARTINS, 2001; p. 7). Dessa forma, pode-se dizer que a inversão entre causa e efeito dessa questão seria uma das razões para sobrevida de relações arcaicas de trabalho no campo? Uma vez que, o processo de um trabalhador socializado na tradição pessoal em relação ao proprietário de terra tem sido “arrastado” ao longo da história e, feito desse sujeito um personagem vulnerável.

Os problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais se agravaram pelo fato do advento do regime militar, pois o recrudescimento do conflito trabalhista no campo, num momento de transição das relações de trabalho foi segundo Martins (2001, p.7) “engolfado pela subseqüente expansão da fronteira, não raro a ocupação ilegal de terras devolutas por grileiros e especuladores, com o conseqüente recrudescimento do conflito fundiário”. Dessa forma, a exploração do trabalho agrícola acentuou a secundarização do caráter do conflito social no campo “e, parece ter posto duradouramente no centro da questão social o problema da ocupação de terras e, do regime de propriedade” (MARTINS, 2001, p. 7).

Um marco histórico que merece atenção é o da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) em 1963, através da Lei Ferrari/Lei nº 4.214 que:

Definiu a carteira profissional e as regras quanto à duração e remuneração do trabalho;

Repouso semanal remunerado;

Férias;

Higiene e segurança do trabalho da mulher e do menor;

Disciplinou o contrato de trabalho e sua rescisão, o aviso prévio, estabilidade e indenização;

Definiu o contrato coletivo de trabalho no campo e a organização sindical, entre outros.

Para alguns estudiosos, esse conjunto de regras trazidas pelo ETR, exerceu forte impacto no campo, pois acelerou a saída de trabalhadores residentes, colonos e camaradas das fazendas, nas palavras de Bassani “foi a cartada final, de um tipo de contingente, condicionando os fazendeiros a substituírem tais trabalhadores por outros contingentes contratados temporariamente” (BASSANI, 2006; p. 39).

O ano de 1963 também marca a criação da Confederação dos trabalhadores da agricultura (CONTAG), fazendo com que milhares de sindicatos se espalhem pelo Brasil, porém a consolidação desses sindicatos, em muitas regiões não representou profundas modificações nas relações paternalistas, entre patrões e empregados.

Nos anos de 1960 múltiplos conflitos de natureza diversas “ações pela terra, por salários, pelos preços dos produtos agrícolas e outros”, ganham visibilidade no cenário brasileiro levando a promulgação do Estatuto da Terra, “lei que viria a regulamentar o entendimento que o governo militar tinha em relação à questão agrária” (BASSANI, 2006; p. 39/40).

Para José de Souza Martins, o Estatuto da Terra (1984; p. 33)

⁹ José de Souza Martins (2001; p. 8) chama de o grande discurso político a perspectiva de grupos militantes minoritários da classe média e da classe operária, setores médios urbanos (como os partidos de esquerda e a igreja).

¹⁰ A esse respeito ver o documentário “Cabra Marcado Para Morrer”.

... foi elaborado de tal forma, que se orienta para estimular e privilegiar o desenvolvimento e a proliferação da empresa rural. O destinatário privilegiado do Estatuto não é o camponês, o pequeno lavrador apoiado no trabalho da família. O destinatário do Estatuto é o empresário, o produtor dotado de espírito capitalista, que organiza a sua atividade econômica segundo os critérios da racionalidade do capital.

Após a Segunda Guerra Mundial, principalmente nos anos de 1960 a 1970, muitos trabalhos foram voltados para compreender o quadro de marginalização social que os trabalhadores rurais temporários estavam submetidos, pois como apresentado pelo o Estatuto da Terra de 1964 a falta de um ‘espírito capitalista’ impedia parte significativa dos trabalhadores rurais terem direito a terra, assim as pessoas e famílias que não possuíam esse espírito empreendedor resultaria “a proletarianização, com crescente exclusão do modo de produzir capitalista (BASSANI, 2006; p. 43).

Trabalho Precário e degradante

Além de entender esses processos mais gerais do capital no campo através da Sociologia Rural, se faz necessário compreender as categorias que denominamos de “trabalho Precário” e “trabalho degradante”, para tanto, necessitamos recorrer a Sociologia do Trabalho. Iniciar esta jornada é enveredar por seara onde os princípios da dignidade, a igualdade e a legalidade são princípios ignorados, esquecidos. É tratar do alto grau de exploração da miséria e das necessidades do homem.

O termo trabalho precário pode ser aplicado ao trabalho humano em muitos contextos históricos, no entanto, seu uso é atual por estudiosos com vistas a chamar à atenção para as consequências da Terceira Revolução Industrial nas condições de trabalho que inevitavelmente estão associadas ao crescimento do desemprego e a queda da qualidade destes.

O clima de instabilidade generalizada entre as grandes guerras levou a diminuição do poder aquisitivo das populações, que por sua vez foi resultado de políticas salariais que não davam conta de acompanhar os valores dos produtos industriais. Nesse contexto, o investimento em tecnologia, a concorrência internacional e a busca de melhores padrões de competitividade levaram a emergência de um novo padrão industrial. Além disso, pacotes econômicos liberais conduziram a um padrão de industrialização desequilibrado, haja vista que o progresso técnico possibilitou um abismo ainda maior na economia mundial. A nova industrial então, passa a necessitar de um novo tipo de trabalhador o qual precisou se adaptar a uma nova organização, mais automatizada que demandava trabalhadores mais polivalentes com conhecimento mais amplo e integrados. Tal “tipo” de trabalhador seria fundamentado na premissa ideológica do individualismo, da flexibilidade do trabalho e da insegurança ampliada. Nesse sentido Mattoso (1995) coloca “Esta expansão da insegurança do trabalho se daria em diferentes níveis: insegurança no mercado de trabalho, insegurança no emprego, insegurança na renda, insegurança na contratação e na representação do trabalho” (MATTOSO, 1995, p. 77). Dessa forma, pode-se dizer que o trabalho precário se fundamenta no próprio conceito de insegurança ampliada.

Quanto ao trabalho em condições degradantes, vários autores já escreveram a respeito, não havendo uniformidade total em seus pensamentos, embora possamos vislumbrar, em todos, a mesma repulsa a essas formas humilhantes de tratar o ser humano, sujeitando-o a trabalho em condições que deveriam ser negadas a toda a humanidade.

O trabalho em condições degradantes, não é tão simples conceituá-lo, pois, são inúmeros os elementos que indicarão sua existência. Na verdade, como em muitos institutos que têm conceitos ditos “abertos”, às vezes é mais fácil dizer o que não é trabalho em condições degradantes do que o contrário. Seria simples, por exemplo, dizer que um trabalho, mesmo que exercido em condições duras, como o dos lavradores no campo, não seria considerado como em condições degradantes se os trabalhadores tivessem a adequada proteção para o seu exercício; tivessem os seus direitos trabalhistas resguardados, incluindo aí jornada de trabalho normal, bem como tivessem condições razoáveis de moradia, alimentação e higiene, e fossem respeitados.

Também é fácil definir trabalho em condições degradantes quando se utiliza, ainda negativamente, o princípio que fixa o mínimo de direitos do homem-trabalhador: a dignidade humana. Nesses termos, considera-se trabalho em condições degradantes aquele em que não são respeitados os direitos mínimos para o resguardo da dignidade do trabalhador. É preciso, entretanto, enunciar mais concretamente o trabalho em condições degradantes. Tomando por base a caracterização exposta por Luis Camargo (2007), as condições degradantes são aquelas em que se podem identificar péssimas condições de trabalho e de remuneração¹¹, pode-se dizer que trabalho em condições degradantes é aquele em que há a falta de garantias mínimas de saúde e segurança, além da falta de condições mínimas de trabalho, de moradia¹², higiene, respeito e alimentação. Tudo

¹¹ Premissas para um eficaz combate ao trabalho escravo. Revista do MPT. Brasília: Procuradoria Geral do Trabalho; São Paulo: LTr, nº 26, p. 15, setembro-2003.

¹² Um exemplo concreto: trabalhador dormindo em barracas de lona, com alimentação escassa e precária, e servindo-se de água – a mesma água – imprópria para suas atividades normais, como beber, tomar banho, lavar seus objetos e utensílios etc.

Referências bibliográficas:

- Alves, Francisco. (1992). Modernização da agricultura e sindicalismo: luta dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto-SP. Campinas, IE/UNICAMP. (Tese de doutorado).
- Antunes, Ricardo. (1998). Adeus ao trabalho? As metamorfoses no mundo do trabalho. Campinas: Ed Itora da Unicamp.
- Araújo, Tânia Bacelar. (1997) Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. In: USP-Estudos Avançados. Instituto de Estudos Avançados. Vol.1, nº 1 - São Paulo: IEA, p. 7-36.
- Araújo, Joaquim P et alli. (1997). Agroindústria e identidade de classe no Pólo da fruticultura irrigada do Rio Grande do Norte. Brasília: SOBER.
- Bassani, Paulo. (2006). Trabalhadores Rurais: Descobertas e Resistência. Londrina: EDUEL.

devendo ser garantido - o que deve ser esclarecido, embora pareça claro - em conjunto; ou seja, e em contrário, a falta de um desses elementos impõe o reconhecimento do trabalho em condições degradantes.

Condição de trabalho na fruticultura irrigada

A pesquisa desenvolvida no Projeto de irrigação do Baixo-Assu demonstrou que as categorias trabalho precário e trabalho degradante se dão de forma generalizada dentro deste território, contando com raras exceções. A investigação realizada junto aos trabalhadores do Baixo-Assu caminhou nos seguintes aspectos: história de vida, trabalho, produção e outros aspectos relevantes. Os dados aqui apresentados são resultado das primeiras coletas no campo de pesquisa e, portanto possuem um caráter preliminar e não conclusivo.

Nos aspectos relacionados a história de vida pode-se destacar que a maioria dos entrevistados, cerca de 70% do universo amostral é de origem de outros estados nordestinos, principalmente do Pernambuco e da Paraíba. É característica marcante o fato de que muitos dentre esses trabalhadores não retorna ao seu local de origem a mais de 3 anos.

Quando perguntado por que a motivação de ter vindo trabalhar na fruticultura a resposta quase sempre foi devido à falta de serviço na agricultura em seu local de origem, uma vez que muitos trabalhavam no corte da cana-de-açúcar e/ou em usinas. Encontro-se ainda, antigos cortadores de lenha, trabalhadores sem terra, ceramistas e trabalhadores que desenvolviam atividades de “bicos”. Dos 86 entrevistados 84 responderam que os seus pais trabalhavam na agricultura e, portanto desde a infância e/ou adolescência já havia trabalhador na agricultura.

Chama atenção o fato de que o percentual de analfabetos chegar a 85% dos pesquisados, os demais 15% só cursaram até o 1º grau incompleto e sabem na sua maioria apenas a ler e assinar seu próprio nome. Tal realidade faz com que estes indivíduos vivam de forma mais vulneráveis, sendo, portanto mais sujeitos a ganharem menores rendimentos e a serem mais enganados por contratos falsos e propostas fantasiosas. Dessa forma, a combinação falta de instrução e rendimento leva estes sujeitos à pobreza profunda e a um alto índice de indigência.

Outro aspecto que merece atenção é o fato de que o trabalho condiciona o lugar de moradia destes sujeitos. O que acontece na prática dentro do perímetro irrigado do Baixo-Assu é que quando um trabalhador sai do lote em que trabalhava, ele perde também a casa onde mora. Tal situação seria “aceitável” para aqueles moradores que residiam dentro do lote onde trabalhavam (cuja casa foi edificada pelo próprio irrigante com esta finalidade). Porém, tal realidade se estende para aqueles que estão também nas agrovilas construídas dentro do Projeto Baixo-Assu. Um fato curioso foi relatado na agrovila de Floresta: o colégio da agrovila que atualmente serve como local de moradia é habitado por várias famílias. Um irrigante colocou em uma do colégio uma pia e um fogão (segundo relatos da comunidade) e, cedeu a seu trabalhador para morar lá. Aconteceu que este mesmo trabalhador deixou de trabalhar para esse irrigante e, portanto o mesmo se viu no direito de retirar este trabalhador do seu local de moradia, indicando outro para residir em seu lugar. A pesquisa não conseguiu descobrir,

-
- Bendini, Mônica. (2007). El agro regional e los estudios sociales. Temáticas e reflexiones. In: Mônica Bendini, Salete Cavalcanti, Miguel Murmis e Pedro Tsakoumagkos (compiladores), El campo en la sociología actual. Una perspectiva latinoamericana. Editorial la Colmena. Buenos Aires.
- Bonanno, Alessandro. (1999). A globalização da economia e da sociedade: fordismo e pós-fordismo no setor agroalimentar. In: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa (Org.). Globalização trabalho e meio ambiente – mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. Recife: Editora Universitária da UFPE.
- Brandão lopes, c. (1984). Ideologia das classes subalternas. In: Seminário Revista Crítica da Produção sociológica voltada para a agricultura. Anais da Associação dos sociólogos de São Paulo (ASEP) – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. São Paulo, p. 24-25 de março de 1983, São Paulo, 1984.
- Prado jr, Caio. (1966). A Revolução Brasileira. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- Carvalho, A. C. A. (2001). A centralização de capital e espaço local: a produção de bananas no pólo de fruticultura potiguar. Natal. (Tese de dissertação).
- Delgado, Guilherme Costa. (1985). Caracterização geral do desenvolvimento recente da agricultura. In. Capital financeiro e agricultura no Brasil. Campinas: Unicamp, 240 p.
- Dicionário do pensamento marxist. (1988). A. Tom Bottomore - Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Gomes da silva, Aldenôr. (1992). A parceria na agricultura irrigada do Baixo-Açu. Natal: CCHLA.
- Guimarães neto, Leonardo. (1995). Desigualdades regionais e federalismo. In: affonso, R. B. & silva, P.L.B. (Org.). Desigualdades regionais e desenvolvimento (federalismo no Brasil). São Paulo: FUNDAP/UNESP.
- Graziano da Silva, José (coord.). (1980a). Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. São Paulo: Editora Hucitec.
- _____. (1980b). Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura. São Paulo: Hucitec.
- _____. (1981). Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura. São Paulo: Editora Hucitec. 210 p. (Economia & Planejamento. Série “Teses e Pesquisas”).
- _____. (1982). A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- Kageyama, Angela et all. (1990). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme costa et AL. (orgs.). Agricultura e políticas públicas. Brasília: IPEA.
- Martine, George. (1987). Êxodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola. In: Martine, George (orgs.). Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo: Caetés.
- Martins, J. de Souza. (2001). Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e à agricultura familiar no Brasil. In: Dilemas e Perspectivas para o Desenvolvimento Regional no Brasil, com ênfase no Agrícola e Rural na Primeira Década do Século XXI - Seminário Interno, FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura: Santiago do Chile, 11-13 de dezembro de 2001.
- _____. (2003). A Sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.
- Marx, Karl. (1884). O Capital: Crítica da economia política: livro I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____. (1974). O Capital: Crítica da economia política: livro III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1079 p.
- Moraes, Maria Aparecida de S. (2006). A superexploração no trabalho rural. In: _____ HU ONLINE www.unisinos.br/ihu.
- Novaes, José Roberto. (2006). O paradoxo no mundo do trabalho In: _____ HU ONLINE www.unisinos.br/ihu.
- Soto, William Héctor Gómez. (2002). A produção do conhecimento sobre o “mundo rural” no Brasil: As contribuições de José de Souza Martins e José Graziano da Silva. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- Sicsú & Dias, Abraham Benzaquen e Adriano Batista. (1994). O Resgate de Propostas Esquecidas: a preocupação com o Avanço Tecnológico In: Bacelar, Tânia et. al. (Org.). O GTDN – da proposta à realidade: ensaios sobre a questão regional. Recife: IPESPE.
- Trotsky, L. (1977). A História da Revolução Russa. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Wanderley, M. de N. B. (1985). O camponês: um trabalhador para o capital. Cadernos de Difusão de tecnologia, Brasília: Embrapa, v.2, n.1. p.13 -78, jan./abr.

nem mesmo a assistente social do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (Emater) soube informar o fato de que os irrigantes é que têm o poder de decidir quem efetivamente reside nas agrovilas. É comum ouvir deles que “Fulano” tem três casas lá em Floresta então, ele disse “que vou me mudar para lá”. Dessa forma, a vulnerabilidade do trabalho na fruticultura fica atrelada com a própria vulnerabilidade quanto ao local de moradia. A constante tensão de perder o emprego é acompanhada pela tensão de perde também o lugar de moradia, mesmo que este seja o mais precário possível.

Quanto aos aspectos relacionados ao trabalho na fruticultura as condições de instalação de moradia, bem como dos banheiros para esses trabalhadores são extremamente degradantes e desrespeitosas quanto à lei trabalhista, em muitos casos sequer existe a instalação de um banheiro para que os trabalhadores possam utilizar.

Figuras de 02 a 05 – Condições de instalações (moradia) dos trabalhadores rurais do Baixo-Assu



Fonte: Pesquisa de campo, 2008.



Fonte: Pesquisa de campo, 2008.



Fonte: Pesquisa de campo, 2008.



Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

O uso de equipamentos de segurança, chamados de Equipamentos de Uso Individual (EPI) também não é respeitado e, em alguns casos chega a existir a cobrança por parte dos empregadores aos seus trabalhadores. Quando perguntado sobre o uso de tais EPI's, 80% dos entrevistados apenas utilizavam “botas” como equipamento de segurança. Desconhecendo assim a obrigatoriedade de equipamentos como macacões, capacetes, mascaras e luvas entres outros descritos em Portaria pelo Ministério do Trabalho que considera Equipamento de Proteção Individual todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho.

A grande maioria dos trabalhadores trabalha na cultura da banana. Cada lote possui 8,16 hectares no qual possui um trabalhador e/ou família residindo, tal realidade se dá, pois o trabalhador além de desempenhar sua função dentro do bananal durante o dia, ainda durante o período da noite exerce uma função de vigia do lote. Por se tratar de um perímetro irrigado muitos iniciam suas atividades no escuro, as 04:00 horas da manhã (hora em que começa a “aguação” no projeto de irrigação) indo “concluí-las” as 16 e/ou 17 horas, a parada para o almoço ocorre das 11:00 as 13:00 horas, perfazendo uma carga horária de 10 a 11 horas de trabalho. Esta jornada extensiva de trabalho caracteriza na verdade uma super-exploração do trabalhador.

Quanto a ter ou não a carteira assinada, 60% respondeu não ser “fichado” é antes “solto”, “clandestino”, recebendo diária no valor de R\$ 15,00 ou R\$17,00 reais, ou seja, trabalhando 24 dias no mês recebe o valor entre R\$ 360,00 reais e R\$ 408,00, valor abaixo do salário mínimo brasileiro que é de R\$ 415,00 reais. Apesar de ser inferior o trabalho do “clandestino”, muitos preferem trabalhar “solto”, pois desconfiam que as empresa para quem trabalham não pagam efetivamente o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o “seguro”. Além do “ganho” ser reduzido na fruticultura irrigada existe “uma cultura empresarial” de não pagar em dia o salário do trabalhador “é contado nos dedos os que pagam no dia, é comum pagamento atrasado, além de ficar R\$ 400,00, R\$300,00 do dinheiro dentro”, este dinheiro “dentro” que é ressaltado pela fala de um dos trabalhadores rurais nada mais é do que o pagamento não efetuado em sua integralidade, ficando “pedaços” a serem pagos posteriormente.

De fato, as relações arcaicas no campo brasileiro se dão, sobretudo, pelo fato dos trabalhadores rurais estarem presos a uma exploração econômica embutida de sujeição pessoal. Essa realidade para Martins foi ao mesmo tempo “o meio de assegurar uma espécie de institucionalização da acumulação primitiva às custas da superexploração do trabalho e da segregação dos trabalhadores rurais em relação aos benefícios do desenvolvimento industrial” (MARTINS, 2001; p. 8) É fato, que a massa de trabalhadores rurais constituiu-se em exército de reserva, que em muitos contextos se efetiva como um

trabalhador de “baixo perfil”: “conformado, confinado nos limites típicos de necessidades sociais circunscrita, privado de direitos sociais reconhecidos” (MARTINS, 2001; p.7).

A situação de vulnerabilidade advinda do alto grau de exploração se agrava, sobretudo, pela não atuação do sindicato de trabalhadores rurais na região do Baixo-Assu: “o sindicato não aparece, desde que estou aqui nunca ouvi falar não” (trabalhador rural do Baixo-Assu). Desorganizados, desfilados de qualquer sindicato e isolados dentro do bananal, a mão-de-obra do Baixo-Assu como diz o poeta “não vive, agüenta” a exploração de sua força de trabalho, os rendimentos baixos, as péssimas condições de vida e a constante tensão pela perda do seu “serviço”. Os sofrimentos enfrentados por estes homens quer pelas jornadas prolongadas de trabalho, quer pelo próprio tipo de trabalho, ou seja, esforço depreendido na colheita e corte da banana, principalmente; quer pelas necessidades de comprar os alimentos e, portanto pela fome que os atingem, acumulam marcas das quais faltam palavras para descrevê-las. Nesse sentido, o trabalho optou pelo uso de imagens a fim de demonstrar quem são esses sujeitos.

Figuras de 06 a 11 – Trabalhadores rurais do Baixo-Assu/RN

Francineide – 42 anos

Raimundo – 51 anos



Fonte: Pesquisa de campo, 2008. Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Aderaldo – 52 anos

Josefa – 46 anos



Fonte: Pesquisa de campo, 2008. Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Apesar do descrito quanto à vida e o trabalho na fruticultura irrigada quando perguntado sobre o seu momento presente as respostas na sua maioria eram “está bom” e, a partir daí prosseguíamos: Bom porque? “Bom porque estou com a família”, “bom porque estou com um serviço” ou ainda davam o silêncio como resposta.

Quando perguntado sobre quais eram suas maiores dificuldades a resposta também era bastante evasiva, no máximo destacavam as dificuldades que tinham quanto ao transporte (deslocamento) para o município sede e a falta de postos de saúde próximos à área do projeto de irrigação.

Quanto aos sonhos que têm para si e para sua família, os trabalhadores responderam “comprar um lote e trabalhar para mim mesmo”, “montar um negócio pra mim”, “comprar um pedaço de terra e trabalhar na agricultura”, “possuir uma casa”, “melhorar de vida se empregado numa empresa” ou simplesmente “ser feliz com a família” e “dar estudos para os filhos”. A maioria das respostas se concentraram na idéia de comprar uma pedaço de terra ou montar um negócio ficando evidente o desejo de autonomia quanto ao trabalho, uma vez que comprar um pedaço de terra ou montar um negócio implica em deixar de trabalhar para terceiros.

Apontamentos de campo

Como já assinalado anteriormente este trabalho ainda não possui um “conclusão” quanto a realidade vivida pelos trabalhadores do Baixo- Assu, uma vez que os dados do campo ainda não foram todos coletados. Nesse sentido, optou-se por utilizar o espaço da conclusão para transcrever um dos apontamentos registrados em lócus: “Depois de um tempo “rodando” sem encontrar ninguém, finalmente, encontramos seu Aderaldo, pernambucano, antigo cortador de cana, cuja história nos deixou muito sensibilizados. Seu Aderaldo, estava a “3 meses e 3 dias” sem receber nada do seu patrão. Na realidade, o que estava acontecendo a este senhor era algo muito pior do que apenas salário atrasado. Seu Aderaldo saiu há 7 meses de Macaparana, cidade próxima de Goiânia/PE, para vim trabalhar na fruticultura irrigada, cuidando de 3 lotes (cada um de 8,16 ha) ganhado R\$ 15,00 a diária (x 24 dias no mês); perfaz um total de R\$ 360,00 reais por mês. Sem contrato, ou carteira assinada apenas de “boca” com diz ele, “a 3 meses e 3 dias”, não tem contato com o patrão, contagem que ele mesmo faz referência para identificar o tempo que o patrão não aparece no Baixo-Assu. A situação de seu Aderaldo, porém parece pior

do que o atraso do salário, pois não foi apenas a seu Aderaldo que o irrigante pernambucano deixou de pagar. Seu Aderaldo deixou de trabalhar no lote pois os serviços de água e da luz foram cortadas, devido a falta de pagamento. Por não possuir nenhum telefone de seu patrão, seu Aderaldo não tem como “incomodar” o mesmo com perguntas do tipo “quando o senhor aparecerá no Baixo-Assu?”. Como a esposa também não possui nenhum telefone para comunicação, seu Aderaldo há mais de 3 meses não recebe e, não dar notícias a família. Dessa forma, o abandono do seu Gildo aos seus 3 lotes no perímetro, coincide com o abandono do trabalhador, haja vista que o mesmo foi pego em Macaparana (em casa) pelo próprio irrigante para vim para o “Rio Grande”. Seu Aderaldo sem salário, sem água e sem luz a três meses sobrevive as custas da solidariedade de outros. Cozinha para os trabalhadores num lote vizinho em troca de comer “um prato de feijão ao meio dia, de tomar um banho e de usar o banheiro”. No final da tarde, seu Aderaldo retorna para os lotes de seu Gildo antes que a escuridão absoluta tome conta da estrada. Em muitos momentos de nossa conversa seu Aderaldo fazia paradas silenciosas..... Foi difícil para todos nós encarmos e conversarmos sobre aquela realidade... Não havia roteiro de entrevista preparado para aquela situação....” (Socióloga responsável pela pesquisa).

Estudo sobre o assédio moral nas relações de trabalho em agências bancárias na cidade de Astorga, no estado do Paraná.

Augusto Cesare de Campos Soares
Universidade Estadual de Maringá
augusto_cesare@yahoo.com.br

Resumo: O assédio moral é um problema grave e insidioso, que pode acontecer em família, em sociedade ou nas empresas. Trata-se de um conjunto de comportamentos que, voluntário ou involuntariamente, leva a vítima ao desequilíbrio psicológico e à instabilidade emocional, (manipulação perversa, terrorismo psicológico) caracteriza-se por ser uma conduta abusiva, de natureza psicológica, que atenta contra a dignidade psíquica, de forma repetitiva e prolongada, e que expõe o trabalhador a situações humilhantes e constrangedoras, capazes de causar ofensa à personalidade, à dignidade ou à integridade psíquica, e que tenha por efeito excluir a posição do empregado no emprego ou deteriorar o ambiente de trabalho, durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções. O assédio moral, uma espécie de dano à pessoa, está presente em todo o mundo, e por essa razão seu conceito e características variam de acordo com a cultura e o contexto de cada país. A pressão das empresas para superar metas e ser competitivas transforma cada vez mais o local de trabalho em ambiente de "terror psicológico". Com mais consciência de seus direitos, cresce o número de trabalhadores que denunciam serem vítimas de assédio moral. A vítima do assédio moral ao perceber que está sendo assediada, ela deve buscar informações sobre o assunto, denunciar ao departamento de Recursos Humanos da empresa ou sindicatos profissionais e caso não obtenha êxito denunciar o assédio ao Ministério do Trabalho e Emprego e ao Ministério Público do Trabalho.

Palavras-chave: assédio, pressão, terror psicológico.

1 Introdução

Em meio a um mundo globalizado e um mercado de trabalho cada vez mais competitivo, em que garantir a empregabilidade é uma das atitudes mais condizentes, surge uma pergunta bastante comum na esfera empresarial: "Quais são os sacrifícios válidos para se garantir o emprego?" Em alguns casos, não é percebido pelo assediado, deixando para lá, para não criar confusão.

A resposta é consenso geral quando tratada pelos especialistas de Recursos Humanos: nenhum. Por definição, sacrificar-se é privar-se em benefício de outrem. Uma coisa é o esforço, o desafio; a outra, é o sacrifício, o sofrimento. Em se tratando de relações trabalhistas, sofrer não deve ser condição, nem muito menos consequência, ainda mais quando é resultado de situações de humilhação, constrangimento e submissão. Situações estas que caracterizam o assédio moral.

Segundo Pamplona Filho (2000) o assédio moral pode ser considerado como uma conduta abusiva, de natureza psicológica, que atenta contra a dignidade psíquica do indivíduo, de forma reiterada, tendo por efeito a sensação de exclusão do ambiente e do convívio social. O assédio moral não é um "privilégio" da relação de emprego, podendo ser praticado em qualquer ambiente onde haja uma coletividade, como, por exemplo, em escolas, comunidades eclesíásticas, corporações militares, entre outros.

Não há limites para a criatividade humana quando quer violentar direitos, podendo ir desde a "brincadeira" mais "ingênua" até formas modernas e sofisticadas de agressão moral. Em geral, os assediadores provocam ações humilhantes ao profissional ou o cumprimento de tarefas absurdas e impossíveis de realizar, para gerar a ridicularização pública no ambiente de trabalho e a humilhação do assediado.

Outra estratégia utilizada pelos assediadores é denegrir a imagem do profissional com humilhações e restrições genéricas, em sua totalidade parciais e mentirosas. E para conseguir adeptos e ganhar força com a perseguição moral que perpetram, utilizam-se de armas psicológicas para angariar aliados, mesmo aqueles considerados inocentes úteis.

O objetivo principal do assédio moral é a exclusão da vítima, seja pela pressão deliberada da empresa para que o empregado se demita, aposente-se precocemente ou ainda obtenha licença para tratamento de saúde, bem como pela

construção de um clima de constrangimento para que ela, por si mesma, julgue estar prejudicando a empresa ou o próprio ambiente de trabalho, pedindo para ausentar-se ou para sair definitivamente.

Essas práticas incluem insinuações e subentendidos, entre outras formas de agressão verbal disfarçada, e podem efetivamente levar uma pessoa à infelicidade no meio em que vive ou trabalha.

As condutas mais comuns segundo o Ministério do Trabalho e Emprego são: instruções confusas e imprecisas ao trabalhador, dificultando o trabalho, atribuindo erros imaginários ao trabalhador, exigindo sem necessidade trabalhos urgentes, sobrecarregando o trabalhador de tarefas, ignorando a presença do mesmo ou não o cumprimentando ou ainda não lhe dirigindo a palavra frente aos outros, fazendo críticas ou brincadeiras de mau gosto ao trabalhador em público, impondo horários injustificados, agressões físicas ou verbais (quando estão sós, o assediador e a vítima), realizando revistas vexatórias, usando de ameaças, insultos e isolando o trabalhador do restante da equipe.

2 PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVOS

Observar se existe ou não assédio moral e se os colaboradores têm conhecimento do que é o assédio moral, como ele ocorre, de como se defender e se já tem alguma experiência ou vivência do assunto.

O presente artigo tem como objetivo mostrar a realidade dos funcionários das agências bancárias perante o quadro de assédio moral e as condições de trabalho as quais são submetidos.

3 Revisão Bibliográfica

3.1 conceito

O enorme interesse despertado sobre o tema, na atualidade se revela na imensa quantidade de publicações destinadas ao esclarecimento e estudo da matéria. A própria Organização Internacional do Trabalho, em seus periódicos mais recentes, tem reservado grande espaço para a análise deste complexo fenômeno que pulula em diversos países. Vários são os autores que discorrem sobre o assunto, assim cita-se alguns conceitos encontrados na literatura pertinente. Barreto (2000) analisa que assédio moral é:

[...] a exposição dos trabalhadores e trabalhadoras a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções, sendo mais comuns em relações hierárquicas autoritárias a assimétricas, em que predominam condutas negativas, relações desumanas e aéticas de longa duração, de um ou mais chefes dirigidas a um ou mais subordinado(s), desestabilizando a relação da vítima com o ambiente de trabalho e a organização, forçando-o a desistir do emprego.

Esse mesmo autor esclarece ainda que o assédio moral caracteriza-se pela degradação deliberada das condições de trabalho em que prevalecem atitudes e condutas negativas dos chefes em relação a seus subordinados, constituindo uma experiência subjetiva que acarreta prejuízos práticos e emocionais para o trabalhador e a organização.

O assédio moral (manipulação perversa, terrorismo psicológico) caracteriza-se por ser uma conduta abusiva, de natureza psicológica, que atenta contra a dignidade psíquica, de forma repetitiva e prolongada, e que expõe o trabalhador a situações humilhantes e constrangedoras, capazes de causar ofensa à personalidade, à dignidade ou à integridade psíquica, e que tenha por efeito excluir a posição do empregado no emprego ou deteriorar o ambiente de trabalho, durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções.

“O assédio moral pode ser considerado uma violência psicológica contra o empregado”, define a advogada trabalhista Sílvia Helena Soares. Expor o funcionário a situações humilhantes; exigir dele metas inatingíveis; delegar cada vez menos tarefas alegando incapacidade do trabalhador; negar folgas e emendas de feriado quando outros empregados são dispensados; agir com rigor excessivo e reclamar dos problemas de saúde do funcionário são alguns exemplos que configuram o assédio moral.

O conflito tende a agravar-se pela omissão da empresa em não intervir. Guedes (2003) caracteriza esse tipo de assédio como:

[...] a ação discriminatória é desencadeada pelos próprios colegas de idêntico grau na escala hierárquica. Os fatores responsáveis por esse tipo de perversão moral são a competição, a preferência pessoal do chefe, porventura gozada pela vítima, a inveja, o racismo, a xenofobia e motivos políticos. [...] a vítima pode ser golpeada tanto individual como coletivo.

A vítima é isolada do grupo sem explicações, passando a ser hostilizada, ridicularizada, inferiorizada, culpabilizada e desacreditada diante dos outros, que por medo do desemprego e a vergonha de serem também humilhados associado ao estímulo constante a competitividade, rompem os laços afetivos com a vítima e, reproduzem e reatualizam ações e atos do agressor no ambiente de trabalho, instaurando um pacto de tolerância e silêncio no coletivo, enquanto a vítima vai gradativamente se desestabilizando perdendo sua auto-estima.

Hirigoyen (2001) argumenta que por assédio moral em um local de trabalho deve-se entender toda e qualquer conduta abusiva manifesta sobretudo por comportamentos, palavras, atos, gestos, escritos que possam trazer dano à personalidade, à dignidade ou a integridade física ou psíquica de uma pessoa, pôr em perigo seu emprego ou degradar o ambiente de trabalho.

Também em Heloani (2003), verifica-se que o assédio moral caracteriza-se pela intencionalidade e consiste na constante e deliberada desqualificação da vítima, seguida de sua conseqüente fragilização, com o intuito de neutralizá-la em termos de poder. Esse enfraquecimento psíquico pode levar o indivíduo vitimizado a uma paulatina despersonalização. Sem dúvida, trata-se de um processo disciplinador em que se procura anular a vontade daquele que, para o agressor, se apresenta como ameaça.

O assédio moral costuma nascer do sem ofensas, pois as pessoas tendem a relevar alguns ataques, levando na brincadeira, mas depois começa a se propagar com freqüência e intensidade, fazendo com que a vítima passe a ser alvo de um número maior de humilhações e de brincadeiras de mau gosto.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego é toda e qualquer conduta abusiva (gesto, palavra, escritos, comportamento, atitude, etc.) que, intencional e freqüentemente, fira a dignidade e a integridade física ou psíquica de uma pessoa, ameaçando seu emprego ou degradando o clima de trabalho.

3.2 Assédio Moral: breve histórico

O assédio moral foi apontado como objeto de pesquisa em 1996, na Suécia pelo psicólogo do trabalho Heyns Leymann, que por meio de um levantamento junto a vários grupos de profissionais chegou a um processo que qualificou psicoterror, devido à similaridade dessa conduta com um ataque rústico e grosseiro.

O assédio moral no trabalho constitui, pois, um fenômeno internacional segundo levantamento recente da Organização Internacional do Trabalho (OIT) com diversos países desenvolvidos.

A pesquisa aponta para distúrbios da saúde mental relacionado com as condições de trabalho em países como Finlândia, Alemanha, Reino Unido, Polônia e Estados Unidos. "As perspectivas são sombrias para as duas próximas décadas, pois segundo a OIT e Organização Mundial da Saúde, estas serão as décadas do mal estar na globalização", onde predominará depressões, angústias e outros danos psíquicos, relacionados com as novas políticas de gestão na organização de trabalho e que estão vinculadas às políticas neoliberais.

A União Européia e os próprios EUA, por intermédio da Comissão para a Igualdade de Oportunidade de Emprego dos Estados Unidos (EEOC), também têm feito estudos e pesquisas para o levantamento do desenvolvimento do assédio moral no ambiente de trabalho, chegando a cifras astronômicas, de milhões de trabalhadores assediados, o que tem gerado nos EUA indenizações milionárias em favor dos assediados, transformando-se em um dos principais riscos financeiros das empresas.

No Brasil colônia de índios e negros foram sistematicamente assediados, humilhados por colonizadores que, de certa forma, julgavam-se superiores e aproveitavam-se dessa suposta superioridade militar, cultural e econômica para impor sua visão de mundo, sua religião e seus costumes.

É possível que a atual sociedade brasileira os moldes da sociedade escravocrata, sempre tenha existido de diferentes formas. A humilhação tem base no próprio sistema, favorecendo o aparecimento da violência em que chefe detenha certo poder sobre o subordinado.

Porém, observa-se que o problema não é exclusividade brasileira. A Organização Internacional do Trabalho (OIT), em pesquisa realizada há mais de dez anos – em 1996 – detectou que 12 milhões de trabalhadores na União Européia já viveram situações humilhantes no trabalho que acarretaram distúrbios de saúde mental. No Brasil, pesquisa pioneira realizada pela médica do trabalho Barreto (2000) em sua tese de mestrado, constatou que 42% dos trabalhadores entrevistados foram vítimas de assédio moral nas empresas.

Diante desta realidade, a Justiça do Trabalho tem se posicionado independentemente da existência de leis específicas. "A teoria do assédio moral se baseia no direito à dignidade humana, fundamento da República Federativa do Brasil, como prevê o artigo 1º, inciso III, da Constituição", observa a ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, do Tribunal Superior do Trabalho. "É possível citar também o direito à saúde, mais especificamente à saúde mental, abrangida na proteção conferida pelo artigo 6º, e o direito à honra, previsto no artigo 5º, inciso X, também da Constituição", acrescenta.

3.3 Como reconhecer o assédio moral

Não é possível prever as possíveis reações ou quais as possíveis vítimas mas pode-se observar o comportamento dos indivíduos no ambiente de trabalho para podermos estabelecer perfis para as possíveis vítimas ou possíveis agressores.

É possível observar que há mais casos de assédio moral quando o funcionários ou colaborador tem acima de 20 anos, possuam salários com níveis mais altos, que não se curvem ao autoritarismo e que não se subjugam ou são mais competentes que o agressor. São também os profissionais que não hesitam em trabalhar em finais de semana ou fora do expediente normal e não faltam ao trabalho mesmo em motivos de doença. Observa-se que também é uma possível vítima trabalhadores que possuam algum tipo de deficiência física ou com algum problema de saúde ou, até mesmo os que tem crença religiosa ou orientação sexual diferente de quem o assedia.

Há discriminação também quanto a homens em um grupo de mulheres em um grupo de homens. É possível acrescentar nesses ambientes o assédio moral vivenciado pelos indivíduos do sistema prisional.

O mais freqüente o assédio de um superior ao subordinado, de um colega ao outro, e também de os superiores serem assediados pelos subordinados. Quanto a superiores serem agredidos por subordinados, não é um caso muito comum, mas acontece quando a vítima vem de fora da empresa e tem uma maneira diferente de exercer o cargo de chefia que o grupo não aceita, e também quando um funcionário da empresa é promovido sem a consulta do grupo.

3.4 CONSEQÜÊNCIAS DO ASSÉDIO MORAL

A humilhação no trabalho envolve fenômenos vertical e horizontal. O fenômeno vertical se caracteriza por relações autoritárias, desumanas e aéticas, onde predomina os desmandos, a manipulação do medo, a competitividade, os programas de qualidade total associado à produtividade.

Com a reestruturação e reorganização do trabalho, novas características foram incorporadas à função: qualificação, poli funcionalidade, visão sistêmica do processo produtivo, rotação das tarefas, autonomia e flexibilização. É exigido dos trabalhadores maior escolaridade, competência, eficiência, espírito competitivo, criatividade, qualificação, empregabilidade visando produzir mais a baixo custo (NASCIMENTO, 2004).

A flexibilização envolve eliminação de postos de trabalho e de direitos conquistados, assimetria no contrato de trabalho, revisão permanente dos salários em função da conjuntura, imposição de baixos salários, jornadas prolongadas, terceirização de risco, informalidade, viver com incertezas e fazer mais com pouco.

O fenômeno horizontal está relacionado com a pressão para produzir com qualidade e com baixo custo. O medo de perder o emprego e não voltar ao mercado formal favorece a submissão e o fortalecimento da tirania. O enraizamento e disseminação do medo no ambiente de trabalho reforçam atos individualistas, tolerância aos desmandos e práticas autoritárias no interior das organizações que sustentam a cultura do contentamento geral.

A competição sistemática entre os trabalhadores incentivada pela empresa, provoca comportamentos agressivos e de indiferença ao sofrimento do outro. A exploração de mulheres e homens no trabalho explícita e excessiva freqüência de violência vivida nas organizações. A globalização da economia por si só já provoca desigualdades e injustiças, que sustenta um clima repleto de agressividades não só nas organizações, mas como também na rede de relacionamentos do indivíduo (ALKIMIN, 2005).

Apesar de a maioria das pesquisas realizadas apontarem que as mulheres são as maiores vítimas do assédio moral, também são elas que mais procuram ajuda de especialistas até no próprio grupo de trabalho. Em relação aos homens, dentro da nossa cultura machista e preconceituosa, ausência de ação piora o quadro depressivo da vítima, pois rebaixa sua auto-estima, chegando a ferir sua própria identidade. Sendo assim, a humilhação associa-se a admitir sua impotência diante dos fatos, o que se lhe configura como o fundo do poço, o auge da sua forçada degradação, daí, soma-se úlceras, disfunções sexuais e eternas cefaléias (GUEDES, 2003).

Como observa Pamplona Filho (2000) é preciso ter em mente que o assédio é, em qualquer uma de suas espécies, uma ofensa para a vítima, na sua dignidade como pessoa, podendo ser encarado como um trauma na vida do indivíduo. Isto porque gera, muitas vezes, seqüelas físicas e psicológicas de tal ordem na vítima, que lembram cicatrizes, pois podem até não doer tanto no futuro, mas ficarão indelevelmente marcadas na história daqueles indivíduos. Dentre estas seqüelas, tem-se observado que a maioria das pessoas ofendidas passou a padecer das formas mais graves de tensão, ansiedade, cansaço e depressão, com a necessidade médica de tratamentos, particularmente de natureza psicológica.

As conseqüências às vítimas de assédio moral estão diretamente ligadas com fatores que se relacionam com a intensidade e a duração da agressão. As conseqüências específicas em curto prazo pelas vítimas do assédio moral são o estresse e a ansiedade combinado com um sentimento de impotência e humilhação. Destes prejuízos decorrem perturbações físicas: cansaço, nervosismo, distúrbios do sono, enxaqueca, distúrbios digestivos, dores na coluna, etc. Diga-se que tais perturbações seriam uma autodefesa do organismo a uma hiperestimulação e a tentativa de a pessoa adaptar-se para enfrentar a situação. (HIRIGOYEN, M. F. Op. cit., p. 77).

Como conseqüências do assédio moral é necessário atentar para perdas para a empresa, como: queda de produtividade, imagem negativa da empresa perante o público e o mercado de trabalho, alteração na qualidade do serviços prestado, acidentes de trabalho, doenças profissionais, trocas constantes de empregados, possíveis ações trabalhistas.

3.5 Assédio Moral: Como se defender?

O assédio moral só pode ser resolvido com a intervenção da justiça, mas o julgamento só é possível com a apresentação de provas concretas, por isso é necessário que se conheça seus direitos. Denunciar é o único meio de acabar com as agressões provenientes do assédio moral. Para que seja feita a denuncia é necessário que o funcionário rompa definitivamente com a empresa e obtenha comprovações como testemunhas ocultas na empresa, se possível gravações de conversas entre a vítima e o agressor como também correspondências que possam ter sido trocadas entre eles (AGUIAR, 2005).

De acordo com Barreto (2000) a justiça atual prevê acusação penal desse tipo de delito conforme se observa na resolução adotada pela Assembléia das Nações Unidas, em anexo a declaração dos princípios fundamentais de justiça, relativos às vítimas desse tipo de abuso: "Entende-se por vítimas pessoas que, individual ou coletivamente, tenham sofrido algum prejuízo; principalmente uma ofensa a sua integridade física ou mental, um sofrimento moral, uma perda material, ou uma injúria grave a seus direitos fundamentais, em virtude de atos ou omissões que não constituem ainda uma violação da

legislação penal nacional, mas representa violações de normas internacionalmente reconhecidas em matéria de direitos humanos.”

A prática do assédio, portanto, caracteriza dano moral à vítima, no caso o trabalhador, garantindo à mesma o direito ao recebimento de indenização compatível com a ofensa sofrida, a teor do que dispõe o dispositivo constitucional em seu inciso X do artigo 5º da Constituição Federal, violada a intimidade, a vida privada, a honra ou a imagem das pessoas, nasce o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente, bem como pelo previsto nos artigos 186 e 927 do Código Civil Brasileiro (TAUIL 2006).

O assediado por medo, acaba se sujeitando as diversas humilhações adoecendo psicológica e fisicamente. Diante dessa realidade o empregado assediado sente-se ansioso, despreparado e inseguro para desempenhar suas funções. Em consequência disso, quando o funcionário não é demitido aumentam os riscos de sofrerem doenças profissionais e até mesmo acidentes de trabalho.

Neste aspecto, alguns procedimentos podem ser adotados, a fim de que o trabalhador combata o assédio moral, bem como reúna provas que poderão ser utilizadas no futuro em eventual reclamação trabalhista, como os citados:

- Solicitar que as ordens solicitadas pelo agressor sejam feitas por escrito;
- Sempre contar com a presença de algum colega de trabalho, quando estiver conversando com o ofensor;
- Solicitar providências da administração da empresa, em relação aos atos de assédio moral praticados pelo ofensor;
- Registrar por escrito os atos praticados pelo agressor, quando estes evidenciam a prática do assédio moral;
- Denunciar a prática do assédio moral ao sindicato de sua categoria.

A vítima do assédio moral ao perceber que está sendo assediada, ela deve buscar informações sobre o assunto, denunciar ao departamento de Recursos Humanos da empresa ou sindicatos profissionais e caso não obtenha êxito denunciar o assédio ao Ministério do Trabalho e Emprego e ao Ministério Público do Trabalho.

Primeiramente, é importante ressaltar que a competência para legislar sobre direito do trabalho é privativa da União, conforme dicção do art. 22, I da Constituição Federal. Assim, as leis abaixo analisadas não são normas jurídicas trabalhistas, mas sim normas administrativas que visam à regulamentação de condutas havidas entre a Administração Pública e seus contratados.

O que se verifica através de uma busca na legislação nacional é a existência de leis municipais, como nas cidades a seguir discriminadas por ordem cronológica de aprovação, além de lei do Estado do RJ:

- Iracemápolis (Lei 1.163 de 24/04/2000 e Decreto Regulamentador 1134/2001)
- Cascavel (Lei 3.243 de 15/05/2001)
- Guarulhos (Lei 358 de 19/07/2001)
- Sidrolândia (Lei 1.078 de 05/11/2001)
- Jaboticabal (Lei 2.982 de 17/11/2001)
- São Paulo (Lei 13.288 de 10/01/2002)
- Natal (Lei 189 de 23/02/2002)
- Americana (Lei 3.671 de 07/06/2002)
- Campinas (Lei 11.409 de 04/11/2002)
- São Gabriel do Oeste (Lei 511 de 04/04/2003)

3.6 Assédio moral no Brasil

O assédio moral, uma espécie de dano à pessoa, está presente em todo o mundo, e por essa razão seu conceito e características variam de acordo com a cultura e o contexto de cada país. O fenômeno é conhecido na Itália, Alemanha e países escandinavos como mobbing; na Inglaterra e Estados Unidos como bullying; no Japão como ijime, nos países de língua espanhola como acoso moral ou acoso psicológico; e simplesmente assédio moral aqui no Brasil.

O mobbing, segundo Marie-France Hirigoyen citando Heinz Leymann, consiste em "manobras frequentes e repetidas no local de trabalho, visando sistematicamente a mesma pessoa e provém de um conflito que degenera, sendo uma forma particularmente grave de estresse psicossocial".

A pressão das empresas para superar metas e ser competitivas transforma cada vez mais o local de trabalho em ambiente de "terror psicológico". Com mais consciência de seus direitos, cresce o número de trabalhadores que denunciam serem vítimas de assédio moral.

Situações antes consideradas "normais" pelos chefes e até mesmo pelos funcionários - gritos, humilhações e constrangimentos (como as revistas íntimas) - se transformam em processos trabalhistas.

Segundo o Jornal a Folha de São Paulo, de 17 de dezembro de 2006, só neste ano o Ministério Público do Trabalho abriu 337 investigações (mais do que o dobro das instauradas em 2005) para apurar casos de assédio denunciados em empresas dos setores têxtil, cosmético, farmacêutico, químico, metalúrgico, financeiro e estatal.

Em 15 regionais do MPT no país, 48 empresas firmaram termos de ajustamento de conduta com o compromisso de corrigir atitudes que se caracterizaram como assédio moral. No ano passado, 32 termos foram assinados pelas empresas.

De fevereiro a dezembro de 2006, dez ações civis públicas foram encaminhadas pelos procuradores do Trabalho à Justiça trabalhista de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul para pedir reparação por danos causados a trabalhadores assediados moralmente. As empresas acusadas recorrem.

De acordo com a servidora do Núcleo de Promoção de Igualdade de Oportunidades e Combate à Discriminação, da Delegacia Regional do Trabalho no Paraná (DRT/PR), Regina Canto do Canto, o assédio moral é caracterizado pela violência psicológica. Muitos dos trabalhadores que procuram a DRT/PR estão abalados psicologicamente e, segundo a servidora do Núcleo, acabam sendo passivos. Para Regina, o trabalhador deve estar ciente de seus direitos não apenas como funcionário, mas também como ser humano. A partir da denúncia, as partes envolvidas no caso serão convidadas pelo Núcleo de Apoio a Programas Especiais (Nape) da DRT/PR para uma mesa de entendimento. Participam desta fase, um representante da empresa, as pessoas que supostamente estão tendo a conduta contestada, o denunciante e a DRT.

4 METODOLOGIA

Este estudo baseia-se na pesquisa exploratória e descritiva. A pesquisa exploratória visa prover o pesquisador de um maior conhecimento sobre o problema de pesquisa em perspectiva. Para MALHOTRA (2001), é apropriada para os primeiros estágios da investigação, quando a familiaridade, o conhecimento e a compreensão do fenômeno por parte do pesquisador são ainda insuficientes ou inexistentes, servindo para posteriores estudos e futuras pesquisas. A pesquisa exploratória é usada em casos nos quais é necessário definir o problema com maior precisão e identificar cursos relevantes de ação ou obter dados adicionais antes que se possa desenvolver uma abordagem. Como o nome sugere, a pesquisa exploratória procura explorar um problema ou uma situação para prover critérios e compreensão. Através dela avalia-se a possibilidade de se desenvolver um estudo inédito e interessante, sobre uma determinada temática.

A pesquisa exploratória utiliza métodos bastante amplos e versáteis. Os métodos empregados compreendem: levantamentos em fontes secundárias (bibliográficas, documentais, etc.), levantamentos de experiência, estudos de casos selecionados e observação informal (a olho nu ou mecânica). Na maioria dos casos, a pesquisa exploratória envolve: a) levantamento bibliográfico; b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; c) análise de exemplos que estimulem a compreensão do fato estudado.

A pesquisa descritiva procura observar, registrar, analisar, classificar e interpretar os fatos ou fenômenos (variáveis), sem que o pesquisador interfira neles ou os manipule. Este tipo de pesquisa tem como objetivo fundamental a descrição das características de determinada população ou fenômeno. Ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis, isto é, aquelas que visam estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental, e outros (CHURCHILL, 1987).

Procura descobrir, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com os outros, sua natureza e características. São inúmeros os estudos que podem ser classificados como pesquisa descritiva e uma de suas características mais significativas é a utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados, tais como a observação sistemática, o formulário, entrevistas pessoais, entrevistas por telefone, questionários pelo correio, questionários pessoais e observação.

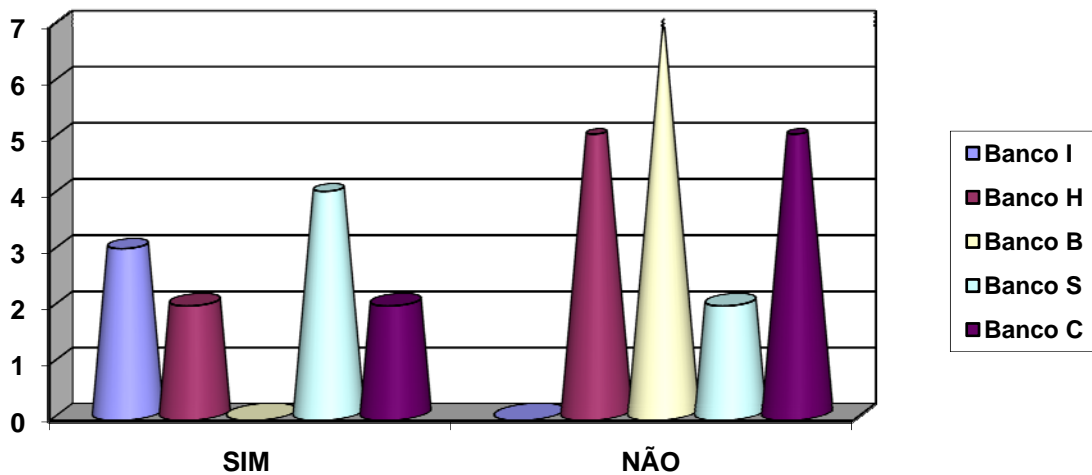
Foi realizada uma pesquisa de campo com os funcionários das agências bancárias da região da cidade de Astorga/Pr, foi utilizada como princípio básico a aplicação de questionários para diagnosticar o clima da organização e chegar ao objetivo da pesquisa que é mostrar a realidade do ambiente de trabalho onde se pode observar se há ou não assédio moral e se os colaboradores têm conhecimento do que é o assédio moral, como ele ocorre, de como se defender e se já tem alguma experiência ou vivência do assunto.

5 ANÁLISE DE DADOS

Os dados coletados serão aqui convertidos em informações convertidas em gráficos e tabelas com ajuda do programa Excel para o melhor entendimento, facilitando a visualização e conseqüentemente interpretação analisada na ocasião.

Nos dados obtidos na pesquisa foi possível traçar um perfil dos funcionários que possam ter sido assediados, de acordo com idade, sexo, e faixa salarial. Foram entrevistados 30 funcionários das diversas instituições financeiras privadas e públicas da região de Astorga - Pr, 63,33% dos entrevistados são homens, 36,67% são mulheres; as idades variam de 25 a 51 anos, e a faixa salarial de R\$ 1.000,00 a R\$ 3.001,00, e não possui margem de erros por serem dados exatos. Os gráficos analisados abaixo constam às opiniões dos funcionários entrevistados.

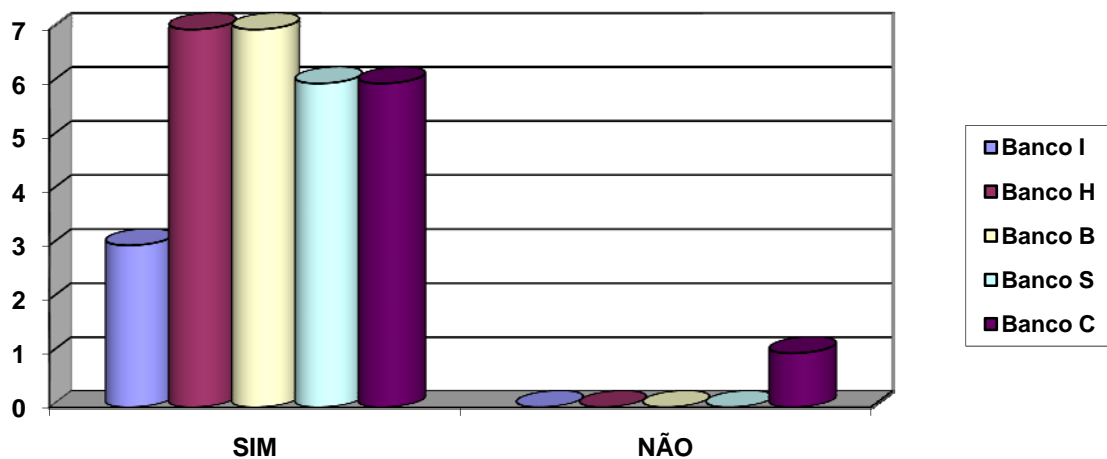
Gráfico 1: Os funcionários da instituição podem tomar decisões e resolver problemas de natureza técnica na sua agência de trabalho, sem precisar consultar os superiores.



Fonte: Pesquisa de Mercado, 2007.

De acordo com o gráfico 1 é possível perceber que a maioria dos funcionários tem autonomia para tomar decisões e resolver os demais problemas técnicos que a agência possa ter sem consultar seus superiores imediatos e sem reprovação do ato.

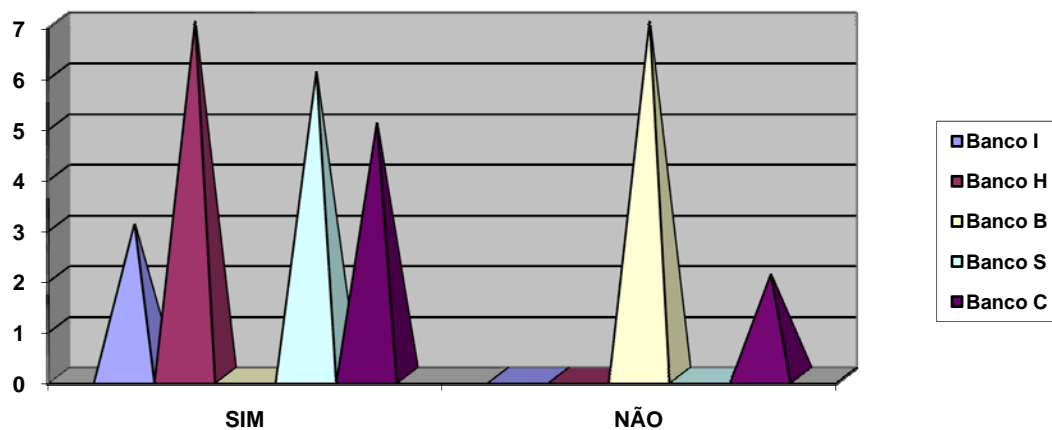
Gráfico 2: A instituição demonstra um interesse ativo no desenvolvimento e atualização dos conhecimentos técnicos-administrativos de seus funcionários, como participação em seminários, cursos e congressos.



Fonte: Pesquisa de Mercado, 2007.

Segundo o gráfico a opinião de 7 entrevistados mostra que a instituição demonstra interesse e incentiva que seus funcionários participem de congressos, cursos, palestras que possam trazer benefícios tanto para os funcionários, como para a instituição, e na opinião de 1 funcionário esse incentivo não acontece.

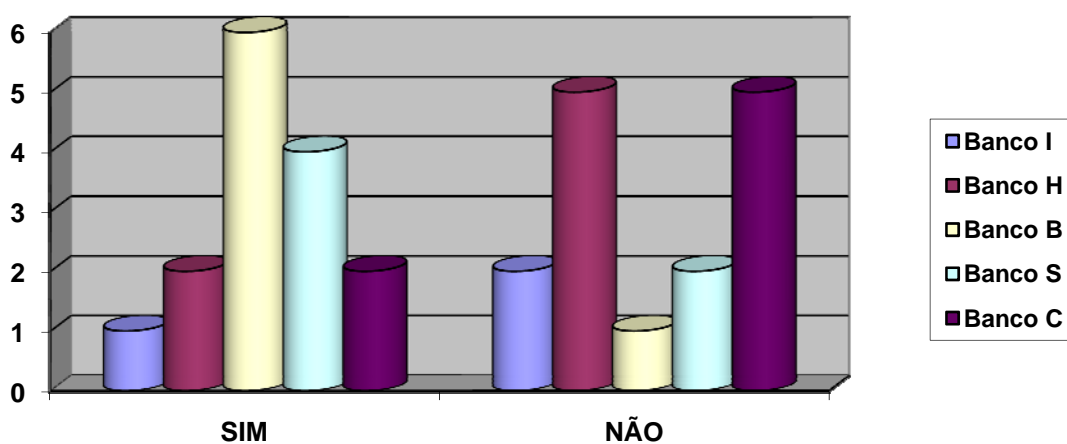
Gráfico 3: A organização aceita e estimula a liderança do indivíduo que nasce dos sentimentos de amizade, relações interpessoais e apoio sócio-emocional, para com os membros da área de trabalho.



Fonte: Pesquisa de Mercado, 2007.

Analisando o gráfico 3, percebe-se que dos funcionários entrevistados as opiniões variam mas é possível perceber que no Banco H há 100% de incentivo para a liderança e no Banco B isso não ocorre nenhum incentivo a qualquer tipo de liderança ou chefia de equipe.

Gráfico 4: Os funcionários tem total autonomia para desempenhar suas funções sem estar sobre pressão de metas ou chefia superior.

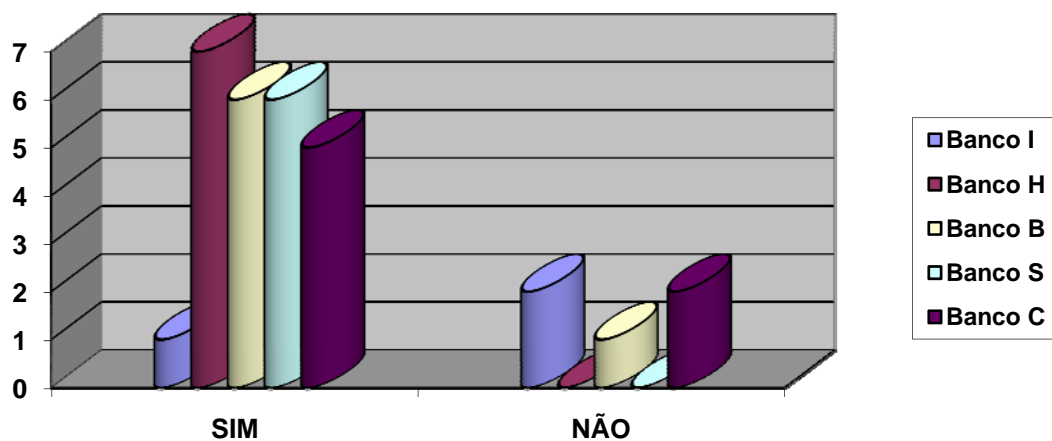


Fonte:

Pesquisa de Mercado, 2007.

Os dados colocados no gráfico acima deixam claro que a maioria dos funcionários não possui autonomia para desempenhar suas funções com liberdade de atitudes sem estar sob pressão psicológica de metas e objetivos pré-estabelecidos pela instituição.

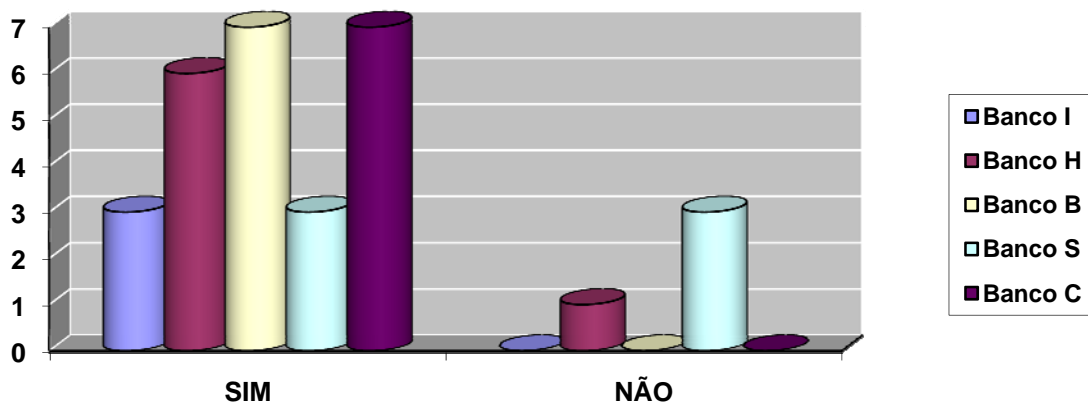
Gráfico 5: Nesta instituição os funcionários são incentivados a propor novas atividades, não se limitando apenas em executar as já existentes.



Fonte: Pesquisa de Mercado, 2007.

No gráfico 5 observa-se que há incentivo por parte das organizações em motivar seus funcionários a desempenharem ou proporem atividades novas, não se limitando apenas em executar as já existentes, tornando o trabalho não tão rotineiro e até mais produtivo.

Gráfico 6: Você sabe o que é o assédio moral, como lidar com ele e como se defender.



Fonte: Pesquisa de Mercado, 2007.

De acordo com os dados obtidos na pesquisa é possível observar que a maioria dos funcionários possui conhecimentos sobre o que é o assédio moral, como reconhecê-lo e também de como se defender. Informações estas que estão presentes em jornais, revistas e na mídia em geral.

6 Considerações Finais

O trabalho apresentado serve para mostrar que o assédio moral existe, as formas pelas quais ele ocorre, suas características, de que forma ele se apresenta na organização e também reconhecer se somos vítimas ou não, além de como é possível se defender desse mal.

A cada dia que passa muitas pessoas já reconhecem o que é o assédio moral e como se defender dele e a justiça também está se atualizando para que os funcionários das empresas e até mesmo os empregadores se atualizem e comecem a tratar seus funcionários ou companheiros de trabalho de maneira mais digna e respeitosa.

Como conseqüências do assédio moral é necessário atentar para perdas para a empresa, como: queda de produtividade, imagem negativa da empresa perante o público e o mercado de trabalho, alteração na qualidade do serviços prestado, acidentes de trabalho, doenças profissionais, trocas constantes de empregados, possíveis ações trabalhistas tanto o trabalhador precisam ficar atentos a essas mudanças de comportamento e rendimento no trabalho.

Cabe também ao Departamento de Recursos Humanos da empresa estar atento também a qualquer alteração de comportamento do funcionário perante a empresa, bem como o comportamento da empresa perante o funcionário, para dar o amparo necessário pra que o problema seja resolvido sem demora e que não comprometa o rendimento do trabalho realizado na empresa.

Conforme pesquisa realizada observou-se que na maioria das agências bancárias onde foi realizado a presente, houve desprendimento dos funcionários para contribuir com o trabalho, mas em uma agência, a gerência não permitiu que fosse realizada a pesquisa alegando que alteraria a rotina de trabalho dos funcionários.

Foi observado que muitos desse funcionários tem conhecimentos do que é o assédio moral e os que não tem conhecimentos com a pesquisa realizada tiveram interesse sobre o assunto.

7 REFERÊNCIAS Bibliográficas

- Aguiar, A. L. S.. (2005). Assédio moral: o direito à indenização pelos maus-tratos e humilhações sofridos no ambiente do trabalho. São Paulo: LTR.
- Alkimin, M. A.. (2005). Assédio moral na relação de emprego. Curitiba: Juruá.
- Assédio Moral. (2006). Lei e Justiça. http://www.assediomoral.com.br/int_lei.htm. (consultado na internet em: 10 nov. 2006).
- Assédio Moral, O que é o Assédio Moral? http://www.assediomoral.com.br/int_definicao.htm. (consultado na internet em 10 nov. 2006).
- Assédio Moral, Liderança e o Assédio Moral. http://www.assediomoral.com.br/int_lideranca.htm. (consultado na internet em: 10 nov. 2006).
- Assédio Moral. O que é o assédio moral? <http://www.assediomoral.org.br/site/assedio/AMconceito.php>. . (consultado na internet em: 27 nov. 2006).
- Assédio Moral. Fases da Humilhação no Trabalho. <http://www.assediomoral.org.br/site/assedio/AMfases.php>. . (consultado na internet em: 27 nov. 2006).
- Assédio Moral. Danos da Humilhação à saúde. <http://www.assediomoral.org.br/site/assedio/AMdanos.php>. . (consultado na internet em: 26 nov. 2006).
- Assédio Moral. In: WIKIPÉDIA língua portuguesa. http://pt.wikipedia.org/wiki/Ass%C3%A9dio_moral . (consultado na internet em: 20 mar. 2007).
- Assédio Moral: uma luta pelos direitos humanos no trabalho. : http://poupaclique.ig.com.br/materias/186501-187000/186740/186740_1.html . (consultado na internet em: 20 mar. 2007).
- Azevedo, I. B. de. (1992). O prazer da produção científica. Piracicaba: editora Unimep, 144 p.
- Barreto, M. M. S. (2003). Violência, saúde e trabalho: uma jornada de humilhações. São Paulo: EDUC.
- Churchill, G.. (2001). Basic Marketing Research. 4. Ed., The Dryden Press.
- Costa, F. M. Assédio Moral. <http://www.rh.com.br/ler.php?cod=4576&org=3> . (consultado na internet em: 20 nov. 2006).
- Darcanchy, M. V.I. Assédio moral no meio ambiente do trabalho. São Paulo, 2005. <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7765>. . (consultado na internet em: 12 mar. 2007).
- Feijó, C.. Matéria especial: assédio moral na Justiça do Trabalho. <http://www.tst.gov.br/destaques/destaqueassediomoral.pdf>. . (consultado na internet em: 20 mar. 2007).
- Felippe, M. I. Assédio Moral. <http://www.mariainesfelippe.com.br/artigos/artigos.asp?registro=9> . (consultado na internet em: 25 nov. 2006).
- Freitas, M. E. de. (2001). Assédio Moral e assédio sexual: faces do poder perverso nas organizações. ERA – Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v.41, n.2, abr/jun, p.8-13.
- Guedes, M. N. (2003). Terror psicológico no trabalho. São Paulo: LTR.
- Heloani, R. Assédio Moral – Um ensaio sobre a expropriação da dignidade no trabalho. http://www.anamt.org.br/downloads/sugestoes/saude_mental/assedio_moral.pdf. . (consultado na internet em: 30 nov. 2006).
- Hirigoyen, M. F. (2001). A violência perversa do cotidiano. Tradução: Maria Helen Huhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 65.
- Lei Assédio Moral. <http://www.leiassediomoral.com.br>. . (consultado na internet em: 01 nov. 2006).
- Loureiro, L. E. N. O Incrível poder da Palavra. http://www.administradores.com.br/membros.jsp?pagina=membros_espaco_aberto_corpo&idColuna=2955&idColunista=13326 . (consultado na internet em: 30 nov. 2006).
- Malhotra, Naresh K. (2001). Pesquisa de marketing. Porto Alegre: Bookman.
- Molon, R. C. Assédio moral no ambiente do trabalho e a responsabilidade civil: empregado e empregador. Rio Grande do Sul, 2004. <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6173> . (consultado na internet em: 18 mar. 2007).
- Nascimento, S. A. C. M. (2004). Assédio moral no ambiente do trabalho. Revista LTR, São Paulo, v. 68, n. 08, p. 922-930, ago.
- Oliveira, P. R. de. Assédio Moral no Trabalho. <http://www.rh.com.br/ler.php?cod=3919&org=3> . (consultado na internet em: 15 nov. 2006).
- Octaviani, E. A. S.; Gonçalves, M. de A. S.; Gambarotto, Â. A. O assédio no ambiente de trabalho. São Paulo, 2004. <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5179> . (consultado na internet em: 12 mar. 2007).
- Pamplona Filho, R., (2000). Orientação Sexual e Discriminação no Emprego in "Discriminação" (coordenação de Márcio Túlio Viana e Luiz Otávio Linhares Renault), São Paulo, LTr Editora.
- Paroski, M. V.. Assédio moral no trabalho. Paraná, 2006. <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9021>. . (consultado na internet em: 8 mar. 2007).

Pereira, João Renato Alves. (2004). Assédio Moral: Dando a Volta por cima. 2ª Ed., Itacemápolis: Edit. Do autor.
Silva, A. do S. O assédio moral nas Organizações. <http://www.rh.com.br/ler.php?cod=4458&org=3> . (consultado na internet em: 28 nov. 2006).
Soares, S. H. Assédio Moral. São Paulo. <http://nev.incubadora.fapesp.br/portal/trabalhoerenda/assediomoral> . (consultado na internet em: 20 mar. 2007).
Sotto M. S. Os danos do assédio moral. <http://www.simonesottomayor.com.br/danosassedio.html> . (consultado na internet em: 01 dez. 2006).
Tatoo, A.. Projeto de Lei Nº 425/99. São Paulo <http://www.partes.com.br/cronicas/assediomoral/projetotatto.htm> . (consultado na internet em: 19 mar. 2007).
Taul, J. W. Assédio Moral no Trabalho. <http://www.scalassara.com.br/artigos.asp> . (consultado na internet em: 30 nov. 2006).

Da vida das ruas para a associação coletiva: confiança interpessoal e a necessidade da re-significação conceitual na Economia Solidária

Igor Valentim
SOCIUS / Universidade Técnica de Lisboa
valentim@gmail.com

Resumo: A Economia Solidária (ES) representa uma realidade múltipla e complexa que congrega milhares de empreendimentos em diversos países. Dentro de seu escopo são travadas lutas diárias por meio de alternativas baseada em valores como o igualitarismo, a autogestão e a primazia do humano frente ao capital e representa hoje iniciativas de geração de trabalho, renda e subsistência para um grande número de pessoas organizadas coletivamente.

Em sociedades nas quais o mito do self-made man é a referência e um verdadeiro darwinismo social é a regra dominante, não é surpresa que a confiança esteja em voga nos estudos científicos nas últimas décadas: muitos consideram que vivemos uma crise baseada na desconfiança, já que a confiança seria justamente um dos atributos que mais impactariam as relações interpessoais.

Se a confiança interpessoal parece ser fundamental para a ES, a literatura sobre o conceito é majoritariamente européia e construída em contextos que não aqueles da ES. Podemos estudar o fenômeno da ES com teorias desenvolvidas em outros contextos? Ao utilizarmos aportes ‘estrangeiros’ sobre confiança podemos dizer que eles se aplicam a contextos como os da ES?

Objetivamos questionar, a partir de um estudo de caso realizado em Porto Alegre, sobre a urgência da necessária re-significação conceitual na ES. Até quando estudaremos um fenômeno único com teorias que em muitos casos podem nele não se encaixar? Se mudanças sociais são esperadas a partir do fenômenos da ES, deve ser feito o esforço de que os conceitos estudados tenham suas significações trazidas dos campos específicos estudados.

Introdução

Devemos fazer um esforço significativo, adestrando e aprisionando nossos canais de sensibilidade, redesenhando nossas subjetividades, para não notarmos a clara incapacidade das sociedades contemporâneas, por meio de sua lógica dominante, do desenvolvimento e do tão proclamado ‘progresso’, em promover as condições mínimas necessárias para que a maior parte da população tenha uma vida digna.

Não é exagero afirmar que vivemos sob a hegemonia da lógica capitalista, fundada sobre os interesses pessoais, a propriedade privada e o lucro, valores que têm sido gradualmente transpostos e naturalizados em todas as esferas relacionais da vida no planeta. Essa lógica toma como princípios, também, o desenvolvimento técnico-científico, o crescimento econômico contínuo, a mercantilização e a acumulação irrestrita do capital. Os estímulos ao individualismo, ao utilitarismo e à competição chamam a atenção dos mais atentos: em prol do deleite de alguns, destrói-se a vida de muitos e, também, o próprio planeta do qual somos parte.

Handy (1995) considera que, se por um lado as sociedades modernas possuem alguns avanços que trazem benefícios para as vidas de alguns, por outro lado a miséria é a realidade de uma parte crescente da população mundial, mesmo com o progresso econômico. Santos (1996) afirma que isso acontece pois a modernidade teve sucesso em atingir algumas de suas promessas mas não tem como concretizar outras, o que aumentou significativamente as discrepâncias sociais, tornando a distância entre ricos e pobres ainda maior. O sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2007: 6) resume de maneira clara, simples e direta quando diz que “não existe bem-estar de um lugar que seja inocente da miséria de outro”.

Para onde quer que olhemos encontramos um paradoxo. É notório o contínuo desenvolvimento de novos meios técnico-científicos potencialmente capazes de resolver problemas ecológicos dominantes, mas mostra-se também evidente a incapacidade das forças sociais organizadas e das formações subjetivas constituídas em se apropriarem desses meios para torná-los operativos (Guattari, 1990: 12).

O trabalho tem sido considerado uma entidade central por um bom tempo e é tratado, hoje, como nosso motor natural. Como bem apontado por Forrester (1997: 7), deformado sob a perversa forma de emprego, o trabalho funda a

civilização ocidental. Não é exagero afirmar que as pessoas são avaliadas pela sociedade em geral, em grande medida, de acordo com as tarefas que realizam, o que produzem, suas supostas qualificações e as organizações às quais pertencem (quando o fazem).

Hoje, o trabalho é um dos principais atributos responsáveis por rotular as pessoas, seja em termos de seus status ou posições sociais. Mais que isso, é tendo um trabalho que a maioria das pessoas consegue encontrar os meios de obter a própria sobrevivência e aprofundarem/reproduzirem a lógica capitalista, tão estimulante do consumo. Como bem explicado por Castel (1998: 496), aqueles que não possuem um trabalho são tratados como “inúteis para o mundo”.

É alardeada e perceptível no desespero diário de muitas pessoas ao redor do planeta a idéia de que, para que consigam sobreviver, elas devem ser consideradas úteis à sociedade ou “pelo menos àquela parte que a administra e domina: a economia” (Forrester, 1997: 13). Nesse sentido, Lazzarato (2006: 89-90) pontua que a discussão não se trata apenas sobre ter ou não um emprego. Para ele, o principal é que o trabalho se revelou como a maneira mais eficiente de regular o corpo da sociedade, já que “nas fábricas, o trabalho disciplinava a nova classe operária (os operários tayloristas), impedindo-os de se manifestar enquanto multiplicidade e enquanto críticos do assalariamento”. Desta forma, o autor inverte a definição de Marx e afirma que

o capitalismo não é um modo de produção, mas uma produção de mundos. O capitalismo é uma afetação. A expressão e a efetuação dos mundos e das subjetividades neles inseridas, a criação e realização do sensível (desejos, crenças, inteligências) antecedem a produção econômica (2006: 100).

Lazzarato (2006: 150) afirma ainda que hoje o desemprego e a pobreza “não podem mais ser qualificados pela falta de trabalho (de emprego)”, mas sim devem ser entendidos como “mecanismos de destruição da cooperação entre cérebros”.

Já Bauman (2007: 2-3) acrescenta que o mercado das commodities e trabalho “inspira e promove a divisão; bota um prêmio nas atitudes competitivas”, fazendo com que a colaboração e o trabalho coletivo sejam suspensos ou terminados assim que seus benefícios se exaurem. Ainda de acordo com ele (2007: 68), uma vez que a competição substitui a solidariedade, os indivíduos se vêem abandonados aos seus próprios – inadequados – recursos. Dito de outra forma, “os modos de vida individuais e coletivos evoluem no sentido de uma progressiva deterioração” (Guattari, 1990: 7).

Se parece cada dia mais claro que necessitamos de uma grande reconstrução dos mecanismos sociais para confrontarmos a lógica capitalista, concordamos fortemente com Guattari (1990: 43-44) que esta reconstrução se trata menos de reformas de elite, programas burocráticos ou legais, mas principalmente da promoção de práticas inovadoras centradas no respeito a uma singularidade que adquire autonomia e ao mesmo tempo se articula ao resto da sociedade.

É urgente a efetuação de instrumentos de valorização fundados em produções existenciais que não podem ser determinadas apenas por um lucro esperado. A noção de interesse coletivo deve englobar iniciativas que, ainda que não tragam um ‘retorno’ no curto prazo, carreguem enriquecimentos para a humanidade e sejam construídas por/construam diferentes valores existenciais: “essa promoção de valores existenciais e de valores de desejo não se apresentará [...] como uma alternativa global, constituída de uma vez por todas. Ela resultará de um deslocamento generalizado dos atuais sistemas de valor e da aparição de novos pólos de valorização” (Guattari, 1990: 51).

Se são inúmeras as técnicas e ferramentas de subjetivação capitalísticas e se a maioria dos estímulos vai em direção à generalização, naturalização e valorização de princípios como o individualismo e a competição, a esperança está mais do que viva e presente: existem iniciativas caminhando em outras direções.

O que entendemos por Economia Solidária?

Ainda que não possamos afirmar que se trata de um fenômeno novo, é perceptível que, especialmente nas últimas duas décadas, vem crescendo no Brasil o número de pessoas que, antes lutando pela sobrevivência sozinhas ou quase que exclusivamente por contra própria, progressivamente se organizam coletivamente, sob a nomenclatura – reconhecida principalmente no meio acadêmico e da gestão estatal – da Economia Solidária (ES).

As organizações de ES englobam iniciativas de geração de trabalho e renda coletivamente organizadas em torno de princípios como a autogestão, o igualitarismo, a solidariedade, a propriedade coletiva dos meios produtivos e a primazia do humano frente ao capital (Singer, 2002, 2003; Gaiger, 2003), princípios estes bem diferentes daqueles que subjazem à lógica capitalista.

Se percebemos que outras perspectivas, como a da Economia Social, podem ser entendidas como representantes de preocupações similares às da ES, é fundamental ressaltar que elas apresentam enormes diferenças e características singulares. Percebemos variações entre países e mesmo entre contextos, bem como diferenças importantes nas razões pelas quais cada organização foi constituída. Desta forma, seria um equívoco tratar as duas como um mesmo movimento, ainda que compartilhem alguns valores. Nesta medida, discordamos de Singer (2003: 73-74) quando este afirma que a ES “faz parte portanto da economia cooperativa ou social”. Não é demais ressaltar que, neste trabalho, focamos especificamente a Economia Solidária.

A ES é constituída por organizações que refletem no cotidiano, em grande medida, as histórias de vida não apenas de seus fundadores, mas também de seus membros. Neste sentido, foi possível perceber em pesquisas anteriores (Valentim, 2005; 2007) que os estilos, personalidades e modos de ser, principalmente dos líderes, possuem significativo impacto na rotina e no funcionamento das referidas organizações.

Essas iniciativas se estruturam por diferentes razões originárias e possuem uma pluralidade de configurações organizacionais, modos de gestão e formas de lidar com as mais diversas incertezas e imprevistos, próprios da vida em sociedade. Notamos variáveis graus de institucionalização, porém, em grande parte delas, visualiza-se uma extrema preponderância da oralidade nas relações interpessoais e coletivas.

Representando formas múltiplas de sobrevivência para uma significativa parcela da população brasileira, consideramos que estão incluídas no escopo da ES iniciativas como associações e cooperativas, que buscam/são pautadas por valores como os mencionados anteriormente, dedicadas aos mais diversos fins – desde associações de recicladores de lixo, até cooperativas criadas por trabalhadores para assumirem empresas capitalistas previamente falidas ou em processo de falência.

Não se trata de olhar única e exclusivamente para o que é feito, mas principalmente às maneiras de como se faz:

A diferença então está no caminhar, nos passos dados que aos poucos vão abrindo outros atalhos, outros caminhos para os viajantes que se aventuram a trilhar por eles. Assim, a diferença fundamental está na leitura que fazemos dessas contribuições, nos sentidos e significados que a elas atribuímos e no uso que dela fazemos. [...] são tantas as formas possíveis de olhar, perceber, sentir o que as práticas múltiplas, diferenciadas, plurais e singulares, tecem e retecem pelas astúcias e táticas daqueles que as praticam criando outras apropriações e usos para o que, em um primeiro olhar, pode pretender ser totalizador (Leitão, 2004: 5-6).

Portanto, é importante salientar que consideramos a ES como um movimento que diz respeito a iniciativas coletivas que buscam e/ou têm como base os valores citados anteriormente, distintos daqueles capitalistas, ainda que as expressões e significados destes próprios valores sejam diversos em suas múltiplas manifestações. Consideramos o desejo por buscar esses valores diferentes como fundamental para o entendimento da Economia Solidária, e ainda mais importante que o julgamento de uma suposta efetividade visível da aplicação de todos esses valores na prática.

Santos e Rodríguez (2003: 22) consideram as organizações de ES “alternativas emancipatórias ao capitalismo” que representam formas de organização econômica baseadas na igualdade, solidariedade e proteção ambiental. França Filho e Laville (2004) postulam que a ES não pode ser considerada uma nova forma econômica, mas que ela representa uma tentativa inédita de articulação com a economia capitalista ‘tradicional’.

Para os últimos autores, essas organizações não se enquadram completamente no escopo de uma organização capitalista, mas também não representam um rompimento real com esse paradigma. De acordo com os dois, “a inovação nos serviços solidários apóia-se no recurso a um princípio de comportamento econômico diferente do mercado e da redistribuição: o princípio da reciprocidade que conduz o processo de interações através das quais os serviços são elaborados” (França Filho e Laville, 2004: 105). Já Paul Singer (2000: 13) é categórico quando afirma que a ES “é uma criação em processo contínuo feita pelos trabalhadores lutando contra o capitalismo”.

Como pode ser percebido, existe um vivo debate sobre o possível entendimento e tratamento da ES como iniciativas que vão contra a lógica capitalista ou se elas não quebram com esse paradigma. Santos e Rodríguez (2003: 26-7) consideram que

mais do que da velha dicotomia entre reforma e revolução, trata-se é de, como afirma Gorz, aplicar reformas revolucionárias, ou seja, empreender reformas e iniciativas que surjam dentro do sistema capitalista em que vivemos, mas que facilitem e dêem credibilidade a formas de organização econômica e de sociabilidade não capitalistas.

Não falando especificamente sobre organizações de ES, Castel (1998) afirma que, mesmo sendo uma tarefa difícil e complexa para uma organização atuar de maneira contrária ao paradigma econômico capitalista, também não é necessário que se entregue a ele. Para o autor, deve ser valorizada a questão da luta social, principalmente por propor alternativas para mudar o quadro.

Santos e Rodríguez (2003: 23) seguem essa linha e consideram que insistir na viabilidade de alternativas não implica uma aceitação do existente. Para ele, se a realidade é um campo de possibilidades no qual existem, inclusive, alternativas que ainda nem sequer foram tentadas, a função de práticas emancipatórias consistiria em ampliar o espectro do possível por meio da experimentação e reflexão sobre alternativas que representem formas mais justas de sociedade.

Para a finalidade deste texto consideramos que mais importante que enquadrar as iniciativas de ES em uma dicotomia, a partir de nossos julgamentos, é postular que assim como qualquer categoria de análise acadêmica, a ES engloba, como já dito anteriormente, uma pluralidade de formas e organizações.

Consideramos que as organizações de Economia Solidária devem ser tratadas como elas se apresentam no campo, ou seja, como um fenômeno que congrega não apenas diversos tipos de atividades, mas pessoas com diferentes formações, pensamentos, perspectivas ideológicas, motivações e histórias de vida, as quais lutam coletivamente baseadas em ou em busca de princípios diferentes daqueles da lógica capitalista, em prol de formas mais humanas de trabalhar, se relacionar e viver. Nesse cenário, qualquer tentativa de delimitação se mostraria totalizadora, excludente e normativa.

Acreditamos, assim como Rolnik (2006b: 45-46), que é justamente porque nos permitimos sonhar a partir das intensidades vividas nos diversos encontros que temos, que nos abrimos e produzimos objetos e modos de subjetivação correspondentes: é isso que nos permite viver o encontro, torná-lo real.

Portanto, nosso entendimento da ES claramente não se mostra tão radical quanto o de Singer (2003: 73-74) quando este afirma que “a economia solidária se compõe das empresas que efetivamente praticam os princípios do cooperativismo, ou seja, a autogestão”, [...] sem no entanto se confundir com as cooperativas que empregam assalariados”.

É fato que diversos dos mais de vinte e dois mil empreendimentos de ES levantados no último mapeamento da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) do governo brasileiro empregam, em escalas variáveis, trabalhadores assalariados. Entretanto, em nosso entendimento, esse fato por si só não é suficiente para descaracterizar determinada organização como não representante da ES. No cotidiano das lutas pela sobrevivência em um mundo dominado pela lógica capitalista, algumas das organizações que contam com poucos assalariados podem mostrar um desejo e uma busca por valores solidários e humanos ainda mais ativa do que outras cujos quadros de integrantes são completamente constituídos por membros efetivos, mas em quais nem todos praticam/buscam valores solidários.

Percebemos ainda que, mesmo com dificuldades, a ES representa exemplos que vão, em certa medida, em sentido contrário ao que Lazzarato (2006) afirma sobre o desemprego como mecanismo de destruição da cooperação entre cérebros. Se é fato que para muitas pessoas a cooperação se torna mais difícil, a ES engloba exemplos de organizações que se originaram justamente a partir de situações de desemprego e dificuldades de sobrevivência.

Para um enorme contingente no Brasil, a miséria e o desemprego têm servido justamente de fatores de mobilização coletiva e de potencializadores de invenção do novo:

percebe-se que não é simples potencializar a invenção de outros modos de trabalhar no contexto hegemônico capitalista, onde a necessidade de sobrevivência coloca-se como um imperativo. Tal necessidade, por vezes, aciona potencialidades criativas. No entanto, é impossível não entender tais potencialidades como efeitos da miséria e das desigualdades sociais e é neste sentido que pensar em estratégias de resistência ligados a invenção de outros modos de trabalhar, não significa uma visão romântica e literária da pobreza e da miséria. Significa aderir à busca de produção da dignidade e do reconhecimento da capacidade de homens e mulheres para refletir e produzir seus modos de viver, de trabalhar e de existir (Tittoni, 2004: 9-10).

Indubitavelmente, um ponto importante quando analisamos organizações de ES é sua administração. É fato que as iniciativas de ES enfrentam desafios à sua consolidação, em especial por buscarem valores que batem de frente com aqueles capitalistas. Não obstante, em grande parte delas são perceptíveis dificuldades relativas à gestão dos empreendimentos, especialmente a uma administração que não os afaste de seus valores básicos.

Neste sentido, talvez o primeiro passo que nos caiba seja o de ter permanente cuidado em não cair na armadilha de avaliar as iniciativas de ES com base na comparação e competição com a lógica capitalista. Por isso, discordamos fortemente da afirmação de Gaiger (2004: 26) quando ele postula que

seguidamente, a desvantagem da empresa solidária deve-se a sua defasagem tecnológica e ao seu despreparo técnico-profissional, em termos das competências já adquiridas e em capacidade de inovação. Acostumados ao trabalho braçal, pouco qualificado, e imbuídos de uma “cultura de firma”, de empregado que segue prescrições, os novos empreendedores necessitam lidar agora com o mundo desconhecido da administração cotidiana e da gestão de longo prazo.

Não consideramos que a situação retratada pelo autor represente o cotidiano da maioria das organizações de ES como elas se apresentam no campo e, para além do postulado, comparar as organizações de ES com aquelas capitalistas ou avaliar as primeiras de acordo com os pressupostos das segundas nada de construtivo traria além de rebaixá-las ou tentar embriá-las ainda mais dentro dessa lógica desumana.

Como Singer (2003: 103) bem aponta, o ensino é necessário para formar quadros para as organizações solidárias e suas entidades de apoio. O autor ressalta que também a pesquisa é indispensável para se conhecer a realidade da ES, “de modo a sistematizar a análise e avaliação das experiências para gerar proposições teóricas que sirvam para tornar a economia solidária mais autêntica e mais efetiva”.

Entretanto, falar sobre a gestão de iniciativas de ES é ainda mais complexo pois o campo da gestão social ainda engatinha no Brasil e, por muitas vezes, está mais atrelado a um paradigma racionalista que, ao olharmos o número de consultorias pontuais realizadas nos empreendimentos, podemos afirmar que reproduz, em grande medida, os valores da lógica dominante. Nesse sentido, Gaiger (2007: 74) traz um interessante alerta quando afirma que o conhecimento técnico parece “ter vigor apenas quando associado à cultura cooperativa e ao ambiente social e político da economia solidária”.

Participamos de um cenário no qual as teorias gerencialistas servem cada vez mais de base até mesmo quando o assunto é a gestão da própria educação. O leitor mais pessimista poderia enxergar uma verdadeira bola de neve destinada à reprodução de um ciclo vicioso: uma educação baseada nos pressupostos capitalistas e a administração da própria educação também baseada nos mesmos pressupostos.

Mostra-se necessária a construção coletiva do que se entende por uma gestão, ou melhor, por uma autogestão, em termos práticos e cotidianos na ES, com no mínimo duas preocupações fundamentais: a) não se pode desprezar ou menosprezar os saberes dos envolvidos, daqueles que de fato fazem acontecer os movimentos e organizações de ES se o objetivo é que exista uma autogestão que não afaste as iniciativas de seus valores solidários; b) quando olharmos para as Universidades, os cursos responsáveis pela formação dos administradores preparam, em sua maioria, profissionais orientados para a importação de técnicas das ‘melhores’ escolas de negócios do mundo e, portanto, reproduzem a lógica capitalista.

Fica clara a necessidade de questionarmos nossa própria atuação no campo como professores, pesquisadores, amigos e companheiros. Por isso, concordamos com as importantes palavras de Uberti (2006: 111) quando ela afirma que importa perguntar pela possibilidade de novas formas do dizer verdadeiro, pela chance de interrogar sempre mais uma vez as evidências, de modo a dissipar e retomar nossas próprias problematizações. Quem sabe, como trabalhadores da educação, poderíamos minimizar o afã de moldar a vontade política dos demais, distanciando-nos da posição de pregadores da verdade e da justiça.

É fundamental que estejamos atentos para que a própria gestão dos empreendimentos não funcione como um aparelho de captura (Deleuze e Guattari, 1980), despotencializando os objetivos dessas organizações e/ou desvalorizando suas práticas e conhecimentos:

a produção dessas estratégias de resistência encontra inúmeras dificuldades que se concentram, principalmente, na potência das formas tradicionais de organização do trabalho capitalista e dizem respeito sobretudo a uma cultura de desvalorização e desqualificação dos saberes cotidianos e práticos dos trabalhadores. O dispositivo que aciona estas formas de desqualificação reside, sobretudo, na crença da superioridade do conhecimento técnico e científico e de seus desdobramentos disciplinares (Tittoni, 2004: 14-15).

Não é tarefa fácil pensar em autogestão e em gestões de organizações solidárias que não as afastem de seus valores e objetivos quando elas estão inseridas em ambientes nos quais a maior parte dos estímulos vai na direção do extremo individualismo e da competição selvagem. Em muitos momentos mostra-se difícil a formação e a manutenção de relações interpessoais e coletivas sólidas. Nesse contexto, não é mera coincidência que a confiança se encontre cada vez mais no centro das atenções e que um seja assunto cada vez mais presente debates e discussões sobre uma suposta crise de confiança entre instituições, governos e pessoas.

Um pouco sobre confiança na literatura

Em um mundo no qual grande parte das relações são caracterizadas pela competição e pelo individualismo, a confiança está no centro das atenções quando o assunto é a teorização sobre as sociedades contemporâneas. O tema tem sido estudado nos últimos anos por várias áreas científicas como a Psicologia, Sociologia, Filosofia, Administração, Ciência Política, Biologia, Economia, Saúde Pública e até pela Neurociência. Confiar nos colegas é um dos atributos que mais influem nas relações interpessoais (Luhmann, 1979; Lewis e Weigert, 1985; Simmel, 1990; Möllering, 2001), no resultado do trabalho coletivo (Luhmann, 1979) e na vida em sociedade de maneira geral.

Mas do que falamos quando discorremos sobre a confiança? É fato que a literatura sobre o assunto é vasta e são encontrados entendimentos significativamente distintos, de acordo com as diversas perspectivas de análise adotadas. O termo engloba diversas dimensões e significados. Fala-se em confiança entre pessoas, instituições, organizações, entre a população e os governos, entre outros. No escopo deste trabalho, focalizamos as relações interpessoais, ou seja, nos atentamos à confiança nas relações entre pessoas, mais especificamente entre membros de uma mesma organização.

Voltemos à investigação da origem do termo escrito confiança. Ao estudarmos sua etimologia, percebemos sua relação direta com o vocábulo ‘fê’. Confiança remete ao termo latino *confidere*, encontrado em registros oficiais pela primeira vez no século XV, por volta de 1430, e ligado a *fides*, conjugação verbal de *fidere*, que significa confiar, e está também na raiz de significação de ‘fê’, já registrada cerca de 200 anos antes (Harper, 2001).

A partir do estudo etimológico, consideramos que tanto a *fê* quanto a confiança têm origem na crença, no *credo*, ou seja, em acreditar em algo. Entretanto, é importante salientar que consideramos que as noções e significados do que chamamos de confiança são muito mais antigos do que seu primeiro registro oficial, já que existem inclusive algumas menções na Bíblia e em documentos gregos (O’Hara, 2004).

Se concordamos que existe uma relação entre a confiança e a *fê* (o *credo*), é possível considerar que ela esteja intimamente ligada a aspectos subjetivos de difícil descrição, explicação e quantificação.

A confiança é considerada por Bauman (2005: 115) como “o sustentáculo de todo o convívio humano” e sua significação se encontra na ação social que ela implica. De acordo com Dejours e Jayet (1994), a partir de uma perspectiva da Psicologia, a confiança é, antes de tudo, uma relação psicológica e afetiva.

Já os sociólogos Lewis e Weigert (1985) entendem que confiar é agir como se as incertas ações futuras de outros fossem certas em determinadas circunstâncias, o que, consequentemente, traria um certo nível de risco e dúvida potencial. Nesse sentido, a confiança é tratada por Luhmann (1979) como uma maneira de reduzir a complexidade, já que nem sempre existem outras alternativas a não ser confiar.

A complexidade de Luhmann pode ser claramente entendida quando olhamos para as situações de vida em sociedade contemporâneas, nas quais as pessoas não têm como suprir todas as suas supostas necessidades por conta própria. Mas quando não temos outras alternativas que não a de confiar, podemos ainda assim chamar isso de confiança?

Guido Möllering (2006: 115) sugere que a confiança tem uma característica única: uma ‘necessidade de suspensão’, isto é, que as incertezas sejam ‘suspensas’ quando a confiança está presente em uma relação e, consequentemente, que as pessoas “eliminam as incertezas e vulnerabilidades irredutíveis como se elas estivessem resolvidas de maneira favorável”. Ou seja, segundo o autor, quando confiamos agimos como se as incertezas estivessem resolvidas.

Entretanto, no mesmo livro mencionado, Möllering (Ibidem: 119) afirma que a confiança é uma “operação do desejo... de suspender a incerteza e a vulnerabilidade, ou não”. Com pensamento similar mas dois anos antes, O’Hara (2004: 14) postulou que a confiança “tira-nos da incerteza”.

Já Nooteboom (2006) considera que mesmo quando existe confiança, as dúvidas e incertezas presentes nas relações interpessoais não ficam totalmente em suspenso, nem tão pouco são tratadas como resolvidas. Ele considera que essa necessidade de suspensão seria um aspecto universal da condição humana, já que todos vivemos cercados por radicais incertezas em nossas vidas. Nesse sentido, postula (Ibidem: 1909) que as pessoas “continuam a saber bem que a incerteza persiste, mas aceitam-na como um fato irredutível da vida em geral”.

De acordo com Seligson e Rennó (2000), para existir confiança em uma relação também são levadas em consideração as características da própria pessoa, bem como sua propensão a confiar e no que confiar, além de suas expectativas. Os autores acreditam que, sem confiança entre as pessoas, as chances de mobilização coletiva diminuem. Na medida em que o medo dissolve a confiança, “sustentáculo de todo o convívio humano, [...] a rede de compromissos humanos se desfaz, tornando o mundo um lugar ainda mais perigoso e assustador” (Bauman, 2005: 115).

Para Lewis e Weigert (1985) o conceito de confiança compreende três dimensões juntas em uma única experiência social: cognitiva, emocional e comportamental. A dimensão cognitiva da confiança é baseada em um processo cognitivo que distingue entre pessoas ou instituições que são confiáveis, não-confiáveis ou que não se sabe (Lewis e Weigert, 1985). Neste entendimento, é por meio do que uma pessoa considera ‘boas razões’ que ela decide confiar ou não. Entre as tais ‘boas razões’ pode ser incluído, por exemplo, o histórico relacional com determinada pessoa.

Com relação ao debate sobre confiança e experiências prévias, estudos de neurociência apontam alguns aspectos curiosos, e afirmam que mesmo crianças novas já são capazes de confiar, ou não, de acordo com julgamentos cognitivos. Nesse sentido, Koenig e Harris (2005) consideram que filósofos e psicólogos têm tratado a credulidade como um ‘dom natural’ do ser humano e, portanto, propensa a ser mais forte na infância. Para esses autores, em contraste com o pensamento generalizado de que crianças muito novas têm a tendência de acreditarem nos demais sem capacidade crítica, evidências recentes mostram que elas estendem sua confiança de maneira seletiva.

Em sua pesquisa, os supra mencionados autores afirmam que mesmo crianças frequentadoras da pré-escola são capazes de monitorar a confiabilidade de um informante em particular, diferenciar entre informantes com base na validade de suas afirmações prévias e ser guiadas pelas interpretações que realizam acerca deles quando avaliam novas informações providas por tais pessoas (Ibidem: 459).

Ainda com relação a um julgamento racional relacionado à confiança, Simmel (1990) e Luhmann (1979) consideram que a familiaridade com o ‘objeto’ é muito importante. Na mesma linha, Dunn e Schweitzer (2005: 737) afirmam que um fator provável de ser o moderador da relação entre emoções e a confiança é a familiaridade com o ‘confiado’ (do inglês, trustee). Outro relevante componente da dimensão cognitiva da confiança é o que Luhmann (1979) chama de ‘realidade cognitiva coletiva’, isto é, a crença de que outras pessoas também considerariam o ‘objeto’ como confiável.

Com respeito à dimensão emocional do conceito da confiança, segundo Lewis e Weigert (1985: 971), ela consiste em um “elo emocional entre aqueles que participam na relação”. Este elo pode ser caracterizado como uma situação social na qual intensos investimentos emocionais são feitos.

Devido a esses investimentos, uma quebra da confiança pode causar danos graves às bases de uma relação, não apenas no assunto relativo à traição, mas ainda em outras áreas. A dimensão emocional da confiança é mais intensamente presente nas relações interpessoais e os dois autores consideram que esse elo emocional deixa os participantes em alerta sobre os perigos e sofrimentos de uma possível situação de quebra da confiança.

A dimensão comportamental da confiança é baseada, como o próprio nome sugere, em um julgamento individual sobre o comportamento de outros, e até que ponto esse comportamento parece refletir que o ‘observado’ confia no ‘observador’. A reciprocidade apareceria então como significativa e, de acordo com Luhmann (1979), comportamentos que demonstrem confiança podem ajudar também os processos cognitivos.

Presentes em diferentes maneiras, as três dimensões da confiança de Lewis e Weigert (1985: 972) formam uma “mistura qualitativa” de acordo com diferentes combinações entre afetividade e racionalidade, assim como diferentes relações e situações. Não obstante, os autores nos lembram que mesmo quando se confia em alguém, a continuidade da confiança na relação é problemática em qualquer laço social, o que pode levar à desconfiança.

Existe um risco de quebra em qualquer relacionamento perpassado pela confiança e, nesse caso, a própria desconfiança seria uma maneira de reduzir a complexidade citada por Luhmann (1979) mas, ao contrário da confiança, baseada na suspeita, no controle e no monitoramento. Dejours e Jayet (1994) discorrem sobre o ‘segredo sistemático’ – um comportamento no qual uma pessoa não repassa informações para outra propositalmente. Para eles, o segredo pode representar uma situação catastrófica: ao contrário da transparência, ele representaria uma potencial ameaça às relações baseadas na confiança.

Em uma perspectiva diferente das apresentadas até aqui, Charles Tilly (2005: xii) discorda da confiança como uma atitude e uma orientação individual e considera que ela é “propriedade de relações interpessoais nas quais as pessoas correm riscos de serem traídas por outras”. Para ele, “confiar consiste em colocar resultados de valor em risco em virtude de erros, falhas ou condutas inapropriadas de outros” (Tilly, 2005: 12).

Dunn e Schweitzer (2005: 736) consideram que a confiança é a disposição em aceitar a vulnerabilidade baseada em expectativas positivas sobre o comportamento de outra pessoa. Já para Möllering (2006), a confiança pode ser entendida como uma mescla de razão e emoção, na qual as emoções não apenas complementam a racionalidade, mas sim permitem que ela esteja presente.

O pensamento de Möllering (2006) se aproxima bastante dos apontamentos de Lewis e Weigert (1985) trazidos anteriormente, principalmente no que diz respeito à agirmos como se as ações de outras pessoas fossem certas em determinada situação. Para Möllering (Ibidem, p. 49), assim como para Lewis e Weigert (Ibidem), “a confiança vai além de boas razões disponíveis que indicadores ajudam a identificar”.

Como percebemos por meio da literatura existente, não existe um consenso sobre o significado da confiança e muito menos sobre o modo como ela ‘funciona’ para cada pessoa. Para nós, independentemente se as dúvidas e incertezas

que permeiam a confiança interpessoal são tidas como resolvidas ou não, consideramos que a história de vida dos envolvidos possui um impacto significativo, não apenas na propensão a confiar nos demais, mas em especial na construção do próprio significado do que aquela pessoa entende por confiança.

Estudos anteriores (Valentim, 2007; Valentim e Kruehl, 2007) mostram que existem diversas pessoas que consideram que não existe uma ‘confiança 100%’ e que, mesmo quando confiam em alguém, sempre resta ainda uma ‘pulga atrás da orelha’. Nesse caso, as dúvidas e incertezas são suspensas por apenas um momento para a tomada de decisão, mas ainda se fazem presentes durante o transcorrer da relação. Por vezes, algumas pessoas relatam que acabam confiando justamente por contingências da vida, em um cenário no qual a incerteza de forma nenhuma pode ser tratada como ‘resolvida’ para aquele indivíduo.

Entretanto, os mencionados estudos apontam que também existem pessoas que confiam totalmente nas mesmas situações, considerando a incerteza ou dúvida como resolvida e, portanto, não ficando com ela ‘martelando na cabeça’. Para estas últimas, nos parece que a dúvida é suspensa e dada como resolvida após a decisão.

Com o efeito de exemplificar as situações tratadas nos parágrafos anteriores, tomemos exemplo o caso de um passageiro que vai pegar um ônibus interestadual em um terminal rodoviário. Algumas pessoas comentam que se consideram praticamente obrigadas a confiar no motorista, mesmo sem conhecê-lo previamente, e o fazem porque não vêem outras alternativas disponíveis. Salientam ainda que mesmo confiando ficam um pouco preocupadas durante toda a viagem. Ou seja, neste caso, embora a dúvida seja suspensa no momento da tomada de decisão de pegar o ônibus, ela não é dada como ‘resolvida’ pelos indivíduos.

Na mesma referida situação, existem pessoas que dizem confiar plenamente no motorista por diversas razões que consideram tranquilizantes e passam a viagem sem nem pensar que sua vida está nas mãos daquele motorista. Para estas pessoas, podemos entender que a dúvida foi suspensa não apenas no momento da tomada da decisão, mas provavelmente durante o transcorrer do processo em si (da viagem). Deixamos claro que isso não exclui a característica dinâmica da confiança, ou seja, nenhuma relação baseada na confiança deve ser encarada como estanque ou perene.

Em suma, mais importante do que discorrermos acerca de uma teoria singular ou de um ‘modo de funcionamento’ único sobre a confiança nas relações interpessoais, é admitirmos nossa humildade e ignorância e afirmarmos que qualquer teoria sobre o assunto deve estar permanente e continuamente aberta à multiplicidade e a eterna possibilidade de desconstrução/construção.

Confiança e Economia Solidária no Brasil

Se é razoável pensar que a confiança entre as pessoas é necessária para um modo de vida mais humano, Lewis e Weigert (1985) postulam que ela pode ser considerada ainda mais importante para grupos baseados na solidariedade do que o próprio senso de obrigação moral.

Quando nos atentamos aos valores que são buscados/norteiam as organizações de ES (como a autogestão, o igualitarismo e a solidariedade, por exemplo), a confiança interpessoal parece, com base em sua teoria existente, extremamente importante para a consolidação dessas iniciativas, em um mundo dominado por uma lógica capitalista que, por meio dos seus aparatos de subjetivação, as empurra para longe dos mencionados valores.

As múltiplas realidades da ES e suas organizações apresentam-se, de maneira geral, com relativamente pouca institucionalização e o predomínio de relações interpessoais baseadas na oralidade. Dessa forma, o conceito da confiança mostra-se ainda mais importante quando o assunto é a ES, se olharmos para o cotidiano da maior parte das iniciativas.

Discorrendo sobre uma cooperativa de recicladores na Colômbia, Rodríguez (2003: 300) considera que o trabalho coletivo na organização “tende a gerar laços de solidariedade que mitigam a falta de confiança nos companheiros e no resto das pessoas alheias ao círculo familiar que caracteriza os recicladores”.

Já de acordo com Gaiger (2004: 24),

a prática da gestão partilhada, ou da autogestão, [...] reforça os laços mútuos e favorece a criação de um ambiente de confiança mútua, no qual o comportamento e a abnegação de cada um em favor do interesse comum apóiam-se na expectativa de que assim se conduzirão os demais, o que resulta em benefícios maiores no imediato e sela um modelo consensualmente definido para futuras colaborações (grifo nosso).

Quando refletimos não apenas sobre o cotidiano das organizações, mas também sobre sua gênese, notamos que grande parte delas é fruto da organização coletiva de pessoas que encontravam fortes dificuldades para buscar os meios de subsistência: percebemos a importância da presença da confiança nas relações entre seus membros. Entre outros motivos, como aponta Gaiger (2004: 14), o surgimento das organizações ocorre também a partir “da experiência viva, de mobilizações e lutas vivenciadas pelos protagonistas [...], nas quais forjaram uma identidade comum, criaram laços de confiança” (grifo nosso).

Nesse sentido, o autor complementa (Ibidem: 18) que quando se trata de produzir e viabilizar soluções próprias, adotando formatos altamente inovadores, senão inéditos, todos os recursos ficam pequenos e todo o lastro social, principalmente a energia contida nas idealizações e nas relações de confiança, assume um papel determinante (grifo nosso).

Se a confiança interpessoal parece ser fundamental para a ES (Valentim, 2005), principalmente a partir das teorias existentes, a literatura sobre o conceito é parca neste contexto. A maior parte dos estudos sobre confiança reflete pesquisas em empresas capitalistas ou estatais, cujas finalidades são bem diferentes daquelas das organizações de ES.

São poucos os trabalhos referentes à ES que sequer abordam a temática da confiança, como os de Gaiger e Rodríguez acima apresentados. Entretanto, mesmo esses raros trabalhos apresentam a limitação de tratarem os significados da confiança como algo dado, pré-concebido, com base nas teorias existentes, digamos de passagem, majoritariamente européias e construídas em contextos que não aqueles da ES.

Uma pergunta nos atravessa: podemos estudar a ES com conceitos como a reciprocidade, a solidariedade e, dentro do escopo deste trabalho, a confiança, a partir de teorias desenvolvidas em outros contextos? Ao utilizarmos aportes ‘estrangeiros’ sobre a confiança, podemos dizer que eles se aplicam a contextos como os da ES? Devemos usar a teoria existente e supor que confiança interpessoal significa o mesmo no contexto da ES e de uma empresa capitalista, por exemplo? Ou, se utilizamos as teorias ‘estrangeiras’ sobre a confiança, podemos importar seus significados e supor que eles se aplicam aos múltiplos contextos brasileiros da ES?

E mais, se não é novidade que as histórias de vida das pessoas têm grande importância no estabelecimento e manutenção de relações interpessoais baseadas na confiança (Seligson e Rennó, 2000), seria possível dizer que os significados da confiança interpessoal são os mesmos dentro do múltiplo, complexo e diverso escopo da ES brasileira? Ou seja, será que podemos realizar estudos supondo que a confiança significa a mesma coisa em organizações diferentes, com trajetórias diferentes, e membros possuidores de histórias de vida tão diversas? Em que medida os próprios conceitos que usamos representam aparelhos de captura (Deleuze e Guattari, 1980)?

Construindo conhecimento coletivamente no campo: em busca de outros significados da confiança

A organização que nos ajudou a cartografar os significados da confiança interpessoal para este estudo é uma associação de recicladores de materiais recicláveis, fundada em 2001 por um grupo de catadores de resíduos sólidos, os quais sobreviviam a partir da coleta e venda destes materiais e também moravam nas ruas de Porto Alegre, Brasil. Para preservar a organização, a chamaremos por Alfa.

Durante vinte meses (de maio de 2004 a janeiro de 2006), foram realizadas visitas semanais à Alfa, em uma pesquisa que englobou a observação participante como método principal, mas que só foi possível por também construirmos relações de amizade, conversas informais, jantares e almoços comuns, entre tantas outras atividades em conjunto.

Boa parte da informação construída coletivamente na pesquisa só foi possível graças à participação por um bom período de tempo na rotina da organização e em suas lutas diárias. Foram realizadas também algumas entrevistas em profundidade e, mesmo com todo o mencionado tempo em campo, um dos escolhidos não concordou em dar uma entrevista, o que nos alertou para algo que nos parece extremamente importante.

Ficou claro que, para estudar confiança interpessoal, algo tão íntimo e relacionado às crenças e valores de cada um, é necessário que os pesquisadores sejam confiados pelos companheiros de pesquisa. Neste sentido, ficaram ainda mais nítidas as complicações (e por vezes impossibilidades) de se estudar os significados de um conceito como o da confiança a partir de vieses quantitativos.

Para a finalidade deste trabalho, damos voz explicitamente a seis dos entrevistados, aos quais faremos referência por meio das legendas e1 a e6. E1 e e2 são, respectivamente, uma mulher e um homem que ocupam posições de liderança dentro da associação e que foram dois dos principais responsáveis pela organização coletiva dos membros em forma de associação em 2001. E3 é membro da associação desde o início e, os outros três (e4, e5 e e6) não faziam parte do grupo fundador da Alfa, mas nela trabalham faz de três a doze meses.

Em 2001, boa parte dos atuais membros da Alfa morava nas ruas de Porto Alegre e coletava resíduos sólidos pelas ruas da cidade durante todo o dia para, no início da noite, vendê-los a um comerciante em prol de obterem dinheiro suficiente para realizar a única refeição do dia.

Hoje a associação é composta por membros dentre os quais boa parte habita um conjunto de casas existente dentro do próprio espaço da comunidade, enquanto os demais são provenientes de bairros mais distantes ou cidades vizinhas.

Desde dezembro de 2003, fruto de um convênio entre a prefeitura municipal e a Alfa, os associados deixaram de coletar os resíduos na rua e passaram a receber a matéria-prima da coleta seletiva, entregue diretamente na associação, além de material doado por algumas empresas que se situam próximas. Posteriormente, estes resíduos são triados e classificados de acordo com o tipo do material e armazenados dentro do próprio galpão, para futura comercialização.

O ambiente na Alfa é atravessado pela incerteza, principalmente devido às relações políticas com o governo e ao inconstante fluxo de materiais que recebem e do qual tiram seu sustento. Essa incerteza acaba por afetar, conseqüentemente, as relações entre seus membros. Vários deles consideram que seus colegas “não têm responsabilidade”, já que não cumprem o que prometem.

Em uma das cenas observadas, dois membros discutiam porque um deles deveria ter limpo os banheiros coletivos e não o fez. No contexto da Alfa, a confiança parece fortemente relacionada a dois valores-chave: responsabilidade e comprometimento. De acordo com um dos entrevistados, “se uma pessoa vive e trabalha aqui conosco, mas não tem responsabilidade ou não está comprometida com o grupo, não faz o que ela prometeu, como você pode confiar nela?” (e1).

Sem dúvida, a idéia de Fonseca (2004: 92) de comunidade, na qual “são as rivalidades e antagonismos internos que tecem os fios da coesão” é indubitavelmente aplicável a uma boa parte do grupo de membros da Alfa. Com relação à confiança, um dos fundadores da Alfa diz que

era muito diferente naquela época [antes da fundação da Alfa]. Não tínhamos nada. Enquanto alguns de nós estávamos catando, outros estavam dormindo e sempre tinha uma pessoa que era responsável por tomar conta das coisas dos demais, que eram só umas poucas roupas e outras poucas coisas. E nós costumávamos fazer esse rodízio todo dia. Eu acho que nós confiávamos uns nos outros muito mais naquela época, quando ninguém tinha nada... agora que nós estamos aqui e que cada um de nós tem seu lugar pra dormir, sua cama, suas coisas, ninguém pode deixar sua porta aberta... um tem inveja do outro... é tão estranho (e2).

Fonseca (Ibidem: 112) pode nos fornecer algumas pistas para melhor compreender o exposto acima quando fala que “coesão, cisão – solidariedade, individualismo” são “respostas lógicas às condições de precariedade econômica e política” e, embora aparentemente contraditórias, “são estratégias empregadas em alternância pelas pessoas não somente para sobreviver, mas também para vencer na vida”. E ainda quanto ao que e2 mencionou, percebe-se que, como bem lembrado por Fonseca (Ibidem: 97), “no que diz respeito à aquisição de bens materiais e simbólicos, um abismo se abre entre os que sobem na hierarquia e os que ficam atrás”.

No sentido do supra mencionado, os dados provenientes do campo nesta pesquisa claramente vão no sentido contrário da teoria preconizada por Rodríguez (2003) e Gaiger (2004) quando estes consideram que a autogestão e o cooperativismo estimulam e forjam relações baseadas na confiança. O caso estudado mostra que isso acontece, sim, em alguns momentos, e que seria, digamos, o ‘tipo ideal’, mas, em várias outras situações, como apontado nos parágrafos anteriores, fica claro que a desconfiança é que acaba sendo estimulada no convívio e no cotidiano da organização.

A institucionalização, juntamente com todas as outras mudanças, trouxe complexidades diferentes e outros tipos de responsabilidades ao cotidiano dos membros da associação, dentre os quais boa parte antes morava nas ruas. Dentre os entrevistados, aqueles que fazem parte da organização há menos tempo consideram que outras pessoas tentariam levar vantagem sobre eles se tivessem oportunidade, o que poderia representar um estado inicial de desconfiança perante os outros. Dessa forma, para eles (e3, e4, e5) a formação de laços interpessoais progressivamente “requer mais provas” que os outros “merecem ser confiados”.

Para os membros da Alfa, em alguns momentos e situações a confiança possui relação direta com conhecer e ter informações sobre a pessoa, o que iria no sentido da teorização elaborada por Luhmann (1979) e Lewis e Weigert (1985).

De acordo com os membros da associação, valores como honestidade e franqueza são muito importantes na hora de avaliar a confiabilidade de alguém. Eles também valorizam sentimentos como a amizade e o pertencimento de grupo como significativos estimulantes de relações baseadas na confiança.

Uma interessante descoberta é que o que eles entendem por intuição é parte importante do processo de confiar em outra pessoa:

às vezes você olha pra pessoa e tem alguma coisa dela que... não sei... alguma coisa te diz que você não deve confiar nela. Você não conhece ela, você nunca a viu, mas algo te diz que a pessoa não é confiável... mas muitas vezes eu acabo desafiando essa minha intuição pra ver o que vai acontecer (e3).

Dessa forma, na ótica deles, não apenas algo não-racional (intuição) está presente na significação da confiança interpessoal, mas são levados a serem ainda menos racionais e dar uma chance à pessoa. Este dado contrariaria totalmente as teorias da confiança baseadas na racionalidade (rationality-based trust), ao menos no contexto da Alfa.

Se olharmos para os dois parágrafos anteriores com base nessas teorias racionais da confiança, eles pareceriam em grande medida contraditórios: a confiança misturaria, para os entrevistados, elementos de racionalidade com outros que estimulam o possível risco da traição. Consideramos que essas contradições são parte de um entendimento complexo e múltiplo da confiança interpessoal trazido do campo pela ótica dos participantes.

Uma dessas contradições pode ser claramente percebida quando para alguns membros, “inicialmente a confiança é cega, é ter absoluta certeza”, mas para outros, mesmo confiando, “fica sempre um pé atrás com certas pessoas”. Ou seja, afinal de contas é possível afirmarmos que quando essas pessoas confiam em alguém, as incertezas são suspensas, como alega a teoria de Möllering (2006)?

Dentro da delimitação desta pesquisa, na maioria das vezes quando uma pessoa confiava na outra, as incertezas não pareciam ser ‘suspensas’ ou tratadas como resolvidas de maneira positiva, contrariando a teoria de Möllering (2006). Os membros da Alfa pareciam continuar permanentemente conscientes de que as incertezas lá estavam e que, ao confiarem, apenas as aceitavam como fatos irredutíveis: “nós somos quase obrigados a confiar em algumas circunstâncias, por mais que a gente saiba que tudo é tão incerto” (e2). Entretanto, ainda que a maioria tenha tal postura, existiam pessoas que possuíam entendimentos diferentes e contraditórios, considerando que é possível ter uma confiança traduzida em certeza absoluta, como ressaltado no parágrafo anterior.

Os membros da Alfa mostravam, em alguma medida, medo quanto à traição. Nomeado por eles de “medo da representação”, esse sentimento estava em grande parte relacionado ao temor que outras pessoas agissem de determinadas maneiras propositalmente com o intuito de enganá-los. Era praticamente unânime a opinião de que existiam colegas de associação que se comportavam desse modo e “fingiam ser o que não eram para enganar”.

De acordo com os entrevistados (e2, e3, e4, e5), os membros da Alfa em diversas situações “têm duas caras” ou têm uma “confiança de vitrine”. Para eles, essa “confiança de vitrine” está relacionada com o fato de que algumas pessoas

mostram atitudes e comportamentos com a intenção de que o observador pense que ela confia nele e, reciprocamente, que o observador também confie nela, mas sem ser algo realmente sincero, sem agir verdadeiramente de forma confiável, “usando apenas uma armadilha para enganar os outros” (e2). Essas passagens mostram novamente a importância da franqueza e transparência para eles quando o assunto é confiança.

No escopo da pesquisa, a traição se mostrou algo muito sério para os membros da Alfa. As observações apontaram e todos os entrevistados concordaram que para eles não parece ser possível restaurar a confiança em alguém que os traiu, já que nas palavras deles, “uma traição é como um corte profundo na tua pele... mesmo que você for no melhor médico, mesmo se você fizer cirurgia plástica, nunca vai ser como era antes” (e2).

A oralidade é fortemente presente na Alfa e valorizada pelos seus membros, ainda que desde junho de 2002 a associação esteja legalmente registrada junto ao Estado. Nesse sentido, é interessante trazer mais uma vez a contribuição de Fonseca (2004: 118), cuja pesquisa foi realizada em outra comunidade de Porto Alegre, quando ela afirma que, na comunidade em que pesquisou, é “impressionante constatar a pouca penetração da escrita na vida dessas pessoas. [...] a escrita parece pertencer à esfera da funcionalidade, e não da expressão”.

O fato da oralidade ser muito presente no cotidiano da Alfa e de ser valorizada por seus membros aponta que existe uma forte crença nas palavras dos colegas de associação e que, mais uma vez, cumprir o que se promete é fundamental para ser percebido como confiável pelos demais.

Durante os vinte meses na Alfa, reclamações sobre fofocas junto aos líderes da associação eram frequentes. Nas entrevistas, as opiniões se mostraram unânimes: fofocar, quebrar segredos e fazer comentários de alguém ‘por trás’ representam três formas de traição muito sérias para eles.

No âmbito da Alfa, com relação à fofoca, concordamos com a definição de Fonseca (Ibidem: 41), a qual afirma que “a fofoca envolve, pois, o relato de fatos reais ou imaginados sobre o comportamento alheio. [...] Ninguém se considera fofocueiro, mas todo mundo concorda em dizer que há fofoca constantemente na vizinhança”.

Pudemos perceber, a partir dos três fatores de traição acima mencionados, a clara importância do que entendemos por honra, inclusive quando da avaliação sobre a confiabilidade dos demais, já que “atacar, pela fofoca, os atributos de um e de outro é atentar contra o que há de mais íntimo no indivíduo, a imagem que ele faz de si mesmo” (Ibidem: 43).

Se em alguns momentos era possível notar a falta de confiança, existiam algumas atividades na rotina de trabalho nas quais era impossível não pressupor sua existência. Diariamente os fardos com materiais recicláveis prensados (papelo, plástico, entre outros), com cerca de trezentos quilos cada um, eram erguidos manualmente e postos sobre uma empilhadeira para serem alocados nas caçambas dos caminhões dos compradores. Essa tarefa era sempre realizada, devido ao peso do material, por cerca de quatro ou cinco integrantes da Alfa, e qualquer falta de atenção ou tentativa de prejudicar o colega poderia resultar em sérias lesões aos demais.

Desta forma, parece-nos que para a maioria dos membros da Alfa a confiança pode ser entendida como fragmentada, ou seja, no sentido em que podem confiar nos demais apenas parcialmente, ou ainda, confiar em determinados colegas apenas com relação a alguns assuntos, mas não para tudo. Foi opinião unânime de que é possível confiar em alguém em alguns casos, mas não em outros: “você pode confiar nele pra trabalhar contigo, pra fazer algo junto e tudo mais, mas sobre a tua vida pessoal você tem dificuldades pra viver com ele, pra confiar nele” (e2).

Foi possível notar que o que nós entendemos por empatia (o fato de que uma pessoa consegue se imaginar no lugar de outra e ser sensível e compreensiva como ela) tem uma grande importância para avaliar a confiabilidade de alguém: “se a pessoa me entende, se a pessoa se coloca no meu lugar... te aceitando como tu és e não sempre julgando o que você faz... isso é muito importante pra confiar em alguém” (e3).

Além do mencionado, a maneira como uma pessoa conversa com a outra também é um estimulante (ou não) da confiança. Para os membros da Alfa, a maneira como uma pessoa dirige a palavra, como ela trata os demais (se é esnobe ou se trata todos de forma igual, por exemplo) influencia fortemente a relação com ela e, conseqüentemente, pode potencializar a confiança ou a desconfiança.

Diversos membros da Alfa comentaram que confiar em si mesmo (auto-confiança?) é muito importante nas lutas diárias que enfrentam, assim como para confiar em outras pessoas. Neste sentido, se mostram delicadas e complexas as fronteiras entre a confiança e a dependência, temas que se mostram relevantes para serem aprofundados em vindouras pesquisas.

Incômodos que nos atravessam...

As organizações de Economia Solidária, ao buscarem/se basearem em valores e princípios mais humanos do que aqueles da lógica dominante, representam indubitavelmente uma alternativa viável e real a ela, ainda que encontrem significativas dificuldades de consolidação por estarem inseridas e terem de competir diversas vezes com empresas capitalistas.

Este trabalho não tem nem a intenção de efetuar generalizações a partir de um estudo de caso, nem muito menos de trazer respostas ou descobrir o ‘significado oculto’ da confiança na Economia Solidária, até porque não consideramos que exista esse ‘outro significado’. Acreditamos sim, como mencionado anteriormente, na multiplicidade e pluralidade de significações e re-significações a serem construídas e desconstruídas.

Objetivamos alertar e ressaltar a importância de que sejam, no campo, levantados mais (e principalmente outros) questionamentos, criados outros e diferentes problemas, inventadas novas perguntas, ao invés de efetuarmos verificações amparadas por conceitos e significações que muitas vezes não traduzem e, conseqüentemente, não respeitam, o que pode ser observado no cotidiano das lutas.

O surgimento de uma questão se dá sempre a partir de problemas que se apresentam num dado contexto, tal como atravessam nossos corpos, provocando uma crise de nossas referências. É o mal-estar da crise que desencadeia o trabalho do pensamento [...]. Seja qual for o canal de expressão, pensamos/criamos porque algo de nossas vidas nos força a fazê-lo para dar conta daquilo que está pedindo passagem em nosso dia a dia (Rolnik, 2006a: 1-2).

Para atingirmos o objetivo proposto, fazemos uso da confiança apenas como um exemplo, tendo em vista sua fundamentalidade nas sociedades contemporâneas em qualquer tipo de relação humana. Poderíamos ter usado a reciprocidade, a solidariedade, ou ainda outros conceitos para tal fim.

Se a confiança é tão dinâmica, múltipla e complexa quanto as lutas cotidianas no contexto da ES brasileira, então assim também devem ser os próprios entendimentos a seu respeito: plurais, múltiplos e complexos, de acordo com cada singularidade, cada contexto, cada acontecimento.

A partir do momento em que nós, acadêmicos, desejamos a construção e a consolidação de alternativas como hoje se apresenta a ES, devemos atuar no esforço de construir coletivamente os próprios conceitos com os quais estudamos essas diversas 'realidades', ao invés de tentarmos delimitar ou totalizar o campo no qual atuamos em nome de uma suposta ciência:

A atividade de cooperação dos cérebros não é mais necessariamente especializada, nem intelectual. A dinâmica da cooperação dos cérebros pode até mesmo ser bloqueada e capturada por algo que se apresente como 'trabalho intelectual': nada mais distante da livre cooperação entre os cérebros do que a instituição universitária, com suas hierarquias, seus mecanismos de reprodução, suas barreiras contra as bifurcações, os desvios e as invenções (Lazzarato, 2006: 124).

São inúmeros os motivos e sinais da necessidade de buscarmos re-significações dos conceitos com os quais estudamos o campo da Economia Solidária. Não se trata de preciosismo, mas de valores e princípios éticos, de buscarmos estudar, compreender, observar e construir uma realidade considerada diferente, por meio do mais próximo possível das lentes de seus participantes ativos e não de lentes 'importadas'.

Concordamos com Gaiger (2007: 75) quando este afirma que "nossos esforços de compreensão não deveriam perder de vista que o sentido da economia solidária, em sua instância primordial, depende do que representar para a vida dos trabalhadores". Ou, como postulado de maneira precisa por Velloso (2005: 60), "fica registrada a importância de se criarem espaços com ambiente apropriado para atender às especificidades de cada comunidade, no qual permaneça o respeito à singularidade de cada componente do grupo e a sua interação dinâmica com o coletivo".

Não é mais aceitável continuarmos enquadrando um campo rico como o da ES usando conceitos importados, sem sequer tentarmos buscar re-significá-los. Nos inspiramos, entre outras, em algumas palavras de Guattari (1990: 33) quando este afirma que "longe de buscar um consenso cretinizante e infantilizante, a questão será, no futuro a de cultivar o dissenso e a produção singular de existência".

Se consideramos que a ES é constituída por organizações baseadas ou que buscam valores como o igualitarismo e a solidariedade, o que os membros dessas organizações entendem por igualitarismo? O que significa a solidariedade para eles? Talvez estejamos esquecendo desse passo necessário de buscar compreender o que esses atores sociais entendem por tais conceitos, antes mesmo de afirmá-los como base/princípios, já que

Não se trata de afirmar que é uma idéia (conceito) que funda a realidade; num sentido completamente outro, o conceito é imanente à realidade, brota dela e serve justamente para fazê-la compreensível. E, por isso, o conceito pode ser ferramenta, tanto de conservação quanto de transformação. O conceito é sempre uma intervenção no mundo, seja para conservá-lo, seja para mudá-lo (Gallo, 2008: 35-6).

Acreditamos que espaços como os das organizações de ES devem ser um meio para a construção de novas subjetividades e/ou novas formas de convivência mais humanas e, para isso, o modo como atuamos nesse campo e como o pesquisamos têm sumária importância. Múltiplas ocorrências estatisticamente 'comprovadas' não são suficientes para totalizarmos significados com os quais estudamos o complexo campo da ES.

Toda escrita que busca uma tomada de posição no campo do discurso exige um trabalho prévio de esvaziamento dos enunciados que se cristalizaram como verdades, pois as verdades dos especialistas, baseadas na evidência de regularidades sujeitas à replicação, apresentam-se como naturalizadas certezas. Estas pretendem tudo saber sobre os acontecimentos do mundo, e nos deixam escassas brechas onde possamos insinuar o acaso e a singularidade dos eventos que presenciamos ou de que participamos, e que com outros compartilhamos, temporalizados em um presente que transversaliza o passado assim como o futuro (Mello e Sousa, 2005: 61).

Nesse sentido, será muito interessante o desenvolvimento de mais estudos em organizações de ES voltados para compreender o que seus membros entendem pelos conceitos, valores e princípios com os quais os estudamos, principalmente aqueles que são considerados como as bases do que chamamos de Economia Solidária:

Quanto mais afetos permitirmos falar sobre uma coisa, quanto mais olhos, diferentes olhos, soubermos utilizar para essa coisa, tanto mais completo será nosso 'conceito' dela, nossa 'objetividade'. Mas eliminar a vontade inteiramente, suspender os afetos todos sem exceção, supondo que o conseguíssemos: como? – não seria castrar o intelecto?... (Nietzsche, 1998: 108).

Concordamos que as sociedades contemporâneas, em grande medida, assim como as sociedades de controle descritas por Lazzarato (2006: 101), são caracterizadas pela multiplicação da oferta de ‘mundos’ (de consumo, de informação, de trabalho, de lazer), mas mundos “lisos, banais, formatados, porque são mundos da maioria, vazios de toda singularidade.

Assim como as teorias administrativas “se apresentam apenas sob seu aspecto técnico e se burocratizam em uma repetição infinita nas várias atividades humanas, como uma lei que se aplica a qualquer situação, independente de sua especificidade concreta” (Silva Jr, 1995: 216), até que ponto o aparato conceitual usado para o estudo da Economia Solidária está impregnado da mesma lógica?

Não pretendemos achar ‘a verdadeira’ confiança, mas ressaltar a importância do respeito às múltiplas significações e devires dos conceitos, principalmente nos estudos de um fenômeno com as características da ES no Brasil, já que “só na medida em que anestesiarmos nossa vulnerabilidade é que podemos manter uma imagem estável de nós mesmos e do outro, ou seja uma identidade. Caso contrário, somos constantemente levados a redesenhar os contornos de nós mesmos e de nossos territórios de existência” (Rolnik, 2006a: 4).

Corremos o perigo de participar da construção de uma ES que não retrata os sentimentos daqueles lutam diariamente no campo se continuarmos pesquisando seus cotidianos com um aparato conceitual pronto e supostamente adequado às suas múltiplas realidades. Abramos possibilidades de invenções de novos mundos a partir desses entendimentos múltiplos.

Como Uberti (2006: 110) sugere, pensemos a que problemas a educação respondeu, historicamente, e a que problemas precisa responder agora. É tarefa de todos lutar por um mundo mais justo e humano e, neste sentido, a educação institucionalizada precisa, antes de tudo, buscar o respeito pelos sentimentos, significados e compreensões daqueles que estão no campo.

Devemos buscar a valorização, a troca e, principalmente, a construção de conhecimentos com aqueles que tradicionalmente são encarados como carentes, excluídos e dignos de pena. Ou, numa versão universitária, como consumidores do ‘saber científico’ e não como seus produtores ou co-produtores.

Para superar as atuais crises planetárias, inclusive a de convivência para com o próximo, parece-nos fundamental que exista um real engajamento em prol de mudanças não apenas nas práticas, mas nas próprias significações do que entendemos por pesquisa, sua finalidade e de nossos papéis nesses sistemas. Isto, claro, se desejarmos construir sociedades mais pacíficas, amorosas e humanas. Isto é rigor acadêmico e, principalmente, respeito.

Referências

- Bauman, Z. (2005). *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Bauman, Z. (2007). *Vida Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes.
- Dejours, C. & Jayet, C. (1994). Psicopatologia do trabalho e organização real do trabalho em uma indústria de processo: metodologia aplicada a um caso. In C. Dejours & C. Jayet. *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1980). *Mille Plateaux*. Paris: Ed. de Minuit.
- Dunn, J. R., & Schweitzer, M. E. (2005). Feeling and Believing: The Influence of Emotion on Trust. *Thesis Eleven*, 83, nov 2005, 61–77.
- Fonseca, C. (2004). *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Forrester, V. (1997). *O horror econômico*. São Paulo: Editora Unesp.
- França Filho, G. C., & Laville, J. L. (2004). *A Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Gaiger, L. I. (2003). Empreendimentos econômicos solidários. In A. D. Cattani (Org.). *A Outra economia*. Porto Alegre: Veraz, (pp. 135-143).
- Gaiger, L. I. (2004). A economia solidária no Brasil e o sentido das novas formas de produção não capitalistas. *CAYAPA - Revista Venezolana de Economía Social*, 4(8), dez 2004, 9-37.
- Gaiger, L. I. (2007). A outra racionalidade da economia solidária. *Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 79, dez 2007, 57-77.
- Gallo, S. (2008). *Deleuze & a Educação*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica.
- Guattari, F. (1990). *As três ecologias*. Campinas: Papirus.
- Handy, C. (1995). *A era do paradoxo*. São Paulo: Makron Books.
- Harper, D. (2001). *Online Etymology Dictionary*, nov. 2001. <http://www.etymonline.com>. (consultado na internet em 01 de dezembro de 2007).
- Koenig, M. A., & Harris, P. L. (2005). The role of social cognition in early trust. *Trends in Cognitive Sciences*, 9(10), out 2005, p. 457–9, doi:10.1016/j.tics.2005.08.006.
- Lazzarato, M. (2006). *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- Leitão, C. F. (2004). Cartografia de imagens de práticas solidárias. Anais do VIII Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- Lewis, J. D., & Weigert, A. (1985). Trust as a social reality. *Social Forces*, 63(4), 967-985.
- Luhmann, N. (1979). *Trust and Power: two works by Niklas Luhmann*. Chichester: John Wiley.
- Mello, E. D., & Sousa, E. A. L. (2005). A experiência como intervalo para novas visibilidades. *Psicologia e Sociedade*, 17(1), jan/abr 2005, 61-66.
- Möllering, G. (2001). The Nature of trust: from George Simmel to a theory of expectation, interpretation and suspension, *Sociology*, 35(2), 403-420.
- Möllering, G. (2006). *Trust: Reason, Routine and Reflexivity*. Oxford: Elsevier.
- Nietzsche, F. (1998). *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Nooteboom, B. (2006). Book Review. *Organization Studies*, 27(12), 1907-1910.
- O'Hara, K. (2004). *Trust: from Socrates to Spin*. Cambridge: Icon Books.
- Oliveira, A. M., & Fonseca, T. M. G. (2006). Os devires do território-escola: trajetos, agenciamentos e suas múltiplas paisagens. *Educação e Realidade*, 31(2), jul/dez 2006, 135-154.
- Rodríguez, C. (2003). À procura de alternativas económicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In B. S. Santos (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Lisboa: Edições Afrontamento, (pp. 281-311).
- Rolnik, S. (2006a). Geopolítica da cafetinagem. Núcleo de Estudos de Subjetividade da PUC/SP. <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade>. (consultado na internet em 01 de dezembro de 2007).
- Rolnik, S. (2006b). *Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS.
- Santos, B. S. (1996). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 2.ed. São Paulo: Cortez.
- Santos, B. S., & Rodríguez, C. (2003). Introdução: para ampliar o cânone da produção. In B. S. Santos (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Lisboa: Edições Afrontamento, (pp. 21-66).
- Seligson, M. A., & Rennó L. R. (2000). Mensurando confiança interpessoal: notas acerca de um conceito multidimensional, *Dados*, 43(4). http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-525820000004000007&lng=en&nrm=iso. (consultado na internet em 04 de dezembro de 2005).
- Silva Jr, J. R. (1995). Qualidade total em educação: ideologia administrativa e impossibilidade teórica. *Educação e Realidade*, 20(1), jan/jun 1995, 203-228.
- Simmel G. (1990). *The Philosophy of Money*. London, Routledge.
- Singer, P. (2000). Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In P. Singer, & A. R. Souza. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto.
- Singer, P. (2002). Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Singer, P. (2003). A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In B. S. Santos (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Lisboa: Edições Afrontamento, (pp. 71-107).
- Tilly, C. (2005). *Trust and Rule*. New York: Cambridge University Press.
- Tittoni, J. (2004). Subjetivação e trabalho: reflexões sobre a Economia Solidária. Anais do VIII Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- Uberti, L. (2006). Estudos pós-estruturalistas: entre aporias e contra-sensos? *Educação e Realidade*, 31(2), jul/dez 2006, 95-116.
- Valentim, I. V. L. (2005). Economia Popular e Solidária no Brasil: uma questão de confiança interpessoal. Anais do XXIX ENANPAD. Brasília: ANPAD.
- Valentim, I. V. L. (2007). Confiar para Reciclar: O significado da confiança para recicladores de resíduos sólidos de Porto Alegre. Anais do XXXI ENANPAD. Rio de Janeiro: ANPAD.
- Valentim, I. V. L., & Krueel, A. J. (2007). A importância da confiança interpessoal para a consolidação do Programa de Saúde da Família. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(3), jun 2007, 777-788.
- Velloso, M. P. (2005). Os catadores de lixo e o processo de emancipação social. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10, set./dez. 2005, 49-61. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-812320050005000008&lng=en&nrm=iso. doi: 10.1590/S1413-812320050005000008. (consultado na internet em 22 de dezembro de 2006).

Um estudo luso brasileiro acerca das estratégias de disciplinarização nos espaços sociais das Feiras do Norte de Portugal e do Nordeste do Brasil

Giovanna de Aquino Fonseca Araújo¹
 Favip-Brasil
 giovannaquino@ig.com.br

Resumo: O presente trabalho objetiva discutir a cultura associada a temática poder disciplinar, analisando a cartografia espacial das feiras do norte de Portugal, nas cidades de Barcelos, Braga, Ponte de Lima e Vila do Conde, traçando um paralelo com as feiras livres do nordeste do Brasil, em especial as de Campina Grande-PB e Caruaru-PE, relacionando à questão da disciplina e organização dos espaços; controle de tempo; regras impostas pelo mercado que desprezam a relação face a face entre os feirantes e fregueses no que diz respeito ao controle dos gestos; regras comportamentais impostas pelo Estado e sociedade; a questão da vigilância; possibilitando reduzir o poder de resistência e a possibilidade de revolta. Outrossim, observamos a capacidade de astúcias, táticas e artimanhas que fazem com que estes sujeitos não se tornem apáticos e passivos diante das situações advindas da modernidade e de um mundo austero e “ordenado”. Serão abordados trechos dos depoimentos dos sujeitos sociais pesquisados e tendo seus discursos analisados a partir da ótica dos Historiadores e Cientistas Sociais: Michel de Certeau, Michel Foucault, E.P. Thompson e James Scott.

Percebemos, em estudos comparativos, com estas feiras do Nordeste³ do Brasil que, ao longo dos anos, sobretudo nas décadas ao final do século XX, estas⁴ foram alvo de algumas transformações quanto as suas características, como a inserção de supermercados, os produtos eletro-eletrônicos, a redução das apresentações dos embaladores de coco, em substituição aos Cds, o som do forró pé de serra pelo forró elétrico e o pagode; os boxes não higienizados e desconfortáveis, por boxes “luxuosos” com ar-condicionado; em relação a gastronomia, vemos a inserção de barracas self-service, com refrigerantes, coca-cola, lasanha, pizzas, tortas, salgados, sanduíches, sorvetes, hot-dogs, disputando espaço com os pratos feitos, os sucos, buchada, baião de dois, feijão verde com galinha caipira, bolos caseiros: pé-de-moleque, souza leão, engorda marido, milho, pamonha, canjica, doces: batata, rasga queijo; em relação ao vestuário, barracas com peças de roupas acomodadas ao chão, de tecidos como algodão e xita, confecções locais, disputando espaço com boxes e lojas edificadas, com vitrines para exposição de

1- A autora é graduada em História, Especialista em Teoria e Metodologia do Ensino de História, Mestre em Ciências da Sociedade (UEPB) e Doutoranda em Idade Contemporânea, pela UMINHO- Braga, Portugal. Atua no ensino superior na FAVIP- Faculdade do Vale do Ipojuca, em Caruaru-Pe, Brasil.

2- A co-autora é graduada em Serviço Social e especialista em Doenças infecto-contagiosas parasitárias e Promoção a Saúde do Homem, Uem- Brasil.

3- Inclui-se a feira de São Cristóvão, localizada no Rio de Janeiro-Pb, conhecida como a “Feira dos migrantes nordestinos no Rio de Janeiro”, ou “feira dos paraibas”, entendemos que a mesma também sofreu modificações ao longo dos anos, sobretudo após a edificação do pavilhão de Tradições Nordestinas, Luiz Gonzaga, em 2003, Ver CHAVES, Gilmar. Feira de São Cristóvão. Rio de Janeiro. Coleção Cantos do Rio, co-edição: Prefeitura do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura / RioArte e Relume Dumará e - Barbosa, marco Antonio. Crise de identidade: Videokês e pizzarias dividem espaço com forró e carne de sol na Feira de São Cristóvão. [www. Feiradesaocristovao.com.br](http://www.Feiradesaocristovao.com.br), acesso em 02/08/2006.

4- Ver GARCIA, Marie France. Feira e trabalhadores rurais, as feiras do brejo e do agreste paraibano. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Antropologia Social do Museu Nacional, 1984, mimeo/ VIEIRA, Sulamita. Feira: espaço de liberdade ou de ilusões? Fortaleza-CE: Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais e Filosofia., 1980, mimeo/ PAZERA Jr., Eduardo. Feiras camponesas na Paraíba: aspectos geohistóricos. Resumos. 39ª. Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. SBPC, Julho 1987. In: Suplemento de Ciência e Cultura / VEDANA Viviane. “Fazer a feira”: estudo etnográfico das “artes de fazer” de feirantes e fregueses da Feira Livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre/RS/ QUIRINO, Eliana Gomes. A feira central: um espaço em ebulição. In.: IV Encontro de História Oral do Nordeste. Espaço, Memória e Narrativa, 2003, Anais, versão Cd-rom. Campina Grande, PB: UFCG, 2003. p. 1013-1020/ GALVÃO, Paulo Francisco Monteiro. A feira livre em João Pessoa: Evolução e mudanças sociais (período 60/90). Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, 1994, mimeo/ SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra. Cartografias e imagens da Cidade: Campina Grande- 1920-1945. Campinas-SP: Tese de Doutorado em História, 2001 mimeo

mercadorias, com opções de tecidos que variam, além de mercadorias importadas, com formas de pagamento que variam do caderno do fiado, aos cheques pré-datados e cartões de crédito e débito automático.

Considerando que o Brasil e alguns países da África foram colônias de Portugal, e que portanto introjectam ao longo de sua formação legados culturais deste País, bem como de outros países europeus, ocidentais e orientais, o que propomos apresentar, no presente texto, diz respeito ao levantamento de tais características que se aproximam e se distanciam destas duas nações, no que tange as noções de disciplina e ordenamento dos espaços, bem como os aspectos de resistências dos atores sociais que se fazem presentes nesses respectivos lócus social, que consiste as feiras. É bom lembrar que não comungamos com a idéia de conceitos estereotipados de Identidade nordestina, como sendo única, legítima, homogênea e estática.

Percebemos inicialmente que é datada do período vigente, a expansão da informalidade, reflexo da conjuntura econômica, resultando na formação de uma nova ambiência nas feiras livres. Uma ambiência que, se por um lado pode afastar o consumidor, pelo contraste absoluto com a organização, segurança, higiene e conforto oferecidos pelos supermercados e comércio varejista, por outro lado mantém a feira livre como espaço de sociabilidade resistente, como ambiência alternativa, como exótico e bucólico, além de ser um bom lugar para compras para algumas classes sociais.

O fato é que na atualidade, mesmo buscando a manutenção, conservação de algumas tradições⁵, é quase impossível que elas se mantenham vivas, no decurso do tempo, sem alterações. Porém o curioso é que neste mesmo período, com o capitalismo periférico se instalando numa velocidade acentuada, e os supermercados luxuosos, e higienizados, as feiras continuam a existir com características múltiplas, mas mantendo a idéia de espaço sociável, como local de perambulações à procura de compras, vendas, trocas, consumo, paquera, prazer, entretenimento, diversão, diálogos, amizades, furtos, vícios, enfim, polissêmicas sociabilidades. Lugar onde se evidenciam os encontros, as tradições, as conversas, as compras, vendas e permutas, enfim das múltiplas territorialidades, sejam econômicas, políticas ou culturais, tecidas pelos frequentadores em consonância com outros atores sociais das cidades circunvizinhas, bem como dos visitantes.

Em relação às transformações enunciadas no início do presente texto, percebemos como alterações na dinâmica das feiras resulta do processo de modernização. Pois sabemos que, na contemporaneidade as necessidades de consumos são impostas pelo mercado, logo os produtos sofrem modificações significativas. Percebe-se com isso a construção de estratégias que visam maior inserção do produto no mercado, assim como, a construção de uma imagem sofisticada que legitime cada vez mais seu consumo. Desse modo, modernizar é a inovação segundo instrumentos produtivos, assim como, pela incorporação de códigos que redefinem sua imagem no universo desse mercado produtivo e consumista.

5-Considerando a feira como tradição, no sentido utilizado por Hobsbawn, da invenção da tradição

Utilizaremos como aporte teórico, Castells⁶ (1999) e Bauman⁷ (1999), para abordagem sobre a temática modernidade e pós-modernidade, com o intuito de construir, a partir de ambos, referencial analítico relativo às transformações contemporâneas no campo produtivo e simbólico. Segundo Castells (1999), constata-se nas três últimas décadas do século XX, o surgimento de um novo capitalismo baseado em tecnologias da informação, o autor destaca a atribuição dada à tecnologia da informação, na atualidade a necessidade de se fazer presente em todas as ações humanas, colaborando com a constituição da dinâmica da economia, da sociedade e da cultura, sem atribuir-lhe a condição de determinação das relações sociais. Também Armando Castro⁸ (1991) concorda com a afirmação evidenciada acima por Castells, quando diz que na contemporaneidade que a polomaquinaria da vida econômica em movimento é inesgotável mas na verdade carece de constantes enriquecimentos.

Ao capitalismo novas ferramentas se fazem presentes a cada dia, objetivando um rápido e crescente processo de flexibilidade, na medida em que ocorre à aplicação de novas tecnologias na organização da produção, possibilitando aumento dos lucros, redução dos custos da produção (custos com mão-de-obra), aumento da produtividade ampliação do mercado e aceleração do giro do capital. Ou seja, Neste sentido, exige-se um processo de modernização condizente com a realidade desta reestruturação produtiva.

Em relação a este mercado atual, que “dita”, o que deve ser comercializado, a que custo, com qual lucro, a quem e por quem deve ser comercializado, a forma de mão-de-obra, a matéria prima a ser empregada, etc. Objeto do mundo capitalista, queremos lembrar que, nem sempre fora desta maneira a economia, e para tanto gostaríamos de investigar também neste estudo a teoria da Nova Sociologia Econômica, referenciada por Karl Polanyi⁹, onde percebe-se que, na maior parte da história, a satisfação da subsistência era estruturada por laços de parentesco (kinship), pela religião ou outras práticas culturais que tinham muito pouco a ver com o modelo de economia formal, no qual indivíduos maximizam ganhos econômicos através do comportamento competitivo. Os mercados existiam, mas desempenhavam um papel residual, e não determinante nem hegemônico. Trazendo esta teoria para o nosso objeto empírico, verificamos que, embora as feiras em estudo, as feiras livres do interior do Nordeste Brasileiro tenha tido sua origem na Era do capitalismo, consideramos que não se tratava deste capitalismo efervescente e pujante da década de 1980, uma vez que no princípio, ou até mesmo na primeira metade do século XX, as relações sociais de compadrinamento, eram mais valorizadas, as igualdades entre as classes, e o sentido de humanidade, se fazia mais presente.

6- Ver CASTELLS, Manuel. “A sociedade em Rede” São Paulo: Paz e Terra, 1999

7- Ver BAUMAN, Zigmund. “Modernidade e Ambivalência”. Rio de Janeiro. Zahar Ed., 1999

8- Ver texto: CASTRO, Armando: A Historiografia da história Econômica portuguesa nos últimos dez a doze anos. In: Estudos de História contemporânea portuguesa. Centro de História da Universidade do Porto. Livros horizonte, Lisboa, 1991.

9.Ver Polanyi e a Nova Sociologia Econômica: uma aplicação contemporânea do conceito de enraizamento social (social embeddedness). In: Artigo publicado na Revista Econômica, UFRJ . V. 3. nº 2. Dezembro de 2001

Quanto as feiras no norte de Portugal, sabemos que são datadas desde a Era Medieval que tinha o objetivo inicial, com sua produção de alimentar a população local, era comercializada a varejo nos conhecidos mercados. Naquela época, as feiras já se constituíam como espaços de sociabilidade, tendo em vista acontecerem em reuniões mensais de mercadores de várias regiões. Época em que a navegação pelo mar mediterrâneo era restrita pelo domínio de mulçumanos no norte da África e parte da Península Ibérica, havia no entanto, um comércio terrestre que, partia dos portos italianos, levando mercadorias orientais por toda a Europa Ocidental. Muitas formas de comércio varejista ao longo de todos esses anos foram sendo aperfeiçoadas de mercados às quitandas, o tabuleiro ao meio da rua, e as técnicas de venda e de convencimento presente nas falas daqueles que são os protagonistas desse comércio milenar, os feirantes.

Nesse sentido, sabemos que as feiras portuguesas são instituições oriundas dessa época medieval descrita acima, que “sobreviveram” a época moderna e na contemporaneidade ainda se configuram como espaços de sociabilidades e de

comércio. Nosso objeto de estudo será portanto, não apenas destacar os aspectos que fazem dessas feiras lugares sociais mas sobretudo destacar a importância que as mesmas tem enquanto locus de pluralidade identitária, no instante em que percebemos a presença de etnias diversas a exemplo dos ciganos e de imigrantes oriundos de países circunvizinhos, a exemplo da Espanha e Itália, mas sobretudo destacamos a presença dos chineses, orientais que diante da abertura de mercado vivenciada em Portugal diante da nova República, pós 1975, transitam livremente comercializando seus produtos nas feiras. Tais identidades plurais são reflexos na verdade de acontecimentos históricos, como a globalização que não necessariamente provoca ruptura nas identidades daqueles que frequentam esses ambientes sociais, uma vez que as identidades são múltiplas e não estáticas como sugerem os estereótipos construídos e reconstruídos.

Ainda em relação as feiras nortistas de Portugal a conjuntura de laços de compadrinamento percebe-se, pelo menos inicialmente que ainda deva ser mais evidenciada ainda que no Brasil, tendo em vista que a época em que as feiras surgem e que permanecem até o momento atual. Nos referimos precisamente a idade média ainda, elas eram consideradas naquele momento como é sabido por todos, como um dos aspectos mais importantes da organização econômica¹⁰, nascidas da necessidade de promover o ponto de encontro entre o homem do campo e a cidade, daí sua importância também social e cultural, jurídica, administrativa. Notadamente sabemos que as feiras em Portugal não são as responsáveis pelo surgimento das cidades, ao contrário do nordeste do Brasil, no entanto as feiras são as grandes responsáveis desde a era medieval pelo desenvolvimento das vilas, freguesias e concelhos.

10- Ver RAU, Virgínia. Feiras Medievais portuguesas. Subsídios para seu estudo. Lisboa: Editorial Presença, 1981

De acordo com a observação que fizemos constatamos que nas feiras em estudo, nos referimos no nordeste do Brasil, especialmente a Feira central de Campina Grande-PB e a feira de Caruaru-Pe (ambas do nordeste) em Portugal, as feiras localizadas na região norte, em especial a de Ponte de Lima, Braga, Vila do Conde e Barcelos e na África, em Luanda (Angola) o Mercado de Roque Santeiro, como a maior feira ao ar livre do continente africano, em relação especificamente as transformações, ou melhor as mudanças culturais evidenciadas nos espaços das feiras, diz respeito, a forma como este espaço fora arrumado, ao longo dos anos 1980 aos anos 2000, com as edificações de mercados, no centro da feira “livre”, ou mesmo em seu entorno, ou até ao contrário em outro lugar na cidade, distante da feira. Nesse contexto, algumas categorias necessitam ser melhor exploradas, trata-se do conceito de poder disciplinar em Foucault, desdobrados em outros: o tipo de organização do espaço; controle do tempo e vigilância¹¹, além do contra ponto a tudo isso: a reação.

Em relação especificamente a disciplina e organização do espaço, vemos como técnica de distribuição dos indivíduos através da inserção dos corpos em um mesmo espaço individualizado, classificatório, combinatório e acima de tudo hierarquizado, esquadrihado, com funções diferentes segundo objetivos específicos.

Percebemos contudo que para entender as questões de ordem, de disciplina, se faz necessário um estudo cartográfico¹² da arrumação do espaço geográfico deste lugar social, na tentativa de “manter” a ordem diante da implantação do mercado central, por parte do poder público, delimitando espaço, regras de conduta quanto a comportamento e padrões de higiene, dos atores sociais daquele locus, referimo-nos aos feirantes, comerciantes. Já em relação à questão da vigilância como um dos principais instrumentos de poder disciplinar, de controle sobre os indivíduos. Assim sendo, com o objetivo de disciplinar estratégias de mansidão são criados “homens úteis e dóceis” politicamente, o que notadamente é uma tentativa de provocar a diminuição de sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens do poder, neutralização dos efeitos de contra-poder. Com o argumento muitas vezes de aumentar a utilidade econômica e diminuir os inconvenientes, os perigos políticos, aumentar a força econômica e diminuir a “força” política.

Em se tratando do espaço das feiras nordestinas-brasileiras, verificamos que dos anos 1985 a 2005, os posicionamentos passaram a ser hierárquicos, e centrais de vigilância foram implantadas, com propósito de manter essa ordem estabelecida e institucionalizada. No entanto, consideramos que o poder disciplinar trabalhado por Foucault, que não destrói o indivíduo, ao contrário ele o fabrica. O indivíduo não é o outro do poder, realidade exterior, que é por ele anulado; o poder disciplinar é um

Ver FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Roberto Machado (org.)- Rio de Janeiro:Edições Graal, 1979.p.XVIII

Estudo futuro

dos mais importantes efeitos para a construção daquilo que convencionalmente passou a ser chamado de reação, haja vista que as técnicas disciplinares, que são técnicas de individualização, promove o “nascimento” da figura do homem como produção de poder, diante de todas as ações sobre o corpo: o adestramento do gesto, a regularização do comportamento, a normalização do prazer, a interpretação dos discursos, com o objetivo de separar, comparar, distribuir, avaliar, hierarquizar. O poder nesse sentido, está em cada um de nós, não apenas o institucional do Estado, mas os micro poderes que por muitas vezes desequilibram este maior. Segundo Foucault, “o poder não existe. Na realidade se trata de um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado (e sem dúvida mal coordenado) de relações”.

Dai vem a reação, pois se interioriza dentro das relações, onde qualquer luta é sempre tida como de resistência dentro da própria rede de poder, teia que se alastra por toda sociedade. Logo sabemos que onde há poder há resistência, que se localiza transitando por toda a estrutura social dos indivíduos.

Talvez por essa razão que quando observamos o espaço cartográfico das feiras, observamos a presença do poder disciplinar institucional, por meio da edificação do mercado e pavilhão e o posicionamento dos bancos e boxes para a venda dos produtos, de maneira hierarquizada, piramidalizada, e com o intuito de homogeneizar, uniformizando, a fim de não despertar as diferenças e por outro lado percebemos a disposição e o uso do poder, dos micro poderes dos homens como reação a toda aquela disciplina imposta, se posicionando a maneira deles ao redor do mercado, aqueles que não tiveram acesso a este espaço, e há ainda aqueles que insistem em permanecer no interior do mercado mesmo que na condição de ambulante, contrariando a “ordem” estabelecida. Por outro lado a aqueles que mesmo no interior do mercado se tornaram ambulantes de si próprio, buscando se posicionar melhor diante do tipo de organização do espaço descrita no início deste texto, articulada a disciplina como controle e tempo em desenvolvimento, e o posicionamento e articulação do corpo com o objeto a ser manipulado, exposto para venda.

Observamos contudo, que com efeito às formas descritas de resistência são visíveis, recuperamos portanto a noção de Tática¹³, utilizada em Michel de Certeau, tal conceito com o propósito de elucidar nossas questões, recuperamos a atrelada a muitas práticas cotidianas que envolvem “maneiras de fazer”, de maneira criativa e inteligente, no sentido de arte do fazer, diante da anti-disciplina, os protagonistas estão inseridos, conhecem o espaço geográfico pesquisado, enquanto espaço social de convivência e de sobrevivência, onde cada qual, de grupos sociais distintos utilizando táticas, estratégias criativas e astúcias, indo em busca de seus objetivos, descrevem argumentos diferenciados, que procuram atender seus interesses específicos, transformando o ambiente, em

Ver CERTEAU, Michel. Táticas e praticantes. In: A invenção do cotidiano. V.1- Artes de fazer. Petrópolis-RJ:Vozes, 1994

benefício próprio.

Contudo é necessário que saibamos que apesar dos instrumentos de ordem e de poder disciplinar os homens resistem a tudo isso desenvolvendo astúcias silenciadas e sutis com apropriação criativa, anti-disciplinada, e ordinária, inventando de maneira própria, criativa e inteligente suas táticas e estratégias, como arte do fazer, fazer este que envolve elementos do cotidiano, com o propósito maior de conviver e até transformar, materializando, criando, (re)inventando, a realidade em que vivemos.

Guiados por E.P.Thompson¹⁴, este texto propõe em ir além da História Econômica nas feiras, se aproximando mais da Antropologia social, não na perspectiva folclorista que alguns antropólogos se dedicam, onde os costumes são vistos como reliquias e rituais míticos consuetudinários,¹⁵ mas se apropriando do método etnográfico da Antropologia. Considerando portanto um diálogo possível entre a História Social e Antropologia no que tange a identificação de velhos e novos problemas, dando ênfase as normas e rituais como expressão simbólica de autoridade, controle e hegemonia, relações de parentesco, costumes e acima de tudo experiência humana. Acreditamos portanto que, as manifestações culturais e sociais percebidas em pesquisas anteriores são resultados das ações humanas inseridas em um contexto histórico como afirma Weber e Geertz no conceito ampliado de cultura como rede de significados, relacionando ao conceito de experiência em Thompson diante das vivências (práticas) sociais vivenciadas individualmente ou em grupo articulando a vida material e a consciência social, e onde os agentes humanos são capazes de modelar e remodelar as condições de sua existências.

Em relação especificamente as feiras do norte de Portugal, percebemos que a exemplo das do nordeste do Brasil também apresentam formatos de vigilância, advindos da época moderna, seja nos estatutos documentais que os feirantes tenham que seguir, seja por meio dos fiscais que circulam nas feiras, observando os comportamentos, os métodos de higienização, através da vigilância sanitária, de órgãos fiscalizadores em relação a qualidade dos produtos, e também com a presença dos mercados no entorno das feiras, ou vice-versa. No caso específico da cidade de Braga, a feira ocorre no entorno do mercado, entretanto vale lembrar que desde a década de 1980 do século passado, existe outro espaço onde a feira funciona, espaço esse privado. Trata-se do parque de exposições do município, nele ocorre a maior feira em dias sazonais., sob toda a vigilância não somente do poder público, como também do órgão privado. O fato é que semelhante ao que acontece no Brasil, os feirantes também tentam driblar as situações de vigilância e punições com técnicas de astúcias peculiares do ser humano, enquanto ser criativo.

Ver THOMPSON, E.P. Folclore, Antropologia e História Social. In: as peculiaridades dos Ingleses e outros artigos. São Paulo:Ed. Da Unicamp, 2001

Ver DAVIS, Natalie. Culturas do povo. Sociedade e Cultura no início da França moderna. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1990. (originalmente publicado em 1975)

Essas estratégias de sobrevivência que muitas vezes entram em “confronto” com o mundo ordenado se fazem presentes em todas as feiras em estudo. No caso específico do nordeste do Brasil, e em especial na feira de Campina Grande-PB, percebemos a instalação do mercado central com todas as peculiaridades de vigilância possíveis, a edificação desse

mercado no centro da feira central já é resultado disso, e além do mais projetos de planejamento arquitetônicos estão sendo configurados para a feira, na tentativa de padronizar os espaços, uniformizando-os. Já em relação as feiras no norte de Portugal¹⁶, observamos que tais feiras de origem na Era medieval, são feiras localizadas em campos abertos, pátios abertos, entretanto contam com uma padronização no que diz respeito a estrutura das barracas, a partir dos transportes (carrinhas) que os feirantes se locomovem, e são localizados em espaços determinados pelo poder público, entretanto percebemos os espaços diferenciados pelas etnias, nos referimos nesse instante aos espaços destinados aos ciganos, que sob hipótese alguma convivem com os portugueses. Os espaços também são organizados a partir da distribuição das mercadorias. Em se tratando de Luanda e o mercado de Roque Santeiro, temos conhecimento que também se apresenta em um campo aberto, entretanto sem padronização nenhuma no que diz respeito ao tipo de barraca. Notadamente um fenômeno recente diz respeito à proposta do poder público em mudar o local do mercado para outra área da cidade, o Panguila, uma zona situada a cerca de 15 quilômetros a norte de Luanda, o Mercado do Panguila, que vai ser instalado num terreno com cerca de 25 hectares junto à estrada que liga Luanda ao Caxito, terá capacidade para acolher mais de cinco mil vendedores, dispondo ainda de armazéns, câmaras frigoríficas, lojas comerciais e restaurantes, tal estrutura trará uma padronização e organização dos espaços de acordo com as novas tendências de padrões de higienização.

16- Especialmente em Ponte de Lima

Referência bibliográfica

- ALBUQUERQUE, Durval M. Jr. A invenção do nordeste e outras artes. Recife: FIN. Ed. Massagana: São Paulo: Cortez, 1999.
- ALMEIDA, Elpidio de. História de Campina Grande. C. Grande: Livraria Pedrosa, 1964.
- ANDRADE, Maristela Oliveira de. Cultura e tradição nordestina. Ensaio de História Cultural e Intelectual. João Pessoa-PB: Ed. Manufatura/Fundação João Fernandes da Cunha, 2000.
- ARAÚJO, Giovanna de Aquino Fonseca. Feira livre: Memória “viva” da cultura do povo campinense, ao final do século XX? Campina Grande, Gráfica Editora Agenda, 2004.
- _____. Múltiplos discursos sobre a feira de Campina Grande-PB. Campina Grande: Gráfica e Editora Agenda, 2006
- BAUMAN, Zigmund. “Modernidade e Ambivalência”. Rio de Janeiro. Zahar Ed., 1999
- CASTELLS, Manuel. “A sociedade em Rede” São Paulo: Paz e Terra, 1999
- CASTRO, Armando: A Historiografia da história Econômica portuguesa nos últimos dez a doze anos. In: Estudos de História contemporânea portuguesa. Centro de História da Universidade do Porto. Livros horizonte, Lisboa, 1991.
- CERTAU, Michel. A invenção do cotidiano. V.1- Artes de fazer. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.
- CHAVES, Gilmar. Feira de São Cristóvão. Rio de Janeiro. Coleção Cantos do Rio, co-edição: Prefeitura do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura / RioArte e Relume Dumará
- chartier, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988
- COELHO, Maria Helena da Cruz “Bragança Medieval em tempos de feira e festa” In: Brigantia-Revista de Cultura, vol. XIV, n. ¾, julho –dezembro 1994.
- DAVIS, Natalie. Culturas do povo. Sociedade e Cultura no início da França moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990
- ELIAS, Norbert. A Sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Ed: Jorge Zahar, 1994.
- GARCIA, Marie France. Feira e trabalhadores rurais, as feiras do brejo e do agreste paraibano. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Antropologia Social do Museu Nacional, 1984, mimeo.
- GALVÃO, Paulo Francisco Monteiro. A feira livre em João Pessoa: Evolução e mudanças sociais (período 60/90). Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, 1994, mimeo.
- GEERTZ, C. O saber local. Editora vozes – Rio de Janeiro . 2000
- GIDDENS, Anthony. As conseqüências da Modernidade. São Paulo: editora UNESP, 1991.
- Jornal da Feira de tradições nordestinas do campo de São Cristóvão/RJ. Edição julho, agosto e setembro de 2004. Disponível no site: <<http://www.feiradesaocristovao.com.br>>
- LAINS, Pedro. A economia portuguesa no século XIX. Crescimento econômico e comércio externo 1851-1913. Ed. Imprensa nacional casa da moeda. Lisboa, 1994.
- LORETO, V. M. A Feira de São Cristóvão como espaço de resistência cultural para os nordestinos . In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 25., 2002, Salvador. Anais... São Paulo: Intercom, 2002. CD-ROM
- MAGALHÃES, Joaquim Romero. (coord.) “A Estrutura das trocas”, In: História de Portugal. Direção de José Mattoso. Terceiro volume No Alvorecer da modernidade (1480-1620). Editorial Estampa
- PAZERA Jr., Eduardo. Feiras camponesas na Paraíba: aspectos geohistóricos. Resumos. 39ª. Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. SBPC, Julho 1987. In: Suplemento de Ciência e Cultura
- PEREIRA, Jr. Francisco. Feira de Campina Grande, um museu vivo na cultura popular de folclore nordestino. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.
- QUIRINO, Eliana Gomes. A feira central: um espaço em ebulição. In.: IV Encontro de História Oral do Nordeste. Espaço, Memória e Narrativa, 2003, Anais, versão Cd-rom. Campina Grande, PB: UFCG, 2003. p. 1013-1020
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. História de Portugal. Vol. XVII. Editorial: Verbo, Lisboa, 2000

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra. Cartografias e imagens da Cidade: Campina Grande- 1920-1945. Campinas-SP: Tese de Doutorado em História, 2001 mimeo;

THOMPSON, E.P. Folclore , Antropologia e História Social. In: as peculiaridades dos Ingleses e outros artigos. São Paulo:Ed. Da Unicamp, 2001

VEDANA Viviane. “Fazer a feira”: estudo etnográfico das “artes de fazer” de feirantes e fregueses da Feira Livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre/RS

VIEIRA, Sulamita. Feira: espaço de liberdade ou de ilusões? Fortaleza-CE: Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais e Filosofia.,1980, mimeo.

RAU, Virginia. Feiras Medievais portuguesas. Subsídios para seu estudo. Lisboa: Editorial Presença, 1981

Identidade e trabalho na economia solidária

Marilia Veronese
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
mariliav@unisinos.br

Resumo: A comunicação propõe uma articulação das categorias identidade e trabalho autogestionário na economia solidária. No campo das ciências sociais, as discussões sobre a identidade dividem-se principalmente em duas vertentes: a psicodinâmica e a sociológica. A primeira enfatiza a constituição de uma estrutura psíquica, que tende a estabelecer-se de forma mais ou menos estável. A tradição sociológica está ligada ao meio social, sendo impossível conceber a identidade fora das interações desse âmbito. Nessa concepção a identidade é sujeita às transformações ocorridas ao longo do processo de interação do indivíduo com os seus grupos sociais, sendo sempre assimilada através dum processo de interação com os outros. Sobre a participação central do trabalho na conformação desses processos já há extensa literatura.

A realidade da economia solidária é bastante complexa, formada por empreendimentos econômicos de diversos segmentos e tipos, que apresentam graus variáveis de gestão coletiva. Segundo pesquisas recentemente conduzidas junto a cooperativa e associações no sul do Brasil, já é possível listar algumas características identitárias que fazem os trabalhadores associados do campo da economia solidária mostrarem-se portadores de uma identidade psicossocial própria. Os sócios-trabalhadores de cooperativas autogeridas tendem a esperar certas características psicossociais como próprias de um sócio-trabalhador. Assim, compromisso e solidariedade com o grupo de cooperadores; envolvimento e responsabilidade com o trabalho; prontidão para considerar opiniões e interesses aparentemente opostos; e preocupação com as condições de vida (sociais, sanitárias, econômicas ambientais etc.) na comunidade (vila e/ou cidade) onde está localizada a cooperativa são algumas entre muitas características esperadas dos sócio-trabalhadores pelos seus pares.

Quem somos nós? Quem são eles? Quem sou eu? Quem é ele?O que fez (faz) de mim quem eu sou? O que fez (faz) de nós quem nós somos? O que fez (faz) deles quem eles são?O que fez (faz) de nós diferentes (ou semelhantes) deles?

O conceito de identidade

As perguntas acima são essenciais na compreensão da identidade (individual ou coletiva), e as diferentes respostas vêm sendo propostas há alguns séculos. Antes domínio quase exclusivo das religiões e da filosofia, posteriormente a identidade torna-se uma questão importante para as ciências sociais, em especial para a sociologia e a psicologia social.

O conceito de identidade tem uma longa história filosófica, ligando-se, modernamente, ao desenvolvimento do individualismo e sendo popularizado a partir da segunda metade do século XX, no ocidente (Plummer, 1996). Exemplo desse processo foi a popularização do termo “crise de identidade”, cunhado por Erikson (1968) para descrever fenômenos de desajustamento social da adolescência. Juntamente com ele, popularizaram-se termos psicológicos correlatos, como “auto-imagem” e “auto-estima”.

A noção de identidade como individualidade, para Gergen (1997), emerge no pensamento social do final do século XVIII; antes disso, as pessoas tendiam a conceberem-se como pertencentes a categorias mais gerais, como membros de uma religião, classe social ou profissão. Mesmo suas almas individuais eram posse de Deus (não de si próprias), e estavam na terra transitoriamente, por obra divina. Com o renascimento, o processo de laicização dos Estados nacionais, a ascensão do capitalismo e do ethos que se produziu então –favorável ao individualismo, ao trabalho como algo dignificante e à legitimação religiosa do acúmulo de lucro– tem-se uma substancial mudança na auto-representação dos sujeitos sociais, agora calcada cada vez mais na ideologia do “homem feito por si mesmo” (self-made man).

A modernidade trouxe a alfabetização em massa –que propiciou o acesso individual aos textos, como a Bíblia, por exemplo– a criação de uma esfera pública burguesa, a soberania jurídico-legal do indivíduo e o protestantismo, só para citar algumas das vertentes das mudanças então vivenciadas. A religião protestante muda o conceito judaico-cristão do acesso comunitário, mediado, a Deus; o indivíduo passa a relacionar-se diretamente com Deus. É nesse momento que o individualismo é associado ao conhecimento, à capacidade de pensar e julgar e isso tudo tem um forte impacto no corpus inaugural das ciências sociais (Gellner, 1992).

No campo das ciências humanas e sociais, as discussões sobre a identidade dividem-se principalmente em duas vertentes: a psicodinâmica e a sociológica (Plummer, 1996). A primeira, no âmbito das ciências “psi” (psicologia, psicanálise

e psiquiatria), enfatiza a constituição de uma estrutura psíquica, que embora eventualmente conflituada, tende a estabelecer-se de forma mais ou menos estável, sendo muitas vezes entendida prioritariamente em termos intrapsíquicos. Ou seja, entende-se por identidade a capacidade do sujeito, em meio à mudança constante que significam as fases diversas de sua vida, permanecer o mesmo, mantendo o cerne de sua personalidade. Algumas correntes definem ainda o que seria uma identidade “normal” ou o que seria “patológico” para cada fase do desenvolvimento humano (Mahler, 1982). A estabilidade maior da identidade seria alcançada ao final da adolescência, posto que se o desenvolvimento “normal” suceder-se, o adulto jovem deveria ter constituído sua identidade mais ou menos estável, que o acompanharia, em meio a algumas mudanças e crises do desenvolvimento, até o fim de sua vida (Aberastury e Knobel, 1981).

Como representante dessa visão estritamente psicológica, Erikson (1968) afirma que a identidade “inclui um senso subjetivo de existência contínua e uma memória coerente” (p. 61). A identidade seria aquela parte do indivíduo que continua apesar das mudanças advindas com o passar dos anos, e que, com a ajuda da memória, formaria um todo coerente. Esta formulação, própria de uma psicologia individualista, traz consigo a idéia de individuação por auto-descoberta, com alguma mediação da alteridade, mas sem enfatizá-la.

Por outro lado, a tradição sociológica das teorizações sobre identidade está ligada ao conceito de self (ou si-mesmo) constituído a partir da linguagem e da comunicação. Para George H. Mead (1963), o self é uma estrutura social, sendo impossível concebê-lo fora das interações desse âmbito. É importante frisar que, em seu entendimento, o ato comunicativo é a unidade básica de análise das ciências sociais. Herbert Blumer, após a morte de Mead e a partir do trabalho deste, cunha o termo “interacionismo simbólico”, concepção na qual a identidade não seria fixa, mas sujeita às transformações ocorridas ao longo do processo de interação do indivíduo com os seus grupos sociais (Farr, 2004).

Na mesma linha, Berger & Luckman (2007) consideram que “a identidade é evidentemente um elemento chave da realidade subjetiva, e tal como toda realidade subjetiva, acha-se em relação dialética com a sociedade.” Ademais, “a identidade é formada por processos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais.” (p.228). Complementando, Berger & Berger (1977) afirmam que “a parte socializada da individualidade costuma ser designada como identidade (...) [A identidade] é sempre assimilada através dum processo de interação com os outros. (...) Só depois que uma identidade é confirmada pelos outros, é que pode tornar-se real para o indivíduo ao qual pertence” (p. 212).

A tradição da sociologia, portanto, descreve um caminho para a construção da identidade calcado na idéia de socialização e de interação, atribuindo aos demais – os “outros” – quase a totalidade da responsabilidade pela construção da identidade de alguém. Essa é uma concepção de individuação por socialização, ou seja, de que são os “outros”, especialmente aqueles com quem convivemos, que nos tornam singulares.

Citando Claude Dubar (2005, p.136): (...) a identidade é “resultado a um só tempo estável e provisório, individual e coletivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, conjuntamente, constroem os indivíduos e definem a instituição”. O mesmo autor define que a identidade se configura no processo das transações do eu (identidade biográfica/subjetiva) com o outro (identidade relacional/objetiva) e com o mundo (identidades disponíveis culturalmente), através da articulação dos processos de socialização com as significações do imaginário social e simbólico (Dubar, 2005).

Em uma nova vertente, Frable (1997) pondera que é necessário elaborar uma resposta psicossocial para os desafios da compreensão do conceito: “Identidade é a relação psicológica do indivíduo com sistemas específicos de categorias sociais” (p. 140). Ela complementa que as múltiplas identidades de uma pessoa (gênero, raça, etnia, sexo, classe etc.) são construídas através de um processo de negociação intra e inter pessoal dentro dos sistemas sociais específicos em que estão inseridas. Afirma também que mudanças nesses sistemas sociais específicos promovem a necessidade de uma readequação da identidade.

Esteves (2007) avalia que esta formulação rompe um eventual antagonismo das noções psicológicas ou sociológicas, apresentando-se de forma psicossocial, pois que “tiene en cuenta la actividad individual (la negociación) en el proceso de construcción de la identidad que, no obstante, depende sobremanera de los sistemas sociales en los cuales las personas están insertas.”. Essa é, portanto, uma formulação de individuação através de uma socialização negociada ativamente entre cada pessoa e os outros nas instituições e sistemas sociais em que participam e se encontram. Esteves pondera que “Por esa concepción psicossocial, nosotros no nos descubrimos en nosotros mismos ni tampoco somos un resultado pasivo de nuestras interacciones sociales, sino que nos volvemos singulares a medida que negociamos activamente con los otros aspectos de nuestra propia identidad.” (p.123).

Parece, portanto, característico das formulações psicossociais sobre a identidade que elas preservem e valorizem essa tensão existente entre as pessoas e as situações, grupos e sistemas sociais em que elas estão inseridas, destacando o processo de negociação intra e inter pessoal necessário para a construção, a manutenção e a transformação da identidade.

Segundo Bauman (2005), a emergência da identidade enquanto questão relevante ocorreu em função da “crise do pertencimento”, uma ruptura moderna com as identidades, comunidades e pertencimentos tradicionais, fruto da exposição do indivíduo a possibilidade de filiar-se a novas comunidades e construir novas identidades, o que é próprio do nosso mundo policultural, pleno de diversidades e de possibilidades. Complementa que a aceleração da globalização acarretou, em meio ao seu rol de conseqüências, na ruptura da classe trabalhadora como elemento de identificação que “oferecia um seguro para reivindicações discrepantes e difusas”. “O ‘efeito imprevisto’ disso foi uma fragmentação acelerada da dissensão social, uma progressiva desintegração do conflito social numa multiplicidade de confrontos intergrupais e numa proliferação de campos

de batalha” (p. 42). Tais “campos de batalha” referem-se a lutas defensivas contra os efeitos excludentes da globalização, cujo instrumento é a afirmação das identidades locais, étnicas, raciais, sexuais etc.

Para Silva (2004), identidade e diferença são produzidas ativamente na linguagem, na cultura e no social. Refere-se àquelas como “criaturas da linguagem”, baseando-se no referencial dos Estudos Culturais. Identidades híbridas, múltiplas, plurais (no campo da preferência sexual, por exemplo) mostram como não existe mais espaço para oposições binárias, simplistas, que demarcaram identidades fixas no passado, além de terem servido para definir qual era a identidade “válida”, “normal”, a partir das quais as outras eram “diferentes”. Assim, concepções normalizadoras da identidade estiveram fortemente vinculadas a relações de poder assimétricas, reproduzindo desigualdades e produzindo “ausências” (Santos, 2004).

Não há dúvidas quanto ao fato de que as transformações sociais, econômicas, tecnológicas e geopolíticas em escala mundial trazem implicações para os modos de ser e viver dos sujeitos e suas formas de agir em sociedade. Conforme aponta Hall (2002), pode-se falar no sujeito do Iluminismo, no sujeito sociológico e no sujeito pós-moderno. O primeiro é o indivíduo unificado, dotado de razão, de consciência e de ação e possuidor de uma identidade essencializada, mais ou menos estável ao longo de sua existência. No segundo a identidade é resultante da interação entre o indivíduo e seus outros significativos, seu mundo cultural pleno de significações. O terceiro é um sujeito sem identidade fixa, essencial ou permanente, mas que possui identidades múltiplas, eventualmente contraditórias, transformadas em relação às formas históricas dos sistemas culturais em que se insere. Na medida em que sistemas sociais de significação e representação cultural se transformam, o sujeito se defronta com uma multiplicidade de identidades possíveis, com as quais pode identificar-se temporariamente.

Em meio à crise da pós-modernidade, nos anos de 1990 e na primeira década do século XXI, assistimos a empolgados debates sobre o fim do trabalho ou, ao menos, de sua centralidade. Vimos autores como Offe (1989) e Gorz (1988) discutirem a tese da perda da centralidade do trabalho, enquanto outros autores reafirmavam o papel dessa categoria como fundadora da sociabilidade humana (Antunes, 2002, 2005).

Identidade, trabalho e economia solidária

Sobre a participação central do trabalho na conformação da subjetividade, há muito se sabe que as vivências compartilhadas entre os trabalhadores abrangem dimensões cognitivas, afetivas e políticas, possibilitando que eles/as construam representações de si diretamente ligadas às situações e relações de trabalho, que são também atributos definitórios de um “eu” (Jacques, 2002). Corroborando esse argumento, Veronese (2007) coloca que no caso da articulação com a construção das identidades, o trabalho é locus do estabelecimento de relações onde as dimensões cognitivas e afetivas do sujeito são postas a prova, desenvolvidas, intensamente vivenciadas através das múltiplas experiências que o contexto laboral proporciona.

Como a divisão do trabalho é complexa –há muitas formas contratuais de trabalhar e inúmeras possibilidades de organizar o contexto laboral– são enormes as possibilidades identitárias vinculadas a essa atividade humana tão essencial. Para além das ocupações, ofícios e profissões, próprias da divisão social do trabalho e que por si só já demonstram a importância deste na formação das identidades coletivas e individuais, encontramos, em uma breve listagem, muitas identidades relativas à modalidade de “contrato de trabalho”: escravo ou cativo; servo ou criado; empregado ou assalariado; autônomo ou liberal; sócio ou associado etc.

Nos anos de 1990, simultaneamente à crise da pós-modernidade assistimos à crise do trabalho (ou do emprego). O desemprego estrutural –fruto da globalização e da nova divisão internacional do trabalho (Pochmann, 2001) –causou como resposta o ressurgimento dos formatos autogestionários (Singer e Souza, 2000) como mais uma entre as lutas defensivas dos trabalhadores no rol dos “campos de batalha” de que fala Bauman (2005). Se a Economia Solidária surge como um novo “sistema social específico”, nos termos de Frable (1997), então parece emergir daí uma nova identidade no seio deste movimento econômico-social cuja afirmação é também uma forma de resistência aos efeitos perversos da globalização sobre os interesses dos trabalhadores.

Se essa nova forma, solidária, de organizar o trabalho e a produção traz consigo um novo sujeito social (sócio-trabalhador, cooperador, trabalhador associado etc.), então qual seria o rol singular de características identitárias que o distinguiriam dos sujeitos sociais do capitalismo (capitalista, investidor, empresário, administrador, patrão etc., de um lado, e empregado, funcionário, serviçal etc., de outro)?

A resposta não é fácil e demanda novas investigações. Entretanto, embora até o momento as pesquisas realizadas no âmbito da Economia Solidária não tenham colocado diretamente esta questão, elas diversas vezes tangenciaram essa temática, descrevendo modos como geralmente os cooperadores agem, pensam ou se sentem dentro e fora das cooperativas. Ademais, conjecturar livremente acerca do “modo de agir” ou do “jeito de ser” dos cooperadores tornou-se corriqueiro entre os próprios sócio-trabalhadores e aqueles que com eles realizam algum tipo de trabalho ou pesquisa.

Assim, ainda que de maneira inconclusa e em processo de sistematização, já é possível listar algumas características identitárias que fazem deste novo sujeito social distinto e singular, portador de uma identidade psicossocial própria. Os sócios-trabalhadores de cooperativas autogeridas estudadas por Esteves (2004) e Andrada (2005) tendem a esperar certas características psicossociais como próprias de um sócio-trabalhador e, ao mesmo tempo, refutar outras como opostas a essa condição. Assim, compromisso e solidariedade com o grupo de cooperadores (dentro e fora da cooperativa);

envolvimento e responsabilidade com o trabalho; prontidão para considerar opiniões e interesses aparentemente opostos (presentes dentro da cooperativa); e preocupação com as condições de vida (sociais, sanitárias, econômicas ambientais etc.) na comunidade (vila e/ou cidade) onde está localizada a cooperativa são algumas entre muitas características esperadas dos sócio-trabalhadores pelos seus pares. Simetricamente, pensar em si sem considerar o grupo; fazer “corpo mole”, “enrolando” no trabalho; não querer ouvir a opinião do outro e; desconsiderar o local onde a cooperativa está instalada são características refutadas pelos pares.

Certamente estas são apenas algumas das características que compõem essa identidade psicossocial, e é possível que mesmo estas poucas não sejam encontradas em todas as cooperativas e empreendimentos autogestionários. Assim mesmo, essa lista tem o mérito de revelar que, em condições autogeridas de trabalho, traços psicossociais importantes como compromisso e solidariedade, envolvimento e responsabilidade, prontidão para lidar com a alteridade e preocupação com onde se vive e trabalha estão se desenvolvendo e se cristalizando em uma nova identidade psicossocial, a de sócio-trabalhador.

Bibliografia

- ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. Adolescência normal. Porto Alegre, Artes Médicas, 1981.
- ANDRADA, C.F. (2005). O encontro da política com o trabalho: história e repercussões da experiência de autogestão das cooperadas da UNIVENS. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade de São Paulo. São Paulo.
- ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____. O caracol e sua concha. Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- BAUMAN, Z. Identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BERGER, P.L. & BERGER B. Socialização: como ser um membro da sociedade. In M.M FORACCHI & J.S MARTINS (Orgs.) Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à sociologia. (pp. 200-214). Rio de Janeiro: Ed. LTC, 1977.
- BERGER, P.L. & LUCKMAN, T. A construção social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2007.
- DUBAR, C. A socialização. Construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- ERIKSON, E.H. Identity, Psychosocial. Sills. D.L. (Org.) International Encyclopedia of Social Sciences. New York, The Macmillan Company and The Free Press. 7, 61-65, 1968.
- ESTEVEZ, E. La construcción simultánea de la autogestión y de la identidad psicossocial. In: VERONESE, M. V. (Org.) Economía solidaria e subjetividad. Buenos Aires: Altamira, 2007.
- ESTEVEZ, E.G. Sócio, trabalhador, pessoa: negociações de entendimentos na construção cotidiana da autogestão de uma cooperativa industrial. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.
- FARR, R. As raízes da psicologia social moderna. Petrópolis: Vozes, 2004.
- FRABLE, D.E.S. Gender, Racial, Ethnic, Sexual, and Class Identities. Annual Review of Psychology, 48, 139-162, 1997.
- GERGEN, K. El yo saturado. Dilemas de identidad en el mundo contemporáneo. Buenos Aires: Paidós, 1997.
- GELLNER, E. Reason and Culture. New perspectives on the past. Cambridge: Blackwell, 1992.
- GORZ, A. Métamorphoses du travail: quête du sens. Critique de la raison économique. Paris, Galilée, 1988.
- HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2001.
- JACQUES, M. da G. C. Identidade e trabalho. In CATTANI, A. D. (Org.) Trabalho e tecnologia: dicionário crítico. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Editora da Universidade, 2002.
- MAHLER, M. (1982) O processo de separação-indivuação. Porto Alegre: Artes Médicas.
- MEAD, G.H. Mind, self and society. Paris: PUF, 1963.
- OFFE, C. Trabalho: categoria-chave da Sociologia? In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, número 10, vol 14, Junho, São Paulo, 1989.
- PLUMMER, K. Identidade. In OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (Orgs.) Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1996.
- POCHMANN, M. O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.
- SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In. SANTOS, B. S. (Org.) Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: “Um Discurso sobre as Ciências” Revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.
- SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In. SILVA, T. T.; HALL, S.; WOODWARD, K. (Orgs.) Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2004.
- SINGER, P; SOUZA, A. R. (Orgs.). A economia solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Ed. Contexto, 2000.
- VERONESE, M. V. Psicologia social e economia solidária. São Paulo: Idéias&Letras, 2007.

A contribuição da política/programa de economia solidária para a viabilidade das experiências de geração de renda¹

Caroline Goerck Goerck
Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA
carolinegoerck@yahoo.com.br

Leonia Capaverde Bulla Bulla
Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA
carolinegoerck@yahoo.com.br

Resumo: No final do século XX e limiar do século XXI, acentuam-se experiências associativistas e cooperativistas no Brasil e no mundo, como uma forma de resistência da classe trabalhadora às manifestações da questão social (entre elas, a falta de trabalhos formais). A Economia Popular Solidária pode ser considerada uma alternativa aos trabalhadores ante o acirramento da questão social, gerado pela III Revolução Industrial. É manifestada por cooperativas e associações de trabalho, entre outros, que têm como objetivo a geração de trabalho e renda, bem como as inclusões sociais e econômicas desses trabalhadores. Com o alarmante desemprego e conseqüentemente com a acirrada desigualdade social, desde 2003, o Governo do Presidente Lula, através da Lei nº 10.683 e do Decreto nº 4.764 (BRASIL, 2003), tornou a Economia Solidária integrante da agenda pública brasileira. Diante desta realidade, para este projeto de pesquisa (que resultara na tese de doutoramento) estabeleceu-se o seguinte problema de estudo: como a Política/Programa de Economia Solidária pode contribuir para potencializar a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda? A pesquisa está delimitada no Estado do Rio Grande do Sul, sendo que serão mapeados todos os municípios/prefeituras do RS, que estão vinculadas à Política/Programa de Economia Solidária, e que estão assessorando experiências de geração de trabalho e renda. Num segundo momento, serão entrevistadas as instituições que assessoram as experiências coletivas, bem como os próprios trabalhadores destes empreendimentos.

Palavras-Chaves: Economia Solidária – Política/Programa de Economia Solidária – Viabilidade das Experiências de Geração de Trabalho e Renda

Introdução

O trabalho ocupa uma posição central na forma de organização da sociedade e na socialização dos sujeitos, pois é por meio dele que o ser humano se relaciona com a natureza e a transforma (POLANY, 2000). Com a reestruturação produtiva oportunizada por avanços da automação, robótica e micro-eletrônica cria-se uma massa de trabalhadores, considerados “sobrantes²” pelo capital, o que acirra o processo de alienação, a precariedade das condições e relações de trabalho e as desigualdades sociais. Paralelamente à reestruturação produtiva, ocorre o processo de minimização do Estado e o desmonte das políticas sociais públicas, implicando na perda dos direitos sociais adquiridos pela classe trabalhadora. Diante dessa realidade, no final do século XX e limiar do século XXI, ressurgem experiências associativistas e cooperativistas no Brasil e no mundo, como uma das alternativas de geração de trabalho e renda aos trabalhadores, diante do acirramento da questão social³ - entre elas, a falta de empregos formais.

Este artigo tem como finalidade abordar a Economia Popular Solidária como uma das formas de gerar trabalho e renda⁴, num contexto de reestruturação produtiva, bem como aproximar estes empreendimentos coletivos aos desafios da categoria profissional dos assistentes sociais, pois o Serviço Social pode ser uma das profissões com possibilidades de aportar contribuições a essas associações e/ou cooperativas de trabalho. Num primeiro momento serão apresentadas as manifestações originadas pelas transformações que estão ocorrendo no mundo do trabalho e a sua relação com as experiências que constituem a Economia Popular Solidária no Brasil, com sua respectiva política pública. Por último serão tecidas as considerações finais.

As Transformações no Mundo do Trabalho e a Economia Popular Solidária Enquanto Programa Social

O capitalismo vem se reestruturando em âmbito mundial nas últimas décadas (IANNI, 1999). Ainda que atinjam de forma diferenciada os diversos países, setores da economia e empresas, as estratégias utilizadas pelas instituições de poder global do capitalismo nesse processo de reestruturação são as mesmas: incorporação de novas tecnologias, aproveitando-se da terceira revolução industrial técnico-científica, com ênfase nas tecnologias da informação, informática, automação e robotização; adoção de novas formas de organização da produção e do trabalho, mais “flexíveis e adaptáveis” ao mercado;

¹ Artigo desenvolvido por meio do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS.

² Que não constituem mais o exército de reserva, referido por Marx (MARX, 1988). Ou seja, trabalhadores “desqualificados” ou que mesmo estando “qualificados” ao sistema capitalista, são desnecessários (sobrantes), devido ao avanço da automação, da tecnologia e da robótica. Através da intensificação da mais-valia relativa, a máquina substitui cada vez mais a força de trabalho (REIS, 2002).

³ Questão Social compreendida entre o conflito suscitado entre a compra e a venda da força de trabalho que gera manifestações. Estas manifestações são expressas pela geração de desigualdade, bem como de rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a elas resistem e se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais (IAMAMOTO, 2000).

⁴ Além dos empregos formais e/ou autônomos têm-se também os trabalhos informais em âmbito individual, como por exemplo, os designados “biscates”.

globalização⁵; implementação do referencial teórico neoliberal nas políticas econômicas e sociais⁶; individualização e fragmentação das relações capital e trabalho, ofensiva contra o movimento organizado dos trabalhadores (ANTUNES, 2003), entre outros.

As conseqüências desse processo de reestruturação produtiva para as pessoas que vivem do trabalho têm sido a precarização das condições e das relações de trabalho. Essa precarização expressa uma crescente insegurança dos trabalhadores que se manifesta de diferentes formas: em primeiro lugar, é uma insegurança no mercado de trabalho, dado o desemprego que atinge um número cada vez maior de trabalhadores. Em segundo lugar, é uma insegurança no emprego, em virtude da intensificação no uso de formas vulneráveis de empregabilidade, tais como os empregos de meio expediente, temporários, estagiários, terceirizados. Em terceiro lugar, é uma insegurança na renda, decorrente do aumento do desemprego e das formas vulneráveis de empregabilidade, do descomprometimento do poder público em relação a políticas de emprego e de proteção aos trabalhadores, entre outros. Em quarto lugar, é uma insegurança na contratação do trabalho, dada a tendência de negociação individualizada e promocional que ocorre em detrimento de formas coletivas de negociação, e da reformulação das leis trabalhistas, quase sempre marcadas pela diminuição de direitos sociais e trabalhistas conquistados por meio das reivindicações da classe trabalhadora. Por fim, é uma insegurança na representação dos trabalhadores, resultante do enfraquecimento da capacidade política dos sindicatos destinados à representação dos interesses da classe trabalhadora (MATTOSO, 1999).

Diante desta realidade a situação da população dos países em desenvolvimento tornou-se decadente, pelo aumento da pobreza, da fome, da desigualdade social. Na África, na Ásia ocidental e na América Latina estagnou o crescimento do PIB per capita. No aspecto social, pode-se referir que a maioria dos sujeitos se tornou mais pobre na década de 1980, em que se destaca o crescimento do desemprego na Europa. Quanto às economias do antigo regime tido como “Socialismo Real” ocidental, que continuavam com um modesto crescimento na década de 1980, desabaram completamente em 1989 com a queda do Muro de Berlim, e em 1991, com a desagregação da antiga URSS, extinguindo então o Pacto de Varsóvia e marcando o término da Guerra Fria⁷ (HOBSBAWN, 1995).

Além da “velha pobreza”, formas estocadas de exclusão social nos países periféricos, representada pelos pobres, miseráveis, mendigos, pedintes, indigentes subnutridos e segmentos sociais subalternizados (idosos, mulheres, deficientes, negros, índios); com a reestruturação produtiva surge tanto nos países centrais, como também nos periféricos, outra forma de exclusão social, nomeada de “nova pobreza” (REIS, 2002). Essas novas exclusões sociais, que atingem tanto os países periféricos como os centrais, são originárias do desemprego estrutural e de suas manifestações, compreendidas como, exclusão de bens e serviços, exclusão do mercado formal de trabalho, exclusão da terra, exclusão da segurança, exclusão dos direitos humanos (REIS, 2002).

Mas, é importante ser ressaltado à preocupação da sociedade contemporânea com a existência de modelos de desenvolvimento social que reduzam as desigualdades sociais⁸. “As diferentes regiões do globo estão agora mais estreitamente ligadas do que jamais estiveram, não só nos campos de troca, do comércio e das comunicações, mas também quanto a idéias e ideais interativos, entretanto, vivemos igualmente em um mundo de privação, destituição e opressão preocupantes” (SEN, 2000, p. 9).

Frente a este contexto social e econômico, os empreendimentos coletivos de geração de trabalho e renda, que agregam a Economia Popular Solidária no Brasil, tornam-se relevantes no término do século XX e início do XXI, face à crescente precarização do mundo do trabalho e ao desemprego, constituindo-se também numa das formas de resistência dos sujeitos às manifestações da questão social. Por outro aspecto, pode-se referir que estas experiências são formas de absorção dos trabalhadores pelo próprio capital, na medida que estes empreendimentos coletivos não dão conta da substituição do sistema, apesar de agregarem princípios nos seus processos de trabalho que se diferenciam da lógica do capital⁹. A Economia Popular Solidária é um tipo de empreendimento que está em processo de criação contínuo pelos trabalhadores (SINGER; SOUZA, 2000). Emergente da revolta dos sujeitos diante do sistema capitalista, surge por meio das próprias contradições e dicotomias deste modo de produção.

⁵ A globalização, intensificada durante a década de 90 do século XX, é constituída pela: mundialização dos mercados; dinamização do mercado mundial; acumulação flexível; liderança econômica dos grandes bancos e empresas transnacionais; revolução tecnológica; implementação do referencial teórico neoliberal nas políticas econômicas e sociais; subordinação dos países periféricos aos de capitalismo avançado. A intensificação do capital, em âmbito mundial, acarreta a formação da sociedade e da fábrica global, com o rompimento dos mercados nacionais e regionais (IANNI, 1999).

⁶ Com a crise do Welfare State – modelo de Estado que regulava o capital e reproduzia a força de trabalho nos países de capitalismo avançado no século XX –, passa a ser implementado o referencial teórico neoliberal nas políticas econômicas e sociais. Essa política econômica e social tem como medidas: a) o engajamento e a redução das responsabilidades dos Estados diante das sociedades; b) o fortalecimento da liberdade de mercado; c) as privatizações de instituições e organismos estatais; d) a redução e a extinção do capital produtivo estatal; e) o desenvolvimento de uma legislação “desregulamentadora” das relações de trabalho e “flexibilizadora” dos direitos sociais; f) o enfraquecimento dos movimentos sindicais, entre outros (MATTOSO, 1995). Com este direcionamento, em novembro de 1989 foi realizado nos Estados Unidos da América um encontro designado de Consenso de Washington. Basicamente o Consenso de Washington resultou nas seguintes decisões: redirecionou os gastos públicos em áreas politicamente sensíveis como educação, saúde, assistência social, entre outros; fomentou a liberalização da economia; a unificação de taxa de câmbio a um nível competitivo; restrições comerciais quantitativas; abolição de barreiras; privatização de empresas estatais; abolição de regulamentações que empecem entrada de investimentos estrangeiros; provisão de direitos garantidos de propriedade (setor informal); objetivou a reforma tributária (WILLIANSOM, 2004). O “Estado Mínimo” proposto pelas políticas econômicas e sociais neoliberais, porém, propõe a retirada do Estado dos bens e serviços sociais públicos, e, não em relação ao financiamento do capital, acirrando a questão social e sendo caracterizado então como um “Estado Forte” (DUPAS, 1999) em relação a governança macro-econômica do país.

⁷ Refere-se também, o contraste entre a desintegração das economias soviéticas e o espetacular crescimento da economia chinesa (HOBSBAWN, 1995).

⁸ No início do século XXI, a soma da riqueza de 0,01% da população é equivalente ao que possuem 50% dos habitantes do planeta” (CATTANI, 2003, p. 9-10).

⁹ Neste estudo não se compreende as experiências de Economia Popular Solidária como uma forma de transcender ou substituir o capitalismo; referencia-se, entretanto, que estes empreendimentos podem representar espaços de resistência e de contestação da classe trabalhadora a este modo de produção.

As experiências de organização econômica que vêm sendo definidas no Brasil como Economia Popular Solidária são muito diversas, bem como originadas de motivações e iniciativas com origens e naturezas distintas (GAIGER, 2000). São materializadas por meio de cooperativas de produção e/ou de consumo; assentamentos de trabalhadores rurais sem-terra; cooperativas de prestação de serviços; clubes de troca; autogestão de empresas falidas; cooperativas de créditos; projetos comunitários de produção de artesanatos, de coleta seletiva e reciclagem de lixo; de confecção de roupas, de fabricação de calçados e de produtos alimentares; associações de pequenos agricultores (acesso ao crédito, produção, comercialização, uso de máquinas) (SINGER, 2000), entre outros.

O crescimento dessas experiências populares não define um espaço de produção e de trabalho homogêneo, integrado e sistêmico. Pelo contrário, predomina a diversidade presente tanto na existência de experiências bem estruturadas (acompanhadas por programas de apoio), e até mesmo incipientes, isoladas e dispersas, quanto nas formas de inserção dos trabalhadores, à relação com entidades de apoio e no modo como organizam a produção e o trabalho (SINGER, 1998). O que une essas experiências é a busca de alternativas de trabalho e de renda, assim como integração econômica, política e social para trabalhadores que já foram excluídos do mercado formal de trabalho ou, então, que ainda estejam inseridos neste mercado, mas de forma precária e insegura.

Estas experiências – associações ou cooperativas –, são originadas entre os próprios trabalhadores, com o apoio de instituições sociais comprometidas com o enfrentamento à exclusão social (igrejas, sindicatos, universidades etc.), que constituem experiências comunitárias, populares e muitas vezes pequenas de geração de trabalho e de renda (SINGER, 1998), bem como referido anteriormente, como uma forma de controle e/ou de absorção do próprio capital sobre os sujeitos. Recebe o apoio de um conjunto de entidades, tais como o Movimento dos Sem-Terra, Central Única dos Trabalhadores, Movimento da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, a UNITRABALHO, várias Universidades Brasileiras que têm criado Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), DIEESE (Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos, Sociais e Econômicos), Cáritas (órgão de Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB), entre outras. Estas instituições e movimentos têm contribuído para a multiplicação de experiências populares de geração de trabalho e renda em todo o País (SINGER, 2000).

Importante realçar, no entanto, que alguns pesquisadores que se ocupam com a reflexão acerca do significado da Economia Popular Solidária têm se esforçado para atribuir a ela um papel mais importante do que de simples paliativo ao desemprego. Nesse sentido, um traço marcante na bibliografia existente sobre a Economia Popular Solidária é a convicção de uma perspectiva “utópica” da mesma, ou seja, de seu caráter emancipatório e transformador das relações de trabalho entre os associados/cooperados. Segundo diferentes enfoques ressalta-se o potencial de construção, a partir dessas experiências, de elementos de uma nova cultura do trabalho, por meio de um processo de “desmercantilização da força de trabalho, por meio de um processo de desalienação do trabalhador com respeito ao produto, ao processo produtivo e a si mesmo como trabalhador, como produtor de conhecimento e de cultura” (TIRIBA, 2000, p. 223).

Nas experiências de Economia Solidária é ressaltado um aspecto transformador, que além de propiciar a integração econômica de trabalhadores e trabalhadoras, estimula alternativas de trabalho e de renda. Essa integração, entretanto, ocorre por meio de um processo construído a partir de referenciais alternativos, bem como pela participação de todos os integrantes do grupo. A necessidade que se busca atender, nesse sentido, é uma necessidade econômica, mas também de mudança, de construção da cidadania. A inclusão dos sujeitos no mercado de trabalho e o aumento da renda familiar fazem com que muitos destes trabalhadores que, possivelmente, se encontram desempregados, saiam de um estágio de agudização da questão social. Estas experiências podem valorizar os sujeitos e o trabalho desenvolvido por eles contribuindo para o possível processo de sua autonomia no mercado de trabalho.

Deve-se destacar que a Economia Popular Solidária não é somente uma expressão dos trabalhadores para evitar a marginalização, o desemprego e a pobreza. Salientando que a economia capitalista não é solidária, pois, a centralidade aparece no capital e no Estado e o trabalho é subordinado e alienado (RAZETO, 1997). A Economia Popular Solidária deve ter como norte as seguintes afirmações: a) solidariedade entre a pobreza contra a pobreza; b) trabalho como atividade central na vida das pessoas; c) novas formas de organização capazes de incrementar riqueza ao trabalho humano e desalienar os trabalhadores; d) modelos de cooperação e de autogestão capazes de desenvolverem forças próprias de resposta à crise econômico-social contemporânea e de transformação econômica-política; e) diretrizes de um desenvolvimento alternativo capaz de dar respostas ao problema da pobreza e da exclusão social; f) diferente concepção de produção, distribuição e de consumo, integrada com o meio ambiente e capaz de superar os graves problemas ecológicos que ameaçam a humanidade; g) ética renovada, capaz de superar o “individualismo e busca sem limite da riqueza material” (RAZETO, 1997, p. 97).

Essa perspectiva “otimista” em relação à Economia Popular Solidária tem sido corroborada por algumas indicações empíricas, construídas a partir de análises de situações concretas de experiências populares de geração de trabalho e renda. Assim, por exemplo, Lia Tiriba, analisando a “cultura do trabalho nos empreendimentos econômicos geridos pelos trabalhadores”, identifica pressupostos emancipatórios como experiências que implicam em relações de produção caracterizadas “pela perspectiva de valor de uso e não de troca, em que o trabalhador recupera o sentimento de produtor e sujeito-criador de si mesmo e da história” (TIRIBA, 2000, p. 223). Uma pesquisa realizada pela autora junto a 61 empreendimentos comunitários na região metropolitana do Rio de Janeiro sustenta sua tese.

A maioria dos empreendimentos pesquisados se caracteriza, segundo a referida pesquisa, não somente pela geração de renda, como também pela “reprodução ampliada da vida” (TIRIBA, 2000, p.229). As organizações pesquisadas, no entanto, revelam uma realidade diversificada, em que nem sempre se observa a formação de uma nova cultura do trabalho.

Na verdade, o que se observa são elementos que estão plasmando num processo contraditório, ora afirmando, ora negando aspectos das relações sociais presentes de forma hegemônica na sociedade e no trabalho assalariado. Mesmo as motivações dos trabalhadores, sujeitos dessas organizações, nem sempre estão comprometidas com uma visão alternativa de trabalho, de produção e de relações sociais, como por exemplo, a auto-ajuda, responsabilidade, solidariedade¹⁰, conscientização¹¹, democracia¹², autogestão¹³, igualdade¹⁴, participação¹⁵, entre os trabalhadores (RECH, 2000).

Em primeiro lugar, o que origina a criação destes empreendimentos é a necessidade, e depois a esperança de organizar o empreendimento de maneira a torná-lo economicamente viável. Para os trabalhadores, os diferentes significados da produção associada não são necessariamente excludentes, pode representar o privilégio de trabalhar perto de casa, principalmente para as mulheres, significando a possibilidade de proteger os filhos pequenos, acolhendo-os no interior do processo de produção ou nas creches improvisadas (TIRIBA, 2000).

A questão é que o crescimento das experiências populares de geração de trabalho e renda no Brasil tem tornado a Economia Popular Solidária uma realidade diversa, nem sempre identificada com compromissos prévios em relação aos ideais projetados por um “conceito de Economia Solidária”. A partir de uma pesquisa realizada em 1993 sobre os Projetos Alternativos Comunitários (PAC) promovidos pela Cáritas no Rio Grande do Sul, Gaiger (2000) indica três tipos de projetos: “projetos assistenciais”, “projetos de promoção humana” e “projetos alternativos”. Os primeiros, segundo o autor, seriam aqueles que “agem para atenuar o grau de miséria e propiciar condições básicas de sobrevivência” (GAIGER, 2000, p. 270), sendo dependentes de agentes externos, de atuação seguidamente paternalista. Os segundos, “projetos de promoção humana” (GAIGER, 2000, p. 271), almejam melhorar as condições de vida dos indivíduos que deles fazem parte. São projetos que, segundo o autor, apesar de valorizarem as pessoas, procurando integrá-las social e comunitariamente, têm limitações no que diz respeito ao desenvolvimento de autonomia dos associados (para administrarem por conta própria os empreendimentos) e no que diz respeito à produção, pois “geralmente dedicam-se a atividades econômicas subsidiárias, não essenciais para a sobrevivência material dos indivíduos” (GAIGER, 2000, p. 271). Assim, somente os projetos alternativos trazem consigo as dimensões de viabilidade, auto-sustentação e continuidade. Ademais, são projetos que “evidenciam qualificação técnica, visão de longo prazo e planejamento, além de posicionamento crítico ante os caminhos por onde anda a sociedade” (GAIGER, 2000, p. 271).

O Governo Federal, com o objetivo de fortalecer e promover empreendimentos solidários e econômicos, visando absorver os trabalhadores não incluídos no mercado formal de trabalho criou, no Ministério do Trabalho e Emprego¹⁶, a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES –, inaugurada em junho de 2003. Na SENAES existe o Programa de Economia Solidária, que objetiva fortalecer as experiências de Economia Solidária como estratégia de enfrentamento ao desemprego e à exclusão social, por meio do Plano Nacional de Qualificação – PNQ.

O Plano Nacional de Qualificação é política pública criada para orientar e elaborar planos, projetos, estratégias, ações promovedoras e qualificadoras, voltadas ao fortalecimento da Economia Solidária no país. Pelo PNQ, a Economia Solidária pode ser vista como uma alternativa aos trabalhadores desempregados, como uma forma de auto-emprego coletivo (T319 Termo de Referência em Economia Solidária, 2005). Esta política de Economia Solidária¹⁷, que ainda está em fase de implementação, terá as mesmas características das demais políticas sociais públicas, que são fragmentadas, pontuais, compensatórias, setoriais e paliativas (DAGNINO, 2002). Entretanto, faz-se importante ressaltar a necessidade de incentivo do Estado para o fomento e acompanhamento destes empreendimentos coletivos, devido ao fato de se constituírem como possibilidade de geração de renda¹⁸.

Segundo o documento final da 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária (2006) esta é geradora de trabalho emancipado que opera como uma força de transformação estrutural das relações sócio-econômicas, sendo que o trabalho poderia ser exercido pela livre opção, de acordo com as aptidões do trabalhador, cujo produto seja propriedade do trabalhador. Neste sentido o trabalho constitui-se como exercício de construção do sujeito, de desenvolvimento de suas

¹⁰ Solidariedade refere-se à cooperação, ajuda mútua, reciprocidade de interesses e responsabilidades nas relações de trabalho.

¹¹ Conscientização pode ser compreendida como a descoberta e problematização dos interesses de determinados sujeitos ou grupos sociais, sobre a realidade e sobre o mundo material e concreto (SOUZA, 2004).

¹² Democracia, neste caso pode ser compreendida como uma forma de organização popular, em que as relações entre os sujeitos são estabelecidas pela igualdade e pela participação de todos nas decisões autogestionárias (CARVALHO, 2004).

¹³ Consideram-se os empreendimentos econômicos cuja gestão é exercida democraticamente pelos trabalhadores e que se realiza no mercado. É “o conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um ‘coletivo’. É um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre as pessoas e/ou grupos [...] por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais” (ALBUQUERQUE, 2003, p. 20).

¹⁴ Igualdade está relacionada com o fato de todos os sujeitos serem tratados igualmente, ou seja, da mesma forma, do mesmo modo, sendo que todos usufruem os mesmos direitos e deveres (CARVALHO, 2004).

¹⁵ Participação pode ser compreendida pela mobilização e organização social, capacitação e conscientização dos trabalhadores, sujeitos vivenciadores da experiência, ou seja, integrantes da associação (SOUZA, 2004).

¹⁶ O economista Paul Singer é o atual secretário do Ministério de Trabalho e Emprego.

¹⁷ Atualmente no Estado do Rio Grande do Sul, esta política também está em fase de implementação, sendo que está em vigor, em âmbito nacional, o programa de Economia Solidária, vinculado a SENAES, designado à geração de trabalho e renda no Brasil. No Rio Grande do Sul está sendo encaminhado ao Estado um Projeto de Lei de Iniciativa Popular para instituir e promulgar uma Política na esfera estadual de Fomento à Economia Popular Solidária (Panfleto, Iniciativa Popular por uma Lei Solidária). Essa iniciativa foi encaminhada por meio da 1ª Conferência Estadual de Economia Solidária, realizada em Porto Alegre entre os dias 2 e 3 de junho de 2007, devido ao fato de que no ano de 2005 o deputado Elvino Bohn Gass (PT) apresentou à Assembléia Legislativa um projeto de Lei que fomentasse a Economia Popular Solidária, que foi amplamente apoiado pela sociedade e instâncias e/ou instituições (movimentos). Entretanto, naquele momento, o então governador Rigotto vetou o referido projeto.

¹⁸ Por meio do Programa de Mapeamento de Economia Solidária, cada Delegacia Regional do Trabalho – Órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, deve coordenar nos seus respectivos Estados a identificação e cadastramento de empreendimentos de Economia Solidária. Atualmente é esse Programa que está sendo executado nos Estados, pois para poder assessorar empreendimentos coletivos e solidários, faz-se necessário um mapeamento da realidade.

capacidades físicas, mentais e muitas outras formas de trabalho emancipado. Esse modelo está sendo fomentado pelo Estado nos últimos anos, já sendo conhecido como um novo modelo econômico que gera milhões de reais a cada ano (DOCUMENTO BASE).

Com a criação do Programa de Economia Solidária pelo Governo Federal e diante dessa realidade excludente e contraditória, em que se faz necessário a criação de alternativas que tenham como proposição a geração de trabalho e renda, este artigo pretende também relacionar estes empreendimentos que constituem a Economia Popular Solidária ao trabalho profissional do Serviço Social. O Serviço Social pode contribuir com estes empreendimentos coletivos, visando o fortalecimento destes processos sociais, assunto que será referenciado no próximo subitem.

Considerações Finais

Com o processo de reestruturação produtiva, o capitalismo alcançou um nível tão elevado de acumulação nos seus processos de produção, a ponto de excluir, acirradamente, uma massa de sujeitos do mercado formal de trabalho – especialmente os menos qualificados. Neste sentido, mesmo com os baixos rendimentos obtidos pelos trabalhadores nestas experiências (entre meio salário mínimo a dois salários mínimos), pode-se referir que são muito significativas a estes sujeitos. Salienta-se então que, primeiramente, o que faz com que os trabalhadores se insiram nesses empreendimentos coletivos é a possibilidade de gerar trabalho e renda. Refere-se, entretanto, o fato de que algumas cooperativas e associações vêm sendo utilizadas como formas de publicização ou terceirização de serviços públicos e de privados, contraditoriamente aos princípios que regem a Economia Popular Solidária, como de solidariedade, democracia, participação e autogestão dos empreendimentos, diferenciando-a assim, da lógica e da finalidade do sistema capitalista – de acumulação e centralização de capital.

Com a inserção da classe trabalhadora na lógica do sistema capitalista, em que é considerado cidadão o sujeito que está incluído no mercado formal de trabalho ou que possui uma fonte de renda, enfatiza-se também a importância do apoio de políticas públicas e programas sociais que assessorem e fomentem estas experiências coletivas. Esses empreendimentos coletivos comumente são suscitados pelos sujeitos como uma das alternativas de gerar trabalho e renda, diante das manifestações da questão social.

Referências

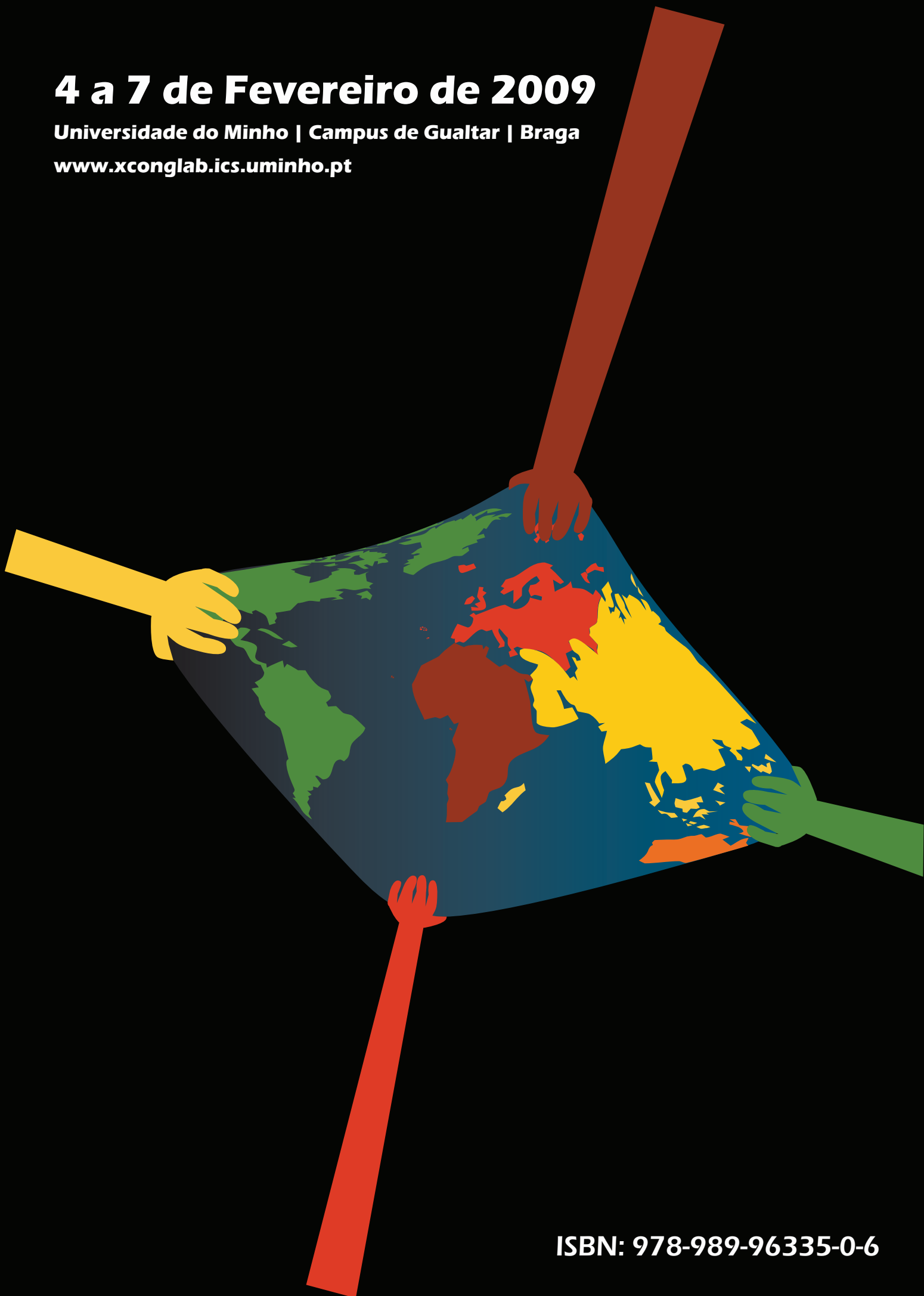
- ALBUQUERQUE, P. P. In: CATTANI, A. D. (Org.) (2003). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores.
- ANTUNES, R. (2003). Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo Editorial.
- CARVALHO, J. M. (2004). Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CFESS (2002). Código de Ética In: Coletânea de Leis, CRESS 10ª Região – Gestão 1999/2002, Porto Alegre.
- DAGNINO, E. (2002). Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil: E. Paz & Terra. São Paulo.
- DUPAS, G. (1999). A Lógica Econômica Global e a Revisão do Welfare State: a urgência de um novo pacto In SOLA, Lourdes; WILHEIM, Jorge; BRESSER PEREIRA, L.C. (Org). Sociedade e Estado em Transformação. São Paulo, UNESP; Brasília: ENAP, 173-292.
- E19 (2003) Economia Solidária em Desenvolvimento. Brasília: TEM; SENAES.
- GAIGER, L. I. (2000). Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In.: SINGER, Paul, SOUZA, André Ricardo de (Org). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 267 – 286.
- HOBBSBAWN, E. J. (1995)., Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 – 1991. São Paulo: Companhia das Letras.
- IAMAMOTO, M. V. (2000). O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez.
- IANNI, O. (1999). O mundo do trabalho. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). A reinvenção do futuro: trabalho, educação, política na globalização do capitalismo. 2. ed. São Paulo: Cortez.
- MARX, K. (1988). O Capital. Crítica da economia política. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3. ed. São Paulo: Editora Nova Cultura, Volume I.
- MATTOSO, J. (1995). A desordem no trabalho. São Paulo: Scritta - 69-109.
- MATTOSO, J. (1999). E. L. O novo e inseguro mundo do trabalho nos países avançados. In.: OLIVEIRA, C. A., MATTOSO, J. E. L., NETO, J. F.S., OLIVEIRA, M. A.. de (Org.). O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século. São Paulo: Página Aberta, 521-562.
- POLANYI, K. (2000). A grande transformação: as origens de nossa época. 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- PRATES, J. C. (2003). Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do assistente social. Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. (Tese de Doutorado).
- RAZETO, L. (1997). O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. Proposta, 75: 91-99. Rio de Janeiro, dezembro/fevereiro.
- RECH, D. (2000). Cooperativas: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A.

- REIS, C. N. (2002). Exclusão social: a multidimensionalidade de uma definição. In: DESAULNIERS, J.; MENDES, J. M. (Org). Textos & Contextos: perspectivas da produção do conhecimento em Serviço Social, Porto Alegre: EDIPUCRS, 123-140.
- SINGER, P. (1997). Economia solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo. Proposta, 72: 6 – 13, março/maio.
- _____. (1998). Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto.
- SINGER, P.; SOUZA, A. R.(Org.) (2000). A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto.
- SOUZA, M. L. (2004). Desenvolvimento de comunidade e participação. 8. ed. São Paulo: Cortez.
- T319 (2005) Termo de Referência em Economia Solidária: Plano Nacional de Qualificação 2003-2007. Brasília: TEM, SENAES.
- TIRIBA, L. (2000). A Economia Popular Solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org). A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 221 – 224.
- WILLIAMSON, J. e KICZYNSKI, P.P. (Org) (2004). Depois do Consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma na América Latina. São Paulo: Saraiva, 283 - 291.

4 a 7 de Fevereiro de 2009

Universidade do Minho | Campus de Gualtar | Braga

www.xconglab.ics.uminho.pt



ISBN: 978-989-96335-0-6